UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS

LIDA CAMPEIRA NOS CAMPOS DOBRADOS DO ALTO CAMAQUÃ



Imagem: Marília Floôr Kosby

Anexos

Pelotas - 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: LIDA CAMPEIRA NOS CAMPOS DOBRADOS DO ALTO CAMAQUÃ

Relatório Final

Pelotas - 2021

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901
Biblioteca Setorial de Ciência & Tecnologia - UFPel

I62 Inventário Nacional de Referências Culturais : lida campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã / coord. Flávia Maria Silva Rieth... [et al.] ; bolsistas Mateus Fernandes da Silva, Leonardo Sapucaia ; consultores Adriano Simon, Marília Floôr Kosby, Daiane Loreto de Vargas – Pelotas : Ed. da UFPel, 2021.
3 v. : il. color. - Bibliografias. – Diversos colaboradores de instituições do Rio Grande do Sul e IPHAN. Inclui anexos.

1.Patrimônio imaterial. 2.INRC. 3.Lida campeira. 4.Pampa. I.Rieth, Flávia Maria Silva. II.Silva, Mateus Fernandes da. III.Sapucaia, Leonardo. IV.Simon, Adriano. V.Kosby, Marília Floôr. VI.Vargas, Daiane Loreto de.

CDD: 305.8098165

Inventário Nacional de Referências Culturais Lida Campeira

Equipe Técnica:

Coordenação do INRC Lida Campeira
Profa. Dra. Flávia Maria Silva Rieth (UFPEL) - Doutora em Antropologia Social - UFRGS

Equipe de Pesquisa
Dr. Daniel Vaz Lima - Doutor em Antropologia - UFPel
Me. Vagner Barreto Rodrigues - Mestre em Antropologia - UFPel
Ma. Miriel Bilhalva Herrmann - Mestra em Antropologia - UFPel
Ma. Andreia Sá Brito (UNIPAMPA) - Mestra em Extensão Rural - UFSM
Dr. Felipe Leindecker Monteblanco (UNIPAMPA) - Doutor em Geografia - UFSM

Bolsistas de Iniciação Científica
Mateus Fernandes da Silva (Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS/2020 e CNPq/2021) - Bacharelado em Antropologia - UFPel
Leonardo Sapucaia (Bolsista de Iniciação Científica UFPel/2020 e FAPERGS/2021) - Bacharelado em Antropologia - UFPel

Consultores
Dr. Adriano Simon (Consultor em Geografia - UFPEL) - Doutor em Geografia - UNESP
Dra. Marília Floôr Kosby (Consultora em Etnologia Afro-Americana - UFRGS) - Doutora em Antropologia Social - UFRGS
Dra. Daiane Loreto de Vargas (Consultora em Extensão Rural - UFRB) - Doutora em Extensão Rural - UFSM

Colaboradores
Alberto Rodrigues (Palmas - Bagé), Ana Sonaglio (Emater/RS-Ascar), Andrea Madruga (Fio Farroupilha - Piratini), Berenice Medeiros (Palmas - Bagé), Cristiane Medeiros (Palmas - Bagé), Daiane Loreto de Vargas (UFRB), Débora Lima (Porto Alegre), Demétrio Xavier (Guaíba), Dieder Damé (ACAF - Canguçu), Fabiani Franco (Comunidade Quilombola de Palmas - Bagé), Guilherme Santos (Sul21), Helenito Franco, Igor Vaz, Juliana dos Santos Nunes (PPGAnt - UFPel), Luciene Mourige Barbosa (PPGAnt - UFPel), Márcia Colares (Palmas - Bagé), Marília Floôr Kosby (UFRGS), Mário Witt (Três Estradas - Lavras do Sul), Rafael Torma, Vanda Rosa Peligrinote Tarouco (Piratini), Vera Colares (Palmas - Bagé), Vherá Xunú (Terra Indígena Itapuã - Pindó Mirim)

IPHAN-RS
Ma. Beatriz Muniz Freire - Mestra em Educação - PUC-RJ
Dr. Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias - Doutor em Antropologia Social - UFRGS

Anexos

Apresentação……..

Produções bibliográficas…….

Banners……....

Blog e Exposições……..

Projeto, Atividades dos bolsistas e Relatórios Parciais……

Teses…….

Dissertações……

TCC's..……..

Artigos e Periódicos……

Capítulos de livros……..

Textos em revistas……..

Apresentações de trabalhos…….

Apresentação
Anexos

Esta apresentação visa informar o andamento do processo de identificação da *lida campeira*, por meio da pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais Lida Campeira (INRC Lida Campeira). O INRC Lida Campeira constituiu-se a partir da demanda da Prefeitura de Bagé, da cedência de metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da realização, por meio do Bacharelado em Antropologia, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com coordenação da professora Dra. Flávia Maria Silva Rieth. O INRC tem como objetivo identificar, documentar e produzir conhecimento para fins de Registro da *lida campeira* enquanto Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro.

O trabalho de campo foi executado na região de Bagé, a partir de 2010, e teve sua extensão para a região do Alto Camaquã, a partir de 2016. Desde então, a equipe vem etnografando as atividades realizadas pelos detentores e detentoras dos saberes e modos de fazer, denominados/as como campeiros e campeiras, que vivenciam ou vivenciaram a lida da pecuária extensiva em campos nativos da pampa. São eles proprietários de terras – de grandes extensões, médias, propriedades familiares ou de usufruto coletivo, como no caso dos Quilombos – e/ou peões campeiros, trabalhadores e trabalhadoras rurais, que desempenham ou desempenharam as atividades de doma, pastoreio, esquila, ofício do guasqueiro, tropeada, artesanato, lida caseira, entre outras.

Nesse sentido, encaminhamos, em anexo, os materiais elaborados pela equipe de pesquisa, bem como, os desdobramentos das pesquisas, por intermédio de acervo visual, Relatórios, Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos, capítulos de livros, capítulos de revistas, periódicos e apresentações em eventos, entendendo que este acervo revela o processo de reflexão do Inventário, destacando a dimensão colaborativa com os interlocutores do INRC da Lida Campeira na pampa brasileira.

A partir da área da Geografia, pensamos a produção histórica da transformação da paisagem campestre para a pastoril, trazendo o processo moderno-colonial de formação do ambiente. A dimensão relacional aqui trata de aproximar as áreas da Geografia e da Antropologia, neste sentido, a pampa se constitui como uma contexto híbrido entre a materialidade da paisagem e a vida de quem habita a terra, em caráter processual, formativo e transtemporal (MONTEBLANCO, 2021). Dessa forma, observamos as transformações das relações entre humanos, outros animais, coisas e ambiente, considerando a troca de vitalidades entre os mesmos, enquanto processo formativo dos diferentes viventes da pampa.

A paisagem pastoril é produzida pelo pastejo-pisoteio do gado bovino, ovino, caprino e equino em campos lisos, dobrados, de coxilhas, canhadas e banhados, que afetam diferentemente os manejos, os saberes e os fazeres pecuários. Logo, podemos situar que a vida na pampa é tecida por um projeto colonial multiespécie que constituiu a vocação pecuária da região. Uma paisagem que compõe e produz, também, um modo de vida, que envolve as coisas da lida, os diferentes manejos dos animais em bretes, em cercas de pedra e de arame, em currais e em taperas.

A pampa, localizada em uma zona de transição climática, apresenta uma singular biodiversidade composta de gramíneas, plantas herbáceas e arbustivas, menos abundantes, mas que constituem uma cobertura vegetal contínua (BENCKE, 2016).

Tais campos nativos, devido a biodiversidade, se constitui como um território adequado para o uso pastoril que, por sua vez, é fator de preservação do ambiente.

A grande diversidade de solo está associada, também, à paisagem campestre - solos rasos ou profundos, arenosos ou argilosos, de origem granítica ou basáltica, associada a fisionomia campestre do pampa que se caracteriza como um mosaico de campo e formações arbustivas e florestais: “Em uma escala ampla, percebe-se uma forte vinculação entre a vegetação natural com o relevo, as áreas mais acidentadas sendo ocupadas por florestas e as mais planas pelos campos” (BENCKE, 2016: 66).

Atentamos para as relações, entre o campo, o mato, as casas, a *quinta* (pomar), a agricultura de cercado, os rios, os humanos, os outros animais e as plantas, viventes da pampa, que se percebem como constituindo e sendo constituídos mutuamente. Uma ontologia que rompe com a dicotomia natureza-cultura, que pressupõe a natureza como um recurso externo ilimitado a ser explorado e dominado. Neste sentido, a relação com o ambiente se destaca nesta etapa do INRC Lida Campeira para pensarmos por intermédio das particularidades de localidades e regiões, os diferentes manejos pecuários entre as populações tradicionais. Reflexão inscrita no argumento que pautou a solicitação da extensão do Inventário, uma vez que “*camperiar em campo de pedra é diferente de camperiar em campo liso*”.

A região do Alto Camaquã é descrita como uma das áreas mais conservadas da pampa, dado o alto grau de biodiversidade, entretanto é vista pelo Estado como a mais empobrecida do Rio Grande do Sul (BORBA, 2016). Atentamos para a presença das populações tradicionais – pecuaristas familiares, quilombolas, indígenas, entre outras – no território, impondo-se o reconhecimento dos saberes e fazeres com relação à ocupação deste ambiente de maneira a conservá-lo.

O processo de aprendizagem da lida e da vida no ambiente pastoril está dado para os humanos e não humanos. Vera Colares, pecuarista familiar dos campos dobrados de Palmas, fala que os animais da localidade são para todos os lugares devido a

coexistência com a biodiversidade, porque os animais aprendem, por exemplo, a não comer o mio-mio (*Baccharis coridifolia*), planta tóxica. A pecuarista argumenta que esta região é a maternidade da pampa justamente pela criação de terneiros em campos "*sujos*", que são vendidos para outras regiões, onde completam o ciclo, durante a "engorda" dos animais.

No Alto Camaquã, a presença de pecuaristas familiares, quilombolas e indígenas marcam outras formas de ser e estar no mundo, outras formas de relação com a natureza, de troca de vitalidades em contraposição com perspectiva da natureza enquanto um domínio separado e exterior de recursos a serem explorados. Modos de vida que os projetos extrativistas não reconhecem, daí, inclusive, a ideia de vazio humano e de pobreza se articularem aos campos de pedra com os projetos de desenvolvimento exógenos.

A presença significativa da *lida campeira* está correlacionada com espaços e tempos específicos, que correspondem a interações entre atividades produtivas (cultivos e criações), grupos sociais, ambiente e são determinados pelos períodos em que ocorrem. Essa é uma realidade que não encontra um *continuum* no espaço pampeano, mas uma grande semelhança entre territórios com os mesmos condicionantes, à semelhança do que foi observado na APA do Rio Ibirapuitã (SÁ BRITO, 2010) e na Costa do Haedo (MONTEBLANCO, 2021), conformando certas zonas de conservação distribuídas pela pampa, frente à expansão do monocultivo, como, por exemplo, o de soja transgênica ou de silvicultura.

O cotidiano de trabalho na *lida campeira* transcorre desenhando caminhos entre grandes, médios e pequenos estabelecimentos dedicados à pecuária, pois os agentes envolvidos transitam e se relacionam internamente nos territórios ou zonas. Tais agentes têm nesses espaços o seu trabalho remunerado, suas relações de parentesco, de compadrio e/ou de afinidade, sua produção de autoconsumo, sua moradia. Estes podem ser produtores do segmento familiar, que, muitas vezes, prestam serviços para

outras propriedades maiores ou de forma assalariada, sem acesso à terra para si. E que, no exercício da *lida*, manejam e conhecem o ambiente pampeano. Mesmo nos estabelecimentos maiores, nas estâncias dedicadas à pecuária de corte, é a sua presença cotidiana que dinamiza os fazeres e saberes típicos da lida.

A própria atividade da pecuária de corte, conforme indicado anteriormente, ocorre em associação a outras atividades produtivas, seja no formato de monoatividade (somente bovinos), ou nos sistemas bovinos/ovinos, ovinos/caprinos/plantas de cercado, bovinos/ovinos/plantas de cercado. E tais associações têm correlação com os lugares, as paisagens e a organização social. A predominância de mato e cerros de pedra, assim como a presença de estruturas comunitárias e de grupos como os remanescentes quilombolas, têm correlação com a criação de caprinos e determinados cultivos das chamadas plantas de cercado, por exemplo, uma vez que esses animais são "*bicho de pedra, bicho de cerro*", os quais, conforme os interlocutores e interlocutoras, "*gostam de pedra, de mato*".

Em um mesmo tipo de criação, como a dos bovinos de corte, haverá diferenças significativas no esquema escolhido: serão encontradas pastagens cultivadas e animais mais padronizados em locais de maior especialização em determinada etapa do ciclo, como a terminação, para venda direta à indústria frigorífica; ou o manejo em campo nativo e uma diversidade de categorias animais em sistemas de "cria" (venda de terneiros) e ciclo completo (animais em todas as fases de crescimento). Assim como a presença de áreas de várzea e campo limpo, que facilitam associações com lavouras, como a de arroz e, mais recentemente, a de soja. E, sobre o predomínio de uma forma ou outra e produção, incidem, ainda, as relações institucionais (universidades, institutos federais, sindicatos, ONGs, associações de produtores, empresas de assistência técnica e de extensão rural) e econômicas que serão proporcionalmente mais influentes quanto menor a autonomia e a chamada "resistência" desses agentes às

mudanças propostas de forma exógena. É essa diversidade de combinações que determina a demanda por distintos fazeres relacionados ao trabalho nas criações.

Contanto, há sítios privilegiados para a ocorrência e a observação do modo de vida que comporta a *lida campeira*. Os quais são fruto de uma combinação de fatores que a privilegiam, tais como a presença de povos e comunidades tradicionais da pampa (MAZURANA; DIAS; LAUREANO, 2016) e as restrições ao avanço da lavoura de grãos. Os locais onde ocorrem essa associação de fatores são chamados, regionalmente, de "*rincões"*, com algumas variações de nomenclatura, sobretudo por efeito de políticas públicas, como a demarcação dos territórios tradicionais quilombolas. Nesses locais de maior concentração dos manejadores e conhecedores do campo é que encontraremos os relictos de campo nativo e de paisagens campestres conservadas, bem como as atividades a estas associadas.

Destaca-se, neste sentido, a perda considerável dos campos naturais para áreas agrícolas destinadas à monocultura e à silvicultura, implicada na ruína desta biodiversidade da paisagem pastoril, bem como o modo de vida de populações tradicionais (BENCKE, 2016).

Dessa forma, refletir sobre o registro e a salvaguarda da *lida campeira* na pampa brasileira implica em reconhecer as contribuições que os povos e as comunidades tradicionais oferecem para a manutenção dos ambientes e nas relações de vida que a *lida campeira* evidencia.

Produção Bibliográfica

Anexos

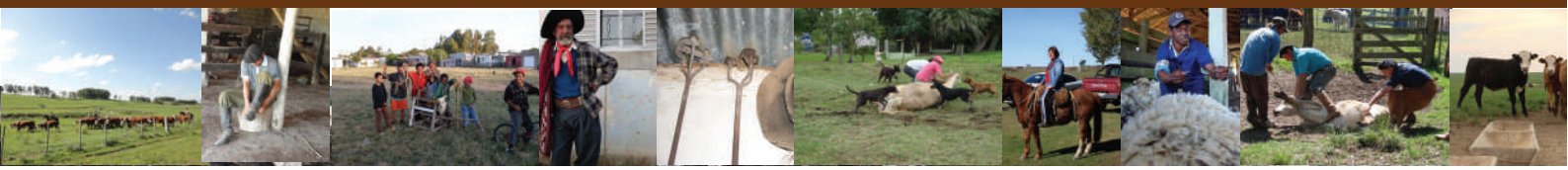
Banners

- Destacamos a produção do conjunto de banners do INRC Lida Campeira, material que realiza a síntese da pesquisa, considerando os manejos pecuários nos campos lisos e nos campos dobrados. Foram impressos 3 conjuntos de banners, financiados pelo Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel, que foram encaminhados ao IPHAN, à Associação Para Grandeza e União de Palmas (Agrupa) e à UFPel. Dois banners do “Artesanato em Lã” foram entregues para a Associação dos Artesãos de Jaguarão e para Cooperativa de Lãs Mauá, em Jaguarão, tendo em vista a devolução e a divulgação da pesquisa. Segue o conjunto de banners do INRC da Lida Campeira.

Inventário Nacional de Referências Culturais

Lidas Campeiras na região de Bagé/RS

Equipe Universidade Federal de Pelotas: Profª. Flávia Rieth (Coordenadora), Profª. Marília Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Marta Bonow Rodrigues, Pablo Rodrigues Dobke, Daniel Vaz Lima, Profª. Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem e do Som), Profª.Erika Collisson (Consultora em Geografia) e Prof.Fernando Camargo (Consultora em História).



O Inventário Nacional de Referências Culturais- *Lidas Campeiras na Região de Bagé/Fase 1*, é executado por equipe de antropólogos e historiadores da Universidade Federal de Pelotas, por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia, com solicitação, recursos e metodologia do IPHAN, no âmbito do PAC das cidades históricas.



O objetivo da pesquisa é realizar o inventário da *cultura campeira*, a partir de levantamento bibliográfico e etnográfico sobre as relações sociais entre homens, rebanhos e utensílios envolvidos nas lidas campeiras, conjunto de ofícios e modos de fazer que constitui o trabalho na criação pecuária extensiva do pampa sul-rio-grandense.

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Cultura

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

PAC Programa de Aceleração do Crescimento CIDADES HISTÓRICAS

Universidade Federal de Pelotas RS - Brasil

UFPEL RS - BRASIL ANTROPOLOGIA

Inventário Nacional de Referências Culturais

Lidas Campeiras na região de Bagé/RS

Equipe Universidade Federal de Pelotas: Profª. Flávia Rieth (Coordenadora), Profª. Marília Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Marta Bonow Rodrigues, Pablo Rodrigues Dobke, Daniel Vaz Lima, Profª. Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem e do Som), Profª.Erika Collisson (Consultora em Geografia) e Prof.Fernando Camargo (Consultora em História).



Aramado

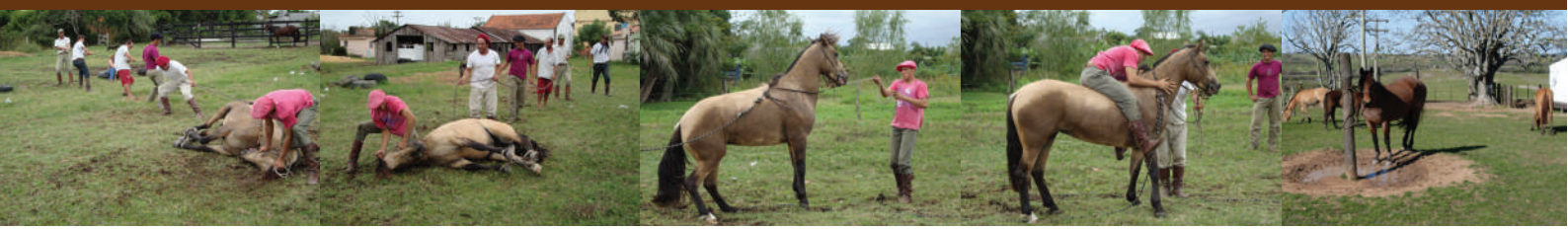
Desde que se instituiu a propriedade privada no pampa sul-rio-grandense, diferentes formas de delimitação das terras e rebanhos foram sendo adotadas. A tecnologia de cercar campos e rebanhos com fios de arame tornou-se o meio mais comum de evitar o extravio de animais e demarcar a posse da terra, seja por quem vive em menos de dez hectares, seja por quem possui cinquenta mil deles. A construção das cercas de fios de arame intercalados por piques ou "tramas" de madeira é o ofício dos chamados aramadores, ou *alambradores*, trabalhadores artesanais, geralmente sem patrão fixo. Além de evitar que os rebanhos se misturem com os animais dos campos lindeiros, o cercamento veio acompanhado do fracionamento das propriedades e de novas práticas de carneada (abate artesanal), atividade sobre a qual se tinha parco controle antes, e que, desde então, passa a ser realizada para consumo doméstico, sendo aproveitadas praticamente todas as partes do corpo do animal. A prática ilegal da carneada, realizada por estranhos dentro dos limites da propriedade de outrem, para fins de roubo de carne, caracteriza-se como crime de abigeato.



Inventário Nacional de Referências Culturais

Lidas Campeiras na região de Bagé/RS

Equipe Universidade Federal de Pelotas: Profª. Flávia Rieth (Coordenadora), Profª. Marília Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Marta Bonow Rodrigues, Pablo Rodrigues Dobke, Daniel Vaz Lima, Profª. Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem e do Som), Profª.Erika Collisson (Consultora em Geografia) e Prof.Fernando Camargo (Consultora em História).



Doma



O oficio de domador é uma atividade que compõe as lidas campeiras para que o cavalo *fique sujeito*, aceite os comandos do cavaleiro. A doma tradicional consiste no uso da força, de técnicas de reforço para submeter o animal e dos saberes tradicionais como a observância dos ciclos lunares. No conjunto de transformações das praticas campeiras, tem-se a doma racional, em que são utilizadas técnicas de adestramento sem o uso da força, baseada na confiança entre o cavalo e o cavaleiro.

IPHAN Ministério da Cultura GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA PAC PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO CIDADES HISTÓRICAS UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS RS - BRASIL UFPEL RS - BRASIL ANTROPOLOGIA

Inventário Nacional de Referências Culturais

Lidas Campeiras na região de Bagé/RS

Equipe Universidade Federal de Pelotas: Profª. Flávia Rieth (Coordenadora), Profª. Marília Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Marta Bonow Rodrigues, Pablo Rodrigues Dobke, Daniel Vaz Lima, Profª. Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem e do Som), Profª.Erika Collisson (Consultora em Geografia) e Prof.Fernando Camargo (Consultora em História).



Esquila



A "esquila" é uma atividade de tosar ovinos, selecionar e embolsar a lã, utilizada como matéria-prima para a confecção de artefatos e roupas. A lã que for ser utilizada para estes fins, ao contrário daquela dos pelegos, deve ser extraída de animais vivos, mantendo assim as qualidades necessárias para o uso. Em princípio, os "esquiladores" eram chamados em grupos para efetuarem a tosa nas estâncias. As chamadas "comparsas" muitas vezes eram compostas por mais de 50 homens, que tosavam centenas de ovelhas usando uma tesoura específica para esquilar, prática esta chamada de "tosa a martelo". No contexto de modernização surge a máquina de tosa, aparelho que dinamiza esta atividade. As transformações no processo de trabalho acarretam a diminuição da mão de obra especializada do tosador e sua "comparsa", fazendo com que a tesoura a martelo e o seu manipulador se tornem figuras raras no pampa sul-rio-grandense.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS RS - BRASIL
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA
UFPEL RS - BRASIL ANTROPOLOGIA

Inventário Nacional de Referências Culturais

Lidas Campeiras na região de Bagé/RS

Equipe Universidade Federal de Pelotas: Profª. Flávia Rieth (Coordenadora), Profª. Marília Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Marta Bonow Rodrigues, Pablo Rodrigues Dobke, Daniel Vaz Lima, Profª. Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem e do Som), Profª.Erika Collisson (Consultora em Geografia) e Prof.Fernando Camargo (Consultora em História).



Ofício de guasqueiro



Os guasqueiros, são artesãos especializados em produzir artefatos cuja principal matéria-prima é o couro cru – as tiras de couro cru são chamadas *guascas*. Os artefatos feitos pelos guasqueiros são geralmente utensílios para a lida campeira: laços, arreios para a montaria em equinos, peças do vestuário e demais objetos que são necessários à execução das atividades na pecuária. Em geral, todo trabalhador que lida com rebanhos, sejam de ovinos, bovinos ou equinos, faz ou reforma seus utensílios de trabalho, utilizando técnicas do ofício de guasqueiro - mais ou menos aprimoradas -, por razões econômicas, utilitárias e também pela satisfação de saber fazer objetos esteticamente bonitos. Além da funcionalidade, os elementos estéticos incorporados pelos guasqueiros em seus trabalhos seguem padrões peculiares, como a trançagem dos tentos (tiras finas de couro). A plasticidade de tais artefatos transcende a lida campeira, compondo roupas, chaveiros, calçados, chapéus e souvenires em geral.

Foto Marilia Kosby

IPHAN · Ministério da Cultura · Governo Federal Brasil País rico é país sem pobreza · PAC Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas · Universidade Federal de Pelotas RS - Brasil · UFPEL RS - Brasil Antropologia

Inventário Nacional de Referências Culturais

Lidas Campeiras na região de Bagé/RS

Equipe Universidade Federal de Pelotas: Profª. Flávia Rieth (Coordenadora), Profª. Marília Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Marta Bonow Rodrigues, Pablo Rodrigues Dobke, Daniel Vaz Lima, Profª. Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem e do Som), Profª.Erika Collisson (Consultora em Geografia) e Prof.Fernando Camargo (Consultora em História).



Lidas Caseiras



Imagem de Áttila Sá Siqueira.

As lidas caseiras são atividades cuja funcionalidade está voltada para a manutenção doméstica e cotidiana da propriedade rural. Estes trabalhos encerram desde os serviços de cozinha e limpeza da casa – ou das casas, quando há casas de empregados – até a capina, a ordenha, o cuidado com os chiqueiros, galinheiros, jardins e hortas. As lidas "da volta das casas" podem incluir, inclusive, a carneada de algum animal, desde que para o consumo doméstico. Muitas vezes, quando há famílias de empregados morando na estância ou próximo a esta, acontece de a esposa de algum funcionário se ocupar das lidas caseiras. Há também os casos em que são contratadas copeiras, cozinheiras (ou cozinheiros) e peões caseiros. Uma presença bastante lembrada quando se trata de lidas caseiras é a das lavadeiras, que percorriam estâncias e propriedades rurais, recolhendo roupas para lavarem em córregos ou arroios.

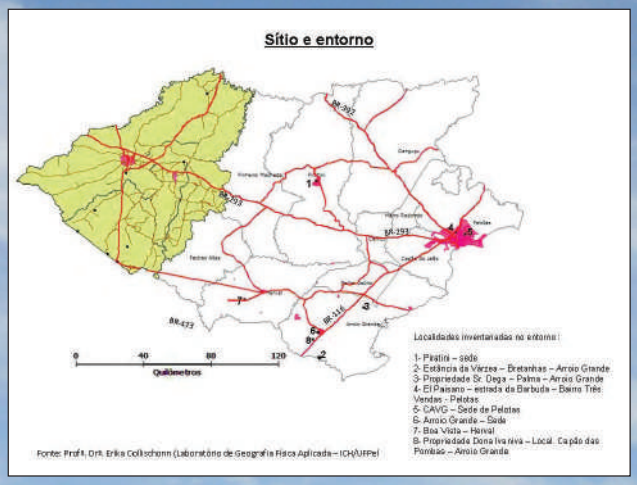
IPHAN Ministério da Cultura GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA PAC PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO CIDADES HISTÓRICAS UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS RS - BRASIL UFPEL RS - BRASIL ANTROPOLOGIA

Inventário Nacional de Referências Culturais

Lidas Campeiras na região de Bagé/RS

Equipe Universidade Federal de Pelotas: Profª. Flávia Rieth (Coordenadora), Profª. Marília Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Marta Bonow Rodrigues, Pablo Rodrigues Dobke, Daniel Vaz Lima, Profª. Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem e do Som), Profª.Erika Collisson (Consultora em Geografia) e Prof.Fernando Camargo (Consultora em História).





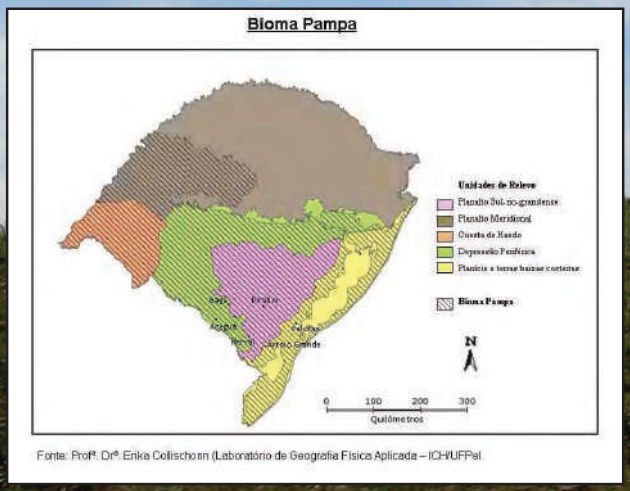
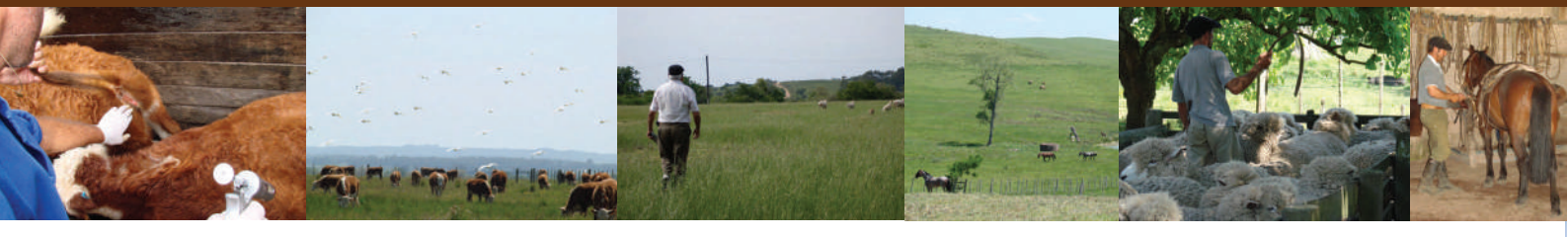


Foto Pablo Dobke

Inventário Nacional de Referências Culturais

Lidas Campeiras na região de Bagé/RS

Equipe Universidade Federal de Pelotas: Profª. Flávia Rieth (Coordenadora), Profª. Marília Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Marta Bonow Rodrigues, Pablo Rodrigues Dobke, Daniel Vaz Lima, Profª. Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem e do Som), Profª.Erika Collisson (Consultora em Geografia) e Prof.Fernando Camargo (Consultora em História).



Pastoreio

Os ofícios e saberes indicados neste inventário como "lidas campeiras" têm como principal finalidade possibilitar a execução de uma atividade fundamental para a manutenção dos rebanhos de ovinos, bovinos e equinos, qual seja, o pastoreio.

O pastoreio se refere à criação, reprodução e cuidado para com os animais envolvidos na pecuária extensiva, e requer uma rotina de trabalho que obedeça os ciclos da natureza, ou o *horário do sol*. Por este aspecto, tratamos o universo da pecuária e das lidas campeiras como um modo de vida, que articula saberes cosmológicos a respeito das relações entre humanos e não-humanos com tecnologias desenvolvidas no campo científico.

Foto Marília Kosby

IPHAN Ministério da Cultura GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA PAC PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO CIDADES HISTÓRICAS UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS RS - BRASIL UFPEL RS - BRASIL ANTROPOLOGIA

Inventário Nacional de Referências Culturais

Lidas Campeiras na região de Bagé/RS

Equipe Universidade Federal de Pelotas: Profª. Flávia Rieth (Coordenadora), Profª. Marília Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Marta Bonow Rodrigues, Pablo Rodrigues Dobke, Daniel Vaz Lima, Profª. Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem e do Som), Profª.Erika Collisson (Consultora em Geografia) e Prof.Fernando Camargo (Consultora em História).



Tropeadas

Os tropeiros são trabalhadores cuja principal atividade é transportar a cavalo rebanhos de uma localidade a outra. Quando o número de estâncias não fracionadas ainda era maior, época em que havia poucas estradas abertas entre as propriedades rurais e os caminhões boiadeiros eram raríssimos, os tropeiros utilizavam carretas para transportar mantimentos e utensílios, bem como para servir de leito, já que se chegava a passar semanas tropeando. Durante o período de auge econômico das charqueadas em Pelotas, no séc. XIX, o intenso deslocamento de tropas da região de Bagé para o polo charqueador pelotense criou o território conhecido por “caminho das tropas”. Atualmente as tropeadas ocorrem transpondo menores distâncias, em que tropas de gado são manejadas de uma propriedade a outra quando mais viável do que transportar por caminhão.

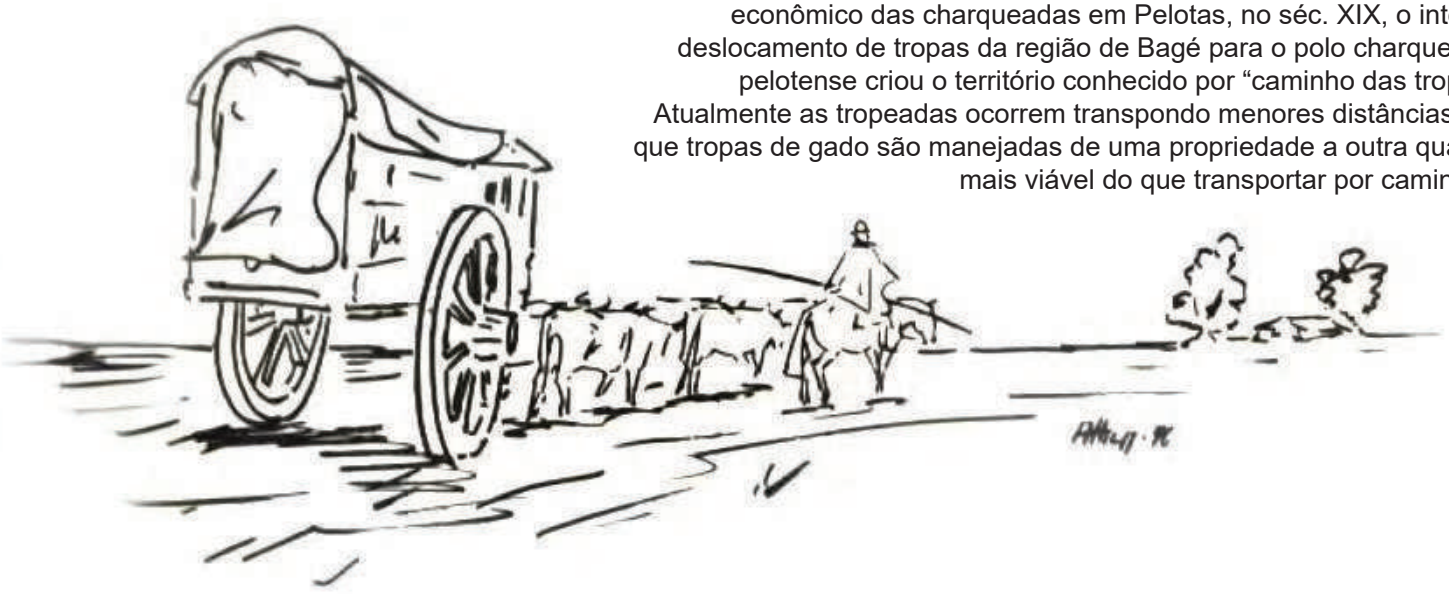


Imagem de Áttila Sá Siqueira.

INRC - LIDA CAMPEIRA NOS CAMPOS DOBRADOS DO ALTO DO CAMAQUÃ

Equipe Universidade Federal de Pelotas: Dra. Flávia Rieth (coordenação), Daniel Vaz Lima (Antropologia), Miriel Bilhalva Herrmann (Antropologia), Tatiane Delamare (Geografia), Juliana dos Santos Nunes (Antropologia), Vagner Barreto Rodrigues (Antropologia), Mateus Fernandes da Silva (Antropologia), Leonardo Sapucaia (Antropologia), Dr. Adriano Simon (Consultor em Geografia), Dra. Marília Floôr Kosby (Consultora em Etnologia Afro-Americana), Dra. Daiane Loreto de Vargas (Consultora em Extensão Rural-UFRB)


1


2


3

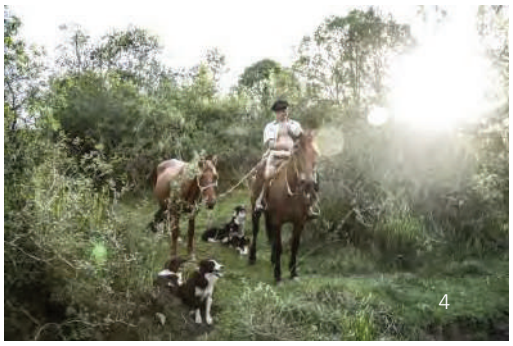
LIDA CAMPEIRA NO ALTO CAMAQUÃ

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Lida Campeira iniciou com a demanda da Prefeitura de Bagé, do financiamento e cedência de metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da realização, por meio do Bacharelado em Antropologia, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Em 2016, a equipe iniciou a extensão para os manejos no Alto Camaquã, Serra do Sudeste, a partir de solicitação da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC).

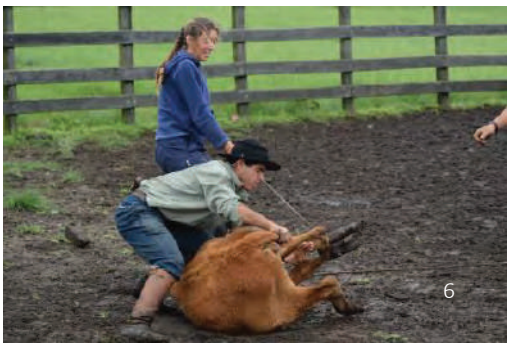
Ao acompanharmos a pecuária familiar extensiva em campo nativo, ouvimos que "*camperear em campo liso é diferente de camperear em campo dobrado*". A região do Alto Camaquã é marcada pela presença histórica de pecuaristas familiares, quilombolas e outros povos tradicionais da pampa – que apontam para uma diversidade de saberes intimamente associados ao ambiente dos "*campos de pedras*", com cordilheiras, "*guaritas*", "*peraus*" e matas ciliares.

Os interlocutores do INRC são proprietários de terras e/ou peões campeiros, trabalhadores e trabalhadoras rurais, que desempenham ou desempenharam as atividades de pastoreio (de ovinos, de caprinos e de bovinos), de doma, de esquila, o ofício de guasqueiro, a tropeada, o artesanato em lã e a lida caseira, entre outros saberes e fazeres.

A experiência da pesquisa busca compartilhar e valorizar o conhecimento dos interlocutores, por meio do *blog* INRC Lida Campeira: https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/


4


5


6

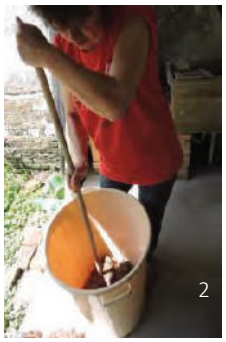
Imagens: Luciene Barbosa/INRC Lida Campeira – 1, 5 e 6 | Guilherme Santos/Sul21 – 2, 3, 4 e 7

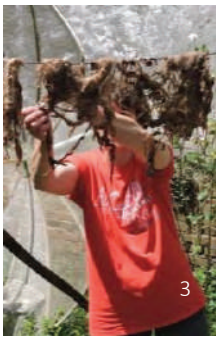

7

INRC - LIDA CAMPEIRA NOS CAMPOS DOBRADOS DO ALTO DO CAMAQUÃ

Equipe Universidade Federal de Pelotas: Dra. Flávia Rieth (coordenação), Daniel Vaz Lima (Antropologia), Miriel Bilhalva Herrmann (Antropologia), Tatiane Delamare (Geografia), Juliana dos Santos Nunes (Antropologia), Vagner Barreto Rodrigues (Antropologia), Mateus Fernandes da Silva (Antropologia), Leonardo Sapucaia (Antropologia), Dr. Adriano Simon (Consultor em Geografia), Dra. Marília Floôr Kosby (Consultora em Etnologia Afro-Americana), Dra. Daiane Loreto de Vargas (Consultora em Extensão Rural-UFRB)

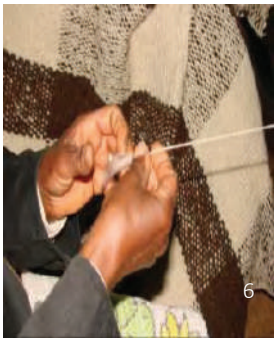

1


2


3


4


5

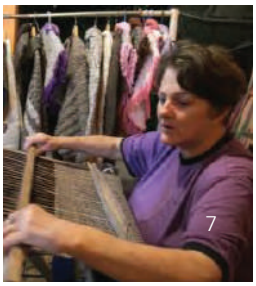

6

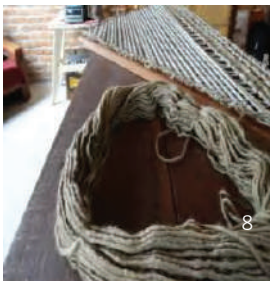
ARTESANATO EM LÃ CRUA

O artesanato em lã é um saber-fazer disseminado pela pampa do Brasil, da Argentina e do Uruguai. Um saber constituído através de diferentes técnicas e modos de fazer – transmitido e renovado por meio das gerações. É uma atividade manual em que o artesão e a artesã, geralmente, detêm todas as etapas e compreende o processo na integra, da produção até a execução.

A relação começa no campo, com a criação dos rebanhos ovinos, a seleção das matrizes e o manejo para obtenção de uma melhor lã. Abrange a retirada da lã do animal, por meio da esquila, assim como o processamento da lã para o artesanato. Inclui a lavagem, para a retirada de impurezas que aderem à fibra, quando pode ocorrer o tingimento, com uso de “chás” e ervas nativas. Contempla a cardagem, que possibilita pentear a lã, deixando as fibras no mesmo sentido. Envolve o fazer o fio, que pode ser realizado em rocas manuais, rocas elétricas e fusos. E, ainda, o tecer, em tramas que contemplam variadas formas de usar a lã, por meio de agulhas, como na técnica do crochê em *jacquard*, ou de teares de “prego” e de teares de “pente”, transformando-a em peças artesanais utilizadas na *lida campeira*.

Os palas, ponchos, boinas, mantas, ruanas, cobertores, xergões são comercializados entre conhecidos, nas feiras e nas exposições. Uma peça artesanal em lã, se bem cuidada, “*pode durar uma vida toda*”.


7


8


9


10


11

Imagens: Fio Farroupilha - 1 e 8 | Miriel Bilhalva Herrmann - 2, 3, 5, 9 e 12 | Guilherme Santos/Sul21 - 7 | Débora Lima - 10 | INRC Lida Campeira - 4, 6 e 11


12

- **Circulação dos banners entre as comunidades**

  O conjunto de banners foi utilizado pela Agrupa, durante a Exposição Pelas Mãos do Pampa, na Casa de Cultura Pedro Wayne, em Bagé, nos dias 28 a 31 de julho de 2021, **na perspectiva da apropriação e de colaboração no processo de pesquisa pelos detentores e detentoras nas localidades do Alto Camaquã.**


Inventário Nacional de Referências Culturais
Lidas Caseiras
Inventário Nacional de Referências Culturais
Esquila
BRASIL
ARTESANATO EM LÃ CRUA


Inventário Nacional de Referências Culturais
Tropeadas


Lidas Caseiras
BRASIL


Inventário Nacional de Referências Culturais
Tropeadas
Doma
BRASIL

Blog e Exposições

- Elaboramos o Blog INRC Lida Campeira (https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/) que objetiva manter relação com os interlocutores, bem como, divulgar para um público mais amplo esta produção. Destacamos que o mesmo está organizado em abas conforme as etapas da pesquisa, considerando as seguintes sessões: “Início”, com informações institucionais; “Lida Campeira Região Bagé”, subdividida em “Projeto”, “Filmes”, “Fotos”, “Relatórios” e “Banners”, com informações referentes à primeira fase do Projeto; “Lida Campeira Alto Camaquã”, subdividida em “Projeto”, “Lidas e Vidas” (de modo a destacar os detentores dos saberes e fazeres pecuários), “Relatório”, “Banners”, “Equipe”, com informações referentes à segunda fase do Projeto; e “Publicações”, com produções da equipe.



Flávio. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 187-214, 2016.

LEAL, Ondina. Do etnografado ao etnografável: o "sul" como área cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 7, p. 201-214, 1997.

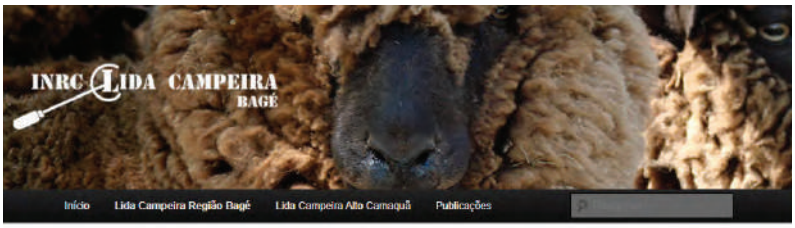
PORTAIS

ADAC. Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã. Disponível em: http://www.altocamaqua.com.br/quem-somos/. Acesso em: 02 de junho de 2017.

Contato: inrcaltocamaquã@gmail.com

UFPEL
PPGAnt Mestrado | Doutorado
IPHAN
ICH
ANTROPOLOGIA
PAC CIDADES HISTÓRICAS

Criado com WordPress



Filmes











IDIOMA

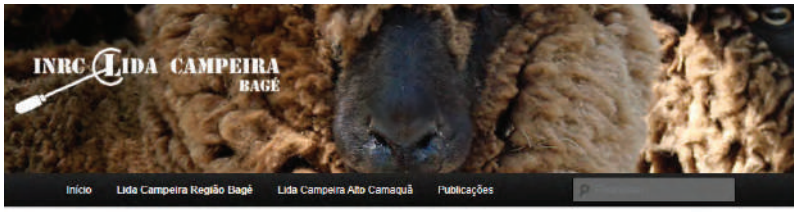
-
-

INRC Lida Campeira
Inventário Nacional de Referências Culturais

Realização:

LIDAS E VIDAS

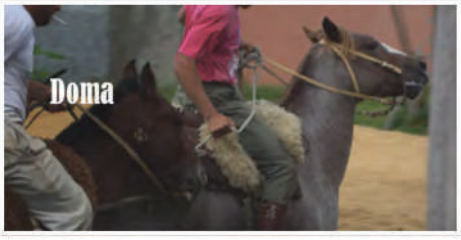
- Andrea Madruga – linhas e li-nhagens nos caminhos da lã
- José Camilo Pires Pereira
- Lidas e vidas
- Seu Beto – Lidas e vidas entre as pedras



Fotos

Clique nas imagens abaixo para abrir as galerias de fotos por tema













IDIOMA

-
-

INRC Lida Campeira
Inventário Nacional de Referências Culturais

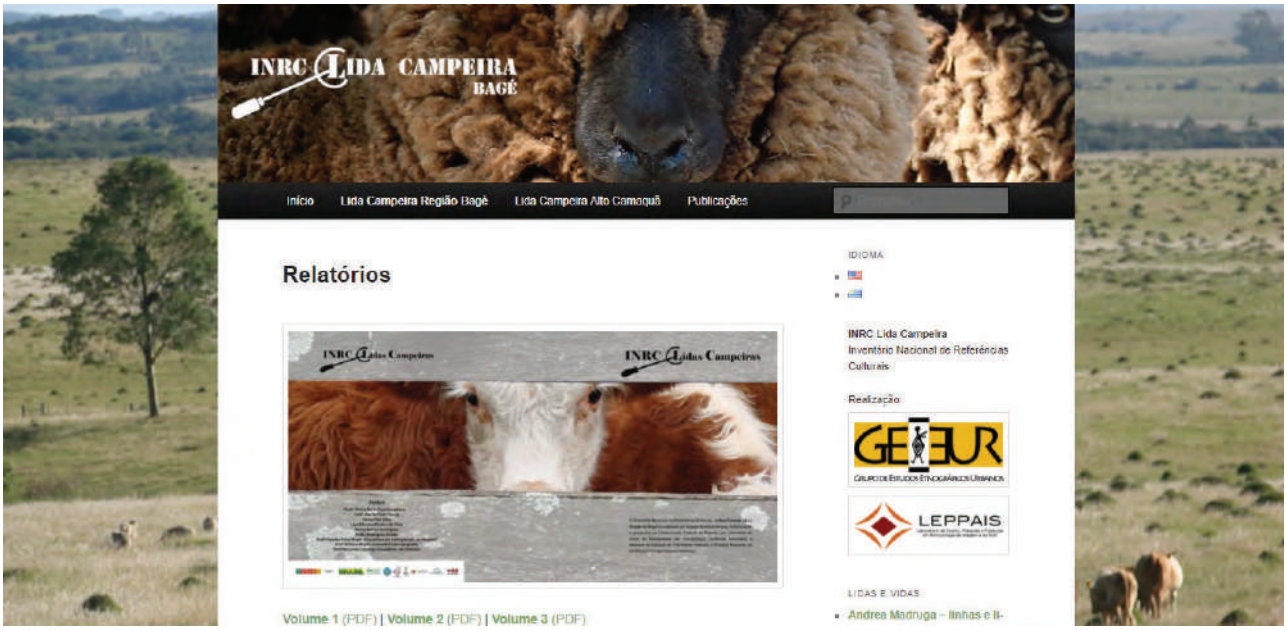
Realização:

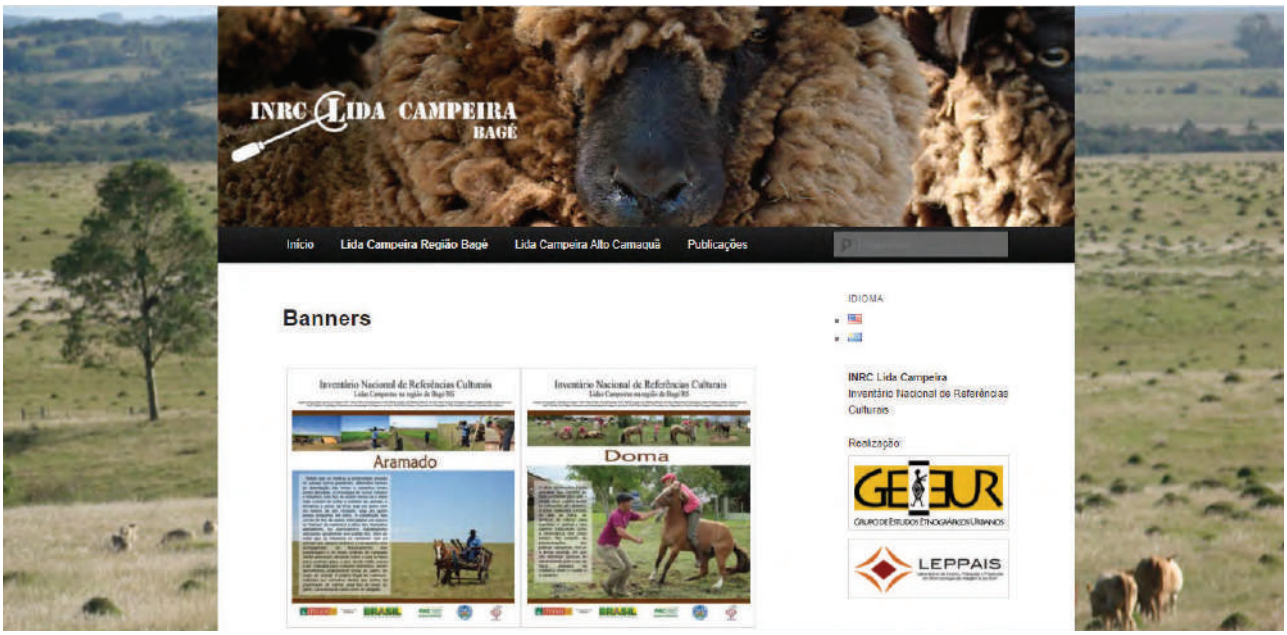
GEEUR
GRUPO DE ESTUDOS ETNOGRÁFICOS URBANOS

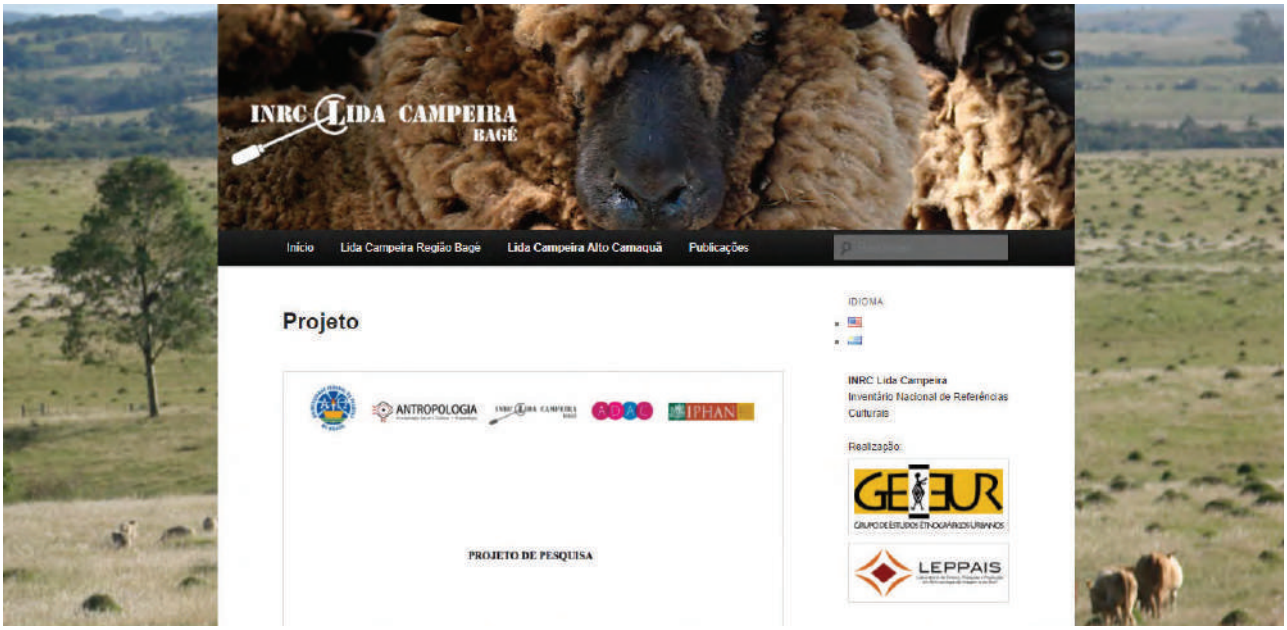
LEPPAIS

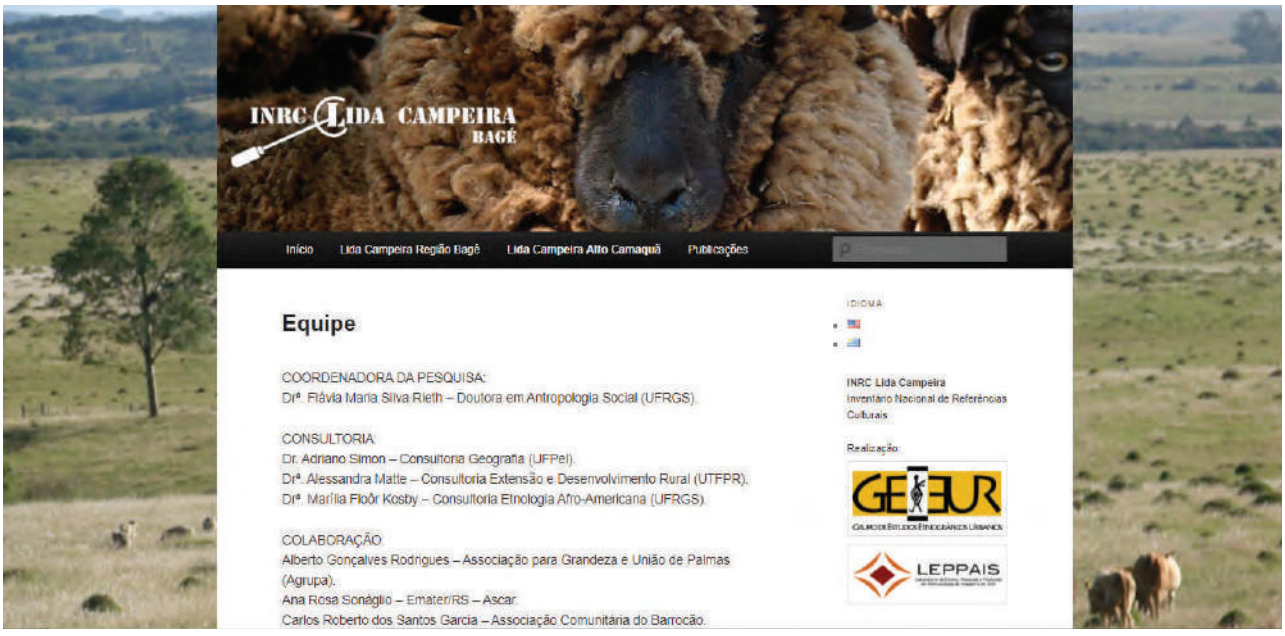
LIDAS E VIDAS

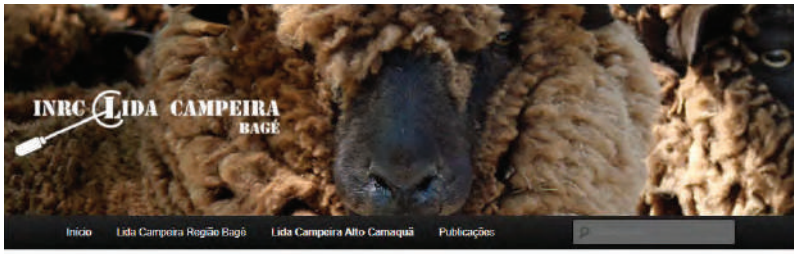
- Andrea Madruga – linhas e imagens nos caminhos da lã
- José Camilo Pires Pereira
- Lidas e vidas
- Sou Beto – Lidas e vidas entre as pedras


INRC LIDA CAMPEIRA
BAGÉ
Início
Lida Campeira Região Bagé
Lida Campeira Alto Camaquã
Publicações
Relatórios
IDIOMA
INRC Lida Campeira
Inventário Nacional de Referências Culturais
Realização:
GEUR
LEPPAIS
LIDAS E VIDAS
Andrea Madruga – linhas e li-
Volume 1 (PDF) | Volume 2 (PDF) | Volume 3 (PDF)


INRC LIDA CAMPEIRA
BAGÉ
Início
Lida Campeira Região Bagé
Lida Campeira Alto Camaquã
Publicações
Banners
IDIOMA
INRC Lida Campeira
Inventário Nacional de Referências Culturais
Realização:
GEUR
LEPPAIS
Aramado
Doma


INRC LIDA CAMPEIRA
BAGÉ
Início
Lida Campeira Região Bagé
Lida Campeira Alto Camaquã
Publicações
Projeto
ANTROPOLOGIA
IPHAN
PROJETO DE PESQUISA
IDIOMA
INRC Lida Campeira
Inventário Nacional de Referências Culturais
Realização:
GEEUR
LEPPAIS


INRC LIDA CAMPEIRA
BAGÉ
Início
Lida Campeira Região Bagé
Lida Campeira Alto Camaquã
Publicações
Equipe
COORDENADORA DA PESQUISA:
Drª. Flávia Maria Silva Rieth – Doutora em Antropologia Social (UFRGS).
CONSULTORIA:
Dr. Adriano Simon – Consultoria Geografia (UFPel).
Drª. Alessandra Matte – Consultoria Extensão e Desenvolvimento Rural (UTFPR).
Drª. Marília Floôr Kosby – Consultoria Etnologia Afro-Americana (UFRGS).
COLABORAÇÃO:
Alberto Gonçalves Rodrigues – Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa).
Ana Rosa Sonáglio – Emater/RS – Ascar.
Carlos Roberto dos Santos Garcia – Associação Comunitária do Barrocão.
IDIOMA
INRC Lida Campeira
Inventário Nacional de Referências Culturais
Realização:
GEEUR
LEPPAIS



DESTACADO

Lidas e vidas

"Falar sobre um intelectual é também falar sobre suas ideias. Mas a história das ideias é marcada por um enigma: tamanha parece ser a capacidade das ideias de aparecer em todos os tipos de tempo e de lugar que podemos considerá-las adiantadas ou atrasadas em relação a seu tempo."

Marilyn Strathern, *O efeito etnográfico*

"Lidas e Vidas" surge enquanto um desdobramento do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã/RS. No trabalho de campo, iniciado em 2010, a equipe vem acessando a *área cultural do pampa*, por meio de trabalho de campo e acompanhamento das atividades realizadas pelos detentores e detentoras dos ofícios, que vivenciam ou vivenciaram a lida da pecuária.

IDIOMA

INRC Lida Campeira
Inventário Nacional de Referências Culturais

Realização:

GEEUR
GRUPO DE ESTUDOS ETNOGRÁFICOS URBANOS

LEPPAIS

José Camilo Pires Pereira

Publicado em 07/12/2018



Publicado em Lidas e Vidas

Seu Beto – Lidas e vidas entre as pedras

Publicado em 12/06/2018



Foto: Guilherme Santos / Sul21

Seu Beto é um peão desassombrado, desses que garantem não ter medo de vulto ou assombração quando atravessa os campos de Palmas, na Serra do Sudeste, interior de Bagé, nas madrugadas escuras do sul rio-grandense. A região do pampa gaúcho é destacada pela particularidade dos campos de pedra, ou *campos dobrados*, com paisagem marcada por acidentes geográficos, peraus, afloramentos rochosos e guaritas, um mosaico de campos, pedras e matos.

Continue lendo →



Publicações

TESES

KOSBY, Marilia Floôr. **Alma-caroço**: peregrinações com cabras negras pelo extremo sul do Brasil. 2017. 173f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017

LIMA, Daniel Vaz. **Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas**: uma etnografia a pé na pampa brasileira. 2020. 298f. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

DISSERTAÇÕES

IDIOMA

INRC Lida Campeira
Inventário Nacional de Referências Culturais

Realização:

- Em 2020, acompanhando esta devolução, a partir de reflexões da pesquisa, realizamos a exposição virtual permanente **“Lida campeira: saberes e fazeres da pecuária extensiva na pampa brasileira”** (http://museuhistoricobpp.com.br/index.php/2020/09/21/lida-campeira-saberes-e-fazeres-da-pecuaria-extensiva-na-pampa-brasileira/) no site do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, a qual foi visitada pelos interlocutores e um público mais amplo. Segue a exposição:





Lida campeira: saberes e fazeres da pecuária extensiva na pampa brasileira

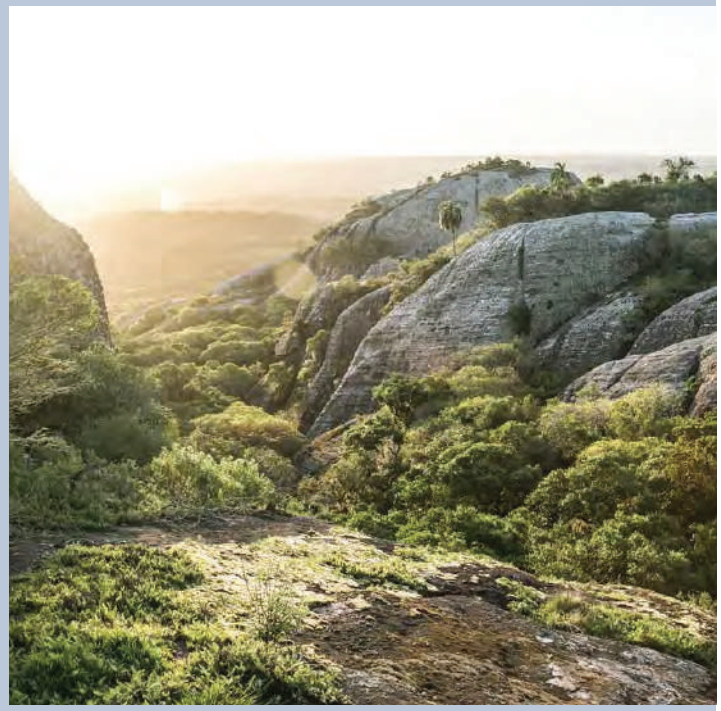
O projeto

O Inventário Nacional de Referências Culturais Lida Campeira nas Regiões de Bagé e do Alto Camaquã (INRC Lida Campeira link blog https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/) busca identificar e inventariar saberes e fazeres da lida campeira, que se desdobram em uma série de ofícios, como a lida do pastoreio - de ovinos, de bovinos, de equinos e de caprinos -, as tropeadas, a construção de aramados ou alambrados, a guasqueria, a esquila, a doma, a lida caseira e o artesanato em lã. A pesquisa iniciou-se na região de Bagé/RS, em 2010, a partir da demanda da Prefeitura Municipal de Bagé, com financiamento e cedência de metodologia do Iphan (link do Iphan http://portal.iphan.gov.br/) e realização da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por intermédio do Bacharelado em Antropologia https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/6020), responsável pela realização da pesquisa. O Inventário, coordenado pela antropóloga e professora Dra. Flávia Rieth, articula uma rede de detentores dos múltiplos saberes e modos de fazer que são referências de um modo de viver tecido na relação entre humanos, outros animais, coisas (utensílios, objetos) e ambiente.

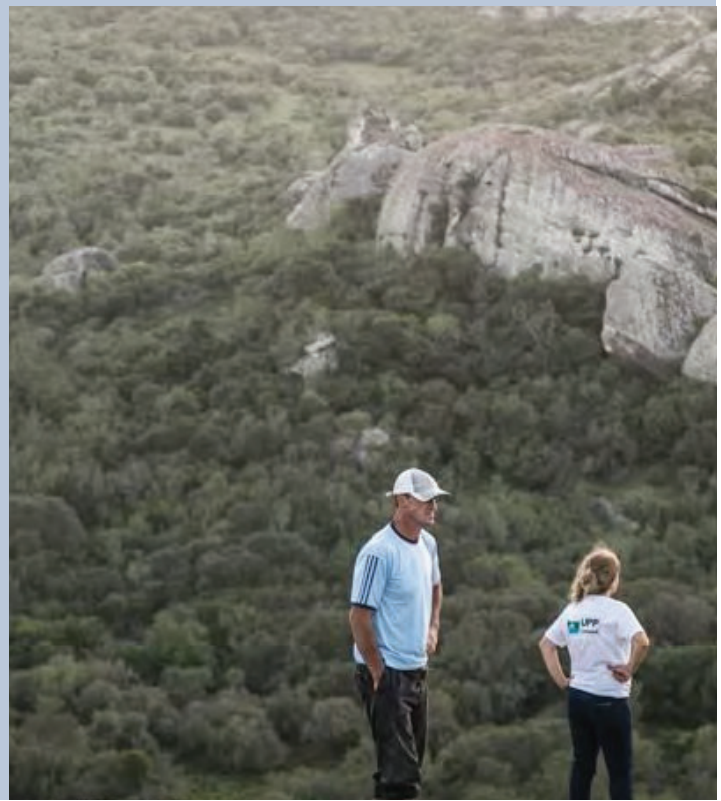
TEASER INRC Lida (https://vimeo.com/123399315)

Extensão - **Alto Camaquã**

Em 2015, a equipe foi convidada pela Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC) para apresentar o Inventário em um evento com representantes dos municípios do Alto Camaquã, uma vez que "camperear em campo liso é diferente de camperear em campo de pedra". A região do Alto Camaquã é marcada pela presença dos chamados pecuaristas familiares e comunidades quilombolas. Essa presença dos povos tradicionais apontou uma diversidade de saberes intimamente associados ao ambiente. Tal fato gerou o pedido de extensão do inventário considerando a área cultural da região, que compreende os municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Piratini, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista. Ao longo de 2017, iniciou-se a segunda fase do projeto, a partir da parceria com a ADAC e com a Associação para a Grandeza e União de Palmas (AGRUPA).







“Camperear em campo de pedra é diferente de camperear em campo liso”: a diversidade de paisagens, manejos e povos da pampa

Os “campos lisos” são campos planos, cujos horizontes são pontuados por pequenas ondulações, chamadas de coxilhas.

Nesses espaços, de horizontes largos, característicos das regiões de fronteira com os países platinos, é comum a existência de grandes propriedades de terras que articulam pecuária extensiva com monoculturas agrícolas. Os campos são “limpos”, denominação que recebem por estarem constituídos, predominantemente, por gramíneas, com poucas ervas que o gado não come. Camperear em campos lisos é

atividade de peões contratados, cujas famílias vivem pelas cidades da região. Durante o dia, os peões percorrem longas distâncias, a cavalo, em que fazem a contagem do gado, separam alguns animais para serem comercializados, ajudam na época de parição e tratam doenças. Os cachorros auxiliam no cotidiano das atividades da propriedade e compartilham a lida com os campeiros. Os saberes pecuários envolvem os cuidados ao longo do crescimento dos animais, bem como protegê-los das intempéries do frio cortante e do sol quente, já que os campos lisos possuem poucas matas para o abrigo dos animais.





Os “campos dobrados” da região do Alto Camaquã apresentam topografia acidentada, afloramentos rochosos, com cordilheiras, “guaritas” e peraus. Caracteriza-se por um mosaico de “campo sujo”, com campo, mato, pedra, rio. É a região mais preservada do bioma pampa, com 80% da cobertura nativa.Os campos dobrados serviram como local estratégico para diversos grupos ao longo da formação sociocultural da região e apresenta grupos pecuaristas familiares, quilombolas, indígenas que convivem historicamente com a preservação da biodiversidade. A principal atividade é a pecuária de “cria”, em que são cuidadas as vacas para parir os terneiros, que, por sua vez, são vendidos para pecuaristas de outras localidades, que fazem a “engorda”. Os
cães são parceiros fundamentais nas atividades, já que buscam os animais que se escondem nas matas e peraus, inacessíveis aos humanos e cavalos. As lidas com os rebanhos bovinos, ovinos e caprinos costumam ser desempenhadas pelos membros da família, com a ajuda esporádica dos vizinhos.





LIDA COM CACHORROS











Pastoreio de Caprinos e Bovinos

Lidas e Vidas

Os manejos da pecuária extensiva na pampa acompanham os ciclos da natureza e de vida e morte dos animais, os horários do sol, os períodos de chuva e de estiagem, a especificidade dos rebanhos, a relação predatória entre animais. Mais do que atividades, estes saberes constituem modos de viver incorporados a partir do envolvimento perceptivo dos corpos com as materialidades, os bichos e o ambiente, constituindo diferentes formas criativas de conviver. As atividades da lida são descritas pelos interlocutores e interlocutoras como "brabíssimas", porque árduas e perigosas.

Tornar-se campeiro envolve conhecer os animais, pois humanos, cavalos e cães estabelecem uma relação de ensino e aprendizagem na lida com os rebanhos. Práticas como acordar antes do raiar do sol, derrubar novilho com o corpo, conviver com animais predadores, enfrentar condições climáticas rigorosas, exigem de campeiros e campeiras uma aprendizagem de "saber o que fazer", diante das situações em que estão em risco a vida de humanos e de outros animais.

VÍDEO José Camilo Pires Pereira (https://youtu.be/OMpvwvFdBio)









Ofício de Aramar ou Alambrar

Desde que se instituiu a propriedade privada no pampa sul-rio-grandense, diferentes formas de delimitação das terras e rebanhos foram sendo adotadas. A tecnologia de cercar campos e rebanhos com fios de arame tornou-se o meio mais comum de evitar o extravio de animais e demarcar a posse da terra, seja por quem vive em menos de dez hectares, seja por quem possui cinquenta mil deles. A construção das cercas de fios de arame intercalados por piques ou "tramas" de madeira é o ofício dos chamados aramadores, ou alambradores, trabalhadores artesanais, geralmente sem patrão fixo.

Ari Flores Pereira (Bagé) desempenhava o ofício de alambrador, atividade que começou praticar a partir dos sete anos de idade ajudando seu tio. Trabalhava numa estância e, de vez em quando, era contratado para alambrar em outras propriedades. No trabalho é auxiliado por ajudantes.

Artesanato em Lã

É uma atividade manual em que a/o artesã/ão detém as etapas e compreende todo o processo, da produção até a execução. Abrange a retirada da lã do animal, por meio da esquila, assim como o processamento da lã para o artesanato. Inclui a lavagem, para retirada de impurezas que aderem à fibra. Contempla a cardagem, que possibilita pentear a lã, deixando as fibras no mesmo sentido. Envolve o fazer o fio, que pode ser realizado em rocas manuais, em rocas elétricas ou em fusos, momento em que pode ocorrer o tingimento, com uso de "chás" e de ervas nativas. E, ainda, o tecer, em tramas que inventam formas de usar a lã, seja por meio de agulhas, como na técnica do crochê em jacquard, ou de teares de "prego" ou de teares de "pente".





Dona Elci - Herval/RS

"De manhã antes de tomar café, eu vou boto milho pra galinhas, pros pinto, se tem um gato miando já dou uma comidinha, pra depois eu sentar. Não posso ver os bichos com fome, primeiro os bichos depois eu. Não precisa sair a campo com cachorros ou a cavalo, vou na beira do arame e chamo elas, 'vem ovelha' e elas vem para mim, bato palma, e digo rápido, rápido e elas vem correndo. Boto um agrado, uma farinha no balde para elas verem que tem alguma coisa. As vezes sem o balde, só chamo e elas vem. É igual a gado, lá no campo onde tem gado, a gente chega de carro, e é só eles verem já vem correndo. Essa é nossa lida, não tem trabalho, acostumamos o rebanho assim, porquê com a minha idade não tenho mais condições de tá correndo campo".



Artesanato em Lã









Rosangele Soares Scholante - artesã em Bagé/RS

"Eu comecei do nada. Fui aprendendo a tecelagem em lã, fui inventando e cada vez queria aprender mais. Depois fiz um curso de tecelagem, que era meu sonho, e hoje estou aí participando das feiras, junto com meu filho. Estamos sempre tentando criar coisas novas. Eu sou uma dona de casa, mas também sou uma artesã. O marido me dá uma baita ajuda. Muitas vezes, ele desce do cavalo e vem me ajudar. A nossa vida é essa aí".







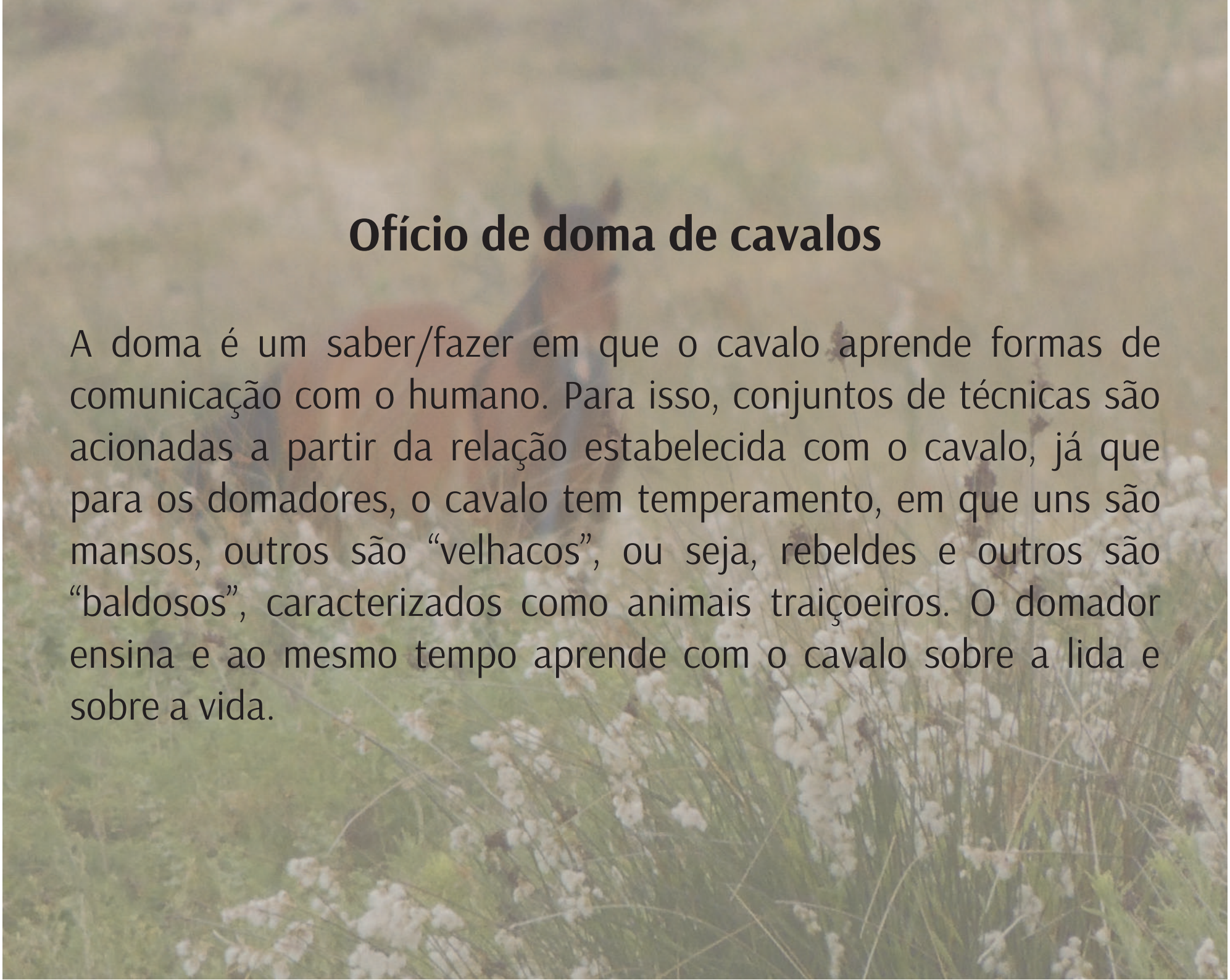




Cenilza – artesã em Jaguarão/RS

“Lido com lã desde pequena, as mulheres e as crianças eram quem trabalhavam com lã, faziam todo o beneficiamento, desde lavar, abrir, tecer. (...) Faço todo o trabalho da lã e o fio utilizo ele no tricô, feltragem, jacquard, adoro pegar um novelinho de lã e fazer uma peça.”





Ofício de doma de cavalos

A doma é um saber/fazer em que o cavalo aprende formas de comunicação com o humano. Para isso, conjuntos de técnicas são acionadas a partir da relação estabelecida com o cavalo, já que para os domadores, o cavalo tem temperamento, em que uns são mansos, outros são “velhacos”, ou seja, rebeldes e outros são “baldosos”, caracterizados como animais traiçoeiros. O domador ensina e ao mesmo tempo aprende com o cavalo sobre a lida e sobre a vida.

Seu Nelson - Bagé/RS

“O animal com carinho se amansa! Eu não judio de animal, eu só trato o animal com carinho. Eu era de dar uma tunda num animal, quando eu não podia com ele, e me abraçar nele e dizer chorando: ‘Não me faz mais isso rapaz!’ Chegava a chorar abraçado no pescoço do animal e no outro dia este estava me seguindo... Os animais agarram medo desses caras que judiam, já vem a pau pela cabeça dos animais né! O animal agarra medo e agarra raiva!” (Seu Nelson – Bagé)







Ofício da Esquila

A “esquila” é uma atividade de tosar ovinos, selecionar e embolsar a lã, utilizada como matéria-prima para a confecção de artefatos e roupas. A lã é extraída de animais vivos, mantendo assim as qualidades necessárias para o uso. Em princípio, os “esquiladores” eram chamados em grupos para efetuarem a tosa nas estâncias. As chamadas “comparsas” muitas vezes eram compostas por mais de 50 pessoas, que tosavam centenas de ovelhas usando uma tesoura específica para esquilar, prática esta chamada de “tosa a martelo”. No contexto de modernização surgiu a máquina de tosa, aparelho que dinamiza esta atividade. As transformações no processo de trabalho acarretam a diminuição da mão de obra especializada do tosador e sua “comparsa”.

Esquilador



Edson Rodrigues
Aceguá/RS



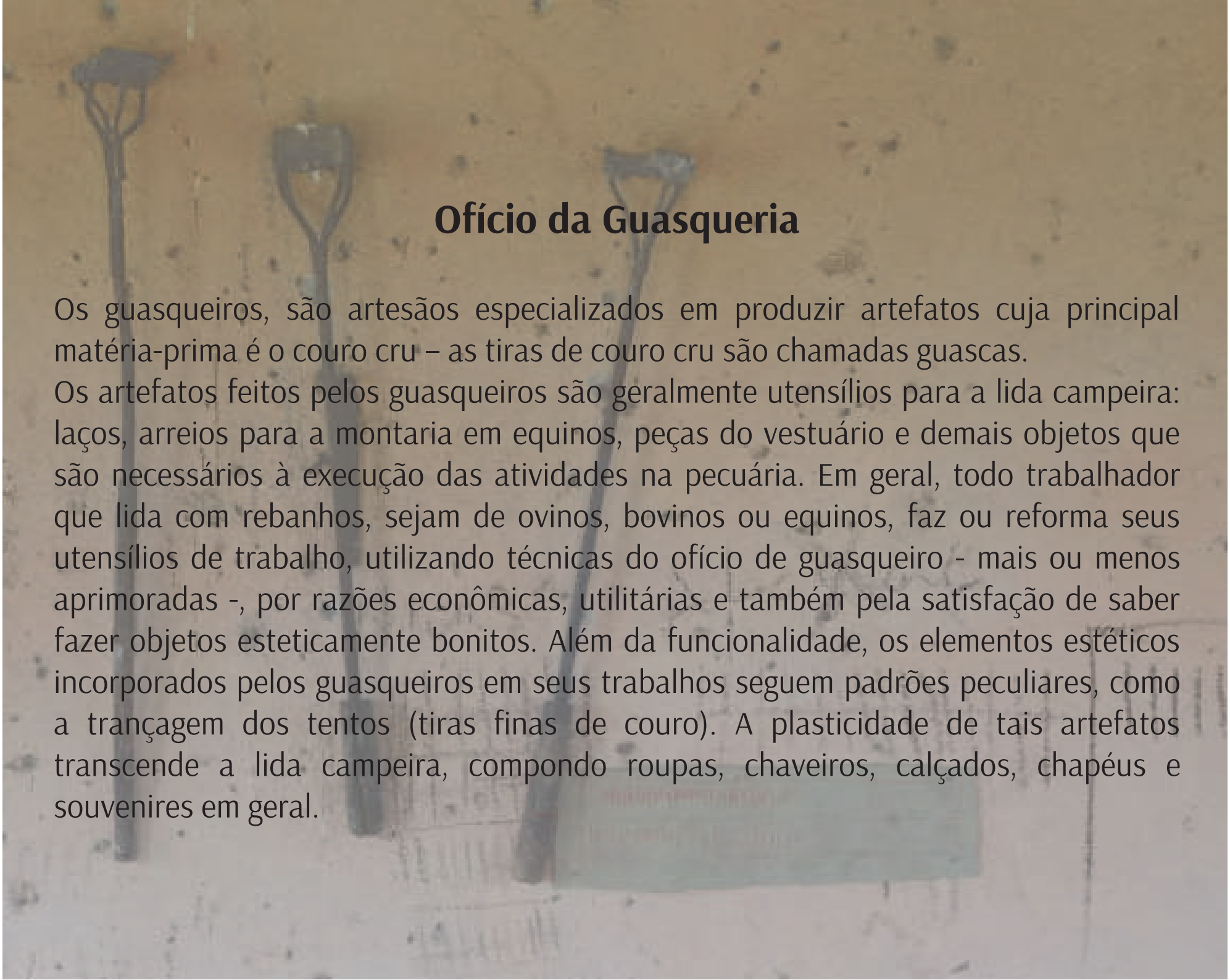
“Eu aprendi com os mais velhos, eu era guri (...) me entusiasmei e fui pegando, foi seguindo o bolero e fui pegando.”



Esquilador







Ofício da Guasqueria

Os guasqueiros, são artesãos especializados em produzir artefatos cuja principal matéria-prima é o couro cru – as tiras de couro cru são chamadas guascas.
Os artefatos feitos pelos guasqueiros são geralmente utensílios para a lida campeira: laços, arreios para a montaria em equinos, peças do vestuário e demais objetos que são necessários à execução das atividades na pecuária. Em geral, todo trabalhador que lida com rebanhos, sejam de ovinos, bovinos ou equinos, faz ou reforma seus utensílios de trabalho, utilizando técnicas do ofício de guasqueiro - mais ou menos aprimoradas -, por razões econômicas, utilitárias e também pela satisfação de saber fazer objetos esteticamente bonitos. Além da funcionalidade, os elementos estéticos incorporados pelos guasqueiros em seus trabalhos seguem padrões peculiares, como a trançagem dos tentos (tiras finas de couro). A plasticidade de tais artefatos transcende a lida campeira, compondo roupas, chaveiros, calçados, chapéus e souvenires em geral.

Seu Abelardo é guasqueiro (como profissão) desde os 17 anos. Manteve e mantém sua família com este ofício. É filho de trabalhadores rurais e aprendeu o ofício com seu avô e com seu pai. É casado e tem filhos. Ensinou as filhas e atualmente ensina o neto. Possui sua oficina anexada a sua casa na cidade de Pelotas Bairro Fragata.



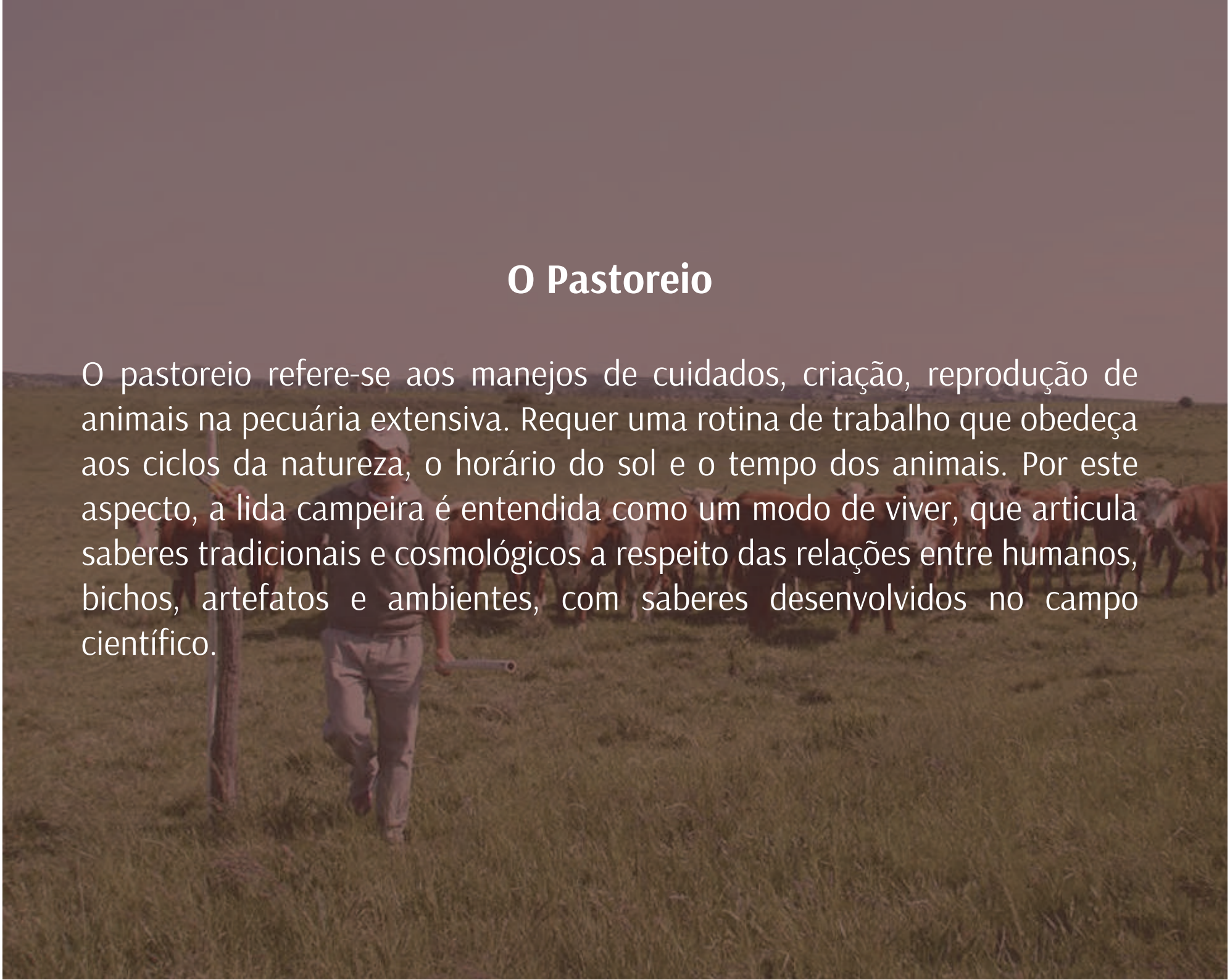
Lidas Caseiras

As lidas caseiras são atividades cuja funcionalidade está voltada para a manutenção doméstica e cotidiana da propriedade rural. Estes trabalhos encerram desde os serviços de cozinha e limpeza da casa e do terreiro até a capina, a ordenha, o cuidado com os chiqueiros, galinheiros, jardins e hortas. As lidas “da volta das casas” podem incluir, inclusive, a carneada de algum animal, desde que para o consumo doméstico.



Mulheres na lida caseira o preparo dos doces

"As mulheres se reúnem no verão, janeiro, fevereiro, março, né, para fazer as tachadas de doce. Vão fazendo em conjunto. Levantam cedo de manhã, vão buscar fruta lá no mato. Aqui a gente tem muitas árvores de frutas que os antigos plantaram, o marmeleiro, principalmente, no mato. E pêra. E vão lá, buscam no mato e trazem pra casa para preparar. E às vezes deixam de um dia para o outro ou vários dias ali para depois preparar os doces". (Amilton Camargo – Quilombo Corredor dos Munhóz – Lavras do Sul)



O Pastoreio

O pastoreio refere-se aos manejos de cuidados, criação, reprodução de animais na pecuária extensiva. Requer uma rotina de trabalho que obedeça aos ciclos da natureza, o horário do sol e o tempo dos animais. Por este aspecto, a lida campeira é entendida como um modo de viver, que articula saberes tradicionais e cosmológicos a respeito das relações entre humanos, bichos, artefatos e ambientes, com saberes desenvolvidos no campo científico.





Lavras do Sul

Laís de Moraes

“Como é vida, tem coisas que dá tempo e, tu aprendes a lidar com a vida e a morte ao mesmo tempo” .

Luciano Jardim

“Alguém tem que seguir fazendo isso que eu faço. Mas eu não tenho como fazer tal como era na época do meu bisavô. O ciclo dele é insustentável hoje. Para eu sobreviver alguma coisa eu tenho que acompanhar. Eu tenho que ser competitivo mudando o mínimo possível.”





Tropeada

A tropeada consiste em transportar, a cavalo, rebanhos de uma localidade a outra. Durante o período de auge econômico das charqueadas em Pelotas, no século 19, o intenso deslocamento de tropas da região de Bagé para o polo charqueador pelotense criou o território conhecido por “caminho das tropas”. Atualmente as tropeadas ocorrem transpondo menores distâncias, em que tropas de gado são manejadas de uma propriedade a outra quando mais viável do que transportar por caminhão

INRC Lida Campeira

Coordenação: Dra. Flávia Maria Silva Rieth - UFPel
Equipe INRC Lida Campeira na Região de Bagé/RS
Ma. Marília Floôr Kosby (Profa. Substituta no Bacharelado em Antropologia)
Daniel Lima Vaz (Bacharelado em Ciências Sociais)
Liza Bilhalva da Silva (Bacharelado em Antropologia)
Marta Bonow Rodrigues (Bacharelado em Antropologia)
Pablo Rodrigues Dobke (Bacharelado em História)
Dra. Cláudia Turra Magni (Consultora em Imagem)
Dra. Erika Collisson (Consultora em Geografia)
Fernando Camargo (Consultor em História)

Equipe INRC Lida Campeira no Alto Camaquã

Daniel Vaz Lima (Doutorando em Antropologia)
Miriel Bilhalva (Mestranda em Antropologia)
Tatiane Delamare (Mestre em Geografia)
Juliana dos Santos Nunes (Mestranda em Antropologia)
Vagner Barreto Rodrigues (Doutorando em Antropologia e Arqueologia-UFPR)
Mateus Fernandes da Silva (Bacharelado em Antropologia)
Leonardo Sapucaia (Bacharelado em Antropologia)
Dra. Daiane Loreto de Vargas (Consultora em Extensão Rural-UFRB)
Dr. Adriano Simon (Consultor em Geografia)
Dra. Marília Floôr Kosby (Consultora em Etnologia Afro-Americana)
Dra. Alessandra Matte (Consultora em Desenvolvimento Rural)
Dr.Marcos Flávio Silva Borba (Embrapa Pecuária Sul)
Ana Rosa Sonaglio (Emater RS Ascar)
Marcos Sánchez Blanco (ADAC),
Mateus Garcia Brasil (ADAC)
Vera Colares (AGRUPA)
Dieder Becker Damé (Associação Canguçuense Agropecuária Familiar-ACAF)
Ma. Beatriz Muniz Freire (Iphan RS)
Dr. Caetano Kayuna Sordi (Iphan RS)



Crédito das Imagens

Acervo INRC Lida Campeira
Fio Farroupilha
Guilherme Santos - Sul 21
Juliana Nunes - PPGAnt - UFPel
Luciene Barbosa - PPGAnt - Ufpel
Miriel Bilhalva - PPGAnt - UFPel

- Participamos da Galeria de Arte da 4ª edição do evento Cidades em Transe: Patrimônios, Conflitos e Contranarrativas Urbanas (https://cidadesemtranse.wixsite.com/contranarrativas/galeria-de-artes), com o módulo intitulado “Os Banhados na Pampa Meridional”, que ocorreu nos dias 16 a 20 de agosto de 2021, no site do evento.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz; SILVA, Mateus Fernandes da. Os Banhados na Pampa Meridional. In: **5º Cidades em Transe: Patrimônios, Conflitos e Contranarrativas urbanas** (online). 2020. *[no prelo]*

OS BANHADOS NA PAMPA MERIDIONAL[1]

A pampa pluriversa (Rieth; Barreto; Bittencourt, 2021) é conformada por diferentes modos de vida e ambientes: os campos lisos, horizontais, os campos dobrados, de pedra, e os banhados, de várzea. Em uma aprendizagem atencional (Ingold, 2015), observamos as relações entre naturezas e culturas como patrimônios do bioma pampa, a partir de seus campos banhados enquanto ambientes que compõem a cidade de Pelotas, localizada na planície costeira do Rio Grande do Sul.

O termo “banhado”, que vem do espanhol “bañado”, refere-se às áreas temporária ou permanentemente alagadiças, classificadas como áreas úmidas. São zonas de transição, bordas que evidenciam o caráter dinâmico, os fluxos terrestre-aquático: “Deste modo, como borda, nem tudo se torna terra, nem tudo se torna água. Nem por isso a terra não será afetada pela existência da água e vice-versa.” (Flores:2018). Ocupar as bordas, conforme Luiza Flores, é habitar zonas de transição, territórios existenciais, implicados nas relações entre humanos, animais e plantas as quais constituem modos de existência adaptados ao regime das águas permanentes, temporárias, estagnadas, correntes, doces , salobras ou salgadas. (Braga:2016). Ao emaranhar-se com a cidade, os banhados são esponjas que absorvem as águas nos períodos de excesso de chuva.

A relação entre o desenho e a fotografia com a etnografia trata de evidenciar a particularidade de naturezas e culturas no ambiente de várzea na cidade. Narram a coexistência entre bichos, plantas e humanos, habitantes da cidade-banhado.

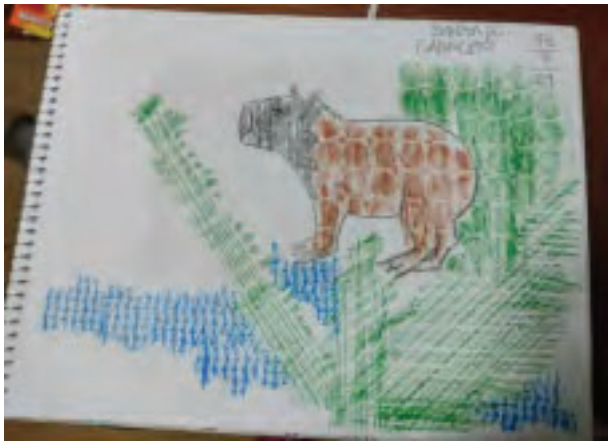
[1] Submetido à Galeria de Arte do evento. Disponível em: https://cidadesemtranse.wixsite.com/contranarrativas/galeria-de-artes. Acesso em: 18 out. 2021.

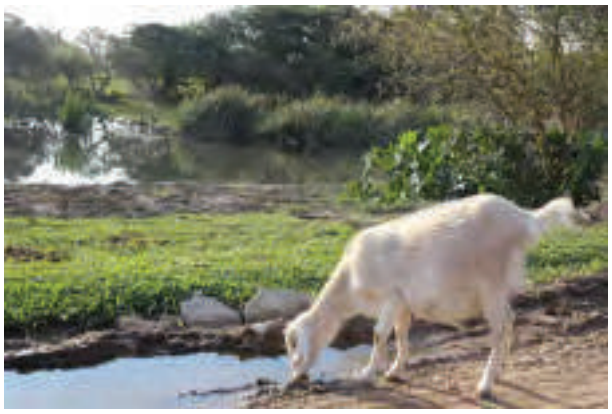
CIDADE-BANHADO (PRANCHA 1)






ANIMAIS E PLANTAS DO/NO BANHADO (PRANCHA 2)



Referências Bibliográficas

BRAGA, Marcelo G. Caracterização e Delineamento de Banhados: Estudo de caso no banhado do Taim. PPG em Manejo e Conservação do Solo e da Água/ UFPEL, jun.2018

FLORES, Luiza Dias. Ocupar: composições e resistências quilombolas. UFRJ/ Museu Nacional, out.2018.

INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção.Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez. 2015.

RIETH, F. ; LIMA, D. V. ; BARRETO, V. ; BITTENCOURT, H. INRC da Lida Campeira na Região de Bagé. (Blog). 2021. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/. Acesso em: 31 Jul 2021

- Submetemos o trabalho “Entre Lidas e Vidas: trocas de vitalidades na pecuária extensiva da pampa brasileira”, para Exposição de Ensaio Fotográfico do 45º Encontro Anual da ANPOCS. [*No prelo*]

RIETH, Flávia. Entre Lidas e Vidas: trocas de vitalidades na pecuária extensiva da pampa brasileira. In: **45º Encontro Anual da ANPOCS**, 2021. (Online). [*No prelo*]

Entre Lidas e Vidas:
trocas de vitalidades na pecuária extensiva da pampa brasileira[1]

Flávia Maria Silva Rieth (UFPEL - PPG em Antropologia)

RESUMO

O Inventário Nacional de Referências Culturais Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã busca compreender a região a partir da etnografia de um saber-ser-fazer (ESCOBAR, 2016), que distingue o camperiar em campo de pedra do camperiar em campo liso. O Alto Camaquã é área das nascentes de rio de águas rápidas, em razão do relevo acidentado. Local de desenho sinuoso, que mobiliza processos vitais e históricos, percebidos pelos interlocutores como o "sangue da gente" (BARRETO; LIMA; RIETH, 2020). Os desenhos apresentados compõem a etnografia e inventam (WAGNER, 2012) este modo de vida, esboçando o compartilhamento de vitalidades (INGOLD, 2015) entre humanos, animais, coisas e ambiente.

[1] Submetido à Exposição de Ensaio Fotográfico do evento. Disponível em: https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=5654. Acesso em: 18 out. 2021.

Projeto, Atividades dos bolsistas e Relatórios Parciais

- Projeto INRC Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã

Identificação

Projeto:	NVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC): Lida campeira nos campos do Alto Camaquã		
Ênfase:	Pesquisa	**Grande área:**	Ciências Humanas
Unidade:	Instituto de Ciências Humanas	**Subunidade:**	Colegiado do Curso de Antropologia
Data de início:	01/06/2020	**Data de fim:**	20/12/2022
Situação:	Ativo - em execução		

Geral

Grupo de pesquisa:	GRUPO DE ESTUDOS ETNOGRÁFICOS URBANOS - GEEUR
Linha de pesquisa:	Cultura, Patrimônio e Alteridade

Resumo

Este projeto compreende a extensão do conhecimento documentado pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Lida campeira na região de Bagé/RS (n° 7.03.00.013), acerca dos saberes e modos de fazer que envolvem a criação de gado no pampa brasileiro para a região do Alto Camaquã, localizado na Serra do Sudeste.

O INRC – Lida campeira na região do Alto Camaquã se constitui por uma demanda da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC) junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável por ceder a metodologia para a extensão. A execução deste projeto é realizada pelo Bacharelado em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

O INRC é uma metodologia desenvolvida pelo IPHAN para conhecimento de bens culturais representativos para determinado grupo social. O Inventário e sua extensão tem como objetivos identificar, documentar, construir conhecimento sobre a “lida campeira” para fins de registro como Patrimônio Imaterial Brasileiro, categoria reconhecida a partir de 2006, após acordo ratificado com a UNESCO.

No trabalho iniciado em 2010, a equipe vem acessando a área cultural do pampa (LEAL, 1997) por meio de entrevistas e acompanhamento das atividades realizadas pelos sujeitos detentores dos ofícios, que vivenciam ou vivenciaram a lida da pecuária, denominados como campeiros. São eles proprietários de terras – de grandes extensões, médias ou propriedades familiares – e/ou peões campeiros, trabalhadores rurais, que desempenham ou desempenharam as atividades de doma, pastoreio, esquila, ofício do guasqueiro, tropeada, lida caseira, entre outras.

A lida campeira abarca diversas atividades com relação ao manejo dos rebanhos e ao cotidiano da propriedade se configurando como um modo de vida. Atenta-se para a noção de modo de vida para ressaltar o quanto a lida com os rebanhos de ovinos, bovinos e equinos está articulada com saberes cosmológicos sobre as relações entre humanos e outros animais e o meio ambiente, a um trabalho que acompanha os ciclos da criação, os horários do sol, com as tecnologias desenvolvidas no campo científico e com a racionalização do próprio trabalho.

A experiência do trabalho de campo, do trabalho antropológico para o Inventário da lida, produziu a “invenção” da cultura campeira na relação entre humanos e outros animais, artefatos e o meio ambiente. Na noção de invenção da cultura de Roy Wagner é importante a ideia de relação, em que o antropólogo é o elo entre duas culturas que são experienciadas. (WAGNER, 2010).

A cultura campeira é percebida na dinâmica da relação entre diferentes experiências, onde as transformações destes modos de vida se produzem na relação entre tradição e invenção desde a instauração da atividade da pecuária no pampa. Nestes termos, a lida é etnografada a partir das relações entre animais não humanos e animais humanos e o meio ambiente.

Objetivo geral

Aprofundar os estudos realizados pelo INRCLida Campeira na Região de Bagé ampliando uma das discussões sobre as relações do modo de vida campeiro na área cultural do pampa;

- Etnografar a constituição da região do Alto Camaquã a partir da experiência de relação entre os humanos e não humanos dentro de um processo histórico e cultural;

- Entender a construção do modo de vida das pessoas a partir de suas interações com os animais não humanos;

- Elaborar a extensão do conhecimento e documentação da lida na região do Alto Camaquã, conforme a metodologia do IPHAN;

- finalizar o levantamento etnográficos sobre as relações sociais entre humanos, animais, utensílios e ambientes envolvidos na produção pecuária na região e sua consecutiva documentação e divulgação;

- Por conseguinte, se propõem a extensão das fichas dos saberes e modos de fazer vinculando ao contexto da região. A saber: ficha dos saberes e modos de fazer do pastoreio com bovinos; ficha dos saberes e modos de fazer do pastoreio com ovinos; ficha dos saberes e modos de fazer do pastoreio com caprinos; ficha dos saberes e modos de fazer artesanato em lã. Elaboração de Relatório Final;

-- Acompanhar, junto ao IPHAN, o processo de registro da Lida Campeira na Região de Bagé e Alto Camaquã /RS (n. 01512000127/2019-30) como patrimônio imaterial brasileiro.

Justificativa

A particularidade deste contexto evidencia um conjunto de fatores que dialogam com o então conhecimento produzido para a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Lida campeira na região de Bagé/RS. Esse pedido é resultado de um processo de trabalho que se constituiu por meio de encontros entre os pesquisadores do INRC, pesquisadores da Embrapa Pecuária Sul e membros da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC). Nesses encontros foi-se percebendo a particularidade do contexto do Alto Camaquã o que fez repensar a questão que envolve o modo de vida campeiro a partir da diversidade da paisagem, dos modos de vida e manejos pecuários.

Geograficamente, a região do Alto Camaquã constitui a parte superior da bacia hidrográfica do rio Camaquã e inclui áreas dos municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Hulha Negra, Lavras do Sul, Piratini, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista. No pampa predominam os campos abertos que, em sua vastidão, ultrapassam as fronteiras políticas entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina. A construção social dos campos como paisagem vocacionada para a pecuária se processa com a introdução dos rebanhos bovino, equino, ovino e caprino, constituindo a história de um modo de vida campeiro alicerçada na relação entre humanos com os outros animais, objetos e paisagem.

A diversidade do pampa é destacada pela particularidade dos campos de pedra, afloramentos rochosos na região do Alto Camaquã, também conhecido como Serra do Sudeste. Enquanto a paisagem campestre é descrita pela cobertura densa e variada de espécies de gramíneas nativas, por estreitas matas ciliares às margens de cursos d'água, pelas ondulações suaves das coxilhas; nos campos de pedra figuram os acidentes geográficos, perais íngremes e "guaritas" recobertas por uma vegetação herbácea associada a uma vegetação arbustiva e arbórea de pequeno e médio porte (mosaicos de campo-floresta) e gramíneas lenhosas. São caraguatás, sarandis, vimes, corticeiras que crescem nas várzeas, junto aos banhados e às sangas devido a riqueza hídrica da região que conforma a Bacia hidrográfica do Rio Camaquã.
A região do Alto Camaquã caracteriza-se pelo predomínio da produção pecuária em campos nativos e pelas pequenas e médias unidades produtivas voltadas para esta atividade, diferente das grandes propriedades que a pesquisa realizada anteriormente pelo INRC: Lida campeira na região de Bagé/RS havia encontrado na região dos campos naturais. Isso dialoga com a atual produção acadêmica sobre a região, que o apresenta como um lugar estratégico para a conservação do bioma pampa e dos modos de vida que o caracterizam em suas potencialidades econômicas, culturais e ambientais. Os povos tradicionais – indígenas, quilombolas – e os pecuaristas familiares que vivenciam o lugar estavam ocultados do processo histórico tanto academicamente, quanto política e economicamente.

Foi a partir da emergência dos pecuaristas familiares enquanto uma categoria social que compõem a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul que a historiografia começou a questionar a concepção de um passado com uma estrutura agrária marcada pela grande estância cuja as relações sociais estavam baseadas nos pares estancieiro/peão livre assalariado apontando para a presença de pequenos produtores, lavradores e pastores, que se utilizavam a mão de obra familiar. Esses pequenos produtores eram também trabalhadores sazonais ou efetivos nas grandes estâncias como forma de complementarem suas rendas colocando em questão a noção tradicional do "peão solitário" vagando pelo pampa (OSÓRIO, 2016; FERNANDES & MIGUEL, 2016).A particularidade da região associada ao modo de vida dos pecuaristas familiares e quilombolas cujo saberes e modos de fazer estão associados ao manejo sustentável dos ecossistemas encontra-se ameaçada pela instalação de uma mineradora no município de Caçapava do Sul, às margens do Rio Camaquã.

Nesse sentido, entendemos o caráter de urgência do processo seguindo a premissa de que a promoção e proteção destes modos de criar, fazer e viver é um dever constitucional do estado, ou seja, a garantia do direito a viver a vida que as pessoas consideram referência para si e para o grupo.

Metodologia

- Elaborar a extensão do conhecimento e documentação da lida na região do Alto Camaquã, conforme a metodologia do IPHAN dos Inventários Participativos;

-- Etnografar a constituição da região do Alto Camaquã a partir da experiência de relação entre os humanos e não humanos dentro de um processo histórico e cultural;

- A partir dos dados apresentados nas fichas de contato e questionários, se propõem a extensão das fichas dos saberes e modos de fazer vinculando ao contexto da região. A saber: ficha dos saberes e modos de fazer do pastoreio com bovinos; ficha dos saberes e modos de fazer do pastoreio com ovinos; ficha dos saberes e modos de fazer do pastoreio com caprinos; ficha dos saberes e modos de fazer artesanato em lã e ficha dos saberes e modos de fazer da lida caseira que configuram o relatório final do Inventário da Lida Campeira na Região do Alto Camaquã.

Indicadores, metas e resultados

- Elaboração do Relatório Final para o registro da lida campeira como patrimônio imaterial brasileiro;

- Produção de conhecimento com base no Relatório Final e trabalhos de campo específicos, em razão da parceria da UFPEL com o IPHAN, a saber: dissertações, teses, artigos, material audiovisual;

- Realizar a devolução da pesquisa do Inventário à comunidade;

-- Acompanhar, junto ao IPHAN, o processo de registro da Lida Campeira na Região de Bagé e Alto Camaquã /RS (n. 01512000127/2019-30) como patrimônio imaterial brasileiro.

-

Outras informações

O projeto INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC): Lida campeira nos campos do Alto Camaquã (código n. 8887, com vigência até 03/08/2020) consiste na extensão do projeto INRC: Lida campeira na região de Bagé. Este projeto de pesquisa iniciou em julho de 2017 e, esta fase da pesquisa constitui a segunda prorrogação.

Durante o período de 2018 a 2020, foram produzidos diversos artigos, a saber:

Artigos Publicados
1.Título: Traçados
Autores: RIETH, Flávia.
Veículo: Áltera Revista de Antropologia ISBN ou ISSN: 2447-9837 Ano 2018. Vol 1 serie 06 Volume: 01

2.Título: Manejos Pecuários: ofícios e saberes artesanais
Autores: RIETH,Flávia. e LIMA,Daniel Vaz
Veículo: ISBN ou ISSN: 978-85-7843-817-3 Ano da 1ª edição:2018

3. Título: Lida Campeira: patrimônio imaterial nos caminhos do pampa
Autores: 1.Flávia Rieth 2.Daniel Vaz Lima 3.Vagner Barreto 4.Ana Rosa da Silveira Sonaglio 5.Vera Colares
Veículo: Revista do Dia do Patrimônio. Pelotas imaterial: saberes,fazeres, ofícios. Publicação: Secult/ Prefeitura de Pelotas

4. Título: DA CRIAÇÃO AO ABATE: ETNOGRAFIAS DOS CAMINHOS DA PECUÁRIA NO BRASIL
Autores: Flávia Maria Silva Rieth e Felipe Vander Velden
Veículo: Tessituras Revista de Antropologia e Arqueologia

5. Título: Aqui na lida é eu, a esposa e os cachorros: trabalho familiar e saberes pecuários nos campos dobrados do alto Camaquã/RS
Autores: Flávia Rieth, Daniel Vaz Lima, Vagner Barreto Rodrigues e Miriel B. Hermann
Veículo: Tessituras Revista de Antropologia e Arqueologia

Relatório Preliminar
Título: INRC Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã / Ano 2018.
Autores: 1.Flávia Rieth 2.Daniel Vaz Lima 3.Daiane Loreto de Vargas 4.Miriel Bilhalva Herrmann 5.Vagner Barreto Rodrigues 6. Prof. Adriano Simon 7. Tatiane Delemare

Título: Saberes e Modos de Fazer Pecuários no Município de Lavras do Sul,RS/ Ano de 2020
Autores: Flávia Rieth, Daniel Vaz Lima, Claudio Carle, Cícero Oliveira e Luciene Barbosa

Artigos Publicados em Anais de Congresso
1.Título: ARTESANATO EM LÃ EM JAGUARÃO/RS: O SABER-FAZER MOTIVANDO A RECIPROCIDADE

Autores: Miriel Bilhalva Hermann e Flávia Rieth Anais
Veículo: XX ENPOS Semana Integrada UFPEL, 2018

2.Título:ÀS MARGENS DA JAGUARÃO: VIAGEM ETNOGRÁFICA ENTRE OS CERROS E OS RIOS
Autores: JULIANA DOS SANTOS NUNE[1]; JOANNA MUNHOZ SEVAIO[2]; VAGNER BARRETO RODRIGUES[3]; FLÁVIA MARIA SILVA RIETH4 .
Veículo: XX ENPOS Semana Integrada UFPEL, 2018

3. Título:“Camperiar em campos lisos é diferente de camperiar em campos de pedra” e de banhados: uma etnografia das paisagens da pampa brasileira
Autores: Flávia Rieth
Veículo: http://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/simposio/anais

4. Título: “Me criei olhando as tropas passar”: uma etnografia dos antigos caminhos das tropas na cidade de Pelotas/RS
Autores: Daniel Vaz Lima, Flávia Rieth e Louise Alfonso
Veículo: http://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/simposio/anais

5. Título: Crochê Jacquard: etnografando uma referência cultural na cidade de Jaguarão-RS
Autores: Miriel B. Hermann, Flávia Rieth e Luciene M. Barbosa
Veículo: http://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/simposio/anai

Equipe

Coordenação

FLAVIA MARIA SILVA RIETH	DO	DAA	Coordenador	373h	01/06/2020 a 20/12/2022

Servidores

FLAVIA MARIA SILVA RIETH	373h	DO	DAA	

Alunos

DANIEL VAZ LIMA	248h	Antropologia
DANIEL VAZ LIMA	248h	Antropologia
JULIANA DOS SANTOS NUNES	248h	Antropologia
JULIANA DOS SANTOS NUNES	248h	Antropologia
LEONARDO SAPUCAIA	4h	Antropologia
LUCIENE MOURIGE BARBOSA	124h	Antropologia
MATEUS FERNANDES DA SILVA	4h	Antropologia
MIRIEL BILHALVA HERRMANN	248h	Antropologia
MIRIEL BILHALVA HERRMANN	248h	Antropologia
VAGNER BARRETO RODRIGUES	124h	Antropologia

Instituições parceiras

IPHAN	IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Avaliação, Concepção, Desenvolvimento

PPC/Regimento

Antropologia
Antropologia
Antropologia

Fontes financiadoras

Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior	Coordenador	R$ 3.560,00
Total		R$ 3.560,00

Plano de aplicação de despesas

	Novo layout
9.11	339004 - Contratação por Tempo Determinado
9.12	339013 - Obrigações Patronais
9.13	339014 - Diária Pessoa Civil

9.14	339018 - Auxílio Financeiro a Estudantes
9.15	339020 - Auxílio Financeiro a Pesquisador
9.16	339030 - Material de Consumo
9.17	339031 - Premiações Culturais, Científicas, Desportivas e Outras
9.18	399032 - Material de Distribuição Gratuita
9.19	339033 - Passagens de Despesas de Locomoção
9.20	339035 - Serviços de Consultoria
9.21	339036 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Física
9.22	339037 - Locação de Mão de Obra
9.23	339039 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica
9.24	339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Pessoa Jurídica
9.25	339046 - Auxílio Alimentação
9.26	339062 - Material para Revenda
9.27	339147 - Obrigações Tributárias e Contributivas
9.28	449051 - Obras e Instalações
9.29	449052 - Equipamentos e Material Permanente
Total	null

Cronograma

01/06/2020	Incio do projeto
01/06/2020	Início da ação: Finalização do trabalho de campo
01/06/2020	Início da ação: Elaboração de Relatório Final / Acompanhamento do processo de registro da lida campeira como patrimônio imaterial brasileiro
20/12/2022	Fim da ação: Elaboração de Relatório Final / Acompanhamento do processo de registro da lida campeira como patrimônio imaterial brasileiro
20/12/2022	Fim da ação: Finalização do trabalho de campo
20/12/2022	Fim do projeto

Ação Finalização do trabalho de campo

Natureza: Pesquisa **Data de início:** 01/06/2020 **Data de fim:** 20/12/2022

Gênero: Propriamente Dita de Pesquisa **Local de realização:** Região do Alto Camaquã

Objetivo específico

- Finalização das entrevistas com interlocutores vinculados ao universo da produção pecuária;
-- Registro etnográfico do trabalho de criação, reprodução e comercialização dos rebanhos ovinos, bovinos e caprinos, configurado na lida campeira;
-- Registro etnográfico em feiras, remates, leilões de gado e outros eventos relacionados ao tema

Equipe da Ação

Alunos

DANIEL VAZ LIMA	Colaborador	124h	01/06/2020 a 20/12/2022
JULIANA DOS SANTOS NUNES	Colaborador	124h	01/06/2020 a 20/12/2022
LUCIENE MOURIGE BARBOSA	Colaborador	124h	01/06/2020 a 20/12/2022
MIRIEL BILHALVA HERRMANN	Colaborador	124h	01/06/2020 a 20/12/2022

Ação Elaboração de Relatório Final / Acompanhamento do processo de registro da lida campeira como patrimônio imaterial brasileiro

Natureza: Pesquisa **Data de início:** 01/06/2020 **Data de fim:** 20/12/2022

Gênero: Propriamente Dita de Pesquisa **Local de realização:** Região do Alto Camaquã / Pelotas

Objetivo específico

- Constituição de acervo documental (visual e audiovisual) dos registros de pesquisa;

- Elaboração do relatório final da extensão da metodologia do INRC a parti do preenchimento das fichas do registro dos saberes e modos de fazer ;

- Elaboração de banners sobre os resultados da pesquisa.

- Acompanhar, junto ao IPHAN, o processo de registro da Lida Campeira na Região de Bagé e Alto Camaquã /RS (n. 01512000127/2019-30) como patrimônio imaterial brasileiro.

Equipe da Ação

Alunos

DANIEL VAZ LIMA	Colaborador	124h	01/06/2020 a 20/12/2022
JULIANA DOS SANTOS NUNES	Colaborador	124h	01/06/2020 a 20/12/2022
LEONARDO SAPUCAIA	Colaborador	4h	01/06/2020 a 01/07/2020
MATEUS FERNANDES DA SILVA	Colaborador	4h	01/06/2020 a 01/07/2020
MIRIEL BILHALVA HERRMANN	Colaborador	124h	01/06/2020 a 20/12/2022
VAGNER BARRETO RODRIGUES	Colaborador	124h	01/06/2020 a 20/12/2022

- O Projeto do INRC Lida Campeira, inscrito na UFPel, foi beneficiado com duas bolsas anuais de Iniciação Científica (IC), em 2020 e em 2021, totalizando 4 bolsas, financiadas pela FAPERGS, CNPq e UFPel. Constam na sequência os Relatórios Finais dos bolsistas Mateus Fernandes da Silva (Bacharelado em Antropologia) e Leonardo Sapucaia (Bacharelado em Antropologia), referentes ao período 2020-2021.

FAPERGS
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

RELATÓRIO TÉCNICO PROBIC/PROBITI

Orientadora: Dra. Flávia Maria Silva Rieth
Bolsista: Mateus Fernandes da Silva **Telefone:** (51) 983322008
Projeto: Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Lida campeira nos campos do Alto Camaquã

1. **Atividades desenvolvidas:**

Em decorrência da pandemia, as atividades desenvolvidas no Projeto Inventário Nacional de Referências Culturais: Lida campeira nos campos do Alto Camaquã (INRC Lida Campeira) se deram exclusivamente em ambiente virtual. A atividade prioritária da bolsa foi a de acompanhar a elaboração do Relatório Final, que deve ser enviado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e que se encontra em fase de finalização. Muitas demandas têm surgido a partir da relação com interlocutores do Inventário, como o acompanhamento de conflitos relacionados aos projetos de megamineração no estado, as instalações de pequenas centrais hidrelétricas (PCH's), a participação da equipe em relatórios socioambientais, diálogos com outras pesquisas da/na Pampa, diálogos com pesquisas relacionadas às temáticas de interesse do projeto, além de ações relacionadas ao registro, reconhecimento e salvaguarda dos patrimônios imateriais da Lida Campeira.

Dessa forma, tenho auxiliado:

- Na elaboração da extensão do conhecimento e documentação a respeito da lida campeira na região do Alto Camaquã, conforme a metodologia do IPHAN;
- No levantamento de dados bibliográficos e etnográficos sobre as relações sociais entre humanos, outros animais e ambiente envolvidos na produção pecuária na região e sua consecutiva documentação;
- No levantamento bibliográfico da literatura sobre a historiografia da região, a partir de livros, dissertações e teses que nos ajudam na compreensão do Alto Camaquã;
- No levantamento das produções do projeto, desde seu início, em 2010;
- Na sistematização da pesquisa de campo, no que se refere à experiência e vivência com os grupos, acompanhado suas atividades, seus modos de viver e suas demandas;
- E, consequentemente, na organização do acervo.

Durante esse período realizamos reuniões semanais, com registros em atas, além de encontros e entrevistas com os detentores dos saberes e modos de fazer, intelectuais, entre outras entidades e organizações. Mantivemos contato com estas pessoas e grupos via WhatsApp, buscando acompanhar as suas demandas, trocando informações e construindo de forma colaborativa o relatório. A gravação e a transcrição dessas entrevistas foram importantes para o levantamento de dados e para o preenchimento do relatório. A saber:

- Entrevista com as detentoras Ana Rosa e Vera Mariza, realizada em 27 de julho de 2020;
- Entrevista com o detentor Amilton Camargo, da Comunidade Quilombola Corredor dos Munhóz, realizada em 13 de agosto de 2020;
- Entrevista com a detentora Clara Vaz, também realizada em 13 de agosto de 2020;
- Entrevista com o detentor Fernando Aristimunho, realizada em 26 de agosto de 2020;
- Reunião com o prof. Dr. Martin Tempass (FURG), para falarmos da relação dos Guarani com a Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, realizada em 09 de outubro de 2020;
- 1º Encontro da Rede para restituição, articulação e circulação de informações sobre pesquisas na Pampa, com a presença de aproximadamente 50 pessoas, entre ativistas, comunidades, representantes de Ongs e instituições, entre outros, realizado em 23 de novembro de 2020;
- Reunião entre INRC da Lida Campeira e Comitê de Combate à Megamineração, para falarmos dos projetos de megamineração no Rio Grande do Sul e impactos ambientais, realizada em 02 de dezembro de 2020;
- Reunião de pesquisa do Projeto do INRC Lida Campeira com o prof. Dr. Cláudio Carle (UFPel), sobre o mapeamento arqueológico desenvolvido por ele na fronteira com o Uruguai, realizada em 09 de dezembro de 2020;
- 1ª Reunião do Projeto "Paisagem das Águas", realizada em 19 de janeiro de 2021, resultado de relações com outros pesquisadores sobre temáticas que envolvem "águas";
- Reunião com o fotógrafo Mario Witt, realizada em 04 de fevereiro de 2021;
- Reunião com a detentora Fabiani Franco, da Comunidade Quilombola de Palmas, realizada em 1 de abril de 2021;
- Reunião com prof. Dr. Lisandro Moura (IFSul), realizada em 29 de abril de 2021, a partir de sua tese intitulada "Aprender com Tambores: O candombe afro-uruguaio como prática de educação".

A partir da disponibilidade de dois bolsistas, um pela PROBIC-FAPERGS e outro PBIP-AF UFPEL, foi possível trabalhar de forma colaborativa em tais atividades desenvolvidas, bem como produzir conteúdo nas redes sociais do INRC da Lida Campeira e do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos - ao qual está vinculado o projeto -, como publicações e divulgação de trabalhos. Atualizamos também o blog (https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/), onde constam as publicações do projeto, enquanto parte da restituição às comunidades e ao público em geral.

2. Resultados Alcançados

As ações e atividades do projeto nos levaram à articulação e diálogo com outras áreas do saber, bem como com projetos de ensino, de extensão e de pesquisa desenvolvidos na região por diferentes universidades brasileiras, com inventários que vêm sendo feitos no RS, com comunidades, quilombolas, indígenas, comitês, associações, instituições e diferentes organizações da sociedade. Destaco aqui: Projeto Antropoéticas do LEPPAIS/UFPel, Núcleo de Etnologia Ameríndia/UFPR, Comitê de Combate à Megamineração, PPGAS-UFRGS, PPGAA-UFPR, Neabi Oliveira Silveira - Campus Bagé, Grupo TEMAS, Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente/UFRGS, Licenciatura em Educação do Campo/Unipampa - Campus Dom Pedrito, Pós-graduação em Extensão Rural/UFSM, Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente/UFRGS, PGDR/UFRGS, Oceanologia/FURG, Departamento de Economia e Relações Internacionais/UFRGS, FACQ/CONAQ - Federação das Comunidades Quilombolas vinculado à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Instituto de Assessoria às Comunidades Quilombolas (IACOREQ), Frente Quilombola, Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, Comissão de Povos Tradicionais do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CODENE), Comissão Estadual de Direitos Humanos, Conselho da Igualdade Racial de Caçapava do Sul, Comunidade Quilombola Vó Elvira de Pelotas, Kilombo Coxilha Negra, Articulação Estadual em Defesa da Educação do Campo, Movimento Negro Kizumbi, ATERS Povos Indígenas da Emater/RS-ASCAR, Quilombo Rincão da Chirca, Caritas da Diocese de Bagé, Coordenação da Assistência Técnica com Comunidades Remanescentes da Emater/RS, Fórum Permanente de Promoção da Igualdade Racial de Uruguaiana, Geografia/UFPel, Arquitetura e Urbanismo/UFPel e Gestão Ambiental/FURG.

O projeto tem servido de subsídio para diferentes pesquisas da/na Pampa, e também para aquelas relacionadas à construção de políticas de patrimônio cultural imaterial. O trabalho desenvolvido tem repercutido e sido reconhecido em diferentes espaços, o que tem gerado diversos convites, como:

- A participação da coordenadora Profª Dra. Flávia Rieth como representante no Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, no GT de Patrimônio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA);
- A palestra, realizada por membros da equipe, no Programa Patrimônio Vivo do IPHAN, intitulado “A Pampa e a Lida Campeira”, no Dia Nacional do Bioma Pampa, ocorrido em 17 de dezembro de 2020, no Canal do Youtube do IPHAN;
- A participação em roda de conversa em 22 de abril de 2021 na Disciplina "Natureza, usos e conflitos do território da bacia do rio Camaquã", ministrada pela profª Dra. Karina Attisano no curso de Tecnologia de Gestão Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande - Campus de São Lourenço do Sul.

Muitas das atividades desenvolvidas também resultaram na constituição de um grupo de pesquisa para discussões sobre “Paisagens das Águas”, e na constituição de uma

rede de articulação e circulação de informações entre diferentes atores da sociedade pampeana.

As reconfigurações no desenvolvimento de atividades, ocasionadas pela pandemia, embora limitantes num sentido presencial, nos possibilitou participar como ouvintes de diversos eventos online, como lives, congressos, exposições, entre outros, tais quais:

- A live do Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul, ocorrida em 13 de Julho de 2020;
- A live do Projeto Lãs do RS, ocorrida em 16 de Julho de 2020;
- A live "Reimaginando la coexistencia: relaciones multi-especies y nuevos escenarios virales em Iberoamérica", ocorrida em 16 de Julho de 2020;
- A reunião do segmento de Memória e Patrimônio do Conselho de Cultura de Pelotas, referente às verbas da lei Aldir Blanc, ocorrida em 05 de Agosto de 2020;
- O Ciclo de Conversatorios sobre temas actuales de Derecho Agrario y Ambiental en Argentina y Brasil | - "Conflictos ambientales por el uso del agua en Argentina y Brasil", ocorrido em 4 de setembro de 2020;
- O evento Cidades em Transe e a Pluralidade do Morar, ocorrido entre 21 e 25 de setembro de 2020;
- A Conferência do prof. Dr. Michael Taussig, da Columbia University, ocorrida em 04 de novembro de 2020;
- O Ciclo de Encontros do Pré-SEUR, no encontro de tema "As perspectivas ambientais e sua relação com o espaço urbano", ocorrido em 05 de novembro de 2020;
- A audiência pública sobre a PEC de privatização das Unidades de Conservação estaduais, ocorrida em 25 de novembro de 2020;
- O Webnário Estadual Artesão, no evento "Artesanato e Patrimônio: saberes e fazeres protegidos", ocorrido em 25 de novembro de 2020;
- A live "A Xawara na Floresta e os Xapiri em Brasília" do Instituto Socioambiental, ocorrido em 03 de dezembro de 2020;
- A live Etnografias da pecuária, ocorrida em 16 de Abril de 2021;
- A aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, com palestra de Andrea Ballestero, intitulada "O futuro da água entre a commodity e os direitos humanos", ocorrida em 27 de abril de 2021;
- A reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) sobre Gestão de Unidades de Conservação, ocorrida em 09 de junho de 2021.

Dentre os resultados, destaco a importância das atividades desenvolvidas e as leituras e pesquisas a partir do projeto, para o impacto sobre minha formação e sobre a pesquisa que venho desenvolvendo. Estar inserido nesse campo tem sido muito enriquecedor. Tenho conseguido expandir minha visão sobre patrimônio cultural, políticas

públicas, sobre as relações entre Antropologia e meio ambiente e sobre esta Pampa pluriversa.

3. Caracterização da Pesquisa como Pesquisa Científica, Tecnológica e/ou Inovação

O INRC é uma metodologia desenvolvida pelo IPHAN para conhecimento de bens culturais representativos para determinado grupo. Enquanto resposta à necessidade de classificar e salvaguardar bens imateriais, foram criadas, a partir do ano 2000, comissões com a finalidade de propor formas de proteger a memória coletiva, culminando no reconhecimento dessas manifestações como bens nacionais e na definição do conceito de patrimônio cultural imaterial, estabelecida pela Unesco, em 2003.

O trabalho de campo do INRC Lida Campeira, vinculado ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), do departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (DAA-UFPel), desde 2010 busca acompanhar os modos de vida dos/as detentores/as dos ofícios, denominados/as campeiros/as, que vivenciam ou vivenciaram a lida campeira da pecuária extensiva na região de Bagé e, a partir de sua extensão, em 2016, devido a uma solicitação da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), na região do Alto Camaquã, na Serra do Sudeste, abrangendo os municípios de Lavras do Sul, Piratini, Caçapava do Sul, Hulha Negra, Santana da Boa Vista, Bagé, Canguçu, Encruzilhada do Sul e Pinheiro Machado.

Os/as campeiros/as são proprietários/as de terras – de médias e grandes extensões, assim como propriedades familiares – e/ou peões campeiros, capatazes, trabalhadores e trabalhadoras rurais, que desempenham ou desempenharam as atividades de doma, de pastoreio (de ovinos, de bovinos, de equinos e de caprinos), de esquila, o ofício de guasqueiro, a tropeada, o artesanato em lã, a lida caseira, entre outros saberes e fazeres. Atenta-se para a noção de modo de vida para ressaltar o quanto a lida com os rebanhos de ovinos, bovinos e equinos está articulada com saberes cosmológicos sobre as relações entre humanos, outros animais, coisas e ambiente.

A extensão do projeto tem atentando, também, aos recortes de gênero e da divisão trabalho, bem como a presença de populações indígenas e quilombolas na região e no entorno. A necessidade de compreender a diversidade nas relações entre humanos, outros animais, coisas e ambiente, e de acompanhar as demandas dos interlocutores, tem ampliado ainda mais as discussões sobre “coexistências” de uma Pampa pluriversa.

Nesse sentido de compreender a pluralidade dessa Pampa, insiro minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em desenvolvimento, onde busco etnografar a região da comunidade do Passo dos Negros, em Pelotas, a partir da experiência de relação entre diferentes entidades que a compõe, dentro de um processo histórico e cultural, atentando às particularidades das áreas de banhado e às discussões sobre patrimônio cultural, bacias hidrográficas e conflitos ambientais, intensificados com a chegada de empreendimentos imobiliários na região.

Tenho desenvolvido pesquisas e ações de extensão na comunidade desde 2017, a partir do Projeto de Extensão "Narrativas do Passo dos Negros: uma etnografía coletiva

para antropólogos/as em formação", coordenado pela profª Dra. Louise Prado Alfonso, vinculado ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos da UFPel.

4. Produção científico, tecnológica (descrever patentes, produtos ou processos desenvolvidos ou artigos publicados)

- Extensão das fichas dos saberes e modos de fazer vinculando ao contexto da região, com previsão de entrega do relatório final ao IPHAN em setembro de 2021. A saber: Ficha dos Saberes e Modos de Fazer do pastoreio com bovinos; Ficha dos Saberes e Modos de Fazer do pastoreio com ovinos; Ficha dos Saberes e Modos de Fazer do pastoreio com caprinos; Ficha dos Saberes e Modos de Fazer artesanato em lã; Ficha dos Saberes e Modos de Fazer lida caseira;
- Proposição e mediação de mesa, em formato de podcast, no evento "Cidades em Transe e a Pluralidade do Morar", em 2020, intitulada "Cidade-mato e os movimentos da vida". Disponível em: https://youtu.be/B2rxE816UaQ;
- Publicação de resumo expandido, intitulado "Mesa 2 - Cidade-mato e os movimentos da vida", nos Anais do evento "Cidades em Transe e a Pluralidade do Morar" (p. 48-52), em 2020. Disponível em: https://arche.furg.br/anais-de-eventos/19-cidades-em-transe-anais;
- Coautoria e curadoria na exposição digital "Patrimônios Invisibilizados: Para além dos Casarões, Quindins e Charqueadas". Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/margens/;
- Coautoria na exposição digital "Lida Campeira: Saberes e Fazeres da Pecuária Extensiva na Pampa Brasileira", no site do Museu da Bibliotheca de Pelotas. Disponível em: http://museuhistoricobpp.com.br/index.php/2020/09/21/lida-campeira-saberes-e-fazeres-da-pecuaria-extensiva-na-pampa-brasileira/;
- Auxílio na produção de conjuntos de banners, a partir de recurso financeiro disponibilizado através do edital PROAP, em 2020;
- Coautoria na exposição "Conflitos: Cidades que constroem a cidade", da 16ª edição do Seminário de Estudos Urbanos e Regionais (SEUR), disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/seur/2020/12/01/esta-no-ar-a-exposicao-conflitos-cidades-que-constroem-a-cidade/;
- Publicação do trabalho "ÉTICA E PROFISSIONALIZAÇÃO NO ENSINO DE ANTROPOLOGIA: REFLEXÕES SOBRE MINERAÇÃO E CONFLITOS AMBIENTAIS" no VII Congresso de Ensino de Graduação da 7ª Semana Integrada da UFPel, em 2021;
- Publicação do trabalho "INRC LIDA CAMPEIRA NOS CAMPOS DOBRADOS DO ALTO CAMAQUÃ: PATRIMÔNIO E PESQUISA ETNOGRÁFICA EM CONTEXTO DE PANDEMIA" no XXX Congresso

de Iniciação Científica da 7ª Semana Integrada da UFPel, em 2021, conforme solicitado no termo de outorga da bolsa.

No trabalho de Iniciação Científica, apresento o projeto e relato sobre as atividades do Projeto, as produções, os resultados e as discussões relacionadas ao período de vigência da bolsa. Falo das limitações e das possibilidades etnográficas que surgiram com o contexto de pandemia, e das adaptações necessárias, além da importância das pesquisas e o impacto que tem gerado.

O Inventário reflete, também, nas monografias dos colaboradores da equipe, como a tese de Daniel Lima "Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas: uma etnografia a pé na pampa brasileira" defendida em dezembro de 2020 e indicada ao Prêmio CAPES de Tese; a dissertação de Miriel Herrmann "Pelos caminhos da lã: uma etnografia do artesanato crochê em jacquard feito por mulheres em Jaguarão/RS", defendida e aprovada em dezembro de 2020; e a dissertação de Juliana Nunes "Pra fora também é a Lagoa": Uma etnografia poética das águas na fronteira Brasil-Uruguay, defendida e aprovada em agosto de 2021. Em desenvolvimento há o projeto de TCC de Leonardo Sapucaia, o meu projeto de TCC, já mencionado, e as teses de Vagner Barreto Rodrigues e de Andréia Sá Brito.

Cabe aqui citar outras produções de 2020/2021 desenvolvidas pela equipe do projeto:

- Entrega de relatório à UFPel e ao IPHAN, em 2020, sobre a primeira fase do projeto, referente aos Campos lisos da Região de Bagé;
- Relatório de pesquisa intitulado "Saberes e Modos de Fazer Pecuários no Município de Lavras do Sul/RS", em 2020;
- Exposição dos banners na feira de artesanato em lã em Bagé, em 28 de Julho de 2021, a partir das interlocutoras Vera e Marcia.
- Publicação de artigo, intitulado "O Rio é como o sangue da gente": mineração e ambiente nos campos do Alto Camaquã, na Tekoporá – Revista Latinoamericana de Humanidades Ambientales y Estudios Territoriales, em 2020;
- Publicação de artigo, intitulado "Mineração e Sociobiodiversidade: Sobre as ambiguidades na atuação do Estado" (p. 86-99) , publicado no livro da APROFURG, em 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1QC4kfK_ivIlt_W3NzMLKQSuBwx7vlnkP/view;
- Publicação de artigo, intitulado "O Rio Camaquã pede socorro': notas por uma antropologia imersa na vida" (p. 100-114), publicado no livro da APROFURG, em 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1QC4kfK_ivIlt_W3NzMLKQSuBwx7vlnkP/view;
- Participação na "Mostra Arte no Bioma Pampa", do FDAM, em janeiro de 2021, com envio de desenhos. Disponível em:

https://www.facebook.com/110510260293391/posts/450425989635148/?app=fbl.

- Participação na "I Mostra de Desenhos Pierre Verger" da Associação Brasileira de Antropologia, em 2020, com o trabalho "Descobrir caminhos, desenhar a cidade: temporalidades do bairro Porto em Pelotas". Disponível em: https://ppv.abant.org.br/descobrir-caminhos/;
- Organização e participação da mesa 15 "Patrimônio Cultural em campos minados: pesquisa etnográfica e conflitos socioambientais" e da mesa 14 "Pesquisa etnográfica e conflitos socioambientais: diálogos com interlocutores", na 5° edição do evento Cidades em Transe: Patrimônios, Conflitos e Contranarrativas urbanas, em 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCxyqV98tIDXczIZYIePF_5Q.

5. Parecer do Orientador

Destaco na atuação do bolsista Mateus Fernandes da Silva a competência no trabalho de organização on-line do acervo da pesquisa sobre a Lida campeira nos campos dobrados da região do Alto Camaquã, conforme a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Mateus se apropriou da metodologia do Inventário dando suporte à equipe no compartilhamento, preenchimento, revisão e padronização das fichas de contatos, questionários, audiovisual e referências bibliográficas. Trabalho da maior importância tendo em vista a etapa da pesquisa de finalização do Relatório da Região do Alto Camaquã.

Da mesma forma, observo o compromisso ético e metodológico de Mateus com os interlocutores e interlocutoras da pesquisa, por intermédio do empenho de atualização das publicações do grupo no Blog do INRC Lida Campeira, considerando a devolução do material produzido na Universidade para os coletivos envolvidos na pesquisa e para o público em geral interessado no tema. Esta interlocução é da maior relevância, uma vez que realizado o registro da lida campeira como patrimônio imaterial brasileiro, a próxima fase da pesquisa é a proposição de ações de salvaguarda pela comunidade.

Por fim, ressalta-se as iniciativas de produção textual, como às submetidas à 7ª SIIEPE, que buscam registrar o processo realizado ao longo da bolsa, além de oportunizar ao bolsista a possibilidade de interlocução com a área acadêmica e antropológica, sendo um momento fundamental de reflexão e de qualificação da pesquisa.

Obs.: ANEXAR A ESTE RELATÓRIO O COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO EM PROGRAMA DE IDIOMAS OU COMPROVANTE DE PROFICIÊNCIA, CONFORME ITEM 10.2.4 DOS EDITAIS DE SELEÇÃO.

FAPERGS
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, no uso de suas atribuições, certifica que

MATEUS FERNANDES DA SILVA

participou do curso **"Francês Básico II"** vinculado ao projeto de extensão **"Cursos de Línguas"**, realizado no período de 01 de outubro a 20 de dezembro de 2020, promovido pelo Centro de Letras e Comunicação, com carga horária de 60 horas, atuando como Cursista .

Pelotas, 12 de maio de 2021.

A autenticidade deste documento pode ser verificada através da URL:
https://cobalto.ufpel.edu.br/autenticacao/documento/ e informe o código de validação GX131211R4

UFPEL

SÚMULA

Desenvolvimento integrado das 4 habilidades linguísticas através da abordagem comunicativa do ensino de línguas.

- Falar de suas atividades de lazer:

- verbos faire, aller, venir, vouloir, pouvoir, devoir,

- o futuro próximo ;

- os pronomes pessoais precedidos de uma preposição.

- Falar de suas atividades diárias, empregando o tempo passado; perguntar e dar precisões sobre o tempo; perguntar, dizer o que se faz; felicitar alguém:

- o passado composto,

- a data e a hora.

- Apresentar vantagens e inconvenientes de uma atividade; escolher, negociar uma atividade em comum; fazer recomendações:

- a comparação simples,

- os adjetivos demonstrativos;

- os adjetivos possessivos.

A autenticidade deste documento pode ser verificada através da URL:
https://cobalto.ufpel.edu.br/autenticacao/documento/ e informe o código de validação GX13121IR4

FAPERGS
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

Centro de Letras e Comunicação
Câmara de Extensão - CLC

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que **Mateus Fernandes da Silva** participou com aprovação do curso de extensão **Francês Básico III**, em 2021/1, totalizando **60 horas**. O referido curso é promovido pela Câmara de Extensão do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas

DANIELA SILVA AGENDES
Coordenadora adjunta do Projeto

Documento assinado eletronicamente por **DANIELA SILVA AGENDES, Assistente em Administração**, em 16/08/2021, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1398202** e o código CRC **4ABCA692**.

Referência: Processo nº 23110.013734/2021-40 SEI nº 1398202

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Relatório Técnico de Bolsistas PBIP-AE/UFPel.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- **Nome:** Leonardo Sapucaia.
- **Telefone:** (53) 999946585.
- **Unidade e Departamento:** Instituto de Ciências Humanas (ICH) - Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA), da Universidade Federal de Pelotas - UFPel.
- **Título do projeto:** Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Lida Campeira nos Campos do Alto Camaquã.
- **Vigência da bolsa:** 01/08/2020 - 31/07/2021.
- **Orientadora:** Dra. Flávia Maria Silva Rieth.
- **Data:** 24/08/2021.

2. INTRODUÇÃO

Este relatório diz respeito à minha experiência enquanto bolsista PBIP-AE/UFPel no projeto de pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais: Lida Campeira no Alto Camaquã/RS (INRC Lida Campeira), além das atividades realizadas durante o período de vigência da bolsa de pesquisa, que se estendeu de 01/08/2020 a 31/07/2021.

O Inventário Nacional de Referências Culturais trata-se de uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cujo objetivo é identificar, documentar e produzir conhecimento sobre bens culturais representativos para determinados grupo social[1]. Desta maneira, o INRC Lida Campeira, vinculado ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), do Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), busca, a partir da etnografia, identificar e documentar o modo de vida e a relação com o ambiente de indivíduos denominados como campeiros e campeiras, que desenvolvem suas atividades de ofício, sobretudo, na região de Bagé e do Alto Camaquã, com objetivo de registrar estes modos de vida enquanto Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil (RODRIGUES; LIMA; RIETH, 2020).

As atividades desempenhadas pelos/as detentores/as do conhecimento campeiro cujo a equipe visa identificar, caracterizam-se, de modo geral, pelo pastoreio extensivo em campos nativos de ovinos, de caprinos, de equinos e de bovinos, a lida caseira, o artesanato, a esquila, a doma, a tropeada, dentre outras atividades do saber e fazer campeiro e que estão intimamente relacionadas com o ambiente e com os animais.

Em 2016, a partir da solicitação da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), a equipe INRC Lida Campeira estendeu sua pesquisa dos campos lisos, na região de Bagé para a região do Alto Camaquã, conhecida como campos dobrados, na Serra do Sudeste, abrangendo os municípios de Lavras do Sul, Piratini, Caçapava do Sul, Hulha Negra, Santana da Boa Vista, Bagé, Canguçu, Encruzilhada do Sul e Pinheiro Machado. Neste contexto, foi constatado, a partir da interlocução com as comunidades da região, a existência de conflitos decorrentes de projetos de mega mineração e também de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) na área do inventário. Dessa maneira, a partir da demanda dos interlocutores, a equipe passou a acompanhar os desdobramentos de tais projetos, dos conflitos gerados, além de identificar a centralidade do Rio Camaquã no modo de vida dessas populações.

A partir do momento em que fui contemplado com esta bolsa de pesquisa, o Brasil encontrava-se em contexto de pandemia, em decorrência do SARS-CoV 2. Dessa maneira, as atividades realizadas pela equipe INRC deram-se de modo remoto, como entrevistas realizadas em ambientes virtuais com detentores/as do conhecimento campeiro, levantamento e coleta de referências bibliográficas de pesquisas científicas realizadas na região, reuniões semanais da equipe INRC para

[1] Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/. Acesso em: 24 de ago. 2021.

articulação das atividades e diversas participações em eventos online, como palestras, lives, congressos, conferências, reuniões, aulas, entre outras. Além disso, a equipe vem trabalhando no Relatório Final, que será entregue ao IPHAN ainda em 2021.

3. METODOLOGIA

Como dito anteriormente, a metodologia no qual o projeto de pesquisa está embasado é proposta pelo IPHAN, com objetivo de identificar, documentar e produzir conhecimento sobre os bens culturais representativos para os/as detentores/as da lida campeira. Dessa maneira, através da Antropologia colaborativa, a equipe vem trabalhando a partir da criação conjunta, que envolve diferentes instituições, pesquisadores e coletivos locais detentores dos saberes e modos de fazer.

O trabalho coletivo e participativo é uma forma de envolver os atores, principalmente os coletivos locais, para que, com suas histórias e experiências, possam se apropriar das questões trazidas pelas fichas de identificação a fim de identificar, valorizar e produzir os documentos sobre a lida. Nesse sentido, destaco as atividades realizadas pela equipe junto às minhas contribuições enquanto bolsista do Projeto:

- Participação e organização das reuniões semanais da equipe INRC Lida Campeira, para articulação das atividades e demandas do grupo;
- Levantamento de bibliografias a partir de produções científicas e livros a respeito das relações entre humanos, animais e o ambiente na região do Inventário, além de outros temas de interesse da pesquisa, como a historiografia do local, a geografia, a botânica, entre outros. Em seguida, todos os dados foram esquematizados em uma ficha bibliográfica;
- Realização de levantamento das produções científicas desenvolvidas pela equipe INRC e publicadas no blog do INRC Lida Campeira. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/**;**
- Participação na entrevista realizada pela equipe INRC, com Vera Mariza Colares, Pecuarista familiar e Presidente da Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa); Ana Rosa da Silveira Sonaglio, Extensionista social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Bagé e detentora do conhecimento da culinária campeira; e Marcia Cristina Medeiros Torma Colares, pecuarista familiar. Realizada em 28/09/2020 e transcrita por mim;
- Participação na entrevista realizada pela equipe INRC, com Ana Rosa da Silveira Sonaglio e Vera Mariza Colares. Realizada em 27/07/2020;
- Participação na entrevista realizada pela equipe INRC, com Amilton Camargo, agricultor e morador do Quilombo Corredor dos Munhós, Lavras do Sul. Realizada em 13/08/2020 e transcrita por mim;
- Participação na entrevista realizada pela equipe INRC, com Clara Vaz, produtora rural e moradora de Bagé. Realizada em 19/08/2020 e transcrita pelo bolsista Mateus Fernandes da Silva;

- Participação na entrevista realizada pela equipe INRC, com Fernando Aristimunho, morador de Alegrete e Assessor de projetos na área de justiça socioambiental na Fundação Luterana Diaconia (FLD). Realizada em 26/08/2020 e transcrita pelo bolsista Mateus Fernandes da Silva;
- Participação na entrevista realizada pela equipe INRC com o Prof. Dr. Mártin Tempass, docente no Bacharelado em Arqueologia, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). A entrevista teve como objetivo compreender a relação da população Guarani com a Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã. Realizada em 09/10/2020 e transcrita por mim;
- Participação na entrevista realizada pela equipe INRC, com Mário Witt, agropecuarista e morador de Santa Maria. Realizada em 04/02/2021 e transcrita por mim;
- Participação na entrevista realizada pela equipe INRC, com Fabiani Alves, estudante na UNIPAMPA, liderança comunitária e moradora do Quilombo de Palmas - Bagé. Realizada em 01/04/2021 e transcrita por mim;
- Organização e participação da reunião com o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, para apresentação dos comitês. Realizada em 24/08/2020;
- Participação na palestra “Direitos da Natureza - o próximo passo”, com o Prof. Dr. Antônio Libório Philomena, Professor aposentado da Universidade Federal de Rio Grande - FURG. Realizada em 31/08/2020;
- Organização e participação na reunião da equipe INRC com o Comitê de Combate à Megamineração, contando com aproximadamente 50 pessoas. Realizada em 23/11/2020;
- Organização e participação na da mesa 14 - Pesquisa etnográfica e conflitos socioambientais: diálogos com interlocutores e na mesa 15 - Patrimônio Cultural em campos minados: pesquisa etnográfica e conflitos socioambientais, durante a 5° edição do evento Cidades em Transe: Patrimônios, Conflitos e Contranarrativas urbanas. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCxyqV98tIDXczIZYIePF_5Q;
- Organização e participação na reunião da equipe INRC, com o Prof. Dr Cláudio Carle, professor dos cursos de Antropologia, da Universidade Federal de Pelotas - UFPel. A reunião tratou de compreender o mapeamento arqueológico na fronteira Brasil/Uruguai. Realizada em 09/12/2020;
- Participação na reunião de apresentação da pesquisa da Andréia Sá Brito, docente no curso de Licenciatura em Educação do Campo da Unipampa e pesquisadora do projeto INRC. Realizada em 15/04/2021;
- Organização e participação na reunião da equipe INRC, com Prof. Dr. Lisandro Moura, Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde foi apresentada sua tese de doutorado, intitulada: “Aprender com Tambores: o Candombe Afro-Uruguaio como prática de educação". Realizada em 29/04/2021;
- Organização e participação na reunião do Projeto “Paisagens das águas”, reunindo pesquisadores que trabalham a temática das águas na relação com

a população estudada em suas respectivas pesquisas. Realizada em 19/01/2021;

- Participação da equipe INRC na aula realizada no dia 22/04/2021, da Disciplina "Natureza, usos e conflitos do território da bacia do rio Camaquã", ministrada pela Profª Dra. Karina Attisano no curso de Tecnologia de Gestão Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande - Campus de São Lourenço do Sul;
- Participação na reunião de apresentação do Projeto de Doutorado de Vagner Barreto, pesquisador do projeto INRC e Doutorando em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR . Realizada em 10/07/2021.

Enfatizo a importância das transcrições das entrevistas realizadas com os/as detentores/as do conhecimento campeiro para o levantamento de dados e o preenchimento das fichas que farão parte do Relatório Final. Além disso, todas as reuniões realizadas pela equipe INRC foram previamente combinadas através do grupo na rede social WhatsApp, onde os/as integrantes buscam levantar breves discussões, marcar reuniões, tirar dúvidas, compartilhar textos, artigos e livros em pdf, além de tratar sobre outros assuntos relacionados ao projeto.

Todas as reuniões da equipe se deram em ambiente online, através de plataformas com ferramentas de webcam e microfone, além de serem registradas em ata pelos bolsistas do projeto. A participação dos bolsistas se deu, também, na elaboração e compartilhamento de conteúdos nas redes sociais do Projeto e na atualização do blog (https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/), onde constam as publicações do projeto enquanto parte da restituição às comunidades e ao público em geral.

4. RESULTADOS

As atividades realizadas no Projeto deram-nos a oportunidade de interagir e dialogar com diferentes instituições, coletivos, projetos de pesquisa e extensão, associações, comitês e outras entidades, possibilitando, desta maneira, o debate, o levantamento de dados e trocas de conhecimentos. Dentre eles, estão: o Comitê de Combate à Megamineração, Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, Pós-graduação em Extensão Rural/UFSM, Comunidade Quilombola Vó Elvira de Pelotas, Comissão de Povos Tradicionais do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CODENE), Kilombo Coxilha Negra, Quilombo Rincão da Chirca, Coordenação da Assistência Técnica com Comunidades Remanescentes da Emater/RS, FACQ/CONAQ - Federação das Comunidades Quilombolas vinculado a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Instituto de Assessoria às Comunidades Quilombolas (IACOREQ), Frente Quilombola, Conselho da Igualdade Racial de Caçapava do Sul, Articulação Estadual em Defesa da Educação do Campo, Comissão Estadual de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), Conselho da Igualdade Racial de Caçapava do Sul,

Articulação Estadual em defesa da Educação do Campo, Movimento de Consciência Negra Kizumbi, Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (ATERS) Povos Indígenas da Emater/RS-Ascar, Fórum Permanente de Promoção da Igualdade Racial de Uruguaiana, Caritas da Diocese de Bagé e Povos Indígenas da Emater/RS-ASCAR.

Além da articulação com diversos coletivos, instituições, comunidades, comitês, etc., destaco as participações, atividades e produções realizadas pela equipe INRC referentes ao período de vigência da minha bolsa, tais quais:

- Preenchimento das fichas dos saberes e modos de fazer propostas pela metodologia INRC, no qual formará o relatório final que deverá ser entregue ao IPHAN ainda em 2021. São elas: Ficha dos Saberes e Modos de Fazer lida caseira, Ficha dos Saberes e Modos de Fazer do pastoreio com caprinos, Ficha dos Saberes e Modos de Fazer do pastoreio com ovinos, Ficha dos saberes e Modos de Fazer do pastoreio com bovinos e Ficha dos Saberes e Modos de Fazer artesanato em lã;
- Além das fichas dos saberes e modos de fazer, foram e estão sendo preenchidas outras fichas, como: ficha de Bibliografia, ficha de contatos, ficha e anexos audiovisuais, ficha de bens, ficha de ofícios e modos de fazer, ficha de questionários e ficha de sítio;
- Participação da coordenadora do Projeto, Profa. Dra. Flávia Rieth, professora da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, como representante no Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, no GT de Patrimônio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA);
- Palestra de membros da equipe no Programa Patrimônio Vivo do IPHAN, intitulado “A Pampa e a Lida Campeira”, no Dia Nacional do Bioma Pampa, ocorrido em 17/12/2020, no Canal do YouTube do IPHAN;
- Criação do grupo de pesquisa para a discussão sobre “A paisagens das Águas". O grupo foi desenvolvido a partir do desdobramento de algumas discussões presentes no Projeto INRC;
- Auxílio na produção do conjunto de 36 banners, a partir de recurso financeiro disponibilizado através de Participação em edital do PROAP, em 2020;
- Proposição de mesa, em formato de podcast, intitulada “Cidade-mato e os movimentos da vida”, no evento Cidades em Transe, em 2020. Disponível em: https://youtu.be/B2rxE816UaQ;
- Publicação de resumo expandido, intitulado “Mesa 2 - Cidade-mato e os movimentos da vida”, nos Anais do evento “Cidades em Transe e a Pluralidade do Morar” (p. 48-52), em 2020. Disponível em: https://arche.furg.br/anais-de-eventos/19-cidades-em-transe-anais;
- Organização da exposição dos banners na feira de artesanato em lã em Bagé, em 28/07/2021, a partir das interlocutoras Vera Colares e Marcia Colares;
- Relatório entregue à UFPel sobre a primeira fase do projeto, referente aos Campos lisos da Região de Bagé;

- Participação na Mostra Arte no Bioma Pampa do FDAM, com envio de desenhos em janeiro de 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/110510260293391/posts/450425989635148/?app=fbl;
- Publicação do trabalho “Cultura e Patrimônio na Praia de Naufragados (SC): conflitos ambientais e conhecimentos tradicionais” no XXX Congresso de Iniciação Científica da 7ª Semana Integrada da UFPel, em 2021;
- Desenvolvimento do Pré-projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Conflito socioambiental na Praia de Naufragados, Florianópolis-SC: uma abordagem antropológica”, entregue à banca em 01/07/2021.

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Embora a pandemia do novo Coronavírus tenha influenciado a maneira como as atividades foram desenvolvidas pela equipe INRC Lida Campeira no último ano, uma série de outras possibilidades se abriu para a continuidade da pesquisa, como a oportunidade de realizar entrevistas online com os detentores e as detentoras do saber e fazer campeiro. As entrevistas online possibilitaram que todos/as integrantes da equipe INRC pudessem acompanhar e participar dos encontros, de modo que, em tempos normais, o deslocamento a outro município para a realização de uma entrevista, certamente teria a equipe reduzida, além de ter que lidar com custos de gasolina e pedágios.

Meu desempenho enquanto bolsista nas atividades do Projeto, deram-se de forma remota, possibilitando estar no estado de São Paulo, fisicamente longe da Universidade Federal de Pelotas, mas, ainda assim, participando das reuniões, das entrevistas com interlocutores, dos encontros com os comitês, e desempenhando as atividades citadas anteriormente. Dessa maneira, ressalto o quanto os aprendizados obtidos ao longo do período de vigência da bolsa deram-me subsídios teóricos e práticos para relacionar algumas discussões do Projeto INRC com meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em Antropologia Social e Cultural, em desenvolvimento. Discussões que dizem respeito, principalmente, à área de patrimônio cultural imaterial, conflitos ambientais e populações tradicionais, além de compreender de forma mais ampla o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas.

Posto a experiência que obtive a partir da bolsa e a seguinte aplicação dos aprendizados em minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia, aponto a importância da Universidade em projetos de pesquisa, como o do INRC Lida Campeira, no que diz respeito a identificação, documentação e produção de conhecimento junto às comunidades, a partir da escuta das demandas, compreendendo suas perspectiva e reconhecendo os modos de vida enquanto patrimônio, que deve ser valorizado, preservado, documentado e salvaguardado. Além disso, reflito, também, sobre a importância de novas tecnologias metodológicas decorrentes do isolamento social imposto pela pandemia, e como essas ferramentas nos possibilitam entrar em contato com pessoas que vivem em localidades distantes e de difícil acesso, abrindo, desta maneira, outras possibilidades de se produzir conhecimento. Inclusive, têm sido desta maneira que a

equipe do INRC Lida Campeira vêm mantendo contato com seus interlocutores e atendendo, na medida do possível, os pedidos das comunidades.

6. BIBLIOGRAFIA

- A PAMPA e a Lida Campeira. Realização de Conversa Sobre Patrimônio Vivo Iphan/Rs. Online: Iphangovbr, 2020. (110 min.). Série 3ª. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ebaWdJuW-OY. Acesso em: 07 ago. 2021.
- HERRMANN, Miriel Bilhalva. **Pelos caminhos da lã**: uma etnografia do artesanato crochê em jacquard feito por mulheres em Jaguarão/RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/7431.
- LIMA, Daniel Vaz. **Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas**: uma etnografia a pé na pampa brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/7426.
- LIMA, Daniel Vaz; RODRIGUES, Vagner Barreto. “O Rio Camaquã pede socorro”: notas por uma antropologia imersa na vida. In: DURIGON, Jaqueline; FORNECK, Eduardo Dias; WALTER, Tatiana. (Orgs.). **Impactos dos projetos de mineração**: O que sabemos? O que queremos? Para onde vamos? Rio Grande: APROFURG, p. 100-113, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1QC4kfK_ivIlt_W3NzMLKQSuBwx7vlnkP/view.
- RIETH, Flávia et al. **Lida Campeira**: saberes e fazeres da pecuária extensiva na Pampa brasileira. 2020. Disponível em: http://museuhistoricobpp.com.br/index.php/2020/09/21/lida-campeira-saberes-e-fazeres-da-pecuaria-extensiva-na-pampa-brasileira/. Acesso em: 07 ago. 2021.
- RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz; CARLE, Cláudio et al. **Saberes e Modos de Fazer Pecuários no Município de Lavras do Sul/RS**. Pelotas: UFPel, 2020. (Relatório de pesquisa)
- RIETH, Flávia. Mineração e Sociobiodiversidade: Sobre as ambiguidades na atuação do Estado. In: DURIGON, Jaqueline; FORNECK, Eduardo Dias; WALTER, Tatiana. (Orgs.). **Impactos dos projetos de mineração**: O que sabemos? O que queremos? Para onde vamos? Rio Grande: APROFURG, p. 86-95, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1QC4kfK_ivIlt_W3NzMLKQSuBwx7vlnkP/view.
- RODRIGUES, Vagner Barreto; LIMA, Daniel Vaz; RIETH, Flávia. “O Rio é como o sangue da gente”: mineração e ambiente nos campos do Alto Camaquã. **Tekoporá** – Revista Latinoamericana de Humanidades Ambientales y Estudios Territoriales, Maldonado, v. 2, n. 2, p. 27-40, 2020. Disponível em: https://revistatekopora.cure.edu.uy/index.php/reet/article/view/41/53.

- SAPUCAIA, Leonardo. “Cultura e Patrimônio na Praia de Naufragados (SC): conflitos ambientais e conhecimentos tradicionais”. **XXX Congresso de Iniciação Científica da 7ª Semana Integrada da UFPel**, em 2021.
- SILVA, Mateus Fernandes da; NEGRÃO, Marcus; NUNES, Juliana dos Santos; LIMA, Daniel Vaz; et al. Podcast Cidade-Mato e os movimentos da vida. In: **4º Cidades em Transe e a Pluralidade do Morar** (online), Pelotas, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=B2rxE816UaQ.
- SILVA, Mateus Fernandes da et al. Mesa 2: podcast cidade-mato e os movimentos da vida. In: ALFONSO, Louise Prado et al (org.). **Anais Cidades em Transe e a Pluralidade do Morar**. Rio Grande: Arche, 2020b. p. 48-52. Disponível em: https://arche.furg.br/images/anais/Anais_Cidades_em_Transe_e_a_Pluralidade_do_Morar_VERSO_FINAL.pdf. Acesso em: 07 Agosto 2021.

7. PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS DA ÁREA

De acordo com os termos de outorga da bolsa, houve a publicação do trabalho “Cultura e Patrimônio na Praia de Naufragados (SC): conflitos ambientais e conhecimentos tradicionais” no XXX Congresso de Iniciação Científica da 7ª Semana Integrada da UFPel, onde busquei refletir a minha experiência no projeto INRC Lida Campeira e o quanto os aprendizados obtidos ao longo do período de vigência da bolsa deram-me subsídios teóricos e práticos para relacionar algumas discussões com meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que se encontra em processo de desenvolvimento.

8. PUBLICAÇÕES COM ORIENTADOR

- Publicação do trabalho “Cultura e Patrimônio na Praia de Naufragados (SC): conflitos ambientais e conhecimentos tradicionais” no XXX Congresso de Iniciação Científica da 7ª Semana Integrada da UFPel, em 2021. Orientado pela Profª Dra. Flávia Rieth.
- Desenvolvimento do Pré-projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Conflito socioambiental na Praia de Naufragados, Florianópolis-SC: uma abordagem antropológica”. Orientado pela Profª. Dra. Flávia Rieth e entregue à banca em 01/07/2021.

9. OUTRAS ATIVIDADES DE INTERESSE UNIVERSITÁRIO

- Apresentação de Pôster de estudantes de Iniciação Científica, na Mesa 7: Práticas de trabalho, saberes e fazeres, no 1º encontro RMPMA - Rede de Pesquisa Metropolização, paisagens híbridas (mais-do-que-humanas) e memórias ambientais: interseções dos estudos de ecologia política, antropologia ambiental e urbana no mundo contemporâneo, que irá ocorrer em 15/10/2021.

10. COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO EM PROGRAMA DE IDIOMAS OU COMPROVANTE DE PROFICIÊNCIA, CONFORME ITEM 10.2.4 DOS EDITAIS DE SELEÇÃO.

Avaliação Orientadora: Dra. Flávia Maria Silva Rieth

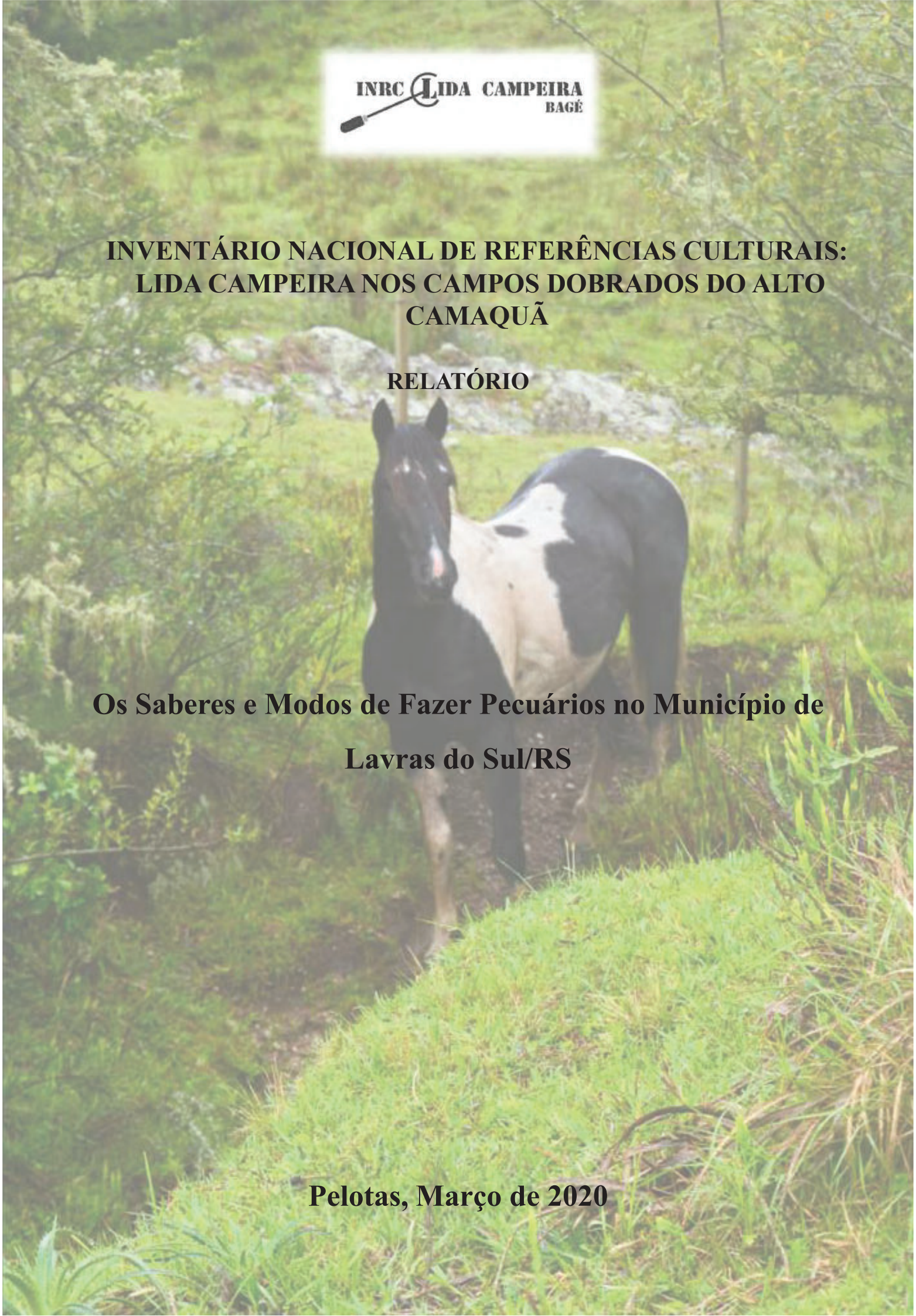
O bolsista Leonardo Sapucaia atuou na sistematização dos dados da pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais: Lida campeira nos campos dobrados na região do Alto Camaquã (INRC Lida campeira). Participou com engajamento nas atividades de pesquisa, especialmente, na organização, interlocução e degravação das entrevistas on-line com os interlocutores. Este engajamento qualificou o processo de degravação das entrevistas e foi um subsídio importante na elaboração das fichas que serão encaminhadas ao IPHAN.

Da mesma forma, Leonardo se comprometeu com a seleção e classificação do material audiovisual, conforme metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais/IPHAN. Esta experiência possibilitou a familiaridade com as Fichas de Contatos, Questionários, Audiovisual, Referências Bibliográficas e aprendizagem do processo de registro de um bem cultural como patrimônio imaterial brasileiro.

Destaca-se a contribuição do Inventário na elaboração do TCC - “Cultura e Patrimônio na Praia de Naufragados (SC): Conflitos Ambientais e Conhecimentos Tradicionais.” - considerando o compromisso ético, metodológico e político com os interlocutores e as questões envolvendo patrimônio cultural, populações tradicionais e conflitos ambientais.

Por fim, ressalta-se as iniciativas de produção textual, como às submetidas à 7ª SIIEPE, que buscam registrar o processo realizado ao longo da bolsa, além de oportunizar a possibilidade de interlocução com a área acadêmica e antropológica, sendo um momento fundamental de reflexão e de qualificação da pesquisa.

- Relatório Parcial Lavras do Sul



INRC LIDA CAMPEIRA
BAGÉ

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: LIDA CAMPEIRA NOS CAMPOS DOBRADOS DO ALTO CAMAQUÃ

RELATÓRIO

Os Saberes e Modos de Fazer Pecuários no Município de Lavras do Sul/RS

Pelotas, Março de 2020

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: LIDA CAMPEIRA NOS CAMPOS DOBRADOS DO ALTO CAMAQUÃ

RELATÓRIO

Os Saberes e Modos de Fazer Pecuários no Município de Lavras do Sul/RS

Equipe Técnica:

Profª. Drª. Flávia Rieth – Coordenação – UFPel

Prof. Dr. Cláudio Carle – Pesquisador – UFPel

Cícero Oliveira – Pesquisador (Doutorando em Antropologia - UFPel)

Daniel Vaz Lima – Pesquisador (Doutorando em Antropologia - UFPel)

Vagner Barreto Rodrigues – Pesquisador (Doutorando em Antropologia e Arqueologia - UFPR)

Juliana dos Santos Nunes – Edição e revisão (Mestranda em Antropologia - UFPel)

Luciene Barbosa – Fotógrafa/Pesquisadora (Mestranda em Antropologia – UFPel)

Pelotas, março de 2020

Sumário

Introdução.....3

Ficha Sítio Alto Camaquã.....10

Ficha Localidade Lavras do Sul.....27

Questionário de Identificação – Laís.....44

Questionário de Identificação – Luciano.....58

Ficha de Contato.....72

Referências Bibliográficas.....75

Ficha de Registros de Sítios Arqueológicos.....80

Ensaio Fotográfico Lavras do Sul.....95

1. INTRODUÇÃO

Este relatório foi elaborado em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), criada no decreto n° 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Tal política é resultado de um processo histórico no âmbito da preocupação do Estado Brasileiro com a preservação de referências culturais que caracterizam o processo de formação da sociedade nacional. De acordo com Márcia Chuva (2012), a noção de Patrimônio Cultural é a categoria-chave que orientou as políticas públicas de preservação cultural no Brasil, iniciadas na década de 1930, como um movimento de intelectuais, liderados por Mário de Andrade. No contexto político do Estado Novo, marcado pelo apelo nacionalista, esse movimento lançou as bases para a ação do Estado na preservação tanto do patrimônio artístico quanto do então denominado "folclore" brasileiro, o que levava a importância das camadas populares e da diversidade cultural. O propósito era considerar as diferentes temporalidades no Brasil, tendo o passado como matéria-prima a ser resgatada.

Entretanto, no âmbito de criação e consolidação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que foi a primeira instituição para a proteção do patrimônio cultural no país, as ideias de Mário de Andrade, que valorizavam a cultura em sua diversidade de práticas, não foram incorporadas no rol dos bens culturais passíveis de proteção. Foi hegemônica a vertente assentada na tese das três raças formadoras da sociedade brasileira, que considerava a influência do branco português, inculcando ao negro e indígena uma participação secundária no processo. Esta perspectiva se dava pela perenidade da materialidade portuguesa, justificando a proteção aos bens materiais, de caráter arquitetônico, referências do período colonial (CHUVA, 2012, p. 154).

Por conseguinte, a consideração de que os conhecimentos e práticas culturais constituem bens fundamentais para a formação das identidades se consolidou na segunda metade do século XX. Um marco foi a convenção sobre Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 1972, quando os

países do chamado terceiro mundo, liderados pela Bolívia, solicitaram a criação de formas jurídicas de proteção das manifestações das culturas tradicionais e populares, em um processo que culminou no documento de “recomendação sobre a salvaguarda sobre a cultura tradicional e popular”, sendo o documento que fundamenta as noções de preservação do Patrimônio Imaterial.

Assim, a importância do elemento imaterial é relativamente nova em termos de política de Estado e se consolidou, no Brasil, a partir promulgação da Constituição Federal, em 1988, dando atenção especial nos artigos 215 e 216. No artigo 215, inciso 1° diz: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.” Já no artigo 216:

> “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. ”

Ainda no artigo 216, inciso 1°, escreve-se “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilâncias, tombamentos e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” Por conseguinte, conforme Castro (2008) há uma “sintonia de ordem conceitual”, tanto no conceito quanto nas estratégias das políticas de proteção das referências culturais, com as concepções da UNESCO. A noção de Patrimônio Imaterial foi definida na Convenção para a Salvaguarda em 2003 onde:

> “Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e

> continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.” (UNESCO, 2003).

A definição de patrimônio imaterial no Brasil está baseada tanto na definição dada pela UNESCO, quanto na definição presente na Constituição Federal. O decreto n° 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu a Política Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), escreve:

> “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).”

A Política Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) é, portanto, um programa de apoio e fomento que busca parcerias na esfera pública e privada para a viabilização de projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e divulgação do patrimônio imaterial brasileiro. O IPHAN é a instituição referência para a atuação em relação ao Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) no âmbito Federal. No ano de 2003 foi criado o departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) pelo decreto 4.811 de 19 de agosto de 2003. Seja no âmbito conceitual, quanto metodológico, produz avaliações em parcerias com outras instituições públicas e privadas (CASTRO, 2008).

O registro, nesse sentido, constitui um compromisso do Estado em inventariar, documentar, produzir conhecimento, proteger e apoiar a dinâmica das referências culturais que foram fundamentais na formação da sociedade nacional. E, nesse sentido, a noção de patrimônio imaterial se insere no contexto de elaboração de novos métodos e ferramentas que buscam superar a dicotomia entre bens de pedra e cal, entendidos como patrimônio material, e demais manifestações culturais presentes na vida cotidiana e que constitui a cultura imaterial de um grupo (IPHAN, 2000). A identificação de um bem cultural está sustentada assim, conforme Sant’Anna (2006), no princípio da “continuidade histórica, identificada por meio de estudos históricos e etnográficos que apontem as características essenciais da manifestação, sua manutenção através do tempo e a tradição à qual se vinculam. Ao identificar bens culturais por meio dos sentidos e significados atribuídos por determinados grupos, a dimensão material e imaterial ficam intercruzadas.

2. OBJETIVO

Produzir conhecimento histórico e etnográfico sobre os saberes e modos de fazer pecuários no município de Lavras do Sul/RS, com forma de subsidiar o Requerimento ao Ministério Público Federal (MPF).

3. METODOLOGIA

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa sob coordenação do IPHAN para produzir conhecimento sobre bens culturais, os quais são atribuídos sentidos e valores e, portanto, constituem-se marcos referenciais para determinado grupo social. Além disso, a metodologia contempla edificações associadas em suas significações históricas, independentemente da qualidade arquitetônica ou artística (CASTRO, 2008). É um instrumento onde atores sociais, detentores dos bens, são envolvidos no processo. O inventário se constitui de três etapas:

- **Levantamento preliminar** – reunião e sistematização das informações disponíveis;
- **Identificação** – descrição sistemática e tipificação das referências culturais relevantes;
- **Documentação** – estudos técnicos e autorais.

De acordo com Castro (2008, p. 22), o INRC tem por objetivo “descrever cada bem cultural imaterial de modo a permitir a adequada compreensão dos processos de criação, recriação e transmissão que o envolvem, assim como dos problemas que o afetam.” Assim que o método etnográfico consiste na principal ferramenta para a realização do trabalho. Roberto Cardoso de Oliveira (2006) entende que o “trabalho do antropólogo” se constitui através de três “atos cognitivos”, ou etapas de apreensão dos fenômenos sociais: Olhar, ouvir e escrever. O “olhar” e o “ouvir” representam a primeira experiência do/a pesquisador/a no campo, ao passo que o escrever é o momento de reflexão sobre as informações, balizados pelas categorias e conceitos básicos das ciências sociais. Na vivência do trabalho de campo o olhar e o ouvir do/a

etnógrafo/a, disciplinado pelas leituras teóricas, é colocado em relação com as teorias do outro (MAGNANI, 2011). Portanto, o inventário é um instrumento primordial para a fundamentação das demais ações do processo. Junto ao INRC, o conjunto de políticas voltadas para o patrimônio cultural imaterial tem, como principais instrumentos, o Registro e o Plano de Salvaguarda.

O projeto de inventariar os saberes e modos de fazer pecuários na pampa consiste na afirmação de uma parceria entre a Universidade Federal de Pelotas, por intermédio do curso de bacharelado em antropologia, com o IPHAN que, por intermédio de um termo de responsabilidade afirmou o uso da metodologia. Se constituiu em 2010, em sua primeira fase “INRC- Lida campeira na região de Bagé/RS” onde teve financiamento do IPHAN. Foi finalizado em 2013. A lida campeira é percebida em diferentes dimensões, permeando uma diversidade de modos de viver na pampa, levando em conta o posicionamento de fronteira e suas implicações nas dinâmicas dessa área cultural.

O sistema da pecuária extensiva, por meio da criação de bovinos, de ovinos, de caprinos e de equinos, para fins econômicos, tem, na perspectiva deste estudo, o estatuto de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Ao pensar as culturas como patrimônio, atenta-se para as relações possíveis entre o passado e o presente, a natureza e a cultura, a sociedade e o indivíduo, e entre a história, as narrativas e as experiências dos interlocutores. Desta forma, a proposta de inventariar a pecuária como referência cultural da pampa, parte dos distintos engajamentos entre humanos, animais e artefatos, para pensar a configuração histórica e cultural desse ambiente.

A metodologia desenvolvida pelo IPHAN para inventariar bens patrimoniais de caráter imaterial será empregada neste projeto. O trabalho consiste em uma proposta de Antropologia colaborativa, construída a partir da criação conjunta que envolve diferentes instituições, pesquisadores e coletivos locais detentores dos saberes e modos de fazer. O trabalho coletivo e participativo é uma forma de envolver os atores, principalmente os coletivos locais, para que, com suas histórias e experiências, possam apropriar-se das questões trazidas pelas fichas de identificação a fim de identificar, valorizar e produzir os documentos sobre a lida. Este projeto apresenta desdobramentos nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão com alunos de graduação

e pós-graduação do Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA – UFPel).

Por conseguinte, tem a extensão da pesquisa para a região do alto Camaquã. A fase II denomina-se “INRC - Lida campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã”. Esta extensão da pesquisa está em conformidade com uma demanda da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC). A ADAC é uma rede de associações comunitárias, localizadas nos municípios que integram o projeto. Envolve um número aproximado de 500 famílias – cerca de 2 mil pessoas – distribuídas em 25 associações. O objetivo é “apoiar e promover a preservação do patrimônio histórico, do meio ambiente, das culturas étnicas e produtivas do Alto Camaquã” (BORBA, 2016: 207).

Desde 2016, a equipe está realizando trabalho de campo nos municípios que compõem o território Alto Camaquã onde a lida campeira é realizada, em grande parte, por membros dos grupos familiares, com destaque para a marcante presença das mulheres, assim como articulando redes de relações com parentes e com eventuais trabalhadores assalariados (Anexo 1). A relação com o ambiente também ganha relevância ao observarmos as diferenças dos manejos nos campos lisos, nos campos dobrados e nos campos banhados, conforme indicação dos interlocutores e interlocutoras.

4. RESULTADOS

No mês de outubro de 2019, realizou-se um trabalho de campo de dois dias, realizando entrevistas e acompanhando os manejos na Estância Ouro Verde, localizada Estrada Três Estradas, Taquarembó, no Município de Lavras do Sul. A partir desse trabalho, apresenta-se o preenchimento dos formulários sobre a localidade de Lavras do Sul bem como os questionários preenchidos a partir das entrevistas com os/as proprietários/as Luciano Jardim e Laís de Moraes, e com os peões campeiros Alceu e Quenedy. Todos/as são detentores do saber e modo de fazer pecuário. Um foco especial foi dado as questões arqueológicas com estudo materialidade associadas as lidas – sede de propriedades, mangueiras de pedra e torrão e de vala. Constituiu-se também o

levantamento de dados bibliográficos e estatísticos sobre a pecuária conforme metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A equipe de trabalho constituiu-se pela Profa. Dra. Flávia Rieth, Coordenadora do projeto, pelo pesquisador do INRC-Lida Campeira, Daniel Vaz Lima e pelos arqueólogos/as, Prof. Dr. Claudio Carle, Cicero Oliveira e Luciene Barbosa. Em função das chuvas que assolavam a região no período do trabalho de campo, não foi possível realizar entrevistas com o pecuarista familiar e quilombola Amilton Camargo, morador no “corredor dos Munhoz”, próximo à área urbana do município.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO SÍTIO	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO SÍTIO		Alto Camaquã
OUTRAS DENOMINAÇÕES		Serra do Sudeste, Rio Grande do Sul, Brasil
ESTADO		Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO		Bagé Caçapava do Sul Canguçu Lavras do Sul Piratini Pinheiro Machado Santana da Boa Vista
DISTRITO OU SUBDISTRITO		
LOCALIDADES INVENTARIADAS	NO SÍTIO	Bagé (Sede e Distrito de Palmas) Caçapava do Sul (Sede, Guaritas e Vila Progresso) Canguçu (Sede, Coxilha do Fogo e Vila Silva) Lavras do Sul (Corredor dos Munhóz) Piratini (Alto da Figueira, Barrocão e Estrada 392) Pinheiro Machado Santana da Boa Vista (Serra dos Vargas)
	NO ENTORNO	Jaguarão Candiota Hulha Negra Dom Pedrito

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01



Imagem 1: Campos de Bagé – Localidade de Palmas. Foto: Daniel Vaz Lima. Acervo INRC – Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã.



Imagem 2: Campos de Piratini – Localidade Estrada 293. Foto: Andrea Madruga. Acervo INRC – Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01



Imagem 3: Campos de Canguçu – Localidade Coxilha das Flores. Foto: Flávia Rieth. Acervo INRC – Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01



Imagem 4: Campos de Lavras do Sul – Localidade Três Estradas. Foto: Luciene Barbosa. Acervo INRC – Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS*.

SÍNTESE

O Inventário da Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã parte da premissa de pensar os manejos pecuários, a partir da relação entre animais humanos, animais não humanos, coisas e ambiente, evidenciados pela presença da pecuária de caráter familiar da região. A relação com o ambiente ganha relevância ao observarmos as diferenças entre os manejos nos campos lisos e duros e nos campos dobrados, ou campos de pedra. Assim, a partir de pesquisa etnográfica e bibliográfica, a equipe selecionou, junto aos interlocutores e as interlocutoras, como referências culturais os seguintes ofícios: Artesanato em Lã, Lida Caseira/Culinária Campeira, Pastoreio de Ovinos, Pastoreio de Caprinos e de Pastoreio de Bovinos.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

3. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA* .

3.1. LOCALIZAÇÃO

Quando se fala em “Complexos Territoriais”, relata-se a respeito das diferentes manifestações socioculturais que se estruturam espacialmente e que produzem redes de relações e cooperações que se utilizam dos elementos físico-naturais e contribuem para a organização de uma paisagem demarcada e fortemente influenciada pela intrínseca relação dos elementos da natureza (que evoluem e modificam-se no tempo longo, geológico, que escoa) e do tempo humano (que está em constante modificação e aprimoramento). Assim, a ideia de Complexos Territoriais envolve limites artificiais (político-administrativos) e limites naturais (que, embora imaginários, podem ser verificados fisicamente na paisagem e definem os processos da natureza).

O Alto Camaquã é um exemplo de Complexos Territoriais onde se articulam fenômenos físicos vinculados à zona de nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, importante área de recarga de uma das principais bacias do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, no Alto Camaquã Natural encontram-se, também, paisagens de um Bioma Pampa *profundo*, não-intacto, mas com grande preservação de elementos naturais bióticos e abióticos, que impõe suas estruturas à ação humana. Ao longo do tempo, as práticas sociais atrelaram processos de ocupação vocacionado, basicamente, à lida campeira, em uma paisagem exclusiva, repleta de composições próprias, temporalidades e conexões. Essas particularidades devem ser mantidas, pois se constituem o que existe de mais original na paisagem Gaúcha, na paisagem pampeana. A seguir, serão descritos aspectos que pretendem analisar esses complexos que (co) existem nesse recorte espacial chamado Alto Camaquã.

Os municípios que compõem a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto do Camaquã (ADAC) estão localizados geograficamente na Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Os municípios de Bagé, Hulha Negra e Lavras do Sul estão inseridos na Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense e na Microrregião da Campanha Meridional. Os municípios de Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Piratini, Pinheiro Machado, Encruzilhada do Sul e Canguçu estão na Mesorregião Sudeste Rio-Grandense e na Microrregião da Serra do Sudeste, com exceção de Canguçu que faz parte da Microrregião Pelotas.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

3.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

Os municípios que compõem a ADAC estão inseridos no Bioma Pampa, mais especificamente na parte alta da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã. Conforme Figueiró et al. (2011), a combinação encontrada nesse local, entre os elementos abióticos e bióticos, proporciona uma particularidade paisagística ao Alto Camaquã, que representa um importante valor ao patrimônio natural, histórico e cultural, algo para ser preservado.

O Bioma Pampa corresponde a 63% do território do Estado do Rio Grande do Sul, e estende-se além das fronteiras brasileiras, abrangendo porção do Uruguai e da Argentina. O Pampa gaúcho corresponde ao cruzamento de formações ecológicas e que constroem uma paisagem única, onde o fluxo entre os elementos que a compõem (campos, mata ciliar, capões de mato e mata de encosta) é intenso. (SELL, 2017).

A paisagem encontrada no Alto Camaquã assenta-se sobre a Unidade Geológica do Escudo Sul-rio-grandense, sendo a formação geológica mais pretérita do Estado do Rio Grande do Sul, que constitui o que, corriqueiramente, é denominado de Serras do Sudeste. A constituição litológica é representada por rochas metamórficas e ígneas, ambas de ampla variação composicional, e rochas sedimentares muito antigas. Nesse compartimento, devido à variedade litológica, alguns tipos de rocha apresentam maior ocorrência superficial, representada pelos afloramentos e “campos de pedra”, formados por blocos matacões de várias dimensões e organizações aleatórias nos terrenos. (MEDEIROS et al., 1995).

De acordo com essas características geológicas, a lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã, conecta-se aos aspectos físico-naturais, sobretudo à diversidade geológica e geomorfológica do Bioma Pampa, constituído pelos campos de pedras, destacando os afloramentos rochosos, que configuram os acidentes geográficos que diferenciam a forma de manejo, circulação e trato com os animais, no que se refere aos campos lisos.

O relevo que constitui o Alto Camaquã apresenta-se, predominantemente, suave ondulado à ondulado, isso ocorre devido heterogeneidade geomorfológica. A área está inserida no Domínio Morfoestrutural dos embasamentos em estilo complexos, o qual corresponde a Região Geomorfológica do Planalto Sul-riograndese, nessa região encontram-se duas Unidades Geomorfológicas: o Planalto Residual Canguçu e o Planalto Rebaixado Marginal. (CUNHA, 2017; IBGE, 1986).

A pedologia do Alto do Camaquã é composta majoritariamente por Neossolos, Litólicos, Eutróficos e Argissolos Vermelho-Amarelos Distróficos, que se apresentam predominantemente pedregosos e com afloramentos rochosos, suscetíveis a processos erosivos. (CUNHA, 2017). Figueiró et al. (2011) acrescenta que devido ao fato da região possuir solos rasos, o mesmo apresenta alta restrição para as atividades de silvicultura e de agricultura, o que acabou por contribuir para a identidade regional voltada para a pecuária.

O clima do Alto Camaquã também é um complicador para o processo de uso e ocupação desse território. As médias climatológicas apresentam temperaturas que variam entre 16ºC e 18ºC e precipitações entre 1500 e 1600 mm, correspondendo a um clima úmido. (FIGUEIRÓ et al., 2011).

A cobertura vegetal característica do Alto Camaquã é composta por campos limpos e campos sujos, e a floresta no entorno da Serra do Sudeste, formando assim, um mosaico de floresta nativa e campos que se desenvolvem de acordo com os cursos d'água e influenciam na formação das matas de galeria. A região do Alto Camaquã é considerada rica em biodiversidade, configurada por uma complexa vegetação que permite o estabelecimento de espécies de fauna e flora raras em outros locais. As fendas nas rochas e os pontos de difícil acesso propiciam condições para a formação de ninhos e o nascimento de filhotes.

Isso ocorre devido à região estar na transição entre o clima tropical e temperado. Os afloramentos rochosos encontrados na paisagem proporcionam condições ideais para espécies endêmicas, que se desenvolvem junto as rochas, como as cactáceas. (ROCHA, 2015; CUNHA, 2017; FIGUEIRÓ et al., 2011).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

3.3. MARCOS EDIFICADOS

PROPRIEDADE RURAL DE CRIAÇÃO DE REBANHOS - A estância ou fazenda, no Rio Grande do Sul, é o estabelecimento rural associado às atividades de criação de gado bovino, ovino e equino. Uma explicação recorrente para sua origem remete às Missões Jesuíticas, no século 18, quando padres e indígenas transferiam os povoados de acordo com as exigências políticas – tratados entre as coroas portuguesa e espanhola -, deixando no campo os rebanhos de gado bovino. Esses animais xucros multiplicavam-se devido a abundância de pastos e aguadas e eram, posteriormente, incorporados aos domínios rurais de proprietários portugueses. (RAHMEIER, 2007).

Apesar de, em sua origem, a estância estar ligada a qualquer espaço rural ocupado por criações e, também, por agricultura, em meados do século 19 passou a indicar as grandes extensões de campos destinados à produção de gado, com a presença de mão-de-obra escrava e/ou assalariada e com uma arquitetura contando com sede (casa do proprietário) e outras construções vinculadas à atividade criatória. (RAHMEIER, 2007; LUCCAS, 1997). Em geral, nessa nova configuração do espaço não há agricultura em grandes áreas e, quando há, não constitui a base econômica principal. Nesse momento, também, dá-se o início do cercamento dos campos, delimitando invernadas, rodeios e campos para os rebanhos, e, ao mesmo tempo, criando situações novas para a mobilidade de grupos e de coletivos. Dessa forma, propriedades menores, anteriormente, chamadas de estâncias, em que há consórcio de várias espécies de produtos agrícolas e a criação de animais em uma escala menor, paulatinamente, passam a não fazerem parte dessa classificação popular. São conhecidas por chácaras – nome de origem indígena, com significado de “plantação” (SAINTHILAIRE, 1987), ou por designações locais, como “campo”, “fazendinha”, “granja”, “sítio”, “roça”, “quadra de campo”, entre muitas outras.

Atualmente, estância corresponde a grandes extensões de terras e é formada, comumente, pela casa do proprietário, pelo galpão (local onde se mantém os materiais de uso cotidiano, além de ser o lugar de convivência dos peões), pela casa do capataz ou caseiro (quem administra a estância), pelos currais (mangueiras, brete, banheiro para gado – locais de manuseio dos animais), e pelos potreiros, piquetes ou invernadas (campos divididos por cercas destinados à criação e engorde do gado). Pequenas propriedades são capazes de contar com essa mesma configuração, porém, devido ao seu tamanho podem não ser consideradas como estâncias.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

RANCHO - Os ranchos são moradias construídas com torrão de barro ou pau-a-pique. A madeira, o capim santa-fé e a taquara (tipo de bambu) eram cortados na lua minguante e as leivas (ou torrões) retiradas da beira das várzeas. Construída a armação de taquara ou madeira de mato, projetadas as portas e janelas (sem vidros) as paredes eram preenchidas com os torrões de barro e, normalmente, apresentava uma espessura aproximada de 50 cm. A armação do telhado, chamada tesoura, sustentava as quinchas – camadas superpostas de capim santa-fé para a cobertura que, muitas vezes são dissimuladas pela técnica de aparar as pontas do capim. (LESSA, 1986; VAZ MATTOS, 2003). O chão é de terra batida e pode haver uma ou duas divisões em seu interior, com couros ou cortinas de tecidos desempenhando a função de portas. Em média, a moradia é construída com 6 metros de frente por 4 metros de fundos e seu pé direito não ultrapassa os 2 metros de altura. (LESSA, 1986).

Os ranchos foram as primeiras moradias das estâncias; ainda que os proprietários fossem abastados, até fins do século 18 e início do 19, não havia, em larga escala, matéria-prima e mão-de-obra para a construção de casas de tijolos e telhas. Predominavam, portanto, as habitações de pau-a-pique, barro e santa-fé na paisagem pampeana. (ISABELLE, 1983; LESSA, 1986; LUCCAS, 1997; SAINT-HILAIRE, 1978). Na Vila da Lata, comunidade quilombola, observou-se a existência de ranchos como moradia. A utilização das casas de torrão como galpão ou cozinha é, também uma forma de manifestação cultural comum a povos e comunidades tradicionais. Nestes termos, em Aceguá, a programação dos festejos do Dia 20 de Setembro, da Semana Farroupilha, envolve a construção de ranchos pelos peões. Conforme Vaz Mattos (2003), na localidade de Olhos D'Água, em Bagé, até 1940 havia a predominância dos ranchos.

4. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

4.1. RESUMO

Uma pampa vazia, ocupada por grandes propriedades rurais que empregam pouca mão de obra assalariada. Essa visão foi a base compartilhada por muitos campos do conhecimento para as reflexões acerca dos modos de vida no pampa. Nessa concepção, as relações sociais estavam polarizadas entre, de um lado, os proprietários da terra e dos meios de produção, e, de outro, uma massa de trabalhadores, escravizados ou juridicamente livres, mas que não possuindo os meios de produção, a terra, vendiam a força de trabalho para sobreviver, muitas vezes em condições de meeiros, de compadres ou de arrendatários. Na concepção do chamado "capitalismo pastoril" (FREITAS, 1993), a força de trabalho negra, indígena e mestiça era uma mercadoria e, para ser assim, precisaria estar despojada da propriedade dos meios de produção. Por conseguinte, tem-se a imagem de trabalhadores, geralmente homens, sozinhos ou em pequenos grupos, vagando pelo pampa, em função da sazonalidade das lidas ao longo do ano.

A imagem da ocupação histórica do Rio Grande do Sul por homens errantes, sem vínculos familiares e sem terras, vem sendo problematizada pela historiografia no momento que a mesma acessa outras fontes documentais, ou reanalisa a documentação existente. É o caso do texto de Luis augusto Farinatti (2008), que pesquisa os documentos das qualificações das testemunhas e dos réus presentes nos processos criminais de Alegrete, de 1845 a 1865. O autor considera uma "imagem romântica" a de um pampa rural marcado pela presença de homens soltos, sem vínculos, sem demandas e estratégias, andarilhando de estância a estância, empregados em trabalhos pesados, mas um divertimento considerando o "gosto pelas correrias e embates com o gado em campo aberto". (FARINATTI, 2008, p. 360).

Estudos recentes apontam a combinação de trabalho escravo com trabalho de peões livres e de pequenos produtores – que integravam cultivos de lavouras com a criação de gado em pequena escala, alguns com propriedade de mão de obra escravizada. Muitos eram pequenos criadores e lavradores que trabalhavam como peões nas grandes estâncias sugerindo um conjunto de relações sociais mais complexo do que a

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

dicotomia entre patrão e peão; e de relações econômicas para além de uma economia marcada apenas pela pecuária. De acordo com Helen Osório (2016, p. 23), tem-se a presença de produtores rurais que eram simultaneamente, pastores e lavradores, alimentando o grupo familiar com a produção agrícola de trigo, de milho, de feijão, de carne e de leite do pequeno rebanho e que, eventualmente, comercializavam a produção, como forma subsistência e como troca por bens que não tivesse na propriedade. Na análise dos inventários *post-mortem,* a autora encontrou uma significativa presença de camponeses, proprietário de até cem cabeças de gado, que possuíam, além da mão de obra familiar, mão de obra escravizada, evidenciando a disseminação da presença negra no pampa.

Entretanto, para Farinatti (2008, p. 363), pouco se sabe sobre segmentos sociais que não eram descritos nos inventários, como os "escravos", negros africanos e nascidos na América, bem como indígenas, que, também, não eram titulares de atos patrimoniais, como escrituras acessadas nos inventários *post-mortem*. A metodologia do autor foi a caracterização sócio profissional presente nas testemunhas dos processos criminais. A partir da análise das testemunhas que presenciaram os eventos dos processos ou que eram moradores das proximidades do local do delito, encontrou-se a presença de peões, de lavradores, de carpinteiros, de pedreiros, de jornaleiros, de costureiras, de lavadeiras, indicando uma sociedade mais heterogênea, com trabalhadores/as em diversas ocupações, seja nas vilas, seja nas áreas rurais. No que se refere aos peões campeiros, o autor constatou que tinham média de idade de 29 anos e eram solteiros, enquanto os lavradores tinham médias de idade superior e eram casados.

O estabelecimento como lavrador pressupunha, na maioria dos casos, a constituição de família, que acabavam por se tornar a base do trabalho e da organização que permitiam o acesso à produção independente. Por sua vez, as ocupações ligadas ao assalariamento agrícola não-especializado costumavam ter um sentido de temporariedade: eram exercidas até que se conseguisse construir as condições necessárias para o estabelecimento como lavrador. (FARINATTI, 2008, p. 372). Essas pessoas continuavam a assalariar-se nas grandes propriedades, como estratégia de reprodução social. Por vezes realizavam outras atividades sazonais como o trabalho de tropeiro, recebendo valores não somente em dinheiro, mas em mercadorias, por vezes, um pedaço de carne. Outra estratégia consistia na realização de atividades assalariadas nas vilas.

Embora, entende-se que há muito a ser desvendado nas relações sociais nos ambientes rurais, essas considerações destacam a presença do/a "pecuarista familiar" – junto a outras populações tradicionais - configurando contexto histórico de ocupação do Pampa, a partir de três principais características: processos de sucessão rural por fracionamento de terras das grandes estâncias; compra de terras por agricultores familiares que migraram de regiões de colonização; e a compra da terra por meio dos trabalhadores das estâncias. (FERNANDES; MIGUEL, 2016).

Atualmente, no Rio Grande do Sul, 70% dos estabelecimentos rurais possuem como atividade principal a pecuária de corte, com pecuaristas familiares (WAQUIL et al, 2016). A partir dessa constatação de relevância do segmento familiar na pecuária, o Estado do Rio Grande do Sul instituiu, por meio do decreto no 48.316 de 31 de agosto de 2011, o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar (PECFAM). Conforme os Art.2°, do Decreto nº 48.316, de 31 de agosto de 2011 que regulamenta a política pública, o programa tem "como finalidade a promoção do desenvolvimento rural sustentável com justiça social, melhoria da qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, por meio da coordenação de ações integradas junto aos pecuaristas familiares, suas cooperativas e associações." Para isso, são considerados pecuaristas familiares quem atende simultaneamente às seguintes condições:

- I – tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte;
- II – utilizem na produção trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

contratada em até cento e vinte dias ao ano;

- III – detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a trezentos hectares;
- IV – tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele; e
- V – obtenham no mínimo setenta por cento da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) é a responsável pela execução da política pública. No site da Instituição encontram-se os objetivos de trabalho da instituição com os pecuaristas familiares:

- Promover ações em apoio a todos os membros da família visando a melhoria da qualidade de vida.
- Incentivar a segurança e soberania alimentar da família.
- Incentivar sistemas de produção que melhorem os índices zootécnicos através da utilização sustentável das pastagens naturais e cultivadas e do uso racional de insumos externos.
- Melhorar o nível de bem-estar dos animais, contribuindo para o aumento na produtividade e a melhoria da sanidade dos rebanhos.
- Promover a utilização de métodos alternativos na prevenção de doenças e tratamentos sanitários.
- Promover o melhoramento genético dos rebanhos assistidos.
- Incentivar as atividades não agrícolas, como artesanato e a agroindústria familiar de alimentos, como forma de ampliar e diversificar a renda dos estabelecimentos.
- Incentivar formas associativas de pecuaristas familiares que contribuam para a solução de problemas comuns e ampliem as suas oportunidades de inserção no mercado.
- Realizar ações na gestão de pessoas e processos na propriedade.
- Fomentar ações que favoreçam a sucessão na pecuária familiar. (EMATER, 2018).

4.2. CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
	Em construção.

5. PERFIL SOCIOECONÔMICO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

5.1. POPULAÇÃO

Os nove municípios apresentam características populacionais e dimensões territoriais distintas.

O município de Bagé, localizado na coordenada 31°19'51"S54°06'25"O, possui uma área territorial de 4.095,5km² com densidade demográfica de 28,52hab/km². O município é limítrofe de Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Aceguá, Hulha Negra, Candiota, Dom Pedrito e da República Oriental do Uruguai. Conforme Censo 2010 apresenta uma população de 116.794 habitantes (52,22% mulheres e 47,78% homens), sendo que 97.765 dessa população residem em área urbana e 19.029 em área rural. O município é dividido em seis distritos, denominados Colônia Nova, Joça Tavares, José Otávio, Piraí, Seival, Palmas e o Distrito-sede Bagé. A economia do município é baseada na agricultura e na pecuária.

O município de Lavras do Sul, localizado na coordenada 30°48'46"S53°53'42"O, possui uma área territorial de 2.600,6km² com densidade demográfica de 2,95hab/km². O município é limítrofe de Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul, São Gabriel, Santa Margarida do Sul, Vila Nova do Sul, São Sepé. Conforme Censo de 2010 apresenta uma população de 7.679 habitantes (50,83% mulheres e 49,16% homens), onde 4.758 dos habitantes residem em área urbana e 2.921 em área rural. O município é dividido em dois distritos, o 1º distrito, a sede, denominado Lavras do Sul e o 2º distrito denominado de Ibaré. A economia do município é voltada para atividades agropecuárias.

O município de Caçapava do Sul, localizado na coordenada 30°30'43"S53°29'27"O, com uma área de extensão territorial de 3.047,113km², com densidade demográfica de 11,06hab/km². Os municípios limítrofes de Caçapava do Sul são: São Sepé, Cachoeira do Sul, Santana da Boa Vista, Pinheiro Machado, Bagé e Lavras do Sul. De acordo com o Censo 2010, a população é de 33.690 habitantes (51,53% mulheres e 48,46% homens), dividindo-se em 25.410 que residem em área urbana e 8.280 em área rural. A divisão distrital consiste em seis distritos Bom Jardim, Carajá, Cerro do Martins, Forninho, Santa Bárbara e o Distrito-sede Caçapava do Sul. A principais atividades econômicas desenvolvidas são relacionadas a mineração, a agricultura e a pecuária.

O município de Santana da Boa Vista, localizado na coordenada 30°52'19"S53°06'54"O, tem uma área territorial de 1.420,616km² e densidade demográfica de 5,80hab/km². Os municípios limítrofes de Santana de Boa Vista são: Caçapava do Sul, Pinheiro Machado, Cachoeira do Sul, Piratini e Encruzilhada do Sul. Segundo o Censo 2010, o município tem 8.242 habitantes (50,58% homens e 49,41% mulheres), sendo que 3.723 habitantes residem em área urbana e 4.519 residem em área rural. A divisão territorial do município é composta somente pelo distrito-sede. A economia do município é baseada na agricultura e na pecuária.

O município de Canguçu, localizado na coordenada 31°23'42"S52°40'33"O, tem área territorial de 3.520,6km², com uma densidade demográfica de 15,11hab/km². Os municípios limítrofes de Canguçu são: Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, Cristal, Cerrito, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Piratini. De acordo com o Censo 2010, o município tem uma população de 53.259 habitantes (50,42% homens e 49,57% mulheres), sendo que 19.694 dos habitantes residem na área urbana e 33.565 residem na área rural do município. O município apresenta uma divisão territorial composta por cinco regiões distritais, definidas numericamente, sendo a 1º o Distrito-sede. A economia do município é baseada na agricultura, principalmente a familiar, sendo considera uns dos municípios com maior concentração de minifúndios.

O município de Pinheiro Machado, localizado na coordenada 31°34'33.0"S53°23'10.7" O, tem extensão territorial de 2.249,55 km² e densidade demográfica de 5,68hab/km². O município tem por limítrofe Piratini, Pedras Altas, Candiota, Bagé, Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista. Segundo o Censo 2010, a população residente é de 12.780 habitantes (50,07% mulheres e 49,92% homens), sendo que 9.784 residem em área urbana e 2.996 residem em área rural. A divisão territorial do município é constituída de

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

quatro distritos, denominados numericamente, sendo o 1º o Distrito-sede. A economia do município é concentrada na agricultura, na pecuária e na extração mineral.

O município de Piratini, localizado na coordenada 31º26'52"S53º06'14"O, apresenta uma área territorial de 3.561,5km², com uma densidade demográfica de 5,61hab/km². Os municípios limítrofes de Piratini são: Canguçu, Encruzilhada do Sul, Santana da Boa Vista, Pinheiro Machado, Herval, Pedro Osório e Cerrito. Conforme o Censo 2010, a população de Piratini é composta por 19.841 habitantes (50,94% homens e 49,05% mulheres), sendo que 11.570 habitantes residem na área urbana e 8.271 residem na área rural. A divisão territorial do município é composta por cinco distritos, denominados numericamente, sendo o 1º o Distrito-sede. A economia do município é baseada na agricultura, na pecuária e na indústria de tijolos e de telhas.

5.2. QUALIDADE DE VIDA

Em construção.

5.3. TRABALHO E RENDA FAMILIAR

O Alto Camaquã é marcado por um paradoxo: por um lado, é a região mais preservada do bioma pampa com 80% da cobertura vegetal natural e, por outro, é considerada, pelo Estado, como a mais pobre. Municípios como Santana da Boa Vista, Encruzilhada do Sul, Canguçu e Piratini ocupam os últimos lugares no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado (universo de 496 municípios) conforme mostra a tabela abaixo.

Município	IDHM (2010)	Ranking (RS)
Bagé	0.740	151 º
Caçapava do Sul (RS)	0.704	295 º
Lavras do Sul (RS)	0.699	314 º
Pinheiro Machado (RS)	0.661	433 º
Piratini (RS)	0.658	443 º
Encruzilhada do Sul (RS)	0.657	445 º
Canguçu (RS)	0.650	460 º
Santana da Boa Vista	0.633	480 º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Marcos Borba (2016: 187), entende que isso se dá pelo fato de que a região não teve "êxito na implementação dos modelos de desenvolvimento propostos". Nos municípios do Alto Camaquã variam entre 79% e 87% o número de estabelecimentos voltados para a agricultura/pecuária familiar detendo um modo de vida constituído a partir de uma relação mais intensa com a natureza, não tendo dependência de insumos externos, com autonomia em relação aos mercados. Ao mesmo tempo que os índices de renda são baixos, em função das pessoas venderem os animais quando precisam, sendo a criação uma espécie de "poupança". Essa autonomia em relação aos mercados internos, associada a uma topografia de terrenos ondulados e solos rasos, com matas nas ladeiras, vertentes e margens de cursos d'água, e a associação entre a vegetação arbórea com a vegetação herbácea, um mosaicos de campo e mato, constituiu, para Borba, alguns dos fatores que explicam o "desinteresse", por muitos anos, dos projetos de modernização agrícola na região.

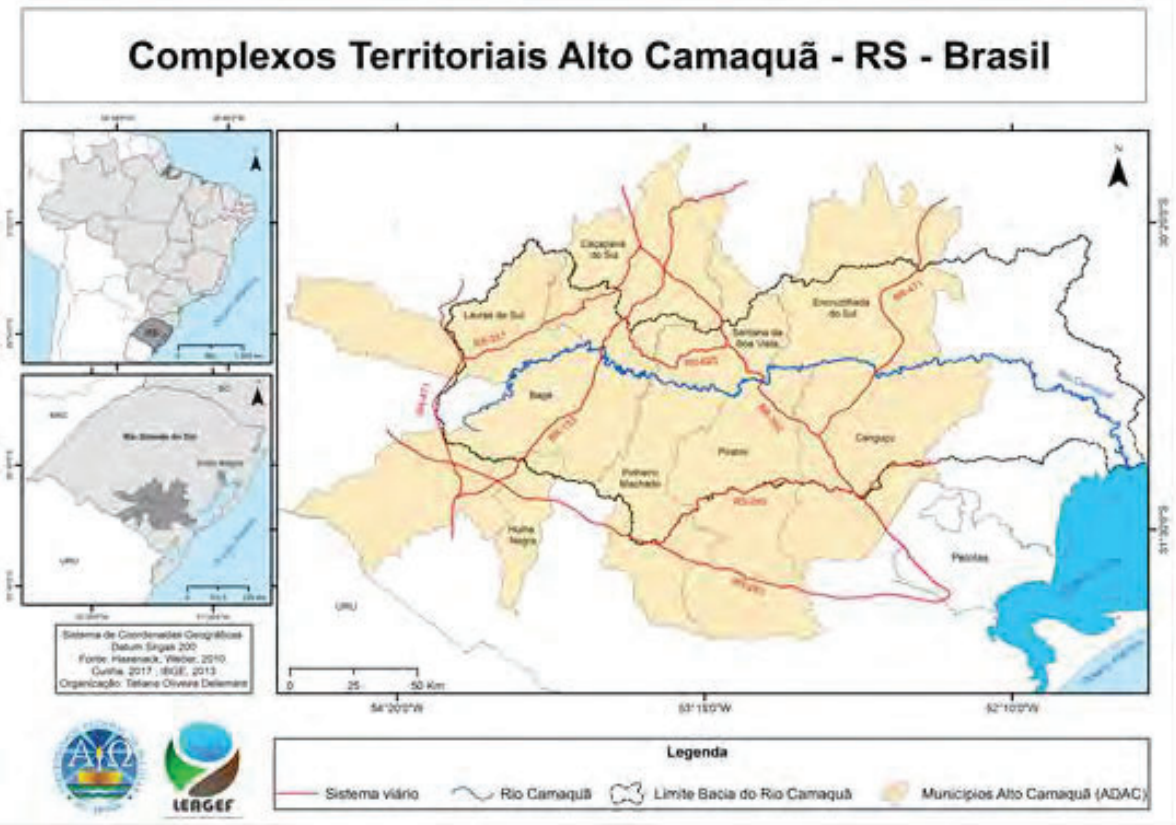
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F10**	**01**

Nesse sentido, a Embrapa Pecuária Sul/Bagé, elaborou um projeto de desenvolvimento territorial "endógeno", ou seja, com centralidade aos modos de vida e suas relações com o ambiente, em que "aos atores locais lhes sejam facultados o direito de gerar referências próprias, uma „vara de medir local" para definir as estratégias de mudança." (BORBA, 2016, p. 204). Tal estratégia vem sendo desenvolvida, desde 2010, na região por meio do grupo associativo Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), fruto da articulação entre pecuaristas familiares e parceiros, como universidades e Embrapa e Emater. A ADAC é uma rede de associações comunitárias, localizadas nos municípios que integram o projeto. Envolve um número aproximado de 500 famílias – cerca de 2 000 pessoas – distribuídas em 25 associações. O objetivo é "apoiar e promover a preservação do patrimônio histórico, do meio ambiente, das culturas étnicas e produtivas do Alto Camaquã". (idem, p. 207).

5.4. EDUCAÇÃO

Em construção.

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PATRIMONIAL
Em construção.

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES
Em construção.

8.2. RECOMENDAÇÕES
Em construção.

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: PARA LISTA DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

FORMULÁRIOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES	
ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA	
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS	
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	
ANEXO 4: CONTATOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

10. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Flávia Rieth, Daniel Vaz Lima, Vagner Barreto, Luciene Barbosa, Cícero Oliveira	
SUPERVISOR	Flávia Rieth	
REDATOR	Flávia Rieth, Daniel Vaz Lima, Vagner Barreto, Cícero Oliveira	DATA
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Flávia Rieth	

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ	LAVRAS DO SUL	2019	F11	
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Lavras do Sul (Três Estradas)
MUNICÍPIO / UF	Lavras do Sul

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.

Ver anexo: Registros fotográficos.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS*.

SÍNTESE
Pastoreio de bovinos
Pastoreio de ovinos
Lida caseira

4. DESCRIÇÃO

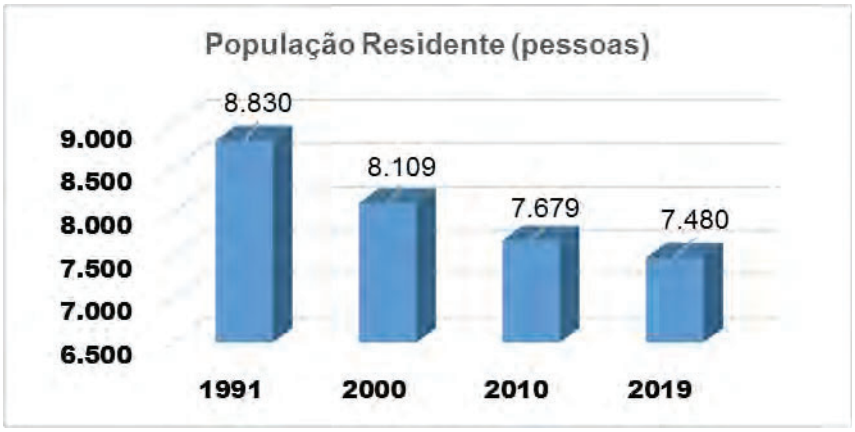
OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Lavras do Sul é um município localizado na Microrregião da Campanha Meridional, fazendo divisa territorial com os municípios de Caçapava do Sul, Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel e Vila Nova do Sul, Santa Margarida do Sul e São Sepé. É reconhecida por ser o local das nascentes dos rios: Santa Maria, que segue em direção à Bacia do rio Uruguai; o Vacacaí, que integra a Bacia Hidrográfica do Guaíba; e o Camaquã, que corre em direção à Laguna dos Patos.

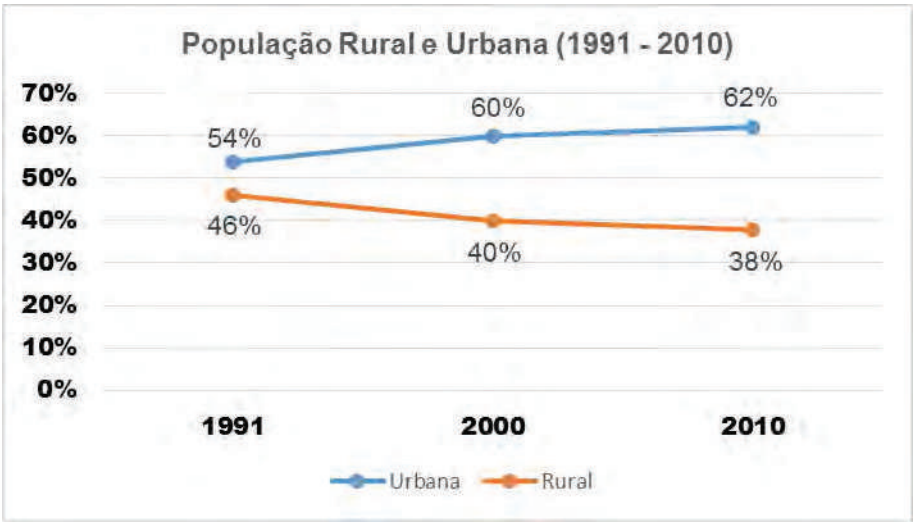
Conforme os dados estimados do IBGE, em 2019 a população residente no município é de 7.480 pessoas, o que representa a perca de 2,5% da população informada no censo populacional de 2010 (7.679 pessoas). Tal informação demonstra uma característica do município que, nos últimos anos, vem tendo uma taxa de crescimento anual negativa. No período entre 2000/2010, essa taxa foi de -0,56.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--



Fonte: IBGE

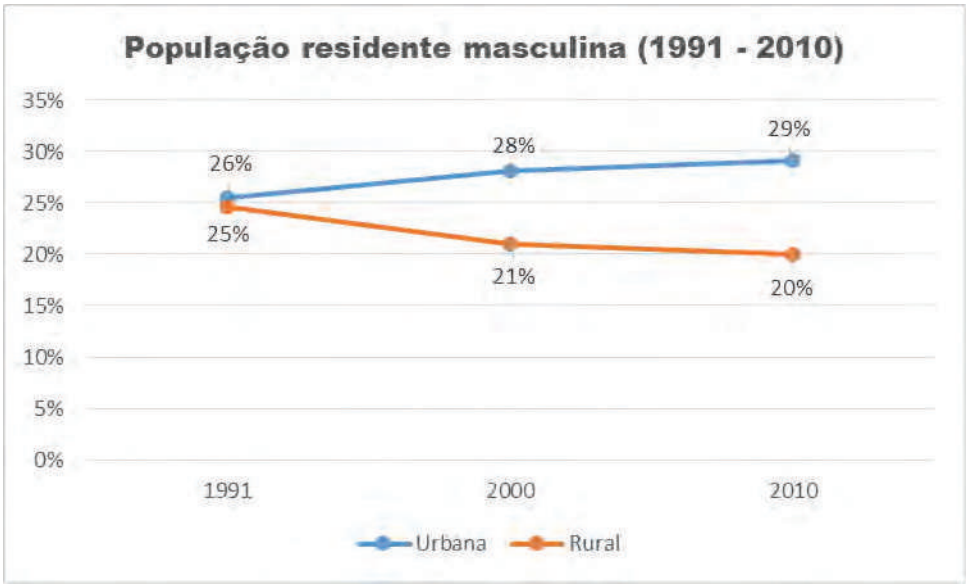
Observa-se, também, a perda de pessoas residentes nas áreas rurais. Enquanto em 1991 o número de pessoas era de 4.018, em 2010 esse número era de 2.921, o que significa a diminuição de 1.097 pessoas. No caso da população residente na área urbana, teve pouca variação, sendo 4.812 em 1991, 4.828 em 2000 e 4.758 em 2010. Em termos proporcionais, a tendência populacional do município é de aumento de pessoas residentes em áreas urbanas em contraposição a um declínio no número de pessoas residentes na área rural, o que pode ser visto conforme o gráfico a seguir.



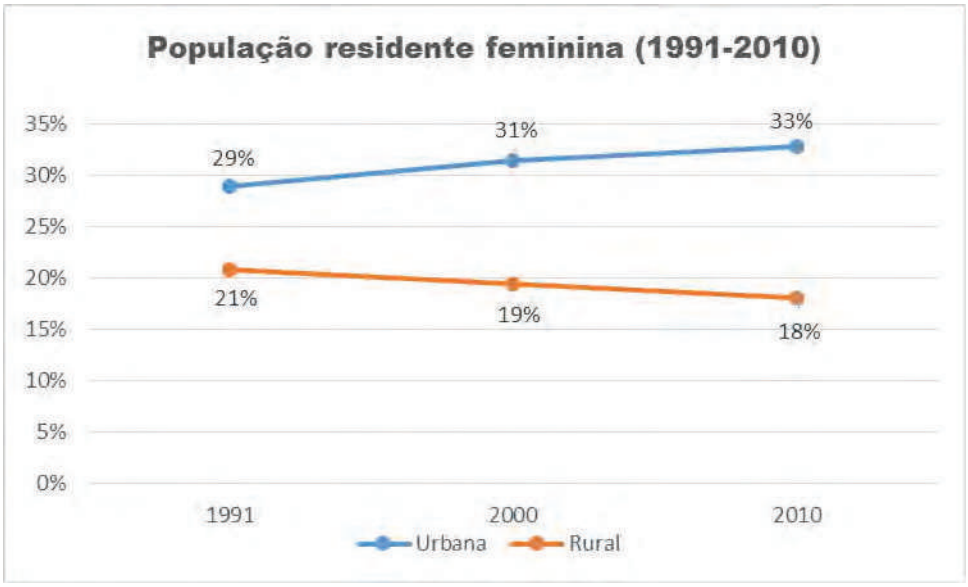
Fonte: IBGE.

Tal dinâmica populacional não se altera quando a análise considera dimensões masculinas e femininas. Os dados referentes a homens e mulheres mostram que 51% são mulheres e 49% são homens, situação que, praticamente, não se alterou entre 1991 e 2010. Entretanto, o número de mulheres nas áreas rurais é baixo em relação à masculina e acima nos dados acerca da dinâmica da população residente urbana.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--



Fonte: IBGE.



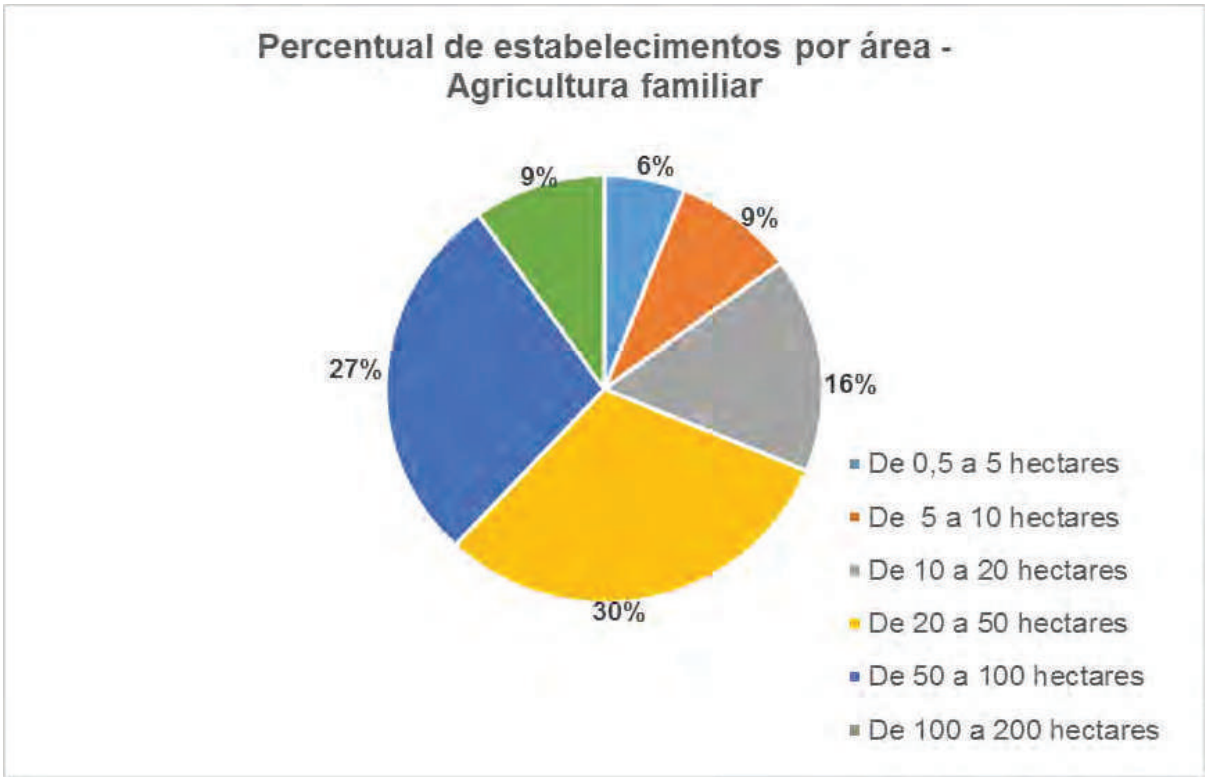
Fonte: IBGE.

Por conseguinte, é importante considerar de que maneira a pecuária, enquanto atividade econômica relaciona-se com a dinâmica populacional do município. Ressalta-se que a pecuária é a principal atividade econômica, o que coloca Lavras do Sul entre os maiores rebanhos bovinos, ovinos e caprinos do Rio Grande do Sul. Se considerar o Valor Adicionado Bruto (VAB) do município, em 2016, o setor da agropecuária foi responsável por 53%, ao passo que os setores da indústria e dos serviços foram responsáveis por 3% e 25%, respectivamente.

Conforme os Dados do Censo Agropecuário de 2017, no município contabilizam-se 869 estabelecimentos rurais, sendo 789, ou seja, 90%, com alguma atividade pecuária. Dos 789 estabelecimentos com atividade pecuária, 383 (49%) são consideradas de agricultura familiar. Na totalidade de Unidades Familiares de Produção Agrária, a atividade pecuária representa, por sua vez, 90%. Os estabelecimentos

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

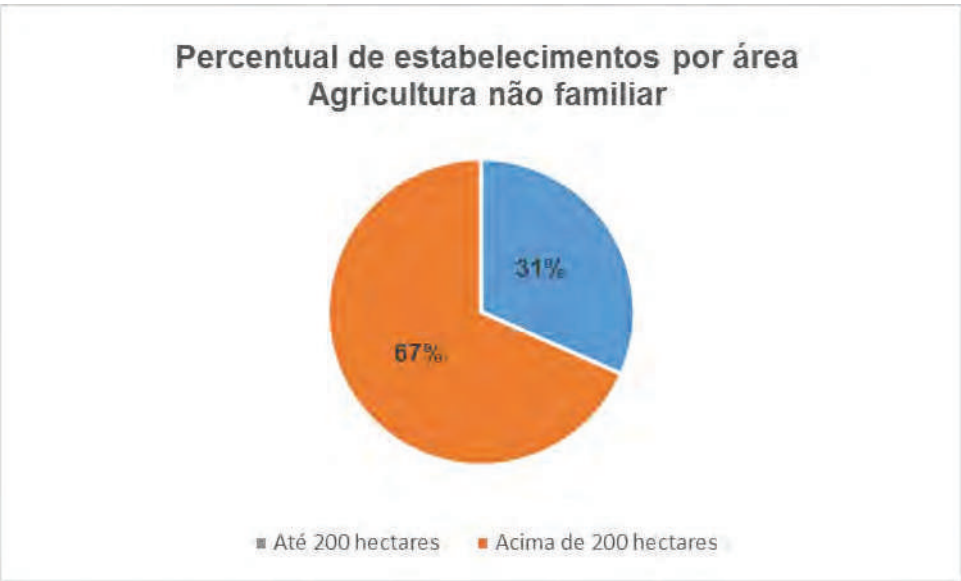
familiares no município tiveram uma queda de 213 propriedades, em relação ao censo de 2006, que registrou 596 estabelecimentos. Desse universo atual, 56% do número de estabelecimentos possuem uma área entre 20 e 100 hectares.



Fonte: IBGE.

No caso dos estabelecimentos que não se enquadram na categoria de agricultura familiar, teve-se um aumento, em relação ao senso de 2006, de 237 propriedades para 467, em 2010. Desse total, 86% (406 estabelecimentos) possuem atividade pecuária. Por conseguinte, 274 estabelecimentos, ou seja, 67%, possuem área acima de 100 hectares. A concentração de estabelecimentos de agricultura não familiar encontra-se nos valores entre 100 e 1000 hectares que contabiliza 233, 57% dos casos. Porém considera-se um universo de 127 unidades com área abaixo de 100 hectares.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--



Fonte: IBGE.

Em 680 estabelecimentos, a condição do/a produtor/a é enquadrada como proprietária, ou seja, que possui a posse da terra. Desse universo, 319 são de agricultura familiar e 361 de agricultura não familiar. A segunda condição que se apresentou, foi de arrendatários, com 72 estabelecimentos.

Há uma disparidade de gênero quando se analisa os estabelecimentos dirigidos por mulheres. Somente em 16% dos casos as propriedades são conduzidas por mulheres.

Número de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo(a) produtor(a)				
	Agricultura familiar	**Agricultura não familiar**	**Total**	**Percentual**
Homens	324	405	729	84%
Mulheres	78	60	138	16%
Total	402	465	867	100%

Fonte: IBGE

A pecuária ocupa 2.145 pessoas, o que representa 84% da ocupação no meio rural do município, sendo que 62% estão na agricultura não familiar e 38% na agricultura familiar. Do número total de pessoas ocupadas, 73% (1582) são homens e 24% (563) são mulheres. Chama à atenção a representatividade dos estabelecimentos de pecuária em que a pessoa ocupada tem laços de parentesco com o produtor/a. Esse número é de 73% do total de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. Na agricultura não familiar 59% das pessoas com ocupação pecuária tinham laços de parentesco com o proprietário, o que mostra o caráter familiar das lidas, também, nas propriedades patronais.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

A região da pampa Uruguaia-Sul-Rio-Grandense, conforme SELL (2017), se caracteriza pela “reunião de formações ecológicas que se intercruzam” constituindo paisagens diversificadas “com intenso tráfego de matéria, energia e vida entre os campos, matas ciliares (de galeria), capões de mato e matas de encosta” (p.29). Neste mosaico de campo-floresta a biodiversidade existente está relacionada à geodiversidade e às atividades antrópicas. A região se diferencia da pampa argentina caracterizada como terras planas dominadas por campos, observada em escala global como região core da pampa.

Para a perspectiva de regionalização da pampa Uruguaia-Sul-Rio-Grandense, Sell utiliza o conceito de ecorregiões localizando a Região do Alto Camaquã que compreende os municípios de Caçapava do Sul e Lavras dos Sul como pampa serrana. Região de grande geodiversidade: ”relevo irregular, com cerros e serras de forte declividade (...) Cerros com grandes matacões graníticos arredondados, vales fluviais de solo fértil, cristais de quartzito ou xisto, cerros vulcânicos com disjunções colunares, ou ainda formas de relevo ruiniformes (...) com gramíneas, leguminosas, arbustos, floresta de encosta e de galeria, além da ocorrência notável de cactáceas e bromélias. ” (p.154)

Luciano descreve a paisagem da propriedade Ouro Verde, em Lavras do Sul/Distrito Três Estradas, como de campos de partes duras, campos duros, de pedra. Campos com “coxilhas e canhadas”, com a incidência de capões de mato, mata ciliar, áreas de banhado e mata nativa onde se encontram as seguintes árvores: cambará, molho, talhera, caneleira, umbu, angico e, espécies de tunas.

Na fazenda Ouro Verde não se tem “pastagem feita, não se vira a terra em razão das rochas muito próximas. Largo o azevém (pastagem) e faço um roçado para passar o inverno”. Luciano cria e recria bovinos, “o número de animais é compatível com os hectares da propriedade” (trecho retirado do vídeo “A Luta de Três Estradas), só desenvolve atividades de pecuária. Não realiza o pastoreio rotativo. Cria também ovelhas.

Luciano encontra o cruzamento das águas do subsolo utilizando pêndulo ou forquilhas de arame, estes cursos d’água são abundantes na região. Conforme ele, este conhecimento é importante para não se construir a casa em cima destes locais, especialmente os quartos de dormir. Segundo ele, os cachorros também sabem encontrar os cruzamentos das águas, costumam deitar sobre estes locais. Gato não sabe identificar.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

4.1. MARCOS EDIFICADOS

Prospecção arqueológica: propriedade rural, currais de pedra, torrão e valas

Na primeira etapa de prospecção arqueológica, realizada no dia 17 de 10 de 2019, constatou-se alto potencial informativo acerca de lugares de memorias dos autóctones da estância Ouro Verde, uma vez que foram evidenciadas 4 áreas de ocorrência arqueológica, que correspondem a duas mangueiras, de pedra, possivelmente construídas por mãos de escravizados no período colonial, uma mangueira de vala, possivelmente construídas por povos que habitaram a referida localidade no período pré-colonial, e um cemitério de crianças, onde moradores locais sepultavam seus entes. De acordo com as narrativas de moradores, os enterramentos começaram por volta do século 19 e perduraram até segunda metade do século 20.

Ocorrências arqueológicas poderão passar para a categoria de sítio arqueológico quando as evidências arqueológicas se apresentarem em concentrações média ou alta, quando há uma espacialidade perceptível ou quando estão em contexto com estruturas, (MORAIS, 2006, p. 203). As estruturas de pedra, mangueira de vala e cemitério de crianças, encontrados durante prospecção na estância Ouro Verde, em Larvas do Sul, são lugares de memorias e memórias do lugar, logo, patrimônio arqueológico de alto potencial a ser preservado.

As mangueiras, também chamadas de taipas, currais, cercados e potreiros, são construções destinadas para o trato e resguardos dos animais. Possuem variações em relação as técnicas, formas da estrutura e materiais aplicados na sua construção. A denominação que irá receber, tanto quanto à função a que se destinará. A matéria-prima que será empregada para erguer a estrutura será distinta conforme a região do Estado. Conforme aponta a arqueóloga Adriana Fraga da Silva (2006, p. 124), a construção destas estruturas em pedra, significava um aproveitamento da matéria-prima e sinalizava para a atividade relacionada ao preparo dos campos, sobre os quais se encontravam nódulos e blocos de basalto dispersos em superfície. Quanto a técnica de construção Adriana descreve:

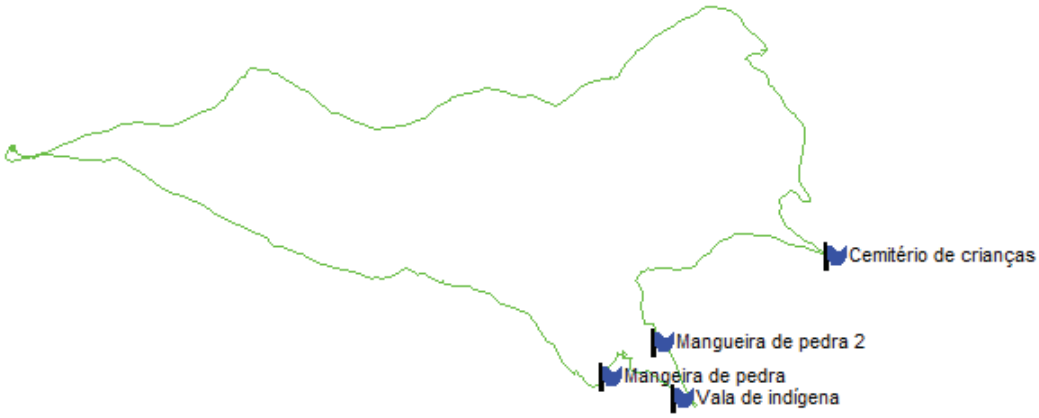
> A técnica utilizada para construção em taipa de pedra permanece a mesma há mais de um século. O que varia de uma estrutura para a outra, independente do período construtivo, é o tamanho dos blocos e das pedras de encaixe utilizadas. A base mais larga, composta por blocos maiores, e o topo mais estreito, constituído de pedras menores garantem a estabilidade. (SILVA, p. 124).

As mangueiras ou os currais próximo das fazendas, de modo geral, eram usadas para tratar e resguardar o gado, no entanto, quando estas estruturas se encontravam em campo aberto, serviam com abrigo aos peões. Conforme a autora, essa estrutura material foi construída como suporte de trabalho ao peão da fazenda e para o tropeiro que colocava o gado em descanso, sua existência garantia a segurança dos animais durante o pouso dos tropeiros. Outra função das construções era evitar que os animais que estavam sendo levados pelos tropeiros se misturassem com o gado das fazendas, pois alguns trechos dos caminhos das tropas passavam por propriedades particulares (SILVA, 2006, p.130).

Independente das denominações recebidas (mangueiras, currais, taipas ou potreiros), o fato é que as construções em pedra são elementos recorrentes na paisagem rural pampeana e um aspecto da presença latente dos negros escravizados nas estâncias gaúchas.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

Mapa da área prospectada



Fonte: Cícero Oliveira, mapa gerado através do programa Track Maker.

A estância Ouro Verde, localizada no distrito de Três Estradas, interior do município de Lavras do Sul, possui em seu território os vestígios matérias desse tipo de construção feita pela mão-de-obra dos campeiros negros escravizados. Conforme narrativa o Sr. Luciano Jardim, a mangueira era usada para reunir e conter o gado para realizar atividades de manejo, como, por exemplo, a contagem, marcação e curar enfermidades dos animais. Datada do século 19, esta mangueira de pedra possui uma extensão de aproximadamente 100m².

A propriedade era uma antiga sesmaria, da família Gomes Jardim. Luciano Jardim, atualmente, segue a história de cinco gerações num constante processo de fracionamento de área entre herdeiros. Conforme Luciano: "*Aquela casa* [que não existe mais] *era sede de uma estância que tinha 18 quadras de campo. (...) Nós somos famílias de sesmeiros que fora concedido pelo império. Nossa família é de origem portuguesa. Foi dividido entre a família. Meu bisavô tinha seis filhos sendo minha avó uma delas. E muitos não tinham família. A parte dos solteiros foi dividida entre os sobrinhos. Meu pai foi um dos que recebeu.*"

A estrutura da casa das primeiras gerações não existe mais, ficou somente os alicerces, e era de torrão, feita por Manuel Gomes Jardim (anexo 2). Existem também duas mangueiras, uma de pedra e outra de torrão, que remetem ao passado. O bisavô de Luciano, João Manuel Gomes Jardim, nasceu na casa de torrão e construiu a casa nova, em 1908. "*A casa é de 1908. É a mais nova segundo o meu pai. Existia uma casa antiga que foi demolida para ser construída aquela. A Todos os irmãos nasceram na casa antiga. Um deles, que era solteiro, nasceu em 1898. Inclusive a árvore do lado da casa, um pé de guabijú, foi plantada por ele.*"

Logo abaixo da casa existe o alicerce de uma estrutura, onde se encontrava o forno para assar pão. Encontra-se, também uma quinta com butiás e outras árvores. Seguindo, mais aos fundos está a mangueira de pedra. Luciano conta que para trazer o gado para a mangueira, usavam dois bois "*sinuelos*" que eram animais mansos que ficavam na volta das casas. Esses animais eram ensinados a entrarem na mangueira e, tempos depois, saírem. Assim, quando vinha a tropa esses animais eram integrados e levavam os outros, animais selvagens, para dentro da mangueira. Após todos entrarem, eles saiam.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

A mangueira não é toda fechada em pedra. Na parte de baixo, atualmente, é feita de arame. A suposição de Luciano é que a mesma se estendia até a outra mangueira, de torrão, ligando-as. Ainda estão as estruturas desta ligação. Em alguns lugares dá para encontrá-las. Luciano nos mostrou como faziam estas estruturas: empilhavam as perdas grandes na volta e, entre elas, empilhavam pequenas pedras. Para afirmá-las colocavam areia que ia descendo por entre as pedras afirmando-as. Ao lado da mangueira tem-se plantado três umbus. Mais abaixo, existe uma vala que Luciano entende como parte da estrutura da mangueira, utilizada para segurar o gado na área.



Mangueira de pedra, coordenadas, 763456, 650, 6576550, 889 (Foto: Luciene Barbosa)



Mangueira de pedra 2, coordenadas, 763537,471 6576604,477 (Foto: Luciene Barbosa)

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

O curral de torrão tem 74 metros de raio. As estruturas de hoje são barrancos, uma parte é aberta, onde se supõem que fora o lugar de abertura, a porteira. Luciano Jardim narrou: "*Aquele campo eu comprei e achei estranho aquilo ali. Depois eu olhei de cima e fui perguntar descobrindo que era a chamada mangueira de valo. Ela é anterior a mangueira de pedra. Era feita de taipa: marcavam o círculo, cavavam e iam empilhando a terra nas bordas, formando a mangueira. Para mim, aquilo ali era dos indígenas.*"



Mangueira de vala, vista aérea, coordenadas, 763565,959 6576518,671. Foto: Luciano Jardim

Acima desta entrada, existia um caminho ou corredor, onde cruzava as tropas em direção a charqueada - e depois frigorífico -, São Domingos, localizado em Bagé. Outro destino eram as charqueadas e frigoríficos localizados em Pelotas, ao passo que as tropas levavam 30 dias até chegarem a este destino. O curral era utilizado para pernoite das tropas. O pouso era negociado por intermédio, próximo a área do curral de torrão, havia outro espaço destinado a paradouro de tropas. "*No campo onde tem a mangueira de pedra, tinham pastagens. As paradas eram chamadas de pastagem, para pouso das tropas. Vinha uma tropa atrás da outra. Na hora de parar, a tardinha, o capataz da tropa, enviava um peão na frente para saber se tinha pouso, cobrado pelo proprietário, e aí eles encostavam o gado ali.*"

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

5.1. RESUMO

A formação do atual território de Lavras do Sul está associada ao período das Reduções Guarani-missioneiras. O projeto dos Jesuítas consistia em reunir, em reduções, diferentes comunidades indígenas que habitavam a região e, assim, convertê-las ao cristianismo e integrá-las a autoridade colonial. Sob a

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

autoridade eclesiástica dos Bispos, os indígenas ficavam, por consequência, submetidos aos órgãos jurídicos e administrativos da Coroa Ibérica. Aos indígenas, a organização em redução significava maior proteção aos ataques dos luso-brasileiros que objetivavam escravizá-los (MAESTRI, 2010).

De acordo com Hélène Clastres (1978), os primeiros Jesuítas chegaram ao Brasil por volta de 1550, quando entraram em contato com a população indígena do litoral e visitaram e "converteram", às pressas, grandes populações no interior. No começo do século 17, a Companhia de Jesus recebeu autorização para a evangelização dos Guarani, por meio da "redução" desses indígenas, reunidos no entorno dos padres. O padre Antonio Ruiz de Montoya fundou onze reduções de 1622 a 1629.

O projeto Jesuíta contemplava trinta aldeamentos ou *povos*: oito Missões na margem direita do Rio Paraná, no Paraguai; quinze entre o Rio Uruguai e o Paraná, na parte nordeste da província de Corrientes, na Argentina, e Sete Povos na margem esquerda do Rio Uruguai, que, atualmente, fazem parte do Rio Grande do Sul. As sete Missões estavam distribuídas da seguinte forma no território: São Borja, a uma légua do Uruguai e a três léguas, ao sul, do Rio Camaquã; São Nicolau, na margem direita do Rio Piratini, a três léguas, aproximadamente, da confluência com o Uruguai; São Luís, São Miguel, São Lourenço e São João, entre os rios Piratini e Ijuí, e Santo Ângelo nos ervais, na margem direita do Ijuí.[1]

Cada redução tinha vacarias e estâncias delimitadas por rios, riachos, matas. Também construíam valas com plantações de espinheiros. O atual território do município de Lavras do Sul fazia parte da grande estância jesuítica de São Miguel. Conforme Miranda Neto,

> Em 1750, a grande estância de São Miguel[2], que media 40x20 léguas, chegou a reunir mais de 200.000 reses. Ainda hoje podemos descobrir vestígios de currais rústicos de pedras completados com estacas toscas (tocos ou esteiotes) que retinham o gado para sua posterior distribuição. A uns 250 km, ao sul de São Miguel, no atual município de Lavras do Sul, chama a atenção o "Vale dos Padres da Companhia", uma drenagem de duas milhas e meia que criou prados baixos onde vicejavam pastos permanentes, excelentes para a engorda do gado ameaçado pela seca. (MIRANDA NETO, 2012, p. 143).

Os indígenas missioneiros realizavam expedições de caça ao gado bravio trazendo das vacarias del mar e dos pinhais bem como das estâncias jesuítas, para currais próximos às reduções. Além disso, haviam currais de pedra ou de torrão em determinados pontos para o pernoite das tropas. Para realizar essas expedições levavam bois mansos que eram guias na condução das reses. Tal técnica foi rememorada por Luciano Jardim, que narrou, diante da mangueira de pedra, localizada na propriedade da família, como faziam para o gado bravio entrar nos currais. Contavam a Luciano que, ao redor da casa da propriedade, haviam bois mansos, os *sinuelos*, que eram treinados para entrar e, imediatamente, sair da mangueira. Assim, quando a tropa de gado se aproximava do local, estes bois eram incorporados e conduziam os outros animais para a mangueira. "*Quando a última vaca entrava, esses bois saiam da mangueira*". Na propriedade que fora da família de Luciano, ainda se encontram um curral de torrão, que supõem-se estar ligada à mangueira de pedra, e um valo usado para a contenção do gado. Os indígenas manejavam os ambientes dos trajetos por onde circulavam. Assim, plantavam pequenos bosques, construíam currais e caminhos seguindo trajetos com boas aguadas, com sombra e plantavam espécies para alimento, para abrigo, sendo locais importantes para paradas.

Por conseguinte, nos séculos 17 e 18 a corte passou a incentivar os bandeirantes a investir no Sul em busca de minérios e organizar a ocupação do território. Um exemplo apresentado por Carvalho (2013) se deu em 1715, quando foi enviado pela coroa, Francisco Brito Peixoto, descendente da família que fundou Laguna/SC e responsável por descobrir riquezas e organizar a ocupação do atual território do Rio Grande

[1] São Miguel, a capital das Missões, teve suas *ruínas* reconhecidas, em 2014, pelo IPHAN, como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro, também, como *Tava*, lugar de referência para os Guarani.
[2] Conforme Degrandi (p. 62), a estância se estendia desde o Jacuí e contravertentes do Rio Ibicuí descendo até as pontas do Rio Negro ocupando os atuais territórios de São Gabriel, Dom Pedrito, Bagé e Lavras do Sul.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

do Sul. A presença de jazidas no atual território de Lavras do Sul, conhecida pelos indígenas, atraiu portugueses e espanhóis para a região, por meio de acampamentos, nas margens do Rio Camaquã, que tinham como objetivo de explorar o metal. Os jesuítas também entraram na disputa, por meio do povoado de Santo Antônio, localizado no segundo distrito de Lavras do Sul, que desapareceu durante as guerras guaraníticas. Com a presença jesuítas, fortaleceu-se a pecuária. Existe na região marcos dessa presença como a "estância Curral de Pedras", onde se encontra uma mangueira construída pelos indígenas missioneiros com capacidade para 12 mil cabeças e o chamado Cemitério dos Padres (DEGRANDI, 2011; ARALDI, 2017).

Em 1750, intensificou-se o movimento expansionista luso-brasileiro no Sul em busca de ocupar o território, explorar as riquezas minerais e apreender o gado existente nas vacarias, ambos nas mãos das reduções missioneiras. O Tratado de Madri, assinado em 1750, de acordo com Maestri (2010), consistiu em uma tentativa de solução para as desavenças territoriais ibéricas. No tratado, a colônia de Sacramento ficava sob domínios da Coroa Espanhola e os territórios missioneiros ao oriente do rio Uruguai ficaram sob domínio da Coroa Portuguesa. No tratado ainda se acertou o uso conjunto de forças militares ibéricas no caso de resistência missioneira. A resistência missioneira aconteceu já nas primeiras ofensivas, em 1752, sob liderança do cacique José (Sepé) Tiaraju. Em janeiro de 1756, o exército espano-lusitano, com 2.600 soldados reuniu-se nas margens do rio Negro partindo para as missões para uma ofensiva final. A ofensiva contra os guarani massacrou mais de mil missioneiros, sendo um deles, Sepé Tiarajú. Outros grupos migraram para o Uruguai. Em maio de 1756, tomou-se a redução de São Miguel (MAESTRI, 2010).

Após as guerras guaraníticas e o colapso do projeto Jesuíta missioneiro, iniciou-se a ocupação da região doando as estancias jesuítas e quadras de sesmarias aos oficiais das campanhas militares contra os espanhóis, bem como aqueles que prestaram serviços nas missões. Além da apreensão do gado, o fato abriu caminhos para o avanço da busca pelo ouro existente na região. As pesquisas indicavam o Rio Camaquã e seus afluentes como ricos em ouro, fato que culminou na descoberta de uma pepita em 1796 por um garimpeiro escravizado. A grande pepita encontrada foi associada à imagem de Santo Antônio o que deu ao lugar o nome de "Santo Antônio de Lavras".

Porém, em função do baixo custo/benefício da lavra descoberta, a corte determinou, em 1812, o fim das atividades. Em 1832, com a chegada de geofísicos e a criação do serviço geológico e mineralógico do Brasil, retomou-se o investimento para estudar veeiros auríferos em Caçapava do Sul, da qual o atual município de Lavras do Sul era distrito. Em 1834, a câmara de Caçapava do Sul publicou o edital de concessão de lavras no Rio Camaquã, formando uma companhia de capital nacional e estrangeiro para minerar ouro na região (CARVALHO, 2013). No mesmo ano, o viajante e naturalista francês Arsène Isabelle, cruzava a região. Em março de 1834, passou no que atualmente é Santa Maria e registrou os métodos de extração de ouro bem como das jazidas existentes na região.

> A cinco léguas ao sul de *Santa Maria* vê-se uma mina de ouro em exploração, que deve ser muito produtiva. O ouro se acha em grãos disseminados numa rocha, cuja natureza ignoro (suponho ser quartzosa), que quebram, com a ajuda de pilão, para extraí-lo. [...] A umas 20 léguas mais ao sul, perto da vilazinha *Caçapava*, acham-se outras minas de ouro em exploração, que dão menos trabalho; em um rio chamado *Camaquã*, um dos afluentes da lagoa dos *Patos*, vale a pena o trabalho de destacar o ouro e trazê-lo com areia e cascalho do seu leito. (ISABELLE, 1983, p. 38-39).

Entretanto, os métodos de extração não davam grandes resultados em função da falta de tecnologia. O pó de ouro era, assim, exportado com baixo valor agregado gerando pouca riqueza para a região. Outro dado trazido no relato de Isabelle é o uso de mão de obra escravizada mineira na extração de ouro.

> Uma infinidade de riachos e terrenos é aurífera nesta província, mas os métodos de lavagem são muito ruins e o *pó* que se obtém não dá grande resultado ao proprietário de negros empregados neste serviço; perde-se também a maior parte, que é imperceptível. Com máquinas apropriadas se preveniriam esses inconvenientes. (ISABELLE, 1983, p.

39).

Nesse sentido, não era vantajoso a exploração de minérios por parte da elite agrária de Caçapava do Sul no século 19. Novamente, a narrativa de Isabelle traz elementos do contexto da época em que a pecuária era preferível à mineração aurífera e isso se dava pelo receio dos estancieiros em perderem suas terras para o capital estrangeiro, principal investidor dos projetos minerários. Por conseguinte, em casos de mineração, supunha-se, que era praticada em segredo. Isabelle relatou:

> (...) conhecem-se muitas estâncias atravessadas por arroios auríferos; noutras o encontram nas lagoas pouco profundas ou em maciços de relavas, mas *os estancieiros* se recusam a extração desse metal, mesmo por sua conta, pelo medo de serem despojados de suas imensas terras. Contudo citam um *estancieiro* poderosamente rico, que se supõe fazer lavrar em segredo, apesar de que ele, estancieiro, diga que seus rebanhos somente é que lhe fornecem o necessário ás suas extraordinárias despesas. (ISABELLE, 1983, p. 48).

É por pessoas que se colocavam apenas como criador de gado que faz com que Correa (2013) afirme que a sociedade de Caçapava do Sul era formada com uma economia baseada na pecuária e com mão de obra escravizada. Analisando os inventários *Post Mortem* de 1820 a 1840, o autor entende que a base econômica da região era a pecuária de gado bovino. Tal fato estava associado ao alto valor do *gado vacum*, em função do impulso mercantil interno acarretado pelas charqueadas, principalmente em Pelotas. Conforme levantamento do autor, na década de 1820 o número total de animais *vacuns* foi de 14.732 cabeças; na década de 1830 esse número subiu para 51.050 cabeças; já na década de 1840 o número de cabeças girava em torno dos 23.482 (CORREA, 2013, p. 40). Conforme o autor, esse número baixo na década de 1840 se deu em função da instabilidade econômica e política que vivia a província em função da revolta Farroupilha.

Embora, salientado que os inventários *post mortem* representam a classe “mais abastada na sociedade”, vê-se nesses inventários uma sociedade de pequenos e médios produtores. Assim, 35% dos proprietários possuíam até 100 animais vacuns, fato que, somando aos 36% dos proprietários entre 101 e 500 cabeças, chega-se a 71% dos inventários com pequenos e médios produtores. Entretanto, a concentração de animais estava com aqueles que possuíam mais de 1000 animais representando 76% do número total de bovinos com uma média de 3.217 animais por proprietário.

Distribuição do gado vacum nos inventários entre 1820 – 1840

	Inventários com gado vacum	%	Número de animais	%	Media de reses
1 - 100	43	35	1.582	2	37
101 - 500	44	36	10.392	11	236
501 - 1000	15	12	9.730	11	648
Mais de 1000	21	17	67.560	76	3.217
Total	123	100	89.264	100	

Fonte: Elaborado a parti de Correa (2013, p. 50)

Por conseguinte, o processo de pesquisas e tentativas de mineração seguiu ao longo do século XIX. O rio Camaquã apresentava um índice alto de grama de ouro por tonelada de terra escavada – 42g/t, quando o comum era encontrar 10g/t. Carvalho (2013) aponta que muitas companhias, de capital

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

nacional e estrangeiro, lançaram-se na construção de barragens no rio. Porém, foram tentativas frustradas em função da falta de tecnologia capaz de se sustentar dentro de um rio de “correntes agressivas”. E nessas tentativas de exploração mineral, a região foi-se povoando de garimpeiros, ferreiros, carpinteiros, peões rurais. Famílias se instalaram e construíram um núcleo urbano com casas ornamentadas com detalhes arquitetônicos (CARVALHO, 2013).

Em 1898, já na crise do ciclo econômico das charqueadas que atingia, por sua vez, a pecuária, um empreendimento binacional alavancou os investimentos internacionais nas lavras de ouro do rio Camaquã. Então, construiu-se o primeiro engenho de trituração de minério, no chamado bloco do Butiá. Vendido para a Brazilian Goldfields Limited, em 1909, explorou ouro nas localidades de Vista Alegre, Cerro Rico, Mato Feio e Cerrito do Ouro. O empreendimento estava agregado a usina de tratamento de minério, a usina São João que depois se tornou engenho do Paredão (CARVALHO, 2013). Entretanto, na Era Vargas, a consolidação dos empreendimentos mineiros sofre impacto, a partir do decreto de lei n° 1985/40 que regulamentou e passou a criar mecanismo de fiscalização das minas e jazidas no Brasil. No artigo 6° escreve-se que o direito de pesquisar ou lavrar só poderia ser outorgado para brasileiros.

A saída de capital estrangeiro atingiu os empreendimentos que entraram em decadência atingindo trabalhadores. Um levantamento de 1956 indicava a existência de 430 operários ligados à mineração industrial (FONTOURA, 2016). Estes trabalhadores ficavam instalados junto à família próximos as áreas de trabalho morando em casas de barro fornecidos pelos proprietários das minas. Os minérios extraídos das jazidas eram transportados até os engenhos por meio de carros de boi ou por caminhões de pequeno porte (MOREIRA, 2015).

Poucas informações encontram-se sobre essas pessoas trabalhadoras que construíram a história de Lavras do Sul. Sabe-se que habitavam o município garimpeiros, peões campeiros, pequenos agricultores e pecuaristas, ferreiros, carpinteiros, entre outros. Por vezes, todas essas atividades eram realizadas por uma única pessoa ao longo de sua vida. Embora as margens das narrativas oficiais, essas pessoas tiveram um papel fundamental na construção da história de Lavras do Sul. A própria descoberta do ouro se deu por um trabalhador escravizado e pode-se lembrar também do conhecimento dos indígenas sobre essas reservas auríferas. Arsène Isabelle relatou a descoberta de ouro por um indivíduo, “um diabo”, nas terras de um criador de gado:

> Não faz muito tempo que a mina foi descoberta: um *estancieiro*, proprietário do terreno, caminhava e fazia pastar seus animais todos os dias sobre o ouro sem desconfiar de nada, quando um indivíduo (um diabo) revela-lhe um dia suas riquezas. (ISABELLE, 1983, p. 34).

A historiografia vem preocupando-se em reconstruir, ainda que parcialmente, a trajetória dessas famílias de trabalhadores e trabalhadoras, ao mesmo tempo, agricultoras, pecuaristas, garimpeiras, campeiras. Farinatti e Matheus (2017) contam a história de João Potro, que nascera e vivera em Lavras do Sul. Em 1852, João Potro foi capturado em Alegrete por um grupo liderado por Mariano Teixeira, grande proprietário rural no distrito de Lavras, sob reinvindicação de que João era um escravo seu, filho da escrava Felicidade, que havia fugido, em 1836, no período da revolução Farroupilha, aproveitando-se da confusão entre os imperiais, a partir da derrota sofrida na Batalha de Seival. Por sua vez, João Potro alegava não ser o homem a quem Mariano Teixeira se referia, mas, sim, João Joaquim Paes, filho do pardo Joaquim Paes e da “china” Bárbara Luisa. Fora batizado na capela de Caçapava em 1825.

Em 1832, seguem os autores, migrou com a mãe e os irmãos para a localidade de Paipasso, no segundo distrito do município de Alegrete, onde se instalaram como posto de uma estância. Em 1836, o irmão mais velho tornou-se capataz, em uma propriedade rural na localidade de Quaró, no Uruguai, e levou a família consigo. Anos depois, a família retornou para esse posto.

> O posteiro era um peão que, em geral, se instalava com sua família em um rancho, onde podia criar alguns animais e fazer plantações, ajudando a cuidar para que o gado não se evadisse da estância e também fazendo rodeios para contagem e manejo do gado

> naquele local. (FARINATTI; MATHEUS, 2017, p. 717).

Conforme Correa (2013), no contexto de Caçapava do Sul, os inventários indicavam altos índices de acesso à terra, sendo 83% na década de 1820, 68% na década de 1830 e 73% na década de 1840. A segunda condição mais encontrada era de agregado, ou seja, que produziam "de favor" em campos alheios. Porém, esses inventários representam o grupo com melhores condições econômicas. Pessoas como João Potro, não fizeram inventários. Porém, embora com pouco capital econômico, essas pessoas mobilizavam seus capitais socioculturais e políticos, bem como relações de reciprocidade, de compadrio, de afinidade. Retomando o caso narrado por Farinatti e Matheus (2017), o fato gerou uma luta judicial em que ambos, João e Mariano, mobilizaram testemunhas indicando, nesses relatos, diferentes tipos de relações como de trabalho, de vizinhança, de compadrio, de parentesco, ligações políticas. Tal fato, mostra uma sociedade complexa e, conforme os autores, possibilitou,

> compor uma imagem mais completa do espaço social em que ela estava inserida, perceber as relações mobilizadas por ambos os lados da contenda, colhendo assim mais subsídios para entender a constituição e funcionamento das relações de reciprocidade vertical e horizontal, que eram elementos de grande importância naquele mundo. (FARINATTI; MATHEUS, 2017, p. 734).

Ainda de acordo com as pesquisas desenvolvidas por Farinatti (2018), um destaque é a forte presença Guarani Missioneira, durante as décadas de 1820 a 1830, nas regiões onde estavam assentados os Sete Povos. Segundo o autor (2018: 196), em Alegrete, ao longo dessas décadas, aproximadamente, metade das mães que batizaram seus filhos na capela eram nascidas nos povos missioneiros, dados que se repetem em São Borja e em Santa Maria. Logo, para o autor, o "desaparecimento" dos Guarani encobre a participação, mesmo que de forma subalterna, dessa etnia em processos amplos, sociais, econômicos, culturais, políticos, que contribuem para a compreensão da região no presente.

Em face do apresentado, deve-se considerar, também, o risco que tais empreendimentos trazem naquilo que diz respeito ao Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro na região, como o registro do INRC da Lida Campeira, ainda em andamento, que contempla a região, o INRC Tava Guarani, que registrou as ruínas das Missões como local de referência para os povos Mbya, e o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), que reconheceu a Língua Guarani Mbya como Referência Cultural Brasileira, ambos em 2014, pelo IPHAN, órgão que pode ser consultado e vir a contribuir com instruções para avaliação.

Campeiro negro escravizado

O historiador Farinatti (2005) enfatiza que diferenças como o tamanho das propriedades e suas características influenciavam no perfil dos trabalhadores e no tipo de trabalho escravo desenvolvido nas propriedades. Grandes criadores, com mais de 2000 reses, tinham um alto índice de escravos africanos do sexo masculino. Já os médios e pequenos produtores, com 500 a 1000 reses, tinham um maior número de crioulos, mulheres e crianças. Helen Osório (1999; 2003; 2005), assinala que em várias grandes estâncias o número de escravizados campeiros supria as necessidades de mão-de-obra permanente para a criação de gado. Para a autora, mais da metade das estâncias era constituída de estabelecimentos mistos, e os escravos, nestes casos, dedicavam-se, tanto à agricultura quanto à pecuária. Conforme análise da historiadora, inventários *post mortem* indicam que os cativos mais valorados, entre as diferentes especializações dos escravos, eram peões campeiros, domadores de cavalos, marinheiros, queijeiros, barbeiros, amas de leite. Entretanto, Zarth (2002) pontua sobre a dificuldade em definir estas atividades, uma vez que os escravizados podiam ser encarregados de funções diversas, como, por exemplo, dedicar-se à produção de mandioca, mas não descuidar da lida pecuária.

Adotando com viés os estudos de Farinatti (2007), o quadro de trabalhadores empregados nas atividades pecuárias nas estâncias era formado por uma combinação de trabalhadores escravos campeiros e por trabalhadores livres, os peões mensais, que podiam tanto permanecer por um longo período ou por alguns meses. Assim, era constituída a estrutura das grandes estâncias do Rio Grande de São Pedro e

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

áreas vizinhas: um núcleo estável de mão-de-obra, sob o comando do capataz, mais mão-de-obra eventual de peões mensais.

Esta combinação empregada pelos estancieiros, ao invés de cobrir toda a mão-de-obra como trabalho dos negros escravizados, pode ser explicada pela *estacionalidade* das tarefas na pecuária, ou seja, pelo ciclos das estações do ano, e, também, por não havia muitos peões livres que se sujeitassem a receber baixos salários.

Farinatti (2007) aponta que os prováveis motivos para os estancieiros fazerem uso dessa combinação de mão-de-obra devem-se ao fato de que, em períodos de castração dos animais aumentava-se o número de trabalhadores. Nesse contexto, "cobrir toda a necessidade de mão-de-obra com escravos campeiros (inclusive marcação e castração) implicaria em ter muito mais escravizados do que se precisaria no restante do tempo" (FARINATTI, 2007, p. 309-310). Além desse fator, havia o risco de variações na produção bovina que poderia ser ocasionadas por guerras, clima seco e doenças o que faria diminuir a necessidades de trabalhadores acarretando na dispensa dos mesmos, no caso da mão-de-obra livre. Adquirir mão-de–obra escravizada estava associada ao investimento inicial, sujeito a riscos de fuga, morte ou doenças. Em contrapartida, havia trabalhadores livres que, em determinados períodos, representavam uma alternativa aos escravizados (idem, p. 323-326).

O novo ciclo de mineração iniciado no século 21 traz um contexto de regulamentação, já que, a partir da constituição de 1988, os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União. Assim, inexiste o diálogo direto entre a comunidade e as empresas mineradoras. Paralelo as idas e vindas da atividade mineira no município, a atividade pecuária se constituía como uma atividade importante. Conforme Fontoura (2016), um levantamento de 1956 mostra que o município possuía 170.700 animais bovinos, sendo referência na criação da raça Hereford.

5.2. CRONOLOGIA

DATA	EVENTO

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Ver item 4.1 onde se encontra o mapa da área prospectada.

7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO
- Constituição Federal artigos 215 e 216 Da Cultura; **- Constituição Federal** artigos 231 e 232 Dos Índios; - **Decreto Nº 3551/2000** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro; **- Decreto Nº 5051/2004** Promulga a Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais;

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

- Decreto Nº 5753/2006 Ratifica a Convenção da UNESCO para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial;
- Inventário Nacional de Referências Culturais – Tava Guarani
- Inventário Nacional da Diversidade Linguística – Língua Guarani Mbya
- Instrução Normativa Nº 001/2015 IPHAN Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta-AID do empreendimento em bens culturais

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

8.2. RECOMENDAÇÕES

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: VER *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	
ANEXO 4: CONTATOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

PESQUISADOR(ES)	Profa. Dra. Flávia Rieth, (Coordenadora); Daniel Vaz Lima, Prof. Dr. Claudio Carle, Cicero Oliveira e Luciene Barbosa.	
SUPERVISOR	Profa. Dra. Flávia Rieth	
REDATOR	Daniel Vaz Lima, Vagner Barreto, Cicero Oliveira e Luciene Barbosa	**DATA**
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Profa. Dra. Flávia Rieth	

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02
	UF	SÍTIO-.	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA	Trabalho de Campo realizado nos dias 17 e 18/10/2019	**INÍCIO**	17/10/2019	**TÉRMINO**	18/10/2019
ENTREVISTADOR	Flávia Rieth, Daniel Vaz Lima, Luciene Barbosa	**SUPERVISOR**	Flávia Rieth		

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Lavras do Sul (Distrito de Três Estradas)
MUNICÍPIO / UF	Lavras do Sul/ RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Pastoreio com ovinos e bovinos, lida caseira
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Lida campeira

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Laís de Moraes			**Nº**	
COMO É CONHECIDO(A)	/	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	1990/ 29 anos	**SEXO**	☐ **MASCULINO** x **FEMININO**
ENDEREÇO	Estrada Três Estradas, Taquarembó, Lavras do Sul.				
TELEFONE	(53) 9947-5787	**FAX**	/	**E-MAIL**	
OCUPAÇÃO	Produtora Rural				
ONDE NASCEU	Bagé, “nascida e criada na cidade”.	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**		“Moro efetivamente aqui (na Estância Ouro Verde) desde 2014, mas venho aqui desde 2008”. A Propriedade é do pai de Luciano Alves Jardim, marido de Laís.	

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

"*A gente (Laís e Luciano) se divide para fazer rodeio"*:

" *Não forcejo sozinha, eu pego parelho*. *Descarrego sal, descarregar adubo é brado. O forcejar, eu pego saco de ração da caminhonete, eu peguei o jeito. Tem mulher que espera, é questão de costume, eu não pego força. É que nem derrubar terneiro. Nesse mundo rural tu tem que aprender a te virar. Tu tens que pensar ligeiro, o campo é um minuto*". Conforme Laís, a lida compensa porque tu lida com a vida. Relata que as decisões com relação ao manejo dos animais e aos negócios "*sempre sai dos dois*."

- Lida com ovinos

Não gosto de lidar com cavalo, eu gosto de lidar com ovelha. Conforme ela, "*os bichos se reconhecem pelo cheiro*", a ovelha com o filhote. Laís ajuda a ovelha a dar cria. Em um ano criou dois guachos (Nequinho e Fujão), no outro eram 11: **"*Tu te apegas ao bicho**, todos tinham nome, cada um com uma mamadeira*. " Laís identifica todos os guachos que ficam ao redor da casa, um tem mais lã na cara, outro uma pinta na lã. Os animais ficam mansos demais e, "depois eles atropelam. Os meus nunca atropelaram, nem macho, nem fêmea. Eu fazia leite (na mamadeira), leite engrossado. Conforme ela, **"*a mulher na lida tem muito mais detalhe**, tem mamadeira*" e, até roupa.

Laís benze as vacas para curar bicheira.

- Lida com bovinos

Laís desatola vaca, "*A vaca se atolou e não se levanta mais, vaca velha é pior ainda. Elas perdem energia, elas embrabecem e atacam a gente*". Tira terneiro trancado: **"*Como é vida, tem coisas que dá tempo e, tu aprendes a lidar com a vida e a morte ao mesmo tempo***". Durante a lida, Laís ajuda vaca com dificuldade de dar cria, destranca o terneiro sozinha. Em outra situação, ajuda a vaca tirando a placenta, "*encerrei a vaca, tirei a placenta, dei remédio, não dá para terceirizar*". "*Hoje o gado é muito manso, tem mangueira, tem trator, não é porque tu é mulher que tu não consegue*".

- Lida caseira, lida campeira

"*Tu tem a casa para limpar, o campo para recorrer*." (...) "*Às vezes eu não tenho tempo de limpar a casa. Agora mesmo, os terneiros nascendo eu vou com o Quenedy,* [peão campeiro]*, recorrer o campo e o Luciano vai fazer o arame com o seu Alceu* [aramador]." Laís comenta que as suas mãos são azuis na primavera: *"(...) quem não laça, derruba e fica com a mão azul por causa da bicheira*", o remédio Mata Bicheira tinge as mãos e azul.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

Conheceu o campo com Luciano, seu marido. Inicialmente trabalhava na cidade e quando estava na estância ficava em casa. Depois, pediu para sair para o campo: "*Ele foi me ensinando e me deixava fazer. Custei a aprender a laçar, fui perdendo o medo. Medo de vaca. Fui caindo tombo de cavalo*".

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Laís campereia com Quenedy , 18 anos, peão campeiro. Quenedy completou o segundo grau técnico e voltou para o campo para aprender a lida na prática: "*Estava ensinando ele a capar, tem que ser na prática*." Conforme Quenedy, ele aprende a lida com Luciano também, mas Laís tem jeito para ensinar.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Laís nasceu na cidade de Bagé. Filha de pais separados, conviveu mais com a família da mãe na cidade. A família do pai é de Dom Pedrito, da localidade de São Sebastião. O pai foi criado na campanha, "*já fez de tudo*". Conforme Laís, mesmo sem conviver com o pai gosta muito da vida na campanha. "*Eu conheci o campo foi com o Luciano*" (marido), antes " *não frequentava CTG, não ouvia música gaúcha*".

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Não participa de nenhuma associação em Lavras do Sul. Atualmente, Laís e Luciano estão engajados na luta contra a mineração, em razão do Projeto Três Estradas de mineração de fosfato na região. Assim, aproximaram-se da AGRUPA (Associação Para A Grandeza E União Das Palmas) que integra o movimento "União pela Preservação".

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	O cuidado dos animais é diário e, se intensifica no período da primavera, período da parição com os nascimentos dos terneiros e das ovelhas de agosto a novembro: "Cada dia é um dia diferente". A rotina da propriedade se modifica com o serviço a ser realizado.

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 2008

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
☐	☐	☐	☐	☐	☐	x	x	x	x	x	x

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

x **MEIO DE VIDA:**

Conforme Luciano Jardim: *"Isso que eu vivo aqui, não está terminando só pela mineradora. A soja está terminando. Então, tu não vês mais práticas como o pealo. E isso vem terminando. Para preservar a cultura, alguém tem que seguir fazendo isso que eu faço. Eu não tinha como fazer tal como era na época do meu bisavô. O ciclo dele é insustentável hoje. Para eu sobreviver alguma coisa eu tenho que acompanhar. Eu tenho que ser competitivo mudando o mínimo possível. O campo não é mexido com lavoura, a lida é feita com cavalo."*

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA**

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)**

_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

Em Lavras do Sul a atividade pecuária remonta ao período das estancias guarani-missioneiras.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

- Mundo masculino

Laís relata que chegou em um mundo predominantemente masculino: "***O campo tem muita regrinha****, às vezes eu entro na mangueira porque eu sei, eles pegam a respeitar. O cara se meteu na minha frente, aconteceu dos caras vim perto de mim porque acharam que eu não ia atacar (o animal) ..... porque eles não entraram antes?* " Laís conta sobre o manejo dos animais na mangueira, para o gado ser cercado exige atenção e saber se posicionar na mangueira para encaminhar os animais para o brete. Fala ainda que os bichos se guiam "*pelo som, por isso eu costumo não falar na lida. Procuro não falar muito.* "

- Relação animais humanos e animais não humanos

Conforme Laís, é só encilhar os cavalos que **o Beto, cachorro ovelheiro, acompanha o Luciano na lida e a Gaita, cachorra ovelheira, segue Laís**. Gaita deu cria e Laís pegou um filhote para criar: "*Eu peguei uma para mim e a mãe dela (a Gaita) vai ensinar a lida.* " Além do Beto e da Gaita, na propriedade tem o Sabugo (Barba de Arame), Esparta (Galga) e Tita (Princher). O Boxer tem que ensinar desde pequenos para não agarrar ovelha.

Sabugo acompanhava Luciano e Laís na **caça do javali**. Quando caçavam, na época, tinham 40 cachorros. Segundo Laís os javalis "*não deram estrago (na propriedade). Às vezes eles cruzam, pois tem eucalipto e soja. E, como a gente está sempre camperiando eles (os javalis) não vêm*."

- O que comer no campo

Segundo Laís, os terneiros não comem o que as ovelhas comem. As ovelhas comem carqueja e maria mole dosada, mas "*quando é guacho se esfrega mio-mio no focinho para aprender*". A ovelha controla a infestação, a "sujeira" no campo. A vaca não come carqueja, maria mole e mio-mio, aprende com as ovelhas. Os hábitos alimentares de ovelhas e gado são semelhantes, porém ovelhas consomem, embora de maneira dosada, carqueja e maria mole, brotos de árvores, que são plantas consideradas sujeira. Vacas, cavalos e ovelhas não comem o mio-mio, pois é tóxico. Todos os hábitos alimentares são adquiridos com a mãe do animal. Aprendem comendo juntos. Nos bichos que são outros lugares, onde não existe o mio-mio, esfrega-se os galhos da planta no focinho para evitar o consumo.

Os campos da região são diversificados, tem capões de mato, curso d'água, áreas de banhado e pedra. No mato tem tuna, marmelo, goiaba. Na quinta tem pêssego, figo, cereja, limão, butiá, amora, caqui e nozes. Na mata nativa tem umbu, coronilha, corticeira, arueira, espinilho, talhera, cambará.

7. PREPARAÇÃO

Tratamento de controle da infestação de carrapatos no campo

"*Fizemos o controle em outubro para enfrentar a época de aumento do carrapato que se inicia em outubro, o período de pico acontece de março a maio. Nesses últimos meses, os carrapatos existentes são os que resistiram a todos os manejos do gado para o controle. Os carrapatos somem no inverno e retornam na primavera quando começa a fazer dias mais quentes*."

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
LIDA COM BOVINOS - Tratamento de controle da infestação de carrapatos no campo. 86 terneiras da propriedade, fêmeas do gado, foram levadas para a mangueira para dosar. Dosar consiste na aplicação de remédios por via oral e injetável para controle do parasita interno, dos vermes. Na ocasião foi também administrado outro remédio no lombo do animal para inibir o crescimento do carrapato. Este manejo é para o controle estratégico do carrapato, quando o carrapato começa a subir no animal, entra em contato com o remédio que esteriliza a fêmea o que diminui a infestação de carrapatos no campo – cada carrapato chega a colocar 2 mil ovos. Conforme Laís, este é um dos maiores problemas hoje da pecuária. A administração de remédios via oral e injetável é porque as medicações agem diferente atingindo um maior número de parasitar internos, *para limpar elas*, e o puron para não infestar muito o campo. Este remédio não mata o carrapato que está sugando o gado, mas impede que nasçam mais carrapatos. O carrapato causa problemas de saúde, causa tristeza porque elas ficam com anemia que é a tristeza parasitária bovina*:* "Fizemos o controle em outubro para enfrentar a época de aumento do carrapato que se inicia em outubro, o período de pico acontece de março a maio. Nesses últimos meses, os carrapatos existentes são os que resistiram a todos os manejos do gado para o controle. Os carrapatos somem no inverno e retornam na primavera quando começa a fazer dias mais quentes."	Todas as terneiras foram trazidas para a mangueira; depois foram sendo divididas em pequenos lotes que coubessem na pera – cercado menor no interior da mangueira -; da pera eram colocadas para dentro do brete. "Daí sim, ali ficava uma atrás da outra, cabia acho que umas seis, sete se não me engano daquelas terneiras. A gente dosava todas, fazia todo o serviço em todas e largava todas as que estavam no brete. E o brete tem uma cancelinha de correr no fundo e uma na frente, depois que terminava tudo, a gente abria a da frente e largava elas, fechava, abria a de traz e, aquele restante que ainda estava na pera, entrava para o brete, até esvaziar. Quando terminava aquele as que estavam na pera a gente ia e voltava para a mangueira e trazia mais outros, isso até o fim. A gente ia com as bandeirinhas aquelas e às vezes os cachorros ajudando, iam tocando acuando atrás, nos ajudando a encerrar elas da mangueira para a pera e depois da pera para o brete, os cachorros também ajudavam."	Laís Moraes, Luciano Jardim e Quenedy.

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
MANGUEIRAS - Cercas de arame ou madeira onde os animais ficam presos durante os processos de vacinação, cura, banho, castração e demais atividades de cuidado. As cercas antigas, primeira forma de contenção dos animais, eram feitas de pedras.	Evitar que os animais se dispersem pelo campo antes de serem tratados.	Laís e Luciano provêm, obtendo a partir de matérias-primas compradas ou obtidas na propriedade.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02

PERA – Espaço retangular em madeira, situado entre a mangueira e o brete.	Isolar um grupo de animais dentro da mangueira, para facilitar a condução dos mesmos para dentro do brete.	Laís e Luciano provêm, obtendo a partir de matérias-primas compradas ou obtidas na propriedade
BRETE - Corredor de madeira por onde os animais passam para serem tratados, ou para serem presos no tronco.	Individualizar o tratamento dos animais, colocando-os enfileirados, um atrás do outro, sem que possam se deslocar	Laís e Luciano provêm, obtendo a partir de matérias-primas compradas ou obtidas na propriedade

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
ARREIOS – para montaria do cavaleiro, tanto para lida campeira, quanto para doma e gineteada. Há variações dos arreios conforme sua utilização, porém os itens básicos, utilizados para montaria, serão descritos de acordo com observação e entrevista. Os arreios estão dispostos na seguinte ordem de sobreposição, mais comumente usadas para as lidas campeiras: xergão - carona, - basto/sela/serigote - cinchão (ou cincha) e barrigueira – pelegos – badana (nem sempre é usada) – cincha (ou sobrecincha) e barrigueira. Fazem parte do conjunto, ainda, os estribos, a cabeçada com freio e rédeas e o bucal com cabresto (opcional). Pode-se considerar parte do conjunto, ainda, o rebenque/mango/relho (usado para instigar o animal a acelerar a andadura, ou, no caso do esporte de gineteada, para fazer o animal pular com o cavaleiro sobre ele. Os arreios podem sofrer variação, porém os relacionados acima, são os mais comumente utilizados na região.	Conjunto de artefatos utilizados para a montaria. O cavaleiro pode optar pelo conjunto de arreios mais adequado para seu objetivo, lida campeira, doma do cavalo ou gineteada.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
XERGÃO - é um artefato confeccionado em lã crua, em geral produzido artesanalmente, através da fiação e tear. Seu formato é aproximadamente um retângulo e deve cobrir todo o lombo do animal, caindo pelos lados do mesmo, não chegando a cobrir toda a região das costelas do cavalo. Todos os outros artefatos que fazem parte dos arreios de montaria apoiam-se sobre o xergão.	Serve para proteger o lombo do animal contra o atrito do basto/sela/serigote.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
CARONA – em geral é feita de couro. Atualmente é confeccionada artesanalmente ou industrialmente. Sua matérias-primas, além do couro, podem ser materiais sintéticos como esponja forrada com tecidos de algodão ou poliéster. É posta sobre o xergão e suas medidas são aproximadamente as mesmas deste.	É utilizada para minimizar o impacto dos arreios sobrepostos no animal.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
BASTO/SELA/SERIGOTE – artefatos de formatos diferentes, confeccionados em couro e materiais sintéticos, como vinil imitando couro. Porém o couro é a matéria-prima de preferência. Pode ser feito artesanalmente ou industrialmente, o que, nos dias atuais, é mais comum.	São utilizados para a mesma função: que o cavaleiro monte o cavalo com maior equilíbrio e segurança.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02

CINCHÃO (OU CINCHA) E BARRIGUEIRA - É uma tira de couro de um palmo e meio de largura (aproximadamente), duplo (duas trias costuradas juntas), que contém duas argolas de metal em suas extremidades mais compridas (mais ou menos 50 cm de comprimento). Nessas argolas, a BARRIGUEIRA é presa. Este é um artefato confeccionado com várias tiras de barbantes grossos (em torno de 8 ou 10 tiras), em cujas extremidades são colocadas argolas de metal, que servem para unir este objeto ao cinchão. Enquanto o cinchão fica sobre o basto, a barrigueira passa por baixo da barriga do cavalo. A união entre o cinchão e a barrigueira, ocorre através de LÁTEGOS.	O cinchão serve, junto com a barrigueira, para segurar os arreios anteriormente descritos, sobre o lombo do cavalo.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
LÁTEGOS - são tiras de couro de dois dedos de largura (couro cru) que podem ter até 2 metros de comprimento.	São enrolados nas argolas do cinchão e da barrigueira, concomitantemente, unindo esses dois artefatos e mantendo o basto sobre o cavalo, evitando que os arreios fiquem soltos durante a montaria.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
ESTRIBOS - Os estribos têm formato variado, porém parecem-se com argolas grandes, com a porção inferior, onde o cavaleiro apoiará o pé, podendo ser de formato achatado ou arredondado. São feitas de metal (ferro, inox) e são postos nas laterais do cavalo, para o cavaleiro calçar o pé e firmar-se quando está montando o cavalo. São presos ao basto/sela/serigote por meio dos LOROS. Os estribos ficam presos aos loros e esses, são presos ao basto/sela/serigote, através dos látegos. Cada estribo fica de um lado do cavalo e seu comprimento de uso depende do comprimento das pernas do cavaleiro	Artefatos utilizados para apoio dos pés do cavaleiro, permitindo maior equilíbrio na monta.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
LOROS - são artefatos confeccionados, em geral, em couro. Os loros são feitos, comumente, de duas tiras de couro, de dois dedos de largura, unidos por costuras em fios de couro (tentos) ou, industrialmente, por fios de barbante reforçados. O loros têm aproximadamente um braço de comprimento, (as tiras de couro dos loros são de aproximadamente dois dedos de largura). São unidos ao basto/sela/serigote através de látegos - em um local específico do basto (em argolas de couro ou de metal que estão presos ao basto para passar os látegos).	Servem para prender os estribos ao basto/sela/serigote.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
PELEGOS – São feitos da pele inteiriça de ovinos, a parte “carnal” é a de contato com a carne do ovino in vivo. A parte externa, é a lã do ovino sem que este tenha sido tosado (tosa: retirada do excesso de lã dos ovinos para venda desse material e para aliviar os animais do calor do verão). Os pelegos são colocados sobre o basto/sela/serigote, com a parte externa (lã) voltada para cima. Pode ser utilizado um ou mais pelegos sobrepostos.	Minimiza o atrito das pernas do cavaleiro com o basto/sela/serigote. É para proteção do cavaleiro.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02

BADANA – artefato de couro, praticamente bidimensional, É o artefato que fica sobre todos os outros (com exceção da cincha e barrigueira) e nem sempre é utilizado (opcional). Tem o tamanho aproximado dos pelegos, em geral, um pouco mais curto e estreito que esses.	Serve para proteger as pernas do cavaleiro do contato direto com os pelegos.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
CINCHA (OU SOBRE-CINCHA) E BARRIGUEIRA – São praticamente os mesmos artefatos "cinchão e barrigueira", porém a cincha (sobrecincha) nesse caso é de aproximadamente 10 cm de largura e 60 a 70 cm de comprimento, mais ou menos). A barrigueira que faz parte desse conjunto, também costuma ser um pouco mais comprida, ainda que sua largura possa ser a mesma da primeira barrigueira (que faz parte do cinchão).	Têm a função de manter os pelegos em seu lugar para a montaria do cavaleiro, evitando quedas.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
LAÇO - Corda trançada, feita de couro, nylon ou outros materiais, com uma argola de metal em uma das extremidades. A outra extremidade passa por dentro da argola, formando um anel com acorda, que é girada no ar, jogada sobre o animal, e esticada quando enlaçando este, até derrubá-lo. O laço é um instrumento manual, que pode ser usado pelo homem montando cavalo, bem como, no chão, quando em espaços cercados.	Evitar que o animal dispare ou machuque alguém enquanto é tratado. Também é utilizado para laçar o animal quando este for ser abatido.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
FACA, ADAGA OU FACÃO – artefato em cabo de osso, madeira, ligado a um aço cortante, por vezes, temperado que possibilita maior resistência e durabilidade.	Usada como instrumento auxiliar na cura de animais com feridas (por exemplo, pode ser usada para abrir" uma ferida infeccionada, para posterior aplicação de medicamento), para cortar algum galho de árvore, algum tento de couro, etc.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
MATE OU CHIMARRÃO - erva-mate moída, colocada dentro de um recipiente chamado *cuia*. Adicionada de água quente (sem ferver, aproximadamente 70°C) é sorvido por meio da *bomba* que é um canudo com de 20 centímetros de comprimento. Na extremidade inferior da bomba há um filtro.	A rotina da propriedade se inicia às 06 horas da manhã com o chimarrão. Nos momentos em que Laís, Luciano, Quenedy e seu Alceu se encontram no galpão, à beira do fogo, nos intervalos da lida, estão tomando chimarrão. A roda de chimarrão geralmente acontece de manhã cedo, antes do almoço e ao entardecer, no fim do dia de trabalho. Quenedy mostra a cambona que fez com extintor de incêndio de carro.....	Pode ser confeccionado pelos artífices ou comprado em lojas especializadas
CHURRASCO – carne de ovelha e gado vacum assados no espeto, em fogo de chão.	Servidos no almoço e no jantar. Também acompanha os momentos de sociabilidade.	A família é quem provê obtendo a matéria prima dos animais da propriedade.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

SEM INFORMAÇÕES.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
PILCHAS – conjunto de vestimentas utilizada por homens e mulheres campeiros/as.	Peças da indumentária campeira.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.
BOINA – espécie de boné, sem aba, feita de lã ou feltro.	Peças da indumentária campeira. A função é proteger da chuva, do sol e do frio.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.
CHAPÉU DE ABAS LARGAS – feita em couro ou feltro.	Peças da indumentária campeira. A função é proteger da chuva, do sol e do frio.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.
BOMBACHA – calças largas presas por botões no tornozelo.	Peça da indumentária campeira.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.
BOTAS CAMPEIRAS - calçado feito de couro, que envolve o pé e a perna. A parte que envolve a perna é chamada de *cano*.	Calçado próprio para andar a cavalo, pois não têm agarradeiras facilitando que o mesmo deslize do estribo em um eventual acidente. A bota protege os pés contra ataques de animais como cobras.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

SEM INFORMAÇÕES.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
MUSICA CAMPEIRA – estilo musical cujas letras narram e refletem sobre os modos de viver dos/as campeiros/as narrando situações de lidas, relações entre humanos, bichos, artefatos e ambientes. As situações cantadas muitas vezes foram vividas pelo próprio narrador ou referem-se a fatos cotidianos	A música campeira é escutada nos momentos de sociabilidade como o chimarrão ou churrasco ou nos momentos entre as lidas como no início da manhã e no final de tarde. Nas vivências etnográficas nos galpões realizadas pela equipe, tem-se a presença de rádios sintonizados em emissoras com programas voltados para tal estilo. Por conseguinte, interlocutores e interlocutoras fazem referências a determinadas letras de música como forma de argumento do seu relato.	Artistas musicais - envolvidos direto e indiretamente com os modos de viver dos/as campeiro/as.

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

SEM INFORMAÇÕES

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
Laís, Luciano e os funcionário Quenedy e Alceu. Também pode participar da atividade outras pessoas como os vizinhos.	Realizadas próxima a área da casa. Tirar os arreios dos cavalos – denominado desencilhar –, quando a atividade da tarde foi a lida no campo, e guardá-los no galpão. Por conseguinte, são realizadas as atividades feitas no início da manhã como ordenhar as vacas e alimentar e tratar os animais tais como porcos, ovelhas, cabras, galinhas, cavalos. Alguns animais são encerrados em mangueiras e outras cercas para passarem a noite.

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Carne bovina e ovina para o autoconsumo;

Animais para açougues;

Crias para a venda em propriedades voltadas para a terminação da engorda.

Desenvolvem na estância ciclo de cria e recria em campo nativo. O mercado não compensa a Engorda, coloca os terneiros em cria em três anos. O número de animais na propriedade é compatível com o número de hectares. Não tem "*pastagem feita*", não vira a terra em razão dos campos duros, da proximidade das rochas. Larga o azevém e faz um roçado para passar o inverno. Diz que toda a metade sul é Produtora de terneiro.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

A comercialização de animais prontos para o abate é realizada para os açougues. Outra forma de comercialização é a venda das crias para propriedades voltadas para a terminação da engorda. Tal comercialização pode ser realizada também por intermédio das feiras de terneiros.

Conforme Luciano, "*hoje não tem como manter um gado sem fazer dosificação. O carrapato suga o sangue, causa uma anemia e mata. É importante ter um gado resistente a ectoparasitas e endoparasitas e era mais interessante se tivesse um mercado que comprasse tipo como a alface e a couve que não lavaram nada de agrotóxicos. Só que não tem. Criamos só a pasto, mas levam dosificação porque não tem como deixar*."

Os cordeiros são comercializados por um preço médio de R$ 7,00 Kg de peso vivo e eles vendem a R$ 30,00/R$ 40,00.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL x	COMPLEMENTO ☐	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE		

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02

A partir de 1970 – Introdução da pecuária empresarial.	Conforme Fontoura (2016), a "pecuária bovina tradicional" se caracteriza pelos manejos de forma extensiva, com poucas inovações, investimentos em genética e sem associação com a lavoura. O tempo médio de abate está na casa dos 4 ou 5 anos. Já a atividade "pecuária empresarial" os manejos se dão de maneira intensiva adotando inovações com o objetivo de diminuir o tempo de produção, com maiores investimentos em genética, bem como associando com lavouras intensivas como arroz, soja e forrageiras de inverno. O tempo médio de abate nesse modelo está entre 16 e 24 meses. Na visão de Luciano, é interessante articular inovações com manejos tradicionais. "*A inseminação artificial é benéfica só que estão trazendo o sêmen de um gado que foi criado lá nos EUA. Só que ele traz no gene dele as características do gado criado lá, que é frio, que não tem carrapato. Muitos produtores estão trazendo genética de fora que, muitas vezes, não se adapta. Dizem que produzem mais, porém precisam de mais comida. É como se vocês viessem para minha casa e exigissem comer salmão. Eu não teria para oferecer a vocês. Então, para vir para minha casa tem que se adaptar ao que eu tenho aqui. O que está acontecendo é gente trazendo genéticas que não se adaptam e vem fragilizando o gado."* *"Aquele gado antigo, resistente, criado aqui, o mercado vem apertando. Eu tenho cuidado para ter um gado adaptado aqui. Todo o raciocínio que eu faço é no lato sensu. Eu tenho uma visão. Por exemplo, tenho um lote de ovelha crioula. Ela veio com os jesuítas para cá. Ah, mas a lã não vale nada, ela é muito pequena, dá pouca carne! Realmente. Só que vamos comparar com outra raça, com a Corriedale. Dá uma lã melhor, dá mais carne. Só que morre mais, toma mais dose. Então, no contexto geral o crioulo é mais lucrativo. Só que o mercado não deixa fazer essa conta. Existem núcleos de criadores de raça, que é como a moda, porque eu uso uma calça e não outra? Porque a propaganda de uma é muito maior. Isso existe no gado. Aberdeen, Hereford, Braford e Brangus são as raças mais vendidas hoje. Se tens outra raça, está fora."* *"Isso para se sustentar, tem que ter um „Luciano" que compre um bicho desses. Tem que te forçar a comprar. Eles dizem: tu tens que melhorar teu gado! Para que tu vais ter esses bichos aí sem valor? Bota o gado tal que tu vais fazer um melhoramento. Só que as vezes tu tens um gado bom. Não é o gado que tem tamanho e tudo, só que tu gasta menos dose. Aí, tu trazes um animal com tamanho maior só que muito mais sensível. Muitas vezes tu trazes um problema para dentro da propriedade. E depende do campo que tu tens*."

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?
Estâncias ou fazendas, sítios ou chácaras, quadras de campo – imóveis rurais com registro de propriedade ou posse. As atividades no lugar remontam ao século XVIII quando famílias receberam doações de sesmarias passando a realizar a atividade pecuária de criação de bovinos, caprinos e ovinos. Ao longo dos anos as sesmarias foram se fragmentando em função da herança de terras passada de uma geração para outra. Conforme Luciano, os campos na região são campos "duros", de pedras, com coxilhas e canhadas, com água em abundância: "*Tem de tudo, várzea e cerro*". (...) Em comparação: os campos do Distrito de Palmas/Bagé, são "*campos mais abrigados*", porém, são "*sujos*" e tem uma lotação de animais menor do que os campos limpos. Estes, por sua vez, tem pouco abrigo e o "*animal não tem onde se abrigar*" do frio, da chuva, do sol quente. Mas o melhor campo é aquele "*que tem boa aguada*". (...) "*A gente mantém os campos do jeito que é, não tem campo arado. A natureza é intacta, com vertentes. É preservada de todas as formas dentro da propriedade*."

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?
Laís e Luciano Jardim

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?		
OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Sim, em função da necessidade de informações mais precisas de algumas questões.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
Sem informações.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	02

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

Em campo, na Estância Ouro Verde, conhecemos o lugar onde pretende se instalar uma mineradora de fosfato. Luciano indica o local da barragem de rejeitos que ocupará uma área de 194 hectares. Uma região de muitas corticeiras, camboim, laranjeiras do mato, etc. A barragem vai usar as águas do Taquarembó e as do rio Jaguari, que ficam há uma distância de 5km. O Jaguari desagua no rio Santa Maria que, por sua vez, desagua no Ibicuí indo para o rio Uruguai. Luciano salienta que este caminho das águas será o caminho do rejeito em caso de acidente com a barragem.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	01
	UF	SÍTIO-.	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA	Trabalho de Campo realizado nos dias 17 e 18/10/2019	**INÍCIO**	17/10/2019	**TÉRMINO**	18/10/2019
ENTREVISTADOR	Flávia Rieth, Daniel Vaz Lima, Luciene	**SUPERVISOR**	Flávia Rieth		

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Lavras do Sul (Distrito de Três Estradas)
MUNICÍPIO / UF	Lavras do Sul/ RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Pastoreio com ovinos e bovinos, lida caseira
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Lida campeira

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Luciano Alves Jardim			**Nº**	
COMO É CONHECIDO(A)	/	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	1975 / 44 anos	**SEXO**	X **MASCULINO** ☐ **FEMININO**
ENDEREÇO	Estância Ouro Verde, Estrada RB Agrícola, Distrito de Três Estradas, Lavras do Sul, RS				
TELEFONE	(53) 9947-5787	**FAX**	/	**E-MAIL**	
OCUPAÇÃO	Pecuarista				
ONDE NASCEU	Bagé	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde que nasceu. Morou em Bagé, para estudar, mas retornou com 16 anos para assumir a propriedade.		

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	01

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

- Lida com ovinos:

O pai de Luciano Jardim criava bois vendendo aqueles entre 3 e 4 anos para invernar. Não criavam ovelhas. Quem as introduziu na propriedade foi Luciano.

No contexto do trabalho de campo, aproximava-se a época da esquila e finalizava o período de nascimento dos cordeiros e das ovelhas. Luciano mostrou no celular uma ovelha, com cria ao pé, que atacava – atropelava. Ela fazia um ruído próximo ao rosnar de um cão. Luciano comenta que "aqui até as ovelhas são bravas!".

As ovelhas criadas na propriedade vão para um confinamento em vacaria, são abatidas em Cachoeira do Sul e vendidas para o estado do Paraná.

- Lida com bovinos:

Luciano faz rodeio. Ele junta os animais ao redor do cocho de sal e avalia se estão com muito carrapato, se estão com vermes. Em caso positivo, conduz o gado para a mangueira. Todo o trabalho é realizado por ele e pela Laís acompanhado de algum peão. Concertam cercas, mangueiras, lidam com o gado, com as ovelhas. Eles utilizam um rádio para se comunicarem em função das distancias.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

"No meu primeiro ano de vida eu me mudei para cá [Estância Ouro Verde]. *Eles* [Nirlene e o marido, mãe e pai de Luciano] *moravam na casa dos meus avós que fica há um quilometro de distância, construída em 1934. Morei aqui até os 5 anos. Com 6 anos, fui para a cidade estudar. Mas sempre no intuito de vir, minha cabeça estava sempre nesse lugar aqui. Sempre que tinha oportunidade como nas férias, vinha para cá."*

"*Meu pai teve um problema na articulação da perna e tive que assumir a propriedade com 16 anos de idade. Dali fui tocando, morando sozinho, trabalhando. Me criei no meio de pessoas, para minha idade, velhas. Eram homens de 50 anos, já maduros, que foram me ensinando um pouco de cada coisa. Um a trabalhar com cordas, outro a lidar com a madeira, com a cerca, com o gado. O serviço era mais „a campo", assim, não tinha tanta mangueira. Era feito com o laço, o „aparte" campo a fora. Tudo que hoje está em certo desuso, eu aprendi com essas pessoas."*

"Fui melhorando. Com o passar do tempo, a Laís veio morar comigo e estamos tocando, juntos, a propriedade que é da família. Moramos aqui. Vamos pouco na cidade. Muitas vezes quando vai um, não vai o outro".

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Luciano ensinou Laís a camperiar. Durante o trabalho de campo, trabalhavam na propriedade o alambrador Alceu e o Quenedy, 18 anos, peão campeiro. Quenedy completou o segundo grau técnico e voltou para o campo para aprender a lida na prática. Quenedy está aprendendo a lida com Luciano e Laís.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Casa da família

"A casa é de 1908. É a mais nova, segundo o meu pai. Existia uma casa antiga nos fundos que foi demolida para ser construída aquela. A casa era a sede de uma estância que tinha 18 quadras de campo. Meu tataravô que veio para cá. Nós somos família de sesmeiros. Foi concedido pelo império. Nossa família é de origem portuguesa. [A terra] foi dividida entre a família. Meu bisavô tinha seis filhos e minha avó era uma. Muitos não tinham família (dois ou três somente que tinham filhos). A parte dos solteiros foi dividida com os sobrinhos. Meu pai foi um dos sobrinhos que recebeu."

A mãe de Luciano, a Senhora Nirlene Alves Jardim, nasceu no Distrito de Palmas, em um lugar chamado "Olhos d'Água", no município de Bagé. Ela é costureira e dona de casa. Sabe fazer doces de tacho (Figada, Pessegada, Marmelada, Goiabada) e Queijo."

Mangueiras

"Tem uma parte de valo, que é abaixo, e uma parte de pedra. A mangueira de valo é anterior à mangueira de pedra. Eles faziam o valo para conter o animal, uma cerca. O gado era trazido para a mangueira através de lotes. Tinham dois bois que eram treinados para entrar na mangueira, fazer a volta e sair. Como o gado era trazido poucas vezes para a mangueira, não entrava ali, refugava. Então, eles entravam com os bois, chamados sinuelos. Eles entravam com o lote e, quando entrava a última vaca, eles faziam a volta e saiam para fora. A técnica era utilizada para fazer o gado entrar."

"Aquele campo [da mangueira de valo] eu comprei. Achei estranho aquilo ali. Depois que eu olhei de cima e fui perguntar, descobri que era uma mangueira de valo, anterior a mangueira de pedra. Era feita de taipa. Marcavam um círculo, cavavam e atiravam a terra para cima, formando a mangueira. É anterior à família do meu tataravô, porque, se fosse usada, não teriam construído a de pedra. Quando aquela já estava em desuso é que fora construída a de pedra. Para mim aquilo ali era dos índios."

Caminho das tropas

"Aquele corredor era chamado "tira ceroula", pois os tropeiros passavam ali e, como era muita enchente, tinham que tirar toda a roupa para passar.

Naquele campo onde tem a mangueira de pedra, tinham pastagens. As paradas eram chamadas de Pastagens, para pouso. As tropas andavam na estrada como caminhão. Tinha uma tropa atrás de outra. Na hora de parar, à tardinha, o capataz da tropa, mandava um peão na frente para saber se naquele lugar tinha pouso. Era cobrado pelo proprietário. Se sim, eles encostavam o gado ali. Se vinha uma tropa atrás que queria e não tinha, tinham que rondar a tropa parada na estrada.

As tropas que cruzavam aqui iam rumo ao matador de São Domingos, outras rumo à Pelotas. De carreta eram 30 dias até Pelotas. Com a tropa era também mais ou menos isso já que o tiro de carreta é mais ou menos o da tropa.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Não participa de nenhuma associação em Lavras do Sul. Atualmente, Laís e Luciano estão engajados na luta contra a mineração, em razão do Projeto Três Estradas de mineração de fosfato na região. Assim, aproximaram-se da AGRUPA (Associação Para A Grandeza E União Das Palmas) que integra o movimento "União pela Preservação"

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	01

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	O cuidado dos animais é diário e, se intensifica no período da primavera, período da parição com os nascimentos dos terneiros e das ovelhas de agosto a novembro: “Cada dia é um dia diferente”. A rotina da propriedade se modifica com o serviço a ser realizado.

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 2008

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

X **MEIO DE VIDA:**

“Isso que eu vivo aqui, não está terminando só pela mineradora. A soja está terminando. Então, tu não vês mais práticas como o pealo. E isso vem terminando. Para preservar a cultura, alguém tem que seguir fazendo isso que eu faço. Eu não tinha como fazer tal como era na época do meu bisavô. O ciclo dele é insustentável hoje. Para eu sobreviver alguma coisa eu tenho que acompanhar. Eu tenho que ser competitivo mudando o mínimo possível. O campo não é mexido com lavoura, a lida é feita com cavalo.”

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA**

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)**

_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

Em Lavras do Sul a atividade pecuária remonta ao período das estancias guarani-missioneiras.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

- Relação animais humanos e animais não humanos:

Luciano e a Laís usam o cavalo para determinadas atividades como recorrer o campo e o gado bovino. A lida com as ovelhas fazem a pé. São auxiliados pelos cachorros ensinados pelo Luciano. Luciano ensina os cães "*mestres*" que, por sua vez, ensinam os outros cães. Para ensinar os mestres, Luciano faz as primeiras atividades junto com os cães, Depois bastava comunicar a ação necessária para os cachorros realizarem a lida. A partir do comando "*quebra de volta*" o cão deve atacar. Tinha um cão que era "*muito inteligente*" e começou a fazer o fiador. Quando a tropa que vinha pela estrada estava próxima à porteira da mangueira, ele corria para a frente da mesma fazendo-a entrar.

Além do Beto e da Gaita, na propriedade tem o Sabugo (Barba de Arame), Esparta (Galga) e Tita (Princher). O Boxer tem que ensinar desde pequenos para não agarrar ovelha.

Sabugo acompanhava Luciano e Laís na **caça do javali**. Quando caçavam, na época, tinham 40 cachorros. Segundo Laís os javalis "*não deram estrago (na propriedade). Às vezes eles cruzam, pois tem eucalipto e soja. E, como a gente tá sempre camperiando eles (os javalis) não vêm*."

Luciano também é domador.

- Águas subterrâneas:

Luciano aprendeu a encontrar os cursos subterrâneos d'àgua, usa forquilha e/ou arame. Segundo ele, os cachorros sabem encontrar os cruzamentos de água subterrânea, já os gatos não.

7. PREPARAÇÃO

Tratamento de controle da infestação de carrapatos no campo

"*Fizemos o controle em outubro para enfrentar a época de aumento do carrapato que se inicia em outubro, o período de pico acontece de março a maio. Nesses últimos meses, os carrapatos existentes são os que resistiram a todos os manejos do gado para o controle. Os carrapatos somem no inverno e retornam na primavera quando começa a fazer dias mais quentes*." Depoimento de Laís Morais

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	01

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
LIDA COM BOVINOS - Tratamento de controle da infestação de carrapatos no campo. Foram levadas 86 terneiras da propriedade, fêmeas do gado, para a mangueira para dosar. Dosar consiste na aplicação de remédios por via oral e injetável para controle do parasita interno, dos vermes. Na ocasião foi também administrado outro remédio no lombo do animal para inibir o crescimento do carrapato. Este manejo é para o controle estratégico do carrapato, quando o carrapato começa a subir no animal, entra em contato com o remédio que esteriliza a fêmea o que diminui a infestação de carrapatos no campo – cada carrapato chega a colocar 2 mil ovos. Conforme Laís, este é um dos maiores problemas hoje da pecuária. A administração de remédios via oral e injetável é porque as medicações agem diferente atingindo um maior número de parasitar internos, *para limpar elas*, e o puron para não infestar muito o campo. Este remédio não mata o carrapato que está sugando o gado, mas impede que nasçam mais carrapatos. O carrapato causa problemas de saúde, causa tristeza porque elas ficam com anemia que é a tristeza parasitária bovina*:* "Fizemos o controle em outubro para enfrentar a época de aumento do carrapato que se inicia em outubro, o período de pico acontece de março a maio. Nesses últimos meses, os carrapatos existentes são os que resistiram a todos os manejos do gado para o controle. Os carrapatos somem no inverno e retornam na primavera quando começa a fazer dias mais quentes."	Todas as terneiras foram trazidas para a mangueira; depois foram sendo divididas em pequenos lotes que coubessem na pera – cercado menor no interior da mangueira -; da pera eram colocadas para dentro do brete. "Daí sim, ali ficava uma atrás da outra, cabia acho que umas seis, sete se não me engano daquelas terneiras. A gente dosava todas, fazia todo o serviço em todas e largava todas as que estavam no brete. E o brete tem uma cancelinha de correr no fundo e uma na frente, depois que terminava tudo, a gente abria a da frente e largava elas, fechava, abria a de traz e, aquele restante que ainda estava na pera, entrava para o brete, até esvaziar. Quando terminava aquele as que estavam na pera a gente ia e voltava para a mangueira e trazia mais outros, isso até o fim. A gente ia com as bandeirinhas aquelas e às vezes os cachorros ajudando, iam tocando acuando atrás, nos ajudando a encerrar elas da mangueira para a pera e depois da pera para o brete, os cachorros também ajudavam."	Laís Moraes, Luciano Jardim e Quenedy

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
MANGUEIRAS - Cercas de arame ou madeira onde os animais ficam presos durante os processos de vacinação, cura, banho, castração e demais atividades de cuidado. As cercas antigas, primeira forma de contenção dos animais, eram feitas de pedras.	Evitar que os animais se dispersem pelo campo antes de serem tratados.	Lais e Luciano provêm, obtendo a partir de matérias-primas compradas ou obtidas na propriedade

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	01

PERA – Espaço retangular em madeira, situado entre a mangueira e o brete.	Isolar um grupo de animais dentro da mangueira, para facilitar a condução dos mesmos para dentro do brete.	Laís e Luciano provêm, obtendo a partir de matérias-primas compradas ou obtidas na propriedade
BRETE - Corredor de madeira por onde os animais passam para serem tratados, ou para serem presos no tronco.	Individualizar o tratamento dos animais, colocando-os enfileirados, um atrás do outro, sem que possam se deslocar	Laís e Luciano provêm, obtendo a partir de matérias-primas compradas ou obtidas na propriedade

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
ARREIOS – para montaria do cavaleiro, tanto para lida campeira, quanto para doma e gineteada. Há variações dos arreios conforme sua utilização, porém os itens básicos, utilizados para montaria, serão descritos de acordo com observação e entrevista. Os arreios estão dispostos na seguinte ordem de sobreposição, mais comumente usadas para as lidas campeiras: xergão - carona, - basto/sela/serigote - cinchão (ou cincha) e barrigueira – pelegos – badana (nem sempre é usada) – cincha (ou sobrecincha) e barrigueira. Fazem parte do conjunto, ainda, os estribos, a cabeçada com freio e rédeas e o bucal com cabresto (opcional). Pode-se considerar parte do conjunto, ainda, o rebenque/mango/relho (usado para instigar o animal a acelerar a andadura, ou, no caso do esporte de gineteada, para fazer o animal pular com o cavaleiro sobre ele. Os arreios podem sofrer variação, porém os relacionados acima, são os mais comumente utilizados na região.	Conjunto de artefatos utilizados para a montaria. O cavaleiro pode optar pelo conjunto de arreios mais adequado para seu objetivo, lida campeira, doma do cavalo ou gineteada.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
XERGÃO - é um artefato confeccionado em lã crua, em geral produzido artesanalmente, através da fiação e tear. Seu formato é aproximadamente um retângulo e deve cobrir todo o lombo do animal, caindo pelos lados do mesmo, não chegando a cobrir toda a região das costelas do cavalo. Todos os outros artefatos que fazem parte dos arreios de montaria apoiam-se sobre o xergão.	Serve para proteger o lombo do animal contra o atrito do basto/sela/serigote.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
CARONA – em geral é feita de couro. Atualmente é confeccionada artesanalmente ou industrialmente. Sua matérias-primas, além do couro, podem ser materiais sintéticos como esponja forrada com tecidos de algodão ou poliéster. É posta sobre o xergão e suas medidas são aproximadamente as mesmas deste.	É utilizada para minimizar o impacto dos arreios sobrepostos no animal.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
BASTO/SELA/SERIGOTE – artefatos de formatos diferentes, confeccionados em couro e materiais sintéticos, como vinil imitando couro. Porém o couro é a matéria-prima de preferência. Pode ser feito artesanalmente ou industrialmente, o que, nos dias atuais, é mais comum.	São utilizados para a mesma função: que o cavaleiro monte o cavalo com maior equilíbrio e segurança.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	01

CINCHÃO (OU CINCHA) E BARRIGUEIRA - É uma tira de couro de um palmo e meio de largura (aproximadamente), duplo (duas trias costuradas juntas), que contém duas argolas de metal em suas extremidades mais compridas (mais ou menos 50 cm de comprimento). Nessas argolas, a BARRIGUEIRA é presa. Este é um artefato confeccionado com várias tiras de barbantes grossos (em torno de 8 ou 10 tiras), em cujas extremidades são colocadas argolas de metal, que servem para unir este objeto ao cinchão. Enquanto o cinchão fica sobre o basto, a barrigueira passa por baixo da barriga do cavalo. A união entre o cinchão e a barrigueira, ocorre através de LÁTEGOS.	O cinchão serve, junto com a barrigueira, para segurar os arreios anteriormente descritos, sobre o lombo do cavalo.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
LÁTEGOS - são tiras de couro de dois dedos de largura (couro cru) que podem ter até 2 metros de comprimento.	São enrolados nas argolas do cinchão e da barrigueira, concomitantemente, unindo esses dois artefatos e mantendo o basto sobre o cavalo, evitando que os arreios fiquem soltos durante a montaria.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
ESTRIBOS - Os estribos têm formato variado, porém parecem-se com argolas grandes, com a porção inferior, onde o cavaleiro apoiará o pé, podendo ser de formato achatado ou arredondado. São feitas de metal (ferro, inox) e são postos nas laterais do cavalo, para o cavaleiro calçar o pé e firmar-se quando está montando o cavalo. São presos ao basto/sela/serigote por meio dos LOROS. Os estribos ficam presos aos loros e esses, são presos ao basto/sela/serigote, através dos látegos. Cada estribo fica de um lado do cavalo e seu comprimento de uso depende do comprimento das pernas do cavaleiro	Artefatos utilizados para apoio dos pés do cavaleiro, permitindo maior equilíbrio na monta.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
LOROS - são artefatos confeccionados, em geral, em couro. Os loros são feitos, comumente, de duas tiras de couro, de dois dedos de largura, unidos por costuras em fios de couro (tentos) ou, industrialmente, por fios de barbante reforçados. O loros têm aproximadamente um braço de comprimento, (as tiras de couro dos loros são de aproximadamente dois dedos de largura). São unidos ao basto/sela/serigote através de látegos - em um local específico do basto (em argolas de couro ou de metal que estão presos ao basto para passar os látegos).	Servem para prender os estribos ao basto/sela/serigote.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
PELEGOS – São feitos da pele inteiriça de ovinos, a parte “carnal” é a de contato com a carne do ovino in vivo. A parte externa, é a lã do ovino sem que este tenha sido tosado (tosa: retirada do excesso de lã dos ovinos para venda desse material e para aliviar os animais do calor do verão). Os pelegos são colocados sobre o basto/sela/serigote, com a parte externa (lã) voltada para cima. Pode ser utilizado um ou mais pelegos sobrepostos.	Minimiza o atrito das pernas do cavaleiro com o basto/sela/serigote. É para proteção do cavaleiro.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
BADANA – artefato de couro, praticamente bidimensional, É o artefato que fica sobre todos os outros (com exceção da cincha e barrigueira) e nem sempre é utilizado (opcional). Tem o tamanho aproximado dos pelegos, em geral, um pouco mais curto e estreito que esses.	Serve para proteger as pernas do cavaleiro do contato direto com os pelegos.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	01

CINCHA (OU SOBRE-CINCHA) E BARRIGUEIRA – São praticamente os mesmos artefatos "cinchão e barrigueira", porém a cincha (sobrecincha) nesse caso é de aproximadamente 10 cm de largura e 60 a 70 cm de comprimento, mais ou menos). A barrigueira que faz parte desse conjunto, também costuma ser um pouco mais comprida, ainda que sua largura possa ser a mesma da primeira barrigueira (que faz parte do cinchão).	Têm a função de manter os pelegos em seu lugar para a montaria do cavaleiro, evitando quedas.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
LAÇO - Corda trançada, feita de couro, nylon ou outros materiais, com uma argola de metal em uma das extremidades. A outra extremidade passa por dentro da argola, formando um anel com acorda, que é girada no ar, jogada sobre o animal, e esticada quando enlaçando este, até derrubá-lo. O laço é um instrumento manual, que pode ser usado pelo homem montando cavalo, bem como, no chão, quando em espaços cercados.	Evitar que o animal dispare ou machuque alguém enquanto é tratado. Também é utilizado para laçar o animal quando este for ser abatido.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
FACA, ADAGA OU FACÃO – artefato em cabo de osso, madeira, ligado a um aço cortante, por vezes, temperado que possibilita maior resistência e durabilidade.	Usada como instrumento auxiliar na cura de animais com feridas (por exemplo, pode ser usada para abrir" uma ferida infeccionada, para posterior aplicação de medicamento), para cortar algum galho de árvore, algum tento de couro, etc.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
MATE OU CHIMARRÃO - erva-mate moída, colocada dentro de um recipiente chamado *cuia*. Adicionada de água quente (sem ferver, aproximadamente 70°C) é sorvido por meio da *bomba* que é um canudo com de 20 centímetros de comprimento. Na extremidade inferior da bomba há um filtro.	A rotina da propriedade se inicia às 06 horas da manhã com o chimarrão. Nos momentos em que Laís, Luciano, Quenedy e seu Alceu se encontram no galpão, à beira do fogo, nos intervalos da lida, estão tomando chimarrão. A roda de chimarrão geralmente acontece de manhã cedo, antes do almoço e ao entardecer, no fim do dia de trabalho. Quenedy mostra a cambona que fez com extintor de incêndio de carro.....	Pode ser confeccionado pelos artífices ou comprado em lojas especializadas
CHURRASCO – carne de ovelha e gado vacum assados no espeto, em fogo de chão.	Servidos no almoço e no jantar. Também acompanha os momentos de sociabilidade.	A família é quem provê obtendo a matéria prima dos animais da propriedade.

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

SEM INFORMAÇÕES.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	01

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
PILCHAS – conjunto de vestimentas utilizada por homens e mulheres campeiros/as.	Peças da indumentária campeira.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.
BOINA – espécie de boné, sem aba, feita de lã ou feltro.	Peças da indumentária campeira. A função é proteger da chuva, do sol e do frio.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.
CHAPÉU DE ABAS LARGAS – feita em couro ou feltro.	Peças da indumentária campeira. A função é proteger da chuva, do sol e do frio.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.
BOMBACHA – calças largas presas por botões no tornozelo.	Peça da indumentária campeira.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.
BOTAS CAMPEIRAS - calçado feito de couro, que envolve o pé e a perna. A parte que envolve a perna é chamada de *cano*.	Calçado próprio para andar a cavalo, pois não têm agarradeiras facilitando que o mesmo deslize do estribo em um eventual acidente. A bota protege os pés contra ataques de animais como cobras.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

SEM INFORMAÇÕES.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
MUSICA CAMPEIRA – estilo musical cujas letras narram e refletem sobre os modos de viver dos/as campeiros/as narrando situações de lidas, relações entre humanos, bichos, artefatos e ambientes. As situações cantadas muitas vezes foram vividas pelo próprio narrador ou referem-se a fatos cotidianos	A música campeira é escutada nos momentos de sociabilidade como o chimarrão ou churrasco ou nos momentos entre as lidas como no início da manhã e no final de tarde. Nas vivências etnográficas nos galpões realizadas pela equipe, tem-se a presença de rádios sintonizados em emissoras com programas voltados para tal estilo. Por conseguinte, interlocutores e interlocutoras fazem referências a determinadas letras de música como forma de argumento do seu relato.	Artistas musicais - envolvidos direto e indiretamente com os modos de viver dos/as campeiro/as.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	01

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

SEM INFORMAÇÕES

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.10. APÓS A ATIVIDADE, QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
Laís, Luciano e os funcionário Quenedy e Alceu. Também pode participar da atividade outras pessoas como os vizinhos.	Realizadas próxima a área da casa. Tirar os arreios dos cavalos – denominado desencilhar –, quando a atividade da tarde foi a lida no campo, e guardá-los no galpão. Por conseguinte, são realizadas as atividades feitas no início da manhã como ordenhar as vacas e alimentar e tratar os animais tais como porcos, ovelhas, cabras, galinhas, cavalos. Alguns animais são encerrados em mangueiras e outras cercas para passarem a noite.

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Carne bovina e ovina para o autoconsumo;

Animais para açougues;

Crias para a venda em propriedades voltadas para a terminação da engorda.

Desenvolvem na estância ciclo de cria e recria em campo nativo. O mercado não compensa a Engorda, coloca os terneiros em cria em três anos. O número de animais na propriedade é compatível com o número de hectares. Não tem "*pastagem feita*", não vira a terra em razão dos campos duros, da proximidade das rochas. Larga o azevém e faz um roçado para passar o inverno. Diz que toda a metade sul é Produtora de terneiro.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

A comercialização de animais prontos para o abate é realizada para os açougues. Outra forma de comercialização é a venda das crias para propriedades voltadas para a terminação da engorda. Tal comercialização pode ser realizada também por intermédio das feiras de terneiros.

"*Hoje não tem como manter um gado sem fazer dosificação. O carrapato suga o sangue, causa uma anemia e mata. É importante ter um gado resistente a ectoparasitas e endoparasitas e era mais interessante se tivesse um mercado que comprasse tipo como a alface e a couve que não lavaram nada de agrotóxicos. Só que não tem. Criamos só a pasto, mas levam dosificação porque não tem como deixar*."

Os cordeiros são comercializados por um preço médio de R$ 7,00 Kg de peso vivo e eles vendem a R$ 30,00/R$ 40,00.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL x	COMPLEMENTO ☐	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE		

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	01

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA
A partir de 1970 – Introdução da pecuária empresarial.	Conforme Fontoura (2016), a "pecuária bovina tradicional" se caracteriza pelos manejos de forma extensiva, com poucas inovações, investimentos em genética e sem associação com a lavoura. O tempo médio de abate está na casa dos 4 ou 5 anos. Já a atividade "pecuária empresarial" os manejos se dão de maneira intensiva adotando inovações com o objetivo de diminuir o tempo de produção, com maiores investimentos em genética, bem como associando com lavouras intensivas como arroz, soja e forrageiras de inverno. O tempo médio de abate nesse modelo está entre 16 e 24 meses. Na visão de Luciano, é interessante articular inovações com manejos tradicionais. "*A inseminação artificial é benéfica só que estão trazendo o sêmen de um gado que foi criado lá nos EUA. Só que ele traz no gene dele as características do gado criado lá, que é frio, que não tem carrapato. Muitos produtores estão trazendo genética de fora que, muitas vezes, não se adapta. Dizem que produzem mais, porém precisam de mais comida. É como se vocês viessem para minha casa e exigissem comer salmão. Eu não teria para oferecer a vocês. Então, para vir para minha casa tem que se adaptar ao que eu tenho aqui. O que está acontecendo é gente trazendo genéticas que não se adaptam e vem fragilizando o gado."* *"Aquele gado antigo, resistente, criado aqui, o mercado vem apertando. Eu tenho cuidado para ter um gado adaptado aqui. Todo o raciocínio que eu faço é no lato sensu. Eu tenho uma visão. Por exemplo, tenho um lote de ovelha crioula. Ela veio com os jesuítas para cá. Ah, mas a lã não vale nada, ela é muito pequena, dá pouca carne! Realmente. Só que vamos comparar com outra raça, com a Corriedale. Dá uma lã melhor, dá mais carne. Só que morre mais, toma mais dose. Então, no contexto geral o crioulo é mais lucrativo. Só que o mercado não deixa fazer essa conta. Existem núcleos de criadores de raça, que é como a moda, porque eu uso uma calça e não outra? Porque a propaganda de uma é muito maior. Isso existe no gado. Aberdeen, Hereford, Braford e Brangus são as raças mais vendidas hoje. Se tens outra raça, está fora."* *"Isso para se sustentar, tem que ter um „Luciano" que compre um bicho desses. Tem que te forçar a comprar. Eles dizem: tu tens que melhorar teu gado! Para que tu vais ter esses bichos aí sem valor? Bota o gado tal que tu vais fazer um melhoramento. Só que as vezes tu tens um gado bom. Não é o gado que tem tamanho e tudo, só que tu gasta menos dose. Aí, tu trazes um animal com tamanho maior só que muito mais sensível. Muitas vezes tu trazes um problema para dentro da propriedade. E depende do campo que tu tens*."

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

Estâncias ou fazendas, sítios ou chácaras, quadras de campo – imóveis rurais com registro de propriedade ou posse. As atividades no lugar remontam ao século XVIII quando famílias receberam doações de sesmarias passando a realizar a atividade pecuária de criação de bovinos, caprinos e ovinos. Ao longo dos anos as sesmarias foram se fragmentando em função da herança de terras passada de uma geração para outra.

Conforme Luciano, os campos na região são campos "duros", de pedras, com coxilhas e canhadas, com água em abundância: "*Tem de tudo, várzea e cerro*". (...) Em comparação: os campos do Distrito de Palmas/Bagé, são "*campos mais abrigados*", porém, são "*sujos*" e tem uma lotação de animais menor do que os campos limpos. Estes, por sua vez, tem pouco abrigo e o "*animal não tem onde se abrigar*" do frio, da chuva, do sol quente. Mas o melhor campo é aquele "*que tem boa aguada*". (...) "*A gente mantém os campos do jeito que é, não tem campo arado. A natureza é intacta, com vertentes. É preservada de todas as formas dentro da propriedade*."

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	01

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?
Laís e Luciano Jardim

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?		
OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Sim, em função da necessidade de informações mais precisas de algumas questões.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
Sem informações.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE TRÊS ESTRADAS – LAVRAS DO SUL	2019	Q60	01

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

Em campo, na Estância Ouro Verde, conhecemos o lugar onde pretende se instalar uma mineradora de fosfato. Luciano indica o local da barragem de rejeitos que ocupará uma área de 194 hectares. Uma região de muitas corticeiras , camboim, laranjeiras do mato, etc. A barragem vai usar as águas do Taquarembó e as do rio Jaguari, que ficam há uma distância de 5km. O Jaguari desagua no rio Santa Maria que, por sua vez, desagua no Ibicuí indo para o rio Uruguai. Luciano salienta que este caminho das águas será o caminho do rejeito em caso de acidente com a barragem.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS ANEXO CONTATOS	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F1-	A4
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Lavras do Sul (Distrito de Três Estradas)
MUNICÍPIO / UF	Lavras do Sul, RS

2. CONTATOS

NOME	Quenedy Antunes Lehr				**PARTICIPOU DAS CONVERSAS NO GALPÃO.**	1
COMO É CONHECIDO(A)	Quenedy			**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	2001 18 anos	**X MASCULINO** ☐ **FEMININO**
ENDEREÇO	Vila São Sebastião – Dom Pedritto					
TELEFONE		**FAX**		**E-MAIL**		
OCUPAÇÃO	Peão Campeiro					
ONDE NASCEU	São Gabriel		**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**			
BEM CULTURAL		**OBSERVAÇÃO**				
Lida com ovinos e bovinos		Quenedy completou o segundo grau técnico e voltou para o campo para aprender a lida na prática. Não “pegou gosto pela cidade”. Trabalha na propriedade de Luciano. Trabalhou em várias estâncias. No tirador de couro registrou a marca das propriedades em que trabalhou.				

NOME	Alceu José Saraiva				**PARTICIPOU DAS CONVERSAS NO GALPÃO.**	2
COMO É CONHECIDO(A)	Sr. Alceu			**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	1957 62 anos	**X MASCULINO** ☐ **FEMININO**
ENDEREÇO	Lavras do Sul					
TELEFONE		**FAX**		**E-MAIL**		
OCUPAÇÃO	Peão, alambrador					
ONDE NASCEU	Lavras do Sul		**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**			
BEM CULTURAL		**OBSERVAÇÃO**				
Ofício de aramador		Peão desde os 14 anos de idade, conheça um pouco de cada lida. Por vezes, quando não estava arrumando o arame da cerca, acompanhava Luciano Jardim e Laís Moraes em outras lidas do campo				

ANEXO : CONTATOS	--	--	--	--	F1-	A4

NOME	Amilton Camargo (Indicação para entrevista)			☐ ENTREVISTADO X NÃO ENTREVISTADO	3
COMO É CONHECIDO(A)		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		☐ MASCULINO ☐ FEMININO	
ENDEREÇO					
TELEFONE		FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO					
ONDE NASCEU		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE			

BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO

3. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)		
SUPERVISOR		
PREENCHIDO POR		DATA
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO		

Referências Bibliográficas

ARALD, Alice Fernandes Prestes. **O papel da pecuária familiar no desenvolvimento de Lavras do Sul/RS**: especificidades culturais e acesso às políticas públicas. 46 f. Trabalho de Conclusão. Bacharelado em Desenvolvimento Rural. Curso Superior de Bacharelado em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

BORBA, Marcos Flávio. Desenvolvimento territorial endógeno: o caso do Alto Camaquã. In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 187-214, 2016.

CARVALHO, Fernanda Ricalde Teixeira. **Rota do Ouro**: resgate da memória da mineração em Lavras do Sul através do seu Patrimônio arquitetônico Urbano. 78f. Dissertação do Mestrado. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de. **Patrimônio imaterial no Brasil.** Maria Laura Viveiros de Castro e Maria Cecília Londres Fonseca. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2012, p. 146 – 165.

CORRÊA, André do Nascimento. **Ao sul do Brasil Oitocentista**: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821 – 1850. 188f. Dissertação do Mestrado. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

CUNHA, H. N. da. **Avaliação da Suscetibilidade à Erosão da Bacia Hidrográfica do Alto Camaquã – RS**. Dissertação de Mestrado, PPGSR/UFRGS. Porto Alegre, 2016, p. 28 – 45.

DEGRANDI, Simone Marafiga. **Ecoturismo e interpretação da paisagem no Alto Camaquã/RS**: uma alternativa para o (des) envolvimento local. 188f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências. Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

EMATER-ASCAR. Pecuária Familiar. Área Técnica (texto institucional). Acesso em: 13 de dezembro de 2018.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul, século XIX). História Unisinos, v. 7, n. 8, p. 253-276, jul./dez. 2003.

_____. **Confins meridionais**: familias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do brasil (1825 -1865). Tese de doutorado, universidade federal do rio de janeiro, 2007.

_____. Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.359-383, jul. 2008.

FERNANDES, Valéria; MIGUEL, Lovois. A presença histórica da pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX). WAQUILL, P. et al. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 41-64, 2016.

FIGUEIRÓ, A. S. et al. **Compreensão Da Paisagem do Alto Camaquã: debate ambiental sobre o Bioma Pampa**. the understanding of the landscape of the Alto Camaquã: environmental debate of the Pampa Biome. Revista Eletrônica Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 147-158, set./dez. 2011.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A Modernização do Campo e o Processo de Descolamento da Cidade: Lavras do Sul – Município da Região da Campanha Gaúcha. **Geografia** (Londrina) v. 25. n. 2. p. 19 – 39, jul/dez, 2016.

FREITAS, Décio. O capitalismo pastoril. **Ensaios FEE**, Porto alegre, v. 14, n. 2, p. 438, 465, 1993.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Folha SH. 22 Porto Alegre e parte das Folhas SH.21 Uruguaiana e SI. 22 Lagoa Mirim: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra.** Fundação Instituto de Geografia e Estatística. – Rio de Janeiro, 1986.

IPHAN – Instituto Patrimônio Histórico Nacional. **Manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília: IPHAN, 2000.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LESSA, Luís Carlos Barbosa. **Rio Grande do Sul, Prazer em Conhecê-lo**. Rio De Janeiro, Brasil. Ed. Globo, 2ª ed. 1985.

LUCCAS, Luís Henrique. **Estâncias e Fazendas do Rio Grande do Sul: Arquitetura Tradicional da Pecuária**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1997. (Dissertação de Mestrado: Faculdade de Arquitetura).

MAESTRI, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul**: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MATTOS, Eron Vaz. Aqui: Memorial em Olhos d'Água. Bagé: Do Autor, 2003.
MEDEIROS, E. R. at. al. **Degradação ambiental da região centro-oeste do Rio Grande do Sul**. Ciência & Ambiente. Santa Maria, RS. Volume 11. p. 53-64, 1995.

MIRANDA NETO. **A utopia possível**: missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767, e seu suporte econômico-ecológico . Brasília : FUNAG, 2012.

MOREIRA, Marilise de Oliveira. **Fechamento de mina-resgate histórico e levantamento do passivo ambiental da Mina do Butiá-Lavras do Sul**. 2015. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Tecnologia em Mineração, Universidade Federal do Pampa, Caçapava do Sul, 2015.

OSÓRIO, Helen. Pastores, lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. WAQUIL, Paulo et al. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 15- 40, 2016.

RAHMEIER, Clarissa Sanfelice. **A experiência da paisagem estancieira: um estudo de caso em arqueologia fenomenológica Estância Vista Alegre, noroeste do rio grande do sul, séc. XIX. Porto Alegre**: - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC), 2007. (Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em História).

ROCHA, D. S. da. **Cobertura vegetal e geomorfologia do Alto Camaquã, RS.** Danilo Serra da Rocha, José Pedro Pereira Trindade. – Bagé, Embrapa Pecuária Sul, 2015.

SANT'ANNA, Márcia. Relatório Final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. In. **IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional.** O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasilia, DF: IPHAN, 2012, p. 06-11.

SAINT-HILLAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2002.

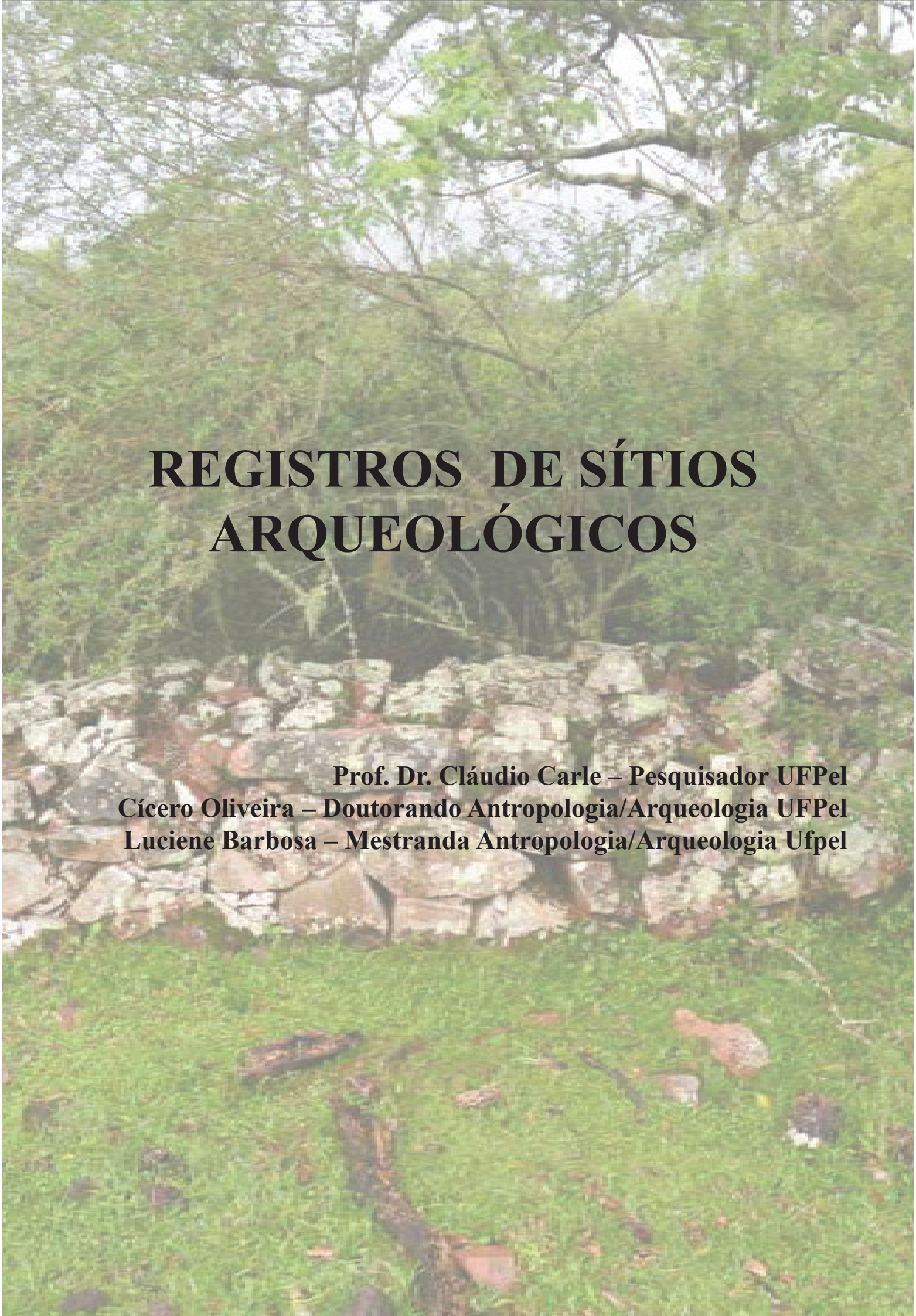
SELL, Jaciele Carine. **Estradas Paisagísticas: estratégia de promoção e conservação do patrimônio paisagístico do pampa Brasil – Uruguai**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências, RS, pag. 322, 2017.

SILVA, Adriana Fraga da. **Estratégias materiais e espacialidade**: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS. 218f, dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, Paris, 17 de outubro de 2003.

WAQUIL, Paulo Dabdab et al. **Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016.

ZARTH, Paulo A. (2002). **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.



REGISTROS DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Prof. Dr. Cláudio Carle – Pesquisador UFPel
Cícero Oliveira – Doutorando Antropologia/Arqueologia UFPel
Luciene Barbosa – Mestranda Antropologia/Arqueologia Ufpel

FICHA DE REGISTROS DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

1.1 Nome do sítio (*): Sítio das mangueiras antigas – Luciano Jardim
1.2 Sigla: RS-U.IB.SM.TCe-01
1.3 Descrição sumária do sítio (*): Sítio multicomponencial em área rural, ligada a caminhos de tropas, desde o período missioneiro, constituído de caminho demarcado no terreno, vestígios de mangueira de terra do século XVII, mangueira de pedra do século XVIII, cemitério de "anjinhos, tapera de antiga sede de sesmaria, casas de fazenda, base de ferraria antiga.

1.4.1 Localização (se em área rural) :Na ERS 473, entra no acesso a três estradas, percorre 15km e dobra a esquerda, anda 2km para chegar na sede. A mangueira de valo e as demais áreas de interesse estão a 1km da sede, por dentro dos campos.

1.4.1.1 Localidade: Taquarembo -Três Estradas
1.4.1.2 Município: Lavras do Sul
1.4.1.3 Estado: RS
1.4.1.4 Distância da sede do município: 50 km
1.4.1.5 Distância de outras localidades: 70 km
1.4.1.6 Nome da localidade: Taquarembo

1.4.2 Localização (se em área urbana)

1.4.2.1 Endereço:
1.4.2.2 Bairro:
1.4.2.3 Cidade:
1.4.2.4 Município:
1.4.2.5 Estado:

1.5 Posição geográfica

1.5.1 Coordenadas geográficas (Zona 21 – Córrego Alegre Datum):30°54'52.5"S 54°14'33.1"W; 30°54'50.7"S 54°14'30.1"W; 30°54'46.2"S 54°14'20.3"W; 30°54'39.4"S 54°14'27.7"W

1.5.2 Coordenadas UTM (Zona 21 – WGS84 Datum): 763456,650 mN 6576550,889 mE; 763537,471 mN, 6576604,477 mE; 763803,189 mN 6576738,364 mE;

1.5.3 Nome e número da folha do IBGE (1:100.000): SH21-Z-B-VI – (carta específica 1:50.000 – SH 21 Z B VI 4 // MI 2994/4 – Coxilha do Tabuleiro.

1.5.4 Nome e número de outros materiais cartográficos: Google Erth

1.5.5 Acidente geográfico mais próximo: Serra do Tabuleiro - Arroio Tira Ceroulas

1.6 Proprietário

1.6.1 Nome: Luciano Alves Jardim
1.6.2 Endereço: Estrada Três Estradas
1.6.3 Fone: (53) 999721756

1.6.4 Atitude em relação ao sítio/pesquisa: favorável a preservação dos vestígios e de sua investigação.

1.7 Morador atual:

1.7.1 Nome: Luciano Alves Jardim
1.7.2 Endereço: Estrada Três Estradas
1.7.3 Fone: (53) 999721756

1.8 Acesso ao sítio: Saindo de Lavras do Sul em direção sudoeste pela RS 357 (RS011), até entroncamento BR 473 (RS 473), segue para sul em direção a Torquato Severo, entra a direita para oeste após 14k, em direção a Três Estradas, siga pela estrada rural por 13,4Km, entre na área rural a esquerda (sul) e ande uns 500m até cume de coxilha.

1.9 Bibliografia:

MORAIS, José.L. A Arqueologia e o fator geo. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia,* São Paulo, 9: 3-22, 1999.

SILVA, Adriana F. Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra. (Dissertação de mestrado-PPGH-PUCRS) Porto Alegre/RS, 2006.

2. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

2.1 Estado atual de conservação:

[ ] estratigrafia intacta
[x] perturbação superficial
[ ] estratigrafia parcialmente comprometida
[ ] estratigrafia totalmente comprometida
[ ] sinalações rupestres intactas
[ ] sinalações rupestres parcialmente comprometida
[ ] sinalações rupestres totalmente comprometidas
[x] estruturas intactas
[ ] estruturas parcialmente comprometidas
[ ] estruturas totalmente comprometidas

2.2 Fatores responsáveis pela perturbação: Manejo agrícola na área
2.3 Possibilidade de perturbação futura: Construção de barragem de contenção de rejeitos e mineração.
2.4 Medidas sugeridas para preservação: Preservação por sua significância, apresenta única mangueira antiga de terra em forma circular.
2.5 Potencial informativo para pesquisa: A investigação da área implicará em conhecimento sobre o tratamento desenvolvido pelos Guarani Missioneiros na interação com o Gado Cimarron, criação e constituição dos primeiros caminhos de tropas; desenvolvimento de malha viária de tropas desde o período missioneiro até a atualidade; aprofundamento sobre o uso das mangueiras de terra e de pedra desde o período missioneiro até a atualidade; entendimento das formas de interação como o gado das Comunidades Tradicionais na Lida Campeira atual que está na área.
2.6 Uso atual do sítio: Manejo de gado e pequenas plantações.

3. MORFOLOGIA E IMPLANTAÇÃO

3.1 Características morfológicas:

3.1.1 [ ] sítio unicomponencial
[x] sítio multicomponencial
3.1.2 Natureza dos componentes:
3.1.3 Forma: Poligonal.
3.1.4 Dimensão do sítio: 1.000.000m^2
3.1.5 Estruturas: Mangueiras circulares de terra e de pedra; caminho entre mangueiras feito por tropa de gado; cemitério; casas de moradia e taperas
3.1.6 Densidade do material arqueológico em superfície: Visíveis, as mangueiras, lápides, caminhos marcados no terreno, casas e taperas
3.1.7 Densidade do material arqueológico em profundidade: Não avaliada
3.1.8 Espessura da deposição: Não analisada

No caso de sinalizações rupestres:

3.1.9 Suporte:
3.1.10 Dimensões da área sinalizada:
3.1.11 Distribuição espacial das sinalizações:
3.1.12 Outras informações: Conforme dados levantados pelo arqueólogo Cícero Oliveira, que esteve em campo é possível perceber o valor da arqueológico do sítio.
Na primeira etapa de prospecção arqueológica, dia 17/10 2019, constatou-se alto potencial informativo acerca de lugares de memorias dos autóctones da estância ouro verde, uma vez que foram evidenciadas 4 áreas de ocorrência arqueológica, essas correspondem a duas mangueiras, de pedra possivelmente construídas por mãos de escravizados no período colonial, uma mangueira de vala possivelmente construídas por povos que habitaram a referida localidade no período pré-colonial e um cemitério de crianças onde moradores locais sepultavam seus entes, de acordo com as narrativas de moradores do local, os enterramentos começaram por volta do século 19 e perduraram até segunda metade do século 20. Ocorrências arqueológicas poderão passar para a categoria de sítio arqueológico quando as evidências arqueológicas se apresentarem em concentrações média ou alta, quando há uma espacialidade perceptível ou quando estão em contexto com estruturas, (MORAIS, 2006, p. 203). as estruturas de pedra, mangueira de vala e cemitério de crianças, encontrados durante prospecção na estância ouro verde em larvas do sul,

são lugares de memorias e memorias do lugar, logo, patrimônio arqueológico de alto potencial a ser preservado.
Cícero verificou em campo que as mangueiras, também chamadas de taipas, currais, cercados e potreiros são construções destinadas para o trato e resguardos dos animais. Possuem variações em relação as técnicas, formas da estrutura e materiais aplicados na sua construção. A denominação que irá receber, tanto quanto à função a que se destinará e a matéria-prima que será empregada para erguer a estrutura será distinta conforme a região do estado. Conforme aponta a arqueóloga Adriana Fraga da Silva (2006, p.124), analisada por Cícero, a construção destas estruturas em pedra, significava um aproveitamento da matéria-prima e sinalizava para a atividade relacionada ao preparo dos campos, sobre os quais se encontravam nódulos e blocos de basalto dispersos em superfície. Quanto a técnica de construção Adriana descreve:

> A técnica utilizada para construção em taipa de pedra permanece a mesma há mais de um século. O que varia de uma estrutura para a outra, independente do período construtivo, é o tamanho dos blocos e das pedras de encaixe utilizadas. A base mais larga, composta por blocos maiores, e o topo mais estreito, constituído de pedras menores garantem a estabilidade (SILVA, 2006, p. 124).

Cícero Oliveira interpreta que estas mangueiras ou currais próximo das fazendas, de modo geral, eram usadas para tratar e resguardar o gado, no entanto, quando estas estruturas se encontravam em campo aberto, serviam com abrigo aos peões. Conforme Cícero identificou pela autora, Adriana da Silva (2006), esta estrutura material foi construída como suporte de trabalho ao peão da fazenda e para o tropeiro que colocava o gado em descanso, sua existência garantia a segurança dos animais durante o pouso dos tropeiros. Outra função das construções era evitar que os animais que estavam sendo levados pelos tropeiros se misturassem com o gado das fazendas, pois alguns trechos dos caminhos das tropas passavam por propriedades particulares (SILVA, 2006, p.130).
Oliveira em campo percebe que independente das denominações recebidas (mangueiras, currais, taipas ou potreiros), o fato é que estas construções em pedra são elementos recorrentes na paisagem rural pampeana e um aspecto da presença latente dos negros escravizados nas estâncias gaúchas.

Figura 1: mapa da área prospectada



Fonte: Cícero Oliveira, mapa gerado através do programa track maker.

A Estância Ouro Verde, conforme estudo de Cícero Oliveira em campo, está localizada no distrito de Três Estradas, interior do município de Lavras do Sul, possui em seu território os vestígios matérias desse tipo de construção feita pela mão-de-obra dos campeiros negros escravizados. Conforme narrativa do proprietário, sr. Luciano Jardim, ao pesquisador Cícero, a mangueira era usada para reunir e conter o gado para realizar atividades de manejo, como, por exemplo, a contagem, marcação e curar enfermidades dos animais. Datada do século XIX, esta mangueira de pedra possui uma circunferência de aproximadamente 30m.

Conforme Daniel Vaz Lima, antropólogo que foi a área muitas vezes e que acompanhou o arqueólogo Cícero de Oliveira, há muitos dados corroborando essas informações. A propriedade era uma antiga sesmaria, da família Gomes Jardim. Luciano Jardim, atual proprietário, segue a história de cinco gerações num constante processo de fracionamento de área entre herdeiros, em relato a Cícero.

Aquela casa [que não existe mais] era sede de uma estância que tinha 18 quadras de campo. (...). Nós somos famílias de sesmeiros que fora concedido pelo império. Nossa família é de origem portuguesa. Foi dividido entre a família. Meu bisavô tinha seis filhos sendo minha avó uma delas. E muitos não tinham família. A parte dos solteiros foi dividida entre os sobrinhos. Meu pai foi um dos que recebeu.

Cícero verificou que a estrutura da casa das primeiras gerações não existe mais ficando somente os alicerces (tapera). Porém existem duas mangueiras, uma de pedra e outra de torrão que remetem a este passado. O avô de Luciano, João Manuel Gomes Jardim, nasceu na casa nova, construída em 1908.

A casa é de 1908. É a mais nova segundo o meu pai. Quando o avô do meu pai faleceu, ele tinha 5 anos. Existia uma casa antiga que foi demolida para ser construída aquela. A minha avó nasceu em 1910, já na casa nova. Tem irmãos dela que nasceram na casa antiga. Um deles, que era solteiro, nasceu em 1898. Inclusive a árvore do lado da casa, um pé de guabijú, foi plantada por ele.

Logo abaixo da casa, conforme Cícero, existe o alicerce de uma estrutura onde se encontrava o forno para assar pão. Também se encontra uma quinta com butiás e outras árvores. Seguindo, mais aos fundos está a mangueira de pedra. Luciano contou para Cícero que para trazer o gado para a mangueira, usavam dois bois "*sinuelos*" que eram animais mansos que ficavam na volta das casas. Esses animais eram ensinados a entrarem na mangueira e, tempos depois, saírem. Assim, quando vinha a tropa, esses animais eram integrados e levavam os outros, animais selvagens, para dentro da mangueira. Após todos entrarem, eles saiam.

A análise de Cícero verificou que a mangueira não é toda fechada em pedra. Na parte de baixo, atualmente é feita de arame. Mas ela se liga a outra estrutura que é os vestígios de uma cerca de pedra. A suposição de Luciano é que esta cerca se estendia até a outra mangueira, de torrão, ligando-as. Ainda estão as estruturas desta ligação. Em alguns lugares dá para encontrá-las. Luciano mostrou como faziam estas estruturas: empilhavam as perdas grandes na volta Entre elas empilhavam pequenas pedras. Para firmá-las colocavam areia que ia descendo por entre as pedras afirmando-as. Ao lado da mangueira existem três umbus (relva gigante que parece uma árvore). Mais abaixo existe uma vala que Luciano entende como parte da estrutura da mangueira, utilizada para segurar o gado na área.

Figura 3: Mangueira de pedra, coordenadas, 763456,650, 6576550,889 (Material de levantamento de Cícero Oliveira– foto de Luciene Barbosa)



Figura 4: Mangueira de pedra 2, coordenadas, 763537,471 6576604,477. (Material do levantamento feito por Cícero Oliveira – foto de Luciene Barbosa)



Figura 5: Cemitério de crianças, coordenadas, 763803,189 6576738,364 (Material do levantamento feito por Cícero Oliveira – foto de Luciene Barbosa)



Cícero verificou que o curral de torrão (mangueira de vala) tem 74 metros de raio. As estruturas de hoje são barrancos sendo uma parte é aberta onde supõem-se que fora o lugar de abertura, a porteira. E conforme Luciano:

> *Aquele campo eu comprei e achei estranho aquilo ali. Depois eu olhei de cima e fui perguntar descobrindo que era a chamada mangueira de valo. Ela é anterior a mangueira de pedra. Era*

feita de taipa: marcavam o círculo, cavavam e iam empilhando a terra nas bordas, formando a mangueira. Aquela mangueira é anterior a família do meu pai e tataravô. Porque, se fosse usada aquela mangueira, não teriam construído a de pedra. Quando a de valo estava em desuso é que fora construída a de pedra. Para mim, aquilo ali era dos indígenas.

Figura 2: Mangueira de vala, vista aérea, coordenadas, 763565,959 6576518,671 (Material Cícero Oliveira – Imagem de Luciano Jardim, retirada do Google Earth [s/d])



Cícero identifica que acima desta entrada, existia um caminho ou corredor onde cruzavam as tropas em direção a charqueada e depois ao frigorífico, São Domingos, localizado em Bagé. Outro destino eram as charqueadas e frigoríficos localizados em Pelotas ao passo que as tropas levavam 30 dias até chegarem a este destino. O curral era utilizado para pernoite das tropas. O pouso era negociado por intermédio dos Próximo a área do curral de torrão, havia outro espaço destinado a paradouro de tropas. Informa Luciano:

No campo onde tem a mangueira de pedra, tinham pastagens. As paradas eram chamadas de pastagem, para pouso das tropas. Vinha uma tropa atrás da outra. Na hora de parar, a tardinha, o capataz da tropa, enviava um peão na frente para saber se tinha pouso, cobrado pelo proprietário, e aí eles encostavam o gado ali.

Aqui nesta rápida descrição da atividade de campo é possível perceber a importância dos achados e a necessidade de sua preservação.

3.2 Implantação do sítio na paisagem:

3.2.1 Tipo de relevo na área do sítio: Colinas baixas, com depressões fruto de número grande de nascentes d'água

3.2.2 Altitude sobre o nível do mar: 310m

3.2.3 Compartimento topográfico: Pampa

3.2.4 Rio principal mais próximo: Arroio Tira Ceroula //// Bacia Uruguai- Rio Santa Maria, Arroio Santo Antônio, Arroio Jaguari, Arroio Tira Ceroula

3.2.5 Vegetação atual no sítio: arbórea e campos com gramíneas

4. MATERIAL ARQUEOLÓGICO

4.1 Sítios pré-históricos e de contato:

4.1.1 Lítico (contato)

4.1.1.1 Características: Grande blocos dispostos em forma de muro

4.1.1.2 Estado de conservação:

4.1.1.3 Filiação cultural: Guarani-missioneiro

4.1.2 Cerâmica

4.1.2.1 Características (*):

4.1.2.2 Estado de conservação:

4.1.2.3 Filiação cultural (*):

4.1.3 Artefatos sobre matérias primas orgânicas

4.1.3.1 Características (*):

4.1.3.2 Estado de conservação:

4.1.3.3 Filiação cultural (*):

4.1.4 Sinalizações rupestres

4.1.4.1 Características (*):

4.1.4.2 Estado de conservação:

4.1.4.3 Filiação cultural (*):

4.1.5 Restos alimentares

4.1.5.1 Características (*):

4.1.6 Enterramentos

4.1.6.1 Características: Presença de lapides toscas colocadas sobre enterramentos, cemitério de crianças não batizadas

4.1.7 Material neo-brasileiro

4.1.7.1 Características: Mangueiras, cemitério, estradas, taperas e casas

4.1.7.2 Estado de conservação: Algumas mangueiras parcialmente destruídas, da tapera da antiga sede restam apenas parte dos alicerces da edificação do século XVIII.

4.1.7.3 Filiação cultural: Guarani-missioneiro; Tropeiros dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, pecuaristas familiares tradicionais do séc. XXI

4.1.8 Datações absolutas e/ou relativas: Relativa a partir das edificações de mangueiras, do século XVIII e XIX

4.2 Sítios históricos:

4.2.1 Material doméstico

4.2.1.1 Características:

4.2.1.2 Estado de conservação:

4.2.2 Objetos de uso pessoal

4.2.2.1 Características:

4.2.2.2 Estado de conservação:

4.2.3 Material de construção: em pedra e terra

4.2.3.1 Características: Mangueira de Terra (valas), Mangueiras de pedra, alicerces de edificações casas de moradia ainda em utilização

4.2.4.2 Estado de conservação: As mangueiras de pedra estão deterioradas, a tapera é uma ruína estando só no alicerce, a mangueira de terra está em bom estado de conservação, sendo possível verificar em imagem de satélite como os geoglifos.

4.2.4 Maquinário industrial

4.2.4.1 Características:

4.2.4.2 Estado de conservação:

4.2.5 Outros: As casas de moradia e as estradas de tropas ainda apresentam-se no terreno, assim como as toscas lápides do cemitério dos “anjinhos” (crianças não batizadas)

4.2.5.1 Características: Em área elevada ficam evidentes as marcas de passagem dos animais em forma de estradas

4.2.5.2 Estado de conservação:

4.2.6 Época da construção: Séculos XVIII, XIX, XX

4.2.7 Período da ocupação: Constante desde o século XVIII até a atualidade

5. INTERVENÇÃO

5.1 Projeto de pesquisa: Mapeamento Arqueológico e Cultural dos Objetos, Lugares, Manifestações e Pessoas de Referência às Sociedades Tradicionais Indígenas e Afro-Brasileiras na Região Sul do Rio Grande do Sul

5.2 Período de pesquisa: _17_/_10_/_2019 a __31__/_01___/_2020___

5.3 Agência financiadora:

5.4 Natureza da intervenção:

[x] cadastramento

[ ] coleta de superfície
[ ] corte teste
[ ] escavação em superfície ampla

5.5 Documentação produzida

5.6 Quantidade

[ ] ficha analítica [ ]
[ ] planta baixa [ ]
[ ] perfil topográfico [ ]
[ ] perfil estratigráfico [ ]
[ ] decalque de sinalações rupestres [ ]
[ ] cobertura fotográfica
[ ] slides
[x] fotos coloridas
[ ] foto P&B
[x] outros (_Imagens do Google Earth)

5.7 Coleta de material arqueológico (Não realizada)

5.7.1 Estratégia (*):

5.7.2 Natureza do material (*): 5.7.3 Número de peças:

5.7.4 Número(s) de acervo da instituição:

5.8 Coleta de outros materiais(*)

5.8.1 Estratégia (*):

5.8.2 Natureza do material (*): 5.8.3 Número de peças:

5.8.4 Número(s) de acervo da instituição:

5.9 Instituição responsável pelo registro e intervenção: LAMINA – UFPel // GEEUR - UFPel

5.10 Endereço e fone: Rua Alberto Rosa 154 - Porto– Pelotas - RS

5.11 Destino do material coletado: Lamina (não coletado)

5.12 Pesquisador(es) responsável (eis) pelo registro e intervenção: Cláudio Baptista Carle; Cicero Oliveira

5.13 Observações:

5.14 Local: Pelotas

5.15 Data: __29__/_01___/_2020___

5.16 Assinatura: 

(Cláudio B. Carle) (falta de Cícero)

6. Anexos:

6.1 [X] mapa em escala de 1:50.000

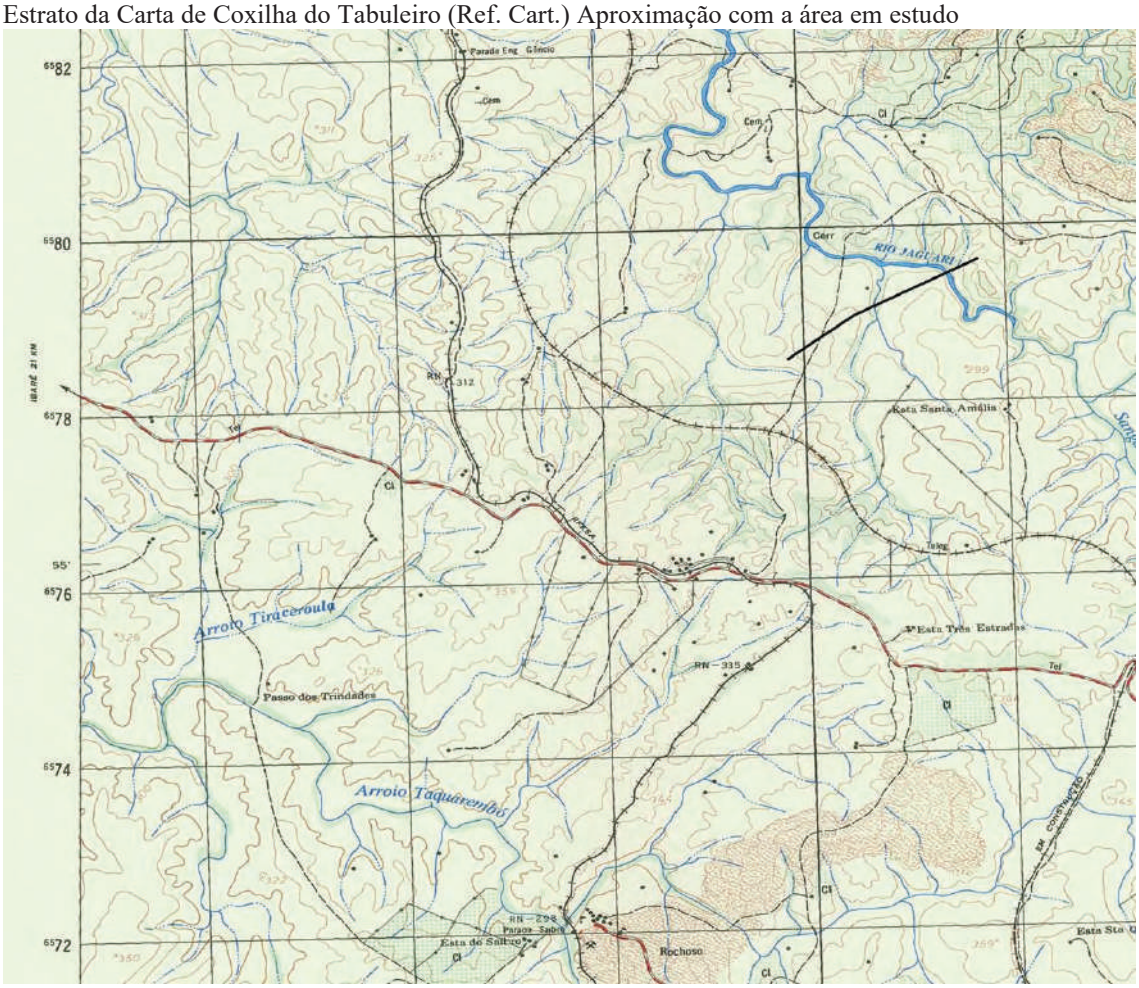
6.2 [x] Croqui ou planta do sítio

6.3 [x] outros materiais:

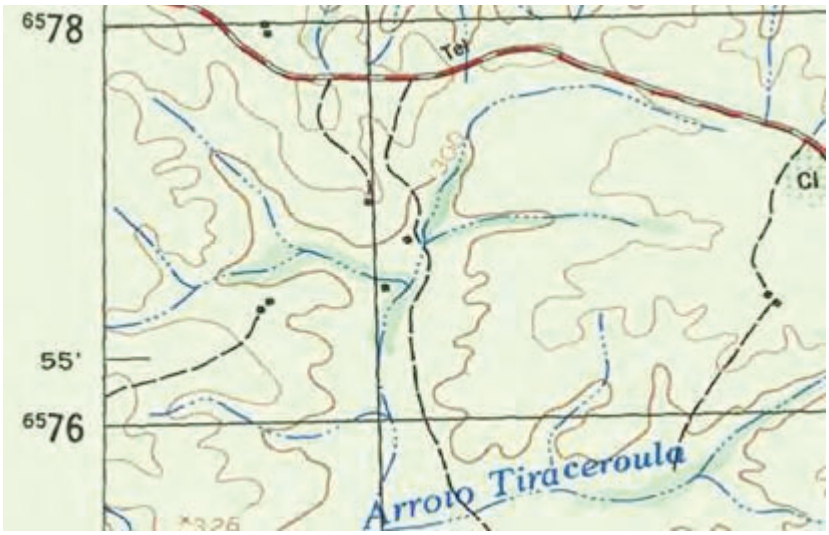
Carta de 1:50.000 - Coxilha do Tabuleiro - Referência cartográfica



Estrato da Carta de Coxilha do Tabuleiro (Ref. Cart.) Aproximação com a área em estudo



Área em estudo destacada da Carta de Coxilha do Tabuleiro



Destaque com área demarcada - Croquis de sítio




CARTE
der
Provinz
São Pedro do Rio Grande do Sul.
in
Brasilien.
gezeichnet und corrigirt
1856.
Argentinische Republik.
R. Uruguay
Prov. de Sta. Catharina
Cima da Serra
L. dos Patos
L. Mirim
Republica Uruguay
La Plata Strom
Buenos Ayres
Montevideo


CARTE DU PARAGUAY, DU CHILI, DÉTROIT DE MAGELLAN, & TERRE DE FEU, DANS L'AMERIQUE MERIDIONALE. Par la Veuve de Nicolas Visscher avec Privil.
PEROU
BRESIL
PARAGUAY
CHILI
PAYS DES PAMPAS
MER DU SUD
MER DU NORD
Tropique du Capricorne
Embouchure de la Rivière de la Plata
TERRE DE FEU
NOUVELLE MER DU SUD
CARTE PARTICULIERE du DETROIT DE MAGELLAN


MAPPA PARAQUARIÆ
In multis a me Correcta
Quid si in pluribus parvo peradio Chrigonde
Authore M.D. eius provinciæ Missionario
EL REYNO DEL PERU
CHIQUITOS
CHIRIGUANES
PLATA
CHACO
LOS LLANOS DE MANSO
TOBAS
ZAPITALACAS
MOCOBIES
LULES VILELAS
CHUNIPIES
ABIPONES
PARAQUAY
RIO PARANA
CHARRUAS
TUCUMAN
VALLE DE CALCHAQUI
EL MAR DEL SUD
EL REYNO DE CHILE
LA CORDILLERA DE CHILE
MARE PACIFICUM
Rio de la Plata
Civitatem
Pagum
Ecca destructa
R. vel Rio Flavium Significat
Yaros
Bohanes
Martidanes
Manchados



ENSAIO FOTOGRÁFICO

Lavras do Sul

INRC A LIDA CAMPEIRA NOS CAMPOS DOBRADOS DO ALTO CAMAQUÃ






LIDA CAMPEIRA







































A PAISAGEM























A EQUIPE





Fotografia:

Luciene Mourige
Mestranda do Programa de pós-graduação em Antropologia Social - UFPel

- Relatório Parcial Alto Camaquã

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

RELATÓRIO PRELIMINAR

Extensão do INRC Lida Campeira na Região de Bagé/RS



Pesquisa: INRC Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã

Pelotas - Rio Grande do Sul - Brasil
2018

EQUIPE

COORDENADORA DE PESQUISA:

Profa. Dra. Flávia Rieth.

CONSULTOR:

Prof. Dr. Adriano Simon - Consultoria Geografia (UFPel).

COLABORAÇÃO:

Alberto Gonçalves Rodrigues - Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa).

Carlos Roberto dos Santos Garcia – Associação Comunitária do Barrocão.

Dieder Becker Damé – Associação Canguçuense Agropecuária Familiar (ACAF).

Marcos Blanco - Associação Para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC).

Dr. Marcos Borba - Embrapa Pecuária Sul – RS.

Vera Colares - Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa).

EQUIPE DE PESQUISA:

Daiane Loreto de Vargas - Doutora em Extensão Rural (UFSM).

Daniel Vaz Lima - Doutorando em Antropologia (UFPel).

Miriel Bilhalva - Mestranda em Antropologia (UFPel).

Tatiane Delamare - Mestra em Geografia (FURG).

Vagner Barreto Rodrigues - Mestre em Antropologia (UFPel).

Pelotas - Rio Grande do Sul - Brasil

2018

Sumário

Introdução 01

1.1 Camperiar em campo de pedra é diferente de camperiar em campo liso..... 02

1.2 Rio, mata, casa, pedra, campo, quinta 05

1.3 Bens Inventariados: artesanato em lã, lida caseira/culinária campeira, pastoreio de ovinos, caprinos e bovinos 12

Ficha de identificação do sítio ..... 01 - 13

Ficha dos Contatos ..... 01 - 29

Questionários de identificação de ofícios e modos de fazer:

Vera Colares ..... 01 - 15

Alberto Gonçalves Rodrigues ..... 01 - 14

Vanda Rosa Peligrinote Tarouco ..... 01 - 09

Mário Luiz dos Santos Moreira ..... 01 - 12

Isaurina de Oliveira Garcia ..... 01 - 07

Andrea Madruga Garcia ..... 01 - 08

Rosangele Soares Scholante ..... 01 - 08

Ari Santos ..... 01 - 09

Noé Bittencourt ..... 01 - 08

Antônio ..... 01 - 08

Cristiane Amaral ..... 01 - 08

Jucelaine Bittencourt ..... 01 - 08

Nilda Marques ..... 01 - 09

Nilza Marques ..... 01 - 08

Inês Machado ..... 01 - 08

Nilma Silveira da Silva ..... 01 -07

Nilva Domingues Silveira ..... 01 - 07

Nilza Peres de oliveira ..... 01 - 08

Bibliografia ..... 01 - 13

Registros Audiovisuais ..... 01 - 45

1 Introdução

Este relatório preliminar reúne, de acordo com a metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), as Fichas de Contatos, Sítio, Levantamento Bibliográfico e Fichas dos Questionários da pesquisa INRC Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã, que dá andamento à pesquisa do INRC - Lida Campeira na Região de Bagé/RS. As Fichas dos Bens Registrados – **Artesanato em Lã, Lida Caseira/Culinária Campeira, Pastoreio de Ovinos, Caprinos e Bovinos** – estão em processo de elaboração, uma vez que os trabalhos de campo estão em processo.

Em anexo, dispomos das publicações elaboradas pela equipe de antropólogos e de antropólogas do Departamento de Antropologia e Arqueologia e no Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em diferentes etapas de formação acadêmica. As pesquisas buscam dar continuidade às questões levantadas pelo INRC – Lida Campeira, por meio de Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses ou artigos publicados em revistas acadêmicas de diversas regiões do Brasil e textos disponibilizados em meios de divulgação.

Entendemos essas pesquisas e produções como devolução do estudo etnográfico, que possibilita à comunidade acadêmica e comunidade em geral acessar e inteirar-se dos debates que permeiam o campo. Entre as estratégias de devolução, destaca-se o blog **INRC Lida Campeira**[1], que atua como repositório e compartilhamento do Inventário com os interlocutores, possibilitando acesso integral e concomitante à realização do trabalho.

Em razão das questões propostas na realização do INRC Lida Campeira, bem como a particularidade da formação geomorfológica da região, a parceria com a área da Geografia coloca-se como da maior importância, promovendo o trabalho conjunto entre os respectivos Departamentos no Instituto de Ciências Humanas da UFPel.

[1] Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/>. Acesso em: 06. nov. 2018.

1.1 Camperiar em campo de pedra é diferente de camperiar em campo liso

A extensão da pesquisa sobre as lidas campeiras segue os caminhos indicados pelos interlocutores, detentores das práticas culturais. Neste sentido, quando iniciamos o processo de devolução do conhecimento produzido na primeira fase do INRC Lida Campeira às comunidades que participaram do Inventário, fomos convidados pela Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC) para apresentarmos o trabalho em uma reunião da Associação. O argumento era o da particularidade da região do Alto Camaquã, na Serra do Sudeste, o que poderia trazer desdobramentos para a realização de um inventário específico relacionado ao projeto de desenvolvimento endógeno proposto pela comunidade.

Em campo, percebemos que a premissa para pensar as lidas a partir da relação entre animais humanos, animais não humanos, coisas e ambiente era evidenciada e reforçada entre os pecuaristas familiares da região. A relação com o ambiente ganha relevância ao observarmos as diferenças entre os manejos nos campos lisos e nos campos dobrados, ou *campos de pedra*, conforme indicação dos interlocutores.

Anteriormente, esse dado já havia aparecido na fala de Leomar – quilombola residente no Quilombo de Palmas, no interior de Bagé – ao ressaltar que peão de campo liso não adapta-se em campo de pedra, devido aos perigos de cavalgar pelas formações rochosas, próximo a peraus, em condições de neblinas e de chuvas. Desafios que somam-se à lida, retratada como **lida brabíssima**. (RIETH; LIMA; BARRETO, 2016).

As aprendizagens que envolvem a lida para os humanos estendem-se aos animais. A região do Alto Camaquã coloca-se enquanto local de reprodução dos rebanhos de bovinos, ovinos e caprinos, que são vendidos para outras regiões, geralmente ao completarem um ano, onde concluem o ciclo de vida e de morte. “Os animais das Palmas é para qualquer lugar no mundo, eles aprendem o que comer e o que não comer, como o timbó ou mio-mio, em função da biodiversidade”, conforme Vera Colares, pecuarista familiar em

Bagé/RS. Nos campos de pedra, o uso do cachorro é fundamental (BARRETO, 2015), uma vez que sem cachorro não é possível camperiar nas Palmas, conforme afirmam muitas vezes em campo. São os cachorros que retiram algum bezerro desgarrado, uma ovelha extraviada no mato ou recolhe uma cabrita perdida – bicho danado, bicho da pedra – em lugares perigosos, inacessíveis aos humanos e aos cavalos. O nome da égua da Vera é Cai-Cai, justamente pela falta de habilidade do animal em cavalgar em terreno pedregoso.

O manejo tradicional da pecuária extensiva segue a lógica da caça, mesmo que tratando-se de caça à animais domesticados. A parceria entre o campeiro, o cavalo e o cachorro na lida, os arreios, as técnicas da doma (LIMA, 2015) e as do pastoreio performam o confronto entre a caça e o caçador (RIETH; LIMA; BARRETO, 2016). Da mesma forma, o depoimento da pecuarista familiar Vera Colares, corrobora com esse argumento quando fala dos nomes dos cachorros da propriedade: Maleva, Tirana, Cruel e Bagunça. “Nomes que tem força. É cachorro pra guerra, pra lida. Deve cuidar da casa, da caça.”

Dona Vanda Rosa Tarouco, pecuarista familiar em Piratini, na localidade de Barrocão, faz a lida a pé. No momento da pesquisa, criava na propriedade cerca de 100 cabeças de gado bovino, 40 novilhos – vendidos ao completarem onze meses ou até um ano – e algumas ovelhas. Filó, cadela *ovelheira gaúcha*, era a companheira de lida de Dona Vanda. A pecuarista emociona-se ao destacar as habilidades do animal, já falecido, para a lida. “Essa cachorra vale por dois homens no campo.”

O meio pampeano apresenta-se na sua diversidade, em campos lisos, dobrados ou de banhado, destacando-se a importância da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã. Aqui a presença dos rebanhos de ovinos e de caprinos constitui a paisagem. Os caprinos são animais de campo dobrado, ambiente seco, de pedra. Pastam soltas pelo campo, onde há grande variedade de gramíneas e de árvores de pequeno e de médio porte, bem como aguadas. São considerados como animais danados pelo seu potencial de asselvajamento, o que faz com que sejam reunidas e alimentadas algumas

vezes na semana, aos gritos de “cabrita” ou “chiba”, conforme a pesquisa de Kosby (2017) sobre a criação de caprinos no Quilombo de Palmas.

Na propriedade de Vera Colares, o manejo consiste em trazer os animais algumas vezes na semana para o cercado próximo à casa, onde Regis Colares, médico veterinário de formação e agente comunitário de saúde, acompanha os nascimentos dos filhotes e verifica a presença de doenças ou verminoses, pouco comum nas cabritas, por alimentarem-se “de chá”. A presença humana atua, dessa forma, para a proteção, a alimentação ou curar de alguma doença. Segundo Regis, manter um manejo semanal é importante para que não aconteça o asselvajamento das cabritas. “A cabrita vai.”

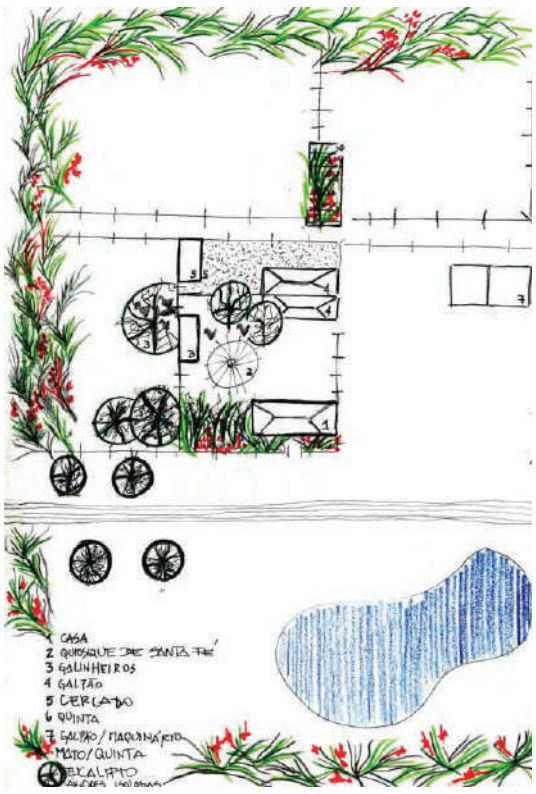
Conforme Vera, “as cabritas têm casco mole, precisam das pedras para gastar o casco”, já as ovelhas necessitam de ambiente seco como o de pedra para não adquirir frieira, doença que pode levar o animal à morte. As ovelhas são consideradas um bicho frágil, que não é de mato. No mato ela se enreda e não consegue sair. Ainda sobre as ovelhas, os pecuaristas afirmam que elas gostam de ver umas às outras, por isso é mais difícil que alguma desgarre-se do grupo, ao contrário das cabritas, que não respeitam cercas e enfiam-se em pontos nas formações rochosas mais altas, por vezes, sem conseguir sair.

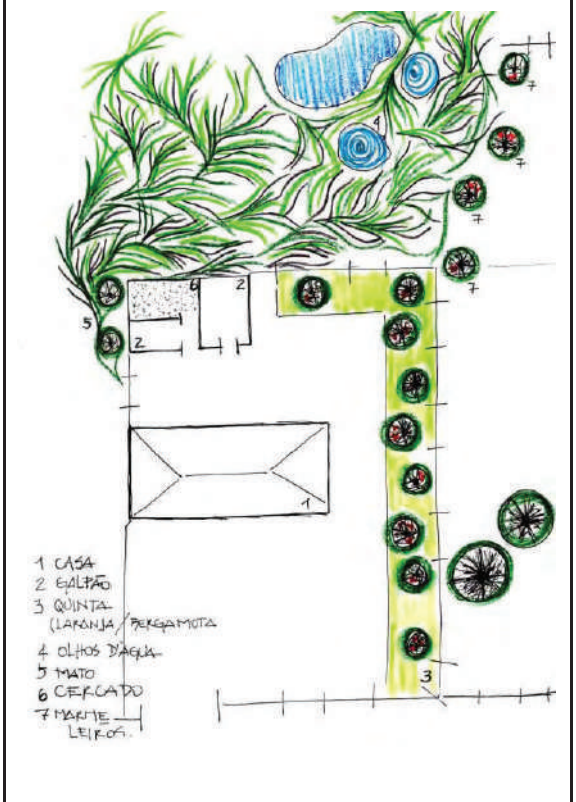
Os campos dobrados são descritos, em alguns momentos, como “campos sujos”, pelo mosaico de rio, mata, casa, pedra, campo, quinta que caracteriza a região. Os campos são sujos pela variedade de gramíneas, de arbustos e de árvores, de variados portes, que servem de alimento aos rebanhos e são um diferencial na criação. Essa é a região mais preservada do Bioma Pampa, justamente porque as populações tradicionais – pecuaristas familiares, quilombolas e grupos indígenas – que habitam historicamente o lugar, aprenderam a manejar de forma sustentável o ambiente.

1.2 Rio, mata, casa, pedra, campo, quinta

Conforme Alberto Rodrigues, Seu Beto, peão campeiro em Bagé, “casa que não tem quinta (pomar) é tapera”. Observando as quintas nas propriedades de Palmas, em Bagé, ou do Barrocão, em Piratini, percebe-se uma continuidade entre a quinta e o mato. Na quinta tem marmeleiro – espécie do mato –, tem figueiras, goiabas do mato, goiabeiras, bergamoteiras e laranjeiras. A pitanga e o araçá são frutas nativas, dão no mato, na beira da estrada, nem se precisa plantar. Os figos podem ser colhidos aos poucos. São guardados no congelador, até ter o suficiente para uma receita de doce.

Imagem 1 e 2: Esboço de propriedades no Alto Camaquã





Fonte: Flávia Rieth

No desenho das propriedades, tal relação fica evidente no manejo do mato como proteção da casa quebrando o vento, como proteção das nascentes e para utilização da água no cotidiano da propriedade. O mato também protege

as quintas. O marmeleiro, por exemplo, é plantado na borda do mato, para não sofrer os efeitos da geada.

Nesse modo de vida, observa-se que a continuidade entre o mato, o campo, a casa e a quinta denotam o compartilhamento da vitalidade entre naturezas e culturas. Uma substância que alimenta os sujeitos humanos e os animais. E assim os constitui. No mato e na quinta tem a produção das frutas, no campo os rebanhos alimentam-se do pasto que garante a qualidade e o valor da carne dos animais criados de forma extensiva. Assim, a culinária campeira faz-se de carne e derivados, de leite, de ovos e das frutas que são produzidas nas propriedades. Alimentos que seguem o calendário do plantio.

Marcia Cristina Colares faz doces de figo, pessegada, marmelada, alimentos que são consumidos conforme a sazonalidade da produção, embora muitas frutas sejam congeladas para ampliar o período de consumo. Conforme Márcia Cristina: “As figueiras dão frutos nos meses de outubro a janeiro, os pessegueiros e os marmeleiros dão frutos nos meses de janeiro a março.” De acordo com Karina Scholante, “Nós fazemos ambrosias, doces de batata, de abóbora, rapadurinha de leite, figada, doce de pera, pessegada, depende da estação, da época. Os pães caseiros, a broa, faz parte da alimentação rural.”

Doces feitos de leite são produzidos o ano inteiro, tais como rapaduras e ambrosias. Na época das crias das vacas, aumenta a quantidade de leite disponível, este é o momento em que mais se produz doce a base de leite. Bolos e cucas com recheio de doce de leite, ou o bolo de amendoim tem os ingredientes produzidos na propriedade. Alimentos a base de carne também estão presentes na mesa o ano todo.

Trazemos como exemplo, algumas receitas disponibilizadas pelas interlocutoras.

Receita de Ambrosia[2]

Ingredientes:1 litro de leite, 1 dúzia de ovos, 1 kilo de açúcar, canela e cravo à gosto. Modo de fazer: Leve o açúcar ao fogo com um litro de água até formar uma calda não muito fina. Enquanto isso bata as claras em neve e após misture as gemas e, em seguida o leite, misturando bem. Coloque a mistura na calda e leve ao fogo lento, de preferência em fogão à lenha, mexendo apenas levemente, apenas pelas laterais e na parte de baixo do doce para não desmancharem os gomos, mas também não queime o fundo da panela. Deixar no fogo até que esteja cozido. Quanto mais tempo no fogo, mais escura fica a cor do doce. Pode-se adicionar mais água aos poucos para que não queime e, fique mais tempo no fogo para corar. O cravo e a canela são colocados logo após a mistura ser adicionada na calda. A receita pode ser duplicada, basta aumentar os ingredientes na mesma proporção.

Receita de Marmelada ou Figada, Doces de Tacho

Ingredientes: Selecionar frutos maduros. Descascar e cozinhar. O figo se descasca antes de cozinhar, o marmelo depois de cozido. Após descascado e cozido passar o fruto na máquina para que fique uma pasta. Para cada medida de pasta a mesma medida de açúcar. A quantidade depende do tamanho do tacho. Canela e cravo à gosto. Lavar bem o tacho de cobre e passar limão e sal para retirar o zinabre. Após enxaguar bem com água fria deixando-o bem limpo, sem manchas escuras. Colocar a pasta, o açúcar e um pouco d'água, não muita, no tacho e este sobre um trampe, de modo que o fogo toque no fundo do tacho. A água é para o doce não queimar. Pode ser adicionada livremente, mas aos poucos, pois se o doce ficar muito mole enquanto está no tacho vai saltar. A pessoa que está mexendo deve cobrir-se bem para não se queimar com o doce que salta ao ferver no tacho. De preferência mexer o doce com uma pá de madeira comprida. O doce deve ser mexido constantemente para que não pegue no fundo do tacho. De acordo com a vontade do doceiro pode ser adicionado mais ou menos água o que adiará ou antecipará o ponto

[2] Receitas fornecidas por Vera Colares.

do doce. E, consequentemente, a cor mais ou menos escura. Em geral com três horas de fogo o doce já pode estar pronto. Dar o ponto é a parte mais difícil. Em geral, quando ao mexer o doce no tacho com a pá, o doce se despegar do tacho, acompanhar a pá deixando o fundo limpo. O doce já está no ponto para comer de colher ou cortado em fatias. O doce com mais ponto tem maior durabilidade. Após retirado do fogo o doce deve ser imediatamente acondicionado no recipiente apropriado antes que endureça.

O alimento é um meio de compartilhamento da substância que dá a continuidade entre o mato, o campo, a casa e a quinta. Desta forma, Vera diz que o ambiente Das Palmas “tem cheiro e tem gosto”, é perceptível pelos sentidos de humanos e animais. A estação do ano mais bonita, segundo ela, é a primavera pelo ciclo da criação, épocas de nascimentos dos filhotes e da floração, em que as temperaturas ficam amenas passado o inverno. Processos que se confundem com o fazer culinário que alimenta os corpos e a imaginação dos sentidos na “culinária campeira” com os doces de frutas, ambrosias e as comidas a base de carne e derivados, como o queijo de porco.

Receita de Queijo de Porco

Ingredientes: Uma cabeça de porco, coração, uma cabeça de vaca, coração e rins. Modo de fazer: Cozinhamos tudo na mesma panela de ferro em que aquecemos a água para pelar o porco, adicionamos sal para já deixar a carne temperada. Depois de bem cozida, quando está soltando dos ossos, tiramos toda a carne e passamos na máquina de cortar carne, no cortador fino. Em seguida, levamos ao fogo numa panela, fritamos e temperamos a carne com cebolinha e salsinha e acertamos o sal. Após fritar e temperar colocamos ainda quente num guardanapo de pano, amarramos todas as pontas bem apertado de modo que a carne não escape e fique bem prensada. Coloca-se o pano com a carne em cima de uma bacia emborcada, dentro de outra bacia e, em cima um objeto bem pesado, de preferência que por cima de todo o saco de carne. O objetivo é prensar a carne para que fique bem aderida e também fazer com que a gordura excessiva escorra. O pano tem que ir em cima da bacia emborcada para não ficar em contato com a gordura que escorre ao ser

prensado. Pode deixar toda uma noite em local fresco, no dia seguinte está pronto, leva umas 10 horas. Depois é desenrolar e cortar.

O cozinhar processa a mistura entre ambiente e animais humanos e não humanos, não se come chumbo, nem prata, nem zinco, nem ouro, nem mercúrio. Substâncias que quando absorvidos pelos organismos não podem ser eliminados. Minerais que, quando retidos no corpo, geram doenças e ruína deste ciclo de vida. Dessa forma, a lida campeira, enquanto práticas culturais patrimonializada, deve servir como parâmetro em ações de salvaguarda frente a projetos de grande impacto socioambiental, como os projetos de mineração que buscam instalar-se na região. A pecuarista Márcia Colares, de Bagé, recorda do desastre ambiental que aconteceu em 1989, quando uma barragem de rejeitos da mineração de cobre rompeu. Na época, as águas ficaram vermelhas. Logo depois, os peixes começaram a morrer e cobrir a água. A pecuarista lembra do cheiro dos peixes em decomposição e do medo que os pais ficaram de entrar no Rio.

Conforme Márcia, “Foi ali na divisa, na virada do ano. Teve um transbordamento de produtos químicos no Rio, que deixou a água toda vermelha. E matou toda a vida do Rio, naquela época. Eu lembro, assim, da tristeza profunda do meu pai, que já é falecido agora, e dos meus tios todos. Que eles diziam ‘eu acho que eu não vou mais ver [peixe] dourado no Camaquã.’ Eles diziam. E aquilo ali para eles era uma facada no peito, assim. Eles falavam isso com muita tristeza.” Segundo interlocutores que vivem às margens do Camaquã, o rio, que era farto de grumatãs, dourados, piavas, pintados, jundiás, ficou sem peixes.

Da mesma forma, os caminhos da lã apontam para a prática do artesanato, conhecimento que desdobra-se em fazeres e saberes associados ao processo que vai da tosa das ovelhas até o tecer da lã, que torna evidente a relação entre animais humanos e animais não humanos, coisas e ambientes, um exercício de invenção, de inscrição, de imaginação. Estes saberes reportam-se à criação das ovelhas no campo, à raça das ovelhas, às diferentes técnicas de tosquia do animal, à lavagem e, ocasionalmente, o tingimento dos velos, ao

cardar a lã, ao fazer o fio na roca ou no fuso para, então, tecer a peça. Ponchos, palas, cobertas, boinas, casacos, xergões, provém da ovelha e constituem as vestimentas e os apetrechos da lida campeira.

Acompanhar os caminhos da lã significa compreender uma grande variedade de técnicas de confecção. Universo que inclui rocas manuais e rocas elétricas, cardas manuais e cardas de tambor, diversos tipos e tamanhos de teares, materiais que são adquiridos prontos, herdados de geração em geração, assim como, também, construídos pelas próprias artesãs e artesãos. Na cidade de Jaguarão, entorno do sítio, é desenvolvida a técnica do crochê em Jacquard, onde são utilizados dois ou mais fios com cores diferentes, originando a formação de desenhos e estampas com formatos geométricos variados durante o entrelaçamento dos fios. As estampas são realizadas a partir de gráficos.

Compreender o caminho da lã como uma *malha* expande os limites do sítio, por meio das relações tecidas entre artesãos e artesãs, de forma dinâmica, em diferentes lugares, por meio de feiras e espaços de exposição, que configuram um importante momento de confluência e trocas para os interlocutores. Assim, um fio produzido manualmente no Barrocão, interior de Piratini, por exemplo, pode ser utilizado na confecção de uma peça em Bagé, que será comercializada em uma feira internacional de artesanato em Brasília, onde costuma ser procurada especialmente por estrangeiros, conforme depoimento das artesãs e dos artesãos.

Temos várias localidades que desenvolvem o artesanato em lã, como Bagé, Caçapava, Piratini e Jaguarão, com a opção por diferentes técnicas, materiais e instrumentos. Tais saberes, entretanto, não encontram-se isolados, mas em constantes fluxos. Durante trabalho de campo ao longo da 1° Feira Estadual de Artesanato do Pampa, encontramos artesãos e artesãs de diferentes regiões, mas que têm conhecimento dos trabalhos de seus colegas. Por meio de feiras e de exposições, encontram-se informações, experiências, conhecimentos, objetos, modos de fazer que reforçam vínculos.

O caminho da lã se dá na circulação de mulheres e de homens por feiras e cursos, onde ocorrem trocas de informações e conhecimentos, gerando reciprocidade. Isto é explícito na fala da artesã Clair, quando coloca que conhece artesãs de Jaguarão, por meio de um encontro de artesãos promovido pela EMATER para incentivar a troca de saberes tradicionais, quando aprendeu com outra artesã uma técnica que desconhecia.

Essa rede conta com o apoio das intensas atividades de extensão da EMATER, que promove projetos de incentivo e de valorização da criação de ovinos, buscando o melhoramento genético do rebanho, o que possibilita qualidade da carne, como da lã. A EMATER cumpre um papel importante, também, na realização de cursos e de oficinas para as famìlias produtores de artesanato em lã, ensinando formas de beneficiar a lã na propriedade, gerando uma maior valor econômico agregado.

A lã, como afirma Edison Iunes, Presidente da Cooperativa de Lã de Jaguarão, possibilita a produção de uma infinidade de produtos. Nesse sentido, cita a Argentina, onde o sistema penitenciário está substituindo os colchões convencionais por colchões feitos de lã, devido ao fato da lã ser um isolante térmico e não pegar fogo, assim como vem sendo utilizada em vestuário esportivo, já que a lã mantém a temperatura, propiciando equilíbrio térmico. O Rio Grande do Sul, tradicionalmente, tem em seus rebanhos ovinos voltada para a produção de carne e de lã.

Segundo dados do IBGE (2016), o Estado é o maior produtor de lã no Brasil, sendo responsável por 95% de toda a produção do país, com aproximadamente 11,5 milhões de quilos ao ano. Segundo Edison, 30% da lã é utilizada para abastecer a demanda interna e o restante é exportada para o Uruguai, sem beneficiamento. Conforme relato de Edson, o Uruguai exporta cerca de 50% dessa lã para a China, já beneficiada. Há uma diversidade de ovinos, cada raça produz um tipo de lã, utilizada para determinado tipo de artesanato, assim a lã fina, mais utilizada para fazer peças do vestuário e a lã grossa, usada em tapetes, xergões.

Esse artesanato percorre um caminho, onde o processo da lã tem seu início no campo com a criação de ovinos, quando é realizado seleção genética dos rebanhos, assim como melhoramento no manejo, como forma de obter uma lã com maior qualidade, no caso a finura, mensurada pelo processo de *micronagem* (a milésima parte de um milímetro), pois quanto mais fina maior é o valor de mercado.

1.3 Bens Inventariados: artesanato em lã, lida caseira/culinária campeira, pastoreio de ovinos, caprinos e bovinos

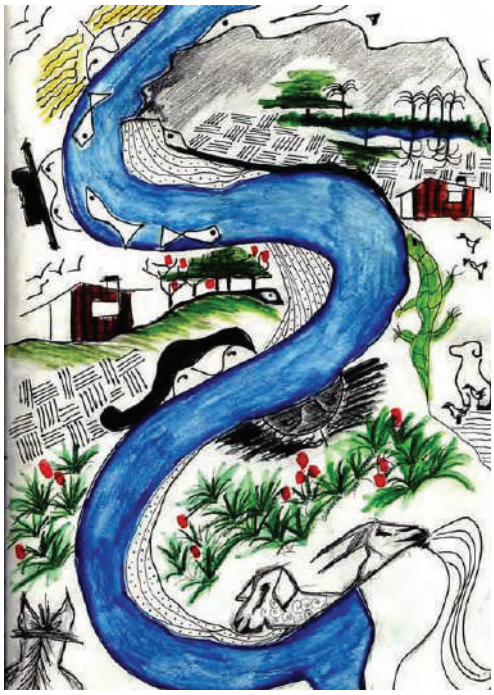
A extensão do INRC Lida Campeira para os campos dobrados do Alto Camaquã reforça a ideia inicial da pesquisa de pensar tais atividades pela relação entre animais humanos, animais não humanos, coisas e ambientes. Relação que constitui os entes e a própria particularidade da região do Alto Camaquã, onde o pampa encontra-se mais preservado.

As atividades manuais do artesanato e da culinária tomam a dimensão de operadores desse compartilhamento de naturezas e culturas: as frutas vem da quinta e do mato, o gado come o pasto do campo, o gado é alimento dos animais humanos, mas, também, de predadores, os bichos do mato, como o sorro (*Lycalopex gymnocercus*). Atividades desempenhadas por coletivos, famílias e comunidades que detém o saber do manejo do ambiente mosaico: de campos lisos, de pedra e de banhados.

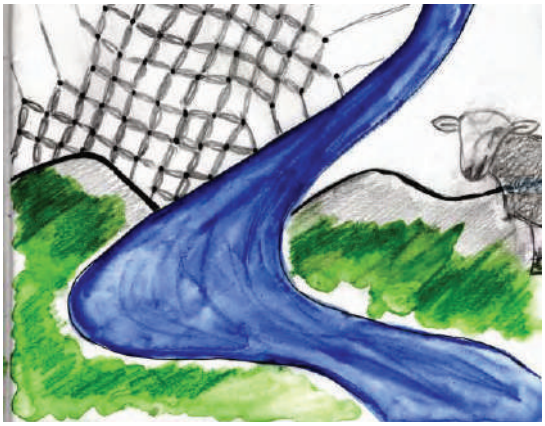
Nesse sentido, conforme indicação dos interlocutores e das interlocutoras, as fichas dos bens a serem inventariados são as seguintes: artesanato em lã, lida caseira/culinária campeira, pastoreio de ovinos, pastoreio de caprinos e pastoreio de bovinos. Fichas que estarão associadas às fichas da doma, pastoreio, guasqueria, troperismo, lida caseira, feitura do alambrado, esquilador. Nesse conjunto, busca-se compreender o pampa brasileiro na sua diversidade de ambientes, social e cultural, por intermédio das particularidades das regiões de Bagé e do Alto Camaquã.

Imagem 3, 4, 5 e 6: mosaicos









Fonte: Flávia Rieth

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO SÍTIO	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO SÍTIO		ALTO CAMAQUÃ
OUTRAS DENOMINAÇÕES		Serra do Sudeste, Rio Grande do Sul, Brasil
ESTADO		Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO		Bagé Caçapava do Sul Canguçu Lavras do Sul Piratini Pinheiro Machado Santana da Boa Vista
DISTRITO OU SUBDISTRITO		
LOCALIDADES INVENTARIADAS	**NO SÍTIO**	Bagé (Sede e Distrito de Palmas) Caçapava do Sul (Sede, Guaritas e Vila Progresso) Canguçu (Sede, Coxilha do Fogo e Vila Silva) Lavras do Sul (Corredor dos Munhóz) Piratini (Alto da Figueira, Barrocão e Estrada 392) Pinheiro Machado Santana da Boa Vista (Serra dos Vargas)
	NO ENTORNO	Jaguarão Candiota Hulha Negra Dom Pedrito

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01



Imagem 1: Campos de Bagé – Localidade de Palmas. Foto: Daniel Vaz Lima. Acervo INRC – Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã.



Imagem 2: Campos de Piratini – Localidade Estrada 293. Foto: Andrea Madruga. Acervo INRC – Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01



Imagem 2: Campos de Canguçu – Localidade Coxilha das Flores. Foto: Flávia Rieth. Acervo INRC – Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS*.

SÍNTESE
O Inventário da Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã parte da premissa de pensar os manejos pecuários, a partir da relação entre animais humanos, animais não humanos, coisas e ambiente, evidenciados pela presença da pecuária de caráter familiar da região. A relação com o ambiente ganha relevância ao observarmos as diferenças entre os manejos nos campos lisos e nos campos dobrados, ou campos de pedra. Assim, a partir de pesquisa etnográfica e bibliográfica, a equipe selecionou, junto aos interlocutores e as interlocutoras, como referências culturais os seguintes ofícios: Artesanato em Lã, Lida Caseira/Culinária Campeira, Pastoreio de Ovinos, Pastoreio de Caprinos e de Pastoreio de Bovinos.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

4. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA* .

4.1. LOCALIZAÇÃO

Quando se fala em “Complexos Territoriais”, relata-se a respeito das diferentes manifestações socioculturais que se estruturam espacialmente e que produzem redes de relações e cooperações que se utilizam dos elementos físico-naturais e contribuem para a organização de uma paisagem demarcada e fortemente influenciada pela intrínseca relação dos elementos da natureza (que evoluem e modificam-se no tempo longo, geológico, que escoa) e do tempo humano (que está em constante modificação e aprimoramento). Assim, a ideia de Complexos Territoriais envolve limites artificiais (político-administrativos) e limites naturais (que, embora imaginários, podem ser verificados fisicamente na paisagem e definem os processos da natureza).

O Alto Camaquã é um exemplo de Complexos Territoriais onde articulam-se fenômenos físicos vinculados à zona de nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, importante área de recarga de uma das principais bacias do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, no Alto Camaquã Natural encontram-se, também, paisagens de um Bioma Pampa *profundo*, não-intacto, mas com grande preservação de elementos naturais bióticos e abióticos, que impõe suas estruturas à ação humana. Ao longo do tempo, as práticas sociais atrelaram processos de ocupação vocacionado, basicamente, à lida campeira, em uma paisagem exclusiva, repleta de composições próprias, temporalidades e conexões. Essas particularidades devem ser mantidas, pois constituem-se o que existe de mais original na paisagem Gaúcha, na paisagem pampeana. A seguir, serão descritos aspectos que pretendem analisar esses complexos que (co)existem nesse recorte espacial chamado Alto Camaquã.

Os municípios que compõem a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto do Camaquã (ADAC) estão localizados geograficamente na Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Os municípios de Bagé, Hulha Negra e Lavras do Sul estão inseridos na Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense e na Microrregião da Campanha Meridional. Os municípios de Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Piratini, Pinheiro Machado, Encruzilhada do Sul e Canguçu estão na Mesorregião Sudeste Rio-Grandense e na Microrregião da Serra do Sudeste, com exceção de Canguçu que faz parte da Microrregião Pelotas.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

Os municípios que compõem a ADAC estão inseridos no Bioma Pampa, mais especificamente na parte alta da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã. Conforme Figueiró et al. (2011), a combinação encontrada nesse local, entre os elementos abióticos e bióticos, proporciona uma particularidade paisagística ao Alto Camaquã, que representa um importante valor ao patrimônio natural, histórico e cultural, algo para ser preservado.

O Bioma Pampa corresponde a 63% do território do Estado do Rio Grande do Sul, e estende-se além das fronteiras brasileiras, abrangendo porção do Uruguai e da Argentina. O Pampa gaúcho corresponde ao cruzamento de formações ecológicas e que constroem uma paisagem única, onde o fluxo entre os elementos que a compõem (campos, mata ciliar, capões de mato e mata de encosta) é intenso. (SELL, 2017).

A paisagem encontrada no Alto Camaquã assenta-se sobre a Unidade Geológica do Escudo Sul-rio-grandense, sendo a formação geológica mais pretérita do Estado do Rio Grande do Sul, que constitui o que, corriqueiramente, é denominado de Serras do Sudeste. A constituição litológica é representada por rochas metamórficas e ígneas, ambas de ampla variação composicional, e rochas sedimentares muito antigas. Nesse compartimento, devido à variedade litológica, alguns tipos de rocha apresentam maior ocorrência superficial, representada pelos afloramentos e “campos de pedra”, formados por blocos matacões de várias dimensões e organizações aleatórias nos terrenos. (MEDEIROS et al., 1995).

De acordo com essas características geológicas, a lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã, conecta-se aos aspectos físico-naturais, sobretudo à diversidade geológica e geomorfológica do Bioma Pampa, constituído pelos campos de pedras, destacando os afloramentos rochosos, que configuram os acidentes geográficos que diferenciam a forma de manejo, circulação e trato com os animais, no que se refere aos campos lisos.

O relevo que constitui o Alto Camaquã apresenta-se, predominantemente, suave ondulado à ondulado, isso ocorre devido heterogeneidade geomorfológica. A área está inserida no Domínio Morfoestrutural dos embasamentos em estilo complexos, o qual corresponde a Região Geomorfológica do Planalto Sul-riograndese, nessa região encontram-se duas Unidades Geomorfológicas: o Planalto Residual Canguçu e o Planalto Rebaixado Marginal. (CUNHA, 2017; IBGE, 1986).

A pedologia do Alto do Camaquã é composta majoritariamente por Neossolos Litólicos Eutróficos e Argissolos Vermelho-Amarelos Distróficos, que se apresentam predominantemente pedregosos e com afloramentos rochosos, suscetíveis a processos erosivos. (CUNHA, 2017). Figueiró et al. (2011) acrescenta que devido ao fato da região possuir solos rasos, o mesmo apresenta alta restrição para as atividades de silvicultura e de agricultura, o que acabou por contribuir para a identidade regional voltada para a pecuária.

O clima do Alto Camaquã também é um complicador para o processo de uso e ocupação desse território. As médias climatológicas apresentam temperaturas que variam entre 16ºC e 18ºC e precipitações entre 1500 e 1600mm, correspondendo a um clima úmido. (FIGUEIRÓ et al., 2011).

A cobertura vegetal característica do Alto Camaquã é composta por campos limpos e campos sujos, e a floresta no entorno da Serra do Sudeste, formando assim, um mosaico de floresta nativa e campos que desenvolvem-se de acordo com os cursos d’água e influenciam na formação das matas de galeria. A região do Alto Camaquã é considerada rica em biodiversidade, configurada por uma complexo vegetação que permite o estabelecimento de espécies de fauna e flora raras em outros locais. As fendas nas rochas e os pontos de difícil acesso propiciam condições para a formação de ninhos e o nascimento de filhotes.

Isso ocorre devido à região estar na transição entre o clima tropical e temperado. Os afloramentos rochosos encontrados na paisagem proporcionam condições ideais para espécies endêmicas, que se desenvolvem junto as rochas, como as cactáceas. (ROCHA, 2015; CUNHA, 2017; FIGUEIRÓ et al., 2011).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

4.3. MARCOS EDIFICADOS

PROPRIEDADE RURAL DE CRIAÇÃO DE REBANHOS - A estância ou fazenda, no Rio Grande do Sul, é o estabelecimento rural associado às atividades de criação de gado bovino, ovino e equino. Uma explicação recorrente para sua origem remete às Missões Jesuíticas, no século 18, quando padres e indígenas transferiam os povoados de acordo com as exigências políticas – tratados entre as coroas portuguesa e espanhola -, deixando no campo os rebanhos de gado bovino. Esses animais xucros multiplicavam-se devido a abundância de pastos e aguadas e eram, posteriormente, incorporados aos domínios rurais de proprietários portugueses. (RAHMEIER, 2007).

Apesar de, em sua origem, a estância estar ligada a qualquer espaço rural ocupado por criações e, também, por agricultura, em meados do século 19 passou a indicar as grandes extensões de campos destinados à produção de gado, com a presença de mão-de-obra escrava e/ou assalariada e com uma arquitetura contando com sede (casa do proprietário) e outras construções vinculadas à atividade criatória. (RAHMEIER, 2007; LUCCAS, 1997). Em geral, nessa nova configuração do espaço não há agricultura em grandes áreas e, quando há, não constitui a base econômica principal. Nesse momento, também, dá-se o início do cercamento dos campos, delimitando invernadas, rodeios e campos para os rebanhos, e, ao mesmo tempo, criando situações novas para a mobilidade de grupos e de coletivos. Dessa forma, propriedades menores, anteriormente, chamadas de estâncias, em que há consórcio de várias espécies de produtos agrícolas e a criação de animais em uma escala menor, paulatinamente, passam a não fazerem parte dessa classificação popular. São conhecidas por chácaras – nome de origem indígena, com significado de "plantação" (SAINTHILAIRE, 1987), ou por designações locais, como "campo", "fazendinha", "granja", "sítio", "roça", "quadra de campo", entre muitas outras.

Atualmente, estância corresponde a grandes extensões de terras e é formada, comumente, pela casa do proprietário, pelo galpão (local onde mantém-se os materiais de uso cotidiano, além de ser o lugar de convivência dos peões), pela casa do capataz ou caseiro (quem administra a estância), pelos currais (mangueiras, brete, banheiro para gado – locais de manuseio dos animais), e pelos potreiros, piquetes ou invernadas (campos divididos por cercas destinados à criação e engorde do gado). Pequenas propriedades são capazes de contar com essa mesma configuração, porém, devido ao seu tamanho podem não ser consideradas como estâncias.

RANCHO - Os ranchos são moradias construídas com torrão de barro ou pau-a-pique. A madeira, o capim santa-fé e a taquara (tipo de bambu) eram cortados na lua minguante e as leivas (ou torrões) retiradas da beira das várzeas. Construída a armação de taquara ou madeira de mato, projetadas as portas e janelas (sem vidros) as paredes eram preenchidas com os torrões de barro e, normalmente, apresentava uma espessura aproximada de 50 cm. A armação do telhado, chamada tesoura, sustentava as quinchas – camadas superpostas de capim santa-fé para a cobertura que, muitas vezes são dissimuladas pela técnica de aparar as pontas do capim. (LESSA, 1986; VAZ MATTOS, 2003). O chão é de terra batida e podem haver uma ou duas divisões em seu interior, com couros ou cortinas de tecidos desempenhando a função de portas. Em média, a moradia é construída com 6 metros de frente por 4 metros de fundos e seu pé direito não ultrapassa os 2 metros de altura. (LESSA, 1986).

Os ranchos foram as primeiras moradias das estâncias; ainda que os proprietários fossem abastados, até fins do século 18 e início do 19, não havia, em larga escala, matéria-prima e mão-de-obra para a construção de casas de tijolos e telhas. Predominavam, portanto, as habitações de pau-a-pique, barro e santa-fé na paisagem pampeana. (ISABELLE, 1983; LESSA, 1986; LUCCAS, 1997; SAINT-HILAIRE, 1978). Na Vila da Lata, comunidade quilombola, observou-se a existência de ranchos como moradia. A utilização das casas de torrão como galpão ou cozinha é, também uma forma de manifestação cultural comum a povos e comunidades tradicionais. Nestes termos, em Aceguá, a programação dos festejos do Dia 20 de Setembro, da Semana Farroupilha, envolve a construção de ranchos pelos peões. Conforme Vaz Mattos (2003), na localidade de Olhos D'Água, em Bagé, até 1940 havia a predominância dos ranchos.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

5.1. RESUMO

Um pampa vazio, ocupado por grandes propriedades rurais que empregam pouca mão de obra assalariada.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

Essa visão foi a base compartilhada por muitos campos do conhecimento para as reflexões acerca dos modos de vida no pampa. Nessa concepção, as relações sociais estavam polarizadas entre, de um lado, os proprietários da terra e dos meios de produção, e, de outro, uma massa de trabalhadores, escravizados ou juridicamente livres, mas que não possuindo os meios de produção, a terra, vendiam a força de trabalho para sobreviver, muitas vezes em condições de meeiros, de compadres ou de arrendatários. Na concepção do chamado "capitalismo pastoril" (FREITAS, 1993), a força de trabalho negra, indígena e mestiça era uma mercadoria e, para ser assim, precisaria estar despojada da propriedade dos meios de produção. Por conseguinte, tem-se a imagem de trabalhadores, geralmente homens, sozinhos ou em pequenos grupos, vagando pelo pampa, em função da sazonalidade das lidas ao longo do ano.

A imagem da ocupação histórica do Rio Grande do Sul por homens errantes, sem vínculos familiares e sem terras, vem sendo problematizada pela historiografia no momento que a mesma acessa outras fontes documentais, ou reanalisa a documentação existente. É o caso do texto de Luis augusto Farinatti (2008), que pesquisa os documentos das qualificações das testemunhas e dos réus presentes nos processos criminais de Alegrete, de 1845 a 1865. O autor considera uma "imagem romântica" a de um pampa rural marcado pela presença de homens soltos, sem vínculos, sem demandas e estratégias, andarilhando de estância a estância, empregados em trabalhos pesados, mas um divertimento considerando o "gosto pelas correrias e embates com o gado em campo aberto". (FARINATTI, 2008, p. 360).

Estudos recentes apontam a combinação de trabalho escravo com trabalho de peões livres e de pequenos produtores – que integravam cultivos de lavouras com a criação de gado em pequena escala, alguns com propriedade de mão de obra escravizada. Muitos eram pequenos criadores e lavradores que trabalhavam como peões nas grandes estâncias sugerindo um conjunto de relações sociais mais complexo do que a dicotomia entre patrão e peão; e de relações econômicas para além de uma economia marcada apenas pela pecuária. De acordo com Helen Osório (2016, p. 23), tem-se a presença de produtores rurais que eram simultaneamente, pastores e lavradores, alimentando o grupo familiar com a produção agrícola de trigo, de milho, de feijão, de carne e de leite do pequeno rebanho e que, eventualmente, comercializavam a produção, como forma subsistência e como troca por bens que não tivesse na propriedade. Na análise dos inventários *post-mortem,* a autora encontrou uma significativa presença de camponeses, proprietário de até cem cabeças de gado, que possuíam, além da mão de obra familiar, mão de obra escravizada, evidenciando a disseminação da presença negra no pampa.

Entretanto, para Farinatti (2008, p. 363), pouco sabe-se sobre segmentos sociais que não eram descritos nos inventários, como os "escravos", negros africanos e nascidos na América, bem como indígenas, que, também, não eram titulares de atos patrimoniais, como escrituras acessadas nos inventários *post-mortem*. A metodologia do autor foi a caracterização sócio profissional presente nas testemunhas dos processos criminais. A partir da análise das testemunhas que presenciaram os eventos dos processos ou que eram moradores das proximidades do local do delito, encontrou-se a presença de peões, de lavradores, de carpinteiros, de pedreiros, de jornaleiros, de costureiras, de lavadeiras, indicando uma sociedade mais heterogênea, com trabalhadores/as em diversas ocupações, seja nas vilas, seja nas áreas rurais. No que se refere aos peões campeiros, o autor constatou que tinham média de idade de 29 anos e eram solteiros, enquanto os lavradores tinham médias de idade superior e eram casados.

O estabelecimento como lavrador pressupunha, na maioria dos casos, a constituição de família, que acabavam por se tornar a base do trabalho e da organização que permitiam o acesso à produção independente. Por sua vez, as ocupações ligadas ao assalariamento agrícola não-especializado costumavam ter um sentido de temporariedade: eram exercidas até que se conseguisse construir as condições necessárias para o estabelecimento como lavrador. (FARINATTI, 2008, p. 372). Essas pessoas continuavam a assalariar-se nas grandes propriedades, como estratégia de reprodução social. Por vezes realizavam outras atividades sazonais como o trabalho de tropeiro, recebendo valores não somente em dinheiro, mas em mercadorias, por vezes, um pedaço de carne. Outra estratégia consistia na realização de atividades assalariadas nas vilas.

Embora, entende-se que há muito a ser desvendado nas relações sociais nos ambientes rurais, essas considerações destacam a presença do/a "pecuarista familiar" – junto a outras populações tradicionais - configurando contexto histórico de ocupação do Pampa, a partir de três principais características: processos de sucessão rural por fracionamento de terras das grandes estâncias; compra de terras por agricultores familiares que migraram de regiões de colonização; e a compra da terra por meio dos trabalhadores das estâncias. (FERNANDES; MIGUEL, 2016).

Atualmente, no Rio Grande do Sul, 70% dos estabelecimentos rurais possuem como atividade principal a pecuária de corte, com pecuaristas familiares (WAQUIL et al, 2016). Em uma caracterização socioeconômica da pecuária familiar no município de Bagé/RS, Porto & Bezerra (2016), evidenciam que o mesmo possui 2000 unidades de produção, sendo que 1400 destas unidades são de caráter familiar. Por conseguinte, deste universo de 1400, 400 unidades são dedicadas a pecuária de corte como atividade principal, representando 28,75%. O distrito de Palmas é o mais representativo em termos de pecuária familiar do município.

Os autores trouxeram dados, levantados em amostra, em que cerca de 80% das propriedades utilizam o

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

pastoreio continuo, sendo os campos nativos a fonte de alimentação dos animais. Outro dado é que 85% das propriedades são voltadas para a cria, vendendo terneiros para intermediários, entendidos como produtores que compram lotes para a (terminação) engorda. Em primeiro plano, os animais são voltados para o consumo, para atender as necessidades básicas da família. A venda de lotes de animais se dá em função de adquirir renda para cobrir as despesas, bem como para gastos imprevistos e casos extraordinários. Nesse sentido, a criação é concebida como mercadoria de reserva, como "poupança". Por fim, os autores chamam a atenção para a renda não agrícola em que um alto número de pecuaristas familiares possui renda de outras atividades, como funcionários públicos, assalariados rurais e aposentados rurais. A isso, tem-se a elevada faixa etária desses produtores, sendo que 70% estão com idade acima dos 40 anos.

Cotrim (2003) estudou a configuração histórica dos sistemas agrícolas no município de Canguçu. Para nossa análise, trouxemos os resultados sobre a localidade da Coxilha do Fogo. A localidade encontra-se no que se chama zona de campo, sendo a parte geográfica do município com predomínio de gramíneas e leguminosas forrageiras, onde tem-se a presença da pecuária de corte extensiva. Na região, tem-se a predominância de pecuaristas familiares herdeiros das "sesmarias", política de ocupação na região, no século 18. Esses intercalam agricultura e pecuária em propriedades com média de até 100ha. A produção agrícola está voltada para os cultivos de milho e de feijão em áreas de 2ha a 5ha, sendo o milho voltado para a alimentação animal e o feijão voltado para o consumo da família. Após a colheita do milho e do feijão, são feitas as pastagens de inverno para o gado, sendo as principais o azevém e a aveia. Nessas pastagens são colocados os terneiros, com um ano de idade, que foram desmamados junto as vacas de cria, consideradas mais frágeis. O sistema de criação é voltado para cria, vendendo terneiros, eventualmente, conforme a situação dos mercados e da estratégia da família no sentido de adquirir renda. Uma produção agrícola baseada na tração animal, no trabalho manual com ferramentas como enxada, foice. Eventualmente, segue o autor, alugam serviços de vizinhos que possuem tratores para prepararem áreas maiores para cultivos, como do milho. (COTRIM, 2003).

A partir da constatação de relevância do segmento familiar o Estado do Rio Grande do Sul instituiu, por meio do decreto no 48.316 de 31 de agosto de 2011, o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar (PECFAM). Conforme os Art.2°, do Decreto nº 48.316, de 31 de agosto de 2011 que regulamenta a política pública, o programa tem "como finalidade a promoção do desenvolvimento rural sustentável com justiça social, melhoria da qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, por meio da coordenação de ações integradas junto aos pecuaristas familiares, suas cooperativas e associações." Para isso, são considerados pecuaristas familiares quem atende simultaneamente às seguintes condições:

- I – tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte;
- II – utilizem na produção trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada em até cento e vinte dias ao ano;
- III – detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a trezentos hectares;
- IV – tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele; e
- V – obtenham no mínimo setenta por cento da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) é a responsável pela execução da política pública. No site da Instituição encontra-se os objetivos de trabalho da instituição com os pecuaristas familiares:

- Promover ações em apoio a todos os membros da família visando a melhoria da qualidade de vida.
- Incentivar a segurança e soberania alimentar da família.
- Incentivar sistemas de produção que melhorem os índices zootécnicos através da utilização sustentável das pastagens naturais e cultivadas e do uso racional de insumos externos.
- Melhorar o nível de bem-estar dos animais, contribuindo para o aumento na produtividade e a melhoria da sanidade dos rebanhos.
- Promover a utilização de métodos alternativos na prevenção de doenças e tratamentos

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

sanitários.
- Promover o melhoramento genético dos rebanhos assistidos.
- Incentivar as atividades não agrícolas, como artesanato e a agroindústria familiar de alimentos, como forma de ampliar e diversificar a renda dos estabelecimentos.
- Incentivar formas associativas de pecuaristas familiares que contribuam para a solução de problemas comuns e ampliem as suas oportunidades de inserção no mercado.
- Realizar ações na gestão de pessoas e processos na propriedade.
- Fomentar ações que favoreçam a sucessão na pecuária familiar. (EMATER, 2018).

5.2. CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
	Em construção.

6. PERFIL SOCIOECONÔMICO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

6.1. POPULAÇÃO

Os nove municípios apresentam características populacionais e dimensões territoriais distintas.

O município de Bagé, localizado na coordenada 31°19'51"S54°06'25"O, possui uma área territorial de 4.095,5km² com densidade demográfica de 28,52hab/km². O município é limítrofe de Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Aceguá, Hulha Negra, Candiota, Dom Pedrito e da República Oriental do Uruguai. Conforme Censo 2010, apresenta uma população de 116.794 habitantes (52,22% mulheres e 47,78% homens), sendo que 97.765 dessa população residem em área urbana e 19.029 em área rural. O município é dividido em seis distritos, denominados Colônia Nova, Joça Tavares, José Otávio, Piraí, Seival, Palmas e o Distrito-sede Bagé. A economia do município é baseada na agricultura e na pecuária.

O município de Lavras do Sul, localizado na coordenada 30°48'46"S53°53'42"O, possui uma área territorial de 2.600,6km² com densidade demográfica de 2,95hab/km². O município é limítrofe de Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul, São Gabriel, Santa Margarida do Sul, Vila Nova do Sul, São Sepé. Conforme Censo de 2010, apresenta uma população de 7.679 habitantes (50,83% mulheres e 49,16% homens), onde 4.758 dos habitantes residem em área urbana e 2.921 em área rural. O município é dividido em dois distritos, o 1º distrito, a sede, denominado Lavras do Sul e o 2º distrito denominado de Ibaré. A economia do município é voltada para atividades agropecuárias.

O município de Caçapava do Sul, localizado na coordenada 30°30'43"S53°29'27"O, com uma área de extensão territorial de 3.047,113km², com densidade demográfica de 11,06hab/km². Os municípios limítrofes de Caçapava do Sul são: São Sepé, Cachoeira do Sul, Santana da Boa Vista, Pinheiro Machado, Bagé e Lavras do Sul. De acordo com o Censo 2010, a população é de 33.690 habitantes (51,53% mulheres e 48,46% homens), dividindo-se em 25.410 que residem em área urbana e 8.280 em área rural. A divisão distrital consiste em seis distritos Bom Jardim, Carajá, Cerro do Martins, Forninho, Santa Bárbara e o Distrito-sede Caçapava do Sul. A principais atividades econômicas desenvolvidas são relacionadas a mineração, a agricultura e a pecuária.

O município de Santana da Boa Vista, localizado na coordenada 30°52'19"S53°06'54"O, tem uma área territorial de 1.420,616km² e densidade demográfica de 5,80hab/km². Os municípios limítrofes de Santana de Boa Vista são: Caçapava do Sul, Pinheiro Machado, Cachoeira do Sul, Piratini e Encruzilhada do Sul. Segundo o Censo 2010, o

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

município tem 8.242 habitantes (50,58% homens e 49,41% mulheres), sendo que 3.723 habitantes residem em área urbana e 4.519 residem em área rural. A divisão territorial do município é composta somente pelo distrito-sede. A economia do município é baseada na agricultura e na pecuária.

O município de Canguçu, localizado na coordenada 31°23'42"S52°40'33"O, tem área territorial de 3.520,6km², com uma densidade demográfica de 15,11hab/km². Os municípios limítrofes de Canguçu são: Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, Cristal, Cerrito, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Piratini. De acordo com o Censo 2010, o município tem uma população de 53.259 habitantes (50,42% homens e 49,57% mulheres), sendo que 19.694 dos habitantes residem na área urbana e 33.565 residem na área rural do município. O município apresenta uma divisão territorial composta por cinco regiões distritais, definidas numericamente, sendo a 1º o Distrito-sede. A economia do município é baseada na agricultura, principalmente a familiar, sendo considera uns dos municípios com maior concentração de minifúndios.

O município de Pinheiro Machado, localizado na coordenada 31°34'33.0"S53°23'10.7" O, tem extensão territorial de 2.249,55 km² e densidade demográfica de 5,68hab/km². O município tem por limítrofe Piratini, Pedras Altas, Candiota, Bagé, Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista. Segundo o Censo 2010, a população residente é de 12.780 habitantes (50,07% mulheres e 49,92% homens), sendo que 9.784 residem em área urbana e 2.996 residem em área rural. A divisão territorial do município é constituída de quatro distritos, denominados numericamente, sendo o 1º o Distrito-sede. A economia do município é concentrada na agricultura, na pecuária e na extração mineral.

O município de Piratini, localizado na coordenada 31º26'52"S53º06'14"O, apresenta uma área territorial de 3.561,5km², com uma densidade demográfica de 5,61hab/km². Os municípios limítrofes de Piratini são: Canguçu, Encruzilhada do Sul, Santana da Boa Vista, Pinheiro Machado, Herval, Pedro Osório e Cerrito. Conforme o Censo 2010, a população de Piratini é composta por 19.841 habitantes (50,94% homens e 49,05% mulheres), sendo que 11.570 habitantes residem na área urbana e 8.271 residem na área rural. A divisão territorial do município é composta por cinco distritos, denominados numericamente, sendo o 1º o Distrito-sede. A economia do município é baseada na agricultura, na pecuária e na indústria de tijolos e de telhas.

6.2. QUALIDADE DE VIDA

Em construção.

6.3. TRABALHO E RENDA FAMILIAR

O Alto Camaquã é marcado por um paradoxo: por um lado, é a região mais preservada do bioma pampa com 80% da cobertura vegetal natural e, por outro, é considerada, pelo Estado, como a mais pobre. Municípios como Santana da Boa Vista, Encruzilhada do Sul, Canguçu e Piratini ocupam os últimos lugares no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado (universo de 496 municípios) conforme mostra a tabela abaixo.

Município	IDHM (2010)	Ranking (RS)
Bagé	0.740	151 º
Caçapava do Sul (RS)	0.704	295 º
Lavras do Sul (RS)	0.699	314 º
Pinheiro Machado (RS)	0.661	433 º
Piratini (RS)	0.658	443 º
Encruzilhada do Sul (RS)	0.657	445 º
Canguçu (RS)	0.650	460 º
Santana da Boa Vista	0.633	480 º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Marcos Borba (2016: 187), entende que isso se dá pelo fato de que a região não teve "êxito na implementação dos modelos de desenvolvimento propostos". Nos municípios do Alto Camaquã variam entre 79% e 87% o número de estabelecimentos voltados para a agricultura/pecuária familiar detendo um modo de vida constituído a partir de uma

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

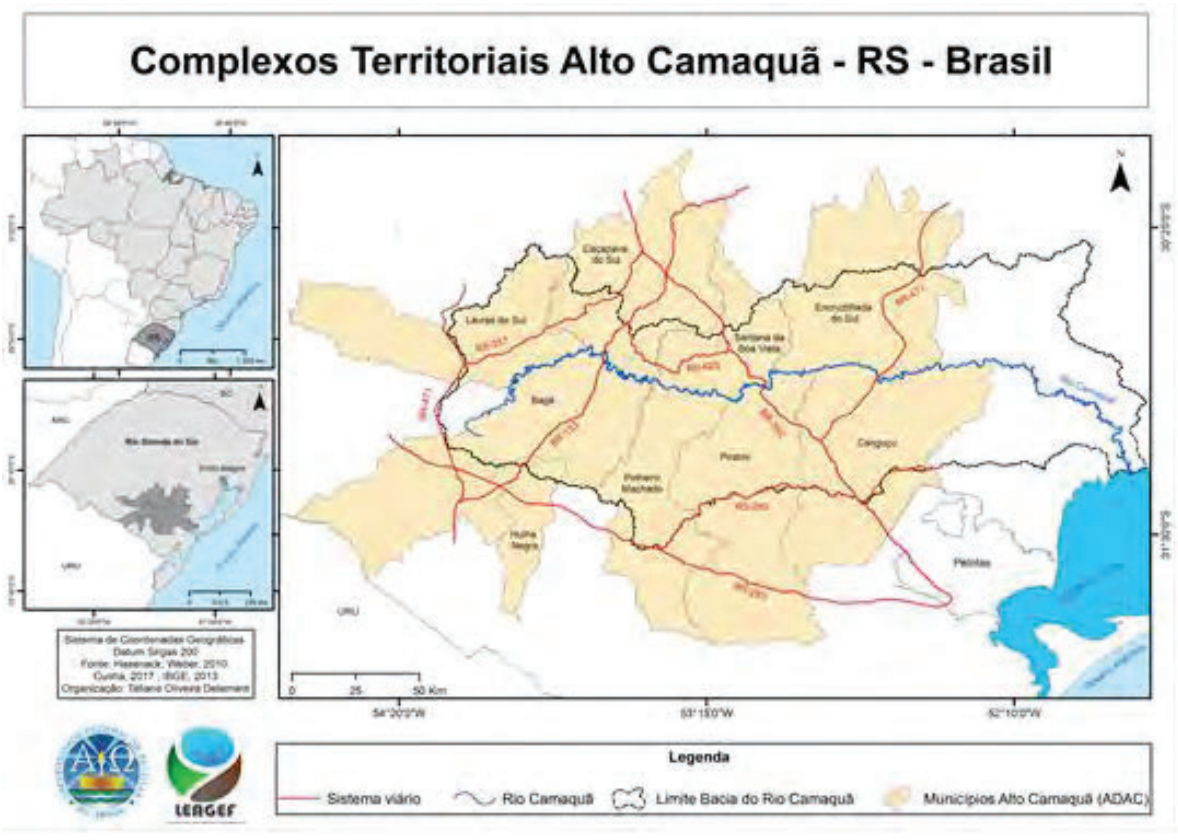
relação mais intensa com a natureza, não tendo dependência de insumos externos, com autonomia em relação aos mercados. Ao mesmo tempo que os índices de renda são baixos, em função das pessoas venderem os animais quando precisam, sendo a criação uma espécie de "poupança". Essa autonomia em relação aos mercados internos, associada a uma topografia de terrenos ondulados e solos rasos, com matas nas ladeiras, vertentes e margens de cursos d'água, e a associação entre a vegetação arbórea com a vegetação herbácea, um mosaicos de campo e mato, constituiu, para Borba, alguns dos fatores que explicam o "desinteresse", por muitos anos, dos projetos de modernização agrícola na região.

Nesse sentido, a Embrapa Pecuária Sul/Bagé, elaborou um projeto de desenvolvimento territorial "endógeno", ou seja, com centralidade aos modos de vida e suas relações com o ambiente, em que "aos atores locais lhes sejam facultados o direito de gerar referências próprias, uma 'vara de medir local' para definir as estratégias de mudança." (BORBA, 2016, p. 204). Tal estratégia vem sendo desenvolvida, desde 2010, na região por meio do grupo associativo Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), fruto da articulação entre pecuaristas familiares e parceiros, como universidades e Embrapa e Emater. A ADAC é uma rede de associações comunitárias, localizadas nos municípios que integram o projeto. Envolve um número aproximado de 500 famílias – cerca de 2 000 pessoas – distribuídas em 25 associações. O objetivo é "apoiar e promover a preservação do patrimônio histórico, do meio ambiente, das culturas étnicas e produtivas do Alto Camaquã". (idem, p. 207).

6.4. EDUCAÇÃO

Em construção.

7. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F10	01

8. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PATRIMONIAL
Em construção.

9. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

9.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES
Em construção.

9.2. RECOMENDAÇÕES
Em construção.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F10**	**01**

10. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: PARA LISTA DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

FORMULÁRIOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES	
ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA	
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS	
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	
ANEXO 4: CONTATOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

11. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)		
SUPERVISOR		
REDATOR		**DATA**
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO		

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS ANEXO CONTATOS	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
Entorno do sítio	Jaguarão Candiota Hulha Negra Dom Pedrito
LOCALIDADE	Bagé (Sede e Distrito de Palmas) Caçapava do Sul (Sede, Guaritas e Vila Progresso) Canguçu (Sede, Coxilha do Fogo e Vila Silva) Lavras do Sul (Corredor dos Munhóz) Piratini (Alto da Figueira. Barrocão e Estrada 392) Pinheiro Machado Santana da Boa Vista (Serra dos Vargas)
MUNICÍPIO / UF	Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Lavras, Piratini, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista

2. CONTATOS

NOME	Ari Santos			X **ENTREVISTADO** ☐ **NÃO ENTREVISTADO**	1
COMO É CONHECIDO(A)	Ari	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	-	X **MASCULINO** ☐ **FEMININO**	
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX**	-	**E-MAIL**	-
OCUPAÇÃO	Artesão				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde o final da década de 1990		

BEM CULTURAL	**OBSERVAÇÃO**
Artesanato em lã	Produtos artesanais em lã são confeccionados através do saber-fazer tradicional dessa comunidade, e comercializados em tendas em frente ás casas na BR-290, feiras e lojas de produtos gauchescos.

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Nilda Marques			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	2
COMO É CONHECIDO(A)	Nilda	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	-	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	FAX -	E-MAIL -		
OCUPAÇÃO	Artesã				
		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde o final da década de 1980 e início de 1990		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				
Artesanato em lã	Produtos artesanais em lã são confeccionados, através do saber-fazer tradicional dessa comunidade, e comercializados em tendas em frente às casa na BR-290, feiras e lojas de produtos gauchescos.				

NOME	Nilza Marques			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	3
COMO É CONHECIDO(A)	Nilza	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	-	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	FAX -	E-MAIL -		
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde o final da década de 1980 e início de 1990		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				
Artesanato em lã	Produtos artesanais em lã são confeccionados, através do saber-fazer tradicional dessa comunidade, e comercializados em tendas em frente às casa na BR-290, feiras e lojas de produtos gauchescos.				

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Inês Machado			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	4
COMO É CONHECIDO(A)	Inês	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	-	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX** -	**E-MAIL**	-	
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde o início dos anos 2000		

BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO
Artesanato em lã	Produtos artesanais em lã são confeccionados, através do saber-fazer tradicional dessa comunidade, e comercializados em tendas em frente às casa na BR-290, feiras e lojas de produtos gauchescos.

NOME	Noé Bittencourt			x ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	5
COMO É CONHECIDO(A)	Noé	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	-	X MASCULINO ☐ FEMININO	
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX** -	**E-MAIL**	-	
OCUPAÇÃO	Artesão				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde o final da década 1990.		

BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO
Artesanato em lã	Produtos artesanais em lã são confeccionados, através do saber-fazer tradicional dessa comunidade, e comercializados em tendas em frente às casa na BR-290, feiras e lojas de produtos gauchescos.

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Jucelaine Bittencourt			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	6
COMO É CONHECIDO(A)	Jucelaine	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	-	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX** -	**E-MAIL**	-	
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde o final da década 1990.		
BEM CULTURAL		**OBSERVAÇÃO**			
Artesanato em lã		Produtos artesanais em lã são confeccionados, através do saber-fazer tradicional dessa comunidade, e comercializados em tendas em frente às casa na BR-290, feiras e lojas de produtos gauchescos.			

NOME	Cristiane Amaral			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	7
COMO É CONHECIDO(A)	Cristiane	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	-	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX** -	**E-MAIL**	-	
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Cachoeira do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde os anos 2000		
BEM CULTURAL		**OBSERVAÇÃO**			
Artesanato em lã		Produtos artesanais em lã são confeccionados, através do saber-fazer tradicional dessa comunidade, e comercializados em tendas em frente às casa na BR-290, feiras e lojas de produtos gauchescos.			

ANEXO: CONTATOS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A4**

NOME	Antônio			X **ENTREVISTADO** ☐ **NÃO ENTREVISTADO**	8
COMO É CONHECIDO(A)	Antônio		**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	-	X **MASCULINO** ☐ **FEMININO**
ENDEREÇO	Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX** -	**E-MAIL**	-	
OCUPAÇÃO	Artesão				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde meados de 2005.		
BEM CULTURAL	**OBSERVAÇÃO**				
Artesanato em lã	Produtos artesanais em lã são confeccionados, através do saber-fazer tradicional dessa comunidade, e comercializados em tendas em frente às casa na BR-290, feiras e lojas de produtos gauchescos.				

NOME	Vera Colares			X **ENTREVISTADO** ☐ **NÃO ENTREVISTADO**	9
COMO É CONHECIDO(A)	Vera Colares		**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	22.09. 1964	☐ **MASCULINO** X **FEMININO**
ENDEREÇO	Corredor da Lexiguana, Palmas, Bagé				
TELEFONE	(53) 98128-5722	**FAX** -	**E-MAIL**	veracolares@yahoo.com.br	
OCUPAÇÃO	Contabilista e aposentada da Receita Federal. Pecuarista familiar e Presidente da Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa).				
ONDE NASCEU	Bagé	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL	**OBSERVAÇÃO**				
Pastoreio de ovino, pastoreio de caprino, pastoreio de bovinos e lida caseira	Filha de EnyScholanteCollares e Godofredo MirandaCollares (falecido).				

ANEXO: CONTATOS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A4**

NOME	Régis Luís Marques Colares			**X ENTREVISTADO** ☐ **NÃO ENTREVISTADO**	10
COMO É CONHECIDO(A)	Reginho		**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	17.07.84	**X MASCULINO** ☐ **FEMININO**
ENDEREÇO	Corredor da Lexiguana, Palmas, Bagé				
TELEFONE	(53) 99954-7953	**FAX** -	**E-MAIL**	-	
OCUPAÇÃO	Veterinário, agente de saúde e pecuarista familiar				
ONDE NASCEU	Bagé	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**		Desde que nasceu	
BEM CULTURAL		**OBSERVAÇÃO**			
Pastoreio de ovinos, pastoreio de caprinos e pastoreio de bovinos		Neto de EnyScholanteCollares e Godofredo MirandaCollares (falecido), filho de Luís Mário ScholanteCollares			

NOME	Régis Medeiros Collares			**X ENTREVISTADO** ☐ **NÃO ENTREVISTADO**	11
COMO É CONHECIDO(A)	Rejão		**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	08.10.86	**X MASCULINO** ☐ **FEMININO**
ENDEREÇO	CORREDOR DA TOCA, PALMAS, BAGÉ/RS				
TELEFONE	-	**FAX** -	**E-MAIL**	-	
OCUPAÇÃO	Peão campeiro				
ONDE NASCEU	Bagé	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**		Desde que nasceu	
BEM CULTURAL		**OBSERVAÇÃO**			
Pastoreio de ovinos, pastoreio de caprinos e pastoreio de bovinos		Sobrinho-neto de Eny e GodofredoCollares (falecido)			

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Afonso Manuel Collares			X ENTREVISTADO NÃO ENTREVISTADO	12
COMO É CONHECIDO(A)	Seu Lalinho		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	-	X MASCULINO ☐ FEMININO
ENDEREÇO	Corredor da Lexiguana, Palmas, Bagé				
TELEFONE	-	FAX -	E-MAIL	-	
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar				
ONDE NASCEU	Bagé	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO			
Pastoreio de ovinos, pastoreio de caprinos e pastoreio de bovinos		Irmão de NomeCollares			

NOME	Alberto Gonçalves Rodrigues			X ENTREVISTADO ☐NÃO ENTREVISTADO	13
COMO É CONHECIDO(A)	Seu Beto		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		X MASCULINO ☐ FEMININO
ENDEREÇO	Fazenda do Sossego – RS 53, Palmas, Bagé				
TELEFONE	-	FAX -	E-MAIL	-	
OCUPAÇÃO	Peão campeiro				
ONDE NASCEU	Bagé	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO			
Pastoreio de ovinos, pastoreio de caprinos, pastoreio de bovinos e lidas caseiras		Filho de peões campeiros que trabalhavam para a família Collares. Peão na Fazenda Sossego, em Palmas, Bagé, desde que os pais se aposentaram.			

NOME	Ângela Márcia Scholante Colares			X ENTREVISTADO ☐NÃO ENTREVISTADO	14
COMO É CONHECIDO(A)	Márcia Colares		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	30.08.71	☐MASCULINO X FEMININO
ENDEREÇO	CASA DE PEDRA, CORREDOR DA LEXIGUANA, PALMAS, BAGÉ/RS				
TELEFONE	(53)99932-4836	FAX -	E-MAIL	sangelamarcia@yahoo.com	
OCUPAÇÃO	Advogada e pecuarista familiar				
ONDE NASCEU	Bagé	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO			
Pastoreio de ovinos, pastoreio de		Filha de EnyScholanteCollares e Godofredo MirandaCollares(falecido).			

ANEXO: CONTATOS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A4**

caprinos, pastoreio de bovinos e lidas caseiras	Casada com Guilherme Collares

NOME	Guilherme Colares			**X ENTREVISTADO** ☐ **NÃO ENTREVISTADO**	15
COMO É CONHECIDO(A)	Guilherme Colares		**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	24.09.72	**X MASCULINO** ☐ **FEMININO**
ENDEREÇO	Casa de Pedra, Corredor da Lexiguana, Palmas, Bagé/RS				
TELEFONE	(53) 99932-4925 e (53) 99932-4928	**FAX** -	**E-MAIL**	guilhermecollares@hotmail.com	
OCUPAÇÃO	Músico, veterinário, professor da Universidade da Região da Campanha (URCAMP) e pecuarista				
ONDE NASCEU	Bagé	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL	**OBSERVAÇÃO**				
Pastoreio de ovinos, pastoreio de caprinos, pastoreio de bovinos	Casado com Márcia Colares.				

NOME	Rosangele Soares Scholante			**X ENTREVISTADO** ☐ **NÃO ENTREVISTADO**	16
COMO É CONHECIDO(A)	Rô		**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	30.01. 1958	☐ **MASCULINO** **X FEMININO**
ENDEREÇO	Rincão dos Alves, Palmas, Bagé				
TELEFONE	53 99975 8667	**face** https://www.facebook.com/criacoes2017/	**E-MAIL**	criacoesro@hotmail.com	
OCUPAÇÃO	Artesã e pecuarista familiar				
ONDE NASCEU	Bagé	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL	**OBSERVAÇÃO**				
Pastoreio de ovinos, pastoreio de caprinos, pastoreio de bovinos, artesanato em lã e lidas caseiras	Esposa de Edgar Scholante. Criações Rô: entre seus produtos artesanais é possível encontrar: ovelinhas, pelegos, palas, capas, tapetes, pantufas e loncas de cabritos.				

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Karina Torma Scholante			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	17
COMO É CONHECIDO(A)	Karina Scholante	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	12.10.82	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Rincão dos Alves, Palmas, Bagé				
TELEFONE	(53) 99952.7204 (53) 999767 1647	**FAX**	-	**E-MAIL**	
OCUPAÇÃO	Doceira e pecuarista familiar				
ONDE NASCEU	Bagé	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde que nasceu		

BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO
Lidas caseiras/culinária campeira	Nora de Rosangele Scholante. Dentre as lidas caseiras, destaca-se na produção de: cucas, doces, ambrosias, via marca Sabores de Palmas. Abaixo fragmentos da entrevista com Karina sobre como e com quem aprendeu e os modos de fazer os doces em Palmas: *"Tem coisa que eu aprendi com a minha avó tipo as broas de milho. Eu aprendi quando eu tinha 7 ou 8 anos. Eu falei com a Vera e nós não queríamos a agroindústria. Já faz um bom tempo que a Emater nos auxilia e andamos vendo esse negócio da agroindústria. Eu falei para a Ana que não é o que eu quero pois vai fugir das nossas raízes, das nossas origens. E a gente tem que buscar as nossas origens. Nosso produto é diferente porque não usamos máquinas e é feito com as mãos, artesanal. Essa é a diferença. (...) A gente faz de tudo e é diferente da agroindústria em que, acredito, que usam muita máquina, muito conservante."* *"Nós fazemos ambrosias, doces de batata, de abóbora, rapadurinha de leite, figada, doce de pera, pessegada, depende da estação, da época, os pães caseiros, broa, essa parte do campo, da parte da alimentação rural. Nós não temos o pomar. Tipo o figo, temos algumas figueiras. No meu pai (que tem propriedade do outro lado da RS) tem pera e tem pêssego. Aqui também tem alguma coisa de pêssego. O que a gente não tem, tipo a batata que não plantamos aqui, a gente compra aqui na volta pois tem um monte de gente que planta."* *"Depois que eu parei de estudar, eu tinha uns 20 anos. Eu sempre fui da zona rural. Tirei um tempo fora, mas depois eu voltei a morar aqui. Com 19 anos eu voltei. A partir daquele momento, eu comecei a me interessar pelas coisas que a minha avó fazia tipo os doces de batata e as broas de milho, ela fazia, e eu amava tudo aquilo. Fui aprendendo e fui pegando o gosto. A ambrosia eu não sei exatamente quem me ensinou. A minha sogra [Rosangele Scholante] sabe fazer coisas maravilhosas na culinária. É que ela foi para o lado do artesanato. E eu gosto da alimentação. Eu fui adaptando daqui e dali porque, lógico que vocês sabem, cada um tem o seu ponto. Eu trouxe uma ambrosia que foi uma invenção. Eu botei um pouquinho de queijo e ela ficou com um gosto diferente. Fugiu daquele padrão tradicional da ambrosia e ficou com um sabor alterado. Mas eu faço de acordo com o gosto do meu cliente e de acordo com o que a pessoa gosta. Essa que eu fiz, eu vendo para uma cliente na cidade. Eu vendo*

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

	muito bem aqui em Bagé o meu doce e as pessoas gostam. Todos os doces que eu faço passam o dia todo em cima do meu fogão a lenha. Eu coloco ali de manhã, deixo meio retiradinho com fogo e aquilo ali vai. Aquilo deixa outro sabor. Por isso eu falo que não pode ser um agroindústria."

NOME	Davi Colares			**X ENTREVISTADO** ☐ **NÃO ENTREVISTADO**	18
COMO É CONHECIDO(A)	Davi		**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		**X MASCULINO** ☐ **FEMININO**
ENDEREÇO	Corredor da Lexiguana, Palmas, Bagé				
TELEFONE		**FAX** -	**E-MAIL**		
OCUPAÇÃO	Peão campeiro				
ONDE NASCEU	Bagé	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde os 13 anos		
BEM CULTURAL		**OBSERVAÇÃO**			
Pastoreio de ovinos, pastoreio de caprinos, pastoreio de bovinos e lidas caseiras		Realiza também atividade de peão caseiro			

NOME	Eduardo Collares Rodrigues			☐**ENTREVISTADO** **X NÃO ENTREVISTADO**	19
COMO É CONHECIDO(A)			**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	1978	**X MASCULINO** ☐ **FEMININO**
ENDEREÇO	Corredor da Lexiguana, Palmas, Bagé				
TELEFONE		**FAX** -	**E-MAIL**		
OCUPAÇÃO	Domador e peão campeiro				
ONDE NASCEU	Bagé	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL		**OBSERVAÇÃO**			
Pastoreio de ovinos, pastoreio de caprinos, pastoreio de bovinos e doma					

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Mano Lima			☐ENTREVISTADO X NÃO ENTREVISTADO	20
COMO É CONHECIDO(A)	Mano Lima		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		X MASCULINO ☐ FEMININO
ENDEREÇO					
TELEFONE		FAX -	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar, domador e criador de cachorro ovelheiro gaúcho				
ONDE NASCEU		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE			
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO			
Pastoreio de ovinos, pastoreio de caprinos, pastoreio de bovinos e doma					

NOME	Neco Dione Barbosa			☐ENTREVISTADO X NÃO ENTREVISTADO	21
COMO É CONHECIDO(A)	Neco Barbosa		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	14.09.72	X MASCULINO ☐ FEMININO
ENDEREÇO					
TELEFONE	(53) 99964-7857	FAX -	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar				
ONDE NASCEU		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE			
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO			
Pastoreio de ovinos, pastoreio de caprinos, pastoreio de bovinos					

NOME	Fabio Lima			☐ENTREVISTADO X NÃO ENTREVISTADO	22
COMO É CONHECIDO(A)			DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		X MASCULINO ☐ FEMININO
ENDEREÇO					
TELEFONE		FAX -	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Peão campeiro e domador				
ONDE NASCEU		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE			
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO			
Pastoreio de ovinos, pastoreio de					

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

caprinos, pastoreio de bovinos e doma	

NOME	Marcos Sanches Blanco			☐ENTREVISTADO X NÃO ENTREVISTADO	23
COMO É CONHECIDO(A)	Marcos Blanco		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	21.08. 1983	X MASCULINO ☐ FEMININO
ENDEREÇO	Pinheiro Machado				
TELEFONE	(53) 999798766	FAX -	E-MAIL	msblanco@altocamaqua.com.br	
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar e secretário executivo da Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã (ADAC)				
ONDE NASCEU	RIVERA, URUGUAY		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	2013	
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO			
Pastoreio de ovinos, pastoreio de bovinos					

NOME	Marcos Flávio Borba			☐ ENTREVISTADO X NÃO ENTREVISTADO	24
COMO É CONHECIDO(A)	Marcos Borba / EMBRAPA, Bagé		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		X MASCULINO ☐ FEMININO
ENDEREÇO PROFISSIONAL	BR 153 KM 595 , VILA INDUSTRIAL				
TELEFONE	(53) 32428499 Ramal: 232	FAX (53) 32428499	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Médico Veterinário, Sociólogo e pesquisador da Embrapa				
ONDE NASCEU			DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE		
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO			
		Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa de Pecuária dos Campos Sulbrasileiros.			

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Ana Rosa Sonaglio			☐ENTREVISTADO X NÃO ENTREVISTADO	25
COMO É CONHECIDO(A)		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO					
TELEFONE		FAX -	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Extensionista social do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Bagé,				
ONDE NASCEU		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE			
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO			

NOME	Mateus Oliveira Garcia			☐ENTREVISTADO X NÃO ENTREVISTADO	26
COMO É CONHECIDO(A)		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	27.12.79	X MASCULINO ☐FEMININO	
ENDEREÇO					
TELEFONE		FAX -	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Vereador, pecuarista familiar e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinheiro Machado e da ADAC				
ONDE NASCEU		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE			
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO			

NOME	Maria Eva da Silva Moreira			X ENTREVISTADO ☐NÃO ENTREVISTADO	27
COMO É CONHECIDO(A)	Dona Eva	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Coxilha do Fogo, Canguçu				
TELEFONE	(53) 98413.1685 e (53) 99968.4657	FAX -	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar				
ONDE NASCEU	Canguçu	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO			
Pastoreio de ovinos, pastoreio de		Casada com Mário Luiz dos Santos Moreira. Mãe de Rodrigo e Adriano			

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

bovinos e lidas caseiras	

NOME	Mário Luiz dos Santos Moreira			**X ENTREVISTADO** **☐ NÃO ENTREVISTADO**	28
COMO É CONHECIDO(A)	Seu Mário	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		**X MASCULINO** **☐ FEMININO**	
ENDEREÇO	Coxilha do Fogo, Canguçu				
TELEFONE		**FAX** -	**E-MAIL**		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar				
ONDE NASCEU	Canguçu	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL	**OBSERVAÇÃO**				
Pastoreio de ovinos e pastoreio de bovinos	Casado com Eva Teresinha da Silveira. Pai de Rodrigo e Adriano				

NOME	José Alfredo Buss			**X ENTREVISTADO** **☐ NÃO ENTREVISTADO**	29
COMO É CONHECIDO(A)	Seu Buss	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		**X MASCULINO** **☐ FEMININO**	
ENDEREÇO	Estrada Alto Alegre (Chamado também de Estrada Arroio Medina ou Passo do Medina)				
TELEFONE		**FAX** -	**E-MAIL**		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar				
ONDE NASCEU	Turuçu	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde 2003		
BEM CULTURAL	**OBSERVAÇÃO**				
Pastoreio de ovinos e pastoreio de bovinos	Casado com Ana Isabel Buss				

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Ana Isabel Borges Buss			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	30
COMO É CONHECIDO(A)	Dona Ana	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Estrada Alto Alegre (Chamado também de Estrada Arroio Medina ou Passo do Medina)				
TELEFONE		FAX -	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar				
ONDE NASCEU	Pelotas	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde 2003		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				
	Casada com José Alfredo Buss				

NOME	Dieder Becker Damé			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	31
COMO É CONHECIDO(A)	Dieder Damé	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		X MASCULINO ☐ FEMININO	
ENDEREÇO					
TELEFONE		FAX -	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar e presidente da Associação Canguçuense de Agropecuária Familiar (ACAF)				
ONDE NASCEU	Canguçu	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				

NOME	Analice Pinheiro da Rosa			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	32
COMO É CONHECIDO(A)	Analice	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Barrocão, Canguçu				
TELEFONE		FAX -	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Técnica em agropecuária, artesã e pecuarista familiar				
ONDE NASCEU	Canguçu	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				
Artesanato em lã e lidas caseiras	FORNECE ROSÁRIOS EM LÃ PARA O FIO FARROUPILHA				

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Isaurina de Oliveira Garcia			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	33
COMO É CONHECIDO(A)	Dona Isaurina	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Barrocão, Piratini				
TELEFONE		FAX -	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar e artesã				
ONDE NASCEU	Piratini	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				
Artesanato em lã e lidas caseiras	Esposa de Carlos Alberto Santos Garcia. Mãe de Lucas. Ocasionalmente, fornece fio para o Fio Farroupilha				

NOME	Carlos Roberto Santos Garcia			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	34
COMO É CONHECIDO(A)	Seu Carlinhos	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		X MASCULINO ☐ FEMININO	
ENDEREÇO	Barrocão, Piratini				
TELEFONE		FAX -	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar e presidente da Associação Comunitária do Barrocão, vinculada à ADAC				
ONDE NASCEU	Piratini	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				
Pastoreio de ovinos e pastoreio de bovinos	Esposo de Isaurina de Oliveira Garcia. Pai de Lucas				

NOME	Vanda Rosa Peligrinote Tarouco			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	35
COMO É CONHECIDO(A)	Dona Vanda	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	1953	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Alto das Figueiras, Piratini.				
TELEFONE	(53) 991565528	FAX -	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar				
ONDE NASCEU	Piratini	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde 2002		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				
Pastoreio de bovinos e lidas caseiras	Casada com Celso Tarouco				

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Celso Tarouco			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	36
COMO É CONHECIDO(A)	Seu Celso	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		X MASCULINO ☐ FEMININO	
ENDEREÇO	Barrocão, Piratini				
TELEFONE	(53) 991565528	FAX	-	E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar				
ONDE NASCEU	Piratini	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde 2002		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				
Pastoreio de ovinos	Esposo de Vanda Rosa Peligrinote Tarouco				

NOME	Rudinei Ribeiro de Oliveira			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	37
COMO É CONHECIDO(A)	Rudinei	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		X MASCULINO ☐ FEMININO	
ENDEREÇO	Barrocão, Piratini				
TELEFONE		FAX	-	E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar				
ONDE NASCEU	Piratini	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				
Pastoreio de ovinos e pastoreio de bovinos					

NOME	Claudimar Batista			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	38
COMO É CONHECIDO(A)		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		X MASCULINO ☐ FEMININO	
ENDEREÇO	Barrocão, Piratini				
TELEFONE	(53) 99969.8939	FAX	-	E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Peão campeiro e esquilador				
ONDE NASCEU	Piratini	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Pedro Nogueira Irala				X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	39
COMO É CONHECIDO(A)			DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		X MASCULINO ☐ FEMININO	
ENDEREÇO	Rua Fabrício Pilar, 1066, Bagé					
TELEFONE	(53) 3242.3558 e (53) 99961.5660	FAX	-	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Técnico veterinário aposentado, artesão, fabricante de teares e rocas					
ONDE NASCEU		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE				
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO				
Artesanato em lã						

NOME	Decionil Pereira Franco				☐ENTREVISTADO X NÃO ENTREVISTADO	40
COMO É CONHECIDO(A)	Seu Decinho		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		X MASCULINO ☐ FEMININO	
ENDEREÇO	CAÇAPAVA DO SUL					
TELEFONE		FAX	-	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar					
ONDE NASCEU		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE				
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO				

NOME	Jorge Dias				☐ ENTREVISTADO x NÃO ENTREVISTADO	41
COMO É CONHECIDO(A)	Seu Preto		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		X MASCULINO ☐ FEMININO	
ENDEREÇO	CAÇAPAVA DO SUL					
TELEFONE		FAX	-	E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar					
ONDE NASCEU		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE				
BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO				

ANEXO: CONTATOS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A4**

NOME	Amilton Camargo			**☐ENTREVISTADO X NÃO ENTREVISTADO**	42
COMO É CONHECIDO(A)			**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		**X MASCULINO ☐ FEMININO**
ENDEREÇO	Quilombo Corredor dos Munhóz, Lavras				
TELEFONE	(53) 3282 1333	**FAX** -	**E-MAIL**		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar e secretário da ADAC				
ONDE NASCEU		**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**			
BEM CULTURAL		**OBSERVAÇÃO**			
Pastoreio de ovino e pastoreio de bovinos		Quilombola residente no Quilombo Corredor dos Munhóz			

NOME	Clara Vaz			**☐ENTREVISTADO XNÃO ENTREVISTADO**	43
COMO É CONHECIDO(A)	Dona Clara		**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		**☐ MASCULINO XFEMININO**
ENDEREÇO	Palmas, Bagé				
TELEFONE		**FAX** -	**E-MAIL**		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar				
ONDE NASCEU		**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**			
BEM CULTURAL		**OBSERVAÇÃO**			
Pastoreio de ovinos					

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Andrea Madruga Garcia			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	44
COMO É CONHECIDO(A)	Andrea Madruga do Fio Farroupilha	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	23.04.72 / 29.01.95 (Fundação Fio Farroupilha)	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Fazenda Santa Isabel, BR 392, Piratini, RS				
TELEFONE	(53) 99942-6034	FACE	https://www.facebook.com/fiofarroupilha.piratini	E-MAIL	fiofarroupilha@gmail.com
OCUPAÇÃO	Artesã em lã e produtora rural				
ONDE NASCEU	Piratini	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				
Artesanato em lã	Aprendeu o artesanato em lã em cursos promovidos principalmente pela Emater de Canguçu, junto à Associação Comunitária Ponte do Império, há 10 anos. Atualmente, é proprietária da marca Fio Farroupilha e sócia-prioritária da Fazenda Santa Isabel. Produz peças 100% artesanal, utilizando a lã de seu rebanho, que é certificado. Vende seus trabalhos em feiras e festivais de produtos agropecuários.				

NOME	Zeni Crizel			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	45
COMO É CONHECIDO(A)	Dona Zeni	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Fazenda Santa Isabel, BR 392, Piratini, RS				
TELEFONE		FAX	-	E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Produtora rural				
ONDE NASCEU	Cerrito, na Estrada do Calheco	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde os anos 1980		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				
Pastoreio de bovinos e lida caseira	Mãe de Andrea Madruga. Passou a morar na localidade após o casamento. Faz a lida e comercialização de rebanho bovino. Sua propriedade abriga o ateliê/galpão do Fio Farroupilha.				

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Ana Rita Bretanha Souza			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	46
COMO É CONHECIDO(A)	Ana Rita	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	64 anos	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Mauá, 4º. Distrito de Arroio Grande				
TELEFONE	(51) 99874-9998	FAX	-	E-MAIL	aritabretanha@gmail.com
OCUPAÇÃO	Proprietária rural e auditora aposentada do Tribunal de Contas do Estado RS				
ONDE NASCEU	Jaguarão	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Na propriedade desde 1992.		
BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO				
Artesanato em lã	Casada com Fernando Souza, produtor rural. As propriedades no entorno foram vendidas a Votorantim, têm como lindeiros a monocultura de eucalipto e plantio de soja. Diz estarem resistindo na vocação pampeana de criação de rebanhos. Articula uma rede de contatos de artesãs, técnicos da Emater, quilombolas, entre Arroio Grande, Jaguarão e Pelotas, as quais indicou como possíveis interlocutores do INRC Alto Camaquã.				

Nome	Marcia Cristina Medeiros Torma Colares			X Entrevistado ☐ Não entrevistado	47
Como é conhecido(a)	Cris	Data de Nascimento / Fundação	1973	☐ Masculino X Feminino	
Endereço	Corredor das Lexiguanas, Distrito de Palmas, Bagé				
Telefone	(53) 999745208	Fax	-	E-mail	
Ocupação	Serviços caseiros e pecuarista familiar.				
Onde nasceu	Palmas, Bagé	Desde quando mora na localidade	Desde que nasceu		
Bem cultural	Observação				
Lida caseira/Culinária Campeira; Pastoreio com bovinos, ovinos e caprinos	Faz doces de frutas como marmelada, figada e pessegada no tacho de cobre comprado pela família há alguns anos. As frutas são congeladas considerando a sazonalidade da produção. Assim, podem fazer doces em outros períodos do ano. As figueiras dão frutos nos meses de outubro a janeiro, os pessegueiros e os marmeleiros dão frutos nos meses de janeiro a março. Também faz doces com leite tais como rapaduras e ambrosias. Nestes casos, são feitos na panela. Por serem feitos de leite, podem serem produzidos o ano inteiro. Na época das crias das vacas aumenta a quantidade de leite disponível sendo o momento em que mais fazem doces. Marcia Cristina aprendeu a fazer doces com a mãe sendo quem lhe ensinou as medidas. Os doces de panela são feitos na cozinha da casa. Já os doces de tacho de cobre, são cozidos na rua. Ela divide com o marido João a lida no campo, com os animais bovinos, ovinos e caprinos. João por sua vez participa na lida da casa em atividades como fazer doces descascando as				

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

	frutas. Na entrevista elencou, também, os alimentos salgados que compõem a culinária campeira. Na região os principais são o arroz de carreteiro com charque, o feijão com charque, o queijo de porco, a linguiça de porco e rês e a própria carne do gado bovino, ovino e caprino.

Nome	Nilva Elsner Schwert			**X Entrevistado** ☐ **Não entrevistado**	48
Como é conhecido(a)	Dona Nilva		**Data de Nascimento / Fundação**	1956	☐ **Masculino** **X Feminino**
Endereço	Rua Fortunato Mesk da Silveira, 510, João Emílio, Candiota - RS				
Telefone	(53) 98126 4017	**Fax**	-	**E-mail**	fiosevestes@hotmail.com
Ocupação	Produtora rural e artesã				
Onde nasceu	Restinga Seca - RS		**Desde quando mora na localidade**		

Bem cultural	**Observação**
Artesanato em lã	Trabalha com lã há 16 anos. Adotou o ofício do artesanato em lã como alternativa diante de um problema de saúde na família. Veio de Restinga Seca para Bagé, trabalhavam como agricultores, à época. Fez cursos na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), onde aprendeu a manufaturar lã e curtir pelego Faz, também, crochê e tricô com fio industrial. Seu marido foi agricultor, produziam cultivos de soja, arroz e milho. Atualmente, o marido auxilia em casa na feitura dos alimentos, o que permite mais tempo para a artesã se dedicar ao ofício. Expõem as peças de vestuário em lã na Expointer, Fenadoce, Expodireto (Não Me Toque), Feovelha (Pinheiro Machado), Feira de Ovinos (Bagé e Dom Pedrito), e feiras nas cidades de Soledade e Rio Pardo, momentos importantes para a troca de experiências com outras artesãs. Trabalha, também, com tear quadrado de pregos e tear geométrico de pregos, com seis cantos, denominado *ñandutí*.

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

Nome	Marcelo Soares Scholante			**x Entrevistado** **☐ Não entrevistado**	49
Como é conhecido(a)		**Data de Nascimento / Fundação**	07/04/1992	**X Masculino** **☐ Feminino**	
Endereço	Coxilha das Flores – Localidade Palmas – Bagé - RS				
Telefone	(53) 999628106	**Fax**	-	**E-mail**	criacoesro@hotmail.com
Ocupação	Produtor Rural e Artesão				
Onde nasceu	Palmas, Bagé	**Desde quando mora na localidade**	Desde que nasceu		

Bem cultural	**Observação**
Artesanato em lã, pastoreio de ovinos, pastoreio de caprinos, pastoreio de bovinos	Após completar o serviço militar, começou a acompanhar a mãe Rosangele Scholante na confecção de artefatos em lã e trabalha com o pai na lida de pastoreio. Confecciona palas de diferentes tipos e tamanhos, mantas e ovelhas de brinquedo. A família divide as tarefas entre a confecção do artesanato e a comercialização em feiras. Assim, quando está nas feiras, sua mãe está envolvida com a produção.

Nome	Cleusa Rodrigues			**X Entrevistado** **☐ Não entrevistado**	50
Como é conhecido(a)		**Data de Nascimento / Fundação**		**☐ Masculino** **X Feminino**	
Endereço	Dom Pedrito				
Telefone	(53) 99910 9754	**Fax**	-	**E-mail**	
Ocupação	Artesã				
Onde nasceu		**Desde quando mora na localidade**			

Bem cultural	**Observação**
Artesanato em lã crua	Trabalhava em uma fazenda em Dom Pedrito, desloca-se para a cidade em função da educação dos filhos. Seu esposo segue trabalhando no campo. Na cidade, acompanhava a mãe durante as atividades da Legião Brasileira de Assistência (LBA), onde realizou os cursos de artesanato em lã. O artesanato em lã representa uma forma de autonomia na renda familiar.

ANEXO: CONTATOS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A4**

Nome	Gorete Domingues			**Entrevistado X Não entrevistado**	51
Como é conhecido(a)		**Data de Nascimento / Fundação**		**☐ Masculino x Feminino**	
Endereço					
Telefone	(51) 98931 6926	**Fax**	-	**E-mail**	
Ocupação	Artesã				
Onde nasceu		**Desde quando mora na localidade**			
Bem cultural		**Observação**			

Nome	Sergio Brasil Scholante			**☐ Entrevistado X Não entrevistado**	52
Como é conhecido(a)		**Data de Nascimento / Fundação**	75 anos	**X Masculino ☐ Feminino**	
Endereço					
Telefone		**Fax**	-	**E-mail**	
Ocupação	Produtora rural				
Onde nasceu		**Desde quando mora na localidade**			
Bem cultural		**Observação**			

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

Nome	Clair Schneid Vaz Luiz			X **Entrevistado** ☐**Não entrevistado**	53
Como é conhecido(a)		**Data de Nascimento / Fundação**	59 anos	☐ **Masculino** **X Feminino**	
Endereço	Palmas, Bagé				
Telefone	(53) 99940-6715	**Fax** -	**E-mail**		
Ocupação	Produtora rural e artesã				
Onde nasceu	Bagé	**Desde quando mora na localidade**	Desde criança		
Bem cultural	**Observação**				
Pastoreio de ovinos, artesanato em lã	Foi criada pela avó, em Palmas, após o falecimento da mãe. Aprendeu com a avó, que fazia artesanato. Realiza todo o processo, desde esquila, lavagem, carda e fio. Utiliza, também, fuso.				

Nome	Edson Yunes Ferreira			**X Entrevistado** ☐ **Não entrevistado**	54
Como é conhecido(a)		**Data de Nascimento / Fundação**	07/11/1955	**X Masculino** ☐ **Feminino**	
Endereço Profissional	Av. Julio de Castilhos, n°1050				
Telefone	(53) 3261-1813 (55)9992-80884	**Fax** -	**E-mail**	yunesferreira@gmail.com	
Ocupação	Presidente da Cooperativa de Lãs Mauá Ltda. de Jaguarão, Produtor rural, Aposentado				
Onde nasceu	Jaguarão	**Desde quando mora na localidade**	Desde que nasceu		
Bem cultural	**Observação**				
Cadeia da lã	A Cooperativa de Lãs Mauá foi fundada em 1952 com o intuito de proporcionar aos produtores de lã um local para comercializar a lã de maneira a organizar esta cadeia produtiva. Busca valorizar a produção de lã no município, agregar valor ao produto, efetivando a classificação, a seleção da lã e a venda para a indústria nacional. Atualmente a cooperativa tem o objetivo de organizar o Museu da lã em Jaguarão.				

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

Nome	Paulinho Luiz GarciaFerraz			**X Entrevistado** **☐ Não entrevistado**	55
Como é conhecido(a)	Paulinho	**Data de Nascimento / Fundação**	04/09/1972	**X Masculino** **☐ Feminino**	
Endereço Profissional	Av. Júlio de Castilhos, n° 1050				
Telefone		**Fax** -	**E-mail**	paulinhovendascoop@gmail.com	
Ocupação	Técnico em lã / Cooperativa de Lãs Mauá				
Onde nasceu	Gravataí/RS	**Desde quando mora na localidade**	Desde 1983		
Bem cultural	**Observação**				
Cadeia da lã	A Cooperativa de Lãs Mauá foi fundada em 1952 com o intuito de proporcionar aos produtores de lã um local para comercializar a lã de maneira a organizar esta cadeia produtiva. Busca valorizar a produção de lã no município, agregar valor ao produto, efetivando a classificação, a seleção da lã e a venda para a indústria nacional. Atualmente a cooperativa tem o objetivo de organizar o Museu da lã em Jaguarão.				

NOME	Nilma Silveira da Silva			**X ENTREVISTADO** **☐ NÃO ENTREVISTADO**	56
COMO É CONHECIDO(A)		**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	1946	**☐ MASCULINO** **X FEMININO**	
ENDEREÇO	Rua XV de Novembro, n°, Bairro Kennedy , Jaguarão/RS				
TELEFONE	(53)984187723	**FAX**	**E-MAIL**		
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Jaguarão	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde que nasceu		
BEM CULTURAL	**OBSERVAÇÃO**				
Artesanato em lã	Em Jaguarão a técnica que particulariza a cidade é o crochê em jacquard, a técnica que é feita com dois ou mais fios de lã de cores diferentes, utilizando a agulha de crochê, em que o entrelaçamento dos fios constrói gráficos. O artesanato em lã também compreende diversos modos de fazer, que podem ser em tricô ou em teares, realizado com lã natural. O processo de constituição do fio da fibra natural compreende lavar a lã manualmente, cardar, e fiar na roca manual ou elétrica.				

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Nilza Perez de Oliveira			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	57
COMO É CONHECIDO(A)		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	1940	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Rua XV de Novembro, Centro, Jaguarão/RS				
TELEFONE	(53)984247752	FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Jaguarão	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		

BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO
Artesanato em lã	Em Jaguarão a técnica que particulariza a cidade é o crochê em jacquard, a técnica que é feita com dois ou mais fios de lã de cores diferentes, utilizando a agulha de crochê, em que o entrelaçamento dos fios constrói gráficos. O artesanato em lã também compreende diversos modos de fazer, que podem ser em tricô ou em teares, realizado com lã natural. O processo de constituição do fio da fibra natural compreende lavar a lã manualmente, cardar, e fiar na roca manual ou elétrica.

NOME	Nilva Domingues Silveira			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	58
COMO É CONHECIDO(A)		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	1926	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO					
TELEFONE		FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Jaguarão	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		

BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO
Artesanato em lã	Em Jaguarão a técnica que particulariza a cidade é o crochê em jacquard, a técnica que é feita com dois ou mais fios de lã de cores diferentes, utilizando a agulha de crochê, em que o entrelaçamento dos fios constrói gráficos. O artesanato em lã também compreende diversos modos de fazer, que podem ser em tricô ou em teares, realizado com lã natural. O processo de constituição do fio da fibra natural compreende lavar a lã manualmente, cardar, e fiar na roca manual ou elétrica.

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Nilda Silveira			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	59
COMO É CONHECIDO(A)		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	1950	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO					
TELEFONE	(53)984319588	FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Jaguarão	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		

BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO
Artesanato em lã	Em Jaguarão a técnica que particulariza a cidade é o crochê em jacquard, a técnica que é feita com dois ou mais fios de lã de cores diferentes, utilizando a agulha de crochê, em que o entrelaçamento dos fios constrói gráficos. O artesanato em lã também compreende diversos modos de fazer, que podem ser em tricô ou em teares, realizado com lã natural. O processo de constituição do fio da fibra natural compreende lavar a lã manualmente, cardar, e fiar na roca manual ou elétrica.

NOME	Cenilza Cardoso Rodrigues Dreckmann			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	60
COMO É CONHECIDO(A)		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	1971	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Rua Joaquim Caetano, n°534, Centro				
TELEFONE		FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Jaguarão	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		

BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO
Artesanato em lã	Em Jaguarão a técnica que particulariza a cidade é o crochê em jacquard, a técnica que é feita com dois ou mais fios de lã de cores diferentes, utilizando a agulha de crochê, em que o entrelaçamento dos fios constrói gráficos. O artesanato em lã também compreende diversos modos de fazer, que podem ser em tricô ou em teares, realizado com lã natural. O processo de constituição do fio da fibra natural compreende lavar a lã manualmente, cardar, e fiar na roca manual ou elétrica.

ANEXO: CONTATOS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A4

NOME	Wamandiry Auce do Nascimento Ferreira			X ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	61
COMO É CONHECIDO(A)		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	1972	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO					
TELEFONE		FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Goiânia -GO	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde o ano de 2009		

BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO
Artesanato em lã	Em Jaguarão a técnica que particulariza a cidade é o crochê em jacquard, a técnica que é feita com dois ou mais fios de lã de cores diferentes, utilizando a agulha de crochê, em que o entrelaçamento dos fios constrói gráficos. O artesanato em lã também compreende diversos modos de fazer, que podem ser em tricô ou em teares, realizado com lã natural. O processo de constituição do fio da fibra natural compreende lavar a lã manualmente, cardar, e fiar na roca manual ou elétrica.

3. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR (ES)	DAIANE LORETO DE VARGAS, DANIEL VAZ LIMA, VAGNER BARRETO, FLÁVIA MARIA SILVA RIETH	
SUPERVISOR	Marco Antônio Verardi Fialho (Orientador doutorado Extensão Rural - UFSM) Flávia Maria Silva Rieth	
PREENCHIDO POR	DAIANE LORETO DE VARGAS, VAGNER BARRETO, DANIEL VAZ LIMA, MIRIELBILHALVA, JULIANA NUNES E FLÁVIA MARIA SILVA RIETH	DATA 22-09-2017
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Flavia Maria Silva Rieth	

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA	Outubro de 2017	INÍCIO		TÉRMINO	
ENTREVISTADOR	Daniel Vaz Lima, Vagner Barreto, Flávia Rieth	SUPERVISOR	Flávia Rieth		

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Palmas
MUNICÍPIO / UF	Bagé/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Lidas caseiras e pastoreio com ovinos, bovinos e equinos
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Lida campeira

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Vera Colares			Nº	
COMO É CONHECIDO(A)	Vera Colares	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	22.09.1964	SEXO	☐ MASCULINO X FEMININO
ENDEREÇO	Corredor da Lexiguana, Palmas, Bagé				
TELEFONE	(53) 98128-5722	FAX		E-MAIL	veracolares@yahoo.com.br
OCUPAÇÃO	Contabilista e aposentada da Receita Federal. Pecuarista familiar e Presidente da Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa).				
ONDE NASCEU	Bagé	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

Contabilista e aposentada da Receita Federal, Vera morou nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e Bagé. Conta que, porém, sempre manteve o vínculo com as lidas na propriedade, acompanhando as atividades nos momentos de folga do trabalho como funcionária pública. Ao se aposentar, a interlocutora retornou para o imóvel rural de sua família residindo, atualmente, com sua mãe, Eny Scholante Collares. É responsável pela organização das atividades da propriedade executando todas as etapas e sendo acompanhada por um peão assalariado. Sobre a lida campeira, a interlocutora comentou: "*A nossa lida é em campo nativo, a criação é extensiva. Os animais ficam soltos e eles vivem bem, em contato com a natureza."*

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

O aprendizado na lida se deu acompanhando a família. Vera remete a seu falecido pai, Godofredo Miranda Collares o primeiro contato com os modos de fazer:

"*Meu primeiro contato com as lidas campeiras foi aos 3 dias de vida, quando meu pai campeiro, tropeiro, guasqueiro, domador, aramador, esquilador, lavrador, doceiro e mais uma infinidade de ofícios, me trouxe "na frente" do cavalo desde o ônibus até nossa casa na zona rural de Bagé, distrito de Palmas.*

Foi um amor para nunca mais se acabar, pelo meu pai e pela vida rural... Fui criada no lombo do cavalo...Mas nunca fui uma grande cavaleira...As muitas quedas que levei dão conta de comprovar tal afirmativa..." (Texto escrito pela interlocutora para a equipe)

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Ao longo de sua história a família de Vera ensinou muitos garotos sobre as lidas caseiras e campeiras. São aprendizes que passam a conviver com a família acompanhando as atividades cotidianas. Seu Beto (questionário 2) em sua adolescência aprendeu com a Dona Eny as lidas caseiras. Atualmente o Davi Colares (ficha de contatos n° 18) acompanha as atividades cotidianas da propriedade.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Em construção.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Participou dos processos de constituição da Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa) em que é a atual Presidente. Fundada em agosto de 2017, a associação tem como missão promover continuamente, reuniões com os associados conversando sobre temas, como desenvolvimento sustentável, saúde do idoso, proteção ao Bioma Pampa, controle de espécies vegetais exógenas. A associação busca também participar e promover eventos e feiras.

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	A lida campeira é uma atividade cotidiana.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	X	X	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

X **MEIO DE VIDA – "*NOSSA VIDA É CUIDANDO, TODOS OS DIAS, DOS ANIMAIS PARA QUE ELES FIQUEM BEM E NÃO ADOEÇAM E MORRAM." (VERA COLARES).***

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

A história de Palmas é contada pelos habitantes locais que remontam as origens da atividade no século XVIII quando algumas famílias receberam doações de sesmarias para a ocupação deste território. Tais famílias passaram, então, a realizar a atividade pecuária de criação de bovinos, caprinos e ovinos. "*Todos esses saberes e fazeres, transmitidos de pais para filhos, na convivência diária, entremeados num modo de vida em comunidade, em um ambiente de harmonia com uma natureza exuberante de beleza, uma paisagem de "encher os olhos", com formações rochosas de alto impacto visual, abraçadas pelas curvas do rio Camaquã e uma flora e uma fauna rica e variada, vem fazendo com que esse bem cultural se perpetue no tempo a quase trezentos anos. " (Texto escrito para a equipe)*

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Em construção.

7. PREPARAÇÃO

As atividades de preparação para a lida no campo são entendidas como parte da lida caseira. Pela manhã, após tomar chimarrão à beira do fogo na lareira, Vera e Regis, funcionário da propriedade, iniciam as atividades. "*De manhã, quando a gente acorda, a gente já começa a trabalhar com os animais. A gente alimenta as galinhas, que nessa época estão com pintinhos. Depois vamos dar comida para os porcos e tirar leite das vacas. E também a gente tem que alimentar os guaxinhos que estão em casa que são os cordeirinhos e cabritos que perderam a mãe e a gente leva para criar em casa."* (Entrevista)

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
Pastoreio com bovinos – recorrer o gado	*"Depois que a gente faz estas lidas na volta de casa, a gente pega o cavalo, encilha, e vamos camperiar juntamente com os cães. Nessa época, a natureza toda está se reproduzindo. As vacas estão dando cria, as ovelhas estão dando cria, as cabritas estão dando cria. Então é necessário que a gente passe quase todos os dias no campo para verificar se está tudo bem, porque se uma vaca pode se trancar* [distocia] *com o terneirinho, ela pode morrer, o terneirinho pode morrer, sendo necessário que a gente faça uma revisão quase que diária.* *A gente vai para o campo com os cavalos e com os cães. Juntamos o gado em determinado lugar, que chamamos de rodeio e ali no rodeio a gente faz a verificação dos animais, para ver se está tudo bem, se não tem animais doentes, etc. Tem um lugar que chamam rodeio ou parador que já é habitual reuni-los sempre ali. Então, eles já sabem que tem que ir por ali. Tu atiças os cachorros atrás deles e eles vão se dirigindo para este lugar. Às vezes querem ficarem escondidos no meio do mato e tu manda os cachorros entrar no mato e correr eles de lá.* [Com os animais no rodeio]*, a gente pega os terneirinhos recém-nascidos e curamos o umbigo deles para que as moscas [Dermatobia hominis] não ponham vareja e ele não fique doente. É muito comum elas darem a cria e esconderem os filhotes no mato. Aí tens que procurar mesmo. Tem que entrar a pé no mato, as vezes os cachorros não acham. Outras vezes passam dois dias e as vacas acabam levando os filhotinhos para o campo limpo. Ela vem pastar nos lugares limpos e acaba enxergando ela. O ideal é deixar em potreirinho sem matos. O pessoal quando vê, dois ou três dias antes, que elas vão dar cria, pois elas começam a encher o úbere, levam para estes lugares.* *Isso é, como dizem, a lida habitual, diária. Assim, umas duas vezes por semana tens que fazer isso, recorrer todo o gado para ver se não tem bicheira. Na época da primavera o ideal seria fazer isso todos os dias."* (Entrevista)	Vera e o funcionário Regis. Em entrevista a interlocutora comentou sobre as funções de cada pessoa no trabalho com bovinos: *"Na hora de fazer a cura dos terneiros a gente tem que ficar cuidando. Um campeiro pega o terneiro para tratar com os remédios e o outro campeiro fica atacando a vaca para que ela não atropele e não corneie aquele que está no chão. Então, são necessárias duas pessoas para fazer a lida. Quando a vaca é muito brava, temos que pegar o terneiro e passar para o outro lado do arame porque ela atropela com cavalo e tudo."*

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

Pastoreio com bovinos – Banhar o gado e fazer as vacinas	*"Na época do inverno a gente não tem muitos problemas com o carrapato [Ixodoidea] e não há muita necessidade de dar banho de carrapaticida neles. Em outubro já começa a ter carrapato. Em seguida já temos que fazer as vacinas também. Temos que juntar o gado e levar para fazer as vacinas. "* (Entrevista). É uma atividade que vem após recorrer o gado quando o mesmo é verificado. Com a presença do carrapato o gado deverá ser encaminhado para o banheiro de imersão onde serão tratados com remédio contra estes ectoparasitas. Então, junta-se a tropa e, com a ajuda dos cachorros, e direciona para o banheiro. No período da entrevista, Vera estava construindo um banheiro em uma área estratégica da propriedade em função de, em alguns casos, a localização dessa instalação estar distante de algumas tropas. A interlocutora enfatizava que o remédio contra os carrapatos "*abala muito o animal"*. Ter que os levar muito longe estressa os animais, pois as vacas ficam preocupadas com as crias. Além disso, os animais suam muito nos dias quentes. Por fim, tem-se a ação do remédio que entra pela boca, pelos olhos, *abalando-os*.	Vera e o funcionário Regis. Também pode participar da atividade outras pessoas como os vizinhos.
Pastoreio com ovinos	*"Em relação as ovelhas a gente, de três em três dias, junta o rebanho. Elas são bem fáceis de lidar. A gente só toca* [com a ajuda dos cachorros] *e vem praticamente todas para dentro da mangueira. A gente faz a revisão para ver se está tudo certinho, se não tem nenhuma doente, abichada. É necessário juntar seguidamente porque as ovelhas são muito sensíveis. Se elas adoecerem e tu não juntar em poucos dias, elas poderão morrer. Nessa época elas estão dando cria e temos que cuidar os predadores como o sorro, os corvos também podem matar os animaizinhos, os caranchos também. Então, a gente tem que estar sempre revisando para evitar a perda desses animais."* (Entrevista)	Vera e o funcionário Regis. Também pode participar da atividade outras pessoas como os vizinhos.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

Pastoreio com caprinos	*"A mesma coisa com as cabras. São semelhantes as ovelhas no cuidado. Geralmente, a gente traz elas para casa na época da reprodução porque elas saem mais para longe dos filhotinhos e é mais fácil destes sofrerem ataques de predadores. Elas dão cria perto da gente para cuidar dos filhotinhos depois. Quando eles estão grande a gente larga para o campo e aí já não tem tanto perigo dos predadores atacarem."* (Entrevista) As cabras habitam as pedras que são um conjunto de afloramentos rochosos, chamado pelos habitantes de *cordilheira de pedras,* que se estendem por toda a região. São pedras de todos os tamanho e formatos algumas chegando a uma altura próxima dos 50 m. Vera concebe as pedras como o "*reino das cabras*" pois tem lugares que somente elas conhecem o acesso. Lugares em que o acesso de humanos se dá somente por mediação de instrumentos como cordas, escadas, cabos de aço. Só os pássaros vão mais longe. As "*pedras estão vivas!*" São co-habitadas por matos de bromélias e coqueiros e pelas cabras, ou seja, porque uma reunião de vidas se mistura em diferentes combinações e transformações. Os caminhos por entre as pedras são construídos pelas cabras sendo quem melhor conhece estes lugares. Às vezes elas se perdem, sobem em lugares e não conseguem voltar. Pastorear as cabras nestes lugares requer determinadas habilidades, como correr nas pedras, e conhecimento destes caminhos construídos por elas. Nessa atividade, os cães são importantes pois conseguem chegar em lugares em que os humanos não chegam. As vacas e as ovelhas também frequentam as pedras, porém não são capazes de chegar em lugares que as cabras chegam.	Vera e o funcionário Regis. Também pode participar da atividade outras pessoas como os vizinhos.

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
BANHEIRO DE IMERSÃO PARA BOVINOS. De alvenaria; corredor com 2,5 metros de profundidade, aproximadamente, contendo água com produto químico. Sua extensão é variada (8, 10 metros) e sua largura deve ser para que passe um animal por vez. Sua capacidade de carga é em torno de 10 mil litros. Os banheiros mais antigos poderiam conter até 18 mil litros de água com produto químico (às vezes até mais) e sua extensão ultrapassava os 20 metros de comprimento, além de possuir profundidade de até 3 metros. É o local para banho de bovinos em que os animais se atiram na água contendo o produto químico.	Banhar o gado, na cura ou prevenção, contra ectoparasitas.	VERA É QUEM COMPRA O MATERIAL COM SEUS RECURSOS PRÓPRIOS. A MANUTENÇÃO PODE SER FEITA POR PESSOAS ESPECIALIZADAS OU PELO FUNCIONÁRIO DA PROPRIEDADE.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

Mangueiras - Cercas de arame ou madeira onde os animais ficam presos durante os processos de vacinação, cura, banho, castração e demais atividades de cuidado. As cercas antigas, primeira forma de contenção dos animais, eram feitas de pedras.	Evitar que os animais se dispersem pelo campo antes de serem tratados.	VERA É QUEM COMPRA O MATERIAL COM SEUS RECURSOS PRÓPRIOS. A MANUTENÇÃO PODE SER FEITA POR PESSOAS ESPECIALIZADAS OU PELO FUNCIONÁRIO DA PROPRIEDADE.

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
ARREIOS – para montaria do cavaleiro, tanto para lida campeira, quanto para doma e gineteada. Há variações dos arreios conforme sua utilização, porém os itens básicos, utilizados para montaria, serão descritos de acordo com observação e entrevista. Os arreios estão dispostos na seguinte ordem de sobreposição, mais comumente usadas para as lidas campeiras: xergão - carona, - basto/sela/serigote - cinchão (ou cincha) e barrigueira – pelegos – badana (nem sempre é usada) – cincha (ou sobrecincha) e barrigueira. Fazem parte do conjunto, ainda, os estribos, a cabeçada com freio e rédeas e o bucal com cabresto (opcional). Pode-se considerar parte do conjunto, ainda, o rebenque/mango/relho (usado para instigar o animal a acelerar a andadura, ou, no caso do esporte de gineteada, para fazer o animal pular com o cavaleiro sobre ele. Os arreios podem sofrer variação, porém os relacionados acima, são os mais comumente utilizados na região.	Conjunto de artefatos utilizados para a montaria. O cavaleiro pode optar pelo conjunto de arreios mais adequado para seu objetivo, lida campeira, doma do cavalo ou gineteada.	Os arreios são comprados de especialistas e artesãos.
XERGÃO: é um artefato confeccionado em lã crua, em geral produzido artesanalmente, através da fiação e tear. Seu formato é aproximadamente um retângulo e deve cobrir todo o lombo do animal, caindo pelos lados do mesmo, não chegando a cobrir toda a região das costelas do cavalo. Todos os outros artefatos que fazem parte dos arreios de montaria apoiam-se sobre o xergão.	Serve para proteger o lombo do animal contra o atrito do basto/sela/serigote.	O xergão pode ser confeccionado na própria propriedade, porém, em geral, é comprado de mulheres que trabalham com a fiação da lã e a confecção do artefato com o tear.
CARONA – em geral é feita de couro. Atualmente é confeccionada artesanalmente ou industrialmente. Sua matérias-primas, além do couro, podem ser materiais sintéticos como esponja forrada com tecidos de algodão ou poliéster. É posta sobre o xergão e suas medidas são aproximadamente as mesmas deste.	É utilizada para minimizar o impacto dos arreios sobrepostos no animal.	Pode ser confeccionada na propriedade ou ser adquirida através da compra de terceiros.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

BASTO/SELA/SERIGOTE – artefatos de formatos diferentes, confeccionados em couro e materiais sintéticos, como vinil imitando couro. Porém o couro é a matéria-prima de preferência. Pode ser feito artesanalmente ou industrialmente, o que, nos dias atuais, é mais comum.	São utilizados para a mesma função: que o cavaleiro monte o cavalo com maior equilíbrio e segurança.	Comumente, o proprietário adquire esses artefatos em lojas especializadas, com recursos próprios.
CINCHÃO (OU CINCHA) E BARRIGUEIRA - É uma tira de couro de um palmo e meio de largura (aproximadamente), duplo (duas trias costuradas juntas), que contém duas argolas de metal em suas extremidades mais compridas (mais ou menos 50 cm de comprimento). Nessas argolas, a BARRIGUEIRA é presa. Este é um artefato confeccionado com várias tiras de barbantes grossos (em torno de 8 ou 10 tiras), em cujas extremidades são colocadas argolas de metal, que servem para unir este objeto ao cinchão. Enquanto o cinchão fica sobre o basto, a barrigueira passa por baixo da barriga do cavalo. A união entre o cinchão e a barrigueira, ocorre através de LÁTEGOS.	O cinchão serve, junto com a barrigueira, para segurar os arreios anteriormente descritos, sobre o lombo do cavalo.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas. O couro pode ser produzido na própria na propriedade, porém as argolas de metal e o barbante são comprados com recursos da entrevistada em lojas comerciais. As argolas podem ser compradas diretamente de ferreiros - especialistas em trabalhar com metais.
LÁTEGOS - são tiras de couro de dois dedos de largura (couro cru) que podem ter até 2 metros de comprimento.	São enrolados nas argolas do cinchão e da barrigueira, concomitantemente, unindo esses dois artefatos e mantendo o basto sobre o cavalo, evitando que os arreios fiquem soltos durante a montaria.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
ESTRIBOS - Os estribos têm formato variado, porém parecem-se com argolas grandes, com a porção inferior, onde o cavaleiro apoiará o pé, podendo ser de formato achatado ou arredondado. São feitas de metal (ferro, inox) e são postos nas laterais do cavalo, para o cavaleiro calçar o pé e firmar-se quando está montando o cavalo. São presos ao basto/sela/serigote por meio dos LOROS. Os estribos ficam presos aos loros e esses, são presos ao basto/sela/serigote, através dos látegos. Cada estribo fica de um lado do cavalo e seu comprimento de uso depende do comprimento das pernas do cavaleiro	Artefatos utilizados para apoio dos pés do cavaleiro, permitindo maior equilíbrio na monta.	São comprados de ferreiros especializados, ou em casas comerciais.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

LOROS - são artefatos confeccionados, em geral, em couro. Os loros são feitos, comumente, de duas tiras de couro, de dois dedos de largura, unidos por costuras em fios de couro (tentos) ou, industrialmente, por fios de barbante reforçados. O loros têm aproximadamente um braço de comprimento, (as tiras de couro dos loros são de aproximadamente dois dedos de largura). São unidos ao basto/sela/serigote através de látegos - em um local específico do basto (em argolas de couro ou de metal que estão presos ao basto para passar os látegos).	Servem para prender os estribos ao basto/sela/serigote.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
PELEGOS – São feitos da pele inteiriça de ovinos, a parte “carnal” é a de contato com a carne do ovino in vivo. A parte externa, é a lã do ovino sem que este tenha sido tosado (tosa: retirada do excesso de lã dos ovinos para venda desse material e para aliviar os animais do calor do verão). Os pelegos são colocados sobre o basto/sela/serigote, com a parte externa (lã) voltada para cima. Pode ser utilizado um ou mais pelegos sobrepostos.	Minimiza o atrito das pernas do cavaleiro com o basto/sela/serigote. É para proteção do cavaleiro.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
BADANA – artefato de couro, praticamente bidimensional, É o artefato que fica sobre todos os outros (com exceção da cincha e barrigueira) e nem sempre é utilizado (opcional). Tem o tamanho aproximado dos pelegos, em geral, um pouco mais curto e estreito que esses.	Serve para proteger as pernas do cavaleiro do contato direto com os pelegos.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
CINCHA (OU SOBRE-CINCHA) E BARRIGUEIRA – São praticamente os mesmos artefatos “cinchão e barrigueira”, porém a cincha (sobrecincha) nesse caso é de aproximadamente 10 cm de largura e 60 a 70 cm de comprimento, mais ou menos). A barrigueira que faz parte desse conjunto, também costuma ser um pouco mais comprida, ainda que sua largura possa ser a mesma da primeira barrigueira (que faz parte do cinchão).	Têm a função de manter os pelegos em seu lugar para a montaria do cavaleiro, evitando quedas.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.
LAÇO - Corda trançada, feita de couro, nylon ou outros materiais, com uma argola de metal em uma das extremidades. A outra extremidade passa por dentro da argola, formando um anel com acorda, que é girada no ar, jogada sobre o animal, e esticada quando enlaçando este, até derrubá-lo. O laço é um instrumento manual, que pode ser usado pelo homem montando cavalo, bem como, no chão, quando em espaços cercados.	Evitar que o animal dispare ou machuque alguém enquanto é tratado. Também é utilizado para laçar o animal quando este for ser abatido.	Pode ser confeccionado na propriedade ou comprado em lojas especializadas.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
Doces de tacho* – polpa de frutas cozidos com açúcar em recipientes (tachos) de cobre. Tais doces são: marmelada, figada, pessegada, aboborada, perada, batatada, e as rapaduras (de batata e abobora), os doces de calda, de pêssego, batata, abobora, laranja e figo.	Os doces são servidos após refeições do almoço e a do jantar. Também são fontes de renda considerando que são comercializados para consumidores urbanos ou nas feiras da agricultura familiar.	A família é quem provê obtendo as matérias primas da horta, dos matos e pomares da propriedade.
Alimentos baseados em leite como os queijos, a manteiga, a ambrosia e as rapaduras de leite.	Servidos após o almoço e jantar e também nos cafés da manhã e da tarde. Também são fontes de renda considerando que são comercializados para consumidores urbanos ou nas feiras da agricultura familiar.	A família é quem provê obtendo a matéria prima dos animais da propriedade.
Derivados de carne como as linguiças, queijo de porco, morcila, charques, pele seca.	Servidos no almoço e no jantar e, em alguns casos, também nos cafés da manhã e da tarde.	A família é quem provê obtendo a matéria prima dos animais da propriedade.
Churrascos de ovelha e cabrito assados no espeto, em fogo de chão.	Servidos no almoço e no jantar. Também acompanha os momentos de sociabilidade.	A família é quem provê obtendo a matéria prima dos animais da propriedade.
Alimentos baseados na farinha, como pães, broas e cucas.	Alimentação. Servidos juntos aos doces e derivados de leite, carne e mel.	A família é quem provê obtendo a matéria prima em comércios.
Licores de frutas nativas como a pitanga e o butiá.	Acompanha os momentos de sociabilidade.	A família é quem provê obtendo as frutas dos matos e pomares da propriedade.
Mel.	Alimentação.	A família é quem provê obtendo a matéria prima das abelhas da propriedade.
Alimentos da horta – área cercada em que são cultivados, em menor quantidade, hortaliças, verduras e legumes.	Alimentação.	A família é quem provê obtendo a matéria prima da horta da sua propriedade.
Mate ou chimarrão - erva-mate moída, colocada dentro de um recipiente chamado *cuia*. Adicionada de água quente (sem ferver, aproximadamente 70°C) é sorvido por meio da *bomba* que é um canudo com de 20 centímetros de comprimento. Na extremidade inferior da bomba há um filtro.	Acompanha os momentos de sociabilidade.	A família é quem provê a partir da compra em comércios.

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Pilchas – conjunto de vestimentas utilizada por homens e mulheres campeiros/as.	Peças da indumentária campeira.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.
Boina – espécie de boné, sem aba, feita de lã ou feltro.	Peças da indumentária campeira. A função é proteger da chuva, do sol e do frio.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.
Chapéu de abas largas – feita em couro ou feltro.	Peças da indumentária campeira. A função é proteger da chuva, do sol e do frio.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.
Bombacha – calças presas por botões no tornozelo.	Peça da indumentária campeira.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.
Botas campeiras - calçado feito de couro, que envolve o pé e a perna. A parte que envolve a perna é chamada de *cano*.	Calçado próprio para andar a cavalo, pois não têm agarradeiras facilitando que o mesmo deslize do estribo em um eventual acidente. A bota protege os pés contra ataques de animais como cobras.	Cada pessoa é responsável por provê os seus trajes e adereços.

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem Informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Musica campeira – estilo musical cujas letras narram e refletem sobre os modos de viver dos/as campeiros/as narrando situações de lidas, relações entre humanos, bichos, artefatos e ambientes. As situações cantadas muitas vezes foram vividas pelo próprio narrador ou referem-se a fatos cotidianos	A música campeira é escutada nos momentos de sociabilidade como o chimarrão ou churrasco ou nos momentos entre as lidas como no início da manhã e no final de tarde. Nas vivências etnográficas nos galpões realizadas pela equipe, tem-se a presença de rádios sintonizados em emissoras com programas voltados para tal estilo. Por conseguinte, interlocutores e interlocutoras fazem referências a determinadas letras de música como forma de argumento do seu relato.	Artistas musicais - envolvidos direto e indiretamente com os modos de viver dos/as campeiro/as.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem Informações.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
Vera e o funcionário Regis. Também pode participar da atividade outras pessoas como os vizinhos.	Realizadas próxima a área da casa. Tirar os arreios dos cavalos – denominado desencilhar –, quando a atividade da tarde foi a lida no campo, e guarda-los no galpão. Por conseguinte, são realizadas as atividades feitas no início da manhã como ordenhar as vacas e alimentar e tratar os animais tais como porcos, ovelhas, cabras, galinhas, cavalos. Alguns animais são encerrados em mangueiras e outras cercas para passarem a noite.

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Carne bovina, caprina e ovina para o autoconsumo;

Animais para açougues;

Crias para a venda em propriedades voltadas para a terminação da engorda.

Vera estima que que, na região, 90% do gado é para cria, ou seja, para vender os terneiros para a engorda em outras propriedades ou através das feiras. Os terneiros são vendidos com média entre 8 e 10 meses de vida.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

A comercialização de animais prontos para o abate é realizada para os açougues. Outra forma de comercialização é a venda das crias para propriedades voltadas para a terminação da engorda. Tal comercialização pode ser realizada também por intermédio das feiras de terneiros.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL	X	COMPLEMENTO	☐	NÃO É FONTE DE RENDA	☐

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	Vera escreveu sobre a importância da atividade para a comunidade: *"O distrito de Palmas, bem como a zona rural dos demais municípios do Alto Camaquã guardam uma riqueza incomensurável, um saber fazer de ofícios, historias, tradição e modo de viver em comunidade que envolve todos os sentidos da vida humana: Sabor, Cheiro, Visão, Toque/Textura, audição.* *A principal atividade econômica é a pecuária. A lida com os animais de produção, bovinos, ovinos e caprinos, envolve muitos ofícios, como a tropeada quando os animais são levados de um lugar para outro por tropeiros "de a cavalo" e acompanhados por cães; A camperiada, que é a lida diária com os animais e envolve muitas habilidades...A principal delas, para a lida em campos com muita vegetação arbórea, como é a característica do Alto Camaquã, é a habilidade de conhecer os animais um a um e saber seu local de "paradeiro". Os cães e o cavalo são parceiros inseparáveis nesta atividade, sem eles não há camperiada que preste. E por aí se vão também a doma, o aramado, a esquila ... Todas atividades associadas entre si e desempenhadas pelos membros da própria família, ou por vizinhos, no caso da pecuária familiar.* *Temos ainda a produção de vestuário e utilitários com o belíssimo artesanato em lã ovina, e de alimentos.* *Para o cuidado com a saúde todos conhecem receitas e mais receitas de chás (um dos chás mais tradicionais para curar uma gripe e o de macela, com leite e gemada) e plantas, e até mesmo de benzeduras.* *Mas a riqueza cultural dessas comunidades não para por aí, temos ainda a música com nossos gaiteiros e violonistas, os bailes, futebol, carreiras de cancha reta e a marcação de gado bovino, oportunidade para as alegres reuniões e para as contações de causos, onde a tônica é o exagero das habilidades e dos feitos...E o deboche das "perdidas" dos parceiros...Sem deixar de tomar cuidado para não ser pego em uma picardia (judiaria) cujo objetivo é, na maioria das vezes, dar uma lição a quem bem merece."* (Texto escrito para a equipe)

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

EM CONSTRUÇÃO.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

Estâncias ou fazendas, sítios ou chácaras, quadras de campo – imóveis rurais com registro de propriedade ou posse. As atividades no lugar remontam ao século XVIII quando famílias receberam doações de sesmarias passando a realizar a atividade pecuária de criação de bovinos, caprinos e ovinos. Ao longo dos anos as sesmarias foram se fragmentando em função da herança de terras passada de uma geração para outra.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?
Vera Calares e sua família.

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE
Em construção.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?
Em construção.

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?

EM CONSTRUÇÃO.

OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
WEISSHEIMER, Marco; SANTOS, Guilherme. A luta da comunidade de Palmas contra a mineração. Jornal Sul21 (youtube), reportagem de 17 outubro de 2017.	O vídeo apresenta os modos de viver dos moradores de Palmas, suas relações com os animais, com o ambiente e a mobilização da comunidade diante dos projetos de mineração na região.	https://www.youtube.com/watch?v=7hxkgHLj1m4

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
WEISSHEIMER, Marco; SANTOS, Guilherme. A luta de Palmas contra a mineração: 'Para nós, sair daqui é um atestado de morte'. Jornal Sul21, reportagem de 13 outubro de 2017.	Reportagem que descreve os modos de viver dos moradores de Palmas, suas relações com os animais, com o ambiente e a mobilização da comunidade diante dos projetos de mineração na região.	https://www.sul21.com.br/areazero/2017/10/luta-de-palmas-contra-mineracao-para-nos-sair-daqui-e-um-atestado-de-morte/

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	01

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?

Sim, em função da necessidade de informações mais precisas de algumas questões.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).

Em construção.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

Vera é uma das principais articuladoras do movimento de resistência aos projetos de mineração de metais pesados na região. Assim, escreveu:

"Um modo de vida que hoje encontra-se sob forte ameaça pela presença de projetos minerários altamente poluentes, com grande impacto na paisagem, sobre os recursos hídricos, como por exemplo o rio Camaquã e as vidas dos animais e vegetais. Um desses projetos, apresentados pela empresa Votorantim Metais/Nexa Resources, pretende explorar chumbo, cobre e zinco às margens do rio Camaquã, e ameaça suprimir muitas de suas nascentes, bem como retirar um grande volume diário de água do rio, além de poluir suas águas, superficiais e subterrâneas, e a região que o margeia, como é o caso da comunidade de Palmas, com metais pesados tóxicos, colocando em risco de extinção 300 anos de história e de saberes que permitem a auto sustentabilidade de uma região.

Além deste há mais de 150 pedidos de lavra para mineração, registrados no departamento nacional de mineração, apenas para a Serra do Sudeste, o que põe em risco a matriz produtiva do estado do Rio Grande do Sul, especialmente a produção de alimentos.

Essa ameaça vem encontrando forte resistência das comunidades dos 28 municípios da bacia do rio Camaquã, com o apoio de dezenas de técnicos, universidades e instituições, bem como de gaúchos e gaúchas de todas as regiões do estado." (texto escrito para a equipe)

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **Questionário de Identificação** **Ofícios e modos de fazer**	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	02
	UF	Sítio	Loc.	Ano	Ficha	no.

1. Identificação do questionário

Data	08 de outubro de 2017	**Início**	7hs e 30 minutos	**Término**	12 horas
Entrevistador	Daniel Vaz Lima; Flávia Rieth, Vagner Barreto.	**Supervisor**	Flávia Rieth		

2. Localização

Sítio Inventariado	Alto Camaquã
Localidade	Distrito de Palmas
Município / UF	Bagé/RS

3. Identificação do bem cultural

Denominação	Pastoreio com bovinos, caprinos, ovinos, lida caseira.
Outras denominações	Lida campeira

4. Identificação do entrevistado

Nome	Alberto Gonçalves Rodrigues			**Nº**	
Como é conhecido(a)	"Seu Beto"	**Data de Nascimento / Fundação**	1953	**Sexo**	**X Masculino** **□ Feminino**
Endereço	Fazenda do Sossego – RS 53				
Telefone		**Fax**		**E-mail**	
Ocupação	Pecuarista familiar, peão campeiro e capataz.				
Onde nasceu	Palmas – Bagé	**Desde quando mora na localidade**	Desde de que nasceu.		

Questionário de Identificação: Ofícios e modos de fazer	RS	Alto Camaquã e Entorno	distrito de Palmas - Bagé	2018	Q60	02

5. Relação com o bem inventariado

5.1. Qual é a sua relação com a atividade? O que faz?

Proprietário de uma "quadra de campo" (em torno de 90 hectares) que recebeu como pagamento pelos anos de trabalho na Fazenda do Sossego, onde ainda atua. Em sua propriedade, realiza, juntamente à esposa, as atividades de pastoreio de gado e ovelha, de cultivos de grãos milho e feijão, de cuidados com a *quinta* (pomar), de onde saem as frutas para a produção de doces artesanais como figo, abóbora, marmelo – também retirado dos matos – que comercializam. Já no trabalho na Fazenda do Sossego, tem como atividade pastorear animais bovinos, ovinos e caprinos, assim como tratar outros animais domésticos, tais como galinhas e porcos. Sua atividade consiste em organizar as tarefas da propriedade da qual é responsável, juntamente a Seu Olavo, peão campeiro.

5.2. Como, quando, onde e com quem aprendeu esta atividade?

Seu Beto é filho de peões campeiros que trabalhavam para a família Collares. Aos oito anos, começou a participar das lidas caseiras. Aprendeu com sua "segunda mãe" Dona Eni a fazer pão, biscoito, queijadinha e ensopado de carne. Aos 16 anos, quando seu pai se aposentou das atividades da lida campeira, passou a trabalhar como peão. Aprendeu o cotidiano da lida com outros peões, mas, também, com outros animais, pois considera que a pessoa se torna campeira quando "*passa a conhecer os animais*". Hoje, segue aprendendo tanto no cotidiano na lida e na leitura de livros que ganha dos pesquisadores da Embrapa.

5.3. Ensina ou ensinou a outros?

Compartilha seus saberes sobre a lida com os peões que trabalham ou já trabalharam na estância.

5.4. Outros dados biográficos relevantes

Em construção.

5.5. Participa ou participou de alguma cooperativa ou associação? Conhece alguma que seja atuante nesta localidade?

Participa da AGRUPA (Associação Para a Grandeza e União de Palmas), fundada em agosto de 2017, que tem como missão promover continuamente, reuniões com os associados conversando sobre temas, como desenvolvimento sustentável, saúde do idoso, proteção ao Bioma Pampa, controle de espécies vegetais exógenas. A associação busca também participar e promover eventos e feiras.

6. Descrição da atividade

6.1. **Periodicidade**	A lida campeira é uma atividade cotidiana.

Questionário de Identificação: Ofícios e modos de fazer	RS	Alto Camaquã e Entorno	Distrito de Palmas - Bagé	2018	Q60	02

6.2. **Anos em que praticou efetivamente a atividade desde 1990**

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

6.3. **Quais os motivos da atividade?**

X Meio de vida - Seu Beto realiza a atividade desde os 16 anos de idade quando substituiu o pai no trabalho da estância e diz que "*até agora nunca parei*". Enfatiza que gosta de "*lidar com os bichos*" ao passo que sua família se sustentou e se sustenta economicamente do modo de fazer pecuária.

☐ **Prática religiosa** _____

_____

☐ **Outras (sentido lúdico, etc.)** _____

_____

6.4. **Quais as origens da atividade?**

A história de Palmas é contada pelos habitantes locais que remontam as origens da atividade no século XVIII quando algumas famílias receberam doações de sesmarias para a ocupação deste território. Tais famílias passaram, então, a realizar a atividade pecuária de criação de bovinos, caprinos e ovinos.

6.5. **Existem histórias associadas à atividade?**

Em construção.

7. Preparação

As atividades de preparação para a lida no campo são entendidas como parte das lidas caseiras. O dia do Seu Beto começa por volta das 3h quando sai de sua casa em direção à casa da estância em que trabalha. O percurso é realizado a pé ou a cavalo. Já na casa da estância faz fogo no fogão a lenha para aquecer a água do chimarrão. "*Meu fogo é de longe*" responde ao ser perguntado sobre a razão de não fazer fogo na lareira que é uma prática comum dos demais habitantes da região. É após o chimarrão que o interlocutor e o peão da estância, Seu Olavo, iniciam a lida diária.

Começa-se, então, pelas atividades realizadas próxima a área da casa e consiste em ordenhar as vacas, denominado como "*fazer tambo*" ou "*tirar leite*", e alimentar os animais tais como porcos, ovelhas, cabras, patos, galinhas, cavalos. Alguns animais, encerrados em mangueiras e outras cercas para passarem a noite, são soltos e destinados para determinados lugares.

Outros momentos são dedicados aos cuidados da casa/sede da propriedade. "*Quando sobra tempo passo uma vassoura na casa*". Nos dias chuvosos, Seu Beto disse que faz pão.

O cotidiano de trabalho é marcado por inúmeras atividades sejam aquelas rotineiras, como aquelas eventuais. Por isso, comentou à equipe: "*Não tenho paradeiro. É muito serviço e até hoje não cansei!*"

Questionário de Identificação: Ofícios e modos de fazer	RS	Alto Camaquã e Entorno	Distrito de Palmas - Bagé	2018	Q60	02

8. Realização

8.1. **Quais são as principais etapas e participantes da atividade?**

Denominação	Descrição da atividade e suas metas	Participantes/Função
Lida no campo/Ir para o campo -	Atividades que envolve serviços nas áreas de campo tais como concertar cercas de alambrado e percorrer, a cavalo, observando as reses. Tem que cuidar de cerca de 530 cabeças de gado – que pertencem ao patrão, mas, também, ao filho e sua esposa. Os animais são contabilizados pelo peão, que sabe qual pertence a quem, quantas crias teve, e faz a divisão em caso de venda, cuidando para que o animal vendido seja correspondente ao dono. "*Se eu ver uma vez, eu conheço. Eu gravo o animal.*"	Seu Beto, o outro peão, o Seu Olavo, organiza todas as atividades da propriedade exceto aquelas de venda dos animais cuja a responsabilidade é do *patrão*, proprietário da fazenda. Também participam da atividade os seus cães. Seu Beto, então, seleciona o gado que será vendido. O Guilherme, seu patrão, é docente em um curso universitário de veterinária e diz para seu Beto que "*o que eu sei é só na teoria, o senhor sabe na prática*". Mas seu Beto diz gostar de ler livros que recebe dos pesquisadores da Embrapa.
Fazer rodeio	Reunir o gado em um espaço não cercado do campo para serem observados pelos campeiros. A prática acontece em lugares em que o gado se encontra distante da área da sede – *das casas* – onde se encontram instalações como as *mangueiras*. O gado é ensinado a se reunir neste espaço. Uma das maneiras de ensinar é colocando recipientes com sal. Seu Beto comenta que uma doença corriqueira é a *tristeza*, vinda do carrapato, e se apresenta em três maneiras: "*a que o animal fica bravo e louco; a que ele fica com a orelha murcha e; a que o animal fica descadeirado. Pouca gente sabe que essa é a mesma doença. Quando o animal está assim, não se pode laçá-lo pelo pescoço."* Acompanhamos o peão na busca do gado em uma invernada. A propriedade é dividida em áreas chamadas invernadas onde são distribuídos os bovinos, caprinos e ovinos. O campo da fazenda do Sossego era plano entrecortado em alguns lugares por valetas e sangas. Os cachorros nos acompanhavam. Nas aguas tomavam banho,	Seu Beto, auxiliado por outro peão, o Seu Olavo, organiza todas as atividades da propriedade exceto aquelas de venda dos animais cuja a responsabilidade é do *patrão*, proprietário da fazenda. Também participam da atividade os seus cães.

corriam pelos banhados, encontraram terneiros – bezerros recém-nascidos - escondidos nas macegas. Conforme Seu Beto, a vaca esconde ele, mas os cachorros acham.

Com o gado em vista, seu beto começou a murmurar para os cachorros, “ataca lá, ataca lá!” Os cães então começaram a correr em torno dos animais com latidos. Com isso, o gado começou a se reunir e se dirigir para determinado lugar. Seu Beto tinha 5 cachorros que o acompanhavam na lida. O *Lechiguana*, o *Tigre*, a *Diane*, o *Campeiro* e a *Barbuda*. Montado a cavalo, seu Beto coordenava o trabalho dos cães. “Ataca lá!”, “volta lá!, oia lá, abre. Cada mensagem era atendida imediatamente pelos cães.

- “*Ataca lá*!” - significava que os cães deveriam ficar atrás dos bois e, se eles não andarem, morder o garrão.
- “*Abre*” - significava dizer que o cão deveria deixar de atacar.
- “*Volta*” - é para voltar para traz, para a culatra da tropa.
- “*Oia lá*” - era a expressão que chamava a atenção do cão quando um boi estava desgarrado dos outros.

Por conseguinte, o gado vai se direcionando para esta área do campo chamado *rodeio*. Com o gado reunido, os peões observam a situação de cada animal. “*O tempo de mais trabalho é nas épocas de cria que são de agosto a janeiro*.” Nessa época tem-se o cuidado de cuidar o umbigo dos recém-nascidos, atacados pela mosca-varejeira (*Dermatobia hominis*). Assim, o bezerro é laçado, ou seja, o peão joga o laço, em direção ao pescoço prendendo-o. Na outra extremidade a corda está presa ao artefato dos arreios chamado *cincha*. O animal preso é derrubado. Enquanto um peão trata o umbigo com remédio, o outro controla as ações da vaca que rodeia o animal deitado. Os cães controlam o restante dos animais para que não fujam.

É após esta avaliação do gado que é determinado a necessidade de banhá-los contra os ectoparasitas no banheiro de imersão. Outro resultado da avaliação pode ser a necessidade de trazer determinados animais para áreas próximas *das casas,* chamados piquetes. Nestes espaços, podem ser acompanhados com mais atenção pelos peões.

Questionário de Identificação: Ofícios e modos de fazer	RS	Alto Camaquã e Entorno	Distrito de Palmas - Bagé	2018	Q60	02

8.2. **Quais são os recursos financeiros, capital e instalações utilizados?**

Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê/Como obtém
BANHEIRO DE IMERSÃO PARA BOVINOS. De alvenaria; corredor com 2,5 metros de profundidade, aproximadamente, contendo água com produto químico. Sua extensão é variada (8, 10 metros) e sua largura deve ser para que passe um animal por vez. Sua capacidade de carga é em torno de 10 mil litros. Os banheiros mais antigos poderiam conter até 18 mil litros de água com produto químico (às vezes até mais) e sua extensão ultrapassar os 20 metros de comprimento, além de possuir profundidade de até 3 metros. É o local para banho de bovinos em que os animais atiram-se na água contendo o produto químico.	Banhar o gado, na cura ou prevenção, contra ectoparasitas.	O proprietário da fazendo do sossego quem compra o material com seus recursos próprios. A manutenção pode ser feita por pessoas especializadas ou pelos empregados da propriedade.
Mangueiras - Cercas de arame ou madeira onde os animais ficam presos durante os processos de vacinação, cura, banho, castração e demais atividades de cuidado. As cercas antigas, primeiras forma de contenção dos animais, eram feitas de pedras.	Evitar que os animais se dispersem pelo campo antes de serem tratados.	O proprietário da fazendo do sossego quem compra o material com seus recursos próprios. A manutenção pode ser feita por pessoas especializadas ou pelos empregados da propriedade.
Brete. Corredor de madeira por onde os animais passam para serem tratados, ou para serem presos no tronco.	Individualizar o tratamento dos animais, colocando-os enfileirados, um atrás do outro, sem que possam se deslocar.	O proprietário da fazendo do sossego quem compra o material com seus recursos próprios. A manutenção pode ser feita por pessoas especializadas ou pelos empregados da propriedade.

Questionário de Identificação: Ofícios e modos de fazer	RS	Alto Camaquã e Entorno	Distrito de Palmas - Bagé	2018	Q60	02

8.3. **Quais são as matérias primas e ferramentas de trabalho utilizadas?**

Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê/Como obtém
ARREIOS – para montaria do cavaleiro, tanto para lida campeira, quanto para doma e gineteada. Há variações dos arreios conforme sua utilização, porém os itens básicos, utilizados para montaria, serão descritos de acordo com observação e entrevista. Os arreios estão dispostos na seguinte ordem de sobreposição, mais comumente usadas para as lidas campeiras: xergão - carona, - basto/sela/serigote - cinchão (ou cincha) e barrigueira – pelegos – badana (nem sempre é usada) – cincha (ou sobrecincha) e barrigueira. Fazem parte do conjunto, ainda, os estribos, a cabeçada com freio e rédeas e o bucal com cabresto (opcional). Pode-se considerar parte do conjunto, ainda, o rebenque/mango/relho (usado para instigar o animal a acelerar a andadura, ou, no caso do esporte de gineteada, para fazer o animal pular com o cavaleiro sobre ele. Os arreios podem sofrer variação, porém os relacionados acima, são os mais comumente utilizados na região.	Conjunto de artefatos utilizados para a montaria. O cavaleiro pode optar pelo conjunto de arreios mais adequado para seu objetivo, lida campeira, doma do cavalo ou gineteada.	Os arreios são comprados de especialistas e artesãos, ou confeccionados na estância.
XERGÃO: é um artefato confeccionado em lã crua, em geral produzido artesanalmente, através da fiação e tear. Seu formato é aproximadamente um retângulo e deve cobrir todo o lombo do animal, caindo pelos lados do mesmo, não chegando a cobrir toda a região das costelas do cavalo. Todos os outros artefatos que fazem parte dos arreios de montaria apoiam-se sobre o xergão.	Serve para proteger o lombo do animal contra o atrito do basto/sela/serigote.	O xergão pode ser confeccionado na própria estância, porém, em geral, é comprado de mulheres que trabalham com a fiação da lã e a confecção do artefato com o tear.
CARONA – em geral é feita de couro. Atualmente é confeccionada artesanalmente ou industrialmente. Sua matérias-primas, além do couro, podem ser materiais sintéticos como esponja forrada com tecidos de algodão ou poliéster. É posta sobre o xergão e suas medidas são aproximadamente as mesmas deste.	É utilizada para minimizar o impacto dos arreios sobrepostos no animal.	Pode ser confeccionada na própria estância, ou ser adquirida através da compra de terceiros.
BASTO/SELA/SERIGOTE – artefatos de formatos diferentes, confeccionados em couro e materiais sintéticos, como vinil imitando couro. Porém o couro é a matéria-prima de preferência. Pode ser feito artesanalmente ou industrialmente, o que, nos dias atuais, é mais comum.	São utilizados para a mesma função: que o cavaleiro monte o cavalo com maior equilíbrio e segurança.	Comumente, o proprietário adquire esses artefatos em lojas especializadas, com recursos próprios.
CINCHÃO (OU CINCHA) E BARRIGUEIRA - É uma tira de couro de um palmo e meio de	O cinchão serve, junto com a barrigueira, para segurar os arreios	Pode ser confeccionado na estância ou comprado em

largura (aproximadamente), duplo (duas trias costuradas juntas), que contém duas argolas de metal em suas extremidades mais compridas (mais ou menos 50 cm de comprimento). Nessas argolas, a BARRIGUEIRA é presa. Este é um artefato confeccionado com várias tiras de barbantes grossos (em torno de 8 ou 10 tiras), em cujas extremidades são colocadas argolas de metal, que servem para unir este objeto ao cinchão. Enquanto o cinchão fica sobre o basto, a barrigueira passa por baixo da barriga do cavalo. A união entre o cinchão e a barrigueira, ocorre através de LÁTEGOS.	anteriormente descritos, sobre o lombo do cavalo.	lojas especializadas. O couro pode ser produzido na própria estância, porém as argolas de metal e o barbante são comprados com recursos do entrevistado em lojas comerciais. As argolas podem ser compradas diretamente de ferreiros - especialistas em trabalhar com metais.
LÁTEGOS - são tiras de couro de dois dedos de largura (couro cru) que podem ter até 2 metros de comprimento.	São enrolados nas argolas do cinchão e da barrigueira, concomitantemente, unindo esses dois artefatos e mantendo o basto sobre o cavalo, evitando que os arreios fiquem soltos durante a montaria.	Pode ser confeccionado na estância (mais comum, segundo o entrevistado) ou comprado em lojas especializadas.
ESTRIBOS - Os estribos têm formato variado, porém parecem-se com argolas grandes, com a porção inferior, onde o cavaleiro apoiará o pé, podendo ser de formato achatado ou arredondado. São feitas de metal (ferro, inox) e são postos nas laterais do cavalo, para o cavaleiro calçar o pé e firmar-se quando está montando o cavalo. São presos ao basto/sela/serigote por meio dos LOROS. Os estribos ficam presos aos loros e esses, são presos ao basto/sela/serigote, através dos látegos. Cada estribo fica de um lado do cavalo e seu comprimento de uso depende do comprimento das pernas do cavaleiro	Artefatos utilizados para apoio dos pés do cavaleiro, permitindo maior equilíbrio na monta.	São comprados de ferreiros especializados, ou em casas comerciais.
LOROS - são artefatos confeccionados, em geral, em couro. Os loros são feitos, comumente, de duas tiras de couro, de dois dedos de largura, unidos por costuras em fios de couro (tentos) ou, industrialmente, por fios de barbante reforçados. O loros têm aproximadamente um braço de comprimento, (as tiras de couro dos loros são de aproximadamente dois dedos de largura). São unidos ao basto/sela/serigote através de látegos - em um local específico do basto (em argolas de couro ou de metal que estão presos ao basto para passar os látegos).	Servem para prender os estribos ao basto/sela/serigote.	Pode ser confeccionado na estância (mais comum, segundo o entrevistado) ou comprado em lojas especializadas.
PELEGOS – São feitos da pele inteiriça de ovinos, a parte “carnal” é a de contato com a carne do ovino in vivo. A parte externa, é a lã do ovino sem que este tenha sido tosado (tosa: retirada do excesso de lã dos ovinos para venda desse material e para aliviar os	Minimiza o atrito das pernas do cavaleiro com o basto/sela/serigote. É para proteção do cavaleiro.	Pode ser confeccionado na estância (mais comum, segundo o entrevistado) ou comprado em lojas especializadas.

animais do calor do verão). Os pelegos são colocados sobre o basto/sela/serigote, com a parte externa (lã) voltada para cima. Pode ser utilizado um ou mais pelegos sobrepostos.		
BADANA – artefato de couro, praticamente bidimensional, É o artefato que fica sobre todos os outros (com exceção da cincha e barrigueira) e nem sempre é utilizado (opcional). Tem o tamanho aproximado dos pelegos, em geral, um pouco mais curto e estreito que esses.	Serve para proteger as pernas do cavaleiro do contato direto com os pelegos.	Pode ser confeccionado na estância ou comprado em lojas especializadas.
CINCHA (OU SOBRE-CINCHA) E BARRIGUEIRA – São praticamente os mesmos artefatos “cinchão e barrigueira”, porém a cincha (sobrecincha) nesse caso é de aproximadamente 10 cm de largura e 60 a 70 cm de comprimento, mais ou menos). A barrigueira que faz parte desse conjunto, também costuma ser um pouco mais comprida, ainda que sua largura possa ser a mesma da primeira barrigueira (que faz parte do cinchão).	Têm a função de manter os pelegos em seu lugar para a montaria do cavaleiro, evitando quedas.	Pode ser confeccionado na estância ou comprado em lojas especializadas. O couro pode ser produzido na própria estância, porém as argolas de metal e o barbante são comprados com recursos do entrevistado em lojas comerciais. As argolas podem ser compradas diretamente de ferreiros - especialistas em trabalhar com metais.
LAÇO - Corda trançada, feita de couro, nylon ou outros materiais, com uma argola de metal em uma das extremidades. A outra extremidade passa por dentro da argola, formando um anel com acorda, que é girada no ar, jogada sobre o animal, e esticada quando enlaçando este, até derrubá-lo. O laço é um instrumento manual, que pode ser usado pelo homem montando cavalo, bem como, no chão, quando em espaços cercados.	Evitar que o animal dispare ou machuque alguém enquanto é tratado. Também é utilizado para laçar o animal quando este for ser abatido.	Pode ser confeccionado na estância ou comprado em lojas especializadas.

8.4. **Há comidas e bebidas próprias desta atividade? Quais? Consomem-se outras?**

Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê/ Como obtém
Doces de tacho* – polpa de frutas cozidos com açúcar em recipientes (tachos) de cobre. Tais doces são: marmelada, figada, pessegada, aboborada, perada, batatada, e as rapaduras (de batata e abobora), os doces de calda, de pêssego, batata, abobora, laranja e figo.	Os doces são servidos após refeições do almoço e a do jantar. Também são fontes de renda considerando que são comercializados para consumidores urbanos ou nas feiras da agricultura familiar.	A família de Seu Beto quem provê obtendo as matérias primas das hortas, dos matos e pomares (também chamados de quintas) da propriedade. Seu Beto comenta que “*casa que não tem quinta, não é casa.*”
Alimentos baseados em leite como os queijos, a manteiga, a ambrosia e as rapaduras de leite.	Servidos após o almoço e jantar e também nos cafés da manhã e da tarde. Também são fontes de renda considerando que são comercializados para consumidores urbanos ou nas feiras da agricultura familiar.	Seu Beto provê obtendo a matéria prima dos animais da sua propriedade da fazenda do Sossego.

Derivados de carne como as linguiças, queijo de porco, morcila, charques, pele seca.	Servidos no almoço e no jantar e, em alguns casos, também nos cafés da manhã e da tarde.	Seu Beto provê obtendo a matéria prima dos animais da sua propriedade da fazenda do Sossego.
Churrascos de ovelha e cabrito assados no espeto, em fogo de chão.	Servidos no almoço e no jantar. Também acompanha os momentos de sociabilidade.	Seu Beto provê obtendo a matéria prima dos animais da sua propriedade da fazenda do Sossego.
Alimentos baseados na farinha, como pães, broas e cucas.	Alimentação. Servidos juntos aos doces e derivados de leite, carne e mel.	Seu Beto ou os proprietários da fazenda são quem proveem obtendo a matéria prima em comércios.
Alimentos da horta – área cercada em que são cultivados, em menor quantidade, hortaliças, verduras e legumes.	Alimentação.	Seu Beto é quem provê obtendo a matéria prima da horta da sua propriedade.
Mate ou chimarrão - erva-mate moída, colocada dentro de um recipiente chamado *cuia*. Adicionada de água quente (sem ferver, aproximadamente 70°C) é sorvido por meio da *bomba* que é um canudo com de 20 centímetros de comprimento. Na extremidade inferior da bomba há um filtro.	Acompanha os momentos de sociabilidade.	Seu Beto ou os proprietários da fazenda são quem proveem a partir da compra em comércios.

8.5. **Há instrumentos e objetos rituais próprios desta atividade? Quais? Usam-se outros?**

Sem informação.

Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê/ Como obtém

8.6. **Há trajes e adereços próprios desta atividade? Quais? Usam-se outros?**

Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê
Pilchas – conjunto de vestimentas utilizada por homens e mulheres campeiros/as.	Peças da indumentária campeira.	Os campeiros.
Boina – espécie de boné, sem aba, feita de lã ou feltro.	Peças da indumentária campeira. A função é proteger da chuva, do sol e do frio.	Os campeiros.
Chapéu de abas largas – feita em couro ou feltro.	Peças da indumentária campeira. A função é proteger da chuva, do sol e do frio.	Os campeiros.
Bombacha – calças presas por botões no tornozelo.	Peça da indumentária campeira.	Os campeiros.
Botas campeiras - calçado feito de couro, que envolve	Calçado próprio para andar a cavalo, pois não têm agarradeiras facilitando que o mesmo deslize do estribo	Os campeiros.

o pé e a perna. A parte que envolve a perna é chamada de *cano*.	em um eventual acidente. A bota protege os pés contra ataques de animais como cobras.	

8.7. **Há danças próprias desta atividade? Quais? Ocorrem outras?**

Sem informação.

Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê

8.8. **Há músicas e orações próprias desta atividade? Quais? Ocorrem outras?**

Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê
Musica campeira – estilo musical cujas letras narram e refletem sobre os modos de viver dos/as campeiros/as narrando situações de lidas, relações entre humanos, bichos, artefatos e ambientes. As situações cantadas muitas vezes foram vividas pelo próprio narrador ou referem-se a fatos cotidianos	A música campeira é escutada nos momentos de sociabilidade como o chimarrão ou churrasco ou nos momentos entre as lidas como no início da manhã e no final de tarde. Nas vivências etnográficas nos galpões realizadas pela equipe, tem-se a presença de rádios sintonizados em emissoras com programas voltados para tal estilo. Por conseguinte, interlocutores e interlocutoras fazem referências a determinadas letras de música como forma de argumento do seu relato. Seu Beto e Seu Olavo são, por sua vez, personagens de situações narradas nas músicas de artistas musicais da região.	Artistas musicais - envolvidos direto e indiretamente com os modos de viver dos/as campeiro/as.

8.9. **Há instrumentos musicais próprios desta atividade? Quais? Usam-se outros?**

Sem informação.

Denominação/descrição	Função ou significado	Quem provê

8.10. **Após a atividade, quais são as tarefas executadas? Quem as executa?**

Quem executa	Atividade
Seu Beto junto ao Seu Olavo.	Realizadas próxima a área da casa. Tirar os arreios dos cavalos – denominado desencilhar –, quando a atividade da tarde foi a lida no campo, e guarda-los no galpão. Por conseguinte, são realizadas as atividades feitas no início da manhã como ordenhar as vacas e alimentar e tratar os animais tais como porcos, ovelhas, cabras, patos, galinhas, cavalos. Alguns animais são encerrados em mangueiras e outras cercas para passarem a noite.

Questionário de Identificação: Ofícios e modos de fazer	RS	Alto Camaquã e Entorno	Distrito de Palmas - Bagé	2018	Q60	02

8.11. **Quais são os produtos ou resultados desta atividade? Em que quantidade?**

Carne bovina, caprina e ovina para o autoconsumo;

Animais para açougues;

Crias para a venda em propriedades voltadas para a terminação da engorda.

8.12. **Qual é o público? Qual o destino dos produtos desta atividade?**

A comercialização de animais prontos para o abate é realizada para os açougues. Outra forma de comercialização é a venda das crias para propriedades voltadas para a terminação da engorda. Tal comercialização pode ser realizada também por intermédio das feiras de terneiros.

8.13. **Esta atividade é importante para a renda / o sustento de sua família? É a principal fonte de renda? E para a comunidade, esse tipo de atividade é importante? Por quê?**

Principal	**X**	**Complemento**	☐	**Não é fonte de renda**	☐
Importância para a comunidade	As atividades vinculadas a pecuária são as principais fontes de renda dos habitantes da comunidade além, de ser uma referência cultural imprimida no cotidiano dos seus modos de viver a vida. Atualmente, a comunidade de Palmas está mobilizada em resistência aos projetos de mineração que pretendem se instalar na região. As narrativas dos/as interlocutores/as referem-se à possibilidade de ruina da atividade pecuária e a consequente a "morte cultural" caso se concretize o estabelecimento destes empreendimentos.				

8.14. **Recorda-se de mudanças nos modos de fazer e/ou resultados, matérias primas, usos do bem/serviço executado? Informar os tipos, momentos (datas) e motivos das mudanças.**

Em construção.

Época	Ocorrência

9. Lugar da atividade

9.1. **Onde ocorre? Desde quando nesse lugar? Por quê?**

Estâncias ou fazendas, sítios ou chácaras, quadras de campo – imóveis rurais com registro de propriedade ou posse. As atividades no lugar remontam ao século XVIII quando famílias receberam doações de sesmarias passando a realizar a atividade pecuária de criação de bovinos, caprinos e ovinos. Ao longo dos anos as sesmarias foram se fragmentando em função da herança de terras passada de uma geração para outra.

Questionário de Identificação: Ofícios e modos de fazer	RS	Alto Camaquã e Entorno	distrito de Palmas - Bagé	2018	Q60	02

9.2. **Quem é responsável ou proprietário do lugar em que ocorre a atividade?**
Na fazenda do Sossego os proprietários são Guilherme e Marcia Collares sendo os responsáveis pela manutenção o Seu Beto e Seu Olavo. Seu Beto é proprietário de uma quadra de campo onde realiza as atividades junto a família.

9.3. **Desenho do lugar da atividade**
Em construção.

10. Identificação de outros bens e informantes

10.1. **Quem mais pode informar sobre esta atividade?**
Em construção.

10.2. **Há outros ofícios característicos desta localidade?**		
Em construção.		
Ofícios e modos de fazer	**Características**	**Contato**

11. Registros fotográficos e audiovisuais localizados ou produzidos durante a entrevista

Referência	Assunto	Onde encontrar
WEISSHEIMER, Marco; SANTOS, Guilherme. A luta da comunidade de Palmas contra a mineração. Jornal Sul21 (youtube), reportagem de 17 outubro de 2017.	O vídeo apresenta os modos de viver dos moradores de Palmas, suas relações com os animais, com o ambiente e a mobilização da comunidade diante dos projetos de mineração na região.	https://www.youtube.com/watch?v=7hxkgHLj1m4

12. Materiais impressos e outros localizados durante a entrevista

Referência	Assunto	Onde encontrar
BARRETO, Vagner. **Seu Beto** – Lidas e vidas entre as pedras. Lidas e Vidas, Blog do INRC – Lida Campeira em Bagé, Pelotas, 2018.	Descrição etnográfica do modo de viver de seu Beto, seu cotidiano, seus saberes.	https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/2018/06/12/seubeto/

WEISSHEIMER, Marco; SANTOS, Guilherme. A luta de Palmas contra a mineração: 'Para nós, sair daqui é um atestado de morte'. Jornal Sul21, reportagem de 13 outubro de 2017.	Reportagem que descreve os modos de viver dos moradores de Palmas, suas relações com os animais, com o ambiente e a mobilização da comunidade diante dos projetos de mineração na região.	https://www.sul21.com.br/areazero/2017/10/luta-de-palmas-contra-mineracao-para-nos-sair-daqui-e-um-atestado-de-morte/

13. Observações do entrevistador

13.1. **Recomenda aprofundar esta entrevista? Por quê?**
Sim, em função da necessidade de informações mais precisas de algumas questões.

13.2. **Atitudes e opiniões por parte do grupo imediato e mais amplo sobre o desempenho do(a) entrevistado(a).**
Sem Informação.

13.3. **Outras observações**
Sem Informação.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE ALTO DAS FIGUEIRAS - PIRATINI	2018	Q60	03
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA	Novembro de 2017	INÍCIO	11h	TÉRMINO	12h
ENTREVISTADOR	Daniel Vaz Lima; Flávia Rieth, Vagner Barreto.	SUPERVISOR	Flávia Rieth		

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Alto das Figueiras
MUNICÍPIO / UF	Piratini/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Lida caseira; pastoreio com bovinos
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Lida Campeira

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Vanda Rosa Peligrinote Tarouco				Nº	
COMO É CONHECIDO(A)	Dona Vanda	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	1953	SEXO	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Alto das Figueiras, Piratini					
TELEFONE	(53) 991565528	FAX		E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Pecuarista familiar					
ONDE NASCEU	Chapadão, 3° distrito do município de Piratini.	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde 2004.			

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE ALTO DAS FIGUEIRAS - PIRATINI	2018	Q60	03

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

Vanda cria bovinos e ovinos com a ajuda do marido Celso que está com 71 anos. "*Tem gado [bovino] e ovelha. Mas a ovelha é pouquinho. Até vamos vender um pouco esse ano. Vamos deixar só umas dez para carne. Eu não gosto de ovelha. Só gosto de gado. Nós temos 104 gados criados e mais 36 terneiros*."

Faz a lida a pé acompanhada de cães da raça ovelheiro gaúcho. *"Eu campereio a pé. Junto cento e poucas reses. Perdi minha cachorra, a Filó. Só eu e ela juntávamos todo o gado*. *Agora eu tenho que levar o meu cunhado e o Celso para ajudar a juntar. Eu digo, bah, essa cachorra vale por dois homens no campo!*" Mas a ajuda do marido se dá de maneira eventual. "*Quando nós viemos para cá, ele [Celso] me disse: eu vou para fora contigo, mas 'tu sabe que eu não gosto de criação. Não vou me preocupar com isso'. Então, a criação é comigo e ele fica limpando o campo. O que gosta de fazer é limpar o campo*. *Agora ele tem me ajudado, a minha cachorra morreu*".

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

Vanda aprendeu no cotidiano de trabalho da propriedade de seus pais. "*Eu nasci e me criei no campo. No tempo do boi de arado. Eu era boa para lavrar. Sempre ajudei meu pai. Ele tinha 10 filhos. Então, a gente se criou sempre na lida. O guris foram crescendo e indo embora. As gurias é quem foram ficando e trabalhando na lavoura*.".

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Eventualmente, é acompanhada pela filha mais nova, que estava com 29 anos que é enfermeira. Ela pede: *deixa eu fazer a vacina, mãe. Ela gosta"*.

Passa também esse saber para sua neta que estava com 8 anos. É a possível sucessora da propriedade: "*Mas tenho uma neta com 8 anos que, essa sim, é um fúria. Parece que é meu espirito. Quando ela vem, se eu vou para a mangueira, ela vai junto e quer aprender a fazer injeção no gado. Eu vou deixando. Ela não tem força e eu ajudo ela. Ela que vai tomar conta. Me diz: 'vó, o dia em que tu partir, eu vou cuidar. Vá que as guria bote fora, vó*."

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

"Eu nasci no campo. Sou do terceiro distrito, lá no Chapadão. Casei e fui para a cidade de Pelotas. Ficamos lá 30 anos. Criei minhas filhas. Uma é professora de história, outra é engenheira agrônoma, outra é enfermeira. Estou aqui desde 2002. Mas eu vinha, tirava uma semana, e voltava. Efetivo foi em 2004."

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Sem informação.

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	A lida campeira é uma atividade cotidiana. "*O cotidiano é esse, juntar, banhar, dar sal. Antes de ontem eu banhei uns terneiros para levar para outro campo*" (Entrevista).

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE ALTO DAS FIGUEIRAS - PIRATINI	2018	Q60	03

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

X MEIO DE VIDA - *"ENQUANTO EU PUDER, EU VOU ESTAR AQUI. EU VOU CRIAR. O DIA EM QUE EU NÃO PUDER MAIS CRIAR EU VOU TROCAR. VENDO O GADO DE CRIA E VOU CRIAR BOI, ENTÃO. SE EU TIVER CABEÇA. MAS AQUI NA CAMPANHA A CABEÇA DA GENTE FUNCIONA MUITO. LÁ NA CIDADE É MUITO ESTRESSE. E CANSO. TENHO QUE CUIDAR CARTEIRA, CELULAR. AQUI EU DEIXO A CASA ABERTA. NÓS AINDA ESTAMOS EM UM PARAÍSO. ESSE CANTINHO ESTÁ MUITO BOM!"*

"ESSES DIAS O CELSO FICAVA ME CONTRARIANDO QUE ACHA QUE EU TRABALHO DEMAIS. EU DISSE PARA ELE QUE NÃO ERA TRABALHAR DEMAIS. SE FOSSE NA CIDADE EU ACHARIA MUITO DIFÍCIL, MAS AQUI NÃO É DIFÍCIL. AGORA ESTAMOS JUNTANDO O GADO TODO O DIA PARA DAR SAL E ELE DISSE QUE ERA UMA TRABALHEIRA JUNTAR TODOS ESSES BICHOS. JUNTA DAQUI, LEVA SAL LÁ, PORQUE É TUDO DIVIDIDO EM POTREIRO. AÍ VAI LÁ NA QUARTA ZONA LEVAR SAL PARA O GADO DE LÁ. EU DISSE PARA ELE: PARA MIM NÃO É MUITO TRABALHO."

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

Em construção.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informação.

7. PREPARAÇÃO

As lidas caseiras estão intercaladas com as lidas campeiras. A atividade de banhar o gado é realizada as 6h da manhã. Outras vezes, nesse horário está no campo juntando o gado para dar sal. Noutros momentos está em casa realizando as atividades da volta da casa como trabalho na horta e cuidado de algum bicho.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE ALTO DAS FIGUEIRAS - PIRATINI	2018	Q60	03

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
Lida caseira	Atividades de manutenção da casa. A família não possui porcos. Possui galinhas. Mas elas ficam soltas e "*vão por conta para o galpão*". Assim, o cotidiano intercala as lidas caseiras, que giram em torno dos cuidados da casa, com as lidas no campo sendo esta última prejudicada muitas vezes pela primeira. Dona Vanda comentou: *"Eu que cozinho. Esses dias estava pensando em contratar alguém que pudesse ao menos umas duas vezes por semana. Eu gosto de fazer a comida. Mas as vezes a lida da casa atrapalha a gente, né. Minha rotina é: vou no campo, volto, faço o almoço, passo uma vassourinha na casa, lavo a roupa e boto na corda, lavo a louça (as vezes peço para meu marido lavar".* (Entrevista).	Dona Vanda. Eventualmente Seu Celso ajuda lavando a louça.
Juntar o gado e dar sal	*"Todos os dias é juntar o gado e dar sal."* O objetivo desta lida é amansar o gado. "*Quando a gente dá sal – e quando eu desmamo os terneiros, eu deixo eles 10 a 15 dias na mangueira – eles ficam bem mansos. Pega um balde e sai e eles saem atrás da gente. O gado da raça Red Angus é o mais manso que existe para a gente lidar."* (Entrevista). Dona Vanda junta o gado a pé. Utiliza o cavalo – a égua chamada Girafa com 25 anos de idade – quando tem que ir na outra propriedade da família localizada há 7 km da que reside. "É para deslocamento. Para juntar o gado é a pé." Na lida contava com uma cachorra chamada Filó que, na época da entrevista, acabara de falecer em função de envenenamento. "*Era uma cachorra bem linda, barbaridade! Às vezes, quando eu vou juntar o gado, eu choro no campo. Era duas pessoas que eu tinha para ajudar. E ela não tinha preguiça. Ela camperiava comigo. Eu só parava e dizia: vai! Ela me olhava e eu dia: Traz! E ela ia lá e juntava. Trazia o gado todo encarreirado."* (Entrevista) Na estação do verão e primavera, a interlocutora não trabalha no campo em horários com sol quente. *"Só saio para o campo depois das 16h. A gente tem que respeitar o sol."*	Dona Vanda que era acompanhada pela cachorra Filó. Eventualmente Seu Celso participa da atividade. Também pode receber a ajuda de vizinhos.
Pastoreio com bovinos – banhar o gado.	Antes da atividade a interlocutora, faz a preparação colocando a receita de remédio antiparasitário em uma bambona com água. Ela verifica a mangueira e abre as porteiras da mesma. Depois, busca-se o gado em determinado potreiro trazendo para a mangueira. Com o gado preso na mangueira, escolhe-se alguns lotes para colocar no brete, chamado *embretar*. Com um equipamento de lava a jato banha o gado. A atividade tem que ser cedo nos dias quentes porque usa equipamentos de proteção como macacão e máscara. "*No tempo quente a gente se judia muito!*" Outro cuidado se refere a não banha nos dias com vento, "*senão pega naqueles que estão embretando.*" Dependendo da época, é realizado de 15 em 15 dias."	Dona Vanda que era acompanhada pela cachorra Filó. Seu Celso participa da atividade na mangueira tocando os bovinos para dentro do brete.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE ALTO DAS FIGUEIRAS - PIRATINI	2018	Q60	03

Trocar o gado de campo	Quando desmama os terneiros, a interlocutora os direciona para a outra propriedade. São 7 kilometros de distância.	Dona Vanda que era acompanhada pela cachorra Filó. Conta com a ajuda dos vizinhos ou parentes. "*Esses dias, eu tive que levar uns terneiros para o outro campo e um primo meu veio com o guri e me ajudou.*" A interlocutora também comentou: *"o vizinho é o parente mais próximo que a gente tem."*
Limpar o campo	Com uma enxada, arranca-se as plantas que não servem para a alimentação do gado.	Seu Celso
Plantar milho	Cultivar em uma lavoura com área de 1 hectare. A meta é alimentar os animais em determinados momentos. Os grãos são plantados por intermédio de uma máquina chamada *saracuá*. Dona Vanda comentou que nunca teve coordenação para trabalhar com esta máquina.	A família contrata o serviço de vizinhos.

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Mangueiras - Cercas de arame ou madeira onde os animais ficam presos durante os processos de vacinação, cura, banho, castração e demais atividades de cuidado. As cercas antigas, primeiras forma de contenção dos animais, eram feitas de pedras.	Evitar que os animais se dispersem pelo campo antes de serem tratados.	A família é quem provém comprando os materiais com recursos próprios. A manutenção pode ser feita por pessoas especializadas ou pela própria família.
Brete. Corredor de madeira por onde os animais passam para serem tratados, ou para serem presos no tronco.	Individualizar o tratamento dos animais, colocando-os enfileirados, um atrás do outro, sem que possam se deslocar.	A família é quem provém comprando os materiais com recursos próprios. A manutenção pode ser feita por pessoas especializadas ou pela própria família.
Potreiro - Campos rodeados de cercas de piques de madeira e/ou fios de arame.	Manter os animais reunidos em um determinado espaço físico. "*É tudo potreirinho. Eu divido tudo. As terneiras de um touro ficam aqui. As terneiras de outro ficam ali. Faço isso para não ficar cruzando os pais com as filhas."*	A família é quem provém comprando os materiais com recursos próprios. A manutenção pode ser feita por pessoas especializadas ou pela própria família.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE ALTO DAS FIGUEIRAS - PIRATINI	2018	Q60	03

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?		
DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	**FUNÇÃO OU SIGNIFICADO**	**QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM**
Balde de sal – recipiente em que se coloca o sal para levar aos animais.	Transporte.	A família é quem provê obtendo com recursos próprios.
Enxada – ferramenta de aço achatado e ligado a um cabo de madeira.	Utilizada para mexer e preparar o solo.	A família é quem provê. Obtém pela compra.
Bambona*- recipiente com até 500 L.	Armazenamento de água.	A família é quem provê. Obtém pela compra.
Máquina de lavar a jato*	Banhar o gado.	A família é quem provê. Obtém pela compra.
Equipamentos de proteção – macacão e máscaras.	Proteção de quem está manejando o	A família é quem provê. Obtém pela compra.

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?		
DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	**FUNÇÃO OU SIGNIFICADO**	**QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM**
Doces de figo – polpa de figo cozida com açúcar.	Os doces são servidos após refeições do almoço e a do jantar. Também são fontes de renda considerando que são comercializados para consumidores urbanos ou nas feiras da agricultura familiar. "*Chegamos a fazer mais de 100kg de figada para vender*."	A família é quem provê obtendo as matérias primas do pomar. O açúcar é comprado em comércios.
Casca de laranja azeda em calda – A casca de laranja é raspada e colocada num recipiente com água ficando assim por alguns dias. A cada dia troca-se a agua. Após as cascas são cozidas numa calda feita de açúcar.	Os doces são servidos após refeições do almoço e a do jantar. Mas Dona Vanda comenta que, quando tem este doce, está sempre comendo. "*Eu faço o doce, mas não posso porquê aí eu vou chegar aos 90kg. Dou umas voltinhas e já vou com o garfo na laranjinha."*	A família é quem provê obtendo as matérias primas do pomar. O açúcar é comprado em comércios.
Casca de laranja seca – A casca é seca no calor vindo do fogão a lenha.	Para botar no chimarrão. "Bom para não se engripar, bom para um monte de coisa."	A família é quem provê obtendo as matérias primas dos matos e pomares.
Alimentos da horta - área cercada em que são cultivados, em menor quantidade, hortaliças, verduras e legumes.	"Feijão a gente planta. O milho a gente planta. A gente colhe abóbora e verduras. Então, a gente só compra coisas de mercado."	A família é quem provê obtendo a partir da plantação.
Carne de ovelha, frango e bovina – carnes cozidas, fritas, assadas no forno ou em espetos próximos ao fogo.	Alimentação presente, principalmente, no almoço e no jantar.	A família é quem provê. Obtém por meio dos animais criados na propriedade.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE ALTO DAS FIGUEIRAS - PIRATINI	2018	Q60	03

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Bombacha – calças presas por botões no tornozelo.	Peça da indumentária campeira.	A família é quem provê.
Botas campeiras - calçado feito de couro, que envolve o pé e a perna. A parte que envolve a perna é chamada de *cano*.	Calçado próprio para andar a cavalo, pois não têm agarradeiras facilitando que o mesmo deslize do estribo em um eventual acidente. A bota protege os pés contra ataques de animais como cobras.	A família é quem provê.

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
Dona Vanda e Seu Celso.	As lidas caseiras estão intercaladas com as lidas campeiras. A atividade de banhar o gado pode ser a última atividade da tarde. Outras vezes, nesse horário está no campo juntando o gado para dar sal. Noutros momentos está em casa realizando as atividades da volta da casa como trabalho na horta e cuidado de algum bicho.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE ALTO DAS FIGUEIRAS - PIRATINI	2018	Q60	03

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Alimentos para o autoconsumo;

Animais para consumidores intermediários que compram terneiros para terminação (engorda).

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

Vanda possui um comprador fixo que realiza a compra dos terneiros no mês de março. Nesse mês este comprador vende os seus animais. A partir de então realiza a compra do gado de Vanda. Os terneiros vendidos têm cerca de 11 meses de vida.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL	**X**	**COMPLEMENTO**	☐	**NÃO É FONTE DE RENDA**	☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	Em construção.				

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

EM CONSTRUÇÃO.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

Estâncias ou fazendas, sítios ou chácaras, quadras de campo – imóveis rurais com registro de propriedade ou posse.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?

Dona Vanda e Celso são os proprietários do imóvel. Porém, a casa em que moram ficam na propriedade de seu compadre a qual eles arrendam.

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

Em construção.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE ALTO DAS FIGUEIRAS - PIRATINI	2018	Q60	03

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?
Sem informação.

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?		
OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
Em construção.		

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Sem informação.		

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Sem informação.		

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Sim, em função da necessidade de informações mais precisas acerca de algumas questões.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
Sem informação.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES
Sem informação.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE COXILHA DO FOGO - CANGUÇU	2018	Q60	04
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA	10 de novembro de 2017	**INÍCIO**	17h	**TÉRMINO**	19h
ENTREVISTADOR	Daniel Vaz Lima; Flávia Rieth, Vagner Barreto.	**SUPERVISOR**		Flávia Rieth	

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Coxilha do Fogo
MUNICÍPIO / UF	Canguçu - RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Lida caseira; pastoreio com bovinos; pastoreio com ovinos
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Lida campeira

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Mário Luiz Santos Moreira				**Nº**	
COMO É CONHECIDO(A)	Seu Mário	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	1960	**SEXO**	**X MASCULINO** ☐ **FEMININO**	
ENDEREÇO	Localidade Coxilha do Fogo – município de Canguçu					
TELEFONE		**FAX**		**E-MAIL**		
OCUPAÇÃO	Pecuarista Familiar					
ONDE NASCEU	Localidade Coxilha do Fogo – município de Canguçu	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde 1982			

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE COXILHA DO FOGO - CANGUÇU	2018	Q60	04

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

Seu Mário apresenta sua relação com a atividade: *"Aqui moro eu, a Eva e dois filhos. Uma filha, Maria Luiza, morava até pouco tempo com nós. Agora não está morando mais [cursa faculdade de enfermagem]. Eu vim para cá em 1982. Nasci e me criei aqui. Numa época fui estudar em Canguçu até a oitava série. Estudei na escola técnica em Pelotas (IF-sul). Depois trabalhei na prefeitura de Canguçu por um tempo e depois saí e vim embora para casa. Ainda depois eu tive na Funasa trabalhando, mas era um contrato temporário. Terminou e eu vim embora. (...). Quando eu voltei não tinha nada. Era um campo vazio só com um cavalo já velho que era para meu pai andar. Eu financiei a compra de bovinos pelo banco. Eu financiei umas vaquilhonas para iniciar com o gado. E quanto as ovelhas um primo meu me deu em sociedade para iniciar. Me deu 16 matrizes e metade dos cordeiros eram dele e metade eram meus. E daí fui indo, graças a Deus foi prosperando aquilo, quase com 100% de cordeiros todos os anos. Quando foi no terceiro ano, ele desistiu de criar ovelha e me vendeu as matrizes que eram dele. Aí fui indo. Desde o primeiro ano que vim para cá foi criando ovelha."* (Entrevista)

A família Moreira, como é conhecida, participa do Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar sendo a Emater/Canguçu a responsável pela assistência técnica. Um dos propósitos do projeto é construir um manejo dos campos naturais por meio do Pastoreio Racional Voisin (PRV). A propriedade, portanto, é uma das referências na implementação do projeto, recebendo visitas de outros produtores.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

"Eu saí daqui com 15 anos. Voltei com 21 ou 22 anos. Quando eu saí o pai tinha gado, tinha ovelha em pouca quantidade, mas tinha. Fui criado no meio da criação. Era umas 50/60 ovelhas."

"Eu hoje não posso dizer que sei tudo da lida campeira, está sempre surgindo coisas diferentes, imagina quando cai na mão de pessoas que querem criar e não sabem. Ovelha é bem complicado. Ela traz muita infestação de doença que pega umas nas outras. Diferente do gado que só o que pega nos outros é o carrapato. Ovelha vai passando de uma para outra. Hoje tem vacinas preventivas para um monte de coisas, mas de primeiro era coisa muito séria. A gente via ovelha com sarna. Hoje tem os banhos."

Recebem também a assistência técnica da Emater/Canguçu - *"Toda a orientação da montagem disso daí foi dele* [James Pureza - extensionista da Emater]. *Mas sempre arrebenta no pequeno. O negócio de contenção de despesas. O governo aí é a Emater, né. Mas vivem mais tempo no escritório do que no campo [em função da contenção de despesas]. Está muito complicado. A ADAC tem projeto de ter assistência técnica, só que isso depende de recursos."*

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Seu Mário passa os saberes aprendidos para os filhos. *"Os filhos ajudam na lida. Mais que acompanham, fazem a frente. Hoje é um pouco difícil ver no interior guri, adolescente. Vejo muitos pais se queixando. A gente quer que estude. Mas quando der uma vaga a gente quer que ajude. Eu não posso me queixar porque eu tenho problemas de saúde e tem dias que a gente vai de arrasto fazer as coisas. Mas eles fazem a frente e a gente vai junto para motivar. 'Pai! Tem que fazer isso, tem que fazer aquilo.' São o Rodrigo que está com 15 anos, o outro é o Adriano que está com 12 anos."*

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Sem informações.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE COXILHA DO FOGO - CANGUÇU	2018	Q60	04

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Participa e é um dos fundadores da Associação Canguçuense de Agropecuária Familiar (ACAF), criada no dia 7 de abril de 2014 com o objetivo de participar de projetos como filiada à ADAC.

"*Desde as primeiras reuniões com os técnicos da Embrapa em Canguçu, a gente participou. Teve a ideia de se engajar nisso aí. São muito poucas as coisas que são direcionadas para os pequenos. E a gente viu um fundamento nisso aí. Não que isso fosse para ver só o lado da gente. Claro que a gente busca trazer mais pessoas, pois na ADAC tem grandes produtores também, mas é uma mescla de pequenos, médios e grandes. Até os grandes são poucos, mais é de médios para baixo.*"

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	A lida campeira é uma atividade cotidiana.

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

☐ **MEIO DE VIDA** - *"Eu gosto. Sempre gostei dessa vida assim. Hoje eu estou com certos problemas porque é uma lida pesada. Tem horas que a gente meio que desanima, mas depois pega a enfrentar a vai indo. Os filhos também pegam o gosto. Os filhos estão gostando. Eu posso dizer assim que tive erro de desistir de estudar para vir para cá. Depois eu vi que eu errei, que eu poderia ter as duas coisas e viver melhor, né. Se eu tivesse estudado, não precisava me desfazer disso daqui e talvez vivesse melhor. Todos têm problemas. Mas estamos tentando tocar o troço para que não afete muito aquilo que a gente está fazendo para sobreviver. Tu não junta dinheiro. Praticamente o dinheiro que tu fazes é consumido aqui. É consumido na casa."*

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

_____

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE COXILHA DO FOGO - CANGUÇU	2018	Q60	04

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

Segundo Cotrim (2003) a localidade da Coxilha do Fogo está localizada no que chama zona de campo, sendo a parte geográfica do município com predomínio de gramíneas e leguminosas forrageiras. Na região tem-se a predominância de pecuaristas familiares herdeiros das sesmarias, que fora uma política de ocupação da região no século XVIII de doação de terras militares portugueses. A região era uma zona estratégia para a coroa nas lutas contra as missões jesuíticas. A existência de gado "xucro" manejados pelos indígenas Tapes que, ligados aos jesuítas missioneiros, se retiraram com a ocupação, fez com que as sesmarias ficassem voltadas para a pecuária. Por conseguinte, tais sesmarias foram se fragmentando em função das heranças.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Em construção.

7. PREPARAÇÃO

Está dentro das atividades consideradas como lida caseira. "*Começa às 6hs, tirar leite e tratar dos bichos. E, depois que começa, é uma vaguinha para tomar um cafezinho e uns dois ou três mates. É para consumo, para casa, né. Duas vacas de leite. E sempre tem umas ovelhas para dar comida. Tem a criação da galinha, patos, porcos. Tem ovelhas que estamos alimentando para ver se elas agarram mais estado para vender. Lida de casa não é brinquedo. Desde o cachorro tem que cuidar, tem que dar comida.*"

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE COXILHA DO FOGO - CANGUÇU	2018	Q60	04

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
Manejo integrado com ovelhas e gado em piquetes.	Manejo de gado e ovelhas em pequenas áreas. Cada grupo de animais permanece determinado tempo em uma área. A rotação dos tempos de permanência possibilita a renovação do pasto. O manejo é chamado de sistema de pastoreio Voisin, que consiste em revezar o gado em espaços de campo delimitados por cercas eletrificadas. Objetiva maximizar o uso do pasto, permitindo que o mesmo se recupere naturalmente durante períodos determinados de tempo. Dessa forma, obtém-se animais com peso para abate com custos menores e com o mínimo de interferência artificial (química) tanto nos pastos, quanto nos animais. Seu Mário descreveu a atividade: *"No fim de dezembro eu começo a entrar com as vacas. Boto um lote de 30/40. Sempre as ovelhas na frente. Nesse sistema tu tem que deixar rapar bem o pasto. Ele vai brotar com força e parelho. Se o pasto ficar alto, na próxima ele vai ficar engrossando e o animal acaba não comendo. Então, o certo é deixar ele baixinho. Tu botas as vacas num piquete e, na mesma hora, tu botas as ovelhas no outro. Quando as vacas rapam, as ovelhas vão para outro e as vacas vão para onde estavam as ovelhas. Tem gente que diz que as ovelhas sujam o pasto e isso não funciona. Funciona porque o gado não seleciona onde a ovelha urina e esterca. Seleciona o dele mesmo. Onde a vaca estercou e urinou, por 30/40 dias ela não pasta mais ali. Mas da ovelha não. Tanto é que tu botas aí e elas comem tudo, onde a ovelha estercou. Só não come se tu deixar ela solta. Aí ela vai selecionar. Mas se ficar dentro de uma área pequena. O que ocupa mais é a ovelha, mas é o manejo mais fácil. Mesmo que seja um manejo que exige diariamente a pessoa na lida, sempre tem uma coisa para fazer, é um manejo mais fácil. Com o gado embora o trabalho seja menor, já tem que pegar um cavalo, ter mais uma pessoa."*	A família é quem se envolve e participa das atividades. Eventualmente, contrata serviços.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE COXILHA DO FOGO - CANGUÇU	2018	Q60	04

Concertar cerca	Com o sistema de piquetes a atividade de consertar as cercas é cotidiana. Com um alicate na mão é percorrida toda a área. Seu Mario disse: *"Sempre tem uma cerca para levantar. Isso é uma coisa diária. Passei uns dias que não deu para mexer numa cerca e aí era fio no chão, de um lado para outro e não sabia para que lado ia mais."* *Com os fios de choque se trabalha só com alicate. Uma coisa menos trabalhosa. Os moirões são só para a arrancada. Depois são estacas. A gente faz a ponta com o machadinho, bate [enterra no chão] com o machadinho. Não precisa abrir aquele buraco com pá, socar a terra nos moirões, essas coisas de pedra que fazem o cara forcejar um horror!"*	O serviço é atribuído ao Seu Mario e aos filhos Rodrigo e Adriano. Eventualmente contratam os serviços.
Esquila de ovinos	Cortar a lã dos ovinos rente ao couro. A lã é selecionada, estocada em favos e depois vendida. A atividade ocorre nos meses de novembro a fevereiro. **Dona Eva:** *No ano passado esquilamos quase duzentas ovelhas. Era umas 8 ou 10 por dia. Porque 11h eu tenho que parar o serviço. Arrumar a comida e a casa. O Rodrigo ajuda a tosar. Ele tira duas ou três ovelhas por dia. Já ajuda. E aí tem os filhos no colégio, arrumar a casa. Aí tem roupa para botar na corda. Então eu não consigo. Às vezes estou na mangueira ali e já é quase 9h da manhã. O máximo que tosa é umas 3 ou 4 na parte da manhã. Faz dias que eu quero tosar os carneiros e não consigo.* **Seu Mário:** *É, não é aquela coisa de vamos pegar hoje e vamos até essa hora. Surgem outras coisas para fazer e tens que parar. Não tira mais que uma média de 10 por dia. Me dói muito os rins. Estou com 56 anos, não sou guri mais. Mesmo o meu guri que está com 15 anos, tosa uma/duas e está assim não conseguindo se levantar.* **Dona Eva:** *Faz dias que eu quero tosar os carneiros e não consigo. Eu pego, maneio. Antes eu deitava ele e tirava, primeiro, o garreio nas patas e na barriga. Depois maneava. Mas como uma guaxa meteu um casco na minha boca e rasgou, eu maneio primeiro. Depois que ela está bem cansada eu solto e tiro as patas e a barriga dela. Aí ela não esperneia. Mas tem uns de primeira tosa que é um inferno tosar. São bem ruins! Tosamos uns capãozinhos ali que foram coisa mais horrorosa de tosar.*	A família é quem se envolve e participa das atividades. Eventualmente, contrata serviços.
Capinar milho	O milho é cultivado na lavoura. É plantado nos meses de novembro a fevereiro. No período da entrevista os interlocutores estavam preparando o terreno. "*Estamos ajeitando uma lavourinha para plantar um milho. Agora encharcou a terra."* Depois de plantado na terra iniciam manejos de cuidado das plantas. Com uma enxada se remove as outras plantas deixando a cultivar de milho. Tempos depois serão produzidas espigas cujos grãos irão alimentar os animais nas estações outono e inverno quando se tem a escassez de pastagens.	A família é quem se envolve e participa das atividades. Eventualmente, contrata serviços. Seu Mário disse: "*A gente paga um trator para discar a terra. A capina é com a enxada."*

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE COXILHA DO FOGO - CANGUÇU	2018	Q60	04

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?		
DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	**FUNÇÃO OU SIGNIFICADO**	**QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM**
*Piquetes – áreas de campo divididas por cercas - *"Eu tenho 73 piquetes de 2025 m². Os outros são de 10 hectares, 7 hectares. Quando termina esses aqui e não dá retorno para ter os outros. Dá uma área de cerca de 19 hectares. Eu tenho uma área de 22 hectares lá em cima."*	"*Aqui tem ovelhas, cordeiros, ovelhas que estavam com os cordeiros mais fracos e uns cordeiros vendidos. Quando o pasto nativo está alto, a gente semeia azevém e vem com os animais. Eles plantam tudo só com o pisoteio. Nada é mexido na estrutura do solo."* (Entrevista) *"Isso tudo foi falado pelo técnico da emater que fez o projeto aqui. Ele falou que não vamos ver resultado aqui imediatamente. Isso vai se dá em tres ou quatro anos. Essa dos piquetes. Levava trinta dias para crescer o azevém. Hoje, se o tempo estiver normal, com umidade, cresce em 12 dias. Claro, tudo depende do tempo. Quando se lida com pasto, com planta, é o tempo quem dita a regra, né. Se ela vai crescer mais rápido ou com menos rapidez, se faltar umidade ou vem muito frio."* (Entrevista)	A família é quem provê. Obtém por meio de financiamentos e assistência da Emater. "*Investimento com arame, com madeira, com isolador, eu tive que entrar no banco. A Emater que me direcionou para alguns créditos. "*
Mangueiras - Cercas de arame ou madeira onde os animais ficam presos durante os processos de vacinação, cura, banho, castração, tosa e demais atividades de cuidado. As cercas antigas, primeiras forma de contenção dos animais, eram feitas de pedras.	Evitar que os animais se dispersem pelo campo antes de serem tratados.	A família é quem provê. Obtém por meio de financiamentos.
Cerca elétrica – fios eletrificados por aparelho conectado à luz elétrica ou à bateria recarregável (por eletricidade). É utilizado apenas um fio de arame eletrificado por cerca. Os aparelhos para cerca elétrica podem ter capacidade de enviar energia elétrica por até 50km de extensão de arame.	Contenção dos bovinos e ovinos, através do contato com o fio de arame eletrificado. No contato recebe uma pequena descarga elétrica (choque), que não prejudica o animal, porém assusta-o, fazendo com que ele não tente novamente. Os animais acostumam-se a não encostar na cerca para não receber a sensação desagradável do choque elétrico.	A família é quem provê. Obtém por meio de financiamentos.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE COXILHA DO FOGO - CANGUÇU	2018	Q60	04

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Bebedouro* – recipientes para armazenar agua.	*Quase que todos eles têm duas torneiras. No momento em que os bichos são trocados, fecha a torneira e segue a agua para outra. Eu tenho aquele açude só para isso aí. Os animais não bebem agua no açude. O açude é cercado e é só para vir agua para esses bebedouros. Os animais bebem agua, a agua se renove e sempre está com a temperatura ambiente. 20% da produção do animal está aqui. Ele não pode passar sede. Eu tenho o outro sistema ali que aí é fixa. Onde estão as ovelhas tem 4 piquetes desse e no meio tem uma rotula, né. Tem 4 porteiras. Aí tu abres uma só para os animais entrar dentro para beber água naquela que é fixa ali. Quando passar para outro piquete, fecha aquela porteira e abre a outra.*	A família é quem provê. Obtém por meio de financiamentos e assistência da Emater. "*Investimento com arame, com madeira, com isolador, eu tive que entrar no banco. A Emater que me direcionou para alguns créditos.* "
Alicate	Tem a função de cortar, reparar, unir ou transportar de lugar os fios da cerca elétrica, quando esses procedimentos forem necessários.	A família é quem provê. Obtém pela compra.
Enxada – ferramenta de aço achatado e ligado a um cabo de madeira.	Utilizada para mexer e preparar o solo.	A família é quem provê. Obtém pela compra.
Martelo ou tesoura de esquilar	Cortar a lã dos ovinos quando começa a fazer calor.	A família é quem provê. Obtém pela compra.

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
Carne de ovelha, frango, porco e bovina – carnes assadas no forno ou em espetos próximos ao fogo.	*"No dia a dia a gente come mais carne de ovelha. Para mim não tem igual. Fui criado com carne de ovelha. Gosto de carne bovina, frango, porco, mas a ovelha é incomparável. Eu duvido que apareça outra coisa melhor do que uma carne de ovelha assada."*	A família é quem provê. Obtém por meio dos animais criados na propriedade.
Alimentos da horta – área cercada em que são cultivados, em menor quantidade, hortaliças, verduras e legumes.	Seu Mario: "*Essas coisas de horta como mandioca, batata doce, plantas [são] para o consumo. A Eva lida mais com essas coisas de horta."* Dona Eva: *"Coisa de horta eu planto de tudo! Meio atrasada mais estou plantando os meus feijãozinhos de vagem na horta. Consegui capinar ontem aquela hortinha. Mandioca, batata doce, esse ano estou plantando amendoim. Esse ano não consegui plantar batata inglês, a terra foi lavrada muito tarde. (...) Ontem plantei abóbora japonesa."*	Dona Eva é quem provê e, eventualmente, contrata serviços. Seu Mário disse: "A gente paga um trator para discar a terra. A capina é com a enxada." No caso da horta, a participação de Seu Mario é eventual. "*Eu não tenho tempo, no caso. Às vezes, eu ajudo, quando tem que cavar uma horta, dar uma capinada. Mas não consigo me envolver."*

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE COXILHA DO FOGO - CANGUÇU	2018	Q60	04

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Bombacha – calças presas por botões no tornozelo.	Peça da indumentária campeira.	A família é quem provê.
Botas campeiras - calçado feito de couro, que envolve o pé e a perna. A parte que envolve a perna é chamada de *cano*.	Calçado próprio para andar a cavalo, pois não têm agarradeiras facilitando que o mesmo deslize do estribo em um eventual acidente. A bota protege os pés contra ataques de animais como cobras.	A família é quem provê.

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
Rodrigo	Direcionar algumas ovelhas para a área próxima a casa. Dona Eva disse: "*Elas já estão acostumadas que nem precisa buscar. Só fica um lote desse outro lado que não trazemos para perto das casas."*
Seu Mário	Ordenhar as vacas.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE COXILHA DO FOGO - CANGUÇU	2018	Q60	04

Dona Eva	Alimentar galinhas, porcos, patos e ovelhas. *"As [ovelhas] que ficam no galpão são as que adoecem. Hoje mesmo tinha duas doentes e tive que trazer."* (Dona Eva)

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Carne bovina, caprina e ovina para o autoconsumo;

Animais para açougues e consumidores intermediários que compram terneiros para terminação (engorda).

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

Açougues e consumidores intermediários.

Dona Eva conta que *"uma guria queria uns cordeiros guaxos. Peguei R$ 50, 00 cada um. Outro dia veio uma mulher lá de Porto Alegre buscar quatro guaxos. Eu pesei eles. Deram na base de 10/12kg e, menos do que R$ 5,00 o quilograma, não dá para vender."*

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL	**X**	**COMPLEMENTO**	☐	**NÃO É FONTE DE RENDA**	☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	Segundo os dados preliminares do censo agropecuário de 2017 (IBGE), o município de Canguçu é o primeiro colocado no ranking do Estado do Rio Grande do Sul em números de estabelecimentos com rebanhos bovinos. Em um universo de 8.075 estabelecimentos, 6.332 (78,41%) possuem algum tipo de pecuária colocando a atividade como a que é mais praticada nas propriedades agrícolas do município. No que se refere a criação de ovinos, o município ocupa o 4° lugar com 1.150 (14,24%) dos estabelecimentos.				

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA
Em construção	

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

Estâncias ou fazendas, sítios ou chácaras, quadras de campo – imóveis rurais com registro de propriedade ou posse. As atividades no lugar remontam ao século XVIII quando famílias receberam doações de sesmarias passando a realizar a atividade pecuária de criação de bovinos, caprinos e ovinos. Ao longo dos anos as sesmarias foram se fragmentando em função da herança de terras passada de uma geração para outra.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?

Propriedade familiar.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE COXILHA DO FOGO - CANGUÇU	2018	Q60	04

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE
Em construção

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?
Em construção.

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?		
OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
Em construção.		

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Em construção.		

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Em construção.		

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Sim, em função da necessidade de informações mais precisas de algumas questões.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
Sem informações.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	LOCALIDADE COXILHA DO FOGO - CANGUÇU	2018	Q60	04

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES
Em construção.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO BARROCÃO - PIRATINI	2018	Q60	05
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA	Novembro de 2017	**INÍCIO**	14h	**TÉRMINO**	15h
ENTREVISTADOR	Daniel Vaz Lima; Flávia Rieth, Vagner Barreto.	**SUPERVISOR**	Flávia Rieth		

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Distrito Barrocão
MUNICÍPIO / UF	Piratini/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Isaurine de Oliveira Garcia			**Nº**	
COMO É CONHECIDO(A)		**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	1973	**SEXO**	☐ **MASCULINO** **X FEMININO**
ENDEREÇO	Serra do Barrocão- Piratini				
TELEFONE		**FAX**		**E-MAIL**	
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Serra do Barrocão	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde que nasceu		

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO BARROCÃO-PIRATINI	2018	Q60	05

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

A Sr. Isaurine realiza o artesanato em lã, desde criança, quando aprendeu com a sua mãe, que respectivamente já havia aprendido com a mãe também. A artesã trabalha em casa, realizando todo o processo da lã, que consiste em lavar, cardar e fiar, para que assim possa produzir o artesanato, ela produz principalmente xergão.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

A Sr. Isaurine começou a trabalhar com a lã desde criança, com mais ou menos nove anos de idade, aprendeu com a mãe em casa, vendo a fazer, aprendeu a fazer o fio e tecer no tear. Desde então ela trabalha com artesanato em lã Aprendeu a tecer num tear construído pelo pai e neste tear que ela trabalha ainda hoje.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Sem Informação.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Sem Informação.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Participa da ADAC - Associação para o desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã.

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	A época de tosquia dos ovinos, onde há a retirada da lã, ocorre uma vez ao ano, entre os meses de novembro a janeiro, período em que termina o frio e começa o calor. Mas apesar de haver um período para a retirada da lã, que é a matéria prima para o artesanato, este é produzido o ano todo, pois nessa época as artesãs adquirem grande quantidade e também há compartilhamento de matéria prima entre as artesãs.

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO BARROCÃO-PIRATINI	2018	Q60	05

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

X **MEIO DE VIDA** **__TRABALHA COM ARTESANATO EM LÃ COMO COMPLEMENTO DE RENDA E TAMBÉM PORQUE GOSTA, SE SENTE BEM, FAZ PARTE DA SUA VIDA, JÁ QUE É UM SABER-FAZER QUE FOI PASSADO DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO, NO ÂMBITO FAMILIAR, DESSA FORMA OBTENDO ESTE UM VALOR DE MEMÓRIA PARA ESTES QUE O REALIZAM.**

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA**

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)**

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

O artesanato em lã já era feito pela avó da Sr. Isaurine, que passou para sua mãe e que passou para ela. Dessa forma este artesanato é realizado a pelo menos a três gerações de mulheres.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informação.

7. PREPARAÇÃO

Primeiramente se adquire a lã, pode ser direto do produtor ou na cooperativa de lã, logo é preciso lavar para tirar todas as impurezas da lã, depois de seca, se abre a lã separando partes que estão em nó e não servem, após feito isto se carda a lã para desembaraçar para que possa ser feito o fio na roca. E assim realizado isso teremos o fio para que possa ser feito o artesanato, que pode ser feito com agulha de crochê, tricô ou no tear.

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
Lavagem	Após a retirada da lã do ovino (tosquia), essa lã é lavada para a retirada de impurezas.	Sr. Isaurine
Cardar	Logo após de a lã estar limpa e seca é necessário cardar (pentear), processo que desembaraça a lã para que possa ser feito o fio.	Sr. Isaurine
Fiar	Com a lã desembaraçada, a lã pode ser fiada na roca, assim obtendo o fio.	Sr.Isaurine

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO BARROCÃO-PIRATINI	2018	Q60	05

Artesanato em lã	Por fim após ser feito o fio da lã, a artesã obtém a principal matéria prima para assim fazer o artesanato.	Sr.Isaurine

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Casa da artesã	Local onde ela faz o artesanato	A mesma, juntamente com sua família

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Lã	Principal matéria prima para o artesanato	Adquirida por meio da compra direto do produtor de ovinos ou através de troca com vizinhos, que doam a lã em troca de peças de artesanato.
Carda	Desembaraçar a lã para que possa ser fiada	A artesã
Roca	Fazer o fio da lã	A artesã
Tear	Transformar a lã em peças artesanais	A artesã

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Em construção.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO BARROCÃO-PIRATINI	2018	Q60	05

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Pala - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	A artesã é quem confecciona.
Poncho - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	A artesã é quem confecciona.
Xales	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	A artesã é quem confecciona.
Mantas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	A artesã é quem confecciona.
Blusões	Peças da indumentária usadas no inverno.	A artesã é quem confecciona.

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

Em construção.

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO BARROCÃO-PIRATINI	2018	Q60	05

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Os produtos resultantes desse artesanato são diversos, cobertas, são ponchos, palas, xergão utilizados pelo homem do campo nas lidas campeiras, por exemplo o poncho para combater o frio e o xergão como aparato para a encilha do cavalo.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público que adquire as peças em lã é diverso. Mas vendem principalmente para para produtores rurais, que buscam ponchos, palas, xergão, entre outros.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL ☐	COMPLEMENTO X	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	A atividade é importante para a comunidade, pois possibilita que estas mulheres tenham uma renda ou um complemento da sua renda, dessa forma obtendo liberdade econômica e melhoria na condição de vida.	

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

A atividade é desenvolvida na família da Sr. Isaurine a pelo menos três gerações, aproximadamente cem anos, sendo uma saber-fezer passado de geração em geração de mãe para filha. Produziam artesanato em lã para necessidade da família, assim como para a venda para a vizinhança.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?

O artesanato é realizado na residência da própria artesã.

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

Sem informação.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO BARROCÃO-PIRATINI	2018	Q60	05

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?
Em construção.

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?		
OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
Em construção.		

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Em construção.		

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Em construção.		

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Sim, em função da necessidade de informações mais precisas acerca de algumas questões.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
Sem informação.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES
A artesã relata que este artesanato que está a tantas gerações sendo realizado na sua família, nesta próxima geração que são a de seus filhos há uma ruptura nesse ciclo, já que estes não tiveram interesse em apreender a técnica artesanal. Dessa forma expondo a fragilidade desse saber/fazer, pois sem que as novas gerações demonstrem interesse, o artesanato em lã corre o risco de desaparecer.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	ESTRADA BR 392 - PIRATINI	2018	Q60	06
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA	21 de novembro de 2017	**INÍCIO**	14h	**TÉRMINO**	16h
ENTREVISTADOR	Daniel Vaz Lima; Flávia Rieth, Vagner Barreto.	**SUPERVISOR**	Flávia Rieth		

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Estrada BR 392
MUNICÍPIO / UF	Piratini/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Andrea Madruga Garcia				**Nº**	
COMO É CONHECIDO(A)	Andrea Madruga do Fio Farroupilha	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	23/04/1972 29/01/1995	**SEXO**	☐ **MASCULINO** **X FEMININO**	
ENDEREÇO	Fazenda Santa Izabel, BR-392, Piratini, RS					
TELEFONE	(53)999426034	**FAX**	https://www.facebook.com/fiofarroupilha.piratini	**E-MAIL**	fiofarroupilha@gmail.com	
OCUPAÇÃO	Artesã em lã e produtora rural					
ONDE NASCEU	Piratini/ RS	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde que nasceu			

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	ESTRADA BR 392 - PIRATINI	2018	Q60	06

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

Aprendeu o artesanato em lã em cursos promovidos principalmente pela Emater de Canguçu, junto à Associação Comunitária Ponte do Império, há 10 anos. Atualmente, é proprietária da marca Fio Farroupilha e sócia-prioritária da Fazenda Santa Isabel. Produz peças 100% artesanal, utilizando a lã de seu rebanho, que é certificado. Vende seus trabalhos em feiras e festivais de produtos agropecuários.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

A Andrea começou a trabalhar com lã em 1995, a família cria ovinos e sempre participavam de uma feira de ovinos a Feovelha, onde havia exposição de produtos artesanais realizados em lã e isso lhe interessou. Então buscou aprender o artesanato em lã através de cursos promovidos pela Emater, junto a Associação Ponte do Império.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

A artesã Andrea ensinou a filha que também que segue fazendo o artesanato.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Em construção.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

A artesã Andrea já participou da Associação da Ponte do Império, Piratini/RS.

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	A época de tosquia dos ovinos, onde há a retirada da lã, ocorre uma vez ao ano, entre os meses de novembro a janeiro, período em que termina o frio e começa o calor. Nesse período é realizada a seleção da lã que irá ser utilizada para as peças que serão realizadas no próximo ano. Mas apesar de haver um período para a retirada da lã, que é a matéria prima para o artesanato, este é produzido o ano todo, pois nessa época as artesãs adquirem grande quantidade e também há compartilhamento de matéria prima entre as artesãs.

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	☐	☐	X	X	X	X	X	X	X

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	ESTRADA BR 392 - PIRATINI	2018	Q60	06

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

X **MEIO DE VIDA** **__TRABALHA COM ARTESANATO EM LÃ COMO PRINCIPAL FONTE DE RENDA E TAMBÉM PORQUE GOSTA, SE SENTE BEM, FAZ PARTE DA SUA VIDA.**

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA**

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)**

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

A atividade é desenvolvida desde 1994, a partir de cursos oferecidos pela Emater e o desenvolvimento da Associação da Ponte do Império,com o intuito de agregar valor a lã produzida nas propriedades. Inicialmente a Associação era composta por 12 mulheres, mas com o tempo esse numero se reduziu a 4 componentes. Mas a artesã Andrea segue trabalhando com o artesanato, produzindo novas peças e aperfeiçoando as técnicas.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informação.

7. PREPARAÇÃO

Primeiramente é realizada a tosquia realizada por trabalhadores da região, que é o processo de retirada da lã da ovelha, após isso a artesã seleciona a lã mais fina. Em seguida se faz a lavagem para retirar todas as impurezas da lã, depois de seca, se abre a lã separando partes que estão em nó e não servem, após feito isto se carda a lã para desembaraçar para que possa ser feito o fio na roca. E assim realizado isso teremos o fio para que possa ser feito o artesanato, que pode ser feito no crochê, no tear e a feltragem.

O artesanato em lã é realizado com lã do rebanho da propriedade. Devido a demanda o produção tem duas linhas, uma na qual a lã é lavada industrialmente, mas o fio é feito pela artesã de forma manual. E a outra linha é onde o processo é 10% artesanal, a lã é lavada, cardada e fiada na roca de forma artesanal e manual. Ela desenvolve o processo de produção de peças com o tear de pregos, crochê e feltragem.

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
Lavagem	Após a retirada da lã do ovino (tosquia), essa lã é lavada para a retirada de impurezas.	Parte da lã é lavada pela artesã e outra parte na indústria.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	ESTRADA BR 392 - PIRATINI	2018	Q60	06

Cardar	Logo após de a lã estar limpa e seca é necessário cardar (pentear), processo que desembaraça a lã para que possa ser feito o fio.	artesã
Fiar	Com a lã desembaraçada, a lã pode ser fiada na roca, assim obtendo o fio.	artesã
Artesanato em lã	Por fim após ser feito o fio da lã, a artesã obtém a principal matéria prima para assim fazer o artesanato.	artesã

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Ateliê	Local onde a artesã desenvolve o processo artesanal	O local utilizado é mantido pela artesã

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Lã	Principal matéria prima para o artesanato	Obtida do seu próprio rebanho
Carda	Desembaraçar a lã para que possa ser fiada	Materiais como carda, roca, tear são adquiridos através de encomenda a artesãs da região que fazem esses materiais.
Roca	Fazer o fio da lã	A artesã
Agulha de crochê e tear	Transformar a lã em peças artesanais	A artesã

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
Churrascos de ovelha e cabrito assados no espeto, em fogo de chão.	Servidos no almoço e no jantar. Também acompanha os momentos de sociabilidade.	A família é quem provê obtendo a matéria prima dos animais da propriedade.
Mate ou chimarrão - erva-mate moída, colocada dentro de um recipiente chamado *cuia*. Adicionada de água quente (sem ferver, aproximadamente 70°C) é sorvido por meio da *bomba* que é um canudo com de 20 centímetros de comprimento. Na extremidade inferior da bomba há um filtro.	Acompanha os momentos de sociabilidade.	A família é quem provê a partir da compra em comércios.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	ESTRADA BR 392 - PIRATINI	2018	Q60	06

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Pala - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	A artesã é quem confecciona.
Poncho - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	A artesã é quem confecciona.
Xales	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	A artesã é quem confecciona.
Mantas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	A artesã é quem confecciona.
Blusões	Peças da indumentária usadas no inverno.	A artesã é quem confecciona.

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	ESTRADA BR 392 - PIRATINI	2018	Q60	06

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

Em construção.

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Os produtos resultante desse artesanato são diversos, como mantas, ponchos, ruanas, palas e coletes de feltragem, os ponchos são muito utilizados pelo homem do campo nas lidas campeiras para combater o frio.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público que adquire as peças em lã são principalmente produtores rurais.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL X	COMPLEMENTO ☐	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	A atividade é importante para a família da artesã, pois é a sua profissão. Por meio desse artesanato possibilita a família agregar valor a lã que é produzida na propriedade, assim como gerando trabalho e renda para uma rede de mulheres que estão envolvidas no processo, dessa forma obtendo liberdade econômica e melhoria na condição de vida.	

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA
No inicio da produção em 1994	INICIALMENTE A ARTESÃ REALIZAVA TODO O PROCESSO ARTESANAL, MAS DEVIDO A GRANDE DEMANDA, ELA NÃO CONSEGUIU DAR CONTA DE TODAS AS ETAPAS. ENTÃO UMA PARTE DA LÃ É LAVADA NA INDÚSTRIA, E A ARTESÃ FAZ O FIO MANUALMENTE E OUTRA PARTE O PROCESSO DA LÃ É TODO REALIZADO NA PROPRIEDADE DE FORMA MANUAL E ARTESANAL.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	ESTRADA BR 392 - PIRATINI	2018	Q60	06

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

A atividade é desenvolvida desde 1994, a partir de cursos oferecidos pela Emater e o desenvolvimento da Associação da Ponte do Império, com o intuito de agregar valor a lã produzida nas propriedades. Inicialmente a Associação era composta por 12 mulheres, mas com o tempo esse numero se reduziu a 4 componentes. Mas a artesã Andrea segue trabalhando com o artesanato, produzindo novas peças e aperfeiçoando as técnicas.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?

O local onde a artesã desenvolve seu trabalho fica na propriedade da sua mãe.

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

Sem informação.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?

Em construção.

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?

OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
Em construção.		

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Em construção.		

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Em construção.		

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	ESTRADA BR 392 - PIRATINI	2018	Q60	06

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Sim, em função da necessidade de informações mais precisas acerca de algumas questões.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
Sem informação

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES
Sem informações.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	07
	UF	SÍTIO-.	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA	07. 10. 2017	INÍCIO	19h	TÉRMINO	21h
ENTREVISTADOR	Daniel Vaz Lima; Vagner Barreto; Flávia Rieth	SUPERVISOR	Flávia Rieth		

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Distrito de Palmas
MUNICÍPIO / UF	Bagé/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Rosangele Soares Scholante				Nº	
COMO É CONHECIDO(A)	Rô	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	30.01.1958	SEXO	☐ MASCULINO X FEMININO	
ENDEREÇO	Rincão dos Alves, Palmas, Bagé					
TELEFONE	53 99975 8667	FAX		E-MAIL	criacoesro@hotmail.com	
OCUPAÇÃO	Artesã e pecuarista familiar					
ONDE NASCEU	Bagé	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu			

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	07

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

A artesã começou a fazer o artesanato de forma autodidata, produzindo sozinha, após um tempo fez um curso. Hoje faz o artesanato, participa de feiras. Ela produz pelego, almofadas, chinelos, palas, mantas, miniaturas de ovelhas em lã.

"*Eu comecei do nada, porque não tinha curso, fui inventando e fui fazendo minhas coisas e cada vez eu queria aprender mais. Depois eu fiz um curso de tecelagem e hoje estou com minhas peças aí, participando das feiras, eu e meu filho. Cada vez tem que fazer mais pois no artesanato você tem que estar sempre criando coisas novas. Então, estamos sempre pensando, tentando criar uma coisa nova para levar. Se num ano tu levou um ou dois tipos de peças, no outro ano já tens que levar outro modelo pois o povo que vai comprar, quer ver isso aí. Eu me sinto realizada no meu artesanato. [...] Para mim ele é tudo. Eu não me vejo fora do artesanato e ficar só dona de casa. Eu sou dona de casa, mas também sou uma artesã.*"

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

A artesã em 2003 começou a curtir pelegos a partir de iniciativa própria, se informando com pessoas próximas sobre como fazer. Já em 2009 aprendeu a trabalhar no tear com uma prima que ministrava cursos pela Emater.

"*Eu curtia pelego. Foi ali que eu comecei. Simplesmente por vontade. Não fiz curso, nem nada. Perguntava para um, perguntava para outro e iam me dizendo. Assim, eu comecei a curtir pelego. De repente, do pelego – foi numa semana que estava chovendo e a gente dentro de casa. É fogo! -, eu inventei de fazer um chinelo. Vocês precisavam ver o meu chinelo. A cabeça aqui não ajudo porque em vez de botar o peleguinho para dentro, fiz ao contrário. Dentro eu só deixei o carnal. Mas fiz. E adorei! Eu testava o meu chinelo, meio redondo, meio engraçado. Meu marido, para me incentivar, me disse: "ah, mas como ficou lindo este chinelo!" Eu disse: "bah, eu vou começar a fazer." Sobrava os recortes. Vários pedaços. Acredita? Fiz uns quantos! E ainda fui em uma feira aqui no município de Lavras do Sul (fica a uns 40km daqui), e vendi.*"

"Eu fiz um mês de curso em Bagé e, não tenho vergonha de dizer, não aprendi nada. Fiz um mês. Abandonei casa e tudo. Minha nota foi 9,8. Vim para casa decepcionada porque eu tinha o sonho de trabalhar num tear. Aí eu encontrei em uma feira em Lavras do Sul, uma pessoa (ela é até minha parente) que dava cursos pela Emater. "Tu não vai lá em casa me dar um curso?" Ela veio e me deu um curso. Trouxe o tear dela. Depois eu consegui esse com a Emater que foi deixando aqui comigo. Mas eu tenho outro que é maios em que faço as peças maiores."

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

A artesã está ensinado para o filho e para uma vizinha que se interessou em aprender.

Está passando o conhecimento para o filho Marcelo:

"Ele faz. O problema é que tem que cuidar. Aí estava meio aberto e mais para cima. Então, eu peguei e me sentei aqui, antes de vocês chegarem e, com uma agulha, ia ajeitando e ajeitando."

Também está passando o conhecimento para uma vizinha:

"*Eu estou incentivando uma menina, que está fazendo artesanato para mim. Mas eu estou incentivando ela para também ir para as feiras. Ela disse para mim: 'eu estava entrando em depressão e fiquei muito contente. Estou muito feliz agora.' Ela fica sozinha em casa pois o marido trabalha e só vem no final de semana. De tardezinha, ela ia para cima do sofá ou da cama e não tinha nada para fazer. Ele me disse: 'tu não sabes o que tu me trouxeste.' Então, eu estou muito contente que eu levei uma coisa boa para ela. E quem sabe até poderia ficar no meu lugar.*"

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	07

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Na sua família a artesã trabalha com o tear, já o marido trabalha com lonca (couro) de cabrito e faz curtimento de pelego. O marido auxilia na produção, corta, risca e arruma os pelegos.

"Na família é eu, meu marido que não trabalha no tear, mas faz outras coisas como a lonca do cabrito que eu vendo super bem e curtir pelego (quando a gente curtia), mais as ovelhas e os chinelos. Eu risco as ovelhas no pelego, risco os chinelos e ele corta. Uma baita de uma ajuda. Ele deixa tudo arrumadinho dentro da caixa e fica mais fácil para mim quando eu vou para a máquina. Já está tudo ajeitado, cortado. Ele desce do cavalo e vem me ajudar, principalmente, quando a gente tem feira que você tem que tocar. O filho já faz bastante coisas. Já aprendeu no tear fazendo peças e as ovelhinhas, os chinelos que também sabe fazer. Corta, risca, arruma os pelegos. O outro filho já trabalha no outro ramo. Nós os três, a nossa vida, é essa aí. Mas é muito bom! É gratificante."

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Participa da AGRUPA (Associação Para a Grandeza e União de Palmas), fundada em agosto de 2017, que tem como missão promover continuamente, reuniões com os associados conversando sobre temas, como desenvolvimento sustentável, saúde do idoso, proteção ao Bioma Pampa, controle de espécies vegetais exógenas. A associação busca também participar e promover eventos e feiras.

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	A periodicidade da atividade é no período do inverno em que aumenta a demanda de palas, de mantas. Porém, a artesã faz outros produtos que não estão associados ao período do inverno tais como as ovelhas em madeira e lã. *"Essas são o meu carro chefe. Com essas ovelhas eu consegui muita coisa. A Expointer foi a pior feira que a gente participou, mas para mim foi a melhor. Se não fosse as ovelhinhas. Acho que vendi umas 600. Claro que não é somente essas grandes. Vendi essas e umas pequeninhas."*

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

2003	2006	2007	2008	2009	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

X **MEIO DE VIDA - PARA A ARTESÃ O ARTESANATO É TUDO, POIS COM O SEU TRABALHO ARTESANAL ELA CONSEGUE TER UMA RENDA PRÓPRIA E LIBERDADE ECONÔMICA, ASSIM COMO AUXILIAR NA RENDA DA FAMÍLIA.**

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

_____

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	07

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

Em construção.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informação.

7. PREPARAÇÃO

A época de tosquia dos ovinos, quando há a retirada da lã, ocorre uma vez ao ano, entre os meses de novembro a janeiro, período em que termina o frio e começa o calor. Mas apesar de haver um período para a retirada da lã, que é a matéria prima para o artesanato, este é produzido o ano todo, pois nessa época as artesãs adquirem grande quantidade e também há compartilhamento de matéria prima entre as artesãs.

"Hoje meu marido tem pouca ovelha (pelo menos agora pois quer dar um tempo, diminuir). Então, o que eu faço? Ele esquila, me dá a lã. Eu separo e pego só a parte que eu quero (ele até mexe comigo: "pega toda". Mas eu só quero o que é bom). Abre a lã para tirar a folhinha, pauzinhos, depois lava. Dá trabalho para lavar! Tem que tirar a cera. Minhas peças, podem cheirar aqui para ver, é tudo lavada com amaciante. Mas depois de lavar você tem que botar para secar. E aí tem que estar virando para secar. Quando está sequinha, vais pegar e está um horror. Tudo amassado. Aí, tem que sentar e abrir tudo de novo. Tem que sentar e ir abrindo com a mão. Só se ela não estiver muito empaçocada. Depois que você vai para cá."

"(...) tenho que fazer uma cirurgia no ombro. É por causa deste problema que eu, agora, estou comprando. Tem uma moça em Bagé que faz um fio para mim. Eu levo a lã para ela e ela faz. Tem dias que eu sinto muito o braço. Bah, me dói um horror. No dia que eu trabalho bastante."

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
Tosquia	Retirada da lã do ovino	Marido da artesã
Lavagem	Após a retirada da lã do ovino (tosquia), essa lã é lavada para a retirada de impurezas.	Artesã
Cardar	Logo após de a lã estar limpa e seca é necessário cardar (pentear), processo que desembaraça a lã para que possa ser feito o fio.	Artesã
Fiar	Com a lã desembaraçada, a lã pode ser fiada na roca, assim obtendo o fio.	Outra artesã que é paga para fazer o fio
Artesanato em lã	Por fim após ser feito o fio da lã, a artesã obtém a principal matéria prima para assim fazer o artesanato.	Artesã

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	07

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Propriedade da familia	O local serve de ateliê	A própria artesã

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Lã	Principal matéria prima para o artesanato	Adquirida na tosquia do rebanho da propriedade
Carda	Desembaraçar a lã para que possa ser fiada	Artesã
Tear	Para tecer as peças	Emater
Tesoura da tosquia	Utilizada para cortar materiais para a confecção do artesanato	A artesã

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Pala - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	07

Poncho - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Xales	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Mantas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Boinas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Blusões	Peças da indumentária usadas no inverno.	Os artesãos que confeccionam

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

Em construção.

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

São produzidos mantas, palas, almofadas, chinelos, ovelinhas de lã.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	07

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?
O produto é vendido em feiras e exposições e é vendido para turistas e produtores rurais.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?		
PRINCIPAL ☐	COMPLEMENTO X	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	As atividades vinculadas a pecuária são as principais fontes de renda dos habitantes da comunidade além, de ser uma referência cultural imprimida no cotidiano dos seus modos de viver a vida.	

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.	
ÉPOCA	OCORRÊNCIA
	EM CONSTRUÇÃO.

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?
A atividade é realizada na propriedade da família.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?
Os próprios artesãos.

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE
Sem informação.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?
Em construção.

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?		
OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
Em construção.		

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	DISTRITO DE PALMAS - BAGÉ	2018	Q60	07

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
WEISSHEIMER, Marco; SANTOS, Guilherme. A luta da comunidade de Palmas contra a mineração. Jornal Sul21 (youtube), reportagem de 17 outubro de 2017.	O vídeo apresenta os modos de viver dos moradores de Palmas, suas relações com os animais, com o ambiente e a mobilização da comunidade diante dos projetos de mineração na região.	https://www.youtube.com/watch?v=7hxkgHLj1m4

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
WEISSHEIMER, Marco; SANTOS, Guilherme. A luta de Palmas contra a mineração: 'Para nós, sair daqui é um atestado de morte'. Jornal Sul21, reportagem de 13 outubro de 2017.	Reportagem que descreve os modos de viver dos moradores de Palmas, suas relações com os animais, com o ambiente e a mobilização da comunidade diante dos projetos de mineração na região.	https://www.sul21.com.br/areazero/2017/10/luta-de-palmas-contra-mineracao-para-nos-sair-daqui-e-um-atestado-de-morte/

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Sim, em função da necessidade de informações mais precisas de algumas questões.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
Sem informações.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES
Sem informações.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	08
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		**INÍCIO**	Abril de 2014	**TÉRMINO**	Maio de 2016
ENTREVISTADOR	Daiane Loreto de Vargas		**SUPERVISOR**	Flávia Rieth; Marco Antônio Verardi Fialho (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - UFSM)	

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Comunidade Rural da Vila Progresso
MUNICÍPIO / UF	Caçapava do Sul/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Artesanato em fibras de lã de ovelha

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Ari Santos			**Nº**	
COMO É CONHECIDO (A)	Ari	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		**SEXO**	**X MASCULINO** ☐ **FEMININO**
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX**	-	**E-MAIL**	-
OCUPAÇÃO	Artesão				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**		Não menciona com exatidão, mas relata que foi desde o final da década 1990.	

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	08

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

O artesão e sua esposa artesã confeccionam peças artesanais em lã e comercializam as mesmas em suas tendas e para lojas do ramo logístico (lojas de produtos gauchescos), são proprietários do estabelecimento comercial e dos instrumentos utilizados para produção, como: teares, roca, fuso e máquina de costura. O casal de artesãos trabalha na confecção das peças, acabamentos e comercialização das mesmas. O artesão trabalha no tear e na tenda, atendendo aos clientes na comercialização dos produtos artesanais, já a esposa artesã trabalha com o acabamento das peças, a confecção de peças de lã em tricô e na comercialização dos produtos na tenda.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

O artesão, o qual possui em torno de 55 anos, relata que até meados dos anos de 1995 – 1997 trabalhava como agricultor em uma localidade próxima à Vila Progresso, mas casou-se com uma moça daquela comunidade e foi residir no local. Quando chegou ali percebeu que já havia artesãos na comunidade obtendo bons rendimentos econômicos com a comercialização das peças em lã. Além disso, a esposa já realizava algumas atividades artesanais com familiares que residiam na localidade, era somente uma tenda comercial e três casais da mesma família produzindo as peças artesanalmente e comercializando as mesmas em um mesmo espaço. A partir desse contexto o casal passou a confeccionar artesanalmente peças em lã. Ele relata que os demais artesãos na comunidade trabalhavam ainda com um tipo de tear vertical, denominado por ele de tear de parede, o artesão foi buscar na cidade de Bagé, com um grupo de artesãs, um novo modelo de tear, o chamado tear horizontal, utilizado até os dias atuais, tal fato ocorreu em meados dos anos 2000. A motivação para essa mudança foi a necessidade de ter um tear com melhorias condições de produção das peças.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Sim, o artesão (homem) relata que ensinou vários vizinhos e parentes a atividade artesanal, num primeiro momento ele precisava de mão-de-obra para a confecção das peças nos teares e num segundo momento aqueles que aprenderam a confeccionar as peças deixar de ser mão-de-obra e passaram a confeccionar suas peças e expor os produtos em suas tendas, de forma individual.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

O artesão relata que quando foi a Bagé trouxe o tear horizontal e também duas artesãs para que as mesmas realizassem um “curso” com ele e sua esposa, de forma a capacitá-los na atividade de tecer no tear horizontal. Depois de aprender a manusear o instrumento o artesão capacitou vários vizinhos e parentes para que os mesmos fossem capazes de confeccionar aquele tipo de tear e tecer no mesmo.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Este casal de artesãos nunca participou de associação ou cooperativa com a finalidade relacionada a atividade artesanal, na comunidade não existe cooperativa ou associação com fins artesanais, somente com fins sociais, por exemplo: organizar a igreja da comunidade, realizar festas da comunidade e buscar melhorias para a estrutura da comunidade no quesito de saúde e educação (a associação da comunidade buscou a abertura de um posto de saúde e melhorias na estrutura da escola do local)

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	A atividade mais importante na comunidade é o processo artesanal em lã, a qual ocorre durante todos os meses do ano desde sua implementação no local pois, é a principal fonte de renda dos artesãos da comunidade, para a maior parte deles é a única fonte de renda.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	08

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	☐	☐	X	X	X	X	X	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

☐ **MEIO DE VIDA - A ATIVIDADE ARTESANAL EM LÃ É O PRINCIPAL RENDIMENTO ECONÔMICO DA FAMÍLIA ESSA É A JUSTIFICATIVA DO CASAL DE ARTESÃOS PARA TRABALHAR NA TECELAGEM DAS PEÇAS E NA COMERCIALIZAÇÃO DAS MESMAS.**

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

A atividade artesanal na comunidade existe a mais de três décadas, o início da atividade foi a partir da iniciativa de três mulheres artesãs, as quais residiam em uma localidade próxima e foram atraídas para o local em função do movimento da BR-290. Essas mulheres foram as pioneiras da atividade artesanal na comunidade e para elas essa é uma atividade tradicional de família, foi sendo passada através das gerações, atualmente está na quarta geração.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informação.

7. PREPARAÇÃO

São confeccionadas peças em lã, como: palas, ponchos, capinhas, cobertores, mantas, xales, echarpes, blusões, meias, boinas, luvas e polainas, são peças destinadas aos gêneros masculino e feminino, para crianças, jovens, adultos e idosos. Quem confecciona é o casal de artesãos e geralmente contam com empregados temporários, vizinhos ou familiares, os quais trabalham tecendo nos teares e/ou na realização do acabamento das peças, por exemplo: costurando adereços e botões nas peças. A atividade da confecção das peças em lã e da comercialização das mesmas ocorre diariamente na comunidade, com maior demanda de trabalho nos meses de outono e inverno, nesse período os afazeres em torno da atividade ocorre inclusive nos finais de semana e feriados, devido a demanda de consumo dos produtos em lã.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	08

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
1. Tecelagem – trabalho masculino	A lã é coloca no tear e o tecelão vai tecer o tecido, geralmente este é um homem em função do esforço físico repetitivo e demorado. Dessa etapa sai um tecido inteiro, o qual se transformará em peça nas mãos da artesã.	O artesão e um ou dois ajudantes, jovens tecelões da comunidade, geralmente um parente e/ou vizinho.
2. Corte do tecido em lã – trabalho feminino	A artesã, de acordo com as peças que estão sendo mais comercializadas no momento, vai decidir em quais peças transformará aquele tecido. A partir dessa decisão irá cortar o formato da peça.	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.
3. Acabamentos das peças em lã – trabalho feminino	A artesã irá realizar os acabamentos das peças, como por exemplo: costurar golas, botões e adereços nas peças	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Tendas	Para comercializar os produtos artesanais	Os espaços são organizados pelo casal de artesãos
Galpão	Para confeccionar os produtos, onde ficam os teares, a roca e as máquinas de costura	Também organizado pelo casal de artesãos
Investimento	É realizado um investimento econômico na atividade, na compra de matéria-prima e no pagamento dos empregados temporários, mas estes custos (valores) não são divulgados pelo artesão.	Os artesãos administram estes custos, mas todo o investimento na atividade provém dos lucros obtidos com a comercialização das peças.

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Matéria-prima - lã	A lã é colocada no tear, onde é tecida e depois se tornará um tecido para a peça.	O artesão compra os rolos de lã de uma lanífera de Sapucaia do Sul/RS, a qual vem limpa e pronta para ser colocada no tear.
Ferramenta – o tear	O tear é utilizado para tecer o tecido em lã	O artesão possui o tear, se necessário for confeccionar outro tear ou fazer ajustes e concertos nos teares que possui, o próprio artesão realiza esse trabalho.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	08

Ferramenta – a roca	Utilizada para afinar o fio, quando for necessário fazer um acabamento nas peças com um tipo de fio fino	O artesão possui a roca, esse instrumento se for necessário fazer ajustes no mesmo, o próprio artesão realiza esse trabalho.
Ferramenta – a máquina de costura	Utilizada para a costura, para realizar os acabamentos nas peças, como: colocar botões, golas e adereços.	A artesã possui a máquina de costura, as máquinas de costura são compradas no comércio urbano.

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Pala - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Poncho - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Xales	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Mantas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Boinas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Blusões	Peças da indumentária usadas no inverno.	Os artesãos que confeccionam

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	08

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
Geralmente o artesão e a artesã proprietários do estabelecimento, as vezes com a ajuda do funcionário temporário (artesão ou artesã), o qual é um vizinho ou parente	Limpeza do galpão onde ficam os teares e são confeccionadas as peças, a limpeza consiste na retirada de restos e sobras de tecidos e fios de lã

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Os produtos são as peças artesanais em lã, as quais são vestimentas. A quantidade vai variar de acordo com os períodos do ano, geralmente no período de outono-inverno são produzidas mais peças.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público consumidor são os viajantes e os turistas que passam pela BR-290 e também as lojas de produtos gauchescos que compram peças desse artesão e dos demais. Não tem como se estima o número de consumidores.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	08

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?		
PRINCIPAL X	COMPLEMENTO ☐	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	Sim, a atividade é fundamental para a comunidade, além dos 16 casais de artesãos que se sustentam dessa atividade, a mesma também gera em torno de 40 empregos diretos e indiretos na comunidade.	

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.	
ÉPOCA	OCORRÊNCIA
	MUDANÇA NOS TEARES, DO TEAR VERTICAL PARA O HORIZONTAL, NA BUSCA DE MAIOR PRODUÇÃO DAS PEÇAS. MÁQUINA DE COSTURA, A QUAL ERA MANUAL E ATUALMENTE É ELÉTRICA, A MUDANÇA OCORREU EM FUNÇÃO DE MELHORAR O RENDIMENTO DO TRABALHO DAS ARTESÃS NO ACABAMENTO DAS PEÇAS EM LÃ A ROCA ERA MOVIDA A PEDAL E ATUALMENTE POSSUI UM PEQUENO MOTOR, A MUDANÇA FOI MOTIVADA EM FUNÇÃO DE UM MAIOR RENDIMENTO DO TRABALHO A MATÉRIA-PRIMA, A LÃ ERA COMPRADA EM VELOS LOGO APÓS A TOSQUIA DA OVELHA E ASSIM, REALIZADO TODO O PROCESSO DE LAVAGEM, CARDAGEM E FEITIO DO FIO PARA DEPOIS TECER AS PEÇAS NO TEAR. ATUALMENTE A LÃ É COMPRADA PRONTA DE LANÍFERAS

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?
Na propriedade do artesão, o qual está no local a mais de duas décadas, foi atraído pelo movimento da BR-290 onde a circulação de turistas é bastante significativa, fato que favorece a comercialização dos produtos artesanais. A propriedade do artesão, neste lugar está estabelecida a residência do artesão e sua família, o galpão onde se tece as peças em lã e a tenda onde se comercializa as peças artesanais em lã.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?
O casal de artesãos.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	08

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE
Sem informação.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?
Extensionista da Emater de Caçapava do Sul, Secretário da Agricultura e Pecuária de Caçapava do Sul, Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçapava do Sul e Secretário do Turismo de Caçapava do Sul.

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?		
OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
Em construção.	-	-

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
VARGAS, D. L. **Tecendo Tradição**: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria. 2016, 181 p.	Tese de Doutorado - Tecendo Tradição: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho.	Disponível em: < http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/TESE_FINAL_-_TECENDO_TRADIÇÃO_ARTESANATO_E_MERCADO.pd>

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Sem informação.		
-	-	-

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
O aprofundamento da entrevista seria interessante no sentido de conseguir algumas datas com os artesãos da comunidade, para se ter uma precisão de quando tal e tal fato ocorreu no local.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	08

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).

Percebe-se que o entrevistador conquistou a confiança da comunidade através da sua prática de pesquisa, a qual ocorreu de forma respeitosa, com base no diálogo e na observação, sem a utilização de métodos “fechados” como questionários fechados e formulários longos.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

A atividade comercial na comunidade começou somente com a venda dos artigos em lã confeccionados pelos artífices do local, mas a partir da expressiva procura dos turistas, especialmente aqueles que se identificam com a cultura do pampa gaúcho, foram sendo inseridos outros produtos nas tendas, os quais não necessariamente são produzidos pelos artesãos da comunidade, como exemplo: cuias em porongo, gamelas em madeira, facas em alumínio e bombachas. Estes produtos são comprados pelos artífices de outros artesãos ou de fornecedores urbanos ou são trocados por peças confeccionadas em lã.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	09
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		**INÍCIO**	Abril de 2014	**TÉRMINO**	Maio de 2016
ENTREVISTADOR	Daiane Loreto de Vargas		**SUPERVISOR**	Flávia Rieth; Marco Antônio Verardi Fialho (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - UFSM).	

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Comunidade Rural da Vila Progresso
MUNICÍPIO / UF	Caçapava do Sul/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Artesanato em fibras de lã de ovelha

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Noé Bittencourt			**Nº**	
COMO É CONHECIDO (A)	Noé	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		**SEXO**	**X MASCULINO** ☐ **FEMININO**
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX**	-	**E-MAIL**	-
OCUPAÇÃO	Artesão				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Não menciona com exatidão, mas relata que foi desde o final da década 1990.		

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	09

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

O artesão e sua esposa artesã confeccionam peças artesanais em lã e comercializam as mesmas em suas tendas e em feiras comerciais no estado, são proprietários do estabelecimento comercial e dos instrumentos utilizados para produção, como: teares, roca, fuso e máquina de costura. O casal de artesãos trabalha na confecção das peças, acabamentos e comercialização das mesmas. O artesão trabalha no tear e na tenda, atendendo aos clientes na comercialização dos produtos artesanais, já a esposa artesã trabalha com o acabamento das peças, a confecção de peças de lã em tricô e na comercialização dos produtos na tenda, nessas atividades o casal conta com a mão-de-obra do filho e da nora.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

O artesão, o qual possui em torno de 65 anos, relata que até meados dos anos de 1997-2000 trabalhava como agricultor em uma localidade próxima à Vila Progresso, mas sua família, esposa e três filhos, já trabalhavam na atividade artesanal com familiares que haviam estabelecidos pontos comerciais no local. Por alguns anos, vários membros de uma mesma família confeccionavam e comercializavam em um mesmo espaço comercial, mas este artesão somente deixou sua atividade agrícola e tornou-se um artífice, tecendo e construindo uma tenda para a sua família, quando percebeu que o rendimento obtido pela esposa e pelos filhos com a comercialização das peças que confeccionavam e comercializavam junto a demais familiares estava sendo mais lucrativo do que o seu trabalho na lavoura.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Esse artesão (homem), assim como sua esposa e seus filhos, relata que a família aprendeu a atividade artesanal com os familiares, os quais já estavam estabelecidos na comunidade quando os mesmos decidiram a trabalhar com a produção artesanal em lã

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

O artesão relata que exerce a atividade artesanal porque a mesma é economicamente rentável, mas sua identidade é de agricultor.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Este casal de artesãos nunca participou de associação ou cooperativa com a finalidade relacionada a atividade artesanal, na comunidade não existe cooperativa ou associação com fins artesanais, somente com fins sociais, por exemplo: organizar a igreja da comunidade, realizar festas da comunidade e buscar melhorias para a estrutura da comunidade no quesito de saúde e educação (a associação da comunidade buscou a abertura de um posto de saúde e melhorias na estrutura da escola do local).

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	A atividade mais importante na comunidade é o processo artesanal em lã, a qual ocorre durante todos os meses do ano desde sua implementação no local pois, é a principal fonte de renda dos artesãos da comunidade, para a maior parte deles é a única fonte de renda.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	09

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	X	X	X	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

☐ **MEIO DE VIDA - A ATIVIDADE ARTESANAL EM LÃ É O PRINCIPAL RENDIMENTO ECONÔMICO DA FAMÍLIA ESSA É A JUSTIFICATIVA DO CASAL DE ARTESÃOS PARA TRABALHAR NA TECELAGEM DAS PEÇAS E NA COMERCIALIZAÇÃO DAS MESMAS.**

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

A atividade artesanal na comunidade existe a mais de três décadas, o início da atividade foi a partir da iniciativa de três mulheres artesãs, as quais residiam em uma localidade próxima e foram atraídas para o local em função do movimento da BR-290. Essas mulheres foram as pioneiras da atividade artesanal na comunidade e para elas essa é uma atividade tradicional de família, foi sendo passada através das gerações, atualmente está na quarta geração.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informação.

7. PREPARAÇÃO

São confeccionadas peças em lã, como: palas, ponchos, capinhas, cobertores, mantas, xales, echarpes, blusões, meias, boinas, luvas e polainas, são peças destinadas aos gêneros masculino e feminino, para crianças, jovens, adultos e idosos. Quem confecciona é o casal de artesãos e geralmente contam com empregados temporários, vizinhos ou familiares, os quais trabalham tecendo nos teares e/ou na realização do acabamento das peças, por exemplo: costurando adereços e botões nas peças. A atividade da confecção das peças em lã e da comercialização das mesmas ocorre diariamente na comunidade, com maior demanda de trabalho nos meses de outono e inverno, nesse período os afazeres em torno da atividade ocorre inclusive nos finais de semana e feriados, devido a demanda de consumo dos produtos em lã.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	09

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
1. Tecelagem – trabalho masculino	A lã é coloca no tear e o tecelão vai tecer o tecido, geralmente este é um homem em função do esforço físico repetitivo e demorado. Dessa etapa sai um tecido inteiro, o qual se transformará em peça nas mãos da artesã.	O artesão e um ou dois ajudantes, jovens tecelões da comunidade, geralmente um parente e/ou vizinho.
2. Corte do tecido em lã – trabalho feminino	A artesã, de acordo com as peças que estão sendo mais comercializadas no momento, vai decidir em quais peças transformará aquele tecido. A partir dessa decisão irá cortar o formato da peça.	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.
3. Acabamentos das peças em lã – trabalho feminino	A artesã irá realizar os acabamentos das peças, como por exemplo: costurar golas, botões e adereços nas peças	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Tendas	Para comercializar os produtos artesanais	Os espaços são organizados pelo casal de artesãos
Galpão	Para confeccionar os produtos, onde ficam os teares, a roca e as máquinas de costura	Também organizado pelo casal de artesãos
Investimento	É realizado um investimento econômico na atividade, na compra de matéria-prima e no pagamento dos empregados temporários, mas estes custos (valores) não são divulgados pelo artesão.	Os artesãos administram estes custos, mas todo o investimento na atividade provém dos lucros obtidos com a comercialização das peças.

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Matéria-prima - lã	A lã é colocada no tear, onde é tecida e depois se tornará um tecido para a peça.	O artesão compra os rolos de lã de uma lanífera de Sapucaia do Sul/RS, a qual vem limpa e pronta para ser colocada no tear.
Ferramenta – o tear	O tear é utilizado para tecer o tecido em lã	O artesão possui o tear, se necessário for confeccionar outro tear ou fazer ajustes e concertos nos teares que possui, o próprio artesão realiza esse trabalho.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	09

Ferramenta – a roca	Utilizada para afinar o fio, quando for necessário fazer um acabamento nas peças com um tipo de fio fino	O artesão possui a roca, esse instrumento se for necessário fazer ajustes no mesmo, o próprio artesão realiza esse trabalho.
Ferramenta – a máquina de costura	Utilizada para a costura, para realizar os acabamentos nas peças, como: colocar botões, golas e adereços.	A artesã possui a máquina de costura, as máquinas de costura são compradas no comércio urbano.

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Pala - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Poncho - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Xales	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Mantas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Boinas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Blusões	Peças da indumentária usadas no inverno.	Os artesãos que confeccionam

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	09

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
Geralmente o artesão e a artesã proprietários do estabelecimento, as vezes com a ajuda do funcionário temporário (artesão ou artesã), o qual é um vizinho ou parente	Limpeza do galpão onde ficam os teares e são confeccionadas as peças, a limpeza consiste na retirada de restos e sobras de tecidos e fios de lã

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Os produtos são as peças artesanais em lã, as quais são vestimentas. A quantidade vai variar de acordo com os períodos do ano, geralmente no período de outono-inverno são produzidas mais peças.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público consumidor são os viajantes e os turistas que passam pela BR-290 e também as lojas de produtos gauchescos que compram peças desse artesão e dos demais. Não tem como se estima o número de consumidores.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	09

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?		
PRINCIPAL X	COMPLEMENTO ☐	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	Sim, a atividade é fundamental para a comunidade, além dos 16 casais de artesãos que se sustentam dessa atividade, a mesma também gera em torno de 40 empregos diretos e indiretos na comunidade.	

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.	
ÉPOCA	OCORRÊNCIA
	MUDANÇA NOS TEARES, DO TEAR VERTICAL PARA O HORIZONTAL, NA BUSCA DE MAIOR PRODUÇÃO DAS PEÇAS. MÁQUINA DE COSTURA, A QUAL ERA MANUAL E ATUALMENTE É ELÉTRICA, A MUDANÇA OCORREU EM FUNÇÃO DE MELHORAR O RENDIMENTO DO TRABALHO DAS ARTESÃS NO ACABAMENTO DAS PEÇAS EM LÃ A ROCA ERA MOVIDA A PEDAL E ATUALMENTE POSSUI UM PEQUENO MOTOR, A MUDANÇA FOI MOTIVADA EM FUNÇÃO DE UM MAIOR RENDIMENTO DO TRABALHO A MATÉRIA-PRIMA, A LÃ ERA COMPRADA EM VELOS LOGO APÓS A TOSQUIA DA OVELHA E ASSIM, REALIZADO TODO O PROCESSO DE LAVAGEM, CARDAGEM E FEITIO DO FIO PARA DEPOIS TECER AS PEÇAS NO TEAR. ATUALMENTE A LÃ É COMPRADA PRONTA DE LANÍFERAS

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

Na propriedade do artesão, o qual está no local á, em torno de duas décadas, foi atraído pelo movimento da BR-290 onde a circulação de turistas é bastante significativa, fato que favorece a comercialização dos produtos artesanais. Neste lugar está estabelecida a residência do artesão e sua família, o galpão onde se tece as peças em lã e a tenda onde se comercializa as peças artesanais em lã.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?

O casal de artesãos

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

Sem informação.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?

Extensionista da Emater de Caçapava do Sul, Secretário da Agricultura e Pecuária de Caçapava do Sul, Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçapava do Sul e Secretário do Turismo de Caçapava do Sul.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	09

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?		
OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	**CARACTERÍSTICAS**	**CONTATO**
Em construção	-	-

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
VARGAS, D. L. **Tecendo Tradição**: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria. 2016, 181 p.	Tese de Doutorado - Tecendo Tradição: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho.	Disponível em: < http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/TESE_FINAL_-_TECENDO_TRADIÇÃO_ARTESANATO_E_MERCADO.pd>

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Em construção		

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?

O aprofundamento da entrevista seria interessante no sentido de conseguir algumas datas com os artesãos da comunidade, para se ter uma precisão de quando tal e tal fato ocorreu no local.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).

Percebe-se que o entrevistador conquistou a confiança da comunidade através da sua prática de pesquisa, a qual ocorreu de forma respeitosa, com base no diálogo e na observação, sem a utilização de métodos “fechados” como questionários fechados e formulários longos.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

A atividade comercial na comunidade começou somente com a venda dos artigos em lã confeccionados pelos artífices do local, mas a partir da expressiva procura dos turistas, especialmente aqueles que se identificam com a cultura do pampa gaúcho, foram sendo inseridos outros produtos nas tendas, os quais não necessariamente são produzidos pelos artesãos da comunidade, como exemplo: cuias em porongo, gamelas em madeira, facas em alumínio e bombachas. Estes produtos são comprados pelos artífices de outros artesãos ou de fornecedores urbanos ou são trocados por peças confeccionadas em lã.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	10
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		**INÍCIO**	Abril de 2014	**TÉRMINO**	Maio de 2016
ENTREVISTADOR	Daiane Loreto de Vargas		**SUPERVISOR**	Flávia Rieth; Marco Antônio Verardi Fialho (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - UFSM)	

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Comunidade Rural da Vila Progresso
MUNICÍPIO / UF	Caçapava do Sul/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Artesanato em fibras de lã de ovelha

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Antônio			**Nº**	
COMO É CONHECIDO (A)	Antônio	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		**SEXO**	X **MASCULINO** ☐ **FEMININO**
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX**	-	**E-MAIL**	-
OCUPAÇÃO	Artesão				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**		Não menciona com exatidão, mas relata que foi desde meados de 2005.	

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	10

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

O artesão, a esposa e o filho confeccionam peças artesanais em lã e comercializam as mesmas em suas tendas, em feiras comerciais no estado e para lojas de produtos gauchescos, são proprietários do estabelecimento comercial e dos instrumentos utilizados para produção, como: teares, roca, fuso e máquina de costura. O casal de artesãos trabalha na confecção das peças, acabamentos e comercialização das mesmas. O artesão e o filho trabalham no tear e na tenda, atendendo aos clientes na comercialização dos produtos artesanais, já a esposa artesã trabalha com o acabamento das peças, a confecção de peças de lã em tricô e na comercialização dos produtos na tenda.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

O artesão, o qual possui em torno de 60 anos, relata que até meados dos anos de 2005 trabalhava como construtor civil (pedreiro) em uma localidade próxima à Vila Progresso mas, percebendo o desenvolvimento da atividade do artesanato em lã na comunidade e sendo conhecedor da arte de tecer desde a infância, tendo em vista a convivência com a mãe e com a avó, as quais preservavam a arte de tecer para confeccionar produtos de uso cotidiano para seus familiares, o artífice e sua família (esposa e filho) instalaram-se no local e passaram a trabalhar com os saberes artesanais em lã. A família chegou a comunidade e logo instalou uma tenda de produtos artesanais em lã, além disso passou a comercializar os artigos confeccionados em feiras comerciais e para lojas de produtos gauchescos.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Esse artesão (homem), assim como sua esposa e o filho, relata que a família aprendeu a atividade artesanal com demais familiares, especialmente com as mulheres da família do artesão (mãe e avó), as quais desde muito jovens tornaram-se hábeis na arte de tecer e confeccionar vestimentas em lã para o uso cotidiano da família.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

O artesão relata que exerce a atividade artesanal porque a mesma é economicamente rentável, também valoriza a mesma por ser uma tradição de sua família, saberes que carrega consigo desde a sua infância.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Este casal de artesãos nunca participou de associação ou cooperativa com a finalidade relacionada a atividade artesanal, na comunidade não existe cooperativa ou associação com fins artesanais, somente com fins sociais, por exemplo: organizar a igreja da comunidade, realizar festas da comunidade e buscar melhorias para a estrutura da comunidade no quesito de saúde e educação (a associação da comunidade buscou a abertura de um posto de saúde e melhorias na estrutura da escola do local)

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	A atividade mais importante na comunidade é o processo artesanal em lã, a qual ocorre durante todos os meses do ano desde sua implementação no local pois, é a principal fonte de renda dos artesãos da comunidade, para a maior parte deles é a única fonte de renda.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	10

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

☐ **MEIO DE VIDA - A ATIVIDADE ARTESANAL EM LÃ É O PRINCIPAL RENDIMENTO ECONÔMICO DA FAMÍLIA ESSA É A JUSTIFICATIVA DO CASAL DE ARTESÃOS PARA TRABALHAR NA TECELAGEM DAS PEÇAS E NA COMERCIALIZAÇÃO DAS MESMAS. ALÉM DISSO, PARA O ARTESÃO OS SABERES ARTESANAIS TAMBÉM FAZEM PARTE DE UMA TRADIÇÃO DE FAMÍLIA.**

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

A atividade artesanal na comunidade existe a mais de três décadas, o início da atividade foi a partir da iniciativa de três mulheres artesãs, as quais residiam em uma localidade próxima e foram atraídas para o local em função do movimento da BR-290. Essas mulheres foram as pioneiras da atividade artesanal na comunidade e para elas essa é uma atividade tradicional de família, foi sendo passada através das gerações, atualmente está na quarta geração.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informação.

7. PREPARAÇÃO

São confeccionadas peças em lã, como: palas, ponchos, capinhas, cobertores, mantas, xales, echarpes, blusões, meias, boinas, luvas e polainas, são peças destinadas aos gêneros masculino e feminino, para crianças, jovens, adultos e idosos. Quem confecciona é o casal de artesãos e geralmente contam com empregados temporários, vizinhos ou familiares, os quais trabalham tecendo nos teares e/ou na realização do acabamento das peças, por exemplo: costurando adereços e botões nas peças. A atividade da confecção das peças em lã e da comercialização das mesmas ocorre diariamente na comunidade, com maior demanda de trabalho nos meses de outono e inverno, nesse período os afazeres em torno da atividade ocorre inclusive nos finais de semana e feriados, devido a demanda de consumo dos produtos em lã.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	10

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
1. Tecelagem – trabalho masculino	A lã é coloca no tear e o tecelão vai tecer o tecido, geralmente este é um homem em função do esforço físico repetitivo e demorado. Dessa etapa sai um tecido inteiro, o qual se transformará em peça nas mãos da artesã.	O artesão e um ou dois ajudantes, jovens tecelões da comunidade, geralmente um parente e/ou vizinho.
2. Corte do tecido em lã – trabalho feminino	A artesã, de acordo com as peças que estão sendo mais comercializadas no momento, vai decidir em quais peças transformará aquele tecido. A partir dessa decisão irá cortar o formato da peça.	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.
3. Acabamentos das peças em lã – trabalho feminino	A artesã irá realizar os acabamentos das peças, como por exemplo: costurar golas, botões e adereços nas peças	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Tendas	Para comercializar os produtos artesanais	Os espaços são organizados pelo casal de artesãos
Galpão	Para confeccionar os produtos, onde ficam os teares, a roca e as máquinas de costura	Também organizado pelo casal de artesãos
Investimento	É realizado um investimento econômico na atividade, na compra de matéria-prima e no pagamento dos empregados temporários, mas estes custos (valores) não são divulgados pelo artesão.	Os artesãos administram estes custos, mas todo o investimento na atividade provém dos lucros obtidos com a comercialização das peças.

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Matéria-prima - lã	A lã é colocada no tear, onde é tecida e depois se tornará um tecido para a peça.	O artesão compra os rolos de lã de uma lanífera de Sapucaia do Sul/RS, a qual vem limpa e pronta para ser colocada no tear.
Ferramenta – o tear	O tear é utilizado para tecer o tecido em lã	O artesão possui o tear, se necessário for confeccionar outro tear ou fazer ajustes e concertos nos teares que possui, o próprio artesão realiza esse trabalho.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	10

Ferramenta – a roca	Utilizada para afinar o fio, quando for necessário fazer um acabamento nas peças com um tipo de fio fino	O artesão possui a roca, esse instrumento se for necessário fazer ajustes no mesmo, o próprio artesão realiza esse trabalho.
Ferramenta – a máquina de costura	Utilizada para a costura, para realizar os acabamentos nas peças, como: colocar botões, golas e adereços.	A artesã possui a máquina de costura, as máquinas de costura são compradas no comércio urbano.

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Pala - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Poncho - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Xales	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Mantas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Boinas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Blusões	Peças da indumentária usadas no inverno.	Os artesãos que confeccionam

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	10

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
Geralmente o artesão e a artesã proprietários do estabelecimento, as vezes com a ajuda do funcionário temporário (artesão ou artesã), o qual é um vizinho ou parente	Limpeza do galpão onde ficam os teares e são confeccionadas as peças, a limpeza consiste na retirada de restos e sobras de tecidos e fios de lã

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Os produtos são as peças artesanais em lã, as quais são vestimentas. A quantidade vai variar de acordo com os períodos do ano, geralmente no período de outono-inverno são produzidas mais peças.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público consumidor são os viajantes e os turistas que passam pela BR-290 e também as lojas de produtos gauchescos que compram peças desse artesão e dos demais. Não tem como se estima o número de consumidores.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL	X	COMPLEMENTO	☐	NÃO É FONTE DE RENDA	☐

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	10

IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	Sim, a atividade é fundamental para a comunidade, além dos 16 casais de artesãos que se sustentam dessa atividade, a mesma também gera em torno de 40 empregos diretos e indiretos na comunidade.

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA
	MUDANÇA NOS TEARES, DO TEAR VERTICAL PARA O HORIZONTAL, NA BUSCA DE MAIOR PRODUÇÃO DAS PEÇAS. MÁQUINA DE COSTURA, A QUAL ERA MANUAL E ATUALMENTE É ELÉTRICA, A MUDANÇA OCORREU EM FUNÇÃO DE MELHORAR O RENDIMENTO DO TRABALHO DAS ARTESÃS NO ACABAMENTO DAS PEÇAS EM LÃ A ROCA ERA MOVIDA A PEDAL E ATUALMENTE POSSUI UM PEQUENO MOTOR, A MUDANÇA FOI MOTIVADA EM FUNÇÃO DE UM MAIOR RENDIMENTO DO TRABALHO A MATÉRIA-PRIMA, A LÃ ERA COMPRADA EM VELOS LOGO APÓS A TOSQUIA DA OVELHA E ASSIM, REALIZADO TODO O PROCESSO DE LAVAGEM, CARDAGEM E FEITIO DO FIO PARA DEPOIS TECER AS PEÇAS NO TEAR. ATUALMENTE A LÃ É COMPRADA PRONTA DE LANÍFERAS

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

Na propriedade do artesão, o qual está no local a mais de uma década, foi atraído pelo movimento da BR-290 onde a circulação de turistas é bastante significativa, fato que favorece a comercialização dos produtos artesanais.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?

O casal de artesãos

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

Sem informação.

A propriedade do artesão, neste lugar está estabelecida a residência do artesão e sua família, o galpão onde se tece as peças em lã e a tenda onde se comercializa as peças artesanais em lã.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?

Extensionista da Emater de Caçapava do Sul, Secretário da Agricultura e Pecuária de Caçapava do Sul, Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçapava do Sul e Secretário do Turismo de Caçapava do Sul.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	10

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?

OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
Em construção.	-	-

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
VARGAS, D. L. **Tecendo Tradição**: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria. 2016, 181 p.	Tese de Doutorado - Tecendo Tradição: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho.	Disponível em: < http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/TESE_FINAL_-_TECENDO_TRADIÇÃO_ARTESANATO_E_MERCADO.pd>

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Sem informação.		

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?

O aprofundamento da entrevista seria interessante no sentido de conseguir algumas datas com os artesãos da comunidade, para se ter uma precisão de quando tal e tal fato ocorreu no local.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).

Percebe-se que o entrevistador conquistou a confiança da comunidade através da sua prática de pesquisa, a qual ocorreu de forma respeitosa, com base no diálogo e na observação, sem a utilização de métodos “fechados” como questionários fechados e formulários longos.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

A atividade comercial na comunidade começou somente com a venda dos artigos em lã confeccionados pelos artífices do local, mas a partir da expressiva procura dos turistas, especialmente aqueles que se identificam com a cultura do pampa gaúcho, foram sendo inseridos outros produtos nas tendas, os quais não necessariamente são produzidos pelos artesãos da comunidade, como exemplo: cuias em porongo, gamelas em madeira, facas em alumínio e bombachas. Estes produtos são comprados pelos artífices de outros artesãos ou de fornecedores urbanos ou são trocados por peças confeccionadas em lã.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	11
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		**INÍCIO**	Abril de 2014	**TÉRMINO**	Maio de 2016
ENTREVISTADOR	Daiane Loreto de Vargas		**SUPERVISOR**	Flávia Rieth; Marco Antônio Verardi Fialho (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - UFSM)	

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Comunidade Rural da Vila Progresso
MUNICÍPIO / UF	Caçapava do Sul/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Artesanato em fibras de lã de ovelha

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Cristiane Amaral			**Nº**	
COMO É CONHECIDO (A)	Cristiane	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		**SEXO**	☐ **MASCULINO** **X FEMININO**
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX**	-	**E-MAIL**	-
OCUPAÇÃO	Artesão				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**		Não menciona com exatidão, mas relata que foi desde os anos 2000	

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	11

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

A artesã, o esposo artesão e a filha confeccionam peças artesanais em lã e comercializam as mesmas em suas tendas e para lojas do ramo logístico (lojas de produtos gauchescos), são proprietários do estabelecimento comercial e dos instrumentos utilizados para produção, como: teares, roca, fuso e máquina de costura. O casal de artesãos trabalha na confecção das peças, acabamentos e comercialização das mesmas. O artesão trabalha no tear e na tenda, atendendo aos clientes na comercialização dos produtos artesanais, já a esposa artesã trabalha com o acabamento das peças, a confecção de peças de lã em tricô e na comercialização dos produtos na tenda, onde a filha do casal também colabora.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

A artesã, a qual possui em torno de 45 anos, relata que iniciou sua atividade com a lã por meados dos anos de 2000, migrando da atividade comercial de gêneros alimentícios para a produção e a comercialização dos produtos em lã. O aprendizado dela e do esposo ocorreu através do contato com os vizinhos artesãos, atualmente a filha contribui no trabalho comercial dos artigos artesanais. Importante ressaltar que esse casal sempre teve sua identidade ligada ao cenário comercial, tal fato identifica a busca pela comercialização de vários produtos em sua tenda, também chamada de loja ou até de Shopping da Vila Progresso. O casal buscou com fornecedores e com outros artífices vários produtos relacionados ao gaúcho e ao modo de vida no campo, artigos artesanais e até mesmo alguns industrializados. Nesse espaço comercial encontra-se para a comercialização várias vestimentas, adereços de decoração, alimentos caseiros, facas em alumínio, cuias em porongo e de louça, artigos em madeira, dentre outros.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Primeiramente foi o esposo que aprendeu a tecer no tear e assim, a artífice buscou o aprendizado do acabamento das peças e inclusive de colocar adereços diferenciados nas vestimentas. Esse aprendizado ocorreu com o auxílio de uma outra artífice da comunidade, a qual é sua vizinha.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Essa artesã, juntamente com seu esposo, era comerciante de gêneros alimentícios na Vila Progresso, mudou de atividade após perceber o bom retorno econômico da comercialização dos produtos artesanais em lã no local

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Este casal de artesãos nunca participou de associação ou cooperativa com a finalidade relacionada a atividade artesanal, na comunidade não existe cooperativa ou associação com fins artesanais, somente com fins sociais, por exemplo: organizar a igreja da comunidade, realizar festas da comunidade e buscar melhorias para a estrutura da comunidade no quesito de saúde e educação (a associação da comunidade buscou a abertura de um posto de saúde e melhorias na estrutura da escola do local)

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	A atividade mais importante na comunidade é o processo artesanal em lã, a qual ocorre durante todos os meses do ano desde sua implementação no local pois, é a principal fonte de renda dos artesãos da comunidade, para a maior parte deles é a única fonte de renda.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	11

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

☐ **MEIO DE VIDA - A ATIVIDADE ARTESANAL EM LÃ É O PRINCIPAL RENDIMENTO ECONÔMICO DA FAMÍLIA ESSA É A JUSTIFICATIVA DO CASAL DE ARTESÃOS PARA TRABALHAR NA TECELAGEM DAS PEÇAS E NA COMERCIALIZAÇÃO DAS MESMAS.**

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

A atividade artesanal na comunidade existe a mais de três décadas, o início da atividade foi a partir da iniciativa de três mulheres artesãs, as quais residiam em uma localidade próxima e foram atraídas para o local em função do movimento da BR-290. Essas mulheres foram as pioneiras da atividade artesanal na comunidade e para elas essa é uma atividade tradicional de família, foi sendo passada através das gerações, atualmente está na quarta geração.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informações.

7. PREPARAÇÃO

São confeccionadas peças em lã, como: palas, ponchos, capinhas, cobertores, mantas, xales, echarpes, blusões, meias, boinas, luvas e polainas, são peças destinadas aos gêneros masculino e feminino, para crianças, jovens, adultos e idosos. Quem confecciona é o casal de artesãos e geralmente contam com empregados temporários, vizinhos ou familiares, os quais trabalham tecendo nos teares e/ou na realização do acabamento das peças, por exemplo: costurando adereços e botões nas peças. A atividade da confecção das peças em lã e da comercialização das mesmas ocorre diariamente na comunidade, com maior demanda de trabalho nos meses de outono e inverno, nesse período os afazeres em torno da atividade ocorre inclusive nos finais de semana e feriados, devido a demanda de consumo dos produtos em lã.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	11

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
1. Tecelagem – trabalho masculino	A lã é coloca no tear e o tecelão vai tecer o tecido, geralmente este é um homem em função do esforço físico repetitivo e demorado. Dessa etapa sai um tecido inteiro, o qual se transformará em peça nas mãos da artesã.	O artesão e um ou dois ajudantes, jovens tecelões da comunidade, geralmente um parente e/ou vizinho.
2. Corte do tecido em lã – trabalho feminino	A artesã, de acordo com as peças que estão sendo mais comercializadas no momento, vai decidir em quais peças transformará aquele tecido. A partir dessa decisão irá cortar o formato da peça.	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.
3. Acabamentos das peças em lã – trabalho feminino	A artesã irá realizar os acabamentos das peças, como por exemplo: costurar golas, botões e adereços nas peças	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Tendas	Para comercializar os produtos artesanais	Os espaços são organizados pelo casal de artesãos
Galpão	Para confeccionar os produtos, onde ficam os teares, a roca e as máquinas de costura	Também organizado pelo casal de artesãos
Investimento	É realizado um investimento econômico na atividade, na compra de matéria-prima e no pagamento dos empregados temporários, mas estes custos (valores) não são divulgados pelo artesão.	Os artesãos administram estes custos, mas todo o investimento na atividade provém dos lucros obtidos com a comercialização das peças.

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Matéria-prima - lã	A lã é colocada no tear, onde é tecida e depois se tornará um tecido para a peça.	O artesão compra os rolos de lã de uma lanífera de Sapucaia do Sul/RS, a qual vem limpa e pronta para ser colocada no tear.
Ferramenta – o tear	O tear é utilizado para tecer o tecido em lã	O artesão possui o tear, se necessário for confeccionar outro tear ou fazer ajustes e concertos nos teares que possui, o próprio artesão realiza esse trabalho.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	11

Ferramenta – a roca	Utilizada para afinar o fio, quando for necessário fazer um acabamento nas peças com um tipo de fio fino	O artesão possui a roca, esse instrumento se for necessário fazer ajustes no mesmo, o próprio artesão realiza esse trabalho.
Ferramenta – a máquina de costura	Utilizada para a costura, para realizar os acabamentos nas peças, como: colocar botões, golas e adereços.	A artesã possui a máquina de costura, as máquinas de costura são compradas no comércio urbano.

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Sem informações.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informações.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Pala - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Poncho - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Xales	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Mantas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Boinas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Blusões	Peças da indumentária usadas no inverno.	Os artesãos que confeccionam

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	11

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informações.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informações.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
Geralmente o artesão e a artesã proprietários do estabelecimento, as vezes com a ajuda do funcionário temporário (artesão ou artesã), o qual é um vizinho ou parente	Limpeza do galpão onde ficam os teares e são confeccionadas as peças, a limpeza consiste na retirada de restos e sobras de tecidos e fios de lã

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Os produtos são as peças artesanais em lã, as quais são vestimentas. A quantidade vai variar de acordo com os períodos do ano, geralmente no período de outono-inverno são produzidas mais peças.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público consumidor são os viajantes e os turistas que passam pela BR-290 e também as lojas de produtos gauchescos que compram peças desse artesão e dos demais. Não tem como se estima o número de consumidores.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL	X	COMPLEMENTO	☐	NÃO É FONTE DE RENDA	☐

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	11

IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	Sim, a atividade é fundamental para a comunidade, além dos 16 casais de artesãos que se sustentam dessa atividade, a mesma também gera em torno de 40 empregos diretos e indiretos na comunidade.

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA
	MUDANÇA NOS TEARES, DO TEAR VERTICAL PARA O HORIZONTAL, NA BUSCA DE MAIOR PRODUÇÃO DAS PEÇAS. MÁQUINA DE COSTURA, A QUAL ERA MANUAL E ATUALMENTE É ELÉTRICA, A MUDANÇA OCORREU EM FUNÇÃO DE MELHORAR O RENDIMENTO DO TRABALHO DAS ARTESÃS NO ACABAMENTO DAS PEÇAS EM LÃ A ROCA ERA MOVIDA A PEDAL E ATUALMENTE POSSUI UM PEQUENO MOTOR, A MUDANÇA FOI MOTIVADA EM FUNÇÃO DE UM MAIOR RENDIMENTO DO TRABALHO A MATÉRIA-PRIMA, A LÃ ERA COMPRADA EM VELOS LOGO APÓS A TOSQUIA DA OVELHA E ASSIM, REALIZADO TODO O PROCESSO DE LAVAGEM, CARDAGEM E FEITIO DO FIO PARA DEPOIS TECER AS PEÇAS NO TEAR. ATUALMENTE A LÃ É COMPRADA PRONTA DE LANÍFERAS

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

Na propriedade da artesã, a qual está no local como artífice a quase duas décadas, foi atraída pelo movimento da BR-290 onde a circulação de turistas é bastante significativa, fato que favorece a comercialização dos produtos artesanais. Neste lugar está estabelecida a residência da artesã e sua família, o galpão onde se tece as peças em lã e a tenda onde se comercializa as peças artesanais em lã.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?

O casal de artesãos

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

Sem informação.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?

Extensionista da Emater de Caçapava do Sul, Secretário da Agricultura e Pecuária de Caçapava do Sul, Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçapava do Sul e Secretário do Turismo de Caçapava do Sul.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	11

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?

OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
-	-	-

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
VARGAS, D. L. **Tecendo Tradição**: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria. 2016, 181 p.	Tese de Doutorado - Tecendo Tradição: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho.	Disponível em: < http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/TESE_FINAL_-_TECENDO_TRADIÇÃO_ARTESANATO_E_MERCADO.pd>

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Sem informações.		
-	-	-

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?

O aprofundamento da entrevista seria interessante no sentido de conseguir algumas datas com os artesãos da comunidade, para se ter uma precisão de quando tal e tal fato ocorreu no local.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).

Percebe-se que o entrevistador conquistou a confiança da comunidade através da sua prática de pesquisa, a qual ocorreu de forma respeitosa, com base no diálogo e na observação, sem a utilização de métodos “fechados” como questionários fechados e formulários longos.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

A atividade comercial na comunidade começou somente com a venda dos artigos em lã confeccionados pelos artífices do local, mas a partir da expressiva procura dos turistas, especialmente aqueles que se identificam com a cultura do pampa gaúcho, foram sendo inseridos outros produtos nas tendas, os quais não necessariamente são produzidos pelos artesãos da comunidade, como exemplo: cuias em porongo, gamelas em madeira, facas em alumínio e bombachas. Estes produtos são comprados pelos artífices de outros artesãos ou de fornecedores urbanos ou são trocados por peças confeccionadas em lã.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	12
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		**INÍCIO**	Abril de 2014	**TÉRMINO**	Maio de 2016
ENTREVISTADOR	Daiane Loreto de Vargas		**SUPERVISOR**	Flávia Rieth; Marco Antônio Verardi Fialho (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - UFSM)	

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Comunidade Rural da Vila Progresso
MUNICÍPIO / UF	Caçapava do Sul/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Artesanato em fibras de lã de ovelha

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Jucelaine Bittencourt			**Nº**	
COMO É CONHECIDO (A)	Jucelaine	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		**SEXO**	☐ **MASCULINO** **X FEMININO**
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX**	-	**E-MAIL**	-
OCUPAÇÃO	Artesão				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**		Não menciona com exatidão, mas relata que foi desde o final da década 1990.	

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	12

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

A artesã, o esposo artesão e o filho confeccionam peças artesanais em lã e comercializam as mesmas em suas tendas e para lojas do ramo logístico (lojas de produtos gauchescos), são proprietários do estabelecimento comercial e dos instrumentos utilizados para produção, como: teares, roca, fuso e máquina de costura. O casal de artesãos trabalha na confecção das peças, acabamentos e comercialização das mesmas. O artesão trabalha no tear e na tenda, juntamente com o filho do casal, atendendo aos clientes na comercialização dos produtos artesanais, já a esposa artesã trabalha com o acabamento das peças, a confecção de peças de lã em tricô e na comercialização dos produtos na tenda.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

A artesã, a qual possui em torno de 50 anos, relata que iniciou sua atividade com a lã por meados dos anos de 1995 – 1997 trabalhava como prestadora de serviço para as primeiras artífices que se instalaram no local, foi com elas que aprendeu a arte de tecer e de confeccionar as vestimentas em lã, assim como realizar vários tipos de acabamentos nas peças. Passados os anos 2000 foi trabalhar com familiares e em seguida conseguiu construir sua própria tenda, essa construção ocorreu quando casou-se e o esposo que se dividia entre atividades na lavoura e no fazer artesanal decidiu deixar o trabalho no campo e acompanhar a esposa na confecção e na comercialização das peças em lã, mesmo relatando que se identifica mais com o “serviço da lavoura”, a questão financeira motivou sua mudança de profissão.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

A artesã relata que aprendeu a tecer e a fazer o acabamento das peças com as primeiras artesãs que se instalaram no local e depois ensinou seus sobrinhos, a cunhada e o filho.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Sem informação.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Este casal de artesãos nunca participou de associação ou cooperativa com a finalidade relacionada a atividade artesanal, na comunidade não existe cooperativa ou associação com fins artesanais, somente com fins sociais, por exemplo: organizar a igreja da comunidade, realizar festas da comunidade e buscar melhorias para a estrutura da comunidade no quesito de saúde e educação (a associação da comunidade buscou a abertura de um posto de saúde e melhorias na estrutura da escola do local).

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	A atividade mais importante na comunidade é o processo artesanal em lã, a qual ocorre durante todos os meses do ano desde sua implementação no local pois, é a principal fonte de renda dos artesãos da comunidade, para a maior parte deles é a única fonte de renda.

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	12

☐	☐	☐	☐	☐	X	X	X	X	X	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

☐ **MEIO DE VIDA - A ATIVIDADE ARTESANAL EM LÃ É O PRINCIPAL RENDIMENTO ECONÔMICO DA FAMÍLIA ESSA É A JUSTIFICATIVA DO CASAL DE ARTESÃOS PARA TRABALHAR NA TECELAGEM DAS PEÇAS E NA COMERCIALIZAÇÃO DAS MESMAS.**

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

A atividade artesanal na comunidade existe a mais de três décadas, o início da atividade foi a partir da iniciativa de três mulheres artesãs, as quais residiam em uma localidade próxima e foram atraídas para o local em função do movimento da BR-290. Essas mulheres foram as pioneiras da atividade artesanal na comunidade e para elas essa é uma atividade tradicional de família, foi sendo passada através das gerações, atualmente está na quarta geração.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informação.

7. PREPARAÇÃO

São confeccionadas peças em lã, como: palas, ponchos, capinhas, cobertores, mantas, xales, echarpes, blusões, meias, boinas, luvas e polainas, são peças destinadas aos gêneros masculino e feminino, para crianças, jovens, adultos e idosos. Quem confecciona é o casal de artesãos e geralmente contam com empregados temporários, vizinhos ou familiares, os quais trabalham tecendo nos teares e/ou na realização do acabamento das peças, por exemplo: costurando adereços e botões nas peças. A atividade da confecção das peças em lã e da comercialização das mesmas ocorre diariamente na comunidade, com maior demanda de trabalho nos meses de outono e inverno, nesse período os afazeres em torno da atividade ocorre inclusive nos finais de semana e feriados, devido a demanda de consumo dos produtos em lã.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	12

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
1. Tecelagem – trabalho masculino	A lã é coloca no tear e o tecelão vai tecer o tecido, geralmente este é um homem em função do esforço físico repetitivo e demorado. Dessa etapa sai um tecido inteiro, o qual se transformará em peça nas mãos da artesã.	O artesão e um ou dois ajudantes, jovens tecelões da comunidade, geralmente um parente e/ou vizinho.
2. Corte do tecido em lã – trabalho feminino	A artesã, de acordo com as peças que estão sendo mais comercializadas no momento, vai decidir em quais peças transformará aquele tecido. A partir dessa decisão irá cortar o formato da peça.	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.
3. Acabamentos das peças em lã – trabalho feminino	A artesã irá realizar os acabamentos das peças, como por exemplo: costurar golas, botões e adereços nas peças	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Tendas	Para comercializar os produtos artesanais	Os espaços são organizados pelo casal de artesãos
Galpão	Para confeccionar os produtos, onde ficam os teares, a roca e as máquinas de costura	Também organizado pelo casal de artesãos
Investimento	É realizado um investimento econômico na atividade, na compra de matéria-prima e no pagamento dos empregados temporários, mas estes custos (valores) não são divulgados pelo artesão.	Os artesãos administram estes custos, mas todo o investimento na atividade provém dos lucros obtidos com a comercialização das peças.

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Matéria-prima - lã	A lã é colocada no tear, onde é tecida e depois se tornará um tecido para a peça.	O artesão compra os rolos de lã de uma lanífera de Sapucaia do Sul/RS, a qual vem limpa e pronta para ser colocada no tear.
Ferramenta – o tear	O tear é utilizado para tecer o tecido em lã	O artesão possui o tear, se necessário for confeccionar outro tear ou fazer ajustes e concertos nos teares que possui, o próprio artesão realiza esse trabalho.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	12

Ferramenta – a roca	Utilizada para afinar o fio, quando for necessário fazer um acabamento nas peças com um tipo de fio fino	O artesão possui a roca, esse instrumento se for necessário fazer ajustes no mesmo, o próprio artesão realiza esse trabalho.
Ferramenta – a máquina de costura	Utilizada para a costura, para realizar os acabamentos nas peças, como: colocar botões, golas e adereços.	A artesã possui a máquina de costura, as máquinas de costura são compradas no comércio urbano.

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Pala - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Poncho - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Xales	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Mantas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Boinas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Blusões	Peças da indumentária usadas no inverno.	Os artesãos que confeccionam

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	12

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
Geralmente o artesão e a artesã proprietários do estabelecimento, as vezes com a ajuda do funcionário temporário (artesão ou artesã), o qual é um vizinho ou parente	Limpeza do galpão onde ficam os teares e são confeccionadas as peças, a limpeza consiste na retirada de restos e sobras de tecidos e fios de lã

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Os produtos são as peças artesanais em lã, as quais são vestimentas. A quantidade vai variar de acordo com os períodos do ano, geralmente no período de outono-inverno são produzidas mais peças.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público consumidor são os viajantes e os turistas que passam pela BR-290 e também as lojas de produtos gauchescos que compram peças desse artesão e dos demais. Não tem como se estima o número de consumidores.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL	X	COMPLEMENTO	☐	NÃO É FONTE DE RENDA	☐

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	12

IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	Sim, a atividade é fundamental para a comunidade, além dos 16 casais de artesãos que se sustentam dessa atividade, a mesma também gera em torno de 40 empregos diretos e indiretos na comunidade.

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA
	MUDANÇA NOS TEARES, DO TEAR VERTICAL PARA O HORIZONTAL, NA BUSCA DE MAIOR PRODUÇÃO DAS PEÇAS. MÁQUINA DE COSTURA, A QUAL ERA MANUAL E ATUALMENTE É ELÉTRICA, A MUDANÇA OCORREU EM FUNÇÃO DE MELHORAR O RENDIMENTO DO TRABALHO DAS ARTESÃS NO ACABAMENTO DAS PEÇAS EM LÃ A ROCA ERA MOVIDA A PEDAL E ATUALMENTE POSSUI UM PEQUENO MOTOR, A MUDANÇA FOI MOTIVADA EM FUNÇÃO DE UM MAIOR RENDIMENTO DO TRABALHO A MATÉRIA-PRIMA, A LÃ ERA COMPRADA EM VELOS LOGO APÓS A TOSQUIA DA OVELHA E ASSIM, REALIZADO TODO O PROCESSO DE LAVAGEM, CARDAGEM E FEITIO DO FIO PARA DEPOIS TECER AS PEÇAS NO TEAR. ATUALMENTE A LÃ É COMPRADA PRONTA DE LANÍFERAS

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

Na propriedade da artesã, a qual está no local a mais de duas décadas, foi atraída pelo movimento da BR-290 onde a circulação de turistas é bastante significativa, fato que favorece a comercialização dos produtos artesanais. Neste lugar está estabelecida a residência do artesão e sua família, o galpão onde se tece as peças em lã e a tenda onde se comercializa as peças artesanais em lã.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?

O casal de artesãos

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

Sem informação.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?

Extensionista da Emater de Caçapava do Sul, Secretário da Agricultura e Pecuária de Caçapava do Sul, Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçapava do Sul e Secretário do Turismo de Caçapava do Sul.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	12

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?

OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
Em construção	-	-

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
VARGAS, D. L. **Tecendo Tradição**: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria. 2016, 181 p.	Tese de Doutorado - Tecendo Tradição: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho.	Disponível em: < http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/TESE_FINAL_-_TECENDO_TRADIÇÃO_ARTESANATO_E_MERCADO.pd>

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Sem informação.		
-	-	-

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?

O aprofundamento da entrevista seria interessante no sentido de conseguir algumas datas com os artesãos da comunidade, para se ter uma precisão de quando tal e tal fato ocorreu no local.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).

Percebe-se que o entrevistador conquistou a confiança da comunidade através da sua prática de pesquisa, a qual ocorreu de forma respeitosa, com base no diálogo e na observação, sem a utilização de métodos “fechados” como questionários fechados e formulários longos.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

A atividade comercial na comunidade começou somente com a venda dos artigos em lã confeccionados pelos artífices do local, mas a partir da expressiva procura dos turistas, especialmente aqueles que se identificam com a cultura do pampa gaúcho, foram sendo inseridos outros produtos nas tendas, os quais não necessariamente são produzidos pelos artesãos da comunidade, como exemplo: cuias em porongo, gamelas em madeira, facas em alumínio e bombachas. Estes produtos são comprados pelos artífices de outros artesãos ou de fornecedores urbanos ou são trocados por peças confeccionadas em lã.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	13
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		**INÍCIO**	Abril de 2014	**TÉRMINO**	Maio de 2016
ENTREVISTADOR	Daiane Loreto de Vargas		**SUPERVISOR**	Flávia Rieth; Marco Antônio Verardi Fialho (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - UFSM)	

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Comunidade Rural da Vila Progresso
MUNICÍPIO / UF	Caçapava do Sul/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Artesanato em fibras de lã de ovelha

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Nilda Marques			**Nº**	
COMO É CONHECIDO (A)	Nilda	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		**SEXO**	☐ **MASCULINO** **X FEMININO**
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX**	-	**E-MAIL**	-
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**		Não menciona com exatidão, desde o final da década de 1980 e início de 1990	

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	13

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

A artesã e seu esposo artesão confeccionam peças artesanais em lã e comercializam as mesmas em suas tendas e para lojas de produtos gauchescos, são proprietários do estabelecimento comercial e dos instrumentos utilizados para produção, como: teares, roca, fuso e máquina de costura. O casal de artesãos trabalha na confecção das peças, acabamentos e comercialização das mesmas. O artesão trabalha no tear e na tenda, atendendo aos clientes na comercialização dos produtos artesanais, já a esposa artesã trabalha com o acabamento das peças, a confecção de peças de lã em tricô e na comercialização dos produtos na tenda.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

A artesã, a qual possui em torno de 65 anos, relata que desde a infância aprendeu a tecer peças em lã com o auxílio da avó. A atividade artesanal na família da artesã está na quarta geração, ela, juntamente com a mãe e a irmã, foi a pioneira na atividade na comunidade da Vila Progresso. A artífice relata que a família foi atraída para o local em função do expressivo movimento de turistas e viajantes na BR-290, o qual proporcionava um bom cenário para a comercialização dos produtos em lã. Num primeiro momento as três mulheres confeccionavam e comercializavam de forma conjunta e num segundo momento, as artesãs separam suas tendas em função do crescimento da atividade e da participação dos esposos na produção e na comercialização das peças em lã, os quais anteriormente eram agricultores. A mudança de atividade dos homens deu-se em função da visualização do negócio artesanal como algo economicamente rentável, inclusive mais lucrativo do que suas atividades na lavoura, tal fato justifica a mudança de profissão destes homens, de agricultores para artesãos.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Sim, a artesã relata que ensinou a atividade artesanal para alguns vizinhos, num primeiro momento ele precisava de mão-de-obra para a confecção das peças nos teares e num segundo momento aqueles que aprenderam a confeccionar as peças deixar de ser mão-de-obra e passaram a confeccionar suas peças e expor os produtos em suas tendas, de forma individual.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

A artesã relata que começou a tecer em um tear vertical e que seus filhos, desde criança, aprenderam a tecer naquele tear e depois no tear horizontal, pois ela precisava deixar para eles o aprendizado daquele ofício e daqueles saberes pelo fato dos mesmos serem tradição de família. Atualmente dois de seus três filhos trabalham como artesãos, mas em outras localidades, fora da Vila Progresso.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Este casal de artesãos nunca participou de associação ou cooperativa com a finalidade relacionada a atividade artesanal, na comunidade não existe cooperativa ou associação com fins artesanais, somente com fins sociais, por exemplo: organizar a igreja da comunidade, realizar festas da comunidade e buscar melhorias para a estrutura da comunidade no quesito de saúde e educação (a associação da comunidade buscou a abertura de um posto de saúde e melhorias na estrutura da escola do local)

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	13

6.1. PERIODICIDADE	A atividade mais importante na comunidade é o processo artesanal em lã, a qual ocorre durante todos os meses do ano desde sua implementação no local pois, é a principal fonte de renda dos artesãos da comunidade, para a maior parte deles é a única fonte de renda.

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
X	x	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

☐ **MEIO DE VIDA - A ATIVIDADE ARTESANAL EM LÃ É O PRINCIPAL RENDIMENTO ECONÔMICO DA FAMÍLIA ESSA É A JUSTIFICATIVA DO CASAL DE ARTESÃOS PARA TRABALHAR NA TECELAGEM DAS PEÇAS E NA COMERCIALIZAÇÃO DAS MESMAS. ALÉM DISSO, JUSTIFICA O APREÇO A ATIVIDADE E AOS SABERES ARTESANAIS POR SER UMA TRADIÇÃO DE FAMÍLIA.**

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

A atividade artesanal na comunidade existe a mais de três décadas, o início da mesma foi a partir da iniciativa dessa artesã, juntamente com sua mãe e irmã, as quais residiam em uma localidade próxima e foram atraídas para o local em função do movimento da BR-290. Essas mulheres foram as pioneiras da atividade artesanal na comunidade e para elas, essa é uma atividade tradicional de família, foi passada através das gerações, atualmente está na quarta geração.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informação.

7. PREPARAÇÃO

São confeccionadas peças em lã, como: palas, ponchos, capinhas, cobertores, mantas, xales, echarpes, blusões, meias, boinas, luvas e polainas, são peças destinadas aos gêneros masculino e feminino, para crianças, jovens, adultos e idosos. Quem confecciona é o casal de artesãos e geralmente contam com empregados temporários, vizinhos, os quais trabalham tecendo nos teares e/ou na realização do acabamento das peças, por exemplo: costurando adereços e botões nas peças. A atividade da confecção das peças em lã e da comercialização das mesmas ocorre diariamente na comunidade, com maior demanda de trabalho nos meses de outono e inverno, nesse período os afazeres em torno da atividade ocorre inclusive nos finais de semana e feriados, devido a demanda de consumo dos produtos em lã.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	13

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
1. Tecelagem – trabalho masculino	A lã é coloca no tear e o tecelão vai tecer o tecido, geralmente este é um homem em função do esforço físico repetitivo e demorado. Dessa etapa sai um tecido inteiro, o qual se transformará em peça nas mãos da artesã.	O artesão e um ou dois ajudantes, jovens tecelões da comunidade, geralmente um parente e/ou vizinho.
2. Corte do tecido em lã – trabalho feminino	A artesã, de acordo com as peças que estão sendo mais comercializadas no momento, vai decidir em quais peças transformará aquele tecido. A partir dessa decisão irá cortar o formato da peça.	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.
3. Acabamentos das peças em lã – trabalho feminino	A artesã irá realizar os acabamentos das peças, como por exemplo: costurar golas, botões e adereços nas peças	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Tendas	Para comercializar os produtos artesanais	Os espaços são organizados pelo casal de artesãos
Galpão	Para confeccionar os produtos, onde ficam os teares, a roca e as máquinas de costura	Também organizado pelo casal de artesãos
Investimento	É realizado um investimento econômico na atividade, na compra de matéria-prima e no pagamento dos empregados temporários, mas estes custos (valores) não são divulgados pelo artesão.	Os artesãos administram estes custos, mas todo o investimento na atividade provém dos lucros obtidos com a comercialização das peças.

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Matéria-prima - lã	A lã é colocada no tear, onde é tecida e depois se tornará um tecido para a peça.	A artesã compra os rolos de lã de uma lanífera de Sapucaia do Sul/RS, a qual vem limpa e pronta para ser colocada no tear.
Ferramenta – o tear	O tear é utilizado para tecer o tecido em lã	A artesã possui o tear, se necessário for confeccionar outro tear ou fazer ajustes e concertos nos teares que possui, os próprios artesãos realizam esse trabalho.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	13

Ferramenta – a roca	Utilizada para afinar o fio, quando for necessário fazer um acabamento nas peças com um tipo de fio fino	A artesã possui a roca, esse instrumento se for necessário fazer ajustes no mesmo, o próprio artesão realiza esse trabalho.
Ferramenta – a máquina de costura	Utilizada para a costura, para realizar os acabamentos nas peças, como: colocar botões, golas e adereços.	A artesã possui a máquina de costura, as máquinas de costura são compradas no comércio urbano.

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Pala - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Poncho - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Xales	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Mantas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Boinas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	13

Blusões	Peças da indumentária usadas no inverno.	Os artesãos que confeccionam

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

SEM INFORMAÇÃO.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
Geralmente o artesão e a artesã proprietários do estabelecimento, as vezes com a ajuda do funcionário temporário (artesão ou artesã), o qual é um vizinho ou parente	Limpeza do galpão onde ficam os teares e são confeccionadas as peças, a limpeza consiste na retirada de restos e sobras de tecidos e fios de lã

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Os produtos são as peças artesanais em lã, as quais são vestimentas. A quantidade vai variar de acordo com os períodos do ano, geralmente no período de outono-inverno são produzidas mais peças.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	13

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público consumidor são os viajantes e os turistas que passam pela BR-290 e também as lojas de produtos gauchescos que compram peças dessa artesã e dos demais. Não tem como se estima o número de consumidores.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL X	COMPLEMENTO ☐	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	Sim, a atividade é fundamental para a comunidade, além dos 16 casais de artesãos que se sustentam dessa atividade, a mesma gera em torno de 40 empregos diretos e indiretos na comunidade.	

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA
	MUDANÇA NOS TEARES, DO TEAR VERTICAL PARA O HORIZONTAL, NA BUSCA DE MAIOR PRODUÇÃO DAS PEÇAS. MÁQUINA DE COSTURA, A QUAL ERA MANUAL E ATUALMENTE É ELÉTRICA, A MUDANÇA OCORREU EM FUNÇÃO DE MELHORAR O RENDIMENTO DO TRABALHO DAS ARTESÃS NO ACABAMENTO DAS PEÇAS EM LÃ A ROCA ERA MOVIDA A PEDAL E ATUALMENTE POSSUI UM PEQUENO MOTOR, A MUDANÇA FOI MOTIVADA EM FUNÇÃO DE UM MAIOR RENDIMENTO DO TRABALHO A MATÉRIA-PRIMA, A LÃ ERA COMPRADA EM VELOS LOGO APÓS A TOSQUIA DA OVELHA E ASSIM, REALIZADO TODO O PROCESSO DE LAVAGEM, CARDAGEM E FEITIO DO FIO PARA DEPOIS TECER AS PEÇAS NO TEAR. ATUALMENTE A LÃ É COMPRADA PRONTA DE LANÍFERAS

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

Na propriedade da artesã, a qual está no local a três décadas (em torno de três décadas) foi atraída pelo movimento da BR-290 onde a circulação de turistas é bastante significativa, fato que favorece a comercialização dos produtos artesanais. Neste lugar está estabelecida a residência da artesã e sua família, o galpão onde se tece as peças em lã e a tenda onde se comercializa as peças artesanais em lã.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?

No início da atividade a artesã e num segundo momento, a partir da inserção do esposo na atividade artesanal, passou a ser o casal de artesãos os responsáveis pela atividade.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	13

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE
Sem informação.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?
Extensionista da Emater de Caçapava do Sul, Secretário da Agricultura e Pecuária de Caçapava do Sul, Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçapava do Sul e Secretário do Turismo de Caçapava do Sul.

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?

OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
Em construção.	-	-

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
VARGAS, D. L. **Tecendo Tradição**: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria. 2016, 181 p.	Tese de Doutorado - Tecendo Tradição: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho.	Disponível em: < http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/TESE_FINAL_-_TECENDO_TRADIÇÃO_ARTESANATO_E_MERCADO.pd>

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Sem informação.		
-	-	-

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
O aprofundamento da entrevista seria interessante no sentido de conseguir algumas datas com os artesãos da comunidade, para se ter uma precisão de quando tal e tal fato ocorreu no local.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	13

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).

Percebe-se que o entrevistador conquistou a confiança da comunidade através da sua prática de pesquisa, a qual ocorreu de forma respeitosa, com base no diálogo e na observação, sem a utilização de métodos “fechados” como questionários fechados e formulários longos.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

A atividade comercial na comunidade começou somente com a venda dos artigos em lã confeccionados pelos artífices do local, mas a partir da expressiva procura dos turistas, especialmente aqueles que se identificam com a cultura do pampa gaúcho, foram sendo inseridos outros produtos nas tendas, os quais não necessariamente são produzidos pelos artesãos da comunidade, como exemplo: cuias em porongo, gamelas em madeira, facas em alumínio e bombachas. Estes produtos são comprados pelos artífices de outros artesãos ou de fornecedores urbanos ou são trocados por peças confeccionadas em lã.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	14
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		**INÍCIO**	Abril de 2014	**TÉRMINO**	Maio de 2016
ENTREVISTADOR	Daiane Loreto de Vargas		**SUPERVISOR**	Flávia Rieth; Marco Antônio Verardi Fialho (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - UFSM).	

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Comunidade Rural da Vila Progresso
MUNICÍPIO / UF	Caçapava do Sul/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Artesanato em fibras de lã de ovelha

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Nilza Marques			**Nº**	
COMO É CONHECIDO (A)	Nilza	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		**SEXO**	☐ **MASCULINO** **X FEMININO**
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX**	-	**E-MAIL**	-
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**		Não menciona com exatidão, desde o final da década de 1980 e início de 1990	

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	14

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

A artesã e seu esposo artesão confeccionam peças artesanais em lã e comercializam as mesmas em suas tendas, em férias comerciais que ocorrem no estado e para lojas do ramo logístico (lojas de produtos gauchescos) são proprietários do estabelecimento comercial e dos instrumentos utilizados para produção, como: teares, roca, fuso e máquina de costura. O casal de artesãos trabalha na confecção das peças, acabamentos e comercialização das mesmas. O artesão trabalha no tear e na tenda, atendendo aos clientes na comercialização dos produtos artesanais, já a esposa artesã trabalha com o acabamento das peças, a confecção de peças de lã em tricô e na comercialização dos produtos na tenda.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

A artesã, a qual possui em torno de 55 anos, relata que desde a infância aprendeu a tecer peças em lã com o auxílio da mãe e da irmã. A atividade artesanal na família da artesã está na quarta geração, ela, juntamente com a mãe e a irmã, foi a pioneira na atividade na comunidade da Vila Progresso. A artífice relata que a família foi atraída para o local em função do expressivo movimento de turistas e viajantes na BR-290, o qual proporcionava um bom cenário para a comercialização dos produtos em lã. Num primeiro momento as três mulheres confeccionavam e comercializavam de forma conjunta e num segundo momento, as artesãs separam suas tendas em função do crescimento da atividade e da participação dos esposos na produção e na comercialização das peças em lã, os quais anteriormente eram agricultores. A mudança de atividade dos homens deu-se em função da visualização do negócio artesanal como algo economicamente rentável, inclusive mais lucrativo do que suas atividades na lavoura, tal fato justifica a mudança de profissão destes homens, de agricultores para artesãos.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Sim, a artesã relata que ensinou a atividade artesanal para alguns vizinhos, num primeiro momento ele precisava de mão-de-obra para a confecção das peças nos teares e num segundo momento aqueles que aprenderam a confeccionar as peças deixar de ser mão-de-obra e passaram a confeccionar suas peças e expor os produtos em suas tendas, de forma individual.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

A artesã relata que seus filhos, desde muito jovens, aprenderam a tecer no tear e que os dois filhos contribuíram para o crescimento da atividade artesanal da família, o filho homem saiu do local para trabalhar e estudar, mas a filha permanece na comunidade ajudando os pais no acabamento das peças em lã. A artesã relata com orgulho que a estrutura que a família possui (casa e carro) e o ensino (ambos os filhos tem formação universitária) foi proporcionada com base no rendimento obtido a partir da atividade artesanal.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Este casal de artesãos nunca participou de associação ou cooperativa com a finalidade relacionada a atividade artesanal, na comunidade não existe cooperativa ou associação com fins artesanais, somente com fins sociais, por exemplo: organizar a igreja da comunidade, realizar festas da comunidade e buscar melhorias para a estrutura da comunidade no quesito de saúde e educação (a associação da comunidade buscou a abertura de um posto de saúde e melhorias na estrutura da escola do local)

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	14

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	A atividade mais importante na comunidade é o processo artesanal em lã, a qual ocorre durante todos os meses do ano desde sua implementação no local pois, é a principal fonte de renda dos artesãos da comunidade, para a maior parte deles é a única fonte de renda.

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
X	x	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

☐ **MEIO DE VIDA - A ATIVIDADE ARTESANAL EM LÃ É O PRINCIPAL RENDIMENTO ECONÔMICO DA FAMÍLIA ESSA É A JUSTIFICATIVA DO CASAL DE ARTESÃOS PARA TRABALHAR NA TECELAGEM DAS PEÇAS E NA COMERCIALIZAÇÃO DAS MESMAS. ALÉM DISSO, JUSTIFICA O APREÇO A ATIVIDADE E AOS SABERES ARTESANAIS POR SER UMA TRADIÇÃO DE FAMÍLIA.**

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

A atividade artesanal na comunidade existe a mais de três décadas, o início da mesma foi a partir da iniciativa dessa artesã, juntamente com sua mãe e irmã, as quais residiam em uma localidade próxima e foram atraídas para o local em função do movimento da BR-290. Essas mulheres foram as pioneiras da atividade artesanal na comunidade e para elas, essa é uma atividade tradicional de família, foi passada através das gerações, atualmente está na quarta geração.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informação.

7. PREPARAÇÃO

São confeccionadas peças em lã, como: palas, ponchos, capinhas, cobertores, mantas, xales, echarpes, blusões, meias, boinas, luvas e polainas, são peças destinadas aos gêneros masculino e feminino, para crianças, jovens, adultos e idosos. Quem confecciona é o casal de artesãos e geralmente contam com empregados temporários, vizinhos, os quais trabalham tecendo nos teares e/ou na realização do acabamento das peças, por exemplo: costurando adereços e botões nas peças. A atividade da confecção das peças em lã e da comercialização das mesmas ocorre diariamente na comunidade, com maior demanda de trabalho nos meses de outono e inverno, nesse período os afazeres em torno da atividade ocorre inclusive nos finais de semana e feriados, devido a demanda de consumo dos produtos em lã.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	14

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
1. Tecelagem – trabalho masculino	A lã é coloca no tear e o tecelão vai tecer o tecido, geralmente este é um homem em função do esforço físico repetitivo e demorado. Dessa etapa sai um tecido inteiro, o qual se transformará em peça nas mãos da artesã.	O artesão e um ou dois ajudantes, jovens tecelões da comunidade, geralmente um parente e/ou vizinho.
2. Corte do tecido em lã – trabalho feminino	A artesã, de acordo com as peças que estão sendo mais comercializadas no momento, vai decidir em quais peças transformará aquele tecido. A partir dessa decisão irá cortar o formato da peça.	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.
3. Acabamentos das peças em lã – trabalho feminino	A artesã irá realizar os acabamentos das peças, como por exemplo: costurar golas, botões e adereços nas peças	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Tendas	Para comercializar os produtos artesanais	Os espaços são organizados pelo casal de artesãos
Galpão	Para confeccionar os produtos, onde ficam os teares, a roca e as máquinas de costura	Também organizado pelo casal de artesãos
Investimento	É realizado um investimento econômico na atividade, na compra de matéria-prima e no pagamento dos empregados temporários, mas estes custos (valores) não são divulgados pelo artesão.	Os artesãos administram estes custos, mas todo o investimento na atividade provém dos lucros obtidos com a comercialização das peças.

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Matéria-prima - lã	A lã é colocada no tear, onde é tecida e depois se tornará um tecido para a peça.	A artesã compra os rolos de lã de uma lanífera de Sapucaia do Sul/RS, a qual vem limpa e pronta para ser colocada no tear.
Ferramenta – o tear	O tear é utilizado para tecer o tecido em lã	A artesã possui o tear, se necessário for confeccionar outro tear ou fazer ajustes e concertos nos teares que possui, os próprios artesãos realizam esse trabalho.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	14

Ferramenta – a roca	Utilizada para afinar o fio, quando for necessário fazer um acabamento nas peças com um tipo de fio fino	A artesã possui a roca, esse instrumento se for necessário fazer ajustes no mesmo, o próprio artesão realiza esse trabalho.
Ferramenta – a máquina de costura	Utilizada para a costura, para realizar os acabamentos nas peças, como: colocar botões, golas e adereços.	A artesã possui a máquina de costura, as máquinas de costura são compradas no comércio urbano.

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Pala - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Poncho - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Xales	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Mantas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Boinas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Blusões	Peças da indumentária usadas no inverno.	Os artesãos que confeccionam

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	14

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
Geralmente o artesão e a artesã proprietários do estabelecimento, as vezes com a ajuda do funcionário temporário (artesão ou artesã), o qual é um vizinho ou parente	Limpeza do galpão onde ficam os teares e são confeccionadas as peças, a limpeza consiste na retirada de restos e sobras de tecidos e fios de lã

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Os produtos são as peças artesanais em lã, as quais são vestimentas. A quantidade vai variar de acordo com os períodos do ano, geralmente no período de outono-inverno são produzidas mais peças.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público consumidor são os viajantes e os turistas que passam pela BR-290 e também as lojas de produtos gauchescos que compram peças dessa artesã e dos demais. Não tem como se estima o número de consumidores.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	14

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?		
PRINCIPAL X	COMPLEMENTO ☐	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	Sim, a atividade é fundamental para a comunidade, além dos 16 casais de artesãos que se sustentam dessa atividade, a mesma gera em torno de 40 empregos diretos e indiretos na comunidade.	

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.	
ÉPOCA	OCORRÊNCIA
	MUDANÇA NOS TEARES, DO TEAR VERTICAL PARA O HORIZONTAL, NA BUSCA DE MAIOR PRODUÇÃO DAS PEÇAS. MÁQUINA DE COSTURA, A QUAL ERA MANUAL E ATUALMENTE É ELÉTRICA, A MUDANÇA OCORREU EM FUNÇÃO DE MELHORAR O RENDIMENTO DO TRABALHO DAS ARTESÃS NO ACABAMENTO DAS PEÇAS EM LÃ A ROCA ERA MOVIDA A PEDAL E ATUALMENTE POSSUI UM PEQUENO MOTOR, A MUDANÇA FOI MOTIVADA EM FUNÇÃO DE UM MAIOR RENDIMENTO DO TRABALHO A MATÉRIA-PRIMA, A LÃ ERA COMPRADA EM VELOS LOGO APÓS A TOSQUIA DA OVELHA E ASSIM, REALIZADO TODO O PROCESSO DE LAVAGEM, CARDAGEM E FEITIO DO FIO PARA DEPOIS TECER AS PEÇAS NO TEAR. ATUALMENTE A LÃ É COMPRADA PRONTA DE LANÍFERAS

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?
Na propriedade da artesã, a qual está no local a três décadas (em torno de três décadas) foi atraída pelo movimento da BR-290 onde a circulação de turistas é bastante significativa, fato que favorece a comercialização dos produtos artesanais. Neste lugar está estabelecida a residência da artesã e sua família, o galpão onde se tece as peças em lã e a tenda onde se comercializa as peças artesanais em lã.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?
No início da atividade a artesã e num segundo momento, a partir da inserção do esposo na atividade artesanal, passou a ser o casal de artesãos os responsáveis pela atividade.

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE
Sem informação.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?
Extensionista da Emater de Caçapava do Sul, Secretário da Agricultura e Pecuária de Caçapava do Sul, Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçapava do Sul e Secretário do Turismo de Caçapava do Sul.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	14

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?

OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
Em construção.	-	-

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
VARGAS, D. L. **Tecendo Tradição**: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria. 2016, 181 p.	Tese de Doutorado - Tecendo Tradição: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho.	Disponível em: < http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/TESE_FINAL_-_TECENDO_TRADIÇÃO_ARTESANATO_E_MERCADO.pd>

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Sem informação.		

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?

O aprofundamento da entrevista seria interessante no sentido de conseguir algumas datas com os artesãos da comunidade, para se ter uma precisão de quando tal e tal fato ocorreu no local.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).

Percebe-se que o entrevistador conquistou a confiança da comunidade através da sua prática de pesquisa, a qual ocorreu de forma respeitosa, com base no diálogo e na observação, sem a utilização de métodos “fechados” como questionários fechados e formulários longos.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

A atividade comercial na comunidade começou somente com a venda dos artigos em lã confeccionados pelos artífices do local, mas a partir da expressiva procura dos turistas, especialmente aqueles que se identificam com a cultura do pampa gaúcho, foram sendo inseridos outros produtos nas tendas, os quais não necessariamente são produzidos pelos artesãos da comunidade, como exemplo: cuias em porongo, gamelas em madeira, facas em alumínio e bombachas. Estes produtos são comprados pelos artífices de outros artesãos ou de fornecedores urbanos ou são trocados por peças confeccionadas em lã.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	15
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		**INÍCIO**	Abril de 2014	**TÉRMINO**	Maio de 2016
ENTREVISTADOR	Daiane Loreto de Vargas		**SUPERVISOR**	Marco Antônio Verardi Fialho (Orientador doutorado Extensão Rural - UFSM)	

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Comunidade Rural da Vila Progresso
MUNICÍPIO / UF	Caçapava do Sul/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Artesanato em fibras de lã de ovelha

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Inês Machado			**Nº**	
COMO É CONHECIDO (A)	Inês	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		**SEXO**	☐ **MASCULINO** X **FEMININO**
ENDEREÇO	Vila Progresso, BR- 290, Caçapava do Sul				
TELEFONE	-	**FAX**	-	**E-MAIL**	-
OCUPAÇÃO	Artesã				
ONDE NASCEU	Caçapava do Sul	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**		Não menciona com exatidão, desde o início dos anos 2000.	

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	15

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

A artesã e seu esposo artesão confeccionam peças artesanais em lã e comercializam as mesmas em suas tendas e em feiras comerciais que ocorrem no estado, são proprietários do estabelecimento comercial e dos instrumentos utilizados para produção, como: teares, roca, fuso e máquina de costura. O casal de artesãos trabalha na confecção das peças, acabamentos e comercialização das mesmas. O artesão trabalha no tear e na tenda, atendendo aos clientes na comercialização dos produtos artesanais, já a esposa artesã trabalha com o acabamento das peças, a confecção de peças de lã em tricô e na comercialização dos produtos na tenda.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

A artesã, a qual possui em torno de 60 anos, relata que desde a infância aprendeu a tecer peças em lã com o auxílio da mãe, a qual também era artesã, ela e a mãe residiam na cidade de Caçapava do Sul e confeccionavam vestimentas de lã em tricô e com a utilização do tear, comercializando as mesmas no espaço urbano. A artífice somente foi residir na Vila Progresso quando se casou com um artesão da comunidade, a partir desse momento o casal montou sua própria tenda para comercializar os artigos que confeccionavam.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Sim, a artesã relata que ensinou a atividade artesanal para algumas vizinhas, especialmente a questão de acabamento das confecções, já que possui peças diferenciadas na comunidade, tem uma expertise na prática de tricô e crochê implementando estas técnicas no acabamento das vestimentas que confecciona e proporcionando um diferencial as mesmas.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Sem Informação.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Este casal de artesãos nunca participou de associação ou cooperativa com a finalidade relacionada a atividade artesanal, na comunidade não existe cooperativa ou associação com fins artesanais, somente com fins sociais, por exemplo: organizar a igreja da comunidade, realizar festas da comunidade e buscar melhorias para a estrutura da comunidade no quesito de saúde e educação (a associação da comunidade buscou a abertura de um posto de saúde e melhorias na estrutura da escola do local)

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	A atividade mais importante na comunidade é o processo artesanal em lã, a qual ocorre durante todos os meses do ano desde sua implementação no local pois, é a principal fonte de renda dos artesãos da comunidade, para a maior parte deles é a única fonte de renda.

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	15

☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	X	X	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

☐ **MEIO DE VIDA - A ATIVIDADE ARTESANAL EM LÃ É O PRINCIPAL RENDIMENTO ECONÔMICO DA FAMÍLIA ESSA É A JUSTIFICATIVA DO CASAL DE ARTESÃOS PARA TRABALHAR NA TECELAGEM DAS PEÇAS E NA COMERCIALIZAÇÃO DAS MESMAS. ALÉM DISSO, JUSTIFICA O APREÇO A ATIVIDADE E AOS SABERES ARTESANAIS POR SER UMA TRADIÇÃO DE FAMÍLIA.**

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

A atividade artesanal na comunidade existe a mais de três décadas, o início da mesma foi a partir da iniciativa de três mulheres artesãs, as quais residiam em uma localidade próxima e foram atraídas para o local em função do movimento da BR-290. Essas mulheres foram as pioneiras da atividade artesanal na comunidade e para elas, essa é uma atividade tradicional de família, foi passada através das gerações, atualmente está na quarta geração.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informação.

7. PREPARAÇÃO

São confeccionadas peças em lã, como: palas, ponchos, capinhas, cobertores, mantas, xales, echarpes, blusões, meias, boinas, luvas e polainas, são peças destinadas aos gêneros masculino e feminino, para crianças, jovens, adultos e idosos. Quem confecciona é o casal de artesãos e geralmente contam com empregados temporários, vizinhos, os quais trabalham tecendo nos teares e/ou na realização do acabamento das peças, por exemplo: costurando adereços e botões nas peças. A atividade da confecção das peças em lã e da comercialização das mesmas ocorre diariamente na comunidade, com maior demanda de trabalho nos meses de outono e inverno, nesse período os afazeres em torno da atividade ocorre inclusive nos finais de semana e feriados, devido a demanda de consumo dos produtos em lã.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	15

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
1. Tecelagem – trabalho masculino	A lã é coloca no tear e o tecelão vai tecer o tecido, geralmente este é um homem em função do esforço físico repetitivo e demorado. Dessa etapa sai um tecido inteiro, o qual se transformará em peça nas mãos da artesã.	O artesão e um ou dois ajudantes, jovens tecelões da comunidade, geralmente um parente e/ou vizinho.
2. Corte do tecido em lã – trabalho feminino	A artesã, de acordo com as peças que estão sendo mais comercializadas no momento, vai decidir em quais peças transformará aquele tecido. A partir dessa decisão irá cortar o formato da peça.	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.
3. Acabamentos das peças em lã – trabalho feminino	A artesã irá realizar os acabamentos das peças, como por exemplo: costurar golas, botões e adereços nas peças	A artesã realiza esse processo, na maioria das vezes conta com a ajuda de uma outra artesã, seja parente ou vizinha.

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Tendas	Para comercializar os produtos artesanais	Os espaços são organizados pelo casal de artesãos
Galpão	Para confeccionar os produtos, onde ficam os teares, a roca e as máquinas de costura	Também organizado pelo casal de artesãos
Investimento	É realizado um investimento econômico na atividade, na compra de matéria-prima e no pagamento dos empregados temporários, mas estes custos (valores) não são divulgados pelo artesão.	Os artesãos administram estes custos, mas todo o investimento na atividade provém dos lucros obtidos com a comercialização das peças.

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Matéria-prima - lã	A lã é colocada no tear, onde é tecida e depois se tornará um tecido para a peça.	A artesã compra os rolos de lã de uma lanífera de Sapucaia do Sul/RS, a qual vem limpa e pronta para ser colocada no tear.
Ferramenta – o tear	O tear é utilizado para tecer o tecido em lã	A artesã possui o tear, se necessário for confeccionar outro tear ou fazer ajustes e concertos nos teares que possui, os próprios artesãos realizam esse trabalho.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	15

Ferramenta – a roca	Utilizada para afinar o fio, quando for necessário fazer um acabamento nas peças com um tipo de fio fino	A artesã possui a roca, esse instrumento se for necessário fazer ajustes no mesmo, o próprio artesão realiza esse trabalho.
Ferramenta – a máquina de costura	Utilizada para a costura, para realizar os acabamentos nas peças, como: colocar botões, golas e adereços.	A artesã possui a máquina de costura, as máquinas de costura são compradas no comércio urbano.

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM
-	-	-

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
Pala - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Poncho - Espécie de capa de pano de lã, de forma retangular, ovalada ou redonda, com uma abertura no centro, por onde se enfia a cabeça.	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Xales	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Mantas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Boinas	Peças da indumentária do gaúcho do pampa que trazem de forma intrínseca a tradição	Os artesãos que confeccionam
Blusões	Peças da indumentária usadas no inverno.	Os artesãos que confeccionam

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	15

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

SEM INFORMAÇÃO.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

SEM INFORMAÇÃO.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ
-	-	-

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE
Geralmente o artesão e a artesã proprietários do estabelecimento, as vezes com a ajuda do funcionário temporário (artesão ou artesã), o qual é um vizinho ou parente	Limpeza do galpão onde ficam os teares e são confeccionadas as peças, a limpeza consiste na retirada de restos e sobras de tecidos e fios de lã

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Os produtos são as peças artesanais em lã, as quais são vestimentas. A quantidade vai variar de acordo com os períodos do ano, geralmente no período de outono-inverno são produzidas mais peças.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público consumidor são os viajantes e os turistas que passam pela BR-290 e também as lojas de produtos gauchescos que compram peças dessa artesã e dos demais. Não tem como se estima o número de consumidores.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL	X	COMPLEMENTO	☐	NÃO É FONTE DE RENDA	☐

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	15

IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	Sim, a atividade é fundamental para a comunidade, além dos 16 casais de artesãos que se sustentam dessa atividade, a mesma gera em torno de 40 empregos diretos e indiretos na comunidade.

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA
	MUDANÇA NOS TEARES, DO TEAR VERTICAL PARA O HORIZONTAL, NA BUSCA DE MAIOR PRODUÇÃO DAS PEÇAS. MÁQUINA DE COSTURA, A QUAL ERA MANUAL E ATUALMENTE É ELÉTRICA, A MUDANÇA OCORREU EM FUNÇÃO DE MELHORAR O RENDIMENTO DO TRABALHO DAS ARTESÃS NO ACABAMENTO DAS PEÇAS EM LÃ A ROCA ERA MOVIDA A PEDAL E ATUALMENTE POSSUI UM PEQUENO MOTOR, A MUDANÇA FOI MOTIVADA EM FUNÇÃO DE UM MAIOR RENDIMENTO DO TRABALHO A MATÉRIA-PRIMA, A LÃ ERA COMPRADA EM VELOS LOGO APÓS A TOSQUIA DA OVELHA E ASSIM, REALIZADO TODO O PROCESSO DE LAVAGEM, CARDAGEM E FEITIO DO FIO PARA DEPOIS TECER AS PEÇAS NO TEAR. ATUALMENTE A LÃ É COMPRADA PRONTA DE LANÍFERAS

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

Na propriedade da artesã, a qual está no local á, em torno de duas décadas, foi atraída pelo movimento da BR-290 onde a circulação de turistas é bastante significativa, fato que favorece a comercialização dos produtos artesanais. Neste lugar está estabelecida a residência da artesã e sua família, o galpão onde se tece as peças em lã e a tenda onde se comercializa as peças artesanais em lã.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?

O casal de artesãos.

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

Sem informação.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?

Extensionista da Emater de Caçapava do Sul, Secretário da Agricultura e Pecuária de Caçapava do Sul, Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçapava do Sul e Secretário do Turismo de Caçapava do Sul.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	VILA PROGRESSO – CAÇAPAVA DO SUL	2018	Q60	15

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?

EM CONSTRUÇÃO.

OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
-	-	-

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
VARGAS, D. L. **Tecendo Tradição**: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria. 2016, 181 p.	Tese de Doutorado - Tecendo Tradição: Artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa Gaúcho.	Disponível em: < http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/TESE_FINAL_-_TECENDO_TRADIÇÃO_ARTESANATO_E_MERCADO.pd>

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Sem informação.		

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?

O aprofundamento da entrevista seria interessante no sentido de conseguir algumas datas com os artesãos da comunidade, para se ter uma precisão de quando tal e tal fato ocorreu no local.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).

Percebe-se que o entrevistador conquistou a confiança da comunidade através da sua prática de pesquisa, a qual ocorreu de forma respeitosa, com base no diálogo e na observação, sem a utilização de métodos “fechados” como questionários fechados e formulários longos.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

A atividade comercial na comunidade começou somente com a venda dos artigos em lã confeccionados pelos artífices do local, mas a partir da expressiva procura dos turistas, especialmente aqueles que se identificam com a cultura do pampa gaúcho, foram sendo inseridos outros produtos nas tendas, os quais não necessariamente são produzidos pelos artesãos da comunidade, como exemplo: cuias em porongo, gamelas em madeira, facas em alumínio e bombachas. Estes produtos são comprados pelos artífices de outros artesãos ou de fornecedores urbanos ou são trocados por peças confeccionadas em lã.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	16
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA	07/10/2015	INÍCIO	14h	TÉRMINO	17h
ENTREVISTADOR	Miriel Bilhalva Herrmann		SUPERVISOR	Flávia Rieth	

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Cidade de Jaguarão
MUNICÍPIO / UF	Jaguarão/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Nilma Silveira da Silva			Nº	
COMO É CONHECIDO(A)		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	1946	SEXO	☐ MASCULINO X FEMININO
ENDEREÇO	Rua XV de Novembro, n°, Bairro Kennedy				
TELEFONE		FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Aposentada rural/ Artesã				
ONDE NASCEU	Jaguarão	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

A Sr. Nilma trabalha com artesanato em lã, realiza diversos objetos e peças para vestuário, participa da Associação dos artesãos de Jaguarão/RS desde a sua fundação em 2004 e também tem uma pequena loja em sua residência. Ela já realizou todo o processo desde o fazer a lã até chegar à peça artesanal, mas atualmente ela não faz o fio, por problemas de saúde.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

A Sr. Nilma começou a trabalhar com lã desde criança, no meio rural onde sua família possuía uma propriedade, na qual além de outras atividades, tinham criação de ovinos e se utilizavam da lã para fazer diversas peças para o uso diário, como cobertas, ponchos, travesseiros, etc. Sua mãe já trabalhava com lã, produzindo com o tear inicialmente e só depois aprendeu a técnica do crochê em *jacquard*. Desde então a Sr. Nilma se interessou e começou a produzir o crochê em jacquard, já fazem vinte e quatro anos, mas somente conseguiu se dedicar ao artesanato quando ela se aposenta. Desta forma passando a ser exclusivamente artesã.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

A Sr. Nilma ensinou para a nora e a neta, além de outras diversas pessoas, por meio de cursos e oficinas oferecidos a comunidade através da Associação.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Sem informação.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

A Sr. Nilma faz parte da Associação dos artesãos de Jaguarão/RS.

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	Em Jaguarão a técnica realizada é o crochê em jacquard, a técnica é feita com dois ou mais fios de lã de cores diferentes, utilizando a agulha de crochê, onde o entrelaçamento dos fios constrói gráficos. Mas o artesanato em lã compreende diversos modos de fazer, que podem ser em tricô ou em teares, realizado com lã natural, que em seu processo de constituição esta é lavada manualmente, cardada e fiada na roca. A época de tosquia dos ovinos, onde há a retirada da lã, ocorre uma vez ao ano, entre os meses de novembro a janeiro, período em que termina o frio e começa o calor. Mas apesar de haver um período para a retirada da lã, que é a matéria prima para o artesanato, este é produzido o ano todo, pois nessa época as artesãs adquirem grande quantidade e também há compartilhamento de matéria prima entre as artesãs.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	X	X	X	X	X	X	X	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

X **MEIO DE VIDA** __**TRABALHA COM ARTESANATO EM LÃ COMO COMPLEMENTO DE RENDA E TAMBÉM PORQUE GOSTA, SE SENTE BEM, FAZ PARTE DA SUA VIDA.**

_____

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

A origem do artesanato em crochê jacquard na cidade não há como precisar, o que há são relatos de que a técnica chegou a região por meio de feiras francesas e sobrevivendo aos tempos por conta das famílias que continuaram transmitindo a técnica. Então desde o ano de 2004 com a constituição de uma Associação este artesanato ganhou visibilidade, pois artesãs que detinham a técnica uniram-se e começaram a passar esse saber/fazer para outras mulheres. A artesã Nilma relata que aprendeu a fazer artesanato em lã com a mãe, mas a técnica do jacquard aprendeu com outra artesã, que havia aprendido com a avó e mãe.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informação.

7. PREPARAÇÃO

Primeiramente se adquire a lã, pode ser direto do produtor ou na cooperativa de lã, logo é preciso lavar para tirar todas as impurezas da lã, depois de seca, se abre a lã separando partes que estão em nó e não servem, após feito isto se carda a lã para desembaraçar para que possa ser feito o fio na roca. E assim realizado isso teremos o fio para que possa ser feito o artesanato, que pode ser feito com agulha de crochê, tricô ou no tear.

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
Lavagem	Após a retirada da lã do ovino (tosquia), essa lã é lavada para a retirada de impurezas.	artesãs

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18

Cardar	Logo após de a lã estar limpa e seca é necessário cardar (pentear), processo que desembaraça a lã para que possa ser feito o fio.	artesãs
Fiar	Com a lã desembaraçada, a lã pode ser fiada na roca, assim obtendo o fio.	artesãs
Artesanato em lã	Por fim após ser feito o fio da lã, a artesã obtém a principal matéria prima para assim fazer o artesanato.	artesãs

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Sede da Associação	Local de encontro, onde as artesãs podem desenvolver o artesanato, compartilhar, expor para comercialização.	A Associação é mantida com uma porcentagem do artesanato vendido na sede.

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Lã	Principal matéria prima para o artesanato	Adquirida por meio da compra direto do produtor de ovinos ou na cooperativa de lã da cidade.
Carda	Desembaraçar a lã para que possa ser fiada	Materiais como carda, roca, tear que foram adquiridos pela associação tem o uso compartilhado entre as artesãs.
Roca	Fazer o fio da lã	
Agulha de crochê ou tear	Transformar a lã em peças artesanais	

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

Sem informação.

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Os produtos resultante desse artesanato são diversos, como almofadas, cobertas, casacos, peças decorativas, adereços, mas o produto que mais é realizado são ponchos, palas, ruanas, xergão utilizados pelo homem do campo nas lidas campeiras, por exemplo o poncho para combater o frio e o xergão como aparato para a encilha do cavalo.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público que adquire as peças em lã é diverso, já que as artesãs fazem diversas peças. Mas vendem principalmente para turistas que vem a cidade e também para produtores rurais, que buscam ponchos, palas, xergão, entre outros.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?		
PRINCIPAL ☐	COMPLEMENTO X	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	A atividade é importante para a comunidade, pois através de oficinas e cursos gratuitos oferecidos a comunidade, possibilita a partir desse artesanato, que outras mulheres tenham uma renda ou um complemento da sua renda, dessa forma obtendo liberdade econômica e melhoria na condição de vida.	

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.	
ÉPOCA	OCORRÊNCIA
Desde a criação da Associação em 2004 percebem essas mudanças.	ALGUMAS ARTESÃS FAZEM O ARTESANATO TAMBÉM COM LÃ INDUSTRIAL, POIS SE CONSEGUE UM FIO MAIS HOMOGÊNEO E FINO, POSSIBILITANDO TER UMA PEÇA MAIS LEVE E MALEÁVEL, ASSIM COMO VARIEDADE DE CORES, JÁ QUE A LÃ ARTESANAL POR SER TINGIDA NATURALMENTE NÃO É POSSÍVEL OBTER DIVERSIDADE DE CORES. TUDO ISSO OCORRE EM VISTA DE UMA DEMANDA QUE PARTE DO CONSUMIDOR. HOUVE TAMBME MODIFICAÇÕES NOS MODELOS DE PEÇAS CRIADAS QUE ANTERIORMENTE ERAM SOMENTE PEÇAS DE CUNHO REGIONAL COMO PONCHO,PALA, XERGÃO UTILIZADOS NO MEIO RURAL, POR CAMPEIROS E PRODUTORES RURAIS NA LIDA DO CAMPO, MAS ATUALMENTE PRODUZEM TAMBÉM PRODUZEM DIVERSOS OUTROS MODELOS PARA ATENDER AS NOVAS NECESSIDADES QUE SE APRESENTAM.

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

A atividade é desenvolvida por artesãos da Associação dos Artesãos de Jaguarão (RS) foi fundada em 04 de setembro de 2004, por um grupo inicialmente formado por 20 artesãs. Tinham por intuito agregar os trabalhos artesanais produzidos a partir da lã ovina, assim como obter melhores condições de desenvolvimento, ampliar o mercado, assim possibilitando dar visibilidade as suas técnicas, se destacando principalmente pelo artesanato em jacquard.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?

A sede da Associação é mantida pelos artesãos associados, o imóvel é alugado, o aluguel e as despesas com o prédio são compartilhados entre os associados.

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

Sem informação.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?

Sem informação.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?

OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
Sem informação.		

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Sem informação.		

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
HERMANN, Miriel Bilhalva; SELBACH, Jeferson. **ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE JAGUARÃO-RS**: A MANUTENÇÃO DA TÉCNICA DE TECELAGEM/ CROCHÊ JACQUARD COMO AFIRMAÇÃO DAS IDENTIDADES. 2015; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Produção e Política Cultural) - Universidade Federal do Pampa.	Analisar o processo de manutenção da técnica de tecelagem Jacquard como afirmação das identidades locais, buscando entender de que forma a Associação dos Artesãos de Jaguarão (RS) e outras participantes que trabalham com a mesma técnica artesanal conseguem conservar esse fazer artesanal e a sua importância para a formação e afirmação das identidades.	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cultura/files/2016/09/miriel.pdf

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).

Sem informação.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

A Associação atualmente não tem sede definida, pois os associados não tiveram condições de manter as despesas com aluguel, então as artesãs não têm local de encontro e exposição do seu artesanato, no momento cada uma está trabalhando em casa. Dessa forma expondo a fragilidade desse saber/fazer, pois através da Associação este estava em constante compartilhamento por meio de oficinas e cursos que ocorriam neste local, fazendo com que mais mulheres pudessem aprender essa técnica.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	17
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA	10/09/2015	INÍCIO	15h	TÉRMINO	17h
ENTREVISTADOR	Miriel Bilhalva Herrmann		SUPERVISOR	Flávia Rieth	

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Cidade de Jaguarão
MUNICÍPIO / UF	Jaguarão/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Nilva Domingues Silveira			Nº	
COMO É CONHECIDO(A)	Vivika	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO	1926	SEXO	☐ MASCULINO X FEMININO
ENDEREÇO					
TELEFONE		FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Aposentada rural/ Artesã				
ONDE NASCEU	Jaguarão	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Desde que nasceu		

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	17

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

A senhora Nilva se criou no meio das ovelhas, na sua família utilizavam a lã para fazer cobertas, colchão. Fazia peças no tear. Em 1970 aprendeu a fiar lã em um curso e em 1983 aprendeu a fazer o crochê em jacquard com a artesã Nilza Peres de oliveira. A artesã Nilva relata que demorou a aprender porque ela é canhota. Atualmente não faz o fio, mas o artesanato continua a fazer.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

A Sr. Nilva tarbalhava no tear, mas em 1983 aprendeu a fazer o crochê em jacquard com a artesã Nilza Peres de oliveira. A artesã Nilva relata que demorou a aprender porque ela é canhota.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Ensinou para as duas filhas a artesã Nilma e Nilda.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Sem informações.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

A Sr. Nilva já fez parte da associação dos artesãos de Jaguarão/RS, mas atualmente não está mais.

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	Em Jaguarão a técnica realizada é o crochê em jacquard, a técnica é feita com dois ou mais fios de lã de cores diferentes, utilizando a agulha de crochê, onde o entrelaçamento dos fios constrói gráficos. Mas o artesanato em lã compreende diversos modos de fazer, que podem ser em tricô ou em teares, realizado com lã natural, que em seu processo de constituição esta é lavada manualmente, cardada e fiada na roca. A época de tosquia dos ovinos, onde há a retirada da lã, ocorre uma vez ao ano, entre os meses de novembro a janeiro, período em que termina o frio e começa o calor. Mas apesar de haver um período para a retirada da lã, que é a matéria prima para o artesanato, este é produzido o ano todo, pois nessa época as artesãs adquirem grande quantidade e também há compartilhamento de matéria prima entre as artesãs.

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	17

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

☐ **MEIO DE VIDA _O TRABALHO ARTESANAL É UM COMPLEMENTO DE RENDA E TAMBÉM FAZ PARTE DA VIDA DELA, POIS DESDE A INFÂNCIA ELA VIVE NO MEIO DA LÃ, JÁ QUE A FAMÍLIA TINHA CRIAÇÃO DE OVINOS E FAZIAM USO DA LÃ PARA FAZER PEÇAS DE FIM UTILITÁRIO PARA A CASA, COMO COBERTAS E COLCHÃO.**

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)**

_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

A origem do artesanato em crochê jacquard na cidade não há como precisar, o que há são relatos de que a técnica chegou a região por meio de feiras francesas e sobrevivendo aos tempos por conta das famílias que continuaram transmitindo a técnica. Então desde o ano de 2004 com a constituição de uma Associação este artesanato ganhou visibilidade, pois artesãs que detinham a técnica uniram-se e começaram a passar esse saber/fazer para outras mulheres. A artesã Nilza foi quem começou a transmitir a técnica que aprendeu com a mãe e avó para outras mulheres.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

7. PREPARAÇÃO

Primeiramente se adquire a lã, pode ser direto do produtor ou na cooperativa de lã, logo é preciso lavar para tirar todas as impurezas da lã, depois de seca, se abre a lã separando partes que estão em nó e não servem, após feito isto se carda a lã para desembaraçar para que possa ser feito o fio na roca. E assim realizado isso teremos o fio para que possa ser feito o artesanato, que pode ser feito com agulha de crochê ou no tear.

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
Lavagem	Após a retirada da lã do ovino (tosquia), essa lã é lavada para a retirada de impurezas.	Artesãs
Cardar	Logo após de a lã estar limpa e seca é necessário cardar (pentear), processo que desembaraça a lã para que possa ser feito o fio.	Artesãs
Fiar	Com a lã desembaraçada, a lã pode ser fiada na roca, assim obtendo o fio.	Artesãs

Artesanato em lã	Por fim após ser feito o fio da lã, a artesã obtém a principal matéria prima para assim fazer o artesanato.	Artesãs

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Loja/Ateliê	Local junto da sua casa onde expõem suas peças para venda e também onde produz as suas peças.	A artesã

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Lã	Principal matéria prima para o artesanato	Adquirida por meio da compra direto do produtor de ovinos ou na cooperativa de lã da cidade.
Carda	Desembaraçar a lã para que possa ser fiada	artesã
Roca	Fazer o fio da lã	artesã
Agulha de crochê ou tear	Transformar a lã em peças artesanais	artesã

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	17

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

Sem informação.

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Os produtos resultante desse artesanato são diversos, como almofadas, cobertas, casacos, peças decorativas, adereços, mas o produto que mais é realizado são ponchos, palas, ruanas, xergão utilizados pelo homem do campo nas lidas campeiras, por exemplo o poncho para combater o frio e o xergão como aparato para a encilha do cavalo.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público que adquire as peças em lã é diverso, já que as artesãs fazem diferentes peças. Mas vendem principalmente para turistas que vem a cidade e também para produtores rurais, que buscam ponchos, palas, xergão, entre outros.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL	☐	COMPLEMENTO	X	NÃO É FONTE DE RENDA	☐

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	17

IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	A atividade é importante como complemento de renda, muitas vezes é a fonte principal de sustento, conforme a quantidade de vendas. Essa atividade se torna importante como forma de obter liberdade econômica para mulheres sem instrução formal.

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA
	ALGUMAS ARTESÃS FAZEM O ARTESANATO TAMBÉM COM LÃ INDUSTRIAL, POIS SE CONSEGUE UM FIO MAIS HOMOGÊNEO E FINO, POSSIBILITANDO TER UMA PEÇA MAIS LEVE E MALEÁVEL, ASSIM COMO VARIEDADE DE CORES, JÁ QUE A LÃ ARTESANAL POR SER TINGIDA NATURALMENTE NÃO É POSSÍVEL OBTER DIVERSIDADE DE CORES. TUDO ISSO OCORRE EM VISTA DE UMA DEMANDA QUE PARTE DO CONSUMIDOR. HOUVE TAMBÉM MODIFICAÇÕES NOS MODELOS DE PEÇAS CRIADAS QUE ANTERIORMENTE ERAM SOMENTE PEÇAS DE CUNHO REGIONAL COMO PONCHO, PALA, XERGÃO UTILIZADOS NO MEIO RURAL, POR CAMPEIROS E PRODUTORES RURAIS NA LIDA DO CAMPO, MAS ATUALMENTE PRODUZEM TAMBÉM PRODUZEM DIVERSOS OUTROS MODELOS PARA ATENDER AS NOVAS NECESSIDADES QUE SE APRESENTAM.

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

A atividade é desenvolvida num espaço junto a casa da artesã

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?

Local próprio mantido pela artesã.

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

Sem informação.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?

Sem informação.

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?

OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
Sem informação.		

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	17

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Sem informação.		

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
HERMANN, Miriel Bilhalva; SELBACH, Jeferson. **ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE JAGUARÃO-RS**: A MANUTENÇÃO DA TÉCNICA DE TECELAGEM/ CROCHÊ JACQUARD COMO AFIRMAÇÃO DAS IDENTIDADES. 2015; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Produção e Política Cultural) - Universidade Federal do Pampa.	Analisar o processo de manutenção da técnica de tecelagem Jacquard como afirmação das identidades locais, buscando entender de que forma a Associação dos Artesãos de Jaguarão (RS) e outras participantes que trabalham com a mesma técnica artesanal conseguem conservar esse fazer artesanal e a sua importância para a formação e afirmação das identidades.	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cultura/files/2016/09/miriel.pdf

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
Sem informação.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES
Atualmente são poucas mulheres que se dedicam ao artesanato em lã, principalmente ao crochê em jacquard, por diversos fatores, como morosidade na produção, pois por ser manual é um trabalho demorado e a falta de valorização das peças.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA	14/10/2015	**INÍCIO**	14h	**TÉRMINO**	17h
ENTREVISTADOR	Miriel Bilhalva Herrmann		**SUPERVISOR**	Flávia Rieth	

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	Alto Camaquã
LOCALIDADE	Cidade de Jaguarão
MUNICÍPIO / UF	Jaguarão/RS

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Artesanato em lã
OUTRAS DENOMINAÇÕES	

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Nilza Peres de oliveira			**Nº**	
COMO É CONHECIDO(A)		**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**	1940	**SEXO**	☐ **MASCULINO** **X FEMININO**
ENDEREÇO					
TELEFONE		**FAX**		**E-MAIL**	
OCUPAÇÃO	Aposentada rural/ Artesã				
ONDE NASCEU	Jaguarão	**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**	Desde que nasceu		

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

A senhora Nilza faz artesanato em lã, principalmente peças em jacquard. Ela faz parte da associação dos artesãos de Jaguarão/RS desde 2010 com a idéia de ensinar para outras pessoas o jacquard. Atualmente não faz o processo da lã, adquire pronto o fio, mas tem conhecimento de todo o processo.

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

A senhora Nilza trabalha com lã desde a infância, no âmbito familiar, desde os 05 anos de idade já abria lã para cardar como forma de recreação, pois a mãe e a avó já faziam diversas peças para uso diário da família, como cobertas, travesseiros, casacos, ponchos, colchas, etc. Depois quando se casou morava na campanha e seu marido tinha criação de ovinos, mas a lã preta não era comercializada, não tinha valor comercial, era descartada. Então ela começou a aproveitar essa lã para fazer artesanato, quando mudou-se para a zona urbana, dedicou-se principalmente ao Jacquard.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Ensinou muitas mulheres na cidade, inclusive muitas artesãs que hoje fazem o jacquard aprenderam com ela. E está sempre ensinando através de cursos e oficinas realizadas pela associação.

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Sem informação.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Participa da associação dos artesãos de Jaguarão/RS.

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

6.1. PERIODICIDADE	Em Jaguarão a técnica realizada é o crochê em jacquard, a técnica é feita com dois ou mais fios de lã de cores diferentes, utilizando a agulha de crochê, onde o entrelaçamento dos fios constrói gráficos. Mas o artesanato em lã compreende diversos modos de fazer, que podem ser em tricô ou em teares, realizado com lã natural, que em seu processo de constituição esta é lavada manualmente, cardada e fiada na roca. A época de tosquia dos ovinos, onde há a retirada da lã, ocorre uma vez ao ano, entre os meses de novembro a janeiro, período em que termina o frio e começa o calor. Mas apesar de haver um período para a retirada da lã, que é a matéria prima para o artesanato, este é produzido o ano todo, pois nessa época as artesãs adquirem grande quantidade e também há compartilhamento de matéria prima entre as artesãs.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?

☐ **MEIO DE VIDA _O TRABALHO ARTESANAL É UM COMPLEMENTO DE RENDA E TAMBÉM FAZ PARTE DA VIDA DELA, POIS DESDE A INFÂNCIA ELA VIVE NO MEIO DA LÃ, JÁ QUE A FAMÍLIA TINHA CRIAÇÃO DE OVINOS E A MÃE E A AVÓ FAZIAM USO DA LÃ PARA FAZER PEÇAS DE FIM UTILITÁRIO PARA A CASA.**

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA**

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)**

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

A origem do artesanato em crochê jacquard na cidade não há como precisar, o que há são relatos de que a técnica chegou a região por meio de feiras francesas e sobrevivendo aos tempos por conta das famílias que continuaram transmitindo a técnica. Então desde o ano de 2004 com a constituição de uma Associação este artesanato ganhou visibilidade, pois artesãs que detinham a técnica uniram-se e começaram a passar esse saber/fazer para outras mulheres. A artesã Nilza foi quem começou a transmitir a técnica que aprendeu com a mãe e avó para outras mulheres.

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Sem informação.

7. PREPARAÇÃO

Primeiramente se adquire a lã, pode ser direto do produtor ou na cooperativa de lã, logo é preciso lavar para tirar todas as impurezas da lã, depois de seca, se abre a lã separando partes que estão em nó e não servem, após feito isto se carda a lã para desembaraçar para que possa ser feito o fio na roca. E assim realizado isso teremos o fio para que possa ser feito o artesanato, que pode ser feito com agulha de crochê ou no tear.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
Lavagem	Após a retirada da lã do ovino (tosquia), essa lã é lavada para a retirada de impurezas.	artesãs
Cardar	Logo após de a lã estar limpa e seca é necessário cardar (pentear), processo que desembaraça a lã para que possa ser feito o fio.	artesãs
Fiar	Com a lã desembaraçada, a lã pode ser fiada na roca, assim obtendo o fio.	artesãs
Artesanato em lã	Por fim após ser feito o fio da lã, a artesã obtém a principal matéria prima para assim fazer o artesanato.	artesãs

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Sede da Associação	Local de encontro, onde as artesãs podem desenvolver o artesanato, compartilhar, expor para comercialização.	A Associação é mantida com uma porcentagem do artesanato vendido na sede.

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM
Lã	Principal matéria prima para o artesanato	Adquirida por meio da compra direto do produtor de ovinos ou na cooperativa de lã da cidade.
Carda	Desembaraçar a lã para que possa ser fiada	Materiais como carda, roca, tear que foram adquiridos pela associação tem o uso compartilhado entre as artesãs.
Roca	Fazer o fio da lã	
Agulha de crochê ou tear	Transformar a lã em peças artesanais	

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Sem informação.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

Sem informação.

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Os produtos resultantes desse artesanato são diversos, como almofadas, cobertas, casacos, peças decorativas, adereços, mas o produto que mais é realizado são ponchos, palas, ruanas, xergão utilizados pelo homem do campo nas lidas campeiras, por exemplo o poncho para combater o frio e o xergão como aparato para a encilha do cavalo.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público que adquire as peças em lã é diverso, já que as artesãs fazem diferentes peças. Mas vendem principalmente para turistas que vem a cidade e também para produtores rurais, que buscam ponchos, palas, xergão, entre outros.

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL ☐	COMPLEMENTO X	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE	A atividade é importante para a comunidade, pois através de oficinas e cursos gratuitos oferecidos a comunidade, possibilita a partir desse artesanato, que outras mulheres tenham uma renda ou um complemento da sua renda, dessa forma obtendo liberdade econômica e melhoria na condição de vida.	

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA
Desde a criação da Associação em 2004 percebem essas mudanças.	ALGUMAS ARTESÃS FAZEM O ARTESANATO TAMBÉM COM LÃ INDUSTRIAL, POIS SE CONSEGUE UM FIO MAIS HOMOGÊNEO E FINO, POSSIBILITANDO TER UMA PEÇA MAIS LEVE E MALEÁVEL, ASSIM COMO VARIEDADE DE CORES, JÁ QUE A LÃ ARTESANAL POR SER TINGIDA NATURALMENTE NÃO É POSSÍVEL OBTER DIVERSIDADE DE CORES. TUDO ISSO OCORRE EM VISTA DE UMA DEMANDA QUE PARTE DO CONSUMIDOR. HOUVE TAMBME MODIFICAÇÕES NOS MODELOS DE PEÇAS CRIADAS QUE ANTERIORMENTE ERAM SOMENTE PEÇAS DE CUNHO REGIONAL COMO PONCHO, PALA, XERGÃO UTILIZADOS NO MEIO RURAL, POR CAMPEIROS E PRODUTORES RURAIS NA LIDA DO CAMPO, MAS ATUALMENTE PRODUZEM TAMBÉM PRODUZEM DIVERSOS OUTROS MODELOS PARA ATENDER AS NOVAS NECESSIDADES QUE SE APRESENTAM.

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

A atividade é desenvolvida por artesãos da Associação dos Artesãos de Jaguarão (RS) foi fundada em 04 de setembro de 2004, por um grupo inicialmente formado por 20 artesãs. Tinham por intuito agregar os trabalhos artesanais produzidos a partir da lã ovina, assim como obter melhores condições de desenvolvimento, ampliar o mercado, assim possibilitando dar visibilidade as suas técnicas, se destacando principalmente pelo artesanato em jacquard.

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?

A sede da Associação é mantida pelos artesãos associados, o imóvel é alugado, o aluguel e as despesas com o prédio são compartilhados entre os associados.

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE

Sem informação.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?
Sem informação.

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?		
OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO
Sem informação.		

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Sem informação.		

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
HERMANN, Miriel Bilhalva; SELBACH, Jeferson. **ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE JAGUARÃO-RS**: A MANUTENÇÃO DA TÉCNICA DE TECELAGEM/ CROCHÊ JACQUARD COMO AFIRMAÇÃO DAS IDENTIDADES. 2015; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Produção e Política Cultural) - Universidade Federal do Pampa.	Analisar o processo de manutenção da técnica de tecelagem Jacquard como afirmação das identidades locais, buscando entender de que forma a Associação dos Artesãos de Jaguarão (RS) e outras participantes que trabalham com a mesma técnica artesanal conseguem conservar esse fazer artesanal e a sua importância para a formação e afirmação das identidades.	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cultura/files/2016/09/miriel.pdf

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Sem informação.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
Sem informação.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	CIDADE DE JAGUARÃO – JAGUARÃO/RS	2018	Q60	18

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

A Associação atualmente não tem sede definida, pois os associados não tiveram condições de manter as despesas com aluguel, então as artesãs não têm local de encontro e exposição do seu artesanato, no momento cada uma está trabalhando em casa. Dessa forma expondo a fragilidade desse saber/fazer, pois através da Associação este estava em constante compartilhamento por meio de oficinas e cursos que ocorriam neste local, fazendo com que mais mulheres pudessem aprender essa técnica.

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A1**

1. LIVROS E OUTRAS PUBLICAÇÕES NÃO SERIADAS

Critérios para o levantamento bibliográfico

Foram selecionadas, especialmente, obras que subsidiaram a produção da equipe nessa segunda fase da pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais – Lida Campeira, contemplando as questões presentes ao longo do trabalho de campo. Enfatizou-se a discussão sobre meio ambiente, com atenção para o bioma pampa, uma vez que a região do Alto Camaquã, sítio da pesquisa, é, atualmente, onde o bioma encontra-se mais preservado.

O modo de vida campeiro, no contexto pampeano, nos remete a uma série de produções, que abrangem as distintas formas de manejo dos rebanhos de gabo bovino, ovino, caprino e equino, a partir da relação entre humanos, outros animais e objetos, bem como temas relacionados, como a doma de cavalos, o pastoreio com cachorros, o pastoreio de cabras, o pastoreio de ovelhas, as relações de gênero na lida campeira, as relações raciais, entre outros. Com isso, destacamos a necessidade de atentarmos para um pampa diverso, seja do ponto de vista sociocultural, seja do ponto de vista ambiental, descrevendo os diferentes modos de vida e suas relações com os territórios e os ambientes que constituem os caminhos das tropas, os caminhos do pampa.

Nesse sentido, a defesa de um modo de vida campeiro articula povos tradicionais distintos, como pecuaristas familiares, indígenas e quilombolas, que têm em comum na região a Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã. Dessa forma, o debate acompanha o movimento contemporâneo realizado pela Antropologia, ao tensionar a separação ontológica entre Natureza e Cultura, a partir da qual constitui-se a lógica de expansão colonial ocidental sobre outros coletivos. Assim, destaca-se a importância do ambiente na manutenção sociocultural dos grupos detentores dos saberes tradicionais, que dominam os saberes sobre a lida.

Como forma de subsidiar novas pesquisas, e como compartilhamento de dados dos trabalhos concluídos, atenta-se para dissertações e teses que a equipe vem acessando, a partir da produção do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (DAA – UFPel), que envolvem e desdobram-se em atividades de pesquisa, de ensino e de extensão. Longe de apontar o esgotamento do tema, tais trabalhos evidenciam a necessidade de continuidade dos trabalhos, bem como de novos olhares sobre os dados históricos e etnográficos levantados até o momento.

Um item de discussão importante para o INRC Lida Campeira é a disseminação da presença de populações tradicionais no contexto do Alto Camaquã, por meio de obras que complexificam a formação sociocultural da região, levando em conta a escravidão e a presença indígena na região. Uma particularidade da região é a presença quilombolas, como o Quilombo das Palmas e o Quilombo Corredor dos Munhoz e grupos Guarani. Além desses

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A1

coletivos, vem-se evidenciando a emergência da categoria pecuarista familiar, com trabalhos recentes do campo da História e da Antropologia, chamando atenção para a ocupação de terras marginais e pequenas quadras de campo, fruto da divisão de propriedades maiores, fato que, também, particulariza a região.

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
BARRETO, Éric. "***Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro***": as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro. 2015, 116f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.	O trabalho busca contemplar as relações entre seres humanos e cães, a partir do panorama de pecuária, notadamente a familiar, na Metade Sul do Rio Grande do Sul, com foco no município de Piratini.	Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgant/files/2016/10/BARRETO_ESB.pdf>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**1**
BARRETO, Vagner. Seu Beto – Lidas e vidas entre as pedras. Lidas e Vidas, Blog do INRC – Lida Campeira em Bagé, Pelotas, 2018.	Descrição etnográfica do modo de viver de seu Beto, seu cotidiano, seus saberes.	https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/2018/06/12/seubeto/	**2**
BORBA, Marcos Flávio. Desenvolvimento territorial endógeno: o caso do Alto Camaquã. In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 187-214, 2016.	Reflexões acerca do projeto de desenvolvimento territorial na região do Alto Camaquã.	Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/pecuaria-familiar-no-rio-grande-do-sul-livro>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**3**
CORRÊA, André do Nascimento. Roceiros, campeiros e domadores: o ofício do trabalho escravo na Vila de Caçapava (1831-1839). **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 58-73, 2012.	Foi realizado um diálogo bibliográfico acerca dos estudos sobre História Agrária e escravismo, entendemos estes como fundamentais para o devido trabalho. Este debate e a análise documental de inventários *post-mortem* permitiram uma melhor compreensão das especificidades locais, elementos relacionados com o trabalho dos escravos, como a especialização da mão de obra, tais como: campeiros, roceiros, domadores entre outros. De tal modo, a apreciação destes dados descritos na documentação dará luz à questão dos ofícios do trabalho escravo presente nos processos de Caçapava para o dado momento.	Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewArticle/69>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**4**
COTRIM. Marcelo Souza. 'Pecuária familiar' na região da 'Serra dos Tapes' do rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioeconômica do	Estudo da configuração histórica dos sistemas agrícolas no município de Canguçu	https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3786/0003	**5**

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A1

Pecuarista Familiar no município de Canguçu/RS. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.		92935.pdf?sequence=1	
CUNHA, H. N. da. **Avaliação da Suscetibilidade à Erosão da Bacia Hidrográfica do Alto Camaquã – RS**. Dissertação de Mestrado, PPGSR/UFRGS. Porto Alegre, 2016, p. 28 – 45.	Sobre a Região Geomorfológica do Planalto Sul-riograndese.		**6**
Decreto n° 48.316 de 31 de agosto de 2011	Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar e dá outras providências.	http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/13.515.pdf	**7**
EMATER-ASCAR. Pecuária Familiar. Área Técnica (texto institucional). Acesso em: 13 de dezembro de 2018.	Texto institucional que apresenta os principais objetivos do trabalho da Emater/RS-Ascar com os pecuaristas familiares.	http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/pecuaria-familiar.php#.XBL3kflKjIU	**8**
FARINATTI, Luís Augusto. Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.359-383, jul. 2008.	Problematizar a imagem dos peões de estância no pampa como homens errantes sem relações familiares e sem acesso a recursos produtivos estáveis.		**9**
FERNANDES, Valéria; MIGUEL, Lovois. A presença histórica da pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX). WAQUILL, P. et al. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 41-64, 2016.	Quando se iniciaram os primeiros estudos relacionados aos pecuaristas familiares no Rio Grande do Sul, duas importantes questões foram logo pontuadas: a primeira foi que a pecuária de gado de corte no Rio Grande do Sul não poderia mais ser compreendida como uma prática desenvolvida apenas por grandes criadores e unicamente em extensas áreas de terra, haja visto que as pesquisas revelavam a presença de criadores de gado de corte de médio e pequeno porte produzindo lado a lado desses grandes criadores . A segunda questão focou na identificação destes pequenos criadores de gado como uma categoria social significativamente presente na vida rural sulina, com características próprias e singulares, sobretudo no que se referia ao tamanho da área destinada à criação, a relativa	Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/pecuaria-familiar-no-rio-grande-do-sul-livro>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**10**

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A1

	autonomia em relação ao mercado e, principalmente, a predominância de mão de obra familiar.		
FIGUEIRÓ, A. S. et al. **Compreensão Da Paisagem do Alto Camaquã: debate ambiental sobre o Bioma Pampa**. the understanding of the landscape of the Alto Camaquã: environmental debate of the Pampa Biome. Revista Eletrônica Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 147-158, set./dez. 2011.	Particularidade paisagística ao Alto Camaquã enquanto um ao patrimônio natural, histórico e cultural a ser preservado.		**11**
FREITAS, Décio. O capitalismo pastoril. **Ensaios FEE**, Porto alegre, v. 14, n. 2, p. 438, 465, 1993.	Com base na documentação histórica, o autor contrapõe os estudos que identificam, na economia pastoril gaúcha, um sistema de produção feudal. A tese do feudalismo gaúcho não se fundamenta nas relações sociais de produção, mas, unicamente, no tamanho da propriedade, à base da vulgar noção de que latifúndio e feudalismo são inseparáveis, como se a grande propriedade fundiária não fosse de todos os tempos e todos os sistemas sociais, prestando-se, indistintamente, à produção escravista, à feudal, à capitalista ou à socialista.	Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1621/1989>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**12**
HERMANN, Miriel Bilhalva; SELBACH, Jeferson. ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE JAGUARÃO-RS: A MANUTENÇÃO DA TÉCNICA DE TECELAGEM/ CROCHÊ JACQUARD COMO AFIRMAÇÃO DAS IDENTIDADES. 2015; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Produção e Política Cultural) - Universidade Federal do Pampa.	Analisar o processo de manutenção da técnica de tecelagem Jacquard como afirmação das identidades locais, buscando entender de que forma a Associação dos Artesãos de Jaguarão (RS) e outras participantes que trabalham com a mesma técnica artesanal conseguem conservar esse fazer artesanal e a sua importância para a formação e afirmação das identidades.	http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cultura/files/2016/09/miriel.pdf	**13**
HOWES NETO, Guilherme. **De bota e bombacha**: um estudo antropológico sobre identidades gaúchas e o tradicionalismo. 2009, 134f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.	O tema da pesquisa se refere às representações e as significações das identidades do gaúcho no Rio Grande do Sul. Nesse contexto, busco entender a circularidade dos fluxos interpretativos dados ao longo da história do Rio Grande do Sul e ainda hoje, sobrea figura emblemática do gaúcho, entre as	Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6200?show=full>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**14**

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A1

	representações tradicionalistas e as práticas dos peões de estância.		
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Folha SH. 22 Porto Alegre e parte das Folhas SH.21 Uruguaiana e SI. 22 Lagoa Mirim: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra.** Fundação Instituto de Geografia e Estatística. – Rio de Janeiro, 1986.	Região Geomorfológica do Planalto Sul-riograndese		**15**
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010	Dados do Censo demográfico de 2010.		**16**
INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, n. 1, v. 33, p. 6-25, 2010.	O artigo discute o papel da experiência e o da transmissão geracional nos modos pelos quais os seres humanos conhecem e participam da cultura.	Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/6777>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**17**
INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.	Construído sobre os alicerces da sua obra clássica, *The Perception of the Environment*, o autor se propõe aqui, a recolocar a vida no lugar ao qual ela deveria pertencer, o coração da preocupação antropológica. A partir da ideia da vida como um processo de peregrinação, “Estar Vivo - ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição” apresenta uma compreensão radicalmente nova do movimento, do conhecimento e da descrição como dimensões não apenas do estar no mundo, mas do estar vivo para o que nele acontece.	Editora Vozes.	**18**
INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 37, ano 18, p. 25-44, 2012.	O artigo desenvolve os conceitos de Antropologia Ecológica criticando as noções de objeto e de rede e, por extensão a teoria do ator-rede. Desafiando a noção estabelecida de “objeto”, propõe-se a retomada da noção de “coisa”, porosa e fluida, perpassada por fluxos vitais, integrada aos ciclos e dinâmicas da vida e do meio ambiente.	Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v18n37/a02v18n37.pdf>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**19**
ISABELLE, Arsène. Viagem ao Rio grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.	Diário e relato de viagem empreendida pelo explorador francês Isabelle ao Rio Grande do Sul, no século XIX.		**20**

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A1

KIDDER, Daniel. **Reminiscência de viagens e permanência no Brasil**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2001.	Daniel Parrish Kidder nasceu em 18 de outubro de 1815, em Darien, Estado de New York. Passou grande parte da infância em casa dos tios em Vermont. Estudou em diversos colégios. Formou-se na Wesleyan University, em 1836. Embora não pertencesse a família metodista e seu pai se tivesse até oposto a que adotasse tal doutrina, converteu-se e resolveu ser pastor. Cheio de fé e atividade, pretendeu seguir para a China como missionário. Não o conseguindo, resolveu aceitar, da American Bible Society, um cargo de missionário no Brasil. O livro traz seu relato de viagem pelo País.	Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1050>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**21**
LEAL, Ondina Fachel. Do etnografado ao etnografável: o “Sul” como área cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 3, ano 7, p. 201-214, 1997.	O artigo toma alguns autores (Darwin, Mantegazza, Herskovits, Willems e Bastide) como chaves para a construção do Rio Grande do Sul como um campo etnográfico. A partir de textos originais destes antropólogos, mapeio as características básicas daquilo que passa a ser identificado como uma área cultural. A problemática da diferença, face a uma suposta homogeneidade cultural nacional, é o ponto central que organiza e identifica o Sul como um constructo antropológico.	Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182000>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**22**
LEAL, Ondina Fachel. **The Gaúchos**: male culture and identity in the Pampas. Tese (Doutorado em Antropologia) - University of Califórnia, Berkeley, 1989.	Os “gaúchos”, cavaleiros e trabalhadores rurais nos pampas da América do Sul, constituem uma cultura equestre masculina específica, glorificando os valores honra, liberdade, justiça, bravura e masculinidade. Esta etnografia documenta a construção auto-reflexiva da identidade entre os gaúchos da região fronteiriça entre o Uruguai de língua espanhola e o Brasil de língua portuguesa.	Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6982>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**23**
LESSA, Luís Carlos Barbosa. Rio Grande do Sul, Prazer em Conhecê-lo. Rio De Janeiro, Brasil. Ed. Globo, 2ªed.,1985.	Estudo sobre o Folclore e a formação do Estado do Rio Grande do Sul.	Acervo do Núcleo de História Regional - UFPel	**24**

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A1

LIMA, Daniel Vaz. "***Cada doma é um livro***": a relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense. 2015, 146f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.	A dissertação consiste numa etnografia sobre a relação entre humanos e animais no pampa sul-rio-grandense tendo como referência a interação estabelecida entre os domadores e os cavalos na doma. Essa relação constrói a própria técnica, as lides pastoris e o modo de vida.	Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgant/files/2016/10/LIMA_DV.pdf>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**25**
LUCCAS, Luís Henrique. Estâncias e Fazendas do Rio Grande do Sul: Arquitetura Tradicional da Pecuária. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1997. (Dissertação de Mestrado: Faculdade de Arquitetura)	Estudo sobre as estâncias riograndenses como unidades de produção pastoril e agrícola, como foco na arquitetura das propriedades.		**26**
MAESTRI, Mário. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastorilrio-grandense (1680-1964). MAESTRI, M. (Org.). **O negro e o gaúcho**: estâncias e fazendas no RGS, Uruguai e Brasil. Passo Fundo: Editora UPF, p.169-271, 2008.	Com textos de diferentes autores, esta obra, organizada por Mario Maestri, sensibiliza a estimula o leitor a avançar na tão rica história do campesinato brasileiro, composto de negros, pardos, índios, brancos e outros.	Editora UPF.	**27**
MATTOS, Eron Vaz. Aqui: Memorial em Olhos d'Água. Bagé: Do Autor, 2003.	Ensaios etnográficos acerca dos costumes e tradições da cultura gauchesca.	Acervo do INRC Bagé (1ª Fase).	**28**
MAZURANA, Juliana, et al. **Povos e comunidades tradicionais da pampa**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.	Por meio do Projeto Pampa, desde 2013, a Fundação Luterana de Diaconia (FLD) passou a atuar juntamente aos diferentes Povos e Comunidades Tradicionais que vivem no bioma Pampa e que, com seus modos de vida e conhecimentos tradicionais, promovem a conservação da biodiversidade e das paisagens deste bioma.	Disponível em: <https://www.fld.com.br/uploads/publicacoes/FLD%20Livro%20Pampa%20WEB.compressed.pdf>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**29**
MEDEIROS, E. R. at. al. **Degradação ambiental da região centro-oeste do Rio Grande do Sul**. Ciência & Ambiente. Santa Maria, RS. Volume 11. p. 53- 64, 1995.	Substrato arenoso. Pedogênese. Atividade alóctone. Entorno geológico.	http://w3.ufsm.br/ppgcs/images/Teses/EDGARDO-RAMOS-MEDEIROS-TESE.pdf	**30**
MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil Meridional: Séculos XVI-XVII. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, p. 475-498, 1998.	Durante os séculos XVI e XVII, as populações nativas de uma extensa região que intermediava as colónias ibéricas na América do Sul meridional sentiram o forte impacto da conquista espanhola da bacia do Prata, dos projetos missionários dos padres franciscanos e jesuítas e, finalmente, da busca insaciável de cativos pelos portugueses das	Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap475-498/p-475-498_Monteiro_Os%20Guarani_e_a_historia_do_Brasil_meridional.pdf>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**31**

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A1

	capitanias do Sul. Embora tenha afetado direta ou indiretamente a demografia, a distribuição espacial e a organização política de todos os povos da região, o processo de penetração colonial, em suas múltiplas facetas, atingiu de modo particular os Guarani, que sofreram profundas transformações decorrentes de práticas e políticas impostas pelos principais agentes da expansão europeia.		
OSÓRIO, Helen. Pastores, lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. WAQUIL, Paulo et al. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 15- 40, 2016.	Durante o século XVIII e primeiras décadas do XIX, o pretenso exclusivismo da pecuária não foi rompido apenas pela agricultura dos núcleos açorianos: como se exporá, boa parte das estâncias possuíam suas plantações. Mais do que isso, na década de 1780 os lavradores eram a maior parte dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, suplantando em número os criadores de gado. Estes lavradores na maioria das vezes eram também pastores, proprietários de pequenos (para a época) rebanhos de animais. Predominavam, na estrutura agrária que se ia desenhando, as unidades produtivas mistas, que combinavam a pecuária e a agricultura	Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/pecuaria-familiar-no-rio-grande-do-sul-livro>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**32**
PESAVENTO, Sandra. **Pecuária e Indústria**: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX. Porto Alegre: Editora Movimento, 1986	O livro mostra o processo de transição no Rio Grande do Sul do trabalho escravo para o assalariado e a mudança na sociedade de rural para urbana, na passagem do século XIX para o XX, mostrando o processo desse novo modo de produção.	Editora Movimento.	**33**
PESAVENTO, Sandra. **RS: Agropecuária Colonial e Industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.	O livro trata do processo de industrialização do Rio Grande do Sul, partindo dos estudos sobre a agropecuária colonial e o processo de constituição capitalista.	Disponível em: <http://sandrapesavento.org/arquivolivro/RS_agropecuaria_colonial_e_industrializacao2.pdf>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**34**
PIRES, Antônio Cândido Silveira. **Palmas da Gente, Guardados na Memória**. Volume I. Bagé: Editora	O livro trata das origens do distrito de Palmas, no Alto	Editora URCAMP.	**35**

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A1

URCAMP, 1992.	Camaquã, o topônimo, a formação geográfica do local (fauna e flora), os primeiros povoadores.		
PIRES, Antônio Cândido Silveira. **Palmas da Gente, Guardados na Memória**. Volume II. Bagé: Editora URCAMP, 1992.	O segundo volume do livro trata das origens familiares, trazendo os sobrenomes das grandes famílias do local e sua formação na região.	Editora URCAMP.	**36**
PORTO, Rafael Gastal; BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. Perfil socioprodutivo dos pecuaristas familiares em Bagé – Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, Paulo Dabdab et al. **Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016.	Caracterização socioeconômica da pecuária familiar no município de Bagé/RS	Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/pecuaria-familiar-no-rio-grande-do-sul-livro>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**37**
RAHMEIER, Clarissa Sanfelice. A experiência da paisagem estancieira: um estudo de caso em arqueologia fenomenológica. estância vista alegre, noroeste do rio grande do sul, séc. XIX. Porto Alegre: - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC), 2007. (Tese de Doutorado: Programa de PósGraduação em História)	Abordagem fenomenológica sobre a história e a cultura material do Rio Grande do Sul no século XIX. Mostra as regularidades na implantação das sedes dos estabelecimentos pastoris no noroeste do estado.	http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2530	**38**
RIETH, Flávia; RORIGUES, Marta Bonow; SILVA, Liza Bilhalva da. As lidas campeiras na região de Bagé/RS: sobre as relações entre homens, mulheres, animais e objetos na cultura campeira. NUMMER, Fernanda Valli; FRANÇA, Maria Cristina Castilhos. (Orgs.). **Entre ofícios e profissões**: reflexões antropológicas. Belém: GAPTA/UFPA, p. 175-195, 2015.	A obra é uma coletânea de textos sobre o mundo do trabalho a partir de resultados de pesquisas antropológicas e sociológicas apresentadas no "GT Ofícios e Profissões: memória social, identidades e construção de espaços de sociabilidade", realizado durante a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia (31ª RBA).	Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAFTA UFPA).	**39**
ROCHA, D. S. da. **Cobertura vegetal e geomorfologia do Alto Camaquã, RS.** Danilo Serra da Rocha, José Pedro Pereira Trindade. – Bagé, Embrapa Pecuária Sul, 2015.	Avaliar a cobertura vegetal do terço superior da bacia do rio Camaquã em associação com sua geomorfologia.	https://www.embrapa.br/pecuaria-sul/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1035370/cobertura-vegetal-e-geomorfologia-do-alto-camaqua-rs	**40**
SAINT-HILLAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2002.	A obra de Auguste de Saint-Hilaire (1779-1859) trouxe-nos uma contribuição exemplar. Poucos investigadores estrangeiros, dentre os muitos que nos visitaram com propósitos científicos, se mostram tão	Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1064>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**41**

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A1

	compreensivos e cordiais a nosso respeito. As peculiaridades da flora, da fauna, a mesma variedade das espécies solicitam a atenção apaixonada desse naturalista francês. Não foi menor também a argúcia com que buscou observar a nossa sociedade oitocentista, dela nos dando um painel de cores nítidas. O autodidata de Orléans, com modéstia digna de nota, conquistou por isso mesmo renome universal como "brasilianista" consumado.		
SELL, Jaciele Carine. **Estradas Paisagísticas: estratégia de promoção e conservação do patrimônio paisagístico do pampa Brasil – Uruguai**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências, RS, pag. 322, 2017.	Discussão sobre a existência de um bioma pampa com geo-bio-sociodiversidade singular, mas com índices tão baixos de conservação.	http://w3.ufsm.br/ppggeo/images/dissertacoes/dissertacoes_2017/Tese_final_02.05.17.compressed.pdf	**42**
SILVA, Cristiano Lemes; PEREIRA, Fabíola Mattos; VERGARA, Camile. Signos, práticas e representações: um estudo antropológico sobre a reprodução da cultura gaúcha em uma escola agrícola de Pelotas/RS. **Anais do XX Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pelotas**, 2011.	O trabalho busca relacionar os ofícios da lida de campo com a formação dos alunos de uma escola agrícola de Pelotas no Rio Grande do Sul, que reproduzem a cultura gaúcha a partir de saberes a respeito das lidas campeiras realizada na pecuária como, por exemplo, trançar o tento e laçar os animais.	Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/cic/2011/anais/pdf/CH/CH_01413.pdf>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**43**
SILVA, Liza Bilhalva Martins da. **Entre lidas**: um estudo de masculinidades e trabalho campeiro na cidade. 2014, 119f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.	A dissertação de mestrado é o resultado de uma pesquisa etnográfica à respeito da construção da masculinidade em homens campeiros que migraram dos campos da região do pampa sul-rio-grandense para as os centros urbanos. A pesquisa objetivou analisar o entrecruzamento da vivência das mudanças e permanências na vida desses homens, a fim de pensar como se constroem enquanto sujeitos masculinos e se restabelecem na continuidade da dinâmica social.	Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgant/files/2016/10/SILVA_LBM.pdf>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**44**
SORDI, Caetano; LEWGOY, Bernardo. Javalis no pampa: invasões biológicas, abigeato e	Neste artigo, os autores discutem algumas reações	Disponível em: <http://www.scielo.br	**45**

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A1

transformações da paisagem na fronteira brasileiro-uruguaia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 48, p. 75-98, 2017.	sociais e simbólicas ao processo de invasão biológica conduzido por suínos ferais da espécie *Sus scrofa* (javalis e seus híbridos com porcos domésticos) na região de fronteira brasileiro-uruguaia desde um ponto de vista etnográfico.	/pdf/ha/v23n48/0104-7183-ha-23-48-00075.pdf>. Acesso em: 11. dez. 2018.	
SÜSSKIND, Felipe. **O rastro da onça**: relações entre humanos e animais no pantanal. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.	A obra busca compreender como se constituem as relações homem-animal quando a onça deixa de ser um item numa coleção de história natural e passa a habitar um mundo. “O rastro da onça” explora a relação complexa entre ecologia, caça, criação de gado e turismo na região do Pantanal do Mato Grosso do Sul, em propriedades rurais que abrigam projetos de estudo e a preservação da onça-pintada.	Editora 7Letras.	**46**
TAUSSIG, Michael. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.	Neste clássico livro que completa trinta anos em 2010, Michael Taussig investiga o significado social do diabo no imaginário de camponeses e mineradores na Colômbia e na Bolívia. Munido da teoria marxista, o autor empreende um estudo etnográfico para captar o impacto da introdução da racionalidade produtivista em comunidades até então regidas por lógicas tradicionais. Taussig depreende que o fetichismo do mal, na imagem do diabo, faz a mediação do conflito entre os modos pré-capitalista e capitalista de materializar a condição humana.	Editora Unesp.	**47**
TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. São Paulo: Paz e Terra, 1993.	Taussig busca determinar a relação do mito e da magia com a violência colonial, por um lado, e, por outro com a cura e o modo ela pode mobilizar o terror, a fim de subverter essa violência. Para tanto, ele se debruça sobre os apavorantes relatos de torturas e massacres a que eram submetidos os indígenas da região do Rio Putumayo, na Colômbia, pelos integrantes das companhias exploradas de	Editora Paz e Terra.	**48**

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A1

	borracha.		
WAQUIL, Paulo Dabdab et al. **Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016.	O livro traz uma série de artigos que abordam as origens e processos de evolução da pecuária no Rio Grande do Sul, trazendo a presença de pastores, lavradores, pequenas propriedades familiares e meio de subsistência.	Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/pecuaria-familiar-no-rio-grande-do-sul-livro>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**49**
WEISSHEIMER, Marco; SANTOS, Guilherme. A luta de Palmas contra a mineração: 'Para nós, sair daqui é um atestado de morte'. Jornal Sul21, reportagem de 13 outubro de 2017.	Reportagem que descreve os modos de viver dos moradores de Palmas, suas relações com os animais, com o ambiente e a mobilização da comunidade diante dos projetos de mineração na região.	https://www.sul21.com.br/areazero/2017/10/luta-de-palmas-contra-mineracao-para-nos-sair-daqui-e-um-atestado-de-morte/	**50**
ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Uma História Ambiental do pampa do Rio Grande do Sul. TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.). **Lavouras de destruição**: a imposição do consenso. Pelotas: Livraria Mundial, p. 249-295, 2009.	O pampa do Rio Grande do Sul está associado à história econômica e política riograndense, às gentes que nele habitam com seus estilos de vida campeira e às paisagens marcadas por vastidões de campo, coxilhas, rios, lagoas, capões de mato e gado. As imagens que criamos do pampa podem ser ainda outras, inclusive a de um rico bioma com variadas formas de vida que compõem um ambiente único, dinâmico e complexo.	Disponível em: <http://www.gerhardt.pro.br/doc/2009-pampa.pdf>. Acesso em: 11. dez. 2018.	**51**

2. PUBLICAÇÕES SERIADAS

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
STEIL, Carlos Alberto; Carvalho, Isabel Cristina de Moura, organizadores. **Cultura, percepção e ambiente**: diálogo com Tim Ingold. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.	Coletânea de artigos sobre a obra de Tim Ingold, incluindo texto do autor.	Editora Terceiro Nome.	**52**
NASCIMENTO, Joelma Batista do. Domesticação de animais para produção: repensando a fronteira natureza e cultura. **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2014.	Na contemporaneidade, a interação entre humanos e animais não é pensado apenas em termos funcionais ou totêmicos (abordagem clássica), mas tem sido palco de discussões na Antropologia como um objeto emergente, em que esse tipo de relação se encontra na tentativa de superação da fronteira ontológica	Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia.	**53**

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A1

	natureza x cultura, ou seja, tanto homens quanto animas podem vir a ocupar posições de “sujeito da ação” ou “objeto da ação”.		

3. PEQUENOS IMPRESSOS (FOLDERS, CARTAZES, ETC.)

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
			54
			55
			56

4. TEXTOS INÉDITOS, RELATÓRIOS TÉCNICOS E MANUSCRITOS

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
			57
			58
			59

5. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)		
SUPERVISOR	Flávia Rieth	
PREENCHIDO POR	Vagner Barreto; Daniel Vaz Lima	DATA
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Flávia Rieth	

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **ANEXO** **REGISTROS AUDIOVISUAIS**	CÓDIGO DA FICHA					
	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A2
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

FOTOGRAFIA E ARTES VISUAIS

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem Palmas/Bagé	DATA	12/10/2017	1
ASSUNTO	Campos de pedra			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Guilherme Santos-Jornal Sul21			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem Palmas/Bagé	DATA	12/10/2017	2
ASSUNTO	Campos de pedra			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC - Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Guilherme Santos-Jornal Sul21			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem Palmas/Bagé	DATA		3
ASSUNTO	Campeiro no inverno			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC - Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Vera Colares			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem Palmas/Bagé	DATA	12/10/2017	4
ASSUNTO	Campereando nas pedras			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC - Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Guilherme Santos- Jornal Sul21			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem Palmas/Bagé	DATA	29/09/2018	5
ASSUNTO	Mosaico de campo, mato e pedra			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC - Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Daniel Lima			

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A2

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem Palmas/Bagé	DATA	29/09/2018	6
ASSUNTO	Dona Vera e Seu Beto no rodeio			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Daniel Lima			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem Palmas/Bagé	DATA	29/09/2018	7
ASSUNTO	Paisagem vista da casa da Dona Vera Colares			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Daniel Lima			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem Palmas/Bagé	DATA	29/09/2018	8
ASSUNTO	Matos e Pedras			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Miriel Bilhalva Herrmann			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem /Piratini	DATA		9
ASSUNTO	Campos de Piratini			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga- Fio Farroupilha			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem /Piratini	DATA		10
ASSUNTO	Vista aérea da propriedade da família da Andrea Madruga			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga- Fio Farroupilha			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem /Piratini	DATA		11
ASSUNTO	Neblina			

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A2

DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga- Fio Farroupilha

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem /Piratini	DATA		12
ASSUNTO	Campo com carqueja			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga- Fio Farroupilha			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem Vila Silva /Canguçu	DATA	10/11/2017	13
ASSUNTO	Pastoreio rotativo			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Daniel Lima			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Paisagem Coxilha do Fogo/Canguçu	DATA	10/11/2017	14
ASSUNTO	Açude para abastecer os bebedouros dos piquetes			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Flávia Rieth			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Lida Caseira Palmas/Bagé	DATA	12/10/2017	15
ASSUNTO	Galpão com os arreios			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Guilherme Santos- Jornal Sul21			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Lida Caseira Palmas/ Bagé	DATA	12/10/2017	16
ASSUNTO	Seu Beto na cozinha da sede da Fazenda do Sossego			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A2

AUTOR / FONTE	Guilherme Santos- Jornal Sul21

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Lida Caseira Palmas/ Bagé	**DATA**	Novembro/2017	**17**
ASSUNTO	Alimentando galinhas, porcos e cavalos			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Daniel Lima			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Lida Caseira Palmas/Bagé	**DATA**		**18**
ASSUNTO	Ambrosia			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Vera Colares			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Lida Caseira Palmas/Bagé	**DATA**	08/01/2015	**19**
ASSUNTO	Doce de abóbora feito no tacho de cobre e mexido com colher de madeira			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Vera Colares			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Lida caseira Palmas/Bagé	**DATA**	09/06/2015	**20**
ASSUNTO	Secagem da rapadura de abóbora			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Vera Colares			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Lida Caseira Estrada 293/Piratini	**DATA**		**21**
ASSUNTO	Assando churrasco			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga- Fio Farroupilha			

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A2

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Lida Caseira Palmas/ Bagé	DATA	12/10/2017	22
ASSUNTO	Casa da família de Vera Colares			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Guilherme Santos- Jornal Sul21			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Bovinos Palmas/ Bagé	DATA	29/09/2018	23
ASSUNTO	Saindo para a lida			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Miriel Bilhalva Herrmann			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Bovinos Palmas/ Bagé	DATA	2018	24
ASSUNTO	Saindo para a lida			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Daniel Lima			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Bovinos Palmas/ Bagé	DATA	29/09/2018	25
ASSUNTO	Buscando o gado			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Daniel Lima			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Bovinos Palmas/ Bagé	DATA	12/10/2017	26
ASSUNTO	Levando o gado para o rodeio			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Guilherme Santos- Jornal Sul21			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Bovinos Palmas/ Bagé	DATA	Novembro/2017	27
ASSUNTO	Laçando o terneiro			

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A2

DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS
AUTOR / FONTE	Daniel Lima

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Bovinos Palmas/ Bagé	DATA	29/09/2018	28
ASSUNTO	Lidando com as vacas de cria no rodeio			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Daniel Lima			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Bovinos Palmas/ Bagé	DATA		29
ASSUNTO	Curando o terneiro			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Vera Colares			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Bovinos Palmas/ Bagé	DATA	Novembro/ 2017	30
ASSUNTO	Preparando o pialo em um dia de marcação de gado			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Daniel Lima			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Bovinos Palmas/ Bagé	DATA	12/10/2017	31
ASSUNTO	Campereando no mato			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Guilherme Santos- Jornal Sul21			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Bovinos Minas do Camaquã/ Caçapava do Sul	DATA		32
ASSUNTO	Campereando nas pedras			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A2

AUTOR / FONTE	João Eduardo Franco.

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Bovinos Palmas/ Bagé	DATA	12/10/2017	33
ASSUNTO	Seu Beto chegando da lida			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Guilherme Santos- Jornal Sul21			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Bovinos Palmas/ Bagé	DATA	12/10/2017	34
ASSUNTO	Seu Lalinho chegando da lida			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Guilherme Santos- Jornal Sul21			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Bovinos Palmas/ Bagé	DATA	Novembro/2017	35
ASSUNTO	Laço utilizado na lida			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Daniel Lima			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Caprinos Palmas/Bagé	DATA	12/10/2017	36
ASSUNTO	Regis na lida com caprinos			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Guilherme Santos- Jornal Sul21			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Caprinos Palmas/Bagé	DATA	12/10/2017	37
ASSUNTO	Lida com as cabras			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Guilherme Santos- Jornal Sul21			

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A2

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Ovinos/ Piratini	DATA		38
ASSUNTO	Rebanho na propriedade de Andrea Madruga			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga-Fio Farroupilha			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Ovinos /Piratini	DATA		39
ASSUNTO	Nascimento de cordeiro			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga-Fio Farroupilha			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Ovinos/ Piratini	DATA		40
ASSUNTO	Rebanho na mangueira			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga-Fio Farroupilha			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Ovinos /Piratini	DATA		41
ASSUNTO	Mão do esquilador			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga-Fio Farroupilha			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Ovinos/ Piratini	DATA		42
ASSUNTO	Mão do esquilador			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga-Fio Farroupilha			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Ovinos/ Piratini	DATA		43
ASSUNTO	Esquilador fazendo a esquila da ovelha com tesoura ou martelo			

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A2

DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga-Fio Farroupilha

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Ovinos/ Piratini	DATA		44
ASSUNTO	Esquilador fazendo a esquila da ovelha com tesoura ou martelo			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga -Fio Farroupilha			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Ovinos Palmas/Bagé	DATA		45
ASSUNTO	Menino aprendendo a esquila a martelo			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Vera Colares			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Ovinos /Piratini	DATA		46
ASSUNTO	A lã de ovelha após a tosquia			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga-Fio Farroupilha			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Pastoreio com Ovinos /Piratini	DATA		47
ASSUNTO	Velos de lã armazenada no galpão			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga-Fio Farroupilha			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Artesanato em lã /Jaguarão	DATA	2015	48
ASSUNTO	Artesã Cenilza lavando a lã			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A2

AUTOR / FONTE	Miriel Bilhalva Herrmann

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Artesanato em lã / Jaguarão	DATA	2015	49
ASSUNTO	A lã lavada			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Miriel Bilhalva Herrmann			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Artesanato em lã / Expo Alto Camaquã	DATA	2017	50
ASSUNTO	Artesão Pedro cardando a lã com a carda de pente			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Daniel Lima			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Artesanato em lã /Jaguarão	DATA	2015	51
ASSUNTO	Artesã Cenilza cardando a lã com a carda de pente			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Miriel Bilhalva Herrmann			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Artesanato em lã /Expo Alto Camaquã	DATA	2017	52
ASSUNTO	Seu Pedro fazendo o fio na roca de pedal			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Daniel Lima			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Artesanato em lã /Jaguarão	DATA	2015	53
ASSUNTO	Artesã Wamandiri fazendo o fio na roca elétrica			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Miriel Bilhalva Herrmann			

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A2

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Artesanato em lã Palmas/ Bagé	DATA	12/10/2017	54
ASSUNTO	Artesã Rosangele tecendo o artesanato no tear de pente			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Guilherme Santos- Jornal Sul21			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Artesanato em lã /Jaguarão	DATA	2015	55
ASSUNTO	Artesã Nilzatecendo uma peça no crochê em jacquard			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Miriel Bilhalva Herrmann			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Artesanato em lã /Bagé	DATA	29/09/2018	56
ASSUNTO	Artesã fazendo boina no tear circular de prego			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Miriel Bilhalva Herrmann			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Artesanato em lã /Jaguarão	DATA	2015	57
ASSUNTO	Pala feito no crochê em jacquard			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Débora Lima			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Artesanato em lã Barrocão/Piratini	DATA	2017	58
ASSUNTO	Artesã Isaurina com seu filho Lucas mostrando uma peça feita de lã natural			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Vagner Barreto			

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Artesanato em lã / Piratini	DATA		59
ASSUNTO	Terço feito com lã feltrada			

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A2

DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS
AUTOR / FONTE	Andrea Madruga-Fio Farroupilha

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Artesanato em lã /Bagé	DATA	29/09/2018	60
ASSUNTO	Cartaz da 1° Feira Estadual de Artesanato do Pampa realizada em Bagé			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Foto digital. Bom estado de conservação			
LOCALIZAÇÃO	Acervo INRC das Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã/RS			
AUTOR / FONTE	Cartaz divulgação			

VÍDEO

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		3
ASSUNTO				
DESCRIÇÃO TÉCNICA				
LOCALIZAÇÃO				
AUTOR / FONTE				

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		4
ASSUNTO				
DESCRIÇÃO TÉCNICA				
LOCALIZAÇÃO				
AUTOR / FONTE				

GRAVAÇÃO SONORA

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		5
ASSUNTO				
DESCRIÇÃO TÉCNICA				
LOCALIZAÇÃO				
AUTOR / FONTE				

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		6
ASSUNTO				

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	RS	ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO	BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA	2018	F1-	A2

DESCRIÇÃO TÉCNICA	
LOCALIZAÇÃO	
AUTOR / FONTE	

CD-ROM E OUTROS REGISTROS DIGITAIS

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		7
ASSUNTO				
DESCRIÇÃO TÉCNICA				
LOCALIZAÇÃO				
AUTOR / FONTE				

TÍTULO OU LOCALIZADOR		DATA		8
ASSUNTO				
DESCRIÇÃO TÉCNICA				
LOCALIZAÇÃO				
AUTOR / FONTE				

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)		
SUPERVISOR	Flávia Rieth	
PREENCHIDO POR	Miriel Bilhalva Herrmann	**DATA**
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Flávia Rieth	

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**



ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**



ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	**RS**	**ALTO CAMAQUÃ E ENTORNO**	**BAGÉ CAÇAPAVA DO SUL CANGUÇU LAVRAS DO SUL PIRATINI PINHEIRO MACHADO SANTANA DA BOA VISTA**	**2018**	**F1-**	**A2**





Teses

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Felipe Leindecker Monteblanco

RELICÁRIOS DA PAISAGEM PASTORIL: UMA GEOGRAFIA DO PAMPA REMANESCENTE NO BRASIL

Santa Maria, RS
2021

Felipe Leindecker Monteblanco

RELICÁRIOS DA PAISAGEM PASTORIL: UMA GEOGRAFIA DO PAMPA REMANESCENTE NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Geografia**.

Orientador: Professor Doutor Cesar de David

Santa Maria, RS
2021

This study was financied in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Monteblanco, Felipe Leindecker
Relicários da paisagem pastoril: uma geografia do Pampa remanescente no Brasil / Felipe Leindecker Monteblanco.- 2021.
290 p.; 30 cm

Orientador: Cesar De David
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, RS, 2021

1. Paisagem pastoril 2. Pampa 3. Remanescentes 4. Pecuária 5. Campanha Gaúcha I. De David, Cesar II. Titulo.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, FELIPE MONTEBLANCO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Felipe Leindecker Monteblanco

RELICÁRIOS DA PAISAGEM PASTORIL: UMA GEOGRAFIA DO PAMPA REMANESCENTE NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Geografia**.

Aprovado em 14 de setembro de 2021 (Webconferência):

Cesar de David, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Carmen Rejane Flores, Drª. (UFSM)

Flavia Maria Silva Rieth, Drª. (UFPEL)

Marcelo Cervo Chelotti, Dr. (UFSM)

Rosa Maria Vieira Medeiros, Drª. (UFRGS)

Santa Maria, RS
2021

DEDICO:

Enquanto resultado de um investimento público, às gentes que, na ação ou na representação, na lida ou na arte (ou na arte da lida), continuam animando e desenhando a velha paisagem pastoril do Pampa, hoje já recolhida a alguns confins onde produzir não se resume a uma questão de cifras.

Enquanto conquista pessoal e profissional, à minha família. Em especial, à minha filha, Cecília Vergara Monteblanco, em cujo "par de estrelas castanhas" que traz no olhar, vejo o quanto a vida é bela.

MUITO OBRIGADO, MUCHAS GRACIAS:

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), por mais essa oportunidade de edificação como ser humano.

Meu orientador, Cesar de David, pela amizade, pelo apoio e pela abertura de caminhos e, sobretudo, pela oportunidade de desenvolvimento de um doutorado em pleno livre-pensar.

Minha companheira, Carolina Vergara Rodrigues, e minha filha, Cecília Vergara Monteblanco, pelo amor.

Meus pais, Maria Salete Leindecker Monteblanco e Renato Martins Monteblanco, e meu avô materno. Arcelio Norberto Leindecker (In memorian), por terem me proporcionado todo o necessário ao processo de desenvolvimento de um ser humano desde a infância.

Professores Carmen Rejane Flores, Eduardo Schiavone Cardoso e Marcelo Cervo Chelotti, da UFSM, bem como a minha querida orientadora de mestrado Rosa Maria Vieira Medeiros, da UFRGS, por juntos terem feito da banca de qualificação do projeto de pesquisa um momento de injeção de ânimo e inspiração.

Professora Flavia Maria Silva Rieth, da UFPEL, pelos produtivos momentos de trocas de ideias, ainda que a distância, devido à Pandemia e, principalmente, pela honra em tê-la somada aos demais mestres na banca final de avaliação.

Professor e amigo Elvis Albert Robe Wandscheer e professoras Janete Webler Cancelier e Michele Lindner, por também terem se disponibilizado a contribuir com a avaliação da pesquisa.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), instituição a que sirvo, pelo decisivo incentivo dado não só a mim, mas, em geral, à qualificação de seu quadro de servidores.

CAPES pela concessão de bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior através do Projeto de Cooperação Internacional da UFSM – CAPES/Print – Memória e Tecnologias.

Professor Manuel González de Molina Navarro, da Universidad Pablo de Olavide, de Sevilha, Espanha, pelo acesso, sob sua supervisão, ao convívio dessa belíssima Universidade e, sobretudo, pelo compartilhamento de ocasiões e conteúdo que permitiram acesso aos métodos do metabolismo social-agrário, aporte a ser aprofundado em desafios futuros.

Professores e amigos (e professores-amigos) com quem tive o privilégio de compartilhar inesquecíveis vivências e aprendizados durante os meses de permanência em Sevilha: Carmen Flores e Mara Azevedo; Fernanda Monteiro, Claudenir "Paraná" Favero e a pequena Nina; Gisélia, Marlove Muniz e Lia Reiniger.

Ernestine Ludeke e Juan de Diós, da Fundación Monte Mediterráneo, pela amável recepção durante os dois dias de trabalho de campo na Dehesa San Francisco, em Santa Olalla del Calá, Huelva.

Professores Rocío Silva Pérez e Victor Fernández Salinas, da Universidad de Sevilla, pela generosa recepção e conversa em seu gabinete sobre paisagem agrária e patrimônio e, particularmente, pela sugestão de algumas de suas publicações que acabariam sendo referências importantes deste trabalho.

Amigo e irmão de alma, historiador e conterrâneo, Gabriel Duarte Costaguta, da Universidad Autónoma de Madrid, por me apresentar a Capital e pelos incríveis e necessários momentos compartilhados tanto lá como em Sevilha.

Professores das disciplinas do curso de doutorado: Marcel Achkar, da UDELAR, pelos ensinamentos em "Geografia do Cone Sul"; meu orientador Cesar de David, em "Territórios Rurais"; Álvaro Luiz Heidrich, da UFRGS, em "Culturas em Geografia"; e Daiane Loreto Vargas, da UFRB, em "Saberes Artesanais do Pampa".

Demais professores e técnicos-administrativos do PPGGeo e/ou do Departamento de Geociências da UFSM. Em especial, o Anderson Luiz Machado dos Santos, amigo e colega desde os tempos da graduação, pela troca de ideias no início da pesquisa, e Romário Trentin e Liliane Bonilla, pelo empenho, respectivamente, na Coordenação do Programa e na Secretaria.

Colegas de jornada como discente do Programa, pela companhia, entre os quais as novas amizades nascidas desse percurso, como a Ana Carla Lenz, a Ana Hanauer e a Helena Beling, do GPET, bem como o baiano mais gaúcho que conheço, Hilário José Menezes (extensivo à Célia e ao guri). Também Marilse Beatriz Losekann, amiga e colega desde a graduação, pelas contribuições no início da pesquisa; Ivanio Folmer, pelas oportunidades de participar de algumas publicações; e Marcio Estrela de Amorim, duplamente colega, como servidor do IFSul e como discente de pós-graduação da UFSM.

Demais geógrafos amigos de uma vida, que são outros dos muitos regalos que a UFSM me deu: Bruno Nunes, Carlos Lucas, Eduardo Samuel Riffel, João Paulo Assis Gobo, Roberto Antunes, Urian Grant e Vagner Guimarães Ramos.

Minha querida tia, Valquirea Monteblanco, que me recebeu em Santa Maria em várias de minhas idas para as aulas e demais atividades do doutorado com o carinho, as conversas, as risadas e o conforto que somente uma tia-mãe, como ela, é capaz de proporcionar.

Paulo Martins, que outras tantas vezes também me recebeu em Santa Maria, com a receptividade digna do amigo-irmão que é.

Mário Junior Neves Lima, Rafael Cavalheiro Chaves e Rafael de Almeida Villagran, também amigos-irmãos, estes, no entanto, vindos da mais tenra infância e que estiveram comigo em momentos cruciais dessa jornada.

Marcos Morel “Quinho” Fernandes, companheiro desde os tempos do sonho de “viver da bola” e agora educador físico com quem ainda compartilho a mesma velha felicidade de poder regularmente jogar futebol e de cuidar da saúde física.

Isabelle Schmidt da Silva, pelo fundamental apoio e pela amizade.

Colegas de IFSul, Cacildo Machado e Rodrigo de Oliveira Estela, pelos incentivos e apoios mútuos. Claudia Garrastazu Ribeiro, pela oportunidade de participação de projeto sob sua coordenação, em parceria com várias outras instituições, dedicado à avaliação dos sistemas pecuários na bacia do rio Ibirapuitã, que muito me foi útil na construção da presente pesquisa. Também Virginia Ponche Barbosa, pela tradução do resumo da tese para o inglês.

Pessoal do escritório da Emater de Santana do Livramento, pelas oportunidades de vivências que me ajudaram a pensar a pesquisa, em especial o amigo Leonardo Alonso Guimarães.

Colegas da UNIPAMPA, Alessandra Troian, Altacir Bunde, Jeferson da Luz Ferron, João Garibaldi de Almeida Viana e Márcio Pereira Cordeiro, com os quais vivenciei distintos momentos de aprendizado que contribuíram para este projeto.

Colegas da UERGS, Anor Aluísio Menine Guedes, Cassiane da Costa, Claudio Becker, Leonardo Menezes e Márcio Zamboni Neske, por várias outras dessas importantes ocasiões e gestos.

Pessoal da Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Santana do Livramento, em particular, Roberto Braz, pelo compartilhamento de materiais que ajudaram a construir a pesquisa, e Hugo Leonardo Ramos Saraiva, pela solicitude de sempre.

Silvia Carambula, pela parceria e oportunidades de aprendizado durante a constituição da RAICES.

Jussara Dutra e Ricardo Almeida, pelos diálogos, troca de ideias e pelos trabalhos compartilhados no âmbito do Festival Fronte(i)ra, que foram de grande importância para pensar o Pampa e desenvolver a pesquisa.

Carlos Leonardo de Ávila Trindade e Ringlei Pujol, pelas informações e indicações de trabalho de campo.

Nilza Mara Pereira, pela revisão textual do trabalho.

Meu muito obrigado, por fim, especialmente aos entrevistados e demais interlocutores da pesquisa. Aos artistas-poetas, técnicos da agropecuária, corretores de negócios rurais e, principalmente, às mulheres e aos homens, pequenos e médios pecuaristas e trabalhadores em estâncias, cujos nomes ficam no anonimato por razões metodológicas, mas que, ao fim e ao cabo, são os sujeitos deste trabalho junto com a própria paisagem pastoril.

Para el que mira sin ver
La tierra es tierra nomás
Nada le dice la pampa
Ni el arroyo, ni el sauzal

Pero la pampa es guitarra
Que tiene un hondo cantar
Hay que escucharla de adentro
Donde nace el manantial

[…]

Un mundo en cada gramilla
Adioses en el cardal
Y pensar que para muchos
La tierra es tierra nomás

Para el que mira sin ver
Atahualpa Yupanqui

RESUMO

RELICÁRIOS DA PAISAGEM PASTORIL: UMA GEOGRAFIA DO PAMPA REMANESCENTE NO BRASIL

AUTOR: Felipe Leindecker Monteblanco
ORIENTADOR: Cesar de David

A presente tese analisou a dinâmica da paisagem pastoril remanescente dos processos de supressão do Pampa em sua relação com a vida que a anima, dialogando com sujeitos sociais que com ela interagem. A pesquisa foi desenvolvida entre 2017 e 2021, enfocando a alta bacia hidrográfica do rio Quaraí, que se constitui em um dos últimos redutos da porção brasileira do Pampa a conservar significativa parcela de áreas ditas "naturais" do bioma. Buscamos entender as condições sociais e geográficas que tornam essa zona refratária ao avanço do sistema técnico-sojeiro em curso no entorno regional – hoje a principal causa de supressão do Bioma Pampa – analisando até que ponto essa contingência permite ou não a reprodução de velhas características desse meio geográfico. O lastro teórico foi a compreensão do espaço geográfico enquanto formas-conteúdo, materialidade indissociável das ações e representações humanas que a movimentam. Desse entendimento, decorre nossa presunção inicial de que as manchas de Bioma Pampa remanescente pressupõem manchas também de sistemas de práticas ou ações, conteúdo, em alguma medida. A pesquisa foi de caráter qualitativo, operacionalizando analiticamente o conceito de paisagem enquanto foco conceitual. Dois são os grupos de achados da investigação: o primeiro, na escala do Pampa brasileiro e do Sudoeste Gaúcho, é fruto de uma geografia retrospectiva, baseada, sobretudo, em pesquisa bibliográfica e documental. Através desse exercício, enxergamos a face historicamente construída do Pampa: a paisagem pastoril, uma paisagem agrária. Uma obra com origem moderno-colonial, mas que, por fundada na extensividade, foi sendo rotulada como "excessivamente entregue à natureza", "arcaica" ou "pré-capitalista". Predestinada, segundo esses olhares exóticos modernos, ao destino agrícola como forma de passaporte ao progresso, essa secular paisagem agora sucumbe rapidamente ao avanço da soja. Restam remanescentes, confinados em geografias refratárias a usos hegemônicos, que, por outro lado, veem crescer formas de valorização do diverso e do singular, na esteira das próprias sequelas deixadas pelo produtivismo e pelos processos de massificação globalizantes, no que se traduz na possibilidade de conversão de sua anterior marginalidade em uma paradoxal virtude. O segundo grupo de achados, este na escala da mancha de remanescentes concentrada no Alto Quaraí, é fruto de uma geografia do presente, baseada, basicamente, no trabalho de campo, com cruzamento entre observação da paisagem e entrevistas semiestruturadas-interlocuções. Visualizamos, por essa via, uma área relicário, cujas relíquias que guarda são a própria paisagem e a vida pastoril pampiana que ali se reproduzem entre inércias, transições e mesmo ameaças, sob a "proteção" exercida pelas próprias condições edafoclimáticas e/ou geomorfológicas desses domínios dos solos superficiais de basalto e/ou da minoritária janela de solos de origem arenítica, acrescidos, ainda, do peso exercido pela reprodução de certa reticência histórico-cultural local à agricultura. Observamos, ademais, que esses mesmos condicionantes geográficos geradores de um efeito tampão à entrada das lavouras, compõem, por outro lado, as singularidades de se criar gado nas "pedras" ou nas "areias", que para além do valor cultural que em si representam, fazem do Alto Quaraí um verdadeiro *terroir* ovelheiro e uma zona de excelente aptidão para a cria bovina.

Palavras-Chave: Paisagem Pastoril. Pampa. Remanescentes. Pecuária. Campanha Gaúcha.

ABSTRACT

RELIQUARIES OF THE PASTORAL LANDSCAPE: A GEOGRAPHY OF THE REMNANT PAMPA IN BRAZIL

AUTHOR: Felipe Leindecker Monteblanco
ADVISOR: Cesar de David

This thesis analyzed the dynamics of the pastoral landscape remaining from the processes of suppression of Pampa in its relationship with the life that animates it, dialoguing with social subjects who interact with it. The research was carried out between 2017 and 2021, focusing on the high hydrographic basin of the Quaraí River, which is one of the last strongholds in the Brazilian portion of the Pampa to sustain a significant portion of the so-called “natural” areas of the biome. We seek to understand the social and geographic conditions that make this zone resistant to the advancement of the technical soy system underway in the regional surroundings - today the main cause of suppression of the Pampa Biome - analyzing to what extent this contingency allows or not the reproduction of old characteristics of this geographical environment. The theoretical ballast was the understanding of geographic space while content-forms, inseparable materiality from the human actions and representations that move it. This understanding follows our initial presumption that the patches of the remaining Pampa Biome presuppose patches also of systems of practices or actions, content, to some extent. The research was from a qualitative aspect, analytically operationalizing the concept of landscape while a conceptual focus. Two are the groups of finding in this research: the first, on the scale of the Brazilian Pampa and the Southwest of Rio Grande do Sul, it is the result of retrospective geography, based, above all, on bibliographical and documentary research. Through this exercise, we see the historically constructed face of the Pampa: the pastoral landscape, an agrarian landscape. A work with a modern-colonial origin, but which, because it was founded on extensiveness, was labeled as "excessively surrendered to nature", "archaic" or "pre-capitalist". Predestined, according to these exotic modern eyes, to an agricultural destiny as a passport to progress, this centuries-old landscape is now rapidly succumbing to the advance of soy. Remainders, confined in geographies that are refractory to hegemonic uses, which, on the other hand, see the growth of forms of valorization of the diverse and the singular, in the wake of the very after-effects left by productivism and the globalizing massification processes, which translates into the possibility of converting their former marginality into a paradoxical virtue. The second finding group, this on the scale of the spot of remnants concentrated in the Alto Quaraí, is the result of a geography of the present, based basically on fieldwork, with a cross between landscape observation and semi-structured interviews-interlocutions. We visualize, thereby, a reliquary area, whose relics it holds are the very landscape and the Pampas pastoral life that is reproduced there between inertias, transitions and even threats, under the "protection" exercised by the very edaphoclimatic and/or geomorphological conditions of these domains of the superficial basalt soils and/or the minority window of soils of sandstone origin, added, still, to the weight exerted by the reproduction of a certain local historical and cultural reticence to agriculture. We also observe that these same geographic conditioning factors, which generate a buffer effect to the entrance of the crops, make up, on the other hand, the singularities of raising cattle on the "stones" or "sands", which beyond the cultural value they represent, make the Alto Quaraí a true sheep terroir and an area of excellent aptitude for bovine breeding.

Key-words: Pastoral Landscape. Pampa. Remainders. Livestock. Campanha Gaucha.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....20
1.1 APORTES, DEFINIÇÕES E PROCEDIMENTOS.....26
1.1.1 Geografia, espaço geográfico e paisagem.....27
1.1.2 Procedimentos.....43
1.1.3 Alto Quaraí, recorte espacial de análise.....58
1.1.4 As questões a responder.....66
2 PAISAGEM PASTORIL: A FACE HISTORICAMENTE CONSTRUÍDA DO PAMPA.....72
2.1 UMA GEOGRAFIA RETROSPECTIVA.....74
2.1.1 Uma obra moderno-colonial.....75
2.1.2 Uma produção social, mas com natureza demais.....83
2.1.3 "Desertos a oeste do Rio Grande": olhares europeus oitocentistas.....85
2.1.4 "Metade Sul": o olhar urbano-industrial novecentista.....91
2.1.5 "El Dorado": o avanço recente da soja e o processo de supressão.....94
2.1.6 Relicários? Quando restam remanescentes.....101
2.2 DEHESA: SOBRE UMA PAISAGEM SIMILIAR ESPANHOLA 110
2.2.1 Uma construção histórica bem mais antiga.....111
2.2.2 Uma referência cultural também fronteiriça por excelência.....116
2.2.3 Uma paisagem da extensividade.....118
2.2.4 Uma paisagem marginalizada e suprimida.....120
2.2.5 Uma paisagem requalificada por novos olhares.....123
3 ALTO QUARAÍ: RELICÁRIO DA PAISAGEM PASTORIL.....128
3.1 UM RESTO DE PAMPA QUE AINDA NÃO SE FOI.....130
3.1.1 A "Cuesta de Haedo".....131
3.1.2 Um Pampa protegido por sua própria geografia.....135
3.1.3 O peso das "mentalidades vindas diretamente da história".....145
3.1.4 Terreno de baixa aptidão agrícola ou conservatório do Pampa?.....149
3.2 O QUE FICA ALÉM DO "VERDE".....154
3.2.1 Onde ainda impera a vida pastoril.....155
3.2.2 Campos ovelheiros e produtores de terneiros.....159
3.2.3 Criar nas "pedras" e criar nas "areias".....164
3.2.4 Onde o Pampa é "a cultura que nós temos".....175
3.2.5 Onde as rugosidades têm mais vez.....177
3.3 MUDANÇAS DE UM REDUTO DE PERMANÊNCIAS.....190
3.3.1 Quando o novo é a volta ao antigo: regeneração do Pampa, (re)construção da paisagem pastoril e reterritorialização de pecuaristas.....191
3.3.2 Quando o antigo se veste do novo: repaginações na pecuária.....198
3.3.3 Quando o novo são ameaças: a falta de braços e o abigeato, as invasoras e os parasitas.....216
3.3.4 Meandros da convivência entre vida pastoril e produção de energia eólica.....234
3.3.5 A "janela" de entrada da soja e outros usos.....244
3.4 O ALTO QUARAÍ EM DOIS RETRATOS.....250
3.4.1 Seu José, na paisagem das "areias" do Areal.....251
3.4.2 Seu Pedro, na paisagem das "pedras" da Coxilha Negra.....263
4 SÍNTESE.....274
REFERÊNCIAS.....282

1 INTRODUÇÃO

Em nossa dissertação de mestrado, defendida em 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), estudamos a dinâmica do espaço rural no município de Santana do Livramento, no sudoeste gaúcho, fronteira com o Uruguai. Foi ainda durante o desenvolvimento dessa pesquisa que um novo evento se tornou, a nosso ver, mais evidente no Pampa: Coxilhas[1] e canhadas[2] cobertas de pasto verde nativo, campos e rebanhos a perder de vista, estabelecimentos pastoris, campeiros e a lida, cavalos, ovelhas e bois, a paisagem que sintetiza a própria identidade local-regional, aquela que um dia havia sido regra, emblema maior de sua ruralidade, estava agora crescentemente reduzida.

Ao final daquela pesquisa, ainda em 2013, a sensação era de que, ao menos em nível local, ou seja, de nosso então recorte de estudo delimitado pela área de um município, a projeção de futuro lançada artisticamente anos antes pelo chargista Santiago, estava, de certo modo, em processo. Expliquemos: entre 2009 e 2010, ainda no calor das discussões sobre a territorialização das monoculturas de eucalipto no Pampa, utilizávamos em sala de aula como recurso ao debate junto aos terceiros anos do ensino médio da escola onde lecionávamos, algumas charges que esse artista havia desenhado sobre o tema. Em uma delas, aparecia a representação de um futuro hipotético em que apenas um pequeno fragmento da paisagem pastoril do Pampa se mantinha conservado, mas cercado por todos os lados de plantações de eucalipto. Dentro desse fragmento, alguns homens devidamente pilchados[3] declamavam poesias gauchescas, inspirando-se, para criar seus versos, naquele resto de paisagem pastoril. No “corredor”[4] ao lado daquele campo, outras duas pessoas que cruzavam a cavalo comentavam: “É o único campo que não virou plantação de eucalipto pra estas bandas”. Junto à cerca que delimitava aquele pedaço melancólico de Pampa remanescente, uma placa avisava: “Alugamos esta reserva de Pampa Gaúcho para poetas nativistas buscarem inspiração”.

---

[1] As coxilhas, em espanhol *cuchillas*, são colinas, elevações ou leves ondulações do terreno. O nome deriva de “cuchillo”, ou seja, faca, já que as coxilhas são como cortes no terreno que dividem as águas de distintas bacias hidrográficas.
[2] As canhadas, em espanhol *cañadas*, são estreitas planícies ou terrenos baixos entre as coxilhas.
[3] Vestidos a caráter.
[4] Estrada vicinal.

A realidade que estávamos já vendo em Santana do Livramento lembrava a mensagem da charge, a exceção do agente da transformação, pois foi a soja que alcançou extensão similar e não o eucalipto. No demais, de fato, aquilo que um dia havia sido o normal, o quase exclusivo, estava agora cada vez mais se transformando no peculiar, no restante, no réliquo. As lavouras de soja, já avançavam, dentro de uma racionalidade até então estranha ao espaço local.

Foi isso que nos despertou interesse e, ao mesmo tempo, a sensação de que despertaria o interesse público mais massivo, cedo ou tarde, sobretudo, porque isso que víamos na escala do município era sabidamente a expressão local de um evento que avançava sobre todo o quadrante sul do estado, correspondente à área entendida como a parte brasileira do Bioma Pampa. Achamos que estaria aí um assunto relevante socialmente para o desenvolvimento de uma nova pesquisa, no doutorado.

Nisso, nosso interesse poderia ter recaído sobre as causas, efeitos e características exatamente do avanço da soja sobre as áreas anteriormente dedicadas à pecuária extensiva. A partir de distintos enfoques, esse tem sido, aliás, o objeto de estudo de várias pesquisas no âmbito da geografia. No entanto, chamou-nos atenção a via contrária, ou seja, a das causas, características e efeitos da permanência ou continuidade relativa de certas “manchas” de Pampa, particularmente as manchas pastoris[5], ante o entorno que cede progressivamente a essa transição. Seria o equivalente, na citada charge de Santiago, ao tal fragmento de Pampa ilhado onde os poetas nativistas buscavam inspiração. Essa analogia, aliás, é oportuna na medida em que expressa, de antemão, o viés pelo qual realizamos esse estudo, qual seja o da interface entre as faces ambiental e sociocultural da paisagem pastoril.

Iniciamos formalmente a pesquisa em março de 2017, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Debruçamo-nos sobre uma dessas situações, em particular, em que o Pampa pastoril remanesce. Enfocamos o caso da alta bacia hidrográfica do rio Quaraí, tendo como objetivo amplo compreender a dinâmica da paisagem pastoril que remanesce dos processos de supressão do Pampa em sua relação com a vida que a anima, dialogando com os sujeitos sociais que com ela interagem.

[5] Considerando que nem todo o recorte entendido como correspondente ao Bioma Pampa teve historicamente ou tem ainda hoje sua fisionomia e dinâmica socioespacial balizada pela atividade pastoril.

Elencamos o caso da alta bacia do rio Quaraí por se tratar de um dos últimos redutos do recorte entendido como a porção brasileira do Bioma Pampa a conservar significativo percentual das áreas ditas “naturais”, apresentando o menor grau de fragmentação da paisagem (INSTITUTO CURICACA, 2018). Esse recorte é também especialmente exemplar do conjunto do Pampa, pois testemunha o que foi outrora de forma mais ampla e contínua – antes das grandes metamorfoses de hoje - uma de suas porções mais representativas do ponto de vista ecopaisagístico, a saber: a chamada Cuesta de Haedo, região de predomínio de campos de solos rasos de origem basáltica onde se concentram originalmente “as paisagens mais legítimas de campo[...], expressão mais clássica da vegetação campestre sul-brasileira (RAMBO, [1942] 2015, p. 121)”. Trata-se de um recorte expressivo na medida em que se situa naquela que é considerada “área core” ou “nuclear” do Pampa, ou seja, onde as características fisiográficas e biogeográficas atribuídas ao Bioma se apresentam com maior tipicidade (AB’SABER, 2003; IBGE, 2004).

A nosso ver, a relevância e/ou justificativa da elucidação de um recorte rugoso como esse tem que ver, sobretudo, com as valorizações do diverso que emergem ante um mundo em massificação. De modo que, esteve no pano de fundo dessa pesquisa também uma tentativa de trazer à luz algo da situação em que se encontra essa herança ou esse patrimônio acumulado da marcha histórico-geográfica da pecuária extensiva, no que nitidamente se mostra como uma corrida contra o tempo. Algo expresso, aliás, em obras dedicadas ao Pampa, tal como a intitulada *Nosso pampa desconhecido*, organizado por Chomenko e Bencke (2016), cujo título é bastante sugestivo.

Não foi intuito, no entanto, entrar em alguma dessas discussões de natureza mais aplicada, como a do patrimônio cultural institucionalizado, do desenvolvimento rural sustentável, produtos locais, diferenciação e nichos de mercado, indicações geográficas ou mesmo o tema das áreas protegidas, por exemplo. A ideia foi produzir um conhecimento que sirva de subsídio, a quem possa interessar, em possíveis pensares e agires aplicados, além do que já seria um ótimo caminho trilhado se proporcionarmos, com as linhas que seguem, um momento agradável de leitura aos interessados pelo Pampa.

A pesquisa foi de caráter qualitativo, operacionalizando analiticamente o conceito de paisagem, tido por Claval (2007) como documento-chave na compreensão das culturas. Subsidiamo-nos, contudo, também, em outros conceitos

geográficos relacionados. Enquanto técnicas de pesquisa, conjugamos a consulta a fontes bibliográficas e documentais, a observação da paisagem em trabalho de campo com descrições textuais e registros fotográficos, e as entrevistas semiestruturadas com coleta de narrativas das gentes que animam a vida dessa paisagem.

Organizamos o texto do seguinte modo: O item seguinte, parte ainda deste capítulo introdutório, traduz-se exatamente em uma explicação mais pormenorizada da metodologia. Nele, trazemos, primeiro, o suporte teórico-conceitual da investigação, baseado na compreensão do espaço geográfico – e, portanto, do (sub)espaço Pampa – como uma sucessão de formas-conteúdo, tendo como "porta de entrada" ao seu exame a paisagem, enquanto "foco conceitual". Depois, elucidamos cada uma das técnicas de pesquisa utilizadas ao longo do processo de investigação, seguidas da definição do recorte empírico de análise. Ao final do capítulo, seria dizer, em posição representativa da ideia de um amadurecimento de algo surgido de perguntas brutas, expomos as questões-problema propriamente ditas que moveram a pesquisa.

Nos capítulos 2 e 3 apresentamos os dois grupos de achados da investigação: o primeiro, abordado no capítulo 2, é fruto de uma geografia retrospectiva, realizada na escala do Pampa brasileiro e do Sudoeste Gaúcho. Através desse exercício, enxergamos a face historicamente construída do Pampa: a paisagem pastoril, uma paisagem agrária. Uma obra com origem moderno-colonial, mas que, por fundada na extensividade, foi sendo rotulada como "excessivamente entregue à natureza", "arcaica" ou "pré-capitalista". Predestinada, segundo esses olhares exóticos modernos, ao destino agrícola como forma de passaporte ao progresso, essa secular paisagem agora sucumbe rapidamente ao avanço da soja. Restam remanescentes, confinados em geografias refratárias a usos hegemônicos, que, por outro lado, veem crescer formas de valorização do diverso e do singular, na esteira das próprias sequelas deixadas pelo produtivismo e pelos processos de massificação globalizantes, no que se traduz na possibilidade de conversão de sua anterior marginalidade em uma paradoxal virtude.

O segundo grupo de achados, este na escala da mancha de remanescentes concentrada no Alto Quaraí, é fruto de uma geografia do presente, para a qual dedicamos o capítulo 3. Visualizamos, por essa via, uma área relicário, cujas relíquias que guarda são a própria paisagem e a vida pastoril pampiana que ali se reproduzem entre inércias, transições e mesmo ameaças, sob a "proteção" exercida pelas próprias

condições edafoclimáticas e/ou geomorfológicas desses domínios dos solos superficiais de basalto e/ou da minoritária janela de solos de origem arenítica, acrescidos, ainda, do peso exercido pela reprodução de certa reticência histórico-cultural local à agricultura. Observamos, ademais, que esses mesmos condicionantes geográficos geradores de um efeito tampão à entrada das lavouras, compõem, por outro lado, as singularidades de se criar gado nas “pedras” ou nas “areias”, que para além do valor cultural que em si representam, fazem do Alto Quaraí um verdadeiro *terroir* ovelheiro e uma zona de excelente aptidão para a cria bovina.

Fechamos a tese em uma síntese dos aprendizados, que formam o capítulo 4.

1.1 APORTES, DEFINIÇÕES E PROCEDIMENTOS

Onde andará a silhueta
Desses antigos campeiros
Que desenhavam saudades
Na fumaça dos palheiros
E madrugavam setembros
Na voz clara dos braseiros.

Onde andará a "mañanita"
Dos mates de gosto bueno
Da encilha dos gateados
Contraponteando o sereno
E a humildade dos ranchos
Guardando sonhos morenos.

Onde andará o verso claro
Ponteado numa canção
Que se espalhava em floreios
Pelas tardes do galpão
E matizavam campeiros
Ao som da gaita e violão.

Onde andará a tarde longa
Das ressolanas campeiras
Onde a alma desses tantos
Cruzava além da porteira
Pra o mundo das invernadas
Por não saber das fronteiras.

Por onde andará o semblante
De um avô maragato
Que eternizou seu silêncio
Na moldura de um retrato
E dos seus causos antigos
Desses campeiros de fato

Quem sabe andam perdidas
Na saudade dos avós
Ou presas dentro do peito
Querendo saltar na voz
Mais bem certo elas se acham
Guardadas dentro de nós.

Onde andará
Fabiano Bacchieri; Gujo Teixeira; Joca Martins

O recurso ao poema que inicia esse capítulo traz uma dupla representação: expressa os dilemas que envolvem a transformação do Pampa e os destinos de suas gentes e, ao mesmo tempo, sugere uma busca, o “onde andará?”, jogando luz sobre o próprio conteúdo do capítulo, que nada mais é do que a explicação da forma como realizamos uma procura durante o processo de investigação. Aliás, a propósito da abertura deste e dos demais capítulos com trechos de poesias regionais, o intuito é trazer representações sociais da paisagem e da vida pastoril, de sua dinâmica e transformações, considerando nisso a referência de Gomes (2001, p. 59) de que

> o estudo da paisagem e suas representações sob diversas linguagens, relatos, poesia, iconografia etc. é uma fonte de registro dos ‘olhares’ sobre as práticas e culturas que subverte a racionalidade científica pelo valor intrínseco da subjetividade que comportam, sem deixar de ser imprescindível para a legibilidade do mundo [...].

Esses versos, bem como outras formas de representação que serão trazidas ao longo do trabalho, tais como as narrativas de viajantes dos séculos XIX e XX, são produtos de pesquisa bibliográfica e documental. Constituem parte do conteúdo desse espaço, são dados da realidade, como será visto a seguir nos itens referentes ao quadro teórico-conceitual de referência e às técnicas de pesquisa.

1.1.1 Geografia, espaço geográfico e paisagem

Ao tecer uma crítica ao problema do método na geografia, Moreira (2011) avalia essa ciência como um saber antigo que teve o pecado e a virtude de centrar-se em descrições e não em conceitos. A virtude estaria na qualidade das descrições e no legado de documentação do mundo feita pelos geógrafos, enquanto o pecado estaria exatamente na redução da complexidade das paisagens a uma coleção de coisas, exatamente pela ausência de teoria capaz de uma elucidação mais profunda.

Diz o autor que houve, tradicionalmente, certa despreocupação com o rigor conceitual no âmbito da geografia, pretensamente justificada pela ideia de que esta seria uma ciência descritiva do mundo, uma ciência do visível e não do invisível, o que faria da ausência de um amparo conceitual não propriamente um problema. No entanto, para Moreira (2011, p. 125), é justamente aí que começa o problema da geografia, pois, ao mesmo tempo em que se pretende uma ciência que busca desvelar o real, mantém-se restrita à aparência, a um discurso do imediato, no nível epidérmico

dos fenômenos, exatamente pela ausência do pensamento, da reflexão intelectual via conceito(s) ou do trânsito pelas “[...] mediações que se colocam entre a aparência e a essência”.

Em opinião parecida, Duncan (2004) julga que os geógrafos limitaram muito seus métodos de pesquisa à observação e à busca de arquivos, de modo que outras técnicas de coleta de dados como a entrevista, que trariam à tona informações sobre percepção, por exemplo, raramente foram tentadas. Segundo o autor, até pouco tempo, os geógrafos estiveram indiferentes ao que ocorria nas ciências sociais ou nas humanidades, com o argumento de que os intérpretes da paisagem não precisavam se preocupar com debates, segundo eles, “esotéricos”. Assumia-se entre os geógrafos, em particular entre os geógrafos culturais, que “[...] a autoridade interpretativa resultaria da relação desinteressada entre aquilo que simplesmente ‘está lá na paisagem’ e a força do erudito acostumado aos exercícios de campo ou arquivo (DUNCAN, 2004, p. 93)”. Trata-se, segundo afirma, de um empirismo de corte anti-teórico, que vê as formas externas e as aparências da superfície de maneira não problemática, como um registro de artefatos entendidos como coisas dadas.

Santos (2006), por sua vez, argumenta que a geografia quis, desde sempre, desenvolver-se como uma descrição da terra, envolvendo sua população, as relações entre os habitantes e as obras daí resultantes. No entanto, o autor se pergunta o que seria, de fato, uma boa descrição, sustentando que esta deveria ser inseparável da explicação. Para o autor, é a vontade de explicar que deve estar no alicerce do ato de descrever, o que pressupõe a existência prévia de um sistema, ou seja, de um corpo teórico-conceitual e analítico derivado de uma preocupação ontológica com o objeto da geografia, o espaço. Em sua concepção, quando esse sistema é inexistente, isto é, quando não há uma compreensão sobre a natureza do próprio espaço como objeto de estudo, desdobrada em um método pertinente à sua análise, envolvendo conceitos-chave ou categorias analíticas e instrumentos lógicos e operacionais, o resultado são peças isoladas, distantes de uma coerência própria de um ramo específico do saber com objeto próprio de estudo. Em suas próprias palavras:

> Cada vez que um geógrafo decide trabalhar sem se preocupar previamente com o seu objeto, é como se para ele tudo fossem "dados", e se entrega a um exercício cego sem uma explicitação dos procedimentos adotados, sem regras de consistência, adequação e pertinência (SANTOS, 2006, p. 12).

É o próprio Milton Santos (2006) quem vai oferecer esse sistema, que ele chamou de um “sistema de ideias”, base de um sistema descritivo e de um sistema interpretativo em geografia. Na avaliação de Moreira (1996) trata-se, na verdade, de uma teoria social até então faltante à ciência geográfica e que Milton Santos vai suprir através dessa obra intitulada *A natureza do espaço*. Na base de seu sistema de ideias, está uma compreensão inovadora do objeto de estudo da geografia, o espaço geográfico.

O espaço geográfico surge como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Um híbrido entre a materialidade ou configuração geográfica e a vida que a anima, isto é, as relações sociais. Nesse entendimento, não existe separação possível entre objetos e ações. Ambos não existem e não nos permitem o seu conhecimento de outra forma que não seja em comunhão: “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes (SANTOS, 2006, p. 39)”. A própria dinâmica e transformação do espaço se dá, segundo o autor, sob essa égide. Para Santos (2006), essa compreensão atribui um novo status aos objetos geográficos, ou seja, à configuração geográfica, à materialidade, já que estes deixam de ser entendidos como espaço-superfície ou espaço-absoluto, receptor passivo da história, para tomar parte em um espaço relacional, em que se tornam não apenas produto mas também condição da realização da história. Em outras palavras, os objetos ou as formas, são sempre formas-conteúdo.

Os objetos, são, para o autor, “[...] tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. [...]. Isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida (SANTOS, 2006, p. 47)”. Já as ações humanas, segundo Santos, resultam de necessidades naturais ou criadas, sejam elas materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais ou afetivas. Por isso, o autor vai falar em três tipos básicos de ações: o agir técnico, o formal e o simbólico. Os dois primeiros se impõem no âmbito das necessidades sobretudo político-econômicas, compondo formas de ação ditas “racionais”, instrumentais ou, ainda, “funcionais”, envolvendo formalismos jurídicos e científicos. Já o agir simbólico é movido por necessidades afetivas, emotivas, rituais, determinados por modelos gerais de significação e de representação.

Segundo Santos (2006, p. 53), “essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma”. Algo que se assemelha, aliás, à argumentação de Haesbaert (2004) sobre os “fins” dos processos de territorialização. Para o autor, dependendo da natureza das necessidades que levam à ação do Homem sobre o espaço (ou sobre as formas-conteúdo), os territórios daí resultantes serão ora mais funcionais, ora mais simbólicos, nunca se manifestando em estado puro. Eles se desdobram, segundo o autor, em um *continuum* que vai desde o político-econômico mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca, até o mais simbólico-cultural, subjetivo, carregados das marcas do vivido, vinculado ao valor de uso. Assim, como as ações vão invariavelmente desembocar nos objetos, estes também terão, em diferentes medidas, um conteúdo simbólico e funcional.

Em suma, ação e objetos são unos. “A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto (SANTOS, 2006, p. 61)”. Daí que, para Santos (2006), o espaço é um composto de formas(objetos)-conteúdo(ações) em interminável sucessão, em que não há existência empírica e nem filosófica da forma sem seu conteúdo e nem conteúdo que exista sem uma forma a abrigá-lo. Aliás, eis aí o motivo pelo qual a substituição dos campos nativos do Pampa por grandes lavouras modernas não tem implicações apenas sobre a biodiversidade, a “natureza”, o solo, ou a água, por exemplo, ou mesmo apenas sobre o conjunto da materialidade até então posta. Santos (2006) explica que quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo. A ação se dá sobre objetos dotados de uma presença humana e por ela qualificados. A dialética se dá entre ações novas e uma "velha" situação composta indissociavelmente de objetos e a vida que os anima, de modo que, “em cada momento, em última análise, a sociedade está agindo sobre ela própria, e jamais sobre a materialidade exclusivamente (SANTOS, 2006, p. 71)”.

Exatamente por isso, quando, ao contrário, remanescem arranjos da tradicional paisagem pastoril, como no caso do Alto Quaraí, pressupõe-se, também, permanências, em alguma medida, nos sistemas de práticas ou ações, no conteúdo, nas relações sociais, na vida que a anima. Essa ontologia do espaço ajuda a compreender, por exemplo, por que a biodiversidade, a geodiversidade, a água e o solo, enfim, esses bens comuns tão enfocados na valorização do Pampa sob o ponto de vista do bioma, só se tornam plenamente inteligíveis do ponto de vista de sua

conservação e de seu futuro, se considerados em relação às intencionalidades que sobre eles se projetam na forma de ações, dotando-o de um conteúdo, funcional e simbólico. Foi esse o lastro ontológico de nossa pesquisa e a compreensão da natureza do espaço geográfico que a guiou. Esse foi, também, o pano de fundo que permeou desde a formulação das questões-problema, até o método e as práticas da investigação. O que implica, aliás, em assumir possíveis erros que tenhamos cometido na interpretação da própria teoria, bem como os desdobramentos analíticos daí decorrentes.

Munidos, então, de um entendimento-base do espaço, coube pensar nas categorias analíticas ou conceitos operacionais que, refletindo a ontologia, poderiam dar o devido enfoque aos aspectos do real a serem priorizados, de acordo com as questões-problema previamente esboçadas. Como alerta Santos (2006), as categorias de análise, formando sistema, devem esposar o conteúdo existencial do espaço, de modo que a própria coerência da construção teórica depende do grau de representatividade delas em relação ao objeto. São muitos os conceitos utilizados pelos geógrafos na operacionalização de suas pesquisas socioespaciais. O próprio autor define vários deles, como, por exemplo: paisagem; configuração territorial; divisão territorial do trabalho; espaço produzido ou produtivo; rugosidade e forma-conteúdo.

Nessa direção, em artigo que é referência bastante conhecida, Suertegaray (2001) busca uma compreensão objetiva e sistemática dos conceitos que denomina como balizadores da geografia, no intuito de delinear um corpo referencial de possibilidades analíticas. Segundo a autora, “[...] os conceitos geográficos expressam níveis de abstração diferenciados e, por consequência, possibilidades operacionais também diferenciadas (SUERTEGARAY, 2001, s/p)”. Tomando como ponto de partida exatamente essa compreensão de espaço geográfico de Santos (2006), ou seja, enquanto sistemas de objetos e sistemas de ações, a autora afirma que o campo de atuação da geografia é balizado por esse conceito, sendo ele o mais abrangente. Por isso mesmo, a partir dele, trabalha-se com conceitos, segundo a autora, mais operacionais, ou seja, que possibilitam o exame do espaço geográfico sob diferentes óticas.

Para a autora, cada conceito expressa uma possibilidade em particular de leitura de espaço geográfico, delineando, portanto, também um caminho metodológico específico. Como exemplos, ela traz os conceitos de paisagem, território, lugar e

ambiente, explicando que o espaço geográfico pode ser lido através de cada um deles (entre outros) ou mesmo através de mais de um deles em relação, levando em conta que cada uma dessas dimensões contém e está contida em todas as demais (sistema). Significa dizer que “paisagens contêm territórios que contêm lugares que contêm ambientes valendo, para cada um, todas as conexões possíveis (SUERTEGARAY, 2001, s/p)”. O enfoque em uma ou outra dessas categorias vai depender, segundo a autora, da visão analítica privilegiada por um ou outro geógrafo.

Em publicação mais recente, mas com semelhanças em relação à reflexão de Suertegaray (2001), Haesbaert (2014) propõe uma “constelação” ou família de conceitos, em que se situam, de forma relacional, os principais conceitos trabalhados pela geografia. O autor parte de uma problematização sobre o próprio sentido dos conceitos, defendendo que estes não são nem simples retratos, reflexos ou espelhos da realidade e nem, tampouco, pura idealização ou produto do pensamento *a priori.* Na concepção de Haesbaert (2014), referenciada em autores como Foucault, Deleuze e Guatarri, os conceitos são produtos das problematizações do real. Segundo o autor, a vida e suas problemáticas antecedem o conceito. É de uma questão particular, de uma problematização, que eles nascem. Por isso, argumenta que toda proposição conceitual é mutável e reavaliável, dado que cada momento da história e cada espaço geográfico (re)coloca seus próprios problemas.

Segundo Haesbaert (2014), os conceitos sempre são criados em relação com problemas específicos, de modo que cada um deles privilegia algumas problemáticas enquanto “foco”, reconhecendo a presença de outras, mas as deixando em segundo plano. É assim que Suertegaray (2001) vai falar, por exemplo, do recurso ao conceito de paisagem quando a problemática estiver voltada à dimensão econômico-cultural do espaço geográfico, do recurso ao território quando o enfoque for político (poder), ao lugar quando o problema for a existência objetiva e subjetiva, e ao ambiente quando a questão for a transfiguração da natureza. A sua vez, é também através desse entendimento de conceitos referenciados a problemáticas que Haesbaert (2014) vai falar do recurso ao território enquanto espaço-poder, ao lugar enquanto espaço vivido, à paisagem enquanto espaço-representação e ao ambiente enquanto relações sociedade-natureza.

O autor salienta, no entanto, que o fato de os conceitos dizerem respeito a uma problemática específica não significa que tenham de ser absolutamente distintos, exclusivos, separados como entes puros, rígidos. Pelo contrário, para Haesbaert

(2014, p. 32) “os conceitos não só não podem ser tratados isoladamente como nunca constituem unidades homogêneas, sempre são múltiplos [...]”. Explica o autor, que esse caráter heterogêneo e múltiplo do conceito se dá tanto internamente em seus elementos, sobreposições e flexibilidade no lidar com uma determinada problemática ou foco central, quanto externamente, em sua relação com outros conceitos como parte de uma constelação ou sistema maior. Internamente, um exemplo disso é o amplo espectro de significação assumido pelo conceito de território no âmbito das problemáticas atinentes ao poder (que também tem diferentes compreensões). Externamente, o exemplo é a sua frequente intersecção com outros conceitos, como o de lugar (HAESBAERT, 2014). Além disso, para o autor, os conceitos não são apenas instrumentos de conhecimento do “já-dado” ou já produzido, eles também envolvem a produção da própria realidade, do real-futuro, ao problematizarem e proporem novas questões, sendo, por isso, de uso político.

É com base nesse entendimento do que são conceitos que Haesbaert (2014) vai propor o sistema que ele chama de constelação. Para explicá-lo, o autor faz analogia a um conjunto de planetas girando em torno de uma estrela. A estrela e sua luz correspondem ao conceito de espaço. Os astros que orbitam e são iluminados por essa estrela-espaço correspondem aos demais conceitos geográficos, entendidos como operacionais ou categorias analíticas: território, paisagem, lugar etc., cada um deles existindo somente em sua relação com os demais, sendo que seu movimento e sua capacidade de esclarecimento dependem de sua relação com a categoria central, o espaço. Cada conceito-astro desse sistema, tem, por sua vez, os seus satélites, ou seja, suas derivações conceituais ou elementos, reprojetando neles a luz (ou a ontologia do espaço) oriunda da categoria central.

Em suma, mergulhados na categoria espaço, esses conceitos ditos mais operacionais, em sistema, ordenam-se e reordenam-se a partir das problemáticas enfrentadas e bases teórico-filosóficas acionadas, sendo a percepção clara da problemática o ponto de partida fundamental (HAESBAERT, 2014). Em outras palavras, é a problemática em que a pesquisa está inserida que vai definir sob qual ênfase ou enfoque o espaço será abordado:

> Ao tratarmos o espaço geográfico a partir de nossos conceitos fundamentais, destacamos, ou melhor, focalizamos algumas de suas propriedades e/ou dimensões, nunca esquecendo que o que define nossa focalização, o privilegiamento de uma dessas dimensões, são as questões ou problemáticas que buscamos enfrentar (HAESBAERT, 2014, p. 43)

Haesbaert (2014, p. 42) propõe a denominação de foco conceitual a essa [...] priorização que cada conceito dá em relação ao espaço geográfico (e suas “regiões”)”. Segundo o autor, a vantagem de se falar em foco é a possibilidade de enfatizar uma determinada perspectiva ou forma de olhar e abordar a questão-problema ou objeto, sem, no entanto, ignorar as demais possibilidades de focalização, ou seja, sem desconhecer a presença de outros elementos que, ainda que não estejam enfocados, permanecem presentes. Na ótica de Haesbaert (2014), um foco conceitual implica distância das abordagens (neo)positivistas de caráter classificatório que consideram os conceitos fechados em espécies de gavetas claramente distinguíveis. Um foco conceitual significa determinar uma ênfase ao mesmo tempo em que se reconhece os contatos e interlocuções, cruzamentos, interpenetrações e sobreposições, num jogo que, para o autor, é muito mais complexo na realidade concreta do que permitem destacar essas indicações gerais.

Mas, e no caso de nossa pesquisa em particular, sob qual foco conceitual abordar o espaço geográfico? Como foi visto, a resposta para isso envolve pensar na problemática em que estamos nos detendo. Em primeiro lugar, nossa questão, desde o seu esboço, situa-se nesse subespaço ou região chamada Pampa. Esse (sub)espaço sofre hoje um processo de metamorfose, causado, sobretudo, pelo evento (novo sistema de ações) representado pelo avanço das lavouras modernas de soja, sendo o interesse aqui compreender as características e a dinâmica socioespacial daquelas suas partes que remanescem desse processo como heranças frente à crescente massificação.

Expliquemos melhor: através do caso de uma pesquisa que avaliou os efeitos da introdução da eletricidade em meio subdesenvolvido, Santos (2006) chama atenção sobre as possibilidades de compreender, a partir do fenômeno técnico ou da introdução de novos objetos técnicos, “[...] a produção e a transformação de um meio geográfico, assim como, por outro lado, compreender as condições de organização social e geográfica necessárias à introdução de uma nova técnica (SANTOS, 2006, p. 23)”. Em nossa pesquisa, trata-se de algo parecido, mas de forma inversa: está em questão avaliar as condições de organização social e geográfica que contingenciam, em alguns lugares do Pampa, particularmente no Alto Quaraí, a introdução de uma nova técnica, no caso, o sistema técnico das lavouras modernas, e até que ponto a não introdução desses novos objetos técnicos permitem ou não a reprodução de

velhas características desse meio geográfico, sobretudo, ante um entorno marcado pelo avanço do sistema técnico ligado ao complexo sojeiro. Um exemplo interessante nesse sentido é citado por Souza (2013) sobre um trabalho que mostrou a significativa influência da topografia da Zona Portuária do Rio de Janeiro, ou seja, de um sistema de objeto naturais, na permanência de antigas formas e conteúdos ao dificultar a realização de reestruturações espaciais “modernizantes”.

Em tarefas como essa, a geografia possui uma longa tradição, qual seja a de estudar as transformações e permanências, continuidades e descontinuidades do meio geográfico. E, ainda que com as limitações teórico-conceituais mencionadas por Moreira (2011), Duncan (2004) e Santos (2006), citadas no início deste subcapítulo, a porta de acesso privilegiada a esse conhecimento foi, historicamente, a paisagem. A paisagem é um documento-chave na compreensão das culturas, vai nos dizer Claval (2007). Ela manifesta concretamente a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, afirma-nos, por sua vez, Berque (1998). Isso porque ela é uma inscrição, uma escrita da Terra por uma sociedade, uma geo-grafia em seu sentido literal, segundo explica esse autor. Trata-se, por isso, de um texto passível de leitura e interpretação, como sugere Duncan (2004). A paisagem é um documento a acusar, a depender de quem o lê e como o lê, o que se passa num determinado (sub)espaço, lugar ou região.

Assim, em nosso trabalho, foi o recurso a esse conceito, enquanto foco conceitual, que consideramos pertinente. Realizamos um levantamento bibliográfico diverso sobre paisagem, buscando autores de perspectivas teóricas distintas, mas que, de algum modo, ajudassem a operacionalizar o conceito de forma que contemplasse o espaço pampiano do Alto Quaraí enquanto formas-conteúdo. Por sugestão de Haesbaert (2008), não nos filiamos a uma determinada “corrente” de interpretação do conceito de paisagem, buscando, ao contrário, os pontos de diálogo entre distintas perspectivas. Segundo o autor, a complexidade e o hibridismo dos fenômenos contemporâneos colocam a geografia frente à necessidade de abordagens não fragmentadoras e dicotomizantes entre diferentes dimensões. Para Haesbaert (2008), sem diluir a especificidade ou a relevância do cultural ou do econômico ou do ambiental, por exemplo, é preciso entendê-los dentro de concepções mais híbridas, preocupando-se mais em discutir os vínculos do que em identificar limites ou fronteiras com outras dimensões que compõem o espaço geográfico. Até porque, o entendimento do espaço geográfico como indissociabilidade entre sistemas

de objetos e sistemas de ações, ou seja, como sucessão infinita de formas-conteúdo, presume essa forma de abordagem não fragmentária.

Nessa perspectiva, realizamos a análise daquelas contribuições sobre paisagem que consideramos mais relevantes para a presente pesquisa. Nisso contam, por exemplo, trabalhos como os de Berque (1998), Gomes (2001), Duncan (2004), Santos (2006), Claval (2007), Raffestin (2010), Souza (2013), Andreotti (2013) e Verdum et. al. (2016). Não é intuito aqui, no entanto, levantar exaustivamente os diferentes entendimentos sobre paisagem, nem mesmo elaborar uma pretensa lista dos principais. Ao invés disso, trazemos as contribuições cujas abordagens julgamos dar maior suporte analítico à presente pesquisa, sobretudo, no sentido de refletirem operacionalmente a forma como estamos compreendendo o espaço geográfico.

Para Santos (2006), a paisagem é a parte observável do conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. Trata-se da parte visível daquilo que o autor chama de configuração geográfica, ou seja, o substrato material (SOUZA, 2013) ou materialidade do espaço. Enquanto conjunto de formas abarcadas pela visão num dado momento, a paisagem exprime as heranças deixadas pelas sucessivas relações localizadas entre homem e natureza (SANTOS, 2006). Ela é, por isso, transtemporal, segundo o autor, na medida em que reúne objetos passados e presentes. Em outras palavras, a paisagem "[...] existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo agora (SANTOS, 2006, p. 67)". Daí que o autor vai falar na paisagem como espécie de palimpsesto, ou seja, algo como um escrito que guarda sinais, cicatrizes ou, melhor, vestígios, de outro escrito anterior que existiu sobre a mesma superfície. Trata-se de uma superposição do resultado material da ação das diferentes gerações, mediante acumulações e substituições. Ou ainda, uma "[...] testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado (SANTOS, 2006, p. 70)". Talvez seja esse, aliás, o sentido das palavras de Claval (2007, p. 15), quando diz que a paisagem fala "dos homens que a modelam e que a habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam; informa sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar".

Para Santos (2006, p. 67), a paisagem é, em suma, um "sistema material", traduzido, tal como no entendimento de Verdum et. al. (2016, p. 212), em "[...] formas, linhas, cores e texturas [...]". É o que Berque (1998) vai chamar de paisagem-marca, ou seja, uma manifestação concreta que expressa uma civilização. Aliás, é

exatamente essa caraterística da paisagem, de expressão material visível de uma sociedade, que vai levar Santos (2006, p. 69) a julgá-la como um “precioso instrumento de trabalho”. Berque (1998), por sua vez, vai dizer que, enquanto marca, dado concreto sensível a um observador, a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada, para o que se dispõe, segundo o autor, de numerosos instrumentos metodológicos. Para o autor, é este, inclusive, “[...] o procedimento inicial de todo estudo geográfico, tanto físico quanto humano: fazer o inventário das formas concretas (percebidas numa escala humana) da epiderme terrestre – é a geo-grafia enquanto descrição da terra pelos geógrafos (BERQUE, 1998, p. 87)”.

Por outro lado, é também latente a compreensão de que embora seja necessário, não é suficiente abarcar a paisagem apenas como marca, aspecto visível. A questão que parece se colocar aqui é o risco a que se refere Moreira (2011), citado anteriormente, de o pesquisador acabar preso à aparência sem chegar a uma essência. Esse risco se daria, basicamente, por dois motivos: 1) porque nem tudo que é real pode ser desvelado pela visão e 2) porque o próprio olhar do pesquisador é condicionado por filtros. Destrinchemos melhor esses motivos 1 e 2, respectivamente:

1) Duncan (2004, p. 97) explica que “[...] nem tudo que é real e/ou tem poder causal pode ser observado ou experimentado”. De modo que, segundo o autor, para “[...] compreender a natureza relacional do mundo precisamos ‘completá-lo’ com muito do que é invisível, para ler os subtextos que estão por debaixo do texto visível (DUNCAN, 2004, p. 100)”. Por isso, para o autor, essa tradicional atenção quase que exclusiva aos artefatos (objetos, formas, paisagem-marca) indicam, usualmente, o que ele chama de “[...] um tipo altamente limitado de empirismo, que deixa fora de consideração muitos dos mais interessantes e poderosos fatores causais que afetam os fenômenos sociais (DUNCAN, 2004, p. 97)”.

Nesse sentido, Santos (2006, p. 71), vai argumentar que, enquanto sistema material, “a paisagem é apenas uma parte da situação”, pois “a situação como um todo é definida pela sociedade atual [...]”. A sua maneira, por sua vez, Berque (1998, p. 84) vai dizer que não é suficiente compreender a paisagem enquanto formas ou objetos, pois “a paisagem existe, em primeiro lugar, na sua relação com um sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de um certa lógica”. Por isso, para compreender mais a fundo essa “[...] marca que os homens criam na superfície da Terra, convém considerar a maneira como a sociedade está organizada, a natureza dos atores que aí estão presentes e os direitos de que

dispõem", como sugere Claval (2007, p. 296). É ela, a sociedade, que dá substância ou teor a essa paisagem-marca, é ela que "[...] anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida", explica Santos (2006, p. 70). Ou seja, se, de um lado, a paisagem expressa o resultado material acumulado das ações humanas ao longo do tempo, de outro, são as ações atuais que vão lhe atribuir um dinamismo e uma funcionalidade, tornando paisagem e sociedade atual variáveis complementares para a análise do pesquisador (SANTOS, 2006). Nas palavras de Duncan (2004, p. 100), "para conhecer o significado de um texto (nesse caso, o texto é a paisagem) precisamos preconceber o todo do qual o texto é uma parte".

Operacionalmente, isso vai implicar ir além da observação da paisagem enquanto "[...] conjunto de objetos reais concretos", no dizer de Santos (2006, p. 67), ou enquanto marca, no dizer de Berque (1998), ou, ainda, enquanto conjunto de artefatos, no texto de Duncan (2004). A paisagem, pelo simples fato de existir como formas, não basta, alerta Santos (2006). É preciso vê-la em indissociabilidade com seu conteúdo social, sendo exatamente nesse híbrido que reside, enfim, a ontologia do espaço de que fala o autor. Dito de outro modo, para o autor, buscar interpretar forma e vida separadamente pode conduzir a graves erros de julgamento, já que nem uma e nem a outra têm existência autônoma. "Os homens e o espaço que fizeram seu são as duas faces de uma mesma realidade e devem ser apreendidos pelo mesmo procedimento intelectual", vai nos dizer, enfim, Claval (2007, p. 318).

Por isso, a descrição (e, claro, a análise) de um sistema de objetos vai depender invariavelmente da descrição de um sistema de práticas (funcionais e simbólicas), haja vista que existe uma interferência constante entre os dois, como destaca Santos (2006). Pela ótica de Berque (1998), restringir-se à descrição ou inventário dessas formas ou dessa materialidade é distanciar-se da própria paisagem como dado perceptível na medida em que está sendo abstraído o sujeito coletivo com o qual ela se relaciona, ou seja, a sociedade que a produziu e que a (re)produz. O exemplo utilizado pelo autor (1998, p. 86) é bastante didático: "[...] a análise antropométrica, biológica etc. dos elementos de um rosto não é suficiente para dar conta desse rosto; falta outra coisa: uma relação direta com um sujeito".

2) Além dessa questão da insuficiência do visível como forma de acesso ao real, Duncan (2004) chama atenção para o fato de que o próprio visível captado na paisagem pelo pesquisador é contextual, ou seja, os dados observacionais com os quais ele descreve a paisagem não são reflexos espelhados, são na verdade

construídos nos limites de suas próprias estruturas intelectuais e alcances da linguagem. Nas palavras de Souza (2013), a paisagem é sempre, de certo modo, subjetivamente e culturalmente construída. “[...] Resulta da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionada por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos, e da esfera da rememoração e da lembrança recorrente”, como prefere Gomes (2001, p. 56). É o resultado de um processo de produção mental que tem origem na observação humana mediatizada por diferentes linguagens, conforme explica Raffestin (2010).

De tal modo, que sempre haverá, segundo esse último autor, fenômenos de atrofia e de hipertrofia segundo a percepção da paisagem de cada pesquisador, variando se ele está mais interessado pela cidade, pelo mundo rural ou pela geomorfologia, por exemplo. Em outras palavras, segundo o autor, a paisagem enquanto materialidade observada é sempre uma imagem (“geograma”) da realidade material (“geoestrutura”) e não a própria realidade material. O recorte da paisagem efetuado pelo indivíduo, condicionado por seus próprios filtros e pelos interesses que o regem, nem sempre captura e valoriza a complexidade das coexistências do espaço, diz Gomes (2001, p. 57). Segundo esse autor, “[...] a paisagem tem sua existência condicionada pela capacidade do observador em reter, reproduzir e distinguir elementos significativos (culturais ou naturais, circunstanciais ou processuais, adventícios ou genuínos, entre outros aspectos)”.

Mas, operacionalmente, esse ponto 2 se desdobra em quê? Na perspectiva colocada por Duncan (2004), uma implicação operacional poderia ser o rompimento com o tratamento da paisagem e de seu significado de forma restrita apenas ao ponto de vista do próprio pesquisador. O autor advoga em favor de um caminho intermediário entre empiria e teoria, em que a concepção contextual do mundo dada pelo ponto de vista do pesquisador se confronte mutuamente com a influência exercida pela própria paisagem sobre as ações e representações humanas, o que pode ser desvelado na interlocução com os sujeitos sociais que com ela se relacionam.

É nesse sentido que Berque (1998) vai propor um tratamento indissociável entre essa paisagem enquanto marca e a paisagem enquanto matriz, na perspectiva de que ela inspira um sentido, implicando toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais, que a fazem desempenhar esse “[...] papel perpétuo e simultâneo (BERQUE, 1999, p. 88)”. Trata-se de algo semelhante ao que Duncan (2004, p. 106)

vai chamar de “[...] qualidade de estruturada e estruturante da paisagem”, no sentido de que é um produto social concreto, mas, sobretudo, um elemento que tem papel nos próprios processos sociais e culturais, no que ele vai chamar de paisagem como sistema de criação de signos.

Evidentemente, essa paisagem-marca ou esse sistema material, porta símbolos e mensagens inscritas formal ou informalmente nos objetos geográficos, “[...] colaborando, para o bem e para o mal, para a socialização e a (de)formação de hábitos, costumes e mentalidades (SOUZA, 2013, p. 74)”. No entanto, ainda que as abordagens de Berque (1998) e Duncan (2004) estejam aparentemente destacando esse aspecto mais simbólico do condicionamento desempenhado pela paisagem sobre a sociedade, cabe compreender, tal como explica Souza (2013), que, uma vez produzida, essa materialidade ou configuração geográfica condiciona também em um sentido mais funcional, através, por exemplo, de seu sítio e sua topografia com suas construções e sua infraestrutura produzidas desse ou daquele jeito. Isso porque essa marca, em sua materialidade, bloqueia ou libera a circulação, facilita ou dificulta determinadas práticas, atrai ou afasta investimentos, atrai ou repele visitantes, favorece ou desfavorece os encontros, a aproximação e o diálogo entre pessoas etc. (SOUZA, 2013). Como sintetizaria Santos (2006, p. 92), “o trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer”.

Talvez, o ponto comum dessas compreensões seja importância dos relatos ou narrativas das gentes como forma de ir além da descrição pelo pesquisador da paisagem-marca, aprendendo também o seu papel ativo, ou seja, a paisagem-matriz. O procedimento sugerido por Berque (1998), por exemplo, parte do que ele chama de inventário eco-geográfico, que consiste em avaliar a maneira e o grau em que uma tal sociedade transformou a natureza que habita. Trata-se do tradicional ponto de partida da geografia, ou seja, a descrição da paisagem enquanto marca. A esse procedimento se somaria um inventário das representações, que se traduziria em registrar a percepção da paisagem por essa sociedade, como ela “[...] evoca e idealiza sua relação com a natureza (pintura da paisagem, literatura, jardins etc.) (BERQUE, 1998, p. 88)”. Por sua vez, a esses dois inventários, se seguiria um terceiro: o dos conceitos e dos valores de tal sociedade, ou seja, como ela concebe e julga o natural e o artificial, a natureza humana, sua própria natureza e o sobrenatural, e como esse quadro mental se projeta no ecúmeno, na organização territorial, na arquitetura, etc. Um quarto inventário seria o das políticas, ou seja, o da gestão do ecúmeno, das

instituições que essa sociedade cria para gerir seu patrimônio eco-geográfico e sua eficácia. Por fim, se processaria um exame de síntese desses inventários em que estas distintas dimensões são analisadas em suas relações.

Na concepção de Duncan (2004), compreender a qualidade estruturada e estruturante da paisagem envolve perguntar o que é significado pela paisagem (significação da paisagem) e de que maneira essa significação ocorre (retórica da paisagem). No que tange à significação, o autor sugere três tipos de informação a partir de relatos locais: 1) sobre a natureza da paisagem, como ela lhes parece; 2) que importância é atribuída à paisagem; e 3) de que maneira suas leituras da paisagem naturalizam as relações sociais em uma sociedade ou a transforma. Segundo o autor, essas mesmas indagações podem ser submetidas aos relatos não-locais, em que se torna interessante analisar a diferença entre os discursos do "outsider" e do "insider" sobre a forma como interpretam a paisagem. Explica Duncan (2004, p. 108) que "[...] o outsider pode manter um distanciamento crítico que o coloca numa perspectiva diferente da visão tomada como dada, ou naturalizada, das pessoas do local". Deste modo, segundo o autor, a justaposição dessas duas leituras pode ajudar a esclarecer a maneira como a paisagem atua na transmissão de ideologias dominantes, ajudando a reproduzir práticas sociais e políticas. Além disso, o autor fala da necessidade de atenção ao que chama de 'retórica da paisagem', que consiste em compreender como "[...] a paisagem é lida como um texto e, então, atua como um instrumento de transmissão, reproduzindo a ordem social (DUNCAN, 2004, p. 110)".

Por fim, na perspectiva de Souza (2013), trata-se de "desconfiar" da paisagem enquanto aparência posta à interpretação do pesquisador. Trata-se de buscar interpretá-la ou decodificá-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência, como diz o autor. Ao estudar uma paisagem rural, por exemplo, para além do que se observa, seria preciso levar em conta, também, os sistemas de produção, os problemas enfrentados pelos que ali vivem e/ou trabalham, suas concepções, percepções e ações nessa paisagem, a influência de cenários em outras escalas (a divisão territorial do trabalho) etc. Isso implicaria fazer o uso de técnicas de pesquisa que vão além da observação com descrições textuais e/ou dos registros fotográficos feitos pelo próprio pesquisador. A eles se somariam e/ou confrontariam material de fontes bibliográficas e documentais e, sobretudo, de entrevistas com sujeitos sociais, contendo suas narrativas e relatos.

Mesmo assim, é importante considerar a representação como tal e não a confundir com a própria realidade, alerta Raffestin (2010). Isso, seja nas representações obtidas nas entrevistas, seja na consulta a publicações, documentos audiovisuais, poesias ou descrições produzidas por terceiros, por exemplo. Para o autor é isso o que vai permitir utilizá-las como instrumentos de pesquisa. Em suas palavras: “É normal que aconteçam confusões entre a realidade e a representação, porém torna-se problemático no sentido científico porque se traduz numa incapacidade de usar a representação como meio para conhecer a realidade (RAFFESTIN, 2010, p**.** 22)”. Melhor dizendo, é preciso reconhecer a representação como face ou dimensão da realidade socioespacial em questão, e não a realidade mesma, no sentido de que o espaço contém as representações, mas não se resume a elas. É oportuna aqui a afirmação de Claval (2007) de que os espaços humanizados são marcas da cultura tanto no sentido da ação concreta, das tecnologias usadas, por exemplo, na exploração das terras ou na construção de habitações, quanto no sentido da representação, que ajuda a concebê-los enquanto expressão de preferências, valores, sentidos de um grupo. “As práticas que modelam o espaço ou que são desenvolvidas no sentido de utilizá-lo, misturam estreitamente o ato, a representação e o dizer (CLAVAL, 2007, p. 14)”.

Tal como no caso da paisagem diretamente observada/percebida pelo pesquisador, é preciso desconfiar também de suas representações, vai dizer Souza (2013). Caberia, nessa perspectiva, compreender que a imagem fotografada, filmada, desenhada, pintada, feita poema ou textualmente descrita por terceiros, constitui, para quem a produz, um instrumento de descoberta do oculto na realidade, mas também, e sobretudo, uma descoberta de si próprio no ambiente social através da eliminação e a evidenciação de elementos particulares (RAFFESTIN, 2010). É entender que essas representações contêm ao mesmo tempo informações e omissões, atrofias e hipertrofias, a intenção de tornar visível e a de tornar invisível. Em outras palavras, essas representações são instrumentos ou subsídios de descoberta dos lugares, suas paisagens e conteúdos sociais e ao mesmo tempo das diversas ideologias desejosas de dar uma identidade ao seu próprio olhar. Daí a necessidade de “cruzar” essa multiplicidade de fontes.

1.1.2 Procedimentos

Partindo do exposto no item anterior, passemos agora às ferramentas e técnicas utilizadas na investigação. Iniciemos esclarecendo a opção pela pesquisa qualitativa. Nosso estudo da paisagem pastoril, da vida que a anima através de seus sujeitos sociais e das relações entre ambos no Alto Quaraí não esteve baseado em pesquisa quantitativa, porque o interesse não foi pelas representatividades numéricas, nem tampouco pela validação de hipóteses a serem categoricamente confirmadas ou refutadas (MINAYO, 2002). Em outras palavras, nossa busca foi menos por aquilo que se repete e pode ser tratado em sua homogeneidade, e mais por aquilo que se apresenta como singularidade e significado (MINAYO, 2017). Nosso problema de pesquisa se traduz em perguntas a serem respondidas a partir do diálogo entre distintos olhares contextuais, tal como se refere Duncan (2004), que se desdobram desde o nosso próprio olhar enquanto pesquisador, até os dos diferentes sujeitos sociais que vivem e/ou se relacionam com o Alto Quaraí. Como destaca Flick (2009, p. 25), na pesquisa qualitativa, “a subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa”.

Sob essa perspectiva de investigação, a primeira e básica técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Os procedimentos consistiram na consulta, seleção e fichamento de livros e capítulos, artigos de periódicos e de anais de eventos, teses e dissertações e outros trabalhos de cunho científico. Podemos falar em duas linhas de pesquisa bibliográfica, uma que tratou a respeito da busca por material adequado à definição do sistema ou fundamentação teórico-conceitual, e outra que correspondeu à consulta a material já publicado sobre o tema da investigação, o chamado “estado da arte” (GIL, 2008) sobre o Pampa. Em outras palavras, a pesquisa bibliográfica subsidiou, de um lado, a definição das generalizações (suporte teórico-conceitual) e, de outro lado, a tomada de conhecimento de fatos brutos (o que se sabe sobre o tema), como será destacado adiante, com base em Leal (2002), no item dedicado às questões-problema.

Assim, na pesquisa bibliográfica, uma das vias nos subsidiou na compreensão do espaço geográfico, da paisagem, da técnica, dos objetos e das ações, das formas e do conteúdo, da configuração geográfica e das relações sociais, das funções e dos significados, da estrutura e do processo, das rugosidades, da (i)materialidade, da natureza-sociedade, dos eventos etc. A outra via, por sua vez, nos subsidiou no que

diz respeito à realidade do Alto Quaraí, do Pampa, da pecuária e da vida pastoril, de suas tradições e de suas modernizações, de sua reprodução e de sua supressão, de suas metamorfoses e contingências. A separação é meramente didática, pois o quadro teórico-conceitual de referência constituiu, na verdade, a própria lente com a qual o tema de pesquisa e os fatos brutos que o cercam foram observados. Em suma, a pesquisa bibliográfica foi um dos elementos que permitiram que a paisagem captada por nós através da observação seja compreendida em sua historicidade e em suas funções e significados atuais, em sua participação na estrutura ou divisão do trabalho a que pertence e no processo que com ela se dá.

A essa técnica se somou ainda a pesquisa documental. Os documentos podem ser definidos como fontes de dados não obtidos diretamente da observação ou da interlocução com as pessoas por parte do pesquisador, e sim indiretamente, por meio de jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, filmes e vídeos registrados por terceiros etc. (GIL, 2008). Quiviy e Campenhoudt (1998) destacam que os documentos podem ser manuscritos, impressos ou audiovisuais. Podem ser também oficiais ou privados, provenientes de organismos ou de pessoas, podem conter dados numéricos ou textuais.

Em nossa pesquisa, recorremos, basicamente, às seguintes fontes documentais: 1) bancos de dados históricos, estatísticos e cartográficos de instituições como IBGE, MMA, ICMBio, INCRA, entre outros; 2) aplicativo Google Earth, que permite uma visão prévia multiescalar da paisagem a ser explorada em trabalho de campo 3) projeto MapBiomas, que monitora o uso do solo nos biomas brasileiros; 4) poesias e, em geral, arte regional de linha campeira; e 5) vídeos produzidos por terceiros com conteúdo de interesse para a pesquisa. Como destacam Quiviy e Campenhoudt (1998, p. 201), “é frequente o trabalho de um investigador necessitar de dados macrossociais que apenas organismos oficiais poderosos, como os institutos nacionais de estatística, têm condições de recolher”. É esse o caso da presente pesquisa, em que a compreensão do local envolveu necessariamente a compreensão de outros contextos escalares. Foi intuito compreender o Alto Quaraí, suas paisagens e suas gentes, dentro do contexto maior em que estão inseridos, tanto na geografia presente quanto no processo histórico de sua construção e transformação. Para isso, essas pesquisas documentais somadas à pesquisa bibliográfica, foram ferramentas imprescindíveis.

O trabalho de campo, por sua vez, foi a forma privilegiada de obtenção de informações, para o que cabe uma reflexão sobre essa tradicional prática da Geografia: é bastante citada a assertiva de Kaiser (2006, p. 100) de que, em campo, “uma coisa é observar para tentar compreender, registrar os fenômenos para os interpretar com o apoio da explicação geral; uma outra é ir ‘à pesquisa’ como quem vai ao zoológico ou ao safári!”. Com essa observação, o autor reitera a crítica ao empirismo de corte antiteórico de que falamos anteriormente. No nosso entender, o que Kaiser (2006) quer dizer é que o trabalho de campo não pode se restringir à tradicional prática da observação da paisagem como conjunto de coisas dadas, devendo, isto sim, ser uma articulação teórico-prática que permita ir além da dinâmica das formas para chegar à dinâmica das formas-conteúdo, que é, digamos, a essência do espaço geográfico.

A semelhança do que já trouxemos à discussão anteriormente, também Zusman (2011) explica que o trabalho de campo com o qual a geografia forjou sua própria identidade enquanto disciplina científica foi aquele ancorado na experiência visual, tendo a observação como forma preponderante no processo de conhecimento. Segundo esta autora, “se suponía que existía una correspondencia directa entre lo que se veía en el terreno y el conocimiento de la realidad (ZUSMAN, 2011, p. 20)”. Por isso, em campo, as práticas que tradicionalmente caracterizaram a ciência geográfica foram, segundo a autora, notadamente visuais, tais como ler as formas visíveis, fotografá-las e classificá-las a partir da comparação com outras paisagens. Para Zusman (2011), os geógrafos, diferentemente dos etnógrafos, estiveram durante muito tempo reticentes à relevância de, no trabalho de campo, interagir com as populações locais, considerando seus saberes no processo de produção do conhecimento.

No entanto, desde o advento das chamadas geografias críticas, a partir da década de 1970, o trabalho de campo vem ganhando novos sentidos e sofrendo reformulações, segundo a autora. Em sua concepção, essas novas compreensões interpretativas deram à geografia o status de uma ciência social, preocupada com temas como o da pobreza estrutural e o das desigualdades sociais, por exemplo. Com isso, as sociedades locais, até então raramente levadas em conta como vozes relevantes nos processos de investigação em trabalho de campo, foram paulatinamente ganhando maior protagonismo (ZUSMAN, 2011).

Além disso, Zusman (2011) explica que, sobretudo a partir da década de 1990, muitas pesquisas também passaram a ter seus trabalhos de campo influenciados pela etnografia, oriunda da antropologia. Diz a autora que essa influência permitiu "[...] 'bajar la voz' del investigador" em favor de uma multiplicidade de vozes, numa "[...] perspectiva heterogénea y polifónica de los procesos espaciales analizados (ZUSMAN, 2011, p. 23)". Para Zusman, essa forma de trabalho de campo concebe que todos os pontos de vista são importantes na investigação. Além do que, segundo a autora, ajuda a desestabilizar representações hegemônicas, em muitos casos associadas exatamente ao olhar unívoco de um ator, setor social ou mesmo acadêmico sobre uma dada realidade.

Em nosso caso, essa ideia de "bajar la voz del investigador" se refletiu na própria redação da tese, como será visto adiante, na qual fizemos questão de lançar mão de abundante material transcrito diretamente das falas dos entrevistados. Além disso, cabe destacar que pensar no trabalho de campo dessa forma traz à tona, inclusive, a possibilidade de colocar em questão certos estigmas ou rótulos generalistas ainda bastante reproduzidos sobre o Pampa e sua paisagem-vida pastoril. Tanto aqueles em que aparece, por exemplo, reduzido a um "reduto latifundiário" de corte "aristocrático", domínio do arcaico e do atrasado ou do improdutivo, do lento e do conservador, quanto aqueles que projetam ou mesmo já enxergam o que seria um extremo oposto, ou seja, a extinção dos arraigos tradicionais da pecuária extensiva na esteira das modernizações e da globalização.

Nisso, cabe destacar a concepção de Warnier (2000), que, ao dissertar sobre a globalização da cultura, tece interessante crítica a tomadas de posição como essas, de cunho, digamos, macrossociológico, ou às vezes macroeconômico, dizendo que elas pecam por não levarem em conta a escala local. Para o autor, esses discursos generalizadores são, por vezes, desprovidos da preocupação de integrar exatamente os dados de pesquisa de campo. Seus autores não veem o que se passa localmente e reproduzem o que, para Warnier, é o mesmo erro dos teóricos da modernização por "convergência", das civilizações a caminho de um modelo único, que, segundo ele, vigorava na década de 1960. Para o autor, "[...] é preciso articular dois pontos de vista alimentados em partes iguais pelos dados empíricos: o global e o local (WARNIER, 2000, p. 148 – 149)".

Nessa perspectiva, em nosso caso, optamos por um trabalho de campo em diálogo entre essas inovações e a tradição observacional e descritiva da geografia.

Sobre isso, Zusman (2011) destaca que essas sucessivas e distintas concepções e formas de fazer trabalho de campo convivem na atualidade. Não houve um processo linear de substituição de umas pelas outras, de tal modo que, por vezes, o trabalho de campo clássico e o de influência etnográfica, por exemplo, constituem um mesmo trabalho de campo. Por isso, segundo a autora podem aparecer combinadas a tradicional observação visual com técnicas como a observação participante, o mapeamento participativo, a realização de entrevistas semiestruturadas e/ou as histórias de vida, por exemplo. A observação da paisagem pode, aliás, servir como ponto de partida, como defende Berque (1998), ou seja, um primeiro nível de aproximação. Pode, também, ser elemento importante de uma etapa exploratória, de reconhecimento do terreno, sendo útil, inclusive, para testar ou reformular a própria investigação e as questões-problema que a orientam (ZUSMAN, 2011). A partir disso, conforme Zusman (2011), é a interação com os informantes o que vai abrir a possibilidade de descrição da vida socioespacial, ao incorporar a perspectiva dos próprios membros da comunidade em questão.

Seguimos, portanto, esse caminho da mescla entre observação-registros da paisagem (incluindo a materialidade dos objetos e a materialidade dos corpos) e entrevistas semiestruturadas. No caso da observação, Quiviy e Campenhoudt (1998) lembram que essa é a única técnica de recolha de informações que capta os acontecimentos, as situações ou os fenômenos sem a mediação de um documento ou de um testemunho. Segundo os autores, ao contrário do que ocorre em outras técnicas, a observação é direta, ocorre sem a intermediação de declarações (como no caso dos questionários e entrevistas) ou de vestígios deixados por aqueles que testemunharam o fenômeno direta ou indiretamente (como no caso da análise de documentos). Em outras palavras, poderíamos dizer que a observação direta é a única técnica de pesquisa inteiramente submetida à contextualidade do olhar do próprio pesquisador.

Entre as possibilidades de observação, optamos pela do tipo não-participante, em que o pesquisador permanece como observador externo, de fora da vida social pesquisada (QUIVIY; CAMPENHOUDT, 1998). Quanto à forma de obtenção dos dados, optamos pela observação sistemática (GIL, 2008), em que há elaboração prévia de um plano de observação pautado naqueles aspectos mais significativos de serem enfocados de acordo com as questões-problema da pesquisa. Como destacam Quiviy e Campenhoudt (1998, p. 196) “o campo de observação do pesquisador é, a

priori, infinitamente amplo", por isso, o ato de observar deve estar estruturado a partir dos objetivos do trabalho, que guiam ou mesmo filtram o processo de observação.

Para Gil (2008), esse planejamento prévio se desdobra em um instrumento de registro das observações, que pode assumir distintos níveis de estruturação. Segundo o autor, dependendo da pesquisa, esse instrumento vai ser mais aberto, com maior liberdade ao pesquisador de proceder a anotações daquilo que observa, ou mais fechado, por vezes na forma de uma grade, por exemplo, "[...] em que os comportamentos a serem observados são prévia e minuciosamente definidos, de forma tal que cabe ao pesquisador apenas assinalá-los (GIL, 2008, p. 106)". Para Quiviy e Campenhoudt (1998), essas distintas formas de estruturação das observações tem suas vantagens e desvantagens. As grelhas de observação, por exemplo, quando muito formalizadas, podem facilitar a interpretação, mas ao mesmo tempo podem tornar-se demasiado superficiais e mecânicas "[...] perante a riqueza e a complexidade dos processos estudados (QUIVIY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 199)".

Nessa perspectiva, optamos pelo modo mais aberto de estruturação das observações, traçando somente suas linhas gerais na forma de tópicos elencados a partir de cada uma das questões-problema de pesquisa. Em cada tópico, os registros se deram de forma livre, seja na forma de anotações, seja através das fotografias ou mesmo filmagens, quando pertinente. Destacamos, também, basicamente duas escalas de observação. A primeira foi a tomada desde as rodovias e corredores: sob esse ângulo, a visão da paisagem pastoril pampiana do Alto Quaraí é ampla, de conjunto. As pessoas, quando visíveis, são registradas em suas movimentações à distância. As observações são feitas sem o consenso prévio dos sujeitos sociais, já que se trata de um olhar de fora, que antecede a inserção nas propriedades e o contato com as gentes locais. Já a segunda escala foi exatamente aquela tomada desde o interior das estâncias[6], rincões, passos, vilas rurais e demais tipos de estabelecimentos ou povoações do Alto Quaraí. Nesse caso, a paisagem é tomada mais em profundidade do que em extensão. As pessoas e suas movimentações são registradas de perto. As observações são feitas com prévio consenso das pessoas que terão nos recebido em suas casas exatamente para participarem da pesquisa mediante contato prévio ou instantâneo, direto ou mediado.

[6] Ao longo de nosso trabalho utilizaremos o termo estância em seu significado mais "primitivo", simplesmente como estabelecimento pastoril baseado no uso das pastagens naturais do Pampa, independente de tamanho.

Nessa escala, aliás, é preciso estar atento e levar em conta eventuais efeitos de nossa própria presença junto aos sujeitos observados, tais como ocultações e mudanças de comportamento e comprometimento de sua espontaneidade, advindas de sua consciência de estarem sendo observados (QUIVIY; CAMPENHOUDT, 1998; GIL, 2008). Nesse sentido, é importante, também, levar em conta as sugestões de Gil (2008) e Quiviy e Campenhoudt (1998) quanto ao momento mais oportuno para proceder ao registro das observações. Para Gil (2008, p. 103), esse momento "é, indiscutivelmente, o da própria ocorrência do fenômeno". No entanto, ambos os autores destacam que nem sempre é possível e nem desejável, sendo em certos casos até mesmo inconveniente, tomar nota no próprio local e momento percebido, sob pena de perda de elementos significativos da situação, com perturbação da naturalidade da observação devido à desconfiança que pode ser gerada nas pessoas observadas. Uma saída seria exercer confiança limitada na própria memória, tomando nota imediatamente após a observação.

Cabe destacar que ainda que nossa observação tenha como principal fonte de informações a paisagem, nela estão incluídas as pessoas (corpos) e suas movimentações, dado que estas também se colocam junto às formas-objetos como dados visíveis, como argumenta Souza (2013). O autor usa o exemplo da paisagem da praia de Copacabana, convidando a imaginá-la de modo que não fosse possível ver nela os banhistas ou a presença de pessoas de modo geral. Tal representação, segundo o autor, causaria profunda estranheza e pareceria artificial, na medida em que estaria sendo suprimido o elemento que lhe dá vida. Nessa perspectiva, nossa observação da paisagem em campo inclui a atenção ao que as pessoas fazem nessa paisagem, buscando captar as manifestações não verbais de sua presença, tais como comportamentos, movimentações do corpo, práticas, gestos, jeitos, vestimentas, adornos, sons oriundos de suas atividades etc. A observação desse tipo de aspecto pode servir como uma primeira aproximação com o conteúdo das formas observadas, ou, em outras palavras, uma porta de acesso à paisagem em seu papel de matriz de concepções, representações e ações. Cabe lembrar que a observação das pessoas, em comparação com a entrevista, por exemplo, pode permitir a recolha de informações imbuídas de maior grau de autenticidade na medida em que "é mais fácil mentir com a boca do que com o corpo", como destacam Quiviy e Campenhoudt (1998, p. 199).

Por outro lado, para que o trabalho de campo obtenha seu completo sentido é indispensável a interlocução com os sujeitos que vivenciam a paisagem. Se o espaço, como formas-conteúdo, é, em diferentes medidas, funcional e simbólico, cabe uma forma de interlocução que ajude a dar conta disso. Dito de outro modo, se a paisagem é marca e matriz de funções e significados, de objetividades e subjetividades, de ações e representações, é necessário um instrumento capaz de captar essa mescla. Por isso, optamos pelas entrevistas semiestruturadas.

Segundo Heidrich (2016), ainda que as pesquisas qualitativas privilegiem o estudo de questões subjetivas, o uso de entrevistas semiestruturadas é muito comum para que possam ser obtidas, também, informações objetivas básicas sobre a população pesquisada ou aspectos materiais do problema ou contexto em questão. Perguntas mais objetivas, tais como área do estabelecimento, o que produz e o sistema de produção, por exemplo, ajudam a aprofundar ou mesmo confrontar aquilo que é captado pela observação. Por isso, ao somar-se ao aparato teórico e às pesquisas bibliográfica e documental, ajudam a compreendermos o conteúdo funcional da paisagem, a estrutura de que ela é parte e o processo pelo qual está passando. Por sua vez, as perguntas de cunho mais subjetivo, tais como a história da vida da pessoa com a paisagem, sua percepção sobre o que permanece e o que muda etc., serão os elementos que possibilitarão a multiplicação dos olhares, com o intuito de efetivamente acessar as formas-conteúdo, a paisagem-marca e matriz.

Segundo Quiviy e Campenhoudt (1998), a entrevista semiestruturada ganha esse nome no sentido de que não é nem inteiramente aberta e nem, tampouco, absolutamente fechada, feita de grande número de perguntas precisas. Colognese e Mélo (1998) vão explicar que, na entrevista semiestruturada ou semidiretiva, o entrevistador observa um roteiro mais ou menos preciso e ordenado de questões, mas, ao mesmo tempo, é livre para fazer perguntas adicionais. Nessa mesma linha, Boni e Quaresma (2005) afirmam que, nesse tipo de entrevista, o pesquisador segue um conjunto de questões previamente definidas, mas o faz em um contexto muito semelhante a uma conversa informal, combinando perguntas mais abertas e mais fechadas.

A preparação dos roteiros que guiam as entrevistas parte da problemática que se pretende elucidar, como explicam Colognese e Mélo (1998). Segundo esses autores, “o roteiro deve ser exaustivo e conter todas as perguntas e tópicos considerados aprioristicamente relevantes, com o objetivo de orientar os rumos da

entrevista (COLOGNESE; MÉLO, 1998, p.147)". Quanto à condução da interlocução no momento da entrevista, levamos em conta significativo número de sugestões, não apenas de Colognese e Mélo (1998), mas também de Quiviy e Campenhoudt (1998), Gil (2008) e Boni e Quaresma (2005), que dizem respeito a atitudes que ajudam a manter uma boa relação com o entrevistado de modo a obter melhores retornos, com maior riqueza e espontaneidade nas informações. São exemplos: os cuidados no contato inicial com os informantes e, após, na forma de colocar as perguntas; formas de intervenção, estímulo a respostas completas e manutenção do foco; cuidados com a escolha adequada do ambiente e do contexto da entrevista etc.

Quanto à forma de registro das informações, optamos pelo uso do gravador de voz. Para Gil (2008), a gravação é o melhor modo de preservar o conteúdo da entrevista. Seu uso é condicionado ao consentimento do entrevistado (GIL, 2008; QUIVIY; CAMPENHOUDT, 1998), que normalmente é dado sem maiores dificuldades, sobretudo, se, em prévia, os objetivos da pesquisa são claramente esclarecidos e o entrevistador se compromete em: 1) garantir o anonimato do entrevistado; 2) não repassar o arquivo gravado a terceiros; e 3) apagar as gravações após a análise (QUIVIY; CAMPENHOUDT, 1998). Nessa forma de registro das informações, é preciso considerar que a presença do gravador pode causar inibição ou constrangimento. Esse fato exige do pesquisador esforço redobrado para que o entrevistado se sinta o mais à vontade possível, sob pena, por exemplo, de ele assumir um personagem que nada tem a ver consigo, tentando de forma consciente ou inconsciente, enganar o pesquisador, como destacam Boni e Quaresma (2005) ao trazerem sugestões de Pierre Bourdieu para a realização de entrevistas científicas. Aliás, entre essas sugestões estão as que dizem respeito à transcrição das entrevistas, que devem, por um lado, ser preenchidas dos sentimentos não captados pelo gravador e, de outro, esvaziadas de vícios que comprometam a legibilidade do conteúdo, sempre mantendo, no entanto, a fidelidade com o que foi dito:

> Bourdieu (1999) também aponta algumas sugestões para com a transcrição da entrevista que é parte integrante da metodologia do trabalho de pesquisa. Uma transcrição de entrevista não é só aquele ato mecânico de passar para o papel o discurso gravado do informante pois, de alguma forma o pesquisador tem que apresentar os silêncios, os gestos, os risos, a entonação de voz do informante durante a entrevista. Esses "sentimentos" que não passam pela fita do gravador são muito importantes na hora da análise, eles mostram muita coisa do informante. O pesquisador tem o dever de ser fiel, ter fidelidade quando transcrever tudo o que o pesquisado falou e sentiu durante a entrevista. O autor também considera como dever do pesquisador

> a legibilidade, ou seja, aliviar o texto de certas frases confusas de redundâncias verbais ou tiques de linguagem (né, bom, pois é etc.). Este autor também considera como um dever do pesquisador tomar o cuidado de nunca trocar uma palavra por outra, nem mesmo mudar a ordem das perguntas. Portanto considera-se ideal que o próprio pesquisador faça a transcrição da entrevista (BONI; QUARESMA, 2005, p. 78).

Mas com quem é interessante ter uma entrevista? Quiviy e Campenhoudt (1998) falam em três categorias de interlocutores: 1) a dos especialistas no domínio de pesquisa a que se direciona a pergunta de partida; 2) a das testemunhas privilegiadas e 3) a do público a que o estudo efetivamente diz respeito.

A categoria dos especialistas envolve docentes, investigadores e peritos. Para os autores, os interlocutores que se enquadram nessa categoria podem ajudar a conhecer melhor o "terreno" ao exporem os procedimentos e resultados de seus trabalhos. Em nosso caso, privilegiamos a consulta aos especialistas através de suas publicações via pesquisa bibliográfica, liberando espaço-tempo para realizar as entrevistas com outras categorias de interlocutores cujas contribuições não seriam possíveis ou seriam mais difíceis de conseguir de outra forma.

Já a categoria das testemunhas privilegiadas envolve, segundo os autores, as pessoas que devido a sua posição, ação ou responsabilidades, têm um bom conhecimento da realidade em questão. Em nossa pesquisa, as entrevistas com esses interlocutores não se deram em trabalho de campo no Alto Quaraí e sim nas cidades de Santana do Livramento e Quaraí. Os entrevistados foram os seguintes: a) 1 técnico extensionista rural com atuação em Quaraí; b) um técnico da agropecuária com atuação em Santana do Livramento que é, ao mesmo tempo, pequeno pecuarista no Alto Quaraí; c) 2 representantes de escritórios de negócios rurais, sendo 1 de Santana do Livramento e 1 de Quaraí; e d) 2 artistas/literatos do meio nativista de Santana do Livramento com amplo conhecimento da zona rural do município e região.

Somamos, ainda, um tipo singular de testemunha privilegiada: o daqueles que hoje vivenciam o processo de avanço da soja no entorno regional "vizinho" ao Alto Quaraí. Ainda que essa "onda lavoureira" e as metamorfoses que causa não sejam diretamente o nosso foco, a interlocução com quem a está vivenciando se torna interessante, sobretudo, para efeitos de comparação e relações com o que ocorre no Alto Quaraí enquanto área relativamente contingente a essa dinâmica sojeira. Em outras palavras, a comparação, herança metodológica da geografia tradicional, pode ser uma ferramenta a mais na elucidação daquilo que é singular do Alto Quaraí.

Nesse aspecto, importantes interlocuções com sujeitos sociais e observações da paisagem foram obtidas na parte ou “metade” leste de Santana do Livramento, pertencente à província geomorfológica da Depressão Periférica do Rio Grande do Sul, Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, de solos predominantemente arenosos, onde a soja avança com velocidade. Em particular, foi realizada uma entrevista junto a um pecuarista familiar da localidade de Palomas, em junho de 2019. A comparação, aliás, trouxe não apenas singularidades atinentes à inserção ou não nesse processo de avanço das lavouras, mas também, aspectos históricos, técnicos, econômicos e culturais relacionados às diferenças naturais e ambientais entre os campos “pro lado das areias” e os campos “pro lado das pedras”, para utilizar os temos recorrentes entre as gentes locais.

Por fim, quanto à terceira categoria de informantes chamada por Quiviy e Campenhoudt (1998, p. 72) de “público a que o estudo diz diretamente respeito”, cabe uma adaptação: Em nosso caso, o público em questão é um híbrido, ou seja, é a paisagem com a via social que a anima, são as formas-conteúdo. Deste modo, entre as categorias de informantes citadas não há uma apenas que corresponda ao “público” ou sujeito-objeto do estudo, todas elas o são, junto com a paisagem. Assim, nossa terceira categoria de interlocutores das entrevistas são os *insiders* (DUNCAN, 2004). Trata-se das pessoas que têm nas localidades do Alto Quaraí o lugar de onde veem e vivem o mundo, para utilizar a expressão de Wanderley (2001) sobre os espaços rurais. São, sobretudo, os pecuaristas familiares e os médios pecuaristas, os peões e capatazes, mulheres e homens residentes nos rincões, passos, vilas, estâncias e demais lugares de vida locais.

É essa a categoria com a qual as entrevistas foram realizadas durante o trabalho de campo no Alto Quaraí. Foram realizadas 6 entrevistas, todas elas entre início de agosto e final de setembro de 2019. Após alguns estudos prévios sobre as características da população e dos estabelecimentos localizados nessa área de estudo, cruzados com diferentes características ambientais das localidades, chegamos aos seguintes entrevistados: 1 médio pecuarista da região dos campos de solos rasos de basalto, chamados “campos “sujos”, da localidade do Espinilho; 1 médio pecuarista da zona dos campos de solos arenosos da localidade do Areal; 1 pecuarista familiar dos campos arenosos-pedregosos sitos sobre afloramento arenítico da Formação Botucatu, na localidade do Coatepe; 1 pecuarista familiar e 1

pequeno[7] pecuarista dos campos de solos rasos chamados “campos limpos” sobre substrato basáltico do alto da Coxilha Negra, junto à linha de divisa seca com o Uruguai; 1 peão-capataz de estância média dos campos de solos rasos de basalto chamados “campos sujos” da localidade do Passo do Geromito.

Com essa categoria dos “insiders”, em particular, não menos importantes que as entrevistas propriamente ditas, foram as interlocuções, por assim dizer, que consistiram em conversas mais breves realizadas em situações de campo em que não seria possível uma entrevista. Foram momentos em que cruzamos, por exemplo, com algum campeiro pelos corredores, em que paramos em algum “bolicho”, em que paramos para uma conversa de “porteira” com alguma família, ou até mesmo em que fomos ajudados a trocar um pneu furado do carro etc. Como essas situações foram se mostrando proveitosas desde os primeiros trabalhos de campo, tomamos por prática manter um roteiro simplificado também para essas interlocuções breves, de modo a tirar maior proveito delas.

No total, foram realizadas 13 entrevistas e 12 interlocuções em diferentes localidades. Todos os entrevistados tiveram trechos de suas falas citados diretamente no texto da presente tese. Nestes casos, com o intuito de preservar o anonimato dos sujeitos sociais que contribuíram com a investigação, optamos pelo uso de nome fictício, conforme o Quadro 1, a seguir.

Detalhe importante a mencionar é sobre a composição do rol de entrevistados apenas com pessoas do sexo masculino. Evidentemente, isso não foi algo planejado e sim uma aleatoriedade das circunstâncias da pesquisa. Por um lado, acaba de certo modo refletindo a realidade desse que é um meio reconhecidamente masculinizado, o que inclui não apenas a vida pastoril em si, mas as atividades que a rodeiam como as formas de negócios rurais (campo e gado), a assistência técnica e a extensão rural e mesmo o meio artístico nativista. Por outro lado, poderia sugerir uma reprodução proposital ou inconsciente da velha tendência à invisibilização das mulheres nesse meio. Explicamos, pois, que isso foi nada mais que fruto da dificuldade que encontramos enquanto pesquisador do sexo masculino em conseguir, na espontaneidade dos trabalhos de campo realizados invariavelmente de forma solitária, entrevistas com as mulheres, ainda que tenhamos conseguido interlocuções.

[7] Cabe a distinção entre pecuarista familiar e pequeno pecuarista, na medida em que o segundo tem fonte de renda principal de origem urbana, divide a vida entre moradia na cidade e o campo e, por vezes, mantém trabalhador fixo como principal mão de obra do estabelecimento.

Quadro 1 – Informações sobre entrevistados e atribuição de nomes fictícios

Nome fictício	Identificação funcional	Localidade	Município	Data da entrevista
Anderson	Pequeno pecuarista	Palomas	Santana do Livramento	21/06/2019
Ado	Poeta nativista	Centro	Santana do Livramento	22/07/2019
Eduardo	Poeta nativista	Centro	Santana do Livramento	27/07/2019
Rodolfo	Médio pecuarista	Espinilho	Santana do Livramento	07/08/2019
Juremir	Técnico extensionista rural	Centro	Quaraí	10/08/2019
Antônio	Corretor de imóveis	Centro	Santana do Livramento	16/08/2019
Leandro	Corretor de imóveis	Centro	Quaraí	21/08/2019
José	Médio pecuarista	Areal	Quaraí	21/08/2019
Nico	Pecuarista familiar	Coatepe	Quaraí	27/08/2019
Robert	Pequeno pecuarista	Marco do Araújo – Coxilha Negra	Santana do Livramento	24/09/2019
Pedro	Pecuarista familiar	Ponta do Capão do Inglês – Coxilha Negra	Santana do Livramento	24/09/2019
Dioclécio	Peão-Capataz de estância	Passo do Geromito	Santana do Livramento	26/09/2019
André	Pequeno pecuarista e técnico da área de agropecuária	Centro	Santana do Livramento	09/06/2021

Outra questão é que, em se tratando de pesquisa qualitativa, teria sido difícil estabelecer previamente quantas saídas a campo e quantas entrevistas seriam realizadas com essas diferentes categorias de informantes. Dos sujeitos sociais e da paisagem pesquisados, interessou mais cada unidade amostral, ou seja, cada conjunto formado por sujeito social e paisagem, do que o número de amostras e a representatividade de sua distribuição dentro da área-recorte de estudo. Estiveram em foco, aqui, as particularidades casuais a serem desveladas em profundidade, e não o conjunto de unidades a apontar uma eventual tendência geral, segundo uma variável (HEIDRICH, 2016). Na analogia bastante didática feita por Heidrich (2016), seria algo como aquele produto diferenciado, lançado ao mercado em pequenos estoques, cujo foco é o maior ganho por unidade de produto, em detrimento dos produtos cujo ganho é obtido no atacado, em volume. O que, na prática, implicou

maior disponibilidade de tempo para uma convivência dialogada em campo na busca por maior riqueza de detalhes de cada situação vivida, tal como adverte esse autor.

Nisso, cabe destacar a referência Minayo (2017, p. 8), quando diz que "certamente o número de pessoas é menos importante do que o empenho em enxergar todas as possibilidades de se aproximar empiricamente do objeto, prestando-se atenção às diversas dimensões e interconexões". Nessa perspectiva, consideramos que o recurso a entrevistas e interlocuções com diferentes categorias de pessoas, associado a uma boa base de informações oriundas de outras fontes como a própria observação da paisagem, a pesquisa bibliográfica e documental, colocou-nos em perspectiva favorável a uma aproximação satisfatória com a realidade em questão.

Desde o início da pesquisa foram realizadas, no total, 17 saídas a campo, com itinerários a diferentes localidades do Alto Quaraí. Outros 2 trabalhos de campo tiveram como trajeto a zona "foco" da introdução da soja em Santana do Livramento, correspondente aos terrenos sedimentares da Depressão Central gaúcha, na parte leste do município, totalizando, então, 19 incursões. Desse total, 4 foram realizadas em 2017, no primeiro ano do curso de doutorado, durante a fase inicial da pesquisa, em que nos limitamos à observação, anotações e registros fotográficos da paisagem, assim como a algumas interlocuções breves com as gentes locais do Alto Quaraí. Em 2018, foi feita uma única saída a campo, também de caráter exploratório. No ano de 2019, com a pesquisa já estruturada teórica e metodologicamente, foram feitas 10 saídas a campo, em que os procedimentos utilizados nas incursões anteriores foram acrescidos das entrevistas semiestruturadas e de novas interlocuções espontâneas com as gentes locais, só que agora mais bem direcionadas aos objetivos da pesquisa.

Por motivo de força maior, essas coletas realizadas em 2019 acabaram se tornando a fonte da maior quantidade e qualidade dos dados de nosso *lócus* de estudo. Ocorre que, originalmente, nosso planejamento previa a realização da maior parte dos trabalhos de campo e das entrevistas no ano de 2020, após a realização do Doutorado Sanduíche, na Espanha, que se estendeu de outubro de 2019 a março de 2020. No entanto, devido à Pandemia Mundial de COVID-19, tivemos de dar por encerradas as entrevistas de campo junto aos chamados "insiders" apenas com o material que já havíamos coletado em 2019, antes da viagem. Realizamos, desde então, outras 4 saídas de campo, sendo 2 delas em 2020 e outras 2 em 2021, restritas,

porém, apenas à observação, anotações e registros fotográficos da paisagem, com algumas interlocuções apenas “de porteira” com as gentes locais, mantendo margem segura de distanciamento.

Por fim, a esse jogo, mescla ou cruzamento de técnicas de coleta de dados, associamos sua análise e interpretação. Segundo Gil (2008), tradicionalmente esses dois processos foram tratados de forma separada e sequenciada: primeiro se procederia à análise, consistindo na organização e sumarização (sintetização) dos dados recolhidos, e, depois, à interpretação, ou seja, à procura de seu sentido mais amplo, mediante ligação a conhecimentos anteriormente produzidos (GIL, 2008). No entanto, o autor explica que esses dois processos estão intimamente relacionados e, especialmente nas pesquisas qualitativas, não há separação possível entre eles. De modo que muitos relatórios de pesquisa sequer contemplam seções separadas para tratar dos dois processos (GIL, 2008). Segundo afirma, em pesquisas como os estudos de caso, que é o nosso caso, a análise-interpretação dos dados é principalmente qualitativa e não pressupõe definição prévia dos procedimentos de análise. “[...] Não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores” e o processo tem significativa dependência de elementos, como a capacidade e o estilo do próprio pesquisador (GIL, 2008, p. 175).

Mesmo assim, consideramos pertinente o conjunto de dez princípios e práticas da análise qualitativa sugeridos por Tesch (1990) apud Gil (2008, p. 176 – 177), que são os seguintes:

> 1. A análise não é a última fase do processo de pesquisa; ela é cíclica ou concomitante à coleta de dados. A rigor, o processo de análise inicia-se no momento da própria coleta; essas duas etapas se comunicam.
> 2. O processo de análise é sistemático e compreensivo, mas não rígido. A análise só termina quando os novos dados nada mais acrescentam quando entram num estado de saturação.
> 3. O acompanhamento dos dados inclui uma atividade reflexiva que resulta num conjunto de notas de análise que guiam o processo. Estas notas possibilitam registrar o processo e constituem importante ajuda para o desenvolvimento conceitual.
> 4. Os dados são segmentados, isto é, subdivididos em unidades relevantes e significativas, mas que mantêm conexão com o todo. A finalidade da análise não é simplesmente descrevê-los, mas promover algum tipo de explicação.
> 5. Os segmentos de dados são categorizados de acordo com um sistema organizado que é predominantemente derivado dos próprios dados. Algumas categorias são estabelecidas antes da análise dos dados. Mas, ao longo do processo são identificados novos temas e definidas novas categorias a partir dos próprios dados, de forma indutiva.
> 6. A principal ferramenta intelectual é a comparação. Os procedimentos comparativos são usados nos mais diversos momentos do

> processo de análise. Os dados obtidos, por sua vez, podem ser comparados com modelos já definidos, com dados de outras pesquisas e também com os próprios dados. Esta comparação é que possibilita estabelecer as categorias, definir sua amplitude, sumariar o conteúdo de cada categoria e testar as hipóteses.
>
> 7. As categorias para escolha dos segmentos são tentativas e preliminares desde o início e permanecem flexíveis. Como as categorias derivam dos próprios dados é necessário que sejam definidas como provisórias até que possam abarcar os dados a serem obtidos posteriormente.
>
> 8. A manipulação qualitativa dos dados durante a análise é uma atividade eclética; não há uma única maneira de fazê-la. Embora se reconheça a importância de um arcabouço metodológico sólido, não se pode dispensar a criatividade do pesquisador. Cabe-lhe muitas vezes desenvolver a sua própria metodologia.
>
> 9. Os procedimentos não são científicos nem mecanicistas. Para análise requer-se um plano. Mas isso não significa que se deva aderir mecanicamente ao processo. Embora requeiram conhecimentos metodológicos, não existem regras rígidas de análise. Na pesquisa qualitativa importante papel é conferido à interpretação.
>
> 10. O resultado da análise é um tipo de síntese em mais alto nível. Embora ao longo do processo de análise ocorra a segmentação dos dados, o que se espera ao final é a constituição de um quadro mais amplo e coerente.

Assim, expostas as técnicas de pesquisa e análise-interpretação dos dados, no próximo item, apresentamos a delimitação da área de estudo, isto é, o *lócus* empírico de análise, que teve como critério a busca pelos lugares onde, em tese, o Pampa se mantém conservado e pelo secular uso pastoril.

1.1.3 O Alto Quaraí, recorte espacial de análise

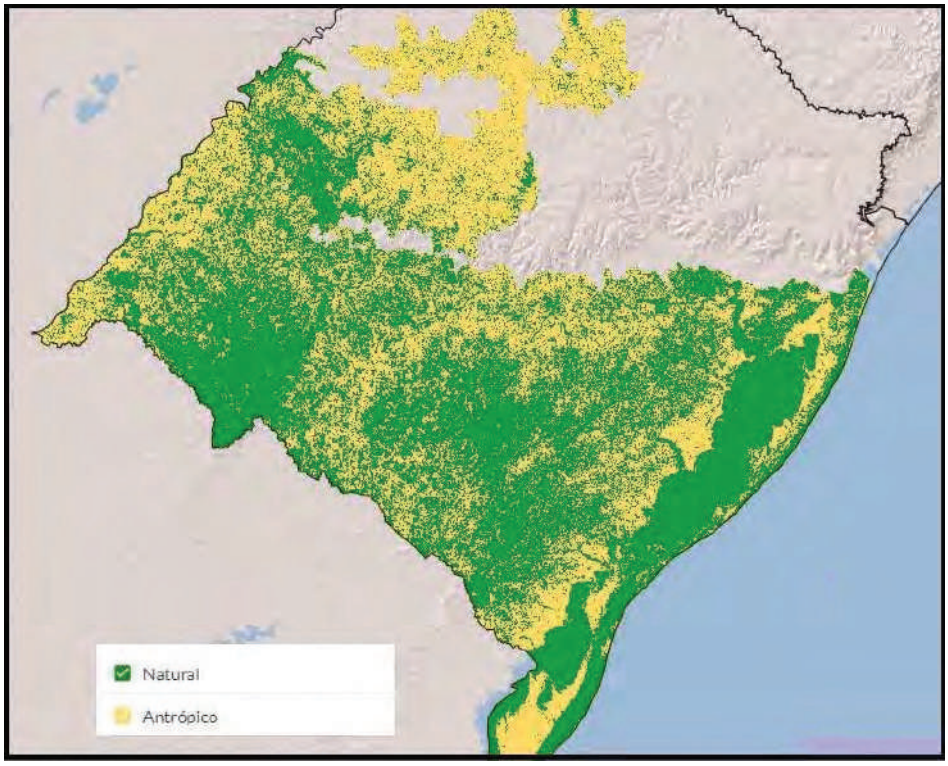
O recorte mais amplo da pesquisa é dado pela parte brasileira do Pampa, correspondente, grosso modo, ao quadrante sul do Rio Grande do Sul. A referência é a regionalização inicialmente proposta pelo IBGE (2004), com base no conceito de bioma, ainda que reconhecendo a existência de outras múltiplas formas de regionalização desse subespaço a partir de variados critérios.

Nossa pesquisa se insere na problemática surgida exatamente do acelerado processo de metamorfose em curso nesse espaço. Os sistemas técnicos das lavouras modernas, com destaque para a soja, avançam como um evento capaz de transformar com velocidade as formas-conteúdo até então postas. A paisagem é o elemento que mais emblematicamente expressa esse processo ao tornar visível a supressão do pastoril e de toda uma constelação de elementos que tradicionalmente animaram esse subespaço e o proveram de características singulares. São transformações sensíveis

mesmo ao observador menos interessado, ainda que cruzando rapidamente pelas estradas e rodovias do Pampa.

As imagens de satélite dão conta de desvelar a proporção de tal evento, através do monitoramento da supressão das formações pampianas naturais como campos e florestas. A Figura 1, a seguir, expõe as áreas suprimidas e os remanescentes ainda conservados até o ano de 2019 em todo o recorte do bioma no Brasil. Através desse trabalho de sensoriamento remoto, fica evidente o avançado estado de substituição da vegetação nativa e, mais do que isso, é indiciado um processo mais amplo, de metamorfoses das formas-conteúdo, da (i)materialidade, da natureza-cultura pampianas.

Figura 1 – Bioma Pampa - Distribuição espacial das áreas sob uso natural (verde) e antropização acumulada até 2019 (amarelo)



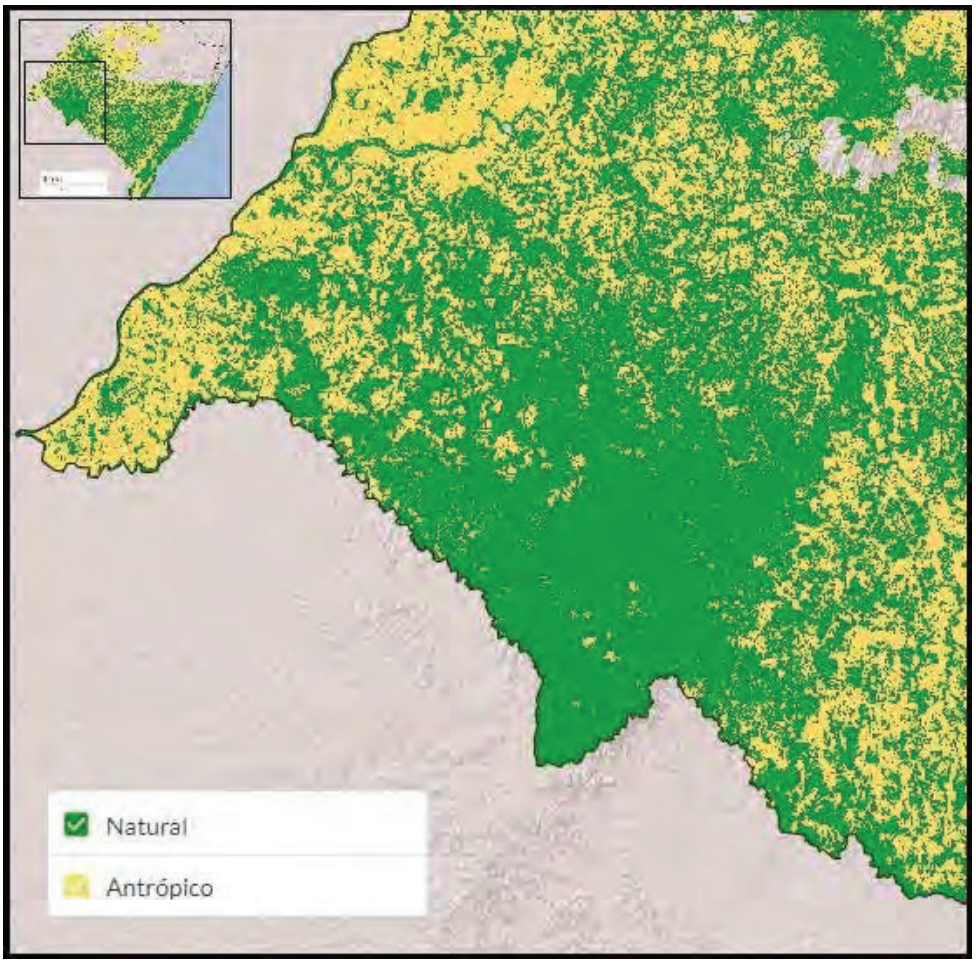
Fonte: Adaptado de Projeto MapBiomas – Coleção **5.0** da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 01/05/2021 através do link: **http://mapbiomas.org**
Projeto MapBiomas - é uma iniciativa multi-institucional para gerar mapas anuais de cobertura e uso do solo a partir de processos de classificação automática aplicada a imagens de satélite. A descrição completa do projeto encontra-se em **http://mapbiomas.org**.

Em nossa pesquisa, enfocamos a particularidade do que ocorre no sudoeste gaúcho na esteira desse processo. Essa parte do Pampa, onde outrora Ab'Saber

(2003) identificou o domínio por excelência das pradarias do Rio Grande do Sul, é agora cada vez mais fragmentada, com supressão particularmente adiantada ao longo dos vales dos maiores rios da região, como o Uruguai, o Ibicuí e o Santa Maria. Nessa região, originalmente detentora do “tapete vegetal do Pampa”, o chamado “campo fino” de que falava Pébayle (1968, p. 18), remanescem agora alguns “redutos”.

Na Figura 2, a seguir, é possível observar que uma dessas manchas remanescentes, em particular, sobressai-se por ser mais nítida, extensa e relativamente contínua.

Figura 2 – Supressão e remanescentes do Pampa até 2019 – Sudoeste gaúcho

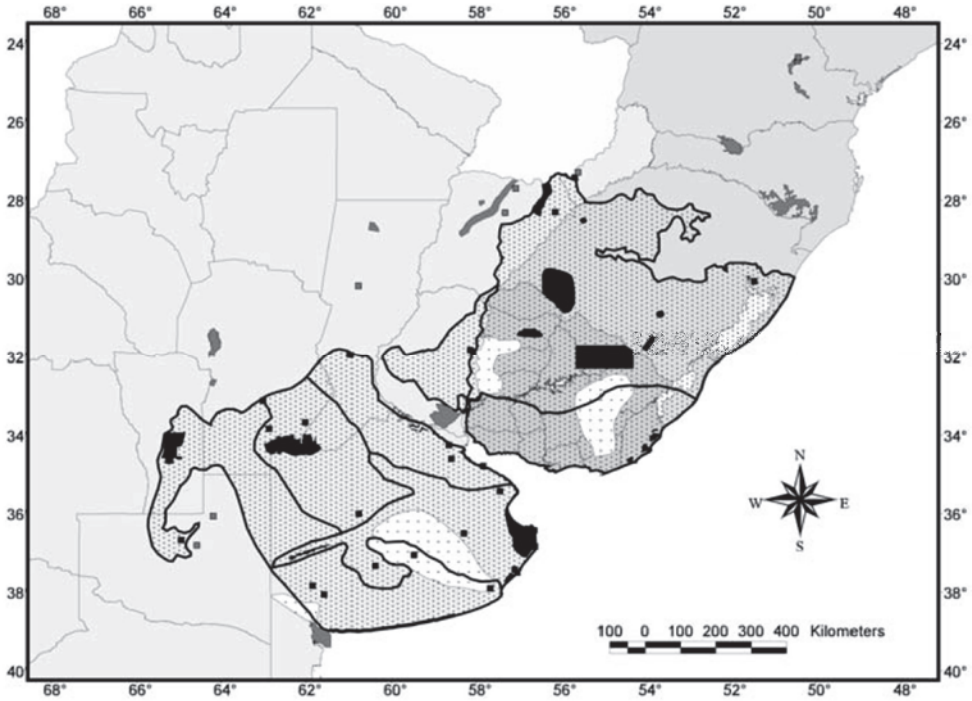


Fonte: Adaptado de Projeto MapBiomas – Coleção 5.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 01/05/2021 através do link: **http://mapbiomas.org**
Projeto MapBiomas - é uma iniciativa multi-institucional para gerar mapas anuais de cobertura e uso do solo a partir de processos de classificação automática aplicada a imagens de satélite. A descrição completa do projeto encontra-se em **http://mapbiomas.org**.

Ela se localiza na parte centro-ocidental da Campanha, onde predomina relevo suavemente ondulado originário de derrame basáltico correspondente ao chamado Planalto da Campanha ou Cuesta do Haedo, área “core” do Bioma Pampa no Brasil, segundo o IBGE (2004). Atributo este, aliás, sem dúvida, relevante, pois significa que estamos não só frente a um Pampa que remanesce, mas que remanesce em uma de suas porções originalmente mais representativas do ponto de vista ecopaisagístico.

Mesmo antes do reconhecimento do Pampa como bioma no Brasil, essa zona já aparecia em uma publicação internacional organizada por Bilenca e Miñarro (2004) como uma das Áreas Valiosas de Pastizal (AVP) de toda a região do Prata, segundo critérios como a biodiversidade, o uso da terra, e a relevância cultural que oferece. A Figura 3 traz a representação dessas AVPs identificadas. As áreas em preto, como a que cobre nosso *lócus* de estudo, correspondem às AVPs que tinham mais de 15 mil hectares, enquanto os pontos negros são as áreas com menos de 15 mil hectares. O mesmo vale para as áreas e pontos em cinza escuro, com a diferença de que essas são AVPs consideradas cercanas ou do entorno da região. Por fim, as áreas em branco são as que continham fragmentos de pastiçais ilhados.

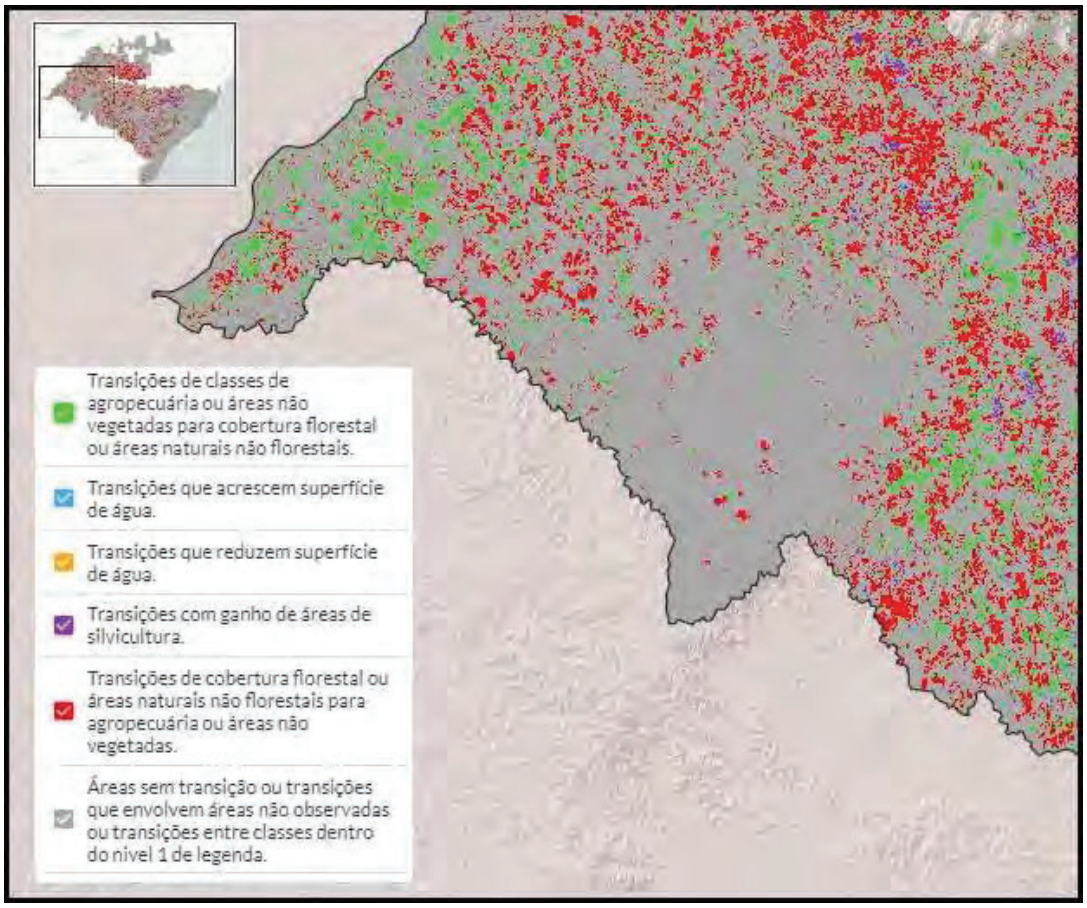
Figura 3 – Distribuição das Áreas Valiosas de Pastizal (AVPs) da região dos pastiçais do Rio da Prata e zonas cercanas



Fonte: Adaptado de Bilenca e Miñarro (2004)

Por sua vez, a Figura 4, a seguir, dá conta de que essa área cruzou as últimas três décadas, de 1985 a 2019, com significativa estabilidade no uso do solo frente a um entorno que esteve marcado pelas transições. Isso significa que atravessou o período de mais acelerada alteração do espaço pampiano em toda a história sem grandes transformações, o que evidencia o seu caráter de “refúgio”.

Figura 4 - Transições de uso do solo no Bioma Pampa – Sudoeste gaúcho (1985 - 2019)



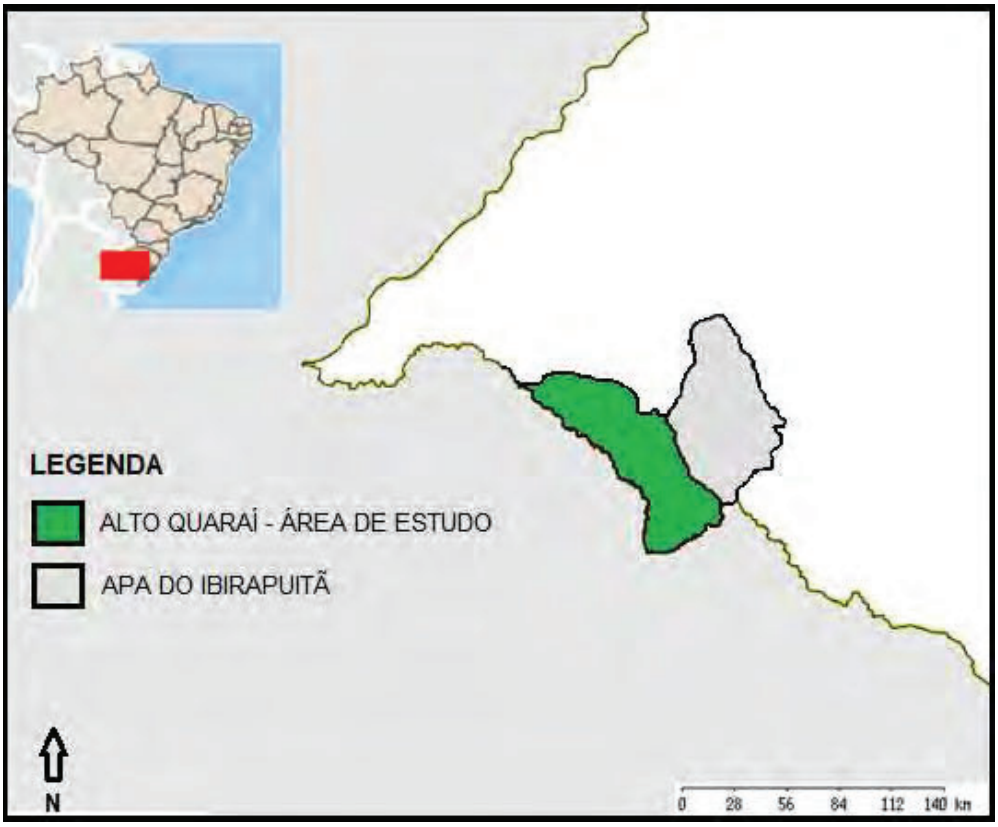
Fonte: Adaptado de Projeto MapBiomas – Coleção 5.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 01/05/2021 através do link: **http://mapbiomas.org**
Projeto MapBiomas - é uma iniciativa multi-institucional para gerar mapas anuais de cobertura e uso do solo a partir de processos de classificação automática aplicada a imagens de satélite. A descrição completa do projeto encontra-se em **http://mapbiomas.org**.

É assim que chegamos ao recorte mais específico da pesquisa. Se as áreas mais envoltas em transições se situam nas partes mais baixas correspondentes aos médios e baixos cursos principais e tributários dos rios da Campanha, de outro lado, é no alto das coxilhas, nos divisores d’água, região de nascentes e altos cursos

localizados no reverso da Cuesta de Haedo, que se concentra essa “mancha” remanescente do Pampa. Duas são as bacias hidrográficas que abrigam as áreas mais significativamente contínuas de conservação: a do rio Ibirapuitã e a do rio Quaraí. A primeira tem toda a sua parte superior protegida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), através da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã. A segunda é uma bacia transfronteiriça, cujo leito principal, o do rio Quaraí, serve de limite político entre Brasil e Uruguai. Sua parte superior, ou seja, o Alto Quaraí, é onde efetivamente se encontra a área mais conservada da bacia, sendo compartilhada por dois municípios: Quaraí e Santana do Livramento. As proporções do Alto Quaraí, em termos de Km², regulam com as da APA do Ibirapuitã, mas ao contrário desta, não se trata de uma área protegida.

Assim, levando em conta que a APA do Ibirapuitã, já foi (e é) lócus de diversas investigações e, pensando, também, na viabilidade logística da pesquisa, delimitamos como área de estudo o Alto Quaraí. A Figura 5 detalha esse recorte, incluindo também a APA do Ibirapuitã, para fins de referência de localização.

Figura 5 – Detalhamento do recorte espacial de análise



Fonte: Organizada pelo autor a partir do aplicativo i3Geo - MMA

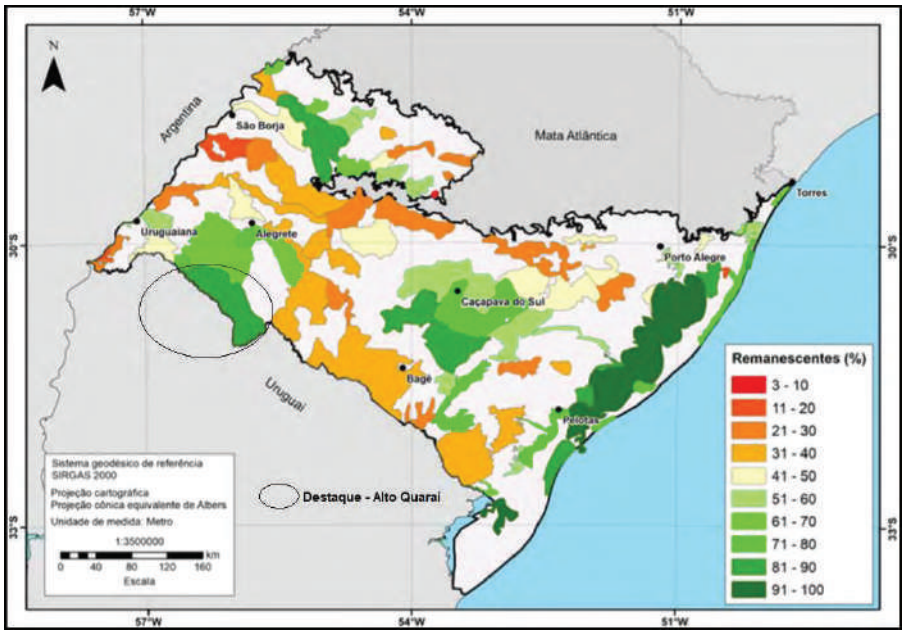
Apesar de não constituir uma Unidade de Conservação (UC), o Alto Quaraí já esteve, a partir de publicação de MMA (2007), entre as chamadas Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, definidas pelo Ministério do Meio Ambiente junto com outras 87 áreas pertencentes ao Bioma Pampa. Como o próprio nome sugere, as Áreas Prioritárias são aquelas partes do Bioma identificadas como preferenciais para efeito de formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal (MMA, 2007). Cada uma dessas áreas foi, então, classificada segundo sua importância biológica e segundo a prioridade de ação. No caso do Alto Quaraí, sua importância biológica foi classificada como "Extremamente Alta", e sua prioridade de ação como "Muito Alta".

Em 2018, por demanda do Ministério do Meio Ambiente e com execução do Instituto Curicaca (2018), foi publicado um relatório que teve como um dos seus objetivos avaliar em que medida essas Áreas Prioritárias definidas em 2007 foram ou não, de lá para cá, submetidas a modificações expressivas das suas condições ambientais, baseando-se, para isso, na análise do grau de supressão da vegetação nativa. Esse estudo mostra que, em 2009[8], o Alto Quaraí era uma das poucas Áreas Prioritárias do Bioma Pampa com percentual de remanescentes da vegetação nativa superior a 80%. Entre as Áreas Prioritárias localizadas especificamente no sudoeste do estado, Campanha Gaúcha, o Alto Quaraí era a única que se mantinha nessa faixa percentual, como mostra a Figura 6.

Outro dado importante do citado relatório diz respeito ao grau de fragmentação dos remanescentes naturais no interior de cada Área Prioritária. Esse dado é calculado através do índice de agregação (DIVISION), que expressa a probabilidade de dois pontos selecionados de forma aleatória em uma mesma Área Prioritária não se encontrarem na mesma mancha de área natural remanescente. Os valores vão de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, maior é a probabilidade de dois pontos estarem em uma mesma área remanescente, indicando, por isso, baixa fragmentação. Já quanto mais próximo de 1, maior é a probabilidade de esses dois pontos não estarem em uma mesma área contínua de remanescentes, indicando alto grau de fragmentação.

[8] Ano da última atualização do monitoramento da supressão da vegetação nativa do Bioma Pampa pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

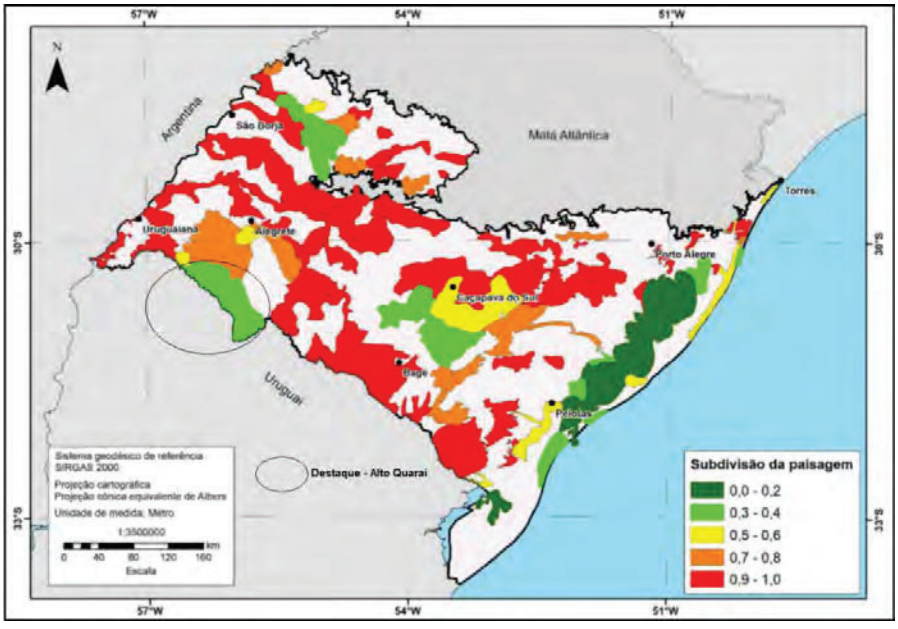
Figura 6 - Áreas Prioritárias do Pampa: percentual de remanescentes (2009)



Fonte: Adaptado de Instituto Curicaca (2018)

A Figura 7 mostra que, em 2009, o Alto Quaraí apresentava baixo índice de fragmentação da paisagem (cor verde) em comparação às demais Áreas Prioritárias do sudoeste gaúcho, em sua maioria altamente fragmentadas (cor vermelha).

Figura 7 – Áreas Prioritárias do Pampa: fragmentação da paisagem (2009)



Fonte: Adaptado de Instituto Curicaca (2018)

Assim, apresentado o recorte espacial de análise, no próximo item, expomos, por fim, as questões-problema da pesquisa.

1.1.4 As questões a responder

O leitor poderá se perguntar o motivo de só agora, ao final do capítulo dedicado à metodologia, serem expostas as questões-problema. De fato, é indispensável que o ponto de partida de uma pesquisa acadêmica seja uma pergunta posta à realidade. Porém, a partir dessa questão inicial, são, sobretudo, as leituras, trabalhos exploratórios de campo com interlocuções junto a sujeitos sociais e as novas reflexões que surgem a partir disso, os elementos que levam ao refinamento necessário para a formulação de questões-problema propriamente ditas. A posição dada ao presente item reflete, portanto, esse processo de aprimoramento de algo que se iniciou com uma questão ainda em estado bruto.

Problemas de pesquisa são produto da articulação entre **valores** e **conhecimentos** adquiridos pelo pesquisador, elementos estes que compõem sua percepção sobre uma dada porção da realidade a ser compreendida ou desvelada, vai nos dizer Leal (2002). Isso significa, nas palavras da própria autora, que “o pesquisador se conscientiza de um problema de pesquisa a partir dos **conhecimentos** de que dispõe e que ganham sentido em função de seus **valores pessoais** (LEAL, 2002, p. 234, grifo nosso)”.

Os conhecimentos envolvem, de um lado, o que a autora chama de generalizações, e de outro, o que chama de fatos brutos sobre uma dada realidade. As generalizações são para Leal (2002) conhecimentos elaborados para explicar conjuntos de fatos brutos, sendo exemplos os conceitos e as teorias, ou seja, o quadro teórico-conceitual de referência. Nessa seara, conforme explicitado no item anterior, encontramos importante suporte no que Moreira (1996) classificou como a teoria social legada à geografia por Santos ([1996]2006) em *A Natureza do espaço*, com subsídio operacional no conceito de paisagem. Esse suporte teórico-conceitual traduzido em um pano de fundo, uma “imaginação” sobre a natureza do espaço geográfico, constitui nosso principal condutor ao problema de pesquisa e está na própria composição das perguntas que o formam.

Por sua vez, os fatos brutos são dados já existentes, aqueles que permitem tomar ciência das questões que cercam certo aspecto do real, ainda que por si só não possibilitem sua compreensão. Em outras palavras, são dados que propiciam ao investigador se situar e instrumentalizar-se em relação à realidade em questão para examiná-la e questioná-la (LEAL, 2002). Em nosso caminho trilhado de atenção à dinâmica socioespacial no Pampa, podemos tratar como fatos brutos os seguintes, por exemplo:

1) O Pampa, notadamente sua paisagem pastoril, é, ao mesmo tempo, produto (marca) e produtor (matriz), dinâmica de uma "vida pastoril" secular, de uma cultura;

2) Por isso mesmo, a importância "natural", biológica ou ambiental do bioma é influenciada e influenciadora de uma importância social e cultural, não apenas no sentido da técnica e dos artefatos mais funcionais, mas também no que diz respeito a aspectos mais simbólicos como a memória e a identidade de diferentes grupos;

3) Mas essa relação vem sendo diluída não só por aquelas modernizações-intensificações da própria pecuária com maior grau de ruptura com a tradição, mas, sobretudo, pelo avanço da silvicultura e das grandes lavouras de soja que geram verdadeiras metamorfoses, reestruturando a paisagem e a vida de onde se instalam em uma troca profunda de racionalidade;

4) Remanescem manchas de relativa conservação da paisagem pastoril pampiana, redutos de relativa permanência dessas tradicionais formas, o que presume certa quantidade de permanências nos sistemas de práticas herdadas;

5) No sudoeste gaúcho, tido como "área core" do bioma, o território correspondente a Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, bem como a área não protegida correspondente à alta bacia hidrográfica do Rio Quaraí, na linha de fronteira com o Uruguai, constituem-se em alguns dos últimos redutos em que a paisagem pastoril se mantém pouco fragmentada;

6) Frente ao acelerado processo de supressão, cabe compreender a dinâmica e os dilemas da conservação desses redutos para além da biodiversidade em si, analisando a paisagem enquanto produto e produtora de

repertórios de ação, memória e identidade, ou seja, de patrimônio cultural, visto que estão imbricados.

Por fim, todos esses fatos brutos e esse quadro de referência teórico-conceitual – ou seja, todos esses conhecimentos – não nos soariam com a mesma relevância e, portanto, não nos levariam à tomada de consciência de um problema de pesquisa se não houvesse alguns valores que nos direcionam ao Pampa. Para Leal (2002, p. 233), os valores são "[...] representações mentais do que é bom, desejável ou ideal; expressam preferências, inclinações pessoais". Segundo Claval (2007), os valores são recebidos do entorno, têm influência sobre nossas atitudes e guiam nossas escolhas, eles são parte da cultura. Isso se traduz em compreender que o pesquisador, não somente na eleição do problema, mas ao longo do processo de pesquisa, recebe influência de seu meio cultural, social e econômico, como explica Gil (2008). Segundo este autor, a escolha do problema tem a ver com grupos, instituições, comunidades ou ideologias com que o pesquisador se relaciona. Por mais que ele desenvolva seus trabalhos de forma autônoma e com objetivos estritamente científicos, existe sempre um comprometimento, pois "[...] os padrões culturais, filosofias de vida e ideologias criam certo engajamento na seleção do problema (GIL, 2008, p. 36)".

Em nosso caso, toma parte nisso, antes de tudo, o simples fato de sermos nascidos e criados em um município pampiano, onde pudemos vivenciar a influência e a importância de sua paisagem na cultura local-regional. Em outras palavras, nos direciona a esse tema de pesquisa a própria vida que levamos imersos no cotidiano de uma cidade de fronteira materialmente rodeada da tradicional paisagem pastoril e simbolicamente permeada dela, no sentido de que carrega algo como um espírito ou mesmo uma estética daí oriunda. De modo que, mesmo vivenciando esse universo campeiro, rural, não mais que sazonalmente e como visitante, remete-nos ao Pampa o próprio dia a dia citadino da fronteira, ele mesmo permeado de expressões, costumes, memórias, representações e significados dos lugares nitidamente referenciados histórica e geograficamente nesse universo pastoril onde outrora viveu e deu sentido à vida a maior parte da população da região. Em suma, cremos que pesquisamos o Pampa antes de tudo, porque para além de ser uma forma perceptível e visível, ou seja, uma paisagem-marca emblemática do nosso lugar de origem, é também, ele próprio, uma das fontes a partir da qual se produzem percepções,

concepções e ações formadoras de traços identitários, ou de modo mais geral, de expressões culturais locais-regionais das quais nos sentimos partícipes em muitos aspectos.

É assim que chegamos à questão ampla que move a presente investigação, levando em conta a advertência de autores como Quiviy e Campenhoudt (1998), Leal (2002) e Gil (2008), quando argumentam não ser qualquer problema o apropriado à pesquisa científica. Para Quiviy e Campenhoudt (1998), uma boa pergunta de partida de uma pesquisa é aquela que é passível de ser tratada, ou seja, aquela que torna possível o trabalho eficaz a partir dela, fornecendo elementos para respondê-la. Nessa linha, Leal (2002) afirma que o problema de pesquisa é aquele que não pode ser resolvido apenas com a intuição, através do senso comum ou da simples especulação. Ele pressupõe a possibilidade de busca ou procura de informações que o esclareçam, compreendam, resolvam ou contribuam para a sua solução. De modo que, saber distinguir um problema propício à investigação de outro que não é propício se traduz em um importante passo, tendo em vista que essa "[...] é uma fase crucial em qualquer pesquisa, pois dela dependerão todas as demais decisões [...] (LEAL, 2002, p. 231)".

Eis, então, a formulação da letra propriamente dita do problema: Como se dá a dinâmica da paisagem pastoril e sua vida nessa área relativamente contingente ao avanço das lavouras modernas e à supressão do Pampa correspondente à alta bacia hidrográfica do Rio Quaraí, Campanha Gaúcha?

De forma subsidiária a esse problema amplo, perguntamos ainda:

- Que interpretações é possível obter da paisagem pastoril pampiana e dos recentes processos de supressão a partir de um exercício de geografia retrospectiva?
- Por que – e até que ponto, de fato – esse confim do Alto Quaraí permanece alheio à inserção das principais atividades agrícolas comerciais causadoras da fragmentação da paisagem do Pampa?
- Indo além dos aspectos com maior apelo, quais sejam o da cobertura vegetal e, de modo geral, da biodiversidade, por exemplo, que outras marcas associadas permanecem na paisagem como rugosidades, ou seja, como heranças ao mesmo tempo físico-geográficas e sociogeográficas (SANTOS, 2006) e que funções e significados exercem?

- Ainda que as grandes lavouras, por ora, não convertam de forma intensa essa parte do Pampa, que novas marcas vêm sendo impressas na paisagem a partir de novas ações e como elas se relacionam com as formas-conteúdo herdadas?
- Como vivem, percebem e dão significado a essa paisagem aqueles que com ela se relacionam, (re)produzem-na e transformam-na direta ou indiretamente, cotidiana ou sazonalmente?

A partir do capítulo seguinte, apresentamos a redação do que encontramos como respostas a essas questões.

2 PAISAGEM PASTORIL: A FACE HISTORICAMENTE CONSTRUÍDA DO PAMPA

Em cada item que forma o presente capítulo, realizamos uma geografia retrospectiva do Pampa em perspectiva histórica, isto é, pela ótica da paisagem e da vida pastoril construída socialmente a partir do bioma. Trata-se de uma reconstituição, ainda que inevitavelmente sucinta, do processo histórico-geográfico que legou e agora vai metamorfoseando essa herança secular, até chegarmos à situação atual em que ela vai se reduzindo a remanescentes, como é o caso do Alto Quaraí. Procuramos fazer isso, tanto no sentido da produção social dessa paisagem-vida enquanto algo concreto, como na perspectiva de um fenômeno percebido, refletido em representações sociais. Enfocamos o caso do recorte sudoeste do Rio Grande do Sul, já nos aproximando, dentro do possível, de nosso lócus de análise, o Alto Quaraí. Ao longo dessa reconstituição, o texto é acompanhado de fotografias atuais registradas em localidades desse recorte, buscando exatamente contextualizar os tempos diversos que coexistem em suas paisagens.

Além disso, trazemos para comparação uma outra geografia retrospectiva: a das dehesas espanholas. Fazemos isso, porém, de forma mais sucinta, numa iniciativa centrada muito mais em visualizar o próprio Pampa pastoril dentro de um quadro de outras expressões culturais-agrárias de tipo extensivo do que propriamente em expressar um conhecimento aprofundado sobre essa obra cultural e agrária mediterrânea em si mesma. Tratamos, pois, esse exercício como uma maneira de perfilar similaridades e diferenças históricas e, sobretudo, destinos que vão tomando essas duas realidades socioespaciais com vistas a ampliar o campo de visualização de perspectivas futuras para o caso de nosso objeto de estudo: o Pampa pastoril.

Para tanto, baseamo-nos em uma série de artigos que fazem parte de uma trajetória relativamente longa de estudo das dehesas enquanto construção histórica, cultural e agrária, trilhada por pesquisadores da *Universidad de Sevilla*, com os quais obtivemos contato durante o período de Doutorado Sanduíche, em 2019, a saber: Rivera e Pérez (1997; 2002); Pérez (2010); e Pérez e Salinas (2015; 2015b). Complementarmente, utilizamos informações obtidas de observações-registros fotográficos, documentos, e uma entrevista, todos realizados em trabalho de campo realizado em dezembro de 2019 junto à Dehesa San Francisco, em Santa Olalla del Calá, Huelva, Andaluzia.

2.1 UMA GEOGRAFIA RETROSPECTIVA

Pampa...pátria sulina com alma empastada
Fronteira...sonhos comuns com divisas marcadas
História...fatos guardados na tulha do tempo
Memória...registro firmado de cada momento

São várzeas infindas, são campos e grotas
É sangue e suor sobre couro das botas
É lida e serviço, cordeona e violão
É pampa e fronteira... de uma só tradição!

É assim nosso mundo aos olhos de Deus
Fronteira gaúcha que é minha e dos meus
É a Arte e cultura mantendo o legado
História e destino...A ferro forjado!

Pampa...sustento de tantos que vivem do arreio!
Fronteira...”hermanos” de paz sobre o pago lindeiro
História...é o verso deixado no livro da vida
Memória...”recuerdos” marcados por idas e vindas

“Es poncho y espuelas, tropillas y estancias”
Um sul ancestral que mantém a constância
Seguindo o futuro e honrando o passado
É pampa e fronteira...em ambos os lados!

Memorial de Pampa e Fronteira
Daniel Cavalheiro e Leonardo Borges

2.1.1 Uma obra moderno-colonial

Quando os europeus começaram a palmilhar, aqui e ali, a região do Prata, ainda no século XVI, as paisagens pampianas eram já de domínio campestre. No entanto, ainda não eram paisagens propriamente pastoris: os animais herbívoros nativos, como veados, emas, capinchos, antas e pequenos roedores, por serem de pequeno porte, não submetiam a vegetação a uma pressão de pastejo capaz de modelar, efetivamente, a paisagem, tal como ocorreria posteriormente a partir da presença do gado (BEHLING et. al., 2009). Da parte antrópica, não havia, tampouco, nenhum tipo de manejo desses animais e plantas em favor de uma vida pastoril, tal como iniciaria mais tarde com o gado. O complexo alimentar relacionado aos grupos indígenas da região já delineava sociedades da carne, mas não das carnes bovina e ovina. A paisagem já era uma paisagem de domínio campestre, mas não pastoril.

De modo geral, os campos eram mais altos, mais "sujos", permeados de maior presença de vegetação lenhosa, com variações segundo condições específicas de local para local (geomorfológicas, pedológicas, hidrográficas e microclimáticas etc.). A biodiversidade, manejada pelos grupos indígenas sem maiores mediações além das técnicas do corpo (SANTOS, 2006), era muito mais condicionante da vida desses grupos do que modelada por essa ação humana. "Na ausência de meios eficazes de transporte, de comunicação e de exploração dos meios, a vida social permanecia fragmentada e a humanização dos ambientes limitada (CLAVAL, 2007, p. 321)". Poderíamos dizer: essa era ainda uma paisagem matriz das culturas locais, muito mais do que marca delas.

Foi somente na esteira do processo de organização moderno-colonial do mundo que a paisagem – e a vida – pastoril do Pampa começou a ser modelada junto a uma gama de outras "paisagens derivadas", como diria Sorre (1961), com origem no intercâmbio de homens, produtos e objetos, tornados globais desde as grandes navegações iniciadas no século XV (MOREIRA, 2011). Sua formação começou com o transplante e instalação do gado como prótese pelos colonizadores espanhóis no século XVII. Algo tornado possível somente pelo uso de outras próteses, como haviam sido os navios que um dia transplantaram a gadaria do além-mar, evidenciando a origem mais técnica do que propriamente "natural" dessa emblemática configuração geográfica pampiana.

A partir daí, o que definiu a construção do Pampa pastoril não foi o mero acréscimo do exótico animal pastador como objeto a mais na antiga paisagem, mas a relação de cotransformação entre esse novo objeto, o gado, e os demais do sistema preexistente (plantas, animais, solo, gentes, etc.), formando um novo sistema, uma nova marca-matriz cultural em movimento, hoje secular nos casos em que não foi efetivamente substituída nos eventos mais recentes. Foi gerada uma coprodução histórica, por assim dizer, entre as características tanto dos campos, quanto de sua pecuária, quanto de suas expressões culturais. A paisagem pastoril é, portanto, o elemento de síntese a expressar essa produção, essa modelagem histórica (Fotografia 1).

Fotografia 1 – “Tocando tropa em tempo feio”. Julho de 2019, Sarandi, Santana do Livramento, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

O historiador Reverbel (1986, p. 21), em seu clássico *O gaúcho*, já chamava atenção, por exemplo, para o fato de que esse aspecto hoje dominante dos campos “foi obra do dente e do casco do boi, bem secundados pela voracidade cavalar e pelos

caprichos palatais da ovelha [...]". Hoje, é de amplo conhecimento que se não tivesse existido a secular presença do gado pisoteando e pastoreando os campos, bem como algumas outras práticas tradicionais da vida pastoril como o roçado e a queima, grande parte do Pampa seria coberto por outros tipos de vegetação que não as de domínio herbáceo. Outras formações como as florestais teriam suporte em muitas das combinações de clima, geologia, geomorfologia e solos existentes atualmente na região.

Na prática, essa história se iniciou com os Povos indígena-missioneiros organizados pelos padres espanhóis da Companhia de Jesus, que foram quem introduziu o gado na atual parte brasileira do Pampa, no século XVII. Mas ao invés de pura determinação vertical dos colonizadores, esse destino pastoril começou a ser selado, também, a partir de um profundo condicionamento horizontal posto pelo meio geográfico pampiano anterior.

O trabalho de Levinton (2009) sobre a construção do território do povo de Yapeyú[9] traz isso à luz ao esclarecer que, apesar do grande esforço investido pelos sacerdotes em desenvolver a agricultura em seus domínios pampianos – como já o faziam em outras regiões em que atuavam – não houve progresso: faltavam bosques para a metodologia guarani de plantação, mas sobravam campos de bons pastos para o procrio do gado. Além disso, a agricultura se chocava com o modo de vida do complexo intertribal nativo desses campos agrupado na nova redução, mais ligado à caça, mesmo entre grupos com raízes plantadoras, como os guarani, já que as condições ambientais não favorecem o roçado.

Enquanto isso, a atividade pastoril, por seu caráter andejo, mostrou-se condizente com a continuidade da livre circulação caçadora. O autor avalia que os sacerdotes precisaram, então, adaptar relativamente sua proposta de configuração do novo espaço missioneiro às antigas práticas regionais, ou seja, à liberdade do índio caçador da paisagem natural-campestre pampiana, ao passo que aos índios tocou a

[9] Fundada em 1627, em frente a desembocadura do rio Ibicuí no rio Uruguai, em área fronteira aos atuais municípios de Uruguaiana e Itaqui, Yapeyú foi a redução mais austral do sistema missioneiro e, por isso, também a redução pampiana por excelência. Ocupou desde muito cedo essa região de domínio basáltico correspondente ao reverso da Cuesta, onde está o Alto Quaraí. Ainda que em solo gaúcho tenham sido fundadas as chamadas reduções orientais do Tape, primeiro, e os chamados Sete Povos, depois, para o caso do Alto Quaraí e de todo esse rincão sudoeste do estado formado pelos rios Ibicuí ao norte, Quaraí ao sul, Uruguai a oeste, e Ibirapuitã a leste, a obra que resultou nos albores locais-regionais da paisagem pastoril é, sobretudo, desse povo de Yapeyú, com sede na outra margem do rio Uruguai, atual Argentina, mas que abrangeu por mais de um século toda essa região.

relativa ressignificação do sentido dado à caça a partir da relação com os animais trazidos pelos europeus, sobretudo o cavalo e o boi, utilizando-os para subsistência, transporte e comércio.

Claval (2007, p. 202) lembra que “as relações ecológicas impõem ao Homem condicionantes (frio, calor, aridez, rigidez, declividades) mas também lhe fornecem alimento, água e materiais com os quais moldam seu universo instrumental”. Pois, enquanto a outros territórios indígenas-missioneiros o meio natural condicionou um destino florestal-agrícola – a exemplo da zona dos ervais mais ao norte – os campos do Pampa condicionaram seu próprio destino pastoril. Esses indígenas-missioneiros e muitos de seus parentes que permanecem nômades tornam-se vaqueiros ou tropeiros. Nos fogões, os relatos de façanhas de antigas caçadas a pé são ressignificados para incluir contos sobre bons cavalos e grandes vaqueadas em jornadas distantes (LEVINTON, 2009).

Alvorece com eles um sistema de técnicas pastoris hibridizado com seus antigos saberes-fazeres da caça, como que preludiando aquilo que Rieth et. al. (2016) chamam, para o modo de vida de campeiros contemporâneos, exatamente de “lógica da caça”, ou seja, o gosto por correr atrás, laçar, derrubar etc. animais da criação extensiva. Apesar de poucos desses personagens figurarem em documentos históricos, é gestada com eles significativa parte dos tradicionais usos e costumes rurais da região, como explica Barrios Pintos (2011) ao dissertar sobre a história da pecuária no Uruguai. É preconizado, nisso, um gênero de vida de onde derivam traços identitários do “camponês da campanha” atual, tal como alcunhado por Chelotti (2009).

O desenvolvimento dessa vida pastoril foi gerando, indissociavelmente, o seu correspondente na paisagem, num salto de um Pampa natural a um Pampa pastoril. Já na presença massiva do gado uma significativa mudança, tal como registraria mais tarde o colonizador espanhol Félix de Azara:

> En las áreas de pastos poblados o frecuentados desde hace tiempo por pastores y rebaños “he observado constantemente que esos pajonales, o lugares llenos de grandes hierbas, disminuyen día por día y sus plantas son reemplazadas por césped y por una especie de cardo rastrero, muy espeso y de muy pequeña hoja; de suerte que si el ganado se multiplica o pasa un tiempo algo considerable, las grandes hierbas que el terreno producía naturalmente desaparecerán del todo”. Si este ganado es lanar la destrucción de las grandes hierbas es más pronta y el césped crece más deprisa, etc. (AZARA, 1969, p. 78).

Submetidos ao pastoreio e ao pisoteio, os campos foram se ajustando gradualmente, abrindo espaço ao predomínio de espécies vegetais adaptadas a essas perturbações (CRUZ; GUADAGNIN, 2010). Foi assim modelado um balizador da nova paisagem: a maior exposição do extrato herbáceo, o tapete vegetal, feição produzida pelo pastejo-pisoteio.

Um passo adiante foi dado nesse processo de humanização quando jesuítas e índios fundaram locais para manter o gado controlado, estande: nasciam as estâncias e os estancieiros. As primeiras significando inicialmente tão somente os locais destinados à criação de gado, sem referência à dimensão ou tamanho (sendo também chamadas pelos jesuítas ao modo espanhol de “dehesas”), e os segundos significando os índios missioneiros responsáveis pelas estâncias. Nesses estabelecimentos e nos postos estratégicos, a vida pastoril foi se desenvolvendo junto com a paisagem. Os animais passaram a ser melhor assistidos e posteriormente foram implementadas diversas técnicas de reprodução e cuidados contra diferentes enfermidades (LEVINTON, 2009). Tiveram origem aí alguns dos primeiros rodeios de gado manso da região (CAMPAL, 1968). Com o costeio dos animais, foi melhorada a quantidade de crias e evitados os recorrentes ferimentos dos cavalos usados para lidar com a brutalidade das reses *cimarronas*[10]. Para Levinton (2009, p. 109) “en función del tipo de manejo de esta estancia, orientada a una producción más especializada, se configuró un casco”.

Uma população de gerações acumulando conhecimentos do território, da lida campeira, das lavouras de subsistência, da equitação para o trabalho (também para a guerra) foram tomando parte na complexa divisão do trabalho, explicam Ahlert e Golin (2017). Aí estavam, além dos índios estancieiros (geralmente caciques ou irmãos administradores), os capatazes, posteiros, domadores, campeiros etc. (AHLERT; GOLIN, 2017). A experiência indígena-missioneira foi, enfim, gestando a paisagem-vida pastoril. Escreveu um legado que, quando não sobrevive hoje diretamente como rugosidade no sistema de objetos (em algum monte secular de umbus, em galpões, currais de pedras, ou outras edificações construídas nesse período), permanece como rugosidade em aspectos do sistema de práticas atuais da vida pastoril, de onde saem, por sua vez, objetos que, embora novos, muitas vezes têm idade técnica carregada dessa experiência pioneira.

[10] Ou, em português, chimarronas. Significa rezes xucras, asselvajadas.

No adentrar do século XIX, os portugueses dominaram o território missioneiro da Banda Oriental. Com isso, a paisagem-vida pastoril entrou em novo ciclo de sua história enquanto construção social. Mas esse período de sua gênese jesuítico-indígena já havia durado mais de um século e meio, o que hoje representa quase metade de sua história como paisagem humanizada. Naquele início dos oitocentos, o que já a singularizava em um quadro de comparação com outras paisagens derivadas do processo colonial era exatamente a permanência de significativa parcela de natureza em seu arranjo. Ainda que fruto de uma situação técnica impossível sob os desígnios apenas naturais, a paisagem e a vida pastoril haviam mantido uma simbiose com o meio geográfico pampiano anterior. Uma lógica produtiva com base na própria oferta da natureza regional, o pasto, e num sistema técnico pastoril hibridizado com a herança indígena caçadora.

A nova ordem instituiu a propriedade privada da terra e do gado numa crescente instrumentalização do meio sob a razão comercial, numa colocação periférica na Divisão Territorial do Trabalho, subordinada à demanda das charqueadas. Mas por outro lado, a criação de gado permaneceu baseada na "[...] excelente qualidade das pastagens naturais, sua "grama curta, porém suculenta" (DREYS, 1990, p. 20). A maior parcela do tempo e do trabalho necessário ao crescimento e engorde do gado até que estivesse em condições de venda continuou a cargo da relação do animal com o ambiente pampiano. Vale dizer, era uma produção lenta, operada no tempo dos condicionantes naturais. Ao longo dos oitocentos, a pecuária extensiva continuou sendo construída basicamente daquilo que o Pampa oferecia ao gado e, por isso, a fisionomia da paisagem pastoril continuou sendo esculpida sem grandes reestruturações da configuração geográfica anterior.

As inovações técnicas – as que poderiam trazer maior grau de artificialização da paisagem – encontravam contingências. Intervenções em matéria de produtividade, como seria o caso do recurso ao plantio de pastagens, por exemplo, não estavam no horizonte técnico e nem econômico dessa atividade, dado que periférica na divisão internacional do trabalho, "subsidiária de uma subsidiária[11]" na

[11] A pecuária extensiva se restringia, em sua fonte principal de renda, a fornecer matéria-prima para as charqueadas, que, por sua vez, tinham seu lugar não mais do que no fornecimento de um item da alimentação da força de trabalho das plantações do centro econômico do país, mas ainda assim subordinadas internacionalmente. Os lucros eram captados pelas etapas a jusante, resultando em baixa remuneração pelo gado em pé, que, por sua vez, estimulava a permanência do baixo investimento e do caráter extensivo da pecuária.

economia do país, e, portanto, de baixa remuneração. A intervenção técnica no processo produtivo permaneceu restrita a trabalhos como o de castração, amansamento, prevenção e cuidado de enfermidades e outras atividades realizadas dentro do saber-fazer iniciado na ação indígena-missioneira, já secular naquele contexto, capaz de impactar a produtividade apenas até certo nível. O manejo de campo, por exemplo, restringia-se a práticas como a queima sazonal, cujo impacto sobre a produtividade é menos evidente do que seu papel por gerações na modelagem fisionômica da paisagem pastoril, junto ao próprio pastoreio e pisoteio do gado.

No demais, do nascimento ao abate dos animais, o tempo de trabalho natural superava largamente o tempo de trabalho social, para utilizar os termos de Freitas (1980). O que fundamentalmente definia o tamanho da produção e a magnitude da renda obtida na criação era basicamente a quantidade (em termos de área) e a qualidade (em termos de tipo de campo) das parcelas de Pampa usadas por cada particular. A criação oitocentista modesta, não mais que suficiente para garantir sozinha a reprodução socioeconômica de uma família, não era feita sem uma boa meia légua de campo. Em todos os casos, mesmo entre pequenos e médios criadores, a atividade se assentava sobre extensões consideráveis se comparada a outras realidades camponesas regionais, de modo que, nessa forma de uso do solo, o critério área, sozinho, não se constituía em um bom indicador da condição socioeconômica de um produtor.

Um criador oitocentista com 500 reses, por exemplo, demandava minimamente cerca de 1400 hectares[12]. Ainda assim, não produzia mais do que 40 a 50 novilhos anuais para venda, o que garantia um capital modesto e não oferecia a perspectiva de acúmulo de fortuna, segundo afirma Christillino (2010). A produção nesse nível podia ser mantida, em tese, com mão de obra familiar e/ou com apenas mais um trabalhador, seja ele um escravo campeiro ou mesmo um peão livre, segundo Farinatti (2007).

[12] Na década de 1830, por exemplo, o cálculo médio era de que cada légua quadrada (4.356 Ha) podia receber e criar entre 1.500 a 2.000 cabeças de gado, segundo o testemunho de Dreys (1990). Esse mesmo cálculo é ainda referido nos primeiros anos do século XX, conforme testemunho de outro viajante, o italiano Vitorio Bucceli (2016). Na prática, no entanto, essa lotação é sempre menor, pois é desigual a fertilidade do pasto em diferentes locais de uma grande extensão de terras, segundo complementara Dreys (1990).

Boa parte dos criadores dessa faixa de até 500 cabeças, número que a historiografia agrária considera o limite superior da faixa dos pequenos pecuaristas, tinha rebanhos ainda menores, de 200, 100 cabeças, o que permitia um desfrute anual modestíssimo, ainda que em termos de área não demandasse menos do que 500, 400 hectares. A estes e a membros de suas famílias, o consórcio do trabalho em suas pequenas criações com a agricultura (quando em campos aráveis) ou com o trabalho nas estâncias da região, era prática comum (CHRISTILLINO, 2010). É dessas famílias que era oriunda parte daqueles que procuravam trabalho regular ou eventual nas grandes estâncias (FARINATTI, 2007).

Aliás, já ao longo do século XIX, o grosso dos criadores eram pequenos e médios pecuaristas (FARINATTI, 2007; CHRISTILLINO, 2010). Em Alegrete, por exemplo, entre 1831 e 1870, os criadores com rebanhos de gado vacum inferiores a 500 reses eram maioria absoluta (52%) conforme sugere a análise de inventários post mortem realizadas por Farinatti (2007). Em Santana do Livramento, Fernandes e Miguel (2016) trazem um percentual ainda maior para o período entre 1859 e 1881: 70% de criadores com até 500 reses, tendo como fonte os inventários post mortem. Significa dizer que: além de serem a maioria dos que animavam a vida pastoril lidando com suas próprias criações, os pequenos criadores eram significativa parte dos que a animavam também nas grandes estâncias.

Na paisagem, esses corpos circulantes, além de objetos fabricados como benfeitorias, entre sedes, galpões, mangueiras, pomares e plantações e outras edificações, vão aparecer em proporção representativa da parte minoritária que cabia ao trabalho humano nesse sistema produtivo. Estando a grande fatia do trabalho a cargo do campo nativo, era exatamente dele e do próprio gado que se constituía majoritariamente a fisionomia da paisagem (Fotografia 2).

A atividade pastoril foi condicionada a se fazer de lonjuras, na forja de uma fisionomia marcada pelas grandes distâncias e uma vida indispensavelmente a cavalo. Uma feição de densidades humanas rarefeitas, sintetizada na percepção do viajante alemão Avé-Lallemant (1953, p. 270) que, cruzando a Campanha em 1858, observava que “aqui os vizinhos não se podem olhar da janela, antes a visita de um ao outro é já uma pequena viagem, por mais rapidamente que os ligeiros corcéis atravessem o campo (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 270)”.

Fotografia 2 – “Onde os vizinhos não se podem olhar na janela”. Novembro de 2017, Caty, Santana do Livramento, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Uma imagem de certo modo desprovida das geometrias e densidades mais comuns às obras humanas, montando um conjunto singelo que evoca em Rambo (2015, p. 134), durante suas andanças pelo sudoeste gaúcho já em meados do século XX, “[...] a ilusão de uma natureza primigênia, ainda intacta da mão destruidora do homem”.

2.1.2 Uma produção social, mas com natureza demais

“As lógicas produtivas conduzem a níveis muito contrastados de transformação dos espaços humanizados”, segundo vai explicar Claval (2007, p. 291). Pois, já em fins do século XIX, grandes áreas de Mata Atlântica do sudeste brasileiro haviam sido substituídas por imensos cafezais. Na Zona da Mata nordestina, já era antiga a supressão do bioma para dar lugar a extensas plantations de cana-de-açúcar. No Planalto ao norte do Rio Grande do Sul, as colônias de imigrantes já haviam aberto clareiras nas matas para construir uma diversificada agricultura familiar, compondo

uma paisagem cultural profundamente diferente da paisagem natural anterior. Em Minas Gerais e partes do centro-oeste, a geologia já havia sido revirada em busca de ouro.

No Pampa pastoril, no entanto, em dois séculos desde sua origem moderno-colonial, havia ocorrido algo distinto. A paisagem-vida pastoril havia sido erguida como um híbrido de feitio altamente condicionado pela paisagem-vida natural anterior. Mesmo nos casos em que o uso pastoril havia sido conduzido fora dos padrões do que hoje se chamaria “sustentabilidade”, isso havia se dado mediante perturbações na biota e não em sua efetiva substituição.

É isso, exatamente, o que começa a colocar o Pampa pastoril em certo desalinho com o próprio padrão moderno-colonial de civilização que o havia originado, ainda que expressão híbrida de natureza-cultura permaneça fisionômica e tecnicamente próxima daquilo que a geografia imaginária presente no pensamento moderno europeu identificou como “estado de natureza”. E, no pensamento moderno-colonial, dominar a natureza é o fundamento da civilização e da cultura (europeia, burguesa, branca, masculina), como explica Porto-Gonçalves (2001). O Pampa pastoril vai, então, ganhando, pouco a pouco, esse rótulo de vazio a preencher, de deserto a povoar ou de progresso ainda por se realizar quando deixar de ser “só campo”. A paisagem e a vida pastoris, de certo modo, começam a se tornar marginais à própria modernidade colonial de onde tiveram gênese.

No mesmo passo em que esse patrimônio agrário vai sendo produzido e transformado, vai sendo construído sobre ele (e não a partir dele, como argumenta Porto-Gonçalves (2019) para o caso do Cerrado) um imaginário pejorativo, na esteira da construção, também desde fora, da hegemonia daquilo que Pérez (2008) considera uma leitura exclusivamente produtiva dos espaços agrários, numa primazia da face restritamente funcional e econômico-produtiva da agropecuária. Em outras palavras, para os padrões moderno-coloniais importados da Europa, construiu-se desde cedo a percepção exógena de que faltou à paisagem pastoril algo de regular, de padronizado, de linear, de denso, que sintetizasse uma imagem de progresso (Fotografia 3).

Fotografia 3 – “Coronilha solitária, campo e mata de galeria”. Setembro de 2019, Passo do Geromito, Santana do Livramento, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Assim, nas dicotomias comuns da modernidade, não só entre natureza e cultura, mas entre civilização e barbárie, arcaico e moderno, atraso e progresso, subdesenvolvido e desenvolvido, seguidamente tocou à paisagem e à vida pastoril o polo inculto, notadamente, em suas expressões não aristocráticas, não brancas, não ricas e/ou não poderosas.

2.1.3 “Desertos a oeste do Rio Grande”: olhares europeus oitocentistas

Diversos viajantes europeus testemunharam e produziram narrativas escritas sobre a vida pastoril no sudoeste gaúcho em diferentes momentos do século XIX. Nesses documentos, o Pampa aparece reiteradamente como algo entregue à relva, um “deserto” ou “oceano” verde. Salvo, claro, nas situações em que esses “andantes” eram recebidos por algum estancieiro rico com um “[...] jantar esplêndido acompanhado de um excelente vinho do Porto”, como foi o caso do francês Arsene

Isabelle (2006, p. 191) ao visitar uma estância no atual município de Uruguaiana, na década de 1830. Ou, ainda, quando encontravam algum "[...] sinal de progresso em tão ermas regiões", como foi o caso do alemão Avé-Lallemant (1953, p. 296), ao comentar que havia uma biblioteca na residência de um estabelecimento no atual município de Alegrete, em 1858.

No demais, a ideia de Pampa deserto ou selvagem é uma constante. O francês Nicolau Dreys chega mesmo a nominar a região, em meados do século XIX, como "desertos a Oeste do Rio Grande (DREYS, 1990, p. 109)", enquanto o belga Jean Baguet, cruzando a Campanha em 1845, se consola dizendo que "felizmente há estâncias no campo, como oásis no deserto... (BAGUET, 1997, p. 75)". Tal era a percepção negativa do europeu moderno que se aventurava por esses campos que o alemão Robert de Avé-Lallemant, em viagem pelo Rio Grande em 1858, expressa o alívio de sair da região, dizendo alegrar-se em pensar que já se encontrava novamente no domínio das águas do Vacacaí e do Jacuí que era a ligação fluvial com a parte, segundo ele, mais civilizada da Província (a parte litorânea) e com o caminho mais próximo do oceano. O viajante escreve que "para quem percorreu o solitário distrito das Missões e a desabitada margem do Uruguai – todo o oeste da Província – êsse pensamento é sem dúvida consolador (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 307)".

Outros aspectos também compunham o repertório desse olhar exótico dos viajantes europeus oitocentistas. Alguns dos elementos mais característicos da paisagem e da vida pastoril são também referidos seguidamente de forma pejorativa. Em certa passagem, o francês Saint-Hilaire, cruzando o sudoeste gaúcho em 1821, critica a alimentação centrada na carne, o consumo do mate, e aquilo que considera uma demasiada importância do cavalo e da montaria. Em uma estância em que esteve no atual município de Uruguaiana, o naturalista descreve o alferes/estancieiro que o recebeu como "[...] um homem que se nutre unicamente de carne, e carne mais dura que se possa imaginar; mora numa choupana de sete passos de comprimento por cinco de largura, não tem outro prazer além do fumo e de tomar mate [...] (SAINT-HILAIRE, 2003, p. 307)". Segundo o francês, embora o próprio homem parecesse satisfeito, aquela forma de existência austera e resignada necessariamente reconduziria à condição de barbárie não só o próprio homem, mas o povo que compartilhava daquele modo de vida (Fotografia 4).

Fotografia 4 – “De campona no fogo”. Setembro de 2019, Coxilha Negra, Santana do Livramento,RS



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Nas palavras de Saint-Hilaire, “restringir todas as suas habilidades a saber montar a cavalo, todos os seus costumes a comer carne é reduzi-lo a condição de indígena e distanciá-lo da civilização”. O viajante segue, ainda, dizendo ser por meio da civilização que o Homem, conhecendo certa quantidade de prazeres, é instigado a trabalhar e a exercitar sua inteligência para conquistar esses prazeres e, por conseguinte, “´[...] aperfeiçoar-nos, pois é unicamente pelo exercício de nossa inteligência que nos aperfeiçoamos (SAINT-HILAIRE, 2003, p. 307)”.

Para Saint-Hilaire, aos olhos de um europeu que chegasse àquela região tendo aprendido um ofício ou tendo sido criado em ambiente agrícola, eram desprezíveis as maneiras grosseiras daquela gente, que, segundo ele, envolta à vida pastoril, não exercitava muito sua inteligência e levava uma vida semelhante à dos “selvagens”. Em tom de lamento, Saint-Hilaire (2003, p. 321 – 322) observa:

> O que logo lhes apaixona são os cavalos e o gado; imitam tudo o que vêem e, não querendo ficar em situação de inferioridade diante de seus vizinhos aprendem a montar tão bem quanto os que lhes ensinam, elogiando tanto a

> arte de montar, que pensam não existirem outras habilidades. Aliás, a infância sempre achará um prazer imenso no sentimento de sua superioridade. Esse prazer é experimentado quando a criança se torna dona de um cavalo que concorre em um rodeio, ou ela ajuda a matar um boi e retalhá-lo.

Como europeu oriundo de uma França que ditava as referências de modernidade e civilização exportadas ao mundo, Saint-Hilaire estabelece em sua descrição uma hierarquia entre a atividade pastoril e a agricultura. Os costumes relacionados à primeira aparecem como inferiores aos da segunda. O viajante afirma que a vida pastoril é o primeiro estágio da civilização, quando uma região ainda é pouco habitada e que, na medida do aumento da população e da divisão das terras, a agricultura torna-se uma necessidade. Deste modo, justifica que, se, inicialmente, as magníficas pastagens que cobriam a Capitania do Rio Grande e de Montevidéu haviam convidado naturalmente os primeiros povoadores à criação de gado, com o tempo, isso acabaria por concorrer para um retrocesso ao obrigar os produtores a deixar os costumes da vida agrícola pelos da vida pastoril (Fotografia 5).

Fotografia 5 – Conduzindo vaca prenha para o parto. Novembro de 2017, Pedra Montada, Quaraí, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

De forma muito semelhante, o espanhol Félix de Azara já havia feito, ainda no século XVIII, o mesmo tipo de observação sobre os domínios espanhóis do Pampa. Dizia ele que a vida pastoril, como meio de subsistência era “mucho mas sencillo, mucho menos penoso y supone menos industria que el de cultivar la tierra”. Por isso, na concepção do autor, a arte do pastoreio precederia em termos, digamos, evolutivos, a arte agrícola, argumentando que “la historia nos muestra por todas partes pueblos pastores que se convierten en agricultores, y acaso nunca ha sucedido que un pueblo agricultor se convierta en pastor (AZARA, 1969, p. 285)”.

Dito isso, o explorador espanhol lamenta o destino pastoril que tomava os domínios do Prata, dizendo que “los ganaderos de estas regiones son los menos civilizados de todos los habitantes, y que este género de vida casi ha reducido al estado de indios bravos a los españoles que lo han adoptado (AZARA, 1969, p. 285)”. Na descrição de Azara, esses pastores não mantinham a mesma constância de labor que era própria da agricultura e permaneciam a maior parte do tempo ociosos, afirmando ainda que “estas gentes no acompañan nunca los ganados al campo, como sucede en Europa. Todos sus cuidados se reducen a salir una vez por semana, seguido de algunos perros, para dar una vuelta a sus posesiones, gritando y a todo galope (AZARA, 1969, p. 286)”.

Com o mesmo tom de inferiorização com que mais tarde Saint-Hilaire criticaria a alimentação carnívora dos criadores de gado da Campanha, o iluminista espanhol também cria imagens da cultura alimentar dos pastores do Prata, dizendo:

> No comen legumbres ni ensaladas, diciendo que son pasto, y se mofan de los europeos, que comen como los caballos y usan el aceite, otra cosa que les repugna mucho. No se alimentan absolutamente mas que de carne de vaca asada como lo hacen los charrúas y sin sal (AZARA, 1969, p. 287).

Nessa mesma linha, outro francês, Nicolau Dreys, observa, na década de 1830, que mesmo abundante em peixes em seus rios, os habitantes do Pampa, inclinados a uma dieta centrada na carne vacum, pareciam “[...] fazer pouco caso deles (DREYS, 1990, p. 59)”. Diz o autor que a criação de gado e o gosto adquirido por ela, os conduzia para outra direção. O viajante chama atenção para o tanto de atrelado à natureza pampiana era o sistema de criação extensiva que se desenvolvia. Ele observa que havia uma reprodução natural do gado, que, somada a uma despesa que o autor caracteriza como quase nula dado que o principal insumo era o pasto

nativo, configurava uma condição favorável ao estancieiro. Inclusive, esse era um fator que, para o francês, concorria para a permanência da pecuária em detrimento da agricultura: “[...] Poucas necessidades levam o habitante para a cultura. Sua vida está segura com esse mesmo gado que cobre o país, e tão completamente acostumado está a tirar dele seu sustento, que não sente a falta das searas [...] (DREYS, 1990, p. 56)”.

De forma semelhante aos franceses, também o alemão Avé-Lallemant discorre sobre a falta das searas na região, em 1858. Nas proximidades do Inhanduí, últimas léguas antes da então vila do Alegrete, ele diz que a região ondulada onde se encontrava “[...] certamente poderia chamar-se bela, se cultivada e ocupada por aldeias, pomares e trigais (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 298)”. O mesmo ocorre da vila de Alegrete para leste, onde, ao olhar do viajante, desaparecia “[...] qualquer vestígio de habitação humana e a região era [...] despida de qualquer cultura (p. 300 – 301)". A leste de São Gabriel o alemão ainda reclama a ausência do cultivo da terra, dizendo que “[...] faltava o gracioso encanto que imprimem a uma paisagem a cultura humana, as aldeias e povoados (p. 310)”. Segundo ele, a desculpa usada pelas gentes dali era a falta de braços oriunda da baixa densidade de habitantes para empreender o cultivo da terra. Para o viajante, no entanto, essa era uma desculpa para a preguiça imperante entre a população: “Cultivar, lavrar com os próprios braços, semear, colhêr - nisso ninguém pensa. Antes privar-se de tudo e satisfazer-se com carne, leite e queijo (p. 253)”.

Segundo Avé-Lallemant (1953), nessa região da margem do Uruguai os gêneros alimentícios vegetais, não sendo produzidos ali, alcançavam preços elevados. Por isso, não restava à população mais pobre outra alternativa que não a de se alimentar principalmente de carne, cuja produção, segundo afirma, se dava um tanto por si mesma nas criações extensivas dos campos, sem ninguém se dar “[...] ao trabalho de melhorar as pastagens ou a raça do gado (p. 253)”. Na visão do viajante, tratava-se, inclusive, de uma realidade inversa a da Alemanha, sua terra natal, onde era pobre o homem que passando uma semana inteira sem carne, tinha de viver de feijão e batatas, enquanto na Campanha, se olhava com piedade a família que na semana só tinha carne e não podia comprar feijão. Segundo sua comparação, “no (hemisfério) norte prepondera numericamente, no primeiro plano, o homem que cultiva, e no sudoeste (da Província de São Pedro), o gado e o cavalo em vez do homem (p. 253 – 254)”. Para o viajante, esse era um inconveniente que só seria

sanado pela imigração europeia em grande escala. A síntese do autor é reveladora de todo um espírito moderno-colonial: “Pelo menos a metade das enormes várzeas do Uruguai precisa ser revirada pelo arado e plantada por agricultores. Em nosso século é essa a missão da raça anglo-saxônica, germânica do norte (p. 254)”.

2.1.4 “Metade Sul”: o olhar urbano-industrial novecentista

Ainda na década de 1960, até mesmo na de 1970, era possível ver a paisagem pastoril do Pampa em significativa medida conservada no mesmo feitio moldado desde a introdução do gado na Banda Oriental. Ainda naquela década esse espaço mantinha muitas permanências de seu passado histórico. A Campanha percebida por Pébayle (1968, p. 18), por exemplo, em seus trabalhos de campo na região, ainda era naquele momento um “[...] domínio tradicional de criação extensiva”. A paisagem descrita pelo autor continuava marcada pela vegetação herbácea, campestre nativa, cobrindo planuras e coxilhas. Citando estatísticas oficiais, o autor afirma que em 1960 a área destinada à agricultura na região cobria apenas 210.000 hectares, equivalente a só 4,6% da superfície explorada, contra mais de 20% em outras regiões do estado. Na visão do autor, a maioria dos produtores daqueles meados da década de 1960 ainda considerava que “[...] o pampa só podia abrigar uma atividade, ligada à excepcional riqueza de seu tapete vegetal: a criação extensiva (PÉBAYLE, 1968, p. 20)”. Apesar de algumas modernizações, sobretudo no que diz respeito aos melhoramentos zootécnicos, a tradição ainda marcava a paisagem-vida pastoril da região que, aos seus olhos, permanecia sob “[...] poderosa influência do meio natural e do vigor das mentalidades vindas diretamente da história (PÉBAYLE, 1968, p. 32)”.

No entanto, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, havia se iniciado um processo sem precedentes de globalização das trocas, industrialização e urbanização mundial, operando grandes mudanças que foram paulatinamente dissolvendo os domínios da relativa fixidez das antigas regiões e suas paisagens até então estáveis, como era o caso da paisagem pastoril do Pampa (MOREIRA, 2011). Mesmo ainda na década de 1940, em suas viagens ao sudoeste gaúcho, o geógrafo Balduíno Rambo já podia ver, entre Rosário do Sul e Livramento, grandes plantações de arroz, que se repetiam também entre Bagé e Dom Pedrito. Sobre essa região, correspondente aos terrenos sedimentares da Depressão Central gaúcha, o geógrafo já fazia, inclusive, uma acertada previsão: “Esta terra deverá transformar-se em grandes áreas agrícolas

(RAMBO, 2014, p. 27)". Na década de 1960, muitas áreas pampianas de várzea e banhado já haviam dado lugar ao arroz irrigado, principalmente através do arrendamento da terra por parte de investidores de fora da região, trazendo novas lógicas de produção e de vida (CHELOTTI, 2009).

Sobretudo a partir das décadas finais do século XX, o mundo começa a ver os espaços rurais crescentemente invadidos de uma relação socioespacial cada vez mais utilitária, frequentemente conduzindo os subespaços à monofuncionalidade, como explica Claval (2007). As paisagens culturais legadas pela história agrária passam por processos de progressiva estandardização ou banalização, na medida em que as modernizações iam ocorrendo mediante difusão de um mesmo padrão técnico em diferentes lugares, atenuando suas diferenças morfológicas (SANTOS, 2006). Toma corpo e se torna hegemônica uma cultura desenvolvimentista para o campo, tendo na cidade o seu polo irradiador, construindo um desapreço pelas heranças agrárias, vistas como rudes e vulgares, segundo demonstra Pérez (2008).

De acordo com a autora, põe-se em marcha a deslegitimação da cultura do campo, tendo como resultado o deterioro de seus imóveis mais significativos, além de artefatos, conhecimentos, técnicas, ofícios, utensílios, linguagens, incluindo as próprias paisagens que sintetizavam esse universo. Nesse contexto, as heranças dignas de reconhecimento patrimonial, social ou institucional, e de conservação, só podem ser as de corte citadino, pertencente às classes dominantes, ou as enfocadas em valores naturalísticos, conforme explana a autora. A herança da agropecuária – uma híbrida de natureza-cultura, viva e dinâmica – não é considerada merecedora de reconhecimento patrimonial (PÉREZ, 2008). Pelo contrário, a ideia dominante passa a ser a de que essa herança fosse efetivamente suprimida para dar lugar à moderna e eficiente produção demandada pela sociedade urbano-industrial.

No Pampa, um sintoma característico desse processo foi o impulso tomado pela ideia de que os campos nativos do Rio Grande do Sul deveriam necessariamente ser cobertos com alguma plantação moderna como forma de passaporte da região ao progresso ou desenvolvimento. Já na década de 1970, o desacordo desenvolvimentista com a ideia de campos nativos servindo de alimento para o gado atribuía um estigma ao pecuarista como sendo "gigolô de vaca", em referência pejorativa ao que se considera de pouco labor, lento e improdutivo.

No período entre as décadas de 1980 e 1990, começava a ganhar corpo, inclusive, uma dicotomia no Rio Grande do Sul envolvendo a ideia de um estado

dividido em norte-rico-desenvolvido, identificado como moderno-agrícola, e sul-pobre-subdesenvolvido, identificado como pastoril. O sul do estado, ou seja, o Pampa brasileiro, aparecia, segundo alguns discursos, reduzido a uma “metade sul”, denominação que trazia embutida essa ideia de pobreza, arcaísmo, atraso e subdesenvolvimento, servindo de chamariz a grandes projetos modernizadores. A essa altura, se houvesse uma imagem para servir de emblema da decadência da região, esta seria representada pela velha paisagem pastoril.

Mesmo sob diferentes posições do espectro ideológico, a pecuária extensiva do Pampa se tornava expressão da face oposta ao desenvolvimento. Numa visão, digamos, mais empresarial, circulante entre uma fatia dos próprios pecuaristas, surgia o estigma da acomodação, da irracionalidade, da ineficiência, falta de dinamismo, baixa produtividade e rentabilidade, a ser superada com grandes investimentos e projetos modernizantes. Nesse olhar não era levado em conta – ou talvez não fossem consideradas justificáveis – eventuais outras motivações em ser pecuarista que não as movidas pelo empreendedorismo, como poderia ser o caso, por exemplo, da simples reprodução de um modo de vida herdado de gerações que privilegia a segurança e certa autonomia em relação ao mercado.

Já numa posição mais à esquerda, aparecia a associação ao latifúndio, à desigualdade, à concentração fundiária, argumentando em favor da reforma agrária. Notadamente, havia à esquerda certa tendência de reduzir a diversidade da pecuária extensiva do Pampa brasileiro a um mosaico de latifúndios, o que, de certo modo, também acabou contribuindo para a invisibilização de uma miríade de sujeitos sociais da faixa dos pequenos e médios pecuaristas que, historicamente, haviam sido maioria desse universo (FARINATTI, 2007; CHRISTILLINO, 2010; FERNANDES e MIGUEL, 2016), responsáveis efetivos, em sua corporeidade, pela modelagem da paisagem e pela animação da vida pastoris, enfim, pela constituição desse patrimônio agrário regional.

Ainda que por parte do MST, por exemplo, o foco estivesse na concentração fundiária na região, e em pautas como o estabelecimento de um limite máximo de área de propriedade da terra no Brasil, a atuação do INCRA nas vistorias e desapropriações para fins de reforma agrária esteve mais centrada na questão da lotação pecuária dos campos como indicador de produtividade (DA ROS, 2009), na mesma linha da busca por superação do baixo dinamismo econômico defendida por setores empresariais. Seria dizer, seja à “esquerda” ou à “direita”, as críticas partiam de um olhar

produtivista. Por isso, em ambos os casos, elas acabavam desembocando exatamente nesses pequenos e médios pecuaristas, dado que eram os submetidos a uma gama maior de limitantes para a assimilação de modernizações e, também por isso, mantenedores de uma racionalidade produtiva distinta da lógica puramente instrumental do investimento tipicamente capitalista.

2.1.5 “El Dorado”: o avanço recente da soja e o processo de supressão

Nos anos 2000, a supressão do antigo universo pastoril pampiano já havia ganhado escala e se tornado mais evidente. Isso ocorre já na plenitude do que Santos (2006) chamou de meio técnico-científico-informacional, em que ciência, tecnologia e mercado global, conjuntamente, tornam-se os pilares da intervenção do homem no meio, desencadeando processos de cientificização ou tecnificação da paisagem. O Pampa passa a se ver cada vez mais incorporado aos grandes e mais recentes circuitos globais ancorados na competitividade, produtividade e lucro, que intensificam e transformam usos antigos, como é o caso da própria pecuária, e, sobretudo, impõem outros novos, como a agricultura moderna.

A região é demandada a servir ao que Achkar (2017) chama de “intensivismo”, produzido tanto em sentido horizontal, com o avanço da fronteira agrícola e da conversão de grandes extensões de campo, quanto em sentido vertical, incrementando a produção por unidade de área, com uso intensivo de bens naturais como água e solo. O avanço das plantações de espécies florestais e, sobretudo, da soja, constitui a expressão mais saliente disso no caso pampiano (DE DAVID, 2016). Mais recentemente os projetos de mineração também vêm se somando entre esses influxos potencialmente supressores do Bioma Pampa.

Para Santos (2006), nesse mundo de hoje, os eventos que se realizam sobre diferentes lugares atendem cada vez mais a fins estranhos a sua população. Muitas vezes, eles são apenas respostas localizadas a necessidades alheias e a funções cuja geração é distante. O autor chama de alienação local ou alienação regional o resultado desse distanciamento entre o motor dos eventos e o local de sua realização. Na escala de onde essas ações são comandadas, estão, sobretudo, os grandes decididores, como governos, empresas transnacionais, organizações internacionais etc., enquanto na escala de sua efetivação estão os atores locais-regionais, cujo poder de escolha é normalmente limitado.

Como explicar as metamorfoses que ocorrem hoje no Pampa a partir do avanço da soja sem considerar, por exemplo, o peso do chamado “efeito China”? Escher e Wilkinson (2019) falam de um verdadeiro “complexo soja-carne Brasil-China”, articulando os dois países como “polos” comerciais. Segundo os autores, a China passa por um processo de acréscimo da renda per capita, urbanização e aumento da classe média, que hoje chega a algo em torno de 30% de sua população (em termos absolutos, trata-se do equivalente a cerca de duas populações brasileiras inteiras). Isso se desdobra em uma importante mudança de hábitos alimentares relacionados à classe social, cuja expressão é o aumento do consumo de carne, neste caso, notadamente a carne suína. Essa demanda leva a uma industrialização da produção chinesa de suínos, que, por sua vez, tem no farelo de soja um importante insumo, principal componente da ração dada aos animais.

É oriunda sobretudo daí a enorme demanda chinesa por soja, que absorve mais de 60% da oferta do mercado internacional e impacta na alta dos preços do grão, no bojo do que, segundo os autores, convencionou-se chamar de boom da commodities. No Brasil, como polo exportador, o efeito é a expansão na área plantada, na quantidade produzida e nas exportações de soja em grãos. Em 2019-20, o Brasil ultrapassou os EUA e teve a maior produção mundial de soja. Com essa demanda internacional constante, sobretudo, a asiática, e com a permanência do valor do grão em um patamar atrativo, ainda que ente oscilações, a expansão em extensão e produtividade segue sua marcha e agora se estende, também, ao Pampa Gaúcho.

A associação entre mercado global, ciência, tecnologia e informação vai tornando cada vez mais diminutas as áreas em que as condições naturais preexistentes ainda impõem barreiras ao plantio da soja a ponto de inviabilizá-lo. Enquanto as terras com condições mais propícias ao cultivo da oleaginosa vão se esgotando, os incrementos técnicos a estendem a terrenos de segunda ou terceira alternativa. Os solos superiores dos Cerrados nas áreas mais altas e planas já estão ocupados. No Rio Grande do Sul, as terras altas de solos profundos com predomínio de texturas argilosas da tradicional região produtora do Planalto alcançam preços de mercado exorbitantes, expressando a baixa disponibilidade frente à demanda crescente na esteira da valorização do grão. Em todo o Brasil, a expansão se volta, agora, a regiões até então marginais, em movimentos semelhantes ao que inicialmente levou a soja do sul para o centro-oeste, a partir da década de 1970. Nos Cerrados, também começam a ser visadas, por exemplo, zonas de solos arenosos,

em geral carentes de nutrientes e de estrutura física, além de mais sensíveis a secas e excessos de chuvas.

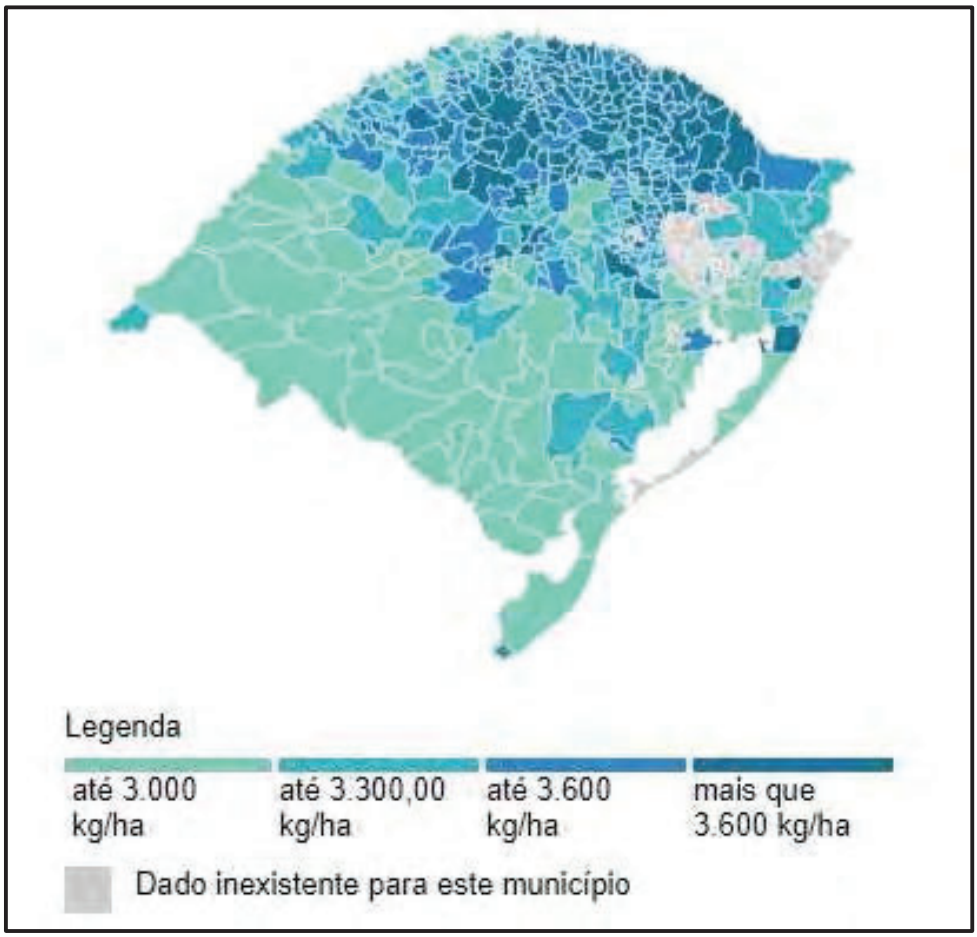
A expansão da soja dos domínios de solos argilosos do norte para os de solos arenosos e franco-arenosos do sul é o correspondente desse movimento no Rio Grande do Sul. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda em 2011, os cinco municípios gaúchos com a maior área plantada de soja eram todos do Planalto: 1) Tupanciretã; 2) Palmeira das Missões; 3) Cruz Alta; 4) Julho de Castilhos; e 5) Jóia. No entanto, em 2019, menos de 10 anos depois, 3 dos 5 municípios com maior área plantada já eram do Pampa, sendo dois deles da Campanha Gaúcha: São Gabriel e Dom Pedrito, empatados na segunda posição, e Cachoeira do Sul, ocupando a quarta.

Os operadores desse evento na escala de sua realização são investidores com trajetória no setor, oriundos, sobretudo, dessas regiões tradicionalmente produtoras da metade norte do estado. “É gente de Lagoa Vermelha, de Cruz Alta, tem várias regiões aí. [...] Já não tem mais espaço lá né, daí eles tão descendo”, percebe, por exemplo, Anderson, pecuarista em Palomas, em Santana do Livramento, localidade considerada um “foco” do impulso sojeiro, localizada sobre terrenos sedimentares da depressão periférica, na bacia do rio Santa Maria. Dadas as singularidades dos solos sobre os quais o evento se realiza, trata-se de um avanço que se dá à guisa de especial necessidade de investimento, seja em fertilizante e corretivos, material genético e maquinário adaptados, ou em manejo de proteção, dada sua maior fragilidade. Ainda assim, são obtidas produtividades por área sensivelmente menores que as do Planalto. São Gabriel e Dom Pedrito, por exemplo, caem para o 11 e o 15, respectivamente, quando o tema é a quantidade produzida, segundo a mesma plataforma de dados do IBGE, para o ano de 2019. De acordo com essa fonte, enquanto em municípios do norte do estado o rendimento médio chega a ultrapassar os 4.000 Kg/ha; no sul, apenas uma minoria chega aos 2.000 Kg/Ha. A Figura 8, a seguir, traz uma síntese desse contraste de rendimento.

Ocorre que a menor produtividade por área acaba sendo, de certo modo, compensada pelo preço da terra consideravelmente mais baixo, o que favorece o avanço em extensão do cultivo, conforme evidencia a fala de Antônio, representante de uma firma de negócios rurais de Santana do Livramento: “Maioria do pessoal é o pessoal da serra e outros estados que está plantando na região soja, arroz. O preço

do hectare é muito caro lá, então eles vêm aqui e compram ‘dez vezes mais’”, enfatiza o corretor.

Figura 8 – Rio Grande do Sul: rendimento da produção de soja em kg/ha (2019)



Fonte: IBGE Cid@des

De fato, no Planalto, em zonas com condições de alta produtividade para a soja, o valor médio do hectare ultrapassa os 58 mil reais, enquanto em municípios como Passo Fundo, chega a ultrapassar os 60 mil, segundo dados do INCRA (2020). Lá, mesmo as áreas aptas de baixa produtividade para o grão rondam, no mínimo, os 30 mil reais o hectare, de acordo com a mesma fonte. Enquanto isso, na Fronteira Oeste, as melhores terras, que mesmo assim tem produtividade média para a oleaginosa, valem em média 14,3 mil reais, e as com aptidão de baixa produtividade, 11,5 mil (INCRA, 2020).

Assim, a grande procura de terras para compra e arrendamento com esse fim vai se tornando marcante nas localidades do Pampa com solos minimamente viáveis à agricultura, conforme evidencia outro trecho da fala de Anderson, pecuarista em Palomas: “Eles chegam ali no teu campo, o campo tá com gado, eles chegam assim e te perguntam se tu não queres plantar soja. [...] Às vezes por telefone também, eles conseguem teu número e te ligam, te fazem proposta e melhoram a proposta, dobram a proposta”. Sob essa pressão de demanda, a conversão de remanescentes de paisagem-vida pastoril é facilitada nessas localidades, considerando as dificuldades contemporâneas de reprodução socioeconômica na pecuária extensiva, sobretudo para pequenos e médios pecuaristas. Embora os preços pagos pelo gado bovino ao produtor, por exemplo, venham em uma ascendente recente após longo período de queda e posterior estabilização em patamar relativamente baixo (VIANA, et. al., 2009), os custos se ampliam notoriamente, seja em insumos como medicamentos veterinários ou em mão de obra, por exemplo.

Surge, então, a ideia de que “financeiramente a soja é mais rentável”[13]. André, como agrônomo com atuação em Santana do Livramento, simula, a título de exemplo, o cálculo financeiro que pode envolver a decisão do pecuarista em arrendar para o plantio da soja:

> o cara (sojicultor) oferece um arrendamento pra ele, 6, 8 sacas de soja por hectare[14], e numa pecuária tradicional ele tá tirando 70 kg de peso vivo/hectare/ano[15]. Então é negócio, entende. E ele vai pensar: não vou me incomodar, é o agricultor que vai trabalhar”.

Sobre a localidade de Palomas, ouvimos que “muita gente ali vendeu gado, vendeu tudo e vive do arrendamento da soja”[16]. Nessa localidade, duas são as formas mais comuns de arrendamento para o grão: a de “ano fechado” e a sazonal. No primeiro caso, o arrendatário permanece com a área arrendada na entressafra da soja, mantendo-a em pousio, coberta com algum cultivar protegendo o solo até o próximo plantio ou destinando-o à pastagem para o gado. No segundo caso, a área

[13] Fala de Anderson, pecuarista em Palomas.
[14] Considerando a cotação atual da saca de soja (60 kg), que rodeia os 160 reais, a receita por hectare/ano do produtor arrendatário giraria entre 960 e 1280 reais.
[15] Considerando a cotação do boi gordo, por exemplo, que está ao redor de 10,5 reais, a receita do pecuarista por hectare/ano ficaria em torno de 735 reais.
[16] Fala de Anderson, pecuarista em Palomas.

arrendada é devolvida ao proprietário com pastagem de inverno, após a colheita da soja.

Há quem, vendo as possibilidades de renda geradas por essa demanda, resista muitas vezes amparado na tradição:

> O que me segura é aquela velha insistência. De tu querer seguir teus ancestrais ali, o meu avô, meu pai, só que tá ficando inviável já, pelas propostas que estão me fazendo. Já está num ponto que se eu não fizer eu já perco. Já estou perdendo. Por exemplo, a pecuária assim, se eu pegar e diminuir a minha lotação ali e tirar uma parte pra soja já estou ganhando[17].

Aos que não vivem nas localidades, mas mantêm algum tipo de vínculo, cresce a percepção de que "[...] não tem mais estância, é tudo granja", tal como Eduardo, artista do meio nativista em Santana do Livramento. Em sua leitura, "[...] essa zona, tu sai pela faixa aí já tem campo que não tem mais cerca né, por causa da lavoura. Pampeiro pra frente não tem mais cerca. Não vê nem gado da beira da faixa". A força econômica do evento desperta a percepção de que "mais cedo ou mais tarde aquela região ali é só planta"[18], ainda que as transformações que causa na paisagem não passem desapercebidas e nem sem um grau de pesar por algo que está se perdendo:

> As pessoas, ali, mudaram uns oitenta por cento aquela região ali. Do pessoal que era dali que venderam, que tão na cidade, que arrendaram, não tão mais lá. Tchê, e dali da área, o que tu notas, o único problema que eu acho, assim, é do secante esse que eles colocam. Isso aí que te deixa, na época que tacam aquilo, fica uma paisagem triste assim, que é o que mata o pasto. Aquilo ali te mata todo o banco de semente que tu tens ali, das nativas, que isso aí hoje pra ti recuperar um campo é de 7 a 10 anos que vai voltar a ter aquele tipo de gramínea nativa ali né. Tem esse lado também[19].

É nesse sentido que a região se transfigura em uma nova fronteira agrícola em expansão. Um novo "El Dorado" segundo os imperativos do desenvolvimento como intensificação produtiva. O Pampa, de modo geral, e sua paisagem-vida pastoril, em particular, entram em um processo sem precedentes de supressão de suas características, tanto em profundidade, reordenando modos de vida e espaços já organizados e consolidados, quanto em extensão, através da incorporação de novos territórios às dinâmicas produtivas intensivas (HAESBAERT; LIMONAD, 2007)[20].

---

[17] Fala de Anderson, pecuarista em Palomas.
[18] Fala de Anderson, pecuarista em Palomas.
[19] Fala de Anderson, pecuarista em Palomas.
[20] Ao dissertarem sobre os processos de globalização/fragmentação.

Em Palomas, ocorre ainda uma particularidade nesse processo. Ali, a forma singular com que historicamente foram arranjadas natureza e artifício produziu paisagens e expressões culturais que hoje se tornam de interesse para o turismo. Sua singular geodiversidade, por exemplo, classificada por Sell (2017) como pertencente ao “Pampa das mesetas”, em referência à presença de cerros tabuliformes, como o próprio Palomas, é um marcador de identidade territorial e, ao mesmo tempo, um componente cênico da paisagem. A ela se associam rugosidades herdadas da histórica pecuária extensiva que são reapropriadas a esse fim turístico. A presença da vitivinicultura e, mais recentemente, da olivicultura, completam esse quadro de potencialidades, em uma articulação natureza-tradição-tecnologia com arraigo territorial. Nasce daí a chamada Ferradura dos Vinhedos, uma rota de turismo rural e enogastronômico que vem alcançando notoriedade. O agronegócio da soja avança sobre esse arranjo de formas-conteúdo seja efetivamente o substituindo, seja interferindo em sua dinâmica (Fotografia 6).

Fotografia 6 – O Cerro Palomas e a soja: um geopatrimônio e sua nova e contraditória convivência. Fevereiro de 2021, Palomas, Santana do Livramento, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

O fato é que, nesse impulso, o sonho moderno sonhado de fora desde os tempos das crônicas dos viajantes europeus, de que o Pampa, sendo apenas campo é vazio e que, portanto, seria um dia preenchido com algo de “industrioso”, parece enfim estar se realizando. Esse processo é envolto em uma aura de inevitabilidade oriunda tanto do fato de que a sua difusão é comandada por essa citada mais-valia operada em nível mundial, quanto em razão da enorme força do imaginário correspondente que facilita a sua inserção em toda parte (SANTOS, 2006).

Como o novo “El Dorado” gaúcho, o Pampa vê a lavoura moderna da soja avançar afiançada numa visão estritamente funcional-produtiva do campo, exteriorizando os custos patrimoniais desse processo, os quais, mesmo quando assumidos como indesejáveis, são aceitos como inevitáveis (PÉREZ, 2008) ante uma causa maior que é o desenvolvimento da região.

2.1.6 Relicários? Quando restam remanescentes

[...]
Pampa - matambre esverdeado
dos costilhares do Prata
que se agranda e se dilata,
de horizontes estaqueados.
Couro recém pelechado
que tem pátria nas raízes,
aos teus bárbaros matizes
os tauras e campeadores
misturaram sangue às cores
pra desenhar três Países
[...]

Payador, Pampa e Guitarra
Noel Guarany; Jayme Caetano Braun

As sociedades humanas vêm desde milênios transformando o meio natural através da agricultura e da pecuária, adaptando-se ao entorno ao mesmo tempo em que desenvolvem complexos sistemas agropecuários, segundo caracteriza Pérez (2008). A autora destaca que alguns desses seculares e às vezes milenares sistemas produtivos se perpetuam entre inércias e transformações até hoje, constituindo um valioso legado cultural associado a paisagens ímpares. A marcha histórico-geográfica das práticas agropecuárias gerou um rico patrimônio imóvel imbricado a um repertório de saberes, ofícios e tradições de caráter intangível que incrementam sua relevância histórico-cultural e as referendam como patrimônio (PÉREZ, 2008).

Os versos com que iniciamos este texto, datados da década de 1970, incitam a um pensar regional sobre esse tipo de patrimônio relacionado às práticas agropecuárias: o construído a partir da natureza pampiana no secular feitio da pecuária extensiva. Em suas rimas, Jayme Caetano Braun e Noel Guarany expunham um entendimento, digamos, endógeno, sobre o Pampa. Com evidente sentimento de pertencimento e expressões próprias de quem era parte do universo representado, os poetas já delineavam com propriedade aspectos dessa paisagem emblemática da América meridional.

O Pampa, a Pampa ou os Pampas, no plural ou no singular, no feminino ou no masculino, tem como um dos seus traços fisionômicos marcantes o "matambre esverdeado" de que falam os poetas, ou seja, a vegetação campestre que, por rasteira, formando como que uma manta, lembra essa peça de carne que cobre as costelas do gado. Para os poetas, em sua linguagem "terrunha[21]", melhor do que localizar o Pampa na região do Prata ou em seu entorno é localizá-lo nos "costilhares do Prata", ou seja, entre suas costelas, numa referência ao tradicional corte bovino. Do mesmo modo, melhor do que caracterizá-lo como conjunto de ecossistemas de predomínio campestre é simplesmente associá-lo a um "couro recém pelechado[22]" em referência à pelagem do gado que, após a troca, fica mais curta, assim como o próprio campo quando pastejado.

Em "analogias campeiras" como essa está embutido o fato de que parte significativa da história/geografia do Pampa é também a de sua relação com a criação extensiva de gado, ou com a "vida pastoril", no dizer de Queiroz (1977). Uma relação secular que não se restringiu apenas a campos e rebanhos, implicando também, fundamentalmente, as gentes locais na forja de todo um universo sociocultural, ou seja, toda uma "vida pastoril" (Fotografia 7).

O exercício de geografia retrospectiva que fizemos permite entender a paisagem pastoril como uma marca produzida no Pampa pela cultura, para utilizar o entendimento de Berque (1998). Evidencia-se, portanto, uma paisagem cultural, um resultado material das atividades produtivas da pecuária extensiva e dos esforços de suas gentes em habitar o Pampa, expressando, por isso, determinadas técnicas, mas também visões de mundo. Trata-se, pois, de um testemunho impresso do "[...] conjunto de artefatos, do know-how e dos conhecimentos através dos quais os

[21] Que é da terra, enraizada.
[22] Que trocou de pelo.

homens mediatizaram suas relações com o meio natural” ao longo da história do Pampa, tal como na definição de cultura de Claval (2007, p. 13).

Fotografia 7 – “Campereando”. Agosto de 2019, Areal, Quaraí.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo.

O mesmo exercício nos mostra, ainda, que essa marca, uma vez sulcada nesse pedaço regional da superfície terrestre, condicionou e condiciona, ela própria, as possibilidades de ação e esquemas de percepção e concepção que a moldam, ou seja, ela participa da produção da vida pastoril como cultura, influenciando-a, ela lhe serve de matriz (BERQUE, 1998). De modo que, unificadas, a paisagem e a vida pastoril expressam uma forma-conteúdo, uma construção social híbrida de natureza-artifício que contém e está contida no Bioma Pampa, sendo altamente representativa dele, ainda que não seja sua única expressão. Para além da dimensão ambiental, ecológica ou fisionômica “natural” que carrega, a paisagem e a vida pastoril expressam a importância da dimensão cultural e agrária do Pampa.

No entanto, sabe-se que, em todos os lugares habitados, as relações entre sociedade e natureza têm sua história marcada pela paulatina substituição do meio natural por um meio cada vez mais artificializado, produto de sua sucessiva instrumentalização por parte de determinada sociedade, diz-nos Santos (2006, p. 156). Pois, no Pampa, a paisagem pastoril e sua forma singular em que arranja a parte do ‘natural’ e do ‘artificial’ [...]”, vai se reduzindo a “refúgios” mantenedores de alguma continuidade onde a transição se tornou regra. Vão remanescendo “manchas” dispostas em diferentes graus de conservação.

O já citado monitoramento do uso do solo no bioma, realizado pelo Projeto MapBiomas, por exemplo, dá um indicativo dessa condição ao identificar algumas áreas mais significativamente nítidas e relativamente contínuas que formam como que redutos de vegetação pampiana remanescente em meio a enormes manchas de supressão. Ainda que nem todos esses remanescentes sejam ocupados pelo uso pastoril, é sempre nesses fragmentos que estão contidas essas formas residuais da emblemática paisagem-vida social gerada historicamente pela dinâmica da pecuária extensiva em campo nativo. Segundo Borba (2002), são esses fragmentos menos artificializados ou menos inseridos nos circuitos hegemônicos os que menos produzem externalidades negativas e mais conservam elementos culturais e históricos como habilidades, conhecimentos, tradições, paisagens e biodiversidade, exatamente por não terem se inserido nessa lógica produtiva intensivista que agora avança sobre o Pampa.

Podemos falar, nesse sentido, em um caráter de relicário dessas manchas de vegetação nativa, manifesto tanto no sentido etimológico da palavra, enquanto sinônimo de resto ou resíduo (remanescente do Pampa), quanto no sentido mais usual, enquanto local que abriga coisas valiosas, heranças. Um relicário, aliás, chama atenção para a indissociabilidade entre forma e conteúdo, entre o tangível e o intangível, enfim, entre paisagem e a vida que a anima, dado que um relicário (uma forma, um suporte) guarda relíquias (artefatos, saberes-fazeres, práticas, falas, jeitos etc.).

Mundialmente, é exatamente a consciência de que se vive uma época de transformação e de ruptura com o passado, o que leva a uma atitude de reconhecimento de que uma parte de nosso entorno natural-artificial representa um legado valioso, constituindo, por isso, uma herança ou patrimônio, conforme destaca Valcárcel (1998). É esse um paradoxo moderno, segundo analisa o autor, que reside,

por um lado, na sucessiva destruição e substituição do espaço herdado, e por outro, na valorização e preservação daquilo que são seus restos ou manifestações em processo de supressão, na constituição do que o autor chama de “cultura do patrimônio”.

Seria esse o caso da tradicional paisagem pastoril nesse exato momento em que vai se tornando cada vez mais residual? O fato é que somente hoje, quando já se reduz a essas espécies de “testemunhos” é que o Pampa se torna pauta de preocupação em distintos âmbitos. Algo, aliás, que foi e é de praxe em situações em que o desenvolvimento capitalista bate às portas de diferentes contextos regionais naturais-culturais: Com a ameaça, a valorização (VALCÁRCEL, 1998). Na verdade, o próprio reconhecimento institucional do Pampa como um dos biomas brasileiros pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) se deu apenas em 2004, já na esteira do processo de supressão, como um evidente sintoma reativo.

O advento do Bioma Pampa é representativo desse momento em que, como explica Moreira (2011, p. 152) “o meio ambiente se desarruma e a diferença reage contra o padrão da repetição”. Para o autor, é com [...] a instalação da crise que vem a redescoberta da diferença. E, com a diferença, o conceito de biodiversidade (MOREIRA, 2011, p. 152-153)”. Evidentemente, em tempos-espaços como esse de agora, a ideia de uma regionalização baseada nesse parâmetro foi providencial. Contribuiu “[...] para a mobilização de setores governamentais e não-governamentais ligados ao meio ambiente em torno da conservação dos campos [...]”, como destaca Bencke (2009, p. 101). Desencadeou, também, uma “[...] identidade pública nacional [...]” para essa porção singular do território brasileiro, como preferem Vélez et. al. (2009, p. 359).

Ocorre, no entanto, que as metamorfoses do Pampa não se amortizam à dimensão ambiental, da perda de biodiversidade. Não se trata, somente, da substituição dos campos nativos por lavouras. Trata-se da supressão de formas, mas também de conteúdo, de objetos, mas também de relações sociais singulares, de natureza e também de cultura. Trata-se de diluição de elementos associados à biodiversidade, e, também, de componentes históricos, arqueológicos, paisagísticos e etnográficos, por exemplo. Vão minguando espécies e ecossistemas, mas também práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas associadas a instrumentos, objetos, artefatos e lugares de referência cultural (UNESCO, 2006). São transformações que são a expressão local de um processo que é global, de

massificação de paisagens que haviam estado historicamente imbricadas a modos de vida e tradições locais (BRASIL, 2009). Segundo Costa e Serres (2016), são metamorfoses na paisagem cujo grau e velocidade podem alterar a própria leitura que seus habitantes têm dela, podendo provocar a perda de referências históricas que servem como marcos memoriais e, portanto, de identidade. Seria dizer, indissociavelmente, o Pampa pastoril é metamorfoseado enquanto marca secular e em seu papel de matriz cultural.

Por isso, se inicialmente o reconhecimento do Pampa veio através de uma pegada, digamos, ecológica, de atenção, sobretudo, ao seu patrimônio "natural" e biológico, o estágio atual de supressão aponta para a importância de outras de suas dimensões imbricadas no processo. O contexto mundial de crise e alertas ambientais que dá eco ao tema da biodiversidade, tem o seu correspondente cultural que, frente à massificação das paisagens numa sociedade cada vez mais global, dá eco a um crescente apego cultural ao que é próprio e distintivo: Os territórios e suas expressões humanas, além dos biomas e suas expressões "naturais", tornam-se um valor cultural a contemplar e a conservação e/ou recuperação de suas paisagens aparece como um objetivo político da atualidade (VALCÁRCEL, 1998).

No mundo, as tendências globalizadoras geradoras de recursos genéricos e de caráter deslocalizável são confrontadas pela revitalização experimentada pelas identidades locais dos territórios, onde estão ancorados recursos patrimoniais específicos, de caráter singular e irrepetível (PÉREZ; SALINAS, 2008). Do esquecimento e da marginalidade, esses tipos de paisagens, lugares de trabalho e habitação, espaços de sociabilidades, de expressões orais e rituais singulares, passam agora, ainda que lentamente, a ser vistos como potenciais recursos identitários em que podem se apoiar, inclusive, determinados processos de desenvolvimento (PÉREZ, 2008).

Daí que, ao se falar no Pampa remanescente, é oportuno falar na paisagem-vida pastoril remanescente. Seria dizer, além de um patrimônio "natural" ou biológico, estaríamos falando de um patrimônio territorial, em sentido amplo, e/ou um patrimônio agrário, em sentido estrito. Enquanto patrimônio territorial, seria falar na paisagem-vida pastoril como um legado de vidas sociais precedentes no devir histórico que reúnem elementos naturais e os acréscimos artificiais oriundos desse processo, e que se constitui em elemento de identidade social ao refletir, em sua fisionomia, os modos

e condições de vida da sociedade que a moldou e a molda (VALCÁRCEL, 1998) (Fotografia 8).

Fotografia 8 – Tempos coexistentes. Agosto de 2019, Estrada do Espinilho, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Já enquanto patrimônio agrário, seria chamar atenção para o legado relacionado especificamente à herança histórica da exploração agropecuária, no sentido trazido por Pérez (2008), neste caso, notadamente a da pecuária extensiva. Herança esta, manifesta tanto em sua face material, traduzida nos sistemas de objetos relacionados à produção, quanto em sua face etnográfica, expressa em ofícios, artefatos, identidades etc. Em suma, em termos de patrimônio territorial-agrário, seria pensar a paisagem e a vida pastoril como testemunhas (i)materiais de uma atividade que faz parte da história da sociedade gaúcha e platina, cuja expressão pode ser encontrada em elementos como aperos, edificações, habitats, costumes, ofícios, rituais, tradições orais, etc. (PÉREZ, 2008).

Vejamos, no subcapítulo seguinte, a trajetória de uma paisagem similar, a da dehesa espanhola, também representativa da exploração pecuária extensiva, de onde é possível extrair exemplos para a reflexão...

2.2 DEHESA: SOBRE UMA PAISAGEM SIMILIAR ESPANHOLA

Tiene un viejo caballote,
de gigantesca armadura,
buen correr, mala andadura,
largo pienso y alto trote.

Tiene dos perros de presa
de ancha boca bien dentada,
por si una res empicada
se desmanda en la dehesa.
[…]
Tiene... nada a lo moderno:
perdiz en ancho jaulón,
escopeta de pistón
y polvorines de cuerno.

Y tiene tan larga capa,
tan ancha capa de paño,
que al caballote castaño
nalgas y cuello le tapa.
[…]
vividor como una oruga,
su vida de siempre es esta:
con las gallinas se acuesta,
con las alondras madruga.

Clavado en la dura silla
de su viejo caballote,
se va a Extremadura al trote
y al trote toma a Castilla;
[…]
y viene y va con ganado,
y vende, y vuelve a arrendar,
y paga y vuelve a criar...
y siempre está atareado.
[…]
Pocas habrá tan certeras
cual sus sagaces miradas
para arrendar otoñadas
y calcular montaneras,

pesar un novillo «a ojo»,
vender oportunamente,
saber observar prudente,
saber mirar de reojo...

Mas, ¡ay, que todo declina!
Ya no baila, ni capea,
ya no lucha ni pulsea,
ya va viejo, ya se arruina...

Ya con su grave figura
y su aspecto, antes bizarro,
sombras de aquel cuerpo charro
que fue broncínea escultura...
[…]
Ganadero
José María Gabriel y Galán

2.2.1 Uma construção histórica bem mais antiga

A dehesa espanhola pode ser considerada uma similar ibérica da paisagem pastoril do Pampa, sobretudo, no sentido de que é, também, uma marca impressa, em grande medida, pelas práticas da pecuária extensiva ou da vida pastoril. Enquanto no Pampa essa marca advém do manejo pecuário histórico de uma natureza já previamente de domínio campestre, na dehesa ela procede do desbaste de uma massa arbórea, a do bosque mediterrâneo, a fim de obter áreas de pasto nativo para o gado. O resultado é o que se chama de monte hueco, ou seja, uma fisionomia savaniforme ou de parque, caracterizada por campos salpicados de árvores (Fotografia 9).

Fotografia 9 – Paisagem típica de Dehesa. Dezembro de 2019, Santa Olalla del Calá, Huelva, Andaluzia.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Assim como as áreas do Pampa ocupadas historicamente com a pecuária extensiva, as zonas adehesadas do mediterrâneo ibérico expressam uma paisagem cultural, uma produção histórica vinculada à exploração pastoril, em que pese, em ambos os casos, sua aparente naturalidade (PÉREZ, 2010).

A semelhança do que ocorre nos campos sul-americanos, o gado constitui o elemento base da paisagem da dehesa e seu principal produto econômico, ainda que nem sempre os rebanhos estejam à vista devido à mobilidade inerente a sua condição de sistema pecuário extensivo (PÉREZ, 2010). Na Fotografia 10, a seguir, por exemplo, está representada uma típica paisagem de dehesa com a presença de rebanhos bovinos. Neste caso, em particular, trata-se de um rebanho composto de duas raças autóctones andaluzas: a retinta, em primeiro plano, e a berrenda en colorado, com pelagem de duas cores, ao fundo.

Fotografia 10 – Bovinos em pastejo na Dehesa. Dezembro de 2019, Santa Olalla del Calá, Huelva, Andaluzia.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Tradicionalmente, a composição da pecuária da dehesa é variada como no Pampa. No entanto, para além da tríade bovinos-ovinos-equinos dominante deste lado do Atlântico, aparecem na dehesa, também, outras criações arraigadas culturalmente como a dos chamados toros de lidia (touros de combate), destinados a espetáculos taurinos populares da região, além da tradicional cabanha de cavalos de raça andaluza, também chamada de Puro Sangue Espanhol (PSE) e, sobretudo, a de suínos, de raça autóctone ibérica, principalmente, o que constitui, talvez, uma das principais diferenças entre essas duas paisagens.

Ambas, dehesas e estabelecimentos pastoris do Pampa, são fisionomias que respondem a uma funcionalidade predominantemente pecuarista e de minoritária participação agrícola. Na dehesa, porém, o uso pastoril é decisivamente subsidiado e complementado economicamente pelo uso florestal, sobretudo de encinas e alcornoques, árvores nativas do gênero Quércus. A encina é espécie destacada na produção da bellota, um fruto que se soma ao pasto na alimentação dos porcos e demais criações e é particularmente fundamental na fase de engorde extensivo dos suínos, chamada montanera. Por isso, nas dehesas onde as criações suínas são o carro-chefe, são propositalmente as encinas que dominam o conjunto arbóreo da paisagem, uma vez que cada árvore recebe uma remodelagem, testemunhando os esforços de maximização da produção de bellotas por indivíduo em benefício da produção pecuária suína extensiva de corte (Fotografia 11).

Fotografia 11 – Pasto e bellotas baixo a uma encina multicentenária. Dezembro de 2019, Santa Olalla del Calla, Huelva, Andaluzia.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Já os alcornoques, além de também produzirem um tipo de bellota, são utilizados para extração de lenha e corcho, duas fontes históricas de renda complementar à pecuária nas dehesas. O corcho é o produto da extração da casca

do alcornoque, sendo utilizado como matéria prima para diversos fins, entre os quais o mais conhecido é a fabricação de rolhas para garrafas de bebidas.

A Fotografia 12, a seguir, demonstra um rebanho de porcos da raça autóctone ibérica pastando em liberdade embaixo de Encinas e Alcornoques no período correspondente à montanera, quando as bellotas estão maduras e caem do pé, servindo de alimento aos animais junto com restos de ramos, folhas e o pasto. Na fotografia é possível notar ainda a presença de uma ensina em crescimento protegia por uma grade. Esse é um manejo que visa à reprodução sustentável da massa arbórea, evitando que os brotes sejam comidos pelo gado ou por animais silvestres. Cabe destacar, por fim, que, para além da alimentação, os bosques aclarados de encinas e alcornoques desempenham também o importante papel de sombra e abrigo às criações extensivas, sobretudo, frente aos extremos de temperaturas no inverno e verão, característicos do mediterrâneo ibérico.

Fotografia 12 – Cerdos ibéricos em pastejo extensivo. Dezembro de 2019, Santa Olalla del Calá, Huelva, Andaluzia



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Tanto na dehesa quanto na Campanha, a prevalência ou especialização em um ou outro tipo de criação extensiva, bem como as diferentes combinações de criações em um mesmo estabelecimento variaram ao longo da história. Isso dependeu

de circunstâncias, tais como diferentes potencialidades edáficas, capacidades técnicas, conjunturas socioeconômicas e destinos das produções. A orientação produtiva dominante em cada dehesa guarda estreita relação com a disposição dos elementos que compõem sua paisagem, como demonstra Pérez (2010): como já dito, onde o carro chefe é a criação suína, o estrato arbóreo é dominado pelas encinas, pois produzem bellotas em maior qualidade e quantidade; porém, onde é explorada economicamente a extração do corcho, o alcornoque aparecerá em maior densidade. Onde dominam as criações bovinas e ovinas, a densidade da massa arbórea vai tender a ser menor, expressando o enfoque nas áreas de pasto (Fotografia 13). Enquanto, nas dehesas orientadas à exploração cinegética (caça), o conjunto arbóreo é mais descuidado e aparecem os matagais, exatamente pela ausência do manejo pastoril.

Fotografia 13 – Ovinos da raça autóctone merina em campos de maior altitude e com menor densidade do estrato arbóreo. Dezembro de 2019, Santa Olalla del Calá, Huelva, Andaluzía.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Nota-se que há um profundo arraigo da paisagem da dehesa ao seu uso pastoril. O próprio vocábulo dehesa tem procedência etimológica na palavra latina defensa (defesa), designando um espaço cercado e destinado ao pastoreio, protegido

(defendido) frente a outros usos (PÉREZ; SALINAS, 2015). As raízes de sua produção como paisagem agrária singular são muito antigas e remontam à Idade Média, período em que se consolida seu significado como área de uso principalmente pastoril e de caráter comunitário (PÉREZ; SALINAS, 2015). Trata-se, portanto, de uma obra muito mais antiga do que a produzida no Pampa, a qual tem origem apenas no século XVII, exatamente pelas mãos dos espanhóis, sobretudo dos jesuítas, como vimos anteriormente.

Aliás, as primeiras estâncias do Pampa nasceram como dehesas do "novo mundo", e eram, de fato, com esse nome que os jesuítas espanhóis as chamavam inicialmente: "dehesas del común del pueblo, que llaman estancias", tal como se refere um dos sacerdotes da época, Padre Cardiel, cujo escrito é trazido por Levinton (2009, p. 209). Cabe lembrar que adveio desse criatório mediterrâneo considerável parte de objetos, corpos e saberes-fazeres que iniciaram a composição dessa nova paisagem-vida pastoril sul-americana. Eram, inclusive, troncos ancestrais dos atuais touros e vacas retintas e berrendas, raças autóctones das dehesas andaluzas e estremenhas, muitos dos bovinos que no Pampa vieram dar origem à enorme gadaria chimarrona, casco da vida pastoril. Eram também crias das dehesas os cavalos andaluzes e berberes que dariam origem à hoje icônica raça equina pampiana do cavalo crioulo. Desses bosques adehesados, adviria, por fim, muitas das gentes de campo e de cavalaria, trazendo aportes a arte da equitação e em geral à cultura equestre e pastoril que por aqui se instalou, junto com guitarras e vozes, usos e costumes de marcada influência mourisca, que até hoje permeiam corpo e o espírito pecuarista do Pampa, como já percebera Ornellas (2012) ainda em meados do século XX, em seu clássico Gaúchos e Beduínos.

2.2.2 Uma referência cultural também fronteiriça por excelência

As similaridades vão se avolumando e delineando os contornos dessa ligação propriamente dita, na medida em que são trazidos outros elementos para comparação. Tanto essa paisagem pecuarista mediterrânea, quanto a pampiana, são expressões regionais sulistas em seus respectivos continentes. As primeiras são típicas do quadrante sul da Espanha (e de Portugal, onde o correspondente da dehesa é o chamado montado) e, os segundos são característicos do quadrante sul do Rio Grande do Sul (e da América do Sul, se considerarmos toda a área de abrangência

do Bioma Pampa estendida ao Uruguai e parte da Argentina). Na Espanha e no Rio Grande do Sul, essas duas paisagens da pecuária se concentram na Fronteira Oeste destes territórios, constituindo-se de um caráter fronteiriço por excelência.

A dehesa é uma expressão de fronteira desde os seus albores medievais, quando foi zona de fricção no sentido norte-sul, entre cristãos e muçulmanos, durante a chamada Reconquista, quando os primeiros se expandiam desde o norte da península ibérica, e os segundos estabeleciam seu reduto de resistência no Sul (PÉREZ; SALINAS, 2015). De modo que, o território de abrangência das dehesas é permeado de testemunhos (i)materiais desses atritos, intercâmbios e mesclas, que o dotam de uma aura "legendária" e "cavaleiresca": fortes, castelos, muralhas e ermitas, além de toponímias, lendas bélicas, estórias de lealdades e traições, assaltos a inimigos, enfrentamentos inquisitoriais, cantos, folclore etc (PÉREZ; SALINAS, 2015). Seria dizer, a dehesa é a paisagem agrária característica de um território marcado pela herança cultural hispano-mourisca.

Na modernidade, essas áreas de dehesa continuaram correspondendo a uma zona fronteiriça de atrito e de disputas territoriais, agora no sentido oeste-leste, entre Espanha e Portugal (PÉREZ; SALINAS, 2015). Essas disputas atravessaram outros vários séculos com fatos e episódios cujas heranças também chegam à contemporaneidade, permeando e/ou se relacionando com a sua paisagem agrária: castelos que se sucedem em linha defensiva, fortalezas e fortificações, territórios e núcleos populacionais que em algum momento de sua história chegaram a pertencer à Portugal, monumentos e referências de feitio português, mescla de estilos artísticos, nomes de lugares marcadamente lusófonos etc (PÉREZ; SALINAS, 2015).

Deste lado do Atlântico, do mesmo modo, falar na produção histórica da paisagem pastoril no e com o Pampa é, indissociavelmente, falar de fronteira. Aliás, há, evidentemente, certo grau de ascendência entre o caráter fronteiriço que ainda povoa as dehesas ibéricas, e o caráter fronteiriço que ainda povoa o Pampa. Disto, é representativo o fato de que o mesmo evento histórico que, na península, tomou dos portugueses a cidade estremenha de Olivença para torná-la um município espanhol, foi o que, em contraponto, no Prata, tirou o território das Missões e a Campanha Gaúcha dos espanhóis para torná-lo domínio português. Trata-se da chamada Guerra das Laranjas, em 1801, quando em resposta à tomada da praça de Olivença pelos espanhóis, os moradores luso-brasileiros do Rio Grande intensificaram as hostilidades aos castelhanos na zona de fronteira, resultando na expansão portuguesa para oeste

até o rio Uruguai. Resulta desse curto episódio, que, hoje, Olivença é um reduto de dehesas espanhol marcado pela mescla com a herança lusa, e a região das antigas Missões Orientais, seria dizer, todo o oeste do Rio Grande do Sul, é uma parte brasileira do Pampa marcada pela mescla com a herança hispânica.

Por conta disso, tal como a dehesa, a paisagem e a vida pastoril da Campanha, tampouco, não se faz sem sua dose de espírito legendário e cavaleiresco, ainda que ao seu modo crioulo, permeado da história indígena e negra além da ibérica. Disso fazem parte causos de revoluções, lugares de memória de batalhas e de similares episódios de façanhas e traições, marcadores territoriais de fronteira, estâncias construídas como fortins no topo das coxilhas, toponímias que remetem ao tempo dos espanhóis, dialeto campeiro permeado do portunhol etc. Tanto lá, quanto cá, essas marcas fronteiriças que se associam às suas respectivas paisagens agrárias são um patrimônio territorial, um recurso cultural e identitário em potencial.

2.2.3 Uma paisagem da extensividade

Como o sudoeste adehesado da Espanha, o sudoeste pampiano do Rio Grande do Sul foi construído através de uma estrutura fundiária caracterizada pelo domínio areal dos grandes estabelecimentos. Em sua constituição histórica, dehesa e estância tiveram na extensão uma resposta às características do rendimento natural dos pastiçais, de modo que o pleno funcionamento do sistema e a obtenção de uma produção minimamente rentável estiveram associados fundamentalmente à dimensão de área disponível. No século XVIII, Félix de Azara (1969, p. 286) observava que, no Prata, “una estancia o dehesa que no tiene mas que cuatro o cinco leguas cuadradas[23] de superficie o extensión está considerada en Buenos Aires como poco considerable, y en el Paraguay pasa por ser de extensión ordinaria”. Naquela época, segundo analisa Moreno (2008), mesmo “una suerte de estancia de media legua de frente por legua y media de fondo (2.500 hectáreas) no alcanzaba, por la baja intensidad de explotación de la época, para sustentar una familia”.

Assim, respeitadas as diferentes proporções do que seria no velho continente e na imensidão sul-americana, uma grande extensão, o fato é que dehesa e estância, descendem dessa configuração latifundiária, da qual carregam muitas permanências.

[23] Cerca de 15 a mais de 20 mil hectares.

Não por acaso, se encontram nas zonas espanholas de dehesa as menores densidades demográficas do país. Segundo explica Pérez e Salinas (2015, p. 40), “con un sistema productivo poco generoso, las densidades de población son también bajas”. Para os autores, a baixa densidade demográfica expressa a adaptação humana secular a um meio natural “pobre” e, até mesmo hostil, aos labores agrícolas, que o empurraram ao uso extensivo. A Espanha das dehesas corresponde à chamada “España silícea”, cujo substrato geológico é formado de plataformas cristalinas e metamórficas sobre as quais, em geral, se desenvolvem solos rasos e de baixa fertilidade, com baixa aptidão agrícola (PÉREZ, 2010).

O caráter extensivo da pecuária, a estrutura fundiária caracterizada pelo domínio areal da grande propriedade e a baixa densidade demográfica que caracterizam as áreas de dehesa, não se explicam separadamente entre si, tampouco se compreendem fora de sua relação com as limitações físicas citadas. Essa mesma descrição pode ser aplicada sem maiores distorções ao Pampa pastoril. No Rio Grande do Sul, as menores densidades demográficas correspondem as áreas da fronteira oeste onde a estrutura fundiária foi construída historicamente sob a lógica da pecuária extensiva. E, notadamente, em cada rincão, a densidade de habitantes é tanto menor quanto menor é o leque de outros usos do solo possíveis que não a pecuária extensiva. Daí que, tal como na “Espanha silícea”, as áreas menos povoadas do Rio Grande do Sul estão nas zonas de solos “pobres” e/ou rasos e pedregosos dos terrenos basálticos da Fronteira Oeste ou dos cristalinos e metamórficos da Serra do Sudeste, onde as limitações ao uso agrícola fazem confinar os remanescentes da paisagem pastoril do Bioma Pampa, conforme será aprofundado na segunda parte, dedicada ao Alto Quaraí.

Ainda assim, em nenhum dos dois casos a baixa densidade de habitantes é sinônimo de vazio. Seria dizer, o menor povoamento não significa despovoamento, assim como a dominância areal da grande propriedade não significa paisagens resumidas a uma mosaico de latifúndios. Ao contrário, tanto em um como em outro caso, a reprodução dos maiores estabelecimentos esteve historicamente amparada em uma maioria de pequenos, que eram os fornecedores, em grande medida, de sua mão de obra. De modo que, para Rivera e Pérez (1997, p. 207), o funcionamento das dehesas tradicionais não poderia explicar-se “sin la gran mayoría de explotaciones minifundistas ubicadas en los aledaños de los pueblos, cuya inviabilidad económica

empujaba a sus propietarios a emplearse en las grandes explotaciones adehesadas (en muchos casos como aparceros)".

Esse quadro comparativo de significativas similaridades se completa com as características geomorfológicas dominantes em ambas as paisagens. Ainda que dehesa e Pampa pastoril ocorram também sobre zonas mais "dobradas" e serranas, ambas são reproduzidas majoritariamente em penillanuras (que etimologicamente significa "quase planuras"), ou seja, em relevo suavemente ondulado. Daí que compartilhem da projeção de uma imagem tendente à monotonia, de largo horizonte. São semelhantes as sensações de quem viaja pelas estradas da Estremadura ou da Fronteira Oeste gaúcha. Além do que, a dehesa está circunscrita a condições climáticas caracterizadas por extremos sazonais, com geadas e temperaturas próximas de zero graus no inverno até secas estivais com temperaturas próximas dos quarenta graus. São condições que, acrescidas das características edáficas marcadas pela presença de solos rasos e pedregosos, guardam particular semelhança com o que ocorre nos campos basálticos superficiais da Fronteira Oeste.

2.2.4 Uma paisagem marginalizada e suprimida

Hoje, ambas são paisagens residuais, se considerarmos sua abrangência original. O processo de supressão que aqui no Pampa começou pelos meados do século XX, com as lavouras de arroz, nas dehesas teve início mais antigo, datando de meados do século XIX. Nessa época, a dehesa sofreu uma transição do uso comunal à privatização, no chamado processo desamortizador espanhol, que consistiu basicamente na posta de terras em leilão pelo Estado em favor de um processo de mercantilização da terra, sintomático da passagem dos resquícios da sociedade medieval à sociedade burguesa (PÉREZ, 2010). Com isso, as dehesas passaram da auto-organização local até então característica para as mãos de uma classe de terratenentes, em geral, absentistas. Expandiu-se então, a lógica de mercado e com ela novos usos da terra, convertendo muitas áreas de dehesa a usos tidos como mais intensivos e rentáveis, notadamente as localizadas em áreas com melhor aptidão agrícola (PÉREZ, 2010; PÉREZ; SALINAS, 2015).

A ideia iluminista de racionalidade e progresso que vinha embutida nesse processo desamortizador, ligava-se ao produtivo, fértil e agrícola e não ao "natural", seco-rochoso e silvopastoril. A dehesa, então, começou a desaparecer das zonas com

melhores solos para a agricultura e com melhor logística, situadas próximo a ferrovias, cidades e mercados. Essa paisagem foi ficando confinada nas serras e campinas com limitações para agricultura e que, ora pela topografia acidentada, ora pela dureza de suas rochas, dificultavam a inserção de infraestruturas e outros avanços técnicos que acompanhavam e propiciavam a almejada intensificação, o progresso e o crescimento econômico (RIVERA; PÉREZ, 2002). Punha-se em marcha, então, a supressão da dehesa, processo que a reduziria, pouco a pouco, aos remanescentes atuais.

No mesmo bojo, foi sendo construído certo descrédito social da dehesa enquanto sistema de produção agrária, devido a sua identificação com solos pobres, inadequados e marginais (PÉREZ; SALINAS, 2015). No final do século XIX, essa paisagem já era assimilada a uma Espanha profunda, seca e pobre. Nas artes e nas letras, as dehesas apareciam como espaços escassamente povoados, cujos habitantes eram pessoas pobres e rudes, por vezes bandoleiros. A dehesa se tornou fundo cênico marcado pelo estático, antiquado e conservador, um reduto de ideais antigos e atrasados ou ultrapassados. Seu reconhecimento social foi ganhando sentido negativo, sem outros olhares que contribuíssem para a sua dignificação e pudessem legitimar seus múltiplos e diversos valores (PÉREZ; SALINAS, 2015).

A partir da década de 1960 do século XX, o mesmo tipo de olhar urbano-industrial sobre o campo que, aqui, terminaria reduzindo o Pampa a uma “Metade Sul” e a pecuária extensiva secular da região a uma atividade de “gigolôs de vaca”, é o que, lá, recaiu sobre a dehesa, lançando-a a um novo ciclo de marginalização, abandono e supressão. Nessa década, avança sobre o campo o paradigma desenvolvimentista baseado na ideia de intensificação produtiva e crescimento econômico, colocando as dehesas e suas atividades de criação de gado extensiva – naquele momento já bastante recolhidas às serras e zonas de baixa aptidão agrícola – em desvantagem competitiva com a pecuária intensiva das zonas mais bem comunicadas e de solos férteis, capaz de abastecer o mercado em maior escala e frequência (PÉREZ, 2010; PÉREZ; SALINAS, 2015). Com apoio decisivo do Estado, projetou-se a modernização do campo espanhol, em tom semelhante ao que, no Brasil, era planejado pelo governo militar através do Estatuto da Terra de 1964, colocando a dehesa em evidente inadequação ao novo paradigma.

Descapitalizadas, as dehesas experimentaram uma grande crise de sua funcionalidade produtiva agrária, o que afetou suas mais intrínsecas características, segundo observa Pérez (2010). A crise salarial associada, e a inviabilização de uma

miríade de pequenos produtores, incorreu em um acentuado êxodo rural, conforme demonstra a autora. As dehesas foram perdendo a abundante mão de obra que as havia sustentado historicamente, o que significou abandono de atividades agrárias, mas também a desaparição de práticas culturais que as enriqueciam, como avaliam Pérez e Salinas (2015). Dizem os autores, que a concentração da propriedade da terra ganhou novo impulso, avançando sobre os estabelecimentos inviabilizados, em muitos casos, através de novos proprietários, em geral com outros interesses na terra que não a reprodução daquele sistema extensivo tradicional de baixa rentabilidade. Muitas áreas de dehesas foram convertidas em espaços apenas para caça ou em monoculturas de eucalipto e pinus para a indústria de papel e celulose, naquele momento emergente (RIVERA; PÉREZ, 1997).

Nos estabelecimentos que permaneceram pecuaristas, a adaptação à nova conjuntura levou a grandes mudanças no sistema produtivo, para os que conseguiam. Desenhou-se um movimento de especialização na pecuária bovina em detrimento das demais espécies. Os bovinos foram ganhando preferência em relação aos ovinos em função da maior facilidade de manejo diante do contexto de esvaziamento do campo e escassez de pastores, enquanto os efetivos suínos foram drasticamente reduzidos frente à desvantajosa competição com as produções industriais e, de modo particular, pela ocorrência da peste suína africana no período, segundo Pérez (2010). A intensificação produtiva, incentivada institucionalmente, induziu à crescente cruza e à efetiva substituição das raças autóctones, adaptadas ao ambiente das dehesas, por raças exógenas mais precoces e produtivas, ainda que menos adaptadas ao meio, repercutindo em aumento do uso de insumos externos como pastagens plantadas e rações concentradas, conforme avalia a autora.

A paisagem da dehesa foi sendo progressivamente degradada, transformada, ou, em muitos casos, suprimida. Em áreas despecuarizadas, avançavam os matagais sobre as antigas áreas de pastos (PÉREZ, 2010). Com a mingua dos efetivos suínos e com a escassez de trabalhadores, esmoreciam os cuidados com a encina, que deixava de ser manejada, comprometendo sua produção de bellotas e alterando a composição da paisagem da dehesa. Grandes áreas de encinas e alcornoques foram também desmatadas para dar lugar a pastagens plantadas, florestas de pinus e eucalipto ou outras atividades agrícolas. Nas dehesas tornadas espaço de caça, foram introduzidas novas espécies cinegéticas e instalados novos objetos ligados a esse uso, como as cercas especiais para conter os animais de caça numa determinada

área, como demonstram Pérez e Salinas (2015). Esse e outros objetos sem vocação de integração paisagística e particularmente estranhos à tradicional paisagem da dehesa foram crescentemente implantados, como silos, armazéns e torres de transmissão de energia elétrica, rompendo com o que os autores (2015, p. 44) chamam de "espíritu de lugar de la dehesa y su condición de locus amoenus[24]". Ao mesmo tempo, uma miríade de outros objetos de presença secular na dehesa foram se tornando disfuncionais, sendo, muitas vezes, abandonados à degradação e ruína ou simplesmente substituídos, tais como cercas de pedra, bebedouros para o gado (abrevaderos), casas de campo (cortijos), galpões e postos (chozos) etc (PÉREZ; SALINAS, 2015).

Nessa esteira, aprofundou-se o descrédito sociocoeconômico e cultural da dehesa, associando-a à pobreza econômica e de espírito, ao atraso, à desigualdade e à injustiça (PÉREZ; SALINAS, 2015). De modo que, tal é a similaridade entre essa história e aquela discutida no capítulo anterior, sucedida nos campos do Pampa Gaúcho, que bem poderíamos dizer: a dehesa, como construção social objetiva e subjetiva, foi uma espécie de Pampa pastoril existente lá mesmo no interior da península, com semelhante desalinho à ideia moderna de progresso.

2.2.5 Uma paisagem requalificada por novos olhares

Hoje, presencia-se uma requalificação dos olhares sobre a dehesa. As mesmas características que a mantiveram a margem do paradigma desenvolvimentista, foram as que, paradoxalmente, começaram requalificá-la como paisagem de alto valor ecológico (RIVERA; PÉREZ, 2002; PÉREZ, 2010; PÉREZ; SALINAS, 2015; PÉREZ; SALINAS, 2015b). As dehesas remanescentes passaram a ser estimadas, notadamente, por seus atributos ambientais-naturalísticos (conservação da vegetação, fauna, geodiversidade) e estético-paisagísticos (beleza cênica, espaços abertos), cuja conservação decorre exatamente de seu caráter refratário ao avanço da intensificação produtiva e da tecnificação da paisagem durante o período desenvolvimentista.

Essa nova percepção, enquadrada dentro do que Rivera e Pérez (1997) chamaram de "ideologia clorofílica" circulante entre a classe média urbana, levou a

[24] Lugar ameno ou agradável.

um processo de patrimonialização da dehesa, no sentido de sua crescente valorização por parte da administração pública. A dehesa passou a ser crescentemente foco de proteção por leis, normas, programas e planos de desenvolvimento sustentável, além de enquadrada oficialmente em espaços protegidos, a exemplo da Reserva da Biosfera Dehesas de Sierra Morena (em 2002), como demonstra Pérez (2010). Nesse bojo, foi se ampliando o interesse social e acadêmico pelas dehesas, o que redundou em maior conhecimento e apreço cidadão por essa paisagem, conforme explica a autora. De espaço visto em termos essencialmente agropecuários e, ainda assim, de baixo dinamismo econômico-produtivo, a dehesa se tornou lugar de “natureza”, qualidade ambiental, beleza e amenidades.

Ainda conforme a análise de Pérez (2010), cada vez mais, numerosos visitantes urbanos e novos proprietários com expectativas de negócio foram delineando uma nova funcionalidade, ligada ao ócio e à recreação. A dehesa foi sendo crescentemente vista como espaço de consumo, para além do olhar tradicional como espaço de produção. No aspecto produtivo, foi beneficiada, segundo a autora, pela constituição de uma demanda por produtos saudáveis, tradicionais e territorialmente diferenciados, surgidos exatamente no contraponto das crises alimentares relacionadas à oferta standard de alimentos industrializados e à homogeneização globalizadora. Inúmeros produtos tradicionais das dehesas foram recebendo distinções através de Denominações de Origem Protegidas, Indicações Geográficas Protegidas e outros distintivos de qualidade com certificação.

Instituições públicas de diferentes áreas, com agricultura, ambiente, cultura e desenvolvimento territorial, por exemplo, passaram a apoiá-la com suas políticas. Em particular, o seu caráter de uso múltiplo, passou a ser valorizado ante as sequelas do intensivismo e da anterior ênfase desenvolvimentista nos monocultivos. Em geral, o resultado foi uma revitalização de suas paisagens, ainda que de forma não isenta de conflitos e contradições. De modo que, com tantos pontos históricos em comum com o Pampa pastoril, a dehesa hoje se diferencia significativamente da paisagem sul-americana quando o tema é a percepção social e atenção institucional que vai ganhando e ao destino objetivo que vai tomando na contemporaneidade. Enquanto lá o problema maior parece residir em tornar comunicável e sistêmica a miríade de olhares e práticas incidentes sobre a dehesa, aqui, a questão é o caráter incipiente desses novos olhares frente ao veloz processo de supressão em curso.

Na dehesa, os gargalos se situam basicamente na dificuldade de esses novos olhares e práticas levarem em conta seu caráter de paisagem cultural, com funcionalidade agrária, que é a base de sua própria fisionomia hoje valorizada, como destaca Pérez (2010). No Pampa, o gargalo é conseguir afirmá-lo como espaço a ser conservado, frente à ideia de "El Dorado" para a expansão da soja. Na dehesa, os regramentos ambientais de áreas protegidas, por exemplo, por vezes se põem em contradição com as atividades produtivas e, frequentemente, os componentes humanos desses territórios não são valorizados como os ambientais, naturalísticos e estéticos. Enquanto no Pampa, em se tratando do bioma brasileiro menos protegido por Unidades de Conservação, esse acaba não sendo um problema latente, mas pelos motivos, digamos, equivocados. Além disso, no âmbito da Política Agrária Comum (PAC) da União Europeia, existem ajudas agroambientais concedidas na forma de pagamentos diretos aos produtores, incluindo pagamentos por reprodução de sistema extensivo, sendo o problema, neste caso, certas inadequações e desequilíbrios dessa política ao ser aplicada genericamente na realidade das dehesas, desconsiderando sua complexidade e redundando em perda de efetividade no que poderia ser um grande diferencial para a reprodução social dessa paisagem. No Pampa, por outro lado, a lacuna é a inexistência mesma de pagamento direto a produtores por parte de políticas públicas, quanto menos destinadas à reprodução de sistemas extensivos.

Outra questão, é que sendo a dehesa crescentemente vista como espaço de consumo, acaba tendo suas funções agrárias em certos casos desvalorizadas por grupos de desenvolvimento rural que passam a vê-la apenas com atrativo turístico. Enquanto isso, no Pampa esse é outro dos problemas que não se sucede pelo próprio caráter incipiente dessa nova função turística. Por sua vez, a valorização e diferenciação dos produtos genuínos da dehesa através de selos de qualidade, ainda que seja fator chave na preservação dessa paisagem e de sua cultura, por vezes não aparece associada ao seu efetivo terroir de produção que é a própria dehesa. Vários de seus produtos protegidos com indicações geográficas, tais como jamones e paletas, carne de ternera e carne de cordero, ainda que vinculados a âmbitos territoriais, não fazem, por vezes, menção às dehesas. Seria dizer, trata-se de mais uma expressão de desencontro entre forma e função, neste caso, com valorização da função em detrimento das formas. Algo que tampouco ocorre no caso pampiano, já que essas distinções de qualidade ainda são escassas e as iniciativas existentes têm

como ponto forte exatamente sua vinculação ao Pampa, com as estâncias e com a vida pastoril, como é o caso de distintivos como a indicação de procedência Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, da Alianza del Pastizal, e de associações como o Alto Camaquã.

Por fim, no caso da dehesa, os esforços de valorização e conservação repercutem ultimamente na preparação para a sua candidatura à lista de paisagem cultural mundial da UNESCO (PÉREZ; SALINAS, 2015b). Já no caso da paisagem pastoril pampiana, o caráter incipiente de sua valorização tem, por outro lado, uma possível vantagem: a de que esse processo de requalificação dos olhares possa se dar desde o princípio a partir de um olhar unitário, levando em conta seu caráter de paisagem cultural-agrária e a inseparabilidade entre forma e função, que no caso da dehesa acaba sendo seu maior gargalo. De modo que a propagação de novas áreas protegidas, novas legislações, novas políticas públicas, produtos diferenciados, turismo rural, estejam entendidos de que o Pampa é quase sempre sinônimo de uma paisagem pastoril, portanto de um agrossistema, marca impressa pela cultura. Sua própria riqueza ambiental advém da natureza de seu histórico uso extensivo com a pecuária, o que torna a valorização dessa função elemento básico de sua conservação.

E, isso, não apenas no que diz respeito ao sentido técnico, de disseminação de tecnologias e em geral de ações de desenvolvimento da rentabilidade dos estabelecimentos. Ainda existe no meio técnico certa reticência em considerar os elementos simbólicos como potencialidades, quando na atual exaltação do que é próprio e distintivo dos territórios, a valorização conjunta de todo o patrimônio agrário que diferencia a vida pastoril pampiana de outras vidas pastoris poderia ser uma das principais fontes de qualidades extrínsecas que distinguem seus produtos: sedes e galpões, estruturas de manejo e cercas de pedra, potreiros e invernadas, rituais, cantos, versos, linguajares, aperos etc.

3 ALTO QUARAÍ: RELICÁRIO DA PAISAGEM PASTORIL

No presente capítulo apresentamos, por fim, uma geografia do Pampa remanescente no Brasil: a do Alto Quaraí.

Tecemos uma compreensão geográfica da chamada Cuesta de Haedo, região natural pampiana que abriga esse reduto e cujas características são historicamente condicionantes da humanização de suas paisagens, estando, também, na base da explicação da permanência atual dessa zona como conservatório do bioma.

Demonstramos que exatamente sobre a Cuesta está a única zona pampiana marginal ao avanço da soja, evento este que já se faz presente em quase toda a diversidade ambiental do Rio Grande do Sul. Evidenciamos, assim, as singularidades geográficas predominantes nessa área como geradoras de um efeito protetivo sobre o Pampa, ao restringirem o leque de usos do solo possíveis.

Aferimos, ainda, que, no Alto Quaraí, os elementos naturais do bioma Pampa – de que são exemplos as próprias formações campestres – conservam-se arranjados como parte de uma singular arrumação de feitio histórico, uma paisagem agrária, hoje protegida por suas próprias contingências: a paisagem pastoril. De modo que, nas vozes locais, o próprio Pampa aparece como sinônimo de vida pastoril mais do que propriamente um domínio natural.

Avaliamos, também, que as mesmas características que contingenciam as lavouras e fazem do Alto Quaraí parte de uma forma residual de domínio da pecuária extensiva no estado, são as que tecem as singularidades da própria pecuária ali desenvolvida: forjam um *terroir* ovelheiro e uma zona especializada na fase de cria bovina, imbricada aos seus típicos campos de solos rasos.

Nos campos sobre basalto, presenciamos numerosas expressões de uma vida permeada pelos desafios e amenidades de se criar gado “nas pedras”, enquanto nos campos arenosos do Areal e do Coatepe, por exemplo, testemunhamos as nuances ligadas às especificidades do ser pecuarista nas “areias”. Na objetividade de cada situação dessas e na subjetividade de cada olhar local, apresenta-se um patrimônio territorial e agrário de notável valor cultural.

Identificamos, assim, uma porção do espaço não completamente domesticada pelos imperativos da eficiência, da produtividade e do lucro. Uma zona que, devido as suas próprias contingências, sofre menos pressões de mudança e torna-se uma janela rugosa à reprodução de valores de uso, ao simbólico, à afeição e à topofilia, frente a

um entorno regional que vai sendo mais rápida e profundamente alienado de seus arraigos locais.

Finalizamos o capítulo com a ponderação de que o Alto Quaraí, ainda que reduto da paisagem pastoril pampiana, não é sinônimo de reduto do estático. Avaliamos que a própria paisagem pastoril, em certos casos, é fruto da transição, oriunda de reconversões da agricultura para a pecuária.

A própria pecuária dessa zona, aliás, nem de longe se reduz a um refúgio dos reticentes à modernidade. São diversos os graus e nuances das modernizações e repaginações que movimentam a atividade pastoril na direção de sua eficiência e condições mais favoráveis a sua reprodução social. De outro lado, são também várias as mudanças que a ameaçam, como atestam os crescentes problemas com as espécies invasoras javali e capim anonni.

Há, ainda, uma janela, onde – por ora, ainda timidamente – a soja, principal motor de transformação em outras paragens do Pampa, encontra também, no Alto Quaraí, a sua entrada. Enquanto, por fim, o grande potencial eólico de geração de energia dessa zona, vai tendo como laboratório o Complexo em funcionamento no entroncamento entre a Coxilha Negra e de Japejú (Santana), levantando questões sobre o futuro desse relicário pastoril.

3.1 UM RESTO DE PAMPA QUE AINDA NÃO SE FOI

O campo que eu vou cantar
Tem mouras pelas divisas
E um ovelheiro que avisa
Quando chega gente estranha;

O campo que eu vou cantar
Concentra uma áurea antiga
Que há muito inspira cantigas
Das vozes desta campanha.

O campo que eu canto hoje
Tem galpão guardando arreio
E índio de tranco feio
Assoviando junto à aurora...

O campo que eu canto hoje
Chega assim rangendo basto
Trazendo brotes de pasto
Pelas rosetas da espora.

O campo desta milonga
Tem trevos e maçanilhas
Canhada, sanga e coxilha
E varzedo a engordar gado

O campo que eu canto assim
Tem capão de corunilhas
E quero quero em vigília
No quartel dos alecrins.

O campo que ainda vejo
Tem a vida se movendo
Com esperanças renascendo
A cada dia de chuva

O campo que ainda vejo
Tem banhos e transcurrais
Com mangueirões ancestrais
A sombra das timbaúvas.

O meu campo, canto assim!
Imagens do tempo antigo
Olhar e alma de amigo
Que o tempo jamais esquece

De noite dorme com a lua
Ao som de grilo a embalá-lo
E ressuscita com galos
A cada vez que amanhece!

O campo que ainda vejo
Leonardo Borges

3.1.1 A “Cuesta de Haedo”

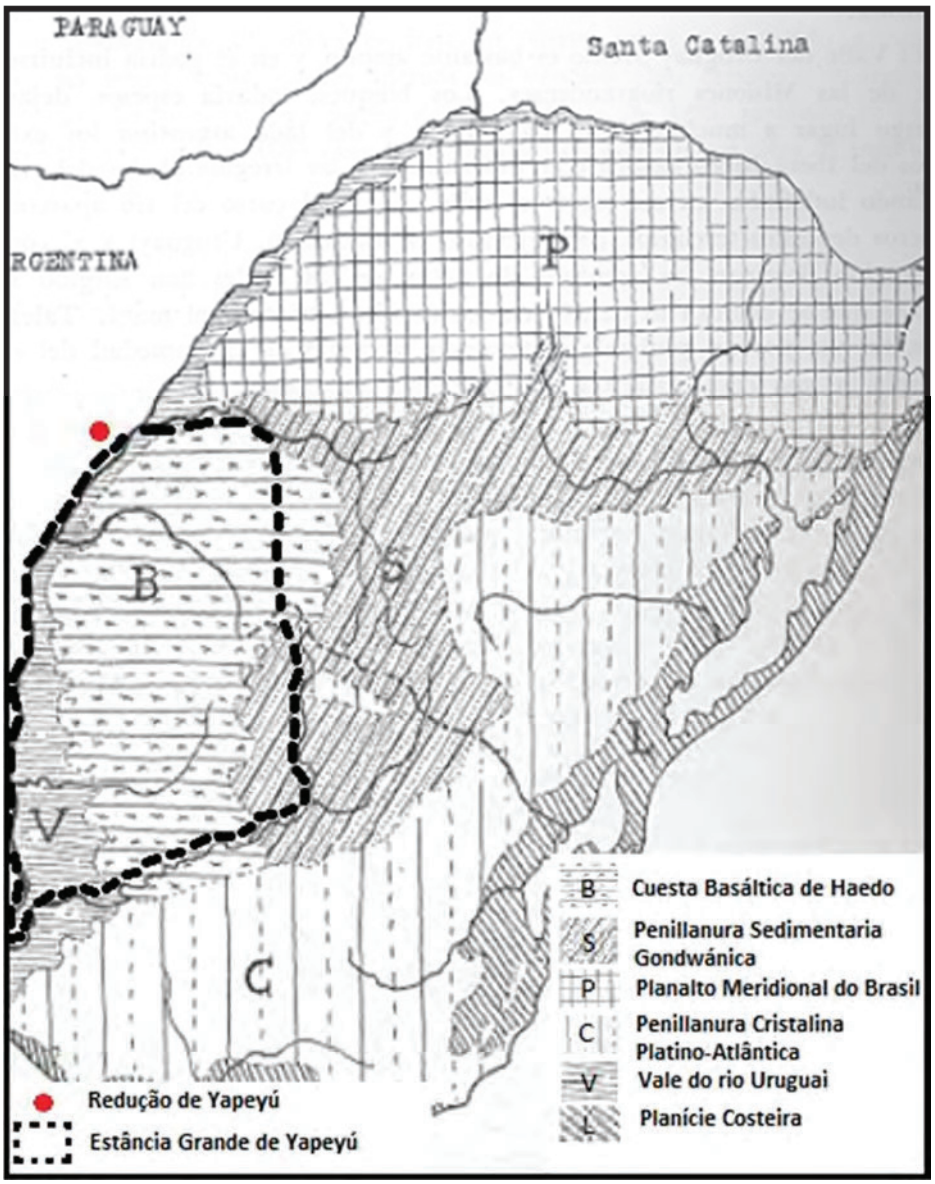
Em meados do século XVIII, o povo indígena-missioneiro de Yapeyú, que havia fundado a pecuária nesses campos de predomínio basáltico ao sul do Ibicuí, tem um litígio por terras com um particular espanhol chamado Francisco Martínez de Haedo. Este, munido de uma quantia recebida da Coroa espanhola por retribuição a serviços prestados durante campanha militar contra os portugueses, compra da própria Coroa espanhola uma grande área de terras na Banda Oriental, em 1764 (LEVINTON, 2009). No entanto, a área era território usado pelos indígenas-missioneiros desde o início daquele século, correspondente à parte mais austral da estância grande de Yapeyú (Figura 9). No juízo, os missioneiros se apoiam no Direito Natural, alegando que muitos dos próprios grupos indígenas que haviam formado Yapeyú eram naturais daquelas mesmas terras. O litígio se estenderia na justiça colonial por mais de vinte anos, tempo suficiente para o poder do *hacendado* espanhol se estabelecer: a estância foi erguida no rincão formado pelo encontro do rio Negro com o rio Uruguai, cujo nome passou a ser *Rincón de Haedo,* e a coxilha que encerra o rincão e estende-se até a atual fronteira brasileira tornou-se a *Cuchilla de Haedo.*

Mais de século e meio depois, quando o geógrafo russo-uruguaio Chebataroff ([1951] 2014) propõe as regiões naturais do Rio Grande do Sul e do Uruguai, toma emprestado o nome histórico dessa coxilha uruguaia para dar unidade à região natural, chamando-a, então, de Cuesta Basáltica de Haedo. Posteriormente, autores brasileiros como Muller Filho (1970), Suertegaray (1987), entre outros, vão reiterar essa classificação e nomenclatura, inclusive em regionalizações restritas ao Rio Grande do Sul. Qual ia ser a surpresa de um geomorfólogo brasileiro atual ao saber que, ao tratar o sudoeste gaúcho como Cuesta de Haedo, está ele, de certo modo, homenageando um *hacendado* espanhol do século XVIII com pouca ou nenhuma relação com a parte brasileira desse compartimento, ademais de ter se tornado fazendeiro no Uruguai exatamente por seu papel contra os luso-brasileiros e de ter ficado conhecido por seu litígio com o povo mestiço-indígena-missioneiro de Yapeyú?

É inevitável considerar que teria sido mais justo se Chebataroff (2014) tivesse feito referência exatamente a Yapeyú, que se não tem parte na longeva história natural que legou as características da Cuesta Basáltica, tem, por outro lado, grande peso no processo de humanização de suas paisagens, em um legado de mais de século e

meio em que teve seu território pastoril quase que circunscrito a essa província natural (Figura 9).

Figura 9 – As regiões naturais do Rio Grande do Sul e do Uruguai segundo Chebataroff (2014) com destaque para a localização da Estância Grande de Yapeyú no século XVIII, quase circunscrita ao Reverso da Cuesta de Haedo



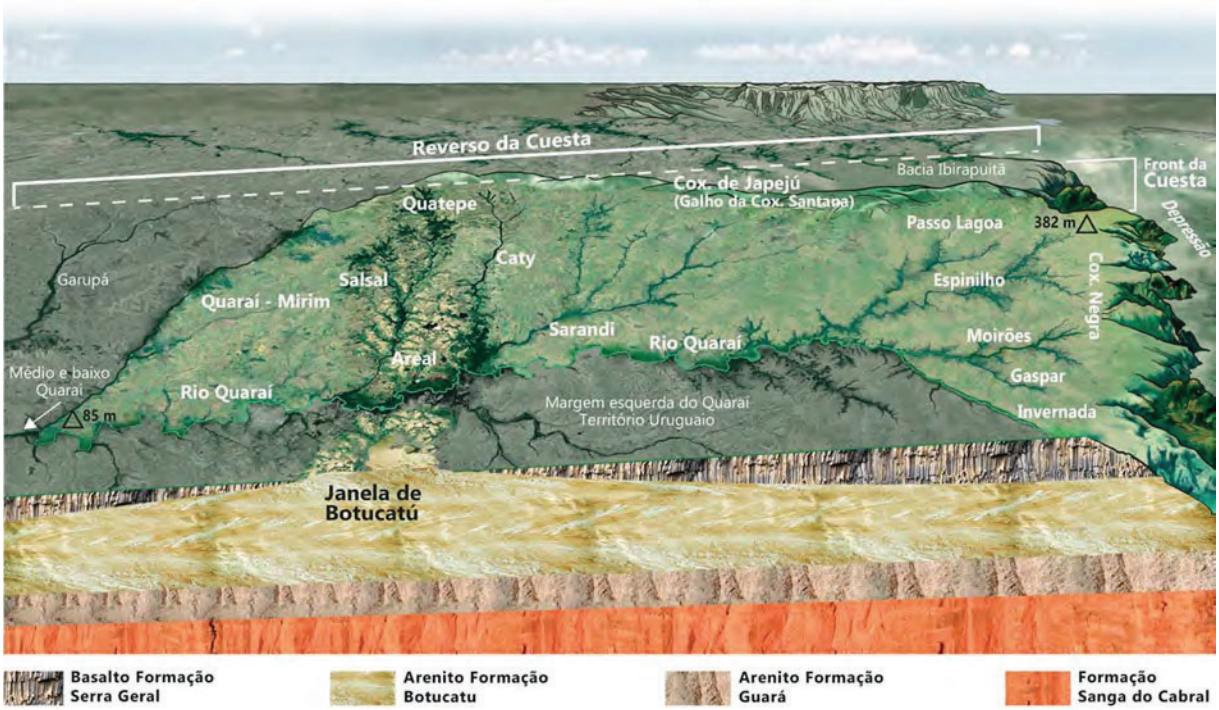
Fonte: Adaptado de Chebataroff (2014)

Isso leva a pensar que, de fato, quando a história da paisagem enquanto construção social não é examinada, ela acaba sendo tão inconscientemente lida quanto inconscientemente escrita, como nos diz Duncan (2004). A começar por sua nomenclatura: as toponímias são como antigos discursos congelados na paisagem,

como explica Claval (2007). São como vozes passadas que, por vezes, "[...] *hablan mejor que los documentos escritos*", segundo explica Crawfort (1983, p. 61).

Mas, para além dessa história humana que traz embutida, a Cuesta de Haedo é fruto de uma infinitamente mais antiga história natural que condicionou e condiciona até hoje a própria forma com que ocorre a humanização de suas paisagens. Interessa, por isso, iniciar o presente capítulo com uma compreensão geográfica dessa região, dado que é ela que hoje entrincheira uma das últimas manchas mais significativas de Pampa remanescente no Rio Grande do Sul, o que se repete, também em sua porção uruguaia. Na Figura 10, a seguir, trazemos uma representação da Cuesta, em um perfil geológico-geomorfológico. Em tom verde mais claro, destacamos o Alto Quaraí, evidenciando sua posição no conjunto do compartimento.

Figura 10 – O Alto Quaraí na Cuesta de Haedo



Fonte: organizado pelo autor em parceria com Jylson J. Martins JR

Eis, então, resumidamente, a chamada Cuesta de Haedo: 1) um substrato rochoso arenítico com origem no grande deserto que havia dominado a paisagem do estado na aridez do jurássico (Formação Botucatu), capeado por outro basáltico originado dos derrames vulcânicos fissurais ocorridos ao longo do cretáceo (Formação Serra Geral)[25]; 2) um leve mergulho do relevo para oeste em direção à calha do rio Uruguai gerado pelo soerguimento-inclinação pós-cretácea dessa estrutura, delineando o Reverso da Cuesta, ou seja, essa suave rampa por onde a gravidade deu conta de ir entalhando a bacia do rio Quaraí quando o clima regional, saindo da aridez, tornou isso possível; 3) um abrupto a leste – o Front da Cuesta – delimitado pela Coxilha Negra/Haedo[26], obra da erosão regressiva da escarpa basáltica, vinda do quadrante leste para oeste do estado, removendo derrames, exumando rochas cristalinas e sedimentares mais antigas, gerando a depressão periférica, até chegar à posição atual desse "perau" escarpado.

Nisso, vai parcela importante da parte que toca à natureza na construção da singularidade geográfica dessa parte do Pampa, para o que cabe ainda um pequeno aprofundamento: nesse extremo sudoeste gaúcho, os derrames vulcânicos foram menos abundantes, cobrindo a região de apenas uma fina capa ígnea (ROBAINA et. al., 2010). Isso acabou legando alguns dos principais elementos de distinção da Cuesta de Haedo no quadro físico do Rio Grande do Sul, tais como: 1) sua baixa altitude em comparação ao conjunto do planalto ao norte do estado onde os derrames foram mais significativos (ROBAINA, et. al. 2010); 2) sua altitude suficiente para se distinguir do seu entorno regional, que é domínio das planícies e terras baixas. Daí que o Alto Quaraí corresponde ao topo da Fronteira Oeste, com altitudes que chegam perto dos 400 metros em pontos da Coxilha Negra, junto às nascentes do rio, onde é delimitada a linha de fronteira seca com o Uruguai; 3) a ocorrência de "janelas" de exposição da camada rochosa arenítica imediatamente anterior, fruto da paulatina remoção dessa delgada camada ígnea por intemperismo (ROBAINA et. al., 2010),

[25] A origem dessa formação está ligada à fragmentação do continente Gonduana e abertura do Atlântico Sul durante o Cretáceo. São rochas originadas de derrames vulcânicos do tipo fissural, associados à tectônica divergente entre as placas sul-americana e africana (ROISENBERG; VIERO, 2OO2).

[26] Cuchilla de Haedo e Coxilha Negra são segmentos da mesma coxilha. Junto à linha de fronteira, onde ela serve de limite entre Brasil e Uruguai, chama-se Coxilha Negra. Em sua continuação em território uruguaio ganha o nome de Cuchilla de Haedo.

formando a chamada “Janela de Botucatu”, que em Quaraí se concentra no antigo Rincão do Areal[27], hoje localidade do Areal, assim chamada não por acaso.

Os basaltos da formação Serra Geral e os arenitos da formação Botucatu se revestem de grande importância como condicionantes da humanização de suas paisagens. São esses dois tipos de substrato rochoso que dão lastro a solos, domínios vegetais e, de modo geral, a fisionomias expressivas do arranjo no Alto Quaraí. Poderíamos, grosso modo, dizer: o grupo das paisagens areníticas ou “das areias”, associadas as ditas “janelas de Botucatu” na área que abrange a localidade quaraiense do Areal, e o grupo das paisagens basálticas ou “das pedras”, que compreende o entorno, que é a maior parte, compartilhada entre os municípios de Quaraí e Santana do Livramento. Nas Areias, estão algumas das fisionomias “monumentos” a essa história natural como o são os areais, hoje já tratados como patrimônio geomorfológico (BOHN GASS et. al., 2019). Nas pedras, está a superfície de solos originados do basalto, predominantemente pouco espessos, mas de grande fertilidade, origem de pastagens de conhecido valor forrageiro. São arrumações naturais dos sistemas de objetos que secularmente condicionaram diferenças nos sistemas de ações e representações que sobre elas se dão.

3.1.2 Um Pampa protegido por sua própria geografia

Imaginemos, na virada para os setecentos, uma jornada de um grupo de vaqueiros yapeyuanos sobre os campos do Reverso da Cuesta: sua movimentação não é aleatória. É a geografia física quem indica o traçado de caminhos, sugere os pontos propícios para o descanso de tropas e tropeiros e os melhores passos dos rios. É a configuração geográfica quem sugere, também, as melhores áreas para armazenamento das réses e os melhores locais para construção de currais, além do material a ser utilizado. Os caminhos de tropas, por exemplo, são delineados, preferencialmente, pelos divisores de água que cortam os campos, as *cuchillas (instrumento cortante, faca).* São terrenos “duros”, não inundáveis e que dão acesso a pontos onde os cursos d’agua são vadeados com maior comodidade (LIMA, 2007).

[27] O Rincão do Areal é formado pelos rios Quaraí ao sul, Caty a leste e Areal a oeste. Aparece com esse nome pelo menos desde as cartas de sesmarias distribuídas na região no início do século XIX. O trabalho de Santi (2004) traz algumas transcrições dessas cartas. Nessas transcrições aparece também o arroio Coatepe, com a grafia Catapé.

Da frente da redução de Yapeyú, uma jornada dos tropeiros pela Banda Oriental até a reserva espontânea de gado cimarrón chamada Vacaria del Mar, em atual território uruguaio, vai tomar rumo sudeste através da coxilha que divide as bacias do Quaraí, de um lado, e do Ibirocai e Ibirapuitã (bacia do Ibicuí), de outro: é a Coxilha de Japejú atual, um topônimo testemunho dessa história indígena-missioneira[28]. Através dela, o caminho segue para sul para ganhar a "parte uruguaia" de seu curso, sobre o perfil do Front da Cuesta, correspondente ao dorso da Coxilha de Haedo/Negra. Por esse divisor de águas, chega-se ao rio Negro e, atravessando-o, é alcançado o sul do atual Uruguai, de onde, tomando rumo leste, chega-se até a Vacaria del Mar. Esse trajeto completo é um dos troncos do chamado Caminho Geral (CAMPAL, 1968) ou Caminho Real de Yapeyú, importante corredor de tropas a essa redução, iniciado ainda no século XVII.

Hoje, o perfil da Coxilha de Japejú é, em boa medida, acompanhado pela BR 290 no trecho entre Uruguaiana e Alegrete, e pela RS 183, conhecida como estrada do Passo da Guarda, entre Alegrete e Santana do Livramento. Golin (2015) lembra, aliás, que sobre quase toda a malha de caminhos indígena-missioneiros iniciados com as Vacarias estão as rodovias contemporâneas do Rio Grande do Sul, tal como um didático efeito palimpsesto na paisagem. A Estrada do Passo da Guarda é a que, de forma mais certeira, corta esse que é o coração de uma das últimas "manchas" mais contínuas da paisagem pastoril pampiana no Rio Grande do Sul, tendo em parte significativa de seu trecho o Alto Quaraí, de um lado, e a APA do Ibirapuitã, de outro. Trata-se de uma "estrada paisagística" (SELL, 2017), um mirante privilegiado dessa hoje remanescente paisagem.

---

[28] Ainda no início do século XIX, quando os luso-brasileiros dominam essa zona da Cuesta e são distribuídas as primeiras sesmarias, as cartas de concessão mencionam: "Coxilha de Sant'Anna de Japejú", "Coxilha de Japejú que vem de Sant'Anna", "Coxilha de Sant'Anna", "Coxilha Grande de Japejú", "Coxilha de Japejú", "Coxilha Geral que segue para Japejú". Um exame cuidadoso da localização de cada sesmaria revela: todas são formas diferentes de se referir à mesma coxilha, a que divide as bacias dos rios Ibirapuitã e Quaraí, desenhando um arco visivelmente orientado ao antigo povo de Yapeyú. É a origem indígena-missioneira da Coxilha de Santana atual e daquela que é uma de suas continuações: a Coxilha de Japejú. Uma marca que a marcha do avanço luso-brasileiro não conseguiu apagar. Cabe destacar que até os idos do século XVIII, antes da expansão luso-brasileira, esteve localizado exatamente no entroncamento entre as coxilhas de Sant'Ana, Negra-Haedo e de Yapeyú, o posto indígena-missioneiro de Santa Ana de Yapeyu pertencente à Estância Grande de Yapeyú, nas redondezas de onde está a conurbação atual entre Santana do Livramento e Rivera. Segundo Levinton (2009), o posto de Santa Ana seria o tampão do grande rincão contido entre o Ibicuí, o Uruguai, o Quaraí e o Ibirapuitã, pois controlaria a única saída terrestre importante dessa área.

Mas, voltemos à tropeada. De distância em distância, são necessárias estações de parada e descanso de tropas e tropeiros. É preciso sombra e abrigo. Os campos de solos rasos da Cuesta oferecem escassos capões de mato e as matas de galeria que acompanham os cursos d'água escondem, por vezes, armadilhas. São fechadas, densas, espinhosas. Danificam os couros dos animais e fomentam estouros de tropa, na medida em que, naquele momento, ainda constituem moradas de predadores, como as onças (CRAWFORT, 1983).

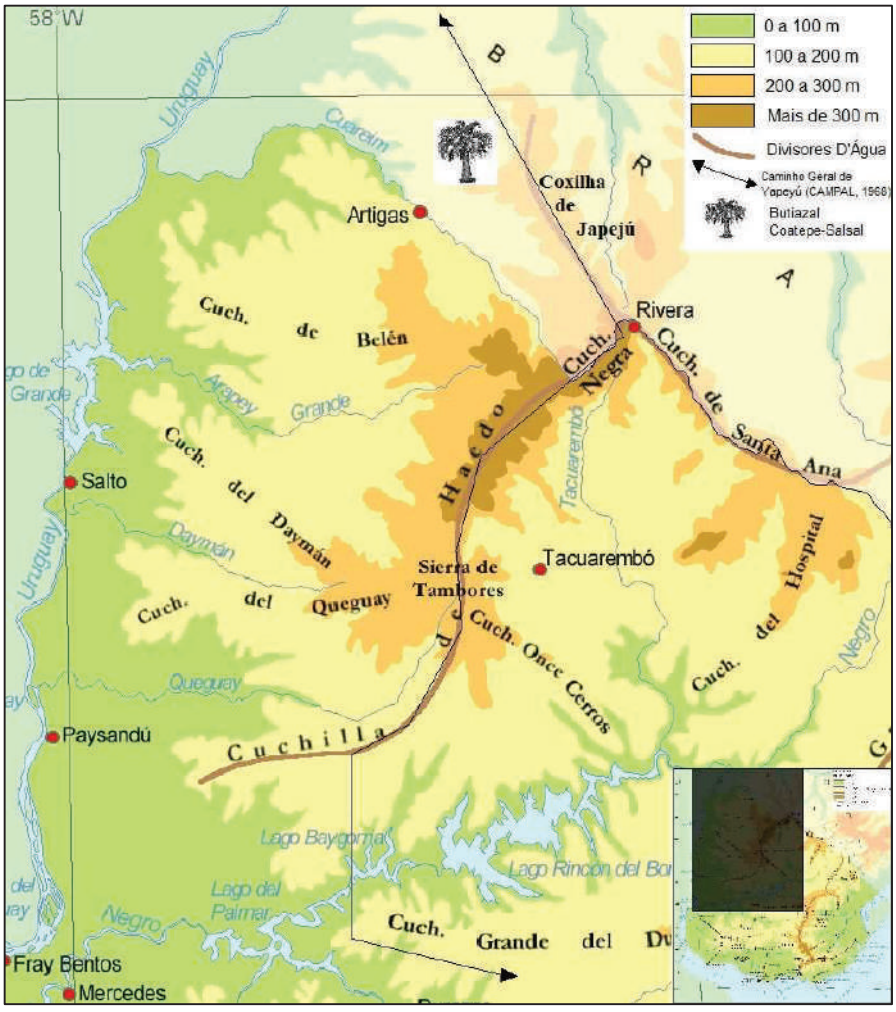
No entanto, à beira do dorso da Coxilha de Japejú, já nas vertentes da bacia do rio Quaraí, estão dois tributários: os arroios Coatepe e Salsal, que se encontram e formam uma rinconada, ou seja, uma área naturalmente cercada com uma única saída terrestre, em formato de forquilha (voltar à Figura 10). Nesse rincão, a sorte de uma "lente" de solos com origem arenítica ilhada em um entorno regional dominado pelos campos basálticos propicia a excepcionalidade de um bosque de butiás yatay, um relicto natural de climas pretéritos[29]. Nele, há aguadas, sombra e alimento. O butiá yatay alcança uma altura que facilita a vigilância das reses, evitando fugas (CRAWFORT, 1983). No inverno, quando esmorece o pasto nativo, a palha pode ser "deitada" para alimentar os animais estafados das jornadas. O fruto, o butiá, também é um alimento nutritivo tanto para tropas quanto para tropeiros.

De fato, tantas são as amenidades ali disponíveis, que quase chega a ser possível visualizar a imagem desse patrimônio natural, o palmar, fazendo-se pouco a pouco patrimônio agrário pelo reiterado uso, tornando-se voz testemunha vegetal de uma ecologia ambientada à ocupação pastoril a grandes distâncias (CRAWFORD, 1983). A memória da comunidade dá a essa imaginação ares de evidência quando de

[29] Segundo Marchiori e Alves (2011), que estudaram esse palmar numa perspectiva fitogeográfica, trata-se de uma herança natural relacionada exatamente à existência dessa citada "janela" ou "lente" de solos arenosos-pedregosos associados à "janela de Botucatu". O entorno que cerca essa janela, basáltico, explica o isolamento e a pequena extensão que revestem o palmar de excepcionalidade. Palmeiras como essas pertencem, de modo geral, à flora megatérmica, já que exigem para o seu desenvolvimento normal temperaturas médias anuais superiores a 20 graus, como explica Chebataroff (1974) em obra clássica sobre as palmares do Uruguai. Por isso, segundo o autor, espécies que prosperam além do limite imposto pelos trópicos o fazem "[...] *en forma relativamente dispersa o formando manchones poco considerables (CHEBATAROFF, 1974, p. 3)"*. Para o autor, palmares como esses existentes em zonas extratropicais seriam na verdade remanescentes ou relictos de uma vegetação adaptada a climas pretéritos mais favoráveis à sua existência, mas que o clima atual não conseguiu eliminar. Por isso, o afloramento da Formação Botucatu, como uma janela aberta a tempos pretéritos, em certa medida explica o butiazal, já que na exposição desse substrato rochoso às condições climáticas contemporâneas acabam sendo reproduzidas em alguma medida as condições ambientais do passado, favoráveis a essa espécie. Algo semelhante ao que ocorre nos vizinhos areais, sitos sobre a mesma "janela de Botucatu". Seriam ambos "ecossistemas testemunhos", tal como sugere Pires da Silva (2008) para o caso dos areais, cuja existência é favorecida pela singularidade da interação entre clima atual e esse substrato material singular.

alguns dos mais antigos ouve-se a crença de que “foram os home da capa preta” que plantaram o butiazal, em referência aos jesuítas. A Figura 11, a seguir, traz representado sobre o mapa físico atual do Uruguai e do sul do Rio Grande do Sul o trajeto dessa grande tropeada, que embora imaginada, conta com suas evidências na historiografia e na história oral.

Figura 11 – O caminho de uma tropeada indígena-missioneira sobre a geografia física uruguaio-rio-grandense



Fonte: Adaptado de mapasdeuruguay.com

O que esse pequeno exercício de imaginação histórica permite ilustrar é aquilo que Sorre (2000, p. 22) chamou de “formas ativas de adaptação de um grupo humano ao meio geográfico”. Seria dizer, os grupos humanos atuam sobre o meio a partir das condições que por esse meio lhes são postas. Agem sobre ele, mas são, também por

ele, diretamente condicionados em suas ações. De modo que, as combinações de modos de fazer humanos são expressões dessa sua adaptação aos diferentes contextos geográficos. Essa, aliás, é a base de todo um paradigma da geografia clássica francesa que ficaria conhecido como possibilismo, cujo advento pode ser localizado, sobretudo, na obra de Paul Vidal de La Blache, a partir dos albores do século XX. Nessa geografia lablacheana, a natureza não impõe e sim propõe, como explica Claval (2014), cabendo ao homem escolher uma resposta em função das estratégias e técnicas que ele domina, na busca de satisfazer suas necessidades.

Evidentemente, essa premissa possibilista é tanto mais clara quanto mais longínquo na história humana for o caso em questão. Era sobretudo no mundo técnico de ontem, anterior à avassaladora padronização propiciada pela difusão em extensão e profundidade dos transportes e das comunicações, que as proposições locais definiam em grande medida o universo instrumental dos homens e os sistemas de objetos daí resultantes (CLAVAL, 2007). O progresso das técnicas conseguiu, em certo grau, libertar os lugares dessa antiga “escravidão às circunstâncias anteriores”, de que fala Santos (2006). Ou seja, importantes barreiras geográficas foram rompidas na medida em que o progresso técnico avançou, já que “as possibilidades de agir e de transformar o meio mudam desde que se dispunha de utensílios”, como nos diz Claval (2007, p. 248).

Mesmo assim, esses ensinamentos que nos lega a geografia clássica ajudam a averiguar as razões que fazem do Alto Quaraí um lócus onde o Pampa ainda remanesce, em significativa medida. Isso porque, mesmo com a extraordinária capacidade técnica de hoje de humanizar e padronizar as paisagens, os dados propriamente locais não são dissolvidos, como explica Santos (2006). Apesar da força do casamento entre mercado global, ciência, tecnologia e informação que caracteriza os eventos de hoje, “a realidade dos territórios e as contingências do ‘meio associado’ (meio natural e técnico indissociavelmente) asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização (SANTOS, 2006, p. 27)”. Seria dizer, o meio técnico atual, que é um meio técnico-científico-informacional, consegue relativizar, mas não é capaz de eliminar aqueles velhos condicionantes geográficos dos lugares de que falava a tradição do possibilismo e que ilustramos através de nossa imaginada tropeada.

Vejamos, por exemplo, a já mencionada trajetória histórico-geográfica da soja no Brasil, só que agora pelo ângulo da relação entre a técnica e a diversidade das geografias locais-regionais brasileiras. Introduzido no país no final do século XIX, o

grão de origem asiática chegou através de uma variedade trazida dos Estados Unidos. O cultivar americano, adaptado a altas e médias latitudes, ficou restrito, não por acaso, ao clima subtropical da região sul, tendo como berço e celeiro o noroeste gaúcho, sobre terrenos ondulados de solos profundos típicos do Planalto. Permaneceu circunscrito a essa zona enquanto teve importância secundária, cultivado por agricultores familiares e visando à obtenção de forragem e grãos para o arraçoamento de criações de aves e suínos do mercado interno (BONATO E BONATO, 1987).

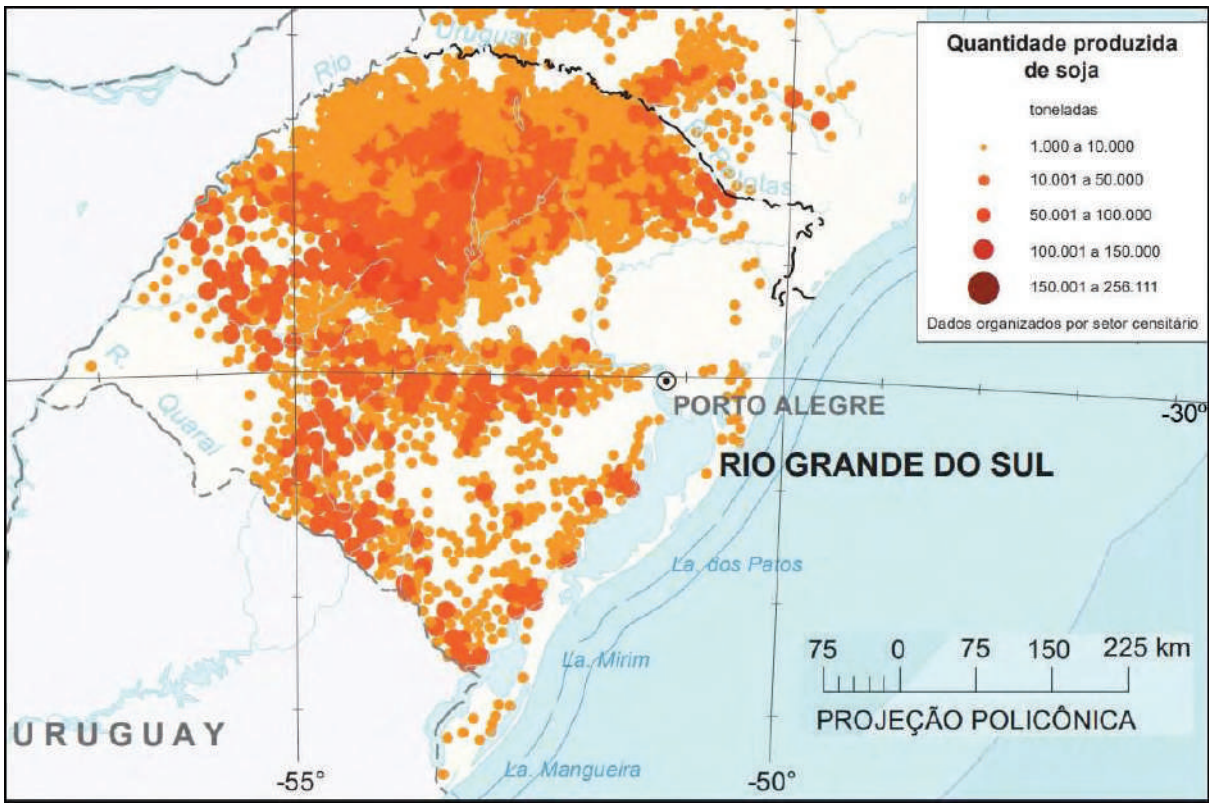
O primeiro condicionante geográfico mais significativo começa a ser rompido quando, nos anos 1970, impõe-se uma grande pressão de demanda no mercado internacional, valorizando extraordinariamente o grão. O cultivo vai se tornando crescentemente atrativo a agricultores e investidores e considerado estratégico pelo Estado. A expansão em extensão e em produtividade vai se tornando imperante. Uma miríade de atores públicos e privados, tais como Embrapa, institutos estaduais de pesquisa, universidades, além de fundações, empresas e corporações do agronegócio movimentam significativos processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o intuito de expandir a soja sobre variadas condições de clima e solo (GAZZONI, 2018).

A ciência consegue “tropicalizar” a soja, e as antigas cultivares de latitudes médias e altas vindas dos EUA, que não possibilitariam a pretendida expansão às vastidões de baixas latitudes do Cerrado, vão sendo substituídas (GAZZONI, 2018). Ao mesmo tempo, são desenvolvidas tecnologias para a correção das características químicas dos solos e construção de fertilidade, a fim de produzir as condições nutricionais ideais para o cultivo em diferentes geografias. Nas décadas de 1980 e 1990, inovações como a substituição do revolvimento do solo com o arado pelo sistema de plantio direto, além da transgenia e da evolução das técnicas de manejo, vão tornando o cultivo viável em parcela cada vez maior da diversidade de solos e climas do Brasil, abrindo novas fronteiras ao mesmo tempo que possibilitam maior produtividade por área. O progresso técnico permite agir sobre as possibilidades e proposições até então postas pelo meio. A produção se liberta, pouco a pouco, das amarras do possibilismo.

Hoje, essa marcha segue na conjunção de ciência, tecnologia e informação, e vai ocupando cada vez mais áreas antes impróprias. Estende-se das argilas às areias, das coxilhas às várzeas, no embalo da força de seu exógeno motor econômico e, também, no particular atrativo financeiro gerado pela conjuntura de permanência do

dólar em um patamar alto. No Rio Grande do Sul, o resultado é expresso no mapa atual da soja, que indica sua presença em quase toda a diversidade ambiental do estado. A Figura 12, a seguir, facilita a visualização do fenômeno na medida em que se trata de uma representação elaborada a partir de dados por setor censitário, o que permite chegar ao nível intra-municipal, gerando um retrato mais preciso das áreas em que o cultivo está ou não presente. Nota-se, que além da região pioneira no norte do estado, já se destaca, também, a produção registrada no Sul, notadamente na zona correspondente aos terrenos sedimentares da Depressão Periférica, junto à bacia do Jacuí, e do Ibicuí e de seu afluente, o Santa Maria, em tradicionais áreas de pecuária e arroz.

Figura 12 – Rio Grande do Sul: distribuição espacial da produção de soja (2017)



Fonte: Adaptado de IBGE (2020).

Por outro lado, o mesmo mapa mostra algumas áreas relativamente livres da presença do grão. E, é nesse ponto, especificamente, que voltam à superfície os por vezes encobertos condicionantes do meio, de que tanto se ocupou a clássica geografia de La Blache e Sorre. Mesmo no mundo técnico de hoje, as formas

herdadas, incluindo as formas naturais, continuam sendo uma condição para novas práticas, como bem destaca o sorreano Santos (2006). A racionalidade, neste caso representada pelo agronegócio da soja, não pode ser exercida plenamente se a materialidade não oferecer as condições técnicas, segundo frisa esse autor.

No mapa, é possível perceber que as duas mais notáveis exceções ao avanço da soja no território gaúcho se concentram em áreas geograficamente opostas: uma a nordeste, outra a sudoeste. A primeira se circunscreve a zonas de topografia íngreme, como no rebordo do Planalto junto às subidas da Serra Gaúcha e vales do Caí e das Antas, e de solos rasos e pedregosos de partes dos Campos de Cima da Serra. A segunda, por sua vez, se circunscreve à Cuesta de Haedo. Esta última região aparece, portanto, como a única parte do Pampa mais claramente marginal a esse evento, especialmente em sua porção correspondente aos setores mais a montante da bacia do rio Quaraí.

Conta para isso uma convergência de fatores que tornam significativa parte da Cuesta um ambiente praticamente hostil às lavouras, ao menos por ora. Predominam nessa zona os neossolos derivados do basalto, que distam verticalmente dessa rocha matriz, por vezes, poucos centímetros (Fotografia 14). Trata-se de solos naturalmente férteis, mas rasos, com abundante presença de fragmentos de rocha em decomposição e de afloramentos rochosos (neossolos litólicos).

Essa pedregosidade e essa exposição superficial da rocha matriz são limitantes, sobretudo, porque dificultam a mecanização, ainda que do ponto de vista topográfico não haja empecilho significativo, dado que o relevo é de domínio suavemente ondulado e ondulado. Já sua pouca espessura é fator de contingência para a soja e outras lavouras pelo espaço insuficiente ao pleno desenvolvimento das raízes e, sobretudo, pela baixa capacidade de armazenamento de água. São solos de baixa infiltração que favorecem o escoamento superficial e, portanto, têm baixa capacidade de aproveitamento da umidade. “É um fator que não conseguem entrar com planta aí pra esse lado, que é a irrigação. Um solo que pra ti encharcar ele é inviável”, avalia Anderson, pecuarista em Palomas, ao fazer uma comparação entre os campos onde se localiza sua propriedade e esses campos basálticos sobre o reverso da Cuesta.

A essa secura e superficialidade do solo se agrega um agravante: os deficits de umidade atmosférica e as periódicas estiagens estivais característicos dessa zona. Rossato (2011), por exemplo, regionaliza exatamente circunscrito ao reverso da

Cuesta o tipo climático que registra as mais baixas médias de umidade relativa do ar e o menor número de dias de chuva por ano[30] no Rio Grande do Sul.

Fotografia 14 – Perfil de um campo de solos rasos de basalto. Julho de 2019, BR 293, entre Santana do Livramento e Quaraí, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo.

O resultado é uma dupla contingência às lavouras: solos que já padecem de um pronunciado déficit hídrico somados a um tipo climático pouco úmido que agrava essas condições, especialmente no verão, entre dezembro e fevereiro, exatamente na fase decisiva do desenvolvimento de plantas como a soja. De modo que, se o risco climático de estiagens já é em si um elemento característico do calendário agrícola do Rio Grande do Sul, essa é uma zona em que isso se tornaria ainda mais problemático. “Quinze dias ali sem chuva, tu pegas um sol de janeiro, é seca grande”, garante o pequeno pecuarista.

[30] A autora aponta uma série de fatores que contam para isso, entre os quais a relação entre a trajetória das frentes frias e o relevo local.

De ocorrência minoritária sobre esse domínio do substrato rochoso basáltico, aparecem ainda os vertissolos, em forma de manchas relativamente pequenas. Apesar de serem solos mais argilosos, férteis e com boa capacidade de retenção de umidade em comparação com os primeiros, também impõe significativas limitações físicas ao uso agrícola, devido a sua grande capacidade de contração e expansão, se tornando muito duros quando secos e muito plásticos e pegajosos quando molhados, tornando-se um empecilho à utilização dos implementos agrícolas.

Uma síntese com embasamento teórico-técnico e ao mesmo tempo prático-empírico dessas contingências nos é dada por André, que fala a partir de sua dupla condição de agrônomo e pequeno pecuarista nesses campos basálticos, na localidade do Cerro Chato:

> os solos que a gente tem são duas zonas de mapeamento: Pedregal e Escobar. É um litólico e um vertissolo. E, esses dois solos, eles têm limitações físicas para a introdução da cultura da soja. O pedregal por ser um solo de camada muito rasa, e, o vertissolo, ele tem uma limitação de drenagem. Tem problemas severos de drenagem, e é muito argiloso, argila expansiva 2 para 1, montmorilonita, que isso dificulta a introdução desse tipo de cultura. Até agora eu não vi nenhuma tentativa de sucesso de implantação desse tipo de cultura.

Na zona de afloramento do arenito Botucatu, por sua vez, em partes de localidades como Areal, Coatepe, Butiazal e Salsal, onde aparecem mais “campos dobrados” ou fortemente ondulados, é a topografia o fator limitante, ao impor restrições à inserção de maquinário (Fotografia 15).

No Coatepe, por exemplo, Nico, pecuarista familiar, diz que, ali, o maior limitante acaba sendo mesmo o “relevo”, segundo expressa, já que a mescla de solos arenosos e pedregosos derivados do arenito que caracterizam a localidade seria, segundo ele, facilmente manejada para o plantio. “Se tu olhares pros lados aqui tu já não vês relevo que dê pra plantar. Tem muito pouco, tem essa parte aqui ó. Mas assim ó, que dê para dizer assim: vamos fazer uma lavoura valendo, não tem. O nosso relevo não ajuda. O solo não impede, o solo os caras fazem”, opina ele.

Fotografia 15 – Campos dobrados: um fator de contingência à agricultura. Março de 2021, Butiazal, Quaraí, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Essas singularidades geográficas predominantes no Alto Quaraí geram, portanto, certo efeito protetivo sobre o Pampa, ao restringirem o leque de usos do solo possíveis. Delineiam como que um Pampa “entrincheirado” em sua própria geografia. A fala do Engenheiro Agrônomo Juremir, técnico extensionista rural em Quaraí, a seguir, expressa uma síntese:

> Tem áreas também no Areal que são dobradas, que não permitem uma mecanização, essas também são limitantes. Mas no geral são as áreas grandes do basalto que são protegidas pela questão do basalto mesmo né cara. Solo superficial, muito afloramento rochoso.

3.1.3 O peso das “mentalidades vindas diretamente da história”

Evidentemente, no Alto Quaraí existem zonas ou “manchas” onde aparecem distintos arranjos de fatores como solos, topografia e disponibilidade hídrica que, em princípio, seriam propícios ao cultivo da soja, ou, ao menos, não imporiam limitações incorrigíveis ao empreendimento, mas que, mesmo assim, permanecem, por ora,

marginais a essa vertiginosa demanda por novas áreas para a oleaginosa. Nestes casos, entram em cena outras contingências que vão além dessa mais evidente, relacionada às singularidades da geografia física local-regional.

Talvez o principal dos motivos diga respeito à ausência local daqueles que têm sido os principais operadores desse evento na escala de sua realização sobre o Pampa: os investidores oriundos de zonas com tradição sojeira do norte do estado. Ocorre que a "descida" desses novos agentes segue a uma coerência horizontal, numa expansão em contiguidade, formando zonas em que se agrupam. Por isso, ainda que em algumas localidades do Alto Quaraí possa haver pontos ilhados onde o empreendimento poderia ser realizado, a procura ocorre prioritariamente sobre novas áreas que já estejam situadas junto à frente de expansão, notadamente na Depressão Central Gaúcha, onde é favorecido o agir em conjunto e onde já há algum nível de construção de uma viabilidade logística. Santos (2006) lembra, aliás, que a adjacência é fator criador de comunhão, no sentido de que a modernização das áreas agrícolas ocorre mediante uma informação especializada, gerando contiguidades funcionais que dão o contorno das áreas assim definidas, no que o autor chama de "acontecer homólogo".

Deste modo, sobre as deslocadas e não abundantes janelas de solos mais ou menos propícios do Alto Quaraí, a possibilidade de inserção da soja dependeria, sobretudo, do tino e da iniciativa dos próprios produtores das localidades ou outros agentes locais, sejam eles proprietários de terras ou não. No entanto, é nesse ponto que vêm a luz antigas contingências, notadamente culturais, que conduzem a uma nítida impressão: a depender da iniciativa local, muitas áreas permanecerão pastoris mesmo tendo aptidão agrícola. Ocorre que, no Alto Quaraí, não é apenas a poderosa influência do meio natural, percebida por Pébayle (1968) em suas andanças pela Campanha, que permanece viva e coloca-se em algum grau como freio à soja, como também o "vigor das mentalidades vindas diretamente da história", de que também falava esse autor.

As expressões disso aparecem, sobretudo, quando os produtores locais são indagados sobre se plantariam soja em seu campo, caso houvesse as condições. "Isso daí o cara tem que ter vocação. Pelo duro não planta soja, não colhe soja. É a mesma coisa que pelo duro querer plantar arroz. Gringo planta arroz!", diz Nico, pecuarista familiar do Coatepe, em Quaraí.

No Espinilho, Rodolfo, pecuarista de porte médio, diz que não plantaria soja, por considerar que uma eventual maior rentabilidade obtida com a oleaginosa não compensaria a satisfação que hoje tem de trabalhar com o que gosta:

> [...] eu, como gosto, e faço, trabalho, nisso (na pecuária), por mais que tu vá tirar uma renda (com a soja), tu vai estar tirando uma coisa ali que há anos e anos está ali né, que é o campo. Eu particularmente, não (plantaria), por mais que o cara vai pensar: "Ah, mas dá muito mais dinheiro". Se o cara conseguir trabalhar na pecuária dá bem igual, não tem essa loucura.

Em sua visão, é compreensível que o cultivo do grão no entorno regional esteja sendo feito por agentes externos, na medida em que "a cultura deles é a agricultura, a cultura deles é produzir, é fazer aquilo ali", segundo afirma. Sob seu olhar, o que é pouco compreensível é a facilidade com que muitos proprietários da região, na origem pecuaristas, vêm vendendo ou arrendando seus campos para os "granjeiros" recém-chegados: "eu não entendo na cabeça das pessoas que recebem isso aqui e arrendam pra eles ou vendem pra eles. Isso sim". O criador lamenta, considerando que, nos locais onde há a procura por arrendamento para a soja, por vezes a perspectiva de retorno financeiro fácil e rápido leva a um pensamento-atitude imediatista, conforme analisa: "as vezes o pai ou o vô trabalharam, mas (o proprietário atual pensa:) eu não vou tá passando trabalho, quero só o dinheiro. Então está botando tudo o que as vezes o vô, o pai, se matou pra conservar, tá botando fora".

Por sua vez, no Marco do Araújo, localidade situada sobre o dorso da Coxilha Negra, na divisa seca de fronteira, o também pecuarista Robert diz que "o cara pra trabalhar com agricultura tá no sangue né, é alemão, italiano e japonês". Além do que, em seu ponto de vista, a soja tem um inevitável efeito deletério sobre o ambiente, outro dos motivos pelos quais, quando perguntado, respondeu que não empreenderia o cultivo:

> Ah, eu acho que não tchê, porque lavrar estraga todo o solo. Quer queira, quer não queira, é o que envenena toda essas água e mata principalmente a fauna né. Vai envenenando e vai envenenando. A água da lavoura vai correr pras sanga, pros rio e coisa, e isso aí tudo vai envenenando né. Não, e aqui tu lavra aí, vira um perau, tudo pedra. É dessa alturinha assim o solo (gesto manual). Tem umas várzea assim que é macia né, mas não muito.

Cabe destacar, que, nesses domínios dos campos sobre basalto, para além das limitações físicas já citadas, há uma outra singularidade física que, em si, não produz uma contingência à entrada da oleaginosa, mas, quando submetida à

valoração social por parte dos pecuaristas, torna-se, visivelmente, um limitante: trata-se da qualidade forrageira dos campos nativos. Enquanto em zonas arenosas da Depressão, junto à frente de expansão, a entrada do grão é facilitada, também, por se dar sobre “campos fracos” para o pastoreio, com significativas limitações em sua qualidade forrageira, no Alto Quaraí e demais zonas basálticas da Cuesta, é exatamente sobre as minoritárias manchas de solos um pouco mais profundos e férteis e com alguma arabilidade, onde haveria possibilidade de empreender a lavoura de soja, que se encontram os domínios do “campo fino”, ou “campo de primeira”, considerados ótimas pastagens nativas para o gado. São campos de forragem mais densa que dão suporte pastoreio mais intenso, onde são comuns espécies como a grama-forquilha e o capim-caninha e leguminosas como o trevo-nativo. De modo que, para um criador local já inclinado a não se aventurar no empreendimento da seara, tal ação poderá tornar-se impensável se isso for implicar substituir exatamente algumas de suas melhores áreas nativas de pastoreio.

Por outro lado, a experiência histórica regional já mostrou antes, ao menos uma vez, que os “nativos” podem aderir por conta própria a esse tipo de empreendimento agrícola, de caráter, digamos, exógeno, economicamente promissor e revestido de uma aura de novidade. Mas isso parece se dar mais em um “segundo” ou “terceiro” momento, por influência do sucesso local de frentes pioneiras chegadas de fora, como bem analisou Pébayle (2017) ao descrever o avanço do arroz sobre a Campanha, no século XX. De modo que, hoje, quando na esteira da sojicização da região, vão se avolumando os exemplos próximos aos pecuaristas e vão aparecendo experiências entre seus pares, é possível que esse segundo ou terceiro momento esteja em curso e comece a botar a prova esses limitantes culturais: pecuaristas e outros agentes locais tornam-se, por conta própria, sojicultores.

Além do mais, há de se considerar que essas expressões sociogeográficas locais de indisposição ao cultivo partem de interlocutores que, pela própria característica de seus campos, não foram confrontados com ofertas de arrendamento por parte dos agentes externos em territorialização no entorno regional. De modo que, os altos do reverso da Cuesta permanecem sobre esse tipo de contingência cultural, sobretudo, enquanto o interesse dos investidores do ramo ainda se ocupam das áreas disponíveis junto à frente de expansão na Depressão Central gaúcha. Se acaso, por lá, esgotarem-se as terras, sem, no entanto, esgotar-se o motor econômico que hoje

empurra a fronteira do grão, poderá se desenhar algo diferente junto a essas ilhas de terras agricultáveis do Alto Quaraí.

A depender das condições técnicas, não é absurdo, inclusive, considerar que poderão ser demandadas até mesmo essas pedologias e topografias tidas como inaptas, que por ora “protegem” o Pampa do vertiginoso avanço do grão. É assim que vê André, por exemplo, que tomando como base o que ocorre no município de Santana do Livramento, pondera: “não dá pra dizer que não pode ser demandada né. Isso aí é uma incógnita. Tem muita “fronteira agrícola” ainda em solos aráveis. O município tem muita área ainda. Mas está indo muito rápido”. Para o produtor e agrônomo, mantendo-se as condições de mercado atrativas aos investidores, a expansão a esses campos poderá ser uma possibilidade, mediante adaptações tecnológicas.

Em outras regiões do Brasil já existem, aliás, experiências de utilização de áreas marginais de características semelhantes. Em 2013, por exemplo, uma reportagem do Canal Rural anunciava, em tom de novidade: “Solos pedregosos não impedem o cultivo de soja e milho em Cristalina (GO)”. Em 2014, uma chamada do Portal G1, apregoava: “Termina colheita de lavoura de soja plantada 'na pedra' em Cuiabá”. Em 2017, uma reportagem da Gazeta do Cerrado já demonstrava, inclusive, um progresso: “Embrapa busca formas de produzir em solo pedregoso do Cerrado do Tocantins”. Essa matéria, em particular, traz inclusive depoimentos de técnicos que evidenciam o fator que leva a soja a esses solos até então tidos como impróprios, dizendo que “o filé mignon acabou”, e que agora é hora de “cuidar da carne de pescoço”.

Por enquanto, no entanto, o fato é que existe, no Alto Quaraí, esse fragmento de Pampa que remanesce “entrincheirado” em sua própria geografia.

3.1.4 Terreno de baixa aptidão agrícola ou conservatório do Pampa?

É expressivo dessa limitação física que os municípios de Quaraí e Santana do Livramento, cujos territórios estão mais notadamente circunscritos a esses tipos de terrenos sobre a Cuesta, sejam exatamente os dois que, ainda em 2019, conservavam o maior percentual de suas respectivas áreas totais sob “uso natural” no Bioma Pampa (formações campestres e florestais, banhados, rios, afloramentos rochosos, entre outros). Ambos os municípios mantêm 86% de suas respectivas superfícies absolutas

com remanescentes do Bioma Pampa, seguidos de perto pelo município de Pinheiro Machado, que conserva 85,6% de sua área, também circunscrita, aliás, a terrenos “duros”, secos e declivosos no Escudo Cristalino Sul-Rio-Grandense.

O município de Quaraí, em particular, guarda, ainda, uma distinção no que diz respeito ao atual fenômeno do avanço da soja sobre o Pampa. Além da “proteção” oferecida pelos solos superficiais de basalto e pela presença de algumas zonas declivosas, o município permanece, por ora, com suas principais áreas agricultáveis ainda dedicadas ao tradicional uso rizícola, junto aos solos aluviais de “terra preta” dos arroios Garupá e Quaraí-Mirim, principalmente, já junto ao médio Quaraí. Agregado aos demais fatores, isso faz de Quaraí um dos municípios que maior barreira oferece ao avanço da oleaginosa no Rio Grande do Sul. Trata-se do único município da Fronteira Oeste e Campanha Gaúcha e um dos poucos em toda a zona de abrangência do Pampa no estado que permaneceu até 2016 sem nenhum registro de cultivo do grão. Ainda em 2019, ano do último dado disponibilizado pelo IBGE, apesar de já registrar alguma produção, ainda exibia a menor área plantada e a menor quantidade de soja produzida entre os municípios da Campanha, com 400 hectares e 800 toneladas, respectivamente.

Evidentemente, sob o olhar dominante sobre o campo, ainda estritamente funcional-produtivo, essa condição não é considerada propriamente uma vantagem para Quaraí. Pelo contrário, apesar da natural “proteção” ambiental que oferecem, os campos localizados nessas localidades não têm atribuídas a eles outros valores que não os relacionados a sua viabilidade agrícola e pecuária. É expressivo disso que nessas zonas se encontrem alguns dos preços do hectare de terra nua mais baixos do estado, apesar de constituírem alguns dos últimos redutos do Pampa no Rio Grande do Sul. Uma análise do mercado de terras no estado, publicada pelo INCRA (2020), por exemplo, aponta que, na Fronteira Oeste, o hectare da terra nua com produtividade média para a soja pode chegar a custar mais do que o dobro do preço da terra de aptidão estritamente pecuária, mesmo a de campo nativo de alto suporte, como a que ocorre no basalto. No primeiro caso, o preço médio é de 14.300 reais, enquanto no segundo é de 6.402 reais, para os campos de baixo suporte, e de 8.676 reais para campos de alto suporte, segundo o referido estudo.

Em Santana do Livramento, a fala de Antônio, corretor de negócios rurais, é ilustrativa: “os campos mais baratos ficam em direção a Quaraí. Entre Livramento e Quaraí”. Ele explica que, no município, a mesma restrição física que freia as lavouras

é a que desvaloriza o preço do hectare em comparação, por exemplo, com as zonas passíveis de maior diversidade de usos, localizadas mais a leste, junto aos terrenos sedimentares da Depressão, sobretudo em localidades do Distrito do Upamaroti, nos lindes de Dom Pedrito.

Em alguns casos, a desvalorização das terras situadas sobre a Cuesta soma as restrições das possibilidades de uso com o fato de que muitos desses campos de solos rasos de basalto, ainda que conhecidos pela sua boa qualidade forrageira, são muito distantes e de difícil acesso. Ocorre que, nessas zonas do Alto Quaraí e Alto Ibirapuitã, localizam-se algumas das paragens mais remotas do município e região e inclusive do estado como um todo, onde o valor do hectare chega a ser muito abaixo da média, conforme evidencia a fala a seguir do mesmo entrevistado: “Eu tenho áreas hoje de 4 mil reais o hectare dentro do basalto. São regiões que tu leva 3 horas pra chegar, entende? Dentro do município. A estrada é bem ruim. São 70 quilômetros dentro de estrada do município, então é bem complicado”. Cabe destacar que Santana do Livramento é o segundo maior município do Rio Grande do Sul em área, de modo que a manutenção de uma mínima trafegabilidade das estradas rurais é um histórico gargalo. Em outros casos, a desvalorização é acentuada pela localização próxima à linha de divisa seca com o Uruguai, delimitada pela Coxilha Negra, considerada foco do abigeato de fronteira.

No município de Quaraí, por sua vez, algumas das zonas de mais baixo valor do hectare se concentram na direção dos limites com Santana do Livramento, em continuidade aos mesmos tipos de campos basálticos, nos altos das bacias do Quaraí e do Ibirapuitã. Leandro, representante de escritório rural local, reitera entre os campos menos valorizados os de basalto superficial, que chama de “campo duro”. “Essas terras comuns aí que já é pra parte aí de basalto, solo mais baixo (raso), cerro, mato, uns 7 mil reais”, diz ele. Como exemplo, cita os campos do Cati, na divisa com Santana do Livramento: “Pro lado do Cati, lá pra cima já, o Cati né, tu vais ver a profundidade do solo é isso aqui (medida com a mão de menos de um palmo)”, complementa o corretor. No entanto, segundo sua avaliação, ainda mais desvalorizados que os campos basálticos, são os das localidades onde aflora o substrato arenítico, que chama de “campo fraco” e “campo de terceira”, conforme expressa: “Tem uma parte do Areal aqui, entendeu? Areal, Salsal, que já é uns campos fracos. Butiazal, ali. Aquilo ali é área pra, até nem chega a 7 mil. Seis mil reais por aí. Até 5, vou te dizer que já teve negócio de área ali né”, avalia. Quando

perguntado do motivo dessa maior desvalorização, o corretor associa à pobreza dos solos para a agricultura e à baixa qualidade forrageira para a pecuária, mencionando em especial a presença do capim-limão, gramínea fisionomicamente dominante nessas localidades. “Tchê, o solo, qualidade né. Tem, não sei se tu já ouviu falar no capim-limão aquele. Cheio de capim-limão né! Não sei se entre capim-limão e anonni eu prefiro o anonni até porque aquele capim-limão o gado não come”, explica.

O Alto Quaraí corresponde a uma área de mais de 3.000 Km², dimensão semelhante, por exemplo, a da vizinha APA do Ibirapuitã. Mas ao contrário desta, não dispõe, todavia, de mecanismo institucional de proteção ambiental por parte do Estado, ainda que, espontaneamente, através de suas próprias contingências físico-geográficas e sociogeográficas, tenha efeito protetivo semelhante ao de uma área protegida. Os produtores aí inseridos arcam, eles próprios, com as dificuldades e restrições de uso do solo impostas pela natureza em seus estabelecimentos, mas não recebem, de outro lado, os louros de serem os guardiões de algumas das últimas mostras testemunhas do que um dia foi a imensidão do Pampa.

No próximo item, buscamos adentrar a essas formas-conteúdo, analisando o que mais fica do Pampa, para além, digamos, de suas expressões ecológicas ou fisionômicas naturais.

3.2 O QUE FICA ALÉM DO “VERDE”

E há quem diga
Que a lida do campo não é mais a mesma
Que os tiros de laço somente restaram
Pra História do pampa
E não são mais a estampa da vida rural

Que os homens terrunhos de vozes serenas
Não são mais torenas no trono dos bastos
Que a base de cascos não se faz mais nada
E que a terra plantada não vale um real

Por certo não sabe que lá na fronteira
A fibra campeira é o retrato do pago
Que o gosto do amargo é o mesmo de outrora
E que a pua da espora ainda amansa baguais

Que tiros de laço se acha por farra
Sobre lombo, cucharra, ou do jeito que queira
Manhãs fogoneiras de pingo encilhado
Com o cacho quebrado no velho ritual

Que os homens terrunhos de vozes serenas
Ainda são os torenas no sul do país
E se vivem no campo e charlam com calma
É por terem na alma este mundo feliz

Mas há quem diga
Que a lida no campo não é mais a mesma
Que os homens terrunhos de vozes serenas
Não são mais torenas e que a terra plantada
Não vale um real

Ritual de Fronteira
Rogério Ávila e Márcio Rosado

3.2.1 Onde ainda impera a paisagem e a vida pastoril

O Alto Quaraí forma parte de um dos últimos redutos onde estão guardados os mais expressivos elementos naturais do bioma Pampa: a diversidade dos campos, as matas de galeria e os capões de mato; os areais, os afloramentos rochosos e as áreas de recarga e descarga do aquífero guarani; os banhados, os rios e as sangas; a biodiversidade microbiana, animal e vegetal.

Mas, sabe-se já, que isso distante de ser fruto de algum mecanismo institucional de proteção, seja público ou privado, é acaso, sobretudo, das próprias limitações físico-geográficas e sociogeográficas que o território impõe à entrada de diferentes tipos de lavouras. Seria dizer, esse é um Pampa que remanesce devido a sua própria marginalidade, enquanto terra, em geral, de baixo valor funcional-produtivo para a moderna agricultura, atividade agropecuária que, em outras paragens, vai se tornando hegemônica.

No entanto, ali, as mesmas condições, sobretudo edafo-climáticas, que se põem como limitantes à inserção da agricultura, oferecem um domínio de pastagens naturais muito singulares, convidativas desde os primórdios da história moderno-colonial do Pampa à criação extensiva de gado. São campos de domínio dos pastos curtos e de pouca densidade do tapete vegetal e particularmente sensíveis às secas estivais, mas considerados comparativamente mais nutritivos e balanceados, com maior regularidade anual na oferta de forragem com variadas forrageiras de inverno. Por isso, essa zona é considerada um destacado potreiro natural gaúcho, com índices comparativamente altos de procrio e desenvolvimento de ovinos e bovinos.

Torna-se uma obviedade, portanto, que, frente à limitação a outros usos, esse reduto de natureza pampiana, seja hoje, também, um dos últimos redutos da paisagem-vida pastoril construída do histórico aproveitamento dessa oferta espontânea. De modo que, os citados elementos naturais que estão aí guardados como que em relicário – de que são exemplos as próprias formações campestres – longe de tomar parte em uma paisagem natural, são, na verdade, parte de um arranjo histórico modelado, de feitio secular, híbrido de natureza-artifício. Uma paisagem agrária, enfim, hoje protegida por suas próprias contingências.

No Passo do Geromito, em Santana do Livramento, entrevistamos Dioclécio, um peão, tropeiro e ex-domador de cavalos, que, ao resumir as características produtivas da localidade, diz: “Aqui é só pecuária no más, que é só pedra né. Só

pecuária: é ovelha e gado, no más, e cavalo". No Espinilho, de forma parecida, o médio pecuarista Rodolfo também explica: "essa nossa região mais pedregosa, mais, assim, basalto, ainda resiste muito à pecuária né. Então, pelo lado cultural a gente vê a coisa antiga ainda. As próprias pessoas ainda estão conseguindo trabalhar na pecuária, assim, aqui", avalia. Por sua vez, para poeta nativista ligado às lides da pecuária e conhecedor do meio rural do município, nessa região do basalto superficial "quem tem campo é pra criar gado, e o campo é bom pra criar gado", segundo avalia. "Não tem outra, é o que tem. Porque é de pedra, é muita pedra né. Os campos não são agricultu̇ráveis", opina ele (Fotografia 16).

Fotografia 16 – Lidando com gado de cria em campo pedregoso. Agosto de 2019, Cerro Chato, Santana do Livramento, RS.



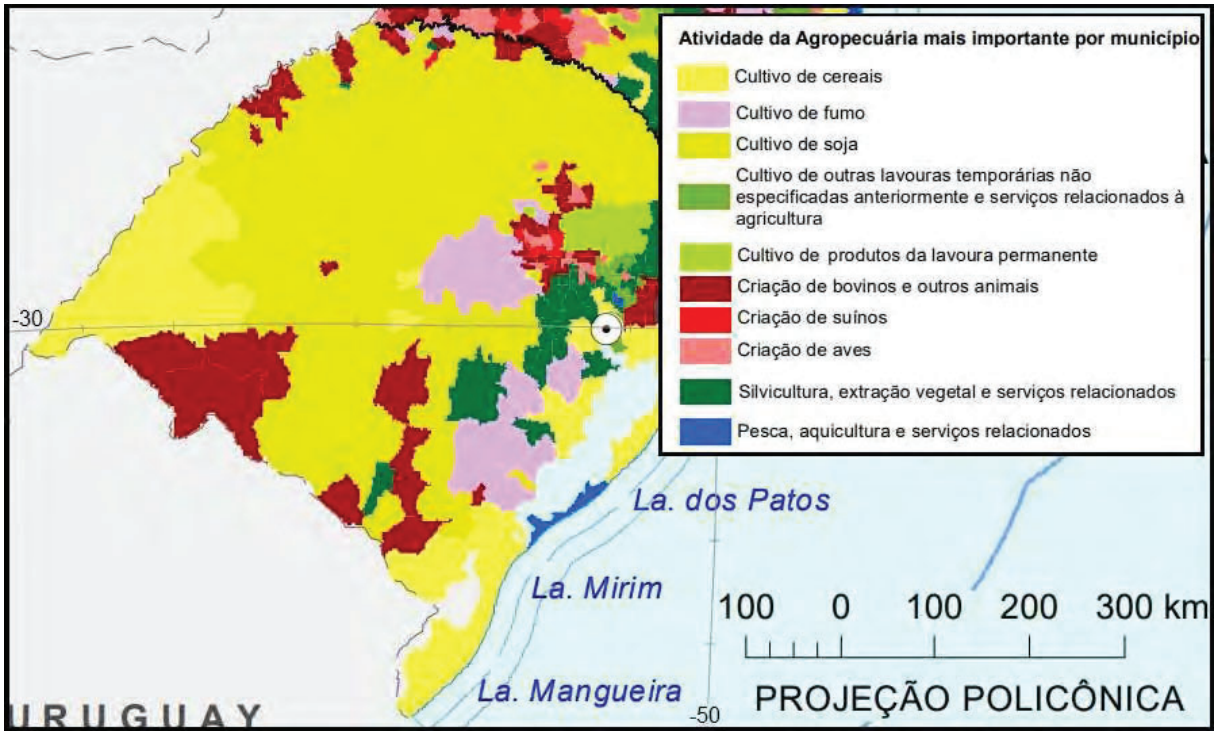
Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Falas como essas são bastante ilustrativas de uma importante máxima do funcionamento do espaço geográfico: a de que a materialidade não é um receptáculo passivo da história, mas uma condição para a sua realização, como ensinou Santos (2006). Neste caso específico desses depoimentos, essa materialidade é

representada pelas “pedras”, tida como a principal influência sobre as possibilidades objetivas do “trabalho vivo” ou simplesmente das práticas que ali são ou não passíveis de realização. Seria dizer, essa particularidade da geografia local-regional se põe como condicionante da própria Divisão Territorial do Trabalho, além do que participa, como demonstram as falas citadas, do sistema de representações sociais desse mesmo lugar.

A Figura 13, a seguir, mostra a atividade agropecuária mais importante de cada município gaúcho, segundo o valor que adiciona ao PIB, para o ano de 2017.

Figura 13 – Rio Grande do Sul: atividade agropecuária mais importante por município (2017)



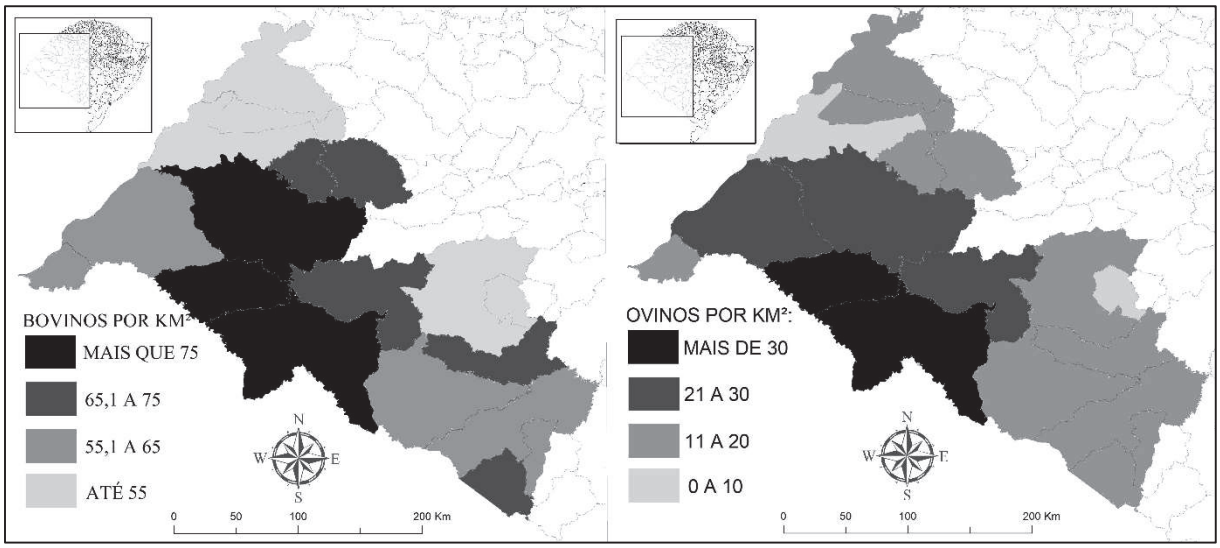
Fonte: Adaptado de IBGE (2020)

Centrando nosso foco sobre o sudoeste gaúcho, é possível notar que nessa região onde um dia a criação de bovinos e ovinos foi o carro chefe do setor agropecuário, hoje tem na soja a atividade preponderante na maior parte de seus municípios, especialmente nos que têm seu território ou parte dele situado sobre os terrenos sedimentares da Depressão Central, como Dom Pedrito e São Gabriel. Os cerais, notadamente, o arroz, vêm na sequência, sendo ainda a atividade mais

importante nos municípios da tradicional zona rizícola das várzeas dos rios Uruguai e baixo Ibicuí, como Uruguaiana e Itaqui. Por sua vez, em nítido caráter residual, a criação de bovinos e ovinos ainda é a principal atividade somente em três municípios: Rosário do Sul, Santana do Livramento e Quaraí, que tem em comum o fato de terem significativa parte de suas áreas territoriais sobre os campos de basalto superficial e de afloramentos areníticos do reverso da Cuesta. Para o que cabe interpretar: a pecuária ainda impera economicamente somente sobre essa geografia contingente a novos usos, onde prevalece, também, o Pampa remanescente.

Estão praticamente circunscritas a esse Pampa residual, as maiores densidades de bovinos e ovinos por Km² do Sudoeste Rio-Grandense, como demonstra a Figura 14, que segue.

Figura 14 – Sudoeste do Rio Grande do Sul: número de ovinos e bovinos por Km² nos estabelecimentos agropecuários de cada município



Fonte: organizado pelo autor a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017

No caso dos ovinos, as maiores populações relativas estão em Santana do Livramento (42 cabeças por Km²) e Quaraí (41 cabeças por Km²), ou seja, nos dois municípios do Pampa com maior percentual de seus respectivos territórios ainda conservados sob “uso natural” do bioma, como já mencionado. Os demais municípios da região aparecem bem abaixo dessa marca, sendo que, mesmo os mais próximos dessa densidade, alcançam apenas pouco mais da metade dela, como Rosário do Sul (26), Alegrete (24) e Uruguaiana (22). No caso dos bovinos, os dados são parecidos.

O município de Quaraí, com 78 cabeças por Km² é seguido por Alegrete e Santana do Livramento, ambos com 76, como os detentores dos mais densos efetivos relativos à área abrangida pelo conjunto de seus estabelecimentos agropecuários.

Esses municípios, que têm parte considerável de seus territórios abrangidos por essa geografia contingente dos domínios dos solos basálticos superficiais, não só concentram os efetivos como também, nitidamente, os têm presentes em grande percentual de seus estabelecimentos agropecuários. Quaraí, por exemplo, é o único da Campanha Gaúcha cuja presença dos ovinos atinge mais de 60% de suas propriedades rurais. Os bovinos, por sua vez, estão presentes em significativos 87% dos estabelecimentos do município. São dados relevantes mesmo se comparados internamente à Campanha Gaúcha, onde, em geral, permanecem altos esses percentuais. Em São Gabriel, por exemplo, município foco da introdução da soja, a presença dos ovinos já cai para 37,8% dos estabelecimentos e dos bovinos para 77,8%. Significa dizer, sobre a Cuesta, onde mais se concentram os remanescentes naturais do bioma Pampa, está o lócus onde permanece pastoril não apenas a paisagem, mas também a vida agrária.

3.2.2 Campos ovelheiros e produtores de terneiros

Evidentemente, a presença mais densa e generalizada dos bovinos e dos ovinos sobre a parte de “campos duros” da Cuesta, não deixa de refletir uma concentração de esforços produtivos na pecuária ante seus limites físicos para outros proveitos. Há, no entanto, também, um componente ambiental.

Como já mencionado, as pastagens naturais desses domínios dos solos rasos de basalto são reconhecidamente nutritivas, com variada oferta de forragem de inverno de qualidade, o que é um de seus principais diferenciais em relação a outros tipos de campos do entorno regional. Por esse motivo, em condições edafoclimáticas normais, isto é, se essas pastagens nativas atravessam o verão sem as frequentes estiagens a comprometê-las, elas oferecem, no caso dos bovinos, uma boa constância de qualidade e quantidade na alimentação dos animais a pasto ao longo de um ano. Isso, aliás, é comumente sentido nas ocasiões em que nem bem chega a primavera e já começa precocemente a parição e o cio das vacas, indicando que atravessaram o inverno em bom estado, repercutindo em bom índice de procriação. De modo que, na sequência de primavera, verão e outono, é favorecida uma boa

aquisição de peso pelos terneiros até o desmame, ainda que sejam criados exclusivamente a campo. Basicamente por esse motivo, esses campos são considerados bons produtores de terneiros para as fases seguintes de recria e engorde.

No entanto, esse pasto produzido sobre o solo raso e pedregoso é um pasto curto, que forma uma cobertura vegetal pouco densa e mais sujeita à míngua estival por estresse hídrico em comparação a outras zonas. São comuns nesses campos, também, grande quantidade de afloramentos rochosos e, em certos casos, de matas de galeria e capões de mato, que reduzem significativamente a área útil de pastos nos estabelecimentos. As periódicas estiagens de verão, por sua vez, ao incidirem sobre esses solos já naturalmente tendentes à baixa conservação de umidade, implicam, frequentemente, drástica redução da quantidade e da qualidade da oferta de forragem natural, sobretudo nos meses de janeiro e fevereiro. Isso torna esses campos marginais em ganho de peso para a fase de engorde. De modo que, sobretudo para a maioria de pequenos e médios estabelecimentos com área modesta, de até 500 hectares – que nessa zona chegam a ser 70% do total – esses campos são em geral pouco apropriados à invernada para abate dentro de um mínimo de regularidade, escala e precocidade.

Seria dizer, são campos que proporcionam excelentes condições de manutenção dos rebanhos em bom estado ao longo do ano, ideais, por isso, para a reprodução, mas que não têm a mesma aptidão para ganho de peso, o que os caracteriza como de baixa aptidão para o engorde. Deste modo, é a cria, enquanto fase considerada mais resiliente, que aparece como especialização produtiva característica dessa zona, conforme sintetiza André, do Cerro Chato:

> o gado de cria se adapta bem, agora o boi é um bicho delicado. Se tu botares ele num campo desses ele já para de ganhar peso. E, a vaca não - é um sistema mais flexível - no final das contas se tu conseguires que no entoure ela esteja com uma condição corporal adequada já está bem.

Os estabelecimentos invernadores (especializados no engorde) vão aparecer nessa zona em menor proporção, assim como os de ciclo completo (cria, recria e engorde). Os primeiros vão ser, notadamente, os que dispõem das minoritárias manchas de solos mais profundos, menos sensíveis à seca, com suporte ao engorde, mas ainda assim, mediante baixíssima carga, priorizando ganho de peso individual e

sem logro de precocidade, com idade de abate que gira ao redor dos 3 anos. Já os segundos vão ser especialmente os grandes estabelecimentos, onde o fator extensão é o principal diferencial para a viabilidade econômica de completar o ciclo, ou ainda, os não raros pequenos e médios estabelecimentos que, mesmo com área restrita, criam, recriam e engordam dentro de suas possibilidades, tendo na pecuária, por vezes, uma renda secundária ou mesmo um estoque de recursos ao qual se pode recorrer quando necessário, com motivações além-finanças e forte arraigo cultural.

Assim, em geral, o que ocorre nessa zona é certo nível de especialização, ou, pelo menos, uma presença mais significativa do ciclo da cria, conforme ilustra, por exemplo, a fala de Rodolfo, que trabalha com essa fase no Espinilho:

> Muita gente gosta muito desses campos para a cria, o basalto, aqui. Faz o terneiro, vai embora. Por causa que as vezes é capacidade de carga né. As vezes verão aguenta bem, inverno não. Aí se tu for ver aqui, região muito de mato, então, dependendo, tua área já reduz. Aí tem muita pedra, então se tu for somando isso, as vezes tu tens 50 hectares mas tu pode usar 30. Realmente que tu vás aproveitar.

Além do mais, a cria é uma fase naturalmente mais lenta do processo produtivo, que envolve a reprodução, a gestação, a parição e a lactação dos terneiros até o desmame, o que a torna, por isso, um ciclo economicamente mais coerente a esse tipo de zona mais dependente do campo nativo, onde a maior lentidão do ciclo encontra certa compensação no menor custo de produção, possibilitado pelo uso desse recurso espontâneo.

Deste modo, a maior densidade de bovinos nesses campos de solos superficiais de basalto não deixa de refletir essa presença mais significativa da fase de cria, ciclo este que implica efetivos permanentes nos estabelecimentos, entre touros, vacas, terneiros em lactação, terneiras em recria para reposição de matrizes etc., diferente, por exemplo, do que vem acontecendo em zonas já tornadas de domínio agrícola, onde, em muitos casos, os estabelecimentos se tornam apenas “invernadores”, recebendo lotes sazonalmente para o engorde na entressafra agrícola. Deve-se considerar, também, nesses números que formam os mapas, o fato de que o Censo Agropecuário foi realizado entre outubro de 2017 e fevereiro de 2018, período em que, nas zonas onde já domina a paisagem agrícola, os bois gordos produzidos na entressafra já saíram para o abate e as áreas estão ocupadas com os

cultivos de verão, como arroz e soja, enquanto, sobre o basalto superficial do Alto Quaraí e entorno, as vacas ainda estão com terneiros.

No caso dos ovinos, há de se considerar para essa densidade expressivamente maior nos municípios de Santana do Livramento e Quaraí, que em uma zona como essa na qual o leque de opções de uso do solo é restrito, a ovinocultura não deixa de ser a forma possível de diversificação produtiva e de diluição de riscos frente as eventuais conjunturas desfavoráveis na bovinocultura. No entanto, essa concentração dos lanares nessa zona se explica antes de tudo pela presença de um verdadeiro *terroir* de excelência a esse tipo de criação. Se fizermos o exercício de sobrepor o mapa da densidade de ovinos com um mapa físico da região, de topografia e altimetria, teremos o retrato revelador de uma lógica: os ovinos estão concentrados basicamente nos domínios das coxilhas e campos secos de solos superficiais de basalto, a montante das bacias do Quaraí e do Ibirapuitã, principalmente, onde as contingências do meio fazem concentrar os remanescentes do Bioma Pampa.

Nessa área, as condições ambientais para a ovinocultura são diferenciadas. As mesmas características edafo-climáticas que freiam as lavouras e periodicamente prejudicam a bovinocultura, são as que, por outro lado, tornam essa zona um habitat ideal para os lanares: são “campos duros”, pedregosos e secos, tidos como mais limpos de impurezas nocivas à qualidade da lã tais como sementes, areia, argila, galhos, espinhos etc., o que resulta em condições para a produção de velos de melhor qualidade, mesmo na chamada lã de barriga e garreio (produzida na barriga e patas do animal, onde, por óbvio, mais se concentram as impurezas). Além disso, seus recorrentes verões secos, que implicam aos bovinos insuficiências de forragem, aos ovinos conferem melhor estado sanitário, dado que os solos secos de pastos ralos agem como freio à propagação de parasitas comuns nessa época, que são uma das principais mazelas dessa espécie.

Por isso, nessa zona, os rebanhos são comparativamente menos afetados pelas parasitoses internas do que em outras zonas de campos mais úmidos e de bom crescimento estival, onde, por outro lado, há em geral maior oferta de forragem natural aos bovinos no verão. Devido a sua maior rusticidade, melhor mobilidade e predileção por pastagens baixas em relação aos bovinos, os lanares não têm sua nutrição tão comprometida pela frequente míngua estival desses campos basálticos de solo superficial. De modo que, se as condições de deficit hídrico não se estendem ao outono e as chuvas da nova estação não são demasiado abundantes, os animais

dessa zona chegam em bom estado físico ao período de encarneiramento, quando brotam os verdes pastos outonais, gerando altos índices de procrio.

Assim, considerando essas características quase opostas à bovinocultura na forma de relação com o ambiente e suas sazonalidades, é compreensível que a criação de ovinos ainda povoe de forma mais significativa esses campos contingentes a outros usos, já que se torna uma espécie de seguro. Não apenas a lã, ainda o carro-chefe herdado dos tempos áureos do setor no século XX, mas também a carne que tem demanda crescente, além do leite e derivados, são potencialidades para uma conversão, que, inclusive, já pode ser vista. De modo que, pensar na promoção da ovinocultura, ou em uma "rota do cordeiro" no Rio Grande do Sul, passa necessariamente por considerar essa zona como um de seus mais notáveis *terroirs*, tanto no sentido das condições ambientais, quanto no da longa tradição ovelheira acumulada. Como potencialidade, na conjunção desses elementos, há ali uma denominação de origem ou uma indicação de procedência, de lã e de carne ovina, pelo menos.

A síntese mais bem acabada desse arraigo ovelheiro nos é dada por André, em seu olhar técnico-empírico:

> Ovinocultura no basalto, regionalmente falando: tchê, primeiro que são uns campos que tem uma aptidão boa para ovinos, por questão do tipo de solo. Solo raso, ele tem uma boa drenagem, solo pedregal, e isso é muito interessante para a ovelha. Segundo: a ovelha é muito resistente à seca e são solos suscetíveis à seca. Então, se dá uma seca, é uma segurança do sistema de produção. Se te faltar água, se der uma estiagem grande, a ovelha não sente, ela segue gorda e segue produzindo. Produz melhor ainda porque a verminose reduz drasticamente. E, isso, em um sistema de produção, ali, ele te dá uma segurança. Então tu consegues balancear isso aí. E outra porque as propriedades diminuíram de tamanho e, como eu te disse, a ovelha é um animal que produz, responde se tu deres um bom manejo. E, culturalmente, aquela região é muito ovelheira, na questão da lã. Eu lembro do meu bisavô me mostrando as mexas de lã, com orgulho, que ele entregava para a cooperativa de lãs aqui de Livramento. Ele criava merino australiano e gostava daquilo que fazia. Então a questão cultural também é muito forte. Questão da aptidão do ecossistema muito forte também. Então eu acho que são dois fatores importantes.

Em suma, o que essas informações sobre as criações ovinas e bovinas demonstram é que o Alto Quaraí e o seu entorno marcado por uma geografia condicionada e erguida sobre a "pedra", é um reduto de natureza pampiana, mas fundamentalmente um reduto da paisagem e da vida pastoril, caracterizado, particularmente, como de excelência para a cria de bovinos, além de um *terroir*

ovelheiro, no sentido colocado por Flores e Medeiros (2018), qual seja o de uma conexão de fatores físicos e imateriais que constroem a tipicidade de um produto a partir dos elementos da região e da cultura a que pertence.

3.2.3 Criar nas “pedras” e criar nas “areias”

No Alto Quaraí, como vimos, as contingências de seu meio geográfico estão na base da explicação para a continuidade, que ali ocorre, em sua vocação pastoril. Mas esses condicionantes, que são sobretudo naturais (geológicos, geomorfológicos, pedológicos e climáticos), influenciam, também, a própria diversidade das características com que a atividade continua sendo reproduzida em cada um de seus lugares. Como vimos, a vida pastoril dos campos de solos rasos de basalto, por exemplo, é uma vida permeada pelos desafios e amenidades de se criar gado “nas pedras”, enquanto a vida pastoril dos campos arenosos do Areal, conforme veremos, tem as nuances ligadas às especificidades do ser pecuarista nas “areias”. E, isso, cabe destacar, se apresenta tanto na objetividade de cada situação geográfica local, quanto na subjetividade de cada olhar. Nas representações que são feitas dessas diferenças, aliás, está boa parte do seu valor cultural.

Houve um tempo, antes das metamorfoses contemporâneas, em que as distinções entre as mais diversas paragens do Pampa ainda se davam mais por força desses condicionantes postos pelo meio geográfico local do que por casuais novos eventos comandados de fora. Foi uma época em que havia certa estabilidade da posição da região na Divisão Territorial do Trabalho somada a uma lentidão dos transportes e das comunicações, que dificultavam a difusão de novas técnicas. Algo agravado, particularmente, pelo relativo isolamento da região em um Brasil profundo, fronteiriço, deslocado dos circuitos hegemônicos concentrados nos litorais. De modo que ainda em meados do século XX o Pampa permanecia quase que indistintamente sob “uso natural”, e a paisagem pastoril, tão diversa quanto eram as geografias físicas que a abrigavam, era a expressão humana dominante em sua imensidão.

Não apenas a organização da produção, como boa parte dos utensílios, a base da alimentação, além dos materiais utilizados nas construções eram amplamente imbuídos das características ambientais de cada lugar: “construía-se aqui em pedra, ali em tijolo, de acordo com o substrato rochoso ou argiloso”, para utilizar-nos da expressão de Claval (2007, p. 251). O universo instrumental dos Homens e,

consequentemente, a própria humanização das paisagens pampianas permaneceram por mais de três séculos permeadas das proposições locais.

No Areal oitocentista, por exemplo, as casas e galpões eram erguidas em blocos de arenito (Fotografia 17), enquanto na Coxilha Negra, no Caty ou no Espinilho, essas edificações, além de cercas, mangueiras e transcurrais, tinham o feitio do basalto (Fotografia 18).

Fotografia 17 – Galpão de um estabelecimento com origem oitocentista com piso e paredes de arenito. Agosto de 2019, Areal, Quaraí, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Nos campos arenosos do Salsal, do Coatepe ou do Areal, sua qualidade forrageira inferior impunha importantes limitações à produtividade da pecuária. Esses campos são, em geral, carentes de espécies forrageiras de inverno e têm seu extrato herbáceo dominado fisionomicamente por espécies nativas consideradas ruins à alimentação do gado, como o capim-limão, típico dessas localidades. Em toda essa zona dos campos onde aflora a formação Botucatu, foi prática corrente, desde muito tempo, o combate ao capim-limão através da queima dos campos, geralmente em agosto, para a brotação de pasto novo em setembro. Pelo menos desde o século XIX

esses campos já eram qualificados como “campos fracos”, sendo que em um documento datado de 1874, por exemplo, analisado por Garcia (2005, p. 36), o Coatepe chega mesmo a aparecer como o lugar onde os campos eram “[...] os peióres de toda esta fronteira, como é de pública notoriedade”.

Fotografia 18 - Antiga cerca de basalto, resguardada por outra de arame. Novembro de 2017, Caty, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Essa materialidade marginal da zona da “janela de Botucatu”, em Quaraí, não plenamente conforme à então atividade pastoril hegemônica, tornou-se, então, o lócus possível a outras formas de uso e de vida. Essa zona arenosa de Quaraí se tornaria, durante muito tempo, a zona das “chácaras”, dado que a maior arabilidade dos solos arenosos, em algumas partes, permitia o desenho de alternativas produtivas agrícolas. Por isso mesmo, nessa zona, um sensível adensamento de habitações, aqui e ali, aliviaria a fisionomia da paisagem do aspecto ermo predominante na região. De modo que, considerada região de campos de “terceira” para a pecuária, alcançaria, por outro lado, o papel “celeiro” de Quaraí, onde essa atividade pastoril de menor

produtividade dividiria espaço com atividades agrícolas de produção para consumo e abastecimento de mercados locais realizadas em pequenas propriedades.

Já nas pedras, ocorreria o inverso: seus campos, de qualidade superior para o pastoreio, não davam, porém, muita alternativa à agricultura. A zona das “pedras” se tornaria um domínio quase exclusivo das criações, particularmente das grandes estâncias, dado que desde a distribuição das primeiras sesmarias os melhores campos foram sendo apropriados pelos mais poderosos. Os pequenos e médios pecuaristas dessa zona acabariam mais dispersos, entremeados nos limites dos grandes estabelecimentos.

Hoje, no entanto, antigas especificidades como essas brevemente citadas vão se tornando residuais como o próprio Pampa, frente a crescente conversão do bioma em áreas dedicadas à moderna agricultura. De modo que, hoje, quando esse processo se acelera a níveis inéditos, a diversidade “natural” do Pampa é substituída de vez por uma nova diversidade, definida agora pela especialização agrícola, distinguindo as paisagens da soja, do arroz, do fumo, do eucalipto, da mineração etc. e, residualmente, as da pecuária extensiva, onde ainda podem ser percebidas algumas expressões resilientes dessa antiga diversidade das relações entre paisagens e práticas de acordo com a diversidade da própria natureza local.

O Alto Quaraí, como área de remanescentes, aparece como espécie de conservatório, também, de algumas dessas antigas singularidades. É assim que as velhas especificidades de ser produtor de gado de corte “nas pedras” e “nas areias” ainda encontram, em alguma medida, sua “raison d’être”, para utilizarmos a palavra de Santos (2006). Expressões estas, semelhantes, por exemplo, às especificidades do lidar em “campos lisos” e em “campos dobrados”, descritas por Rieth et. al. (2019) na região do Alto Camaquã, na Serra do Sudeste. Em ambos os casos, Alto Quaraí e Alto Camaquã, trata-se de relíquias cuja existência, já residual, não se explica fora da também residual materialidade que as abriga: a de um Pampa que remanesce por marginal, ou seja, cuja conservação é produto de seus próprios limites funcionais-produtivos para outras atividades que não a pastoril.

Em Quaraí, é comum que essas comparações perfilem, de um lado, as formas de fazer adaptadas aos campos sitos sobre a “janela” de afloramento arenítico onde estão localidades como Areal, Coatepe e Salsal, e, de outro, as do entorno basáltico que a rodeia. Já em Santana do Livramento, essas diferenças são delimitadas mais pelo fato do município ter sua área territorial dividida entre duas províncias

geomorfológicas distintas: A Cuesta de Haedo, a oeste, e a Depressão, a leste. Distinguem-se, assim, as formas de manejo dos campos do basalto, onde está o Alto Quaraí, e dos campos mais arenosos, a leste, onde, assim como no Areal, também aflora o arenito Botucatu, além de outras formações sedimentares.

O ambiente só é dotado de existência social a partir da concepção que os grupos humanos têm dele, da análise e percepção que fazem sobre as possibilidades que oferece e através das técnicas disponíveis para explorá-lo, lembra Claval (2007, p. 220). Pois, se, por um lado, essas diferenças entre as “areias” e as “pedras” são bastante visíveis já na própria paisagem, por outro, é na interlocução com as gentes que as vivenciam em seu cotidiano que se revela o seu valor cultural.

Seu José, médio pecuarista no Areal, por exemplo, procura contornar as limitações da oferta de forragem de seu campo no inverno com o plantio de pastagens artificiais. Diz ele que os campos de sua localidade impõem a necessidade desse complemento invernal da alimentação bovina, ao contrário dos campos vizinhos, de basalto, que já dispõem de uma oferta de inverno.

Para explicar essa diferença entre esses dois tipos de campo em Quaraí, o engenheiro agrônomo Juremir prefere comparar através da variação do estado dos animais ao longo de um mesmo ano em um e outro caso. Segundo ele, nos campos basálticos, é possível observar maior estabilidade – ou menor variação – do estado corporal dos animais ao longo das estações, enquanto nos campos areníticos os animais experimentam maior oscilação entre ganho de peso no verão e emagrecimento no inverno.

> No verão os animais se mantêm melhor nas areias pela questão das águas que são mais abundantes, né. E no inverno é o contrário. No inverno, como existe muito capim caninha, muita vegetação boa, os animais se mantêm melhor nas pedras que têm mais espécies de inverno que nas areias. Nas areias, no verão, os animais são melhores. É tipo assim, no Areal as vacas são mais “sanfona”: engordam muito no verão e no inverno diminui. Nas pedras os animais se mantem melhor eu acho apesar de ser um verão muito mais tórrido porque a pedra suga muito calor e acaba gerando um calor no entorno assim e seca muito a pastagem.

É interessante que essas duas realidades geograficamente tão próximas, imponham condições objetivas e interpretações tão diferentes, praticamente inversas à atividade pastoril. Em termos gerais, os campos do basalto são considerados de melhor qualidade para as criações do que os das areias. Isso se dá, sobretudo, devido

a essa sazonalidade característica dos campos mais arenosos, relacionada à escassez de forragem durante o inverno.

Anderson, por exemplo, pecuarista nos campos arenosos da localidade de Palomas, em Santana do Livramento, diz que na região do basalto os campos são melhores que os da sua localidade: “É uns campos mais duros ali, mas também de muito boa qualidade, até superior à nossa”, diz ele. Em sua opinião, para esse lado “das pedras” tem lugares como, por exemplo, a localidade do Sarandi, em que os campos não só mantêm uma boa oferta de alimento aos animais no inverno, como também são capazes de suprir até mesmo o engorde em campo nativo, em plena estação fria. “Aqui nesse lado (apontando o braço para a região do município onde ficam os campos basálticos), no inverno tu engorda em campo nativo. Já nós não, tem que fazer a pastagem”, compara ele.

Assim percebe, também, Seu Pedro, dos campos basálticos da Coxilha Negra. Diz ele que “nas areias o bom é pastagem, plantação”, mas que tem muitos criadores que não fazem. Ele avalia que os campos nativos de lá são mais “fracos” que os de sua localidade e que a pastagem artificial, lá, deveria ser um recurso mais utilizado do que já é. “Naqueles campos de areia, até não sei por que esses estancieiros não fazem assim ó: não viram tudo em pastagem. Aí eles ganham dinheiro”, avalia o pecuarista familiar, peão e capataz de estâncias aposentado. O produtor retrata, inclusive, uma prática bastante conhecida no município, que se traduz em jogar com as diferenças entre esses dois tipos de campos de acordo com suas sazonalidades, em favor das atividades de criação. “Tem estancieiro aí que tem campo nas pedras, agarram e, tempo de verão assim ó, trazem o gado tudo pras pedras, e tempo de inverno levam para as pastagens (nas areias) pra engordar e vender bicho gordo”, relata ele.

Historicamente, o privilégio de ter campo tanto nas areias quanto nas pedras foi também um diferencial para lidar com as estiagens estivais ou com os rigores do inverno, através da transumância. Em tempos de seca o gado bovino poderia ser transportado para as areias, onde há solos mais profundos e com maiores reservas de umidade; enquanto em invernos rigorosos, a saída poderia ser levar os animais das areias para as pedras, onde há oferta de forragem de inverno. Para os que não dispunham dessa alternativa, a saída, por vezes, poderia ser o desembolso de quantiosos gastos extras com arrendamentos e transporte de animais para campos de zonas menos afetadas.

Ocorre que “na areia já tem outro pulo”, é mais trabalhoso, segundo opina Dioclécio, peão nos campos basálticos de solos rasos do Passo do Geromito. “Por isso dizem: o pessoal das areias e o pessoal das pedras né. Tem a diferença, mas claro!”, enfatiza o trabalhador. Para designar as características físicas desses terrenos, ele usa os termos “campo duro” para a região das pedras e “campo floxo”, para a região das areias. Já no quesito qualidade alimentar, o peão designa os campos das pedras como “pastagem forte”, isto é, boa, nutritiva, e os das areias como pastagem “fraca” e “aguada”, ruim, pouco nutritiva. Segundo o peão, nas areias, inverno sem pastagem artificial significa prejuízo, estando ou não o campo muito povoado de animais, enquanto nas pedras é possível levar o inverno apenas com o campo nativo:

> A areia no inverno se tu não fizeres pastagem e tiver muito lotado tu perdes e se não tiver tu perdes igual porque é um campo mais trabalhoso. E nas pedras não, nós sempre brincamos: passou o agosto vai embora né. O bicho pode estar “magretão”, mas vai embora aqui nas pedras. Aqui nas pedras é diferente. A pastagem é diferente né, a pastagem é forte. Lá é mais fraca [...].

Porém, existem, também, as compensações: nas areias, se por um lado, a qualidade do campo é tida como inferior, por outro, há a possibilidade do uso agrícola, de modo que o leque de possibilidades de usos produtivos do solo é maior. Já nas pedras, se por um lado, o campo é tido como de melhor qualidade para a pecuária, por outro, trata-se de um “campo duro”, de baixa aptidão agrícola, de uso mais restrito à pecuária, segundo explica o campeiro. É isso, aliás, como vimos, o que explica o preço médio do hectare maior nas areias do que nas pedras em Santana do Livramento, especialmente com a demanda de áreas para a soja. “Aqui é um campo duro, porém tu não podes plantar, é esse o problema. Tu não podes plantar uma melancia que não vai dar. De que jeito (risos)! Lá tu vês muita plantação né”, sintetiza ele. Por esse motivo, Dioclécio diz que ali, no Passo do Geromito, as atividades são desenvolvidas “na natureza no más”, conforme expressa, referindo-se à alimentação dos rebanhos, baseada quase que exclusivamente no campo nativo. “Os caras não se dobraram a plantar pastagem, nada. A não ser para o lado das areias como eu digo. (Nas) Pedras eles não têm como fazer também né”, pondera ele.

Além disso, o peão explica que existem as particularidades da resposta às estiagens periódicas. Os campos das areias, embora tidos como de menor qualidade, aparecem como mais resilientes às recorrentes secas, pela capacidade de

armazenamento de água no solo, enquanto os campos das pedras, apesar de mais nutritivos, são mais sensíveis às estiagens. “Aqui, num tempo de seca, se dá uma estiagem, já se foi a água. Lá ainda tem. Aqui já se vai o pasto”, observa o trabalhador. O mesmo tipo de avaliação é feito por Robert, no Marco do Araújo, nos mesmos tipos de campos basálticos. Diz o pecuarista que, ali, as melhores estações são o outono e a primavera, pois “o verão é quente e seca muito a pastagem”, segundo conta. “O verão que faz uma seca fica tudo amarelo em seguida, e as água se somem também”, avalia ele.

Conforme vimos, essas estiagens estivais na zona dos solos superficiais de basalto são o que mais interrompe a sua, em geral, excelente aptidão para a fase de cria de bovinos e um dos fatores que conta para sua pouca aptidão ao engorde. Ocorre que, em geral, nesse período entre janeiro e fevereiro, quando mais comumente ocorrem as estiagens, as vacas estão com cria e em período de monta. De modo que, a falta de forragem em qualidade e quantidade suficientes pode inferir em aumento das falhas e abortos, além de problemas no desenvolvimento dos terneiros em lactação, pela diminuição da oferta de leite por parte das vacas. Por isso, para André, por exemplo, do Cerro Chato, “a grande deficiência do campo de basalto é a seca periódica”, segundo suas palavras: “Parou de chover dezembro, janeiro é muito rápido, a capacidade de armazenamento de água no solo é muito pouca. Tem pouca camada de solo para armazenar água, então seca rápido”.

Por outro lado, em situações de muitas chuvas, os prejuízos e dificuldades são entendidos como piores nas areias, onde há maior problema de atoleiros, alagamentos, umidade e, consequentemente, acidentes e doenças nos animais, conforme demonstra a comparação de Robert: “época de seca lá (nas areias) é mais resistente, mas época de chuva lá dá muito atoleiro, vaca magra morre, e enche, e estrada feia. E aqui, não. Aqui chove e deixa que venha no más! É tudo firme em baixo”, garante ele. Para Seu Pedro, da Coxilha Negra, essa característica é, inclusive, um dos principais problemas para o trabalho ou a “lida” nas areias, onde já esteve por muitos anos empregado antes de sua aposentadoria:

> Lá nas areias, o que que é: tem muito atolador, tchê. Atolador, e nojento e embarrado e os arreios e cincha, tu não para com cincha. Tu que vai das pedras aqui que não se atola - olha aí ó, pra ti ver ó, tudo seco, chove é um barrinho mas tu não te atola - lá tem banhado, tu tem que ver onde tu botar os animais mais fracos, os animais mais novos, “prenhos”. Tu não podes agarrar e botar em qualquer campo.

Rodolfo, da localidade do Espinilho, reitera essa mesma percepção: “o cara daqui brinca: aqui o cara não atola vaca, lá já tem”, compara o produtor. Aliás, de particularidades como essa, nascem, inclusive, algumas “máximas”, bastante repetidas entre os entrevistados, tais como a de que “cavalo das areias não aguenta nas pedras” ou a de que “a pessoa criada nas pedras e vai trabalhar nas areias não se adapta, e vice-versa”. Para Rodolfo, o que ocorre é que “as próprias diferenças que o solo, que a região, já traz, já fica forte na pessoa”, segundo expressa:

> a pessoa que é criada e trabalha muito tempo aqui (nas pedras) e vai para lá (para as areias) já não se adapta aos campos deles lá. E é no mesmo município. É área alagada, área arenosa que é diferente da nossa. É a mesma coisa que um de lá, criado, vem trabalhar aqui: estropeia cavalo, cansa, roda, que nem a gente mexe, porque as vezes tem esses peraus aí, o cara vai correr no meio das pedras, não conhece né.

Eduardo, poeta nativista de Santana do Livramento, recorda, inclusive, que até bem pouco tempo atrás se dizia que era possível identificar visualmente o gaúcho que era das pedras e o gaúcho que era das areias, quando estes iam à cidade. Era atribuída, segundo conta, até mesmo uma forma de se vestir particular a um tipo e a outro:

> Há pouco tempo eu ouvi falar que quando vinham para a cidade, os que eram mais pilchados assim, que se pilchavam mais metidão, assim, eram os das areias. Os das pedras eram mais largadão, andavam de qualquer jeito, não se importavam. E esses que vinham daqui (apontando o braço para o lado dos campos de solos arenosos) vinham bem combinadinhos e coisa.

Quando perguntado sobre o porquê dessa diferença, o poeta diz que o motivo poderia ser a “aspereza do trabalho” que caracteriza a vida nos campos pedregosos do basalto, segundo explica. “As tuas roupas duram menos e aquilo ali já vai te influenciando porque tem mato, tem pedra, tu já rasgas uma bombacha, rasga uma bota, e coisa, aquilo ali já vai ficando normal pra ti, andar com aquela tua pilcha velha”, imagina o artista.

Representação inversa a essa, faz, no entanto, André, ainda que se admita suspeito por ser “cria” do Cerro Chato, para o lado das “pedras”. Segundo ele, seria o gaúcho das pedras o “mais caprichoso, mais campeiro”, conforme expressa, e o das areias o “[...] mais largado, assim, cavalo mais magro”. Controvérsia à parte, o produtor classifica como típicas as diferenças ambientais entre essas duas zonas, que

tradicionalmente teriam forjado o que chama de dois “biotipos” humanos, cujas características ele continua descrevendo:

> O gaúcho das areias ele é mais agricultor também, mais acostumado com plantio de culturas de subsistência: mandioca, abóbora, batata doce, criação de uns bichinhos na volta, ali, porco e coisa. O gaúcho das pedras é só cavalo. É subiu no cavalo e baixou do cavalo e deu. Então, é diferente.

Para o produtor e agrônomo, essas distinções “tu vês pela questão tradicional”, segundo expressa, no sentido de que são oriundas do processo histórico da constituição da vida pastoril em cada lugar. Ele cita como exemplo a produção de autoconsumo característica de uma e de outro ambiente: “Nas areias geralmente tem uma hortinha. É o que eu te disse, cultura de subsistência: todo mundo planta abóbora, batata doce, essas nossas culturas tradicionais. Plantam uma aveia no inverno. Já o campo das pedras é ovelha, charque de ovelha”, diz.

No entanto, essas diferenças que um dia já colocaram em paralelo dois ambientes essencialmente pecuaristas, hoje mudam progressivamente de natureza e geram outro tipo de perfilamento. Distinguem-se, agora, uma zona de expressão mais estável, rugosa e ainda pastoril, de um lado, e outra mais envolta em transições, transformada e convertida à agricultura, de outro. As representações desse novo paralelo também já são tão correntes quanto essa mesma realidade objetiva.

O engenheiro agrônomo Juremir, por exemplo, que é técnico extensionista rural em Quaraí, mas natural de Santana do Livramento, recorda dos tempos em que, nas areias, “não tinha nada de lavoura ali, não tinha nem assentamento”, segundo comenta. Ele lembra, que nessa época, que era o período de sua infância, essa zona ainda era “totalmente tradicionalista” e que seu pai, que “já teve campo” na localidade da Santa Rita, na divisa com Rosário do Sul, fazia marcações todo primeiro de maio, Dia do Trabalhador, com festa e churrasco. O técnico traz essa sua lembrança para contextualizar a mudança que hoje se observa por conta da expansão da agricultura: “talvez hoje tenha mudado um pouco né cara, tenha se mantido mais nas pedras”, diz ele.

No Espinilho, Rodolfo diz que dividindo-se, hoje, o município entre essas duas partes, areia e pedra, o que muda tudo é a agricultura. “Muda tanto cultural como a própria paisagem já muda né, com a introdução”, especifica ele. O produtor avalia que, embora a pecuária não tenha desaparecido da zona das areias, ela já se encontra

permeada do vínculo e da integração com a agricultura, enquanto nas pedras ainda são mais reproduzidas atividades pecuárias sustentadas basicamente no campo nativo:

> esse outro lado (o das areias), claro, tem pecuária, tem o mesmo estilo, mas é bem reduzido. Às vezes tem famílias ali que tem, criam, só que já tem área arrendada pra soja. E aqui, não. E aí naquela área arrendada já entra máquina - que aqui a gente não tem tanto. É pouco ainda. Estou te falando na nossa região, aqui. É pouco ainda - Então já entra máquina. Entrando máquina já muda o solo, muda todo o pensar a criação, porque no inverno eles têm a pastagem e nós temos que introduzir devagarinho, entendeu. E dificilmente, pelo menos na nossa região aqui, dos que eu conheça, que vão virar 10, 15, 20, 50 hectares de solo só pra botar uma pastagem. Não fazem.

Robert, do Marco do Araújo, já especifica o cultivo que mais notadamente move essa nova diferenciação, dizendo: “nessa parte de areia também tão plantando só soja né. Upamaroti, aquela região ali, é tudo (soja). Tem umas estâncias ainda né, mas muitas invernadas é tudo soja agora”, percebe o produtor.

Evidentemente, junto com esses novos objetos e com essa nova fisionomia da paisagem, vem novos corpos, novas expressões culturais e nova vida social. A percepção e as representações disso também já circulam entre as gentes de uma e de outra zona: “A questão da agricultura lá, então introduz pessoas de outro tipo de criações às vezes. Muito gringo, como o cara mexe. Pessoas que são descendentes de alemães. Então já muda, muda a culinária, muda tudo, então mistura”, acrescenta Rodolfo. A título de exemplo, Juremir, o extensionista rural de Quaraí, menciona a função de tratorista, expressão cada vez mais típica da paisagem das areias e ainda pouco presente nas pedras, e brinca com os “trajes” que acompanham essa função:

> nas areias existe muito a função do tratorista né. Nas pedras não tem isso aí cara. Tu quebras um galho, leva uma roçada, puxa um terneiro, uma coisa, mas não é que nem nas areias né, que o cara já é meio ‘bonezinho’. Nas pedras é chapéu e boina né cara, boné é mais para as areias (risos).

Já Eduardo, o artista do meio nativista, em suas andanças pelo interior do município, diz ter percebido essas novas expressões, também, através da presença de novos sotaques: “tchê, o ano passado eu andei para aí pro lado da Santa Rita, lá. Divisa com Rosário. Aí lá tem muita gente de fora da cidade, gringo. E uma gurizada, assim, mas tudo de fora. Uns sotaques diferentes”, diz ele. Por outro lado, o poeta ressalta que “ainda tem os rincões crioulos”, segundo classifica, citando como

exemplos, localidades das bacias do Quaraí e do Ibirapuitã: “Aqui pra esse lado, aqui, do São Diogo, tem uns “home véio” gaúcho ainda, pra esse lado das pedras aí, pra linha (divisória). Lá pra Tafona tem também os antigos”, comenta ele. De modo que, para o poeta, “se tu és um turista e tu queres ver o que é a produção, o que é o gaúcho campeiro, é tu ir pra esse lado aí”, sintetiza.

3.2.4 Onde o Pampa “é a cultura que nós temos”

No Alto Quaraí, ao menos em grande medida, a biodiversidade e, de modo geral, a persistência mesma dos atributos pretensamente naturais do Pampa, com suas qualidades ambientais e estéticas, não se explicam fora desse secular uso pastoril, e vice-versa. As formas, os objetos que formam a paisagem desse refúgio de Pampa, mostram-se indissolúveis dessa função, sem a consideração da qual, essa materialidade acaba sendo despida de seu significado e valor social. Tal como alerta Pérez (2010) para o caso da paisagem das dehesas do mediterrâneo espanhol, essa é uma compreensão importante, sobretudo para que se evite situações paradoxais em que, numa sobrevalorização das formas, a partir, por exemplo, de suas qualidades naturalísticas e estéticas, desenhe-se um desentendimento das funções, comprometendo, assim, a própria reprodução das formas, pela inanição dos usos que lhes garantem a existência.

Em nossos trabalhos de campo sobre essa geografia refratária às lavouras, um exercício que se mostrou didático desse forte entrelaçamento entre forma e função foi o de perguntar às gentes de seus distintos rincões o que elas próprias entendiam como sendo o Pampa. Se, por um lado, todos os perguntados foram capazes de emitir um significado para essa palavra, dado que ela faz parte, de algum modo, de seu universo de vida, de outro, teria ficado surpreso com as respostas qualquer entrevistador que esperasse ouvir dessas pessoas apenas coisas sobre o campo nativo e a natureza, o ambiente e a biodiversidade. Ocorre que o mais corrente entre os produtores com os quais conversamos ou tivemos alguma interlocução, foi a concepção de Pampa como algo associado à pecuária, quando não como sinônimo mesmo da vida pastoril. Ou seja, forma, função e significados se entrecruzam no traçado das características desse subespaço.

No Passo do Geromito, por exemplo, Dioclécio chama de Pampa a sua própria cultura, ligada às lides da pecuária e herdada das gerações:

> Pra mim é a cultura que nós temos né. A cultura que nós temos sempre, que vem de pai pra filho. Tanto na parte de campo, assim, hoje mesmo eu trabalho de peão campeiro mas já trabalhei de outras modalidade, com tropa, já domei bastante, também, na minha vida, e hoje parei e estou encarregado no campo. É lidar nessa parte cultural nossa né. Porque pra mim, eu conheço como seja isso aí, a parte gaúcha, que tu conheces uma rês, conhece como fazer o serviço né.

Na Coxilha Negra, de forma parecida, Seu Pedro, pecuarista familiar, fala-nos de um Pampa com significado mais agrário-cultural do que propriamente ambiental-naturalístico: “Pampa: vamos botar que seja a pecuária – como é que eu te digo – o pecuarista. Não é a agricultura, é a Pampa tradicionalista: criação de gado, ovelha, cavalo”, diz o produtor.

Próximo dali, no Marco do Araújo, Robert já vê no Pampa uma região, sem mencionar, no entanto, nenhum aspecto que lembre a ideia de Pampa como bioma, salientando, ao contrário, seu sentido histórico: “Pampa é no Rio Grande do Sul e na Argentina né. A localização geográfica dela. Do lado de lá do rio Uruguai é Pampa também. Tão conservando o que era no tempo dos jesuítas né, das invasões dos portugueses e dos espanhóis”. Esse mesmo sentido regional é trazido, também, por Rodolfo, que vê nas expressões tradicionais do Pampa, como o próprio uso do solo, um elemento de identificação:

> É uma região nossa, como várias outras regiões, que tem um nome, assim, próprio. E, também, como é que eu posso te explicar, que tem uma parte nossa ainda, uma parte que ainda (ênfase) não entrou muito a tecnologia, se preserva muito a coisa antiga, até os usos dele antigos ainda né.

Ainda que a ideia não fosse compor uma amostragem representativa de todo o Alto Quaraí, é interessante que, de todos os indagados com essa pergunta, digamos, conceitual, sobre o Pampa, apenas um deles, o pecuarista familiar Nico, do Coatepe, trouxe um olhar mais próximo da ideia de bioma, com viés mais propriamente ambiental, conforme segue: “o Pampa, vamos supor assim: é a nossa casa, é o nosso habitat natural. Se nós não cuidar do que nós temos...(silêncio)”, avalia ele. Mas o fato é que essa diversidade de compreensões é bastante expressiva, pois são significados cunhados por aqueles que veem e vivem o mundo a partir de lugares do Pampa. E, notadamente, essas concepções reforçam a constatação de que, nesses campos predominantemente basálticos e com afloramentos areníticos do Alto Quaraí, falar em

remanescentes do Bioma Pampa é, em geral, falar de uma paisagem agrária, cultural: a paisagem pastoril.

3.2.5 Onde as rugosidades têm mais vez

"Tem umas estâncias centenárias aí que chega a te dar medo, a hora que tu entras tu arrepias", diz Eduardo, referindo-se às relíquias bastante presentes nos campos situados para o "lado das pedras" em Santana do Livramento. Santos (2006, p. 92) chama de rugosidade isso "que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares".

Essas heranças ou esses remanescentes de outros tempos, não estão presentes igualmente em toda parte. Há os subespaços mais rugosos e os menos rugosos. Há os eventos mais compatíveis com o substrato material herdado e outros que implicam mais modificações, acréscimos e substituições. Claval (2007) vai explicar que, na dinâmica do espaço geográfico, as construções e os equipamentos representam imobilizações consideráveis, de modo que, em geral, sua duração de vida é longa (Fotografia 19). Sólidas razões são necessárias, segundo o autor, para substituir esses objetos, o que somente é feito "[...] para responder a novas necessidades, para romper com os símbolos de um passado repudiado, ou na perspectiva de uma rentabilidade superior (CLAVAL, 2007, p. 309)".

Observemos, mais uma vez o que ocorre nas zonas de avanço da soja sobre o Pampa. Ali, essas razões citadas por Claval (2007) para a substituição de antigos objetos estão todas em alguma medida presentes: 1) novas necessidades se territorializam; 2) junto a uma perspectiva de maior rentabilidade por unidade de área e, em certa medida; e 3) com a imagem de um "El Dorado" a substituir uma herança tida como representativa de "atraso". Nesse embalo, mais do que apenas refuncionalizações das formas ou objetos geográficos preexistentes, ocorre, na verdade, uma reestruturação do substrato material, para utilizar a nomenclatura sugerida por Souza (2013), já que o altera significativamente, mudando a sua estrutura. Seria dizer, essa vai se tornando uma zona em que muitas das heranças do passado já não têm mais vez na paisagem, sejam elas o próprio campo e a sua biodiversidade ou as antigas instalações, infraestruturas e equipamentos de trabalho, por exemplo.

Fotografia 19 - Gado mestiço junto às casas. Setembro de 2019, Passo do Geromito, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Em uma razão exclusivamente instrumental, investidores sem nenhum vínculo local, buscam extrair o máximo retorno de cada mínima parcela das áreas arrendadas ou compradas. Em um passeio ao longo das estradas que cruzam esse centro nevrálgico da oleaginosa é possível ver, inclusive, lavouras transbordando os limites dos estabelecimentos e ocupando as áreas laterais da faixa de domínio das rodovias, chegando até a beira do asfalto. A mensagem dessa fisionomia é clara: ali impera a produtividade e o lucro, não há espaço para formas “ociosas”. A significação simbólica dessas novas paisagens se limita a isso: “contenta-se em afirmar, em face à natureza, a potência orgulhosa daqueles que os conceberam”, como destaca Claval (2007, p. 316) sobre os ambientes no mundo técnico atual. Ali, não há “interstício onde possam aparecer ervas loucas e onde se possa cultivar flores”, conforme sintetiza esse autor. É evidente, por isso, que um evento como esse tenha tamanho potencial supressor das heranças da antiga paisagem pastoril pampiana e de seus arranjos de

rugosidades. É nesse afã, aliás, que se produz o risco ambiental, como demonstra a fala do engenheiro agrônomo André, que acompanhou de perto desde o início o avanço da soja em Santana do Livramento:

> uma evolução desordenada né. Sem respeitar a legislação ambiental, porque muitas das áreas foram suprimidas sem respeitar o novo Código Florestal, sem autorização da SEMA, supressão irregular de pastagem natural, sem a preservação das APPs. Maioria das áreas (plantadas) entrou na APP. Sem um plano adequado de conservação de solo.

Essa é uma realidade bastante diferente da que ocorre nas áreas contingentes às lavouras como as do Alto Quaraí. Ali, é a natureza do campo nativo quem continua ditando os ritmos da produção. A extensão disponível continua sendo um elemento central da reprodução dos estabelecimentos, onde as possibilidades de diversificação das fontes de renda ficam mais comumente restritas à própria pecuária: bovinos, ovinos, equinos. Os limites naturais a certas intensificações do uso do solo tornam os estabelecimentos mais coniventes com as heranças de outros tempos.

No Espinilho, por exemplo, Rodolfo, diz que quase não houve mudanças na paisagem desde que a família chegou na localidade, há cerca de duas décadas:

> Se tu fores ver, desde que nós viemos pra cá, até hoje segue a mesma coisa. Então tu cruzas são as mesmas picadas, as mesmas coisas, não tem essa modificação, entendeu? Então lugares ali que nós usamos para banho e coisa, lugares que eu tinha na época 12, 13 anos, está a mesma coisa. Se tu olhares é a mesma coisa, então tu olhas aquilo ali parece que tu estás com 12.

Para o pecuarista, na lógica extensiva de produção a campo nativo, por mais que se invista em produtividade, há poucas repercussões sobre o uso do solo e sobre a fisionomia da paisagem, pois “não tem muita coisa a fazer”, segundo expressa. “Tu vais mudar o gado (melhorar a raça), tu vais mudar teu manejo, talvez tu melhores teu campo nativo com a introdução de espécies de inverno. Então quer dizer que no inverno pode mudar, tu olhar o campo mais verde. Mas no verão, no resto do ano, vai ser a mesma coisa”, avalia ele.

Se nas zonas do avanço da soja, a simbólica ocupação da faixa de domínio das rodovias, expressa um nível de intensificação produtiva em que cada pequena unidade de área pode fazer uma grande diferença em termos de produção e renda, de outro lado, na pecuária extensiva ainda dominante no Alto Quaraí isso somente é sentido a partir de uma certa dimensão. Nessa matemática menos rígida da

extensividade, “a destruição de certos edifícios torna-se, às vezes, mais cara do que o espaço que ocupam”, como explica Claval (2007, p. 309). Taperas e ruínas, casas e antigos galpões, cemitérios e tumbas isoladas convivem comumente com o gado pastando em campo nativo, compondo paisagens típicas, permeadas de passado (Fotografia 20).

Fotografia 20 – Ovinos pastando em torno de pequeno cemitério isolado no campo. Agosto de 2019, Caty, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Enquanto nas áreas de lavoura capitalista, rugosidades como essa tem que ser refuncionalizadas ou dar lugar diretamente à lavoura, no Alto Quaraí, comumente não chegam a representar perdas significativas de produtividade na pecuária extensiva. Sem maiores pressões para que sejam substituídas, permanecem como matrizes de representações sociais. “[...] Terminam por ser investidas de valores sentimentais: o passado coexiste com o presente”, nos diz Claval (2007, p. 309).

No Espinilho, um pecuarista familiar, ex-peão e domador de várias estâncias das redondezas, nos diz que na tapera que tem ali perto mora um “fogo” que “já incomodou muita gente” e que se desloca e vem na direção das pessoas que estão

passando a cavalo ou a pé. No Caty, grupos de cavalgadas peregrinam às ruínas do antigo quartel onde o caudilho João Francisco Pereira de Souza, a “Hiena do Caty”, mantinha o comando do policiamento da fronteira nos primeiros anos do século XX, logo após os sangrentos conflitos que marcaram a história do Rio Grande do Sul durante a Revolução Federalista. No Coatepe, Salsal e Butiazal, o palmar de butiás yatay levanta uma miríade de lendas e mistérios sobre sua origem.

Já destacava Santos (2006, p. 150) que essas parcelas do espaço como o Alto Quaraí, "desvalorizadas" por não estarem plenamente conformes à modernidade atual, são aquelas onde notadamente aparecem formas de vida territorializadas, onde a exatidão do “cálculo é desnecessária e a emoção é possível”, segundo expressa. São porções do espaço que, por suas próprias contingências, não são completamente domesticadas pelos imperativos da eficiência, da produtividade e do lucro e sofrem menos pressões de mudança. Para Juremir, por exemplo, agrônomo em Quaraí, é esse um fator que, paradoxalmente, acaba por afetar, inclusive, a viabilidade de muitos pecuaristas familiares e suas chances de reprodução social. “O pequeno pecuarista não decola tanto por isso. Ele se mantém né. Porque tu sabes né, o pecuarista familiar não tem aquela ambição né cara. Quando chega um cara e diz: não, vamos prosperar. Eles: calma!”, analisa o técnico.

Nessa mesma linha pensa Antônio, corretor de negócios rurais em Santana do Livramento, para quem esse é um dos motivos que faz com que na zona do basalto a oeste do município haja maior oferta de terras para venda: “Cultura também antiga de trabalho dentro do campo né, essa região aqui (do basalto) é um pessoal que não gosta muito de se modernizar, então fica muito atrasado, então vai perdendo. Pessoal não gosta, por exemplo, de dar ração pro animal, só larga no pasto e deixa, aí acaba perdendo”, avalia o vendedor.

No Coatepe, o pecuarista familiar Nico equilibra a balança quando perguntado sobre suas motivações em viver e trabalhar na localidade. O fato de estar na vida rural e, particularmente, na pecuária, parece estar ligada à sua trajetória de vida que, segundo ele próprio, esteve sempre permeada desse universo pastoril. Cada fala sua exprime esse, digamos, *habitus*, herdado. Ele diz que, obviamente, ter uma boa receita é uma necessidade para ter uma boa qualidade de vida. No entanto, considera que é preciso ter outras motivações além da financeira. “Se o cara pensar só em dinheiro ele não vai nem sair de casa pra não gastar. Não come um ovo pra não botar a casca fora!”, brinca.

“Tu tens que trazer todas as outras coisas, tudo: a parte afetiva, emotiva, a tradição, o que o teu pai fazia”, considera ele. Como exemplo, o produtor cita o especial apreço que tem pelos ovinos, particularmente os da raça merino, uma herança de família. “Meu pai gostava de merino, eu gosto de merino. Minha família é toda, meus tios gostavam de merino. A ovelha é paixão, os lanares, e o merino é a lã boa né, e dá para a carne também”, diz. Em defesa da qualidade da carne dos animais da raça de sua preferência, ele nos lança inclusive um desafio gastronômico:

> eu faço um jogo contigo na hora assim, a perder dinheiro: Botamos quatro, cinco tipos de carne para comer e somente com sal. Pegamos carne de ovelha de merino, de corriedale, de ideal, de texel, de ile, e fizemos um churrasco. Na mesma brasa, no mesmo fogo, e só com sal, e o mesmo assador. E damos para qualquer um comer, qualquer uma pessoa desses experts. Ele vai no merino, na hora. É a melhor carne. É carne suculenta, carne com gordura dentro. Suculenta, carne boa, gostosa de comer, não é esponja.

Para Nico, uma das grandes motivações de viver e produzir no Coatepe é a qualidade de vida, conforme revela. Tendo vivido uma parte de sua trajetória na cidade, Nico fez uma opção, junto à família, pelo retorno ao campo. Aliás, em geral, os habitantes rurais que entrevistamos ou com quem mantivemos alguma interlocução, tem trajetória permeada desses processos de des-re-territorialização entre campo e cidade. A esposa do produtor ainda trabalha na cidade e ele próprio já tentou manter pequenos negócios urbanos. No entanto, considera que morar no Coatepe proporciona maior qualidade de vida, pois os custos são menores, a estabilidade de sua atividade econômica é maior, assim como a tranquilidade que ali impera. “O campo tem uma tranquilidade, tu não tens que matar um leão todos os dias”, avalia. A título de prova dessa melhor qualidade de vida, Nico fala da vitalidade das gentes rurais, relembrando, com humor, da saúde que tinha o tio de sua esposa já falecido, que era vizinho da família. “Aqui ó, o tio da minha esposa aqui, tinha 97 anos e andava a cavalo! Ali do corredor ele me gritava: tem um traguinho aí meu filho?! E fumava um palheiro e nunca deu nada. Entendeu?”, brinca.

Hoje, com exceção do trabalho urbano de sua esposa, as fontes de renda da família são todas marcadamente rurais, ainda que nem todas sejam agrícolas. Além da pecuária como atividade principal, Nico possui uma máquina de esquila e uma plantadeira com as quais presta serviços na vizinhança, e eventualmente trabalha com

sonorização, divulgando remates de gado. Para o pecuarista, a vida rural é simples e por isso menos cara, o que a dota de maior viabilidade:

> O cara da campanha ele tá acostumado a viver – eu te digo por mim – ele tá acostumado a viver com um par de botas, com duas, três bombacha. Aqui, a nossa água mesmo, aqui, nós dependemos da água de um poço aí que vai embora, só tem que pagar a luz. Pensa bem: tu tá na cidade tu gasta todos os dias. O teu nível de gasto na cidade é todos os dias. Concorda comigo? Entendeu?

Todos os lugares se relacionam em alguma medida com o chamado tempo do mundo. Santos (2006) chama de “tempo do mundo” aquele ditado pelas forças do capitalismo enquanto modo de produção dominante. É o tempo de escala global, regido de longe pelos principais decididores mundiais como as empresas transnacionais e organizações internacionais. Nos lugares em que está mais presente e é dominante, caracteriza-se por ser rigidamente medido, preciso, expressivo da razão utilitária que o move. Sua face material é a presença de objetos técnicos modernos, carregados de ciência, tecnologia e informação, que respondem a um modelo mundial. Já sua face imaterial é expressa nas relações sociais pautadas no pragmatismo da busca por objetivos de produtividade e rentabilidade.

Mas há os lugares, como muitos dos que se localizam no Alto Quaraí, em que a materialidade herdada e/ou a corporeidade dos homens, com seus tempos próprios, contingenciam ou “filtram” esse tempo do mundo. Ali, estão presentes limites ou freios ao desejoso domínio absoluto da razão utilitária dominante e de suas formas de ação estândar. Fazem-se mais presentes, então, as contrarracionalidades, que poderíamos dizer que são também contratemporalidades, paralelas à racionalidade hegemônica e ao “tempo do mundo”. A incapacidade de subordinação completa dessas zonas às racionalidades dominantes gera formas de adaptação permeadas de espontaneidade e criatividade.

Pequenos e médios pecuaristas com suas atividades pastoris extensivas “marginais” encontram formas de reprodução socioeconômica no “privilégio” de serem parte de uma geografia menos moderna e mais opaca, em certa medida incompatível com usos hegemônicos. Ali, abre-se uma janela rugosa à reprodução de valores de uso, ao simbólico, à afeição e à topofilia. “Tudo que é estância que tu for, tchê, é cultural assim ó, gostam de cantar um verso, ou prestam atenção num verso que tu falas, ou escrevem um verso. Tchê, a música está extremamente ligada àquele

ambiente", tal como nos diz, por exemplo, Eduardo, poeta nativista. Trata-se de uma característica imbricada a essa inaptidão geográfica ao pleno domínio do funcional-produtivo e do lucro. Até porque, como nos frisou também Ado, outro dos poetas locais de linha campeira, "em cima de cifra[31] não se faz poesia".

No Marco do Araújo, junto à linha de divisa com o Uruguai, na Coxilha Negra, Robert toca sua pequena propriedade, fruto da partilha do estabelecimento deixado por seu pai. Ali, seu pai manteve durante anos um armazém conhecido nas redondezas, nos tempos de sua infância. Servidor Público aposentado na cidade, Robert desenvolve somente pecuária de corte, que naquele entorno é a única coisa que se faz, segundo frisa. "É só campo. Lavoura não tem para cá. Só pecuária: bovinocultura e ovinocultura", diz. Para dispor de maior área, ele arrenda uns campos de alguns dos seus irmãos, reconstituindo parte da antiga propriedade dos pais. Em pouco mais de 100 hectares, ele mantém uma produção pouco especializada, vendendo ora terneiros, ora boi gordo, além de ovinos de corte, de acordo com a conveniência. "Engorda um boi, dois, quatro, cinco, vende, bota mais cinco. Vai levando assim. Ovelha tosa, vende os cordeiros machos. Vende os terneiros machos", explica o pecuarista.

Os bovinos que engorda, por exemplo, geralmente são vendidos para uma conhecida casa de carnes da cidade, que seleciona e negocia animais junto aos produtores locais e abate em um pequeno frigorífico local. Preocupado com a aceitação de seus animais pelo mercado, Robert mantém um rebanho majoritariamente de cruza Aberdeen Angus com outras raças europeias e sintéticas, com cruzamentos mais antigos com raças zebuínas, que já eliminou, pois não dá boa carne, segundo conta. "Tem que melhorar né, principalmente touro né tchê", defende ele:

> Tu tens que botar um touro que aí tu vende bem o terneiro, (pois) vai ter matriz boa também né. Ele dá mais peso e tem mais aceitação também né. Brangus, Hereford. Tinha um touro aí que era Aberdeen Angus com Hereford, então ele saiu preto e a cara branca, era bonito! Eu tenho um monte de filho dele aí.

Em sua avaliação, economicamente, a atividade tem uma rentabilidade dentro de suas expectativas: "tchê, ela dá pra ganhar uns trocos", conforme sintetiza. Segundo Robert, a renda obtida de tudo o que sai da propriedade como produto, é

[31] Dinheiro.

dividida em três partes: um terço para ele próprio, um terço para o filho com quem divide a lida no estabelecimento, e um terço é depositado em uma poupança, reservada à manutenção da própria propriedade: “tu tens que fazer uma cerca, tu queres uma benfeitoria, tu tens disponível”, explica ele. Segundo comenta, uma das coisas que pretende fazer, por exemplo, é aproveitar a abundância de pedras soltas no campo para construir galpões rústicos para abrigo dos animais em seus potreiros. “Essas pedras aí se tu fazes um tipo dumas paredes de pedra e bota uns paus por dentro e fecha de madeira, fica um galpão pros bichos. E dura o resto da vida né, não termina nunca”, projeta.

Na vida e no trabalho que desenvolve na pequena estância, são nitidamente proeminentes para Robert outras motivações e outros tipos de retorno para além do financeiro. Quando perguntado sobre o que considera de mais positivo em estar ali, responde enfocando as amenidades de que desfruta: “Tchê, positivo é que aqui é um clima bom né, tu respiras ar puro, tu queres caminhar tu caminhas, tu queres andar a cavalo tu (andas). Bom, aquele dia tu viste, eu vou dois quilômetros lá pra camperear lá naqueles campos de lá. E isso aí é bom para a saúde. Positivo, é cuidar o que tem”, resume ele. Em certo momento, revela, inclusive, que a atividade pastoril e em geral o cuidado com a propriedade não deixa de ser “tipo um hobby”, conforme expressa. “Ah, isso aqui não tem coisa melhor, tu encilhas um cavalo, tu vais lá, campereia, arruma um bicho, arruma outro. E, bom, na volta das casas é isso aí ó [tranquilidade]”, comenta o produtor com satisfação.

Na primeira vez que cruzamos com o pecuarista, ele vinha, de fato, exatamente de uma dessas campereadas de que fala com gosto. Em seu cavalo, e na companhia dos seus vários cachorros, ele trazia pelo corredor uma novilha prenha que temia que “atracasse”[32], conforme nos contou assim que parou ao nosso encontro. Na ocasião, parávamos para observar uma conhecida tapera da localidade (Fotografia 21) bem como um também conhecido cemitério (Fotografia 22), cujas origens perguntamos a Robert. Sobre a tapera, disse-nos que é muito antiga e que havia estado ocupada até pouco tempo atrás. Sobre o cemitério, disse-nos que está dentro de sua propriedade e que, inclusive, alguns parentes estão sepultados ali. Disse, ainda que já havia estado no local um grupo de arqueólogos que estimaram a idade da construção em cerca de

[32] Distocia, dificuldade de parto da vaca devido a problemas como a posição do feto ou, em novilhas, devido ao animal ser menor, ainda em crescimento, e que nunca pariu. Sem intervenção correta, é um risco para a vida da vaca e do terneiro.

300 anos, o que, aliás, remontaria esse rugoso objeto técnico ao período indígena-missioneiro, quando essa zona ainda correspondia às bordas da Estância Grande de Yapeyú. Semanas depois, na entrevista, Robert nos falaria sobre seu respeito – ou receio – pelo local, que disse “deixar quieto”, não visitar, que é coisa que não se mexe.

Fotografia 21 – Tapera. Agosto de 2019, Coxilha Negra, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Robert é o único da família que efetivamente reside na propriedade. Sua esposa se divide entre a residência da família na cidade e as temporadas que tira junto ao marido na Coxilha Negra. “A mulher vem aqui, fica uma semana, duas, aqui comigo e depois vai pra cidade”, segundo comenta. Para melhor comodidade da esposa e familiares no estabelecimento, o pecuarista diz que estão pensando em contratar serviço de internet, como já o faz, inclusive, um vizinho. “Dava até pra botar a do Uruguai aí, que a do Uruguai é boa a internet, a Movistar, aquela”, diz o produtor, considerando que, por ser uma localidade muito próxima da linha divisória, o melhor sinal de internet, como também o de telefone, acaba sendo, muitas vezes, o de operadoras uruguaias.

Fotografia 22 – Cemitério secular cercado de pedras. Agosto de 2019, Coxilha Negra, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Para o consumo da família e para a venda de algum excedente, o pecuarista mantém uma considerável criação de galinhas, que geram uma boa produção de ovos e de onde obtém carne de frango nos finais de ano. Ali, apresenta-se uma produção de autoconsumo típica e tradicional dessa zona das pedras, pois tudo é fruto da pecuária: se não é o da carneação de uma rês ou ovino de seu próprio rebanho, são os ovos e a carne de frango. Além do que, segundo explica, as galinhas são um antídoto contra a presença de cobras: “E outra (as galinhas) não deixa cobra, cruzeira. Tem muita cruzeira aqui né. Vem aí do Uruguai essas cruzeira. Ah, elas sobem (a Coxilha Negra) no verão né, para o campo”. Os excedentes de ovos são normalmente comercializados pela esposa de Robert na cidade, em seu círculo de amizades, de modo que, segundo ele conta, a produção da estância já foi até para fora do estado:

“Isso aí a mulher vende lá no Instituto[33] ali perto da prefeitura, ali, duma mulher que ela vai, lá. Tchê, sem mentira nenhuma, foi até pra São Paulo uns ovos desses aí”.

No demais, do alto de sua Coxilha Negra, dessa sua geografia refratária ou contingente a muitos dos influxos dos “tempos do mundo”, Robert pode se dar ao luxo de parar, vez por outra, para contar os causos de suas lidas, reproduzindo o velho costume, típico das lentidões das lonjuras da vida pastoril. Ele nos conta, por exemplo, que certa feita foi salvo do ataque de um touro pela ação dos seus cachorros e porque subiu em um dos montes de pedras quase centenários que tem em seus campos, heranças de antigas limpezas do solo na tentativa de cultivar a terra, ainda nos tempos de seu pai:

> sabe que um dia eu saí a camperear - e esses cachorros são bons né - saí a camperear a pé [...]. E os touros aqui do [vizinho] brigaram, e os dois estavam bravos, e o que disparou vinha bravo e ele me enxergou e se veio em mim né. E aí eu subi em cima de um monte de pedra daqueles e peguei uma pedra grande assim né, e ele veio. E aí, quando vê, os cachorros vinham - eles andavam caçando - e eu chamei. Mas tchê! Esses touros tinham um medo de cachorro! Os cachorros vieram e foram direto nele e ele deitou o cabelo! Mas se tu vais disparar por limpo ele periga até matar o cara porque ele vem “corretiado”, vem bravo já né.

Perguntado sobre a dinâmica da paisagem da localidade, Robert a classifica mais como “estática” do que como “transformada”. Como mudanças, lembra da chegada da energia elétrica, das mudanças de vizinhos devido às vendas e êxodos de antigos moradores, e dos capões de eucaliptos que viu serem plantados para gerar sombra e abrigo e cortados para virar lenha, postes, tramas. Ele se intriga ainda com uma grande área plantada de eucaliptos que costeia significativo trecho da Estrada da Divisa, pelo lado Uruguaio. Sua dúvida com o bosque vem do fato de que parece abandonado, “não teve nem o ‘raleio’, que eles chamam, nem poda, nada”, segundo expressa, ao comparar com as grandes áreas florestadas de pinus e eucalipto ligadas à indústria de papel, celulose e bioenergia, que se iniciam logo mais abaixo do Front da Cuesta, no lado uruguaio, onde há o regular manejo das árvores. “Pra baixo aí, no Platô aí, é um terreno arenoso, [...] tem eucalipto plantado, mas é quatro, cinco anos e cortam e plantam de novo”, frisa.

O divisor d’água da Coxilha Negra, além de delimitar a fronteira política entre Brasil e Uruguai, estabelece também um limite ambiental entre essa zona já altamente

[33] Salão de beleza.

fragmentada pela presença da florestação, em território uruguaio, junto à Depressão, e esse Pampa remanescente que se inicia sobre a Coxilha e estende-se junto às fontes do Quaraí, em território brasileiro. O bosque avulso junto à linha divisória, no entanto, é pouco compreendido por Robert, ainda que, para outro vizinho da localidade, Seu Pedro, tenha ajudado na questão da proteção contra as intempéries: “pra nós aqui ele já tá favorecendo porque não vem muito frio, se o vento tá de lá e chuva guasqueada, já nos protege aqui. [...] Quando eu vim para cá não tinha nada, era campo. Era só campo, aí fizeram a floresta”, comenta ele.

Mas para além dessas, digamos, exceções, as coisas ali parecem correr dentro de um particular domínio dos tempos do lugar e da reprodução de suas duráveis rugosidades. Não fosse sua própria geografia “marginal”, contingente ou refratária, e se sobre essa zona pairassem grandes perspectivas exóticas de “novos tempos” mediante usos mais intensivos, qual seria o destino que ali estaria agora se anunciando?

3.3 MUDANÇAS DE UM REDUTO DE PERMANÊNCIAS

[...]
Do que passou até agora
Ainda sobra o orgulho,
Mesmo por sobre o entulho
De uma tapera esquecida;
Relíquias da pátria antiga
Ainda se fazem presentes
Mostrando o valor do aguente
Pelos volteios da lida...

[…]
Então quando munto a'cavalo
Relembro eras passadas
Em toda a herança deixada
Por menestréis e campeiros:
-A essência vem primeiro
E logo atrás o respeito
A humildade de um sujeito
É o seu valor verdadeiro...

Muita coisa se acabou
Outras, nem tanto assim...
No catre dos alecrins
A vaca ainda esconde a cria;
O saber é a chama-guia
No lampião da ignorância:
- Mudou a fé das estâncias
Mas jamais a liturgia!

Menos gente, mais serviço,
Muita voz, pouco valor!
Mesmo assim o maneador
cumpre sua bruta sina...
O pago não se termina
Se tem touro e tem pastor
E algum guri atracador
Nas potreadas setembrinas!

Princípio, lida e consciência
Esteios da minha gente!
Mas a questão é a semente
Para as gerações que virão?
Essa a minha indagação
Com voz de copla y milonga
Pois a tradição só se prolonga
Quando recebe atenção!

Trecho de "História, tempo e legado: o campo que trago em mim"
Leonardo Borges

3.3.1 Quando o novo é a volta ao antigo: regeneração do Pampa, (re)construção da paisagem pastoril e reterritorialização de pecuaristas

Trabalho de campo no Areal, em Quaraí, novembro de 2017. Paramos frente a uma casa antiga, com um grande e velho laranjal, de proporções que levam a pensar que seja herança dos tempos em que a localidade era o "celeiro" do município. Residem na casa duas senhoras, mãe e filha – a mãe com 96 anos – com quem conversamos através da porteira, na frente da casa, enquanto tomavam o mate de final de tarde. A propriedade é um patrimônio inegociável que vai ficar para filhos e netos, segundo avisam já para início de conversa. De suas longevas vivências no Areal, as senhoras dizem que o que mais mudou ali foi o número de habitantes, pois as pessoas foram indo embora. Segundo relatam, os pequenos proprietários da vizinhança foram vendendo suas propriedades para os grandes. Elas nos apontam, inclusive, a localização de uma área onde antes viviam vários dos vizinhos, e que agora é uma plantação de eucaliptos, propriedade de um madeireiro. Apontam-nos, também, a localização da escola onde estudaram, cujas formas ainda existentes hoje desempenham outras funções.

Aposentadas, elas criam ovinos e bovinos somente para consumo. Contam-nos que durante toda a vida foram das lides de campo e que ainda o são, e que a família vem de gerações na vida pastoril, sobretudo no trabalho em estâncias. A filha diz que ainda tem um filho que é peão em uma estância de Quaraí. Essas localidades situadas sobre a "janela de Botucatu", onde historicamente se estabeleceram "chacreiros" e pequenos produtores em geral, foram e em certa medida continuam sendo, também, fontes de mão de obra em estabelecimentos maiores de pecuária extensiva: alambradores, tosquiadores, domadores, peões, capatazes, caseiros, cozinheiros etc.

Na propriedade delas já funcionou um conhecido "bolicho" da vizinhança, onde se vendia de tudo, nos tempos em que o marido da filha era vivo. Segundo contam, a estrada vicinal que passa em frente à casa já foi a principal via de ligação entre o Areal e a cidade, antes do asfaltamento da BR 293. Depois da obra, no entanto, o movimento de pessoas se transferiu para a Rodovia, o que acabou inviabilizando o comércio da família, conforme relembram. Esta última informação nos chamou a atenção, pois ficamos pensando que a introdução de uma nova técnica ou de um novo objeto técnico, pode mesmo ter significativos impactos sociais e geográficos e que,

provavelmente, esse caso singelo da inviabilização do pequeno comércio não tenha sido um efeito pontual e isolado do advento da Rodovia asfaltada sobre esse entorno.

Retornamos a essa zona em agosto de 2019, quando passamos pelo Areal para ir ao Coatepe, que fica a cerca de 10 quilômetros dali, em um caminho pela mesma antiga estrada vicinal. No Coatepe, quem nos recebe é Nico, pecuarista familiar cuja relação com a localidade já tem mais de 15 anos, e iniciou-se através de sua esposa, cuja família é, há gerações, proprietária do estabelecimento onde hoje vive e trabalha o casal. Segundo o produtor, no passado, a atividade principal da família de sua esposa na localidade foi a agricultura diversificada destinada ao abastecimento da cidade, assim como a de quase toda a vizinhança.

O Coatepe, assim como o Areal, foi, durante muito tempo, a zona das "chácaras" de Quaraí. Pelo menos, desde o século XIX, os campos da localidade já recebiam a qualificação de "campos fracos", de terceira para a pecuária, consistindo, portanto, em uma materialidade historicamente marginal, não plenamente conforme à atividade pastoril hegemônica, onde, não por acaso, desenvolveram-se outras formas de uso do solo e de vida, condicionadas particularmente pela arabilidade dos solos predominantemente arenosos.

"Aqui a maioria da vizinhança, no passado, assim - os tios da minha mulher que hoje já são tudo falecido - eles sobreviviam mais de chácara: de melancia, de melão, de milho, explica Nico. Durante muito tempo, a vitalidade social e agrícola dessas localidades parece ter sido beneficiada, paradoxalmente, pelo relativo isolamento logístico da cidade de Quaraí, que atravessou o século XX ainda precariamente conectada às vias de circulação e de conexão com outras regiões do estado, o que, de certo modo, deve ter acabado favorecendo a reprodução desse circuito curto de abastecimento. A chegada da BR 293 asfaltada a Quaraí, por exemplo, data apenas da década de 1980.

No entanto, como bem havíamos presumido em 2017 quando da conversa com as senhoras do Areal, o advento dessa Rodovia teve reflexos significativos sobre esses rincões arenosos densamente povoados de agricultores. Com a BR, esmorece não apenas aquela rota "de chão" entre o Areal e a cidade que trazia movimento ao comércio daquela família, mas, sobretudo, é inviabilizada, aos poucos, a própria produção agrícola diversificada de hortifrutigranjeiros que abastecia a cidade, já que passa a concorrer com as mercadorias de escala, escoadas desde longe, através da rede de autoestradas.

“[...] Agora quase ninguém aqui planta. Alguma coisa para casa, para consumo próprio, mas pra negócio não tem mais”, segundo conta Nico. O principal motivo relatado pelo pecuarista familiar foi a dificuldade de competir com os produtos que passaram a chegar da CEASA, que eram mais baratos. Atestando esse motivo, ele relata, inclusive, uma experiência pessoal que teve em parceria com um dos tios de sua esposa, quando realizaram uma plantação comercial de melancias e outros alimentos, mas que teve a continuidade desestimulada por essa concorrência desigual:

> Uma vez eu fiz uma chácara ali, cheguei a vender 3 mil e poucas melancia. Naquele local ali, naquele início onde tem aquelas porteiras de pau alto, no verde, ali, eu fiz uma chácara. Eu e um tio da minha esposa. Vendemos 3 mil e poucas melancia, vendemos oitocentos e poucos quilos de mandioca e batata e coisa. Deu um bom rendimento. Mas só que o trabalho que deu para manter essa coisa aí! Rapaz, tu saías de caminhoneta daqui para ir pra cidade, pra vender melancia na cidade, tu tinhas que fazer uma baita carga, aí tu quebravas na estrada, alguma coisa, essa estrada “maravilhosa” que tu viste aí, já foi o lucro da jogada. Aí vinha um caminhão da CEASA, um caminhão das fruteiras aí, vinha carregado de melancia e ele vendia a melancia por menos, mesmo que as tuas tivessem boa qualidade, e tudo, tu já custavas um pouquinho para vender. Aí tu já viste. Então desestimulou.

Hoje, já relativamente esvaziadas de braços dos antigos agricultores e marcadas pelo envelhecimento e êxodo da população rural, essas localidades como Areal e Coatepe, tem na tradicional policultura comercial uma atividade não mais que residual, segundo relata Nico. Os pequenos produtores que ainda povoam essa zona especializam-se, agora, na pecuária de cria de bovinos e ovinos e a antiga policultura característica dos chacreiros vai se restringindo aos estabelecimentos que não possuem um mínimo de área em que seja viável a pecuária, conforme ilustra o produtor na fala a seguir:

> Aí mais para o Areal tem gente que tem. Tem umas duas, três propriedade aí que trabalham com hortaliças, que eu sei que existe. Mas é aquele negócio assim: eles têm um local pequeno que não cabe, vamos supor, botar animais. Mas é aquilo que eu te digo: é só isso daí e não tem mais ninguém.

No Coatepe, atualmente a produção diversificada se dá basicamente no âmbito da pecuária, através da produção de terneiros, cordeiros e lã, sobretudo, tendo como elemento importante de viabilidade a negociação coletiva, reunindo as produções dos pecuaristas familiares da vizinhança, a fim de obter garantia de comercialização e melhores retornos. “Nós juntamos entre todos aí e fizemos uma venda, vamos dizer,

casada, aí, de terneiro na feira, de cordeiro, lá, vendemos aí uma partida de lã boa", explana Nico.

Com vínculo comunitário e associativismo informal já antigo, os produtores formalizaram recentemente a Associação dos Produtores do Butiazal, que, conforme explica Nico, reúne pecuaristas familiares de três localidades vizinhas: a do Coatepe, a do Salsal e a do Butiazal propriamente dito. Através da Associação, a comercialização das produções é beneficiada pela possibilidade de organizar, por exemplo, lotes maiores de terneiros, a partir da reunião da produção de cada um, facilitando a venda. "Às vezes é difícil vir um comprador aqui para levar 15 animais. Mas para levar 50 vem um caminhão grande e aí o comprador (leva). Então a gente já está vendendo as coisas meio juntos, já estamos participando de feiras juntos", comenta o pecuarista.

É assim que essas três comunidades vizinhas formam um reduto do campo nativo e da paisagem pastoril desse Pampa singular que aflora junto com a "janela de Botucatu". Enquanto em algumas áreas, isso se dá devido às contingências geográficas a outros usos, impostas pelos campos mais dobrados e com afloramentos do arenito Botucatu e de restos da capa basáltica, em outras, é essa, digamos, "transição de retorno", em que famílias de antigos agricultores "chacreiros" se convertem em pecuaristas o que faz dessa paisagem novamente um domínio pastoril.

Essa, aliás, é uma característica que diferencia essa "janela de Botucatu" do seu entorno basáltico. Enquanto nos estáveis domínios assentados sobre a rocha ígnea, a maior parte das áreas conservadas do bioma Pampa nunca chegaram a ser suprimidas, nessas localidades do domínio "das areias", significativa parte delas é fruto da transição. Neste caso, da transição de (re)conversão de antigas áreas suprimidas.

Outro exemplo nesse sentido ocorre em algumas antigas áreas arrendadas à lavoura de arroz na parte mais a jusante do Areal, junto à Costa do rio Quaraí, que hoje voltam ao uso pastoril. Segundo dados em série histórica da produção agrícola, disponibilizados pelo IBGE, a área plantada de arroz no Rio Grande do Sul em 2019 era cerca de 120 mil hectares menor do que 10 anos antes, em 2009. Em Quaraí, essa área era cerca de 2 mil hectares menor, assim como em Santana do Livramento, conforme a mesma fonte.

Os relatos dão conta de um aumento de custos e diminuição da rentabilidade que fazem a lavoura de arroz desaparecer das áreas com maiores riscos naturais,

bem como das pequenas iniciativas, concentrando-se nas áreas consolidadas, em crescente rotação de culturas e concentração dos esforços na obtenção de resultados melhores com menos área, reduzindo custos através de gestão e uso de novas tecnologias. “Nós tínhamos, nós arrendávamos, agora não tem mais. Até eu fui o primeiro que deixei a granja (parou de arrendar) porque era incerto o rendimento né. E pegam enchente. Aqui a enchente é muito grande, no Quaraí, e aqui no Areal também”, comenta Seu José. Ele lembra, inclusive, que nos tempos do avanço das áreas de arroz, no século XX, houve uma significativa supressão das matas de galeria – hoje legalmente protegidas como Áreas de Preservação Permanente (APP) – e que agora estão se regenerando com o recuo dos arrendamentos: “Lá foi limpo o mato, tiraram todo o mato porque tinha granja de arroz né. Hoje está tomado já de mato. Voltou. Até as plantas que tinha, espinilho, branquilho, o araçá, canária, essas já estão tomando conta do fundão lá. Deixou de plantar arroz né, voltou. Está voltando”, constata o pecuarista.

Nas áreas de arroz que se mantém no Areal, ocorre ainda certo conflito com os empreendimentos mais recentes de plantio de uvas viníferas por pequenos e médios produtores-pecuaristas. Já houve episódios de deriva de agroquímicos utilizados na lavoura rizícola sobre as parreiras, conforme relata o extensionista rural em Quaraí, Juremir. No caso específico dessa localidade, isso se torna, de certo modo, um elemento que parece se somar na mudança de relações que culminam no recuo do arroz.

Do mesmo modo, nas zonas basálticas do Alto Quaraí, em algumas de suas não numerosas áreas onde também já esteve presente a lavoura rizícola irrigada – como em determinadas várzeas e minoritárias manchas de solos argilosos mal drenados das coxilhas – a percepção de alguns entrevistados e interlocutores também dá conta de um recuo. É o caso de Eduardo, que ao falar sobre a forte especialização na pecuária extensiva a campo nativo que domina o “lado das pedras” a oeste de Santana do Livramento, faz a seguinte colocação:

> Pastagem até planta aqui e ali, um azevém, uma coisa, mas em extensão, assim, não. Arroz que tinha antigamente, as várzeas de arroz, também já não tem mais por que se tornou um troço muito caro para produzir o arroz né. Mas em compensação tem gado e campo bom, campo de qualidade.

Por fim, mas não menos marcante, é uma dinâmica que vem se dando como reflexo do que ocorre fora do Alto Quaraí, em seu entorno regional, onde a soja já se expande: a tentativa crescente de uma espécie de “fuga para as pedras” por parte de produtores tradicionalmente pecuaristas que procuram vender seus estabelecimentos nas zonas de avanço da oleaginosa para adquirir maiores extensões nos campos basálticos a fim de continuar na pecuária extensiva a campo nativo.

Deparamo-nos pela primeira vez com relatos dessa natureza ainda nas atividades exploratórias, no primeiro ano de pesquisa, em 2017. Conversamos com um senhor aposentado, tradicional pecuarista na localidade da Coxilha de Santo Ignácio, para o “lado das areias”, à leste de Santana do Livramento, em direção a Dom Pedrito. Na localidade, que hoje se consolida como um foco sojeiro, a família já arrendava naquele ano a quase totalidade de sua propriedade para investidores no grão, permanecendo apenas com a sede, onde morava um dos filhos administrando a renda da terra e as pequenas criações que permaneciam. À época, o senhor já reclamava da forma indiscriminada com que se dava a nova exploração. “Não estão nem aí”, nos disse. Foi aí que nos contou de seu plano, que era de se desfazer de vez da propriedade para comprar no basalto, onde a soja não entrou, destacando ainda que muita “gente daqui” (de Santana do Livramento, tradicionalmente pecuarista) estava fazendo isso ou pensando em fazer.

Em 2019, quando realizamos a maior parte das entrevistas da pesquisa, isso já era notório. O movimento já era detectado no mercado de terras do município, como destaca, por exemplo, a fala de Antônio, funcionário de uma firma que negocia imóveis rurais: “Pessoas que têm campos na região de lavoura e que trabalham com pecuária estão tentando vender pra comprar na área da pecuária (basalto) mais barato e ter amplitude na área”.

Como analisamos anteriormente, o hectare de terra nua nos campos basálticos a oeste de Santana do Livramento chega a ter, em certos casos, metade do valor de mercado das áreas aráveis do leste do município. Isso possibilitaria, a princípio, uma migração para oeste com ganho em extensão e, inclusive, em qualidade de pasto, devido às características superiores acreditadas aos campos basálticos, tornando a transação particularmente interessante para o tradicional pecuarista, cujo intuito é exatamente “fugir” da nova dinâmica socioespacial e continuar trabalhando exatamente na antiga lógica.

Em 2021, também André, agrônomo com atuação no município, diz perceber esse movimento, embora relativize sua magnitude pelo fato de que a grande demanda de áreas para a soja incidente sobre a região de solos aráveis do leste do município é para arrendamento e não para compra, o que, segundo ele, dificulta a concretização massiva dessa dinâmica de migração para as pedras. “Algumas pessoas migraram pro basalto né, mas não tanto”, expressa o técnico, para quem a movimentação mais efetiva nesse sentido teria se dado, na verdade, em um contexto passado, quando nessa mesma zona de domínio arenoso onde hoje avança a soja passaram a ser instalados assentamentos da reforma agrária, a partir da década de 1990.

O diferencial, segundo explica o agrônomo, é que, à época, houve exatamente uma aquisição massiva de áreas pelo INCRA, que, inclusive, pagava-indenizava os proprietários com valores considerados acima do mercado. Neste caso, aí sim, foi possibilitada significativa migração para o basalto, tanto para o lado brasileiro como para o lado uruguaio, com ganho em extensão devido ao preço mais baixo do hectare. Uma dinâmica, segundo ele, diferente da de hoje que, embora haja o movimento, não há, todavia, a consolidação em grande escala, sobretudo, porque o avanço da soja ainda demanda mais o arrendamento do que a compra de terras, conforme explica: “Da soja são poucas áreas vendidas né. A maioria são arrendadas, então tem alguma coisa (de migração para o basalto), mas não é aquela coisa que tinha na época dos assentamentos”, conclui.

Mesmo assim, independente da efetivação massiva dessa migração, o fato é que há uma movimentação nesse sentido. Dependesse apenas da disponibilidade de áreas para venda no basalto, o processo, ao que parece, não teria grandes empecilhos. Em Santana do Livramento, é nessas localidades das “pedras” que se concentra a maior oferta de terras para venda, segundo nos informa Antônio. Conforme o corretor, isso ocorre principalmente por se tratar de propriedades que – até pelas limitações de uso agrícola – restringem-se basicamente à exploração do campo nativo com a criação extensiva de gado, sendo dependentes, em sua viabilidade econômica, de um mínimo de extensão disponível e, por isso, particularmente vulneráveis aos processos de parcelamento e herança. Cabe dizer, em se concretizando, esse seria um movimento com potencial para se somar aos reiterados processos de reconstituição da concentração fundiária que se dá sobre as parcelas mais vulneráveis de produtores, onde, aliás, reside, não raro, as mostras mais emblemáticas do patrimônio agrário desses campos.

O Alto Quaraí, reduto da paisagem pastoril pampiana, não é sinônimo de reduto do estático. De modo que, paradoxalmente, até mesmo algumas ações e feições aparentemente rugosas presentes nessa área são, na verdade, expressões novas, frutos de movimentos recentes. Esse é o caso da paisagem e da vida pastoril que é construída entre famílias de antigos chacreiros do Coatepe. Assim ocorre também com os pedaços de Pampa que se regeneram a jusante do Areal junto à Costa do Quaraí a partir do recuo das áreas de arroz; e assim é, por fim, com os pecuaristas que começam a chegar "fugidos" do avanço da soja em outras zonas que, embora substituam outros pecuaristas inviabilizados, chegam exatamente para reproduzir a velha função pastoril, atuando inclusive na manutenção de certas estruturas rugosas tal como a estrutura fundiária concentrada.

3.3.2 Quando o antigo se veste do novo: repaginações na pecuária

Em um julgamento apressado, poderíamos imaginar que o Alto Quaraí se resume a um reduto da "pecuária tradicional" ou a uma espécie de "bolsão" de lugares marginais à novidade, ao moderno e ao tecnificado. De fato, pode ensejar esse tipo de percepção uma zona com sérias limitações à agricultura e que concentra remanescentes do Pampa, onde os tempos da natureza do campo nativo, com suas sazonalidades, ainda são altamente condicionantes de todo o sistema produtivo das pecuárias aí praticadas.

No entanto, essa imagem começa a ser desfeita já na porta de entrada à realidade desse subespaço, ou seja, já na observação simples da paisagem, dada a diversidade de situações que se anunciam em sua própria fisionomia. Da beira da Estrada do Passo da Guarda, por exemplo, nos campos junto às nascentes do arroio Caty, vê-se, em novembro, um lote de bovinos padrão Braford pastar uma parcela de pastagem natural com boa oferta de forragem, expressando os esforços de manejo técnico do campo nativo com adequação de carga animal (Fotografia 23).

No Cerro Chato, por sua vez, enxerga-se, em agosto, ainda em meio aos aerogeradores do Complexo Eólico, uma área relativamente extensa de azevém onde pastam bovinos padrão de pelagem preta e "colorada" da raça Aberdeen Angus. Próximo dali, avista-se, ainda, um rebanho padrão de gado leiteiro da raça Holandesa pertencente a um "tambo", nicho relativamente novo nesse que, apesar de ser um

tradicional reduto pecuarista, não foi, ao longo de sua história, propriamente, uma “bacia leiteira”.

Fotografia 23 – Padrão zootécnico e boa oferta de forragem. Novembro de 2017, Caty, Santana do Livramento, RS



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

No Sarandi, no início de abril, avista-se da beira da BR 293 um trator que colhe a produção de feno de campo nativo junto a uma pequena canhada de solos basálticos um pouco mais profundos, garantindo forragem para os rebanhos para os meses seguintes de inverno. No frio de julho, em um campo na mesma localidade, vê-se o gado reunido junto a um cocho estrategicamente posicionado na parte mais alta de uma coxilha, em local seco, de fácil acesso e geometricamente rodeado de árvores, para sombra e abrigo, anunciando um sistema produtivo em que a mineralização do rebanho é prática sistemática (Fotografia 24).

Todas essas são expressões técnicas de modernizações na pecuária: padrão zootécnico, manejo do campo nativo, nutrição, sanidade e bem-estar animal, investimento em nichos de mercado etc. São como signos da busca por eficiência,

produtividade e rentabilidade em uma pecuária de mercado, evidenciando que, se por um lado, essa zona não é a mostra mais bem acabada de um domínio dos “tempos do mundo”, tampouco se resume a um arranjo de rugosidades.

Fotografia 24 – Saleiro bem sombreado. Julho de 2019, Sarandi, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Ainda assim, poderíamos pensar que expressões como essas, representativas de uma pecuária repaginada, adaptada aos imperativos da eficiência e das novas exigências dos mercados, ficam restritas às empresas rurais, aos grandes estabelecimentos. De fato, essas imagens que citamos foram observadas, geralmente, no interior de firmas do agronegócio, por vezes, “cabanhas” e “agropecuárias” que além da produção de rebanhos comerciais se especializam em oferecer genética ao próprio setor produtivo, seja bovina, ovina ou equina.

No entanto, é aí que, novamente, o recurso ao diálogo com diferentes sujeitos sociais aparece como desafio ao aparente. Entre os entrevistados e, em geral, interlocutores da pesquisa, é generalizada a percepção de que não é mais possível

criar gado como se criava antigamente, seja entre pequenos ou médios pecuaristas. Em geral, nos casos com os quais nos deparamos havia, em alguma medida, a absorção de inovações técnicas em resposta aos diferentes graus e formas de conexão com o mercado.

Anderson, por exemplo, lembra dos tempos do seus pais e avós na propriedade em Palomas, em que os rebanhos eram vistos como espécie de “estoque de recursos” a que se poderia recorrer quando necessário. “Meu pai, meu avô, eles produziam ali, iam ficando, iam vendendo às vezes o necessário pra sobreviver”, segundo rememora. Hoje, no entanto, frente aos custos de produção e às exigências do mercado, essa prática torna-se, segundo o produtor, insustentável à reprodução de uma propriedade. “Hoje em dia tu ficar com o animal 4, 5, 6 anos no campo, tu está perdendo dinheiro, está te dando só custo. Tem que tocar adiante, de um jeito ou de outro, ou produzindo terneiro, ou, se é macho, com no máximo 3 anos já tem que estar pronto (gordo)”, explica.

Eduardo, por sua vez, diz que hoje, para quem vive da pecuária, adequar-se com maior eficiência possível aos imperativos do mercado é uma questão de sobrevivência na atividade. Segundo ele, até existe, ainda, o “pessoal que cria e não gosta de vender”, conforme expressa, mas estes são pecuaristas que tem outras fontes de renda, “gente que não depende daquilo pra viver”, segundo avalia. Para os demais, em sua opinião, inserir-se de alguma forma na roda do mercado é uma necessidade: “quem vive disso aí tem que girar sempre”, diz.

Nesse fenômeno de crescente, digamos, “profissionalização da pecuária regional”, Eduardo aponta, entre as mudanças mais notáveis, os melhoramentos zootécnicos: “hoje em dia tudo que é lugar é gado já mais selecionado, até porque tu não consegues vender”, segundo avalia. Ele cita como exemplo o caso dos zebuínos, antes muito presentes nos rebanhos da Fronteira e que, hoje, frente ao refinamento das exigências do mercado vão se tornando restritos a uma condição residual, notadamente junto a essa parcela de pecuaristas com intencionalidades extraeconômicas, em que há algum espaço para se criar pelo “gosto”:

> Antigamente criavam muito zebu porque vendiam, e hoje os compradores não querem que tenha aspa, zebu, bicho de pelo pintado. Querem ou preto ou colorado, padronizado. Porque rende mais, tem mais peso, querem uma raça mais britânica. Mas é questão de mercado daí né, não é cultural. Se vai para a cultural é diferente. Esses “véio” gostavam de ver zebu no campo, hoje os filhos deles já detestam. E, antigamente adoravam, meu tio mesmo adora.

> Tem um lá, um touro branco. Todo mundo: “tchê, para que tem esse touro aí? Está estragando o rebanho dele, não sei o que”. Ele gosta, não adianta.

Mas esses casos são nitidamente minoritários. No demais, ainda que as motivações de produtores não se restrinjam e, por vezes, nem mesmo sejam prioritariamente as de natureza econômica, a assimilação de algum nível de inovação parece ser uma regra e não exceção entre eles.

André, por exemplo, dedica-se a invernar gado e a criar ovinos a campo nativo nos cerca de 100 hectares de que dispõe, parte que lhe toca da pequena propriedade da família no Cerro Chato. Engenheiro Agrônomo, o produtor tem, ao mesmo tempo, um emprego fixo na cidade e presta serviços técnicos, de onde advém sua principal fonte de renda. André representa, aliás, um tipo bastante presente nesses campos do Alto Quaraí, segundo pudemos observar nos trabalhos de campo: pecuarista de pequeno porte, mas que tem na cidade a moradia e o trabalho fonte de sua renda principal e, por vezes, mantém um funcionário no estabelecimento. Um tipo, digamos, híbrido entre elementos característicos da tradicional pecuária patronal e da pecuária familiar.

No Cerro Chato, aliás, enquadram-se nessa característica a maior parte dos estabelecimentos, segundo nos explica o próprio André. São pequenas propriedades. Notadamente propriedades ovelheiras, com destaque para as raças lanígeras Merino e Ideal e, em menor escala, Corriedale. São estabelecimentos criadores de terneiros e, em menor escala, invernadoras. E, por fim, geridos por proprietários com vida e emprego na cidade e, em geral, contratantes de mão de obra externa. Eis o que André chama de um “novo-velho agro” da localidade, conforme explica a seguir: “é um novo-antigo agro porque isso vem desde a década de 1980 que é assim: que as pessoas foram para a cidade, tem um emprego na cidade, mantém uma renda da cidade, mas tem uma pequena propriedade”.

Nessa condição, André faz da pecuária um investimento e não um meio de sustento. Mas um investimento, cabe frisar, para além do financeiro, dado que cita como principal retorno ou ponto positivo, na verdade, “a questão de manter a história da família”, conforme expressa, além da qualidade de vida que esse envolvimento com a atividade lhe proporciona por ser uma tradição: “Isso é mais forte que tudo, tchê”, frisa o produtor.

Sob essa motivação, ele convive, inclusive, com fatores que podem ser considerados limitantes para a sustentabilidade econômica do estabelecimento. Por

trabalhar na cidade, sua constante ida e volta, por exemplo, demanda custos em combustível e manutenção de veículo, significativos em relação ao balanço da renda que entra de sua pequena exploração pecuária, com o agravante das más condições das estradas da localidade. Também a mão de obra, já por si escassa, torna-se especialmente cara para o padrão de rentabilidade de uma pequena propriedade de pecuária extensiva a campo nativo como a dele. A falta de escala de produção suficiente para uma comercialização vantajosa é outro limitante, sobretudo, considerando a falta de coletividade caracterizada por ele como traço característico no município.

É aí que entram as adaptações para conseguir se inserir no mercado, bem como as inovações e os critérios técnicos no processo de produção pecuária que André, como agrônomo com circulação pelos meios acadêmicos, procura desenvolver. Aproveitando o seu campo nativo, que classifica, em suas palavras, como “uma área produtiva” e “um campo bom, que retorna”, o produtor aposta na invernada de bovinos sob capitalização. Esse sistema consiste em um contrato entre uma parte proprietária de certa quantidade de gado ou de capital para adquiri-lo, e outra parte proprietária de estabelecimento rural que se encarregará do processo produtivo (alimentação, manejo etc.). Ao final, os ganhos são divididos entre as partes, sejam eles ganhos com produção de terneiros, no caso de uma capitalização de cria, seja em quilos de ganho de peso, no caso da invernada: “Eu tenho um parceiro, ele bota os terneiros, eu cuido os terneiros, a gente vende gordo e divide o lucro”, conforme a síntese expressa pelo técnico e pecuarista.

Esse tipo de negócio é uma alternativa utilizada por proprietários de campos com excedente de forragem por não terem animais suficiente e que, tampouco, possuem capital para adquiri-los e/ou disposição/condições para aquisição de crédito. No caso de André, houve o problema com um surto de brucelose no antigo rebanho de cria da família, situação em que foram perdidas mais de 40 vacas, segundo conta. Por isso, diz que estão dando um “vazio sanitário” na cria bovina pelo menos nos próximos três anos. Diante desse prejuízo, a estratégia adotada pelo produtor foi exatamente a invernada de bois capitalizados e, em paralelo, a cria de ovinos, que, segundo o produtor, é um “gosto pessoal” e, ao mesmo tempo, um animal mais barato de adquirir e com boa resposta produtiva, conforme avalia:

> O preço do terneiro está exorbitante, está um baita preço, é um baita negócio hoje. Só que o investimento no gado é muito alto. Uma vaca hoje está 4 mil. Então é um desembolso muito grande. E aí, para mim me repovoar lá, a ovelha é barato de comprar e ela produz bastante fertilidade e a assinalação é bem alta. E, a borrega, tu botas rápido em cria também. É um animal que exige trabalho, mas tem um retorno rápido né. Então a gente está investindo em ovelha.

Nessa estratégia de reprodução baseada no par invernada capitalizada de bois e construção de um ciclo de cria de ovinos, André lança mão de seus conhecimentos técnicos para obter a eficiência necessária.

Nos bovinos, produz bois gordos entre 2 anos e meio e 3 anos, que, segundo conta, ganharam em média 140 quilos por animal/ano na última safra. Tudo isso, "com carga animal adequada, não é um manejo tradicional, é um manejo mais técnico, com adequação de carga animal", segundo frisa. Conhecedor de seu próprio campo, diz que essa adequação é feita de forma mais "visual", sem realizar, por exemplo, amostragem de matéria seca, mas amparada nos conceitos de adequação de carga que domina, conforme explica.

Já nos ovinos, André realiza suplementações estratégicas com ração comercial. Dentro de um experimento que é, inclusive, tema de pesquisa científica de sua companheira, o produtor diz que tem aplicado, por exemplo, a técnica chamada flushing, que é uma estratégia nutricional para o aumento do desempenho reprodutivo do rebanho, conforme explica: "é uma suplementação pré-encarneiramento pra aumentar a ovulação, pra estimular o número de partos gemelares e estimular a fertilidade e assinalação como um todo do rebanho". Técnica semelhante ele nos diz que aplicaria, em seguida, no pré-parto:

> Uma semana, dez dias antes do parto, eu começo a suplementar com 0,5% do peso vivo para o cordeiro nascer mais forte, para a ovelha ter mais leite no início, ali, da parição. Permaneço 10 dias pós-parto suplementando. E, partos gemelares, mães de dupla, eu permaneço mais: até uns 30 dias. É uma coisa barata, mas... (que dá retorno).

Na viabilização de sua "pequena pecuária", André busca os benefícios das coletividades, que ele próprio, aliás, admite não ser algo comum no município. "Acredito nesse viés do associativismo, penso nisso como uma saída para o futuro, para viabilizar o negócio da família e essas coisas assim", expressa ele. O produtor participa de uma associação de ovinocultores e de um grupo do programa "Juntos para Competir", do SEBRAE, através do qual se beneficia de compras coletivas de

ração para suplementação das ovelhas. Junto ao grupo, está agora planejando também as vendas coletivas. “Fizemos uma comissão de venda pra escoar porque a escala é pequena né, pra gente tentar – isso falando em ovinos – tentar viabilizar a comercialização”, explica ele. Em paralelo, no âmbito da vizinhança no Cerro Chato, criou recentemente um grupo do Whats App, em princípio que se comuniquem quanto à questão do abigeato e, sobretudo, para que se organizem quanto ao problema das estradas, pois, segundo conta, estão em péssimo estado devido a uma obra no Complexo Eólico com utilização de maquinário pesado. No entanto, não esconde certa expectativa de ir além: “depois de séculos sem nenhuma organização, vamos ver se agora (anda, vai). Até eu tenho que fazer um texto e botar no grupo ali. Mas todo mundo muito retraído, muito...mas vamos ver se evolui”, diz.

Como técnico e produtor no Cerro Chato e, portanto, como partícipe de uma geografia refratária ao avanço da soja e outras lavouras, André faz projeções de futuro com base exatamente nessa característica, a de ser parte de algo que vai se tornando excepcional:

> eu estava conversando com a minha família isso aí, que apesar de a gente ter uma área pequena de pecuária, num futuro, é um patrimônio de família que a gente não pode se desfazer. Porque essas áreas de pecuária cada vez vão estar mais escassas, desse tipo de pecuária: a campo nativo, com diferencial. Então, eu vejo, visualizo, um patrimônio nesse sentido, não como uma terra para agricultura, mas como terra para uma produção futura que vai ser rara. Sustentável, com uma pegada ecológica diferente, né. Com um bem-estar animal diferente. Tem o aspecto do turismo também que a gente tem ali o parque eólico, de repente pode ter no futuro a questão do turismo. Eu penso assim. Também tenho uma visão que quero a médio e longo prazo organizar emissão de cotas ambientais, o Código Florestal permite.

Frente a essas várias expressões de busca por tecnificação, eficiência e visualização de mercados, perguntamos a André o que fica, a não ser a própria permanência na pecuária, das práticas das gerações anteriores. Ao que nos responde prontamente: “tudo é um mix né, tchê. Tem várias coisas que vêm da minha família e tem várias coisas que vêm de estudo”, frisa. Entre os exemplos, ele cita a percepção da lotação ou da carga animal de seu campo, cuja perícia considera vir dos aprendizados técnicos, mas também da longa vivência na área. Cita, ainda, o manejo sanitário, para a realização do qual recorre frequentemente à experiência de seu pai e, sobretudo, os conhecimentos campeiros que, segundo ele, são coisas que só se adquire na vivência da campanha desde a infância:

> esse negócio de conhecer um cavalo, de saber tocar um gado, tu não aprendes isso na técnica. Encilhar um cavalo, juntar uma tropa de boi, esse conhecimento campeiro, de saber curar um bicheira, saber laçar uma ovelha na mangueira, se eu fosse um técnico só acadêmico eu não teria esse conhecimento.

No Espinilho, também Rodolfo, vê no Pampa uma pecuária crescentemente repaginada. Perguntado sobre o que identifica como principais transformações da atividade na região, cita exatamente a tecnificação, resultante do crescente caráter empresarial que vai tomando a atividade, destacando, sobretudo, a mudança genética dos rebanhos e, associada a ela, a diminuição do tempo necessário ao abate. “Se tu for ver em 1990, 1980 e poucos, ali, eu estava recém pequeno, mas se tu for ver os estudos, era as raças continental: charolês, tinha outras raças que hoje já não são vistas, basicamente”, afirma. Ele menciona a introdução e a seleção de raças britânicas e a utilização de raças sintéticas obtidas da cruza destas com raças zebuínas como determinantes no aumento da velocidade de abate. “Imagina, esperavam 7 anos pra abater e hoje em dia é 3 e quando muito”, admira-se.

Por conta disso, Rodolfo considera que, para que um produtor possa acompanhar esse processo, um movimento importante é o da mudança genética, que, por sua vez, associa-se a outras mudanças técnicas no sistema produtivo. “Essa tecnificação, essa velocidade, entendeu. Se tu for ver, muito melhoramento de campo, muita gente já está fazendo muita pastagem, muita coisa”, explica. Para o pecuarista, quem vê na atividade verdadeiramente um negócio e está inserido em um mercado regular, invariavelmente está aderindo a esse ritmo, introduzindo novas técnicas e objetos técnicos em seus estabelecimentos. “Está procurando tudo que é novidade e coisas diferentes. Foi-se o tempo do cara largar um animal ali e só rezar”, explana. Ele frisa, no entanto, que ainda são muito presentes formas tradicionais de criação extensiva e de perfis de criadores reticentes a mudanças. “Se for ver ainda tem muitos produtores antigos, ainda com o mesmo pensamento, e às vezes, mesmo, bate, não deixa um filho que tem uma faculdade, que tem um curso técnico, alguma coisa, decidir”, pondera o produtor.

Jovem zootecnista, ele administra, reside e trabalha – com o auxílio de um único trabalhador fixo – na propriedade média de sua família. O estabelecimento é dedicado exclusivamente à criação de ovinos e bovinos. Nos ovinos, gere um rebanho dedicado à produção de lã, com projeto de inserção futura no ramo da produção de genética. Nos bovinos, a atividade é especializada na cria de terneiros, com recria de

terneiras para reposição de matrizes. Afora o próprio vínculo especializado com o mercado através da produção de lã e terneiros, o que considera de mais inovador na propriedade é o melhoramento zootécnico que já vinha sendo feito desde antes de sua administração e que vem sendo agora continuado e aprimorado:

> principalmente o gado que está modificando muito, padronizado. Eu mesmo faço menos o uso de zebu. Nós tínhamos muito o gado "zebuado". A gente tinha, bom, o Santa Gertrudis, que já é um gado grande. Já vários anos já vinha introduzindo o Angus. Eu agora só estou selecionando mais.

Rodolfo se descreve como um produtor atento ao mercado e aberto a inovações. Como fruto do trabalho de anos de cruzamentos e seleções genéticas por padrão e produtividade, ele já vê o seu rebanho mais para padronizado do que o contrário. "A nossa genética eu já considero cruza angus, por absorção né. Que é aquele cruzamento há vários anos com reposição só da raça", classifica.

No manejo reprodutivo dos bovinos, o pecuarista explica que se baseia na Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF) e utiliza os touros para o repasse. A IATF é uma biotécnica que permite obter uma sincronização do cio das fêmeas bovinas em um curto e predeterminado período, mediante uso de fármacos (tratamento hormonal), conforme protocolo fornecido pela própria indústria da biotecnologia. Com isso, sincroniza-se, também, a própria inseminação, a parição e o desmame, ajustando-as ao período desejado. O objetivo é, basicamente, a maior eficiência reprodutiva, pois possibilita maior controle e praticidade no processo da cria bovina, resultando em maior produtividade e, por fim, lucratividade.

"É uma ferramenta que é uma velocidade grandíssima de ganho né. É muito diferente, por mais que tu compres touro melhorador para melhorar o teu gado, demora. E a IATF já é muito mais rápido", comenta ele. Trata-se, enfim, de uma técnica bastante representativa dos processos de intensificação e modernização da pecuária. No caso do estabelecimento, ela é expressiva, sobretudo, da forma singular com que em muitos casos acontece essa modernização em zonas de remanescentes de campo nativo: investimento no aspecto zootécnico, tradição e economicidade na forma extensiva de criação.

As expressões dessa busca por eficiência aparecem em diferentes nuances da fala de Rodolfo, em quesitos como a nutrição, a sanidade e o manejo. Tal como vários outros de nossos entrevistados, o pecuarista cita o exemplo da míngua da tradição

das castrações e marcações, que vê como um sintoma típico da tecnificação da pecuária. “Acho que ficou mais...a modernização, tu já não perdes tempo, tu já não fazes isso aí. Tu já está só largando, está só girando”, opina. Ele conta que tem vendido os terneiros “inteiros” (não castrados) e que isso representa uma economia de tempo e recursos. “Eu, já desde que entrei, foi uma marcação só no caso, uma capação só, depois foi só vendendo bicho inteiro, então facilita”, avalia.

O destino de seus animais é a venda através de escritórios rurais locais ou regionais, já que, conforme explica, ainda não dispõe de um padrão de produção a ponto de já tê-la previamente negociada: “claro, ainda não tenho um padrão assim de culote grande, padronizado, ao ponto de já ter o cliente, entendeu: ah, tchê, vai pra tal lugar, ou então qualquer um vem buscar. Não!”, destaca ele. No entanto, diz que pretende ingressar na venda para exportação, para o “navio” como tem se falado na região. Ele diz que tem melhorado o padrão e o peso dos animais, mas que na última safra alguns terneiros tinham peso abaixo do exigido para esse tipo de comércio, pois eram mais novos, fruto do repasse com os touros, conforme relata.

Nos últimos anos, a exportação de terneiros vivos vem experimentando significativo salto no Rio Grande do Sul e no Brasil. No final de 2020, foi realizado o maior embarque da história do Porto de Rio Grande, quando 25 mil cabeças foram despachadas em um mesmo navio. Os números crescentes só foram interrompidos pelos impactos da pandemia e da crise econômica nos países importadores. O destino de cerca de noventa por cento desses animais é a Turquia, cuja demanda é especificamente pelo gado do tipo europeu que caracteriza o rebanho gaúcho. Outros 10% se dividem entre países como Egito, Líbano e Jordânia. O padrão exigido por esse mercado é o de machos de até 12 meses, com peso entre 180 e 250 quilos, com genética britânica e inteiros (não castrados). Após a viagem, que dura cerca de 20 dias, os animais vão para o engorde.

O fator religioso é elemento importante das características desse mercado. A importação de gado vivo e a exigência desses países por animais não castrados mesclam motivos econômicos com os da fé islâmica. A compra de animais vivos garante, lá, a agregação de valor, fomentando a indústria interna e a geração de empregos, ao mesmo tempo em que garante que os animais sejam abatidos dentro dos princípios do chamado abate halal, ditado pelo Alcorão. Do mesmo modo, a demanda por animais inteiros diz respeito à maior capacidade destes de atingirem o ponto do abate com maior proporção de carne em relação à gordura, mas também,

do mesmo modo, tem a ver com as regras islâmicas de abate que têm no não sofrimento dos animais uma premissa, de modo que não são aceitos animais muito jovens ou que tenham sido acometidos por doença ou que tenham sido submetidos a qualquer tipo de sofrimento, incluindo o gerado pela castração.

Em meio a controvérsias sobre o bem-estar animal em longas viagens de navio e sobre os efeitos das exportações sobre o mercado interno e indústria frigorífica nacional, o fato é que a venda para o exterior de terneiros é uma realidade. Os municípios da Fronteira Oeste e Campanha são a principal origem dos animais com esse destino e isso visivelmente já tem impactos sobre o manejo da fase de cria, a exemplo das mudanças na questão da castração e no período de desmame para se adaptar a essa demanda.

O estabelecimento da família de Rodolfo, embora com vida social significativamente atravessada pelos “tempos do mundo”, não demonstra isso, no entanto, já de cara, em sua fisionomia. Farta de campo nativo, capões de mato e gado pastando livre, a paisagem se mostra econômica, por outro lado, em construções e benfeitorias, acusando o tipo extensivo da atividade que ali se desenvolve. A disposição da sede e demais prédios, apesar de recente, reproduz o antigo feitio singelo próprio de uma atividade cujo principal insumo é uma oferta natural: Uma casa, galpão guardando basicamente os equipamentos de montaria, e mangueiras onde é reunido o gado maior e menor, rodeadas de alguns umbus que fazem as vezes de sombra. Não fosse o recurso a interlocução, passaria, talvez, desapercebida a singular combinação que reveste o lugar: Rodolfo, embora carregue a identidade de um Camponês da Campanha, é um zootecnista, com conhecimento técnico e gestão empresarial de sua propriedade. E, o estabelecimento, embora inspire uma imagem de tempo lento, simplória e de abundante natureza, é um empreendimento especializado na cria bovina, conectado ao mercado e adepto de inovações técnicas, fornecendo regularmente ao comércio animais de corte com qualidade zootécnica, além de lã.

Caso semelhante é o de Nico, nos campos de solos de origem arenítica do Coatepe, pecuarista familiar que, junto da esposa, também toca um estabelecimento especializado na fase de cria de bovinos, além de lã e cordeiro. “A gente faz nascer os cordeiros e vende. Faz nascer o terneiro e vende. É gado de corte e ovelha de corte”, segundo define o produtor. Atento ao mercado, ele vem em um processo de

padronização zootécnica de ambos os rebanhos: raça Merino nos ovinos e Braford nos bovinos:

> O rebanho é merino. Todo padrão. O que não tinha eu fui tirando. Ainda estou no processo disso. De alguma manchinha alguma coisa que descaracterize do merino eu estou tirando fora. E do gado é Braford, eu também estou fazendo isso. O que eu consegui tirar eu já tirei de preto, brasino, eu estou tirando. Essas terneiras que eu fiquei mesmo, tudo colorada, cabeça branca (padrão Braford).

Explicando sua especialização produtiva, o pecuarista diz que é preciso haver uma coerência na escolha do ramo de atuação, esclarecendo que “se tu for fazer o teu canhão dar tiro para tudo que é lado, tu acabas acertando em nada. Tu tens que mirar o teu canhão”, segundo expressa: “por exemplo, assim, eu mirei nas ovelhas e estou tentando fazer um rebanho bom. Eu mirei no gado e estou tentando transformar o gado tudo furta-cor que a gente tinha em Braford, que é para manter um padrão, pra manter a qualidade”.

No sistema pecuário de Nico, mesclam-se práticas mais tradicionais e inovações. No manejo reprodutivo, por exemplo, ele se mantém na monta a campo (“natural”), segundo conta. O produtor diz que até já experimentou a inseminação artificial, mas que em sua condição, trabalhando basicamente sozinho, não foi uma opção compensatória. “Uma que a mão de obra é muito complicada, o manejo dos animais é muito complicado, ter que estar encerrando todos os dias, muito estresse, muita coisa, não deu para mim. Na época de monta eu solto ele (o touro) aí e deu pra bola!”, explica.

Por outro lado, em aspectos como o manejo do campo nativo, o produtor rompe significativamente com certas práticas tradicionais na localidade. Ele conta, por exemplo, que no Coatepe era muito comum e, em certos casos, até hoje, existe a prática da queima dos campos, geralmente em agosto, para a brotação de pasto novo em setembro. Em toda essa zona dos campos onde aflora a formação Botucatu, historicamente, essa prática teve a ver sobretudo com o combate ao capim-limão, gramínea que, embora nativa, é considerada ruim ao pastoreio. Nico, no entanto, pouco tempo depois que chegou à localidade, abandonou o costume, substituindo-o pela roçada estratégica: “Eu nunca mais queimei o campo aqui. Eu roço, tu estás vendo aí que está roçado ali? Olha lá ó. Eu roço o campo”, defende.

Segundo conta, sua adoção à roçada se deu por influência das práticas de uma propriedade que visitou no município de Cacequi, há mais de uma década, em uma região de campos arenosos, semelhantes aos do Coatepe. Com essa prática, somada ao complemento com pastagens artificiais tanto no inverno quanto no verão, Nico avalia que houve significativo aumento de produtividade por área nos pouco mais de 120 hectares da família:

> eu dobrei a lotação depois que começamos a roçar, que eu comecei a cuidar do campo, eu dobrei a lotação do campo, eu dobrei a produção de bicho. Eu tenho, em 66 hectares que é essa área, primeira área, que é da casa aqui, tenho 50 e poucos bovinos e tem cento e poucas ovelhas, e dando cria. Ano passado eu fiz 42 terneiros em cima dessa área de 60 e poucos hectares. E ainda tinha mais vacas, que algumas não deram cria.

Com esse manejo, o pecuarista diz que, inclusive, tornou-se dispensável o acréscimo extensivo de área que praticava por via do arrendamento junto a terceiros, pagando por cabeça bovina em pastoreio, prática que, segundo ele, custava-lhe mais tempo, dinheiro e mão de obra, pois a área ficava no Cati, distante da propriedade. “Tu tinhas que ir lá duas, três vezes na semana. Para trazer de lá era duas horas a cavalo para vir e duas horas pra levar os bichos. Aí, então, assim ó, o rendimento não era aquele satisfatório”, comenta.

Inúmeros foram os cultivares de pastagem artificiais já experimentados por Nico no estabelecimento. Mas, entre todas elas, considera melhores as que utiliza no momento: a aveia, o sudão e o aries. “Aqui em casa tu pode ter certeza: se eu mover o trator para plantar eu vou plantar sudão ou vou plantar aveia. E se eu tiver dinheiro para plantar a semente do aries eu vou plantar o aries”, define. Entre as outras cultivares que já experimentou estão o azevém e, inclusive, a braquiária. Do azevém, o pecuarista diz não gostar por ser mais demorado. Da braquiária, diz que ainda deve ter algum pé na propriedade, pois segundo conta, “a braquiária não morre bem assim”.

Bem diferente, no entanto, é a avaliação que faz de suas preferidas. Considera ser o aries a melhor de todas as pastagens. “É um pasto feito pela Matsuda. O troço dá da altura dum cavalo e é palatável o tempo todo, não endurece, não faz nada. Tu botas as vacas caindo nele e quando tu vês as vacas estão gordas”, diz. Já a aveia que utiliza é a ucraniana, também chamada de aveia crioula, de fertilidade tal que “se tu atirares um balde d’água aí, amanhã ela está brotada”, conforme brinca o produtor. Essas forrageiras exóticas são semeadas em cerca de 8 hectares da propriedade.

Quando de nossa visita, que foi no final de agosto de 2019, já havia sido consumida pelos animais uma área de 5 hectares de aveia, dividida em dois piquetes. A mesma área seria plantada, em seguida, com o capim sudão, para o verão. Outra área, um pouco menor, já estava semeada com aries, que é uma forrageira híbrida obtida de cruzamento artificial. Na ocasião, Nico estava planejando, para o próximo ano, aumentar mais uns 5 hectares de área cercada com pastagem.

A produção resultante de todo esse processo é escoada, sobretudo, através da venda coletiva. É aí que entra um importante diferencial da condição de Nico como pecuarista familiar na localidade, que é a existência da Associação dos Produtores do Butiazal, outra das mais expressivas “repaginações” na vida pastoril com as quais nos deparamos na pesquisa. Apesar do vínculo comunitário não ser recente e da existência, há anos, de certo associativismo informal, a formalização da Associação se deu apenas em 2018, com a expedição de CNPJ. Para isso, foi fundamental o trabalho de entidades como a Emater e o Senar. A Feira de Terneiros de Quaraí é o principal canal de comércio dos produtores da Associação. Nico explica que até existem outros mercados, mas a Feira ganha preferência exatamente pela possibilidade de fazer lotes coletivos a serem expostos em pista onde se reúnem muitos compradores, possibilitando melhores preços e menores riscos, já que sempre vendem todos os lotes. Da comunidade, seguidamente saem lotes premiados por peso e melhor valor de venda:

> Nós estamos fazendo os lotes para a feira e nós estamos tentando vender tudo igualzinho os terneiros, bonitinho. Fizemos quatro lotes juntando aí para a feira esse ano, juntando dois três de um, quatro, cinco de outro, para fazer um lote vermelhinho lá e ganhar no leilão. Entendeu? Os lotezinhos que foram daqui foram os mais bem vendidos da feira. O ano retrasado eu fiz o lote mais pesado da feira.

Para além dessa vantagem no âmbito da comercialização, o pecuarista cita inúmeros outros benefícios do grupo formalizado da Associação, entre os quais estão, por exemplo, a economia gerada através da aquisição coletiva de insumos, a possibilidade de acessar recursos de origem pública ou privada, a própria vida em comunidade e o sentimento de grupo que vai se estabelecendo, e, sobretudo, o acesso a saberes técnicos em diversos temas relacionados à produção agropecuária. Seria dizer, o advento da Associação é ele próprio uma expressão de repaginações

na vida pastoril local – considerando a existência de certa reticência histórica regional a certas formas associativas – que, por sua vez, induz uma série de outras inovações.

A qualificação técnica e suas repercussões sobre os sistemas produtivos, por exemplo, é citada por Nico como o principal benefício da Associação. “Nós fizemos muitos cursos, o aprendizado melhorou bastante depois que a Associação começou a funcionar bem. Começou a ficar bom”, frisa. As atividades vão desde curso de manutenção de máquinas agrícolas, passando por oficinas de reconhecimento de campo nativo até práticas de manejo, entre outras. Como exemplo da importância desses aprendizados, Nico cita uma difícil, mas eficiente mudança que fez em sua forma de manejo das ovelhas a partir dos novos conhecimentos adquiridos, que foi a adoção da prática da tosa pré-parto, também chamada de esquila de inverno. A mudança é classificada por ele como difícil, porque envolve o rompimento com uma lógica enraizada, herdada de gerações.

> Até tu implantar na tua propriedade, vai longe. Vai longe porque o teu pai não fazia assim, a tua família não fazia assim. Deus o livre: eu estou tosando no inverno. Meu rebanho eu tosei fim de maio, início de junho. Se o meu pai fosse vivo eu jamais ia fazer um negócio desses, nem com a banda tocando. Entendeu?

Nico conta que precisou participar de várias dessas ocasiões de aprendizado técnico para conseguir se convencer da mudança. Foram, segundo ele, três anos em processo de assimilação até a tomada de decisão. “Eu custei. Eu participei de várias coisas para conseguir chegar no dia de dizer assim: tchê, vamos tosar no inverno e vamos experimentar”, recorda. A prática dessa tosquia pré-parto é associada pelos técnicos à melhora da sobrevivência dos cordeiros ao nascer, bem como ao aumento de seu peso de nascimento e ao maior ganho de peso até o desmame, entre outros ganhos produtivos. Os efeitos da técnica, monitorados de perto pelo pecuarista, são explicados em detalhe:

> Realmente, o animal fica menos molhado, fica menos lã. Eles pastam mais. Eles caminham mais no campo atrás de comida. Protegem o filho. Eles já procuram um lugar para dar cria que não tenha tanto frio porque elas também estão com frio. E, assim ó, o cuidado delas com o cordeiro: se ela está com aquele monte de lã ela não está nem aí, ela está com aquele cobertor em cima, o cordeiro que se lixe. E até o animalzinho, teve vários casos - comigo aconteceu - de eu olhar e achar que o cordeiro estava mamando e na verdade ele estava chupando lã. Mesmo que faça a limpeza pré-parto aquela que a gente faz, mesmo que faça tudo isso, tem lã no bicho e aí tu corres o risco de acontecer isso. E, assim, ela estando limpinha, ela vai embora, não tem. E outra, pensa naquela camada de lã molhada, quantos dias de chuva teve

> agora no nosso inverno? Então os bichos se sentavam, deitavam, ficavam todo o dia quieto porque com aquela chuvarada. E, elas sem lã dão uma sacudida estão secas. É outra situação.

Na ocasião de nossa visita, Nico disse que também estava construindo um galpão que seria destinado à parição das ovelhas, outra benfeitoria relacionada às qualificações a que teve acesso. “Então, assim, a situação é essa. Essa foi a parte importante da Associação”, finaliza ele, referindo-se às melhorias oriundas dos aprendizados técnicos.

Até 2019, a Associação dos Produtores do Butiazal contava com entre 15 e 18 pecuaristas, segundo informações de Juremir, que atua na comunidade como técnico extensionista. Ele cita como um dos principais desafios para a sustentabilidade da organização e da própria pecuária familiar desenvolvida na comunidade a questão da sucessão. “Os pecuaristas estão envelhecendo e têm pouca sucessão. Nem todos têm herdeiros para deixar que tenham o perfil de tocar a propriedade”, avalia o técnico. Aliás, a vida pastoril regional, em sentido amplo, já vem há muitas décadas em um processo de esvaziamento, masculinização e envelhecimento particularmente acentuado em comparação a outros tipos de sistema agrário (COSTA et. al., 2013).

Expressão inversa a essa realidade é, no entanto, uma cena que vivenciamos no Coatepe, em nosso último trabalho de campo, em 2021. Do corredor, avistamos ao longe um homem e uma menina da faixa de apenas uns 5 anos de idade que vinham conduzindo a cavalo um lote de vacas e terneiros no campo. Saberíamos depois que eram pai e filha. Na divisa entre dois potreiros, o pai apeou e passou a orientar com gestos a filha para que induzisse o gado a cruzar o acesso para o outro campo (Fotografia 25). A cena tinha todos os ares de uma aula, e, a menina, apesar da pouca idade, já demonstrava grande destreza na realização da tarefa. A imagem nos fez pensar exatamente sobre esse gargalo local da sucessão e sobre o quão flagrante de uma cuidadosa preparação para ela parecia ser aquela cena.

Já sabíamos, também, através de Juremir, que quem exerce a presidência da Associação é exatamente uma mulher, jovem e sucessora de seu pai no pequeno estabelecimento da família. Ou seja, a liderança do grupo é uma representatividade diametralmente oposta a esse meio envelhecido, masculinizado e com dificuldades de sucessão. Ainda que a presença de mulheres gerindo e/ou lidando diretamente com o gado não seja novidade – sobretudo internamente entre os que vivem o

universo pastoril há gerações – parecem ser bastante novas, por outro lado, as condições que se colocam para o seu protagonismo.

Fotografia 25 – “Lida de pai para filha”. Março de 2021, Coatepe, Quaraí, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo.

As famílias estão menores e, por isso, é menor o leque de possíveis sucessores ao mesmo tempo em que é necessário que alguém continue. Paralelamente, a qualificação técnica e, em geral, os níveis de escolarização vão contribuindo para o rompimento de antigas barreiras de gênero e as mulheres jovens rurais vão tendo menos problemas em empreender, liderar e interessar-se por essa ou aquela atividade independentemente de qual seja. Em vários âmbitos da sociedade são tensionados e desconstruídos certos estereótipos e papéis de gênero com influxos que incidem sobre as comunidades rurais que, mesmo nos rincões do rural profundo, já não vivem mais isoladas. De modo que, no Coatepe e, em geral, entre os pecuaristas familiares das localidades que formam a Associação de Produtores do Butiazal, os rearranjos de questões de gênero e o aumento do protagonismo das

mulheres parece ser também uma dessas repaginações da vida pastoril que se operam na busca pela reprodução social.

Assim, os vários exemplos trazidos nesse item apontam que o Alto Quaraí, como reduto pampiano onde ainda impera a vida pastoril, não é, no entanto, simplificadamente um reduto da "pecuária tradicional" ou, genericamente, de uma atividade incipiente, rústica ou rudimentar. Enquanto deixa de acolher muitos feixes de vetores já dominantes em outras paragens circunvizinhas, recebe, ao seu modo, uma série de outros. Como em todos os lugares, a particularidade com que ali se arranjam o local e o global, a verticalidade e a horizontalidade, é o que dota esse confim pampiano de individualidade. As modernizações são diversas qualitativa e quantitativamente, permeadas de coexistências, mesclas e hibridismo com o antigo. De modo que, da dicotomia entre pecuária tradicional, de um lado, e pecuária moderna, de outro, as expressões que mais notadamente observamos no Alto Quaraí não são nem uma e nem outra. Parecem se situar, na verdade, ao longo de diversos pontos intermediários entre esses extremos.

3.3.3 Quando o novo são ameaças: a falta de braços e o abigeato, as invasoras e os parasitas

Anteriormente, no capítulo da metodologia, citamos a assertiva de Duncan (2004, p. 97) de que "[...] nem tudo que é real e/ou tem poder causal pode ser observado ou experimentado". Pois, sabe-se já que, no Alto Quaraí, o avanço da soja não é o principal evento causador de transformações, ao contrário do que já ocorre em grande parte do Pampa. Não há, ali, portanto, ao menos de forma disseminada, a presença de novos objetos que denunciem fisionomicamente grandes metamorfoses, com efeito visual altamente impactante de substituição da paisagem pastoril e sua vida por outras formas-conteúdo. Numa leitura apressada, isso poderia levar a pensar numa pretensa ausência de ameaças significativas aos seus elementos naturais, à sua biodiversidade e à própria reprodução da pecuária extensiva em campo nativo.

No entanto, eis aí o limite da observação pura e, eis aí, também, um bom exemplo da importância de se deixar falar as vozes locais, daqueles que vivem a paisagem: "Tem muita coisa que acontece na noite e que a gente não vê. Só vai ver na conta depois, que não fecha", fala-nos, por exemplo, Ado, referindo-se ao abigeato. Ele cita o roubo de gado como uma das características – neste caso, problemática –

mais marcantes dessa zona do Alto Quaraí, sobretudo nas suas localidades mais lindeiras ao Uruguai. Sua fala é bastante representativa disso que nos planteia Duncan (2004), na medida em que traz um dado que é parte da vida pastoril local, tem poder causal sobre vários de seus aspectos, mas que não está exposto na paisagem, embora explique algumas de suas dinâmicas. Ora, se quem é atingido pelo abigeato "só vai ver na conta depois, que não fecha", estamos falando de um problema com incidência sobre as condições de reprodução social na pecuária extensiva, e, portanto, com influência sobre a função que sustenta essa paisagem.

Um de nossos interlocutores, trabalhador de estâncias aposentado e pecuarista familiar na Coxilha Seca, localidade das Andorinhas, utiliza um termo bastante representativo do quão presente e frequente é o problema. Diz ele que "coopera" seguidamente com alguma quantidade de gado levada pelos ladrões, no sentido de que se trata praticamente de um tributo que "paga" para reproduzir a atividade na localidade, dada sua constância. O produtor revela ainda que as pessoas ali penam muito, pois os "campos duros" da região sofrem demais com as estiagens estivais e quando contam com um verão transcorrido em condições normais, em que os animais se mantêm em bom estado, os abigeatários "levam".

História parecida é contada também por Robert, no Marco do Araújo, sob a linha de fronteira seca com Uruguai, dorso da Coxilha Negra. O roubo de gado é citado pelo produtor como o ponto mais negativo da vida que leva ali, conforme expressa: "Negativo é esses ladrões que incomodam né. Te roubam uma vaca, te roubam um boi, te roubam uma ovelha. Tem uns loucos aí que roubam até galinha, cachorro", reclama ele. Tal é o grau de perturbação causado pela incidência desse delito na vida do produtor que ele cita entre as mudanças mais positivas que vivenciou ao longo dos anos na localidade o advento do telefone celular, que permitiu aos vizinhos se comunicarem, monitorarem a área e controlarem o movimento, prevenindo a ação dos abigeatários. É flagrante na fala do pecuarista o estado de alerta como parte do próprio dia a dia da vida e do trabalho na localidade, o que parece incluir, não raro, a necessidade de estar preparado para eventuais encontros com a ação dos abigeatários: "Tu não podes te regalar e nem acender lanterna e coisa, tem que ter técnica", explica ele.

De fato, permeia esses campos e corredores um evidente ar de discrição, desconfiança e vigília. A arraigada incidência desse crime é associada exatamente à possibilidade de praticá-lo de forma pendular, furtando-se os animais de um lado da

fronteira e carregando-se para o outro lado. Uma prática associada, portanto, ao "contrabando" e cheia de meandros de difícil esclarecimento. Rodolfo, do Espinilho, por exemplo, classifica como um problema, sobretudo, geográfico: "A nossa questão é territorial né, por causa do Uruguai", segundo afirma. De modo que, a recorrência e os prejuízos que causa, chegam a influenciar, na visão do produtor, a própria forma de condução das atividades produtivas, a especialização em uma ou outro tipo de criação e, em certos casos, inclusive, a decisão por abandonar a atividade:

> Tem muita gente que deixa de criar e arrenda. E as pessoas às vezes de fora, não sabem a realidade e vem igual, vem tentar igual. Mas o abigeato muda muito o jeito. E muita gente mesmo, aí tu fazes um melhoramento dum gado, uma coisa, e aí te levam. Então tem gente que (diz): não, não vou investir, deixa assim, cria isso aí e está.

Enquanto para alguns, chega-se a um ponto em que a desistência e posta das terras para arrendamento ou venda se torna a saída mais viável, para outros, a criminalidade no mínimo desencoraja o investimento, atuando como fator de manutenção de uma pecuária tradicional. Para outros, ainda, a saída pode ser a especialização apenas nos bovinos, tal como vimos em alguns casos em Quaraí, desfazendo-se a criação de ovelhas, mais vulneráveis aos abigeatários pela maior facilidade "logística". Outros, ainda, têm no fator abigeato um elemento importante em sua decisão de migração para a pecuária leiteira, por exemplo. Todos esses são exemplos de mudanças com impacto sobre a paisagem e que têm no invisível, mas onipresente, crime do abigeato, um fator causal.

Citando como exemplo a Coxilha Negra, Rodolfo diz que "muita gente desistiu daquela região ali por causa disso", evidenciando essa localidade, talvez por sua condição de marcador de fronteira aberta, seca e remota, como um foco do abigeato. De fato, não são poucos os casos citados em entrevistas e interlocuções que haviam ocorrido ali. Eduardo, por exemplo, lembra de uma situação que lhe chamou atenção durante uma cavalgada pela Coxilha, junto a um grupo ligado ao meio nativista:

> Tem um campo ali, vai pela estrada da linha, no corredor, tem um campo que tem uma cerca no chão e tem um Marco, e, pra baixo, umas canhadas, assim, lindo! Um cerro, um mato! Ali parece que tem umas duas ou três quadras de campo vazias, sem cerca, campo aberto. Porque era dum - o Ávila me disse de quem é aquele campo ali - dois velhos que tinham um mercado aí, não sei o que, e cansaram de tanto que roubaram deles. Tchê, roubaram tudo deles, o abigeato. Aí um dia derrubaram a cerca e deixaram. Aí os vizinhos botam gado ali e tiram de noite. Tchê, eu nunca tinha visto, mas um campo aberto no corredor assim! Tchê, cria quem quer ali.

Tal é o peso dessa incidência que acaba refletindo na avaliação dos imóveis da localidade no mercado de terras, conforme explica Antônio, corretor de Santana do Livramento: “região perto da linha divisória é barata também, porque tem mais roubo de gado, roubo de ovelha né. Então, apesar de ser campos melhores (qualidade forrageira), eles são um pouco mais baratos por causa disso”.

Como se não bastasse enquanto infortúnio, o abigeato é, no entanto, apenas um entre outros vários desses problemas mais discretos do ponto de vista da fisionomia da paisagem, mas que aparecem latentes quando se recorre às vozes locais. Um deles, aliás, relaciona-se ao abigeato por deixar vazios populacionais que acabam facilitando essa prática: o êxodo rural e a escassez de braços na reprodução da pecuária. A palavra escassez e suas variantes foi uma daquelas que permearam as interlocuções e entrevistas da pesquisa, quase sempre se referindo à progressiva diminuição tanto de gente vivendo quanto de braços disponíveis para o trabalho.

Embora não se trate de uma transformação das mais evidentes à observação simples em trabalho de campo, ainda assim deixa suas marcas, seja nas emblemáticas taperas ou, ainda, no que parece ser uma certa reconstituição das vastidões despovoadas que tanto marcaram a percepção dos viajantes europeus oitocentistas nos albores da dominação luso-brasileira da Campanha. “Parece que está retornando os tempos de antes que tinha pouca gente”, nos diz, por exemplo, Eduardo, ao ser perguntado sobre o que considera como mudanças significativas que vêm ocorrendo. “Na estrada tem gente passando toda hora, mas da cerca para dentro tu não vês, não enxerga mais gente. Os que estão são velhos, muita gente velha”, observa o artista.

No Coatepe, o extensionista Juremir já havia mencionado que a dificuldade de sucessão frente ao envelhecimento é hoje um dos maiores gargalos para a reprodução socioeconômica dos pecuaristas familiares e, por extensão, para a da própria Associação formada por eles. Nico, por sua vez, cita o progressivo envelhecimento, falecimento e êxodo de vizinhos como uma das principais modificações que percebe na localidade:

> Tem a mudança assim: aquela casa tinha gente, aquela outra casa tinha gente, essa aqui da frente tinha gente, mas foram ficando velhos, morreram e os filhos foram embora. Venderam os campos, venderam tudo. Os filhos foram tudo embora. Tem uma casa, aquela que está lá ó, são três filhos, o velho morreu agora bem a pouco. Já tem um dizendo que vai vender o pedaço

> de 4 hectares. Isso significa que os irmãos vão ter que ir junto, quem é que vai ficar com 4 hectares?

No Espinilho, um de nossos interlocutores, pecuarista familiar, também vai nessa mesma linha, dizendo que o que mais mudou ali é que tem cada vez menos gente. Nascido e criado na localidade, o senhor, hoje aposentado, foi peão e domador e trabalhou em várias estâncias da redondeza. Segundo nos conta, nos tempos de antes, as estâncias tinham várias funções, como caseiro, cozinheiro etc. e, hoje em dia, são poucas as que têm cozinheira, por exemplo. Diz ainda que, antigamente, o comum era que houvesse capataz nos estabelecimentos, sendo que os peões obedeciam a ele, enquanto hoje as ordens são recebidas pelo telefone ou pelo rádio diretamente do patrão na cidade e que o mais comum é haver um só peão para cuidar de muitas quadras de campo. Atualmente ocupado de seus cavalos e de sua pequena criação de bois, ovelhas, porcos e galinhas destinados ao consumo e à venda quando precisa de dinheiro, o experiente campeiro diz que já não pode caminhar muito e nem ir muito longe a cavalo, pois tem problema em uma perna. Fala que as lides da pecuária mudaram muito e que muitas das coisas que sabe já não servem mais, que antigamente a coisa era mais na “brutalidade”.

Vizinho dali, também no Espinilho, nosso entrevistado Rodolfo, pecuarista de porte médio, diz que “o pessoal de campo já está mais escasso. As famílias de campo já estão mais escassas”, conforme expressa. Ele avalia que a mão de obra para a pecuária extensiva diminui cada vez mais, porque não há renovação geracional como antes:

> os antigos vão parando ou morrendo e não estão passando isso aí ou não está dando tempo de passar, porque eu me lembro quando eu era criança, guri, eu queria vir pra campanha, hoje em dia são poucos que querem vir. É jogo, é isso, aquilo, tem muito mais coisa para fazer lá do que aqui. Então aí como é que tu vais ensinar uma pessoa, uma criança?

Na avaliação de Rodolfo, a situação é bastante complicada e, segundo projeta, sua geração será a que vai vivenciar, de forma mais pronunciada, o problema da escassez de mão de obra. Na opinião do produtor, ainda que sua atividade seja conduzida em um padrão empresarial, trata-se de uma atividade extensiva de cria, e isso tem implicações sobre o tipo de mão de obra que demanda e sobre o teto salarial que é capaz de comportar:

> A nossa atividade, se o cara vai tocar como empresa, o que uma empresa faz? Tu vais pedir um currículo, tu vais dizer que tu precisas de vagas, vai ter gente trazendo currículo, tu vais estudar o currículo da pessoa, se realmente ela tem uma qualificação, e a nossa atividade, por mais empresarial que seja, é extensiva ainda, não adianta. O cara tem que ter veterinária, tem que ter agronomia pra trabalhar comigo? Não. Até porque não vai comportar o salário, entendeu?

Ainda que tecnificada em muitos aspectos, essa é uma atividade para a qual ainda é útil boa parte do repertório de saberes-fazeres geracionais herdados da antiga vida pastoril, ou seja, daquela mão de obra que se tornava especializada pela própria experiência vivida, passada como tradição. E, é por esse tipo de serviço campeiro, basicamente, que o estabelecimento pastoril extensivo, permeado de rugosidades, pode pagar. Ocorre, no entanto, que é exatamente esse tipo de ofício que vem se tornando mais escasso, na medida em que há o envelhecimento e falecimento do antigo pessoal, sem a devida reposição. Um resultado, aliás, do movimento de gerações lançadas ao êxodo rural na esteira das crises da pecuária extensiva e da própria simplificação das tarefas campeiras nas sucessivas tecnificações. No estabelecimento da família de Rodolfo, ele oscila entre temporadas em que permanece sozinho acumulando funções e as que consegue manter um trabalhador fixo.

Por fim, no Passo do Geromito, o peão de meia idade Dioclécio faz o mesmo tipo de avaliação, mas do ponto de vista do trabalhador assalariado rural. Filho de peão campeiro e com um filho seu também já na profissão, ele converge, no entanto, para a mesma avaliação de que “está se terminando o homem de campo”, segundo expressa. Em seu ponto de vista, habituados à vida urbana, os jovens já não renunciam a certas amenidades, de modo que, a depender do “custo-benefício” da empreitada rural, já preferem outras atividades:

> O homem que trabalha de campo aí hoje está raro. Essa gurizada não quer né. Onde já não pega internet já não tem peão né. Tu chegas aqui já está tapera. A gurizada já não quer né. A primeira coisa, tu vais pegar um rapaz pra trabalhar contigo, mais novo aí, dessa gurizada mais nova aí, de vinte e poucos anos, perguntam: pega telefone? Pega. Pega internet no celular? Não. Ah, já não querem.

Na avaliação do trabalhador, um ponto negativo que acaba influenciando essa condição é a remuneração, que considera ainda baixa, sobretudo, se for considerado que, muitas vezes, o campeiro tem que arcar com despesas relacionadas ao próprio

trabalho, conforme explica: “o pessoal é muito mal remunerado no campo né. Tu gastas né, um par de botas hoje, qualquer botinha aí pra ti trabalhar e não te dura 30 dias. E arreio e coisa que tu gastas no campo né”, diz ele.

De outro lado, para o universo da maioria de estabelecimentos pequenos e médios que operam dentro dos limites de rentabilidade de uma pecuária extensiva, a avaliação corrente é de que a mão de obra está cara como escassa: “hoje tu não tens mais quem queira trabalhar, está difícil. Aliás, até tem, mas é caro. A mão de obra hoje está cara para pequena propriedade. Se tu precisares de alguém para te ajudar é 100 reais, 80 a 100 reais o dia”, avalia, por exemplo, André, do Cerro Chato. Sucede, assim, um desencontro de mãos entre a expectativa dos trabalhadores e a oferta remuneratória desses estabelecimentos.

O esvaziamento-escassez de braços e o abigeato são duas ameaças de face humana-territorial à reprodução da paisagem pastoril. No entanto, há outras duas, de marcado caráter ambiental, também amplamente recorrentes entre entrevistados e interlocutores. Trata-se das chamadas espécies invasoras: o javali e o capim anonni. Tão ausente na paisagem pastoril quanto influente sobre sua dinâmica social é o problema representado pela proliferação do Javali Europeu (Sus Scrofa). Nativo da Europa, Ásia e norte da África, o javali foi introduzido no Pampa para fins cinegéticos por fazendeiros do Uruguai e da Argentina, em estabelecimentos específicos desses dois países, no início do século XX. No entanto, desses pontos iniciais, por escape ou por soltura, tomou liberdade pelo Pampa e, na ausência de predadores naturais, com abundância de comida e esconderijos ao longo das matas de galeria e capões de mato nativos, o porco selvagem prosperou.

Com alimentação onívora, as manadas foram procriando aceleradamente e expandindo-se extensivamente, impactando a fauna e a flora nativas, inclusive com repercussões sobre processos erosivos no solo e sobre o assoreamento de corpos d’água. Atraídas por alimentos e resíduos descartados pelas atividades humanas, chegaram às propriedades rurais, cruzando-se com porcos domésticos e domésticos asselvajados, tornando-se ainda mais prolíficos, dizimando lavouras e atacando criações de ovelhas. Portadores de várias doenças, os javalis passaram a ser considerados também um risco sanitário, seja para rebanhos domésticos, fauna e seres humanos. De modo que, no Uruguai, a espécie já é considerada praga nacional desde a década de 1980.

Seja por entrada espontânea pela fronteira ou por introdução, o mais aceito é que seriam basicamente dessa origem os javalis e seu híbridos (“javaporco”), hoje já presentes massivamente na parte brasileira do Pampa e que, agora, fazem parte da realidade – neste caso mais uma vez problemática – de sua vida pastoril. Tal como a ação dos abigeatários, é esse outro dos problemas que, como destacou Ado, “acontece na noite e que a gente não vê”. Pois, de hábitos noturnos, o javali normalmente não é visto, não está exposto na paisagem, mas é outro fator com poder causal sobre as condições de reprodução social na pecuária extensiva.

No Coatepe, enquanto defende que o Pampa “é a nossa casa”, e “o nosso habitat natural” e que devemos “cuidar do que nós temos”, o pecuarista familiar Nico faz um alerta: “se o Rio Grande do Sul não tomar uma providência urgente nós vamos se transformar em anonni e javali. O javali está aí assim ó, aí nesses matos já tem javali”, chama atenção o pecuarista. Por sua vez, Rodolfo, do Espinilho, recorda que, no início dos anos 2000, quando recém a família se instalava na localidade, já se comentava sobre a presença dos javalis. No entanto, como, naquele momento, o problema ainda era pouco evidente, a questão era tratada meio que como causo. “Ninguém acreditava naquilo. E os antigos daqui falavam: aqui tem javali, aqui tem javali, eu já vi. E, claro, hoje em dia tem”, rememora o pecuarista.

Segundo conta esse produtor, o problema foi se tornar mais claro alguns anos mais tarde, quando já havia assumido a gerência da propriedade da família. “Quando eu entrei tinha. Eu via bastante e tinha. Batiam muito. Até mataram um pouco de ovelha”, afirma ele. No entanto, Rodolfo assegura que, hoje, já praticamente não sofre mais com a presença do porco selvagem e acredita que parte disso é fruto do manejo que dedica às ovelhas, preservando sua nutrição e sanidade. “Eu comecei a melhorar a tecnificação, então foi difícil tu enxergar bicho fraco, caindo, entendeu?”. O produtor associa parcela importante das perdas dos pecuaristas por ataques de javalis, sobretudo de ovelhas, à presença de animais deixados no campo em mau estado de saúde. “Muito eu acho também que é assim ó: tem gente que vê, que diz: não! O javali pegou, matou, eu vi matar! Mas aí tu vais ver o estado do animal, o animal tá debilitado, fraco, caído”, opina.

Para o produtor, o crescimento da caça ao javali na localidade também contribuiu, ainda que ele próprio não pratique, segundo conta, por herança de seu avô que tampouco se interessava pela prática. “Então não vi mais ataque. E diminuiu bastante fuçada deles, que o cara enxergava, diminuiu muito. O cara já não enxerga.

E eu acredito, também, por causa da caça, segurou um pouco. O pessoal está caçando", conclui. O controle do javali é permitido no Rio Grande do Sul desde 1995. No Brasil, a caça é legalizada desde 2013, quando o animal foi declarado exótico invasor e nocivo às espécies silvestres nativas, aos seres humanos, ao meio ambiente, à agricultura, à pecuária e à saúde pública[34]. Em 2019, foi regulamentado o uso de armas de fogo, de arma branca e de cães para realizar o manejo, além do uso de armadilhas do tipo jaula ou curral[35]. A caça e o abate ainda é a única forma de combate ao procrio desenfreado dos animais, sendo variável apenas o método utilizado no controle.

A localidade do Passo do Geromito, não muito distante do Espinilho, parece sofrer bem mais com a infestação, segundo evidenciam tanto as falas dos interlocutores quanto os indícios que ali pudemos ver presentes na paisagem como em nenhuma outra localidade. Com densa mata de galeria e permeada de uma fisionomia caracterizada por campos salpicados de árvores e capões de mato, a localidade é um habitat privilegiado para o porco selvagem: "Aqui é o foco deles, esse menino. Se tu saíres pra cá tu achas fuçada deles aí. Forte! Ah, forte!", nos fala Dioclécio, único peão de um estabelecimento médio, onde é responsável por um rebanho de ovinos das raças Ideal e Corriedale, além de bovinos de cria e recria da raça Hereford.

Ali, a presença mais significativa do problema exige respostas que já se fazem notar na organização dos objetos no estabelecimento: cercas elétricas são posicionadas para criar uma área de exclusão do potreiro dedicado à parição das ovelhas e evitar a aproximação das malhadas; cães pastores maremanos acompanham permanentemente o rebanho ovino no campo; e armadilhas com jaula são estrategicamente instaladas visando ao controle das populações de javali.

O proprietário da estância é membro de um grupo dedicado ao controle da proliferação das manadas, conta-nos Dioclécio. Com sede em Santana do Livramento, a equipe é voltada técnica e cientificamente ao tema do javali, em um esforço de criação e implementação de práticas de manejo. O grupo é entusiasta, por exemplo, dessas citadas técnicas das cercas elétricas e do uso de cães pastores maremanos,

---

[34] Instrução Normativa número 03, de 31 de janeiro de 2013, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
[35] Instrução Normativa número 12, de 25 de março de 2019, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

raça italiana cujo diferencial é a capacidade de viver junto com as ovelhas no campo defendendo o rebanho da ação de predadores e invasores.

No entanto, é sobretudo no método de controle das populações através de armadilhas com jaulas e currais que a equipe tem sua contribuição mais importante, sendo, inclusive, de referência nacional, método recomendado pelo ICMBio e IBAMA em manuais e guias de boas práticas de controle[36], por sua eficiência e capacidade de manutenção do bem-estar animal. É Dioclécio que nos explica o diferencial do método, ao comparar sua eficiência com a da tradicional busca ativa com uso de cães: “com jaula é melhor que com cachorro porque tu pegas um lote né. Tu vais amansando eles primeiro, depois tu mata. Chega a cair de 8, 12, numa pegada. Mais fácil de pegar. Se tu botares cachorro tu ariscas. Pega um, vai embora cinco, seis. Não adianta”, pondera o peão campeiro.

A combinação dessas várias medidas de controle populacional e prevenção da ação predatória dos javalis gera visivelmente resultados satisfatórios na propriedade. No entanto, isso não se dá sem suas surpresas, sustos e riscos, segundo evidencia as históricas contadas por Dioclécio, que lamenta a ausência do proprietário, que, segundo ele, teria outras tantas para contar. Dentro do galpão do estabelecimento, construção rústica erguida em blocos de basalto, herdada, segundo o campeiro, dos tempos das guerras oitocentistas, uma cabeça empalhada de um javali macho faz as vezes de decoração, dividindo espaço com os aperos de montaria e demais utensílios tradicionais da vida pastoril.

O artefato é uma espécie de memória de “batalha” vivida por patrão e empregado, quando em certa noite, ao ouvirem os latidos dos maremanos, saíram de casa para averiguar o que estava acontecendo e foram surpreendidos pelo ataque de um javali. “Mas um javali bem brabo”, segundo conta Dioclécio, que detalha o episódio: “de noite rapaz, nós saímos, os cachorros estavam bravos, nós achávamos que não era porco, nós achávamos que era cachorro. E nós vínhamos os dois assim, mas não tinha visto, saiu do mato, no meio da sujeira. Aí matamos, está aí a cabeça dele empalhada!”, rememora o trabalhador.

Ali, onde o problema com o javali é generalizado, a discrição de sua ação noturna é rompida e as marcas de sua presença e do combate que ali é travado já podem ser vistas na paisagem. A Fotografia 26, a seguir, foi tirada a alguns

[36] Tal como IBAMA (2020).

quilômetros de distância desse estabelecimento, após o passo que dá nome à localidade. As peles de parte de uma malhada desses porcos ferais secavam ao sol, penduradas no alambrado de uma propriedade, como que anunciando aos transeuntes daquele corredor o que se passa naqueles campos.

Fotografia 26 - Marcas de um problema em geral oculto na paisagem. Setembro de 2019, Passo do Geromito, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

O javali é considerado uma espécie exótica invasora, entendida como aquela que, chegada a uma região por assistência humana, prolifera-se gerando impactos negativos sobre o ambiente receptor. A espécie figura, inclusive, em uma lista que elenca as cem piores espécies invasoras do mundo, organizada pelo chamado Grupo de Especialistas em Espécies Invasoras, vinculado à União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

A proliferação do javali se torna problemática hoje, inclusive, em regiões onde é nativo, como é o caso da Espanha, onde pudemos observar. Lá, entre os fatores desencadeantes, está, por exemplo, a desaparição de predadores naturais por ação

antrópica direta ou indireta. No entanto, discute-se, também, a influência das ações do próprio setor cinegético. A caça, lá, como aqui, é fundamental no controle dessa espécie e, os caçadores se apresentam, de fato, como detentores desse papel. Ocorre que a atividade, sendo uma tradição arraigada, especialmente importante nas zonas de dehesas da Estremadura e em menor medida da Andaluzia, é extremamente disseminada. Na Estremadura, ouvimos, por exemplo, que a caça é mais popular que o futebol. Os produtos e serviços cinegéticos, seja a própria atividade de caça, seja a produção de carne tida como de pureza e qualidade diferenciada, são hoje uma das principais fontes de renda das dehesas, ao lado da atividade pastoril extensiva, da exploração florestal e das atividades turísticas.

De modo que, apesar da abundância natural de javalis vivendo nesse que é um de seus habitats de origem, a existência dessa verdadeira indústria cinegética acaba influenciando acréscimos externos que ajudam a aumentar a população e diminuem o efeito da caça sobre o seu controle. São feitas, por exemplo, recargas de campos de caça com animais oriundos de granjas que produzem filhotes para esse fim. Cruzamentos com porcos domésticos e, inclusive, importações de espécimes oriundos de outras partes da Europa são realizados a fim de obter javalis ou híbridos maiores. Por conta disso, a caça acaba tendo sua função controladora da proliferação do javali ofuscada pela função econômica, desportiva, recreativa e de ócio. O problema do crescimento populacional se instala, assim, naquela que é uma região de ocorrência natural do javali. Para o caso do Pampa, onde o problema é mais grave, esse é um exemplo que fala sobre os riscos que se corre se, eventualmente, o controle do javali deixa de ser o objetivo principal para se tornar mero argumento para a caça esportiva ou outros interesses relacionados.

As Espécies Exóticas Invasoras são consideradas a segunda maior ameaça à biodiversidade global. A primeira é a supressão antropogênica de habitats naturais, tal como a que ocorre agora com o avanço da soja no Pampa. De modo que, no Alto Quaraí, se essa causa principal ainda é em geral barrada pela geografia local-regional, essa outra que vem logo em seguida já avança com velocidade: as espécies exóticas invasoras proliferam e expandem-se enquanto a supressão pela lavoura moderna ainda é contingenciada. E, nisso, o problema da invasão biológica pelos javalis é acrescido por outro que pode ser considerado o seu correspondente vegetal, dada a proporção similar que toma enquanto ameaça: a invasão pelo capim anonni.

Rodolfo, no Espinilho, por exemplo, cita o anonni como um elemento que relativiza a ideia segundo a qual essa região dos campos de solos rasos de basalto é um reduto de conservação do Pampa:

> não sei se tu te deste conta na vinda, eu até tenho aqui na frente um pouco, estou tentando combater ainda mas sem químico, só com o uso normal, que é o anonni. O anonni muda totalmente. Tu vês o corredor: era pra ser o mesmo estilo de campo e não é. Tem campos que na tua vinda ali, se tu cuidares, ele já está tomado. E aí ele vai indo, porque ele é inverno e verão, ele vai tomando. Então, dumas coisas também: se o cara parar pra pensar ele está bem avançado. Está mudando muito a (região, o Pampa).

Com baixa qualidade nutricional, e ao mesmo tempo alta capacidade de propagação, o anonni é capaz de competir e, a partir de certo nível de infestação, causar a diminuição das espécies nativas, resultando em diminuição da diversidade da oferta e da qualidade do alimento ao gado. Diante do problema, Rodolfo salienta a importância do manejo na prevenção da invasora. Em certos casos, a preferência do gado pelas nativas facilita a invasão na medida em que o anonni sobra no campo e vai se reproduzindo enquanto as nativas tendem a ser pastadas a ponto de terem diminuídas as condições de competição. Põe-se, tecnicamente em voga, com isso, a questão do sobrepastoreio como um equívoco no manejo realizado pelos produtores que facilitaria a entrada da invasora.

Zootecnista com formação recente, Rodolfo explica, nessa linha, a forma como compreende o controle da espécie, que, inclusive, põe lado a lado com o avanço da agricultura como um dos principais elementos de transformação do Pampa:

> O que eu entendo por controle dele: se tu não mexer no campo, dificilmente ele vai te aparecer, assim. Ele pode até pegar um pé ou outro, dois, três, assim, mas (não toma conta). Ele é oportunista, que nem eu aprendi com um professor. Se tu dás espaço, assim, se tu deixares o campo nu, vem ele. E as outras, por mais nativa que sejam, vão sentir o frio, vão sentir a seca, e ele não, ele se adapta muito né. Ele se adaptou a um clima que lá de onde ele é de origem ele nunca ia ter né. Então, eu vejo como uma mudança no Pampa também o anonni. E, também, claro, a agricultura e coisa. E, claro, o maquinário que a agricultura trouxe que a gente não tinha né. Então muda muito.

Enquanto a lavoura da soja, por exemplo, representa a supressão intencional do campo nativo em favor da intensificação e da lucratividade, no problema do annoni ocorre a substituição não intencional do campo, causando, ao contrário, a perda de produtividade da pecuária, com prejuízos sobre a reprodução socioeconômica dos

produtores-estabelecimentos. Se, nas zonas agricultáveis do Pampa, a paisagem e a vida pastoril minguam fundamentalmente sob a lavoura, nas zonas contingentes, como o Alto Quaraí, são as espécies invasoras como o anonni que ocupam esse lugar.

Vizinha ao Espinilho, a localidade do Cerro Chato, por sua vez, é considerada um foco da invasão pelo capim de origem africana. Nessa zona do Alto Quaraí, é ela, visivelmente, a mais atingida. Ali, uma série de eventos históricos são citados como fatores que convergiram para o progressivo agravamento do problema. Quem nos conta a história do avanço local da invasora é André, pequeno pecuarista na localidade, que de início já frisa: “capim anonni é uma coisa que está me assustando”.

A invasão da gramínea exótica no Cerro Chato não é tão recente, datando pelo menos da década de 1980, segundo o produtor. Na época, conforme ele recorda, a espécie ainda permanecia restrita a corredores, acessos e caminhos sulcados pelos carros no interior dos estabelecimentos, bem como junto a uma ou outra estrutura de manejo do gado como as mangueiras, por exemplo. No entanto, uma severa estiagem ocorrida no final daquela década, em 1988-1989 – a mesma, aliás, à qual se atribui frequentemente o início da entrada espontânea dos javalis no Pampa brasileiro vindos do Uruguai, facilitados pelo rebaixamento do rio Jaguarão – teria sido a pivô da abertura de um vetor de infestação na localidade. Na tentativa de salvar os rebanhos, os produtores teriam recorrido aos pastos dos corredores, onde o anonni já marcava presença. Teria sido aberto, assim, o caminho para o transporte de sementes entre o corredor e os potreiros dos estabelecimentos, onde, por sua vez, o campo nativo já se encontrava em condições desfavoráveis de competição em virtude da estiagem e do próprio pastoreio. O avanço da invasão pelo anonni teria ganhado, então, novo impulso, conforme o pecuarista explica no trecho a seguir:

> teve umas secas grandes que o pessoal largava o gado para o corredor para pastar né, e aí também já começou a levar anonni pra dentro das propriedades, porque a seca lá (no Cerro Chato), quando dá a seca é (forte). (Em) 1988 a gente teve uma seca que a gente teve que vender todo o gado. As vacas foram deitadas no caminhão, assim. Tipo, levava morrendo. Botava, vendia a preço de banana para não morrer tudo no campo. (O campo) Ficou terra assim, só terra. Essa questão do basalto é delicada. E, bueno, eu acho que dessa data aí, 88, de repente 88 e 89, em virtude da seca, foi uma porta grande, principalmente em função de que os produtores abriram as cercas do corredor e botaram o gado no corredor. Depois disso, teve gente que pegou o corredor, como era uma faixa de domínio federal, era muito largo, o pessoal estreitou o corredor. Botou parte do corredor para dentro do campo, com o capim anonni dentro.

No entanto, na opinião do produtor, a infestação propriamente dita em extensão e intensidade teria ocorrido mais tarde, a partir dos anos 2000, com o processo de instalação do Complexo Eólico na localidade. André se recorda que quando da implantação do empreendimento, ainda não se tinha real noção do risco representado pela invasão da gramínea africana. “Se tinha, mas é aquela coisa: tu achas, tu sabes, mas tu não viveste na carne. Ninguém tinha vivido na carne”, rememora o produtor. Assim, as obras de construção do parque se procederam mediante intensa movimentação de entradas e saídas dos estabelecimentos e de alteração dos equilíbrios até então imperantes nos campos, segundo rememora ele. As constantes transformações, supressões, substituições e acréscimos de objetos do sistema preexistente foram, deste modo, contribuindo para a disseminação da invasora que já circundava ou mesmo marcava presença pontualmente nos campos:

> Então, quando tu implantaste o parque, tu entrastes nas propriedades. Tu saíste do corredor, passou no corredor, passou numa área infestada pelo anonni e aí tu vais ter as obras dentro do parque, dentro das propriedades. Tu vais construir, vai abrir vala para botar rede de média tensão, vai escavar plataforma de aerogerador, vai carregar cabo, vai carregar equipamento: é uma linha de entrada! Então a eólica acelerou drasticamente o processo. Na minha casa o vetor foi esse.

O resultado, segundo o produtor, foi o avassalador avanço do capim sobre o campo nativo. Em sua propriedade, ele calcula cerca de 40 hectares que, em uma escala de infestação entre 1 e 5, situa em grau 3, indo para 4. Em algumas manchas o solo chega a estar acima de 90% tomado, segundo conta. “Eram áreas que eram excelentes e que hoje estão...(silêncio). Até hoje está sem gado lá”, lamenta o pecuarista.

Tendo acompanhado todo o processo de intensificação e extensificação do problema, André diz ter dúvidas sobre um eventual papel da sobrecarga de animais em pastoreio, frequentemente apontada como causa importante de infestações pelo anonni. Mais inclinado ao fator Complexo Eólico como causa principal, ele argumenta, tecnicamente, os motivos que o levam a destoar dessa explicação para o caso específico dos campos do Cerro Chato:

> Teoricamente a gente pensa assim: áreas sobrepastejadas são mais suscetíveis à infestação do capim anonni, porque o campo nativo está mais fraco, e assim por diante. E, áreas menos pastejadas, o capim anonni vai competir menos com o campo nativo, e coisa. Cara! Eu não tenho essa certeza na minha cabeça, pelo que eu vi lá (no Cerro Chato). Porque as áreas

> sobrepastejadas, principalmente com a presença de ovinos, tu tens a formação (naquele ecossistema. Eu estou te falando no basalto) de um entremeado de pasto, assim. O Milton Carámbula, que é um autor uruguaio de manejo de pastagem natural, ele fala assim: a *estructura gramillar*: tu tens uma predominância de espécies prostadas, adaptadas àquele excesso de pastejo e com uma cobertura muito forte do solo: É um tapete de grama. E o que eu percebi ali – isso poderia ser até tema de um estudo – o que eu percebi é que naquela estrutura o anonni não tem tanta facilidade e, quando tu tens muito pastejo, assim, o anonni vai florescer e o bicho pasteja ele. Pasteja, pasteja, pasteja, e ele não consegue se multiplicar. Já nas áreas folgadas (com carga mais baixa) – lá em casa o manejo era bem frouxo – daí ele floresce bem tranquilo no meio do nativo. Apesar de toda a competição, ele floresce e mete muita semente. Isso é uma análise empírica, expedita, sei lá, visual. Agora, se tu quebraste aquele ecossistema ali – Ah, vou passar uma gradezinha pra fazer uma pastagem; ah, vou abrir uma porteira e o gado fez rastro; botou um saleiro - onde quebrou, onde tu rompeste, deu!

Após a construção do Parque, houve o processo de recuperação ambiental, conforme os protocolos. Depois, algumas iniciativas por parte da empresa estatal responsável pelo Complexo, visando ao controle da espécie invasora, todas essas iniciativas das quais André participou. Atualmente, a empresa mantém um Programa de Controle Ambiental e, através de um convênio entre instituições públicas, a expectativa é que se construa uma espécie de pacote de ações de mitigação, segundo conta o pecuarista. “Ajuda! Se sair, vai mitigar um pouco”, avalia ele.

No entanto, o produtor é cético quanto à perspectiva de uma recuperação completa dos campos da localidade. “Hoje eu não vejo uma solução de conseguir voltar para o que era. Eu vejo que vou ter um custo anual sempre”, lamenta. Além disso, relata ainda certa falta de conscientização dos próprios produtores sobre a dimensão desse passivo ambiental, conforme expressa no trecho que segue:

> o pessoal não acredita, o pessoal não tem uma real percepção do problema. O gado come, mas eles não se dão conta de que o ganho de peso não é o mesmo. A biodiversidade não é a mesma. A paisagem não é a mesma, é um campo feio, não é aquele campo bonito de basalto. E por aí vai, são vários impactos.

Diferente do javali, que danifica o campo com suas fuçadas e subtrai diretamente animais de criação, o anonni, com todo o problema que representa, ainda assim, é uma gramínea. Seria dizer, o campo invadido por ele, continua sendo uma formação campestre e, sobretudo, o gado a pasteja, ainda que seja parcamente nutritiva. Trata-se, portanto de uma ação mais silenciosa, cujos resultados, não são tão imediatos e impactantes como o representado, por exemplo, pela imagem dos restos de um cordeiro predado no campo, o que acaba, talvez, favorecendo um

amortecimento maior do impacto e, consequentemente, da própria reação (Fotografia 27).

Fotografia 27 – Gado pastando em campo infestado por capim-anonni. Agosto de 2019, Cerro Chato, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Fosse ainda uma zona altamente movida pela precisão do cálculo matemático da pura racionalidade instrumental típica da empresa capitalista, talvez houvesse menor resignação e maior mobilização, na medida em que, numa lógica puramente utilitária, cada perda em eficiência estaria provavelmente “planilhada”. No entanto, o Cerro Chato é uma localidade com significativa presença de pequenos e médios estabelecimentos, movidos significativamente pelo peso das gerações, com motivações de uso bastante ligadas a tradições familiares e, onde, por fim, o cálculo que embasa a reprodução social dos estabelecimentos é menos rigoroso e envolve fatores que vão além da rentabilidade financeira do negócio.

Assim, enquanto os efeitos do anonni não se tornam efetivamente insuportáveis, o caminho que parece ser seguido é o da adaptação. Como destaca

André, “hoje o campo engorda, hoje o campo rende ainda. O anonni, o gado come. Mas eu estou vendo que está (silêncio com significado de ‘piorando a situação’)”. Daí que essas questões relativas às invasoras e, em geral, ao manejo do campo nativo, sejam temas fundamentais para a gestão dessa paisagem pastoril remanescente.

Por fim, também presente na fala dos interlocutores de forma tão ou mais preocupada, aparece ainda uma quinta ameaça, notadamente sanitária, que embora seja velha conhecida dos pecuaristas, vem apresentando renovado potencial de impacto negativo: o carrapato bovino. Trata-se de uma queixa geral dos produtores e um problema citado entre as principais pragas da pecuária do estado. É considerado particularmente danoso no Rio Grande do Sul, devido ao predomínio regional dos rebanhos de raça europeia, tidos como menos resistentes e mais sensíveis ao ataque do parasita. Agrega-se a isso o fato de que os antiparasitários mais comumente usados já não têm tido a mesma eficiência de antes, devido ao desenvolvimento de resistência pelo ácaro. Isso somado à ocorrência periódica de invernos mais amenos e úmidos, que favorecem a sua criação, resulta em aumento da gravidade do problema no estado. A anemia, a redução de peso, a perda de eficiência nutricional e reprodutiva dos rebanhos e, fundamentalmente, a transmissão da Tristeza Parasitária Bovina, são as consequências diretas da infestação pelo parasita, comprometendo significativamente a rentabilidade de produtores.

Rodolfo, por exemplo, classifica o carrapato como um problema de todo o Pampa e um grande obstáculo para a pecuária da região. Desde que assumiu a administração das atividades do estabelecimento de sua família, ele diz que já entrou com protocolos técnicos de manejo no combate ao parasita. Em sua opinião essa é uma necessidade diante da generalização das infestações e que, em geral, “o pessoal hoje em dia eu acho que está se assustando mais e já está procurando mais técnico, pra tentar, porque já não está mais suportando com os conhecimentos que tinha, já não consegue mais acompanhar”, segundo avalia. O criador acredita que muito do agravamento do problema tem que ver com a questão climática (mudança climática) e essa é outra das opiniões que se repetem com grande frequência entre produtores e outros que vivenciam a realidade do campo. Ao mesmo tempo, Rodolfo não descarta o papel de eventuais erros de manejo, notadamente na aplicação de carrapaticida, para a manutenção desse entrave. “Claro, o cara erra às vezes, tentando manejar certo, erra o manejo com o químico né, mas o clima eu acho que está favorecendo muito”, finaliza.

No Coatepe, Nico avalia o carrapato como o principal entrave sanitário para a pecuária, seguindo a queixa geral entre os produtores. “O negócio do carrapato, tem que estar atento, se não vai pro saco”, diz ele. Por outro lado, na opinião do produtor, para esse e outros problemas de saúde animal, não existe melhor profilaxia do que a oferta de uma boa alimentação. “Bicho que está bom de estado, gordo, não pega nada! Não pega carrapato, não pega febre, não pega nada! Agora, bicho que está ruim pega qualquer... até descarga de banheiro!”, garante, com humor, o pecuarista familiar. Eduardo, por sua vez, diz que as maiores despesas dos produtores hoje são as veterinárias. “O gasto maior da produção é com remédio para combater carrapato, que tem muito. Não sei se é o clima que está mudando, quem sabe”, avalia.

Essa diversidade de percepções sobre o problema do carrapato e, sobretudo, a massiva presença mesma desse tema nas narrativas dos interlocutores, atesta sua emergência entre as ameaças à conservação dessa paisagem pastoril do Alto Quaraí. Paisagem esta que, no conjunto do Pampa, é uma de suas últimas mostras menos fragmentadas, cabe lembrar. Abigeato, esvaziamento e escassez de braços. Javali, anonni e carrapato. Ainda que ocultas, amortecidas ou discretas na paisagem, incidem sobre a viabilidade da tradicional função produtiva que dá a sua cara e compõe o seu espírito. São, portanto, temas fundamentais de gestão desse patrimônio.

3.3.4 Meandros da convivência entre vida pastoril e produção de energia eólica

Há uma década em funcionamento, o complexo de parques eólicos de produção de energia que abrange a localidade do Cerro Chato e seus arredores é, talvez, o evento recente mais significativo dessa zona do Alto Quaraí. Representa uma exceção altamente transformadora às relativamente estáveis paisagens dos campos de solos rasos de basalto do reverso da Cuesta.

São mais de 100 aerogeradores, além de subestações coletoras, linhas de transmissão e demais infraestruturas que se estendem dispostas ao longo de cerca de 10 mil hectares. A área abrange além do Cerro Chato, localidades como Cerro dos Trindade, Galpões, Capão do Inglês, Coxilha Seca e, inclusive, parte da vizinha APA do Ibirapuitã, na outra vertente da Coxilha de Japejú (Santana). A capacidade de geração instalada é de mais de 200 MW, suficiente ao atendimento de cerca de 1 milhão de habitantes. Com aerogeradores de 80 a 110 metros de altura, o Complexo transforma a paisagem não apenas na perspectiva de vista das próprias localidades

onde está instalado, mas também de localidades situadas a muitos quilômetros dali, incluindo de vários pontos das cidades de Santana do Livramento e Rivera.

Comparativamente, poderíamos dizer que, em termos de poder de metamorfose sobre a paisagem, o Complexo está para o Alto Quaraí como o avanço da soja está para as paragens de solos aráveis do Pampa, não fosse uma sensível diferença: enquanto a soja é introduzida mediante efetiva supressão e substituição da antiga paisagem pastoril pampiana, as usinas de geração de energia eólica do Complexo parecem se instalar, sobretudo, através de acréscimos a ela, mas conservando-a e mantendo com ela uma singular relação (Fotografia 28).

Fotografia 28 – Tempos coexistentes. Maio de 2018, Cerro Chato, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Além do que, mesmo paradigmaticamente, a geração de energia através do vento – portanto, uma energia “limpa” e renovável – diferencia-se do sistema técnico que traz a moderna lavoura de soja ao Pampa, este de idade mais antiga e operante segundo uma lógica que remete à Revolução Verde, modelo agropecuário produtivista

com matriz energética fóssil, com advento no pós-Segunda Guerra Mundial. A energia eólica, de modo geral, e a figura do aerogerador, em particular, são um signo do momento atual, de transição técnica frente à crise ambiental, em que ciência, tecnologia e informação passam a ser mobilizadas agora exatamente em reação aos efeitos deletérios do próprio paradigma dominante de relação sociedade-natureza.

De fato, nas localidades que compõem o complexo eólico hoje existente no Alto Quaraí, a forma com que se arranjam o velho e o novo em muitos dos enquadramentos de vista é, de fato, bastante particular. Junto ao pequeno cerro de feição achatada que dá nome à localidade, por exemplo, uma convivência é simbólica: os modernos (ou seria pós-modernos?) aerogeradores coexistem com um arranjo de objetos representativos da tradição local multicentenária: além do campo nativo manejado e dos bovinos e ovinos pastando em liberdade, figura uma mangueira circular[37] erguida em blocos de basalto, que pela aura histórica que emana, posta-se tão imponente quanto os próprios aerogeradores com sua feição futurista (Fotografia 29). Compõe-se, ali, um híbrido de tradição e tecnologia em uma convivência entre a indústria de energia eólica e a velha paisagem-vida pastoril cujos meandros, todavia, não se apresentam, assim, ao primeiro golpe de vista.

Em um de nossos trabalhos nessa zona, em agosto de 2019, paramos em frente a um pequeno estabelecimento sobre a Coxilha Seca (divisor de águas entre os arroios Espinilho e Passo da Lagoa), onde opera um dos parques do Complexo eólico. O proprietário é um senhor de idade, pecuarista familiar que, ao ver que tínhamos parado, veio caminhando até a porteira, acompanhado de dois cachorros ovelheiros. Sua imagem, junto com o horizonte largo dos campos e a simplicidade de seu rancho, ao fundo, é alegórica de um Camponês da Campanha: chapéu tapeado, camiseta, bombacha e alpargatas. O quadro se completa com o movimento dos aerogeradores, que trabalham em toda a cercania. O produtor nos conta que reside na localidade há cerca de 50 anos. Diz que além dele, moram no estabelecimento a esposa e uma das filhas, a mais velha.

[37] Trata-se de um possível testemunho das tropeadas de gado *cimarrón* para as reduções jesuíticas espanholas, no século XVIII, segundo a tese levantada por arqueólogos que estiveram trabalhando nos estudos para a implantação dos parques eólicos do Complexo, conforme nos relata André, cuja família está há gerações na localidade.

Fotografia 29 – Um Parque eólico-pastoril? Outubro de 2017, Cerro Chato, Santana do Livramento, RS.



Fonte: Registro do autor em trabalho de campo

Em seu meio século de vivência ali, dois foram os eventos que considera terem transformado a vida na localidade: a chegada da energia elétrica, na década de 2000, e, exatamente, a do Complexo Eólico, no início da década seguinte. Neste último evento, em particular, uma pequena área de sua propriedade foi demandada para a instalação de um aerogerador. Ele recebe, por isso, um valor mensal pela operação do equipamento em seu campo, e isso, aliás, é o que acabou lhe "segurando" ali, segundo revela. Diz, inclusive, que os aerogeradores "vão ajudar muita gente a continuar" em suas atividades pecuárias.

Mais ao fundo, para oeste, pela mesma estrada junto ao dorso da Coxilha Seca, está a localidade do Espinilho, que já é uma dessas zonas que compõem o entorno do Complexo Eólico. Lá, Rodolfo demonstra certa expectativa sobre a chegada dos Parques até a localidade, em um eventual processo de expansão desses empreendimentos na região. Expectativa esta, aliás, que também testemunhamos entre entrevistados e interlocutores na Coxilha Negra e que parece ser comum a

muitos dos atuais vizinhos do Complexo. “A nossa (localidade) aqui não pegou ainda, mas Cerro Chato (sim). Dizem que vem, outros dizem que não vem, não se sabe ainda né”, comenta Rodolfo.

Em sua avaliação, o evento trouxe desenvolvimento e riqueza para as localidades onde se instalou. Como argumento, ele cita que, para além das grandes propriedades que receberam vários aerogeradores e um significativo incremento em seus ingressos, há os casos dos produtores menores que, com uma ou mais máquinas operando em suas propriedades, obtiveram uma nova fonte de renda a contribuir para a reprodução social de seus estabelecimentos:

> trouxe, para mim, desenvolvimento, porque o pessoal dali às vezes tinha uma quadra de campo, não conseguia (ter viabilidade), e ela dá um lucro, dá uma renda né. Então já melhoraram de vida o pessoal dali mesmo. Entra a torre ali, já mantém ele ali, melhora ele ali. E, claro, para os grandes que têm muito campo, também, né. Entra várias torres, mantém toda a propriedade dele (risos).

Para Rodolfo, uma vantagem é a possibilidade de incremento de renda mediante uma transformação que praticamente não envolve redução da área de pastoreio de quem recebe um aerogerador, já que “é uma coisa que tu fazes uma base ali e deu, libera o campo ao redor e ela não degrada mais nada”, conforme expressa ele.

Considerando a realidade desses campos, sequiosos de alternativas de diversificação produtiva e de renda devido as suas limitações de uso do solo, a obtenção de um ingresso com a geração de energia eólica se apresenta como uma excelente alternativa, em sua opinião. “É uma coisa que pro cara aqui não tem coisa melhor, porque ela não destrói nada, ela só faz o pé dela ali que é uns metros que tu perdes de campo e o resto tu vais trabalhar com a energia que é o futuro né, a energia renovável”, avalia.

Em termos de perspectivas futuras, Rodolfo visualiza, inclusive, uma eventual diferenciação no mercado pela associação entre produção de energia limpa e produção pecuária extensiva:

> se tu pensares, a lógica do pessoal, a sociedade que está hoje em dia, do buscar isso mais orgânico, de buscar essa questão mais cultural, tu imaginas uma pessoa que gosta disso, futuramente vai procurar uma carne: de onde veio? Veio dali onde tem... ah, pra ti ver, o cara cria e ainda tem a energia. Dali que eu quero. Entendeu? É uma lógica que acredito eu que vá somar.

Mesmo assim, o pecuarista não deixa de ponderar, reconhecendo que sua percepção é restrita à condição de vizinho das usinas, alguém que não tem negócios com a empresa operadora do Complexo, e que, por isso, pode haver um outro lado que ele não conheça.

André, do Cerro Chato, por outro lado, é um produtor situado no coração do Complexo Eólico, que presenciou, digamos, desde dentro, os dez anos de advento do empreendimento. Tendo a propriedade de sua família em posição privilegiada em termos de cobertura pelo sistema de vigilância e de ronda dos parques, ele é preciso ao dizer o que considera ser a mudança positiva mais significativa: a segurança. O pecuarista conta que antes da usina, sua família sofreu durante anos com prejuízos e inseguranças decorrentes do abigeato. “Um ano a gente chegou a perder 28 vacas”, recorda ele. As perdas quase inviabilizaram o negócio da família, que se via ameaçada, também, em sua segurança pessoal, segundo revela o produtor.

No entanto, foi já na fase das obras do empreendimento eólico que a situação mudou. Segundo André, desde então, até hoje, a família nunca mais foi roubada e aliviou-se, também, o antigo temor pela segurança de membros da família no estabelecimento. Mesmo assim, ele frisa que essa mudança tem a ver com sua localização mais centralizada no interior do parque, dado que, nas zonas mais periféricas, sobretudo próximas à linha divisória com o Uruguai, o abigeato continua sendo um problema grave, conforme avalia: “O pessoal lá da linha estão roubando. Lá a segurança não é forte”, diz.

Junto com a questão da segurança, o pecuarista elenca, ainda, como transformação positiva do advento do Complexo Eólico, o incremento direto de renda com a operação de um aerogerador no estabelecimento, seguindo, aliás, a avaliação geral dos produtores que receberam um ou mais desses equipamentos em suas propriedades. Em seu caso, o valor mensal varia entre 1200 e 1500 reais, corresponde a um percentual fixo do valor total da energia gerada pela unidade, segundo explica. Renda esta que “numa propriedade pequena ajuda a custear”, conforme expressa.

Durante a implantação do Parque, houve ainda uma série verbas indenizatórias ambientais e de servidão de acessos e de passagem de redes, além de ingressos de renda obtidos de vendas de pequenas áreas para o empreendimento que “injetaram capital” na propriedade de várias famílias em um primeiro momento, segundo o produtor. Além disso, a melhoria das estradas, gargalo histórico dessas localidades, também é citada como um dos grandes benefícios dos primeiros anos, figurando como

ponto positivo tão unânime entre nossos entrevistados e interlocutores quanto a posterior degradação, retorno às más condições e, inclusive, seu agravamento, nos últimos anos. “Durante uns 5, 7 anos a gente teve estrada muito boa. Dos últimos anos para cá está ruim, está pior do que estava antes”, conforme sintetiza André, em sintonia com várias outras das percepções que coletamos. Obras mais recentes, relacionadas a novas subestações e linhas de transmissão, têm agravado ainda mais o problema.

Encontramos, aliás, aí, o elo aos meandros do convívio entre a tradição pastoril dessa zona e a indústria de energia a partir do vento. Passada a euforia dos primeiros anos, com injeção de recursos aos proprietários e melhorias de infraestrutura, que outras transformações e que outras avaliações locais são possíveis identificar? De fato, uma das primeiras constatações é a de que a chamada estrada da eólica, que durante vários anos, por sua qualidade, foi, inclusive, um convite à visitação ao parque, hoje é uma via que dificulta o acesso. Mas além disso, já na observação simples da paisagem em trabalho de campo, várias outras mudanças se apresentam. Se, em alguns enquadramentos de vista, o conjunto se mostra harmônico e o parque eólico soa vocacionado à integração paisagística, em outros se anunciam desequilíbrios. A infestação dos campos pelo capim anonni, citada anteriormente, e o impacto visual gerado pela densa rede de transmissão de energia são, notadamente, os principais deles. Na consulta às vozes locais, essa percepção é endossada e acrescida de uma outra: a do ruído dos aerogeradores e da subestação.

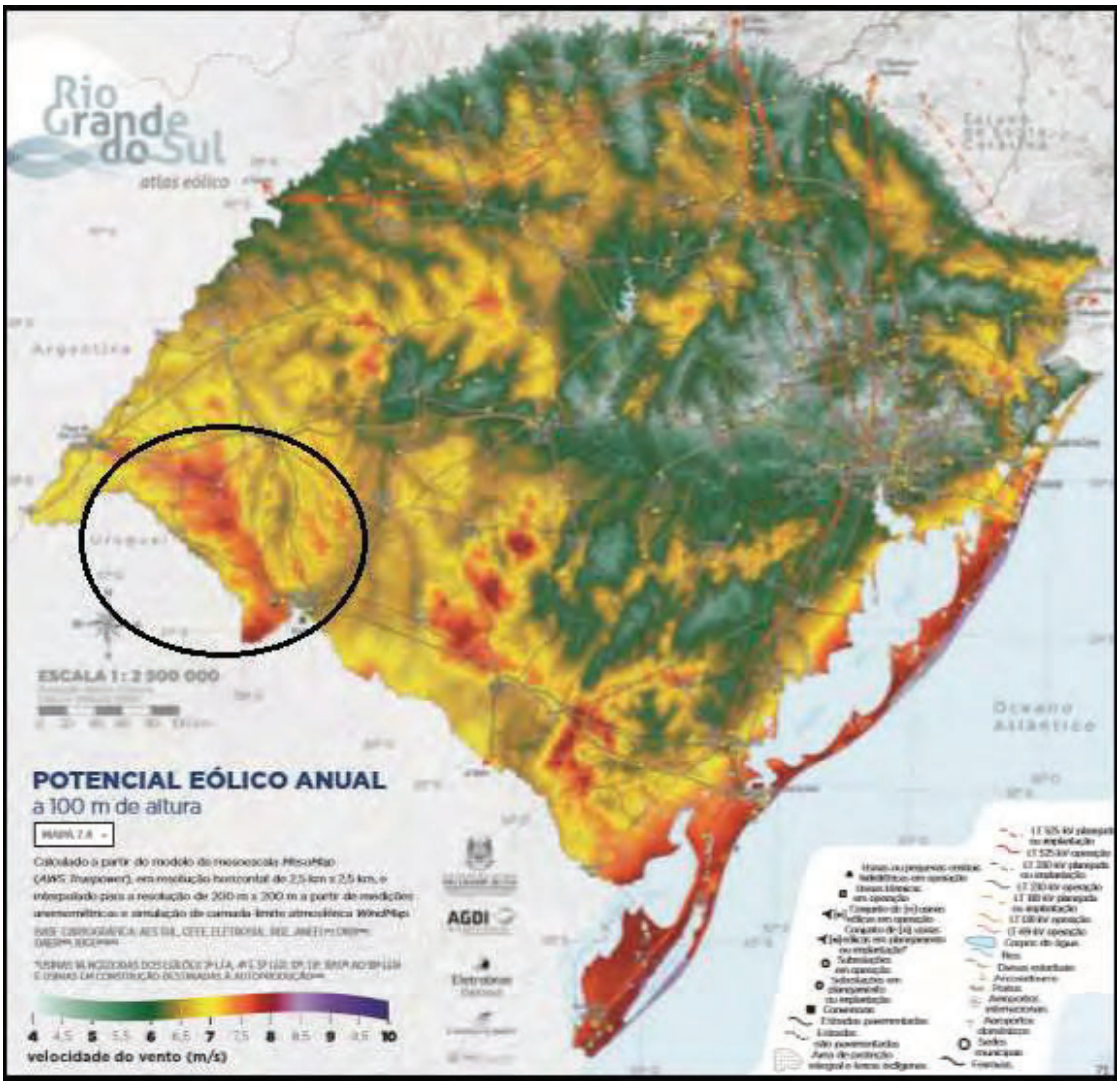
O capim anonni é o problema que mais notadamente tem pesado na balança de produtores em sua avaliação dos prós e contras da presença do Parque. Mesmo entre aqueles que têm renda mensal oriunda da operação de aerogeradores, surge a dúvida se essa fonte de ingressos compensa a possível desvalorização dos imóveis e as perdas na atividade pecuária devido à infestação. As poluições sonora e visual, por sua vez, suscitam a percepção de que “se perdeu aquela natureza assim da campanha, tipo assim, do bioma pampa puro”, tal como expressa André, para quem a localidade não é mais “aquela campanha tranquila, vasta”. Nessa soma de impactos, entre os mais descontentes surge, inclusive, o lamento de que, se hoje fosse possível escolher entre a localidade com ou sem o Complexo, seria escolhida a segunda opção. Para alguns, não fosse a segurança que oferece contra o abigeato, a preferência seria de que o empreendimento não tivesse sido construído ali.

Incremento na renda dos estabelecimentos rurais, segurança, beleza cênica e potencial turístico, de um lado. Manutenção das estradas, infestação dos campos pelo capim anonni, poluição sonora e visual, de outro. Esses são temas que compõem os meandros da transformação trazida pelo Complexo Eólico e da sustentabilidade da área que abrange. Mas, sobretudo, são temas fundamentais para a sustentabilidade de toda essa área de relicários da vida pastoril que é o Alto Quaraí, e, isso, por uma razão altamente decisiva: novos complexos eólicos deverão ser instalados a médio ou longo prazo e tenderão a ocupar significativa extensão.

Ocorre que o Alto Quaraí, notadamente sobre as Coxilhas Negra e de Japejú (braço da Coxilha de Santana), faz parte de uma das 6 áreas existentes no Rio Grande do Sul consideradas promissoras em termos de potencial eólico, segundo o Atlas Eólico do Rio Grande do Sul (CAMARGO SCHUBERT ENGENHEIROS ASSOCIADOS; ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A, 2014). Trata-se de uma zona onde os ventos mantêm relativa constância e baixo grau de incerteza de sua velocidade ao longo do ano, o que a dota de um bom potencial de geração. Na Figura 15, a seguir, adaptada do Atlas, aparecem em vermelho as áreas do estado com maior potencial eólico anual a 100 metros de altura. Nota-se que boa parte do reverso da Cuesta e, particularmente, o Alto Quaraí, é uma dessas áreas.

Na Coxilha Negra, por exemplo, em área situada ao sul do atual Complexo, um novo projeto de proporções ainda maiores já está com licença de instalação pelo IBAMA. Idealizada pela mesma empresa pública que já opera os parques em funcionamento, a nova indústria de energia deverá se estender por mais de 12 mil hectares, com 241 aerogeradores e uma capacidade de 482 MW, suficiente para abastecer quase 3 milhões de habitantes. Por sua vez, a noroeste dos parques hoje existentes, a Coxilha de Japejú, velho caminho indígena-missioneiro por onde hoje passa a Estrada do Passo da Guarda (RS183), já tem inclusive uma nova denominação entre técnicos da área: é o “caminho dos ventos”, visado para projetos futuros. Essa estrada, como já mencionamos anteriormente, é hoje um mirante privilegiado do Pampa remanescente aos processos de supressão. É uma “estrada paisagística”, cuja transformação em usina de produção de energia eólica é especialmente demandante de atenção.

Figura 15 – Rio Grande do Sul: potencial eólico anual a 100 metros de altura



Fonte: adaptado de Camargo Schubert Engenheiros Associados e Eletrosul Centrais Elétricas S. A. (2014)

A instalação de parques eólicos no Pampa, como, aliás, também ocorre com a produção em grande escala de soja, por exemplo, segue a tônica contemporânea do distanciamento entre a origem e a realização das ações, ou seja, entre a escala do comando, onde estão grandes decididores como os governos e as grandes empresas, e a escala local, onde ocorre a resposta ao desígnio. Essa sua origem em grandes forças motrizes que operam remotamente, somada à sua grande dimensão em si como evento, dota-o de um argumento econômico que o torna praticamente uma

unanimidade nos lugares que os recebem, se não na escala do sítio mesmo onde é assentada a usina, ao menos no município em que se instala.

Em Santana do Livramento, hoje, é a eólica a maior fonte de retorno de arrecadação de ICMS do município, um recurso tal que se não sana todos os seus problemas, é um aporte sem o qual seria comprometida sua sustentabilidade financeira. Na escala dos estabelecimentos rurais, em particular, se esse tipo de evento costumeiramente já deixa pouca margem de escolha aos produtores, em se tratando de geração de energia elétrica, o uso de propriedades particulares para esse fim se dá mediante Declaração de Interesse Público, em que ocorre a servidão de áreas particulares ao empreendimento. No Alto Quaraí, isso se torna particularmente delicado porque ali existe uma outra questão de interesse público: trata-se de um dos últimos redutos significativamente conservados do Pampa. Reduto este, que, como viemos argumentando até aqui, é, em geral, uma paisagem pastoril, agrária, cultural. De modo que tão importante quanto os protocolos ambientais seguidos em todo o processo de instalação e operação desses empreendimentos é a atenção à sustentabilidade da função ganadeira que, desde séculos, delineia suas características.

No Cerro Chato, uma movimentação importante foi a recente parceria firmada entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), que tem campus em Santana do Livramento, e a empresa pública responsável pela Usina, para utilização do Centro de Visitação do Complexo. Construída pela empresa e concluída em 2016, a edificação que está em uma área de 3 hectares e tem cerca de 700 metros quadrados de construção, passa a ser integralmente operada pela Instituição Federal de Ensino (IFE).

O Centro conta com estruturas como auditório, sala de exposições, além de um mirante com capacidade para 100 pessoas. O prédio é equipado com soluções de eficiência energética e conservação de energia, incluindo sistema híbrido, eólico e solar de geração de energia. Há, ainda, reservatórios para água potável e sistema de captação de chuva, além de coletores solares para aquecimento de água. A estrutura é, inclusive, certificada pelo INMETRO em eficiência energética. Para o IFSul – Campus Santana do Livramento, onde funciona um curso técnico em Sistemas de Energia Renovável, a parceria representa excelentes possibilidades de atividades práticas, além do que deverá funcionar no local o Laboratório de Pesquisas Energéticas, destinado a investigações em energia eólica, solar e biomassa.

No entanto, essa movimentação se torna particularmente importante na perspectiva da gestão local dessa paisagem pastoril pampiana remanescente. A iniciativa prevê que o espaço fomente o diálogo com produtores e população local, empresas ligadas ao Complexo Eólico e demais instituições públicas e privadas, através de projetos de extensão e pesquisa que gerem benefícios à sustentabilidade local em suas várias dimensões. Abre-se um caminho a uma perspectiva endógena e coletiva de gestão dessa paisagem.

3.3.5 A “janela” de entrada da soja e outros usos

No Alto Quaraí, domínio das fisionomias altamente influenciadas pelo substrato rochoso basáltico, a localidade do Areal é parte de uma exceção a essa regra. Como sugere o nome, ali são as areias o elemento de síntese da paisagem, base da identidade do lugar, o marcador territorial que a singulariza (Fotografia 30).

Fotografia 30 – “Boteco das Areias”: a areia é objeto de identidade da localidade. Março de 2021, Areal, Quaraí, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Por isso, pode-se dizer que a localidade é a antítese do seu entorno, onde essa identidade é dada pela “pedra”, ou seja, a rocha, o basalto. No Areal, mesmo nas áreas onde aflora a rocha em superfície e o solo é pedregoso, essa rocha é de todo uma areia, uma areia petrificada: o arenito da Formação Botucatu. É esse caráter de excepcionalidade de um afloramento arenítico cercado pela imensidão de domínio basáltico, o que confere a essa zona a analogia a uma “janela”.

No âmbito acadêmico e, notadamente, do ponto de vista da obra da natureza, muito se fala dessa zona como uma espécie de abertura à observação de condições ambientais de outros tempos, particularmente, de tempos pretéritos. Algumas de suas mais notáveis feições, cuja excepcionalidade da existência se deve exatamente a essa abertura a um substrato arenítico, são frequentemente caracterizadas pela carga de passado que carregam, como se fossem museus de história natural a céu aberto. Os areais, por exemplo, são entendidos por Pires da Silva (2008) como ecossistemas testemunhos, onde é reproduzida parte das condições ambientais dominantes nessa região há milhares de anos antes do presente, já não mais sustentadas pelos dados climáticos atuais. Assim o é, também, com o butiazal, cuja presença isolada em uma pequena mancha, vizinha, aliás, aos areais de Quaraí, é explicada por Marchiori e Alves (2011) exatamente a partir da existência da lente de solos arenosos-pedregosos cuja formação tem como base o arenito Botucatu. Essa janela é frequentemente vista, portanto, como um reduto de nichos onde prosperam relictos de ambientes passados.

Mas, se do ponto de vista da história natural, essa mancha onde aflora o substrato arenítico é uma janela ao passado, do ponto de vista da obra dos homens é flagrante que ali se abre, ao contrário, uma janela à novidade. No entorno basáltico, as contingências do meio geográfico mantêm a zona alheia aos mais poderosos e recentes eventos em processo no Pampa. Ali, a capa basáltica e os solos predominantemente rasos e pedregosos que derivam dela funcionam como um “tampão” a certos usos novos. Favorecem a permanência de um arranjo rugoso, uma paisagem formada de grande quantidade de objetos herdados de outras épocas. Formam um conservatório da histórica paisagem pastoril. Enquanto, sob essa janela de Botucatu, essas contingências se desfazem, ou, melhor seria dizer, amenizam-se, abrindo-a a sistemas técnicos representativos da diversidade de novas e, por vezes, contraditórias, vias de porvir que pairam sobre o Pampa.

Por isso, no Alto Quaraí, é a localidade do Areal que concentra, por exemplo, as experiências de produção de uvas viníferas e, ao mesmo tempo, a que se torna

foco do agronegócio da soja. Se, no majoritário entorno basáltico, reina a estabilidade e, até mesmo, certa aura de inércia, o Areal é o lugar onde tudo se encontra: a velha paisagem pastoril resiliente ou aquela reconstruída a partir do retorno de produtores à pecuária; os remanescentes da tradicional policultura local das “chácaras”; a já mais ou menos longeva e, agora, por vezes, recuada lavoura de arroz; a monocultura do eucalipto; a vitivinicultura; e, mais recentemente e com progressivo aumento de extensão, a soja. Tudo isso, ali, avizinha-se e relaciona-se, virtuosa ou viciosamente, harmônica ou contraditoriamente.

Hoje, o Areal reúne a totalidade da produção de soja de Quaraí. Em termos de área plantada e de quantidade produzida, são números ainda pouco significativos para esse que é um município grande, não suficientes, portanto, para que deixe de figurar entre os poucos municípios ainda marginais a esse evento no Rio Grande do Sul. Por outro lado, por concentrar a totalidade dessas áreas convertidas à oleaginosa, o Areal já é significativamente transformado. As lavouras de soja já aparecem vizinhas aos vinhedos, próximas às comunidades de pecuaristas familiares do Butiazal, do Coatepe e do Salsal, e lindeiras aos areais, por exemplo. A Fotografia 31, a seguir, mostra uma área de soja que se estende até à beira do Areal de maior dimensão, comumente referido como Areal do Cerro da Figueira ou do Cerro da Panela. O registro foi feito da beira da estrada que leva ao Coatepe e ao Butiazal.

Quem nos resume o motivo de ser o Areal a única janela onde entra a soja nessa zona relativamente conservada do Alto Quaraí é Juremir, o engenheiro agrônomo e extensionista rural com atuação em Quaraí:

> É pelo solo arenoso. Embora seja um solo de baixa produtividade, hoje em dia a soja, o pacotão de agroquímicos, tu botas adubação de base pesada e adubações foliares, com fungicida e herbicida e vai embora. Existe um calendário de aplicações, então a soja consegue mais ou menos produzir né.

Nessa “janela de Botucatu”, desenvolvem-se solos derivados do próprio arenito ou de depósitos arenosos inconsolidados de formação mais recente. Esses solos apresentam predominantemente textura arenosa, são pobres em nutrientes e matéria orgânica, tendo, portanto, baixa fertilidade natural, com baixa capacidade de suporte vegetal e animal. São solos frágeis, muito suscetíveis à erosão e têm baixa capacidade de retenção de água. Trata-se, portanto, de solos com significativas limitações para o uso agrícola.

Fotografia 31 - Lavoura de soja lindeira ao Areal do Cerro da Figueira-Panela. Março de 2021, Areal, Quaraí, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo

Mas, apesar disso, há neles um diferencial físico que não ocorre no basalto: são solos friáveis, leves e bem drenados, que ocorrem sobre terrenos suavemente ondulados, fatores estes que os tornam propícios ao manejo agrícola com maquinário e demais implementos. Por isso, ainda que com rendimento por hectare baixo, esses terrenos se prestam ao plantio da oleaginosa, dado que os demais fatores limitantes são manejados através de pacotes tecnológicos já previamente desenvolvidos para a viabilização da produção sobre solos como esses, marginais em produtividade, mas que agora são demandados por esse intenso impulso econômico externo.

Até a safra de 2019, ano da última atualização dos dados da Produção Agrícola Municipal pelo IBGE, a área plantada de soja era de 400 hectares. Esse número regula com os obtidos nas entrevistas realizadas naquele mesmo ano em Quaraí junto ao extensionista rural e ao corretor de imóveis rurais atuantes no município, que já projetavam significativo aumento nas próximas temporadas. Segundo essas duas

fontes, até então, essas áreas plantadas no Areal eram empreendimentos realizados por quaraienses. Um deles por via do arrendamento e o outro em área própria.

A influência do que ocorre no entorno regional já aporta, portanto, nessa janela de solos frágeis, mas aráveis. De modo que, enquanto os maiores mobilizadores desse evento na região, os investidores oriundos no norte do estado, ocupam-se da principal frente de expansão, surgem da iniciativa local as primeiras experiências quaraienses, no embalo dos crescentes exemplos próximos em municípios vizinhos.

3.4 O ALTO QUARAÍ EM DOIS RETRATOS

Lugarejo é o meu rincão:
-Caminhos de areia fina...
Água boa, Sina-Sina,
Caraguatá e Corticeiras!

Lugarejo, sanga mansa
Enfeitado a pitangueiras
Donde o boieiro faz ninho
Com restoios de clineras...

Lugarejo, pampa antiga
Piqueteado por ausências,
-Teus aromas de querência
Povoam minhas lembranças

Teus campos de pasto fraco
Há muito sobram na herança,
Verdejando nos meus sonhos
Pendoado de esperanças

Lugarejo é o meu rincão:
Onde chora a dor do eixo
Da carreta, sem desleixo,
Na resistência dos bois...

Num tranco de camperear
Tu e eu, não somos dois...
O tempo, para no tempo
Pra não pensar no depois!

Lugarejo, pago adentro:
Santa fé e banhadal...
Entre o viço do xircal
Escorre a seiva da terra

Tua história de trabalho
Não teve manchas de guerra,
A lo más, cerro e canhada
Adonde o terneiro berra...

Lugarejo: -Vaca arisca!
E do potrilho mestiço,
Algum guri num petiço
E velhos de mil passagens

Não fosse o sangue nas veias
Que me puxa às tuas visagens,
Seria mais um rincão...
Com sua gente e paisagens.

Lugarejo
Leonardo Borges

3.4.1 Seu José, na paisagem das “areias” do Areal

Pela BR 293, vindo de Santana do Livramento para Quaraí, é o arroio Cati que marca a divisa entre os dois municípios. Ao cruzar a ponte sobre o arroio, a entrada em território quaraiense é marcada por uma mudança sensível na paisagem. Os campos de solos rasos de basalto, marcados pela baixa densidade de habitações e pelo uso quase exclusivamente pastoril, dão lugar ao domínio dos campos predominantemente arenosos, ligeiramente mais densos de habitações, em reflexo de seu histórico uso agrícola subsidiário e/ou paralelo a pecuária. Ali “se abre” a Janela de Botucatu”, o afloramento arenítico que condiciona toda uma gama de fisionomias e mesmo uma vida social-produtiva toda particular das localidades aí confinadas, entre as quais, a maior e mais representativa é a do Areal.

Cortada pela Rodovia, a localidade do Areal é hoje popularmente dividida, em termos de referência de localização, entre aqueles que vivem de um lado e de outro. À direita de quem vem de Livramento, estão as zonas a montante do arroio Areal, incluindo seus tributários, Coatepe e Salsal, além de algumas das paisagens mais conhecidas dessa “janela”, tais como a zona mais significativa de arenização propriamente dita, chamada Areal do Cerro da Figueira ou do Cerro da Panela, e o lendário Butiazal. Já à esquerda, estão as zonas mais a jusante do arroio, incluindo o rincão formado pelo seu encontro com o rio Quaraí, onde historicamente se cultiva o arroz.

É para esta última zona à mão esquerda da Rodovia, correspondente a um Areal, talvez mais deslocado de seus lugares mais emblemáticos e, por isso, talvez menos percorrido pelos geógrafos, que se localiza a propriedade de Seu José. Da BR, em direção à zona urbana de Quaraí, é preciso tomar um corredor à esquerda logo após a ponte sobre o arroio Areal e, depois, pela estrada vicinal, atravessar novamente o mesmo arroio, no sentido inverso, para chegar à propriedade do Seu José. Da rodovia até o estabelecimento, o trajeto é uma mostra do que é hoje a paisagem da localidade, sobretudo se comparada com as zonas circunvizinhas de domínio basáltico: uma maior diversidade de usos do solo para além da pecuária extensiva de corte, junto a uma maior diversidade de dimensões de estabelecimentos.

Veem-se videiras de variedades de uvas finas, por entre as quais, em alguns casos, pastam os ovinos. Nessa parte do Areal, há vários viticultores-pecuaristas (Fotografia 32). Alguns estabelecimentos se dedicam à produção leiteira. Outros,

muito pequenos, dedicam-se basicamente ao autoconsumo, com alguma venda de excedentes. No caminho, cruzamos por um menino que trazia uma carga de taquaras no lombo do cavalo. Disse-nos que eram para as benfeitorias de sua casa. Disse que a família criava gado, ovelha e porco. Perguntou, inclusive, se não queríamos comprar um leitão.

Fotografia 32 – o campo de várzea, os espinilhos e a mata-de-galeria, à frente. As videiras por entre as quais pastam ovinos, ao centro. O campo nativo de solos arenoso típico do Areal, ao fundo.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

Poucos quilômetros adiante, chegamos ao estabelecimento de Seu José, que nos recebe baixo à sombra do arvoredo junto às casas. Na saudação de boas-vindas, um comentário sobre a beleza do lugar já é o ensejo para uma conversa sobre a história da propriedade. “Aqui ao todo eram 13 quadras de sesmaria”, conta ele. Com fala calma, pausada e em baixo tom, Seu José conversa dentro de um típico jeito das gentes experientes ligadas ao campo na fronteira, ainda que sem ostentar nenhuma pilcha ou outro uso que traga embutida essa identificação. Diz ele que os antigos

donos dessa área original, que não tiveram filhos, dividiram-na em duas partes, deixando como herdeiros sua mãe e o seu tio, que haviam sido criados junto a essa família.

Das 13 quadras, Seu José explica que ficaram 7 para a sua mãe e 6 para o seu tio. A parte herdada por sua mãe, equivalente a pouco mais de 600 hectares, foi a que ficou com a sede da antiga estância, e foi para onde a família foi morar quando ele tinha 1 ano de idade. A família era composta por ele, mais as duas irmãs, a mãe, e o pai, que era capataz em uma estância na zona dos campos de basalto:

> Eu vim com um ano para cá né. Que o meu pai era capataz da Estância da Tuna, lá na Harmonia. E aí de lá eu vim para cá. Vieram para cá eu tinha um ano. Era naquela época que para ir para a cidade era de 6 em 6 meses e de carroça ainda, com boi (risos). No verão tinha que sair quando o sol estava querendo descer né, porque era uns dias quentes. Aí o pai vinha nos bois. Na carroça tinha colchão para dormir, tinha mamadeira. Chegava 3, 4 horas da manhã (na cidade). E aí foi até 13 anos. Quando meu pai faleceu eu tinha 10.

Tendo vivido na propriedade até o início da adolescência, Seu José lembra dessa época com a clareza de quem viveu profundamente aquela paisagem. Ainda sob o arvoredo, comenta, saudoso, do grande pomar de laranjeiras que havia ali antes, e que, segundo conta, já estava ali nos tempos de infância de sua mãe. Com precisão, crava: eram 332 pés. Além das laranjeiras, comenta que havia um pomar diversificado ali junto à sede, do qual se recorda em detalhes, apontando a antiga localização de cada variedade então existente: pereiras, macieiras, pessegueiros etc. Olhando ao seu redor, lembra que havia até um damasqueiro, espécie de todo incomum na região. “Ali, no lugar daquele umbu, era uma árvore frondosa, muito grande né – esse umbu fui eu que plantei. Essas árvores aqui foi tudo eu que plantei – não lembro como é o nome daquela frutinha amarela, que no comércio tem só passa... o damasco!”, recorda o pecuarista. Segundo conta, foi a partir de uma grande seca sucedida de um inverno rigoroso, com muitas geadas, que foi se dando as mortandades dos pomares.

Perguntado do porquê de ter existido ali tão significativo pomar e desde tão longo tempo, responde: “ocorre que o areal, essa zona aqui do areal, era o celeiro”. Em Quaraí, era essa localidade e, quase que só podia ser ela, o lugar onde a vida pastoril podia ser complementada ou mesmo substituída pela atividade agrícola. Essa foi uma prática comum na história do Areal, que foi durante muitos anos responsável

pelo abastecimento de Quaraí de toda sorte de frutas, verduras, legumes e outros. Esses terrenos arenosos, de “campos fracos” para a pecuária, eram, ao mesmo tempo, os que tinham como alternativa o arado e o plantio. “Aqui o que ia pra Quaraí era do Areal, não vinha nada lá de cima (referindo-se a outras regiões)”, sintetiza Seu José.

O criador lembra que, exatamente por isso, a localidade era bastante povoada. Além dos agricultores, havia os carvoeiros e lenheiros, gente sem-terra que trabalhava em “parceria” com os proprietários extraindo lenha da costa do rio Quaraí e do arroio Areal. Essa vida movimentada se expressava no funcionamento de várias escolas e na significativa quantidade de alunos que as frequentavam, conforme recorda:

> Ali onde é o mata burro, ali, tem umas árvores velhas, ali, não tem? Ali era uma escola. Uma escola que o terceiro ano eu fiz ali, do primário. E a minha irmã fez todo o primário ali. Era uma escola municipal. Escola número 12. Quando começou, tinha 62 alunos (risos). Porque nessa costa do Quaraí por aí, tinha muita gente que trabalhava com lenha né, lenha para levar para a cidade, o carvão. Agora não tem mais, tudo fazia carvão. Gente que não tinha campo. Então chegava e fazia uma proposta para o dono do campo: eu lhe dou um pouco do carvão, lhe deixo uma bolsa, duas bolsas, três bolsas, não sei quantas bolsas eram. Lenha astilhada ia para a cidade e de lá vendiam pro Uruguai, a lenha astilhada e o carvão. Depois foram indo para a cidade, não tinham terra. E essa gente daqui e dali, assim, para aí tinha muita gente aí, da faixa pra cá e da faixa pra lá, tinha gente. Vinham estudar aí no colégio.

Em uma caminhada pelas instalações junto à sede, Seu José parece ir trazendo suas lembranças a cada golpe de vista que dá sobre a paisagem ao redor. Dos tempos daquele Areal povoado de sua infância, o produtor fala da importância eleitoral que a localidade tinha para o município: “Aí dava 500 votos. Então, se estavam assim mais ou menos (diziam): e as (urnas) do areal já chegaram? Já contaram? E decidia mesmo”, diz ele. Na localidade chegaram a funcionar 3 mesas eleitorais, segundo lembra, sendo que hoje apenas uma ainda funciona e ainda assim com não mais do que 10 eleitores, conforme lamenta. Da política, o criador recorda da localidade nos tempos de disputas entre federalistas e republicanos. “A maioria dessa gente aqui, assim, tudo era maragato”, conta. Junto à varanda do antigo galpão de arenito da propriedade, Seu José mostra, inclusive, o lugar onde o seu pai, que era pertencente aos quadros do Partido Libertador, reunia-se com seus correligionários:

> Meu pai era maragato. Já era só com o voto né (não era guerra civil). E aqui, como tinha essas árvores, essa sombra aí, e tinha o parreiral também que vinha assim, de lá pra cá. Aí seguido tinha reunião do Partido Libertador aqui. Reunião pra tratar das política. E meu pai era um dos líderes.

Das atividades produtivas da propriedade, Seu José lembra que campereava com seu pai e, com a nossa indagação, recorda de algumas práticas daquele tempo, um tanto mais rudimentares que as de hoje. Ele rememora, por exemplo, que a suplementação alimentar dos bovinos era feita a base de sal branco comum, e que era prática corrente complementar esse suplemento através do preparo caseiro de uma espécie de “farinha de osso”, na expectativa de enriquecer a dieta com mais alguns minerais:

> Às vezes eu comento assim: nós juntávamos o osso, esse osso da volta das casas, assim, para quando vinha o saco de sal. Aí queimava, num zinco, assim, fazia uma queimação de osso, depois batia com martelo, uma coisa, moía aquilo e ia o sal preparado com osso. Isso era um sistema que tinha. Se não, era só sal branco naquela época. Hoje tem sal para tudo né.

Foi algum tempo após o falecimento de seu pai que sua mãe decidiu arrendar a propriedade. Inclusive, sobre isso, Seu José brinca, dizendo que o arrendamento, na verdade, teve o objetivo de mandá-lo para a cidade. “Mais ela arrendou pra me afastar do campo (risos), porque eu, em férias eu passava toda ela aqui e campereava todos os dia com os peão e andava com a peonada aí”, recorda. Mas o fato é que após a morte de seu pai, o horizonte que se apresentou mais viável à família foi a obtenção da renda da terra pelo arrendamento da propriedade, que assim permaneceu por 20 anos.

Durante esse período, o destino da família não foi imediatamente a cidade, segundo recorda. Houve ainda um tempo em que residiram na região do antigo saladeiro, onde havia familiares, e onde puderam manter alguns animais, trazidos da propriedade. A zona urbana se tornou o destino definitivo apenas após algum tempo naquela localidade. A entrada de Seu José na vida adulta foi, portanto, citadina. Ele lembra que, após a mudança, aos poucos, foi tomando gosto pela nova vida. “Fui entrando em outra fase de idade, já gostando da cidade, daqui, dali, aí já vendi as novilhas pra ir lá não sei onde e tal”, recorda.

Depois de 20 anos de arrendamento da propriedade, quando resolveu retornar ao pago da infância, ele havia se tornado Servidor Público. Da área total de 7 quadras que era da sua mãe, Seu José e suas irmãs são herdeiros, cada um, da terça parte, pouco mais de 200 hectares. E, foi nessa sua parcela, onde está a antiga sede da

estância, sua antiga morada, que iniciou o empreendimento de retorno, retomando a pecuária como fonte de renda.

Ele recorda que, em seu retorno, teve de fazer o reparo de alguns sinistros, heranças das duas décadas de arrendamento. Em seu campo, haviam surgido focos de arenização:

> houve um tempo em que a minha mãe passou 20 anos com o campo arrendado, aí faziam o que queriam né. Tinha chácara (plantação) aí de traz. Aí então ali naquela entrada ali, naquele corredor que tu dobraste para cá, aquilo ali era areia solta. Recuperei, plantei primeiro o capim chorão. O capim chorão era um capim que o doutor Heraclides Santa Helena, que foi nosso prefeito aqui, que mudou. Então ele tinha uns campos ali no Quatepe, terra pobre como a nossa, então ele começou a fazer potreiros desse capim. Ele era veterinário e era chefe da inspetoria veterinária. Ele era de Porto Alegre, veio para cá e ficou por aqui, comprou campo por lá, era tudo os piores, e ele botava (esse capim). Um dia ele me disse: "vai lá olhar, qualquer dia que tu queiras". E aí eu fui lá olhar. "Aquele que tu olhas, assim, de longe, tu vais ver uns piquetes que são verdes como aveia, mas eu ponho ureia no capim chorão e ele se mantém verdinho e o gado come". Ele era um cara muito inteligente. Aí fui recuperando, mas tem que ter controle né, de boca. E terreno muito (arenoso), arrancam né.

Além da arenização, Seu José fala, também, das marcas deixadas pela orizicultura. A localidade, notadamente nas várzeas do arroio Areal e, sobretudo, na costa do Quaraí, foi uma zona historicamente demandada para o agronegócio do arroz, participando das ondas de avanço do cereal ocorridas ao longo do século XX. O pecuarista comenta que, durante os anos de lavoura, foi feita até mesmo uma mudança de curso do arroio Areal, em busca de melhorias na irrigação. Com humor, descreve a obra como uma transposição, semelhante a que fizeram no rio São Francisco, no nordeste brasileiro. No entanto, conta que, nas cheias, tal desvio fazia com que a localidade ficasse sem passo em determinados pontos do arroio. Então, esse foi outro dos problemas com os quais teve de se envolver após seu retorno, até o momento em que a prefeitura, por fim, resolveu com um aterro, conforme relata:

> Aí tinha uma reunião aí, o prefeito fez uma reunião perguntando qual era nossa necessidade né, disse: não, eu quero dar uma mão pra vocês aí, um incentivo, que até agora não tinha feito, não sei o quê. Estava já vindo outra eleição né (risos). Aí ele falou isso. Eu disse: mas se o senhor nos desse uma solução para a transposição do Areal, que causou...e ele: que transposição? Ninguém sabia né. E aí saiu aquele aterro.

Durante algum tempo desde que assumiu sua propriedade, Seu José manteve, ele próprio, uma área arrendada para o arroz, mas depois voltou atrás. Hoje, ele

continua na pecuária como carro chefe, especializando-se na criação bovina de cria, com recria das terneiras a título de reposição das matrizes. “Agora, nos bovinos eu produzo terneiro. Os machos vão todos pra feira de terneiros e as fêmeas se eu vou descartar 30 eu fico com 30 e o resto vendo”, explica.

Quando perguntado sobre qual sua motivação para desenvolver a atividade, ele é direto: “eu estou aqui mais porque tenho vínculo de querência”, diz. Enquanto pontos positivos da vida que leva cuidando da propriedade, Seu José destaca a própria satisfação de estar nela, sem deixar, no entanto, de complementar: “e tem lucro né!”, fazendo questão de deixar claro a importância de cuidar do negócio. “Tem que ganhar dinheiro né, mas só não. Aí o dinheiro ajuda a manter as outras motivações”, comenta.

Ele designa os campos nativos do Areal como “pobres”, de modo que manter ali uma pecuária rentável não é tarefa fácil, ao seu ver. Trata-se de um tipo de campo bastante sensível às sazonalidades das estações, sobretudo ao inverno, conforme explica:

> a qualidade do nosso campo que é base de areia né, essas coxilhas de areia aí, essa vegetação, esse nativo, no verão dá uma pastagem boa, assim, alta, os animais tão tudo gordo, bonito né, comendo bastante. Mas em março ele já começa a ficar meio marronzinho e vai descendo assim e quando cai as primeiras geadas ele se liquida, não tem um pasto nativo de inverno como os outros campos de basalto que já tem trevo, tem isso, tem aquilo. Então a gente tem que plantar. Eu tenho 23 hectares de pasto né. Azevém e aveia.

No Areal, a onipresença dos cultivos não deixa de ser um reflexo dessas limitações do campo nativo. Aos que possuem área suficiente para permanecer na pecuária de corte, a expressão disso são as plantações de forragens de inverno. Já aos pequenos, a expressão é a própria vida agrícola no lugar da vida pastoril. “No inverno é escassa a boia né, é só pra não deixar morrer”, diz Seu José.

Essas particularidades que permeiam a viabilidade da pecuária “nas areias” se interligam. As características dos campos tornam indispensável o plantio e, este, por sua vez, demanda insumos externos e mão de obra. E, cada uma dessas necessidades tem suas dificuldades. Seu José dispõe de um trator para suprir as plantações de forragem. No entanto, diz que por limitações físicas, já não pode fazê-lo. Não pode, tampouco, delegar ao seu único trabalhador o acúmulo de mais essa função para além das várias outras que ele já desempenha, conforme argumenta. Ele necessita, por isso, lançar mão do contrato de um tratorista, o que, segundo explica,

é tarefa dificílima, pela escassez da oferta desse tipo de mão de obra. “Tenho trator. Esse é o problema de ter trator né, que eu fazia, agora não posso fazer mais. E ele não pode lavrar, plantar, cuidar as parreiras e camperear. Então tem que arrumar um para fazer e não se encontra”, comenta.

Por conta disso, no momento de nossa visita já fazia 3 anos que Seu José não plantava milho, que era prática corrente na propriedade. “Em alguma ocasião que eu consigo plantar milho, eu digo consigo porque tem que achar um tratorista e mais algum outro pra ajudar e nos três últimos anos eu não plantei”, explica. A escassez de mão de obra, não apenas para a agricultura, mas para a própria pecuária é citada por Seu José quando indagado sobre as principais dificuldades ou pontos negativos em sua reprodução socioeconômica. Essa é uma constante, aliás, nas interlocuções e entrevistas que fizemos, como já abordamos. “Pessoal está indo tudo para a cidade, hoje um empregado é uma dificuldade. Tem que ter sorte de ter um bom e saber trabalhar. Esse meu agora aí tem 7 anos”, comenta.

Seu José não é propriamente um pecuarista familiar. Ao menos, não é um pecuarista familiar plenamente caracterizado. Está longe, no entanto, da figura do grande estancieiro. Ao longo do tempo em que está de volta, julgou necessário dispor de mais campo, que foi comprando nas redondezas em diferentes oportunidades, somando outros 200 hectares aos que herdou, totalizando os atuais pouco mais de 400. Ele diz, no entanto, que não pretende ir além disso. “Vou ficar nisso aí no más né, já não posso andar mais a cavalo”, comenta. Em sua reprodução socioeconômica na propriedade contou o fato de ter se tornado Servidor Público durante a vida que construiu na cidade, atividade da qual hoje já é aposentado.

Quase todos os dias Seu José se faz presente na propriedade, que dista uns 15 quilômetros da cidade. Nos finais de semana é ele quem fica no lugar do empregado, que, por sua vez, também é pecuarista na região do Caty, não muito distante dali. Os custos com a mão de obra, para um pecuarista de sua estatura mediana, consomem significativa parcela da renda obtida na atividade. É comum que se fale de uma quase que divisão da renda da pecuária entre patrão e empregado.

Seu único trabalhador fixo “atende o campo e as parreiras”, conforme explica Seu José. Sua propriedade, aliás, é uma expressão dessa nova identidade híbrida que cada vez mais povoa os campos do Pampa, sobretudo em suas zonas arenosas: a das estâncias do vinho. Empreendedor, o pecuarista começou a investir nas

parreiras em 2010, depois de uma tentativa com a fruticultura, frustrada após uma perda com os pêssegos. “Faz pouco tempo que elas estão adultas”, frisa.

A viticultura é feita à guisa de complemento, pois é das crias bovinas sua principal receita agropecuária. Ele recorda que o plantio foi sendo feito aos poucos, sem financiamento, apenas com recursos do seu trabalho como bancário. “Eu fiz sem financiamento, então fui fazendo aos poucos. [...]. Então, se eu podia comprar 100 mudas eu comprava. Ia fazendo”, comenta. Hoje, trabalha com 1 hectare de vinhas, Merlot e Cabernet Sauvignon, e diz que não vai aumentar.

Seu José lembra que enfrentou sérias dificuldades para comercializar as primeiras safras. “No começo era uma coisa horrível a comercialização. Era uma briga”, revela. A entrega a atravessadores que levavam a produção para a Serra Gaúcha não era rentável pelo custo do transporte, segundo relata. Sua saída era tentar incluir sua produção em grandes cargas. “Tinha que achar uma brecha nos maiores, aí, para completar. Encosta aqui, encosta ali, com o deles”, diz. Atualmente, o destino da sua produção tem sido uma vinícola de Santana do Livramento, para onde ele mesmo leva suas caixas de uva. A remuneração, por vezes, é frustrante, segundo afirma. Por ser vizinho das lavouras de arroz, ele enfrenta, ainda, uma questão que tem causado grande preocupação entre os viticultores do Pampa e ganhado repercussão, inclusive, na mídia: a deriva de agrotóxicos das lavouras sobre as videiras.

> Tenho o problema do avião agrícola. Aqui todos tem. Eu, o ano retrasado peguei. Tem um trajeto assim para lá. E aí eu nem sabia que estava com (agrotóxico) a gente via umas (uvas) meio enrugada assim, mas não sabia. Até que um dia os caras me disseram: tu deves ter também o problema aí.

Por outro lado, é na pecuária extensiva, atividade com a qual se habituou desde os primeiros anos de vida, que Seu José encontra a base da reprodução de sua propriedade. Mesmo assim, isso não ocorre sem uma dose de problemas e de necessidades de adaptações. Ele relata, por exemplo, que foi obrigado a abandonar a criação de ovinos, que era a de sua maior estima, devido ao abigeato. “Praticamente ninguém tem mais ovelha aqui, porque o roubo. Bueno, então foram saindo, os cunhados venderam as ovelhas, fiquei só eu. Aí estavam batendo nas minhas ovelhas, tive que vender. Mas o que eu gostava mais era as ovelhas”, lamenta.

A reprodução desse problema histórico do abigeato e a consequente desistência de muitos produtores da ovinocultura para especializar-se na pecuária

bovina, parece se ligar também, ao deficit crescente de mão de obra. Tanto a prevenção ao roubo desse gado menor quanto a própria sanidade e rentabilidade das criações ovinas dependem de uma maior constância no manejo e na presença de pastores, algo cada vez mais difícil de se dispor.

Seu José relaciona, inclusive, a falta dos ovinos com problemas existentes em sua atividade principal, a criação bovina. Na sala da antiga casa da estância, mexendo em alguns documentos que guarda, ele pergunta: “Tu sabes a maria-mole? Tu sabes o efeito da maria-mole?” Lendo em voz alta um recorte de jornal, ele chama atenção: “a intoxicação por maria-mole já é considerada a primeira causa de morte de bovinos adultos no Rio Grande do Sul! Isso é um levantamento da Emater”, explica. O pecuarista conta que depois que deixou das ovelhas começou a aparecer os chircais e, nesse bojo, a proliferação da maria-mole.

Ocorre que os ovinos são conhecidos pela “limpeza” que fazem no campo de toda sorte de chircas e, sobretudo, de plantas tóxicas aos bovinos. Na falta deles, essas plantas tendem a ter maior proliferação. Para além das ovelhas, Seu José explica que até existem técnicas que são recomendadas para a prevenção da intoxicação por maria-mole. “Tem os conselhos pra gente fazer né, de manter o campo sempre com bom pasto, (daí os animais) não vão na maria-mole”, comenta ele. Porém, conforme explana, essa iniciativa torna-se difícil de ser aplicada ao seu tipo de campo, típico da localidade do Areal, pois é exatamente no período de maior toxicidade dessa planta, corresponde ao outono e ao inverno, que os campos do Areal experimentam sua maior míngua na oferta de forragem. Monta-se, então, o cenário para o prejuízo: animais com fome que dispõe em fartura de uma planta tóxica justamente em seu período de maior toxicidade.

Deste modo, segundo Seu José, sem as ovelhas, uma alternativa seria dispor de uma plantação de pastagem artificial suficiente para manter o rebanho no inverno. Isso, porém, esbarra novamente na questão da mão de obra e, sobretudo, no alto custo, segundo explica o produtor. É assim que o arrendamento para a soja, por exemplo, surge como possibilidade, já que, na entressafra do grão, é uma praxe a devolução do campo ao proprietário com pastagem de inverno. A possibilidade se torna, de fato, palpável na medida em que a oleaginosa já está presente na localidade e começam a aparecer ofertas. Quando perguntado se arrendaria, Seu José esclarece: “de momento não tenho intenção de arrendar. (Mas) Vai ser uma necessidade. Sabe por quê? Porque nós tínhamos a ovelha. E depois que sumiu a

ovelha, surgiu a chirca, e o custo de fazer, de lavrar, de botar uma outra pastagem, é muito alto", diz.

Apesar de limitantes, essas questões não chegam a impedir que Seu José consiga êxito em sua atividade. Atento ao mercado, ele está sempre buscando melhorias técnicas, sem se apegar a velhas práticas se estas não lhe trazem benefício. "A gente vai procurando sempre inovar. Vai procurando se informar bem. Agora mesmo está surgindo uma nova raça aí, é australiana. Vai estar em Esteio, o lote é da Azul, de Uruguaiana", exemplifica.

O pecuarista recorda que gostava de criar gado da raça charolês e que chegou a fazer cruzas, também, com nelore. Porém, as crescentes exigências do mercado por padrão racial e a preferência por determinadas raças britânicas o fizeram operar uma mudança genética em seu rebanho. "Eu gostava muito do gado charolês, e tinha um bom gado charolês. Mas chegou o momento em que o comércio, o mercado, queria outro pelo. E aí eu cruzei com o red angus. Já tem bastante colorado", explica. Com suas cruzas de nelore houve a mesma coisa: "cruzei um momento com o branco aquele, nelore. Mas também eles não querem. Então tem que fazer o que o comércio quer. Não adianta. Tu botas numa pista e não anda. Não compram", constata ele.

Resulta dessas melhorias que Seu José sempre vende todos os lotes de terneiros que vão à Feira de Terneiros de Quaraí, que é, há muitos anos, o destino de sua produção. Seguidamente, ele é, inclusive, premiado, tanto pelo peso quanto pelo padrão racial de seus lotes. "Vendo tudo e sou premiado também. Pelo padrão racial, o mais pesado. Essas premiações eu tenho tudo. Já tinha com o charolês", orgulha-se o pecuarista.

No manejo, do mesmo modo, a crescente demanda por qualidade impele aquele que se propõe a uma pecuária de mercado a deixar de lado certas lidas tradicionais. Quando perguntado sobre as marcações e castrações, por exemplo, que foram historicamente motivo de festa nas estâncias da fronteira, Seu José diz: "Se acabou a festa. Nós montávamos, tomávamos um trago também. Agora se acabou". Esse é um costume que vem desaparecendo da vida pastoril pampiana na medida da tecnificação da pecuária, reflexo da crescente busca por maior eficiência e qualidade do produto. "O terneiro é castrado na moita como a gente diz, ele tá deitadinho ali, chega perto, recém-nascido, já chega ali, já corta, já bota o spray e dá uma dose de Dectomax, que é um vermicida, e tá", explica.

Na produção dos terneiros, Seu José não usa inseminação artificial, utiliza apenas a monta natural com os touros. Ele diz que, por isso, em todos os potreiros da propriedade sempre tem touros. “Porque, bah, daí não param de dar cria. E minha renda é terneiro. Tem que sair terneiro”, diz. No tema da sanidade, ele comenta que o carrapato é um problema generalizado e é preciso estar sempre cuidando. “Até no Uruguai, nessa zona do outro lado do rio Quaraí, salta o carrapato”, afirma. Comparando com a situação uruguaia o produtor comenta que lá existe um maior controle e que os animais com carrapato sequer são vendidos. “Tu ofereces um lote de vaca gorda, primeiro vai lá os técnicos pra ver como é que está”, explica.

Sua criação, extensiva típica, é reunida na sede apenas sazonalmente, quando chega o momento de “dosar” (vacinação) e, principalmente, de aplicar o carrapaticida. O gado também é reunido junto às casas quando é preciso dar sal, em frequência que varia conforme a avaliação do estado do rebanho. “Num momento de seca tem que tocar mais sal. Quando é verão e está tudo bem, deixa que corra, é economia”, esclarece Seu José.

Nossa visita à propriedade se encerra com um convite para provar algumas das laranjas de seu pomar. Da sala da antiga casa de paredes grossas, erguidas com o arenito típico da região, nos dirigimos às laranjeiras. Ao passo que colhe as frutas que julga de melhor qualidade, o pecuarista volta a lembrar do antigo pomar do tempo de sua mãe. Ele ainda lamenta aquela perda, apesar de já dispor novamente de laranjeiras e de todo um bonito arvoredo junto às casas, que ele mesmo plantou. “A pior lembrança que eu tenho foi desses arvoredos que tinha aqui, das 320 laranjeiras e fruteiras, tudo. Isso aí foi coisa de louco”, recorda.

Antes de nossa partida, Seu José comenta que estava se aproximando a data em que pretendia aplicar o carrapaticida nos animais. Ele diz, inclusive, que costuma comprar em Santana do Livramento o medicamento, em uma casa veterinária específica da qual é freguês. Nisso, comentamos que voltaríamos a Quaraí para realizar outro trabalho de campo no Coatepe e que, por isso, passaríamos pelo Areal na semana seguinte. Oferecemo-nos para trazer o produto e, num rápido acerto, deixamos combinada a empreitada.

3.4.2 Seu Pedro, na paisagem das “pedras” da Coxilha Negra

O trajeto entre a cidade de Santana do Livramento e a localidade da Coxilha Negra, localizada no Sexto Distrito do município, é uma jornada típica da fronteira seca ente Brasil e Uruguai. O caminho que tomamos, por ser um bom atalho via território uruguaio, é um dos mais utilizados para chegar até a localidade. Da zona urbana de Livramento, é preciso passar à vizinha cidade conurbada de Rivera e depois tomar rumo oeste, através da zona rural desse Departamento, até subir o Front da Cuesta de Haedo chegando ao topo do seu reverso.

A subida do Front é marcada pela passagem de um domínio campestre e peniplano de baixa altitude a um domínio florestal típico das encostas da Campanha, em uma estrada curvilínea característica das subidas de serras, chamada Subida da Diligência. Até certa altitude, nos cortes da estrada, ainda afloram os arenitos eólicos da formação Botucatu, para logo depois começar a aparecer a capa basáltica, sinalizando a aproximação ao topo da Coxilha Negra, onde inicia o reverso da Cuesta. Lá em cima, os marcos são a única referência do limite político dessa fronteira onde o delimitador é o divisor de águas e não o curso d’água.

Os marcos sinalizam a linha divisória, mas também separam duas bacias hidrográficas e dois tipos de paisagens: no lado uruguaio, que deixamos para trás, são as fontes do arroio Cuñapiru que descem o declive mais ou menos escarpado do Front da Cuesta em um curso anaclinal sob a mata de encosta, para só depois, já nos campos da Depressão, desaguar em um trajeto ortoclinal que alimenta a bacia do Rio Negro. No lado brasileiro, as nascentes do rio Quaraí vertem calmas para o quadrante oeste, em um curso cataclinal, para depois se perderem no largo horizonte campestre.

Do topo da Coxilha, a vista para o lado brasileiro é a de um domínio do campo seco, onde as nascentes do Quaraí recém são olhos d’água e onde a monotonia da planura exclusivamente campestre só é quebrada pela imponência dos aerogeradores do Complexo Eólico Cerro Chato, vizinho dali, mais ao norte. No demais, o horizonte aberto é um mosaico de campo e gado, salpicado, de quando em longe, de capões de eucalipto ou das esparsadas sedes de propriedades escondidas baixo a arvoredos. Ali, as fontes do rio Quaraí recém se tornam sulcos, ainda sem nenhuma mata de galeria. Em uma altitude beirando os 400 metros, essa localidade, que é marcada pelos fortes e constantes ventos, é uma das mais altas de toda a Fronteira Oeste do estado (Fotografia 33).

Fotografia 33 – Rebanho mestiço sendo conduzido nos campos de solos rasos de basalto: ao fundo o Complexo Eólico. Setembro de 2019, Coxilha Negra, Santana do Livramento, RS.



Fonte: registro do autor em trabalho de campo.

É nessa paisagem, encravada na divisa entre Brasil e Uruguai, onde vive o Seu Pedro, em que o marco demarcatório entre duas soberanias nacionais parece virar um simples ornamento em frente às casas. Situada à beira da Estrada da Divisa, sua propriedade chama atenção, ao longe, sobretudo, pelo verde vivo do azevém no campo ao redor das casas. Na aproximação, o estabelecimento inspira capricho ao observador. Árvores cuidadosamente manejadas fazem uma sombra contínua. Nas cercas, cada trama é coberta com um tapume feito com pedaços de latas de alumínio para evitar infiltração de água e dar, assim, maior vida útil à madeira. No varal sobre o azevém, roupas da família secam ao vento. Sobre a cerca, quaram as capas que protegem os cavalos do frio.

Hospitaleiro, Seu Pedro vem nos receber já na porteira, ao ver que vínhamos nos aproximando. Essa visita foi uma das que realizamos de forma espontânea, sem

que houvesse agendamento prévio e sem que conhecêssemos o proprietário. Apresentamo-nos e, já explicando o motivo da visita, convidamos o anfitrião para participar de nossa pesquisa através de uma entrevista. Explicamos em detalhes em que consistia o procedimento e, nisso, prontamente, Seu Pedro aceitou o convite. Pediu apenas que aguardássemos alguns instantes, pois queria estar bem “pilchado” para a ocasião, o que de fato fez, voltando poucos minutos depois, vestindo uma pilcha completa: chapéu, lenço vermelho no pescoço, pala sobre o ombro, camisa, rastra, bombacha, um tirador que levava suas iniciais, faca e chaira na cintura também com suas iniciais na bainha, botas e esporas.

Iniciamos a entrevista-conversa no campo, próximo às casas, em um diálogo que incluiu um giro pelas dependências do estabelecimento e que duraria quase três horas. Seu Pedro nasceu no Passo do Trilho, localidade situada junto ao Arroio Moirões, afluente do rio Quaraí. Trata-se de uma paragem das mais remotas do Rio Grande do Sul, um Pampa profundo, de difícil acesso, situado a cerca de 50 quilômetros da zona urbana de Santana do Livramento. “Nós fomos criados tudo lá no Passo do Trilho. A nossa casa ficava dentro do mato, debaixo duns peraus”, conta. Lá ele viveu a infância junto a outros nove irmãos, sendo destes, 4 mulheres e 6 homens. Segundo relembra, a propriedade não tinha área suficiente para o sustento da família através da pecuária de corte, de modo que seu pai alternava trabalhos em distintos ofícios, tais como os de peão por dia, tropeiro e açudeiro. A principal fonte de sustento da família, no entanto, era o leite das vacas e cabras que criavam, pois além de ser diretamente usado na alimentação, era a matéria prima do fabrico de queijos que eram vendidos ou trocados por outras mercadorias na cidade:

> Nossos pais faziam queijo para vender. No tempo não tinha condução, não tinha carro. Tinha só um estancieiro, que era o finado Predinado, que era professor, que tinha um auto, era um jipe dele. E aí nem rádio tinha, pra ti ter uma ideia. E aí ó, nós fomos criados assim: nosso pai fazia queijo, tropeava. Ele tinha um pedacinho de campo, mas não dava pra sustentar, e aí fazia queijo, pegava o cavalo e ia - até um dos guris ia na cidade com ele - ia as maladas de queijo e ele trazia mercadoria, pra nos sustentar, entende? E nós fomos criados com um “engroçadinho”, assim, de leite de chiba, de cabrita, como dizem. Nós fomos criados assim: um engroçadinho com farinha de mandioca. E graças a Deus nunca tivemos doença nenhuma, nada, nada, nada.

Seu Pedro comenta, ainda, que o tempo de sua criação no Passo do Trilho era um tempo de fartura nas estâncias das redondezas, onde, segundo ele, sempre havia um pedaço de carne para o que tivesse fome ou um pouso para quem precisasse.

“Nosso pai nos mandava: guris, vocês vão lá no Artigas (estância), lá. Nos traz umas cabeças, uns pedacinhos de carne, fala com seu Antônio, com o Don Miguel, lá - que era o caseiro que era 20 e tantos anos que eles eram caseiros - E nos davam”, recorda-se. Além disso, em sua percepção, naquele tempo, havia maior confiança entre as pessoas, sendo que a palavra dita tinha o mesmo valor de um documento assinado. “Isso é a coisa mais linda, porque não havia papel, assinatura, havia, como dizia, o fio de bigode: tchê, vou te pagar em tantos dias, tu me dás um prazo, que sei eu, tantos dias o cara te pagava”, conta ele.

Foi em meio a esse ambiente que Seu Pedro foi sendo formado, desde muito cedo, para a lida campeira. “Eu nasci e me criei lidando com os animais, entende? A pessoa nasce, e se criando com os animais, é outra pessoa, não é como a pessoa da cidade que começa a aprender desde grande. Aí é muito diferente”, explica. Segundo sua concepção, para o trabalho nas lides da pecuária, os estudos, apesar de importantes, não o são tanto como a experiência prática de uma vida manejando animais:

> Tu sabes, o estudo é muito bom, mas a pessoa tem que ter experiência porque um cara analfabeto em campanha – pra cuidar os animais né – ele tem mais valor que um cara que tem estudo mas que não conhece nada, não sabe andar a cavalo, não sabe como é. O cara que sabe, ele olha um animal lá longe e enxerga: olha, aquele animal está doente. Entende? Se está deitado, está de pé, está meio separado dos outros, o cara conhece de longe. Uma ovelha abichada, está se mosqueando, meio assim: ó, aquela ovelha está abichada. Então por isso a experiência do cara, entende? E o tempo de encarneirar, de entourar o gado, tudo. Isso aí tudo é da experiência do cara. Eu não tive estudo, o quarto ano só eu estudei.

Seu Pedro ainda nem bem tinha saído da infância quando foi trabalhar pela primeira vez como peão campeiro, conforme revela. Desde então, foi peão e capataz em várias estâncias de Santana do Livramento, entre as quais algumas das maiores que existiam à época, de dimensões que, segundo conta, nem existem mais. “O tempo das estâncias, tchê! Que a carne não saía das trempes, viu? De madrugada, três horas, quatro horas, o cara estava comendo carne já. Era só assado também de manhã né, só assado”, recorda.

Ele diz que, atualmente, as estâncias estão muito menores, mesmo as maiores restritas a algo em torno de 10 ou 15 quadras (entre cerca de 800 e 1300 hectares) e que muitas sequer criam ovelhas. Orgulhoso, ele conta que chegou a trabalhar em estância que passava das 60 quadras de sesmaria, equivalente a mais de 5000

hectares, com rebanhos ovinos que chegavam a 10 mil cabeças e sem deixar animal nenhum adoecer.

> nós pegávamos tudo que é ovelhinha renga, manca. O cara pega, limpa o casco, corta os cascos, até com a faca, não precisa nem tesoura, nesse tempo nem tesoura havia. Passa-lhe a faca ali, um casco ali, bota um remedinho, já não abicha, entende? Vejo uma ovelha aí com uma feridinha, bota um remedinho, não abicha. E eu cuidava “miles” e “miles” de ovelhas.

Em sua carreira, Seu Pedro trabalhou tanto na “região das pedras”, que é seu ambiente de origem, para o lado de Quaraí, quanto na “região das areias”, para o lado de Rosário e Dom Pedrito. Perguntado se existem diferenças no trabalho em um e outro ambiente, responde: “Tem muita diferença, mas o cara que é da lida, é da lida né”.

Nessa zona das areias, em uma das firmas em que trabalhou, Seu Pedro teve seu mais longo período de permanência, de mais de 14 anos. Ele recorda, inclusive, que esse estabelecimento foi adquirido pelo Estado para fins de Reforma Agrária pouco tempo depois de sua saída, o que o fez perder a oportunidade de ficar com um lote de terra, já que a instalação de assentamentos prevê que sejam contemplados os trabalhadores empregados nos imóveis no momento da desapropriação. “Eu tive 14 anos ali e não recebi nada, e os outros que estavam na estância há dois meses receberam campo e tudo. Eu e meu guri não recebemos nada porque nós saímos antes”, rememora.

Quando perguntado sobre os lugares por onde passou e que considera mais terem mudado ao longo do tempo, Seu Pedro cita exatamente essas localidades tornadas “áreas reformadas” através da instalação de assentamentos. “Mudou foi a faxina lá né. A faxina, que estão os colonos lá, mas estão se virando lá. Se viraram, cada um tem um lotezinho lá né”, responde. Na opinião dele, as pessoas dos assentamentos eram famílias que não tinham nada e que conseguiram um meio de ter um “pedacinho de campo”, conforme expressa. Ele conta que, quando começaram a chegar as primeiras famílias assentadas nas redondezas, ele ainda estava lá, trabalhando na antiga estância e que se dava muito bem com o novo pessoal. “Ah, convivi, convivi. Até os primeiros que vieram era eu que estava lá na faxina, os primeiros que vieram pro São Leopoldo. Até meus patrões até nem gostavam e, que sei eu, mas eu, graças a Deus (interrupção)”. Hoje, ele considera que as famílias assentadas vivem uma realidade muito melhor, após muito trabalho. “Agora eles têm

boa casa, agora eles tão vivendo ‘louco de bem’. Até eu tenho um filho meu lá que é casado com uma colona”, diz.

Seu Pedro adquiriu sua propriedade na Coxilha Negra com o auxílio do antigo patrão, com quem diz ter uma relação de recíproca gratidão. Hoje aposentado, ele já trabalha e vive em seu próprio campo há 18 anos, junto da sua esposa, que também é aposentada. Enquanto ele se dedica aos serviços de campo na criação extensiva, ela se encarrega, sobretudo, do trabalho nas casas e arredores, segundo detalha. A propriedade tem 186 hectares, acrescidos de outros 26 arrendados na vizinhança, destinados, em sua totalidade, à criação extensiva de bovinos, ovinos e alguns cavalos. A estrada vicinal que passa na frente de sua casa, a chamada Estrada da Divisa, também é frequentemente usada como potreiro, de modo que o pecuarista diz que já chegou a criar mais de 100 reses nesse corredor. Sazonalmente, o produtor dispõe de algum trabalhador pago por dia para lhe auxiliar. No momento de nossa visita havia, inclusive, um casal trabalhando na propriedade, conhecidos de longa data do pecuarista, a quem disse fazer questão de receber para algum serviço. “A gente sempre tem (serviço) né, a gente sempre vai na luta, meio ‘curtão’ de dinheiro, mas vai levando né. Aí eu dou uma changa para ele. Ele me ajuda e eu ajudo ele”, explica.

Seu Pedro recorda que, quando chegou, teve de erguer ele próprio, do zero, seu estabelecimento. “Isto aqui que tu enxergas, essas árvores, mangueira, tudo isso aí fui eu que fiz. Não tinha nada, a casa velha ali estava caída, estava só as paredes, não tinha nada. E aí eu vim para cá e criei raiz aqui”, conta ele. O pecuarista revela que, além das benfeitorias como a casa e outras dependências, teve de fazer, também, o próprio campo para a criação, já que, em sua chegada, segundo lembra, a área estava abandonada, tomada pelos chircais. “Só quem conheceu isso daqui para dizer o que era: chirca! Ali atrás da minha casa, ali ó, era um chircal quase do tamanho desse paraíso aí ó. Tudo isso aí ó. Eu arranquei de pico. Só eu! A enxada e pico”, orgulha-se o produtor. Além disso, o neossolo originário do basalto com presença de muitos fragmentos de rochas e afloramentos rochosos propriamente ditos, característico dessa região, foi também um dos principais obstáculos que Seu Pedro procurou transpassar para conseguir obter um campo em melhores condições ao pastoreio dos animais, conforme relata:

> aqui era grosso de pedra tudo isso, que tu vejas. Só pedra, grosso, grosso. Tudo, tudo, isso daqui ó. E aí me dizem assim: o que tu fizeste das pedras? Aí que é tua pergunta, viste? O que eu fiz das pedras? Sabe o que eu fiz das

> pedras? Tinha buraco, assim, lagoa assim ó, eu boto as pedras no buraco e despois boto terra por cima assim ó, fica campo. Fica campo e não aparece nada de pedra.

Hoje, no mesmo lugar onde antes havia sido o domínio das chircas e pedregais, Seu Pedro exibe sua área de azevém que domina a fisionomia da paisagem nos arredores das casas. Sua área de azevém tem proporções realmente significativas em relação à superfície total da propriedade, algo bastante incomum na vizinhança. “Depois tu agarras e dá uma filmada pra ver onde eu moro e o que eu fiz aqui ó. Isso aí eu fiz, tchê! Eu fiz com esses ‘bracito’ aqui ó, atirando esse azevém por aí, e botando gado e ovelha por cima”, revela o produtor.

Para conseguir a pastagem rica e homogênea de que dispõe, o produtor se utiliza de uma técnica singular, adaptando-se às condições de solos de sua propriedade, que são desfavoráveis ao arado, conforme explica: “Aqui não dá pra lavrar, tu sabes? Isto aqui que eu tenho aqui ó, isto aqui é natural, tu atiras o azevém”. Primeiro, é feita a adubação da área com a própria urina e o esterco dos animais, que são colocados a pernoitar no local pretendido para a semeadura, segundo explana. Depois, é feito o plantio do azevém a lanço, seguido, por fim, de uma espécie de fixação da semente no solo através da passagem de ramos de árvores nativas espinhosas como o espinilho e a coronilha. Outra técnica que utiliza é a de colocar os animais a pastar azevém no período em que ele já está seco, para, em seguida, soltá-los ao campo para que semeiem novas áreas através do esterco. “E aí nasce coisa mais linda, melhor do que tu semeares ele”, afirma o produtor.

No que diz respeito ao campo nativo, que é o principal alimento de seus animais, Seu Pedro lança mão de uma série de práticas, que dizem respeito, sobretudo, ao controle de plantas tóxicas e invasoras. Em se tratando de uma pequena propriedade, o produtor diz que, em alguma medida, dá conta de controlá-las simplesmente retirando-as do campo, planta por planta. É o que faz, por exemplo, com o mio-mio e com o anonni. “Esse mio-mio eu arranco ele. Agora mesmo, agora eu vou passar a roçadeira aqui ó. Isso aí mata. Tu comes, morre. Até o gado (bovino) morre, sabe?”, explica ele. “Anonni tem naquele quadro ali ó. Mas estou arrancando já. Eu arranco de pico”, acrescenta. O pecuarista explica que os animais habituados a campos com mio-mio naturalmente não o comem, porém o gado que é reposto trazido de outros campos onde a planta não ocorre, é o que acaba se intoxicando. Contra esses casos, a receita dada pelo produtor é a seguinte: “pra ele não comer tu

tens que agarrar e queimar o mio-mio e esfregar no nariz dele e depois dar uns dias ainda".

Já no que diz respeito à maria-mole, o controle é feito através do pastejo das ovelhas. Seu Pedro segue a velha premissa campeira de que campo onde tem ovelha é campo limpo. A título de prova, mostra seu próprio campo, apontando ao horizonte: "Tu podes ver meu campo aí ó! Pode tirar uma foto dele, assim. Esses verdes aí tudo é meu, até aquelas águas lá ó. Campo limpo, viste?" comprova ele. Inclusive, o criador diz que as ovelhas hoje estão cada vez menos presentes nas estâncias, e é isso o que, segundo ele, está causando uma sensível mudança na fisionomia e na qualidade dos campos nos estabelecimentos. "Tu podes ver, esses campos a maior parte não têm ovelha, a maior parte das estâncias. Então por isso que tão virando numa (interrupção). Tem estância atirada, entende? Os campos abandonados, um pastiçal, um chircal, avalia o experiente homem de campo.

A produção bovina de Seu Pedro não é especializada em nenhuma fase, em específico, seja de cria, recria ou engorde. As vendas são feitas de acordo com o que ele tem disponível em cada momento e, particularmente, nas ocasiões em que está precisando de alguma liquidez, conforme detalha a seguir:

> Tchê, eu não tenho balança assim ó. Eu vou levando como Deus me ajuda como diz o outro. Às vezes eu preciso dum dinheiro eu vendo umas vacas assim ó. Umas vacas de invernar, umas vacas de cria, uns terneiros machos, entende? É a minha salvação. Às vezes eu vendo só os terneiros machos e fico com as vacas, entende? Agora mesmo eu tinha tirado um dinheiro no banco, um empréstimo. Aí eu tive que vender um lote de vacas com cria ao pé e terneiro macho.

O mesmo processo ocorre com os ovinos, cujo produto de saída varia entre a lã, o cordeiro e até mesmo os ovinos de corte de outras idades/categorias do rebanho, de acordo com a disponibilidade e a demanda que surge. Na verdade, a relação do produtor com o mercado é nitidamente permeada de significativo grau de autonomia. Característica esta, aliás, bastante descrita pela literatura sobre os pecuaristas familiares, como demonstra, por exemplo, a coletânea elaborada por Waquil et. al. (2016).

O rebanho bovino de Seu Pedro, ainda que não tenha um padrão, é predominantemente de cruza da raça Braford, segundo classifica. Para a reprodução, o pecuarista varia entre a inseminação artificial e a monta natural, de acordo com os recursos de que dispõe, mas deixa claro que já gosta mais da primeira. Em geral, suas

vendas são feitas via corretores. Os terneiros, ele diz que tem vendido “inteiros”, segundo conta, pois diz estar valendo mais a pena. Cabe destacar que muitos produtores veem a negociação de terneiros inteiros como uma economia de insumos e mão de obra, de modo que, se o preço pago pelo quilo compensa, o produtor tende a optar por esse tipo de venda.

Por vezes, quando tem animais gordos, ou quando engorda alguma vaca que “falhou”, Seu Pedro diz que comercializa também para o abate. Ele se queixa, no entanto, que a remuneração das comercializações de animais para abate não tem mais sido feita com base no peso vivo, ou seja, a partir do peso na balança, como era antigamente. Segundo explica, a chamada “venda a rendimento”, praticada hoje, é baseada no peso da carcaça, ou seja, no peso após o abate e limpeza, no frigorífico. Para o produtor, o problema desse tipo de venda é que o pecuarista fica à mercê de critérios de precificação estabelecidos unilateralmente pelo comprador, de acordo com seu interesse, quando os animais já foram abatidos e não há margem de negociação. “Eles vão te pagar o que querem porque são eles que estão com todo o teu gado”, explica ele, complementando, ainda, do seguinte modo:

> tu não estás sabendo quanto é que é que tu vais receber. Não é como na balança. Tu botaste na balança é tanto por quilo e vai embora. E a rendimento fica ruim entende? Quase ninguém gosta de “a rendimento”. As vezes pode dar até mais, mas tu vais saber do “a rendimento” depois que tu recebes o teu dinheiro.

No entanto, nitidamente, boa parte das preocupações de Seu Pedro se situam, na verdade, em reproduzir a vida pastoril na qual foi criado e que lhe traz satisfação, mais do que propriamente obter maiores ganhos econômicos. Apaixonado por rodeios e campereadas, ele construiu uma estrutura completa em sua casa para realizar carreiras de cavalos e outras “provas” campeiras. À moda das estâncias de outrora e seguindo um costume que aparece em relatos de viajantes ao menos desde o início do século XIX, Seu Pedro está sempre pronto para receber quem porventura chegue em sua casa. “Se chega uma pessoa, vem cruzando aí, chega aí: seu Pedro eu queria pousar. Mas como não! Bota para dentro aí, desencilha, se é cavalo de cabanha eu já meto naquelas cabanhazinhas, se é de campo, solto em qualquer potreiro aí”, garante o produtor. Para quem chega, ele sempre oferece, no mínimo, um prato de comida, segundo conta. “O que tem, eu convido”, diz. Ele lamenta, inclusive, que, hoje, esse tipo de hospitalidade seja cada vez menos comum na campanha, dizendo que

“tem certas estâncias que negam um prato de comida. Nem uma desencilhada”, lamenta.

Despedimo-nos de Seu Pedro já no início da noite. Mas não sem antes conhecermos a casa principal, sentarmo-nos à frente da lareira – onde a esposa e ele ainda mantém água quente sempre disponível nas cambonas junto ao fogo – e experimentarmos uma de suas cachaças.

4 SÍNTESE

Meus olhos se perdem longe
cuidando o campo e o gado
Por várzeas e coxilhões
entre horizontes dobrados.
Nos meus olhos rasos d´água
todo este verde se estende.
Imagens de encher os olhos
que não se compra, nem vende.

O campo nos cobra o preço
mas dá, em dobro o que tem
Verdeja a grama forquilha
quando termina o azevém.
Tem sempre a sabedoria
que a natureza não nega
Pastorejando os terneiros
que nascem pelas macegas.

Eu cuido bem do meu jeito
pois sei daquilo que falo
O campo é quem nos garante
ovelhas, bois e cavalos
É sua essência de terra
que me faz tão bem assim...
Eu faço parte do campo
e ele faz parte de mim!

São pontos rubros no verde
o gado pampa que pasta.
Eu sou e vivo esta terra
e gostar disso me basta!
Hoje meus olhos são mansos
andam no campo sem pressa
Conhecem os seus segredos
onde termina e começa.

Por isso que há de ficar
pra cada um que virá
O amor por estes campos
que a gente sempre terá...
Pois tem um fato que creio
e rezo sempre pra Deus.
Quem tem o campo no sague
passa esse sangue pra os seus!

Cuidando o Campo
Gujo Teixeira

Nas linhas que se antecederam, nos dedicamos a expressar uma Geografia do Pampa remanescente no Brasil, fruto de uma investigação que durou mais de 4 anos, entre 2017 e 2021. O objetivo foi compreender a dinâmica da paisagem pastoril em sua relação com a vida que a anima, dialogando com sujeitos sociais que com ela interagem. Enfocamos a alta bacia hidrográfica do rio Quaraí, um dos últimos redutos a conservar significativa parcela de áreas ditas “naturais” do bioma. Estiveram em questão causas, características e efeitos geográficos da permanência ou continuidade relativa dessa “mancha” de Pampa, ante um entorno que cede progressivamente à transição.

Como pano de fundo, esteve uma compreensão do espaço geográfico enquanto híbrido entre a materialidade ou configuração geográfica e a vida que a anima, isto é, as relações sociais. Em detrimento de um espaço superfície, conjunto de formas recebedoras da história, compreendemos o espaço como sucessão de formas-conteúdo, que condicionam a ação da própria sociedade e, portanto, da realização da história. Disso decorre nossa proposição inicial de que a conservação desses remanescentes do Pampa implica condicionantes postos pelas formas-conteúdo locais, resultando nessas manchas que, por isso mesmo, não são somente manchas de vegetação, biodiversidade, ou, de modo geral, de materialidade em si mesma, sendo indissociavelmente manchas de sistemas de práticas específicos, de ações funcionais e/ou simbólicas, enfim, de conteúdo desses subespaços, em alguma medida.

Em uma pesquisa de caráter qualitativo, operacionalizamos analiticamente o conceito de paisagem enquanto foco conceitual, mas com subsídio em outros conceitos geográficos. Compreendemos a paisagem enquanto marca cultural, uma escrita da superfície terrestre por uma determinada sociedade, estando presente objetivamente em cada território e subjetivamente em cada olhar. Nessa perspectiva a entendemos como um texto, um documento que versa sobre a relação entre sociedade e natureza em cada lugar, passível de leitura e interpretação e, por isso, uma fonte de pesquisa.

Por outro lado, considerando que nem toda uma realidade socioespacial pode ser desvelada pela visão e, ao mesmo tempo, que o próprio olhar do pesquisador é condicionado por filtros, concebemos que a observação da paisagem, ainda que com toda sua importância, não pode ser a única fonte de informações da pesquisa socioespacial. Colocamos em voga, então, a interlocução com os sujeitos sociais que

se relacionam e animam a paisagem, acessando seus relatos ou narrativas. Deste modo, o trabalho de campo, fundado no cruzamento entre observação direta da paisagem e escuta das vozes de suas gentes, constituiu-se na forma privilegiada de obtenção de informações, complementada pelas fontes documentais e bibliográficas. Há o que a paisagem esconde e suas gentes revelam, mas há, também, o que as gentes escondem e a paisagem revela. Buscamos, então, nessa mescla, aproximar-nos da realidade.

O primeiro grupo de achados desse processo, foi fruto de uma Geografia retrospectiva na escala do Pampa brasileiro e do Sudoeste Gaúcho. Através desse exercício, enxergamos a face historicamente construída do Pampa: a paisagem pastoril, uma paisagem agrária. Consideramos que, antes de os europeus começarem a rondar o Prata, no século XVI, a região, embora já fosse um domínio da paisagem campestre, não era um domínio pastoril. Muito mais do que marca das culturas locais, essa paisagem era a sua matriz. As sociedades do Pampa, embora já fossem "sociedades da carne", não o eram das carnes bovina e ovina.

Avaliamos que a paisagem – e a vida – pastoril começa a ser construída somente na esteira do processo de organização moderno-colonial do mundo, junto a uma gama de outras "paisagens derivadas", fruto dos intercâmbios tornados globais desde as grandes navegações iniciadas no século XV. A introdução do exótico elemento gado, no século XVII, é o evento chave dessa nova arquitetura, a partir da relação de cotransformação que se estabelece com o sistema preexistente (plantas, animais, solo, gentes, etc). Forma-se, a partir daí, um novo sistema, uma nova marca-matriz cultural em movimento. Uma híbrida de natureza-artifício que contém e está contida no Bioma Pampa, sendo altamente representativa dele, ainda que não seja sua única expressão.

Observamos, também, que, mesmo sendo fruto de uma situação técnica impossível sob os desígnios apenas naturais, a paisagem pastoril manteve uma simbiose com o meio geográfico pampiano anterior. Mesmo nos casos em que o uso pastoril foi conduzido fora dos padrões do que hoje se chamaria "sustentabilidade", isso se deu mediante perturbações na biota e não em sua efetiva substituição. Esculpida sob uma pecuária extensiva sustentada basicamente daquilo que o Pampa oferecia ao gado, essa paisagem teve na extensão um fator fundamental de produção, característica presente mesmo entre pequenos e médios criadores, se comparados a outras realidades camponesas regionais.

Permeada de lonjuras, a paisagem pastoril fez-se nas grandes distâncias e numa vida a cavalo, onde “os vizinhos não se podem olhar da janela”, tal como percebeu Avé-Lallemant (1953, p. 270). Desprovida das geometrias e densidades resultantes das ações carregadas da racionalidade instrumental que caracterizam as atividades produtivas mais intensivas, ela se revestiu de uma aparente naturalidade. A paisagem pastoril se fez, então, avessa ao pensamento moderno-colonial de onde teve sua própria origem, fundado exatamente no domínio da natureza como base da civilização e da cultura. Para os padrões moderno-coloniais importados, faltou-lhe algo de regular, de padronizado, de linear, de denso, que sintetizasse uma imagem de progresso. Rotulada de expressão “arcaica” e “pré-capitalista”, a paisagem pastoril foi tendo sua imagem associada a um vazio a preencher, a um deserto a povoar ou a um progresso ainda por se realizar quando deixar de ser “só campo”. O Pampa se tornou a “Metade Sul”, a “metade pobre” do Rio Grande do Sul, e o pecuarista, um “gigolô de vaca”, sobretudo se não fosse um rico e poderoso estancieiro.

Sob o peso desse imaginário de modernidade, essa secular paisagem agora sucumbe rapidamente ao avanço da soja, que se dá mediante o slogan do “El Dorado” agrícola da região, professado desde os seus albores. O cultivo da oleaginosa se expande no Rio Grande do Sul dos domínios de solos argilosos do norte, para os de solos arenosos e franco-arenosos do sul, no embalo da associação favorável entre fatores de mercado global, ciência, tecnologia e informação, que vão tornando cada vez mais diminutas as áreas em que as condições naturais preexistentes ainda impõem barreiras ao plantio a ponto de inviabilizá-lo.

Investidores com trajetória no setor, vindos, basicamente, dessas regiões tradicionalmente produtoras da metade norte do estado, movimentam uma grande procura por terras nas localidades do Pampa com solos minimamente viáveis à agricultura. A menor produtividade por área dos solos da região empurra o evento a um avanço extensivo, favorecido pelo baixo preço relativo do hectare. Frente às dificuldades atuais de reprodução na pecuária extensiva, principalmente para pequenos e médios pecuaristas, a conversão de remanescentes de paisagem-vida pastoril é facilitada, de modo que, hoje, já há, na região, mais áreas de lavoura do que de formações campestres nativas.

Restam remanescentes, confinados em geografias refratárias a usos hegemônicos. São espécies de conservatórios que hoje guardam, como fossem grandes relicários a céu aberto, essas formas-conteúdo, essa herança secular da

pecuária extensiva, entre continuidades e descontinuidades. Esses redutos ou conservatórios, remanescem, no entanto, em um momento de emergência de novos olhares, requalificados, que, paradoxalmente, passam a ver qualidades diferenciais nas mesmas características que um dia associaram essas zonas ao “atraso”, o que poderá ser uma potencialidade. A crise ambiental que põe em voga o tema da biodiversidade é, também, a crise da cultura de massa global que põe em voga o que é próprio e distintivo. É a diferença reagindo ao paradigma da repetição mecânica, diria Moreira (2011). Os territórios e suas expressões humanas, além dos biomas e suas expressões “naturais”, são valorizados e a conservação e/ou recuperação de suas paisagens vai se tornando de interesse social e institucional.

Daí que, ao se falar no Pampa remanescente, é oportuno falar na paisagem-vida pastoril remanescente. Seria dizer, além de um patrimônio “natural” ou biológico, estaríamos falando de um patrimônio territorial e agrário. Isso se torna particularmente acertado ao colocarmos essa Geografia retrospectiva do Pampa pastoril dentro de um quadro comparativo com a *dehesa* espanhola. Visualizamos, através desse exercício, duas expressões culturais-agrárias com trajetórias muito similares. Uma paisagem cultural mediterrânea de feitio bem mais antigo, mas com semelhante ar de naturalidade, além do que uma marca-matriz cultural também fronteiriça por excelência, permeada, como aqui, de heranças das disputas territoriais entre Portugal e Espanha.

Uma paisagem, além do mais, também moldada na extensividade de seus usos produtivos, marginalizada pelos olhares modernos e, por fim, suprimida. De modo que, hoje, em geral, também restrita a Geografias hostis a usos intensivos, é agora beneficiada pela paradoxal virtude de haver sido marginal (RIVERA; PÉREZ, 2002; PÉREZ, 2010; PÉREZ; SALINAS, 2015; PÉREZ; SALINAS, 2015b). Na esteira das reações às sequelas do intensivismo e da correspondente massificação das paisagens, a *dehesa* é crescentemente reconhecida social e institucionalmente como um patrimônio a ser conservado. Torna-se protegida por distintos dispositivos em diferentes escalas e dimensões. De outro lado, enfrenta os problemas da valorização naturalística e estética de sua paisagem em detrimento de sua função produtiva, o que, paradoxalmente, põe em risco a própria forma que é valorizada, dado que ela resulta do manejo humano (PÉREZ, 2010). Trata-se de uma realidade similar à da paisagem pastoril pampiana e que traz, portanto, importantes elementos para pensá-la.

O segundo grupo de achados da pesquisa, este na escala da mancha de remanescentes concentrada no Alto Quaraí, é fruto de uma Geografia do presente. Visualizamos, por essa via, um reduto abrigado em uma região natural específica do Pampa, a Cuesta de Haedo, que, aliás, bem poderia chamar-se Cuesta de Yapeyú, por justiça do povo indígena-missioneiro que fundou a pecuária nesses campos. As características dessa região natural, historicamente condicionantes da humanização de suas paisagens, estão, também, na base da explicação da permanência atual dessa zona como conservatório do bioma. Exatamente sobre a Cuesta está a única zona pampiana marginal ao avanço da soja, evento este que já se faz presente em quase toda a diversidade ambiental do Rio Grande do Sul. Evidenciamos, assim, as singularidades geográficas predominantes nessa área como geradoras de um efeito protetivo sobre o Pampa, ao restringirem o leque de usos do solo possíveis.

O Alto Quaraí se constitui em um Pampa protegido exatamente pela espontaneidade de sua própria Geografia, que se põe refratária às lavouras, seja por suas limitações edafo-climáticas e geomorfológicas, seja pelo peso de mentalidades históricas locais, que ainda reiteram em alguma medida antigas posições reticentes às searas. Avaliamos que a partir dessa sua marginalidade para certos usos hegemônicos, desvela-se ali um efeito de filtro que parece impedir o total domínio dos tempos do mundo, definindo essa zona como subespaço onde as rugosidades têm mais vez. Identificamos, assim, uma porção do espaço não completamente domesticada pelos imperativos da eficiência, da produtividade e do lucro. Uma zona que, devido as suas próprias contingências, sofre menos pressões de mudança e torna-se uma janela rugosa à reprodução de valores de uso, ao simbólico e à afeição, frente a um entorno regional que vai sendo mais rápida e profundamente alienado de seus arraigos locais.

Descortinamos, então, um Pampa conservado em maior grau em comparação a outras de suas paragens. Uma área de remanescentes que, para além da dimensão “clorofílica” do que conserva, constitui-se em um arranjo de lugares onde ainda impera a vida pastoril ante um entorno regional já tornado hegemonicamente agrícola. Aferimos o Alto Quaraí como uma zona onde os elementos naturais do bioma Pampa – de que são exemplos as próprias formações campestres – conservam-se arranjados como parte de uma singular arrumação de feitio histórico, uma paisagem agrária, hoje protegida por suas próprias contingências. De modo que, nas vozes locais, o próprio

Pampa aparece como sinônimo de vida pastoril mais do que propriamente um domínio natural.

As mesmas características que contingenciam as lavouras e fazem do Alto Quaraí parte de uma forma residual de domínio da pecuária extensiva no estado são as que tecem as singularidades da própria pecuária ali desenvolvida: forjam um *terroir* ovelheiro e uma zona especializada na fase de cria bovina, vocação esta forjada na singularidade de seus campos predominantemente basálticos, com seus solos rasos e pedregosos e suscetíveis a estiagens estivais. Através das vozes locais, descobrimos, ainda, um conservatório propriamente dito de antigos condicionantes postos pelo meio, com seus significados e representações sociais. Nos campos sobre basalto, presenciamos numerosas expressões de uma vida permeada pelos desafios e amenidades de se criar gado “nas pedras”, enquanto nos campos arenosos do Areal e do Coatepe, por exemplo, testemunhamos as nuances ligadas às especificidades do ser pecuarista nas “areias”. Na objetividade de cada situação dessas e na subjetividade de cada olhar local, apresenta-se um patrimônio territorial e agrário de notável valor cultural.

Por outro lado, trouxemos, dos quilômetros percorridos em campo e das horas de interlocuções com as gentes locais, mostras ilustrativas de que o estável, ali, não é sinônimo de estático e de que o rugoso não se confunde com a ausência do novo. Abordamos, portanto, as várias mudanças que constatamos nesse que é um reduto de permanências. Mostramos que, em alguns casos, essa mudança se apresenta, paradoxalmente, como espécie de volta ao antigo: a biota nativa regenera-se em áreas anteriormente ocupadas com arroz; famílias de antigos policultores chacreiros se convertem em pecuaristas familiares enquanto levas de pecuaristas oriundos das zonas de avanço da soja buscam uma “fuga para o basalto”, na tentativa de continuar na tradição da pecuária extensiva em campo nativo. Em outros casos, é o antigo que aparece revestido do novo, tal como atestam os diferentes níveis e tipos de repaginações na pecuária com as quais nos deparamos. De modo que, nem de longe essa zona se reduz a um refúgio dos pecuaristas reticentes à modernidade. São diversos os graus e nuances das modernizações e repaginações que movimentam a atividade pastoril na direção de sua eficiência e condições mais favoráveis à sua reprodução social.

Por outro lado, há as novidades que se apresentam como ameaças à reprodução da paisagem e da vida pastoril, seja na forma de ameaças novas ou

renovadas: escasseiam-se os braços na esteira do envelhecimento e êxodo da população rural; os agentes do abigeato, por sua vez, encontram convenientes vazios em campos onde atuam menos pastores; enquanto isso, a infestação dos campos pelo capim anonni e pelo javali, e do gado, pelo carrapato, ocupam, ali, o mesmo lugar que, em outros confins pampianos, ocupam a soja e a mineração como agentes de impacto sobre o Pampa.

Há, ainda, outros dois eventos que, embora ainda incipientes em extensão, transformam profundamente a paisagem pastoril dos lugares onde se instalam e já levantam questões sobre o futuro do Alto Quaraí enquanto atual reduto de conservação do Pampa: a soja, principal motor de transformação em outras paragens do Pampa, encontra também no Alto Quaraí o seu foco de introdução, ao ocupar a janela de domínio de solos arenosos do Areal; enquanto, por fim, o grande potencial eólico de geração de energia dessa zona vai tendo como laboratório o Complexo em funcionamento no entroncamento entre a Coxilha Negra e de Japejú (Santana), chamando atenção para a conservação desse relicário pastoril.

Entre inércias, transformações e ameaças, o fato é que o Alto Quaraí remanesce como área relicário, cujas relíquias que guarda são a própria paisagem e a vida pastoril pampiana.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACHKAR, M. El bioma pampa: un territorio en disputa. In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; FOLETTO, E. M. (Org.). **Olhares sobre o pampa**: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 126 – 140.

AHLERT, J.; GOLIN, L. C. T. A estatuária como cultura material constitutiva de espacialidades nas áreas rurais missioneiras. **Revista história***:* debates e tendências, v. 17, n. 1, 2017, p. 83-97.

ANDREOTTI, G. A paisagem como "aparência visual integrada". In: ANDREOTTI, G. **Paisagens culturais**. Tradução Ana Paula Bellenzier. et. al. Revisão da tradução Giuliana Andreotti, Iria Zanoni Gomes. Curitiba: Editora UFPR, 2013. p. 63-88.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

AZARA, Félix. **Viajes por la America meridional**. Madrid: Espasa Calpe, 1969.

BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC; Florianópolis: PARAULA, 1997.

BARRIOS PINTOS, A. **400 años de la historia de la ganadería en Uruguay**. 2. ed. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2011.

BEHLING, H.; JESKE-PIERUSCHKA, V.; SCHÜLER, L.; PILLAR, V. M. Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. **Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 13 - 25.

BENCKE, G. A. Diversidade e conservação da fauna dos Campos do Sul do Brasil. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. eds. **Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p.101-121.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

BILENCA, D.; MIÑARRO, F. **Identificación de Áreas Valiosas de Pastizal (AVPs) en las pampas y campos de Argentina, Uruguay y sur de Brasil**. Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina, 2004. 352 p.

BOHN GASS, S. L.; VERDUM, R.; VIEIRA, L. F. S.; CANEPPELE, J. C. G.; LAURENT, F. Os areais do sudoeste do Rio Grande do Sul, Brasil, como patrimônio

geomorfológico. **Physis Terrae** - Revista Ibero-Afro-Americana de Geografia Física e Ambiente, Universidade do Minho, V. 1, N. 2, p, 101-119, 2019.

BONATO, E. R.; BONATO, A. L. V. **A soja no Brasil**: história e estatística. Londrina: EMBRAPA-CNPSo, 1987. 61 p.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em ciências sociais. **Em tese**: revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC, v. 2, n. 1, a. 3, p. 68-80, jan./jul. 2005.

BORBA, M. F. S. **La marginalidad como potencial para la construcción de otro "desarrollo":** el caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil. 2002. 336 f. Tese (Doutorado em Sociologia, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Córdoba, Córdoba, Espanha, 2002.

BRASIL. Portaria n° 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 mai. 2009. Seção 1, p. 17.

BUCCELLI, V. **Uma viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2016.

CAMPAL, E. Introducción y notas. In: CARDIEL, J.; GONZÁLEZ, S. **Las vaquerías del mar**. Montevideo: Enciclopedia Uruguaya, n. 5, 1968.

CHEBATAROFF, J. **Palmeras del Uruguay**. Montevideo: Bouzet Ed., 1974. 32 p.

_____. Regiones naturales de Rio Grande del Sur y del Uruguay. In: CARDOSO, E. S.; DE DAVID, C (Org.). **A geografia do Rio Grande do Sul em meados do século XX**: retratos do território e da produção da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Porto Alegre: AGB, 2014. p. 19-35.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se**: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007). 2009, 288f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2009.

CHOMENKO, L.; BENCKE, G. A. **Nosso Pampa desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

CHRISTILLINO, C. L. **Litígios ao sul do império**: a lei de terras e a consolidação da política da Coroa no Rio Grande do Sul. 2010. 353 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, v. 9, p. 143-159, 1998.

COSTA, C.; FROEHLICH, J. M.; CARPES, R. H. **Masculinização rural**: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 30, n. 2, dez. 2013.

COSTA, L. C. N.; SERRES, J. C. P. Memória, identidade e paisagem cultural: interfaces na constituição do patrimônio brasileiro. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 12, n.1, p. 158-178, jan./jun., 2016.

CLAVAL, P. **A geografia cultural.** 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

_____. **Terra dos homens**: a geografia. Tradução Domitila Madureira. São Paulo: Contexto, 2014.

CRAWFORD, L. **La provincia uruguaya del Tape**. Montevideo: Ed. Geosur ,1983.

CRUZ, R. C.; GUADAGNIN, D. L. Uma pequena história ambiental do pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: COSTA, B. P.; QUOOS, J. H.; DICKEL, M. E. G. (org.). **A sustentabilidade da Região da Campanha - RS**: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010. 226 p.

DA ROS, C. A. O movimento "vistoria zero" e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, n. 22, p. 232-278, 2009.

DE DAVID, C. L'expansion de la monoculture dans la Pampa Gaucha et son impact sur le paysage. **Eso, travaux & documents**, n. 40, p. 75-80, mar. 2016.

DREYS, N. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132.

ESCHER, F.; WILKINSON, J. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 656-678, nov. 2019.

FARINATTI, L. A. E. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). 2007. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, V. D.; MIGUEL, L. A. A presença histórica da pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul: Santana do Livramento, século XIX. In: WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z., BORBA, M. F. S. **A pecuária familiar no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 41 – 61.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução Joice Elias Costa. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, S. S.; MEDEIROS, R. M. V. La dimension territoriale du développement durable. **Confins [En Ligne]**, n. 38, dez. 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/15992>. Acesso em: 28 mai. 2019.

FREITAS, D. **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. 204 p.

GARCIA, G. B. **O domínio da terra**: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense oitocentista. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GAZZONI, D. L. A soja no Brasil é movida por inovações tecnológicas. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 70, n. 3, jul./set., 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLIN, L. C. T. O caminho das missões. In: PILLAR, V. D. P.; LANGE, O. **Os campos do sul**. Porto alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015.

GOMES, E. T. A. Natureza e cultura: representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 49-70.

G1 MT. Termina colheita de lavoura de soja plantada 'na pedra' em Cuiabá. **Portal G1**. 10 mai. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/agrodebate/noticia/2014/05/termina-colheita-de-lavoura-de-soja-plantada-na-pedra-em-cuiaba.html>. Acesso em: 15 jul. 2021.

HAESBAERT, R. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográficocultural integradora. In: SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 393-419.

_____. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc., espaço, tempo e crítica:** Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. 15 de agosto de 2007, n° 2 (4), vol. 1. ISSN 1981-3732.

_____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HEIDRICH, A. L. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. p. 15-33.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Manual de boas práticas para o controle de javali**. Brasília: IBAMA, 2020. 40 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 324 p.

_____. Nota Técnica do Mapa de Biomas do Brasil, 2004.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de análise de mercado de terras no Rio Grande do Sul**, 2020.

INSTITUTO CURICACA. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade do Bioma Pampa**: Produto 1: Relatório de avaliação dos impactos do processo anterior de atualização das áreas prioritárias do bioma Pampa, 2018.

ISABELLE, A. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, jul. 2006.

LANTMANN, A. Solos pedregosos não impedem o cultivo de soja e milho em Cristalina (GO). **Canal Rural.** 13 nov. 2013. Disponível em: https://www.canalrural.com.br/sites-e-especiais/solos-pedregosos-nao-impedem-cultivo-soja-milho-cristalina-26338/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

LEAL, E. J. M. Um desafio para o pesquisador: a formulação do problema de pesquisa. **Contrapontos**, Itajaí, n. 5, p. 227-235, mai./ago. 2002.

LEVINTON, N. **El espacio jesuítico-guaraní**: la formación de una región cultural. Assunção: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 2009.

LIMA, C. S. **La patria misionera:** la civilización jesuítico-guaraní y su influencia en el pensamiento artiguista. Montevideo: Linardi y Risso, 2007. 142 p.

MARCHIORI, J. N. C.; ALVES, F. S. O Palmar de Coatepe (Quaraí, RS): enfoque fitogeográfico. **Balduínia**, Santa Maria, v. 1, n. 28, p. 21-26, abr. 2011.

MENDES, Carla. Embrapa busca formas de produzir em solo pedregoso do Cerrado do Tocantins.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, abr. 2017.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-29.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira: atualização – Portaria MMA Nº 09, de 23 de janeiro de 2007. Brasília, 2007.

_____.; IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE. Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros: monitoramento do bioma pampa (2008 – 2009). Brasília, 2011.

MOREIRA, R. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção, Geographia, n. 1, p. 151-153, 1999. Resenha de: SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MULLER, FILHO, I. L. **Notas para o estudo da Geomorfologia do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: UFSM, Departamento de Geociências, 1970.

ORNELLAS, M. **Gaúchos e beduínos**: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. 5. ed. Porto Alegre: Edigal/Ed. Evangraf, 2012. 342 p.

PÉBAYLE, R. A vida rural na Campanha Rio-Grandense. **Boletim Geográfico**, n. 207, Ano 27, nov./dez. 1968. p. 18-32.

_____. Capítulo 5. In: NEVES, G. R (Org.). **Reflexões sobre a geografia histórica e cultural do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2017.

PÉREZ, R. S. Hacia una valoración patrimonial de la agricultura. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 275, out. 2008.

_____. La dehesa vista como paisaje cultural: fisionomías, funcionalidades y dinámicas históricas. **Ería**, n. 82, p. 143-157, 2010.

_____. SALINAS, V. F. Claves para el reconocimiento de la dehesa como paisaje cultural de UNESCO. **Anales de Geografía**, v. 35, n. 2, p. 121 – 142, 2015b.

_____. El patrimonio y el territorio como activos para el desarrollo desde la perspectiva del ocio y del turismo. **Investigaciones geográficas**, n. 46, p. 69-88, 2008.

_____. La construcción histórica de los paisajes de la dehesa. In: CANO, M. T. P.; NARANJO, M. L. R. (Eds.). **La dehesa**. Sevilla: Grupo HUM-700, Universidad de Sevilla, 2015, p. 37-46.

PIRES DA SILVA, L. A. **Paisagens dos Areais Gaúchos**. Conectividades e vivências, caminhando em busca de uma hermenêutica Instauradora a Educação Ambiental. 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. V. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Org.). **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 217-256.

_____. **Dos cerrados e de suas riquezas**: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019.

QUEIROZ, M. I. P. Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 19, p. 55 – 78, 1977.

QUIVIY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais.** Tradução João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes, Maria Carvalho. Revisão Científica Rui Santos. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Org.). **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais. 1.ed. São Paulo: Expressão popular, 2010. p. 13-23.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. 4 ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2015.

_____. **Viagens ao Sudoeste do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014. 200 p.

REVERBEL, C. **O gaúcho**: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986.

RIETH, F.; LIMA, D. V.; RODRIGUES, E. B.; HERRMANN, M. B. "Aqui na lida é eu, a esposa e os cachorros": trabalho familiar e saberes pecuários nos campos dobrados do Alto Camaquã. **Tessituras**: revista de antropologia e arqueologia, Pelotas, v. 7, n. 1, jan./jun., p. 48-68, 2019.

_____. "Lida brabíssima": a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária extensiva no pampa brasileiro. **Teoria e cultura**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 81-91, 2016.

RIVERA, J. F. O.; PÉREZ, R. S. Aproximación a los paisajes de la Sierra Morena andaluza. In: NARANJO, F. Z.; MORENO, C. V. (Coord.). **Paisaje y ordenación del territorio**. Sevilla: Fundación Duques de Soria – Consejería de Obras Públicas y Transporte, Junta de Andalucía, 2002. p. 71-91.

_____. Dehesas de Sierra Morena y políticas agroambientales comunitarias. **Estudios Geográficos**, v. 58, n. 226, p. 203-226, 1997.

ROBAINA, L. E. S.; TRENTIN, R.; BAZZAN, T.; RECKZIEGEL, E. W.; DE NARDIN, D.; VERDUM, R. Compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica do Ibicuí, Rio Grande do Sul, Brasil: proposta de classificação. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 11, n. 2, p. 11-23, 2010.

ROSSATO, M. S. **Os climas do Rio Grande do Sul**: variabilidade, tendências e tipologia. 2011. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ROISENBERG, A.; VIERO, A. P. O vulcanismo mesozoico da Bacia do Paraná no Rio Grande do Sul. In: HOLZ, M. e DE ROS, L.V. **Geologia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CIGO/UFRGS, 2002. p.355-374.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANTI, J. R. 2004. **Estabelecimento de estâncias**: estratégia imposta pela coroa luso-brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. (Mestrado em Integração LatinoAmericana). Santa Maria, UFSM.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SELL, J.C. **Estradas paisagísticas**: estratégia de promoção e conservação do patrimônio paisagístico do Pampa Brasil-Uruguai. Santa Maria, 2017.Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, UFSM.

SILVA, E. L. O Pampa e a APA do Ibirapuitã: estratégias e ações para a sustentabilidade In: COSTA, B. P.; QUOOS, J. H.; DICKEL, M. E. G. (Org.). **A sustentabilidade da região da campanha/RS**: Práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, v.1, p. 01-30, 2010.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SORRE, M. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia cultural**: um século. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

_____. **L'homme sur la terre**. Paris: Corriger, 1961.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 93, 15 jul. 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. **A Trajetória da natureza:** um estudo geomorfológico sobre os areais de Quaraí-RS. 1987. 243 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1987.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Tradução do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

VALCÁRCEL, J. O. El patrimonio territorial como recurso cultural y económico. **Ciudades**, Valladolid, n. 4, p. 33-48, 1998.

VÉLEZ, E.; CHOMENKO, L.; SCHAFFER, W.; MADEIRA, M. Um panorama sobre as iniciativas de conservação dos Campos. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. (Ed.) **Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 356 - 379.

VERDUM, R. et. al. Um mosaico de relações: o Pagus e as múltiplas leituras para o estudo da paisagem. In: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (Org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura.** Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. p. 211-228.

VIANA, J. G. A.; SOUZA, R. S.; SILVEIRA, V. C. P. Evolução dos preços históricos da bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul: tendência e comportamento dos preços em nível de produtor e consumidor. **Ciênc. agrotec.** Lavras, v. 33, n. 4, p.1109-1117, 2009.

ZUSMAN, P. La tradición del trabajo de campo en geografía. **Geograficando**, La Plata, a. 7, n. 7, p. 15-32, 2011. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5089/pr.5089.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2019.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2019.

WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z., BORBA, M. F. S. **A pecuária familiar no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 288 p.

WARNIER, J. P. **A mundialização da cultura**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Tese

Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas:
uma etnografia a pé na pampa brasileira

Daniel Vaz Lima

Pelotas, 2020

Daniel Vaz Lima

Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas:
uma etnografia a pé na pampa brasileira

Tese de doutorado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Rieth

Coorientadora: Profa. Dra. Louise Prado Alfonso

Pelotas

2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L732p Lima, Daniel Vaz

Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas : uma etnografia a pé na Pampa brasileira / Daniel Vaz Lima ; Flávia Rieth, orientadora ; Louise Prado Alfonso, coorientadora. — Pelotas, 2020.

335 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Descobrir caminhos. 2. Humanos e não humanos. 3. Agricultura. 4. Pecuária familiar. 5. Pampa. I. Rieth, Flávia, orient. II. Alfonso, Louise Prado, coorient. III. Título.

CDD : 305.8

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Banca Examinadora

Profa. Dra. Adriana Paola Paredes Penafiel (FURG)

Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle (UFPEL)

Prof. Dr. Francisco Pereira Neto (UFPEL)

Profa. Dra. Marilia Kosby (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço à agencia de fomento por tornar viável a realização desta pesquisa. Ao longo desta caminhada sempre tive em consideração que a bolsa que me financiava vinha do dinheiro público, colocando a responsabilidade de pesquisar e fazer extensão junto as comunidades como forma de pesquisa-ação.

Agradeço, primeiramente, aos meus familiares de uma maneira geral e, especificamente: aos meus pais, Valdelírio Adamoli Lima e Dilma Vaz Lima; ao meu irmão Antônio Davi e minhas irmãs Carolini, Valéria e Mônica; ao meu primo e companheiro de discussão filosófica Pedro Otaviano; aos meus cunhados André e Lazaro; às minhas sobrinhas Helena e Alice e ao meu sobrinho Arthur. Sou grato pelo incentivo para iniciar e realizar esta etapa, que ora se conclui assim como para tolerar minha ausência.

À equipe do “INRC – Lida Campeira”: Marilia Kosby, Miriel Bilhalva, Tatiane Delamare, Vagner Barreto Rodrigues, Juliana Nunes e Prof. Dr. Adriano Simon, pela amizade, companheirismo e troca de experiências as quais enriqueceram minha pesquisa.

À equipe do “Projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação”, em especial para Melina Monks, Mateus Fernandes, Vanessa Costa e Simone Fernandes.

A todos/as os/as demais colegas que conviveram e deram, mesmo que indiretamente, contribuição para construção do meu objeto de estudo, especialmente o Eric Barreto, o Lisandro Moura, a Beatriz Costa e a Cristiane Tavares.

Aos professores e às professoras, por sua paciência e perseverança diante das limitações, de cada um, colocando o conhecimento ao alcance de todos.

Às orientadoras Prof.ª Flavia Rieth e Profa Louise Prado Alfonso, por compartilharem os seus conhecimentos, pela seriedade e por me conduzirem no desenvolvimento deste trabalho, além da confiança e paciência em mim depositada quando, nos momentos em que me senti inseguro e incapaz. Agradeço de maneira especial pela habilidade em passarem a experiência a este "aprendiz" de antropólogo e mostrar que fazer antropologia implica engajamentos, responsabilidades, valorização do dado etnográfico e pensamento livre. Ensinamentos que carregarei comigo tanto no decorrer de minha trajetória acadêmica e quanto na vida.

Aos/às integrantes da banca, Profa. Dra. Adriana Paola Paredes Penafiel, Prof. Cláudio Baptista Carle, Prof. Francisco Pereira Neto e Profa. Marilia Kosby, que estiveram presentes ao longo desta jornada e que agora avaliarão os resultados dessa trajetória.

Agradeço à Thaise e à Aline Pereira, servidoras do PPGAnt, e ao Coordenador Rafael Milheira pela amizade e dedicação.

Agradeço ao IPHAN pela oportunidade de pesquisa em um Inventário Nacional de Referências Culturais e me proporcionando instrumentos teóricos e metodológicos que me tornaram capazes de conhecer a pampa. Um agradecimento especial aos/as servidores Caetano Sordi e Beatriz Freire.

Agradeço a Embrapa pela parceria no desenvolvimento dos projetos principalmente aos pesquisadores Marcos Borba - Embrapa Pecuária Sul – Bagé; Ernesto Guarino e João Carlos Costa Gomes – Embrapa Clima Temperado.

Às extensionistas da Emater, Adriane Lobo (Morro Redondo), Rosemeri Berguenmaier de Olanda (Canguçu) e Ana Rosa Sonáglio (Bagé), pelo apoio e companheirismo.

Aos vereadores e vereadoras de Morro Redondo Thiarles Schineider, Silvia Eslabão e Marcio Zanneti e Daniel Goulart; ao vereador Mateus Garcia de Pinheiro Machado.

Agradeço a parceria das associações envolvida ao longo da caminhada: Associação Para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC); Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa); A Associação de Empreendedores do Turismo (AETMORE) de Morro Redondo; projeto “Sistemas agroflorestais Doceiros de Morro Redondo; Cooperativa dos Agricultores Familiares de Morro Redondo (COOPAMOR)

A todos/as interlocutores privilegiados da Pesquisa: Afonso Colares, Alberto Gonçalves Rodrigues (Seu Beto), Amilton Camargo, Andrea Madruga, Seu Aniba, Angélica Milech, Camilo Pereira, Carlos Roberto dos Santos Garcia, Cléo Ferreira, Daniel Costa, Cris Colares, Dieder Becker Damé, Lais de Moraes, Edimilson, Guilherme Colares, Jordão Costa, Luciano Jardim, Marcia Colares, Marcos Blanco; Dona Marina, Mauricio Cruz, Murilo Cruz, Nilo Schiavon, Pedro Gonçalves, Pedro Vieira, Vera Colares, Regis Medeiros, Regis Colares, Rui Cruz, Rudnei, Sibele Costa, Rosangele Scholante, Solange Brizolara Cruz, Zeni Crizel, Vanda, Wagner Vitória.

Ao meu cavalo “Tordilho” pelo companheirismo e por me acompanhar nessa caminhada de vida e trabalho alimentando o meu devir-cavalo. Aos meus cachorros Bob, Cholinho, Pitti, Caca, Layde, por me acompanhar nas caminhadas pelo campo quando fazia pequenas reflexões sobre a vida.

Agradeço ao meu sogro Juan Antonio Pereira, à minha sogra Emy Silva e à minha cunhada Jessica Pereira, estendendo ao seu noivo Mauricio Farias, pelo acolhimento e pelo carinho nesta nova vida no Uruguay.

Um agradecimento especial à minha companheira, Lorena Paola Pereira Silva, pelo amor, confiança e motivação, fatores que considero importantes para um bem viver juntos marcados por trocas de carinho e cuidados.

E por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste curso.

Muito obrigado!

RESUMO

LIMA, Daniel Vaz. **Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas**: uma etnografia a pé na pampa brasileira. 2020. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Esta etnografia resulta do seguir e descobrir caminhos de gentes, bichos e coisas nas diferentes paisagens da pampa brasileira. Apresenta-se uma pampa heterogênea, manejada em devires constituindo um emaranhado de relações. Tal caminhada se dá junto a pecuaristas e/ou agricultores familiares e seus mundos, enquanto artífices criativos tecendo e tramando inúmeras linhas, de fuga, de transformação, de vida. Ao inserir-se em fluxos e devires, esses artífices, seres com vida, tornam-se múltiplos, fragmentados, multisituados e criam uma série de conexões que levam a discussão das fronteiras vazadas de agricultura/pecuária, rural/urbano, natureza/cultura, tradicional/moderno. Outras tramas levam aos enfrentamentos contra o capitalismo moderno colonial e seus entes indesejados. As multiplicidades são misturas e desvios e, assim, são contra-narrativas às práticas e políticas de purificação do Estado, das corporações e seus projetos de mercantilização da vida. Nesse sentido que, tais linhas, confeccionadas pelo seguir os rastros e as conexões, conforma uma série de questões. Por conseguinte, atento para as possibilidades de fazer a pampa sustentada nas experiências das múltiplas linhas que conformam um pluriverso.

Palavras-chave: Descobrir caminhos, agricultura e pecuária familiar, humanos e não humanos, pampa.

ABSTRACT

LIMA, Daniel Vaz. **Through the (dis)paths of people, animals and things: an ethnography on foot in the Brazilian pampa.** 2020. 335 f. Thesis. (PhD in Anthropology) - Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2020.

This ethnography results from following and discovering the paths of people, animals and things in the different landscapes of the Brazilian pampa. A heterogeneous pampa is presented, managed in becoming, constituting a tangle of relationships. Such a walk takes place with ranchers and family farmers and their worlds, while creative artisans weaving and plotting countless lines, of escape, of transformation, of life. Inserting themselves in flows and becoming, these artisans, living beings, become multiple, fragmented, multisituated and create a series of connections that lead to the discussion of the empty borders of agriculture / livestock, rural / urban, nature / culture, traditional / modern. Other plots lead to confrontations against modern colonial capitalism and its unwanted beings. Multiplicities are mixtures and deviations and, thus, are counter-narratives to the purification practices and policies of the State, corporations and their projects for the commodification of life. In that sense, such lines, made by following the tracks and connections, make up a series of questions. Therefore, be aware of the possibilities of making the pampa sustained in the experiences of the multiple lines that make up a pluriverse.

Keywords: Discover paths, family farming and livestock, Human and non-human, Pampa.

RESUMEN

LIMA, Daniel Vaz. **Por los (des)caminos de personas, animales y cosas: una etnografía a pie en la pampa brasileña.** 2020. 335 f. Tesis (Doctorado en Antropologia) - Instituto de Ciencias Humanas, Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Esta etnografía es el resultado de seguir y descubrir los caminos de personas, animales y cosas en los diferentes paisajes de la pampa brasileña. Se presenta una pampa heterogénea, gestionada en devenir, constituyendo una maraña de relaciones. Tal paseo se lleva a cabo con ganaderos y agricultores familiares y sus mundos, mientras los artesanos creativos tejen y trazan innumerables líneas, de escape, de transformación, de vida. Insertándose en los flujos y convirtiéndose, estos artesanos, seres vivos, se vuelven múltiples, fragmentados, multisituados y crean una serie de conexiones que llevan a la discusión de las fronteras vacías de agricultura / ganadería, rural / urbano, naturaleza / cultura, tradicional / moderno. Otras tramas conducen a enfrentamientos contra el capitalismo colonial moderno y sus seres indeseados. Las multiplicidades son mezclas y desviaciones y, por tanto, son contra-narrativas a las prácticas y políticas de purificación del Estado, las corporaciones y sus proyectos para la mercantilización de la vida. En ese sentido, tales líneas, hechas siguiendo las pistas y conexiones, configuran una serie de preguntas. Por tanto, sean conscientes de las posibilidades de hacer la pampa sustentada en las vivencias de las múltiples líneas que componen un pluriverso.

Palabras clave: Descubrir caminos, agricultura familiar y ganadería, Humanos y no humanos, Pampa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

I. Uma tese, inúmeras intensidades 15

II. Caminhos que estruturam a tese 18

CAPITULO 1 - PELAS MÚLTIPLAS PAMPA 24

1.1. Introdução 26

1.2. Campos *lisos*, campos *dobrados* e campos *banhados* 26

1.3. "*Eu tenho que andar*": A vida aérea e a vida na terra 40

1.4. O um e seus múltiplos do fazer antropologia 60

CAPITULO 2 – "*AS TROPAS ANDAVAM NA ESTRADA COMO CAMINHÕES*": SEGUINDO PELOS ANTIGOS CAMINHOS 79

2.1. Introdução 81

2.2. Terra de ninguém? 82

2.3. Fronteira manejada, vivida e em movimento 101

2.4. Pelos caminhos do sal e do açúcar 110

2.5. Caminhando com os caminhões 119

CAPITULO 3 – ENTRE GENTES E BICHOS: MANEJOS PECUÁRIOS NOS CAMPOS SUJOS 136

3.1. Introdução 138

3.2. O que existe nas dobras, nas pedras e no meio das macegas 139

3.3. Convivendo e aprendendo com as pedras 151

3.4. "*Tenho a marca do campo em meu corpo*" 161

3.5. Um rio ingrato e indomável 183

CAPITULO 4 – TERRA "LIMPA" PARA O TACHO SUJO: AGRICULTURAS NA SERRA DOS TAPES 190

4.1. Introdução 192

4.2. Por entre os ecos dos morros, gritos que animavam bois 200

4.3. Terra "limpa" para a planta-fábrica 205

4.4. A pureza do tacho "sujo": os modos de *fazer doces* 213

4.5. Trazendo a "sujeira" para a lavoura 231

CAPITULO 5 – VAZIOS QUE ECOAM VOZES: MODOS DE HABITAR NO PASSO DOS NEGROS 242

5.1. Introdução 244

5.2. “*Tudo aquilo ali é patrimônio!”* Vivências, memórias e narrativas 244
5.3. “*Me criei olhando as tropas passar*”: As tropas chegam na cidade.....259
5.4. “*Não podemos deixar esta história ser enterrada por condomínios”:* a resiliência da cidade-mato 279
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS – CONTRA AS RUÍNAS DO PROGRESSO: UMA PAMPA TECIDA POR ARTIFICES 292
7. REFERÊNCIAS.....307

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - As veias da pampa - caminhos de terra, da água e da tese 23
Mapa 2 - Pampas.....30
Mapa 3 - Regiões fisiográficas - Rio Grande do Sul.....34
Mapa 4 - Caminho das Tropas, em detalhe do mapa "Brazil" de John Arrowsmith (1844).....80
Mapa 5 - Vacarias del Mar e o Caminho do Litoral 85
Mapa 6 - Principais caminhos – Vacarias dos Pinhais/RS – Sorocaba/SP. 91
Mapa 7 - Sitio do INRC - Lida Campeira na região de Bagé/RS. 110
Mapa 8 - Distribuição das charqueadas 114
Mapa 9 - Projetos de mineração na pampa 122
Mapa 10 - Trajetos estudados pela empresa de estudo ambiental Geoprospec para escoamento dos minérios de zinco, cobre e chumbo do projeto de mineração Caçapava do Sul 132
Mapa 11 - Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã 140

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 - Misturas da pampa.....25
Imagem 2 - Afloramentos rochosos em Palmas-Bagé. 39
Imagem 3 - Mosaico de campos, matos e cerros em Piratini 39
Imagem 4 - Mosaico de campos, matos e lavouras em Canguçu 40
Imagem 5 - Mosaico de várzeas, cercas no Passo dos Negros, cidade em Pelotas 40
Imagem 6 - José, pastoreando o gado – Fazenda Conquista – Bagé.....53
Imagem 7 - Lidas entre os campos sujos. 56
Imagem 8 - Pelos campos banhados - Passo dos Negros - Pelotas.....58
Imagem 9 - Desenho de uma etnografia multilocal 61
Imagem 10 - Mangueira de vala, vista aérea 87
Imagem 11 - Travessia do São Gonçalo para as charqueadas de Pelotas (Jean Baptiste Debret). 115
Imagem 12 - Rastros no Rio Camaquã. 137

Imagem 13 - Laís de Moraes dosificando 148
Imagem 14 - Vera e Rejão tocando o gado para o banheiro.....153
Imagem 15 - Reino das cabras – Guaritas, Caçapava do Sul.....159
Imagem 16 - Campereando nos campos sujos, matos e pedras 160
Imagem 17 - Vera e Seu Beto curando terneiros no rodeio – olhares vigilantes.....170
Imagem 18 - Dona Zeni Crizel e sua marca – Br 392 – Piratini.....172
Imagem 19 - Seu Beto no cercado de milho e batata-doce– Palmas/Bagé. 178
Imagem 20 - Seu Beto no cercado de milho e batata-doce– Palmas/Bagé. 178
Imagem 21 - Dona Eni fazendo doce de figo – Palmas/Bagé. 180
Imagem 22 - Dona Irene e Seu Decinho e as carquejas – Guaritas - Caçapava do Sul. 182
Imagem 23 - Seu Afonso (Tio Lalinho) - Palmas – Bagé. 187
Imagem 24 - Atravessando o Rio Camaquã em Palmas – Bagé 188
Imagem 25 - Churrasco na Fazendo da Sossego - Palmas/Bagé.....189
Imagem 26 - Plantando com saracuá –Santo Amor/Morro Redondo. 191
Imagem 27 - Casa na Serra dos Tapes – Santo Amor/Morro Redondo. 199
Imagem 28 - Tropa na antiga rota Canguçu-Pelotas, atual município de Morro Redondo.....205
Imagem 29 - Caderno de receitas de Solange Cruz – Açoita Cavalo/Morro Redondo. 207
Imagem 30 – De mãe para filho - Açoita Cavalo/Morro Redondo. 218
Imagem 31 – Calor e fumaça - Açoita Cavalo/Morro Redondo. 218
Imagem 32 – Mexendo o tacho de cobre - Açoita Cavalo/Morro Redondo 219
Imagem 33 – Mexedor “descansando” - Açoita Cavalo/Morro Redondo. 219
Imagem 34 – Pessegada - Açoita Cavalo/Morro Redondo.. 220
Imagem 35 – Doce na caixinha de madeira. Açoita Cavalo/Morro Redondo. 220
Imagem 36 - Fabriqueta – Colônia Santo Amor/Morro Redondo. 223
Imagem 37 - Fazendo a calda. 223
Imagem 38 - “Empregado” mexendo a figada. 228
Imagem 39 - Cristalizando figo.. 230
Imagem 40 - Caminhado com Seu Nilo Schiavon – Colônia São Manuel/Pelotas. .238
Imagem 41 - Terra preta. Colônia São Manuel/Pelotas.. 238
Imagem 42 - Em sentido horário: marmeladas brancas, passas de goiaba, figos cristalizados, passas de pêssego.. 241
Imagem 43 - Rastros no Passo dos Negros. 243
Imagem 44 - Mídia Impressa do Frigorífico e fabrica de conservas Anglo em 1980. 248
Imagem 45 - Casa no Passo dos Negros. 249
Imagem 46 - Engenho Coronel Pedro Osório e carroceiros no dique/estrada. 253
Imagem 47 - Tarde no Passo. 258
Imagem 48 - Bois de canga e carretas. 262
Imagem 49 - Campos banhados ou de várzea – Passo dos Negros/Pelotas.. 263
Imagem 50 - Domando. 267

Imagem 51 - No corredor das tropas a figueira e a ponte dos dois arcos. Ao fundo o grande muro de um condomínio de luxo. 272
Imagem 52 - Cavalos as margens do Canal São Gonçalo – Passo dos Negros/Pelotas....277
Imagem 53 - Tempestade 283
Imagem 54 - Caminhos das charretes 287
Imagem 55 - Caminho dos caminhões. 287
Imagem 56 - Resiliência da Cidade-Mato 289
Imagem 57 - “Sitio do Pedra” – margens do canal são Gonçalo - Passo dos Negros/Pelotas. 291
Imagem 58 - Caminhando com os cavalos 291
Imagem 59 - Diversidades....293

INTRODUÇÃO

I. Uma tese, inúmeras intensidades

A monocultura é uma prisão.
A diversidade, ao contrário, liberta.
(Eduardo Galeano)

Nas páginas do livro “As Veias Abertas da América Latina” do jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano (2012), temos a impactante constatação de que as “veias” de nossa América Latina continuam abertas. Da ocupação aos dias atuais, tudo, “a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os [humanos] e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos”, alimentam a prosperidade dos grandes centros de poder. E assim, entre um mate e outro, entre uma página e outra, por caminhos e descaminhos, se desvenda o lugar que a América Latina ocupou e ocupa no desenvolvimento do capitalismo (neo)colonial. Tudo começou com o ouro, com a prata e, seguiu com o açúcar, o tabaco, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, o café, o petróleo, o couro. Hoje segue com o sempre encoberto, mas sempre presente, ouro, com a soja transgênica, com as lavouras de pinus e eucaliptos e, atualmente, com o chumbo, o zinco, o cobre, o lítio, o fosfato, o carvão mineral, o polêmico nióbio. Nutrimos ganâncias com nossas vidas mestiças, negras e indígenas, com nossas montanhas, com nossas florestas, com nossas águas, com as riquezas do nosso subsolo e de nossa biodiversidade. O avanço desrespeitoso às nossas riquezas, as tornam “bocas de inferno” que consomem nossos corpos envenenados.

Esta tese se insere nessa controvérsia. Como escreveu Galeano, a entrada da América Latina no mundo se dá sempre pela porta de serviços e isso pode dizer muitos sobre nós, povos pampianos. E, por dizer muito, faz-se necessário colocar como pano de fundo das narrativas que aqui serão sobrepostas. Entretanto, não significa que este *modus operandi* se dá nas totalidades dos povos. Por isso, mostrarei alternativas a estas visões de desenvolvimento enquanto progresso a partir da diversidade de pessoas e mundos que habitam a pampa. Assim, este trabalho se nutre

de experiências vividas, entrelaçando conceitos das pessoas com as teorias das ciências humanas em formações rizomáticas. Escrevo em meus devires agricultor/pecuarista, antropólogo, cidadão, militante. Esta tese está, portanto, escrita por várias mãos. Mãos que entrelaçam linhas e que tecem suas narrativas de uma perspectiva do andar a pé. Por ser escrita por várias mãos, é também um projeto que advoga uma pampa heterogênea, manejada por inúmeros/as artífices. Vibrando em fluxos e devires, esses entes, imersos na vida, tornam-se múltiplos, fragmentados (DELEUZE E GUATARRI, 1996) e multisituados (MARCUS, 2001).

É assim que, gentes, bichos, pedras, águas, minérios, plantas e ambientes tornam-se e fragmentam-se em um emaranhado de relações possíveis, criando uma infinidade de mosaicos pampianos, ou melhor, veias, caminhos, atalhos, rios e raízes adventícias. Seguindo e descobrindo caminhos de vida, formam uma série de associações (LATOUR, 2012), que se encontram e desencontram, levando a discussão das fronteiras vazadas do humano/não humano, da agricultura/pecuária, do rural/urbano, da natureza/cultura e do tradicional/moderno. Outras fronteiras constituem em enfrentamentos políticos contra a sede predatória das transnacionais imperialistas e seus entes indesejados. Assim, tais linhas, de fuga, da vida e de produção, são confeccionadas pelo seguir os rastros e as conexões e conformam uma série de questões.

Esta tese vibra em intensidades. Vibra na angústia revoltosa ante o avanço das monoculturas, da mineração de metais pesados, da financeirização urbana, da padronização dos saberes tradicionais. Vibra, também, nas contranarrativas dos diferentes mundos, na revolta das águas, no grito das agroflorestas, nos berros dos pastos nativos, nas poéticas dos tachos de cobre e no rangir das materialidades se partindo ante a vertente da vida, A isso considero a situação de "sentipensar[1]" conforme defende Arturo Escobar (2014). Sentipensar com a terra e com as pessoas, implica "pensar desde el corazón y desde la mente, o co-razonar (...)" e, portanto, "con los territorios, culturas y conocimientos de sus pueblos —con sus ontologías—, más que con los conocimientos des-contextualizados que subyacen a las nociones de

[1] O termo deriva do conceito de "sentipensamiento" do sociólogo colombiano Orlando Fals Borba (2009). O/a pesquisador/a sentipiensante é aquele com combina o amor com a razão, o corpo e o coração, implicando a realização de uma pesquisa participativa, com compromisso social e ação política.

‘desarrollo’, ‘crecimiento’ y, hasta, ‘economía’.” (ESCOBAR, 2014, p. 16). Escrevo a partir de uma determinada posição política onde me angustio, me revolto e me apaixono. Escrevo como um *rastreador* - conhecedor de rastros, que faz uma leitura do contexto a partir das evidências deixadas por quem já passou e pelos movimentos que antecedem a presença de quem ainda não foi visto (MANTEGAZZA, 1916; SÜSSEKIND, 2014). Como um *rastreador*, eu segui rastros e construí conexões. Em meu devir-pampeiro, aprendi a ler o ambiente, a ouvir de outras maneiras as vozes das coisas, dos rios, das matas e dos bichos, a entender os ruídos e sons das pedras e a contingência dos fatos.

Descreverei as pessoas e seus modos de habitar com o propósito de advogar uma “teoria das multiplicidades”, cujo desenho é traçado em forma de rizomas[2] (DELEUZE E GUATARRI, 1996). O rizoma é feito de linhas, linhas de segmentaridade, de estratificação, mas também linhas de fuga ou desterritorialização que se metamorfoseiam conforme criam suas conexões, podendo mudar ou não de natureza. Não são linhas localizáveis que conectam pontos e posições, mas sim, que se referem a um mapa que é construído, produzido, desmontável, conectável e com múltiplas entradas e saídas. Um modelo rizomático se define pelos devires, pelos movimentos e conexões estabelecidas “ao longo de”. As multiplicidades são misturas e desvios e, assim, são contranarrativas às práticas e políticas de purificação (LATOUR, 1994), sejam elas do Estado, das corporações ou, bem como, das proposições das ciências.

Nesse sentido, será talhada a proposta de uma antropologia da/na pampa, enraizada na experiência e na convivência com os povos, sendo disposta às múltiplas possibilidades que conformam o pluriverso – múltiplos mundos vibrando eufóricos e indiscriminadamente. Conforme Escobar (2014) isso significa a ativação política da

[2] A partir dos rizomas vegetais, Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996), construíram um modelo teórico, um “rizoma metafórico” (TRAVITZKI, 2009), para conceber processos sociais para além de um sentido linear, de causa e consequência. O conceito de rizoma possui seis características: 1 e 2) O princípio da conexão e da heterogeneidade onde qualquer ponto do rizoma é conectado a qualquer outro, descentralizando-o; 3) o princípio da multiplicidade e nisso, não existem sujeito nem objeto, ou seja, não existem pontos, mas linhas segmentadas e de fuga que mudam de natureza à medida que vão criando conexões. A multiplicidade desterritorializa as relações. 4) princípio da ruptura a-significante em que um rizoma pode ser rompido em qualquer lugar e retomar segundo um ou outra de suas linhas e outras linhas. Quando as linhas segmentares explodem em linhas de fuga, estas seguem remetendo a outras linhas. 5 e 6) O princípio da cartografia e decalcomania onde um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo. É aberto, conectável em todas as dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Produz sempre múltiplas entradas e múltiplas saídas.

relacionalidade, sendo a diversidade de lutas para defender montanhas, rios, matas/pastos, territórios, bem como outras formas humanas de fazer coisas e construir a vida, os testemunhos da crise do "mundo-uno", moderno/capitalista/colonial, alimentado pela ilusão do progresso, enquanto desenvolvimento, e da purificação, enquanto limpeza da diversidade (LATOUR, 1994). Esta tese é, então, um projeto coletivo, emaranhado com os sonhos da pampa enquanto lócus de enunciação dos múltiplos mundos e saberes/fazeres que dela fazem parte. São, portanto, clamores para um "bem conviver" (ACOSTA, 2016).

II. Caminhos que estruturam a tese

A proposta inicial, desta pesquisa, era a realização de um trabalho etnográfico das diferentes técnicas de domar cavalos no contexto do pampa, atentando, para as relacionalidades entre humanos, outros animais, os artefatos e os ambientes. O projeto consistia em um desdobramento de minha dissertação de mestrado (LIMA, 2015), ampliando o escopo teórico, histórico e etnográfico deste bem cultural documentado pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – lida campeira na região de Bagé/RS (RIETH et al, 2013). Os caminhos propostos indicavam etnografar estes saberes e modos de fazer em diferentes contextos da pampa – brasileira, uruguaia e argentina -, buscando a sua diversidade dentro da conformação de uma "área cultural" (LEAL, 1997), confeccionada pela circulação de humanos e cavalos. Tal proposta estava assentada nas indicações de Tim Ingold (2012a) e na sua concepção de "malha", enquanto um entrelaçamento de trajetórias em movimentos de encontros, desencontros e misturas. Algo que havia apontado em minha dissertação ao etnografar o transitar de humanos, de outros animais e de artefatos entre cabanhas e estâncias situadas em áreas urbanas e rurais (LIMA, 2015). O domador, artífice detentor da habilidade artesanal no manejo de ensinar potros – cavalos não iniciados -, era, então, concebido com um "ato" (SAUTCHUK, 2015), ou seja, inserido em fluxos de processos mais amplos de relacionalidades e juntando-se aos processos de (trans)formação do pampa.

Porém, ao colocar em prática o projeto, iniciado em 2016, emergiram outras questões que se referiam aos engajamentos com os destinos dos povos agricultores e pecuaristas familiares que habitavam a pampa. Percebi que os estudos sobre esse

território, que serão apresentados ao longo da tese, preocupavam-se mais com a diversidade da fauna, da flora, dos solos, do clima e das formações geológicas do que com a diversidade dos grupos humanos. Nessas leituras, os bovinos e os equinos, introduzidos na pampa, multiplicaram-se e favoreceram o surgimento de um único, e peculiar, tipo humano: o gaúcho. Esse é o tipo humano que se associa à paisagem pampiana, tendo sido forjado por ela, ou seja, o seu modo de viver está relacionado à fertilidade da terra, ao relevo, à diversidade florística e à fauna (ADAUTO, 2016). Porém, essa imagem centraliza-se em uma maneira de ser humano, homem, masculino e carnívoro, acima da natureza e semantizador da história. Assim, essas leituras reduzem, e até negam (TOBAR, 2006), a alteridade, a assimilação das outras vidas humanas da pampa, marcadas por uma diversidade de povos e mundos desconhecidos e negados.

Para além dessa noção do "gaúcho", Homem livre, sem fronteiras e sem porteiras, sem limites legais e éticos, que vaga livre e solitário por uma "pampa-una", esta tese propõe evidenciar outras possibilidades de viver e habitar esta terra/território, tendo o foco principal nos/as pecuaristas e agricultores/as familiares, em suas múltiplas possibilidades. Apresentar-se-ão experimentações que buscam evidenciar as variadas maneiras de viver e habitar os diferentes territórios, as diferentes pampas, por meio de diferentes sociabilidades. Para isso, as questões norteadoras desta tese foram as seguintes: como a pampa é manejada a partir das sociabilidades dos povos agricultores e pecuaristas? Como estas são refletidas no modo de organização da vida e da coexistência com os bichos, com as coisas e com os ambientes? Por fim, na situação de sujeitos históricos, e da história, como se entrelaçam as situações cotidianas ante os projetos de mercantilização da vida?

O trabalho de campo se deu a partir de três contextos de engajamentos - especialmente nas regiões fisiográfica da "Serra do Sudeste" e "Encosta do Sudeste", os quais, não desconsiderando suas especificidades, trazem elementos interessantes para serem apresentados em suas multisituações (MARCUS, 2001). Tal trajetória multisituada me levou a um diálogo sobre as dicotomias acadêmicas, tais como: rural/urbano, agricultura/pecuária, humanos/não humanos e natureza/cultura. O seguir pelos caminhos da pampa em engajamentos e em participação observante, instigou-me a duvidar de categorizações pré-estabelecidas e a buscar aprender, na experiência com as pessoas, o que os seus modos de viver e existir, enquanto artífices

da pampa, tanto a pé quanto a cavalo, possibilitavam. Ao longo desta etnografia vou descrevendo os caminhos e contando histórias (INGOLD,2005).

O ato de caminhar foi, nesse sentido, desvendando-se como um ato de aprender, de se engajar e de experienciar intensidades. Meu "corpo sem órgãos[3]" era atravessado por linhas fervilhantes, por múltiplas intensidades que me faziam caminhar e me arrastavam, como fazem os ventos pampianos, as águas dos rios e as intensidades dos caminhos de terra, de um lado para outro. Assim, na região do Alto Camaquã[4] o cotidiano do trabalho de campo, nas propriedades rurais, era feito por meio de longas caminhadas com gentes e bichos, a pé e a cavalo, pelos campos, corredores, matos, margens de rios e pedras. Na região da Serra dos Tapes[5], caminhei por pomares, agroflorestas, lavouras, hortas e por dentro das agroindústrias doceiras - espaços de transformação das frutas em doces – sendo, nestes trajetos, que eu acompanhava os caminhos das frutas e a distribuição dos materiais que, em suas presenças recalcitrantes, iam compondo os ambientes. Na Planície Costeira[6] - ou encosta do Sudeste, caminhei pelas ruas de terra e asfalto, e por outros caminhos, conversando com os/as passantes e/ou habitantes locais em seus movimentos a pé, em automóveis, a cavalo.

Por conseguinte, na parte 1, faço um apanhado das diferentes discussões sobre a pampa. Tais leituras, contra a suposta homogeneidade da paisagem e de lugar vazio de povos e pessoas, evidenciam uma pampa heterogênea, pluriversa. Reconhecida recentemente como um bioma, o que significa uma melhor atenção nas políticas do Estado, a pampa carece de uma série de reflexões, descobertas, bem como de políticas públicas que possibilitem proteger suas diversidades geológicas, sociais e biológicas. Elaboro reflexões sobre os caminhos percorridos para a criação de uma teoria vivida (PEIRANO, 2006), tramando as minhas experiências etnográficas com outras etnografias e concepções sobre a pampa. Nisso, está implicado o um e

[3] Para Deleuze & Guatarri (1996), um corpo sem órgãos não é um corpo desprovido de órgãos, vazio, mas um corpo sobre o qual os órgãos se distribuem segundo movimentos de multidões. Corpo vivo por estar em movimento, fervilhante por ser atravessado por diferentes intensidades e povoado de multiplicidades.

[4] Nesta tese, a região do Alto Camaquã – como parte da Serra do Sudeste - se refere aos municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Piratini.

[5] Nesta tese, a região da Serra dos Tapes – como parte da Serra do Sudeste - se refere ao município de Morro Redondo e à zona rural do município de Pelotas.

[6] Nesta tese, a Planície Costeira se refere à zona urbana do município de Pelotas. A região é caracterizada também como "Encosta do Sudeste".

seus múltiplos do fazer antropologia, articulando os projetos de vida e de pesquisa com os projetos dos/as interlocutores/as e de outros/as agentes vinculados as instituições públicas e privadas.

Na parte 2, discuto a formação dos atuais caminhos da pampa e, em especial, do contexto de pesquisa, tentando entender como humanos, bichos e coisas deixaram rastros que permitem compreender as relações e as tensões entre projetos de vida e mundos contra os processos de mercantilização da vida que atuam na pampa. Tais caminhos, longe de serem estruturas modernas, revelam um processo histórico marcado por intenso fluxo de pessoas, bichos, mercadorias e projetos. Também se revelam os "descaminhos", como linhas desenhadas pelos que estavam na margem (sejam gentes, bichos e coisas) e que tinham (e tem) como estratégias de sobrevivência não serem vistos à luz do dia, aos olhos do Estado e aos olhos dos que manejavam a faca e o açoite assassino. O objetivo é encontrar e contar, ao longo desses caminhos, histórias.

Na parte 3, eu início a caminhada etnográfica pela região da parte alta da bacia hidrográfica do Rio Camaquã, conhecida como Alto Camaquã, onde fiz etnografia nos municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Piratini. É no Alto Camaquã onde nascem os rios, os bichos e as coisas, que seguem os fluxos econômicos, das águas, dos ventos e da vida, em direção à planície costeira, região das lagoas. Faço uma etnografia dos modos de viver e habitar dos/as agricultores/as e pecuaristas familiares, artesãos/ãs, peões campeiros em suas relações com os bichos, as pedras, os rios e outros entes que compõem os ambientes. Tais relacionalidades, sustentadas em laços de respeito, de boa comunicação e de reciprocidade, nutrem e trazem vitalidade aos corpos. Farei reflexões sobre os idiomas implicados na apropriação e na coabitação com os outros entes, desejados e indesejados, vindos com os processos sociotécnicos da modernização da agricultura e pecuária.

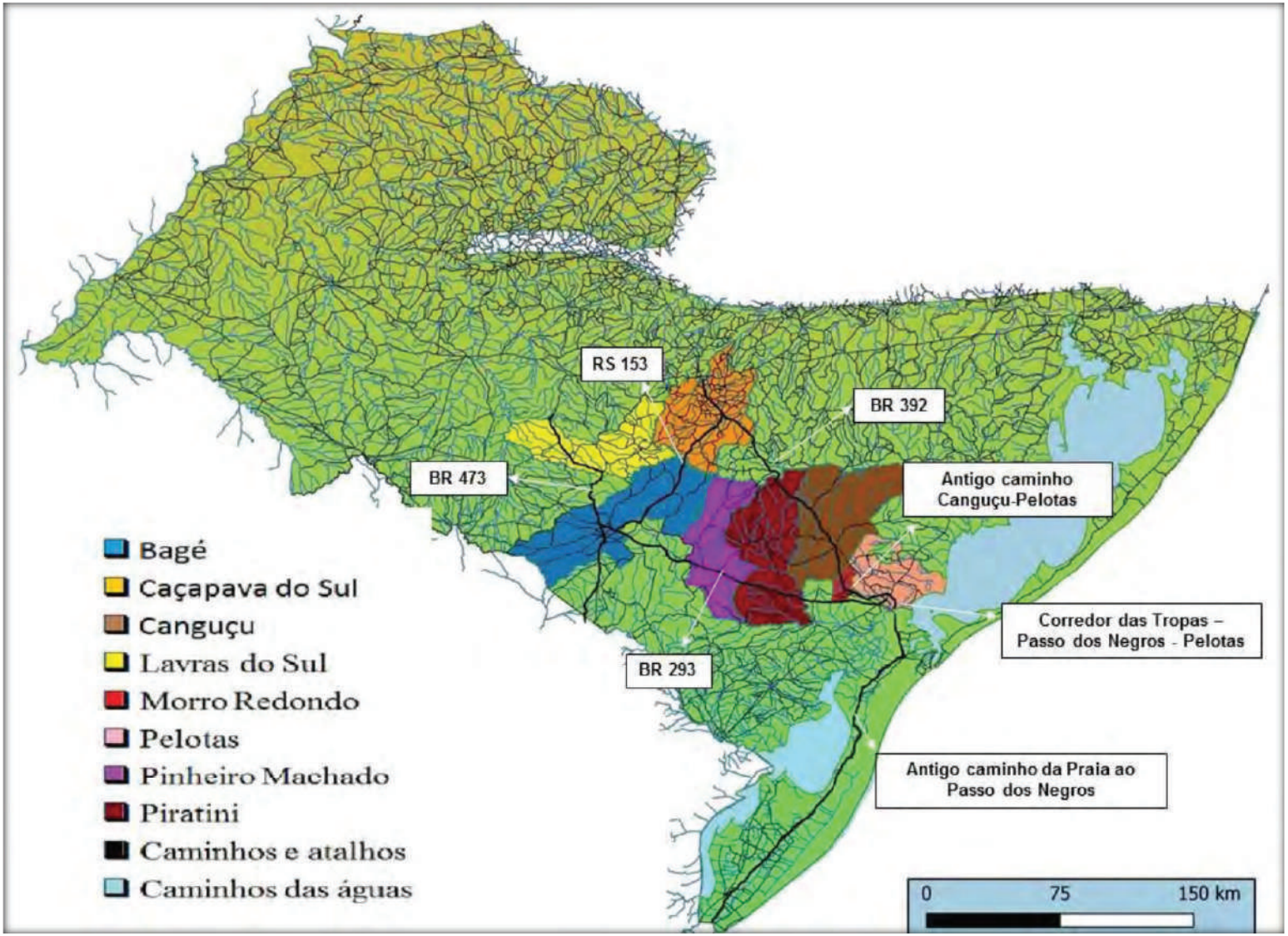
Na parte 4, seguindo os antigos caminhos das tropas e das carretas, chegarei à região da Serra dos Tapes, onde etnografei os modos de viver dos/as agricultores/as e pecuaristas familiares, doceiros/as e agroflorestеiros/as nos municípios de Morro Redondo e região rural de Pelotas. Nestas localidades o processo de modernização agrícola se implementou com êxito, onde analiso os impactos nos modos de viver dos povos agricultores que habitam a região bem como observo as estratégias contra as

práticas de purificação da produção de alimentos, tais como doces e frutas. Ao longo deste capítulo, vou delineando as controvérsias em torno dos encontros entre as linhas das ciências e dos saberes locais que se entrelaçam, se conectam, tencionam-se e se dispersam.

Na parte 5, chego junto às tropas e às carretas, na cidade de Pelotas, indo parar na "vilinha" de Passo dos Negros, localizada nas margens do canal São Gonçalo, sendo uma via aquática relevante para os diferentes projetos econômicos que marcaram a cidade. Ao me engajar com os modos de habitar dos peões campeiros, charreteiros/as, operários/as fabris e ex-agricultores/as, e as suas relacionalidades com os bichos, com os caminhos e outras materialidades locais, observa-se o quanto esse lugar, visto como um vazio urbano pelo poder público, possui muitas histórias, que são contranarrativas aos projetos de financeirização urbana. Assim, desenvolvo sobre o *locus* de enunciação e de participação do Passo dos Negros no processo de formação de uma "cidade-mato" que resiste ao concreto que busca tolhê-lo.

Na parte 6, como forma de conclusão, debato sobre o quanto estes modos de existir e de viver, tanto a pé quanto a cavalo, estão ameaçados pelos megaprojetos (neo)extrativistas e de padronização e mercantilização da vida, que surgem como tempestades com nome de "progresso" (BENJAMIN, 1987). Concluo que os modos de viver dos povos pampianos são "habilidades artesanais" (SENNETT, 2013; INGOLD, 2015a), sendo aprendizados tramados pelos engajamentos perceptivos e relacionalidades entre humanos, bichos, coisas e ambientes. Contra as ruinas do progresso, defendemos o "bem conviver", sustentado na diversidade de alternativas de organização da vida e de respeito aos direitos de viver e habitar a pampa.

As descrições são, portanto, aprendizados de um caminhante sem liberdade e, ao mesmo tempo, à mercê daquilo que poderia acontecer. Descrevo o que meus olhos viram; as intensidades a que me meu "corpo sem órgãos" se conectou, mas com a convicção de que contribua para um maior reconhecimento das referências culturais destas multiplicidades de modos de viver. Por consequência, essa tese advoga o reconhecimento, para além dos manejos pecuários, que a vocação da pampa está em sua diversidade, em seus sistemas de cultivos agroecológicos e agroflorestais, nos manejos das águas e dos campos nativos, entre outras possibilidades, valorizando os saberes tradicionais e o bem conviver daqueles que a habitam.



Mapa 1 - As veias da pampa - caminhos de terra, da água e da tese. Fonte: Elaborado pelo autor.

CAPITULO 1

PELAS MÚLTIPLAS PAMPAS

Cuando llegamos a la proximidad del río, le supliqué que no siguiera adelante porque allí se extendían los cangrejales, con un inmundo olor a barro. Siguió caminando. Tomó un camino angosto, entre los cangrejales. La seguí. Nuestros pies se hundían en el barro y oíamos el grito innumerable de los pájaros. No se veía ningún árbol y los juncos tapaban el horizonte. Llegamos a un lugar donde el camino se desviaba y vimos a Azabache, el caballo negro, hundido hasta la panza en el cangrejal. Aurelia se detuvo un instante sin asombro. Rápida, de un salto, entró en el cangrejal y comenzó a hundirse. Mientras ella trataba de acercarse al caballo, yo trataba de acercarme a ella para salvarla. Me acosté, me deslicé, como un reptil, en el cangrejal. La tomé del brazo y comencé a hundirme con ella. Durante algunos momentos creí que yo iba a morir. Le miré los ojos y vi esa luz extraña que tienen los ojos agonizantes: vi el caballo reflejado en ellos. Le solté el brazo. Esperé hasta el alba, deslizándome como un gusano sobre la superficie asquerosa del cangrejal, el final, sin fin para mí, de Aurelia y de Azabache, que se hundieron.(SILVINA OCAMPO, Conto Azabache, 1999)

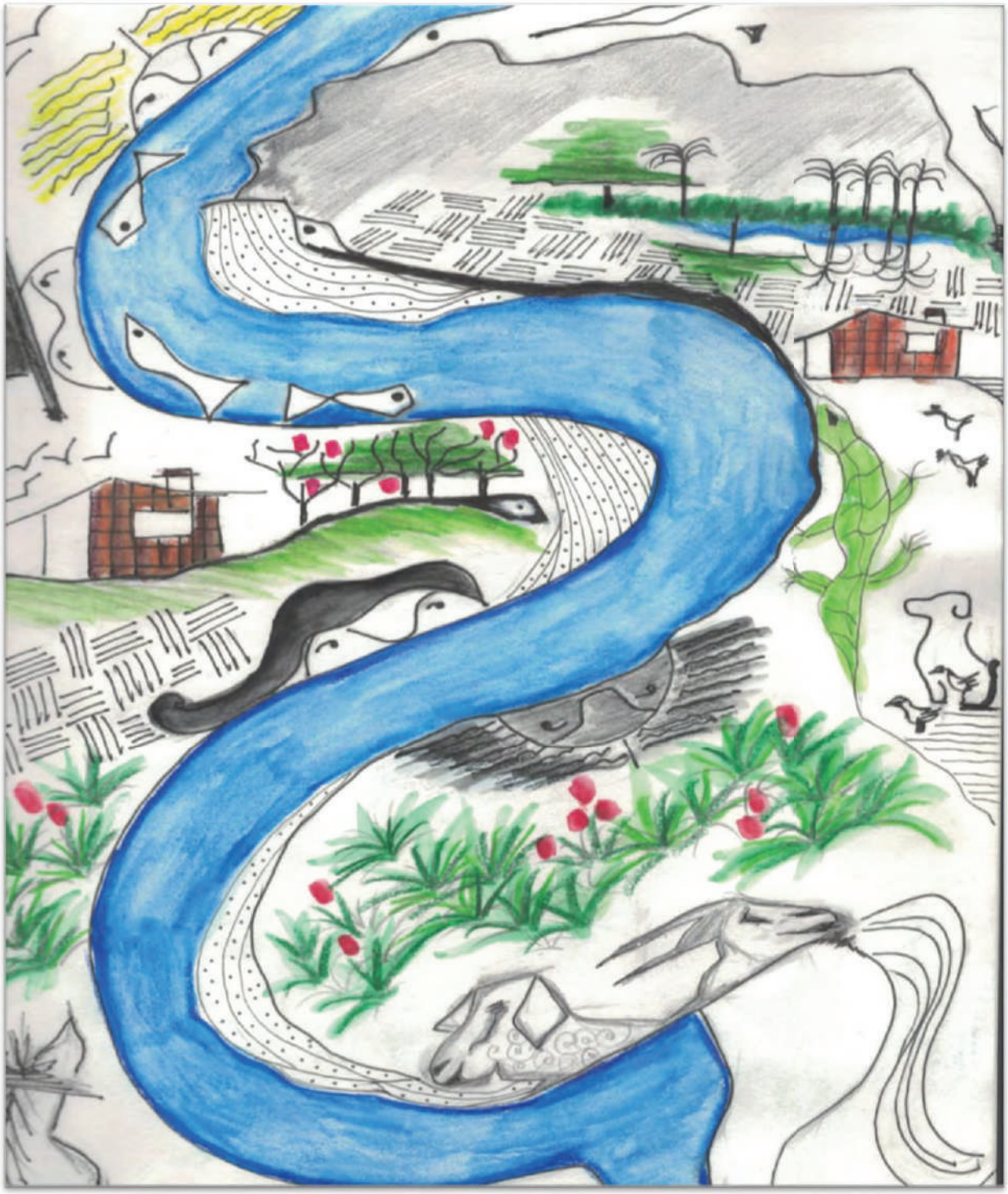


Imagem 1 - Misturas da pampa. Desenho: Flávia Rieth

1.1. Introdução

Quando acessei a internet pela primeira vez, uma de minhas primeiras buscas na plataforma Google foi a palavra “pampa”. Nesta busca, encontrei uma narrativa: campos verdes e planos, com leves ondulações, entremeados com bois, cavalos e, principalmente, homens gaúchos montados em cavalos tocando bois. Hoje, ao buscar esta palavra, observo que essa narrativa se sobressai nas imagens disponibilizadas. A questão a fazer se refere às implicações que essa narrativa produz e, mais ainda, para o que essa narrativa nega e exclui. A pampa que eu buscava estava, então, muito distante do meu modo de viver e do de muitos outros povos. Além disso, as leituras que eu fazia, da literatura gauchesca[7], reafirmavam tal narrativa. Para ser pampiano, teria que descartar as árvores (como fazia um interlocutor nas suas coleções de fotos de paisagens pampianas), teria que vestir bota e bombacha, andar a cavalo, vagar errante pelas estâncias, ser viril, corajoso e ter gestos altivos. Foi com essa imagem que peguei uma mochila, uma máquina fotográfica, um caderno de campo, calcei botas de couro nos pés, vesti bombachas e “me fui às pampas”.

1.2. Campos *lisos*, campos *dobrados* e campos *banhados*

Era uma manhã de sol da primavera do ano de 2017. No apartamento em que alugava na cidade de Pelotas – Rio Grande do Sul – como forma de estar próximo da Universidade, organizei as coisas para ir fazer trabalho de campo no distrito de Palmas, no município de Bagé-RS. Levei alguns livros para consulta, um gravador, uma máquina fotográfica, um caderno para anotações; estes se misturavam às roupas, ao protetor solar, entre outras coisas. Antes de sair, uma última ‘mirada’ ao meu escritório, que denomino aqui como ‘oficina etnográfica’, onde eu passo os dias, sedentário, parado e caminhando, nômade, por teorias, etnografias e literaturas (BOUVET, 2010)[8]. Os livros, textos, anotações de campo e o computador se

[7] Cito aqui as leituras de “Contos Gauchescos” (1976), de Simões Lopes Neto e a obra “Don Segundo Sombra” (2003), de Ricardo Güiraldes.

[8] Raquel Bouvet (2010, p. 324) escreveu sobre o “nômade intelectual”, considerando o pensamento como um constante movimento e a leitura como uma caminhada, junto a quem escreveu, por diferentes percursos. Assim, “Ser do movimento, o nômade intelectual se engaja no percurso que alia descoberta

misturam, ao longo da mesa e das estantes, às plantas, que me dão a possibilidade de entrelaçar as leituras e a escrita com o prazer de tocar e sujar as mãos com a terra. O corpo e os pés descansam no piso ao passo que as mãos trabalham com o vaso de terra - o chão do mundo das flores, chás e temperos. Os dedos que cravavam espinhos se sensibilizavam aos elementos da terra-processo colhida na mata. Terra preta, terra fértil. O corpo se envolve sensível ao cuidado com as raízes, os caules e as folhas. Lidar com as plantas é se tramar ao movimento circulatório da vida (COCCIA, 2018). Mais do que isso, elas proporcionam o reencontro com o mundo, com a Terra.

Conforme o filósofo Emanuele Coccia (2018), as humanidades negligenciam as plantas já que nos identificamos muito mais com os outros animais. Estar nu diante de um outro animal, que nos olha (DERRIDA, 2002), produz maiores inquietações do que diante de uma planta, que nos percebe. As plantas nos ensinam, conforme Coccia, a forma mais intensa do que é estar no mundo. “Se é às plantas que devemos perguntar o que é o mundo, é porque são elas que ‘fazem mundo’. O mundo é, para a grande maioria dos organismos, o produto da vida vegetal (...)” (2018, p. 15). Ao mesmo tempo que “nunca compreenderemos o que é uma planta sem termos compreendido o que é o mundo” (2018, p. 23). As plantas pedem ao mundo seus componentes mais elementares como as pedras, as águas, o ar e a luz. Mais do que isso, elas ensinam que o bem conviver passa por uma interação de trocas com a terra e suas relações. Por meio da terra, geram um emaranhado de relações entre comunicações e trocas de nutrientes. Por isso que, na perspectiva das plantas, a expressão criativa da pampa se dá a partir da terra. Assim que, deixar este lugar, entrelaçado de livros e plantas, é como ficar longe, mesmo que por alguns dias, de alguém afetuoso e companheiro. Mas as plantas, e também os livros, como um movimento constante de vida, me fazem ir para o mundo lá fora.

Saí do condomínio seguindo a pé em direção a rodoviária. Na saída do condomínio, João, o porteiro, me vendo de botas e bombachas, comentou “*se vai para o campo?!*” Eu estava indo para Bagé, fazer etnografia em uma propriedade rural. Ao saber disso, ele me disse que tinha um filho o qual gostava de cavalos, da vida no campo, e que estava se formando no curso “técnico em agropecuária”. Eles pagavam

e repetição; descoberta de autores de todas as épocas, de textos de tradições diferentes, de regiões, de paisagens, de comunidades, de culturas outras que serão revisitadas muitas e muitas vezes.”

um campo nas margens da cidade, em forma de “arrendamento”, para deixarem o cavalo. Nos finais de semana seu filho participava de eventos e provas campeiras. Nos despedimos e segui a pé.

Atravessando a rua, cheguei à praça ao lado da rodoviária. Ali, dois cavalos pastavam soltos e eram observados por um senhor que calçava alpargatas e vestia calça remangada, uma camisa e boina negra, sentado em um banco feito em madeira. A seus pés um cão ressonava. Logo adiante, havia uma charrete com artefatos de tração pendurados. Por certo, estavam pastoreando os cavalos, ou seja, cuidando os animais enquanto pastavam as gramas verdes da praça. Ao lado da praça, há uma pequena mata ligada, por sua vez, a uma área inundada, que chamamos “banhados”, com cobertura de juncais e palhas. Segui caminhando em direção à rodoviária onde estava estacionado o ônibus, em frente ao box 6.

Saindo da rodoviária, segue-se pelo prolongamento da av. Bento Gonçalves, seguindo depois pela Av. Duque de Caxias. O espaço é dividido por automóveis e também por carroças, puxadas por cavalos, que tentam acompanhar o ritmo dos primeiros. Abaixo, do atual caminho de concreto, tropas de gado, seguindo os caminhos do abate, deixaram pegadas, estercos e babas cansadas; carretas e carroças desenharam linhas que levavam a outros lugares da pampa. As marcas deixadas no asfalto, hoje, são das freadas bruscas dos automóveis que correm. Nas calçadas pessoas, que não conheço, caminham seguindo esse ritmo rápido. Quase todas atrasadas na corrida contra o tempo. Somente os cachorros, caminham desinteressadamente. Por conseguinte, entra-se na Av. Cidade de Lisboa e, no final desta, pega-se a Br 293 em direção à Bagé. Alheio ao que acontecia na rua, eu acomodava o corpo na poltrona para uma viagem longa. Ao chegar, minhas pernas estariam cansadas. Na viagem alguns passageiros ressonam, outros estão focados em seus Tablets e celulares. Todos em silêncio, guardados em si, exceto dois senhores sentados nas primeiras poltronas que conversavam entusiasmados. O calor da rua é informado na tela acima da porta que leva à cabine do motorista: 29 graus Celsius. O sol devia estar queimando lá fora! Imagino como devia estar o calor no asfalto. Nos campos, eu imaginava, o gado começando a se direcionar para as sombras das árvores para ruminar o pasto comido. E nas lavouras, os cultivos sem sombra murchando levemente as folhas como que começando a rogar ao tempo

algumas gotas de chuva. Mas no ambiente do ônibus, o ar condicionado fazia algumas pessoas se abrigarem de frio.

Sozinho em meu banco, dava uma folheada em um livro que adquiri em um evento sobre o bioma pampa que ocorreu no mês de outubro de 2016, na Embrapa Clima Temperado[9], intitulado “Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa” (MAZURANA, 2016). Nas primeiras páginas, escrevem que, para os “povos Indígenas, originários da região andina e falantes da língua Quéchua – cuja influência chegou até o Rio da Prata –, o significado de `La Pampa´ – substantivo feminino – é planície, área extensa, sem limites.” [10]. Embora a autora não adote o termo “pampa”, enquanto um substantivo feminino, o livro propõe apresentar a diversidade humana, especificamente de populações tradicionais, habitando inúmeros territórios pampianos e estabelecendo diferentes relações e vínculos com os ambientes, com a terra e com os territórios.

O livro em mãos, nesta viagem, é um marco das leituras acerca deste território tão pouco conhecido, tanto em termos de fauna e flora quanto de diversidade humana. Por isso que também uso outro livro, adquirido em outro evento[11], intitulado “Nosso Pampa Desconhecido”. Organizado por Luiza Chomenko & Glayson Ariel Benke (2016), ele é composto por um conjunto de textos e fotografias sobre esse espaço geográfico “ainda tão pouco conhecido e valorizado”. Esta publicação é resultado da execução do Projeto “RS Biodiversidade”[12] que, com enfoque na sustentabilidade

[9] O “I Congresso sobre o Bioma Pampa: reunindo saberes” foi um dos primeiros contatos com os temas debatidos nesta tese. Nele debateu-se a agricultura e pecuária familiar e os manejos, a fauna e flora nativas do bioma pampa e as práticas de conservação, a geodiversidade e o avanço dos agrotóxicos e da mineração a céu aberto.

[10] Nesta tese, adotarei a palavra pampa, substantivo feminino, conforme será esclarecido ao longo deste capítulo. As citações manterão a definição dada pelos/as autores/as.

[11] Refiro-me ao “I Congresso Internacional do Pampa” e o III Seminário de Sustentabilidade da Região da Campanha”, ocorrido de 20 a 22 de junho de 2016, na Universidade Federal de Santa Maria com o tema “Olhares sobre o Pampa: um território em disputa”

[12] Projeto “Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil (RS Biodiversidade)” coordenada pela então Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela atualmente extinta Fundação ZooBotânica do Rio Grande do Sul (FZB), pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental “Henrique Luiz Roessler” (FEPAM), pela Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural do Governo do Rio Grande do Sul (EMATER) e pela The Nature Conservancy do Brasil (TNC). O objetivo deste projeto foi “promover a conservação e recuperação da biodiversidade mediante o gerenciamento integrado dos ecossistemas e a criação de oportunidades para o uso sustentável dos recursos naturais, com vistas ao desenvolvimento regional, promovendo a incorporação do tema nas instituições e comunidade envolvidas.” (CHOMENKO, 2016, p. 13).

ambiental, realizou atividades em um bioma pouco favorecido em termos de iniciativas de conservação de seu patrimônio natural - e cultural. Até o ano de 2004, não era considerado um bioma, estando vinculado ao bioma Mata Atlântica. Os/as autores/as contam que ao executar uma exposição de imagens que percorreu diferentes locais no Estado do Rio Grande do Sul, eles observaram a “emoção” e a “surpresa” das pessoas ao descobrirem uma pampa biodiversa. Tal fato gerou a publicação para “mostrar ao mundo que o Pampa não é, como dito por alguns, um vazio ecológico ou uma área degradada que ‘nem árvores tem’.” (CHOMENKO, 2016, p. 11).



Mapa 2 - Pampas. Fonte: https://esacademic.com/pictures/eswiki/80/PAMPAS.png

Enquanto bioma, o território pampiano tem extensão de mais de 750 mil km² abrangendo uma área que une quatro países. É uma composição dos biomas brasileiros, ocupando 2,1% do território nacional, localizando-se em apenas um Estado, o Rio Grande do Sul, onde ocupa cerca de 63% do território. Ainda abrange todo o território uruguaio, o centro-leste argentino e o extremo sudeste paraguaio. É a maior extensão de ecossistemas campestres de clima temperado do continente sul-americano. Em sua parte brasileira, o bioma se faz de transições. De transição climática, entre o clima tropical e o clima frio; de transição de biomas, entre o bioma Mata Atlântica e o Bioma Pampa; de transição de territórios geopolíticos, entre o que une e o que diferencia nas fronteiras "*doble chapas*"[13]. No Bioma Pampa predominam as ervas, gramíneas e inúmeras outras plantas rasteiras adaptadas às condições climática e aos solos. As formações arbustivas, por sua vez, têm seus espaços ao longo dos cursos d'água e nos relevos acidentados.

Seguindo minha viagem, pelo caminho olhava pela janela. Ao longo do percurso pela rodovia, cruzava por muitos caminhões carregados com madeira de eucalipto que seguiam em direção ao porto da cidade de Pelotas. Eu estranhava não encontrar caminhões boiadeiros. Algumas casas na beira da rodovia possuiam galpões e mangueiras. Já em outras, eu observava colheitadeiras e tratores estacionados. Nas margens da rodovia, havia campos entremeados com matas de pequeno porte, serras, rios e arroios. Nas partes planas, campos tornavam-se lavouras de soja. Nas partes acidentadas, roças com plantações de milho e feijão. Em alguns campos, bois, ovelhas e cavalos pastavam. Lavouras de eucaliptos também desenhavam linhas na paisagem.

As diferentes linhas, de formações campestres entremeadas com outras formas vegetais como espinílhos, corticeiras, gravatás, tunas, carquejas, e árvores de pequeno porte, compõem um mosaico de tonalidades. Um dos autores do livro que comentava anteriormente, Roberto Verdum (2016), escreveu um texto onde observava que a paisagem pampiana é comumente concebida por meio de determinadas características como a horizontalidade, em que se confundem céu e terra, a uniformidade do relevo e a "silenciosa monotonia". O mesmo autor comentava que tais generalizações deixavam de considerar os detalhes de uma conformação

[13] O termo é usado nas fronteiras com o Uruguai e a Argentina para se referir as pessoas que tem dupla nacionalidade tendo transito livre nesses limites.

geológica de milhões de anos, em uma trajetória nada monótona e em constante transformação. A pampa é, para o autor, uma "constante esculturação". É, portanto, um mosaico de temporalidades "esculpido pelos agentes intempéricos" tais como as chuvas torrenciais, as secas, os calores tórridos, os frios quase glaciais, que vinham criando uma diversidade de materiais e formando diferentes tipos de solos. Nestes, por sua vez, assentava-se uma diversidade de vidas com predomínio de campos naturais e matas ciliares. Ou seja, a aparente homogeneidade[14], carregava uma diversidade de formações de campos e matas em composições herbáceas e arbustivas que, em combinações de clima, relevos e solos, geravam diferentes socializações entre humanos, bichos, paisagens e coisas (*Ibidem*, 2016, p. 45).

A pampa é feita de rizomas. A noção de rizoma, nos estudos da botânica, define as plantas cujos caules se estendem por vias subterrâneas, crescendo horizontalmente, paralelos ao solo, formando raízes adventícias a partir de nós. Destas raízes podem surgir outras estruturas da planta que não somente a raiz. Ou seja, o rizoma, um ponto, ou nó, pode conectar-se e ramificar-se em qualquer outro ponto. Plantas assim, se diferenciam do modelo arbóreo que possuem uma raiz pivô que sustenta as demais estruturas como caules e galhos. Enquanto o modelo arbóreo é centralizado e regido por hierarquias, o modelo rizomático é descentralizado e cresce horizontalmente. Por estar em conexões, o rizoma supera diferentes adversidades já que se nutre de diferentes raízes conferindo maior resistência. A incidência significativa de plantas com órgãos subterrâneos em forma de rizomas ou tubérculos indica, para Benke (2016, p. 64), as diversas circunstâncias climáticas e de solos, distúrbios como fogo e pastejo de herbívoros, pelos quais passou o bioma ao longo de sua formação. Esses órgãos, escreve o autor, "que servem como reservas de nutrientes e também portam gemas, aumentam as chances de sobrevivência das plantas em situação de estresse ambiental, ou constante perturbação, pois permite

[14] Essa aparente homogeneidade da paisagem se dá, conforme Jaciele Sell (2017) quando observada a uma escala maior, chamada ecorregião. A ecorregião pampa uruguaia-sul-rio-grandense se caracteriza por uma vegetação rasteira e arbustiva, com relevos suaves ondulados com um clima subtropical. Porém, tendo em vista a importância do reconhecimento e promoção da diversidade de paisagens, em heterogeneidades geológicas e geomorfológicas, a autora propõe a noção de "ecoprovincias" sendo particularidades dentro da ecorregião. Tais particularidades consistem em formações vegetais e sistemas ecológicos, evolução geológica, bem como aspectos sociais, culturais e econômicos do habitar humano. Assim, a pampa é dividida em cinco ecoprovincias: "Pampa dos Matacões", "Pampa Atlântico", "Pampa Serrano", "Pampa das Mesetas", "Pampa do espinilho" e "Pampa Ondulado".

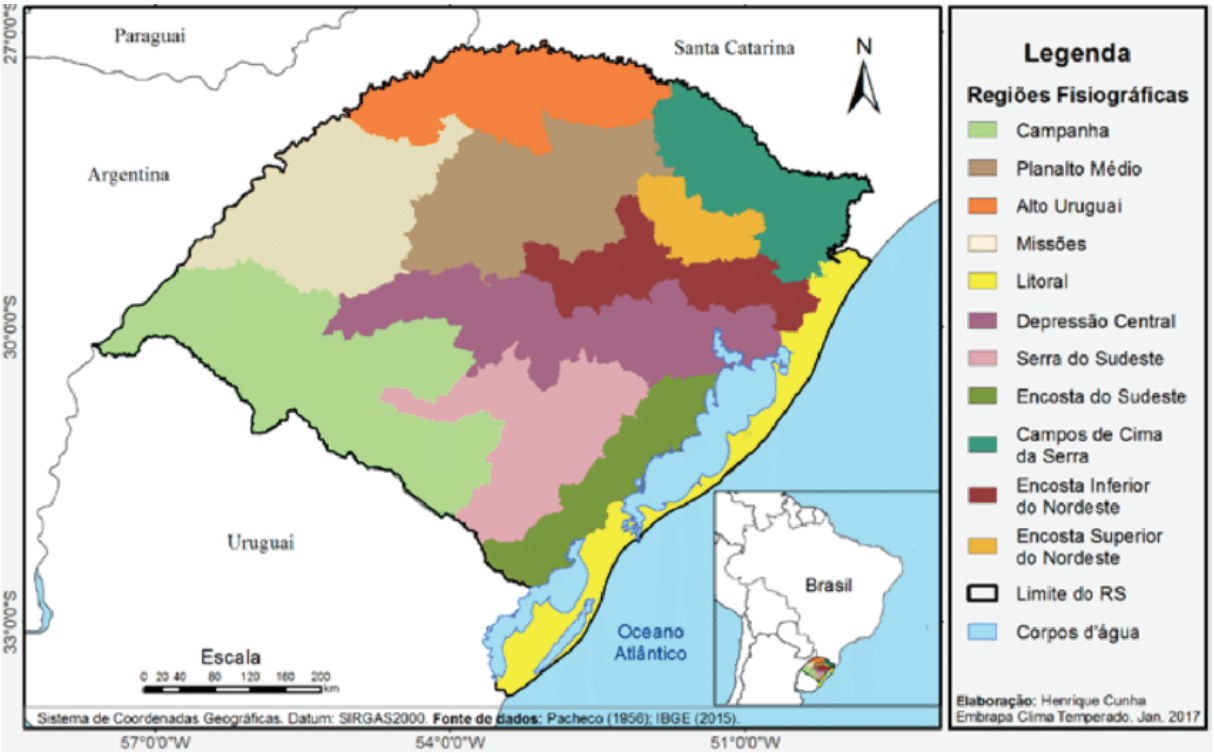
que a planta permaneça viva e rebrote rapidamente, mesmo quando suas partes aéreas são perdidas".

Plantas como os gravatás (*Eryngium spp*) e outros tipos de plantas espinhosas, como o capim-forquilha, e outros tipos de gramas rasteiras são, conforme o autor, exemplos de "especialistas em distúrbios", já que têm a capacidade de regeneração por meio de rizomas enterrados. A presença destas estruturas subterrâneas se dá em razão de uma adaptação a um passado onde o clima era mais seco, bem como, o pastejo de grandes herbívoros[15]. Até 8,5 mil anos atrás, havia na pampa uma megafauna, com grandes mamíferos como as gigantes preguiças terrestres (megatérios), mastodontes de até sete toneladas, espécies de cavalos, gliptodontes (semelhantes a tatus do tamanho de fuscas), além de predadores como o tigre-dentes-de-sabre e ursos. Destes os herbívoros foram os responsáveis por controlar a sucessão vegetal nesses ecossistemas campestres. Uma vez extintos estes animais, Benke (2016) pergunta: como os campos se mantém na atual paisagem do Bioma Pampa? A resposta se dá pela presença de herbívoros domésticos como cabras, bois, ovelhas e cavalos que, com o pastejo e pisoteio, impedem o aparecimento e desenvolvimento de plantas lenhosas, o que levaria ao desaparecimento das espécies campestres. Nesse sentido, o manejo pastoril tem um papel-chave para os ecossistemas campestres e é a "esperança da conservação".

A certa etapa da viagem, o ônibus estacionou em uma parada para que pudesse descer um dos senhores que conversavam ao longo do caminho. Percebo a sensação de estranheza sentida pelo corpo ao tocar os pés no chão de concreto da rodovia. Seguindo o movimento do ônibus à uma velocidade próxima dos 80 km/h, os pés parecem que, por um momento, desaprenderam de como caminhavam. Na verdade, o que ocorre é uma resposta, é a percepção de um corpo envolto em um ambiente que não foi feito para os humanos e outros animais a pé. A rodovia e o ônibus, que reiniciava a rodar, pareciam querer expulsá-lo do asfalto. Porém, logo abaixo da estrada asfaltada, iniciava um pequeno caminho de terra ao longo do gramado que seguia em direção a uma casa situada em uma área abaixo do nível da

[15] A vocação natural do Bioma Pampa é, conforme BENKE; CHOMENKO; SANT'ANA, (2016, p. 17), a criação pecuária em pasto nativo e, ao mesmo tempo, é considerada o grande trunfo para alcançar o desenvolvimento sustentável do território. Isso se dá a partir de reconfigurações do olhar acerca da noção de "natureza preservada", já que esta categoria é, com frequência, associada a imagem de ambientes arborizados e sem pessoas (DIEGUES, 2008).

rodovia. Há alguns metros da casa, vi uma mangueira feita em tabuas de madeira; um cavalo encilhado estava atado à sombra de um cinamomo que ficava entre a casa e a mangueira. Ao lado vi algumas ovelhas pastando. Segui, através da janela do veículo já em movimento, descendo o olhar pelo terreno declinado até o ponto em que se encontrava com um enorme cerro, tomado por matos e pedras. O olhar se estendia e observei uma série de serras de vários tamanhos. Via, assim, que estava na formação pampiana da “Serra do Sudeste” ou “Escudo Sul-Rio-Grandense”.



Mapa 3 - Regiões fisiográficas - Rio Grande do Sul. Fonte: (GOMES et al. 2018, p. 10)

Conforme Verdum (2016, p. 45), a Serra do Sudeste constitui um conjunto de estruturas que guardam evidências de uma paisagem que vem se moldando ao longo do tempo: “Ali jazem evidências de antigos vulcanismos, desertos, geleiras, mares, lagos, praias e rios, que instigam a razão daqueles que se desafiam a compreender e a reconstituir o mosaico composto por fragmentos de uma natureza que não esconde a sua trajetória constante”. Em consonância a geógrafa Jaciele Sell (2017, p. 148-154) escreveu que essa formação pampiana, marcada por riqueza geomorfológica de cerros, tomados por rochas graníticas, e uma diversidade florística, foi formada entre 630 e 550 milhões de anos indicando a existência de um passado marcado por uma

cadeia de montanhas que se estendiam do sul do Uruguai até o norte catarinense. A autora escreveu que quando o nível do mar estava cinco metros acima do nível atual, a floresta era maior e conectada a Mata Atlântica.

Por conseguinte, o pesquisador botânico Gustavo Gomes [et al] (2013) entende a Serra do Sudeste marcada por uma diversidade de ecossistemas, com diferentes aspectos florísticos oriundos dos encontros entre os biomas Pampa e Mata Atlântica. São mosaicos de campo-floresta com uma complexidade de fisionomias, uma variedade de campos, matas de pequeno porte, formações do tipo savana, matas ciliares, matas de encosta nas áreas acidentadas. O relevo é predominantemente ondulado, porém, com planícies e várzeas ao longo de rios e arroios. O solo é pedregoso e raso nas áreas mais acidentadas encontrando-se outras formas nas áreas de planícies.

São os chamados campos "*dobrados*", "*sujos*" ou "*de pedras*" tomados por coxilhas, perais íngremes e guaritas recobertas por uma vegetação herbácea associada a uma vegetação arbustiva e arbórea de pequeno e médio porte e gramíneas lenhosas. Diversos tipos de gramíneas (caraguatás, sarandis, vimes, corticeiras, embiras e carquejas) se entremeiam com espécies arbóreas (como figueiras, cedros, canelas e anacauitas) e crescem junto aos banhados e às sangas, aos campos, aos matos e às pedras. Segundo Neske (2009, p. 296), a Serra do Sudeste se insere na rota das áreas classificadas como de "prioridade extremamente alta" pelo Ministério do Meio Ambiente, considerando que constitui uma área de importância para a biodiversidade devido ao fato de que suas características ambientais, de distintas formações, são redutos para a ocorrência de fauna e flora ameaçadas. É a região mais preservada do bioma pampa, com 80% da cobertura nativa. É também nascente de inúmeros rios que banham diferentes lugares da pampa. A Serra do Sudeste se subdivide, nesta tese, em Alto Camaquã - região localizada na parte alta da bacia hidrográfica do Rio Camaquã, e Serra dos Tapes, ambas marcadas por uma diversidade arbórea considerando que são núcleos de dispersão florestal "encravados" em ecossistemas campestres (GOMES, et al, 2013).

A topografia acidentada constituiu-se como um local estratégico para diversos grupos humanos ao longo da sua formação tais como pecuaristas e agricultores familiares, comunidades quilombolas e indígenas, que convivem com a biodiversidade de fauna e flora e associam as práticas agrícolas e pecuárias. Entre as práticas

pecuárias, destaca-se a de “cria”, em que são cuidadas as vacas para parir os terneiros, que, por sua vez, são vendidos para pecuaristas de outras localidades, que fazem a “engorda” (WAQUIL, et al, 2016). Os cães são parceiros fundamentais nas atividades, já que buscam os animais que se escondem nas matas e peraus, inacessíveis aos humanos e cavalos. As lidas com os rebanhos bovinos, ovinos e caprinos costumam ser desempenhadas pelos membros da família, com a ajuda esporádica dos vizinhos (RIETH, et al, 2019). Entremeados aos saberes/fazeres pecuários, estão os modos de fazer agricolas, modos de fazer doces, artesanatos, bem como outras formas de fazer coisas, viver e habitar.

Os campos *dobrados* ou *sujos*, definem-se como diferença aos “*campos lisos*” ou “*limpos*”. Estes, por sua vez, são campos planos, cujos horizontes são pontuados por pequenas ondulações, chamadas de coxilhas. Nesses espaços, de horizontes largos, característicos das regiões de fronteira com os países platinos, é comum a existência de grandes propriedades de terras que articulam pecuária extensiva com monoculturas agrícolas. Os campos são “*limpos*” por estarem constituídos, predominantemente, por gramíneas, com poucas ervas que o gado não come.

Já a Planície Costeira ou Encosta do Sudeste, com ênfase nas margens do canal São Gonçalo na cidade de Pelotas, é uma região marcada por juncais, embiras e pequenos e grandes arbustos, como as figueiras e as corticeiras. O “Pampa Atlântico”, como é definido por Sell (2017, p. 151 -152), é a porção pampiana mais baixa e plana, caracterizado por planícies arenosas e formações pioneiras. É a área mais jovem, formada há aproximadamente 400 mil anos. Tais ambientes são chamados de campos *banhados* ou de *várzeas*. Por estar próxima ao lençol freático, essa formação se caracteriza pelas veias d’àgua que vertem na terra formando áreas úmidas, chamadas “várzeas”- que são terrenos planos próximos aos rios que alagam nos períodos de chuva -, e “banhados”- que são áreas permanentemente alagadas.

Jaciele Sell (2017), definiu a pampa como “uma reunião de formações ecológicas que se intercruzam em uma formação ecopaisagística única, com intenso tráfego de matéria, energia e vida entre os campos, matas ciliares (de galeria), capões de mato e matas de encostas”. A paisagem pampiana é, para a geógrafa, uma porção do espaço, resultado da combinação de elementos abióticos (rochas, clima, solo) com a diversidade de seres bióticos humanos e não humanos. Sell, entende, assim, a importância dos elementos “não vivos”, que conformam uma diversidade de

formações geológicas como elementos componentes da paisagem da pampa. Entretanto, em minha viagem, volto o olhar para fora do ônibus. O mesmo percorria a rodovia desviando e cruzando buracos no concreto. Buracos que são linhas desenhadas pelas chuvas, pelo atrito com a borracha dos pneus, pela ação do vento e, talvez, pela questionável qualidade dos materiais misturados em sua composição. Nas margens do asfalto, a flora ameaça a dureza do concreto. Algumas pedras mortas surgem ao longo do percurso, algumas imponentes, outras nem tanto. Voltando ao olhar para dentro do ônibus, eu via, riscadas, com caneta, a parte traseira das poltronas à frente. Ouvia o ruído do atrito das rodas no asfalto. Talvez o veículo passasse por rígidas manutenções antes de sair em viagem. O asfalto, as pedras, assim como o ônibus, podem serem considerados como elementos "não vivos"?

A percepção da Vera Colares, pecuarista familiar e funcionária pública que habita o distrito de Palmas, em Bagé, foi elucidativa para eu entender a pampa a partir do ambiente das pedras – consideradas elementos "não vivos". Vera *se criou* subindo e descendo as enormes pedras que habitam a região. Ela conhece seus caminhos e labirintos e sabe muito sobre elas. Sobre a Vera irei falar bastante nesta tese, sendo que o que pretendo enfatizar, agora, é a percepção que ela tem sobre as pedras. A pecuarista questiona os "logos" e as "grafias" quando afirmou, em uma caminhada, que "*as pedras estão vivas!"* Algumas possuíam nomes a partir das relações com os habitantes humanos e estavam tramadas com matos de bromélias, coqueiros, figueiras bem como com os bichos como os morcegos, as cobras, as cabras, os bois e as ovelhas. Para a moradora, todos os seres e coisas são vivos e com vida. Naquilo que fazem e participam, constituem as condições de existência dos outros entes. Em sua geontologia (MANIGLIER, 2016), as pedras e os rios são atores de uma multiplicidade de acontecimentos, sendo condição e condicionados/as pela existência de todos os entes. São relacionalidades.

As pedras estão vivas porque são uma reunião de vidas, uma mistura de diferentes combinações e transformações o que a aproxima a uma "antropologia da vida", proposta pelo biólogo e antropólogo Tim Ingold (2012a; 2015a). Ao questionar o modelo hilemórfico, enquanto um modo de pensar que tem prevalecido no mundo ocidental, desde Aristóteles, o autor propõe uma ontologia que busque priorizar os processos de formação, de fluxos, de misturas e de transformações que dão formas às substâncias, conceituadas como "coisas". O autor se vale da concepção de

Heidegger (1971) para conceber a coisa como um agregado de fios, onde vários aconteceres se entrelaçam. Ao conceber as coisas do mundo a partir de seus movimentos e circulações estamos trazendo-as para a vida e, assim, “observar uma coisa não é ser trancado do lado de fora, mas ser convidado para a reunião” (INGOLD, 2012, p. 29). Conforme se movimentam, as coisas criam linhas e deixam rastros e, para isso, o autor se vale da noção de “espaço fluido”, de Mol e John Law, onde “cada linha – cada relação – é um caminho de fluxo, como o leito de um rio ou as veias e vasos capilares do corpo. Como a imagem da corrente sanguínea sugere, o organismo não é apenas um, mas um feixe inteiro de linhas”. (INGOLD, 2015a, p. 141).

A pampa é, portanto, um organismo vivo. É um entrelaçamento de vidas e aconteceres em um processo constante de (trans)formação. Pessoas, bichos e coisas geram linhas e fazem os caminhos por onde passam, desenhando e moldando o chão da pampa e deixando rastros. Desenhamos os caminhos. Assim que, as noções de campos “*sujos*” ou campos “*limpos*”, campos *de pedra* ou campos *de várzea*, emergem como contextos relacionais, onde as habilidades de humanos e bichos são aprendidas. As maneiras de habitar e andar, as referências, os itinerários, os manejos, advêm dos engajamentos dos seres imersos na vida. Nesse sentido que, no próximo item, debato sobre duas maneiras de viver, habitar e caminhar pela pampa, traduzidas nas metáforas do “andar a pé” e do “andar a cavalo”.



Imagem 2 - Afloramentos rochosos em Palmas-Bagé. Autor: Guilherme Santos. Fonte: acervo INRC-Lida Campeira



Imagem 3 - Mosaico de campos, matos e cerros em Piratini. Autora: Andrea Madruga. Fonte: acervo INRC- Lida Campeira



Imagem 4 - Mosaico de campos, matos e lavouras em Canguçu. Fonte: acervo do autor.



Imagem 5 - Mosaico de várzeas, cercas no Passo dos Negros, cidade em Pelotas. Fonte: acervo do autor.

1.3. "*Eu tenho que andar*": A vida aérea e a vida na terra

Perceber a pampa como movimento não significa, necessariamente, a invenção da roda que a faz movimentar-se. O romancista Ricardo Güiraldes (2003, p. 40), por exemplo, descreveu na obra "Don Segundo Sombra" uma pampa em movimento. Escreve o autor: [en] "la pampa las impresiones son rápidas, espasmódicas, para luego borrarse en la amplitud del ambiente, sin dejar huella". O andar é trazido por Güiraldes como uma marca nos modos de viver pampianos, de humanos e bichos, algo como desenvolver uma "alma de horizonte". Em determinada passagem, ao narrar a experiência de uma tropeada, o personagem narrador, Fábio Cáceres, aprendiz de campeiro e tropeiro, comentou: "Animales y gente se movían como captados por una idea fija: caminar, caminar, caminhar". O personagem de Simões Lopes Neto, Blau Nunes, por sua vez, constituiu uma narrativa conforme caminhava pela pampa, seguindo percursos e itinerários, e cruzando por lugares que remetiam à diferentes histórias. Os interlocutores, os quais esta tese encontra pelos caminhos, também remeteram para si esses modos de estar e habitar a pampa. "*Eu tenho que andar*", comentou seu Beto, pecuarista familiar e capataz de estância em Palmas/Bagé.

Nesse sentido, há duas metáforas acerca dos modos de habitar, andar e perceber o ambiente pampiano, uma a cavalo e outra a pé. Enquanto a primeira está associada a uma ideia de nobreza e heroísmo, com a imagem do "monarca das coxilhas" que, sobre o trono do cavalo, domina a imensidão da pampa e sua natureza rebelde, a segunda refere-se a uma imagem de depreciação do modo de viver campeiro, como se o sujeito, "*apartado"* do cavalo, não pudesse mais ganhar caminhos e manter os domínios do território. Enquanto o monarca da coxilha, caracteriza-se por uma postura corporal que mescla graça, agilidade, força e virilidade (BELO, 1959), o "gaúcho a pé", tem na imagem de João Guedes, personagem de Ciro Martins (1993), a postura desgraçada do "retirante das coxilhas" (LEJDERMAN, 2007) que, desempregado e expulso do campo, tem como destino as periferias da cidade, passando a viver de *changas* e pequenos furtos e amargando na cachaça, bebida nos bolichos, a saudade dos tempos passados, a cavalo. Assim, quanto mais distante do cavalo, mais a dignidade humana vai sendo afetada. Essa imagem pode ser percebida

na seguinte passagem da obra “Porteira Fechada”, de Cyro Martins, que narra o drama vivido por Guedes ao ter que vender os arreios do cavalo:

> Guedes saiu a passos trôpegos pelo caminhozinho pedregoso, levando os seus arreios para vender ao primeiro que lhe desse vinte ou trinta mil reis. Cortava assim o último tento que o prendia a vida passada. Curvava-se a fatalidade, cedendo a um designo doloroso de gaúcho ‘de a pé’. (MARTINS, 1993, p. 95)

A proposta desta tese é desenvolver uma etnografia com “os pés no chão”, como diz Ingold (2015a), repensando a imagem do “gaúcho a pé”. Nesse debate, os termos nomadismo e sedentarismo se aproximam e se separam constantemente, conforme a contingência do contexto. Tal debate se dá pela trama deste trabalho com as pesquisas do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Lida Campeira[16], que constituem um olhar sobre uma ampla gama de relacionalidades e engajamentos entre gentes, bichos, coisas e as ambientes na pampa brasileira. O termo “*lida campeira*”, refere-se a um conjunto de manejos de rebanhos ovinos, bovinos, equinos e caprinos e ao cotidiano das propriedades rurais, configurando modos de viver. Tais manejos articulam saberes constituídos por meio das sociabilidades e conexões entre os humanos, os outros animais, artefatos e ambientes; acompanhando os ciclos da vida, da criação ao abate, os horários do sol, os ciclos da lua, as estações do ano, os períodos de chuva e de estiagem, junto às tecnologias desenvolvidas no campo científico e a racionalização do próprio trabalho (PEREIRA; RIETH; KOSBY, 2012). A *lida campeira* se desdobra em diferentes manejos e relações. Conforme escreveram as antropólogas, vinculadas a equipe, Marilia Kosby e Liza Silva (2013):

[16] O inventário se constituiu a partir de uma demanda da Prefeitura de Bagé ao IPHAN, acolhido pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia. A pesquisa, efetuada por meio da metodologia para o registro de bens imateriais, propôs levantar dados bibliográficos e etnográficos sobre o fazer pecuária na pampa brasileira, identificando os ofícios que o compõem, seus saberes e modos de fazer (RIETH et al, 2013). O projeto, coordenado pela Profa. Flávia Rieth, iniciou em 2010, realizando um inventário histórico e etnográfico sobre os saberes e modos de fazer pecuários. Os relatórios foram entregues em 2013, fechando o ciclo chamado primeira fase. Equipe de pesquisa: Profª. Flávia Rieth (Coordenadora), Marília Floôr Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Marta Bonow Rodrigues, Pablo Rodrigues Dobke, Daniel Vaz Lima; os consultores: Profª. Claudia Turra Magni (consultora em Imagem), Profª. Erika Collisson (Consultora em Geografia), Prof. Fernando Camargo (Consultora em História); e os colaboradores: Vanessa Duarte, Camile Vergara, Cristiano Lemes da Silva, Fabíola Mattos Pereira, Thais Pedrotti, Tiago Lemões, Profª Karen Mello.

> Dentre as inúmeras atividades que podem ser encerradas no que se conhece por “lida campeira”, estão os ofícios de *esquiladores* (que fazem a tosa dos ovinos), domadores, tropeiros, *changueros* (que realizam atividades campeiras diversificadas em ocasiões esporádicas), *alambradores* (que constroem alambrados), *posteiros* (residentes que vigiam as extremidades das grandes propriedades), caseiros, capatazes, peões, *guasqueiros* (criadores de artefatos e utensílios em couro), entre outros, que vivem ou viveram praticando trabalhos relacionados à pecuária. Esses ofícios, citados assim, como especialidades de determinados trabalhadores, são, no entanto, abarcados pelo saber de um único (e múltiplo) agente, o “campeiro”, aquele que conhece e sabe fazer um pouco de cada uma das lidas que compõem a lida propriamente dita. (KOSBY; SILVA, 2013, p. 07).

A *lida campeira* permeia diferentes dimensões da vida na pampa – nas regiões dos campos *limpos*, campos *banhados* e campos *sujos* –, levando em conta o posicionamento de fronteira e suas implicações. O sistema da pecuária extensiva, por meio da criação de bovinos, de ovinos, de caprinos e de equinos, para fins econômicos, tem, na perspectiva do inventário, o estatuto de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Mas também implica as práticas agrícolas, as relações com os campos, matos, quintas e casas, e as chamadas *lidas caseiras*, que se referem a produção de doces de leite, de frutas e salgados derivados de bichos e plantas.

A pesquisa do inventário, bem como estes escritos, propõe diálogos com a linhagem de estudos que têm o Sul como área etnografada e etnografável – ou área cultural -, constituída pela antropóloga Ondina Fachel Leal. Conforme Leal (1989; 1992; 1997; 2019), o Sul como um “constructo antropológico”, se construiu a partir do que chamou “problemática da diferença” contra a suposta homogeneidade da identidade nacional. Assim, para a autora, é a “região geográfica do pampa, seus homens e seus cavalos, que se torna o grande semantizador das práticas culturais, abarcando outras diversidades e reconstituindo-se como diferença vis-à-vis a uma suposta homogeneidade da cultura nacional.” Leituras que começaram com as descrições dos naturalistas viajantes, Auguste Saint-Hilaire (1987), Charles Darwin (2010), Paolo Mantegazza (1916), entre outros, que cruzaram os campos pampianos no século XIX e deixaram impressões sobre as pessoas, bichos e paisagens. Tais leituras são a base, na visão da autora, da construção de uma área cultural com

interesse nos fluxos transfronteiriços, na ambiguidade entre natureza/cultura e nos modos de viver[17].

É elucidativo para esta discussão, considerar as impressões do médico e antropólogo italiano Paolo Mantegazza (1916) sobre os modos de viver dos gaúchos na pampa argentina. Na década de 1850, o viajante andarilhou pelas margens do Rio da Prata e trouxe narrativas sensíveis das experiências por ele vividas ao seguir caminhos pelo que chamou de "deserto herboso". O viajante comparou a experiência de andar pela pampa a um barco que navega pelo oceano. O que o olhar, que percorre o mar, vê, não é nada mais do que céu e a água que se mesclam em um círculo contínuo. Não se enxerga nada além das águas que se movem, agitadas e espumosas, sentindo e ouvindo o vento que "hincha las velas". Matengazza considerou que, embora seja monótono, no mar "sos parte activa, reactiva y batalladora" do quadro da vida. Algo parecido, segundo o viajante, se dava em "la pampa", sendo a nave subsistida pelo cavalo e, o que se estendia por horizonte, era uma terra tomada pela erva "polvorosa y glauca". De forma distinta ao mar, la pampa, por sua vez, mesclava terror e comoção pela ideia sensível do infinito, que não se movia. Galopavam-se léguas e léguas e parecia que não se saia do lugar. O olhar buscava um objeto para repousar, uma casa, uma árvore e nada respondia. O silêncio pesava e aterrorizava[18].

A natureza imutável, emudecia quem a habitava "y el argentino sabe además por experiência, que hablar galopando cansa y hace mal" (*ibidem*, p. 163). Ao mesmo tempo, tem-se a percepção de que "la pampa" petrificava todas as coisas no silêncio e na imobilidade.

> (...) al caer el mediodia, me echaba a tierra y contemplaba a mi caballo que, con la cabeza entre las piernas, chorreando sudor, enervado por el largo viaje, no movia como para harmonizar con esa naturaliza de plomo que petrificaba todas las coisas en el silencio y la inmovilidad! (*ibidem*, p. 163)

[17] Sobre isso, escreve a autora: " (...) uma noção de hábito definida como a incorporação e naturalização de processos culturais. Ou seja, nos termos em que Bourdieu virá a definir *habitus* mais tarde." (LEAL, 2019, p. 22)

[18] Também aterrorizava a possibilidade de ataques de grupos indígenas que observam a distância e de bichos como os caranchos, que sobrevoam à espreita. Se algo acontecesse naquela imensidão, somente eles poderiam encontrar. Além disso, temia-se ser atingido pelo fogo se que se estendia, "a lo largo", pelos pastos secos nos períodos de estiagem.

Entretanto, embora a imobilidade e o silêncio, “la pampa” é um ente vivo: “también forma parte del gran todo que agita y se mueve en la gran vida del cosmos.” (*Ibidem*, p. 163). O verde que volta depois das chuvas de inverno, as flores dos pastos, os bosques de cardos[19] alimentados pela primavera, além dos “avestruces, los guanacos, los venados, los zorrinos, várias espécies de armadillos, como la mulita (..) y el peludo (...)” (*ibidem*, p. 164), constituiam indícios de uma terra que vibrava e se comunicava a partir de seus movimentos e fluxos.

Por conseguinte, ante a sensação de terror pelos olhares vigilantes que espreitavam os corpos que se moviam ao longo de “las hierbas”, algo escapava ao viajante, a saber, a habilidade de perceber o ambiente ao redor e ler os movimentos e intenções dos demais habitantes, humanos e não humanos, a partir dos rastros deixados. Assim, descreveu a habilidade de leitura do contexto realizado pelos *vaqueanos,* a partir da observação das ervas no chão: “Todos los que viven a los bordes o en el corazón de la Pampa, han adquirido por el largo ejercicio una vista agudíssima, y sus ojos saben distinguir los más insignificantes detalhes de la hierba más o menos tupida u hollada (...)” (*ibidem*, p. 165). O pasto espesso ou pisado por humanos e outros animais, comunicava muitas coisas para quem coexistia com aqueles campos. Este conhecimento, visto pelo autor como “una arte y casi una ciência” era o dos conhecedores de rastro, ou *rastreadores*. Tamanho conhecimento, chegava “a los limites do prodígio”, e o vaqueano que o acompanhava, em determinado momento do percurso, rompeu o silêncio para comentar que os rastros indicavam que, adiante deles, iam “dos viajeros”. Mantegazza buscava, com o olhar, os detalhes minuciosos nas ervas pisadas pelos cavalos sem encontrar qualquer informação. O vaqueano ainda complementava que, os viajantes à frente, iam ao trote e que montavam, cada um, uma mula e um cavalo. Também, os outros animais percebiam essas presenças. Os cavalos, a *despacito*, tranquilos, indicavam que não haviam grupos salteadores próximos. Os cavalos os percebiam pela vibração na terra e pelo movimento dos outros animais.

Assim, preocupado em entender a medicina popular, o antropólogo voltou-se para a compreensão dos modos de viver, de se envolver e habitar a pampa. Nesse quesito, “el gaúcho pasa más de la mitad de su vida sobre el arzón, y a menudo come

[19] Nome dado as espécies de plantas que pertencem ao género *Cynara*, família das *Asteraceae*.

y dormita sobre la silla. A pie camina mal, y al arrastar las inmensas rodajas de sus pesadíssimas espuelas, que le impeden caminhar cono nosotros" (*ibidem*, 57-58). A vida, a cavalo, é observada como a vida de um pássaro, uma ave de rapina[20], solitária e desejosa de liberdade, sem ligação direta com a terra e em constante errância pelos campos e matos pampianos. "(...) parece una golondrina desterrada y sujeta a morar en la tierra" e, assim, "detesta por instinto la agricultura, la indústria y todo lo que obriga a trabajar de a pie o sentado." Para o antropólogo, *los gauchos* mantinham uma vida nômade, predadora e de estreita interação com o cavalo. Ondina Leal (2019), atualizou estas reflexões, ao conceber a existência de um ethos, uma "visão aérea" do mundo e uma corporalidade gestual e visual estendida, nos gaúchos. Ao predador, em vida aérea, como um pássaro - ou como um lince, quando está no chão (DARWIN, 2010) -, as principais habilidades desenvolvidas estão na agudez dos olhos e na agilidade das mãos.

> Una de las operaciones que exigen mayor agilidade de músculos y más agudo golpe de vista es, sin duda, la de echar el lazo a un animal que huye, aprovechando el instante rapidíssimo en que levanta del solo una de sus patas anteriores, pasándolo por entre esta y el casco y derribando en un relâmpago al prisionero. He visto practicar esta operación, que se llama *pialar*, cien veces y otras tantas la he admirado cono cosa prodidigiosa. (MANTEGAZZA, 1996, p. 67).

O *laço* ou as *boleadeiras* foram concebidas como a extensão do corpo predador. Seriam as garras que derrubavam e seguravam a presa em disparada. Os bichos da terra contemplavam uma dieta que, além da vaca e da *oveja*, faziam parte as mulitas e tatus, espécies de roedores, o cervo (ou veado), a capivara, emas (nhandú) e avestruzes. Com o laço caçavam-se também outros carnívoros como o "yaguar".

Seguindo a viagem de Mantegazza, a vida na terra, por sua vez, é desenhada a partir da figura do *rancho*, abrigo feito de barro, madeira, gramíneas com divisórias em couro, onde o gaúcho vivia com sua família. O viajante que, cansado de andar, avistava no horizonte um pé grande de umbu, ganhava ânimo já que indicava que,

[20] Sobre isso, Darwin (2010, p. 99) comparou a outro predador, o lince: "paramos para passar a noite: nesse instante uma vaca desafortunada foi vista pelos gaúchos, que têm olhos de lince; partiram em plena perseguição e em alguns minutos a arrastaram com seus *lazos* e a mataram." Em outra passagem (idem, p. 67) escreveu: [...] "Por aqui ninguém anda a pé, e os veados somente reconhecem um homem como inimigo quando este está montado a cavalo e com as bolas [boleadeiras] em punho."

adiante, “hay una casa, sombra y agua; hay un mate siempre pronto a reanimar los espíritus quebrantados; hay un teto hospitalário (*ibidem*, p. 107). Junto aos variados tipos de carne, o viajante encontrou pomares de laranjeiras, pessegueiros, marmeleiros e plantações de melancias e o mel utilizado para adoçar alimentos. Embora o contexto histórico e geográfico, em que tal modo de viver é concebido, a partir das leituras racistas e evolucionistas, como de “selvageria[21]”, o autor trouxe notáveis reflexões acerca dos modos de viver e habitar a pampa argentina. Com o conceito de “vida aérea” Mantegazza trouxe os aspectos fundantes das reflexões acerca de uma “cultura da caça” (RIETH, LIMA, BARRETO, 2016).

Há aproximadamente 30 anos, Ondina Leal, em diálogo com os naturalistas viajantes, percorria os campos da fronteira sul e sudoeste do Rio Grande do Sul, nos limites políticos com o Uruguai. A autora descreveu a viagem de carro pela imensidão da pampa plana, em direção as estancias de criação de gado, observando, naquele contexto, a existência de poucas lavouras. Etnografando os modos de viver dos trabalhadores assalariados nas grandes propriedades rurais voltadas para a pecuária, a autora elaborou o conceito “cultura gaúcha” para designar tais modo de viver. Os gaúchos, nesse contexto, eram homens, na maioria solteiros, sem vínculo com a terra, hábeis cavaleiros, engajados e mimetizados com a paisagem de campos planos e *limpos*.

> O pampa é descrito por eles [os gaúchos] como o *pago*, a ideia de aconchego, de casa no sentido de lar. As noções de infinitude, de espaço sem fim, sem fronteiras, sem limites são empregadas por eles para descrevê-lo. Um dos peões me disse: “A pampa é o lugar onde a gente tem que se encontrar com a gente mesmo”. Solidão, silêncio e ausência de limites são os temas recorrentes que os gaúchos usam para falar do pampa, ou da pampa, já que é recorrente o uso do termo no feminino. (LEAL, 2019, p. 25).

Segundo a autora, essas grandes propriedades, chamadas *estâncias*, eram espaços de domínio masculino sendo, a ausência de mulheres, resultado de um processo histórico de expulsão estrutural. Com a introdução dos alambrados - cercados de fios de arame estendidos e intercalados por piques ou “tramas” de madeira -, no século XX, tornou-se dispensável a figura dos *posteiros*, que eram peões

[21] O espanto do autor se deu pelo fato de a selvageria estar presente em um tipo humano de origem europeia, como se, tal como determinados animais, o europeu teria se asselvajado ao entrecruzar seus modos de viver com os povos originários.

que constituíam famílias e construíam moradias nos limites dessas estancias para cuidar os rebanhos de fugas e de furtos. Nos *postos*, aos peões, era permitido criarem animais, cultivarem a terra e viver em família, destinando alguns dias de trabalho ao proprietário da fazenda. Com o fim dos *postos*, as mulheres, as crianças e idosos, tiveram como destino “las casas”, que eram pequenas vilas ou *pueblos*, situados nos confins das estâncias ou beira de estradas (LEAL, 1989). Além disso, conforme a autora, a ida da família proprietária da terra para a cidade, fruto das novas tecnologias de mobilidade, diminuiu a necessidade dos serviços domésticos, atividades consideradas de domínio feminino.

A cultura gaúcha estabelece, segundo a autora, dicotomias tais como macho/fêmea, cultura/natureza, entre outras. O gaúcho, homem, está na cultura, mas identifica-se como parte da natureza, com o selvagem, onde somente aquele que tiver mais força é capaz de domá-lo. “Las casas”, em oposição às estâncias, é espaço feminino dos cuidados, da reprodução, da sociabilidade, da saúde, da habitação e das redes familiares. E onde o homem, “provedor”, em sua vida aérea, vagando livre pelos caminhos, se envolve com a terra e lança sementes, ou seja, dá as condições materiais para a existência das famílias e crianças. Mas para isso, a mulher, segundo a autora, precisaria “seduzir” o homem ao papel de marido e pai o que colocaria em xeque atributos da masculinidade campeira. O espaço das casas é também o espaço da desordem, onde o homem joga com sua honra. Os peões, maridos, ficavam ausentes grande parte dos dias e morando nas estâncias. (*Ibidem*, 1989).

No contexto da estância, o *galpão* era o espaço masculino por excelência, onde eram construídos os significados acerca do era ser homem. Tal lugar era o espaço onde se reuniam os peões nos momentos entre lidas. No galpão havia sempre fogo, em uma lareira ou no chão, ao redor do qual se reuniam para conversar e tomar mate. Como parte do galpão, estava o espaço dos “*apetrechos de trabalhos*”, entrecruzando artefatos humanos como *cintos*, *ponchos*, *tiradores* e artefatos dos bichos como *rebenques*, *bastos*, *laços*. No galpão, planejavam-se as tarefas do dia e eram comentados os feitos ocorridos ao longo das jornadas passadas. Em volta do fogo também se contam os *causos*, eventos de fala e *performance* em que eram classificados o mundo ao redor. Leal (2019) escreveu que escutou inúmeras vezes,

alusões a um lugar na região chamado "*Cerro do Jarau*", que é um cerro rochoso[22] marcado por matas e peraus que faz uma ruptura com a paisagem plana e lisa. Lá vive a Salamanca ou Teiniaguá, pequeno animal anfíbio de corpo feminino que se transforma em uma mulher cheia de encantos e mistérios. A "*Salamanca do Jarau*" mora em uma caverna escura e seduz os homens que cruzam por ali oferecendo-lhes ilusões que seriam a própria negação da condição masculina. Quem aceita os encantos é "devorado" pelo cerro caindo em "infindáveis labirintos femininos nos quais este sujeito masculino pode facilmente se perder. São labirintos ou meandros impossíveis de serem conhecidos ou controlados." (*Ibidem*, 2019, p. 28).

O âmbito feminino, da terra e da natureza, coloca em xeque todas as condições de pertencimento a esta vida aérea na qual o indivíduo tem que estar constantemente se afirmando. Exposto às intempéries do tempo, aos animais "xucros", à natureza, o gaúcho vivencia cotidianamente o perigo, a aventura. No seu modo de viver, o indivíduo tem que estar constantemente se afirmando em relação à natureza. (LEAL, 1992, p. 144). Para o campeiro, viver significa não temer a morte e a cada dia tem que reafirmar que não teme nada. Em vida aérea, no lombo de um cavalo, bicho voador por excelência, constantemente experiencia o sentimento de domínio da natureza. Domar, consiste em estabelecer um duelo com outros bichos, em que o vencedor consegue dominar a fera sendo a condição de existência para ser homem. Porém, aos poucos, a vida, o trabalho (pastoreio), vão dominando o homem que vai perdendo sua capacidade física de embate contra a natureza.

Quando começa a perder sua força física, que o tornava capaz, na disputa corpo-a-corpo com os bichos, de dominá-los, o vivente começa a pensar na morte. A decisão de encarar a morte é considerada corajosa no sentido de que este ato significa a busca de um domínio sobre ela. (LEAL, 1992, p. 145). A morte é, assim, uma temática presente nas narrativas dos campeiros. A autora chama a atenção para os altos índices de suicídios por enforcamento entre os homens que moravam na zona rural da pampa sul-rio-grandense, sendo o maior percentual o de indivíduos que estavam ficando velhos e cansados para o trabalho. A "síndrome do suicídio campeiro" como denomina a autora, acontecia da seguinte forma:

[22] Está localizado no município de Quaraí, ecoprovíncia "Pampa das mesetas" conforme a classificação de Jaciele Sell (2017, p.156).

> Um homem vai ficando mais e mais pensativo sobre a vida, quieto, 'só em solidão'. Um dia, ele faz tudo que faz todos os dias e o que sempre fez sua vida inteira, monta seu cavalo e sai a camperiar, carrega uma corda consigo provavelmente o laço que sempre carrega para laçar reculutas – ele procura uma árvore (tarefa difícil na pradaria do pampa) e se enforca. (LEAL, 1992, p. 141).

Quando chegado o momento de "descer do cavalo", significa o momento de sua "morte cultural" em que tem que deixar o lugar onde vive. (Idem, p. 147). O suicídio pode ser entendido como a incorporação da natureza, momento em que a mesma o engloba definitivamente e o corpo se fundi com a terra. Mesmo enfrentando a morte, que o engloba enquanto natureza, a autora entende que o enforcamento, em que os pés ficam longe do chão, seria uma forma de não se vincular à terra, à natureza, reafirmando enquanto estava vivo, sua honra, força e dominância.

Seguindo essa linhagem, proposta por Ondina Leal, tendo como horizonte de debate os fluxos transfronteiriços, os limites da distinção natureza/cultura e os modos de viver pampianos, surgiram teses que refletiram as reflexões sobre os modos de viver de humanos e outros animais. A tese de Marilia Kosby (2017), faz uma etnografia dos que ficaram "debaixo dos cascos do Centauro dos Pampas", marcando a diversidade de modos de conviver. Etnografando os caminhos do sangue que alimentam os orixás, entre o "Quilombo de Palmas", em Bagé, na região do Alto Camaquã, e as casas de religião de matriz africana na cidade de Porto Alegre, a autora percebeu que os caminhos por dentro dos matos e pelas margens da cidade, e as habilidade de esconderijos dos descendentes de negros e negras escravizados/as nas estâncias mostram um devir, em espelho, com as cabras. As cabritas são descritas pelos/as quilombolas como animais perambulantes, que não respeitam cercas, em constante mudança de lugar sendo uma estratégia de habitar. No quilombo, elas são impossíveis e reconhecidas pelas habilidades de fuga e esconderijos. Na cidade são mágicas, pelas "mesmas destrezas". Quilombolas e cabras possuem, como modo de viver, a perambulação por diferentes lugares da pampa. A riqueza etnográfica trazida pela autora ao longo da tese, mostra o quanto os saberes e modos de fazer pecuários na pampa é "atravessado por jeitos negros de estar no mundo" (KOSBY, 2017, p. 25)

Outra tese, de Caetano Sordi (2017), descreveu o processo de invasão biológica pelo javali asselvajado europeu (*Sus scrofa*) na Campanha gaúcha, onde faz

cruzamentos com porcos domésticos, tornando-os “javaporcos”. Esses suínos asselvajados têm protagonizado ataques aos rebanhos ovinos o que os tornou inimigos da pecuária. Descrevendo esses conflitos e as negociações estabelecidas entre agentes públicos, proprietários rurais e controladores voluntários, a tese rastreia as controvérsias hoje vigentes e as escolhas técnicas efetuadas na região tendo em vista seu controle e manejo. Além disso, a invasão biológica afeta uma dimensão sensível do viver na fronteira que é o abigeato (trans)fronteiriço e, também, a questão da feralidade relacionada às resistências de alguns humanos e bichos diante das tentativas de domesticá-los.

Por conseguinte, no ano de 2016, efetuou-se a entrega, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de um pedido de extensão do conhecimento documentado pelo “Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Lida Campeira na Região de Bagé/RS”, acerca dos saberes e modos de fazer que envolvem a criação pecuária na pampa brasileira, para o contexto da região do Alto Camaquã[23]. O pedido de ampliação do Projeto de pesquisa “INRC – Lida Campeira na região de Bagé-RS”, para o contexto do Alto Camaquã é resultado de um processo de trabalho que se constituiu por meio de encontros entre os/as pesquisadores/as do INRC – lida campeira na região de Bagé/RS, pesquisadores/as da Embrapa Pecuária Sul e membros da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC). Nesses encontros, os argumentos para a extensão se davam em torno da particularidade desses manejos em tal contexto o que nos instigou a repensar a questão que envolvia o modo de vida campeiro a partir da diversidade das paisagens, dos modos de viver e dos manejos pecuários. Entre as justificativas para a elaboração do projeto, destacamos o predomínio da produção pecuária em campos nativos em pequenas e médias unidades produtivas e familiares. Nos colocamos em um diálogo com a atual produção acadêmica sobre a região, que apresentava o Alto Camaquã como um lugar estratégico para a conservação do bioma

[23] O projeto INRC – Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã é coordenado pela Profa. Flávia Rieth. A equipe é composta pelos/as pesquisadores/as: Daiane Loreto de Vargas, Daniel Vaz Lima, Marilia Kosby, Miriel Bilhalva, Tatiane Delamare, Vagner Barreto Rodrigues, Juliana Nunes e Prof. Dr. Adriano Simon (consultoria Geografia). Tem a colaboração de Alberto Gonçalves Rodrigues - Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa); Carlos Roberto dos Santos Garcia – Associação Comunitária do Barrocão; Dieder Becker Damé – Associação Canguçuense Agropecuária Familiar (ACAF); Marcos Blanco - Associação Para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC); Dr. Marcos Borba - Embrapa Pecuária Sul – RS; Vera Colares - Associação para Grandeza e União de Palmas (Agrupa).

pampa e dos modos de viver das populações tradicionais em suas potencialidades ambientais e possibilidades para outras economias. A presença de povos tradicionais, como indígenas, quilombolas e pecuaristas familiares, até então deixados em segundo plano, tanto academicamente, como historicamente e economicamente, passou para o primeiro plano, marcando uma preocupação com os processos de valorização e reconhecimento desses saberes e modos de fazer para a biodiversidade "natural" e "doméstica" da pampa.

Concomitantemente, no mesmo contexto, deu-se a emergência dos megaprojetos de mineração de metais pesados na região, ao passo que a equipe foi inserida no movimento de resistência junto aos moradores articulados com diversas instituições e técnicos/as. Nossa atuação se deu em questionamentos, protocolados na Fundação Estadual de Proteção Ambiental - RS (Fepam), sobre os processos que envolviam o licenciamento ambiental. Emitimos, junto a uma articulação que envolvia os habitantes locais e outras instituições, documentos em forma de questionamentos referente às falhas dos Estudos de Impactos Ambientais/Relatórios de Impactos Ambientais. Apontamos em tais relatórios a negação da existência das populações tradicionais, o desrespeito à dinâmica social das comunidades, ao direito de serem consultados bem como da consideração aos saberes associados à biodiversidade do bioma pampa. As populações locais, por conseguinte, apropriaram-se do processo do inventário, considerando-o uma ferramenta estatal para a defesa dos direitos constitucionais. Em determinadas situações, nossa equipe esteve adotando uma "linguagem de interface" (SPAOLONSE, 2009), traduzindo os conceitos e dados etnográficos da pesquisa em sua linguagem antropológica, para uma linguagem jurídica.

Nessa fase do projeto, seguimos a percepção dos interlocutores de que "*camperear em campos sujos é diferente de camperear em campos limpos"* (RIETH et al, 2019). Nos campos limpos, os peões percorrem longas distâncias, a cavalo, em que fazem a contagem do gado, separam alguns animais para serem comercializados, cuidam dos bichos nas épocas de parição e tratamento de doenças. Os cachorros auxiliam no cotidiano das atividades da propriedade e compartilham a lida com os campeiros. Os saberes pecuários envolvem os cuidados ao longo do crescimento dos animais, bem como protegê-los das intempéries do frio cortante e do sol quente, já que esses campos possuem poucas matas para o abrigo dos animais. As habilidades

desenvolvidas são, conforme Mantegazza (1916) a agudez dos olhos onde se manifesta uma afeição a predação ou a uma cultura da caça (RIETH, LIMA; BARRETO, 2016).

O modo de viver a cavalo, como comentei anteriormente, se manifesta, por vezes, como condição do viver pampeano em negação ao “estar a pé”. Entretanto, ao longo das caminhadas do “INRC – lida campeira”, fez-se etnografias que traziam elementos para contrapor estas percepções, como o caso do método de “pastoreio rotativo Voisin” (RIETH et al, 2013), que era um manejo com alternância da ocupação das pastagens pelos animais o que, por sua vez, alterava as interações entre humanos e bichos. A lida era realizada sem cavalos e cachorros, sendo “*o boi quem segue o homem, não o homem quem corre atrás do boi*”. Na convivência cotidiana entre os bovinos e o peão a pé, estreitavam-se as relações entre ambos. José, que foi interlocutor da pesquisa do inventário, e campeiro na “*fazenda Conquista*”, em Bagé, comentou, enquanto caminhava entre os bichos, que observavam, que o gado passava e perceber o peão não como um predador, mas como “*uma pessoa que está lidando com ele todos os dias*”.



Imagem 6 - José, pastoreando o gado – Fazenda Conquista – Bagé. Fonte: acervo INRC- Lida Campeira

Este interlocutor, que aprendeu a exercer o ofício de campeiro trabalhando nas "*estâncias*", concebia que a diferença entre as lidas se dava pelo fato de, no método Voisan, o peão não "*tocar as vacas*", gritando e utilizando cachorros e cavalos, mas sim convidar o gado com a expressão "*vem boi*" (LIMA, 2015). Nesse método, de manejo considerado "racional", o controle do carrapato se dava através da rotação dos piquetes e o controle natural feito pelas garças, aves que acompanhavam o gado se alimentando desses artrópodes e eximindo a utilização de insumos químicos. Por conseguinte, a cerca de alambrado era substituída pela cerca elétrica que dividia a propriedade em pequenas áreas chamadas *piquetes*. Em vez de cavalos, cachorros, esporas e rebenques, o peão a pé carregava o "*levante*" que era uma vara com média de dois metros de altura que servia para levantar o fio da cerca elétrica para que os animais pudessem passar por baixo no momento da troca de *piquetes.* No entanto, os proprietários da "fazenda Conquista" elencavam a dificuldade em contratar campeiros para as lidas com o método Voisan. Elencaram uma resistência desses trabalhadores na "lida a pé", sem cavalo, cachorros e os artefatos que aprenderam a trabalhar (RIETH et al, 2013; LIMA, 2015). A pesquisa se manteve, assim, dentro de uma perspectiva do gaúcho a cavalo.

Entretanto, no engajamento com os habitantes da região do Alto Camaquã, aprendi os seus modos de viver e os manejos dos animais e dos ambientes, o conhecimento da personalidade dos animais, o cuidado das plantas e o cultivo das lavouras e hortas, enfim, experiências que entrelaçavam campo, mato, banhado/águas, horta, lavoura, pomar e casa. De uma etnografia da vida aérea, a preocupação da pesquisa passou a se interessar com o que estou chamando de "vida na terra", com foco na afirmação das existências de modos de viver nas terras/territórios marcados pelos campos *sujos* e *dobrados*. Nesse modo de habitar e manejar a pampa, as lidas de pastoreios estão associadas a práticas agrícolas tradicionais. Evidenciou-se a diversidade de povos habitando a pampa como as comunidades quilombolas, os/as pecuaristas familiares, os/as pescadores/as artesanais, o povo cigano, os povos indígenas, os/as agricultores familiares, em suas "múltiplas identidades" que, conforme Juliana Mazurana,

> são guardiãs e guardiões das águas, do solo e do patrimônio genético, mantêm práticas culturais e espirituais próprias, mantêm sistemas de produção agrodiversos e culinária própria, visando a soberania e segurança

> alimentar, manejam de forma sustentável os ecossistemas, praticam uma medicina tradicional própria, possuem habilidade para utilizar elementos da biodiversidade na construção de suas moradias e na confecção de objetos e utensílios artesanais, possuem sistema próprio e tradicional de transmissão de conhecimentos e saberes e geram renda a partir do uso da biodiversidade (MAZURANA, 2016, p.11)

A concepção de uma vida aérea, a cavalo, foi-se desconstruindo. Em uma conversa com Regis Collares, veterinário e pecuarista familiar em Palmas – Bagé, o mesmo afirmou que não gostava de andar a cavalo, preferindo lidar a pé, junto aos cachorros. Isso faz repensar a imagem do estar a pé. Conforme Ingold (2000), andar a pé ou a cavalo, são habilidades desenvolvidas por meio dos engajamentos com os ambientes. Em outro trabalho (*idem*, 2015a), o autor defende, que o contato com o ambiente se dá através dos pés ao passo que os conhecimentos e os engajamentos estão relacionados às técnicas de uso dos pés e dos dispositivos atrelados a ele. Através dos pés, mediados pelos calçados, estamos em contato com o ambiente e desenvolvemos maneiras de fazer coisas. Ingold critica a pavimentação cuja superfície lisa e uniforme, limpa e sem desordem, desprende o engajamento já que a atenção deixa de ser para o chão, para a sujeira e os rastros deixados nela.

A proposta de pensar na perspectiva da terra, misturando mente, mãos e pés em diferentes situações - desnudos, calçados e no estribo -, é um exercício de engajamento com a sujeira, com a desordem. Portanto, onde Ondina Leal escreveu “dominar a natureza”, esta tese pretende atualizar, a partir de uma antropologia ecológica (NEVES, 1996; INGOLD, 2000; 2015a) para a percepção de modos de viver de gentes, bichos e plantas, inseridos nos fluxos e movimentos de energia e materiais que nutrem a vida. A vitalidade dos corpos que tem a marca da terra, dos campos *sujos*, desordenados, se dá pela dinâmica de uma vida imersa nos constantes fluxo de energia e materiais. O ambiente com cheiro, sabor e textura se mistura com as plantas, com os bichos e gentes, coisas e materiais, alimentando vidas. Esta tese busca outras possibilidades a partir de outras formas de viver e habitar a pampa. Se alimenta de experiências e diálogos do andar tanto a pé, na terra, quanto a cavalo, no ar; do camperiar em campos sujos e limpos, dos manejos da terra.



Imagem 7 - Lidas entre os campos sujos. Fonte: acervo pessoal do autor

Escobar, antropólogo colombiano, defende que as novas leituras sobre desenvolvimento, território e diferença delineiam um novo campo, a “ontologia política”, que compreende tanto a dimensão política da ontologia quanto a dimensão ontológica da política. Significa ter uma leitura a partir do lugar dos movimentos sociais e, para isto, é necessário colocá-los em três dimensões: 1) a primeira dimensão é a da terra, que concebe que todo o ser vivo é uma expressão criativa da terra, da sua auto-organização e constante emergência. Refere-se a todas as forças sintonizadas com o “sonho da terra”. 2) a segunda dimensão é a da necessidade de uma transição ecológica e cultural profunda, que transcenda os modelos da modernidade capitalista, constituindo os caminhos para humanos e outros seres com vida coexistirem de maneira mutuamente enriquecedora. 3) a terceira dimensão consiste na relocalização dos múltiplos aspectos da vida de forma que atuem como contraproposta aos mercados dominados pelos conglomerados corporativos. O paradigma da re-localização é fundamento por muitas propostas campesinas e étnico-territoriais sobre alimentação e economia.

Nesse sentido, a pampa, em sua dimensão afetiva de terra/território, torna-se um substantivo feminino, sendo que os parâmetros para essa concepção são trazidos, conforme Guimarães (2013), pela obra da escritora argentina Silvina Ocampo. Nas leituras de Guimarães, a autora promoveu rupturas com a tradição da literatura gauchesca rio-platense, de hegemonia masculina, trazendo a experiência do feminino na tessitura da narrativa. Tal ruptura se dá a partir dos elementos simbólicos, a saber, identificação entre humano e cavalo; relação com o sujeito feminino e com a família; e as noções de civilização e barbárie. Tais elementos, na literatura de hegemonia masculina, são espelhos de um modo de viver cujas personagens são marcadas pela identidade da guerra e pelas "rudes" lidas campeiras.

No conto Azabache (OCAMPO, 1999), por exemplo, a autora reformula a imagem do "centauro dos pampas" com a inserção do feminino. O cavalo Azabache, visto como "natureza", na íntima relação com o feminino, apresenta-se longe de ser um animal domado e submisso. Ambos/as, feminino e cavalo, revelam-se absolutamente selvagens, incapazes de serem possuídos, como objetos passivos, pelo narrador, homem. Incapazes de viver dentro do ethos patriarcal, são engolidos pela lama, pela terra, sendo o "elemento que mescla tanto as forças receptivas e maternas da terra quanto os princípios dinâmicos e transformadores da terra". (GUIMARÃES, 2013, p. 139). O conceito "hundir", trazido pela autora refere-se tanto ao afundar como se fundir. Por isso que, nesta tese, ao aproximar os modos de viver com a terra, com a desordem, com os cuidados, com as ervas, com o âmbito do feminino, o termo "pampa" se constitui como um substantivo feminino.

Além disso, repensar a metáfora do "gaúcho a pé", enquanto uma condição de vida "desgraçada" e de expulsão do campo para a cidade, se dá pelo trabalho etnográfico do Inventário que apontou a circulação de humanos, outros animais e coisas nas cidades, tornando líquidas as fronteiras entre rural e urbano. Nessa proposição, a dinâmica de circulação dos artífices da pampa, está arraigada em um modo de viver e habitar sustentado pela criação de redes de relações em contextos urbanos. E estas relações e movimentos se davam, também, pelos outros animais e pelas coisas (SILVA, 2014; LIMA, 2015). A partir destas experiências, buscou-se a adoção de ferramentas teóricas e metodológicas que permitiram lidar com estas possibilidades. Assim, no segundo semestre do ano de 2016, iniciei o trabalho de pesquisa junto ao grupo de estudos "Narrativas do Passo dos Negros: exercício de

uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação[24]", ligado ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR). Enquanto grupo de pesquisa e extensão, o GEEUR trazia a proposta de um olhar para as diferentes dimensões de uma cidade plural, aprofundando as reflexões sobre as fronteiras e as suas margens, constituídas sob as dinâmicas de diferentes produções de sentido. A experiência urbana dos citadinos (GEEUR, 2016), a pé e a cavalo, e a relativização das noções de fronteiras e margens, enquanto territorialidades específicas e maneiras de "fazer a cidade" (AGIER, 2011), estabelecem diálogos com definições normativas, estatísticas e urbanísticas bem como evidenciam a urbe mais como uma possibilidade de existência do que uma degradação da condição humana. Junto às denúncias da mercantilização da vida, a etnografia nas margens evidencia as alternativas para a dignidade humana e as resiliências dos vínculos com a terra.



Imagem 8 - Pelos campos banhados - Passo dos Negros - Pelotas. Foto: Guilherme Rodrigues. Acervo do Projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação.

[24] Coordenado pela Professora Louise Prado Alfonso.

Pelas leituras de Agier (2011) de uma cidade contextualizada, vivida, desterritorializada e em movimento, evidenciou a percepção mais ampla de uma pampa vivida, em movimento e plural, já enfatizada pelas leituras de Ondina Leal acerca de uma área cultural que ultrapassa os limites políticos e geográficos. Em uma narrativa contra-hegemônica a de uma pampa vazia, de fronteiras demarcadas, trazidas por determinados setores do Estado que, por sua vez, estão alinhados a projetos neoextrativistas, a pesquisa propõe narrativas de uma pampa que vibra na diversidade de gentes e bichos, plantas, materiais e na diversidade de composição das paisagens – lisas, de pedra, de banhado -, nas correntezas das águas, na vida pulsante pelos caminhos e atalhos. As fronteiras entre as pedras das cidades e os campos, bem como entre os campos de pedra e os matos da cidade, são móveis e contextuais por serem vividas.

As discussões da antropologia urbana, então, serão creditadas as discussões da área cultural da pampa. Atentar para as diferentes maneiras de “fazer a cidade” e desenhar uma “cidade múltipla”, foi a noção que Michel Agier (2011; 2015) indicou à antropologia. Assim, a proposta de uma pampa desenhada em coletivo, pelos/as antropólogos/as, por meio de uma junção de experiências vividas com experimentação teórica de alguns conceitos e modos de observar, busca estabelecer diálogos com definições normativas e estatísticas, enfatizando a possibilidade de uma pesquisa relacional, local e micrológica. Nesse sentido, tem-se as discussões de nomadismo e sedentarismo referente às cidades trazidas por Francesco Carreri (2013, p. 30), em que a cidade atual contém, no seu interior, contextos nômades e sedentários, convivendo conjuntamente em recíprocos intercâmbios. Ainda, conforme o autor, a cidade nômade vive e se alimenta dos resíduos da cidade sedentária, oferecendo a sua presença. A pampa, nesse raciocínio, em sua composição, está intercalada pelas vidas nômades e vidas sedentárias sendo estratégias e formas de habitar dentro de uma multiplicidade de contextos e possibilidades. Por isso, descrever a pampa, enquanto um “todo decomposto” percebido e vivido em situação (AGIER, 2011, p. 38) nos leva, ao invés de nos questionarmos “o que é a pampa”, atentarmos para uma descrição “do que faz a pampa”. Enquanto um processo vivo e em constante (trans)formação, a pampa é movimento permanente no tempo e no espaço (*Idem*, 2015, p. 484).

Por conseguinte, Agier ressalta olharmos, não para o que se perde nas fronteiras da “não cidade” – cidade desterritorializada -, mas o que aí nasce. Isso leva a uma “etnografia das margens”, entendendo a margem não como fato cultural, social ou geográfico, mas, adotando uma posição epistemológica e política de “apreender o limite do que existe — e que existe sob a aparência oficial e afirmada do realizado, do estabelecido, do ordenado, central e dominante — permite perceber a dialética do vazio e do cheio e descrever o que, a partir de quase nada ou de um estado aparentemente caótico, faz cidade”. (*Idem*, 2015, p.487).

A noção de margem é contextual. O que é vivido nestes lugares precários e marginais? Bairros populares, campos sujos, ocupações, fundos de corredores, fábricas “informais”, constituem-se lugares em construção permanente. Leva a uma antropologia preocupada em advogar o direito à existência, aos territórios e a vida em suas presenças recalcitrantes.

1.4. O um e seus múltiplos do fazer antropologia

Conforme Rodrigo Toniol e Carlos Alberto Steil (2016) caminhar, como um fato extraordinário e intencional, está associado às transformações históricas dos sentidos atribuídos a natureza. Caminhar enquanto descoberta, está associado ao romantismo, surgido no século XIX, “feitos de modo solitário, como uma via de acesso a união autêntica entre o ‘eu’ e a ‘natureza’ (TONIOL; STEIL, 2016, p. 67). Ao estudarem uma política pública de promoção de caminhadas turísticas nas áreas rurais numa região do Estado do Paraná, observaram que caminhar por paisagens rurais tornou-se uma maneira de se libertar da vida artificial e mecânica experienciada nos meios urbanos, cujo estranhamento está vinculado às rápidas transformações que o advento da industrialização acarretou. Para além disso, caminhar passou a ser uma maneira de refletir, de conhecer. É assim que, para os autores, tornou-se procedimento de coleta de dados pelas emergentes disciplinas naturalistas como a botânica, a arqueologia e a própria constituição da antropologia,

> Caminhar pelo desconhecido em busca do original, da experiência autêntica da diferença também é, em certos aspectos, uma herança dessa postura característica do romantismo na própria constituição da antropologia

> enquanto ciência. Não é sem razão que as disciplinas surgidas sob esse ensejo romântico têm, no trabalho de campo, um momento privilegiado para a produção do conhecimento. (Idem, p. 68).

Entretanto, torna-se caro aos autores a ausência de reflexões sobre a própria experiência etnográfica de caminhar, junto aos outros caminhantes, nesses eventos. Ao longo do livro deixam claro que estão apresentando a caminhada a partir da "experiência dos sujeitos" em seus engajamentos com uma paisagem que não está pronta, mas em constante 'vir a ser'. Entretanto, àquele/a que lê, fica a questão: se habitar um ambiente é se juntar ao processo de formação (INGOLD, 2012a), e caminhar é um ato de conhecer, o que a imersão no ambiente, caminhando, enquanto antropólogos/as, nos ensina sobre fazer antropologia?

Ao longo do percurso etnográfico, fui percebendo que eu seguia um itinerário marcado por diferentes intensidades que criavam efeitos diversos. Primeiramente, busquei a proposta da "etnografia multilocal" (MARCUS, 2001), o que me ajudou a conectar essas intensidades no movimento de seguir e/ou ser levado pelas conexões. Mas estava diante de modos de viver de vários entes e situações que não criavam uma unidade dentro da diversidade. Assim, o que conectava estes entes e as situações etnográficas? George E. Marcus (2001) indica que a construção desses espaços multisituados, pelo/a etnógrafo/a que segue as conexões entre os sítios, é inseparável da dimensão política em que são concebidas as questões da pesquisa. É um mapeamento em que se conjugam múltiplos sítios postulando suas relações com base no que a experiência etnográfica aponta, algo construído a partir de encontros e desencontros, que o autor entende por "tradução". Assim, "a práctica de traducir conecta los distintos sítios que explora la investigación junto con fracturas inesperadas y incluso dissonantes del lugar social." (MARCUS, 2001, p. 114).



Imagem 9 - Desenho de uma etnografia multilocal. (MARCUS, 2001, p. 114).

Portanto, como mapear estes entrelaçamentos de linhas? Ingold (2005) conceitua que “mapear não é elaborar um mapa”, já que mapear é um descobrir-caminho sendo uma forma de retraçar seus passos, e de outros, que pelo lugar cruzaram. Já elaborar um mapa, por sua vez, elimina os movimentos das pessoas no vai e vem entre os lugares. Nesse sentido, enquanto mapear é inscrever os movimentos entre um lugar e outro, elaborar um mapa é traçar uma rota entre uma posição e outra. Embora ambos sejam atividades situadas no ambiente e realizadas ao longo de trilhas, o autor traz a tese de que “mapear”, para além da transcrição em um mapa, é inscrever e contar histórias. Os lugares contêm histórias de movimentos e peregrinações entre si e com os outros lugares e mundos, concatenando uma região. Mapear é, nesse sentido, contar histórias de vidas e lidas e de jornadas por meio dos rastros de caminhantes do passado e do presente (e do futuro), ou seja, dar conta das experiências corporais das vidas. Assim, “descobrir-caminho depende da afinação dos movimentos do viajante em resposta aos movimentos, nas redondezas de outras pessoas, animais, o vento, massas celestiais, etc.” (INGOLD, 2005, P. 239).

Como sugere Ingold (2005), “conhecemos *enquanto* caminhamos, e não *antes* de caminhar”. O “descobrir-caminho” se dá de maneira fraturada e descontínua entre os lugares, mas que, ao se mapear, é desvendado em suas relações. A etnografia é uma inscrição, uma trajetória que se torna um “desenho” (MARCUS, 2001), ou um retraçar passos (INGOLD, 2005), delineados pelos fluxos e movimentos do/a devir-etnógrafo/a em suas possibilidades de engajamento nas diferentes intensidades. Deleuse & Guatarri (1996), escreveram que o mapa é aberto, conectável em todas as dimensões, suscetível a modificações todo o tempo e, no caso desta etnografia, é feito junto com inúmeros entes, alimentando-se de projetos pessoais e coletivos, de pesquisa etnográfica, de engajamento político e antropólogo do/no Estado. Assim, não são os lugares que se conectam, mas sim as linhas feitas pelas pessoas, pelos bichos, pelas materialidades em seus múltiplos mundos.

Mapear caminhos é também fazer uma “etnografia multiespécie” (KIRSKEY; HELMREICH, 2010; DOOREN; KIRSKEY; HUNSTER, 2016) - ou multimundos - já que seguir as conexões entre os ambientes e as vidas humanas envolve também trazer para o primeiro plano a presença de seres, criaturas e coisas que ficavam nas margens, enquanto parte da paisagem e/ou símbolos. É nesse entrelaçamento que esses demais seres animados se tornam atores pois influenciam, agem, conectam as

articulações que vazam para outros contextos. Seguir essas relações emaranhadas entre humanos, bichos e coisas é um constante “tornar-se com”, constituindo complexas “ecologias de seres” e saberes. Fazer um estudo multiespécie é considerar as formas de vida flagradas em diversas relações de conhecer e conviver. Uma abordagem imersiva aplicada também aos seres “abióticos”, conforme a perspectiva da geografia, tais como as pedras, por exemplo, levando em conta a maneira como eles participam e se inserem nessas intensidades. A questão está em entender as diferentes maneiras e possibilidades dos modos de viver e habitar, a partir desses entrelaçamentos.

As multiplicidades multiespécies, para além de uma mera descrição das comunidades emaranhadas e dos processos de co-tornar-se, envolve, também, uma questão política. A quem beneficia os encontros das espécies e dos seus mundos? E a quem beneficia tirá-los da formação destes mundos? Isso me faz retomar Marcus (2001) para quem o/a antropólogo/a é alguém que se envolve com “compromissos circunstanciais” engajando-se, em colaboração, nos diferentes sítios, levando em consideração suas diferentes intensidades. É dialogar com a possibilidade de um lugar de direito e de enunciação para gentes, bichos e coisas nas diferentes linhas, no âmbito do Estado e das Políticas Públicas, nas contranarrativas aos projetos de mercantilização da vida. A vivência etnográfica me levou a constatar que tais misturas estão nesses diferentes lugares como parte das microresitências às práticas de purificação (LATOUR,1994) e higienização do Estado e suas políticas racionais (LA CADENA, 2008).

“*Não se pode andar por andar*”, prescreveu Sr. Fernando Camacho - morador da Vila da Lata, comunidade quilombola, localizada no município de Aceguá/RS - à antropóloga Marilia Kosky (2017, p. 19). Perambular é, para a autora, também uma forma de construir sentidos, “um jeito pensar e estar mundo”. Circular por entre lugares e entre mundos bem como deixar o corpo ser atravessado por suas intensidades e sendo sensitivo às suas intempéries, é afetar-se. Para Ingold (2005) o caminhante está à mercê daquilo que acontece, daquilo que não está dado, mas a caminho de ser. O “arriscado é não andar” (KOSBY, 2017, p. 19). Mas, também, o arriscado é não conhecer ‘o chão’ em que se está pisando. Andar, tecer, tramar, narrar e olhar para o chão são, assim, estratégias importantes para um movimento que atua se articulando

em emaranhados. São aprendizados a partir de encontros entre antropologias (VIVEIROS DE CASTRO, 2018) e engajamentos com bichos, coisas e ambientes.

A concepção de Roy Wagner (2010) considera a cultura como algo "inventado" pelos/as antropólogos/as a partir de suas experiências etnográficas, sendo, então, uma experiência criativa de um artífice. A convivência em uma "nova cultura" faz com que o/a antropólogo/a "identifique novas potencialidades e possibilidades de viver a vida" (WAGNER, 2010, p. 30). O modo de vida experienciado inicialmente como uma maneira distinta de fazer as coisas, transforma-se para a maneira no qual se poderia fazer as coisas e, esta experiência, é "mascateada" no "mercado acadêmico" como qualificação ou é inscrita em livros. O contraste da invenção da "cultura" do outro, possibilita a reinvenção da própria "cultura" do/a antropólogo/a. Essa invenção, não se dá somente na experiência do trabalho de campo, mas consiste num processo que ocorre na experiência da vida cotidiana quando algum "conjunto de convenções 'alienígenas' ou 'estrangeiras' seja posto em relação com o sujeito." (Idem, 2010, p. 39). Nesse sentido, o que acontece nesse processo é uma comparação entre "antropologias" já que todas as pessoas são agentes teóricos que traçam analogias a partir de seus mundos (VIVEIROS DE CASTRO, 2018).

O trabalho do/a antropólogo/a[25] é, portanto, inseparável de seu modo de viver, considerando que a experiência de campo não consiste somente num ato de levantar dados para interpretá-los depois, mas em uma transformação não só pessoal, mas também coletiva, a partir de uma aprendizagem e da criação conjunta com interlocutores/as e suas teorias, em diálogos com pesquisadores e com as coisas, bichos e ambientes. Isso implica dizer que as relações em campo foram muito além do meu lugar de pesquisador antropólogo. Em diferentes contextos eram acionados diferentes *personas* a saber, a de agricultor familiar ecológico, de pesquisador de um inventário, de "jornalista", de representante de uma classe média universitária e, por

[25] Conforme escreveu Cardoso de Oliveira (2006), o "trabalho do/a antropólogo/a" se constitui por meio de três etapas da produção do conhecimento, a saber, o olhar, o ouvir e o escrever disciplinados pela disciplina acadêmica. Esse "disciplinamento", conforme o autor, está presente de maneira espontânea no olhar e ouvir, momento em que estamos vivenciando o lugar em uma estreita relação com o "outro". Em tal momento as disciplinas e paradigmas condicionam o "estar lá" de maneira a eliminar todos os "ruídos" considerados "insignificantes", ou seja, "que não façam nenhum sentido no corpus teórico de sua disciplina ou para o paradigma no interior do qual o pesquisador foi treinado." (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 22). Por conseguinte, é no ato de "escrever", momento em que, sentados em nosso gabinete, que trazemos os fatos vistos e ouvidos para o plano do discurso textual traduzindo a "cultura nativa" para a "cultura antropológica" que se refere a ideia de pensar dentro de uma "comunidade de comunicação e argumentação" (idem, 2006, p. 25).

vezes, de militante de movimento socioambiental. A situação de agricultor indicava um prévio, senão sucinto, conhecimento das lides de campo e de agricultura. Andar a cavalo, capinar uma horta, colher frutas, participar de uma fabricação de doces, constituíam situações etnográficas em que não somente se aprendia a fazer, mas de aprender fazendo, olhando e conversando. Lembro de que inúmeras questões foram trazidas em um diálogo com uma interlocutora, enquanto varríamos um galpão onde pernoitavam ovelhas. Elas não foram anotadas e gravadas, mas ficaram como ecos que ressoam no momento em que escrevo em minha 'oficina' e estarão presentes ao longo dos seguintes capítulos. Em alguns contextos, era etnógrafo-agricultor-militante envolvido em projetos alternativos de agricultura. Assim, a escrita etnográfica constitui-se em um conhecimento construído a partir de um aprendizado em múltiplas possibilidades e reconhecimento das experiências do outro em si mesmo. Os destinos da pampa e dos mundos que a habitam serão também os meus destinos.

Estando imersa numa estreita relação com a alteridade (PEIRANO, 2006; 2014), em que se aprende com o diferente, próximo ou distante, no ato de conviver, a antropologia está em um processo de modificação permanente. Aprendemos com os mundos dos/as outros/as e assim entendemos os nossos múltiplos modos de viver. A partir da experiência com agricultores/as e pecuaristas familiares, trouxe para meu contexto de agricultor familiar, conhecimentos e estratégias de manejo com o gado e das plantas. Compartilhei conhecimentos que tinha sobre cuidados com plantas e bichos e, assim, comparávamos antropologias (VIVEIROS DE CASTRO, 2018). Inúmeras vezes as frases começavam com uma pergunta: "*não sei se fazem assim lá na tua terra, mas...*". Fazer antropologia é como talhar um artefato, como manejar o gado, como capinar uma horta. É um processo, carregado de técnicas e habilidades que se "aprende fazendo" e se engajando com pés e mãos na busca de fazer um "bom trabalho" (SENNETT, 2013).

Por conseguinte, se comparamos antropologias, podemos nos perguntar o que torna a antropologia ligada ao Estado, um modo de conhecer distinto das outras "antropologias", aquela de nossos/as interlocutores/as? Para os/as interlocutores/as a distinção do conhecimento antropológico se dava por mostrar os seus modos de viver em forma de uma "ciência engajada", tal como faziam as outras ciências dos/as pesquisadores/as, extensionistas e juristas, vinculados a diferentes instituições e ONGs. Porém, a potencialidade estava na etnografia e sua capacidade de sustentar

determinados pareceres e laudos judiciais ou de mídias. Isso implica dar atenção à etnografia como aquilo que faz o/a antropólogo/a e que também faz a antropologia. Antes do século XIX as figuras do etnógrafo e do antropólogo eram vistas como distintas, sendo o primeiro entendido como aquele que descrevia e traduzia os costumes e, o segundo, como aquele que desenvolvia teorias sobre a humanidade. No século XX, os escritos de Malinowski apresentaram a figura de um "novo antropólogo" sentado junto a fogueira, com os 'pés no barro' vivenciando e descrevendo a vida trobiandesa (CLIFFORD, 2008, p. 26). Figura essa - do antropólogo-etnógrafo – que se desenvolveu a partir do momento em que os cientistas da natureza, treinados na academia, passaram a coletar dados e, definindo-se como antropólogos, começaram a se envolver com a formulação e com a avaliação da teoria antropológica[26].

A desintegração da suposta autoridade do/a etnógrafo/a ocidental é um processo que se acirrou no final do século XX e início do século XXI e o ocidente perdeu o status colonial de único provedor do conhecimento antropológico. A emergência de estudos que questionassem como eram retratados os grupos humanos pelos/as antropólogos/as, trazia a discussão de que os escritos etnográficos, elaborados a partir de relações históricas de dominação e colonização, implicava a neutralização e negação dos conhecimentos não ocidentais, das outras antropologias. Assim, estudos emergentes daqueles que, anteriormente, eram "objetos" de estudos, trouxeram, juntos aos equívocos, a eminência ao conhecimento construído por meio de um intenso envolvimento intersubjetivo. A etnografia envolve a ação de múltiplos agentes – para além dos humanos -, subjetividades e constructos políticos que ultrapassam o controle daquele/la que escreve (CLIFFORD, 2008, p. 19-21).

Uma antropologia imersa nos mundos, ou seja, constituída por meio da experiência do habitar e vivenciar (INGOLD, 2012a), não pode ser desprendida dos seres, das coisas e dos lugares diversos que a habitam. Conforme ressaltou James

[26] James Clifford (2008, p. 28 - 30) elenca algumas características da "nova antropologia" enquanto uma descrição baseada na observação. Assim, tem-se: a legitimação do pesquisador de campo enquanto um "profissional treinado" na academia o que possibilitava acesso ao "coração" de uma cultura entendendo suas estruturas e instituições; ênfase no poder da observação para o registro e explicação da cultura; a importância da teoria como forma de auxiliar os etnógrafos a entender o modo de viver do outro de forma mais rápida, permitindo selecionar dados; foco em algumas instituições específicas, ou seja, chegar ao complexo cultural por intermédio de algumas de suas partes. Essas características legitimaram a figura desses profissionais treinados conformando uma certa "autoridade", a saber, etnográfica.

Clifford (2008, p. 22): “[o] silêncio da oficina etnográfica foi quebrado por insistentes vozes heteroglotas e pelo ruído da escrita de outras penas”. De uma autoridade do/a etnógrafo/a, que botou os pés no chão e conviveu com a comunidade, passou-se, então, a partir das dinâmicas da produção do conhecimento etnográfico, à “autoridade dos informantes”. Estes irão se apropriar desse conhecimento de distintas maneiras, seja para conhecimento, seja como ferramenta de luta política, fazendo com que a escrita leve a sério estes/as possíveis leitores/as e suas demandas (SEGATO,2013).

Para levar a sério, é relevante adotar uma postura teórico-metodológica, que é também uma postura política. E, assim, adotar uma postura profissional de “ser afetado”, experimentando o modo de vida pessoalmente e não por vias da ciência (FAFRET-SAADA, 2005). As intensidades são, para a autora, “afetos”. Consiste em tornar o trabalho de campo uma experimentação, uma metamorfose, em que o/a pesquisador/a “falquejado/o” na vida acadêmica, munido/a de referências teóricas e metodologias, e com uma questão a ser respondida na convivência junto a um coletivo, passa a colocar também a sua existência como parte daquele modo de viver experimentando as intensidades específicas do lugar e, talvez, assumindo o risco de ver o projeto de pesquisa se desfazer (idem, 2005, p. 160). “*Eu gosto do teu jeito de pesquisar porque tu participas da lida, e não fica só observando*”, me falou uma interlocutora. A potencialidade da frase é de que ela evidencia uma postura engajada e, ao mesmo tempo, que não somente observamos, mas que estamos constantemente sendo observados (SÜSSEKIND, 2014), pelos bichos que espreitam, pelas comunidades, pelas coisas, pelas mineradoras, pelas árvores. As possibilidades de acessar o que é invisível aos olhos e, ao mesmo tempo, o que deve ser indizível no texto, são as potencialidades de uma participação observante.

A figura do/ antropólogo/a cidadão/ã é marcante na antropologia latino-americana[27] imprimindo um outro compromisso que consiste na “sua participação na empreitada cívica da construção da nação” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 43)[28].

[27] Para Cardoso de Oliveira (2006), o movimento dos conceitos no conhecimento antropológico brasileiro se deu em uma apropriação dos conceitos e dos paradigmas europeus e norte-americanos que se pretendiam universais. Quando emigrados aos contextos socioculturais latino-americanos, ganhavam uma dimensão particular, ou um “novo sujeito epistêmico”. Tal sujeito, membro de uma sociedade (neo)colonizada, ou seja, também um/a cidadã/ão, incorpora a prática política de um compromisso ético na reflexão teórica.

[28] Eu estou me filiando a linhagem antropológica constituída a partir da escola paulista de sociologia com a célebre influência de Florestan Fernandes e sua proposta de sociologia do reencontro entre os sujeitos imerso na vida cotidiana e suas possibilidades históricas de definir o próprio destino (GARCIA,

Conforme Ingold (2015a), os/as antropólogos/as trabalham com pessoas num mundo compartilhado, sendo que suas práticas e observações são ancoradas no diálogo participativo. Isso remete a uma antropologia disposta a “abrir” olhos e mentes para as possibilidades do ser, e as suas questões são filosóficas como, por exemplo, o que significa um ser humano ou uma pessoa. Questões essas que são feitas “fora de casa” - ou seja, não com portas fechadas, em um gabinete – em um mundo em que seus habitantes, humanos e não humanos, são nossos/as professores/as, interlocutores/as. Um empreendimento comparativo não de objetos limitados, mas de modos de ser. Fazer antropologia é “olhar de soslaio” o que se refere a estar consciente das diferentes maneiras de ser: “Onde quer que estejamos, e o que quer que possamos estar fazendo, sempre estamos cientes que as coisas podem ser feitas diferentemente.” (INGOLD, 2015, p. 16). Antropólogos pensam, falam e escrevem no e com os mundos, sob as condições e possibilidades da vida e, assim, dispensa imaginá-lo como um campo, enquanto local de afastamento.

Fazer etnografia é, parafraseando, Ingold (2012a) deixar as coisas “vazarem”, pois, as relações são como “linhas de devir”, não definidas por pontos que a compõem e as conectam, mas por linhas que passam entre esses pontos, sendo linhas de fuga que correm de maneira perpendicular a ambos. Tais experiências, em movimento, levam a um constante tornar-se, estendendo-se ao longo não de uma, mas de múltiplas linhas, de múltiplas possibilidades e mundos, entrelaçadas no centro, mas deixando para trás inúmeras “pontas soltas” nas periferias.

A antropóloga Mariza Peirano (2014) escreve que a etnografia não é um método, e sim uma maneira reflexiva de estar no mundo. Imersos no mundo não sabemos, quando a pesquisa de campo começa ou acaba considerando que são momentos arbitrários e que dependem da potencialidade do estranhamento – já que se abandonou as “grandes travessias” para lugares distantes e isolados. São momentos que examinamos por que alguns eventos, vividos ou observados, de nossa vida cotidiana nos fazem pensar, nos colocando numa situação de “nativos/etnógrafos” (PEIRANO, 2014, p. 379). Não somente a experiência de

2002). O autor reclamava a formação de uma “imaginação criadora” para o conhecimento dos problemas sociais do contexto da américa Latina (FERNANDES, 1999, p. 139). Entretanto, o/a pesquisador/a que vive nos “países subdesenvolvidos” são, em si, uma mistura de cientista-investigador/a e reformador/a social tornando tal conhecimento como uma parte ativa na proposta de um desenvolvimento social.

vivenciar o local, mas os fatos cotidianos também são o material para nossas reflexões, pois que não são dados coletados, mas “fatos etnográficos”.

Mais do que um método, é uma “formulação teórico-etnográfica” (PEIRANO, 2014, p. 383). E essas constantes reanálises que fazemos dos textos etnográficos é uma forma de dar voz às experiências daqueles que nos antecederam – seja os etnógrafos/as, seja seus/suas interlocutores/as - e de nos fazer refletir. O/a etnógrafo/a está constantemente disposto a se deixar ensinar pelas pessoas com quem vivencia, aprendendo as possibilidades de modos de viver alternativos e é nesse movimento que se constitui o nosso saber e o modo de fazer. “A emergência de novas pesquisas, sendo uma constante, deve nos levar a uma, igualmente constante, recomposição da antropologia, de quem somos e do mundo como o entendemos. Se essa lição da antropologia for mais partilhada, teremos menos certezas, mais dúvidas e, com sorte, mais liberdade.” (PEIRANO, 2014, p.389).

Mas a etnografia é também, por sua vez, um método. Trazendo a discussão de Magnani (2009), não se pode separar a etnografia nem das escolhas teóricas e conceituais constituídas dentro do “tornar-se” da antropologia, nem da particularidade das pessoas – e dos mundos - de nossos estudos o que nos impõem a necessidade de estratégias no trato com os/as interlocutores/as. Na realidade, as definições da maneira como estaremos inseridos no campo depende do próprio campo. São as situações vividas que definem questões sobre distanciamento e posicionamento, engajamento, dilemas éticos e morais. Tomando o conceito de “projeto” de Gilberto Velho (2008), entendo que o projeto de pesquisa é uma construção social e está direta e indiretamente envolvido nos projetos que os/as interlocutores/as – humanos e não humanos - ambicionam em suas estratégias e expectativas. As habilidades etnográficas referem-se aos diferentes manejos das ferramentas, teóricas e metodológicas, para controle de equivocações e respeito às possibilidades de vida.

A seguinte frase dita por Seu Beto, pequeno produtor rural e peão campeiro na fazenda do Sossego, localizada no distrito de Palmas/Bagé/RS, é elucidativa para a caminhada etnográfica disposta ao engajamento. Sentado em frente ao galpão junto a outros peões campeiros, eu acompanhava o debate sobre a possibilidade de atravessar um rio chamado “Camaquã” com uma tropa de gado. Argumentando contra essa possibilidade, Seu Beto comentou: *O Camaquã é ingrato!* O campeiro complementou que “*ele [o rio] pode parecer que está raso, então, tu vai atravessar e*

ele leva os animais e até a gente, se bobear!" Assim, naquele dia, decidiram não atravessar o rio com a tropa de gado. Porém, diante do meu interesse no assunto, Seu Beto enumerou, enquanto caminhávamos em direção à casa, outra razão que o fazia considerar o rio como "*ingrato*", que era o fato, do mesmo, encher muito rápido, o que significava aumentar a vazão da água em poucos minutos. Esse fato é um perigo para os seres que estão nas suas margens, sejam humanos ou sejam bichos. O rio cheio, em fúria, carrega árvores de todos os tamanhos, troncos, pedras e outras coisas. Na página de facebook para o Rio Camaquã, foram publicadas imagens do rio cheio, com as águas próximas à altura da ponte em decorrência dos 'dias e dias' de chuva. A publicação dizia: "esse é o nosso Rio Camaquã. Quando quer encher é isso aí! Vai que vai!"

Um/a antropólogo/a em trabalho de campo, reagiria de diferentes maneiras diante do presente dado etnográfico. Um caminho possível seria entender tal manifestação como a representação de uma cultura acerca de um ente da natureza e, nesse caso, estaria, assim, replicando o discurso ocidental da ciência moderna. O lugar da antropologia, nesse caso, seria o de desvendar práticas de conhecimentos de outras perspectivas (ou outras culturas) em torno de algo que já está estabelecido, que é o mundo natural (ESCOBAR, 2012; BLASER; 2015). Entretanto, é possível tencionar esse lugar questionando as próprias convenções que disciplinam o fazer etnografia. Conforme indica Roy Wagner (2010), uma antropologia que não busque ultrapassar os limites de suas próprias convenções, investindo a imaginação no mundo da experiência, será mais uma ideologia do que uma forma de conhecimento. O que o autor queria evidenciar é que somente a partir da experiência de uma estreita interação e afetação com o outro e do diálogo consigo mesmo é que a antropologia se constitui e se transforma.

Para Martin Holbraad (2014), Wagner aprendeu com seus interlocutores Daribi de Papua Nova Guiné, que, em vez de controlar o mundo submetendo-o a convenções coletivas, os mesmos transformavam as convenções, mediante improvisação de coisas e normas únicas. Para os Daribi, todas as convenções que os antropólogos imaginavam como cultura, tais como parentesco, normas e regras, na realidade, não eram convenções criadas pelas pessoas, mas elementos constitutivos que as pessoas tomaram como garantidas, compondo o pano de fundo da atividade humana (HOLBRAAD, 2014, p. 128). Por conseguinte, o que os antropólogos imaginavam

como “natureza”, constituía, para os Daribi, a esfera do artifício humano, onde participavam da capacidade, inerente ao mundo, de transformar-se a si mesmo e transgredir as categorias convencionais. Ou seja, não colocavam o mundo não humano sob suas convenções inatas. Quando em ritual, os Daribi personificavam fantasmas, subvertendo as distinções inatas de humanos vivos a fantasmas mortos. Ao assumirem as características dos fantasmas, os Daribi traziam a possibilidade de que os mesmos, mortos, podiam tomar vida e interagir com os humanos.

Ao passo que Wagner (2010) propôs uma antropologia disposta a ultrapassar as próprias convenções, Holbraad (2014) trouxe a questão de como ver os dados etnográficos de uma maneira distinta. Isso implica nos inúmeros giros que a antropologia faz em torno dos seus dilemas. O autor enumerou cinco giros: o interpretativo, o linguístico, o ético e, atualmente, o ontológico. O giro ontológico consiste num movimento que redefine a forma como se produz o conhecimento na antropologia. Para Hobraad (2014, p. 131) em essência ela é uma “intervenção metodológica” estando associada a maneira como damos conta das experiências com o “outro”. É um problema ontológico a preocupação em como neutralizar, ou por entre parênteses, minhas próprias suposições sobre o mundo.

Isso leva a um questionamento na autoridade das dicotomias fundamentais existentes nos projetos antropológicos pautados na ontologia dualista que se pactua na unicidade da realidade - em que existe somente um mundo natural - e na multiplicidade de concepções desta realidade – pela existência de várias culturas. A noção de “cultura” é assim, conforme ressaltou Bruno Latour (1994, p. 102), “um artefato criado por nosso afastamento da natureza”. Ao pensar o projeto da modernidade o autor concebe que seus entusiastas a projetaram por meio da separação entre humanos e não humanos, natureza e cultura. Philippe Descola (2005, p. 93) denomina como ontologia “naturalista” que pressupõe uma “discontinuidad de las interioridades y una continuidade material. Para nosotros, lo que distingue a los humanos de los no humanos es claramente el alma, la conciencia, la subjetividade e el linguaje (...)”. O giro ontológico, por sua vez, atenta para as possibilidades de coexistência de diferentes mundos (um pluriverso) construídos por meio de relações que congregam um conjunto de elementos heterogêneos. Assim, toda a entidade existente é sempre uma multiplicidade o que torna a noção de realidade como algo que se corporaliza, ou descorporaliza, a partir das práticas. (BLASER, 2015, p. 8).

Conforme Holbraad (2014), tal movimento aprofunda e radicaliza três exigências antropológicas: A “reflexividade” - dando prioridade a prática etnográfica estando atento a forma como se faz as coisas, as suas condições de possibilidade; por conseguinte tem-se a “conceitualização” - relacionado a pensar novas maneiras de conceber o material etnográfico tornando o conceito como expressão mais séria da “suposição ontológica” ; e, por fim, a “experimentação” - que reside em pensar o que possa ser o trabalho de campo ou uma área etnográfica, ou o que possa ser um/a antropólogo/a em campo e um/a interlocutor/a. Engendra, portanto, pensar teorias alternativas que trazem uma abordagem diferenciada que, em vez de “pensar sobre” o outro, infere-se uma atitude de “pensar com” o outro, questionando conceitos preestabelecidos e criando outros. “Los antropólogos con inclinaciones ontológicas se distinguen de otros antropólogos al hacer que sus propios pensamientos sean el tema de su actividad experimental del mismo modo que las personas que conforman su campo etnográfico y ellos mismos como antropólogos.” (HOLBRAAD, 2014, p. 137)

Consiste em uma atitude pós-social e pós-humanista, que questiona, mas sem desconsiderar, a ontologia naturalista, que separa em caixinhas o que é cultural e o que é natural, tornando possíveis novas ontologias, novos conceitos alternativos, conformando contínuas as diferenças e ao mesmo tempo as tornando relacionais. Viveiros de Castro (2012, p. 163) denominou “transformação indígena da antropologia” o que se refere “às transformações da estrutura conceitual do discurso antropológico suscitadas por seu alinhamento em simetria com as pragmáticas reflexivas indígenas (...)”. Isto não significa, conforme o autor, “emancipar o nativo”, mas sim a antropologia de sua história. Concebe-se uma transformação das transformações, o que abre mão de um discurso sobre a ação e visão de mundo do outro, para “pensar com ele”, para levar o pensamento do outro a sério. A inversão está, nesse sentido, em conceber a antropologia ocidental por meio das “antropologias indígenas” ou pela ontologia do/a outro/a.

Mas em que consiste levar o pensamento do/a outro/a a sério? Como levar a sério a história de um monge que encontrou um dragão e que, aterrorizado, gritava e pedia ajuda, embora ninguém mais, além dele, estava enxergando o tal dragão? Na história de Ingold, embora ninguém mais conseguisse ver o dragão, o reconheceram na forma inarticulada como o próprio medo do monge (INGOLD, 2012c, p. 18). Por conseguinte, embora eu não visse a *ingratidão* do Rio Camaquã, a percebi na

experiência de caminhar em suas margens, personificada na sensação de que o rio ficaria cheio a qualquer momento. Marisol de la Cadena (2008) faz referência ao conceito de “equivocação controlada” de Viveiros de Castro (2004) sendo,

> una relación de interpretación controlada a través de dos perspectivas [ontológicas] que emplean términos homonímicos, de manera que la alteridad referencial entre los dos es reconocida e insertada en la conversación, y así en lugar de diferentes visiones de un solo mundo (lo que sería el equivalente al relativismo cultural) se hace evidente una visión de mundos diferentes. (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, S/P apud LA CADENA, 2008, p. 150).

A equivocação controlada é uma conversação em que se comunicam mundos, os quais mantêm suas diferenças. As equivocações existem e são “lugares conceituais”, ou melhor, antropologias em que se manifestam diferentes ontologias (LA CADENA, 2008, p. 152). Então, não são o encontro de diferentes culturas, mas de ontologias, ou seja, de mundos diversos e parcialmente conectados, o que não anula as suas diferenças (BLASER, 2015). Conforme Viveiros de Castro (2018, p. 251), a equivocação é um “modo de comunicação por excelência entre posições perspectivais diferentes – e, portanto, como tanto a condição de possibilidade e o limite da empreitada antropológica.”

Tal questão leva à critica de Bruno Latour (1994) acerca da modernidade, cujo projeto consiste em separar a sociedade da natureza em práticas que o autor chamou de “purificação”. Em razão desta separação que se criou, na modernidade, a “ilusão” de que a sociedade dominaria a natureza ou a dimensão não humana. Entretanto, ao contrário, aconteceu o que se chama de “proliferação dos híbridos”[29], quase-sujeitos e quase-objetos. Se considerarmos que a modernidade separa a dimensão da ciência, visto como uma representação da natureza; e uma dimensão da política, visto

[29] Já no primeiro parágrafo, o autor nos mostra o quanto questões humanas e da natureza estão completamente misturadas em nossas vidas cotidianas: Na página quatro do jornal, leio que as campanhas de medidas sobre a Antártida vão mal este ano: o buraco na camada de ozônio aumentou perigosamente. Lendo um pouco mais adiante, passo dos químicos que lidam com a alta atmosfera para os executivos da Atochem e Monsanto, que estão modificando suas linhas de produção para substituir os inocentes clorofluorcarbonetos, acusados de crime contra a ecosfera. Alguns parágrafos à frente, é a vez dos chefes de Estado dos grandes países industrializados se meterem com química, refrigeradores, aerossóis e gases inertes. Contudo, na parte de baixo da coluna, vejo que os meteorologistas não concordam mais com os químicos e falam de variações climáticas. Subitamente os industriais não sabem o que fazer. Será preciso esperar? Já é tarde demais? Mais abaixo, os países do Terceiro Mundo e os ecologistas metem sua colher e falam de tratados internacionais, direito das gerações futuras, direito ao desenvolvimento e moratórias. (LATOUR, 1994, p. 07).

como um espaço onde as forças disputam, negociam e articulam o poder para representa-las no Estado-Nação (LA CADENA, 2008), como colocar os rios, as pedras, os bichos e coisas dentro da política moderna?

A leitura do texto de Soraya Fleischer intitulado “Antropólogos ‘anfíbios’? Alguns comentários sobre a relação entre antropologia e intervenção no Brasil” (2007), remete às reflexões sobre os processos políticos e éticos que envolvem e orientam o caminho que se percorre para pôr em prática um projeto de pesquisa, no contexto de um país latino-americano. No texto referido, a autora desenvolve que a antropologia praticada no Brasil tem um caráter “intervencionista”, na grande maioria implícito. Os/as antropólogos/as desde sempre estiveram, direta ou indiretamente, envolvidos com os grupos de suas pesquisas seja como mediadores/as, seja como tradutores/as, denunciando e divulgando os diferentes tipos de hostilidade. Essa intervenção se dá considerando as características da antropologia praticada no Brasil: a) ela sempre esteve em diálogo (não necessariamente amistoso) com a construção interna das concepções de ‘nação’ e ‘desenvolvimento’; b) ela nasce com forte viés político; e c) ela se deu majoritariamente ‘em casa’. (FLEISCHER, 2007, p. 39).

Esses elementos influenciam-se mutuamente e constituem o saber e o modo de fazer da antropologia no Brasil. A partir de uma compreensão crítica da noção de desenvolvimento no capitalismo brasileiro – e nisso há uma desconstrução dessa visão desenvolvimentista que se quer hegemônica – os/as antropólogos/as, mais do que cientistas, são também cidadãos/ãs. São ações de denúncias, diagnósticos sociais e culturais dos grupos as margens, ou afetados por políticas e projetos desenvolvimentistas. Por ser uma antropologia feita no “quintal de casa”, se engaja na construção da nação em uma atitude de inserção desses grupos como parte dessa composição. Nesses termos, a autora faz referência à Mariza Peirano (2006) em que a alteridade, se deu, diferentemente dos países coloniais, centrada mais na diferença do que no exotismo, tornando os/as antropólogos/as brasileiros/as, além de geograficamente próximos dos coletivos de suas pesquisas, também tendo uma proximidade política e ética. A noção de uma antropologia “anfíbia” se refere a um estar em mais de um meio: na universidade e nas vertentes de intervenção tais como ONG’s, órgãos do governo e Estado e engajados/as com os próprios grupos sociais e

seus mundos, como mediadores/as, tradutores/as[30]. Nossas pesquisas carregam um compromisso ético com o grupo cujos modos de vida pesquisamos.

Na reflexão sobre o trabalho do que chamou "antropólogo do Estado", Marcelo Spaolonse (2009) discute, na situação de antropólogo do INCRA[31], o deslocamento, no contexto das exigências burocráticas e jurídicas, de aspectos como erudição ou instrumentalização teórica que ficam em segundo plano. O que se espera, são respostas e pareceres conclusivos. Além disso, o discurso antropológico com e para uma instituição estatal tem que adotar uma "linguagem de interface" para se tornar inteligível, ou seja, a produção de estudos e de relatórios que descrevam e contextualizem a questão da comunidade ou dos mundos e suas relacionalidades, deve ser de tradução dos conceitos e métodos da antropologia para o campo jurídico.

Esta tese também está no âmbito do Estado, quando vinculado a uma Universidade Pública e outras instituições. Assim, a caminhada etnográfica se dava, também, junto ao Estado e, minha trajetória, enquanto aprendiz do modo de fazer antropologia, está fortemente vinculada a pesquisas junto a uma instituição federal, que é o Instituto de Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN). Desde 2012, as minhas pesquisas se constituem como desdobramentos dos levantamentos e elaboração de relatórios[32] para o Instituto, usando sua metodologia para identificação e registro dos bens culturais, assim como para elaborar as possibilidades de ações de salvaguarda.

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é, por sua vez, a metodologia elaborada no âmbito do IPHAN para o levantamento bibliográfico e etnográfico de bens de caráter imaterial. Entre outras prerrogativas, o inventário visa a produção de conhecimentos sobre os sentidos e significados atribuídos pelos atores locais, detentores das referências culturais enraizadas em suas vivências cotidianas (IPHAN, 2000). Na concepção de "referências culturais" a construção dos documentos

[30] A autora chega a dizer que não há uma pesquisa que seja "puramente acadêmica" e que os aspectos interativos, políticos, morais e éticos, que envolveram a relação com o grupo no trabalho de campo, pode ser omitido na obra escrita, mas nunca inexistente.

[31] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

[32] A orientadora Flávia Rieth é coordenadora de dois inventários realizados pelo curso de antropologia/UFPel: "INRC – lida campeira na região de Bagé/RS" e extensão para o "INRC – lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã"; "INRC – região doceira de Pelotas e antiga Pelotas".

tem que dar conta de diferentes questões: do ambiente físico que são os relevos, as vegetações, os rios e lagos, a fauna e flora; do conjunto das construções e demais objetos da cultura material e, por fim, os processos culturais que se referem a "maneira como os sujeitos ocupam o solo, utilizam os "recursos", como os valorizam, como constroem sua história, produzem seus objetos, conhecimentos, usos e costumes" (IPHAN, 2000, p. 14). Enfim, a elaboração do inventário nos desafia a identificar e descrever estas sociabilidades cotidianas entre humanos, bichos, coisas e ambientes dentro de um processo histórico e cultural.

As atribuições deste programa objetivam a preservação da diversidade étnica e cultural do país por meio da salvaguarda de bens culturais tais como práticas, expressões, representações conhecimentos – incluindo também as coisas e os lugares associados - transmitidos de geração em geração (KOSBY & SILVA, 2013). Contempla, além do reconhecimento, a execução de um "plano de salvaguarda", desenvolvendo ações que objetivam a manutenção, a preservação e a transmissão desse conhecimento para as próximas gerações[33] (IPHAN, 2017).

Por conseguinte, além do fato da elaboração do inventário desafiar a identificar e descrever as sociabilidades cotidianas entre humanos e não humanos em um processo histórico e cultural, tem-se outro desafio que versa sobre a "tradução" destas relacionalidades para o campo institucional. O trabalho de documentação consiste no preenchimento das fichas de identificação de bens imateriais inscrevendo-os, enquanto possibilidades, em um dos livros de registros[34]. O preenchimento das fichas é uma descrição de identificação dos/as praticantes, o que fazem, como fazem, com o que fazem e onde fazem, implicando descrever a participação dos artefatos nos modos de fazer e a descrição dos lugares e paisagens em que as mesmas eram ou são praticadas, sua história e suas transformações, a alimentação, as bebidas, as vestimentas, as músicas e as festas.

Porém, a forma de questionário estruturado faz com que tenhamos que estratificar, em partes, os diferentes elementos que compõem o bem cultural e que,

[33] É a efetivação do que preconizava a constituição de 1988 que incorporou a "visão antropológica da cultura", no que se refere a adoção de noções como "referência cultural", e também do modus operandi deste modo de conhecer que, no contexto brasileiro, está voltado a construção da Nação pelos diferentes grupos tais como imigrantes, classes operárias, indígenas e negros.

[34] Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão; Livro de Registro dos Lugares.

em diálogo, não conseguem ser concebidos em separado. Caminhar pelas fichas é como caminhar abrindo e fechando portas por entre uma estrutura de departamentos, em que devemos organizar as coisas nos lugares indicados[35]. A etnografia no sentido dado pelo IPHAN, está associado mais a um método – levantar, descrever e documentar, a partir da observação participante - do que a uma elaboração teórico-etnográfica. Entretanto, o preenchimento das fichas de identificação dos bens leva a necessidade de transitar entre as diferentes possibilidades de fazer as coisas e habitar o mundo, articulando as diferentes presenças, humanas e não humanas, emaranhadas na descrição dos bens, e possibilitando a entrada dos não humanos no rol das políticas do Estado-Nação.

Fazer antropologia é, por fim, praticar a dupla tarefa de transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico (DA MATTA, 1978). Para isso, o movimento de estranhar outros contextos, embora não tão distantes, permitiu pensar, a partir do "estranho", o contexto de agricultura familiar do qual sou parte. Por conseguinte, no mesmo texto, Da Matta (1978, p. 09) finaliza com uma frase sobre a condição do humano, o qual "não se enxerga sozinho e precisa do outro como seu espelho e seu guia". Só podemos fazer antropologia se a sentirmos como um modo de viver, como um trabalho artesanal, aprendendo novas possibilidades de existir e de fazer/manejar coisas. O propósito desta tese não é, portanto, revelar os modos de viver de humanos e não humanos, mas "pensar com", criando categorias compartilhadas. Deleuze & Guatarri (2010) escreveram que a filosofia é a arte de formar, inventar e fabricar conceitos. Os conceitos participam da criação e transformação dos mundos. O/a artesão/ã antropólogo/a é, por sua vez, um editor de narrativas. Nas mesas e estantes de minha 'oficina' há uma infinidade de conceitos em livros e anotações das experiências vividas - conceitos das pessoas. Uma etnografia consiste em manejar essas diferentes antropologias e classificações com as pessoas, criando mundos bem como explorando alternativas para a vida boa.

Por meio da inscrição "teórico-etnográfica" (PEIRANO, 2014) será possível dialogar com as antropologias – teóricas e dos povos - acerca dos modos de viver e habitar a pampa, apresentadas nos próximos itens, atentando para as suas inúmeras possibilidades. É uma justificativa de postura acadêmica e política, pois reflete um

[35] É nesse sentido, que a elaboração descrita dos relatórios está complementada pela elaboração de estudos (artigos, monografias, dissertações e teses).

processo de múltiplos engajamentos, enquanto antropólogo em formação, enquanto agricultor ecológico, enquanto citadino, enquanto colaborador militante, enquanto mediador político, compartilhando uma preocupação conjunta com os nossos destinos, enquanto habitantes do chão pampiano, diante do contexto de territorialização do capital e avanço do neocolonialismo que cercam nossas vidas. Junto aos interlocutores e as interlocutoras e seus múltiplos, de pesquisa e de convivência, compartilhamos afeto e defendemos nossos direitos à vida, à existência e às nossas referências culturais. São lidas, vidas e mundos que se entrelaçam, que contam histórias e nos ensinam sobre bem viver (ACOSTA, 2016) e sobre bem fazer antropologia.

Por fim, em uma justificativa pessoal, remeto-me a Mariza Peirano (2006) que aborda o interesse da antropologia pela diferença, sendo a alteridade seu aspecto fundante. Assim, ao longo deste processo fui trazendo a disciplina “para casa”, “para a terra”, como forma de refletir sobre o contexto do meu modo de viver de antropólogo e agricultor ecológico, intimamente relacionado com a terra. São diferentes contextos que me levaram a um contato com a alteridade. Por esses caminhos cheguei a uma alteridade próxima e até, por vezes, mínima. Os próximos itens serão experimentações para uma antropologia com os pés no chão, fundida com a terra e engajada com os sonhos da pampa.

CAPITULO 2

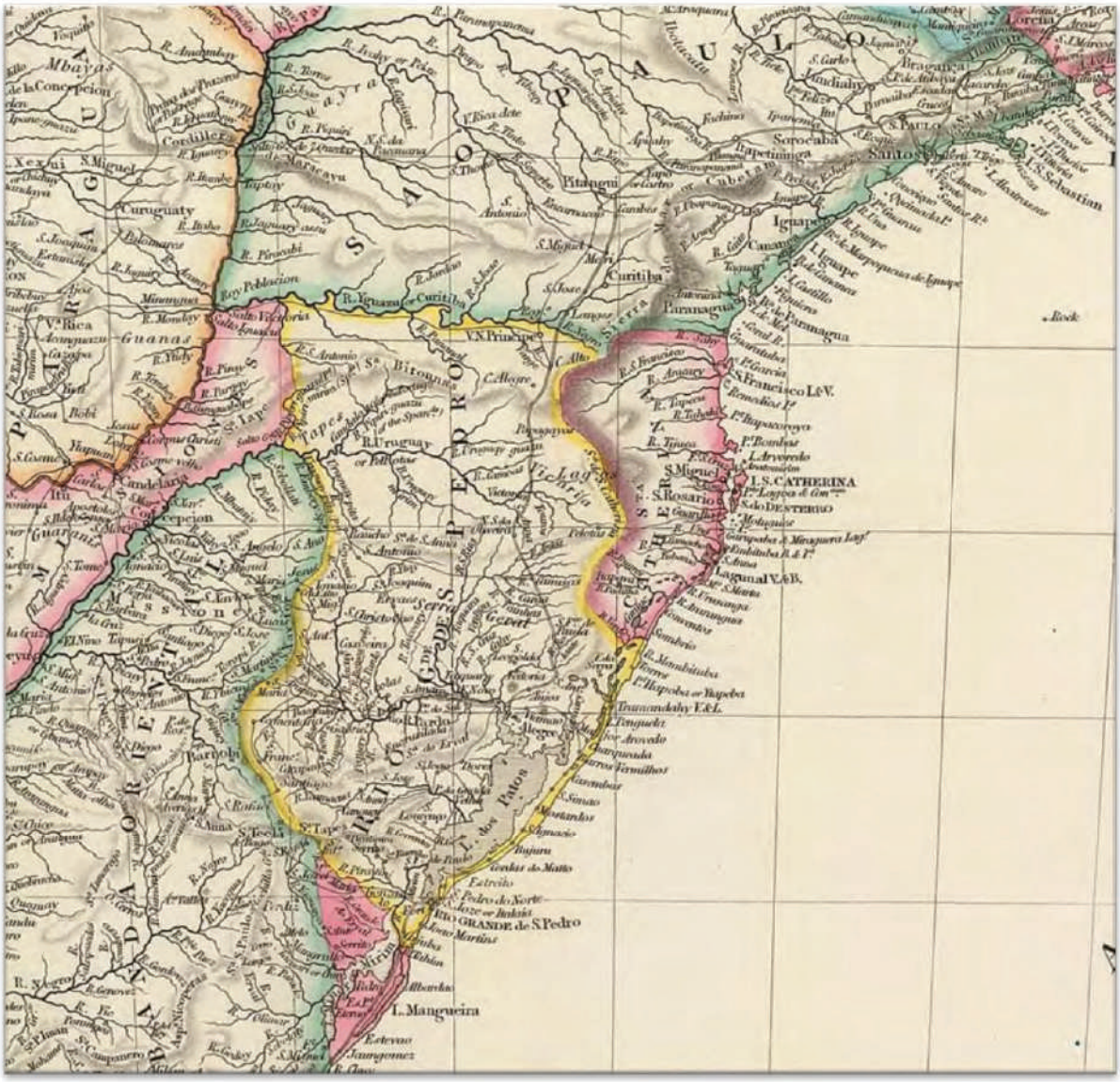
"*AS TROPAS ANDAVAM NA ESTRADA COMO CAMINHÕES*": SEGUINDO PELOS ANTIGOS CAMINHOS

Era boi, era boi, era boi.
Marcha boi, marcha boi, marcha boi.
Volta boi, volta boi, volta boi, volta.

Nesta constância constante da vida tropeira.
Tropa estendida na várzea pastando luar.
Faz me lembrar de uma feita num quarto de ronda.
Quando eu cantava em silêncio para o gado escutar.

Nessa cadencia sofrida o taura genuíno.
Segue num tranco arrastado pelo corredor.
O gado parece que sente na voz do tropeiro.
Um outro mugido de penas fazendo fiador.

(Telmo de Lima Freitas – Cantiga de Ronda)



Mapa 4 - Caminho das Tropas, em detalhe do mapa "Brazil" de John Arrowsmith (1844).

2.1. Introdução

A viagem de ônibus segue em direção à rodoviária de Bagé. Olho para fora pela janela. Em determinado quilômetro do percurso, cruza-se pelo chamado Alto Alegre, que consiste em um pequeno povoado que marca uma encruzilhada em que para um lado segue-se em direção para a cidade do Cerrito e para o outro uma estrada leva ao interior deste município. Quando cruzo por este lugar, sempre vem à tona uma história vivenciada por meu pai e que foi contada em uma noite fria, quando nos reunimos para tomar chimarrão na beira do fogão a lenha. Nesses momentos, ele recorda memórias vividas por esses caminhos da pampa, como “quem estende, ao sol, para arejar, roupas guardadas ao fundo de uma arca.” (LOPES NETO, 1976). Assim, conta que meus avós eram produtores rurais na localidade do Marmeleiro, localizada no município de Cerrito. Eles cultivavam variados tipos de verduras e legumes, criavam bois, porcos, galinhas. Minha avó também fazia doces. Todas essas mercadorias eram vendidas na área urbana do atual município de Pedro Osório, localizado do outro lado do rio Piratini, que corta as duas cidades. Enchiam uma carroça, com tração de dois “bons” cavalos da raça Percheron, e levavam para a cidade tais produtos para serem vendidos ou trocados por açúcar, sal, arroz e rapaduras e outros bens de consumo.

A viagem de ida demorava dois dias. Na noite, a pousada se dava em um galpão localizado no Alto Alegre, ainda no município de Cerrito, nas margens da atual Br 293. Era um estabelecimento onde pernoitavam os viajantes, carreteiros, carroceiros e as tropas de gado que se direcionavam da região da campanha aos frigoríficos de Pelotas. Ao final da tarde, todos se reuniam embaixo desse galpão, descansavam, consertavam alguma coisa, trocavam as ferraduras dos animais e faziam a janta em fogos de chão. Assim, conta que, certa vez, em meados da década de 1960, se encontrava em pernoite uma tropa de gado que saíra de Bagé em direção à Pelotas. Para o gado passar a noite havia um grande curral de madeira. Os tropeiros sentaram-se em volta do fogo para tomar mate, fazer a comida e apreciar os cantos de um tropeiro que dedilhava uma viola. Já na madrugada, pouco antes de amanhecer, a tropa voltou à estrada. Na memória, ele guarda o grito dos tropeiros, o berro do gado e o movimento daquela imensa quantidade de bois saindo da

mangueira e ganhando a madrugada. Para uma criança, aquilo era um misto de espanto e encanto.

Tal história permaneceu comigo me ensinando e até me desafiando, enquanto pesquisador, a conceber uma forma de conhecer a pampa para além dessas divisões geográficas e históricas que defendiam uma imagem em que, nos campos planos da campanha, haviam peões e estanceiros voltados para a pecuária, e, nas regiões dobradas, se encontravam os pequenos agricultores imigrantes, voltados para a agricultura. Tal história me ensinava que esses grupos não estavam separados entre si e que haviam inter-relações. Me ensinava também a não separar lavoura e pecuária, campo e cidade, pois havia uma certa itinerância entre esses espaços dada por humanos, outros animais e coisas que povoavam e faziam inúmeros caminhos. Por outro lado, o berro dos animais, a madrugada, o fogo aceso, os tropeiros montados, o atrito das patas com o chão, a mangueira abrindo-se, faziam parte dos movimentos relatados. São mistos de imagens, ruídos e sons que também acompanham a formação dos diferentes contextos da pampa.

2.2. Terra de ninguém?

Adriana Fraga da Silva (2006, p. 39 - 48) faz uma crítica sobre a imagem do Rio Grande do Sul escrita por alguns historiadores acerca do período anterior a chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis ao território pampiano. É constante, segundo a autora, a expressão “terra de ninguém” em que se referem tanto a uma terra sem uma administração econômica e política estruturada, quanto a um lugar, sem ocupação branca, de habitação e circulação de povos indígenas. Apresentados como “selvagens”, “bichos do mato”, os povos indígenas, na visão do colonizador, não eram dotados de pensamentos racionais. O naturalista Saint-Hilaire (1987, p. 245), que andarilhou por terras pampianas na década de 1820, ao se referir aos indígenas guaranis, que acompanhavam sua comitiva e aos que encontrava pelos caminhos, a atribui-lhes atitudes de crianças e sem “ideia de futuro, ou seja, inteiramente imprevidentes”. Ao mesmo tempo, tais grupos humanos foram considerados em processo de distanciamento da selvageria, pela docilidade:

> Os guaranis são, segundo testemunho geral, muito indicados para esse serviço [como peões]; montam bem a cavalo; gostam imensamente desse exercício e muitos sabem domar cavalos. Sua perfeita docilidade é outra condição que os faz procurados para trabalhar nas estâncias. (SAINT-HILAIRE, 1987, p 249).

Conforme Silva (2006), os Guarani foram, junto aos charruas e minuanos, representados na historiografia como grupos culturalmente desenvolvidos, estando um estágio acima dos grupos Jês, Guainás, e deixando heranças no modo de viver dos gaúchos. Sobre isso, a autora apresenta uma citação do historiador Guilhermino Cesar,

> "... as demais tribus não se fizeram notar por hábitos ou costumes e crenças tão peculiares. Entretanto, opuseram-se de algum modo à fixação dos colonos alemães e italianos em algumas zonas da Encosta da Serra. Tangidos pela civilização, refluíram para as matas do Alto Uruguai, para a região florestal de Lagoa vermelha" (CESAR, 1970:25 *apud* SILVA, 2006, p 41.)

Nesse sentido, a visão eurocentrada dos viajantes e de alguns historiadores, colocam uma dificuldade em considerar essas presenças, notados somente nos momentos em que se tornavam-se "estorvos" ao avanço da ocupação branca. Ainda, segundo a autora, considerar um território como "terra de ninguém" consistia – e consiste - em uma estratégia do discurso colonial para justificar a invasão e apropriação do território e implantar o "progresso" e a "razão" (SILVA, 2006, p.42). Uma estratégia de ocupação do território consistiu na introdução de gado vacum e cavalares. Segundo a arqueóloga, múltiplas foram as origens desses animais já que as fronteiras eram pouco precisas, maleáveis, permeáveis. Entretanto, apresenta três possibilidades, debatidas entre historiadores/as: a teoria de que o gado entrou no território por manejos platinos; a que defende ter sido por mãos lusitanas e, uma terceira, e mais plausível, que tenha sido realizada por mãos de indígenas guaranis e missionários da Companhia de Jesus entre 1630 e 1636, que chegaram ao território rio-grandense em 1626, fugindo das reduções[36] do Paraguai sob ataque dos bandeirantes, se estabelecendo na chamada "*zona do Tape*"[37] (REICHEL, 2006;

[36] O projeto dos Jesuítas consistia em reunir, em reduções, diferentes comunidades indígenas que habitavam a região e, assim, convertê-las ao cristianismo e integrá-las a autoridade colonial. Sob a autoridade eclesiástica dos Bispos, os indígenas ficavam, por consequência, submetidos aos órgãos jurídicos e administrativos da Coroa Ibérica. Aos indígenas, a organização em redução significava maior proteção aos ataques dos luso-brasileiros que objetivavam escravizá-los (MAESTRI, 2010).

[37] Segundo Sandra Pesavento (2014, p. 10), estes ocuparam uma área que se estendia pela zona de Ijuí, Piratini, Jacuí, Taquarí, Ibicuí, Guaiba, Rio Pardo. As chamadas "reduções do Tape" dedicaram-se

SILVA; 2006; ÁLVAREZ, 2015). O argumento desta última teoria se dá pelo fato de ser o único, até então, a indicar um objetivo que justifica essa introdução destes animais, a saber, para que pudessem garantir o abastecimento dos povoados missioneiros.

Por conseguinte, as investidas de bandeirantes sobre as reduções em busca de mão-de-obra[38] indígena, fez com que abandonassem o território deixando 5000 cabeças que se reproduziram livremente na pampa formando a *vacaria del mar* (SILVA, 2006, p. 56; PESAVENTO, 2014, p. 11; ÁLVAREZ, 2015). Conforme Maria Fernanda de Torres Álvarez (2015), a introdução de grandes herbívoros colonizou também os pastos da região do Prata transformando o solo e a flora e abrindo possibilidades para a existência de algumas ervas, patógenos, bem como outros seres vivos e facilitar o processo de ocupação europeia. Isso se deu em função do gado vacum "contar con un sistema de regulación térmica que los hace tolerantes al calor y la exposición directa al sol, y la propriedade de transformar la celulosa, que los humanos no metabolizamos, en carne, leche, fibras y cuero, asi como funcionar como animal de carga". (ÁLVAREZ, 2015, p. 12). Por essas características de transformar o pasto em energia que o gado vacum foi um colonizador exitoso.

Conforme Galeano (2012), a expansão colonial portuguesa nos territórios da atual América Latina, se assentava na expropriação das riquezas minerais ou da produção agrícola sendo a principal, o cultivo de cana-de-açúcar. O atual território pampiano brasileiro não se enquadrou nesses objetivos até a segunda metade do século XVII. Entretanto, objetivando lucrar mais com sua colônia, a coroa portuguesa passou ampliar seus tentáculos para a região do Prata. Com o intuito de furar o monopólio espanhol, recolhendo, por contrabando, a riqueza de prata expropriada das Minas de Potosi em troca de artigos mercadorias como açúcar, mão-de-obra negra escravizada e manufaturados ingleses, foi fundada, em 1680, a Colônia do Sacramento, atualmente território uruguaio, na fronteira com Buenos Aires, na Argentina.

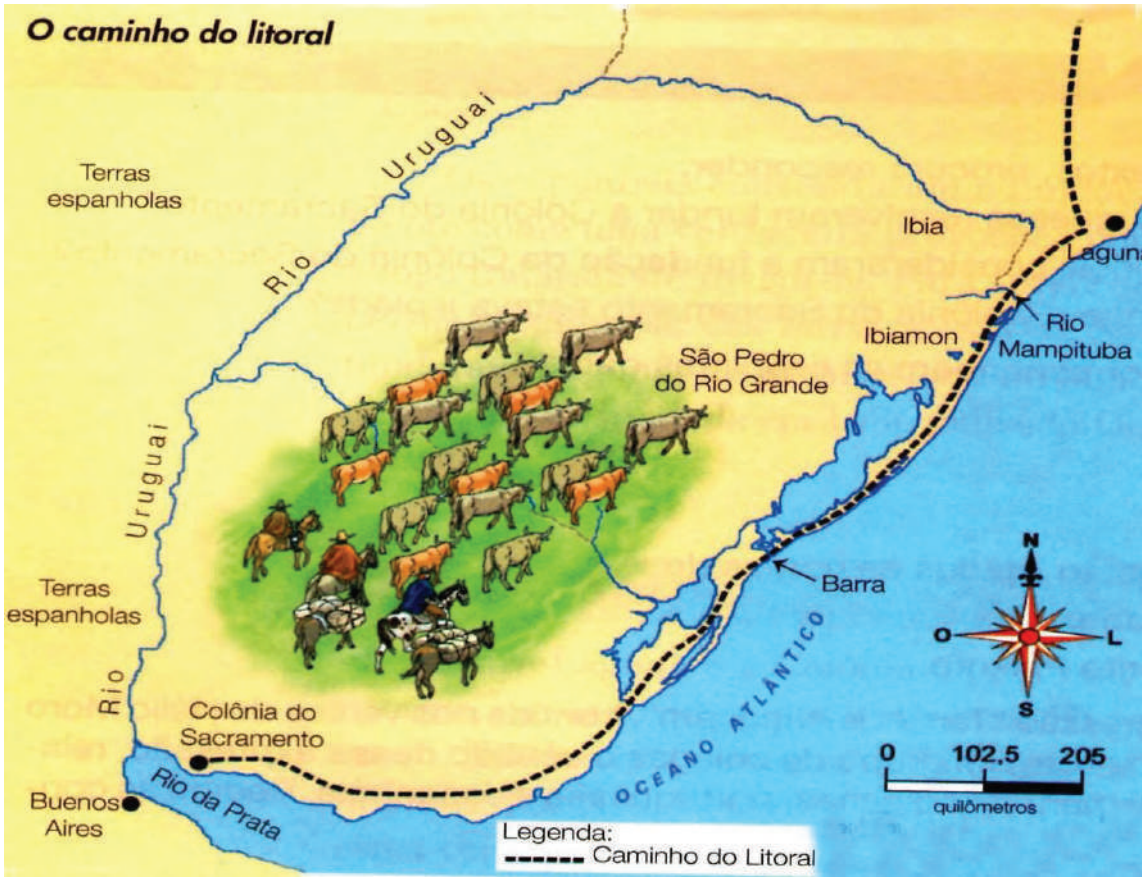
---

a agricultura e formaram estâncias para a criação de gado originários de Corrientes, província argentina.

[38] Ainda conforme Pesavento (2014, p. 11) tal fato se dava em função da invasão dos territórios Lusitanos pelos holandeses na Africa e no Brasil (1580 – 1640) o que impedia o tráfico de mão-de-obra negra. Uma vez expulsos os holandeses, as investidas ao território pampiano enfraqueceram.

A circulação de gentes, bichos e coisas fez com que se criasse, conforme Silva (2006), o “Caminho da Praia” ou “do Litoral” que ligava a vila de Laguna (fundada em 1670), no atual território do Estado de Santa Catarina, à Colônia de Sacramento. O caminho seguia pela faixa litorânea dos territórios brasileiros e uruguaios. Andando por esses caminhos, observou-se a riqueza de gado existente na “Vacaria del Mar”, gerando a prática de caça a esse gado xucro para extrair-lhe o couro que seria exportado para a Europa, via Buenos Aires ou Sacramento, para fazerem, entre outras coisas, correias para as manufaturas. Assim, constituiu-se a primeira atividade extrativista na pampa, criando o ciclo econômico do couro e atraindo a atenção de diferentes grupos sociais, a saber:

> Portugueses de Sacramento, índios aldeados que vinham vaqueirar para os padres, ‘acioneros’ de Santa Fé, Corrientes e Buenos Aires que preavam os animais com permissão de autoridades espanholas, e aqueles indivíduos que ‘sem rei, sem fé e sem lei’, vaqueiravam por conta própria, vendendo os couros a quem lhe pagasse mais. (PESAVENTO, 2014, p. 12),



Mapa 5 - Vacarias del Mar e o Caminho do Litoral. Fonte: https://historia-do-rio-grande-do-sul.webnode.com/vacaria-do-mar/. Acesso em 28 de fevereiro de 2020.

A partir de 1682, os padres jesuítas começaram a retornar para o Rio Grande do Sul fundando sete reduções: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo. O gado xucro era caçado e levado em rebanhos para as estâncias jesuítas, para currais próximos as reduções e para criar uma nova reserva, chamada “vacaria dos Pinhais ou campos de Vacaria” (PESAVENTO, 2014). A técnica da caça ao gado foi descrita por Darwin:

> Quando caçando, o grupo se esforça para chegar o mais perto possível do rebanho sem ser descoberto. Cada homem carrega quatro ou cinco pares de bolas consigo. Então eles as lançam em sequência na direção da manada, atingindo o maior número possível de animais, deixando-os presos por alguns dias, lutando para se livrar delas, até que estejam exauridos pela fome e pelo cansaço. Depois disso, eles são soltos e conduzidos até um pequeno rebanho de animais domados, que foram trazidos ao ponto em questão. Em virtude do tratamento anterior, estando muito aterrorizados em deixar o rebanho, eles são facilmente tocados – se sua força não esgotar – ao acampamento.” (DARWIN, 2010, p. 233).

Dentro das reduções construíram estâncias para criar gado e para a produção de erva-mate, exportado por Buenos Aires. Além disso, faziam fiação, tecelagem, metalurgia e outros ofícios além de trabalhos artísticos como a escultura e a música, além de desenvolverem a arquitetura. Cada redução tinha vacarias e estâncias delimitadas por rios, riachos, matas. Também construíam valas com plantações de espinheiros. A redução de São Miguel se estendia desde o Jacuí e contravertentes do Rio Ibicuí descendo até as pontas do Rio Negro ocupando os atuais territórios de São Gabriel, Dom Pedrito, Bagé e Lavras do Sul (DEGRANDI, 2011, p. 62), Conforme Miranda Neto,

> Em 1750, a grande estância de São Miguel, que media 40x20 léguas, chegou a reunir mais de 200.000 reses. Ainda hoje podemos descobrir vestígios de currais rústicos de pedras completados com estacas toscas (tocos ou esteiotes) que retinham o gado para sua posterior distribuição. A uns 250 km, ao sul de São Miguel, no atual município de Lavras do Sul, chama a atenção o “Vale dos Padres da Companhia”, uma drenagem de duas milhas e meia que criou prados baixos onde vicejavam pastos permanentes, excelentes para a engorda do gado ameaçado pela seca. (MIRANDA NETO, 2012, p. 143)

Além disso, haviam currais de pedra ou torrão em determinados pontos para o pernoite das tropas. Conforme Bruno Martins Farias (2013) estes currais indicam e

percorrem os antigos caminhos das tropas. São diferentes estruturas de diferentes épocas e técnicas construtivas tendo formatos e matérias-primas diversas, sendo as mais comuns as de terra, de pedras e de plantas[39]. O autor comenta que sua pesquisa se iniciou quando um agricultor do município de Capão do Leão lhe mostrou uma mangueira de terra comentando ser muito comum na região. Porém, essas estruturas são melhor apreciadas quando vistas por imagens de satélites, onde se pode observar o desenho feito na superfície, os chamados geoglifos.

Saindo da cidade de Bagé e pegando o caminho da BR 473, em direção ao município de São Gabriel, vamos cruzar na propriedade de Luciano Jardim, na localidade Três Estradas, em Lavras do Sul. Ali encontramos três tipos de mangueiras: uma estrutura de terra, que o pecuarista entende ter sido feita pelos indígenas missioneiros; uma estrutura de pedra, construída após a chegada de sua família, que recebera a propriedade como doação de sesmaria; e uma feito de vala que, conforme o campeiro, estava interligada às outras.



Imagem 10 - Mangueira de vala, vista aérea. Fonte: Acervo de Luciano Jardim.

[39] Saint-Hilaire (1987) observou numa charqueada em Pelotas currais feitos pelo entrelaçamento de ossos de animais bovinos. Na região de Santa Vitória do Palmar, antigo caminho da praia, Farias (2013) comenta sobre a incidência de mangueiras feitas com plantas vivas, principalmente de palmeiras. Nos intervalos entre as árvores eram cultivadas outras plantas como gravatás, ananás, bromélias, bananeiras silvestres, cactos, coronilhas. Por vezes eram colocadas tiras de couro ou intercalados com pedras.

Sobre a mangueira de vala comentou que, ao comprar um campo que fazia divisa com sua propriedade, observou com estranhamento aquelas formações.

> *Achei estranho aquilo ali. Depois que eu olhei de cima e fui perguntar, descobri que era uma mangueira de valo, anterior a mangueira de pedra. Era feita de taipa. Marcavam um círculo, cavavam e atiravam a terra para cima, formando a mangueira. É anterior à família do meu tataravô, porque, se fosse usada, não teriam construído a de pedra. Quando aquela já estava em desuso é que fora construída a de pedra. Para mim aquilo ali era dos índios. Tem uma parte de valo, que é abaixo, e uma parte de pedra. A mangueira de valo é anterior à mangueira de pedra. Eles faziam o valo para conter o animal, uma cerca.*

Os interlocutores de Farias (2013, p. 36-37), moradores no município de Capão do Leão, comentaram sobre a construção dessas estruturas. Conforme agricultor Leomar Ceus, para construí-las marcavam um círculo com "*uma estaca cravada no chão e um laço era amarrado nela, sendo esticado e funcionando como um compasso*." Outros chamaram a atenção para a importância de a estrutura ser em formato circular. O pecuarista Clementino Ferro, argumentou a partir de um ditado popular que dizia que "*mangueira boa não tem quatro cantos*", ao passo que o domador de cavalos Claudiomir Donini concebia o caráter anti-estress já que evitava a possibilidade do animal "*chegar em canto, tentar pular... Não estressa porque anda sempre na volta em círculos*". Luciano Jardim, morador em Lavras do Sul, narrou, diante da mangueira de pedra, localizada na propriedade da família, como faziam para o gado bravio entrar nos currais. Tal com usavam bois mansos para arrebanhar o gado nas vacarias (DARWIN, 2010), o mesmo se dava para fazer esse gado entrar nessas mangueiras. Contavam a Luciano que, ao redor desses locais, haviam bois mansos, os chamados *sinuelos*, que eram treinados para entrar e, imediatamente, sair da mangueira. Assim, quando a tropa de gado, que era xucro, se aproximava do local, estes bois eram incorporados e conduziam os outros animais para a mangueira. "*Quando a última vaca entrava, esses bois saiam da mangueira*".

Os guaranis missioneiros manejavam os ambientes dos trajetos por onde circulavam. Assim, plantavam pequenos bosques, construíam currais e caminhos seguindo trajetos com boas aguadas, com sombra e plantavam espécies para alimento, para abrigo, sendo locais importantes para paradas. Esses caminhos consistiram, após a ocupação portuguesa, em rotas para circulação de mercadorias e

consistiram em linhas de expansão rumo a sul no século XVIII (PESAVENTO, 2014). Assim,

> a integração da região se deu a partir das tropeadas, ligando a região em um mesmo ciclo no vai e vem das gadarias que em um primeiro momento cruzavam das Missões até Montevidéu, passando Bagé, Hulha Negra, Aceguá; hoje esse caminho pode ser percebido no trajeto da RS 153, onde notadamente muitos postos de paragem destas tropas ainda permanecem erigidos, os currais de pedra que serviram de estacionamento ainda são perceptíveis, sejam em sua forma inteiramente preservada ou na ruína deste símbolo do tropeirismo missioneiro. (RIETH et al, 2013, ficha 1, p. 5)

O final do século XVII foi marcado pela descoberta de ouro e outros minérios nas zonas Gerais ocasionando uma reestruturação econômica no país. A atividade mineira requeria mão-de-obra especializada o que levou à concentração de uma massa populacional em uma região distante do litoral. Tal fato teve como consequência a demanda de bens alimentícios e de cargas, fazendo emergir um mercado interno no Brasil (PESAVENTO, 2014). Junto a isso, tem-se a intensificação e criação de novas rotas para a circulação destas mercadorias (SILVA, 2006). Assim, o gado existente na região da Vacaria del Mar passou a ser vendido na região das minas para alimentação dos trabalhadores negros escravizados. Primeiramente por contrabando e, logo após, enquanto uma atividade legalizada com a introdução dos pontos de registro.

O Caminho da Praia ou do Litoral inaugurou em 1703 um registro, ponto de recebimento de impostos. Nestas incursões faziam-se as “arriadas”, conforme Pesavento, em que o gado era arrebanhado e reunido em currais, mangueiras e invernadas por onde partiriam então em direção ao norte. As mulas, que faziam o transporte nas minas, eram conseguidas, por contrabando, no território argentino onde criavam-se animais que abasteciam as Minas de Potosi. O intenso movimento de arrebanhamento de gado, seja para extração de couro, seja para condução às minas gerais, levou ao esgotamento do gado existente na Vacaria del Mar, fazendo com que os interesses se voltassem para a Vacaria dos Pinhais. Nesse sentido, um projeto patrocinado pela coroa criou, em meados de 1730, o chamado Caminho das Tropas - também conhecido como Estrada Real, Estrada Viamão-Sorocaba. O mesmo partia dos campos de Viamão, em direção ao norte, alcançando os Campos da Vacaria cruzando o rio Pelotas e seguindo em direção a Feira de Sorocaba. Conforme Silva

(2006), tal caminho fora proposta por Bartolomeu Pais de Abreu em 1720, na Carta ao El-rei, sob a denominação “Caminho dos Conventos”.

> “... toda esta campanha do Rio Grande para adiante produz gados Vacuns e cavalares em muita quantidade, sem mais utilidade para a real coroa de Vossa Magestade que alguma coirama fabricada na mesma Colônia; e se não pode conseguir maiores conveniências com a saída destes por falta de caminhos de terra, que pela costa não permitem as cercanias, matas e baías do mar; e só terá lugar extração abrindo-se caminhada pelo interior de sertão (...).” (apud GOULART, 1961: 206-207, apud SILVA, 2006, p. 81)

A nova rota não foi bem recebida, já que afetava alguns setores, principalmente na Vila de Laguna, pois geraria novos impostos. Outra razão da recusa se dava pelo fato de que a abertura desse caminho possibilitaria a invasão dos “padres castelhanos” já que ficaria próxima as linhas das fronteiras das reduções jesuítas. Mas o caminho fora finalizado, começando a passar tropas de gado vacum e muares. Em 1730, Cristóvão Pereira fez um novo traçado que partia dos campos de Viamão para os campos de cima da serra, fundando, então, o Caminho das Tropas.

Inúmeras outras variantes ligavam-se a esse caminho. Além disso, inúmeros outros caminhos indicavam uma região pulsante de gente, bichos e coisas. Na região das Vacarias del Mar havia um intenso movimento de indígenas além de contrabandistas, changueadores. Mas o Caminho das Tropas foi perdendo o enorme fluxo de mercadorias, pessoas e animais, em função da intensificação do comércio e transporte de muares pelo chamado de Caminho das Missões (ver mapa acima), que ligava São Paulo diretamente às Missões. Além de ser um caminho mais curto, não atravessava matas fechadas (RIBEIRO, 2006). O viajante Nicolau Dreys descreveu o Caminho das Tropas, em 1820, narrando o abandono que se encontrava esta rota.

> “... em outro tempo, principiava ali um caminho aberto pelo qual se penetrava até os campos de cima da serra, e que eram freqüentados pelos mercadores de animais que desciam da serra e voltavam com as tropas pelo mesmo caminho; porém, logo que as estâncias, compreendidas entre a serra e a Lagoa dos Patos, se acharam exauridas, e que o comércio se encaminhou para as estâncias de O., os negociantes mudaram de estrada, procurando encurtá-la por uma linha oblíqua que vai agora terminar-se na Bôca do Monte, ou Santa Maria; todavia o caminho ainda existe; por êle se pode subir a serra, mas não passa já de uma picada, ou pelo menos assim o achamos em 1820” (DREYS, 1961: 91 apud SILVA, 2006, p. 102-103).



Mapa 6 - Principais caminhos – Vacarias dos Pinhais/RS – Sorocaba/SP.
Fonte: (ZUCCHERELLI, 2008, p. 13)

Além disso, haviam os chamados descaminhos. Farias (2013) comenta que esses caminhos clandestinos eram rotas de contrabando, havendo trilhas e atalhos que seguiam por dentro do Uruguai. O pai e o avô de um interlocutor apresentado pelo autor, Clementino Ferro, eram contrabandistas e vendiam fumo no Uruguai trazendo cintos de couro, armamentos. Os descaminhos eram linhas de fuga que percorriam por matas, por águas, por corredores estando à margem do Estado e eram

frequentados não só por contrabandistas, mas por humanos (KOSBY, 2017) e outros animais às margens (SORDI, 2017).

Ao percorrer o sudoeste do Rio Grande do Sul, Saint-Hilaire (1987, p. 231), comentou sobre uma pessoa negra fugida entre gravatás e outras ervas espinhentas de um Pântano: “À noitinha, meus soldados viram um homem escondido entre os grandes eryngium que revestem um pântano vizinho do lugar onde estacionamos; eles o perseguiram, mas não conseguiram alcançá-lo; suspeita-se que tenha sido algum negro fugido.” O comentário do viajante europeu evidencia a adoção de certas destrezas das pessoas negras em resistência a escravidão para movimentar-se por esses descaminhos, por dentro dos matos e pântanos de maneira a tornarem-se ocultos aos olhos dos brancos escravistas que estavam à espreita nas beiras de mato.

Saint-Hilaire também observou muitos vestígios de “tigres” mas sem nunca encontrá-los: “Chegados perto de um lugar úmido, coberto de gramínea chamada santa-fé, nossos cavalos estancaram, anunciando em todos os seus movimentos o terror; a respiração deles era acelerada e julgamos, por isso, que houvesse algum tigre escondido na relva.” (*Ibidem*, p. 239). Em trajetórias por pântanos, florestas e relvas, esses seres às margens do Estado construíram inúmeros descaminhos. Por isso que, para Adriana Silva (2006), os registros, além de serem espaços de arrecadação, pedágios e controle dos viajantes, tinham outras atribuições como controlar o contrabando, a circulação de desertores e devedores. Por isso, eram espaços com militares que realizavam expedições para bloquear os descaminhos.

Os caminhos eram carregados por estruturas de apoio para além dos registros, como pousos, vendas, currais, corredores. As vendas, pousos e paradouros eram espaços de comércio e convívio de tropeiros e outros viajantes onde realizavam refeições, rodas de conversas intercaladas com som de viola, jogatinas, entre outros. Diferente dos pousos e paradouros, nas vendas ou *bolichos* a privacidade da família proprietária se dava somente por intermédio do balcão. Assim, público e privado se entrecruzavam por vezes (SILVA, 2006). Próximos a esses estabelecimentos haviam ferreiros, carpinteiros e outros artífices que ofereciam diferentes serviços. Os *bolichos* também comercializam alimentos para os animais, como o milho, comprados na região de pequenos agricultores ou até mesmo cultivados pela família proprietária.

Pela mesma estrada Pelotas – Bagé, na segunda metade do século XIX, o naturalista Hebert Smith, percorreu em uma diligência com destino a Cacimbinhas - atual cidade de Pinheiro Machado, onde narrou diversos pontos do percurso. Em vez da superfície lisa do asfalto, a viagem era tortuosa, aos trancos pelo encontro das rodas com as pedras, com os buracos, com barrancos. Descreveu a existência de pequenos hotéis e outros estabelecimentos ao longo da jornada. Sobre um armazém em Pedras Altas, na estrada que ligava Jaguarão à Bagé, próximo a Cacimbinhas comentou:

> Aqui no ponto mais elevado, há uma casa rústica de bom tamanho, a única visível a quem vem de Cacimbinhas. Admirou-me bastante encontrar neste edifício solteiro um armazém espaçoso e tão bem sortido como o de uma cidade. Armazéns destes são comuns nas principais estradas, e não lhe faltam fregueses. Embora a terra pareça deserta, há muitas estâncias, ficando as casas em vales abrigados, invisíveis na estrada, aonde se vai por veredas de cinco ou seis quilômetros de extensão. A gente, que por assim dizer vive a cavalo, acha que não é nada andar cinco ou seis léguas para fazer compras: um armazém destes pode suprir grande extensão de terra, densamente povoada. Também faz-se negócio considerável com os tropeiros que passam todos os anos e os viajantes. O dono desta casa sustentava uma espécie de hotel, onde achamos excelentes camas e mesa sofrível por preços razoáveis. Aqui pousamos três dias. (SMITH, 1922, p. 153)

Os pousos, paradouros ou pastagens eram espaços com aguadas, galpões, currais e pastagens para a parada e pernoite das gentes, bois de tropas e carretas, cavalos de tropas e carroças entre outros/as viajantes. Ficavam dentro das propriedades podendo ser cedidas ou alugadas. Os currais eram usados também para a exposição de animais para a venda. Bruno Farias (2013) comenta à beira das estradas para Pelotas, haviam muitos currais e encerra com pastagens para as tropas. Em Lavras do Sul, na propriedade de Luciano Jardim, haviam pastagens e mangueiras para paradas de tropas.

> *Naquele campo onde tem a mangueira de pedra, tinham pastagens. As paradas eram chamadas de Pastagens, para pouso. As tropas andavam na estrada como caminhão. Tinha uma tropa atrás de outra. Na hora de parar, à tardinha, o capataz da tropa, mandava um peão na frente para saber se naquele lugar tinha pouso. Era cobrado pelo proprietário.*

Mas poderia haver outras tropas no local impossibilitando o pouso. Nesse sentido, s*e vinha uma tropa atrás que queria e não tinha, tinham que rondar a tropa*

parada na estrada. Rondar consistia em fazer um serviço de vigilância. Enquanto alguns tropeiros dormiam, outros ficavam acordados montados em cavalos, cuidando a tropa, que também dormia, de roubos e para não se dispersar (NUNES, 1996, p. 436).

Trafegavam por estes caminhos inúmeras mercadorias, não somente gado, mas pessoas com ideias, espacialidades, modos de viver (SILVA, 2006). Entre elas, os minérios, e também gentes prospectando. Novamente, faço referência à Carta a El-rei de Bartolomeu Pais de Abreu, em 1720, onde já indicava a procura de prata e ouro ocultados nesse "sertão": "Esta diligência seguem-se povoarem-se as terras e aumentar se a real fazenda no contrato dos dízimos, nos direitos dos mesmos animais extraídos; no das passagens dos rios que ficam perto sertão adentro; descobrindo-se minas de ouro ou prata, ou pedras preciosas, que todo este vão do sertão em si oculta". (Apud GOULART, 1961: 206-207, apud SILVA, 2006, p. 81-82). Os naturalistas viajantes (SMITH, 1922; ISABELE, 1983; SAINT-HILAIRE, 1987), observavam a geomorfologia dos lugares que cruzavam, indicando a possibilidade de existências de determinados minérios.

> A duas ou três milhas da casa, a serra quebra-se abruptamente para estas planícies, e no lado da descida Íngreme ha muitas grutas fundas, rocheas, que quasi todas partem de lombadas de quartzo ou são oureladas de quartzo ou granito. Informaram-me que se tem encontrado ouro em algumas d'ellas, mas em quantidades que não são remuneradoras. (SMITH, 1922, p. 153).

Na região do Alto Camaquã, a mineração se alavancou quando se esgotaram as reservas minerais até então exploradas na região das Minas Gerais (CARVALHO, 2013). Nos séculos XVII e XVIII a corte passou a incentivar os bandeirantes a investir no Sul em busca de minérios. Um exemplo apresentado por Carvalho (2013) se deu em 1715, quando foi enviado pela coroa, Francisco Brito Peixoto, descendente da família que fundou Laguna/SC e responsável por descobrir riquezas e organizar a ocupação do atual território do Rio Grande do Sul. A presença de jazidas na região de Lavras do Sul era conhecida pelos indígenas o que atraiu portugueses e espanhóis fazendo com que se implantassem na região montando acampamentos nas margens do Rio Camaquã com o objetivo de explorar o subsolo. Os jesuítas também entraram na disputa construindo o povoado de Santo Antônio localizado no segundo distrito de Lavras do Sul, que desapareceu durante as guerras guaraníticas (ARALDI, 2017).

Com a presença dos jesuítas, se fortaleceu a pecuária. Existe na região marcos dessa presença como a “estância Curral de Pedras” onde existe uma mangueira construída pelos indígenas missioneiros com capacidade para 12 mil cabeças (DEGRANDI, 2011; ARALDI, 2017).

Em 1750, intensificou-se o movimento expansionista luso-brasileiro no Sul em busca de ocupar o território, explorar as riquezas minerais e apreender o gado existente nas vacarias, ambos nas mãos das reduções missioneiras. O Tratado de Madri, assinado em 1750, de acordo com Maestri (2010), consistiu em uma tentativa de solução para as desavenças territoriais ibéricas. No tratado, a colônia de Sacramento ficava sob domínios da coroa espanhola e os territórios missioneiros ao oriente do rio Uruguai ficaram sob domínio da coroa portuguesa. No tratado ainda se acertou o uso conjunto de forças militares ibéricas no caso de resistência missioneira. A resistência missioneira aconteceu já nas primeiras ofensivas, em 1752, sob liderança do cacique José (Sepé) Tiaraju.

De acordo com as leituras de Tau Golin (2010) e Mário Maestri (2010), em janeiro de 1756, o exército espano-lusitano, com cerca de 1.670 homens, entre “milicianos a soldo”, soldados regulares, bandeirantes conhecedores da região e peões, reuniu-se nas margens do rio Negro partindo para as missões para uma ofensiva final. Havia também os chamados “particulares” que consistiam em pessoas interessadas nos “tesouros escondidos” nas missões bem como os milhares cabeças de gado das estâncias guaranis. Compunham a comitiva 73 carretas carregando armamentos como canhões, espingardas, metralhas e granadas de mão, 7000 cavalos, 800 mulas e 6000 vacas para a alimentação. A comitiva tomou a sede da Estância São Miguel, chamada Santa Tecla, atual município de Bagé e seguiu a chamada Estrada ou Caminho das Missões[40] em direção as reduções. Conforme Golin (2010, p. 62) os indígenas guaranis adotavam as táticas de “terra arrasada” que consistia em queimar os campos para impedir o pastejo do gado inimigo e devastar as roças quando não conseguiam retirar a produção. O gado retirado era escondido em fundões, peraus ou levados para o norte. Os indígenas adotavam, também, a tática “guerra de movimento” ou “guerrilha” o que ocasionou poucas baixas. O gado era

[40] Atual BR 473.

usado para atrair peões, soldados e escravos luso-espanhóis. Os animais eram colocados a distância atraindo-os para uma emboscada onde eram mortos.

Em fevereiro de 1756, às margens da sanga do Bica, onde é hoje a rodoviária do município de São Gabriel, Sepé Tiarajú, na versão luso-espanhola, foi lanceado por um peão após a queda do cavalo que pisou em uma toca, sendo levado prisioneiro, torturado e morto pelo governador de Montevidéu. A ofensiva contra os Guarani seguiu e três dias depois massacrou mais de mil missioneiros na coxilha de Caiboaté, atua distrito de São Gabriel. Em maio de 1956, tomou-se a redução de São Miguel. Alguns grupos migraram para o Uruguai, outros se espalharam pelo território e outros se incorporaram ao exército português. (GOLIN, 2010; MAESTRI, 2010). Ao cruzar pela região da fronteira de Santana do Livramento, Saint-Hilaire (1987, p. 225) comentou em diversas passagens a presença de Guaranis. “Do outro lado duas choupanas habitadas por índios e totalmente construídas com folhas de gramíneas, como as construções dos soldados portugueses.”

Após a guerra guaranítica e o enfraquecimento da organização dos indígenas missioneiros, iniciou-se a ocupação portuguesa da região (re)demarcando a fronteira pela doação das estâncias jesuítas e quadras de sesmarias aos tropeiros e oficiais das campanhas militares contra os espanhóis bem como aqueles que prestaram “serviços nas missões”. Os descendentes da família de Luciano Jardim, em Lavras do Sul, receberam uma sesmaria com dezoito quadras de campo[41]:

> *Meu tataravô que veio para cá. Nós somos família de sesmeiros. Foi concedido pelo império. Nossa família é de origem portuguesa. [A terra] foi dividida entre a família. Meu bisavô tinha seis filhos e minha avó era uma. Muitos não tinham família (dois ou três somente que tinham filhos). A parte dos solteiros foi dividida com os sobrinhos. Meu pai foi um dos sobrinhos que recebeu.*

Além da apreensão do gado e de outras riquezas produzidas, o fato abriu caminhos para o avanço da busca pelo ouro existente na região. As pesquisas indicavam o Rio Camaquã e seus afluentes como ricos em ouro, fato que culminou na descoberta de uma pepita em 1796 por um garimpeiro escravizado e pode-se lembrar

[41] Conforme Seu Beto, peão campeiro e pecuarista familiar em Palmas/Bagé, uma quadra de campo equivale a uma área de 88 hectares.

também do conhecimento dos indígenas sobre essas reservas auríferas. Arsène Isabelle relatou, com certo desprezo, a descoberta de ouro por um trabalhador nas terras de um criador de gado: “Não faz muito tempo que a mina foi descoberta: um *estancieiro*, proprietário do terreno, caminhava e fazia pastar seus animais todos os dias sobre o ouro sem desconfiar de nada, quando um indivíduo (um diabo) revela-lhe um dia suas riquezas.” (ISABELLE, 1983, p. 34).

A grande pepita encontrada tinha as feições corporais e de rosto de Santo Antônio, o que deu ao lugar o nome de “Santo Antônio de Lavras” (FRANCHI, 2019). Na região do Alto Camaquã passaram a habitar os garimpeiros buscando minérios no rio Camaquã, peões campeiros, pequenos agricultores e pecuaristas, ferreiros, carpinteiros, entre outros. Famílias se instalaram e construíram núcleos urbanos com casas ornamentadas com detalhes arquitetônicos (CARVALHO, 2013). Por vezes, todas essas atividades eram realizadas por uma única pessoa ao longo de sua vida. Conforme a narrativa de um ex-garimpeiro em Lavras do Sul, os trabalhadores ficavam instalados junto à família, próximos às áreas de trabalho, morando em casas de barro fornecidos pelos proprietários das minas. Os minérios extraídos das jazidas eram transportados até os engenhos por meio de carros de boi ou por caminhões de pequeno porte (MOREIRA, 2015).

Os processos de pesquisas e tentativas de mineração, iniciado no século XVIII, seguiram ao longo do século XIX. O rio Camaquã apresentava um índice alto de grama de ouro por tonelada de terra escavada – 42g/t sendo que o comum era encontrar 10g/t. Carvalho (2013) escreve que muitas companhias de capital nacional e estrangeiro se lançaram na construção de barragens no rio. Porém, foram tentativas frustradas em função da falta de tecnologia capaz de se sustentar dentro de um rio de “correntes agressivas”. Ao mesmo tempo, em função do baixo custo/benefício da lavra descoberta, a corte determinou, em 1812, o fim das atividades. Em 1832, com a chegada de geofísicos e a criação do serviço geológico e mineralógico do Brasil, retomou-se o investimento para estudar veeiros auríferos em Caçapava do Sul. Em 1834, a câmara de Caçapava do Sul publica o edital de concessão de lavras no rio Camaquã formando uma companhia de capital nacional e estrangeiro para minerar ouro na região (CARVALHO, 2013). Neste mesmo ano, o viajante e naturalista francês Arsène Isabele, cruzava a região. Em março de 1834, cruzou a atual cidade de Santa

Maria e registrou os métodos de extração de ouro bem como das jazidas existentes na região.

> A cinco léguas ao sul de *Santa Maria* vê-se uma mina de ouro em exploração, que deve ser muito produtiva.
>
> O ouro se acha em grãos disseminados numa rocha, cuja natureza ignoro (suponho ser quartzosa), que quebram, com a ajuda de pilão, para extraí-lo.
>
> [...]
>
> A umas 20 léguas mais ao sul, perto da vilazinha *Caçapava*, acham-se outras minas de ouro em exploração, que dão menos trabalho; em um rio chamado *Camaquã*, um dos afluentes da lagoa dos *Patos*, vale a pena o trabalho de destacar o ouro e trazê-lo com areia e cascalho do seu leito. (ISABELE, 1983, p. 38-39).

Entretanto, os métodos de extração não davam grandes resultados em função da falta de tecnologia. O pó de ouro era, assim, exportado com baixo valor agregado gerando pouca riqueza para a região. Outro dado trazido no relato é o uso de mão de obra escravizada mineira na extração de ouro.

> Uma infinidade de riachos e terrenos são *auríferos* nesta província, mas os métodos de lavagem são muito ruins e o *pó* que se obtém não dá grande resultado ao proprietário de negros empregados neste serviço; perde-se também a maior parte, que é imperceptível.
>
> Com máquinas apropriadas se preveniriam esses inconvenientes. (ISABELE, 1983, p. 39).

Nesse sentido, não era vantajosa a exploração de minérios por parte da elite agrária de Caçapava do Sul, no século XIX. Novamente, a narrativa de Isabele traz elementos do contexto da época em que a pecuária era preferível a mineração aurífera e isso se dava pelo receio dos criadores de gado em perderem suas terras para o capital estrangeiro, principal investidor dos projetos minerários. Por conseguinte, em casos de mineração, supunha-se, que era praticada em segredo.

> (...) conhecem-se muitas estâncias atravessadas por arroios auríferos; noutras o encontram nas lagoas pouco profundas ou em maciços de relavas, mas *os estancieiros* se recusam a extração desse metal, mesmo por sua conta, pelo medo de serem despojados de suas imensas terras.
>
> Contudo citam um *estancieiro* poderosamente rico, que se supõe fazer lavrar em segredo, apesar de que ele, estancieiro, diga que seus rebanhos somente é que lhe fornecem o necessário às suas extraordinárias despesas. (ISABELE, 1983, p. 48).

É por pessoas se colocando apenas como criador de gado que fez com que Correa (2013) afirmasse que a sociedade de Caçapava do Sul, fosse formada com uma economia baseada na pecuária e com mão de obra escravizada[42]. Analisando os inventários *Post Mortem* entre 1820 e 1840, o autor entende que a base econômica da região era a pecuária de gado bovino. Tal fato estava associado ao alto valor do gado vacum em função do impulso mercantil interno acarretado desenvolvimento da produção do charque, carne salgada e seca ao sol, produzidos em estabelecimentos chamados charqueadas, em Pelotas.

Tabela 1 - Distribuição do gado vacum nos inventários entre 1820 – 1840

	Inventários com gado vacum	**%**	**Número de animais**	**%**	**Media de reses**
1 - 100	43	35	1.582	2	37
101 - 500	44	36	10.392	11	236
501 - 1000	15	12	9.730	11	648
Mais de 1000	21	17	67.560	76	3.217
Total	123	100	89.264	100	

Fonte: Elaborado a partir de Correa (2013, p. 50).

Conforme o levantamento do autor, na década de 1820 o número total de animais vacuns foi de 14.732 cabeças; na década de 1830 esse número subiu para 51.050 cabeças; já na década de 1840 o número de cabeças girava em torno dos 23.482 (CORREA, 2013, p. 40). Esse número baixo na década de 1840 se deu em função da instabilidade econômica e política que vivia a província em função da revolta farroupilha. Embora salientado que os inventários *post mortem* representam a classe "mais abastada na sociedade", vê-se nesses inventários uma sociedade de pequenos e médios produtores. Assim, 35% dos proprietários possuíam até 100 animais vacuns,

[42] O pesquisador encontrou o uso de mão de obra escravizada entre os pecuaristas independentemente da quantidade de cabeças de gado.

fato que, somando aos 36% dos proprietários entre 101 e 500 cabeças, chega-se a 71% dos inventários com pequenos e médios produtores. Entretanto, a concentração de terras estava com aqueles que possuíam mais de 1000 animais representando 76% do número total de bovinos com uma média de 3.217 animais por proprietário.

Em 1898, já na crise do ciclo econômico das charqueadas que atingia, por sua vez, a pecuária, um empreendimento binacional alavancou os investimentos internacionais nas lavras de ouro do rio Camaquã. Então, construiu-se o primeiro engenho de trituração de minério, no chamado bloco do Butiá em Lavras do Sul. Vendido para a Brazilian Goldfields Limited, em 1909, explorou ouro nas localidades de Vista Alegre, Cerro Rico, Mato Feio e Cerrito do Ouro. O empreendimento estava agregado a usina de tratamento de minério, a usina São João que depois tornou-se engenho do Paredão (CARVALHO, 2013). Entretanto, na Era Vargas, a consolidação dos empreendimentos mineiros sofreu impacto, a partir do decreto de lei n° 1985/40 que regulamentou e passou a criar mecanismo de fiscalização das minas e jazidas no Brasil. No artigo 6° escreve-se que o direito de pesquisar ou lavrar só poderia ser outorgado para brasileiros. A saída de capital estrangeiro atingiu os empreendimentos que entraram em decadência, atingindo trabalhadores.

Outra atividade mineira que marcou a história da pampa, foi a exploração de cobre em Caçapava do Sul, na localidade Minas do Camaquã. Essa história, conforme Paim et al (2002) se deu com a descoberta do minério em 1865 por mineiros ingleses que garimpavam o ouro no atual território de Lavras do Sul. Em 1888, empresários alemães compraram as jazidas extraindo minérios até 1899 quando uma queda nos preços e o aumento no valor dos transportes desestimulou a atividade. Em 1901, a extração foi retomada por uma companhia belga seguindo até 1908 quando uma nova queda na cotação do cobre, fez com que abandonassem o projeto. Entre 1928 e 1936 o serviço geológico e mineralógico empreendeu uma série de atividades de prospecção metalífora, gerando, como consequência a criação da Companhia Nacional do Cobre (CBC), sendo inicialmente uma empresa de economia mista. Foi privatizada em 1957 para o grupo Pignatari que extraiu minérios até 1974, quando vendeu ao Governo Federal que suspendeu a exploração pelas condições deficitárias da lavra. Então, investiu-se em pesquisas, caracterização do minério ampliação das reservas fazendo que, em 1981, um ex-funcionário da empresa comprasse

explorando até 1996, onde indicou-se o esgotamento das reservas economicamente viáveis.

O empreendimento deixou centenas de buracos ao longo da região. Esses lugares, que somente os moradores locais conhecem, estão em constante perigo de desabamento, ocasionando a morte de muitos bichos (LOSEKANN, 2011). Além disso, deixou de herança inúmeros problemas de saúde, principalmente renais, pelo fato de os trabalhadores ficarem muitas horas com os pés e parte do corpo dentro d'água, com uma gamela na mão, fazendo a lavagem dos minérios (ALTMANN et al, 2019) Esse vai e vem das atividades metalíferas ligadas aos altos e baixos da cotação dos minérios no mercado mundial indica um novo contexto para a região de avanço das atividades minerárias em função do esgotamento de jazidas em outros lugares bem como a descobertas de novas veias.

2.3. Fronteira manejada, vivida e em movimento

Uma pampa vazia, ocupada por grandes propriedades rurais que empregavam pouca mão de obra assalariada. Esta visão das relações sociais no contexto da pampa em que uma força de trabalho, escravizada ou juridicamente livres, não possuindo os meios de produção, a terra, era forçada a uma vida aérea, errante e sem vínculos, foi a base das reflexões acerca dos modos de viver na pampa. Nessa concepção de um capitalismo pastoril, a força de trabalho negra, indígena e mestiça era uma mercadoria e, para ser assim, precisaria estar despojada da propriedade dos meios de produção (FREITAS,1993), a saber, a terra. Isso marcava um conjunto de relações sociais dividida entre patrões, proprietários dos meios de produção, e uma massa de trabalhadores que vagavam pela pampa em função da sazonalidade das lidas ao longo do ano – denominados *changueiros*. Entretanto, Luis Augusto Farinatti (2008) pesquisou os documentos das qualificações das testemunhas e dos réus presentes nos processos criminais do município de Alegrete (1845 – 1865). O autor considera uma "imagem romântica" essa de uma pampa rural marcada pela presença de homens soltos, sem vínculos, sem demandas e estratégias, andarilhando de estância e estância, empregados em trabalhos pesados, embora considerados um divertimento

considerando o “gosto pelas correrias e embates com o gado em campo aberto” (FARINATTI, 2008, p. 360).

Em minha dissertação de mestrado (LIMA, 2015) trouxe[43] as experiências de Seu Nelson, domador que, no contexto, residia em um bairro localizado na cidade de Bagé/RS. Sua jornada de vida foi vagando de estância em estância domando cavalos. Nunca foi empregado, nunca “*dependi de patrão*” e, quando “*dava vontade de trocar de estância*”, ia embora. Acertava o preço do serviço com o patrão - proprietário das terras-, e, ou ficava na estância domando. Ou, então, reunia os cavalos e saia andarilho pelos caminhos da pampa. Quando estavam domados os cavalos, voltava para entregá-los. Na estância o domador tinha direito à alimentação e para dormir não tinha quarto, fazendo de cama os pelegos, que atirava no chão do galpão ou embaixo de uma árvore quando as noites estavam quentes. A vida de andarilho, nômade, caminhando, junto com os cavalos, por diversos caminhos da/na pampa, constituía o seu modo de viver: *Eu era assim. Às vezes me dava vontade de trocar de estância, assim eu domava muito em estâncias. [...] Para onde os cavalos, quando sair da porteira, pegar [se dirigirem] é para onde nós vamos, tem estância para tudo quanto é lado para ir! Mas muito trabalho passei na estrada!*

Esta imagem homogênea da ocupação histórica do Rio Grande do Sul, de homens errantes sem vínculos familiares e sem terras, vem sendo problematizada pela historiografia no momento em que a mesma vem acessando outras fontes documentais, que são tais qualificações das testemunhas e dos réus presentes nos processos criminais. A problematização, por sua vez, não nega a existência desses homens errantes, mas procura evidenciar a existência múltiplas outras formas de viver e habitar. Estes documentos são registros das vidas e vozes negadas até então pela historiografia. Observando as narrativas dos viajantes, observa-se essas presenças constituindo contextos a partir do olhar civilizatório do europeu. Saint-Hilaire elenca inúmeros comentários nesses encontros: sobre a prostituição das mulheres indígenas, a indulgência e a criatividade dos indígenas para a música, indígenas soldados

[43] Estas experiências etnográficas foram realizadas no âmbito da realização da pesquisa do INRC – Lida campeira na região de Bagé/RS.

(lanceiros), o trabalho dos peões, a prática de agricultura e, sucintamente, a presença das mulheres nas lidas, nas estradas a cavalo[44].

As estratégias desses grupos às margens, levavam em consideração a fronteira móvel. Na região do Taim, a época dos campos neutrais[45], Saint-Hilaire (1987) narrou um fato em que pessoas sem terras solicitaram a posse aos portugueses que, enquanto representantes do estado, recusaram. Mas indicaram que fechariam os olhos para uma possível violação do tratado, caso esses agricultores, ao conversarem com os comandantes espanhóis, conseguissem tal consentimento. Noutros casos, a estratégia gerava consequências negativas como o caso de José Bernardes, filho de um velho contrabandista, entre Rio Grande e Montevidéu, que se estabeleceu nesses campos na época do tratado. Quando adulto, reclamou a posse da propriedade. Entretanto, o pedido foi negado fazendo com que tivesse que abandonar a casa. "Após o dia em que perdi minha mãe", disse ao viajante, "não houve para mim outro dia mais triste que aquele que deixei a choupana em que nasci" (*ibidem*, 105).

Flores e Farinatti (2009) propõem a noção de "fronteira manejada" em conversa com duas concepções opostas acerca a noção de fronteira na pampa: de um lado, tem-se a noção de "fronteira-barreira", que isolaria as pessoas por meio da linha divisória entre os Estados Nacionais; por outro, tem-se a noção da zona de fronteira integrada sendo inexistentes os limites nacionais não afetando os modos de viver. No entanto, ao mesmo tempo que o Estado, com seu aparato burocrático estava (e está) presente, existe um conjunto de relações entre diferenças e pertencimentos para além destes aparatos. A noção de "fronteira manejada" dá conta das estratégias para lidar dentro do chamaram "situação de fronteira", sempre em movimento. Saint-Hilaire (1987, p. 224) comentou sobre as dinâmicas dos guaranis que transitavam entre a incorporação ao exército português e ao exército espanhol. Ao comentar sobre os guaranis vinculados ao exército lusitano, embora visto como excelentes músicos, criticou a ausência de "ordem" bem como a tolerância dos portugueses a esses fatos. "E esta noite fui presenteado com uma serenata (...). Quando acabou, dei uma moeda

[44] "No caminho, encontrei um homem que mora há trinta léguas daqui, e que voltava para casa, em companhia da mulher. Todos, nessa região, são exímios cavaleiros, razão porque fazem longas viagens a cavalo." (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 101).

[45] O tratado de Santo Indefonso, em 1777, estabeleceu que o território entre os banhados do Taim e o arroio Chuí ficariam neutros, ou seja, sob nenhum domínio de Espanhóis e Portugueses.

aos músicos e eles foram imediatamente a taberna; minutos depois, nós os ouvimos cantar um hino composto durante a guerra, em honra de Artigas.”

Acompanhando o viajante, encontramos uma diversidade de pessoas e histórias, a partir das descrições do cotidiano e da materialidade. “Suas casas não passam de choupanas medindo, frequentemente, a altura de um homem e construídas à semelhança de barracas de acampamento, com folhas e hastes de uma gramínea muito dura e muito lisa” (*ibidem*, 2016), comentou acerca dos modos de viver Guarani, na região da fronteira sudoeste. Sobre as técnicas de plantio desses grupos, narrou:

> Ao lado dessas choupanas miseráveis há, geralmente, um galpão onde se penduram nacos de carne; de vez em quando veem-se também, em volta dessas cabanas, pés de milho, abóboras, melancias. Raramente se dão ao trabalho de roçar todo o terreno, onde semearam essas plantas de que já mencionei, mas em meio a um terreno baldio, abriram buracos, um ao lado do outro, e ali lançaram grãos que não param de germinar, prova da intensa fertilidade do solo.

O viajante, com olhar colonizador, desconsiderou a cosmologia guarani sustentadas nos conhecimentos e reciprocidades junto aos Deuses e plantas (FEIJÓ, 2015), presente nessas práticas de agricultura. Porém não somente indígenas plantavam dessa maneira, sem “ordem” e “limpeza” da terra. Assim comentou o naturalista. “(...) ao passar perto de um casebre (...), um homem gritou repreendendo-me de que não pisasse em suas plantações. Eu procurava onde pudessem estar e via só pastagens, mas observando no meio da relva, descobri uns pezinhos novos de melancia sobre os quais, realmente, meu cavalo ia pisar. (Idem, p. 216).

De acordo com Helen Osório (2016, p. 23), a presença de produtores rurais que eram simultaneamente, pastores e lavradores, alimentando o grupo familiar com a produção agrícola de trigo, milho e feijão, carne e leite do pequeno rebanho e que, eventualmente, comercializavam o excedente de produção, é marcante. Por conseguinte, na análise dos inventários *post-mortem,* a autora encontrou uma significativa presença de pequenos pecuaristas – proprietários de menos de cem cabeças de gado - que possuíam, além da mão de obra familiar, da mão de obra escravizada. Um exemplo, escrito por Farinatti (2008, p. 368-369), foi a família de Firmiano de Souza Luz, que “possuía apenas 1/4 de légua de campo de sua

propriedade, cerca de 450 reses, 200 ovelhas e 2 escravas – uma africana, de nome Teresa, de 40 anos, e sua filha, Florisbela, com 12 anos de idade.”

Conforme Correa (2013), no contexto de Caçapava do Sul, os inventários indicavam altos índices de acesso à terra, sendo 83% na década de 1820, 68% na década de 1830 e 73% na década de 1840. A segunda condição mais encontrada era de agregado, ou seja, que produziam “de favor” em campos alheios. Entretanto, para Farinatti (2008, p. 363) pouco se sabe sobre segmentos sociais que não eram descritos nos inventários, como os negros escravizados e outras pessoas não titulares de atos patrimoniais como escrituras acessados nos inventários *post-mortem*. A saída do autor foi a caracterização sócio profissional presente nas testemunhas dos processos criminais. Mesmo assim:

> Os segmentos sociais que gozavam de maior respeitabilidade e prestígio na sociedade estudada, tendem a estar sobre-representados. É de se imaginar que os homens adultos, casados, chefes de família e detentores de uma situação econômica estável fossem chamados para testemunhar não apenas quando haviam presenciado o fato, mas também para afiançar uma das versões em jogo ou servir como testemunhas abonatórias. Por sua vez, os sujeitos pertencentes a outros setores da sociedade eram inquiridos apenas quando haviam presenciado os eventos de que tratava o processo ou quando eram moradores das proximidades do local do delito, sabiam do caso por ouvir dizer ou podiam garantir qual era a voz corrente sobre a situação em questão. (FARINATTI, 2008, p. 360).

A análise das testemunhas que presenciaram os eventos do processo ou que eram moradores das proximidades do local do delito indicaram a presença de além de peões, lavradores, comerciantes, carpinteiros, pedreiros, jornaleiros, costureiras, lavadeiras e outros artífices, indicando uma sociedade bem mais heterogênea, com trabalhadores/as em diversas ocupações seja nos povoados e vilas, seja nas áreas rurais. Farinatti e Matheus (2017) contam a história de João Potro, que nascera e vivera em Lavras do Sul. Em 1852, João Potro foi capturado em Alegrete por um grupo liderado por Mariano Teixeira, grande proprietário rural no distrito de Lavras, sob reivindicação de que João era um escravo seu, filho escrava Felicidade, que havia fugido, em 1836, no período da revolução farroupilha, aproveitando-se da confusão entre os imperiais a partir da derrota sofrida na batalha de Seival. Por sua vez, João Potro alegava não ser o homem que Mariano Teixeira se referia, mas sim João Joaquim Paes, filho do pardo Joaquim Paes e da “china” Bárbara Luisa. O termo

“china” significava “mãe de família” para os grupos Guarani localizados na região. Fora batizado na capela de Caçapava em 1825.

Em 1832, seguem os autores, migrou com a mãe e os irmãos para a localidade de Paipasso, no segundo distrito do município de Alegrete, onde se instalaram como *posteiros* de uma estância. Em 1836, o irmão mais velho tornou-se capataz em uma propriedade rural na localidade de Quaró, no Uruguai, levando a família consigo. Anos depois, a família retornou para esse posto.

> O posteiro era um peão que, em geral, se instalava com sua família em um rancho, onde podia criar alguns animais e fazer plantações, ajudando a cuidar para que o gado não se evadisse da estância e também fazendo rodeios para contagem e manejo do gado naquele local. (FARINATTI; MATHEUS, 2017, p. 717).

Pessoas como João Potro, não fizeram inventários. Porém, embora com pouco capital econômico, essas pessoas mobilizavam seus capitais sociais e políticos, bem como as relações de reciprocidade. Retomando o caso narrado por Farinatti e Matheus (2017), o fato gerou uma luta judicial em que ambos, João e Mariano, mobilizaram testemunhas indicando, nesses relatos, diferentes tipos de relações como de trabalho, de vizinhança, de compadrio, de parentesco, ligações políticas. Tal fato, mostra uma sociedade complexa e, conforme os autores, possibilitou,

> compor uma imagem mais completa do espaço social em que ela estava inserida, perceber as relações mobilizadas por ambos os lados da contenda, colhendo assim mais subsídios para entender a constituição e funcionamento das relações de reciprocidade vertical e horizontal, que eram elementos de grande importância naquele mundo. (FARINATTI; MATHEUS, 2017, p. 734).

Os estudos recentes apontam a combinação de venda de força de trabalho, como peões nas estâncias, e a pequena produção, em que integravam cultivos de lavouras com a criação de gado em pequena escala. Muitos eram pequenos criadores e lavradores e trabalhavam como peões nas grandes estâncias sugerindo um conjunto de relações sociais mais complexo do que a dicotomia entre patrão e peão, assim como de uma economia marcada pela pecuária. Também essas pessoas eram, ao mesmo tempo, cabos, agricultores e pecuaristas: “Às 10h, o calor já era tão forte que

os bois não tinham força para avançar, obrigando-nos a parar diante de uma pequena cabana, construída por um cabo do destacamento de Quarain, onde ele esperava criar vacas e cultivar plantações." (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 230)

A historiografia vem se preocupando em reconstruir, ainda que parcialmente, a trajetória dessas famílias de trabalhadores e trabalhadoras, ao mesmo tempo, agricultoras, pecuaristas, garimpeiras, campeiras. No que se refere aos peões campeiros o autor constatou que tinham média de idade de 29 anos e eram solteiros enquanto que, os lavradores tinham médias de idade acima e eram casados.

> O estabelecimento como lavrador pressupunha, na maioria dos casos, a constituição de famílias, que acabavam por se tornar a base do trabalho e da organização que permitiam o acesso à produção independente. Por sua vez, as ocupações ligadas ao assalariamento agrícola não-especializado costumavam ter um sentido de temporariedade: eram exercidas até que se conseguisse construir as condições necessárias para o estabelecimento como lavrador. (FARINATTI, 2008, p. 372).

Uma vez constituída a família, essas pessoas continuavam a assalariar-se, como estratégia de reprodução social, nas grandes propriedades, por vezes realizando atividades sazonais como o trabalho de tropeiro, recebendo valores não somente em dinheiro, mas em outras mercadorias. Também realizar atividades assalariadas nas vilas e *pueblos*. Enfim, embora entenda que há muito a ser desvendado nas relações sociais nos ambientes rurais, essas considerações destacam, entre tantos outros grupos negados, a presença do/a agricultor e pecuarista familiar, configurando um contexto histórico de ocupação da Pampa, a partir de três principais características: processos de sucessão rural por fracionamento de terras das grandes estâncias; compra de terras por agricultores familiares que migraram de regiões de colonização e a compra da terra por meio dos trabalhadores das estâncias (FERNANDES; MIGUEL, 2016). Também há que considerar os acessos terras a partir de laços de reciprocidade e compadrio, desapropriação pelo Estado, entre outras formas possíveis.

Nas palavras de Álvarez (2015, p. 14) a estrutura fundiária da parte norte do Uruguai (e parte sul do Rio Grande do Sul), formou-se pelas estâncias jesuítas configurando uma paisagem pastoril marcada por grandes extensões de terras. As missões, "se asentaron sobre pastizales tiernos casi sin vegetação arbórea y entre

pastos duros com bosques-galerias y serranos". Porém, mais do que a grande estância, os manejos jesuítas, configuram um modelo de pastoreio extensivo. O objetivo era prender e domesticar o gado alçado em função da extração do couro, chifres e sebos que eram exportados para a Europa por vias de Sacramento e Buenos Aires. Em um primeiro momento o gado era caçado em campo aberto sem requerer maiores cuidados. Maestri (2008, p. 190) denominou "fazendas chimarrãs" este tipo de manejo e domesticação. Entretanto, na segunda metade do século XVIII em função da emergência da indústria charqueadora de grande porte no Rio Grande do Sul, para além do couro, chifres e sebos, a carne, torna-se um bem de mercado e, nesse sentido, a domesticação do gado se intensificou, criando o que chamou de "fazendas crioulas".

> A doma crescente dos bovinos constituiu o primeiro grande salto, da fazenda chimarrã a fazenda crioula. A castração dos novilhos pacificava os rebanhos e favorecia o engorde dos capados. Bovinos inteiros ganham mais peso pelo efeito anabólico dos hormônios testiculares, mas levam mais tempo para acumular gordura; castrados, ganham menos peso, mas produzem melhores carcaças pela deposição de gorduras. (MAESTRI, 2008, p. 192).

Junto às fazendas crioulas, houve um constante processo de alteração da paisagem pampiana pelo cercamento para divisão dos campos. Ao cruzar a região de Piratini na segunda metade do século XIX, Smith fez uma observação sobre esta "novidade" de pastos definidos por cercas.

> Alguns estancieiros introduziram a novidade de pastos defendidos por cercas ou fossos, mas em geral deixa-se o gado andar á vontade, empregando-se os vaqueiros em conservar as reses dentro de certos limites e em reuni-las uma ou duas vezes por anno; ahi as novas são forradas, e castram-se os que não são reservados para a procriação; aqui também escolhem-se alguns para o mercado, que às vezes continuam soltos ainda por mézes. (SMITH, 1922, p. 155).

A advento e consolidação das fazendas crioulas, está associada às transformações sociotécnicas que, por sua vez, alteravam a paisagem da pampa: a lei de terras em 1850 (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) que normatizava o direito agrário no Brasil, e a introdução do arame liso para o cercamento das propriedades. Referente ao primeiro, embora a lei tenha sido implementada de diferentes modos nas

diferentes províncias, ela normatizou uma definição do que é propriedade, já que “ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Ou seja, a terra tornou-se uma mercadoria, excluindo do acesso aqueles que não tinham condições de comprá-la. Assim, “os grupos que historicamente ocuparam e usaram a terra sustentados em outros critérios que não os jurídicos e de mercado viram suas lógicas questionadas, foram expulsos, violentados, transformados em intrusos, vadios e criminosos” (SILVA, 2015, p. 06). Ao mesmo tempo permitiu as posses de terras ocupadas por pequenos agricultores, desde que não estivessem em jogo, os interesses de proprietários de grandes extensões de terra (idem, 2015, p.12).

A introdução do arame liso se deu no Uruguai, em 1852, chegando no Brasil em 1870 como uma novidade tecnológica (FARIAS, 2013, p. 43). Tais fatos, tornaram lineares as paisagens da pampa redefinindo o acesso às terras e aos territórios. Cotrim (2003) no município de Canguçu, os cercamento das terras redefiniram as relações de trabalho ocasionando a expulsão dos peões posteiros e outros agregados das estâncias, gerando migrações para cidades próximas e ocupação das áreas com relevos acidentados que não interessavam no processo de modernização agrícola. Esses locais, as margens, também consistiam em caminhos de fuga e resistências de pessoas negras submetidas ao serviço escravizado. Ao mesmo tempo, esses locais dobrados e de florestas consistiram, em meados do século XIX, em espaços de ocupação pelas políticas de branqueamento voltadas para destinar fracos de terras a descendentes de italianos, alemães, franceses. Conforme Ingold:

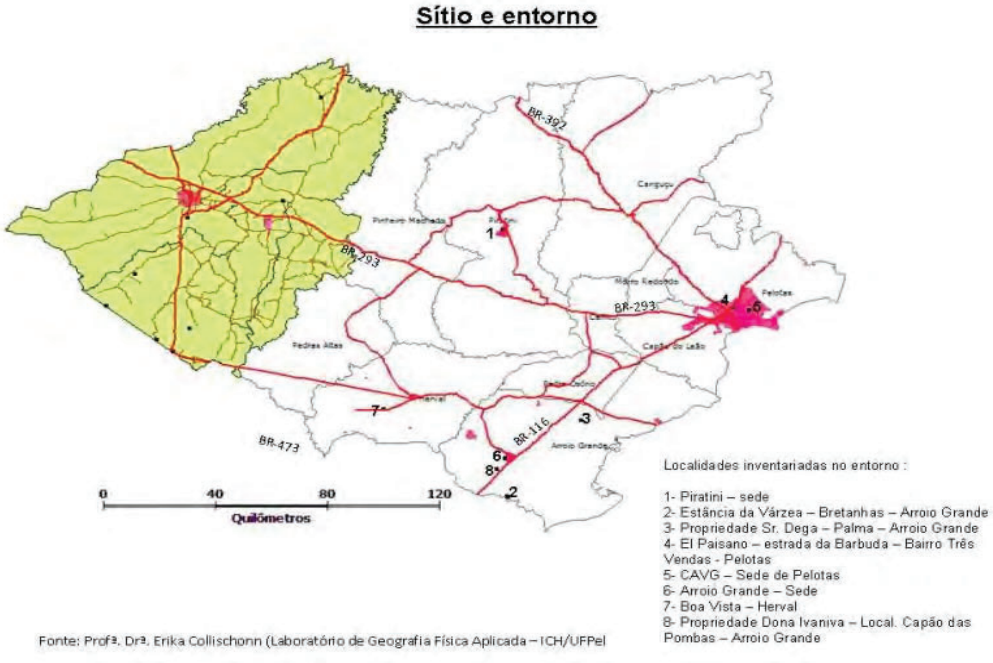
> Colonialismo no es, por tanto, la imposición de un mundo lineal sobre un no lineal sino la imposición sobre otro: primero se transforman los trazados por los que transita la vida en fronteras bajo los que ésta se contiene para después unir estas comunidades, ahora cerradas e confinadas cada una a un lugar, en formaciones verticales cerradas. Vivir juntos es una cosa, vivir conectados es otra muy distinta. (INGOLD, 2015b, p. 17/18)

Entretanto é, como escreve Michel De Certeau (2007), nas criativas práticas cotidianas que é possível acessar as maneiras de subverter, mas não rejeitando diretamente, os desígnios impostos pela ordem dominante. Tais desígnios operam em rede de vigilância generalizada que são procedimentos técnicos atuando detalhadamente sobre os espaços (FOUCAULT, 2007). Porém, para De Certeau

(2007), há que se conceber também os procedimentos minúsculos e cotidianos que jogam e não se reduzem aos mecanismos da disciplina, ou das linhas.

2.4. Pelos caminhos do sal e do açúcar

Caminhando pela pampa, seguindo rastros e fazendo conexões por meio das indicações dos/as interlocutores/as, me perdendo e me encontrando entre os lugares, foi-se delineando que seguia alguns “antigos caminhos de tropas e carretas” onde eram conduzidos bois e outras mercadorias de diferentes lugares da pampa, para charqueadas (e depois frigoríficos) localizados no município de Pelotas, às margens do canal São Gonçalo. Percebi que dava continuidade ao seguir e fazer conexões pela pesquisa sobre os saberes pecuários na pampa brasileira, realizada junto ao IPHAN.



Mapa 7 - Sitio do INRC - Lida Campeira na região de Bagé/RS.
Fonte: (RIETH et al, 2013, ficha 1, p. 21)

Desde 2010, seguindo os caminhos indicados por interlocutores/as, a equipe observara que, o que integrava esses encontros, eram esses antigos caminhos. Conforme Flávia Rieth et al, a BR 293, [é um] “antigo Caminho das Tropas, ou, Estrada Real. Nela o gado que vinha de Bagé em direção às charqueadas de Pelotas passava

por cidades como Pinheiro Machado (antiga Cacimbinhas), Hulha Negra, Candiota, Pedras Altas, Piratini, Cerrito até chegar à tablada de Pelotas onde este gado seria vendido e remanejado até seu destino final." (RIETH et al, 2013, ficha 1, p. 5) Por conseguinte, as áreas urbanas de alguns municípios foram constituídas em volta desses *paradouros* para tropas.

Estava seguindo certas intensidades e conexões que conformavam uma malha do sal e do açúcar. Mapeando caminhos a partir das histórias que contavam pessoas, bichos e materialidades em seus devires-pampianos, no descobrir caminhos, nas vozes que ecoam nos vazios, nos ruídos dos passos moldando espaços e das materialidades que ganham vida inseridas em fluxos. As descrições etnográficas seguem esses caminhos principalmente que ligavam municípios do chamado Alto Camaquã aos abatedouros de Pelotas. Início a descrição da malha pelas experiências no município de Lavras do Sul, na propriedade de Luciano Jardim, onde havia pastagens para paradas das tropas. Elas seguiam em passos lentos e compassados em direção estabelecimentos de abate localizados na cidade de Bagé e de Pelotas. Assim, narrou o pecuarista: *As tropas que cruzavam aqui iam rumo ao matador de São Domingos, outras rumo à Pelotas. De carreta eram 30 dias até Pelotas. Com a tropa era também mais ou menos isso já que o tiro de carreta é mais ou menos o da tropa.*

A ocupação destas rotas se dava, também, pela concessão de datas e sesmarias as quais tornavam os trajetos seguros, fato que se efetivou como estratégia na primeira metade do século XVIII. Aliado a isso, teve a construção de fortes como o de São Miguel, em 1734, no Chuí e, no ano de 1737, o Jesus Maria José na barra do Rio Grande. As fronteiras desse território moviam-se constantemente, em função dos tantos dos tratados entre as coroas portuguesa e espanhola quanto das guerras de ocupação. A construção do Forte Jesus Maria José se deu para apoio à colônia de Sacramento e assegurar a ocupação portuguesa no território. Silva Paes, estrategista dessa povoação, apoiou a formação da agricultura, distribuindo datas de terra, e apoio à pecuária com a distribuição de sesmarias. Além disso, a povoação tinha o intuito de uma reserva de soldados (UESSLER, 2006). Chegaram casais do Rio de Janeiro, de Colônia de Sacramento e Vila de Laguna. O povoamento se deu na região do Estreito, hoje distrito de São José do Norte, elevado a vila em 1747. Mas em função do acúmulo de areia, a vila fora transferida para a zona do Porto (idem, 2006).

A ocupação portuguesa se estendeu às áreas ocupadas pelos Indígenas Tapes, atuais territórios de Canguçu, Pinheiro Machado, Piratini, Encruzilhada, Morro Redondo. Ligados às reduções missioneiras, os Tapes faziam guarda avançada para impor obstáculos às incursões portuguesas. Esses grupos mantinham práticas de criação de gado para carne, graxa e couro, cultivavam erva-mate e, nas zonas de floresta – hoje conhecidas como Serra dos Tapes - cultivavam mandioca e milho pela prática da coivara, que consistia na derrubada e queima da vegetação para o plantio fazendo rodízio de áreas (COTRIM, 2003). A construção do forte de São Gonçalo, na foz do rio Piratini, em 1755, no contexto da guerra guaranítica, tinha o objetivo de fornecer suporte ao forte e povoamento de Rio Grande. Mas ao mesmo tempo, essa construção, abandonada em 1762, fortaleceu a incursão portuguesa na região. Em 1756, já com a organização dos tapes desestabilizada, iniciou-se o processo de doação de datas[46] de terras aos açorianos, nas áreas de floresta, para implantarem um sistema de cultivo para subsistência e criação de gado. Nas áreas de campo, estabeleceu-se o processo de doação de sesmarias[47] a militares portugueses considerando a existência do gado xucro e zona estratégica de ocupação.

Ao cruzar pela região de Rio Grande, em 1820, Saint-Hilaire (1987), comentou ser esta Capitania uma das mais ricas de todo o Brasil e mais favorecida pela natureza em função dos lagos e rios que favoreciam o transporte bem como a riqueza da produção, elencando o trigo, o centeio, o milho, o feijão. Além disso, encontrou pessegueiros, laranjeiras, figueiras, parreiras, marmeleiros, comentando que todas as árvores, legumes e verduras trazidas da Europa renderiam bons frutos se bem cultivados. Em uma rua de Rio Grande, encontrou um mercadinho, também chamado de quitanda, “onde negros, acocorados, vendem legumes, tais como: couves, cebolas, alfaces, laranjas” (idem, p. 76). Aos arredores da cidade, encontrou agricultores como o Seu Justino, cuja casa não passava de uma cabana, mas o pomar era muito bem cuidado estando em “ordem e simetria” e o terreno limpo. Produzia hortaliças como couves, ervilhas e alfaces, e produzia frutíferas com uma pratica “digna de elogio” que consistia em enxertar as mesmas espécies umas nas outras. Justino vendia a produção na cidade e possuía doze negros escravizados (idem, p. 97). Outra prática

[46] Segundo Cotrim (2003), uma data de terra equivalia a 272 hectares.

[47] Equivalente a 13.068 hectares.

de manejo foi narrada ao viajante por uma estancieira[48], que habitava as margens da Lagoa Caiubá. Essa prática mostra a integração lavoura e pecuária articulando o trigo com a criação de gado.

> Perguntei-lhe como se adubava a terra para plantar trigo. Outrora, respondeu-me ela, aguardava-se o gado num curral, perto de casa, e transportava-se o esterco em pequenos carros para as terras que se queria semear; mas nesta Capitania, todos renunciaram tal prática; hoje, cerca-se com estacas a parte do terreno que se vai cultivar, e aí se encerra o gado todas as tardes. Quando essas partes de campo já receberam bastante estrume, transporta-se o cercado para mais longe e assim sucessivamente, até que o campo esteja inteiramente adubado. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 100).

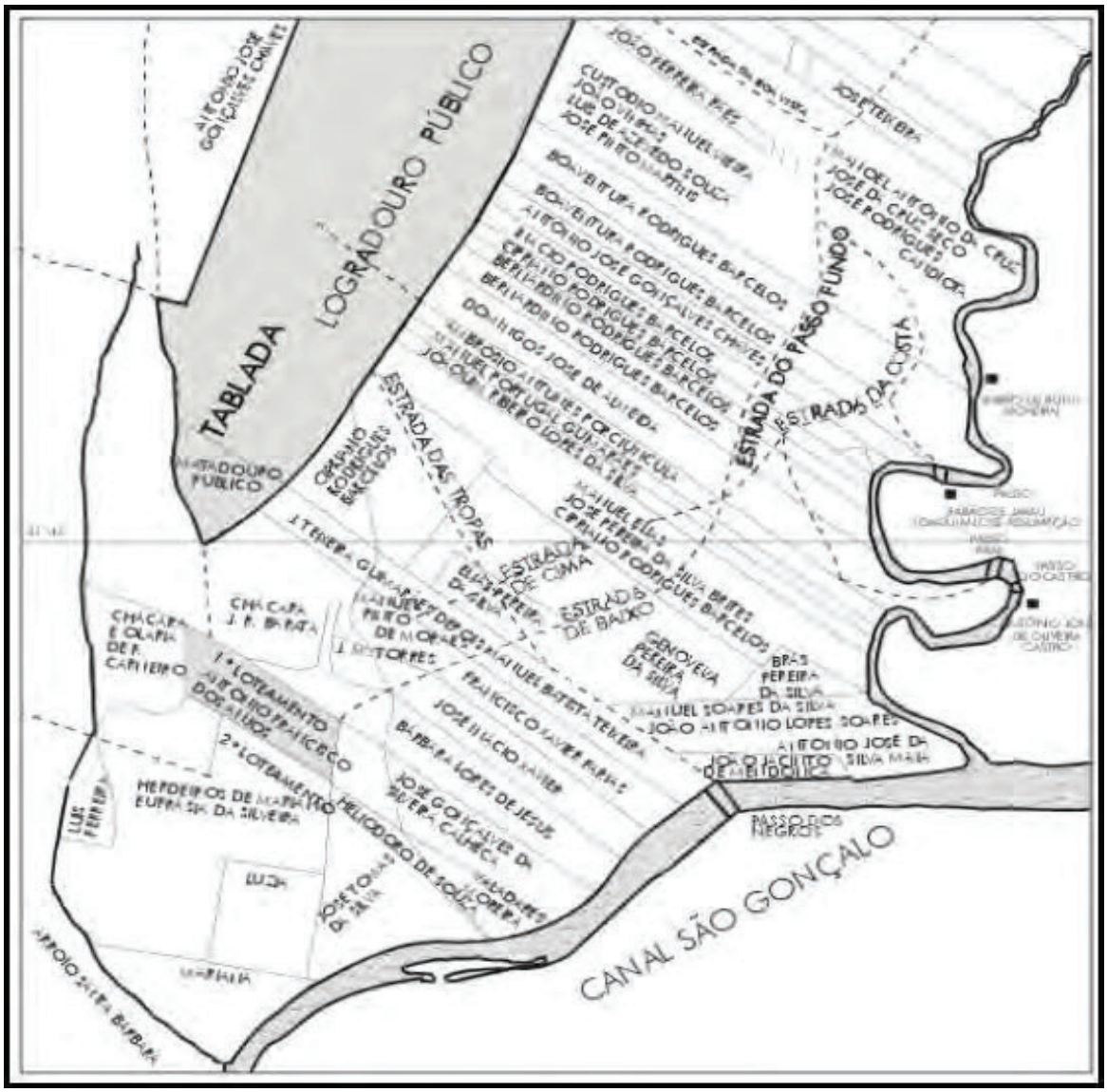
Saint-Hilaire encontrou, na cidade de Rio Grande, comércio de carne seca, couro, sebo e trigo realizado por negociantes riquíssimos. Além disso, o trigo e derivados de carne eram comercializados em outras regiões do país. A produção do charque, base da alimentação das pessoas escravizadas, abastecia diversas regiões do Brasil e também era exportada para Cuba e EUA. Tal fato, nos leva a formação do atual território do município de Pelotas[49], localizado ao sul do Rio Grande do Sul, às margens do canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas. A formação atual urbana se estruturou por meio dos caminhos das tropas (RAMOS, 2013), levando ao período da economia saladeril e escravista momento que marca a ocupação europeia do território. Em 1758, é outorgada a carta de sesmaria ao coronel Thomáz Luiz Osório constituindo o chamado “rincão das pelotas”. Por ser uma região de disputa entre espanhóis e portugueses, a coroa portuguesa voltada à expansão do domínio colonial, em prol da expulsão e o massacre dos povos indígenas que ali habitavam, doou sesmarias de campo a militares, líderes de grupos armados e alguns religiosos (GUTIERREZ, 2006).

Posteriormente, o chamado “rincão das Pelotas” fora dividido em sete sesmarias: Feitoria, Pelotas, Santa Bárbara, São Thomé, Pavão, Santana e Monte bonito sendo este último cuja localização consistia nos limites tendo a leste o arroio pelotas, a oeste o canal santa bárbara, ao sul o canal são Gonçalo e a norte a serra dos tapes. Por conseguinte, fora dividido, em 1780, em 19 datas de terras

[48] Não foi informado o seu nome.

[49] Uma primeira versão deste texto fora escrita para um artigo (LIMA; ALFONSO; RIETH, 2017).

(GUTIERREZ, 2006; RAMOS, 2013) em que se instalaram as primeiras charqueadas, sendo locais em que se produzia carne bovina salgada e seca ao sol - charque. O vasto gado existente nas vacarias del mar, a facilidade de acesso às redes fluviais foi uma das razões da partilha destes quinhões de terras com vistas a produção de charque e ocupação do território. Conforme Gutierrez (2006) estas divisões deram-se no mesmo sentido ficando as manufaturas de produção nas margens ribeirinhas – para o transporte do charque e para lançar os dejetos - e ao fundo o limite com as terras destinadas ao logradouro público e a tablada, local em que gado era comercializado.



Mapa 8 - Distribuição das charqueadas. In: Gutierrez, 2001. (p. 164)

A instalação das charqueadas considerou a viabilidade do escoamento da produção e recebimento de mercadorias, dentre elas a mão de obra escravizada. O transporte fluvial era a opção viável, pois a proximidade com a Lagoa dos Patos facilitava o acesso ao Oceano Atlântico. Desse modo, as charqueadas estavam ligadas às demais regiões do Brasil e ao mercado mundial (ROCHA, 2014; MAESTRI, 1984). Aproximadamente 40 indústrias charqueadoras se instalaram na região da atual área urbana do município de Pelotas, às margens do canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas. No decorrer do século XIX, durante o auge da produção de charque, Pelotas teve grande concentração de mão de obra escravizada considerando as demandas da produção para o mercado externo. Além disso, o abate e processamento de um boi demandava uma série de trabalhadores especializados (RODRIGUES, 2015). A margem do São Gonçalo era o local de desembarque de pessoas negras escravizadas que desembarcavam dos navios negreiros no porto do Rio Grande, se deslocavam via laguna dos patos e entravam no canal São Gonçalo. Desembarcavam no chamado Passo dos Negros para serem comercializadas ou encaminhados para outros pontos de comercialização (ROSA, 2012, ROCHA 2014, RODRIGUES, 2015).



Imagem 11 - Travessia do São Gonçalo para as charqueadas de Pelotas (Jean Baptiste Debret)[50].

O termo “passo” indica um lugar, no curso de um rio, canal ou riacho, que serve para passagem de humanos e animais. Nesse sentido o local também se constituía como lugar de passagem dos rebanhos animais que se deslocavam, das fazendas da

[50] Disponível em: http://www.vivaocharque.com.br/interativo/artigo27. Acesso 25 de setembro de 2015.

região sul, das *vacarias del mar* e também do Uruguai com trajetória pelo caminho da praia. Tropeiros, cavalos, cachorros e bois atravessavam o canal onde iniciavam a trajetória pelo Corredor das tropas que levava ao centro de comercialização, denominada Tablada. Conforme De Leon (2001) a estrada ficava congestionada com o intenso fluxo de tropas.

A Tablada fora construída de maneira que ficasse contigua ao fundo das áreas das charqueadas e, assim, o gado vendido se deslocava por dentro da propriedade até o lugar de abate. Entretanto, alguns saladeiros, localizados às margens do canal São Gonçalo não estavam ligados à área da tablada, tendo os tropeiros fazer uso do corredor das tropas para se deslocarem. Assim, havia encontro de tropas de gado. Quando isso acontecia, uma aglomerava-se para a outra passar. Este intenso movimento danificava as estradas e, sendo a região marcada por banhados, em 1820, a câmara de vereadores solicitou aos charqueadores a disponibilização de negros escravizados para a construção da "ponte dos dois arcos" que hoje é uma das referências ao passado de escravidão da cidade. Seguindo os caminhos das tropas estas chegavam à Tablada para serem comercializadas. Hebert Smith (1922), naturalista norte-americano que viajou pelo Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX descreve o processo de maneira tão instigante e dramática à atenção de quem lê, que prefiro disponibilizar a descrição completa do ambiente da tablada e o caminho que o gado tomava depois de ter sido comercializado:

> Uma das mais características e ao mesmo tempo mais selvagens e interessantes vistas de Pelotas é a Tablada. Chama-se assim um descampado extenso e quase liso, onde de dezembro a maio se vendem as manadas que chegam. Algumas trazem quinze dias de viagem. Pôde haver aqui ao mesmo tempo umas vinte datas, cada uma de centenas de cabeças; rudes gaúchos, vestidos com a habitual camisa de chita, ceroulas fofas ou bombachas e ponchos riscados, galopam em todas as direções, conservando os animais nos lugares e impedindo que se misturem as tropas; o gado, cansado do longo caminho o espantado da cena estranha, conserva-se junto, movendo os chifres e urrando em tom de queixume. Os donos das charqueadas movem-se rapidamente aqui e ali em belos cavalos, examinando as várias tropas, calculando-lhes o valor com rapidez e precisão admiráveis, e fechando os negócios ás pressas com estancieiros e peões. O mercado é sempre ativo, porque a concorrência é muito forte entre os vinte ou trinta charqueadores; em geral as boiadas inteiras estão vendidas pouco tempo depois de chegadas.
>
> Imediatamente levam-nas para uma das charqueadas junto ao rio, onde as prendem algumas vezes por muitas horas, em cercados que se chamam mangueiras. Estas se adelgaçam em ponta numa das extremidades, onde

> comunicam com um curral menor chamado mangueira da matança, capaz de conter trinta cabeças do gado juntas, afocinhando em ambas as extremidades, fortemente cercado, com um pavimento de pedras lisas ou chaprões inclinados para a extremidade oposta à entrada; por fora da cerca, e rodeando-a, há um passeio de taboões para os trabalhadores.
>
> A matança em geral é de manhã. Cheia de gado a mangueira da matança, fecham-na, e atira-se um laço ao chifre ou à cabeça do animal; este laço, passado por um moirão, é preso a uma junta de bois ou cavalos, os quais são tangidos imediatamente do curral, arrastando o animal laçado, pelo declive escorregadio até em baixo: aqui fica diretamente debaixo da mão do desnucador, que levanta um punhal comprido e muito afiado e embebe-o no pescoço do animal, geralmente entre o atlas e os ossos ocipitaes. Este golpe não mata instantaneamente, porém priva de toda sensibilidade; o animal cai em um carro de plataforma, que é contínuo com o soalho da mangueira; levanta-se uma porta, tira-se rapidamente o carro, descarregam-no e põem-no de novo no lugar, a tempo de receber outro animal que, entrementes, foi laçado. A operação inteira leva cerca de um minuto, e muitas vezes num só estabelecimento no mesmo dia matam-se 600 e 700 cabeças de gado.
>
> A carcaça, puxada do carro por um homem a cavalo, está agora no grande edifício em que são executadas as operações restantes, quase sempre por escravos. Esfola-se rapidamente o couro, tomando cuidado, ao abrir o pescoço, de enterrar uma faca no coração, que ainda bate. Acabada a esfolação, tira-se limpamente a carne dos ossos em oito pedaços, que são lançados em estacas horizontais; dois trabalhadores hábeis cortam-na e retalham-na então de maneira que cada pedaço fica reduzido a espessura uniforme de cerca de quinze milímetros. Para esta operação emprega-se um verbo especial — charquear — e d'ele derivam os substantivos charque, charqueada, charqueador. (SMITH, 1922, p 137 e 139)

Ester Gutierres (2006) escreve sobre o estranhamento dos viajantes que cruzaram a região. O cheiro nas águas com ilhas de sangue em putrefação e de carne apodrecendo nos campos alimentando uma multidão de cães selvagens e de abutres que viviam sobrevoando a região. Ao cruzar por Pelotas, Saint-Hilaire comentou o cheiro forte do matadouro. Embora não fosse o período de matança, que se dava de novembro a abril, o cheiro desagradável chamou a atenção inspirando-lhe “náuseas e horror”. Na época da matança, “dizem não se pode aproximar das charqueadas sem ficar logo coberto de moscas”. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 89). O estranhamento de Smith (1922) também é emblemático. Uma cidade “rica” e “prospera” marcada, às suas margens, pela impressão horrível da morte, da dor, da sujeira, do cheiro de carne apodrecendo, dos ossos amontoados da confusão que é ordem.

> Ha um não sei que de revoltante e ao mesmo tempo cativador nestes grandes matadouros; os trabalhadores negros, seminus, escorrendo sangue; os animais que lutam, os soalhos e sarjetas correndo rubros, os feitores

> estólidos, vigiando imóveis sessenta mortes por hora, os montes de carne fresca ‘dessorando', o vapor assobiando das caldeiras, a confusão, que, entretanto, é ordem: tudo isto combina-se para formar uma pintura tão peregrina e hórrida quanto pôde caber na imaginação. De toda esta carnificina dimanou a riqueza de Pelotas, uma das mais prósperas entre as cidades menores do Brasil. (SMITH, 1922, p 140)

A partir da segunda metade do século XIX até o final do século XIX a cidade foi marcada por uma ampla movimentação de capital, motivada pela intensa produção de charque (RIETH et al, 2008). Os charqueadores ostentavam tal riqueza, produzida por mão de obra negra escravizada, no intercâmbio entre o sal[51] e o açúcar em que o charque era vendido para a região do nordeste do Brasil onde era comprado o açúcar. O sal e o açúcar, então, foram complementares na construção histórica e cultural da região. (MAGALHÃES, 2018). O açúcar negociado era matéria prima dos “docinhos” servidos nos saraus realizados nos salões dos suntuosos casarões das famílias charqueadoras. Segundo Mario Osório Magalhães (2018, p. 19) o doce não foi o protagonista inicial pois era “uma civilização que se sustentava no suor do negro, na punição do escravo, na faca assassina, na degola do boi, no arroio tinto de sangue, no cheiro da carniça, nas mantas de carne sob o calor do sol.” Ou seja, era uma cultura do sal mas que “procurava atenuar seus rituais de castigo e de brutalidade, adocicando-se em cortesias, amabilidades, versos rimados, saudações solenes, dedicatórias rebuscadas e, veladamente, sensuais.” Tal pomposidade do historiador pelotense, ainda que genial, “adocica” as violências aos corpos praticadas por essa elite que se alimentou, e segue se alimentando, das benesses desse mostro da acumulação desigual e desumana do capital – materializada entre as paredes dos casarões e, atualmente, nos muros dos luxuosos bairros residenciais.

As famílias charqueadoras possuíam chácaras na Serra dos Tapes em que era designada a mão de obra escravizada nos períodos de entressafras da fabricação de carnes salgadas. Ali, produziam cultivares como abóboras, milho, feijão para alimentarem os casarões. Porém, a partir de 1850, desenvolveu-se um novo negócio em que as famílias charqueadoras passaram a adotar as políticas de colonização europeia como forma de fortalecer a agricultura para abastecer o meio urbano. Enquanto terras inadequadas para a pecuária extensiva e de pouco interesse aos

[51] Conforme Saint-Hilaire (1987), para cada animal abatido gastava-se meio alqueire de sal.

charqueadores, iniciou-se um processo de doação ou venda destas datas de matos para as empresas de colonização. Tais empresas recebiam subsídios por cada imigrante assentado. A fertilidade das terras e proximidade com os mercados de Pelotas e Rio Grande atraiu muitas pessoas vindos de outros lugares da província e de outras províncias. Entre 1850 e 1858 foram criados 16 núcleos colônias (PAREDES PEÑAFIEL, 2006). Além disso, já se encontravam na região pequenos produtores migrantes portugueses que cultivavam variedades de frutas, legumes e cereais, grupos indígenas e comunidades quilombolas.

Assim, junto à concepção de uma pampa arquitetada dentro de um projeto político, considera-se também, para além desse projeto político e arquitetônico, constituída por múltiplos agentes com múltiplas trajetórias. A elaboração desta referência histórica atenta para os caminhos traçados por meio de passos que moldaram espaços e teceram os lugares (DE CERTEAU, 2007, p. 176). O sal e o açúcar são substâncias que fazem parte de uma malha de relações e linhas misturadas, cosidas e cozidas, por humanos, bichos, coisas e paisagens. Ao percorrerem rotas, tais entes constituem e são constituídos a partir de linhas de convivências, negociações e conflitos.

2.5. Caminhando com os caminhões

No ano de 2016, quando iniciava a caminhada da tese, os habitantes da região do Alto Camaquã encontraram uma notícia, em uma pequena chamada de um jornal, acerca da existência de um projeto de mineração de metais pesados no município de Caçapava do Sul na divisão limítrofe dos municípios de Bagé e Pinheiro Machado, ambos localizados do outro lado das margens do Rio Camaquã. Abria-se mais uma página no processo histórico de defesa do direito dessas populações ao rio, considerando um passado marcado pela mineração de cobre e, tempos depois, da articulação em defesa contra o avanço dos projetos de construção de barragens hidrelétricas. O rio e os outros seres não estavam, então, alheios a todos os possíveis desejos do “monstro” chamado “progresso” (BENJAMIN, 1987).

Passamos a integrar o movimento, enquanto equipe de pesquisa das lidas campeiras, alguns meses depois quando fomos convidados pelo prof. Althen[52], que tem um histórico de mobilizações contra o avanço destes grandes empreendimentos na pampa. Nossa tarefa era analisar o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ambiental (EIA/RIMA) apresentado pela empresa Votorantim Metais Holding (VMH), dizendo seguir os regimentos legais do processo do licenciamento ambiental. Tal empresa, é exploradora dos metais pesados zinco, chumbo, cobre, prata e ouro tendo garimpos nos países Brasil e Peru. O chamado "projeto Caçapava do Sul" ambicionava, em 3 minas a céu aberto, a extração anual de 16 mil toneladas de zinco, 5 mil toneladas de cobre, 36 mil toneladas de chumbo. Além desses, a empresa não divulgava o montante da exploração de prata e ouro. Vendiam o argumento da geração de 450 empregos, dando "prioridade" a contratação de mão de obra local, e a não utilização de barragens, empilhando os rejeitos a seco o que inviabilizaria a possibilidade de inúmeros impactos ambientais.

O professor Althen é uma das principais referências no movimento de defesa do bioma pampa – contra os agrotóxicos, o cultivo da soja transgênica, as "lavouras de eucaliptos" e os empreendimentos de mineração. Tais diálogos haviam emergidos em um evento chamado o "I Congresso Internacional do Pampa e III Seminário de Sustentabilidade da Região da Campanha" cujo tema para debate era "*Olhares sobre o Pampa: um território em disputa*". Organizado pelo programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ocorreu em junho de 2016. Foi a partir deste evento que a equipe descobriu uma pampa ameaçada por projetos neoextrativistas trazendo a necessidade de se articular a outras redes para constituir ações estratégicas e elaboração projetos para outras possibilidades de pampa, baseadas nos manejos "sustentáveis" das populações tradicionais ou locais.

Tal movimento fora levado para outro evento, realizado no mês de outubro de 2016 em Pelotas, organizado pelo Instituto de Biologia (UFPel), pela Fundação Zoobotânica/RS e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Clima Temperado. Chamado "*I congresso sobre o bioma pampa: reunindo saberes*", o evento reuniu pesquisadores/as para a discussão da pecuária sustentável, do uso "racional" do solo e da conservação dos modos de vida na pampa. Essas questões

[52] Vinculado ao Instituto de biologia da Universidade Federal de Pelotas (IB/UFPel).

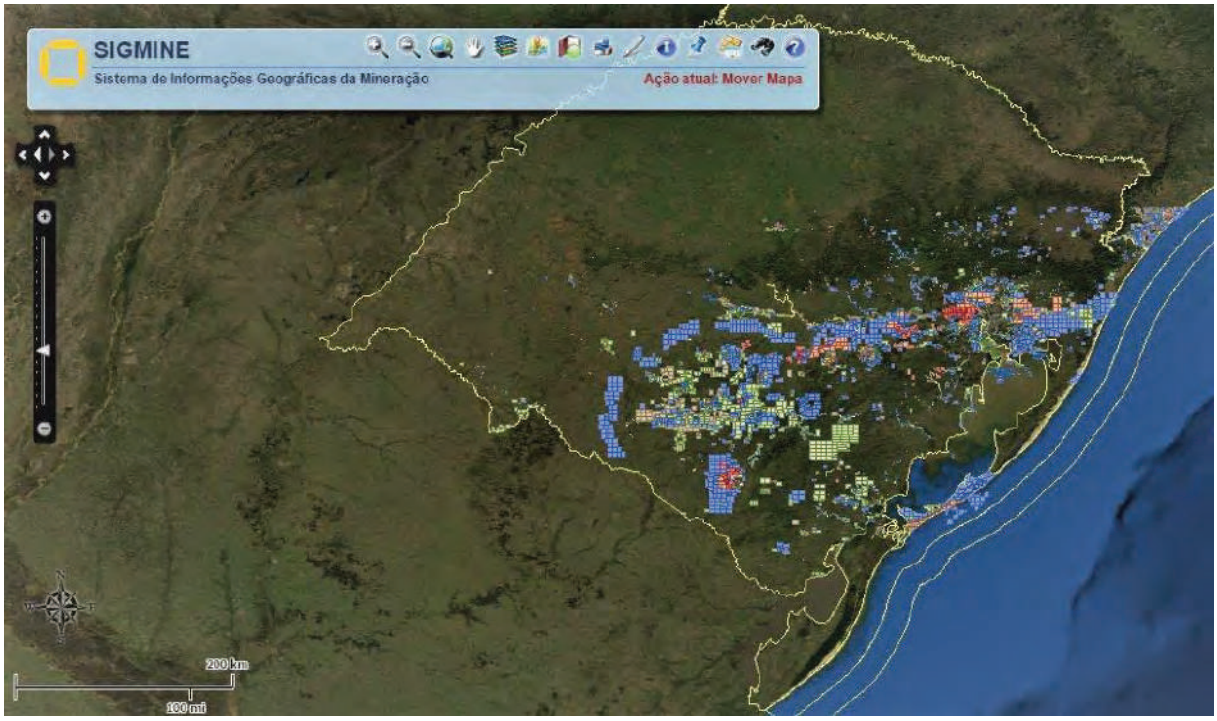
seriam contrapartidas às ameaças do avanço dos modelos de agricultura intensiva baseada na utilização de biocidas, no plantio de lavouras de commodities e, atualmente, na extração de minerais altamente poluentes.

No folder do congresso havia um peão, a cavalo, que tocava, junto aos cães, alguns novilhos. A paisagem consistia numa área de campo com uma mata no fundo. Os temas apresentados pelos/as pesquisadores/as buscavam pensar a integração desses elementos. Já foco das discussões girava em torno do “solo” de onde nascem uma diversidade de gramíneas que precisam serem manejadas para melhor dar conta da alimentação dos herbívoros. Para manter o ciclo ecossistêmico, o manejo deveria potencializar o valor nutritivo do pasto que significa não deixar que o mesmo seja esgotado ou cortado, pelos dentes dos animais, até as raízes. Além disso, pensavam formas de manejo que tornassem esta relação lucrativa, ou seja, maneiras de agregar valor ao produto final, mas que mantivessem o processo ecossistêmico sustentado, ou seja, mantivesse o ciclo. O foco, então, se deslocava do produto final para o processo, levando em consideração o pastejo de maneira que não esgotasse as gramíneas e que, ao contrário, potencializassem a sua renovação. Nesse sentido, os saberes e os modos de vida das populações tradicionais eram centrais e a pesquisa antropológica entraria, então, nessa rede, com reflexões acerca desses saberes e modos de fazer, reconhecendo-os enquanto patrimônio cultural.

Foi assim que, no final de outubro, recebemos um e-mail do professor Althen no qual convidava a equipe para a participação em um grupo de trabalho, no dia 7 de novembro de 2016, para discutir o EIA/RIMA divulgado pela empresa Votorantim Metais Holding. O propósito era que nossa equipe elaborasse apreciações acerca de uma parte do documento que era o estudo da questão socioeconômica. O fato é que nossa equipe tinha experiência etnográfica no que se refere aos estudos das relações entre humanos e demais entes que habitam as paisagens da pampa e, isso, possibilitava um olhar crítico acerca desses estudos, mesmo ainda sem sabermos com clareza quais as suas implicações, fato que viramos aprender no processo, na caminhada. Esta trajetória, então, ficaria entrecruzada com as discussões em torno das questões socioambientais e da salvaguarda dos saberes e modos de existir enquanto direitos das populações locais.

No encontro do GT sobre o EIA/RIMA estariam pessoas nos indicando alguns passos, mas a maioria dos participantes estaria em suas primeiras experiências com

análises de tais relatórios. Cada pesquisador/a apresentaria um parecer. Uma dica era se basear no “termo de referência” que orientava os critérios a serem exigidos para a escrita do relatório. O professor Althen apresentou um mapa que buscou no site do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje Agência Nacional de Mineração (ANM)[53], na qual mostrava os inúmeros projetos de mineração indicados no território pampiano. Eram centenas de projetos entre pedidos de prospecção, de licenciamento e de cava.



Mapa 9 - Projetos de mineração na pampa. Elaborado a partir do site do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

As indicações versavam sobre o fato do EIA/RIMA ser um dos passos para o licenciamento ambiental. Aprovado este seguiria para a Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. Assim, os questionamentos deveriam ser trazidos a partir deste relatório. Para alguns, a parte analisada estava contemplada ao passo que outros trouxeram inúmeros erros metodológicos para a coleta de dados. Um professor, ao apresentar o parecer da parte ecológica – estudo do meio biótico -,

[53] Criada pela Medida Provisória n° 791, de 25 de julho de 2017 que, posteriormente foi convertida na Lei 13.575, de 26 de dezembro de 2017. A agência foi efetivamente instalada em 28 de novembro de 2018.

comentou que a região que engloba o rio Camaquã, é paradeiro, no período reprodutivo, do “papagaio charão” que não havia sido contemplado no EIA/RIMA. Por conseguinte, comentou que isso não era importante considerando que eram poucos papagaios que cruzavam por aquelas matas. Em sua perspectiva, a quantidade ínfima desses seres justificava tal negação. Em outros lugares a presença em quantidade desses animais se fazia maior, justificando sua relevância “ecológica”. Foi então que os/as demais professores/as e pesquisadores/as se levantaram em críticas enfatizando que, mesmo que tivesse apenas “um papagaio” habitando a região, era importante e deveria ser indicado pois o mesmo seria afetado pelo empreendimento, além de estar no rol das espécies em extinção.

O jogo apresentado neste relato indicava duas visões metodológicas. De um lado, a ecologia baseada em levantamentos estatísticos que hierarquiza a relevância das espécies em torno da contagem de indivíduos em determinado campo. E, de outro lado, a ecologia voltada para a análise das interações entre seres vivos e o ambiente. As árvores das margens do rio Camaquã estavam entre os poucos lugares escolhidos pelo papagaio Charão para se reproduzir. Isso justificava o direito desses pássaros ao lugar. Portanto, estávamos num rito de passagem para as disputas entre concepções científicas, algo que levaríamos para outras situações.

No âmbito das mobilizações era necessário deixar claro uma tomada de posição e a pesquisa, sustentada nos parâmetros científicos, se apresentava, perante o estado, também como uma posição política (LATOUR, 1994). A questão em jogo é o que deve ser considerado e quem será afetado. Aqueles que defendem um projeto de desenvolvimento exógeno justificam a “pobreza” da região e uma pampa “vazia”, sem gente e sem bichos, destacando o fator social de geração de empregos enquanto um progresso que tem um ônus para alguns “poucos”, mas que beneficiará maioria. Já outras concepções, defendem um projeto de desenvolvimento endógeno que leva em consideração as interações entre seres vivos, materialidades e ambientes justificando que suas presenças devem ser “respeitadas”. A noção de “respeito” ao rio, ao papagaio charão e outros bichos, às pedras consistia em um preceito central nas contranarrativas das pessoas ao projeto de garimpagem. Nesse jogo estava qual narrativa era científica e qual não é. E isto passava pelos ditames de uma dimensão política, posicionar-se.

Por conseguinte, chegou a nossa vez de comentar a parte socioeconômica. Argumentamos que o estudo apresentado não considerava a relação das pessoas com as paisagens, não trazia os impactos à pecuária e, em específico, não mostrava a presença de pecuaristas familiares e comunidades quilombolas sendo grupos historicamente negados, econômica e cientificamente, por não participarem diretamente da modernização agrícola. Questionamos a metodologia de trabalho da equipe que realizou a pesquisa ao considerarmos que as inserções episódicas foram exíguas para apontarem determinadas conclusões, em especial, os impactos sobre a fauna, a dinâmica hídrica da região, o modo de vida das populações tradicionais (agricultores e pecuaristas familiares, quilombolas). Além disso, a discussão do processo histórico do lugar não dialogava com a realidade atual da região. Estávamos, portanto, nos inserindo na articulação, elaborando impugnações aos projetos de mineração na pampa e, em específico, ao projeto Caçapava do Sul.

A primeira audiência pública que participei foi em Santana da Boa Vista, município localizado no sudoeste do Rio Grande do Sul com população em torno de 8 244 habitantes. Fomos eu e o Sérgio, hoje professor de sociologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e pesquisador de temas socioambientais. Ao chegarmos na rodoviária, as pessoas não sabiam nos informar sobre o evento. Não sabiam do que se tratava. Mas caminhamos pela cidade perguntando o endereço, conseguindo chegar ao local. Era uma estrondosa estrutura que se erguia embaixo de uma lona branca. Havia um telão na rua. As pessoas conversavam em grupos e algumas carregavam faixas nas mãos. Entramos. Assinamos nossos nomes e nos perguntaram se iríamos falar no microfone ou escrever algum manifesto em um documento. Mas estávamos ali somente para escutar. Ao fundo havia um palco com um telão e na frente havia várias cadeiras brancas enfileiradas. Pequenas televisões e ventiladores dividiam as bordas da estrutura. Na entrada do salão, uma mesa expunha livros em capa dura que eram os relatórios que iriam ser apresentados à população naquela tarde.

Sentamos em cadeiras bem ao fundo. Logo depois começou o rito. Primeiramente, falou o representante da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) colocando que esta era a segunda audiência pública e que haveriam mais duas nos municípios de Bagé e Pinheiro Machado conforme "*indica a lei do licenciamento ambiental*". Passou a fala para o representante do governo do estado,

que trazia o apoio do mesmo ao projeto, pois iria “desenvolver” a região. Após, falou o engenheiro responsável pelo empreendimento que, de início, enfatizou que a Votorantim era “*uma empresa familiar*” e que estava trazendo o mais alto grau de desenvolvimento tecnológico no que se refere a engenharia para a mineração, sendo um projeto “*sustentável*”. Trouxe a importância dos minérios na nossa vida cotidiana como o chumbo utilizado na fabricação de baterias, o cobre nos aparelhos celulares e o zinco para aços. A alta engenharia era baseada nos argumentos de que não haveriam impactos ambientais pois a barragem de rejeitos e os resíduos seriam empilhados a seco em áreas impermeabilizadas e com diques de “rochas brutas”. Isso preservaria o rio Camaquã, sem derrame de rejeitos. Outra questão também era a captação de água do rio, equivalente a um número ínfimo de 0,04% da vazão média, além de que uma parte desta água seria reciclada e reaproveitada.

Logo depois o responsável pela pesquisa que gerou o relatório iniciou sua apresentação. O diagnóstico ambiental se dividia em três questões: físico, biótico e o diagnóstico socioambiental. A análise deveria contemplar estes três aspectos e integrá-los numa elaboração multidisciplinar. Quando falou da questão biótica enumerou as espécies: a presença de 2 espécies de árvores imunes ao corte (a figueira e a corticeira); 11 espécies ameaçadas; 26 espécies de mamíferos; 28 espécies de peixes. Na parte do diagnóstico socioeconômico delineou-se um quadro da mineração como um fator de desenvolvimento em uma região com pouca ocupação humana. Trazendo dados quantitativos, argumentava que a região tinha “*baixa atratividade*” para a migração de pessoas ao passo que o decréscimo populacional se dava pelos habitantes buscarem alternativas fora da região. A defasagem de empregos e renda trazia índices negativos de desenvolvimento humano, abaixo da média do estado. Os impactos apresentados se dividiam em “positivos”, com a geração de renda e empregos, e “negativos” que seriam os “ruídos” causados pelas explosões, movimentações de cargas e de pessoas. Tal argumento do desenvolvimento é enfatizado no relatório ao mesmo tempo que enuncia certa “ignorância” da população acerca deste empreendimento.

> Com relação ao empreendimento o grau de conhecimento dos participantes sobre o projeto é pequeno, apesar disso, as manifestações em relação a implantação da mina foram totalmente favoráveis, pois há uma percepção muito positiva do efeito econômico que o empreendimento teria na região.” (RIMA, 2016, p.98).

O pesquisador trouxe, ao final, o diagnóstico de que o empreendimento era "viável e com viés ambiental". Meu estranhamento, que foi a de muitos outros também, se concentrou em uma pergunta: e os impactos ambientais? Abriu-se, por conseguinte, para os participantes da plateia fazerem, em 3 minutos, comentários acerca do projeto. De início, os moradores da região lembraram que tais audiências estavam acontecendo porque entraram com uma ação no ministério público, pois a empresa e a Fepam projetaram somente uma audiência no município de Caçapava do Sul, desrespeitando os parâmetros legais do processo. As manifestações mantiveram certo equilíbrio entre aqueles que viam a possibilidade de empregos para a região, pois "*não queremos mais ser o lugar mais pobre do estado*", e outros que argumentavam que a mineração não trazia "desenvolvimento", além de colocar em xeque as atividades agropecuárias que caracterizavam a história e cultura dos municípios envolvidos.

Junto a nós se encontravam alguns agricultores. Pelo fato de estarmos anotando tudo, um deles me perguntou se éramos jornalistas. Respondi que éramos pesquisadores e que estávamos estudando o que as pessoas achavam do empreendimento. Me respondeu que achava bom porque "*traria empregos para o município*". Outro que estava no grupo não concordou dizendo que "*iriam matar as nossas abelhas*". E seguia o argumento de que a empresa não falou, mas a contaminação viria pela dinâmica dos ventos que carregariam a poeira. Relatou um caso da erupção de um vulcão no Chile há alguns anos atrás cuja poeira trazida pelo vento matou vários enxames na região. Comumente deixada de lado, a atmosfera fica de fora das discussões pós-sociais dos modos de existências e modos de habitar considerando os seres, pessoas e coisas ligadas a ambientes terrestres e aquáticos (INGOLD, 2015a). Nesse sentido, as mudanças não são somente mudanças no ar, mas no contato do corpo/organismo com as substâncias do ar. Assim, a poluição – interface entre a terra e o ar (poeira no ar) – da extração mineral na região seria sentida por humanos e os outros seres. A poeira do processo se juntaria ao ar e as águas dos rios. Vento, a chuva e o sol são movimentos e propagam substâncias.

A concepção de que a atmosfera é um fator que deveria ser considerado foi trazida nesta fala e em outras, que trouxeram a contranarrativa ao argumento de que o projeto não causaria impactos ambientais. Pelo mesmo raciocínio as questões de biólogos, agrônomos e moradores locais versavam sobre a pesquisa em debate

colocar o rio Camaquã como uma "barreira física" que não propagaria possíveis resíduos na andança do rio em direção a Laguna dos Patos. Por conseguinte, entre os outros equívocos apresentados pelos que se colocavam contrário ao projeto, se encontrava na concepção das áreas de impactos (diretos e indiretos) baseados em parâmetros métricos desconsiderando o que indicava o "termo de referência" de abranger um contexto de bacia hidrográfica.

A segunda audiência pública foi realizada alguns dias depois num ginásio de esportes em Bagé. Já nesse evento, junto a integrantes da equipe do INRC – Lida Campeira[54], trazíamos questões sobre o relatório. Trazia comigo a experiência com aqueles agricultores da audiência anterior que se perguntavam sobre a poluição propagada pelos ventos. Somente duas pessoas se colocaram a favor do empreendimento: o prefeito do município de Caçapava do Sul e uma senhora dona de um restaurante, que disse pretender vender almoços para os trabalhadores da mina. As demais manifestações foram contrárias a instalação. Os manifestos questionavam se existia um lugar que se "desenvolveu" com a mineração. Também questionavam e pressionavam a empresa a apresentar os impactos ambientais, pois os moradores não eram "ignorantes" para acreditar naquela impossibilidade de danos ambientais, ainda mais, na maneira como apresentava a pesquisa colocando o rio Camaquã como uma barreira física. "*Não existe mineração sustentável!*"; "*Não se iludam com o canto da sereia!"* Bradavam os manifestantes sob gritos e aplausos da plateia.

Muito presente nas narrativas esteve um espectro: a tragédia ocasionada pelo rompimento da barragem da empresa Samarco Mineração S/A no município de Mariana em Minas Gerais, em novembro de 2015. A lama contaminada inundou cidades e atingiu a bacia do rio Doce e chegando ao Oceano no norte do Espírito Santo e ocasionando a extinção de inúmeras espécies de peixes, além de contaminar as vidas com metais pesados como arsênio, chumbo e mercúrio. As manifestações indicavam a experiência da tragédia de Mariana. "*Estamos prestes a ver acontecer no nosso rio, o que aconteceu em Mariana! Por isso eu digo não a mineração no rio Camaquã!*" As faixas traziam o drama de um rio prestes a morrer: "*o rio Camaquã pede socorro!*", "*Salvem o rio Camaquã!*" Descobrimos um rio pensante e sensível,

[54] Flavia Rieth, Vagner Barreto.

participante político da contranarrativa a extração de chumbo as suas margens. Mais do que isso, descobrimos um Rio que, em sua itinerância por 430 km, participa das vidas de 26 municípios marcados pelas populações tradicionais, como pecuaristas familiares, indígenas e quilombolas. As considerações dos possíveis impactos ambientais relatados pelos pesquisadores contratados pela Votorantim Metais, consideraram o ambiente como de uma área fixa, medida em metros quadrados com alcance determinado pelos limites administrativos dos municípios de Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista. Nessa concepção, o Rio Camaquã é considerado uma "barreira física", que impediria os impactos nos municípios de Bagé e Pinheiro Machado, localizados no outro lado das margens. (EIA-RIMA, 2016: 31).

Para uma Antropologia inserida em contextos de vida, entretanto, o Rio Camaquã não pode ser considerado "uma barreira física", mas sim, uma reunião de vidas, que se misturam e geram novas combinações – em processos de constante transformação (INGOLD, 2012a; 2015a). Ao perceber o Camaquã dessa forma, estávamos atentando para a percepção dos processos vitais e dos mundos que o compõem. Especialmente, levamos em consideração a preocupação com o próprio Rio Camaquã, cujas águas rápidas e indomáveis transbordam os limites geopolíticos de Caçapava do Sul e de Santana da Boa Vista/RS, sítio do empreendimento de mineração.

Lembro-me da última audiência realizado pela Fepam em parceria com a empresa Votorantim metais, realizada no município de Pinheiro Machado. Um agricultor, diante do microfone, teatralizou o atendimento a uma ligação do telefone celular. Logo após, mostrou o celular indicando que não era um smartphone e comentou ao engenheiro da empresa: *enquanto teus filhos estão caçando Pokémon nas praças da cidade, tem agricultores nas margens do Camaquã produzindo feijão, cuidando do gado. Somos uma associação com muitos produtores de feijão! Nós dependemos do rio e dessa natureza!* O agricultor estava trazendo um contraponto ao comentário do engenheiro que apresentara a presença dos metais na nossa vida cotidiana. O cobre estava presente nos celulares. Mas, por que os modos de vida deveriam serem impactados para suprimir tais padrões de consumo?

"As coisas que os brancos extraem da terra, com tanta avidez, não são alimentos. São coisas maléficas e perigosas", disse Davi Kopenawa (2015, p. 357) sobre o garimpo ilegal nas terras Yanomami. E estas coisas devem ser mantidas na

terra. São impregnadas de febre, tosse, epidemia, que se espalham como fumaças envenenando corpos das pessoas, dos bichos, dos rios. Ainda, seguindo os ensinamentos de Kopenawa (2015, p. 339), é a terra que nos faz comer e viver, não são os minérios que fazem “crescer as plantas que nos alimentam e que engordam as presas que caçamos.” Na visão dos povos agricultores da pampa, por sua vez, a terra deve ser respeitada, junto aos rios, as plantas e aos bichos, fato que parece não estar presente na visão dos engenheiros e cientistas mineiros, comedores de terra. (KOPENAWA, 2015; PAREDES PEÑAFIEL, 2016).

A questão que se traz é se há um conflito ontológico ou é um conflito cultural. De um lado, os engenheiros da mineradora garantem que empreendimento não vai causar impactos negativos no ambiente como, por exemplo, a contaminação pelas águas e pelo ar. Assim, argumentam o uso de tecnologias avançadas de controle dos resíduos decorrentes da exploração dos minérios. Por outro lado, tem-se os moradores ribeirinhos que trazem narrativas de que seus modos de vida e dos outros seres, estão entrelaçados ao rio e que os engenheiros não consideram, ou seja, não respeitam o rio. Por isso, o destino do rio será o mesmo destino dos outros seres que habitam suas águas e suas margens. A implementação do projeto ocasionaria a morte destes modos de ser e viver. Cobre e o chumbo, tal como os venenos, não saem do corpo e não movimentam o ciclo da vida.

Segundo Escobar (2012) há uma tensão com respeito a noção de cultura. A cultura como “estrutura simbólica” (CES) que, apesar do compromisso com a diversidade pensa a partir de um único mundo não ultrapassando os limites da ontologia da modernidade. Por outro lado, tem-se a cultura como diferença radical (CDR) entre mundos inter-relacionados. A CDR parte de outras premissas ontológicas que questionam os dualismos constitutivos da modernidade. Assim, Blaser (2015) entende que se considerarmos os conflitos em torno nos territórios pela CES, o faremos como disputas epistemológicas em que diferentes culturas disputam o acesso e controle dos recursos de uma natureza já estabelecida. Isso leva ao “problema da política racional”. A política racional acontece quando os contendores estão ao menos de acordo sobre o que estão contendo. Porém, na política racional, as vidas não humanas não são trazidas para dentro do espaço político ficando no âmbito das crenças e romantismos. O único protocolo aceito é o da ciência universal sustentada na grande divisão entre natureza e culturas. O Sindicato dos Engenheiros do Rio

Grande do Sul chegou a divulgar uma nota em que “defende mais engenharia e menos proselitismo” nos debates em torno dos projetos de mineração. Por conseguinte, escreveu,

> (...) a análise do projeto já vem criando oportunidades para todo tipo de debate político e social com seus mais diversos vieses, como foi possível constatar na última audiência pública (...), nas quais os argumentos da empresa, amparados em moderna tecnologia e atenção ambiental e com a população das localidades abrangidas, eram rebatidos indevidamente por pessoas sem habilitação técnica. (SENGE, 2017).

Esse preceito traz outra divisão entre o “nós”, os cientistas e engenheiros, que entendemos a natureza como ela é, e os “outros” que concebem a natureza a partir de crenças e imaginações pouco realistas. Entretanto, os grupos contrários a mineração inserem para dentro do âmbito da política, os não humanos. Um exemplo se dá quando levantam faixas em que traz a mensagem de que “*o rio Camaquã pede socorro*”. Uma leitura a partir da CDR me parece mais sensata para o conflito em questão onde as entidades e relações entram na disputa. Se o rio Camaquã pede socorro, infere-se, então, que o mesmo, tal como os outros seres que compartilham o território, sentem suas vidas ameaçadas e não querem a presença de tal empreendimento. O rio é *ingrato* e pode entrar em fúria e engolir pessoas. O rio merece *respeito*. Quando a engenharia o concebe como uma “barreira física” que barraria a contaminação, não está atuando conforme as regras estabelecidas. Pode-se concluir que há um conflito ontológico entre um mundo sustentado na ontologia naturalista e outros mundos sustentados em ontologias relacionais. Segundo Blaser (2015) é possível que um conflito ontológico esteja ocorrendo ainda que as partes estejam falando a mesma linguagem, ou seja, falando de um mesmo rio.

Conforme Javier Tobar (2006), a América Latina e seus territórios constituem, no imaginário dos centros de poder, como míticas cidades do ouro. “Como parte de la periferia mundial, sus territórios se convertieron en una importante despensa de recursos, integrándose desde muy temprano al domínio del mercado.” (TOBAR, 2006, p. 89). Sendo um reservatório de riquezas, tal imaginário nega a existência de distintas formas de habitar e dar sentido à vida colocando a diversidade de seres e entidades dentro de um único conceito, a “natureza”, como um ente a ser dominado e controlado.

O processo de mapeamento destas diferentes situações os torna inseridos em diversas temporalidades históricas que se entrelaçam, se tencionam e compõem. Isso

me levou a seguir a metáfora do “mostro” (BENJAMIN, 1987), sendo uma designação para dar conta do avanço do capital que se apresenta, historicamente, em suas diversas faces como a modernização agrícola, o capitalismo imobiliário, a vigilância sanitária, a territorialização do capital e o neoextrativismo, que inserem as experiências espaciais e cotidianas em processos mais amplos do contexto da América Latina. “Ser moderno”, como escreve Marchall Berman (1986, p. 15), é encontrar-se em um “ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor”, mas ao mesmo tempo ameaça destruir “tudo o que temos, tudo que sabemos, tudo que somos”. Tais experiências são vislumbradas quando observamos o processo histórico de expropriação das riquezas minerais e o descaso com que atuam aos/as trabalhadores/as desses empreendimentos. Seu Beto, que conheceu muitas pessoas mineras, jogando futebol na área do empreendimento, presenciou acontecimentos que levaram ao soterramento de funcionários/as nos subterrâneos das cavas: “a *Votorantim não diz, mas eu sei que as pessoas morreram soterradas”*.

Mas o que significa esses processos dentro do atual contexto socioeconômico? Por que a narrativa de uma “pampa vazia”? Para isso, faço referência ao livro “Olhares sobre o pampa: um território em disputa” que reúne o conjunto de textos apresentados no “I Congresso Internacional do Pampa e III Seminário de Sustentabilidade da Região da Campanha” realizado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Já na apresentação do livro, as organizadoras colocam a situação de que a noção de modernização do século XX e seu modelo civilizatório, está associada a racionalidade econômica cujos resultados são a exaustão ecológica e a perda do patrimônio cultural e natural nas áreas submetidas ao processo de exploração econômica e estagnação nas áreas afastadas deste modelo tecnológico de intensificação produtiva (WIZNIEWSKY; FOLETO, 2017, p. 7).

Atualmente, os antigos caminhos são tomados pelos caminhões transportando *commodities* - entendidos como bens de origem primárias voltadas para a exportação. Tais bens como soja, madeiras de eucalipto para a produção de celulose e minérios seguem em direção aos caminhos das águas a partir dos portos localizados no município de Pelotas, nas margens do canal São Gonçalo, e do Porto do município de Rio Grande. Dalí vão nutrir ganâncias dos centros de poder. Tais movimentos inserem a pampa dentro do projeto neoextrativista na América Latina, que concerne, como

escreve Adriano Figueiró (2017, p. 146) numa “reedição contemporânea da política colonial acerca de um modelo de desenvolvimento pautado na exportação direta dos recursos naturais, com baixa tecnologia e valor agregado.”



Mapa 10 - Trajetos estudados pela empresa de estudo ambiental Geoprospec para escoamento dos minérios de zinco, cobre e chumbo do projeto de mineração Caçapava do Sul (EIA, 2016, p. 211)

A geógrafa Ana Domínguez (2017, p. 95) escreve que está se implantando um plano de “Integración de Infraestructuras Regionales de Sudamérica (IIRSA)” que consistem em megaprojetos ligando áreas de produção agrárias e mineiras com os portos. Esses fatores definem territórios enquanto possibilidades para a ação do capital e se baseiam em conjuntos de ações que vão expandindo as possibilidades para o futuro, acionando novos agentes de intervenção a fim de consolidar as diversas facetas do modelo neoextrativista. Nisso, tem-se o aumento da produção de lavouras de eucaliptos e de soja na pampa, iniciados a partir dos anos 2000. A autora ainda traz um mapeamento de uma empresa transnacional que apresentou um mapa dos territórios do Cone Sul, como “República Unida de la Soja” sendo um símbolo do projeto de ampliação da produção nestes territórios (idem, p. 95).

A experiência vivida na localidade do Barrocão, no município de Piratini foi possível entender a atuação dessas diferentes temporalidades. No horizonte, as lavouras de pinus e eucaliptos indicam a presença de uma madeira que é exportada para países como Alemanha, Estados Unidos da América, Inglaterra e México. Ao longo da estrada, nossa equipe cruzou por inúmeros caminhões com madeira. Carlinhos, que é presidente de uma associação de pecuaristas familiares do Barrocão, vinculada a ADAC, contou-nos que diariamente cruzavam 20 caminhões por esses caminhos. Eles levavam e buscavam madeiras de uma empresa na região com vias de exportação. Tais caminhões seguiam pela Br-392 em direção aos portos de Rio Grande e Pelotas.

Na ânsia de acumulação ampliada de capital, tais projetos colocam em xeque as diversas existências enquanto entes com valores históricos e patrimônios culturais. Na “pampa fértil” uma enorme produção de commodities alimentaram e alimentam a balança do neocolonialismo, hoje, frente a subordinação aos ditames do mercado global. Já na “pampa suja”, no Alto Camaquã, a impossibilidade de exploração intensiva produziu uma marginalização das políticas de Estado. Porém, eis que no século XXI a atenção do modelo de modernização agrícola se direciona a estes lugares em uma iniciativa público-privado em favor de um projeto de “florestamento” de árvores exóticas voltada para abastecer o mercado externo, desconsiderando o potencial da região. Ainda, segue as autoras, é “vendido” para a região como a chave do desenvolvimento. (Idem, p.7). Atualmente, o espectro que se apresenta no contexto da pampa são os projetos de garimpo de mineração a céu aberto nas áreas onde os cultivos de soja não puderam estender os tentáculos dos projetos de ação do capital.

O conjunto de observações escritos por Leticia Ferreira e Jussemar Gonçalves (2011; 2012a; 2012b) referente aos trabalhos rurais na pampa nos conduzem a pensar sobre modos de viver em constante transformação - em alguns casos em ruínas -, com o convívio com os animais, plantas, materialidade e paisagens. Os/as autores/as argumentam que poucos trabalhos foram produzidos referentes à história, à memória e ao modo de vida desses trabalhadores rurais. Tal constatação refere-se ao fato de as ciências sociais considerarem esses saberes e modos de fazer como em processo de extinção, sendo aquilo que foge aos padrões e regras legais figuram como sobrevivências de um “passado” que já não está de acordo com o “moderno”.

Para Ferreira e Gonçalves, os ofícios na pampa vêm se transformando a partir das novas configurações do capitalismo. O trabalho que, de uma maneira geral, é marcado pelo caráter de aventura, é afetado pela introdução de novas técnicas “sendo quase extintos, seja o ofício quanto seu artesão” (FERREIRA e GONÇALVES, 2012a, p. 157). As transformações dos processos produtivos conformadas por novas tecnologias e necessidade de se adaptar às exigências do mercado e sanitárias alteram os modos de trabalhar (idem, 2012b). Atividades vinculadas a uma ideia de aventura, por exemplo, que se caracterizam pela presença dos cavalos e cachorros, são refutadas por novas técnicas de manejo pecuário considerando que podem interferir na produtividade, ou seja, no engorde do gado. Entretanto, embora considere a relevante contribuição de Ferreira e Gonçalves para a questão do avanço da modernização agrícola no pampa, tais reflexões desconsideram, como escreveu Martins (2001), as possibilidades de modos de ser e viver que desafiam as aberrações político-econômicas da modernização agrícola e desafiam a academia que nega a existência e decreta o fim dessas diversas maneiras de ganhar a vida. A antropologia deve, por sua vez, atentar para as múltiplas experiências vividas pela “pessoa humana que trabalha” (ALVES, 2015, p. 9).

Embora considere a presença das populações tradicionais na pampa, esta tese tem como foco principal os agricultores/as e pecuaristas familiares e seus múltiplos. Ao longo das descrições, vão aparecer outras presenças como a experiências dos povos quilombolas e em raros momentos, a presença dos povos indígenas. Mesmo sabendo que fazem parte do guarda-chuva conceitual “agricultura familiar”, parte-se do reconhecimento que para falar junto a tais povos – quilombolas e indígenas - necessitaria de um intenso trabalho etnográfico, de afeição e engajamento político. Os/as pecuaristas e agricultores/as familiares com quem escrevo conformam diferentes devires em diferentes contextos entre aproximações e distanciamentos. Porém, o lugar de que falamos é diferente do lugar e das experiências de habitar dos povos indígenas e quilombolas. Não carregamos a mesma experiência de “bravura” e “doçura” dos corpos negros (KOSBY, 2017). Os territórios negros têm marcante presença na região da Serra do Sudeste. São lugares de difícil acesso, fundos de campos, grotas, áreas pedregosas que esses grupos obtiveram por serem consideradas impróprias para serem praticadas a agricultura extensiva ou familiar

(KOSBY, 2017). Ao mesmo tempo que o reconhecimento dessas territorialidades é marcado por disputas com outros grupos.

As experiências etnográficas não dão conta da também riqueza dos modos de viver dos povos guaranis que circulam por essas matas onde a cercas de arame não conseguiram chegar. Inseridos no processo colonial os indígenas tupis-guaranis adotaram a mobilidade como estratégia para preservar a autonomia política e cultural ou o seu *Nhande Reko*, ou o "bom modo de ser guarani" (FREIRE, 2014). Assim, esses grupos continuaram circulando por essa região considerando que se orientam pelos marcos deixados pelos seus parentes vivos e por vestígios dos que vieram antes (SOARES, 2012). A "Tava" – casas de pedra – antigas materialidades missioneiras, contém as marcas dos corpos dos antepassados que se tornaram imortais e, ao mesmo tempo, são os lugares ideais para aprimorar a condição humana (FREIRE, 2014). Atualmente ocorre um processo de redisponibilização das antigas aldeias aos Guarani como no caso da Aldeia Kapi'i Ovy na Colônia Maciel, em Pelotas, redisponibilizada em 2007. No ano de 2014 foi redisponibilizada uma área na região do Pantanoso no município de Canguçu à algumas famílias indígenas que estavam estabelecidos na aldeia na colônia Maciel, no município de Pelotas. Essa nova aldeia foi denominada de Tekoa Guajayvy Poty (Aldeia Flor de Guajuvira).

Esta tese, então, privilegia os encontros com agricultores e pecuaristas familiares e suas múltiplas possibilidades mas reconhece a importância dos outros olhares para outras diferenças, como evidencias de outros emaranhados de linhas, de outras experiências corporais e de mundos habitando a pampa. Reconhece-se aqui que a vitalidade do organismo está na sua diversidade de linhas de vida e mundos.

CAPITULO 3

ENTRE GENTES E BICHOS:

MANEJOS PECUÁRIOS NOS CAMPOS SUJOS

Agora... era vender o campito, a ponta de gado manso tirando umas leiteiras para as crianças e a junta dos jaguanés lavradores — vender a tropilha dos colorados… e pronto! Isso havia de chegar, folgado (...). (SIMÕES LOPES NETO, Conto “Trezentas Onças”)



Imagem 12 - Rastros no Rio Camaquã- fotografia de Marcia Collares.

3.1. Introdução

Foi a partir do século XXI que as ciências econômicas e sociais passaram a dedicar estudos sobre os modos de viver da populações tradicionais bem como sobre as estratégias para a existência. Ao mesmo tempo, botou em xeque a suposta homogeneidade da pampa, marcada pelo latifúndio por extensão. Tais iniciativas de pesquisadores/as em parcerias com instituições de pesquisa e extensão rural, levaram a aprovação do decreto n° 48.316 em 31 de agosto de 2011, que regulamentou o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar (PECFAM)[55]. A política pública considera pecuarista familiar como aqueles/as que atendem, simultaneamente, às seguintes condições:

> I – tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte;
>
> II – utilizem na produção trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada em até cento e vinte dias ao ano;
>
> III – detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a trezentos hectares;
>
> IV – tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele;
>
> V – obtenham no mínimo setenta por cento da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. (Rio Grande do Sul, 2011)

Para além disso, Juliana Mazurana (2016, p.72) escreve que “ser pecuarista familiar está além da atividade econômica desenvolvida, tem que gostar, observar, interagir, cuidar da terra, dos animais e do lugar onde se vive. É um modo de ser e viver próprio, orientado pelos ciclos naturais das plantas e dos animais.” Assim, para além da noção de terra, trabalho e família, o modo de viver dos pecuaristas familiares consiste em um co-tornar-se com outros agentes com vida, em reciprocidades e comunicação. As relações de cuidado e predação, pastoreio e caça, se articulam e a

[55] Conforme os Art.2°, o programa tem “como finalidade a promoção do desenvolvimento rural sustentável com justiça social, melhoria da qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, por meio da coordenação de ações integradas junto aos pecuaristas familiares, suas cooperativas e associações. ” (Rio Grande do Sul, 2011).

“vida se alimenta da morte”, conforme escreveu Caetano Sordi (2016), sendo o sentido da coexistência de gentes, bichos e plantas. As experiências contadas aqui são rabiscos deixados pelo caminhar imersivo nos campos *dobrados* e *sujos* do território Alto Camaquã, região localizada na parte alta da bacia hidrográfica do rio Camaquã[56].

3.2. O que existe nas dobras, nas pedras e no meio das macegas

O Rio Camaquã é um dos entes que se participa do cotidiano dos múltiplos modos de viver e habitar que se banham em suas águas. Ao longo de suas margens afro-brasileiros e quilombolas[57], indígenas descendentes dos Tupis-guarani e dos Tapes [58], descendentes de grupos açorianos e outros povos, fizeram moradia em suas margens desenvolvendo a pecuária e agricultura de subsistência. Em suas margens – e afluentes -, pessoas tomam chimarrão em determinados horários do dia, pescam, tomam banho, navegam. Nesses grupos se incluem outros seres: as abelhas que moram nos troncos e árvores; as cobras que se refrescam nos areais no início da noite; os papagaios-charão, que habitam as matas em determinadas estações do ano; os peixes, tais como pintados, traíras e dourados, que habitam as águas do rio; as árvores centenárias, que cobrem suas margens; as chuvas que aumentam a vazão das águas; o vento; as pedras; inclui-se também as capivaras, os veados, os bois, as cabras e as ovelhas que matam a sede nas águas. Os cavalos são treinados na correnteza e nos areais para ganharem força, vigor e desenvolver musculaturas para lidas, corridas, competições.

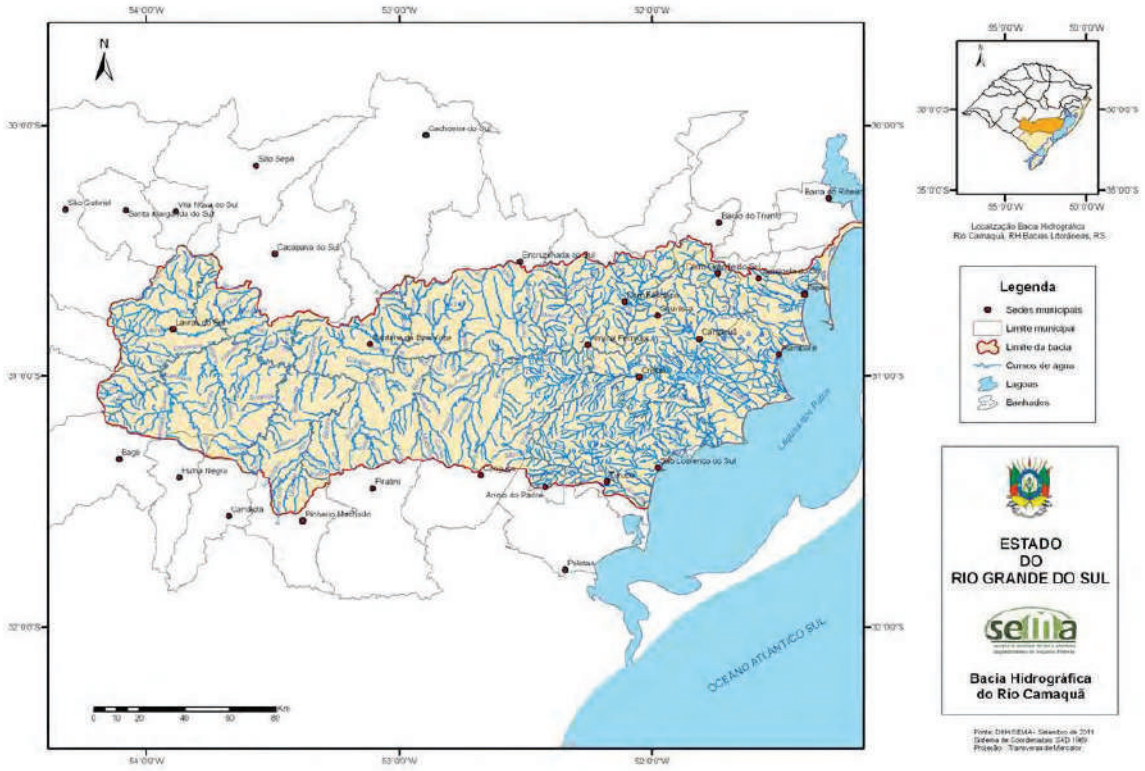
São diferentes coletivos, humanos e não humanos, que o habitam e que articulam seus modos de ser e de viver ao rio. Marcia Colares, advogada e pecuarista no Distrito de Palmas em Bagé, se referiu ao rio como o “*sangue da gente*” (LIMA; RODRIGUES, 2020). O rio e seus afluentes são, portanto, uma extensão dos corpos

[56] O território compõe-se a partir dos municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Piratini, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista. No processo de formação desta tese, não contemplei os municípios de Encruzilhada do Sul e Santana da Boa vista.

[57] Cito aqui a Comunidade Quilombola de Palmas, em Bagé, e a Comunidade Corredor dos Munhoz, em Lavras do Sul.

[58] Cito os territórios Paredão e Costa do Bica localizados no município de Piratini, na divisa com os municípios de Canguçu e Encruzilhada do Sul.

que experienciam múltiplas relações. As águas são como o sangue e a bacia hidrográfica como um sistema circulatório de um organismo vivo em múltiplas conexões. Os/as biólogos/as por sua vez tem a mesma percepção. Jaqueline, pesquisadora em botânica da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), comentou em um evento para a defesa do rio diante das controvérsias em torno dos projetos de mineração, que pareciam *"veias do nosso corpo. O rio é uma conexão*." O Camaquã é, assim, uma "malha" (INGOLD, 2012a), ou seja, uma reunião de vidas e mundos que, se entrelaçam, se misturam e geram novas combinações em processos em constante transformação por meio dos movimentos, fluxos e circulações.



Mapa 11 - Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã. Fonte: Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã.

É considerada a região mais preservada do bioma pampa com 80% da cobertura vegetal natural e, ao mesmo tempo, considerada pelas políticas de Estado como a mais pobre. Marcos Borba (2016: 187), entende que esse olhar, se dá pelo fato de este território não ter tido "êxito na implementação dos modelos de desenvolvimento propostos". Nesses municípios variam entre 79% e 87% o número de estabelecimentos voltados para a agricultura e pecuária familiar. Os índices de

renda são baixos em função da prática da agricultura de subsistência com cultivos de milho, feijão, mandioca, batata-doce e derivados de frutas das quintas e dos matos. No que se refere a pecuária, tem-se a prática da venda dos animais "*quando precisam*", sendo a criação uma espécie de "poupança"[59]. Além disso, é característico a estratégia de complementação da renda pela prática da venda, esporádica ou efetiva, da força de trabalho e realização de serviços por empreitada[60] tanto para as grandes estâncias, voltadas para uma economia de pecuária de engorda e monocultivos agrícolas tais como soja, arroz e eucaliptos, como para outras propriedades familiares. Outras atividades se referem a de funcionários/as públicos/as, trabalhadores/as nas agroindústrias e empresas de mineração entre outras atividades não agrícolas.

Neske et al (2012) observa nos agricultores e pecuaristas familiares do território Alto Camaquã características produtivas incompatíveis com o projeto de modernização que procura integrá-los dentro das forças dominadoras do capitalismo. Segundo o autor, foi a relação do sistema produtivo (reduzida capitalização dos pecuaristas familiares com pequena escala produtiva), adicionado a heterogeneidade do relevo (topografia acidentada com solos rasos e inférteis), o que impossibilitou a implementação do pacote tecnológico desenvolvido nos países centrais e o condicionante para a geração de autonomia diante das relações mercantis. Essa autonomia em relação aos mercados internos associada a uma topografia de terrenos ondulados e solos rasos com matas nas ladeiras, vertentes[61] e cursos d'água e a associação entre a vegetação arbórea com a vegetação herbácea, formando mosaicos de campo e mato - ou campos "*sujos*"-, constituiu, para o autor, alguns dos

[59] Ao etnografar os modos de viver camponeses na zona da mata pernambucana, Beatriz Heredia (1979) observou uma inter-relação entre casa, terreiro, roçado, roçadinho e campo. Nesse caso, de campo, o gado era considerado uma "reserva" para pagar dívidas e comprar terras. A venda dos produtos do roçado, quando se tinha boas colheitas, permitia a compra de um ou dois animais vacuns que conforme cresciam, aumentavam o valor. Outras formas de acesso se dava pela venda de outros animais como porcos ou em forma de meia em que duas se juntavam de alguma maneira para criar animais coletivamente. Embora a autora tenha observado que o roçado era o espaço que ocupava maior atenção, era o gado, em termos financeiros, o bem de maior valor da propriedade.

[60] Refere-se a prática de algum ofício como de feitura de cercas, doma de cavalos, lidas caseiras, tropeadas, serviços de colheita e plantação, entre outras.

[61] Inúmeros rios que banham o Rio Grande do Sul têm suas vertentes na região do Alto Camaquã: o Rio Camaquã, o Rio Jaguarão, o Rio Piratini, o Rio Santa Maria, o Rio Vacacaí (integrante da Bacia Hidrográfica do Rio Guaíba), e o Rio Tacuarembó, que adentra o Uruguai onde se encontra com o Rio Negro seguindo até desembocar no Rio Uruguai.

fatores que explicam o “desinteresse”, por muitos anos, dos projetos de modernização agrícola na região.

Entretanto, o que se aprende na convivência com os/as pecuaristas familiares é não levar a priori determinadas dicotomias como pecuária tradicional e moderna, agricultura e pecuária, mas vivenciar um modo de viver que, em coexistência aos outros bichos, plantas e coisas, insere-se em muitas malhas, gerando inúmeras linhas. Conforme Seu Afonso, “*temos que olhar o gado, com olhar técnico também*”. Defensor da prática de manejo tradicional baseada na caça ao gado (RIETH; LIMA; BARRETO, 2016), o pecuarista adota a inseminação artificial para o melhoramento genético do rebanho. Conforme Luciano Jardim, pecuarista familiar em Lavras do Sul, “*para preservar a cultura, alguém tem que seguir fazendo isso que eu faço. Mas eu não tenho como fazer tal como era na época do meu bisavô. O ciclo dele é insustentável hoje. Para eu sobreviver alguma coisa eu tenho que acompanhar. Eu tenho que ser competitivo mudando o mínimo possível.*”

O pai de Luciano Jardim criava vacas e vendia os terneiros com idade entre 3 e 4 anos para outros criadores fazerem a “terminação”. Não criava ovelhas sendo Luciano quem as introduziu na propriedade. O pecuarista adota a pratica de “*fazer rodeio”*, reunindo os animais ao redor do cocho de sal para avaliar se estão com carrapatos ou com vermes, machucados ou com alguma doença. Em caso positivo, conduz o gado para a mangueira para dosificá-los. Todo o trabalho é realizado junto à Laís e com o serviço de algum peão. Juntos/as concertam cercas, mangueiras, lidavam com o gado, com as ovelhas. Junto ao cavalo praticavam determinadas atividades como recorrer o campo e tocar o gado para a mangueira. A lida com as ovelhas faziam a pé sendo acompanhados pelos cachorros.

Ao seguir as controvérsias implicadas no consumo e produção de carne bovina no Brasil, Caetano Sordi (2016) observou que o “idioma bovino[62]” na pecuária empresarial joga entre uma concepção que entende os animais como “agentes intencionais”, pois são “vivos, sensíveis, afetivos, comunicativos”, criando vínculos com os trabalhadores, e a dissolução dos mesmos como entes para transfigurá-los em tipos de processos. Nesse segundo caso, os bovinos são “máquinas de quatro

[62] Termo tomado pelo autor a partir de Evans-Pritchard (2008, p. 27 *apud* SORDI, 2016, p. 27), onde escreve: “Os Nuer têm tendências para definir todos os processos em função do gado. Seu idioma social é o idioma do bovino.”

estômagos", capazes de transformar pasto e grãos em proteína/carne. Ou seja, ao mesmo tempo que existe um espaço para a subjetividade dos bichos opera uma "alquimia simbólica" de dessubjetivação, reificando-os para poder consumi-los e obter lucro.

Para isso, a cadeia da pecuária empresarial opera com vista a "precocidade" do animal-processo, sendo o propósito principal dessa gigantesca rede sociotécnica, diminuir a idade de abate. Assim, conforme o autor, opera toda uma cadeia articulada que vincula produção primária, alimentícia, química, biologia molecular, transnacionais, em torno da quadratura "manejo-nutrição-sanidade-genética" para que, os bovinos, essas "máquinas transformadoras" que fazem a transferência das energias do nível trófico mais inferior para os organismos humanos, tenham capacidade de chegar ao ponto de maturação da carcaça no menor tempo possível (SORDI, 2016). Por conseguinte, os processos de modernização da pecuária se dão na ambiguidade entre a adoção do modelo de produção empresarial e a relação do bicho com o ambiente. Como comentou Luciano Jardim,

> "*A inseminação artificial é benéfica só que estão trazendo o sêmen de um gado que foi criado lá nos EUA. Só que ele traz no gene dele as características do gado criado lá, que é frio, que não tem carrapato. Muitos produtores estão trazendo genética de fora que, muitas vezes, não se adapta. Dizem que produzem mais, porém precisam de mais comida. O que está acontecendo é gente trazendo genéticas que não se adaptam e vem fragilizando o gado. Aquele gado antigo, resistente, criado aqui, o mercado vem apertando. Eu tenho cuidado para ter um gado adaptado aqui. Todo o raciocínio que eu faço é no lato sensu. Eu tenho uma visão. Por exemplo, tenho um lote de ovelha crioula. Ela veio com os jesuítas para cá. Ah, mas a lã não vale nada, ela é muito pequena, dá pouca carne! Realmente! Só que vamos comparar com outra raça, com a Corriedale. Dá uma lã melhor, dá mais carne, só que morre mais, toma mais dose. Então, no contexto geral, o crioulo é mais lucrativo. Só que o mercado não deixa fazer essa conta. (...). Eles dizem: tu tens que melhorar teu gado! Para que tu vais ter esses bichos aí sem valor? Bota o gado tal que tu vais fazer um melhoramento. Só que, as vezes, tu tens um gado bom. Não é o gado que tem tamanho e tudo, só que tu gasta menos dose. Aí, tu trazes um animal com tamanho maior, mas que é muito mais sensível. Muitas vezes tu trazes um problema para dentro da propriedade. E depende do campo que tu tens.*

A questão está em entender o porquê de o ambiente não ser levado em consideração? Conforme Sordi (2016), a pecuária empresarial baseia-se no cálculo: produzir mais em menos tempo, em menos espaço e com padronização. Nesse sentido, o modelo de produção que mais está adequado a estes parâmetros é o

“confinamento”, que significa desvincular os bois do pastoreio extensivo prendendo-os em grandes currais onde, com pouco espaço para se movimentar, recebem água e ração[63]. O bicho é transfigurado em “máquina transformadora”, uma fábrica de fazer carcaça de maneira rápida e padronizada[64].

Ao etnografar um confinamento de bois no Estado do Mato Grosso, Graciela Froehlich (2015) atenta a “industrialização da pecuária” baseada na intensificação dos métodos de produção que objetivam produzir em maior quantidade com economia de terra e força de trabalho. Ainda há o investimento em tecnologias que combinam melhoramento genético e alimentar com suplementos minerais e combinação de alimentos calóricos como milho e soja (FROEHLICH, 2015, p. 114). Tais investimentos projetam a redução do tempo para abater o boi. Enquanto na pecuária tradicional esse tempo é de 4 a 5 anos, o tempo de abate para um boi em confinamento é de 12 meses. Ainda há outro manejo intermediário baseado na suplementação a pasto e beneficiamento de pastagens que coloca o tempo de abate para 2 anos. Nesse sentido, o boi-processo “é sua carcaça em desenvolvimento” (SORDI, 2016, p. 134).

O trabalho do vaqueiro se intensifica. Conforme os interlocutores da autora, enquanto o trabalho no campo é marcado por “mais novidades”, no confinamento o manejo se dá em uma linha de produção, sendo mais “*apurado”* e repetitivo em função do ritmo acelerado dos bois que estão sempre comendo e bebendo, cabendo ao trabalhador não deixar faltar tais subsídios. Além disso, a intensificação do trabalho é dada pelas preocupações sanitárias com a utilização de inúmeras vacinas e práticas consideradas de bem-estar. O trabalho diário com 300 animais, tratando os bois em suas individualidades - tais como aqueles que não querem comer a ração -, colocam, segundo a autora, a necessidade de agilidade e eficiência, marcando um trabalho em linha de produção. Por isso, os interlocutores “preferem trabalhar no campo e dar *rodeio* no gado, isto é, vistoriar as condições de saúde dos animais, laçando aqueles

[63] Isso faz com que, conforme o autor, os animais passem de um regime de não-comensalidade – em que se alimentam de algo que, com algumas exceções, não comemos, a saber, o pasto –, para um regime de comensalidade, em relação a nós, humanos, já que se alimentam de cereais como soja e milho. Tal modelo gera altos custos, já que para produzir 1 quilo de carne, são necessários muitos quilos de cereal e muitos litros d’água.

[64] O ganho médio de carcaça/dia está em torno dos 2 quilos (SORDI, 2016).

que precisam ser curados, seja de uma miíase ou de alguma enfermidade mais severa" (FROEHLICH, 2015, p. 115).

Com a transformação nas formas de manejo dos animais, há uma transformação nas relações entre humanos e bois. Ambos confinados e rigorosamente controlados por meio de cadastros em programas de computador, atuam em um trabalho conjunto nas linhas produtivas. Nesse sentido, tem-se as práticas de bem-estar animal ou "manejos racionais" que estão associados a racionalidade econômica de produção de carne *commodity* já que envolve a produtividade como ganho de peso e qualidade da carne. Sordi (2016, p. 136) entende que as tecnologias bem de estar são, na verdade, "tecnologias de administração da subjetividade animal" em que ocorre, remetendo a Ingold (2010) uma educação da atenção do vaqueiro, sustentada em um conjunto de interações com o gado de forma a fabricar uma boa carcaça, padronizada, sem lesões e estresse em uma leitura de quanto "menos sofrimento, mais lucro". (FROEHLICH, 2015, p. 115)

Os vaqueiros, submetidos a cursos de capacitação e de seguir manuais com instruções trazidas pelas ciências veterinárias e zootecnistas sobre práticas de bem-estar, transformam o olhar prestando atenção aos movimentos, aos sinais, a linguagem dos bois de maneira associada às estruturas dos currais que indicam determinados movimentos. O princípio básico é não forçar a fazer, mas induzir. Nesse olhar, de cima para baixo, da ciência a serviço do capital, as práticas tradicionais, consideradas "brutais e agressivas", não estão baseadas em um conhecimento relacional entre humanos, bichos e ambientes.

> As premissas de bem-estar animal, advindas dos cursos de capacitação, influenciam nessa espécie de comunicação interespecífica, sempre balizada pelas exigências de rapidez e eficiência, típicas do trabalho industrial. As medidas de bem-estar animal nas fazendas de criação de gado de corte são vinculadas à racionalização do tempo e do espaço e à intensificação dos mecanismos de controle da pecuária industrial. Embora sejam apresentadas como tentativas de resistência a um modelo de exploração extrema da vida dos animais, as medidas de bem-estar animal participam do mesmo sistema que legitima o tratamento de animais como recursos. (FROEHLICH, 2015, p. 114)

Tais práticas de purificação buscam promover a criação de corpos dóceis e de "confiança" alinhavados as estruturas de poder e das novas configurações das

relações capitalistas no contexto da América Latina. No caso da pampa, embora o processo de criação em confinamentos não esteja consolidada, veremos que o projeto de pampa concebido pelo capitalismo moderno (neo)colonial, fundamenta-se em três pilares: lavouras de soja, lavouras de pinus e eucaliptos integrados à pecuária de pastagens plantadas. Nos lugares onde esse modelo agrícola não se aplica, projetam-se centenas de empreendimentos de mineração. Em seus diferentes tentáculos, tais projetos objetivam domesticar humanos, bichos e plantas conforme os movimentos e interesses das elites econômicas – elites locais associadas aos complexos agroindustriais e extrativistas – em forma do controle, burocratização e racionalização do trabalho e da produção (KOSBY; LIMA; RIETH, 2017).

No Alto Camaquã, tal projeto entra em choque com outro projeto de desenvolvimento, que leva em consideração os modos de viver dos pecuaristas familiares e seus múltiplos e suas relações com os ambientes, intercalando novas tecnologias de manejos com pastoreio “tradicional”. Marcos Borba, pesquisador da Embrapa Pecuária Sul/Bagé é um dos representantes desse projeto com vistas a um “desenvolvimento endógeno”, em que “aos atores locais lhes sejam facultados o direito de gerar referências próprias, uma ‘vara de medir local’ para definir as estratégias de mudança” (BORBA, 2016, p. 204). A estratégia é inserir e potencializar estes povos pecuaristas para um mercado alternativo, de cadeias curtas[65] (MATTE et al, 2016), voltado para um desenvolvimento local e ambientalmente sustentável .

O conjunto de ações vem sendo desenvolvido desde 2010, por mediação do grupo associativo Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), fruto de uma articulação entre pecuaristas familiares e instituições parceiras tais como as universidades e Embrapa. O objetivo é “apoiar e promover a preservação do patrimônio histórico, do meio ambiente, das culturas étnicas e produtivas do Alto Camaquã” (BORBA, 2016, p. 207). A ADAC congrega uma rede de associações locais

[65] Ao analisar a cadeia do cordeiro no território do Alto Camaquã, a autora, concebe que “a construção social desse mercado de cadeia curta tem permitido a construção de processos coletivos de comercialização, no qual pecuaristas e demais atores sociais locais apoiam-se mutuamente na logística, no transporte, na produção e na comercialização, promovendo assim a organização social do mercado.” Ao mesmo tempo, a “maneira como estes [pecuarista] se relacionam com os recursos naturais e como manejam os animais em conformidade com o ambiente permite atribuir um valor intrínseco ao produto, riqueza gerada em nível local, fruto dos conhecimentos tácitos dos produtores, bem como das características do alimento.” (MATTE et al, 2016, p. 154)

provenientes de 8 municípios[66] da parte alta da bacia hidrográfica do Rio Camaquã. O levantamento de Marcos Borba (2016, p. 205) contabilizava vinte e uma associações o que equivalia a organização de 414 famílias.

A ADAC é descentralizada pela existência de lideranças locais, como o Carlinhos, presidente da associação de pecuaristas familiares do Barrocão, localidade do município de Piratini. O grupo associativo é composto por 38 famílias. A associação fora criada no ando 2000, quando um dos fundadores doou uma área de campo para ser construída a sede. O pecuarista contou que participou desde o início do quadro organizativo do grupo, enfatizando que o essencial era "*não envolver a associação em questões de negócios pessoais*". Assim, por ser cuidadoso nesse "*negócio de justiça*", ou seja, por ser justo e transparente, contou que sempre foi eleito quando se disponibilizou a concorrer ao cargo de presidente. Na sede da associação havia um banheiro de imersão e uma balança para os associados banharem e/ou pesarem o gado bovino no momento da venda. A média de animais por pecuarista associado/a estava na casa das 30 reses. Com a associação poderiam reunir em determinados períodos as cabeças de gado individuais e aplicar o ectoparasita de maneira coletiva, já que os custos para fazer e manter um banheiro próprio e uma balança, além da compra de carrapaticidas, era muito alto.

A relação com a ADAC no contexto dos diferentes grupos, se dá também pelo desenvolvimento de técnicas de manejo que melhorem os pastos, de maneira a manter e potencializar os campos nativos e a produção sustentável, fato que incentivaria os produtores a se manterem na atividade. Porém, ainda precisavam ultrapassar a barreira da dominação dos frigoríficos e dos atravessadores que pagam um preço muito baixo nas compras, além das inúmeras exigências tais como criar animais de determinadas raças e adoção de tecnologias de cuidados e manejos. Conforme Luciano Jardim,

> *Hoje não tem como manter um gado sem fazer dosificação. O carrapato suga o sangue, causa uma anemia e mata. É importante ter um gado resistente a ectoparasitas e endoparasitas e era mais interessante se tivesse um mercado que comprasse tal como a alface e a couve que não levaram nada de agrotóxicos. Só que não tem. Criamos só a pasto, mas levam dosificação porque não tem como deixar.*

[66] A saber, Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Piratini, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista.



Imagem 13 - Laís de Moraes dosificando. Imagem: Luciene Barbosa.
Acervo de imagens “INRC – Lida Campeira nos Campos dobrados do Alto Camaquã.

Ao longo do ano de 2017 foi construído, junto à ADAC, o projeto “Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã”. Tal projeto fora apropriado pelos habitantes do Alto Camaquã, especificamente, associados a ADAC, como uma forma de reconhecer os saberes e modos de fazer pecuários da região como referência cultural. Nestas andanças, conhecemos a Vera Collares, funcionária aposentada da receita federal e pecuarista familiar na localidade de Palmas, Bagé. Vera se tornou a principal mediadora entre a equipe de pesquisa e os/as habitantes locais, articulando as relações, indicando interlocutores/as e “traduzindo” determinadas manifestações locais.

Ao longo dessa relação dialógica de antropologias, Vera foi tecendo e “encantando” linhas na construção de uma narrativa sobre os modos de viver e habitar das gentes, bichos e coisas nas paisagens das Palmas. Uma das primeiras conversas se deu na “8° Expo Alto Camaquã”, feira organizada pela Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã, na cidade de Bagé, com o objetivo de “destacar e valorizar a produção familiar que respeita o meio ambiente, gerando desenvolvimento sustentável em oito municípios”, conforme estava escrito em um jornal de circulação local. Na feira estavam expostos para comercialização

artesanatos em lã, doces - de figo, goiaba, abóbora, entre outros -, pães e biscoitos e venda de carnes de caprinos e ovinos.

Além da exposição de bens produzidos por agricultores e pecuaristas familiares, haviam outras atividades como o projeto “caminhos da lã: do campo à cidade” elaborada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), mostrando os caminhos percorridos pela lã ao longo do processo artesanal. Por esse caminho muitas linhas, linhagens e saberes são constituídos. Conheci o Seu Pedro, que produzia rocas de tear[67] desde 1983, quando a esposa solicitou que consertasse uma roca velha, herança de família. Ao lidar com os materiais, criou-se o interesse em seguir o ofício. É um trabalho minucioso confeccionando e transformando a madeira de modo que, um pequeno erro, de centímetros, já deixará o artefato inutilizável. Seu Pedro estava entre os expositores que demostravam os processos de transformação da lã que iniciava na esquila, passando pela produção do fio e chegando à confecção de vestimentas e outros artefatos para a comercialização.

Um conjunto de lãs já lavadas eram passadas pela *carda manual* para desfiar, desenredar e eliminar alguma impureza. O artefato consiste em um par de peças de madeira cuja a área possui pequenas pontas de material resistente como ferro e aço. A lã é distribuída ao longo dessas pontas de aço de uma dessas peças. Segura-se a mesma apoiando-a em cima de uma perna. A mão que segura a outra peça passa por entre estes pedaços de lã puxando-os em um movimento que vai separando e alinhando as fibras conforme vão passando para a carda móvel. Quando todas passaram para a carda móvel gera troca de posições entre as peças. Após passar na carda, a lã desfiada vai para a roca. Com a mão dá-se início ao giro da roda que segue seu movimento tocado por um pedal. As mãos, compassadas com os movimentos do pé, se concentram e trabalhar os pedaços de lã que aos poucos vão passando para o carretel. Nesse movimento, os pedaços de lã vão se agregando e formando o fio. Seu Pedro disse que o valor da lã aumenta significativamente após passar pela roca. O fio então se juntará aos outros fios no processo de confecção de uma vestimenta como ponchos, tapetes e artefatos para as lidas. O tear é, por conseguinte, outra peça de madeira constituído por um *pente* e o *navete*. Disponibiliza-se os fios em paralelo para

[67] Instrumento de madeira constituído por uma roda que gira um carretel.

após tramá-los com os outros fios por meio do *navete* e juntá-los com o pente em um processo que vai construindo o artefato. (HERRMANN et al, 2019).

Tempos depois realizou-se uma oficina de esquila e cuidados com a lã. Uma esquila voltada para o bem-estar das ovelhas considerando que não a *maneiam*, ou seja, não são presas as patas com uma corda de náilon ou couro. Com as patas livres, o ovino não urina e esterca na lã, fato que a "contaminaria". Enquanto realizava a atividade de cortar a lã com uma máquina, o esquilador falava na diversidade de tipos de lã e nos cuidados com o que chamava de "contaminantes". Um determinado tipo de lã poderia se tornar um contaminante caso fosse colocado no lugar errado no momento da comercialização[68]. Falou que o erro do produtor era, "por falta de informação", colocar determinado tipo de lã junto às outras, contaminando-as e perdendo a qualidade. Apontando para as bancas de artesanato dizia: "*Vejam o artesanato que temos ali. O pessoal não quer uma lã contaminada, uma lã suja.*"

No início da tarde, nossa equipe[69] apresentou o projeto do "Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã", mostrando as fichas de identificação dos saberes e modos de fazer que deveriam serem preenchidas. Elas versavam sobre o pastoreio com bovinos, ovinos e caprinos. Ao abrirem para as perguntas, as mulheres presentes chamaram a atenção para a culinária, pois entendiam que deveríamos dar conta desse aspecto. Percebemos, então, que nosso olhar para os manejos pecuários não considerava a produção de doces, por exemplo, que "*o pessoal faz muito aqui*". Era também uma proposta de darmos conta do lugar das mulheres nas lidas e de darmos conta dos saberes agrícolas de cultivos de frutas e hortaliças, enfim, perceber um modo de habitar e viver dos pecuaristas familiares para além da questão da criação de gado e da "vida aérea" (MANTEGAZZA, 1916; LEAL, 1989; 2019), a cavalo e desenraizada do chão. Os moradores e moradoras evidenciavam um *ethos* na região do Alto Camaquã que questionava as leituras realizadas pela equipe no que se refere aos saberes pecuários na pampa.

[68] Os tipos de lã eram 4: a lã da desgarra (patas), a lã da barriga, a lã do topete e o velo (lã do resto do corpo). Cada tipo de lã transforma-se em determinado tipo de artefato.

[69] Junto a mim o grupo era composto pela Profa. Flávia Rieth e pelo Vagner Barreto Rodrigues.

3.3. Convivendo e aprendendo com as pedras

Na rodoviária de Bagé, encontrei a Vera com quem me dirigi de carro até a propriedade de sua família, no distrito de Palmas. Saímos da cidade, pegamos o caminho em direção à Pelotas ao passo que, um pouco adiante, entramos na RS-153 em direção à Caçapava do Sul. Outrora, nos séculos XVIII e XIX, fora parte dos caminhos que ligavam o Brasil à Colônia do Sacramento, atual território uruguaio e estrada de carretas e tropas. O arroio "*quebracho*", conforme contou a Vera, tem esse nome em função das pedras íngremes que quebravam os eixos das carretas. Passando pela ponte do *quebracho*, localiza-se o distrito de Palmas[70].

Era um final de tarde de uma sexta-feira e Vera que, até então, trabalhava como servidora pública na Receita Federal durante a semana, estava indo para a propriedade que é conjunta com sua mãe. Saiu de casa para estudar formando-se em administração e contabilidade. Morou nas cidades de Porto Alegre, Pelotas, Jaguarão e Bagé. Conta que, porém, sempre manteve o vínculo com a *lida* na propriedade, acompanhando as atividades nos momentos de folga do trabalho. Faltavam poucos dias para ela se aposentar por tempo de serviço ao que iria se dedicar e investir tempo à propriedade.

Um pouco antes da ponte do rio Camaquã, entramos em uma estrada chamada "*Corredor da Lechiguana*". Ao entrarmos no corredor, já era noite e haviam muitos bois deitados ao correr do caminho. Vera achava que isso se dava para que os carrapatos e outros bichos não subissem para chupar o sangue. Muitos bois de raças

[70] Em uma caracterização socioeconômica da pecuária familiar no município de Bagé/RS, Porto & Bezerra (2016), evidenciam que o município possuía 2000 unidades de produção, sendo que 1400 destas unidades eram de caráter familiar. Por conseguinte, deste universo de 1400, 400 unidades eram dedicadas a pecuária de corte como atividade principal, representando 28,75%. O distrito de Palmas era o mais representativo em termos de pecuária familiar do município. Os autores trouxeram dados, levantados em amostra, em que cerca de 80% das propriedades utilizavam o pastoreio continuo sendo os campos nativos a fonte de alimentação dos animais. Outro dado é que 85% das propriedades eram voltadas para a cria, vendendo terneiros para intermediários, entendidos como produtores que compram lotes para a (terminação) engorda. Em primeiro plano, os animais eram voltados para o consumo, para atender as necessidades básicas da família. A venda de lotes de animais se dava em função de adquirir renda para cobrir as despesas, bem como para gastos imprevistos e casos extraordinários. Nesse sentido, a criação era concebida como mercadoria de reserva, como "poupança". Por fim, os autores chamaram a atenção para a renda não agrícola em que um alto número de pecuaristas familiares possuía renda de outras atividades, como funcionários públicos, assalariados rurais e aposentados rurais. A isso, tem-se a elevada faixa etária desses produtores, sendo que 70% estão com idade acima dos 40 anos.

misturadas já que o gado de origem europeia é muito vulnerável aos rigores da região, fazendo com os pecuaristas misturem com raças zebuínas. O corredor passa por dentro das propriedades e, então, ao longo do trajeto, abri e fechei muitas porteiras. Ela me alertava para cuidar ao pisar no chão, pois haviam muitas cobras *cruzeiras*. Ao chegarmos na casa da família, Vera fez fogo na lareira. "*Aqui as pessoas gostam de ficar perto do fogo*". Mostrou-me o doce de abóbora que acabaram de fazer. Ela se preocupava muito em manter viva a prática de fazer doces em tachos de cobre, principalmente incentivando as pessoas a venderem, já que muitas famílias faziam doces para o autoconsumo. Já tarde da noite, cansado da viagem, me dirigi ao quarto de hospedes onde passaria as noites. Vera comentou que caminharíamos muito no dia seguinte.

O dia iniciou às 6h, com o canto dos pássaros, os berros das vacas e terneiros, ovelhas e cabras, o cacarejo das galinhas, o grunhido dos porcos. Os ruídos na cozinha indicavam que Régis Medeiros, pecuarista familiar e peão campeiro, acordou e foi para a lareira fazer fogo e tomar chimarrão. Era uma manhã com neblina. Enquanto a água da *cambona*[71] aquecia no fogo, Regis fazia alguns serviços em volta da casa, como soltar as galinhas com pintos, as cabritas e ovelhas "*guaxas*", ou seja, filhotes que por alguma razão não estavam mais com a mãe. Os animais considerados "*guaxos*", são aqueles criados desde filhotes no âmbito das casas e tratados com leite na mamadeira. Regis ordenhou a "*Bonitinha*", vaca mansa que fica em volta da casa para fornecer leite para pessoas e outros animais. Tirava-se um pouco de leite para o consumo e outro pouco alimentava um terneiro *guaxo* que fora *enxertado* nela. Porém, a Bonitinha não estava aceitando o novo "filho". Assim, tinham que prender as patas, *manear*, como dizem, para que o guaxo pudesse mamar. Regis seguiu a lida, circulando entre um lugar e outro, entre o galpão e a mangueira. Colocou ração, na área da mangueira, para os porcos, galinhas, vacas e cavalos que compartilhavam o mesmo espaço. As batidas das patas com o chão, os sons dos bichos e os ruídos dos cochos sendo batidos marcavam a manha que iniciava. Enquanto os bichos estavam comendo a ração, voltou para a beira do fogo tomar chimarrão. Após alguns mates, ferveu o leite para o café da manhã.

[71] Recipiente feito em lata com um cabo de ferro colocado perto do fogo de chão ou lareiras no qual se aquece a água.

Próximo às 8h, encilhou o cavalo para ir, junto com a Vera, para o campo. Vera chegou no galpão trazendo sua égua de nome "*Cai-Cai*" pelo fato de ser trôpega e cair muito nas lidas de campo - ou *campereadas*. Era primavera, período das vacas darem cria, sendo necessário recorrer o campo para ver como estavam. Elas ficam em uma área de "*campo limpo*", para não esconderem as crias nos matos e macegas. Quando nascem os terneiros, é preciso "*curar o umbigo*" para não criar *bicheiras* - larvas colocadas por moscas varejeiras. Vera contou que na lida eles se organizam assim: o Regis laça o terneiro e derruba para colocar remédio. Enquanto isso, a campeira, a cavalo ou a pé, não permite que a vaca chegue e ataque. É acompanhada no serviço pela "Bagunça", sua cachorra, que diz ser a única que vai com ela para o campo. Os demais cães só vão quando o Regis está presente.



Imagem 14 - Vera e Rejão tocando o gado para o banheiro. Fotografia de Vera Collares.

Como ainda não haviam destinado um cavalo para eu acompanhar a lida, fiquei em volta das casas. Ao longe, escutava o latido dos cães, os gritos e berros das vacas. Conheci um pouco do entorno, curioso pelas enormes pedras existentes na paisagem. Depois do almoço, Vera me convidou para caminhar e conhecer a propriedade herança de seus pais. Saímos a caminhar. Conheci primeiro os arredores da casa. Deitado à sombra de uma árvore que é também o lugar de pernoite das galinhas, estava um velho porco, cuja idade apontava os dez anos. Tinha enormes presas para

fora da boca. Ele era da estima do sobrinho da Vera, filho da Márcia, sua irmã, que nunca permitiu que o abatessem. Assim, ficaria até morrer de "*morte natural*" como disse. Depois me mostrou a horta que ela cuidava, pois gostava de plantar verduras, hortaliças, flores, árvores frutíferas. A horta possuía um cercado para proteger os cultivos das cabras e de outros animais e uma tela sombrite que protegia as plantas dos pássaros. Ao lado da horta, Vera cultivava um pomar – denominada de *quinta* – em que plantou marmeleiros e figueiras.

Na área ligada a casa tinha pessegueiros, parreiras, limoeiros, butiazeiros. Porém, as árvores morriam em poucos anos ao que achava se dar em função das muitas pedras que tinha no solo que, por sua vez, impediam o desenvolvimento das raízes. Nos matos as árvores sobrevivem melhor já que "escolhem" o lugar para nascer e habitar. Já outras tem o lugar "escolhido". Caminhamos até um pé de cinamomo que ficava rente aos fios de arame que cercava o *piquete* onde ficavam os cavalos de lida. Tal árvore nasceu em outro local. Estava pequena e iria ser cortada por um vizinho ao que Vera não permitiu trazendo-a para este lugar. Hoje já faz sombra para pessoas e bichos. Ao redor do tronco haviam inúmeros rastros dos bichos que nas horas de sol quente, ficavam ali em pé ou deitados.

Após essa caminhada pelo entorno *das casas*, me convidou para ir na "*casa - ou galpão - de pedra*", um abrigo que fica abaixo de uma enorme pedra que ficava em sua propriedade. As pessoas coexistem com as pedras e dizem se "encantarem" com essas enormes estruturas. Nas fotos que publicam nas redes sociais, as lidas dos animais, o pôr do sol e dias de geadas, elas figuram como parte da formação. Quando de manhã acordava, ou quando estava acompanhando as lidas tinha a sensação de estar sendo constantemente observado por elas. Se conseguia me esconder de uma, aparecia outra entremeada por entre as matas. Estas compõem um conjunto de afloramentos rochosos, chamado pelos habitantes de "*cordilheira de pedras*" que se estendem por toda a região. São pedras de todos os tamanhos e formatos. Pelo meio das pedras haviam muitas árvores de diferentes alturas, fazendo um mosaico de campo-matas-pedras. Cada pedra tem um nome. A "casa – ou galpão - de pedra" se dá porque é um abrigo e proteção para pessoas e bichos. Na época das guerras escondiam-se os homens e os animais. Eram esconderijos para quem queria fugir das guerras, e ao mesmo empo, esconderijo para as guerrilhas. São locais de difícil

acesso, ocupado por bichos como cobras, cabras, javalis, sorros, gaviões, morcegos, entre outros.

Também foi moradia de pessoas nômades, homens e mulheres negros/as campeiros/as, conforme comentou um interlocutor, que não tendo mais como trabalhar e não tendo campo ou um lugar para uma moradia digna, recebiam o abrigo das tocas entre as pedras onde caçavam para se alimentar. Escondidos pelas pedras, moravam também pessoas que, por alguma razão, a buscaram como esconderijo, tal como o caso de um ourives que por ter se envolvido em operações ilícitas passou a morar escondido em uma pedra que, recebeu o nome de "*Pedra do Ourives*". Na "*Pedra do Pulo*" dizem que um soldado se suicidou ao ser descoberto pelas tropas inimigas. No "*Galpão de Pedra*", contam um caso dos antepassados de Vera que, ao perceberem a aproximação de um piquete de soldados, esconderam-se ali os homens e os cavalos para não serem levados para as batalhas, ficando na casa as mulheres e as crianças.

São lugares cheios de histórias, segredos, bichos e seres encantados. A "*Pedra do Índio*" tem forma de um indígena que mira na direção do rio Camaquã. No território do município de Caçapava do Sul, nos limites com o município de Lavras do Sul, vive a "*Pedra do Segredo*", lugar carregado de labirintos e cavernas. Nessas cavernas dizem que há tesouros escondidos, tempos atrás, por padres e guaranis missioneiros que, por sua vez, as protegem não permitindo que se acenda fogo em suas estruturas. Por conseguinte, entre as pedras, mais especificamente, no "*Cerro do Malcriado*", vivia o "*lobisomem das Palmas*", que, dizem, foi caçado por Seu Terêncio que, no contexto da pesquisa, morava em uma vila na cidade de Bagé. Assim me contaram. Era o horário da meia noite e Seu Terêncio voltava da lida. A *despacito*, seguia a cavalo pela estrada quando um bicho, meio homem, meio cachorro com grandes orelhas, atacou o cavalo golpeando-o os pés nos estribos e o forçando a descer para o chão. O campeiro, que "nunca foi assustado", pegou o facão, desceu para o chão e se tramaram em uma disputa corpo a corpo. O bicho era *peleador*, mas Seu Terêncio, se defendendo e atacando, acertou um golpe que fez um talho no pescoço, matando-o. Com o bicho morto, tirou-lhe o couro e levou para casa. O bicho, então, se tornou um homem pequeno.

Embaixo do "*galpão de pedra*", a campeira tirou as alpargatas e começou a subir os morros e as pedras dizendo preferir e estar acostumada a andar com os pés

no chão. Eu fiquei de botas. Por não conhecer o ambiente, temia pisar em cobras e outros bichos venenosos bem como em tocos no chão e espinhos. Sentia-me observado. Um interlocutor de Kosby (2017, p. 62), Seu Biqui, morador na Comunidade Quilombola das Palmas, comentou que alguns bichos “te campeiam”, ou seja, tem habilidades de observação/percepção. O Louva-Deus, o Veado Campeiro e as cobras cruzeiras seguem os passos conforme caminhamos. O veado causa estranhamento, já que observa o humano antes de fugir pelo mato. Os muitos caminhos são construídos, entre outros bichos, pelas cabras, sendo quem melhor conhece estes lugares. Às vezes elas se perdem, sobem em lugares que não conseguem voltar tendo como destino a morte caso algum humano não consegue tirá-la do embrete. A pouca vegetação rasteira com pastos rapados, se dava em função da presença das cabras. Elas “limpam” o terreno das matas pastando ervas e comendo as espécies arbustivas que nascem. Elas também são plantadoras já que distribuem sementes de pitangueiras e outras árvores ao longo dos caminhos (KOSBY, 2017). As vacas e ovelhas também circulam por esses lugares, mas não tem a astúcia de chegarem tão longe, ou tão alto.

Chegamos no alto de uma pedra e Vera me chamou a atenção para um campeiro que, ao longe, juntava o gado no campo. Minha primeira experiência com as lidas no Alto Camaquã se deu por um olhar de cima. Do alto desta pedra observávamos os movimentos dos cães e do gado se dirigindo ao *rodeiro* que é um espaço onde os bichos são reunidos para serem analisados e observados. O campeiro gritava! *Era Boi, era boi, era boi!* E os cachorros latiam e corriam por toda a área entrando e saindo de matos. Os bovinos, entendendo a situação, e sendo descoberto pelos cães, iam saindo de vários lugares e se direcionando pelo corredor. Assim, observando das pedras, como as cabritas, escutava os ensinamentos de Vera:

> *Tem um lugar que chamam rodeio ou parador que já é habitual reuni-los sempre ali. Então, eles já sabem que tem que ir por ali. Tu atiças os cachorros atrás deles e eles vão se dirigindo para este lugar. Às vezes querem ficarem escondidos no meio do mato e tu manda os cachorros entrar no mato e correr eles de lá. Isso é como dizem a lida habitual, diária. Assim, umas duas vezes por semana tens que fazer isso, recorrer todo o gado para ver se não tem bicheira. Nessa época, primavera, o ideal seria fazer todos os dias. As vacas estão dando cria e tem que cuidar para ver se alguma não está com o terneiro trancado, se tem algum terneirinho mal nascido. (...)*

Uma mistura de berros, latidos e gritos. As vacas, quando estão com cria, não aparecem e escondem bezerros/as entre "*sujeiras*" de forma que, muitas vezes, nem cachorros, nem humanos as encontram. Ao conhecer o gado pela pelagem e pelo comportamento, humanos e os cães sabem também o *paradouro* de cada vacum já que estes preferem determinados lugares para parar e determinados horários para sair do mato. Se for camperear muito cedo, será difícil juntar o gado pois estão distribuídos por dentro dos matos. Somente quando o sol está mais quente é que eles saem a pastarem nos campos. No *rodeio* observa-se o estado do gado, cura-se bicheira no umbigo de algum terneiro. Seu Afonso, pecuarista familiar, acrescentou que no rodeio "*se conversa com o gado*" e o olhar atento consegue diagnosticar a situação de cada bicho. "*Se está meio abatido, com as orelhas caídas, está com a peste da tristeza*". Se está fugindo, buscando esconderijos nos matos pode estar em processo de parição ou já com a cria. O animal se expressa a partir de diferentes linguagens corporais.

> *É muito comum elas darem a cria e esconderem os filhotes no mato. Aí tens que procurar mesmo. Tem que entrar a pé no mato, as vezes os cachorros não acham. Outras vezes passam dois dias e as vacas acabam levando os filhotinhos para o campo limpo. Ela vem pastar nos lugares limpos e acaba enxergando ela. O ideal é deixar em potreirinho sem matos. O pessoal quando vê dois ou três dias antes que elas vão dar cria, pois elas começam a encher o úbere, levam para estes lugares.* (VERA COLARES)

Estima-se que 90% do gado é para cria, ou seja, para vender os terneiros para a engorda em outras propriedades ou através das feiras. Os terneiros são vendidos com média entre 4 e 10 meses de vida. Após os 4 meses, pouco valor agrega. O mercado desses bichos, consiste em feiras de arremates ou venda direta aos estancieiros que fazem a finalização da engorda. Muitos plantam soja e, após a colheita, semeiam pastos e forrageiras nas lavouras. Assim, compram lotes dos atravessadores, que são os que circulam pela região comprando em pequenas quantidades até um número suficiente para lotar um caminhão. Quando lotado o caminhão, saem a recolher as compras. As lidas seguem ciclos. No inverno tem o nascimento dos cordeiros e na primavera nascem os terneiros e os cabritos. No verão e outono são as épocas onde acontecem as vendas.

Seguimos subindo. Em algumas pedras haviam cabos de aços para facilitar a subida. Vera não sabia quem as colocou e se eram seguros. Poderia ser qualquer

uma das muitas pessoas que circulam por ali. As pedras sempre acolhem. Ao longo da caminhada encontramos, acampados, alguns alpinistas. Vieram de Porto alegre, capital do Rio Grande do Sul. Com instrumentos, eles alcançam lugares de difícil acesso para humanos. Entretanto, ao chegarem em tais lugares, encontram estercos e rastros deixados pelas cabras. Chegando em um lugar, não tive coragem de subir. O desafio era subir uma espécie de rampa que levava ao ponto mais alto da pedra. Me faltou habilidade e não estava com os pés no chão. Vera subiu o lugar com tamanha destreza e me dizendo fazer isso desde criança e que os pés no chão poderia facilitar a subida acionando as funções preênsis.

Descemos de volta segurando-nos em árvores, pedras. Vera me mostrava as enormes pedras, as árvores, os animais, comentando: *Viu, para mim as pedras estão vivas! São os matos de bromélias e coqueiros, as cabras.*" Caminhar pelas pedras é estar constantemente negociando com elas e com outros seres que as habitam. Se em determinada pedra ou caverna habitam abelhas ou morcegos, é preciso adotar certos movimentos para não atacarem. Temos que estar com um olhar atento antes de pisar ou colocar as mãos no chão já que pode haver cobras cruzeiras, aranhas e escorpiões. A negociação se dá junto às pequenas pedras e tem que se acercar de que elas não vão se movimentar quando firmar o pé ou a mão. Atentávamos para a "perspectiva das pedras", conforme escreveu Isabel Carvalho (2014), deixando-nos afetar por elas e nos envolver com seus "fluxos generativos". As pedras criam mundos, coexistem com outros entes e entidades como matérias em movimento.

As pedras são locais onde se escondem os "*bichos maus*" e predadores como o "carancho" ou "Cará-Cará", ave de rapina que ataca os cordeirinhos furando os olhos e comendo-os ainda vivos. "*Precisa ver o estrago que ele faz no bichinho*", comentou Seu Beto, peão campeiro e pequeno agricultor. Por conseguinte, mora entre as pedras o Sorro que caça ovelhas trazendo-as para comer debaixo delas. Os javalis, que comem ovelhas e devastam lavouras, também se refugiam por esses perais. São refúgios. Me contaram sobre um *boi matreiro*, que não se domesticava, e se refugiava nos matos entre as pedras. Acima de tudo, Vera as considera o "*reino das cabras".* Há lugares que somente as cabras conhecem e construíram o acesso que, para os humanos, se dá somente pela mediação de instrumentos como cordas, escadas, cabos de aço. Somente os pássaros vão mais longe. Isso se dá pelo constante movimentar-se. Conforme Seu Biqui, "para elas não tem campo... para elas é

caminhar...” (KOSBY, 2017, p. 60), sendo uma estratégia para manterem-se vivas e alimentadas (ibidem, p.61). Os inúmeros caminhos por entre as pedras foram construídos pelas cabras, partilhados com pessoas e outros bichos, em sucessivas gerações e ensinadas para as próximas. Mas, por vezes, se perdem. As cabras sobem em lugares de difícil acesso não conseguindo voltar, por vezes, e podendo morrer caso não sejam resgatadas. O resgatar aqui implica o descobrir os caminhos, pelos humanos e pelos cães, que seguem as evidências, as conexões e os rastros (SÜSSEKIND, 2014), possibilitando encontrá-las no lugar que se “perderam”.



Imagem 15 - Reino das cabras – Guaritas, Caçapava do Sul. Fonte: acervo do autor.

As cabras são “*danadas*”, se “*metem em tudo*”, são “*bichos desgraçados*”! Marília Kosby (2017) descreve que para os quilombolas, que possuem um território em Palmas, as cabritas são animais perambulantes que não respeitam cercas, perais, acidentes geográficos, não parando no mesmo lugar, embora sempre pelos matos. São andarilhas e possuem habilidades de fuga e esconderijo. Para a autora, elas perambulam entre as fronteiras do doméstico e do asselvajado. Para poderem ficar

perto dos humanos precisam receber milho e ração todos os dias. Uma relação de co-tornar-se por meio do envolvimento com outras espécies e coisas, com outros mundos e modos de viver, construindo caminhos imersivos (DOOREN; KIRSKEY; HÜNSTER, 2016).



Imagem 16 - Campereando nos campos sujos, matos e pedras. Fonte: acervo do autor

Por conseguinte, nas pedras cruzam as veias de minérios guardados junto a terra que se tornam venenos para a vida quando retirados, sem o devido “respeito”. Vera é uma das principais lideranças e articuladoras do movimento de resistência contra os megaprojetos de mineração. Em outro trabalho de campo, quando descíamos até as margens do rio Camaquã, contou como descobriram o projeto de mineração a partir de uma percepção de ‘cima das pedras’. Como sabemos, tais projetos são realizados, pelo menos no contexto do licenciamento ambiental, no maior silêncio possível, se esquivando das possíveis contraofensivas. Mas o olhar vigilante dos habitantes avistara, do alto dessas pedras, estranhos movimentos de máquinas e a derrubada de árvores no outro lado das margens do rio, próximo a região que outrora fora uma área de mineração de cobre. Assim, passaram a ter um olhar atento e vigilante para os movimentos na paisagem e na região. Foi então que, certo dia, uma pequena notícia nas margens de um jornal noticiava que um projeto de

megamineração fizera uma audiência pública no município de Caçapava do Sul, onde o empreendimento pretendia se instalar, justamente no local vigiado.

A partir dessa descoberta, iniciou-se o processo de mobilização em que o primeiro ato foi provocar a atuação do Ministério Público, obrigando a empresa a realizar audiências públicas nos municípios que fazem divisa com Caçapava do Sul que são Santana da Boa Vista, Bagé e Pinheiro Machado. Há uma constante e incansável vigia e mapeamento dos passos do empreendimento e das instituições e atores que tomaram posição a favor da instalação do mesmo. Tal vigia se dá desde os movimentos dos agentes da empresa na região, até as transformações nas leis e políticas ambientais e de mineração, onde analisam como esses atos do Estado podem facilitar os movimentos desses megaprojetos. Por conseguinte, estudam documentos e leis, acompanham as notícias sobre outros contextos e situações envolvendo mineração e articulam maneiras de ampliar a rede, mobilizando outras instituições e pessoas.

Era fim de tarde quando descemos das pedras e saímos dos matos. Pegamos a estrada e nos dirigimos para casa. No caminho, percebi ruídos de patas correndo no mato ao que Vera comentou ter sido um lote de cabra e ovelhas. Ao longo da caminhada pelas pedras pouco enxerguei estes bichos. Para camperear as cabras entre as pedras, humanos e cães, percorrem esses lugares fechando os caminhos de fuga e obrigando-as a buscar refúgio nas casas.

3.4. "*Tenho a marca do campo em meu corpo*"

No mês de março do ano de 2018, participei de uma tropeada de vacas e terneiros junto à Vera Colares, ao Regis Medeiros e as cachorras, Bagunça e Tormenta. Saímos de manhã cedo em direção às terras da família do Regis. Devido às intempéries do tempo, os caminhões não conseguiam chegar ao local onde estavam seus bichos ao passo Regis precisava vender os terneiros. Estávamos no período do outono, época de desmamar e vender os terneiros para que as vacas pudessem encarar o inverno fortes e nutridas. Assim, era necessário buscar a tropa, por terra, deixando-as nas mangueiras da propriedade de Vera onde era possível encostar o caminhão para levar os terneiros. Saímos pela manhã. Encilhamos os

cavalos e pegamos a estrada. Seguimos pelo corredor e entramos em um campo, onde iniciou-se um trilhar por entre perais, matas fechadas, subir e descer morros. Essa trajetória se deu em grande parte a pé, cada um puxando seu cavalo pela rédea. Era o caminho mais curto. Por vezes, não acompanhava Vera e Regis sentindo-me perdido no labirinto escuro de pedras e arvores entrelaçadas. As pernas doíam por descer morros tão íngremes. Mas chegamos ao local onde estavam as vacas com seus terneiros. No local estavam a Berenice, irmã de Regis, e o Vanderlei, seu cunhado. Ambos participariam da tropeada.

O início da caminhada foi difícil. Precisava "*encordoar o gado*". Significa fazer com que os bichos acertem um passo organizado. As vacas, preocupadas com seus terneiros, *atropelavam* os cachorros, gerando tamanhos entreveros. Além disso, muitas delas queriam voltar para o seu campo. Uma mistura berros, latidos e gritos dentro da mata. Os animais se escondiam sendo descobertos pelos cães. Uma vaca da raça zebú, conseguiu driblar tropeiros/as e cães, ganhando o caminho de volta para a entrada do mato. Foi então que Vanderlei retornou galopeando por dentro da mata. Chamou-me a atenção da tamanha habilidade de humano e cavalo em se movimentar com tamanha precisão por entre galhos, pelos declives, valetas e pedras. Os cães acompanharam e juntos trouxeram a vaca de volta para a tropa. Após saímos da mata, cruzamos por um banhado e pegamos uma grande extensão de *campo limpo*. Foi então, que determinadas vacas, tomaram a liderança passando a acompanhar o cavalo da Berenice, que fazia a *ponta*, ou seja, seguia na frente da tropa, chamando-as. O Regis, a Vera e eu ficávamos na *culatra*, parte traseira do desenho, com a designação de tocar a tropa e orientar o movimento dos cães. O Vanderlei e, por vezes o Regis, faziam o *fiador* seguindo pelos flancos e cuidando para os bichos não se dispersarem nas laterais. Cruzamos banhados, arroios, matas e extensões de campos limpos ao longo do percurso.

Ao meio dia, paramos em um local de bom pasto para os animais descansarem, os terneiros mamarem, as vacas e cavalos pastarem e nós almoçarmos. Comemos biscoitos salgados com carne frita e um refrigerante. Após a parada, seguimos o caminho, pegando um corredor de terra. O trajeto era de cerca de 15 quilômetros e o gado já estava cansando. Alguns babavam. O sol estava quente e a caminhada se tornou mais lenta e com diversas paradas em sombras. Isso se dava pelo gasto de energias no início, quando a tropa não encordoava. No movimento rápido de gente e

bichos tentando *encordoar*, gastou-se as energias que agora faltavam na parte da tarde, além da presença do sol quente. Meu corpo doía pelo trajeto tortuoso e pelo tempo montado no cavalo. Chegamos na mangueira às 16h.

No outro dia, chegaria o caminhão para carregar os terneiros vendidos para terminação. Eles iriam para uma pastagem com a resteva[72] de soja e azevém. Em outros casos, iam ser terminados em confinamentos. Regis deixaria as vacas mais um dia no local para descansarem. Após isso, as levaria de volta para o campo. Comentou que a jornada seria mais rápida já que a ausência dos terneiros, faria com que elas acreditassem que os filhos haviam voltado para o campo das casas, aumentando o ritmo do passo de volta. Ainda comentou que, quando chegasse para tocá-las no dia seguinte a entrega dos terneiros ao caminhão, elas viriam todas para a sua volta berrando, como se perguntassem onde estariam os filhos delas. É assim que, com um olhar na tropa e outro no horizonte, lembrava da letra da música "Poncho Molhado[73]": "a tropa segue, devagar, mugindo tonta. Talvez pressinta que seu fim é o matadouro. E o tropeiro, entristecido, se dá conta, que o boi é bicho mas tem alma sob o couro".

Vera comentou que seu pai ensinara que "*tu aprendes a camperear em uma tropeada*". Na tropeada, tu "*tens que chegar com a toda a tropa no local*" e, para isso, é preciso adotar certas habilidades de manejo e conhecimento dos animais. Tens que aprender a lidar com os bichos 'devagarinho', sem exageros e com muitos cuidados, respeitando os seus tempos. Em síntese, adotar a percepção de que existe uma "alma sob o couro". Nesse sentido que a noção de animal como "máquina transformadora" apresentado por Sordi (2016) como um "idioma bovino" comum na rede sociotécnica da pecuária industrial, pode ser tencionada junto aos pecuaristas familiares já que estas noções não consideram a relação com os ambientes.

O autor observa, nas controvérsias em torno da carne, um debate, envolvendo o senso comum e conhecimento especializado, em torno da predação entre grupos defensores do vegetarianismo e outros do carnivorismo. Os defensores do consumo da carne, nessa leitura, associam o processo de "evolução do homem[74]" a partir da

[72] Parte das plantas de cereais que fica presa aos terrenos de cultura depois da ceifa.

[73] Composição de José Hilário Retamozzo e Ewerton Ferreira.

[74] O autor chama de "gênero da carne" pelo fato de os argumentos em torno do carnivorismo se dá a partir da noção de "homem", ser masculino, ou melhor, um tipo de homem, macho, branco, ocidental, agressivo e predador em contraposição aos veganos afeminados e comedores de grãos. Traz as

descoberta do gosto da carne, tornando-se caçador. Pelo consumo da carne, o ser humano passou a dominar toda a cadeia alimentar. A "predação carnívora" está associada, então, a dominação e a violência, com representação nos corpos masculinos e viris. Entretanto, nas leituras das correntes vegetarianas, a condição humana é de um passado herbívoro e frugívoro, em que, por pressões ambientais, o ser humano se obrigou a adotar o consumo da carne. O consumo de vegetais está relacionado a elevação intelectual e moral e a leveza do corpo e mente. Os vegetais são fontes de vitalidade e espontaneidade. Os argumentos, segue o autor, é de que os animais de grande porte, fortes e de vida longa, são herbívoros como os cavalos, bois, búfalos. Nessa leitura, da força como vitalidade, o predador carnívoro é um parasita que suga a energia vital do animal vigoroso. Neste item vamos pensar com os pecuaristas familiares do Alto Camaquã sobre a vitalidade dos corpos onde se entrelaça a predação associada aos cuidados de plantas e animais.

Um primeiro aspecto a ser reflexionado é a noção de "violência" e "brutalidade" enquanto categorias utilizadas, pelos defensores do bem-estar animal, sejam movimentos ou práticas da indústria da carne, ao se referirem as chamadas "práticas tradicionais de pastoreio", espaço considerado hegemonicamente masculino. Voltamos ao *rodeio,* prática secular na pampa, onde reúnem-se o gado para ser observado e avaliado. Se o conjunto dos animais estão com muitos carrapatos, serão conduzidos ao banheiro de imersão, sendo obrigado a mergulhar em um espaço com água e "*remédio*[75]" ou para serem dosificados com injeções. Mas isso, se dá no caso de todo o rebanho. Os casos individuais são tratados dentro do próprio *rodeio*. Acompanhei o Gonzaga, em uma tarde de rodeio. O interlocutor arrendava um pedaço de campo cuja a propriedade era da Vera, sua cunhada. A cavalo, seguimos pelo campo acompanhados por dois cachorros. O campeiro me falava que gostava que o acompanhassem, pois poderia acontecer algo e não teria ninguém para socorrê-lo. Rudney, pecuarista familiar em Piratini, entende que "*nunca se sabe o que a natureza pode te apresentar*". O mesmo se dá para Seu Beto, capataz e pecuarista familiar nas Palmas, que me disse que "*a lida campeira é muito boa, mas muito perigosa*".

leituras do feminismo ecológico que argumenta sobre o carnivorismo, ligado a um "ethos patriarcal", como elemento central da dominação masculina.

[75] Na tese de Evander Krone (2018), realizada na Serra dos Tapes, o autor comentou também sobre a adoção da noção "remédio" pelos agricultores ao se referirem aos biocidas usados tanto nos cultivos para o autoconsumo quanto para vacinas e vermífugos, aplicados nos animais.

São campos sujos com muitos perais, matas e bichos. Inclusive, Gonzaga me indicou que usasse alguma arma para me proteger de um ataque de javali, por exemplo. A faca era um artefato importante. É uma extensão do corpo, já que se realiza tudo com ela, como defesa diante de ataques de bichos e para realizar as lidas como castrar e *assinalar*[76]. Outra relevância de ter a companhia de uma faca é, em caso de algum acidente com o cavalo, ter a possibilidade de cortar alguma peça dos arreios considerando que são feitos de couro. É bastante comum, em algum imprevisto, um pé ficar preso ao estribo[77] podendo gerar fraturas. Por isso, também não usavam botas de borracha, com agarradeiras, considerando que não facilitaria a desvinculação do pé ao estribo. Indicavam, então, andar com os pés desnudos ou com botas feitas em couro, macias e flexíveis, e com a sola do pé lisa. A bota, que não é recomendável para a subida de uma pedra, é recomendável para o 'pé no estribo'. No galpão das encilhas de montaria, vi botas misturadas aos outros artefatos. A habilidade na lida, assim, consiste em um processo de educação da atenção e corporal, a partir de calos nas mãos e nos pés (SENNETT, 2013; INGOLD, 2015a), conjuntamente as nossas relações com os artefatos. Seu Beto comentou: "*tenho a marca do campo no meu corpo*." A marca é um artefato de ferro temperado que é aquecido em fogo para queimar pelos e couros dos animais, imprimindo a procedência e a propriedade do mesmo. Na analogia de Seu Beto, a marca do campo no corpo seriam registros passados de um modo de viver e fazer as coisas engajados às intempéries do tempo, à ambiguidade entre domesticação e selvageria, ao andar a pé e a cavalo.

Na leitura de Gonzaga, alguns terneiros precisavam ser vacinados e assinalados. Assim, no emaranhado de animais, escolhia o/a terneiro/a e acionava o *laço*, girando ao redor de si e do cavalo, e lançando em direção ao pescoço dos/as terneiros/as que, assustados/as com as garras que o pegavam, começavam a correr. Quando finalizava o comprimento do laço e a corda espichava, o mesmo caia. Eu corria e o pegava do focinho, virando o pescoço para trás o que retirava as suas forças. Feito isso, Gonzaga enchia uma seringa com remédio e aplicava entre couro e osso. Após, observava o umbigo, curava se fosse necessário e, por fim assinalava. A vaca, mãe do/a bezerro/a, ficava em volta, cheirando Gonzaga que ria e comentava:

[76] Cortar um pedaço da orelha do bicho fazendo um desenho que identifica a propriedade.

[77] Artefato dos arreios onde se afirmam os pés.

"*viu como é mansa! Se tu não bates nela, ela não agarra nojo! Os bichos sabem que a gente quer o bem deles"*. O pecuarista, aposentado pelos anos de serviço em um curtume na cidade Bagé, reclamava das atitudes de um sobrinho que era "*mau para os bichos*". Noutro dia, estávamos carregando[78] alguns terneiros na mangueira e o garoto, "*teimoso*", com um pedaço de pau ou *porrete*, batia nos animais para tocá-lo para dentro da carroceria do caminhão boiadeiro. Vendo isso, o pai do guri comentou: "*deixa que daqui a pouco uma vaca faz ele saltar da mangueira.*" Nessa concepção, as vacas "a*garrariam nojo*" das atitudes do aprendiz e atacariam, fazendo-o fugir do curral.

Em minha dissertação (LIMA, 2015), comentei sobre o quanto os animais ensinam aos humanos as práticas campeiras. Descrevi os ensinamentos de um cavalo, que conhecia como fazer e agir na condução de um gado, tendo o aprendiz de acompanhar esses movimentos. Um ensinamento que é, ao mesmo tempo técnico e moral, pois fazer a lida é também adotar um tipo de comportamento. Nisso, está a noção de *respeito* que, por sua vez, não se dá somente em relação aos animais. Mas veremos isso mais adiante. No caso da lida na mangueira, as vacas ensinam como respeitá-las. Além de ensinarem os seus/suas filhos/as terneiros/as, sobre ir para o *rodeio*, sobre quais plantas comer e não comer – como a embira, o mio-mio e o timbó -, elas também ensinam os humanos a se comportar na lida.

Por conseguinte, os humanos também ensinam os outros animais. Vera, por exemplo, ensinava as galinhas a dormirem nos galhos de uma árvore perto da sua casa. Assim, estariam protegidas de bichos predadores. Os cães aprendizes são ensinados pelos "*cães mestres*" e "humanos mestres" a lidar com as ovelhas e os bois. Luciano Jardim, pecuarista familiar em Lavras do Sul, ensinava os "*cães mestres*" que, por sua vez, seriam os responsáveis por ensinar os outros cães. Para ensinar os mestres, Luciano primeiro fazia a atividade junto com eles. Depois bastava comunicar a ação necessária. Por exemplo, "*quebra de volta*" significava que o cão deveria atacar. Após isso, os cães podem aprender sozinhos, no envolvimento perceptivo e na relação com os outros. Um cão de Luciano era "*muito inteligente*" e começou a fazer o *fiado,* ou seja, quando a tropa de bois e ovelhas que seguiam pela estrada

[78] *Carregar* significa tocar os bichos para dentro de um caminhão. O carregador, faz a ligação entre a mangueira ou curral e a carroceria do caminhão boiadeiro. Para os animais entrar, usam-se gritos, cachorros, paus e, em alguns casos, uma vara com choque.

estavam próximas à porteira da mangueira, o cão, por conta própria, corria para a frente da tropa fazendo-a entrar.

Há um limite muito tênue entre domesticação e asselvajamento e depende da relação. Vera me disse que "*os animais se criam melhor quando longe da gente*." Tal frase foi dita quando conversávamos sobre fechar uma área com cerca de tela de arames o que poderia trazer maior proteção aos ataques dos predadores como os Sorros, Mãos-peladas, Gambás. Mas nesse jogo de aproximação e distanciamento, alguns ficam "*mimosos*" e criam uma proximidade. Outros preferem a distância. Outros, preferem a distância em determinadas situações como algumas ovelhas que se apartam das outras, escondendo-se nas matas. E é assim que se torna um/a campeiro/a, como me disse Seu Beto, ou seja, quando aprende a conhecer e saber respeitar o tempo dos animais. Aliás, um/a campeiro/a conhece cada vaca, cada ovelha, dentro do rebanho. Mesmo tratado por meio de uma concepção coletiva, cada vacum é diferente. Para Seu Beto, "*cada animal tem um berro diferente*". Por conseguinte, cada animal tem um determinado comportamento e personalidade. Quando ajudei o Gonzaga e o Régis a separar os terneiros das vacas na mangueira, um bezerro me atropelou[79], fazendo com que eu tivesse que deixá-lo passar para juntos das vacas. Estávamos a pé. Apesar de ter sido alvo de chacotas, por não o ter enfrentado corpo a corpo, o Gonzaga e o Regis comentaram que "*ele é metido*", ou seja, tinha um determinado comportamento mais agressivo, que o fazia "*gostar de atropelar*".

O distanciamento, como uma espécie de asselvajamento, torna os bichos menos dependentes dos cuidados humanos. Ao se relacionar com os outros entes do ambiente, aprendem a se virarem sozinhos, a se defender, como as vacas que aprenderam que, ao dormirem no chão da estrada sofrem menos ataques dos carrapatos. Aprendem também o que comer e não comer. Ao mesmo tempo, os bichos são tornados xucros, asselvajados, para serem caçados. Nos rodeios de castração, por exemplo, os terneiros são colocados para correr ao longo de uma área de campo para que possam ser derrubados a *pealo*, que consiste jogar a armada do laço na direção das "*mãos*" – patas dianteiras -, para que o bicho pise dentro. Um movimento ágil e eficaz em que no mesmo momento em que o terneiro coloca as mãos dentro da

[79] O mesmo que atacar.

armada, o campeiro puxa a corda fechando-a, prendendo as patas e fazendo o animal cair. Quanto maior o *tombo*, mais aclamado é a façanha e para isso acontecer, o bicho deve estar correndo. "*A pior coisa"*, me falou Seu Neves, peão campeiro em Morro Redondo, "*é ter que laçar vaca parada"*, ou seja, para ser caçada a presa tem que correr[80]. As cabras e ovelhas são, por sua vez, caçadas a pé, por uma equipe formada por humanos e cachorros. Requer, desse jeito a habilidade de correr nas pedras, perais e matos. Por vezes, escutava ao longe os latidos dos cães e gritos humanos nos cerros e matas. Aos poucos, as cabras ou ovelhas, iam aparecendo e se dirigindo para os currais.

A rudeza da lida cotidiana e dos ambientes, afetam os corpos, e nisso está a necessidade de os mesmos terem vitalidade e força. Por isso que, para saberes lidar bem com algo, antes de tudo, tens que conhecer. O animal aprende a coexistir com os carrapatos e outros bichos. Os pecuaristas consideram que os animais devem "*conhecer o carrapato*", ou seja, ter alguns em seus corpos para não ficarem sensíveis e não adoecerem caso entrem em contato. Conforme Camilo Pereira, peão campeiro na região de Pelotas, o gado criado nos *campos limpos* tem características diferentes do gado criado nos *campos sujos* onde habitam as vassouras, carquejas, gravatás, consideradas, pelo campeiro, como "*plantas de terras altas*". Os carrapatos, quando maduros, se atiram para o chão e se reproduzem, pondo ovos em meios a estes vegetais. Quando em certa idade, os filhotes acessam o corpo dos bovinos subindo por meio dos troncos e galhos destas plantas e esperando algum boi passar para se agarrar, se fixando no couro pelas mandíbulas e chupando o sangue. Outra forma de acesso se dá quando o boi deita no local. Cada animal tem seu lugar de dormir e os carrapatos se reproduzem nestes lugares.

Nos *campos limpos* da pampa uruguaia e argentina, conforme Camilo, o gado não é "*carrapatiado"*. Por isso que, quando se realiza a compra destes lugares para a pampa brasileira, os animais ficam alguns dias em mangueiras localizadas na fronteira, em forma de *quarentena*, aos cuidados para se acostumar com o carrapato. Como nunca tiveram contato, o mínimo de carrapato já causa a doença. Assim, ficam controlando e cuidando para se acostumarem. Nesse caso, o carrapato deve ser

[80] Embora aprende-se a laçar com vaca parada. As crianças treinam em "vaquinhas" feita em madeira. Por vezes, treinam com as vacas mansas que ficam em volta da casa.

controlado no gado para que o mesmo crie resistência, ou seja, não deve ser intensa a aplicação de carrapaticidas, para eliminá-lo o que pode deixar o animal vulnerável.

Ao mesmo tempo, não se deve deixar infestar o que pode causar a chamada "*peste da tristeza*". Para Seu Beto, a *tristeza* se apresenta em três maneiras: *a que o animal fica bravo e louco; a que ele fica com a orelha murcha e; a que o animal fica descadeirado*[81]*. Pouca gente sabe que essa é a mesma doença. Quando o animal está assim, não se pode laçá-lo pelo pescoço."* Seu Beto quer dizer que não se caça bicho doente, ou seja, não se pode laçá-lo. Luciano Jardim, cuja a propriedade está localizada nos *campos limpos*, considera que embora *sujos*, os campos "de Palmas" são "*campos mais abrigados*". Porém, por serem "*sujos*", tem uma lotação de animais menor do que os *campos limpos*. Estes, por sua vez, tem pouco abrigo e o "*animal não tem onde se abrigar*" do frio, da chuva, do sol quente. Mas conclui que o melhor campo é aquele que *tem boa aguada*.

A etnografia de Álvaro Banducci Jr (1999) sobre os peões de gado no contexto do pantanal apresenta um modo de vida cuja marca é a relação de proximidade com o os animais por afinidades, simpatias e distanciamentos. Juntos, humanos e outros animais definem o ritmo da vida e do tempo. Num convívio diário entre vaqueiros e bois, faz com que sejam capazes de prever os seus comportamentos, identificá-los pelo temperamento mantendo um diálogo permanente por meio de sons, gestos e palavras. Um convívio que marcava o modo de viver pantaneiro e constituía um conjunto de representações, criadas na experiência de se relacionar com esses outros. Por meio de "analogias" os vaqueiros atribuíam "atitudes e qualidades com as quais representam a si próprios" (BANDUCCI JR, 1999, p. 109). Entre a predação e domesticação, entre a caça e os cuidados, entre a proximidade e o distanciamento, o modo de viver dos pecuaristas familiares é constituído na imersão e no compartilhamento de vidas (INGOLD, 2012a; DOOREN; KIRSKEY; HÜNSTER, 2016), para além dos bichos, com as pedras, com as águas, com os pastos e ervas sendo o ritmo da vida e do tempo marcado por seus ciclos.

Em uma manhã de primavera, acompanhei o seu Beto em uma *campereada,* na fazenda do Sossego. Para chegar até a estância, fomos a cavalo, seguindo caminhos por dentro dos campos. Durante o percurso em direção ao lugar em que

[81] Com as ancas deformadas e tendo dificuldades para andar.

estava o gado, o peão campeiro, narrava histórias e trazia ensinamento. Ele trabalhava na fazenda desde criança quando ajudava seu pai. Conta que a principal regra era "*ter a confiança dos patrões*". Ele organizava as atividades da propriedade praticamente sozinho, junto ao outro peão campeiro, o Olavo. O patrão somente pedia para selecionar o gado para vender. O Guilherme, seu patrão, que é músico e professor de veterinária na URCamp[82] dizia: "*o que eu sei é só na teoria, o senhor sabe na prática*". Mas seu Beto disse que também gostava de aprender lendo livros que os pesquisadores lhe emprestavam.



Imagem 17 - Vera e Seu Beto curando terneiros no rodeio – olhares vigilantes. Fonte: acervo do autor.

Seu Beto é conhecido na região pelas habilidades como campeiro. Conhecido também por ser neto do "João Mulato", um famoso laçador na região. Seus pais não tinham terras e "*moravam nos corredores*". Porém, seu Beto prometia a eles: "*eu hei de comprar uma chácara para vocês*!" E foi com esse projeto que saiu de casa aos 8 anos para trabalhar em alguma *changa*. Os primeiros trabalhos que realizou foi colher trigo. Também foi capinador e lavrador. Tempos depois, chegou na Fazenda do Sossego, para trabalhar na lavoura: "*quando vim para cá eu era só de lavoura. Depois fui para a pecuária*". Assim, aprendeu a ensinar bois para a tração. Para ensinar os

[82] Universidade da Região da Campanha.

bois mais novos, colocava na "*junta*[83]", um boi mais velho que fazia a mediação entre o boi aprendiz e o Seu Beto. Também criava os guaxos com a patroa e dividia os lucros das vendas. "*Eu sempre fui de boa cabeça*, *eu gosto de aprender*". E assim, foi ficando e trabalhando, até passar para o serviço de peão campeiro. Tinha dezesseis anos, quando substituiu o pai, que era peão na propriedade, que deixara de exercer o ofício. "*Fui aprendendo no dia-a-dia com o pai e os outros peões*." Tempos depois se tornou *capataz,* que significa tornar-se o administrador das atividades na propriedade. Quando conseguiu juntar uma quantidade considerável de "*plata*", comprou uma chácara para seus pais, localizada no município de Caçapava do Sul. Ali ficaram até falecerem, deixando a terra sozinha. Tempos depois, Seu Beto descobriu que uma empresa de lavouras de eucaliptos, chamada Votorantim, invadiu a sua terra e plantou eucalipto. Ao fim, acabou vendendo a terra para a empresa.

Cruzávamos por campos, banhados, caminhos feitos pelos animais, trilhas no mato, atravessávamos arroios. A sensação era de estar acompanhando o personagem Blau Nunes, de Simões Lopes Neto (1976) que, seguindo pelos caminhos, contava histórias. Cada conto, uma história. Os lugares têm histórias, escreveu INGOLD (2005) e Seu Beto narrava acontecimentos conforme cruzávamos pelos lugares referências. "*Aqui, um dia uma lebre saltou da macega e assustou meu cavalo. Eu vinha distraído e quase caí.*" Como forma de pagamento dos anos de trabalho, recebeu uma quadra de campo – cerca de 88 hectares, mas seguiu trabalhando na fazenda. Estava com 64 anos de idade. Por um tempo, quando criança, morou com a tia Eni, mãe da Vera a qual considerava a sua "*segunda mãe*", pois foi com quem aprendeu a cozinhar, a fazer pão. Faz toda a lida, desde concertar alambrados, vacinar e conhece as doenças dos bichos.

"Uma casa sem quinta não é casa", comentou quando cruzávamos na casa da família, apontando para o fundo do pátio, a *quinta*, denominação que dão aos pomares de árvores frutíferas. Eram laranjeiras, bergamoteiras, pessegueiros, figueiras. Um parente, que residia na cidade de Porto Alegre, conseguira por meio da política pública "Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Institucional", que era um programa do governo federal para a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, que ele vendesse doces. O rol de doces compreendia figada, pessegada, marmelada, doce

[83] Refere-se a uma dupla de bois de tração.

de batata. Algumas frutas conseguiam nos matos como o marmelo que é abundante na região. *O marmelo dá bem no mato*. Tal como alguns animais, algumas plantas preferem ficar longe dos humanos. Outras árvores são plantadas no mato como forma de que sejam protegidas pelas outras da ação do frio e ou sol intenso.

Enquanto Seu Beto trabalhava como capataz na estância, sua esposa, filhos/as e netos/as eram os responsáveis pelos serviços nas casas, tais como cortar lenha, cuidar dos animais e das plantas. Embora considerado um lugar hegemonicamente masculino, as lidas no campo são realizadas e negociadas pelos integrantes da família, principalmente as mulheres. *Aqui na lida é eu, a esposa e os cachorros* (RIETH et al, 2019), comentou Rudney, pecuarista na localidade Barrocão, em Piratini. Dona Zeni Crizel, moradora no antigo corredor das tropas, na BR 392, em Piratini, disse que na prática da lida de campo "*a mulher faz as mesmas coisas que o homem, basta ter determinação*". Na sua propriedade, fazia o processo de compra, de lida - acompanhada de dois cachorros -, e de comercialização. Amansava o gado com sal e dizia que qualquer animal rebelde estava, em poucos dias, seguindo seus passos a pé no campo.



Imagem 18 - Dona Zeni Crizel e sua marca – Br 392 – Piratini. Fonte: Acervo do autor.

No modo de viver e habitar dos pecuaristas familiares, as lidas caseiras estão intercaladas com as lidas campeiras. Vanda, que morava na localidade Barrocão[84], criava bovinos e ovinos com a ajuda do marido Celso. "*Tenho gado [bovino] e ovelha. Mas a ovelha é pouquinho. Até vamos vender um pouco esse ano. Vamos deixar só umas dez para carne. Eu não gosto de ovelha. Só gosto de gado. Nós temos 104 gados criados e mais 36 terneiro*s." A pecuarista fazia a lida a pé acompanhada por cães da raça ovelheiro e do marido. "*Eu campereio a pé. Junto cento e poucas reses.*" No contexto da pesquisa de campo, a pecuarista lamentava a perda da "*Filó",* cachorra ovelheira companheira de trabalho. "*Perdi minha cachorra, a Filó. Só eu e ela juntávamos todo o gado. Agora eu tenho que levar o meu cunhado e o Celso para ajudar[85] a juntar. Eu digo, bah, essa cachorra vale por dois homens no campo!*" Mas a ajuda do marido se dá de maneira eventual.

> *Quando nós viemos para cá, ele [Celso] me disse: eu vou para fora contigo, mas 'tu sabe que eu não gosto de criação. Não vou me preocupar com isso'. Então, a criação é comigo e ele fica limpando o campo. O que gosta de fazer é limpar o campo. Agora ele tem me ajudado, já que a minha cachorra morreu*.
>
> "*Era uma cachorra bem linda, barbaridade! Às vezes, quando eu vou juntar o gado, eu choro no campo. Era duas pessoas que eu tinha para ajudar. E ela não tinha preguiça. Ela camperiava comigo. Eu só parava e dizia: vai! Ela me olhava e eu dia: Traz! E ela ia lá e juntava. Trazia o gado todo encarreirado."*

Vanda aprendeu a lida no cotidiano de trabalho da propriedade de seus pais. "*Eu nasci e me criei no campo. No tempo do boi de arado. Eu era boa para lavrar. Sempre ajudei meu pai. Ele tinha 10 filhos. Então, a gente se criou sempre na lida. Os guris foram crescendo e indo embora. As gurias é quem foram ficando e trabalhando na lavoura*. Depois "*casei e fui para a cidade de Pelotas. Ficamos lá 30 anos. Criei minhas filhas. Uma é professora de história, outra é engenheira agrônoma, outra é enfermeira. Estou aqui desde 2002. Mas eu vinha, tirava uma semana, e voltava. Efetivo foi em 2004.*" O cotidiano intercala as lidas caseiras, que giram em torno dos

[84] O nome da localidade está associado ao nome do arroio que cruza a região e desagua no rio Camaquã.

[85] Vanda inverte o gênero da categoria "ajuda" que, na etnografia de Beatriz Herédia (1979), está relacionado a um lugar do âmbito feminino nas atividades do roçado, espaço masculino. A categoria "ajuda" opera como um não trabalho. Ao mesmo tempo, a interlocutora jogava com um dito comum na região que diz que "um bom cachorro, vale por dois peões". No caso, aqui, uma boa cachorra valia por dois homens.

cuidados de humanos e bichos na casa e entorno, com as lidas no campo sendo esta última prejudicada muitas vezes pela primeira. Vanda comentou:

> "*Eu que cozinho. Esses dias estava pensando em contratar alguém que pudesse ao menos umas duas vezes por semana. Eu gosto de fazer a comida. Mas às vezes a lida da casa atrapalha a gente, né. Minha rotina é: vou no campo, volto, faço o almoço, passo uma vassourinha na casa, lavo a roupa e boto na corda, lavo a louça. Às vezes peço para meu marido lavar*".
>
> "*Todos os dias é juntar o gado e dar sal. Quando a gente dá sal - e quando eu desmamo os terneiros-, eu deixo eles 10 a 15 dias na mangueira. Eles ficam bem mansos. Pega um balde e sai e eles saem atrás da gente. O gado da raça Red Angus é o mais manso que existe para a gente lidar.*"

A campeira começava a lida às 6h da manhã. Nesse horário já estava no campo juntando o gado para dar sal. Noutros momentos estava em casa realizando as atividades como os cuidados da horta e de algum bicho. A horta estava ligada à área da casa. Era cercada para serem cultivados, em menor quantidade, verduras e legumes. "*Feijão a gente planta. O milho a gente planta. A gente colhe abóbora e verduras. Então, a gente só compra coisas de mercado*." Tais coisas de mercado seriam açúcar, sal, arroz. Os doces são servidos após refeições do almoço e do jantar. Também são fonte de renda, considerando que são comercializados para consumidores urbanos ou nas feiras da agricultura familiar. "*Chegamos a fazer mais de 100kg de figada para vender*." Longe das casas, possuem uma lavoura com área de 1 hectare, onde plantam milho para alimentar os animais em determinados momentos como nos períodos de inverno ou para terminar/engordar algum animal para o abate. Os grãos são plantados por intermédio de uma máquina chamada *saracuá*. Dona Vanda comentou que nunca teve coordenação para trabalhar com esta máquina e acabavam contratando diaristas para fazer o serviço.

Na época do verão tinha que banhar o gado de 15 em 15 dias. Antes da atividade a interlocutora, fazia a preparação do local, colocando a receita de remédio antiparasitário em uma bombona com água. Ela verificava a mangueira, abria as porteiras, para depois buscar o gado em determinado potreiro. Com o gado preso na mangueira, escolhia alguns lotes para colocar no *brete*, que chamava *embretar*. Com um equipamento de lava a jato banhava o gado. A atividade tinha que ser cedo nos dias quentes porque usava equipamentos de proteção como macacão e máscara. "*No tempo quente a gente se judia muito!*" Outro cuidado era de não banhar nos dias com

vento, "*senão pega naqueles que estão embretando*." O Celso participava da atividade na mangueira tocando os bovinos para dentro do brete. Por vezes, fazia a lida com a égua chamada "*Girafa*" que tinha 25 anos de idade, quando tinha que ir na outra propriedade da família, percorrendo sete quilômetros. "*É para deslocamento. Para juntar o gado é a pé.*" Na estação do verão e primavera, a interlocutora não trabalha no campo em horários com sol quente. "*Só saio para o campo depois das 16h. A gente tem que respeitar o sol*."

Mas voltamos a cavalgada com Seu Beto e seguimos em direção a fazenda do sossego. "*Daqui a pouco vai começar a ficar tudo plano"*, comentava sobre as diferenças entre os campos dobrados e os campos planos. Descemos um morro inclinado em que os cavalos escorregavam e, após, atravessamos o "*arroio da lechiguana*" que seguia um curso por dentro da mata. Os cavalos tomaram água. Quando saímos do outro lado, a imensidão das planuras se desvendou. Já estávamos nos campos planos. Cruzamos em um potreiro em que ficavam as vacas com cria. Iriamos buscar o gado numa *invernada*, que é uma divisão da propriedade em que o gado passa algum tempo. Cada invernada possui algumas características, como bom pasto, boas aguadas, lugares abrigados. A depender da necessidade do gado, aciona-se determinada invernada.

O campo era plano e entrecortado em alguns lugares por valetas e sangas. Como não tenho experiência em andar em campos planos senti a sensação de que caminhávamos, caminhávamos e nunca chegávamos próximos aos animais. Mas o campeiro seguia determinados caminhos, que não estavam marcados no chão. Percebendo o ambiente ao redor sabia os melhores lugares para atravessar os banhados e as sangas. Os cachorros, que estavam nas casas da propriedade, passaram a nos acompanhar. Nas bacias de água tomavam banho, corriam animados pelos banhados. Pelo caminho, encontraram um terneiro escondido nas macegas, um terneiro que nascera há poucos dias. Seu Beto comentou que as vacas escondem eles, mas os cachorros, na maioria das vezes, nesses campos limpos e plano, acham o esconderijo. Como estava tudo bem com o animal, seguimos em frente.

Avistado o gado, o campeiro começou a falar para os cachorros, "*ataca lá, ataca lá!*" Os cães então começaram a correr latindo em torno dos animais. Com isso, o gado começou a se reunir e se dirigir para a porteira de entrada da *invernada*. Tinha cinco cachorros que o acompanhavam na lida. O Lechiguana, o Tigre, a Diane, o

Campeiro e a Barbuda. O aprendizado de um cão é "*igual a de um peão. Ensina o primeiro e ele começa a ensinar os outros*". Um cão novo precisa de alguns cuidados no momento de ensiná-lo. Ao iniciante, não se pode exigir muito: "n*ão pode tocar muito, ele cansa*". Nessa perspectiva, o aprendiz precisa de tempo para assimilar de maneira lenta o ensinamento. Seu Decinho, morador de Guaritas, em Caçapava do Sul, também tinha uma cachorra com habilidades na lida que chamavam a atenção. A Safira, atacava os animais quando eles se distanciavam muito do pecuarista que estava a pé. Outra habilidade que ela tinha, consistia em saber o animal que estava com *bicheiras*. Assim, latia perto e indicava a ferida ao pecuarista.

No corpo dos cães também estão as marcas do campo. Ao voltar a fazenda do sossego, meses depois, soube que o Tigre havia morrido em função da picada de uma cobra cruzeira. Seu Beto não conseguiu salvar o companheiro de lida. Porém, os filhos do Tigre, o Safadão e a Diane, seguiam a lida. Estavam sempre juntos ao cavalo que seu Beto montava. Quando o campeiro desencilhava e soltava para o campo, os cães, por vontade própria, acompanhavam o cavalo, ficando todo o tempo com ele. "*Às vezes o cavalo está andando muito rápido e eles ficam pulando no focinho como que querendo que ele pare para ficarem deitados."* É comum o ataque de Javalis, podendo causar a morte também. Nessa ida a campo, havia um cachorro com vários machucados no corpo em função de ter duelado com um javali. Porém, na lida cotidiana com o gado, os corpos dos cães são muito exigidos. Conforme Éric Barreto (2015), o bom cão é aquele que sabe morder embaixo do garrão do boi. Não pode ser uma mordida forte, mas de maneira leve que não machuque o bicho. Porém, embora uma lida brabíssima, os cães gostam de trabalhar. Conforme os interlocutores de Éric Barreto (2015, p. 91), "os cães trabalham porque querem e gostam. Quando um cão fica velho e sem forças, sente vergonha por não poder acompanhar no campo. Se um empregado novo aparece na propriedade, os Ovelheiros levam um tempo até acompanhá-lo, pois precisam desenvolver confiança na pessoa".

Montado a cavalo, seu Beto coordenava o trabalho dos cães. "*Ataca lá!*", "*volta lá*!, "o*ia lá!*", "*abre!*". Cada mensagem era atendida imediatamente pelos cães. "*Ataca lá*", significava que os cães deveriam ficar atrás dos bois e, se eles não andarem, morder o garrão. "*Abre*", significava dizer que o cão deveria deixar de atacar. "*Volta*" é para voltar para trás, para a *culatra* da tropa. "*Oia lá",* estava chamando a atenção quando um boi estava desgarrado dos outros. Enquanto uns atacavam, outros

rodeavam em volta da tropa. Um trabalho em equipe em uma relação visual e falada de constante de “vigilância recíproca” (SÜSSEKIND, 2014).

O dia de Seu Beto começa por volta das 3h da madrugada. Sai de sua casa e se dirige para a estância onde acende o fogo no fogão a lenha, para fazer o mate. Não gosta de ficar perto da lareira: *“Meu fogo é de longe!”* Depois as tarefas são ordenhar as vacas, dar ração para os cavalos e os porcos indo para o campo recorrer o gado. *“O tempo de mais trabalho é nas épocas de cria que são de agosto a janeiro.”* Seu Beto diz não “*ter paradeiro*” pois sempre tem alguma coisa para fazer. “*Eu tenho sempre que andar*.” Esse movimento constante se dá, ao longo do dia, tanto a pé quando a cavalo.

O campeiro possui hortas e cercados em seu campo. A diferença entre os lugares se dá tanto em relação ao tamanho, quanto ao que se planta. Na horta, cultivam-se verduras e alguns legumes para consumo imediato. No *cercado,* por sua vez, cultivam-se grãos como o milho e o feijão, tubérculos como a batata-doce, mandioca e frutos rasteiros como o mugango, melancia e abóbora, alimentos de consumo com tempo de vida mais longo (HERÉDIA, 1979). O cercado, local de trabalho de Seu Beto, ficava longe das casas requerendo alguns minutos de caminhadas. De dois em dois anos a área do cercado era trocada, sendo um processo cíclico como escreveram Éllen e Klaas Woortmann (1997) que, no caso, se dá da seguinte maneira: mato e/ou campo – cercado - mato e/ou campo. Cultiva-se no cercado no período do verão, em função das lidas na estância que nunca terminam: “*lá eu saio do gado e vou para a ovelha.*”

Nos finais de tarde, quando estava feito o serviço na fazenda, descia do cavalo, colocava umas botas de borracha e se dirigia ao cercado. “*Eu venho para cá à tardinha. Venho, planto um pouco. No outro dia venho e planto mais um pouco*.” Não usa adubos e biocidas. “*É pela própria natureza que a gente colhe aqui. Não tem remédio.*” Woortmann’s (1997) observam uma relação de reciprocidade entre humano e terra, em que se trabalha e cuida da terra - ou do “solo” que é a “terra revelada” pela “limpeza” da área -, que, por sua vez, produz alimentos em retribuição. Mas para retribuir, o solo tem que ser respeitado, ou seja, não “receber corretivos químicos” ou *remédio,* na leitura de Seu Beto. Trabalha-se a “*natureza*” e deixa que ela retribua com suas potencialidades, em um processo de “negociação” entre as necessidades de quem planta e o que a terra/natureza pode oferecer (WOORTMANN’S, 1997)



Imagem 19 - Seu Beto no cercado de milho e batata-doce– Palmas/Bagé. Fonte: acervo do autor.



Imagem 20 - Seu Beto no cercado de milho e batata-doce– Palmas/Bagé. Fonte: acervo do autor.

Há mais continuidade do que oposição (HERÉDIA, 1979; WOORTMANN'S, 1997) entre campos, matos, casas, quintas, hortas e cercados. A oposição se dá entre o espaço das casas, espaço dos cuidados e domesticação diante dos matos, lugar de asselvajamento, de bichos maus e caçadores. Entretanto, tais oposições se desfazem em suas complementaridades e consistem em misturas que geram diferentes combinações e que geram vidas. Por exemplo, se a ovelha come o tarumã preto, do mato, a carne terá um gosto ruim. Ao comer determinadas ervas do campo e do mato, o leite da vaca ficará com um gosto diferente. Já as cabras têm a carne mais saudável em função de sua dieta alimentar estar baseada em ervas. Existem plantas frutíferas que gostam do mato como os marmeleiros, as pitangueiras e os araçazeiros. Outras preferem os campos como os butiazais. Já outras não sabem viver nas matas como os pessegueiros que precisam de muito sol e frio. A biodiversidade é também doméstica (DIGARD, 2011). As cabras, vacas, cavalos, ovelhas, javalis e humanos compartilham uma mesma importância em transportar sementes de um lugar para outro, sejam as consideradas benéficas, como as invasoras como o mio-mio, anoni. Estas últimas, podem ser carregadas até pelas rodas de carros e caminhões ocupando espaços cada vez maiores. Mato é também quebra vento, fonte de energia, espaço de proteção para plantas contra as intempéries do tempo.

Tais misturas vêm para a cozinha, para as casas, como vitalidade para os corpos. Cristina é pecuarista familiar, em Palmas, e faz doces de frutas como marmelada, figada e pessegada no tacho de cobre comprado pela família há alguns anos. As frutas são congeladas considerando a sazonalidade da produção. Assim, podem fazer doces em outros períodos do ano. As figueiras dão frutos nos meses de outubro a janeiro, os pessegueiros e os marmeleiros dão frutos nos meses de janeiro a março. No mês de abril, é época de colher goiabas. No inverno tem também as cítricas. Também faz doces com leite tais como rapaduras e ambrosias. Nestes casos, são feitos na panela. Por serem feitos de leite, podem serem produzidos o ano inteiro. Mas na época das crias das vacas, que é no início da primavera, aumentam a quantidade disponível sendo o momento em que mais fazem doces (RIETH et al, 2019). Marcia Cristina aprendeu a fazer doces com a mãe sendo quem lhe ensinou as medidas e com a Dona Eni, mãe da Vera, para quem realiza serviços domésticos. Os doces de panela são feitos na cozinha da casa. Já os doces de tacho de cobre, são cozidos na rua. Ela divide com o marido João a lida no campo, com os animais

bovinos, ovinos e caprinos. João por sua vez participa na lida da casa em atividades como fazer doces, descascando as frutas. Seguem ciclos e movimentos da terra.



Imagem 21 - Dona Eni fazendo doce de figo – Palmas/Bagé. Fonte: acervo do autor.

Os alimentos salgados que compõem a culinária são o arroz de carreteiro com charque, o feijão com charque, o queijo de porco, a linguiça de porco e rês e a própria carne de ovelha, frango, bovinos e cabras – carnes cozidas, fritas, assadas no forno ou em espetos próximos ao fogo. A carne é um alimento que vem da *carneada,* que envolve um processo de "dessubjetivação" (SORDI, 2016, p. 142) do animal para transformá-lo em carne. Assim, para *carnear* um bicho, ou seja, para torná-lo carne, adotam-se algumas práticas de dessubjetivação. O animal tem que estar há alguns dias longe das casas (KOSBY, 2017). Junta-se um lote no campo com o bicho a ser abatido e traz para perto de casa. A depender da distância, deixa-se o animal "*descansando*" de um dia para outro. O bicho não é abatido, enquanto não estiver *descansado*[86]. Os porcos, quando soltos, são presos em um curral antes de serem

[86] Sobre isso, Darwin (2010, p. 180) comentou: "Um estancieiro me disse que ele frequentemente tinha que mandar grandes manadas de gado em uma longa jornada para um estabelecimento de salgadura,

abatidos para "*limpar o corpo*", e ter-se o controle do que comem. Sendo onívoros como os humanos, têm que assegurar-se com comeram somente rações de arroz, milho ou soja. Em alguns casos, observei que, para a presa não "*desconfiar*" do que projetam para ela, a deixam presa com outros animais.

O ato de carnear é rápido, "*para que o bicho não veja o que está acontecendo, e não sofrer*", como me falou um interlocutor. Com uma corda, a presa é laçada e conduzida até o local. As pessoas que podem *sentir pena*, não ficam no local e se retiram por conta própria. Se estiver alguém "*sentindo pena*", o bicho demora para morrer. Com tudo pronto, vem o ato de sangrar, introduzindo uma faca que atinge o coração ou cortando o pescoço e as veias jugulares, ato que chamam *degolar*. Nos casos que presenciei, dava-se um tiro ou uma marretada na cabeça. O impacto é tão forte, que o bicho cai desacordado e, então, é sangrado. No caso das ovelhas e cabras, são penduradas pelas patas traseiras no galho de uma árvore e degoladas. O sangue escorre para a terra. O *carneador* habilidoso, não deixa o bicho "*ver como morreu*". Em alguns casos, pode errar alguma coisa e o bicho demorar para morrer o que gera lamentos. Vem então o processo de courear, retirar o couro de maneira a não gerar cortes que possam impossibilitar o seu processo de transformação em utensílios de lidas. Após courear, o processo de "tornar carne" segue com a divisão em partes. Busca-se um certo "respeito" pelo animal que vai se tornar carne.

Morrer é um processo de ciclo da vida. Conforme Laís, na lida de campo, "*tu aprendes a lidar com a vida e a morte ao mesmo tempo*". Constantemente nascem bichos e plantas ao mesmo tempo que morrem. Seu Neves, me disse que "*a vida é assim, uns morrem para alimentar os outros. Nós, quando morrermos, alimentaremos outros bichos*." Nos modos de viver dos peões campeiros etnografados por Leal (1989, 1992, 2019), conforme vimos no capitulo 1, ir ao encontro da morte é um ato de bravura. Uma forma de encarar o inevitável. Tais narrativas se dão também em relação aos animais. Sempre que participei dos momentos de carnear ou escutei narrativas referentes ao tema, os comentários estiveram em torno da maneira como o bicho encarou a morte. Tem situações em que o bicho encara a morte e deixa-se levar

---

e que os animais cansados frequentemente tinham que ser abatidos e esfolados. O problema é que ele nunca conseguia convencer os gaúchos a comerem dessa carne, e, desse modo, ao anoitecer um animal descansado era abatido para a ceia!" [...]

pelo carneador até o local do abate. É como se estivesse entregando-se ao abraço da morte. Outros, “*sentem o cheiro de sangue*”, e tornam-se ferozes, atacam e tentam fugir.

Assim, cozinhar é misturar ambientes, plantas, bichos e gentes (RIETH et al, 2019). Os ambientes, para os/as interlocutores/as tem cheiro, tem gostos e texturas. O mesmo pode se dizer dos alimentos que se juntam a esse processo de formação seguindo os ciclos e fluxos da vida e dos materiais (INGOLD, 2015a), sendo energias que dão vitalidade aos corpos. Quando algo não segue esse fluxo, os habitantes recomendam beber chá de carqueja para “*desintoxicar o corpo*”, retirando as toxinas que se armazenam no organismo e inibindo os movimentos do corpo em fluxo seja de gentes, seja dos bichos.



Imagem 22 - Dona Irene e Seu Decinho e as carquejas – Guaritas - Caçapava do Sul. Fonte: acervo do autor.

3.5. Um rio ingrato e indomável

Rio da minha infância
Rio do meu amanhã
Também somos teu destino
Te salvaremos, Camaquã

Em tuas águas puras
A pureza do Cunhã
Assim te queremos sempre
Indomável Camaquã
(Itamar João Barros de Moraes, Rio Camaquã, 2014)

A afirmação de que o rio Camaquã é "ingrato", apresentado no Capitulo 1, levou-me a algumas questões. A primeira delas é o fato de ser atribuído uma emoção humana a um rio. Assim, nessa primeira inferência, entende-se que o rio é um ser dotado de intencionalidades ultrapassando os preceitos da ontologia ocidental de separação entre a dimensão cultural e a natural. Por conseguinte, conforme Georg Simmel (2010), um dos precursores da sociologia e antropologia das emoções, a gratidão é uma emoção moral humana que estabelece laços de interações fundamentadas no equilíbrio entre o dar e o receber. É um ato subjetivo estabelecido entre pessoas sendo uma resposta do nosso eu mais íntimo a uma boa ação, seja ela real ou fictícia. Simmel traz o exemplo de quando agradecemos a artistas e poetas que não conhecemos pessoalmente, mas que geram em nós determinadas sensações. Se criam conexões entre pessoas que dão e que recebem emoções ao passo que, este dar, é muitas vezes pelo fato destes últimos serem o que são, pelos seus atos e pelas suas experiências.

A gratidão é, para Simmel (2010), uma maneira de lembrarmos a reciprocidade enquanto obrigação moral dentro de uma sociedade em que regem as trocas econômicas e contratuais. Ocorridas juridicamente por meio de uma relação legalmente regulamentada, tais conexões são baseadas no princípio de cumprir a lei sendo que isso coloca em cheque o efeito contínuo das relações que geram a socialização. "Aqui se encontra a gratidão para a representação do direito e do circuito, senão de outras forças, de um grupo de interação: o equilíbrio entre o dar e o receber entre as pessoas" (SIMMEL, 2010, p. 820). A gratidão, por conseguinte, está suportada em uma "antecipação moral" que é a confiança, ou seja, a expectativa gerada perante o outro. Uma vez quebrada essa expectativa gera mágoa, rancor,

ressentimento. Por certo, a ingratidão do rio, nesse caso, não é um sentimento de negação da gratidão, ou seja, o ressentimento diante de alguém que não lhe dá alguma coisa. O rio é ingrato porque engana, e pode-se entender que, em determinados momentos, há uma ausência de comunicação entre seres humanos e o rio. Isso leva a necessidade de "*respeitar o rio*" em constantes metamorfoses. O respeito, enquanto uma emoção, é entendido como algo que necessita de um outro olhar, a consideração de que o outro necessita de certos cuidados no ato de estabelecer relações em razão de não se ter total confiança no mesmo.

Porém, chama a atenção o fato de que, tanto a gratidão quanto a ingratidão, são efeitos de relações estabelecidas entre pessoas, nesse caso, entre humanos e o rio. Em trabalho de campo, acompanhei a Vera e sua irmã Márcia Colares na realização de uma pescaria no Rio Camaquã. Era noite de um sábado. O tempo prometia chuva. Fomos pescar junto o filho da Márcia, o Didi. Assim, saímos de carro para "procurar" o rio seguindo por um caminho que as irmãs pouco conheciam por terem cruzado poucas vezes. Para chegar até este lugar do rio, chamado Praia Grande, cruzamos de carro por dentro das propriedades rurais, seguindo caminhos pelos campos. As irmãs seguiam um caminho a partir dos rastros de outros carros e pessoas. Porém, em determinadas passagens não haviam estes rastros e, assim, se guiavam, por aquilo que aparecia no caminho. Conforme Ingold (2005), estávamos à mercê daquilo que acontecia, que não estava dado, mas a caminho de ser e acontecer. Era uma árvore, uma mata, um rastro, uma pedra, uma porteira, que remetiam a lembranças das vezes que cruzaram estes caminhos. Conforme as coisas apareciam, improvisavam o próprio caminho em uma criatividade "atencional" que, conforme Ingold (2016), atendia e percebia um mundo em constante criação. Márcia ainda deixava panos brancos atados em árvores, localizadas em determinados lugares, para orientar a volta. Baseadas na história de João e Maria, como comentaram, que deixavam migalhas de pão conforme caminhavam para dentro da floresta, os panos indicariam, na volta, que estavam seguindo pelos lugares percorridos anteriormente.

Ao chegarmos diante de uma mata com árvores grandes entendeu-se que estávamos nas margens do Camaquã. Deixamos o carro, colocamos botas, pegamos anzol e comidas, lanternas e descemos em direção ao rio. A atenção dada as cobras. Elas vão para a areia a noite para caçar e se refrescar. Também podem estar nas

árvores. Luzimar Pereira (2017) etnografou causos de cobras na zona rural de Urucuia, no Estado de Minas Gerais, concebendo, para além das representações simbólicas, enquanto seres que possuem existências conectadas e constitutivas junto aos seres humanos. O autor entende como “mundos em conflitos” o dos humanos e das cobras. Estas últimas, têm um modo de viver marcado pela invisibilidade, em um mundo escuro, de baixo, muitas vezes com hábitos noturnos. Quando se encontram esses mundos, ficam rastros, seja de histórias ou até de ações da cobra como um ataque. Por conseguinte, esses conflitos podem se manter, mesmo após o encontro, e isso acontece quando alguém fica em dádiva com o outro. Luzimar traz o exemplo da cobra Cascavel, que é vingativa. Se alguém machuca ela, a relação se torna pessoal colocando a cobra “ofendida” e a vítima no “circuito moral da honra perdida”. A cascavel passa a perseguir e procurar o inimigo.

As pessoas que moram nas Palmas se referiram as cobras como os bichos mais perigosos. Elas vivem em um submundo, sendo uma vantagem para elas a invisibilidade. Elas não são vistas, porém são habilidosas em observar/perceber os humanos pelo movimento no chão, pelo calor, acompanhando os seus movimentos. O perigo é constante, pois elas podem estar em todos os lugares, seja no chão, nas areias das margens do rio, entre pedras ou “camufladas” em galhos de árvores. Assim, os encontros entre humanos e cobras são batalhas. A cobra é morta com pedras ou pedaços de pau. Enquanto sofre os ataques, atira botes, ou seja, tenta revidar. Seu Beto conta que, se machucar a cobra, ela retorna para revidar a violência sofrida. Tal como os interlocutores de Luzimar, em Minas Gerais, a cobra violentada ou “ofendida” sentirá, como disse Seu Beto, a necessidade de revidar “*e vai andando até encontrar quem a machucou. E tem que ser aquela pessoa*.” Por outro lado, se no primeiro encontro o humano não a ver e pisar em cima dela, esta pode atacar e mordê-lo injetando veneno. As consequências serão para o resto da vida, podendo levar a morte se não tratada imediatamente. Por isso, que os encontros deixam rastros sejam histórias ou até sequelas.

Há que conhecer o rio e seus entrelaçamentos. Enquanto Vera e Didi pescavam o pintado, Márcia me contava que o rio Camaquã muda muito e as partes que, em determinada época, eram rasas, em outra poderão estar fundas. É um rio em constante metamorfose. Por isso, são constantes os acidentes por afogamento. Ele *engole* aqueles que não o respeitam. Conforme observou Adriana Paredes Peñafiel

(2016, p. 119), a partir de uma etnografia com povos campesinos em Cajamarca, no Peru e suas resistências aos projetos de mineração, “as lagoas ‘comem’ gente e animais e, por isso, são caracterizadas como malas (malvadas)”. Nesse sentido, estabelece-se laços de reciprocidade com as lagoas em que as mesmas são alimentadas, já que são o local onde nascem as águas que seguem as veias do “corpo” dos cerros, como fluxos que alimentam a vida e dão vitalidade aos corpos. Pode-se considerar que o rio Camaquã é um fluxo que dá vida e vitalidade aos corpos. Marcia comentou que há alguns anos atrás, em 1989, o rio ficou vermelho devido a um vazamento de mercúrio da antiga mina de cobre. O rio ficou doente, matou os peixes e as pessoas não podiam banhar-se. Entretanto, aos poucos está se recuperando e já observam a existência de peixes que haviam desaparecido com o crime da empresa mineradora.

As famílias da região acampam nos meses de janeiro e fevereiro nas margens do rio. Quando chegamos haviam barracas nos matos que eram acampamentos. Márcia contou que, antes de entrarem no rio, algumas pessoas, conhecidas como as melhores nadadoras, fazem uma verificação da situação atual das águas dando o diagnóstico dos lugares propícios e não propícios para nadar, bem como dos lugares indicados para as crianças e os limites até onde elas podem ir. Para Márcia, o “*rio engana muito*” e, assim, me levou até um lugar, localizado logo abaixo de onde estávamos, que estava com fundura de cerca de cinco metros. A diferença, em poucos metros, era de uma profundidade de centímetros para de metros. As águas batiam, cantavam, nas pedras. Nesses lugares há “redemoinhos” que puxam as pessoas para o fundo. É assim que o rio engole as pessoas. Márcia contou a história de um menino, conhecido por ser nadador, que tentou salvar um amigo que estava se afogando em um desses redemoinhos. O menino salvou o amigo, mas fora engolido por esse redemoinho.

O rio engana também porque a correnteza é muito forte. O atrito da água com as pedras do fundo é maior que o atrito da água com o ar na superfície. Assim, aos olhos de quem vê, é um rio de águas *mansas*. Vera me convidou para pescar. Ao jogar o anzol na água percebi uma forte vibração pela linha que minhas mãos seguravam. Achei que tal fato se dava pela quantidade de peixes que tentavam pegar a isca. Porém, Márcia me disse que eram a correnteza do rio. Assim que, habitar o rio é se juntar ao processo de formação (INGOLD, 2012a). A experiência de estar numa

imensidão de areias cujas margens estão tomadas por grandes árvores e pedras me fez imaginar a fala de Seu Beto das águas que sobem rapidamente. A sensação de não conhecer o rio e as falas que o habitam criavam desconforto. Alguns dias antes, o rio estava tomado pelas águas que saíram “campo afora”. Ainda haviam marcas da presença das águas nos galhos das árvores. Um misto de encanto e terror quando estão enfurecidas. Porém, é importante escutar a fala de outros seres que habitam o Camaquã como a Saracura. Quando o tempo promete muita chuva e, consequentemente, que vai aumentar a vazão das águas, a saracura canta nas partes altas. Por outro lado, se o tempo não promete muita chuva, ela canta nas partes baixas. O rio, assim, se emaranha com vários outros seres e por isso tem vida.



Imagem 23 - Seu Afonso (Tio Lalinho) - Palmas – Bagé. Fonte: acervo de Márcia Colares.

Tal como o rio, as cabras também são *ingratas.* O mesmo se dá para os cães. No caso das cabras e dos cães, a ingratidão se dá por serem bichos em que a domesticação é frágil podendo se asselvajarem a qualquer momento. As cabras tornam-se selvagens quando não são manejadas durante alguns dias da semana. Elas não respeitam as cercas e atacam as árvores frutíferas e os cultivos nos cercados. Sobem em árvores e conseguem acessar lugares de difícil acesso. Já os cães, por sua vez, podem se asselvajar e começar a atacar a criação seja de ovinos, seja de bovinos. “*Eles sabem que fazem errado*”, comentou Cristina. Portanto, realizam os ataques longe dos olhares humanos. Quando são vistos, fogem para o

mato. Os cães são ingratos por terem a potencialidade de traírem a confiança dos seus donos que é uma “antecipação moral” (SIMMEL, 2010), uma expectativa de determinada postura como um “peão” que trabalha na lida com os outros animais.

Seu Beto argumenta da necessidade de “conhecer os animais”. Cada bicho tem uma singularidade e personalidade. Alguns são confiáveis e mansos ao passo que outros são indomáveis. Não é possível prever com exatidão, as fronteiras que delimitam estas diferentes personalidades. Um animal poderá passar de um estado para outro a depender do contexto e da leitura de mundo que está fazendo. Portanto, os humanos estão em constantes negociações com os outros animais. A isso, têm-se a ideia de “*respeitar*” que se refere a seguir determinadas regras e normas de convivência. Por exemplo, não executar a violência desnecessária. Nesse mesmo caminho, que o rio Camaquã é ingrato. Ele engana e isso quer dizer que em determinadas situações, há uma carência de comunicação dos seres humanos com rio. É indomável, e suas águas podem se enfurecer e sair campo afora ou até mesmo engolir outros seres. Por isso que não é possível confiar totalmente no rio e, nesse sentido, respeitá-lo consiste em considerar as regras e normas da convivência tendo certos cuidados ao estabelecer relações. Tal como se dá com a terra e com os animais, deve se criar laços de reciprocidade e respeito com o rio.



Imagem 24 - Atravessando o Rio Camaquã em Palmas – Bagé. Fonte: acervo de Márcia Colares



Imagem 25 - Churrasco na Fazendo da Sossego - Palmas/Bagé. Fonte: acervo do autor.

CAPITULO 4.

DA TERRA “LIMPA” PARA O TACHO “SUJO”:

AGRICULTURAS NA SERRA DOS TAPES

“A terra é a morada da vida. Tudo se acaba, mas a terra não. Toda a riqueza sai da terra. Não pode haver fortuna sem haver terra. A maldição do mundo é o problema da terra.” (HERÉDIA, 1979)



Imagem 26 - Plantando com saracuá –Santo Amor/Morro Redondo. Fonte: acervo do autor.

4.1. Introdução

“Segue o arado revirando a terra;
Porque bem sabe que semente é vida.”

O sol se põe. A luminosidade dá um brilho peculiar às folhas verdes de milho. Os campos verdes, as árvores e as nuvens me trazem uma prazerosa sensação de bem-estar. São raros dias assim. Normalmente, os dias são de um calor insuportável. Os borrachudos estavam calmos o que significava a existência de poucas picadas “coceirentas” no corpo. É época de capinar o milho, ou seja, arar a terra para enterrar ou inibir o desenvolvimento de plantas pioneiras, facilitando o crescimento do cultivar. Na propriedade familiar, no município de Morro Redondo, articulo a antropologia com as práticas agrícolas, com o mexer com a terra. Capinar é um trabalho que nunca deixo de fazer, tanto por obrigação moral, quanto por apreciá-lo. É a primeira capina. Os pés de milho ainda estão pequenos. Plantamos há poucos meses. Antes disso, fizemos procedimentos para a adubação verde. Contratamos um trator que para fazer a aração e gradeação.

Foi a primeira vez que plantamos sementes de milho crioulo na lavoura, produzida por uma cooperativa, a UNAIC[87], do município de Canguçu. Antes plantávamos milho híbrido[88]. Tantas mudanças, tantas histórias foram vividas nesta lavoura. Outrora foi um pomar de pessegueiros e, nessa época, estava cheia de pessoas colhendo pêssegos que eram vendidos às indústrias conserveiras. Tempos depois, a crise do setor, o aumento do uso de venenos pela resistência das chamadas “pragas”, as dívidas, fizeram com que arrancássemos as árvores frutíferas. Cortamos com machados os galhos e contratamos um trator para arrancar os troncos. Hoje é uma lavoura para cultivos em maiores quantidades como o milho e o feijão, chamadas *safras*. Mas amanhã, projetamos construir uma agrofloresta e a terra voltará a ser

[87] União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu.

[88] Embora originário da América Latina o milho, tornado “híbrido”, é uma cultivar carregada de estudos científicos, chamadas tecnologias, que buscam aumentar a produtividade e uma maior uniformidade dos grãos. Para isso, torna-se uma espécie incapaz de se desenvolver em meio as espécies pioneiras, ou seja, se relacionar com estas outras espécies.

nutrida e carregada de vidas marcando um novo ciclo econômico, que é resultado das novas sensibilidades (THOMAS, 1988) acerca dos manejos da terra.

Dei milho para o cavalo tordilho, tomei café, calcei as botas de borracha e nos dirigimos para a lavoura onde nos esperavam, embaixo de uma "*Sombra-de-Touro*", a capinadeira[89] e os correames[90] de tração. Coloquei os correames no cavalo e anexei a capinadeira pelo balancim. Anexei as rédeas ao freio do cavalo e trouxe elas ao meu pescoço. Comunico e o cavalo inicia o movimento entrando na entrelinha. Ele conhece a lida. E serão somente duas horas de trabalho. Em breve chegará a noite. Não se trabalha com sol quente. Na época do verão, os trabalhos ao sol começam depois das 17 h. Trabalhar no horário de sol quente é ruim para o corpo, gera intenso desgaste físico no cavalo e os pés de milho híbrido sentem, já que estão transpirando mais água do que absorvendo. Mexer com a terra pode afetar as raízes que buscam o mínimo de água em suas conexões. Assim, a rotina de um dia de trabalho se dá até às 10 h, na parte da manhã, e a partir das 17 h, na parte da tarde. Como me disse a Vanda, lá no Barrocão em Piratini, devemos *respeitar o sol*.

No início da tarde, na hora do sol quente, caminhei pelo campo e depois sentei em uma pedra na sombra de uma Anacauita. Com o livro "Contos Gauchescos" do Simões Lopes Neto (1976) entre as mãos, refletia sobre as histórias e lembranças contadas por Blau Nunes. Embora muitas vezes visto como um andarilho, o personagem narrador de Simões Lopes não era, de modo algum, um homem solitário, vagando pelos caminhos, sem família. Era, na verdade, um pequeno pecuarista e um lavrador que possuía um "*campito*", tinha criação de animais e plantava milho, feijão. Por vezes, fazia algumas "*changas"*, vendendo a força de trabalho para complementar a renda, sendo uma delas, a de tropeiro. A constatação de uma pampa camponesa cada vez mais fazia sentido para mim e a caixa-preta (LATOUR, 2012) começava a

[89] A capinadeira mecânica, conforme Mazoyer e Roudart (2010, p 400-401), remonta ao advento da revolução industrial, no século XIX, em que a indústria, para se diferenciar dos equipamentos artesanais, passou a elaborar ferramentas que otimizassem processos e aumentassem a produtividade. As ferramentas eram dotadas de dispositivos de regulagem. Assim, a capinadeira mecânica "era um instrumento munido de pequenas lâminas, ou de dentes, montadas em uma estrutura em forma de losango ou triângulo de afastamento variável. Puxada por um ou dois animais, ela arrancava ou cortava as raízes e as ervas adventícias, fragmentava e aerava o solo, freava a subida capilar e a evaporação da água do solo."

[90] Chamadas também de arreios ou arreamentos. Consistem em peças de couros ou borrachas usadas para a tração. Para esta atividade, usam-se duas peças: o freio, comunicando a boca do cavalo à mão do condutor, e o peitoral, peça colocada no lombo com uma tira grossa que afirma o peito.

se abrir. Blau Nunes, um lavrador, descrevia o seu ambiente e sua vida marcada pela presença, vivência e troca de comunicação com o cavalo, com o cachorro, com os bois, com os ambientes.

Assim que, entre tantos livros teóricos e historiográficos sobre a pampa, este livro me fez abrir a caixa preta, um saco cheio de controvérsias. Em cima da mesa da "oficina etnográfica", no apartamento localizado na cidade, ficaram alguns livros que dialogavam entre si. Tantas companhias, partilhando a construção da escrita, mas parecia que cada um me puxava para um lado. Uns afirmavam que a política de sesmarias e a introdução de alambrados gerou a expulsão dos pequenos agricultores, povos indígenas, negros e mestiços, de suas choupanas e terras. Além disso, consideravam que o modelo de criação extensiva, de gado não domesticado, tornava inviável a existência das pequenas e médias propriedade de criação (FREITAS, 1980; 1993). Outros diziam que, embora na história de formação do atual território do Rio Grande do Sul, considerou-se que a base da produção pecuária se consolidou nas grandes propriedades, com uso da mão de obra escrava e peões contratados por temporadas, é possível identificar, a partir de uma conjunção de fatores, a presença de um contingente de pequenas unidades produtivas de criação de gado em pastagens naturais e com mão de obra familiar. Outras estratégias seriam o arrendamento de campo, o uso de pastos de beira de estrada e terras comunitárias.

WAQUIL et al, (2016), estimava a existência de 60 mil unidades produtivas enquadradas na categoria pecuarista e/ou agricultor familiar o que equivalia a 70% dos estabelecimentos rurais no Rio Grande do Sul. É assim que, olhando pelo viés da literatura gauchesca, a presença destas unidades de produção familiar deve ser considerada, para além de um aspecto de viabilidade econômica da criação extensiva, pela maneira como essas populações tinham (e têm) seus modos de viver bem como as estratégias que articulam para mantê-los o que leva também, para além das dicotomias entre a pecuária e a agricultura.

O cavalo tordilho, puxa a capinadeira com uma leveza e tranquilidade. Animal forte, com vitalidade. Faz muitos anos que pratica isso e deve ter desenvolvido uma técnica para o menor esforço. Sabe a hora de parar, de fazer a volta e entrar na próxima entrelinha. Espera o fim da jornada para receber a merecida ração de milho, retribuição as horas de trabalho. Poucos movimentos eu preciso fazer na corda para coordenar os movimentos do cavalo. Um deles é coordenar a entrada na próxima

entrelinha de milho. Meus movimentos são poucos, apenas nesses momentos de volta. Quando a terra está molhada, ele consegue ver a terra mexida e sabe que deve entrar no próximo vão. Ao longo do correr a entrelinha apenas controlo a direção das enxadas. Coordenam-se os meus braços e os braços da capinadeira, a corda que enlaça o meu pescoço e me liga a boca do cavalo.

O Tordilho, como chamamos, era ensinado apenas para a montaria. Para aprender a tração, por vários dias, o fizeram puxar um tronco de madeira. Por vezes subiam neste tronco fazendo com que o animal fizesse mais força. Assim, do mais leve ao mais pesado, foi aprendendo a puxar. Os/as agricultores/as dizem que o "c*avalo tordilho é puxador*" como se trouxesse dentro de si essa qualidade. E assim foi. Tornou-se um exímio puxador. Não havia peso que não puxasse. Firmava o garrão, baixava o pescoço e a tora entrava em movimento. Não podia estar magro. Se assim o fosse, era perigoso "*estragar*" e não teria mais condições de puxar. Mas sempre estava gordo, elogiado pela força e beleza. Com ele aprendi a trabalhar na capinadeira. O pai segurava as rédeas e eu me preocupava em treinar os braços para o movimento da capinadeira. Depois de um tempo consegui coordenar minha atenção aos movimentos do cavalo, com os movimentos da capinadeira.

Conforme aprendia a manejar a capinadeira, aprendia a afeição ao movimento das enxadas fazendo sulcos na terra sentindo, já enfatizada pelos meus interlocutores e interlocutoras. O encontro das enxadas com as ervas e com a superfície cria um som do solo rasgado e o cheiro de terra úmida e fértil dá uma prazerosa sensação. Junto a isso, o olhar se perde nas ervas que vão sendo enterradas ou viradas pelas enxadas. Milhã, tapuã, guanxuma, tanchagem, carquejas e picão tornam-se adubação verde e trazem vida nova a terra, outrora castigada pelos biocidas. A cada linha cruzada, vai-se aperfeiçoando o propósito maior de um lavrador que é enterrar o maior número de ervas possíveis, articulando os movimentos do cavalo com os da capinadeira de maneira a enterrar as ervas sem afetar as raízes do cultivar. Entretanto, o desequilíbrio da terra e as monoculturas possibilitaram a presença de uma invasora, a "grama-seda[91]" que se dispersa pela área em formas rizomáticas,

[91] Cynodon dactylon – Conforme o site Agrobase Brazil, é uma planta "invasora" presente em mais de 100 países, sendo considerada de "difícil controle". "Uma planta pode produzir até 5 metros de rizoma em 80 dias", que se concentram na camada arável do solo embora seja recomendada para estabilizar o solo em aterros (AGROBASE BRASIL, 2020).

dificultando a aração. Nesse sentido, deve-se capinar quando a grama ainda está pequena e não entrelaçada.

Os pés que calçavam botas seguiam os ritmos compassados dos passos das patas do cavalo. Seria melhor se estivesse com os pés no chão, como faziam os meus pais, mas perdi essa habilidade. O terror das cobras, dos tocos e espinhos no chão me fazem usar a botas, mesmo sentindo muito calor. A capina, regada pelo entardecer, o sol indo dormir, o suor pingando de meu rosto e meu corpo, o cheiro do suor do cavalo, a pequena e estranha garoa trazida por uma nuvem que veio da Lagoa dos Patos. Todos esses elementos trouxeram a sensação gostosa de estar sentindo e fazendo parte da formação daquele ambiente juntos aos animais, a terra, aos pés de milho, ao céu, as nuvens e as sons desses emaranhados. Como observou a antropóloga Patrícia Cruz (2017), "viver entre processos de crescimento e colheita (morte) configura muito mais do que um fazer, mas um modo de habitar o mundo onde pessoas, não-humanos e materialidades técnicas se criam e se transformam cotidianamente."

Embora, muitas vezes considerados como "tecnologias simples", as ferramentas de lavração, no caso, o arado, a grade e a capinadeira, seja com tração animal ou motorizados, carregam uma história com centenas de anos de estudos e aperfeiçoamento. Conforme escreveram Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (2010), o arado atual é um aperfeiçoamento do "arado charrua", criado na Idade Média, que, por sua vez, constituía uma inovação em relação ao "arado escarificador". Enquanto o escarificador apenas rasgava a terra, o charrua era uma ferramenta com capacidade para cortar e revolver o solo em forma de leivas ou torrões. Seja de telha ou de disco, o arado corta uma faixa de terra continua a medida que avança, enterrando a vegetação e os resíduos orgânicos, como o esterco, com rapidez e linearidade. Uma série de inovações trouxe o "arado charrua", sendo uma delas a existência de dois braços, ou cabos, que permitiam equilíbrio e possibilitavam seguir uma linha reta.

Entretanto, seguem os autores, embora seja uma forma de lavrar a terra com rapidez e eficiência, o arado não permite a perfeição trazida pela "lavração a braço", com enxadas ou enxadões[92], já que deixa o terreno com torrões e muitas ervas não

[92]Sobre isso, Mazoyer e Roudart (2010, p. 273) escreveram: são compostos "por uma lâmina de aproximadamente 20 cm de largura, e de um cabo de madeira de mais de 1 m. Na melhor das

enterradas. Para isso, então, tem-se a “grade”, armação onde são fixadas pontas de ferro ou discos, para desfazer os torrões e cortar as ervas residuais - que ficaram -, tornando a superfície uniforme e preparada para semeadura. Sobre a capinadeira, os autores escreveram,

> as plantas “mondadas” (...), muito exigentes em trabalho de preparo do solo, não poderiam ter se desenvolvido plenamente sem a ajuda das capinadeiras e enleiradeiras de tração animal, que substituíram enxadas e enxadões manuais. A capinadeira mecânica era um instrumento munido de pequenas lâminas, ou de dentes, montadas em uma estrutura em forma de losango ou triângulo de afastamento variável. Puxada por um ou dois animais, ela arrancava ou cortava as raízes e as ervas adventícias, fragmentava e aerava o solo, freava a subida capilar e a evaporação da água do solo. (MAZOYER & ROUDART, 2010, p. 404)

Portanto, ao conectar a mão ao braço de um arado puxado a tração animal, me sinto tão moderno quanto o lavrador dentro de um trator controlando o sistema pelo computador. A questão está, conforme Keith Thomas (1988), relacionada às sensibilidades associadas ao trabalho na terra. Após arar e gradear, semeamos o azevém, que é uma gramínea forrageira que compete com as outras ervas e impede o seu desenvolvimento. No inverno, o azevém torna-se pastagem para o os animais suprindo-os de nutrientes escassos pela hibernação das gramíneas no campo. Quando a pastagem está alta, colocamos o gado. Os animais deixam esterco e comem as pontas das folhas, baixando-as. Tempos depois, retirou-se os bichos e passou-se novamente a grade, que cortou e enterrou os pés de azevém para torná-los adubo verde e proteger a terra da erosão das chuvas.

Com a terra gradeada, estendemos linhas de um lado a outro da lavoura, a distância de um metro entre elas, e plantamos. Uma das transformações observadas por Thomas (1988) refere-se às sensibilidades acerca de terra, num jogo ambíguo entre a paisagem cultivada, domesticada e produtiva e a paisagem natural, desordenada e improdutiva. Conforme o autor, a aradura trouxe simetria e, plantar em linhas retas, para além de um modo eficiente de aproveitar espaços, era também a representação da imposição de “ordem humana ao mundo natural desordenado” (*idem*, p. 304). A simetria e regularidade constituíam (e constituem) os traços

hipóteses, a lâmina é em aço temperado e é fixada ao cabo por meio de uma argola metálica. Com o cabo, anexado a mão, “é balançada de alto a baixo e penetra o solo por percussão.”

essenciais da imagem de uma “boa agricultura”. A paisagem uniforme, está associada a produtividade, um elogio ao solo limpo e a mata “conquistada”. Entretanto, segundo o autor, no século XVIII novas sensibilidades emergiram em relação a natureza agreste e irregular, como local de renovação espiritual. Contra o avanço das fronteiras agrícolas em direção às matas e montanhas, enquanto lugares de culto ao indivíduo, essas novas sensibilidades passaram a questionar o “elogio a limpeza” e à terra dominada.

Ao longe, no outro lado do Arroio da Taquara, escuto os gritos de peões, latidos de cães e berros de vacas. Enxergo os movimentos das vacas de cria se dirigindo ao rodeio. Ali, naquele campo, articulam cria e terminação em confinamento. As vacas, vivem e pastam nos campos e matos. Os terneiros, quando nascem, acompanham as vacas pelos campos e, quando estão no período de desmamar, vão para o confinamento recebendo rações de milho e soja. Mais acima, nas nascentes do arroio da Taquara e de outras águas que descem os morros seguindo seus cursos em direção à Lagoa dos Patos, ouço o ronco de um trator que trabalha no cultivo de soja. Certamente, está percorrendo as entrelinhas e aplicando algum biocida, para matar as ervas que “competem” e inibem o desenvolvimento do cultivar, ou colocando algum inseticida para inibir o “ataque” das “pragas”. Thomas mostra que as sensibilidades em torno da “natureza” emergem e se sobrepõe conforme os movimentos das sociedades. As lavouras, então, nem sempre estiveram associadas a natureza domesticada, embora essa sensibilidade se acirrou no âmbito da modernização da agricultura. Ingold (2015b, p. 17/18) escreveu que a colonização, ou domínio, não é a imposição de um mundo linear sobre outro não linear, mas a transformação dos traçados por onde transitam a vida fechando-os e confinando-os em formações verticais.

É olhando para estas distintas formações e sensibilidades acerca da paisagem agrícola que chegaremos na Serra dos Tapes[93] que engloba os municípios de Pelotas, Canguçu e Morro Redondo. A denominação Serra dos Tapes está relacionada ao

[93] Segundo as narrativas *Mbyá Guarani*, *Nhanderu Tenondegua,* quando criou o mundo, destinou os matos aos *Mbya* e os campos para os *Juruá* (brancos) criarem seus animais. Então, “onde há mato é terra guarani” (SOARES, 2012, p. 104). O bioma propício ao exercício do “modo de ser guarani” é o Bioma Mata Atlântica e, assim, o território que equivale as Serras dos Sudeste está entre as terras idealizadas pelos Mbya considerando que permite as condições de vivencia para o estabelecimento de uma tekoá atendendo aos requisitos que dão condições para o plantio de seus cultivares tradicionais, caça e pesca e seu bom modo de viver (FREIRE; BENEDETI, 2014).

contexto histórico de ocupação indígena, da tribo tupi-guarani, conhecidos como Tapes. Como parte da diversidade da Serra do Sudeste, a sua parte sul, a Serra dos Tapes, é caracterizada pelo predomínio da floresta - floresta estacional semidecidual -, com predomínio de espécies características da mata atlântica tais como araucárias, figueiras, cedros, canelas. Associado a isso, tem-se a presença de populações tradicionais com comunidades quilombolas[94], indígenas e famílias descendentes de imigrantes europeus. Estes últimos chegaram, primeiramente, na segunda metade do século XVIII, quando os povos açorianos de Povo Novo da Torotama, que atualmente faz parte do município de Rio Grande, iniciaram a invasão das terras de Pelotas - incluindo Morro Redondo e Capão do Leão -, Cerrito, Canguçu e Piratini (BENTO, 2007). No final do século XIX, se incrementou a imigração, por intermédio das políticas de colonização, onde os chamados “colonos”, receberam frações de terras na região.



Imagem 27 - Casa na Serra dos Tapes – Santo Amor/Morro Redondo. Fonte: acervo do autor.

A estrutura fundiária dos municípios se caracteriza pela presença dos estabelecimentos familiares que correspondem a cerca de 90% dos estabelecimentos, ocupando uma área média de 45% do território (BECKER, 2010). Como “povos de

[94] “O arroio Pelotas foi a principal rota de fuga dos escravos, rumo à Serra do Tapes, região pouco povoada e com matas abundantes. Os fugitivos foram se reagrupando, formando pequenos quilombos (...)” (CAPA, 2010, p. 7). Conforme estimativa de Pinheiro et al (2018) na região contabiliza-se cerca de 43 comunidades quilombolas.

floresta” em meio a pampa, essas populações desenvolveram uma diversidade de conhecimentos no manejo das espécies arbóreas nativas bem como espécies exógenas, desenvolvendo manejos agrícolas entre o tradicional e o moderno, entre linhas tortas e retas, caracterizando um saber agrícola e doceiro sustentado em receitas familiares a base de frutas, no uso do tacho de cobre, na colher feita em madeira, no fogão a lenha e nos conhecimentos sobre o manejo dessas espécies.

4.2. Por entre os ecos dos morros, gritos que animavam bois

> *“Outra caravana se reuniu a nós, a noite, de modo que os ecos destes morros repercutia os gritos barulhentamente selvagens dos arreadores, acompanhados de gestos e palavras, para animar continuamente os bois: e mais ainda o ringir indefinível dos eixos de madeira, aquecida pelo atrito.” (ISABELE, 1983, p. 25)*

Os antigos lavradores sempre rememoram a aração com tração animal e o encanto ao desenhar as linhas. O andar lento e preguiçoso dos bois, o contato dos pés com a terra, o olhar que se perdia na formação das vergas pela telha do arado, as ervas e a gostosa sensação do cheiro da terra molhada, configuravam os aspectos de um trabalho que, embora pesado, era marcado por boas sensações e criatividade. No município de Morro Redondo, até há alguns anos, depois dos períodos de chuva da primavera, era momento em que todos/as lavradores/as começavam a arar a terra com tração animal para plantar milho, feijão, batatas, entre outras. Assim, ouviam-se os gritos dos outros vizinhos que estavam fazendo a mesma atividade. Mas não eram somente gritos de lavradores que ecoavam por entre os morros. O município é atravessado pelo antigo caminho Canguçu-Pelotas por onde cruzavam tropas de gado, carretas de bois e carroças de cavalos levando mercadorias da agricultura e pecuária familiar para a cidade de Pelotas. Algumas carretas e carroças, contam os/as moradores/as, cruzavam por essas estradas em direção às lavouras de arroz da região de Pelotas. As carretas e carroças transportavam a produção das lavouras para os locais de trilha, onde separavam-se grãos com auxílio do debulhar mecânico.

Esses caminhos formam parte do passado do município, contados pelas experiências das gerações que a viveram. Assim, em um domingo, estava nos

preparativos para a organização da “Festa do Doce Colonial” que ocorreria na praça central do município. Sobre a festa e o doce vamos conversar um pouco mais adiante. O que importa aqui é o que, etnograficamente, descobri. Ajudava na formação das barracas junto aos/as expositores/as que venderiam artesanatos, doces, sucos e outros produtos coloniais. Seu Ervino, morador local e um dos fundadores do museu histórico do município, comentou que no lugar em que estávamos, paravam as tropas e carretas que saiam de Canguçu, Piratini, Caçapava do Sul e outros lugares em direção à Pelotas. Ao lado dessa praça, havia um conjunto de casas que foram, outrora, locais para venda e de abrigo de tropeiros e outros viajantes. Hoje, nesses galpões se abrigam alguns caminhões. Em volta de onde estávamos haviam árvores e no centro uma área em que colocaram areia para ser uma quadra de esportes. Ali haviam pastos em que vacas e bois ficavam descansando da jornada e se alimentando. Seu Ervino disse: “*Eu lembro que, de longe, ouvíamos os gritos dos tropeiros, o berro dos bois e a mãe já gritava para entrarmos para dentro de casa. Mas queríamos ver o gado passando*.” O morador lembrou também das carretas e o barulho que o atrito do eixo fazia com as rodas bem como as sinetas que carregavam os bois *sinuelos*, que orientavam o ritmo dos outros.

Quando estava em trabalho de campo no município de Piratini, em uma conversa com o Carlinhos, presidente da associação de pecuaristas familiares do Barrocão, o mesmo comentou que seu pai, viajava dias e dias de carroça saindo de Piratini, cruzando pelo Morro Redondo e chegando em Pelotas, para vender doces, feijão, batatas, galinhas, porcos, ovos. Seu Neves, com quem aprendi os primeiros passos da lida campeira, morava, desde criança, nas margens da rodovia BR 293, e assistia as tropas cruzarem diariamente, em frente à sua casa. Agora, como as pessoas percebiam esses caminhos?

Em uma conversa degravada[95] encontrei as narrativas de Seu Valdemar Goes, que morava no Quinto Distrito do município de Piratini. Pude aprender um pouco sobre a experiência de ser tropeiro e suas relações com os animais. Era um agricultor, pecuarista familiar, quilombola e ex-tropeiro. No contexto da entrevista, realizada em 2011, estava com 86 anos. Seu Valdemar começou cedo a tropear, com dezoito anos

[95] A entrevista é parte do acervo do INRC – Lida campeira na região de Bagé/RS. Foi disponibilizada pela Profa. Dra. Rosane Rubert por meio de suas pesquisas com comunidades quilombolas na Serra dos Tapes. A partir da transcrição da entrevista, construiu-se uma ficha disponível em Rieth et al (2013).

mantendo esse modo de viver até os cinquenta anos de idade. Corpo nutrido, se criou "tipo bicho", forte e de pés no chão.

> *Fui criado comendo pão assado na pedra. Amassa o pão, cobre ele, sova ele bem sovado, bota torresmo de porco, bota banha e sova para lá e para cá, e para lá e para cá, até que ficasse bem sovadinho. Depois botava a pedra no fogo de chão. Naquele tempo era de trempe, gancho, botava lá no meio do caibro, e botava lá embaixo, deixava a panela ali para ferver, para cozinhar, ali, e botava lenha na volta. (...) E ali, com a negrada na volta, quatro, cinco filhos, outros com dez, outros com doze. E andavam na volta esperando aquele pãozito para comer. (...) A mãe assava naquele forno mais ou menos com dois palmos de largura, ela estendia aquele pão naquela pedra quente e para não desandar aquilo de cima da pedra. (...) Era uma coisa que, a gente era criado meio assim, tipo bicho. E a gente se criava forte, sadio, pé no chão, geada. A gente ficava, meio comparando, tipo animal, forte.*

Tal força, coexistindo com corporalidades nutridas, colocava como forma de lidar com os bichos, também fortes. Como se tivesse uma igualdade de condições entre corpos fortes que se enfrentavam: *"Tu tinha que pegar um boi brabo, que atropelasse, que já estava uma fera, que atropelava cavalo, que atropelava de a pé. (...) No dia que nós tínhamos que pegar, se juntavam cinco ou seis. 'Se sair por ali eu laço'. E o outro: 'se sai para mim eu pego'. E se tiver que agarrar, nós agarremos! (...)* A lida campeira, nos matos se dava também juntos as árvores: a *coisa que mais gostávamos era pegar um boi brabo, agarrar. (...) O sujeito trepava para cima de uma árvore, ia se empoleirando e chegava onde estava o boi brabo, atropelando cachorro, atropelando cavalo. E a gente ia por cima das árvores e quando apeava saia com ele agarrado. Aquilo era uma coisa que, era melhor que comer um quilo de doce!*

A terra em que plantava e habitava fora adquirida pelo seu Sogro, também tropeiro e capitão de tropa*. "Foi feito um câmbio de ovelha pela terra.* (..) *Ele criava, assim, na terra dos outros. Depois veio vindo, veio trabalhando, forcejando. Até que obteve essa terra, essa propriedade".* Juntos, formavam a tropa comprando gado na região: *ele ia lá e comprava, ele tinha muito crédito* [e] *levava, fazia dinheiro, vinha, pagava, e comprava de novo. Era assim. (...). Levava para o Anglo e para a cooperativa* [chamada Sudeste]. O número de reses se dava em torno de "*setenta, outras vezes com cem, com cento e cinquenta, outras vezes com duzentos. E era assim, a coisa ia indo assim*." Ovelha também. "*A ovelha é mais embromada, porque é mais pequena, o passo é mais pequeno. Então, levava mais um dia ou dois, 'devagarzito'. (...) uma tropa às vezes com setenta, com oitenta, outras vezes com*

cem, cento e cinquenta." O gado não perdia peso, porque tinham pastagens e seu Valdemar fez referências aos antigo *paradouro* com pastagens, sendo uma delas a do Alto Alegre, localizado no município de Cerríto.

> *A gente deixava o gado no meio dia, a gente fazia o meio-dia e o gado pastava, descansava. Quando era nos arroios tomava água.*" A "*carne sempre quebra um pouquinho, mas não é muito. (...) Estas pastagens eram tapadas. Tinham potreiros, vamos dizer, com quatro, cinco braças, dependendo da tropa. Se eram cem reses, botava uma tropa aí em 12, 13 braças. Para ficar na noite, e no outro dia de manhã seguia a tropa."*: *Era antes daquela estrada que vai sair no Cerrito, naquela encruzilhada, no Alto Alegre. [era também uma bailanta, ou seja um lugar para festas] Depois, lá adiante do alemão. Depois lá no Otavio Carpes. Depois no Otavio Souza. Tinha uma que já era lá perto da igrejinha, aquela que vai sair lá na Terezinha. Depois na Agrícola."*

A alimentação na viagem se dava pela carne, salame, fazia café. Quando era de noite, faziam comida de sal. ". Por vezes, levava a metade de ovelha, mas isso dependia dos tropeiros.

> *Fazia fogo no chão. Naquelas panelas, nas pastagens já tinha aquelas panelas dos tropeiros. E as vezes, se era em alguma venda que a gente chegava, comprava carne ou o que tivesse para fazer comida. Fazia uma arrozada lá, um carreteiro, no outro dia seguia. Fazia um café e ia embora. Chegava ao meio dia, fazia um churrasco, churrasqueava, e vamos de novo. E ia tocando os bois. Ia embora, até chegar no Anglo. Na hora da parada, alguns "traziam água, já outros faziam mate, outros cortavam o espeto, já espetavam a carne, botava assar. E o chimarrão seguia, antes do chimarrão beliscava um trago de canha, aquela canha pura. Churrasqueava. Alguns que queriam, tomavam um cafézito em cima. Encilhavam os cavalos, e vamos soltar a tropa na estrada de novo.* (...) *Quando chovia, ali, botava um ponche castelhano, fazia um fogo, pegava um facão estendia um ponche grande em cima e fazia fogo em baixo. Agarrava uma garrafa de álcool, quebrava graveto, botava ali. E a água estava caindo [chuva], mas gente estava ali fazendo fogo, tomando chimarrão, assando carne. É, isso aí tudo a gente sofria, mas acostumava, porque, chegava perto de uma tropa, a gente estava com vontade: ah, vamos tropear, vamos fazer tal coisa.*
>
> "*Nós tínhamos um dado, que era cinquenta rês para cada tropeiro*[96]*. Era o que mais ou menos cabia para cada um na tropa. Se conseguir cem res, eram dois tropeiros. (...) Se um tem que sair, prendeu um gado no arame, deu um disparo na tropa, tem que ter uns dois ou três lá para buscar, tem que ficar outro ali na tropa, mais uns dois ali, e tudo assim. E era assim que andava*". "*Nessa volta de Pelotas ali, Capão do Leão, Cerro das Antas, tinha 'bicho véio'* [ladrões de gado] *que, se não ficava de olho, quando descia com a tropa, apartava uma vaca ou duas. E era assim. Tinha que ficar um lá na ponta do*

[96] A comitiva era formada pelo "capitão de tropa" e os "empregados".

> *gado, dois assando carne lá, mais dois ou três aqui noutra ponta, e o gado no centro.*"

E acontecia de as tropas se encontrarem ao longo da estrada, o que Seu Valdemar chamava de "dar desvio da tropa":

> *Se eles iam ficar numa pastagem, a gente ficava na outra. E era assim, às vezes tinha que dar lugar porque uma tropa era para entregar hoje, com o compromisso de entregar hoje, ela tinha que cruzar, tinha que tocar. Então a gente tinha que dar o desvio para aquela outra tropa cruzar. Tirava o gado para o costado, num corredor, e ali ficavam os campeiros, tudo de a cavalo. Metendo o cavalo aqui, bota o cavalo ali, bota para cá, volta para cá e lá... E a cachorrada ali. Encilhava o gado e a outra cruzava e ia embora. (...) Os tropeiros ajudavam uns aos outros. A raça de tropeiros eram muitos unidos. Tudo trabalhava com a mesma profissão né?! O importante era a venda. As vezes a gente passava os dias molhado, bota molhada, e a água batendo, a gente gritando com os bois... A gente botava um chapéu e um ponche e ia embora. Viajando, lutando, né.*"

Nesta vida tropeira, de caminhar e caminhar, Seu Valdemar comentou a importância de manter, pelos caminhos, uma relação saudável, que gerasse reciprocidade, o que chamou de "*deixar a estrada limpa*". "(...) *tinha que deixar a estrada limpa, que a gente saísse e pudesse voltar. Esse era o ideal da gente, ia lutando, trabalhando, ganhando o pão, mas cuidando do caminho para o dia de amanhã. E por isso que eu estou vivendo, contando as minhas histórias passadas."*

Como escreveu Adriana Silva (2006), a atividade tropeira não envolvia somente o ato de conduzir o gado, mas envolvia outras mercadorias. Seu Valdemar produzia fumo em corda para vender nas andanças.

> "*Fazia a muda, tirava a semente, fazia o viveiro, e plantava no viveiro. Ela nascia e quando estava um tanto assim [refere-se ao tamanho da muda] mudava ela, daí botava na terra, né. E capinava ela e ia até o ponto de ficar um pé grande, com as folhas largas. Dali colhia, quando ela estava madura, tirava ela, destalava, e pegava na mão, assim, pegava ela ia tirando aquele talo. (...) E depois passava ela por dentro de uma da outra, e fazia um sovéu, como os da ovelha, assim. E cortava uns porretes e ia enrolando ali. Ia enrolando, enrolando, fazia aqueles rolos com doze, vinte quilos, trinta quilos. E depois, passava um dia, no outro, tirava e ia dando uma torcida, um aperto nele, para fazer o fumo, para curar ele, para depois vender. Enlaçavam ele e iam vender."*

E, assim, as tropas seguiam pela estrada em direção aos frigoríficos às margens do canal São Gonçalo, deixando rastros e histórias. Seu Rui, morador da

colônia Santo Amor, em Morro Redondo, comentou as lembranças das tropas que cruzavam. Ao longe se ouviam os gritos dos tropeiros. Eram tropas de todos os tamanhos de 100 a 500 cabeças de gado. Os moradores da região vendiam gado para estes frigoríficos. Haviam atravessadores que juntavam pequenos lotes de gado para formar uma tropa. Hoje, as tropas circulam pelas estradas nos momentos de troca de pasto. Mas não é somente bois que eram e são comercializados na cidade de Pelotas. A região é reconhecida por outras intensidades associadas à criação que se referem aos manejos agrícolas e a reconhecida tradição doceira. Vamos entender um pouco destas tramas.



Imagem 28 - Tropa na antiga rota Canguçu-Pelotas, atual município de Morro Redondo. Fonte: Acervo do Museu Histórico de Morro Redondo.

4.3. Terra “limpa” para a planta-fábrica

Conforme a antropologia de Seu Valdemar, a força e vitalidade, como forma de coexistir e lidar com os bichos, também fortes e vigorosos, não é, porém, a mesma força de coexistência com o trator.

> *Antes se plantava trigo, aveia, alpiste, linho. A gente plantava já mais ou menos, praticamente quase sabendo o que colhia. Plantava um alqueire de trigo, era uns dez, vinte sacos. Hoje a gente planta um saco ou dois para colher quatro, cinco. Foi um ponto que o plantador teve que parar, o pequeno plantador, porque não tinha produção, não tinha com o que se defender, foi parando. E o grande foi chegando tinha trator, tinha força né. Então plantava bastante.* (...). *Nós plantávamos o trigo, o milho, milho catete, catete branco, para o pão*. (...) *Até a cevada, porque tem a cevada miúda e cevada graúda. A graúda era para fazer a canjica, botava ela de longe aquela canjica ia crescendo, se abria, quando ela estava bem abertinha, estava pronta para cozinhar. Misturava com carnezita de porco: ah, chegava dá laçaço! (SEU VALDEMAR GOES, 2011)*

Os tratores, carros e os caminhões, com mais força, colocaram para as barrancas as tropas e carretas. Entes indesejados com buzinas que não respeitavam as boas relações da estrada.

> *(...) o pessoal era meio estúpido, né. Pensavam, porque tinham um carro, metiam por meio de uma tropa e tocavam tudo por diante. Então, o tropeiro tinha que desviar, tinha que parar, e ia acuando o gado, tirando o gado. Vinha tirando o gado e ia chamando, e o carro vinha vindo, detrás, lá na ponta da tropa. Aí ele seguia, ia adiante, dava a volta e repontava a tropa de novo. Se vinha outro carro de lá, tinha que fazer a mesma coisa né, tirando para os carros cruzar. Mas os carros tinham que respeitar, porque o carro tem freio, mas a tropa não tem. É, tudo era assim. Mas depois o pessoal até foi acostumando. Mas antes a coisa não era fácil, se metia o carro, a gente prendia o grito (...)*

Como um ente da modernização agrícola que viveu a região, o trator trouxe outros parâmetros para as relações entre humanos, terra e plantas. Os agricultores cortam os pequenos arbustos existentes no meio da lavoura para não *atrapalharem* o trator. É como se limpassem o lugar para esperar esse ser forte, vigoroso, dominador. O trator trouxe consigo outras relações com a terra. E isso fez com que o milho, signo de vitalidade, que dava "*laçaço*", se tornasse um alimento "fraco", transgênico.

Para Flávio Sacco dos Anjos e Nádia Velleda Caldas (2009) os povos agricultores que se formaram no contexto do "extremo sul" estiveram vinculados às dinâmicas do mercado do consumo urbano pelotense, dedicando-se a agricultura diversificada, a pecuária de pequena escala e a produção de frutas e de doces, principalmente o pêssego. Ainda hoje a região é responsável por 90% da produção nacional de pêssegos em conserva. O crescimento dessa cultivar esteve associada às trajetórias das indústrias conserveiras de caráter artesanal. Um levantamento

apresentado pela pesquisadora Adriana Paola Paredes Peñafiel (2006) contabilizava, em 1954, cerca de 100 estabelecimentos artesanais voltados para fazer conservas.

Em conversas com as famílias proprietárias das indústrias conserveiras de Morro Redondo, comentaram que seus pais eram produtores de frutas e faziam doces nas cozinhas artesanais. Seu Albino Neumann, por exemplo, era agricultor e tinha um pé de marmelo no quintal de sua casa e, um dia, decidiu fazer um doce para vender. As pessoas aprovaram o doce, feito a partir das receitas passadas de geração em geração, o que gerou a dedicação para ampliação do negócio de um processo para a criação da indústria conserveira com produção em série. Algumas famílias, por influência das demandas, passaram a dedicar um espaço, chamadas *fabriquetas*, para a produção de doces, contratando, eventualmente, os serviços de vizinhos e familiares para beneficiarem as frutas e mexerem os tachos. Eram produzidas frutas em conservas, doces caldas ou em caixinhas, "*que são cortados de faca*", que eram vendidos nos comércios da região.

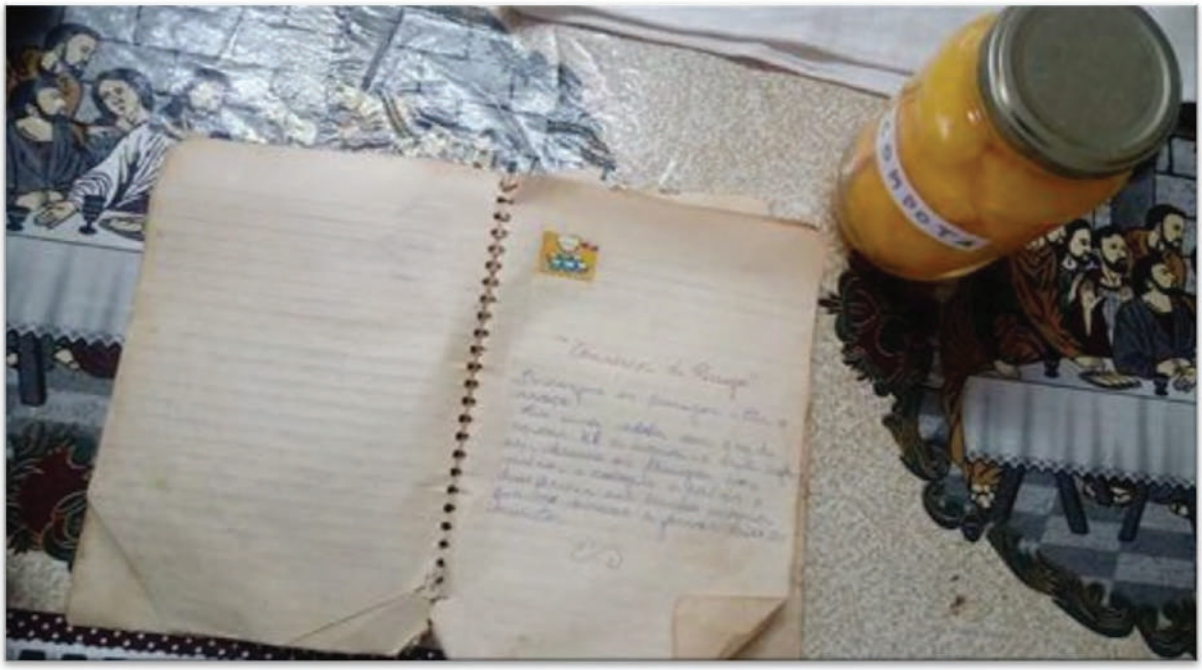


Imagem 29 - Caderno de receitas de Solange Cruz – Açoita Cavalo/Morro Redondo.
Fonte: acervo do autor.

Mas como se deu esse aumento das agroindústrias conserveiras? As famílias vinculam ao "perfil empreendedor" dos pais, que estavam "*a frente do seu tempo*", que "*sempre tiveram a necessidade de melhorar, de se modernizar*", fazendo com que "*sempre fosse em busca de coisas novas*" trazendo máquinas importadas da Europa.

Entretanto, é possível atentar para um contexto de atuação de um “Estado Empreendedor” (MAZZUCATO, 2014), investidor em desenvolvimento tecnológico e de pesquisa. A partir da Era Vargas as políticas desenvolvimentistas, sustentadas no modelo de substituição das importações, através de incentivos fiscais e de créditos, começaram a incentivar a implantação das grandes indústrias conserveiras, formando o complexo agroindustrial de doces e conservas na região de Pelotas. Nisso tem-se a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com o objetivo de desenvolver pacotes tecnológicos para a agricultura. Por conseguinte, conforme os relatos das famílias, foi por intermédio da “Metalúrgica Guerreiro”, ligada a um coronel militar, que, na década de 1960, começou a produzir latas incentivando famílias a investirem na fabricação de conservas enlatadas. A metalúrgica também produzia máquinas para o processo de produção, como a *recravadeira* manual para fechar as latas (RIETH et al, 2008).

Nesse movimento, se deu a consolidação da modernização agrícola, em que as grandes indústrias conserveiras começaram a se instalar nas áreas urbanas e rurais de Pelotas e Morro Redondo. Reclamavam o desenvolvimento de tecnologias e pesquisas para a criação de variedades precoces e tardias com objetivo de estender o ciclo fabril e criar variedades de frutas de maior tamanho. Tal fato está associado a “revolução verde” que surgiu entre os anos 60 e 70, após a Segunda Guerra Mundial, quando os países vencedores da guerra, que obtiveram grandes lucros, junto com as indústrias armamentistas, buscavam alternativas que continuassem garantindo esses lucros. Com o discurso de aumentar a produção de alimentos e acabar com a fome no mundo, com o apoio dos governantes de diferentes países, sustentados em uma visão de desenvolvimento linear (ACOSTA, 2016), a revolução verde trouxe para a agricultura o chamado “pacote tecnológico” que é um conjunto indissociado de tecnologias agrícolas sendo elas a monocultura, a mecanização, os fertilizantes sintéticos, as sementes hibridas, os agrotóxicos e, recentemente, as sementes transgênicas (MADEIRA et al, 2012).

Com o processo de normatização e padronização da produção, as *fabriquetas* e cozinhas artesanais passaram a ser pressionadas em um processo que as tornavam inviáveis. O ato de caminhar a pé pelas estradas do município de Morro Redondo é observar estas materialidades ligadas às casas. As fabriquetas eram formadas por um fogão onde se colocavam os tachos de cobre. O fogo era alimentado com lenhas de

madeira. Penduradas nas paredes ficavam os *mexedores* ou colheres de madeira. Havia uma mesa onde se beneficiavam as frutas antes de irem para os tachos. Uma época em que "*todas famílias produziam doces"* e *"quem não produzisse doce, passaria fome.*" Aqueles que não produziam doces, cultivam frutas. O desenho de uma propriedade[97] era dado como complementaridades entre matos e capoeiras, lavouras, campos, pomares ou quintas – hortas - pátios/terreiros - casas/*fabriquetas*. Dos matos e capoeiras saiam as lenhas para alimentar o fogo. Saiam também as ervas medicinais; das lavouras vinham o milho, o feijão, o trigo, a batata-doce, a abóbora; nos campos coexistiam o gado leiteiro, de corte, bois e cavalos de tração; dos pomares ou quintas saiam os pêssegos, marmelos, figos, goiabas. Dos pátios/terreiros vinham os ovos, galinhas, porcos, patos e frutas; das hortas saiam as verduras e legumes voltados, basicamente, para o autoconsumo.

As casas/fabriquetas eram os espaços do consumo e beneficiamento dos componentes básicos da dieta e da renda da família que agregavam valor aos bens primários, como frutas, tubérculos, ovos, transformados em doces e conservas (doces e salgadas). Mas todos poderiam serem considerados espaços de produção e consumo em um ciclo da vida. As cascas de abóboras eram destinadas para alimentar porcos, o milho alimentava humanos e bichos, os estercos alimentavam as lavouras e pomares. O gado se alimentava nos campos e matos, lavouras e pastos. Há que destacar a existência de moinhos para a moagem de grãos como milho, trigo de onde derivavam uma diversidade de produtos já elencado por Seu Valdemar além de rações para os bichos. Haviam também as fábricas de roupas e sapatos de couro. Uma diversidade de possibilidades e alternativas constituíam uma época em que "*até pedra se vendia*".

De acordo com Vandana Shiva (2003), a uniformidade ou diversidade não são apenas formas de se relacionar com a terra, mas também formas de pensar e viver. A autora mostra que a disseminação das monoculturas, não se dá pelo aumento da produção em termos de melhorias biológicas, tendo mais a ver com questões políticas e de poder. E elas operam, primeiramente, negando a existência do saber local, não considerados como um saber. A ciência e os cientistas, operando com argumento de

[97] Inspirado em Woortmann's (1997) que, ao descrever as unidades de produção familiar dos camponeses nordestinos, observaram um ciclo que interligava os seguintes elementos: mato – capoeira – o chão da roça e/ou malhada – pasto – casa de farinha – casa e o quintal.

um método científico, de observação e linearidade, legitimaram um único saber em detrimento dos saberes locais. Assim, o "saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhantes às monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva a substituição e destruição da diversidade local" (SHIVA, 2003, p. 25). Ambas destroem as condições de existências de alternativas, em prol de uma linha vertical, ou de uma "planta-fábrica", conforme Gliessman,

> Essas práticas também são integradas com uma estrutura com sua lógica particular. A produção de alimentos é tratada como um processo industrial no qual as plantas assumem o papel de fábricas em miniatura: sua produção é maximizada pelo aporte dos insumos apropriados, sua eficiência produtiva é aumentada pela manipulação dos seus genes, e o solo simplesmente é o meio no qual suas raízes ficam ancoradas (GLIESSMAM, 2001, p. 34).

O pacote semente/produto químico estabelece suas próprias interações particulares, com vistas a aumentar a produtividade de um só componente, "divorciado" dos processos vitais que mantém as condições agrícolas (SHIVA, 2003). O milagre das sementes híbridas, carregadas de tecnociências, é avaliado em termos de produtividade tornando impossibilitada a comparação com as plantas alternativas. A diversidade, ao tornarem-se erva-daninhas e pragas, devem ser erradicadas das lavouras, da terra, da mente e destruídas com venenos. As safras, nutritivas por serem ricas em diversidade, ou seja, por conterem interações da água com os ciclos dos nutrientes a partir de múltiplas relações, são substituídas pelas plantas-fábricas desvinculadas de uma interação e nutridas com sintéticos. Elas substituem o caos, e a diversidade de possibilidades, por aquilo que é comercializável, que está no âmbito da ordem, uniforme.

O saber sustentado nas múltiplas relações com a diversidade[98], são deslegitimados e os agricultores se convertem em produtores especializados em bens primários (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2009), comercializando monocultivos às indústrias de transformação as quais orientam o plantio, financiam insumos e equipamentos criando uma dependência ao capital industrial, "reduzindo o produtor a

[98] A autora escreve: "O arroz não é somente um grão, ele fornece palha, para os tetos de sapé e para a fabricação de esteiras, forragem para o gado, farelo para os tanques de peixe, matéria prima para combustível. As variedades locais das safras são selecionadas para satisfazer esses múltiplos usos." (*Ibidem*, 2003, p. 66)

situação de mero fornecedor de matéria prima e comprador de produtos industriais ” (SALAMONI & WASKIEVICZ, 2013, p. 88). É emblemático nesse contexto doceiro o surgimento da “máquina descaroçadeira” que diminuía a necessidade do contingente de trabalhadoras/as, mas colocava uma controvérsia já que somente 10% da produção atingia o tamanho para a qual havia sido projetada (PAREDES PEÑAFIEL, 2006). Tais empresas passaram a exigir modificação nas técnicas de produção agrícola pressionando incentivos estatais para o desenvolvimento de tecnologias pela Embrapa Clima Temperado e pela extensão dessas pesquisas através da Emater.

A padronização dessas técnicas e tecnologias obrigou os persicultores a se ajustarem aos processos produtivos ditados pelas indústrias. Os pomares/lavouras constituíram-se em locais ordenados em linhas retas para facilitar a aplicação de fungicidas e inseticidas pelas máquinas pulverizadoras. O solo é constantemente “*limpo*”, capinados com enxadas mecânica ou químicas. Na etnografia dos/as Woortmann’s (1997), os conceitos “terra” e “solo” são coisas distintas. A terra é âmbito da natureza, com cobertura vegetal, indomável. É o espaço da desordem. O preparo da terra é um trabalho masculino de “amansar” o ser indomado. É enfrentá-la, dominá-la. Nesse embate, a terra-natureza “revida”, com os animais, como o ataque de cobras, e ataque das plantas, quando se é atingido por alguma árvore. A terra é finalmente amansada com o fogo, ou seja, quando se queimam as árvores cortadas. Nesse momento, conforme os autores, a terra domada, torna-se “solo”, terreno limpo. Com a terra amansada, entram os serviços femininos de plantação. O solo revela-se para “Deus” como fruto de um trabalho, cabendo ao mesmo dar a “benção” trazendo chuvas.

Entretanto, o solo deve ser “respeitado”, para que possa retribuir com produção de alimentos. Respeitar o solo é, conforme os/as autores/as, não “agredir com corretivos químicos”, ao que poderá vingar-se “envenenando os alimentos” (idem, p. 65). Ao mesmo tempo, ao cortar o mato, as árvores mais frondosas são deixadas para fazer sombra para os momentos de descanso. Deixam-se também as frutíferas e as medicinais. No modelo da modernização agrícola, na terra limpa, transformada em solo, toda a diversidade deve ser excluída para *não atrapalhar o trator*, sobrando, exclusivamente, a monocultura. Em cada planta colocam-se adubos químicos de Nitrogênio, Fósforo e Cálcio. É comum uma narrativa dos antigos persicultores de que, horas após a aplicação de um determinado biocida, o chão do pomar ficava “*tomado*

de passarinhos mortos". As abelhas também são afetadas pelos biocidas contra a mosca da fruta, cada vez mais resistente.

O resultado da adoção desse modelo de "modernização" na agricultura acarretou maior desigualdade nos campos, pois os benefícios da adoção desse modelo de produção foram desiguais. Dado o processo histórico de distribuição desigual da terra, os agricultores de maior renda, acabaram se beneficiando, pois controlavam o capital e possuíam as maiores extensões de terras, podendo investir no então modelo de rápido resultado, iniciando o processo de produção em monocultura: grandes extensões de terra voltados para um único cultivo. Tal processo agravou e disseminou os problemas ambientais, como a poluição, a degradação do solo e a destruição da biodiversidade (ALTIERE, 2004, p. 19). "*E o grande foi chegando tinha trator, tinha força. Então plantava bastante.* (...)", como descreveu Seu Valdemar. Nesse modelo, integrado ao mercado, de compra de insumos e máquinas, as margens de ganho são baixas e a produtividade ligada a um só cultivo é inviável para aqueles incluídos na modernização agrícola de maneira precária (MARTINS, 1997), ou seja, incluídos em tal modelo que "tem como lógica própria tudo desenraizar (...) porque tudo deve ser lançado no mercado".

Ao deslegitimar os saberes locais, a modernização atua como uma frente de desenraizamento das conexões entre plantas, humanos e outros seres com vida. Após isso, o modelo inclui conforme sua lógica (MARTINS, 1997) ou suas próprias linhas (INGOLD, 2005). Entretanto, não significa que a modernização da agricultura exclui a relação com as dimensões afetivas do mundo, fazendo as pessoas tornarem-se calculistas-racionais. Há linhas de fuga. Os agricultores persicultores, por exemplo, benzem as chuvas de pedras e temporais de vento que atacam as suas lavouras/pomares. As lavouras de milho são, junto à aplicação de biocidas, são benzidas contra o ataque das lagartas.

Em 1995, contabilizavam-se 18 indústrias de conserva de pêssego. Atualmente contabilizam-se 7 grandes agroindústrias. Porém, os dados que subsidiam esta constatação são voltados para a fabricação de conservas, por sua vez, associados ao desenvolvimento da modernização agrícola na região. Nesse sentido que a experiência etnográfica mostra que essas *fabriquetas* não tiveram um fim declarado. Embora o processo de modernização agrícola ocasionou o fechamento de inúmeras "*fabriquetas*", uma realidade mais complexa se desdobra. Aquelas frutas residuais,

que as bocas das máquinas não catavam, refugadas pelas indústrias conserveiras, seguiam outras linhas. Muitos produtores seguiram produzindo seus doces de maneira tradicional, como segredos de guardiões, ao passo que outros decidiram se adaptar a tais normas sanitárias mantendo a atividade ao longo dos anos, mediando e negociando com a fiscalização, maneiras para não afetar bruscamente o caráter familiar e artesanal da produção desses alimentos.

4.4. A pureza do tacho "sujo": os modos de *fazer doces*

Sobre os modos de fazer artesanais, Lucia Hussak Van Velthem (2007) trouxe elementos interessantes acerca dos materiais que compõe as casas de farinhas dos camponeses localizados no estado do Acre. A autora mostrou que os artefatos extrapolam o utilitarismo para se tornarem entes capazes de se articularem, estabelecer relações e se organizarem socialmente, em famílias. Cada coisa tem o seu lugar, podendo estar sentado ou deitado. Dispostos em seus lugares, obedecem a uma sequência própria de produção. Uma estrutura própria e em relação com as pessoas sendo "um modelo coordenado por nós". A seguir, buscando estas mesmas relações, descreverei os modos de fazer doceiros/as.

A produção de doces é realizada em diferentes espaços: dentro de um galpão, no ambiente aberto embaixo de uma árvore, na cozinha da casa, nas fabriquetas/agroindústrias, nas grandes indústrias. Dependendo da situação, os doces podem serem feitos nesses diferentes espaços. Por exemplo: uma família que possui uma agroindústria já dentro dos moldes legais, em determinados momentos, produz doces na cozinha de casa ou no galpão, utilizando o tacho de cobre e a colher de madeira - legalmente proibidos -, para o autoconsumo. Nesses casos, é comum distribuírem entre os demais familiares e entre os vizinhos pequenos potes de doce com a narrativa de que é feito "*sem conservantes*" e no tacho de cobre. Além disso, outro fator que imprime um sabor a mais é quando a fruta é colhida na propriedade e tem-se, por isso, a certeza de que está livre de agrotóxicos. Uma forma de manter a cordialidade das relações a partir de um doce considerado nutritivo e com o gosto mais saboroso, que é o "*gosto da fruta*". O doce tem uma alma (MAUSS, 2003).

Quando feitos na rua ou no galpão – normalmente é para o autoconsumo ou dentro de uma situação de “informalidade” perante as normas da vigilância sanitária. O primeiro passo é acionar a ação de três pedras sendo uma com tamanho maior que as outras duas para dar “*firmeza ao tacho*”. Elas podem já terem um lugar guardadas no local ou serem buscadas em outros locais. Por vezes, a pedra certa “*aparece*” para a pessoa quando ela caminha pelo campo ou outros espaços. Um pouco antes de fazer o doce, elas são buscadas. São assentadas, organizadas e disponibilizadas em forma de triângulo para que o tacho de cobre possa “*sentar*”. Por isso, quando se escolhe a pedra, imagina-se a sua disposição. Mas normalmente já se tem marcadas as pedras para suas posições.

Por conseguinte, vão sendo trazidos a lenha para o fogo. A melhor lenha é a de “*faxina vermelha*” que não solta cheiro e não faz tanta fumaça, o que pode “*dar gosto*” no doce. A lenha de faxina gera bastante temperatura. Ela é conseguida nas capoeiras que são antigas lavouras “*descansando*”. Conforme o contexto etnografado pelos WOORTMANN’s, (1997, p. 28) o termo “descansar” significava deixar a terra em “reflorestamento natural” para, daqui há alguns anos, retornar um novo ciclo agrícola. A terra “*descansada*” é, terra forte, rica em diversidade. No contexto de Morro Redondo, a terra que fica descansando torna-se, pasto alternativo para o gado. Em determinadas horas do dia, os bichos são dirigidos até o local para comerem as gramíneas e galhos de árvores.

Limpa-se o tacho de cobre com detergente e suco de limão e passando uma esponja de aço ou uma palha de espiga de milho seca. Tem-se que cuidar para não “arranhar” o tacho e assim, a mão deve ser leve. Caso danifique, esta parte passa a queimar o doce. Nas pesquisas que fiz, com pessoas próximas e distantes, todos os tachos de cobre tinham mais de 100 anos e foram ou passados de geração em geração ou comprados de heranças familiares. Algumas marcas nos tachos, indicavam as relações com artífices ciganos, que cruzavam a região em determinados períodos e consertavam esses materiais danificados. O tacho furado era concertado a partir de uma trama perfeita entre cortes em forma de zíper.

A polpa da fruta para a produção caseira, é congelada. Aos poucos vai-se colhendo os frutos em uma espera aos fluxos da árvore que vai amadurecendo as

frutas, até completar uma quantidade suficiente para encher um tacho[99]. As frutas são colhidas em pomares/lavouras. Outras em pomares em volta das casas. Algumas ficam nos matos como a laranja azeda, cuja a casca é feita em calda. O araçá e o butiá também ficam nos matos. Mas algum, por vezes, nasce no espaço da casa e acaba ficando. O marmelo português era cultivado em modelo convencional. Porém, alguns anos atrás os agricultores observaram que os mesmos não produziram mais frutas. Isso se deu, em função da erupção de um vulcão no Chile, cuja as cinzas cruzaram a região. Conseguem produzir, em pouca quantidade, marmelos da índia, que dá no mato. Diferente do marmelo português, o "da índia" precisa ficar em água por sete dias para perderem a acidez. O caminho das frutas se dá assim: colhidas, são "limpas", retirando as cascas, talos e caroços, passadas em água fervente e depois são guardadas no congelador. Se o doce a ser feito é o cremoso, *de passar no pão*, os pedaços de frutas são moídos no *moedor* antes de irem para o tacho.

Acende-se o fogo e o tacho é, então, "*sentado*" em cima das pedras. É despejado a polpa das frutas e a quantidade de açúcar. A média gira em torno de 1kg de açúcar para 1kg de polpa. Mas isso depende da fruta e do grau de doçura que a mesma traz. Quando são doces em calda, primeiro faz-se a calda com água e açúcar. Dona Leni Anselmo Rockembach me ensinou a limpar a "*sujeira do açúcar*" fervendo a calda com clara de ovo. Todas as impurezas vão para as bordas do tacho e tiramos com uma espumadeira. Quanto mais doce a polpa está, menos açúcar será colocado. O objetivo é ficar "*aquele gostinho da fruta*". Acende-se o fogo que, aos poucos, vai aquecendo o tacho e os ingredientes. A *pá de mexer* ou *mexedor* está lavada e à espera de entrar em cena quando a polpa aquecer. O *mexedor* mistura o açúcar com a fruta em movimentos em forma de "8" para que possa circular por toda a área do tacho. O movimento de mexer o doce está relacionado ao movimento de caminhar em volta do tacho. Não se para mais de mexer para o doce não queimar. O fogo é controlado não podendo ficar muito alto e nem muito baixo. Quando fica alto o movimento do "8" tem que ser rápido. É revezado entre os que estão presentes o ato de mexer e quando começar a aparecer o fundo, o doce está pronto, momento que se chama "*estar no ponto*". No caso do doce em calda, esse ponto se dá quando a calda faz "*um fio*" ao ser derramada com o mexedor. Então, o tacho é retirado do fogo e

[99] No modelo de monocultura, esses fluxos não são respeitados e, em alguns casos, utilizam herbicidas para acelerar a maturação da planta.

colocado em cima de uma mesa para que o doce seja retirado e colocado em recipientes. Tem que retirar o doce com o tacho ainda quente para o cobre não se juntar ao processo.

Conforme Fabiane Thomé da Cruz e Jaqueline Sgarbi Santos (2016) o contexto atual é de valorização dos alimentos tradicionais onde há uma crescente demanda de consumidores por esses alimentos diferenciados pelo vínculo com os locais de produção e suas singularidades. No município de Morro Redondo a questão do turismo rural envolve uma rede de empreendimentos que realizam eventos como cafés coloniais, almoços, caminhadas pela natureza, o que vem se tornando fonte de renda para inúmeros agricultores. É o caso da Solange, moradora na localidade Açoita Cavalo. A propriedade da doceira, fica localizada na outra margem do arroio da Taquara, sendo o marco que delimita as propriedades. Para ir à casa dela, caminhei a pé por dentro dos campos, cruzei por matas, desci e subi cerros. A casa está localizada na beira da estrada do Açoita Cavalo. Dizem que na região, havia uma enorme árvore, chamada Açoita Cavalo, onde os carreteiros e tropeiros que seguiam em direção a Pelotas, paravam.

Solange estava com 55 anos e vivia na localidade desde que nasceu. É professora aposentada de geografia dando aulas nas escolas da região. Voltou a produzir doces desde que se aposentou. Mas desde criança ajudou a mãe. Entretanto, ao aposentar-se alguém lhe indicou a possibilidade de produzir doces para vender a um hotel em Pelotas, passando assim a produzir doces sob encomenda. Aos poucos foram surgindo outras possibilidades. Então, articulou a história de sua família, principalmente de sua mãe, avó e bisavó, com a possibilidade de não "*ficar parada*" e obter alguma renda.

Seu pai era pecuarista em pequena escala, atividade que foi seguida pelo seu irmão que possui um sistema de crias em campos nativos e terminação em confinamento. Solange aprendeu a fazer doces com a mãe que havia falecido a uns sete anos. Lembra de sua bisavó que faleceu fazendo doces. Em um dia frio de inverno, estava na fabriqueta, na beira do fogo, mexendo o tacho. Quando saiu do ambiente de calor para o frio, teve um "*pasmo*". O modo de aprender foi sempre ajudando a sua mãe que dizia "*olha para tu aprender!*". Mas, mesmo assim, Solange solicitou a ela que escrevesse todas as receitas em um caderno para ficar registrado caso ela um dia esquecesse. Porém, "*já decorei as receitas, mas ficam para os filhos*".

O caderninho de receitas contém algumas indicações de como fazer figada, pessegada, conserva de pêssego.

A produção da família gira em torno da produção pecuária, da persicultura, comercializando os pêssegos para as indústrias conserveiras e produção artesanal de doces e sucos de frutas que comercializa na cidade de Pelotas e também para os turistas que visitam sua propriedade. Com o empreendimento de turismo rural realiza cafés coloniais, almoços buscando oferecer tudo o que produzem na propriedade: pessegada, goiabada, batatada, figada, figo cristalizado, geléia de pêssego, compota de pêssego, sucos entre outros. A demanda por esses bens é muito grande e as pessoas querem comprar aqueles feitos de maneira "*bem tradicional*", colocadas em caixinhas de madeira. Tais produtos são produzidos na "*peça do doce*" ou agroindústria construída para esse fim há 22 anos. Nesta peça ficam os freezers que usa para congelar/guardar as frutas, os pacotes de açúcar e os artefatos. As caixinhas de madeira em que colocam os doces são compradas de um artesão que mora na cidade de Pelotas.

Para poder comercializar no empreendimento Solange teve que comprar um tacho de alumínio e uma colher de silicone conforme pediu a fiscal sanitária. Porém, para dar a primeira fervura nas frutas ela usa a colher de madeira que fizeram com matérias-primas na propriedade. Acha a colher de silicone muito leve o que dificulta mexer o doce. O tacho de cobre, que fora da sua bisavó, está sendo usado para as "oficinas de fabricação de doces", eventos que demostram aos/às turistas como "*eram feitos os doces antigamente*". A diferença entre os tachos está no sabor que imprimem aos doces e também na cor sua cor. No tacho de cobre, o doce fica mais claro e com melhor sabor.



Imagem 30 – De mãe para filho - Açoita Cavalo/Morro Redondo. Fonte: Acervo do autor.



Imagem 31 – Calor e fumaça - Açoita Cavalo/Morro Redondo. Fonte: Acervo do autor.



Imagem 32 – Mexendo o tacho de cobre - Açoita Cavalo/Morro Redondo. Fonte: Acervo do autor



Imagem 33 – Mexedor “descansando” - Açoita Cavalo/Morro Redondo. Fonte: acervo do autor.



Imagem 34 – Pessegada - Açoita Cavalo/Morro Redondo. Fonte: acervo do autor.



Imagem 35 – Doce na caixinha de madeira. Açoita Cavalo/Morro Redondo. Fonte: acervo do autor.

A maioria das frutas são colhidas na propriedade da família, exceto a goiaba e a uva que compram nas colônias de Pelotas. Os pêssegos que são "*refugados*" pela industria em função do tamanho inadequado para a "máquina descaroçadeira", são vendidos para as pequenas agroindústrias localizadas no município ou tornam-se sucos, doces e compotas dentro da propriedade. A divisão familiar do trabalho se constitui pela Solange e um filho enquanto responsáveis pela produção de doces, sucos, alimentos orgânicos como ovos e verduras. O seu marido Daltro, está envolvido com os trabalhos nas chácaras de pêssego, mas ajuda na produção de doces quando não está cuidando de suas chácaras. Um outro filho se direciona aos cuidados do empreendimento de turismo rural. Juntos, os filhos Mauricio e Murilo são responsáveis pela criação de gado, contratando um peão uma vez por semana para recorrer o campo.

Uma conversa se deu em um dia de muita chuva. Acompanhava a Solange a sua prima Maria Lucia que junto ao seu Marido, aposentado da Embrapa, estavam descaroçando e descascando pêssegos. Maria é veterinária aposentada e mora na cidade de Pelotas há muitos anos. Aprendeu a fazer doces com a mãe da Solange e, uma vez por ano, na época da colheita do pêssego, ficava alguns dias na casa da prima para fazerem doces que levava para seu consumo na cidade. Uma forma de reviver a memória. Maria Lucia também trabalhou nos períodos da "safra do pêssego" numa fábrica de conservas. Conta que nesses períodos de safra – época da colheita do pêssego -, estas empresas contratavam muitos trabalhadores e trabalhadoras que se deslocavam de diferentes lugares da região. A principal atividade que as mulheres faziam nessas indústrias era descaroçar as frutas que não passavam pela máquina descaroçadora.

O tacho é como o ancião que ensina e reafirma saberes e histórias. Fica sentado ao centro e reúne, ao seu redor, familiares e vizinhos. Na propriedade da família de Vera Colares, em Palmas – Bagé, acompanhei a fabricação de uma figada. Além de nós, participaram a Dona Eni, mãe de Vera, o Regis e a Cristina. Passamos a tarde em volta do tacho, conversando e mexendo o doce. Seu Ervino me comentou que este era o momento onde se reunia toda a família. Tal prática também foi comentada pelo Amilton Camargo, morador da comunidade quilombola Corredor dos Munhóz, em Lavras do Sul em que a comunidade se reúne em torno do tacho para fazer doces:

> Minha mãe é uma que sempre mantém. A [...] vizinha aqui também mantém essa questão de fazer os doces de tacho. E as mulheres se reúnem no verão, janeiro, fevereiro, março, para fazer as tachadas de doce. Vão fazendo em conjunto. Levantam cedo da manhã, vão buscar fruta lá no mato, né? Aqui a gente tem muitas árvores de frutas que os antigos plantaram, marmeleiro, principalmente, no mato, e pêra... E vão lá, buscam no mato e trazem para casa para preparar. E às vezes deixam de um dia para o outro ou vários dias ali para depois preparar os doces. Principalmente a marmelada, porque ela precisa de bastante mão de obra, bastante gente para mexer e dar o ponto. Então o pessoal faz em grupo. Foguinho de chão, tacho ali, e vão mexendo até dar o ponto do doce. De vez em quando me chamam para se queimar um pouco.

Retornando à lida com o pêssego, o mesmo é descascado e descaroçado. O descaroçador que é uma colher com ponta afiada que é introduzida na fruta na parte do talo. Introduzida a colher, gira-se em torno do caroço puxando depois. O pêssego descaroçado e descascado iria ser cozido no tacho com água. Uma vez cozido, ficariam na "joeira" ou peneira para escorrer a água. Quando secos seriam colocados em sacos plásticos para serem congelados. Solange falou que gostaria que os filhos conseguissem um emprego, fizessem um concurso, mas eles querem ficar na propriedade. A Maria Lucia interviu dizendo que o "*mais importante é o que tu estás passando para eles*", já que existem muitos jovens que não querem aprender com os pais, ou até mesmo não seguir os seus ofícios. O que configura esses saberes doceiros como "tradicionais" são as formas de transmissão familiar de geração em geração e cujos paladares e receitas vão sendo atualizados como "reflexo do caráter inventivo dos atores" (RIETH; SILVA; KOSBY, 2015, p. 73). A manutenção dessa tradição oscila entre modos de fazer artesanais, manufaturas e industriais, mas sustentadas em "linhagens familiares" (idem, p. 75). Assim, transmitir esses saberes e modos de fazer para as próximas gerações, ou seja, a sucessão familiar, é uma questão bastante discutida entre os/as doceiros/as.

Se De Certeau conhecesse a história de Seu Jordão, diria que o mesmo é um ato de resistência. Seu Jordão é um ato, uma contingência e um guardião. Talvez, se não fosse sua luta cotidiana, pouco os/as etnógrafos/as teriam a contar sobre a existência da chamada "passa de pêssego" e "passa de goiaba". O doceiro é morador na estrada do Santo Amor nos limites municipais de Pelotas e Morro Redondo que fora, outrora, o caminho que ligava os municípios de Pelotas à Canguçu. Por ali cruzavam as tropas de gado, as carretas e as carroças. Depois vieram os caminhões, ônibus levando pessoas, bichos e doces. Assim, seguindo as águas do arroio da

Taquara, que cruzam nos fundos da propriedade do doceiro, realizei uma caminhada a pé até a fabriqueta da família.



Imagem 36 - Fabriqueta – Colônia Santo Amor/Morro Redondo. Fonte: acervo do autor.



Imagem 37 - Fazendo a calda. Foto: (RIETH et al, 2006)

Seu Jordão tinha 74 anos e produzia doces desde os 18 anos. O saber e modo de fazer doceiro era herança de família, que remontava a sua avó, dona Cândica Farias, de família açoriana que, segundo contam, trouxe o conhecimento da produção das passas de pêssego, consideradas como doces característicos das localidades do Santo Amor e do Açoita Cavalo. Conhecimento foi repassado pelo seu tio Euclides Gomes. Aprendeu "*fazendo na prática*" acompanhando, junto ao primo Florentino, nos momentos de produção. Não fazia doces para vender. Produzia frutas que eram comercializadas para as indústrias de conserva. Mas um dia descobriu que se fizesse doces com essas frutas, em vez de vendê-las *in natura*, seria uma forma de agregar valor a elas. Hoje é reconhecido pelos doces (*com sabor*) que faz: passas de pêssego e goiaba, marmelada branca e figos cristalizados. *Doces bem tradicionais!* Porém, tal reconhecimento dado por quem consome os doces, não é o mesmo dado pela fiscalização sanitária. Ao longo de sua trajetória são incontáveis as multas, a proibição de fabricar doces sendo frutos das denúncias de famílias cujas agroindústrias estão de acordo com os parâmetros da legislação sanitária e ambiental.

Uma história de microresistências aos padrões legais e normativos do Estado incapaz de dar conta da diversidade dos modos de fazer. E nisso Seu Jordão era bastante convicto: "*eu posso mudar toda a fábrica, colocar piso, azulejos, banheiros, mas não abro mão de produzir doces no tacho de cobre e de secar as passas ao sol em tabuleiros de madeira. Só isso que eu quero!*" Os tachos centenários eram herança da família e outros comprou de vizinhos que herdaram das suas famílias, mas não quiseram seguir produzindo. Uma pá feita em madeira, tem 45 anos já fazendo *parte da família*. O cabo é de *cedro*, uma madeira de lei que dura muitos anos. Com ela são mexidos a marmelada. Outros objetos são o tabuleiro de madeira, para secar as passas ao sol. A espumadeira para retirar os pedaços de frutas cozidas para fazer as passas.

O saber e fazer passas, herança familiar, está sendo passado para o filho Daniel, a nora Sibele e as netas. O processo envolve toda a família: os caixas com pêssego colhidos são trazidos de trator e deixados na entrada da fábrica. Ali as frutas são colocadas em cima de uma mesa para serem descaroçadas, descascadas e cortadas em pedaços. Tais pedaços serão cozidos no tacho em uma "*calda fina*", uma mistura de água com pouco açúcar. Após serem cozidos, os pedaços são retirados com uma espumadeira e colocados em uma "*calda grossa*". Feito isso, começam a

fazer os bolinhos que vão ser secos em tabuleiros de madeira, ficando exposto ao sol por alguns dias. Segundo a Solange, o nome “passa” se dá pelas inúmeras vezes que o bolinho em formação, passa de uma mão para a outra. A quantidade de dias é variada para secar, pois dependem da intensidade do sol e da umidade do ar. Quando está próximo da estação do inverno, demora-se mais tempo para serem secados.

Dessa maneira, o bolinho fica com uma pequena camada (*casca*) seca por fora e “úmido” por dentro algo que é apreciado pelos/as consumidores/as. O processo de secagem é lento e depende das condições do tempo. Além disso, o processo é marcado por perdas e ganhos de umidade. Durante o período de sol os bolinhos ficam dispostos em tabuleiros ao ar livre e a noite são guardados em um espaço fechado, embora não isolado, recebendo umidade. Na noite recebem um pouco de umidade que terão que perder no dia seguinte. “*Ele tem que receber aquele choquezinho de umidade a noite*”.

Haviam na região cerca de 30 produtores de Passas de pêssego. Seu Jordão foi me elencando diversas famílias: família Natigal, família Cruz, família Brizolara entre outras. Atualmente contabiliza duas famílias produtoras. A sua família e a família Cardoso. A produção de ambas são contrastantes e geram muitas questões acerca do sabor e da textura das passas. Assim, vamos de volta para a localidade Açoita Cavalo, para a fábrica do Seu Vani Cardoso, gerenciada pela filha Neuza, que recebeu os ensinamentos do pai na fabricação de doces. A agroindústria é uma das poucas padronizadas de acordo com as exigências da legislação sanitária. As peças são azulejadas, as portas de inox assim como as mesas e outros objetos. Os tachos são de alumínio e as colheres de mexer os doces são de silicone. Neuza mostrou que as colheres, diferente das de madeira que tinha anteriormente, vão se desgastando conforme o tempo de uso e nos perguntou: “*para onde vocês acham que vão estes silicones? Para os doces*.” A fábrica empregava em torno de 10 empregados entre parentes e vizinhos/as. Nos períodos de safra esse número aumentava. Estando legalizada conseguia vender doces para diferentes cidades da região. Para Bagé e Dom Pedrito vendia origones e doces em massa; para Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre vendia figos cristalizados e passas de pêssego.

Os bolinhos de pêssego, antes de se tornarem passas, são secados em uma estufa que Neuza construiu conforme o modelo das estufas de secagem de fumo bastante presentes no município. Um espaço vedado em que nas bordas passam

canos que levam o calor produzido for uma fornalha. Para facilitar a corrente de calor há um ventilador. Os bolinhos, então ficam em tabuleiros de inox, recebendo muito calor, cerca de 30°, durante o dia inteiro sendo parado o processo à noite. A vedação do ambiente faz com que o calor se mantenha padronizado na estufa. Ao descrever tais processos no diário de campo, observei que nas duas maneiras de fazer estavam implicadas diferentes concepções acerca das relações entre as passas e os ambientes. Na secagem em estufa, o processo de perda de umidade se dava em forma de linha reta em que o bolinho vai constantemente perdendo umidade o que padroniza a sua textura. Como dizem, a passa não fica com uma casca por fora. Já nos doces secados em ambientes abertos, como o do Seu Jordão, o processo se dá em espiral já que parte da umidade perdida durante o período de sol é recuperada durante o período da noite. Além disso, o doce feito em ambientes abertos, recebe uma infinidade de linhas e fluxos, de calor, de umidade, os ventos e outras substâncias.

A confecção de uma passa, para além da agência do tacho de cobre e do tabuleiro de madeira, envolve a presença do ambiente ou do clima característicos da Serra dos Tapes enquanto parte na constituição desse bem. Assim, passei a considerar que a paisagem está no sabor. Imerso no ambiente, os doces estão acompanhando a sua formação contínua por meio dos diferentes fluxos como os raios de sol, gotículas de água, ventos que cruzam em diferentes intensidades durante o dia. E, assim, tal como o chão, o doce é um "composto texturizado de diversos materiais que são cultivados, depositados e entrelaçados em uma interação dinâmica através da interface permeável entre o meio e as substâncias com as quais entra em contato. (INGOLD, 2015a, p. 199).

Por conseguinte, se uma planta, no modelo arbóreo da modernização agrícola é vista como uma "fábrica em miniatura" (GLIESSMAM, 2001, p.34), dissociada dos mundos que o cercam, uma agroindústria familiar é algo diferente, já que é formada por histórias e encontros. Assim, deixarei o David Armendaris, apresentar o processo de formação da agroindústria da família:

> *"Junto com a minha esposa [Maria Helena] sou proprietário da agroindústria João de Barro. A gente começou com a ideia de fazer doces há alguns anos atrás. A gente morava numa propriedade que tinha três pés de goiabeira. No ano, que a demos inciativa aos doces, as goiabeiras produziram muito! Além*

> *do bom tamanho, eram sadias. Aí a gente achou por bem, fazer doces para vender. Eram Chimias. Minha esposa foi fazendo, fomos vendendo, e as pessoas começaram a pedir outras variedades de doces. Então, a gente começou a fazer doce de figo, abóbora, batata-doce e vários outros tipos. Num dia de campo na Embrapa, a gente teve uma palestra com o pesquisador Jair Natigal dentro da agroindústria da Embrapa, onde eu tive a ideia do que era uma agroindústria. Aí cheguei em casa e comentei o fato com a minha esposa e decidimos fazer uma agroindústria. Então, começamos a trabalhar sobre como construir e chegamos a tal agroindústria. Mas tínhamos um outro problema: como chamaríamos a agroindústria? Tinham vários como nomes de pessoas da família, sobrenome (geralmente as pessoas colocam) e, então, surgiu o nome João de Barro.*
>
> *Esse nome, foi uma coisa, assim, muito engraçada. Eu estava construindo a casa, que a gente ganhou do "programa minha casa, minha vida" - eu próprio construí esta casa. Tenho um irmão que mora em Porto Alegre e me ajudava e, cada vez que ele vinha falava, que havia chovido porque o João de Barro estava levantando parede. Mas, um dia, estava um calor terrível e eu estava tirando a pele do pêssego, em frente a porta da cozinha, e estava pensando – porque a gente tira a pele manualmente -, como seria o nome da agroindústria. Por nada, assim, pousou um João de Barro num moirão da tela e deu aquele canto característico. Eu pensei: será que vai ser João de Barro?*
>
> *Passou alguns dias. Foi muito engraçado. A casa que a gente morava era grande e a frente dessa casa estava sempre fechada, que era a sala, porque a gente convivia mais para o fundo da casa. E eu entro na sala e um pássaro voando. Então, me deparei com um João de Barro. Eu não tinha outra saída, seria João de Barro, pois aquilo ali marcou de forma muito engraçada. Aí a gente lançou o nome na família, com os conhecidos, com os amigos, todo o mundo aprovou e este foi o nome que ficou e, graças a Deus, é um nome que, hoje, a gente já está com a marca registrada."* (Entrevista - 08 de maio de 2018).

Uma fábrica é um emaranhado de linhas e vidas cruzadas colocando em relação diferentes entes e mundos. É uma contingência. A pequena fábrica do Seu Rui Cruz, no Santo Amor, é parte da história da família e dos moradores do entorno que, de alguma maneira, estiveram envolvidos, seja trabalhando nas safras, seja vendendo frutas e outras mercadorias. Seu Rui tinha 84 anos e queria seguir produzindo doces como uma forma de manter-se vivo. Assim me falou: "*Isso aqui dá muito trabalho, mas é o que me mantém vivo!*" O médico indicou não parar e seguir produzindo seus "docinhos" embora em menor escala. Enquanto trabalha, movimenta o corpo, fazia o que gostava, e teria boa saúde e vida.

Entretanto, são diferentes as linhas de uma agroindústria com marca registrada, o que indica que estão adequados conforme as normas sanitárias e ambientais, de uma fabriqueta não registrada. No primeiro caso, a fruta em seu processo de transformação segue uma linha de produção, uma linha reta onde a fruta vai de um ponto a outro sem desvios e sem entrar em contato com "contaminantes".

Um interlocutor comentou que não entendia a razão de não poder “voltar” o doce em seu processo: “*Eu não posso usar a mesma mesa*”. As coisas participam a partir de outras relacionalidades. O tacho, por exemplo, quando mexido por pessoas é “*parte da família*”. Quando mexido por uma força mecânica, “*é o meu empregado*”. As coisas, de inox ou plástico, perdem seus lugares constantemente, já que “*num ano eles* [fiscais sanitários] *me exigiam que eu levasse os palhetes para lá. No outro, eles diziam que tinha que trazer de volta para cá*”.

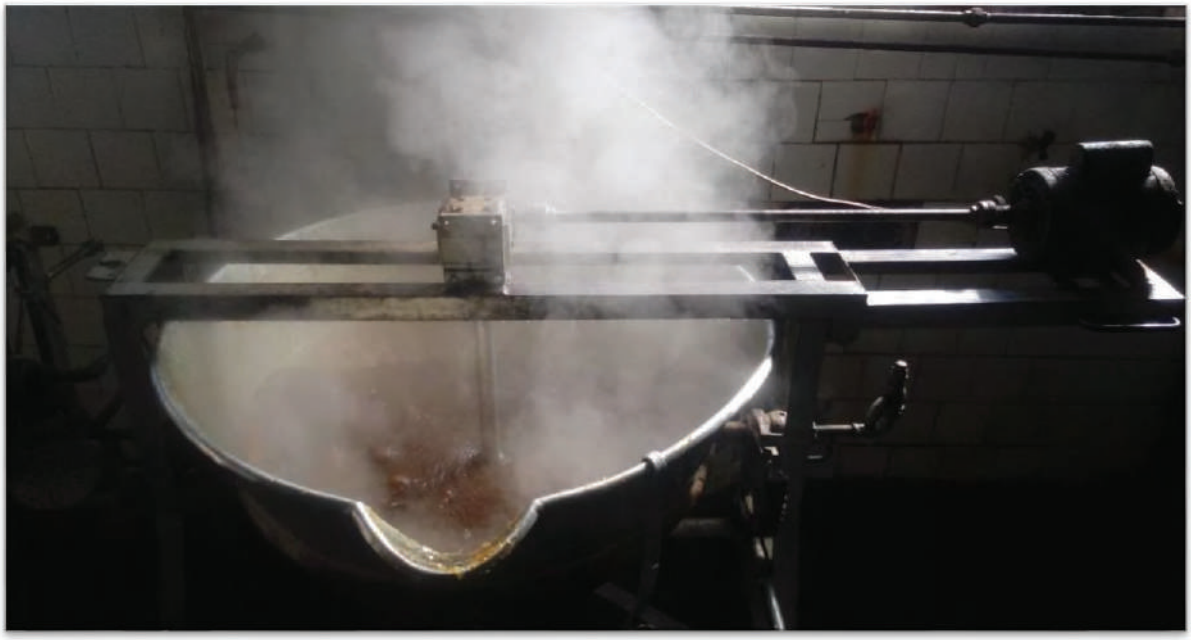


Imagem 38 - “Empregado” mexendo a figada. Fonte: acervo do autor.

Evander Krone (2018), que caminhou pelas agroindústrias doceiras de Morro Redondo, concebeu que o debate sobre higiene dos alimentos age, em muitos casos, como caixas-pretas (LATOUR, 2011) que, sustentadas em parâmetros técnico-científicos, tornam-se “verdades intocáveis”.

> Notam-se seguidamente especialistas em segurança alimentar proferir discursos que afirmam que a esterilização de alimentos e a ausência de microrganismos seriam benéficas para a saúde humana e que, portanto, produtos artesanais que não seguem este modelo seriam impróprios ao consumo e uma grande ameaça à saúde pública, sendo recomendável a sua destruição. (KRONE, 2018, p. 154)

Conforme o autor, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária proíbe a fabricação de alimentos em artefatos de cobre com a perspectiva de que “a absorção excessiva do metal poderia provocar danos à saúde dos consumidores” (KRONE, 2018, p. 160). Entretanto, o autor mostra o quanto os/as seus/suas interlocutores/as tem a dimensão dos riscos e dos cuidados necessários. Assim, descreve as palavras de uma interlocutora: “o tacho de cobre possui zinabre [nome popular do Azinhavre], é tipo uma camada tóxica esverdeada que se forma no tacho, ele se forma por conta da oxidação do metal”. (Idem, p. 161). O argumento científico concebe que estas pessoas, não sabem lavar o tacho, desconsiderando todo o histórico de interação entre gentes e coisas em que são desenvolvidas maneiras de higienização e de construção da qualidade dos doces. Os tachos de cobre são corporalidades dos bons modos de fazer doces.

Em uma vivência, senti o quanto é violenta a ação do Estado no processo de vigilância e controle de uma agroindústria. Acompanhei a visita de um especialista, como conhecimentos técnicos-científicos, a uma agroindústria não registrada. Imaginava que o mesmo pudesse fazer a mediação entre o doceiro e as normas a fim de criar estratégias para que conseguisse produzir doces. Porém, embora afirmasse trazer “um olhar a partir da vigilância sanitária”, a atuação enquanto representante de um órgão do estado foi bastante agressiva. Em vez de fazer uma visão de mediação, adotou esses padrões e os reproduziu sem qualquer possibilidade de diálogo. Caminhávamos pela fábrica e o técnico ia narrando as coisas que precisavam mudar, tais como as instalações, os azulejos que estavam “sujos”, e teriam que ser trocados, fazer uma sala para colocar os doces que são devolvidos pelos mercados, não secar os doces nos tabuleiros de madeira. Poucas perguntas ele fez sobre as possibilidades de realização daquelas mudanças.

Cheguei em casa assustado! Sentia a dor de tamanha violência. Tempos depois, conversando com o doceiro, o mesmo comentou que isso fazia parte do cotidiano e era como “*se entrasse num ouvido e saísse pelo outro*” já que, se estivesse outro técnico, diria muita coisa diferente embora acionando os mesmos padrões. Por exemplo, os azulejos colocados na fábrica foram indicados pelos técnicos da vigilância. Agora deveriam serem trocados por outros. Assim, fora me contando sobre a história de anos de tentativas de se regularizar perante o estado.



Imagem 39 - Cristalizando figo. Fonte: acervo do autor.

A partir do século XX, o surgimento de determinadas políticas públicas otimizou o fortalecimento e a criação de novas pequenas e médias agroindústrias. Estas pequenas empresas são entendidas sob o conceito de “agroindústrias familiares” que

são espaços físicos para o beneficiamento e/ou processamento de matérias-primas produzidas na propriedade familiar, visando agregar valor aos produtos gerando renda e oportunidade de trabalho (TORREZAN, 2017). O Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), é um exemplo. Criado por meio do Decreto Estadual nº 49.341 de 5 de julho 2012, desenvolveu instrumentos jurídicos para a legalização de agroindústrias familiares, bem como criou linhas de crédito aos agricultores familiares com juros mais baixos. Ainda o programa oferece serviços de orientação para regularização sanitária e ambiental; criou novos espaços de comercialização local e feiras de expressão regional, estadual e nacional (SEAPDR, 2019). O objetivo maior do PEAF é oportunizar o beneficiamento e/ou processamento de matérias-primas produzidas nas propriedades rurais visando agregar valor ao que é produzido pela família dentro do imóvel. Entre os principais ganhos do PEAF está o fato de que o mesmo possibilita a família comercializar os produtos da agroindústria pelo bloco do produtor, bem como os enquadramentos do mesmo como segurado especial. Porém, enquanto uma política pública, não tenciona as normas e legislações vigentes acerca dos modos tradicionais de fazer doces.

4.5. Trazendo a "sujeira" para a lavoura

No dia 15 de maio de 2018, as tradições doceiras da região de Pelotas foram registradas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio cultural brasileiro. Foi a finalização de um longo processo de pesquisas e articulação política e do qual participei enquanto pesquisador e detentor do saber. O registro foi a finalização de um processo que iniciou em 2006 quando a Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas (SECULT) teve o pedido aprovado do projeto que solicitava o reconhecimento e valorização do saber/fazer doceiro no município. Foi então que se iniciou uma pesquisa executada por antropólogas(os) e historiadoras(es) da Universidade Federal de Pelotas com objetivo de documentar e produzir conhecimento referente a esta tradição. A pesquisa apontou duas tradições: a produção dos chamados "doces finos" ou "de ovos", caracterizando a cidade de Pelotas, e dos doces "coloniais" ou "de frutas", desenvolvidos principalmente nas zonas rurais – envolvendo também os municípios que se emanciparam de Pelotas. Considerou-se, portanto, a existência de uma "região doceira" que contempla além de

Pelotas, municípios do entorno — a chamada "Antiga Pelotas" -, que envolvem Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, e Turuçu.

Desde 2013, eu acompanho as visitas dos agentes do IPHAN as agroindústrias doceiras na área rural de Morro Redondo. Por ser habitante e conhecer os/as interlocutores/as, era a mediação dos mesmos com a instituição. No entanto, as disputas e tensões entre aqueles que estavam “legalizados” nos parâmetros da legislação ambiental e sanitária e aqueles que mantinham uma produção caseira e informal tornava impossível uma articulação. No ano de 2016, a Associação de Empreendedores do Turismo de Morro Redondo (AETMORE) se apropriou deste processo e, juntos, passamos a organizar iniciativas para, conforme a metodologia do IPHAN, valorizar o modo de fazer doceiro no município. Entre as iniciativas elenca-se a construção de uma rede de articulação que envolvem instituições como a associação, a EMATER, a EMBRAPA, o SEBRAE, o poder público municipal enfatizando as secretarias municipais, a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Morro Redondo (COOPAMOR), os doceiros e as doceiras e, por fim, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), através dos cursos de bacharelado em antropologia e de museologia. A articulação em rede, organizada por um grupo que não estava diretamente envolvido no rol dessas tensões, oportunizou a possibilidade de associar os diferentes. Uma primeira iniciativa foi a realização da “festa do doce colonial” que em suas edições mobilizou centenas de pessoas que puderam apreciar os doces artesanais produzidos pelas doceiras e doceiros da região, assim como assistir diferentes manifestações de valorização e reconhecimento desses saberes e fazeres.

A concepção do parecer para o registro das tradições doceiras, avaliado por 23 conselheiros entre representantes de instituições públicas, privadas e da sociedade civil, foi de que o principal problema de continuidade dessa tradição familiar e artesanal, sustentadas na produção em tachos de cobre, colheres de madeira, secagem ao sol e o fogão a lenha, são as exigências sanitárias. Tais normas homogeneízam a produção dos doces alterando gostos, cores, espessuras, além de colocar necessidades de investimentos fora das condições dessas doceiras e doceiros. Frente a isso, o parecer orienta a formação de redes e estratégias de associativismo e cooperativismo que, entre outras propostas, possam mitigar a tendência de padronização deste saber doceiro mantendo suas características históricas e culturais que deram esse reconhecimento para a região.

Esse reconhecimento marcou um novo processo que é a elaboração e execução de um “plano de salvaguarda”, desenvolvendo ações que respeitam o ponto de vista dos detentores assim como as características dos bens culturais registrados, objetivando à manutenção, a preservação e a transmissão desse conhecimento para as próximas gerações. Enquanto participante da rede e agricultor familiar e doceiro, e levando em consideração as indicações técnicas do IPHAN/RS e das orientadoras dessa pesquisa, passei a realizar o processo inverso de “traduzir” e “mediar” os termos e conceitos do inventário para instrumentalizar as narrativas dos detentores locais. A partir de então, tenho participado dessa rede, participando junto aos/as moradores/as locais e representantes de instituições na organização de eventos, na inscrição em projetos e em editais, escrevendo textos para jornais e fazendo levantamento bibliográfico e etnográfico sobre o contexto atual desse modo de fazer na região. Trazendo as reflexões de Hugues de Varine (2013), adotamos a metodologia de que a gestão do patrimônio precisa estar ancorada na “cultura viva das pessoas” e associado a uma proposta de desenvolvimento local em que, estas pessoas, os atores locais, serão os principais protagonistas.

Os projetos desenvolvidos no município têm por finalidade se constituir como parte do emaranhado de ações que estão acontecendo para a valorização e preservação do patrimônio imaterial que são, para além dos saberes e modos de fazer doces, os saberes tradicionais “associados” tais como o de manejo das cultivares que estão vinculadas ao modo de fazer doceiro no município. O registro dos saberes e modos de fazer doceiros na região de Pelotas e antiga Pelotas inaugurou novas situações e questões. Como construir a salvaguarda? Quais dilemas deverão serem trabalhados? Os principais dilemas levantados pelo inventário passam pelos diferentes momentos e processos de transformação da fruta em doce. Começa com a questão dos saberes acerca das plantas afetados pelo processo de modernização agrícola, trazendo para a vida artefatos negados pela vigilância sanitária que, para além dos tachos de cobre e colheres de madeira, referem-se ao *alguidar de barro*, onde se guardavam os doces; a *joeira*, feita de um arbusto chamado *taquara* para secar as passas e figos cristalizados; a esponja vegetal, que são as fibras secas de uma planta chamada *bucha;* bem como propor uma diversidade de possibilidades para plantas e frutas. No que se refere a comercialização propõem-se uma

diversidade de canais como as festas do doce e outras festas temáticas no município, espaço de comercialização para turistas.

O inventário indicou a ausência da produção de determinadas frutas como, por exemplo, o marmelo, fazendo com que as famílias doceiras tenham que comprar em outros mercados. Associado a isso, tem-se o resgate dos saberes que foram impactados no processo de modernização agrícola, elencando a importância que tem para a preservação da biodiversidade na Serra dos Tapes. Para isso, a construção de "Sistemas Agroflorestais Doceiros" ou "SAF Doceiro", possibilitou a valorização desses manejos, já que associa o conhecimento científico com o conhecimento local desenhando sistemas adaptados para o potencial natural do lugar.

Por conseguinte, embora o avançado processo de modernização agrícola e suas redes sociotécnicas, observam-se as inúmeras cooperativas e associações de agricultura ecológica na região. Patrícia Pinheiro (2010) analisou a rede sociotécnica da agricultura de base ecológica na região da Serra dos Tapes sendo uma rede que "é social e também técnica, que não se restringe aos humanos, mas também considera como atores os objetos que assumem importância no processo dada a capacidade de agência" (PINHEIRO, 2010, p. 26). A rede é composta por um emaranhado que coloca em relação agricultores/as, técnicos/as, cooperativas, organizações governamentais e não governamentais de assistência técnica, conhecimentos, terra, plantas etc, que trafegam na rede fazendo com que esta esteja em permanente redefinição. Esse caráter indefinido da rede se dá pela existência de elementos que a expandem para relações mais amplas como o acesso a políticas públicas e criações de redes. Os elementos desconectados e contraditórios dentro da própria rede redefinem as relações.

No trabalho da autora o elemento de mediação sociotécnica, entendida como ponto de passagem entre actantes que possuem algum tipo de agência (idem, 2010, p. 147), se dava pelos conhecimentos técnicos feitos por extensionistas que atuavam como agentes na elaboração e propagação de conhecimentos de base ecológica. Outra mediação se dava pelas formas de comercialização que ligavam as organizações, as pessoas, os alimentos e os conhecimentos associados. Porém, quem trabalha com agricultura ecológica sabe o quanto a "monocultura da mente", como escreveu Vandana Shiva (2003), elimina a diversidade de maneiras de produzir

alternativas em prol de uma “monovisão”, que enxerga somente a as tecnologias propostas pelo modelo da revolução verde.

Conforme o Cléo, pecuarista familiar, doceiro e agricultor ecológico no município de Canguçu, que manejava a terra sem venenos desde os tempos da implantação da tempestade da revolução verde, a adoção das maneiras de produzir sem venenos se dava quando eram “obrigados” a mudar os modos de fazer agricultura por terem os seus corpos sido “envenenados”: “*trabalhando com o pêssego, com o tomate, se envenenaram, não podiam nem chegar num galpão que tivesse veneno que passavam mal, ai tiveram que decidir o que iam fazer da vida (...)*”. Em um livro escrito em na década de 1960, Rackel Carson apontava as maneiras como os venenos, biocidas sintéticos, agiam no organismo, afetando seus fluxos vitais.

> Eles possuem poder imenso não somente de envenenar, mas também de penetrar nos processos mais íntimos e vitais do organismo, modificando-os em sentido sinistro e, com frequência, em sentido mortal. (...) eles destroem as próprias enzimas cuja função consiste proteger o corpo contra danos; eles impedem os processos de oxidação de que o corpo recebe a sua energia; opõem obstáculos para impedir o funcionamento normal de vários órgãos; e podem iniciar, em determinadas células, modificações lentas e irreversíveis, que conduzem a enfermidades malignas. (CARSON, 1966, p. 26)

Com essa preocupação que, no município de Morro Redondo, instituições e agricultores/as têm se reunido para recuperar manejos do solo, das plantas e insetos no que se refere a tradição doceira. Nesse sentido que, em 2019, foi criado o grupo “SAF Doceiro” que reúne agricultores ecológicos e instituições públicas para aprender, de maneira coletiva, os manejos de um sistema Agroflorestal a partir dos elementos que participam dos modos de fazer doceiros. Walter Steenbock e Fabiane Vezzani (2013) define o sistema agroflorestal como o consórcio entre plantas e culturas agrícolas misturando práticas de manejo da luminosidade, da produtividade primária da sucessão natural, da reciclagem de nutrientes e das relações ecológicas. O sistema potencializa os processos vitais de fluxos de energia e matéria para a otimização da produção, seja de espécies de interesse como da biodiversidade de maneira geral contribuindo a produção de alimentos. Nesse sentido a troca de conhecimentos locais sobre os movimentos dos processos vitais, dos ciclos biogeoquímicos e das relações ecológicas, possibilitam potencializar o aumento da fertilidade, da produtividade e da biodiversidade.

Fazer agrofloresta é, assim, “identificar as estruturas e os mecanismos de funcionamento da vida no local de fazer agricultura, ocupando o nicho humano por meio do manejo agroflorestal e orientando o sistema para a produção de alimentos e outros produtos em meio a produção da biodiversidade e da troca entre os seres vivos” (STEENBOCK; VEZZANI, 2013, p. 24). Os resultados deste projeto pretendem produzir conhecimento bem como valorizar o Sistema Agrícola Tradicional (SAT), definido como um conjunto de elementos interdependentes envolvendo as plantas cultivadas, a criação de bichos, as redes sociais, os artefatos, os sistemas alimentares, saberes, normas, direitos e outras manifestações associadas, associados aos espaços e agroecossistemas manejados, o manejo dos produtos agrícolas bem como a cultura material e imaterial associada que interagem e resultam na agricultura, na pecuária e no extrativismo (EIDT; UDRY, 2019).

O projeto “SAF Doceiro” se nutre de experiências e saberes técnicos e experiências locais como o agrofloresteiro Nilo Schiavon, habitante da área rural de Pelotas, que é uma referência em agroecologia e produção de alimentos em agroflorestas na região. Caminhando pela Propriedade Agroecológica Schiavon, localizada no Colônia São Manuel, zona rural de Pelotas, aprendemos o quanto é possível produzir alimentos "*respeitando o tempo da natureza*". E isso leva tempo, pois "*não é de um dia para outro*", sendo um constante processo de (re)aprendermos a trabalhar junto com os insetos, com as plantas. Aliás, "*as plantas te dizem o que precisam*" e é somente em uma convivência respeitosa que teremos condições de escutarmos o que elas têm a nos dizer.

Seu Nilo que, anteriormente, era agricultor convencional, tendo leitarias e pessegueiros, ensina que o “*Saf dá muito resultado. Quanto mais diverso, mais resultado*”, ou seja, questiona o modelo de produtividade do modelo em monoculturas. Em uma área de cerca de 500 m² tem plantadas 78 espécies alimentícias diferentes e contou mais de 1000 espécies de plantas. Os resultados veem, assim, da diversidade de possibilidades que as plantas, em relações, possibilitam. A insustentabilidade das práticas convencionais estava que na sua leitaria, quando “*as vacas comiam mais que nós*” e, no pomar, quando não podia chegar no “*pomar e comer um pêssego porque tinha veneno*”.

A construção de uma agrofloresta, envolve leituras da paisagem mapeando as “*áreas frias e quentes”* e aprendendo a escutar o que as plantas “*dizem*” acerca da

relação com o local. As espécies de citrus dão bem nas áreas frias. Já os pessegueiros não produzem com todas as capacidades em agroflorestas, pois precisam de muita luz do sol para ter "*o açúcar necessário*". Assim, "*quanto mais ao norte, melhor."* Embora os pessegueiros estão fora das agroflorestas, o chão é marcado por uma diversidade de plantas. Elas fazem a palhada que é uma esponja que absorve água e enriquece a terra. "*Palha é terra. É esponja*". Além disso, os "*bichinhos que ficam nas palhas esperam a mosca [mosca da fruta] que cai no chão*", alimentando-se delas. A partir disso, comenta que devemos *trabalhar com os bichinhos.* O agricultor conta que os "*pássaros que vêm comer e plantam para mim*", já que espalham sementes de araçá, por exemplo.

Manejar a agrofloresta é manejar a diversidade, ensinando e aprendendo com os bichos e as plantas. A *grafulita*, que é um tipo de mariposa, por exemplo, que "*é um dos insetos mais sensíveis ao veneno*". Porém, o agricultor mostrou como elas fazem a poda dos pessegueiros. "*A natureza tem que estar a nosso ao favor. Deixar ela trabalhar contigo*." Tais manejos são criticados pelo modelo convencional. Por exemplo, o pomar, com a aplicação do "nitrogênio natural", da ervilhaca, fica com um verde escuro, diferente do modelo convencional, com nitrogênio comprado ensacado, cuja cor fica verde claro. Segundo Nilo, os pesquisadores se referem aos pessegueiros escuros como feios. Nesse sentido, comentou que os vizinhos, ligados aos modelos convencionais o veem como "*Nilo louco, que vive no meio do mato. É um relaxado!* "

A adoção de produção em agroflorestas é um processo de encantamento. Como me disse a Sibele Macedo, esposa do Daniel Costa, filho do seu Jordão, em cuja propriedade estão construindo um SAF, a "*gente vai se encantando*", sendo um processo de mudança de percepção em relação aos manejos e relação com a lavoura/pomar. "*São coisas que temos que reaprender e aprender outras formas de nos organizar. A gente podava um pessegueiro e a primeira coisa que queria fazer era tirar para fora do pomar e botar fogo"*. O que se aprende é conviver com a diversidade.



Imagem 40 - Caminhado com Seu Nilo Schiavon – Colônia São Manuel/Pelotas. Fonte: acervo do autor.



Imagem 41 - Terra preta. Colônia São Manuel/Pelotas. Fonte: acervo do autor.

Assim que, certo dia, enquanto trabalhava na área que estou fazendo uma agrofloresta, eu ruminava sobre as leituras que fiz no livro “A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil”, de Beatriz Herédia (1979). Ao etnografar a organização interna das unidades de produção camponesas, na Zona da Mata Norte, no Estado de Pernambuco, a autora observou as relações entre a casa[100], espaço feminino de autoridade da mãe, e o roçado, espaço masculino de autoridade paterna. Enquanto a casa é o espaço do consumo, o roçado é o espaço da produção. O roçado designa o conjunto de cultivos tanto para o consumo, quanto para a venda. Nesse sentido, os “produtos fornecidos pelo roçado são os que asseguram o abastecimento dos meios necessários para o consumo familiar, consumo que se materializa na casa. Consequentemente, é o roçado que dá as condições de existência da casa como local de consumo.” (HERÉDIA, 1979, p. 48).

Uma constatação da autora é que, enquanto no roçado as tarefas são como portadoras de um caráter único, a saber, “o trabalho ligado a terra”, as tarefas da casa são relacionadas como “múltiplas e incluem atividades bastante variadas” focadas na alimentação de pessoas e bichos. No roçado, todos os membros da família trabalham e “ajudam”[101], dependendo das necessidades dos trabalhos que, por sua vez, estavam associados aos ciclos agrícolas. A casa, espaço feminino, é o local do não-trabalho e o local da multiplicidade. O espaço da lavoura é neste contexto, espaço de produção das safras, bens cultivados em quantidades maiores que são responsáveis por assegurar o abastecimento da casa, seja pela venda quanto pelo consumo. A casa, espaço feminino e da multiplicidade, espaço dos cuidados e alimentação de humanos e bichos, seria, então, o espaço da diversidade. Por conseguinte, tem-se o “roçadinho” que é um espaço destinado a mãe e filhos/as para que produzam bens para suprir necessidades individuais ou para suprir produtos quando o roçado não produz. É um espaço para a socialização dos/as filhos/as que aprendem, sob orientação, o trabalho agrícola.

[100] O espaço da casa ultrapassa os limites físicos da moradia e envolve o terreiro e espaço ficam e dormem os animais.

[101] Na verdade, as atividades realizadas pelas mulheres, independente da tarefa, nunca são consideradas “trabalho”, mas sim “ajuda”.

Assim, trazendo para o contexto de Morro Redondo, o equivalente ao “roçadinho” são as pequenas hortas e cercados, próximos as casas, onde mãe e filhos/as produzem. Junto às hortas, estão os pomares ou quintas que recebem alguns pequenos cuidados. Grande parte das familias estiveram ligadas ao modelo convencional da revolução verde, cultivando frutas com utilização de insumos, venenos e o modelo de lavoura limpa. Nessas áreas envoltas a casa, espaço associado ao feminino, haviam hortas e pomares que eram excluídos desse modelo, não recebendo venenos e outros insumos. Assim, ao observar a relação das agroflorestas que estamos construindo com o desenho da propriedade, observei que eram nesses espaços ao redor da casa que se iniciam as agroflorestas. É como um espaço de aprendizado de manejos. Para chegar aos espaços chamados de lavouras, espaço das safras e de autoridade patriarcal, é necessário que a prática de agroflorestal tenha resultados satisfatórios. O mesmo acontece com os filhos da Solange, que também estão construindo uma agroflorestal. Eles receberam uma área próxima às casas para experimentarem esses manejos alternativos. Observa-se que para tornarem-se modelos alternativos de produção, os projetos de agroflorestas têm que lidar com o patriarcalismo, já que para acesso a grande lavoura, espaços de autoridade paterna, precisarão tornar a desordem, o caos, a “sujeira”, uma forma de viver e organizar a vida.

Por isso, considero que o trabalho de salvaguarda dos saberes doceiros devem estarem associados a paisagem, trazendo a diversidade de plantas para os espaços das lavouras/pomares. E essa questão é chave, considerando o avanço desenfreado do cultivo de soja no município que já alcança 25% da área cultivada. Paralelo a tal avanço, tenho acompanhado denúncias de derrubadas de matas para aumentarem as áreas das lavouras e contaminação das águas pelos agrotóxicos. Junto aos técnicos e técnicas da Emater e a Associação dos Empreendedores do Turismo de Morro redondo (AETMORE) propomos uma articulação de trabalho que associe o patrimônio cultural com o patrimônio “ecológico” tão apreciado pelos turistas que visitam o município. A salvaguarda da tradição doceira, passa, portanto, pela valorização dos movimentos da vida da Serra dos Tapes.



Imagem 42 - Em sentido horário: marmeladas brancas, passas de goiaba, figos cristalizados, passas de pêssego. Fonte: acervo do autor.

CAPITULO 5

VAZIOS QUE ECOAM VOZES:

MODOS DE HABITAR O PASSO DOS NEGROS

Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 2003, p. 15-16)



Imagem 43 - Rastros no Passo dos Negros. Imagem: Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação.

5.1. Introdução

Quem vivencia a cidade de Pelotas caminhando por suas ruas, com olhares açucarados pelos famosos docinhos e admirando seus suntuosos prédios antigos, haverá de encontrar certa curiosidade em desvendar um pouco de sua história. As possibilidades de contar os acontecimentos do passado serão inúmeras e, muitas delas, a tornarão mais invisível e fantasiosa levando o curioso a acreditar que a vida ali, outrora, fora de opulência e riqueza para todos os seus habitantes. Porém, tal caminhante encontrará um contraste ao observar que na calçada de um suntuoso casarão, em frente à praça Coronel Pedro Osório, passa lentamente empurrando uma bicicleta que puxa uma carrocinha cheia de "entulhos", um homem acompanhado de um cachorro.

Embora pequeno diante dessa enorme estrutura de poder, este homem tem muitas histórias e memórias em seu habitar a cidade, evidenciando a riqueza histórica e cultural de Pelotas a partir de suas vidas cotidianas e de suas micro-resistências. Como escreve José de Souza Martins (2013, p. 09) é "nos limites, nos extremos, na periferia da realidade social que a indagação sociológica se faz fecunda." Mas para desvendar esta forma de viver e contar a cidade, o caminhante deverá seguir em direção aos limiares, às suas margens (AGIER, 2015), àquelas que não estão nos sites e publicações oficiais. Seguir em direção ao passado histórico de Pelotas, certamente, haverá de chegar às margens do canal são Gonçalo, num lugar chamado Passo dos Negros.

5.2. "*Tudo aquilo ali é patrimônio!"* Vivências, memórias e narrativas

O Passo dos negros é uma "*vilinha"* localizada nas margens do canal São Gonçalo. Tal canal é um elo que liga a Laguna dos Patos a Lagoa Mirim sendo que suas águas circulam ora em direção a uma, ora em direção a outra. Por estar em área de planície costeira, ou encosta da serra do Sudeste, é uma região marcada por aguadas e banhados. A umidade que sai da lagoa segue em direção a Serra dos Tapes, criando um clima propício para uma diversidade de árvores habitarem as

serras. No período pré-colonial, os Tapes, em determinadas épocas do ano, desciam as serras e matas, para pescar nas lagoas. Ali construíram “cerritos”, pequenos montes em que, hoje, o gado se protege das enchentes.

Os moradores do Passo dos Negros contam que, até alguns anos atrás, “*aqui era tudo campo*” e haviam poucas casas – divididas entre moradias dos trabalhadores dos frigoríficos e dos engenhos, dos tropeiros, pequenos criadores de gado e carroceiros. Tempos depois, passaram a habitar o lugar os pescadores, os catadores de resíduos sólidos e também as classes médias e altas por meio dos condomínios fechados e de luxo. Hoje está um pouco diferente e o lugar não é mais o mesmo. Assim nos contam. Mas não significa dizer que não seja um lugar de vida boa, um lugar “*maravilhoso*” para morar e isso nenhum habitante discorda. A calmaria e a vida marcada por uma temporalidade dada pelos ciclos da vida, pelas árvores centenárias, pelos bichos e pelas pessoas, faz com que os moradores considerem o lugar diferente do “*movimento da cidade*”. Logo, ao longo do trabalho de campo aprendemos a perceber a presença dos campos, das árvores, das águas, dos animais, das assombrações e também a escutar os ecos de suas presenças. Eis um sentido de vida boa trazido pelos interlocutores: a presença desses entes que entrelaçam as fronteiras fluidas entre humanos, bichos, espíritos e materiais.

Ao chegarmos na região do Passo dos Negros nos deparamos com um suntuoso engenho desativado, mas que está presente nas narrativas das pessoas como parte de sua história. O engenho – cujo nome era engenho São Gonçalo - foi de Pedro Osório e fora construído ao lado de uma charqueada. Conforme um site[102]” que pesquisei, o engenho tinha “capacidade para beneficiar 700.000 sacos de arroz em casca, 1.200 sacos em dez horas, na época o maior engenho da América do Sul.” Atrelado ao engenho foi construído um cais de alvenaria em que as embarcações encostavam carregadas de arroz em casca e de madeiras de eucaliptos para as fornalhas. O mesmo site segue com referências ao antigo proprietário: “Foi o pioneiro no Brasil na instituição de seguro de vida para seus funcionários; criou em suas propriedades um sistema de atendimento médico, escolas e condições de melhoria da qualidade de vida, com boas casas e salários justos. Defendia o ensino gratuito”. É necessário um olhar crítico sobre essas narrativas heróicas construídas a cerca

[102] Informações disponíveis em: http://www.vivaocharque.com.br/personagens/pedroosorio.php.

desses barões com poderes sobre o pão e as águas, porém estes elementos também estavam presentes também nas narrativas das pessoas. O mesmo pode-se dizer do nome de Pedro Osório considerado como uma "*pessoa boa*" e que fez muito pelos seus antepassados. Em frente ao engenho encontra-se uma antiga escola também presente nas narrativas das pessoas como o lugar em que aprenderam a ler e escrever.

O engenho nos leva até meados do século XX, onde tem-se a transformação do ciclo econômico do charque em função da lei de abolição da escravatura, fazendo emergir de um novo ciclo com o advento da economia arrozeira. Paulo Beskow (1984) apresenta essa nova reconfiguração da acumulação do capital. Essa transformação está associada ao crescimento das cidades e as mudanças de hábito da população. O arroz tinha armazenamento fácil e levava menos tempo para ser preparado, diferente dos pratos à base de milho e mandioca. Por conseguinte, um importante fator para a ampliação da produção foi a criação, em 1896, da política tarifária protecionista sobre as importações do arroz estrangeiro, vindo principalmente da Ásia. Tal política estimulou a produção interna nacional em grande escala[103]. Assim, o cultivo do arroz irrigado no Rio Grande do Sul seguiu a configuração econômica da região de uma pecuária e uma agricultura especializada para atenderem os mercados nacionais.

A lavoura capitalista de arroz irrigado vai se concentrar nas nos municípios da depressão central como Cachoeira do Sul e no litoral ocidental da Laguna dos Patos. Na região de Pelotas, os extensos vales e baixadas planas e úmidas, banhadas por mananciais, além dos inúmeros rios e canais para a retirada de água e escoamento da produção, favoreceram a concentração do capital, acumulado nas atividades de criação de gado na indústria da carne bovina (charqueadas). Portanto, a rizicultura foi fortemente influenciada pelos grandes proprietários rurais, criadores de gados e industriais do charque já integrados ao mercado nacional. Entre eles destaca-se a figura do Pedro Osório, um dos maiores charqueadores e criadores de gado, que passou a investir capitais construindo diversas firmas arrozeiras. O maior deles era o Engenho São Gonçalo – que depois passou a ser chamado de engenho Pedro Osório.

[103] Forma de agricultura realizada em extensas áreas continuas de cultivo, com irrigação e preparo do solo com fertilizantes e maquinas, com uso da força de trabalho assalariada, por meio do arrendamento ou compra de terra sob a forma capitalista, voltada para o mercado.

O empresário, segue o autor, possuía cerca de 10 mil hectares ocupados com pecuária e lavoura, além das terras arrendadas para capitalistas agrícolas. A integração da lavoura com a pecuária se dava também pela indústria de fertilizantes fosfatados que o empresário possuía. O gado abatido nas charqueadas seguia o caminho de volta à terra já que seus de ossos e outras partes transformavam-se em adubos para as lavouras de arroz. Nesse sentido que, para o autor, é errôneo dissociar o advento da rizicultura como reação ao declínio da economia pecuária. Assim,

> a lavoura arrozeira se constituiu dentro do conjunto de relações da economia pecuária, podendo mesmo falar-se de um complexo rural econômico gado-arroz, sendo importante destacar que, nos períodos de crise da pecuária, a alternativa de arrendar terras para lavoureiros de arroz sempre se apresentou com mais intensidade, em face de ser mais lucrativa a atividade restrita no cultivo do arroz do que de criador de gado. (BESKOW, 1984, p. 77).

A intensa demanda de mão de obra, principalmente nos períodos de ceifa (colheita), ou seja, a necessidade de uma mão de obra temporária, era conseguida nas Serras do Sudeste, principalmente nos municípios de Canguçu, Encruzilhada do Sul e Caçapava do Sul, em que predominava o minifúndio policultor de alimentos. Os trabalhadores então, recrutados por um empreiteiro contratado pelo capitalista, trabalhavam no período de safra angariando salários sazonais como uma estratégia de reprodução social. Além disso, eram recrutados trabalhadores urbanos, moradores das áreas marginais da cidade[104]. Comum nas narrativas dos moradores da região, o fato dos jovens agricultores serem recrutados para trabalhos nas colheitas do arroz e do trigo, se dava como forma de gerar uma renda a mais. Paralelo a isso, se dirigiam para as “granjas” agricultores com carretas de bois para “puxar” a produção, ou seja, carregar o que foi colhido para os estabelecimentos de depósito.

Paralelamente à questão do advento da agricultura moderna tendo como agente preponderante o arroz, há a transformação de algumas charqueadas em frigoríficos que passarão a exportar derivados de carne, escoando a produção pelo porto de Rio Grande. Destaca-se a charqueada de Brutus Almeida, localizado às margens do canal São Gonçalo, que, em 1916, sediou o primeiro frigorífico gaúcho

[104] Porém, o autor não comenta sobre a mão de obra negra que, antes trabalhadores/as nas charqueadas e nas estâncias, passaram a compor a massa de pessoas que vendia a força de trabalho aos engenhos e às lavouras de arroz.

denominado “Companhia Frigorífica Rio Grande” vendida, em 1924 e ficando desativada até 1942, quando iniciaram as obras de construção e adequação de um novo Frigorífico chamado Anglo, ligado a um grupo de empresários capitalistas ingleses. A estrutura permitia o abate diário de mil bovinos, quinhentos suínos, quinhentos ovinos e mil aves. A empresa mantinha uma fábrica de conservas de pêssego, figo, abacaxi, ervilhas e morangos em seu complexo. Alcir Bach (2017) apresenta a fala de Zilda Hardtke Pereira (BACH, 2017, p. 60), que contou sobre esse fato: “Começava muito cedo pela manhã e [o ônibus] ia lotado de funcionários que trabalhavam lá, uns no frigorífico e outros na matança e nas épocas de safra de pêssego no verão, iam muitas mulheres que trabalhavam com as compotas.” O frigorífico abateu gado até 1985, quando passou a produzir somente conservas (BACH, 2017). O fechamento data da década de 1991.



Imagem 44 - Mídia Impressa do Frigorífico e fabrica de conservas Anglo em 1980.
Fonte: Bach (2013, 109)

A partir de 2005, iniciou-se o projeto que levou a construção de um campus da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), chamado campus anglo, produzindo, no atual contexto, “alimento para o espírito” (UFPEL, 2014). Nesse sentido, a circulação das tropas na região do Passo dos Negros não acabou com a crise do setor

charqueador mantendo-se até meados da década de 1970, conforme as memórias e narrativas dos antigos moradores. Segundo Camilo Pereira, aos redores do frigorífico, moravam tropeiros que eram contratados pela empresa para buscarem tropas na região. Era um intenso movimento de carretas também.

Assim, a convivência no Passo dos Negros ensina a tencionar a concepção de cidade, enfatizando um olhar trazido pelos citadinos em suas experiências de habitar e se juntar ao processo de formação (INGOLD, 2012a), já que o território se constitui por meio de inúmeros modos de existir. São temporalidades e mundos paralelos entrelaçados em uma trama de relações. Nós, antropólogas e antropólogos, escutamos causos de assombrações, momento em que esses diferentes mundos se encontram ou se cruzam como, por exemplo, uma "*Noiva de branco"* e o "*Negrinho do Engenho*" que influenciam os trajetos das pessoas. Uma forma de encantar o lugar e reencantar o mundo é contar os diversos entes que circulam por ali. Mas também aprendemos sobre os materiais com vida que indicam outras temporalidades, outros momentos históricos em que os habitantes, em suas vidas cotidianas, têm marcadas em seus corpos e lembranças.



Imagem 45 - Casa no Passo dos Negros. Fonte: acervo do autor.

Por ora, seguimos a conversa “escutando” o seu Pedro, habitante do lugar: *eu moro no antigo corredor em que cruzavam as tropas. Tudo aquilo ali é patrimônio!* Os sentidos atribuídos ao pertencer ao lugar estão para além de que é bom para morar. Ele também é bom para pensar. De outra maneira, o Passo dos Negros é um lugar que é referência cultural da formação da cidade, embora todo o empenho do poder público de invisibilizar estes referenciais que transpassam as profundas heranças de um passado de violência e escravidão (ALFONSO; RIETH, 2016). Não podemos desconsiderar o contexto desta narrativa que foi expressa em um evento sobre patrimônio da cidade realizado pelo poder público dentro de um antigo casarão tombado como patrimônio histórico.

Ao longo desse tempo vamos aprendendo com os/as moradores/as os sentidos de habitar o Passo dos Negros e os significados históricos e culturais construídos nesse habitar o lugar. Conforme seu Aniba – morador e presidente do Osório Futebol Clube – “*muitos pensam que aquela vilinha nasceu ontem. (...). As pessoas não sabem a história, a dimensão que teve o Passo dos Negros e não podemos deixar morrer esta história.”* Assim, temos que contar essas histórias junto aos moradores do Passo dos Negros, porque esta *vilinha* tem histórias, advogando que este lugar, vivido por humanos, bichos e coisas, tem um significado histórico e cultural. Os escritos também giram em torno das articulações dos moradores para resistirem ao descaso do poder público e ao avanço dos empreendimentos imobiliários. Discutirei também as estratégia para proteger os marcos que consideram parte do seu patrimônio, parte das suas histórias e presenças que constituem um sentido de viver no lugar.

Entre o campo e a cidade, entre a fartura e a margem. As narrativas das moradoras e dos moradores remetem a um lugar de vida boa, onde “*todos se respeitam*”, tem o silêncio e a tranquilidade, remetendo a uma temporalidade diferente das áreas asfaltadas. O passado e o presente se tramam nas vozes que contam histórias e narram vivencias. Se ontem “*era tudo campo*”, hoje, o predomínio das áreas de campo se dá de maneira intercalada com casas e asfaltos. Nestes campos pastam os cavalos de montaria ou de tração. Os bichos são parte da formação do lugar. Os valores atribuídos a esta *vilinha* se referem também a participação na construção da história da cidade, demonstrados nas narrativas dos/as moradores/as. O vínculo entre os grupos que habitaram o Passo dos Negros no passado e os que habitam a região atualmente, está associado a presença de referenciais históricos e culturais

associados a cultura afro-brasileira, camponesa e da classe operária, junto a um processo de resistência contra a invisibilidade, a inclusão perversa bem como de estratégias pela reapropriação dos bens que produziram e de sua história (MARTINS, 1996). As relações com o passado são mediadas pelo presente, ou seja, as vozes contemporâneas orientam a leitura do material referente ao passado (MELLO, 2012, p. 82).

> *É uma pena, às vezes eu falava: "óh, a história do Passo dos Negros está morrendo..." Mas os caras dizem "ah, nego..." Mas o negro teve sua história, então eles não podem ser apagados, porque isso aqui é uma história. Senão, chega qualquer um e pensa que essa vila aqui nasceu ontem. Essa vila aqui é mais velha do que esse bairro aí. Isso aqui era o antigo Passo dos Negros, só tinha a região aqui, e o resto era mato até tu chegar lá na ponta da Tiradentes, não tinha mais nada, era só mato e árvore. " (Interlocutor)*

A presença de materiais que remetem ao passado das charqueadas e, tempos depois, dos abatedouros, compõem a formação deste contexto, sendo eles: a "ponte dos dois arcos" e um trecho do caminho das tropas – ou corredor das tropas, as casas das famílias charqueadoras e alguns fragmentos dos locais de produção. A região alagava nos períodos de chuva o que dificultava o acesso das tropas de gado, das carroças e das pessoas, fazendo necessário a construção de uma ponte de tijolos em adobe, no corredor das tropas, por mão de obra escravizada. Também é chamado de "*pontilhão de pedra*", "*pontilhãzinho*", "*bueiro*". "*O pessoal vai seguido naquele bueiro que foi construído pelos escravos*." A ata da câmara de vereadores de 14 de janeiro de 1854, refere-se à construção da ponte solicitando "escravos dos senhores charqueadores da margem do São Gonçalo para a obra, a fim de dar conta da estrada e dos trabalhos." As tropas de gado, o corredor e a ponte estão vivas na narrativa dos moradores: *Esse corredor aqui, todo esse corredor aqui, isso é a continuação da São Francisco de Paula, antigo Corredor das Tropas. Eles tropeavam para trazer gado para as charqueadas e frigorificos.* (Seu Pedro)

No Passo dos Negros, tudo se interliga através de um passado que deixou marcas profundas. De um local de desembarque de pessoas negras escravizadas que seriam direcionadas para pontos de comercialização ao longo da cidade no século XIX e um local de passagem das tropas em direção aos matadouros, tornou-se um lugar de "vida boa" no período das industrias. "*Olha, isso aqui foi um lugar muito farto, farto e bom de morar*", contou a Dona Marina que nasceu e se criou ali e fora trabalhadora no engenho. Nos anos em que o engenho Osório esteve em atividade,

"*todos trabalhavam ali e todos moravam aqui.*" O engenho Pedro Osório, hoje desativado, remete às pessoas mais velhas a um passado de "*vida boa*" e digna, pois a indústria disponibilizava moradias, serviços de luz e saneamento, além de educação básica para os/as filhos/as dos/as trabalhadores/as. Foram constantes os relatos que vinculavam o engenho enquanto o responsável por disponibilizar, além de empregos e salários, moradias com saneamento e educação básica. Conforme Dona Marina,

> *[...] todos eles [parentes] eram dali. Os meus avós por parte do lado da mãe materna. O vô era cozinheiro do Pedro Osório. E pelo lado do pai, o vô era capataz do charque. [...] O engenho funcionava, em época de safra, dia e noite. O emprego passava de pai para filho. Sempre tinha aquela continuação. As mulheres trabalhavam para o engenho como costureiras. Os sacos que estavam furados, eram colocados em fardos de 25 unidades, e iam para as casas, para as costureiras costurarem à mão. Para a gente que se criou ali, é lamentável ver aquele engenho ser demolido e todos os dias a gente convive com isso. Isso aqui era muito bom, tinha muito serviço. E era assim, tu sabes que era uma coisa tão boa que eles faziam para os funcionários. Que eles davam casa, davam água, davam luz, mas tudo era do engenho. Tudo era dado para os funcionários e ninguém pagava nada.*

Outra estrutura é a escola Visconde de Mauá, situada no pátio do Engenho e que fora voltada para ensinar os/as filhos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Dona Marina estudou neste colégio: *Ali era o Visconde de Mauá. Ali tinha as primeiras séries. Estudei ali, a primeira série eu fiz ali, depois passei para o colégio ali da Balsa. A turma era praticamente os filhos dos funcionários. Então, a gente ia para o colégio, saía para brincar, era sempre assim... As professoras eram sempre as mesmas.*

Conforme Medrano & Tola (2016), o giro ontológico cria a possibilidade de reconhecer o quanto o âmbito da política transcende os limites da ação humana. Ao trabalharem com a etnohistória do povo indígena "Qom" del Gran Chaco argentino/paraguaio, as autoras observam que, as entidades ocuparam e ocupam um lugar central nos relatos sobre os acontecimentos do passado. Elas comunicam e ensinam. No Passo dos Negros, a entidade "*Negrinho do Engenho*" está presente nas narrativas como um habitante que tem algo a ensinar. Esta outra história é contada também pelo Seu Alcy:

> *Sobre essa história contam que, foi lá na década de 30 mais ou menos, o engenho recebia muito arroz que chegava de barco que vinham pelo canal São Gonçalo, vinha do Santa Isabel pois não tinha a barragem ainda. E, em uma sexta-feira santa, o capataz disse para o pessoal que aqueles que quisessem preservar sua crença, poderiam ficar em casa, mas quem*

quisesse ajudar a puxar o arroz que tinha para secar, ganhariam horas extras para trabalhar. E ficaram alguns. Eles levavam sua alimentação nas viandinhas, que hoje a gente chama de marmita, e botavam sobre o secador, que era uma chapa quente em que secam arroz, mas botavam para aquecer a alimentação deles. Trabalhavam a noite inteira e quando chegou por volta de pegar a alimentação deles, as viandas estavam todas viradas e alguém viu um menino afrodescendente que passou correndo junto às chapas e juntando as viandas que estavam ali. Ele desapareceu em uma fumaça. Assim, ficou a história do negrinho. Ele é um moleque travesso e mexia com as viandas dos trabalhadores na época do arroz.



Imagem 46 - Engenho Coronel Pedro Osório e carroceiros no dique/estrada. Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação.

Observa-se que os trabalhadores que não respeitaram a "*sexta-feira santa"*, foram repreendidos pelo negrinho a sua maneira moleque de agir. Pode-se considerar que o mesmo comunicou e ensinou aos trabalhadores a respeitar e fazer a penitência de atos mundanos em forma de reverência ao dia. Hoje ele é "mascote" do Osório Futebol Clube, time de futebol criado nas primeiras décadas do século XX pelos

operários do engenho. É um dos únicos clubes de futebol daquela época que mantém atividades, realizando jogos quase todos os finais semana. A história do lugar é contada, também, nas paredes da sede do Osório Futebol Clube, através de fotos e recortes de jornais, assim como através de banners que foram feitos pela equipe do projeto[105], em parceria com a comunidade. Seu Aniba, presidente do clube conta a sua história como parte da história do clube:

> *Eu nasci aqui. Saí e voltei de novo. Tenho 52 anos. Nasci lá naquela quadrinha [antigas casas dos/as operários/as do engenho]. Depois eu vim trabalhar na diretoria do time do Osório – eu morava no Navegantes -, e vi a turma velha aqui, somei com eles e estou aqui há 30 anos. (...) Há 30 anos na diretoria do Osório e o cara gosta, né! É a paixão do cara! Primeiro time que vi quando saí de lá foi o Osório e virei Osório! Eu era mandinho [menino]. Olhei para aquele brasão e virei Osório.*

Atualmente o clube se configura como uma extensão das relações de "respeito" e "reciprocidade" que outrora orientou a convivência das trabalhadoras e dos trabalhadores do antigo engenho: *A comunidade aqui no Osório é uma família. Sempre foi uma família. Sábado de tarde e domingo reúne gente aqui! Está sempre cheio!* Por conseguinte, o campo bem cuidado e a manutenção das estruturas são controladas pelos atletas que não fazem mais parte do clube. Seu Aniba comentou:

> *A velha guarda vem sempre nos jogos. Domingo eles vêm chegando. Se não chegam, dão uma olhada para ver como é que está. Estão certo eles! Tem que cuidar! Foram os caras que deixaram isso aqui! Não vão chegarem aqui e ver tudo caindo, numa bagunça. Eu concordo! Eles têm que passar aí mesmo. E eu não faço nada sem consultar o conselho do Osório. Isso aqui é um patrimônio nosso!*

O Passo dos Negros está situado às margens do canal São Gonçalo que liga a Laguna dos Patos à Lagoa Mirim. Neste canal, que outrora as tropas de gado atravessavam diariamente em direção às charqueadas. No ciclo do arroz era pelo canal se escoava a produção. Aliás, a intensificação do cultivo do arroz irrigado está relacionado a uma cada vez maior poluição das águas com agrotóxicos. A irrigação

[105] "Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação".

por inundação aumenta a possibilidade de transporte de biocidas, via água da chuva e drenagem, para mananciais hídricos (GRÜTZMACHER et al, 2008).

Aliado a isso tem ainda o lançamento nas águas do esgoto da cidade tanto o doméstico, quanto o industrial. Caminhamos[106] por um destes canais, o Pepino, que é um arroio canalizado em 1949. No caminhar das águas, o arroio conta a história da cidade de Pelotas. Um misto de espanto e encantamento saber que aquela corrente de água, aquele "*valetão*", que faz parte do nosso cotidiano, era um arroio, e, mais do que isso, compunha uma bacia hidrográfica. A caminhada, portanto, foi de descobertas. Um educar a atenção (INGOLD, 2010) para coisas que nosso olhar não percebia. Uma delas é que haviam muitos córregos soterrados ou se tornaram bueiro para a drenagem das chuvas e dos dejetos. Pelo caminho fui percebendo inúmeras bocas despejando águas. O Pepino se encarrega de levar estes esgotos para o canal São Gonçalo. Tempos atrás, fora escoadouro de detritos dos curtumes que estavam instalados por ali. Um emaranhado de correntes de águas e histórias conformavam a bacia hidrográfica do Pepino.

Suas nascentes estão, atualmente, soterradas pelas estruturas de cal e cimento da cidade. Estão situadas em áreas próximas ao ponto comercial Macro Atacado Krolow. Ali começava a área da Tablada, espaço em que, no século XVIII, chegavam as tropas de gado bovino para serem comercializadas nas charqueadas. Tais nascentes, outrora, foram bebedouros para bois, cavalos e humanos em suas esperas para seguirem seus destinos. O arroio foi também o limite natural que dividia o centro urbano do sítio charqueador. A cidade construiu sua estrutura de saneamento básico se fazendo destes córregos d'água, que desembocam no arroio, como canais de esgoto.

Iniciamos a caminhada nessas nascentes, em um ambiente marcado por movimentos rápidos de automóveis que percorriam duas vias, cada uma de um lado do canal. O arroio se fazia enquanto uma vala curta, sem muita água. Estávamos a 14 metros de altura em relação a parte mais baixa da bacia. Ao lado dessas vias, muitos prédios e condomínios fechados. As margens do canal árvores exóticas como álamos, plátanos, ipês, indicavam os projetos de domesticação das paisagens dessas

[106] Uma caminhada coletiva realizada no âmbito da disciplina Antropologia e Meio Ambiente: conflitos meio ambientais e a ontologia política, ministrada pela Profa. Adriana Paola Paredes Peñafiel (Professora Visitante/ FURG) e Flávia Rieth, no ano de 2018.

águas. A experiência de não conseguir caminhar por ali é marcante. Não haviam caminhos, rastros no chão deixados pelos caminhantes. Não cruzávamos por pessoas. Uma senhora, ao longe, passeava com seu cachorro. Caminhávamos com dificuldade e nos expondo ao perigo dos carros. Em certo momento, nos apartamos do canal para seguir pela calçada do outro lado da via.

Aos poucos o canal aumenta suas margens e sua presença torna-se marcante. Inúmeras tartarugas. A quantidade de água que vem acumulando fez a necessidade de um vão maior. Um braço do canal, para escoar o excesso de água, segue pela av. Bento Gonçalves desembocando na região do Passo dos Negros[107]. Seguindo a caminhada, descendo em direção a foz, presenciamos o avanço dos de empreendimentos imobiliários sobre os banhados que seguravam as águas. Por tal lugar, chegam as águas do "canalete da argolo" construído em 1928 para dar conta de uma sanga que causava inundações. Foi desenhada pelo engenheiro sanitarista Saturnino de Brito que preferiu um canalete aberto indo contra as opiniões da época que alegavam uma galeria subterrânea[108]. Em seu entorno há floreiras de cimento com plantas ornamentais. As construções dos prédios estavam soterrando tais banhados. Somente restava uma grande área, tomada por juncais, aguapés e taboas. Muitos pássaros das espécies sabiá-do-banhado e o maçarico do banhado. O Pepino, em paralelo, seguia distante de nós. Entre duas vias para automóveis e motocicletas. Caminhávamos pela pista ciclística construída há poucos anos. Cruzávamos por pessoas correndo, skatistas, bicicletistas.

Na rua Tiradentes, atravessada pelo canal, a paisagem se modifica. Não há mais prédios e condomínios em construção. Mas há pequenas casas com telhas de fibrocimento, bem mais baratas que as feitas em barro. Crianças jogavam futebol em uma quadra de esportes. Muitas árvores e a grama não estava aparada. Plátanos se juntavam com uma diversidade maior de espécies entre exógenas e nativas. Ao final

---

[107] Me remeto a experiência de outra caminhada que fiz lá embaixo, seguindo as margens desse pequeno "braço" do canal. Era uma tarde de sol e encontramos muitas pessoas sentadas a sombra das árvores da corrente das aguas. Estas pessoas estavam indignadas. Os responsáveis pela construção de um condomínio de luxo, o "Parque Una", que ficava do outro lado desse canal, derrubaram a ponte de madeira que era usada pelos moradores para acessarem a área deste empreendimento. Eles gostavam de caminhar por este local e até e se banhar nas águas de um lago que existia por ali. Era também um caminho que usavam para deslocamento para outros lugares da cidade.

[108] Disponível em: http://server.pelotas.com.br/sanep/museu-do-saneamento/drenagem-urbana/canalete-da-argolo/

estávamos próximo ao campus Anglo da UFPel. Um cheiro intenso e repugnante de esgoto que atravessa a via que leva ao campus. Ali há um prédio grande. É uma "estação elevatória" sendo a responsável por passar, artificialmente, a água para o canal São Gonçalo. Quando o nível de água está muito elevado, em função da chuva e, em fúria, começa a ameaçar a cidade, tal estação, com diversas bombas, joga-as para o São Gonçalo. Assim, dona Marina comentou,

> *Esse canal são Gonçalo isso aí era limpinho. A gente queria ir pescar, ia lá para beira do arroio, pescava, bah, olha! Pescava peixes enormes na época de semana santa. Época de semana santa as pessoas iam lá e pegavam. Passavam a noite pescando. Trazia aquelas traíras, coisa mais linda. Agora acho que não dá mais nada, porque virou esgoto, né. Basta a gente olhar. A gente vai passar naquela ponte que vai pra Rio Grande, olha agora é... olha lá de cima isso aí parece uma sanga. Nem parece mais canal.*

Apesar de tudo, ao contrário dos condomínios residênciais cujas entradas estão de costas para o São Gonçalo, há que considerar as experiências das pessoas que nos finais de semana se direcionam para o lugar onde sentam-se nas sombras das árvores para tomar chimarrão e olhar o canal. A experiência de caminhar pelo dique de contenção das águas do canal[109], que também é uma estrada, nas tardes de domingo nos leva a se juntar aos outros caminhantes. A cidade contempla o canal. Ali também se alugam barcos dos pescadores para dar um passeio pelas águas.

Andarilhar pelo Passo dos Negros é perceber na paisagem, nas pessoas, nas coisas e nos lugares, a reconstrução da memória e da história da cidade de Pelotas e da pampa. A região está inserida no roteiro terrestre da "rota das charqueadas" - lei municipal número 4497, de 14 de outubro de 2003, em que o art. 1° entende tal roteiro como "referência de fatos históricos e de bens materiais e imateriais pertencentes à cultura do ciclo econômico do charque no município de Pelotas". Porém, em contraponto, apesar de ser uma região de referência cultural da cidade, a mesma encontra-se em processo de abandono pelo poder público local – sem redes de esgoto, sem rede de luz elétrica e água. É parte da história pelotense levando a um passado de esplendor da elite, pelo auge das industrias saladeiras de carne bovina e pelo suntuoso engenho de arroz que marcou um novo ciclo econômico no Rio Grande

[109] Foi construído na década de 1950.

do Sul-, e ao mesmo tempo de um passado de escravidão para aqueles em processo de exclusão (ALFONSO et al, 2015).

Se tomarmos a noção de “inclusão perversa” (MARTINS, 1997) dos grupos que habitam o Passo dos Negros, podemos perceber o quanto este espaço não está às margens do Estado e suas formas de reprodução capitalista, mas inserido em suas políticas de retirada de direitos e dignidades, mantendo seus habitantes distantes à cidadania. As políticas de saneamento básico, bem como de luz elétrica, se fazem presentes para alguns grupos, ao que, para outros, o Estado se fez presente enquanto ausência de bem-estar social, considerando que não investir em políticas públicas de serviços básicos é também uma estratégia para invisibilizar determinados grupos. Entretanto, lembrando De Certeau (2007), é nas práticas cotidianas que poderemos acessar as distintas maneiras de subverter os desígnios impostos pela ordem dominante, mas sem rejeitá-los diretamente.



Imagem 47 - Tarde no Passo. Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação.

5.3. "*Me criei olhando as tropas passar*": As tropas chegam na cidade

Irmão do gado, ele se sente nesta hora
E o seu destino, também vai, neste reponte
Igual a tropa nesse tranco, estrada afora
Sempre encharcado de horizonte

A tropa segue, devagar, mugindo tonta
Talvez pressinta que seu fim é o matadouro
E o tropeiro, entristecido, se dá conta
O boi é bicho, mais tem alma sob o couro

(Poncho Molhado - José Hilário Retamozo, Ewerton Ferreira)

Tayná Gruber et al (2016) comenta sobre o pouco material existente na historiografia acerca da interação dos tropeiros com o meio ambiente, com os animais, bem como fontes para uma melhor reflexão dos modos de viver das mulheres, negros e indígenas que faziam parte do cotidiano tropeiro. O pouco material existente vem das conversas e entrevistas com as pessoas que vivenciaram tal cotidiano. Assim, foi por meio de fontes terceiras, levantadas a partir de entrevistas com ex-tropeiros, que a autora escreveu um texto sobre as relações dos tropeiros com os animais e com os ambientes bem como o conhecimento adquirido no cotidiano de trabalho. O material levantado refere-se aos modos de viver dos tropeiros de mulas que conduziam tropas do Rio Grande do Sul à Curitiba. Os ex-tropeiros narraram histórias sobre estes percursos de estreitas convivências com os muares.

O Sr Darci Coelho, segue a autora, que fez tropas de mula entre 1910 e 1920, fez a seguinte narrativa: "tinha sempre uma que não era vendida. Ia ficando várias viagens." (GRUBER et al, 2016, p. 31). Por este andar pelos caminhos, a atenção dos bichos era educada (INGOLD, 2010), fazendo com que algumas mulas se tornassem "égua madrinha" que chegava a ser "quase humana", tamanho senso de responsabilidade que adquiria. A égua madrinha tornava-se uma autoridade, tal como o tropeiro capataz, por conhecer os trajetos e os ambientes. Carregava pendurada ao pescoço, como os bois *sinuelos* narrados pelo Seu Ervino e pelo Luciano Jardim, nos capítulos anteriores, um *cincerro* ou *sineta*, cujo som orientava os demais bichos a segui-la. A autoridade sobre os outros era exercida obrigando-os a segui-la e dando mordidas quando precisava argumentar.

O conhecimento acerca das plantas também era importante para humanos e bichos. Por exemplo, os animais precisavam conhecer o mio-mio[110] e a embira, sendo arbustivas que, quando ingeridas, causavam a morte. Então, os tropeiros deveriam ter o cuidado de o animal não sentir fome, o que faria com que catassem qualquer erva na estrada sem dar a atenção necessária para discernir estas entre as plantas. Além disso, era necessário ter o conhecimento das plantas para determinadas enfermidades, como a carqueja que poderia servir para curar a intoxicação ocasionada pela ingestão de determinada erva (GRUBER et al, 2016).

No caso da tropeada de gado vacum, hoje voltadas para levar bichos de um campo para outro, a interação entre humanos e bois se dá por percepção e observação. Os sinais de cansaço e de enfermidades são comunicados ao tropeiro a partir da postura do corpo. A baba indica cansaço, o esterco escuro indica vermes, como ensinou Luciano Jardim. Por conseguinte, o valor do animal também está associado ao conhecimento adquirido em relação as ervas e outros entes do ambiente. Os animais que habitam a região do Alto Camaquã, em especifico, no distrito de Palmas em Bagé, por exemplo, são conforme a pecuarista familiar Vera Colares: "*para qualquer lugar no mundo. Eles aprendem o que comer e o que não comer, como o timbó ou mio-mio, em função da biodiversidade*".

Diante de poucos materiais sobre os bichos nos registros históricos, pergunta-se: os animais fazem a história? Podemos considerar que sim, eles fazem a história como parte das relações. O que conforma o estar no mundo é a coexistência. Para a antropóloga Andrea Osório (2015) os bichos, como habitantes do mundo, compartilham existências. Embora suas proposições e sentidos sejam diferentes, são seres com os quais interagimos assim como atuam na produção de nossos sentidos. Heberth Smith, que andou pelos mesmos caminhos desta tese, indo de Pelotas até Pinheiro Machado, deixou registrado a sua leitura de como bois e vacas aprendiam a conviver no andar pelos caminhos em direção à Tablada, local de comercialização, em Pelotas.

> Tão forte é o instincto de aggremiação entre estes animaes semi-selvagens, que se torna extremamente difficil separar o gado para o mercado. Em geral constituo este 10 a 12 o/o de cada manada, pois só se pegam os individues

[110] Braccharis cordofilia.

> erados, dando preferência aos bois e aos touros sobre as vaccas. Estes animaes, escolhidos de muitas ou poucas manadas, conforme o tamanho da estancia, são reunidos e tocados para Pelotas. Durante dois ou três dias fazem esforços constantes para separar-se, pondo à prova toda a vigilância e cuidado dos vaqueiros; mas aos poucos vão se acostumando uns com outros, e, quando chegam á tablada, já estão transformados em uni todo coherente", cujos membros não trahem muittos disposições paira extramalhar-se. A jornada é necessariamente lenta, com paradas numerosas para o gado poder comer: á noite fechani-nos em mangueiras marginaes á estrada, nas quaes se abrigam os tocadores. (SMITH, 1922, p. 156 - 157)

Assim que, depois de tanto andar e andar, as tropas chegavam na cidade de Pelotas e esta história passará, agora, a ser contada pelo Camilo Pereira, artesão em madeira, ex-trabalhador do frigorífico Anglo e Cooperativa Sudeste, e peão campeiro. A oficina do artífice está localizada próxima ao campus Anglo da UFPel, antigo frigorífico, em frente as porteiras das antigas mangueiras em que o gado ficava antes de ir para as esteiras de abate. Chegamos na oficina do artífice. Camilo, de bombachas e alpargatas, como sempre faz, nos recebe e sempre pede desculpas pela "*sujeira*" e "*bagunça*" do ambiente marcado por pedaços de madeiras espalhados ao chão. Em algumas conversas o encontramos esculpindo um touro da raça bovina Hereford em tamanho original, atendendo o pedido de um comércio agropecuário da cidade de Pelotas. O artefato estava em fase de confecção e faltavam esculpir diversas partes do corpo. A forma da cabeça estava bastante adiantada e, ao tocá-la, sentia-se estar tocando na cabeça de um boi "real" desta raça, chamando a atenção para tamanho detalhe.

Para fazer uma escultura de considerável tamanho, como um touro em tamanho "real", vai-se colando pedaços de madeiras. Conforme vai colocando determinado pedaço, é necessário deixar a madeira "*trabalhar*", ou seja, esperar a madeira se colar, se juntar ao processo de (trasn)formação que envolve as outras madeiras. Após este pedaço ter "*trabalhado*", o artesão inicia a cola de outra ou o talhamento que dará forma a madeira colada. Então, o trabalho do artesão é marcado por uma relação de trabalho conjunto – e de negociação - com os materiais. Cola-se a madeira e espera-se ela fazer a sua parte, "trabalhar", que é juntar-se, por mediação da cola, ao processo que envolve outros pedaços de madeira. Depois o artesão segue o caminho rítmico pelas múltiplas vias de transformação do artefato.

As mãos seguram o martelo e o formão, articulando paciência e precisão no entalhe. Os pés, separados e afirmados no chão, dão o equilíbrio. Ambos se associam

ao o olhar de atenção ao detalhe. Tais habilidades o tornaram reconhecido no Rio Grande do Sul por suas esculturas em madeira que fazem referência às lidas campeiras. Como se tais troncos se tornassem outros seres, como peões a cavalo, domadores passando ensinamentos aos *potros*. Em volta da oficina encontram-se estantes penduradas na parede contendo inúmeras esculturas. Entre elas, uma carreta de boi toldada segue por uma estrada puxada por três juntas de boi (seis bois). Ainda em construção, revelava o processo em que um tronco de madeira, de entalhe em entalhe, formão e martelo, vai se tornando outra vida. Não é a junção de peças separadas. Em um só tronco de madeira se molda toda a forma: carreta, bois, cangas, cabeçalhos e o carreteiro com a guiada. O escultor contou que havia iniciado na arte de desenhar, mostrando-nos alguns desenhos que fizera, embora sua preferência fosse pelo artesanato em argila, que aprendeu retirando, e transformando em cerâmica, o barro sovado pelas tropas de gado que passavam em frente à sua casa. Mas foi em uma atuação junto a escola de belas artes da UFPel que descobriu, através de um professor, o artesanato em madeira, passando a dedicar sua vida a este fazer. "*Várias pessoas me falaram sobre a morfologia dos animais, do movimento, da expressão existentes em meu artesanato."*



Imagem 48 - Bois de canga e carretas. Fonte: acervo de Camilo Pereira

Camilo residiu na “avenida cidade de Rio Grande”, estrada em que passavam as tropas em direção ao frigorifico Anglo. O pai trabalhava numa fábrica de tecidos e “*também era metido a gaúcho, sempre lidando com bichos, com cavalos*”. A mãe, por sua vez, costurava e tinha uma *leitaria* – empreendimento de produção leiteira. Em realidade sua família comprou tal casa quando Camilo tinha cinco anos, pois onde moravam a cidade já se constituía e “*estava tudo apertado*”, dificultando-os de terem vacas. “*Eles se mudaram para lá porque tinha mais campo, mais espaço. Largavam as vacas lá para baixo e só ia buscar à tardinha*”. Naquela época o bairro Navegantes, a região da Balsa e do Passo dos Negros eram tudo junto, *tudo campo*. *“Tinha uma casinha que outra*”. Depois foi a vida marcada pelo trabalho de peão campeiro nas fazendas pecuárias. Uma vida entre as lidas nos campos de várzeas, marcados por banhados e aguadas, e a oficina, talhando essas experiências na madeira. *As pessoas ficam muito curiosas e me perguntam: “como tu sabe os movimentos?” Eu respondo: a minha faculdade foi o campo.* Os detalhes são descrições de aprendizados adquiridos na prática das lidas. Essa experiência do habitar os que chamou de *campos banhados* ou *campos de várzea*[111].



Imagem 49 - Campos banhados ou de várzea – Passo dos Negros/Pelotas. Fonte: acervo do autor.

[111] Áreas com solo raso e perto do lençol freático, sendo marcadas pelo predomínio de lagoas e áreas úmidas.

Se há diferenças entre os tipos de campos, há também as diferenças nos manejos. A lida é parecida. Mas manejos tem peculiaridades e conhecimentos específicos bem como, *os preparos*, que são os artefatos participante dessas atividades. Nos campos de várzea, os campeiros usam botas de borracha, em vez das botas de couro, devido a umidade. Outro exemplo, refere-se ao uso do pelego sendo este mais curto para não molhar. Couro e umidade não são compatíveis entre si. As raças de animais se diferenciam em função das características dos campos. O campeiro falou das raças de ovelha Romney cujo os cascos são resistentes à frieira (footrot) o que as faz se "adaptarem" ao ecossistema de campos de várzea, já que seus cascos são resistentes. Já o gado precisa aprender a conhecer os sumidouros que são pequenos pântanos existentes ao longo dos campos.

Camilo, seguidamente, contava de quando era "*guri*" e as tropas cruzavam na estrada em frente à sua casa indo em direção aos frigoríficos Anglo e Sudeste. Em tais conversas fomos observando o quanto essa narrativa estava marcada na construção do artífice. Foi então que propomos uma caminhada pelo trajeto que faziam as tropas desde o momento em que entravam na cidade até o frigorífico Anglo. Assim que, certo dia, nos encontramos no Instituto de Ciências Humanas da UFPel. O ônibus iria nos levar até o "*paradouro*", lugar em que as tropas ficavam esperando para seguir em direção aos matadouros, caso chegassem em horários diferentes do estipulado em lei. Ao chegarmos lá, Camilo apontou para um emaranhado de prédios. Ali era o local em que ficava o *paradouro*. Era parte, outrora da Tablada onde ficavam as tropas nos tempos das charqueadas. Apontando para um muro, contou que neste local ficava a porteira. Ela ficava entre dois enormes eucaliptos. No interior do que é hoje esse emaranhado de casas, ficavam as tropas. Haviam currais e uma casa em que morava um casal responsável pelos cuidados do lugar. Haviam também galpões onde os tropeiros passavam a noite. Era disponibilizada lenha para fazerem o fogo.

Havia um horário, estipulado pela Câmara de Vereadores, para seguir caminho. Entre 5 e 7h da manhã as tropas deveriam sair em direção aos matadouros. Seguiam pela rua São Francisco de Paula em direção ao corredor das tropas no Passo dos Negros. Dali, seguiam pela av. Cidade de Rio Grande até a rua Tiradentes onde entrariam na porteira do frigorífico. Um pouco antes, ainda na av. Cidade rio Grande, ficava a cooperativa Sudeste. Na paisagem, as antigas chaminés nos situavam. Camilo trabalhou nestes dois frigoríficos: na cooperativa sudeste "*trabalhei de faca,*

na matança"; e, no Anglo, "*trabalhei nas caldeiras*". A caminhada das tropas era rodeada nas margens, por casas e alambrados. Não era um caminho aberto. Quando chegamos no atual museu da Baronesa, Camilo narrou haver ali um barranco alto, cortado pelo canal, braço do arroio pepino. Era perigoso cruzar ali. Além das tropas, muitas charretes transitavam, pois iam comprar ração em um armazém onde hoje é uma farmácia.

Cruzamos o shopping, inaugurado há poucos anos. Seguimos na via que levava ao Parque Una, um empreendimento imobiliário que se apresenta como o mais moderno da cidade. As chamadas "torres" devem ter cerca de 30 andares. São finas e altas para receber a luz do sol. Na parede estava escrito em grandes letras: '*vem pro Una*". O ônibus parou antes. Descemos. Iniciamos a caminhada a pé e entramos no chamado "*corredor das tropas*". O corredor é envolto por banhados. Camilo mostrou uma diversidade de espécies: juncos, carquejas, cactos, arbustos como corticeiras, figueirinhas, salsos, embiras. Esta última comentou que era venenosa para os animais. Mas a embira tem uma casca flexível e bastante resistente, podendo servir para atar algo, uma parte do arreio, por exemplo, em caso de urgência. Um emaranhado de árvores e juncos. Camilo falou na existência de "sumidouros" que são locais nos banhados que, embaixo das gramíneas, existem poças d'água com lama. Se o animal cair ali, ele se atola ou desaparece. Os animais aprendem a existência dos sumidouros por intermédio dos que já vivem no lugar e os conhecem. Além disso, tem espécies de plantas que não são nativas e acabam trazendo mato para o banhado, tornando-o *sujo* e escondendo os sumidouros. Camilo falou no uso de cerros ou cerritos, antigas construções indígenas. Em algumas propriedades, estas formações servem também para proteger os bichos nos períodos de enchentes.

O corredor foi aterrado pelo cruzar das tropas. Por isso, as ocupações estão em cima do corredor. Casas de tábua e madeira de um lado e, do outro, casas de um dos condomínios mais luxuosos da cidade. Ao cruzarmos em uma malha de juncais, dois rapazes cortavam-nas. Ao lado tinham um carrinho de mão. Era para alimentar os animais. Após esse emaranhado de árvores, se encontravam os campos onde pastavam cavalos. Haviam também estruturas de piscinas que, há 20 anos atrás, foi um projeto de um time de futebol da cidade. Cruzamos a "Ponte dos Dois Arcos". As tropas cruzavam por ali. Era um açude fundo que tinha abaixo da ponte. Agora a Palma tomou conta não possibilitando enxergar a água. Logo após cruzarmos a ponte,

encontramos um casal e um cachorro em uma charrete cheia de pastos. Entraram em um caminho no campo e pararam em frente a um galpão. Dali tiraram os pastos e levaram para uma vaca presa por uma corda. Essa é uma estratégia para proteger os campos, quando estão *rapados*, ou seja, pelo intenso pastejo e pisoteio de vacas e cavalos, dificultando a regeneração das gramíneas. Então, busca-se pasto em outros lugares.

Em frente ao engenho Pedro Osório seguimos pela av. Cidade de Rio Grande. Do lado direito da avenida, o Bairro Navegantes, do lado esquerdo, campos e as estruturas de algumas charqueadas. Chegamos na chácara do Camilo que fica na área de uma antiga charqueada. A única estrutura presente na paisagem é uma casa, um espaço onde beneficiavam as línguas dos bois, chamada "*fábrica de línguas*". Na chácara do Camilo ficam cavalos, cabritos, cães, gatos, galinhas, patos. "*Parece que a gente está na campanha!*" E Camilo comentava que ali se refugiava do que chamou "*forno da cidade*", marcada pelos movimentos de automóveis, pessoas. Na área possuem algumas casas em que ficam pessoas que contrata para cuidar o lugar. Tem mangueiras, uma hospedaria, onde se encontram as baias para pernoitar os cavalos, dele e dos amigos que o ajudam na manutenção pagando uma certa quantia mensal. É um espaço onde se reúnem ex-campeiros, campeiros que residem na área urbana e pessoas que vivem de trabalhos não ligados a pecuária, mas gostam de lidar com cavalos. Ali se reúnem, compartilham momentos com os cavalos, fazem "provas *de tiro de laço*" na "*vaca mecânica*" - um carrinho com guampas puxada por uma motocicleta.

Nas conversas realizadas com o artista campeiro em sua hospedaria, eram passados ensinamentos referentes às complexidades de cada animal. O cavalo, por exemplo, tem temperamento e muita inteligência. "*Uns são de índole má, que querem te pisar* [machucar] *mesmo!*" Outros, são confiáveis. "*O cavalo não é um robô. Ele é irracional, mas, se parar para pensar, ele é igual a gente*". Isso é tão mais importante do que a genética, pois "*o filho de um cavalo bom, não vai, necessariamente, sair bom*". Se essa convivência fosse somente uma questão de receita, bastava aplicar, mas o cavalo tem um "*temperamento*" e uma predisposição para determinada lida. É um cavalo-processo. O bicho também escolhe o trabalho que melhor se identifica embora, por vezes, tal como a gente, não tem a sorte de se realizar a partir dele.



Imagem 50 - Domando. Fonte: acervo de Camilo Pereira.

O cavalo conhece, pelo cheiro do suor, quando se está com medo dele sendo um animal muito perceptivo além de ter "*boa memória*", lembrando da maneira como foi tratado. Além disso, falou do temperamento que tem que ser levado em consideração na adoção dos métodos de ensinamento. Camilo aprendeu a domar com os peões mais experientes nas estâncias. Se refere a importância de levar em consideração os conhecimentos dos antigos domadores – que se orientavam pela lua, pelo tempo de aprendizagem do cavalo e respeitava os seus ciclos. Se referiu aos novos domadores que não levam em consideração a lua e desrespeitam esse tempo do cavalo, estabelecendo o tempo para o animal aprender. No "modelo antigo", o cavalo demorava para aprender, sendo um tempo lento, que possibilitava a reflexão, diria Sennett (2013).

Já o boi é pensado em uma coexistência coletiva. A raça Zebu, por exemplo, é resistente para doenças, mas bastante frágil para o frio. São animais nervosos e não gostam de gritos e latidos de cachorros. Quando conduzidos, o deslocamento é rápido e os cuidados são dobrados em função de que podem "*estourar*" ou algum fugir para o mato, pular uma cerca. Os "*zebus*" são considerados "covardes". Eles atacam, fazem uma investida, mas não concretizam a ação. De certa forma, eles ameaçam e fogem. Já os bichos de raças europeias são mansos e dificilmente atacam. Também são bichos de um caminhar muito lento, quando conduzidos em tropa.

Por vezes, os pecuaristas da região solicitam os serviços do campeiro que tem que intercalar o trabalho do talhe e ajudar o "amigo" que está solicitando sua ajuda, ficando algum tempo trabalhando na estância. "*Às vezes estou lidando na mangueira e tem gente me ligando e encomendando coisas*". Camilo se refere à falta de peões para as lidas, o que entende se dar por duas razões: a primeira se refere as perspectivas dos jovens que não veem a lida como um atrativo; a segunda é porque o peão é mal remunerado e o patrão não dá valor a lida que o mesmo faz. Isso porque, cotidianamente, é um trabalho bastante repetitivo: cuidar dos bichos pela manhã, depois encilhar o cavalo e ir "*recorrer o campo*", ver como estão os animais. Vez por outra, curar alguma vaca, faz serviços das mangueiras. Segundo Camilo, por ser repetitivo, é difícil de ser visto como uma atividade complexa, cheia de detalhes, feita de múltiplas situações.

Saindo da chácara, seguimos a caminhada em direção ao Anglo. Camilo me falou que o "carro das pessoas", até algum tempo atrás, "*era a charrete"*. E tinham um *paradouro* onde, no atual contexto, era uma padaria, próxima ao restaurante da UFPel. O chamado "*Bar do Edmundo*" era um local onde se deixavam as charretes para "*ir na cidade*", onde hoje é o bairro central. Seguindo o caminho, em frente ao "Bar dos Aposentados" ficava um senhor que era o guarda da Sudeste. Estava sempre por ali. Ao longe havia um campo grande onde as tropas ficavam antes de irem para o abate. Alguns passos a mais e cruzamos em uma casa de dois andares, onde outrora o campeiro morava com seus pais. Foi uma infância marcada pelo cruzar das tropas.

> *A gente era guri e as tropas passavam. Era bastante gado! Aquilo custava a passar. A gente ficava olhando. Aquilo me encantava. Veja a tendência já da coisa. [...]. Eu gostava muito de fazer bonecos de barro. Então, quando vinham as tropas, eu ficava faceiro, pois os bois socavam o barro na beira do canal – tinha um canal desde aqui de cima da Tiradentes, que escoava água em direção ao São Gonçalo. Na beirada juntava muita argila cinza e a boiada, quando passava, sovava, e eu, igual a forneira[112], saia correndo e juntando para fazer meus bonecos.*

> *Então, eu me encantava e aquilo era boi, boi, boi! E não parava de passar boi. E nós torcendo para que, estourassem, e descem volta. Às vezes acontecia de dar um estouro e as tropas voltarem correndo para trás. A gente era guri e gostava de ver aquilo. Era bonito de ver! Tinham muitos tropeiros*

[112] Espécie de pássaro conhecida também como João-de-barro (espécie *Furnarius rufus*).

> *que eram nossos vizinhos. Moravam aqui. O Anglo contratava eles para irem buscar o gado. As tropas vinham lá da São Francisco de Paula, passavam naquele pontilhãozinho [ponte dos dois arcos], e vinham pela estrada que desembocava na avenida cidade de Rio Grande. Dali cruzavam a rótula, subiam a rua Tiradentes, e entravam num portão onde tinha a balança. Ali, eles apartavam, a cavalo, 100 bois de um criador, 200 de outro (porque traziam tudo junto) iam passando na balança, pesando, e depois levando para as mangueiras. As tropas vinham de trem também. Os trilhos iam até essa balança. Dali o gado era descarregado, pesado e depois levado para as mangueiras.*

> *Os cachorros vinham atrás junto aos tropeiros que vinham na culatra. E quando chegavam na curva próximo a entrada do Anglo, onde hoje é a rótula, era difícil. O gado chegava ali e meio que se assustava. Ali era o momento em que os tropeiros gritavam muito! Era grito e grito e latidos de cachorros. Depois que os primeiros cruzavam, os que estavam atrás iam. Mas eu cansei de ver as tropas se redemoinhar e se embolar e darem de volta correndo indo parar lá no engenho* [Pedro Osório]*. Aí, depois, lá vinham os caras de novo trazendo a tropa.*

O gado passava dias e dias caminhando. Assim, exausto, "mugindo tonto", encontrava forças para um último grito. *"O gado que vem de tropa, está cansado e já não berra. Um lá que outro que berra."* Tal narrativa remeteu a Herbert Smith (1922, p. 137) que escreveu sobre os animais na Tablada, no século XIX, em que o "gado, cansado do longo caminho e espantado da cena estranha, conserva-se junto, movendo os chifres e urrando em tom de queixume." Situações que dialogam, a partir da experiência de coabitar, em que os animais desafiam e ensinam o humano sobre ele mesmo. Aquelas estruturas violentas, o cheiro de sangue e de morte. Os animais pressentem a morte, dizem os/as campeiro/as. A simples visita de um açougueiro para avaliar o estado do boi para comprar e abater, muda o comportamento do animal. Escutei relatos de campeiros em que os animais se escondem quando sentem que vão ser abatido e criam estratégias para dificultar esse caminho (STEFANUTO, 2019; OLIVEIRA & ABONIZIO, 2019). Por fim, com gritos e cachorros, as tropas entravam no frigorífico, submetendo-se as desígnios e movimentos das esteiras industriais.

A van da universidade estaciona em frente ao antigo engenho de arroz. Somos recebidos por diversos cachorros que passam a nos acompanhar por toda a caminhada. Junto a nós, eles caminham pelas ruas, correm pelos banhados nos campos baldios, brigam com outros cães e habitam o lugar. Seguimos em direção até a antiga ponte dos dois arcos. Quando estamos na ponte, somos recebidos pelo Seu Pedro, que vive no local a 40 anos. Observo em volta da ponte a presença de

tartarugas e pássaros nos juncais que escondem um canal com mais de 5 metros de profundidade. Por baixo desta ponte cruzam as águas que vão desembocar dentro do canal São Gonçalo. Seu Pedro lamenta que, em cima da construção do condomínio Lagos de São Gonçalo, haviam pequenos lagos com muitos peixes. O local em que hoje está o condomínio, foi uma de suas inúmeras moradas.

> *"Antigamente, eu tinha uma leitaria nesse lado. Eu tinha um galpão grande. Quando saí dali eles [construtora do residencial] colocaram as árvores tudo abaixo* [cortaram]*. Ali eu tinha três vacas, mais os terneiros e os cavalos. Eram animais que conseguia por meio de negócios. Mas tinha mais gente com leitaria como um senhor que hoje trabalha em uma estância."*

A trajetória do seu Pedro é concebida a partir do processo histórico da antropologia que vai "a caminho da cidade" (LEITE LOPES, 1988; DURHAM, 1973; DAWSEY, 2006), acompanhando os migrantes dos meios rurais para os centros urbanos que vão compor a mão de obra industrial. Conforme Eunice Durhan (1973, p. 187), a migração ocasiona o abandono de um universo comunitário, "organizado nos moldes tradicionais" para uma integração em "sistemas mais complexos e diferenciados". Porém, não consiste apenas em um deslocamento de um ponto a outro no mapa, pois está inserida em uma complexa rede de relações que envolvem parentes, compadres e vizinhos (DURHAN, 1973, p. 189).

> *Eu venho da quarta zona de Canguçu. Vim para Pelotas para trabalhar. Meu pai era sota-capataz*[113] *na graxeira [um dos setores do frigorífico Anglo]. Ele nos deixou lá fora para cuidarmos da plantação. Depois nos trouxe. Quando viemos para a cidade a gente pegou em serviços de construção. Em 1970 eu vim morar aqui na região. Morei onde está aquele salso*[114] *lá embaixo. Mas isso aqui era só mato. Tinha só um trilho de bicicleta. Em 1971 eu comecei a trabalhar no engenho Pedro Osório ficando até 1987. Eu vim morar sozinho. Depois veio a minha irmã e o meu irmão. Minha mãe só vinha nos finais de semana ficar com a gente. Os meus pais moravam na Balsa, nos fundos do frigorífico Anglo.*

A experiência de Seu Pedro torna controversa a concepção de mudança de um universo rural e tradicional para sistemas de sistemas complexos. Fazer casa na

[113] Dentro de um quadro hierárquico é uma autoridade que fica abaixo do "capataz" que é o supervisor.

[114] Uma das denominações das árvores do gênero *Salix* - família *Salicaceae sendo* espécies que gostam de áreas com climas temperados e frios.

região do Passo dos Negros, em que "*era só mato*", traduz uma característica dos povos agricultores de, constantemente, buscarem reafirmar a legitimidade do acesso aos recursos a terra e de manter um modo de vida próximo aos outros animais e plantas. Uma constante resiliência na luta por um pedaço de terra e, mesmo que em condições adversas, assegurar a reprodução da família e de um projeto de vida. (GODOI; MENESES; MARIN, 2009).

> *Não é de hoje que eles querem me tirar daqui. Eles foram me tirando, eu e mais uma turma. Os outros se apavoravam e iam deitando o cabelo e eu ia ficando. Os caras diziam: tu és louco! Mas eu não vou, podem me prender. Outro dia chegou um senhor de caminhonete aqui e me disse:*
>
> *- Invadisse o meu campo! Essa área aqui é minha!*
>
> *- Essa área era da empresa Pedro Osório.*
>
> *- Não, essa área é minha, o senhor vai ter que sair.*
>
> *- Pelo que eu sei esse campo é da Pedro Osório e não foi desmembrado da firma. Eu sei porque trabalhei muitos anos e sou aposentado por invalidez aqui dentro da firma. Se o senhor me tirar daqui, vai ter que me indenizar.*
>
> *Eu moro aqui desde 1970. Então, não é de hoje que eles vêm lutando para me tirar daqui. Lá na prefeitura o meu nome está escrito diversas vezes. Eles me tiraram desse beco aqui, eles me tiraram daquela ponta de lá e eu vim para cá. Assim, vou mudando, e não saio daqui. Vou sair a hora que eu morrer.*

Desde criança convive com cavalos e diz não saber viver sem esses animais. Os cavalos habitam os campos e os terrenos banhados, sendo animais de tração para fretes e recolhimento de resíduos sólidos pela cidade. Consegue uma renda extra pois "*num momento em que tu estás apertado [sem dinheiro], tu fazes um frete e consegue uma grana"*. O terreno onde deixava seus cavalos fora propriedade do engenho Osório, porém esses campos nunca tiveram cercas e os proprietários, até então, não se preocupavam em fechar. Ao pasto dos campos complementa a alimentação dos bichos com ração. "*Qualquer lugar que tiver que ir o cara vai. Nossos cavalos não são rachando de gordo, mas não são magros, pois damos ração para eles.*" A questão do bem-estar animal está vinculada, nessa concepção, a ter um cavalo em condições de puxar a charrete.



Imagem 51 - No corredor das tropas a figueira e a ponte dos dois arcos. Ao fundo o grande muro de um condomínio de luxo. Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/o em formação

Os cavalos que habitam o Passo dos Negros não são, em sua maioria, utilizados para trabalho. Em nossas caminhadas encontramos hospedarias para cavalos, nas quais os proprietários destes animais alugam espaços ou têm permissão dos responsáveis dos campos para deixarem seus animais. Nas proximidades destes lugares, também passeiam com seus cavalos, seja pela estrada, seja galopando pelos campos. Em uma dessas caminhadas nos deparamos com um senhor que segurava uma égua por uma corda enquanto a mesma pastava. Seu Odilon residia num bairro próximo e criava quatro cavalos. Caminhávamos pela rua quando o encontramos. Estava em frente as casas cuidando sua égua de montaria chamada "*Estrela*". No decorrer da conversa enfatizou a docilidade da Estrela: "*Foi mansinha desde pequena. Consegui ela, acho que ela tinha uns 7 meses.*" Onde mora, no bairro Navegantes, a transformação do lugar tirou os espaços para esses animais. Por isso, deixa seus cavalos nas áreas de campo que tem no Passo dos Negros. Assim, os cavalos são criados pelos moradores do lugar e de localidades próximas "s*ó por ter mesmo, para passear, para dar uma banda de vez em quando."*

A presença de bichos na rua mobiliza a ação de entidades protetoras dos animais que, dentro das concepções etnografadas por Andrea Osório (2013), objetivam diminuir a presença dos mesmos nestes espaços. Conforme me contou uma interlocutora, moradora do lugar: *Tem uma moça que vem aqui sempre. Até ela é vereadora agora. Ela vem, trata os cachorros, faz campanha para castrar as cadelas, cachorros e gatos. Para diminuir um pouco porque é um horror de bicho que tem aqui. As pessoas jogam os bichos forai. Aí ela vem dar comida, alimenta essa bicharada toda, traz remédios, faz tudo aí.*

O tempo é constituído por este caminhar dos bichos junto às pessoas e coisas. Alguns cavalos e cães soltos caminhavam em duplas ou grupos pelas ruas. Suas presenças recalcitrantes (des)fazem o lugar em constante transformação. Detém um modo de viver em interação que se constituem enquanto experiência de habitar. Mas a rua não deixa de ser um lugar de risco e, nesse caso, também para os humanos. A emblemática presença de um "*fio de gato*" que era um fio para "roubar" energia elétrica, jogado ao chão próximo a uma valeta em paralelo a estrada, levava energia para os lugares que as políticas públicas não chegaram. A presença do fio elétrico era sinônimo de risco para de gentes e bichos. A narrativa dessa senhora que residia na última casa que possui energia elétrica trazia questões interessantes para o compartilhamento de vidas. Ao ser perguntada sobre os riscos de choque, nos falou que já tinha visto morreram vacas, cachorros e cavalos por acidentes com este fio. As pessoas também arriscavam suas vidas como é o caso de uma moça grávida que consertou os fios. "*Outro dia uma guria ali, gravida, com uma barriga enorme. Chovendo e ela lá arrumando os fios. Tinha dado um curto e o fio rebentou. Aí ela pegou o fio a mão desencapou com o alicate, torceu com este alicate e jogou em cima do capim, sem uma fita isolante, nem nada".* A mesma sorte não teve uma vaca prenhe que pastava no local. A interlocutora enfatizava o fato com espanto já que o animal estava na mesma situação de estar gestando uma nova vida:

> *Teve uma época que estava dando choque na rua. Aí foram ali e deram uma ajeitada. Agora não está dando choque. A vaca, coitada, deus me perdoe. A vaca, prenhe, pronta para dar cria. Sabe o que fizeram? Puxaram ela mais para lá e carnearam para comer a carne. O bicho morreu eletrocutado, grávida, ficou acho que três horas ali e depois carnearam. Que perigo! Os cachorros morrem e eles atiram dentro do canal."*

O risco ultrapassa para além do humano, para os não humanos que vivenciam o lugar destituído de políticas públicas básicas como energia elétrica. Esta senhora, refere-se ao fato de a empresa colocava como fator condicional para instalarem a energia elétrica ali, a compra e implantação de no mínimo três postes de luz cujos os valores estavam acima do poder de compra dos habitantes que, assim, preferiam fazer o "*gato*". Tal questão vem desses relacionamentos entre humanos e outros animais em lugares específicos cujos efeitos de seus modos de viver são sentidos por ambos. Através desses encontros, que humanos e animais podem aprender sobre a condição do outro e a condição de si mesmo (WILLIS, 2013; LIMA et al, 2016).

Assim, a existência cruzada de tais coletivos remonta à época das charqueadas e dos frigoríficos, enquanto contexto de circulação das tropas de gado bovino que, em direção à tablada ou aos matadouros localizados às margens dos rios, cruzavam o lugar com seus berros "queixosos" e cansados sendo tocados aos gritos pelos tropeiros montados em cavalos e auxiliados por cães. Atualmente, ao vivenciar o lugar, percebemos nas ruas e nos terrenos banhados o compartilhamento de vidas pela circulação de animais junto às outras pessoas, automóveis e motocicletas, e de risco de morte e de doenças que a contaminação dos canais e do próprio São Gonçalo podem trazer. Caminhando pela av. Cidade de Rio Grande, antigo trajeto das tropas, encontrei uma senhora que me chamou para me mostrar o cavalo dela que pastava ao longe em um destes campos. Ela apontou o dedo em direção a um tordilho me falando "*o nosso cavalo é o mais bonito*". Ela o considerava o mais bonito entre os demais porque era o "*mais gordo*". Esta senhora morava no Navegantes e seu marido trabalhava fazendo frete, deixando o tordilho neste campo o qual pagava uma determinada quantia em dinheiro. Entretanto, seu marido havia se acidentado e estava impossibilitado de caminhar e trabalhar ao que ela se encarregou de vez por outra, ir até o local avaliar como estava o cavalo.

Embora ainda não se retirou dos bichos a responsabilidades por suas próprias vidas, dando-lhes o "direito à cidade" (OSÓRIO, 2013; AGIER, 2015), o avanço do capitalismo imobiliário poderá retirar tais direitos dados tanto aos humanos quanto, aos outros animais. A pesquisadora Andréa Osório (2013) nos explica que, com o processo histórico de modernização das cidades, o lugar atribuído aos animais se deslocou da convivência na rua para o ambiente doméstico. Nos projetos de modernização entre os séculos XIX e XX os animais não humanos considerados

nocivos às pessoas ou à modernidade da cidade, eram exterminados pelo poder público. A partir da segunda metade do século XX, há uma alteração nas relações entre Estado e animal passando, do extermínio, para uma noção de "posse responsável", sendo a fase de prevenção ao abandono. O Estado passa, então, a regular as relações entre humanos e animais. Porém, embora em diferentes contextos, as políticas públicas são orientadas pela concepção de que a rua não é o local para a presença e circulação dos animais. O fluxo das boiadas, das carroças, dos cães e gatos nas vias públicas vai, paulatinamente, sendo proibido ou regulamentado pelo Estado já que disciplinar os corpos dos bichos é tão importante quanto disciplinar os corpos humanos (OSÓRIO, 2013, p. 145).

Os/as moradores/as desenvolvem estratégias para promover o direito à existência de algumas árvores referências do lugar. Junto à Ponte dos Dois Arcos, tem uma figueira em que as pessoas, nos dias de verão, se sentam à sombra para tomar chimarrão e conversar. Seu Pedro é um guardião da ponte, pois "*é um patrimônio histórico!*" Ele relatou também que as pessoas que se dizem descendentes dos trabalhadores escravizados que construíram a ponte, visitam a estrutura como forma de relembrar o passado. Uma figueira (F*ícus cestrifolia*) está localizada entre um dos arcos e suas raízes cruzam para o outro lado da ponte, onde nasceu outra parte desta figueira. É uma conexão entre o mundo dos antepassados que construíram a ponte e seus descendentes que a reverenciam enquanto parte da história dos povos negros e dos seus caminhos de vida. Seu Pedro contou que,

> *Dois senhores vinham aqui antigamente. Paravam o carro ali adiante e vinham se sentar embaixo da figueira. Eu queria saber o que eles faziam ali. Chegavam, sentavam, ficavam ali em torno de uma hora e iam embora. Um dia eu fui e conversei com eles. Perguntei: vocês vêm aqui passear? Eles disseram: "meu amigo, o senhor acredita em raiz? Raiz das pessoas que vem de geração em geração? Isso aqui foi feito pelos nossos tataravôs nos tempos da escravidão. Hoje ninguém mais faz pontes assim. Antigamente, meu avô, meu pai, meus irmãos vinham para cá e agora é nós." Dá para ver os anos de vida que tem isso aí.*

Tempos atrás, seu Pedro chegava em casa com sua carroça e encontrava uma máquina cortando os galhos da figueira. Seu Pedro contatou a polícia alegando a proibição da poda não autorizada da árvore, fazendo com que a ação parasse imediatamente. As figueiras estão protegidas pelo órgão do estado Fundação

Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), que proíbe o corte ou a sua derrubada por se tratarem de árvores antigas e raras, assim como muitas plantas e vegetações que compõem aquele ambiente. Contudo, apesar dessa lei estar em vigência, as figueiras continuam sofrendo danos como tentativas de cortes e queimadas. Se o Estado não cumpre o papel de cuidar, essa tarefa cabe aos/as moradores/as que se mobilizam para denunciar as infrações. Além disso, são lugares sagrados de conexão entre mundos e, assim, embaixo delas encontramos oferendas aos orixás como parte aos ritos de nutrição dos corpos pelas matrizes africanas - terreiras de umbanda e batuque.

É um emaranhado de mundos que habitam o Passo dos Negros e se conectam ao longo das figueiras. Em torno de uma figueira, localizada em uma encruzilhada de estradas, vive a "*Noiva de Branco*". Seu Alci conta esta história: *Dizem que ao passar à meia noite das sextas-feiras de lua cheia aparece a figura de uma noiva que, em uma determinada época do século passado, estava no altar esperando o noivo que não apareceu e ela se suicidou naquela figueira*." Seu Pedro conta que nunca viu a "*noiva de branco*", mas ouviu relatos de carroceiros, que ao cruzarem por este lugar à noite, perceberam a presença e movimento dela acompanhando a carroça pela parte traseira. Quando olhavam para trás, ela desaparecia.

O processo de negação da presença de outros animais nas vias públicas da cidade que se quer "moderna" está associada a um projeto de rompimento com as suas raízes rurais. Entretanto, o Passo dos Negros não é considerado pelos/as moradores/as como um ambiente urbano, diferente da concepção do poder público municipal em que versa o plano diretor. No mesmo se encontra a indicação de que a região faz parte do perímetro urbano dentro da subdivisão administrativa São Gonçalo. Mas é percebida como "*uma fazenda na cidade"*. Eis a consideração dos/as moradores/as ou passantes esporádicos que dizem fugir do "*forno da cidade*" indicando os ruídos dos carros, a violência e a própria temporalidade de movimentos rápidos que caracteriza a "cidade" (LIMA; RIETH; ALFONSO, 2017). A rua ali, como extensão da casa, é um espaço compartilhado pelos caminhantes humanos e não humanos. E assim, caminhar por essas ruas de terra e barro, é se juntar a formação do ambiente e deixar os rastros como inscrição de um lugar construído de maneira coletiva e constituído em suas próprias regras de convivência. Um lugar que se permite a tais práticas.



Imagem 52 - Cavalos as margens do Canal São Gonçalo – Passo dos Negros/Pelotas – Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação.

Alette Willis (2013), em um texto escrito para a revista “Animal Studiesl”, mostra que os animais podem atuar como “audiências morais” sejam nas narrativas de nossas próprias histórias, como na co-criação de nós mesmos. Considerando que nossos “eus” são criados no diálogo com os outros, pode-se considerar que, esses outros, estão para além dos humanos. Os envolvimentos com os bichos também constituem nossos “eus”. A autora traz leituras de narrativas pessoais de experiências vividas em lugares em que os animais atuaram como testemunhas e como co-presenças tornando-se parte dessas histórias. As tropas, as forneiras e os cavalos são testemunhas da formação de “eu” de Camilo, bem como da história do lugar. Conforme Osório (2015, p. 91) “a história dos animais parece tentar se afastar da cômoda zona de conforto do estudo das representações humanas para ingressar no turbulento território em construção dos animais como agentes subjetivos, sensórios e que dão significado ao seu mundo.” (Idem, p. 91). Tais narrativas imprimem uma redefinição do conceito de lugar como algo criado através das ações humanas. A

construção de um lugar por seres humanos nunca é finalizável, considerando que os não humanos estão, também, atuando sobre. Como escrevem Galvan Watson e Traci Warkentin (2013), o lugar tem um “significado multiespécie” e, assim, não somos a única a ter relacionamento com o ele.

Assim, gostaria de colocar um fragmento do diário de campo em que vivenciei a partir da presença das forneiras ou joões-de-barro no espaço de entrada do condomínio Lagos do São Gonçalo. Willis (2013) escreveu que a presença dos bichos nos lugares nos desafiam enquanto testemunhos das múltiplas vidas que se cruzam e criam nossos eus e nossos lugares. Embora, nossas conexões com os outros animais são tensionadas pelas fronteiras da animalidade, eles nos ensinam enquanto testemunhas para possibilidades de ser, agir e habitar o mundo.

Talvez uma meia hora foi o tempo em que ficamos em frente ao portão de acesso do condomínio Lagos do São Gonçalo. Via as casas são luxuosas com arquitetura alto padrão, me chamando a atenção os formatos quadrados e as muitas janelas ou aberturas para entrada de luz natural. Nas áreas verdes internas, plantas ornamentais nativas tais como os butiás. No portão de acesso, as opções de entrada já indicavam uma restrição tendo por opção as entradas para “visitante” e “proprietário” no singular. Realmente, o acesso ao condomínio era muito restrito e não foi possível entrar. Conforme iam avançando nas negociações, as dificuldades, para liberar o acesso da equipe ao condomínio, aumentavam. Parece que os últimos argumentos versavam sobre a necessidade de uma carta da UFPel informando os nomes e RGs. Um excelente exercício de exclusão do direito à cidade.

Mas os pássaros João de barro, ou forneiros, fizeram suas casas em cima das estruturas do portão de entrada do condomínio. As casas do João de Barro são construídas de maneira a proteger a entrada dos ventos, das chuvas e dos predadores. O casal realiza a construção utilizando barro úmido e esterco misturado a palha material que eles devem ter retirado da região. A estrutura arquitetônica, em formato esférico, contrastava com a estrutura retangular e quadrada das casas de seus vizinhos humanos. Entretanto, ao menos, neste caso, fora permitido que fizessem suas casas, embora do lado de fora, e exercessem o seu direito à cidade.

5.4. *"Não podemos deixar esta história ser enterrada por condomínios":* a resiliência da cidade-mato

A proposta Lineu Castello (2007) é trazer reflexões, a partir do convencionalmente chamado "novo urbanismo", acerca dos "novos lugares" ou "lugares criados" no âmbito das cidades. Em vez de conceber os lugares criados como inautênticos e artificiais, pois "copiam" qualidades de outros lugares, o autor entende que os efeitos dos mesmos podem ser favoráveis desempenhando um papel para a vida urbana. Os novos lugares podem ser espaços que as pessoas requerem para melhor viver suas experiências de vida. Elas se sentem melhor em certos espaços. Ou, em outras palavras, certos espaços se distinguem dentro do espaço maior onde se situam as pessoas e, ao se distinguirem, se tornam percebidos de maneiras diferentes. Em geral, são espaços percebidos como detentores de qualidades. Diz-se, então que esses espaços são percebidos como "lugares" por seus usuários. (CASTELLO, 2007, p.12)

Espaços tornam-se lugares. Nesse sentido, é preciso mergulhar na mudança urbana para entender como esses novos espaços influenciam novos comportamentos. Sendo o conceito "lugar" pouco trabalhado por arquitetos e urbanistas, o autor propõe-se pensá-lo a partir de questões empíricas. Os lugares criados na virada do milênio são "de qualidade" entendida como de "urbanidade", mais que meros produtos do consumo. Para isso, discute a noção de "percepção do lugar", considerando que as relações entre pessoas/corpos e o espaço/entorno tem um forte componente psicológico. As pessoas se sentem bem em determinados ambientes e isso se dá pelos "estímulos ambientais". E assim, traz inúmeras concepções sobre o lugar, dando ênfase a concepção de Kevin Lynch (s/d [1968]) para quem a construção da imagem mental é um processo que inicia na informação do ambiente real captado pelos sentidos e pelo cérebro criando na cognição uma imagem construída do ambiente, da cidade. Nesse sentido, tem-se os pontos nodais que são pontos de referência que, em conjunto, criam "mapas mentais". Os caminhos são os principais elementos estruturadores e a forma da cidade é, assim, uma sequência de eventos ao longo de uma linha.

O lugar então é considerado um “espaço qualificado, ou seja, um espaço que se torna percebido pela população por motivar experiências humanas a partir da apreensão de estímulos ambientais” (CASTELLO, 2007, p. 14). São estímulos diversificados estando de acordo com as relações entre a pessoa e o meio. Há três tipos de lugares: o “lugar da aura” estando associado à dimensão espacial, a natureza física que origina determinados estímulos. Por conseguinte, tem-se o “lugar da memória” que se refere aos usos que as pessoas fazem do ambiente dentro de um processo histórico e as pessoas estão constantemente fabricando novas memórias. O lugar de memória se subdivide em dois: o “lugar de memória tradicional” associado a vida cotidiana e o “lugar da memória histórica” sendo espaços reveladores de processos históricos. O terceiro é o “lugar da pluralidade” sendo o espaço do lazer, da “mistura”, dos contatos interpessoais. Também se subdivide em dois: o “lugar da pluralidade heterotópica”, de uso por diferentes grupos, e o “lugar da pluralidade privatória”, sendo espaços homogêneos de pessoas e, nesse quesito, o autor cita os condomínios fechados. São diversificadas as variações da escala espacial dos lugares e se pode dizer que o mesmo é socialmente construído. “É um lugar coletivo e é percebido coletivamente” (idem, p. 25)

A qualidade do ambiente construído pelo ser humano é a “urbanidade” e sua definição está vinculada a experiências existenciais das pessoas e é nisso que a área da arquitetura-urbanismo ingressa enquanto formulação conceitual e prática de um projeto de lugar. É assim que o autor traz a sua tese diferenciando os “estímulos percebidos” que são dados de antemão na experiência vivida das pessoas e a “percepção estimulada” que traz novos elementos para o lugar. A percepção estimulada cria o que chama de “lugares de clonagem”. Por meios dos instrumentos de placemaking, associado a construção do lugar, e do placemarketing, instrumento moderno de construção do espaço como produto ou serviço do mercado consumidor. Os lugares de clonagem são uma réplica de um elemento ou espaço arquitetônico por meio de um projeto. E para fazer estes lugares tem-se a criação de imagens, ou seja, estetizar anestesiando e fragmentando todas as suas associações com sensações desagradáveis. A lição desses lugares de clonagem é que são as pessoas que fazem os lugares e, mesmo sendo criados, eles são reais, percebidos como lugares que atraem e os convidam a “realização de experiências existenciais gratificantes – as recompensam com o desfrutar da urbanidade.” (Idem, p. 303).

> Nós gostamos de ver gente na rua, na rua principal – gente nos lugares – não importa se essa gente é convocada por ícones do consumo ou se é chamada a comparecer a lugares que clonam aura e memória. O que interessa é a qualidade de pluralidade que essas chamadas determinam. A pluralidade exigida por uma sociedade plural. (CASTELLO, 2007, p. 303).

Porém, a proposta de Lineu Castello desconsidera os processos desiguais que tencionam a construção desses lugares de urbanidade. A discussão de Leite (2010) traz um rebatimento a essa noção liberal de convivência. O autor chama tal processo de "enobrecimento urbano" (ou gentrificação) entendido como um tipo de intervenção que,

> altera a paisagem urbana por meio da acentuação ou da transformação arquitetônica com forte apelo visual, adequando as novas paisagens as demandas da valorização imobiliária, de segurança, do ordenamento e limpeza urbana voltada ao uso ou reapropriação por parte de classes médias ou altas (...)" (LEITE, 2010, p. 75).

Tal processo é baseado na "espetacularização da cultura" que são a promoção de uma oferta extensiva de cultura, lazer e entretenimento para essas classes na forma de mercadorias. Mas também cria "espacialidades públicas fragmentadas" em suas ressonâncias negativas, já que ao criarem fronteiras bem demarcadas excluindo parte significativa da população local, em razão da forte inflexão mercadológica, geram reações dos não-usuários que criam "táticas simbólicas de contestação e afrontamento" que o autor denomina "contra-usos" (idem, p. 83). Esse caráter na constituição das socioespacialidades não pode ser desconsiderado, sendo relevante uma definição de espaço público através das práticas que estruturam e dão sentido a experiências de habitar o lugar. Práticas que atribuem sentidos diferenciados de "usos" e "contra-usos", que criam fronteiras físicas e simbólicas que lhe atribuem diferentes e assimétricos sentidos de pertencimento. Enfim, importa saber se quem circula no lugar é convocado por ícones de consumo, considerando que esses espaços não estão imunes "às assimetrias do poder e das desigualdades sociais que perpassam sua construção social." (Idem, p. 84).

É assim que, no Passo dos Negros, os projetos do "novo urbanismo" emergem como um monstro no horizonte, ameaçando as existências dos habitantes humanos e não humanos. Tal metáfora do mostro tem um nome: Parque UNA. O

empreendimento é realizado pela empresa de projetos urbanísticos “Idealiza”, que se propõe a trazer para a cidade os conceitos do urbanismo global.

> Para criar um bairro onde todos gostariam de viver, a Idealiza se inspirou no conceito placemaking e resolveu perguntar o que as pessoas estavam pensando. Criamos então o “Pelotas Como Eu Quero”, um evento em que os pelotenses puderam dar ideias e opiniões sobre a cidade. A partir disso, desenvolvemos um espaço que prioriza a convivência entre as pessoas, e que vai poder ser aproveitado por toda a cidade.
>
> Acompanhando o movimento do Novo Urbanismo, os resultados nos inspiraram a criar um novo bairro com mais vida nas ruas e menos carros. Tudo para proporcionar a sensação inédita de viver dentro de um parque, com a vista do horizonte sempre presente, tanto nos espaços públicos quanto privados[115].

Junto a estes projetos, o Estado passou a se apresentar em seus aspectos de valorização do espaço enquanto mercadoria (SANFELICI, 2009), no sentido de uma valorização destas áreas que antes não se inseriam nos interesses do capital imobiliário. De uma região industrial, o Passo dos Negros vem-se tornando uma região residencial, passando a receber habitantes de outras partes da cidade, juntando-se aos trabalhadores do engenho que ganharam a posse destas propriedades. Quando estávamos na chácara do Camilo, que outrora fora área de uma charqueada, um morador agregado, trouxe a seguinte constatação: “*é triste dizer, mas podemos pensar que aqui já foi, um dia, uma charqueada, hoje a gente está usando para ser uma hospedaria e, amanhã, vão ser apartamentos. Isso, já daqui há poucos anos.”*

[115] Disponível em: http://www.parqueunapelotas.com.br/site/parque-una/#/inspiracao



Imagem 53 - Tempestade. Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação.

Bah, os prédios já aparecem! Podemos vê-los daqui! Exclamou Camilo em uma de minhas visitas à hospedaria. Ao longe os prédios novos que buscam um sentido de "modernidade" para a cidade. A cidade avança sobre o lugar, considerado no seu plano diretor como um "vazio urbano", e os prédios – em construções - se apresentam cada dia mais perto. Embora o projeto Parque UNA venda a prioridade de "convivência das pessoas", a que se perguntar quem serão tais pessoas que conviverão nestes espaços. Para responder tal questão, basta se colocar como um possível consumidor destes produtos. A fala de um representante da empresa é elucidativa. Ao ser perguntado sobre o fato ser um espaço "aberto" o mesmo comentou que tamanha seria a opulência e riqueza do espaço que, por si, excluiria "*estas pessoas*" - moradoras e moradores do Passo dos Negros.

Por conseguinte, é pertinente, em situação de conflitos, o posicionamento, enquanto pesquisadores/as cidadãos/ãs bem como ter ciência de que este posicionamento está levando em consideração uma leitura de contexto e que o "não

envolvimento" poderá dar continuidade há uma série de desigualdades e injustiças que a pesquisa poderia contribuir para desvendar (VIRGILHO, 2004, p. 61). Nesse passo, quando Seu Aniba nos diz que "*não podemos deixar morrer aquela história*" porque "*as pessoas não sabem o valor que teve aquilo ali*", entendo que seja estratégico a adoção de uma antropologia militante enquanto um "campo de resistências" (*ibidem*, p. 61) praticada de maneira coletiva e articulada aos/as moradores/as locais, representantes de outras instituições como as universidades.

Se posicionar diante de uma leitura de contexto é uma forma de se portar em campo, sendo determinante para se colocar em um determinado lugar diante de tal situação. Em todos os lugares que caminhei, a necessidade de se posicionar foi parte integrante do que George Marcus (2001) escreveu como estar constantemente renegociando papéis. É elucidativa essa passagem do diário de campo em que narrei uma pequena conversa com um morador local: *Fabio, pescador que mora na Estrada do Engenho, nas margens do canal São Gonçalo, contou que a universidade o procurou tempos atrás e começou a trabalhar com eles formas de resistência ao despejo a que estavam ameaçados. Fizeram muitas reuniões e começaram, então, a militar juntos. Tais reuniões seguem constantes. Foi então que me perguntou: "de que lado vocês estão?" Um tanto surpreso com a pergunta respondi que defendíamos o direito das pessoas a viverem no local, que chamávamos de viver o direito à cidade. Após essa resposta, nos convidou para acompanharmos os encontros e disse que o "pobre" pouco conhece as maneiras de agir frente a casos assim sendo importante a presença da universidade. Os "ricos" não querem conviver com os "pobres" e pouco se preocupam com os seus destinos. Porém, alguns "ricos" como nós, ficam do lado dos "pobres". Nós, universitários, seriamos os "ricos" que faziamos o exercício da alteridade. O fato de estarmos lá, no sol quente, junto à comunidade, foi um fato positivo no olhar de Fabio, pois saímos do conforto das salas da academia, para viver a situação deles.* (Diário de campo, 09 de novembro de 2017).

São processos que envolvem a emergência de uma antropologia extramuros que em vez de praticar uma "antropologia de" concebendo o lugar enquanto um objeto de estudo, uma "antropologia a partir de" em que o contexto passe a ter uns lócus de enunciação, um lugar político, que problematiza tanto o fazer antropológico quanto a concepção de cidade. E nisso, os sentidos inventados (WAGNER, 2010) no trabalho de campo acerca do lugar enquanto representantes da universidade é carregado de

ambiguidades, mas o sentido da colaboração no processo de criação de estratégias e mobilizações é o que mais se destaca. Seu Pedro, tem uma proposta interessante acerca do nosso lugar dentro do processo: *"Uma coisa que eu peço é para vocês ver o movimento lá em cima e nos dê um aviso para a gente se alertar antes".*

Essa constatação dialoga com o que escreveu De Certeau (2007, p. 171-172), em que olhar uma "cidade-panorama" é excluir-se do entrelaçamento das ruas e dos seus caminhantes, "praticantes ordinários da cidade". Tais práticas de espaço, criam um lugar metafórico, transumante que se insinua contra cidade esclarecida e delineada dos planejamentos urbanos, cujas projeções são dirigidas a manter as estruturas de poder e da apropriação privada dos resultados da produção social. Porém, ter um olhar para uma "cidade-panorama" – e trazendo para demais contextos da pesquisa, para um "pampa-panorama" -, é, na concepção de seu Pedro, uma forma de vigiar as estratégias e planejamentos do Estado sendo um conhecimento que escapa aos caminhantes das ruas, mas que irá influenciar a elaboração de estratégias de contrapartida. É necessário saber sobre o chão em que se está pisando afim de construir caminhos de resistência e criar lugares para uma vida boa.

Levando em consideração os pedidos dos habitantes, a equipe[116] propôs aos habitantes do lugar a escrita do dossiê com pedido de patrimonialização ao Instituto de Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN). Já no processo de elaboração o mesmo passa por ressignificações. Tal dossiê tornou-se uma ferramenta de resistência, que incomodava o poder público e os empreendimentos que ali queriam se instalar. A escrita deste dossiê estava associada a movimentos de "defesa do Passo dos Negros" em que as vozes recalcitrantes dos/as moradores/as estavam entrelaçadas as referências históricas e culturais da cidade. "*Não podemos deixar esta história ser enterrada por condomínios*", bradou um morador da região e militante do movimento negro em um evento sobre o dia do patrimônio realizado pelo poder público de Pelotas. Ao longo do texto a palavra "patrimônio" esteve nas falas dos interlocutores e interlocutoras sendo uma apropriação dos mesmos acerca do processo de escrita do dossiê. Um patrimônio que não poderá ser destruído tanto

[116] Projeto de pesquisa e extensão "Narrativas do Passos dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação.

porque fora construído pelos antigos moradores e seus antepassados, quanto porque são referências históricas e culturais da cidade.

Nesse sentido, que o pedido de patrimonialização argumenta o registro do Passo dos Negros no “Livro de Lugares” entendidos como espaços físicos carregados de significação histórica e cultural na qual são atribuídos valores (TEIXEIRA, s/d). Nesta construção coletiva, que a proposta do dossiê se insere, como uma apropriação, pelos/as trabalhadores/as, da criação e produção, da vida e da própria história. Os materiais inscritos pelo grupo têm como propósito desvendar uma cidade múltipla em que o cotidiano, os modos de fazer e viver, sejam concebidos como “potência criativa” (ALFOLNSO, RIETH, 2016) de construção da cidade.

Mas o que é patrimônio? Conforme Hugues de Varine (2013) é “o que tem sentido para nós, o que herdamos, criamos, transformamos é o patrimônio tecido de nossa vida ...” (p. 43). Já na concepção do IPHAN, os bens culturais de natureza imaterial se referem “às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”[117]. O patrimônio a se manter com vida, segundo Hugues de Varine (2013), é aquele que serve ou pode servir para alguma coisa e para isso, cabe aos membros da comunidade conhecer, dominar e utilizar esse patrimônio comum. O ensinamento do autor é instigante para aquele que vivencia, tanto no sentido acadêmico quanto no cotidiano, processos que envolvem o reconhecimento de referências culturais. Tal ensinamento está baseado em Paulo Freire cuja uma passagem no texto do autor resume todo o propósito de um projeto que respeita e parte dos detentores: é um “trabalho que libera as forças de progresso e de desenvolvimento, a partir do próprio saber e da própria situação que cada um tem dentro de si. Assim como a certeza, a vontade e a capacidade de ser ao mesmo tempo sujeito e ator do seu próprio futuro”. (VARINE, 2013, p. 140).

[117] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234.



Imagem 54 - Caminhos das charretes. Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/o em formação



Imagem 55 - Caminho dos caminhões.Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/o em formação

Podemos nos questionar sobre a riqueza de vidas que será enterrada na construção de um mundo-uno, como o “Parque Uma”. Uma selva de pedras é a projetação das cidades nos contextos latino-americanos. Mas será que o concreto consegue controlar essas vidas? Conforme Tim Ingold (2012, p. 37), a cidade e suas materialidades devem ser vistos como inseridos em processos criativos de improvisação e dos movimentos da vida. Para o autor, em uma estrada asfaltada ou de concreto,

> mesmo o mais resistente dos materiais não pode resistir para sempre aos efeitos da erosão e desgaste. A superfície asfaltada, atacada por raízes por baixo e pela ação do vento, chuva e geadas por cima, eventualmente racha e se espedaça, permitindo às plantas crescerem através dela. Portanto, onde quer que olhemos, os materiais ativos da vida estão vencendo a mão morta da materialidade que tenta tolhê-los.” (INGOLD, 2012, p. 37)

Neste sentido que proponho o termo “cidade-mato”, com referência ao termo “cidade-floresta” de Agenor Pacheco (2013), que pesquisou os movimentos dos trabalhadores de carro-de-mão de Melgaço, situada no Arquipélago de Marajó, em seus fluxos cidade-floresta-rural. Conforme o autor, o termo “cidade-floresta”, busca dar conta de outra lógica de cidade, “onde antigos caminhos de roças cedem lugar à construção de ruas de chão batido, depois asfaltadas, assim como a permanência de práticas de viveres ribeirinhos nesses novos espaços de moradia.” O autor mostra que a atual cidade foi construída em cima de roças e de caminhos que se prolongam para além das fronteiras urbanas, para as roças e para casas de farinhas nos espaços rurais. Em tais caminhos circulam pessoas, plantas, animais e coisas - como os carros-de-mão.

Assim, o termo cidade-mato, parte dessa concepção para “sentipensar” (ESCOBAR, 2014) com a existência de outras cidades e de outras formas de perceber e viver a urbe, pelas experiências de quem as habita, sejam elas pessoas, bichos, plantas e também a materialidades, em suas relacionalidades. Consiste em olhar a existência de uma diversidade de vidas que ocupam as beiras das calçadas, as várzeas, os vazios urbanos, os terrenos baldios bem como olhar para as raízes por baixo do asfalto. Valdely Kinupp (2007) levantou cerca de 1500 espécies de plantas habitando Região Metropolitana de Porto Alegre. Desse montante, 312 tinham potencial alimentício além de serem altamente nutritivas. Assim, a partir destas

referencias, procuramos refletir sobre o quanto os “inços”, as ervas daninhas, as “sujeiras” enquanto metáforas das vidas que habitam esses espaços marginais, possam alimentar uma cidade plural e nutrí-la de vidas e histórias.



Imagem 56 - Resiliência da Cidade-Mato. Fonte: acervo do autor.

Assim que em Pelotas, antigos caminhos indígenas, banhados, várzeas e matos, vêm aos poucos se tornando construções de concreto. Em seu projeto de distanciamento da ruralidade, em vistas a uma cidade que se quer moderna, vem tornando impossível a existência de bichos e plantas e até de pessoas pelas ruas, numa suposta perspectiva de dominação da natureza e controle dos corpos citadinos humanos e não-humanos (OSÓRIO, 2013).

A “cidade-mato” remete a etnografia de Dawsey (2006), que refletiu sobre as vidas de ex-camponeses no “buracão” do Jardim das Flores, na periferia de Piracicaba - SP, mostrando o quanto essas vidas, empurradas pelos ventos da tempestade chamada “progresso”, buscavam manter os vínculos com a terra. No cotidiano das pessoas as práticas, narrativas e metáforas remetiam a diálogos com modos de viver ao trabalho na roça. Por fim, a partir dessas vozes que alimentaram este capitulo, foi possível conhecer outras possibilidades de fazer a cidade e a pampa. A experiência de seguir os Antigos Caminhos na cidade de Pelotas se deu junto ao Camilo Pereira,

ao Seu Pedro, à Dona Marina, ao Seu Aniba, em que pude conhecer outra possibilidade de viver a cidade que, em resiliência ao asfalto, aos prédios, aos condomínios e a cidade-mercado, ao mundo-uno do “Parque-Una”, procura coexistir junto às pontes, aos engenhos, aos bois, aos cavalos, aos forneiros, aos cães, aos campos e aos matos, às figueiras, aos rios, à Noiva de Branco, ao Negrinho do Engenho e às múltiplas histórias.



Imagem 57 - “Sitio do Pedra” – margens do canal são Gonçalo - Passo dos Negros/Pelotas.
Fonte: acervo do autor.

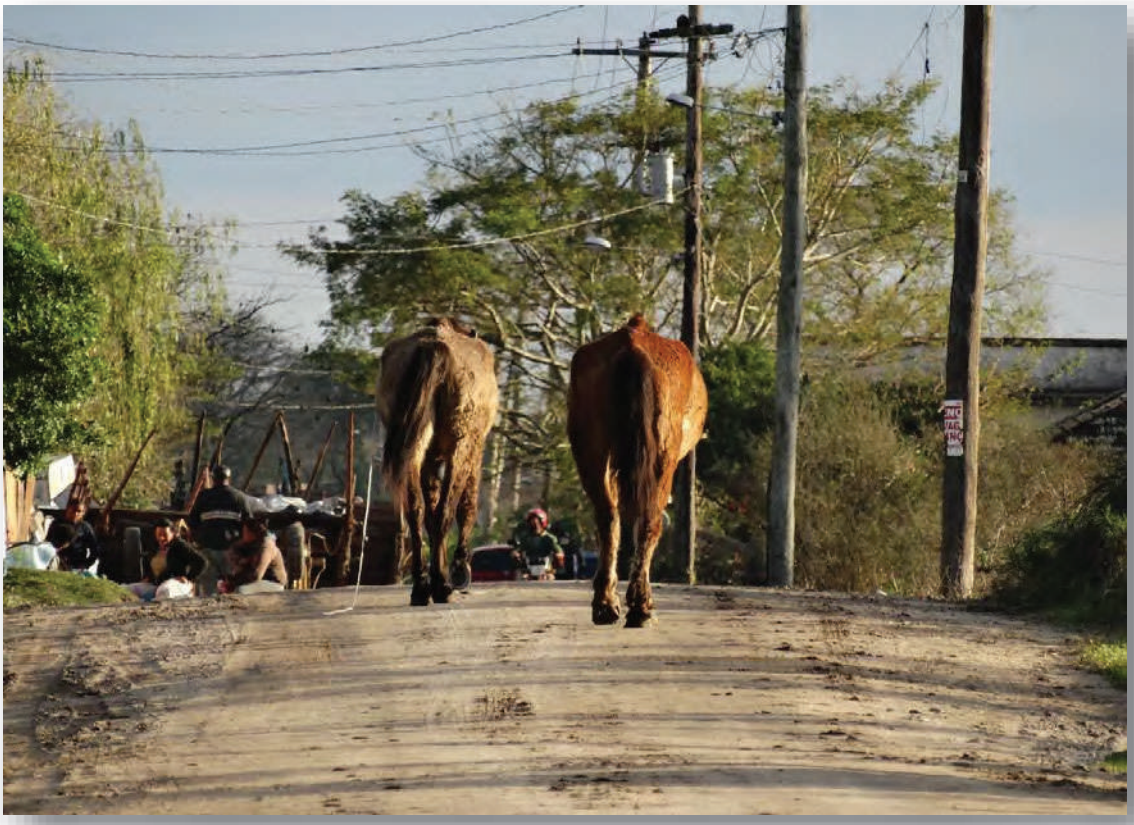


Imagem 58 - Caminhando com os cavalos. Fotografia de Guilherme Rodrigues – Acervo do projeto Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

CONTRA AS RUÍNAS DO PROGRESSO UMA PAMPA TECIDA POR ARTÍFICES

"Pode ser que, na sua terra, as pedras não tenham vida.
Aqui elas crescem e estão portanto vivas."
(CARNEIRO DA CUNHA; ALMEIDA, 2009, p. 301)



Imagem 59 - Diversidades – Desenho de Flávia Rieth

Ana Dominguez (2017) entende o conceito de “territorialização do capital” como a atuação de diferentes agentes econômicos que interferem nos territórios rurais latino-americanos, vislumbrando as possibilidades que estes territórios têm pela presença de “recursos estratégicos” (DOMINGUEZ, 2017, p. 91). A pampa está inserida no contexto da América Latina considerando que, a alta concentração de riquezas (terras férteis e solos ricos em minérios), o coloca no rol dos processos de mercantilização e privatização da vida numa dobradinha de interesses entre elites nacionais e corporações transnacionais. A territorialização do capital instala outro modelo, que é o neoextrativismo, baseado na produção de commodites e re-primarização da economia. Uma característica desse modelo é que avança sobre solos considerados “menos favoráveis” que não estavam, até então, na lista de interesses do modelo de modernização agrícola.

> Este modelo neoextractivista se erige y se profundiza como un patrón de acumulación basado en la sobreexplotación de los recursos naturales y en la expansión de las fronteras del capital hacia territorios considerados de baja productividad con el objetivo de producir y extraer materias primas a gran escala para la exportación, situación que va afectando los derechos sociales de amplias regiones. (DOMINGUEZ, 2017, p. 92)

Entretanto, a autora ressalta que, contra o avanço desenfreado do modelo neoextrativista sobre estes lugares, têm-se as contranarrativas de agricultores familiares ou pequenos/as produtores/as que criam formas de organização em frentes de resistência e de produção alternativa como forma de manter o direito de gerir os bens comuns como águas, terras e produção de alimentos. Porém, penam diante dos ínfimos incentivos em forma de políticas públicas de um modelo de Estado voltado para atender os interesses do capital. É um projeto que opera em constantes processos para atrair novos investimentos, fazendo com as estruturas de poder sigam operando sempre com “novos agentes de intervenção” a fim de consolidar um sistema de produção sustentados por meio de pacotes tecnológicos e sem pessoas, sem agricultores (*ibidem*, p. 95).

Por conseguinte, conforme Tobar (2006), a incorporação dos territórios da América Latina ao capital e ao mercado global, ou a um mundo-uno, tem como prática política suprimir/apropriar-se dos outros mundos, outras formas de viver e habitar com

os territórios, convertendo-os em relações mercantis. Por sua vez, WIZNIEWSKY; FOLETO (2017, p. 7), consideram a necessidade de desenvolver estratégias de desenvolvimento que dê enfoque ao patrimônio cultural da pampa, dando voz a diversidade de habitantes como forma de pensar um modelo alternativo a tais modelos de desenvolvimento enquanto modernização e progresso. Nesse sentido que os/as artífices desta etnografia estão constantemente reafirmando a legitimidade do acesso à terra, à floresta e às aguas, mantendo diferentes relacionalidades com esses entes e entidades bem como constantemente, reafirmando o valor de seus modos de viver e habitar as múltiplas pampas.

As multiplicidades de modos de viver levam a um emblema nas ciências sociais rurais considerando que alguns paradigmas, sustentados na visão linear do progresso, decretaram, e seguem decretando, a morte de diversas formas de existir e viver que se identificam como agricultores/as familiares, como campeiros/as bem como invisibilizavam a existência dos/as pecuaristas familiares. No caso da unidade de produção que é, ao mesmo tempo, de capital e de trabalho, estaria fadada ao desaparecimento diante do avanço da modernização capitalista no campo. Fez-se necessário tencionar estas proposições a partir da descrição etnográfica destes modos de viver em suas multisituações. Ao se referir aos modos de viver dos/as camponeses/as, as autoras Emília Godoi; Marilda Menezes e Rosa Acevedo Marin (2009) indicam de que os mesmos incorporam “múltiplas dimensões das práticas dos agentes gerando uma infinidade de possibilidades. As autoras consideram que essa heterogeneidade está associada a algumas de suas características, a saber: presença em diferentes contextos; diferentes formas de inserção nos mercados, locais e em rede; baseada na mão de obra familiar; capacidade de organização em diferentes formas; mobilização política em luta da condição de vida; obrigados a se reconstituir em áreas periféricas. São assim povos agricultores, pecuaristas e extrativistas integrados a terra e em tensão com as forças da modernização capitalista

Tais questões levaram a noção “modo de vida” que, dada a sua imprecisão teórica nas ciências sociais (BRAGA; FIUZA; REMOALDO, 2017), está sendo proposta com base na experiência etnográfica. Os autores mostram que o “constructo” modo de vida é adotado de forma imprecisa, sendo sinônimo de termos como “condições de vida”, “estilo de vida” e “meios de vida”. O problema está tanto na imprecisão quanto na tradução, ou seja, quando termos escritos em outras línguas,

com determinadas especificidades conceituais, são traduzidos para a língua portuguesa como “modo de vida”. Isabel Guerra (1993, p. 65), colocou que, após a crise dos grandes modelos teóricos nas ciências sociais, os estudos recentes sobre o constructo “modo de vida” procuravam relacionar as práticas cotidianas - como trabalho, lazer, vida familiar, consumo - com questões sociais mais amplas.

A imprecisão do conceito colocava, segundo a autora, uma dimensão ambígua do “entre”: entre o ator e a estrutura; entre o cotidiano e a história, entre as racionalidades e as emoções. Porém, ainda na década de 50, Antônio Cândido (1987), a partir de abordagens marxistas, se valia do termo “meios de vida” para conhecer e descrever agrupamentos caipiras paulistas dentro de um processo de transformações históricas bem como o então contexto de urbanização e modernização que afetava essa “cultura” vistos como “preguiçosos”, “vadios”. O autor mostra que o modo de organização social dos caipiras consistia em uma economia de subsistência histórica e culturalmente construída a partir de uma combinação dos “traços culturais” indígenas e dos bandeirantes, ambas fundamentada na mobilidade como estratégia. Tal cultura nômade, foi a base de uma agricultura itinerante e fundamentada em padrões mínimos - vital e social. A etnografia de Antônio Cândido, ao se valer do conceito “meios de vida”, evidencia a potencialidade do mesmo enquanto contranarrativa aos discursos desenvolvimentistas e de outros conhecimentos.

Nesta tese, adotei o conceito modos de viver – “viver” enquanto verbo regido por um sujeito que age – que permitiu dar conta dos processos que envolvem a vida em seus movimentos e fluxos. Atentei para as sociabilidades constituídas nas práticas cotidianas de trabalho/lazer e no compartilhamento entre vidas, manejos e paisagens nos contextos pampianos com povos agricultores e pecuaristas familiares e seus múltiplos. Um emaranhado de viveres e coexistências foram trazidas nos manejos das paisagens mostrando a imersão de gente, bichos e coisas em fluxos e transformações (INGOLD, 2012a), evidenciando uma pampa pluriversa (ESCOBAR, 2014). As descrições dos modos de viver e manejos tiveram como inspiração a noção de “trabalho artesanal”[118] proposto por Richard Sennett. O trabalho artesanal é o “cultivo de um estilo específico de vida”, não sendo um procedimento maquinal, mas uma “questão cultural” (SENNETT, 2013, p. 19).

[118] Uma primeira versão desta discussão foi apresentada em outro artigo (LIMA; RIETH, 2016).

Em um texto intitulado “O trabalho visto pela antropologia social” José Sérgio Leite Lopes (1988) desenvolve que o conceito “trabalho” está presente nas etnografias sobre grupos indígenas, étnicos, camponeses, artesãos, embora não como tema central da reflexão, mas embutido na vida social do grupo sendo um dos seus aspectos. O tema tornou-se domínio da antropologia somente no momento em que, nas sociedades capitalistas, ocorre o processo de proletarização dos camponeses os quais foram forçados a migrar do campo para a cidade se tornando trabalhadores assalariados. A antropologia brasileira enquanto uma “anthropology at home” passou, então, a se interessar pelo tema sendo uma de suas preocupações, segundo o autor, etnografar o impacto do capitalismo sobre esses grupos de trabalhadores.

Entretanto, nos parece que o centro das reflexões do autor é o trabalhador assalariado industrial – em contextos urbanos e rurais - e não dá conta dos trabalhadores que exercem ofícios artesanais como agricultores/as e pecuaristas familiares, artesãos/ãs, entre outros/as. Nesse sentido, quando deixamos de estudar o trabalhador e a trabalhadora enquanto categoria social, para concebê-lo/la como “uma pessoa humana que trabalha” (ALVES, 2015, p. 9) podemos enriquecer as reflexões antropológicas sobre o assunto. Assim os saberes e modos de fazer dos ofícios e manejos artesanais e tradicionais enquanto uma dimensão negada na modernidade colonial capitalista, ganham relevância e centralidade.

Sennett elabora um diálogo com duas imagens de pessoas trabalhando, elaborada por Hannah Arendt. De um lado, está o trabalho vital e rotineiro do “*animal laborans*”, separada da política e entregue ao “estar vivo em metabolismo com a natureza” (CORREIA, 2013, 208). O humano, em sua dimensão animal, está coadunado a satisfação das necessidades, das funções corporais e do lar em uma existência condicionada pela vida (idem, 2013, p. 209). Por outro lado, tem-se o trabalho de fabricar coisas como uma outra forma de viver, que desenvolve a criatividade já que integra produção, discussão, engajamento e a dimensão política da convivência. É a imagem do “*homo faber*” cuja as ferramentas foram, nesse caso, agentes de emancipação do *animal laborans*, antes fadado aos parâmetros das necessidades, e agora capacitado a criar o mundo imprimindo uma dimensão pública a existência pela criação de coisas que possibilitam a convivência com os outros (CORREIA, 2013).

A emancipação do homo faber, na sociedade industrial, é retida fazendo intensificar a dimensão animal do humano. Entregues, exclusivamente, a realização de tarefas, as pessoas “fazem coisas que não sabem o que estão fazendo” (SENNETT, 2013, p. 11). Arendt (2010, p.165) escreve: “o tempo excedente do animal laborans jamais é empregado em algo que não seja o consumo, e quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e ardentes são os seus apetites”. Entregues ao mero viver e a realização de tarefas exteriores e alienantes, a emancipação humana estaria em risco. Esta divisão é equivocada para Sennett, pois o “*animal laborans*” também tem capacidade de pensar, considerando que quem produz pode discutir com os materiais. Ao mesmo tempo, trabalhar conjuntamente com outras pessoas possibilita que conversem a respeito do que estão fazendo. A questão, portanto, está em responder o que o processo de fazer coisas revela a nosso respeito (SENNETT, 2013, p. 18).

Supostamente, este estilo de viver tenderia a desaparecer com o advento da sociedade moderna e industrial. Na abordagem de uma antropologia marxista, conforme György Markus (2015) o trabalho é, por essência, uma atividade exclusivamente humana. Os seres humanos se distinguiram dos demais animais a partir do momento em que começaram a produzir seus meios de vida pelo processo de transformação da materialidade, seja para feitura de ferramentas, seja para o consumo. O distanciamento da sua dimensão animal se deu a partir de duas diferenças que caracterizam o trabalho dos humanos: 1) enquanto os animais utilizam como ferramentas os órgãos do próprio corpo modificando e adaptando em um processo de evolução biológica, o humano cria os próprios meios de produzir (MÁRKUS, 2015) e, por conseguinte; 2) esse ato difere dos demais animais que atuam por meio de um comportamento instintivo e inato, já que antes de ser construído materialmente, a coisa fora projetada mentalmente. Assim escreveu Marx,

> Uma aranha realiza operações semelhantes às do tecelão, e muitos arquitetos humanos têm vergonha de a habilidade com que uma abelha constrói sua célula. Mas o que distingue o arquiteto mais incompetente da melhor das abelhas é que o arquiteto construiu uma célula em sua cabeça antes de construí-la em cera (MARX, 1910, p. 169-70, *apud* MÁRKUS, 2015).

O ato de transformar a natureza material, transforma também a natureza humana e isso nos dá uma suposta vantagem, a saber, ao transformar a vida material,

a dialética entre a coisa transformada e o que fora projetado na mente, cria um novo desenho. Assim que as narrativas dos interlocutores dos capítulos anteriores, nas diferentes coisas que fazem, vão ao encontro do que disse Rosangele, artesã em Bagé, evidenciando o processo de diálogo entre o projetado e o realizado: "*o artesanato é isso, você não pode parar. Tem que estar sempre inventando*!" A artesã comentava que, conforme fazia um artefato, surgiam outras maneiras, outros modelos:

> *Cada vez tem que fazer mais. No artesanato você tem que estar sempre criando coisas novas. Então, estamos sempre pensando, tentando criar uma coisa nova para levar. Se num ano levamos um ou dois tipos de peças, no outro ano já temos que levar outro modelo. O povo que vai comprar, quer ver isso aí. Eu me sinto realizada no meu artesanato. [...] Para mim ele é tudo.* (Entrevista. Outubro de 2017)

Na leitura de Markus (2015), o ato de fazer coisas insere o humano no processo histórico de aperfeiçoamento das capacidades e habilidades produtivas, já que se aperfeiçoa a materialidade deixada por outras gerações. Porém, no capitalismo, esse espírito social tem existência fora dos/as trabalhadores/as já que o processo de produção é ditado pelo sistema de máquinas tornando a produção material algo externo e alienante tirando do humano a sua humanização. Entretanto, as narrativas de Sennett e Rosângele, colocam em xeque essa abordagem homogênea. Sennett, ao desenvolver que o impulso humano é o desejo de um trabalho bem feito por si mesmo, abrange um aspecto mais amplo do que a atividade exclusivamente manual, de manejo. Com essa proposta, dá conta de outras atividades que são praticadas de maneira capacitada como, por exemplo, a cidadania.

> A expressão 'habilidade artesanal' pode dar a entender um estilo de vida que desapareceu com o advento da sociedade industrial – o que, no entanto, é enganoso. Habilidade artesanal designa um impulso humano básico, o desejo de um trabalho bem feito por si mesmo. Abrange um aspecto muito mais amplo que o trabalho derivado de habilidades manuais; diz respeito ao programa de computador, ao médico e ao artista; os cuidados paternos podem melhorar quando são praticados como uma atividade bem capacitada, assim como a cidadania. (SENNETT, 2013, p. 19).

O autor sustenta a tese de que todas as habilidades, até mesmo as mais abstratas, são incorporadas a partir do envolvimento perceptivo das práticas

corporais. A habilidade artesanal é uma incorporação, ou seja, um processo que converte as informações e as práticas em conhecimento tácito. Conhecimento que é adquirido com a mão por meio do toque e do movimento[119]. O treinamento por meio da repetição permite a autocrítica no sentido de que o movimento das mãos estimula determinadas regiões do cérebro expandindo a capacitação. Fazer algo, repetidas vezes, desenvolve a habilidade de olhar para a frente e prever aquilo que vai se transformar. Desenvolve-se uma habilidade rítmica considerando que as mãos vão acumulando um repertório de gestos adquiridos. (Idem, p. 190 – 192). No entanto, Ingold (2015ª), trouxe a importância de atentarmos para o desenvolvimento das habilidades a partir dos pés. O autor concebe que os calçados bloquearam as funções preenseis do pé bem como o seu desenvolvimento tátil. O advento da modernidade gerou a separação com os múltiplos processos que acontecem no chão da natureza, ou seja, sentindo a sujeira e aprendo a olhar para chão, criando a imagem de que são as mãos as responsáveis pela ativação do intelecto. Portanto, o desenvolvimento das habilidades se dá também pela maneira como nos relacionamos com o chão quando estamos fazendo coisas.

Giovani Alves (2015) ao comentar o conceito de "trabalho artesanal", entende a relevância de buscar e experiência do "*homo faber*" no contexto da sociedade capitalista. Um/a trabalhador/a pode ser, ao mesmo tempo, uma força de trabalho como mercadoria, ou seja, um empregado executando tarefas cotidianas, e também, ser um "*homo faber*" que desenvolve uma capacitação pelo engajamento. Assim,

> resgatar a experiência oculta do *homo faber* nas narrativas do trabalho significa demonstrar que, apesar do processo de especialização e fragmentação do sujeito que trabalha, existe (e persiste), nos interstícios do mundo vivido de homens e mulheres que trabalham em ofícios e profissões, narrativas de resistência e memória que expõe o outro lado da condição humana salientada por Hanna Arendt: A experiência do homo faber. (ALVES, 2015, p. 14)

O artífice é entendido como um ente que se engaja de uma forma prática, mas não exclusivamente instrumental, com o objetivo de fazer um "bom trabalho" por meio

[119] O autor escreve que, de todos os membros do corpo humano, a mão é a que é dotada de maior variedade de movimentos permitindo trabalhar as coisas de diferente maneiras. A evolução biológica e cultural do ser humano e o aparecimento do *homo faber* estão relacionados a mudança estrutural das mãos. Nesse sentido, um passo importante se deu quando se capacitou segurar as coisas com segurança em uma mão, para poder trabalhar com a outra. (LIMA; RIETH, 2016, p. 4).

da curiosidade, da investigação e da capacidade de aprender com a incerteza. A habilidade artesanal é uma aptidão desenvolvida em alto grau onde as pessoas, para além de fazerem as coisas funcionarem, são capazes de sentir e pensar sobre o que estão fazendo. Fazer algo é, portanto, pensar. Pensar a um tempo lento, que permite a criação e a reflexão. Porém, a habilidade artesanal, além do treinamento dos movimentos corporais que expande as capacitações, é o resultado de uma relação com um outro. O aprendizado se dá pelo caminhar no mundo, engajando-se de diferentes maneiras em múltiplos contextos como "participante cambiante" (LAVE, 2015, p. 42). Aprender é se movimentar por entre os contextos que influenciam e moldam tal aprendizagem. Rosangele comentou, "*eu comecei do nada, porque não tinha curso, fui inventando e fui fazendo minhas coisas e cada vez eu queria aprender mais. (...). Perguntava para um, perguntava para outro e iam me dizendo*."

Por outro lado, é importante questionar a noção de que a dimensão humana, entregue a satisfação das necessidades, consiste na condição de "*animal laborans*". Como ficam os bichos nessa história? Para Ingold (1983, 1995) os antropólogos/as, presos as limitações da disciplina, construíram suas reflexões preocupados com a dimensão da humanidade em oposição à de animalidade, sendo esta última categoria uma deficiência de tudo que os humanos, no processo de separação de sua dimensão animal, desenvolveram, tal como a linguagem, a razão, a consciência moral e a intencionalidade nas ações. Ao mesmo tempo, somos lembrados que também somos, antes de tudo, animais quando limitados às nossas necessidades vitais, como pode-se ver nas discussões de Arendt e Marx. Nessa concepção os animais possuem um comportamento pré-programado, ou seja, instintivo e inato, não direcionado pela intenção consciente.

Porém, ao questionar a distinção de que os humanos trabalham e os animais se comportam, Ingold (1983) fez a seguinte pergunta: os animais trabalham? O autor rejeita a visão mecanicista de que os animais não humanos se comportam de maneira inata e agem conforme os instintos. Assim, se os humanos se comportam e agem por meio de atribuições subjetivas que atribuem intencionalidades em suas ações, o mesmo pode ser dito aos outros animais. A intencionalidade da ação faz parte do domínio social.

> (…) honey-bees possess one of the most remarkable systems of communication yet discovered in the animal kingdom, a dance movement whereby 'workers' can signal the precise direction of flight from the hive to any particular feeding place.[120] (INGOLD, 1983, p. 06).

Os animais seriam, então, uma mediação, sem o qual o humano não transformaria a natureza. O cavalo, o boi e o arado seriam, nessa concepção, instrumentos para o ser humano rasgar a terra. Daria para considerar o comportamento desses animais bem como o da abelha como pré-programado e não direcionado por uma intenção consciente e com um propósito? Um trabalho? Porém, os bichos também criam ferramentas para manejar ambientes. Lembro de uma conversa com o Edimilson, agricultor ecológico em Morro Redondo que falou sobre a habilidade das formigas em acessar lugares cujo o acesso foi dificultado pelos humanos: "*Elas fazem pontezinhas com pedaços de folhas para passar".*

Na etnografia de Carlos Sautchuck (2015) sobre a aprendizagem de pescadores laguista e costeiros, percebe-se a técnica, não a partir da relação entre o organismo e ambientes mediados pelos artefatos, mas pelos movimentos e ritmos, estendendo o olhar para os gestos humanos e não humanos. As habilidades, nesse sentido, são construídas a partir de uma conjunção de movimentos. Ingold se coloca contra a concepção de que o conhecimento é informação e os seres humanos são mecanismos para processá-lo. Assim, diferente da informação, o conhecimento consiste em habilidades que emergem no "trabalho de maturação no interior de campos de prática constituído pelas atividades de seus antepassados." (2010, p. 16).

É assim que, humanos e bichos, aprendem a partir da experiência adquirida, sendo um constante processo de educação corporal (MAUSS, 2003) e, para além, uma "educação da atenção" (INGOLD, 2010). A aprendizagem, que vai constituindo a habilidade, é transmitida ao iniciante pelos mais velhos, olhando, sentindo, ouvindo e tentando se igualar aos seus movimentos. Esse aprendizado não se dá pela entrega de um "corpo de informações desincorporada", mas pela criação, por meio das atividades de determinada geração, de "contextos ambientais dentro dos quais as sucessoras desenvolvem suas próprias habilidades incorporadas de percepção e

[120] "(...) abelhas possuem um dos sistemas de comunicação mais notáveis já descobertos no reino animal, um movimento de dança em que as 'trabalhadoras' podem sinalizar a direção precisa do voo da colmeia para qualquer local de alimentação em particular."

ação.” O iniciante aprende imitando os gestos e tentando repetir os movimentos corporais e rítmicos de seus mestres. Ao longo da tese, foi descrito a habilidade dos cães que aprendem, com os campeiros e os “*cães mestres*”, os manejos pela observação pelo fazer junto e engajamento, como a cachorra de seu Decinho, em Caçapava do Sul que, percebendo que as ovelhas estavam em um ritmo muito rápido de caminhada em relação ao campeiro, a pé, se dirigia para a frente do rebanho para controlar o ritmo do andar. A cachorra ajudava-o a cuidar dos bichos, latindo nas ovelhas enfermas.

Por conseguinte, existe um diálogo entre os artífices e as coisas. Sennett escreveu que as discussões podem ocorrer, de maneira mental, com os materiais, por exemplo, quando desafia a curiosidade. Apresentei a percepção de Camilo Pereira, artesão em madeira, que narrou ficar horas, por vezes, dias, diante da madeira antes de começar a talhar e confeccionar a escultura. A imagem do artesão, com o formão e o martelo na mão, diante da madeira, dá um caráter de discussão com ela. Mas não ficaria somente por aí. Camilo contava que, iniciado o processo, fazia-se lentamente, deixando por vezes, a “*madeira trabalhar*”. Nesse sentido, reconhece-se que o artefato é, antes, imaginado, porém a sua forma vai ganhando vida no processo, talhando e detalhando, pelas interações entre humano, ferramentas e madeiras. Ambos trabalham. Por isso que nenhuma escultura é igual a outra. A intencionalidade, está também nas coisas, quando inserida em determinadas relacionalidades, tais como no tacho que imprime uma textura e um gosto no doce, no tacho que é “da família” ou “empregado”, que faz o serviço, no *laço* que é jogado em direção ao boi, no rio e nas pedras que resistem aos megaprojetos neoextrativistas.

É nesse sentido que, a partir de Ingold (2015a), considero fazer antropologia como um trabalho artesanal que é também um modo de vida. O autor toma a noção de “artesanato intelectual” do sociólogo e antropólogo norte-americano Wright Mills para defender o fazer antropologia com uma atividade artesanal considerando que, é característica do artesanato que tanto o conhecimento do praticante das coisas, quanto o que ele faz com elas, sejam baseadas em relações intensas, respeitosas e íntimas com as ferramentas e materiais do seu ofício. (INGOLD, 2015a, p.343). É um trabalho manual que contrasta com outros trabalhos das ciências sociais produzidos a partir de máquinas de processamento de dados. Outra característica é que esta maneira de conhecer, pode ser pensada a partir de três dimensões: não existe divisão

entre teoria e método no sentido de que esta primeira não é uma elaboração teórica, *a priori*, para ser testada empiricamente na coleta de dados; a segunda é que não existe divisão entre o trabalho e vida considerando que é uma prática que "envolve a pessoa" inteira tendo por base sua "experiência passada projetada para o futuro", ou seja, um trabalho que faz a si próprio considerando a busca da perfeição do seu artesanato desenvolvendo uma habilidade artesanal (SENNETT, 2013); por fim, seu projeto é auxiliado pela escrita de um diário em que anota suas experiências, impressões e pensamentos vindos a partir da vida cotidiana, trecho de conversas sendo nesse "material cru" que o artesão intelectual molda seu trabalho. Porém, em minhas leituras do autor, encontrei pouca atenção a dimensão política e ética desse modo de fazer considerando que o "pensar com" é também um "agir com". O ato de moldar o artefato etnográfico não está dissociado das implicações políticas em que o/a artesão/ã está inserido/a. O/a artesão/ã antropólogo/a se engaja e se posiciona politicamente, sendo sua obra inserida em determinados contextos. São mediações e traduções, entre mundos, principalmente entre a política racional do estado e os múltiplos mundos existentes.

Esta tese vibrou em intensidades, evidenciando, conforme Veena Das y Deborah Poole (2008, p. 25), "los diferentes espacios, formas y prácticas a través de las cuales el estado está constantemente siendo experimentado y deconstruido mediante la ilegibilidad de sus propias prácticas, documentos y palabras." As experiências etnográficas ao longo da tese se deram junto pesquisas para Invetários de Referencias Culturais junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional (IPHAN). A instituição é responsável pela implementação da Política Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), foi criada no decreto n° 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Tal política é resultado de um processo histórico no âmbito da preocupação do Estado Brasileiro com a preservação de referências culturais que caracterizam o processo de formação da sociedade nacional.

De acordo com Márcia Chuva (2012), a noção de Patrimônio Cultural é a categoria-chave que orientou as políticas públicas de preservação cultural no Brasil, iniciadas na década de 1930, como um movimento de intelectuais, liderados por Mario de Andrade. No contexto político do Estado Novo, marcado pelo apelo nacionalista, esse movimento lançou as bases para a ação do Estado na preservação tanto do

patrimônio artístico quanto do então denominado “folclore” brasileiro, indicando a importância das camadas populares e da diversidade cultural. O registro constitui um compromisso do Estado[121] em inventariar, documentar, produzir conhecimento, proteger e apoiar a dinâmica das referências culturais, como os saberes e modos de fazer, que foram fundamentais na composição da sociedade nacional. No entanto, ao longo da tese procurei demonstrar o quanto esses processos são ambíguos, já que se de um lado, o Estado se compromete em valorizar as suas referências culturais, por outro, de mãos dadas com corporações transnacionais, coloca em cheque os modos de fazer, habitar e existir dessas camadas tradicionais.

Por isso que, as narrativas, como rizomas, para além de linhas localizáveis que conectam pontos e posições, referem-se a um mapa construído, produzido, desmontável, conectável e com múltiplas entradas e saídas. As multiplicidades são misturas e desvios e, assim, são contranarrativas às práticas e políticas de purificação (LATOUR, 1994) seja do Estado, das corporações bem como das ciências. Já Marcel Mauss (2003, p.212) trazia a indicação sobre o social em que tudo são misturas: “no fundo são misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e é assim que as pessoas e as coisas, misturadas, saem cada qual de sua esfera e se misturam (...). Por conseguinte, Tim Ingold (2012a) trouxe a analogia da cozinha em que as coisas são misturadas em diferentes combinações, gerando outros materiais num processo sem fim, algo que é incompatível com uma modernidade avessa ao caos.

Nesse sentido que, considerando essas múltiplas formas de existir, de organizar a vida, de fazer coisas como um entrelaçamento de linhas ou como uma cozinha, foi mapeado os possíveis caminhos para uma antropologia da/na pampa afeita a defesa dos clamores para o “bem conviver”. Conforme Alberto Acosta (2016), é preciso romper com a realidade que se esconde por trás da ideia de que é possível viver melhor dentro do capitalismo, sustentado em uma ideia linear de desenvolvimento visto como progresso. Mesmo com múltiplos nomes, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, há um núcleo dentro dessas

[121] A importância do elemento imaterial é relativamente nova em termos de política de Estado e se consolidou, no Brasil, a partir promulgação da Constituição Federal, em 1988, dando atenção especial nos artigos 215 e 216. No artigo 215, inciso 1° diz: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”

concepções que, para vivermos bem, temos que “imitar” os caminhos dos países “desenvolvidos”, negando nossas riquezas, nossos saberes, nossos mundos. Assim, o autor indica a urgência de buscarmos novas formas de viver e existir com o foco direto em parar o processo de mercantilização da vida. Para os bons conviveres tornarem-se realidade, urge caminhar em direção ao Pluriverso, sendo um mundo que todos os seres caibam.

> O bem viver, ou melhor, os bons conviveres é uma oportunidade para construir um mundo diferente, que não será alcançado apenas com discursos estridentes, incoerentes com a prática. Outro mundo será possível se for pensado e erguido democraticamente, com os pés fincados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza. (ACOSTA, 2016, p. 29).

Trazer etnograficamente as múltiplas possibilidades de manejar e habitar a pampa consistiu em um compromisso político contra as práticas de purificação (LATOUR, 1994). A proposta desta tese, assim, ao seguir pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas, pretendeu apontar para os diferentes mundos da pampa a partir da descrição daquilo que se misturava, se entrelaçava, se conectava mas também daquilo que se tencionava, se negociava e se distanciava. É nas relações residuais que não foram capturadas pelo poder e que, permanecendo nos subterrâneos da vida, em seus processos criativos e fundidos com a terra, anunciam possibilidades que são alternativas para uma apropriação da criação e produção da vida e da própria história (MARTINS, 1996). A partir dos encontros de antropologias que ensinaram e aprenderam juntos, advogamos um projeto de uma pampa fértil e com vitalidade, porque nutrida pela diversidade de vidas e histórias.

7. REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

ADAUTO, Fernando. O elemento humano no Pampa: o gaúcho e sua história In: ____. CHOMENKO, Luiza. **Nosso Pampa desconhecido** / Organizadores Luiza Chomenko, Glayson Ariel Bencke. Fotografias Adriano Becker - Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

_____. Do direito à cidade ao fazer cidade: o antropólogo, a margem e o centro. **MANA**, 21(3), p. 483 – 498, 2015.

AGROBASE BRASIL. **Grama-seda** (Capim-de-burro). Disponível em: https://agrobaseapp.com/brazil/weed/grama-seda. Acesso em: 20 de agosto de 2020

ALFONSO, L. P.; Ortiz, S ; SEGER, D ; PEREIRA, I. K. S. ; ARAUJO, J.M. Aflorando memórias: narrativas de escravidão do Passo dos Negros. In: **XVIII Congresso da SAB, 2015**, Goiânia. Livro de Resumos XVIII Congresso da SAB, 2015.

ALFONSO, Louise Prado; RIETH, Flávia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. IN: SCHIAVON, Camen Burget; PELEGRINI, Sandra de Cássia. (Org.). **Patrimônios plurais**: iniciativas e desafios. Rio Grande: Editora da FURG, p. 131-147, 2016.

ALVES, Giovani. Prefácio: Animal laborens e homo faber. In: Nummer, Fernanda Valli; França, Maria Cristina Caminha Castilhos (Organizadoras). **Entre ofícios e profissões: reflexões antropológicas.** Belém: GAPTA/UFPA. 2015, p. 9 – 14.

ALTIERE. Miguel. **Agroecologia**: A dinâmica da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

ALTMANN, Lori; SILVA, Matheus Ribeiro da; RUBERT, Rosane Aparecida. Tramas de resistência e desterritorializações: trajetórias familiares nas comunidades de remanescentes indígenas Costa do Bica e Paredão (Piratini/RS). **Anais da RAM**, Porto Alegre, 2019.

ARALD, Alice Fernandes Prestes. **O papel da pecuária familiar no desenvolvimento de Lavras do Sul/RS**: especificidades culturais e acesso às políticas públicas. 46 f. Trabalho de Conclusão. Bacharelado em Desenvolvimento Rural. Curso Superior de Bacharelado em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

ARENDT, H. A condição humana. 11. ed. Trad. R. Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BACH, Alcir Nei. **Patrimônio Agroindustrial**: Inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990). 239f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural), Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, 2017.

BANDUCCI JR, Á. Os peões de gado e a representação dos animais no pantanal da Nhecolândia. **Cadernos de campo**, v. 8, n. 8, 1999, p. 107 – 123.

BARRETO, Eric. "Por dez vacas com cria eu não troco o meu cachorro": as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris no pampa brasileiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas - Pelotas, RS, 2015.

BECKER, Cláudio. **A eficácia de uma política pública**: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande do Sul. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciências), Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

BELO, Oliveira. O monarca da coxilha. In: RIEDEL, Diaulas. **O pampa e os cavaleiros**. São Paulo: Editora Cultrix, 1959, p. 97-111.

BENCKE, Glayson Ariel. Biodiversidade. In: ____. CHOMENKO, Luiza. **Nosso Pampa desconhecido** / Organizadores Luiza Chomenko, Glayson Ariel Bencke. Fotografias Adriano Becker - Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

BENCKE, Glayson Ariel; CHOMENKO, Luiza; SANT'ANNA, Danilo Menezes. O que é o Pampa. In: ____. CHOMENKO, Luiza. **Nosso Pampa desconhecido** / Organizadores Luiza Chomenko, Glayson Ariel Bencke. Fotografias Adriano Becker - Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história:** Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 222 – 232, 1987.

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a história**: um exemplo de reconstituição de memória comunitária. 2. ed. Rio de Janeiro: ACANDHIS, 2007. 350p.

BERMAN, Marchall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BESKOW, Paulo R. A formação da economia arrozeira do rio grande do sul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 4(2}: 55-84,1984.

BLASER, M. Los conflictos ontológicos y el problema de la política racional. **Conferência pronunciada no Seminário Internacional de Pensamento Contemporâneo**, Universidad del Cauca, 2015.

BORBA, Marcos Flávio. Desenvolvimento territorial endógeno: o caso do Alto Camaquã. In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 187-214, 2016.

BORBA. Orlando Fals. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Ciudad de Buenos Aires-Argentina: CLACSO, 2009.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**, v.10, n.1, p. 11 – 27, 2007.

BRAGA, Gustavo Bastos; FIUZA, Ana Louise Carvalho; REMOALDO, Paula Cristina Almeida. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias [online].** 2017, vol.19, n.45, pp.370-396.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo/SP: Editora Folha de São Paulo, 2003.

CARRERI, Francesco. **Walkscapes.** O caminhar como prática estética. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2013.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR (CAPA). **Revelando os quilombos no Sul**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010. 64p.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Pararelo 15; São Paulo: Editora Unespe, 2006.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 2° edição. São Paulo: Editora Pórtico, 1966.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: CosacNaify, 2009. p.277-299.

CARVALHO, Fernanda Ricalde Teixeira. **Rota do Ouro**: resgate da memória da mineração em Lavras do Sul através do seu Patrimônio arquitetônico Urbano. 78f. Dissertação do Mestrado. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**: legislação e políticas estaduais. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CASTELLO, Lineu. **A percepção do lugar**: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto alegre, RS: Propar/UFRGS, 2007.

CESAR, Guilhermino. **História do rio Grande do Sul – período colonial**. Porto Alegre: Edições Globo, 1970.

CHOMENKO, Luiza. **Nosso Pampa desconhecido**. Organizadores Luiza Chomenko, Glayson Ariel Bencke. Fotografias Adriano Becker - Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2012, p. 146 – 165.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008, p. 17 – 58.

COCCIA, Emanuele. **A Vida Das Plantas**. Uma Metafísica da Mistura. Florianópolis, SC: Cultura e Barbárie, 2018

CORRÊA, André do Nascimento. **Ao sul do Brasil Oitocentista**: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821 – 1850. 188f. Dissertação do Mestrado. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

CORREIA, Adriano. Quem é o animal laborans de Hannah Arendt? **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 37, p. 199-222, jul./dez. 2013.

CRUZ, Fabiana Thomé da; SANOTOS, Jaqueline Sgarbi. Alimentos tradicionais, modo de vida e desenvolvimento rural: um estudo a partir do queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul. In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 215 - 236.

DAMATTA, Roberto. O oficio de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DARWIN, Charles. **Viagem de um naturalista ao redor do mundo**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina, núm. 27, 2008, pp. 19-52.

DAWSEY, John. **A grota dos novos anjos mineiros**: imagens do campo na cidade. Revista USP, v. 69, p. 135-148, 2006.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2007.

DEGRANDI, Simone Marafiga. **Ecoturismo e interpretação da paisagem no Alto Camaquã/RS**: uma alternativa para o (des)envolvimento local. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia – Vol. 1 e 4. São Paulo: Ed 34, 1995.

_____. **O que é a filosofia?** São Paulo: Ed 34, 2010.

DE LEON, Zenia. Pontes. **Viva o Charque**. Disponível em: http://www.vivaocharque.com.br/cenarios/pontes.php. 2001. Acesso em 27 de dezembro de 2016.

Derrida, Jacques. **O animal que logo sou**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DESCOLA, P. **Más allá de naturaleza y cultura**. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu Editores, 2012.

DIEGUES. Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 2001.

DIGARD, Jean-Pierre. A biodiversidade doméstica. Uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal. **Anuário Antropológico**/2011-II, 2012: 205-223.

DOMÍNGUEZ, Ana. La territorialización del capital y la monopolización del territorio pampa. In: WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; FOLETO, Eliane Maria (Org.). **Olhares sobre o pampa** [recurso eletrônico]: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

DOOREN, Thom Van; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Estudos multiespécies: cultivando artes de atentividade. Trad. Susana Oliveira Dias. **ClimaCom Cultura Científica (online)**, Campinas, Incertezas, ano 3, n. 7, p. 39-66, dez. 2016. Disponível em: <climacom.mudancasclimaticas.net.br/wp-content/uploads/2014/12/07-Incertezas-nov-2016.pdf>.

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: IEL, 1961.

DURHAM, E. R. Migrantes rurais. In: ____. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. 2. ed. São Paulo: Ática, 1973.

EIDT, Jane Simoni; UDRY, Consolacion. (Editoras Técnicas). **Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil**. Brasília, DF : Embrapa, 2019.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA-RIMA). **Tomo 3 – Diagnóstico do meio socioeconômico**. Projeto Caçapava do Sul: Votorantim Metais, 2016.

EVANS-PRITICHARD. E.E. **Os Nuer**: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo Nilota. São Paulo: Editora perspectiva, 2002.

ESCOBAR, A. Cultura y diferencia: la ontología política del campo de cultura y desarrollo. **Wale'keru.** Revista de investigación en Cultura y Desarrollo, [S.l], v. 2, p. 8-29, 2012.

_____. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014

FAVRET-SAADA, Jeanne. 'Ser afetado'. **Cadernos de Campo**, n. 13, 2005.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.359-383, jul. 2008.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling; FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). IN: HEINZ, Flavio M. (org.). **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 145 – 177.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling; MATHEUS, Marcelo Santos. A história de João Potro. Trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855). **Varia Historia**, vol. 33, n. 63, p. 707-743, set/dez 2017.

FARIAS, Bruno Martins. **Geoglifos gaúchos**: um estudo sobre o tropeirismo e as cercas e currais de terra, pedra e plantas no sudoeste do Río Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Pelotas: Gráficas Sem Rival, 2013.

FEIJÓ, Cristiane Tavares. **Entre Humanos, Deuses e Plantas**: uma etnografia sobre as perspectivas Mbyá Guarani na manutenção das kokue contemporâneas. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

FERNANDES, Florestan. A sociologia como afirmação (in memórian). In: SANTOS, José Vicente Tavares; GUGLIANO, Alfredo Alejandro (orgs.). **A sociologia para o século XXI.** Pelotas: Educat, 1999.FERNANDES, Valéria; MIGUEL, Lovois. A presença histórica da pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX). In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra;

FIGUEIRÓ, Adriano Severo. Transformações na paisagem do pampa: a territorialização do capital e a monopolização do território. In: WIZNIEWSKY,Carmen Rejane Flores; FOLETO, Eliane Maria (Org.). **Olhares sobre o pampa** [recurso eletrônico]: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

FLEISCHER, Soraya. Antropólogos ‘anfíbios’? Alguns comentários sobre a relação entre Antropologia e intervenção no Brasil. **Anthropológicas**, Recife, v. 18, n. 1, p. 37-70, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FERREIRA, Leticia de Farias; GONÇALVES, Jussemar Weiss. Memórias do Trabalho no Pampa. In: **VI ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL**, 2011, Pelotas. **VI ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL -** Narrativas, Fronteiras e Identidades. Pelotas: UFPEL, 2011. v. 1. p. 286-294.

_____. O cavalo e a pedra: quando a vida e o trabalho se encontram. **Historiae**: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande, v. 3, p. 137-154, 2012a.

_____. O Campo e o Trabalho: a memória como resistência.. In: 28° Reunião Brasileira de Antropologia, 2012b, São Paulo. **Anais 26ª RBA**. São Paulo: Associação Brasileira de Antropologia, 2012b. v. I.

FREIRE, Beatriz Muniz; BENEDETI, Marcus Vinícius. **Tava**. Lugar de Referência para o Povo Guarani. Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, IPHAN, 2014.

FREITAS, Décio. **O capitalismo Pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

_____. O capitalismo pastoril. **Ensaios FEE**, Porto alegre, (14) 2, p. 438, 465, 1993.

FROEHLICH, Graciela. Trabalhar os animais, trabalhar com os animais: reflexões etnográficas sobre bem‑estar animal em fazendas de criação de gado de corte. **R@U**, 7 (1), jan./jun. 2015: 108-125.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GARCIA, Sylvia Gemignani. **Destino impar**: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo, Ed.34, 2002.

GEEUR. **Terceiro Ciclo de Estudos**: cidade, margens e materialidade. Projeto de ensino, 2016.

GÜIRALDES, Ricardo. **Don Segundo Sombra**. Biblioteca Virtual Universal, 2006. Disponível em: https://biblioteca.org.ar/libros/92790.pdf . Acesso em: 20 de Julho de 2020.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**; processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 653p.

GODOI, Emilia; MENESES, Marilda; MARIN, Rosa Acevedo. Introdução. In: ____(orgs). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: editora Unespe; Brasilia – DF: Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural, 2009.

GOLIN, Tau. A destruição do espaço missioneiro. IN: POSSAMAI, Paulo César (org.). **Gente de guerra e fronteira**: estudos de história militar do Rio Grande do Sul. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010, p. 53-66.

GOMES, Gustavo Crizel; CARDOSO, Joel Henrique; FERRER, Rogério Soares; RODRIGUES, Paulo Ricardo Faraco; RODRIGUES, Walter Fagundes. **Árvores da Serra dos Tapes**: Guia de Identificação com Informações Ecológicas, Econômicas e Culturais. Brasilia: Embrapa, 2013.

GOULART, José A. **Tropas e Tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GUERRA, I. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. **Sociologia** - Problemas e Práticas, n. 3, p. 59-74, 1993.

GUIMARÃES, Rafael Eisinger. **Pampa, substantivo feminino**: a reconfiguração da literatura gauchesca na narrativa de Silvina Ocampo. 198f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada), Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

GUTIERREZ, E. J. Sítio Charqueador Pelotense. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2006. pp. 231-256.

GRUBER, Tayná; CARVALHO, Alessandra Izabel de. Entre mio-mios e embiras: homens e animais no caminho das tropas. **Ateliê de História** UEPG, 4(1): 21-43, 2016.

GRÜTZMACHER, Douglas D.; GRÜTZMACHER, Anderson D.; AGOSTINETTO, Dirceu; LOECK, Alci E.; ROMAN, Rodrigo; PEIXOTO, Sandra C.; ZANELLA, Renato. Monitoramento de agrotóxicos em dois mananciais hídricos no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v.12, n.6, 2008, p.632–637.

HERÉDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HERRMANN, Miriel Bilhalva; RIETH, Flávia; BARBOSA, Luciene Mourige. Crochê Jacquard: etnografando uma referência cultural na cidade de Jaguarão-RS. **Anais da RAM**, Porto Alegre, 2019.

HOLBRAAD, M. Tres provocaciones ontológicas. **Ankulegi**: Gizarte Antropologia Aldizkaria / Revista de Antropología Social/Revue d'ethnologie 18, 2014, p. 127–39.

INGOLD, Tim. The Architect and the Bee: Reflections on the Work of Animals and Men. **Man, New Series**, Vol. 18, No. 1, p. 1-20, Mar., 1983.

_____. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Junho de 1995.

_____. **The perception of the enviroment**: essas on livelihood, dwelling and skill. London and New York: Routledge, 2000.

_____. Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descoberta-de-caminho e navegação. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 25 (1): 72-75, 2005.

_____. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, n. 1, v. 33, jan./abr. 2010, p. 6-25.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n.37, p. 25- 44, jan./jun. 2012a.

_____. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. IN: STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Maria Cristina de Moura. **Cultura, Percepção e Ambiente**: Diálogos com Tim Ingold. 2012b.

_____. **Estar Vivo**. Ensaios sobre Movimento, Conhecimento e Descrição. 2015. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2015a.

_____. **Líneas:** una breve historia. Barcelona: Gedisa Editorial, 2015b. 254 p.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC):** Manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

____. **Salvaguarda de bens registrados**: patrimônio cultural do Brasil: apoio e fomento. Coordenação e organização Rivia Ryker Bandeira de Alencar. –Brasilia: IPHAN, 2017.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KIRSKEY, S. Eben; HELMREICH, Stefan. The emergence of multispecies ethnography. **CULTURAL ANTHROPOLOGY**, Vol. 25, Issue 4, p. 545–576, 2010.

KOPENAWA, D; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSBY, Marília Floôr; SILVA, Liza Bilhalva da. INRC - Bagé: sobre atualizações da cultura gaúcha a partir do inventário do sistema da pecuária no sul do Rio Grande do Sul. **Revista Perspectivas Sociais**. Pelotas: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPel, ano 2, n. 1, p. 2-14, março/2013.

KOSBY, Marília Floôr. **ALMA-CAROÇO**: Peregrinações com cabras negras pelo extremo sul do Brasil. 173f. Tese (Doutorado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGAS/UFRGS, 2017.

KOSBY, Marília Floôr; LIMA, Daniel Vaz; RIETH, Flávia. Centauros de motocicleta: O cavalo como testemunha do "processo domesticatório" do gaúcho. **Horizontes antropológicos [online]**. 2017, vol.23, n.48, pp.197-223.

KRONE, Evander Eloi. **Da colônia ao sertão**. Um estudo antropológico sobre conflitos na construção da qualidade dos alimentos entre famílias rurais do Nordeste e do Rio Grande do Sul. 2018, tese (Doutorado em antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco.

LA CADENA, M. Política indígena: una análisis más allá de la Política. **Wan Journal**, [S.l.], n. 4, p. 139-171, 2008.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012, 399p.

LAVE, Jean. "Aprendizagem com/na prática". **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, no 21, n. 44, pag. 37 - 47, jul – dez 2105.

LEAL. Ondina Fachel. LEAL, O. F. **The Gauchos**: Male Culture and Identity in the Pampas. 1989. Dissertation (PhD in Anthropology) - Department of Anthropology, University of California, Berkeley CA, 1989.

_____. O Mito da Salamandra do Jarau: A Constituição do Sujeito Masculino na Cultura Gaúcha. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 8-12, 1992.

_____. Do etnografado ao etnografável: O “Sul” como área cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, n° 7, p. 201 – 2014, outubro de 1997.

_____. OS GAÚCHOS: Cultura e identidade masculina no Pampa. **Tessituras**, V.7, N.1, jan-jun 2019, p. 16-47.

LEJDERMAN, Fernando. Depressão e suicídio como consequência de pressões econômicas e sociais: a atualidade de Cyro Martins. **Jornal da Sociedade de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Ano XIV, Nº 63, dez/2007.

LEI Nº 4.977, DE 14 DE OUTUBRO DE 2003. **Institui o Roteiro das Charqueadas como referência cultural e dá outras providências**.

LEITE LOPES, Jose Sergio. **A tecelagem dos conflitos de classe na 'cidade das chaminés'**. São Paulo: Marco Zero; Brasilia: Ed. Universidade de Brasilia, 1988.

LEITE, Rogério Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, vol. 25 n° 72, 2010, p. 73 – 88.

LIMA, Daniel Vaz. “**Cada doma é um livro**”: A relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense. 2015, 146f, Dissertação (Mestrado em Antropologia), ICH, UFPel, Pelotas.

LIMA, D.V.; ARAUJO, J. M.G.; ALFONSO, L. P.; RIETH, F. Ao passo de humanos e cavalos: etnografia na localidade Passo dos Negros em Pelotas-RS. **Anais do XVIII Encontro de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, 2016.

LIMA, D. V; RIETH, F. Da mão que queima à mão que acaricia: notas etnográficas sobre os encontros corporais entre humanos e animais não humanos no trabalho artesanal da doma de cavalos. **Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia**, João Pessoa/PB, agosto de 2016.

LIMA, D. V; ALFONSO, L. P. RIETH, F. Os seres da/na cidade: experiência vivida no vilarejo Passo dos Negros, Pelotas/RS. **Anais da IV Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia (REACT)**, USP, 2017.

LIMA, D. V; BARRETO, V. "**O Rio Camaquã pede socorro!**": notas por uma Antropologia imersa na vida. IN: DURIGON, Jaqueline; FORNECK, Eduardo Dias; WALTER, Tatiana (organizadores). **Impactos dos projetos de mineração**: o que sabemos? o que queremos? para onde vamos? - Rio Grande: Ed. do autor, 2020.

LOSEKANN, Marlise Beatriz. **Saber e identidade dos agricultores familiares camponeses da "Costa do Bica" e "Paredão", Piratini, RS**. Universidade Federal de Santa Maria – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências (Dissertação de Mestrado). Santa Maria, 2011. 110p.

LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos**. Porto Alegre: Globo, 1976. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000121.pdf

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Portugal, São Paulo: Martin, s/d.

MADEIRA, Carlos Guilherme; LIMA, Daniel Vaz; LIMA, Carolini Vaz; OLIVEIRA, Patrícia da Cruz. Educação ambiental: a agroecologia como instrumento de efetivação do pensamento ecológico. **Anais do I Seminário Internacional de Educação do campo e I Seminário Regional da Região Sul do RS**: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012, Pelotas-RS.

MAESTRI, M. J. **O Escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: EST (Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes); Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

_____. O cativo, o gaúcho e o peão: Considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680 – 1964). In: . **O Negro e o Gaúcho**: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Passo fundo: Ed.Universidade de Passo Fundo, 2008, p. 169 – 271.

_____. **Breve História do Rio Grande do Sul**: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MAGALHÃES, Mario Osório. Sal e açúcar. **Revista do dia do patrimônio: Pelotas imaterial: Saberes, fazeres e ofícios**, 2018, p. 18 – 19.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MANIGLIER, Patrice. ¿Cuántos Planetas Tierra? El Giro Geológico en Antropología. **AVÁ**, 29, Diciembre 2016, p. 199-2016.

MANTEGAZZA, P. **Viajes por el Rio de la Plata y el Interior de la Confederación Argentina**. Buenos Aires: Coni Hermanos, 1916 [1867].

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: ____. **Sociologia e antropologia**. COSACNAIFY, 2003, p. 183 – 294.

_____. As técnicas do corpo. In: ____. **Sociologia e antropologia**. COSACNAIFY, 2003, p. 399 – 420.

MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, n. 24, p. 95-117, 1995.

MARKUS, G. **Marxismo e Antropologia**: o conceito de “essência humana” na filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, Cyro. Porteira Fechada. Porto Alegre, Movimento, 1993.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: _____. **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. EDITORA HUCITEC: São Paulo, 1996.

_____. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. São Paulo: Editora Paulus, 1997.

_____. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **ESTUDOS AVANÇADOS**, 15 (43), 2001, p. 31 – 36.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história da modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2013.

MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio Zamboni; BORBA, Marcos Flávio; SCHNEIDER, Sergio. Mercado de cadeias curtas na pecuária familiar: um processo de relocalização no território Alto Camaquã no sul do Rio Grande do Sul/Brasil. **Redes**, v. 21, nº 3, p. 137 - 158, set./dez. 2016.

MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado.1a ed. São Paulo: Portfolio‑Penguin, 2014.

MAZURANA, Juliana. **Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.

MEDRANO, Celeste; TOLA, Florencia. Cuando humanos y no-humanos componen el pasado. Ontohistoria en el Chaco. **AVÁ**, 29, Diciembre 2016, p. 99 – 129.

MELLO, M. M. **Reminiscências dos Quilombos**: territórios da memória em uma comunidade negra rural. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. 267p.

MIRANDA NETO. **A utopia possível**: missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767, e seu suporte econômico-ecológico . Brasília : FUNAG, 2012.

MOREIRA, Marilise de Oliveira. **Fechamento de mina-resgate histórico e levantamento do passivo ambiental da Mina do Butiá-Lavras do Sul**. 2015. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Tecnologia em Mineração, Universidade Federal do Pampa, Caçapava do Sul, 2015.

NESKE, M, Z. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural**: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul. 2009. 207f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. Mercantlização, heterogeneidade social e autonomia na produção familiar: uma análise da pecuária familiar do Sul do Rio Grande do sul. In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 15-40, 2016.

NEVES, Walter. **Antropologia ecológica**: um olhar materialista sobre as sociedades humanas. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

NUNES, Zeno Cardoso. NUNES, Rui Cardoso Nunes. **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed, 1996, 552f.

OCAMPO, Silvina. Azabache. In: ___. **Cuentos completos I**. Buenos Aires: Emecé Editores, primera edición, 1999, p. 14-150.

OLIVEIRA, Patricia Pazini de; ABONIZIO, Juliana. NA LINHA DE DESMONTAGEM – relação entre humanos e bovinos em um frigorífico. **Revista Tessituras**, v7, n1, jan-jun 2019, p. 178 – 200.

OSÓRIO, Andrea. A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. **TEORIA E SOCIEDADE,** nº 21.1 - janeiro-junho de 2013.

_____. Entre o real e o representado: um debate na história dos animais. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 3, n.1, p. 75 – 94, 2015.

OSÓRIO, Helen. Pastores, lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 15-40, 2016.

PAIM, Paulo Sérgio Gomes. Minas do Camaquã, RS - Marco da história da mineração de cobre no Brasil. In: Schobbenhaus,C.; Campos,D.A. ; Queiroz,E.T.; Winge,M.; Berbert-Born,M.L.C. (Edits.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 1. ed. Brasilia: DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2002, v.01: 501-510.

PAREDES PEÑAFIEL, Adriana Paola. **Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas**. Série PGDR - dissertação n° 56, Porto Alegre, 2006.

_____. **Desenhos, relações e desenvolvimento**: conflitos em torno da mineração na região andina de Cajamarca, Peru. 229f, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

PEIRANO, Mariza. A Alteridade em Contexto. In: **A Teoria Vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006, p. 53-67.

_____. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9ª Edição. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed. 2014.

PEREIRA, Fabíola M., RIETH, Flávia; KOSBY, Marília. Inventário Nacional de Referências Culturais - Pecuária, Bagé / RS (1ªfase)". **Anais da Reunião Brasileira de Antropologia,** GT 05, São Paulo, 2012.

PEREIRA, Luzimar Paulo. “Ofensa de cobra”: corpos, venenos e mundos em conflito. **Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**. v. 3 n. 3, 2017, p. 92 – 113.

PINHEIRO, P.S. **Saberes, plantas e caldas**: a rede sociotécnica de produção agrícola de base ecológica no sul do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Porto Alegre (RS), 2010.

_____. RODRIGUES, Guilherme Rodrigues de; MAGNI, Claudia Turra; ROBERTO, Simone Assis Alves. As ruínas do castelo: contra-narrativa quilombola sobre o patrimônio cultural de Pelotas, RS. **Ponto Urbe**, 22, 2018.

PORTO, Rafael Gastal; BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. Perfil socioprodutivo dos pecuaristas familiares em Bagé – Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, Paulo Dabdab et al. **Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016.

RAMOS, S. M. P. **Estrutura urbana histórica**: A importância dos primeiros caminhos e sua permanência na estrutura urbana de Pelotas, RS. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2013.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no Espaço Platino. In: **História Geral do Rio Grande do Sul**: Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 43 – 63.

RIETH, Flávia; KOSBY, Marilia; FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi; CERQUEIRA, Fábio Vergara; SILVA, Tiago Lemões da. Inventário Nacional de Referências Culturais – produção de doces tradicionais pelotenses. **Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro/BH, junho 2008.

RIETH, Flávia; KOSBY, Marilia; SILVA, Liza Bilhalva da; RODRIGUES, Marta Bonow; DOBKE, Pablo; LIMA, Daniel Vaz. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** Lidas Campeiras na Região de Bagé, RS (volume 1). 1. ed. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013. v. 1. 356p.

RIETH, Flávia; KOSBY, Marilia; SILVA, Tiago Lemões da. Linhagens da produção, disseminação e atualização do saber-doceiro: a tradição dos doces coloniais na zona rural de Pelotas. IN: MENASCHE, Renata (Org.). **Saberes e sabores da colônia**: alimentação e cultura como abordagem para o estudo rual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p 73 – 86.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz. BARRETO, Éric. “Lida Brabíssima”: a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária extensiva no pampa brasileiro. **Teoria e Cultura**, v. 11 n. 2, jul/dez. 2016.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz. BARRETO, Vagner; BORBA, Marcos Flávio Silva; BLANCO, Marcos Sánchez; GARCIA, Mateus Oliveira. **INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC)**: Lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã. 2017. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/files/2017/09/Projeto_INRC_Alto_Camaqua.pdf

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz; BARRETO, Vagner; HERRMANN, Miriel Bilhalva. “Aqui na lida é eu, a esposa e os cachorros”: trabalho familiar e saberes pecuários nos campos dobrados do Alto Camaquã. **Revista Tessituras**, v7, n1, jan-jun 2019, p. 48 – 68.

ROCHA, M. G. **Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS)**. Pelotas: UFPEL - Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio Cultural (Dissertação de Mestrado), 2014.

RODRIGUES, M. B. **“A vida é um jogo para quem tem ancas”**: uma arqueologia documental de mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Instituto de Ciências Humanas / Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, junho de 2015.

ROSA, E. J. **Paisagens Negras**: arqueologia da escravidão nas charqueadas de Pelotas (RS, Brasil). Pelotas: UFPEL – Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio Cultural (Dissertação de Mestrado), 2012.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. A horta agonizante: mercantilização da agricultura e transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Pensamento Plural**, Pelotas [05]: 151 - 169, julho/dezembro 2009.

SAINT-HILAIRE. Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto alegre: Martins Livreiro Editor, 1987.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

SANFELICI, D. **A produção do espaço como mercadoria**: novos eixos de valorização imobiliária em Porto Alegre/RS. 2009. 145f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2009.

SANT’ANNA, Márcia. Relatório Final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. In. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional. **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasilia, DF: IPHAN, 2012, p. 06-11.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Aprendizagem como gênese: Prática, skill e individuação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, no 21, n. 44, pag. 109 – 139, jul – dez 2105.

SEGATO. Rita Laura. **La critica de la colonialidad**: ocho ensayos y una antropología por demanda. Buenos Aires : Prometeo, 2013.

SELL, Jaciele Carine. **Estradas Paisagísticas**. Estratégias de preservação e conservação do patrimônio paisagístico do pampa Brasil - Uruguai. 2017. 322f. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Ciências Naturais e Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências. Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003.

SILVA, Adriana Fraga da. **Estratégias materiais e espacialidade**: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

SILVA, Liza Bilhalva Martins da. **Entre lidas**: Um estudo de masculinidades e trabalho campeiro na cidade. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Mestrado (PPGA). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2014.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2015, vol.35, n.70, pp.87-107.

SIMMEL, Georg. Gratidão: um experimento sociológico. Tradução: Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **RBSE**, 9(26): 785-804, Ago2010.

SMITH, Herbert H. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá**: Notas de um naturalista. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS (SENGE). **Projeto da Votorantim em Caçapava do Sul**: Senge defende mais engenharia e menos proselitismo na análise do projeto. Disponível em: //www.sengers.org.br/noticia/3195/projeto-da-votorantim-em-cacapava-do-sul-senge-defende-mais-engenharia-e-menos-proselitismo-na-analise-do-projeto. Acesso em: 10/10/2019.

SOARES, Mariana de Andrade. **Caminhos para Viver o Mbya Reko**: Estudo Antropológico do Contato Interétnico e de Políticas Públicas de Etnodesenvolvimento a partir de Pesquisa Etnográfica Junto a Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul. 319f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.

SORDI, C. **De carcaças e máquinas de quatro estômagos**: controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

____. **Presenças ferais**: invasão biológica, javalis asselvajados (Sus scrofa) e seus contextos no Brasil Meridional em perspectiva antropológica. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SPAOLONSE, Marcelo Barbosa. **De estudante de antropologia a antropólogo de Estado**: apontamentos sobre uma peculiar transição. Disponível em: http://www.antropologia.com.br/colu/colu50.htm, 2009.

STEENBOCK, Walter; VEZZANI, Fabiane Machado. **Agrofloresta**: aprendendo a produzir com a natureza. – Curitiba: Fabiane Machado Vezzani, 2013.

STEFANUTO, Míriam Rebeca Rodeguero. São eles que fazem isso comigo! O frigorífico Santa Margarida e as relações entre humanos e animais. **Revista Tessituras**, v7, n1, jan-jun 2019, p. 201 – 221.

SÜSSEKIND, Felipe. **O rastro da onça**: relações entre humanos e animais no pantanal. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

TEIXEIRA, Luana. **Lugares**. Dicionário do Patrimônio Cultural. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/30/lugares. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças e atitudes em relação as plantas e os animais, 1500 – 1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOBAR, Javier. Mundialización y mercantilización de la vida. IN: ____. VALENCIA, Olver Quijano / TOBAR, Javier (Compiladores). **Biopolítica y filosofías de vida**. Popayán Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2006, p. 85-110.

TONIOL, Rodrigo; STEIL, Carlos Albert. **Nos rastros da natureza**: a conversão ecológica a partir de uma política de estado. Curitiba: Appris, 2016.

TORREZAN, Renata. **Agroindústria familiar**: aspectos a serem considerados na sua implantação / autores, Renata Torrezan, Sônia Maria Ferreira Cascelli, Janaína Deane de Abreu Sá Diniz. – Brasília, DF : Embrapa, 2017.

TRAVITZKI, Rodrigo. Das rizocárpicas à dinâmica intercultural. **Rizomas**. Disponível em: http://www.rizomas.net/filosofia/rizoma/212-das-rizocarpicas-a-dinamica-intercultural.html. 2009. Acesso em: 06 de junho de 2019.

UESSLER, Cláudia de Oliveira. **Sítios arqueológicos de assentamentos fortificados ibero-americanos na região Platina Oriental**. 307f. Tese (Doutorado em História – concentração em arqueologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPel). Anglo: De frigorífico a principal campus. **Sobre os 45 anos**, 2014. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/45anos/anglo/. Acesso em: fevereiro de 2018.

VAN VELTHEM, Lucia Hussak. Farinha, casas de farinha e objetos familiares em Cruzeiro do Sul (Acre). **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, São Paulo, USP, 2007, v. 50 nº 2.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto alegre, RS: Medianiz, 2013.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

VERDUM, Roberto. Paisagem do Pampa: monotonia que se rompe no espaço e no tempo. In: ____. CHOMENKO, Luiza. **Nosso Pampa desconhecido** / Organizadores Luiza Chomenko, Glayson Ariel Bencke. Fotografias Adriano Becker - Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016.

VIRGILIO, Jeferson. **Antropólogo militante, pesquisador e/ou sujeito de estudo?** Revisão teórica sobre pesquisa e militância na antropologia contemporânea. 79f, Monografia (Bacharelado em Antropologia) CFH - UFSC, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. **MANA** 18(1): 151-171, 2012.

_____. La antropología perspectivista y el método de equivocación controlada. **ACENO**, 5 (10): 247-264, agosto a dezembro de 2018

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

WATSON, Gavan P. L.; WARKENTIN, Traci. Introduction: Animals, Place and Humans. **Animal Studies Journal**, 2(1), 2013, 1-7.

WILLIS, Alette. Bearing Witness: Re-storying the Self in Places that are Always More Than Human Made. **Animal Studies Journal**, 2(1), 2013, 8-27.

WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; FOLETO, Eliane Maria (Org.). **Olhares sobre o pampa [recurso eletrônico]**: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

WOORTMANN, Ellen; WOORTAMNN, Klass. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasilia: Editora da Universidade de Brasilia, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL
LE MANS UNIVERSITÉ
ÉCOLE DOCTORALE SOCIÉTÉS, TEMPS, TERRITOIRES

Proposta de tese de doutoramento em co-tutela

Discente: Andréia Nunes Sá Brito
Orientadores: Marco Antonio Verardi Fialho; François Laurent

Alterações da paisagem e do sistema social na pecuária de corte da Campanha Gaúcha

INTRODUÇÃO

O bioma Pampa havia sido negligenciado durante muito tempo como área de interesse ecológico, apesar de haver descrições escritas, catalogadas e pictóricas sobre suas paisagens, sobretudo para o século XIX, por viajantes como Auguste de Saint-Hilaire, Nicolau Dreys, Debret, e Robert Avé-Lallemant. Foi somente no início dos anos 2000 que uma série de estudos levantaram questões sobre biodiversidade, fauna, flora e sobre os manejadores dos ecossistemas campestres do sul do Brasil. Especialmente a partir do trabalho da Rede Campos Sulinos, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, que vem produzindo estudos sobre a biodiversidade desse bioma. Esse grupo de pesquisadores divulgou recentemente um panorama[1] atualizado das transformações das paisagens no bioma Pampa, dando destaque à supressão da vegetação nativa campestre. O levantamento menciona uma perda acelerada de campos nativos atualmente, chegando ao número de 344 ha perdidos por dia. Assim como vislumbra o futuro dos campos como dependente da atividade pecuária, e que a combinação entre conservação e produção econômica pode representar um potencial para a região.

Nesse sentido, pode-se dizer que a supressão da cobertura campestre nativa, para além de um evento ecológico, é um fenômeno com amplo espectro de fatores e de consequências. Ademais da perda de biodiversidade e serviços ecossistêmicos prestados por esses ambientes, as mudanças estão correlacionadas com o que se concebe historicamente como paisagem pampeana, suas características ambientais. Assim como é para as atividades produtivas, as quais estavam essencialmente atreladas ao campo nativo, concebido como pastagem natural e principal recurso da pecuária que ali se desenvolveu desde o século XVII. Por sua vez, a estrutura social e sobretudo os processos e saberes relacionados à pecuária feita com base nessas pastagens naturais se alteram para atender aos novos cenários, modificando os agentes, os conhecimentos e redes relacionais necessárias para o seu desenvolvimento.

[1] Disponível em https://cdn.brasildefato.com.br/documents/1eb7235001c9d7db8bf584fc788f360f.pdf Acesso em nov/2020

A partir de estudos prévios na temática das dinâmicas sociais do pampa (Sá Brito, 2010), foi possível observar que a maior parte dos estabelecimentos e da população rural está concentrada em núcleos populacionais internos às localidades, denominados regionalmente como "Rincões". Ali é onde se encontram também os recursos humanos envolvidos com a produção agrícola e na pecuária dessas regiões, seja compondo a mão de obra familiar em suas pequenas propriedades, seja como mão de obra assalariada de forma permanente e sazonal na agricultura e, principalmente, na pecuária das grandes propriedades (denominadas regionalmente como "estâncias"). Constituindo-se historicamente uma relação intrínseca e interdependente dos serviços e produtos entre "rincão" e "estância", muito característica da produção pecuária do Pampa gaúcho.

Diversos trabalhos (Borba, 2016; Borba e Trindade, 2009; Nicola e Charão, 2016; Ribeiro e Quadros, 2015) têm apontado a potencialidade desses atores sociais que manejam diretamente os Campos Sulinos[2], para a promoção da sustentabilidade nestes ambientes. Outros autores elucidaram, especialmente nessa última década, a importância do campo e sua gente. Desde a origem dos campos sulinos, pelo conhecimento da composição vegetal milenar desses ambientes estudados por Behling et al (2009) para demonstrar que os campos altamente diversos são naturais e tem reduzido por meio da expansão da Floresta com Araucária, sobretudo durante os últimos 1100 anos, a qual foi contida essencialmente devido à interferência humana com uso do pastoreio e do fogo. Passando pelo estudo da sua composição atual e biodiversidade por Overbeck (2015), apontando a existência de mais de 3.000 plantas superiores, sendo que somente no Rio Grande do Sul são conhecidas mais de 2.600 espécies dos campos, pertencentes a 89 famílias. E ainda seria possível mencionar estudos específicos da biodiversidade de artrópodos, anfíbios, répteis, aves e mamíferos desses ambientes, compilados conjuntamente nessa importante publicação organizada pela Rede Campos Sulinos (Pillar & Lange, 2015). Que também contempla dados sobre o manejo atual e possível para o futuro da sua conservação (Quadros et al, 2015).

Apesar dessa recente atenção ao universo social e produtivo dos campos sulinos, o bioma Pampa perde paulatinamente sua área de cobertura natural, conforme mencionado anteriormente, assim como sua população rural, antes mesmo de conhecermos profundamente suas características e potencialidades. Ainda podem ser identificadas lacunas de estudo, sobretudo em abordagens que unifiquem a perspectiva ecológica à sociocultural e essa à perspectiva produtiva. Em geral os estudos estão dissociados, mesmo dentro de suas respectivas áreas, como é o caso da sociologia rural, onde poderemos encontrar estudos das elites agrárias e estudos da agricultura e pecuária familiar do RS, porém dificilmente propostas integrativas de compreensão das dinâmicas sociais que envolvem as duas categorias, como é o caso da supracitada relação entre "rincão" e "estância" na Campanha gaúcha. Bem como nota-se uma homogeneidade na descrição dos processos sociais, ecológicos e produtivos, para os quais o presente estudo pretende contribuir com questionamentos e análise interdisciplinar.

A presente proposta de pesquisa propõe-se a atuar nessa intersecção entre aspectos

[2] Ecossistemas campestres do RS e SC inseridos nos biomas Pampa e Mata Atlântica.

ambientais, culturais e econômicos, para interpretar o fenômeno da supressão da cobertura natural campestre do bioma na contemporaneidade. De modo a estudar a evolução dos cenários e atores do ambiente rural com função agrícola numa região típica do Pampa, como é o caso da Campanha gaúcha. Tratar-se-á de pesquisa explicativa de abordagem quali-quantitativa e fenomenológica, operacionalizada pela análise sistêmica. Para tanto, se utilizará do suporte teórico-metodológico dos sistemas agrários, da história ambiental, da ecologia de paisagens, da antropologia e da geografia cultural, de maneira a responder à seguinte questão norteadora: De que maneira o sistema social/cultural e as paisagens campestres do bioma Pampa se modificaram com a evolução das dinâmicas produtivas ali presentes nas últimas 3 décadas?

Desenvolveram-se 3 hipóteses em relação ao questionamento central: a) o sistema agrário de campo, ou a dita pecuária tradicional, vive um período de declínio e gradativa substituição por outra forma de ocupação agrícola; b) as transformações das formas de ocupação do pampa são heterogêneas e multifatoriais no tempo e no espaço regional; c) nesses novos cenários os agentes e os conhecimentos ditos "campeiros" perdem o seu sentido produtivo. E, para testá-las, a coleta e o tratamento de dados se dará por meio de: revisão bibliográfica, de forma a aprofundar teórica e metodologicamente, retroalimentar e embasar a discussão de resultados; entrevistas semi-estruturadas e observação participante, de forma a produzir dados quali e quantitativos; mapeamento e geoprocessamento, de forma a espacializar o sistema paisagem.

De maneira a apresentar essa proposta de pesquisa com detalhamento e os resultados parciais obtidos no seu decorrer até o presente momento, este documento está organizado a seguir em 7 seções. Nas primeiras 3 estão apresentadas os eixos temáticos que organizam a pesquisa, cada um com uma pequena revisão sobre o tema e a abordagem teórica pela qual será aprofundado no desenvolvimento da tese. Na sequência é apresentada a organização da pesquisa, partindo da questão central para as hipóteses e objetivos, posteriormente a metodologia a ser adotada visando atingi-los. Ao final, são apresentados os resultados preliminares que desencadearão as próximas fases do trabalho.

1. Sistemas Agrários do Pampa

Duas grandes dinâmicas agrárias caracterizaram historicamente a ocupação humana do mais meridional dos estados brasileiros, o Rio Grande do Sul: uma correlacionada com os seus ecossistemas florestais, mais ao norte; outra com os seus ecossistemas campestres, mais ao sul. Essa conformação ecológica de campos ao sul do RS foi denominada, dentro da subdivisão biogeográfica do Brasil[3], como bioma Pampa.

Nos estudos dos sistemas agrários do RS conduzidos por Silva Neto (2006) e Miguel (2015) a região dos campos naturais foi descrita como abrigando, no período pré-colonial, um sistema agrário indígena, baseado principalmente no extrativismo e na caça da fauna silvestre. Poucas informações se têm sobre características desses grupos sociais

[3] Mapa de Biomas do Brasil (IBGE, 2006)

semi-nômades, algo apenas sobre técnicas e ferramentas de trabalho, como é o caso do uso de boleadeiras[4] para a caça do nhandu (*Rhea americana*). Após a introdução do gado bovino por intermédio das Missões jesuíticas, os ciclos que se seguiram tem relação estreita com a colonização européia (portugueses e espanhóis que disputavam a fronteira) baseada sobre a exploração dos rebanhos, conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro: ciclos economicos do sistema agrario de campo

Sistema agrário predominante	**Indígena 4000 a.p. -1626**	**Missões e Vacarias 1626-1756**	**Tropeadas 1756-1850**	**Estâncias 1850 - 1930**	**Modernização da pecuária e diversificação produtiva 1930 - 1990**	**Contemporaneo 1990-2020**
Caracteristicas	Diversidade étnica dentro da Nação pampeana (Gês, Guenoas, Minuanos, Charruas, Yaros), caçadores/coletores e Tupis Guaranis, agricultores/coletores	Investidas dos bandeirantes, fuga de padres e indígenas para a banda oriental do rio Uruguai em 1637. Formação das vacarias (reservas de gado selvagem) pelo gado deixado nas Missões. Retorno dos padres ao território do RS em 1682 para o segundo ciclo das Missões Jesuíticas. Prea do gado chucro para comercialização de couro e sebo	Distribuição de sesmarias pela frente portuguesa do litoral em direção ao oeste. Abertura de caminhos entre RS e SP. Bandeirantes buscavam gado para tropear e indígenas para escravizar. Fim das Reduções Jesuíticas	Estabelecimentos para demarcação da fronteira. Estancieiros-militares. Revoluções regionais. Consolidaçã o das estâncias. Charqueadas Policultivo nas áreas de agricultura camponesa	Entrada de novas raças, mudanças no manejo, cercamento das propriedades. Frigoríficos. Estradas férreas. Diversificaçã o produtiva (arroz, frutíferas) Cooperativas agrícolas.	Assentamentos de reforma agrária, ampliação da cadeia do leite, vitivinicultura. silvicultura, e sojicultura. Baixa competitividade da cadeia produtiva da carne. Avanço do arrendamento e importância de agentes externos.
Decadência	Primeira tentativa de formação das reduções jesuíticas, por padres da Companhia de Jesus. Entrada do gado no território do RS	Diminuição do rebanho disponível pelo aumento da procura Guerra Guaranítica, final do segundo e último ciclo missioneiro.	Disputas territoriais entre Portugal e Espanha Promulgação da Lei de Terras	Sucessivas revoltas e preço menos atrativo para o charque gaúcho. Substituição da mão de obra escrava.	Pecuária menos atrativa que outras atividades. Arrendamento. Agentes externos	Manutenção da estrutura fundiária. Conversão de grandes áreas nativas em silvicultura e principalmente lavouras de grãos, pecuária estacional

Uma peculiaridade da exploração pecuária nos campos é a forma pela qual inicia e que influenciará toda a sua organização subsequente, pois esteve baseada na caça (como em um sistema extrativista) do gado xucro[5] que se reproduziu livremente nas reservas denominadas vacarias. Assim como pela frente colonizadora, que associa o domínio do território às

[4] Instrumento de caça constituído de duas ou três pedras roliças unidas por tiras de couro que são lançadas em giro com o objetivo de prender as patas do animal e fazê-lo tombar.
[5] não domesticado, asselvajado;

estâncias, que são doadas principalmente em troca de serviços militares nas campanhas de disputa inicial entre portugueses e espanhóis e após, quando servem de bases para os conflitos entre diferentes grupos políticos brasileiros. Ou seja, a função primordial dessa estrutura não era produtiva, mas sim, política. E as formas de posse da terra estavam correlacionadas com esses agentes externos ao território, preterindo os habitantes locais, em geral empobrecidos e já desvinculados de grupos étnicos ou sociais coesos. O ciclo que está denominado no quadro acima como das "estâncias" é o que mais fortemente caracteriza e consolida essa forma de produção, como um ápice do sistema Concordando com os apontamentos de Farinatti (2007) sobre as estratégias de grupos sociais ligados à pecuária desse período.

A pecuária presente na Campanha gaúcha ainda guarda traços desse histórico, principalmente nas estruturas e manejos mais tradicionais de criação do gado bovino, ovino e dos animais de serviço como cavalos e cachorros. Contudo, os processos de modernização produtiva com encurtamento dos ciclos, especialização de raças, uso de fármacos, exigências do setor industrial e inclusive as mudanças na legislação e relações trabalhistas, alteraram enormemente a forma de se fazer pecuária e, por conseguinte, os seus atores.

Atualmente, principalmente tendo em conta o avanço da lavoura de soja sobre as áreas de campo nativo, feita geralmente por agentes externos ao território, colocam-se questões quanto ao momento atual enquanto uma drástica transição nos sistemas agrários locais. As dinâmicas produtivas presentes no pampa são muito diversas, contando com atividades de fruticultura, olericultura, bacia leiteira, arroz irrigado mas, sobretudo, pelo avanço da lavoura de soja sobre áreas campestres.

As discussões sobre a substituição do campo nativo por outros cultivos e percepção dessa dinâmica como destruição de um bioma ainda pouco conhecido, assim como a deterioração do patrimônio natural e cultural do pampa ficou expressa em diversas linguagens a partir dos anos 2000. Publicações como os compilados de estudos ecológicos e produtivos denominados Campos do Sul[6] e Campos Sulinos[7] assim como o crescente número de publicações da área da ecologia e manejo conservacionista denotam a importância do bioma e evidenciaram uma preocupação da sociedade com a sua conservação.

É possível observar também em outras linguagens, como nas charges de 2008 e 2019, respectivamente dos cartunistas Santiago e Iotti, que a percepção da ameaça ao bioma (representada pelo desespero de sua fauna silvestre) foi diretamente relacionada com o avanço de outros cultivos sobre as áreas nativas. E que acompanha justamente as duas fortes ondas de avanço desses cultivos sobre as áreas de campo: a investida das empresas de celulose com os cultivos de eucalipto, bastante conflituosa nos contextos político e também local, resultando no seu recuo; e o avanço da cultura da soja por agentes individuais e pequenos grupos empresariais familiares, que se consolida atualmente.

---

[6] Disponível em : https://www.ufrgs.br/levcamp/index.php/noticias/87-livro-os-campos-do- Acesso em dez/2019.

[7] Disponível em: http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Livros/CamposSulinos.pdf. Acesso em: dez/2019.

Imagem: Charge do cartunista Santiago, de 2008.

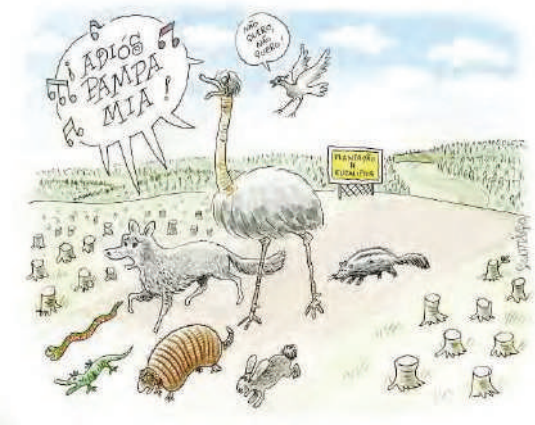


Imagem: Charge do cartunista Iotti, de 2019.



A paisagem aberta dos campos pode ser considerada também como um bem uma riqueza em si[8], que demonstra seu valor pela beleza cênica, mas também pela memória coletiva e presença nas histórias e vida de sua população. Como em alguma medida fica demonstrado no exemplo supracitado das charges. Nesse sentido, a conversão acelerada de grandes extensões de áreas campestres nativas em lavouras significa, para além da modificação das formas produtivas e da perda de biodiversidade pela artificialização do meio, a perda de um patrimônio histórico, natural e cultural.

A pecuária cumpre com um outro papel na abertura de fronteiras agrícolas, sobretudo na Amazônia, a expansão da pecuária nesses ambientes é tão acelerada que tem sido definida como "pecuarização" (Wood et al., 2015).

1.1. Conceitos e autores de referência

A discussão das modificações produtivas expressas no território terá lugar na presente proposta de estudo a partir do conceito de Sistema Agrário, pois aborda as características da ocupação do território sob a perspectiva de sua função agrícola. Esse conceito foi bastante difundido pelas Ciências Agrárias no Brasil nas décadas de 1990 e 2000 e herda da teoria geral dos sistemas (Bertalanffy, 1977) a sua noção básica de organização dos elementos. Avançando com a aplicação à trajetória agrícola de organização das mais diversas regiões do mundo conformando o que Mazoyer e Roudart (2010) denominaram de Teoria dos Sistemas Agrários.

Na Geografia, a teoria dos Sistemas foi abraçada e aparece sobretudo nos estudos que utilizam o geossistema (Sotchava, 1977) e a paisagem (Deffonteines,) enquanto categorias de análise, sobretudo pelo olhar da biogeografia. Por isso são de utilidade para a análise dessa relação os apontamentos de autores pioneiros como Humboldt e Ritter, mas também passando por Paul Claval (1995, 2002a e 2002b) e Jean-Marc Besse, de modo a apreender possibilidades de abertura à compreensão sistêmica do espaço social.

[8] Inclusive catalogado em trabalhos como o "Atlas das belezas cênicas das paisagens do pampa : olhar, ler, refletir e compreender para valorizar a paisagem - Região Cuesta do Haedo" . Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180921 Acesso em jan/2020.

De forma geral, cabe resgatar que analisar um território a partir de uma abordagem sistêmica o coloca na posição de produtor de resultados a partir de determinados processos particulares (com entradas e saídas de seu ambiente interno). E, enfocando-se a sua função produtiva, será necessário estabelecer limiares (Christofoletti,) do sistema estudado, o que poderá ter um apoio importante nos atributos físicos do espaço geográfico em questão. Sobretudo ao se pensar a importância de cada um dos aspectos - edafoclimáticos, tecnológicos, sociais, culturais e econômicos - e o papel que desempenham hierarquicamente ao longo da trajetória histórica do sistema em questão. (Mazoyer & Roudart, 2010)

Um sistema agrário pode ser definido resumidamente como a forma de organização da agricultura num local e em uma época, determinado por processos agroecológicos, socioeconômicos e culturais específicos, que podem conformar subsistemas. Cuja estrutura pode ser quantificada e mensurada e o funcionamento pode ser descrito, qualificado.

No Rio Grande do Sul, Miguel (2009) relata que o conceito é difundido principalmente a partir do final dos anos 1990, em projetos de pesquisa e extensão na Universidade Regional do Noroeste do estado do RS - UNIJUÍ; na Universidade do Estado do Rio Grande do Sul – UERGS (Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Administração); na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural); na EMATER-RS (Diagnósticos Rurais Participativos); e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Segundo Neto *et al (*1997) estão referenciados nos estudos da Academia Francesa de Agricultura Comparada e do pesquisador Marcel Mazoyer, que no entanto já aprofundava discussões iniciadas com Deffontaines e Brossier. Mas seu uso enquanto metodologia de estudo dos processos de desenvolvimento agrícola se populariza com a difusão da Análise-Diagnóstico dos Sistemas Agrários- ADSA, sobretudo após a publicação do Guia Metodológico INCRA/ FAO[9] que visava a análise de Assentamentos da Reforma Agrária.

Esses autores supracitados serão utilizados como ponto de partida para as discussões aqui impetradas, avançando para os debates teóricos mais atuais e seus possíveis questionamentos diante da dinâmica em análise. E, de forma a compor uma discussão válida para os questionamentos que daqui decorrem, o sistema agrário será considerado como um mediador entre as paisagens rurais a serem estudadas e os sistemas sociais a estas associados, destacando assim um dos meios pelos quais estes elementos interagem.

2. Pampa, modificação não homogênea

Apesar da impressão de homogeneidade dada pela descrição do bioma como caracterizado por planícies e extensas pradarias, há uma diversidade natural de fitofisionomias no Pampa[10]. Aquelas que têm menor influência de espécies lenhosas e do

[9] Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/reforma_agraria/guia_metodologico.pdf Acesso em dez/2019.

[10] OVERBECK, Gerhard Ernst; BOLDRINI, Ilsi Iob; DO CARMO, Marta Regina Barrotto; GARCIA, Élen Nunes; MORO, Rosemeri Segecin; PINTO, Cassiano Eduardo; TREVISAN, Rafael & ZANIN, Ana. **FISIONOMIA DOS CAMPOS**. In: Os Campos do Sul. PILLAR, Valério De Patta & LANGE, Omara. Porto Alegre:Rede Campos Sulinos-UFRGS, 2015.p 31 a 44.

componente florestal, as estritamente correlacionadas com fisionomias campestres, estão situadas na região sudoeste do estado do Rio Grande do Sul. Essa região é também conhecida como Campanha gaúcha. Em 1967 o geógrafo francês Raymond Pébayle escreveu a obra "A vida rural na campanha riograndense"[11], relacionando paisagem e dinâmicas agrárias dessa região e definiu a área pelos seguintes limites naturais: "Ao norte, a Campanha finda no vale do Ibicuí, a Nordeste, o campo fino jamais ultrapassa o divisor de águas entre os rios Santa Maria, Cacequi e Vacacaí, para o leste, enfim, a curva de nível dos 300 m marca nitidamente a transição com os terras do Sudeste". Seja pelo enquadramento fitogeográfico ou econômico, nas sucessivas regionalizações que se seguiram a esta publicação, muitas vezes a distinguindo da região fronteira oeste, a Campanha é uma porção do pampa que o exemplifica tipicamente em seus ecossistemas campestres e na trajetória histórica ligada à pecuária de corte extensiva manejada pelos campeiros.

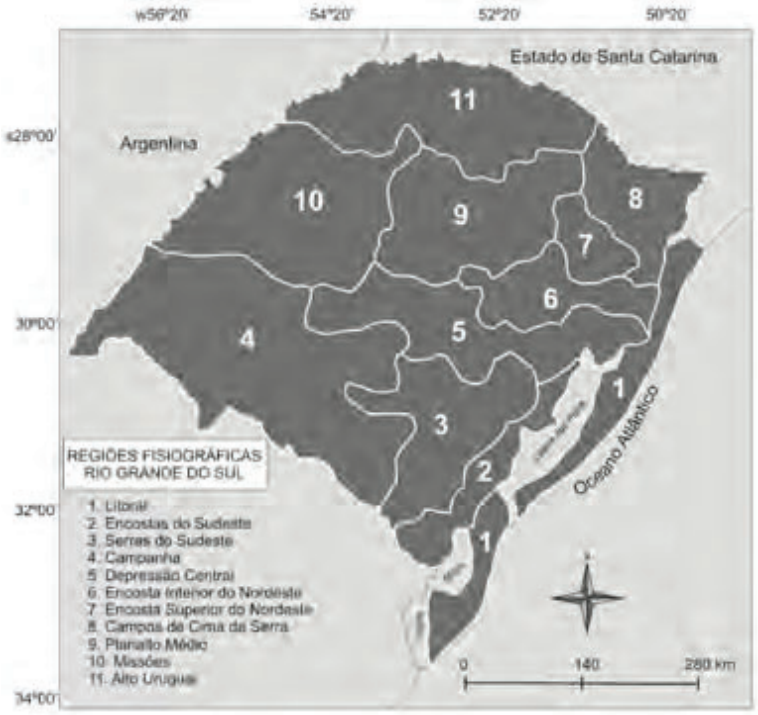


Figura 1: Regiões fisiográficas do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.
Fonte: Secretaria do Meio Ambiente SEMA/RS.

Depois dos anos 2010 a trajetória da ocupação o pampa tem mudanças determinantes, tendo em vista que ele deixa de ter uma ocupação predominante de vegetação nativa e cede lugar para a hegemonia da lavoura de grãos. Contudo, essa dinâmica de ocupação e avanço da lavoura de grãos não é homogênea nem no tempo e nem no espaço pampeano, mesmo enfocando-se especificamente a região da Campanha.

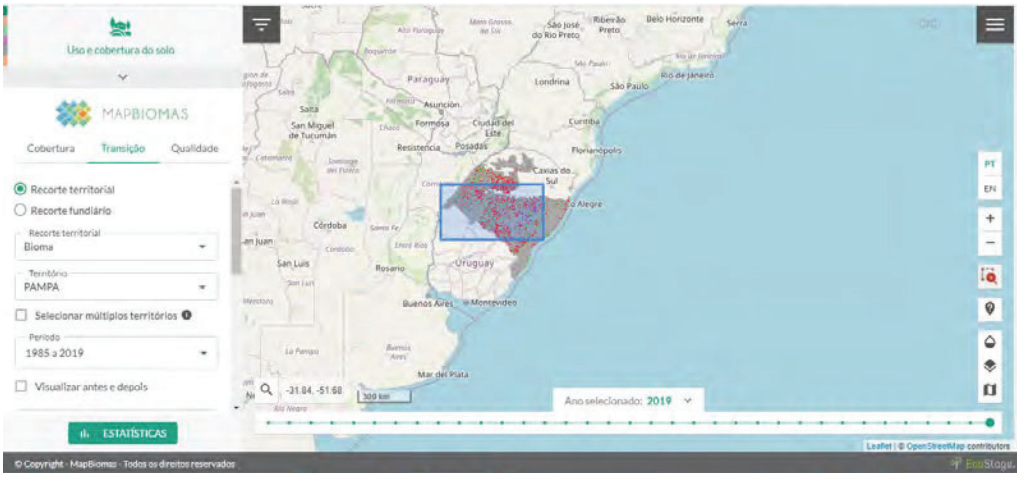
A expansão do cultivo de arroz nas várzeas dos rios, intensificada sobretudo nos anos 1950/60, foi o primeiro *front* de conversão das áreas de vegetação nativa e de aquisição de terras usadas para a pecuária por agentes externos (acesso à terra facilitado pela lógica inicial do arrendamento). Contudo, essa ocupação foi bastante específica, pois os sistema de arroz

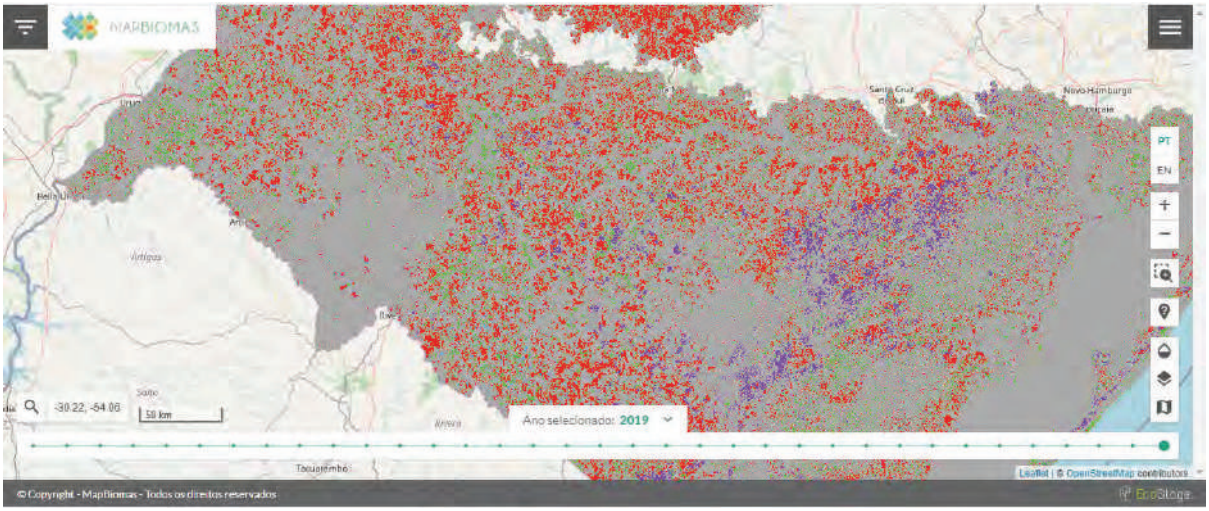
[11] Disponível em https://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3277/3349 Acesso em dez/2019.

irrigado necessita usar os solos de zonas baixas com aptidão para retenção de água (como os planossolos hidromórficos e gleissolos). As áreas de várzea ou de banhado ao longo do curso dos rios onde ocorrem esses solos foram utilizadas sem grandes prejuízos quantitativos à pecuária. Muitas vezes, inclusive, fornecendo subsídio para essa atividade por intermédio da renda da terra, assim como pela disponibilização periódica de áreas de pastagem cultivada e disponibilidade hídrica pela construção de barragens. Apesar do efeito sobre a biodiversidade de fauna e flora local, bem como no uso e manejo do campo para a pecuária, provocado pela severa alteração do ecossistema de banhado, não houve naquela época grandes críticas ou impedimentos, e tampouco demanda por estudos de impacto ambiental a órgãos competentes.

Para o caso da ocupação do solo pela lavoura de soja, em franca expansão no presente, existe uma lógica diferente, pois esta utiliza as áreas de coxilha, áreas mais altas, de boa drenagem e com determinadas características de solo que favoreçam o seu estabelecimento e manutenção.

Nas imagens abaixo, extraídas da plataforma Mapbiomas, cujo destaque foi dado à região da Campanha gaúcha (segunda imagem, com zoom aplicado), podemos observar as diferenças no território para as transições do uso da terra entre os anos de 1985 e 2019.





As áreas demarcadas em cinza no mapa representam a ocupação que não sofreu alteração ao longo dos anos analisados, já as áreas de coloração vermelha representam a transição para ocupação por atividade agrícola (lavouras permanentes e temporárias), as áreas na coloração verde limão representam transição de lavoura para área florestal ou campestre e as áreas em lilás representam a transição para a silvicultura. Ou seja, houve uma grande mudança, que teve uma dinâmica aparentemente espacializada (predominância da cor vermelha) e em contrapondo a conservação da forma de ocupação pela vegetação natural concentrada em certos territórios nos últimos 30 anos (áreas onde está completamente cinza).

Ocorre que nessa transição a mesma área antes dedicada exclusivamente à pecuária, cede lugar de forma estacional à lavoura. Em alguns casos, ficando disponível também de forma estacional com pastagens cultivadas para os animais, configurando uma outra forma de criação. O que modifica bastante a dinâmica local de produção e organização social para a produção.

Ao longo das últimas décadas, a soja surge como uma oportunidade bastante generalizada em alternativa aos outros sistemas de produção no RS e mesmo no Brasil. Na região do pampa, a confluência entre atratividade do preço da soja, preço relativamente baixo das terras, desvalorização da carne, aumento do seu custo de produção e diminuição da disponibilidade da mão de obra para a pecuária tradicional, abriram caminho para essa nova dinâmica.

O trabalho de Oliveira et al. (2017) demonstrou a partir dos dados censitários agropecuários dos anos de 1975, 1985, 1995/1996 e 2006 para os municípios do bioma pampa, que os rebanhos bovinos se mantiveram estáveis no RS, mesmo com a diminuição de área destinada para a atividade. Contudo, a grande diferença se dá pela mudança no uso e cobertura do solo, a qual teve o aumento expressivo das áreas de soja e eucalipto substituindo as áreas de pastagens naturais, as quais predominavam nas paisagens até 2005 e provocando, entre outros efeitos, a perda de biodiversidade. Nessa mesma linha seguem as conclusões de Mengue et al. (2020) utilizando também dados satelitários, pelos quais também foi possível correlacionar fatores de maior influência, tais quais a topografia e a tendência de supressão da vegetação natural próximo a àreas já modificadas anteriormente, assim como características socioeconômicas das municipalidades.

De outra parte, ao analisar uma década de modificações da ocupação do solo na bacia hidrográfica do Rio Ibicuí, Corbonnois et al. (2014) perceberam uma lógica ambiental para o avanço de culturas agrícolas. Tanto das já consolidadas, como o arroz ou o milho, quanto as que apresentavam destaque no avanço da ocupação de área, como a soja. Os dados demonstraram uma grande correlação entre os fatores naturais, ou seja, a aptidão dos solos, e a dinâmica de mudanças na paisagem.

Dentro desse mesmo território de modificações, a pesquisa de Moreira (2019) apreendeu as percepções dos pecuaristas em relação ao avanço da soja no município de Dom Pedrito, que representa uma municipalidade com intensa modificação territorial nas últimas duas décadas. O avanço da soja é marcadamente um fator de modificação da dinâmica econômica e paisagística local e este trabalho demonstra que o fator da rentabilidade é positivado para a a escolha pelo plantio da soja, enquanto que a manutenção dos campos

naturais e do saber fazer aliadas ao menor risco da pecuária são os que influenciam a decisão por esta atividade pelos produtores.

Contanto, avanço da soja tem uma via preferencial, assim como pode-se dizer que a permanência da pecuária como atividade principal é espacializada. Nos mapas acima destacados, fica visível, por exemplo, o avanço dos cultivos sobre as áreas do entorno do Rio Santa Maria, enquanto que no território vizinho, que circunda o Rio Ibirapuitã, ainda predomina a vegetação nativa e, que se sabe, ainda é caracterizado basicamente pela produção pecuária. Mas, somente de posse da informação temporal e localizada e da ocupação do solo é possível perceber a diferença nessas frentes preferenciais de ocupação. Sendo que formações adicionais de outras características do ambiente e da ocupação humana ali impetrada, poderiam qualificar o entendimento e análise dessas diferenças.

2.1. Conceitos e autores de referência

Tendo em vista a interação desses elementos de natureza ambiental e as dinâmicas sociais que interagem com estes, produzindo novos cenários e consolidando outros, escolheu-se trabalhar sob o arcabouço da noção de paisagem. A paisagem enquanto síntese entre meio ambiente e atividade humana, um resultado visível dessa interação entre os dois. Assim como uma escala de análise (entre o estabelecimento e a região), que permite entender diferentemente tais relações que a constituem por meio da imagem e da percepção. Cujos aspectos têm maior relação com o ambiente vivenciado, ademais de sua função produtiva.

Este conceito polissêmico tem seu histórico de surgimento nas artes, apropriado pela arquitetura e depois pela geografia, já como ciência. Guarda na sua noção uma divisão (ou até poderia ser denominada como disputa) entre natureza (ciências naturais) e cultura (antropologia). Pierre Donadieu (2007) afirma que, em assumirmos a existência de uma pós-modernidade, os processos de hibridização em curso, não haveria razão para separar a paisagem cultural da paisagem natural, pois qualquer espaço percebido se torna paisagem.

Ocorre que a força das narrativas da Modernidade ainda é muito presente nas ciências enquanto forma de produção do conhecimento e nas outras formas presentes no cotidiano das sociedades. Para este mesmo autor, “essa distinção do sujeito e do objeto do homem, de Deus e da natureza fundou após a Idade Média a época dita moderna”[12] (Donnadieu e Perigord, 2007, p. 76) Por isso a grande tendência e presença dessas divisões na formulação e utilização dos conceitos, tal qual o de paisagem. Contudo, a divisão entre os estudos sociais e os estudos naturais reduz o poder explicativo da realidade, das grandes questões da atualidade. Contanto, os dois caminhos são possíveis: o dualista, do estudo da sociedade como a força de transformação da paisagem, e por isso externa a esta; ou o totalitário, que engloba a sociedade como elemento que forma e compõe a paisagem.

A paisagem também pode ser tomada como uma escala de análise, como o nível regional (logo acima da escala do ecossistema) e assim pode servir como representação do espaço geográfico a ser estudado. (Silveira, 2007). Para este mesmo autor é possível etnografar a paisagem num viés sócio-ecológico, por meio do estudo das relações. Podemos

[12] Tradução livre da autora.

considerar aqui que esta talvez seria uma maneira de romper com a dicotomia entre natureza e cultura, sociedade e ambiente, ecologia e ciências sociais, que dificulta o estudo das populações rurais no manejo e interação com seu lugar de vida.

Portanto, a abordagem da paisagem que parece adequar-se melhor aos objetivos deste estudo é a de cenário, plasmado entre causas e consequências da ocupação humana desse lugar/território ao longo do tempo. No qual a discussão entre natureza e cultura será preponderante para entender a dialética presente no meio vivido e que o conforma, mas também pelas nuances dos estudos acadêmicos que se embrenham nessa discussão com o interesse de produzir conhecimento sobre esse território.

Uma abordagem temporal também será utilizada para referenciar o tema, tendo em vista que os estudos das paisagens do RS acompanham a trajetória desse mesmo conceito na ciência. E será importante apreender as contribuições que iniciam com os relatos de viagem sem especificidade disciplinar do botânico francês Auguste Saint Hilaire, que acabam por configurar-se também como documento histórico. No mesmo sentido, os estudos do médico e explorador alemão Robert Avé-Lallemant. Assim como os contemporâneos Raymond Pébayle, com estudos das atividades produtivas do RS no final dos anos 1960 e início dos anos 70. Passando pelos debates mais teóricos de base de Pierre Donadieu aos atuais de Augustin Berque. Contribuições de Clifford Geertz para a paisagem como texto (metáfora) e Tim Ingold para sua representação. Os brasileiros Milton Santos para a caracterização da abordagem fenomenológica e o resgate da importância do lugar, bem como as perspectivas conservacionistas de Aziz Ab'Saber, Dirce Suertegaray e Jean Paul Metzger. De outra parte, recorrer também para autores como Gabriel Rougerie para a biogeografia e aspectos físicos considerados.

E, especificamente para os estudos mais atuais das dinâmicas paisagísticas no pampa, Laurindo Guasselli, Roberto Verdum e José Pedro Pereira Trindade para as alterações paisagísticas do campo nativo.

3. Perda dos saberes e do espaço social dos campeiros

O sistema social historicamente correlacionado com a pecuária conforma uma rede estabelecimentos rurais, tendo sua centralidade na estância (grande propriedade), que tinha domínio do poder político e predomínio na área ocupada no território. Mas que esteve intrínsecamente correlacionada com os rincões, que são localidades de maior concentração populacional, o lugar por excelência da agricultura familiar pampeana. Entre rincão e estância se estabeleciam relações de troca de serviços e produtos, assim como de compadrio.

A mão de obra permanente e temporária das estâncias provinha essencialmente dessas localidades. Essa gente, vivente e conhecedora do lugar, desenvolveu então uma pecuária com base no pastoreio e parte do manejo dos animais a campo em meio à vegetação e fauna nativas, tendo para isso que compreendê-las. Um processo que ocorre ao longo do tempo e do contato com o lugar, pela "educação da atenção", conforme descreveu Álvarez (2013) para as "recorridas" (designado na Campanha gaúcha como "campereada") na região pecuarista do norte uruguaio

> "Hacer bien el trabajo fundamental de la cría requiere tiempo y la experticia donde los más antiguos en habitar el socio-ecosistema (ganadería), educan la atención de los nuevos. Durante la recorrida se captura información a través del cuerpo y de la unidad con el caballo, a través de todos los sentidos. La destreza que crece es la de ajustar la percepción de los sentidos y de observar la dinámica de las relaciones entre el ecosistema y el ganado, con la humedad, el sol, el viento, la lluvia, entre otros. Crece una sensibilidad, una destreza, en la atmósfera en la cual básicamente son camperos." (Álvarez, 2013, p.102–103)

E, a maior parte da população rural do pampa consta dos habitantes dos rincões. Locais descritos por dos Santos (2019) como de trabalho e vida dos "camponeses-campeiros", cuja origem do termo deriva do espanhol *rincón* , designação para os sítios cercados por limites naturais onde se manejavam os animais antes de haver o cercamento das propriedades. Tendo posteriormente sofrido apropriação para o sentido de proteção e cuidado, o rincão como o "recanto" escolhido para viver. "Nesse processo, os rincões transformaram-se em um espaço-tempo socialmente apropriado pelos sujeitos subalternos" (Santos, 2019, p.152) O autor menciona a dupla dinâmica presente nos rincões: lugar onde os subalternos são pressionados pela lógica territorial dominante da estância, que os marginaliza; mas também que se constrói cotidianamente pelos afetos e cuidados, assim como pelas estratégias de acesso e uso dos recursos locais.

Semelhante ao que se denomina na região nordeste brasileira como "Fundo de pasto", cujas comunidades foram estudadas por Marques (2016) pela lógica do conflito entre capital x trabalho dentro das possibilidades de denominação como camponeses ou populações tradicionais.

Poderíamos denominar esses trabalhadores do campo simplesmente como *gaúchos,* mas essa referência pode levar a uma confusão. O gentio ao qual se denominou inicialmente de *gaúchos* eram originários dos povos autóctones e da chamada mestiçagem com os colonizadores europeus, se refere aos que manejavam o gado nos sistemas agrários de campo ainda quando da sua constituição, pela caça do gado asselvajado das Vacarias.

Quando em sua viagem que adentra a Campanha pelo território hoje uruguaio, Auguste de Saint Hilaire (2002) descreve encontrar matas espessas às margens do Rio Ibicuí e "costumes semelhantes aos dos gaúchos", como eram denominados os homens de vida sem lei que perambulavam pelas fronteiras. Coletou muitos relatos locais de "bandos de gaúchos" que entravam nas estâncias para roubar o gado.

Contemporaneamente o termo gaúcho tem um outro uso, genérico, enquanto adjetivo pátrio para denominar todas as pessoas nascidas no estado do Rio Grande do Sul, inclusos os descendentes de imigrantes imersos no histórico de evolução dos sistemas agrários de floresta. O que pode causar certa confusão na análise da influência desse grupo supracitado, justamente no processo de expansão da lavoura de grãos que avança sobre ecossistemas naturais também em outros biomas como o Cerrado, a Amazônia e a Caatinga. Nessa acepção, pode-se dizer que esse grupo humano de etnicidade correlacionada à ascendência européia e às políticas originárias de imigração está fortemente correlacionado no Brasil à expansão das culturas de grãos, e continua a representar um elemento externo às dinâmicas regionais originais, em geral com o papel de pioneiro na abertura de novas fronteiras agrícolas e alteração dos ecossistemas. No trabalho de Morère, Campos, e Pereira (2020)

sobre territorialidade em Chapada Gaúcha/MG, fica claro que, tanto a denominação da cidade, quanto a dinâmica do *front* pioneiro que avançou com as lavouras sobre aquela porção do bioma do Cerrado tem relação direta com esse grupo social advindo do sul do país. Em oposição, aparece a dinâmica conservacionista de ONGs e das Unidades de Conservação (UCs) ligada a grupos locais de identidade sertaneja.

O grupo social aqui identificado é outro. São os autóctones[13], os manejadores do campo, para os quais seria difícil na presente discussão avançar na definição étnica mais precisa. Uma identidade difusa que regionalmente se denomina de "pêlo duro" para definir uma etnicidade, tendo em vista o apagamento de sua origem indígena e/ou africana pelos processos históricos chamados genérica e controversamente de miscigenação. Tendo em vista que esse enfraquecimento dos vínculos culturais ancestrais dessas populações ocorreu de forma violenta, promovendo o etnocídio de grupos, como foi o caso dos Charruas. Esses atores sociais que tem seu histórico de formação e (des)organização social associado aos ecossistemas campestres e estão presentes em toda a extensão do pampa, incluindo a área de campo que se expande pelo Uruguai e algumas províncias da Argentina.

Diante disso, as discussões sobre o sistema cultural associados aos ecossistemas campestres do pampa que permeiam a presente discussão, corroboram com o que foi estabelecido para a constituição do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC lida campeira (Pereira , Rieth, e Kosby 2012), pelo qual os termos *gaúcho* e *pampa* serão referenciados "(...)a partir dos agenciamentos de relações que se estabelecem entre paisagens, homens, animais, ofícios e utensílios, na configuração de um modo de vida "campeiro" (sua construção, abandono e perpetuação)" Cuja designação advém dos fazeres cotidianos, do trabalho com a pecuária desenvolvida nesse ambiente, as "lidas", pelas quais diversos ofícios são "abarcados pelo saber de um único (e múltiplo) agente, o "campeiro", aquele que conhece e sabe fazer um pouco de cada uma das lidas que compõem a lida." Tendo como foco, portanto, os fazeres e os conhecimento a estes associados nos diferentes ambientes analisados.

A alteração desses ecossistemas afeta diretamente os meios de vida dessas populações. Seu saber-fazer, seu ofício, e o próprio sentido de sua existência histórica está ligado ao campo. Esse conjunto de saberes e formas de organizar a vida no pampa, ao qual se denomina de forma corrente nos locais de "cultura campeira", para que serve ou como mantém sua existência dissociada do campo? As mudanças na paisagem forçam as mudanças na cultura, para os indivíduos reencontrarem-se em sua humanidade e mesmo na sociedade.

Bem antes deles, o sistema de organização social original dos indígenas do pampa desapareceram com o avanço das estâncias. E muito pouco sabemos como viviam os Charruas e Minuanos que habitaram a região onde transcorerrá essa proposta de estudo, exceto por alguns instrumentos de trabalho que restam em sítios arqueológicos a campo aberto, dentro de propriedades particulares e sem identificação. Eles ainda estão nos traços físicos de muitos dos campeiros, na herança da adaptação a o uso do cavalo, na ausência de referências dos hábitos pela dissipação dos núcleos familiares na consolidação do ciclo

[13] Aos quais a sociologia e principalmente os estudos do campesinato brasileiro (citar autores) chamaram de "caboclo brasileiro".

estancieiro. Houve um etnocídio Charrua e não temos registros de como era antes disso, nem das pessoas, nem dos lugares.

Assim vemos o lugar dos atuais gaúchos campeiros desaparecendo enquanto forma de organização socioprodutiva, sua atividade principal e de onde vem sua expertise sendo substituída por outras formas de trabalho. E é muito provável que os grupos sociais aí presentes que detém a posse de meios de produção mais robustos, se adaptem mais rapidamente e se reinventem, assim como os militares das campanhas do Prata se reinventaram estancieiros da fronteira na mesma época do etnocídio indígena. O que nos conduz a pensar sobre o futuro dos campeiros, os habitantes dos rincões.

Os banhados de onde saíam os torrões de terra para as paredes e o capim santa fé para a cobertura de muitas casas dos rincões, assim como a caça que complementa a alimentação, raramente são encontrados. Esse modo de ser também já quase inexiste. Uma sociedade, uma cultura (essa dos campeiros) está desaparecendo, assim como a paisagem e a relação com a natureza construída desde o século XVII.

Para Álvarez (2012) a agenda ambiental positivou os conservadores da pecuária tradicional, antes vistos como representantes do atraso, agora vistos como guardiões dos campos, da cultura e da tradição no Uruguai.. A definição se mostra positiva para o que se entende como "o gaúcho" (o pecuarista familiar como o bom selvagem, no sentido roussoniano). E, apesar do alerta para o seu desaparecimento, a autora afirma que os pecuaristas ainda ocupam a maioria do território Uruguaio.

A sociologia rural brasileira e também a internacional já se detiveram em outras épocas nessa temática do fim do campesinato. Para a França, Hervieu e Purseigle (2013) recuperam os escritos que apontavam esse fenômeno, sobretudo a corrente marxista que acreditava na proletarização dos camponeses. E o que se percebia era realmente um processo de modernização que praticamente sobrepôs agricultura e ruralidade. Porém, para aquela realidade, precebeu-se uma reorganização dos agricultores diante da política agrícola, tendo em vista o papel que cumprem diante da produção de alimentos, relação com o ambiente e com a economia. O que se refletiu também nos números censitários, que passaram a demonstrar uma lógica inversa, de aumento populacional rural.

Para a realidade brasileira houve também um esforço em descrever essa dinâmica de modificações advinda a chamada modernização conservadora impetrada no país. O texto “Do complexo rural aos complexos agroindustriais”, reeditado por Angela Kageyama e José Graziano da Silva (1998) representou um marco nessa discussão nos anos 90. Período em que o cenário da globalização também dinamizou conflitos e produções teóricas a esse respeito, e tomaram força no país os estudos sobre a agricultura familiar. Inclusive sob crítica e divergência com os debates impetrados pelos movimentos sociais de luta pela terra, que buscaram revalorizar a categoria “camponês” em contraponto ao novo momento de investida de modernização da agricultura, conforme destaca Wanderley (2019) Para a autora importa dizer que sob uma denominação ou outra, esses são atores sociais do mundo rural

> “O que constitui a peculiaridade desse campesinato diz respeito, primeiramente, às suas estratégias de resistência perante a forma como se estruturou a atividade agrícola do país e sua

> capacidade em criar espaços para outra agricultura familiar e comunitária." (Wanderley, 2019, p. 46)

O retorno do debate em torno do campesinato nos anos 2000 e 2010 também tomaram um outro viés, trazendo à tona a conceitualização e normativas para a constituição de territórios correlacionados a povos e comunidades tradicionais[14]. Uma vertente mais culturalista do que agrarista, utilizando os termos de Hervieu e Purseigle (2013) e que denota, além da diversidade social no rural brasileiro, a diversidade das formas de acesso e manejo dos chamados recursos naturais. Entretanto, o trabalho de destaca que "A inserção das comunidades tradicionais na política de conservação sinaliza para sua possível transformação futura em prestadoras de serviços ambientais, numa versão brasileira daquilo que no caso europeu aparece sob a denominação de Guardiões da Natureza.". O trabalho conclui que essa tendência leva também a uma troca da política agrária pela política ambiental e que, portanto, transforma-se em uma estratégia de manutenção da estrutura agrária brasileira.

Apesar da questão em comum sobre os efeitos e determinantes dos processos modernizantes, a comparação entre a trajetória brasileira e mesmo latinoamericana com outros lugares do mundo é muito difícil e até arriscada. Tendo em vista o contexto de colonização pelo qual se desenvolveu aqui a agricultura desde o século XVI, desde o *plantation* até a atual política internacional de *commodities.* Assim como pela diferença em relação à prevalência até os dias atuais de uma questão agrária a ser tratada no Brasil, como foi salientado por Wanderley (2019) na comparação entre Brasil e França.

Para o contexto pampeano a identificação e descrição dos povos e comunidades tradicionais inicia pelo trabalho da ASCAR/EMATER RS na assistência aos povos indígenas e quilombolas[15]. Mas foi consolidada a partir de 2013 pelo projeto "Pampa", da Fundação Luterana de Diaconia, que resultou na publicação de um livro e na constituição do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa. (Mazurana, J. ;Dias, J. E.; Laureano, L. C.; 2016)

Nessa discussão do sistema social/cultural, importa elaborar algumas questões norteadoras, tanto para guiar a discussão teórico-conceitual, quanto para a realização do trabalho de campo e as interpretações dele derivadas. Por exemplo, perguntar-se se conservar o grupo humano é conservar o patrimônio; se é desejável que tudo esteja intacto ao longo do tempo; e afinal, o que queremos de fato conservar?

3.1. Conceitos e autores de referência

Tendo em vista que o foco do estudo são as relações dentro de uma esfera produtiva, o sistema social não está isolado e será analisado por dentro dos esquemas teórico-metodológicos da própria noção de Paisagem, dos Sistemas Agrários e da Geografia

[14] **DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.** Que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

[15] **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Cultural, dos quais é um componente. Portanto, nesse sentido, o sistema social é um dos elementos que caracterizam o Sistema Agrário e que interagem com a paisagem proporcionando sua evolução e sendo alterado por ela. Uma aproximação que contempla a verificação de uma das hipóteses de trabalho, sobre a perda de saberes aos quais adotamos a descrição de "campeiros" e que são específicos e endêmicos aos ecossistemas campestres.

As dinâmicas sociais priorizadas na análise serão aquelas intermediadas sobretudo pelo trabalho, que delimita as formas de percepção e de interação com o lugar.

De maneira a situar o estudo dos atores que estão em relação entre si e como agem em relação aos territórios definidos para este trabalho, será utilizado o conceito de "redes", por intermédio do qual também poderão ser observados caracteres quali e quantitativos das formas de organização social. Assumindo nessa opção um viés sociológico de análise exemplo do estudo de Polge, Torre, e Piraux (2016).

Outra noção que interessa nesse ensejo de compreender o papel que cumprem e que podem vir a cumprir os saberes campeiros, é a de patrimonialização . Essa noção, que remete à singularidade de certos objetos, processos e lugares e à necessidade de sua proteção enquanto possibilidade de registro. E que, conforme Dupuis (2015) ocorre em 3 etapas ou tempos : "o da produção e do uso dos bens, que é o tempo de ação e a falta de consciência do patrimônio; o da percepção do luto que desperta a consciência do patrimônio; finalmente o do "tempo da herança"" (Dupuis, R. 2015 p.16). Sendo que, por esta percepção, entendemos ocorrer uma perda ou mesmo uma necessidade de escolha do que deve ser mantido em evidência de um certo modo de vida no porvir. Nesse mesmo trabalho, o autor apresenta uma análise de museus enquanto observatórios por excelência da patrimonialização do mundo agrícola, os quais permitem observar a história da agricultura de uma perspectiva cultural e simbólica.

Porém, há práticas agrícolas que perduram, mesmo com todo seu contexto de possibilidades em transformação, enquanto "cultura viva", conforme descrito por Barrière (2015) para o pastoralismo. O condicionamento ao uso dos territórios e suas pastagens é determinante para a continuidade da atividade, que se depara com o contraponto entre o direito de acesso aos recursos e o direito de propriedade. O reconhecimento pastoril se dá de acordo com o valor social atribuído localmente à atividade, mas depende da lógica de posse da terra predominante. "(...) uma oposição entre o individual, o patrimônio pessoal, e o coletivo, a necessidade vinculada ao território, constituindo um verdadeiro patrimônio comum dos atores deste último."(Barrière, 2015, p.187). Ou mesmo é possível incentivar a transformação de produtos advindos de um certo modelo agrícola em mercadorias, sobretudo a partir da intermediação do Estado ou de outros agentes como a UNESCO, tal qual o caso do Japão e da sua cultura alimentar *washoku* apresentado por (Morisaki e Suda, 2017). Um caso em que aproveitou-se o estilo contemporâneo de consumo, voltado a valores imateriais tais quais a autenticidade, a representatividade, para promover regiões e atividades rurais e agroindustriais locais.

De outra parte é possível identificar esse processo de patrimonialização aparecendo associado a iniciativas conservacionistas, sobretudo quando se trata do patrimônio natural, como na discussão de Lucie Morère et al. (2020) sobre o conflito entre lógicas

desenvolvimentistas e de conservação da natureza para uma mesma territorialidade municipal no Cerrado. Ainda no ensejo da conservação, o trabalho de Maciel (2013) aborda as particularidades do bioma da Caatinga enquanto objeto geográfico natural e cultural digno de patrimonialização, destacando o limitante do desconhecimento e mesmo a imagem negativa associada ao bioma, sobretudo em comparação à floresta Amazônica ou à mata Atlântica.

Para Juhé-Beaulaton et al. (2013) presenciamos atualmente uma explosão ou "efervescência" dos processos de patrimonialização em todo o mundo, de espécies da biodiversidade às práticas e saberes considerados suficientemente importantes para serem conservados e transmitidos às próximas gerações. Os autores destacam também a ligação entre patrimônio e território que, para além de um recurso metodológico, é uma imposição da realidade. Nessa mesma obra, Auclair et al. (2013) apresentam as implicações para uma região de pastoralismo e prática de transumância estacional como é L'Agdal du Yagour de vivenciar o processo de patrimonialização em duas direções que entendem opostas. Uma local, comunitária, e outra que se afasta dessa, globalizada, a qual alertam para o caráter prejudicial de separação entre natureza e cultura advindo da noção ocidental de patrimônio.

Por meio dessa abordagem para os aspectos culturais do modo de ser na atividade pecuária o estudo toma um contorno mais antropológico.

Como base para adentrar nas reflexões da Geografia cultural, o pioneirismo de Deffontaines e a contemporaneidade Paul Claval (1995, 2002a, 2002b). Serão importantes também os apontamentos atuais de Augustin Berque e Tim Ingold, elencados também para a compreensão da noção de paisagem. Trazem aportes para a discussão humana da marca e da matriz, da noção de selvagem, tão presente nos estudos clássicos conservacionistas na América; bem como pela abordagem ecológica da antropologia, dirimindo as defasagens analíticas da oposição conceitual entre natureza e cultura. O aporte das ciências humanas propriamente ditas, como o domínio da Antropologia, podem aprofundar as possíveis questões que fiquem sombreadas em metodologias de tipo estruturalista ou funcionalista, como é o caso dos Sistemas Agrários. Não será desenvolvida uma profundidade antropológica nessa análise, mas ela estará presente e espera-se que contribua na interpretação do universo simbólico, material e imaterial das relações culturais imbricadas nos fenômenos analisados.

4. Organização da pesquisa

O esquema conceitual da pesquisa está baseado nos eixos ambiental, social e produtivo. E, de modo a localizá-lo espacial e temporalmente, serão utilizados para o seu desenvolvimento os conceitos centrais de Paisagem, Sistema Agrário e Sistema cultural

Figura: Esquema temático da pesquisa:



4.1. Problema de pesquisa:

De que maneira o sistema social/cultural e as paisagens campestres do bioma Pampa se modificaram com a evolução das dinâmicas produtivas ali presentes nas últimas 3 décadas?

4.2. Hipóteses de pesquisa:

1- O Sistema Agrário de Campo vive atualmente um momento de decadência. Será substituído por outro sistema, que pode incluir ou não a pecuária de corte. Porém, agora, modificada, praticada como atividade sazonal e integrada aos cultivos agrícolas. Promove-se assim, uma intensificação produtiva que não deriva somente do esquema tradicional da modernização - genética, química e mecanização - mas também de uma modificação na atuação dos agentes desse sistema. Ou mesmo uma substituição dos agentes das relações territoriais tendo em vista a produção agrícola.

2- A substituição dos ecossistemas campestres do Pampa por áreas de cultivos é um processo heterogêneo e multifatorial. As mudanças provocadas na paisagem estão correlacionados com os fatores naturais como a fertilidade natural do solo e a declividade favorável à mecanização agrícola; estruturais como a infraestrutura de estradas; mercadológicos, como o valor pago ao produto no mercado local e internacional; sociais, como a presença de agentes externos ao território, os quais têm uma relação com o local que não passa pelas noções de pertencimento e patrimônio;

3- Com as mudanças na paisagem e no sistema produtivo, há também uma modificação nos agentes do sistema. Os agentes locais correlacionados com a pecuária praticada no "sistema antigo"(para usar uma expressão local), tendo o fazer e o ambiente da pecuária

totalmente modificados, tornam-se inócuos em sua função e local originários. Portanto, os saberes ditos "campeiros" correlacionados com ambos, não sendo mais necessários ao processo produtivo, são primeiramente destituídos de seus agentes e locais de origem. Depois, são transferidos dessa esfera para outras como a do simbolismo, da memória coletiva, da representação e até mesmo da economia cultural num processo de patrimonialização. Os agentes responsáveis pelos saberes necessários à nova dinâmica produtiva tem uma rede de relações mais atrelada ao ambiente externo à região, abrindo esse território e modificando as suas redes sociais.

4.3. Objetivos

4.3.1. Geral

Identificar as relações entre as dinâmicas produtivas, sociais, e ambientais percebidas na Campanha gaúcha na contemporaneidade pela comparação de duas áreas representativas.

4.3.2. Específicos

I. Analisar a atual fase de evolução do Sistema Agrário de Campo (pecuária).
Observar os elementos organizadores da pecuária de corte desenvolvida na Campanha gaúcha em perspectiva histórica para elencar seus possíveis períodos de ascensão, estabilidade e decadência enquanto sistema organizador da dinâmica de ocupação do espaço agrário regional. Caracterizar o ciclo contemporâneo a partir do estudo dos sistemas produtivos desenvolvidos nos dois territórios estudados;

II. Identificar os fatores e as formas de evolução das paisagens campestres do Pampa para as últimas 3 décadas.
Contrastar as características biofísicas e bioclimáticas das áreas de estudo com os elementos de seu uso e ocupação ao longo das últimas décadas, identificando os determinantes das diferentes dinâmicas processadas nos dois territórios observados;

III. Analisar as transformações contemporâneas do sistema social/cultural que constitui o saber-fazer campeiro.
Interpretar, a partir dos relatos locais, os esquemas relacionais constituídos na trajetória contemporânea do Sistema agrário de campo e esquematizar as redes sociais produzidas ao longo das últimas décadas em ambos os territórios estudados. Aduzir sobre o processo de produção e da apropriação contemporânea do conhecimento dito "campeiro" referente à pecuária de corte desenvolvida sobre ecossistemas campestres;

5. METODOLOGIA

Tendo em vista as formulações derivadas da segunda hipótese de trabalho, optou-se por conduzir um estudo comparativo entre dinâmicas que diferem para o território regional aparentemente homogêneo. Uma que se apresenta como testemunho de um sistema que parece estar em decadência frente a outra que aparece como uma versão inversa, como se

apresentasse um cenário futuro que tende a predominar em toda a região. Essa análise inicial será realizada a partir da escala da paisagem.

Partindo desse ponto inicial é que se definirão os locais específicos a se trabalhar na escala do estabelecimento, cujas informações serão úteis para testar todas as hipóteses como conferência das informações prévias, mas também para produção de informações originais. As quais contrastem especialmente com a terceira hipótese de trabalho, no estudo do sistema social/cultural.

A intencionalidade metodológica do trabalho é de produzir informações contemporâneas sobre a dinâmica sócio-produtiva da região da Campanha com correspondência espacial. Relação semelhante foi descrita por Ribeiro (2010) para a correlação entre fatores do ambiente físico e as modificações ocorridas na distribuição dos estabelecimentos nos últimos 30 anos na região da Galícia, Espanha. Assim como para o trabalho de (Koumoi et al., 2017) que classificaram e analisaram os principais fatores determinantes para a ocupação do solo na perspectiva temporal de 1987 a 2012 na região do Togo, Costa do Marfim.

Outros estudos semelhantes conduzidos no Brasil, como o próprio monitoramento do MapBiomas (Souza Jr. et al., 2020) e a coletânea produzida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sobre dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural em âmbito nacional (Landau, 2020), os quais serviram de base para as primeiras formulações do presente estudo. E, de forma regionalizada, trabalhos na região amazônica utilizaram dados satelitários para interpretar as mudanças paisagísticas (Barona et al., 2010; Osis et al., 2019) ou para avaliar políticas de proteção ao meio ambiente (Verburg et al., 2014) e compor cenários.

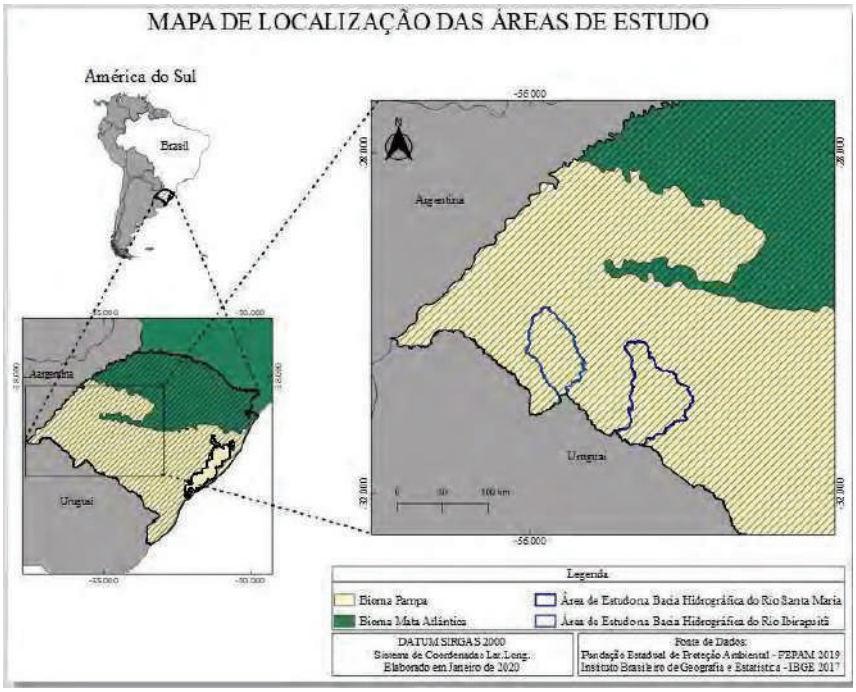
Também no pampa alguns estudos anteriores baseados em dados satelitários observaram especialmente as características e efeitos do avanço da soja sobre áreas de cobertura natural. Estudando as correlações entre a dinâmica da lavouras arroz e o avanço da soja (Nóbrega, 2016; Mengue et al., 2020), mas também na substituição direta do campo nativo (Kuplich et al., 2016). Assim como pelo uso combinado de dados censitários do IBGE para as municipalidades (Kuplich et al., 2018).

5.1. Local de estudo

A delimitação do território a ser estudado partiu da escolha de locais que poderiam representar amostras "típicas" das dinâmicas a serem estudadas no bioma Pampa. Ou seja, a presença significativa da pecuária de corte extensiva como atividade histórica e como traço cultural regional, e a sua substituição por cultivos agrícolas, principalmente a soja. Acrescida das características fitoecológicas da paisagem, caracterizada por ecossistemas campestres em relevo plano a suavemente ondulado, que nesse aspecto foram chamados por muito tempo de "campos finos"[16].

[16] contrastando com os "campos grossos" que ocorrem a partir do Rio Ibicuí em direção ao norte e com as formações florestais e variação de altitude da Serra do Sudeste, à leste.

Dentro dessa região foram escolhidas algumas localidades específicas, no entorno dos rios Ibirapuitã e Santa Maria, ambos contribuintes do rio Ibicuí (em diferentes escalas) e formando parte da grande região hidrográfica do rio Uruguai. De forma a delimitar precisamente o território a ser estudado, definiu-se pontos de partida nos rios, localizados na zona rural dos seus municípios de abrangência, e a partir daí contornando as suas bacias de captação à montante. A análise comparativa entre essas duas bacias hidrográficas proximas - uma na qual evolui fortemente o avanço da soja sobre áreas originalmente de campo nativo (Santa Maria) e outra que conserva uma paisagem dominada por campos naturais (Ibirapuitã) - interessa no sentido de compreender os fatores de transformação e as suas consequências para o território.



De maneira a responder aos objetivos determinados para este estudo, abarcando os três eixos articulados e complementares de análise, será conduzida a produção e organização de informações em diferentes âmbitos. Para a operacionalização dos conceitos aqui trabalhados, cada um dos eixos será considerado enquanto um aspecto do mesmo fenômeno. Essa proposta metodológica parte do princípio que há uma situação em análise, produzida por diferentes intencionalidades em interação. Para compreender tal contexto produzido na relação entre essas intencionalidades operacionalizadas por seus agentes, é preciso conhecer quem eles são, como e onde operam.

- Onde - Sistema Paisagem: o aspecto e a materialidade do corpo-território, o âmbito ecológico e a escala das áreas delimitadas para o estudo;
- Como - Para o Sistema Agrário: a funcionalidade, o âmbito econômico-produtivo e a escala regional, com amostragem local
- Quem - Sistema Social: os agentes, o âmbito cultural e a escala das áreas de estudo, com amostragem local,

Todos estão denominados e serão considerados enquanto sistemas, e a escolha por essa abordagem teórico-metodológica tem como premissa a possibilidade de utilizar o recurso de fracionar a realidade a partir da funcionalidade dos conjuntos em questão. Assim como a possibilidade de organizar as informações a respeito de cada conjunto enquanto elementos referentes à sua estrutura, ao seu funcionamento ou à sua dinâmica. Também é importante salientar a interdependência intrínseca dos seus componentes e entre os conjuntos, para os quais se pode ampliar a escala até chegarmos ao sistema-mundo.

5.2. Coleta e tratamento dos dados

A representação do fenômeno em análise será mais próxima da realidade quanto mais aspectos consegue apresentar sobre ele, mas jamais apresentará a própria realidade. Em trabalho conduzido no estado brasileiro de Goiás, (Lopes, 2019) testa diferentes tipos de dados na análise da dinâmica da paisagem e aponta a necessidade de estratégias complementares como o uso de dados estruturais, tais quais os fornecidos pelos censos agropecuários do IBGE, e os dados satelitários, de forma a melhor explicar os fatores que provocam essa dinâmica. De outra parte o estudo de alterações na paisagem da planície costeira do RS realizado por (Gianuca & Tagliani, 2012) reconhece a parcialidade de certos apontamentos tomando como referência apenas as imagens georreferenciadas. Tendo em vista, por exemplo, que apresentam uma fotografia datada e há dinâmicas ecológicas e paisagísticas que são sazonais, como os regimes hídricos.

Sobre as escalas definidas para o estudo e indicadas anteriormente, elas serão condicionantes também para os tipos de dados possíveis e adequados a serem buscados nas áreas. Por exemplo, não será possível utilizar dados censitários, do âmbito da municipalidade, visto que há municipalidades como Rosário do Sul que abrangem porções de ambas as áreas de estudo, o que não permitiria as comparações propostas.

Serão conduzidos diferentes estratégias para a produção dos dados, sejam estas:

A. Revisão bibliográfica

   Busca de dados secundários a partir de registros historiográficos, trabalhos que relatam a trajetória da pecuária na região.

   Metaleitura de trabalhos anteriormente realizados sobre a temática e sobre a região da Campanha, explorando no banco de dados da CAPES, partindo dos trabalhos dos últimos 30 anos e refinando, conforme os resultados apresentados, para períodos mais recentes. Utilizando como palavras-chave de busca: dinâmica de paisagens agrárias/rurais, evolução de sistemas agrários/produtivos, avanço da soja/sojicização, cobertura natural campestre, pampa/pradaria, sistema social, saber fazer, camponês, populações tradicionais, proximidade geográfica, proximidade organizacional. De maneira a ampliar as referências dos processos estudados e procedimentos utilizados em âmbito global, os mesmos termos também foram traduzidos para o inglês e refeita a busca. Para os referenciais em francês foram feitos os mesmos procedimentos, porém no repositório HAL (Archive ouverte en Sciences de l'Homme et de la

Société).

Busca de autores clássicos e referenciais para a trajetória do conceito, seja a partir dos materiais selecionados na etapa anterior, seja a partir de sugestões da orientação, disciplinas cursadas e atividades nos grupos e laboratórios de pesquisa onde as discussões da tese circularam.

B. Entrevista e observação participante

Espera-se com essa técnica obter dados primários de caráter quali-quantitativos a partir dos interlocutores locais. Sua escolha considera a possibilidade de ser realizada com todos os segmentos da população, incluindo-se os analfabetos. Permitirá analisar atitudes, comportamentos, reações e gestos e o fato dos dados poderem ser analisados de forma quantitativa e qualitativa proporciona maior flexibilidade.

Os agentes a serem entrevistados não serão escolhidos aleatoriamente, mas indicados por informantes-chaves da região para que representem os arquétipos referenciais dos sistemas produtivos da pecuária de corte tradicional, da granja produtora de grãos e da integração lavoura/pecuária. A escolha dos estabelecimentos onde se realizará a entrevista também levará em conta a evolução do uso e ocupação, delimitando áreas que tinham cobertura natural campestre em 1985 (ano de início da série histórica produzida pela plataforma Mapbiomas para a evolução do uso e ocupação da terra no Pampa) dentro de cada território a ser estudado.

Segundo Richardson et al., (2007, p. 207) "o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas". O que incorre obrigatoriamente sobre a subjetividade do ato, que deverá ser conduzida aos objetivos estabelecidos para o estudo. Por isso será realizada **entrevista semi-estruturada,** a qual é chamada por Richardson et al (2007, p.212) de entrevista guiada, pois o entrevistador conhece "previamente as aspectos que deseja pesquisar e, com base neles, formula alguns pontos a tratar na entrevista". Ela estará organizada a partir de roteiro (ANEXO I) com questões abertas que contemple o resgate da trajetória do uso e ocupação da terra no âmbito da propriedade e da localidade onde está inserida. Assim como das atividades realizadas no último ano agrícola (estrutura e funcionamento da unidade de produção agrícola), práticas e estratégias produtivas, o que influencia suas decisões. Identificação dos agentes envolvidos na produção e suas rotinas de trabalho, assim como elencar as organizações com as quais cada agente está correlacionado.

Deverá permitir a observação sobre as redes de relações e a dinâmica rincão-estância, para a qual a metodologia de redes sociais e proximidade utilizada por Polge, Torre, e Piraux (2016) pode auxiliar. Deverá revelar repertórios de manejo do campo e por conseguinte, das paisagens campestres, a partir das rotinas de trabalho dos diferentes atores, a qual será descrita, mas também vivenciada em outra técnica.

A partir da **observação participante**, acompanhando durante alguns dias a rotina de trabalho em cada unidade entrevistada, bem como eventos realizados nas localidades estudadas, será produzido um **diário de campo** onde serão registrados os dados etnográficos referentes às relações interpessoais, esquemas de valores entre humanos

e não-humanos e que compõem os diferentes sistemas.

- técnicas e tecnologias de manejo do ambiente deverão ser presenciadas e registradas

Ao optar pelo uso dessa técnica o pesquisador "não é apenas um espectador do fato que está sendo estudado, ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado" (Richardson et al. 2007, p. 261). O que, para os objetivos do presente trabalho, funcionará complementarmente às demais formas de coleta de dados e possibilitará compreender com mais clareza e profundidade a realidade observada.

I. Demarcação dos **pontos georreferenciados** na escala da unidade de produção

A partir dos relatos das entrevistas também serão demarcadas no mapa os trajetos dentro do espaço local e regional dos agentes presentes em cada sistema, tendo como referência o espaço cotidiano e o espaço do ano agrícola. De maneira a representar no espaço geográfico o esquema de circulação das pessoas, do serviços e dos produtos nos territórios e nos sistemas de produção. Essas informações poderão testar a subhipótese correlacionada à terceira hipótese do trabalho, pela qual infere-se um processo de abertura do território pela modificação das redes de relações propiciada pelo avanço das lavouras temporárias e pela modificação dos agentes ali presentes.

C. Mapeamento, geoprocessamento e espacialização do Sistema Paisagem

Cruzamento de dados secundários

Serão utilizados dados de fontes secundárias, interpretações de imagens de satélite por bancos de dados especializados em cada temática, para serem produzidos e interpretados mapas comparativos de informações georreferenciadas de estrutura fundiária, solo, clima, relevo, geomorfologia, infraestrutura, tomando por referência a evolução do uso e ocupação do solo. Analisando a correlação entre a evolução do uso e ocupação do solo com cada uma dessas características presentes no território para ambas as áreas de estudo.

As sobreposições serão analisadas em escala regional, principalmente por meio de imagens de satélite e séries históricas de dados fisiográficos e bioclimáticos, e comporão mapas temáticos a serem produzidos no programa QGIS, que é um Sistema de Informação Geográfica (SIG) de Código Aberto licenciado segundo a Licença Pública Geral GNU[17].

Nesta etapa será aceito certo grau de imprecisão sobre os dados, visto que algumas interpretações dos dados satelitários apresentam distorção em relação à realidade, sobretudo em áreas de transição (mosaico campo/floresta) ou de grande semelhança entre fisionomias (campo nativo/naturalizado) e que necessitariam de conferência a

[17] informações do site oficial do programa.Disponível em: https://www.qgis.org/pt_BR/site/about/index.html Acesso em: dez/2019

campo ou triangulação de dados para aumento da acurácia.

Não serão produzidas interpretações diretas das imagens de satélite, mas aceitas interpretações e legendas de outras bases de dados já existentes. Nesse sentido também poderão ocorrer algumas distorções, tendo em vista a diferença na escala dos mapas, pois nem todas as informações terão precisão ao nível local, como é o caso da classificação de solos.

Os bancos de dados utilizados serão:

- para o uso da terra, a referência serão os mapas da série histórica 1985 -2018, produzidos pela plataforma Mapbiomas[18] (Coleção 5), aceitando a incerteza na média de 10%, e o mapa produzido pela equipe do LABECO- EMBRAPA Pecuária Sul em 2018[19];
- a distribuição fundiária, contará com dados do CAR, aceitando a parcialidade da cobertura dessas informações, assim como do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), do IBGE, de onde são extraídas as informações do último censo agropecuário para a localização das sedes dos estabelecimento. Estes últimos, constituindo um centróide em relação aos limites dos estabelecimentos encontrados no CAR, reduzindo a possibilidade de indução ao erro por sua cobertura parcial da área. E utilizando também informações georreferenciadas dos locais de estudo por intermédio do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF[20], do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
- as informações sobre o relevo provém do Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE[21] (TOPODATA).
- serão considerados os tipos de solo presentes nos territórios, para os quais será utilizado como referência o Mapa de Solos do Brasil (EMBRAPA- IBGE) e o aplicativo Solos RS (UFSM).

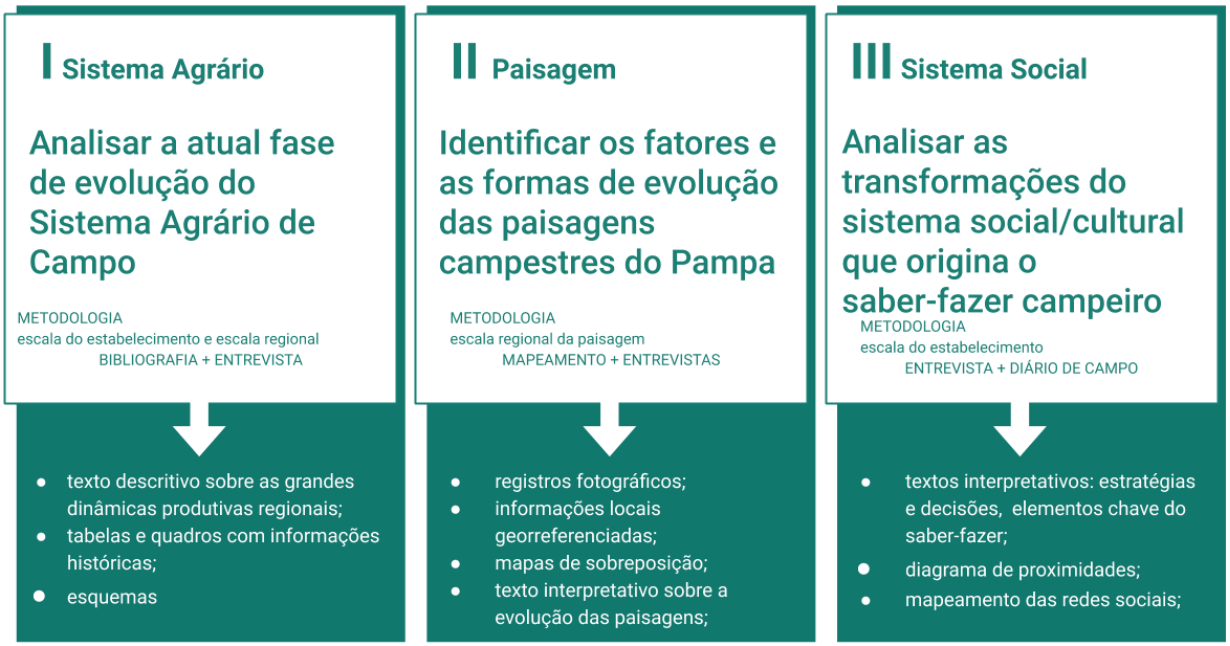
[18] Disponível em: http://mapbiomas.org/ Acesso em dez/2019

[19] TRINDADE, José Pedro Pereira. **Uso da terra no rio Grande do Sul**: ano de 2017. Bagé, EMBRAPA Pecuária Sul, 2018.

[20] Disponível em: https://sigef.incra.gov.br/ Acesso em : dez/2019

[21] Disponível em: http://www.dsr.inpe.br/topodata/ Acesso em dez/2019

Quadro: síntese da articulação dos objetivos do projeto com os eixos temáticos, as metodologias e resultados esperados.



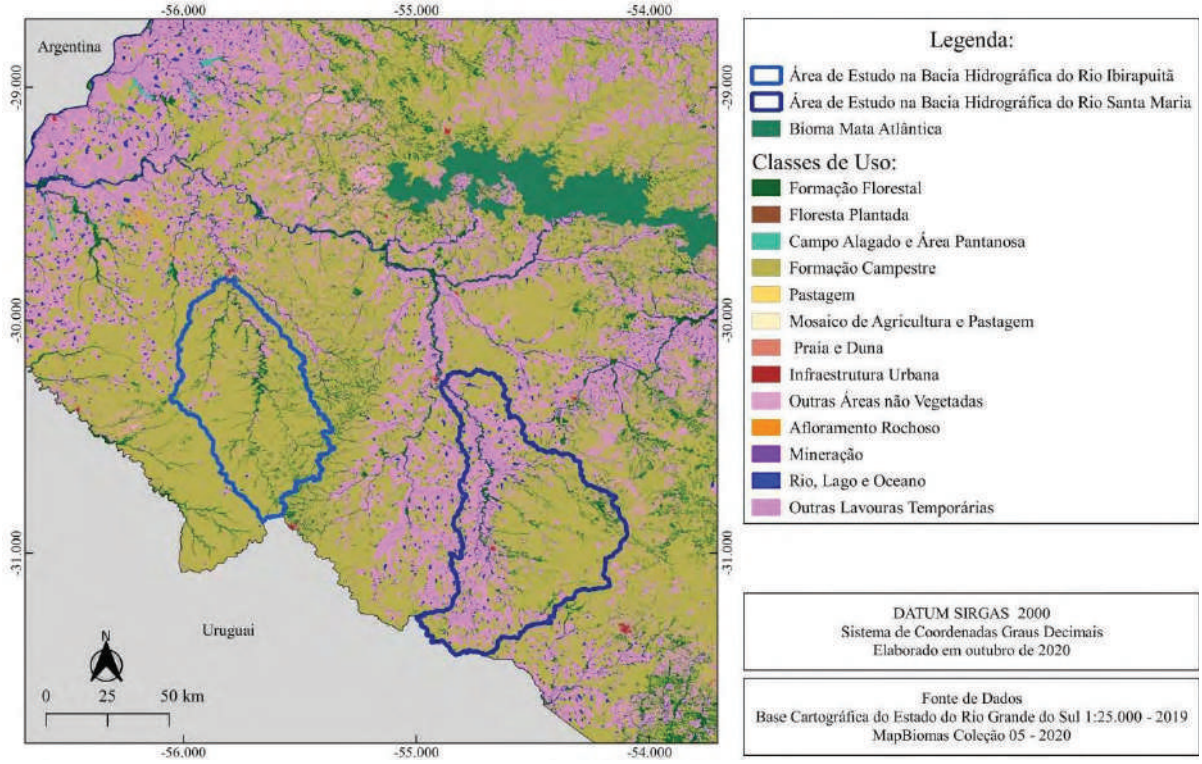
6. RESULTADOS PRELIMINARES

Tendo em vista que este não é um trabalho na área de georreferenciamento, bem como a formação e a trajetória acadêmica da autora advém de outras áreas do conhecimento é importante salientar que tais informações foram produzidas com auxílio externo e são analisadas a partir de uma perspectiva não disciplinar e mais generalista. Essa postura também corrobora com a busca por dados secundários sobre a espacialização das informações em fontes diversas e o aceite das diferentes metodologias utilizadas para obtê-los.

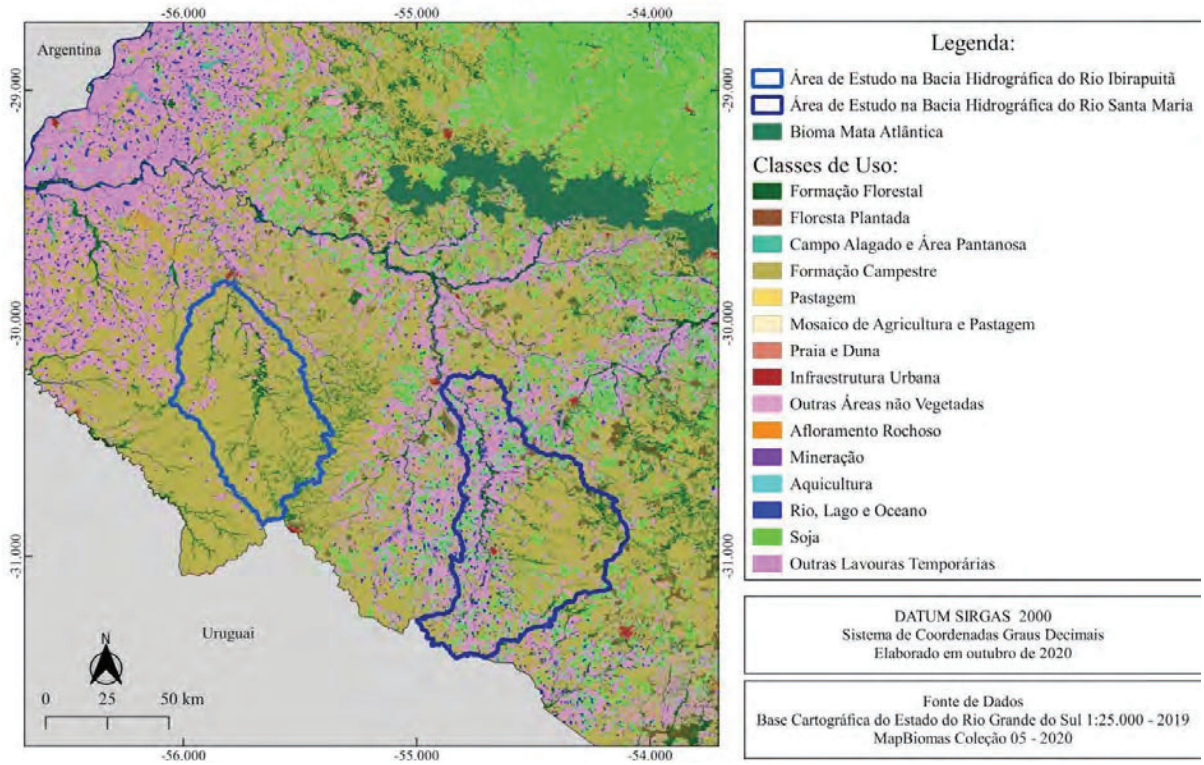
Nas primeiras 2 figuras as áreas de estudo foram localizadas sobre os mapas de uso e ocupação do solo produzidos pelo Mapbiomas e foi possível observar com maior detalhamento as transições específicas para cada recorte de bacia hidrográfica. A partir dessa primeira percepção da dinâmica é que se determinaram as demais investigações aqui impetradas.

Conforme pode ser observado, a área correspondente à porção da bacia do Rio Ibirapuitã tem predominância de vegetação campestre em todo o período observado. Para a bacia do Rio Santa Maria, havia ainda uma grande porção de área campestre, mas já ocupadas com lavouras em 1985, sobretudo nas proximidades do leito do rio, correspondendo ao cultivo do arroz. E com avanço dessas lavouras, assim como da soja no registro de 2018.

MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DAS ÁREAS DE ESTUDO - 1985

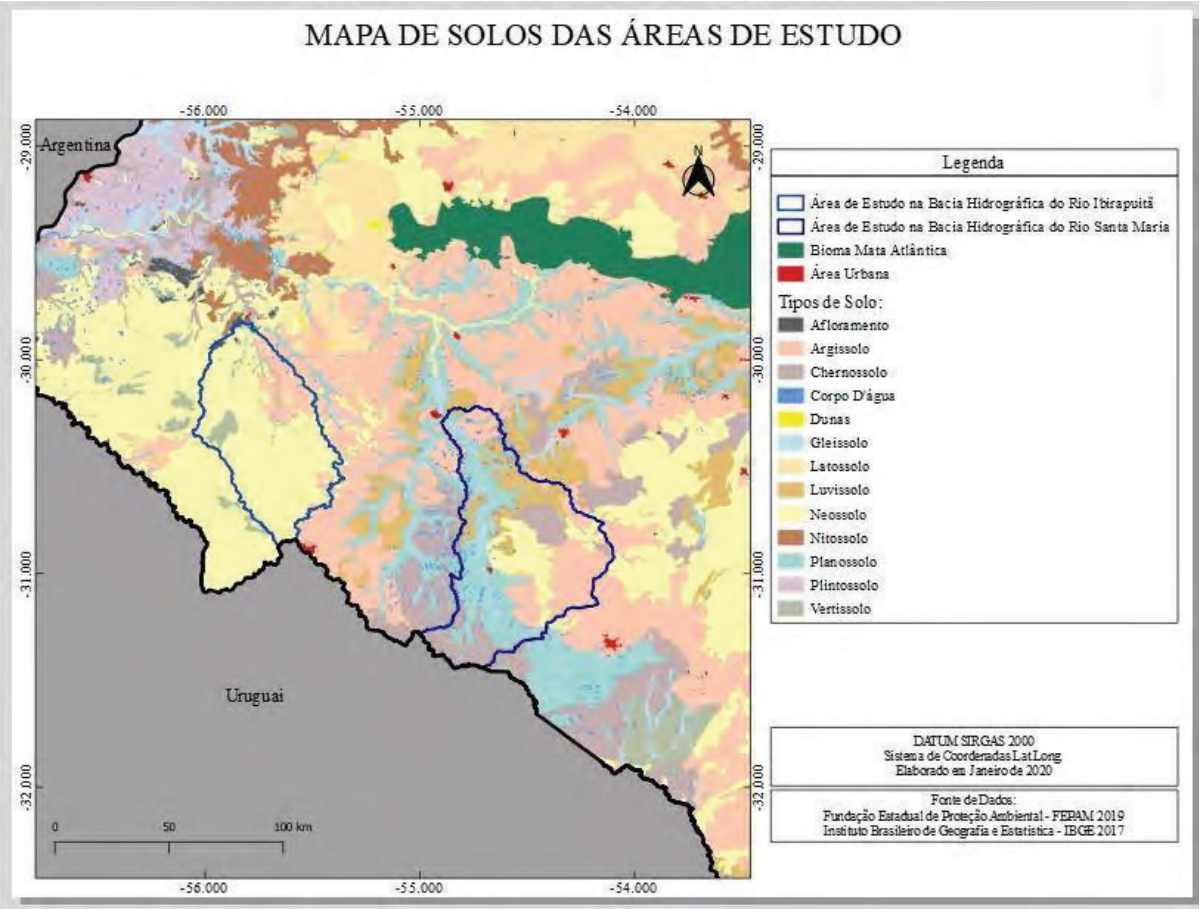


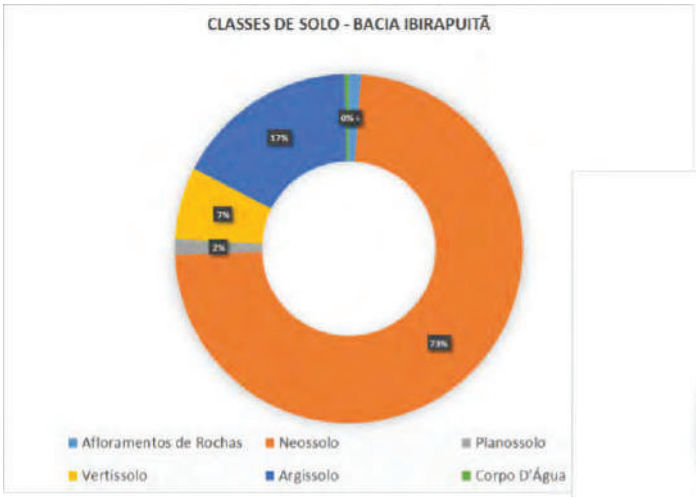
MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DAS ÁREAS DE ESTUDO - 2014

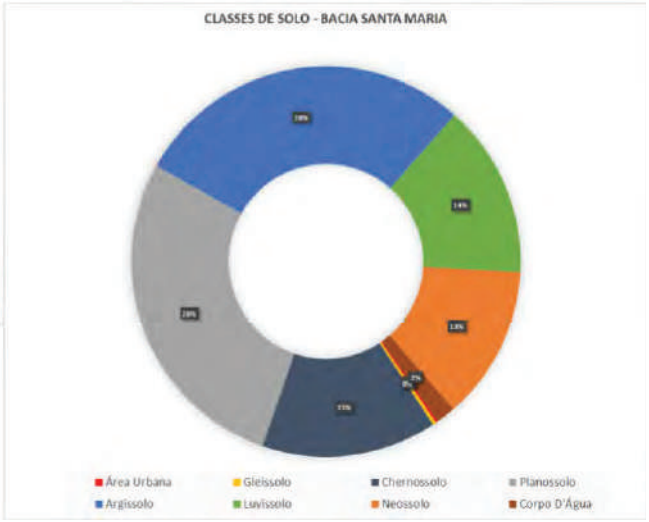


Inicialmente, pode-se inferir que mesmo na evolução vivenciada na paisagem da área de estudo do Rio Santa Maria, muito mais intensa, há uma lógica espacial na conversão das áreas. Inicialmente se identifica o fenômeno recente de crescimento da área ocupada por soja, de forma associada às áreas anteriormente modificadas pelo arroz. Conformando uma sucessão campo > lavoura de arroz > lavoura de soja (Mengue et al., 2020), de forma semelhante ao avanço da fronteira agrícola na Amazônia, na qual se percebe a sucessão floresta > pastagens > lavoura de soja (Barona et al., 2010; Verburg et al., 2014).

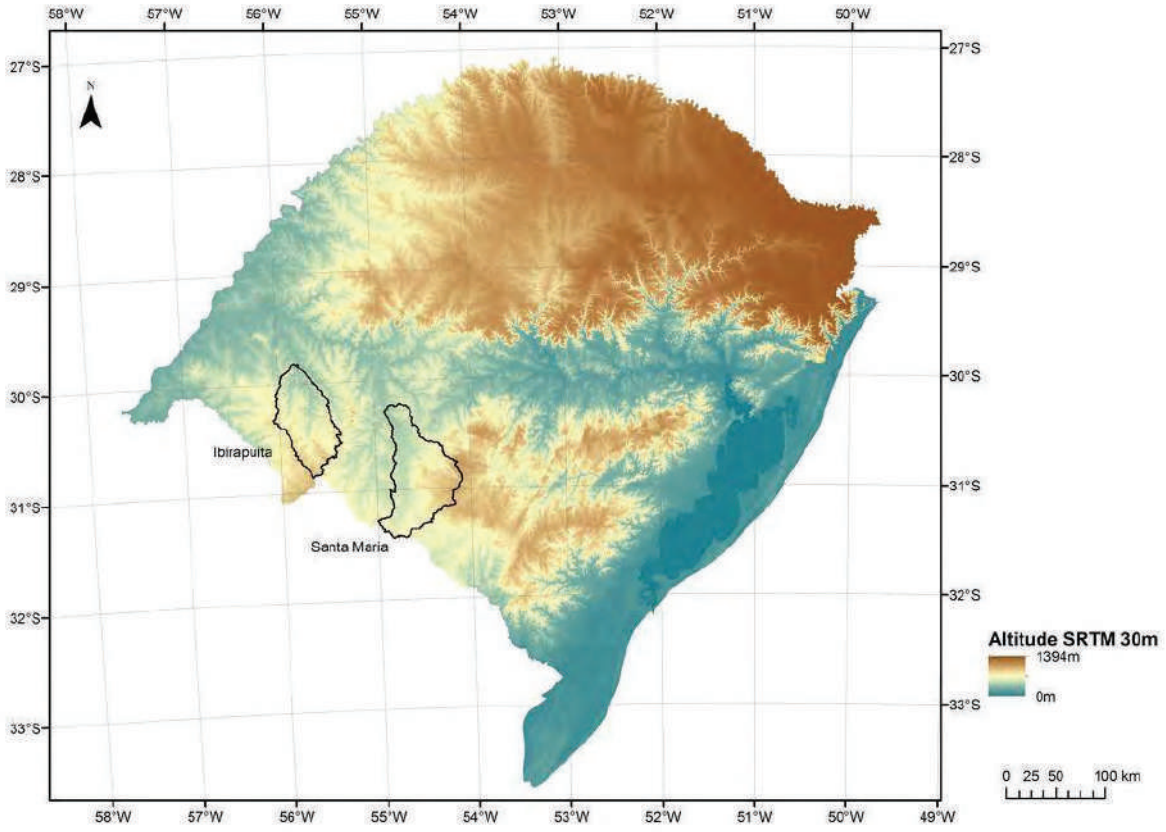
Entretanto, outras informações foram agregadas para melhor compreensão dos fatores de influência, como para as características dos solos dessas áreas.

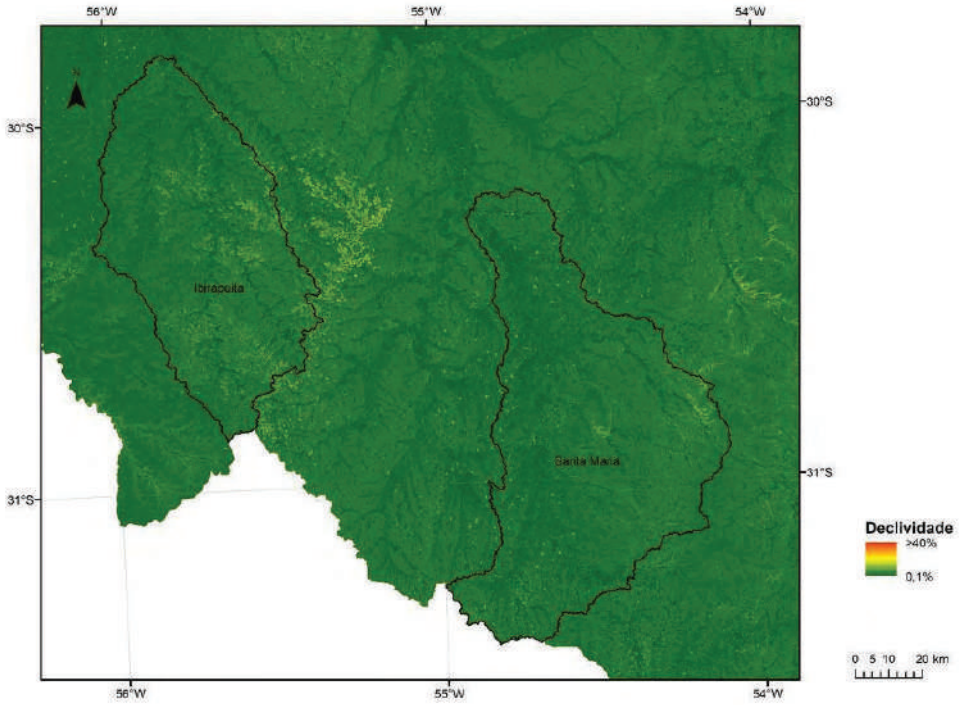






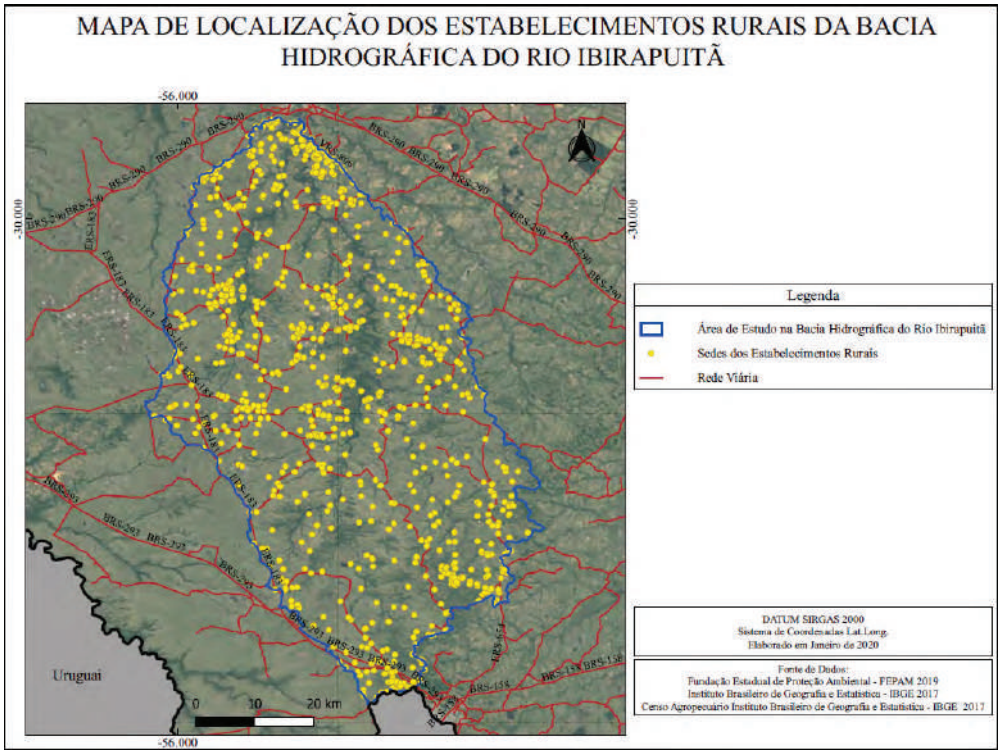
Nota-se como uma grande diferença a ser destacada, a presença majoritária de Neossolo na bacia do Rio Ibirapuitã, uma classe que apresenta principalmente restrições de fertilidade, e também de mecanização, o que pode tê-lo tornado um impeditivo para o avanço da agricultura. Como as características pedológicas tem outras questões associadas, com o relevo que pode justificar uma topossequência, foram adicionadas também as inormações sobre esse aspecto com os mapas hipsométricos e de declividade para as áreas.

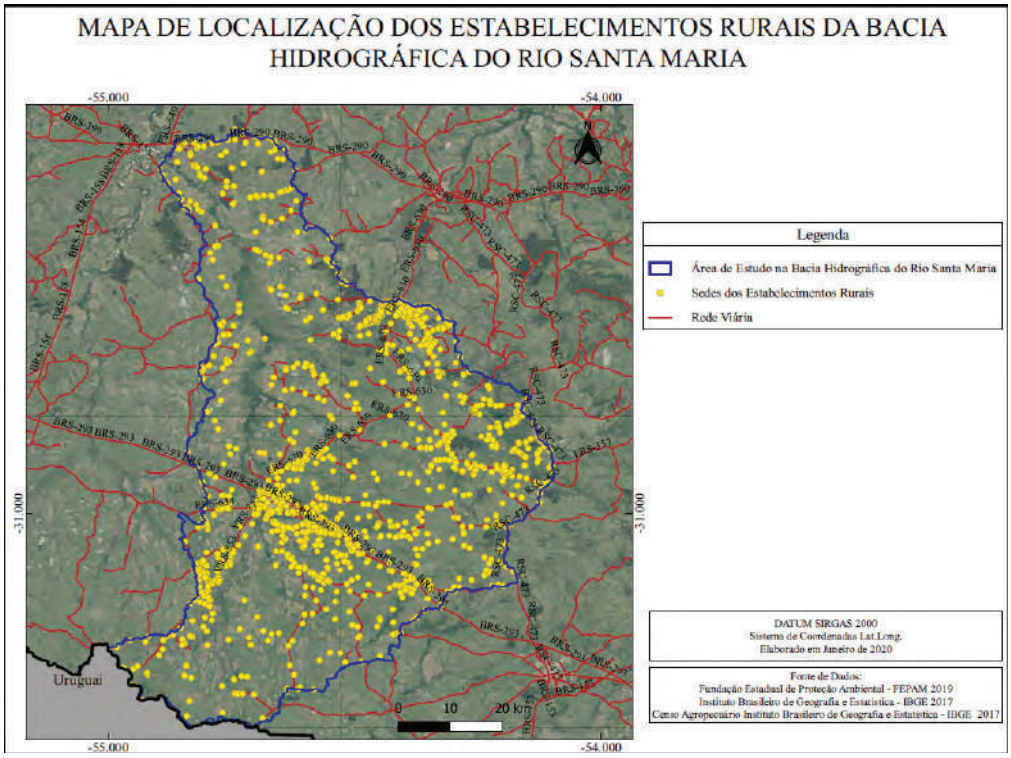




O que demonstra a relação também com essa característica das áreas, sobretudo em função da possibilidade de mecanização, facilitada pela menor declividade da bacia do Rio Santa Maria comparativamente à bacia do Rio Ibirapuitã.

Tendo em vista que essas modificações vivenciadas recentemente em todo o bioma tem mais a ver com uma dinâmica individual, de decisão nas unidades de produção, diferentemente da investida da silvicultura, que teve forte influência de empresas externas e da participação do Estado, optou-se por buscar observar as características dos estabelecimentos. Como nesta etapa ainda não houve o contato direto por intermédio do trabalho de campo, a caracterização dos estabelecimentos é apenas de cunho espacial neste momento. A figura a seguir apresenta a distribuição das sedes dos estabelecimentos agropecuários nas áreas de estudo.





Observa-se nas imagens que há uma distribuição mais difusa dos estabelecimentos na área de estudo do Rio Ibirapuitã, com alguns locais de maior concentração que podem ser encontrados em diversos pontos da área circunscrita a este território estudado.

Já na bacia do Rio Santa Maria, pode-se observar uma concentração maior de estabelecimentos na periferia da sede do município de Dom Pedrito, mas também em outros pontos localizados. Bem como a baixa densidade de pontos, que indica a presença de estabelecimentos com áreas maiores que aparentam ter correspondência com as informações

de uso da terra e de características como o relevo. Mas que, no entanto, necessitam de mais informações agregadas para demonstrarem correlação com a dinâmica das transições. Por isso estão sendo testadas nesse momento, em conjunto com a equipe do LABECO/EMBRAPA CPPSul, variáveis atinentes à estrutura fundiária e distribuição espacial dos estabelecimentos em relação ao uso e ocupação da terra.

Cabe salientar, para essas primeiras observações, que há dados com maior dificuldade de manipulação, tendo em vista a imprecisão, como é o caso da pedologia, para a qual as escalas disponíveis não são equivalentes às demais.

De outra parte e para concluir esta primeira etapa de investigação, saliente-se a importância de se dispôr de dados com série histórica, tais quais os que são disponibilizados pela plataforma Mapbiomas. Somente a apresentação da trajetória dessa mudança de uso da terra já permite confirmar a segunda hipótese de pesquisa, pela qual considera-se a substituição da cobertura natural campestre do pampa com um processo heterogêneo. E, somando-se essas primeiras análises, percebe-se também como multifatorial, conforme havia sido cogitado inicialmente, necessitando ainda valorar cada um desses fatores considerados a partir dos estudos conduzidos nas próximas etapas.

O presente trabalho procura colocar-se como questionador diante do fenômeno da supressão da cobertura natural campestre do bioma pampa, advinda sobretudo de pressões do modelo econômico predominante na agricultura. Seja pela iniciativa individual, como é o caso das lavouras de grãos, seja pela iniciativa privada representada por grupos empresariais, com é o caso da silvicultura e dos projetos de mineração que avançam sobre áreas ainda preservadas do bioma. O papel desta pesquisa científica não é o de atribuir juízo de valor a este processo de mudanças, mas de compreendê-lo e produzir evidências que sirvam de embasamento para as tomadas de decisão diante do que a sociedade entende como necessário de ser preservado ou modificado para estes ambientes.

Uma das conclusões imediatas a partir dessas primeiras observações é a de que a perda acelerada dessa cobertura natural é produzida, mas também produtora da nova organização econômica regional, das modificações nos ecossistemas e da cultura. E os processos de patrimonialização que buscam ressaltar a importância do conhecimento campeiro ao registrá-lo como referência cultural, como ocorre atualmente com o INRC lida campeira junto ao IPHAN, denotam um esforço de demonstrar a necessidade de proteção diante de sua fragilidade. A própria existência dessa iniciativa transparece como comprovação da importância e existência específica de um modo de ser que se transforma completamente com a alteração dos ecossistemas nativos. Mas também como método científico para buscar as capacidades de adaptação e resiliência presentes nas estratégias dos diferentes indivíduos e grupos. Identificando pontos de resistência e vitalidade nos territórios e fugindo da sua descrição tão somente como uma "homenagem póstuma".

Nesse sentido, a hipótese primeira deste estudo também ganha força, quando se percebe que um determinado jeito de viver no pampa rural que foi hegemônico durante os últimos séculos perde lugar para novas formas de organização socioeconômicas e produtivas. Assim como são apontados caminhos para testar a terceira hipótese, referente ao lugar do saber-fazer campeiro diante dessas transformações. Sobre esta perspectiva dos saberes e fazeres que

constituem o conhecimento campeiro, destacam-se os trabalhos realizados pelo Inventário das lidas campeiras, dos quais o presente estudo pretende explorar com maior detalhamento as numerosas elucidações sobre memórias (trabalho), relação humanos e animais (trabalho), artefatos (trabalho), etc.

7. CRONOGRAMA

7.1. Ações já realizadas

2018 2019 2020	Créditos em disciplinas	Prévia Trabalho de campo (Nexus pampa)	Revisão bibliográfica	Levantamento de dados fisiográficos e bioclimáticos	Geoprocessamento (cruzamento de mapas, análise espacial)	Reunião comitê de tese	Elaboração de capítulo de livro	Redação do projeto	Exame de Qualificação
I sem	X								
II sem	X	X							
I sem	X								
II sem	X		X	X	X				
I sem			X	X	X	X		X	
II sem			X			X	X	X	X

OBS.: Entre os meses de setembro de 2019 e março de 2020 foi realizado estágio doutoral no ESO laboratoire, em Le Mans, na França, por intermédio do programa CAPES PrInt da UFSM.

7.2. Próximas ações

2021 2022	Levantamento de dados fisiográficos e bioclimáticos	Geoprocessamento (cruzamento de mapas, análise espacial)	Reunião comitê de tese	Elaboração de artigo para periódico	Banca de Defesa	Preparação do roteiro Trabalho de campo	Revisao bilbiográfica	Redação da tese
jan				X		X		
fev	X	X					X	X
mar		X					X	X
abr							X	X
mai							X	X
jun							X	X
jul				X		X		
ago	X	X					X	X
set		X					X	X
out			X				X	
nov							X	X
dez							X	X
jan							X	X
fev								X
mar					X			

BIBLIOGRAFIA

PILLAR, Valério De Patta & LANGE, Omara. **Os Campos do Sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos-UFRGS, 2015.

SÁ BRITO, Andréia Nunes. **Entre o corredor e a estância**: dinâmicas sociais e produtivas na APA do Rio Ibirapuitã. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Extensão Rural – UFSM, 2010.

BORBA, M. F. S. **Desenvolvimento territorial endógeno**: o caso do Alto Camaquã. In: Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2016. p. 187–214.

BORBA, M.; TRINDADE, J. P. P. **Desafios para conservação e a valorização da pecuária sustentável**. In: PILLAR, V. D. P. et al. (Eds.). Campos sulinos: Conservação e uso sustentável da diversidade. Brazília: MMA, 2009. p. 393–403.

NICOLA, N. P.; CHARÃO, F. **TRANSIÇÕES EM DIREÇÃO AO USO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO DOS CAMPOS SULINOS GAÚCHOS**: O LUGAR DA PECUÁRIA FAMILIAR, Extensão Rural DEAER - CCR - UFSM.v. 23, mar. 2016.

RIBEIRO, C. M.; QUADROS, F. L. F. DE. **Valor histórico e econômico da pecuária**. In: Os Campos do Sul. Porto Alegre: PILLAR, V. D.; LANGE, O., 2015. p. 19–22

MIGUEL, L. A. (org) **Dinâmica e diferenciação de Sistemas Agrários**. Coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 152 p.

SILVA NETO, Benedito; LIMA, Arlindo Prestes de; BASSO, David. **TEORIA DOS SISTEMAS AGRÁRIOS:** UMA NOVA ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA. **Extensão Rural**, [S.l.], n. 4, p. 6-19, fev. 1997.

DONADIEU, P., PERIGORD, M. **Le paysage**. Entre nature et cultures, Armand Colin, collection 128, 2007, 128 p.

SILVEIRA, P. **Etnografia e questões socioambientais**: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem. CAdernos de Estudos Sociais - Recife. v.23 n.1-2 pg.115 - 134, jan-dez 2007.

RICHARDSON, et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. 351 p.

Sotchava, V. B. (1977). O Estudo de Geossistemas. São Paulo: Instituto de Geografia USP. São Paulo: 51 p. (Métodos em Questão, 16).

MAZOYER, M. ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea; [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p

CLAVAL, Paul, ***La géographie culturelle***, Paris, Nathan Université, Coll. FAC Géographie, 1995, 384 p.

CLAVAL, Paul, **A volta do cultural na geografia** , *Mercator (Fortaleza-CE)*, n° 1, p. 19-28. 2002a,

CLAVAL, Paul, **Campo e perspectivas da geografia cultural** , dans CORRÊA, Roberto Lobato Azevedo et Zeny ROSENDAHL, *Geografia Cultural - Um Século (3)*, Rio de Janeiro, EDUERJ, p. 133-196. 2002b

BESSE, Jean-Marc, Ver a Terra.

SANTOS, Anderson Luiz Machado dos . **GEO-GRAFAR NOS RINCÕES DO BRASIL MERIDIONAL**: um diálogo de pesquisa com as territorialidades subalternas e suas expressões de r-existência na Campanha Gaúcha. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, 14*(34), 138–167.2019

KAGEYAMA, Angela & SILVA, José Graziano da. **Do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In *A nova dinâmica da agricultura brasileira* (2º ed, p. 211). Instituto de

Economia da UNICAMP. 1998

SAINT HILAIRE, Auguste de . **Viagem ao Rio Grande do Sul** (Adroaldo Mesquita da Costa, Trad.). : Senado Federal, Conselho Editorial. 2002

MACIEL, Caio Augusto Amorim . Patrimonialisation du biome de las Caatinga: Imaginaires paysagers en changement dans le semi-aride brésilien. *VertigO - la revueélectronique en sciences del'environnement*, *16*. 2013

SOUZA JR, Carlos M. Jr.; SHIMBO, Julia Z.; ROSA, Marcos R.; PARENTE, Leandro L.; ALENCAR, Ane A.; RUDORF, Bernardo F. T.; HASENACK, Heinrich; MATSUMOTO, Marcelo; FERREIRA, Laerte G.; SOUZA-FILHO, Pedro W. M.; OLIVEIRA,Sergio W. de; ROCHA,Washington F.; FONSECA, Antônio V. ; MARQUES, Camila B.; DINIZ, Cesar G. ; COSTA, Diego; MONTEIRO, Dyeden ; ROSA, Eduardo R.; VÉLEZ-MARTIN, Eduardo; AZEVEDO, Tasso. **Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine.** *Remote Sens*, *12*. 2020

WOOD, Charles H.; TOURRAND, Jean François; & TONI, Fabiano. **Pecuária, uso da terra e desmatamento na Amazônia:** Um estudo comparativo do Brasil, do Equador e do Peru. Universidade de Brasília. 2015

JUHÉ-BEAULATON, Dominique; CORMIER-SALEM, Marie-Christine; ROBERT, Pascale de; & ROUSSEL, Bernard. **Effervescence patrimoniale au Sud** *Entre nature et société*. IRD Éditions. 2013.

DUPUIS, Richard. **La patrimonialisation du monde agricole** *L'exemple des musées de 1920 à nos jours*. UNIVERSITÉ DE REIMS CHAMPAGNE-ARDENNE.2015

LANDAU, Elena Charlotte. **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas** *Cenário Histórico, Divisão Política, Características Demográficas, Socioeconômicas e Ambientais* (1º ed, Vol. 1). Embrapa Milho e Sorgo. 2020

BARONA, Elizabeth; RAMANKUTTY, Navin ; HYMAN, Glenn; & COOMES, Oliver T. **The role of pasture and soybean in deforestation of the Brazilian Amazon**. *ENVIRONMENTAL RESEARCH LETTERS*, *5*. 2010

POLGE, Étienne; TORRE, André & PIRAUX, Marc. **Dynamiques de proximités dans la construction de réseaux socio-économiques territoriaux en Amazonie brésilienne**. *Géographie, Économie, Société*, *18*, 493 a 524. 2016

PEREIRA, Fabíola Mattos; RIETH, Flávia & KOSBY, Marília. **Inventário Nacional de Referências Culturais—Pecuária, Bagé/RS** (1ªfase). *Anais da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo. 2012

HERVIEU, B., & PURSEIGLE, F. (2013). Chapitre 3—**De la fin des paysans à l'émergence de l'agriculteur.** In *Sociologie des mondes agricoles* (p. 105–136). Armand Colin; Cairn.info. https://doi.org/10.3917/arco.hervi.2013.01.0105

CORBONNOIS, Jeannine; LAURENT, François; ANDREU-BOUSSUT, Vincent; MESSNER, François; VERDUM, Roberto; VIEIRA, Rosa Medeiros; & SOGUE, Makhtar. . **L'intensification des pratiques agricoles et la mobilisation des ressources naturelles dans La Pampa du Sud du Brésil.** *VertigO - la revueélectronique en sciences del'environnement*, *14*(1). 2014

MOREIRA, JULIANA GOMES. **TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS NO PAMPA BRASILEIRO:** AS MUDANÇAS NA BOVINOCULTURA DE CORTE DIANTE DO AVANÇO DA SOJA [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS]. 2019

MAZURANA, Juliana; DIAS, Jaqueline Evangelista & LAUREANO, Lourdes Cardozo. . **Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa** (1º ed). Fundação Luterana de Diaconia 2016

GIANUCA, Kahuam S.; & TAGLIANI, Carlos Roney A. **Análise em um Sistema de Informação Geográfica (SIG) das alterações na paisagem em ambientes adjacentes a plantios de pinus no Distrito do Estreito, município de São José do Norte, Brasil.** *Revista da Gestão Costeira Integrada*, *1*(12), 43–55. (2012)

KOUMOI Zakariyao, BOUKPESSI Tchaa, & KPEDENOU Koffi Djagnikpo. . **PRINCIPAUX FACTEURS EXPLICATIFS DE LA DYNAMIQUE DE L'OCCUPATION DU SOL DANS LE CENTRE-TOGO***: APPORT DES SIG ET DES*

STATISTIQUES SPATIALES. 3. 2017

AUCLAIR, Laurent; DOMINGUEZ, Pablo; ALIFRIQUI, Mohamed & GENIN, Didier . **Un monument pastoral à l'épreuve de la patrimonialisation**—L'Agdal du Yagour dans le Haut-Atlas marocain. In *Effervescence patrimoniale au Sud: Entre nature et société* (p. 440). IRD COllections.2013

MARQUES, Leônidas de Santana. **AS COMUNIDADES DE FUNDO DE PASTO:** UM INTENTO DE CONSTRUÇÃO CONCEITUAL. *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*, *17*(2), 107–121. 2016

MORÈRE, Lucie; CAMPOS, Damiana de Sousa & PEREIRA, Doralice Barros. Scène de conflits entre exploration, préservation et patrimonialisation de la nature: Le cas de Chapada Gaúcha (Minas Gerais/Brésil). *revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*, *18*(2), 50–64. 2020

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **CONFINS MERIDIONAIS:** Famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil *(1825-1865)* [Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.]. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007

MAZOYER, MARCEL , & ROUDART, LAURENCE. **História das agriculturas no mundo** Do neolítico à crise contemporânea (: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira, Trad.). NEAD. 2010

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel . **Reflexões sobre agricultura familiar e campesinato no Brasil e na França**. In *Diálogos Contemporâneos Acerca da Questão Agrária e Agricultura Familiar no Brasil e na França*. EdiPUCRS. 2019

ÁLVAREZ, Maria Fernanda de Torres. **Tornar-se nativo/a resistência do liso**. In *Cultura, percepção e ambiente: Diálogos com Tim Ingold* (p. 153–172). Terceiro nome.2012

ÁLVAREZ, Maria Fernanda de Torres. **Guardianes de la pradera**: El origen de la legitimidad de la ganaderia en Uruguay [Tesis de maestria en Sociología]. Universidad de la República. 2013

NÓBREGA, MAURO RICARDO ROXO . ***DETECÇÃO DA EXPANSÃO DA SOJA NO BIOMA PAMPA A PARTIR DE ATRIBUTO ESPECTRO-TEMPORAL E CLASSIFICAÇÃO ORIENTADA A OBJETO*** [Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sensoriamento Remoto.]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. 2016

MORISAKI, Mihoko & SUDA, Fumiaki . **Patrimonialisation of Foods and Agriculture in Japan.** Colloque SFER - Compétitivité, Agriculture and Alimentation, Reims, França. 2017

Olivier BARRIÈRE. **Patrimonialisation de la pâture** Entre marginalisation et valeur universelle. *Techniques & Culture*, *63*. 2015 https://doi.org/10.4000/tc.7486

OSIS, Reinis; LAURENT, François; & POCCARD-CHAPUIS, René . **Spatial determinants and future land use scenarios of Paragominas municipality, an old agricultural frontier in Amazonia.** *Journal of Land Use Science*, *14*(3), 258–279. 2019

VERBURG, René; FILHO, LINDOSO, Saulo Rodrigues; DEBORTOLI, Diego Nathan; LITRE, Gabriela & BURSZTYN, Marcel. **The impact of commodity price and conservation policy scenarios on deforestation and agricultural land use in a frontier area within the Amazon.** *Land Use Policy*, *34*, 14–26. 2014

OLIVEIRA, Tamara Esteves de; FREITAS, David Santos de; GIANEZINI, Miguelangelo; RUVIARO, Clandio Favarini; ZAGO, Daniele; MÉRCIO, Thomaz Zara; DIAS, Eduardo Antunes; LAMPERT, Vinícius do Nascimento & BARCELLOS, Júlio Otávio Jardim. **Agricultural land use change in the Brazilian Pampa Biome:** The reduction of natural grasslands. *Land Use Policy*, *63*, 394–400. 2017

KUPLICH, Tatiana Mora; COSTA, Luis Fernando Flenik & CARDOSO, Maria Angélica Gonçalves. **AVANÇO DA SOJA NO BIOMA PAMPA EM ACEGUÁ, RS.** *1*. 2016 https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppggeo/eventos/icongresso-pampa/#anais-evento

KUPLICH, Tatiana Mora; CAPOANE, Viviane & COSTA, Luis Fernando Flenik. **O**

AVANÇO DA SOJA NO BIOMA PAMPA. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, *31*, 83–100. 2018

MENGUE, Vagner Paz; FREITAS, Marcos Wellausen Dias de; SILVA, Tatiana Silva da ; FONTANA, Denise Cybis & SCOTTÁ, Fernando Comerlato. **LAND-USE and land-cover change processes in Pampa biome and relation with environmental and socioeconomic data.** *Applied Geography*, *125*. 2020

LOPES, VANESSA CRISTINA . **O LUGAR DOS DADOS NA ANÁLISE DA PAISAGEM:** O ESPAÇO RURAL GOIANO SOB DIFERENTES OLHARES, *1985-2017*. Universidade Federal de Goiás -UFG. 2019

ANEXO I

Roteiro de entrevista

Quadro de análise para o trabalho de campo

0. Caracterização da região

Como é denominada? Com os campos são conhecidos? O que a caracteriza?

1. Caracterização do local de moradia

Descrição, desenho e/ou mapeamento e registro fotográfico

2. Caracterização do local de trabalho

Descrição, desenho e/ou mapeamento e registro fotográfico

3. Percursos realizados - o que e onde:

diariamente (dentro da propriedade e nas imediações)

semanalmente (compras, lazer)

mensalmente (visitas, festas, banco…)

ocasionalmente (viagens, tropeadas)

4. Lugares e horários de preferência

Descrição, desenho e/ou mapeamento e registro fotográfico

5. Função desempenhada por cada membro da unidade

6. Rotina de cada membro da unidade

7. Registro dos instrumentos de trabalho utilizados

8. Registro das práticas de manejo relacionadas com o campo (correlacionadas ou não com a atividade produtiva, incluindo possíveis rituais ou cotidiano familiar)

Colocar questões sobre patrimônio cultural - conhecimentos do passado.

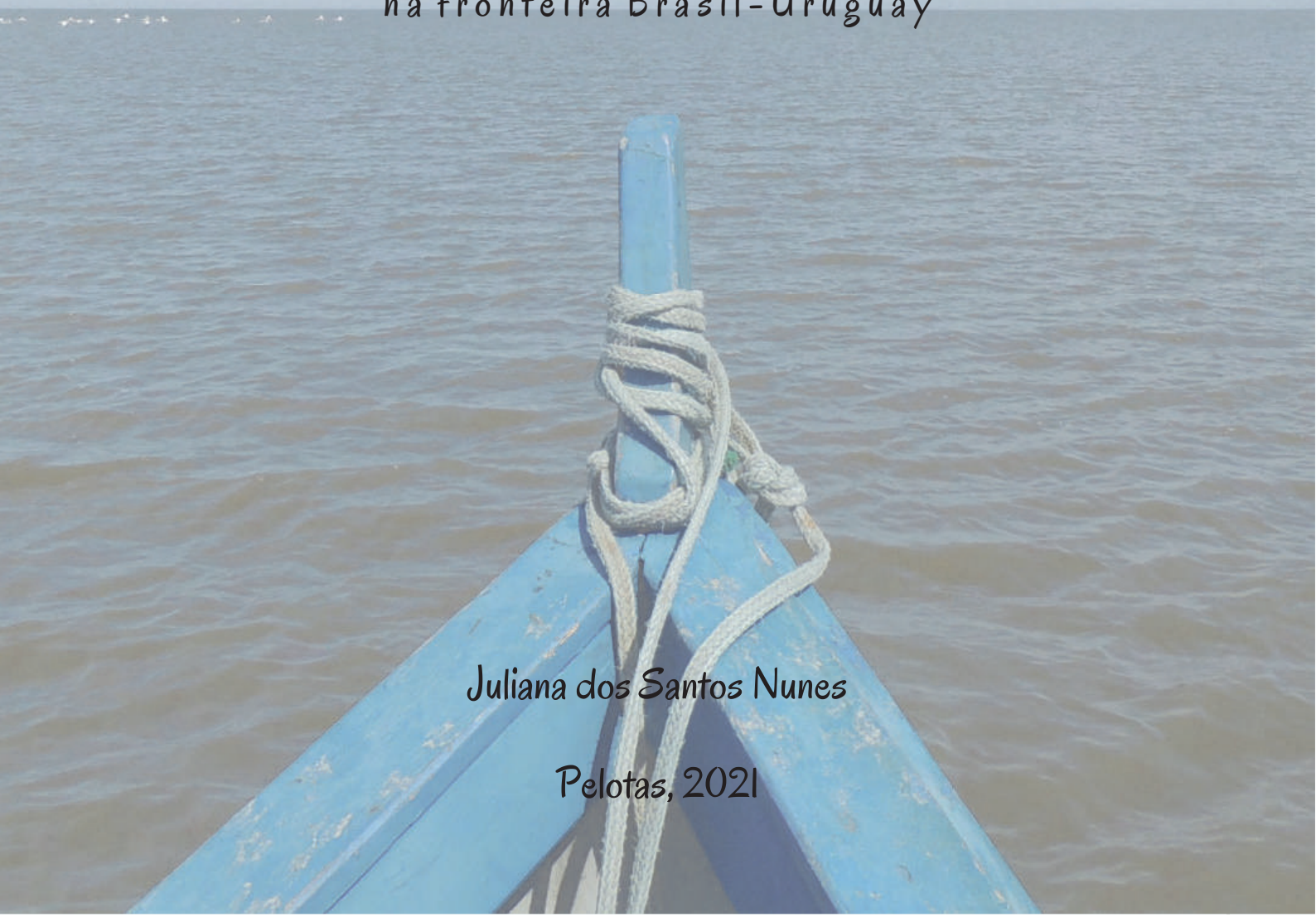
Dissertações

Ministério da Educação
Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Linha de formação: Antropologia Social e Cultural

Dissertação

"Pra fora também é a Lagoa"

Uma etnografia poética das águas na fronteira Brasil-Uruguay



Juliana dos Santos Nunes

Pelotas, 2021

Juliana dos Santos Nunes

Dissertação

"Pra Fora Também é a Lagoa"
Uma etnografia poética das Águas na Fronteira Brasil-Uruguay

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e Cultural, do Instituto de Ciência Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Antropologia.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Flávia Maria Silva Rieth
Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Marília Floor Kosby

Pelotas, 2021

Juliana dos Santos Nunes

Dissertação

"Pra Fora Também é a Lagoa"

Uma etnografia poética das Águas na Fronteira Brasil-Uruguay

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas.

Data de realização do exame: 27/08/2021

Banca Examinadora

_____

Prof.ª Dr.ª Ana Luíza Carvalho da Rocha

Professora Adjunta da FEEVALE

_____

Prof.ª Dr.ª Cláudia Turra Magni

Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

N972p Nunes, Juliana dos Santos

"Pra fora também é a lagoa" : uma etnografia poética das águas na fronteira Brasil-Uruguay / Juliana dos Santos Nunes ; Flávia Maria Silva Rieth, orientadora ; Marília Floor Kosby, coorientadora. — Pelotas, 2021.

174 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Sentipensar com águas. 2. Pesca artesanal. 3. Pampa pluriversa. 4. Fronteira múltipla. 5. Etnografia poética. I. Rieth, Flávia Maria Silva, orient. II. Kosby, Marília Floor, coorient. III. Título.

CDD : 306

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Dedico este trabalho

Para Cláudia que me pariu

Para Maria como se tivesse me parido

Para Paulo um homem-menino

Para aqueles que virão depois de mim

Porque "eu acredito é na rapaziada":

Guilherme, Dominique, Henrique, Cecília, Thainá e Christofer

Tudo que está escrito aqui nada seria se eu não tivesse vocês!

Agradecimentos

Tenho pensado que dentro da palavra agradecer, muito mais do que sentir-se grata, está contida as palavras afeto e legião, porque o fato de dizer gracias, muito obrigada, gratidão, envolve uma constelação de seres e entes que nos rodeiam diariamente, tornando nossas vidas um constante aprender, convivendo e confluindo entre tantas e tantos que compõem nosso cotidiano, cada qual guardando suas particularidades plurais.

Assim, reconhecendo todo esforço da pesquisa neste país, realizado pelas universidades públicas e gratuitas, atualmente sucateadas e acatadas, é importante e fundamental dar gracias à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) que financiou essa pesquisa, para qual pude me dedicar, pela primeira vez, em tempo integral, ao livre pensar, às leituras e ao trabalho de campo, verdadeiramente, obrigada.

Primeiramente e sempre dou gracias aos meus pais Cláudia e Paulo, sem vocês, definitivamente, eu não estaria aqui entregando-lhes mais uma conquista, pois essa dissertação também é de vocês que me geraram, criaram e fizeram de tudo quanto foi possível e, às vezes, impossível, para que eu e meus irmão tivéssemos dignidade, afeto, uma casa e educação, gracias mi viejos, los amo!

Gracias “minha deusa coroada”, a Abuela, a vó Maria, à sua comida, ao afeto do teu abraço que tanto fez falta nesses últimos

tempos, por teres me ensinado a caminhar, a sentir a brisa vinda dos campos, pelo sabor do pão, pela poesia, pelas caminhadas infinitas sob o mormaço atravessando os verdes da quarentenária, pelas ervas chá e as rezas que acalmaram meu coração quando temi não poder te ver novamente, por tudo que és para mim, pelo teu cheiro e teu amor, gracias a la vida por ter me dado o privilégio de estar sempre contigo nessa pampa.

Dou Gracias também aos meus cinco irmãos pela oportunidade de ser a mais velha entre eles e tentar, mesmo que de maneira torta, dar-lhes algum exemplo e ao mesmo tempo aprender com cada um, para vocês o melhor que pude ser, com as ausências e alguns equívocos, porém tenham a certeza, eu não seria essa se não fosse vocês e que alegria ter visto cada um caminhar pela primeira vez: Patrícia, Kevin, Patrick, Wellington e Henrique gracias!

Minhas tias amadas Cândida e Martinha (A Dinda!), com vocês aprendo as levezas da vida, esse batalhar constante das mulheres de constituição bruta dessa família, mas que possuem um coração enorme, generoso e cheio de afeto! Cândida obrigada por me mostrar que “quando a gente quer, a gente consegue”. Dinda gracias por todas as noites carnavaleras que passamos juntas, pelo doce saborear um vinho e dar risas, falar dos gatos e da vida! Gracias!

Quero também agradecer profundamente minha tia Cleusa, expectadora número um das minhas lives, a melhor cozinheira de lentilha de Jaguarão, tão sincera, gentil, em constante aprender com suas mãos de artesã, inventando a vida, cuidando dos seus. Gracias!

E o que seria de nós sem os amigos? Especialmente quando os são de uma vida inteira, compartilhada na bruteza de nossas realidades

periféricas, mas que nos ensinou a ser quem somos, Joice não há palavras suficientes que descrevam a gratidão e o amor que sinto por ti, por teres sido aquela que nunca desistiu de mim, que está e esteve em todos os momentos ruins e bons, compartilhando tua comida, tua casa e agora me dando de presente uma menina linda a quem igualmente agradeço a oportunidade de madrinhar, Thainá gracias por já me ensinares tanto, especialmente a me lembrar quem eu sou! Gracias também ao Cristiano, companheiro de Joice, a quem possui uma alegria de vida e guarda meu carinho! Gracias!

Nesses tempos em que estamos nessa clausura pandêmica, receber as chamadas de vídeo do amigo Leonardo Rafael fez toda a diferença, cada meme compartido, mensagem de carinho, trocas de risas, força nos momentos mais caóticos e uma fé que une e guarda nossos dias, gracias amigo!

Simone, amie, sempre serei grata por tu me apontares minha negritude, mesmo eu tendo uma postura tão dura comigo mesma, tu estivesses lá para me dizer, com toda a suavidade de uma filha de oxum: Ju tu és uma mulher negra! Mais do que isso, tu me mostras que é preciso seguir nossos passos e que eles vêm de longe, não estão isolados, são raízes espalhadas e agora ninguém nos segura! Gracias!

Aos “mes ami Coco Chanel”: Bruno, Lui, July, Airton, por tanto que vocês são para mim e pelos momentos mais alegres e gentis que tive a oportunidade de viver ao lado de cada um, gracias!

À Tainara muchas gracias muchacha! Pela pessoa querida que és, por ter feito as transcrições de todas as entrevistas e gravações dessa dissertação, tua ajuda foi fundamental para retomar a coragem da escrita! Gracias também para Julinha, por todas as trocas amáveis e

corajosas que tivemos ao longo de todo esse processo! Devo gracias também às colegas Bela e Wemilly pela potência de suas juventudes! Assim também dou gracias à Martha pelas nossas conversas nos últimos tempos e por enxergar em ti a inquietação que nos faz andar.

À Vívian minha pessoinha desde tiempos e para sempre, por me fazer acreditar nas lutas coletivas!

À Élida minha prima, uma grande inspiração para minha trajetória acadêmica e pessoal! Gracias

À Taiane para ti o meu afeto mais terno, minha admiração pela mulher corajosa e ousada que és e, especialmente, pela doçura e bruteza com que lidas com as coisas da vida, gracias sempre!

Aos amigos Lucas e Sibele, cada um de vocês são parte dessa constelação linda e gigante que é o agradecer, longe fisicamente, mas perto na comunhão dos dias e das ideias, dos afetos e da vida, só devo dizer-lhes gracias por me dar essa oportunidade de conviver com mentes e almas tão vivazes!

Paula querida, quantas histórias até aqui! Entre amores e dissabores, colecionamos um pouco de abraços, de risas, de uma vida que se encontrou ao pé de uma escada e só foi tomando o rumo de uma amizade que guardo sempre, gracias amiga por ser tão generosa comigo e pela tua paciência ao meu ouvir! Gracias!

Gracias a minha amiga Josete pelos ensinamentos e as leituras, por compartilhar essa família italiana de gente que fala alto, por amar o mar intensamente e ter me mostrado que ele vale muito mais a mãe d'água, pelos incentivos a cada passo que dou! Gracias querida!

Tereza, amiga querida, que gratidão poder ter tido essa oportunidade de convivência contigo, realmente o verdadeiro achado

dentro desses anos de mestrado e que me fez enxergar além, ao alto, as estrelas, gracias pela paciência e por ter lido em voz alta essa dissertação, isso fez toda diferença nesse caminho!

À Rosilene, companheira de caminhadas, especialmente essa do mestrado! Gracias!

Cassiane, gracias pela tua sororidade, tu és uma pioneira para mim, sempre nos valorizando, estando ao nosso lado, desde as leituras para o projeto, aos ensinamentos particulares e o quanto de generosidade tu guardas dentro de ti e sabes espalhar isso por onde tu passas! Gracias por me mostrar que ainda há mais caminhos pela frente!

Gracias à equipe de pesquisa do INRC – Lida Campeira, onde tudo começou e de onde tirei o fôlego inicial desta pesquisa, que foi atropelada por essa pandemia. Gracias colegas: Daniel, Miriel, Vagner, Mateus e Leonardo!

Às minhas madrinhas de dissertação: professoras Marília e Flávia! Querida Flávia, me tiraste daquele torvelinho de 2017 para me mostrar que é possível fazer ciência com poesia, com arte e que precisamos cada vez mais quebrar os muros, ir além, gracias por tudo! Marília, que coisa mais boa foi te ter ao lado nessa trajetória, cada leitura e a cada desespero, havia uma palavra estimulando a caminhada, gracias!

Às professoras Cláudia Turra, Louise Alfonso, Renata Menasche, Rosane Rubert e Adriana Peñafiel e aos professores Francisco Pereira, Guilhermo Aderaldo e Rafael Noleto pela maneira como ensinam e pela gratidão do compartilhar, vocês me ajudaram muito e me estimularam com suas disciplinas! Quero agradecer pela atenção, enquanto

coordenador da pós-graduação, ao professor Rafael Milheira e a disponibilidade quando não sabíamos se viria a bolsa!

Ao meu amor, meu companheiro, Sérgio, metade dessa caminhada não teria sentido se não tivesses segurado a minha mão e ter enxergado em mim essa cabeça cheia de ideias, sonhos, desatinos, falares altos e estridentes que te tiram o sono, querido gracias por seres esse homem simples, mas de uma sensibilidade enorme, gracias por me segurar nos momentos de angústia e saudade! Essa dissertação também é tua! Extensivo à Sandra, Rui e Gabriel por me receberem em suas vidas, gracias!

À Comunidade pesqueira da Colônia Z-25 de Jaguarão, com certeza tudo que aprendi e escrevi aqui devo a todas e todos vocês e por me arregalar os olhos para a realidade e a vida sofrida e desvalorizada do pescador e da pescadora e por me apresentar uma pampa e uma fronteira tão múltipla!

À Otília e à Cazuza minhas gatas extraordinárias!

À Sheila Meira pelas conversas de pé de página e por me estimular tanto e ser tão admirável! Gracias

À minha psicóloga Chimeni Ricardo, nos momentos mais duros de medo e pavor, na recuperação pós-covid, segurando as barras e as lágrimas, contigo pude chegar até aqui! Gracias!

Gracias às deusas Oxum e Iemanjá pelos sonhos e pelas águas!

Epígrafe

Sofri o grave frio dos medos, adoeci. Sei que ninguém soube mais dele. Sou homem, depois desse falimento? Sou o que não foi, o que vai ficar calado. Sei que agora é tarde, e temo abreviar com a vida, nos rasos do mundo. Mas, então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água, que não para, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro – o rio. (p. 41)

A Terceira Margem do Rio

João Guimarães Rosa

Resumo

Essa pesquisa tem a finalidade de apresentar uma etnografia poética a partir das águas do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim, tendo como interlocutores e interlocutoras as pescadoras e pescadores artesanais vinculados à Colônia Z-25, trazendo um jeito de viver em confluência com as águas e com os/as demais entes que circundam estes ambientes: peixes, vacas, cavalos, arroz, aves, cachorros e a paisagem lagunera. Além disso, podemos perceber um pluriverso da pampa e um *sentipensar* com as águas em experienciar constante entre vidas e mundos enactuados, múltiplos e diversos. A fronteira em seu modus transeunte, se faz presente no cotidiano dessa comunidade, guardando suas tensões e fricções entre os países-cidade, num fazer fronteira dado pelo encontro desses tensionamentos, até chegar a sua multiplicidade de mundos, partindo das relações entre as águas, os peixes, os viventes e as linhas divisórias. A metodologia pensada e pratica nesta pesquisa teve como ponto de partida a poesia, tomada em sua aproximação e radicalização com a antropologia e sua atencionalidade, deixando-se envolver pelo acaso, pelas caminhadas e o sentipensar, levando a sério esse modo de vida.

Palavras-chave: *Sentipensar* com Águas; pesca artesanal; pampa pluriversa; fronteira múltipla; etnografia poética.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo presentar una etnografía poética de las aguas del río Jaguarão y del Lago Mirim, teniendo como interlocutores y interlocutores a los pescadores artesanales vinculados a la Colonia Z-25, trayendo una forma de vivir en confluencia con las aguas y con las demás entidades que rodean estos ambientes: peces, vacas, caballos, arrozales, aves, perros y el paisaje de la laguna. Además, podemos percibir un pluriverso de la pampa y un *sentipensar* con las aguas en una experiencia constante entre vidas y mundos enactuados, múltiples y diversos. La frontera en su modo transitorio, está presente en la vida cotidiana de esta comunidad, manteniendo sus tensiones y fricciones entre los países-ciudad, en un hacer frontera dada por el encuentro de estas tensiones, hasta alcanzar su multiplicidad de mundos, a partir de las relaciones entre las aguas, los peces, los vivientes y las líneas divisorias. La metodología pensada y practicada en esta investigación tuvo como punto de partida la poesía, asumida en su abordaje y radicalización con la antropología y su atención, dejándose envolver por el azar, por los paseos y por el sentimiento, tomando en serio esta forma de vida.

Palabras-clave: Sensación de agua; pesca artesanal; pampas pluriversales; límite múltiple; etnografía poética.

SUMÁRIO

Prólogo ou o Eu-lírico antropológico.....14

Movimentos e caminhos: as Onças, os Dragões e alguns Recuerdos na beira do Rio
.....22

A Vazante – por uma metodologia poética.....39

Narrativa-visual.....62

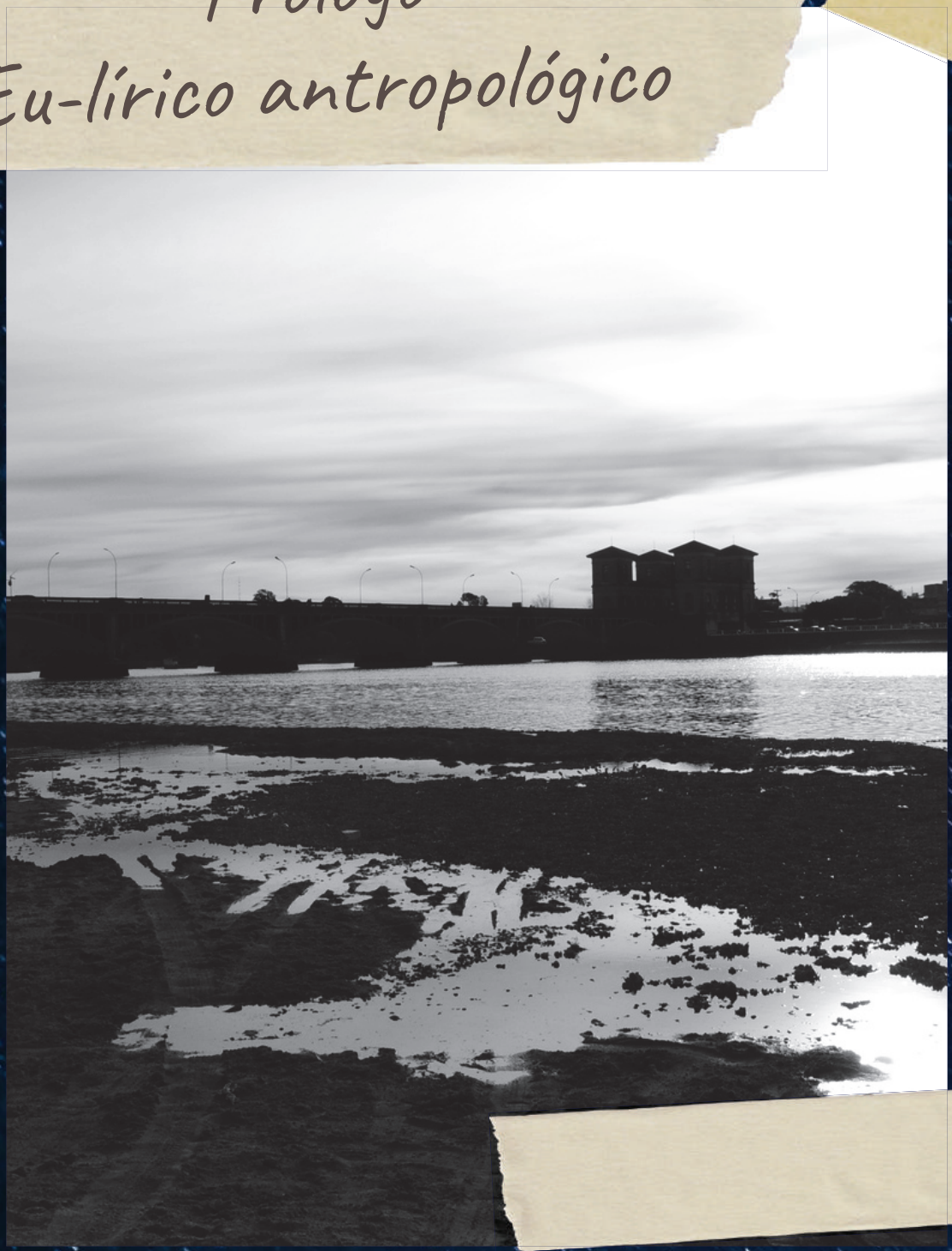
*Meandrico – pescadores e pescadoras de Jaguarão.....*93

Uma Fronteira Andarilha, Uma Fronteira da Multiplicidade.....123

Por uma Pampa-água Pluriversa.....155

Referências Bibliográficas.....165

Prólogo
Eu-lírico antropológico



Prólogo

Eu-lírico Antropológico

Eu, astronauta lírico em terra
Indo a teu lado, leve, pensativo
A lua que ao te ver parece grata
Me aceita com a forma de um sorriso
Eu, astronauta lírico em terra
Indo a teu lado, leve, pensativo...
Vítor Ramil

Eu, Juliana, uma *antropóloga lírica em terra*, foi isso que me veio à cabeça esses dias quando estava escrevendo os capítulos finais da nossa dissertação e escutava a música de Vítor Ramil, imaginando a pampa transformada num grande planeta, cheia de estrellas callejeras, povoado por uma linguagem inventada, tal qual fez o Vagabundo em Tempos Modernos, que cena memorável!

Foi então que pensei em uma introdução que remetesse ao universo que aqui se verá, porém que também estivesse presente o que há de mágico dentro de suas contradições, igual se faz a vida, num vai-e-vem constante, entre o amarrar e desamarrar.

Percebi, ao longo de todo processo de escrita, o quanto levar a sério as categorias que encontramos por diante e aquelas que também passam pelo nosso corpo é uma maneira de possibilitar que a própria disciplina esteja sempre num constante processo cíclico de reinvenção, de juventude como disse Mariza Peirano.

Mas, indo além disso, pois não podemos pensar em realizar uma pesquisa tendo como único objetivo desdizer o que os nossos ancestrais antropológicos disseram, isso não é somente uma questão

de respeito ou justiça epistemológica, mas de termos memória enquanto humanistas e também de não desmerecer a existência daquelas e daqueles que vieram antes de nós.

Neste caso, toda a pesquisa é capaz de uma revisão, de uma reinvenção, lá estão as árvores Ndembu para nos mostrar isso e tal fato não significa que se trata de um trabalho equivocado, mas todo o seu contrário, apresenta a sua potência enquanto antropologia, porque não se pode olvidar de que, acima de tudo, é vida.

Afinal, o que seria essa coisa de ser uma antropóloga lírica? Como pude descrever no capítulo A Vazante onde apresentei uma das maneiras que podemos olhar, ouvir, compartir e descrever nossos trabalhos de campo, levando em consideração aquilo que nos toca, em sua atencionalidade, na matéria viva das coisas, gentes e entes.

Nesse percurso, também fui inventando uma própria língua, essa que além de ser uma mistura é a contravenção de dois países, inevitável e plural, que muito antes de aparecer aqui, nessas páginas, faz parte do cotidiano de cada lado, reinventada a cada vez que atravessamos a ponte, dando um ola que tal?

Entretanto, quando fui questionada pela professora Renata Requião no exame da qualificação sobre qual língua eu escrevia, aquela constatação me deixou numa alegria que não pude conter o riso, pois ela havia me chamado a atenção para isso e de que deveria definir, em algum momento, essa linguagem.

Parei por um tempo, pensando no que ou como responder para Renata, o riso foi se transformando em questionamentos e indagações sobre essa língua, revirando os meus cadernos de apuntes poéticos, as

cadernetas de campo e nada parecia evidente, foi então que percebi, novamente por outra frase rememorada por ela: “me formei poeta com meu avô” e eis que me dei conta que língua era essa.

Nas tardes quentes e nas manhãs frias da campanha, na casa dos meus avós onde passei toda minha infância, criada por eles naquele pluriverso cheio de magia, eu sempre mirava as coisas com os olhos arregalados, com a surpresa comum que guardam as crianças.

Passava das cobertas da cama compartilhada com a vó Maria e meu avô José ou Zeca, para a cozinha literalmente grudada na barra da saia dela até que saísse aquele ovo que eu comia de colher e da cozinha para a horta com meu avô e a pequenina enxada que ele fez para mim e assim poder acompanhá-lo nas lidas com a terra, que geralmente aconteciam à tarde, pois pela manhã ele carneava gado no matadouro.

Pois foram nessas tardes que aprendi essa linguagem, meu avô tinha o costume de contar histórias, uma mais interessante que a outra, eram causos infinitos, contados naquela língua que ele mesmo inventava ou que talvez tivesse herdado dos antigos, dos troncos velhos, eram histórias de índias, de negros e fantasmas.

Então, por ironia do destino, eu vim a ser isso que ele me ensinou: uma contadora de causos, uma poeta e não tenho dúvidas que essa formação começou ali, entre a horta do vô e a pileta da vó e o mais irônico ainda é que de todas as lembranças que tenho dele, a voz é a única que não consigo reter, mas era um som entre o suave e a firmeza de alguém que sabia o que queria dizer.

Portanto, no processo de feitura desse trabalho, passei por questionamentos sobre meu ser no mundo, quem eu realmente sou, esse ser que é um trânsito de raças, de línguas, de gentes e bichos. Nesse trajeto repensei diversas vezes as categorias de classificação racial e descobri-me uma pessoa negra de pele clara, não porque meu avô sempre me chamava a *neguinha do vovô*, mas porque cada vez em que me desloco na estrutura social ficam mais evidentes os demarcadores em cima do meu corpo.

No entanto, pensar-me a partir dessa categoria não quer dizer que entro em disputa com minhas irmãs e irmãos de pele escura por conta das cotas raciais, mas para dizer e me situar ao lado delas e deles na luta antirracista, a qual atravessa minha existência desde o dia em que me dei conta como tratavam os meus e a mim mesma, pertencente dessa linhagem.

Assim, a língua que escrevo não é somente a mistura do português com o espanhol ou portunhol, tão comum em nossa fronteira, mas sim é o *pretunhol* e aqui faço referência a Lélia González (2020, p. 88) que me ajudou a compreender as particularidades com as quais estamos todas metidas e, especialmente, me fez decifrar a maneira como o vô Zeca se expressava.

Essa é a língua com a qual escrevi a dissertação que lhes apresento, o pretunhol, a mistura do pretuguês, batizado por Lélia, e o espanhol oriundo dos deslocamentos fronteiriços: preciso dizer que meu avô enquanto carneador, muitas vezes matava gado em Rio Branco no Uruguay.

Além disso, como havia dito anteriormente, minha formação também se deu na pileta da vó Maria: ela vem de uma linhagem de mulheres lavadeiras e seguiu o ofício da família, fazendo alguns cobres, pois era preciso alimentar 8 filhos!

No quintal de casa, perto do galinheiro, havia uma pileta[1], de cor amarela, construída de cimento, bem quadrada, grande, na qual a vó lavava a roupa: batia, esfregava, mergulhava na água e cantava, naquele tom bem agudo, quase desafinando, depois colocava para quarar nos galhos das árvores ou no gramado.

Olhava tudo aquilo e esperava a minha vez de ser "lavada" naquela piscina, tudo era um grande divertimento, mesmo vendo o trabalho que minha avó tinha para encher a pileta e depois fazer a lavagem das roupas dos ricos da cidade. O alerta sempre vinha, "não entra aí, só depois que eu enxaguar", então esperava ansiosamente por esse momento e naquela água suja eu me banhava nas tardes quentes do Cerro do Matadouro.

Essa profissão de lavadeira era muito comum em Jaguarão, exercida majoritariamente pelas mulheres. No caso de nossa família a linhagem começou com a vovó Dorilha, mãe de minha avó, que caminhava grandes extensões de estrada para pegar a roupa suja e lavar nos braços do arroio, que na verdade se tratava do rio Jaguarão.

Minha avó conta sobre essas andanças e das vezes em que acompanhou vovó Dorilha na lavação de roupa; pagava-se uma miséria

[1] Pileta seria uma espécie de tanque de lavar roupa, feito de cimento em formato quadrado, lembrando uma piscina, por ter uma dimensão maior que os tanques de roupas da atualidade. A vó Maria sempre se referiu ao seu tanque como pileta, além de ser uma influência da língua espanhola no cotidiano.

para essas mulheres que viviam com extrema dificuldade, mas era uma das fontes de renda garantida naqueles tempos tão pobres.

Passados alguns anos, minha tia Cândida também passou a exercer o mesmo ofício, sempre lembro dela com trouxas e mais trouxas de roupa em seus baciões de metal, os mesmos que me banhava para dormir, era uma maneira de evitar a escassez de água, e um costume de banhar as crianças assim.

Também tive a oportunidade de conhecer a dona Flor, uma senhora de mais de 90 anos e que também foi lavadeira, porém dominava seu ofício nas piletas públicas espalhadas pela cidade, entre o atual bairro Vencato e a Fundação Barbosa ficava situado o seu tanque, para o qual se dirigia ainda de madrugada para poder ficar com a melhor localização.

Dona Flor é irmã de uma das maiores personalidades do carnaval jaguarense, figura imemorável, pela alegria e trajes que vestia, mas também por dois outros motivos: pela profissão de lavadeiro e por ter sido a primeira travesti a desfilar na cidade, com sua clássica fantasia de tenista, estou aqui falando da Adém.

Adém era um homem lavadeiro, pegava roupa e lavava no rio, posteriormente teve uma lavandeira, uma das mais requisitadas na cidade, lavava com grande primor e também passava, era de um bom gosto e elegância, sempre bem trajado, minha madrinha Marta sempre conta que seus casacos eram levados para ele lavar e passar, devolvendo-os como novos, tenho vaga lembrança dele nos carnavais e aqui deixo minha homenagem a esse homem tão particular e plural.

Por fim, nas páginas que seguirão, vocês minhas leitoras e leitores, encontrarão um grande emaranhado de vida, entre as águas, não tão diáfanas, da lagoa e do rio, esse trânsito de gentes, coisas e bichos, linguajares, dissensos e vivências. Tentei compreender esses movimentos a partir da pluriversalidade que as paisagens e as pessoas iam me ensinando e também com as quais senti.

Nos primeiros movimentos, mostro meus caminhares pela cidade, a costa do rio, até alcançar a lagoa. Apresento algumas memórias de infância desses atravessares por cima da ponta e os primeiros banhos nas águas do rio, na prainha do remanso, na cidade de Rio Branco, Uruguay.

Seguindo os passos, trago a maneira ou o *jeito* como fiz para realizar a pesquisa, sem deixar de lado a atencionalidade que a poesia necessita para acontecer, na verdade problematizei as estreitas relações entre poesia e antropologia, numa tentativa de pensar numa antropologia poética, ou seja, a antropologia sendo afetada pela poesia.

No meandrico apresento as interlocutoras e interlocutores e suas vivências com as águas e todo território que circunda a pesca artesanal na lagoa mirim, as ontologias relacionais, os dissensos, a maneira como experenciam com as águas e os animais essa pampa pluriversa e inundada pelas águas.

Trago-lhes a partir das águas, uma Fronteira Andarilha e uma Fronteira da multiplicidade, evidenciando as tensões e fricções entre estados e viventes e todo jogo de poder que ali existe, mostrando que

não somos apenas “uma terra só”, mas uma terra onde existem várias terras enactuando, parafraseando Arturo Escobar.

E finalmente concluo apontando os possíveis caminhos para pensar a pampa a partir dos estudos pluriversales aos moldes de Arturo Escobar, Mário Blaser e Marisol de la Cadena, trazendo a água como tema central, na tentativa de pensar processos de democratização do acesso à água, sua qualidade e a maneira como ela é vivenciada pelas comunidades tradicionais e pela agroecologia.

Além dos capítulos escritos, também apresento uma narrativa verbo-visual com as imagens produzidas por mim ao longo do processo de trabalho de campo. E no más, apresento-lhes essa pampa-água pluriversa!

Movimentos e Caminhos



as Onças, os Dragões e alguns
Recuerdos na Beira do Rio

Movimentos e Caminhos: as Onças, os Dragões e alguns Recuerdos na Beira do Rio

"...somos una especie en viaje
no tenemos pertenencias, sino equipaje
vamos con el polen en el viento
estamos vivos porque estamos
En movimiento"
Jorge Drexler

Para chegar até os recuerdos e voltar a mirada para a beira do rio e suas águas, foi preciso retornar para a universidade no curso de graduação em antropologia e vincular-me ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos e neste ao projeto de pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais Lidas Campeiras, que já estava em sua fase na região do Alto Camaquã e com diversos temas em evidência, dentre eles as águas.

A partir do contanto com a equipe, pude participar das discussões acerca da pampa e dos problemas ambientais aqui enfrentados por diversas comunidades, sendo o mais evidente a mineração que poderá comprometer sobremaneira a região.

Assim, motivada pelas pautas ali apresentadas e sobre a emergência de discutir sobre esses temas no sul do Brasil, pensamos nesse projeto sobre as águas e dessa maneira passei a redirecionar meu olhar para o rio e, por fim, indo ao encontro da Lagoa Mirim.

Dessa maneira, as lembranças iniciais que me fizeram pensar numa antropologia "com os pés na água" foram àquelas da infância e dos primeiros contatos com o rio, embora sempre com a advertência dos

perigos das águas, especialmente sobre um monstro que morava em suas profundezas.

Essa cidade e essas águas têm o nome de Jaguarão situada na fronteira sul-rio-grandense, divisa com o município de Rio Branco pertencente ao Uruguay, tal característica marca sobremaneira os modos de viver, habitar e de se relacionar com o/a outro/a do lado de cá e do lado de *allá*, sendo essa metáfora por si mesma representativa dos movimentos e trânsitos do ser fronteiriço, bem como as estabilidades citadinas de ambas as margens.

Entretanto, essa fronteira *fluída* ou quiçá *andarilha*, prendida pela monumentalidade da ponte, que mais parece uma fortaleza, tem como ponto de intersecção o rio, ou seja, os movimentos de ida e vinda das águas que bailam e refletem *nosotras*[1] e *nosotros* em seus espelhos, ora invertidos, ora reais, se é que se pode falar em realidade nesse lugar.

Além dessas características, Jaguarão e Rio Branco, Brasil e Uruguay, estão ligados a partir das guerras pela disputa de territórios, no período colonial, entre as então metrópoles de Portugal e Espanha, esses fatos definiram um estilo mais poroso e irmanado de se viver nesses *entre* lugares e aqui em particular me remeto ao conceito de "comarca pampeana" que Aldyr Schlee (2014) traz em um dos seus artigos sobre a fronteira de nossas gentes e coisas, dos vaivéns dos

1 Para a Glória Anzaldúa a palavra nosotras nos foi privada, ela nos diz que: "a primeira vez que ouvi duas mulheres, uma porto-riquenha e uma cubana, dizerem a palavra "*nosotras"*, fiquei chocada. Eu nem sabia que essa palavra existia. Chicanas usam *"nosotros"* sejamos machos ou fêmeas. Somos privadas do nosso feminino pelo plural masculino. A linguagem é um discurso masculino." (p.306)

animais e dos espíritos, das crenças e principalmente, dos caminhos e descaminhos, tanto por terra, como por água.

Assim, a ocupação definitiva do território (há que se relativizar essa ideia de definitiva, tendo em vista a Província Cisplatina com a união de ambos os lados, nesse caso, o sentido que aqui se coloca é dentro da lógica da oficialidade, na realidade a dinâmica oferecia outro cenário) pela coroa portuguesa ocorreu em fins do século XVIII com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em 1777 entre Portugal e Espanha, marcando a transição para Estados-nação distintos, porém embaralhados e de acordo com Schlee:

> "Esses conflitos contribuíram para o surgimento, em toda região, de uma sociedade local marcada por forte porosidade, forte permeabilidade cultural, devida em parte à dificuldade e à quase impossibilidade do estabelecimento de limites reais entre nós, entre nossas nações vizinhas." (p.23).

Ainda sobre essa mesma questão, Schlee (2014) problematiza, a partir de Ángel Rama, a ocupação e os limites da fronteira, trazendo o conceito já citado anteriormente, da "comarca pampeana" e assim reforça a porosidade que constitui esse lugar: "[...] no sentido de borda bem definida aqui em nossa fronteira – na fronteira entre nossos dois países, na fronteira da "comarca pampeana", essa noção é, senão caduca, ao menos digna de uma revisão". (p.24).

A delimitação do território se deu pelas águas da fronteira (águas essas que são *transfronteiriças* por pertencerem a ambos os países), que durante o período cisplatino (união) não houve demarcação rigorosa, ou

seja, toda essa região era como imaginava Aldyr Schlee, *uma terra só*: "a região chamada Cisplatina foi anexada ao Brasil em 1821 e Jaguarão deixou de ser uma cidade de fronteira internacional" (DEMUTTI, 2015, p.25).

E assim, diante da matéria plástica que configurou ser esse espaço, um tanto uruguaya, a ponto de ser do Brasil e um tanto brasileira a ponto de ser do Uruguay, encontro-me enquanto ser vivente e caminhante, entre a história e a antropologia, entre as origens familiares dos que pertencem a distintos povos e povoadores (entre brancos, negros e indígenas, bem como entre os uruguaios), dividida pelo fascínio dos causos contados na Colônia Z25 entre uma família de pescadores e aquilo que o corpo sentiu ao divisar com a realidade do viver nas e pelas águas.

A primeira coisa que esteve em mente, quando da entrada em campo, foram partes da letra do canto jaguarense que traz os seguintes versos iniciais: "quem navega nessas águas/ segue a Mirim na Canoa/que vem singrando a Lagoa/ e o Rio rumo à fronteira".

Pujantes em sua magnitude de ser, as águas em sua confluência de nos carregar por onde quer que seja, batendo de encontro com o barco dos pescadores e pescadoras, dos areeiros, dos esportistas, ainda que raros no presente, dos curiosos em geral.

Esse corpo de baile aquático, nítido aos olhos quando chegamos ao centro, mas também sensível em qualquer parte da cidade pela sensação causada pelo inverno em nossos corpos, latejava nos encontros callejeros com amigos, no sabor do mate amargo no fim de

tarde, da cerveja nos dias quentes de verão, dos recuerdos carnavaleros de tantos tempos (passados e presentes).

Para incorporar – sentir novamente no corpo, bem como recordar como ensina Galeano, passando novamente pelo coração – essa umidade, pensar no que me ligava ao rio, à lagoa, às águas, fez com que as tardes da primeira infância viessem à minha retina e assim justificar afetivamente o porquê de colocar os pés na água, agora como antropóloga em formação.

Cleusa, irmã de minha mãe, residia numa casa quase ruína que ficava a meia quadra do rio, na esquina, entre o torpor de uma insolação pueril e a imaginação de uma garota de cinco anos, via as oliveiras ao lado dos últimos e ainda resistentes cabarés da beira rio.

E seguindo o caminho junto aos meus primos, de mesma idade, descendo a pequena ladeira, avistando as casas cheias de mulheres e luzes vermelhas, encontrávamos meus tios a se banhar no rio Jaguarão.

O calor intenso, o mormaço batendo na nuca, o sol forte como são os sóis de Jaguarão, da fronteira, nos desesperavam e o corpo pedia água, mas sempre com a advertência das mães a nos vigiar debaixo da sombra das oliveiras.

Aquele desespero fazia com que corrêssemos para a beira do rio e assim meus tios, que estavam submersos com água pelo peito, tiravam baldes de água por cima de nós, era uma alegria infindável, uma gritaria e uma algazarra sem tamanho, a correria da gurizada.

Depois desse deleite “marino”, subíamos para tomar um sorvete na tenda do seu Tenente dentro do Mercado Público de Jaguarão, em

baixo das figueiras centenárias vizinhas do rio, que ainda possuem as marcas do tempo da escravidão.

Além disso, pela ausência de praias relativamente próximas da cidade, e que fossem abertas ao público, a alternativa de balneabilidade se vislumbrava por dois caminhos: a praia do Remanso, na outra margem do rio em Rio Branco e o Passo das Pedras, também água de rio, que fica a poucos quilômetros da cidade, que hoje está proibido para lazer por conta dos muitos afogamentos ocorridos na localidade e pela falta de segurança aos banhistas.

As tardes de banho na praia do Remanso eram re lindas, cheias de gentes dos dois lados de cada margem, era bonito de ver, muito embora o perigo fosse uma ronda o tempo inteiro, a água não podia passar da cintura, pois se isso ocorresse o Jaguar te levava para as panelas no fundo do rio. Muito mais do que um conto literário, as pessoas falavam sobre isso e vivíamos aqueles verões, entre os guaranás e cervejas, mas também entre a *experiência* (Dawsey, 2012) e o *perigo* (Douglas, 1966).

E eram farofadas, comboios de gentes sobre a ponte com sacolas, caixas térmicas, crianças de arrasto, uma expectativa para chegar *no* outro lado, passar dando um "ola que tal? " Para o guarda de plantão na armada uruguaya, tudo numa emoção de se sentir clandestina e ao mesmo tempo em casa, a final o rio era e é de todas e todos ali, da bicharada, dos barcos, dos despachos, dos brasileiros e dos uruguayos.

Rebolcando esse passado, nem tão distante, achei por bem me atirar nessas águas novamente e sentir o gosto daquilo que sentia antes,

o frio na barriga do encontro, das escadas laterais da ponte, dos cacos de vidros expostos e me esperando no fim do tombo depois de um dia inteiro encharcada naquela água marrom e da sensação de que a qualquer momento poderia ser outra coisa, distinta, porém quase igual ao que encontrava no lado de *allá*.

Assim, comecei a andarilhar pela cidade, momentos de expectativa, mas também de insegurança: era *outra* Jaguarão a se apresentar diante dos meus olhos, talvez essa cidade sempre estivesse ali, como me disse Dona Rosa, presidenta da Colônia Z25, "nós começamos isso aqui", ou seja, é muito mais do que barcos colorindo e enfeitando as fotografias tomadas da beira rio, são gentes, pessoas, viveres e saberes que habitam a cidade desde muito tempo.

Dessa maneira, em outubro de 2017, influenciada pelas leituras de Tim Ingold, especialmente o artigo intitulado O Dédalo e o Labirinto (2015) passei a realizar caminhadas pela cidade, tendo como ponto de partida o Cerro do Matadouro, residência de minha avó paterna, com destino ao cais do porto, na beira do rio, resultando por volta de cinco quilômetros a pé.

Passando lentamente por diversos pontos da cidade, meu corpo se dirigia no sentido de chegar à "boca" da Rua Júlio de Castilhos, atravessar a Rua 20 de Setembro (antiga Rua Beira Rio), chegar até a calçada e descer pela pequena rampa de pedras azul-marinho e me sentar nas escadas que ficam na beirada da água; lembro que escrevi um poema para o amigo Lucas, jaguarense residente em Belo Horizonte, pois nossos encontros anuais se dão no rio.

Diário de Campo, 23 de outubro de 2017:

> *"Hoje caminhei uns bons quilômetros, minhas pernas doem, o rio me chamava, fiz as compras para minha mãe e desci até o cais. As águas estavam transbordando, as escadas cobertas, fiquei uns minutos observando, sentei numa pedra e escrevi para Lucas".*

Depois dessa primeira caminhada, passei a fazer desse trajeto algo rotineiro a cada ida a Jaguarão, visitando e observando lugares que há muito não percorria, sentindo a materialidade das ruas no corpo, andarilhando junto às pedras, bichos, pessoas, águas, na confluência do universo citadino, deslocando-me a cada parte como se fosse uma novidade para os meus olhos, ou melhor, educando a atenção (INGOLD, 2015).

Nesse vagar caminhante, deixando o corpo na fluidez dos movimentos, procurando o Dédalo mais do que Labirinto ou quem sabe Ícaro na sua loucura pelas asas, um voyeur (CERTEAU, p. 170, 1998), deixei os fluxos das ruas invadirem, ora minhas pernas e pés, ora as rodas da bicicleta, companheira de diversos percursos e assim escrevi minhas primeiras impressões, poemas e devaneios sobre o que seria a cidade e como pensá-la através de suas águas.

Para isso, depois de um tempo, retomei a literatura de Aldyr Garcia Schlee, escritor jaguarense que se dedicou a contar sobre esses lugares ou entre mundos: Jaguarão e Rio Branco, o *outro* lado, como gostava de dizer e como todos nós, fronteiriços, dizemos. Mais especialmente reli o livro Contos de Verdades e as histórias mágicas e também reais sobre a fronteira contada e inventada por ele, dos

contrabandos e da ponte, dos infortúnios e dos amores perdidos, do último vapor atracado no cais do porto, dos mitos e espíritos que povoam essa terra.

A partir dessas leituras, descobri minha cidade ou a invenção feita por Aldyr e por ela me apaixonei perdidamente. Nas suas visagens sobre as calles de ambos os lados, trouxe personagens do cotidiano dessas bandas: mulheres e homens simples, os esquecidos pela história, os marginais, o povo fronteiriço e assim apresentou como de fato é habitado e praticado (De Certeau, 1996) esse lugar.

Dessa maneira, mergulhei naquela Jaguarão ensolarada pelo mormaço brabíssimo dos dias de verão e o frio úmido dos campos congelados tapados pela geada branca e aquela librina característica que deixa o rosto e as roupas molhadas, revelando a crueza desses pagos.

Nesse mesmo cenário, Schlee falou de umas grandes onças brabas, das jaguarões que vivem nas profundezas do rio ou que "desdobrando-se num rosário de prostíbulos à beira do rio, era fácil de imaginar ali mesmo na praia, tentadoras e humanamente renascidas, as grandes onças brabas" (SCHLEE, p.12, 2011) e por ela fui encantada, me deixando entrar nas águas *marrones* daquele rio que nos une com o *outro* lado.

"Em verdade vos digo que nada sei de maravilhas, embora trema ao falar de jaguarões" assim começa o livro Contos de Verdade, onde a cada passo se descobre como esses caminhos são feitos, como somos *nosotras* e *nosotros*, no vagar transeunte daqueles/as que atravessam a ponte – por cima ou por baixo – com o ganho do dia.

Nesse intermédio de tempo, tive a oportunidade de visitar o escritor em sua residência, por conta do projeto INRC – Lida Campeira, ao qual estou vinculada. Na ocasião, fui acompanhada da profª. Flávia Rieth, que se ausentou uma hora depois.

Ficando sozinha com Aldyr, foi como se entrasse em outro tempo, mergulhando e passeando com ele em cada pedaço de Jaguarão, lembrando das ruas e das suas personagens e de como construiu cada uma, fazendo-me um mapa literário da cidade.

A partir desse diálogo recomecei as caminhadas etnográficas, especialmente em torno da beira do rio, relembrando as antigas quadras contidas nas atuais, nomeadas pelo escritor e entre a verdade sendo mentira e a mentira sendo verdade, como sugeria Schlee, fui revisitando os percursos e descobrindo outras possibilidades.

Nesse momento, compreendendo através dos andares pela cidade, sentindo a partir dos pés, recordei sobre os Dragões de Tim Ingold (2012), a criatividade, aprendizagem e experiência: "[...] o conhecimento da natureza era forjado no movimento à medida que se caminhava". (idem, p.24).

Caminho, criatividade e educação estavam juntos ao levar o corpo para a beira do Rio, não mais pelos recuerdos de uma infância praieira e sim na atencionalidade dos passos, seguindo a imaginação e deixando *incorporar* as sensações de medo e estranhamento ao divisar com aquelas águas marrons e perigosas.

Neste sentido, estava vivendo o "fenômeno da experiência",(Ingold, 2012) ao pisar nas *calles* fronteiras, recordando aqueles Dragões medievais e as Onças Brabas "humanamente

renascidas"(Schlee, 2011), nos antigos prostíbulos, hoje *ruídos* na memória, que acompanharam as primeiras sensações de estranhar o lugar familiar (Cardoso de Oliveira, 1998).

A medida que avançava, pé ante pé, revelando as fotografias e os poemas, a fim de compor a atmosfera aquática a partir desses referenciais fui enverando cada vez mais para o universo existencial, de uma antropologia *vagueira* ou *vazante,* como o próprio Ingold nomeia e assim formando uma cidade inundada pelas águas.

Contar, a partir do que me contaram, sobre essa outra Cidade e Pampa, também é uma maneira de "adiar o fim do mundo", pois segundo Krenak: "é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim." (p.27).

Entre a imaginação de Tim Ingold e Aldyr Schlee, o cenário etnográfico e antropológico se delineou, pois nos trajetos literários e antropológicos havia a possibilidade de mergulhar a mirada para uma cidade real e vivida, encontrando pelo caminho os dragões e as onças, nem tão brabas, e dessa maneira ajudando a repensar sobre esses pueblos e arrabaldes.

Assim, percorri a cidade por quase um ano, entre idas e vindas, de bicicleta ou a pé, comecei andando pela orla do rio Jaguarão, acompanhada pelo meu diário e, entre os versos e as fotografias, foi tomando forma essa pesquisa sobre as águas e essa *cidade-pampa* que brota a partir delas.

No andarilhar, evidenciando a "suspensão do céu", que nada mais é do que "[...] ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial" (p.32) como nos ensina e propõem

Aílton Krenak (2019), o próprio *ser* da antropologia (Cardoso de Oliveira, 1988) foi sendo revelado através da imaginação e artesania proporcionadas pelas caminhadas etnográficas em confluência com as demais formas de grafia como, por exemplo, o texto poético e o fotográfico, evocando uma reflexividade sobre o próprio fazer antropológico de uma jaguarense pesquisando em sua cidade.

Esse *ser* da Antropologia, é pensá-la desde dentro, como refere Cardoso de Oliveira (1988) a partir da filosofia, sua formação de origem, através dos seus paradigmas e, no caso brasileiro, refletir sobre suas particularidades: uma disciplina formada desde a sua casa, *"at home"* como Mariza Peirano (2006) nos coloca.

Relacioná-la desde suas bases teóricas, históricas, paradigmáticas e suas mais variadas versões Cardoso de Oliveira diz que:

> "[...] o SER eminentemente histórico da Antropologia não era senão o conjunto de suas versões paradigmáticas – ou, em outras palavras, subculturas de uma cultura científica global chamada Antropologia, ou ainda – se preferir a metáfora da linguagem – dialetos do "idioma" antropológico [...]. (p.110)."

Dessa maneira, pensar na antropologia feita aqui é pensar antropologicamente no próprio saber-fazer que constitui a Antropologia enquanto ciência, nesse sentido, pesquisar em casa, no caso em Jaguarão, é reflexionar sobre um *ser* antropológico transeunte, ressignificando, a cada passo, dentro da disciplina, novas possibilidades de leituras desde dentro, ao se fazer o caminho numa antropologia *caseira* e *callejera.*

Para seguir o pensamento a partir de Cardoso de Oliveira: “Ora, se quisermos penetrar no SER da filosofia devemos nos situar dentro dela, a saber: filosofar”, aqui trocando a filosofia por antropologia, como faz o autor, temos uma das particularidades de se fazer uma pesquisa através ou *com* a sociedade da qual se faz parte.

Mariza Peirano (2006) vai referir, indo de encontro com uma ideia de antropologia apenas feita *além-mar* (alteridade radical), em contraste com a antropologia *at home* que, aquilo que funda a antropologia não está situado no seu objeto de estudos e sim na *diferença*:

> “Se por muito tempo foi definida pelo exotismo do seu objeto e pela distância que separava o pesquisador do seu grupo de pesquisa, hoje essa situação mudou. A antropologia não se resume a um objeto, ela se interessa pela diferença. A ideia de que a alteridade é um aspecto fundante da antropologia, sem a qual a disciplina não reconhece a si própria. (p.53)

Assim no vagar transeunte e vivente foi-se transformando e se adquirindo o *saber-fazer* antropológico, ou seja, o *ser* da Antropologia, a partir das sensações dos pés no caminhar, da observação flutuante (Pétonnet, 2008), das confluências entre as grafias, mencionadas anteriormente, e culminando na transformação do meu olhar (disciplinado pela antropologia) sobre o lugar e também sobre a estética de como via as coisas e pessoas antes: de historiadora a poeta e a virar antropóloga, deixando-me carregar para outros lugares e modos de viver, recônditos de uma potencialidade viva.

Nesse percurso calcado pelo silêncio das caminhadas solitárias, mas também povoado pela eminência da descoberta, fui mapeando quem poderia me contar sobre as águas e o rio, quem eram aquelas e aqueles que moram e vivem nas beiradas de rios, canais e lagoas e que poderiam contar suas histórias, mas que são os que realmente fazem a fronteira, as águas, a pampa ser o que são.

Foi um percurso sonolento, longo, cheio de sinuosidades e perigos, como se estivesse entrando a cada passo dentro do Rio e da Lagoa, no entanto era como se meus pés recém estivessem sendo cobertos pelas águas da costa, gelada e com grandes pedras em tom de azul-marinho e o som do gado gritando muuuuu no lado de *lá* das águas, no Uruguay, juntando-se em coro com o passaredo que compunham a paisagem de ambas as bandas.

Porém, faltavam as pessoas, vozes que dissessem aquilo que eu não havia escutado bem, mas que entendia e sentia como jaguarense da periferia, e que vivia as divisões, as margens, os limites, que não é somente de um país, mas de uma cidade.

Necessitava daquelas e daqueles que vivem nas intempéries dos tempos úmidos e chuvosos, dos mormaços em dias secos, do pescado e do veneno a céu aberto, mas que também desfrutam da pampa em relacionalidade com as demais habitantes, cheios de vida (e *perigos*) em todas as suas potências e espécies.

Dessa maneira fui até o sindicato dos pescadores e tive meu primeiro contato com o Sr. Ramiro, pescador artesanal, e a partir do que me disse fui atrás de outros pescadores e me deparei com diversas mulheres pescando em parceria com seus maridos e companheiros e

dessa maneira cheguei ao contato com a Michele, Juliana, Rosa, Rosângela, Santiago e Dejanira.

Parece fácil ao escrever essas linhas, mas por muito tempo fui tomada pela angústia de descobrir um modo de viver distanciado daquilo que vivo enquanto citadina, pois não bastava ser jaguarense para compreender Jaguarão e a comunidade a qual estava conhecendo.

Entretanto à medida do caminhar (fisicamente e epistemologicamente), foi-se descobrindo a própria antropologia e assim, chegando no rio e na lagoa, construindo esse ser *jaguarense-antropológico*, estranhando a casa (DaMatta, 1974).

No percurso de adquirir a consistência que necessitava, tive algumas muletas, lembrando aqui a metáfora de Cardoso de Oliveira (1996), que auxiliaram à entrada em campo, ou melhor, fizeram com que o corpo se banhasse nas águas *dulces* da lagoa: a fotografia e a poesia, ajudando compor esse olhar voltado para a lógica das águas e para as pescadoras e pescadores, para a cidade e a pampa e as margens fluídas da fronteira.

E assim, num domingo quente de março, senti que estava sendo batizada nas águas da lagoa e pude enfim saber o que era a "pesca pra fora", como vivem as pescadoras e os pescadores, os viveres, as intempéries, a abundância ou a falta do pescado, bem como ver e sentir essas espécies.

No caminho rumo à alta lagoa, ver os canais de irrigação, o arroz, a soja, o cheiro do veneno, o som das máquinas fazendo a colheita, o gado nos olhando durante o trajeto de barco, o passaredo que passava rapidamente sob nossas cabeças e por fim, pude aprender sobre os

lençóis freáticos e ver aquela água cuspindo da terra, sentindo esse pluriverso pampeano potente como nunca antes havia imaginado.

Portanto, a partir dessas reflexões, passarei a discutir sobre os temas relacionados ao trabalho de campo, aos encontros etnográficos com as interlocutoras e interlocutores, os percalços do caminho por terra, a chegada ao contato com as águas doces da Lagoa Mirim, as lavouras de monocultura e os problemas que a contaminação traz e por fim, mostrar o *sentipensar* com a água.

A Vazante



Por uma Metodologia Poética

> *Na linha de frente da nossa passagem à mudança existe apenas a poesia para aludir à possibilidade tornada real. Nossos poemas articulam as implicações de nós mesmas, aquilo que sentimos internamente e ousamos trazer à realidade (ou com a qual conformamos nossa ação), nossos medos, nossas esperanças, nossos mais íntimos terrores.* Audre Lorde – A Poesia não é um Luxo

Entre as linhas tênues do horizonte fronteiriço e aquático que nada dizem de compreensível, onde os pés não estão acostumados a sentir o balançar das ondas, despacio no más vai se desvelando a imensidão escura da Lagoa, fazendo o corpo pegar o jeito de se equilibrar e vivenciar inteiramente o que via por diante.

Mais que a metáfora para uma *situação* etnográfica qualquer (talvez aqui coubesse a implosão provisória desse estratagema), a entrada em campo é acompanhada pelo suador nas mãos, o medo do "outro", as pernas bambaleando, como se estivesse diante de si mesma num caminho escuro, feito a alta lagoa, com a vida se insinuando numa dimensão sensível e poética, tal qual a antropologia e o fazer etnográfico.

Essas sensações corporais, vivas dentro da nossa existência também fazem parte do fazer antropológico e às vezes definem a maneira como vamos nos comportar diante dos silêncios iniciais das pesquisas, que igualmente compõem nossos diários de campo e que são difíceis de lidar e transpor e também com o medo diante daquela e daquele que desconhecemos enquanto partícipes do nosso grupo de aproximação e que se tornaram, paulatinamente, nossos interlocutores e interlocutoras.

As antropólogas Elisete Schwade e Miriam Pillar Grossi (2018), levantam um questionamento:

> "Se as emoções são sociais, o desafio está em refletir sobre esse caráter considerando o encontro intersubjetivo proporcionado na pesquisa etnográfica. E então cabe-nos perguntar: os medos são os mesmos? Em que campo semântico estão inscritos os medos dos antropólogos e os medos dos interlocutores? " (p.14).

O medo num primeiro momento partia com relação ao grupo que pretendia estudar, um medo do "estranho", do "outro" e das possibilidades de interlocução não dar certo, no entanto, estava descartado o medo que o grupo poderia ter em relação a mim e também com relação a minha própria cidade, sentia-me confortável, mas quando vi essas certezas desmoronando, deparei-me com outra Jaguarão que não mais aquela encantada dos livros de literatura e de minha própria concepção poética.

Diário de Campo – em algum momento de 2018:

Tenho tanto

Medo da vida

Que ao me dar

De golpe com o mar

Senti o gosto

Salgado dos meus braços

Nas primeiras entradas em campo o silêncio de vozes foi uma constante, porém tive a companhia dos falares dos bichos, tal qual as

vacas na beira do rio no outro lado da fronteira, pelos meus sapatos ao encostar no chão durante as infinitas caminhadas que realizei e também os pneus da bicicleta e sua sinetinha anunciando os movimentos nas ruas, companheira de muitas "observações flutuantes" (Pétonnet, 2008).

Nesse começo passei a denominar o percurso de amoroso, fazendo uma referência ao poeta Fernando Pessoa em seu heterônimo Alberto Caeiro, o pastor caminhante e viageiro, e entendi que precisava mirar Jaguarão como se fosse uma grande novidade, uma descoberta de vielas, trilhas inventadas, poças d'água, braços do rio, até atinar que a cidade era moldada pelas suas águas.

Esse passo a passo pelo corpo da cidade tinha, na maioria das vezes, como destino final a beira do rio, dando de cara com a monumentalidade da ponte, levando um susto ao vê-la imóvel sobre aquele rio subversivo que nunca para de bailar, transitando entre as duas orillas, nos vaivéns callejeros daqueles que a cruzam tanto por cima quanto por debaixo.

A partir de então comecei a mapear as ruas que chegam até o rio, pensando naquilo que entra nessas águas, pulsando no meio do urbano, e também aquilo que sai de suas entranhas, na gemelaridade das cidades envolventes, bem como suas diferenças que vai muito além do idioma.

Num domingo de sol, inverno, o frio da fronteira caindo sobre nossos corpos e sentidos, comecei a caminhada acompanhada por minha tia Marta, saímos de sua casa em direção ao Cerro da Pólvora, onde está situada a antiga Enfermaria Militar, dessa altura é possível

avistar a curva do rio que vai em direção a cidade de Rio Branco, no Uruguay, assim como parte da Ponte e o lado brasileiro.

Desse ponto, começamos a descer pela Rua 24 de Maio que antigamente se chamava Colina, essa é uma das passagens que chegam até as águas do rio, sem precisar desviar o percurso, então foi possível reparar nas mudanças de casas, vielas, sobreposições e a paisagem sendo transformada, não somente pela sensação do corpo ao sentir o sopro do vento, gelado e aquático, mas também pelos cheiros: de peixe e de lixo.

A cada passo, foi-se mostrando o tecido urbano, em algumas partes mais denso de casas, em outras mostrando as ruínas latentes e vivas que estão localizadas nessa zona central, assim foi quando chegamos mais próximo do antigo prédio da rádio cultura da Jaguarão, de onde já estávamos mais próximas do rio e da ponte.

Barcos em ruínas

Carniças de peixes

Os pássaros num festio

Nesse momento comecei a perceber o entorno, a duas quadras antes de chegar ao rio, na antiga Rua das Pombas (recebeu esse nome por conta das inúmeras casas de prostituição que havia nessa localidade) o acúmulo de lixo era notório, tantos nos terrenos baldios, quanto nas casas em ruínas, até encontrar um depósito de reciclagem.

Impressionante como o lixo e a água estavam e ainda estão próximos e o quanto isso também remete a uma potência de criação e de destruição e que ambos guardam essas semelhanças, embora

constituam essa antítese aos nossos olhos, ou seja, os resíduos daquele corpo social sendo remetido diretamente para a água, que deveria ser preservada não só para o consumo humano, mas para os demais entes vivos.

Assim retomava as caminhadas etnográficas (sob influência da Tim Ingold[1]) que havia dado início em 2017, sem ter ainda a dimensão metodológica e os efeitos de reconhecer os lugares através dos pés, a partir das sensações e também dos movimentos *atencionais*, na presença do corpo nas ruas, flutuando entre carros, bichos, solidão e silêncios.

Nesse ponto, comecei a pensar sobre uma abordagem a partir da observação flutuante que: "consiste em permanecer vago e disponível em toda circunstância, em não mobilizar a atenção". (Pétonnet, 2008, p. 102) dando prioridade as caminhadas pela cidade, especialmente nas localidades próximas ao Rio e a orla de ambos os lados, como descrevi anteriormente.

No entanto, voltando o olhar para a atenção, percebi que não estava propriamente realizando uma "etnografia flutuante" aos moldes que Pétonnet nos ensina, mas sim deixando-me viver pela atencionalidade, pelo ouvir, ver e sentir – aqui me reporto aos ensinamentos de Cardoso de Oliveira (1996) – e compreender esses primeiros movimentos em busca do navegar nessas águas doces.

[1] Refiro-me aqui à leitura do artigo intitulado O Dédalo e o Labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção, 2015.

Logo percebi que estava aos poucos “educando minha atenção” na medida em que caminhava e apreendia os sentidos do que estava ao meu redor, expandido o olhar, botando um jeito, indo além daquilo que convencionamos dizer sobre a objetividade e racionalidade.

Assim, estava deixando-me capturar pelas miudezas, partindo do exemplo do poeta Manoel de Barros: o som do vento, o murmúrio das pequeninas ondas do rio, os falares do passarinhedo, as rodas dos carros em cima da ponte e de como ela estremece ao ser provocada pelos transeuntes – daqui uns tempos ela pode cair e essa realidade é notória ao repararmos nas suas grandes rachaduras e a partir delas podemos espiar lá de cima a profundidade das águas.

Nesses movimentos de “educação da atenção”, como Ingold nos sugere, o trajeto físico e sensível, ajudaram-me a repensar em como fazer a etnografia e, por conseguinte, a antropologia. A medida em que caminhava fui percebendo a mistura nas formas de registrar não somente o que via e escutava, mas também o que sentia, assim me encontrei com três linguagens que até então considerava distintas: o diário de campo antropológico, o caderno de poesias e a máquina fotográfica, ou seja, pensando a etnografia dentro da poesia e da arte.

Obviamente que construir uma etnografia e contribuir teoricamente com a antropologia, passa por linhagens de antropólogos e antropólogas que me antecederam e pensaram nas diversas maneiras de realizar o trabalho de campo, de experimentá-lo e mais de explorar as potencialidades existentes desse fazer e segundo Mariza Peirano nos diz: “etnografia não é método; toda a etnografia é também

teoria [...] se é boa etnografia, será também contribuição teórica". (Peirano, p.383, 2014).

Sendo assim, toda etnografia faz parte da teoria e formação do contexto de construção do saber antropológico, portanto, ao estarmos em contato com o ambiente, os interlocutores, realizando nossas imagens e poemas, também estamos dentro do arcabouço teórico por não ser dissociado do seu fazer empírico.

A partir de então, passei a não mais dividir os meus cadernos de campo, transformando-os numa só coisa, juntando definitivamente a etnografia com a poesia, passando a assumir essa maneira de vivenciar como algo que me impulsiona, não somente no campo das artes, mas também na antropologia.

Para Angélica Freitas (2020) ser poeta é muito mais do que uma maneira de expressão artística e literária, é: "uma forma de estar no mundo, de ser próximo de uma canção, de estar antenada". Assim, assumir essa categoria perante a vida é reassumir-se diante da antropologia, ampliando o espectro de como podemos *montar* nossas etnografias, confluindo o sensível existencial com a ciência acadêmica, ou melhor, mostrando que não são excludentes, mas que se friccionam e dialogam.

Retornando o caminho para a construção de uma metodologia vazante e poética, segui o percurso, entre caminhadas, diários, poemas, criação de imagens, até a proposta de uma viagem etnográfica para a cidade de Jaguarão, atividade do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos das professoras Louise Alfonso e Flávia Rieth. Esse passeio de extensão foi o precursor para a feitura do primeiro Diário Gráfico que

realizamos e assim, pude pela primeira vez, pensar os caminhos a partir da confluência entre as linguagens: desenhos, poemas, fotografias, áudios e as mais variadas capturas artísticas e antropológicas, numa verdadeira artesania etnográfica.

Em cada experimento novo, mais meu coração ponteiro e poeta tornava-se uma vazante de coisas que iam surgindo no meio do caminho, até esse momento solitário, porém fundamental para a busca de chegar aos interlocutores e interlocutoras, foi o tempo de me perder e me encontrar nesse "emaranhado de vida".

No mesmo ano de nossa "viagem etnográfica" (2018), ou seja, ainda no prelúdio etnográfico poético-vazante, embalada pelas leituras mágicas de Aldyr Garcia Schlee, estive em sua residência através do Inventário Nacional de Referências Culturais – Lida Campeira, coordenado pela prof.ª Flávia Rieth, esse encontro tomou um rumo inesperado e encantador, onde tive a oportunidade de ouvi-lo por horas e assim mapear a cidade, especialmente as ruas que antigamente recebiam nominação com referência às águas.

Com a interlocução de Schlee voltei para Jaguarão e retomei o percurso a partir do que havia me dito sobre a cidade e suas águas, os mistérios e jaguares e aos poucos foi pegando corpo de coisa a se insinuar e assim me deixei levar pela companhia poética dos pássaros, gentes, ervas e toda espécie vivente e uma coragem de entrar de vez nas águas foi me tomando até chegar a costa do rio Jaguarão, de onde ouvia-se o gemido das pedras sendo abraçadas pelas ondas e os falares das vacas na outra linha da fronteira.

Esses trajetos a partir das memórias do escritor, misturados com as minhas lembranças ao deslocar-me fisicamente por vielas e ruas de uma cidade quase desconhecida, fez reconfigurar os espaços oficiais traçados pelo plano diretor, num esforço para descortinar outro lugar que não mais o senso comum dos sentidos, numa narratividade do caminhar, para ir existindo no presente.

Como bem afirma as autoras Eckert & Rocha sobre essa cidade narrada, sobre as camadas temporais e as histórias que constituem esses lugares do vivido:

> Não há assim confusão entre a história da cidade e a memória restaurada na narrativa dos habitantes que tomam a cidade como objeto temporal. Narram sobre o cotidiano, sobre as formas de sociabilidade, trajetórias e estilos de interagis e de pertencer, de distinguir e de conviver na cidade que os abriga. Mas essa cidade também os narra, uma representação mais ampla que ultrapassa redes e comunidades locais. Para tanto, os habitantes narram esta experiência de acomodar em múltiplas camadas do tempo vivido as trajetórias pensadas. (Eckert & Rocha, 2010, p. 125).

Assim sendo, tudo começou pelos movimentos que foi se fazendo a passo pelos trajetos e percursos, não somente no sentido de alcançar um ponto final das ruas, vielas, becos, lugares desconhecidos, mas do processo caminhante, no balanço do corpo em contato com as matérias – sensíveis, visíveis ou invisíveis – encontradas ao longo do caminho.

Retornando à exploração do território, tendo em mente aquele encontro com Schlee, fui novamente para a beira do rio, parei um tempo e aproveitei a oportunidade para tentar um diálogo com dois pescadores que se encontravam na porta de uma peixaria, notei que

observavam o horizonte e a calmaria daqueles dias; fiz algumas perguntas, percebendo a resistência não estendi o assunto e segui flutuando com versos na cabeça.

Caminhando com vagar, sentindo a fluidez do corpo em contato com os lugares, o ritmo dos passos, procurando fazer o caminho ou quem sabe sonhar com as asas de Ícaro, uma *voyeur fronteiriça* ou pampera (CERTEAU, p. 170, 1998), seguindo o ritmo do rio até dar de golpe com os "encantados" que por ali se escondem, as histórias que nos contam, o risco vermelho na ponte e o marco aquático que divide nossa fronteira (DEMUTTI, 2015).

Esse *andarilhar*, ou como referiu Peixoto & Silveira (2019), essas "caminhadas anfíbias" (p.03) permeou todo processo de perceber a cidade a partir das águas, ou melhor, pareceu-me um desvelar da cidade a partir desses fluxos, Dona Rosa certa vez me disse: *"tudo começou aqui, e eu brigo muito pela valorização".* Nesse sentido, penso a partir da frase de Rosa, que o rio oferece uma dádiva (justamente a água não somente como recurso, como também no simbolismo, nas relações de amizade e afeto e de sustentabilidade, para as cidades, não podemos esquecer que se trata de uma fronteira, demarcada justamente por suas relações com as águas, são elas o primeiro ponto de contato entre aqueles que ocupam os dois lados de cada banda.

Seguindo o deslocamento, num *modus transeunte*, tão caro para quem vive e está entre fronteiras e fundamental para quem tem a água como principal meio de subsistência e locomoção, Ingold (2015) nos revela o seguinte: "... as ruas não são labirinto. Nós andamos por

elas não pelo que revelam ao longo do caminho, mas porque elas nos permitem transitar de um ponto ao outro.” (p.24).

Vagando entre expectativas e frustrações de entradas em campo, finalmente consegui conversar com um pescador, o presidente do sindicato de pescadores de Jaguarão e assim, despacio no más, foi-se botando sentido a ideia de navegar nessas águas, estando não mais com duas lentes, ora antropologia, ora a poesia, mas me fazendo valer dessas múltiplas visões para atentar ao espaço, tempo, ontologias em diálogo e disputa, mirando bajo a um cristal, formando um prisma colorido.

Porém, gostaria e até imaginava que fosse cair de chofre na observação participante (Foote-Whyte, 1975), buscando uma melhor aproximação com os interlocutores e interlocutoras, visando alcançar o “ponto de vista nativo” que Malinowski (1978) nos ensina, mas esse passo não foi (e talvez não seja) o mais importante e percebi somente durante o percurso e indagando-me: como realizar uma observação participante se não sei pescar? Como entrar nas águas se não sei nadar? A cada tentativa a observação participante foi parecendo distante e isso, por alguns momentos, provocou-me angústia e uma sensação de que o trabalho não seria o suficiente para ser considerado uma etnografia.

Contudo, tendo mais evidente as “lentes” que me levaram ao deslocamento do olhar, trazendo as sensações corporais e sensíveis para dentro do diário de campo, estando atenta, fui compreendendo o fazer da pesquisa e aqui novamente me recorro a Ingold: “Como a poesia, a antropologia é uma busca pela educação no sentido original

do terno, diferente do sentido que ele veio a adquirir ao ser assimilado pela instituição da escola" (2016, p. 408).

Essa educação, como refere o autor, deve ser pensada a partir da exposição, de colocar-se no mundo, na experiência e também nos perigos que isso acarreta, entendidos não pela violência explícita que conhecemos, mas pelo existencial que nos oferta a caminhada até estarmos de frente com o outro e, consequentemente, diante de si mesma e da própria antropologia.

A poeta e antropóloga Marília Kosby (2016) também se referiu sobre a antropologia, a poesia e a educação, radicalizando a aproximação que Ingold faz entre a antropóloga e a poeta: "Tim Ingold (2014) sugeriu ao aproximar a postura epistemológica do antropólogo do poeta, ou melhor, ao localizar o encantamento que os poetas provocam (e que provoca os poetas) como agindo também no cerne da sensibilidade antropológica. (p.120).

Entre a poesia e a antropologia, perspectivas que até então pareciam dissonantes e volta e meia se excediam (por compreender a antropologia dentro da política racional, uma disciplina reconhecida institucionalmente), podem ser tratadas, epistemologicamente, pensando justamente numa antropologia poética, em consonância entre esses falares e saber-fazer.

Para chegar nessa aproximação foi preciso transitar de um lugar ao outro, vendo e sentindo as coisas ao passar pelos caminhos e assim compreendendo a maneira pela qual a poesia e antropologia estão em diálogo. Nessa provocação poética e antropológica, fui sentido esse encantamento que Marília refere e de como ia se associando a

etnografia de maneira vazante, sensível, mas antenada, para retomar a citação da poeta Angélica Freitas.

Entender e fazer poesia, vai muito além da simples contemplação desconexa do mundo ou do verso da "poetisa" sofrida pelo amor malogrado, mas ao contrário é um estado de estar apegada ao mundo, ao sencillo, aos falares que não tem palavras, ao lixo e seus restos, nas miudezas que a ninguém importa, aos bichos e os modos como eles vivem e interagem conosco e a tudo o mais nos oferece de potências criadora e também destruidoras.

Ao fazer-me antropóloga-poeta andarilhando pelos caminhos, foi-se descortinando também outra possibilidade de etnografia de maneira a habitá-la, passando por ela atencionalmente, expondo-me às fraquezas, aos "entnodelírios" (Kosby, 2015), aos sonhos:

> O fazer está dentro do passar por algo. Isso é o que distingue como um ato da experiência, visto que realizar uma experiência – em qualquer coisa que não seja um sentido dramatúrgico banal – é estar sempre dentro dela, é habitar nela. Assim, através do fazer que passa por algo, como Dewey reconheceu, nós habitamos o mundo. (INGOLD, 2020, p. 41)

Esse passar por algo, nos faz ter a dimensão da vida envolvendo-se nela, assim como pretendemos participar durante nossos fazeres antropológicos, porém para que o corpo e a mente peguem esse *jeito* penso que precisamos nos entregar ao efeito poético-etnográfico, ir ao encontro dos dragões ou melhor, das jaguares que volta e meia aparecem nas beiras dos rios.

Reconhecer as limitações de não conseguir realizar uma observação participante aos moldes tradicionais, também é uma forma de atualizar um método tão caro para nós antropólogas, ou talvez,

reinventar essa perpectiva que nos leva a tirar os olhos do cristal eurocentrado de uma racionalidade proposta e termos em mente nossos "saberes localizados" dentro da América Latina.

Essa maneira também pode se aproximar daquilo que explicita Holbraad (2014) e nos dá as condições de criarmos um "paraquedas coloridos" aos moldes de Krenak e alargar os horizontes de nossa disciplina: "crear las condiciones bajo las cuales uno puede ver las cosas en sus datos etnográficos, que de otro modo, nunca hubiera visto." (Holbraad, p.131).

Neste sentido Holbraad nos colocaria uma metodologia a partir do *giro ontológico* como uma forma de reflexividade para o campo antropológico, mas também como um *modus operandi*, "que esta reorientación metodológica implica, llamando la atención en especial a la inversión básica que implica entender el problema del cristal con el que se mira como un problema ontológico." (p.132).

Assim sendo, colocamos uma metodologia que leva em consideração não somente os saberes com quem estamos em interlocução e esses os mais importantes para entrarmos em diálogo com outras ontologias, mas também pensar em quem está por trás da realização da etnografia, de onde vem a antropóloga que escreve e sente, a poeta-antropóloga, mestiza (tendo como referência Glória Anzaldúa, 2009), latina e jaguarense.

Situar dessa forma é subverter por dentro da própria antropologia e usando do seu saber, para "suspender o céu", não com a intenção de romper com as teorias e metodologias clássicas, mas para atualizar e contribuir com a reflexividade da própria disciplina,

aquilo que Roberto Cardoso de Oliveira pensa enquanto "Ser" ou como Mariza Peirano e a Mariza Corrêa ao trazer as mulheres antropólogas para essa seara de etnógrafas que realizam seus experimentos, tirando o véu de que a subjetividade é inerente ao feminino.

Para chegar a uma poética metodológica, revisitei as linhagens de poetas, escritores e antropólogos[2] que constituem o panteão de referenciais e que me lançaram luzes para pensar na possibilidade de alinhamento desses paradigmas, sendo um dos primeiros nomes o do antropólogo e escritor Michel Leiris, evocado em outro capítulo, como um dos representantes.

Leiris em sua África Fantasma nos brinda com uma *montagem* na sua escrita em formato de diário, mostrando as sensações, visagens, sonhos e experiências vividas entre os seus pares e também na relação com o "outro", ou seja, há um trânsito não somente de grafias, mas uma espécie de maravilhamento diante da vida.

Além disso, também encontrei um grupo de antropólogos poetas chilenos que há muito estão discutindo questões relativas a escrita antropológica e suas relações com a literatura, especialmente a poesia e também sobre a maneira experimental que se apresenta a etnografia, Ianko Cangas (2001) apresenta em suas investigações onde teria se originado essa tendência dentro do campo antropológico:

[2] Aqui gostaria de evocar o nome de Antônio Cândido, um "antropólogo escondido", como refere Mariza Peirano (1989): "Antônio Candido não é nem foi o único a fazer antropologia escondido. Mas ele é exemplo excelente pela qualidade e atualidade do seu trabalho, além de ter estado sempre muito perto, sempre namorando a antropologia".

> “los antecedentes más inmediatos para compreender esas ultimas tendências en esta disciplina podemos encontrarlas en la teoría literaria, la fisolofía, los estúdios de género, y las obras propriamente literarias, desde los collages, hasta la literatura surrealista” (p. 247).

Para a discussão o autor se remete ao crítico literário Mikhail Bakhtin e ao conceito “dialógico del lenguaje” justamente pelo vínculo entre a linguagem e o contexto que não pode ser desconsiderado, essa aproximação coloca a relação com o fazer da etnografia: “el que no puede ser separado del contexto donde ocurre pues está ligado al continuo de la comunicación” (p.248).

Nessa vertente, não se pode deixar de ter em mente que a etnografia passa por um processo de experimentação, não somente no que tange a sua desvinculação de um método rígido, mas pensá-la bajo a um caleidoscópio, assim, Cangas chama atenção para a ideia de subversão: “la presentación del relato etnográfico como subversión literária y propriamente antropológica” (p. 248).

Sendo subversiva, essa antropologia poética está atenta para uma etnografia em que possa haver uma abertura às experimentações e aqui penso que isso significa a maneira sensitiva e atencional com a qual vamos estar em campo e também sobre como esse relato vai ser escrito:

> la antropología poética, se liga a la corriente experimentalista en la medida en que la presentación del relato es su preocupación fundamental, y expresa el quiebre de la tradición "narrativa" en la etnografía, sustituyendola por los recursos y las formas tradicionalmente propias de la poesía, como los tropos o figuras retóricas: la metáfora, la hipérbole, el hipérbaton, la metonimia; además de las estructuras que ha adoptado: la oración quebrada, el verso libre. (Cangas, 2001, p.249).

Há uma intenção epistemológica poética que está em diálogo ou que visa apresentar à ciência canônica que é possível existir uma polissemia linguística sem deixar de ser entendida como teoria, ou seja, a poesia também é um *jeito* e uma categoria teórica e metodológica de se olhar para a "real realidade" como refere o autor citado acima

Essa real realidade seria vista a partir de um trânsito entre ser poeta e antropóloga, não somente no texto escrito de maneira a pensar nele a partir da literatura, mas de como somos "provocados e do que nos provoca", como refere Marília Kosby, durante o trabalho de campo, ou seja, envolvendo nosso olhar com os demais viventes em relação de aprendizagem, de pesquisa, de experiência.

Nesse caso, a questão vai muito além de uma decisão simplista de escolher um lado para se agarrar, mas sim de estar nessas duas maneiras de escritas numa espécie mescla, na fricção, na tensão, na convergência e na confluência dessas formas de linguagem e assim evidenciar que é possível haver quebra ao cânone cientificista racional de pensamento e mostrar que existem outras maneiras de se escrever e sentir o saber.

É justamente essa tensão entre linguagens que nos permite trazer para dentro da antropologia essa poética vazante (Ver Ingold, 2012), esses ruídos atencionais, essa maneira de portar o corpo e as sensibilidades, e por conseguinte as palavras, sem que para isso precise haver uma espécie de troca imediata, entre antropóloga e poeta, mas sim aquilo que o poeta-antropólogo Iván Carrasco sugere de sermos: "peregrinos extraviados entre ambos mundos, que recorren la senda

de un lado a otro y no se deciden por ninguno, o quieren oscilar entre los dos para cosechar algo de ambos." (p.1166).

Essa maneira de vivenciar e experimentar a metodologia e a teoria por dentro da antropologia, passa também pela crise do conhecimento racional e positivista, Carrasco (2001), bem como sua neutralidade advinda das ciências naturais e que foram expandidas para as humanidades.

Assim sendo, a antropologia poética se quer distinta do padrão tradicional de escrita europeu e norte-americano, que tem como referencial as ciências naturais, conformando um *jeito* diverso do paradigma da neutralidade, do des-envolver, para envolver-se, emaranhar-se na vida e nas coisas (Ingold, 2012).

Para além desse *jeito* de escrever envolvido e emaranhado, acrescento que a antropologia poética é também uma metodologia em fronteiras:

> La antropología poética es una escritura de límites imprecisos, fronteras movibles, zona de indeterminación genérica, tipológica, temática. En una dimensión netamente textual, constituye una manifestación de la mutación disciplinaria, una de las transformaciones más intensas de la discursividad literaria contemporánea, derivada de la influencia de la interdisciplinariedad, la interculturalidad, el debilitamiento y la crisis de la fronteras disciplinarias. (CARRASCO, 2001, p.1167).

À vista disso, é a etnografia que passa por um realinhamento, um choque, um tensionamento desde uma mirada da poesia, reanimando o subjetivo e a livre postura (atencional) durante as saídas

de campo, mais interessadas no sentir e deixar-se passar pelo momento de convívio, do que simples ato registrar aquilo que se ouve, vê e sente.

Por isso, também estamos diante daquilo que Arturo Escobar (2016) chama de *sentipensar*, pois a poesia e a antropologia vêm desse lugar sensível, de vivenciar *com* outros a fruição da vida e as suas tensões, as contradições, as desigualdades e as semelhanças, ou seja, tecendo os caminhos juntos.

Entretanto, relembrando o trecho do poema de Mário Quintana: "mas eu me debruçava inquieto a uma e outra janela: faltava-lhe alguma coisa. Faltava..." nesse caso faltavam as interlocutoras e interlocutores, dar o passo importante no fazer etnográfico: a escuta e o olhar atentos, o corpo esperando as sensações de frio e tremor, para assim, compreender esses fazeres e seus modos de saber de maneira artesanal.

Então, quando fiz a retomada do trabalho de campo (havia feito uma entrada pontual no começo de 2019, mas foi sendo frustrada, ao ponto de não ter mais contato com o primeiro interlocutor), comecei a perceber as "artimanhas do acaso" (Peirano, 1992), porque na medida em que começava a me deslocar ia encontrando, *ao acaso*, as pescadoras e pescadores ligados à Colônia Z-25, que era o objetivo que desejava alcançar.

O *acaso* perpassou diversas etapas da minha pesquisa de campo, desde os encontros causais e até mesmo inesperados, aos pontuais e agendados e mesmo nesses casos o imponderável se vazia

presente, pois ao chegar no local me deparava com mais interlocutores do que o esperado.

Pensar sobre as possibilidades do *acaso* é animar a própria antropologia, ou seja, circunstâncias inesperadas têm a ver com a fruição da vida, das escolhas e rumos que vão nos guiando ou também nos desviando – intencionalmente e atencionalmente – e dessa maneira se vai desenhando nossos itinerários e reflexões.

Por conseguinte, o *acaso* é uma via de aberturas, de potencialidades e que vai se tornando necessário, se refinando, na medida em que encontra aquilo que se buscava ou se tensionava, tal como diz o poeta Ferreira Gullar sobre o *acaso* e a poesia:

> Quando eu escrever a primeira palavra eu reduzo a possibilidade, quando eu escrever o segundo verso, pouco a pouco eu vou reduzindo o acaso, a probabilidade deixa de ser infinita. Eu vou tornando necessário o que era mera casualidade. Quando chega a certa altura, o poema está de tal maneira estruturado que ele determina o que cabe ou não cabe ali. Então o que era o acaso, vira necessidade (FERREIRA GULLAR, Fronteiras do Pensamento, 2017).

Aqui podemos perceber a aproximação entre antropologia, metodologia e poesia, ao remeter a escrita poética para algo inexistente num primeiro momento, Ferreira Gullar nos diz que aquela surge precisamente do *acaso*, ou seja, o poema surge dessa ação da vida e das suas possibilidades.

Para Mariza Peirano a questão relacionada ao *acaso*, refletindo a partir de Malinowski, pode ser entendida como: “os imponderáveis da vida real que não invalidam, mas, ao contrário, enriquecem e dão

aquela dimensão humana essencial à compreensão dos fenômenos sociológicos". (p. 19).

Nessa radicalização, é interessante perceber e situar que o *acaso*, a poesia, a antropologia e essa maneira de fazê-las, estão juntos com a vida latente, na sua fruição de coisas, gentes e sentidos, logo estamos numa dimensão não somente sensível do fazer antropológico, mas apegado aos viventes que dela são partícipes.

Assim, numa tarde resolvi me deslocar até o bairro Vencato, em Jaguarão, lugar conhecido por ser violento (Fladiane Teixeira, 2019) e também por apresentar diversas particulares, dentre elas o fato de estar entre fronteiras: centro-periferia e Brasil-Uruguay.

Nesse dia saí disposta a encontrar a casa da pescadora Juliana, mas não havia referencial algum que pudesse me levar até lá, apenas algumas indicações e, pela estrutura quase circular do bairro, quase nos perdermos, até que de longe enxerguei um barco em frente a uma casa e também uma placa indicando que ali se vendiam peixes, bolinhos, então pensei, deve ser nesta rua!

Ao dobrarmos o carro – estava junto com meu companheiro – avistei Juliana na porta de sua residência, para minha alegria e alívio! Assim nos reencontramos depois de muitos anos – nossos pais eram amigos e convivemos boa parte de nossa infância, compartilhando brincadeiras. Comentei com ela sobre a minha pesquisa sobre as águas e o que desejava, ela prontamente me responde: "vou falar porque é pra ti".

Além desse acaso, outro se sucedeu logo ao entrar na casa: Dona Rosa – presidenta da Colônia Z25 de pescadores - estava de visita,

pois Juliana é sua nora, e dessa maneira pude conhecê-la pessoalmente e estabelecer um contato para posterior encontro em sua casa.

Naquele dia mesmo não hesitei em perguntar o que significava o rio para ela, como era ser pescadora e viver nas águas e então dona Rosa responde: *"o rio é um trânsito, é só um trânsito"* (Diário de Campo, outubro de 2019). A potência dessa frase ficou reverberando durante um bom tempo e creio que o seu sentido só consegui compreender depois de estar *pra fora*, na Lagoa Mirim.

A partir desses *acasos poéticos-antropológicos*, passei a ter uma postura menos pessimista quanto ao andamento do trabalho de campo – até então havia tido uma interlocução e depois só havia o silêncio das "caminhadas anfíbias" e uma expectativa de se realizar as observações, o que foi sendo aos poucos desvelado, pois para se estar na água é necessário deixar fluir, tal qual a vida e suas vicissitudes.

Nesta parte, portanto, busquei pensar a antropologia e o fazer etnográfico, situando este dentro de uma perspectiva em diálogo e aproximação radical com a poesia e também mostrando como o acaso foi parte integrante dessa caminhada rumo às águas.

Pensar desta maneira é a trama da vida e de como isso tem a ver com os movimentos do corpo ao deslocar-se e assim perceber no olhar atencional da poesia a própria etnografia como sua coirmã, ora em confluência, ora se tensionando, mas formando um caleidoscópio onde se pode mirar de maneira mais colorida o fazer antropológico.

No começo do Caminho



O Rio



Estrada para a costa do Rio Jaguarão
Junho de 2019

Um braço do rio



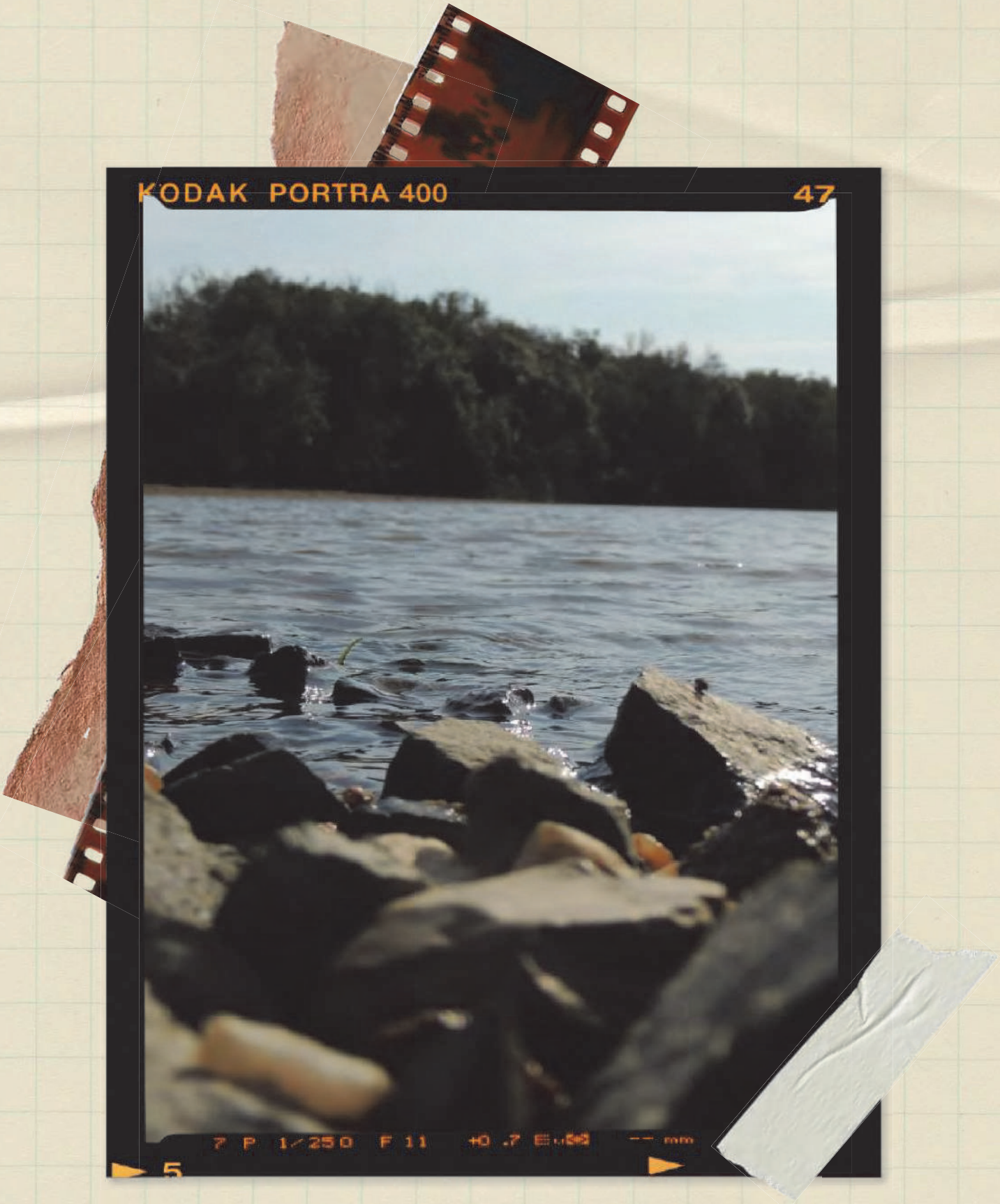
Percorrendo as paisagens
Reconhecendo as águas de Jaguarão



Rio Jaguarão

Metade Brasil, metade Uruguay

Junho de 2019



As pedras azuis
As águas marrones




PROIBIDO
COLOCAR
LIXO
NO
RIACHO



No caminho de volta

As cabras no Trono do Sol

Na cidadde

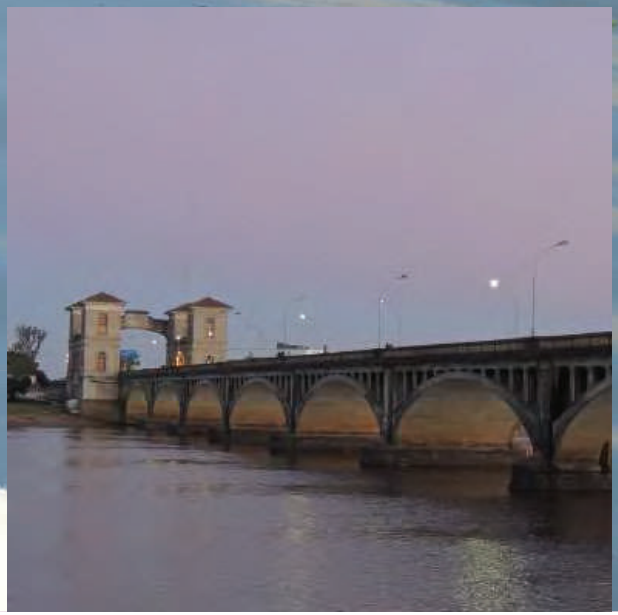














Mirando desde lejos















Mirando desde a Colônia Z-25

Uma cidade de costas para as águas



pajaritos







nas orillas



del Jaguarão





A pescadora Michele conta sobre o descaso com o rio, a poluição, o lixo e o esgoto a céu aberto que desemboca nas águas





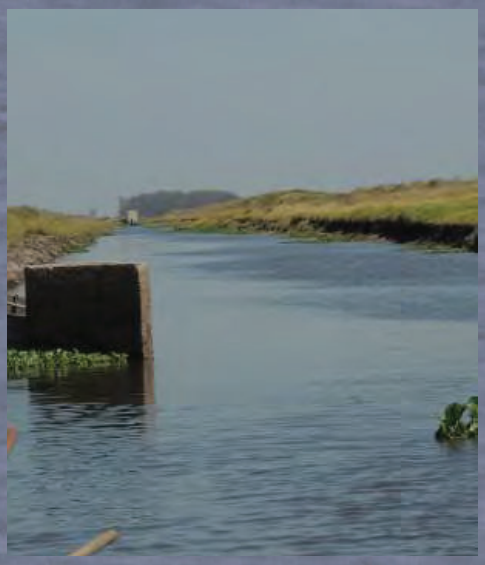






Indo ao Encontro com a Lagoa Mirim e a Pesca pra Fora















O mormaço de fim de verão
à espera dos interlocutores



Entrando na casa-barco



















Camino rumo à alta Lagoa















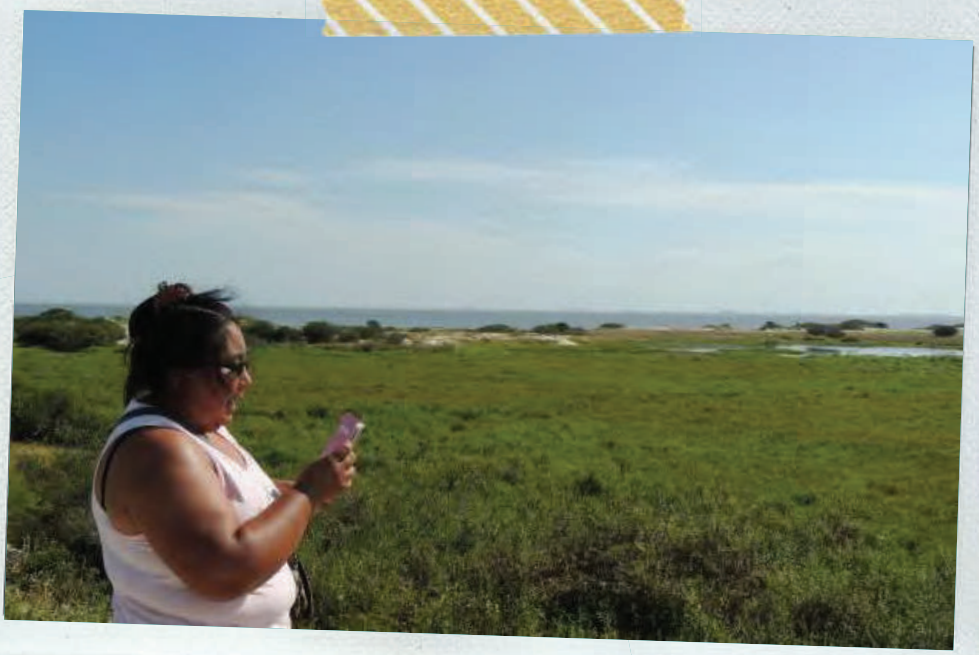




Porque a Lagoa tem os seus mistérios e encantos, mostra um pluriverso pampeano e a maneira como é vivida pelas pescadoras e pescadores e suas lidas.



Santiago e Henrique



Rosângela tentando sinal no telefone



Uma aprendiz de antropóloga
com os pés nas águas

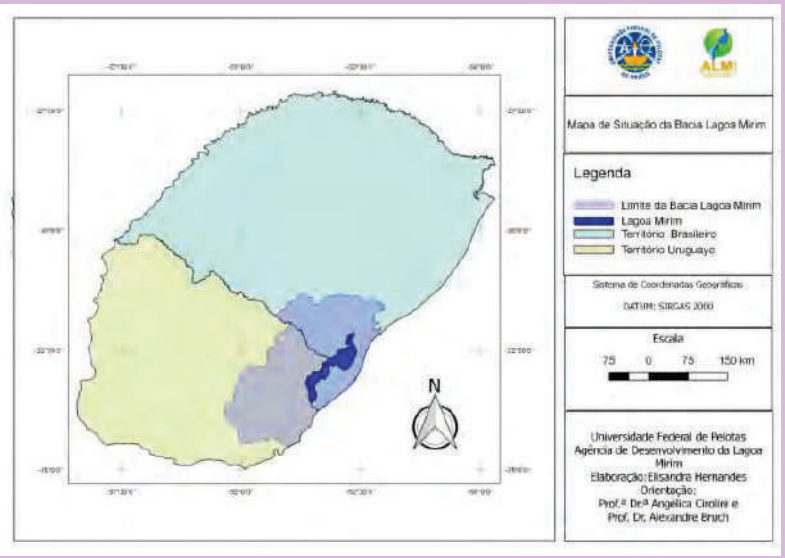
Meandrico



Pescadoras e Pescadores na Lagoa Mirim

Neste capítulo convido às leitoras e leitores a navegar nos meandros das águas, na Lagoa Mirim, no qual trarei algumas reflexões a partir das narrativas das pescadoras e pescadores, vinculados à Colônia z-25 da cidade de Jaguarão e suas relacionalidades com águas e demais viventes que habitam esse lugar.

Essas águas estão situadas na Bacia hidrográfica Mirim-São Gonçalo, que possui uma extensão de 3.750 Km², sendo 1.000 Km² compartilhadas com o Uruguay, porém a descrição político-administrativa desse lugar será abordada de maneira etnográfica no capítulo sobre a fronteira, mostrando como as experiências vividas apresentam diferentes contornos com relação ao modo de habitar esse espaço.



Fonte: Agência de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim

Além disso, também serão problematizadas as entradas em campo, o caminho por terra até chegar às águas, as adversidades do percurso e finalmente o encontro com a comunidade e o acesso às suas

narrativas sobre a pesca, e a *vida sofrida*[1] de pescador, a vida em reunião com outros seres não humanos, a natureza e principalmente a água.

Mostrarei o encontro com a Lagoa Mirim, próxima a foz do Rio Jaguarão, lugar onde está situada a pesca pra fora, na "boca"[2] da Lagoa, atentando para as particularidades da pampa sul brasileira praticada em sua dimensão aquática e em confluência com a terra e as demais atividades agrícolas e laborais ao seu redor, ou seja, fazendo referência a Arturo Escobar (2016), é um *sentipensar* com as águas.

Também apresentarei um tema recorrente nas narrativas das pecadoras e pescadores: o veneno e a contaminação das águas da Lagoa Mirim devido às plantações de monocultura de arroz e a soja mais recentemente e o impedimento da salinização da água por conta da barragem construída para a melhor irrigar aquele cereal.

Dessa maneira, começaremos nosso percurso a pé, sentido as águas batendo nas canelas, invadindo lentamente o trabalho de campo, de maneira fluída, sem deixar de levar em consideração as curvas e barragens ao longo do caminho, fundamentais para o amadurecimento, para enfim alcançarmos os caminhos das águas.

Portanto, aqui serão apresentadas as pescadoras e pescadores com os quais tive contato mais próximo, mostrando a partir de suas experiências e narrativas, como se dá o modo de viver e trabalhar

1 Remete a expressão *lida brabíssima*, referida por interlocutores do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – Lida Campeira no Alto Camaquã, ao descreverem o trabalho campeiro.

2 Trata-se de expressão utilizada pelas pescadoras e pescadores a fim de indicar a entrada da Lagoa Mirim, através dos canais de irrigação das lavouras de monocultura de arroz.

nas/com as águas, os perigos, e a *vida sofrida* e o prazer de desfrutar sua companhia mesmo em tempos de defeso, enfim, apresentar aquelas e aqueles que praticam e habitam (Certeau, 1996) a pampa tendo a lógica aquática por referência.

A Entrada em Campo – terra e água

O outro
Eu sou como você
porque tenho medo de você
Medo
de ser você
e nunca mais encontrá-lo
noutro lugar
fora daqui
Te perco tanto mais te sou
Marília Floor Kosby - Os Baobás do Fim do Mundo (2015)

Durante muito tempo, no percurso silencioso e terrestre das caminhadas que realizei até encontrar com os pescadores e pescadoras, o medo, assim como descrito no poema de Marília era uma constante no meu corpo: os arrepios, o desgaste das mandíbulas por conta da tensão do encontro que, no entanto, não havia se dado.

Esse medo significava muito mais que sensações corporais, era um medo epistemológico e real, de contato e de choque entre aquilo que eu gostaria que acontecesse, esperando de maneira pueril que a teoria e o projeto escrito se concretizasse de maneira perfeita com a realidade. Logo percebi que isso não aconteceria e mais, seria levada para outros rumos, igualmente inesperados.

O conflito gerado neste momento, tomou uma dimensão insone e por vezes onírica, afinal não entendia como os interlocutores e

interlocutoras estavam ausentes, o trabalho de campo não representava propriamente uma novidade, mas, na solidão de quem se inicia na experimentação de um pensamento, descobri-me neófita tentando encontrar a melhor maneira de estabelecer uma conversa com as águas e seus habitantes.

No processo das caminhadas etnográficas, não havia questionado o fato de ser jaguarense pesquisando em Jaguarão, o *ser* da antropologia foi posto depois, ao reflexionar a partir de Peirano (2007), Cardoso de Oliveira (1988), Corrêa (1997) e DaMatta (1974), ou seja, não era suficiente falar o mesmo idioma e compreender-se como fronteiriça, outros predicados faziam-se necessários para compreender o que não conseguia traduzir naquele momento.

Estava, nesse sentido, em busca de uma singularidade sobre aquele modo de vida *com* as águas e encontrava-me diante do "choque cultural" conforme Roy Wagner (2010) nos aclara:

> A cultura é tornada visível pelo choque cultural, pelo ato de submeter-se a situações que excedem a competência interpessoal ordinária e de objetificar a discrepância como uma entidade – ela é delineada por meio de uma concretização inventiva dessa entidade após a experiência inicial (p.36).

Dessa maneira, não era como ver a canoa desaparecendo (Malinowski, 1978) na linha do horizonte num fim de tarde sem ter alternativa ou a quem recorrer, a não ser voltar-se para a ilha a fim de, forçosamente, montar a barraca com os apetrechos, sentar, socializar e anotar no caderno de campo tudo que estava ao redor, capturado pelo olhar educado na teoria e metodologia que a disciplina nos ensina e recomenda.

Não, não era montar a barraca, era sim pegar a bicicleta, pedalar uns 6 quilômetros até a beira do rio e bater à porta da casa da presidenta da Colônia de pescadoras e pescadores ou no Sindicato e perguntar se desejavam ser minhas interlocutoras e interlocutores. Esse passo, ou melhor, essa *pedalada*, foi dada dois meses depois de iniciar o curso de mestrado.

Esses bastidores da pesquisa, essas curvas sinuosas na *lagoa* antropologia, nos são alertados diversas vezes, porém entre aquilo que se discute e pensa dentro das salas de aula toma uma proporção distinta de quando nos encontramos sozinhas, tendo por diante uma diversidade de gentes, sensibilidades e subjetividades, incluindo as nossas, e uma urgência (Ingold, 2016) imposta pelo tempo de duração do curso de mestrado.

Assim, é preciso refletir sobre esses percursos iniciais, aquilo que nos afeta corporalmente e mentalmente, a ansiedade e por vezes o desespero de não conseguir encontrar com aquelas e aqueles que detém os saberes, a quem colocamos no *hall* de possíveis interlocutores, para a troca, experiência da *alteridade* e vivenciarmos aquilo que é parte constitutiva da disciplina.

Recordo Michel Leiris e a sua África Fantasma, os diários e a maneira como escrevia suas sensações, aqui um comentário de Fernanda Arêas Peixoto na apresentação do livro:

> Os bastidores do trabalho de campo revelado por Leiris levantam questões teóricas e metodológicas fundamentais: o lugar central da subjetividade na produção do conhecimento antropológico; o intervalo de tempo existente entre o acontecimento e o seu registro; as dificuldades de tradução da experiência vivida, sempre reinterpretada no texto; o contato com os povos "exóticos" e o exercício de descentramento que ele impõe, situando o antropólogo entre seu mundo e o estudado. (Peixoto, 2008, p.20).

Sendo ele poeta, vivia esse *trânsito* entre a antropologia e a poesia, porém não em uma confusão insolar sobre como fazer seu trabalho, mas numa maneira experimental e atencional de fazer-se antropólogo-poeta. Descrevo esses questionamentos e me recorro à Leiris, justamente pela sinceridade e sensibilidade de sua escrita, especialmente sobre o andamento do trabalho de campo, as relações que se estabelecem com os interlocutores e interlocutoras, as sensações e as variações de humor.

Então, diante de vocês me apresento poeta, fronteiriça e antropóloga em formação e isso foi a chave para entender que deveria buscar as pessoas que vivem em confluência *com* as águas, de maneira atencional e artesanal, de forma semelhante como faço meus poemas na beira do rio. Digo isso, pois não é simplesmente por se tratar de escrever de maneira sensível e atencional, como descrevi acima, mas pensar que esse é o modo como estou me movendo na vida.

Não é sobre fazer versos de maneira idílica ou reproduzir o estereótipo da poetisa sofrida, mas apurar o olhar para o *detalhe* da vida, para as miudezas do ínfimo que Manoel de Barros nos faz prender a nossa vista e é dessa maneira que a antropologia e a poesia em seus fazeres e sentires se aproximam e me fazem caminhar ou melhor, navegar.

Retomando a entrada em campo, recordo do dia em que pedalei aqueles quilômetros mencionados anteriormente, com sol de abril intenso sobre a cabeça, atravessei a cidade com o coração na boca, as mãos suadas e trêmulas, os olhos lacrimejando pelo vento que batia no rosto e com aquele desprender de alma e o enjoo rotineiro de quando

sinto-me na iminência do desconhecido, fui até o Sindicato de Pescadores de Jaguarão, às margens do rio.

Ao avistar de *lejos* o Sindicato, o letreiro quase desaparecendo, uma tinta apagada pelo tempo e as chuvas, as intempéries, quase não se enxergando o que estava escrito. A sede fica ao lado da Ponte Internacional Mauá, aos fundos do presídio municipal, situada onde antes era a antiga Rua dos Pescadores, atual Rua Dr. João de Azevedo.

O primeiro encontro se deu com o Sr. Ramiro[3], um pescador de 58 anos, que se considera um *nativo*, pois vem de uma linhagem de homens que trabalham nas águas, o pai era marítimo e foi um dos fundadores do sindicado ao qual hoje ele preside.

Esse grupo pertence ao que se chama de pesca[4] artesanal ou pesca em pequena escala e geralmente está vinculado a um grupo familiar, de acordo com Dona Rosa (presidenta da Colônia Z-25) eles vivem em: "*regime de economia familiar. Todo pescador vive em economia familiar",* no qual homens e mulheres trabalham direta e conjuntamente com os vários processos da pesca, desde a captura propriamente dita, à limpeza do animal, conserto das redes, barcos e da rede cuidativa das crianças.

Segundo Pasquotto (2005) em sua pesquisa com pescadores de São Lourenço do Sul, a pesca artesanal pode conceituar-se da seguinte maneira:

3 Optou-se por utilizar um pseudônimo por questões éticas relativas ao campo. Sobre o assunto da ética nas pesquisas ver Cláudia Fonseca (2015).

4 Sobre antropologia e pesca ver os trabalhos de Adomilli (2007), Devos (2017) e Silva (2019).

> "A pesca artesanal caracteriza-se pelo uso de pequenas embarcações, com menor esforço unitário de pesca. O regime de trabalho é familiar ou através de grupos de vizinhança ou parentesco. Ou seja, nem sempre a unidade familiar corresponde ao grupo de pescadores que efetivam o trabalho de captura do pescado, entretanto os indivíduos da família executam, em intensidade variável, outras tarefas importantes no processo de produção, como o beneficiamento do pescado e a manutenção de equipamentos de pesca. A unidade familiar frequentemente combina outras atividades como, por exemplo, a agricultura, nas comunidades rurais que também possuem terra, e na construção civil, nas comunidades pesqueiras situadas em meio urbano."

Esse é o tipo de pesca que encontrei entre as interlocutoras e interlocutores, que segue o regime de trabalho de economia familiar na maioria das vezes, justamente para economizar com as despesas e arcar com possíveis prejuízos e com a utilização de barcos de pequeno calado.

Nesse sentido, a figura da mulher, mais do que companheira de seu marido durante os períodos embarcados, é fundamental para grupo familiar e a manutenção desse sistema de trabalho, além do serviço feito pelas pescadoras em terra, como a reparação das redes de pesca, bem como na formação de uma rede cuidativa responsável pelas crianças daquelas que estão para fora pescando.

Voltando ao encontro com o pescador Ramiro, relatou-me que havia por volta de 40 associados ao sindicato, entre homens e mulheres, seu discurso estava muito calcado pelas questões políticas e partidárias, falando muito sobre os temas relativos à reforma da previdência social, onde fez uma comparação peculiar sobre como seria o impacto sobre os trabalhadores: "*nós somos uns cardumizinhos, eles uns peixes grandes".* (Diário de Campo, 2019)

Sobre esse saber-fazer da pesca artesanal Ramiro afirma que é uma atividade em vias de extinção, justamente pelas dificuldades

encontradas por aqueles que dela tiram seu sustento e também pela falta de políticas públicas efetivas que possam auxiliar a categoria, sem contar na escassez de pescado no Rio e na Lagoa.

Entre um ponto e outro desse encontro, lhe perguntei sobre a questão a mineração no Alto Camaquã e como isso afetaria as águas da cidade, caso ocorresse o rompimento de uma barragem e Ramiro foi categórico: *"a mineração vem pra Jaguarão, Brumadinho está logo ali".* (Diário de Campo, 2019)

Para Sr. Ramiro a pesca é uma espécie de encantamento, de estar em um lugar do sensível e do envolvimento: "*a pesca é um encantamento, quando tu entra na água tu te sente o dono do mundo".* A relação dele se dá em diálogo com esses viventes que habitam as águas e também pratica um modo de saber e fazer com o rio, não somente no sentido da predação, mas de respeitar os momentos nos quais estão proibidas a pesca: "*tem que conversar com os bichos primeiro, não pode chegar na água de primeira".* Segue contando seu processo: "*quando vou pescar eu durmo primeiro e eles me chamam".*

Aqui se pode perceber duas questões interessantes em torno da água: a relacionalidade desse pescador com o elemento, tratando de respeitá-lo dentro de sua dimensão agentiva (Verônica Strang, 2019), ou seja, a água também responde aos seus próprios anseios, por isso não se pode entrar nela "de primeira" como ele refere.

O segundo tema importante a se destacar é pensar ontologicamente a relação *com* a água, evidenciando a multiplicidade de mundos que estão envolvidos no fazer pesqueiro para esse interlocutor, ou seja, é muito *mais* do que atender ao chamado dos animais, mas é

pensar na maneira de ser e estar com a água e os demais animais não humanos que a habitam.

Para Ariana Fragoso (2019) a ontologia das águas significa:

> "la posibilidad y la política de una multiplicidad de mundos relacionados con el agua, destacando múltiples realidades del agua y formas de estar con esta, no solo diferentes percepciones o sistemas de conocimiento ligados a su existencia material. (p.101)

Também é possível perceber uma dimensão onírica narrada pelo pescador, ao afirmar que antes de sair para a pescar, prefere dormir e esperar pelo chamado dos animais, aqui podemos pensar sobre o sonho enquanto uma instituição, conforme nos propõem Aílton Krenak (2019): "[...] reconhecer essa instituição do sonho não como experiência cotidiana de dormir e sonhar, mas como exercício disciplinado de buscar no sonho as orientações para as nossas escolhas do dia a dia." (p.52).

Durante todo encontro com o Sr. Ramiro, figura de grande eloquência e poder de discurso, o mesmo utilizou diversas metáforas vinculadas ao seu modo de viver e estar no mundo, ou seja, comparava os problemas sociais e políticos ao meio aquático, dessa forma é compreensível que se considere um nativo e exerça a atividade sindical como se estivesse dentro do seu barco chamando pelos peixes.

Outro ponto interessante dessa conversa, foram as inúmeras pausas para falar sobre os crimes que acontecem à noite no rio, como a drogadição de jovens e o abigeato (roubo de gado), apontando diversas pessoas como causadoras de tais delitos, complementando que nossa fronteira sempre foi para a sustentabilidade das guerras.

O contato com esse interlocutor seguiu por meio de uma rede social, fiz alguns questionamentos acerca do Jaguar, entidade mitológica

fundadora da cidade e que, conforme a lenda oficial, mora nas profundezas do rio. Para Ramiro, não passa de uma *onça pantaneira* que esteve perdida andando pelas beiradas das águas.

No entanto, para a minha surpresa, o diálogo começou a tomar um rumo no qual não estava confortável, pois senti que estava sendo assediada sexualmente. Tentei negociar uma entrevista gravada, ciente de que deveria ir acompanhada caso se concretizasse, porém não voltei a conversar, nem presencialmente, tão pouco virtualmente, com esse interlocutor. Após um tempo descobri que mais duas pesquisadoras haviam sido assediadas por essa mesma pessoa, uma delas foi com o pai para realizar a entrevista.

Esse momento foi muito sensível dentro do percurso, não havia pensado, até então, em temas relativos ao nosso corpo feminino em campo e de como isso afeta e às vezes define nossa postura diante da comunidade com a qual estamos caminhando rumo ao entendimento do saber-fazer antropológico.

Esse episódio me fez retomar o artigo da Silvana Nascimento (2019) sobre o corpo da antropóloga e sua reflexão sobre estar em campo e ser reconhecida a partir do nosso corpo e os desafios que isso impõem para nós mulheres, dessa maneira ela nos diz:

> "Tais questões, que se referem a adversidades, obstáculos e desafios de campo, são importantes não porque confessam histórias subjetivas e pessoais, mas porque fazem transparecer as muitas camadas das experiências etnográficas e das intervenções e interferências que, propositadamente ou não, nossa presença em campo acarreta. Assim, delineia-se um estado de corpo etnográfico no qual a escrita exterioriza experiências contraditórias e divergentes, e inclui o corpo situado como protagonista da produção de conhecimento." (p.471/472).

Trata-se de um alerta sobre nosso ser fêmeo em campo, igualmente importante para não nos colocarmos em risco de violência, mas também para pensarmos, epistemologicamente, que a produção de conhecimento passa pelo nosso corpo socialmente localizado e em interação, como a própria autora afirma:

> "para Thomas Csordas, a primeira existência do sujeito é corporal ou, dito de outro modo, o corpo é sujeito da cultura, não apenas objeto dela. Além disso, o corpo só existe na relação com o mundo e se torna, assim, corpo-no-mundo." (Nascimento, 2019, p.461).

Então decidi, que as próximas entradas em campo iria acompanhada pelo meu companheiro Sérgio, porque até aquele momento tinha em mente que se tratava de um universo majoritariamente masculino, entretanto ao longo do caminho foi se desvelando o olhar e as mulheres se tornaram as principais interlocutoras.

Depois desse encontro houve um período de dois meses longe da cidade, apesar de ser jaguarense, resido atualmente em Pelotas, embora viaje com frequência para casa, e além disso, porque os encontros com os interlocutores e interlocutoras se deram de maneira a respeitar o tempo das águas e os fluxos da pesca, um tempo que não pode ser medido pelos relógios, ou seja, a partir de uma lógica cartesiana e terrestre. Esse poema foi feito na transição entre um campo terrestre para outro mais aquático.

Secando ao sol
um corpo em estado de putrefação
há dias no rio
náufrago e tempo
nos primeiros anúncios da manhã
daquele dia mal amanhecido
apresentava um cheiro forte
lento e carcomido

com dentes e madeiras
um corpo nu aos pedaços
meio que verde
meio perdido
a sensação de estar
não estando
atirado na areia
o olor brabo
nem espinilho não era
era o peixe-rei
de olhos bem arregalados (Diário de Campo, Abril de 2019)

Em meados de junho retornei a Jaguarão a fim de visitar uma pescadora pertencente a Colônia Z-25, fundada em 2005, uma luta liderada pelas mulheres, em especial a dona Roselein Dias, mais conhecida por Dona Rosa, advinda de uma família pesqueira hoje é a atual presidenta da colônia e incentivadora pela valorização do trabalho das mulheres pescadoras.

Segundo Kenya Paiva (2016) em entrevista com Dona Rosa, a formação da Colônia foi decisiva para o reconhecimento de direitos às mulheres pescadoras, especialmente a aposentadoria, salário-maternidade ou até mesmo o auxílio-doença, conforme nos relata:

> Por não serem consideradas como trabalhadoras da pesca, enfrentavam dificuldades, como nos traz a entrevistada: *"elas não conseguiam se aposentar, elas não conseguiam ter um salário-maternidade, elas não conseguiam se adoecesse ter um benefício, não conseguiam nada"* (p.280).

Michele, pescadora artesanal, casada com Reginaldo, filho de dona Rosa, acompanha seu marido em épocas de pesca: "*fico embarcada 7 dias com meu esposo",* contou-me, além de executar tarefas consideradas de mulheres. Sua fala se deu muito no intuito da preservação do meio ambiente, deixando clara sua denúncia sobre a

contaminação das águas e do quanto isso tem prejudicado sobremaneira o modo de viver e a pesca na região.

As granjas de arroz na Barra do Rio Jaguarão depositam herbicidas sem tratamento diretamente nas águas e segundo Michele: "*a preocupação de todo mundo é a poluição do rio, existe um descaso com o rio."* Além do veneno, Michele aponta também para a questão da falta de tratamento do esgoto, o qual todo é depositado no rio.

Seguindo com as "caminhadas anfíbias" (Peixoto; Silveira, 2019) em busca por seguir os rastros aquáticos da cidade, visitei a costa do rio Jaguarão, local afastado uns dez quilômetros do centro urbano, deserto, com pouca ocupação humana, mas povoado pelos bichos: aves das mais variadas espécies e gado, um falar de gado muito intenso no *outro* lado do rio.

A água limpa, com pedras em tom azul-marinho, similares a que encontramos no cais, gelada, correndo lentamente, fluída e mansa, quase desaparecendo em alguns locais, o suficiente para atravessar e ir no Uruguay, questão de dez passos adiante, convidativa ao encontro.

Nesse momento lembrei de uma frase de Dona Rosa, quando nos encontramos por acaso na casa da pescadora Juliana, a quem apresentarei logo na sequência, ao perguntá-la sobre o rio e as águas, sua resposta foi: *"o rio é só um trânsito, uma passagem"*.

Mas para Dona Rosa o rio é *mais que* sua alegoria de fronteira, de passo, como dizem nuestros hermanos, é um lugar vivamente ocupado, é o meio pelo qual as pescadoras e pescadores alcançam a Lagoa, responsável pela sustentabilidade da comunidade e, como Dona Rosa mesma refere, em encontro posterior: *"o rio é tudo para nós, sem ele não chegamos à Lagoa"*. Notamos uma relacionalidade com este

ente, o rio deixa de ser um agente da passiva e passa a ser um colaborador dotado de vida e potencialidades.

Fixando-a em minha memória, fiquei refletindo sobre o que significava o rio ser um *trânsito* ou como propõem Marisol de la Cadena (2018), ser *mais que* uma passagem, por ser aquilo que excede a compreensão da racionalidade ocidental, mas sem deixar de com ela conviver: "essa relação – em que as pessoas e o território *estão juntos* – excede as possibilidades dos humanos modernos e da natureza moderna, bem como as relações modernas entre eles, *sem excluí-las*". (p.98).

Nesse sentido, o rio sendo um *trânsito* também deixa evidente os movimentos, intencionais, por conta da atividade pesqueira, ou seja, uma prática da qual todas e todas dependem para o seu sustento, mas, por outro lado, são movimentos atencionais, que se deixam fluir pela forma como se pratica e se habita a cidade pelas águas, como disse De la Cadena (2018), aquilo que *excede* a concepção moderna de existir, pois se rege por um tempo ordenado em parceria com a natureza.



Enchente no Rio Jaguarão, vista da residência de Dona Rosa. Foto: Rosa Dias

A pescadora artesanal que agora lhes apresento é a Juliana Rodrigues, nora de Dona Rosa, a qual conheço desde a minha infância, pois nossos pais eram próximos e amigos, esse fator foi importante para que ela aceitasse me conceder uma entrevista.

Sobre a questão da concessão de entrevistas e a dificuldade de chegar a concretização das mesmas, pode ser entendido a partir da vigilância do Estado sobre essas comunidades, Dona Rosa relata sobre esse tema, onde a vigilância é grande sobre as pescadoras e pescadoras, mas o mesmo não ocorre com os grandes proprietários de terras, com os quais elas e eles convivem.

Não houve um agendamento prévio, pois sabia onde era sua residência, apenas me desloquei até o Bairro Vencato, situado próximo ao rio, perguntei para alguns moradores onde se localizava com exatidão

a sua casa e assim, numa tarde de sábado desfrutei de alguns minutos de sua companhia e gravei sua narrativa sobre viver nas águas.

Nesse encontro também contamos com a participação de Yan, filho da Juliana, também pescador, um jovem de 20 anos que se expressa com maturidade e uma vivência interessante de quem nasceu em meio às águas e agora dedica-se aos estudos e no trabalho em terra, esse contraste é importante, pois nos traz as diferenças entre um sistema de trabalho e outro, bem como as facilidades e dificuldades de ambos.

Comecei perguntando como é a vida de pescadora, a fim de descortinar algum romantismo sobre essa atividade e para mostrar a realidade dessa profissão, bem como evidenciar a relação com a água, então Juliana revela:

É uma vida sofrida, eu digo que é uma vida sofrida porque tu perdes o contato com as pessoas, porque tu tá sempre lá fora e não tem muita gente no mesmo lugar que tu trabalha. É um trabalho solitário, porque se tem dois, três barcos é muito e assim mesmo as pessoas se desencontram porque sai cada uma pra um lado pra pescar e só voltam a se ver de noite quando os barcos chegam.

É um trabalho muito sofrido porque tu não tens dia da semana, não tem sábado, não tem domingo e não tem feriado, tu trabalhas sempre esteja chovendo ou um solaço de 40ºc rachando. (Entrevista concedida em junho de 2019, na residência terrestre da pescadora)

O importante de trazer essa narrativa e esse olhar de Juliana sobre o que significa ser pescadora é o desvelar uma visão idílica sobre o saber-fazer da pesca artesanal, mostrando-nos esse devir solitário, porém compartilhado com seus pares.

Muito além disso, é um devir *com* o ambiente aquático, com as regras que as espécies de peixe impõem, assim como a natureza e as relações entre terra e água, ou seja, pensar num mundo em "movimento do devir" (Ingold, 2015) no qual estão imersos essas pescadoras e pescadores, como Ingold refere a partir de Deleuze e Guattari, unir-se ao mundo e "misturar-se a ele" (*idem*, p.38).

Ser mulher e habitar o universo das águas, não é uma tarefa fácil, além disso, sua participação é invisibilizada no meio pesqueiro, segundo Liza da Silva (2019) também são estigmatizadas por "pescarem como homem", o que para a antropóloga citada significa: "esse dado, pescar como homens, é fundamental para pensarmos a hierarquização dessa atividade nas comunidades pesqueiras, bem como a legitimidade de pescar embarcada." (p.13).

Apesar da grande participação das mulheres embarcadas, ainda é um trabalho majoritariamente masculino, isso Juliana pauta em sua narrativa, especialmente nas questões relativas ao compartilhamento dos espaços, bem como os problemas de andar sempre na umidade, em relação ao corpo feminino:

É tudo bem mais difícil porque, por exemplo, o homem não sente frio que a gente sente; fiquei com dor no ovário eu fiquei mal das urinas, não adianta que a gente sente tudo isso, o negócio é se auto medicar mesmo, lá fora, outra coisa pra gente que é mulher mesmo a gente gosta de tomar um banhozinho todos os dias, eu acho que é bem mais difícil, às vezes a gente, por exemplo, está muito puxado o serviço também leva um proeiro, então quer dizer que tu tá na casinha do bote, é um lugar bem pequeno né que cabe um beliche... (Entrevista concedida em junho de 2019, na residência terrestre da pescadora)

A higiene corporal se faz com a água da lagoa, mesmo que essa esteja contaminada, especialmente pelo veneno das lavouras, pois a água que levam da cidade é usada para o consumo, tanto para beber, como para preparar a alimentação, nesse caso, aqui começamos a perceber aquele problema já apontado por Michele: a contaminação das águas doces pelas monoculturas do arroz e da soja. Sobre esse tema Juliana nos diz:

A água da cidade[5] *é só pra beber e cozinhar, e a gente é obrigada a ferver a água da lagoa pra tomar, tem vezes que não dá pra fazer a viagem, se tu levou a tua garrafinha, terminou a garrafinha ali... Não, aí tu já não vai ferver vai tomar ela assim, é horrível mas... é fazer o que né, Bah! Tem muita coisa que... o pessoal nem sabe o que a gente passa. Aí tu és obrigado a, por exemplo, tomar aquela água da lagoa aí tu me dizes uma coisa agora, que quando chega o verão que os arrozeiros tão plantando e largando veneno? Né... Que tão largando veneno e aí tu ficas com Maria dois corações que tu não sabes se tu tomas ou se tu não tomas, mas a gente acaba tomando sempre, de vez em quando fica doente né, nem sei se por veneno ou por tomar uma água que não é tratada, tem gente que não leva água da cidade, mas eu acho que é muito pouca gente que não leva, mas ainda tem gente que não leva. (*Entrevista concedida em junho de 2019, na residência terrestre da pescadora).

Aqui começa-se a evidenciar os problemas com relação à água e os relatos sobre a contaminação pelo veneno estão presentes em todas

5 Essa água é engarrafada, mineral, Rosângela mostrou-me os garrafões de 5 litros que levam a cada viagem para a barra da Lagoa, ou seja, não é a água encanada dita potável que chega para a maioria da população jaguarense.

as narrativas. Essa questão surge quando da construção de uma barragem, *a eclusa*[6], que serve para evitar a salinização da água da lagoa a fim de que esta possa servir para a irrigação da monocultura de arroz.

No entanto, esse processo teve e tem efeitos prejudiciais não somente ao ambiente enquanto ser vivo, pensando em toda fauna e flora ao redor, mas também para as comunidades pesqueiras que viram seu sustento sendo reduzido por conta dessa barragem.

Diversas espécies oceânicas deixaram de entrar na Lagoa, conforme a narrativa da Dona Rosa mais abaixo, e outras tantas são atingidas pelo veneno e não servem para o consumo, pude acompanhar a pesca pra fora e percebi quando Santiago jogava na água aqueles animais considerados impróprios, pelas características deformadas ou até mesmo pelo tamanho, muitos desses inferiores ao que se deseja em termos de venda para o mercado.

Assim, notamos a interferência de uma ontologia capitalista agindo sobre o ambiente, especialmente no que se refere a materialidade da água e seus cursos – e aqui remeto a toda reunião de vidas (Ingold, 2012) desse lugar: cavalos, vacas, peixes, aves, pescadoras e pescadores – em contraposição a uma ontologia relacional exercida pelas interlocutoras e interlocutores.

Essas ontologias capitalistas estão relacionadas com a detenção do controle sobre a água, vista como um recurso material a fim de satisfazer alguns grupos econômicos de poder, sejam eles o próprio

6 Sobre a Barragem Eclusa há diversos estudos através do portal da Agência de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim: https://wp.ufpel.edu.br/alm/, consultado no dia 12 de novembro de 2020.

Estado em nome da coletividade de cidadãos ou a partir de interesses particulares: "[...] son dos maneras de intervención del paisaje hídrico que se diferencian en escala e intensidad, y están motivadas por valorizaciones distintas del agua." (Fragoso, 2019, p.107).

Sobre a construção da barragem Dona Rosa deixa explícito o poder relacionado com o controle da água e os interesses de grupos econômicos privados:

A barragem foi criada assim ... hoje tudo o que você for criar, tudo tem nosso conselho, tu vais participar do conselho da Lagoa Mirim, tem vários conselhos que vai discutir ainda, toda sociedade exclusiva organizada e a pesca tem cadeira, e quando se fez aquela barragem, não fizeram. Ela impede a entrada de água salgada na lavoura de arroz, aí impede a entrada do peixe de oceano pra nós. Por isso que a Marinha baixou a produção, assim... ela era rica ali em peixe, ela baixou a produção e tudo. E foi uma... coisa que a gente não tinha conhecimento na época e tínhamos direitos, era uma coisa até indenizatória isso aí, era indenizatória. E hoje nós continuamos com as lavouras de arroz e os calçamentos[7]. (Entrevista concedida em novembro de 2019, na Colônia Z-25).

Percebe-se através dessas narrativas como a água em sua materialidade e o território ao seu redor passa a ser visto como serviços

7 Aqui Dona Rosa se refere a mais recente obra urbanística na orla do rio Jaguarão que diz respeito à construção de um grande calçadão, porém tal empreitada prejudica sobremaneira a comunidade que mora na vila dos pescadores às margens do rio, por conta das inundações e também pela dificuldade de acesso aos barcos que ficam na beira das águas em frente as suas residências.

à disposição da economia, especialmente os plantios de arroz e também da soja, como explicitarei mais adiante.

De acordo com Veronica Strang (2019) há uma interferência em relação aos regimes e cursos d'água e seu controle material, bem como a própria natureza, colocando-os dentro de uma lógica e ontologia que serve para alguns grupos dominantes, a partir do espectro capitalista:

> El ejercicio del poder no es posible si este no se puede expresar de forma material, en este caso, a través del control físico de los cuerpos de agua o de la capacidad para determinar (desde cualquier distancia) quiénes se beneficiarán del flujo del agua. Sin embargo, las relaciones materiales no se establecen solo entre personas. Todos los regímenes de control del agua se ven influenciados por las propiedades físicas del agua y sus comportamientos específicos. La fluidez del agua, la dificultad para capturarla y contenerla y la variabilidad en los flujos hidrológicos inevitablemente desafían las certezas de propiedad y control (Strang 2011). (p.173).

Pode-se referir que existe um *dissenso* ontológico entre as pescadoras e pescadores relacionados ao seu território – terra e água – e os grandes proprietários de monocultura, haja vista não só a poluição das águas e a afetação do ecossistema nele englobado, mas porque atinge de maneira contumaz um modo de saber-fazer que está em vias de desaparecimento, *mais que* isso, é sobre o sustento dessa comunidade e seu bem viver.

Portanto, são processos políticos de exclusão hidrosocial[8] que afeta a água e os caminhos pelos quais ela passa, destarte isso, pode-se pensar através do conceito de *"dissenso"* que Marisol de la Cadena (2018) refere da seguinte maneira:

8 Conceito utilizado por Ariana Fragoso, Alejandro Camargo e Juana Camacho. 2019

> O dissenso pode ter a aparência de um equívoco. Rancière, filósofo da política e da estética, conceitua o dissenso como **"o conflito entre alguém que diz branco e outro que também diz branco, mas não entende o mesmo por isso"**. Contudo, embora o equívoco pressuponha que todos os participantes na interlocução são falantes (podendo, portanto, nomear coisas que são conceitualmente as mesmas e "objetivamente" diferentes), o mal-entendido que provoca o dissenso (à la Rancière) resulta de "uma disputa sobre o que significa falar"; "uma disputa quanto ao objeto da discussão e quanto à *capacidade daqueles que fazem disso um objeto*". (p.99). Grifo meu.

Sob a luz do que Marisol de la Cadena apresenta, mostra-se evidente a existência de um equívoco dentro do *dissenso*, em se tratando do controle e usos da água no contexto exposto, nesse caso, a mesma autora refere que se está diante de uma história do *antropo-cego,* onde existe: "[…] uma disputa política agravada pela condição de sua impossibilidade, pois nem o Estado nem a lei são capazes – e muito menos equipados – para reconhecer o equívoco ou a disputa política em torno dela." (p.100).

Segundo Dona Rosa e sua filha Rosângela, também pescadora artesanal em parceria com o seu marido, o Santiago, o veneno da soja traz prejuízos ainda mais danosos sob a natureza e também para elas/eles que vivem nas/das águas:

– Dona Rosa: […] *no verão estava contaminada com o veneno de lavoura, do veneno da soja, estava contaminando o peixe também. A Nossa salvação foi a enchente que deu, aí limpou tudo.*

– Rosângela: *E o da soja é pior ainda, é dentro d´água né [SIC], nos banhados tudo isso aí planta, está sendo drenado. O da soja é pior, e o ano passado eles plantaram a soja muito perto. Veneno puro, e a soja quando planta na beira da flora acontece que o veneno vem todo pra nós.*

Novamente e de maneira mais agressiva, o veneno invade as águas, partir das lavouras de soja, sendo possível ver essas plantações no caminho para a barra da Lagoa Mirim, muito próximas ao local onde trabalham as pescadoras e pescadores e é perceptível o cheiro do herbicida na época da colheita, sobre a contaminação e consumo Alejandro Camargo e Juana Camacho dizem: (2019): "la agricultura no solo consume cerca del 70% del agua dulce que extrae en el mundo (FAO 2017), sino que es uno de los mayores contaminantes." (p.09).

Esse mesmo veneno derramado diretamente na Lagoa sem tratamento, chega até o rio que abastece a cidade, ou seja, a contaminação das águas atinge a zona urbana conforme me relataram as pescadoras, nesse caso, é um problema para a coletividade de viventes. Abaixo o caminho para a Boca da Lagoa.

Dessa maneira, percebe-se a racionalidade capitalista e os interesses econômicos, deixando de lado distintos modos de viver e de saber-fazer, vidas em relacionalidade com outras vidas não foram levadas em consideração ao se dar a construção da barragem, desconsiderando a multiplicidade ontológica desses viventes que habitam e praticam esse lugar, aqui refiro-me também à água, muito embora convivam, ou melhor, *enactuan* dentro desse dissenso, para Mario Blaser (2019):

> La noción de ontologías múltiples dentro del espacio generado por la noción de realidad enactuada inherente a la multiplicidad ontológica. El punto de este registro es que las prácticas son relatadas y los relatos son a su vez enactuados o puestos en práctica. (p.74).

Assim, a água deve ser entendida não mais em sua singularidade, mas na sua pluralidade, nas intersecções entre o poder, a política e as multiplicidades com as quais *enactuan* a partir da separação ontológica entre relacionalidades e exploração, entre um saber-fazer artesanal e de sustentabilidade para uma comunidade tradicional e os interesses do agronegócio, bem como compreender que ela, enquanto líquida, compartilha vida não somente com humanos, mas também com não humanos.

Para Camargo & Camacho (2019) a água deve ir além da metáfora linguística imposta, pois: "hay una multiplicidad de estados y formas, una de las formas más básicas para nuestra subsistencia es el agua potable" (p.08), ou seja, pode-se pensá-la a partir de sua pluralidade, como os mesmos autores referem: "essa multiplicidad de experiências hidrosociales entre los vital, lo dramático, lo simbólico y lo lúdico." (p.07), está-se, portanto, diante de uma antropologia plural das águas ou quiçá uma antropologia da multiplicidade vazante.

Ao ir para casa, Jaguarão, percebo que essa pampa é feita em comum, escondida no meio das macegas, onde avistamos uma pluriversalidade de espécies que compõem a região.

Sobretudo, é nítido, como os próprios espelhos, açudes, taipas, banhados, rios e seus braços, são parte potente e indelével da paisagem pampera, desses rincões latino-americanos, assim como igualmente é claro, diáfano, que esses espelhos estão desaparecendo, a seca deixa evidente o espinhaço do campo, tapado pelas grandes monoculturas que dilaceram e desestruturam diversas cadeias produtoras.

Os pastos queimados, o gado lutando como pode, a terra seca e invadida, vê-se de longe aquelas colinas meio verdes, meio enferrujadas, as nuvens carregadas, mas carecendo chuva de todos os tipos.

A pampa terra, "teta assustada" e sangre desses pagos, mãe serena e resistente, de onde vem vida, alimento e a vontade de esperançar desses matos.

A pampa, senhora dos sul-americanos, extensa, fêmea, ela é a vazante, porque seus campos existem a partir das suas águas, ou seja, a metáfora da pampa são os seus banhados, suas lagoas e rios.

Ao chegar no juncalzinho, vejo de lejos um grande bosque de eucaliptos, que há tempos tomou conta da paisagem, onde antes tinham os rodeios, está agora tapado de água, tanta que a ponte de acesso foi transformada em ruínas. (Diário de Campo, novembro de 2019).

A partir desse momento, trarei as narrativas dessas pescadoras e pescadores sobre sua relação *com* a água e como *enactuam com* ela, mais bem, como habitam e convivem a partir desse referencial líquido, *com* as espécies animais e o sentipensar *com* o lugar.

Era um dia de sol forte, um mormaço quente e abafado, os corpos desanimados por aquele calor abrasador que volta e meia faz em Jaguarão, porém era necessário sair e ir ao encontro das pescadoras e pescadores que aguardavam minha visita em sua residência terrestre situada na conhecida vila dos pescadores e que hoje é a Colônia Z 25, fundada por Dona Rosa em 2005.

Ao chegar no local, Rosângela, filha de Dona Rosa, abre a porta e assim me deparo com uma residência dividida entre ser a sede da Colônia Z 25 e moradia, povoada por diversos utensílios e apetrechos

vinculados à pesca, além de folders informativos quanto aos direitos trabalhistas e previdenciários das pescadoras e pescadores artesanais.

Dessa maneira, a cidade ia se mostrando para mim, diferente daquela que conhecia dos livros de literatura e das próprias vivências enquanto jaguarense, no entanto, foi a partir desse estranhamento, tão caro dentro do campo da antropologia, que pude exercer a escuta e o olhar (Oliveira, 1996) necessários para dar continuidade ao trabalho de campo iniciado.

As interlocutoras e interlocutores foram apresentando-me essa fronteira habitada a partir das águas e apresentando a complexidade de se estar constantemente nas margens: das cidades, dos países, da terra e também da vida e especialmente, num constante devir *com* aqueles que vivem e experenciam esse espaço.

Sobre a relacionalidade com a água, a natureza e a vida involucrada a partir da pesca, Rosângela nos diz o seguinte: *"A água entra, pede pra abrir a porta, e pode entrar, entra vai embora, escolhe o que você quer e depois vai embora. Não adianta tu querer porque água é água. Como eles fizeram lá fora, a mãe estava lá e viu gastaram horrores, fizeram uma taipa, a água veio e levou tudo, está até agora tudo debaixo d'água."*

E sobre a questão do tempo e a observação a partir dos animais, Rosângela segue: a *chorona quando ela está bem quietinha na água com a cabecinha dobrada é calmaria não tem chuva não tem nada, quando ela chora que nem uma criança, ela chora que nem criança desesperada, é chuva e é muita chuva.* Dona Rosa afirma que: *"A Natureza, a lua e ela quem dita às normas. Chuva, vento, tudo!"*

Santigo, companheiro de Rosângela, nos apresenta sua versão sobre esse viver em águas: *"Eu trabalhava em terra e hoje sou pescador, hoje esse é o espelho pra min, hoje é vida. É vida, porque sem água hoje nós não vivemos e outra coisa, hoje vivendo da água, aparentemente, no caso a água nos dá sustento. Me dá manutenção, me dá tudo. E... hoje não sei viver sem estar na água".*

Nessas narrativas, percebe-se a relacionalidade dessa comunidade com o lugar onde habitam e vivem a maior parte do ano, não somente evidenciando os perigos causados pelas questões relativas ao veneno nas águas e a escassez de espécies, abordado anteriormente, mas porque apresentam uma estreita familiaridade com outros animais que os auxiliam.

Neste sentido, está-se diante daquilo que Mario Blaser (2019) pensa como ontologia, e aqui acrescento a ideia *relacional,* podendo esta entendida da seguinte maneira: "una ontología es una manera de hacer mundo, es una forma de enactuar la realidad." (p.73).

A água em sua potência, mostra a uma capacidade de agência, como se referiu anteriormente, pois ela tem seus sentidos, entra na hora que tem vontade, *enactua* com os viventes, mais do que isso, as pescadoras e pescadores *sentipiensam* (Escobar, 2016) com esse líquido.

Esse *sentipensar* ou *sentipensamiento*, é a maneira como essa comunidade está em reunião com esses outros viventes, compartilhando vida e saberes, estes dentro da atencionalidade, como o caso da Chorona sobre a previsão do tempo, bem como as fases da lua que regem o regime das marés e da própria pesca.

O Sentipensamiento pode ser compreendido a partir do devir dessas pescadoras e pescadores, um devir *com* outros viventes, com os

quais compartilham a água e a terra, visto que ambos são parte desse enactuar, para Arturo Escobar (2016), esses saberes dentro do sentipensar pode ser entendido da seguinte maneira:

> […] estos saberes están particularmente sintonizados con las necesidades de la Tierra. Tal como indica el título del artículo, aquellos que los producen *sentipiensan* con la Tierra (piensan y sienten con la Tierra); apuntan hacia aquel momento en que los seres humanos y el planeta podrán finalmente coexistir de manera recíprocamente enriquecedora. (p.14).

Assim sendo, esse é um modo de viver que está junto, onde não há uma divisão excludente entre os viventes, entendidos aqui como as águas, os ventos, o céu e as estrelas, os animais, enfim a natureza em sua potência, ao contrário, as pescadoras e pescadores mostram-se como parte dessa, como princípio de vida, em movimento e atencionalidade.

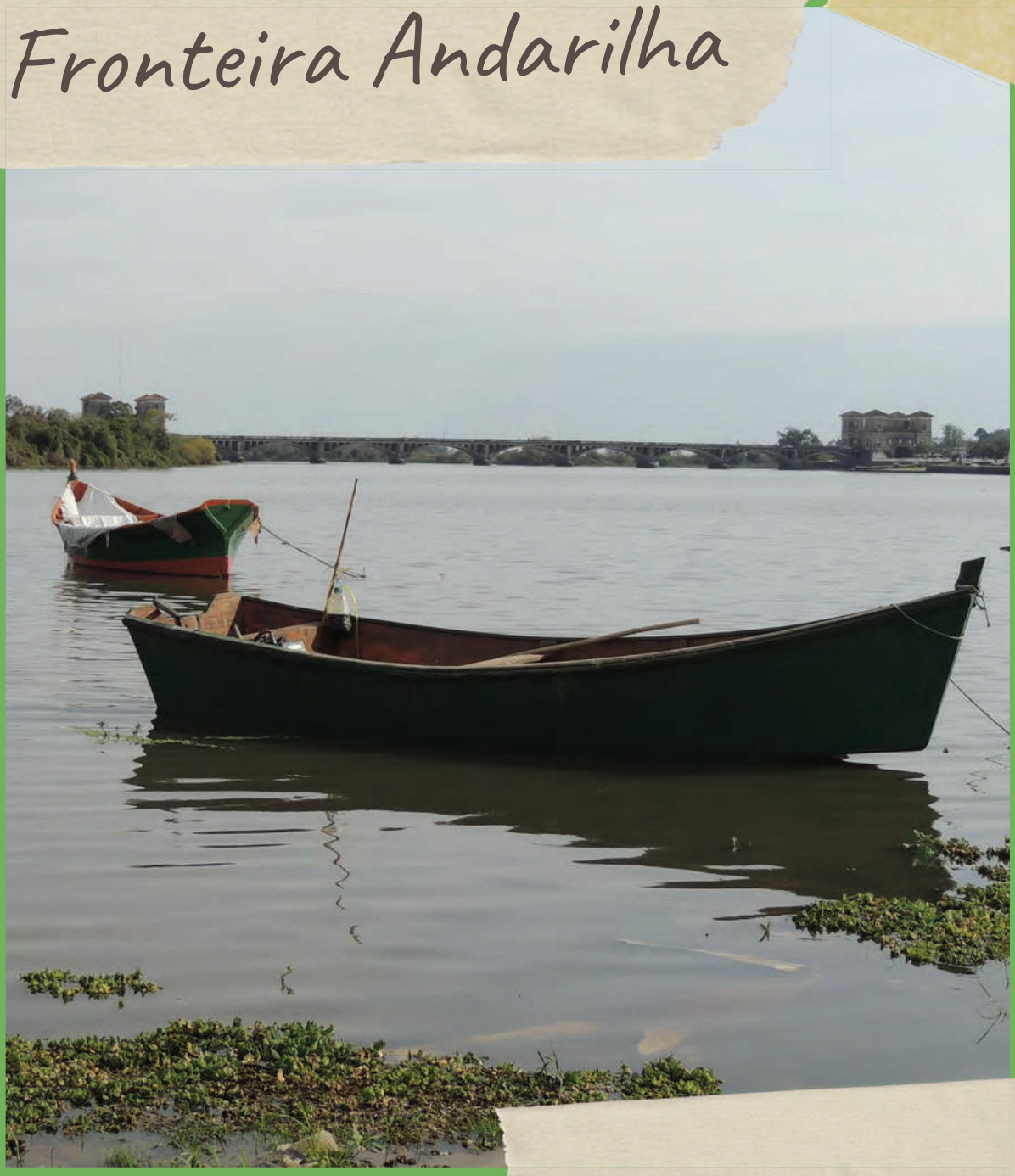
Escobar ainda cita o sociólogo Orlando Fals Borda e o escritor Eduardo Galeano, de onde se recorre para pensar a ideia do sentipensamiento e traz a seguinte nota:

> El sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (1984) indica que los términos sentipensar y sentipensamiento constituyen el principio de vida de las comunidades de la costa caribeña colombiana que viven en cuencas de río y pantanos. Implican el arte de vivir y pensar con el corazón y con la mente. El escritor uruguayo Eduardo Galeano popularizó el término sentipensamiento como la capacidad de las clases populares de no separar la mente del cuerpo, y la razón de la emoción. (p.14)

Portanto, pode-se perceber, a partir das narrativas das pescadoras e do pescador, esse modo particular de habitar esse lugar: a fronteira e a pampa, assim como a fluidez que as águas apresentam, nos fluxos do ir e vir em constante devir *com* os animais e a paisagem,

especialmente, um devir *com* as águas em confluência e assim construindo o pluriverso dessa pampa sul brasileira.

Fronteira Andarilha



Fronteira da Multiplicidade

Braulina à vontade, caminhando firme, passando sob o arco da Alfândega. E ele já desistindo de falar, mas querendo falar... Foram os dois até Rio Branco. O mais que ele conseguiu foi quando passaram o risco vermelho que separa o Brasil do Uruguai, o traço vermelho no cimento da Ponte. Estavam ele do lado de cá; ela no lado de lá, um passo na frente. Ele pediu que ela parasse e disse, com surpreendente e brutal naturalidade: - Que engraçado, nós tão perto um do outro e tão separados!

Braulina – Contos de Sempre – Aldyr Garcia Schlee

A fronteira que tudo sabe e tudo guarda, traz em si mesma o paradoxo de ser gêmea e ao mesmo tempo separada de sua irmã, dividida pelas águas do rio Jaguarão e também pela animalidade de uma Jaguar cuja metade é uma sereia.

Talvez ainda não sejamos capazes de desvendar esses mistérios, tal como proclama Aldyr Schlee na abertura dos seus Contos de Verdades, ou quiçá, já estejamos tão tocadas pela magia desses arrabaldes, desses pueblos, dessas sereias, que nosso olhar é tal qual o reflexo das cidades no espelho daquelas águas.

E, sendo mistério, é provável que exista um temor e um tremor que nos impede de dar o passo adiante, o medo de acabar vendo ressurgir aquilo que se é e o que não se é, encarando definitivamente que somos partes duplas, porosas e, além disso, contraditórias dentro do que nos toca ser enquanto fronteiriças e fronteiriços.

Proclamar a fronteira, dentro dessas dualidades ou melhor, dessas misturas, não se torna algo fácil, justamente por estar metida dentro desse espectro que ora se revela e em outras se esconde, sabota, tornando penumbra as miragens que podemos ter desse lugar e desses pueblos.

Obviamente que recebi grandes influências a partir da visão de Aldyr Schlee e sua *comarca pampeana* (a nossa), mas também por sentir diariamente aquele alvoroço que a fronteira produz no corpo, no vai e vem das águas e das gentes, da ponte em sua imobilidade, parecendo que flutua, fingindo que não vê e nem sente os pisares dos transeuntes de cada banda.

Assim se faz e se constrói cotidianamente um *ethos* fronteiriço, com suas particularidades para além daquilo que o Estado-nação prevê ou deseja, vivendo esse lugar de *margem,* mesclando corpos e sentimentos, friccionando e tensionando as desigualdades entre cada sociedade, para no fim, tal como diz Schlee, ser tudo a mesma gente.

Pensando a partir disso, estamos diante de um cenário plural e especificamente praticado *entre* os dois países, mas que, no entanto, constrói relações e maneiras de vivenciar as adversidades do cotidiano que estão nas *margens* de ambos, tanto do Brasil, quanto do Uruguay. Mundos que estão nas bordas da "comarca" e que devem ser vistos para além do risco vermelho na ponte.

Nesse sentido, a fronteira não é um lugar pronto, definido por tratados de comum acordo entre representantes estatais que estão longe da realidade, mas é sempre um território em constante construção, não somente daquilo que lhe constitui como massa ativa de sua composição: as coisas, as ruas, as águas; mas sobretudo dos viventes que a inventam diariamente.

Desse modo, estamos diante daquilo que Isis Pereira (2020) trouxe em sua dissertação de mestrado: "A partir da troca mútua entre o espaço e as pessoas a cultura de fronteira é construída, é um fazer

fronteira, um fazer as coisas, um fazer pessoas e um fazer cultura". (p. 50).

Podemos perceber a partir da afirmação acima citada, que existe, portanto, um *fazer-se* fronteira, *fazer-se* as coisas que estão e são da fronteira e, logo, um *fazer-se* gente, num constante devir fronteiriço, num construir-se a si mesma e aquilo que nos circunda, sem estar acabado, mas num constante processo de envolvimento.

À vista disso, está-se diante de um lugar vivo, sentido, em movimento, tal como pontua Michel Agier (2011) sobre o "fazer cidade": "o próprio ser da cidade surge, então, não como um dado, mas como um *processus*, humano e vivo, cuja complexidade é a própria matéria da observação, das interpretações e das práticas de "fazer cidade". (p. 39).

Logo estamos diante de um processo cuja a construção se dá nos interstícios, na maneira como as pessoas fazem, nos arranjos e nos devires desse *ethos* fronteiriço, que pulsa feito organismo independente, fluído, tal como as águas da Lagoa e do Rio em seu baile transeunte e insubmisso.

Por conseguinte, existe uma construção ontológica na/da fronteira, desses viventes e dessas coisas que circulam, se *entre* mesclam e se friccionam e, dessa maneira, *enactuan* (Blaser, 2019) a partir de um *jeito* de experimentar a fronteira em sua *pluriversalidade*.

Pretendo, então, apresentar às leitoras e leitores, como essa fronteira é *andarilha*, desde os tempos imemoráveis, nos começos das ocupações espanhola e portuguesa, num breve relato, e de como esse

mesmo espaço se apresenta a partir da prática das pescadoras e pescadores com quem tive contato.

A fronteira a qual estou narrando está localizada entre as cidades de Jaguarão e Rio Branco, respectivamente Brasil e Uruguay, esse dado já foi apresentado nos capítulos anteriores, mas é importante retomá-lo a fim de se ter em mente os Estados que estão envolvidos e a particularidade da divisão em questão.

Essa é uma região *andarilha* ou *andariega* no sentido da própria constituição de seus limites territoriais oficiais, porém indo além das demarcações estatais, essas andanças se dão, também, no corpo de quem a faz incluindo nesses trajetos a água.

Por se tratar de um espaço antigo no tempo, a fronteira remonta a história da colonização portuguesa e espanhola em terras que hoje são Brasil e Uruguai. Esses dois países disputaram palmo a palmo essa terra que um dia foi neutra, contudo ocupada pelos povos originários.

Importante dizer que nunca houve um território vazio, despovoado de gentes, bichos e coisas, ao contrário, fez-se vazio em busca de riquezas e expansão territorial a partir do silenciamento e extermínio daquelas e daqueles que já andavam por aqui bem antes de nós. Conforme o escritor Donaldo Schüler (2004):

> Homens sequiosos por dilatar a fronteiras avançavam por terras de ninguém. De ninguém? A conquista tratou de limpar o território. Os que resistiam tombavam aos milhares, aos milhões até que territórios violentamente despovoados acenavam com a promessa de riquezas.
> (p. 07)

Nesse cenário pode-se compreender que a *metáfora* de uma metade sul "esvaziada" tem seus antecedentes históricos, não passando de uma construção para o benefício pré-capitalista dos dois impérios em expansão, permanecendo até hoje essa visão de lugar sem ninguém[1].

No entanto, se outrora o extermínio acontecia dizimando rapidamente os povos originários, hoje dá-se de maneira gradual com a instalação de grandes empreendimentos mineradores e monoculturas que assolam o meio ambiente, especialmente a água, como vimos anteriormente.

Mesmo acontecendo as demarcações "definitivas" pelos estados, essa fronteira seguiu gritando: "quando os marcos fronteiriços se definiram, não silenciaram os gritos de protesto que lhes deram origem". (Schüler, 2004, p. 07). E é assim que a penso enquanto *andarilha*, que ora pertencia a Portugal e em outros momentos à Espanha.

Obviamente que quem faz da fronteira *andarilha* não são somente os tratados externos e as vontades das grandes potências, mas as pessoas que a praticavam e a ocupavam (e fazem isso até hoje), que construíram essa região a ferro e a fogo e, por conseguinte, viviam transitando entre esses dois mundos tão unidos, mas tão separados, retomando aqui a *metáfora* pontual de Aldyr Schlee.

[1] Na tese de Daniel Vaz Lima (2020) ele cita e desconstrói essa visão de uma terra de ninguém, fazendo um detalhamento histórico do lugar.

Dito isso, claro está que as diferenças nos dois lados eram grandes e essa *maleabilidade* entre os polos não se deu de maneira amigável e sim através de disputas violentas até a estabilidade (sempre vigiada) dessa zona onde se percebe certa porosidade. Para Ligia Chiappini (*et. al*, 2004):

> As fronteiras [...] seriam terras sem dono, e sua conquista seria um ganho para a sociedade civilizada. Daí a ser, nas zonas fronteiriças, a violência privada, em princípio, legítima, pois as pessoas se pautariam por leis diferentes das do mundo civilizado. (p. 19)

Essa violência é parte constituinte na formação dos estados, bem como das coisas e das gentes que são dessa terra, que vivenciaram e corporificaram durante muitos anos o conflito pela demarcação da fronteira, a movimentação das bandeiras e que terminaram por formar uma alternativa.

Nesse sentido, vê-se a invenção da fronteira, compondo uma terceira via ou margem, sendo estruturada com um pouco de cada *banda* na qual se conformam formas particulares de convívio, de linguajares, de intercâmbio econômico e especialmente, de trocas culturais, ou seja, de um *modus andarilho.*

Assim, começamos a delinear esse lugar inventado e praticado (Certeau, 1996), em constante processo, como já mencionamos anteriormente, dando-se nos encontros, entre os caminhos e descaminhos, numa fronteira que se faz quando acontece a diferença, no trânsito entre os países-cidades, entre as águas, as pessoas, os bichos e na mistura desses entes que a experenciam.

Para Wagner (2010) “a invenção das culturas, e da cultura em geral, muitas vezes começa com a invenção de uma cultura em particular, e esta, por força do processo de invenção, ao mesmo tempo, é e não é a própria cultura do inventor. (p. 37). Esse processo se dá também em lugares móveis como a fronteira que estamos diante.

Sem, contudo, deixar de ter uma identidade, por ser estruturalmente porosa, tendo influência de duas culturas distintas, a linha divisória torna-se evidente a partir do choque de alteridades, de culturas e modos de viver convergentes e divergentes, para Wagner é dessa maneira que: “a cultura é tornada visível pelo choque cultural” (p. 36).

No choque entre culturas, temos o palco para a criação (invenção no sentido aqui colocado dialoga com essa concepção) de uma fronteira *andarilha* ainda mais se pensarmos que o marco de divisão entre Jaguarão e Rio Branco, Brasil e Uruguay, se dá a partir das águas que naturalmente une e separa esses lugares e que dá a tônica da formação desse território.

Assim, é na dança das águas[2] *transfronteiriças* que presenciamos a demarcação oficial do Estado para seus limites, marco histórico dentro de um contexto de guerra, que almejava alcançar uma paz cordial, para, enfim, haver integração entre as sociedades envolventes.

[2] Segundo Tau Golin (2015) a ocupação do Rio Grande do Sul como um todo, se deu através da “geopolítica das águas”. Nesse caso, a conquista parte das regiões litorâneas: “todo seu Oeste era uma fronteira de águas - lagoa Mirim e seu sangradouro (canal São Gonçalo), lagoa dos Patos, Guaíba e Jacuí. Pelo norte do Guaíba-Jacuí, os luso-brasileiros foram progredindo lentamente”. (Golin, 2015, p. 23).

> Com fronteiras estáveis e pactuadas, o que parece evidente, desde o início da disputa territorial ibérica e americana, é que as bacias sempre constituíram referências demarcatórias pelas características hidrográficas do espaço meridional. A conquista e ocupação foi, em tudo, uma estratégia da geopolítica das águas (Golin, 2015, p. 28).

Portanto, essas fronteiras são *andarilhas* desde os princípios da colonização, gerando instabilidade, guerras e um sem número de tratados e acordos para a posse efetiva ou imaginada, pois estamos lidando com duas nações distantes da brutal realidade e particularidades que se viva nestes campos (que nunca foram neutrais).

Pode parecer simples ao descrever os conflitos e as guerras que hoje lemos e imaginamos, no entanto essas contendas não se resolveram facilmente[3] e pode-se verificar isso pelo exposto na pesquisa de Clayton Demutti (2015) sobre o tratado das águas que acabou por conformar a atual configuração da linha divisória.

O compartilhamento das águas fronteiriças (trânsito no rio Jaguarão) foi pautado ao longo da história da região e culminou com um tratado firmado pelos países envolvidos, em 1909: "Tratado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguay, modificando as suas fronteiras na Lagoa Mirim e rio Jaguarão e estabelecendo princípios gerais para o Comércio e navegação nessas paragens". (Tratado das Águas, 1909).

[3] O Tratado de Santo Ildefonso de 1777 foi uma das tentativas de fixação dos limites nessa fronteira sul, porém ainda houve a necessidade de outro acordo para tratar especificamente das águas.

Tal acordo não resultou muito favorável aos uruguaios, justamente por se tratar das disputas pelos usos das águas do Rio Jaguarão e Lagoa Mirim, travadas ao longo de dois séculos, como vimos acima, e que foi concluída, digamos assim, com a assinatura de mais um acordo diplomático, onde se firmava o compartilhamento das águas, que incluía navegação, pesca para o consumo humano, lazer, dentre outras atividades.

A fronteira toma essas novas delimitações em sua linha divisória traçada na água; deve-se fazer uma ressalva: nesse momento da história ainda não havia a Ponte Internacional Mauá, pois, sua construção começa a partir de 1928 e muito embora sua dicotomia (união ou separação), o traçado marcado no concreto segue respeitando os limites determinados em 1909 nas águas do Rio Jaguarão.



Linha divisória demarcada nas águas. Google maps. Julho de 2021.

Nesse *vai-e-vem* marítimo a vida fluiu entre as linhas muito tênues marcadas nas águas e também pelo compartir não somente esse lugar, mas as relações culturais e sociais como aconteceram ao longo do período da Província Cisplatina (DEMUTTI, 2015, p.25), no qual tudo isso era, como sempre quis Schlee, uma terra só.

Entretanto, não podemos ser ingênuos de imaginar que os conflitos acabaram com a assinatura de um tratado e que isso não se reflete nas relações atuais entre ambas as cidades e respectivamente ambos os países. As rivalidades ainda são evidentes numa fronteira que se pretende *hermana*, tornando-se claro quando das relações culturais.

No final do ano de 2018 tive a oportunidade de participar de uma jornada cultural na cidade de Rio Branco, no *Liceo* com os jovens adolescentes, na qual elaborei uma oficina de contação de poesias em diálogo com as produções desse público e um dos assuntos debatidos foi exatamente esse, nós brasileiros não estamos *atravessando* como os uruguaios *atravessam*.

Essa palavra *atravessar* é significativa para fronteira, pois ela toma as mais variadas proporções e é um demarcador do *ser* fronteiriço, levando em consideração que esse *atravessar* é, necessariamente, entrar em contato com o outro e assim constituir-se enquanto pessoa no contato com a alteridade, como afirmava Aldyr Garcia Schlee, nosotros, que nada mais é do que o nós no outro.

Indo além, no atravessar está contido aquilo que nos forma enquanto cidadãs e cidadãos de fronteira, nossos corpos marcados por essa transitividade, nossas origens culturais e sociais, cambiadas no trajeto entre Jaguarão e Rio Branco, ou seja, atravessar carrega consigo

não somente os bens materiais, mas nossos modos de estar e viver esse lugar e suas trocas cotidianas.

Assim sendo, dando continuidade às questões relativas a fronteira, em 2019 estive desfrutando da companhia dos pescadores e pescadoras da Colônia Z25 da cidade de Jaguarão, em uma agradável tarde entre causos, lendas e sobre a rotina de uma vida imaginada como idílica, mas que é, como abordei anteriormente, brabíssima e solitária.

A vila dos pescadores, lugar onde residem algumas das famílias ligadas à pesca tanto na Lagoa Mirim (majoritariamente nesse lugar), quanto ao Rio Jaguarão, fica situada à margem esquerda do rio, próxima à gruta de Nossa Senhora dos Navegantes, de frente para a Ponte e a fronteira. Essa região é antiga, data desde os tempos da fundação da cidade, onde nas gravuras de Debret é possível avistar um pequeno aglomerado de casas.



Gravura de Debret - Vila dos Espíritos – Jaguarão

Segundo dona Rosa, o pescador sofre muito preconceito por parte da sociedade e, por conseguinte, a profissão é invisibilizada na cidade, ela diz: *"tudo começou aqui e eu brigo pela valorização",* além dos pescadores, Rosa também tentou mobilizar e auxiliar outra categoria muito sofrida e que tem uma alta rotatividade por conta da lida braba que vivenciam esses profissionais: os areeiros.

Preciso contar-lhes sobre isso antes de voltar para o tema em destaque. Durante as saídas de campo tentei vários contatos com diferentes grupos areeiros e também com o dono de uma empresa de mineração que extrai areia do rio, no entanto esses contatos foram frustrados, desmarcados e remarcados diversas vezes, mas sem concretizarem-se.

Contudo, novamente o *acaso* se fez presente e, ao me dirigir para a casa de dona Rosa, tomei como via de me deslocar até a sua residência, um moto-táxi, meio de transporte muito comum em nossa cidade pela praticidade e também pelo baixo custo.

Entre tantas idas e vindas com o mesmo motoboy, apelidado por todos de Mano, nunca havia imaginado que ele fosse de uma linhagem de gente das águas, seus pais foram pescadores a vida inteira, entre outros parentes, incluindo-o no mesmo nicho.

Ao anunciar o endereço e perguntar se ele sabia onde ficava e quem era a dona Rosa, Mano logo abriu um sorriso dizendo que a conhecia desde guri e que seus pais e sua família haviam sido aposentados através da Colônia com o auxílio de minha anfitriã.

Pedi permissão para gravar nossa conversa sobre a experiência dele no meio das águas, porém não permitiu que seguisse adiante, mas contou-me sobre o como foi dura a lida de areeiro, do frio que sofreu ao entrar nas águas geladas do rio, com o corpo inteiro submerso, mergulhando no fundo daquelas entranhas, a fim de extrair a areia.

Importante se ter mente de que se trata de uma profissão de grande periculosidade, além das controvérsias ambientais que envolvem a extração da areia e as questões relativas aos direitos trabalhistas que esse exercício insalubre suscita, isso pode ter sido uma das causas para Mano não querer uma entrevista grava e também dos desencontros que tive com outros areeiros.

Além disso, falou-me dos riscos de afogamentos e de quantos jovens viu perder a vida, pois segundo Mano: *a areia te chupa para dentro da água* (Diário de Campo, 2019) e infelizmente quando isso

acontece não há o que fazer, pela força que a água faz e, consequentemente, o peso da areia ao afundar vai levando tudo sem piedade.

Também contou sobre os lugares onde se costuma tirar areia e do quanto isso é prejudicial ao rio, sendo que em alguns pontos já não há mais a possibilidade de extração justamente pelo assoreamento, dentre as localidades mencionou a Ilha do Narol que fica mais ao interior de Jaguarão. Os areeiros também enfrentam problemas com a questão da linha de fronteira, não podendo ultrapassá-la.

Mano acabou abandonando a profissão por conta dos prejuízos, não somente financeiros, mas de saúde, pois surgiu uma hérnia de disco em pouco tempo de trabalho e pelas intempéries sofridas pelo corpo ao entrar nas águas todos os dias, faça calor ou frio.

A seguir, transcrevo um trecho de meu diário de campo quando cheguei na casa de dona Rosa e logo após trarei as narrativas sobre a visão que as pescadoras e pescadores possuem sobre a fronteira e de como isso dialoga com o paradigma das mobilidades, trazendo uma atualização para repensarmos nossas linhas divisórias.

Cheguei na dona Rosa no horário combinado. Bati na porta de sua casa, a qual possui uma enorme gruta com as imagens de Nossa Senhora Aparecida e Navegantes. Perto dessa gruta, um grande pé de alecrim, arrudas e espadas de São Jorge.

Uma curiosidade, meu pai, que é mecânico de veículos à diesel, é muito amigo de Santigo, genro de dona Rosa, casado com Rosângela, e volta e meia realiza reparos no motor do barco do casal.

Ao abrir a porta – literalmente para atravessar outra fronteira – quem me atendeu foi Rosângela e logo em seguida apareceu Rosa que pediu para que eu esperasse, pois iam me receber na garagem, onde fica a sede da Colônia Z 25 e onde vi chegar várias pescadoras.

Naquele local elas trabalham com os papeis das pescadoras e pescadores, função exercida pela neta de Rosa, a Tairine, junto na mesma peça encontram-se madeiras de banco, cadeiras, um banner com a imagem dos pescadores de um projeto da FURG no qual participaram, também haviam redes e alguns materiais, juntos e emaranhados.

Havia algumas crianças e notei que recém tinham almoçado. Comecei com perguntas básicas, para não dizer pueril, mas a partir desse momento outra cidade se descortinava para mim. (Diário de Campo, 2019).

Dentre tantos assuntos surgidos sobre o cotidiano da lida pesqueira praticada, na maioria das vezes, em regime de economia familiar, a fim de que se tenha mais lucros do que prejuízos, o tema da fronteira se fez presente, mostrando as particularidades de se navegar em águas que ora podem ser brasileiras e em outras uruguaias.

Ao perguntar para a família sobre os significados que a fronteira possui e de como é se deslocar por suas águas e exercer sua profissão, todos foram categóricos ao anunciar que existe uma fronteira delimitada no Rio e na Lagoa Mirim, com policiamento e fiscalização, sendo mais rigoroso pelo lado uruguaio, tendo em vista que pelo lado brasileiro não há um posto de observação permanente.

Penso, então, que posso compreender esse sistema a partir do novo paradigma das mobilidades e tudo que implica poder mover-se ou ficar imóvel, dentro daquilo que está contido nesse ir e vir passando por rutas distintas, mas que compartem a mesma perspectiva líquida.

Assim, para Tim Cresswell (2009) os movimentos devem ser entendidos em sua dimensão política, num entrelaçamento entre coisas, gentes, sentidos, tal qual ocorre em nossa fronteira, tanto pelas águas, quanto por terra. O autor assim designa:

> A mobilidade é um emaranhado de movimento físico, de significado e de prática. Cada um destes elementos de mobilidade é, em meu entender, político. Mobilidade é também movimento social. Combina o movimento (de pessoas, de coisas, de ideias) com os significados e as narrativas que os circundam. Permite igualmente reconhecer o facto de as mobilidades serem produzidas dentro dos sistemas sociais, que por sua vez, ajudam a configurar. As mobilidades não podem ser compreendidas sem reconhecermos que existem em inter-relação e em relação com várias formas de fixidez. (p. 25)

Nesses meandros fronteiriços, entre a fixidez e a mobilidade na qual estamos todos envolvidos, uns vivendo de maneira mais crítica, outros transpondo de maneira mais fluída, voltamos nossa mirada às interlocutoras e interlocutores e suas narrativas sobre como experenciam estes *entrelaçares* a partir das águas.

Faço uma questão sobre a pesca pelo lado de *lá* e se haviam pescadores uruguaios, pois não consegui contato de nenhum e com a pandemia onde o trabalho de campo foi suspenso, não retomei isso presencialmente, então Rosângela me responde: *Tem, pescam no Uruguai.*

Logo depois refiz a pergunta e indaguei se havia algum uruguaio pescando junto com eles e se podiam entrar em águas uruguaias e Santiago prontamente declara:

Não, e como é área de fronteira no caso, eles têm uma lei, rege uma lei deles, no caso interna deles e nós temos a nossa, no caso cada lei, cada estado...

Rosângela, por sua vez, complementa a resposta dada por Santiago - *Não, não podemos entrar lá, não podemos pescar no Uruguai, nem encostar ali. Não! Com barco ou rede se a gente encostar com barco e rede ali eles... Só se nós pagarmos uma carta, que nem a verde. É um país, então nós somos área de fronteira.... E por ser uma área de fronteira a pessoa não cai em realidade que isso é um outro país, não cai em realidade aqui. O pessoal diz assim "—Ah vou para os Estados Unidos que é um outro país", é só cruzar a ponte que está no outro país.*

Santiago ratifica o pensamento: *Ele [Uruguay] é um país, nós brasileiros do lado fronteira não caímos em si ainda que isso é um país.*

O interessante das narrativas apresentadas por Rosângela e Santiago, é se tomarmos o sentido da "comarca pampeana" a partir de Aldyr Schlee (2014) na qual o autor refere sobre uma maior *porosidade* em nosso território, de uma *borda* não bem definida, a experiência dos interlocutores evidencia as *rugosidades* dessa região.

Ao escutar sobre essas tensões que as pescadoras e pescadores vivenciam comecei a descortinar a fronteira que imaginava, enxergando-a dentro de outro espectro, mais real, vivo e contraditório, compreendendo que a linha divisória não é apenas um *jeito* singular, mas está situada dentro uma multiplicidade de *fazeres*.

Essa multiplicidade pode ser entendida sob a luz daquilo que Mário Blaser (2019) nos apresenta:

> Si uno quiere ver la arteriosclerosis en práctica lo que encuentra es multiplicidad. Sin embargo cabe señalar con Mol que la multiplicidad no es un sinónimo de muchas unidades: la multiplicidad se refiere a algo que es más que una unidad pero menos que muchas unidades. (p.74).

Blaser refere sobre aquilo que se é contado e *enactuado* e assim: "no son todo lo mismo, y sin embargo tampoco significa que no tengan relación unas con otras" (p. 75), nesse caso a fronteira são essas *fricções*, esse lugar do praticado e do entrelaçamento de experiências ontológicas múltiplas conforme o autor citado.

Desse jeito, o sentido de multiplicidade também vai ao encontro daquilo que Arturo Escobar pensa quando se refere sobre o *pluriverso*, ao se contrapor com a ideia de um: "mundo-Uno: moderno/capitalista, secular, racional y liberal" (2014, p. 21), tendo como:

> [...] característica principal del proyecto Mundo-Uno ha sido una doble separación ontológica: un modo particular de separar a los humanos de la naturaleza; y, la distinción y control de la frontera entre quienes funcionan dentro del MU y quienes insisten en otras maneras de "mundificar" o crear mundos. (p. 140).

Para Escobar (2014) o *pluriverso* aponta para a crise desse mundo-uno ao contestar as ontologias dualistas ao mesmo tempo em que abre a discussão para as ontologias relacionais (múltiplas) ou como ele mesmo remete: "por tal razón utilizamos la expresión zapatista: 'un mundo en el que quepan muchos mundos' —el pluriverso" (p. 139).

Isto posto, o pluriverso é uma lente capaz de dar conta desses vários mundos "que hace eco a la creatividad y dinâmica autopoiética

de la tierra y al indudable hecho de que ningún ser viviente existe de forma independiente de la Tierra" (p. 139), ou seja, nessa fronteira da multiplicidade faz-se também um pluriverso ao notar esses vários mundos envolventes e em constante fricção.

Recordando as narrativas de Santiago e Rosângela podemos notar que há uma demarcação mais perceptível quando se trata da água enquanto um território, pois não se pode esquecer que a bacia hidrográfica faz parte da territorialidade do país e nesse sentido, está-se dentro de uma outra configuração territorial aquática.

Portanto, pode-se dizer que tanto a porosidade, quanto as fricções estão *enactuando* nesse cenário, ou seja, quero dizer que não se pode pensar a fronteira como um espaço uno, com uma definição estreita e singular, mas todo o contrário, ela é justamente esse conjunto de práticas, essas *fusões rugosas*, que constituem a sua potência subversiva e contestadora, transformando-a num *pluriverso*.

Também, não se pode deixar de notar o cosmopolitismo que envolve esse lugar e está presente na fala dos interlocutores e o quanto isso problematiza essas "fricções estatais" impostas no dia a dia desse *fazer* fronteira pelas águas, nas linhas tênues e igualmente incertas com as quais lindam as pescadoras e pescadores.

No último trecho da narrativa da Rosângela, podemos reparar que os concidadãos não se dão conta que do *outro* lado é um país, devido a intensa transitividade entre as cidades, mas a comunidade pesqueira sente essa linha fronteiriça, ou melhor, as fricções que a água ocasiona, tensionando os Estados-nação.

Agier (2015) em sua pesquisa com os refugiados, nos traz o seguinte sobre a experiência cosmopolita desses que são "homens-fronteira" a partir das bordas espaciais:

> [...] essa investigação que convém aprofundar partindo dos lugares fronteira (*boderlands*) por onde nos conduzem os homens-fronteira - lugares onde se constitui uma **experiência da vida cosmopolita, a um só tempo específica e universal, comum e antecipadora**. (p. 143) Grifo meu.

No *fazer* fronteira, experienciado diariamente, tanto pela Rosângela quanto por Santiago nos levam a compreender a água em sua dimensão cosmopolita, na familiaridade de se estar no exterior, sem deixar seu próprio interior, num vai-e-vem costumeiro daquelas e daqueles que atravessam as cidades por cima da ponte e a sentem de maneira um pouco mais fluída.

Aquilo, então, que lhes é familiar se torna estranho ao apontarem as limitações impostas pelo Estado e, por conseguinte, pela prática enquanto pescadora e pescador, e dessa maneira fica mais clara a multiplicidade do lugar, pois as águas mobilizam um *jeito* de experimentar a fronteira, indo além de sua porosidade e fruição, evidenciando-a na sua dimensão de Estado através dos documentos necessários para "encostar" o barco ou simplesmente atravessar e, dessa maneira, não perder seus materiais de trabalho e sustento.

Talvez aqui estejamos diante daquilo que Agier (2015) chama de uma "lealdade ambígua", pois ao passo que se sente uma fluidez e porosidade nessa fronteira, por outro se exige uma série de

documentos e regras para se *atravessar* nas águas, mesmo que seja a passeio.

Em vista disto, estamos perante a uma *confluência paradoxal*, ora sendo familiar, ora sendo estranho, num estado de cosmopolitismo relativo, ou como explicita Agier (2015):

> [...] num quadro cada vez mais frequentemente cosmopolita onde cada um se encontra implicado, a separação entre estranheza e familiaridade representa uma prova tão habitual quanto aquela do "labirinto". Colocado em posição de estrangeiridade relativa numa situação social dada, cada um deverá, então, verificar, ao mesmo tempo, seu lugar e o caráter relativo de sua alteridade e a dos outros. (p. 138).

Seguindo com as narrativas sobre fronteira, digo-lhes que imaginava uma cooperação maior dentro das águas com relação à livre circulação entre Jaguarão e Rio Branco, nesse momento ainda tinha muito presente aquele lugar descrito por Schlee de "uma terra só".

Rosângela então me diz: *Para nós encostarmos ali [Rio Branco] temos que ir lá na aduana tem que pagar carta verde só que não é carta verde, a mãe até pagou uma vez, porque a mãe entrou lá no Uruguai foi lá em charqueadas com o barco, mas ela teve que pagar uma taxa, tu vais ali e paga uma taxa eles te dão uma carta aí tu vais, que nem carta verde, aí tu podes encostar, mas não pode ter material de pesca dentro da embarcação. Só a passeio, tu não podes estar com material de pesca nem encostar lá, aí se dá uma tempestade alguma coisa tu encostas lá a lancha vem e te junta. Só para o Uruguai, porque os uruguaios vêm aqui e encosta. Se eles quiserem pescar eles pescam também.*

Quando Rosângela fala "só para o Uruguai" está se referindo ao trânsito e permissão de entrada de brasileiros naquele país, onde há

uma fiscalização maior quanto as atividades pesqueiras, especialmente para os não uruguaios. Porém o mesmo não ocorre para o lado brasileiro, podendo os uruguaios atravessar tranquilamente e também exercer a pesca no lado de cá.

Percebe-se que existem múltiplos tensionamentos ou *rugosidades* nessa narrativa: escalas de nível local, pela qual se exerce um cosmopolitismo com certa fluidez por cima da ponte, porém em contrapartida, a água evidencia a escala de nível estatal e suas fricções, como já havia sido posto anteriormente, pois para navegar no lado de lá é necessário ter uma carta de permissão e de preferência andar sem as redes de pesca.

Estamos, dessa maneira, diante de uma governança da mobilidade, anunciando quem, como, onde e de qual jeito se pode transitar (por baixo da ponte) nas águas compartilhadas com o país *hermano* e aqui tomo como referência o estudo de Mimi Sheller (2018) que coloca a questão da seguinte maneira:

> [...] o papel constitutivo do movimento dentro do funcionamento da maioria das instituições e práticas sociais, enfoca a organização do poder em torno de sistemas de governar a mobilidade e a imobilidade em várias escalas. Tais sistemas são culturalmente moldados e politicamente governados por regimes de mobilidade que governam quem e o que pode se mover (ou ficar parado), quando, onde, como e em que condições. (p. 19). Tradução minha.

Nesse sentido, podemos ter a dimensão do poder sobre quem pode se deslocar e para quê dentro das águas *transfronteiriças*[4], ou seja, há uma suspeição pairando sobre aquela ou aquele que navega tanto pelo rio quanto pela lagoa, até que se prove o contrário, nesse caso, com a apresentação de um documento oficial do Estado vizinho, mesmo que estejam em atividade de lazer.

Sheller (2018) pensa justamente nas relações implicadas e no controle sobre tais movimentos e o que isso acarreta politicamente para quem necessita mover-se ou até mesmo quedar-se parado: "[...] podemos examinar mais de perto a política da mobilidade como uma luta contínua para controlar ou interromper os regimes de mobilidade que moldam as relações de poder" (p. 21).

Claro está que se trata, também, de uma desigualdade na forma com as quais as pescadoras e pescadores exercem sua mobilidade, enquanto que lhes são exigidas determinadas condições para ingresso nas águas uruguaias, o mesmo não é constatado aqui segundo suas narrativas.

Na corporificação das águas, o espaço vai se tornando tenso, rugoso, mas também plural, compondo de maneira complexa e paradoxal esse lugar. A vista disso, a Bacia hidrográfica Mirim-São Gonçalo vai ganhando novos contornos e estabelecendo diferentes

[4] Segundo a Agência Nacional das Águas as "Bacias hidrográficas, rios, lagos, aquíferos e demais corpos hídricos cujas águas são compartilhadas por dois ou mais estados ou países são denominados transfronteiriços. Essa é a definição reconhecida e adotada pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil e pelo Direito Internacional". (Informativo Agência Nacional das Águas, 2009, p. 05).

fronteiras geográficas e ontológicas situadas nos corpos de quem as produz (Donna Haraway, 2009).

De maneira quase perplexa, continuei ouvindo sobre as vivências de Rosângela e Santiago e disse-lhes a seguinte frase: Não sabia! Então quer dizer que é bem fronteira mesmo, é uma fronteira. Ambos continuam a me contar sobre a concretude da linha divisória.

SANTIAGO—*É... no rio existe uma fronteira.*

ROSANGELA—*É uma fronteira, lagoa mirim também tem lugares na lagoa mirim que tu não podes largar a rede, porque se tu largar tua rede lá de charqueadas tem um satélite que monitora toda lagoa mirim porque o Uruguai tem muita tecnologia, eles pegam! Se eles pegam tua embarcação eles vêm na tua embarcação. Sempre fiscalizando com aquele satélite, o Uruguai é muita tecnologia.*

Essa narrativa vem corroborando as demais anteriormente reveladas, na qual Rosângela ratifica a sua versão sobre as escalas de mobilidade e vigilância na fronteira, a tecnologia uruguaia sobre as práticas pesqueiras e também aonde se pode largar as redes sem correr o risco de uma apreensão.

O movimento, por sua vez, está intimamente relacionado com o *modus operandi* da pesca, num envolvimento direto entre a imaginação de ter cruzado a linha para o lado de lá, pois não se pode reconhece-la com facilidade no meio das águas, impactando sobremaneira a vida da comunidade pesqueira. Para Tim Cresswell (2009): "o movimento, o significado a este associado e a prática experienciada encontram-se todos interligados. O significado atribuído ao movimento pode ter impacto na experiência da sua prática" (p. 26).

Nesse caso, não somente o impacto sobre movimento, mas o *perigo* envolvido ao atravessar uma fronteira que não está evidente nas águas, mostrando-nos essas inter-relações, os trânsitos na prática, entre uma fruição e o satélite que pode "caçar" a qualquer momento as redes, o pescado, e os pescadores.

Assim, a água, enquanto líquido gera e destrói, ultrapassa os limites impostos e a própria ideia de uma natureza unicamente contemplativa e imóvel, posto que ela tem suas vontades e agência: "uma das razões de ruptura dos equilíbrios hidro-ecológicos provém do forte poder de dissolução, de corrosão que tem a água" (Jean Yves Durand, 2003, p.21).

Nessa dissolução que a água apresenta, bem como as rugosidades e tensionamentos desse "forte poder de corrosão" como afirma o autor citado, a pescadora Juliana, também pertencente à Colônia Z 25, pensa a partir do peixe e afirma que essa terra, ou melhor, água, é uma coisa só.

Assim, numa tarde em que cheguei de surpresa em sua residência, porém sendo acolhida para uma conversa sobre pesca e água, questiono-a se somos diferentes dos uruguaios, se existe uma linha de fronteira definida e se o rio nos une ou nos separa do lado de lá, então Juliana responde: *Não sei te responder isso, eu para mim o rio nos une, porque assim como a gente precisa do lado de lá, tem tanta gente que vive do mesmo jeito que a gente também, para mim a gente compartilha aquele espaço. Porque o peixe que a gente pega ele não vem falando castelhano nem vai falando brasileiro, para mim é até uma*

bobagem isso daí porque a lagoa é a mesma o peixe que vai lá vem aqui, o peixe que vem aqui vai lá, o sol nasceu para todos né.

A narrativa de Juliana mostra outra perspectiva sobre o sentir a fronteira, nesse caso, ela traz uma visão a partir de sua realidade crua ou sofrida como ela mencionou em outras ocasiões, ou seja, aqui a água tem a intenção de *diluir* a divisão existente e tensionada nas narrativas de Santiago e Rosângela.

Penso se tratar de um *devir* com o peixe, pois é sob a perspectiva da linguagem do animal que Juliana demarca uma pretensa diluição da fronteira, colocando o rio como um agente que nos une com o Uruguay, amalgamando as gentes que necessitam de cada lado para viver, compartilhando esse trânsito entre nós [hermanos] humanos e não-humanos.

Juliana, de certa forma, neutraliza os tensionamentos existentes na fronteira a partir do peixe, pois ao mencionar sobre o trânsito entre a fronteira ela revela a inexistência de uma linguagem falada por esse animal, caracterizando uma vantagem no fazer fronteiriço, que, como disse a pescadora, é uma bobagem pensar nessa divisão entre os países.

Nesse transcender as categorias, Juliana mostra um mundo que está envolvido, não somente entre aquelas e aqueles com quem dividimos a experiência do *fazer* fronteira, mas junto com outros entes vivos, para Haraway (2010) é preciso: "levar a sério essa relação e desemaranhar quem somos, aqui nos faz aterrisar em muitos mundos concatenados, em um 'devir' muito situado" (p. 10).

Esse desemaranhar que refere a autora significa implodir as taxonomias que reduzem os sentidos e o envolvimento com esses outros seres, assim sendo, a ideia é avivar as conexões entre nós e os outros ditos não-humanos num "contínuo trabalho de parentela" como afirma Haraway (2010).

Dito isto, Descola (1998) nos traz sua experiência entre os Achuar da Amazônia, de tempos conhecida, na qual:

> A categoria de "pessoas" engloba espíritos, plantas e animais, todos dotados de alma, essa cosmologia não diferencia os humanos e os não-humanos; ela somente introduz uma escala de ordenação segundo os níveis de troca de informação tido como possíveis. (p. 26).

Indo ao encontro da narrativa da Juliana, percebe-se que a pescadora nos mostra essa multiplicidade de vidas em confluência a partir de seu relacionamento com as águas e os peixes mostrando "que múltiplas visões de mundo podem conviver sem se contradizerem" (p. 28) segundo Descola.

Dessa maneira, compartilha-se o espaço, como bem nos coloca a pescadora, mas não em um sentido reducionista de se pensar apenas entre quem vive, trabalha e transita, mas junto com o que está submerso nas águas que compõem, crítica e politicamente, a linha da fronteira, tornando-a novamente andarilha, entre a rugosidade que as tensões legais ocasionam e a fluidez dos movimentos que o líquido provoca.

Nesses meandros entre água e fronteira a pescadora Dejanira, também associada à Colônia Z 25 e dona de uma peixaria localizada no bairro Vencato, abriu sua casa e posteriormente seu terreiro, para

contar sobre sua vida na pesca. Vinda de uma linhagem de gentes da água, toda sua família está envolvida com a profissão.

A peixaria está organizada com cuidado e dentro das normas esperadas de vigilância e segurança sanitária e fica na parte da frente da residência de moradia da família, ou seja, toda a casa está inundada pelo cheiro do pescado e aquela atmosfera de beira de lagoa.

Dejanira é uma mulher pouco mais nova que eu, com grande experiência e afeição pela profissão que exerce, dizendo que não a trocaria por serviço em terra. De personalidade intensa e de uma conversa solta, foi revelando suas vivências em meio às aguas e as adversidades de se conviver com os ritmos do tempo.

Quando a questiono sobre a fronteira nas águas, imaginando qual seria a resposta, por já ter ouvido as narrativas de Santiago e Rosângela, eis que ela amplia novamente meu olhar, apontando-me para a seguinte configuração:

JULIANA—**Essa questão da fronteira, tu encontras gente de fora gente do Uruguai nas águas aqui do Brasil ou vocês vão pescar lá também?**

DEJANIRA – *Para ser sincera, vão pescar sim. Nós não vamos porque meu pai, (risos) meu pai como é que eu vou dizer assim?! Ele é cagão vamos botar bem no popular ele é cagão, então ele não... não é não, não vou pescar dentro do Uruguai não, mas aqui por exemplo dentro do arroio pescam, os pescadores pegam e botam em risco, é um risco porque vamos ser bem sincera os pescadores castelhanos são terríveis, te pegam a bala igual, ah é! São bem complicados, como diz o outro, já até eles mesmos tem problemas com eles mesmos como diz o outro né,*

mas o pescador brasileiro vai e bota do lado do Uruguai ali, tira as redes de madrugada e tá é o que eles fazem né?

Em sua narrativa, Dejanira nos mostra a composição do lugar e também a *porosidade* desse trânsito pelas águas. Nesse sentido, Vera Teles (2012) diz que:

> Fronteiras porosas, mas não vazias: os espaços não são lisos e sim estriados, para usar os termos de Deleuze e Guatarri, e é justamente nesses estriamentos que se dão os agenciamentos políticos que condicionam (permitem, bloqueiam, filtram, direcionam) essa circulação de pessoas, bens e mercadorias. (p. 27).

Essa *porosidade*, portanto, tem um sentido de como se pratica esse território líquido e das tensões e violências envolvidas nessas escalas de movimento e transitividade de gentes, produtos (nesse caso o peixe) e, por conseguinte de ocupação do espaço.

Está-se diante de um espaço que é "compósito" como sugere Renato do Carmo (2009), no qual é possível haver a coexistência de uma multiplicidade de significados, não em uma oposição estática, mas que se provocam, saindo do campo abstrato ou vazio, evidenciando a fronteira aquática.

Posto isso, Carmo apresenta a cordilheira irregular como metáfora da espacialidade compósita: "ao perspectivar a organização espacial como uma cordilheira imperfeita e irregular, estou a considerar que a espacialidade incorpora um conjunto de dimensões intrinsecamente dinâmicas e instáveis. (p. 53).

Seguindo nossa conversa, pergunto se há um conflito declarado na fronteira, tendo em vista as tensões que Dejanira relata:

[DEJANIRA]—Existe, existe. Mas aí é que tá, por exemplo os castelhanos não gostam que pesquem do lado deles, o arroio é o mesmo vamos dizer assim, dá criação nos dois lados como diz o outro, mas se eles quiserem, quando dá vontade eles entregam peixe aqui vou botar bem assim, já tirando da parte da pesca, eles entregam peixe aqui.

Aqui relembramos o diálogo de Rosângela e Santiago ao mencionar as dificuldades e perigos de se mover pela fronteira e os cuidados para não se ter o material apreendido e certa facilidade, que a própria porosidade fronteiriça permite, para os uruguaios exercerem e até mesmo, conforme diz Dejanira, vender seu pescado em peixarias brasileiras, num atravessar constante e contraditório, pois evidente fica nessas narrativas que em águas uruguaias os brasileiros possuem mais dificuldades para exercer sua mobilidade.

Nesse mesmo contexto, reafirmando de certa maneira que a fronteira é muito mais que um risco vermelho em cima da ponte e que no *modus transeunte* das águas tudo se torna tão tenso, quanto complexo. Ao chegar no ponto em que desejava saber se havia uma maneira de saber quando se passa essa linha nas águas, Dejanira revela:

Tem a Azília que chama, que aí muitos param passando a ilha lá, alguns botam, não é todo o pescador que faz, mas na hora que tu estás sem peixe, o que, que tu vais fazer né? Aí tu tentas te defender e coloca porque a água não tem uma limitação, vamos ser bem sincera, não tem uma marca para ti saber quando tu estás passando ou não, alguns já

sabem porque já atravessam, mas muitas vezes tu nem tem noção se tu estás atravessando a linha que divide a água como diz o outro. (risos) Não tem como, não tem como. A não ser que, claro tu encostas lá do lado e tu bota a rede e tu está sabendo que tu estás botando. Mas de mais tu não tens como saber.

Portanto, a água faz uma diluição da fronteira na sua prática móvel, no entanto, isso não quer dizer que esteja isenta de todas as tensões, conflitos e fluxos, mas faz reverberar a sua *rugosidade*, tensionando a todo momento os significados de atravessar, encostar e pescar, de ouvir os falares dos peixes, numa relação que, longe de ser vazia apresenta-se compósita.

Nessas *bordas*, onde as águas, vivas e turbulentas, tensionam e reanimam a potência desse *fazer* fronteira, mostra-nos a multiplicidade desses meandros das linhas, que ora são divisórias, impondo restrições e evidenciando conflitos, ora nos faz crer na implosão da metáfora de uma terra só ao anunciar a diluição na tensão.

No entanto, ao que pese e guarde todos os paradoxos envolvidos, essa fronteira é aquilo que ditam os corpos, dos entes amplamente implicados, que sentem e a praticam, tornando-a não uma coisa só, mas múltipla e viva.

Por uma Pampa-água pluriversa



Por uma Pampa-água *Pluriversa*

> *[...] capaz que imbentaríamos uma lengua nova donde pudesse despertar estrellas callejeras o marinas cheias de la sal y povoar essa pampa gáucha como se fuera um arco-íris campeiro con tropas de cavalo ou gado pro Zeca Carnear o comer o beber por ellas como hacía el bisabuelo, o negro Bonifácio.* E se fôssemos nosotras - Juliana Flor

Quando comecei a pensar na conclusão dessa dissertação foi inevitável trazer aos olhos os percursos pessoais e de pesquisa que caminhei até alcançar esse momento. Cada passo, escolhas, visagens sobre a paisagem, conversas, dilemas levaram-me para as bordas da vida, da cidade, até chegar às margens desse lugar vivo e cheio de contradições.

Ao caminhar, literalmente, fui sentindo no corpo as marcas não somente da passagem dos tempos, das intempéries, mas também, como elas mesmas foram demarcando em mim aquilo que busquei trazer para essas páginas: os medos, as interlocutoras e interlocutores, a água e seus meandros e por fim essa pampa *pluriversa*.

No entanto, ao concluir o capítulo sobre a fronteira e suas multiplicidades, passei dias imersa numa maresia entre a alegria da conclusão e a tristeza de deixar a filha partir para outras paragens, longe dos meus braços, deixando-a, finalmente, caminhar e percorrer seu próprio destino.

Então, foi neste momento que os sonhos voltaram, naquela neblina entre a febre da reação da vacina contra o covid-19 e as noites mal dormidas pela ansiedade de ver, finalmente, chegar ao fim. Na

verdade, nunca é um fim, mas um começo a partir desse fim, um renovar os esperançares e também a preparação para outros vuelos.

Assim, dessa maneira, os sonhos começaram a se apresentar para mim, não entendia bem o que diziam, mas havia campos e mais campos, que logo começaram a ser povoados, habitados, praticados e foi assim que percebi estar nessa pampa, essa fêmea-mãe, uma Salamanca do Jarau ou quiçá a minha sereia jaguar encarnada na suçuarana que voltou a aparecer pelas bandas de Jaguarão.

No sonho havia um ônibus cheio de gentes e conversações, não havia pandemia, todos sem máscara e sorrindo, feito uma grande festa de Pretos Velhos. Ao me aproximar da fila de embarque tamanha foi minha surpresa ao encontrar com meu avô paterno, o Zeca, lindo como ele sempre foi, alto, sua pele negra retinta e brilhosa, aquele sorriso entre os dentes que sempre me desafiava.

Paralisei ao vê-lo, há muitos anos ele não me aparecia em sonhos, era uma saudade infinita, de vê-lo e abraçá-lo, trajava suas bombachas cinzas, as alpargatas desgastadas, seu famoso casaco de lã azul celeste e seu inseparável lenço de seda azul no pescoço.

Ficamos em silêncio, somente mantendo aquele sorriso, então entramos no ônibus, sentei ao seu lado, porém quando os motores ligaram ele disse firmemente: “vá, não é a tua vez”, insisti para quedar-me, mas foi categórico! Desci e dei a despedida vendo-o da janela indo embora mais uma vez.

Acordei com uma sensação estranha, com os pensamentos entre a conclusão da dissertação e o sonho com o abuelo, afinal havia tempos que não falávamos em sonho, contudo continuei com aquela

emoção boa e pedi para ter um novo sonho com ele, algo deveria ser dito, ao menos nas entrelinhas, típico da personalidade de meu avô.

Passados uns dois dias e o sonho retornou, agora ele no campo, na nossa grande horta e eu niña, daquela niñez que só dividi com ele e minha abuela, eles são os responsáveis pelo ser que sou, essa coisa de cabeça-coração que me formei, entre as bonecas de milho com quem conversava diariamente e as águas sujas das roupas das gentes ricas da cidade que minha avó lavava na pileta nos fundos de casa.

No meio da horta, parado com a enxada na mão, a mesma bombacha, as alpargatas, a pele suada, o chapéu, sem dizer se quer uma palavra, mas rindo sempre, apontou para os campos, para o negrume de sua pele e de nossa gente, dos nossos troncos velhos e foi assim que compreendi o significado desse aparecimento.

Se percorri longas planuras e lonjuras, realmente não fiz sozinha, esses passos tiveram a base dessa pampa que vivenciei a partir de um gaúcho negro e nossas linhagens misturadas, dessa família multirracial, que saiu da escravidão e se firmou nessas paragens. E também daquelas mulheres lavadeiras como descrevi no começo.

Daquela imagem mítica do gaúcho solitário, andarilho, marginal, sem fronteiras, nem leis, percorrendo os campos no lombo do seu cavalo, me vi diante de uma outra visão, de um mundo que de lejos nunca foi um mundo uno, mas plural.

Nessas questões sobre o vivenciar a pampa, não poderia deixar de fazer a leitura dos estudos da antropóloga Ondina Leal (1997) nos quais ela nos traz esse lugar a partir da ideia de “área cultural”,

etnografando o campo e a vida do homem gaúcho, seus costumes, entre o galpão e as lidas cotidianas.

Para Leal (1997) o gaúcho " torna-se o grande semantizador das práticas culturais, encompassando outras diversidades" (p. 202), dessa maneira tem-se a construção de uma categoria que foi, paulatinamente, tornando-se hegemônica, deixando para trás as demais viventes que compõem esse território.

Assim também a historiadora Sandra Pesavento (1989) nos apresenta o processo de transformação dessa figura que deixa de ser errante e contraventor a uma categoria ideologicamente construída pela história oficial com a finalidade de homogeneizar uma narrativa de maneira a promover "a autoimagem da classe dominante, universalizando-a para todo o corpo social" (p. 52).

Portanto, toda a sociedade sulina passa a ser englobada num mesmo estereótipo, ou seja, todos somos gaúchos: "a história regional personifica a região: o Rio Grande é o gaúcho e as virtudes e características daquele símbolo são as do povo rio-grandense em geral" (Pesavento, 1989, p. 58).

Ao colocar todos os habitantes do estado sob uma única categoria histórica (de cunho conservador), constituiu-se um duplo movimento: a tentativa de apagamento de outras experiências ontológicas em nossa região e também a consolidação de uma elite branca carente por definir-se como o elemento fundante dessas paragens pampeiras.

Estamos diante daquilo que Escobar (2014) chama de um mundo-uno assentado na modernidade, no capitalismo, na

racionalidade “con su insistencia en la ilusión del ‘progreso’ y el ‘desarrollo’, en el que el consumo individual y la competitividad del mercado se convierten en la norma y medida del actuar humano” (p. 21).

Como se pode notar, esse mundo do uno foi deixando para trás, propositadamente, as outras maneiras de se experienciar, ontologicamente, a vida, as subjetividades e particularidades que cada comunidade guarda em si e congrega com seus pares.

A pampa, por conseguinte, não é somente um masculino construído à revelia daqueles que a vivenciam de maneira distinta, tal qual as pescadoras e pescadores do rio Jaguarão e da Lagoa Mirim como pude trazer, mesmo que seja uma pontinha dessa grande lonjura aquática que compõem a bacia Mirim-São Gonçalo.

Mais que isso, essa pampa, transformada fêmea ao longo desta pesquisa, é uma tentativa de mostrar a terra e a água (*una pachamama*), pensando-as como elementos plurais, enactuando saberes e fazeres, pois, segundo Daniel Vaz (2020) a pampa:

> [...] é, portanto, um entrelaçamento de vidas e aconteceres em um processo constante de (trans)formação. Pessoas, bichos e coisas geram linhas e fazem os caminhos por onde passam, desenhando e moldando o chão da pampa e deixando rastros. (p. 38).

Essa dimensão do emaranhando que tanto se fez presente ao longo dos capítulos, aparece aqui novamente para designarmos uma das maneiras de se pensar na existência desse lugar, longe de ser vazio pronto para ser devorado, mas guardando diversas particularidades

deixadas por esses rastros evocados por Vaz e seus interlocutores e interlocutoras.

Nesse mosaico, segundo Vaz (2020), pampeiro formado pelos campos lisos, de pedra, matas ciliares, banhados, planícies e lonjuras povoado pelo cheiro dulce do espinilho, foi-se desvelando os saberes a partir das águas, da costa do Jaguarão e por fim, chegando a gigantesca Lagoa Mirim e suas tainhas adaptadas que mordiscaram minha pele ao me banhar numa tarde quente de quase outono pré-pandêmico.

Entre as bordas ou o coração dessa pampa viva e o *jeito* de se lidar com as intempéries e injustiças ambientais, foram inundados pela água e seus caminhos, num *dissenso* ontológico, *enactuando* entre dois mundos que se friccionam e se tensionam, revelando dessa forma as questões em torno dos problemas relativos à poluição das águas e a consequente escassez de peixe, prejudicando, sobremaneira, as comunidades pesqueiras.

Aqui cabeira pensar em uma alternativa para a administração desses recursos hídricos, tendo em mente a sua materialidade, os trajetos que ela percorre, quem são os beneficiários e usuários, num processo de maior participação democrática entre os entes envolvidos, na tentativa de evitar uma tragédia dos comuns (Acosta et al. 2018,).

No entanto, para se ter um cenário de expansão da democracia aquática é preciso também compreender que essas águas estão situadas dentro de uma região de fronteira, como foi exposto no capítulo Fronteira Andarilha e Fronteira da Multiplicidade, ou seja, não podemos descartar desse cenário o Uruguay.

Estamos perante um contexto de grande complexidade, disputas, dissensos, consensos, fricções e tensões que na maioria das vezes escapam as designações oficiais demandadas pelos Estado-nação, nesse sentido, embora já tenha inúmeras frentes de debates e discussões em termos de bacia e comitês, é necessário de fato haver um entendimento maior sobre as linhas de fronteira que são molhadas, indo além do marco de pedra edificado e materializado na ponte.

Quero dizer é que precisamos da antropologia cada vez mais presente, enquanto uma ciência múltipla e desgarrada, realizando pesquisas sobre os mais variados temas, a fim de problematizar e adensar questões relativas às gestões democráticas da água, abastecimento urbano e rural, especialmente em comunidades tradicionais, esgoto e saneamento básico.

Para isso, é importante compreender os sujeitos envolvidos e seus lugares, que estamos diante de uma pampa-água *pluriversa*, feita de múltiplas relacionalidades, mas também de tensionamentos ou de equívocos, de consensos e mundos distintos.

Necessitamos ter as lentes dos estudos pluriversales, pois segundo Arturo Escobar (2014): el pluriverso se refiere a una visión del mundo que hace eco a la creatividad y dinámica autopoiética de la tierra y al indudable hecho de que ningún ser viviente existe de forma independiente de la Tierra. (p. 139).

Esse pluriverso seria, então um mundo que “quepam muchos mundos” que segundo Escobar essa expressão vem dos zapatistas, ou seja, um mundo enactuando com a terra e no caso que estive envolvida e pretendo dar seguimento, um mundo relacionado com a água.

É preciso aclarar que, esses mundos do pluriverso sempre existiram, não foram derrubados por conta de uma mirada capitalista moderna e por isso passaram e ainda passam pelos enfrentamentos ontológicos, gerando diversos conflitos, especialmente aqueles que se referem ao meio ambiente e as maneiras de vivenciar a vida para além da racionalidade capitalista, eurocentrada e industrial.

É aquilo que Ailton Krenak (2020) está nos alertando e que outros ancestrais já disseram: "não se come dinheiro", não podemos, enquanto uma coletividade, seguir sem *reparar* no que a Terra e a Água estão a nos dizer o tempo inteiro e penso que a pandemia do covid-19 nos deu um grande sacolejo, mas ainda está longe de decretar o novo normal ou "um sueño de la tierra".

Portanto, com grande alegria e satisfação por ter chegado até aqui, nessas últimas páginas, mas nunca finais, pois em cada fim se tem um começo, e assim seguiremos todas e todos em outras paragens, fazendo e desmanchando nossas malas de garupa, arriba de nossas éguas aladas rumo a um novo percurso.

Nos caminhos desse mundo de meu deus, dessa particular pampa, os Quilombos da Madeira (Jaguarão) e Cerrito Alegre (Pelotas) sofrem significativamente com problemas de abastecimento de água e trazem uma conformação desse lugar distinta das narrativas oficiais, é um pluriverso com esses gaúchos negros que resistem às intempéries impostas pela história, mas viventes no más.

Além disso, percebi que há uma profusão de novas chácaras de agricultura orgânica e sustentável ocupando as planuras e ondas desse território, mulheres que tocam essas estruturas e pensam num mundo

em que o alimento não seja mais contaminado pelo veneno das grandes lavouras, como nos disseram as pescadoras e pescadores; para exemplo tem-se as Chácara da Imbira e das Acácias, ambas situadas em Jaguarão, reavivando a soberania alimentar.

Assim, finalmente concluo! Com aquela sensação de querer seguir caminando no más, caminando para poder ver aquela linha do horizonte pampeiro, as cores alaranjadas tingindo os recônditos dessa terra vivente, andarilha, plural e fêmea.

Obrigada!

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Rachel; BARRETO, Cristiane Gomes; PEZZUTI, Juarez. Governança ou Tragédia dos Comuns? Considerações sobre a Gestão da Caça em Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Brasil. *Número temático Caça*: subsídios para gestão de unidades de conservação e manejo de espécies, Biodiversidade Brasileira, 8(1): 4-18, 2018.

ADOMILLI, Gianpaolo. Terra e mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte-RS. 2007. 343 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-se cidade. O antropólogo, a margem e o centro. Mana 21 (3): 483-498, 2015.

_____ Antropologia da Cidade. Lugares, situações, movimentos. Editora Terceiro Nome, São Paulo, 2011.

_____ Viver Muito Tempo na Fronteira: investigações sobre o cosmopolitismo banal, capítulo 3. In: Migrações, Descentramento e Cosmopolitismo. Editora Unesp; 1ª edição, 2015.

ALÓS, Anselmo Peres; KAHMANN, Andrea Cristiane. Pampa, espaço transfronteiriço: Ensaio de geopoética meridional. Revista Letras, Curitiba, n. 91, p. 33-56, JAN ./JUN . 2015. ISSN 2236-0999 (versão eletrônica).

ANZALDÚA, Glória. Como Domar uma Língua Selvagem. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa, nº 39, p. 297-309, 2009.

_____ La Frontera. Capitán Swing Libros, Madrid, 2016.

BARROS, Manoel. Poesia Completa, Leya, São Paulo, 2010.

BLASER, Mário. Reflexiones sobre la Ontología Política de los Conflictos Meioambientales. Conferência Pronunciada no Seminário Internacional de Pensamento Contemporâneo, Universidade de Cauca, 2015.

CADENA, Marisol de la. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p.95-117, abr. 2018.

CAMARGO, Alejandro; CAMACHO, Juana. Convivir con el Agua. Revista Colombiana de Antropología, vol.55, nº1, enero-junio, 2019.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O que é isso que chamamos de antropologia brasileira? In: Sobre O Pensamento Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Brasília: CNPq, 1988, p. 109-128.

_____O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever. In: O Trabalho do Antropólogo. Editora Unesp, São Paulo, 2000

CARMO, Renato Miguel do. Do espaço abstrato ao espaço compósito: reflectindo sobre as tensões entre mobilidades e espacialidades. Capítulo 2. . In: CARMO, Renato Miguel do e SIMÕES, José Alberto (orgs.) A Produção das Mobilidades: Redes, Espacialidades e Trajectos Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, 272 páginas, ISBN: 978-972-671-250-3.

CANGAS, Ianko Nuevas Prácticas Etnográficas: el Surgimiento de la Antropología Poética. Tomo l. Actas del Segundo Congreso Chileno de Antropología. Santiago de Chile, 2001.

CARRASCO, Iván Antropología poética: Literatura, Estilo o Tipo de Discurso? IV Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Santiago de Chile, 2001.

CERTEAU, Michel De, A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer. Editora: Vozes, Petrópolis, 1998.

CORRÊA, Mariza. O Espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 70-96, nov. 1997.

CRESSWEL, Tim. Seis temas na produção das mobilidades. In: CARMO, Renato Miguel do e SIMÕES, José Alberto (orgs.) A Produção das Mobilidades: Redes, Espacialidades e Trajectos Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, 272 páginas, ISBN: 978-972-671-250-3.

DAMATA, Roberto. O Ofício do Etnólogo, ou como ter "Anthropological Blues". Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1974.

DAWSEY, John Cowart. Bonecos da Rua do Porto: performance, *mimesis* e memória involuntária. Ilha, Florianópolis, v.13, n.1, p. 185-219, jan/jun. (2011) 2012.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Revista Académica de Relaciones Internacionales, núm. 8 junio de 2008, GERI-UAM ISSN 1699 – 3950.

DEMUTTI, Clayton Nascimento. Jaguarão, suas águas e o Tratado de 1909: uma reflexão a partir das charges da revista careta. Trabalho de Conclusão de Curso. História Licenciatura. Universidade Federal do Pampa – Jaguarão, 2015

DESCOLA. Philippe. Más allá de la naturaleza y de la cultura. Cultura y Naturaleza: aproximaciones a propósito del bicentenario de la independencia de Colombia. Bogotá, 2015.

_____ Estrutura ou Sentimento: A Relação com o Animal na Amazônia. Mana 4(1): 23-45, 1998.

DEVOS, Rafael. Ver Peixe. Documentário, Florianópolis, 2017.

DUTTI, Kuntala Lahiri. Imaginando los Ríos. **Revista Colombiana de Antropología**, vol.55, nº1, enero-junio, 2019.

ESCOBAR, Arturo. Cultura y diferencia. **Revista de Investigación en Cultura y Desarrollo,** 2012.

_____*Sentipensar* con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur. *Revista de* **Antropología Iberoamerica**. Volumen 11, número 1, enero-abril, Madrid, 2016.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Cidade narrada, tempo vivido: estudos de etnografia da duração. **Revista Rua**, Campinas, número 16 – volume 1, junho de 2010.

FRAGOSO, Ariana Mendonza. Ontologías del agua y relaciones de poder en torno al paisaje hídrico en el territorio indígena mazahua del estado de México. **Revista Colombiana de Antropología**, vol. 55, nº 1, enero-junio, 2019.

FONSECA, M. C. L. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de Patrimônio Cultural. ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, p. 56-76, 2003.

FREITAS, Angélica. **O útero é do tamanho de um punho**. Companhia das Letras, 2012.

FLOR, Juliana. **Chá de Murta**: Campo y Poesia. Editora Yaguarú, 2020.

GULLAR, Ferreira. Poesia entre o Acaso e a Necessidade. **Fronteiras do Pensamento**, 2017. Acesso em:

GROSSI, Miriam; SCHWADE, Elisete; MELLO, Anahi Guedes de; SALA, Ariana (org). **Trabalho de Campo, Ética e Subjetividade**. Copiart: Florianópolis, Tribo da Ilha, 2018.

HARAWAY. Donna. Saberes Localizados. **Cadernos Pagu** (5) 1995: pp. 07-41.

_____ Se nós nunca fomos humanos, o que fazer? **Ponto Urbe** 6, São Paulo, 2010.

INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 44, p. 21-36, 2015.

_____Trazendo as Coisas de Volta à Vida. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n.37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

_____ **Estar Vivo**. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Editora Vozes, São Paulo, 2015.

_____ Caminhando com Dragões: em direção ao lago selvagem. **Cultura, Percepção e Ambiente**. Diálogos com Tim Ingold. Carlos Alberto Steil e Isabel Cristina de Moura Carvalho (org.). Terceiro Nome, São Paulo, 2012.

_____ Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação - Revista quadrimestral,** v. 39, n. 3, p. 404-411, Porto Alegre, set.-dez. 2016.

_____ **Antropologia e/como Educação**. Editora Vozes, São Paulo, 2020.

JÚNIOR, Luiz César de Sá. Philippe Descola e a Virada Ontológica na Antropologia. **Ilha**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 7-36, ago/dez, 2014.

KOSBY, Marília. **Os Baobás do Fim do Mundo.** Editora Escola de Poesia, Porto Alegre, 2015.

_____ **Mugido [ou o diário de uma doula].** Editora Garupa, Rio de Janeiro, 2017.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. Companhia das Letras, São Paulo, 2019.

_____ **A Vida não é Útil**. Companhia das Letras, São Paulo, 2020.

LAINETTI, Bruno Gianasi [et al] A Gestão Ambiental em áreas de fronteira: estudo de caso nos municípios do Chuí e Jaguarão, RS, Brasil. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009.

MALINOWSKI. Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Editora: Abril Cultural, São Paulo, 1978.

MEDEIROS-FREIRE, Bianca; TELLES, Vera da Silva; ALLIS, Thiago. Apresentação: Por uma teoria social *on the movie.* Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 30, n. 2, 2018.

NUNES, Cândida Rosa Ramos Nunes. Fronteira: Caminhos do Contrabandista. Conexões Culturais – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura - V. 02, nº 01, ano 2016, p. 243-267.

LEIRIS, Michel. A África Fantasma. Cosacnaify, São Paulo 2008.

MARÉCHAL, Clémentine Ismérie; Hermann, Herbert Walter. O Xamanismo Kaingang como potência decolonizadora. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 24, n. 51, p.339-370, maio/ago. 2018.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. O Corpo da Antropóloga e os desafios da experiência próxima. Revista de Antropologia, São Paulo, v.62 n.2: 459-484, USP, 2019.

PAIVA, Kênya Jessyca Martins de. As mulheres e a construção da Colônia de Pescadoras Z25 em Jaguarão/RS – 2005. Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V. 2, Ed especial, dezembro de 2016.

PASQUOTTO, Vinícius Frizzo. Pesca Artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de Reprodução social. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2005.

PEIXOTO, Lanna Beatriz Lima; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Da água, a palavra: uma reflexão sobre as relações entre cidade e cursos

d‟água em Salvaterra a partir da memória de seus habitantes. **Ponto Urbe** – Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, 24, 2019.

PEREIRA, Isis Karinae Suárez. Um Terra Escrita em Portunhol. **Dissertação de Mestrado** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFRGS, Porto Alegre, 2020.

PEIRANO, Mariza, Etnografia não é Método. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 20, n.40, p. 377-391, jul./dez. 2014.

_____ A Antropologia *at* home. In: **A Teoria Vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006, p. 37-52.

PÉTONNET, Colette. Observação Flutuante: O exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia,** Universidade Federal Fluminense. Niterói, n. 25, 2º sem. p. 99-111, 2008.

RAMIREZ, Hélio. **Lendas do Rio Jaguarão/Leyendas del Río Yaguarón**. Editora: Virtual Books, Pará de Minas, Edição bilíngue, 2011.

RIETH, Flávia. Inventário Nacional de Referências Culturais – Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS/ Flávia Rieth, Marília Floôr Kosby; organizadores Liza Bilhalva Martins da Silva... [et al.] – Pelotas: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013. V1.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Gestos, águas e palavras na pesca amazônica. **Anuário Antropológico**, UNB, 2010-II, 2011: 83-105.

SILVA, Igor Luiz Rodrigues da. Há um rio que mergulha em mim: ensaio sobre a multiplicidade de caminhos, vidas e experiências no Rio São Francisco (entre Alagoas e Sergipe) e outras antropologias. **Revista Tessituras**, pp. 70-86, 2019.

SILVA, Liza Bilhalva Martins da. Mulheres na pesca embarcada artesanal: apontamentos sobre educação, saberes e conflitos.

Educação e Formação: Revista do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, 2020.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Contos de Verdades**. Editora ardotempo, Porto Alegre, 2011.

_____**Uma Terra Só**. Editora Ardotempo, Porto Alegre, 2011.

_____**Contos de Sempre**. Editora Ardotempo, Porto Alegre, 2013.

_____**Os Limites do Impossível – contos gardelianos.** Editora Ardotempo, Porto Alegre, 2009.

_____**O Outro Lado: Noveleta Pueblera**. Editora Ardotempo, Porto Alegre, 2018.

_____**Os Limites do Impossível** – Contos Gardelianos. Editora ardotempo, Porto Alegre, 2009.

STRANG, Veronica. Relaciones infraestructurales: agua, poder político y el surgimiento de un nuevo *régimen despótico*. **Revista Colombiana de Antropología.** Vol. 55, N.0 1, Enero-Junio, 2019.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem**. Editora: Paz Terra, São Paulo, 1993.

TEIXEIRA, Carla; QUINTELA, Maria Manuel. Antropologia e Água: perspectivas plurais. **Anuário Antropológico**, UnB, 2010/II, 2011: 9-22.

TEIXEIRA, Fladiane Nunes. **Nas pegadas das crianças: uma etnografia pelo bairro Vencato, Jaguarão/RS.** Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Antropologia. UFPel, Pelotas, 2019.

TELLES, Vera da Silva. Jogos de poder nas dobras do legal e ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. In: **Ilegalismos, cidade e política** / organização Christian Azaïs, Gabriel Kessler, Vera da Silva Telles. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VAZ, Daniel Lima. “O cavalo é quem te dá as dicas”: uma etnografia da relação entre domadores e cavalos no pampa brasileiro. **Revista de Antropologia da UFSCAR,** 7 (1), jan./jun. 2015: 193-210.

_____ Pelos (des) caminhos... **Tese de Doutorado** apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia, UFPel, Pelotas, 2020.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. Cosac Naify, São Paulo, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Dissertação

PELOS CAMINHOS DA LÃ:

Uma etnografia do artesanato crochê em *jacquard* feito por mulheres em Jaguarão/RS

Miriel Bilhalva Herrmann

Pelotas - Rio Grande do Sul - 2020

Miriel Bilhalva Herrmann

PELOS CAMINHOS DA LÃ:

Uma etnografia do artesanato crochê em *jacquard* feito por mulheres em Jaguarão/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Antropologia.

Orientadora: Profª. Drª. Flávia Maria Silva Rieth

Pelotas – Rio Grande do Sul – 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

H568p Herrmann, Miriel Bilhalva

Pelos caminhos da lã : Uma etnografia do artesanato crochê em jacquard feito por mulheres em Jaguarão/RS / Miriel Bilhalva Herrmann ; Flavia Maria Silva Rieth, orientadora. — Pelotas, 2020.

159 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Artesanato em lã. 2. Crochê em jacquard. 3. Jaguarão/RS. 4. Inventário Nacional de Referências Culturais. 5. Lida campeira. I. Rieth, Flavia Maria Silva, orient. II. Título.

CDD : 305.8

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Dissertação

PELOS CAMINHOS DA LÃ:
Uma etnografia do artesanato crochê em *jacquard* feito por mulheres em Jaguarão/RS



Miriel Bilhalva Herrmann

Pelotas - Rio Grande do Sul - 2020

Capa: autoria de Flávia Rieth

Miriel Bilhalva Herrmann

PELOS CAMINHOS DA LÃ:

Uma etnografia do artesanato crochê em *jacquard* feito por mulheres em Jaguarão/RS

Dissertação aprovada como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestra em Antropologia, Programa de Pós- Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 01 de dezembro de 2020

Banca Examinadora:

_____

Dra. Flávia Maria Silva Rieth (Orientadora)

Doutora em Antropologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____

Dra. Louise Prado Alfonso

Doutora em Arqueologia - Universidade de São Paulo

_____

Dr. Caetano Kayuna Barbará Sordi Dias

Doutor em Antropologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao meu companheiro Diego que foi o grande incentivador, não só da minha entrada nessa jornada, mas também da permanência e da conclusão.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt UFPel).

À, minha orientadora, prof.ª Flávia, por abraçar esta pesquisa comigo compartilhando sua experiência determinante para a construção desse trabalho, e pelas sábias palavras em momentos de insegurança e de dúvida.

Aos colegas do grupo INRC Lida Campeira pelas discussões e trocas que foram importantes para pensar aspectos da pesquisa.

Ao Vagner, pelas leituras e considerações na qualificação final do trabalho.

À, Juliana pela leitura e pelo compartilhamento de seus conhecimentos na organização das imagens.

Á, Luciene que sempre esteve presente comigo, no processo de desenvolvimento da pesquisa.

A todos os interlocutores com os quais tive contato durante o trabalho de campo. Especialmente as artesãs Nilma, Nilza, Elci, Cenilza e Débora, pois sem a colaboração e a presença delas este trabalho não seria possível.

As mãos da fiandeira

As mãos da fiandeira têm segredos
Desvendados no galope dos seus dedos
Sob as linhas que recordam esse tempo
Que o próprio tempo extraviou pelas distâncias

Se embala nesse quadro de recuerdos
Uma vó que desfiava seus novelos
Com sua roca pedalando desde cedo
Pelas manhãs da casa grande da velha estância

Fia fiando a fiandeira...
Fia fiando recordando...
Aqueles dias que a vida foi deixando
Entre essas linhas que se formam no olhar

Roda rodando vai na roca...
Roda rodando uma saudade...
Que vai brotando quando voltam as imagens
De um velho tempo que não pode mais voltar

As mãos da fiandeira tecem rumos
Nas lãs que deixam rastros nesse mundo
À luz de velas alumiando um tempo escuro
De uma era que existiu na minha infância

Letra: Martim César

Resumo

HERRMANN, Miriel Bilhalva. **PELOS CAMINHOS DA LÃ:** Uma etnografia do artesanato crochê em *jacquard* feito por mulheres em Jaguarão/RS. 2020. 159f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós- Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Essa dissertação apresenta uma etnografia sobre o *saber-fazer* do artesanato em lã crua, mais especificamente do crochê em *jacguard,* que é produzido por mulheres na região de Jaguarão, extremo sul do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai. O artesanato em lã envolve diferentes *saberes e fazeres* revelados através das diversas técnicas e formas de transformar a lã. O objetivo é conhecer o artesanato em lã e a *malha* que os processos de produção articulam, envolvendo humanos, animais, coisas e ambientes. O estudo abrange o processo artesanal de produção, desde a criação de ovinos lanados, as técnicas de esquila até a preparação da lã para a confecção das peças, compreendendo como o conhecimento é transmitido, os materiais utilizados, a organização dos processos de produção e as relações que se colocam entre artesãs, criadores de ovinos, esquiladores, associações de artesãos, cooperativas de lã e agências do Estado. Este trabalho é vinculado ao Inventário Nacional de Referências Culturais da Lida Campeira (INRC Lida Campeira) e, após debates com o INRC, chegou-se ao reconhecimento do artesanato em lã como um *saber-fazer* da pecuária extensiva da Pampa Sul-rio-grandense, incluindo a particularidade do crochê em *jacquard* e as relações das mulheres com a *lida.*

Palavras-chave: Artesanato em lã; Crochê em *jacquard*; Jaguarão/RS; Inventário Nacional de Referências Culturais; Lida campeira.

Abstract

HERRMANN, Miriel Bihalva. **ALONG THE PATHS OF WOOL:** An ethnography of Jacquard crochet handicraft made by women in Jaguarão/RS. 2020. 159f. Dissertation (Masters in Anthropology) - Pos-graduated program in Anthropology, Human science Institute, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2020.

This dissertation presents an ethnography about the know how - do of handicraft in raw wool, specifically jacquard crochet, which is made by women in the Jaguarão region, extreme south of Rio Grande do Sul, on the border with Uruguay. Wool handicraft involves different knowledge and practices revealed through many techniques and ways of transforming wool. The goal is get to know wool handicraft and the knit the production processes align, involving humans, animals, things and environments. The study covers the artisanal production process, from the creation of the sheep to the techniques of shearing and the preparation of the wool to the making of the final pieces, understanding how the knowledge is transmitted, the materials used, the organization of the production process and the relationship between artisans, sheep farmers, shearers, associations of craftsmen, wool cooperatives and state agencies. This study is linked to the National Inventory of Cultural References of Countryside handling (INRC Countryside Handling) and, after debates with the INRC, we came to the recognition of wool handicraft as a know how - do of extensive livestock farming in the sul-rio-grandense pampa, as well as the feature of jacquard crochet and the relationship of the women with such handling.

Key words: Wool Handicraft; Jacquard crochet; Jaguarão/RS; National Inventory of Cultural References; Countryside handling.

Sumário

1 INTRODUÇÃO 12
1.1 A pampa: vocação para a pecuária 18
1.2 Jaguarão: tradição para criação 21
1.3 Artesanias em campo 29
1.3.1 Materiais e Métodos 33
1.3.2 A vivência no curso de tecelagem: aprender a fazer como metodologia 37
2 AS MÃOS QUE TECEM E A MEMÓRIA QUE ENSINA: ARTESANATO E AS RELAÇÕES DE ENSINO-APRENDIZAGEM DAS ARTESÃS 44
2.1 Entre mãos e máquinas: o *saber-fazer* artesanal na modernidade 45
2.2 "*Eu aprendi vendo"*: arte de narrar, sabedoria de tecer 48
2.2.1 As artífices 51
2.3 A casa: espaço onde se tecem os fios e a vida 69
3 *CAMINHOS DA LÃ*: LINHAS DA CRIAÇÃO DE OVINOS AO FAZER O FIO 78
3.1 "*A ovelha não dá trabalho, dá serviço":* criação e lida com ovinos 79
3.2 Safra da lã 92
3.3 Esquila com máquina: técnica *tally hi* 93
3.4 Esquila a *martelo* 99
3.5 Transformação da Lã 105
3.6 Lavagem 107
3.7 Cardagem 109
3.8 Fiação 113
4 ARTESANATO EM LÃ: TECENDO *SABERES E FAZERES* PELA PAMPA 119
4.1 Tecer: um *saber-fazer* do mundo 120
4.2 Tecendo diferentes técnicas na pampa 122
4.3 *"O jacquard é um trabalho bem rico"*: tecendo em Jaguarão 127
4.4 "*Esse fio tem ouro*": valores intrínsecos ao *saber-fazer* 128
4.5 "*Começando com a correntinha...*": técnica do crochê em *jacquard* 130
4.6 "*Uma vai ajudando a outra a explorar mais*": processo criativo 134
5 CONCLUSÃO 151
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 153

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação consiste em uma etnografia do artesanato em lã crua, produzido por mulheres na localidade de Jaguarão, extremo sul do Rio Grande do Sul, na fronteira com a República Oriental do Uruguai. Sendo o artesanato uma atividade manual em que, via de regra, o artesão está envolvido na criação e na produção. Dessa forma, ele utiliza suas habilidades sincronizando “mão e cabeça” no que está realizando, isso permite um maior envolvimento entre o artesão e o artesanato. Entretanto, ao longo da história ocidental, prática e teoria, técnica e criação foram delineadas como questões opostas - que resistem em estabelecer conexões entre a mão e a cabeça, em reconhecer o impulso da habilidade artesanal, conforme Sennett (2015). O sujeito não detém o saber sobre a produção, apenas executa funções mecanizadas e individualizadas. Segundo Benjamin (1987a, p. 205), as transformações aceleradas ao longo do século 20 traziam a possibilidade do empobrecimento da capacidade de narrar que “floresceu” em meio às experiências dos artesãos. Para o sociólogo, as histórias se perdem, “porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve”.

A desvalorização e as novas formas de produção industrial são elementos que contribuem com a diminuição das atividades artesanais. No contexto moderno, para Canclini (1995), o trabalho artesanal não teve condições para competir com essa nova concepção, onde as técnicas manuais não eram mais valorizadas. Segundo o autor, os trabalhos artesanais remetiam a passado e a atraso, obedecendo à uma forma de produção, diferente da industrial, em que, de acordo com Mills (2009), geralmente, um artesão executa todas as etapas do processo artesanal, ou, ainda que exerça apenas uma parte, o artífice tem conhecimento de sua parcela no todo. Embora a modernidade previsse o fim do artesanal, ele ainda persiste de diversas formas, em muitos domínios da vida, pois tradições se renovam, em um sucessivo processo de transformação cultural. De acordo com Castriota (2009, p. 22) “o próprio processo de transmissão incorporaria possibilidades de mudanças, através das quais as culturas se mantêm flexíveis e podem absorver as inevitáveis variações trazidas pelo tempo”. Assim muitas atividades artesanais persistem, e resistem, rompendo com a ideia de modernidade.

Aqui, o processo de feitura do artesanato em lã é idealizado como um *caminho* que tem início no campo e compreende também a criação de ovinos lanados. Nele é desenvolvido o manejo, os cuidados com a nutrição, o controle de parasitas, assim como, o melhoramento genético, aperfeiçoando a qualidade da fibra. Também as técnicas de retirada da lã do animal e a transformação dessa lã, tornando possível a feitura de uma diversidade de peças artesanais. O artesanato envolve mais que uma simples produção ou reprodução de técnicas, ele vai além, envolvendo também diversos sentidos; seja na construção de um objeto, na habilidade de delinear e de inventar artefatos baseados em elementos da cultura local, seja na propriedade do *saber-fazer* da própria técnica. Seu significado, é alcançado situando-o no contexto em que está inserido, vinculando-o com as práticas sociais que envolvem o processo de criação e de subjetivação (CANCLINI, 1995; KELLER, 2014). Conforme Arnoldy e Espejo (2013, p. 28), a técnica de tecer abrange conhecimentos e práticas, estabelecidas historicamente em certa região, "que se estende no âmbito corporal e intelectual, e que são praticadas em contextos materiais". A técnica se configura como objeto, mais que material, excede os domínios intelectuais, corporais, os sentidos do artesão. Dessa forma, pretendemos abordar o *saber-fazer* do artesanato definindo-o como uma atividade resultante de processos culturais e em constantes transformações. De acordo com Canclini (1995, p. 53), "necessitamos, portanto, estudar o artesanato como um processo e não como um resultado, como produtos inseridos em relações sociais e não objetos voltados para si mesmos".

O artesanato implica conhecimentos que estão num constante processo de criação e invenção, possibilitando formas de continuidade de um determinado elemento cultural. Tendo em vista que a cultura é construída, "inventada", e precisa do contínuo movimento e de transformação, uma vez que permanecer estática, ela acaba, desaparece. Wagner (2010, p. 94) diz que "tradições são tão dependentes de contínua reinvenção quanto as idiossincrasias, detalhes e cacoetes". Convenções, modos, relações sociais e técnicas são constantemente recriadas, isso para que tenham continuidade e permaneçam fazendo sentido para determinado grupo social. Seguindo os *caminhos da lã*, compreendem-se diferentes *saberes e fazeres*

disseminados por toda a região da pampa[1] rio-grandense, onde são tecidas diferentes relações entre os humanos, animais, coisas e ambientes.

Nos materiais e materialidades das peças produzidas em lã há inerentes técnicas, conhecimentos, gestos, que entrelaçam os diferentes agentes, tais como os ovinos, os criadores, os *esquiladores*, as artesãs, as agências do Estado, os pesquisadores, as feiras de pecuária, entre outros. Ingold esclarece que "estas interaciones se realizam mediante campos de fuerzas y em los flujos entre cuerpos y los materiales com los cuales se trabaja según una serie de acciones y processos" (INGOLD, 2010, p. 91). Portanto, chega-se à conclusão de que este conhecimento não é inerte, mas está em constante movimento, em sucessivo desenvolvimento, em função das diversas relações que aciona neste processo (INGOLD, 2012). *Saberes e fazeres* concretizados nas peças feitas em lã, o artefato final produzido pela multiplicidade de materiais, de matérias, de relações e de conhecimentos.

A lã, que é o pelo da ovelha, muda sua característica de acordo com a raça do animal, quanto à finura, à cor, à ondulação, à resistência, ao comprimento e à elasticidade. A fibra da ovelha é matéria prima largamente utilizada na indústria têxtil, gerando produtos para proteção do calor e do frio e também tendo outros usos, como a repelência à água e o efeito retardador de chamas (FELIPE, 2015). Logo, é importante direcionar um olhar atento sobre o artefato: a peça em lã; para além da materialidade dos objetos. Traz-se a noção de "coisa" proposta pelo antropólogo Tim Ingold, que busca ultrapassar, transcender dicotomias como: natureza e cultura, sujeito e objeto, mente e corpo. Diferentemente de um objeto, que se apresenta apenas como um acontecimento acabado, fechado em si, as coisas, no contexto proposto, têm história, têm vida e são desenvolvidas a partir de diversas linhas e construídas pelos fluxos de movimentos e de materiais. As coisas são vistas como "um parlamento de fios", um "acontecer", ou melhor, um lugar onde vários aconteceres se entrelaçam. Observar uma coisa não é estar trancado do lado de fora, mas ser convidado para a reunião, onde as coisas transformam-se e crescem (INGOLD, 2012, p. 29).

[1]Utilizo o termo pampa no feminino, partindo da perspectiva de que este não é recurso, mas um ambiente de trocas de trocas de vitalidades. A terra que nitre animais e humanos.

O artesanato em lã é uma coisa com a qual as artesãs tramam as linhas de suas vidas cotidianas, a cada fio agregado para tecer a peça, num emaranhado de vivências, memórias e conhecimentos. As peças produzidas são mais que mercadorias, são dádivas, impregnadas de significações, agenciamentos, vínculos entre produtor e comprador, delineando-se um fluxo de relações. Refletir sobre as peças tecidas em lã remete não somente a uma troca mercantil, mas, também, a uma circulação de valores, o que envolve confiança, afeto, histórias, saberes e prestígio (MAUSS, 2003a). Como sugere Ingold (2012, p. 59) precisamos "trazer as coisas à vida", nos ater aos processos vitais, a vida das coisas. Para perceber esta "vida", é preciso seguir os fluxos dos materiais, como fluem, emaranham-se e coisificam-se, sem a prerrogativa da atuação humana sobre eles. Pois a forma de um pala ou de um poncho, por exemplo, é gerada no *caminho*, consequência do envolvimento recíproco entre humanos, animais e coisas em interação com o ambiente.

Assim, norteia-se a reflexão sobre o *caminho da lã*, o que acontece na transformação da lã: desde a criação até a feitura das peças e que envolve um emaranhado de relações e engajamentos com os materiais, ao longo dos quais as coisas são constantemente formadas (INGOLD, 2012). As linhas entrelaçam-se constituindo uma *malha,* estabelecendo assim um emaranhado de caminhos ao longo dos movimentos e das relações. Ou seja, essa *malha* constitui-se na vida, em um emaranhado de linhas e em um contínuo movimento, com isso está constantemente sendo renovada e atualizada. Para Ingold (2015a, p. 14) cada relação "no espaço fluido é um caminho de fluxo, como o leito do rio ou as veias e vasos capilares do corpo. Como a imagem sanguínea sugere, o organismo vivo não é apenas um, mas um feixe inteiro de tais linhas". Por isso, torna-se relevante observar o artesanato em lã crua como uma ação que não é unicamente humana, pois é também um resultado das interações que se vinculam e emaranham no/o *caminho*.

Esta pesquisa é vinculada ao Inventário Nacional de Referências Culturais Lida Campeira (INRC Lida Campeira)[2]. O INRC Lida Campeira busca identificar, descrever,

[2] O INRC Lida Campeira compreende duas fases. O INRC – Lida campeira na Região de Bagé/RS inicia-se em 2010. O trabalho de campo abarca os municípios de Bagé, Arroio Grande, Pelotas, Bagé, Hulha Negra, Herval, Aceguá (Brasil), Aceguá (Uruguay), Jaguarão e Piratini. O projeto estabeleceu-se por meio de uma solicitação da Prefeitura Municipal de Bagé ao IPHAN e pelo financiamento deste órgão. A pesquisa empregou a metodologia para o registro de bens imateriais do IPHAN. E a parceria se estabeleceu com o curso de Bacharelado em Antropologia. Nesta primeira fase foram inventariados lidas do pastoreio de bovinos, ovinos e equinos, da esquila, da doma, da lida caseira, do aramador, do

documentar e produzir conhecimento sobre os trabalhos realizados na pecuária extensiva da pampa sul-rio-grandense, que compõem as atividades da *lida campeira*, com a finalidade de registro como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro. A pesquisa busca evidenciar a importância desses *saberes e fazeres* para a construção e a manutenção de diferentes formas de viver e existir. Nesse *caminho,* a equipe ingressa na "área cultural" da pampa (Leal, 1997, 2019), por meio do fazer etnográfico, acompanhando os *saberes e fazeres* que são desenvolvidos pelos viventes neste bioma.

O presente trabalho compreende o entorno do sítio da pesquisa do INRC, em "campos banhados" e "dobrados" de Jaguarão e Antiga Jaguarão (que corresponde aos municípios de Arroio Grande e Herval) e busca demonstrar que a *lida campeira* é composta por diversos saberes e ofícios e que esses são desenvolvidos por diferentes grupos que, historicamente, ocupam a pampa. Assim, por meio do artesanato em lã, busco evidenciar que as lidas devem ser pensadas considerando a relação entre humanos e não humanos e a partir de conhecimentos, de práticas e de objetos que estão intimamente ligados ao ambiente, em consonância com o INRC Lida Campeira.

A interação desta pesquisa com as pesquisas etnográficas do INRC Lida Campeira, juntamente com às discussões teóricas realizadas em grupo, possibilitou a ampliação da abordagem do campo de pesquisa, no sentido de reconhecer o crochê em *jacquard* como um dos modos de fazer que está disseminado pela pampa*,* como uma *malha*, em relação ao fluxo da *lida campeira*. Isso permite pensar os diversos *saberes e fazeres*, manifestados através das diferentes técnicas e formas de transformar a lã, em diversas localidades da pampa. Como, por exemplo, a pesquisa de Daiane Loreto Vargas, realizada em uma comunidade de artesãos em Caçapava do Sul, em que são tecidas peças em grandes teares, trabalho em que toda a família está engajada, incluindo homens, mulheres e crianças (VARGAS, 2016). Ou, como apontam as pesquisas do Relatório Preliminar do Alto Camaquã, a existência do Fio Farroupilha,

---

troperismo e o ofício do guasqueiro nos campos lisos da pampa sul-rio-grandense. No transcorrer de 2016, inicia-se a segunda fase do projeto, o INRC Lida campeira na região do Alto Camaquã, por meio de parceria com a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC). Esta região compreende os municípios de Bagé, Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Piratini, Canguçu e Santana da Boa Vista. Nesta extensão dos campos lisos para os campos de pedra, as propostas do Inventário que sobressaem são a lida: com pastoreio de bovinos, de ovinos e de caprinos, a lida caseira e o artesanato em lã. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/. Acesso em: 20. ago. de 2020.

em Piratini/RS, que produz peças em tear de prego, assim como, trabalha com feltragem, utilizando a lã do rebanho da propriedade e, em alguns casos, de artesãs do entorno (RIETH et al, 2018). A partir desse panorama, a proposta inicial da pesquisa foi alterada, pois em vez de falar somente do crochê em *jacquard*, isoladamente, agora o intuito é pensar a técnica que é realizada em Jaguarão, em meio à diversidade de *saberes e fazeres* distribuídos na pampa.

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos. Neste primeiro capítulo abordo a introdução ao campo de pesquisa, bem como as reflexões metodológicas adotadas para desenvolver o estudo etnográfico. No Capítulo 2, "*As mãos que tecem e a memória que ensina: artesanato e as relações de ensino- aprendizagem das artesãs",* faço uma reflexão em relação às atividades artesanais frente à modernidade, onde as formas de aprendizagem e produção rompem com a proposta moderna de dualismo. Mediante as narrativas das artesãs sobre suas vidas e a relação com o *saber-fazer*, são evidenciados os pontos relevantes para a compreensão desse universo do artesanato em lã. No *caminho* percorrido desenvolve-se o aprendizado, a habilidade técnica, a experiência, a produção e são tramadas diversas formas de conformação do trabalho, envolvendo a atuação de uma *malha* de artesãs, instituições e grupos de artesãs.

No Capítulo 3, intitulado "*Caminhos da lã: linhas da criação de ovinos ao fazer o fio*"*,* busco compreender os *caminhos da lã*, o que envolve todo o processo de transformação da lã, desde a produção da matéria prima para o artesanato, no caso, a lã. Esse *caminho* tem início no campo com a criação dos ovinos, envolvendo toda a lida com esses animais, passa pelas técnicas de obtenção da fibra através da esquila e pelos processos artesanais de beneficiamento (desde a lã bruta, recém retirada do animal, até a preparação do fio). Considerando esses processos compreendemos diferentes ofícios, técnicas, conhecimentos, tradições, inovações e relações entre humanos, animais, coisas e ambientes que se desenrolam a partir do artesanato em lã.

No Capítulo 4, "*Artesanato em lã: tecendo saberes e fazeres pela pampa*"*,* trago uma concisa introdução sobre o tecer, como um conhecimento presente em diversas culturas e não diferente na cultura pampeana. Apresentam-se diferentes formas de tramar e de trançar fios, dentre a multiplicidade de técnicas, destaco a técnica do

crochê em *jacquard*, um *saber-fazer* intrínseco da cultura local de Jaguarão. Por meio da exposição do processo de desenvolvimento do artesanato, as artesãs elucidam como se dá a construção das peças, desde a escolha dos materiais e a criação dos desenhos, até a peça finalizada.

Na "*Conclusão*" retomo os pontos centrais do trabalho, além de tecer algumas considerações provisórias relativas à etnografia do artesanato de Jaguarão.

1.1 A pampa: vocação para a pecuária

A pampa, que abrange mais de 60% do território do estado do Rio Grande do Sul, desde o início da colonização é reconhecida como uma região, onde predomina a pecuária. Como Bioma, a pampa foi caracterizada oficialmente em 2004, quando entrou para o Mapa de Biomas Brasileiros, por meio de uma parceria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Ministério do Meio Ambiente, antes integrava o bioma Mata Atlântica (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010). Ela estende-se pelos territórios do Brasil, do Uruguai e da Argentina e sua paisagem característica é o campo aberto, tendo uma imagem mais idealizada de imensas planícies com um horizonte sem fim. No entanto, na realidade este ambiente é composto por ondulações, serras, "coxilhas", formações arbustivas, matas ciliares, aflorações rochosas, banhados, arroios, laguna e lagoas, abrigando uma grande diversidade de flora e de fauna (ZARTH; GERHARDT, 2009).

Até um século após o descobrimento do Brasil, o território que atualmente é o Rio Grande do Sul era ocupado, fundamentalmente, por populações ameríndias, que compreendiam grupos como Charrua, Jê e Guarani. Na região da pampa gaúcha, viviam grupos como Charrua e Minuano, ocupando áreas próximas às encostas dos rios ou dos banhados (SUERTEGARAY; SILVA, 2009). Por um longo período essa área era apenas visitada por incursões de aventureiros ou navegantes com a intenção de tecer relações pontuais ou de capturar esses grupos nativos para o trabalho escravo. No entanto, a partir do século 17, os portugueses e os espanhóis começaram a disputar também essa região (LUVIZTTO, 2009).

Entretanto, a ocupação colonial aconteceu primeiramente com a chegada dos jesuítas espanhóis e é concretizada com a fundação das *reduções indígenas* (BARCELOS,

2000). Durante as primeiras experiências, os padres jesuítas depararam-se com a resistência das populações ameríndias, assim como com os ataques dos bandeirantes, ocasionando sucessivos conflitos (MONTEIRO, 2006). Situações essas que levaram os jesuítas a abandonarem as reduções, no entanto, as Missões jesuíticas tiveram um importante papel para o desenvolvimento futuro da região pampeana, com a introdução da criação de animais, principalmente o gado bovino, compondo a "*Vaqueria del Mar"* (Silva; Barcelos, 2013. p. 170) e, posteriormente, os Sete Povos missioneiros. Dessa forma, a constituição do Estado se dá a partir de diversos conflitos, pelo poder territorial e delimitação de fronteiras. A fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai foi um território de conflitos, com fronteiras nem sempre fixadas ou bem estabelecidas, sendo um local de grande circulação de pessoas e de mercadorias. Esse processo litigioso das relações internacionais entre as *duas coroas* foi se consolidando através de tratados. Um dos tratados que marcaram essa disputa foi o Tratado de Madri, assinado em 1750, o qual determinava que a região dos Sete Povos das Missões passaria ao domínio português, restando a Colônia de Sacramento para a Coroa espanhola, mas este tratado não foi cumprido, resultando nos conflitos da Guerra Guaranítica (1754-1756), que deu fim ao projeto das reduções jesuíticas[3].

Quando os jesuítas se retiraram, no século 18, deixaram abandonados os seus rebanhos, que se desenvolveram livres e *xucros*[4] pelo território. A reprodução do gado asselvajado gerou uma grande quantidade animais que eram caçados por portugueses, espanhóis e indígenas para, entre outros, a exploração do couro. Em vista destes acontecimentos, os jesuítas espanhóis são considerados os responsáveis pela introdução da criação de ovinos, equinos e bovinos no Estado. Mas não há certeza sobre a chegada desses primeiros rebanhos, o que há são discordâncias, nas quais uns indicam que foi a partir de uma ação estatal e outros que foi a partir dos missionários que vieram do Paraguai. Dessa forma é provável que diferentes agentes

[3] Em 1777, foi firmado entre as coroas lusa e ibérica um novo Tratado, o de Santo Ildefonso, em que a Espanha devolvia a Portugal a ilha de Santa Catarina e as terras ao sul do canal de Rio Grande, já Portugal perderia para a Espanha a Colônia de Sacramento e a região das Missões. Mas não houve acordo em relação à faixa de terra localizada entre o rio Jaguarão e o Piratini e essa passou a ser determinada como uma região neutra, denominada Campos Neutrais. Por tratar-se de uma área extremamente valorizada pela pecuária, as disputas territoriais se intensificaram e a região começou a ser ocupada pelas guardas militares (DEMUTTI, 2015).

[4] Xucro é o animal arisco, arredio, indócil (SCHLEE, 2019).

tenham atuado no ingresso dos rebanhos (Camargo, 2013), contribuindo para a configuração social, cultural, geográfica e biológica da pampa (PRIMO, 2004; MAESTRI, 2008).

Por volta de 1730 os portugueses formaram, ou delimitaram, as primeiras estâncias, para garantir a posse do território e a exploração do gado. Segundo Pesavento (1985), os portugueses buscaram oficializar a posse das terras e do gado, por meio da distribuição de sesmarias e do confinamento do gado selvagem. As doações de sesmarias na região em que está localizada Jaguarão, como aponta Goulart (2015), ocorreram a partir de 1810. Dessa forma origina-se a figura do "gaúcho" que no período colonial era caçador, deslocando-se pelos campos da pampa atrás de bovinos e cavalos xucros, vivendo do contrabando e comércio coureiro, sendo visto como changador[5] e gaudério[6] (LOVE, 1975). Esses "homens" foram empregados nas disputas pela fronteira, integrados como guerreiros, e com a estruturação das estâncias eles passam a ser o trabalhador da estância, o peão campeiro, o especialista nas lidas, ou um gaúcho da fronteira, vivente da Campanha rural e com hábitos distintos no modo de viver e vestir (OLIVEN, 1993). Nas estâncias, predominava a pecuária de campos abertos. Por volta de 1870, intensificam-se os cercamentos das propriedades no município de Jaguarão. As cercas eram de pedra ou madeira[7], até o começo do uso de aramados. Com isso, foi possível promover a ordenação da criação de bovinos, o que facilitou o manejo e possibilitou uma maior produção da criação, assim como "o forte incremento da criação de ovelha, pouco viável antes, nos grandes campos abertos" (FRANCO, 2001, p. 128). Estes eventos fazem com que atualmente a região da pampa rio-grandense seja reconhecida como uma região de pecuária, tanto de bovinos, quanto de equinos, de caprinos e de ovinos.

[5] Changador o mesmo que changueiro uma das denominações dadas aos coureadores, gaudérios e gaúchos coloniais. Na história desde o início do séc. 18, a partir de 1730, foram chamados de changadores todos os que se dedicavam livremente na pampa a capturar e matar animais vacuns e cavalares para sacar-lhes o couro e deles tirar proveito (SCHLEE, 2019).

[6] Gaudério refere-se ao indivíduo extraviado, sem rumo, sem destino. Cachorro selvagem. O mesmo que cachorro chimarrão – ou *cimarron*. Até o séc. XVIII era o mesmo que gaúcho – homem vago, errante, ocioso – citado entre "los ladroncitos coloniales" (SCHLEE, 2019).

[7] As construções dessas mangueiras de pedra eram realizadas por mão de e obra de negros escravizados, assim como outros ofícios que envolviam a lida campeira nas estâncias (OSÓRIO, 2007).

A pampa é uma importante área cultural[8], em que as relações de humanos, animais, coisas e ambientes se entrelaçam na construção de um modo de vida campeiro ou pampeano (RIETH et al, 2013). As pessoas estão engajadas no mundo em que vivem, no caso a pampa, em que processos sociais e culturais se transformam e incidem na construção do ambiente, das formas de viver e de pensar. Desse modo, não há separação dos humanos em relação ao mundo. “As paisagens são tecidas dentro da vida e as vidas são tecidas dentro da paisagem, num processo contínuo de fluxo e contrafluxo de materiais que nunca tem fim” (INGOLD, 2011, p.47 *apud* STEIL; CARVALHO, 2012, p. 39-40). A pampa tem um importante papel, tanto para a continuação da vida quanto para aspectos culturais, como conhecimentos e modos de saber e fazer que se criam por meio dessa intensa relação (INGOLD, 2012). Portanto preservar a pampa envolve além do ecossistema, é também, a preservação da cultura pampeana.

1.2 Jaguarão: tradição para criação

> “*Aqui há uma terra só, há só uma gente, seja do lado de cá, seja do lado de lá*.”
> Aldyr Garcia Schlee, 1984

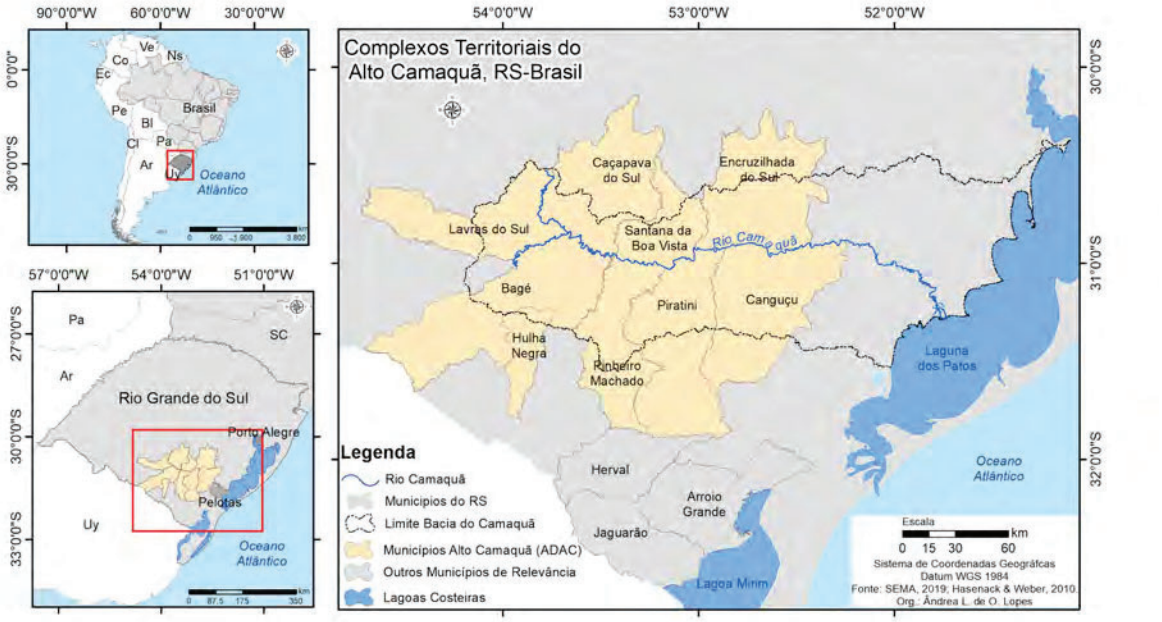
Situando o contexto da pesquisa, Jaguarão é uma cidade que faz fronteira com a República Oriental do Uruguai, mais especificamente com a cidade de Rio Branco, às margens do Rio Jaguarão[9], tendo como municípios vizinhos, em território brasileiro, Herval e Arroio Grande. Está situada na região da pampa, que compreende a metade sul do Estado gaúcho, parte da Argentina e do território do Uruguai. Jaguarão é reconhecida pela sua arquitetura que é composta por um conjunto de bens materiais preservados, como os prédios e o casario em estilo colonial e eclético do centro histórico. Esses bens culturais permitiram o reconhecimento da cidade como

[8] Entendendo por área cultural o espaço que não diz respeito apenas a definições de fronteira, mas se estabelece através da dinâmica dos humanos, dos animais, dos artefatos e dos saberes e fazeres que compõem as lidas (LEAL, 1997; RIETH et al, 2013).

[9] O Rio Jaguarão é cenário da lenda que dá origem ao seu nome e ao da cidade. Trata-se de uma antiga lenda do povo guarani que ali vivia anteriormente a chegada do colonizador. Versa sobre uma criatura que era uma mistura de jaguar e peixe, do tamanho de um cavalo pequeno, de pelos espessos como o da capivara, boca crivada de dentes como os da traíra mas pontudos e afiados como os espinhos da coronilha. O terrível animal atacava suas presas nas barrancas da margem do rio. Disponível em: <http://helioramirez.blogspot.com/2016/05/lendas-do-rio-jaguarao-leyendas-del-rio.html/>. Acesso em: 12. jul. 2020.

Patrimônio Histórico Nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, recebendo o *status* de Cidade Histórica.

Mapa 1: Sítio e entorno do INRC Lida Campeira no Alto Camaquã



Fonte: SEMA – Acervo INRC Lida Campeira. Org.: Andrea L. de O. Lopes

A formação da cidade teve início a partir de um acampamento militar, constituído para a proteção da fronteira. Os militares contribuíram para a edificação e organização da cidade e, juntamente com os conflitos entre portugueses e espanhóis, determinaram o processo de concepção de Jaguarão, além do estabelecimento da sociedade e economia. A cidade foi consolidando-se como uma localidade de troca entre uruguaios e brasileiros, por meio de um comércio fronteiriço baseado na pecuária e na agricultura. A pecuária, tendo maior destaque, propiciou que a cidade ingressasse o ciclo econômico do charque, oportunizando o desenvolvimento e a formação de uma categoria socioeconômica fortalecida - a elite pecuarista (FRANCO, 2001; 2007).

Atualmente, Jaguarão é um local de trânsito de pessoas, de diversas regiões do Brasil, em busca do comércio de eletrônicos e de outros produtos importados existentes nos *Free Shops* da cidade uruguaia de Rio Branco. Ela também é destino de estudantes

de todo o Brasil, desde a fundação da instituição de ensino superior Federal, a Universidade Federal do Pampa (Unipampa). A sua constituição como cidade de fronteira supõe demarcação, separação entre cada povo, mas isto acontece somente no âmbito geográfico e estatal, pois na prática são grupos sociais divididos por um território político, mas unidos por traços culturais compartilhados. Esse compartilhamento é testemunhado na vida diária dos habitantes da fronteira, no momento em que se declara: “vecinos de Yaguarón expresen que ‘lo más lindo de Yaguarón es el balneario Lago Merín’ y que coincidiendo con vecinos de Rio Branco declaren que ‘el rio nos une y el puente nos separa’” (MAZZEI, 2013, p. 77).

A zona fronteiriça torna-se um espaço privilegiado, que proporciona o intercâmbio de identidades diferentes, no trânsito entre o ir e vir, gerando a interação entre culturas, e este processo acaba resultando em outra identidade cultural, diversa e distinta das demais, a “fronteiriça”. Para Bento (2012, p. 53) “os fronteiriços gerados ao longo de décadas nesta comunidade binacional vivem, desde o nascimento, entre duas culturas que são constitutivas da sua cultura, fronteiriça. Nasce-se numa casa-família com janelas abertas para o Brasil e para o Uruguai”. Um exemplo desta identidade que surge especificamente na fronteira Brasil/Uruguai é o aspecto da língua, que da união do Português com o Espanhol se constituiu no portunhol, frequentemente falado por sujeitos que habitam a região fronteiriça.

Jaguarão, com características do ambiente natural da pampa, se destaca por uma grande diversidade, combinada por distintos atributos fisionômicos e formações vegetais, afetados por propriedades geomorfológicas, em que podemos encontrar campos lisos, campos de pedra e campos de várzea. A região apresenta uma multiplicidade de ambientes, aqui são trazidos alguns traços percebidos a partir da minha vivência e das andanças nessa pampa jaguarense durante a pesquisa. Com base nas classificações da pampa apresentadas pela geógrafa Sell (2017), a região apresenta atributos da pampa Atlântico, nas áreas mais próximas à encosta da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, prevalecendo os banhados e os campos alagados; já nas áreas mais afastadas dos banhados, se revela a pampa Ondulado, com entremeado de campos limpos com vegetações esparsas, há figueiras, capões de mata nativa e cerros sinuosos; e a pampa dos Matacões, nas áreas mais próximas aos municípios de Arroio Grande e Herval, com prevalência de coxilhas e afloramento rochosos.

Observa-se um ambiente de campos nativos ao lado de lavouras de arroz e soja, com canais de irrigação abastecidos pela lagoa Mirim. Tudo isso atrai e abriga variadas espécies de animais, como as aves, que sobrevoam as lavouras se alimentando de pequenos animais e insetos que ali vivem e de plantas que crescem na época de plantação no meio do alagado da lavoura de arroz; são elas: João Grandes, Gaivotas, Quero-Queros, Mergulhões (biguá), Marrequinhas, Garças Cardeais, Saracuras, Tarrãs, Perdizes. Há também animais como os *Sorros*, os Graxains-do-campo, (que vemos tanto de dia quanto à noite, alguns, já habituados à circulação dos humanos, se aproximam das moradias em busca de alimentos), o Veado Campeiro (que já tem seu número reduzido, devido a caça, e por isso é visto raras vezes), Ratão do banhado, Capincho, Emas (estas encontram-se geralmente em bandos). Logo nas imediações da lagoa Mirim podemos presenciar o Ganso selvagem, ou Ganso "bagual"[10], as Gaivotas se alimentando de lambaris que ficam nas partes mais rasas da água.

Na área do agronegócio, Jaguarão desenvolve especialmente a produção de arroz e de soja; na pecuária, destacam-se os rebanhos bovinos e ovinos. Os campos, destinados a criação, contrastam com as plantações de soja e arroz, que são cultivadas anualmente. Esta situação é cada vez mais frequente na paisagem local: campos, que antes eram destinados a criação de ovinos e bovinos, agora são utilizados para a monoprodução de grãos, assim como, para plantações de eucalipto e acácia, (que são utilizadas pela indústria de madeira e de celulose).

Segundo Ana, extensionista da EMATER[11], a ovinocultura é predominantemente realizada por produtores familiares. Nesse sentido Jaguarão está entre as cidades do Estado do Rio Grande do Sul que são produtoras de lã, o que propiciou o desenvolvimento do artesanato com esse material. No Estado, o artesanato em lã crua é empregado na produção de peças, como por exemplo, palas[12], ponchos[13] e boinas

[10] Bagual é aquele animal arisco, espantadiço (SCHLEE, 2019).
[11] EMATER (Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural) é mais uma instituição atuante que se entrelaça nessa malha na busca da valorização do *jacquard*. A Instituição se tornou a representante natural do serviço oficial de extensão rural do Estado. Atualmente a agricultura familiar gaúcha é modelo no país graças ao trabalho desenvolvido pela Emater/RS-ASCAR.
[12]Pala é uma espécie de poncho, chamado mais apropriadamente de poncho-pala, usado pelos campeiros pampeanos quase como um enfeite (SCHLEE, 2019).
[13] Poncho é uma espécie de capa de formato quadrangular, geralmente de lã, com uma abertura no centro, é usado para proteção do frio no inverno.

usadas para proteção contra o frio e usadas na *lida campeira*. Esse ofício, com o passar dos anos, se tornou uma referência cultural no Estado, tendo grande expressividade na região da Campanha, local em que se concentra a criação de ovinos. A consequência do predomínio da ovinocultura é a abundância de matéria-prima para a confecção de peças em lã. De acordo com as pesquisadoras do INRC Lida Campeira Marília Floôr Kosby e Liza Silva (2013), a criação de ovelhas é característica de regiões da pampa e faz parte da pecuária familiar, a qual utiliza a carne para o consumo cotidiano e a lã para o artesanato, confeccionando diversas peças, tanto utilitárias como decorativas.

O trabalho artesanal tem como característica, em sentido prático, o aprendizado que se desenvolve de forma informal, por meio da observação e da prática de aprender a fazer (INGOLD, 2010). De acordo com Eggert (2011), muitas vezes, as atividades artesanais não são vistas como trabalho, pelo fato de, tradicionalmente, serem realizadas no campo doméstico e familiar. A produção artesanal, no mundo contemporâneo, caracteriza-se por ser realizada em grupos familiares, de amizade, comunidades e associações. No entanto, ela vem buscando gerar renda e desenvolvimento, por meio da valorização da história, da memória e dos saberes locais. Nesse emaranhado de *saberes e fazeres* desenvolvidos na região da pampa, destaca-se a técnica do crochê em *jacquard,* realizada na localidade de Jaguarão.

O crochê em *jacquard* tornou-se referência[14], sendo difundido a partir do movimento de artesãs em compartilhar esse *saber-fazer* com outras mulheres fora do núcleo familiar, assim como pela inserção em feiras e em exposições de artesanato em lã da região. As artesãs, moradoras em Jaguarão, perceberam que realizavam um trabalho que se diferenciava do que é realizado no restante do Estado. Hoje, tem-se o reconhecimento das artesãs de Jaguarão e de outras localidades da prática do crochê em *jacquard.* O artesanato em lã é uma atividade que envolve processos de aprendizagem, conhecimento, o corpo, propriedade da técnica e de repertórios, relações, estabelecendo uma forma de estar e de ver o mundo. Como coloca Ingold, temos diversos elementos que constituem esse bem cultural que forma um “agregado

[14] Neste trabalho, o termo referência cultural é usado no sentido de “dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes” (FONSECA, 2000, p. 14). Pois a técnica crochê em *jacquard* foi adotada como uma prática cultural significativa, de importância e de valor para as artesãs que o produzem, assim como para a localidade onde é realizada.

de fios vitais" (INGOLD, 2012, p. 29). E isso acontece de tal forma que o artesanato em lã só pode ser pensado como um conjunto, na circulação, na relação, dentro de um fluxo vital entre humanos, animais, coisas e ambientes.

Por intermédio deste ofício temos a construção de uma referência cultural em processo de Inventário junto ao IPHAN o que particulariza a região da pampa brasileiro. Nesse contexto, novamente ressalta-se que por meio da pesquisa etnográfica busca-se compreender a produção do artesanato em lã, que abrange um processo artesanal que inicia no campo (com a pecuária de ovinos) e estende-se até a confecção das peças, a partir das *malha*s que os processos articulam, envolvendo humanos, animais, coisas e ambientes. Assim como compreender as formas de transmissão do saber, de organização dos processos de produção e as relações que se estabelecem entre artesãs, grupos de artesãs e instituições. Ao realizar um estudo sobre esse universo da lã, dentro do contexto da pampa, ora urbano, ora rural, pretendo trazer ao conhecimento os saberes artesanais destas mulheres e contribuir para que mais pessoas possam conhecer este ofício.



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Sorro ou Graxaim
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Gavião caboclo
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Ema
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Ratão do banhado
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Garça
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Carão ou Saracurão
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019

1.3 Artesanias em campo

A premissa para realizar este trabalho surgiu do meu ingresso na Unipampa, no Bacharelado em Produção e Política Cultural, no ano de 2012. Nos eventos que aconteciam na Universidade, sempre havia um espaço para exposição de produtos artesanais e quase sempre tinha uma banca com artesanato em lã. Nessas exposições conheci as artesãs que trabalham com lã natural e que realizam a técnica do crochê em *jacquard,* em Jaguarão. Até então, desconhecia este tipo de artesanato e técnica. Então, certa vez, com o intuito de conhecer com maior detalhe esse artesanato peculiar, que havia na cidade, eu e meu marido fizemos uma visita a sede da Associação dos Artesãos de Jaguarão. No local havia um pequeno espaço com produtos feitos em lã artesanal, como poncho, pala, ruana, xergão. Na ocasião, uma artesã que fazia o atendimento ao público, nos informou que era um produto feito na cidade, todo artesanal, com lã natural, algumas peças que estavam expostas eram confeccionadas no crochê em *jacquard,* técnica que só tinha na localidade e que podia se fazer encomendas de peças. Essas informações despertaram um interesse em saber mais sobre a técnica e sobre as artesãs. Sempre tive grande admiração por quem tem a habilidade, o "dom", para atividades manuais. Talvez porque lembro da minha vó Maria na máquina de costura, sempre fazendo diversos concertos em roupas para os netos, desde pequenas bainhas até diminuir uma peça que foi repassada dos primos mais velhos. Ela também fazia as peças em tricô: eram coletes, blusões, mantas. E até hoje guardo uma manta feita por ela.

Em 2015, pensava sobre qual tema de pesquisa desenvolver para o trabalho de conclusão da graduação. O curso em Produção e Política Cultural é voltado para o desenvolvimento de gestão de projetos e políticas públicas na área cultural, com o objetivo de promover ações e projetos voltados para expressões culturais e saberes locais com menor visibilidade ou menos priorizados pelas políticas públicas. Embora gostasse das questões patrimoniais, não aspirava realizar uma pesquisa voltada para monumentos arquitetônicos, pois a cidade de Jaguarão era bastante reconhecida, já nessa época, pelo seu patrimônio material. Porém não havia ainda referências aos saberes artesanais e partindo da ideia que o meu objetivo era realizar uma pesquisa no contexto local. Assim, foi se formando o propósito em falar das artesãs que realizam esse trabalho com a lã natural, usando a técnica característica da cidade.

Queria saber quem eram essas mulheres, como era realizado esse processo artesanal, o que era a técnica. Desde o meu primeiro contato com as artesãs fui muito bem recebida, falei do meu interesse e admiração por este ofício e que gostaria de fazer uma pesquisa sobre o crochê em *jacquard*, ponderando sobre o trabalho e a sua relevância para a identidade local.

Ingressei no Mestrado em Antropologia, em 2018, e retornei a estreitar o vínculo com as artesãs de Jaguarão. Minha inserção foi a partir da Associação dos Artesãos de Jaguarão, devido aos contatos já estabelecidos na Graduação. Todas as artesãs que procurei mostraram-se dispostas a falar sobre o seu trabalho e sua vida. Essa aceitação rápida pelo grupo, em relação a pesquisa, acredito que possa ser pelo fato de estarem em busca de visibilidade e reconhecimento do trabalho de artesanato em lã, assim como também pelo fato de que sou moradora local, pois muitas artesãs conhecem a região rural em que moro, têm amigos e/ou parentes por lá, sendo um fator de aproximação e um vínculo, por isso não fui vista apenas como pesquisadora.

Com o contato de algumas artesãs por meio da pesquisa anterior, na graduação e com a Associação dos Artesãos de Jaguarão, entrei em contato com a Sra. Nilma, porque ela já era uma das interlocutoras do meu TCC e também porque ela é uma das mais antigas artesãs, fundadora da Associação e muito ativa na produção do crochê em *jacquard*. Em uma primeira conversa fiquei sabendo que ela estava afastada, porque a sede da Associação estava em local provisório, em uma sala anexa à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Jaguarão, e a artesã não conseguia realizar o cumprimento do seu turno na sede. Depois, em abril de 2018, reservei uma tarde em que não havia aula do Mestrado em Pelotas, e fui até Jaguarão, para conversar com as mulheres, sem nada previamente marcado.

Fui inicialmente na Associação porque é um ponto de referência das artesãs, principalmente das que trabalham com lã. Resolvi ir à tarde, pois geralmente o local funciona na parte da tarde, pois na parte da manhã estas mulheres estão envolvidas com seus afazeres domésticos, com os filhos, e algumas trabalham “fora”. Mas nesse dia não encontrei a Associação aberta, não estavam atendendo, e isso devido a um impasse, porque o uso da sala que lhes foi cedida dentro da Secretaria e o atendimento deste espaço estavam atrelados ao expediente da Prefeitura, que ocorre somente no turno da manhã. Nesse mesmo dia fui à Casa da Economia Solidária, que

é outro local de referência em relação aos trabalhos artesanais. Quando cheguei não encontrei entre os produtos expostos artesanato em lã, então perguntei se havia entre as associadas artesãs alguém que trabalhasse com lã e nesse dia consegui um novo contato: o da artesã Débora. Essa artesã tornou-se muito importante para este trabalho, pelo fato de estar fora da configuração tradicional, não tendo relação com o meio rural e a produção da lã, desde a infância em um contexto familiar, como as outras artesãs.

Esse primeiro momento foi mais de exploração do campo de pesquisa, fazendo ligações telefônicas, explicando a ideia da pesquisa, vendo a disponibilidade de cada uma das artesãs em participar. Estava em andamento com o primeiro semestre do Mestrado, envolvida em leituras, atividades, que necessitavam de atenção e de tempo pelo fato de ser uma área nova para mim, trazendo novas discussões e conceitos. Mais adiante, durante a pesquisa, tratei de conhecer artesãs que estivessem na área rural, assim como também saber sobre a criação de ovinos na região, já que a pesquisa compreende todo o *caminho da lã*. Dessa forma, busquei o contato da representante da EMATER na cidade de Jaguarão, pois a instituição tem o trabalho de extensão com os produtores rurais.

Em maio de 2018, estive na EMATER de Jaguarão, conversei com a extensionista Ana Lecy e ela contou-me que no interior da região têm artesãs que trabalham no tear rústico ou de parede, além de fazerem o fio e o comercializarem com as artesãs da cidade. Nessa conversa ela forneceu-me o contato da artesã Elci que é fiandeira e produz fio para muitas artesãs da cidade, uma importante referência para pensar a especialização de etapas do processo. Logo procurei a artesã Cenilza, que também foi interlocutora em uma pesquisa anterior e atualmente ela faz parte da Casa da Economia Solidária é fundadora do grupo As Cardadeiras, que traz uma nova forma de organização, dividindo o processo, em que cada artesã é responsável por determinada fase. Outra artesã que já era minha conhecida e se tornava essencial para a pesquisa, é a Sra. Nilza, uma das artesãs mais antigas e também uma das fundadoras da Associação dos Artesãos de Jaguarão, ela se dedica na transmissão do crochê em *jacquard* dando cursos para outras mulheres, ficando conhecida na comunidade local como professora.

Assim, foram escolhidas as cinco artesãs colaboradoras desta pesquisa. A principal fonte de conhecimento sobre os *saberes e fazeres* dos *caminhos da lã* foram as artesãs, as detentoras do conhecimento. E o caminho da pesquisa se desenrolou em encontros e conversas mais próximas com estas artesãs que trabalham com a lã no crochê em *jacquard*, por vezes, na Associação, nas suas casas, nas feiras, via *internet* ou ligação telefônica - de acordo com a disponibilidade de cada uma e com as situações que se apresentavam no percurso da pesquisa de campo. Mas na busca pelo conhecimento sobre o *caminho da lã*, além destas artesãs, tive contato de forma esporádica com outras artesãs e grupos, como nas visitas à Associação dos Artesãos, à As Cardadeiras, à Casa da Economia Solidária, às feiras e aos cursos. Também no intuito de abranger todo o *caminho da lã* conversei com o presidente e o técnico da Cooperativa de Lãs Mauá, com a extensionista da EMATER, com a instrutora do SENAR[15], com criadores de Ovinos e com *esquiladores*.

Seguindo os *caminhos* observei um dia de esquila a *martelo* em Arroio Grande, a forma tradicional de fazer a retirada da lã e uma a esquila a máquina realizada no método *tally hi* numa propriedade no interior de Jaguarão. Nessa saída de campo conversei com Sr. Luiz, dono da propriedade, sobre a *lida campeira* e a criação de ovinos. Além desta, também houve trabalho de campo em atividades que envolviam a lã e o artesanato, como as feiras. Participei da Feira Estadual de Artesanato do Pampa, em Bagé, com a equipe do INRC, da Feira Estadual da Ovelha (Feovelha), realizada em Pinheiro Machado, uma das feiras mais importantes das realizadas na região sul do Estado e estive na Feira Estadual de ovinos Meia Lã de Jaguarão, em 2018 e em 2019, com o intuito de fazer novos contatos, observar a comercialização e estreitar vínculos com algumas interlocutoras.

As experiências vividas nas feiras foram importantes para conhecer um pouco mais o circuito da lã nas diversas feiras, observando variadas formas de trabalhar a lã. Além de permitir a percepção de que o artesanato em lã está em diferentes cidades,

[15] SENAR-RS é uma instituição que, entre suas várias ações, estão programas de treinamento e cursos de capacitação profissional que aperfeiçoam e promovem a melhoria de renda, palestras e cursos que resultam em qualidade de vida, além de ações que promovem aprendizado, informação, lazer e bem-estar para mais de 100 mil pessoas por ano no Rio Grande do Sul. Todo o conhecimento oferecido pelo SENAR-RS é ministrado por uma grande equipe técnica de profissionais que está sempre em constante atualização de conteúdos para transmitir novas tecnologias ao público rural. Disponível em: http://www.senar-rs.com.br/. Acesso em: 25. jan. 2019.

encontrei artesãs de: Bagé, Caçapava do Sul, Pinheiro Machado, Pedro Osório, Arroio Grande, Piratini, entre outras.

1.3.1 Materiais e Métodos

Para desenvolver a pesquisa faço uso da etnografia que se estabeleceu no início do século 20, a partir do trabalho de campo realizado por Malinowski (1978), que revolucionou a área da Antropologia Social, rompendo com o método conhecido como "antropologia de gabinete" ou "antropologia de poltrona". Esse movimento consolidou a Antropologia enquanto campo do conhecimento, conferindo ao trabalho etnográfico rigor, valor e *status* científico, estabelecendo um novo procedimento, para a pesquisa nessa área, marcado pela observação participante e pela descrição. No entanto, considerando a etnografia a partir da visão antropóloga Marisa Peirano (2014) que percebe a etnografia não como método genérico da Antropologia, pois essa concepção esgota seu sentido dentro de uma compreensão teórica mais ampla. Ponderar a etnografia somente como um método de descrição de eventos em campo e/ou produção de dados a reduz, afastando-a das contribuições teóricas que são intrínsecas da prática deste tipo de pesquisa.

Peirano (2008, p. 3) assinala que etnografia não é apenas uma metodologia ou uma prática de pesquisa, mas é a própria teoria vivenciada. "No fazer etnográfico, a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados." A etnografia propicia ao antropólogo um contato direto, próximo, com seus interlocutores e colaboradores. Permite acompanhar de forma participante o cotidiano do grupo estudado. A etnografia, portanto, é própria da Antropologia sendo conceituada por Goldman (2006, p. 167) como "o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal"**.**

E assim, por meio das experiências a pesquisa foi sendo construída, com colaboração e contribuição dos interlocutores e das interlocutoras. Conforme assinala o antropólogo José Guilherme Magnani (2009) a etnografia é uma forma específica de atuação, em que o pesquisador tem uma convivência com os interlocutores, construindo uma relação de troca, verificando suas observações, pensamentos e sentimentos compartilhados com as observações colocadas pelos interlocutores,

almejando novas percepções e novos conhecimentos. Para Ingold (2019, p. 10), não é uma questão de explanar sobre o comportamento dos outros, mas, sim, versa sobre "compartilhar da sua presença, de aprender com as suas experiências de vida e de aplicar esse conhecimento às nossas próprias concepções de como a vida humana poderia ser".

Entendo a etnografia como uma construção, que se desenvolve no trajeto da pesquisa, por meio da experiência em campo e da minha relação com as interlocutoras[16]. De acordo com James Clifford (1998), a etnografia deve ser "uma negociação em construção que envolve dois ou mais sujeitos conscientes e politicamente significantes", sendo assim é um processo que envolve diálogo e colaboração, dessa forma estabelecendo relações. Todo o trajeto da pesquisa foi combinado com as artesãs, nunca sobrepondo elas, eu tinha uma ideia do que queria para a pesquisa, claro, mas estava sempre receptiva para mudanças e novos trajetos, de acordo com o que estava sendo colocado por elas em campo.

Para tanto, utilizo a observação participante, a qual Ingold (2019, p.13) entende não como um método para coleta de dados, mas como "uma forma de estudar *com* as pessoas". De acordo com a reflexão de Cardoso de Oliveira (1996), proporciona experienciar o contexto em que as artesãs desenvolvem o artesanato, compartilhando a realidade sociocultural dos interlocutores, a partir dos sentidos de ver e ouvir e essa observação se constitui através do treinamento do olhar e do escutar do pesquisador. Por mais que essas ações pareçam simples e corriqueiras, é necessário observar que o nosso olhar carrega nossas vivências, assim como as teorias que aprendemos na academia. Então esse olhar nunca é neutro, sempre se dá a partir de um contexto (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 16). Dessa forma, impõe ao pesquisador um deslocamento de sua própria cultura para que, assim, possa colocar-se no interior do acontecimento observado, por meio da participação efetiva nas formas de sociabilidade, nas quais a realidade investigada revela-se (MARCONI; PRESOTTO, 2011).

[16] Optou-se pelo substantivo feminino "interlocutoras" marcando o gênero, pois o crochê em *jacquard* é marcado pela presença das mulheres, já que encontrei na localidade de Jaguarão somente mulheres que trabalham com artesanato em lã apenas em alguns casos, como o da artesã Elci, o marido "ajuda" participando de algumas etapas, como urdir por exemplo.

A observação foi registrada por meio de diário de campo, o que possibilitou acrescentar informações adicionais que serviram de dados para a pesquisa, já que “os escritos do diário descrevem maneiras de sentir pessoas, lugares, situações e objetos” (BRANDÃO, 1982, p. 13). Essas anotações no diário eram sobre percepções minhas sobre o ambiente e as pessoas, elas auxiliaram-me na reflexão sobre as vivências durante o trabalho de campo. Também foram realizadas entrevistas e acompanhamento mais próximos com cinco artesãs que trabalham com artesanato em lã e o *jacquard.* São elas: as artesãs Elci que é a fiandeira, Nilma e Cenilza que fazem parte da Casa da Economia Solidária, Nilza que é da Associação dos Artesãos de Jaguarão e Débora que não está ligada a nenhum dos grupos.

Procurando ater-me aos *caminhos da lã* e em como acontecem as aprendizagens, busquei conhecer a história de cada artesã, como elas aprenderam, com quem, onde e como. Quando elas falam do trabalho artesanal estão narrando a própria vida, o cotidiano, histórias, onde passado e presente se entrelaçam, pois, por esses caminhos, “vidas são vividas, habilidades desenvolvidas, observações feitas e entendimentos crescem” (INGOLD, 2015a, p. 38). Além das artesãs, fazem parte desta pesquisa diferentes agentes que estão envolvidos no caminho pelo qual o *saber-fazer* percorre e onde é criado e transformado; e assim, vai sendo construída a *malha*, como a Associação dos Artesãos de Jaguarão, as Cardadeiras, a Casa da Economia Solidária, a Cooperativa de Lãs Mauá, a EMATER, o SENAR, os criadores de ovinos e os *esquiladores*.

As entrevistas dialogam com a metodologia utilizada nos estudos do INRC Lida Campeira, no intuito de alcançar os objetivos propostos e também de responder a outros questionamentos que surgiram no trajeto da pesquisa. Os encontros foram registrados em áudio, possibilitando ter mais segurança nas informações obtidas, pois ter elas registradas na íntegra facilitou a análise ao longo da pesquisa, podendo acessá-las para sanar dúvidas, quando preciso. Mas nos encontros casuais com outras artesãs, pessoas que não eram os principais interlocutores da pesquisa, não fiz gravação, somente anotações no diário de campo. Nesses encontros também fiz uso do registro em imagens, que serviram tanto como coleta de dados quanto registro. As imagens convieram ainda como um recurso para que eu entendesse o processo artesanal, foram importantes para descrever o ambiente, o ofício e os processos

artesanais da lã. Até mesmo quando algumas coisas não estavam claras nas falas gravadas, eu recorria aos arquivos de imagens, o que gerava novas indagações, reflexões e entendimentos.

Como aponta Achutti o uso da imagem não apenas como forma de registro ou coleta de dados, mas como narrativa é necessário na pesquisa antropológica (ACHUTTI, 2004, p. 104). Assim como apresenta o trabalho pioneiro de Mead e Bateson (1942), em Bali, no qual estavam interessados em entender o *ethos* balinês, elementos da cultura que estão impregnados no corpo, que são perceptíveis pela observação e pela imagem. Dessa forma os autores trazem a imagem não apenas como mera ilustração, mas como meio de averiguação e argumentação da Antropologia. A imagem permite um percurso de construção do pensamento, pois "[...] toda a fotografia é um olhar sobre o mundo, levado pela intencionalidade de uma pessoa, que destina sua mensagem visível a um outro olhar, procurando dar significação a este mundo" (SAMAIN, 1993, P. 7 *APUD* ACHUTTI, 1997, P. 36). As imagens foram realizadas durante a etnografia com o objetivo de analisar, expandir e integrar as narrativas e são usadas neste trabalho para permitir ao leitor ver e compreender coisas que não estão explícitas na escrita. Dessa forma a fotografia não está colocada aqui como mero recurso ilustrativo, mas como outra forma de linguagem importante para fazer visível aquilo que não é totalmente esclarecido ao ser narrado. Pois além da comunicação escrita, podemos perceber a realidade por meio de outras formas de linguagem.

No trabalho, as imagens vêm acompanhando o texto, compondo a narrativa, assim como, em alguns momentos, serão dispostas em pranchas, principalmente em momentos que descrevo processos técnicos.

Muitas imagens não foram registradas por falta de experiência em fazer o trabalho de campo, não conseguia articular a conversa com as interlocutoras e, ao mesmo tempo, fazer o registro em imagens. Fui a campo com maior atenção nas narrativas, nas histórias das artesãs e muitas vezes me esquecia de registrar em imagens enquanto elas falavam e mostravam o que faziam, pois não dar a atenção devida ao que estavam narrando me parecia falta de respeito com as pessoas. Em outros momentos, quando fazia as imagens, o que faltava era perícia, a dificuldade da técnica com os equipamentos, resultando em imagens desfocadas. Havia a ideia de retornar a campo,

já com as entrevistas e observações realizadas, teria mais tempo e foco para fazer as imagens, mas isso não foi possível devido à pandemia sanitária de Covid -19. Logo, na ausência de algumas imagens, recorri às artesãs, que colaboraram com imagens de seus acervos pessoais. Também utilizei imagens do acervo do INRC, e da colega Luciene Mourige que esteve em campo comigo. Assim durante o texto as imagens realizadas estarão todas referenciadas e algumas imagens estão legendadas para um melhor entendimento do leitor.

Os recursos visuais serviram como estímulo à minha percepção em relação às artesãs no fazer da técnica e sua relação com os materiais. Por diversas vezes recorri aos vídeos, buscando um melhor entendimento do contexto, das pessoas, do *saber-fazer*, dos gestos. Esse material audiovisual é uma forma de restituição aos colaboradores da pesquisa, de devolução aos detentores desse *saber-fazer*, pois a produção do trabalho científico é possível somente com a colaboração delas. Assim como esse material visual pode servir para essas artesãs como divulgação, valorização e reconhecimento desse *saber-fazer.*

A pesquisa de campo é estar em contato com o inesperado diariamente, nem todos os dias as coisas ocorreram como o pensado, houve encontros e desencontros, entrevistas desmarcadas, dias em que o equipamento não funcionou, ou por falta de intimidade com seu manuseio ou por problemas técnicos. Eu, enquanto uma antropóloga em formação, ainda estou a me descobrir como tal, durante todo o processo da pesquisa me deparei com inúmeras dificuldades em campo, não conseguindo combinar sincronicamente as ações de olhar, ouvir e anotar. Mas como tudo na vida é uma questão de experiência, acredito que essa habilidade se desenvolverá com o tempo e com a prática. vida é assim e a pesquisa não está desvinculada dela. “No campo é preciso esperar que as coisas aconteçam, e aceitar o que é oferecido quando lhe é oferecido” (INGOLD, 2019, p.12)

1.3.2 A vivência no curso de tecelagem: aprender a fazer como metodologia

Como expõe Sennett (2015, p. 111) “o trabalho artesanal cria um mundo de habilidade e conhecimento que talvez a produção artesanal não esteja ao alcance da capacidade verbal humana de descrever com precisão como atar um nó corrediço”. Apresentar as

experiências do trabalho manual não é tarefa simples. A produção artesanal sugere uma transmissão na prática e um trabalho bem feito, que só é alcançado por meio de uma habilidade que é desenvolvida com o tempo. Trata-se de práticas palpáveis, da criação de modos, relações, mas basicamente versa sobre experiências.

É difícil a tarefa de descrever sobre um saber que se dá na prática, que envolve o movimento das mãos, a postura do corpo, o ritmo ao manusear os materiais (no caso as agulhas). A artesã Cenilza falava sobre o ponto do crochê em *jacquard*, com muita boa vontade, como é feito o ponto, a laçada, a correntinha que vai e vem, mas como eu não sei fazer nem um tipo de ponto, as descrições me pareciam-me muito abstratas. Então em um encontro sugeri, que se ela tecesse um pouco, e então, enquanto ela tecia, ia falando; mostrando na prática o que estava sendo dito com palavras e, assim, poderia ser mais fácil para eu compreender. Mas não! Ainda era preciso mais envolvimento com a prática e com os materiais. Pois há questões que não são possíveis de serem esclarecidas verbalmente, que são compreensíveis por meio dos sentidos, no caso o tato, com as mãos manuseando, trabalhando os materiais. Já que se aprende o *saber -fazer* por meio da experiência e esta é alcançada por meio de um contínuo processo de educação, de aprendizado e pratica, das técnicas do corpo (MAUSS, 2003a).

Para Sennett (2015, p. 112), “os limites da linguagem podem ser transcendidos pelo envolvimento ativo numa prática”. A dificuldade em comunicar verbalmente é pelo fato de ser uma atividade que se aprende vivendo-a, praticando-a, fazendo-a, não há um manual com instruções sobre como a realizar. Um saber amplamente “tácito”, onde as artesãs “sabem como fazer algo, mas não são capazes de descrevê-lo em palavras”, muitas vezes “o que somos capazes de dizer em palavras pode ser mais limitado que aquilo que fazemos com as coisas”. A partir dessas inquietações geradas ao longo do trabalho de campo desta pesquisa, como por exemplo, a dificuldade em entender algumas coisas que as artesãs falavam em relação ao fazer artesanal, busquei fazer o curso de tecelagem, o que se tornou parte da metodologia. Foi a partir daí, na prática, que passei a entender algumas questões. A artesã Cenilza foi a mediadora, pois contei para ela minha vontade em aprender o *jacquard* ou outra técnica de tecelagem, então ela disse que estava previsto em breve, um curso oferecido pelo SENAR e que me avisaria a data.

Logo ao final do mês de setembro de 2019 o curso foi marcado, sua duração foi de cinco dias, com aulas nos períodos da manhã e da tarde. Cheguei lá sentindo-me, como diz o ditado popular, “um peixe fora d’água”, pois o grupo de mulheres já se conhecia de outros cursos, já trabalhava com lã ou já tinha alguma habilidade manual com outros materiais - e nenhum destes era o meu caso, nunca aprendi nenhuma atividade artesanal, tampouco sei costurar. Era um grupo diverso, de mulheres que buscavam o curso para aprender técnicas novas, mas também se reuniam para trocar experiências, sobre coisas que estão produzindo. O trabalho em grupo incentiva novas formas de fazer a mesma coisa, uma artesã observando a outra trabalhar e se inspirando para novas criações. O curso é um momento de encontro, em que as mulheres têm a oportunidade de se reunir, interagir, reforçar os laços de amizade, conversar, compartilhar o dia, a alimentação, as experiências, os conhecimentos e o aprendizado.

A instrutora do SENAR começou o curso perguntando o que cada uma gostaria de fazer e aprender. Algumas já fizeram outros cursos, como dito anteriormente, e como há diversas formas de tecer, teares, técnicas, elas não conseguem aprender tudo que pretendem em um único curso. Dessa forma chegam a um novo curso com uma ideia do que gostariam de aprender. Eu, como não “sabia nada”, esperei as artesãs escolherem o que iriam fazer e fiquei, num primeiro momento, observando como eram os teares, a lã e outros materiais. Então expliquei para a instrutora que eu não era artesã, mas gostaria de aprender a tecer algo, que além do meu interesse pessoal, também seria importante, essa experiência, para a minha pesquisa; mas, na verdade, eu já vinha de casa com o intuito de aprender a tecer no tear de parede ou tear rústico, e que gostaria de fazer um xergão. O tear para fazer xergão a instrutora não havia trazido, pois os materiais utilizados no curso são trazidos por ela. E alguns materiais são as artesãs, que já trabalham com lã, que trazem para a aula (aquilo que pretendem utilizar como por exemplo teares, lã, agulhas). Assim ela apresentou-me um tear de prego, era menor que o tear para xergão, mas foi possível aprender a fazer a peça.

Logo que foi decidido o tear e o que fazer, surgiu outra questão, a principal: a lã. Foi aí que começou o aprendizado. Neste momento iniciei minha compreensão sobre os materiais, a lã e os teares, pois para cada finalidade é necessário um tipo de lã e um

tear específico. No meu caso, eu precisava de uma lã que o fio tivesse uma espessura considerada grossa. A instrutora não tinha a lã apropriada, mas uma das mulheres tinha e disponibilizou para eu usar. A instrutora mostrou como fazer a urdidura. Fez um pouco. Eu observei. Tentei repetir, copiar, pois, como coloca Ingold (2010), o processo de aprendizagem está em mostrar, de forma que seja possível aprender, seja olhando, ouvindo ou sentindo. De acordo com Sennett (2015, p. 203), “Por meio de atos, demonstrando algo, serve de orientação”. No caso, eu aprendi com a demonstração, ela transmitiu o conhecimento para mim.

Escolhido o tear e o que eu iria tecer, peguei a lã e comecei o processo. Como comentado no parágrafo anterior, primeiramente, é feita a urdidura. Ela é realizada com um fio mais fino do que o usado para tecer. Esse fio é colocado longitudinalmente no tear - inicia-se colocando a ponta do fio, presa por um nó, no primeiro prego do tear, prendendo-se em cima e embaixo, até o último prego na outra extremidade do tear, finalizando também com um nó (é necessário deixar os fios bem esticados). O tear estava amparado em cima de um banco e encostado à mesa, fui fazendo a urdidura, vai embaixo e vai em cima, é um movimento de subir e descer que movimenta não só a mão, mas todo o corpo. Estava fazendo em pé, depois a instrutora sugeriu que eu me sentasse, pois eu não iria aguentar trabalhar no tear em pé por muito tempo, era melhor sentar e buscar uma postura mais cômoda, em que não forçasse tanto as costas. Mais uma lição: aprender a postura para cada processo do ofício.

As artesãs dizem que urdir é a etapa menos complexa, mas todo o processo é marcado pela angústia de não conseguir fazer certo e pela satisfação de ver a peça ganhando forma. Entre erros e acertos aprendemos coisas novas, como o que fazer quando a lã rebenta durante o tramar, o que acorreu comigo, bem no meio da peça. Pensei: “E agora, vou ter que começar tudo novamente ou vou unir as duas partes com um nó?” Mas a instrutora disse que havia outra forma de unir as pontas partidas, deixando a peça mais uniforme, sem falhas. Quando o fio rompe, é possível restaurar a fibra com uma agulha de feltragem. Abre-se duas pontas do fio com os dedos e depois coloca-se uma ponta sobre a outra, vai espetando a agulha, com movimentos firmes por várias vezes, isso emaranha a lã novamente restaurando o fio. Da mesma forma é possível fazer arremates com a agulha de feltragem, escondendo pontas e

nós de arremates. Assim, fui começando a entender algumas coisas, pequenos detalhes que somente é possível aprender fazendo. Mesmo não fazendo o *jacquard*, pude entender mais sobre a técnica, no caso, como elas fazem para as peças ficarem perfeitas dos dois lados, sem deixar visíveis acabamentos e amarrações.

Outro aprendizado: tecer solicita tempo. Passei duas manhãs e três tardes trabalhando no xergão e somente dedicada a isso. Claro que se eu estivesse em casa, no dia a dia, demoraria muito mais. É o caso das artesãs, que trabalham em casa, dividindo seu tempo entre as atividades cotidianas, os cuidados com a família e o trabalho artesanal. Mas o tempo de tecer é um tempo que passa e você não percebe que passou, vai tecendo, tecendo, e a vontade de ver pronta a peça, ver a transformação, é uma motivação. As artesãs falam sobre isso, que quando começam, seja a lavar um *velo*[17]*,* a fazer um fio ou a tecer, querem logo ver como ficará a peça pronta. E em cada dia é um temperamento, isso tudo influencia o tecer de uma artesã, elas percebem que começam fazendo a peça de um jeito, com o ponto mais apertado e logo mais, no decorrer da feitura, o ponto está ficando mais solto. Percebi isso na prática, fazendo o xergão. Às vezes, eu deixava a trama solta demais e, logo depois, apertada demais, conforme eu estivesse mais tensa com os erros e as dificuldades. A trama tem que ficar firme, mas não firme demais; não puxar muito o fio, pois se a trama ficar muito firme, depois, quando vai tirar a peça do tear ela encolhe e reduz de tamanho; ou seja, é preciso deixar um pouco frouxo, nem mais, nem menos. Fiz também uma sapatilha de lã em outro tear, mas inicialmente estava tecendo muito firme, apertado, tencionando o que era para ser leve, são movimentos que devem ser precisos.

Todo o processo requer atenção na hora que está sendo feito, pois, às vezes, quando eu estava no meio da peça, parava um pouco e percebia que havia tramado uma passada de forma errada. É um vai e vem com as mãos, que exige dos braços, do corpo. A postura é importante, se não prestar atenção nela depois o corpo sente, a artesã fica muito tempo na mesma posição, as costas sentem. Eu tinha um pouco de dor nos ombros, por ficar tensa enquanto tecia, e um pouco de dor nas pernas, por ficar sentada durante muito tempo. E, nesse processo no tear, comecei a espirrar. A

[17] Velo porção da lã que, excluindo a barriga, as patas e a cola dos ovinos, cobre a pele desses animais e é retirada por ocasião da esquila (SCHLEE, 2019).

lã solta resíduos do próprio material e isso me irritou um pouco durante o manuseio. Mas não queria deixar isso transparecer para as artesãs, pois poderia parecer frescura de iniciante. Espirrei algumas vezes, daí ia ao banheiro e lavava o rosto e assim, pareceu um resfriado, para as outras mulheres do grupo. Isso aconteceu apenas no primeiro dia, no segundo dia havia passado. O meu corpo estava se acostumando-se com a lã.

Naquele momento do curso, não era somente a pesquisadora, mas uma aprendiz. Alguém que estava ali para aprender com o grupo. Fui acolhida como parte do todo, cada uma auxiliava com uma dica de como fazer, com truques que aprenderam com a prática: qual a melhor maneira de pegar a agulha de feltragem para não a quebrar; quando o fio, para fazer o xergão, não está na espessura ideal, é muito fino, tece com o fio duplo, em vez de tramar com um, trama com dois fios, pois precisa ficar com pontos bem fechados; não pode passar o dedo pela peça; tem que ser uma *malha* firme para a proteção do lombo do cavalo na *lida*, pois o xergão é usado debaixo da sela do cavalo.

Depois dessa experiencia posso dizer que tecer não é uma atividade fácil, requer tempo e esforço corporal e isso aliado a desvalorização da atividade e a falta de incentivo, torna-a ainda mais difícil. Mas as artesãs dizem que o fazem porque gostam, pelo fato de a lã apresentar muitas possibilidades, pode ser trabalhada de muitas formas. Torna-se instigante disponibilizar desses materiais que possibilitam criar uma infinidade de produtos, pois são diversos teares, fios, formas de feltrar e de tecer. Eu aprendi a fazer o xergão, que é um trançado simples, mas há infinidade de maneiras de tramar. Nesse processo de aprendizado, percebi que a habilidade realmente é construída, não sendo uma questão de "dom natural". Eu acreditava que não tinha aptidão para fazer trabalhos manuais, até o momento de o aprender-fazendo. Como as artesãs dizem, "*todo mundo pode fazer, é só querer aprender e se dedicar*".

A sensação de quem tece é de completude. De se sentir capaz, ao produzir algo com as 'próprias mãos', ao trabalhar com a lã. Assim também é ao fazer a feltragem, em que você vai moldando a lã com água ou com a agulha. No caso de 'fazer ovelhinhas', primeiro tem que pegar um pedaço de lã cardada, molhar em água e sabão e, a seguir, moldar, na palma da mão, uma bola. Parece fácil, mas não pode molhar muito a lã, ao mesmo tempo que vai molhando também é preciso ir enrolando a lã, no intuito de

formar a bolinha. Logo após, estar seca você irá construir a ovelhinha: pega-se um pouco de lã cardada e com o auxílio da agulha de feltragem vai moldando a carinha, os pés e a cola do animal. É preciso saber pegar a agulha ou você pode quebrá-la, como já aconteceu com a minha primeira agulha. Os movimentos devem ser firmes e rápidos transpassando a lã e tendo cuidado com a mão que segura a peça, na qual se está fincando a agulha, pra não atingir o dedo. As artesãs haviam avisado para ter cuidado, que isso poderia acontecer, e, claro, aconteceu: finquei a agulha no dedo. É dolorido, pois a agulha de feltragem tem a ponta com ranhuras, dessa forma entra com mais facilidade na lã. Por mais simples que possa parecer, a atividade requer prática. A experiência foi importante, pelo aprendizado adquirido que me possibilitou descobrir habilidades que eu não sabia que tinha, e por me aproximar, propiciar-me compartilhar com as artesãs.

No contexto da pesquisa diferentes atores e narrativas foram ponderadas, possibilitando articular o processo do fazer a lã, o *caminho* que implica a relação de humanos e não humanos. Através da etnografia, busca-se construir uma trama, que se apresenta como um fazer artesanal. Assim, em entendimento com as ideias de Ingold, convidamos o leitor a observar *a coisa* e o chamamos para seguir o fluxo de formação, ou transformação, das coisas, contexto que se realiza nos *caminhos da lã*.

2 AS MÃOS QUE TECEM E A MEMÓRIA QUE ENSINA: ARTESANATO E AS RELAÇÕES DE ENSINO-APRENDIZAGEM DAS ARTESÃS



Neste capítulo abordo inicialmente a discussão sobre o trabalho artesanal na modernidade, que se revela como um fazer que pressupõe outras formas de aprendizagem e de produção. A partir do universo das artesãs, e suas narrativas, são revelados pontos fundamentais para entender a prática artesanal, as aprendizagens e o desenvolvimento da habilidade técnica. Nesse processo de aprender, ensinar e dar continuidade ao *saber-fazer*, revelam-se diferentes iniciativas e organizações dos processos de trabalho, com a participação de diferentes agentes, tramando a trajetória social das artesãs.

2.1 Entre mãos e máquinas: o *saber-fazer* artesanal na modernidade

O mundo moderno constituiu-se transformando a economia e as relações entre os humanos e caracteriza-se pelo anseio por inovações, por almejar a queda de antigos costumes, crenças e valores. A sociedade moderna busca o distanciamento entre humanos e todos os aspectos que remetem ao mundo animal/natural, na tentativa de estabelecer-se como superior aos outros seres. Desconsiderando todos os *saberes e fazeres* que não refletem este pensamento; "na história do mundo ocidental, o conhecimento tátil e sensorial da linha e da superfície que guiara profissionais através de seus materiais variados e heterogêneos, esse conhecimento tem sido desvalorizado" (INGOLD, 2015a, p. 303). Logo, tudo o que reporta à tradição é visto como algo ultrapassado, até pejorativo, é percebido como uma representação do humano não civilizado, remetendo ao atraso, como um retrocesso.

Com o advento da Revolução Industrial, a modernidade gerou grandes mudanças e alterações no modelo de organização social e nas relações com o trabalho e com o tempo. Os processos mecanizados e automatizados tornaram-se os principais meios de produção, o trabalhador não precisa mais refletir sobre o que fazer, sua função passa a ser apenas a de assessorar às máquinas. A passagem de instrumentos manuais para mecanizados ocasionou, para o *sujeito produtor*, o afastamento 'do centro para a periferia', no processo de produção. O artesão, que anteriormente era responsável por todo o processo, desde a criação até a execução, passou a realizar tarefas específicas e individualizadas, seguindo uma rotina de horários, sem

conhecimento de todo o processo, produzindo objetos que não têm mais significado no meio social em que estão inseridos.

A habilidade técnica acaba sendo separada da criatividade (SENNETT, 2009). As operações são realizadas de forma mais rápida, sem espaço para interrupções ou pausas, valendo-se de novos meios de informação e impondo um novo ritmo à vida social (BENJAMIN, 1987a). Essas mudanças, segundo Benjamin (1987a), também levavam ao empobrecimento da experiência, que acontece sobretudo de maneira coletiva, já que no modelo industrial as pessoas passaram a se relacionar de forma isolada e individualizada. A narrativa também é impactada com a decadência da comunidade artesã, que, nas oficinas, possuíam tempo para compartilhar boas histórias, no convívio gerado pelo trabalho artesanal. Uma vez que o artesanato é um ofício que permite a combinação entre trabalho e criação, abrangendo um conjunto de sentidos, de representações, de valores e de ideias que estão presentes no âmbito da vida, consolidando-se como um ambiente oportuno para narrar e compartilhar experiências.

Esse conjunto de fatores, da produção do mundo moderno, acarretou em diminuição e desvalorização das atividades manuais. No entanto, a operacionalização do trabalho não determinou o fim das atividades manuais. Mas muitas atividades, assim como o mundo, também se transformaram, adaptando-se e reinventando-se. Formas artesanais de produção resistiram na modernidade, por meio da produção familiar e de pequenos grupos locais, fazendo produtos para uso próprio, para o cotidiano e comercializando ocasionalmente em circuitos locais. O artesanato em lã continuou sendo realizado, fazendo-se vestimentas necessárias para a lida do campo, como o xergão e o poncho. E ele ainda é uma fonte de renda, pois muitas mulheres utilizam a lã que não é vendida ou que não tem valor comercial, como a lã preta, transformando em peças para a venda. O artesão está envolvido com o processo de produção forma manual e criativa, onde a teoria e a prática têm o mesmo valor. O pensar e o fazer, são parte do mesmo processo (SENNETT, 2015).

Diferentemente de uma peça industrializada, produzida em larga escala e com maior otimização, na peça artesanal todo o trabalho empenhado é realizado manualmente, aferindo a este ofício complexidade, morosidade e dedicação. O antropólogo Ricardo Gomes Lima (2005) acompanha Sennett (2015) na definição de artesanato:

> (...) O objeto artesanal é definido por uma dupla condição: primeiro, o fato de que seu processo de produção é em essência manual. São as que executam basicamente todo o trabalho. Segundo: a liberdade do artesão para definir o ritmo da produção, a matéria-prima, a tecnologia que irá empregar, a forma que pretende dar ao objeto, produto de sua criação, de seu saber, de sua cultura (LIMA, 2005, p. 2).

Para ser desenvolvida a habilidade artesanal necessita-se anos de prática. Sennett (2015) diz que "toda a habilidade artesanal se baseia numa aptidão desenvolvida em alto grau", e que são necessárias cerca de "10 mil horas de experiência" para o artesão para alcançar essa competência (SENNETT, 2015, p. 30).

O artesanato em lã envolve tempo. Tempo para aprender, tempo para preparar a lã, tempo para fazer o fio, tempo para tecer a peça. É uma atividade demorada e repetitiva. Na feitura da peça, é tramado fio por fio, contado ponto por ponto, laçada por laçada, carreira por carreira. É um constante vai e vem, faz, desfaz e refaz. Em alguns casos, se a artesã percebe no meio do *caminho* um ponto fora do lugar, ou que o ponto não está correto, ou que o ponto ficou muito apertado ou solto demais, é preciso desfazer e recomeçar a peça, para que no final o resultado seja perfeito. Nesse processo longo e lento, de fazer e de desfazer, é que a artesã adquire destreza, além disso, o artesanato propicia o trabalho da sua reflexão e da sua imaginação, de pensar sobre o que está produzindo (SENNETT, 2015). Nesse sentido, formas artesanais de produção rompem com a lógica de modernidade, de coisas instantâneas, que preconiza o gesto automático, já que o tempo dirigido ao ofício artesanal é outro, Ingold (2000) diz que este é um tempo social em que a experiência é situada na pessoa, é individualizada.

Rieth e Lima (2018) apontam que, assim como tecer a lã, os *saberes e fazeres* das lidas pecuárias estão impregnados de aspectos artesanais, envolvendo percepções, sentimentos, corpo, ritmo durante o tempo de execução de suas tarefas a artesã/artífice se engaja com o que está fazendo, sendo capaz de "sentir plenamente e pensar profundamente o que estão fazendo quando o fazem bem" (SENNETT, 2015, p. 30).

2.2 "*Eu aprendi vendo*" [18]: arte de narrar, sabedoria de tecer

Segundo Ingold (2010, p. 16), o aprendizado do processo artesanal acontece por meio de uma "educação da atenção", possibilitando desenvolver-se a habilidade através da "prática e treinamento, sob orientação de praticantes já experientes". A "educação da atenção" é uma aprendizagem que se dá pela imitação, pela repetição e pela improvisação. Conforme Ingold (2010, p. 21), o iniciante olha, sente ou ouve os movimentos do especialista e procura, por meio de tentativas repetidas, "igualar seus próprios movimentos corporais àqueles de sua atenção, a fim de alcançar o tipo de ajuste rítmico de percepção e ação que está na essência do desempenho fluente".

O aprendizado do artesanato em lã para muitas das artesãs teve início na infância, pelo interesse em descobrir o fazer. Observa-se mãe, avós, tias e vizinhas, darem forma à lã, por meio do movimento das mãos, da postura, do ritmo da atividade. Aprender esse ofício requer vontade de fazer bem feito, concentração, atenção, paciência. A artesã Elci aprendeu a fazer o fio, mas, segundo ela, começou a fazer um "*bom fio*" só após anos de trabalho, com muita prática e entre erros e acertos, com horas e mais horas de dedicação: "*lidando com a roca*", até "*pegar o jeito*" [19] de fazer um fio de qualidade.

A artesã Sra. Nilma comenta: "*Eu aprendi vendo a mãe fazer. Sentava perto dela e ia tentando fazer igual*" [20]. Através do olhar, do observar, do copiar, do imitar ações realizadas por um artesão experiente, em um primeiro momento para aprender, mas logo ao praticar o aprendiz constrói seu próprio *caminho*. As artesãs criam seu artesanato orientadas pelo conhecimento adquirido com seus antepassados, e, ao fazerem isso, também recriam e inovam. Esta aprendizagem está sempre se desenvolvendo, pois, as artesãs estão em movimento por diversos contextos, onde vivem, com quem se relacionam e compartilham conhecimentos, e tudo isso serve para delinear a vida cotidiana e o trabalho.

De acordo com o argumento de Ingold (2010) a habilidade, a aptidão e a *educação da atenção*, é uma redescoberta orientada. O *saber-fazer* não é transmitido, mas construído por meio de trajetos, antes traçados pelos antepassados e que vão sendo

[18] Nilma, outubro de 2015.
[19] Elci, junho de 2019.
[20] Nilma, maio de 2019.

retraçados a cada geração, que contribui para a construção e recriação desse saber, pois todo o conhecimento adquirido e as habilidades desenvolvidas nascem juntamente, durante os trajetos da vida. Assim, a habilidade e a educação do corpo, é adquirida a partir do meio social em que se encontram essas artesãs.

> Essa adaptação constante a um objetivo físico, mecânico, químico (por exemplo, quando bebemos) é efetuada numa série de atos montados, e montados no indivíduo não simplesmente por ele próprio, mas por toda a sua educação, por toda a sociedade da qual faz parte, conforme o lugar que nela ocupa (MAUSS, 2003a, p. 217-218).

Portanto, as técnicas do corpo são todos os modos de agir e de se comportar no mundo. São adquiridas e transmitidas socialmente e expressam-se através do corpo (MAUSS, 2003a).

As artesãs produzem seu artesanato na medida em que seguem vivendo suas vidas. O saber é indissociável da vida e das experiências, ao passo que é acionado na prática. Não há sentido em separar o processo de fabricação dos objetos e as relações sociais com o mundo, o seu contexto. O processo de tecer desenvolve-se pelo entrelaçamento dos fios construindo uma trama, e os aprendizados desenvolvem-se no *caminho*, também como fios que se emaranham constituindo a trama da vida (INGOLD, 2010). Benjamin (1987b) considera a narrativa como um elemento da prática artesanal que é inseparável da "arte de narrar". O autor afirma que os fazeres artesanais são práticas compartilhadas geralmente, entre parentes e vizinhos e assim acontece a disseminação da narrativa, ao passo que as atividades são realizadas:

> Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom da narrativa (BENJAMIN, 1987b, p. 205).

No caso desta pesquisa, o compartilhamento dos *saberes e fazeres* do artesanato em lã se dá, sobretudo, entre as mulheres[21]. Narrar e *saber-fazer*, o artesanato em lã, são atuações que se completam e se fazem presentes nas histórias de vida das artesãs. Por meio das narrativas dessas artesãs irrompem-se histórias, memórias, pessoas e lugares, que são tecidos no *caminho* e entrelaçam-se ao saber e ao fazer. Segundo a

[21] A presença acentuada de mulheres é evidenciada também na etnografia "*Campeiras: notas de uma etnografia sobre as mulheres na pecuária da pampa brasileira"*, em que se destaca a atuação feminina na pecuária familiar e a participação ativa delas no desenvolvimento das lidas ((RIETH et al, 2020, *no prelo*).

artesã Elci, "*minha vó, por parte de pai, fazia, quantia! a minha vó trabalhou com isso. Mas a minha vó eu não vi trabalhar, porque quando eu já me dei por gente, a minha vó já tinha parado. Vi outras velhas, tia Mosquia, tia Erminia, as Chaves, os chaveirinhos que chamavam, trabalhavam aqui, eram tudo vizinha*"[22]*.*

A narrativa é uma maneira artesanal de comunicação, como os processos artesanais de tecer a lã, em que a experiência se faz presente e é compartilhada. Ao longo do fazer as artesãs deixam a sua marca, compartilhando suas vidas: com a transmissão do conhecimento, com as trocas de desenhos e gráficos, com as trocas de novas formas de fazer, com as novas formas de aprender através de cursos. Em suma, são de preceitos que se revelam por meio da narrativa e por meio da vida.

Por meio de experiências coletivas vivenciadas, as artesãs estabelecem suas próprias narrativas em relação ao *saber-fazer.* E assim vai constituindo-se uma *malha* de relações entre as artesãs, os materiais e as técnicas, que são aprendidas e compartilhadas dentro de uma tradição, onde há uma manutenção, este conhecimento não é imutável, pois a tradição é viva e sendo assim, suscetível a modificações. A invenção de novas formas e estilos não deve ser entendida como o abandono dos métodos ancestrais, sobretudo por abarcar o mesmo processo de produção. Devem ser percebidas, sobretudo, como continuações que congregam transformações e, com isso, são reformuladas as tradições. Pois, assim como o mundo, estes saberes estão em constante transformação, misturando-se a outras temporalidades, originando outras percepções, e que se manifestam em novas produções, criações e inventos (INGOLD, 2012). A lã é fibra bruta e o que você vai fazer dessa lã se dá a partir das relações compartilhadas, através das trocas de materiais, de saberes, de ideias e assim esse artesanato vive e se renova.

Nos *caminhos* pelo qual o *saber-fazer* é criado e transformado, linhas no percurso são constituídas, emaranhadas como uma *malha* de crescimento e de movimento. Essa *malha* tramada em Jaguarão, a partir da criação artesanal, envolve tradição, passado, inovação, artesãs, associações (Associação dos Artesãos, Casa da Economia Solidária, As Cardadeiras, EMATER, SENAR, Cooperativa de Lãs Mauá), entre outros entes. Nesse trajeto cada um destes entes deixa um rastro, encontros que acontecem, são *caminhos* que se entrelaçam e a *malha* assim é tramada. E esses

[22] Elci, junho de 2019.

entrelaçamentos da *malha* formam um nó, quanto mais emaranhadas as linhas desse tecido estiverem, maior será a resistência desse nó (INGOLD, 2016).

A partir da narrativa das artesãs fica evidente a *malha* de relações. As artífices são mulheres que, na sua grande maioria, nasceram e se criaram no meio rural, mas, atualmente, residem na zona urbana. São diferentes mulheres, trabalhando de forma individual ou organizadas em Associações. Suas trajetórias e seus aprendizados são como fios que se entrelaçam formando uma única coisa – a vidas de artesã. Nessa trama revela-se como acontecem as aprendizagens, a transmissão dos conhecimentos e a dimensão que tem o artesanato em lã na vida destas mulheres. Estabeleci contatos e encontros, alguns eventuais, com diversas artesãs durante a pesquisa, mas aqui apresento apenas as artesãs que foram as principais colaboradoras.

2.2.1 As artífices

Começo a apresentação das interlocutoras pela artesã **Elci**[23], artesã que teve um pouco de sua história comentada no item anterior. Ela tem 60 anos, não faz parte de nenhum grupo ou Associação, pois como mora na zona rural, mais retirada do centro urbano, é complicado o seu deslocamento para participar das atividades. É fiandeira, especializou-se nessa função, a partir da grande demanda de fio das tecedeiras de Jaguarão. Atualmente, ela tece o fio para diversas artesãs que trabalham com crochê em *jacquard*. É a única artesã entre as interlocutoras que ainda vive no interior e segue com a criação de ovinos. Elci vive o ciclo inteiro dos *caminhos da lã*, da criação das ovelhas até a produção das peças em lã.

Elci nasceu e reside no interior, no distrito de Cerrito, que pertence ao Município de Herval, o qual fazia parte da Antiga Jaguarão. A localidade é muito peculiar, pois está em um “tríplice” fronteira, entre Jaguarão, Herval e Arroio Grande. A propriedade da artesã fica de um lado da estrada, que pertence a Herval, e do outro lado dessa estrada, é Jaguarão e, mais adiante, tem um cruzamento que é pertencente ao Município de Arroio Grande. A família dela e a vizinhança frequentam tanto Jaguarão,

[23] Conversa realizada em junho de 2019.

quanto Herval, para fazer compras, realizar serviços de banco entre outros. Elci nasceu e vive ali, assim como seus pais e avós. Sua história confunde-se com as memórias sobre a paisagem[24] e sobre as pessoas. Ao contar sobre sua vida ela narra a localidade, são “causos” sobre a comunidade de mulheres artesãs, conhecimentos sobre as plantas, sobre o que serve para curar e o que pode intoxicar.



A artesã vive em uma propriedade, onde tem criação de galinhas, de alguns marrecos e de um rebanho de ovinos. Segundo Elci, “*é uma chacrinha pequena, mas eu sobrevivi, sempre trabalhei, me virei a vida inteira aqui dentro*”. Ali vivem ela, o marido e a mãe dela, que atualmente necessita de cuidados por causa do Alzheimer. A artesã desdobra-se entre os cuidados com a casa, a família, e a lida da rua. Hoje ela é

[24] A noção de paisagem que trago aqui é de uma perspectiva antropológica, cunhada por Tim Ingold sendo mais que uma dimensão externa, que se refere a noções de espaço e entorno, mas como o *mundo* produzido e em constante transformação, que acontece por meio de incontáveis movimentos, ações, que são conferidos com o passar do tempo, na forma de referências permanentes de vidas e de práticas de humanos e não humanos (INGOLD, 2011, *apud* STEIL; CARVALHO, 2012).

aposentada, mas "*no começo era a renda da lã que sustentava nós, depois a gente botou o boteco, então hoje tem o boteco e a lã*"[25]. No bar, eventualmente, ela recebe os vizinhos para beber um "*trago*", como ela mesma afirma. Muitas vezes ela atende, aos clientes do bar, na sala da sua casa, local onde ela também produz o artesanato, faz isso para não perder tempo de trabalho com a lã, atendendo no bar.

O dia a dia dela é em função da lã e das atividades com a lida caseira, que compreende as atividades da casa e os cuidados com os animais. Elci relata: "*levanto de manhã, lavo a louça que ficou de ontem, e dou um para te quieta aquí no más. Sento na máquina, vou lá, trago a comida e almoço, solto o prato e sigo fiando de novo*". Atualmente, durante o dia, ela não trabalha tanto, tem trabalhado mais à noite porque precisa auxiliar o marido nos afazeres diários, durante o dia. Ele teve um problema na perna e "*agora tudo que ele vai fazer tenho que dar uma mão, porque ele tem dificuldade. E quando tem lida com as ovelhas o artesanato rende pouco*".

A lida com os ovinos é realizada por Elci e seu esposo. Quando ela precisa juntar o rebanho na mangueira[26], para poder medicar ou curar, não usa cavalo ou cachorros, pois, por conta da idade, não tem mais condições de sair para o campo. Então, ela acostumou o rebanho chamando-o na beira do alambrado. Ela explica: "*com um agrado, faço sinal com as mãos e chamo elas. 'Vem ovelha' e elas vem para mim. Bato palma, e digo rápido, rápido e elas vem correndo. Boto um agrado, uma farinha no balde para elas verem que tem alguma coisa. Às vezes, sem o balde, só chamo e elas vem. É igual a gado, lá no campo, onde tem gado, a gente chega de carro e é só eles verem já vem correndo, não tem trabalho, assim é a nossa lida*".

Elci conta que a sua relação com a lã "*vem dos antigos*". A avó dela trabalhava no tear de parede, que foi construído pelo avô, tear que Elci tece até hoje. Sua avó fazia muitas coisas. Fazia colchões, acolchoados e diversos utensílios para a casa e para família. Ainda hoje, a lã que não serve para tecer é utilizada por Elci para fazer colchões e acolchoados "*bonitinhos, com os gominhos, como era antigamente*".

Ela não aprendeu a tecer com a avó, pois, quando "*se deu por gente*", a avó já havia parado de tecer por conta da idade avançada, mas Elci sempre gostou. Ela começou

[25] Elci, junho de 2019.
[26] Grande curral de pedra ou postes de madeira onde são postos e encerrados animais como ovinos, equinos e ovinos para tarefas campeiras imediatas (SCHLEE, 2019).

a tecer com 15 anos, o marido fez a primeira roca para ela e lhe ensinou a fiar e a cardar. Ele não sabia fiar, mas ensinou ela como colocar o fio na roca, pois era acostumado a ver as mulheres da família dele o fazerem. Depois disto, ela aprendeu a trabalhar no tear com a Sra. Dilma, que era sua vizinha.

Elci conta que sua única filha não quis aprender. Porém, está feliz com a neta que demonstra interesse em aprender, conta que "*ela tem paixão, carda lã que dá gosto, ela tem 8 anos, ela vem e pede: 'Vó deixa eu fiar lã?' Tenho medo que ela estrague a máquina, né, ela é muito baixinha e minha máquina é alta. Mas assim que ela for maior vou ensinar*".

Inicialmente, a artesã fazia o fio para usar na confecção das suas peças. Fazia cobertores, xergão e ponchos. Atualmente, faz o fio para vender e quase não há tempo para a produção de peças, primeira precisa dar conta da demanda de fio. Ela percebeu que era mais rentável fiar para outras artesãs do que tecer peças, faz fio para muitas artesãs que trabalham com crochê em *jacquard* e diz: "*às vezes, levo meio saco de lã fiada pra elas na cidade, vendo um pouco pra Nilza, pra Débora, pra Nilma*". De vez enquando, ela tece alguns trabalhos no tear, como o xergão, que é muito requisitado nas redondezas onde mora, para ser utilizado na lida no campo e como peças para concorrer em feiras, "*para não esquecer*, *até porque esses trabalhos no tear rústico são poucas que fazem, o pessoal trabalha muito em tear de pente. Nesse tear assim como eu trabalho, não*". Elci brinca que "*assim como elas brincam com o jacquard eu brinco com o tear*". Há pouco tempo, começou a aprender a técnica do *jacquard* em um curso na Associação dos Artesãos de Jaguarão, orientado pela artesã Sra. Nilza. E a sua primeira peça, feita com esta técnica, já ganhou um prêmio na feira de ovinos na cidade de Pelotas, o que foi motivo de grande contentamento.

"*O ano inteiro eu faço. Eu costuro também, a minha máquina tá ali, faço bombacha*[27]*, faço quantia, vou lá pra Pelotas ou Jaguarão e compro tecido. E digo pros guris daqui da volta que vou costurar. E eles vem e escolhem os tecidos e tal; começo com três, quatro pedidos e acabo, depois, fazendo mais de vinte peças. A parada que eu dou na lã é quando eu tô fazendo bombacha.*" Para os trabalhos com lã, Elci usa a lã do seu rebanho, mas é necessário comprar além desta, pois somente a lã da sua criação

[27] Calça comprida, de tecido variado, ajustada na cintura e cadeiras, muito folgada nas pernas e abotoada no tornozelo, cujo uso é corrente na campanha (SCHLEE, 2019).

não é suficiente para atender a demanda que ela tem, para fazer o fio e os xergões. Ela ensina às mulheres da vizinhança que querem aprender a fazer o fio, pois é uma oportunidade de outras mulheres, do interior, obterem renda. A artesã conta que fica feliz quando alguém que ela ensinou é premiada e segue trabalhando no ofício, pois "*uma hora eu vou parar. Já tenho 60 anos, minhas forças estão se terminando, mas enquanto eu tiver forças, vamos lá*".

Nilma[28] é uma das tecedeiras de *jacquard* mais antigas da região. Ela tem 74 anos, é aposentada rural e integra o grupo de artesãos da Casa da Economia Solidária. É uma das fundadoras da Associação dos Artesãos de Jaguarão. Nasceu e foi criada em uma propriedade rural no 2° subdistrito de Jaguarão, onde a família tinha plantação de frutas e hortaliças que eram vendidas na região. Ela conta que "*o pai fazia feira para sustentar a casa, carregava fruta, vendia abóbora, bergamota, laranja, nós tínhamos uma quinta muito grande*". Também criavam ovinos para o consumo e a lã era aproveitada para fazer coisas para a família. A mãe da artesã fazia peças no tear, inicialmente, e, depois, aprendeu a técnica do crochê em *jacquard* com a artesã Sra. Nilza. Então foi nesse contexto que Sra. Nilma interessou-se em aprender, "*fui olhando ela fazer, fazendo, errando, refazendo, foi assim que aprendi, vendo a mãe fazer*".

[28] Conversa realizada em maio de 2019.



"ENQUANTO EU PUDER FAZER, EU VOU SEGUIR"

Artesã Nilma - Jaguarão/RS
Imagem: Juliana Nunes

A artesã foi ainda criança para a cidade, como estudante interna do colégio de Freiras. Essa oportunidade de sair da zona rural para seguir os estudos só foi possível graças ao padrinho dela. Na cidade ela concluiu o ginásio (como era chamado parte do atual ensino fundamental, naquela época) e, após, fez o curso Normal. Logo depois de formada casou-se e retornou para a "*campanha" (zona rural)*. "*Daí fui pra fora de novo, lecionei três meses como substituta de uma professora que estava doente, mas não segui na profissão. Depois ficou minha vida na "campanha". Depois veio os filhos, não tinha como trabalhar fora de casa, aí pra ajudar no sustento da casa, fazia de um tudo, criava porco, galinha, vaca, ovelha, vendia leite e verduras que produzia, trabalhava na roça, fazendo toda a lida da casa. A vida era trabalhosa, mas era uma vida boa, pois eu sempre gostei da lida de campo, sempre me envolvi.*" A criação de ovinos foi iniciada com "*gauchinhos*", que ela foi ganhando de vizinhos, "*eu criava e dali foi*

aumentando e fiz o meu rebanho. Era vinte e poucas ovelhas, mas pra mim era um rebanho, o meu rebanho"[29].

Toda a lida da propriedade com "*os bichos*" era feita pela Sra. Nilma e seu esposo, "*quando não era ele era eu que andava a cavalo pra juntar os bichos no brete[30], dosar, banhar, reparar e curar*". Mas agora, com mais idade, a lida no campo não foi mais possível, "*começou a velhice a bater e eu com problema na coluna, não podia mais montar, sair a campo. Então de uns anos para cá não conseguimos mais manter os bichos, lidar, tivemos que deixar a criação, agora o filho utiliza a terra lá fora e planta*".

Sra. Nilma sempre teve vontade de se dedicar integralmente ao artesanato, mas não havia tempo, tinha que cuidar dos filhos, da lida da casa e da propriedade. Começou a dedicar-se ao artesanato em 2003, quando se aposentou. Mas primeiro iniciou a trabalhar com bambu, matéria prima que havia muito próximo a sua propriedade. Tendo mais tempo, aplicou-se, e "*foi quando iniciei e segui no artesanato*", ao trabalho com diversos materiais além da lã, como madeira, bambu, chifre, osso.

Atualmente, a artesã reside na zona urbana de Jaguarão, no Bairro Kenned, próximo à entrada da cidade. No terreno tem a residência da família e ao lado fica o atelier, que serve de espaço para exposição e comercialização das peças e, também, como local de trabalho. Mais ao fundo, no terreno tem o espaço da garagem e ao lado um galpão, local em que Sra. Nilma guarda materiais que utiliza nos seus trabalhos. Ela conta que quando vai *pra fora*[31] encontra osso de animais mortos, um pedaço de madeira caída ou de algum ferro, que ela possa transformar em suas criações. Ela faz botões, luminárias, incensários, porta-retratos e diversos outros objetos com estes materiais. Mesmo com a idade e dificuldade de enxergar com um dos olhos, não pensa em parar, ela segue produzindo, "*pra mim é uma vitória, toda a minha vida gostei de trabalhar, no artesanato me achei, é a profissão que eu me identifico. Enquanto eu puder fazer eu vou seguir, eu gosto do artesanato, se deus quiser vou continuar por muito tempo*"[32].

[29] Nilma, maio de 2019.
[30] Corredor estreito, geralmente de madeira, para o manejo dos animais nas estâncias afim de marca-los ou curá-los. Pequeno curral onde se recolhem as ovelhas para a tosquia (SCHLEE, 2019).
[31] "Pra fora" é uma expressão regional utilizada para dizer zona rural, interior, fora da zona urbana.
[32] Nilma, maio de 2019.

A artesã **Nilza**[33] tem 80 anos e participa da Associação dos Artesãos de Jaguarão. Nasceu em Pinheiro Machado e, atualmente, é aposentada rural. É nascida e criada na "*campanha*", "*foi aí que comecei a ser artesã*". Conhecida como professora, pois ensinou o crochê em *jacquard* para a grande maioria das artesãs da cidade que trabalham com a técnica. Desde 2012 na Associação, sempre com o intuito de repassar o conhecimento que tem sobre o artesanato em lã, ela está sempre ministrando cursos para grupos de mulheres da cidade e da região que vêm para aprender a técnica. Com um histórico de dedicação na transmissão do *saber-fazer* e mediante o reconhecimento local de sua doação, em 2019 recebeu o título de artesã Mestre[34].



"ME CRIEI NO MEIO DA LÃ"
Artesã Nilza- Jaguarão/RS
Imagem: Acervo da artesã

[33] Conversa realizada em novembro de 2019.
[34] Ela recebeu em 2019 o título de mestre da cultura popular da lã, foi uma entre as 150 artesãs e artesãos das 5 Regiões do Brasil que ganhou o prêmio culturas populares realizado pela secretaria especial de cultura ligada ao ministério da cidadania, pelo seu trabalho, desenvolvendo e promovendo o artesanato em lã.

A sua história com a lã vem desde a sua infância, no âmbito familiar. Sra. Nilza lembra que a pecuária de ovinos é tradição na família, vem passando de pai para filho desde os seus avós. A família tinha criação também de bovinos, de equinos e de galinhas. A criação de ovinos era para suprir o consumo de carne, pois a lã, na época, não tinha grande valor comercial. "*Comecei a amar a lã brincando, as crianças e as mulheres cuidavam dos guachos, davam leite para os animais, aí a gente aprendia brincando*." Nos dias de esquila as crianças brincavam nos bolsões de lã, pulando em cima dos velos, sendo aquilo uma diversão. "*Me criei vendo a mãe e a vó trabalhando com lã.*"

Na propriedade, a lã era trabalhada pelas mulheres. Ela lembra que a mãe e a avó faziam colchão, "*lavavam a lã e só batiam ela para fazer colchão, a vó fazia muito pra família e pra vender também. Faziam também acolchoados, lindos de cetim, com babados, para as noivas, para enxoval, também fazia travesseiros. Realizavam trabalhos no tear como cobertores, ponchos, casacos. A minha vó fazia o gibão gaúcho como era chamado, era usado no tempo da minha avó, é um abrigo para colocar por cima de outra roupa, assim aprendi amar a lã. Comecei ajudando a mãe e a vó a abrir a lã, tirando nós e sujeiras, eu devia ter uns 5 anos, daí depois aprendi a cardar, aí a vó me deu a agulha pra fazer reto, depois fui fazendo a trama que é mais complicado. Fazia mais por brinquedo, pra participar, levava como uma brincadeira, depois fui aprendendo as outras etapas*"[35]*.*

Sra. Nilza foi morar em Bagé para estudar, pois em Pinheiro Machado havia somente o equivalente ao quinto ano. "*O pai queria que eu e minha irmã e meu irmão se formassem, então o pai mudou para a cidade, porque tinha mais recurso.*" Em Bagé ela fez o ginásio, teve aulas de canto e piano e depois se formou em contabilidade, mas não chegou a exercer a profissão, visto que, casou-se e foi morar em Jaguarão, retornado a residir na "*campanha*", onde o marido tinha criação de gado e ovelha. Sra. Nilza seguiu fazendo trabalhos em lã, utilizando a lã escura, que não era aproveitada, muitas vezes era queimada, jogada fora por não ter valor comercial como a lã branca. "*No começo, quando casei, começou a Cooperativa de lã e começou a se valorizar a lã, mas a lã naturalmente colorida não tem valor na Cooperativa. Naquela época não era nem classificada, era considerada como garreio, refugo*."

[35] Nilza, novembro de 2019.

Foi em Jaguarão que ela conheceu a técnica do crochê em *jacquard*. Na época, os trabalhos que ela conhecia com lã eram feitos com fios grossos, mas em Jaguarão, na produção do *jacquard*, as mulheres usavam o fio mais fino. Ela lembra das artesãs que trabalhavam com a técnica na época: havia a senhora Dadá, uma turca que tinha um comércio, a Celina Miranda, ambas trabalhavam muito bem, e, também tinha, a Carlota Gonçalves, com quem Sra. Nilza aprendeu o *jacquard*, pois o crochê simples ela já sabia fazer, aprendeu com a sua avó que fez a vida toda trabalhos em crochê. Sra. Nilza e outras mulheres da região trabalhavam para a Manuelita, que levava as peças para serem vendidas em Porto Alegre e na Expointer. "*Era importante o que ela fazia, porque naquela época não se tinha muito acesso*[36]*."*

Como Sra. Nilza sempre morou na "*campanha*", seguiu trabalhando no artesanato. Fazia as peças e levava em sacolas pra vender na cidade. "*Fiz muito dinheiro com artesanato feito com lã preta que não valia nada, ajudei a me sustentar com meus trabalhos, tanto que meu marido dizia que eu estava ganhando mais com o jacquard, do que ele com mil e tantas ovelhas.*"

Faz uns dez anos que Sra. Nilza saiu da *"campanha*" e veio morar em definitivo na zona urbana. Veio por conta da idade avançada, para poder estar perto dos recursos e dos filhos. Mas permanece morando sozinha, diz que prefere assim, uma vez que "*tenho saúde, tenho o meu trabalho, não tenho tempo de me sentir sozinha ou desanimada, estou sempre, tecendo uma peça, atendendo na Associação e ensinando outras mulheres*"*.* Já ministrou diversos cursos na Associação dos Artesãos de Jaguarão e na Casa da Economia Solidária. Às vezes, ensina em casa também, a quem tiver interesse. "*Fico feliz de ver as pessoas aprenderem, um dia se elas precisarem, elas sabem algo e estão ganhando o seu dinheiro, seu sustento.*[37]"

Sra. Nilza revela que a filha não quis seguir com o artesanato em lã, mas conta muito orgulhosa que "*a neta adora artesanato*". A graduação da jovem foi em Design de Moda e o Trabalho de Conclusão de Curso foi sobre o jacquard. Em 2015, a neta participou de um evento de moda em Pelotas e a coleção desenvolvida teve como tema o crochê em *jacquard*. As criações idealizadas pela neta e confeccionadas pela Sra. Nilza conquistaram premiações no evento.

[36] Nilza, novembro de 2019.
[37] Id.

Muitas das peças da Sra. Nilza já foram para fora do Estado e do País. Ela conta que o neto, em uma viagem para a Nova Zelândia, levou um poncho, uma boina e uma jaqueta e "*lá as pessoas ficaram encantadas com os trabalhos, não conheciam a lã escura, marrom e cinza. A lã naturalmente colorida é diferente, é resultado de cruzas e na Nova Zelândia criam ovelhas de lã branca*". A artesã já recebeu muitas premiações com seus trabalhos na Expointer, desde 2004 quando as artesãs de Jaguarão começaram a participar de concursos, graças ao incentivo da EMATER.

Os cursos, que a Sra. Nilza ministra, são gratuitos, ela não recebe apoio com material para as alunas, cada uma traz o seu material, e a professora, às vezes, sede da sua lã para ser utilizada pelas aprendizes. Até hoje ela tem vizinhos da época que morava no interior e que ainda trazem velos para doar, pois sabem que ela trabalha com lã. Essa lã "*eu divido com as minhas alunas que lavam, porque eu não lavo mais, já lavei muita lã, sei fazer todas as etapas, mas hoje eu compro o fio, quem faz pra mim muito é a Elci e a Eva Dutra*". Depois de receber o prêmio do concurso de artesã mestre, a Sra. Nilza diz ter mais condições de fornecer lã para as alunas. Conta que em março, de 2019 deu início a mais uma turma, mas os encontros tiveram que ser interrompidos devido à pandemia de Covid 19.

A artesã não pensa em parar, quer seguir ensinando, transmitindo o que sabe para outras pessoas, pois a lã é tudo na vida dela. "*Quando ficar velhinha, já disse pra minha filha, me dá umas lãs e uma agulha pra mim nem que seja pra enredar*[38]."

Minha outra colaboradora foi **Cenilza**[39]**,** 49 anos. A artesã participa da Casa da Economia Solidária e do grupo As Cardadeiras (do qual é uma das fundadoras). Nascida em Jaguarão, ela diz que sua relação com a lã vem desde criança, "*começou com a própria família, a mãe, os avós, tias na "campanha*", morava em uma área rural próxima da cidade, "*lá a gente fazia o serviço de casa, plantava, colhia. Tinha batata doce, milho, batata inglesa, tinha horta e pomar de frutas, para a subsistência da família*". Ela recorda-se que havia um sistema de trocas com a vizinhança: "*Plantava para nós e era dividido entre os compadres, os conhecidos, era uma troca, tu davas o que tu tinhas e pegavas o que não tinha. Quando tinha "matança" a gente ia para casa*

[38] Nilza, novembro de 2019.
[39] Conversa realizada em março de 2019.

de alguém, para matar porco, né, e sempre trazia linguiça e outras coisas também e quando vinham para nossa casa sempre levavam, também, era uma vida boa".

Na propriedade, criavam ovelhas, vacas leiteiras e porcos. As ovelhas eram para sustento da casa e os terneiros eram vendidos. "*A ovelha nós tirávamos a lã, nós ali não tínhamos muita, era uma, duas, no máximo, mas meu avô sempre trazia a lã de outros que tinham e que não usavam.*" O avô dela trabalhava como *esquilador* na região e trazia para casa lã, como parte do pagamento, que era utilizada para fazer cobertas, travesseiros e colchões.

"*Lido com lã desde pequena, as mulheres e as crianças eram quem trabalhavam com lã, faziam todo o beneficiamento, desde lavar, abrir, tecer. Às vezes, vinha as minhas tias, aí fazia aquele mutirão ali, até mesmo a vizinhança também fazia mutirão, lavavam lã, faziam tudo, quando tinha muita lã. Trabalhavam mais no tricô, com tear eram poucas que trabalhavam. No tear tinha uma vizinha a Dona Celina que ela trabalhava, ela fazia xergão. Mas nós mesmo na minha família naquele tempo fazíamos só tricô, algumas faziam crochê. Depois a minha mãe começou a trabalhar com tear de parede, com xergão e cobertor, as peças de roupa era tudo no tricô ou no crochê*[40]*.*"

Cenilza aprendeu a fazer o fio quando moça, porque "*na roca criança não podia mexer"*. Já em outras etapas as crianças participavam, como fazer tricô, cardar, abrir, lavar, estender, atividades que ela começou a aprender aos 9 anos de idade. "*Faço todo o trabalho da lã e o fio utilizo ele no tricô, feltragem, jacquard*." Participar desde a infância no cotidiano das ações preliminares propiciou uma relação de mais envolvimento com as especialidades dos diferentes momentos do saber e fazer, formando o seu aprendizado.

[40] Cenilza, março de 2019.



"ADORO PEGAR UM NOVELINHO DE LÃ E FAZER UMA PEÇA"

Artesã Cenilza - Jaguarão/RS
Imagem: Miriel Bilhalva

Quando se casou e foi morar na cidade ela estranhou pois na casa onde foi morar "*não tinha nada, tudo era comprado no mercado, não tinha nada plantado, nem tempero, toda a casa tem que ter tempero. Também estranhei o barulho da cidade e a falta da lida da "campanha", não tinha água pra carregar, lenha pra cortar, vaca pra encerrar, nada pra fazer*"[41]. Foi então que Cenilza começou a procurar cursos e ficou sabendo da Associação dos Artesãos de Jaguarão, quando passou a fazer parte do grupo.

Já na Associação ela aprendeu o crochê em *jacquard*, por meio de uma oficina realizada no clube Jaguarense, em um evento realizado pelo Sesc, o curso foi ministrado pela artesã Carlota. Cenilza não lembra ao certo a data, recorda que "*faz tempo, acho que o Leandro não era nascido, faz uns dezenove anos mais ou menos, eu morava lá na minha mãe, passando o corredor das tropas*". As falas de Cenilza, ao contar como aprendeu, onde, com quem, trazem memórias sobre a família, sobre

[41] Cenilza, março de 2019.

momentos, sobre fases da vida, casamento, filhos, situações que aconteceram, ou estão acontecendo, simultaneamente ao tecer o artesanato que se entrelaça no *caminho* da vida.

Débora[42]**,** 40 anos, não faz parte de nenhum grupo ou Associação. Ela não segue o padrão das outras artesãs, que tem uma origem no meio rural. Mesmo assim, ela ressalta que gosta tanto de trabalhar com a lã que "*não como a ovelha, sou vegetariana*". Ela é natural de Porto Alegre, reside na cidade de Jaguarão há dezoito anos mais ou menos, trabalha com a lã e o crochê em *jacquard* há oito anos. Pelas suas palavras: "*Comecei a trabalhar com lã por acaso*". Foi com uma artesã chamada Gilda, que conheceu a técnica e foi a partir daí que começou tudo.



"EU GOSTTO DE TRABALHAR COM A LÃ"

Artesã Débora - Jaguarão/RS
Imagem: Acervo da artesã

Débora conta que, em determinada ocasião, Gilda fazia uma *visitação* na localidade de Jaguarão, Pastoral da Criança, e quando chegou na casa dela, as peças em crochê

[42] Conversa realizada em fevereiro de 2019.

chamaram-lhe a atenção. Neste encontro Débora já trabalhava com barbante, mas fazia peças somente para a sua casa. Então a artesã da pastoral foi informando-lhe sobre cursos de artesanato. E, assim Débora foi convidada a fazer um curso oferecido pelo SENAR. Neste curso ela aprendeu a trabalhar com a lã, os primeiros passos do processo de lavar, de cardar e de fiar. "*Então ao final do curso, descobri que ela (Gilda) morava perto da minha casa. Ela disse pra mim, olha vou te ensinar um ponto que eu aprendi do jacquard, eu quero ver o que tu acha. Daí foi instantâneo, muito rápido, claro porque eu já tinha prática no crochê, mas o jacquard é com duas linhas e o trabalho do crochê tradicional é uma só. (...) Desde então eu não parei mais*[43]*.*"

No começo Débora fazia 'um pouco de tudo', não somente artesanato em lã, ela contou: "*aí entrei pra' Associação dos Artesãos, fazia alguma outra coisinha e voltava pra lã, sempre nessa função, fazia algum curso também*". Mas, "*de um tempo para cá, foi ficando mais sério*". Isso aconteceu quando ela enviou uma peça para a Expointer e recebeu o primeiro lugar no concurso de artesanato em lã. Foi então que ela percebeu que o trabalho dela tinha credibilidade e reconhecimento. A partir daí passou a trabalhar "*somente com lã, quase todas as horas do dia*". E não parou mais, sempre desenvolvendo e aprimorando, cada vez mais, a sua forma de tecer. Hoje o artesanato em lã é a sua principal fonte de renda. Apesar de não ter memórias da *ruralidade*, ela segue a tradição e sabe fazer todas as etapas do processo de preparação pelo qual a lã passa, inclusive, com a experiência adquirida, ela sabe avaliar qual a melhor lã e se o velo foi bem esquilado.

A artesã conta que, inicialmente, comprava bastante lã e fazia todo o fio que precisava e, na medida que eram feitas as encomendas, ia produzindo as peças no tempo livre. Logo aumentaram significativamente os pedidos, então ela não tinha mais condições de fazer todo o processo, passando a comprar uma parte do fio que necessita, "*fui intercalando, quando preciso de um fio de uma lã que não tenho, como preta ou cinza, eu falo com uma artesã*"[44]. Ela diz que as mulheres fiandeiras são muito importantes, pois realizam uma atividade bem complexa "*envolve muita coisa, desde como a*

[43] Débora, fevereiro de 2019.
[44] Id.

ovelha foi criada, por causa do velo, do jeito que ficou a espessura da lã, como ela foi lavada, se foi fervida o suficiente ou se não foi. É um trabalho muito especial"[45].

Compondo a trama da *malha*, com as artesãs, estão os grupos e instituições, como a Associação dos Artesãos de Jaguarão, fundada em 2004. Atualmente, conta com 14 associadas, dentre estas, quatro artesãs trabalham com *jacquard*. A sede atual é localizada em uma das lojas do Mercado Público Municipal de Jaguarão, tombado pelo IPHAN, como Patrimônio Histórico do Estado e integrante do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, e que, após sua restauração, foi reinaugurado em dezembro de 2019. As artesãs associadas dividem os custos da Associação, como o aluguel, o condomínio, a água, a luz e a internet. A partir dessa mudança (antes a Associação era em outro lugar) houve um crescimento no número de associadas, talvez pela esperança de uma maior visibilidade para o artesanato nesse espaço central, onde terão outros empreendimentos, conformando um local de movimentação de público. A Associação foi criada com a meta principal de unir aos artesãos que produzem artesanato em lã, visando melhorar a produção da técnica, assim como aumentar a visibilidade e possibilitar a continuidade desse *saber-fazer*. Logo a Associação abriu espaço para os artesãos que trabalhavam com diversos artigos, em variados materiais, como madeira, pintura em tecido, bordados, entre outros, além de artigos em lã.

A Associação configura-se como um espaço de compartilhamento, onde as artesãs podem expor seus trabalhos, trocar conhecimentos, realizar cursos e ou aprender alguma técnica artesanal que ainda não domina, gerando sociabilidade e possibilidade de renda. Ao longo do tempo, a Associação dos Artesãos passou por diversos endereços, contando com o apoio de agentes da EMATER e de agentes do governo municipal. Tendo dificuldades com a falta de recursos para manter o aluguel da sede, no início do ano de 2019, as artesãs obtiveram o apoio da gestão municipal, que disponibilizou uma sala da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município, porém as artesãs não tinham autonomia do horário de funcionamento nesse espaço. O espaço cedido constituía-se de duas pequenas salas, onde em uma eram

[45] Débora, fevereiro de 2019.

realizadas as oficinas e cursos de artesanato, enquanto na outra ficavam os materiais e a exposição permanente dos produtos comercializados.

Segundo relatos de algumas artesãs, como a Sra. Nilma, a Associação esteve “meio dispersa”. Sem um espaço adequado para funcionar ficava cada vez mais inviável a sua continuidade. A dificuldade em ter uma sede para as trabalhadoras se reunirem-se e para divulgar o artesanato, gera um problema em relação à transmissão e a permanência desse *saber-fazer*, pois não se consegue organizar cursos e oficinas, que antes eram oferecidos e realizados na Associação. Esta, segundo relatos das artesãs, já foi maior e com um considerável número de associados, bem como, com uma boa comercialização dos produtos, o que gerava um capital suficiente para cobrir os gastos com o aluguel de um bom espaço para a sede e ainda sobrava dinheiro no caixa para participar de feiras e exposições da região.

As Cardadeiras é um grupo constituído por cinco artesãs, das quais três fazem o crochê em *jacquard.* Fundada em 2015, por artesãs que se desligaram da Associação dos Artesãos de Jaguarão, o grupo trabalha com lã artesanal e embora desenvolva outras técnicas mantém o crochê em *jacquard.* Uma das fundadoras e integrante é a artesã Cenilza. A grande inovação deste grupo é que ele não possui sede física para atendimento e vendas, sua divulgação e comercialização é feita por meio de mídias sociais. E ele busca expandir a venda de seus trabalhos para além da cidade de Jaguarão e do Estado do Rio Grande do Sul.

A Casa da Economia Solidária tem 18 integrantes, dentre os associados três artesãs trabalham com o crochê em *jacquard.* O grupo foi criado em 2017 e tem a sede localizada em uma sala no prédio do Círculo Operário da cidade. Conta com um espaço para exposição e comercialização do artesanato, mas, é um empreendimento solidário, com produtos da agricultura familiar, da culinária artesanal, etc. A casa agrega trabalhadores, associações e cooperativas.

A EMATER cumpre um trabalho importante de assistência técnica à pecuária familiar, buscando o desenvolvimento e valorização da atividade rural e a permanência das famílias no campo. Dessa forma, oferece apoio e incentivo às mulheres, impulsionando à produção artesanal, levando os produtos para serem expostos e vendidos em feiras da região. É uma entidade que está sempre presente nas falas das artesãs, como incentivadora e apoiadora do artesanato em lã. Foi por meio de

cursos oferecidos pela entidade que muitas mulheres começaram a trabalhar com a lã e aprenderam novas técnicas. Ela também promove feiras de artesanato e concursos para a exposição do artesanato em lã.

O SENAR é mais um integrante desse emaranhado da *malha*, que envolve a produção do artesanato em lã, a instituição é responsável por criar e promover ações de formação profissional e atividades dirigidas às famílias rurais. Eles oferecem cursos gratuitos para os grupos rurais, investindo no que é 'um potencial na região' e em cursos que são demandas da comunidade, promovendo, assim, a aplicação de métodos e o desenvolvimento de materiais, com potencial de venda, com o que tem disponível na localidade.

A Cooperativa de Lãs Mauá, fundada em 1952 com o intuito de proporcionar aos produtores de lã um local para comercializar a fibra, de uma maneira organizada, surgiu da necessidade de gerar formas de comercialização direta e acabar com a venda para atravessadores. Através dessa entidade tem-se a possibilidade de agregar valor à lã, já que na Cooperativa, ela é classificada e selecionada, evitando perda financeira com o 'preço único'. A Cooperativa também trabalha com couro, peles e pelegos. Possui uma loja física de produtos agropecuários e uma loja virtual. A instituição é muito importante dentro da cadeia, produtora de lã, pois está sempre buscando novas tecnologias para desenvolver a qualidade e a produção desta lã. Procurando aliar conhecimentos tradicionais com inovações, no intuito de valorizar a fibra, consequentemente fortalecendo toda esta cadeia.

Dentro desse emaranhado, do artesanato, encontramos diferentes configurações de trabalho, tanto na forma de produzir como na de comercializar. Mas o objetivo é sempre a busca por agilidade, qualidade, ampliação do mercado consumidor, que anteriormente era restrito ao âmbito familiar. São mulheres de gerações diferentes, que viveram diferentes épocas, tendo diferentes visões de mundo e percepções do fazer artesanal. Por isso, envolve diversas formas de organização do trabalho artesanal, um *saber-fazer* que traz em si uma tradição, mas que se renova a partir das novas gerações de artesãs e das necessidades de cada uma, o que influencia a dinâmica da produção e da comercialização. Pode-se notar que as artesãs organizam-se e relacionam-se a partir da casa, da sua vida familiar. Assim, umas produzem as peças por encomenda, outras para pronta entrega ou para consumo próprio. E a

comercialização de seus trabalhos é realizada dentro das Associação dos Artesãos, da Casa da Economia Solidária, dos Ateliês, das feiras de artesanato, das exposições de ovinos e, também pelos meios digitais.

2.3 A casa[46]: espaço onde se tecem os fios e a vida

O crochê em *jacquard* é um trabalho que as artesãs desenvolvem no âmbito da casa. Apesar de haver espaços para a venda dos produtos, como a Casa da Economia Solidária e a Associação dos Artesãos de Jaguarão, não há um lugar para o trabalho coletivo. Em nossa sociedade, temos a tendência de refletir de forma separada, sobre o espaço doméstico e o profissional, mas, na vida cotidiana, especificamente no caso das artesãs, há uma junção desses domínios. Não havendo separação entre o trabalho doméstico e o remunerado, eles coabitam em suas moradas, a realização de afazeres da casa, os cuidados com os filhos misturam-se a produção do artesanato. Já que, vale reafirmar, a maioria das artesãs desenvolve o seu trabalho artesanal na própria casa.

O trabalho no artesanato confunde-se com o doméstico, pois, entre um ponto e outro, tem que tecer a vida (auxiliar os filhos com tarefas escolares, organizar afazeres da casa, resolver problemas e questões do cotidiano). Logo, a artesã não tem horário para começar e nem terminar o seu dia. Pelo fato de ser realizado no âmbito doméstico, o artesanato em lã ainda não é visto pela sociedade como uma atividade profissional, com um trabalho. Muitas vezes, ele é percebido mais como uma extensão das atividades caseiras. Mas o artesanato configura-se como uma alternativa de sustento para muitas mulheres, conseguindo conciliar a atividade econômica com o trabalho doméstico e o cuidado com a família. Essa necessária junção de atividades leva a uma sobrecarga de afazeres na vida dessas mulheres, havendo um acúmulo de funções. A casa trona-se, para elas, um local de compartilhamento com outras atividades e de independência, de realização. É um espaço onde se aprende a concentrar e a educar o corpo. Formas de agir que se desenvolvem através de

[46]A casa como definição do lugar, do local que traz o reconhecimento de informações que constituem uma paisagem, assim possibilitando a criação de um espaço de memória: “a casa é cenário da vida privada e das aprendizagens mais pessoais, tópico das recordações de infância, a casa é o sítio de uma memória fundamental que nosso imaginário habita para sempre” (PERROT, 1993, p. 299).

técnicas corporais e estas se constroem a partir da experiência social (INGOLD, 2000, MAUSS, 2003a).

A casa é ainda o espaço que a maioria das artesãs utiliza para, além de produzir seu artesanato, armazenar dos materiais. As moradas são repletas de vestígios da presença da artífice. Não há local determinado, dividido, é "tudo misturado", pois tudo isso faz parte da vida diária delas. A roca recebe quem chega, está logo na entrada da casa, a sala é repleta de materiais utilizados no ofício, que se misturam com os móveis e complementam a decoração. Todo espaço possível é ocupado por agulhas, lãs, cardas, materiais que precisam estar sempre ali ao alcance das mãos. Para que, entre uma tarefa diária e outra, consiga-se desligar do mundo e mergulhar no fazer artesanal. Débora utiliza a sala dela para tecer, diz que a casa é pequena, e a sala é onde tem mais espaço, "*ali já deixo a minha roca, se precisar destorcer um fio já tá ali. Tenho uma mesa em que deixo todo o meu material, as lãs, os gráficos, o trabalho que estou fazendo*".

Na casa de Cenilza, a sala é o lugar de reunião familiar, de descansar, de ver tv, de tomar um mate[47] e também o local que ela tece, guarda os materiais, senta para desenvolver seu trabalho. Mais uma vez, a roca está na sala, já na entrada, assim como várias caixas empilhadas com lã fiada, lã cardada, peças prontas e outros materiais de trabalho dividem o espaço. Mas, quando pode, ela prefere utilizar a área aberta, que é nos fundos da casa, um recanto verde dentro da cidade, segundo Cenilza, por causa da luz natural e por ser um ambiente arejado e agradável, em contato com as árvores, as flores e os arbustos, com o canto dos pássaros, o céu e o sol. Também gosta de, às vezes, tecer na cozinha que tem claridade, e principalmente no inverno para se aquecer no calor do fogão a lenha. A noite ela tece no quarto, embaixo de uma luminária para leitura que ela direciona o foco para as mãos, para ver melhor e contar os pontos que está tecendo. Mas há outros locais da casa que servem de espaço para a lã, como o quarto do filho, que agora está estudando em Pelotas, lá ela guarda as peças de lã. A casa está repleta de coisas que demonstram a importância da lã na vida dela, "*em toda a casa tem um pedacinho*"[48].

[47] Mate Bebida tradicional do habitante dos pampas, feita com uma infusão de folhas trituradas de erva-mate (SCHELLE, 2019).
[48] Cenilza, março de 2019.

Elci trabalha na sala dela, pois nesse local é onde tem mais espaço e claridade. Neste cômodo ela consegue ver o movimento da estrada e de quem chega, ela consegue ficar olhando para fora da casa. E assim passa o dia na companhia dos garnisés e das galinhas que às vezes vem até a porta, entrando um pouco, assim como dos gatos que dormem por entre as lãs ao som do pedal da roca. Elci diz que "*se sente bem ali*". A sala é onde ela passa o maior tempo do dia, uma peça onde há o sofá, para receber visitas, a mesa onde a família faz as refeições e, em um canto está a sua máquina de costura. Há muita lã: lã na roca, lã cardada, lã para cardar lã, fiada em novelos.

Já Sra. Nilma tem um ateliê, que fica em um espaço separado da casa, onde ela armazena seus materiais e expõe seus produtos para a venda. Ali ela gosta de ficar fazendo o seu artesanato, enquanto espera algum amigo para conversar ou alguém em busca de alguma peça. Ao mesmo tempo está próxima da casa, podendo atender ao marido, que necessita de cuidados.

Sra. Nilza trabalha em casa. No inverno gosta de ficar na sala, na beira da lareira, para ter companhia ela liga a televisão, para fazer um barulho, mas, segundo ela, "*nem olha".* No verão, tece em outra peça, onde há um ar condicionado, para aguentar o calor e seguir trabalhando com a lã.

Fica claro o importante papel que a casa tem na organização do processo de produção do artesanato em lã. As formas de trabalhar, de comercializar, de socializar estão entrelaçadas nesse contexto. Perante o que foi visto em campo durante a pesquisa, as artesãs organizam o trabalho a partir das necessidades de cada uma, gerando diferentes formas de produção e venda, seja por encomenda, para pronta entrega, para consumo próprio ou para venda nos espaços físicos, como na Associação dos Artesãos de Jaguarão, na Casa da Economia Solidária, no Ateliê, na casa da artesã, ou em espaços virtuais e em feiras. Assim como as artesãs podem trabalhar ligadas a algum grupo ou de forma individual, realizando todo o processo da lã ou dividindo as etapas. Estas diferentes configurações de organização da atividade artesanal estão relacionadas com *viver e não viver* da lã, ou seja, da lã ser uma forma de sustento ou não.

Débora vive exclusivamente da lã, e procura inovar, traz novas formas de trabalhar e divulgar seus produtos, hoje trabalhando majoritariamente com encomendas. Para encomenda há prazo de entrega, sendo necessário impor ao trabalho certas regras

para atender a demanda. Contudo, trabalhar com encomendas, de certa forma, interfere no modo de produção, sendo que a liberdade de criação fica um tanto condicionada. O cliente determina o que vai ser produzido, limitando a criação, o artesão tem que cumprir a temporalidade da encomenda, atendendo a prazos de entrega, não segue o tempo criativo. As encomendas influenciam diretamente a produção, mas são uma forma de manter as vendas e o sustento da casa.

Atualmente, com a crescente demanda nas encomendas, Débora não participa de nenhum grupo de artesãs, pois ela não tem tempo de fazer peças a pronta entrega ou para expor. A artesã conta que quando não consegue realizar o trabalho que ela estipulou para o dia, ela faz esse trabalho na madrugada: "*A minha rotina é em função da lã*, *trabalho muito na parte da noite, não vou dormir antes das duas da manhã, pois é o momento que eu consigo ter mais tranquilidade. Durante o dia têm os filhos, a casa, questões da escola, fazer alguma coisa no centro*. *Trabalho muito, minha vida dedico muito a isso, no meio disso tudo, eu vou encaixando*"[49]. Débora utiliza os intervalos de tempo entre uma atividade doméstica e outra para tecer. Divulga seu trabalho como arte, vinculando o nome ao produto. Busca fazer peças únicas, personalizadas, porém é o cliente que lhe passa, mais ou menos, o que ele quer, o seu estilo e suas preferências. A partir disso, ela desenvolve um desenho exclusivo, atrelando combinações de desenhos que ela tem, com coisas que pesquisa na internet. Tem uma página específica para isso, a *Bhumi'Artes*[50]. O meio digital é uma forma de alcançar um grande número de clientes, de dentro e de fora do Estado, "*a internet é uma rede muito grande, à medida que se faz um bom trabalho de qualidade, aquela pessoa que recebe, automaticamente ela propaga para outros, e foi isso que aconteceu*"[51].

Cenilza não vive exclusivamente da lã, tem outra atividade. *Trabalha fora* na parte da manhã. Quando chega em casa ainda prepara o almoço e faz a *arrumação* da casa. Somente consegue trabalhar no artesanato por volta das quatro horas da tarde e segue tecendo até às dez horas, quando precisa parar para preparar a *janta*. Logo após a refeição ela volta a tecer "*até cansar os olhos*". Devido ao tempo limitado de trabalho com o artesanato, ela não se dedica a encomendas, só eventualmente, e

[49] Débora, fevereiro de 2019.
[50] Disponível em: https://www.instagram.com/deboralimabhumiartes. Acesso em: 03 maio. 2019.
[51] Débora, fevereiro de 2019.

trabalha predominantemente com pronta entrega, ela prefere assim, pois faz as peças no tempo dela, sem prazo pré-determinado pelo comprador. Na produção a pronta entrega, a artesã tem liberdade de criação, ela estipula o tempo para fazer a peça, mas não é conveniente demorar muito, tendo em vista a comercialização.

As artesãs mais velhas, que não dependem mais do artesanato como o principal recurso financeiro, nesse caso não querem produzir em quantidade, preferem fazer as peças sem tempo determinado, com maior liberdade para criar. No caso da artesã Sra. Nilma, que já é aposentada, não dependendo somente do artesanato, ela faz as peças e vende a pronta entrega, confeccionando conforme a sua criatividade, sua vontade e sua disponibilidade. "*Até faço por encomenda, mas não gosto, prefiro tecer o que vem na cabeça. As vezes começo a fazer um xale e daqui a pouco desmancho e faço um pala"*[52]. É o mesmo caso da Sra. Nilza, aposentada, que se dedica principalmente a ensinar outras mulheres nos cursos de crochê em *jacquard* e, faz peças pronta entrega (o que lhe permite mais tempo para a produção). Essas artesãs mais antigas seguem produzindo porque gostam, pois o artesanato em lã faz parte da vida delas, não vivem sem estar enrolando uma lã.

Novas configurações e demandas na produção necessitam de reformulação na forma de trabalho, de divisões das etapas, como é o que ocorre em relação à feitura do fio que, atualmente as artesãs terceirizam comprando o fio pronto de outra artesã. Umas dizem que é para agilizar o processo, outras não fiam por conta da idade avançada. Um fato é que o processo de transformação da lã em fio, desde a lavagem até a feitura do fio, é uma atividade que requisita esforço – é demorada, desgastante e envolve muita sujeira. Mas essa divisão das atividades, que se configurou entre as artesãs, não está relacionada apenas com o agilizar do processo ou com a sujeira que ele envolve, e com o fazer bem feito, para manter um padrão de perfeição e de qualidade, já que uma pessoa fazendo a mesma etapa adquire grande experiência, nesse caso, na feitura do fio que, precisa ser sempre um fio uniforme e fino, pois assim a peça será melhor tecida (DOUGLAS, 2012; SENNETT, 2015). A terceirização da confecção do fio acabou criando uma grande demanda pelo produto, assim como uma necessidade de especialização da mão de obra, fazendo com que artesãs se dediquem somente a feitura do fio. Foi o que aconteceu com a artesã Elci, que se

[52] Nilma, maio de 2019.

especializou na fiação e atualmente grande parte do seu trabalho é fiar, não havendo quase tempo para tecer peças.

Os novos arranjos de produção levaram a uma discordância de opiniões dentro da Associação dos Artesãos de Jaguarão, acarretando desvinculamento de algumas artesãs. As artesãs que buscavam a inovação têm o artesanato como principal fonte de renda e estavam procurando otimizar a produção, trazendo novas formas de trabalhar, tentando melhorar as vendas, na busca por uma produção maior, em um sistema mais "eficiente", ou seja, mais acelerado, produzindo mais peças em menos tempo. As artesãs que se desligaram da Associação formaram o grupo As Cardadeiras, o qual implantou um sistema de divisão de trabalho**,** procurando dinamizar o processo. Cenilza, uma das fundadoras, diz que são um grupo, mas cada uma faz uma parte. São cinco mulheres, cada uma é responsável por uma etapa, mas fazem desde o fiar até o tecer a peça e, também, a divulgação e venda dos produtos que é feita pela internet. Cada uma das *cardadeiras* trabalha em sua casa, diz Cenilza: "*eu lavo a lã aqui em casa e levo pra Ramona e ela abre; depois eu cardo essa lã e a Roberta fia; a Marcia tece e a Wamandiry faz a venda na internet*"[53]. Outra opção para quem quer produzir em menor tempo, sem fazer todo o processo de lavagem da lã, é a utilização dos tops[54] de lã da Cooperativa. A fibra já vem limpa e cardada da indústria, pronta para ser fiada.

A casa das artesãs é mais do que o lar, o local de convívio familiar. A casa é o atelier, o espaço de venda, de trabalho, o lugar em que a artesã busca fazer um trabalho de qualidade. A casa s configura-se, enquanto um importante recinto, fundamental na constituição, no desenvolvimento e na organização da produção artesanal; é o centro de experiências familiares, afetivas, pessoais e profissionais. Apresenta-se, neste contexto, essencial para o desenvolvimento e a permanência do saber. Tradicionalmente apontada como local onde o aprendizado era desenvolvido e

[53] Cenilza, maio de 2019.
[54] Parte da lã classificada pela Cooperativa de Jaguarão é enviada para a COOFITEC (Cooperativa de Fiação e Tecelagem de Santana do Livramento Ltda.), onde a matéria prima é beneficiada e são desenvolvidos "tops de lã", ficando pronta para a produção de fios para a tecelagem, assim como diversas técnicas artesanais e igualmente para exportação. Algumas artesãs não gostam do top de lã para fazer o fio, dizem que a lã de top é quebradiça, sendo mais usada na feitura da feltragem.

transmitido, no qual as mulheres aprendiam, com suas mães, tias e avós, realizando as etapas do ofício na sua totalidade.

Na contemporaneidade o aprendizado acontece por meio de diferentes formas e em diversos espaços, sendo ampliado para além da casa, do núcleo familiar. Essa expansão possibilita que mais mulheres tenham acesso a esses *saberes e fazeres.* Esse movimento, para fora da casa, teve início quando as artesãs mais antigas da cidade, perceberam que o crochê em *jacquard* não estava sendo passado de geração para geração, como antes, pois suas filhas e netas não demonstraram interesse em aprender. Preocupadas com a continuidade desse conhecimento, então se reuniram em uma Associação, na tentativa de dar seguimento à técnica do crochê em *jacquard*. Nesse movimento, essas artesãs estão, dentro de uma lógica de dádiva/reciprocidade pois se ajudam, fortalecendo a técnica e, consequentemente, o grupo, para desenvolver e manter o artesanato.

A Associação começou a promover cursos de crochê em *jacquard* em parceria com o SENAR e a EMATER e, que essas entidades também organizam cursos e oficinas para aprendizagem de outras técnicas. A dinâmica de aprendizagem modificou-se, em relação a época em que se aprendia dentro do meio familiar, com a mãe e a avó. Agora a técnica é passada por uma instrutora, que ensina, corrige, supervisiona. É consenso entre as artesãs de Jaguarão o fator positivo em relação às interferências e às participações das instituições no desenvolvimento do trabalho artesanal. Geralmente essas relações de comunicação entre instituições e artesãos são de sobreposição de poder e, de conhecimento, como coloca Bourdieu (2000, p. 11) “são relações de poder que dependem, na forma e conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico”. Mas em Jaguarão não é tão evidente, tendo em vista que o domínio da técnica está nas mãos das artesãs locais. O SENAR disponibiliza cursos de outras técnicas, traz outras formas de fazer (como teares, materiais, técnicas de feltragem, trabalhos com linha, barbante e macramê) não interferindo no *saber-fazer* do crochê em *jacquard*. E os cursos de *jacquard* oferecidos são ministrados por artesãs da localidade.

Outro fator é que as artesãs sabem o que é comercializável, o que vende, o que dá certo ou não no contexto de cada uma. Elas dizem ser interessante aprender e fazer

coisas novas, mas a experiência ensina-as que o que mais vende ainda são as peças tradicionais e em cores naturais, sendo elas: poncho, pala e xergão. Cenilza conta que o que mais ela faz são duas coisas: pala e poncho e com desenhos tradicionais, "*o que mais, sempre se faz, o que tem que se fazer é poncho com a faixa pampa, a gente faz e é certo sai. (...) O pessoal daqui já está acostumado com a faixa pampa nas peças, nas cores branca e escuro*".

A artesã Sra. Nilma ressalta que são formas diferentes de aprender (em casa ou no curso) e que o curso é somente o início de uma caminhada de aprendizado. A perícia, o jeito, a habilidade se adquirem da mesma forma, com o tempo e através de muita prática. Após o curso é necessário praticar, buscar ensinamentos com artesãs mais experientes, trocar conhecimentos, procurando auxílio, dando continuidade a aprendizagem. Essa continuidade no aprendizado é realizada pelas trocas entre as artesãs, que ocorrem muitas vezes pelas mídias sociais, como pelos grupos de *Whatsapp*, onde compartilham experiências, ideias, produções, dúvidas. Após eu fazer o curso do SENAR, parte do processo de desenvolvimento desta pesquisa, entrei em um grupo que as artesãs utilizam para divulgar eventos em que haverá espaço para o artesanato em lã, assim nos mobilizamos para participar. Isso ocorreu na última feira da Meia Lã, de Jaguarão. Por meio das trocas de informação no grupo de *Whatsapp* as artesãs conseguiram, junto com a instrutora do SENAR, um espaço para a lã, que beneficiou diversas artesãs da cidade. Neste grupo elas também repassam notícias sobre venda de materiais (como teares, roca e lã) havendo uma grande conexão entre as artesãs, que estão no grupo, com uma rede muito maior que envolve as relações que cada uma delas tem para fora do grupo.

As artesãs dizem que estão sempre aprendendo, e que uma aprende com a outra, sempre havendo algo novo para aprender. As artesãs mais novas ou menos experientes aprendem com as mais velhas, ou mais experientes. Assim como também se aprende com as artesãs da mesma idade e as mais experientes podem aprender com as novas gerações. Exemplos de conhecimentos que as artesãs mais velhas não sabem e que são mais comuns à nova geração como novos desenhos, diferentes padrões de cores e formas de venda e divulgação virtuais. A técnica é uma dádiva compartilhada entre as diferentes gerações de artesãs. Essa troca de conhecimentos é revelada na noção de dádiva de Mauss, na qual o autor expõe modos de troca realizado em sociedades anteriores ao sistema capitalista, esclarecendo que estas

formas de troca a permanecem nas sociedades contemporâneas. As trocas simbólicas instituem um vínculo social, pois “presentear alguém é presentear alguma coisa de si” (MAUSS, 2003b, p. 200).

Trocas recíprocas são possíveis, pois as artesãs que trabalham com crochê em *jacquard* são um grupo reduzido, possuem uma marca, atendendo públicos diferentes e não concorrem entre si. Débora atende a uma demanda quase exclusivamente de fora da cidade, de forma digital, trabalhando por encomenda. Cenilza e Sra. Nilma têm a sua produção voltada para o público local, participando da Casa da Economia Solidária, atendendo à demanda turística e também às feiras que ocorrem na cidade. E a artesã Sra. Nilza tem seu canal de vendas através da Associação e para conhecidos que encomendam.

Momentos distintos mostram a transformação do artesanato. A artesã mais velha tem a experiência, a vivência do artesanato como tradição familiar, passado de geração em geração, pelas avós e mães, utilizando a matéria prima que havia disponível, as mulheres produziam peças para a família e para a casa, sendo uma produção pequena, para o consumo. Essas mulheres estavam inseridas no meio rural, em que o tempo era regido pela natureza, pelo dia e pela noite. Com a passagem no tempo, esse fazer vai tendo outra dinâmica. Ao levarem esse conhecimento para além do âmbito familiar, as artesãs conseguiram dar destaque para o artesanato em lã realizado na localidade. Começaram a participar de exposições, de concursos em que são reconhecidas pelos seus trabalhos, assim como destacam a localidade no circuito das feiras.

Essas artesãs, inseridas no meio urbano, envolvidas com o trabalho de casa ou *de fora*, com as questões do dia a dia, com o ritmo da vida moderna, estão se reinventando para continuar a fazer o artesanato em lã. Por meio dessas novas formas de trabalhar, de se organizar, cada geração consegue lidar com as mudanças que vão acontecendo no fluxo da vida.

3 *CAMINHOS DA LÃ*: LINHAS DA CRIAÇÃO DE OVINOS AO FAZER O FIO



Neste capítulo apresento os processos de produção e transformação da lã, considerando os *caminhos da lã*, que compreendem desde a criação de ovinos, a lida em que abarca diferentes conhecimentos nos cuidados e tratamento dos animais, ponderando alcançar a produção de uma fibra de qualidade. Passando pela retirada da fibra que envolve técnicas de esquila, seleção e armazenamento. Até a fibra depois de separada do animal, quando começa o trabalho das artesãs que executam os processos de preparação da lã, para a feitura do fio, o que envolve: lavar, cardar e fiar. Nesse *caminho* estão diferentes ofícios, técnicas, conhecimentos, tradições e inovações, permeadas pelas relações que se desenrolam a partir do artesanato em lã entre humanos, animais, coisas e ambientes.

3.1 "*A ovelha não dá trabalho, dá serviço*" [55]: criação e lida com ovinos

O *saber-fazer* artesanal constitui-se a partir da criação de ovinos e está diretamente ligado aos grupos familiares que têm na criação extensiva a principal fonte de subsistência. Remete-se aqui ao povo Nuer, descrito na etnografia de Evans-Pritchard. Os Nuer são um povo pastor, que vive em função do manejo com o gado, e desenvolveram uma relação de proximidade e cooperação com os animais, em que a vida de ambos está combinada por meio desse relacionamento de humanos e animais, que mantém suas vidas, graças aos serviços recíprocos (EVANS-PRITCHARD, 2013, p. 45). Tal como o gado dos Nuers, o rebanho de ovinos também necessita de cuidados para viver, como os cuidados no manejo, fazendo as trocas de um potreiro para outro, buscando melhores pastagens e, locais que tenham água na época de seca, e também construindo estábulos para proteção em épocas de frio, de chuva ou da parição. Nessa conduta dá-se a aproximação de humanos e animais, assim os grupos humanos inventam, estabelecem, a concepção de natureza.

Na nossa visão ocidental moderna a natureza é exterior ao humano, elucidando a ideia do humano fora da natureza. Nesse sentido, a ideia de natureza não é uma questão natural, já que é um conceito criado por humanos (GONÇALVES, 1998). Ingold procura ultrapassar a dicotomia entre natureza e cultura, afirmando que humanos (e todos os demais seres) se movimentam junto com o "meio" em que vivem.

[55] Luiz, novembro de 2019.

Não vivem “nele”, senão “com ele” (INGOLD, 2000). Nesse sentido, tudo está relacionado, pois estão no mundo, tanto a natureza, humanos, animais e coisas. Descola (2012) afirma que os campos do natural e do cultural não são domínios independentes, isolados em si, mas apresentam continuidades entre si.

Ao vivenciar a vida das artesãs, de criadores de ovinos, de *esquiladores*, percebe-se a constante relação que se estabelece no envolvimento de humanos e não humanos[56]. Como por exemplo no dia a dia da artesã Elci que demonstra afeição ao garnisé que ela cria desde que ele nasceu, o animal a seguia durante o dia e quando ela estava tecendo ficava junto dela, “*o bichinho era companheiro*”. Ou no cuidado com os filhotes *guachos*, que as ovelhas rejeitam ou não tem leite para amamentar. Elci chama de “*bebezinho*”, os alimenta dando o "*mamá*", criando-os nas proximidades da casa (eles não vão para o campo enquanto mamarem), a cuidadora faz o papel de mãe dos cordeiros. Ela diz que fica com pena dos “*bichinhos, gosto de ver eles de barriguinha cheia*”.

As mulheres na lida tramam relação afetuosa e de cuidado no manejo com os animais (Rieth, et al, 2020, no prelo), estabelecendo-se múltiplas relações que envolvem tanto humanos como não humanos, em que seres coabitam, compartilham afetos em suas trajetórias de vida. Em outro momento vamos, eu e Elci até a mangueira onde estava um rebanho de ovinos. Ela entra e pega no meio dos animais o cordeiro e enquanto conversamos fica com ele no colo como se fosse uma criança. Conta feliz que aquele cordeiro foi o primeiro a nascer e que ela o encontrou na beira do açude, salvando a vida do “*bichinho*”. Nessas situações revelam-se sentimentos como a afeição que as pessoas pelos animais. A pampa é formada por meio da relação entre humanos e não humanos, realizando relações inter-espécies. Essas relações estabelecem mudanças na forma de perceber o ambiente e no modo de estar nele. Logo, todas as coisas, ou seres possuem valor, são importantes, sejam rocas ou teares, plantas ou animais, todos possuem conexões, trocam substâncias, assim reconhecendo outros seres como existências significantes. A ovelha que teve a vida salva pela artesã, será tosquiada e a lã servirá para proteção do corpo humano, convergindo para a noção

[56] Essa relação de proximidade com os não humanos estabelece a forma de habitar dos viventes no ambiente da pampa, constituindo o modo como os seres “isolados e em conjunto, produzem as suas próprias vidas, ao mesmo tempo que são produzidos por elas”. Dessa forma, habitar o mundo é encontrar-se atento à vida, participando do caminho de desenvolvimento (INGOLD, 2015a, p. 34).

de associação dos entes, amparada na aquisição de benefícios recíprocos (HARAWAY, 2003, 2008).

A criação de ovinos é uma atividade característica das regiões da pampa, abrangendo pequenas, médias e grandes propriedades e, tradicionalmente, como uma atividade familiar. Para a pecuária familiar, a carne da ovelha serve para o consumo da propriedade e a lã para a confecção de vestimentas, de cobertores, de colchões, entre outros itens, para uso da família. Já a lã excedente é comercializada na localidade, em cooperativas, em indústria ou entre as artesãs, contribuindo para as despesas da propriedade de origem. Uma atividade que produz uma íntima relação dos viventes humanos, animais, coisas e ambientes.

A atividade no Rio Grande do Sul, em meados do século 18, era voltada para a produção de peles e pelegos. A lã produzida era utilizada pelas famílias para o próprio consumo. Somente no século 20 a produção laneira constituiria-se em atividade econômica (VIANA; SILVEIRA, 2009). Segundo Bofill (1996) a ovinocultura tornou-se uma atividade vantajosa, a partir da valorização comercial e do avanço de tecnologias de produção, dessa forma acarretando em melhoria na qualidade do rebanho. Na década de 1940 a produção de ovinos no Estado teve seu período de maior crescimento. O autor coloca que foi neste momento que começaram a ser formadas as cooperativas de lã, assim como começou a implementação de organizações de assistência aos produtores, como a ARCO[57] (Associação Brasileira de Criadores de Ovinos) e o Serviço de Inseminação Artificial. A partir do desenvolvimento de instituições de comercialização, de promoção à criação, assim como do surgimento de inovações na área de tratamentos veterinários, possibilitou-se aos criadores melhorarem a qualidade dos rebanhos e da lã.

A produção da ovinocultura na década de 1960 representava uma grande riqueza nos campos da pampa. A lã era considerada o “ouro branco”, era um produto muito importante e valorizado, um dos principais na exportação do Estado e o responsável por prover as despesas da família e da propriedade (BOFILL, 1996). Em Jaguarão

[57] ARCO é a Associação Brasileira de Ovinos. A sua fundação inicial foi como Associação Rio-Grandense de Criadores de Ovinos em 1942, durante a 3ª Exposição Nacional de Ovinos de Lã em Santana do Livramento. Mais tarde em 1977 a entidade recebeu o status de entidade nacional. A ARCO é referência no Serviço de Registro Genealógico de Ovinos – Srgo. Também disponibiliza assistência, atuando em todos os Estados brasileiros na seleção de 27 raças. Disponível em: http://www.arcoovinos.com.br. Acesso em: 02. ago. 2019.

algumas artesãs relatam que, durante a infância, a ovinocultura era uma atividade muito rentável e valorizada, lembram que as roupas, os calçados, os medicamentos para os animais, todas as despesas, eram pagos com a renda da própria lã, na época da safra. Sendo a lã a principal fonte de renda das famílias. Entretanto, nos anos seguinte, á esta década, a economia baseada na lã enfrentou uma queda, por dois fatores: a perda de apoio governamental aos produtores de ovinos e a crise da lã.

Primeiramente, a partir da mudança na política agrária que, na década de 1970, destinou grande parte dos incentivos à produção de grãos no Rio Grande do Sul, buscando estimular maiores produção e oferta de alimentos. Muitos produtores, da ovinocultura, ficaram sem incentivos governamentais e, sem condições de continuar com a atividade, migraram da criação de ovinos para a agricultura de grãos. Em um segundo momento, no final da década de 1980, em decorrência de grandes estoques de lã australiana, juntamente à introdução de fibras sintéticas no mercado têxtil e com um custo inferior ao da fibra natural, houve na desvalorização da lã e, em consequência disto, a diminuição da criação de rebanhos voltados para a comercialização (BOFILL, 1996).

A desvalorização da produção de lã provocou desestímulo à criação de ovinos com aptidão laneira. A abertura do mercado e o crescimento da demanda por carne ovina, nos anos 1990, possibilitou que muitos produtores direcionassem a sua atividade para essa área, dando prioridade a produção de cordeiros para o abate. Atualmente, a ovinocultura no Estado gaúcho é voltada para a produção de lã e de carne, na tentativa de balancear a atividade, uma vez que quando o mercado da lã está em queda os produtores têm a possibilidade de aplicar-se ao mercado da carne (VIANA; SILVEIRA, 2009). Mesmo com as incertezas desta atividade, muitos produtores seguem trabalhando, pois é uma tradição que herdaram, seus avôs e pais já criavam ovinos, e eles seguem o que aprenderam e sabem fazer.

No Rio Grande do Sul muitas regiões como a de Santana do Livramento, do Alegrete, de Uruguaiana, de Pinheiro Machado e de Herval, entre outras, têm tradição em pecuária de ovinos, desenvolvendo a produção da lã. A criação de ovelhas adapta-se melhor em campos secos, altos e limpos. Mas também se desenvolve em campos úmidos, porém demandam maiores cuidados no manejo. A ovinocultura é uma atividade que há muito tempo vem sendo desenvolvida, evidenciada por meio de

relatos, como o do botânico Saint-Hilaire da sua passagem pelo Estado, entre 1820 e 1821, em que ele fala sobre a criação de ovinos e a utilização da lã pelas famílias locais. Para Saint- Hilaire (2002, p. 82) "cada estancieiro possui um rebanho constituído, muitas vezes, de vários milhares de carneiros, e com a lã produzida as mulheres fabricam, no tear, ponchos".

A artesã Elci traz na memória a lembrança da região de Herval, que já integrou a antiga Jaguarão, onde havia expressiva criação de ovinos, a produção de lã era tanta que as mulheres da comunidade organizavam-se em grupos para trabalhar. Segundo Elci "*antigamente tinha muita criação de ovelhas, mais do que hoje, vinha máquina com 6 tesouras de esquilar, tinha quantia de gente que esquilava.*" São *saberes e fazeres* que acompanham a formação da localidade de Jaguarão, como aponta o historiador Franklin Fernandes Pinto (2015). Por meio da análise de inventários "*post mortem*" das estâncias da localidade, o autor encontrou nos registros a referência às criações de ovinos, assim como os teares e às rodas de fiar, indicando que as famílias já se utilizavam da produção de lã para uso doméstico.

Segundo Ana Lecy, extensionista da EMATER, Jaguarão tem na sua maioria propriedades familiares, que levam a tradição da produção de ovinos adiante, mesmo enfrentando a desvalorização da lã no mercado. E atualmente os produtores do município também criam gado e plantam, tendo a criação[58] de ovinos voltada para a dupla aptidão, carne e lã. Na propriedade[59] do Sr. Luiz, situada na localidade do 2° subdistrito de Jaguarão, não é diferente: a tradição da ovinocultura se mantém há, pelo menos, três gerações. Ele diz que "*vem de herança, desde o avô criava*"[60]. O criador é técnico agrícola, seguiu com a atividade da família e trabalha com a criação de ovinos e bovinos de *recria*[61]. Trabalhou por muito tempo com *cria* "*era apaixonado*

[58] As raças mais criadas em Jaguarão é a Corriedale e a Romney Marsh, mas no Rio grande do Sul existem diversas raças de ovinos, como a Merino e a Ideal, sua excelência é para produtoras de lã fina, mas também produz carne. Já a raça crioula é mais rústica, tem uma lã com maior espessura, utilizada na sua grande maioria para a confecção de tapeçaria. São diversas raças, mas mais da metade dos rebanhos no Estado é da raça Corriedale.

[59] A classificação de pequena, média ou grande propriedade é referente à classificação do módulo fiscal que é uma unidade de medida determinada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Logo o tamanho de cada módulo fiscal é determinado em função das atividades de exploração desenvolvidas e características de cada município. Em Jaguarão as propriedades com mais de 160 hectares são classificadas como média propriedade, e que corresponde a do Sr. Luiz, que possui 270 hectares.

[60] Luiz, novembro de 2019.

[61] A recria abrange desde a desmama dos filhotes até a fase de acasalamento, cio das fêmeas, e a engorda dos machos que não serão utilizados como reprodutores.

por cria, mas paixão não enche barriga". Então, a partir da consultoria do SENAR que acontece mensalmente na propriedade, o produtor fez a mudança para a produção de *recria*, pois lhe mostraram que seria mais produtivo na área de campo que o Sr. Luiz possui.

O Sr. Luiz arrenda uma parte da sua propriedade para a plantação de soja, após a colheita o arrendatário entrega o campo, semeado com azevám, que servirá de alimento para a criação do Sr. Luiz, no inverno. Como toda a *lida campeira*, a pecuária de ovinos é um trabalho difícil, "*ovelha dá serviço, tem que gostar, o campo não é brinquedo, tem que fazer o negócio viável*"[62]*.* Ele ressalta que é um negócio em que é necessário muito trabalho para gerar renda, manter a propriedade e a família. Ele diz que os citadinos veem o campo, o meio rural, como atrativo de lazer, como local de relaxamento, de descanso da rotina acelerada da cidade, como experiência de contato com a natureza, sem, muitas vezes, entender sobre a vida cotidiana de trabalho e as dificuldades enfrentadas pelos que vivem no meio rural.

A propriedade está localizada em uma área mais afastada da região lagunar, em uma região mais alta, em que os campos são ondulados. No local estão as casas de Sr. Luiz e a da sua irmã. No entorno da mangueira há duas grandes figueiras, que propiciam proteção do sol para os animais e os humanos. Ao fundo do galpão temos campos a perder de vista, onde contempla-se o silêncio, rompido pelo cantar de pássaros, pelo berro das ovelhas e o latido dos cachorros.

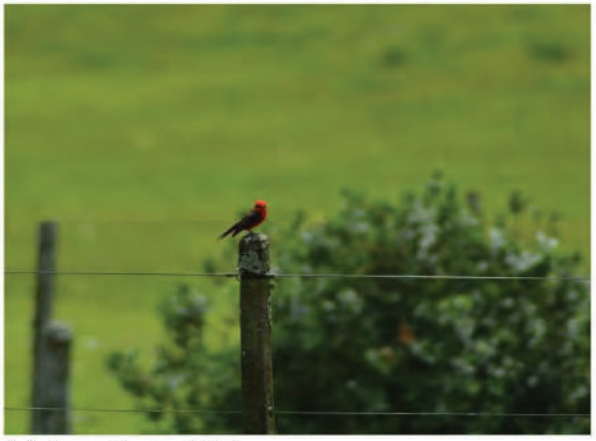
[62] Luiz, novembro de 2019.



Imagem: Luciene Mourige - Jaguarão/2019



Imagem: Luciene Mourige - Jaguarão/2019



Príncipe ou Sangue de boi
Imagem: Luciene Mourige - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019

Diversos cuidados estão envolvidos na criação, como o melhoramento genético do rebanho, fazendo a seleção de animais e evitando cruzamentos não monitorados. Pois cada raça tem um tipo determinado de lã. São necessários cuidados em relação à alimentação e ao tratamento de doenças parasitárias, principalmente com relação as fêmeas na gestação, assim como o momento propício para a esquila. "*Aqui tem muito trabalho, dia sim dia não tem que estar com as ovelhas na mangueira*[63]." O dia a dia é de muito trabalho, seja com sol, chuva ou frio é preciso ir todos os dias a campo, juntando os animais na mangueira, para examinar e realizar determinado cuidado ou tratamento. Segundo Sr. Luiz, "*de um dia para outro podem abichar, tem problema de frieira no casco que acaba abichando, tem que estar de olho*".

A lida com os animais é realizada pelo Sr. Luiz e um funcionário. O proprietário diz que, algumas vezes, vai juntar os animais e recorrer o campo sozinho, faz de quadriciclo, "*não precisa de cavalo, é eu e os cachorros sozinhos*", ele diz. Ele possui vários cachorros que auxiliam na lida além do tradicional ovelheiro, há também um casal de cachorros da raça *Maremano*[64], que são propícios para cuidar do rebanho de ovinos.

O antropólogo Eric Barreto, em sua dissertação, aborda o uso de cães de pastoreio na lida com a criação de bovinos e ovinos. Em seu trabalho, o cachorro apresenta-se como mais um trabalhador para os pecuaristas, que auxilia nas atividades a campo, tendo a importância de um peão (BARRETO, 2015). Da mesma forma, com o cavalo, segundo o antropólogo Daniel Lima, que reflete sobre a doma de cavalos, na qual o animal é ensinado a desempenhar atividades da lida campeira, tendo, junto aos humanos, importante papel no manejo com outros animais, assim como os cachorros (LIMA, 2015).

[63] Luiz, novembro de 2019.

[64] *Maremano* é uma raça de cão pastor de origem italiana, muito utilizado na criação de ovinos para a proteção do rebanho. Sendo socializado desde filhote com as ovelhas, o cão sente-se parte e vive junto ao rebanho. Ele tem a pelagem branca, que possibilita que fique camuflado no meio do rebanho. E vem sendo introduzido no cuidado dos rebanhos por produtores do Rio Grande do Sul. Sr. Luiz conta que o cachorro dele é muito protetor com relação a entrada de outros animais na propriedade, mas não vive junto do rebanho como deveria, pois, quando filhote, o animal que era bonitinho, foi cuidado por sua a esposa e ele foi ficando junto de casa.

No caso dos ovinos, os cuidados são: dosar, curar bicheira e frieira, fazer a análise gastrointestinal (para ver se tem vermes e qual quantidade) para assim, determinar que tipo de medicamento deve administrar. Mas além de exames clínicos, também é perceptível, se o animal está com alguma enfermidade, através de sinais apresentados por ele, que são compreendidos, após anos de prática na atividade, pela experiência que o cuidador, no caso o Sr. Luiz, adquiriu no tratamento diário com os ovinos no campo, fazendo o manejo de um potreiro para outro, desenvolvendo sua aprendizagem pela "atenção" (INGOLD, 2012).

Na propriedade, a reprodução ocorre mais cedo, pois o produtor introduz o carneiro no rebanho a partir do início de janeiro, época em que as ovelhas começam a entrar no cio[65]. Propiciando assim que as ovelhas iniciem a parir em agosto. Esse manejo ocorre em função de o produtor ter a pastagem de azevém, que é semeado após a colheita da soja, tendo alimentação para o rebanho enfrentar o inverno. Com isso, ele não depende somente do campo nativo para a nutrição das ovelhas na época em que a pastagem nativa sofre com o frio, propiciando assim que as mesmas permaneçam durante toda a gestação bem nutridas e apresentando boa condição para um parto saudável. Ele ressalta que a maioria dos produtores fazem a parição na primavera, em setembro, pois daí já "*tem mais pasto, o pasto é novo, o clima está melhor*"[66]. Os animais necessitam estar bem nutridos para a parição, assim como para cuidar do cordeiro que irá nascer. "*As ovelhas tendo boa alimentação, se recuperam bem da cria, mais rápido e vivem melhor. Se a fêmea rejeita o cordeiro é por falta de alguma coisa, não está bem nutrida*[67]*.*"

Na criação de ovinos, a produção de lã é uma atividade que envolve tradição, desenvolvida a partir de conhecimentos passados de geração em geração, mas que se transforma, se inova, buscando novas formas de manejo, como já foi observado. E em relação à classificação da lã, o técnico em classificação da Cooperativa de Lãs Mauá, Paulo, que atua há trinta anos, explica que cada raça produz um tipo de lã. E para atestar a qualidade da fibra, ele faz a medição tradicional que ainda é muito utilizada no Rio Grande do Sul, pelas cooperativas de lã, realizada através dos

[65] Ovelha é uma espécie poliéstrica estacional, também conhecidas como animais de dia curto, ou seja, apresentam vários cios em um período do ano, assim tendendo a ovular após o solstício de verão (dia mais longo do ano), onde a partir daí as horas de luz iniciam a diminuir.
[66] Luiz, novembro de 2019
[67] Id.

sentidos como o tato e o visual, por pessoas com habilidade em reconhecer as diversas *finuras* da lã. Esse conhecimento é adquirido por meio da experiência, aprender fazendo, praticando até o reconhecimento de cada tipo de lã. Neste ponto remete-se a Ingold (2012), afirmando que o conhecimento se constrói no *caminho*, na experiência. Onde o saber não deve ser pensado como um processo somente intelectual, sobrepondo-se aos outros sentidos, como olhar, ouvir, sentir, cheirar. O intelecto e os sentidos não trabalham separados, mas há uma integração de diversos sentidos e habilidades.

A medição tradicional não é precisa, não determina com exatidão a qualidade da lã do rebanho gaúcho. E estabelecer a finura da lã consiste em um atributo importante para uma eficiente classificação. Atualmente, para qualificar a lã, é realizada a micronagem que mede o diâmetro da fibra da lã em micras[68] (ou seja, a finura da lã) e por meio dessa classificação pode se estabelecer o preço. Essa medição pode ser realizada por um aparelho, o Optical Fibre Diameter Analysys (OFDA), sendo possível manuseia-lo em laboratório ou em feiras, fazendo a medida por meio de uma mecha da lã coletada do animal. A medição com o aparelho traz um diagnóstico mais detalhado, pois por intermédio da lã é atestado tudo que o produtor fez durante o ano no campo, o resultado vai além da finura da fibra, da avaliação física e nutricional do animal, apontando se há necessidade, ou não, de melhorias na forma de manejo do rebanho. Propiciando a seleção dos animais com melhor fenótipo, eliminando os que estiverem fora do padrão em relação a raça e a finura. Dessa forma, para melhorar a produção de lã é preciso estar atento aos diferentes elementos no manejo: a qualidade e a quantidade da alimentação, cuidados no pré e pós gestação (que garantem a maturação dos folículos, responsáveis pelo desenvolvimento da fibra), esses são elementos que influenciam a qualidade e a quantidade da lã que o animal vai produzir durante a sua vida (SILVEIRA et al, 2015).

O Sr. Luiz começou a pensar na classificação da lã, procurar conhecer a finura e melhorar a qualidade da lã do seu rebanho, em 2016. O interesse sobre a questão é resultado da assessoria técnica de um veterinário conhecido, que presta serviço na propriedade e que lhe perguntou sobre a finura da lã produzida. Naquele momento, o produtor, Sr. Luiz, coletou uma amostra e enviou para a ARCO realizar a avaliação da

[68] Micras é a unidade de medida relacionada à espessura que equivale à milésima parte de um milímetro.

micronagem da lã. A partir daí o procedimento é realizado todo o ano, pouco antes da esquila.

Um técnico credenciado à ARCO vai até a propriedade e faz a coleta das amostras de lã. Faz a retirada de uma mecha, na altura da última costela do animal, que é colocada individualmente em uma embalagem plástica, juntamente ao número de identificação de cada animal. Este material é enviado para a ARCO, que classifica as mechas, para logo realizar a avaliação da finura da fibra, elasticidade, comprimento, resistência. Por meio desta qualificação, pode ser avaliada a situação da nutrição e de problemas sanitários do rebanho. Vale ressaltar que com o conhecimento desses dados detalhados o produtor pode fazer melhorias no manejo do rebanho, propiciando uma fibra com maior qualidade e valorização.

No processo, de posse do resultado, um técnico da ARCO volta a propriedade e seleciona aqueles animais que estão apresentando melhores condições, tanto em relação ao fenótipo e quanto a lã. Após, as ovelhas são tatuadas com a sigla SO que significa (Seleção Ovina). O Sr. Luiz faz várias observações: diz que separa as tatuadas, pois "*são animais de ponta, em que o fenótipo e a lã estão de acordo com a excelência da raça*"*,* na época de cobertura faz tal manejo para saber "*qual o carneiro que 'encarneirô' ou cobriu, para saber se está 'imprimindo' bem,* (transmitindo as características que o animal apresenta*), qual o gene é forte, se é do pai, se é da mãe, fazendo uma seleção genética*"*.* Outro manejo que é realizado, com o intuito de seleção genética no rebanho é a identificação dos cordeiros gêmeos com um brinco, "*para acompanhar se no próximo ano estes vão dar gêmeos, se tem o gene booroola*[69]*, se é genético, para depois poder selecionar*"[70].

Antes da esquila o rebanho da propriedade é marcado na testa *por cor*[71], de acordo com a classificação da finura da lã enviada pela ARCO. Logo, quando for realizada a esquila na propriedade, os velos são separados em sacos, de acordo com esta

[69] Gene Booroola é uma mutação genética que possui a característica de aumentar a fecundidade dos animais. Foi identificado pela primeira vez em um rebanho de Merino na Austrália, a partir da constatação de uma alta taxa de partos gemelares. No Brasil desde a década de 70 o gene começou a ser disseminado pela Embrapa. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18035406/gene-booroola-no-ciencia-para-vida/. Acesso em: 29 ago. 2019.

[70] Luiz, novembro de 2019.

[71] A cor verde é para selecionar a qualidade merina (finura de 17 a 21 mícron), a cor amarela para selecionar a qualidade amerinada (finura de 22 a 24 mícron), a cor azul para selecionar qualidade prima A (finura de 24 a 25 mícron), a cor vermelha para selecionar a prima B (finura de 26 a 27 mícron) e os ovinos que são classificadas acima de 27 mícron ficam sem cor.

classificação da ARCO. Assim, que a Cooperativa classifica a lã dos animais da propriedade, Sr. Luiz já tem uma noção da qualidade da safra. Sabendo a finura da lã é possível agregar valor ao produto.

A venda para compradores, sem a classificação, é fazer uma venda "*no escuro*", no caso é oferecido um valor por toda a lã, independentemente da qualidade. Sr. Luiz diz que "*sabendo da finura da minha lã, pela classificação da ARCO, eu sei quanto vale a minha lã. Se não me pagarem pela finura da lã, não me serve*". Seguindo no intuito de qualificar o rebanho, o produtor que tem um plantel de ovinos da raça ideal, de brancas e pretas, está fazendo a transição, desfazendo-se dos ovinos de lã preta. Buscando terminar com a mistura, para melhorar a qualidade da lã e o preço na hora de vendê-la, já que a lã naturalmente colorida possui menor finura e menor valor de mercado.

Ele comenta que outro fator importante que preserva a qualidade da lã é a cera, a lã fica mais suave, quando a toca com o dedo, ele escorrega. A cera é produzida por meio do suor dos ovinos, então quanto mais calor, melhor. Em um ano chuvoso, a lã não tem muita cera. Sr. Luiz lembra que quando ele era criança, os adultos encerravam as ovelhas na mangueira em dia de calor e deixavam as crianças fazê-las correrem, para suar. O suor produz lanolina que se transforma em cera, lubrificando a fibra. "*Faziam nós brincar com as ovelhas. Guri gostava, era correria pra lá, correria pra cá. Hoje não se faz mais, tem muita técnica. Eu, ainda aqui, falta muita coisa pra ser adequado*[72]*.*"

Outros aspectos também influenciam a qualidade e a quantidade da lã que o animal vai produzir durante a sua vida, como o sol, a urina e os excrementos, que alteram a coloração da lã. A camada mais externa da lã, fica mais queimada conforme a exposição ao sol, áreas próximas as genitálias também irão apresentar variação de matizes, pelo contato com os excrementos do animal. Neste ponto, as artesãs dizem que um mesmo velo, retirado de uma mesma ovelha, pode conter mais de uma tonalidade. As impurezas na matéria prima influenciam na escolha das peças tecidas, uma coloração mais uniforme é critério de qualidade do trabalho.

[72] Luiz, novembro de 2019.

Assim como as impurezas influenciam na qualidade da lã o momento da esquila também, na propriedade do Sr. Luiz, geralmente a esquila é realizada entre outubro e dezembro, mas para a próxima safra ele pretende começar a esquilar no inverno, em maio/junho. Essa retirada da lã no inverno, acontece antes da época de parição, fazendo com que, sem o peso da lã, a ovelha tenha a cria seu filhote melhor e se alimente mais. Essa ovelha esquilada procura proteger-se do frio e, consequentemente, protege a cria. O frio leva as ovelhas a se alimentarem mais, aumentando a produção de leite para o cordeiro e o outro aspecto é a influência no crescimento e na qualidade da lã. Há um crescimento maior, em consequência do frio, e a lã não fica quebradiça, que é uma característica atribuída ao estresse do parto. Dessa forma, com a esquila no inverno desenvolvem-se melhor a ovelha e o cordeiro. Sr. Luiz diz "*a tosa é remédio, é como se a ovelha fosse dosada, ela come melhor, pois a lã é como um peso para ela, sem a lã ela se movimenta melhor*".

Sr. Luiz, conta que é necessário ter cuidados em relação a esquila tanto no inverno quanto na primavera. No inverno o problema é o frio tem que cuidar nos primeiros dias, após a esquila, em que a lã ainda não cresceu, deixando os animais em potreiros mais próximos a casa ou ser colocado capas de proteção. Na primavera, o problema é a questão da chuva nas ovelhas tosadas, é preciso ficar atento a previsão de tempo caso haja previsão de chuva para os dias que se pretende fazer o trabalho é melhor adia-lo. "*A ovelha sem a lã, caso pegue chuva, tem que encerrar elas na mangueira e não deixar se mexer muito. Porque a gota da chuva cai do lombo do animal e ele sente, dói, dessa forma ele vai se movimentar mais de um lado para outro para tentar se proteger. Fazendo aumentar a temperatura e a pulsação, causando pneumonia, levando o animal a morte*[73]." Logo após a esquila tem que se cuidar o rebanho mais de perto, não soltar os animais para o campo grande, porque daí é preciso estar mais atento ao comportamento dos animais. O manejo das ovelhas envolve cuidados permanentes, demandando muito trabalho e muito conhecimento em relação aos animais e ao ambiente. São diversos ciclos e eventos naturais que influenciam ou determinam a manutenção da criação: como a seca, a chuva, o frio e o calor.

[73] Luiz, novembro de 2019.

3.2 Safra da lã

Após todo o trabalho realizado no campo, procurando melhorar a produção e qualidade da lã, é feita a retirada da lã do ovino. Essa atividade é denominada de esquila, tosquia ou tosa. É realizada num contexto rural, envolve uma relação e o engajamento do humano com o animal. Consiste na retirada da lã dos animais *lanados*, ou seja, que tem a aptidão para a produção dessa matéria-prima. Mesmo que o principal objetivo do rebanho seja a produção de carne, a esquila é uma prática indispensável. Sua realização é feita, geralmente, uma vez ao ano conforme a raça do ovino e do clima da região em que ele está sendo criado (MENDES et al, 2013).

No Rio Grande do Sul a esquila é realizada comumente em determinada época, que corresponde a primavera e o inicinho do verão, mais especificamente, entre os meses de outubro e dezembro, no momento em que as temperaturas começam a aumentar. Mas atualmente vem sendo realizada por alguns criadores no inverno, comentado no item 3.1, porém segue respeitando um intervalo de um ano entre uma esquila e outra, pois é o período ideal para o animal ficar com uma quantidade de lã significativa. O processo da tosa é uma forma de propiciar o bem-estar ao animal, assim como abastecer o mercado da lã.

A atividade faz parte da *lida campeira*, executada pelo *esquilador* junto a outros trabalhadores organizados em o que se chama de uma *comparsa*. Esta geralmente é composta por um *esquilador*, pelo *agarrador* (responsável por buscar as ovelhas para a esquila e manear), pelo *cancheiro* (quem realiza a limpeza do local), pelo *descascarreador* (quem faz a limpeza da parte das patas e genitálias do animal que são mais sujas). Há também o *atador* do velo, o *levantador,* que alcança os velos para o *embolsador*, que organiza os velos enfardados. Essa configuração, em relação a número de integrantes, dá-se de acordo com o tamanho do rebanho a ser esquilado, ficando, em alguns casos, mais de uma função a cargo de uma mesma pessoa.

Na época da esquila observei[74]dois métodos: o com máquina e o com tesoura*;* e os relato a seguir. A manual, chamada esquila a *martelo*, é a forma tradicional de retirada da lã da ovelha, usando uma tesoura. E, no contexto da modernização, surgiu a

[74]A princípio eu estava quase certa de que faria registros dessa atividade na propriedade da artesã Elci. No entanto, o seu esposo teve complicações de saúde e precisou fazer uma cirurgia de emergência. E para cobrir parte das despesas venderam praticamente todo o rebanho.

máquina de esquila, para realizar a tosa há mais de um método, um deles é o *tally hi* ou esquila australiana, já que é oriunda da Austrália.

3.3 Esquila com máquina: técnica *tally hi*

Este método foi observado na propriedade do Sr. Luiz em Jaguarão[75]. A técnica *tally hi* foi criada na Austrália, na década de 1950, e chegou ao Brasil pela fronteira com o Uruguai, mas muitos produtores ainda não conhecem este método que é realizado na propriedade do Sr. Luiz desde o ano de 2000. Pode ser realizado com máquina ou tesoura, nesse método a ovelha não é maneada, não *patea*[76], não faz força, gerando menos estresse ao animal. Este método vem sendo disseminado para permitir maior agilidade no processo, em que é possível tosar um maior número de ovinos em menos tempo. E como o animal fica mais calmo, permite que o *esquilador* faça um trabalho mais bem feito, sem recortar a mecha. Promovendo a retirada do velo de maneira integral, assim preservando a qualidade da lã e o bem estar do animal.

O trabalho de esquila, que acompanhei, começou de manhã por volta das 6h da manhã e foi até às 17h. Tudo começou com ir ao campo para trazer o rebanho até a mangueira. O acesso é feito por *bretes* até um cercado próximo ao galpão e, neste galpão, ocorre a esquila. O galpão é o espaço onde armazena-se a lã e guarda-se os materiais utilizados na *lida campeira*, como arreios e medicamentos. Também há um espaço para cozinhar (onde são realizadas as refeições para todos que estão trabalhando), dormitórios e banheiro.

O trabalho da esquila é realizado por uma *comparsa* de uruguaios. O produtor fornece a máquina de esquila, acomodação e refeições para os trabalhadores. O chefe da *comparsa* disse que passam três meses do ano de propriedade em propriedade, pelo Uruguai e região da fronteira, fazendo a esquila. Na época fora da safra da lã, eles trabalham no campo, como *alambradores* ou *campeiros*.

A *comparsa* era composta por cinco trabalhadores. O *agarrador* vai até o rebanho e pega o ovino pela lã levando-o em seus braços, até *esquilador*. Este acomoda o animal solto entre as suas pernas (pois na esquila *tally hi* a ovelha não é maneada), o

[75] Encontro realizado em novembro de 2019.
[76] Patear é o mesmo que dar patadas ou coices (SCHLEE, 2019).

animal fica sentado, de costas, para o *esquilador*. O ovino fica tão acomodado ali que não faz força, não tenta sair. Então começa-se a tosar pela barriga, depois deita-se a ovelha para tirar a lã da parte traseira, sempre afirmando o animal entre as pernas do *esquilador*, fazendo um jogo de cintura, movimentando-se para um lado e para outro. Depois vai ajeitando a ovelha, colocando-a de lado, tosando a lateral, e indo em direção ao lombo, retirando o velo por inteiro. Humano e animal vão se ajustando, durante o processo, em um jogo de força e habilidade.

> A postura do corpo do esquilador acompanha a postura do corpo do animal ovino, enquanto a mão/tesoura/máquina segue o movimento de ambos recorrendo todo o animal, processo que, ao final, constitui o velo. Para quem dispõe-se a aprender a técnica, a dor no corpo é inevitável, uma vez que as lidas campeiras são narradas como *brabíssimas* (RIETH; LIMA; BARRETO, 2016).

O dia toda essa ação se repete, no mesmo ritmo. O corpo do *esquilador* movimenta-se o tempo todo junto ao braço mecânico, que conduz energia para as máquinas de tosa. É uma sequência de movimentos compassados: agacha, levanta, se curva, agarra o animal. Então, quando o corpo sente cansaço, o tosador se levanta, alonga o dorso por um instante e recomeça o serviço. Logo após a retirada do velo, o *embolsador* o estende em cima de uma mesa com estrados, para a retirada de todas as pontas soltas, sujas e queimadas do sol. Depois, ao contrário do esperado, o velo não é amarrado com cordão de sisal e nem é armazenado em bolsão de juta, para evitar mistura de outras fibras na lã. Os velos são colocados individualmente em um saco plástico fornecido pela Cooperativa de lã de Jaguarão. Esse é um processo novo que a Cooperativa está implantando para preservar a qualidade da lã.

O Sr. Iunes[77], presidente da Cooperativa de Lãs Mauá, diz que perceberam a existência de falhas no processo de classificação, "*antigamente o produtor esquilava e colocava toda a lã num bolsão de juta e agora não, coloca em sacos separados, que são classificados na propriedade, não há contato de velo A com velo B*". Nessa nova configuração, o técnico da Cooperativa vai até a propriedade e classifica a lã conforme a qualidade da fibra. A lã já chega na Cooperativa separada e é só enfardada. Ao não fazer mistura de lã fina com lã grossa, consequentemente, agrega-se mais valor financeiro ao produto, bem como a cadeia produtiva.

[77] Conversa realizada em fevereiro de 2019.

Antes de terminar a esquila de uma ovelha o *cancheiro* já vem varrendo, deixando o local limpo para a próxima. Assim como o *agarrador* já encaminha-se para trazer outro animal. Após serem tosadas, as ovelhas são soltas na mangueira para depois serem levadas para o potreiro que estavam. O trabalho é rápido, não para, segue um ritmo.

Neste dia em que acompanhei o procedimento da esquila, no meio da manhã fizeram uma parada para o café. Então, nesse meio tempo, eu consegui conversar com o *esquilador* chefe da *comparsa*, o Mateo, ele disse que faz isso, mais ou menos, há 20 anos e agora trabalha com o filho, que é o outro *esquilador* da comparsa. É clara a habilidade do mais experiente, ele é muito mais ágil no trabalho, mais preciso nas *passadas* de máquina. Perguntei ao Mateo sobre o cansaço do trabalho, por causa da postura e movimentos repetitivos, e ele disse que já está acostumado, que o corpo já acostumou. Como forma de atenuar as dores, os tosadores usam uma blusa ou faixa de tecido amarrada a cintura, disseram que é proteção para as "*cadeiras*" (região lombar), por causa do movimento de se levantar e se agachar.

Durante a esquila, está acontecendo a lida com os animais na mangueira. O funcionário da propriedade está tocando os animais, conduzindo-os para o *brete* da entrada do galpão, cuidando para separar as ovelhas tosadas das ainda *lanadas*. O humano sinaliza com os braços e assobia para os animais indicando que se agitem, que se separem, assim como dá comandos para que os cachorros auxiliem no serviço de tocar adiante e de separar os ovinos que se posicionam em volta de toda a função, a postos como outro integrante da lida.



Imagem: Luciene Mourige - Jaguarão/2019



Imagem: Luciene Mourige - Jaguarão/2019



Imagem: Luciene Mourige - Jaguarão/2019



Imagem: Luciene Mourige - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Imagem: Luciene Mourige - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Imagem: Luciene Mourige - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Imagem: Luciene Mourige - Jaguarão/2019



Imagem: Luciene Mourige - Jaguarão/2019



Imagem: Luciene Mourige - Jaguarão/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Imagem: Luciene Mourige - Jaguarão/2019

3.4 Esquila a *martelo*

Acompanhei a esquila a *martelo*[78] em uma propriedade no município de Arroio Grande. Esse é o método tradicional. A esquila é realizada com a tesoura, que é uma ferramenta de aço composta por duas folhas, chama-se de tosa a *martelo* devido ao som da tesoura, que é semelhante ao de martelos. Em geral, estas tesouras são herdadas, como um artefato familiar, e são passadas às gerações futuras. As peças que não mais se adequam a esta atividade têm suas lâminas reaproveitadas, usando o termo de Ingold, "voltam a vida", geralmente, como facas.

Estava um lindo dia de sol. Ao longo do *caminho*, para a propriedade, o relevo começou a mudar suas formas: campos ondulados, coxilhas e cerros. Na propriedade, a casa era rodeada de árvores, num potreiro próximo, à esquerda da casa, havia um açude, que serve de bebedouro para os animais. Nos fundos, haviam mangueiras que são anexadas a um galpão. Junto ao galpão, está a moradia do caseiro, este tem a função de tomar conta da propriedade, cuidando e tratando os animais, pois os donos não residem no local. A propriedade pertence à família há gerações, e nela tem criação de bovinos e ovinos. A produção é voltada para manutenção da propriedade, assim como para o consumo.

Os primeiros a nos receber foram os cachorros, já que propriedade rural sem cachorro não é propriedade rural. Eles sempre estão lá, servem para proteger a casa, *dando sinal* quando chega uma pessoa estranha, além de ajudar na lida do campo. As ovelhas, a serem esquiladas naquele dia, já estavam na mangueira, num pequeno *brete* que foi fechado até o portão do galpão, onde ocorreu a esquila. Durante o trabalho não pode faltar o mate, o fumo, o rádio e a conversa. Nessa atmosfera, o trabalho foi sendo feito sem tempo determinado, acompanhando o brilhar do sol.

Neste caso, todas as funções que envolviam a esquila eram realizadas pelo *esquilador*. Ele buscou a ovelha do meio do rebanho, deitou-a no chão, a prendendo com suas pernas, e iniciou a tosa pela barriga e patas, tosando primeiro toda a parte de baixo. É o, que chamam de *garreio*, são as partes mais sujas da lã, geralmente,

[78] Então dia 08 de novembro de 2019, consegui acompanhar a esquila tradicional. A Jéssica proprietária acompanhou-me, já que eu não conhecia o lugar. Saímos as 8h da manhã da granja Bretanhas onde resido, fomos até a cidade de Arroio Grande, percorremos uns 50km, fizemos uma parada na cidade para comprar pão para o café da tarde e para deixar para o caseiro. Após, seguimos para o interior, por uma estrada de chão, mais uns 25km.

tiradas antes para não se misturar com a lã mais limpa. Logo depois virou a ovelha de lado, *maneou* (amarrou) as patas, e esquilou o restante do velo, que são as costas. Enquanto se executa a esquila, o animal movimenta-se. Uns eram mais agitados, já outros, mais tranquilos. O tosador disse que cada animal tem um temperamento, reage de uma forma.

Feito isso, ele solta o animal e varre os pedaços de lã que ficam no chão. Em seguida ele pega o velo para enfardar, coloca-o em cima de uma mesa enrola-o pressionando-o com o corpo, para poder amarra-lo com uma corda de sisal e coloca-o junto da pilha de lã, para depois armazená-la no bolsão, onde a lã será transportada para a venda.

O *esquilador*, Sr. Carlos, 51 anos, diz que começou a trabalhar em *comparsa* aos 12 anos. Sua função era a de atar o fardo de lã. Conta que foi aprendendo ao ver outros esquilarem e, na hora do café, os *esquiladores* deixavam-no dar "*uma tosquiada*". Ele lembra: "*trabalhei uma safra de atador e depois comprei uma tesoura e segui esquilando*". No período da esquila ele vai trabalhar onde o chamarem. No restante do ano ele trabalha em outras lidas campeiras, como *alambrador* ou em granjas de plantação de arroz e soja. Ele desloca-se para os lugares de bicicleta, carregando uma caixa no bagageiro e, dentro dela, o seu material de trabalho: duas tesouras e duas pedras para afia-las, seu cigarro e uma muda de roupa para pernoitar e a vontade de trabalhar. Naquele dia, ele veio da cidade de Arroio Grande, depois de duas horas pedalando para chegar na propriedade, percorrendo um trajeto de estrada íngreme, pedregosa e esburacada.

Diz que se começar cedo e não der muito problema na tesoura, com barro ou sujeiras na lã, que tiram o fio da tesoura fazendo-o parar para afiar durante a esquila, ele consegue fazer 30 ovelhas em um dia. Na época em que trabalhava na *comparsa*, começavam o trabalho às 4:30h da manhã e seguiam até o anoitecer, tinham horário para tudo. Mas ele diz que "*o cara sozinho trabalha mais devagar*". Ressalta que, hoje, os rebanhos são cada vez menores, que antigamente esquilava rebanho de 600 cabeças. Durante o trabalho, entre uma ovelha e outra, o *esquilador* fazia uma parada para enrolar um fumo, fazer um cigarro. É um tempo para esticar as costas e descansar um pouco. Geralmente, começava a esquilar e, quando maneava a ovelha, aproveitava e parava para fumar um cigarro e tomar um mate.

Está é uma atividade que o humano está sempre *forcejando*[79]*,* segura, sobe, desce, ajoelha, agacha, se dobra, quase deitando-se sobre o animal, pressionando-o com seu próprio corpo para poder tosar. O movimento repetitivo da tesoura cansa a mão, tanto que o *esquilador* coloca um chumaço de lã entre ela e o cabo da tesoura para aliviar o impacto da mão na tesoura, que é toda de metal. E também para não fazer o barulho da batida que parece o de um martelo. O Sr. Carlos reclamou de dor na mão, nas costas e nas pernas. No processo emprega-se força, para sujeitar o animal e habilidade com a tesoura. Para trabalhar com a tesoura é necessária muita habilidade, que se adquire com a experiência, com a prática. Um *esquilador* tem que ter destreza no manuseio da sua ferramenta. E esta competência é adquirida com o passar do tempo e do aprendizado. A perícia no momento da feitura da esquila determina a qualidade da lã, que é usada para o artesanato. Conforme Mauss (2003a, p. 212-213) "para toda técnica, há uma aprendizagem (...) um giro da mão é lentamente aprendido. Toda técnica, propriamente dita, tem sua forma".

Chamou-me a atenção que toda a atividade envolve uma mistura de odores. O cheiro do fumo enrolado queimando; da lã do animal; e ainda o odor das fezes e da urina. O tosador diz que "*o cheiro de ovelha impregna no corpo, que é difícil de sair*", e é algo que também foi reportado por artesãs, durante as pesquisas do INRC. Fiquei imaginando, durante a safra em que ele, o tosador passa meses e, quase todos os dias, nesse serviço, lidando com os animais. Nesse período o cheiro do humano e do animal confunde-se, emaranha-se.

A lã desta propriedade não é enviada para a Cooperativa, mas comercializada com *barraqueiros,* que são comerciantes que compram a lã, segundo interlocutores, geralmente com preços melhores que os da Cooperativa e com pagamento à vista. Alguns comerciantes compram o bolsão fechado, com a lã sem classificação, sem haver uma valorização pela finura, pela qualidade da fibra.

[79] Fazer força.



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019



Imagem: Miriel Bilhalva - Arroio Grande/2019

3.5 Transformação da Lã

Dependendo da quantidade, em algumas propriedades, a lã é utilizada para o uso doméstico (na confecção de tapetes, xergões para montaria, ponchos e cobertas), para vender ou doar diretamente para as artesãs; ou para a, comercialização entre conhecidos, vizinhos. Em alguns casos o pagamento para o produtor também é por meio de troca, em que o produtor da a lã para a artesã que retribui com peças tecidas com lã. Com essa compra direta do produtor, a artesã tem a possibilidade de selecionar os velos com mais qualidade, analisando a coloração, textura, odor, impurezas da lã, para utilização no seu trabalho. É uma aprendizagem através dos sentidos, são conhecimentos que essas mulheres alcançam por meio do treinamento dos seus sentidos: como olhar, tocar e cheirar. Já que os "órgãos dos sentidos não são separados, compõem uma rede que envolve os olhos, o cérebro e as mãos, permitindo que a visão, o tato e o ato de pegar funcionem em harmonia" (SENNETT, 2015, p.173). Dessa forma por meio dos sentidos as artesãs sabem se o velo será mais difícil de limpar e se dará um bom fio. Débora diz que "*tem que ver o comprimento da lã, alguma coisa tu consegues decifrar ali, se tem muita cera, quando toca na lã e sente, vê se aquela lã vai ser difícil de tirar a cera*"*.*

A lã é um material que possui inúmeras possibilidades de transformação, isso é o que a torna atraente, além das inúmeras formas de fazê-la, pois "interessamo-nos particularmente pelas coisas que podemos modificar" (SENNETT, 2015, p. 138). O trabalho artesanal com lã é o momento de poder criar, manusear aquele material, em estado bruto, e o transformar em peças. A artesã Cenilza, "*adora pegar um novelinho de lã e transformar numa peça*"*.* Certamente o processo de transformação das coisas é um fator importante. A partir de um material, que ao primeiro olhar não tem importância, e que muitas vezes é descartado, não tendo valor comercial, pelo olhar das artesãs ele é convertido em peças artesanais apreciadas e até premiadas em concursos.

Eggerrt (2011) destaca que as mulheres no Rio Grande do Sul têm uma grande habilidade com o trançado, e inicialmente teciam fios grossos em teares rústicos (xergões e ponchos), faziam diversas peças para o uso da família. O ofício do artesanato em lã compõe a *lida campeira,* evidenciando assim a presença das mulheres na pampa. Na contemporaneidade, as peças produzidas são mais leves, e

os ponchos, antes peças usadas pelo homem na *lida campeira*, popularizaram-se e começaram a ser utilizados também por mulheres e crianças (EGGERT, et.al, 2011). Conforme Lessa (1980), essa mudança ocorreu após a década de 1970, com influência da moda europeia, inspirada nos ponchos sul-americanos, pois estas peças, no passado, eram utilizadas somente em áreas rurais e por homens, para combater o frio nas atividades da lida no campo. Lody (1983) expõe que o poncho gaúcho feito manualmente era utilizado por homens pobres e por escravos que teciam suas próprias vestimentas e que a classe de estancieiros, mais abastados, usava ponchos de lã industrializada.

Para Ingold (2000), técnica é a capacidade de produzir coisas habilmente, abarcando aprendizados manuais e intelectuais, como a circulação do artesão engajado, tramando significados e materiais, em sua produção. O artesanato em lã vincula sentidos que englobam a tradição que vem de gerações passadas e a inovação, a recriação das gerações do presente. São diversos *saberes e fazeres*, desde as técnicas de retirada da lã pela esquila, assim como o processamento da lã até a feitura das a peças. Esse processo abrange lavar, cardar, tingir ou não, fazer o fio e por fim tecer. Nesse processo, as artesãs constroem fios de memória que conecta passado e presente, carregando em si diferentes elementos, desde concepções técnicas que envolve a sua produção, o contexto em que foi elaborado, assim como traços singulares de quem inventou, dessa forma o trabalho com lã produz significados. Leroi-Gourhan (1984, p. 52) coloca que “a cadeia operatória envolve desde a coleta da matéria prima, a energia gestual despendida em sua preparação, o domínio de ferramentas e a transferência de conhecimentos, no momento da criação do objeto”.

É um saber corporificado nas mãos de quem faz. Ele está no tecer, no urdir, no cardar, no fiar, mas envolve mais que somente as mãos, envolve todo o corpo. São práticas corporais que pela repetição e pelo exercício, colaboram para a composição de movimentos corporais sincronizados (INGOLD, 2015a, SENNETT, 2015). No *caminho* da transformação da lã bruta, após a esquila a próxima etapa é a limpeza desse material retirado do ovino.

3.6 Lavagem

Seguindo o fluxo da matéria-prima, a lã, para que possa ser utilizada no artesanato necessita ser lavada, para a retirada de impurezas, como gordura natural, terra e vegetais, que estão aderidos à fibra. Cada artesã tem uma maneira de fazer esse processo, algumas preferem colocar a lã de molho durante um dia, para depois lavar com água e sabão em barra. Já outras utilizam sabão, o em pó ou detergente. Entretanto, as artesãs mais antigas dizem que esse tipo de sabão não tira a cera e deixa a lã quebradiça, logo terá um fio de baixa qualidade, sem resistência. Cenilza diz que lava com detergente de glicerina, cloreto de amoníaco e água morna. Essa água não deve ser fervida para não feltrar a lã, (pois a lã colocada sob umidade e calor provoca a contração das fibras, deixando a lã rígida e compacta, ou seja, feltrada). Ela coloca tudo em um balde grande e mexe um pouco para soltar as sujeiras, não com força, mas com movimentos lentos, pois se mexer de forma intensa, "*já se foi a lã*"[80], ela endurece. Logo depois pode ser enxaguada na água corrente da torneira. Feito isso, a lã é pendurada ao ar livre para secar.

A artesã Débora também prefere utilizar detergente de glicerina, mas porque ela segue uma linha mais natural, "*quanto mais natural melhor*"[81], ela diz. Há artesãs que lavam a lã depois da feitura do fio. Mas a artesã Débora diz que esse fio fica diferente, mais duro e áspero, deixando as peças menos maleáveis e macias. E, de preferência, elas lavam no verão, pois seca mais rápido que no inverno.

As artesãs manifestam, com as mãos, aquilo que as suas aptidões imaginativas idealizam. Elci diz que seu processo de criação tem início no momento da lavagem da lã, quando ela está secando no varal, neste momento a artesã já fica imaginando o fio que vai fazer daquele velo, a cor que se revelará e para qual finalidade mais se encaixa a lã. Em sua mente, ela já vê as possibilidades daquele material. "*Encho esses arames tudo de lã. Coisa mais linda. Aí eu fico louca pra abrir, pra fiar, pra ver como vai ficar*[82]*.*"

[80] Cenilza, março de 2019.
[81] Débora, fevereiro de 2019.
[82] Elci, junho de 2019.











Artesã Cenilza
Imagens: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019

3.7 Cardagem

Após secar a lã, chegamos a mais uma etapa do *caminho*: o cardamento. É necessário, antes, abrir a lã, fazendo a retirada de impurezas, de pequenos nós, de pedras ou de vegetação que não sai na lavagem. Após essa triagem, a lã pode ser cardada. Cardar é uma forma de pentear, possibilitando a retirada de nós que ficam na lã. O cardamento, deixa as fibras no mesmo sentido. E pode ser feito através das cardas manuais ou cardas de tambor. A carda manual é a mais utilizada pelas artesãs de Jaguarão, ela é composta por duas escovas de madeira, nas quais as cerdas são de fios de aço. Para cardar, a artesã pega uma pequena porção de lã e coloca sobre uma das peças da carda, que fica apoiada sobre a perna e com a outra vai penteando. Parece simples, mas é necessário ter perícia, pois, como a artesã Elci diz, "*se colocar muita lã, ela fica mal cardada, com nós*". Cardar não é questão de força, mas de saber o movimento, saber coordenar as duas cardas, repetindo diversas vezes o processo até que a lã seja toda transferida para a carda de cima. Na atividade ainda sai impurezas da lã que não saíram no momento da lavagem e no abrir. "*Aqui vai saindo toda a sujeirinha que ainda tem, que aparece, a gente vai tirando, é um serviço sujo, por isso muita gente não quer*[83]*.*"

Já a carda de tambor é composta por uma base de madeira, com dois tambores rotativos revestidos por cerdas de fios de aço. Esses tambores são acionados por uma manivela, que fica ao lado de uma extremidade lateral, então, coloca-se as mechas de lã presas entre os tambores. Os materiais necessários para esse procedimento são adquiridos fora da cidade de Jaguarão, pela internet ou deslocando-se até Porto Alegre, pois na localidade não se encontra a manta que tem os "dentes" de aço. Algumas artesãs encomendam a carda através da Cooperativa de Lãs Mauá.

Essa atividade é por onde as crianças começam o aprendizado do artesanato. A artesã Sra. Nilza lembra que tinha cinco anos e já abria a lã para a avó e a mãe cardarem, "*aquilo era uma diversão*". Cenilza diz que "*não é a pior parte do processo, mas é a mais demorada*". Ela aprendeu a cardar quando criança, "*a gente fica toda arranhada, as pernas, pega um dedo às vezes, mas a gente aprende, por isso não é*

[83] Elci, junho de 2019.

bom cardar com as pernas de fora". Complementa que cardar não é questão "*de força, é o movimento e estar atenta".* A artesã teve essa compreensão somente após anos praticando essa atividade. Foi sentindo, percebendo por meio dos movimentos e do olhar, agora habilitados o bastante para que as competências necessárias sejam controladas. "Para a compreensão adequada da habilidade técnica é importante a qualidade processual do uso de ferramentas, sinergia entre profissional, ferramenta e material e a vinculação da percepção e ação" (INGOLD, 2015a, p. 97). É necessária destreza com os materiais, saber usar cada um deles é importante. Ingold (2010) explica que o aprendizado demanda conhecimento dos materiais usados.

A partir da experiência, do envolvimento e da dedicação adquire-se a capacidade de reconhecer os materiais, por exemplo, saber se a lã dará um bom fio ou não. Isto é conhecido por meio da percepção de características da lã, como textura, cheiro, coloração. Assim como identificar quais plantas que liberam pigmentos e que podem ser utilizadas no tingimento, reconhecendo essas plantas na natureza, no ambiente. O artesão possui uma outra forma de olhar e apreender o ambiente, em relação a alguém que não faz o que ele faz. Pois são as experiências e práticas que asseguram distintos olhares. Logo, a artesã observa diferentes usos para o mesmo material, harmonizando a sua relação com o ambiente e permitindo delinear *caminhos* para novas formas de fazer:

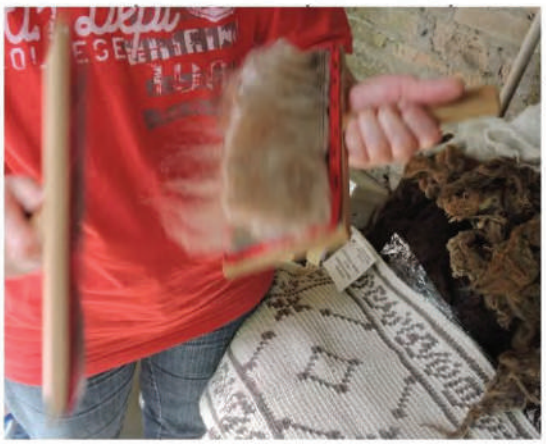
> Alguém que conheça bem é capaz de contar. Pode contar, não só no sentido de ser capaz de recontar as histórias do mundo, mas também no sentido de ter uma consciência perceptual afinada de seus arredores. Portanto, conhecer é relacionar o mundo ao seu redor, e quanto melhor se o conhece, maior a clareza e a profundidade da sua percepção. Contar, em suma, não é representar o mundo, mas traçar um caminho através dele que outros possam seguir (INGOLD, 2015a, p. 238).

Acatadas como instrumentos, as coisas são suas "estórias". Estamos, obviamente, mais acostumados "a pensar em ferramentas como tendo certas funções. Meu ponto, no entanto, é que as funções das coisas não são atributos, mas narrativas. Elas são as histórias que contamos sobre elas" (INGOLD, 2015a, p. 99). As coisas, trazem lembranças, histórias sobre momentos da vida, das trajetórias de cada um, que está em relação com o fazer. Então, cada material que as artesãs utilizam têm histórias. A roca da Débora foi o marido que fez e foi a primeira roca que ela teve. O tear de parede da Elci é herança deixada da avó e foi seu avô quem construiu. As cardas da Cenilza ela ganhou de uma tia, que trouxe de Porto Alegre. Assim, além da funcionalidade de

cada ferramenta, ela possui o valor afetivo e de memória, pois ao narrar sobre o que é e sobre como funciona, as artesãs reavivam suas lembranças. Todos os elementos que envolvem o *saber-fazer*, como os materiais, o ambiente, as pessoas e as texturas, dizem muito mais sobre a técnica do que o produto resultante.





Artesã Cenilza
Imagens: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019

3.8 Fiação

Depois da lã ser devidamente cardada, é o momento da sua transformação em fio. A fiação pode ser realizada em rocas manuais, rocas elétricas ou fusos. A forma mais difundida entre as artesãs da região de Jaguarão é a roca de pedal (ou manual). Ela consiste em uma mesa apoiada sobre duas pernas e uma base, onde está adaptado o pedal. A roda de ferro montada numa das extremidades é acionada pelo pedal que está ligado a roda, movida por uma tira de couro ou de elástico que ativa o fuso que fia e enrola o fio. Os maridos da Débora e da Elci construíram rocas para elas, que aprenderam a fazer vendo, observando, como é o material em imagens ou em tutoriais na internet.

Em relação a roca elétrica as artesãs dizem não se adaptar ou demorar para se adaptar, já que a velocidade é maior e precisa ter mais cuidado com a lã, para ela não enrolar. Como na roca de pedal a artesã tem controle da velocidade no seu pé, que é mais ou menos acionado, conforme necessário, torna mais fácil o processo, na visão delas. O corpo também requer um treinamento físico para se adaptar à nova lógica do fazer. Essas lidas não requerem tanto a força quanto o "*jeito*" (Rieth et al, 2020, no prelo), tem que aprender a maneira certa, o ritmo do movimento que se está realizando.

De acordo com Elci, para fiar com a roca, não pode movimenta-la muito rápido. Tem que controlar com o pé e ao mesmo tempo coordenar a mão, é preciso "*pegar o jeito*, *não pode prender muito na mão, se não o fio torce. A lã pra ficar macia tu tem que soltar ela rápido, tem que te desfazer dela rapidamente, se fica prendendo ela na mão, fica torcida*"[84]*.* Conhecer o movimento rítmico da roca, que é acionada pelo pé, e, ao mesmo tempo, conectá-lo ao movimento das mãos. "O saber passa pelo corpo e apresenta-se como vivência singular para cada pessoa envolvida nesse processo" (INGOLD, 2015a, p. 103). São gestos aprendidos e memorizados pelo corpo, por meio da repetição ao longo dos anos.

A artesã Elci também utiliza o fuso para fazer o fio, geralmente para o fio mais grosso, utilizado em peças mais rústicas como xergão e cobertor, mas também tem a habilidade de fazer um fio mais fino. O fuso é comumente produzido em madeira, com

[84] Elci, junho de 2019.

materiais disponíveis na propriedade, como um pedaço de madeira ou um cabo de vassoura. É composto por uma haste em que se prende um disco, que serve de contrapeso e que dará estabilidade e movimento ao girar, fazendo com que o fio enrole-se. Na parte superior do disco fica preso um pedaço de fio que é por onde a artesã começa o trabalho. Ela pega um pouco de lã cardada e com as mãos vai torcendo e unindo-a aquele pedaço de fio inicial. Segue girando o fuso com uma das mãos e com a outra vai puxando e torcendo a fibra. Tencionando mais ou menos, de acordo com a espessura do fio que deseja fazer. Num constante movimento que envolve girar o fuso, parar, enquanto ela vai acertando, dando forma ao fio, de acordo com o trabalho que irá tecer. Enquanto está me mostrando como é feito, Elci diz: "*Ó a tia Mosquita*". O movimento lhe traz à memória uma experiência vivida com sua antepassada, por meio do seu gesto no presente, do seu *saber e fazer* que está materializado.

O fio é muito importante para o artesanato em lã. A partir dele é possível tecer as peças, mas, segundo as artesãs de Jaguarão, cada vez há menos artesãs dispostas a fiar. Muitas mulheres estão exclusivamente fazendo as peças. Fiar é igualmente importante para o desenvolvimento da técnica do crochê em *jacquard,* pois as artesãs dizem que é necessário um fio fino e uniforme. Sra. Nilza afirma "*que o fio tem que ser bom, se não o artesanato não fica bonito*". E não é toda a artesã que consegue ou gosta de fazer o fio, pois é demorado e envolve todo o processo da lã, desde pegar o velo sujo, lavar, cardar. A artesã Elci desenvolveu muita habilidade na fiação. Tem um fio elogiado por muitas artesãs que trabalham com *jacquard*, ela atualmente produz fio para muitas mulheres de Jaguarão que trabalham com essa técnica.

Depois da feitura do fio a lã pode ser tingida, ou não. A lã de ovinos oferece diferentes tonalidades de velo como: branco, marrom, bege e cinza, estas três últimas tonalidades são provenientes da ovelha considerada preta. Mas também para obter maior variedade de colorações as artesãs tingem a fibra branca. Esse procedimento pode ser realizado com corantes químicos, próprios para lã, assim como com tingimento natural, e este último é mais utilizado pelas minhas interlocutoras.
Dependendo da cor que o cliente quer na sua peça, a artesã Débora faz o tingimento com anilina para lã, que ela compra no Uruguai. A Cenilza gosta da cor natural da lã, "*pois um velo nunca é igual ao outro, e um mesmo velo pode ter várias tonalidades*". Para o tingimento natural, elas usam ervas e plantas nativas disponíveis na região

onde vivem, obtidas nos arredores das propriedades, como a carqueja, o boldo, a erva-mate, a macela, a cochonilha, a erva da pedra, a casca de pau-ferro, o espinilho[85], assim como a casca de cebola, a beterraba, o caldo de feijão preto, entre outros. As cascas ou ervas são fervidas, após a fervura, a água está colorizada, então retira-se o material da água. Depois, pega-se a lã e mergulha-se primeiro na água fria e em seguida na água com a coloração e deixa-se ferver para pegar a cor desejada. Para a cor aderir na fibra pode-se usar vinagre e sal na água, mas só depois que se tirou do fogo, deixando a lã na água até esfriar.

Elci não utiliza o tingimento químico e diz "*me recuso a tingir com tinta, uso somente natural*", fazendo o tingimento da lã que fia com plantas nativas da pampa. Um dos tingimentos que ela faz é com a casca do *pau ferro*, árvore que tem próxima à sua casa. Ela retira pequenos pedaços da casca da árvore, em locais alternados do tronco, de forma que cause o mínimo de dano à sobrevivência da planta.

[85] Espinilho é uma árvore pequena, alcança em média dois a cinco metros de altura. Sua copa é achatada, a casca bastante grossa e fendilhada, as folhas são compostas por pequenos folíolos acompanhadas por espinhos de até cinco centímetros. Suas flores arranjam-se em capítulos amarelos alaranjados, que surgem no final do inverno ou início da primavera e exalam uma fragrância forte e adocicada. É nativa na América do Sul extratropical: Chile central, Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.jb.fzb.rs.gov.br/. Acesso em: 04. set. 2019.











Artesã Elci
Imagens: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019









Artesã Elci

Imagens: Miriel Bilhalva - Herval/2019





Imagens: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019

4 ARTESANATO EM LÃ: TECENDO *SABERES E FAZERES* PELA PAMPA



Imagem: Débora Lima

Neste capítulo apresento uma breve introdução sobre o universo da tecelagem, evidenciando o que é materializado com o fio, trazendo as diferentes técnicas de tecer a lã que compõem a pampa. Dentre os diferentes métodos, apresento a técnica do crochê em *jacquard* confeccionado em Jaguarão, por meio do processo artesanal. Pelas descrições e narrativas das artesãs que trabalham com a técnica, é evidenciada como são pensadas as peças e os desenhos, como se constitui o processo de produção e criação.

4.1 Tecer: um *saber-fazer* do mundo

A tecelagem é uma das atividades artesanais mais antigas e desenvolveu-se em diversos lugares no mundo, realizada de formas singulares de acordo com cada grupo ou região. Estabelecer a origem dessa história é uma complicada empreitada, devido à frágil conservação dos tecidos elaborados com materiais delicados e de pouca durabilidade frente à ação do tempo. Inicialmente, o trabalho de tramar era realizado com os dedos, assim ocorreu a cestaria, que, seguindo as mesmas noções, mas incorporando outras fibras e instrumentos, desenvolveu-se na tecelagem (PHILIPPINI, 2009).

A pesquisadora brasileira em *saber e fazer* têxtil Rita Cáurio (1985) descreve que há vestígios de tecidos datados, por volta de 2.200 a.C., e que diversos povos desenvolviam seus tecidos, ao redor do mundo. No Egito, as evidências mais antigas são de uma múmia envolta com tecidos de linho em que havia inscrições de Tutmés III, que existiu entre 1503 a 1449 a.C. Na China, em 1200 a.C, já teciam com seda. Pezzolo (2013, p.13) destaca na Europa a presença de tecidos com mais de 24 mil anos, algo que deve ser considerado, já que “naquela cultura euro-asiática de mais de 20 mil anos, a tecelagem já era desenvolvida, sendo representada na mesma época na França, em que havia grutas com fabulosos afrescos”. Assim como registros de tecidos nas Américas, onde eram tramados fios de algodão e fibra em lã de Alpaca, de Lhama e de Vicunha, sendo que a tecelagem obteve maior destaque nas civilizações Andinas (CAÚRIO, 1985).

A tecelagem desenvolvida em diversos locais por meio de diferentes técnicas como o tricô, o crochê e os teares, envolve *saberes e fazeres* nos processos de entrelaçar fios. Uma atividade que nasceu da necessidade humana de se proteger contra o frio,

é também criado como forma de representação, envolvendo questões utilitárias e simbólicas (MARTINS, 1973). No Brasil, antes da chegada dos Europeus, diversos grupos ameríndios detinham técnicas complexas de fiação. Trançavam utilizando diversos materiais de origem vegetal como palhas, cipós, taquaras e palmeiras. Produzindo diversos artefatos, associado ao seu modo de vida, como colares, cestos, redes de dormir, cintos tipoias, bases para adorno plumário, envolvendo utensílios para uso no cotidiano e para a composição da estética corporal (RIBEIRO, 1985; 1986).

No estado do Rio Grande do Sul, grupos ameríndios que aqui habitavam faziam o trançado com fibras vegetais. A partir de estudos arqueológicos na região leste do Planalto do Rio Grande do Sul, Miller (1974, p. 19) localizou em abrigos utilizados para sepultamentos, entre outros materiais, vestígios de "artefatos como cordas, sacolas e alças de cesto". Por meio de evidências da cultura material é possível averiguar que estes grupos desenvolveram a habilidade de trançar. O que não podemos afirmar é se esses grupos ameríndios utilizavam qualquer modelo de tear. No entanto, a partir do contato com os europeus, foram incorporadas a fiação e a tecelagem em teares rudimentares, utilizando-se da lã de ovinos (EGGERT et al, 2011).

A arte de tecer teve a contribuição de outras etnias formadoras, dessa forma, houve uma mistura de técnicas e materiais, conforme os antropólogos Geisel e Lody (1983, p. 10):

> O artesanato da tecelagem no Brasil incorporou motivos e técnicas das principais etnias constituintes do nosso povo, legando procedimentos e fazeres adequáveis às necessidades de uso e adorno. As matérias primas, seus tratamentos específicos, uso de ferramental próprio, determinam e evidenciam presenças da Europa, África ocidental e das culturas nativas indígenas. Os produtos em sua diversidade de funções induzem as sobrevivências – continuidades de fazeres, uns imemoriais, visto que os testemunhos dos objetos tecidos integram documentos milenares da tecnologia e dos saberes do homem.

Segundo Geisel e Lody (1983) as atividades de fiar e de tecer, manualmente, estavam presentes no cotidiano da vida das mulheres, assim como os afazeres da casa e da propriedade:

> A fixação da tecelagem doméstica no interior é uma continuidade dos diversos fazeres da casa, unindo-se aos trabalhos do campo, onde a mulher assume os cuidados da família, da cozinha e do artesanato de subsistência, onde se inclui a tecelagem pelo seu sentido primeiro de útil e de necessário (GEISEL; LODY, 1983, p. 14).

De acordo com a antropóloga Édla Eggert (2011), o artesanato em lã consiste num trabalho manual que aciona diversas técnicas e que é realizado predominantemente por mulheres. Tradicionalmente, é uma atividade feminina, mas, na contemporaneidade, homens[86] têm participado da produção em algumas etapas desse trabalho. Conhecer o artesanato em lã implica seguir um *caminho* que inclui uma grande variedade de técnicas, *saberes e fazeres* difundidos pela pampa. Um pluriverso, que inclui diferentes materiais e formas de transformar a lã, gerando inúmeros produtos. A construção do conhecimento se faz presente no engajamento com as coisas que, por sua vez, são conjuntas às atividades práticas e cotidianas. Em consonância com as concepções teóricas de Ingold (2015b), as coisas têm suas vidas estendidas por múltiplas linhas, compostas por fluxos de materiais e contínuos movimentos, e nos contam histórias.

4.2 Tecendo diferentes técnicas na pampa

Então, a lã está pronta para ser tecida! Entram em ação os teares, ou a agulha de crochê, no caso do crochê em *jacquard*, que transformarão os fios em uma infinidade de coisas. O tecer é tramar o fio, transformando-o, entre outras, em peças de vestuário, momento em que as artesãs combinam lãs, padronagens, cores e desenhos. Há diversos tipos e tamanhos de teares, que podem ser adquiridos prontos, são herdados ou construídos pelas artesãs e artesãos e a grande maioria, é feita em madeira. Teares são objetos materiais que servem para fazer o entrelaçamento dos fios. Eles são usados para tensionar um grupo de fios perpendicularmente, fazendo a urdidura, que vai definir o tamanho da peça e a padronagem a ser tecida. Primeiramente, a artesã precisa determinar a quantidade de fios que irá necessitar e as cores para, a seguir, fazer a trama, que será o segundo grupo de fios que serão transpassados no sentido horizontal, entre os fios do urdume.

[86] Em campo com o INRC Lida Campeira, em uma feira de artesanato em Bagé, entrevistamos um casal de tecedores, em que o marido fiava a lã utilizada na tecelagem. Em outra ocasião, no interior de Piratini, uma interlocutora reportou que o pai construiu seu primeiro tear, "*foi no mato e fez*". Em Jaguarão, a artesã Elci, conta com o marido para realizar algumas tarefas, como lavar a lã, cardar, urdir no tear. Mas a maioria dos artífices que encontramos a trabalhar com o artesanato em lã são mulheres. Essa divisão social é marcada o pelas diferenças de gênero, porque "o contexto em que vivem homens e mulheres não é o resultado de um 'destino' biológico, mas sim de construções sociais" (SILVA, 2011, p. 115).

Tem os teares de prego, que consistem em uma base de madeira vazada no centro. São de diferentes tamanhos e formatos e dependendo da peça que se pretende desenvolver, escolhe-se o tear. Em toda a extensão da sua base são fixados pregos, numa distância de 1cm entre eles, que será onde os fios serão ligados para depois fazer a trama. Dentre os teares de prego, tem: o retangular para fazer peças como poncho, xergão, tapetes; o tear de prego circular especial para fazer boinas e peças neste formato; o tear de prego hexagonal, as peças feitas nesse tear formam tecidos que parecem uma teia de aranha, a técnica é denominada *Nhanduti*[87]; há também o tear vertical, denominado pelas artesãs de tear de parede, tear rústico ou "primitivo"[88], é constituído de quatro travessões que são ligados por fendas. Nas travessas laterais há fendas paralelas que possibilitam encaixar a travessa horizontal, podendo mudar a sua posição de acordo com o tamanho da peça que será tecida. Os fios para urdidura são enlaçados no travessão verticalmente, para depois poder tramar. O tear rústico pode ser encostado em uma parede ou sustentado por uma base. Por possuir uma estrutura simplificada, eles são facilmente desmontados para guardar, em qualquer local da casa. A artesã Elci trabalha neste tear. "*O meu tear foi meu avô que fez"*, ela contou. Ele é facilmente desmontado, ficando escorado no canto da sua sala. Ela montou e mostrou como fazia para urdir. Pegou um fio de lã e prendeu na barra. "*Vai em cima e embaixo, colocando a lã em toda a extensão do tear, vai fazendo, urdindo bem juntinho, bem apertado. Depois de tá cheinho, aí vai tecer o tecido que tu quiser*"[89].

Há também o tear de pente ou de mesa. Eles são horizontais, podem ser sustentados por uma estrutura ou apoiados em mesa ou bancada. O fio da urdidura é passado pelo pente e este serve para alternar os fios, no momento da urdidura, facilitando a passagem do fio da trama e para apertar a trama. Eles têm, nas extremidades, rolos reguláveis, que servem para manter firme o fio e também movimentar a trama, à

[87] A técnica, originada no Paraguai, é indígena. Forma tecidos que parecem uma teia, *Nhanduti* significa aranha em tupi-guarani. Dizem que sua origem está associada a lenda de uma indígena cujo noivo desapareceu. Ao encontrá-lo, o corpo estava coberto por teias tecidas pelas aranhas. Ao ver aquilo, ela foi observando e copiando o trabalho das aranhas, tecendo uma mortalha para o noivo, desenvolvendo a técnica *Nhanduti*. Disponível em: http://www.atibaiamania.com.br/nhanduti.htm. Acesso em: 15. jun. 2019.

[88] Os teares verticais pertencem à cultura Nu-aruaque, tendo sido observados por cronistas e viajantes como sendo de uso comum na América do Sul e Central. Hoje, a incidência do tear vertical é observada nos estados de Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (GEISEL, LODY, 1983, p. 72).

[89] Elci, junho de 2019.

medida que vai fazendo o tecido. Outras técnicas de transformação da lã também são praticadas pelas artesãs de Jaguarão, como feltragem molhada, feltragem seca, macramê.



Tear de pente
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Tear de prego para fazer boina
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Tear de prego
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Tear de prego triangulo para fazer xale
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Tear para fazer meia e touca
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Feltragem em cima da trama
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Tear hexagonal ou *Nhanduti*
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Tear de prego-quadrado
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Tear rústico ou primitivo
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Tear de prego para fazer xergão
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019

4.3 *"O jacquard é um trabalho bem rico"* [90]: tecendo em Jaguarão

A técnica artesanal do crochê em *jacquard* é desenvolvido com maior destaque na localidade de Jaguarão. Pela singularidade das peças, já receberam diversos prêmios em concursos, bem como reconhecimento em diversas feiras realizadas no Estado. As feiras são eventos agropecuários que acontecem no Estado, espaços onde produtores e criadores tem a oportunidade de exposição dos seus produtos, promovendo negociações e visibilidade. Acontecem feiras locais, regionais e estaduais. Momento em que os criadores podem mostrar o trabalho realizado no campo, assim como ter contato com inovações, pois acontecem palestras, oficinas, cursos que propiciam o compartilhamento de experiencias e inovações dos produtores rurais. Além de tudo isso, há a exposição do que é produzido, como por exemplo o artesanato em lã.

É um importante local para vendas, divulgação, visibilidade e valorização desse *saber-fazer*. Momento em que as artesãs são vistas, podem trazer o seu trabalho para o conhecimento de diversos públicos, mostrando o que fazem e como fazem, ampliando os contatos para além de sua localidade. Este espaço das feiras proporciona também o encontro de artesãs de diferentes localidades e regiões, dessa forma, a feira, configura-se como um momento de trocas e compartilhamento de informações, de experiências, de conhecimentos, objetos, modos de fazer, técnicas que fazem e reforçam relações.

Ana Lecy, extencionista da EMATER, conta que, em 2004, foi a primeira participação das artesãs de Jaguarão em um concurso, na ocasião era a Expointer. De três trabalhos apresentados, dois foram premiados. Nesse momento o *jacquard* começou a ganhar maior visibilidade. Ana ressalta que "*foi a partir da participação das artesãs da cidade com o jacquard, os concursos estaduais incluíram a modalidade crochê em jacquard, porque antes não se via trabalhos assim, apareciam só mulheres de Jaguarão*"[91].

Ao perceberem que o crochê em *jacquard* era realizado somente em Jaguarão, as artesãs, em parceria com a EMATER e a Secretaria de Cultura do Município,

[90] Débora, fevereiro 2019.
[91] Ana Lecy, maio de 2018.

realizaram um documentário[92], com um resgate do acervo de imagens e de notícias que o escritório da EMATER possuía. A documentação foi encaminhada ao Iphan, com o pedido de reconhecimento do crochê em *jacquard* como Patrimônio Cultural Imaterial. Em 2016, o *saber-fazer* crochê em *jacquard* foi reconhecido como o primeiro Patrimônio Imaterial no âmbito municipal de Jaguarão.

A origem do *jacquard* na cidade é imprecisa. E, pela narrativa das artesãs, sua origem se perdeu no tempo. Trago aqui a fala da artesã Cenilza, recontada por todas as artesãs*: "O jacquard em Jaguarão… O ano não tenho idéia, o que contam aí, que através das freiras é que veio*. (...) *uma freira que veio da França e que começou a passar o jacquard. Quanto tempo isso não tenho ideia, mas diz que é. E tem várias pessoas que fazem, a Sra. Nilza, a Carlota, a Vivika, a Elci acho que não faz jacquard, só tear, a Dona Neli acho que faz também*"[93]. As histórias, são contadas e recontadas, inventadas e reinventadas, sendo alteradas, readaptadas, ao longo da vida, mas a invenção é criada a partir de uma referência.

Na cidade de Jaguarão existiu um colégio fundado por irmãs franciscanas, o Colégio Imaculada Conceição. Criado em 1901, foi uma instituição de ensino de caráter religioso, direcionado para mulheres. São narrativas que vão sendo transmitidas através dos tempos constituindo a história desse *saber-fazer*, o crochê em *jacquard*.

4.4 "*Esse fio tem ouro*" [94]: valores intrínsecos ao *saber-fazer*

Geralmente, os produtos artesanais em lã envolvem elevada elaboração técnica, tempo e emprego de uma boa matéria-prima, indispensáveis para a feitura do tecido. Assim, é um artesanato com valor monetário mais elevado em relação às outras técnicas artesanais.

O crochê em *jacquard* por ser um *saber-fazer* delicado, envolve certo tempo e dedicação. As peças produzidas são bem valorizadas. A artesã Sra. Nilma conta uma história que ela explica o porquê do valor ser alto. Ela estava em uma feira de artesanato em lã, expondo, quando um grupo de pessoas se aproximou para olhar as

[92]Documentário: Artesanato jacquard parte I. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=O8d622Y_p4o/. Acesso em: 10. jan. 2019.
[93] Cenilza, maio de 2019.
[94] Nilma, fevereiro de 2019.

peças. E alguém perguntou o preço, ao dizer o valor a compradora falou: "*Esse fio tem ouro?*"[95], considerando a peça com valor excessivo. Logo ela explicou como são feitas as peças, que envolve um longo processo, todo manual, que para desenvolver uma peça, dependendo do tamanho e a dificuldade do gráfico, pode levar até um mês para finalizar. Sabendo como era realizado todo o processo, o sujeito, que antes achava o valor monetário exorbitante, compreendeu que por tudo que estava envolvido no fazer, a peça valia o que era pedido. A artesã Sra. Nilma ressalta que algumas peças, como um poncho por exemplo, levam mais de um mês para tecer "*não é fácil, não é só botar o preço da lã(...), as pessoas não conhecem, não sabem o processo, acham que é a máquina, não sabe que é todo manual, demorado*"[96]*.*

As artesãs definem a peças de crochê em *jacquard* como a mais onerosa entre as peças feitas no tear, não pela relação com os custos com materiais, mas porque é uma técnica mais complexa e pelo tempo que é empregado. Também o valor é justificado pela exclusividade. São peças únicas, que dificilmente uma artesã conseguirá reproduzir outra peça igual e a lã, por ser natural, nunca terá uma mesma cor, a mesma tonalidade, mesmo que tingida, os tons não serão iguais.

As peças em *jacquard* têm uma circulação que segue um fluxo variado, após a feitura pelas artesãs segue diferentes *caminhos*, funções e utilidades. As peças são adquiridas para serem dados em forma de presente, para serem usadas como vestimenta, para aquecer o corpo, para decoração da casa, para a lida no campo, para compor a vestimenta da prenda no CTG e como lembrança de viagem para turistas. É, também, uma mercadoria, tem importância como recurso econômico, como fonte de sustento para mulheres e suas famílias. Mas não é apenas uma mercadoria. O artesanato em lã é muito mais que um simples processo de produção de mercadoria. A atividade artesanal envolve muitos significados e sentidos que vinculam pessoas, objetos e ambientes em um emaranhado de relações (INGOLD, 2012).

Esse *saber-fazer* contém o valor afetivo, que está ligado à memória, pois este reaviva lembranças, histórias, lugares e vínculos. As experiências de aprendizagem, sejam em casa, com mães ou com avós, nos cursos da EMATER e do SENAR ou os

[95] Fala de um comprador.
[96] Nilma, fevereiro de 2019.

compartilhamentos e trocas que se dão nas feiras e nos encontros das artesãs. Integram os materiais, como roca e teares, com as memórias, relembram quem construiu e de quem se herdou. Elci, que tece no tear da avó; Sra. Nilma, que recorda da mãe trabalhando na lã; ou Cenilza, que fala da movimentação das mulheres da família para lavar os velos. A artesã Sra. Nilza lembra da infância, quando começou a cardar com a mãe e com a avó. Na época de esquila, ela e outras crianças brincavam dentro do bolsão, onde a lã esquilada vai sendo colocada durante o trabalho. Da mesma forma, Débora lembra dos cursos em que aprendeu a trabalhar com a lã.

Também há a valoração desse *saber-fazer* como patrimônio, pois este é significativo para as artesãs, assim como para a comunidade de Jaguarão e do Rio Grande do Sul. O artesanato em *jacquard* é um trabalho reconhecido fora da cidade pela sua singularidade, sendo o *jacquard* uma referência, representativo para a região. Por diversas vezes as artesãs foram condecoradas, pelo trabalho realizado, na Câmara Municipal de Vereadores, sendo a técnica muito reconhecida no âmbito Municipal de Jaguarão.

Os processos pelos quais as "coisas" transformam-se em mercadorias, vai além do valor econômico, pois possui valor social, cultural, histórico e afetivo. Essas coisas têm vida (INGOLD, 2012). As peças artesanais, são produzidas por mãos, por pessoas, sendo algo que traz uma marca, de quem fez, como fez, onde fez, de que materiais são produzidas, representações, intenções, reputação, contexto de criação, tornando as peças personalizadas, com trajetórias, e atuação, no mundo (MAUSS, 2003b).

4.5 "*Começando com a correntinha...*"[97]: técnica do crochê em *jacquard*

A técnica consiste no trabalho artesanal, em que, por meio da utilização de dois ou mais fios de lã de cores diferentes e uma agulha de crochê, originam a formação de complexos desenhos e estampas variadas durante o entrelaçamento dos fios. Possibilitando inúmeras criações, alternando cores e o encadeamento dos fios, realizadas a partir de gráficos de *ponto cruz*.

[97] Cenilza, março de 2019.

A peça começa com o ponto corrente, ou correntinha, fundamental para o início do trabalho. Para realizar é necessário enrolar o fio em volta da agulha e puxar por meio do laço em seu gancho. Logo, o restante da peça é tecida em ponto baixo, este permite que a trama fique mais fechada e resistente. A técnica é muito conhecida em tricô, mas pode ser realizada em crochê.

Para Cenilza, o *jacquard* "*ele é feito, é começando com a corrente. E esta correntinha tem que ser feita do tamanho da peça que pretende tecer. Depois vai fazer no ponto baixo, ele é todo feito em ponto baixo, é tu puxar a laçada, aí fica com duas laçadas na agulha e fecha as duas com uma outra laçada. E vai seguindo o carrero, é só de ida, chega na ponta da peça arrebenta o fio e volta a fazer com a mesma cor ou outra cor, dependendo do desenho que está sendo tramado. É necessário ter muita atenção, quando volta e vai colocar o fio, tem que ser sempre no primeiro ponto e não no nó, para que a peça no final não fique "deformada" e quando tu vai trocar de linha, já fecha o ponto com a cor que tu vai mudar".* Fio conduzido é "*quando tem a mudança de cor, que o fio da outra cor fica por baixo do fio principal, escondido, aí tu vai conduzindo ele até chegar na altura do teu desenho. Os fios têm que ser sempre da mesma espessura se não dá diferença no trabalho, se colocar um fio fino e um fio grosso, a peça vai ficar desparelha. O desenho vai contando os pontos que tem no gráfico, é tudo contadinho*"[98].

Para Sra. Nilma, "o *tecido é feito ponto a ponto, o desenho trabalhado no próprio tecido com duas ou três cores, se errar um ponto não fecha o desenho. Tece carrera por carrera, se arrebenta o fio tem que começar tudo de novo*"[99]. Ela diz que tecer o crochê em *jacquard* é preciso ter uma noção de matemática, pois é todo contado, tem que contar os pontos do gráfico e a quantidade de pontos da peça que vais fazer, para saber quantos quadrados serão necessários fazer para depois unir. "*É bem complexo, é bom que puxa a memória, as ideias. É uma coisa que eu gosto de fazer, é um entretimento, faz bem pra cabeça, é uma terapia*[100]." Tecer a mantém viva, a faz pensar, ter atenção e movimenta o seu corpo.

[98] Cenilza, maio de 2019.
[99] Nilma, maio de 2019.
[100] Id.

O fazer é uma atividade em que a execução vai depender da concentração e do movimento. Para a feitura da peça é tramado fio por fio, contado ponto por ponto, laçada por laçada, carreira por carreira. E, no caso do *jacquard*, tem as trocas de fio. É um constante vai e vem, faz, desfaz e refaz. É preciso estar atenta para o momento de mudar o fio, pois o uso de fios de cores diferentes é que vai destacar a geometria dos desenhos. Dessa forma, é necessário manter um ritmo, "o ritmo de trabalho anda de mãos dadas com a concentração" (INGOLD, 2015a, p. 108).

Assim como o ritmo, o tecer é uma questão jeito. Em conversa com Débora, na Feira da Meia Lã, em Jaguarão, comentei que havia quebrado minha agulha de feltragem. Ela disse que tem uma forma certa para pegar a agulha: tem que ser pressionada contra a lã lateralmente e não verticalmente, diminuindo a possibilidade de quebra. Eu não soube usar corretamente o material por falta de experiência. Nesse *caminho*, Ingold (2015a, p.104) afirma que "o gesto é fundamental tanto para a fabricação de ferramentas quanto para o seu uso". Cada movimento é único, exigindo maior ou menor intensidade, exigindo sutileza que de acordo com o autor ter a percepção que o gesto está errado ou que está alterado, e assim corrigindo, isso somente é realizado através da experiência, que é adquirida fazendo e refazendo, repetidas vezes.

> Fazer algo repetida vez é estimulante quando se está olhando para frente. A substância da rotina pode mudar, melhorar, mas a recompensa emocional é a experiência de fazer de novo. Nada há de estranho nessa experiência. Todos nós a conhecemos, ela se chama ritmo. Encravado nas contrações do coração humano, o ritmo foi estendido pelo artífice especializado à mão e ao olho (SENNETT, 2015a, p. 196).

Cenilza relata que "*quando começa a errar tem que parar*", ocorre quando está cansada, o olho e a mão já não estão no mesmo compasso. Percebe o erro no *jacquard* pelo desenho, "*tu vê que não está certo, tem que acompanhar o gráfico, no tecer, tu vê no meio do trabalho, tem que estar sempre parando e olhando a peça, os lados para ver como vai ficar, porque sabe que pode errar*"[101]. O ofício envolve atenção, certos movimentos, ritmo e precisão. Conhecimento que é invocado dos antigos, através da prática e da repetição, experiência em perceber o ritmo, que está certo, sentindo, percebendo com o corpo. "O ritmo está no olho ocupado em disciplinar a mão, ajeitando os atos da mão e marcando o tempo" (SENNETT, 2015a, p. 197). É

[101] Cenilza, maio de 2019.

como dançar, você aprende o movimento, o corpo segue o compasso, mas quando você percebe que está fora do ritmo, para, ajusta o passo e dá continuidade.

O artesanato propicia uma relação diferente com o trabalho, assim como cria uma outra percepção. É uma temporalidade que as gerações contemporâneas têm dificuldade de se adaptar, pois estão habituados com produtos prontos, com o instantâneo. As artesãs falam que os mais jovens não têm interesse em aprender o artesanato em lã, pois não tem paciência, ficar horas e horas, até um mês para tecer uma peça. A produção é morosa. Para fazer artesanato em lã é necessário passar por diversas fases, a serem realizadas, até a conclusão da peça. O artesão realiza todo o processo desde a escolha dos materiais que irá utilizar até a confecção da peça. Tudo isso envolve muito tempo, pois a artesã precisa comprar a lã, fazer ou comprar o fio que seja ideal para cada trabalho. Essa tarefa não é fácil, às vezes precisa de um fio muito fino, e há poucas artesãs que fazem, então nem sempre encontra-se facilmente. Não é simplesmente ir na loja de aviamentos e comprar o novelo. E logo depois é preciso pensar no desenho, se o desenho que tem na revista de ponto cruz serve, se é necessário modificá-lo ou se precisa criar um novo.

Débora relata que no processo de desenvolvimento do fazer, "*quando tu vai colocar no crochê é o conjunto todo, o fio tem que ter uma espessura boa, depende do gráfico que tu vai fazer. De acordo com o gráfico, o fio não pode ser muito grosso, não pode ser muito fino, tenho que saber o que eu vou fazer. Por exemplo, se é um jacquard com três cores, eu gosto de trabalhar com mais cores, pra eu fazer isso eu preciso fazer um fio mais fino, porque a peça na hora de tramar vai ficar mais grossa, então tudo depende do gráfico. Se eu vou fazer um gráfico grande, eu tenho que pensar muito bem no que eu vou fazer, se eu vou poder usar três cores ou não, porque ele pesa, ele puxa, onde tem o jacquard ele puxa, é diferente tem que saber- fazer, senão fica muito embolado numa parte, grossa em outra parte. Quando o cliente é de fora, ele confia na minha escolha, ele diz mais ou menos o que quer, uma faixa pampa, com uma flor junto, daí eu vou vejo os desenhos que eu tenho mais ou menos e vou calculando o que eu posso tirar. Porque o cliente manda um desenho, mas, às vezes,*

aquilo no ponto cruz fica enorme, daí já não da pra fazer, então tudo é na base de um estudo, tem todo um estudo pra fazer[102]*."*

4.6 "*Uma vai ajudando a outra a explorar mais*" [103]: processo criativo

O processo criativo é complexo, envolve o planejamento, o desenvolvimento do desenho em gráfico, a escolha das cores que irá tecer, até a produção das peças. A artesã Débora conta que concluir uma peça em *jacquard* requer um mês, mais ou menos, é "*o tempo necessário para trabalhar bem*". Estipula sempre dias a mais, pois pode haver imprevistos, como adoecer, ter dificuldade em conseguir a lã, ou o fio ideal, para fazer a peça da encomenda. Há uma série de fatores no processo que vão determinar, para mais ou menos, o tempo de execução do trabalho. Pois "*durante esse mês me envolvo nesse projeto, organizo material para outras peças, busco o velo, lavo, tem que esperar secar, cardar, já prepara lã para mais de uma peça ao mesmo tempo*"[104].

Dessa forma para melhor organizar o seu tempo, Débora determina uma meta, certa quantidade em centímetros de tecido tramado para a manhã e outra à tarde. E quando precisa fazer os afazeres da casa e cuidados com a família, ela dimensiona os centímetros que fará na madrugada. "*A minha rotina é em função da lã*." Ela precisa ter uma certa organização em relação ao tempo, para dar conta de entregar a encomenda na data estipulada. Tentando ser dinâmica, quando está tecendo, já fica pensando nas outras peças que vai criar, "*eu nunca tô fazendo uma única peça*". Enquanto ela faz uma, já vai pensando na outra, idealizando a lã. Quando prepara a lã para uma peça, já prepara para mais de uma. "*Vou fazendo e criando*[105]*."*

Segundo Sra. Nilma, "*quando estou tecendo, não penso em nada*". Pois ela precisa ficar focada na peça, no que está produzindo, por isso "*é bom estar calma, em silêncio*". A atividade exige concentração, ela não consegue "*coordenar o ponto e conversar*, *tem que ir fazendo e contando, onde tem o desenho, tem certa quantidade de pontos de uma cor, que é necessária a troca de fio. Por isso tem que ir fazendo e*

[102]Débora, fevereiro de 2019.
[103] Id.
[104] Id.
[105] Id.

olhando os pontos, pois se errar um ponto, lá no meio da peça não fecha o desenho, então é preciso desmanchar. Isso é ruim, porque, no desmanchar, o fio pode rebentar. É uma trabalheira"[106]*.*

A artesã Elci gosta de tecer escutando música. Diz: "*quando estou tecendo, escutando música, eu canto, mas quando não posso ouvir música, e estou sozinha, penso no fim*"[107]. Ela já é uma senhora com 60 anos e diz estar velha, seu marido tem problemas de saúde, já não pode realizar tarefas do dia a dia na propriedade. Então "*penso no pouco tempo que tenho, penso na velhice, ter que ir para cidade e abandonar isso aqui é o fim*"[108]. É um momento de reflexão em que ela pensa que o que construiu está no fim, pois a filha não se interessou pelo trabalho da mãe, não haverá, neste caso, a continuidade, a passagem do conhecimento que "*vem dos antigos*", mesmo que a artesã faça algo que gosta, que sabe fazer bem. Cenilza diz não pensar em nada enquanto trabalha. Ela conta que se abstrai de tudo a sua volta, "*fico como numa bolha, sozinha*"[109]*.*

Quando as artesãs dizem "não pensar em nada", há uma abstração, pois certamente estão idealizando muitas coisas ao tecer, como a contagem do ponto, a percepção do desenho, a troca de linhas, a observação do gráfico. O momento de tramar a peça é quase meditativo, em que o corpo está em movimento, memorizando o ponto, o gesto, e a cabeça concentrada do tecer, momento de criação e de conservação do *saber-fazer*. O processo de criação das artesãs dá-se a partir de diversos motivos reguladores, que iram influenciar a variação e a elaboração das peças. São regulados pelos materiais disponíveis, pela habilidade técnica, pelas funções do produto, pelas preferências da artesã, pelo que é vendável ou não, pelo que é imposto por encomendas ou pela demanda do consumidor. Evidentemente que, por essas razões, processos que envolvem o tecer ajustam-se aos constantes impulsos, originando novas peças e produtos, pois "no momento em que ela coloca, conscientemente, nesse arranjo, padrões de cor ou de organização, está exercitando um comportamento artístico" (RICHTER, 2003, p. 108).

[106] Nilma, maio de 2019.
[107] Elci, junho de 2019.
[108] Id.
[109] Cenilza, maio de 2019.

Explorar, transformar e criar algo as artesãs vão experimentando cores, formatos, produtos e desenhos, criando e recriando, num processo contínuo, em que exercitam seu "comportamento artístico". A artesã Débora conta que o que mais gosta é criar: pensar nas cores, no gráfico, no fio, na lã. Ela diz: "*Às vezes, eu fico criando a peça. Pego um pouco de cada lã, vou colocando na minha volta, vou fazendo uma peça e já pensando na outra, visualizando a peça, pensando no detalhe, no que posso incrementar*[110]." Ela faz seus desenhos, pensa primeiro nas cores que vai utilizar, vai fazendo combinações e chegando em uma harmonia.

A artesã gosta de experimentar coisas novas, em Jaguarão o *jacquard* geralmente é feito utilizando uma combinação com duas cores. Ela idealizou começar a fazer com três cores, sendo uma marca da sua forma de fazer. "*O jacquard com três cores eu não tinha visto. Eu disse não, eu quero colocar uma cor a mais, tem que ter um 'tchan'! Então, coloquei mais cores*[111]." Débora procura criar seus desenhos, inspirada em outros. A partir de um desenho ela reelabora, modificando tamanho e detalhes para conseguir tecer e ficar perfeito. Assim como reinventa as peças ou produz peças que antes não tinham sido feitas, aplicando os gráficos. Também começou a colocar o *jacquard* em partes da peça que outras artesãs não costumavam colocar. "*Comecei a colocar o jacquard em outras partes, que elas não colocavam, como na gola. O tradicional era o desenho mais centralizado, daí eu comecei a descentralizar. Botava só nas pontas ou botava só no meio. Foi indo, aí a gente vê a transformação, uma vai ajudando a outra a explorar mais*[112]."

Débora diz que "*uma vai ajudando a outra a explorar mais*", pois os modelos de peças, de desenhos já existentes e tecidos nos trabalhos de outras artesãs, são importantes, servem de repertório para a imaginação, que podem ser seguidos, transformados e recriados. As ideias também têm vida. "Elas não emergem totalmente formadas do nada. Uma ideia é algo como um lugar para se visitar. (...) Toda vez que você a revisita, a ideia muda um pouco, enriquecida por lembranças e experiências de estadias anteriores" (INGOLD, 2016, p. 5).

A criatividade não é preestabelecida e não pode ser reproduzida, pois está constante transformação. Mesmo que a artesã tente repetir a ação, fazer outra peça igual, nunca

[110] Débora, fevereiro de 2019.
[111] Id.
[112] Id.

será a mesma coisa. Pois a ideia advém das experiências, das vivências, dos contatos que incidem no fluxo da vida, sempre se modificando. Para Ingold (2016, p. 5):

> (...) não há oposição entre criação e imitação. Eu já mostrei que você não pode encontrar a mesma idéia duas vezes ou revisitar exatamente o mesmo lugar, e o mesmo vale para a performance musical. Você nunca pode repetir exatamente a mesma peça. Ou seja, cada interpretação da peça pode ser uma cópia, mas cada cópia é um movimento original e irrepetível. Poderíamos dizer que a peça é reproduzida sempre, no sentido de que é produzida uma após a outra, mas não que seja replicada como seria, por exemplo, se reproduzíssemos uma gravação com um dispositivo eletromecânico. O mesmo vale para a arte da caligrafia (...) Através do pincel, cada nuance e inflexão do gesto manual são registradas na linha sinuosa que faz o seu caminho enquanto absorve o tecido do papel. Na execução da caligrafia como na música, não podemos traçar a mesma linha duas vezes.

Ainda que o crochê em *jacquard* seja uma atividade artesanal característica da localidade de Jaguarão, a forma de fazer o artesanato é particularizada, sendo que a aptidão de conceber alguma coisa, de criar, é sempre singular, será definido segundo as “ideias na cabeça” do artesão (MENDES, 2009, p. 67). As artesãs de Jaguarão fazem a composição dos desenhos, a partir de um acervo compartilhado entre elas, sendo que os *motivos* mais frequentes são flores, figuras geométricas, faixas pampa e cavalos. Por mais que os desenhos sejam compartilhados entres as artesãs, gerando uma seleção de imagens prontas, cada artesã concebe e constrói os traços a seu modo, a partir da sua experiência individual. Inventam a partir da própria imaginação, da sua maneira de ver as coisas, e pela preferência estética.

Portanto, mesmo desenvolvendo a mesma técnica, cada uma faz de uma maneira diferente, tem sua particularidade, tem um jeito. O ponto mais solto ou mais apertado, a escolha dos desenhos, o tecer a lã, a própria lã, não há um velo igual a outro, mesmo tingindo. Se forem tingidas em momentos diferentes dificilmente terá a mesma tonalidade, resultando em fios diferentes, assim como o gosto pelas cores. Dessa forma, realizam peças diferenciadas e únicas. Ainda na tentativa de copiar a obra, seguindo um modelo ao fazer a peça, não será a mesma, pois cada artesão deve inventar seu próprio roteiro por meio das etapas que a prática demanda (INGOLD, 2016).

A artesã Sra. Nilma conta que fez uma *nécessaire* para um concurso da Unipampa. Era para fazer um modelo que deveria seguir alguns parâmetros de tamanho, caso ela fosse uma das escolhidas, depois ela teria que fazer uma bolsa para cada campus da Unipampa, pois iam ficar em um memorial em referência ao artesanato da pampa,

representando cada região em que a Universidade atua. A sua peça foi uma das escolhidas para representar Jaguarão. Mas as outras peças que fez, mesmo tentando, fazendo, desmanchando, refazendo por diversas vezes, não ficaram iguais uma à outra. Uma série de movimentos são apreendidos, reproduzidos, memorizados e materializados na vida das artesãs. Neste caso o saber-fazer é uma continuação de diversos gestos emaranhados das experiências, das vivências, das práticas.

Por meio dos movimentos executados no fazer, seja cardar, fiar ou tecer a peça, as artesãs concebem o sentido do seu artifício. Esse saber-fazer é o alento, o que nutre a vida e as memórias dessas mulheres. Que, através das mãos, transformam e criam coisas únicas. De acordo com Vives (1983, p. 137) “os artesãos têm um dom em comum: trabalham manualmente e criam. Empregam como utensílios as mãos, instrumento incomparável, que máquina alguma jamais poderá igualar, e dão forma a ideias e a expectativas que, mesmo coletivas, recebem sua marca pessoal”.

O fazer artesanal não envolve somente repetição e imitação, envolve criação, já que “a simples imitação não gera satisfação duradoura, a habilidade precisa amadurecer” (SENNETT, 2015, p. 328). O conhecimento, para além da técnica, passa por adaptações às surpresas que os materiais possam nos apresentar. São imprevistos que aparecem no percurso do fazer e que as artesãs resolvem por meio da criação de novas formas de produzir, de utilizar a lã, adaptando-se a atividade. Pedaços de lã, que sobram ao tecer, são reutilizados na feltragem. A lã do garreio, que não serve para fazer o fio, em vez de ser descartada é usada como enchimento de cobertas.

Cenilza revela que os desenhos são tirados de revistas de ponto cruz e que as artesãs vão passando uma para outra. Assim como, estão sempre atentas às imagens “*em outros lugares e tentam tirar*”[113]. Ela contou que às vezes está na rua, ou em outro lugar, e fica observando os desenhos, as estampas nas roupas, os calçados das pessoas e depois tenta reproduzi-los no gráfico. São observações e experiências que se dão na vida, no dia a dia, e contribuem para a criação da obra artesanal. Quando começou a fazer o *jacquard*, ela fazia a mão desenhos geométricos simples, qualquer coisa, pequena. Para iniciantes é difícil tecer as flores, tem mais detalhes, mais trocas de fio. Mas depois de aprender é fácil, consegue-se fazer qualquer coisa. A maioria dos desenhos que faz são copiados de revistas, da grande variedade que dispõe. Mas

[113] Cenilza, maio de 2019.

ela modifica os desenhos, de acordo com o seu gosto estético. "*Às vezes, a gente pega o desenho de uma flor, e esta não tem folhagem, ou tu não gostas da que tem aí pego de outro desenho, um arabesco, e mudo, vai misturando. Boto um detalhe diferente, aí já muda*[114]." A partir de um repertório de desenhos ela vai (re)montando, recriando e criando outros repertórios, de acordo com suas preferências.

A artesã Sra. Nilma também diz que os desenhos que usa são das revistas de ponto cruz, ou desenhos que vão sendo trocados entre ela e as outras artesãs. Ela conta que não desenha, pois é muito "trabalhoso" passar um desenho para o gráfico. Mas faz uma composição e, a partir de dois desenhos, inventa um novo ou utiliza um detalhe de um que gosta e vai combinando com outros; como, por exemplo, uma barra grega no intervalo das flores. São detalhes que dão um diferencial. "*Estou sempre mudando*"[115]. Ela nunca faz uma figura do mesmo jeito, de uma peça para outra já modifica alguma coisa. Sempre são variados, os desenhos, não tem um tema específico, desde que "*me identifique com o desenho eu faço*"[116]. No processo do *saber-fazer*, gosta de sempre "inovar". A artesã gosta de criar, "*vem a ideia na cabeça e começo a fazer, início um pala e sai uma manta*"[117]*.* Ela contou que o pala que eu adquiri dela, inicialmente, era para ser uma manta, mas, no meio do trabalho, ela viu que tinha lã para fazer um pala e achou que com aquele fio ia ficar muito bonito.

As artesãs expressaram constantemente que a ação criativa, está fundamentada em uma capacidade espontânea, quase que irrefletida no momento da criação, como uma ideia que passa a existir do nada.

> Não há como a inspiração possa ocorrer desvinculada de uma elaboração já em curso, de um engajamento constante e total, embora talvez não consciente. O indivíduo não precisa 'buscar inspiração'. Ele se apoia em sua capacidade de intuir nas profundezas de concentração em que elabora o seu trabalho (OSTROWER, 1987, p.72).

Por meio de palas, ponchos, mantas e boinas, tecidas pelas mãos dessas mulheres artesãs, são tecidas experiências, memórias e histórias características das suas vidas. De acordo com Vives (1983, p. 147), "esse é o papel fundamental do artesanato – seu valor absoluto: testemunhar a vida, dar peso, importância, felicidade ao cotidiano". As peças carregam a pessoa que as produziu. A artesã coloca na peça tudo que viveu,

[114] Cenilza, maio de 2019.
[115] Nilma, maio de 2019.
[116] Id.
[117] Id.

sentiu, aprendeu e experienciou, pois a peça carrega a vida. Débora não trabalha quando está com algum problema, que a deixe triste ou com a "*energia baixa*". A artesã conta que não tece, não fia, não faz nada com a lã quando está assim, triste, pois ela acredita que as mãos têm a capacidade de transmitir o que estamos sentindo. E isso pode ser passado para a peça, então para que as pessoas que recebam o trabalho, dela, não sintam algo que não seja bom ou agradável, ela evita tecer nestes momentos.

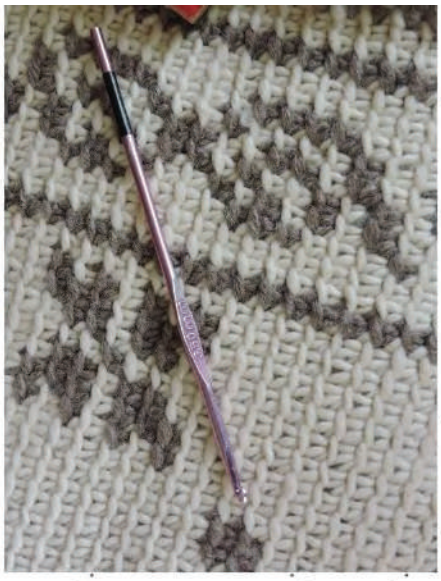
As peças feitas são idealizadas a partir da imaginação e subjetividade de cada artesã. Na transformação da lã, criam peças para usar-se na *lida campeira*, como poncho, xergão, pala, ruana, manta e boina. Pensadas para atender às necessidades domésticas, mas também são comercializadas para o uso cotidiano. Ao mesmo tempo, nascem novos tipos de peças, como, chaveiros, almofadas, tapetes, bolsas, mantas para sofá, geralmente, para atender grupos de compradores, como os turistas, que compram como uma lembrança de um artesanato local ou para presentear alguém. A artesã Débora diz que seus principais clientes fazem parte de grupos tradicionalistas, e o que ela mais produz são palas, com cores mais arrojadas, tanto para homens quanto para mulheres. Já Cenilza, o que mais produz, são ponchos para o "*pessoal da "campanha" e dos CTGs, capas para as gurias que dançam nas invernadas, com cores e motivos tradicionais"*[118]. O público da Débora é, em grande parte, de outros lugares, e o da Cenilza são locais, por isso há diferenças na demanda de peças, em relação a cores e estampas.

Os objetos produzidos pelas artesãs contam histórias, que vão ser transmitidas por quem os recebe. Portanto como assinala Stallybrass (2012) as vestimentas são um instrumento capaz de trazer memórias de quem as usou, sendo lembrada por meio de trocas, compras, presentes e doações. Peças detentoras de recordações de quem fez, de onde fez, de como fez, de quem era, quem deu, elas trazem consigo momentos, acontecimentos vividos. Essa questão de "as coisas contarem histórias" e trazerem consigo lembranças tem a ver com sentimento, afeto. Estas peças, chamadas coisas ou objetos, têm significado para quem fez, assim como para quem recebe ou adquire. Parece-me que esse é o sentimento que as artesãs compartilham em relação ao artesanato em lã, é um *saber-fazer* que se materializa, trazendo

[118] Cenilza, maio de 2019.

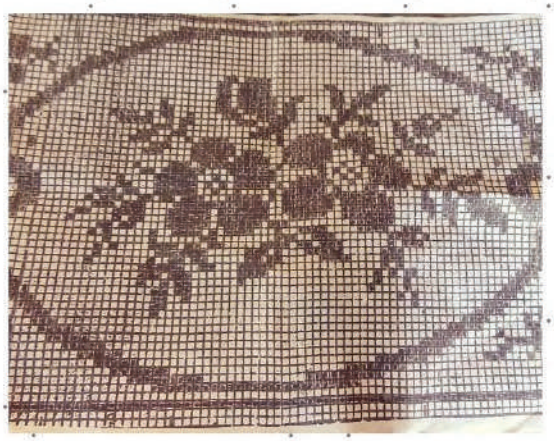
consigo um turbilhão de memórias e histórias (sobre a mãe, a avó, as tias, as vizinhas, a infância, os lugares e os momentos). A experiência que uma artesã estabelece com as coisas e o mundo que ela habita, a constituem como artesã, à medida que são tecidas, tramadas, as *malhas* e os *caminhos*.











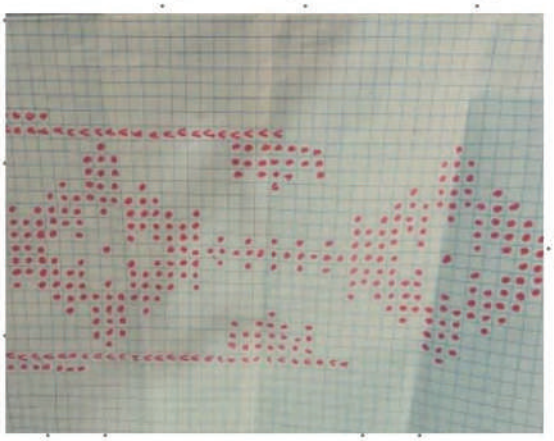


Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Artesã Cenilza mostrando o ponto do crochê em *jacquard*
Imagem: Miriel Bilhalva - Jaguarão/2019



Artesã Njlza tecendo o jacquard
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Artesã Nilza tecendo o jacquard
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



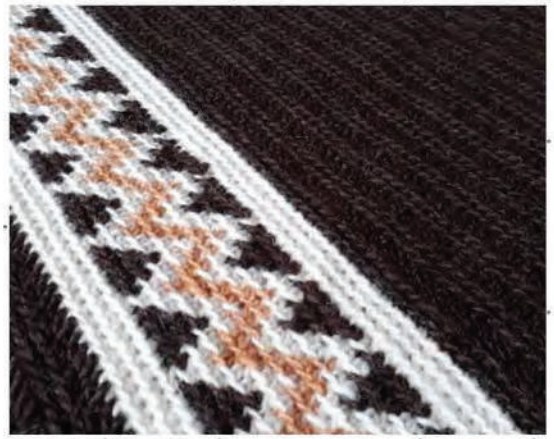
Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Nilza
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Elci
Imagem: Miriel Bilhalva- Jaguarão/2019



Peça artesã Elci
Imagem: Miriel Bilhalva- Jaguarão/2019



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



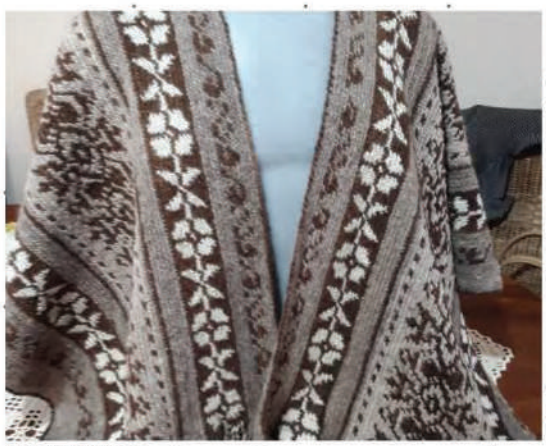
Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Nilma
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Nilza
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Nilza
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Nilza
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Nilza
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Nilza
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Nilma
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Nilma
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



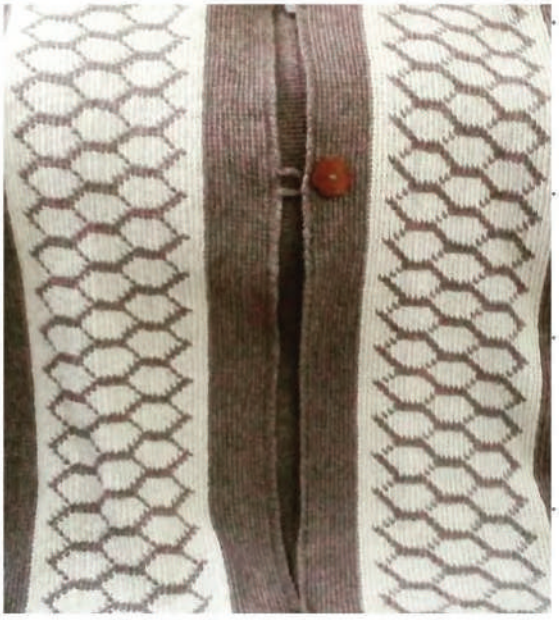
Peça artesã Nilza
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão



Peça artesã Débora Lima
Imagem: Acervo da artesã- Jaguarão

5 CONCLUSÃO

Inicialmente, o projeto desta pesquisa pensou o crochê em *jacquard* como uma técnica isolada, analisando somente a prática de tecer peças em lã, sem dar conta das inúmeras formas de fazer e as relações que se estabelecem nos *caminhos da lã*. Porém, o artesanato em lã se constitui a partir de diferentes técnicas e conhecimentos disseminados pela pampa brasileira e o *jacquard* configura-se como uma dessas técnicas, sendo uma particularidade da localidade de Jaguarão. Seguir os *caminhos da lã* implica em compreender uma grande variedade de técnicas de confecção.

A prática inclui um processo que necessita do fio da lã que vêm da ovelha, não há como pensar o processo sem o animal, sem os rebanhos de ovinos. Essas coisas estão se articulando o tempo todo cultura e natureza. Essa pesquisa dentro da metodologia do INRC Lida Campeira, começou a pensar então o campo, a tosquia, a peça, colocando o artesanato em lã na relação com a *lida campeira*. Indo, dessa forma, para muito além da peça material. Isso possibilitou compreender todo o *caminho da lã*, desde a produção, na pecuária de ovinos, passando pelas técnicas de manejo realizadas, os conhecimentos de produtores, as instituições que auxiliam, as técnicas de esquila que são executadas de acordo com a organização e o propósito da criação, envolvendo formas de classificação e o armazenamento da lã, a preparação do fio e a transformação em artesanato.

Os processos artesanais de transformação da lã, atentam para um universo que inclui diferentes formas de tecer, diferentes tipos e tamanhos de teares, rocas manuais e elétricas, cardas manuais e de tambor e as peças. Este trajeto envolve as artesãs e diversos agentes que têm relação com a sua prática. Conhecimentos adquiridos pela experiência, pela vivência no mundo, que se expande à medida que novos *caminhos* e relações se apresentam, vão sendo mantidas e recriadas. Os conhecimentos revelam-se inseparáveis das experiências e memórias das artesãs, pois são construídos com a vida, norteiam as práticas, promovendo uma relação de engajamento com animais, coisas e ambientes.

Pela aproximação com o fazer, pode ser evidenciado que as artesãs que produzem o crochê em *jacquard* possuem marcas, particularidades, pois são diferentes mulheres,

gerações, formas de trabalho, organização de processos, redes de comercialização e divulgação. Tudo isso compondo um universo heterogêneo.

O crochê em *jacquard* é um conhecimento tradicionalmente familiar, passado de geração em geração. Na contemporaneidade, é também um *saber-fazer* de Jaguarão. Essa identificação acontece no momento que o *saber-fazer* se expande para além do âmbito da casa, quando artesãs locais, preocupadas com a possibilidade de desaparecimento da técnica, formam uma Associação dos Artesãos de Jaguarão no intuito de promover, ensinar e dar visibilidade ao artesanato em lã. Ao sair de casa, essas mulheres alcançaram o mercado e o reconhecimento.

Nessa saída para o espaço público, em que as artesãs começaram a participar de feiras, exposições e concursos pelo Estado, elas puderam perceber a particularidade de suas peças. A técnica é um trabalho manual, que vai além da ideia de artesanato rústico e imperfeito, mas se destaca pela complexidade, pela criatividade e pelo domínio, na busca por fazer bem feito. O trabalho dessas artesãs não se assemelhava aos trabalhos realizados em outras localidades. Tanto que organizadores dos concursos criaram uma categoria para incluir o crochê em *jacquard.* Nesse *caminho* para fora da casa o crochê em *jacquard* passou a ser reconhecido como de Jaguarão, um modo de fazer local.

Por fim, reconheço a amplitude do tema “artesanato em lã”, apresentando uma infinidade de questões ainda a serem abordadas e que não são possíveis de serem sanadas somente em um trabalho. É possível pensar esse *saber e fazer* no contexto fronteiriço, indo para além de Jaguarão, e do Brasil, atravessando a ponte para o Uruguai, possibilitando ponderar sobre as artesãs, outras formas de fazer e se há relações, diante desse contexto, bem como a circulação de pessoas e de coisas pela fronteira.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarinca, 1997.

_____. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2004.

ARNOLD, Denise Y. y Elvira Espejo. **El textile tridimensional**: la naturaliza del tejido como objeto y como sujeto, La Paz, 2013.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII. **Revista Complutense de História de América**, Madri, v.26, p.93-116, 2000.

BARRETO, Eric. "**Por dez vacas com cria eu não troco o meu cachorro**": as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris no pampa brasileiro. 2015, 130p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

BATESON, Gregory; MEAD, Margaret. **Balinese Character**. A Photographic Analysis. New York: The New York Academy of Sciences, 1942.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 114-119, 1987a.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 197-221, 1987b.

BENTO, Fábio R. Fronteiras, Significado e Valor – A partir do estudo da experiência das cidades-gêmeas de Rivera e Santana do Livramento. **Revista Conjuntura Austral**. v.3, n. 12, p. 2012.

BOFILL, Francisco J. **A reestruturação da ovinocultura gaúcha**. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRANDÃO, Carlos R. **Diário de campo: A antropologia como alegoria**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CAMARGO, Fernando. A pampa sul-riograndense e a pecuária. In: RIETH, Flávia, *et al*. **Inventário Nacional de Referências Culturais - Lidas Campeiras da Região de Bagé. Relatório Final**. Pelotas, 2013.

CANCLINI, Nestor G. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

CARVALHO, Izabel Cristina Moura. "Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica", Horizentes Antropológicos, v.9, n. 19, 2003 *apud*

GONÇALVES, Marco Antônio. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram as pessoas e personagens. In: GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z. (Org). **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de janeiro: 7 Letras, 2012.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CAÚRIO, Rita. **Arte têxtil no Brasil:** viagem ao mundo da tapeçaria. Rio de Janeiro: Funarte, 1985.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

DEMUTTI, Clayton. N. **Jaguarão suas águas e seus tratados de 1909**: Uma reflexão a partir das charges da revista Careta. 2015, 75p. Monografia (Bacharelado em História) Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015.

DESCOLA, Philippe. **Más Allá de naturaliza y cultura.** Buenos Aires, Argentina, Amorrotu Editores, 2012.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo:** "Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu". São Paulo: Perspectiva, 2012.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: uma descrição densa do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 2013.

EGGERT, Edla. **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

EGGERT, Edla; SILVA, Márcia A. Descosturar o doméstico e a "madresposa"- a busca da autonomia por meio do trabalho artesanal. In: Eggert, E. (Org). **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres no Rio Grande do Su**l. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

FELIPE, Jose. V. **Manual Control de calidad en productos textiles y afines**. Ediciones Escuela Técnicas Superior de Ingenieros Industriales, Madrid, 2015.

FONSECA, Maria Cecília L. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Manual de aplicação. Rio de Janeiro: IPHAN – DID, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da Fronteira Sul**: ensaios históricos. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **Origens de Jaguarão: (1790-1833)**. 2 ed. Porto Alegre: Evangraf Ltda., 2007.

GEISEL, Amália L.; LODY, Raul G. **Artesanato brasileiro: Tecelagem**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1983.

GOLDMAN, Márcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, v.10, n.1, 2006.

GONÇALVES, C. Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

GOURHAN, André Leroi. **Evolução e Técnicas. O Homem e a Matéria.** São Paulo: Perspectiva do homem, 1984.

GULARTE, Gustavo da Silva. **Fronteira do Jaguarão**: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835. 2015, 132p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GURAN, Milton. Fotografar para descobrir, fotografar para contar. Diálogos antropológicos. Dossiê 1 – Imagem. **Anais do GT 26: Antropologia visual e de imagem**. II Reunião de Antropologia do MERCOSUL. Piriápolis, Uruguai, p. 11-14, 1999.

Haraway, Donna. **The companion species manifesto: dogs, people and significant others**. Chicago, University of Chicago Press, 2003.

_____. **When species meet**. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 2008.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment**: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill. London: Routledge, 2000.

_____. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p.6-25, 2010.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p.25-44, 2012.

_____. **Estar vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015a.

_____. **Líneas: Una Breve Historia**. Barcelona: Gedisa, 2015b.

_____. La creatividad que se experiencia. **Investigación e Innovaciónen Arquitectura y Territorio,** San Vicente del Raspeig, v.4, n.2, p.1-11, 2016.

_____. **Antropologia para que serve**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

KELLER, Paulo. O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea. **Revista de ciências sociais- Política e Trabalho**. Maranhão, v.2, n°41, p.323-347, 2014.

KOSBY, Marília F.; SILVA, Liza B.M.D. INRC – Lidas campeiras na região de Bagé/RS: inventário dos ofícios e modos de fazer da pecuária no Pampa. **Revista Perspectivas Sociais**, v. 2, n. 1, p.2-14, 2013.

LEAL, Ondina fachel. "Do etnografado ao etnografável: O 'Sul' como área cultural". **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, v.3, n° 7, p. 201 – 2014, 1997.

LESSA, Luís Carlos Barbosa. **Mão gaúcha:** introdução ao artesanato sul-rio-grandense. Porto Alegre: Feplam, 1980.

LIMA, Ricardo. **Artesanato: cinco pontos para discussão**. Brasília: Ministério da Cultura; Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, 2005.

LIMA, Daniel V. "Cada doma é um livro": a relação entre humanos e cavalos no pampa-sul-rio-grandense. 2015, 153p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

LIMA, Daniel V. *"O cavalo é quem te dá as dicas":* uma etnografia da relação entre domadores e cavalos no pampa brasileiro. **R@U: Revista de @ntropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 7, n. 1, p.193-210, 2015.

LOVE, Joseph. L. **O regionalismo gaúcho.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUVIZOTTO, Caroline K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MAESTRI, Mario. O cativo, o gaúcho e o peão: Considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680 – 1964). In: **O Negro e o Gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil**. Passo fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

MAGNANI, José C. G. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v.15, n. 32, p.129-156, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: Um relato de empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: Uma Introdução**. São Paulo, Atlas, 2011.

MARTINS, Saulo. **Contribuição ao estudo científico do artesanato**. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1973.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In:_____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Nayfi, P.399-420, 2003a.

_____. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In:_____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Nayfi, p.183-294, 2003b.

MAZZEI, Enrique. **Fronteras que nos unen y límites que nos separan**. Melo: Imprenta CBA, 2013.

MENDES, Francisca R. N. A louça de barro do córrego de areia: tradição, saberes e itinerários. 2009, 198p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2009.

MENDES, Luiz C. N et al. Efeito da tosquia na temperatura corpórea e outros parâmetros clínicos em ovinos. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v.33, n.6, p.817-825, 2013.

MILLER, Eurico T. Pesquisas Arqueológicas em Abrigos sob Rocha no Nordeste do Rio Grande do Sul. In: SIMÕES, Mário (Ed.). **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**: Resultados Preliminares do Quinto Ano (1969-1970). Publicações Avulsas Museu Paraense Emilio Goeldi, n. 26, 1974.

MILLS, Wright. O ideal do artesanato. In: **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil Meridional: Séculos XVI-XVII. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, p. 475-498, 1996.

OLIVEN, Ruben G. A dupla desterritorialização da cultura gaúcha. In: FONSECA, Cláudia (org.). Fronterias da cultura. **Horizontes e territórios da antropologia na América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 24- 40.1993.

OSÓRIO, Helen. O Império Português no Sul da América: **estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação.** Petrópoles: Vozes, 1987.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia, ou a teoria vivida.** Ponto Urbe, 2008.

_____. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 42, p. 377-391, 2014.

PERROT, Michelle (org). História da vida Privada 4: **da revolução francesa à primeira guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PEZZOLO, Dinah Bueno. **Tecidos: história, tramas, tipos e usos**. São Paulo: Senac, 2013.

PHILIPPINI, Angela. **Linguagens, materiais expressivos em arteterapia**: uso, indicações e propriedade. Rio de janeiro: Wak, 2009.

PINTO, Franklin F. A formação da fronteira na margem norte do rio Jaguarão: **as unidades produtivas rurais como estratégia da coroa portuguesa para a consolidação dos limites (1790-1850).** 2015, 79p. Monografia (Bacharelado em História) - Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015.

PORTELLA, Cristina M.; MENDES, Leonardo G. T. Estampa sobre a estampa: **estabelecendo relações entre o jacquard e a estamparia**. REDIGE, v. 1, n. 1, 257-272, 2010.

PRIMO, Armando T. **América: Conquista e colonização**. Porto Alegre: Movimento, 2004.

RIBEIRO, Berta G. **A arte do trançado dos índios do Brasil: um estudo taxonômico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Folclore, 1985.

_____. As artes têxteis indígenas no Brasil. In: RIBEIRO, Berta G. **Suma etnológica brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1986.

RICHTER, Ivone Mendes. **Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais.** Campinas: Mercado de Letras, 2003.

RIETH, Fávia el al. Inventário Nacional de Referências Culturais**: Lidas Campeiras na Região de Bagé, RS**. v.3, 1. ed. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel; BARRETO, Eric. "*Lida brabíssima*": a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos, animais e artefatos na pecuária extensiva no Pampa brasileiro. **Revista Teoria e Cultura**. v.11, n. 2, p.81-91, 2016.

RIETH, Flávia.; LIMA, Daniel. Manejos pecuários: ofícios e saberes artesanais. In: David. Cesar; Vargas, Daiane Loreto (org.). **Saberes Tradicionais e Artesanato: experiencias culturais do campo brasileiro**. São Leopoldo: Oikos, p. 87-103, 2018.

RIETH, Flávia et al. **Campeiras:** notas de uma etnografia sobre as mulheres na pecuária da pampa brasileira**.** 2020, no prelo.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2002.

SCHLEE, Adyr G. **Dicionário da Cultura Pampeana Sul Rio-Grandense**. Pelotas: Fructos do Paiz, 2019.

SELL, Jaciele C. **Estradas paisagísticas: estratégia de promoção e conservação do patrimônio paisagístico do Pampa Brasil-Uruguai**. 2017, 332p. Tese

(Doutorado Geografia e Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14° ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **O artífice**. 5°ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, Márcia Alves da. "Confeccionando" reflexões sobre o trabalho feminino artesanal". In: _____. (Org.). **Gênero, sexualidade, educação e conhecimento**. Pelotas: Editora da UFPel, 2011.

SILVA, Adriana Fraga da; BARCELOS, Artur. Henrique Franco. O conflito, a guerra e seus vestígios materiais no rio Grande do Sul. In: Jaisson Teixeira Lino; Pedro Paulo Abreu Funari. (Org.). **Arqueologia da Guerra e do Conflito**. 1ed.Erechim: Habilis Press, 2013.

SILVEIRA, A. F.; BRONDANI, W. C.; LEMES, J. S. **Lã: características e fatores de produção**. Archivos de Zootecnia, v. 64, p. 13-24, 2015.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memória, dor**. São Paulo: Autêntica, 2012.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Diferentes aportes no âmbito da antropologia fenomenológica: Dialogo com Tim Ingold. In: **Cultura, percepção e ambiente: Diálogos com Tim Ingold**. (org.). São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

SUERTEGARAY, Dirce M. A.; SILVA, Luís Alberto Pires da. Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. In: **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Valério De Patta Pillar et al. Editores. Brasília: MMA, 2009.

VARGAS, Daiane Loreto. **Tecendo tradição: artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do pampa gaúcho**. 2016, 182p. Tese (Doutorado em Extensão Rural) -Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

VIANA, João G. A.; SILVEIRA, Vicente C. P. **Cadeia Produtiva da Ovinocultura no Rio Grande do Sul**: Um estudo descritivo. Revista em Agronegócios e Meio Ambiente, v. 2, n. 1, p. 9- 20, 2009.

VIVES, Vera de. **O artesão tradicional e o seu papel na sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZARTH, Paulo A.; GERHADT, Marcos. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (org.). **Lavouras de Destruição**: **a (im)posição do consenso**. Pelotas, 2009.

TCC’s

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso

CORPO-*RUÍNA*

Patrimônio Cultural Imaterial e conflito ambiental no Rio Grande do Sul

Vagner Barreto Rodrigues

Pelotas - 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

Vagner Barreto Rodrigues

CORPO-*RUÍNA*

Patrimônio Cultural Imaterial e conflito ambiental no Rio Grande do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia, do Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, na Linha de Formação Antropologia Social e Cultural, como requisito parcial à obtenção do título de **Bacharel em Antropologia**.

Orientadora: Dra. Flávia Maria Silva Rieth

Pelotas - 2021

Vagner Barreto Rodrigues

CORPO-*RUÍNA*

Patrimônio Cultural Imaterial e conflito ambiental no Rio Grande do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Antropologia, Linha de Formação Antropologia Social e Cultural, no Departamento de Antropologia e Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 26/11/2021.

Banca examinadora:

.....
Flávia Maria Silva Rieth (Orientadora)
Doutora em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Beatriz Muniz Freire
Mestra em Educação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

.....
Claudia Turra Magni
Doutora em Antropologia e Etnologia – École des Hautes Études en Sciences Sociales

.....
Laura Pérez Gil
Doutora em Antropologia Social – Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho ao povo Guarani,
por não me deixar esquecer o quanto o Amor é importante.
Aos interlocutores e às interlocutoras, sem os quais nada teria sentido.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao **Departamento de Antropologia e Arqueologia** (DAA), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por meio de seus professores e professoras, técnicos e técnicas, funcionários e funcionárias, bem como ao **Instituto de Ciências Humanas** (ICH), um lar em Pelotas.

Agradeço ao **Departamento de Antropologia** (DEAN), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), pelas contribuições no andamento da minha formação acadêmica, em Curitiba.

Agradeço ao **Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som** (Leppais), ao **Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos** (GEEUR), da UFPel, e ao **Núcleo de Estudos Ameríndio** (NEA), da UFPR, pelo aprendizado coletivo.

Agradeço ao **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (Iphan-RS), pela oportunidade de pesquisa e de valorização cultural da pampa.

Agradeço aos colegas do **Inventário Nacional de Referências Culturais Lida Campeira** (INRC Lida Campeira), fonte de tantas reflexões.

Agradeço à professora **Flávia Maria Silva Rieth,** pela orientação e pelos ensinamentos, que vão muito além da Antropologia.

Agradeço às professoras **Beatriz Muniz Freire**, **Claudia Turra Magni** e **Laura Pérez Gil**, por serem inspirações que busco honrar ao longo da minha trajetória.

Agradeço ao antropólogo **Daniel Vaz Lima**, companheiro e mestre nas andanças (a pé) pelos *campos de pedras* pampeanos.

Agradeço a minha **família**, **amigos, amigas e colegas**, por tornarem a vida uma festa.

Agradeço a minha mãe, **Vera Barreto**, pelo amor incondicional.

Agradeço aos **interlocutores** e às **interlocutoras**, sem os quais este trabalho não teria sentido.

Por fim, agradeço à **Universidade Pública** e à **população brasileira**, trabalhadores e trabalhadoras que tornam possível a existência desse espaço.

Para que tanto campo? Para que tanta guerra? Os homens se matavam e os campos ficavam desertos. Os meninos cresciam, faziam-se homens e iam para outras guerras. Os estancieiros aumentavam as suas estâncias. As mulheres continuavam esperando. Os soldados morriam ou ficavam aleijados. Voltou a cabeça na direção dos Sete Povos, e seu olhar perdeu-se, vago, sobre as coxilhas.

O tempo e o vento, Erico Verissimo

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia Social e Cultural reflete sobre o Patrimônio Cultural Imaterial e os conflitos ambientais na pampa brasileira, especialmente, aqueles gerados pela mineração e pelos impactos à água doce. A etnografia dialoga com os Inventários Nacionais de Referências Culturais (INRC), metodologia participativa que busca produzir conhecimento sobre os bens culturais de natureza imaterial, a partir dos modos de vida das comunidades sul-rio-grandenses. Os resultados apontam para a diversidade sociocultural e ambiental do extremo sul do Brasil, ao mesmo tempo em que tensionam as narrativas oficiais, por meio da presença dos povos e comunidades tradicionais na pampa, considerando as relações entre humanos, outros animais, coisas e ambiente. Nesse sentido, acompanha os habitantes e os fluxos dos rios, mas, também, a experiência histórica da mineração – e as ruínas decorrentes dela.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Imaterial. Conflito ambiental. Mineração. Pampa. Águas.

ABSTRACT

This End of Course Paper on Social and Cultural Anthropology reflects on Intangible Cultural Heritage and the environmental conflicts in the Brazilian pampa, mainly those caused by mining and the impacts to freshwater. Ethnography dialogues with the National Inventories of Cultural References (INRC), participative methodology that seeks to produce knowledge on cultural goods of intangible nature, from the views of the ways of living of the sul-rio-grandense communities. The results point out to a sociocultural and environmental diversity of the extreme South of Brazil, while at the same time it stresses out the official narratives, through the presence of the peoples and the traditional communities in the pampa, considering the relationships between humans, other animals, things and the environment. That way, it follows the inhabitants and the flow of the rivers but, also, the historical experience of mining – and the ruins arising from it.

Keywords: Intangible Cultural Heritage. Environmental conflict. Mining. Pampa. Waters.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: No alto das pedras.....23
Imagem 2: Seu Lalinho na lida com os antropólogos.....28
Imagem 3: Observados na Audiência com Ministério Público.....30
Imagem 4: Dias de luta.....32
Imagem 5: Lida de humanos e de outros animais.....35
Imagem 6: Redes em defesa das águas.....39
Imagem 7: Às margens do rio de água rápida.....41
Imagem 8: O indomável Camaquã.....43
Imagem 9: Fazendo o serviço.....49
Imagem 10: Seu Beto falando de lidas e de vidas.....54
Imagem 11: Ruínas da mineração em Lavras do Sul.....60
Imagem 12: Acompanhando o fluxo do rio.....63
Imagem 13: Acampamento missioneiro no anos 1990.....76
Imagem 14: Ex-lavoura de eucalipto.....82

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã.....18
Mapa 2: Complexos territoriais do Alto Camaquã.....34
Mapa 3: *Governación de Paraguay e de la Buenos Aires* (detalhe).....58
Mapa 4: Modelo arqueológico de ocupação Guarani, entre 300 e 1780 DC.....70
Mapa 5: Distribuição espacial da soja no Rio Grande do Sul (2017).....73
Mapa 6: Local de instalação da Mina Guaíba.....79

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ADAC – Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã
AGrUPA – Associação Para a Grandeza e União de Palmas
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANM – Agência Nacional de Mineração
CCMRS – Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
FLD – Fundação Luterana de Diaconia
Funai – Fundação Nacional do Índio
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
INDL – Inventário Nacional de Diversidade Linguística
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MP – Ministério Público
MST – Movimento Sem Terra
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas
PGR – Procuradoria Geral da República
PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
UC – Unidade de Conservação
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
UTE – Usina Termelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: SOBRE CAMPOS MINADOS.....12

CAPÍTULO 1: SERES, RIOS E RUÍNAS.....24

1.1 Na pampa úmida.....26

1.2 Campos lisos, campos dobrados e campos escavados.....33

1.3 Quando cada projeto *não* é um projeto.....38

CAPÍTULO 2: ARRANCAR O (C)OURO.....45

2.1 Patrimônios e culturas.....47

2.2 Os confins meridionais.....51

2.3 Histórias a contracorrente.....55

CAPÍTULO 3: DEIXAR RUIR.....65

3.1 Fazer floresta, fazer deserto.....68

3.2 *Ex*-floresta, *re*-floresta.....75

3.3 Ruinologias.....81

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....87

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....90

INTRODUÇÃO: SOBRE CAMPOS MINADOS

Um susto!

É verão. Saímos de Pelotas/RS antes das 7h da manhã em direção à região de Palmas, interior de Bagé/RS, na fronteira com o Uruguai, onde a comunidade realiza um ato em defesa do Rio Camaquã. O grupo da van é formado por alunos, alunas e docentes do Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mas, também, por amigos e companheiros de alunos. Seguimos pela BR 293 e, aos poucos, os barracos e as "casinhas" na periferia e vilas às margens da rodovia vão sendo substituídos por plantações, pastagens, bois, cavalos, ovelhas, cabras, com casas pontuais. Pela estrada, diversas placas marcam pontes e nomeiam os arroios que correm para o Camaquã. Arroio do Tigre. Arroio das Traíras. Arroio das Palmas.

Conforme a indicação de um dos membros do grupo, deixamos o asfalto e entramos em uma encruzilhada, via estrada de chão, antes de chegar ao centro urbano de Bagé. Ao longo do caminho é possível avistar as "guaritas", tipo de formação rochosa que marca a parte alta da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã. São afloramentos acinzentados, que contrastam com o verde dos campos e das matas que compõem o ambiente. No trajeto, encontramos outros carros, vans e ônibus, até formarmos um grande cortejo, lento, devido à quantidade de pedras soltas pelo caminho.

O ato marca um momento de inflexão na articulação em defesa do Rio Camaquã, com a presença oficial de membros da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, além de vereadores, prefeitos, assessores e entidades de Bagé e de cidades vizinhas. Além de políticos, o encontro reuniu órgãos de imprensa, estudantes e professores secundaristas e universitários, grupos de canoeiros, ecologistas, pecuaristas familiares, líderes de associações locais, entre outros. Após discursos, na beira do rio, onde foi montado um palanque entre as árvores, foi servido o almoço: arroz carreteiro e feijão, feito por Seu Beto, pecuarista familiar e capataz em Palmas.

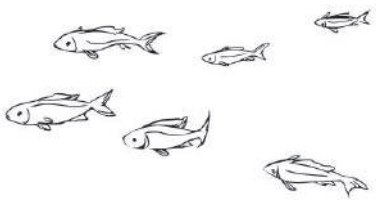
À tarde, os discursos continuam. Saio para tomar banho de rio com alguns amigos, por uma trilha no mato. No caminho, nos deparamos com um senhor, só, que retira, com uma faca, pequenas lascas da casca de uma árvore. Paramos para conversar com ele, que afirma ser morador da

região. A árvore é a guaçatumba [Casearia sylvestris]*, conhecida como "erva de bugre" ou "chá de bugre". Ele diz que gosta de ter sempre um pouquinho de guaçatumba por casa e leva quando cruza com uma no mato. Nos aconselha a levar. Corta mais alguns pedaços e distribui entre nós, enquanto explica o modo de preparar. Deixamos ele à vontade e vamos para o Camaquã, com suas águas rasas no verão, rápidas e geladas.*

Era a primeira vez que ia "nas Palmas", na parte alta da bacia, apesar de conhecer a região do Alto Camaquã e acompanhar os debates em campo há quase um ano. Em 2016, alguns pecuaristas familiares entraram em contato com a Universidade Federal de Pelotas no momento em que começaram a ouvir os rumores sobre a instalação de uma mina de chumbo e outros metais pesados em Minas do Camaquã, interior de Caçapava do Sul/RS. O "Projeto Caçapava do Sul" ativou experiências de um passado recente na região, por meio dos ciclos históricos de mineração, que remontam ao período colonial. A localidade de Minas do Camaquã teve algum destaque até meados dos anos 1990, mas definhou com o abandono da exploração de cobre. Hoje em dia, conta com alguns moradores, quase todos mineiros aposentados ou familiares – e é descrita pela imprensa como uma "vila fantasma".

Ficamos brincando na água e os lambaris prateados mordiscam a nossa pele. Mas precisarmos sair para encontrar o grupo e retornar. A luz reflete forte no campo e machuca os olhos. O gado está sob as árvores, escondido e imóvel. Sentamos na grama, numa sombra rala, esperando secar para nos vestirmos. Então, Gabriel, amigo estudante de Bagé, fala que pode ser o "nosso último banho no Camaquã", caso a mina se tornasse fato. A frase interrompe aquele momento de diversão entre o grupo de amigos. Fico meio atônito com a possibilidade.

Às vezes, faltam palavras. (Diário de Campo, verão de 2017).



O ingresso no Bacharelado em Antropologia, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), extremo sul do Rio Grande do Sul, em 2015, após passar pela formação em Comunicação Social, na Universidade de Caxias do Sul (UCS), nordeste gaúcho, foi, também, o início do meu contato com

as políticas públicas de Patrimônio Cultural. Naquele ano, a partir de uma demanda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) à Secretaria Municipal da Cultura (Secult) de Pelotas, integrei as pesquisas para a constituição do Memorial da Estação Férrea (MEF), com coordenação da professora Dra. Claudia Turra Magni. As pesquisas etnográficas, que acompanhei enquanto bolsista, objetivavam produzir conhecimento sobre a comunidade ferroviária, a partir do processo de reforma do prédio da Estação, que contou com o apoio de recursos federais.

A região do Simões Lopes, onde a Estação está localizada, reúne muitas famílias de ferroviários aposentados, que assistiram o arruinamento do prédio, a partir do abandono do transporte de passageiros, no fim do século 20. Durante o processo, realizamos uma série de levantamentos históricos, pesquisa de arquivos, coleta de imagens e pesquisas etnográficas envolvendo os ferroviários. O estudo contou com a participação de uma equipe multidisciplinar, formada por estudantes de graduação e de pós-graduação, da área de Antropologia, Arqueologia, Artes Visuais, Cinema e Audiovisual, Museologia, além de membros da comunidade. Todas as etapas foram marcadas pela interlocução com os ferroviários e seus familiares, por meio de reuniões para a restituição da pesquisa no prédio da Estação. O projeto do MEF resultou na publicação de artigos, trabalhos de conclusão de curso e dissertações. Produziu, ainda, o etnodocumentário *Vida nos trilhos*[1], que aborda alguns dos temas suscitados pela pesquisa, e um Museu de Rua homônimo, com *banners* que circularam em espaços de memória e em museus ferroviários[2].

A oportunidade da realização do Memorial me aproximou do Inventário Nacional de Referências Culturais da Lida Campeira (INRC Lida Campeira)[3], com coordenação da professora Dra. Flávia Maria Silva Rieth, que, naquele momento, realizava a restituição da primeira fase de pesquisa, na região de Bagé/RS. O INRC é uma metodologia que tem como objetivo identificar, documentar e

[1] Disponível em: https://youtu.be/DCs5JEa0Ghw. Acesso em: 20 out. 2021.
[2] Os textos e as imagens que compõem os *banners* são resultado da pesquisa coletiva do MEF. A revisão foi minha e a arte final foi realizada por Hamilton Bittencourt, no Laboratório Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (Leppais-UFPel), sob a coordenação da professora Dra. Claudia Turra Magni. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leppais/mef/. Acesso em: 20 out. 2021.
[3] O INRC Lida Campeira na Região de Bagé/RS configurou-se a partir da demanda da Prefeitura de Bagé, com financiamento e cedência da metodologia pelo IPHAN. O plano de trabalho foi executado pelo Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, com trabalho de campo realizado no período de 2010 a 2012. A entrega dos Relatórios Finais, dos 05 Filmes foi realizada em 2013, sob coordenação da professora Dra. Flávia Rieth, com CD-rom Interativo, sob coordenação da professora Dra. Claudia Turra Magni. Os relatórios se situam em análise no departamento do Patrimônio Imaterial, no Iphan. A partir de 2017, houve a oficialização da extensão desta metodologia para a região do Alto Camaquã, na Serra do Sudeste, por meio do INRC Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/. Acesso em: 20 out. 2021.

produzir conhecimento para fins de Registro da *lida campeira* enquanto Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro (RIETH *et al*, 2013).

O INRC Lida Campeira constituiu-se, a partir da demanda da Prefeitura de Bagé, da cedência de metodologia do Iphan e da realização, por meio do Bacharelado em Antropologia, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O trabalho de campo foi executado na região de Bagé, a partir de 2010, e teve sua extensão para a região do Alto Camaquã, a partir de 2016, devido à demanda da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC) e da Associação para a Grandeza e União de Palmas (AGrUPA), segundo o argumento de que "*camperear em campo liso é diferente de camperear em campo dobrado*". Desde então, os pesquisadores acompanham as atividades realizadas pelos detentores e detentoras, que desempenham ou desempenharam as atividades de doma, de pastoreio, de esquila, o ofício do guasqueiro, a tropeada, o artesanato, a lida caseira.

Como o INRC demonstra, a *lida campeira* é um processo dinâmico, que envolve populações tradicionais distintas, como pecuaristas familiares, quilombolas e populações indígenas, pouco consideradas ao longo da formação histórica do Estado brasileiro. O Inventário aponta para a diversidade sociocultural e ambiental da pampa[4] em sua relação com a complexa formação histórica da "área cultural" do Sul que, conforme a antropóloga Ondina Leal, não coincide, necessariamente, com os limites políticos do estado do Rio Grande do Sul "ou mesmo os da nação Brasil" (LEAL, 1997, 2019) e não se encontra devidamente contemplada nas representações oficiais. Lança luz, ainda, para a complexidade que envolve a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro, tendo em vista a especificidade e a particularidade de cada bem cultural (FONSECA, 2017; CAVALCANTI, 2019).

A partir do processo de extensão do INRC Lida Campeira, passei a acompanhar a equipe no trabalho de campo na pampa, com pesquisas na região do Alto Camaquã, por meio da etnografia realizada com as comunidades da área. O Alto Camaquã reúne pecuaristas familiares, quilombolas e indígenas, que compartilham a presença do Rio Camaquã e a experiência da mineração nos "*campos de pedras*" ou "*campos dobrados*", como é caracterizada a paisagem dessa parte da pampa do Rio Grande do Sul. Contudo, nesse mesmo período, as comunidades passaram a

[4] Utilizo pampa no feminino, como *la pampa*, partindo da perspectiva de que não é um recurso ou apenas o bioma, mas, também, um ambiente de trocas de vitalidades. A terra que nutre humanos, animais e outros entes.

explicitar os impactos que projetos de megamineração podem gerar aos bens inventariados. A região da pampa caracteriza-se historicamente pelo manejo de rebanhos em campos nativos, que, nas últimas décadas, têm convivido, cada vez mais, com projetos de monocultivo, como, por exemplo, as lavouras de soja e de eucalipto. Ao mesmo tempo, o predomínio do pastoreio, pode invisibilizar a convivência com processos de mineração que, ao longo da história, conviveram com o manejo dos rebanhos, como as iniciativas de garimpo de ouro, em Lavras do Sul/RS e em Caçapava do Sul/RS, que remontam à intensificação da colonização na região platina, ao longo do século 18.

Durante a pesquisa do INRC, os interlocutores manifestaram apreensão a respeito das iniciativas mineradoras, sobre as quais estavam tomando conhecimento por notícias em periódicos. De acordo com a interlocutora Vera, pecuarista familiar na região de Palmas, interior de Bagé, foi por meio de um grupo na mídia social *WhatsApp* que tomou conhecimento sobre o projeto de megamineração de chumbo e outros metais pesados, a partir de mensagens de pecuaristas a respeito das reportagens que saíram em jornais. Da propriedade da família, onde criam bovinos, ovinos e caprinos, é possível ver, desde o alto das pedras, o movimento na região de mineração. A partir dessa movimentação atípica, também, que os moradores começaram a prestar atenção, mais vigilantes. O Projeto Caçapava do Sul é uma iniciativa conjunta [*joint-venture*] das empresas transnacionais Nexa Resources (ex-Votorantim Metais) e Iamgold Corporation, que pretende instalar cavas a céu aberto, ao longo de, aproximadamente, vinte anos, para a extração de chumbo, de cobre, de zinco, de ouro e de prata, na parte alta da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, em Minas do Camaquã, 3º Distrito de Caçapava do Sul, distante 70 km do centro do município.

Os estudos de impacto ambiental referentes à instalação do empreendimento, porém, não levam em conta a configuração da Bacia Hidrográfica. As considerações de possíveis impactos ambientais realizados para a, então, Votorantim Metais consideraram o ambiente como uma área fixa, com alcance determinado pelos limites políticos e administrativos dos municípios de Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista/RS, para mensurar os riscos. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA PROJETO CAÇAPAVA, 2016: 31, grifo meu):

> A AID (Área de Impacto Direto) relacionada às estruturas do empreendimento (cavas, pilhas de estéril e rejeito, beneficiamento e infraestrutura administrativa e de apoio) foi definida como uma poligonal formada pelos limites das microbacias diretamente afetadas pelo empreendimento, enquanto para os acessos (estrada vicinal) que sofrerão modificações de traçado, foi considerada uma AID mínima de 30 m para cada lado da

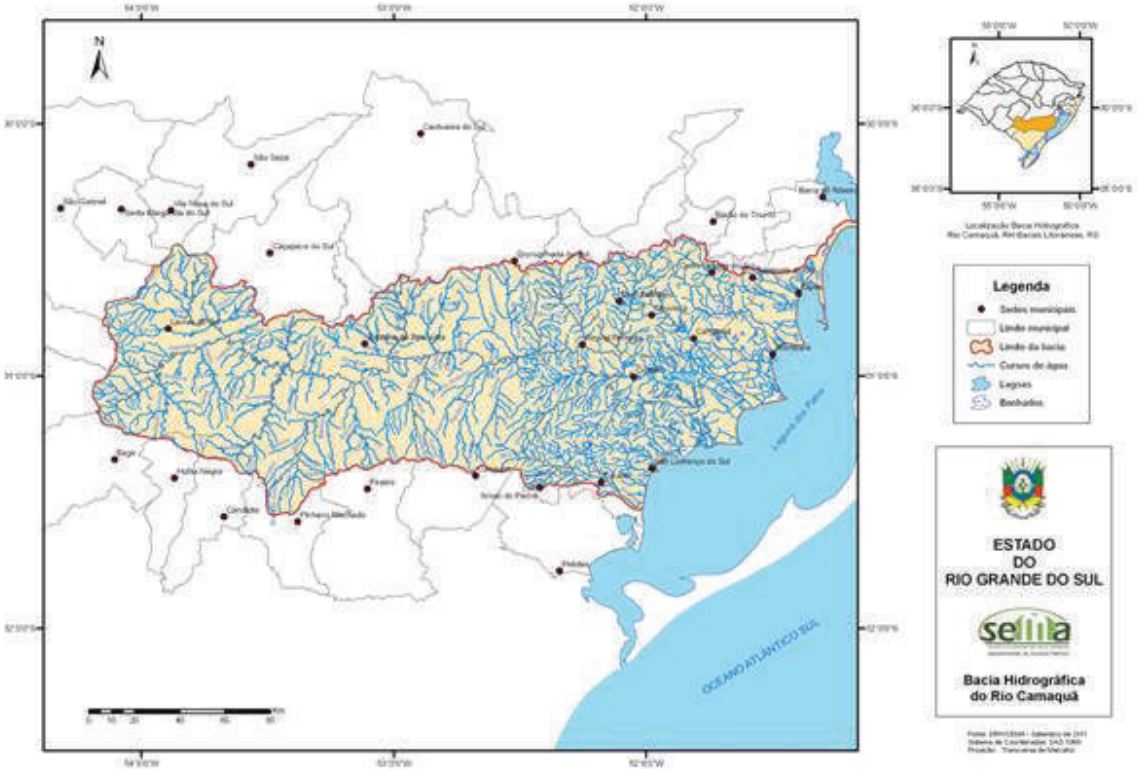
> estrada vicinal, com delimitação formada por barreiras físicas (vales). A AII (Área de Impacto Indireto) foi definida como uma poligonal de 3 km de raio a partir dos limites da AID**, considerando o Rio Camaquã como uma barreira física.**

Em relação ao empreendimento, de acordo com o EIA-RIMA, o grau de conhecimento dos participantes sobre o projeto é "pequeno", apesar disso, as manifestações em relação a implantação da mina foram "totalmente favoráveis", pois há uma percepção positiva do efeito econômico que o empreendimento teria na região. Poucos aspectos negativos foram relacionados ao empreendimento, dentre eles, destaca-se "o impacto ambiental", maior preocupação dos participantes e o efeito negativo sobre a "tranquilidade" que o local oferece para a população.

O Eia-Rima do projeto vai de encontro às compreensões dos habitantes da região, marcada pela pecuária familiar extensiva e pela disseminação da presença negra, como apontam os trabalhos de Helen Osório (2016) e Luís Augusto Farinatti (2018), entre outros. Ao refletir sobre povos caçadores-coletores e povos pastores, Tim Ingold (2000) destaca que habitar o ambiente implica em conhecer e juntar-se aos outros entes que formam o mesmo. Nesse sentido, para além de uma "barreira física", de acordo com aqueles que habitam a parte alta da bacia, o Rio Camaquã é uma malha (INGOLD, 2012), formada pelas múltiplas linhas, caminhos – e descaminhos – que conectam aqueles que vivem *com* o rio, que corre até a Laguna dos Patos, onde encontram-se com o Oceano Atlântico. Para Márcia, pecuarista familiar de Palmas, interior de Bagé, "*o Rio é como o sangue da gente*", fonte que conecta aquilo que é vivo.

Isso pode ser representado, minimamente, por meio da Bacia Hidrográfica que dá forma ao Rio Camaquã.

Mapa 1: Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã



Fonte: Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã (2015)

Não por acaso, os *campos dobrados* da Serra do Sudeste, de difícil acesso devido aos peraus, penhascos e "*guaritas*", foi local estratégico enquanto rota de fuga ao longo da formação sociocultural da região. A paisagem serviu de esconderijo para grupos, que conheciam a hidrografia e sabiam transitar por ela, carregando pessoas e coisas durante guerras, revoluções, invasões e conflitos armados. De acordo com a antropóloga Marília Floôr Kosby (2017), os *campos de pedra* configuram uma "fuga para fora", para os "fundões" das propriedades, nos *rincões*[5] do Rio Grande do Sul.

Fabiani, interlocutora do Quilombo de Palmas, no interior de Bagé, explica que as terras de uso comunitário do quilombo são formadas pelas comunidades do Rincão da Pedreira, Rincão do Alves, Campo do Senhor Ourique e Rincão do Inferno, onde criam gado bovino, ovino e caprino

[5] De acordo com Aldyr Garcia Schlee (2019), *rincão* é um lugar especial do campo, com boas aguadas e excelente pasto, onde é possível manter animais de criação em segurança. O mesmo que pago ou querência. Lugar da campanha sul-rio-grandense que serve de referência à vida de um campeiro pampeano. É, ainda, o lugar do seu nascimento ou onde ele vive ou onde tem os seus afetos (p. 794).

de forma extensiva, em campo nativo. O Quilombo é composto por cerca de 40 famílias, que mantêm laços de parentesco, compadrio e matrimonialidade. As comunidades são interligadas por trilhas e caminhos entre pedras, cordilheiras e cânions. Conforme Kosby (2017), as famílias que constituem o quilombo são descendentes de trabalhadores campeiros das estâncias da região, exímios na lida com os animais, hábeis ginetes e no tiro do laço. Exerciam o trabalho de "*changuear*", em atividades como consertar arames, limpar algum campo, cuidar de rebanhos, esquilar ovelhas, cortar lenha, carnear, levar ou buscar uma tropa de gado, plantando roças em lavouras alheias, como meeiros.

A quilombola Fabiani descreve a região do Alto Camaquã da seguinte maneira:

Aqui, especificamente, onde eu moro é mais cerro, mais pedra, então tem muito… A água mesmo que a gente usa aqui em casa ela vem de cima do cerro, é uma cacimba em cima do cerro. No geral, é isso, assim. E tem um lugar na pedreira, que ele é bem próximo da sanga. A sanga passa, assim, no meio da comunidade, mas só que ela seca no verão, não secava antes. Também tinha uns mananciais na casa da minha avó materna, tinha verão que qualquer chuvinha que vinha tu tinha que pular pra passar, para ir na casa da minha "bisa". E hoje não, é bem seco ali. (Diário de Campo, outono de 2021).

A sanga, a qual Fabiani se refere, de acordo com Aldyr Garcia Schlee (2019), é um "curso d'água pequeno, estreito e pouco profundo, pelo qual escoam águas de uma chuva ou de uma nascente, em geral na direção de um arroio ou lagoa" (p. 815). Nesse sentido, a partir de diferentes matrizes de relação com o Rio Camaquã, pode-se pensar nas águas enquanto um ponto de inflexão entre concepções de natureza, onde diferentes fluxos juntam-se para formar o rio. Fabiana Li (2016), ao acompanhar os conflitos ambientais decorrentes do uso das águas em projetos de mineração no Cerro Quilish, em Cajamarca, no Peru, aponta a dificuldade de definir aquilo que está em risco apenas a partir de políticas racionalizantes. Para a autora, a hidrologia do cerro é um "objeto fronteira", que se multiplica sem, contudo, perder a constância, por meio de associações profundas e íntimas entre as comunidades e seus cursos d'água, "capaz de trasladarse a través de fronteras y habitar diversas comunidades de práctica, manteniendo al mismo tiempo una identidad constante" (p. 160).

Para a pecuarista familiar Vera, moradora de Palmas, no Alto Camaquã:

As ameaças, assim, é... são todas, assim, me parece. Na verdade, ele [o Projeto Caçapava do Sul] *vai suprimir nascentes do Rio Camaquã, então, a quantidade de água vai reduzir, né. Ele vai retirar água, diariamente, do Camaquã. Assim, a gente olhando o Camaquã, agora, parece que é um grande rio, mas no verão, a gente passa no Camaquã com água pelo tornozelo, né, porque ele fica bem baixinho. Fica uma "sanga", como a gente chama por aqui, né. Vai estragar o Camaquã, que o Camaquã pra nós é... é tudo, assim. Ele é fonte de lazer, porque a gente pesca aqui, é fonte de alimento, porque a gente toma banho, a gente pesca, e é fonte, também, de alimento, de água para nossos animais e pras próprias famílias. Fora o Rio Camaquã, a poeira que vai sair da mina, contaminada, ela vai vir pelos ventos para cima da nossa comunidade, então vai contaminar nosso pasto, vai contaminar nossos animais. Vai contaminar a gente. Então, por qualquer lado que se possa olhar, ele é uma ameaça gravíssima pra nós. A gente acha... que a gente não vai sobreviver a essa mineração.* (Diário de Campo, primavera de 2017).

Assim, devido ao convite das comunidades, passamos a acompanhar uma série de debates e de ações realizadas por uma rede de coletivos, de movimentos sociais, de universidades, entre outros, que buscam apresentar os impactos dos projetos de megamineração na pampa. Ainda que seja uma atividade fundante da América Latina, o estudo da mineração passou a ter maior visibilidade para a Antropologia apenas a partir da década de 1980, em decorrência do cenário de crise energética e ambiental, e ocorreu em diálogo com outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, a Geografia, a Economia e a História, conforme Ricardo Godoy (1985) e Michael Taussig (2010).

No Brasil, a mineração ainda é um campo aberto à produção de conhecimento antropológico, que pode ajudar a refletir sobre as implicações socioculturais da exploração mineral. Logo, deve-se levar em conta a presença da atividade para além da América Hispânica ou da região das Minas Gerais, no sentido de compreendê-la desde o início do projeto colonial, como indicam as experiências na Baía de Paranaguá[6], no litoral do Paraná, ao longo do século 17, ou o citado garimpo no Rio Grande do Sul, no século 18, apenas para exemplificar dois casos pontuais no Sul do Brasil Colônia. Da mesma forma, relatos – verdadeiros ou falsos – a respeito da presença de ouro e de outros minerais preciosos fez com que grandes contingentes avançassem para o interior

[6] De acordo com Picanço (2011), o historiador Moises Marcondes encontrou, em 1920, um mapa da baía de Paranaguá de 1653, no Archivo da Marinha e Ultramar, da Biblioteca Nacional de Lisboa, de autoria atribuída a Pedro de Souza Pereira. Constam no mapa 21 indicações de minas de ouro no litoral paranaense, o que o torna o mais antigo mapa de ocorrências minerais conhecido a respeito do Brasil.

do continente, fato que gerou a invasão de territórios indígenas e o tráfico de mão de obra africana escravizada para o trabalho nas lavras, enquanto os rebanhos de gado eram introduzidos nos "espaços vazios entre as minas", como apontam os historiadores Silvio Baretta e John Markoff (1978).

Ao mesmo tempo, como lembra Andréa Zhouri (2018), antropólogos e antropólogas têm sido demandados a atuarem como *experts*, consultores e mediadores de conflitos em contextos de mineração, o que multiplica os desafios éticos, morais, teóricos e metodológicos colocados pelas condições de produção do conhecimento etnográfico e/ou empírico. Para Zhouri, a produção proveniente do saber antropológico, enquanto modalidade de discurso técnico, será apropriada num movimento de correlação de forças, o que gera efeitos nos processos sociais em curso. Nesse cenário, "onde posições assimétricas de poder caracterizam as relações sociais, e as violações de direitos humanos não são infrequentes, a pretendida 'posição externa' do cientista social é constantemente questionada" (p. 11-12).

No caso das pesquisas sobre Patrimônio Cultural, não é diferente. Com o reconhecimento do Patrimônio Cultural Imaterial, institucionalizado em 2000, via Decreto nº 3.551, criou-se as condições para o Registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o Patrimônio Cultural brasileiro, o que trouxe consequências para a realização dos licenciamentos ambientais (LIMA, 2017). Da mesma forma, a especificidade do trabalho antropológico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998), muitas vezes pouco conhecido pelas comunidades – ou mesmo por outros pesquisadores em campos –, possui seu andamento e suas metodologias, o que pode contrastar com a urgência de certas situações ou com o tempo dos movimentos sociais.

Cabe notar, ainda, que a investida da mineração ocorre em um momento que o campo antropológico é permeado por uma "virada" (KOHN, 2015), que busca compreender as relações para além do humano, ao integrar humanos, outros animais, coisas e ambiente em uma Antropologia da/na vida. Assim, esse é um processo que pode ser pensado como um aprendizado mútuo, nos termos de Roy Wagner (2010). Ao produzir a "invenção da cultura", por meio das relações entre distintos agentes, os antropólogos e as antropólogas reinventam a própria noção de cultura, na mediação entre as culturas que são experienciadas. Logo, que contribuições as pesquisas antropológicas no campo do Patrimônio Cultural podem oferecer para refletir sobre os conflitos ambientais? Qual o papel de antropólogos e de antropólogas no contexto de disputas em

torno de projetos de mineração? Como refletir sobre os impactos que tais projetos produzem aos bens culturais?

Este trabalho em Antropologia Social e Cultural, assim como esta Introdução, reflete sobre as andanças realizadas ao longo das pesquisas pelos campos minados da pampa brasileira, desde 2016, bem como as implicações desses encontros etnográficos para as reflexões sobre Patrimônio Cultural Imaterial. O texto está dividido em três capítulos, que abordam aspectos do trabalho de campo etnográfico.

No Capítulo 1, reflito sobre as estratégias metodológicas utilizadas ao longo da pesquisa etnográfica, por meio do acompanhamento das redes constituídas em decorrências do acompanhamento dos projetos de megamineração no Alto Camaquã e, posteriormente, na pampa do Rio Grande do Sul, bem como os potenciais impactos ao ambiente e às bacias hidrográficas. Apresenta, também, a formação sociocultural do Alto Camaquã e as possibilidades visualizadas para a compreensão da História da região platina.

No Capítulo 2, abordo a diversidade social e cultural nos caminhos da pampa, evidenciada através da metodologia empregada nas pesquisas dos Inventários Culturais de Referências Culturais (INRC), que, juntamente às pesquisas Antropológicas, Históricas e Geográficas, podem contribuir para (re)pensar a contrapelo a História oficial do Rio Grande do Sul, por meio da presença das populações tradicionais, como indígenas, pecuárias familiares e quilombolas.

No Capítulo 3, destaco a intensificação dos conflitos ambientais no Rio Grande do Sul, enquanto nova fronteira da mineração, e a virtualidade da ruína dos povos e comunidades tradicionais frente ao avanço de projetos extrativistas, a partir da interlocução com o povo Mbya Guarani. Apresento, ainda, os novos arranjos e resistências que têm se colocado para barrar o avanço desses projetos na defesa do "bem comum" e da vida na pampa.

Por fim, nas Considerações Provisórias, busco apontar possibilidades de andamento das pesquisas, bem como alguns dos conhecimentos etnográficos produzidos ao longo desses anos de trabalho de campo.

Imagem 1: No alto das pedras



Fonte: Acervo INRC Lida Campeira. Guilherme Santos/Sul21

CAPÍTULO 1: SERES, RIOS E RUÍNAS

Rio da minha infância
Rio do meu amanhã
Também somos teu destino
Te salvaremos, Camaquã

Em tuas águas puras
A pureza do Cunhã
Assim te queremos sempre
Indomável Camaquã
Rio Camaquã, Ytamar João Barros de Moraes

Em 2020, num momento em que a pandemia de Covid 19 atingia o auge da mortalidade no Sul do Brasil e não havia qualquer perspectiva para o início da vacinação, começaram a circular mensagens nos grupos que acompanham os projetos na região do Alto Camaquã. André Pepitone, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), assinou um Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA) e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), que tinha como objetivo viabilizar a realização de um Inventário Participativo de Potencial Hidrelétrico do Rio Camaquã. Logo, diversos jornais passaram a anunciar manchetes de que o acordo previa a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) na parte alta da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, com investimentos da ordem de R$630 milhões.

O anúncio era bastante insólito. Primeiramente, porque o Brasil vivia naquele momento, além da pandemia, uma grande seca, devido aos meses de estiagem, o que fez centenas de municípios decretarem situação de emergência no Rio Grande do Sul. As notícias não apresentavam o que se tratava, de fato, o projeto, tampouco o que implicava o tal do "inventário participativo", nem de onde sairiam os recursos de R$630 milhões, tendo em vista a situação de crise que assola as contas públicas gaúchas. Somava-se a essas imprecisões o fato do projeto de produção elétrica querer se instalar no Rio Camaquã, o único rio livre de hidrelétricas e de barragens no Rio Grande do Sul, especialmente, considerando a característica de déficit *hídrico da região, com chuvas descontínuas, e o predomínio da pecuária familiar extensiva. Além disso, são conhecidas*

as relações das Pequenas Centrais Hidrelétricas com os projetos de mineração, algo que trazia ainda mais preocupações para o acordo.

Devido a uma série de contingências – os imponderáveis da vida cotidiana –, fiquei responsável por acompanhar as reuniões que buscavam produzir a Carta do Rio Camaquã, a partir da interlocução entre diversos coletivos que atuam na área. A Carta buscava apontar as incongruências, citadas anteriormente, bem como a desconfiança em relação ao empreendimento, levando em conta a necessidade de investimento deste valor em um projeto que não havia sido sequer minimamente debatido com a sociedade, num momento desolador, em que muitas comunidades passavam por situações de insegurança alimentar e hídrica, em função da pandemia e da estiagem.

Após uma série de encontros virtuais, tive acesso, como editor, ao documento compartilhado, onde a Carta estava sendo organizada. Me vi, então, entre vários doutores, pesquisadores, militantes e membros da comunidade tentando produzir uma reflexão comum, que pudesse sintetizar os vários entendimentos a respeito das consequências de projetos dessa magnitude ao ambiente e aos povos e comunidades tradicionais que vivem às margens da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã. São pecuaristas familiares, quilombolas e indígenas, entre outros coletivos, que, cotidianamente, se valem do Camaquã para a pesca, para o trato dos rebanhos e para as atividades de lazer, entre outros fins.

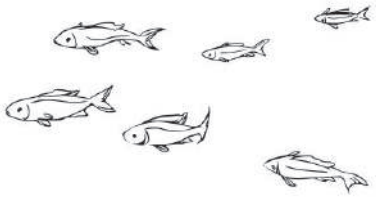
Ao mesmo tempo, redigir uma Carta do *Rio Camaquã faz refletir sobre a capacidade de comunicação entre entes distintos, no qual o Camaquã busca se comunicar através da voz e da face daqueles que conseguem ouvi-lo. Assim, escrever uma Carta do Rio Camaquã, implica, mesmo que por alguns instantes, em* ser *o Rio Camaquã e a falar* com *ele; mas, também, em entregar-se às águas deste rio e deixar ser levado por elas.*

De repente e aos poucos não sou mais eu quem escrevo. É o rio. Ou, quem sabe, um ser-rio. Ou, um corpo que é, também, um rio. Passo a ser o Camaquã, com suas águas rápidas, que sobem ligeiro quando chove e, de repente, pode não dar pé. Sou os vários afluentes, as sangas, que insistem em correr entre as pedras, até encontrar os arroios, para formar o corpo do Camaquã. Sou os olhos d'água, que emergem entre lajeados, mananciais e banhados, compondo um território que é água, nas suas variadas materialidades. Sou o local de pescarias, de brincadeiras

das crianças, de encontros entre famílias, de águas rasas, translúcidas e calmas. Sou o ronco do Camaquã, que nos temporais e nas enchentes avança sobre matas, casas, roças, taperas e rebanhos, levando consigo tudo aquilo que estiver pela frente. Sou as cacimbas, que, no verão, viram fios de água ao longo do dia, pequenas poças sobre as pedras, nas quais os animais conseguem encontrar água para saciar a sede, até voltar a correr, durante à noite. Sou todos aqueles que bebem suas águas, que se valem do rio para a constituição de seus corpos. Sou os peixes e os seres encantados que habitam no Rio, mas, também, o mercúrio, o esgoto, o chorume, a lama com rejeito da mineração, o veneno tóxico e mortal das lavouras.

Se transformar num rio, mesmo que rapidamente, é ter um vislumbre extasiante e traumático. Uma experiência que não se consegue esquecer, da qual é difícil retornar e não se passa ileso.

A Carta do Camaquã, o Inventário Cultural de Referências Culturais da Lida Campeira, o trabalho de conclusão de curso, bem como outras ações desde então realizadas, são apenas algumas das consequências. (Diário de Campo, outono de 2020).



1.1 Na pampa úmida

Neste capítulo, reflito sobre as estratégias metodológicas utilizadas ao longo da pesquisa etnográfica, por meio do acompanhamento das redes constituídas em decorrências do acompanhamento dos projetos de megamineração no Alto Camaquã e, posteriormente, na pampa do Rio Grande do Sul, bem como os potenciais impactos ao ambiente e às bacias hidrográficas. Apresenta, também, a formação sociocultural do Alto Camaquã e as possibilidades visualizadas para a compreensão da História da região platina.

A presente pesquisa etnográfica surge do encontro com os povos e comunidades tradicionais da pampa, no extremo sul do Brasil, em decorrência da realização do Inventário Nacional de Referências Culturais Lida Campeira (INRC Lida Campeira). O INRC é uma metodologia inspirada no processo etnográfico, que exige imersão no campo pesquisado e intensa interlocução

com os detentores das práticas documentadas. Pretende-se que o caráter participativo seja definidor e contribua para a articulação entre os detentores, uma vez que o trabalho de documentação implica em reflexões sobre as experiências vividas e sobre as relações estabelecidas, bem como sobre os interesses envolvidos, que podem ser – e frequentemente são – divergentes, ou mesmo conflitantes. Implica, ainda, na apropriação da política de preservação por parte dos detentores, de modo a acentuar sua capacidade de influência e de demanda (FREIRE, 2005; FONSECA, 2017).

A pesquisas de campo foi realizada na região do Alto Camaquã, na Serra do Sudeste, extremo sul do Brasil, fronteira com o Uruguai, desde 2016, em alguns momentos acompanhando reuniões, apresentando os trabalhos de pesquisa do INRC, integrando debates com pesquisadores sobre Patrimônio Cultural e produzindo reflexões sobre os bens culturais de natureza imaterial inventariados (RIETH *et al*, 2019; HERRMANN, 2020; LIMA, 2020). Esse encontro etnográfico representou, também, um reencontro com a região do Alto Camaquã e com a pampa, após passar anos no nordeste do Rio Grande do Sul, ao longo dos meus estudos de Comunicação Social na Serra Gaúcha. Durante a minha infância, porém, morei na região central do estado e, em algumas ocasiões, frequentei a Serra do Sudeste, durante breves períodos, como feriados ou férias escolares, na casa de parentes ou em determinadas ocasiões, como casamentos, na localidade de Serra dos Vargas, interior de Santana da Boa Vista/RS.

Para um antropólogo em formação, esse reencontro com a região foi uma oportunidade de estranhar aquilo que me parecia familiar (VELHO, 2008), ao mesmo tempo em que tencionava esse estranhamento com a abordagem etnográfica. Em 2017, a equipe de pesquisa do INRC Lida Campeira realizou uma série de entrevistas com pecuaristas familiares e quilombolas nas cidades de Piratini, de Canguçu e de Bagé, seja nas residências dos interlocutores, seja em feiras e eventos agropecuários, como, por exemplo, a Expo Alto Camaquã, realizada no centro administrativo de Bagé. Esses momentos foram registrados em cadernos de campo, que, posteriormente, foram organizados em diários de campo, e serviram para a construção das fichas dos bens culturais, de acordo com a metodologia dos Inventários, e de subsídio para os Relatórios Preliminares (RIETH *et al*, 2018; RIETH *et al*, 2020), submetido ao Iphan.

A pesquisa tem sido registrada, também, por meio de fotografias, desenhos, áudios e vídeos. Por se tratar de uma pesquisa coletiva, algumas das imagens e sons das quais lanço mão neste trabalho são oriundos de outros pesquisadores e pesquisadoras da equipe do INRC, ou, ainda, de

interlocutores e interlocutoras, o que amplia as questões de autoridade e de autoria antropológica, entendendo este trabalho e a pesquisa etnográfica enquanto uma obra coletiva, possível apenas com o apoio e a colaboração das comunidades. Da mesma forma, as imagens não pretendem ser ilustrações do texto. Mais do que "figuras", devem ser compreendidas na pesquisa enquanto uma linguagem, que tece aproximações com a escrita, sem, necessariamente, complementá-la, por vezes, podendo ser até contraditória ao texto. Uma montagem que justapõe elementos conflitantes, mas presentes em campo, que pode convergir, ou não, com as outras formas expressivas.

Imagem 2: Seu Lalinho na lida com os antropólogos



Fonte: Acervo do autor

Neste trabalho, a composição do texto não separa, de forma absoluta, a abordagem etnográfica e as reflexões de cunho teórico. Assim, optei por não utilizar recuo de texto nas citações do Diário de Campo, mas colocá-las em itálico para diferenciá-las esteticamente, ao mesmo tempo em que dimensiona a importância do trabalho de campo para a construção da pesquisa e a composição do trabalho. De acordo com a antropóloga Mariza Peirano (1994: 209), "consciente ou não, cada monografia/etnografia é um experimento". Conforme os apontamentos fundantes de Bronislaw Malinowski (1978), na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o próprio cronista e historiador, "suas fontes de informação são indubitavelmente, bastante acessíveis, mas também extremamente

enganosas e complexas; não estão incorporadas a documentos materiais fixos, mas sim ao comportamento e memória de seres humanos" (p. 18-19).

A pesquisa realizada no Alto Camaquã não resulta apenas em produções acadêmicas, mas, a partir da tentativa dialógica de restituição, em oficinas, *banners*, exposições[7], rodas de conversas[8], capítulos de livros, sobre temas diversos, mas relacionados, como a doma de cavalos, o pastoreio com cachorros, o pastoreio de cabras, o pastoreio de ovelhas, relações de gênero na lida campeira, relações raciais, entre outros. A experiência está compartilhada no Blog do INRC Lida Campeira[9], repositório que socializa o trabalho de campo aos interlocutores da pesquisa e demais interessados, mediante a disponibilização de Relatórios, de *banners* sobre a lida, de produções audiovisuais sobre as atividades, de trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores e de informações a respeito da continuação da pesquisa nos *campos dobrados*. Com isso, busca-se atentar para uma pampa diversa, seja do ponto de vista sociocultural, seja do ponto de vista ambiental, descrevendo os modos de vida em suas diferentes relações com os territórios e o ambiente.

Devido à solicitação das comunidades, tenho contribuído, também, com as reflexões da rede de pesquisadores que busca acompanhar as audiências públicas, debates acadêmicos e reuniões para lançar luz sobre as consequências de projetos que pretendem a exploração de chumbo, cobre, ouro, prata, carvão, titânio, fosfato, entre outros minerais na pampa. Como as pesquisas apontam, os debates sobre mineração ocorrem na relação com outros campos do conhecimento, via instituições, agências e organizações, que atuam na área ou tecem relações com a região e com as comunidades tradicionais. Isso explicita a complexidade do tema, ao envolver questões que transcendem o campo das Ciências Humanas, das Ciências Biológicas e das Ciências da Saúde, o que fica evidente, por exemplo na Carta do Rio Camaquã[10], organizada quando do anúncio de projetos de instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Rio Camaquã, redigida a partir de várias mãos e assinada por diversas entidades, em 2020.

[7] Disponível em: http://museuhistoricobpp.com.br/index.php/2020/09/21/lida-campeira-saberes-e-fazeres-da-pecuaria-extensiva-na-pampa-brasileira/. Acesso em: 20 out. 2021.
[8] Disponível em: https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/4a-conversa-do-patrimonio-abordou-as-lidas-campeiras. Acesso em: 20 out. 2021.
[9] Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/. Acesso em: 20 out. 2021.
[10] Disponível em: https://sul21.com.br/noticias/geral/2020/10/projetos-de-mineracao-e-hidreletricas-na-bacia-do-camaqua-terao-impactos-desastrosos-denunciam-entidades/. Acesso em: 23 de out. 2021.

Imagem 3: Observados na Audiência com Ministério Público



Fonte: Acervo do autor

Segundo a antropóloga Soraya Fleischer (2007), a participação, ou "intervenção", é uma característica da Antropologia no/do Brasil, ainda que seja uma "intervenção implícita". De acordo com Fleischer, isso se deve, sobretudo, à prática antropológica manter diálogo (não necessariamente amistoso) com a construção das concepções de "Nação", aquilo que Otávio Velho (2012) irá chamar de "*nation building*"; a ser uma Antropologia que nasce com forte viés político; e a ter sido realizada, majoritariamente, "em casa", ou, nos termos de Mariza Peirano (2006), "*at home*". Essa atuação, para a autora, pode ser compreendida na prática de "antropólogos anfíbios" (p. 52):

> No Brasil, a constituição de uma antropologia dedicada à compreensão e crítica do desenvolvimento capitalista adquiriu acentos de ativismo político na crescente participação de antropólogos nos movimentos de denúncia, no diagnóstico social e cultural de grupos excluídos, planejamento de relocalização de populações e monitoramento de "impactos sociais" de políticas públicas e grandes projetos de desenvolvimento.

No presente caso, as pesquisas antropológicas têm tido um papel importante de chamar atenção para as águas enquanto um campo relacional, que transcende a dicotomia Natureza-Cultura. Dessa forma, a pesquisa etnográfica busca acompanhar os rios, na tentativa de elucidar a vida para além do Humano, por meio das relações dos povos e comunidades tradicionais. Algo que desafia

concepções que limitam as bacias hidrográficas apenas às categorias geográficas, ao reproduzir ciclos hidrológicos com o objetivo de dividir territórios em unidades de conservação, de manejo, de extrativismo.

Como defende o antropólogo Carlos Emanuel Sautchuk (2011), teorias sobre o espaço, geralmente, privilegiam o terrestre, o que pode tornar difusas as continuidades e descontinuidades entre os ambientes terrestres e o meio hídrico. Em 2017, durante a realização do *Seminário Regional Sobre os Impactos dos Projetos de Mineração*, em São Lourenço do Sul/RS, organizado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), contou com a participação da campesina Ana Maria Llamoctanta Edquen, Presidente de Base de Las Rondas Campesinas de Mujeres del Centro Poblado El Tampo, no Norte do Peru. Ela relatou como, de repente, as plantações de batatas, base alimentar das comunidades, começaram a secar. Ao mesmo tempo, os cursos d'águas ficaram turvos, enquanto membros da comunidade passaram a adoecer. Para Ana Maria, a estratégia do coletivo foi seguir o curso das águas. Dessa forma, tomaram conhecimento da retomada da atividade de mineração de ouro na região de Cajamarca. Com as chuvas, os resíduos provenientes da exploração de ouro eram disseminados no ambiente. A atividade torna-se ainda mais destrutiva pelas cavas estarem encravadas em territórios tradicionais, montanhas, vales e lagoas que estão associadas à cosmologia desses grupos. Durante a fala, Ana Maria defendeu que é essencial "*saber onde nascem os rios*". (Diário de Campo, outono de 2017).

Nesse sentido, cabe pontuar os desafios que podem estar associados na realização de uma pesquisa em Antropologia *com* os fluxos das águas, conduzida ao longo de anos, em diversas localidades da pampa do Rio Grande do Sul, com povos e comunidades tradicionais distintas. Como reflete Kosby (2017), em sua etnografia sobre o manejo de rebanhos caprinos no Quilombo de Palmas, no Alto Camaquã, acompanhar as cabras, é, também, "testar a capacidade de meu corpo de aguentar uma alma de cabra – uma alma de cabra, que é um corpo de cabra – e os dilemas que essa ideia de seguir tais animais poderia trazer para uma pesquisa antropológica" (p. 36). De acordo com Anne Salmond (2014), o compartilhamento e a troca de vida entre a população Maori e o Rio Whanganui, na Nova Zelândia, faz com que afirmem: "*Eu sou o rio e o rio sou eu*" [*Ko au te awa, ko te awa ko au*]. Ao reconhecerem juridicamente o Whanganiu enquanto um ente, em 2014, os Maori emergem enquanto "guardiões" e, ao mesmo tempo, uma "face humana e voz do Rio".

Como indica Andrea Ballestero (2019), as relações com as águas transcendem o paradigma Natureza-Cultura, ao compreender a vida a partir de *mundos aquáticos*. Assim, essa proposta busca entender os sentidos da água na pampa brasileira, por meio de sua presença múltipla, considerando, também, as aguadas, as nascentes, os olhos d'água, as sangas, os arroios, as várzeas, os banhados, os passos, os mananciais, bem como as lamas tóxicas e as barragens com rejeitos de mineração.

Imagem 4: Dias de luta



10 | BAGÉ, 14 DE NOVEMBRO DE 2017 — www.jornalminuano.com.br

Seminário marca um ano do movimento contra mineração no Rio Camaquã

Em novembro de 2016, foi realizado o primeiro ato contra a instalação das empresas Votorantim e Iamgold Brasil, que pretendem extrair cobre, zinco e chumbo no município de Caçapava do Sul, às margens do Rio Camaquã. Para marcar a data, o grupo denominado União Pela Preservação do Rio Camaquã (UPP Camaquã) realiza um seminário no salão de eventos da Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) São Pedro, no sábado, a partir das 13h30min.

De acordo com uma das integrantes do grupo, Márcia Colares, o seminário vai contar com palestras. A primeira será com a advogada e ativista Ingrid Birnfeld, que irá abordar as questões jurídicas e o histórico do movimento. O diretor do Instituto de Justiça Fiscal, João Carlos Loebens, falará sobre a questão tributária da mineração e o que fica para os municípios.

O diretor do Departamento de Biologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Althen Teixeira, mostrará aspectos de doenças que podem ser ocasionadas pela mineração. O doutor em Ecologia e ex-professor da Universidade Federal de Rio Grande (Furg), Antônio Libório Philomena, falará sobre a preservação do bioma Pampa e, por fim, o pesquisador da Embrapa, Marcos Borba, abordará assuntos relacionados à Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (Adac).

O seminário encerra com um show do músico e produtor rural Guilherme Collares. Márcia destaca que no domingo, às 7h30min, haverá um passeio turístico no Rincão do Inferno, somente para participantes do ciclo de palestras. "As pessoas devem ir de carro. Será uma visita guiada, pois a área é particular", salienta.

DIVULGAÇÃO

Rincão do Inferno será visitado pelos participantes

Parecer contrário

Segundo Márcia, no final de outubro, o Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (CEDH-RS) emitiu um parecer recomendando a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e a Fepam que não seja concedida licença prévia de instalação e de operação do projeto.

Conforme a justificativa apontada no documento, há inúmeras fragilidades no campo dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais consideradas, em especial no que diz respeito aos povos e comunidades tradicionais. O parecer menciona, ainda, inconsistências teóricas, técnicas e metodológicas no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima).

Projeto

A empresa paulista Votorantim Metais Holding e a canadense-norueguesa Iamgold estão buscando a licença ambiental junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (Fepam) há quase dois anos, para a mineração no distrito de Minas do Camaquã, em Caçapava do Sul. O empreendimento será o primeiro polimetálico da companhia no Rio Grande do Sul. O processo de licenciamento iniciou com a apresentação dos estudos nos municípios de Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Bagé e Pinheiro Machado. A estimativa das empresas é que o depósito tenha 20 milhões de toneladas de reserva mineral. Projeções indicam a disposição mais adequada do ponto de vista sustentável para exploração de uma mina a céu aberto, composta por três cavas, e vida útil estimada em 20 anos. O projeto está tramitando na Fepam e aguarda apresentação de novas informações.

Fonte: Acervo do autor

Assim, refletir sobre as relações com as águas busca evitar "tomar como certo o que a água é", ampliando o senso comum de que "água é vida", ao reconhecer o potencial poluente e mortal que os regimes hídricos assumem em contextos históricos e socioculturais específicos. A presença da água não configura, necessariamente, a presença de vida, visto que é impossível pensar a mineração sem considerar os usos – e a poluição – dos fluxos hídricos.

Logo, deve-se atentar para as múltiplas formas de vida que habitam o ambiente, bem como as relações que as águas assumem na formação de corpos e de pessoas, valendo-se delas, justamente, para desfazer algumas dessas suposições.

1. 2 Campos lisos, campos dobrados e campos escavados

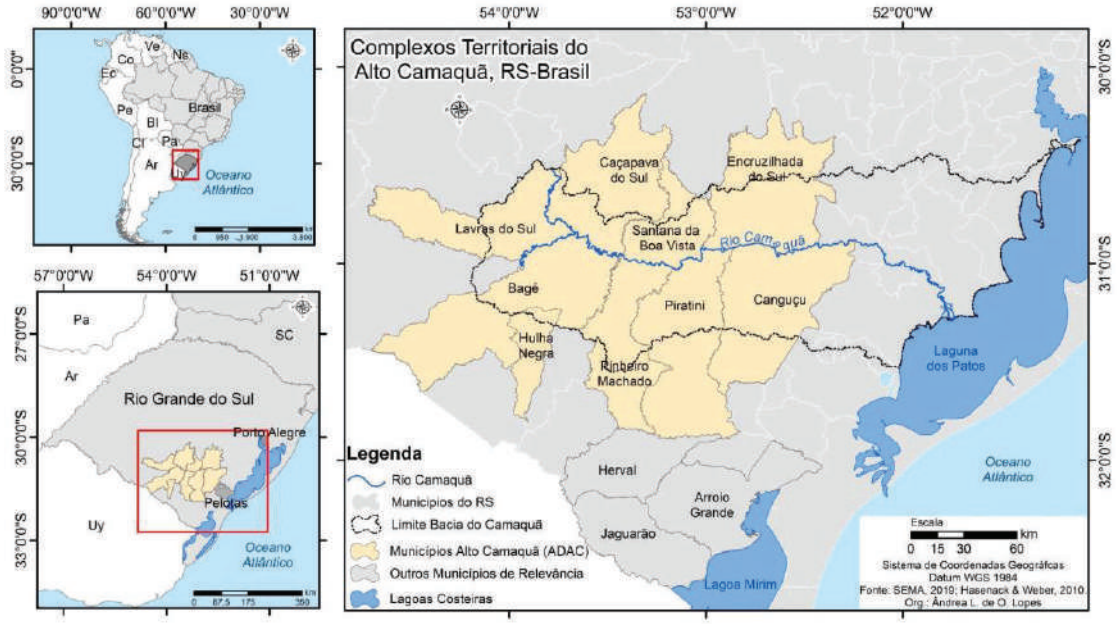
A pampa é um bioma campestre, temperado e subtropical que cobre mais de 750.000 km² da América do Sul, com planície costeira e interiorana que compreende a totalidade do território da República Oriental do Uruguai, as províncias mais orientais da República Argentina e a "metade sul" do estado do Rio Grande do Sul. Na pampa, predominam planícies que, em sua vastidão, ultrapassam e confundem as fronteiras geopolíticas platinas e foram alvo de disputa, de tensão e de indefinição ao longo das formações históricas nacionais. Segundo dados do IBGE, a pampa corresponde a 176.496 km² do Rio Grande do Sul, 63% da extensão do território estadual ou 2,07% do território brasileiro. A ocupação colonial dessa região foi bastante tardia, tendo se intensificado a partir do final do século 18, valendo-se da presença de grandes rebanhos bravios (*ganado cimarrón)* que viviam soltos pelos campos.

Geralmente, a paisagem pampeana é descrita pela cobertura densa e variada de espécies de gramíneas nativas, com matas ciliares às margens de cursos d'água e ondulações suaves, conhecidas como "coxilhas". Apresenta flora e fauna próprias e grande biodiversidade, ainda não completamente descrita pela ciência. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, estimativas indicam valores em torno de 3000 espécies de plantas, com notável diversidade de gramíneas, que somam mais de 450 espécies. Nas áreas de campo natural, se destacam as espécies de compostas e de leguminosas. Nas áreas de afloramentos rochosos podem ser encontradas muitas espécies de cactáceas. Nas últimas décadas, porém, a paisagem da pampa tem sido fortemente modificada pela conversão agrícola em escala industrial – como os cultivos de arroz e de soja – e pela silvicultura de espécies exóticas, como o eucalipto e o pinus (MONTEBLANCO, 2021).

Tal diversidade pode ser destacada nos *campos dobrados* ou *campos de pedras*, na parte alta da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, na região do Alto Camaquã, Serra do Sudeste. Enquanto a paisagem dos "*campos lisos*" ou "*campos planos*" é descrita pela cobertura de espécies de gramíneas, ideais como pastagem de rebanhos, os campos de pedra caracterizam-se pelos acidentes geográficos, peraus íngremes e "*guaritas*", formações rochosas cobertas por uma vegetação herbácea, associada a uma vegetação arbustiva e arbórea de pequeno e médio porte, especialmente, nas margens tortuosas do Rio. Um mosaico de campo-floresta e gramíneas. São caraguatás,

sarandis, vimes, corticeiras, pitangueiras, que crescem por entre as pedras e as várzeas, nos banhados e sangas, entre o capim santa-fé e as tunas (espécie de cacto), que indicam a riqueza hídrica da Bacia Hidrográfica.

Mapa 2: Complexos territoriais do Alto Camaquã



Fonte: SEMA. Acervo INRC Lida Campeira. Org.: Andrea L. de O. Lopes (2020)

Como apontado em outra ocasião (BORBA, 2016; RIETH *et al*, 2019), a região do Alto Camaquã é marcada por um aparente paradoxo: por um lado, é a região mais preservada do bioma pampa, com 80% da cobertura vegetal natural, mas, por outro lado, é considerada pelo Estado como a parte mais empobrecida do Rio Grande do Sul. Municípios como Santana da Boa Vista, Encruzilhada do Sul, Canguçu e Piratini ocupam os últimos lugares no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No Alto Camaquã, o número de estabelecimentos voltados para a agropecuária familiar varia entre 79% e 87%. Nesse modelo, o modo de vida é constituído a partir de uma estreita relação com o ambiente, com os *campos de pedras*, a partir da pouca dependência de insumos externos e da autonomia em relação aos mercados. Ao mesmo tempo, os índices de renda são baixos, em função dos moradores venderem os animais quando precisam, uma vez que a criação funciona, para além da alimentação, como uma espécie de "poupança" (PORTO; BEZERRA, 2016).

Ao mesmo tempo, a *lida campeira* é realizada, em grande parte, por membros dos grupos familiares, com apoio de parentes ou de vizinhos, com destaque para a marcante presença das mulheres nas atividades. Dona Zeni, pecuarista do interior de Piratini, realiza as atividades cotidianas apenas com auxílio de cães "ovelheiro gaúcho", pois "*mulher faz as mesmas coisas que o homem. Basta querer.*" No Alto Camaquã, ouvimos muitas vezes que "*sem cachorro é impossível camperiar*". Dessa forma, como comentou o pecuarista familiar Rudinei, do interior de Piratini, "*na lida é eu, a esposa e o cachorro*" (Diário de Campo, verão de 2017). De acordo com Éric Barreto (2015), os cães foram essenciais para a inserção da ovinocultura na região da Bacia do Rio da Plata e no Rio Grande do Sul. Os cachorros integram as atividades na retirada de algum animal desgarrado no mato, em locais inacessíveis a humanos e a cavalos; na condução dos animais para contagem ou abate; no transporte de tropas; além de auxiliarem na proteção contra os predadores.

Imagem 5: Lida de humanos e de outros animais em Palmas



Fonte: Acervo INRC Lida Campeira. Guilherme Santos/Sul21

Seu Leomar, do Quilombo de Palmas, costumava treinar cães pastores para a *lida campeira*. Em depoimento à equipe do INRC, em 2013, contou que ao trabalhar em uma estância, na região de Bagé, juntava um rebanho de mais de 200 reses com o auxílio de três cachorros. O quilombola ressalta que peão de campo liso "*não se adapta em campo de pedra*", devido aos perigos de cavalgar pelas formações rochosas, próximo dos peraus, vales e cânions, em condições como neblina, cerração ou chuva. Desafios que se somam ao cotidiano das atividades de manejos dos rebanhos, retratada como uma "*lida brabíssima*" (RIETH; LIMA; BARRETO, 2016).

Contudo, áreas consideráveis da pampa correm o risco de serem afetadas por projetos de megamineração e de neoextrativismo, que, caso aprovados, trarão consequências para o modo de vida das comunidades, segundo os interlocutores e interlocutoras (RODRIGUES; LIMA; RIETH, 2020). A mineração ocupou um espaço importante no processo de colonização da parte alta do Rio Camaquã. O reconhecimento do potencial mineral é antigo e deixou registros na literatura dos viajantes do século 19, como, por exemplo, o militar francês Nicolau Dreys (1839), segundo o qual "desde muito tempo" as minas de ouro de Caçapava eram conhecidas (p. 62). O francês Arsène Isabelle (2006 [1835]: 217), que cruzou pelo Rio da Prata e pelo Rio Grande do Sul, destacou em seus diários a presença do garimpo, assim como a utilização de mão de obra escravizada no trabalho das minas:

> *[1º março 1834]* A umas vinte léguas mais ao sul, perto da pequena vila de Caçapava, encontraram-se outras minas de ouro em exploração, e que dão menos trabalho. É um rio chamado Camaquã, um dos afluentes da lagoa dos Patos, que se encarrega de desprendê-las e transportá-las como as areias e cascalhos do seu leito. Uma infinidade de regatos e de terrenos são auríferos, nesta província, mas os métodos de lavagem são muito maus e o pó que se obtém não traz grandes lucros ao proprietário dos negros empregados nesse trabalho.

Segundo Dênis Cabreira (2008) e Jader Nogueira (2012), a extração de cobre iniciou nas últimas décadas do século 19, quando o *coronel* João Dias dos Santos Rosa deu abertura à mineração do cerro João Dias, que seguiu, de forma descontínua, até meados da década de 1990. A atividade deixou para trás um amontoado de ruínas, degradação ambiental e poluição das águas do Camaquã. Ao fim, ficaram 43 km de túneis, alguns inundados, com mais de 150 metros de profundidade. Uma das cavas a céu aberto – que servia para atividades turísticas – foi interditada pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam-RS), em 2017, e a barragem de

rejeitos foi interditada pela Agência Nacional de Mineração (ANM), por não apresentar a Declaração de Condição de Estabilidade, em 2019.

Essa convivência prolongada dos pecuaristas familiares com as minas aciona memórias e experiências do período de atividade da mineração, como, por exemplo, quando nos anos 1980 uma antiga barragem rompeu e ocasionou o vazamento de água contaminada com mercúrio, utilizado na mineração de ouro e de cobre. Naquela época, as águas do Camaquã ficaram vermelhas. Era uma água estranha aos moradores. Logo, os peixes começaram a morrer e cobrir o Rio. De acordo com Seu Beto, peão campeiro e pecuarista familiar em Palmas, interior de Bagé, o desastre decorrente da mineração "*terminou matando todos os peixes, que até nem dourado existia aqui pra nós. Agora, tem. Agora, não sei se vai ter mais adiante com o negócio dessa mina aí, que tá... tá pra sair. Mas tomara que não saia, isso aí é uma barbaridade que tão fazendo com o pessoal. Desde a fruta, a gente não vai poder comer a fruta, porque vai ficar envenenada da poeira que vem.*" (Diário de Campo, primavera de 2017).

Em reportagem, de 2019, no portal do Movimento Sem Terra (MST)[11], o quilombola Seu Dedé, do Quilombo Tio Dô, em Santana da Boa Vista, recorda: "*Não dava nem pra chegar perto do Camaquã pelo cheiro que tinha a água do rio. Morriam os peixes e o gado não podia beber.*" A pecuarista familiar Márcia, de Palmas, interior de Bagé, costuma acampar, durante o verão, com a família na beira do rio. Ela lembra do cheiro de podre dos peixes em decomposição e do medo que sentiram de entrar no Camaquã e de dar água aos rebanhos. "*Foi ali na divisa, na virada do ano. Teve um transbordamento de produtos químicos no Rio, que deixou a água toda vermelha. E matou toda a vida do rio, naquela época. Eu lembro, assim, da tristeza profunda do meu pai, que já é falecido agora, e dos meus tios todos.*" (Diário de Campo, primavera de 2017).

Os moradores relatam que, por muito tempo, o Camaquã, que era farto de grumatãs, dourados, piavas, pintados, jundiás, ficou sem peixes. De acordo com Vera, "*nós costumávamos acampar aqui. Nestas correntezas tinha muito peixe que pescávamos para o nosso próprio consumo. Hoje, se a gente vem pescar nesta mesma área pega um ou dois peixinhos. A gente até solta, porque são muito pequenos. Alguma coisa aconteceu. O peixe não desaparece do nada.*" (Diário de Campo, primavera de 2017). Um rio sem peixes. "O mundo oficial se empenha em criar uma realidade

[11] Disponível em: https://mst.org.br/2019/06/08/titanio-no-sul-zinco-chumbo-cobre-e-fosfato-na-campanha/. Acesso em: 23 de out. 2021.

mágica." (TAUSSIG, 1993: 26). A noção de *agente natural* considera as forças da natureza como uma espécie de ator, no sentido de que agem sobre uma realidade determinada, mas que difere qualitativamente dos atores sociais, já que, supostamente, não tem "vontade nem intencionalidade" (LITTLE, 2006). Vale refletir como os coletivos interagem com o ambiente e com os outros entes, para, dessa forma, compreender o Rio e as águas doces num contexto amplo de conflitos.

1.3 Quando cada projeto *não* é um projeto

Conforme a pesquisa de campo sobre o Patrimônio Cultural no Alto Camaquã avançava, passamos a ser procurados e a entrar em contato com coletivos, pesquisadores e comunidades que queriam alertar a respeito de outras iniciativas de megamineração, para além do Projeto Caçapava do Sul. Conforme levantamento realizado pelo Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul (CCMRS), criado em 2019, existem atualmente mais de 160 projetos de mineração no estado, em diferentes fases de licenciamento. Além disso, há mais de cinco mil requerimentos para pesquisa mineral, especialmente, na "metade sul", na pampa brasileira, o que parece apontar para o Rio Grande do Sul enquanto a nova fronteira da mineração, via projetos como o Projeto Mina Guaíba, entre Charqueadas e Eldorado do Sul, para mineração de carvão; o Projeto Retiro, em São José do Norte, para extração de titânio; o projeto Fosfato Três Estradas, em Lavras do Sul, para exploração de fosfato; o Projeto Caçapava do Sul, em Caçapava do Sul, para mineração de chumbo, cobre e outros minerais, e, ainda, o projeto da mineradora Nossa Senhora do Carmo, em São Sepé, para extração de carvão, entre outros.

Para além dessas iniciativas, a região passou a ser assolada pelo anúncio de outros empreendimentos, com potencial igualmente preocupantes, como a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) na parte alta da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã; a construção de um Polo Carboquímico, com complexos carboníferos em Charqueadas, na região carbonífera, na proximidade da Mina Guaíba, e na Campanha do Rio Grande do Sul; e o Projeto Nova Seival, que objetiva a instalação de uma Usina Termelétrica (UTE), em Candiota/RS. Tais projetos levantam questões a respeito da condução de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-Rima), que, seguidamente apresentam erros teóricos e

metodológicos durante sua elaboração (FAUSTO, 2015), além de serem conduzidos de forma independente, sem levar em conta as relações que esse contingente de projetos podem vir a gerar.

Imagem 6: Redes em defesa das águas



Fonte: Acervo do autor

Nos estudos e relatórios é comum a tentativa de invisibilização dos povos e comunidades tradicionais da pampa, o que fez alguns desses EIA-Rima necessitarem de ajustes, receberem pedidos de esclarecimentos ou terem que ser realizados novamente. Seja por não incluírem as comunidades tradicionais, seja por não levarem em conta a consulta prévia, livre e informada às comunidades, de acordo com as prerrogativas legais e em consonância com os acordos internacionais dos quais o País é signatário, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como foi apontado por instituições como o Iphan-RS, a Fundação

Nacional do Índio (Funai), o Ministério Público (MP), a Procuradoria Geral da República (PGR), entre outras.

Segundo a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por meio de *Nota da Assessoria de Meio Ambiente em repúdio ao Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira*, divulgada em 2017, o processo de reforma da legislação minerária no Brasil é excepcional e antidemocrático, com ausência do debate sobre seus efeitos com organizações e movimentos da sociedade e, sobretudo, com os povos e comunidades que sofrem as consequências das atividades produtivas do setor. A ABA afirma que o Governo não considera os efeitos que podem ocorrer sobre os povos e os territórios que habitam as regiões das jazidas, as áreas próximas às indústrias de beneficiamento, as zonas portuárias, as áreas de minerodutos ou as margens das linhas de trem que transportam o minério. A nota afirma, ainda, que o Programa promoverá o acirramento das desigualdades e injustiças sociais de acesso ao território e aos bens comuns, e ao quadro de perene violação aos direitos humanos, como evidenciam pesquisas antropológicas recentes, assim como as denúncias envolvendo empresas brasileiras e internacionais em diversas regiões do País.

Conforme a Fundação Luterana de Diaconia (FLD), por meio do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, as principais iniciativas relacionadas à mineração estão desrespeitando os direitos fundamentais de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar e os pactos assumidos pelo Brasil perante a Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2018, o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa lançou um manifesto no qual repudia os projetos públicos e privados "que desconsideram a existência e os direitos de povos e comunidades tradicionais e de agricultoras e agricultores familiares presentes no estado do Rio Grande do Sul" (p. 10).

Da mesma forma, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), denunciou, por meio do relatório *Violência Sobre Povos Indígenas no Brasil*, de 2019, que, apesar dos direitos indígenas no Brasil, promulgados na Constituição Federal de 1988, os povos originários sofreram ataques sistemáticos. Muitos desses ataques foram realizados pelos próprios governantes, ao negar que as terras indígenas são um patrimônio da União e, ao mesmo tempo, não demarcar e titular "nenhum centímetro" de terras de comunidades indígenas e quilombolas. De acordo com o CIMI (p. 79):

> Para consolidar o intento de entregar os bens públicos aos especuladores da madeira, do garimpo e da mineração e a fazendeiros e grileiros, o presidente da República fragilizou

> os órgãos de proteção, fiscalização e de combate às invasões – como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – e submeteu a Fundação Nacional do Índio (Funai) ao controle dos ruralistas. Estes convocaram delegados da Polícia Federal, alinhados com as perspectivas predatórias dos bens públicos e com os interesses de empresários do agronegócio e da mineração, para coordenar o órgão indigenista oficial e torná-lo uma "agência reguladora de exploração das terras indígenas"

Nesse sentido, de acordo com a etnóloga Anne Salmond (2014), refletir sobre as relações que determinadas populações mantêm com a água doce é uma boa forma para compreender o confronto de concepções nativas e lógicas coloniais sobre o território, bem como as implicações que tais noções geram para o acesso e a dominação da natureza colonizada. Tal cenário aponta os conflitos pela água como fundamentais para pensar a presença das populações tradicionais na pampa – a partir do reconhecimento da mercantilização da água enquanto estratégia que objetiva concluir a privatização dos territórios tradicionais (SALMOND, 2017).

Imagem 7: Às margens do rio de água rápida



Fonte: Acervo do INRC Lida Campeira. Guilherme Santos/Sul21

Diante desse contexto, a pesquisa passou a compreender que focar em projetos específicos, *infraestruturais*, não deve tirar do horizonte questões mais amplas, *estruturais*, que envolvem as

águas e as populações tradicionais, como indica Ballestero (2019). Logo, os conflitos ambientais no Rio Grande do Sul demonstram que "cada caso *não* é um caso", conforme a leitura de Claudia Fonseca (1999). Dessa forma, conseguimos visualizar aquilo que Walter Benjamin (2013) compreende enquanto o "caráter destrutivo" [*Der destruktive charakter*]. De acordo com o sociólogo, o caráter destrutivo está na linha da frente dos tradicionalistas, visto que alguns transmitem as coisas tornando-as intocáveis e conservando-as, já outros, "tornando-as manejáveis e liquidando-as". Para Benjamin (p. 93):

> O caráter destrutivo não vê nada de duradouro. Mas por isso mesmo vê caminhos por toda parte, mesmo quando outros esbarram com muros ou montanhas. Como, porém, vê por toda parte um caminho, tem de estar sempre a remover coisas do caminho. Nem sempre com brutalidade, às vezes o faz com requinte. Como vê caminhos por toda parte, está sempre na encruzilhada. Nenhum momento pode saber o que o próximo trará. Converte em ruínas tudo o que existe, não pelas ruínas, mas pelo caminho que as atravessa.

Ou, nos termos do Michael Taussig (1993), um recorrente "espaço da morte", importante na criação do significado e da consciência, sobretudo em sociedades onde a tortura é endêmica e onde a cultura do terror floresce. Para o antropólogo, "podemos pensar no espaço da morte como uma soleira que permite a iluminação, bem como a extinção" (p. 26).

Talvez, seja o caso de testar etnograficamente os limites de algumas das compreensões provenientes dos "estudos" de impacto ambiental, que buscam apresentar o Rio Camaquã enquanto uma "barreira física", como no caso do EIA-Rima do Projeto Caçapava do Sul (2016). Para Seu Beto, o Rio Camaquã é "*ingrato*", de acordo com a etnografia de Daniel Vaz Lima (2020). Tal afirmação emana quando o grupo debatia a possibilidade de atravessar o rio com uma tropa de gado. O campeiro complementou que o Camaquã "*pode parecer que está raso, então, tu vai atravessar e ele leva os animais e até a gente, se bobear!*" (p. 69). Seu Beto enumerou outra razão que o fazia considerar o Camaquã "*ingrato*", que é o fato do mesmo encher muito rápido, o que significava aumentar a vazão da água em poucos minutos. O que implica em perigo para os seres que estão nas suas margens, sejam humanos ou bichos. De acordo com Lima, e com Seu Beto, "o rio cheio, em fúria, carrega árvores de todos os tamanhos, troncos, pedras e outras coisas" (p. 69). Seu Lalinho, pecuarista familiar de Palmas, em Bagé, faz questão de mostrar fotografias de uma das cheias do Camaquã, durante a qual as águas chegaram até a casa. Nessa enchente, o casal de campeiros que cuidava da propriedade ficou ilhado e tiveram que ser resgatados de barco, que parou na porta do local.

Imagem 8: O indomável Camaquã



Fonte: Acervo do autor

De acordo com Seu Beto, as enchentes acontecem em abril. Trata-se, assim, de um conhecimento profundo, relacional, que se dá através do caminhar, de humanos e, também, de outros animais, por meio da circulação pelo território. Pesquisas como a de Kosby (2017), no Quilombo de Palmas, em Bagé, apontam que "*não se pode andar por andar*". Ao percorrer os caminhos com a comunidade, a antropóloga identificou na trajetória de muitos quilombolas a atuação como "*changueiros*" pelas estâncias da região, trabalhos itinerantes, sem vínculos empregatícios ou salariais, como levar uma tropa de gado, consertar arames, limpar um campo, cuidar de algum animal, esquilar alguma ovelha. Assim, não podiam parar por muito tempo no mesmo lugar, o que fazia com que o território fosse uma abertura para o mundo, "forjado em suas histórias de peregrinações" (p. 20).

A etnografia “a pé” de Daniel Vaz Lima, com pecuaristas e lavradores familiares na pampa, demonstra que todo caminho reflete na produção de outros “(des)caminhos”, no tempo e no espaço, por onde circulam gentes, bichos, coisas – e ideias. Caminhar por dentro do rio, caminhar e reconhecer as pegadas nas margens, caminhar por sobre as pedras e “*guaritas*”, caminhar pelos matos e peraus, ou caminhar sobre os túneis e destroços da mineração configura um saber-fazer, que pode ter implicações muito diversas. “Há que conhecer o rio e seus entrelaçamentos” (p. 185). Logo, diante de um campo minado ou de um rio indomável, além de não poder andar por andar, *deve-se saber onde pisar*.

CAPÍTULO 2: ARRANCAR O (C)OURO

A gritos, a tiro e a cachorro tinha-se conseguido tocar como umas
pra mais de três mil rêses. Nem lhe falo nas cousas divertidas do serviço, como
rodadas, algum matungo riscado de aspa de brasino, as compadradas da peonada
e outras que sempre alegram um campeiro.
Juca Guerra, João Simões Lopes Neto

Acordo com a voz do colega de equipe do INRC, o antropólogo Daniel, que conversa com o peão campeiro Rejão, na cozinha. Levanto, pouco depois, e vejo que a casa estava movimentada. Seu Beto, capataz que nos aguarda para percorrer o campo, está sentado na área coberta, fora da casa. Reginho, também está pelo pátio. Ele é sobrinho de Vera, dona da propriedade onde passamos esses dias. Vai da casa até um cercado de madeira, onde mostra o rebanho de cabras brancas. Os animais foram trazidos "das pedras", onde dormem. Quando o sol nasce, elas se dispersam e "ninguém mais acha". As cabras estão sempre no limite do asselvajamento, algumas usam cangalhas no pescoço. Aquelas que são criadas "guachas", com leite dado na mamadeira, ou trazidas filhotes com as mães para próximo da casa, retornam quando chove. "Cabrita não gosta de molhado. Cabrita gosta de pedra", afirma Réginho, que é médico veterinário. No campo, durante as chuvas, ficam escondidas pelas grutas e buracos nas rochas. Para Réginho, cabrita é bicho de campo dobrado, de cerro. Ao ser questionado sobre a raça delas, relata que, por muito tempo, pensaram se tratar da Cabra Angorá. Porém, acredita que se trata de uma raça fruto do melhoramento genético, chamada por ele de "cabrita crespa". Sobre os animais, afirma, fazendo um gesto com a mão: "A cabrita, sai."

Haviam encilhado dois cavalos, para Daniel e eu. Seu Beto teve o cuidado de avisar que eram mansos. Quando vamos montar, um grupo se junta para olhar. Penso que não posso errar o lado. Errei. Sou ajudado pelo peão caseiro Davi. "Peraí, não é assim." O jovem me olha, balança a cabeça e acha graça. Saímos com Seu Beto, cruzando entre campos, matos e aguadas. Os cavalos parecem conhecer a trilha. Já os cachorros correm próximos, mexem em ninhos de quero-queros, seguem o rastro de alguma lebre ou preá [Cavia porcellus]. *Se enfiam nos matos. Voltam molhados e ofegantes.*

No caminho, passamos pela casa de Seu Beto. Quando casou, o campeiro lembra de ter reclamado com o sogro. "Casa sem quinta não é casa." Quinta é uma forma de denominar o pomar de

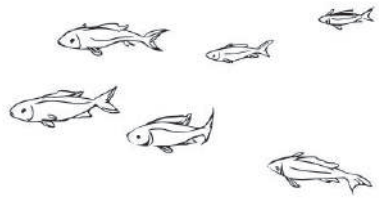
árvores frutíferas, bem como "arvoredo". Quando a esposa e ele mudaram para o local, que fica próximo ao seu local de trabalho, fez questão de plantar várias laranjeiras, bergamoteiras e pessegueiros. Seu Beto nasceu em Palmas. Aos oito anos saiu de casa. "A melhor escola é a do mundo." Voltou aos dezesseis anos, quando o pai deixou a lida. O campeiro faz "de tudo", pois o patrão mora na cidade e vem, ocasionalmente, até o local. A propriedade tem porco, pato, galinhas, cavalos e rebanhos bovinos, ovinos e caprinos. O rebanho bovino pertence ao patrão, mas também ao filho e à esposa do filho. Os animais são contabilizados por Seu Beto, que sabe qual pertence a quem, quantas crias teve, e faz a divisão em caso de venda, cuidando para que o animal vendido seja correspondente ao dono. "Se eu ver uma vez, eu conheço. Eu gravo o animal."

Algumas vezes, o dia de Seu Beto pode começar pelas 3h ou 4h da manhã. Dependendo do tempo ou da lida, dorme na sede. Seu horário obedece o horário da lida, que, por sua vez, é determinada pelos ciclos de vida dos animais. As primeiras atividades são as caseiras, como dar comida aos animais que ficam no terreiro, como vacas, galinhas, cavalos, cachorros; tirar leite; soltar ou prender animais do campo; buscar as cabritas que, conforme relatou, "se cria aqui nas pedras". Cuidadoso, costuma juntar as cabras três vezes na semana. Os poucos bodes são mais difíceis de serem vistos, gostam de andar sozinhos nos matos. Já as ovelhas devem ser juntadas com mais frequência, pois podem desenvolver frieira, que leva à morte. A seguir, começa a lida com o gado, como buscar o rebanho na invernada para contagem; separar animais para venda; ver vacas que estão perto de parir; curar bicheira; trazer animais com filhotes para perto da casa. As crias são alvo de atenção pelo perigo que podem correr sem a proteção humana. Cobras, corvos, javalis, sorros [Lycalopex gymnocercus]*, rondam pelos campos.*

Seguimos até a "invernada", onde o gado pasta solto no campo nativo. Como relata Seu Beto, os cães fazem a lida junto. Os cinco vão para a invernada, Leixiguero, Tigre, Diana, Campeiro e Barbudo. Alguns da raça ovelheiro gaúcho, mas também "misturados". Aos poucos, vamos nos aproximando do local onde os animais estão. Com os cachorros, Seu Beto vai agrupando o rebanho. Para isso, grita com uma voz gutural. "Oiá lá." "Ói e volta lá." "Ataca de fora!" "Olha lá..." "Volta lá!" "Ataca lá." As ordens podem ser altas ou baixas, lentas ou rápidas. Dessa forma, os cães sabem a intensidade da investida que devem dar, qual posição tomar, se devem recuar, buscar algum animal desgarrado ou enfiado no meio do mato.

Os cachorros avançam. Correm e recuam. Às vezes, vão em grupo, outras vezes, sozinhos. Próximos aos animais, fazem o contorno, enquanto vacas e bezerros tentam fugir pelo campo. Os cães, então, latem. Correm e tentam morder os calcanhares até que o gado recua e retorna ao rebanho. Quando vão atacar, são chamados por Seu Beto, que altera o tom de voz, numa nota mais ríspida. Os cachorros devem ser incentivados na medida certa, para que nunca machuquem. Quando questionado, Seu Beto explica que os cães aprendem a lida com ele, mas, também, "com os outros cães".

Com a lida, Seu Beto conheceu a doença de bicho e de gente, pois tem que saber de tudo para ser campeiro. "Tristeza" é uma doença que dá em boi. O animal "ou fica brabo, ou fica louco". "Animal com tristeza não pode enlaçar no pescoço que morre." A tristeza está no sangue. "Para salvar bicho eu faço qualquer coisa." (Diário de Campo, primavera de 2017).



2. 1 Patrimônios e culturas

Neste capítulo, abordo a diversidade social e cultural nos caminhos da pampa, evidenciada através da metodologia empregada nas pesquisas dos Inventários Nacionais de Referências Culturais (INRC), que, juntamente às pesquisas Antropológicas, Históricas e Geográficas, podem contribuir para (re)pensar a contrapelo a História oficial do Rio Grande do Sul, por meio da presença das populações tradicionais, como indígenas, pecuárias familiares e quilombolas.

A trajetória das políticas públicas de Patrimônio Cultural não pode ser pensada de uma maneira linear. Tampouco pode ser associada apenas a um campo do conhecimento, mas, sim, enquanto um percurso múltiplo, com continuidades e descontinuidades, resultado da atuação de historiadores, antropólogos, arqueólogos, arquitetos, urbanistas, artistas, entre outros, por meio de instituições, universidades e agências, públicas, ou não. Porém, é inegável a relação que as práticas de proteção ao Patrimônio mantêm para a constituição e a manutenção das nações, bem como com as histórias nacionais, sobretudo, a partir do século 19. De acordo com a historiadora Márcia Chuva

(2012a), ao produzirem o "passado da nação", os historiadores do patrimônio inventaram o patrimônio nacional, atribuindo valor e significados aos bens culturais que circunscrevem os limites nacionais. Nesse contexto, um conjunto de bens arquitetônicos e monumentais é consagrado enquanto patrimônio nacional, cujos atributos os tornam a "prova da existência da nação e de suas origens em tempos imemoriais, configurando uma identidade própria, isto é, apropriadamente nacional" (p. 14).

No Brasil, um marco dessa institucionalização ocorreu com a constituição do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), na década de 1930, origem do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Sua fundação se deu a partir de concepções históricas e culturais Modernistas, caracterizadas na figura de Mário de Andrade, que foi autor do anteprojeto para a organização de um serviço voltado à preservação do patrimônio, em 1936, consolidado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, no decreto lei 25/193. As singularidades da trajetória de formação do campo de patrimônio brasileiro, porém, levaram a uma configuração dicotômica da categoria, dividida entre material e imaterial.

Historicamente, contudo, foram as políticas públicas voltadas ao Patrimônio Material que ganharam destaque, a partir da ferramenta do "tombamento", levando em consideração os critérios de excelência artística das produções culturais, em detrimento de ações com foco no "folclore" ou na "cultura popular". Para Chuva (2012b), tal fato contraria as prerrogativas de Mário de Andrade, que apontava para uma concepção integral da cultura, na qual concebia patrimônio em todas as vertentes e naturezas, sendo que o Estado deveria estar pronto para uma atuação integradora. Embora originados no mesmo contexto "político-cultural brasileiro – de um nacionalismo não meramente retórico, mas constituído em política de Estado pelo governo Vargas – os campos do patrimônio e do folclore tiveram suas trajetórias apartadas na origem" (p. 151). De acordo com Maria Cecília Fonseca (2017), a imagem do Brasil moldada a partir dos Livros do Tombo passou a ser questionada especialmente nas últimas décadas do século 20, devido aos limites materiais e simbólicos. E isso na medida em que se constatavam lacunas quanto a testemunhos fundamentais de nossa história, entendida numa perspectiva mais ampla, ou seja, "da presença dos indígenas, habitantes destas terras desde tempos imemoriais; das inúmeras revoltas contra o poder constituído desde a Colônia; das marcas do longo período da escravidão; dos movimentos rumo à ocupação do interior do país" (p. 159).

Imagem 9: Fazendo o serviço



Fonte: Acervo do autor

A partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988, foram criadas comissões com a finalidade de propor formas de proteger a memória coletiva de grupos sociais, culminando no reconhecimento dessas manifestações como bens nacionais e na definição do conceito de Patrimônio Cultural Imaterial. A expansão do conceito oportunizou que um universo amplo de agentes sociais, de bens e práticas culturais fossem consideradas enquanto patrimônio e destacou um novo conjunto de dimensões e processos culturais – como a oralidade, o conhecimento tradicional, os sistemas de valores, as expressões festivas e artísticas – que, até então, não estavam oficialmente incluídos no patrimônio. Ao mesmo tempo em que promoveu uma série de consequências sociais, políticas e administrativas relativas à gestão dos bens culturais de natureza material, com sua proteção, bem como aos bens culturais de natureza imaterial, com as políticas de salvaguarda (CHUVA, 2012b). Para a antropóloga Maria Laura Cavalcanti (2019), isso fez com que o Brasil tivesse um papel importante na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada pela UNESCO, em 2003, que considerou o Patrimônio Cultural Imaterial enquanto mola propulsora da diversidade cultural e garantia do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que buscou princípios para as políticas públicas neste domínio da cultura.

O principal marco legal para a abordagem do Patrimônio Imaterial no Brasil é o Decreto Presidencial 3.551, de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o Patrimônio Cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). O conjunto de políticas direcionadas ao Patrimônio Cultural Imaterial inclui o instrumento jurídico do Registro e os planos de salvaguarda. Nesse momento, foram criados os livros de registro: Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Formas de Expressão, Livro dos Lugares. De acordo com o PNPI, o trabalho de documentação é o fundamento da patrimonialização de bens culturais de natureza imaterial, na medida em que possibilita descrevê-los, demonstrar seu caráter coletivo (sua base social) e seu tempo de ocorrência (seu sentido de tradição), bem como tornar compreensíveis os motivos pelos quais são considerados referências culturais pelo grupo detentor.

Tendo em vista a realização de documentação com tal perfil, o Iphan desenvolveu o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que contou com a assessoria do antropólogo Dr. Antonio Augusto Arantes. Para Beatriz Freire (2005), os Inventários são uma metodologia que propõe a documentação e a produção de conhecimento como formas de preservação. Para a autora, o registro dos bens culturais implica em conhecer, por meios técnicos adequados, o passado e o presente de manifestações culturais e suas diferentes versões. O propósito dos Inventários é reunir informações disponíveis sobre um determinado bem e "por meio de pesquisa a ser realizada por historiadores e antropólogos, apreender os sentidos e significados que lhes são atribuídos por grupos e coletividades" (p. 16). De acordo com Fonseca (2017), a partir do pedido de registro de uma língua falada por imigrantes italianos do sul do País – o *talian* –, a questão da diversidade linguística mereceu um trabalho interinstitucional, que levou à edição do Decreto nº 7.387, de 2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), instrumento mais apropriado para a documentação e valorização das diversas línguas existentes no Brasil.

No Rio Grande do Sul, a implementação da política de salvaguarda do patrimônio imaterial teve início em 2004, com a elaboração de dois Inventários Culturais: o INRC Comunidade Mbya-Guarani em São Miguel Arcanjo e o INRC Massacre de Porongos. Após, seguiram-se outros cinco: o INRC Produção de Doces Tradicionais Pelotenses (2006-2008), o Inventário da Diversidade Cultural da Imigração Italiana (2008-2010); o INRC em Santa Tereza (2010-2012), o INRC da

Lida Campeira na Região de Bagé (2010-2013), o INRC em São José do Norte (2016-2017) e o INRC da Lida Campeira no Alto Camaquã (2017-2021).

Embora motivados por demandas e questões específicas, os Inventários se coadunam e contribuem para a compreensão de processos relevantes na formação histórica e sociocultural da região Sul do Brasil, priorizando a ação de grupos sociais não hegemônicos.

2.2 Os confins meridionais

Conforme Caetano Sordi Dias e Bernardo Lewgoy (2017), a ocupação da pampa pelos poderes coloniais ibéricos foi mais lenta, tardia e demograficamente mais esparsa que em outras regiões, apesar de possuir uma posição estratégica, em torno do estuário platino. Para os autores (p. 83),

> durante boa parte da sua história ambiental, o Pampa foi considerado pelas elites dos seus países como uma paisagem pobre, cuja imensidão e monotonia produziriam modos de sociabilidade bárbara e incivilizada. Certa literatura oitocentista argentina e uruguaia atribuía esse barbarismo da paisagem aos violentos padrões de engajamento humano-animal requeridos pela pecuária extensiva. Para esses autores, uma reforma da sociedade implicaria uma reforma espiritual não apenas dos homens e seus costumes, mas principalmente dos seus modos de habitar e apropriar a paisagem.

De acordo com Felipe Monteblanco (2021), quando os colonizadores passaram a avançar sobre a pampa, a paisagem era de domínio campestre, no entanto, não era, propriamente, pastoril. Sua conformação pastoril começou com o transplante e instalação do gado pelos colonizadores espanhóis, no século 17, algo possível somente pelo uso "de outras próteses, como haviam sido os navios que um dia transplantaram a gadaria do além-mar, evidenciando a origem mais técnica do que propriamente 'natural' dessa emblemática configuração geográfica pampiana" (p. 63). A partir disso, para Monteblanco, o que definiu a construção de uma pampa pastoril não foi apenas o acréscimo do animal exótico nas pastagens da paisagem, mas a relação de "co-transformação" entre esse novo objeto, o gado, e os demais do sistema preexistente, formando um novo sistema, uma nova marca-matriz cultural em movimento, hoje secular nos casos em que não foi efetivamente substituída nos eventos mais recentes. Assim, segundo o geógrafo, foi gerada uma coprodução histórica, entre as características tanto dos campos, quanto de sua pecuária, quanto de suas expressões culturais. "A paisagem pastoril é, portanto, o elemento de síntese a expressar essa produção, essa modelagem histórica" (p. 64).

Os rebanhos foram trazidos às Américas pelos colonizadores espanhóis e introduzidos no território pelos jesuítas e pelos colonos, no início do século 17 (AURÉLIO PORTO, 1943). Além da extração e comercialização da erva-mate e do algodão, a criação de rebanhos foi fundamental para o sustento dos 30 aldeamentos ou *povos* missioneiros estabelecidos ao longo dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. O trabalho pastoril, de manejo extensivo, e as condições ambientais da região favoreceram a procriação abundante, formando enormes rebanhos. A doma do gado em campo aberto, em que os animais eram caçados e juntados em *rodeios* – locais balizados onde descansavam, eram contabilizados e alimentados – caracterizava o manejo tradicional missioneiro, realizado pelos indígenas que trabalhavam nas estâncias que abasteciam as *reduções* (MAESTRI, 2008).

Com o fim do projeto evangelizador jesuíta e a intensificação da mobilidade indígena, no século 18, os rebanhos missioneiros foram deixados livres nos campos da pampa e se reproduziram enquanto gado *xucro*. De acordo com Monteblanco (2021), é de amplo conhecimento que se não tivesse existido a secular presença do gado pisoteando e pastoreando os campos, bem como algumas outras práticas tradicionais da vida pastoril como o roçado e a queima, grande parte da pampa seria coberta por outros tipos de vegetação que não as de domínio herbáceo. Formações como as florestais teriam suporte em muitas das combinações de clima, geologia, geomorfologia e solos existentes na região.

O gado foi um elemento decisivo para a colonização, em momentos de disputa entre as Coroas de Espanha e Portugal e os povos originários pela posse da região do Prata (BARETTA; MARKOFF, 1978). Quando a *Vacaria do Mar* entrou em declínio, entre 1720 e 1740, a caça passou a ser substituída pela criação. A Coroa portuguesa, então, passou a distribuir sesmarias e intensificou o interesse na delimitação de fronteiras entre o "domínio português" e o "platino". Nos *confins meridionais* da fronteira sul, como define Farinatti (2018), desenvolveu-se uma economia pecuária, por meio do confinamento do gado e da comercialização da carne, do couro, da graxa, do charque, a partir do desmembramento das terras jesuítas e da instalação de estâncias, com vasta utilização de mão de obra escravizada.

Além de uma reduzida elite de grandes fazendeiros com rebanhos imensos, mantidos por trabalhadores livres e escravizados, a região foi ocupada por uma miríade de produtores médios e

familiares, que conjugavam o pastoreio de rebanhos e a lavoura. Muitos viviam como agregados dos grandes estancieiros e possuidores de escravizados. Da mesma forma, a presença Guarani missioneira foi intensa ao longo dos séculos 18 e 19, onde trabalhavam como peões, se arranchavam nas imediações das propriedades ou trabalhavam nos povoados e vilas (RIBEIRO; FARINATTI, 2017). A dinâmica das relações entre esses segmentos da "sociedade do gado" em formação baseava-se nos laços pessoais, acionados para as práticas da pecuária, para a manutenção da ordem interna e para o recrutamento durante os constantes conflitos bélico pela região. Em diálogo com Baretta e Markoff (1978), durante os combates, os conhecimentos a respeito do território e do manejo dos animais eram elementos importantes para a manutenção das tropas e as ferramentas de trabalho eram, virtualmente, as armas. Redes econômicas, familiares, interpessoais, de compadrio, constituíam elementos importante para o acesso aos recursos produtivos (terra, gado, trabalhadores escravizados) e no posicionamento na hierarquia social, bem como na criação de estratégias de apoio mútuo, principalmente entre a população pobre – livre ou cativa (FARINATTI, 2007).

Como aponta Osório (2016), a presença da pecuária sempre conviveu com outras formas produtivas, por meio de agricultores e de lavradores, visto que boa parte das estâncias possuíam plantações. Mais do que isso, na década de 1780 os lavradores eram a maior parte dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, suplantando em número os criadores de gado. Na maioria das vezes, estes lavradores eram, também, pastores, proprietários de pequenos rebanhos de animais e de alguns escravizados. "A escravidão aparece, portanto, como uma característica estrutural da região, ainda no que se poderia chamar de período formativo" (p. 27).

No fim do século 18, a maior parte do gado da região seria direcionado às charqueadas instaladas, inicialmente, ao longo do Canal São Gonçalo, estabelecimentos fabris de produção de carne salgada, o *charque* (ROCHA, 2014). Na década de 1820, o núcleo charqueador que daria origem à cidade de Pelotas contava com 22 estabelecimentos. Em 1873, o conjunto chegou a ter 38 charqueadas. O charque era o principal alimento da população escravizada, tanto no Brasil quanto na região do Caribe. A produção era realizada por peões campeiros livres e por africanos e descendentes de africanos escravizados, cuja população na zona charqueadora – Pelotas, Bagé, Jaguarão, Uruguai e Argentina – expandiu-se rapidamente. As condições de trabalho nesses estabelecimentos foram descritas por cronistas como extremamente penosas, com jornadas

estafantes, má alimentação e castigos, em ambientes insalubres (DREYS, 1839; SAINT-HILAIRE, 2002 [1839]).

A alta lucratividade da atividade saladeiril possibilitou uma acumulação de capital singular, com a formação de uma elite local composta de famílias de charqueadores proprietários de escravizados. A comercialização do charque integrou o então Rio Grande de São Pedro aos circuitos comerciais da região Sudeste-Sul e aos mercados nacional e internacional, dando à cidade de Pelotas a posição de uma das mais importantes no interior do Brasil. As fortunas acumuladas eram comparáveis ao patrimônio de grandes cafeicultores, senhores de engenho e grandes fazendeiros de outras regiões do Brasil (VARGAS, 2016). O núcleo urbano, constituído a certa distância das charqueadas, foi o local destinado às residências das famílias dos charqueadores e de demonstração da riqueza e do prestígio social da elite na época, bem como das ambiguidades e contradições da sociedade estratificada que ali se consolidou.

Imagem 10: Seu Beto falando de lidas e de vidas



Fonte: Acervo INRC Lida Campeira. Guilherme Santos/Sul21

Com base nos elementos dessa trajetória, constituiu-se uma síntese identitária do Rio Grande do Sul simbolizada pela pecuária praticada nas grandes propriedades na região da *campanha* e pela figura idealizada do "homem do campo", o *peão*, que vivia em harmonia com seus senhores, os *estancieiros*. Porém, de acordo Osório (2016: 37):

> A sociedade colonial rio-grandense foi mais diversa e complexa do que apresenta uma certa imagem fixada do passado. A paisagem agrária que se constituía combinava os estabelecimentos de uma infinidade de pequenos produtores, pastores e lavradores, ao lado de grandes estâncias; estas, em número muito menor do que se supunha. Os binômios tradicionais e exclusivos "estancieiro-peão" e "lavrador açoriano-trabalho familiar" não são suficientes para compreender as práticas sociais e produtivas desenvolvidas pela maior parte da população.

A historiografia produzida nas últimas décadas demonstra que a sociedade que se configurou em torno do gado tinha uma composição sociocultural de origens diversas e hierarquias baseadas nas relações socioeconômicas e na cor da pele. Como observa Farinatti (2018), a construção de uma pampa ocupada por peões assalariados, sem vínculos familiares e sem acesso a recursos produtivos é uma imagem simplificada que não dá conta da formação da fronteira Sul.

Nesse sentido, de acordo com Benjamin (1987), articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como *ele de fato foi*. Significa apropriar-se de uma reminiscência, "tal como ela relampeja no momento de um perigo" (p. 224). Assim, as políticas públicas de Patrimônio, a partir dos Inventários Culturais, com o aporte antropológico, podem oferecer pistas para a compreensão dessa diversidade.

2.3 Histórias a contracorrente

Os Inventários Nacionais de Referências Culturais oferecem possibilidades fundamentais de repensar aspectos sociais e culturais da formação brasileira, de acordo com as prerrogativas constitucionais que servem de base às políticas públicas de Patrimônio Imaterial. Isso fica evidente nas reflexões realizadas a partir das experiências dos Inventários no Sul do Brasil, como o INRC da Comunidade Mbya-Guarani em São Miguel Arcanjo e o INRC Massacre de Porongos, que tratarei, brevemente, a seguir. Busco introduzir nesta reflexão, ainda, a presença da mineração no Rio Grande do Sul, tema aberto à produção de estudos antropológicos, ainda que, conforme citado

anteriormente, seja um elemento histórico presente desde o princípio da colonização do Rio Grande de São Pedro.

De acordo com o Iphan, a solicitação de Registro da *Tava* como lugar de referência cultural para o povo Guarani-Mbya, encaminhada em 2007, a partir de pesquisa coordenada pelo antropólogo Dr. José Otávio Catafesto de Souza, busca o reconhecimento como patrimônio cultural do lugar amplamente conhecido como Ruínas do Antigo Povoado de São Miguel Arcanjo, situado em São Miguel das Missões/RS. Para os Mbya trata-se do local onde viveram seus antepassados, que construíram estruturas em pedra visíveis aos indígenas e aos *juruá* (não indígenas), nas quais deixaram suas *marcas*, parte de suas corporalidades. A justificativa apresentada pela comunidade e pelo Iphan-RS pautava-se no reconhecimento dos sentidos e significados que o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo têm para os Guarani. O Inventário é resultado de um processo dinâmico, que demandou a apropriação das concepções de patrimônio com a qual o Estado brasileiro opera pelos indígenas, bem como das potencialidades e fragilidades de sua política de salvaguarda do mundo cultural Mbya, num contexto em que estavam sendo dados os primeiros passos de aplicação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (IPHAN, 2014).

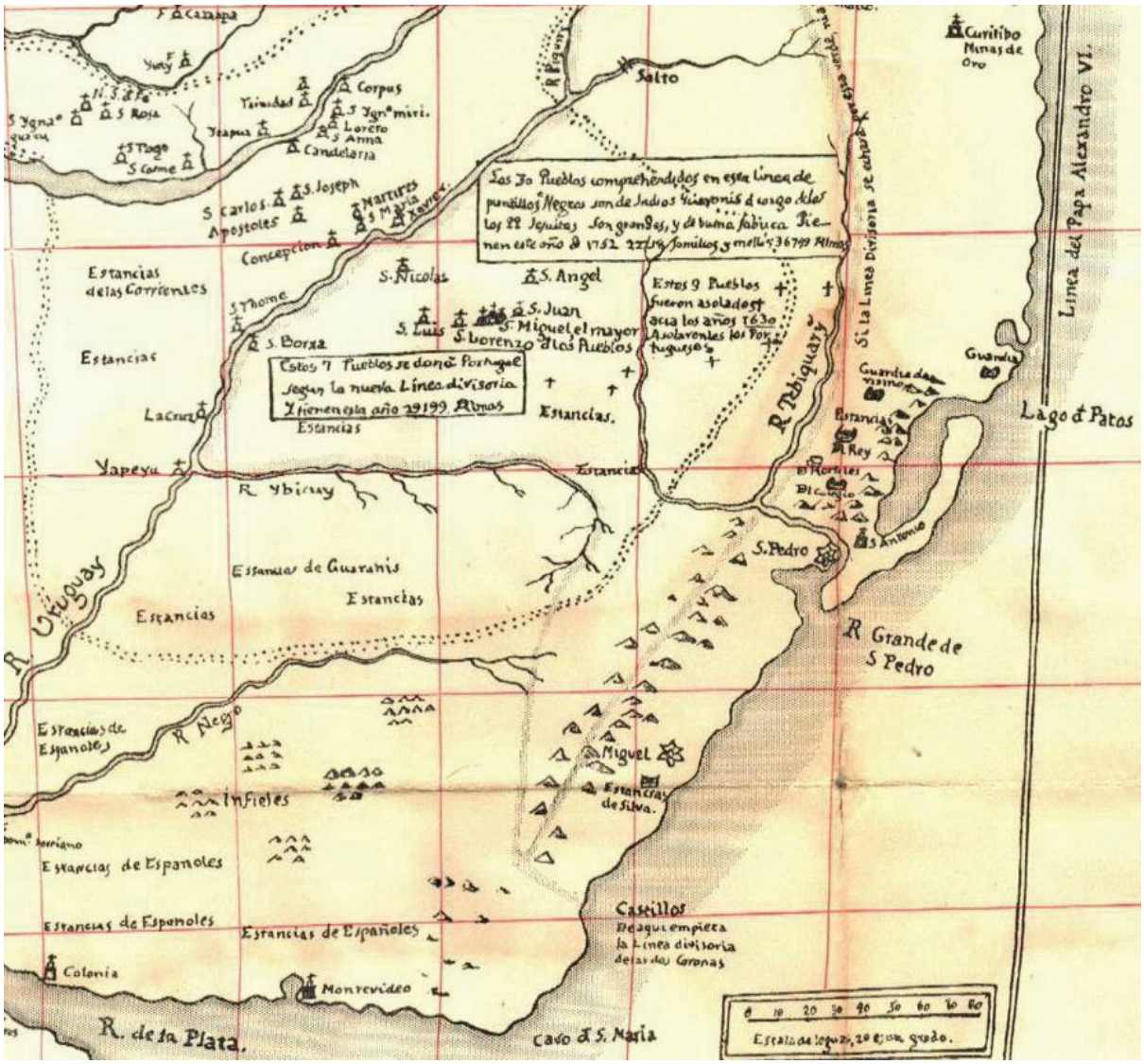
Da mesma forma, sob a coordenação da antropóloga Dra. Daisy Barcellos, o INRC Massacre de Porongos busca lançar luz sobre um episódio histórico, que aconteceu durante a Guerra dos Farrapos, ou "Revolução Farroupilha" (1835-1845), envolvendo a disputa de tropas imperiais e republicanas no Rio Grande do Sul. O Massacre de Porongos – conhecido, também, como "Surpresa", "Batalha", ou "Traição" de Porongos – ocorreu às vésperas da assinatura do Tratado de Ponche Verde, que selou a paz e encerrou a "Revolução Farroupilha". Mais precisamente, no dia 14 de novembro de 1844, um dos corpos de lanceiros negros liderados pelo general David Canabarro se encontrava próximo ao Cerro de Porongos, então município de Piratini, atualmente Pinheiro Machado/RS. Durante a madrugada, os homens que compunham essa divisão do exército farroupilha foram atacados e mortos por uma tropa imperial liderada pelo coronel Francisco Pedro de Abreu, o Moringue.

Segundo os antropólogos Cristian Salaini e Lucas Graeff (2011), é nesse contexto de polêmicas historiográficas, lugares de memória, marcos imaginários, atores e práticas culturais que se inscreve o INRC Massacre de Porongos (p. 186):

> Na medida em que o Massacre de Porongos é reconhecido como tal – e não como uma "surpresa" ocorrida numa batalha como outra qualquer –, a referência ao evento passa a se articular com outras demandas étnicas, sociais, culturais e patrimoniais, tanto no estado e como no país. As lutas pela representação legítima de eventos históricos e de locais de celebração e de memória cumprem um papel fundamental no substrato simbólico definidor de grupos e dos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos; um substrato simbólico que, na medida em que é evocado e materializado através do processo de inventariamento e patrimonialização, contribui para consolidar, no plano das relações e das práticas identitárias, a situação do negro no Rio Grande do Sul e no Brasil.

De acordo com as pesquisas realizadas pelo Iphan com os Guarani, a Companhia de Jesus chegou ao Brasil por volta de 1550 e, no começo do século 17, recebeu autorização do rei da Espanha para a evangelização dos Guarani, por meio da "redução" dos indígenas ao redor dos padres, na Provincia Jesuitica del Paraguay, em 1607 (CLASTRES, 1978). O projeto Jesuíta contemplava trinta aldeamentos ou Povos: oito Missões na margem direita do Rio Paraná, no Paraguai; quinze entre o Rio Uruguai e o Paraná, na parte nordeste da província de Corrientes, na Argentina; e sete na margem esquerda do Rio Uruguai, que, atualmente, fazem parte do Rio Grande do Sul. Como a historiografia missioneira demonstra (WILDE, 2009), a opção dos Guarani pelas Missões compreendeu uma gama de relações bastante complexas, que levava em conta as constantes invasões para a escravização dos indígenas.

Mapa 3: *Governación de Paraguay e de la Buenos Aires* (detalhe)



Fonte: Padre José Cardiel, S.J. (1752)

O viajante francês Isabelle (2006 [1835]), ao descrever o sistema missioneiro, realizou a seguinte observação (p. 197-198):

> E os selvagens sentiam-se atraídos, menos pelos benefícios do cristianismo, que eles absolutamente não compreendiam, do que pela perspectiva de encontrar um asilo contra o rigor dos espanhóis e, sobretudo, contra a crueldade dos portugueses, que os caçavam com cães para que fossem morrer dentro das minas, depois de convenientemente batizados.

Com o *Tratado de Madri*, em 13 de janeiro de 1750, porém, os Sete Povos pertencentes à Espanha deveriam ser entregues a Portugal, em troca da Colônia do Sacramento, que, atualmente, faz parte

do Uruguai. A recusa por parte dos missioneiros deu origem a diversos conflitos armados na região, de 1753 a 1756, conhecidos como a Guerra Guaranítica, envolvendo tropas ibéricas contra padres e indígenas. Conforme Jean Baptista (2015: 72), ao fim do século 18, os povoados missioneiros já apresentavam um aspecto de miséria e exploração, com as igrejas entrando em processo de arruinamento, as casas abandonadas, o gado disperso, o comércio em mãos dos portugueses, as comunidades repletas de dívidas, "os ofícios em boa parte desaparecidos, os índios famintos, nus e doentes". Segundo Max Ribeiro e Luís Augusto Farinatti (2017), a desagregação reducional fez com que muitos tendessem a deixar de lado o estudo dos Guarani enquanto sujeitos históricos. Contudo, para os autores, "a história daquela população não se extinguiu com a crise reducional e tem plena relevância para o estudo dos processos históricos em curso naquele espaço territorial" (p. 111).

Na narrativa de naturalistas, como a de Saint-Hilaire (2002 [1839]), é comum o convívio com indígenas nas vilas e povoados, ao longo de rios ou de caminhos entre as localidades, em alguns casos aldeados com padres. Os relatos são permeados por registros de indígenas no interior da mata, que entravam em contato com os colonos, conforme a busca por gado, erva-mate, madeira e, também, minério. A circulação de tropas coloniais pelas antigas regiões missioneiras e o avanço sobre os territórios indígenas, da mesma forma, produziu a disseminação dos potenciais minerais do ambiente. As reservas de carvão mineral são conhecidas, no mínimo, desde o fim do século 18, conforme a pesquisa de Cristina Silva (2007). De acordo com a historiadora, um soldado português, ao cruzar pela localidade de Curral Alto, atualmente Minas do Leão/RS, teria encontrado carvão de pedra e levado as amostras ao General Rafael Pinto Bandeira, em Rio Pardo, por volta de 1792. Outros atribuem a descoberta ao senhor Joaquim José Fonseca Souza e Pinto, que teria encontrado o minério naquela região e levado algumas amostras à capital do Império para verificar a qualidade do produto, por volta de 1807. Para a autora, porém, naquele momento a extração de madeira era mais rentável, "pois era farta e de fácil comercialização e, além disso, não havia ainda a preocupação com os problemas ecológicos decorrentes do desmatamento" (p. 38).

Segundo Fernanda Carvalho (2013), a descoberta das minas de ouro em Lavras do Sul remontam ao ano de 1796, e, em 1799, o então governador Veiga Cabral, o ouvidor-geral e corregedor da comarca de Porto Alegre Lourenço José Vieira dos Santos, e o tenente de Dragões Antônio Pinto da Fontoura, reuniram-se em Porto Alegre, para tomarem conhecimento da descoberta feita por

um escravizado de Fontoura. Conforme Carvalho, em *Roteiros das Costas do Brasil*, redigido por José Saturnino da Costa Pereira, em 1810, consta o resultado dos trabalhos na região da Campanha do Rio Grande do Sul, como o Arroio do Salso, o Rio Vacacaí, o Rio Camaquã e o Rio São Sepé, sendo que os resultados obtidos no Camaquã foram muito superiores aos dos outros, mais especificamente seu afluente o Arroio Camaquã das Lavras, que se mostrou bastante rico em ouro. Isso fez com que houvesse uma série de empresas interessadas em construir barragens para a extração de minerais, desde o início do século 19, "essas tentativas, porém, foram frustradas pela falta de tecnologia e pela voracidade do rio" (p. 19).

Imagem 11: Ruínas da mineração em Lavras do Sul



Fonte: Fernanda Carvalho (2013)

Como indica Dreys (1839), apesar de poucos estudos, era conhecida a existência de pedras preciosas, de carvão mineral e de ouro na província. Para o viajante (p. 63):

> espalhou-se repentinamente na provinda que nas immediações de Cassapava tinha-se descoberto huma veia muito rica; acudio immediatamente a população circumvizinha, attrahida pela lisongeira perspectiva de huma fortuna rapida; mas, desta vez como dantes, a expectação dos pretendentes ficou mallograda; o ouro que appareceu achou-se de baixo toque, e a mina tão superficial que, depois de pouco trabalho, ficou exhaurida: o mesmo aconteceu perto de Santa Maria, na prolongação das mesmas eminências. Porém, basta saber que o terreno he aurifero, e deve se esperar que, em falta de investigações praticadas segundo as regras mineralógicas, a casualidade revelará ainda novos mananciaes de riquezas metallicas.

Tais cronistas apontam, também, a difusão da presença negra no sul do Brasil, o que colabora com as pesquisas históricas recentes que se debruçam sobre a documentação e os inventários *post mortem*. De acordo com a pesquisa de André Corrêa (2012), a respeito da região de Caçapava, até meados do século 19 era possível identificar a presença de escravizados mesmo entre médios e pequenos produtores. Para o autor, esses números caracterizam uma sociedade mais complexa do que se poderia imaginar, pois se trata de uma região que tem as suas unidades produtivas ligadas à mão de obra escravizada. Isso independente da economia gerada pelas suas atividades, ou seja, podendo ser com base na pecuária ou na agricultura. Assim, nesta localidade ter escravos não era exclusividade dos grandes pecuaristas. "Adquiriam escravos também médios e pequenos pecuaristas, assim como, agricultores, lavradores dentre outros. Portanto, todos adquiriam escravos, só que em quantidades distintas" (p. 50).

Conforme Gabriel Aladrén (2012), a descoberta das minas de ouro no território sul-rio-grandense contribuiu para a resistência das elites sulinas aos debates de cunho abolicionista que tomaram forma, especialmente, após a proclamação da Independência do Brasil, tendo em vista a utilização de escravizados no trabalho nas lavras. De acordo com a documentação oficial sobre a Vila de Cachoeira, atualmente Cachoeira do Sul/RS, um dos projetos que o Conselho tocou com interesse foi o desenvolvimento da mineração de ouro no Arroio do Camaquã, no território que fazia parte da vizinha Vila de Caçapava. "O detalhe é que o projeto previa que a exploração do minério fosse quase toda realizada com mão de obra escrava" (p. 245). Nesse clima de expectativas em torno do desenvolvimento da economia escravista – seja nas charqueadas, seja na pecuária, seja na agricultura ou seja na mineração –, era fácil encontrar motivos para a implacabilidade do ofício que visava promover a "lenta emancipação da escravatura". De acordo com Aladrén (p. 246):

> O desenrolar do processo de povoação e de extração de ouro na região não é muito conhecido. Provavelmente, a distribuição de datas no leito do rio originou o acampamento de moradores que veio se tornar a cidade de Lavras do Sul. Importa reter que o surto de extração de ouro no local – que parece ter sido efêmero, embora posteriormente a exploração de minérios em toda a região de Caçapava, Camaquã e Lavras tenha se desenvolvido – baseava-se na exploração intensiva da força de trabalho dos escravos.

Como notou Isabelle (2006 [1835]), os produtos de exportação da província eram mais ou menos os mesmos que em Montevidéu e Buenos Aires, mas existem outros, "como, por exemplo, o ouro em pó dos arredores de Caçapava, a farinha, a cachaça, os feijões, os couros curtidos e as madeiras" (p. 262). Além disso, muitas estâncias eram atravessadas por regatos auríferos; em outras o ouro era encontrado em lagoas, o que permitia a certos estancieiros extraírem "secretamente o ouro".

Durante sua passagem pela região central do Rio Grande do Sul, na Bacia Hidrográfica do Rio Jacuí, o viajante registrou (p. 226, grifo do autor):

> A serra do Botucaraí contém muito ouro e pedras preciosas. Não faz muito tempo, era explorada com algum resultado e já havia algumas moradias nas imediações, mas os mineiros foram obrigados a abandoná-la, devido aos desmoronamentos de que muitos foram vítimas. A gente do campo acredita, firmemente, que ela é encantada (*enfeitiçada*), porque, segundo afirma, quando se começa a trabalhar ouve-se um barulho espantoso e as terras começam a desabar arrastando pedaços enormes da rocha mais alta. Desgraçado daquele que não se afastar rapidamente! Parece, também, que os bugres, índios antropófagos que vivem ainda nas florestas da serra Grande, não toleram que se trabalhe ali, e assustaram, com suas frequentes incursões, os que eram a isso atraídos pela avidez do ouro.

A mineração de cobre em Minas de Camaquã, segundo Troian (2009), iniciou com a *The Rio Grande Gold Mining Limited*, em 1870, momento em que se deu a formação da infraestrutura de acesso às minas no Cerro João Dias. De 1888 a 1899, em um segundo ciclo, os comerciantes alemães Maximiliano Saenger, Ricardo Saenger e Emílio Kleinod, de Pelotas, dedicaram-se à extração manual de minério, que apresentava custos elevados devido ao transporte e exportação para a Inglaterra, em um cenário de queda dos preços internacionais do cobre, o que logrou a iniciativa. Os invernos rigorosos, os períodos chuvosos, as estradas em condições precárias, o transporte por carreta de boi, eram alguns dos fatores que tornavam oneroso o escoamento até o porto, na cidade de Rio Grande/RS. A extração foi retomada em 1901, sob propriedade da Companhia Belga, a *Société Anonyme des Mines de Cuivre du Camaquan*, que abriu outra galeria, a chamada "galeria belga". Os belgas foram responsáveis pela construção de uma barragem no Arroio João Dias, para o fornecimento de água e energia, e de uma usina de beneficiamento, onde era feito o processo de concentração dos metais. O descarte dos rejeitos era realizado às margens do Arroio, em função da proximidade com a área de beneficiamento (VON AHN, 2018). As atividades, porém, encerraram em 1909, em função da expansão colonial na África e da descoberta de minas no Congo. No fim da década de 1920 até meados de 1930, o Serviço Geológico e Mineralógico realizou estudos sobre o potencial mineral do Rio Grande do Sul, continuados pelo Serviço de Fomento da Produção Mineral[12]. Para Jader Nogueira (2012), a pesquisa motivou a criação da Companhia Brasileira de Cobre (CBC), em 1942, uma iniciativa de capital misto, tendo

[12] O relatório final foi publicado como *Prospecção da mina de cobre de Camaquã no RGS*, por Joaquim Homem da Costa Filho, no Boletim nº 59 do Ministério da Agricultura, em 1944.

como acionistas majoritários o governo do Rio Grande do Sul e o Grupo Pignatari, além do governo federal, que deu andamento à exploração na área até meados da década de 1990.

Imagem 12: Acompanhando o fluxo do Camaquã



Há 35 anos prestando serviços à comunidade encruzilhadense

JORNAL DO SUDESTE

FUNDADO EM 21 DE JUNHO DE 1953

FUNDADOR: JOSÉ AZAMBUJA PEDROSO

ANO XXXVI — ENCRUZILHADA DO SUL, 03 DE SETEMBRO DE 1988 — N.º 882

Municípios se unem em defesa do Rio Camaquã

Em reunião coordenada pelo Prefeito ANTONIO CARLOS MESQUITA PEREIRA de Encruzilhada do Sul, estiveram reunidos na cidade de Lavras do Sul os prefeitos de Camaquã, Piratini, Caçapava do Sul e Lavras do Sul juntamente com os Presidentes das Câmaras de Vereadores desses municípios, de Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista, para debaterem com a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa e Departamento do Meio Ambiente da Secretaria de Saúde do Estado, os problemas que vem ocorrendo ao longo do Rio Camaquã com alta mortandade de Peixes e a Contaminação de suas águas por produtos Químicos Pesados.

Naquela oportunidade o Presidente da Comissão de saúde e Meio Ambiente o deputado VALMIR SUZIN salientou e parabenizou os municípios pela iniciativa de juntos tentarem uma solução para preservação do Rio Camaquã, pois a situação está preocupando toda a população de toda a Região, disse ainda Suzin, que estamos nos envenenando e morrendo aos poucos e até hoje não foi possivel despertar as autoridades competentes para que as leis de proteção ao Meio Ambiente sejam aplicadas.

Futuramente será marcada uma nova reunião na Assembléia Legislativa para os prefeitos levarem ao conhecimento das autoridades Estaduais e de todos os setores do Meio Ambiente, o atual e agravante quadro que se encontra o Rio Camaquã.

Ficou aprovado naquela reunião, por todos os prefeitos, presidentes de Câmaras, vereadores, entidades e público presente a proposição do prefeito Mesquita, para que seja criada a Associação de defesa e preservação do Rio Camaquã que não só irá se preocupar com a poluição do Rio mas também com a preservação de sua rica Fauna e Flora.

Nos próximos dias o prefeito ANTONIO CARLOS MESQUITA PEREIRA juntamente com membros da comissão do Meio Ambiente irão realizar um rastreamento em todo o curso do Rio para detectarem os poluentes e através dessa forma apurarem realmente a gravidade da situação, visto que existem vários pontos de garimpos clandestinos e registrados utilizam o mercúrio como agente catalizador mineral, que é adquirido livremente no comércio e usado sem nenhuma norma técnica de utilização e segurança pessoal.

HOJE

Baile no CRES — Escolha da Rainha

23 horas — Conjunto Integração

Moto-serras STIHL e Semente de soja

Pelos melhores preços você encontra na SERRA DO SUDESTE AGROPECUÁRIA

Fonte: Acervo do autor

Nesse sentido, como indica o historiador Virgílio Noya Pinto (1979), pensar a história da mineração na América Latina é pensar a história do saque, do roubo e do contrabando, uma vez que a análise das cargas de ouro e as notícias sobre as várias formas de "descaminhos" fazem crer que "a produção brasileira de ouro está acima dos cálculos que os documentos permitem realizar" (p. 117). Uma história que é possível diante da prerrogativa de arrancar o (c)ouro, de levar desse território tudo aquilo que for possível, até não sobrar mais nada. Localmente, isso pode ser visualizado por meio das denúncias a respeito da continuidade do garimpo de ouro na região, ao longo do século 20, contrariando o "período clássico da mineração" em Lavras do Sul (CARVALHO, 2013). O que culminou na grande mortandade de peixes e na contaminação das águas do Rio Camaquã, nos anos 1980, segundo as comunidades, devido ao uso irrestrito de mercúrio no garimpo e ao vazamento de barragens de rejeitos.

Conforme John Dawsey (2013), a presença do passado no presente provoca um susto do reconhecimento, um despertar, algo como uma "memória involuntária", ou "um lampejo", de onde irrompem imagens. Para o antropólogo (p. 79):

> Esperanças e promessas soterradas sobem à superfície, rachando a crosta de um presente petrificado. Quebra-se o encanto dos mortos sobre os vivos ao mesmo tempo que aquilo que era tomado como morto e desaparecido mostra a sua cara. O que estava escondido não apenas vem à luz do dia, mas abre as fendas por onde chegam novas fontes de luminosidade.

Algumas dessas imagens se manifestam em falas como as de Seu Beto, quando comenta sobre os "*sumidouros*", locais no campo que desabaram levando consigo pessoas e cavalos, devido aos túneis deixados pela mineração subterrânea. De acordo com Seu Beto, "*antigamente ali na Minas de Camaquã houve muito problema, porque ali, até gente ficou subterrada ali dentro. Isso aí eu sei! E outra coisa, uma vez fui num rodeio lá, a cavalhada se foi a lama até cavalo morreu quebrado e subterrado lá dentro. Isso aí o pessoal não diz. E a lama que escapou dali que se foi ao Camaquã e matou aquela quantidade de peixe, isso aí o pessoal não fala também!*" (Diário de Campo, primavera de 2017).

Tais relatos ganham força, especialmente, diante da possibilidade de novos ciclos de megamineração. É nesse sentido, de acordo com uma faixa colocada às margens do rio, que "*o Camaquã pede socorro!*"

CAPÍTULO 3: DEIXAR RUIR

> Estava tudo se liquidando, o pasto tomando conta das plantações, as árvores morrendo de velhas, a criação se terminando, e agora, a lo más, as coisas eram diferentes, era tudo moderno, ninguém queria saber de caixa de doce, compota caseira, fruta seca, galinha viva... Estava tudo mudando...
> ***Linha divisória***, Aldyr Garcia Schlee

A documentação histórica de Cachoeira do Sul, na Depressão Central do Rio Grande do Sul, registra que, outrora, o local já foi um porto movimentado. A origem da localidade é decorrência de um aldeamento Guarani, reunidos por portugueses, junto ao Cerro do Botucaraí, após o Tratado de Madrid e os conflitos da Guerra Guaranítica, nos anos 1750. Em meados do século 18, alguns Guarani missioneiros foram levados para o Passo do Fandango, onde construíram a Capela de São Nicolau, valendo-se dos conhecimentos advindos das Missões. Passo, é o mesmo que "vau". Um lugar raso e estreito de rio ou arroio – que serve de passagem de uma margem à outra. De acordo com os cronistas, havia um movimento perpétuo de carretas, cavalos, mulas, bois, viajantes, mercadorias, que se cruzavam dentro do rio, o que gerava uma mistura de figuras negras, brancas, oliváceas, nadadores mestiços e "índios" que acompanhavam os rebanhos. O território de Cachoeira insere-se nos fundões dos antigos Sete Povos das Missões, na grande Estância de São Luís, costeando a linha dos ervais naturais da Serra do Botucaraí. Ao longo dos séculos, serviu enquanto entreposto para os produtores vindos da região missioneira, no norte, recém incorporada à Província de São Pedro. Em Cachoeira, eles trocavam por outros itens as mercadorias, que seguiam, via Rio Jacuí, até Porto Alegre, capital do estado. Isso fez o povoado crescer a partir do comércio, com a instalação de armazéns, na área urbana, e da pecuária e da agricultura, no interior.

A Aldeia, que, atualmente, é um bairro, foi o centro do povoado, conforme a Capela era elevada à categoria de Freguesia, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Em 1799, foi inaugurado um novo templo, construído pelos Guarani, responsável pelo registro oficial do povoado, marcadamente multiétnico, composto por indígenas, negros escravizados africanos, negros criolos, negros libertos, açorianos, europeus, em decorrência do movimento portuário. Entre os vestígios dessa ocupação, resta uma das mais antigas edificações do município, solicitada pelo português Manoel Francisco Cardozo, esposo da Guarani missioneira Joaquina

Maria de São José. Conhecida como Casa da Aldeia, hoje em dia a construção é apenas uma ruína, evidente num terreno próximo à margem do Rio Jacuí, protegido por tapumes e uma cobertura metálica – que a deixa parecida com um posto de combustível.

Deixo a Casa da Aldeia e sigo sobre o calçamento de paralelepípedos que leva até a Rua Moron, por onde é possível chegar ao Passo e à Praia Velha, como é chamado o atracadouro no entorno. Não tem ninguém na rua. Apenas uns cães vagam por ali e observam, de longe. Algumas casas, de arquitetura lusa, estão fechadas, como que abandonadas, com a grama e os arbustos avançando sobre o pátio. Apresentam placas que oferecem a venda ou o aluguel dos imóveis.

Cruzo a entrada da Companhia Estadual de Silos e Armazéns, ainda em atividade, com seus imensos silos de concreto, que se projetam entre as árvores. Quanto mais próximo estou do rio, mais acentuado é o vazio. Alguns galpões estão em destroços. Os vidros quebrados. O reboco caído. A pintura descascada. Outros, têm as aberturas lacradas com concreto. "IRGA SECADORES", está inscrito, com letras quase apagadas, num dos o prédio, um bloco retangular, de pé direito alto.

O calçamento termina dentro do rio. A queda d'água, que, no passado, deu nome à localidade, já não existe mais, desde meados do século passado. Em seu lugar, foi construída a Barragem-Ponte do Fandango, a primeira do gênero no Brasil, com desenho francês e estrutura metálica fabricada na Alemanha, sob a supervisão do engenheiro curitibano Pedro Viriato Parigot de Souza, o que suspendeu a travessia do Rio Jacuí pelas balsas.

Estive nesse lugar muitas vezes. Quando era criança, cruzava o rio com minha família, em barquinhos, que, por alguns reais, faziam a travessia dos moradores para aproveitar o balneário, na "Praia Nova". Na adolescência, costumava vir com amigos jogar sinuca e escutar música nos bares ao redor do Passo. Quando estava na Universidade, vinha nas férias para pescar ou, às vezes, comer lambari frito, nos restaurantes que funcionam à noite, durante o verão. Assim, quase me acostumei com as ruínas. Para mim, era como se elas estivessem ali desde sempre. Como se nunca tivessem sido outra coisa que não ruinas.

Em 2019, quando dava andamento aos meus estudos na Universidade Federal do Paraná (UFPR), retornei à cidade, a partir da solicitação da comunidade, com o apoio da professora Lair e da produtora cultural Nathaly. Nesses momentos, participei de encontros na Biblioteca Pública e na

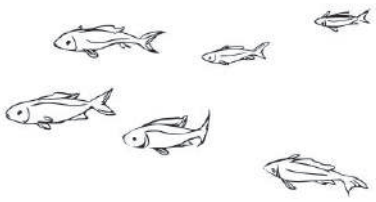
Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas de Promoção e Igualdade Racial (COMPPPIR). As rodas de conversa reuniram integrantes de movimentos sociais, quilombolas, lideranças afro-religiosas, pesquisadores e membros do poder público, que nem sempre se veem representados nos discursos oficiais sobre a história do município, que costuma privilegiar a formação europeia e de matriz portuguesa, em detrimento de outras etnias.

Nessas ocasiões, apresentei algumas informações de pesquisas realizadas nos Inventário Nacional de Referências Culturais e de levantamentos sobre a presença de populações tradicionais na cidade, que obtive com o apoio do Museu Municipal e do Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul. Foram, também, momentos de aprender sobre aquele pedaço do Rio Grande do Sul, que reflete muitos aspectos das pesquisas dos INRCs realizados no estado, como as tentativas de exclusão das presença negra e o apagamento dos povos indígenas. Pude, ainda, ir ao encontro de processos históricos pelos quais a região passou, que resultam na sua configuração no presente. E, várias vezes, me vi retornando ao Passo. Caminhava em meio àqueles prédios em destroços. Ia até a beira do rio.

Agora, quando tenho que finalizar o Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado em Antropologia, a partir de uma formação amparada na Antropologia Social e Cultural, resolvi caminhar até o Passo, novamente. Ficar perto da água, sentir o frio e a umidade que emanam do Jacuí. E refletir sobre os processos que marcam a minha formação. Nesse momento de conclusão de um ciclo, marcado por quase cinco anos de pesquisa de campo entre populações tradicionais no sul do Brasil, a presença dos rios e das ruínas retorna, com ambiguidades, ambivalências e potências.

Paro próximo da margem, rodeado de escombros. Só meu corpo perturba aquela serenidade. Então, pergunto ao rio, que, há tempo demais, assiste ao ir e vir: o que é possível aprender com as ruínas?

Eu espero, Jacuí, que tenha conseguido entender. (Diário de Campo, verão de 2021).



3.1 Fazer floresta, fazer desertos

Neste capítulo destaco a intensificação dos conflitos ambientais no Rio Grande do Sul, enquanto nova fronteira da mineração, e a virtualidade da ruína dos povos e comunidades tradicionais frente ao avanço de projetos extrativistas, a partir da interlocução com o povo Mbya Guarani. Apresento, ainda, os novos arranjos e resistências que têm se colocado para barrar o avanço desses projetos na defesa do "bem comum" e da vida na pampa.

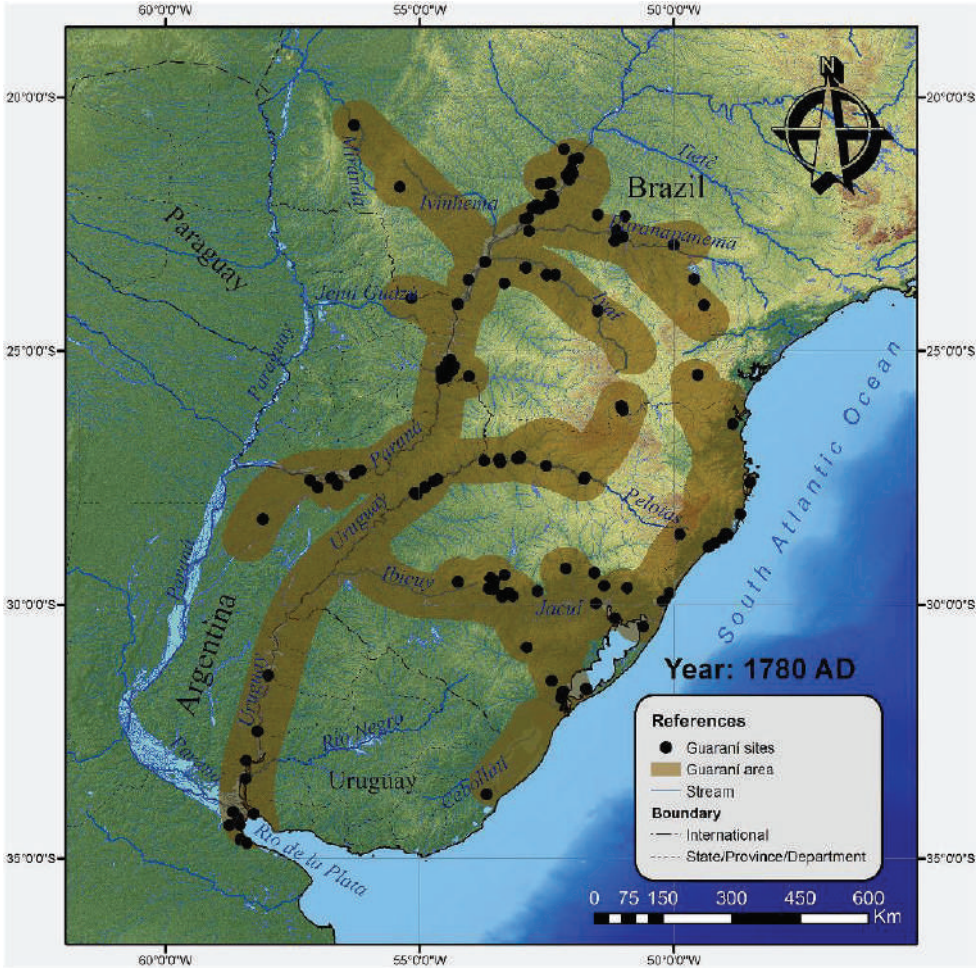
A paisagem platina com a qual os colonizadores se depararam, dificilmente pode ser pensada enquanto "natural", mas, sim, como o resultado de engajamentos e interações milenares, via a presença de povos indígenas e do manejo do ambiente por essas populações. As pesquisas antropológicas indicam que, quando do encontro colonial, os Guarani estavam em expansão pelas bacias hidrográficas do Rio da Prata e região, processo intensificado nos séculos que antecederam ao contato com espanhóis e portugueses. Conforme os registros, as aldeias mantinham relações constantes umas com as outras, por meio de redes de reciprocidade, parentesco e afinidade (MELIÀ, 1982). Na medida em que ampliaram seus territórios, as populações Guarani lançavam mão do policultivo agroflorestal – seja pelos roçados em clareiras no interior da mata, que são deixados de lado quando da realização de novos *potyrõ*, seja pelo manejo e inserção de espécies utilizadas para diversas finalidades, como alimentação, vestimenta, ornamento, medicamento, construção de moradias, entre outros usos (TEMPASS, 2010; BONOMO *et al*, 2015).

Como a Arqueologia demonstra, os Guarani tinham como prática ocupar e manejar gradativamente o espaço conforme o crescimento demográfico, mantendo parte da população nos territórios antigos, enquanto outra parte transportava e manejava um pacote de plantas para novas áreas na periferia de seus locais de origem (NOELLI *et al*, 2019). A escolha pela diversidade de cultivos é uma estratégia importante no que diz respeito à segurança alimentar, tendo em vista uma expansão que compreendia um imenso espaço geográfico na Mata Atlântica e em áreas de transição, como o cerrado e a pampa (BONOMO *et al*, 2015). Os dados arqueológicos indicam que vigorava nos assentamentos a prática estratégica de forrageio e policultura, adaptada às variações de cada ecossistema, operacionalizadas por um conjunto de artefatos replicados com características tecnológicas semelhantes.

A diversidade ambiental que os Guarani ocupavam indica um modo de vida simultaneamente adaptável e adaptador dos contextos em que viviam, optando, preferencialmente, por aldeias próximas de fontes de água, em clareiras sob o estrato arbóreo, em solos diversificados dos mais pobres aos mais férteis, em altitudes que podem variar entre o nível do mar e mais de 950 metros (NOELLI *et al*, 2019). Chamados de *Carió*, ou *Carijó*, encontravam-se num território, entre as bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai e a costa atlântica, desde a Barra da Cananéia até a Laguna dos Patos. Residiam em vales próximos de lagoas, margens de rios e arroios. No registro de cronistas e missionários, ficaram caracterizados como povo canoeiro, ceramista, organizado a partir de unidades familiares extensas. Caçavam animais de pequeno e médio porte, como veados, capivaras, tatus e aves. Praticavam agricultura em roças nas matas e cerros, com o cultivo de milho, mandioca, melancia, batata-doce, abóbora, feijão, amendoim e tabaco. Dispunham, também, de pesca e de coleta de frutas e sementes (MONTEIRO, 1998; LADEIRA, 2004; FAUSTO, 2005).

A presença Guarani figura em toponímias de referências geográficas, localidades e bacias hidrográficas – entre elas a Bacia Hidrográfica do Rio Jacuí (do Tupi-Guarani "*yacu*" – ave que habita matas ribeirinhas e se alimenta de frutos e grãos + "*y*" – rio) (FURTADO, 1969). O jacu é uma espécie de galináceo da Família *Cracidae*, comum no Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia. Seu nome em Tupi pode ser entendido como "comedor de grãos". Sua cor é escura, com tons de verde-bronze e rajadas de branco. Sua face é negra e a íris é vermelha, nos machos, e castanho-escuro ou marrom-escuro, nas fêmeas. É frugívoro e alimenta-se de frutos, grãos, flores, folhas, brotos e insetos. Defeca e regurgita sementes intactas, o que contribui para a dispersão de espécies nativas pela mata. Desloca-se pela manhã e ao fim da tarde em busca de frutos, no alto das copas. Bebe água na beira de rios e lagos, com o bico mantido dentro d'água, notando-se a ingestão pelo movimento da garganta. São considerados monógamos e gregários, vivem em pares ou pequenos bandos familiares (NEVES, 1988; ROCHA, 2005). Segundo Claude Lévi-Strauss (2004), no mito Xerente (M12) sobre a origem do fogo, "prepara-se uma expedição para roubar o fogo do jaguar. O tronco incandescente é trazido por aves corredoras, o mutum e a galinha-d'água; enquanto isso, atrás deles, o jacu bica as brasas que caem no chão" (p. 98), de acordo com o mito, a ave "tem a garganta vermelha porque engoliu as brasas" (p. 100). No mito Parintintin (M179) sobre a cor dos pássaros, os gaviões transportaram sua presa até o ninho e convidaram todos os pássaros para o banquete, com a condição de que aceitassem ser "tatuados" Os gaviões, então, "passaram sangue no peito do surucua-hú e no pescoço do jacu-pemun-hú..." (p. 357).

Mapa 4: Modelo arqueológico da ocupação Guarani, entre 300 e 1780 DC



Fonte: Bonomo *et al* (2015)

O indígena Edson Amaurilio (2015, grifo do autor), ao comparar as concepções jurídicas e as concepções Nhandeva a respeito da "gestão dos recursos hídricos", aponta que os Guarani entendem que a água e a terra estão juntas, pois cada rio possui uma "*marca*" inscrita na memória "dos mais antigos" (*xeramõi kuery)*, que atua para a manutenção daqueles que vivem em seu entorno. Para Amaurilio, os rios são um "bem comum", não apenas dos humanos, mas, igualmente, dos animais, das plantas, do ar, do vento, da chuva e do rio. "A cultura não indígena nomeia os rios segundo a nomenclatura Guarani, porém com escrita em português, muitas vezes, trocando alguns nomes e sem entender o porquê do nome de cada rio" (p. 29). Ao longo do projeto de renomear – e de tornar esse território real – o "*rio do jacu*" Guarani passa a ser o "*Rio Jacuí*", ao mesmo tempo em que o território pampeano, bem como suas bacias hidrográficas, passa a ser apresentado em certa literatura oitocentista como um "*deserto*" ou um "*oceano*".

Esse processo de *desertificação* social e cultural foi bastante conveniente para aquilo que Monteblanco (2021) descreve enquanto uma obra "moderno-colonial". Na trilha de Taussig (1993), é sempre a visão colonial da selva que propicia os meios para que se possa representar e dar um sentido à situação colonial. "O vazio e a ausência se tornam presenças perturbadoras. O nebuloso torna-se corpóreo e tangível" (p. 89). Para ideários de progresso, a pampa, entendida como o próprio *deserto,* existe enquanto antítese da cultura. Um vazio preenchido de terror colonial.

Como defende Marilyn Strathern (2014), um dos problemas de tradução entre as noções de Natureza e Cultura é conseguir acessar os princípios substantivos que conferem sentidos às categorias nativas, uma vez que tais categorias apresentam problemas de definição e de controle em nossa sociedade. Na medida em que tais noções pertencem a uma tradição intelectual específica em nossa cultura, surgem algumas questões interessantes quando essa dicotomia é atribuída aos sistemas de pensamento de outros povos. A partir do princípio ocidental de que a "Natureza" é da ordem do dado, do inato, consideramos que a "Cultura" é uma maneira de dispor desses fatos para usos variados. Para a antropóloga, uma vez que essas distinções são passíveis de definição pelos seres humanos, Natureza e Cultura "mantêm uma relação verdadeiramente dialética – seus significados mudam em relação uns aos outros, e dependem, como sugeri, da formulação do controle ou da influência entre esses dois domínios" (p. 44). Ao mesmo tempo, o esforço para demarcar nossos eus humanos, culturais, como exteriores à Natureza cria a noção de diferenças irredutíveis, não culturais, da mesma forma que ver a sociedade como um artefato produz o "problema" de seus indivíduos independentes e constituintes. Segundo Strathern (p. 29):

> para que se possa obter rendimento analítico a partir desses termos, é preciso manter o prisma parado momentaneamente, pois, dependendo de nosso ponto de vista filosófico, podemos empregar várias partes dessa matriz como base para certos conceitos – e, ao fazê-lo, reduzir combinações complexas na forma de uma série de oposições. Uma das formas de provar para nós mesmos que construímos uma dicotomia real entre natureza e cultura é projetando aspectos dela nas sociedades que estudamos.

A atuação missionária e a presença religiosa foi uma das principais justificativas para a manutenção colonial, na busca da "conversão" dos indígenas aldeados, acompanhada, no século 18, da expansão colonial no lado espanhol, ao lado do Rio Uruguai e, no lado português, ao longo do litoral Atlântico. De acordo com Flávio Leonel da Silveira (2011), a busca de redenção das almas se insere num projeto civilizador "que intenta 'domesticar' aquelas que estão fora de uma

cosmologia cristã de percepção do mundo, a fim de associar a conquista espiritual à econômica" (p. 139).

Com o colapso missioneiro e a expulsão dos Jesuítas os indígenas lançaram mão de diferentes estratégias de manutenção, como fugir para áreas de mata e lugares pouco povoados, formar novos acampamentos, buscar abrigo nas vilas portuguesas e espanholas, se engajar nos exércitos e tropas durantes os conflitos bélicos platinos, ou mesmo continuar nas proximidades das ruínas das Missões (WILDE, 2007; SOUZA, 2019). De acordo com Farinatti (2018), a presença Guarani é frequente na documentação das Capelas onde estavam assentados os Sete Povos durante as décadas finais do século 18 e início do século 19, especialmente na região dos vales do Jacuí e do Camaquã. Como aponta Guillermo Wilde (2009: 363):

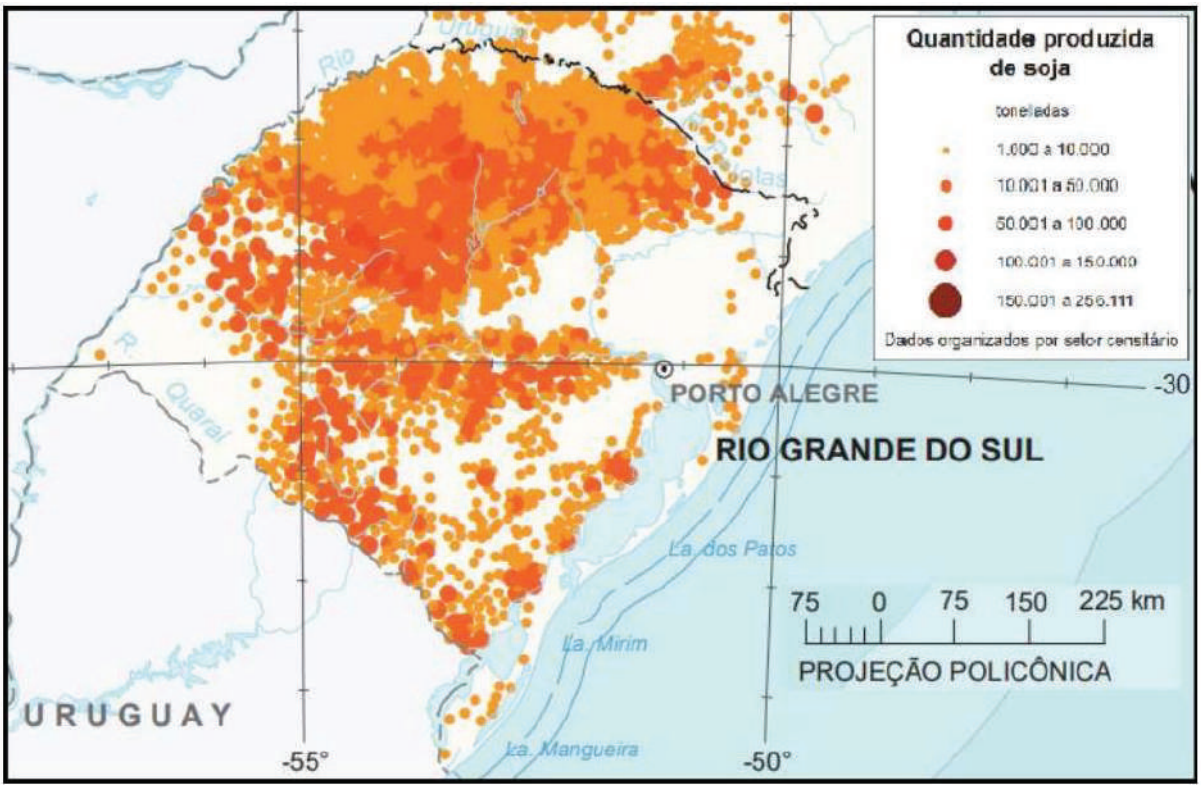
> Hacia la década de 1850, Martin de Moussy da testimonio sobre el estado de los pueblos. Según informa, las misiones occidentales se encontraban todas en ruinas y las pocas familias que todavía podían encontrarse no ocupaban los emplazamientos originales. Cerca de la región de San Javier señala la presencia de indios tupí "totalmente salvajes" que vivían de la caza, "perdidos en la profundidad de esas malezas".

Nesse movimento, a presença Guarani se torna cada vez mais elusiva, enquanto as *ruínas* aparecem. Na década de 1920, o governo do Rio Grande do Sul declarou São Miguel Arcanjo "lugar histórico" e realizou obras de estabilização nos destroços das Missões. Com a fundação do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico Nacional, em 1937, São Miguel foi tombado e inscrito no Livro das Belas Artes, conforme sugestão do arquiteto Lúcio Costa, em 1938, que realizou estudos na região. Atendendo convite do Sphan, Aurélio Porto realizou a obra *História das Missões Orientais do Uruguai*, publicada em 1943, entre outras etnografias lançadas pelo instituto. O trabalho consolida os estudos sobre a experiência histórica dos Sete Povos das Missões, mediante o destaque da "civilização jesuíta" missioneira e sua ligação com a história do Rio Grande do Sul e do Brasil, enquanto deixa em segundo plano a atuação Guarani (SOUZA, 2019; BAPTISTA; BOITA, 2019).

Entretanto, ao longo desse período, os Guarani estiveram no território missioneiro, ora vivendo nas matas do entorno, ora acampando nas proximidades de São Miguel Arcanjo, ora passando pela cidade em mobilidade entre aldeias (MORAES, 2010; SOARES, 2012). Para Mártin Tempass (2010), os Mbya passaram a viver entre "ilhas", dentro de um vasto território. Um arquipélago no qual refugiaram-se em áreas afastadas, onde fosse possível encontrar matos e fontes hídricas.

Segundo César Pereira e Maria Paula Prates (2012: 100), tornou-se comum vê-los entre margens de estradas e lavouras, lançando mão de estratégias que permitissem, ainda que parcialmente, acesso às trilhas "por dentro da mata ciliar, para alcançar vertentes d'água, colocar *mondéu* e *mondepi* (armadilhas para capturar animais), coletar material para artesanato e ervas medicinais". Considerados praticamente "extintos" no Rio Grande do Sul, era comum serem descritos na mídia como "índios argentinos" ou "paraguaios".

Mapa 5: Distribuição espacial da soja no Rio Grande do Sul (2017)



Fonte: Adaptado do IBGE. Felipe Monteblanco (2021)

Segundo relatórios da Funai produzidos por Ivori Garlet e Valéria de Assis (1997), ao longo dos anos 1990, houve um acelerado crescimento dos acampamentos em beiras de estradas, que caracterizavam a última alternativa de localização no espaço. De acordo com os autores (p. 9):

> Tais acampamentos são levantados nas áreas de servidão ao longo de rodovias públicas. A preferência é por locais onde ainda seja possível encontrar faixas de mata e alguma oferta de matéria-prima para a confecção de artesanato. Esta é, via de regra, a única atividade que permite algum ingresso de recursos. A atividade fica à mercê de um mercado consumidor extremamente instável, enfrentando

> períodos de estagnação ou de vendas muito reduzidas. Consequentemente, as famílias dela dependentes estão continuamente expostas à mais gritante miséria, enfrentando fome, alta incidência de doenças, impossibilidade de manter atividades práticas culturais importantes, como rituais religiosos e morando em insalubres barracos de lona plástica.

Nesse contexto foi realizado o Inventário Nacional de Referências Culturais que culminou no registro pelo Iphan da *Tava*, em 2014, tendo em vista a necessidade de atualização dos discursos sobre as Missões. Para os Mbya, a *Tava* é a "casa de pedra", onde os "antigos" deixaram suas marcas, partes de suas corporalidades, o que faz emergir narrativas diversas entre os Guarani. É, também, a *Ruína*, que indica o caminho por onde passaram e articula aspectos de sua cosmologia, a partir dos princípios de "territorialidade livre", de "natureza livre" e de "respeito à dimensão do segredo". Além disso, demonstra a continuidade dos Guarani na região, por meio da memória e dos saberes sobre as Missões Jesuíticas-*Guarani*. Dessa forma, o registro da *Tava* é uma tentativa de valorizar os Mbya enquanto narradores privilegiados de um episódio marcante de sua história, no qual eram preteridos em relação aos jesuítas e à sociedade não-indígena (PIERRI, 2013; SOUZA, 2019).

No documentário *Desterro Guarani*, com direção de Ariel Ortega, Patrícia Ferreira, Vincent Carelli e Ernesto de Carvalho, os realizadores demonstram quão complexo é o debate sobre o patrimônio cultural das Missões jesuíticas, tendo em conta os traumas e tensões que ainda acionam entre os Guarani. A opção pelo afastamento e pela negação do contato fez com que, cada vez mais, os *Missioneiros* perdessem a soberania sobre o território, numa tentativa de não entrar em conflito direto com estancieiros e demais *juruá*. Assim, os Mbya foram deslocando-se para áreas mais afastadas, de mato. O paradigma de aculturação e de integração nacional, que marcou a política indigenista durante o século 20, deu andamento ao aldeamento de indígenas pelo Brasil e fez com que muitos afirmassem que os Guarani não tinham mais cultura. Tornou-se comum vê-los cobertos por lonas pretas nas autoestradas. Estrangeiros em sua terra. Entretanto, no documentário, após a exibição do filme "*A missão*" (Roland Joffé, 1986), épico sobre a presença jesuítica nas Américas, em *off*, Ariel questiona: "*se os Guarani foram mortos, quem somos nós?*"

Nesse sentido, talvez ainda seja tempo de lembrar, como registrou Bartolomeu Melià (1990), que "os Guarani não deixam desertos atrás de si" (p. 36).

3.2 *Ex*-floresta, *re*-floresta

O *Jornal do Povo*, da cidade de Cachoeira do Sul, na região central do Rio Grande do Sul, em sua edição de fim de semana, dos dias 18 e 19 de abril de 1992, trazia a seguinte manchete em sua seção Geral, na página treze: "*Guaranis vivem há um ano em Cachoeira*". A matéria tratava do Dia do Índio. Segundo a repórter, "sem falar português", cinco famílias de "índios" estavam em um acampamento na margem da BR 290, que dá acesso ao município, "sobrevivendo" da comercialização de artesanato, basicamente, cestaria. O fato de não falarem português era justificado pela origem dos indígenas, vindos "do 0i e Argentina". O texto não deixa de ser a descrição de um cenário desolador. Com "miséria", higiene "bastante precária, torna-se uma evidência ao primeiro olhar", onde "em meio ao barro e muita sujeira são feitos muitas vezes os pratos [*refeições*]". Ainda assim, cabe trazer a presença indígena no texto, em que manifestam-se formas de mediação adotadas pela liderança. Portando uma certidão declaratória de honestidade do grupo – feita pelo prefeito de Bagé/RS – Joanito, cacique, 83 anos, fala, "em idioma confuso", traduzido para português pelo filho Candido. "*Só queremos um lugar para plantar e criar, um lugar para ficar.*" (Diário de Campo, outono de 2019).

A afirmação do cacique Joanito, ocorre em um momento, fim do século 20, em que os Guarani eram considerados praticamente inexistentes no Rio Grande do Sul, com poucas (e pequenas) áreas demarcadas, acampados, muitas vezes, nas rodovias, sem assistência de Saúde ou de Educação, convivendo com a precariedade, demonstrada pelas imagens da reportagem. Como relata Macedo (2009), a violência fundiária no Rio Grande do Sul, na década de 1940, fez com que os casal Miguel Karai e Maria Tataxi liderasse um deslocamento, a pé, de Pelotas, até a Serra do Mar, no litoral de São Paulo, após ameaças de fazendeiros. O coronelismo, a monocultura, o cercamento dos campos, o loteamento de áreas rurais, a colonização europeia, são alguns dos elementos que passaram, cada vez mais, a fazer parte daquilo com que os Mbya Guarani têm que lidar em suas vidas diárias e contornar em seus deslocamentos.

Assim, o "aparecimento" dos Mbya em Cachoeira do Sul, em 1991, demonstra alguns dos aspectos das histórias que contamos para nós a respeito da presença Guarani no Rio Grande do Sul. Conforme Wilde (2007), o impacto de dois séculos de políticas de aldeamentos dos jesuítas – e o fim desastroso desse sistema – contribuiu com a construção de discursos oficiais na região do

Prata, em que os Guarani “desaparecem”. Ainda de acordo com o autor, a historiografia provincial e colonial, de forma acrítica, baseou-se na luta da civilização contra a natureza, da qual os indígenas eram vistos como entidades inseparáveis, o que justificou o processo de colonização da “selva missioneira” ao longo do século 19 e 20.

Imagem 13: Acampamento missioneiro nos anos 1990



Fonte: Acervo do autor

Como a literatura dos cronistas registram, o Rio Jacuí foi um elo importante na comunicação entre a região missioneira e a capital da província, tendo em vista o fato de ser navegável ao longo de todo o ano e de comportar embarcações de maior porte. Ao longo do século 19, uma série de vilas passaram a se instalar nas suas margens, a partir do aumento de estâncias e de plantações. Foi o cenário, também, para a fundação de charqueadas, a partir de um segundo ciclo, que surgiram em cidades como Cachoeira do Sul e Charqueadas/RS. Charqueadas fez parte de São Jerônimo, até a emancipação na década de 1980. O surgimento do município teve como base a exploração subterrânea de carvão, em meados do século 19, quando já era conhecida a extensão mineral da área, o que levou à criação de infraestrutura, com vilas operárias, ferrovias e portos (SILVA, 2007).

Em meados do século 20, a extração de carvão passou a ser realizada em Charqueadas, com ápice nas décadas seguintes, em quilômetros de túneis que chegam a 400 metros de profundidade e seguem abaixo do leito do rio. A lavra foi desativada nos anos 1990, quando passou para municípios vizinhos (CIOCCARI, 2004, 2010).

A partir da década de 1950, as charqueadas que ainda estavam em funcionamento na região entraram em declínio, especialmente devido à abertura de frigoríficos. Logo, as fábricas de charque existentes na margem do Jacuí tornaram-se ruínas e algumas acabaram sendo passadas para a mão do estado, como forma de quitação de dívidas existentes. O governo estadual, então, aproveitou os locais para a construção de presídios. Atualmente, Charqueadas tem, aproximadamente, 40 mil habitantes e é conhecida por abrigar o complexo prisional com a maior população carcerária do Rio Grande do Sul, com mais de cinco mil apenados, com previsão de construção de mais dois presídios, em breve.

É em Charqueadas que fica a *Tekoá Guajayvi*, Reserva Indígena estadual, reconhecida em procedimento administrativo da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), em 2013 – atualmente, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR). Aproximadamente 20 famílias residiam na área de 200 hectares, às margens da rodovia ERS-401, distante 15 quilômetros do centro administrativo de Charqueadas. Porém, em função da pandemia de Covid 19, esse número aumentou. O Horto Florestal pertence à CEEE, companhia estadual de energia, que realizava o plantio de eucaliptos no local, utilizados como postes nas redes de iluminação. Conforme o cacique Cláudio Werá Acosta, o Horto foi oferecido aos Guarani em três ocasiões. Nas primeiras visitas, ao andarem entre a capoeira e a lavoura de eucalipto, os Mbya encontraram uns poucos coqueiros, banana do mato e um pé de guajuvira [*Patagonula americana*], ou *guajayvi* (TOMAZZONI, 2020).

Ao concordarem com a ida para o Horto, as famílias solicitaram a construção de casas de alvenaria, de escola, de posto de saúde e a instalação de poços artesianos, além da retirada dos eucaliptos. Após deixarem o acampamento em Guaíba/RS, entretanto, coube aos indígenas a construção das casas. A edificação do posto de saúde e da escola tampouco foi adiante e as casas não contam com saneamento básico. O abastecimento de água é fornecido regularmente em um caminhão pipa pela companhia de abastecimento estadual e armazenada em caixas d'água. Atualmente, a comunidade conta com escola de Ensino Fundamental, que funciona em uma sala anexa à casa do cacique, e

atendimento da equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde, bem como da Assistência Social e da Secretaria da Saúde de Charqueadas, por meio de uma equipe de Unidade Básica de Saúde (UBS). Além de roças para consumo familiar, nos últimos anos foram reintroduzidas milhares de espécies nativas, como guabijú, jerivá, butiá, pitangueira e araçá, entre outras, por decorrência de parcerias e de compensações ambientais.

A Reserva fica a 1200 metros da Área Diretamente Afetada pelo projeto *Mina Guaíba*, protocolado em 2014. O empreendimento é uma iniciativa da empresa brasileira Copelmi, maior mineradora privada de carvão do País, em parceria com a estadunidense Air Products and Chemicals e a chinesa Zhejiang Provincial Energy Group Company. O projeto objetiva a exploração de carvão mineral em cavas a céu aberto, além de areia e de cascalho, entre Charqueadas e o município de Eldorado do Sul, com extração de mais de 160 milhões de toneladas ao longo de três décadas. O local encontra-se em uma Unidade de Conservação, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Parque Estadual Delta do Jacuí, que abrange o complexo hídrico formado pelos rios Caí, dos Sinos, Gravataí e Jacuí – que desaguam no Lago Guaíba, de onde seguem para a Laguna dos Patos e para o oceano. Um regime de águas entre a pampa e mata Atlântica, caracterizado por cheias, vazantes, ilhas fluviais, canais, baías, banhados, restingas, florestas aluviais, várzeas e campos alagadiços (SOUZA, 2014).

De acordo com o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (2018), a mineração ocupará 5.000ha, aproximadamente, distribuída em lavras, pilhas de estéril, áreas de diques, estação de tratamento de efluentes e desvio dos arroios Jacaré e Pesqueiros, entre outras modificações. A operação prevê a remoção e estocagem do solo vegetal e "descobertura", quando se remove, por escavação, os "materiais estéreis", como argilas e areia. De acordo com o avanço, inicia-se o processo de "fechamento das tiras mineradas". Ao final da "vida útil" da mina, a nova configuração do terreno terá elevações máximas na cota de 30 metros, com a previsão de "conformação de um lago". Contudo, os Mbya Guarani são desconsiderados nos sete volumes dos estudos apresentados à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (Fepam), inviabilizando, assim, a necessidade de consulta prévia, livre e informada pela Funai.

Mapa 6: Local de instalação da Mina Guaíba



Fonte: Relatório de Impactos Ambientais - Mina Guaíba

Nos estudos de impacto ambiental, os indígenas da *Tekoá Guajayvi* são retratados enquanto um acampamento, "supostamente indígena", a partir de "relatos" coletados do poder público de Charqueadas (EIA-Rima MINA GUAÍBA, v. III, 2018: 8.3-91). Tal concepção confronta-se com as prerrogativas constitucionais que reconhecem como originário o direito dos povos indígenas aos territórios, de acordo com tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Além disso, o EIA ignora estudos etnológicos e arqueológicos que ressaltam a presença Guarani nas bacias hidrográficas da região platina, como John Monteiro (1998), Mariano Bonomo *et al* (2015), entre outros. De acordo com o cacique Cláudio, os Guarani viviam nessa região. "*Perto daquela ponte ali, onde têm as casinhas. Era ali que os Guarani viviam*", afirmou, fazendo referência à ponte

sobre o Arroio dos Ratos, afluente do Rio Jacuí. De acordo com o cacique, apenas não ficam naquela área, pois está ocupada atualmente. (Diário de Campo, outono de 2021).

Cabe destacar que, desde o anúncio, os projetos de mineração "dividem cidades", diante dos posicionamentos favoráveis, contrários ou neutros. Enquanto mobilizam parcerias e apoios, desestruturam redes sociais de vizinhanças, rompem laços de reciprocidade, geram disputas. Em campo, as comunidades chamam a atenção para a elaboração dos "componentes socioeconômicos" nos estudos ambientais, que podem desconsiderar os modos de vida tradicionais e seus patrimônios culturais (RODRIGUES; LIMA; RIETH, 2020). Não são poucos os casos em que comunidades indígenas e quilombolas, entre outras, são deixadas ao largo das consultas, o que dificulta a exposição dos riscos que tais projetos acarretam, em detrimento de usos comuns ou comunitários dos territórios (DAL SASSO; QUINTERO; MARÉCHAL, 2019). Essas fragilidades fizeram a 9ª Vara Federal de Porto Alegre suspender o processo de licenciamento ambiental, após Ação Civil Pública protocolada em 2019.

Não deixa de chamar atenção que, num passado recente, um braços da Votorantim foi uma das responsáveis pelo projeto de implantação das lavouras de eucaliptos e de pinho na pampa. Naquele momento, a produção de celulose para exportação foi vendida como a oportunidade de desenvolvimento para a metade Sul do Estado e batizada de "reflorestamento". Conforme Luiza Chomenko (2007: 04), porém,

> recentemente, começou a ser implantado na região um novo modelo de "desenvolvimento", que vem desconsiderando, muitas vezes, especificidades locais (sociais, ambientais e culturais), o que poderá conduzir a graves conseqüências, também de cunho econômico. Os cultivos de *Eucalyptus* spp e *Pinus* spp em áreas inadequadas poderão conduzir a graves conflitos, que tenderão a ser cada vez mais acentuados, seja pelo uso de recursos escassos, seja pela posse da terra ou ainda pela própria perda da identidade cultural regional.

Nesse sentido, de acordo com Taussig (2018), a ocupação de territórios tradicionais na Colômbia buscou o esvaziamento do ambiente, com recorrentes tentativas de expulsão dos indígenas e dos campesinos. Em alguns casos, esses locais foram preenchidos com gado e com iniciativas monocultoras, como a introdução da palma africana [*Elaeis guineensis*] na várzea do Rio Magdalena, cultivo que demanda pouca mão de obra. Segundo o antropólogo, os "megaprojetos" são contrapartes violentas de "mini-Estados", com capacidade de produzir utopias "sem gente e

sem pântanos", por meio do loteamento de terras consideradas marginais. Em algumas situações, os projetos podem aproveitar falhas institucionais nas quais os banhados são colocados, tendo em vista a dificuldade de controlar espaços nos quais os limites alteram-se conforme chuvas e enchentes. Para Taussig, trata-se de uma "guerra contra a natureza", materializada através da construção de redes de drenagem, bem como de diques para evitar inundações, com o objetivo de converter pântanos em "ex-pântano" [*(X)swamp*] (p. 5).

Esse processo é visível, também, às margens do Rio Jacuí, em Charqueadas, que teve suas matas derrubadas para serem usadas como carvão vegetal, antes do início da exploração de carvão mineral, até ser "re-florestada", via monocultivo de eucaliptos, que, com a ajuda dos Guarani, está sendo derrubado e substituído por espécies nativas. Ao mesmo tempo, as empresas que entendem os Guarani como "supostamente indígenas" chamam seu megaprojeto para a mineração de carvão de "*planta*" industrial.

3.3 Ruinologias

Na primavera de 2021, após o convite de membros da comunidade e de acordo com os protocolos de segurança relativos à Covid 19, fui até a *Tekoá Pindó Mirim* (Aldeia Itapuã), em Viamão/RS, na região metropolitana de Porto Alegre. Fui recebido por Vherá, realizador audiovisual que tem atuado para a divulgação da cultura Guarani, por meio da produção de imagens. Ele conta que os Guarani conseguiram o local há 20 anos, após longo processo de reivindicação. A Terra Indígena conta com uma escola, porém, não tem muito mato e, por consequência, possui pouca caça. Vherá convida para andar um pouco e conhecer mais o território. Quando os Guarani chegaram, a área era uma lavoura de eucalipto. É possível ver pelo chão os vários tocos queimados. Alguns foram utilizados na construção das casas e outros para fazer fogo, mas não é muito recomendado para esse fim, pois "*faz muita fumaça*".

De um ponto mais alto é possível ver a Lagoa Negra, que integra o estuário da Laguna dos Patos, e está localizada na Unidade de Conservação do Parque Estadual de Itapuã (PEI), ao qual os Guarani acessam em algumas ocasiões. Andando pela terra indígena é possível encontrar goiabeiras, abacateiros, jerivás, butiás. Bem como ervas, como, por exemplo, a erva-baleeira [*Cordia curassavica*], que os Guarani utilizam em determinadas ocasiões. Além de vários roçados,

que são cuidados pelas famílias, com mandioca, milho e melancia. Vherá comenta que, por enquanto, ainda não possuem criações de abelhas nativas, mas que pretendem criá-las, em breve. Porém, segundo ele, tem muitas abelhas por volta e nos matos.

Imagem 14: Ex-lavoura de eucalipto



Fonte: Acervo do autor

Quando estive na *Pindó Mirim*, Vherá tinha acabado de retornar de outra comunidade, em Camaquã/RS. Ele está realizando um documentário sobre a produção de erva-mate (*ka'a*), feita de modo artesanal pelos Guarani. Empolgado, mostrou as fotografias e os vídeos que havia registrado durante os dias que passou lá, bem como as imagens de um banho de cachoeira num lajeado do Camaquã. Segundo Vherá, o ambiente faz parte do dia a dia das comunidades Guarani, "*como os juruá mesmo falam: a gente respira pelas árvores, pela água, rios, matas, mas eles mesmo estão destruindo.*" Para ele, "*na verdade é a vida de todos nós, indígena, não-indígena, todo mundo, mas o pensamento do juruá é só dinheiro. Hoje em dia, eu acompanhei em várias aldeias, às vezes, vivem na beira da estrada, onde tem poucas árvores e água, por causa das plantações de arroz, de soja.*" Vherá acredita que os estudantes não-indígenas podem fazer contribuições importantes, que se contrapõem à visão dos governantes, que, muitas vezes, "*só pensam em dinheiro*". Conforme o artista, "*atualmente, eu estou trabalhando com fotografia, e, através da minha*

câmera, eu queria trazer a importância dos povos indígenas, dos meus parentes. Minha fala é um desabafo mesmo. E espero que vocês entendam." (Diário de Campo, primavera de 2021).

Em setembro de 2021, Vherá esteve em Charqueada, com outras lideranças, cobrindo a reunião que visava debater o projeto da Mina Guaíba e os protocolos de consulta à etnia. Na ocasião, os Mbya refletiram que as decisões sobre o projeto seriam tomadas de forma conjunta, por um conselho formado por mais de cinquenta caciques do Rio Grande do Sul. De acordo com declarações do cacique Cláudio Acosta, "*quando a empresa quiser falar conosco, todas as lideranças do estado deverão ser chamadas. O conselho de 53 caciques é que vai se manifestar. Entendemos que um projeto como esse impacta direta ou indiretamente em toda a cultura Guarani.*" (Diário de Campo, primavera de 2021).

A partir do debate sobre patrimônio intelectual e conhecimento tradicional indígena, Manuela Carneiro da Cunha (2009: 363) entende "cultura" enquanto aquilo que é dito acerca da cultura. Assim, conforme a autora, o metadiscurso sobre a *cultura*, gera efeitos reflexivos e dinâmicos "tanto sobre aquilo que ela reflete – cultura, no caso – como sobre as próprias metacategorias, como 'cultura'." Nesse sentido, a política pública de Patrimônio Cultural Imaterial tem sido apropriada das mais diversas maneiras pelos povos indígenas, enquanto forma de resistência e de valorização cultural. De acordo com Maria Laura Cavalcanti (2019), os planos de salvaguarda dos bens culturais por parte do Estado variam conforme a especificidade das demandas dos detentores no que diz respeito à continuidade histórica das práticas sociais, uma vez que o registro do Patrimônio Imaterial parte do reconhecimento do caráter transitório dos bens. Isso implica na reavaliação a cada dez anos, o que serve para analisar o andamento da salvaguarda. Tais ações, demonstram a complexidade e a ambiguidade que cercam o termo, bem como a ampla gama de medidas necessárias para a proteção das múltiplas dimensões da "cultura".

Na análise de Fonseca (2017: 161):

> Embora não seja atribuição direta do Iphan atuar na penalização da biopirataria, ou da destruição do meio ambiente onde vivem as comunidades que desenvolvem, perpetuam e utilizam os conhecimentos, em geral essenciais à sua sobrevivência e à sua identidade, é, sim, missão do Iphan conscientizar esses grupos para a importância cultural desses conhecimentos e dar apoio em busca dos meios necessários à defesa de seus direitos, basicamente por meio da elaboração e participação no desenvolvimento de planos de salvaguarda.

Como diversos outros conceitos Guarani, a natureza não tem uma tradução exata. Usualmente, opta-se pelo termo *Ka'aguy,* algo como "florestas" ou "matas" ("*ka'a*" – mato, erva + "*güy*" – sob). De acordo com Ladeira (2004), porém, *Ka'aguy* reúne todos os elementos naturais, um conjunto indissociável de espécies e espaço coeso, que abriga seres e relações. Para a autora (p. 238):

> Se para nós, que vivemos adaptados a padrões urbanos, o conceito de natureza nos remete a vários elementos naturais fragmentados e inseridos num modelo de civilização que propõe descontinuidades (oxigênio, recursos hídricos, vegetação etc.), para os índios, segundo uma lógica natural, um rio é "natureza" junto com a vegetação que o envolve, com os minerais e fauna que abriga, com suas vazões e os solos que as suportam.

Nas ocasiões em que tratam do seu Patrimônio Cultural, os Guarani destacam que as ações de salvaguarda devem valorizar o *Nhandereko* ("nosso *teko*"), que pode ser expresso como *Mbya reko* ou *Nhande Mbya reko*. Nas traduções, como a de Antonio Ruiz de Montoya (1639), "*Tecó*" é descrito enquanto "ser, estar, estado de vida, condição, costume, hábito". Para Ramo (2020), algo como um modelo ou uma norma, que diz respeito à vida, costumes, cultura e sistema social. Segundo Melià (1990: 36), "não existe *tekó,* sem *tekoá*", mas, a semântica do *tekoá* "corre menos pelo lado da produção econômica que pelo lado do modo de produção de cultura". Já Morais (2016: 7), em sua pesquisa com os Guarani e Kayowá, considera *tekoá* a aglutinação de *tekó* (costume, modo de ser) e *ha* (lugar em que), partícula locativa. Algo como "o lugar em que vivemos segundo nossos costumes", um polo de relações autônomas inscritas no território.

Ao tratar sobre a passagem do herói mítico *Kechuíta* – ou *Kesuíta* – sobre a terra, o Mbya Roque Timóteo comenta (IPHAN, 2014: 30):

> "*Passou na Argentina, a mesma coisa. Aqui no Brasil, a mesma coisa. Onde foi caminhando o Kechuíta, deixou a ruína, como um rasto dele. Onde não botou a ruína, botou o nome na língua Guarani, por isso o lugar que tem o nome na palavra Guarani é tudo lugar que o Kechuíta viveu, porque era lugar bom para viver, onde tinha mato bom, muito bichinho. Tudo isso é marca do kechuíta. Por isso o Mbyá que quer seguir como Mbyá, como Kechuíta, tem que pedir pro Nhande Ru prá descobrir o lugar bom; se vai pedir e tá seguindo certinho como Mbyá, Nhande Ru vai mostrar algum lugar bom pra se viver.*"

Nos últimos anos, os Guarani organizaram retomadas de terras no Rio Grande do Sul, em cidades como Rio Grande, Maquiné, Porto Alegre, Cachoeirinha, algo que tem gerado conflitos, intensificados pela especulação imobiliária, pela mineração e pelo monocultivo. As retomadas ocorrem, principalmente, em áreas de preservação ambiental, onde ainda é possível encontrar

nascentes e matas, consideradas essenciais no modo de vida Guarani, a partir de princípios cosmológicos, guiados por líderes espirituais e pelas indicações de Nhanderú, divindade primordial e, também, antepassado. Recentemente, ao acompanhar a Audiência Pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Cachoeirinha, que tratou sobre a retomada Guarani no Mato do Júlio, Luís, cacique e liderança Mbya Guarani, afirmou que os indígenas já haviam passado por toda essa região, "*só que a gente reapareceu de novo, por onde a gente já andou. Na verdade, os nossos ancestrais já tinham andado por essa região.*" Segundo Luís, "*a gente tá ocupando uma parte da área que era nossa, de novo. Então, infelizmente, hoje, quando a gente chegou, eu me espantei um pouco, também, né. Porque, muitas pessoas pensaram, principalmente, as mídias aqui de Cachoeirinha*, *falava em 'invasão dos índios'. Ou seja, quando os portugueses vieram não era invasão? Então, tudo é ao contrário. A gente está reivindicando o que era nosso. Porque muitos anos a gente tava na luta, a gente tá tendo luta. E todo esse território do Rio Grande do Sul e do Brasil é nosso. Eu não estou dizendo que é só dos índios. Eu tô dizendo que é nosso. Então, eu acho que todo mundo tem que se respeitar. Nós, que somos povos indígenas, a gente merece respeito, também, e ter um pouquinho de dignidade.*" De acordo com a liderança, "*a gente vem conversando muito sobre isso, não é só uma área que a gente está preocupado, a gente está preocupado com o nosso futuro. A gente está preocupado com nosso futuro e com o futuro da população que mora na cidade, também. Quando a gente devasta a natureza, onde é que a gente vai se esconder depois?*" (Diário de Campo, primavera de 2021).

Conforme Ramo (2020), a existência de uma *tekoá* no presente é possível uma vez que "há tempos Nhanderú descobriu/soube qual haveria de ser o nosso *teko*" ("*Nhandereko rã Nhanderu oikuaa araka'e*"). A partícula *rã* indica futuro, sendo *Nhanderekorã*, as normas futuras, aquilo que se há de fazer, a partir dos princípios deixados por Nhanderú. De acordo com Pissolato (2007), a mobilidade entre as *tekoá* integra a busca pela duração da pessoa Guarani, que envolve a manutenção do desejo por "durar". "Se essa Terra 'não dura', como falam, é preciso buscar maneiras de permanecer nela, para o que a condição e a medida são a saúde e o bom ânimo. Enquanto está alegre e saudável, a pessoa dura na Terra" (p. 161).

Dessa forma, a desconsideração dos Guarani nos estudos de impacto ambiental é a desconsideração das relações culturais que os Guarani mantêm com os territórios e os outros seres

que o habitam. O cacique Cláudio Acosta, comenta que existe na *Tekoa Guajayvi* um "cinturão verde", formado a partir da reintrodução de espécies nativas pela comunidade. "*A gente tem uns matos aonde tem uma nascente de uma sanga que vai atravessando, assim, no meio do arroio e aquela sanga, chega ao Rio Jacuí, o pescador já pesca ali.*" De acordo com a liderança indígena, a mina de carvão equivale a uma "cirurgia" na terra (DAL SASSO, QUINTERO e MARÉCHAL, 2019: 178):

> "*É a mesma coisa que você faz uma cirurgia no corpo: o médico vai estar tirando um pedaço de carne de dentro do seu corpo, e vai querer fechar de novo, costurar e tudo mais, só que tu não vai ficar a mesma coisa, a mesma pessoa. A mesma coisa é a terra, tu vai estar tirando embaixo da terra muitas coisas que segura ali a vida dessa terra, e vai estar querendo botar outra coisa no meio onde que foi feito esse buraco, só que não vai ficar a mesma coisa.*"

Nesse sentido, o *tekoá* materializa as relações dos Guarani que realizam o belo caminhar, em uma terra imperfeita, com todas as suas ruínas, dando continuidade ao movimento feito pelos antigos. Assim, o *Nhandereko*, enquanto tradução de cultura Guarani, reflete sobre as implicações da "cultura" e o que ela relaciona no registro e na salvaguarda dos bens culturais.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

O que permanece após o encerramento de ciclos históricos de mineração?

Tal questionamento foi, muitas vezes, repetido em campo, ao longo desses anos de pesquisa, enquanto etnografava os debates sobre Patrimônio Cultural Imaterial e os projetos de megamineração no Rio Grande do Sul, seja por meio de audiências públicas, seja em painéis de especialistas, seja nas rodas de conversas com as comunidades, seja durante encontros de pesquisa. Em alguns casos, a questão estava pautada no fato de que os projetos têm "data de validade", por meio da operação ao longo de duas ou três décadas, enquanto, segundo os interlocutores, são aqueles e aquelas que habitam o ambiente que terão que conviver "para sempre" com as consequências, vide as barragens de rejeitos interditadas na região de Minas do Camaquã ou o vazamento de lama contaminada com mercúrio no Rio.

Da mesma forma, as reflexões a respeito do campo da mineração apontam o quanto os prazos dos projetos são ambíguos, uma projeção – ou mesmo uma suposição –, uma vez que podem se estender por muito mais tempo, bem como contemplar outros minerais não anunciados inicialmente; bem como serem concluídos em menos tempo, pela inviabilidade da extração, por dificuldades técnicas, por esgotamento de minério, ou por mudanças no cenário econômico transnacional no qual estão inseridos. Como já foi denunciado em documentos técnicos e em relatos de comunidades que convivem com a mineração, no Brasil e no mundo, as promessas de emprego e de progresso nas regiões de mineração tampouco parecem se concretizar.

Via de regra, esse setor é contemplado por benefícios fiscais e exige alta especialidade profissional na operacionalização durante o uso de maquinários, o que acaba sendo proibitivo para grande parte da população. Em alguns casos, os moradores são contratados apenas para as fases de implantação, para o "serviço pesado", como já ouvi em determinadas ocasiões, ou de forma terceirizada, sem vínculos empregatícios nem relações contratuais diretas com as empresas. Porém, durante todos esses períodos, as empresas costumam utilizar os sistemas de saúde, de educação, de segurança de onde se instalam, podendo sobrecarregar as redes locais, que, de repente, devem dar conta de atender milhares de trabalhadores e seus familiares. Soma-se a isso, o aumento de doenças laborais, os diversos casos de violência e os "*acidentes*", como, por exemplo, os que aconteceram em ao longo da década de 1980, no Alto Camaquã, bem como os desdobramentos desses desastres.

Da mesma forma, sabe-se por meio de casos ao redor do mundo que a mineração costuma recorrer ao expediente de exportar aquilo que é minerado enquanto matéria prima, com baixo valor agregado, para beneficiar esse material internacionalmente, por meio de alguma "*holding*", "*joint-venture*" ou algum outro termo fantasia que o capitalismo ou o neoliberalismo cunha para encobrir a expropriação, a sonegação e a evasão de divisas, bem como para disfarçar os reais interessados e beneficiados com as transações. Além de casos que envolvem a corrupção e o suborno de agentes públicos e de lideranças políticas, para a obtenção de licenças ou concessão das lavras[13].

Para muitos interlocutores, a incompatibilidade do modo de vida pampeano com a mineração de chumbo, fosfato, carvão, cobre, ouro e outros metais pesados representa a ruína da região, pois não conseguem conceber a convivência com a possibilidade de contaminação das famílias. A consideração das bacias hidrográficas, levando em conta os rios e seus afluentes, traz elementos importantes para refletir sobre a ocupação da paisagem, a partir do reconhecimento da presença dos povos tradicionais e de suas noções sobre o território. Ao refletir sobre aquilo que conecta povos e águas, a pesquisa buscou apontar para uma pampa diversa, com populações tradicionais, invisibilizadas ao longo de processos históricos, que compartilham um ambiente que é a fonte da vida.

Ao etnografar aqueles que vivem com a pampa, a pesquisa atentou para as relações, entre o campo, o mato, as casas, a quinta, a agricultura de cercado, os rios, os humanos, os outros animais, que se percebem como constituindo e sendo constituídos mutuamente. Uma ontologia que rompe com a dicotomia natureza-cultura, que pressupõe a natureza como um recurso externo ilimitado a ser explorado e dominado. A pampa apresenta uma singular biodiversidade, composta de gramíneas, plantas herbáceas e arbustivas, menos abundantes, mas que constituem uma cobertura vegetal contínua. Tais campos nativos, devido a biodiversidade, em solos rasos ou profundos, arenosos ou argilosos, de origem granítica ou basáltica, associada a fisionomia campestre, se caracterizam como um mosaico de campo e formações arbustivas e florestais, em parte desconhecida.

Nesse momento, porém, consigo entender a profundidade que está colocada no questionamento, bem como as experiências e os destroços na qual a questão se baseia. Como foi possível visualizar durante a interpelação das empresas pelas comunidades, as falas dos moradores, muitas vezes,

[13] Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-bilionario-do-barulho/. Acesso em: 20 out. 2021.

eram desqualificadas ou tratadas enquanto “senso comum”, sem embasamento técnico científico, apenas enquanto uma opinião. Como esta pesquisa buscou indicar, o debate passa longe dessa tentativa de simplificação, mas por um conhecimento decorrente da convivência histórica dos povos e comunidades tradicionais com a mineração no Rio Grande do Sul, bem como com os danos gerados por ela ao ambiente e à vida. Nesse sentido, o trabalho buscou apontar a colonização não enquanto um evento, mas como um processo de duração, com continuidade, ainda que opere uma série de descontinuidades, tendo em vista a persistência da exploração mineral na pampa. Como o Alto Camaquã demonstra, após o encerramento das minas, foram os pecuaristas familiares, os quilombolas e os indígenas que tiveram que aguardar o rio se recuperar e recuperar seus peixes, enquanto muitos que trabalhavam na exploração de cobre e de outros metais deixaram as casas para trás e foram embora.

Tal questão desafia também as pesquisas sobre Patrimônio Cultural Imaterial, assim como a própria noção de cultura, ao romper com dicotomias que buscam separar a Natureza da Cultura, tendo em vista as relações com o ambiente e as implicações dos impactos ambientais aos modos de vida. Um ambiente que é essencial na formação de seres e de corpos de humanos, mas, também, de outros animais e de sobre-humanos, que convivem e que compartilham encontros em suas andanças pelos territórios. Assim, a apropriação do Patrimônio Cultural pelos povos e comunidades tradicionais reflete as dimensões e as compreensões que envolvem o entendimento da “cultura”, e vice-versa. O que demonstra que há sempre caminhos e discussões para a efetivação da salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial e das comunidades detentoras.

Logo, de alguma forma, talvez seja possível afirmar que aquilo permanece são as ruínas, mas, também, os povos e comunidades tradicionais. Como é possível visualizar, por meio da profusão de destroços da mineração, bem como da presença de indígenas, de quilombolas, de pecuaristas familiares, e de outros povos e comunidades tradicionais na pampa. As respostas que esses povos oferecem à questão inicial são fundamentais para pensar as políticas públicas de salvaguarda e de valorização cultural, mas, também, a nossa existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALADRÉN, Gabriel. (2012). **Sem respeitar fé nem tratados**: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). (Tese de Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

AMAURILIO, Edson. (2015). **O uso das águas na Terra Indígena Yvy Katu, Japorã, Mato Grosso do Sul**: um diálogo de saberes entre a cultura Guarani e a Lei Federal 9.433/97 sobre a importância do reconhecimento das águas. (TCC de Licenciatura Intercultural Indígena). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. (2017). **Nota da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e sua Assessoria de Meio Ambiente em repúdio ao Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira**. Brasília: ABA.

AURÉLIO PORTO, Afonso. (1943). **História das Missões Orientais do Uruguai**. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

BALLESTERO, Andrea. (2019). The Anthropology of water. **Annual Review of Anthropology**, 48, 405-421.

BAPTISTA, Jean. (2015). **Dossiê Missões**. As ruínas. Brasília: IBRAM.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. (2019). Patrimônios indígenas nos 80 anos do Museu das Missões: etno-história e etnomuseologia aplicada à imaginária missional. **Boletim do Museu Emílio Goeldi**, 14 (1), 189-205.

BARETTA, Silvio; MARKOFF, John. (1978). Civilization and barbarism: cattle frontiers in Latin America. **Comparative Studies in Society and History**, 20 (4), 587-620.

BARRETO, Éric. (2015). ***"Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro"***: as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro. (Dissertação de Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

BENJAMIN, Walter. (1987). **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense.

BENJAMIN, Walter. (2013). **Imagens de pensamento**. Sobre o haxixe e outras drogas. Belo Horizonte: Autêntica.

BONOMO, Mariano *et al*. (2015) A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. **Quaternary International**, 356, 54-73.

BORBA, Marcos Flávio. (2016). Desenvolvimento territorial endógeno: o caso do Alto Camaquã. In: WAQUILL, Paulo *et al* (Orgs.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. 187-214. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

CABREIRA, Dênis Pansardi. (2008). **O desenvolvimento insustentável no caso Minas do Camaquã, Caçapava do Sul/RS**. (Dissertação de Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. (1998). **O trabalho do antropólogo**. Brasília-São Paulo: Paralelo 15-UNESP.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (2009). **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac e Naify.

CARVALHO, Fernanda Ricalde. (2013). **Rota do ouro**: resgate da memória da mineração em Lavras do Sul através de seu patrimônio arquitetônico urbano. (Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. (2019). The Legal Protection of the Intangible Cultural Heritage in Brazil. In: PETRILLO, Pier Luigi. (Org.). **The Legal Protection of the Intangible Cultural Heritage**. 19-36. Berlin: Springer.

CHUVA, Márcia. (2012a). Introdução. História e Patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. **Revista do Patrimônio**, 34, 11-26.

CHUVA, Márcia. (2012b). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**, 34, 147-165.

CHOMENKO, Luiza. (2007). Pampa: um bioma em risco de extinção. **Revista do Instituto Humanitas**, 247, 4-8.

CIOCCARI, Marta Regina. (2004). **Ecos do subterrâneo**: estudo antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão de Minas do Leão (RS). (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CIOCCARI, Marta Regina. (2010). **Do gosto da mina, do jogo e da revolta**: um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros de carvão. (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CLASTRES, Hélène. (1978). **Terra Sem Mal**. São Paulo: Editora Brasiliense.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. (2019). **Violência contra os povos indígenas no Brasil**: dados de 2019. Brasília: CIMI.

CORRÊA, André do Nascimento. (2012). Estrutura de posse de escravos em Caçapava (1821-1850): primeiras notas de pesquisa. In: **Anais do XI Encontro Estadual de História**. 48-57. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande.

DAL SASSO, Guilherme; QUINTERO, Pablo; MARÉCHAL, Clémentine. (2019). Território, reprodução social, vida material e espiritual das comunidades *Gajayví* e *Purukuty*. In: PRATES, Camila *et al*. (Orgs.). **Painel de especialistas - Mina Guaíba**. 175-184. Porto Alegre: Comitê de Combate à Megamineração no RS.

DAWSEY, John. (2013). **De que riem os boias-frias?** Diários de Antropologia e Teatro. São Paulo: Terceiro Nome.

DREYS, Nicolau. (1839). **Notícia descriptiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Rio de Janeiro: J. J. Villeneuve & C.

EIA-RIMA PROJETO CAÇAPAVA DO SUL. (2016). **Estudo de Impacto Ambiental**. Relatório de Impacto Ambiental. Projeto Caçapava do Sul. Porto Alegre: Votorantim Metais.

EIA-RIMA MINA GUAÍBA. (2018). **Estudo de Impacto Ambiental**. Relatório de Impacto Ambiental. Projeto Mina Guaíba. Porto Alegre: Copelmi Mineração.

FARINATTI, Luís Augusto. (2007). **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). (Tese de Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FARINATTI, Luís Augusto. (2018). La Historia Agraria en el sur de Brasil. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, 48, 174-206.

FAUSTO, Carlos. (2005). Se deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (Séculos XVI-XX). **Mana**, 11 (2), 385-418.

FAUSTO, Carlos. (2015). Da responsabilidade social de antropólogos e arqueólogos: sobre contratos, barragens e outras coisas mais. **Revista de Arqueologia**, 28 (2), 202-215.

FLEISCHER, Soraya. (2007). Antropólogos "anfíbios"? Alguns comentários sobre a relação entre Antropologia e intervenção no Brasil. **Anthropológicas**, 18 (1), 37-70.

FONSECA, Claudia. (1999). Quando cada caso *NÃO* é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, 10, 58-78.

FONSECA, Maria Cecília Londres. (2017). A salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no Iphan. **Revista do Patrimônio**, 35, 157-170.

FURTADO, Nelson. (1969). **O vocabulário indígena na geografia no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Champagnat.

FREIRE, Beatriz Muniz. (2005). O Inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial: novos instrumentos de preservação. **Cadernos do Lepparq**, 2 (3), 11-20.

FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA. (2018). **Manifesto sobre violações de direitos provocadas pela mineração no Brasil e como se reproduz no Projeto "Fosfato Três Estradas" (RS)**. Porto Alegre: FLD.

GARLET, Ivori José; ASSIS, Valéria de. (1997). **Diagnóstico da situação dos índios Mbya Guarani na Região Sul do Brasil**. Maringá: Funai.

GODOY, Ricardo. (1985). Mining: anthropological perspectives. **Annual Review of Anthropology**, 14, 199-217.

HERRMANN, Miriel Bilhalva. (2020). **Pelos caminhos da lã**: uma etnografia do artesanato crochê em *jacquard* feito por mulheres em Jaguarão/RS. (Dissertação de Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

INGOLD, Tim. (2000). **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge.

INGOLD, Tim. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, 18 (37), 25-44.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. (2014). **Dossiê da *Tava*, Lugar de Referência para o Povo Guarani**. Brasília: Iphan.

ISABELLE, Arsène. (2006). **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Editora do Senado.

KOHN, Eduardo. (2015). Anthropology of Ontologies. **Annual Review of Anthropology**, 44, 311-327.

KOSBY, Marília Floôr. (2017). **Alma-caroço**: peregrinações com cabras negras pelo extremo sul do Brasil. (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LADEIRA, Maria Inês. (2004). **Terras Guarani no litoral**. Brasília, CTI.

LEAL, Ondina. (1997). Do etnografado ao etnografável: o "Sul" como área cultural. **Horizontes Antropológicos**, 3 (7), 201-214.

LEAL, Ondina. (2019). Os gaúchos: cultura e identidade masculina no pampa. **Tessituras**, 7 (1), 16-47.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (2004). O cru e o cozido. Mitológicas 1. São Paulo: Cozac Naify.

LI, Fabiana. (2016). **Desenterrando el conflicto**: empresas mineradoras, activistas y expertos en el Perú. Lima: IEP.

LIMA, Daniel Vaz. (2020). **Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas**: uma etnografia a pé na pampa brasileira. (Tese de Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

LIMA, Tania Andrade. (2017). O licenciamento ambiental no Iphan: o socioambiente em questão. **Revista do Patrimônio**, 34, 285-320.

LITTLE, Paul Elliot. (2006). Ecologia política como etnografia: Um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, 12 (25), 85-103.

MACEDO, Valéria Mendonça. (2009). **Nexos da diferença**: cultura e afecção em uma aldeia Guarani na Serra do Mar. (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAESTRI, Mário. (Org.). (2008). **O negro e o gaúcho**: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Passo Fundo: Editora UPF.

MALINOWSKI, Bronislaw. (1978). **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato de empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril Cultural.

MELIÀ, Bartomeu. (1982). O Guarani reduzido. In: HOORNAERT, Eduardo. (Org.). **Das Reduções latino-americanas às lutas indígenas atuais**. 228-241. São Paulo: Paulinas.

MELIÀ, Bartomeu. (1990). A Terra Sem Mal dos Guarani: economia e profecia. **Revista de Antropologia**, 31 (1), 33-46.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker. (2021). **Relicários da paisagem pastoril**: uma geografia do Pampa remanescente no Brasil. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

MONTEIRO, John Manuel. (1998). Os Guarani e a história do Brasil Meridional: Séculos XVI-XVII. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.). **História dos índios no Brasil**. 475-498. São Paulo: Cia das Letras.

MONTOYA, Antonio Ruiz. (1639). **Tesoro de la lengua Guaraní**. Madrid: Iuan Sanchez.

MORAES, Carlos Eduardo Neves de. (2010). **A refiguração da Tava Miri São Miguel na memória coletiva dos Mbyá-Guarani nas Missões/RS, Brasil**. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MORAIS, Bruno Martins. (2016). **Do corpo ao pó**: crônicas da territorialidade Kaiowá e Guarani nas adjacências da morte. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOELLI, Francisco Silva *et al*. (2019). *Ñande reko*: fundamentos dos conhecimentos tradicionais ambientais Guarani. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, 11 (1), 13-45.

NEVES, Valéria Pequeno. (1988). **Aspectos da ontogenia do jacu-guaçu (*Penelope obscura bronzina* Hellmayr, 1914), segundo levantamento em cativeiro**. (Dissertação Mestrado em Ciências Biológicas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NOGUEIRA, Jader. (2012). **Mineiros e engenheiros**: memória, identidade e trabalho nas minas do Camaquã entre 1970 e 1996. (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

OSÓRIO, Helen. (2016). Pastores, lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. In: WAQUIL, Paulo *et al* (Orgs.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. 15- 40. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

PEIRANO, Mariza. (1994). A favor da etnografia. **Anuários Antropológicos**. 197-223. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

PEIRANO, Mariza. (2006). **A teoria vivida e outros ensaios de Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

PEREIRA, César; PRATES, Maria Paula. (2012). Na margem da estrada e da história *juruá*: um ensaio sobre as ocupações Mbyá na região hidrográfica do Guaíba (estado do Rio Grande do Sul). **Espaço Ameríndio**, 6 (2), 97-136.

PICANÇO, Jefferson de Lima. (2011). A pesquisa mineral no século XVII: o mapa da baía de Paranaguá, de Pedro de Souza Pereira (1653). **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**, 20 (2), 203-218.

PIERRI, Daniel Calazans. (2013). **O perecível e o imperecível**: lógica do sensível e corporalidades no pensamento Guarani-Mbya. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.

PINTO, Virgílio Noya. (1979). **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo-Brasília: Ed. Nacional-Instituto Nacional do Livro.

PISSOLATO, Elizabeth. (2007). **A duração da pessoa**: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya (Guarani). São Paulo: Editora Unesp.

PORTO, Rafael Gastal; BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. (2016). Perfil socioprodutivo dos pecuaristas familiares em Bagé, Rio Grande do Sul. In: WAQUILL, Paulo *et al*. (Orgs.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. 109-129. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

RAMO, Ana Maria. (2020). "*Nos tempos antigos Nhanderu soube qual haveria de ser nosso teko*". Tempo, troca e transformação entre os Guarani. **Revista de Antropologia**, 63 (1), 122-142.

RIBEIRO, Max Roberto; FARINATTI, Luís Augusto. (2017). Fronteira e processo de territorialidade: os Guarani entre a colonização e o Estado Nacional (Séc. XVIII-XIX). In: VARGAS, Jonas. **Belicosas fronteiras**. 109-128. Porto Alegre: Editor Fi.

RIETH, Flávia *et al*. (2013). **Inventário Nacional de Referências Culturais:** Lida Campeira na Região de Bagé/RS. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna.

RIETH, Flávia *et al*. (2019). "*Aqui na lida é eu, a esposa e os cachorros*": trabalho familiar e saberes pecuários nos campos dobrados do Alto Camaquã. **Tessituras**, 7 (1), 48-68.

RIETH, Flávia *et al*. (2018). **INRC Lida Campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã**. Relatório Preliminar. Pelotas: UFPel.

RIETH, Flávia *et al*. (2020). **Os saberes e modos de fazer pecuários no município de Lavras do Sul/RS**. Relatório Preliminar. Pelotas: UFPel.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz. BARRETO, Éric. (2016). "*Lida brabíssima*": a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária extensiva no pampa brasileiro. **Teoria e Cultura**, 11 (2), 81-91.

ROCHA, Luís Eduardo. (2005). **História natural de *Penelope obscura bronzina* (HELLMAYR, 1914) (Galliformes: Cracidae) em fragmentos florestais do campus da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais**. (Dissertação de Mestrado em Ciências Florestais). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

ROCHA, Marcelo. (2014). **Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS)**. (Dissertação de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

RODRIGUES, Vagner Barreto; LIMA, Daniel Vaz; RIETH, Flávia. (2020). "*O Rio é como o sangue da gente*". Mineração e ambiente nos campos do Alto Camaquã. **Tekoporá**, 2 (2), 27-40.

SAINT-HILAIRE, Auguste. (2002). **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal.

SALAINI, Cristian; GRAEFF, Lucas. (2011). A respeito da materialidade do patrimônio imaterial: o caso do INRC Porongos. **Horizontes Antropológicos**, 17 (36), 171-195.

SALMOND, Anne. (2014). Tears of Rangi: water, power, and people in New Zealand. **Hau**, 4 (3), 285-309.

SALMOND, Anne. (2017). **Tears of Rangi**: experiments across worlds. Auckland: Auckland University Press.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. (2011). Gestos, águas e palavras na pesca amazônica. **Anuário Antropológico**, 36 (2), 83-105.

SCHLEE, Aldyr Garcia. (1988). **Linha divisória**. São Paulo: Melhoramentos.

SCHLEE, Aldyr Garcia. (2019). **Dicionário da cultura pampeana sul-rio-grandense**. Pelotas: Fructos do Paiz.

SILVA, Cristina Ennes da. (2007). **Nas profundezas da terra**: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883-1945). (Tese de Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVEIRA, Flávio Leonel da. (2011). O barroco gauchesco-missioneiro: reflexões a partir da memória coletiva dos contadores de causos e das paisagens fantásticas missioneiras. **Revista Topoi**, 12 (22), 137-157.

SIMÕES LOPES NETO, João. (2011). **Os contos e lendas**. Pelotas: Fructos do Paiz.

SOARES, Mariana de Andrade. (2012). **Caminhos para viver o Mbya Reko**: estudo antropológico do contato interétnico e de políticas públicas de etnodesenvolvimento a partir de pesquisa etnográfica junto a coletivos Guarani no Rio Grande do Sul. (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SORDI DIAS, Caetano; LEWGOY, Bernardo. (2017). Javalis no pampa: invasões biológicas, abigeato e transformações da paisagem na fronteira brasileiro-uruguaia. **Horizontes Antropológicos**, 23 (48), 75-98.

SOUZA, Amanda Cristina Bahi de. (2014). **Morar e viver nas ilhas do Delta do Jacuí**: arquipélago de representações sociais em Porto Alegre-RS. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. (2019). Confisco territorial e velamento oficial brasileiro dos Guarani na Banda Oriental do Rio Uruguai após os Jesuítas Coloniais. **Ayé**, 1 (1), 27-52.

STRATHERN, Marilyn. (2014). **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac e Naify.

TAUSSIG, Michael. (1993). **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. São Paulo: Paz e Terra.

TAUSSIG, Michael. (2010). **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: Editora Unesp.

TAUSSIG, Michael. (2018). **Palma Africana**. Chicago-London: The University of Chicago Press.

TEMPASS, Mártin. (2010). ***"Quanto mais doce melhor":*** um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbyá-Guarani. (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TOMAZZONI, Márcia Luiza. (2020). **Movimentos da Guajayvi**: narrativas de descolonização desde a escola indígena Mbyá Guarani. (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VARGAS, Jonas. (2016). "A aristocracia do sebo": riqueza, prestígio social e estilo de vida entre os charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, 1850-1890). **Estudios Históricos**, VIII (17), 1-23.

VELHO, Gilberto. (2008). **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar.

VELHO, Otávio. (2012). A pictografia da tristesse: uma Antropologia da construção da nação nos trópicos e seus resultados. In: RIBEIRO, Gustavo; ESCOBAR, Arturo. (Orgs.). **Antropologias mundiais**: transformações da disciplina em sistemas de poder. 364-390. Brasília: Editora UNB.

VON AHN, Maurício Mendes. (2018). **Análise antropogeomorfológica em geossítio da história da mineração**: estudo nas Minas do Camaquã-RS. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

VERISSIMO, Erico. (2000). **O tempo e o vento**: O Continente I. São Paulo: Globo.

WAGNER, Roy. (2010). **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac e Naify.

WILDE, Guillermo. (2007). De la depredación a la conservación: génesis y evolución del discurso hegemónico sobre la selva misionera y sus habitantes. **Ambiente & Sociedade**, 10 (1), 87-106.

WILDE, Guillermo. (2009). **Religión y poder en las Misiones de Guaraníes**. Buenos Aires: Editorial Sb.

ZHOURI, Andréa. (2017). Introdução. Produção de conhecimento num "campo minado". In: **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 8-27. Marabá: Editorial iGuana-ABA.

O Doce e o Amargo

Secos & Molhados

O sol que veste o dia
O dia de vermelho
O homem de preguiça
O verde de poeira
Seca os rios, os sonhos
Seca o corpo a sede na indolência
Beber o suco de muitas frutas
O doce e o amargo
Indistintamente
Beber o possível
Sugar o seio
Da impossibilidade
Até que brote o sangue
Até que surja a alma
Dessa terra morta
Desse povo triste
Composição: João Ricardo e Paulinho Mendonça.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

"*Ali é tudo Passo dos Negros! É tudo patrimônio!*"

Uma Antropologia anfíbia nos banhados de uma cidade pluriversa

Mateus Fernandes da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso I
Orientação: Dra. Flávia Rieth

Pelotas - RS
2021

RESUMO

O território do Passo dos Negros, em Pelotas, na Pampa sul-riograndense, está às margens do Canal São Gonçalo, que liga a Lagoa Mirim à Laguna dos Patos. É caracterizado como área de banhado, o que evidencia o caráter dinâmico das bordas, a partir dos fluxos terrestre-aquático, constituindo não apenas modos de existência adaptados ao regime das águas, mas produzindo modificações na paisagem. Sua ocupação se deu em diferentes momentos históricos, embora, em alguns casos, seja retratado enquanto um vazio urbano, seja em mapas, seja em narrativas oficiais. Com a expansão do centro urbano de Pelotas, aquilo que antes não era visto enquanto área prioritária dentro dos planejamentos, por seu caráter periférico, hoje passa a ser objeto da especulação imobiliária, a partir da construção de condomínios e outros empreendimentos. Assim, este trabalho em Antropologia, em contrapartida aos projetos de dominação e controle de seres e ambientes nos processos de modernização das cidades, busca evidenciar a possibilidade de outros modos de vida, a partir dos saberes tradicionais dos/as detentores/as e suas formas de habitar os campos banhados, na perspectiva de uma Pampa pluriversa, conformada por diferentes relacionalidades entre humanos, bichos, plantas, água, terra e outras coisas.

Palavras-chave: Antropologia Anfíbia. Patrimônio Cultural. Cidade Pluriversa. Passo dos Negros. Banhados. Pelotas

1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E OBJETO DE PESQUISA

Este pré-projeto em Antropologia Social e Cultural surgiu a partir de etnografias realizadas na região do Passo dos Negros, em Pelotas, através de minha participação no Projeto de Extensão "Narrativas do Passo dos Negros: um exercício de etnografia coletiva para antropólogos/as em formação", vinculado ao Projeto de Pesquisa "Margens: grupos em processo de exclusão e as suas formas de habitar Pelotas", ambos coordenados pela Profª Drª Louise Prado Alfonso. O projeto surgiu em 2014, a partir de demandas da comunidade, preocupada com a preservação de seus patrimônios, ameaçados pelo avanço da especulação imobiliária na região, com a construção do condomínio Lagos de São Gonçalo e o "bairro tecnológico" Parque Una. Desde então, a equipe tem desenvolvido trabalhos de forma a dar visibilidade à comunidade e suas narrativas. Nesse sentido, produziu um dossiê de patrimonialização encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pedindo o reconhecimento do Passo dos Negros enquanto Referência Cultural e Paisagística, no Livro de Lugares. O pedido levou em consideração o valor afetivo e o valor de referência dos elementos/componentes históricos e culturais, abrangendo o complexo do Engenho Pedro Osório (composto pelo prédio do engenho, por parte da vila operária e pela Escola Visconde de Mauá), a Ponte dos Dois Arcos (construída por mão de obra

escravizada), as figueiras centenárias, o campo do Osório Futebol Clube, a antiga Leitaria e o Corredor das Tropas.

Meu contato com a comunidade do Passo dos Negros iniciou em 2017, o que me possibilitou diversos registros em diário de campo. Contudo, a partir de minha inserção como bolsista, em 2020, no Projeto de Pesquisa "INRC Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã", coordenado pela Profª Drª Flávia Rieth, as discussões começaram a direcionar meu olhar para as relações entre culturas e naturezas enquanto patrimônios do bioma Pampa. As discussões e os desdobramentos no âmbito dos projetos, na perspectiva de uma Pampa heterogênea, pluriversa (ESCOBAR, 2014), composta por diferentes grupos e ambientes, me fizeram perceber a necessidade de pesquisas a respeito das particularidades dos modos de vida e das formas de habitar estes campos banhados.

A partir do surgimento da pandemia de Covid-19, em 2020, certas limitações se impuseram quanto ao fazer antropológico presencial. Porém, a partir do meu (re)direcionamento do olhar, apresentou-se a necessidade de realizar mais campos, atentando às relacionalidades com/entre o ambiente. Neste sentido, tendo em vista que grande parte da parcela da população encontra-se vacinada com as duas doses necessárias para imunização, pretendo, aos poucos, retomar as pesquisas de campo na comunidade, entre novembro de 2021 e janeiro de 2022, tomando os cuidados necessários, como o uso de máscara, distanciamento mínimo, entre outros protocolos de prevenção ao vírus, segundo orientações da OMS[1].

Com base no que foi exposto, os problemas que têm guiado este trabalho são os seguintes:

- O que significa habitar estas bordas?
- O que os saberes e as formas de habitar estas bordas nos ensinam sobre os processos de fazer-cidade?
- Como refletir sobre o Patrimônio Cultural em contextos de conflitos urbanos?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

[1] Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public. Acesso em: 12 out. 2021.

Traçar pontos de conexão entre o Patrimônio Cultural do Passo dos Negros, de forma a "sentipensar" com a existência de outras formas de perceber e habitar a cidade, apresentando a importância dos campos banhados para uma pluralidade de vidas e para as particularidades destes modos de vida. Nesse sentido, se faz necessário discutir sobre o direito à cidade, levando em conta os múltiplos contextos sociopolíticos e infraestruturais de Pelotas, e a lógica de dominação dentro dos planejamentos urbanos, das políticas ambientais e patrimoniais, que muitas vezes visam atender os interesses de grupos dominantes.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir sobre o fazer-cidade e a relação com o ambiente;
- Refletir a respeito de uma Pampa "pluriversa", composta por diferentes saberes, seres, coisas e ambientes, a partir da relacionalidade com os campos banhados do Passo dos Negros;
- Refletir sobre os patrimônios materiais e imateriais da comunidade e a relação de pertencimento.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Este trabalho é fruto do resultado de discussões e etnografias individuais e coletivas realizadas no âmbito dos projetos, a partir da interlocução, da educação da atenção e do caminhar (Ingold, 2015a). Nesse sentido, realizei uma sistematização de informações e dados, a partir de um levantamento feito de algumas produções realizadas pelas equipes[2]. Ressalto também a importância das redes articuladas entre os projetos com outras áreas do conhecimento, como história, geografia, arquitetura e urbanismo, artes visuais, entre outras, para as discussões e resultados apresentados no trabalho de conclusão.

De forma a acompanhar os deslocamentos (nos espaços vividos e nos tempos lembrados) dos habitantes do Passo dos Negros e suas lutas contra o tempo, nasce o

[2] ALFONSO, RIETH, 2016; LIMA, ARAUJO, RIETH, ALFONSO, 2016; LIMA, ALFONSO, RIETH, 2017; SILVA, MARQUES, BATISTA, ALFONSO, 2017; SILVEIRA, SEVAIO, MATHIAS, MARQUES, DODE, ALFONSO, 2018; ALFONSO, MATHIAS, SILVEIRA, 2019; DODE, 2019; NETO, RIETH, ALFONSO, 2019; RIETH, LIMA, RODRIGUES, HERMANN, 2019; RIETH, SILVA NETO, PENAFIEL, LIMA, et al., 2019; LIMA, 2020; MATHIAS, 2020; SILVEIRA, 2020; NUNES, 2021.

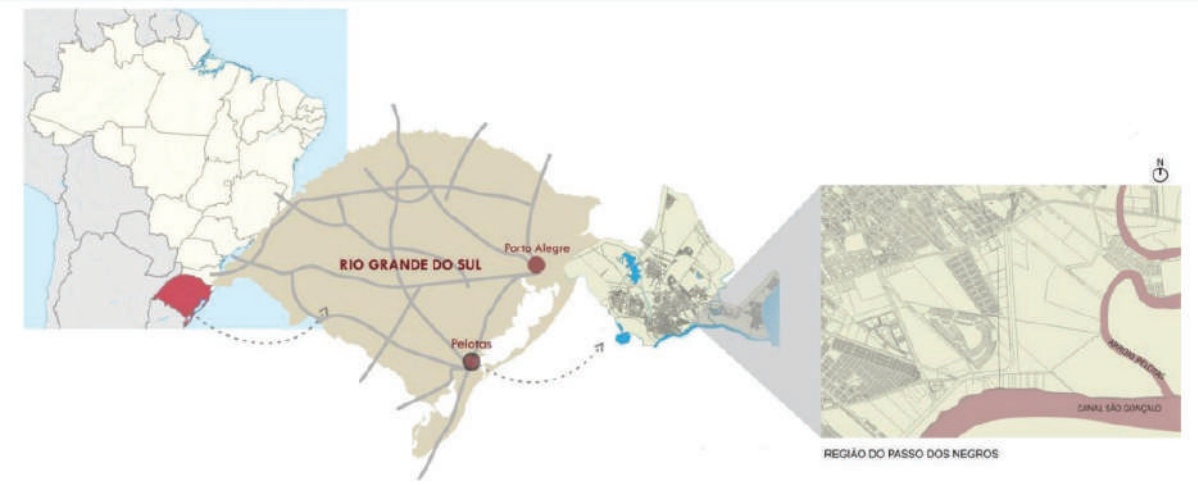
desafio da produção de uma etnografia da duração (ROCHA, ECKERT, 2013). Conforme Rocha e Eckert (2013), o tempo é concebido na memória, resultante das identidades e do pertencimento, que resgata nas lembranças os sentimentos e as experiências de um cotidiano orientado por relações de reciprocidade. Segundo as autoras, é nas descontinuidades aparentes da vida urbana que a matéria das ações passadas dos habitantes se desenvolve e se manifesta sob a forma de ritmos, os quais atribuem uma substância ao viver a sua cidade, o bairro, a rua, o edifício, o condomínio. Nesse sentido, através das narrativas dos interlocutores, busca-se acompanhar a circulação de saberes, práticas, ideias e valores, a partir das relacionalidades com o ambiente e de suas formas de habitar.

Pensando no fazer antropológico em seu caráter ético, político e poético (GHEIRART, 2015), e na importância de diferentes grafias para a produção do conhecimento, buscarei incorporar as fotografias (BATESON, MEAD, 1942; COLLIER, 1973; SAMAIN, 2012) e os desenhos etnográficos (KUSCHNIR, 2019), enquanto métodos de pesquisa, como tenho aprendido nos encontros e oficinas do Projeto de Pesquisa "Antropoéticas", do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som, coordenado pela profª Drª Claudia Turra Magni.

4 SÍNTESE DA BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

O Passo dos Negros está localizado às margens do Canal São Gonçalo, próximo ao Arroio Pelotas, na cidade de Pelotas, Pampa sul-riograndense. O Canal São Gonçalo faz a ligação entre a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos, e é caracterizado como um Canal, pois sua corrente de água não corre sempre em um mesmo sentido, a depender do nível das águas das lagoas. Juntamente com a Lagoa Mirim, o Canal São Gonçalo compõe a Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo, localizada na Região Hidrográfica das Bacias Litorâneas.

Figura 1 - Mapa de localização do Passo dos Negros



Fonte: SILVEIRA, 2020.

Esta região estratégica de cursos d'água foi importante para o cotidiano da indústria charqueadora e para o escoamento do charque, via Laguna dos Patos. Ali se formaram as primeiras charqueadas, no final do século 18, e o primeiro porto da cidade, por onde entravam e saíam mercadorias (GUTIERREZ, 2001). As charqueadas surgiram a partir da produção de carne salgada, o *charque*, valendo-se dos rebanhos bravios da pampa e a partir da utilização de mão de obra africana escravizada. O Passo dos Negros foi local de passagem do gado que vinha dos Campos Neutrais, percorrendo o Caminho das Tropas, que ligava o Canal à Tablada, onde era comercializado o gado. Neste caminho foi construída a Ponte dos Dois Arcos, em meados do século 19, por mão-de-obra escravizada, para que o gado não ficasse preso no barro (GUTIERREZ, 2001). Tamanha era a fartura de bens produzidos nesse período, por escravizadas/os, que ficou conhecido anteriormente pelo nome de Passo Rico. A intensa circulação de barcos, pessoas, carrocerias e outras coisas, à época, foi registrada em algumas das obras de Jean-Baptiste Debret ao visitar a cidade.

Figura 2: Cenas da vida cotidiana no Passo dos Negros**.** Aquarela de Jean-Baptiste Debret, 1825



Fonte: SILVEIRA, ALMEIDA, JANTZEN, SILVA, 2019.

Conforme Ester Gutierrez (2001) o pleito do Passo dos Negros para implementação da malha urbana inicial se fez em 1812, com o projeto de construção do primeiro loteamento urbano, nas terras de Manoel Soares. Contudo, devido a alguns impasses políticos, o projeto não se concretizou na localidade, passando a ser construído na região da Catedral, atual centro da cidade. Muitas são as justificativas dessa impossibilidade, como o forte odor decorrente dos períodos da atividade charqueadora e dejetos da produção lançados nos canais, o fluxo de escravizados, falta de segurança, a insalubridade e as frequentes inundações (ROCHA, 2014).

Com o declínio econômico da atividade charqueadora, em meados do século 20, se inicia o período da economia arrozeira, que acompanha um projeto vinculado à industrialização nacional, a partir da expansão das cidades, da população urbana e também dos hábitos alimentares, tendo em vista o fácil armazenamento do produto e a sua grande produção em escala no país (BESKOW, 1984). Das três charqueadas que existiam no Passo dos Negros, uma originou o Engenho Pedro Osório, localizado na Estrada do Engenho, paralela às margens do Canal São Gonçalo. O engenho passou a empregar a mão-de-obra antes utilizada nas charqueadas de pessoas que se fixaram na localidade, como pode ser observado no Hino Oficial do Osório Futebol Clube:

Osório, és forte, és bravo.
És o orgulho do esporte amador.
Das Charqueadas e Engenhos nasceste
Para sempre mostrar teu valor

O complexo industrial do Engenho Pedro Osório reúne prédios de diferentes temporalidades, como uma vila operária, uma escola e o campo do Osório Futebol

Clube (SILVEIRA, ALMEIDA, JANTZEN, SILVA, 2019). O engenho teve suas atividades interrompidas no final da década de 1990. Contudo, muitos/as moradores/as continuaram no espaço até os dias atuais, desenvolvendo outras funções, como recicladores, trabalhadoras domésticas, serralheiros, pescadores, autônomos, trabalhadores da obra, carroceiros e campeiros.

Os patrimônios reivindicados pela comunidade do Passo dos Negros evidenciam ocupações que datam a partir do ciclo charqueador, no final do século 18. Contudo, vale destacar o potencial arqueológico da região, a partir da possibilidade de existência de cerritos (CARLE, 2017), comumente encontrados nos banhados da Pampa[3], que datam de ocupações ainda mais antigas. O termo "banhado", que vem do espanhol "bañado", refere-se às áreas temporária ou permanentemente alagadas, classificadas como áreas úmidas. São ecossistemas que abrigam grande diversidade de fauna e flora, e são muito importantes para o escoamento dos efluentes, evitando enxurradas e inundações em outras partes da cidade. Diversas são as espécies de pássaros e anfíbios que habitam estes locais. Em algumas caminhadas realizadas no Passo, avistamos crianças brincando com tartarugas. Os/as interlocutores/as apontam também para a presença de ratões-do-banhado (Myocastor coypus) na região.

Montagem de desenhos. Ratão-do-banhado e tartaruga.
Técnica mista, aquarela e giz oleoso sobre papel desenho A5 180g. 2020.

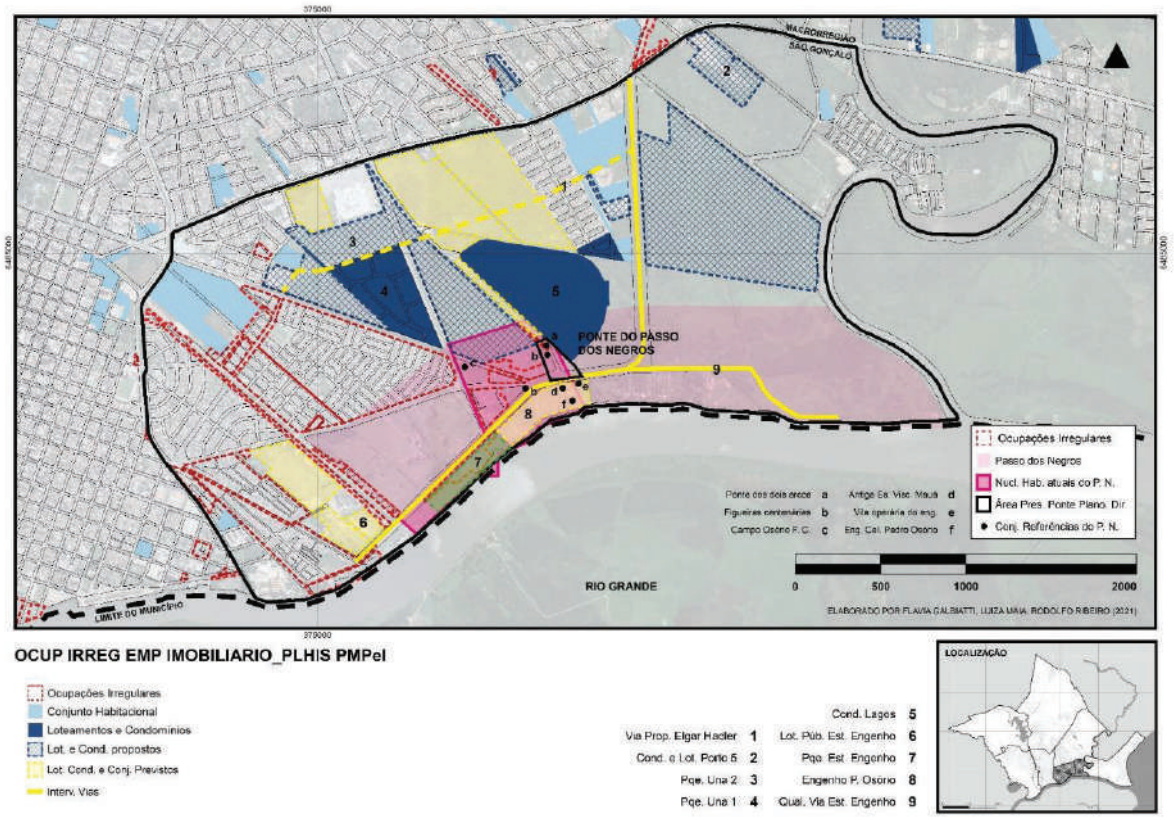


A partir da expansão do centro urbano da cidade, a área de banhado do Passo dos Negros passa a ser alvo do mercado imobiliário. O que antes era desvalorizado por seu caráter "periférico", segundo a lógica urbana operante, hoje passa a ser local de disputa por sua localização, baixo valor e paisagens "privilegiadas". Em um documento encaminhado recentemente pela equipe do Projeto do Passo dos Negros ao IPHAN, para

[3] Cerritos são estruturas como microrrelevos, negativos topográficos, caminhos e praças que configuram complexos arqueológicos (MILHEIRA et al, 2016).

apensamento ao processo de patrimonialização em andamento, foram identificados uma série de empreendimentos imobiliários - loteamentos, condomínios e conjuntos habitacionais - existentes e propostos para a região. O documento ainda aponta para articulações entre as intervenções públicas e os empreendimentos privados, além da flexibilização da legislação para auxiliar na implantação desses empreendimentos.

Figura 3: Mapa com as interveções e empreendimentos existentes e propostos e o Passo dos Negros.



Fonte: Acervo Projeto Passo dos Negros, 2021

Nesse sentido, é preciso garantir a permanência das pessoas que historicamente ocupam essa região. A particularidade destes ambientes constituem modos de vidas que reúnem uma série de práticas, crenças e saberes, relacionados ao manejo dos campos e animais, aos ciclos da pesca, entre outros. Estes saberes permitem a vida nesses fluxos, produzindo modificações sociais na paisagem das áreas, para além da adaptação humana (ORLANDO, 1979). Os manejos dos campos e animais evidenciam uma Pampa que é praticada na cidade, desde as construções de suas casas em meio ao solo úmido, à pesca artesanal e às pequenas criações de galinhas, cabritas e cavalos, geralmente avistadas alimentando-se em meio aos pastos nativos e tomando água das poças.

Montagem de fotos. Cabrita à esquerda. Seu Pedro à direita. 2020.



Ora terra, ora água, essa liminaridade se expressa, também, no seu caráter híbrido, do encontro entre diferentes mundos (terrestre/ subaquático, humano/não humano) e diferentes períodos (passado/presente) (STOLL, 2019). Nesse sentido, observam-se as histórias oralizadas sobre os tempos da escravidão e das grandes inundações que ocorreram no local. Igualmente importantes, são as lembranças nostálgicas dos tempos trabalhados no engenho, bem como as narrativas dos pescadores ao lembrar de um tempo em que havia fartura na pesca das águas do Canal São Gonçalo - antes de sua degradação ambiental causada pela poluição hídrica dos esgotos urbanos que ali desembocam.

Seu Pedro, ex-trabalhador do engenho, trabalha atualmente como carroceiro. É morador do Caminho das Tropas, local onde vive com sua família há décadas, e é um dos maiores defensores do Passo dos Negros. Suas narrativas a respeito da importância histórica e cultural do lugar circulam também regras sobre o uso e ocupação do ambiente, desde à proteção das figueiras centenárias - como num dia que se colocou à frente do maquinário do condomínio Lagos de São Gonçalo que visava remover a árvore - aos ensinamentos sobre a história do lugar para os novos moradores. Possui uma pequena criação de cavalos, além de cuidar de muitos cachorros que seguidamente são abandonados no local. Os saberes sobre os cuidados, principalmente caseiros, são ainda mais presentes entre as mulheres. Elisângela, ao falar sobre a importância em habitar o local, se refere também à realização pessoal (e familiar) conquistada a partir da reforma de sua casa e de Seu Pedro, seu marido, com placas de tetra pak, através de um projeto do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. O cuidado também se manifesta em redes de solidariedade entre a comunidade, como os trabalhos desenvolvidos por Seu Aniba e Xuxu, casal responsável pelas ações do Osório Futebol Clube. Seu Aniba, presidente do time, estimula os jovens a frequentarem a

escolinha de futebol, enquanto Xuxu realiza diversas coletas de doações para distribuição na comunidade.

Os saberes do detentor Camilo, artista plástico e peão campeiro, morador da região da Balsa, também evidenciam as relações tecidas com o local. Foi entre as lidas nos campos de várzeas, vivendo em meio ao cuidado e a matança de bois, que constituiu sua oficina, talhando essas experiências na madeira. Segundo ele, na sua infância esperava as tropas cruzarem por dentro de um antigo "braço" do Pepino, para colher a argila sovada pelas patas dos bois e dos cavalos que por ali passavam. É a partir da convivência com animais, de carne e madeira, em que seus saberes de "escultor" e "campeiro" se tramam enquanto um modo de viver entrelaçado pelos trânsitos entre a cidade, o campo e seus caminhos. Tais modos de vida, como demonstrado, constituem saberes a partir da experiência. Neste sentido, observa-se que as crianças, desde novas, já apresentam um forte vínculo com o local, seja brincando com os animais, seja brincando na lama, seja jogando futebol no campo do Osório.

As narrativas evidenciam as malhas tecidas com/entre o ambiente, a partir dos vínculos com/entre os animais, as plantas, as águas, as terras, os patrimônios e os encantados. Constantes são as narrativas a respeito do Negrinho do Engenho (atual "mascote" do Osório F.C.), um ser parecido com um menino que revirou as marmitas dos trabalhadores do engenho num dia de Sexta-feira Santa. A Noiva da Figueira é outro ser que aparece frequentemente nas narrativas. Vista enquanto uma "assombração", a Noiva está associada a uma das figueiras. Muitos evitam circular à noite próximo à árvore. Contudo, vale destacar o potencial protetor deste encantado, que reflete nas próprias condutas dos moradores, ao protegerem estas árvores, como exemplificado anteriormente. As figueiras são também importantes pontos para o despacho de oferendas das entidades de religiões de matriz africana, e estão muito associadas às águas.

Figueira da Noiva e das entidades



Fonte: Acervo Projeto Passo dos Negros, 2017.

Entendendo a habitação de qualquer território pelo humano a partir da produção criativo-imaginária do espaço, que movimenta uma ética-estética de atuação e interação com ele, busca-se pensar a cidade para além da faixa de terra, que se expande pelas águas do Canal São Gonçalo e vice-versa (PEIXOTO, SILVEIRA, 2019). Habitar implica em conhecer o ambiente, a partir das relações tecidas entre entes, humanos, sobre-humanos e não humanos (INGOLD, 2015b). É algo que ocorre pelo constante movimento, onde transformações e inovações estão a todo tempo ocorrendo, e onde as vidas de seus habitantes estão sendo constantemente produzidas. Assim, a partir de estudos que buscam compreender as relações sociais e culturais para além do humano, numa virada epistêmica de abordagem multi-espécie (KIRSKEY, HELMREICH, 2010), faz-se necessário trazer tais criaturas e coisas como partes das conexões com os ambientes e os humanos.

A partir dos múltiplos contextos sociopolíticos, infraestruturais e culturais desenvolvidos para conviver com a água, em meio aos desafios impostos por sua escassez, excesso e/ou qualidade, torna-se importante entender sua capacidade de transformação da paisagem, não apenas como um componente, mas enquanto uma protagonista nas relações (CAMARGO, CAMACHO, 2018; STRANG, 2018; BALLESTERO, 2019). Tais desafios refletem nos processos de ocupação e infraestrutura da cidade, desde a presença dos cerritos, aos processos da indústria charqueadora, à primeira malha urbana, à construção da ponte dos Dois Arcos. Refletem

também em ações posteriores, como a construção do dique, as alterações da bacia hidrográfica urbana do Arroio Pepino (MACHADO, 2017), a Barragem do Centurião, bem como os projetos de impermeabilização e drenagem do solo no local. Nesse sentido observam-se também os saberes e as formas de habitar dos moradores, ao desenvolverem técnicas para lidar com os desafios impostos, que vão desde o manejo dos campos, para a construção de suas casas, aos períodos de cheia do Canal São Gonçalo, quando as águas invadem a moradia dos pescadores. Desafios também são impostos a partir da ausência de saneamento básico aos moradores do Caminhos das Tropas, que buscam, a partir de canos improvisados, água de outros pontos. Assim, cabe refletir não apenas sobre o direito de permanência dos moradores no local, mas também sobre a democratização da água, e seu acesso como direito fundamental.

Cano de água dos moradores. 2020.



Estes fluxos aquático-terrestres têm aberto novas possibilidades teóricas e etnográficas para entender as relacionalidades com as águas (SALMOND, 2014). Uma "antropologia anfíbia", como proposto por Krause (2017), deve atentar para quatro dimensões do ambiente: 1) uma compreensão das relações hidrossociais como aquelas relações entre pessoas que tratam tanto da sociabilidade no sentido clássico quanto dos fluxos de água no sentido material; 2) Foco na volatilidade e criatividade; 3) Uma

atenção às características variáveis de ambientes úmidos, secos e intermediários; 4) Uma investigação dos ritmos pelos quais a vida social e ecológica se transforma e se desenvolve.

Os projetos de urbanização, em Pelotas, vêm, aos poucos, transformando o ambiente em construções de concreto, numa lógica de "sacrifício" da Pampa, em nome de um ideal de progresso. Seu projeto de distanciamento da ruralidade, vem tornando impossível a existência de bichos e plantas - e até de pessoas - pelas ruas, numa suposta perspectiva de dominação da natureza e controle dos citadinos humanos e não-humanos (LIMA, 2020). Ao passar pelo Passo dos Negros, é possivel notar a construção de edifícios contrastando ao verde. As construções dos prédios soterram tais banhados, tomados por juncos, aguapés, taboas, corticeiras, sabiás-do-banhado (Embernagra platensis) e maçaricos-do-banhado (Phimosus infuscatus) (RIETH, SILVA NETO, PENAFIEL, LIMA, 2019). Como exemplo dessa dinâmica urbana, o Passo tem se revelado também num processo transitório entre a marginalidade e a centralidade, entre o rural e o urbano, pensando sempre nesses elementos em continuidade (SILVA, FIORINI, BATISTA, 2017). A partir disso, evidencia-se a negação do direito à cidade à comunidade, que estabelece um vínculo de pertencimento com o ambiente, mas que não é considerado nos projetos de modernização.

Caminho das Tropas e condomínio Lagos de São Gonçalo. 2020.



Observa-se, a partir deste contexto, uma relação entre as bordas (FLORES, 2018) e a ideia de margens de Agier (2015). A borda é resultado do encontro entre água e a terra, e nos alerta para o caráter dinâmico dos ecossistemas e suas constantes variações/transformações. O encontro entre esses dois ambientes permite a criação de

um ambiente transitório, porém fundamental: a borda. Ocupar a borda evidencia que nada está fixado em normativas preestabelecidas (FLORES, 2018). As bordas em Pelotas, tem sido historicamente os espaços "precários" das margens, nos múltiplos processos do fazer-cidade. Segundo Agier (2015), as margens são os espaços no qual ganham sentido os processos identitários, e são fundamentais para se observar e compreender a existência das coisas na cidade, ao se dirigir não mais somente ao que se perde nos espaços da "não cidade", mas também ao que nasce ali mesmo, como expressão de uma dialética mais geral do vazio e do pleno, do fraco e do forte. Assim, o fazer-cidade, entendido como um processo sem fim, contínuo e sem finalidade, só faz sentido no contexto de uma expansão contínua dos universos sociais e urbanos (AGIER, 2015). Embora percebamos algumas construções de casas a partir de sobras de materiais, tais tábuas de madeira, paredes feitas com janelas, entre outros, devemos suspender qualquer julgamento cultural, estético ou social, pois todas estas formas devem ser consideradas como partes do processo da cidade em contextos de desigualdades (AGIER, 2015). Assim sendo, as lutas urbanas devem levar em consideração o sentimento de pertencimento dos habitantes e seus modos de vida tecidos com o ambiente. Consequentemente, gera-se um grande desafio sobre soluções que denunciem tais processos de exclusão e ao mesmo tempo defendam o direito das pessoas aos seus territórios.

Pertencimento.



Fonte: Acervo Projeto Passo dos Negros, 2017-2020.

Conforme as discussões, nota-se a importância destes ambientes para uma diversidade de vidas e para as particularidades dessa cultura, ao passo que os saberes e as formas de habitar têm se demonstrado, historicamente, eficazes na preservação dos campos banhados. A partir da dinâmica entre ser, saber e fazer, nas formas de organização de uma comunidade, de suas relações sociais, seus conhecimentos, suas relações com o meio ambiente, suas práticas e outras questões que envolvem a vida dentro desses territórios autônomos, (ESCOBAR, 2016), evidencia-se, a partir dos campos banhados, outras maneiras de habitar a Pampa pluriversa (ESCOBAR, 2014), para além da lógica do Estado e dos projetos de infraestrutura urbanos.

5 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Para entendermos o patrimônio coletivo, é necessário antes entender a própria vida coletiva (FUNARI, PELEGRINI, 2006). A patrimonialização desempenha um papel essencial para autentificar uma narrativa coletiva de um passado compartilhado (CANDAU, 2009). Com a publicação do Decreto 3.551/2000, surge a possibilidade de incluir, também, os "excluídos" da cena do patrimônio cultural brasileiro (FONSECA, 2003, p. 62), ao trazer pessoas e saberes como parte das relações. Desta forma, o presente trabalho é importante para as discussões das políticas de Patrimônio Cultural, ao apontar para a relações de pertencimento da comunidade e seu modo de vida como parte inseparável dos bens culturais (e do ambiente). O trabalho é importante também para discutir sobre direito à cidade, principalmente a partir das recentes remoções de pescadores, através da inclusão da região da Estrada do Engenho nas Áreas de Especial Interesse do Ambiente Natural (AEIAN) na revisão do III Plano Diretor de Pelotas (2018). Nesse sentido, o trabalho aponta para a necessidade de políticas públicas que tratem de assuntos comuns a distintos coletivos sem aderir a práticas de dominação colonial (STENGERS, 2014). Por fim, justifica-se também para as discussões dos modos de vida na articulação com a preservação destes ambientes, a fim de evitar uma tragédia dos bens comuns, de interesse coletivo (COSTA, BARRETO, PEZZUTI, 2018), onde se incluem essas áreas úmidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Rachel; BARRETO, Cristiane Gomes; PEZZUTI, Juarez. Governança ou Tragédia dos Comuns? Considerações sobre a Gestão da Caça em Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Brasil. **Revista Biodiversidade Brasileira**, v.8, n.1, p. 4-18, 2018.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. São Paulo: **Mana 21**, 2015.

ALFONSO, Louise; RIETH, Flávia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto bem cultural. In: SCHIAVON, Carmem Burget; PELEGRINI, Sandra de Cássia. (Org). **Patrimônios Plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Ed. da FURG, p.131-147, 2016.

ALFONSO, Louise Prado; MATHIAS, Simone Fernandes; SILVEIRA, Melina Monks. Transformações, conflitos e modos de habitar o Passo dos Negros: a narrativa do assassinato do homem do porco. **XIII RAM Reunião de Antropologia do Mercosul**. Porto Alegre: GT 80 - Narrativas etnográficas das e nas metrópoles contemporâneas: desafios e perspectivas, 2019.

BALLESTERO, Andrea. The Anthropology of Water. **Annual Review of Anthropology**, v. 48, p. 405-421, 2019.

BATESON, Gregory; MEAD, Margaret. Balinese Character: A Photographic Analysis. New York Academy of Sciences, 1942.

BESKOW, Paulo. A formação da economia arrozeira do Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 55-84, 1984.

CAMARGO, Alejandro; CAMACHO, Juana. Convivir con el agua. **Revista Colombiana De Antropología**, v.55, n.1, p. 07–25, 2018. DOI: https://doi.org/10.22380/2539472X.567 Disponível em: https://revistas.icanh.gov.co/index.php/rca/article/view/567. Acesso em: 28 out. 2021.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, v. 1, n. 1, p. 43-58, 2009.

CARLE, Cláudio Baptista. O imaginário do espaço arqueológico do Passo dos Negros. **Tessituras**: Pelotas, v. 5, n. 1, p. 205-215, jan./jun. 2017.

COLLIER JR, John. Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa. São Paulo: **EPU**, Editora da Universidade de São Paulo, 1973. (original de 1967 pela Holt, Rinehart and Winston).

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**: Brasil, n. 69, p. 95-117, 2018.

DODE, Marcela dos Santos. Outras temporalidades do Passo dos Negros: a leitaria na visão da arqueologia da paisagem. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Antropologia com linha de formação em Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2019.

ESCOBAR, Arturo. Autonomía y diseño: la realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

_____. Sentipensar con la tierra : nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones **UNAULA**, 2014.

FLORES, Luiza Dias. Ocupar: composições e resistências quilombolas. UFRJ/ Museu Nacional, 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de Patrimônio Cultural. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. **DP&A:** Rio de Janeiro, p. 56-76, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio, do indivíduo à coletividade e A trajetória do patrimônio no contexto mundial. **Patrimônio Histórico e Cultural**: Rio de Janeiro, p. 7-29, 2006.

GHEIRART, Oziel. O tratado antropoético. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 183p., 2015.

GUTIERREZ, Ester. Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense. **Ed. Universitária/UFPEL**: Pelotas, 2.ed., 2001.

INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**: Porto Alegre, v. 22, n. 44, 2015a.

_____**.** Estar vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. **Vozes**: Rio de Janeiro, 2015b.

KIRSKEY, S. Eben; HELMREICH, Stefan. The emergence of multispecies ethnography. **CULTURAL ANTHROPOLOGY** , Vol. 25, Issue 4, p. 545–576, 2010.

KRAUSE, Franz. Towards an Amphibious Anthropology of Delta Life. **Human Ecology**, v. 45, n. 3, p. 403-408, 2017.

KUSCHNIR, Karina. DESENHO ETNOGRÁFICO: Onze benefícios de usar um diário gráfico no trabalho de campo. **Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2019. DOI: 10.34024/pensata.2018.v7.10120. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/10120. Acesso em: 29 out. 2021.

LIMA, Daniel Vaz. Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas: uma etnografia a pé na pampa brasileira. 2020. 298 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/7426. Acesso em: 20 jun. 2021.

LIMA, Daniel Vaz; ALFONSO, Louise Prado. RIETH, Flávia. Os seres da/na cidade: experiência vivida no vilarejo Passo dos Negros, Pelotas/RS. **Anais da IV Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia (REACT).** USP: São Paulo, 2017.

LIMA, Daniel Vaz; ARAUJO, Jaciana Marlova Gonçalves; RIETH, Flávia; ALFONSO, Louise Prado. Ao passo de humanos e cavalos: etnografia na localidade Passo dos Negros em Pelotas-RS. **Anais do XVIII Encontro de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas**: Pelotas, 2016.

MACHADO, Valentina. Renaturalização do Arroio Pepino. Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas: Pelotas, 2017.

MATHIAS, Simone Fernandes. Passo dos Negros: Entre narrativas, etnografias e conflitos – Pelotas/ RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas: Pelotas, 113p., 2020.

MILHEIRA, Rafael Guedes; GARCIA, Anderson; MARQUES, Ricardo; RIBEIRO, Bruno Leonardo; ULGUIM, Priscilla Ferreira; da SILVEIRA, Cleiton Silva; e Sanhudo, Marcelo. Arqueologia dos cerritos na Laguna dos Patos, sul do Brasil: uma síntese da ocupação regional. **Cadernos do CEOM 29:** v.45, p. 33–63, 2016. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/3020. Acesso em: 05 out. 2021.

NETO, Francisco Pereira; RIETH, Flávia; ALFONSO, Louise. Pelotas-RS pelas suas margens: a patrimonialização como expressão das múltiplas formas de habitar a cidade. **Barbarói**: Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.54, jul./dez. 2019.

NUNES, Juliana dos Santos. "Pra fora também é a lagoa" : uma etnografia poética das águas na fronteira Brasil-Uruguay. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social e Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 174p., 2021

ORLANDO, Fals Borda. Mompox y loba, Historia Doble de la Costa I. Ed Carlos Valencia: Bogotá, 1979.

PEIXOTO, Lanna Beatriz Lima; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Da água, a palavra: uma reflexão sobre as relações entre cidade e cursos d‟água em Salvaterra a partir da memória de seus habitantes. **Ponto Urbe – Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**: 2019.

Revisão do III Plano Diretor de Pelotas. Prefeitura Municipal de Pelotas. 2018. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/III_plano_diretor/lei_iii_plano_diretor/arquivos/lei_5502.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz; RODRIGUES, Vagner Barreto; HERMANN, Miriel Bilhalva. “Aqui na lida é eu, a esposa e os cachorros”: trabalho familiar e saberes pecuários nos campos dobrados do Alto Camaquã. **Tessituras**: v. 7, n.1, p. 48-68. 2019

RIETH, Flávia; SILVA NETO, Francisco; PENAFIEL, Adriana; LIMA, Daniel Vaz; et al. Arroio Pepino: Caminhadas às margens de um arroio urbano em Pelotas/RS. **Tessituras**: Pelotas, v. 7, p. 364-413, 2019.

ROCHA, Ana Luíza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas. Porto Alegre: **Marcavisual**, 256p. il.; 14x21cm, 2013.

ROCHA, Marcelo Garcia da. Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS). Dissertação, Universidade Federal de Pelotas: Pelotas, 2014.

SALMOND, Anne. Tears of Rangi: water, power, and people in New Zealand. **Hau: Journal of Ethnographic Theory,** v.4, n.3, p. 285-309, 2014

SAMAIN, Etienne. Como pensam as imagens. Unicamp: Campinas. 2012.

SILVA, Mateus Fernandes da; MARQUES, Gustavo Fiorini; BATISTA, Amanda Christianine; ALFONSO, Louise Prado. “Que não se esmaguem com palavras as

entrelinhas" - uma abordagem do Passo dos Negros, em Pelotas: movimentos, cidade e patrimônio. **Anais do IV Congresso de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas**: Pelotas, 2017.

SILVEIRA, Melina Monks da. Territorialidades em disputa: normativas e narrativas do Passo dos Negros em Pelotas/RS. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 140p., 2020.

SILVEIRA, Melina Monks da; ALMEIDA, Guilherme Pinto de; JANTZEN, Sylvio Arnoldo Dick; SILVA, Karen Majuriê. O Conceito de Paisagem Cultural no Passo dos Negros em Pelotas-RS. In: **3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil**: Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/IIISimposioICOMOSBrasil/149176-O-CONCEITO-DE-PAISAGEM-CULTURAL-NO-PASSO-DOS-NEGROS-EM-PELOTAS-RS. Acesso em: 27 out. 2021.

SILVEIRA, Melina Monks da; SEVAIO, Joanna Munhoz; MATHIAS, Simone Fernandes; MARQUES, Gustavo Fiorini; DODE, Marcela dos Santos; ALFONSO, Louise Prado. Cidade-Conceito e Cidade-Vivida: Mapeamento Das Dinâmicas e Temporalidades no Espaço Urbano/Rural do Passo dos Negros em Pelotas/RS. **VII Encontro Internacional Cidade, Contemporaneidade e Morfologia Urbana. Mulheres e Lugares Urbanos**. Universidade Federal de Pelotas, 2018.

STENGERS, Isabelle. "La Propuesta Cosmopolitica". **Revista Pléyade**, p. 17-41, 2014.

STOLL, Émilie. "Vamos segurar nossas pontas!" Paisagem em movimento e domínio dos lugares no rio Arapiuns. **Paisagens Evanescentes: Estudos sobre as Percepções das Transformações nas Paisagens pelos Moradores dos Rios Amazônicos**. Editora NAEA, p.137-162, 2019.

STRANG, Veronica. Relaciones infraestructurales: agua, poder político y el surgimiento de un nuevo régimen despótico. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 55, n. 1, p. 167-212, 17 dic. 2018.

Artigos e Periódicos

ECKERT, Cornelia; FERNANDES, Ricardo Cid; LIMA, Daniel Vaz; RIETH, Flávia. Mesa 15: Patrimônio Cultural em campos minados. Pesquisa etnográfica e conflitos ambientais. In: **Anais do 5º Cidades em Transe**: Patrimônios, Conflitos e Contranarrativas urbanas (online), Pelotas, 2021. [*No prelo*]

MESA 15: PATRIMÔNIO CULTURAL EM CAMPOS MINADOS

PESQUISA ETNOGRÁFICA E CONFLITOS AMBIENTAIS

[1]Cornelia Eckert – chicaeckert@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
[2]Ricardo Cid Fernandes - ricardo.cidfernandes@gmail.com
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil
[3]Daniel Vaz Lima - danielvazlima87@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil
[4]Flávia Rieth - riethuf@uol.com.br
Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil

1 INTRODUÇÃO

A intensificação dos conflitos ambientais no Brasil tem se refletido na atuação de antropólogos e de antropólogas, com a criação de comitês, de eventos científicos e de pesquisas com populações tradicionais, povos originários e comunidades periféricas. Um exemplo são os vários projetos de megamineração voltados para o Rio Grande do Sul, que buscam explorar carvão, chumbo, cobre, fosfato, titânio, ouro, entre outros minerais.

Atualmente, existem mais de 160 projetos de mineração no estado, em diferentes fases de licenciamento. Além disso, há mais de cinco mil requerimentos para pesquisa mineral no Rio Grande do Sul, especialmente, na "metade Sul", na pampa brasileira (RODRIGUES; LIMA; RIETH, 2020). A investida da mineração ocorre ao mesmo tempo em que o campo antropológico é permeado por uma "virada" (KOHN, 2015), que busca compreender as relações para além do humano, ao integrar humanos, outros animais, coisas e ambiente em uma Antropologia da/na vida.

Algumas dessas interpretações partem do Patrimônio Cultural, que, nos últimos anos, busca incluir novas abordagens, para além das percepções históricas e artísticas que marcaram a trajetória das políticas públicas patrimoniais. Esse movimento tem auxiliado no protagonismo de grupos que foram colocados em segundo plano ou invisibilizados ao longo da construção nacional, o que gerou consequências nos processos de licenciamentos e nos projetos de impacto ambiental.

A partir dessa conjuntura, o Grupo de Pesquisas Etnográficas Urbanas (GEEUR) propôs duas mesas no evento *Cidades em Transe: Patrimônios, Conflitos e Contranarrativas urbanas*, a partir das pesquisas realizadas no Inventário Nacional de Referências Culturais da Lida Campeira (INRC Lida Campeira)[1], com coordenação da professora Dra. Flávia Rieth

[1] Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/. Acesso em: 10 de ago. 2021.

(RIETH et al, 2013). As mesas buscaram se debruçar sobre a pesquisa antropológica em campos atravessados por conflitos ambientais, tendo como foco o Patrimônio Cultural e as relações com as comunidades, a partir de diferentes contextos etnográficos.

Para refletir sobre o tema, a *Mesa 15 - Patrimônio Cultural em Campos Minados: Pesquisa Etnográfica e Conflitos Ambientais* contou com a participação de convidados que, por meio da produção de conhecimento, da pesquisa científica e da realização artística, têm oferecido olhares que contribuem com esses debates.

2 METODOLOGIA

A Mesa 15 foi composta pelo antropólogo Dr. Ricardo Cid Fernandes. Ricardo é professor no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Possui mestrado em Antropologia Social, na Universidade de Cambridge, Inglaterra. É mestre em Antropologia Social, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Antropologia Social, na Universidade de São Paulo (USP). Orienta pesquisas na área de Etnologia Indígena, Territorialidades Tradicionais e Impacto Socioambiental.

Contou, ainda, com a presença da antropóloga Dra. Cornelia Eckert. Cornelia é professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). É mestra em Antropologia Social, na UFRGS. E doutora em Antropologia Social, na Universidade Paris V (Sorbonne) - René Descartes. Orienta pesquisas na área de Antropologia Visual, Antropologia Urbana e Antropologia e Meio Ambiente.

A mediação da mesa foi realizada pelo antropólogo Dr. Daniel Vaz Lima. Daniel é pesquisador no INRC Lida Campeira. Mestre e doutor em Antropologia Social e Cultural, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A apresentação foi realizada pela professora Dra. Flávia Rieth, docente no Bacharelado e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e coordenadora do INRC Lida Campeira.

Os participantes tiveram 30 minutos de fala. Após as falas, foram realizados questionamentos e comentários enviados pelo público aos participantes. A mesa foi gravada e encontra-se disponível no canal do *YouTube* do evento.[2]

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

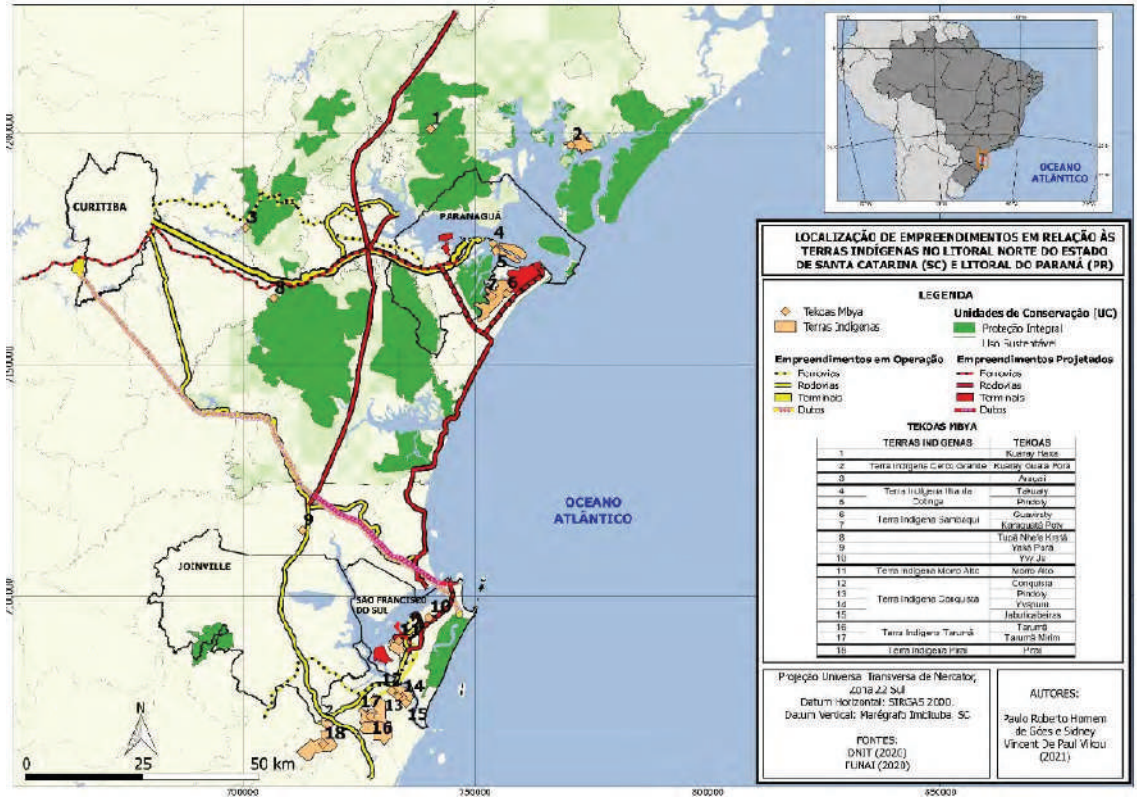
A história da Baía de Paranaguá (PR) se confunde com a criação de portos e com a presença dos Guarani Mbya. Segundo o Dr. Ricardo Cid Fernandes, a partir dos anos 2000, a política de proteção e salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial entrou em cena nos processos de licenciamento portuário no Paraná. De acordo com Ricardo, as reflexões estão ancoradas na construção do Relatório de Avaliação de Impactos aos Bens Registrados na região de Paranaguá (2016), solicitado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tendo em vista a expansão da atividade portuária.

A pesquisa abrange o território de Paranaguá, mas está conectada com Curitiba e com

[2] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zIO7pEXJbUM. Acesso em: 29 de set. 2021.

a região de São Francisco do Sul (SC), onde, também, ocorre atividade portuária. O Relatório busca evidenciar a presença de áreas de conservação e de terras indígenas, bem como o potencial conflituoso pela proximidade dos portos, como observado no mapa.

Figura 1: Localização de empreendimentos em relação às Terras Indígenas no litoral norte de SC e litoral do PR.



Fonte: Fernandes & Góes (2021)

De acordo com o antropólogo, um dos desafios da pesquisa foi a tradução e a construção do conceito de bem cultural Imaterial com as populações Guarani, tendo como objetivo a proteção dos saberes indígenas frente ao avanço dos portos e a ampliação de suas atividades. Nesse sentido, a documentação, o registro e a salvaguarda levam em conta o reconhecimento da *Tava*, Lugar de Referência para o Povo Guarani, registrada pelo IPHAN enquanto Patrimônio Cultural Imaterial, e da Língua Guarani Mbya, titulada enquanto Referência Cultural brasileira, em 2014. Além disso, buscou produzir conhecimento sobre outros bens culturais em processos de registro, como, por exemplo, a Opy, a Casa de Rezas; o Nhemongaraí, o ritual de batismo; o Xondaro, a dança e prática corporal; e o Yvyrupa, a concepção Guarani sobre a territorialidade livre.

Ricardo aponta que, por um lado, temos os Guarani, etnia com apenas um território demarcado no litoral do Paraná. Por outro lado, temos grandes empreendimentos transnacionais articulados politicamente e tecnicamente avançando sobre o território. Outros desafios se deram em torno do entendimento da "imaterialidade" do Patrimônio Cultural brasileiro. "*Como assim a língua Guarani é um Patrimônio Imaterial brasileiro? Como proteger a Língua Guarani? Como proteger a imaterialidade frente à transformação num ambiente de conflito?*" Ricardo comenta que muitos Guarani questionavam a valorização da Língua, apontando a importância de trabalhá-la nas escolas dos "*juruá*" (não indígenas) e no dia a dia, não apenas nos livros, uma vez que muitos moradores da região desconhecem a

existência de indígenas em Paranaguá. "*A gente sai da aldeia e não vê mais a nossa língua.*"

O antropólogo ressalta que há uma dedicação do IPHAN em acompanhar o licenciamento, bem como há um interesse em criar contextos nos quais o tema da cultura indígena Guarani circule e ocupe outros lugares. Contudo, há dificuldades e a necessidade de maior aproximação entre os vários atores envolvidos. Assim, ressalta a resistência indígena e a permanência nas terras ocupadas.

As árvores, enquanto Patrimônio, podem ser detentoras de valor cultural, ao mesmo tempo em que são símbolos de resistência, ao escaparem de cortes e de mutilações. Este é o tema da convidada Dra. Cornelia Eckert, que apresentou os resultados do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (Biev)[3], com coleção etnográfica de imagens digitalizadas. O acervo forma uma grande constelação, com suas áreas semânticas, entre as quais a Memória Ambiental, fundamental em seus estudos. Cornelia pesquisa sobre o tempo narrado e a poetização dessas experiências temporais, com os habitantes de Porto Alegre e suas experiências com relação ao ambiente.

A imagem da árvore, num estruturalismo imaginário, está em um regime noturno, segundo Gilbert Durand (1989), e revela uma estrutura sintética e dialética, bastante ambígua. Para Gaston Bachelard (2001), a árvore implica em mostrar o ciclo da vida e a formação do mundo. É a imagem primeira, que produz todas as outras, tal o potencial das múltiplas epifanias, pois ela contamina toda a meditação sobre a duração e testemunha a passagem do tempo, do nascer ao morrer. As árvores estão vinculadas às águas fertilizantes e preponderam a verticalidade, que simboliza a vida. Mas, nessa tendência de sublimar-se, ao verticalizar a sua mensagem simbólica, a imagem da rítmica cíclica é facilmente confundida com a fantasia progressista. Em termos bachelardianos, essa verticalidade, de uma árvore cósmica, humaniza-se e torna-se o símbolo do microcosmo vertical, que é o próprio humano.

Essa é a perspectiva que representa toda a modernidade, que é a verticalidade: o desenvolvimentismo, o progressismo, que nega a reciprocidade cíclica, a contradição, a inversão, sendo uma representação, sem paradoxos, do mundo ocidental. Segundo Cornelia, é necessário refletir a respeito dos ciclos econômicos, extrativistas, e que se desenvolvem até os dias atuais com o arrasamento das nossas florestas, bem como os processos históricos de construção do conhecimento científico em relação à natureza.

De acordo com Cornelia, nos momentos fundacionais de Porto Alegre, há referências em documentos aos arbustos e aos arvoredos. Contudo, é no século 19 que observa-se a presença de algumas árvores exóticas e nativas, nas ruelas e ruas importantes, como, por exemplo, a rua Senhor dos Passos, ou nos riachos, onde empregadas, especialmente, negras, lavavam roupas.

Para a antropóloga, antes do Código Ambiental do Brasil, de 1984, já existiam várias referências sobre a proteção de árvores porto-alegrenses, como o caso da tipuana (*Tipuana tipu*) da Avenida Siqueira Campos, tombada enquanto Patrimônio Ambiental do município, na década de 1970, após longas tentativas por parte do poder público de derrubá-las. No Novo Código Florestal inclui-se uma proteção às árvores, seja por sua estética, seja por seu valor histórico.

É importante refletir sobre as políticas que levam a um processo paisagístico em Porto

[3] Disponível em: https://www.ufrgs.br/biev/. Acesso em: 10 de ago. 2021.

Alegre e os processos históricos de transformação das relações com o ambiente. Conforme Cornelia, o Parque Farroupilha era, antigamente, um curral de gado, e recebeu a primeira importância, em 1901, com a Mostra Estadual, nos moldes da exposição parisiense. A primeira melhoria ocorreu em 1927, com o ajardinamento, sobre a denominação de Parque Paulo Gama, um roseiral, ainda sob os auspícios de Otávio Rocha. Já na gestão de Alberto Bins, em 1928, houve a contratação do urbanista francês Alfred Agache, com o plantio de árvores exóticas, criação do lago e de eixos de passeio, pois o Parque tornou-se um importante local de sociabilidade da população. Entre 1935 e 1936 houve uma exposição comemorativa do centenário da Revolução Farroupilha, inaugurada por Getúlio Vargas. Na ocasião, o local recebeu a razão social de Parque Farroupilha. Sua jardinagem, desde então, é constante. Em 1997 foi registrado pela prefeitura como espaço público, destinado ao lazer, às feiras livres, à feira ecológica e ao Brick da Redenção.

De acordo com Cornelia, a luta ambiental de Porto Alegre é pioneira, sobretudo em relação à restrição ao uso de agrotóxicos e à preservação das árvores da cidade. Por fim, a professora ressalta a necessidade de plantar, regar, cuidar e preservar as árvores, para que nenhuma geração futura careça de perder esse patrimônio ambiental, de forma que possam aprender a conviver com a beleza de sua estética, apreciar seus frutos e sua sombra.

Muitos são os desafios frente a desestabilização do ecossistema brasileiro ocorrido, principalmente, nas últimas gestões do Governo Federal e do projeto de desmonte dos mecanismos de proteção ambiental. Um bom estudo antropológico, muitas vezes, pode não resolver o problema, mas coloca questões que terão de ser tratadas em algum momento.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. (2001). **O ar e os sonhos**. Ensaio sobre a imaginação do movimento. São Paulo: Martins Fontes.

CONTEXTO BR. (2016). **Relatório de Avaliação de Impactos aos Bens Registrados**. Ampliação do Terminal de Contêineres de Paranaguá - PR. Paranaguá: TCP.

DURAND, Gilbert. (1989). **As estruturas antropológicas do imaginário**. Lisboa: Presença.

ECKERT, Cornelia. (2021). O tempo e as árvores, etnografia em Athens (EUA) e Porto Alegre (Brasil). In: ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. (Orgs.). **Tempo e memória ambiental**: etnografia da duração das paisagens citadinas. Brasília: Aba Publicações, p. 367-413.

FERRY, Luc. (2009). **A nova ordem ecológica**: a árvore, o animal e o homem. São Paulo: Bertrand Brasil.

JERIVÁ SOCIOAMBIENTAL. (2016). **Estudo do Componente Indígena**. Terras Indígenas Ilha da Cotinga e Sambaqui - Mbya Guarani. Guaratuba: Jerivá Socioambiental.

KOHN, Eduardo. (2015). Anthropology of Ontologies. **Annual Review of Anthropology**, n. 44, p. 311-327.

RIETH, Flávia et al. (2013). **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Lida Campeira na Região de Bagé/RS. V. 2. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna.

RODRIGUES, Vagner Barreto; LIMA, Daniel Vaz; RIETH, Flávia. (2020). "*O Rio é como o sangue da gente*". Mineração e ambiente nos campos do Alto Camaquã. **Tekoporá**, v. 2, n. 2, p. 27-40.

THOMAS, Keith. (2010). **O homem no mundo natural**. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Cia das Letras.

BENITES, Diego; XUNÚ, Vherá; RODRIGUES, Vagner Barreto. Mesa 14: Pesquisa etnográfica e conflitos ambientais. Diálogo com interlocutores. In: **Anais do 5º Cidades em Transe**: Patrimônios, Conflitos e Contranarrativas urbanas (online), Pelotas, 2021. [*No prelo*]

MESA 14: PESQUISA ETNOGRÁFICA E CONFLITOS AMBIENTAIS

DIÁLOGOS COM INTERLOCUTORES

Diego Benites (Karai Popygua)*
diegobnt10@gmail.com
*Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
Vherá Xunú**
vheraxunuu@gmail.com
**Mídia Indígena, Brasil
Vagner Barreto Rodrigues***
vgnrbrrt@gmail.com
***Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil

1 INTRODUÇÃO

A Antropologia tem, cada vez mais, se deparado com a problemática dos conflitos ambientais nos contextos etnográficos sobre os quais se debruça, seja no campo ou seja na cidade. Projetos de mineração, instalação de termelétricas, desmatamento, especulação imobiliária, entre outras questões, passaram a fazer parte dos debates da área, para além das comunidades afetadas, a partir do reconhecimento dos impactos coletivos que tais iniciativas podem ocasionar.

A intensificação dos conflitos refletiu na criação de comitês, em eventos e em pesquisas com populações tradicionais, povos originários e comunidades periféricas, alvos principais de políticas que objetivam "passar a boiada". Isso ocorre ao mesmo tempo em que o campo antropológico é permeado por uma "virada", que busca compreender as relações para além do humano, ao integrar humanos, outros animais, coisas e ambiente em uma Antropologia da/na vida.

Algumas dessas interpretações partem do Patrimônio Cultural, que, nos últimos anos, incluiu novas abordagens, para além das percepções históricas e artísticas. Esse movimento deu protagonismo aos grupos que foram colocados em segundo plano ou invisibilizados ao longo da construção nacional, o que e gerou consequências nos processos de licenciamentos e nos projetos de impacto ambiental.

A partir dessa conjuntura, o Grupo de Pesquisas Etnográficas Urbanas (GEEUR) propôs duas mesas no evento *Cidades em Transe: Patrimônios, Conflitos e Contranarrativas urbanas*, a partir das pesquisas realizadas no Inventário Nacional de Referências Culturais da Lida Campeira (INRC Lida Campeira), com coordenação da professora Dra. Flávia Rieth (RIETH et al, 2013). As mesas buscaram se debruçar sobre a pesquisa antropológica em campos atravessados por conflitos ambientais, tendo como foco o Patrimônio Cultural e as relações com as comunidades, a partir de diferentes contextos etnográficos.

Para refletir sobre o tema, a *Mesa 14 - Pesquisa Etnográfica e Conflitos Socioambientais: Diálogos com Interlocutores* contou com a participação de intelectuais Mbya Guarani, que, por meio da produção de conhecimento, da pesquisa científica e da realização artística, têm oferecido olhares que contribuem com esses debates.

2 METODOLOGIA

A Mesa 14 foi composta por Diego Benites (Karai Popygua), estudante na Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Diego é indígena Mbya Guarani, da Terra Indígena Jata'Ity (Cantagalo), em Viamão, e contribui com debates sobre Memória e Patrimônio com a Secretaria do Estado da Cultura (SEDAC). Contou, também, com a participação de Vherá Xunú. Vherá é fotógrafo e realizador audiovisual, indígena Mbya Guarani, da Terra Indígena Pindó Mirim (Itapuã), em Viamão, e contribui com o coletivo Mídia Guarani Mbya. E teve, ainda, a participação de Vagner Barreto, doutorando em Antropologia e Arqueologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Vagner é pesquisador no INRC Lida Campeira e desenvolve pesquisas sobre Patrimônio Cultural no Rio Grande do Sul.

A mediação da mesa foi realizada por Andreia Sá Brito. Andreia é Agrônoma e pesquisadora no INRC Lida Campeira. Mestra e doutoranda em Extensão Rural, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atua como professora na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). A apresentação foi realizada pela professora Dra. Flávia Rieth, docente no Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e coordenadora do INRC Lida Campeira.

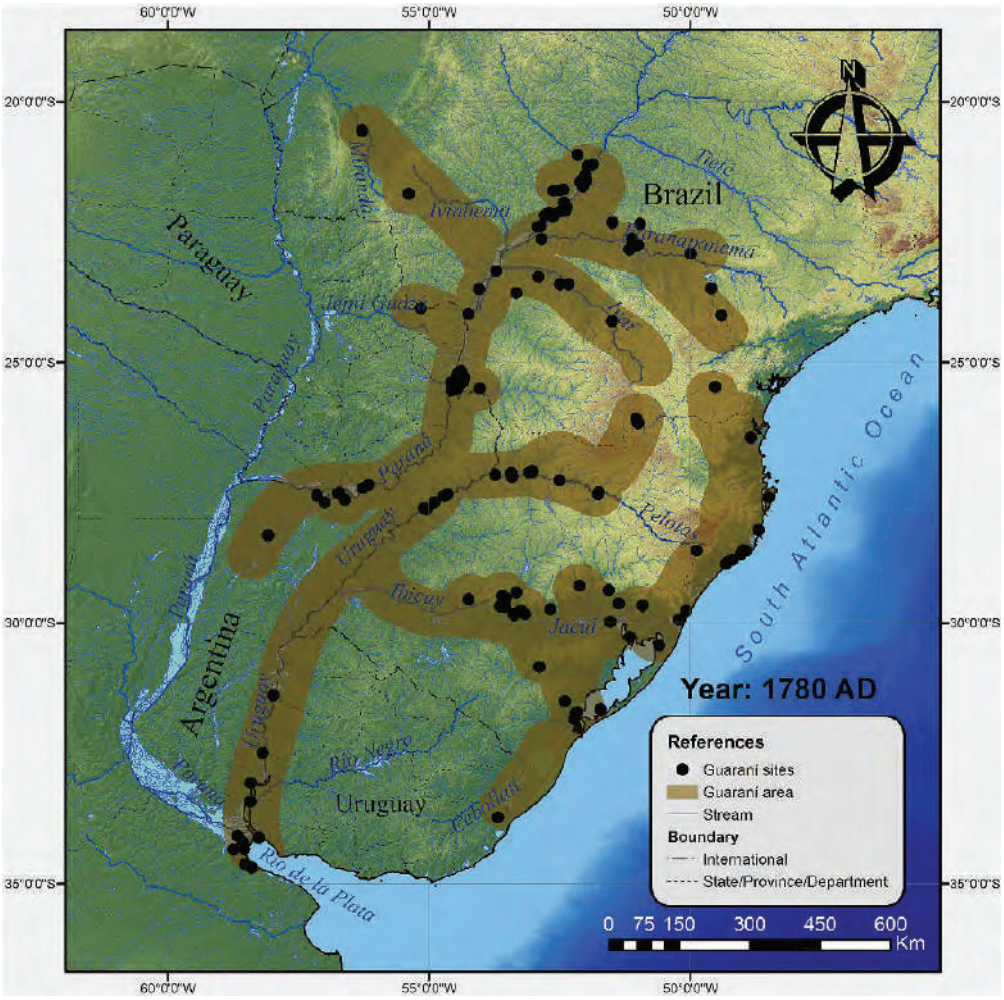
Os participantes tiveram entre 20 e 30 minutos de fala. Após as falas, foram realizados questionamentos e comentários feitos pelo público aos participantes. A mesa foi gravada e encontra-se disponível no canal do *YouTube* do evento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presença indígena Guarani está registrada num amplo território, entre as bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai e a costa atlântica, desde a Barra da Cananéia até a Laguna dos Patos. Figura, também, em toponímias de referências geográficas, localidades e bacias hidrográficas – como, por exemplo, a Bacia Hidrográfica do Rio Jacuí (do Tupi-Guarani "yacu" – ave que habita matas ribeirinhas e se alimenta de frutos e grãos + "y" – rio). No começo do século 17, os Jesuítas receberam autorização do rei da Espanha para a evangelização dos Guarani, por meio da "redução" dos indígenas. A economia das Missões pautava-se pelo cultivo da erva-mate e do algodão, bem como do manejo de rebanhos bovinos, ovinos e equinos, numa e noutra banda do rio Uruguai. A expulsão dos Jesuítas e o consequente colapso missioneiro, no século 18, fez com que os Guarani lançassem mão de diferentes estratégias de manutenção, como fugir para áreas de mata e lugares pouco povoados, formar novos acampamentos, buscar abrigo nas vilas portuguesas e espanholas, ou mesmo continuar nas proximidades das ruínas das Missões (WILDE, 2009; GARLET e ASSIS, 2009; BAPTISTA, 2015).

De acordo com os historiadores Max Ribeiro e Luís Augusto Farinatti (2017), a presença Guarani é frequente na documentação das Capelas onde estavam assentados os Sete Povos durante as décadas finais do século 18 e início do século 19, especialmente na região dos vales do rio Jacuí e do rio Camaquã. Nas narrativas de naturalistas, é comum o convívio com indígenas nas vilas e povoados. Da mesma forma, os relatos são permeados por registros de indígenas no interior da mata, que entravam em contato com os colonos, conforme o avanço na busca por gado, erva-mate, madeira e minério.

Figura 1: Modelo arqueológico da ocupação Guarani, entre 300 e 1780 DC



Fonte: Bonomo et al (2015).

Apenas em 2004, contudo, o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) deu início às reflexões sobre os bens culturais das populações indígenas no Rio Grande do Sul, num momento em que os Guarani eram considerados praticamente inexistentes no estado, com poucas áreas demarcadas e vivendo em acampamentos nas margens de estradas. Nesse panorama, os debates sobre as políticas públicas de Patrimônio são um ponto de inflexão significativo, a partir da iniciativa histórica de ampliar a interlocução com populações tradicionais e indígenas, por meio de suas referências culturais.

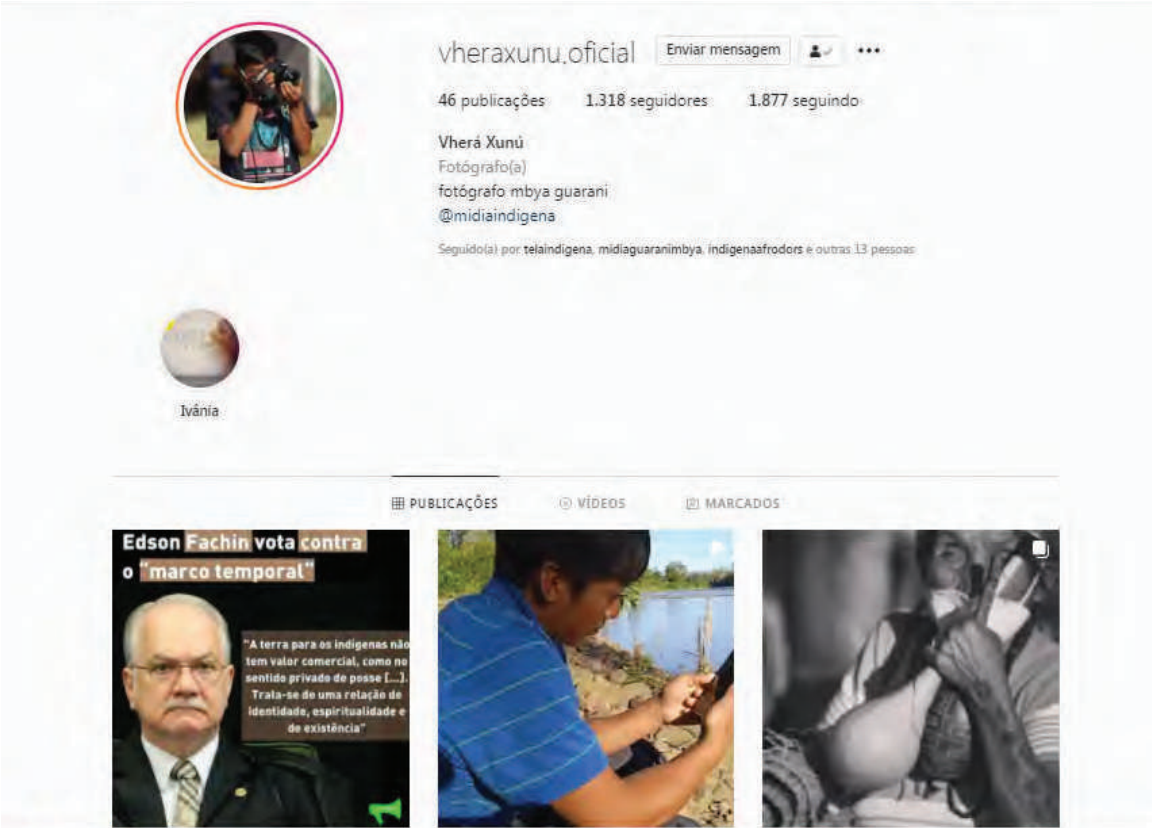
O campo do Patrimônio Cultural Imaterial, institucionalizado oficialmente em 2000, via Decreto nº 3.551, criou as condições para o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o Patrimônio Cultural brasileiro, o que trouxe consequências para a realização dos licenciamentos ambientais (LIMA, 2017). Nesse sentido, a proposta da Mesa 14 acompanha o reconhecimento pelo Estado da Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani, enquanto Patrimônio Cultural Imaterial, e da Língua Guarani Mbya, enquanto Referência Cultural brasileira, em 2014. Tal reconhecimento deu-se por meio de Inventários culturais com a participação Mbya, realizados pelo Iphan (IPHAN, 2014).

Para Vagner Barreto, a presença dos Guarani é amplamente reconhecida na região platina e no que se entende, atualmente, como Rio Grande do Sul, seja em fontes arqueológicas, seja em fontes históricas ou seja em fontes etnográficas. Como apontam as pesquisas, a presença da etnia está difundida, especialmente, nas bacias hidrográficas, nos vales e nos arroios desse território. Porém, em alguns contextos de impacto ambiental, ainda ocorrem tentativas de invisibilizar os Guarani, como no projeto de licenciamento da Mina Guaíba, que busca a exploração de carvão mineral entre Charqueadas e Eldorado do Sul, na Região Carbonífera.

Segundo Vagner, nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) realizados para a empresa brasileira Copelmi, em parceria com a estadunidense Air Products and Chemicals e a chinesa Zhejiang Provincial Energy Group Company, os Mbya são retratados enquanto um acampamento, "supostamente indígena", a partir de "relatos" coletados do poder público de Charqueadas. Tal concepção, que busca deslegitimar os Guarani, confronta-se com as prerrogativas constitucionais que reconhecem como originário o direito dos povos indígenas aos territórios, de acordo com tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, o EIA ignora estudos que registram a presença Guarani nas bacias hidrográficas da região, como, por exemplo, Bonomo et al (2015), entre outros.

De acordo com Vherá Xunú, o ambiente faz parte do dia a dia das comunidades Guarani, "como os *juruá* [não-indígenas] mesmo falam: a gente respira pelas árvores, pela água, rios, matas, mas eles mesmo estão destruindo." Para Vherá, "na verdade é a vida de todos nós, indígena, não-indígena, todo mundo, mas o pensamento do *juruá* é só dinheiro. Hoje em dia, eu acompanhei em várias aldeias, às vezes, vivem na beira da estrada, onde tem poucas árvores e água, por causa das plantações de arroz, de soja."

Figura 2: Página de Vherá Xunú no *Instagram*



Fonte*: Print Screen* do *Instagram.*

Segundo Vherá, os estudantes não-indígenas fazem contribuições importantes, que se contrapõem à visão dos governantes, que, muitas vezes, "só pensam em dinheiro". Conforme o artista visual, "atualmente, eu estou trabalhando com fotografia, e, através da minha câmera, eu queria trazer a importância dos povos indígenas, dos meus parentes. Minha fala é um desabafo mesmo. E espero que vocês entendam."

Para Diego Benites, o conflito ambiental ocorre a partir da "chegada dos colonizadores". "Quando a gente fala do conflito socioambiental, na nossa visão, estamos falando do conflito no nosso *Yvyrupa*. O *Yvyrupa* pra nós é o território tradicional sem fronteiras. Então, quando a gente fala dos conflitos socioambientais, não estamos falando somente dos conflitos que acontecem no estado, por isso a gente chama de *Yvyrupa*."

"Hoje, a gente enfrenta vários conflitos quando a gente fala da preservação do meio ambiente", destaca Diego, como, por exemplo, "o desmatamento". Para o historiador em formação, "nós Guarani, hoje, a gente tem essa visão de preservar, porque a gente entende da vida da natureza." Então, "a gente tem essa relação forte, essa conexão forte com a natureza, com o planeta Terra, que a gente chama de Mãe Terra."

Conforme Diego, "como os nossos velhos dizem, nossos líderes espirituais dizem, para nós, na vida, na cultura, na visão, no saber, do *Arandu* do povo Guarani, todas as coisas que foram feitas pelo *Nhanderú Tenonde*, que é o nosso Pai supremo, na nossa visão, a árvore ela possui um espírito sagrado, a água possui um espírito, a pedra tem um espírito. Pra Ciência, a pedra não é viva, mas para nós, ela tem um espírito." Assim, "a nossa conexão com a terra vai muito além de preservar o meio ambiente. Para nós, preservar o meio ambiente é

preservar à vida; é preservar e respeitar o espírito. Essa é a nossa visão. Por isso, hoje a gente luta muito em defesa do nosso território.”

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Jean. (2015). *Dossiê Missões. As Ruínas*. Brasília: IBRAM.

BONOMO, Mariano et al. (2015). A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. *Quaternary International*, 356, 54-73.

EIA MINA GUAÍBA. (2018). *Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente*: Mina Guaíba. Porto Alegre: Copelmi.

GARLET, Ivori; ASSIS, Valéria de. (2009). Desterritorialização e reterritorialização: a compreensão do território e da mobilidade Mbyá-Guarani através das fontes históricas. *Fronteiras*, 11 (19), 15-46.

IPHAN. (2014). *Dossiê da* Tava*, Lugar de Referência para o Povo Guarani*. Brasília: Iphan.

LIMA, Tania Andrade. (2017). O licenciamento ambiental no Iphan: o socioambiente em questão. *Revista do Patrimônio*, 34, 285-320.

RIBEIRO, Max Roberto; FARINATTI, Luís Augusto. (2017). Fronteira e processo de territorialidade: os Guarani entre a colonização e o Estado Nacional (Séc. XVIII-XIX). In: VARGAS, Jonas. *Belicosas fronteiras*. 109-128. Porto Alegre: Editor Fi.

RIETH, Flávia et al. (2013) *Inventário Nacional de Referências Culturais*: Lida Campeira na Região de Bagé/RS. V. 2. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna.

WILDE, Guillermo. (2009). *Religión y poder en las Misiones de Guaraníes*. Buenos Aires: Editorial Sb.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
ARCHE - REVISTA DISCENTE DE ARQUEOLOGIA

ANAIS

Cidades em Transe
e a Pluralidade do Morar



Organizadoras:
Louise Prado Alfonso
Gabriela Pecantet Siqueira
Newan Acacio Oliveira de Souza
Martha Rodrigues Ferreira
Rafaela Garcia Gimenes

ARCHE
RIO GRANDE, RS
2021

ISBN: 978-65-00-23754-2

ISBN: 978-65-00-23754-2

ANAIS CIDADES EM TRANSE E A PLURALIDADE DO MORAR

ORGANIZAÇÃO

Louise Prado Alfonso
Gabriela Pecantet Siqueira
Newan Acacio Oliveira de Souza
Martha Rodrigues Ferreira
Rafaela Garcia Gimenes

ARCHE
RIO GRANDE, RS
2021

ISBN: 978-65-00-23754-2

© Autores, 2021.

Comissão organizadora do Cidades em Transe e a Pluralidade do Morar:

Adara Guimarães de Souza
Adriel Costa da Silva
Alice da Conceição Teixeira
Ana Paula Melo da Silva
Antônio Tiago de Matos Quiumento
Felipe Aurélio Euzébio
Franciele Fraga Pereira
Gabriela Pecantet Siqueira
Ingrid Adrielle de Souza Freitas Santana
Larissa Osterberg da Cruz
Louise Prado Alfonso
Marcela dos Santos Dode
Marceli Teixeira dos Santos
Marcieli Antunes Caetano
Martha Rodrigues Ferreira
Melina Monks da Silveira
Newan Acacio Oliveira de Souza
Pedro de Moura Alves
Rafaela Garcia Gimenes
Kallel Queiroz de Araújo
Vanessa Avila Costa
Wagner Ferreira Previtali
Yasmin Acosta da Silva

Comissão Científica:

Aline Montagna da Silveira
Ana Lúcia Oliveira
Ana Paula Melo da Silva
Antonio Tiago de Matos Quiumento
Beatriz Valladão Thiesen
Felipe Aurélio Euzébio
Flávia Rieth
Franciele Fraga Pereira
Gabriela Pecantet Siqueira
Guilherme Galdo Ruchaud
Ingrid Adrielle de Souza Freitas Santana
Joanna Munhoz Sevaio
Louise Prado Alfonso
Márcia Lika Hattori
Maritza Dode
Newan Acacio Oliveira de Souza

ISBN: 978-65-00-23754-2

Re Duarte
Renata Ávila Troca
Sidney Gonçalves Vieira
Tereza Cristina Barbosa Duarte

Capa: Gabriela Pecantet Siqueira.

Diagramação e editoração: Gabriela Pecantet Siqueira e Newan Acacio Oliveira de Souza.

Organização: Louise Prado Alfonso, Gabriela Pecantet Siqueira, Newan Acacio Oliveira de Souza, Martha Rodrigues Ferreira e Rafaela Garcia Gimenes.

Os trabalhos que compõem a presente obra são de inteira responsabilidade de seus/suas respectivos/as autores/as. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica

A669 Arche: Revista Discente de Arqueologia / Diretório Acadêmico de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande. – Número Especial. – Rio Grande, RS: FURG, 2021.
Anais Cidades em transe: e a pluralidade do morar [Recurso Eletrônico] / Organizadores Louise Prado Alfonso ... [et al.]. – Rio Grande, RS: FURG, 2021.
179 p. : il.

Semestral.
v. 1 n. 1 (jul. – dez. 2020).
Evento virtual realizado de 21 a 25 de setembro de 2020.
Colaboração: GEEUR - Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos da UFPEL.
Outros organizadores: Gabriela Pecantet Siqueira, Newan Acacio Oliveira de Souza, Martha Rodrigues Ferreira, Rafaela Garcia Gimenes.
Disponível em: https://arche.furg.br/
ISSN: 2675-8148
ISBN: 9786500237542 (anais)

1. Ciências Sociais 2. Antropologia 3. Arqueologia 4. Habitação 5. Moradia I. Alfonso, Louise Prado (Org.) II. Título.

CDU 902:3

Catalogação na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

ISBN: 978-65-00-23754-2

MESA 2

PODCAST CIDADE-MATO E OS MOVIMENTOS DA VIDA

Mateus Fernandes da Silva*, Leonardo Sapucaia**, Daniel Vaz Lima***, Juliana Nunes****, Vagner Barreto Rodrigues*****, Miriel Bilhalva Herrmann****** & Flavia Maria Silva Rieth*******

*mateusfernandsdasilva@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
**leof.sapucaia@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
***dvlima.vaz@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
****rodaviva.nunes@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
*****vgnrbrrt@gmail.com
Universidade Federal do Paraná, Brasil
******miribilha@yahoo.com.br
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
*******riethuf@uol.com.br
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

1. INTRODUÇÃO

"Cidade-mato e os movimentos da vida" (SILVA; NEGRÃO, 2020) foi uma mesa em formato de *podcast* produzida pela equipe do Projeto de Pesquisa "Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã" para a 4° edição do evento Cidades em Transe. O evento é promovido pelo Projeto de Pesquisa "Margens: Grupos em Processos de Exclusão e Suas Formas de Habitar Pelotas", ambos realizados pelo Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR-UFPel), vinculado ao curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. O *podcast* teve sua estreia em 22 de setembro de 2020, no canal do evento no *Youtube*[5].

A proposta da mesa foi gerar reflexões sobre a cidade, a partir de uma abordagem de diferentes relações que se constituem na confluência entre terra, pedra, bichos, pessoas e o fazer-morada. Para tanto, contamos com a presença de cinco convidados/as, com suas vivências e pesquisas relacionadas ao tema, nos evidenciando uma Pampa pluriversa, com caminhos, seres e moradias diversos que compõem os campos, as águas, as ruas e as diferentes paisagens de nossa morada, a querida Pampa.

2. METODOLOGIA

De acordo com a temática proposta pelo evento e a partir de discussões do Projeto de Pesquisa sobre as Lidas Campeiras nos Campos Dobrados do Alto Camaquã (INRC Lida Campeira), os colaboradores decidiram por fazer um *podcast*, com, aproximadamente, 52 minutos de duração. Os áudios são compostos por dados das pesquisas etnográficas, entrevistas com convidados e gravações enviadas pelos interlocutores - devido à excepcionalidade do

[5] Disponível em: https://youtu.be/B2rxE816UaQ. Acesso em: 08 dez. 2020.

ISBN: 978-65-00-23754-2

período de pandemia de Covid19. Foram selecionadas, ainda, músicas que dialogam com as discussões de cada ato gravado. Até a finalização deste trabalho a mesa teve cerca de 270 visualizações.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A antropóloga Beatriz Herédia, na obra *A morada da vida* (1979), apresenta a etnografia dos modos de viver camponeses na zona da mata pernambucana. Conforme a autora, os camponeses consideram a terra como a "morada da vida", sendo dela que nascem as vidas, que alimentam e trazem vitalidade a seus corpos. As existências camponesas se constituem em relacionalidades com a terra, em forma de cuidados e outras reciprocidades. A comida "quente" que vem da terra forte e do trabalho da família é diferente da comida fria, a "bóia-fria" (DAWSEY, 2013), fruto de relações de alienação e expropriação da terra pelas "*plantations*". "*Não pode haver fortuna sem haver terra*", narra um interlocutor da pesquisadora.

Seguindo a concepção de Herédia, podemos nos questionar: quais riquezas são enterradas na construção de uma selva de pedras? Como é projetada a cidade moderna? Quantos caminhos de vidas são inundados na construção de barragens e de hidrelétricas para alimentar as cidades? O que deixa de nascer quando impermeabilizamos e concretamos os solos urbanos? Mas será que o concreto consegue, realmente, controlar essas vidas? Conforme Tim Ingold (2012, p. 37), a cidade - e suas materialidades - deve ser vista como inserida em processos criativos de improvisação e dos movimentos da vida. Para o autor, "mesmo o mais resistente dos materiais não pode resistir para sempre aos efeitos da erosão e do desgaste".

A superfície asfaltada, segue Ingold, "atacada por raízes por baixo e pela ação do vento, chuva e geadas por cima, eventualmente racha e se despedaça, permitindo as plantas crescerem através dela". Portanto, "onde quer que olhemos, os materiais ativos da vida estão vencendo a mão morta da materialidade que tenta tolhê-los". Neste sentido, propomos o termo "cidade-mato" (LIMA, 2020), com referência ao termo "cidade-floresta" de Agenor Pacheco (2013), que pesquisou os movimentos dos trabalhadores de carro-de-mão de Melgaço, situada no Arquipélago de Marajó em seus fluxos cidade-floresta-rural.

Conforme Pacheco (2013), o termo "cidade-floresta", busca dar conta de outra lógica de cidade, "onde antigos caminhos de roças cedem lugar à construção de ruas de chão batido, depois asfaltadas, assim como a permanência de práticas de viveres ribeirinhos nesses novos espaços de moradia." O autor mostra que a atual cidade foi construída em cima de roças e de caminhos que se prolongam para além das fronteiras urbanas, para as roças e casas de farinhas nos espaços rurais. Em tais caminhos circulam pessoas, plantas, animais e coisas, como os carros-de-mão.

Podemos considerar o termo cidade-mato como parte da daquilo que faz "sentipensar" (ESCOBAR, 2014) com a existência de outras cidades e de outras formas de perceber e viver a urbe, pelas experiências de quem a habita, sejam elas pessoas, bichos, plantas e, também, os materiais e materialidades, bem como suas relacionalidades. Consiste em olhar a existência de uma diversidade de vidas que ocupam as beiras das calçadas, várzeas, vazios urbanos, terrenos baldios e, ainda, olhar para as raízes por baixo do asfalto. Valdely Kinupp (2007) levantou cerca de 1500 espécies de plantas habitando a Região Metropolitana de Porto Alegre. Desse montante, 312 tinham potencial alimentício além de serem altamente nutritivas. Assim, a partir destas referências, procuramos refletir sobre o quanto os "inços", as ervas-daninhas, as "sujeiras" e os "matagais", enquanto metáforas das vidas que habitam esses espaços marginais,

ISBN: 978-65-00-23754-2

possam alimentar uma cidade plural e nutrí-la de vidas e de histórias.

Em Pelotas, caminhos indígenas, banhados, várzeas e matos, vêm, aos poucos, se tornando construções de concreto. Seu projeto de distanciamento da ruralidade, em vistas a uma cidade que se quer moderna, vem tornando impossível a existência de bichos e plantas - e até de pessoas - pelas ruas, numa suposta perspectiva de dominação da natureza e controle dos citadinos humanos e não-humanos. Os caminhos que hoje cruzam carros e bicicletas, foram outrora sovados pelos cascos de bois e cavalos que margeavam a cidade em direção às charqueadas e, posteriormente, aos frigoríficos, localizados nas barrancas do Canal São Gonçalo.

O pesquisador Daniel Lima, traz a experiência de seguir esses antigos caminhos a partir das narrativas de Camilo Pereira, campeiro e artista plástico, que, durante infância e juventude, morava com os pais na Rua Cidade de Rio Grande, atualmente região da Balsa, por onde as tropas de gado bovino passavam em direção ao Frigorífico Anglo, destino final da criação de gado nos campos pampeanos. Camilo fala que, até alguns anos atrás, a região do Navegantes era tudo mato, tendo uma casa que outra. Ele viveu a vida inteira ali. O andar lento das tropas, cansadas da longa jornada, o grito dos tropeiros, o latido dos cães, gerava encantos à infância vivida naqueles campos, sendo aspectos fundantes da sua sensibilidade criativa.

O artesão possui uma chácara no Passo dos Negros, onde cria cavalos, sendo, como ele disse, em uma conversa, uma forma de fugir do forno da cidade. Pelas experiências nos manejos pecuários que o artesão dá forma e vida às esculturas: "*A minha experiência é no campo.* "*É do campo que eu tiro todos os movimentos dos animais (...), que retrato nas minhas esculturas*".

Dando continuidade às discussões entre rural e urbano, campo e cidade, mas tendo em mente que não há uma linha fixa, nem uma fronteira rigorosa, que delimita estes espaços, nosso próximo convidado foi o Professor Dr. Cristiano Silva da Rosa do curso de Medicina Veterinária da UFPel. Cristiano nos falou sobre o projeto do Ambulatório CEVAL, que a UFPel desenvolve há mais de 10 anos, com os animais de uma comunidade do município, região próxima ao Porto. Segundo ele, a maioria das pessoas trabalha com reciclagem e o objetivo do projeto é oferecer um serviço gratuito para pessoas em vulnerabilidade social, pois não há qualquer serviço público nesse sentido.

A partir de suas falas, pudemos perceber as relações de afeto que se estabelecem entre humanos e outros animais que coabitam esses espaços, bem como a forte relação do rural "dentro da cidade", com a presença de cavalos, porcos, galinhas, pôneis, ovelhas e coelhos, que acabam sendo levados para o atendimento e são acolhidos pelo projeto. A partir da narrativa de Cristiano, observamos o quanto as noções de cuidados e prevenção de doenças estão presentes nas formas de atuar da comunidade no que se refere aos habitantes animais bem como a preocupação em mantê-los saudáveis. nos ensinando outras maneiras de pensar que a vida comunitária está para além da convivência entre as pessoas.

Nosso próximo ato foi composto pelas narrativas de Juliana Nunes, mestranda em Antropologia na UFPel, a partir de sua pesquisa "A cidade feito um rio: Jaguarão nos limites do impossível", inspirada no escritor e professor Aldyr Garcia Schlee, onde busca pensar as relações da cidade com as águas, especificamente, o Rio Jaguarão. Seus interlocutores - pescadores e pescadoras, mas, também, areeiros - nos fazem pensar nas particularidades de uma pampa que é feita e praticada dentro das águas, nos campos banhados, nos caminhos aquáticos, na pesca, no manejo dos rebanhos e nos barcos-casas, relacionados a esse modus vivendi aquático, que nos mostra uma Pampa pluriversa, com múltiplos modos de ocupar.

ISBN: 978-65-00-23754-2

Juliana mostra uma cidade que é também vivida a partir das águas, no barco que é a extensão da casa da vila, na terra, em que a família se envolve no trabalho e contrata serviços. O saber-fazer de "*recolher*" as redes é associado pela interlocutora, cujo nome também é Juliana, à prática de "*recorrer*" o campo, atividade realizada por campeiros/as nas estâncias pecuárias do entorno da cidade e das lagoas. "*Recolher*" pode ser associado com o "*catar*" (DAWSEY, 2006), prática realizada por carroceiros das periferias, que saem pelas ruas juntando tudo aquilo que a cidade jogou fora para vender nas reciclagens.

Amarrando as discussões ao final, nossa última convidada foi a antropóloga Patrícia Rosa que, por meio de seu trabalho etnográfico de conclusão de curso, pôde nos proporcionar reflexões sobre os animais não-humanos e o seu direito à rua, bem como sobre a liberdade dos animais viverem suas animalidades, além de guarda-compartilhada e afetos multiespécies. Na localidade em que realizou a pesquisa, na periferia de Pelotas, há uma rua central, asfaltada, onde circulam carros,

motos, charretes, bicicletas, pessoas e animais. Foi onde Patrícia viu, pela primeira vez, a cachorra Valdirene e seus filhotes. Acabou descobrindo quem era a dona e passou a cuidar junto dos animais, que passaram a acompanhá-la no trabalho e nas ruas do bairro.

Patrícia, citando Agier (2011), diz que os atores da margem, citadinos sem cidade, ocupam um lugar à parte, precário, mas exemplar nos movimentos que fazem a cidade, onde ela inclui também os animais. Nos bairros a noção de posse ou de guarda-responsável inclui outras formas de relação entre humanos e cães, além das previstas em lei. Contudo, o trabalho refere-se aos cachorros semi-domiciliados, não aos cachorros de rua que foram abandonados e passam dificuldades, nem aos cães comunitários, muitas vezes acolhidos pela comunidade após o abandono.

A "cidade-mato" remete a etnografia de Dawsey (2013), que refletiu sobre as vidas de camponeses no "buracão" do Jardim das Flores, na periferia de Piracicaba, interior de São Paulo, mostrando o quanto essas vidas, empurradas pelos ventos de uma "tempestade chamada progresso", buscavam manter os vínculos com a terra.

No cotidiano das pessoas as práticas, narrativas e estratégias de organização remetiam aos modos de viver na roça. Nesse sentido, partir das vozes que alimentaram este *podcast*, pudemos conhecer outras possibilidades nas práticas, narrativas e metáforas de viver a cidade, que em resiliência ao asfalto, aos prédios, aos condomínios e a cidade-mercado, procuram coexistir junto aos bois, cavalos, pássaros, cães, campos e matos, rios e histórias.

4. REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

DAWSEY, John. A grota dos novos anjos mineiros: imagens do campo na cidade. **Revista USP**, v. 69, p. 135-148, 2006.

DAWSEY, John. **De que riem os boias-frias?** Diários de Antropologia e Teatro. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

ESCOBAR, Arthuro. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ISBN: 978-65-00-23754-2

HERÉDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n.37, p. 25- 44, 2012.

KINUPP, Valdely Ferreira. **Plantas alimentícias não convencionais da Região Metropolitana de Porto Alegre, RS**. Tese (Doutorado em Fitotecnia) - Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LIMA, Daniel Vaz. **Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas**: uma etnografia a pé na pampa brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

PACHECO, Agenor Sarraf. Cartografia do trabalho na cidade-floresta. **Muiraquitã**, v. 2, n. 1, p. 12-46, 2013.

MESA 2 - Cidade-mato e os movimentos da vida. 2020. 1 vídeo (51 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=B2rxE816UaQ&t=3s. Acesso em: 21 out. 2020.

"O rio é como o sangue da gente": Mineração e ambiente nos campos do Alto Camaquã

"THE RIVER IS LIKE OUR BLOOD" MINING AND ENVIRONMENT IN THE FIELDS OF ALTO CAMAQUA

"EL RIO ES COMO LA SANGRE DE LA GENTE": MINERÍA Y MEDIO AMBIENTE EN LOS CAMPOS DEL ALTO CAMAQUÃ

Vagner Barreto Rodrigues*
Daniel Vaz Lima*
Flávia Maria Silva Rieth*[1]

vgnrbrrt@@gmail.com
Recibido: 26/2/2020 Aceptado: 18/7/2020

Resumo

Este ensaio reflete etnograficamente sobre a mobilização em defesa do Rio Camaquã, na Serra do Sudeste, na pampa brasileira, a partir das questões colocadas ao longo do Inventário Nacional de Referências Culturais Lida Campeira (INRC Lida Campeira) e de trabalho de campo na parte alta da bacia, nos "campos de pedra" ou "campos dobrados". A região do Alto Camaquã, alvo da mineração desde o século 18, apresenta um paradoxo: de um lado é onde a biodiversidade do bioma pampa encontra-se mais preservada, de outro, figura como a mais empobrecida do estado. Em 2014, as empresas transnacionais Nexa Resources (ex-Votorantim Metais) e Iamgold Corporation solicitaram a abertura de um projeto de mineração de chumbo e outros metais pesados no distrito de Minas do Camaquã, com previsão de utilização da água do rio. Nesse sentido, este texto acompanha a lida campeira e os modos de vida dos habitantes do Alto Camaquã, mas, também, a experiência histórica da mineração – e o terror decorrente dela.

Palavras-chave: mineração, rio Camaquã, Inventário Nacional de Referências Culturais, Lida campeira, Pampa

Abstract

This abstract ethnographically reflects about the movilization in defense of the Camaqua River, in the Serra do Sudeste, in the Brazilian pampa, based on questions raised along the Lida Campeira – National Inventory of Cultural References (INRC Lida Campeira) and the field work in the high part of the basin, in the "stone fields" or "campos dobrados". The Alto Camaqua region, a mining target since the 18th century, presents a paradox: on one hand it is where the biodiversity of the pampa biome is preserved the most, on the other hand, it is considered as the poorest part of the state. In 2014, the transnational companies Nexa Resources (ex-Votorantim Metais) and Iamgold Corporation requested the opening of a mining Project of lead and other heavy metals in the district of Minas of Camaqua, with the expectation of using water from the river. In this sense, this text follows the lida campeira and the lifestyle of the inhabitants of Alto Camaqua, but also the historical mining experience – and resulting terror of it.

Keywords: Mining, Camaqua river, National Inventory of Cultural References, Lida campeira, Pampa

[1] * Universidade Federal de Pelotas

© Barreto, Vaz, Silva (2020)
Este es un artículo de Acceso Abierto distribuido bajo licencia Creative Commons (CC BY NC 4.0)

Resumen

Este ensayo reflexiona etnográficamente sobre la movilización en defensa del Río Camaquã, en la Sierra del Sureste, pampa brasileña, a partir de las cuestiones planteadas a lo largo del Inventario Nacional de Referencias Culturales "Lida Campeira" (INRC Lida Campeira) y de lo trabajo de campo en la parte alta de la Cuenca, en los "campos de piedra" o "campos dobles". La región del Alto Camaquã, que ha sido objeto de la minería desde el siglo XVIII, presenta una paradoja: por un lado, es donde más se conserva la biodiversidad del bioma pampa, al mismo tiempo, figura como la más empobrecida del estado. En 2014, las empresas transnacionales Nexa Resources (antes Votorantim Metais) e Iamgold Corporation solicitaron la apertura de un proyecto minero de plomo y otros metales pesados en el distrito de Minas do Camaquã, con previsión de la utilización del agua del rio. En este sentido, este texto acompaña la "lida campeira" y las formas de vida de los habitantes del Alto Camaquã, pero también la experiencia histórica de la minería y el terror resultante de ella.

Palabras clave: minería, río Camaquã, Inventario Nacional de Referencias Culturales, Lida campeira, Pampa.

Fantasmas

Naquela escuridão fechada nenhum tapejara seria capaz de cruzar pelos trilhos do campo, nenhum flete crioulo teria faro nem ouvido nem vista para bater na querência; até nem sorro daria no seu próprio rastro! E a noite velha ia andando... ia andando... João Simões Lopes Neto, A Mboitatá.

Nosso caminho se situa contra a corrente, rio acima, próximo ao sopé dos Andes, onde os curandeiros índios estão atarefados, tratando os colonizadores dos fantasmas que os atacam. Michael Taussig, Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem

Neste ensaio, buscamos refletir sobre a etnografia que compõe a pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais – Lida Campeira na Região de Bagé/RS (INRC Lida Campeira) , a partir da extensão das pesquisas na Serra do Sudeste, na pampa brasileira, extremo sul do Rio Grande do Sul, onde, desde 2016, tem sido realizado trabalho de campo. O INRC é uma metodologia desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para conhecimento de bens culturais imateriais representativos de determinado grupo. O Inventário tem como objetivos identificar, documentar e construir conhecimento sobre a lida campeira para fins de registro como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, categoria reconhecida a partir de 2006, após acordo ratificado com a UNESCO.

Por meio da Etnografia, a equipe vem acessando a área cultural do Sul – que, para Leal (2019), não coincide necessariamente com os limites políticos do estado do Rio Grande do Sul "ou mesmo os da nação Brasil" (p. 20). O trabalho de campo busca acompanhar os modos de vida dos detentores e das detentoras dos ofícios denominados campeiros, que vivenciam ou vivenciaram a lida campeira da pecuária extensiva, na região de Bagé e na região do Alto Camaquã (Rieth, Lima, Rodrigues e Herrmann, 2019). São proprietários de terras – de médias e grandes extensões, assim como propriedades familiares – e/ou peões campeiros, capatazes, trabalhadores e trabalhadoras rurais, que desempenham ou desempenharam as atividades de doma, de pastoreio (de ovinos, de bovinos, de equinos e de caprinos), de esquila, o ofício de guasqueiro, a tropeada, o artesanato em lã, a lida caseira, entre outros saberes e fazeres.



Imagem 1: Complexos territoriais do Alto Camaquã. (Fonte: SEMA – Acervo INRC Alto Camaquã. Org.: Andrea L. de O. Lopes)

A Bacia do Rio Camaquã reúne pecuaristas familiares, quilombolas e indígenas Guarani, entre outras populações tradicionais, que, historicamente, habitam os campos de pedra e os campos dobrados na pampa (Mazurana, Dias e Laureano, 2016; Rieth et al., 2013; Kosby, 2017). A partir da solicitação das comunidades, a equipe de pesquisadores passou a dialogar com coletivos que acompanham os projetos de megamineração no Rio Grande do Sul e na área do Inventário. Em 2014, as transnacionais Nexa Resources (ex-Votorantim Metais) e a companhia de mineração de ouro Iamgold Corporation protocolaram o Projeto Caçapava do Sul , uma iniciativa conjunta [joint venture] que pretende instalar três cavas a céu aberto para a extração de chumbo, de cobre, de zinco e de ouro e de prata, na parte alta da Bacia Hidrográfica, no Cerro dos Martins, 3º distrito de Caçapava do Sul, localidade de Minas do Camaquã, distante 70km do centro do município.

Minas do Camaquã, limitada pelo Rio Camaquã no sentido Sul-Sudeste (S-SE), faz divisa com os municípios de Bagé, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista. De acordo com Silva (2008), a área do Escudo Sul-rio-grandense apresenta relevo acidentado, de formações superficiais rasas e, frequentemente, com afloramentos de rocha. A localidade de Minas do Camaquã surgiu em função da instalação da Rio Grande Gold Mining Limited, em 1870. A iniciativa de extração de cobre partiu de ingleses que exploravam ouro nas proximidades, em Lavras do Sul. O minério era transportado em carreta puxada por bois até Hulha Negra, distante 90km, de onde seguia de trem até o Porto na cidade de Rio Grande e de navio para a Europa. Os ciclos de exploração, que seguiram, de forma descontinua, até o fim da década de 1990, deixaram um amontoado de ruínas da mineração, com área industrial, linhas de transporte, barragem de rejeitos, poluição do Camaquã. Ficou, também, o complexo de sete vilas operárias abandonadas, com algumas centenas de moradores – o que fez a comunidade ser tratada por

parte da mídia como uma "cidade fantasma" .

Os estudos de impacto ambiental referentes à instalação do empreendimento, porém, não levaram em conta a configuração da Bacia do Rio Camaquã. As considerações de possíveis impactos ambientais realizados para a, então, Votorantim Metais consideraram o ambiente como uma área fixa, medida em metros quadrados, com alcance determinado pelos limites políticos e administrativos dos municípios de Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista/RS, para mensurar os riscos. Nessa concepção, o Rio Camaquã é considerado uma "barreira física", que impediria impactos aos municípios de Bagé e Pinheiro Machado, localizados no outro lado do Rio (Eia-Rima Projeto Caçapava, 2016, p. 31).

O Eia-Rima do Projeto vai de encontro às compreensões dos habitantes da região, marcada pela pecuária familiar extensiva e pela disseminação da presença negra, desde o século 18, conforme apontam os trabalhos de Saint-Hillaire (2002), Isabelle (2006), Corrêa (2012), Fernandes e Miguel (2016), Osório (2016). Os "campos dobrados" da região do Alto Camaquã apresentam topografia acidentada, afloramentos rochosos, cordilheiras e "guaritas", um mosaico de "campo sujo", campo com mato, pedra, rio (Rieth et al., 2019). Não por acaso, a Serra do Sudeste, serviu como local estratégico para diversos coletivos ao longo da formação sociocultural da região. Além de famílias de pecuaristas, habitam as margens do Rio Camaquã grupos indígenas e povos quilombolas, como o do Quilombo de Palmas, em Bagé, o do Quilombo Corredor dos Munhós, em Lavras do Sul e o do Quilombo Tio Dô, em Santana da Boa Vista, entre outros (Mazurana, Dias e Laureano, 2016). De acordo com Kosby (2017), os campos dobrados configuram uma possibilidade de "fuga para fora" (p. 48), para locais de difícil acesso, os fundões das propriedades, os peraus e penhascos nos rincões do inferno. Assim, conforme Ingold (2000), habitar o ambiente implica juntar-se aos outros entes que formam o mesmo.

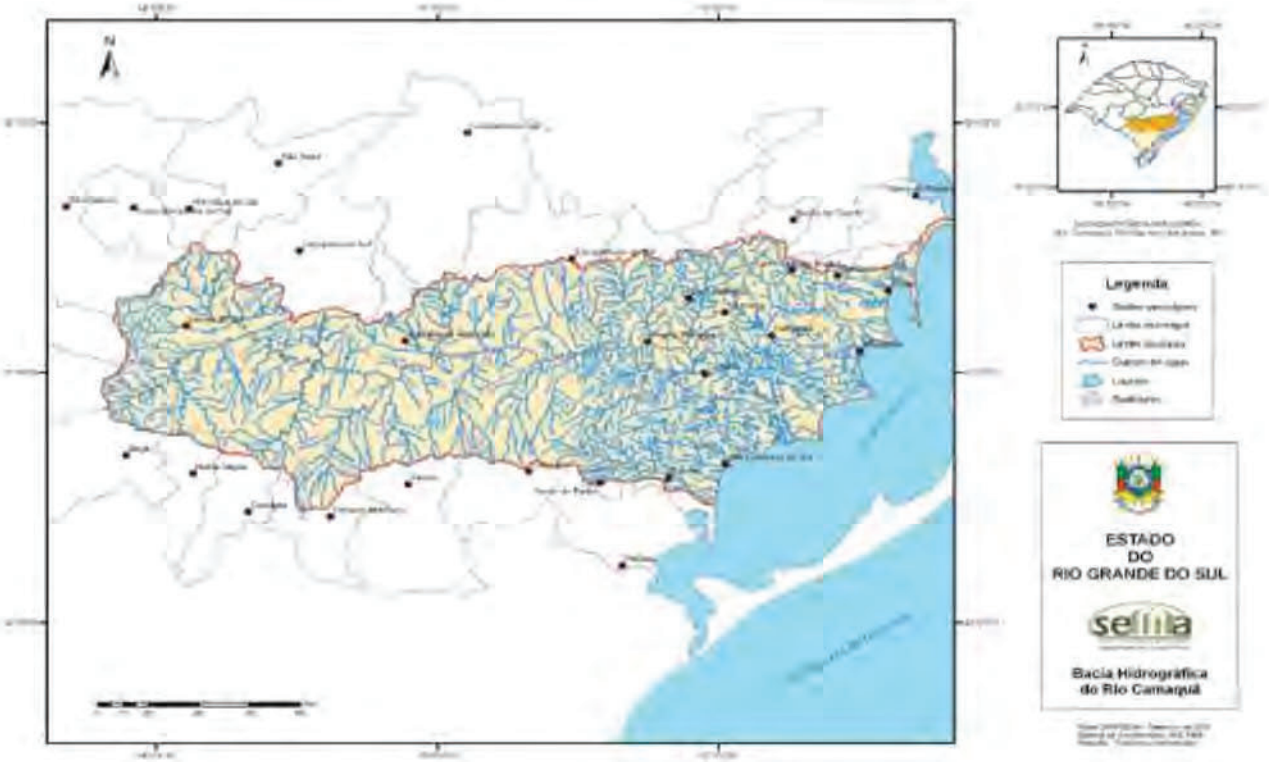


Imagem 2: Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã (Fonte: Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã (2015)

Para além de uma "barreira física", de acordo com aqueles que habitam o Alto Camaquã, o Rio é narrado como uma malha (Ingold, 2012), formada pelas múltiplas linhas que conectam aqueles que vivem com o rio, ao longo de mais de 400 quilômetros de extensão, através de 28 municípios. Isso pode ser minimamente representado por meio da Bacia Hidrográfica que dá forma ao Camaquã.

Nesse sentido, este ensaio reflete etnograficamente sobre a lida campeira e a mobilização em defesa do Rio Camaquã, por meio das pesquisas de patrimônio cultural imaterial realizadas sobre a pecuária extensiva na pampa brasileira, mas, também, da experiência da mineração e das histórias de terror decorrentes dela. No segundo tópico, pensamos historicamente a colonização na região de Minas do Camaquã, através do avanço de projetos de mineração na Serra do Sudeste, às voltas com ciclos de garimpo e de exploração, desde o século 18. No terceiro tópico, destacamos a etnografia da lida campeira na região do Alto Camaquã, por meio dos saberes e fazeres tradicionais da pecuária familiar extensiva em campo dobrado ou campo de pedra, e a manifestação dos impactos gerados por processos de mineração no modo de vida campeiro. Por fim, no quarto tópico, consideramos a intensificação dos conflitos socioambientais no Rio Grande do Sul e as apropriações do INRC Lida Campeira pelas comunidades.

Túneis

O antropólogo Michael Taussig, tendo como pano de fundo processos históricos coloniais, volta-se para criação de sentidos em contextos de violência, como os canaviais, os seringais e as minas na Colômbia e na Bolívia, onde realizou trabalho de campo. Para Taussig (1993, p. 134):

"Aqui o Putumayo não passa de uma imagem, no estágio global de desenvolvimento do fetiche das mercadorias; pensem também no Congo, com sua borracha e seu marfim, na escravização dos Yaqui, nas lavouras de sisal no Yucatán, no México, no derramamento de sangue genocida na trágica Patagônia, tudo isto acontecendo quase ao mesmo tempo."

Em diálogo com Baretta e Markoff (1978), a expansão colonial na América Latina lançou mão tanto da mineração quanto a pecuária para ocupação de territórios nativos, o que gerou confrontos violentos e mediações políticas no avanço das fronteiras pecuárias. Durante os combates, os conhecimentos da mão de obra pastoril sobre o território e o manejo dos animais eram elementos importantes para a manutenção das tropas – e as ferramentas de trabalho eram, virtualmente, as armas.

Logo, é possível identificar traços daquilo que Baretta e Markoff (1978) apontam como uma "tradição de violência" (p. 587), ou, como defende Taussig (1993), com a criação de "espaços de morte" (p. 26) decorrentes dos encontros coloniais. Ainda, para a antropóloga Anne Salmond (2014), refletir sobre as relações que determinados grupos mantêm com as águas e fontes hídricas é uma boa forma para compreender o confronto de concepções nativas com outras lógicas sobre o território, bem como as implicações que tais noções geram para o acesso e domínio da natureza colonizada. Conforme a antropóloga, o Rio Whanganui, na Nova Zelândia, não é apenas a fonte de vida e bem estar para as populações Maori que vivem ao seu redor, mas um todo vivo, que conecta a montanha, as florestas, os afluentes, as enseadas e o mar com os

povos tradicionais.

Voltamos à região do Alto Camaquã e a um aparente paradoxo: a região mais preservada do bioma pampa, com, aproximadamente, 80% de cobertura nativa, é considerada pelo Estado como a mais empobrecida do Rio Grande do Sul. Municípios como Santana da Boa Vista, Encruzilhada do Sul, Canguçu, Piratini ocupam os últimos lugares no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. Borba (2016) indica que o Alto Camaquã não teve "êxito na implementação dos modelos de desenvolvimento propostos" (p. 187). As particularidades da região, pouco indicada para a agricultura de grande porte, fazem com que cerca de 80% a 90% das propriedades sejam voltadas para a pecuária familiar, com pouca dependência em relação a insumos externos e autonomia em relação ao mercado.

A mineração ocupou espaço entre os projetos de desenvolvimento voltados para a região, em diferentes momentos históricos. O reconhecimento do potencial mineral é antigo e deixou registros na literatura dos viajantes, desde o início da ocupação do território. O francês Arsène Isabelle (2006 [1835]) que cruzou pelo Rio da Prata e pelo Rio Grande do Sul, destacou em seus diários a presença da mineração e do garimpo, assim como a utilização de mão de obra escravizada no trabalho (p. 187):

"[1º março 1834] A umas vintes léguas mais ao sul, perto da pequena vila de Caçapava, encontraram-se outras minas de ouro em exploração, e que dão menos trabalho. É um rio chamado Camaquã, um dos afluentes da lagoa dos Patos, que se encarrega de desprendê-las e transportá-las como as areias e cascalhos do seu leito. Uma infinidade de regatos e de terrenos são auríferos, nesta província, mas os métodos de lavagem são muito maus e o pó que se obtém não traz grandes lucros ao proprietário dos negros empregados nesse trabalho."

De acordo com Cabreira (2008), o coronel João Dias dos Santos Rosa, dono do que, atualmente, constitui grande parte de Minas do Camaquã, deu abertura à mineração de cobre na área, na década de 1860, após enviar algumas rochas coloridas para Dom Pedro II, durante a passagem do Imperador por Caçapava. Segundo Troian (2009) um primeiro ciclo de exploração ocorreu de 1870 a 1887, momento de formação da infraestrutura de acesso às minas pela empresa The Rio Grande Gold Mining Limited, na parte leste do cerro João Dias, na micro bacia do Arroio João Dias, na jazida de cobre chamada "galeria dos ingleses" (p. 18). Conforme Nogueira (2012), de 1888 a 1899, em um segundo ciclo, os comerciantes alemães Maximiliano Saenger, Ricardo Saenger e Emílio Kleinod, de Pelotas, dedicaram-se à extração manual de minério, que apresentava custos elevados devido ao transporte e exportação para a Inglaterra, em um cenário de queda dos preços internacionais do cobre, o que logrou a iniciativa.

A extração reiniciou em 1901, conforme Troian (2009) sob propriedade da Companhia Belga, a Societé Anonime des Mines de Cuivre de Camaquan, com sede em Bruxelas e filial brasileira, que abriu outra galeria, no flanco oeste, a chamada "galeria belga" (p. 19). Os belgas foram responsáveis pela construção de uma barragem no Arroio João Dias, para o fornecimento de água e de energia, e de uma usina de beneficiamento, onde era feito o processo de concentração dos metais. Segundo Von Ahn (2018), o descarte dos rejeitos era realizado na área de beneficiamento, "às margens do Arroio João Dias" (p. 66-67). As atividades, porém, encerraram em 1909, em função da expansão colonial na África e da descoberta de minas no Congo. Os invernos rigorosos, os períodos chuvosos, as estradas de terra em condições precárias, o transporte por carreta de boi, eram alguns dos fatores que encareciam o escoamento até o porto, na cidade de Rio Grande/RS.

No fim da década de 1920 até meados de 1930, o Serviço Geológico e Mineralógico realizou novas prospecções sobre o potencial mineral do Rio Grande do Sul, levantamento continuado pelo Serviço de Fomento da Produção Mineral. Para Nogueira (2012), as pesquisas

motivaram a criação da Companhia Brasileira de Cobre (CBC), em 1942, uma iniciativa de capital misto, tendo como acionistas majoritários o governo do Rio Grande do Sul e o Grupo Pignatari, além do governo federal (p. 42). A CBC tinha como um dos objetivos diminuir a dependência nacional de importação de cobre e aproveitar o cenário de aumento do preço internacional, em função da 2ª Guerra Mundial.

A partir de 1957, o Grupo Pignatari assumiu o controle majoritário sobre as ações da CBC, por meio da Laminação Nacional de Metais. O Grupo era liderado pelo empresário e herdeiro ítalo-brasileiro Francisco Matarazzo Pignatari, de São Paulo, que manteve a exploração nas minas até 1974 quando a CBC retornou para o governo federal, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com Nogueira (2012), o "tempo do Pignatari" (p. 131) costuma ser retratado como o período clássico da região. O empresário buscou construir uma comunidade modelo: no ponto mais elevado ficava sua residência oficial; nas partes altas e centrais ficavam as casas de diretores, gerentes, engenheiros e geólogos; os espaços intermediários eram ocupados por empregados técnicos e administrativos; e as periferias eram destinadas aos mineradores. Além dos salários serem melhores que os pagos na região, havia hospital, bloco cirúrgico, laboratório de exames, clube com sauna e piscina, escola, ginásio poliesportivo, time de futebol, presentes distribuídos às crianças em datas festivas, churrasco para toda a população e sessões no Cine Rodeio (cinema com fachada de madeira, no estilo de um saloon estadunidense).

De acordo com Troian (2009), a partir de 1976, foram encomendadas novas pesquisas geológicas, o que ocasionou a interrupção total dos trabalhos nas escavações (p. 20). Os estudos estimularam a preparação da infraestrutura e aquisição de maquinário para o novo plano da lavra e o andamento da extração. De acordo com Von Ahn (2018), o descarte dos rejeitos, que até então era feito às margens do Arroio João Dias, passou a ser realizado em uma barragem edificada em um meandro do curso do arroio, a jusante da vila das Minas do Camaquã. Porém, em 1981, quando as atividades do Projeto Expansão Camaquã (PEC) foram retomadas, o teor de cobre no minério lavrado ficou abaixo do esperado.

Em 1989, diante de endividamento, o BNDES privatizou a empresa, a partir da fundação da Bom Jardim S.A. por empregados da CBC. A privatização deu continuidade à mineração, realizada parcialmente a céu aberto, até 1996, quando as minas foram desativadas. O esvaziamento do distrito de Minas do Camaquã, que chegou a contar com cinco mil habitantes, aconteceu rapidamente nas décadas seguintes, mediante abandono ou venda das propriedades (Cabreira, 2008, Silva, 2008, Nogueira, 2012). Ficaram, ainda, algumas centenas de pessoas, que passaram a conviver com a falta de propostas econômicas e com a dificuldade de acesso a serviços básicos, como saúde e educação.

Ao todo, restaram 43km de túneis, alguns inundados, com mais de 150 metros de profundidade. Uma das minas a céu aberto da CBC – que servia para atividades turísticas e de lazer – foi interditada pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam-RS), em 2017, e, em 2019, a barragem de rejeitos foi interditada pela Agência Nacional de Mineração (ANM), por não apresentar Declaração de Condição de Estabilidade (DCE).

Lidas

O Quilombo Corredor dos Munhós, em Lavras do Sul, encontra-se às margens do Arroio Camaquã-Chico, na localidade da Mantiqueira, em terras herdadas da antiga fazenda de Zeferino Munhós de Camargo. Para chegar até o quilombo, distante cerca de 15km do centro do município, é preciso pegar a estrada para Bagé e entrar no Corredor da Mantiqueira. Após

cruzar uma ponte, deve-se passar a primeira fazenda, à esquerda, e entrar na porteira, à esquerda. Deve-se, então, continuar pela estrada de campo, até encontrar um passo , onde é possível atravessar o Arroio. Após o passo, a primeira porteira leva até a comunidade. (Diário de campo, primavera de 2017).

De acordo com o quilombola Amilton Camargo, a comunidade mantém rebanhos ovinos, bovinos e alguns cavalos crioulos, "para os guris brincarem". Os rebanhos são criados coletivamente, em pasto nativo, nas terras do quilombo. Os moradores e moradoras costumam ter roçados para o consumo familiar, com milho, feijão, abóboras, e dispõem de frutas da estação, em quintas ao redor das casas e nos matos. Em alguns casos, recebem encomendas de peças artesanais em lã e trabalham nas fazendas (cabanhas) de criação de gado ao redor, como domadores, peões campeiros, cozinheiras, capatazes, aramadores – de forma ocasional, por temporada ou fixando-se em uma propriedade por períodos prolongados. (Diário de campo, primavera de 2017). Atualmente, mesmo rodeada por recursos hídricos, a comunidade do Quilombo Corredor dos Munhós enfrenta dificuldades no acesso à água doce, pois algumas nascentes de fora da comunidade podem estar contaminadas.

É em Lavras do Sul que a empresa Águia Metais pretende iniciar o Projeto Fosfato Três Estradas, para mineração de fosfato, na cabeceira do Rio Santa Maria, a 10km de nascentes do Rio Camaquã. Segundo a empresa, o Projeto pretende extrair, beneficiar e comercializar fosfato para produção de matéria prima para a indústria de fertilizantes e de "corretivo agrícola". O tempo de vida útil da mina será de, aproximadamente, 15 anos, com possibilidade de ampliação para 20 anos. A mineração será realizada com cavas a céu aberto, barragem de rejeitos e captação de água de arroios ao longo do processo.

A sequência de projetos tem apontado o Rio Grande do Sul, especialmente "a metade sul" do Estado, como a nova fronteira da megamineração. Existem, atualmente, 5.192 requerimentos de autorização de pesquisa mineral encaminhados ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), voltados para o subsolo gaúcho. E 166 projetos de mineração superaram a fase inicial. Quatro estão em estágio avançado: Mina Guaíba, em Charqueadas e Eldorado do Sul, para mineração de carvão, Projeto Retiro, em São José do Norte, para extração de titânio, Fosfato Três Estradas, em Lavras do Sul, para exploração de fosfato, e o Projeto Caçapava, em Caçapava, para mineração de chumbo, cobre e outros minerais. Cabe destacar que, desde o anúncio, os projetos geram fissuras, disputas e rompimentos nas comunidades; desestruturam redes sociais, rompem laços de reciprocidade, "dividem cidades", mediante posicionamentos favoráveis, contrários e "em cima do muro" (Diário de campo, inverno de 2019).

Em 2015, ao serem confrontados com a possibilidade de mineração de chumbo, a partir das notícias de jornais, os moradores de Palmas, em Bagé, buscaram acionar o Ministério Público, Universidades, políticos, movimentos sociais, solicitando mais informações e esclarecimentos por parte da Fepam-RS e das empresas mineradoras, uma vez que, além de poder comprometer a cadeia pecuária, a atividade impacta uma área considerada prioritária para conservação, segundo Ministério do Meio Ambiente. O Projeto Caçapava do Sul prevê a produção de 36 mil toneladas de chumbo, 16 mil toneladas de zinco e cinco mil toneladas de cobre – e, ainda, ouro e prata, anualmente. Otomar Vivian, prefeito de Caçapava do Sul, em 2016, durante a realização de Audiência Pública, convocada pelo Ministério Público, em Bagé, defendeu o projeto como "estratégico para o Rio Grande do Sul" (Diário de campo, verão de 2016).

Levar em consideração as características ambientais e socioculturais, entretanto, amplia a noção (re)produzida pelo Estado – e por certos campos da Ciência – sobre uma região historicamente narrada como pobre, bem como pouco habitada, tendo em vista a presença das

populações tradicionais na pampa. No Distrito de Palmas, interior de Bagé, a família da pecuarista Márcia Colares mantém uma tradição que passa de geração em geração, que remete aos "tempos das sesmarias", como relatou. A cada Ano Novo, eles acampam na beira do Rio Camaquã. Dessa forma, o pai da pecuarista costumava "batizar os filhos" nas águas do Rio. "Uma das minhas irmãs nasceu em setembro. A gente brincava que ela tinha sido batizada primeiro, com três meses. Eu nasci em agosto, então foi com quatro meses". (Diário de Campo, verão de 2017).

Para Márcia, "o Rio é como o sangue da gente", fonte da vida que conecta humanos e aquilo que é vivo. A pecuarista recorda o desastre ambiental nos anos 1980, quando uma antiga barragem rompeu e ocasionou o vazamento de água contaminada com mercúrio, utilizado na mineração de ouro e de cobre. Naquela época, as águas do rio ficaram vermelhas. Era uma água estranha aos moradores. Logo, os peixes começaram a morrer e cobrir o Rio. Márcia lembra do cheiro de podre dos peixes em decomposição e do medo que os pais sentiram de entrar no Camaquã e de dar água aos rebanhos. "Foi ali na divisa, na virada do ano. Teve um transbordamento de produtos químicos no Rio, que deixou a água toda vermelha. E matou toda a vida do rio, naquela época. Eu lembro, assim, da tristeza profunda do meu pai, que já é falecido agora, e dos meus tios todos." (Diário de campo, primavera de 2017).

Segundo os interlocutores, o desastre de 1984 teve impacto direto na lida campeira, saberes e fazeres decorrentes da pecuária extensiva na pampa brasileira. Mais do que manejos, estes saberes e fazeres constituem modos de viver (Sennett, 2013), em que as habilidades incorporadas a partir do envolvimento perceptivo dos corpos com as materialidades, os bichos e os ambientes constituem diferentes formas criativas de conviver. Tornar-se campeiro envolve conhecer os animais, pois humanos, cavalos e cães estabelecem uma relação de ensino e aprendizagem na lida com os rebanhos. Práticas como acordar antes do raiar do sol, derrubar novilho com o corpo, conviver com animais predadores, enfrentar condições climáticas rigorosas, exigem de campeiros e campeiras uma aprendizagem atencional (Ingold, 2010), saber o que fazer, diante de situações diversas e, muitas vezes, imprevisíveis, em que estão em risco a vida de humanos e de outros animais. Experiências em que os viventes são domesticados no mesmo processo de criação dos animais e de campos. A lida campeira acompanha a especificidade do rebanhos, a particularidade dos animais, os ciclos de vida e de morte do gado, os horários do sol, os períodos de chuva e de estiagem, a relação predatória entre os bichos, como descrevem as pesquisas de Silva (2014), Lima (2015), Barreto (2015), Kosby (2017), e Rieth (2018).

Relações colocadas em risco perante a possibilidade de ciclos de mineração de chumbo e outros metais pesados na pampa. Os moradores relatam que por muito tempo o Camaquã, que era farto de grumatãs, dourados, piavas, pintados, jundiás, ficou sem peixes. Um rio sem peixes, sem vida. "O mundo oficial se empenha em criar uma realidade mágica" (Taussig, 1993, p. 26). De acordo com a pecuarista Vera Colares: "Um modo de vida que hoje encontra-se sob forte ameaça pela presença de projetos minerários poluentes, com grande impacto na paisagem, nos recursos hídricos, como o Rio Camaquã. Um desses projetos, apresentados pela empresa Votorantim Metais/Nexa Resources, pretende explorar chumbo, cobre e zinco, em cavas às margens do Rio. Ameaça, assim, suprimir muitas de suas nascentes, bem como retirar um grande volume diário de água. Tais ações têm impactos sobre as comunidades, como a de Palmas, com metais pesados, tóxicos, colocando em risco de extinção 300 anos de história e de saberes que permitem a sustentabilidade de uma região." (Diário de campo, primavera de 2018).

É na região de Palmas que ocorre a "cria", reprodução dos rebanhos bovinos, que, ao

completarem um ano, podem ser comercializados para outras localidades, onde seguem o ciclo de vida e de morte, no período de "engorda" dos animais (Diário de campo, primavera de 2017). As propriedades familiares costumam integrar ovinos, caprinos, equinos e bovinos, criados de forma extensiva, alimentando-se das pastagens naturais e da biodiversidade de espécies forrageiras, arbustos e árvores. São pitangueiras, cravos-do-mato, caraguatás, habenárias, tunas (cactos), guanxumas, juncos, figueiras, trevos, jerivás, petúnias. Algumas espécies são endêmicas da região e encontram-se sob ameaça de extinção. Os campos dobrados são conhecidos, também, como "campos sujos". Os campos são "sujos", exatamente, pela composição, um mosaico de campos, matos, pedras, rio, casas, quintas (pomares). (Rieth, 2018, Rieth et al., 2019).

Para Vera Colares: "A lida com os animais de produção, bovinos, ovinos e caprinos, envolve muitos ofícios, como a tropeada, quando os animais são levados de um lugar para outro por tropeiros a cavalo, acompanhados por cães. A principal habilidade para a lida em campos com muita vegetação arbórea, como no Alto Camaquã, é conhecer os animais. Os cães e o cavalo são parceiros inseparáveis nessas atividades. A doma, o aramado, a esquila costumam ser desempenhadas pelos membros da família, ou por vizinhos, no caso da pecuária familiar." (Diário de campo, primavera de 2018).

Muitas vezes, ouvimos que "sem cachorro é impossível camperiar nas Palmas". Para Régis Colares, "sem o cachorro tu não trabalha". De acordo com Eric Barreto (2019), os cães foram essenciais para a inserção da ovinocultura na região da Bacia do Rio da Plata e no Rio Grande do Sul. Fazem parte das atividades da lida campeira na retirada de algum animal desgarrado no mato, em locais inacessíveis a humanos e cavalos, na condução dos animais para contagem e abate, além de auxiliarem no transporte de tropas e na proteção contra ataques de predadores. Seu Leomar Alves, pecuarista familiar e morador no Quilombo de Palmas, treinava cães para a lida. Em depoimento à equipe do INRC Lida Campeira, em 2013, contou que ao trabalhar em uma estância na região de Bagé juntava um rebanho de 200 reses com três cachorros.

Os cuidados com os rebanhos devem ser redobrados na primavera, estação em que as temperaturas ficam mais amenas, época de parição, de nascimento dos bezerros e dos "cordeirinhos". Vacas, ao terem cria, se escondem nos matos e peraus, não atendem aos chamados, precisam ser procuradas. Os pecuaristas familiares costumam, nessa estação, reunir os aninais com mais frequência, para realizar contagem, ver andamento das gestações, ajudar algum parto e trazer cordeiros recém nascidos para próximo às casas, algo que, além de proteção, inicia a aproximação de filhotes e humanos. Combinações que levam em conta a relação de humanos, outros animais e ambiente (Ingold, 2000).

Ao acompanhar a lida campeira, os interlocutores evidenciam o conhecimento sobre a convivência histórica com os efeitos da mineração e as implicações de tentar barrar os fluxos das águas, de trata-la como barreira física. Apenas recentemente, os moradores do Alto Camaquã começaram a perceber o retorno dos peixes ao Rio, porém, não com a abundância de antes. Conforme seu Beto, peão campeiro e pecuarista familiar em Palmas, o desastre decorrente da mineração de cobre

"terminou matando todos os peixes, que até nem dourado existia aqui pra nós. Agora, tem. Agora não sei se vai ter mais adiante com o negócio dessa mina aí, que tá... tá pra sair. Mas tomara que não saia, isso aí é uma barbaridade que tão fazendo com o pessoal. Desde a fruta, a gente não vai poder comer a fruta, porque vai ficar envenenada da poeira que vem". (Diário de campo, primavera de 2017).

Para a pecuarista Vera Colares, mais uma vez, a vida no Alto Camaquã corre perigo:

"As ameaças... são todas, assim, me parece. Na verdade, ele [o Projeto Caçapava] vai suprimir nascentes do Rio Camaquã, então, a quantidade de água vai reduzir, né. Ele vai retirar água, diariamente, do Camaquã. Assim, a gente olhando o Camaquã, agora, parece que é um grande rio, mas no verão, a gente passa no Camaquã com água pelo tornozelo, né, porque ele fica bem baixinho. Fica uma 'sanga', como a gente chama por aqui, né. Vai estragar o Camaquã, que o Camaquã pra nós é... é tudo, assim. Ele é fonte de lazer, porque a gente pesca aqui, é fonte de alimento, porque a gente toma banho, a gente pesca, e é fonte, também, de alimento, de água para nossos animais e pras próprias famílias. Fora o Rio Camaquã, a poeira que vai sair da mina, contaminada, ela vai vir pelos ventos para cima da nossa comunidade, então, vai contaminar nosso pasto, vai contaminar nossos animais. Vai contaminar a gente. Então, por qualquer lado que se possa olhar, é uma ameaça gravíssima pra nós. A gente acha... que a gente não vai sobreviver a essa mineração." (Diário de campo, primavera de 2017).

Taperas

Na Audiência Pública realizada em Bagé como parte das demandas da comunidade, em 2016, ao questionarmos o engenheiro responsável pelo empreendimento sobre as consequências que a mineração representa para as populações do Alto Camaquã e para a lida campeira, ouvimos como resposta que isso será levado em conta apenas no caso da atividade ser reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro, observando o sítio do empreendimento (Diário de campo, verão de 2016).

Não deixa de chamar atenção que, no passado recente, a partir das décadas de 1980 e 1990, outro braço das empresas – a Votorantim Celulose – esteve entre as responsáveis pelo processo de implantação das lavouras de eucaliptos e de pinus por essa mesma região da pampa. Naquele momento, a produção de celulose para exportação era anunciada como a oportunidade de desenvolvimento para a "metade sul" do estado e batizada de "reflorestamento". A aquisição de parte dessas lavouras jamais foi realizada pelas empresas. Pecuaristas familiares que apostaram na ideia sentem-se lesados até hoje. Segundo os moradores, teve famílias que venderam os campos para as empresas, fecharam as casas e foram embora para a cidade. E existem relatos de olhos d'água e nascentes e sangas que desapareceram, em função do consumo d'água pelas lavouras, deixando taperas e pelo campo.

Em agosto de 2019, Artur Lemos, secretário estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura, defendeu publicamente o chamado auto licenciamento ambiental, a partir da revisão do Código Estadual de Meio Ambiente. Para o secretário, em entrevista, o "empreendedor preenche o questionário (na internet), arquiva as exigências, tem um responsável técnico e a licença sai automaticamente." Para movimento sociais, entretanto, tratam-se de novas flexibilizações da legislação ambiental, que aumentam a exigência do fortalecimento dos órgãos fiscalizadores, em um momento de fragilidade do estado do Rio Grande do Sul. A presidente da Fepam-RS Marjorie Kauffmann, na mesma entrevista, admitiu que "muitas vezes, a estrutura criada de três licenças e documentações faz com que o empreendedor instale o empreendimento sem a nossa orientação." Entre os itens reavaliados pela nova legislação, está a silvicultura, que terá o processo de implantação facilitado.

Conforme Rieth et al. (2019), tendo em vista a pecuária familiar nos campos dobrados, a Embrapa Pecuária Sul/Bagé elaborou um projeto de desenvolvimento territorial endógeno, com centralidade aos modos de vida e nas relações dos habitantes com o ambiente, em que, para Borba (2016), "aos atores locais lhes sejam facultados o direito de gerar referências próprias" para definir as estratégias de mudança (p. 204). O projeto da Embrapa é

desenvolvido, desde 2010, por meio da ADAC, a partir da articulação entre pecuaristas familiares e parceiros, como universidades, Embrapa, Emater, entre outros. A ADAC é uma rede de associações comunitárias, localizadas nos municípios que integram o projeto. Envolve um número aproximado de 500 famílias, distribuídas em 25 associações. Segundo Borba (2016), o objetivo é "apoiar e promover a preservação do patrimônio histórico, do meio ambiente, das culturas étnicas e produtivas do Alto Camaquã" (p. 207).

Para muitos interlocutores, o modo de vida campeiro é incompatível com a mineração de chumbo, fosfato e outros metais, o que configura a ruína da região. A investida da mineração, ao mesmo tempo, fez com que novos arranjos surgissem, por meio de associações criativas em campo, devido ao reconhecimento do Rio Camaquã enquanto conexão de vida, fundamental para toda a região. Um ente que envolve a vida, a experiência da mineração e a "cultura do terror", diante da possibilidade de destruição da biodiversidade e da contaminação das águas do Camaquã para a mineração, novamente.

Nesse sentido, a partir da interlocução da pesquisa do INRC Lida Campeira, buscamos refletir sobre uma pampa diversa, com disseminação de populações tradicionais, invisibilizadas ao longo de processos históricos de ocupação do território, que compartilham um ambiente que é fonte da vida. Ao reconhecerem os riscos de contaminação da mineração de chumbo e outros metais pesados, os interlocutores associam águas, animais, ventos, pedras, pois esses elementos fazem parte do modo de vida campeiro, com as implicações que os campos dobrados impõem na lida. O conhecimento sobre a região, por meio do manejo dos rebanhos, associa entes distintos, que compõem os caminhos da criação de humanos e de outros animais.

A consideração da Bacia, que conecta o Rio Camaquã com a Laguna dos Patos e, consequentemente, com o Oceano Atlântico, traz elementos importantes para refletir sobre a ocupação do ambiente, a partir do reconhecimento da lida campeira e dos saberes e fazeres dos povos tradicionais na pampa brasileira.

Referências

Baretta, S. e Markoff, J. (1978). Civilization and Barbarism: cattle frontiers in Latin America. Comparative Studies in Society and History, 20(4), pp. 587-620.

Barreto, E. "Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro": as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro. (2015). Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Barreto, E. (2019). A gente sempre acredita nos nossos cachorros. Tessituras, 7(1) pp. 69-92.

Borba, M. F. (2016). Desenvolvimento territorial endógeno: o caso do Alto Camaquã. In Waquil, P.D., Neske, M.Z. e Borba, M.F. (Orgs.), Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento (pp 187-214). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Cabreira, D. P. (2008). O desenvolvimento insustentável no caso Minas do Camaquã, Caçapava do Sul/RS. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

Corrêa, A. N. (2012). Roceiros, campeiros e domadores: o ofício do trabalho escravo na Vila de Caçapava (1831-1839). Revista Latino-Americana de História, 1, (3), pp. 58-73.

EIA-RIMA PROJETO CAÇAPAVA. (2016). Estudo de Impacto Ambiental. Relatório de Impacto Ambiental. Projeto Caçapava do Sul. Porto Alegre: Votorantim Metais.

Fernandes, V. e Miguel, L. A. (2016). Presença histórica da pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX). In Waquil, P. D., Neske, M.Z. e Borba, M.F.(Orgs.). Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento (pp. 41-64). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Ingold, T. (2000). The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill. London, UK: Routledge.

Ingold, T. (2010). Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação, 1(33), pp. 6-25.

Ingold, T. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horizontes Antropológicos, ano 18, 37, pp. 25-44.

Isabelle, A. (2006). Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul. Brasília, Brasil: Editora do Senado.

Kosby, M. F. (2017). Alma-caroço: peregrinações com cabras negras pelo extremo sul do Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Leal, O. (2019). Os gaúchos: cultura e identidade masculina no pampa. Tessituras, 7(1), pp. 16-47.

Lima, D. V. (2015). “Cada doma é um livro”: a relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Mazurana, J., Dias, J. e Laureano, L. (Orgs.). (2016). Povos e comunidades tradicionais do pampa. Porto Alegre, Brasil: Fundação Luterana de Diaconia.

Nogueira, J. (2012). Mineiros e engenheiros: memória, identidade e trabalho nas minas do Camaquã entre 1970 e 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

Osório, H. (2016). Pastores, lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. In Waquil, P. D., Neske, M.Z. e Borba, M.F. Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento (pp. 15-40). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Rieth, F. (2018). Traçados. Áltera, 1(6), pp. 192-203.

Rieth, F., Kosby, M.F., Silva, L. Bilhalva, Rodrigues, M. Bonow, Dobke, P. e Lima, D. Vaz. (2013). Inventário Nacional de Referências Culturais: Lida Campeira na Região de Bagé/RS. V. 2. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna.

Rieth, F., Lima, D. Vaz., Rodrigues, V. B. e Hermann, M. (2019). "Aqui na lida é eu, a esposa e os cachorros": trabalho familiar e saberes pecuários nos campos dobrados do Alto Camaquã. Tessituras, 7(1), pp. 48-68.

Saint-Hillaire, A. (2002). Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal.

Salmond, A. (2014). Tears of Rangi: water, power, and people in New Zealand. Hau, 4(3), pp. 285–309.

Schlee, A. G. (2019). Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense. Pelotas: Fructos do Paiz.
Sennet, R. (2013). O artífice. Rio de Janeiro: Record.

Silva, R. M. (2008). Espaço e tempo nas Minas do Camaquã em Caçapava do Sul/RS. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

Silva, L. Entre lidas: Um estudo de masculinidades e trabalho campeiro na cidade. (2014). Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Simões Lopes Neto, J. (2011). Os contos e lendas. Pelotas: Fructos do Paiz.

Taussig, M. (1993). Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura. São Paulo, Brasil: Paz e Terra.

Troian, G. C. (2009). A cloritização na Mina Uruguai, Minas do Camaquã/RS-Brasil. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Von Ahn, M. M. (2018). Análise Antropogeomorfológica em Geossítio da história da mineração: estudo nas Minas do Camaquã – RS. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

DIÁRIO GRÁFICO

ÀS MARGENS DA JAGUARÃO: VIAGEM ETNOGRÁFICA ENTRE OS CERROS E OS RIOS

To the margins of Jaguarão: ethnographic journey between the hills and the rivers

Profa. Dra. Flávia Maria Silva Rieth
Professora do Bacharelado em Antropologia e do Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR)
E-mail: riethuf@uol.com.br

Juliana dos Santos Nunes
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas. Graduanda no Bacharelado em Antropologia pela mesma universidade. Pesquisadora do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR)
E-mail: rodaviva.nunes@Gmail.com

Joanna Munhoz Sevaio
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: jmsevaio@gmail.com

Vagner Barreto Rodrigues
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná
E-mail: vgnrbrrt@gmail.com

Simone Fernandes Mathias
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora no Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR).
E-mail: simonefernandezpel@gmail.com

Airton Rodrigues Cardoso
Graduando em Antropologia/ linha de formação Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas
E-mail: airtonrodriguescardoso@gmail.com

Patrícia Santos da Rosa
Bacharela em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas
E-mail: psantosdarosa@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 243-272, jul./dez. 2019.

ISSN 2447-9837





AS GRANDES ONÇAS

"Eu vos digo, em verdade, que nada sei de maravilhas embora trema ao falar de jaguarões. Talvez eu também seja daqueles que não tenham se dado conta de mistérios, que não guardem lembrança de milagres, que não se animem a comprovar magias. Mas, cada vez que venho aqui, sei que perco um pouco o coração; e que, no entanto, saio redivivo."

Aldyr Garcia Schlee – Contos de Verdades.



INÍCIO DO PERCURSO

A atividade de extensão: Às Margens da Jaguarão: viagem etnográfica entre os cerros e os rios, foi realizada junto ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) no Bacharelado em Antropologia - UFPEL, em 23 de Junho de 2018.

É um trabalho coletivo de experiência etnográfica sobre as margens e fronteiras na cidade de Jaguarão/RS. Aqui buscamos trazer outras histórias e narrativas da cidade por meio de um encontro etnográfico sensível, posicionado na fronteira entre o Brasil e o Uruguay.

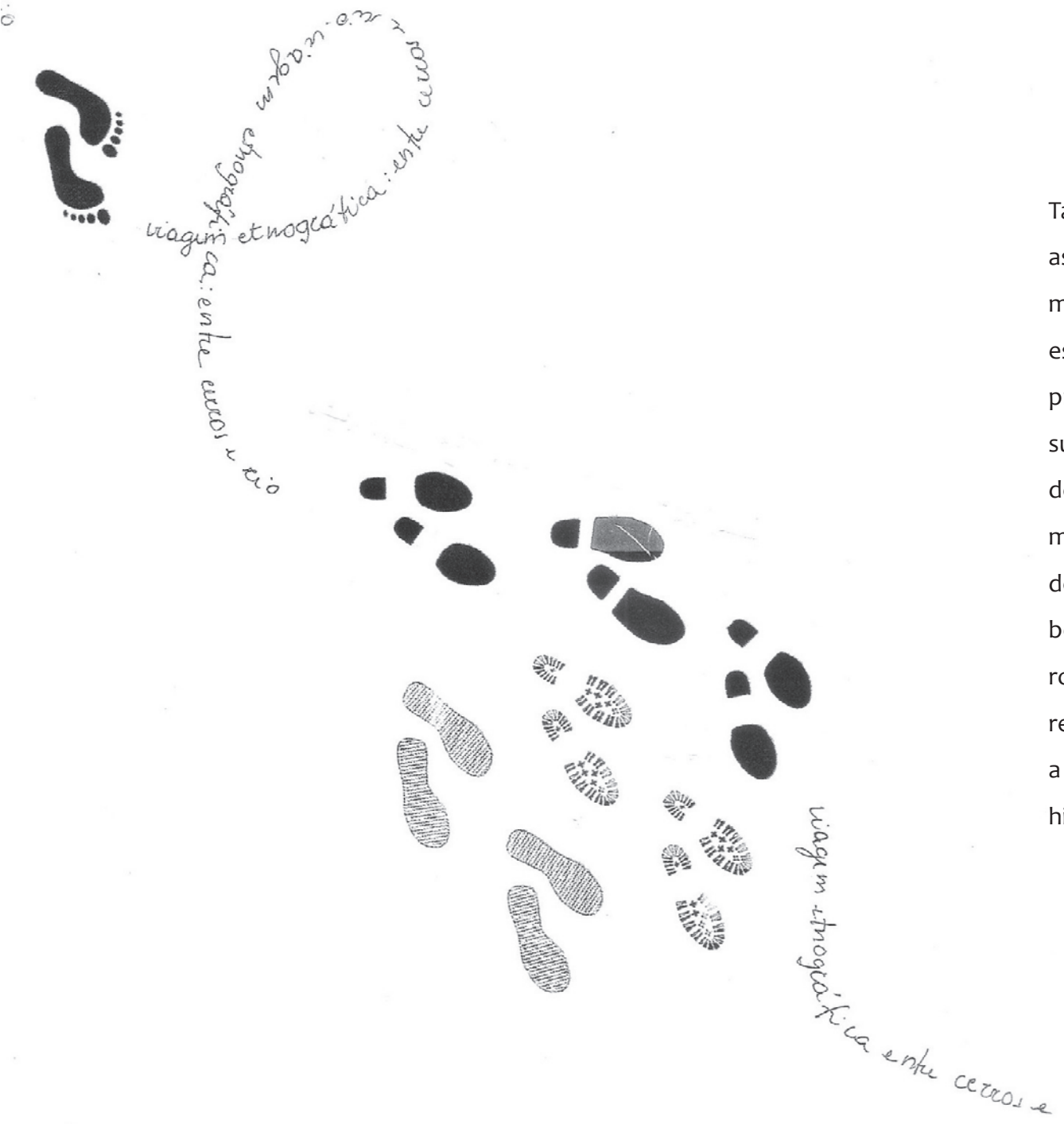


CONSTRUINDO O CAMINHO

Jaguarão, com seu posicionamento estratégico entre Brasil e Uruguai, é ponto de partida e de chegada para o encontro etnográfico, tendo como pressuposto que caminhar pela paisagem implica ir ao encontro de um mundo que ainda não está pronto, ou que ainda está por vir. (TURNER, 2018).

ParaTim Ingold (2015, p. 30):

"as coisas encontram-se a caminho de serem atualizadas, ou dadas. Essa vida não pode ser encontrada num registro de realizações, e tampouco pode ser reconstruída como um curriculum vitae, através do arrolamento de certos marcos fixados ao longo de uma rota já percorrida. Ela passa pelos marcos como um rio entre as margens, se afastando deles à medida que vai fluindo."



Tal como insinua Certeau (2007), os relatos assemelham-se a transportes coletivos, por meio dos quais se pode acessar as memórias espacializadas de um lugar. Como andarilhos, nos propomos a encontrar e descrever Jaguarão - e suas margens - levando em conta a diversidade de arranjos possíveis e a criatividade com que os moradores apropriam-se das cidades, por meio de seus caminhos, redes de apoio, religiosidades, becos sem saída, momentos de lazer, resistências, rotas de fuga e descaminhos. Assim, este breve relato etnográfico coletivo foi construído a partir da pretensão de se embarcar na história e nas narrativas sobre Jaguarão.



A construção dos trajetos da viagem a Jaguarão se deu coletivamente, agregando membros da comunidade, antropólogos, na maioria em formação, partindo de uma perspectiva para pensar as mais variadas formas de se viver, ouvir e ver a cidade (CERTEAU, 2007).

Foi recomendada a realização de etnografia, por meio da elaboração de diários de campo, desenhos e fotografias, buscando registrar expressivamente a experiência de campo.



CERRO DA PÓLVORA

A primeira parada foi no Cerro da Pólvora, lugar onde se localiza a antiga Enfermaria Militar, construída para atender a classe militar da cidade, entre 1880 e 1883. O monumento chama atenção pela arquitetura eclética cravado no alto duma coxilha. O frio tocado pelo vento encontrou a todos, aquele frio de água, vindo direto do Jaguarão, aquele frio entrando carne adentro e que se sente em cidades banhadas por água. A história escondida nos escombros da Enfermaria traz a indagação que preencheu a viagem a Jaguarão: afinal, quem detém a História? E quem a constrói? O descompasso entre o que se conta e o que se vive está inscrito no concreto, que apaga e constrói narrativas sobre a cidade. Impressionou também o estado atual do prédio, oficialmente em desuso desde os anos 1970, que constitui como dupla negação: do direito dos sujeitos de usufruírem do espaço e do projeto que visava transformá-lo em um Centro de Interpretação do Pampa (CIP), em parceria com a Unipampa, abandonado após o corte de gastos públicos.



Fonte: Silvia Schumacher

A ENFERMARIA MILITAR E SEUS FANTASMAS

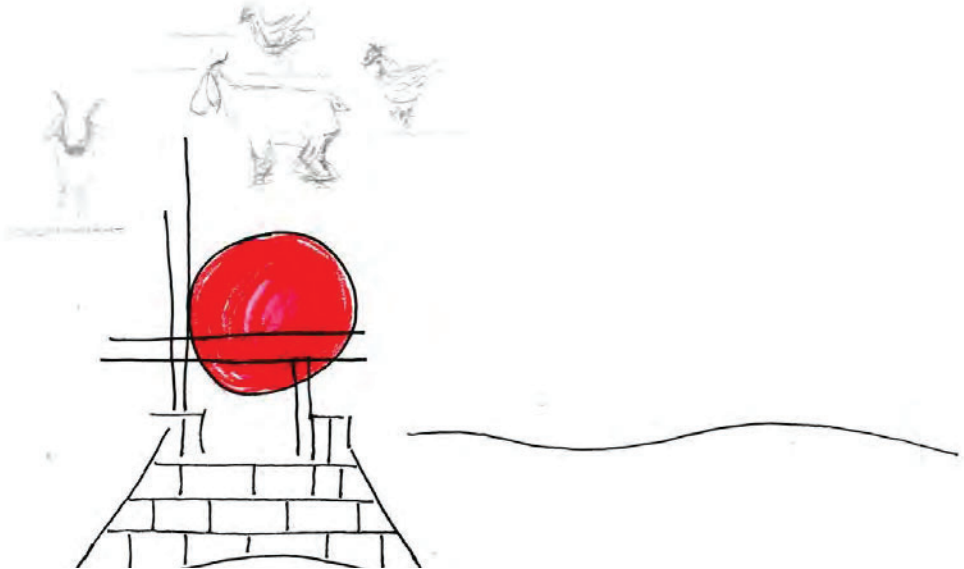
O zelador afirma que existem muitas histórias de fantasmas entre os funcionários e que alguns colegas já relataram ouvir barulhos estranhos, como madeira ranger. Outros relatam que ouvem vozes e narram a morte de pessoas que teriam caído após escalar uma parede ou torre da ruína. Mesmo assim, os turistas costumam passar e pedir para entrar e tirar fotografias. Em alguns dias, João gosta de subir – com a ajuda de uma escada de madeira – até a torre mais alta. De frente para o Jaguarão, no alto da ruína de uma Enfermaria Militar, vigia entre dois mundos, como quem guarda um Portal cheio de fósseis da cultura e fantasmas.



CERRO DAS IRMANDADES

No cerro das Irmandades podemos avistar a Ponte Internacional Mauá, com suas aduanas - brasileira e uruguaia - apesar do nevoeiro, assim como o rio e sua curva que caminha rumo à Lagoa Mirim.
Desse lugar pode ser vista toda a cidade e boa parte de Rio Branco (UY), além dos bairros vizinhos Pólvora, Fundação Barbosa e Vencato. Os cerros da Pólvora e das Irmandades são mirantes naturais, neles se avista e se controla a fronteira de uma Jaguarão fortificada.





CEMITÉRIO DAS IRMANDADES

Os mortos também contam suas histórias. A visita ao cemitério das Irmandades, conhecido por "cemitério dos ricos", foi nossa segunda parada.

Enquanto grandes mausoléus guardam os restos mortais de sobrenomes tão antigos como a escravidão, reproduzindo e mimetizando os casarões do centro da cidade, as sepulturas nas paredes de mulheres e homens negros, com pinturas feitas à mão, estão quase desaparecendo.

Na parte externa encontramos despachos de religião de matriz afro, marcando presenças e ressignificando o espaço.

O CEMITÉRIO E AS MÚLTIPLAS RELIGIOSIDADES









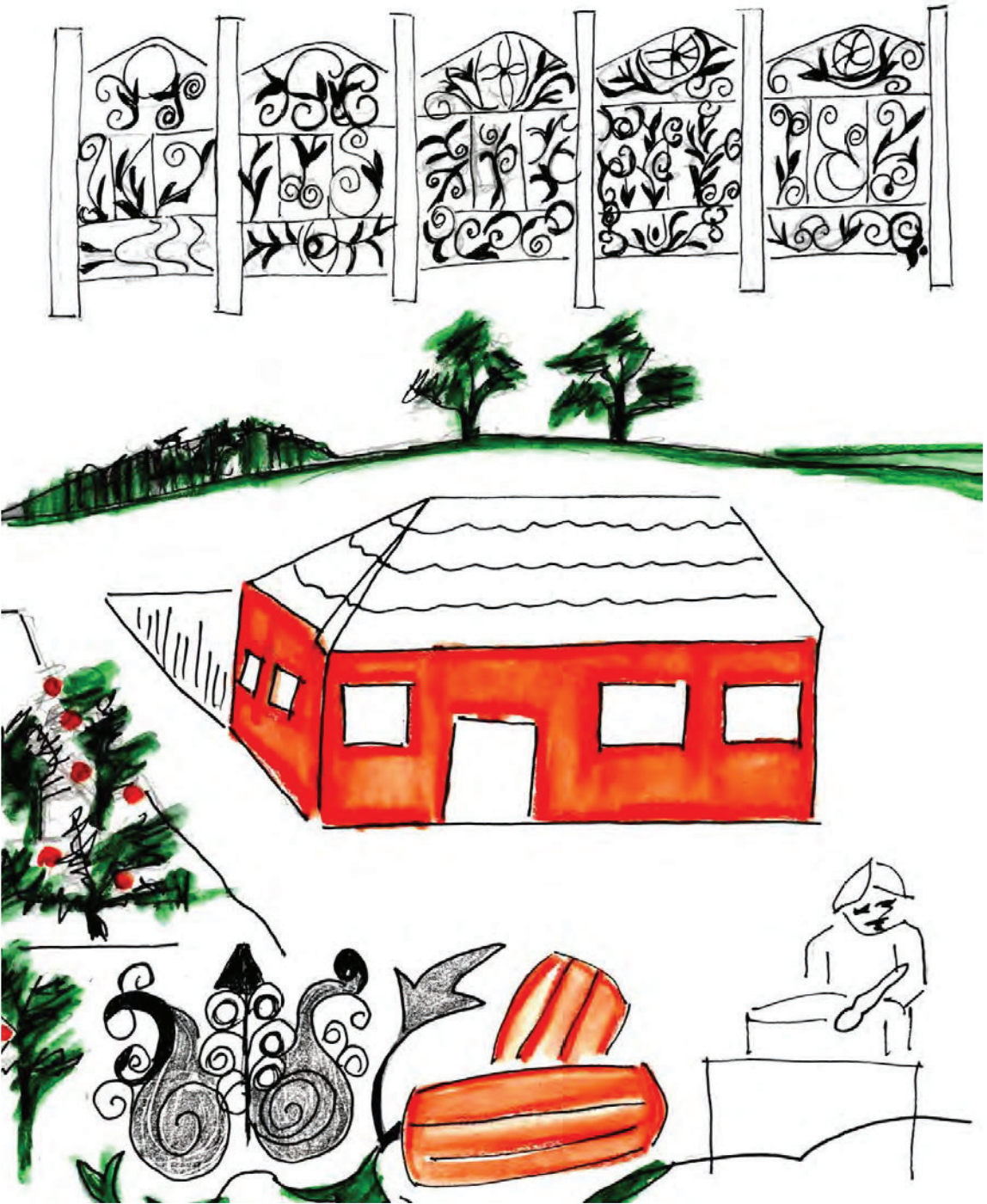
A GRUTA DE OXUM

A terceira parada foi a "Gruta de Oxum", construída em homenagem à mãe das águas doces, no ano de 1987. Aquele espaço é símbolo das lutas que o povo de terreiro tem travado para ocupar a cidade. As inúmeras depredações relatadas pelo interlocutor Leandro de Xangô são expressões da intolerância religiosa e do racismo estrutural que permeiam as relações raciais em Jaguarão, o que se manifesta nos ataques às expressões religiosas de matriz africana. (KOSBY, 2017). Apesar disso, a presença do monumento ao lado da Ponte Internacional Mauá é fonte de resistência.

A imagem de Nossa Senhora da Conceição está simbolizando Oxum pela prática do sincretismo religioso, dos escravos africanos até os dias atuais.







CERRO DO MATADOURO
ALMOÇO NA CASA DA VÓ MARIA

Poema 17

O pequeno limoeiro de
frutas amarelas e
casca grossa
é bom pra gripe
disse a abuela
colhi
e acabei encontrando o paraíso a
casa do campo
é simples
tem o lorde
fumaça
mato
gamerial
cebola
y recuerdos

vamos chegar* de longe
vejo da
estrada miro
desde lejos
o pátio calmo
[faz anos que não tem o
milharal]
corro até os fundos
perto da cacimba
só para ver o limoeiro está
lista
a hora de aprontar o chá

*Lembrança de
Mário Falcão



CLUBE 24 DE AGOSTO

Partimos para o Clube 24 de Agosto, quarta parada. Seu Madruga, presidente do Clube, falou sobre as lutas e resistência ao longo dos cem anos de existência do 24. Este Clube Negro foi fundado em 1918, por um grupo de amigos liderados por Theodoro Rodrigues e Malaquia de Oliveira, muitos desses homens estavam ligados ao exército, porém eram impossibilitados de frequentar os demais espaços festivos, recreativos e de sociabilidade de cidade (NUNES, 2010).



CORTE DO CLUBE 24 DE AGOSTO

Os bailes de carnaval são motivo de orgulho do passado e de projeção para o futuro. No presente, os bailes de domingo têm lugar de destaque entre os eventos promovidos. Com o reconhecimento patrimonial dado pelo Rio Grande do Sul, em 2012, e a constituição do Ponto de Cultura, as demandas de reconhecimento foram direcionadas para a arena do Estado, o que já ocorria desde a fundação, por meio da presença e persistência dos coletivos negros em luta por espaços para sociabilidade e realização de práticas cotidianas. Mais do que isso, cabe aqui ressaltar a importância do lugar para a manutenção da memória e história da cultura negra na cidade.


C 24



ÀS MARGENS DO JAGUARÃO

O caminho, percorrido pelas margens do rio Jaguarão, próximo ao Clube 24 de Agosto, contempla a Ponte Internacional Mauá por onde todos os dias circulam pessoas, objetos, alimentos e culturas.
As margens do rio é colorida por barcos que transportam pessoas, objetos e culturas.








4610097362
CELEBRIDADE



Refletida nas águas a cidade vizinha de Rio Branco, nos remete à palavra Nosotros: nós no outro, segundo Aldyr Schlee.

A alteridade refletida naquilo que constitui a fronteira, vendo nós mesmos no reflexo do lado de lá do rio e vendo os outros no reflexo do lado de cá, vendo e sendo visto.



AS FIGUEIRAS DO MERCADO

As margens do rio nos levam às figueiras centenárias que circundam o antigo Mercado Público. Ali, a escravidão está presente em toda sua materialidade: os grilhões sempre prontos para prenderem as formas de ser e de estar na cidade.


viagem etnográfica
viagem etnográfica: entre cursos e rios
viagem etnográfica: um curso e rio



ILÊ DA MÃE NICE DE XANGÔ

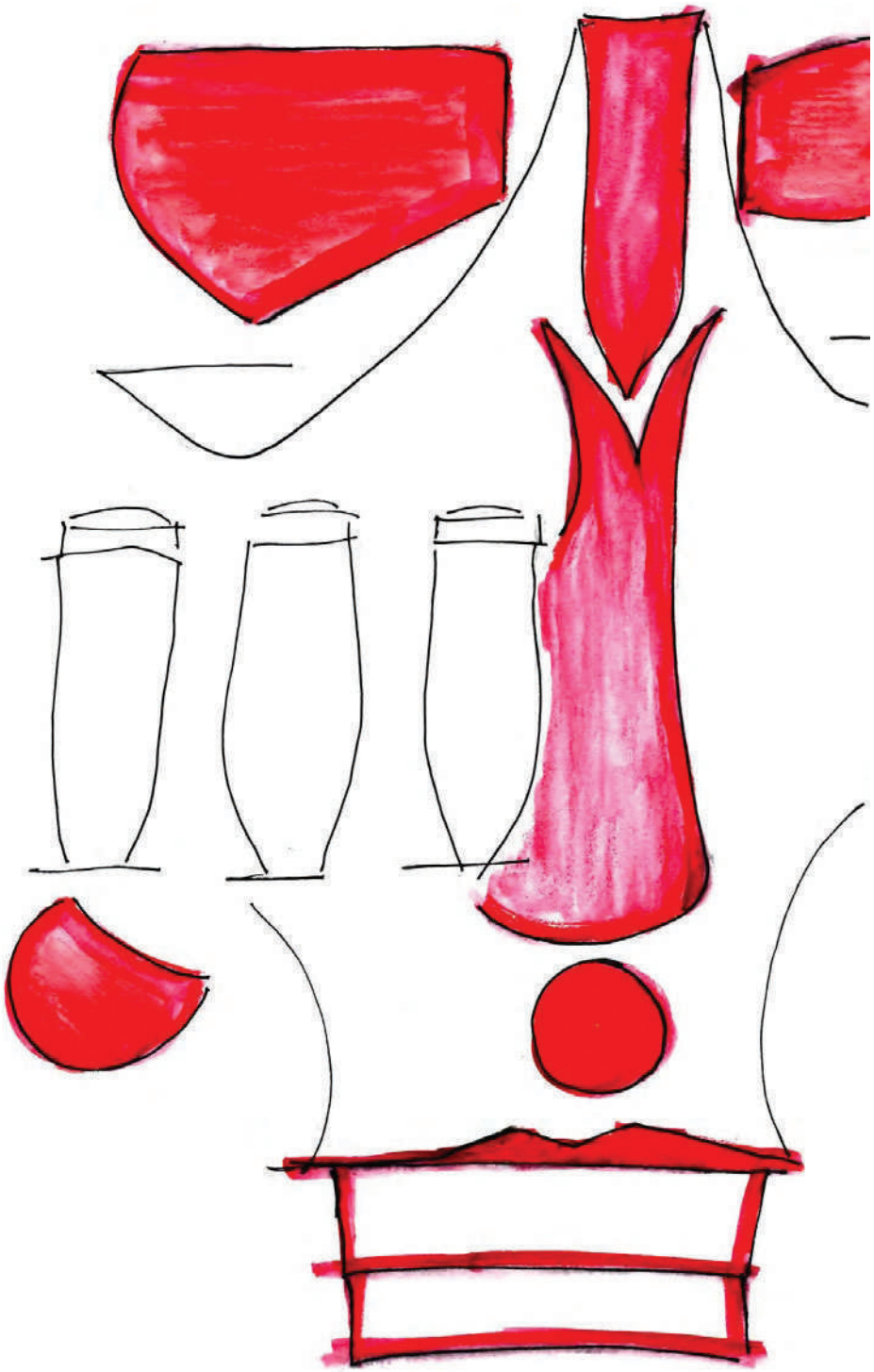
A última parada foi no Ilê Axé Mãe Nice D' Xangô, fundado em 26 Setembro de 1987. Lá, os interlocutores são enfáticos ao relatarem a importância de se afirmar nos espaços públicos, demarcando a negritude na e da cidade. A luta contra o preconceito religioso e racial passa pela necessidade da união e do encontro como motor das práticas do cotidiano.

O terreiro de candomblé traz um combinado de cores, cheiros e sensações, compartilhados por meio da realização de um amalá (comida de Santo), oferecido ao grupo. A ancestralidade que ecoa ali dentro resiste também em cada pedaço de Jaguarão, centenária e construída com a exploração do trabalho escravo, apesar das sistemáticas tentativas de silenciamento.

ILÊ DA MÃE NICE DE XANGÔ







CIDADE HABITADA

A Jaguarão observada é uma Jaguarão em que existem muitos nós: múltiplas formas de ser, de habitar e de estar na cidade. Algumas sutis como uma bruma, outras com a potência de um Rio.

O que interessa aqui é a cidade tão somente conforme ela é praticada. A partir do ponto de vista das comunidades e coletivos negros, é possível identificar novas possibilidades de circulação e de existência pela cidade, acompanhando percursos de vidas marcados pelo preconceito, pela resistência e pela sociabilidade.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO, Louise; RIETH, Flávia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto bem cultural. SCHIAVON, C. B.; PELEGRINI, S. (Orgs.). **Patrimônios plurais**: iniciativas e desafios. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 131-147, 2016.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. V. 1. Petrópolis: Vozes, 2007.

DAWSEY, John. A grota dos novos anjos mineiros: imagens do campo na cidade. **Revista USP**, São Paulo, v. 69, n. 69, p. 135-148, 2006.

DAWSEY, John. Bonecos da Rua do Porto: performance, mimesis e memória involuntária. **Ilha**, Floripa, v. 13, n. 1, p. 185-219, 2012.

INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 44, p. 21-36, 2015.

KOSBY, Marília Floor. **Alma-caroço**: peregrinações com cabras negras pelo extremo sul do Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

NUNES, Juliana dos Santos. **"Somos o Suco do Carnaval"**: A marchinha carnavalesca e o cordão do Clube Social 24 de Agosto. Monografia (Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

SCHLLE, Aldyr Garcia. **Contos de Verdades**. Porto Alegre: Editora Ardotempo, 2011.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.



Créditos do Diário

Textos: Joanna Munhoz Sevaio, Vagner Barreto, Juliana dos Santos Nunes, Simone Fernandes Mathias, Patrícia Santos da Rosa, Airton Rodrigues Cardoso.

Desenhos: Flávia Maria Silva Rieth

Fotografia e Poema 17: Juliana dos Santos Nunes

Edição: Flávia Maria Silva Rieth e Juliana dos Santos Nunes

Revisão: Vagner Barreto





GT 25: Arte, Cultura Material, Técnica e Cosmovisão latino-americana

Crochê *Jacquard*: etnografando uma referência cultural na cidade de Jaguarão-RS

Miriel Bilhalva Herrmann - PPGANT- UFPEL

Flávia Rieth - PPGANT- UFPEL

Luciene Mourige Barbosa -PPGANT- UFPEL

Crochê *Jacquard*: etnografando uma referência cultural na cidade de Jaguarão-RS

Miriel Bilhalva Herrmann – Universidade Federal de Pelotas
Flávia Rieth – Universidade Federal de Pelotas
Luciene Mourige – Universidade Federal de Pelotas

Resumo:O presente trabalho consiste na pesquisa de mestrado em andamento sobre o saber-fazer do artesanato em lã crua produzido por artesãs na cidade de Jaguarão,RS. Embora sejam empregadas diversas técnicas para a confecção de peças de lã, para este estudo é dada ênfase ao crochê *jacquard*, realizado somente nesta localidade e por mulheres. Por intermédio deste ofício temos a construção de uma referência cultural em processo de Inventário junto ao IPHAN que particulariza Jaguarão na região fronteiriça no pampa brasileiro. Esse saber-fazer é uma atividade manual onde o artesão faz todo o processo de manufatura, da retirada da lã até o artefato final. Na materialidade resultante desse artesanato a peça em lã crua é tecida a partir das experiências, reciprocidades, subjetividade e criatividade das artesãs. Nesse contexto, através da pesquisa etnográfica, busca-se compreender a produção do artesanato em lã e os aspectos que o constituem como a transmissão de saberes, as relações existentes entre as artesãs e grupos de artesãs e como as peças estão inseridas no cotidiano da comunidade em uma região criadora de ovinos. A pesquisa está vinculada ao Inventario Nacional de Referências Culturais (INRC)-Lida Campeira que busca identificar, descrever e reconhecer as lidas realizadas no campo sul-rio-grandense, como a criação de bovinos, ovinos e eqüinos e os saberes e modos que envolvem esses trabalhos, como referência na constituição da cultura pampeana e para o patrimônio cultural brasileiro.

Palavras- chave: artesanato em lã, crochê em *jacquard*, materialidade

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste na pesquisa de mestrado em andamento sobre o saber-fazer do artesanato em lã crua produzido por mulheres na localidade de Jaguarão-RS, procurando abranger o processo artesanal, que começa com a produção de ovinos até a feitura das peças, que compreende diversas relações entre humanos, objetos e conhecimentos. Dando ênfase para a técnica do crochê em *Jacquard* que particulariza a localidade, o estudo está vinculado ao

Inventario Nacional de Referências Culturais (INRC) – Lida Campeira. O INRC Lida Campeira busca identificar, descrever, reconhecer os trabalhos realizados no campo sul-rio-grandense, como a criação de bovinos, ovinos e eqüinos e os saberes e modos que envolvem esses trabalhos, como referência na constituição da cultura pampeana e para o patrimônio cultural brasileiro. Por meio de pesquisas que estavam sendo realizadas pelo INRC, a pesquisa se ampliou no sentindo de perceber no crochê em *jacquard* não como um conhecimento isolado, mas que está em relação com o fluxo, como uma malha, que se entrelaça com o campo, conhecimentos, animais, pessoas, materiais.

A cidade de Jaguarão localiza-se no extremo sul do Rio Grande do Sul, região do Alto Camaquã e faz fronteira com a cidade de Rio Branco no Uruguai. Seu território localiza-se numa extensão do bioma pampa, que compreende a metade sul do Estado, assim como parte da Argentina e Uruguai. A sua formação se iniciou através de um acampamento militar em 1802, constituído para a proteção da fronteira que estava se estabelecendo. Constituindo-se como uma localidade de trocas entre uruguaios e brasileiros, de um comércio fronteiriço baseado na pecuária e agricultura. Na área do agronegócio, está ligada especialmente a produção de arroz e soja e na pecuária se destacam os rebanhos de bovinos e ovinos, a pecuária de ovinos é predominantemente de pequenos produtores familiares. Nesse sentido Jaguarão está entre as cidades do Estado do Rio Grande do Sul produtoras de lã, para tanto possui a Cooperativa de Lãs Mauá, conseqüentemente com abundância de matéria-prima disponível, propiciou o desenvolvimento do artesanato em lã.

Embora o artefato/objeto artesanal seja um produto e deva ter a justa valorização nas relações comerciais, o artesanato não é simplesmente uma mercadoria, pois nele estão intrínsecos as transmissões de conhecimento, as narrativas vividas, os valores, as crenças e toda uma série de relações sociais e culturais de um grupo, de uma localidade ou de uma região. O tecer já era exercido pelas culturas indígenas, anterior à chegada dos colonizadores, pois teciam com diferentes tipos de fibras, como o algodão. Logo com a vinda dos padres jesuítas em meados do século XVII, foram introduzidas outras técnicas de fiação e a tecelagem em teares rústicos, com a introdução de ovinos pelos colonizadores, utilizando-se assim da lã de ovelha. A tecelagem é um trabalho

artesanal que envolve diversas técnicas que são realizadas predominantemente por mulheres (EGGERT, 2011). É um saber-fazer que tem maior expressividade nas regiões da campanha, devido a tradição na criação de ovinos.

As artesãs da cidade de Jaguarão/RS realizam o artesanato em lã, desenvolvem e confeccionam peças diversificadas, das quais se destacam elementos do vestuário regional como ponchos, palas e ruanas, característicos da indumentária da região da campanha e utilizados na lida campeira, peças que são identificadas como símbolo do ser “gaúcho”.

No Rio Grande do Sul, o artesanato em lã, técnica artesanal que mais se destaca, pois este ofício constitui uma referência cultural no Estado, uma vez que este é o maior produtor de lã do Brasil, sendo responsável por mais 90% da produção nacional segundo dados do IBGE (2016). De acordo com Kosby e Silva (2013) a criação de ovelhas é característica de regiões do pampa e campanha, faz parte da pecuária familiar, utilizando a sua carne para o consumo diário e local e a lã na utilização para o artesanato confeccionando diversas peças, tanto utilitárias como decorativas. Esse saber-fazer, o tecer fios de lã inicia da necessidade de se proteger do frio. Dessa forma as mulheres no meio rural produziam peças como ponchos, cobertores, xergão, mantas, entre outros, “como regra geral”, no Estado, “o trabalho masculino se desenvolve na lida de campo com o gado, enquanto o trabalho feminino se volta para as lides domésticas” (BARBOSA LESSA, s.d., p. 108 apud EGGERT, 2011, p.61- 63). Estas lides ou trabalhos eram passados já na infância para as meninas, de geração em geração, eram diversas atividades manuais atribuídas ao espaço privado.

Barbosa Lessa destaca que as mulheres tinham grande habilidade com trançados, inicialmente teciam fios grossos em teares rústicos, xergões, ponchos, cobertores, faziam diversas peças para o uso da família, atualmente são produzidas peças mais leves, e os ponchos popularizaram e começaram a serem utilizados por mulheres, crianças, pois eram utilizados somente em áreas rurais por homens para combater o frio (EGGERT, 2011). Lody (1983) nota que o poncho gaúcho feito manualmente eram peças utilizadas por

homens pobres e que a classe de estancieiros mais abastados usavam ponchos de lã industrializada.

Conhecer o artesanato em lã implica seguir um caminho que inclui uma grande variedade de técnicas, saberes e fazeres, um pluriverso, que inclui diferentes tipos de lã, materiais, formas de fazer e produtos. A construção do conhecimento também se faz presente no engajamento com as coisas, por sua vez conjuntas às atividades práticas e cotidianas. Em consonância com as concepções teóricas de Tim Ingold (2007), as coisas têm suas vidas estendidas por múltiplas linhas compostas por fluxos de materiais e contínuos movimentos e nos contam histórias.

O pensamento ocidental está edificado na divisão do mundo em dois: humanidade e natureza, seres ou coisas que pertencem ao domínio da Humanidade (cultura), enquanto outros que pertencem a ordem natural (natureza). Esta segregação dos seres nessas camadas disitintas - natureza e cultura - é apontada por Latour como não mais existente, pois os seres são libertados e vistos enquanto participantes de um mundo comum, o mundo coletivo (LATOUR, 2001, p.23).

Corroborando com as conpeções de Tim Ingold, o habitar nesse mundo coletivo, juntamente com a perspectiva da vivência (dwelling - perspective) estão associados a atividades (task), tecnologias, mobilidades e a um engajamento criativo e orgânico, pois traz para si um fluxo de vida que alimenta capacidades de interação e aprendizados, mnemonicas[1], de sentidos e sentimentos diversos (INGOLD, 2000).

E nesse contexto insere-se o artesanato de lã produzido pelas mulheres em Jaguarão, um ofício que possui em sentido prático, um aprendizado que se desenvolve de modo informal, por meio da observação e da prática de aprender a fazer (INGOLD, 2010). Essas capacidades de aprendizado, as tecnologias e a mobiblidade das peças confeccionadas, juntamente com dualismo artesã e objeto em algumas circunstâncias podem ser abordadas de forma limitada. A fim de se distanciar desta visão reducionista, de sujeito em

[1] Técnica, como por exemplo a associação de .ideias, que facilita a memorização de informação. "mnemónica", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, https://dicionario.priberam.org/mnem%C3%B3nica [consultado em 16-06-2019].

oposição ao objeto, Bruno Latour diz que é preciso direcionar o olhar para o fato de que, enquanto essa oposição proibia a troca de propriedades, a dualidade humano e não humano faz essa permuta ser necessária, na medida em que elas “permitirão preencher o coletivo de seres dotados de vontade, liberdade, de palavra e de existências reais” (LATOUR, 2004, p. 120).

Seguindo por esta perspectiva, Latour enfatiza que os “humanos e não humanos”, podem permutar suas propriedades, coma finalidade de compor em comum a matéria-prima do coletivo (LATOUR, 2004, p. 119). É o que se observa em relação ao artesanato produzido com lã crua feito em Jaguarão pois, na relação de humanos – não humanos (pessoas e animais, neste caso as ovelhas), nos elementos materiais e materialidades das peças confeccionas estão intrínsecos gestos, técnicas, habilidades, conhecimentos, mobilidades que apontam para os humanos que têm competências e experiência ligados a ofícios diferentes, como por exemplo o criador de ovelhas, esquilador, veterinarios, artesãs, comerciantes, Emater, Senar, entre outros.

OS MATERIAIS NA VIDA

Lançando o olhar sobre o artefato – a peça em lã, pelo viés traçado por Ingold,temos como produto final uma “coisa”. A coisa é um “acontecer”, um lugar onde diversos “aconteceres” se entrelaçam e ela não é um só fio, mas um agregar de fios da vida (INGOLD, 2007; 2012, p.26). Assim como a coisa de Ingold é esse artesanato em lã, a cada fio agregado para tecer a peça, quer seja por meio de teares ou pelas mãos das artesãs, entrelaçam-se as linhas de suas vidas cotidianas, num emaranhado de vivencias, memórias e conhecimentos. A peça feita em lã, artefato final, é uma coisa que traz em si a multiplicidade de materiais, de matérias, de relações.

O pala, não é somente um pala, mas sim o artefato resultante da dualidade humanos e não humanos, num mundo coletivo onde tudo está em relação. Observar uma coisa não é ser trancado do lado de fora, mas ser convidado para a reunião é seguir os materiais procurar entender como eles fluem e se coisificam – sem um privilégio da ação humana sobre os materiais. Ao invés do desenho mental projetado pela artesã, por que não voltamos nossa atenção

também para a lã e observar seu engajamento com os materiais (INGOLD, 2012). Assim, em entendimento com as idéias de Ingold, convidamos o leitor a observar a coisa e o chamamos para seguir o fluxo dos materiais que, nesse contexto, se dá nos caminhos da lã. Pela narrativa da dona Cenilza, artesã jaguarense, começamos a “desenrolar o velo”:

> A ovelha nós tirava a lã, nós ali não tinha muita era uma, duas, no máximo, mas meu avô sempre pegava a lã de outros que tinham e outros que não usavam também. Porque agente tinha ovelha ali, daí esquilava, meu avô fazia, e ele também trabalhava como esquilador na região, nas cabanha da volta e já usava a lã pra fazer coberta, travesseiro, os colchão fazia tudo. Lido com lã desde pequena, as mulheres sempre trabalhavam com lã, a minha vó fazia beneficiamento, lavar, abrir, o crochê a minha vó não fazia, as filhas sim faziam tudo essas lida do bordado e coisa. As vezes vinha as minhas tias,ai fazia aquele mutirão ali, até mesmo a vizinhança também fazia mutirão lavavam lã, faziam tudo, quando tinha muita lã, quando era um velo só não. A mãe e a vó, todas faziam, mas naquele tempo era só pra gente mesmo, não era pra vender. Faziam, trabalhavam mais no tricô,com tear eram poucas que trabalhavam,no tear tinha uma vizinha a Dona Celina que ela trabalhava, ela fazia xergão, mas nós mesmo na minha família naquele tempo era só tricô, algumas faziam crochê, mas muito poucas. Depois a minha mãe começou a trabalhar com tear de parede, com xergão e cobertor, as peças de roupa era tudo no tricô ou no crochê. O fio a minha mãe fazia, as minha tias,a minha vó era mais pra mandar, a minha vó nessas parte de artesanato assim, de trabalho manual ela não fazia, ela só ficava na comida, bom a costura ela costurava é um trabalho manual. Fio eu já era mocinha,o tricô eu aprendi com nove anos, agora mexer na roca assim, era só gente grande,criança não podia mexer, que nem na maquina de costura da minha vó, era só pra olhar de longe. Cardar, abrir, lavar isso fazia, estender, ficava aqueles arame cheio de lã. Faço todo o trabalho da lã e o fio utilizo ele no tricô, trabalho no tricô, feltragem, jacquard.”

Fazendo uma leitura atenta à narrativa da dona Cenilza, percebemos que o caminho da lã tem inicio do campo com a criação de ovinos, uma atividade pecuária que envolve pequenos agricultores familiares.Diversos cuidados estão envolvidos na criação dos animais como melhoramento genético do rebanho, fazendo a seleção de animais evitando cruzamentos, pois cada raça tem um tipo determinado de lã, cuidados em relação à alimentação e tratamento de doenças parasitárias, cuidado com as fêmeas na gestação, assim como o momento propicio para a esquila. Tudo isso influência a qualidade e a quantidade da lã que o animal vai produzir durante a sua vida. Assim como sol, a urina, os excrementos, influenciam na coloração da lã, pois a camada de lã mais externa, vai ficar mais queimada, do sol, a lã mais

próxima as genitais também vai apresentar variação na cor. As artesãs dizem que um mesmo velo retirado de uma mesma ovelha pode conter mais de uma tonalidade. As impurezas na matéria – prima influenciam na escolha da lã e na fabricação da peça.

A obtenção da matéria – prima, neste caso a lã, é feita través da tosquia da ovelha num contexto rural e envolve uma relação e enganjamento com o animal. Denominada esquila, essa atividade é realizada em determinado período, no inicio da primavera quando as temperaturas começam a aumentar e também quando o animal já estará com uma quantidade de lã maior, esse processo é uma forma de propiciar o bem-estar do animal, assim como abastecer o mercado da lã.A lã que foi produzida este ano será utilizado para a produção artesanal do ano seguinte. Pois essa lã termina de ser retirada em dezembro e meados de janeiro.

> “A tosquia é uma vez no ano, mas na verdade sempre tem, na cooperativa sempre tem qualquer época. A lã branca agente compra lá, a lã escura agente ganha, compra, a maioria é ganhado, porque não vale nada a lã escura eles preferem dar,botar fora do que vender.”

Há dois modos de esquilar, a manual “esquila a martelo”, que é a forma tradicional de retirada da lã da ovelha, onde usa-se uma tesoura de tosquia, ferramenta feita em aço composta por duas folhas, a denominação é devido ao som das tesouras ser característico de martelos batendo. Em geral, estas tesouras são construídas pelos próprios esquiladores e, como um artefato familiar, são passadas as gerações futuras. As peças que não mais se adequam à esta atividade tem suas laminas reaproveitadas, usando o termo de Ingold, voltam a vida como facas. Um esquilador tem que ter habilidade no manuseio da sua ferramenta, e esta competência é adquira como passar do tempo através da prática e um conhecimento transmitido através das gerações. A perícia no momento da feitura da tosquia vai determinar a qualidade da lã para o artesanato.

O próximo passo é a classificação e o embolsamento da lã que vai ser selecionada para comercialização e utilização no artesanato. Envolve grupos de trabalhadores que são contratados pelos produtores somente nessa época, são chamados de comparsas. A classificação da lã pode ser feita pelo próprio produtor, na qual essa lã dependendo da quantidade é utilizada para o uso da

propriedade, na confecção de tapetes, xergão para montaria, cobertas, outros produtores vendem essa lã diretamente para artesãs que vão até a propriedade no dia da esquila para selecionar pessoalmente a melhor fibra para os seus trabalhos artesanais. O artesão adquire este material diretamente com os produtores de ovinos, que são vizinhos, amigos ou conhecidos que oferecem essa lã diretamente aos artífices. Nessa compra direta o artesão consegue escolher os melhores velos em relação a coloração, textura, cheiro, impurezas, finura da lã para o seu artesanato. Em alguns casos parte do pagamento para o produtor se da por meio de trocas em peças tecidas. Assim como também pode ser adquirido na cooperativa de lã, sendo comprada em velos sujos ou também em tops na qual a lã vem pronta para fazer o fio. E há aqueles que vendem direto para a cooperativa.

Seguindo o fluxo da matéria-prima, é feita a lavagem para retirar a gordura natural, terra, vegetais que estão aderidos a fibra, podendo ser realizada com água e sabão, um procedimento feito repetidas vezes até que lã esteja limpa por completo.

> “A lã agente pega, separa os garreios e lava, agora agente ta lavando por pedaços,lava as costas, em cima assim pra tirar a lã melhor pra fazer roupa e agente faz com a parte das costas da ovelha que não pega sujeira, a maioria dos garreio se bota fora né, ai agente perde 30% da lã, muitas vezes não da pra aproveitar muitos não presta, as vezes agente aproveita no xergão, quando dápra aproveitar.”

> “A lã assim de preferência agente lava toda ela no verão, seca mais rápido, na verdade agente trabalha o ano inteiro, porque agente lava e tem que fazer todo o outro processo,fiar e depois trabalhar. Agora a máquina de lavar ajuda a centrifugar,ai seca mais rápido. A lavagem tem que ser manual, só a centrifugação pode ser na máquina, a lá demora muito a secar.”

Cada artesã tem sua forma peculiar e fazer a lavagem, umas preferem deixar de molho na água quente em um tanque ou balde, mas não fervida, um dia inteiro, logo lava com sabão neutro e enxágua em água corrente, enquanto outras preferem usar sabão em pó. Entretanto, as artesãs mais antigas dizem que o sabão em pó deixa a lã quebradiça, logo terá um fio de baixa qualidade, sem resistência. Ainda há as usam detergente neutro e bicarbonato amônio, a lã é colocada em um tanque juntamente com esses produtos e em seguida despeja também água quente, mas não fervendo utilizando um cabo de

madeira que servirá para movimentar a lã e facilitar que a sujeira solte da lã, em seguida retira-se desse tanque e ela deve ser levemente friccionada enquanto enxágua em água corrente, depois de feito isso é colocada para secar ao ar livre.

> “Depois de lavar ela e seca agente tem que abrir pra tirar o resto da sujeira que ficou. Lava com detergente e água morna não pode ser fervendo a água, tem que ser morna pra não feltrar e também não pode mexer muito. Tem só que dar umas mexidinhas nela, bota dentro de um balde, ai bota detergente e água, e da umas mexidinhas nela, não muito forte as mexidas, tem que ser devagarzinho pra não estragar a lã, se agente der uma mexida muito forte já se foi a lã, ai perde.”

Seca a lã, chegamos a mais uma etapa do caminho que é o cardemanento. Cardar é uma forma de pentear a lã, possibilitando a retirada de nós que ficam na lã, assim como algumas impurezas que não saíram na lavagem, podendo ser feito através das cardas manuais ou cardas de tambor. A carda manual é composta por duas escovas de madeira em que as cerdas são de fios de aço, utilizando as duas fazendo movimentos em sentidos opostos consegue deixar a lã com a fibra desembaraçada. É um instrumento durável se forem tomados alguns cuidados. Já a carda de tambor é uma base de madeira e cada extremidade tem uma estrutura onde se fixa dois tambores rotativos revestidos por cerdas de fios de aço, esses tambores são acionados por uma manivela que há ao lado de uma extremidade lateral, colocasse as mechas de lã presa entre os tambores que quando movimentados deixem a lã penteada, permitindo deixar as fibras no mesmo sentido. Ambos materiais são adquiridos de fora da cidade, pois na localidade não se encontra a manta que tem os “dentes” de aço e custo elevado.

> “Depois dessa etapa de seca, tem que abrir pra tirar o resto da sujeira, ai depois agente carda, depois da lã penteada em pastas, vai e faz o fio na roca e vamo pra peça.”

Devidamente cardada é o momento de transformação em fio. O fiar pode ser feito nas rocas manuais, rocas elétricas ou no fuso. A mais utilizada é a roca de pedal, geralmente é uma mesa de madeira apoiada sobre uma base, com uma roda de ferro montada numa das extremidades, está é acionada por um pedal, que movimenta a roda, que fia e enrola o fio. As rocas são construídas pelas próprias artesãs, algumas aprendem a construir através de tutoriais na internet

ou olhando como é a estrutura da roca de outra artesã. Evidenciando que estes saberes estão em circulação e não fechados em si, numa constante relação entre materiais e ambiente.

Do fio pronto para o tingimento, necessário para se obter mais variedades nas tonalidades de cores, pois a lã de ovinos oferece tonalidades de velo branco, marrom e cinza. Esse processo pode ser realizado com produtos químicos, que oferecem diversas tonalidades. Mas também pode ser feito o tingimento natural, que é muito utilizado pelas artesãs da localidade. Elas usam ervas que tem disponível no ambiente onde vivem, como carqueja, erva-mate, macela, cochonilha, como também a casca da cebola, beterraba entre outros. Elas fervem as cascas ou a erva de chá, após fervida tira esse material, mergulha a lã primeiro na água fria, depois coloca na água com tintura e deixa ferver para pegar a cor, coloca-se vinagre e sal para firmar a cor, deixando a água do tingimento esfriar com a lã.

Lã tingida pronta para ser tecida! Entram em cena os teares, que darão forma aos fios ou a agulha de crochê no caso do *jacquard*. Existem diversos tipos e tamanhos de teares, são adquiridos prontos, podem ser herdados ou mesmo construídos pelas próprias artesãs. Tem tear de prego, dentre os teares de prego tem o retangular para fazer peças como poncho, xergão, tapetes, também tem o tear de prego circular especialmente para fazer boinas e peças neste formato, tem o tear de prego hexagonal, as peças feitas neste tear formam tecidos que parecem uma teia de aranha, a artesã que trabalha nesse tear conta que a técnica é indígena, denominada Nhanduti que significa “teia de aranha”.Há também o tear de parede, que as artesãs chamam de tear rústico, tear de pente, estes teares na sua grande maioria são feitos em madeira.

Peça pronta e o caminho continua! Buscou-se evidenciar, seguindo as ideias de Ingold é a primazia aos processos de formação ao invés somente do produto final, que é a peça de lã pronta, bem como aos fluxos e transformações dos materiais ao invés dos estados da matéria. Conforme o autor, em um mundo onde há vida, a relação essencial se dá não apenas entre a matéria e forma, reduzida ao modelo hileomórfico ou somente a substância e atributos, mas se dá entre materiais e forças. Trata-se do modo como materiais de todos os tipos, com propriedades variadas e variáveis, são avivados pelas forças do

cosmo, misturadas e fundidas umas às outras na geração de coisas (INGOLD, 2012, p.26). Neste caso, do artesanato em lã, trata-se de como os materiais envolvidos na confecção da peça, bem como a relação humano e não – humano para obtenção da matéria – prima estão entrelaçados e gerando este artefato final.

CROCHÊ EM *JACQUARD:* TÉCNICA, SABERES, RELAÇÔES

Dentro desse emaranhado de técnicas, saberes, conhecimentos, temos a técnica artesanal crochê em *jacquard*, que é desenvolvido na localidade de Jaguarão/RS. O crochê em *jacquard* é uma técnica que consiste no trabalho artesanal, feito com lã natural, ou seja, não industrializada onde são utilizados dois ou mais fios de lã com cores diferentes, realizado no crochê, originando a formação de desenhos e estampas variados durante o entrelaçamento dos fios, as estampas são realizadas a partir de gráficos de ponto cruz.

> "O jacquard ele é feito, é começando coma corrente e a correntinha é do tamanho da peça, se vai fazer um pala tem que ser a correntinha do tamanho da peça e é carrero só de ida, a gente chega no fim e arrebenta e volta, volta com a outra cor ou a mesma, dependendo do teu desenho. É só cuidar pra botar sempre a mesma quantia de fio pra não ficar bico, e vai fazendo, o fio tem que estar sempre no primeiro ponto e não no nó. Fio conduzido é quando tem a mudança de cor, que o fio da outra cor fica por baixo, ai tu vai conduzindo ele até chegar na altura do teu desenho e o segredo maior do jacquard é quando tu vai trocar de linha, ai tu já fecha o ponto com a cor que tu vai mudar e é sempre assim. Tem que ser os fios também sempre da mesma espessura se não da diferença no teu trabalho, se tu colocar um fio fino e um fio grosso ele ai ficar deformado. O desenho vai contando os pontos que tem no gráfico. Esse é o ponto baixo (crochê comum) ele é todo feito em ponto baixo, é tu puxar a laçada, ai fica com duas laçada na agulha e fecha as duas com uma outra laçada."

A origem do artesanato em crochê jacquard na cidade não há como precisar, o que há são relatos de que a técnica chegou a região por meio de feiras francesas e sobrevivendo aos tempos por conta das famílias que continuaram transmitindo a técnica. Então desde o ano de 2004 com a constituição de uma Associação este artesanato ganhou visibilidade, pois artesãs que detinham a técnica uniram-se e começaram a passar esse saber/fazer para outras mulheres. A artesã Nilma relata que aprendeu a fazer artesanato em lã com a

mãe, mas a técnica do *jacquard* aprendeu com outra artesã, que havia aprendido com a avó e mãe.

> “O jacquard em Jaguarão o ano não tenho idéia, o que contam ai que através das freiras, uma freira que veio da França e que começou a passar o jacquard, a quanto tempo isso não tenho idéia, mas diz que é, e tem varias pessoas que fazem a dona Nilza, a Carlota, a Vivika, a Elci acho que não faz jacquard, só tear, a Dona Neli acho que faz também. Essas são as que fazem, agora já são poucas que fazem, muitas fazem mas não trabalham com essa lã, trabalham com lã sintética”

Esta técnica se destaca como característica do local. Um processo que envolve conhecimentos, relaçõesque começam com os animais. Essa técnica começou a ser percebida como única, a partir do momento que as artesãs constituíram uma Associação e começaram a participar de feiras e exposições no Estado, a partir disso perceberam que não haviam artesãs ou grupos de artesãs de outras regiões do Estado que fizessem o crochê em *jacquard*, pois o artesanato em lã comumente é tecido em teares, e o jacquard as peças são tecidas com agulha de crochê. A partir disso perceberam que este conhecimento precisava ser preservado e assim se da inicio a formação de uma rede em busca de preservação e desenvolvimento desse conhecimento. Constituindo uma relação de reciprocidade, que segundo Sabourin (2011, p.32) essas relações “geram valores humanos” que sustentam a rede.

É uma atividade desenvolvida por mulheres que aprenderam com suas mães e avós, sendo transmitida através das gerações, que na sua grande maioria é oriunda do meio rural, na qual experenciaram um modo de vida em que aproveitavam tudo que cultivavam e criavam. Com a criação de ovinos, usavam a carne e a lã, dessa lã as mulheres faziam varias coisas, como vestimenta e utensílios para o consumo da família, essas artesãs inseridas no meio urbano, permanecem fazendo esse artesanato buscando passar esse conhecimento ensinando para outras mulheres, seja no circulo de amizades e vizinhanças ou também por meio de cursos oferecidos pela Associação dos Artesãos de Jaguarão, Emater e Senar que se configuram como uma malha de relações que se empenham em ampliar e desenvolver mais esse saber-fazer.

TECENDO IMAGENS



























CONCLUSÕES

O artesanato em lã se constitui a partir de diferentes técnicas, conhecimentos disseminados pelo Pampa Brasileiro e o *jacquard* se configura como uma dessas técnicas e que particulariza a localidade de Jaguarão. Seguir os caminhos da lã implica em compreender uma grande variedade de técnicas de confecção, e o seu Universoinclui rocas manuais e rocas elétricas, cardas manuais e cardas de tambor, diversos tipos e tamanhos de teares, materiais que são adquiridos prontos, herdados de geração em geração, assim como, também, construídos pelas próprias artesãs e artesãos. São diversos elementos que constituem esse bem cultural que formam um “agregado de fios vitais” (INGOLD, 2012, p. 29) que se entrelaçam a partir de relações, encontros e trocas.

É um saber que se revela na relação entre humanos, coisas e ambiente. Tim Ingold coloca que “estas interaciones se realizam mediante campos de fuerzas y em los flujos entre cuerpos y los materiales com los cuales se trabaja según una serie de acciones y procesos (INGOLD, 2010, p.91). Portanto este conhecimento não é inerte, fixo está em movimento, experenciando um sucessivo desenvolvimento em função das suas diversas relações.

Um conhecimento que é alcançado a partir da experiência, vivencia com o mundo vivido, que se amplia ao passo em que novos caminhos e relações com os materiais são colocadas. E esse engajamento possibilita pensar os materiais mais do que simples objetos resultante da ação humana, além da sua funcionalidade, e assim reconhecê-los como coisas que são parte da vida, pois estão todos no mesmo mundo, animais, coisas, pessoas e fazem parte deste.Dessa forma evidenciando a complexidade e diversidade implícita na materialidade, em que tudo está em relação, misturadas e emaranhadas.

Além disso este saber-fazer esta em processo de patrimonialização, por isso se revela a importância em trazer a vida esses objetos envolvidos no processo desse artesanato.Esses materiais utilizados no processo artesanal envolvem diversas relações que se constroem no caminho, no fluxo da vida. Então é importante seguir os materiais, pois nos possibilita compreender essas

relações que se evidenciam através dos conhecimentos que são transmitidos, compartilhados e aperfeiçoados nas experiências dessas artesãs.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, Denise Y. y Elvira Espejo. **El textile tridimensional: la naturaleza del tejido como objeto y como sujeto**, La Paz, 2013.

EGGERT, Edla. **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, v. 18, n. 37, 2012.

_____.**Da transmissão de representações à educação da atenção.** Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, 2010.

_____. Writening text, reading materials: A response to my critics. Archaelogical Dialogues, 14, pp 16-20. cambridge

_____. The perception of environment: **Essays in Livelihood, Dwelling and Skill**. London/ New York, Routledge, 2000.

KOSBY, M.F.; SILVA, L.B.M.D. INRC – **Lidas campeiras na região de Bagé/RS:** inventário dos ofícios e modos de fazer da pecuária no Pampa. Revista Perspectivas Sociais, v. 2, n. 1, 2013.

LATOUR, Bruno. Políticas da natureza: **Como fazer ciência na democracia**. Bauru, EDUSC, 2004.

_____. **"A ecologia política sem a natureza?"**. In: Projeto História, n. 23, 2001.

LODY, Raul Giovanni. **Artesanato brasileiro**:Tecelagem. 1. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, ano 13, nº 27, p. 24-51. Porto Alegre, 2011.

TESSITURAS
Revista de Antropologia e Arqueologia

Marília Floôr Kosby

MULHERES, VACAS E PARTOS NAS PECUÁRIAS DO EXTREMO SUL DO BRASIL: relações transespecíficas a partir do encontro entre antropologia e epistemologias feministas

WOMEN, COWS AND BIRTHS IN THE LIVESTOCK IN THE EXTREME SOUTH OF BRAZIL: transespecific relations based on the encounter between anthropology and feminist epistemologies

RESUMO

O presente artigo pretende descrever a atitude epistemológica de construção de uma proposta de trabalho antropológico atento às relações humano-animal, que teve como ponto de partida o acompanhamento de partos de vacas, em ambientes de "criação familiar" do sul do estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Neles, a presença ativa e vigilante de mulheres nos permite conhecer como elas percebem suas vacas como atrizes sociais, companheiras, dotadas de intencionalidades. Mas sobretudo, nos encoraja aprender, com essa vitalidade afectiva dos saberes que constroem juntas, uma forma de transgredir certos disciplinamentos científicos – que não só se fundam na diferenciação entre humanos e animais como prolongamento da diferença entre natureza e cultura (DESCOLA, 2005), assim como, na distribuição de suas legitimidades epistemológicas, coloca o saber criado por mulheres à margem.

PALAVRAS-CHAVE: Relações humano-animal; epistemologias feministas; etnografias da pecuária

---

ABSTRACT

This article intends to describe the epistemological attitude of constructing a proposal of anthropological work attentive to human-animal relations, whose starting point was the follow-up of calving of cows in environments of familial livestock in the southern Brazilian state of Rio Grande do Sul. In these case, the active and vigilant presence of women allows us to know how they perceive their cows as social actresses, companions, endowed with intentionalities. But above all, it encourages us to learn, with this affective vitality of the knowledge they construct together, a way of transgressing certain scientific disciplines, which are based not only on the differentiation between humans and animals as an extension of the difference between nature and culture (Descola, 2005), but also on the distribution of its epistemological legitimacies, that places the knowledge created by women on the sidelines.

KEYWORDS: Human-animal relations; feminist epistemologies; ethnographies of livestock

"A diferença entre o homem e os animais? Ela não a conhece. Ela não tem homem.". Traduzida aqui livremente[1], essa anedota feita entre vizinhas criadoras de vacas no norte de Portugal, inicia o livro Être *bête* (2007, p. 11), das etólogas Vinciane Despret e Jocelyne Porcher. Na obra, Despret, que é também professora do Departamento de Filosofia da Universidade de Liège/Bélgica, e Porcher, pesquisadora do *INRA (Institut National de la Recherche Agronomique/França)*, trazem as discussões suscitadas em uma pesquisa realizada entre Bélgica, França e Portugal, com criadores e criadoras que mantém relações de trabalho cotidianamente com seus animais de criação, particularmente porcos e vacas. Como a anedota deixa antever, a questão colocada de início pelas pesquisadoras aos seus interlocutores era "qual a diferença entre o homem e os animais?", ou "qual a diferença entre os seres humanos e os animais?".

A pergunta, tal como pensada pelas autoras, foi deslocada e transformada durante todo o processo de pesquisa. Primeiramente, pela constatação de que era impossível para os interlocutores, a partir de tal interpelação, falarem de animais sem tratarem de descrever como vivem os humanos que vivem junto desses animais. Assim, a *diferença* era descrita mais como sendo entre certos humanos do que entre humanos e animais, estando atrelada às diferenças locais, contextualizadas, vividas: "De qual vaca vocês falam? Com qual criador ela vive?" (idem, p. 24). Ou ainda, dava-se atenção àquela diferença entre seus animais de criação: determinada vaca, determinado porco, que apresentavam certa capacidade de surpreender, certos traços de personalidade curiosos; ou ainda à diferença entre as formas de se organizar de porcos e vacas.

Segundo, porque as criadoras e criadores propunham, ao devolverem a interrogação, sua inversão: demonstravam a pertinência de se conhecer aquilo do que seus animais são capazes. Aqui, interessa mais sua *proximidade* com os humanos, na medida em que são descritas relações cotidianas concretas, particulares, nas quais se dá a construção conjunta de conhecimentos, tendo os bichos iniciativa e capacidade de atribuir intencionalidade aos humanos. Há, entretanto, uma diferença de grau: os animais teriam uma capacidade mais elevada de compreender e antever as intenções humanas, de maneira, às vezes, imperceptível aos humanos (idem, p.56). Assim, nesse constante deslocamento da atenção dada à diferença entre humanos e animais em direção às implicações mútuas de confiança, negociação de vontades e produção de inteligências, a *diferença* daria lugar àquilo que *faz diferença* e que está inextricavelmente ligado às práticas cotidianas com os animais.

As autoras logo percebem que a pergunta que formularam de forma "tão ingênua" ou "sem sentido", na perspectiva de seus entrevistados, tinha como origem uma tendência cientificista de extrair a existência animal da construção dos conhecimentos comuns, da vida, alocando-a em nichos de

[1] Opto por traduzir livremente todos os excertos provenientes de obras em língua estrangeira referidas neste artigo.

conhecimentos específicos, como a zootecnia, a etologia, a zoologia, a biologia, a veterinária, por exemplo. Assim, o vocabulário e a sintaxe que utilizamos espontaneamente para falar dos animais – bem como as maneiras de conhecer e os seres de conhecimento que os acompanham - são interditados pelo saber científico, em favor da imposição de um conhecimento que não interessa aos "amadores". A pergunta "qual a diferença entre os homens e os animais?" não fazia sentido para as criadoras e os criadores entrevistados, não lhes interessava. Não teria sido, portanto, jamais formulada por eles. Um dos interlocutores, inclusive, sugere uma questão mais adequada: "Nós, sem os animais, o que somos?" (ibidem, p. 109).

Em outras palavras, as interlocutoras e os interlocutores de Despret e Porcher se negavam a engajar seu pensamento à ideia de que a diferenças entre humanos e animais é ontológica, que eles seriam naturalmente distintos. Tal noção, que Phillippe Descola (2005) atribui como estando no cerne da antropologia ocidental, coloca aqueles que não percebem tal diferença como uma diferença de natureza, ontológica, como se estivessem eles mesmos presos, ainda, às explicações mitológicas do mundo.

Atentando para a flexão de gênero na palavra "homem", implícita na resposta da interlocutora de Despret e Porcher, o presente artigo pretende levar um tanto mais adiante as proposições destas autoras, no que diz respeito ao aporte que algumas epistemologias feministas podem oferecer (e receber) quando articuladas a pesquisas de campo antropológicas atentas às longas transformações mútuas, esses "devires com", que engendram os fenômenos da co-evolução das espécies companheiras, nos termos de Donna Haraway (2003): em que humanos se tornariam "humanos domesticadores" nos mesmos movimentos ritmados, numa coreografia executada em parceria com aqueles animais, que se tornariam domesticáveis por atualizarem, além de sua intencionalidade, uma capacidade de atribuir intenções aos humanos.

Pretende-se aqui descrever a atitude epistemológica de construção de uma proposta de trabalho antropológico atento às relações humano-animal, que teve como ponto de partida o acompanhamento de partos de vacas, em ambientes de "criação familiar" do sul do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, nos quais a presença ativa e vigilante de mulheres, não só nos permite conhecer como elas percebem suas vacas como atrizes sociais, companheiras, dotadas de intencionalidades, como nos encoraja aprender, com essa vitalidade afectiva dos saberes que constroem juntas, uma forma de transgredir certos disciplinamentos científicos – que não só se fundam no prolongamento da diferenciação entre humanos e animais como prolongamento da diferença entre natureza e cultura (Descola, 2005), como na distribuição de suas legitimidades epistemológicas coloca o saber criado por mulheres à margem (STENGERS, 1991; SCHIEBINGER, 1999; ANZALDÚA, 2000 e 2009; RUDDICK, 2004; HARAWAY, 2003; SEGATO, 2016).

Trata-se, portanto, de ver o que surge de radicalidade no caminho em que vacas parturientes e as mulheres que as acompanham levam uma an-

tropóloga a buscar aporte nas epistemologias feministas para dar conta de alongar as possibilidades da própria disciplina em que atua no campo científico. Ao acompanhar essas mulheres que convivem em proximidade com o coito, a prenhez, o parto e a morte de animais de criação, especificamente as vacas, no universo da pecuária na região da pampa, pretende-se colocar em diálogo as suas noções e teorias com aquelas formuladas no debate acadêmico, em especial com as epistemologias feministas, que permeiam os estudos de pesquisadoras como Donna Haraway (1995; 2008; 2009), Isabelle Stengers (1989; 1991, 2011) e Vinciane Despret (2002; 2004; 2009; 2011; 2012).

As premissas feministas levadas a cabo pelas pesquisadoras supracitadas tomam todos esses elementos (mulheres, vacas, técnicos) como efeitos das relações de conhecimento que estabelecem. Tal prerrogativa desestabiliza as noções de neutralidade e objetividade clássicas do cânone científico ocidental, cujas noções de cientificidade e legitimidade do saber se consolidaram a partir do reconhecimento da atuação majoritária de uma fração muito restrita de pessoas (STENGERS, 1989; 2002). Atentar para o caráter *situado* do ato de conhecer (HARAWAY, 1995) atualiza o fato de este nunca estar desengajado dos corpos políticos daqueles que o praticam.

Entre os anos de 2011 e 2013, atuei como pesquisadora do *Inventário Nacional de Referências Culturais – Lida campeira na Região de Bagé/RS*[2]. Em um campo preliminar ao início do inventário, onde se buscou definir qual seria o universo deste estudo, voltei a ter contato com a rotina de atendimentos veterinários de meu pai, que vive próximo à fronteira com o Uruguai. Desses primeiros diários esparsos, com muitas anotações de cunho memorialístico e poético, surgiu o desejo de realizar uma pesquisa mais sistemática, com temas que haviam ficado à margem dessas observações. Como o universo de mulheres e vacas era muito próximo de minha experiência pessoal, de meus processos de constituição como pessoa, resolvi que abordaria aquilo que havia aprendido ser o seu oposto: as relações entre homens e cavalos.

Em 2014, ingressei no doutorado com um projeto que visava realizar um estudo a respeito de algumas construções de masculinidade a partir da relação entre os gaúchos e seus cavalos. Algumas dificuldades com o trabalho de campo interromperam a realização deste projeto doutoral, cujas principais ideias foram apresentadas alguns anos depois no artigo "Centauros de motocicleta: o cavalo como testemunha do "processo domesticatório" do gaúcho" (KOSBY et al, 2017). Este artigo foi escrito a partir das pesquisas de campo do *INRC-Lida campeira* e de um breve trabalho de campo realiza-

[2] A pesquisa do INRC - Lida campeira na Região de Bagé/RS atendeu a uma demanda da Prefeitura Municipal de Bagé/RS, executada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia. A metodologia, o financiamento e a supervisão foram realizados pelo Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O objetivo inicial do INRC era documentar bens imateriais que são referências para os mais diversos grupos que compõem a região do pampa. Após campo preliminar, optou-se por fazer o recorte da pesquisa a partir dos ofícios associados às atividades de criação de bovinos, ovinos, equinos e caprinos dessa região, num conjunto cotidiano de atividades chamado de "lida campeira".

do via Facebook com um grupo de motociclistas chamado *Ginetes do Asfalto*. Interrompida a disponibilidade destes interlocutores em fazerem entrevistas pessoalmente e aceitarem minha participação no grupo, meu projeto de doutorado teve que ser modificado e passou a tratar das relações entre as cabras da Comunidade Quilombola de Palmas, em Bagé/RS, e alguns terreiros da Região Metropolitana de Porto Alegre – o que culminou com a defesa da tese "Alma-caroço: peregrinações com cabras negras no extremo sul do Brasil", a qual convergiu minha trajetória de pesquisa com religiões de matriz africana e aquela com relações humano-animal.

O fato de ter iniciado uma abordagem via Facebook já era efeito de uma dificuldade em estabelecer contato com redes de homens no universo da lida campeira. Minha estratégia de ingresso no campo havia sido acompanhar alguns atendimentos veterinários de meu pai, o que facilitaria a formação de uma rede de interlocução, além do deslocamento para localidades de difícil acesso. Expliquei qual era o objeto de meu projeto de doutorado – noções de masculinidade a partir das relações entre gaúchos e cavalos – e deixei a critério dele me avisar quando houvesse alguma situação em que poderia acompanhá-lo. Para meu espanto, em nenhuma das vezes em que fui chamada a acompanhar os atendimentos veterinários deparei-me com cavalos, peões ou domadores. Meu ingresso no campo foi direcionado para o acompanhamento de situações que envolviam mulheres e vacas em proximidade com o espaço doméstico (casa e arredores) das propriedades rurais. Embora não fosse esse o foco de minha pesquisa, acabei aceitando todos os convites, com esperança de encontrar algum gaúcho com quem pudesse conversar. Não tendo sucesso em tais tentativas, minha última alternativa foi buscar contato via redes sociais com o grupo de motociclistas *Ginetes do Asfalto*, constituído a partir da substituição dos cavalos pelas motocicletas, em decorrência da urbanização de seus membros. Os homens com quem conversei disseram estar se desvinculando do grupo após "formarem família" e não souberam me indicar amigos ou companheiros de grupo com quem eu pudesse dar continuidade à pesquisa.

Com relação aos atendimentos veterinários, perguntei a meu pai se ele teria tido algum motivo para me chamar apenas para os atendimentos de vacas acompanhadas por mulheres. Não tendo respostas fora dos limites do "acaso", modifiquei a pergunta: por que eu não era chamada a acompanhar os atendimentos a rebanhos ou a equinos? A resposta ganhou densidade: "Porque esses ambientes têm muitos homens e esses homens campeiros não estão acostumados a trabalhar com mulher na volta. Atrapalha o serviço.". Assim, guardei os diários e observações feitas em 2014 para serem revistas mais adiante, depois do doutorado. É esta revisão que apresento agora, cinco anos depois.

Tal "desorganização", acompanhada de uma segregação dos ambientes de homens e de mulheres, que relato ter ocorrido durante minha tentativa de trabalho de campo, pode ser observada também na tese "*The Gaúchos*: male culture and identity in the Pampas", de Ondina Fachel Leal

(1989)[3], onde a autora faz referência às mulheres como instauradoras da "desordem" nos ambientes masculinos.

Em termos de sistematização metodológica, pode-se dizer, portanto, que a pesquisa que dá origem a essas reflexões, foi constituída de trabalho de *observação participante* (INGOLD, 2014) em propriedades rurais onde se pratica a chamada "pecuária familiar", localizadas na região da fronteira do estado brasileiro do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina – mais especificamente pela região que compreende os municípios de Arroio Grande, Jaguarão e Herval. Foram visitadas cinco famílias da zona rural, que convivem diariamente com os animais de criação. Nessas visitas acompanharam-se três partos de "vacas trancadas", com risco de morte para a vaca e o filhote, de vacas de raça leiteira, em três propriedades rurais de pequeno a médio porte; e duas cirurgias para desobstrução digestiva de vacas, também em propriedades rurais de mesmo porte. Estas visitas ocorreram em 2014, mas este artigo está sendo escrito em conversa com os diários anteriores, minhas memórias e aprendizados de "ajudante de veterinário" ou "doula de vacas"[4], que vivenciei durante a infância e boa parte da adolescência.

Todos esses procedimentos, realizados por um veterinário[5], foram acompanhados pelas mulheres, esposas dos donos dos rebanhos e das terras. Em todos os casos onde houve a intervenção destes homens no sentido de realizar eutanásia para evitar prejuízos financeiros – com pagar cesarianas ou cirurgias mais delicadas, ou manter viva uma vaca estéril – as mulheres foram contundentemente contrárias à morte induzida das fêmeas bovinas. Os argumentos giravam em torno da noção de corpo compartilhada (ter útero, mamas, vaginas, engravidar, abortar, copular) e das violências/sofrimentos que diziam já ter sentido por serem mulheres e, especificamente, por já terem engravidado. O veterinário que acompanhei contou-me, com

---

[3] Trabalho antropológico de grande relevância sobre o universo dos gaúchos (homens campeiros) e da lida campeira (trabalho com o animais da pecuária pampeana), a etnografia The Gaúchos: male culture and identity in the Pampas, de Ondina Fachel Leal, é uma referência imprescindível para os estudos sobre o tema. A tese de Leal apresenta o universo da vida campeira como altamente segregado em termos de relação de gênero, do que decorre uma maior intimidade entre homens e fêmeas de outras espécies do que entre homens e mulheres – as implicações éticas desses dados sobre o ethos zoofílico erotizado dos gaúchos com éguas, porcas, vacas, são um dos fatores que contribuíram para o fato de a tese ainda não ter sido traduzida para o português. Conforme aponta a autora (Leal, 1989; 1992a; 1992b; 1997), a constante afirmação da virilidade, da honra e da valentia, por meio da dominação da natureza (associada aos animais e às mulheres), profundamente experienciada na lida campeira, é atributo fundamental à construção da identidade masculina do gaúcho. Assim, ao mesmo passo em que o convívio contínuo com os animais aponta para sua domesticação e amansamento, há a necessidade de que os homens, para se tornarem homens, dominem os animais; quanto mais xucro for o animal, mais potência é atribuída àquele que o dominar (o animal xucro é aquele que não foi domado; no entanto, se um animal foi domado e mantém características bravis ou pouco dóceis, ele também pode ser chamado de xucro). A ambivalência dessa relação se encontra no fato de que ao domesticarem animais, os humanos estão também subscritos numa condição de domesticação, num processo domesticatório, ou nas palavras de Digard (1999), num "sistema domesticatório" - sobre a mútua "domesticação" de homens e cavalos na lida campeira, ver também: Lima (2013 e 2015). Embora este artigo busque conhecer os efeitos que surgem da eficaz atribuição mútua de intencionalidades entre mulheres e vacas, não se ignoram aqui as implicações da intencionalidade atribuída aos homens (e machos bovinos) nas transformações pelas quais humanas e bovinas passam juntas.

[4] A primeira publicação que fiz a esse respeito é o livro de poesia Mugido [ou diários de uma doula], de 2017.

[5] Esse veterinário é também meu pai, mas a partir daqui será nominado no texto apenas como "veterinário", para que seja dada ênfase à sua especificidade técnica.

indignação, de alguns casos extremos de partos com complicações, em que pelo fato de as vacas não conseguirem parir por serem os filhotes muito grandes[6], houve intervenções com uso de máquinas motorizadas, que causaram sérios danos à parturiente – como, por exemplo, o uso de um trator para tentar arrancar um bezerro de pedigree caro do ventre de sua mãe, à revelia da probabilidade de destruição do corpo desta. Em nenhum destes casos havia mulheres presentes.

A mulher do campo, que convive tão próximo a esses animais de criação - que são aqueles que também comemos ou que nos fornecem alimentos - que os vê morrer, copular, parir, apresentam relações transespecíficas[7] com essas outras fêmeas muito atentas àquilo que às engaja enquanto corpos afetados por intensidades semelhantes. Nesse caso, a questão da reprodução reúne uma série de realizações e desafios descobertos na vida vivida junto.

Isso fica muito evidente quando mulheres defendem um parto menos doloroso para as vacas que criam, argumentando a partir de seus próprios corpos. Vanda[8], à espera da decisão do marido de fazer cesariana em uma vaca leiteira que estava tentando parir havia mais de um dia, suplica pelo aceite em fazer a cirurgia, mesmo sabendo que o filhote já está morto dentro do útero do animal: "Eu sei o que ela está sentindo, quando o Rogério [seu filho único] nasceu eu também não tive dilatação e quase morri". Vanda já trazia as mãos esfoladas de tanto tentar puxar o terneiro para fora da vaca. Seu objetivo era tentar salvar os dois, mãe e filho, evitando assim que, com a morte do segundo a primeira fosse sacrificada – já que uma vaca leiteira sem filhote ao pé "não tem muita utilidade". Mas os esforços podem ser inúteis se, mesmo sobrevivendo, a vaca ficar estéril. Neste caso, o abate do animal seria justificado pelo marido como visando "evitar o prejuízo". Não se trata aqui de tentar afirmar uma menor sensibilidade dos homens ao sofrimento dos animais em questão, mas de mapear as forças que atuam para aniquilar um corpo de fêmea "que não presta para nada" – os desdobramentos do útero como órgão de inflexão de tais categorias (SBARDELOTTO, 2018). No caso relatado acima, o marido e o filho de Vanda observaram o procedimento parturial à distância. E, embora deixassem clara sua preferência pelo abate da vaca, a própria Vanda replicava esta escolha afirmando que há algumas semanas atrás eles teriam se disposto a matar uma vaca, mas lhes "faltou coragem", foi preciso chamar um vizinho para fazê-lo. Observando a cena, um ajudante do veterinário tenta explicar à Vanda por que uma vaca "é só um bicho", como havia dito Rogério, poucos minutos antes:

---

[6] Isso ocorre muito em casos de inseminação artificial em que o reprodutor escolhido possui propensão genética a gerar descendentes com uma carcaça óssea muito maior do que a configuração anatômica da gestante.

[7] Segundo Guilherme de Sá: "A transformação interespecífica, ou simplesmente a transespecificidade, se dá quando o resultado deste realinhamento relacional é algo diferente daquilo que previamente reconheceríamos como comportamentos, ações, hábitos, performances coligadas aos corpos e características de cada espécie." (2013, p. 249)

[8] Os nomes serão fictícios, a pedido das interlocutoras.

"Um animal não é como um parente, um avô, um pai, que quando morre, e a gente bota lá no cemitério, fica lembrando, chorando.". A resposta de Vanda é taxativa: "Ela sabe quem eu sou".

O veterinário, por sua vez, esperava o marido de Vanda se afastar, e relatava ao ajudante casos em que o valor de estima do animal era mais importante que o valor econômico e utilitário. Não por acaso, os casos citados envolviam mulheres criadoras de vacas. Em um deles, Magrinha, proprietária de uma vasta extensão de campo, com rebanho de tamanho significativo, costumava dar nome para as vacas e as deixava morrer de velhas, sem vendê-las: "Lá na Magrinha tem uma vaca que eu já operei cinco vezes. Tem câncer. Se fosse outra pessoa, um homem principalmente, já teria vendido a vaca para um frigorífico".

Depois de termos, finalmente, conseguido tirar o terneiro da vaca de Vanda, sem precisar da cesariana, o veterinário me conta que cobrou apenas o valor do deslocamento até a propriedade da família, pois se tivesse apresentado o orçamento de todo o trabalho, certamente o marido de Vanda não teria aceitado seus serviços, decorrendo disso maior tempo de sofrimento para o animal ou mesmo seu abate. Para esse médico veterinário, os princípios éticos adotados são aqueles que permitem o sacrifício do paciente apenas em última hipótese, quando não houver mais possibilidade de manter o animal vivo, ou quando a sobrevivência está imbuída de constante e intenso sofrimento físico. No entanto, embora se solidarizasse com a angústia de Vanda, também entendia que o marido não tinha muito o que fazer senão zelar pelo lucro (no mínimo, pelo não-prejuízo), já que a vaca estava ali por ser fonte geradora de recursos.

No caso de Jandira e sua vaca Jersey, que já estava com o útero para fora da vagina na ocasião da chegada do veterinário, a pressão era muito semelhante à sofrida por Vanda e sua Holandesa. O marido queria dar um tiro no animal e só chamou o veterinário porque a mulher havia ameaçado passar a noite deitada sobre a vaca, para evitar que o vizinho, novamente ele, se aproximasse enquanto dormiam e fizesse o favor de imolar o animal. Jandira traz um argumento de convivência e parceira como motivador de sua insistência em manter viva uma vaca que estava dando prejuízo ao orçamento da família – além dos custos dos serviços veterinários e medicamentos, havia a grande possibilidade de a vaca secar o úbere e não fornecer mais leite, já que sua esterilidade era quase certa -, ela dizia: "Não vou deixar matarem, as vacas me conhecem, conhecem o meu cheiro. Essa aqui sabe quando sou eu que chego para dar comida". Jandira desconfiava do veterinário e se recusava a se afastar da vaca até mesmo para buscar água para o animal, com medo de que o médico tivesse sido chamado, na realidade, para sacrificar a paciente.

Há ainda denotações que se aproximam de um saber partilhado com relação às tensões mais ou menos violentas que podem atravessar as negociações referentes à reprodução sexual. Cristina, que estava com sua vaca trancada há mais de 24 horas – e também sob o risco de ser morta para

não dar prejuízo -, praguejava contra os touros e sua sexualidade voraz e bruta, tomando para si a tarefa de evitar que a vaca parturiente copulasse novamente: "se eu conseguir salvá-la, não vou deixar mais os touros chegarem perto dela!". Um detalhe, que torna a reação de Cristina ainda mais enfática, é o fato de sua vaca não ter tido contato sexual com touros, já que havia sido inseminada artificialmente por um técnico. Neste caso, especificamente, reporto-me ao atendimento a um touro que havia sofrido fratura de pênis. O touro pesava mais de 500 quilos e frequentemente "descadeirava" as vacas que tentava cobrir. Aqui, a única mulher presente era a antropóloga, que assistia veterinário e peão de estância tentando (e conseguindo) imobilizar o animal. Ao conseguirem imobilizá-lo, justificaram o próprio feito dizendo que só o lograram porque "o bicho não sabe a força que tem".

Esses breves relatos de campo traçam, em linhas rápidas, alguns pontos de partida para o aprendizado e a constante incorporação, por parte da antropologia das relações humano- animal, de algumas premissas caras às autoras feministas. Despret e Porcher (2007) trazem alguns exemplos de atitudes epistemológicas que bem podem reunir em realizações comuns os saberes partilhados pelas mulheres e vacas supracitadas e algumas pesquisadoras. Seriam tais pressupostos: a resistência, defendida por Londa Shienbinger (1999) às formas de diferenciação excludentes, como o disciplinamento de métodos que nutrem expertises opositoras aos modos de pensar e fazer daqueles que buscam excluir; segundo Linda Fedigan, "o desejo de escutar o material", tendendo a prestar atenção especial às condições empíricas em que se dá o conhecimento, sem sobrecodificar os saberes aprendidos com os outros (idem); a desconfiança quanto aos modelos científicos que primam por generalizações; a ideia de Sarah Ruddick (2004) de que é preciso levar a sério as formas de conhecimento que atentam à implicação dos corpos nos processos de saber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste ponto em diante, resta um retorno ao início deste artigo e a proposta de que as múltiplas chaves interpretativas apontadas pela anedota *"A diferença entre o homem e os animais? Ela n*ão a conhece. Ela não tem homem*"* avancem pelo território do campo político da produção de conhecimento científico, o qual não é experimentado da mesma forma por todos os corpos viventes e fazedores de saber, a menos que forçado por alguma violência. No livro *La guerra contra las mujeres*, Rita Laura Segato (2016) parafraseando Ondina Pena Pereira, afirma que a política feita por mulheres é antes *tópica* do que *utópica*. A autora defende que a política feita por mulheres acontece no espaço vincular, do contato corporal estreito, menos protocolar que cotidiano, na gestão dos vínculos e das proximidades e não das abstrações burocráticas.

Das rotas e desvios, atalhos, conduções e interrupções no trabalho de campo às desordens, trancamentos, prolapsos, fraturas, rebentos, gritos,

facas, bisturis, tiros, mugidos que povoaram de ruídos e vazamentos este estudo, busca-se menos uma antropologia que dê conta da vida a partir de esquemas teóricos perfeitamente sistematizados (mesmo quando ciente das ambivalências do que é estar vivo) do que um aprendizado sobre estratégias de percepção e rompimento com esquemas de poder que restringem as possibilidades de bem-viver em espaços vasta e profundamente articulados com o eixo colonial patriarcado-racismo-capitalismo. Os relatos aqui apresentados alimentam o corpus etnográfico sobre relações humano-animal, sobre etnografias pampeanas, evidentemente buscam contribuir para o desenvolvimento da disciplina antropológica. E isto fazem também por nos falarem de quem pode/deve morrer, dos corpos que produzem o que importa e daqueles que vertem nadas aos interesses hegemônicos.

Quando as interlocutoras deste estudo se colocam em continuidade com o corpo de suas vacas, aprendemos violências, mas, sobretudo, criatividades. Transitamos um espaço de criação onde a fertilidade do que somos capazes de trazer ao mundo não é garantida pela continuidade de natureza, pela semelhança ontológica. Levar a sério a possibilidade de haver vida no salto, no intervalo que perverte de impurezas as linhagens do saber e do conhecimento, cava espaço ao inesperado, ao improvável, à potência de existir fora do que é possível de ser capturado pelas velhas armadilhas patriarcais. A malha necropolítica que desfiam essas mulheres dos rincões meridionais do Brasil e suas vacas *machorras*[9] nos convida, às antropólogas, a recoser os estatutos de legitimidade do conhecimento que pode o(s) nosso(s) corpo(s), para além das utilidades reprodutivas produtivistas vigentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, vol 8, n 1, 2000. Tradução Edna de Marco.

ANZALDÚA, G. Como domar uma língua selvagem. In: **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, no 39, p. 297-309, 2009 .

DESPRET, V. **Quand le loup habitera avec l'agneau**. Paris: Le Seuil/ Les Empêcheurs de penser en rond, 284 p., 2002.

DESPRET, V. « Culture and Gender do not Dissolve into how Scientists Read the World » In: HARTMAN, O; FRIEDRICH, M. (org.). **Rebels of Life**. Iconoclastic Biologists in the Twentieth Century. New Haven: Yale University Press, 2009. pp. 340-355.

DESPRET, V. O que as ciências da etologia e da primatologia nos ensinam sobre as práticas científicas? **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 23 – n. 1, p. 59-72, Jan./Abr. 2011.

DESPRET, V. « En finir avec l'innocence: dialogue avec Isabelle Stengers et Donna Haraway » In .: DORLIN, E.; RODRIGUEZ, E. (dir), **Penser avec Donna**

[9] Na Argentina, uma "vaca machorra" é aquela que nunca teve intercurso sexual com um touro. No Rio Grande do Sul, a denominação "vaca machorra" abarca ainda aquela fêmea que é ou ficou estéril. Neste estado do sul do Brasil, a palavra "machorra" é também um adjetivo pejorativo referido a mulheres homossexuais e/ou dissidentes do padrão normativo heterossexual.

Haraway, Paris, PUF, Actuel Marx confrontation, 2012.

DESPRET, Vinciane. **Que diraient les animaux, si... on leur posait les bonnes questions?** Paris: La Découverte, 2014.

DESPRET, V.; PORCHER, J. Être bête. Arles: Actes Sud, 2007.

DESPRET, V.; STENGERS, I. **Les faiseuses d'histoires. Que font les femmes à la pensée?** Paris: Les empêcheurs de penser en rond/La Découverte, 2011. 210 p.

DIGARD, J.-P. **Les français et leurs animaux**: ethnologie d'un phénomène de société. Paris: Fayard, 1999.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), 1995.

HARAWAY, D. **O Manifesto das Espécies de Companhia**: Cães, Pessoas e a Outridade Significante. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

HARAWAY, D. **When Species Meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismosocialista no final do século XX. In: HARAWAY, D. et al. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

INGOLD, T. That's Enough About Ethnography! In: **Hau: Journal of Ethnographic Theory**. 4 (1), 2014, 383–395.

KOSBY, M. F.; LIMA, D. V. e RIETH, F. M. S. Centauros de motocicleta: o cavalo como testemunha do "processo domesticatório" do gaúcho. **Horizontes Antropol**ógicos [online]. 2017, vol.23, n.48, pp.197-223.

LEAL, O. F. **The Gaúchos**: male culture and identity in the Pampas. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of California, Berkeley, 1989.

LEAL, O. F. O mito da Salamandra do Jarau: a constituição do sujeito masculino na cultura gaúcha. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 14, n. 1, p. 8-11, jan./abr. 1992a.

LEAL, O. F. Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha. **Cadernos de Antropologia**, Porto Alegre, n. 6, p. 7-21, 1992b.

LEAL, O. F. Do etnografado ao etnografável: "o Sul" como área cultural. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 201-214, nov. 1997.

LIMA, D. V. **O campeiro e o cavalo na doma**: um estudo etnográfico sobre a relação entre humanos e animais no pampa Sul-Rio-Grandense. 2013. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais)–Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

LIMA, D. V. **"Cada doma é um livro"**: a relação entre humanos e cavalos no pampa-sul-rio-grandense. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

RUDDICK, Sarah. Maternal Thinking as Feminist Standpoint. In: **The Feminist Standpoint Theory Reader**. New York: Ed.Sandra Harding, Routledge, 2004.

SÁ, G. J. Afinal, você é um homem ou um rato? In: **Campos: Revista de Antropologia Social**, Curitiba, v. 14, n. 12. 2013.

SBARDELOTTO, D. Corpo De mulher que dobra. MILLCAYAC - **Revista Digital de Ciencias Sociales** / Vol. V / N° 8 / 2018. ISSN: 2362-616x. (pp. 143-156) Centro de Publicaciones. FCPyS. UNCuyo. Mendoza.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SCHIEBINGER, L. **Has Feminism changed Science?** Cambridge, Mass., Harvard, 1999.

STENGERS, I. A Ciência no Feminino. **Revista 34 Letras**, (5/6), 1989. 427-431.

STENGERS, Isabelle. Une science au féminin? In: STENGERS, Isabelle; SCHLANGER, Judith. **Les Concepts scientifiques**. Paris: Gallimard, 1991.

STENGERS, I. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

STENGERS, Isabelle. **Another Science is Possible**: A Manifesto for Slow Science. Medford: Polity Press, 2018

AUTORA

Marília Floôr Kosby
Université de Liège, Bélgica
E-mail: floorkosby@gmail.com

TESSITURAS
Revista de Antropologia e Arqueologia

Flávia Rieth
Felipe Vander Velden

DA CRIAÇÃO AO ABATE
Etnografias dos caminhos da pecuária no Brasil

FROM RAISING TO SLAUGHTER
Ethnographies of the paths of cattle raising in Brazil

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, telespectadores de todo Brasil foram surpreendidos por certas inserções comerciais na programação televisiva, pouco usuais, até então. Primeiro, a propaganda de uma indústria frigorífica, que, ao advogar que "carne tem nome" (ou seja, marca, identidade), ocultava a enorme expansão e a feroz concorrência no interior de um negócio que, para a maioria dos consumidores brasileiros, resumia-se a uma cadeia simples, largamente anônima, que levava animais dos pastos e currais (vivos) aos açougues (em pedaços), onde eram adquiridos, sem maiores questionamentos de ordem macroeconômica ou sociopolítica. Segundo, uma enxurrada de vídeos celebratórios do agronegócio e de seus vários setores ou componentes – que iam do boi às abelhas, da agricultura familiar à irrigação – que acabou por colocar na boca do povo o bordão em cuja parte final ouve-se: "agro é tudo". Não parecem restar dúvidas, assim, de que a investida do setor agropecuário nas grandes mídias aponta para a centralidade do negócio para o país: não somente para a economia, mas, sobretudo, para a identidade – ou, melhor dizendo, para o *projeto* de economia e de identidade que certas elites nacionais desenham para o Brasil.

No interior do conjunto de atividades definidas como agronegócio, está, com destaque, a pecuária, a criação sistemática e controlada de animais com a finalidade de atender aos desejos e necessidades humanas. Já tornou-se parte do senso comum exaltar a pujança e a qualidade da pecuária brasileira – e isso se dá em vários sentidos, chegando mesmo ao exagero (Leal 2016a). Não é por menos: de acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes a 2017[1], o Brasil possui um rebanho bovino de 215 milhões de cabeças, que somam-se à 41 milhões de suínos e aos, impressionantes, 1,4 bilhão de galináceos. O que coloca o país como maior exportador de carne de boi e de frango do planeta (sendo o segundo maior produtor destes alimentos), e na quarta posição na produção e exportação de carne de porco. Números significativos, que expressam algo da dependência que a economia brasileira tem, hoje em dia, das atividades agropecuárias. Mas o que mais sabemos da criação de animais no Brasil para além de robustos números e da propaganda de seu sucesso?

Que a história do Brasil está fortemente ligada à história dos animais e de sua criação é um fato bastante conhecido, especialmente nas narrativas de descobrimento, ocupação e desenvolvimento de algumas regiões do país, como o sertão nordestino, o Brasil central, o pampa gaúcho e, mais recentemente, o sul da Amazônia (BATISTA, 2014; ANDRIOLLI, 2016; MOUTINHO; BRUNO, 2016; MOUTINHO, 2018). Muito do território do país foi palmilhado e conquistado "pela pata ou pé do boi" (MOUTINHO; BRUNO, 2016), pelo "ciclo do gado" (PRADO JR., 2011 [1942]), ou pela a "frente de expansão

[1] Dados disponíveis em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros>. Acesso em: 05 jul. 2019.

pastoril" (RIBEIRO, 1996 [1970]), que deram origem à "civilização do boi e do couro" (GOULART, 1965). Mas estudos históricos recentes vêm mostrando a centralidade dos animais de criatório – bois e vacas, cabras e bodes, ovelhas e carneiros, porcos e porcas, cavalos e éguas, mulas, burros, galos e galinhas, patos, perus, coelhos, codornas e outros – na vida, nas práticas sociais e no desenvolvimento de todas as partes do país, mesmo naquelas em que, de acordo com a tradicional historiografia de cunho heróico-economicista, a pecuária ou criação animal revestiam-se de pouca importância (CAMPHORA, 2017).

Há, portanto, boas histórias locais – para além das grandes narrativas da difusão dos rebanhos de animais pelo interior do país – que descortinam as especificidades da pecuária (e da produção e mercado de carnes) em distintas regiões e em diferentes períodos históricos (BRAZIL; MAESTRI, 2009; MAESTRI; LIMA, 2010; QUEVEDO DOS SANTOS; MAESTRI; ESSELIN, 2010; CAMPOS, 2010; GONÇALVES JR., 2011; NASCIMENTO, 2011; FREIRE, 2012; MEDRADO, 2012; TEIXEIRA DA SILVA, 2013), incluindo-se, aqui, estudos sobre os, assim chamados, "aspectos folclóricos" da pecuária (CÂMARA CASCUDO, 1985; QUENTAL, 1979), bem como abordagens sociológicas ou sócio históricas da criação animal contemporânea, que trazem contribuições interessantes para um panorama do fenômeno no Brasil (BARROSO, 1956; RIVIÈRE, 1972; TAPETY, 2007; TONI et al., 2007; BARBOSA, 2006; DURÃES, 2016; WAQUIL et al., 2016). Acontece que a pecuária é muito mais do que números ou histórias: ela continua sendo parte constitutiva dos modos de existência de incontáveis comunidades país afora, desde populações tradicionais e pequenos aglomerados rurais até bairros que circundam modernas instalações frigoríficas. É aí que entra a Antropologia, ponto em que insere-se a proposta do dossiê.

Tradicionalmente, no Brasil, os estudos em Antropologia rural ou do mundo rural, assim como em suas correlatas, a Sociologia rural e a História agrária, debruçaram-se muito pouco sobre os variados animais que, via de regra, coabitavam com famílias ou grupos camponeses, vistos, geralmente, como "recursos", fontes de subsistência. Interessados, majoritariamente, nas questões da *terra*, do *trabalho* e do *parentesco* – que operam como motores das dinâmicas sociológicas que conectam camponeses dos níveis locais ao nível global –, o foco dessas etnografias dirigiu-se, quase sempre, às atividades agrícolas, em que a criação animal aparece como uma espécie de atividade acessória ou complementar (WOORTMANN, 1990). Conforme assinalou Porcher (2011: 66), "a Sociologia rural nunca se interessou pelos animais, e muito pouco pela criação". Pesem alguns trabalhos pioneiros, que olham para os animais no mundo rural brasileiro, particularmente para a dimensão simbólica (HOEFLE, 1990; BRANDÃO, 1990, 1999; PIMENTAL, 1997), apenas recentemente as etnografias têm incorporado os animais de criação, e a criação de animais, como objetos de pesquisa. Mais ainda, como partícipes ativos na constituição de comunidades de pastores e de criadores, como sujeitos ou atores engajados, em conjunto com seres humanos, na produção

material-semiótica das práticas cotidianas e das reflexões cosmológicas.

Tais pesquisas etnográficas contemporâneas têm se debruçado sobre uma variedade de temas, que vão das formas tradicionais da pecuária ou criação animal – com especial ênfase no extremo sul do país, no Rio Grande do Sul (LIMA, 2015a, 2015b; RIETH, LIMA; KOSBY, 2016; PEREIRA; RIETH; KOSBY, 2016; KOSBY; LIMA; RIETH, 2017; BORNHOLDT, 2016) – e dos entraves à implantação de rebanhos em aldeias indígenas (VANDER VELDEN, 2011a, 2011b, 2016), passando pelas contradições inerentes aos sistemas de integração entre pequenos criadores e grandes conglomerados industriais (SIQUEIRA, 2016), chegando até a análise de modernas fazendas imersas em tecnologias de ponta e em debates contemporâneos, como certificações e questões ambientais (FROEHLICH, 2015, 2016, 2017), além de nexos sólidos com projetos de elite e com o grande capital nacional e internacional (LEAL, 2016a, 2016b). Focalizam desde práticas familiares ou comunitárias de abate e aproveitamento de produtos de origem animal (DANTAS, 2008, 2016; FROEHLICH, 2011, 2012; GUIMARÃES, 2016) até imensas instalações frigoríficas, que posicionam o Brasil nas cabeças da produção global de carnes (DIAS, 2009), incluindo as discussões em torno das controvérsias relativas ao bem estar e ao abate animal (e os direitos destes) na modernização das práticas produtivas (SORDI, 2016; MICHELINI, 2016; PERROTA, 2015, 2016). Descortinam um panorama de pecuárias regionais – Pantanal, agreste e sertão nordestinos, pampa gaúcho –, com modos variados de relação com os animais e outros não humanos circunvizinhos – o curral, a vegetação, os objetos, o clima – que demonstram uma rica diversidade de práticas locais, na contramão das grandes narrativas da pecuária racional e modernizante (BANDUCCI JR., 2007; ANDRIOLLI, 2011; VASQUES, 2016; PEREIRA, 2016; SÜSSEKIND, 2016; SOUZA, 2016). Vão além, ademais, dos grandes mamíferos e aves costumeiramente associados ao curral e ao matadouro, para abordar tanto animais pouco usuais, como búfalos (STOECKLI, 2015, 2017a, 2017b), quanto aqueles auxiliares da criação – como os cachorros (CUMMINS, 2009; BARRETO, 2015; TEIXEIRA; AYUBE, 2016). E mesmo aqueles selvagens, silvestres, predadores, pragas e pestes, que incidem negativamente sobre os espaços ocupados pelos rebanhos, com os quais moradores, criadores e técnicos precisam lidar, rotineiramente (SÜSSEKIND, 2011, 2014; PEREIRA, 2015; SORDI, 2017; SORDI; LEWGOY, 2017). O que demonstra a necessidade da expansão das análises focadas na criação animal para todo o entorno de práticas que, de certo modo, também, a constituem (RIETH; LIMA; BARRETO, 2017).

Ainda assim, com essa produção crescente, em quantidade e em qualidade, sabemos muito pouco, etnograficamente, dos caminhos da pecuária no Brasil. De bairros e distritos rurais, grandes fazendas, sítios e estâncias, agroindústrias, fundos de pasto, quilombos, comunidades extrativistas, pecuaristas familiares, e outras parcelas da população, que vivem fora dos principais núcleos urbanos, país afora, no Brasil profundo. Este dossiê busca, em parte, responder, essa lacuna. Inspirados na sugestão de Heonik

Kwon (1998) a respeito da caça – de que ela não resume-se à procura e ao abate de animais de presa, mas, tem início muito antes, no planejamento das atividades, e termina muito depois da morte do animal, no seu efetivo preparo, consumo e destinação dos despojos não aproveitados – apostamos que a pecuária não resume-se à criação de animais, mas, sobretudo, começa na reflexão sobre sua implantação e sobre as ações empreendidas, indo terminar, também, no abate e no consumo de produtos de origem animal. Os caminhos da pecuária, para além de remeterem a uma história da criação animal no Brasil – feita, convencionalmente, no rastro dos animais de rebanho, que, com suas patas, desenham a geografia do Brasil, do pampa ao sertão nordestino, da ilha de Marajó aos cerrados do Brasil central, de Rondônia ao lavrado roraimense –, fazem, justamente, referência às trajetórias que animais seguem, dos projetos de introdução da criação animal – seja gestados por zootecnistas, seja por criadores familiares ou mesmo indígenas – à morte, fragmentação e consumo dos animais – seja em contextos informais, seja nos imensos complexos agroindustriais (matadouros e frigoríficos), que espalham-se de norte a sul do país.

Abrimos este dossiê com o artigo de **Ondina Fachel Leal**, *Os gaúchos: cultura e identidade masculina no pampa*, que nos reporta ao trabalho de campo sobre identidade e cultura gaúcha, realizado há, aproximadamente, 35 anos, durante o doutoramento da autora, na University of California. O material escolhe o trabalhador campeiro, o *gaúcho*, como interlocutor e reconhece o fluxo transfronteiriço na região enquanto dinâmica que não pode ser perdida de vista, características que dão andamento à linhagem de estudos que têm o Sul com campo etnografável. Os dados, que encontravam-se, em grande parte, inéditos em português, demonstram o trabalho de campo rigoroso, com períodos extensos de permanência no sítio da pesquisa. No artigo, tanto os animais como os humanos percorrem os caminhos da criação ao abate, uma vez que "a vida da estância tem uma intimidade com a morte". Nesse contexto, a pampa se apresenta como um território de existência dos campeiros, onde a masculinidade – elemento importante da formação moral dos peões – é posta à prova. Os relatos etnográficos nos possibilitam pensar a pecuária em um regime de tempo múltiplo, atentando para as continuidades e para os processos de modernização no campo, especialmente, para o manejo dos animais. Percebe-se, nas diferentes temporalidades acessadas, a invenção da Antropologia, por meio de comparações e perspectivas presentes nos textos que integram o Dossiê. Do mesmo modo, refletem o próprio andamento da produção acadêmica no tempo, seus desdobramentos políticos e históricos.

A etnografia *Aqui na lida é eu, a esposa e os cachorros*, de **Flávia Rieth**, **Daniel Vaz Lima**, **Vagner Barreto Rodrigues** e **Miriel Bilhalva**, encontra-se vinculada ao processo de patrimonialização do modo de vida campeiro no pampa sul-rio-grandense como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro (INRC Lida Campeira). O artigo reflete sobre o trabalho de caráter familiar nos modos de fazer da pecuária extensiva, na região do Alto Cama-

quã, Serra do Sudeste, nos *campos dobrados* ou *campos de pedra*. A destacada presença de populações tradicionais, como pecuaristas familiares, quilombolas e grupos indígenas, apresenta-se por meio da diversidade social e da diversidade de paisagens no pampa, que configuram formas criativas de aprendizado para humanos e outros animais. Ao destacar a presença histórica de populações tradicionais, o texto busca complexificar as narrativas de vazio populacional e de região empobrecida, a partir da *lida campeira* e de seus detentores. Presenças vidas, que, na atualidade, questionam os projetos de mineração que investem sobre essa região do Estado, projetos que podem caracterizar a ruína desse modo de vida e da cadeia produtiva pecuária.

O texto de **Eric Barreto**, *A gente sempre acredita nos nossos cachorros*, que integra, também, o INRC Lida Campeira, versa sobre a relação entre humanos e cães no ambiente pastoril, em propriedades de pecuaristas familiares, tomando-os como companheiros de existência. O artigo chama a atenção para a presença de outros animais não humanos – que não aqueles de criatório – no contexto da pecuária, fato, geralmente, pouco destacado, ignorando a importância que ocupam na lida com o gado. Nesses locais, no sul do Rio Grande do Sul, o cachorro figura como peão, trabalhador do campo, dotado de características humanas, de particularidades. Exige-se dos cachorros, refletindo relações mais amplas, lealdade, empenho, persistência e responsabilidade no manejo dos rebanhos. Entretanto, quando algum passa a predar os animais domesticados, contrariando as ordens dos donos, apresenta comportamento tratado como falha moral. A traição é concebida como decorrente da má índole do animal e reparável com a morte.

A partir do aporte de epistemologias feministas, inspirada nos trabalhos de autoras como Donna Haraway, Isabelle Stengers e Vinciane Despret, **Marília Floôr Kosby**, no artigo *Mulheres, vacas e partos nas pecuárias do Extremo Sul do Brasil: relações transespecíficas a partir do encontro entre Antropologia e epistemologias feministas*, lança luz para a contribuição do saber das mulheres na criação dos rebanhos. Acompanha em campo, o parto de vacas em propriedades familiares no sul do estado do Rio Grande do Sul, etnografando atitudes epistemológicas das criadoras com as vacas, em que a "questão da reprodução reúne uma série de realizações e desafios descobertos na vida vivida junto". Assim, a etnografia reporta-se às relações cotidianas de trabalho com animais, com os quais humanos compartilham a vida, cuidam, fornecem os alimentos, mas que, também, são comida, em ciclos de vida e de morte com os animais.

Do extremo sul, reportamo-nos para o semiárido nordestino, a partir do texto *Laboro e pecuária caprina no sertão de Pernambuco*, de **Ariane Vasques**, sobre o modo de criação de caprinos *na solta*, tradição familiar transmitida por gerações, assimilada pela convivência diária entre o criador, cabras e bodes no sertão pernambucano. Conforme a autora, a *criação na solta* é entendida pelos criadores como *laboro*. O *laboro* remete ao conhecimento partilhado por humanos e caprinos sobre a vida no mato e aos hábi-

tos e comportamentos dos animais. Esse conhecimento, acerca da criação, nos remete à co-produção da existência entre humanos, animais e caatinga. A noção de *laboro* não pode ser confundida com a de trabalho, justamente, por abarcar a noção de entretenimento, de diversão e relaxamento, que produz entre criadores e animais relações de natureza muito distintas daquelas estabelecidas na pecuária de confinamento. Em termos contrastivos, o modo de *criação na solta* não encontra enquadramento no modo de produção extensiva, que estabelece a relação de animais e humanos como produção de mercadoria.

Se os textos até aqui exploram uma diversidade de formas regionais de criação animal, o artigo de **Clarissa Martins Lima** e **Felipe Vander Velden**, *Tudo nessa vida tem dono: os animais e o problema do abate entre os Xukuru – ou a (má) sorte de Seu Guaxinim*, aborda um tema ainda muito pouco estudado: a criação animal em terras e aldeias indígenas no Brasil, ou o que poder-se-ia denominar de *pecuárias indígenas*. Se é consenso que não havia domesticação animal nas terras baixas da América do Sul, em seu sentido estrito – fundado, acima de tudo, no *controle* reprodutivo dos animais –, e criação sistemática e contínua com fins produtivos antes do início da expansão colonial dos europeus, a partir de 1500 (DESCOLA, 2002), é certo que vários povos nativos adotaram essa forma de relação com certos seres após tomarem contato com eles e assimilarem técnicas e procedimentos relacionais específicos. Sabemos, por exemplo, que haviam enormes rebanhos bovinos nas missões jesuíticas entre os Guarani, no sul do Brasil (SARREAL, 2013) e em outras porções do continente; sabemos, também, que algumas sociedades ameríndias trabalham há tempos com rebanhos – como é o caso dos Macuxi, em Roraima (VIEIRA, 2007), e dos Kadiwéu, em Mato Grosso do Sul (MITCHEL, 2015: 231-251). Outras definem-se como *vaqueiros*, dedicando grande atenção prática e simbólica ao trato com animais (MACÊDO, 2006). Tal é o caso dos índios Xukuru, do Ororubá, no agreste pernambucano – que, segundo Ellis (2010: 34) são "fascinados pela hierarquia do cavalo e da vaca, que valorizam mais do que a agricultura" – , que têm suas relações com a criação animal analisadas aqui.

A busca pela carcaça perfeita: da criação animal à produção zootécnica, de **Ana Paula Perrota**, discute a *modernização* da pecuária, a partir da História Econômica e da Zootecnia. Neste sentido, destaca o desenvolvimento técnico-científico que conforma e altera um modo de produção moderno, decorrente da profissionalização da cadeia da indústria da carne. A autora acompanha os estudos antropológicos sobre as relações entre humanos e animais, com foco no emaranhado de relações entre humanos e bovinos, que reportam-se à diversas áreas da vida social. Ressalta a modernização do campo não, somente, como um processo de evolução linear, um fruto da "sofisticação" do capitalismo, e nos remete a um campo de disputas, que tensiona (desqualifica) os saberes tradicionais. Tais processos, que consideram as mudanças na relação entre humanos e animais – transformados em matéria prima –, voltam-se à criação e à produtividade do trabalho enquanto

mercadoria de qualidade, da máquina ao animal.

Dois artigos neste volume analisam o abate, última etapa dos caminhos da criação, por assim dizer, aquela que converte o animal vivo em produtos variados (BRANDÃO 1990), antes de seu comércio e consumo final.

Em *Na linha de desmontagem: relação entre humanos e bovinos em um frigorífico*, **Patricia Pazini** e **Juliana Abonizio** apresentam as etapas do abate do gado de corte, de transformação de ser vivo em produtos alimentares e outras matérias-primas. As autoras descrevem, por intermédio da materialidade do espaço do matadouro – os currais, as rampas, os corredores, o box de insensibilização e a sala do abate –, a percepção dos animais ao longo do processo. Trazem a agitação dos bovinos, os olhares, as tentativas de recuo ou as de se lançar sobre os muros e grades, o cheiro das fezes e vômitos, os barulhos agudos dos instrumentos de corte. Na linha da desmontagem, pós-insensibilização, tem-se a sangria, esfola, evisceração, corte da carcaça e refrigeração em que os animais são descaracterizados de forma a afastar e ocultar o processo produtivo. Nesse sentido, o caminho da criação ao abate evidencia a posição desprovida de individualidade dos animais de corte, em uma relação de servidão para com os humanos.

Já **Míriam Stefanuto**, em *São eles que fazem isso comigo! O frigorífico Santa Margarida e as relações entre humanos e animais*, busca analisar a relação entre os trabalhadores na linha de produção e os animais de corte, em um frigorífico, no interior de São Paulo. Para a autora, a maneira como os trabalhadores percebem o trabalho – que apresenta uma enorme rotatividade, destacada em estudos sobre a indústria da carne – e a si mesmos está relacionada com a dinâmica de funcionamento do frigorífico, bem como ao papel que desempenham no processo industrial de abate e produção de carne. Por meio da desmontagem, operada na linha de produção, o animal é convertido em "carne" e "as dificuldades da execução do trabalho diminuem", assim como as relações com os animais enquanto criaturas vivas e sencientes. O artigo destaca, ainda, que, na perspectiva dos trabalhadores, os animais são os responsáveis pela precariedade da atividade, o que tanto atribui certa agentividade aos seres não humanos no abatedouro como contrasta com outras pesquisas, que sugerem a identificação entre trabalhadores e animais no processo industrial de produção de carne e outros produtos de origem animal.

Fecha este dossiê o ensaio fotográfico de **Pedro Stoeckli Pires**, em que o autor explora a pecuária bubalina no extremo norte do país (Amapá), região onde a criação animal é menos conhecida etnograficamente, talvez, porque seja, tradicionalmente, associada com outras atividades produtivas, como o extrativismo, a caça, a pesca e a agricultura em pequena escala, que, geralmente, caracterizam as economias amazônicas. Em sua tese de doutorado (STOECKLI, 2015), o autor chamava a atenção para certas especificidades – sobretudo técnicas – relacionadas não apenas ao trato com búfalos, mas, também, em função das características ambientais singulares da Amazônia, que colocam desafios diversos para os rebanhos.

Trazemos, ainda, uma singela homenagem *in memorian* ao escritor, jornalista, tradutor, desenhista e professor universitário Aldyr Garcia Schlee, *Aldyr Garcia Schlee: o pampa e suas personagens*, organizada por **Juliana dos Santos Nunes**. Desde o princípio, Schlee foi entusiasta e interlocutor das pesquisas realizadas no Departamento de Antropologia da UFPel, como os Inventários Nacionais de Referências Culturais. Organizou e participou de saraus, mostras de cinema, debates, mesas redondas, em que lançava luz para o Sul, para o patrimônio intangível, para as regiões fronteiriças, liminares, como Jaguarão, cidade do autor, na fronteira com o Uruguai, palco para muitas de suas personagens. Pouco antes de partir, em 2018, recebeu a equipe do INRC Lida Campeira, no seu apartamento, em Pelotas, como consultor da pesquisa. No encontro, anunciou os últimos preparativos para o lançamento do *Dicionário da cultura pampeana sul rio-grandense* (SCHLEE, 2019), no qual agradece ao corpo docente do Bacharelado em Antropologia pelas contribuições. Retribuímos, assim, gentilmente, os agradecimentos, celebrando a obra do autor, e amigo, como parte de seu legado sobre o pampa.

Na seção Entrevista deste número da Tessituras, incluímos o texto *Cambios y transformaciones contemporáneas, puntos de vista y otras maneras de comer - una entrevista con Joan Ribas*, de **Anelise Rizzolo de Oliveira**. Joan Ribas é professor de Antropologia da Universidade de Barcelona e co-diretor do Observatório da Alimentação (ODELA). A autora busca apresentar a trajetória e a perspectiva de Ribas no campo da Antropologia da alimentação, pautando questões contemporâneas a respeito do tema, como globalização e soberania alimentar, movimentos migratórios e comportamento alimentar, mudanças e continuidades no comportamento alimentar, patrimônio, em que a alimentação é o fio condutor. A entrevista reforça nossa sugestão de que a pecuária, como já dito, deve ser entendida enquanto fenômeno que conecta desde a "produção" até o "consumo" dos corpos dos animais, passando por uma miríade de formas de relação.

Assim, esperamos apresentar um conjunto de etnografias, com foco nas relações entre humanos e outros animais em contextos de pecuária no Brasil, levando em consideração a presença ativa e agentiva desses seres nas atividades da criação animal e no mundo em geral. O dossiê busca, com isso, mostrar algo da variedade de articulações das práticas de trabalho com animais e de convivência com eles em espaços produtivos, refletindo as especificidades dos rebanhos, os saberes tradicionais e as relações predatórias, mesclado com a racionalização do próprio trabalho, as relações micro e macroeconômicas e os avanços técnicos e tecnológicos desenvolvidas nos campos experimental e científico, sem descuidar das muitas formas pelas quais os animais são representados e simbolicamente apropriados por comunidades de pecuaristas e criadores por todo o país.

Outra dimensão contemplada por esta coletânea de artigos é a de debater a pluralidade metodológica e teórica de que antropólogos e antropó-

logas têm lançado mão para pensar formas de criação, de manejo e de abate (e de reflexão acerca de tais atividades) com rebanhos de ovinos, bovinos, caprinos, equinos, suínos, aves, entre outros, visto que, em um curto espaço de tempo, a dinâmica de campo da Antropologia das relações entre humanos e animais (Zooantropologia ou Antrozoologia) ampliou-se para diferentes contextos etnográficos, um dos percursos voltando-se, como pode-se conferir neste volume, para a pecuária. Tal trajetória nos possibilita discutir domesticação de animais humanos e não humanos, predação, alimentação, emoções, tecnologia, estética, ciência, mercado, parentesco, identidades e muitos outros temas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIOLLI, Carmen. **Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais**: "Mexer com criação" no Sertão do IBAMA. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

ANDRIOLLI, Carmen. Criação. **Teoria & Cultura**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 136-143, 2016.

BANDUCCI JR., Álvaro. **A natureza do pantaneiro**: relações sociais e representação de mundo no "Pantanal da Nhecolândia". Campo Grande: Editora da UFMS, 2007.

BARBOSA, Eriosvaldo. **Valeu boi**: o negócio da vaquejada. Teresina: Editora da UFPI, 2006.

BARRETO, Eric. ***'Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro'***: as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris no pampa brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

BARROSO, Gustavo. **Terra de sol**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

BATISTA, Joselia. **A evolução da pecuária bovina em Rondônia e sua influência sobre a configuração territorial e a paisagem (1970-2012)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BORNHOLDT, Luciano. **Bigger than life**: cultural identity and labor relations among gaucho cowboys in Southern Brazil. Arlington: Amakella Publishing, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Bichos, brancos e negros em Pirenópolis. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 33, p. 75-108, 1990.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BRAZIL, Maria do Carmo; MAESTRI, Mário (Orgs.). **Peões, vaqueiros e cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Tomo I. Passo Fundo: Editora UPF, 2009.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Recife: Editora ASA Pernambuco, 1985.

CAMPHORA, Ana Lúcia. **Animais e sociedade no Brasil dos séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: ABRAMVET, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Nos caminhos da acumulação**: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de

Janeiro (1808-1835). São Paulo: Alameda, 2010.

CUMMINS, Bryan. **Bear country: predation, politics, and the changing face of Pyrenean pastorialism**. Durham: Carolina Academic Press, 2009.

DANTAS, Maria Isabel. **O sabor do sangue**: uma análise sociocultural do chouriço sertanejo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

DANTAS, Maria Isabel. É preciso matar o porco: de humano a animal despersonificado. In: BEVILAQUA, Ciméa; VANDER VELDEN, Felipe (Orgs.). **Parentes, vítimas, sujeitos**: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. São Carlos/Curitiba: EdUFSCar/Editora da UFPR, p. 165-187, 2016.

DESCOLA, Philippe. Genealogia dos objetos e antropologia da objetivação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 93-112, 2002.

DIAS, Juliana Vergueiro Gomes. **O rigor da morte**: a construção simbólica do animal de açougue na produção industrial brasileira. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

DURÃES, Francisco. **A "pata do boi" e os impactos ambientais na região do Araguaia paraense**. Jundiaí: Paco, 2016.

ELLIS, Olivia. **Organizing indigeneity among the Xukuru do Ororubá of Brazil**. Dissertação (Master of Arts) - University of Texas, Austin, 2010.

FREIRE, Luiz Cleber. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra**: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

FROEHLICH, Graciela. "Carne(ar) no passado e no presente: hábitos e práticas alimentares entre descendentes de imigrantes alemães". **Campos**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 69-82, 2011.

FROEHLICH, Graciela. **Do porco não sobra nem o grito**: classificações e práticas, saberes e sabores no abate doméstico de porcos. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

FROEHLICH, Graciela. Trabalhar os animais, trabalhar com os animais: reflexões etnográficas sobre bem-estar animal em fazendas de criação de gado de corte. **R@u -** Revista de Antropologia da UFSCar, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 108-125, 2015.

FROEHLICH, Graciela. **O bem-estar na carne**: um estudo antropológico sobre as relações entre humanos e animais a partir da categoria de bem-estar animal. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FROEHLICH, Graciela. As lidas e o bem-estar: relações entre os humanos e os animais em fazendas de criação de gado de corte. In: SAUTCHUK, Carlos (Org.). **Técnica e transformação**: perspectivas antropológicas. Brasília: ABA Publicações, p. 403-424, 2017.

GONÇALVES JR., Oswaldo. Entre bois e cabras: uma visão histórica sobre mentalidades e valores nos sertões. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 49-68, 2011.

GOULART, José Alípio. **O Brasil do boi e do couro**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965.

GUIMARÃES, Roberta. Espaço de gênero na "matação" dos animais da Folia de Reis, Silvianópolis (MG). **Teoria & Cultura**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 119-123, 2016.

HOEFLE, Scott. "O sertanejo e os bichos: cognição ambiental na zona semi-árida nordestina". **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 33, p. 47-74, 1990.

KOSBY, Marília; LIMA, Daniel Vaz; RIETH, Flávia. Centauros de motocicleta: o cavalo como testemunha do 'processo domesticatório' do gaúcho. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 48, p. 197-223, 2017.

KWON, Heonik. The saddle and the sledge: hunting as comparative narrative in Siberia and beyond. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, Londres, v. 4, n. 1, p. 115-127, 1998.

LEAL, Natacha. **Nome aos bois**: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2016a.

LEAL, Natacha. O début do touro Ranchi: uma celebração da pecuária de gado de elite. In: BEVILAQUA, Ciméa; VANDER VELDEN, Felipe (Orgs.). **Parentes, vítimas, sujeitos**: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. São Carlos/Curitiba: EdUFSCar/Editora da UFPR, p. 77-102, 2016b.

LIMA, Daniel Vaz. ***"Cada doma é um livro"***: a relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense. 2015, 146f. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015a.

LIMA, Daniel Vaz. *"O cavalo é quem te dá as dicas"*: uma etnografia da relação entre domadores e cavalos no pampa brasileiro. **R@U** - Revista de @ ntropologia da UFSCar, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 193-210, 2015b.

MACÊDO, Silvia Lopes. **Encantamento do Boi e Reis Encantados**: xamanismo e identidade étnica entre os Índios Kiriri do sertão baiano. Monografia (Ciências Sociais) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MAESTRI, Mário, LIMA, Solimar (Orgs.). **Peões, vaqueiros e cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Tomo II. Passo Fundo: Editora UPF, 2010.

MEDRADO, Joana. **Terra de vaqueiros**: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

MICHELINI, Janaina. **A pecuária bovina de corte no Brasil**: significados, contradições e desafios em busca da sustentabilidade. Tese (Doutorado em Ciência do Sistema Terrestre) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2016.

MITCHELL, Peter. **Horse nations**: the worldwide impact of the horse on Indigenous societies post-1492. Oxford: Oxford University Press, 2015.

MOUTINHO, Flavio. **Na trilha do boi**: ocupação do território brasileiro pela pecuária. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

MOUTINHO, Flavio; BRUNO, Sávio. **Se não fosse o pé do boi**: uma breve história da floresta, do machado, da pecuária extensiva e da desertificação no Brasil. Niterói: Editora UFF, 2016.

NASCIMENTO, Luiz Miguel do. **De sal e de sol**: introdução ao estudo das charqueadas do antigo estado de Mato Grosso. Jundiaí: Paco, 2011.

PEREIRA, Luzimar Paulo. O movimento dos bichos: notas etnográficas sobre animais, seres humanos e espaços em Urucuia, MG. **Ruris**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 63-84, 2015.

PEREIRA, Fabíola; RIETH, Flávia; KOSBY, Marília. Inventário Nacional de Referências Culturais – Pecuária, Bagé/RS. In: BEVILAQUA, Ciméa; VANDER VELDEN, Felipe (Orgs.). **Parentes, vítimas, sujeitos**: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. São Carlos/Curitiba: EdUFSCar/Editora da UFPR, p. 189-204, 2016.

PEREIRA, Renan Martins. Dominação e confiança: vaqueiros e animais nas pegas de boi do sertão de Pernambuco. **Teoria & Cultura**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 63-80, 2016.

PERROTA, Ana Paula. **Humanidade estendida**: a construção dos animais como sujeitos de direitos. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PERROTA, Ana Paula. Abate bovino e rede industrial: um estudo sobre a introdução e gestão racional e econômica das emoções dos animais. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 33, p. 68-96, 2016.

PIMENTEL, Sidney. **O chão é o limite**: a festa do peão de boiadeiro e a domesticação do sertão. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

PORCHER, Jocelyne. **Vivre avec les animau**x: une utopie pour le XXIe siècle. Paris: La Découverte, 2011.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1942].

QUENTAL, Daisy. **Pecuária folclórica**: o boi. São Paulo: Escola do Folclore/ Editorial Livramento, 1979.

QUEVEDO DOS SANTOS, Júlio; MAESTRI, Mário; ESSELIN, Paulo (Orgs.). **Peões, vaqueiros e cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Tomo III. Passo Fundo: Editora UPF, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1970].

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel & BARRETO, Eric. *'Lida brabíssima'*: a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária extensiva no pampa brasileiro. **Teoria & Cultura**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 81-91, 2017.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel; KOSBY, Marília. The way of life of the Brazilian pampas: an ethnography of the Campeiros and their animals. **Vibrant**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 110-127, 2016.

RIVIÈRE, Peter. **The forgotten frontier**: ranchers of North Brazil. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972.

SARREAL, Julia. Revisiting cultivated agriculture, animal husbandry, and daily life in the Guaraní Missions. **Ethnohistory**, Durham, v. 60, n. 1, p. 101-124, 2013.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Dicionário da cultura pampeana sul-rio-grandense**. Fructos do Paiz, 2019.

SIQUEIRA, Débora Vallilo. ***"A gente sabe o Sistema como é criado"***: a carne de porco entre a casa e a agroindústria na região de Chapecó-SC. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SORDI, Caetano. Pelo boi e sua carcaça: breves apontamentos sobre a disseminação do manejo racional e do bem-estar animal na pecuária bovina brasileira. In: BEVILAQUA, Ciméa; VANDER VELDEN, Felipe (Orgs.). **Parentes, vítimas, sujeitos**: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. São Carlos/Curitiba: EdUFSCar/Editora da UFPR, p. 121-142, 2016.

SORDI, Caetano. Criar ovelhas, caçar javalis: negociações técnicas e engajamentos ambientais no manejo de suídeos asselvajados no extremo sul do Brasil. In: SAUTCHUK, Carlos (Org.). **Técnica e transformação**: perspectivas antropológicas. Brasília: ABA Publicações, p. 451-471, 2017.

SORDI, Caetano; LEWGOY, Bernardo. Javalis no pampa: invasões biológicas, abigeato e transformações da paisagem na fronteira brasileiro-uruguaia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 48, p. 75-98, 2017.

SOUZA, José Wellington de. Porcos, humanos e lobisomens no imaginário rural: o uso estrutural do animal como símbolo que define a humanidade. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 190-213, 2016.

STOECKLI, Pedro. **Laços brutos**: vaqueiros e búfalos no baixo Araguari. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

STOECKLI, Pedro. A brutidade entre vaqueiros e búfalos no Baixo Araguari – Amapá. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 48, p. 171-196, 2017a.

STOECKLI, Pedro. Acerca do búfalo: delimitação e movimento no Baixo rio Araguari (Amapá). In: SAUTCHUK, Carlos (Org.). **Técnica e transformação**: perspectivas antropológicas. Brasília: ABA Publicações, pp. 427-448. 2017b.

SÜSSEKIND, Felipe. A onça pintada e o gado branco. **Anuário Antropológico**, Brasília, 2011 II, p. 111-134, 2012.

SÜSSEKIND, Felipe. **O rastro da onça**. Relações entre humanos e animais no Pantanal. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2014.

SÜSSEKIND, Felipe. Notes on the bagual: cattle raising, hunting and conservation in the Brazilian Pantanal. **Vibrant**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 128-142, 2016.

TAPETY, Audrey. **O vaqueiro no Piauí**: representações e práticas socioculturais (1960 a 2000). Imperatriz: Ética, 2007.

TEIXEIRA, Jorge Luan; AYUBE, Dibe. Cachorros que atacam criação: reflexões éticas sobre a mobilidade e a vida social dos animais em ambientes rurais. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 136-165, 2016.

TEIXEIRA DA SILVA, Fabrício. **Nas tramas da "escassez"**: o comércio e a política de abastecimento de carnes verdes em Belém, 1897-1909. São Paulo: Alameda, 2013.

TONI, Fabiano; CARVALHO DOS SANTOS, Jair; SANT'ANA DE MENEZES, Ronei; HOOD, Charles; SANT'ANA, Henrique. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia**: Acre, Brasil. Brasília: Ed. da UnB, 2007.

VANDER VELDEN, Felipe. Rebanhos em aldeias: investigando a introdução de animais domesticados e formas de criação animal em povos indígenas na Amazônia (Rondônia). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 129-158, 2011a.

VANDER VELDEN, Felipe. Inveja do gado: o fazendeiro como figura de poder e desejo entre os Karitiana. **Anuário Antropológico**, Brasília, 2010 I, p. 55-76, 2011b.

VANDER VELDEN, Felipe. Dessas galinhas brancas, de granja - ciência, técnica e conhecimento local nos equívocos da criação de animais entre os Karitiana (RO). **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 11-34, 2016.

VASQUES, Ariane. **As veredas do bode**: criação na solta e laboro no sertão de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Carlos, São Carlos, 2016.

VIEIRA, Jaci. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima**: a disputa pela terra. Editora da UFRR, Boa Vista, 2007.

WAQUIL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos (Orgs.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, 87: 11-73, 1990.

AUTORES

Flávia Rieth
Universidade Federal de Pelotas - UFPel
E-mail: riethuf@uol.com.br

Felipe Vander Velden
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
E-mail: felipevelden@yahoo.com.br

TESSITURAS
Revista de Antropologia e Arqueologia

Flávia Rieth
Daniel Vaz Lima
Vagner Barreto Rodrigues
Miriel Bilhalva Herrmann

"AQUI NA LIDA É EU, A ESPOSA E OS CACHORROS": trabalho familiar e saberes pecuários nos campos dobrados do Alto Camaquã

"HERE IN THE DUTIES IT'S ME, MY WIFE AND THE DOGS": family work and livestock farming know-how in the campos dobrados of Alto Camaquã

A primeira fase desta pesquisa do Inventário foi realizada com parceria entre a Prefeitura de Bagé, proponente, Curso de Antropologia da UFPEL, execução, e IPHAN, financiamento. A segunda fase do Inventário na Região do Alto Camaquã, a proposição da pesquisa foi da ADAC/AGRUPA.

RESUMO

O presente artigo reflete etnograficamente sobre o trabalho de caráter familiar nos modos de fazer da pecuária extensiva, na região do Alto Camaquã, Serra do Sudeste, pampa Brasileiro, a partir das pesquisas realizadas no *Inventário Nacional de Referências Culturais Lida Campeira* (INRC Lida Campeira). O artigo está dividido em três seções. Na primeira parte, apresentamos a maneira como os diferentes ambientes do pampa configuram formas criativas de aprendizado para humanos e outros animais, com atenção para os *campos dobrados*, ou *campos de pedra*. Na segunda, demonstramos um modo de vida em relação, em que pensamos a questão da criação e do manejo, a partir da associação de humanos, animais, rio, mato, casa, pedra, campo. Na terceira parte, discutimos a presença histórica das populações tradicionais, pecuaristas familiares, lavradores na pampa e as contribuições desses saberes e fazeres, que aproximam Naturezas e Culturas na *lida*. Assim, o trabalho busca reconhecer os saberes tradicionais e suas implicações na *lida campeira*, desde a instalação da atividade pecuária no pampa.

PALAVRAS-CHAVE: Inventário Nacional de Referências Culturais. *Lida Campeira*. Alto Camaquã. Populações tradicionais. Pampa.

ABSTRACT

The present article ethnographically reflects on the family work in the way of handling extensive livestock farming, in the Alto Camaquã region, Hills of the Southeast, Brazilian pampa, based on the researches carried out in the *National Inventory of Cultural References Lida Campeira* (INRC Lida Campeira). The article is divided in three sections. In the first part, we present the way how different pampa environments set up creative forms of learning for humans and other animals, mainly focusing in the *campos dobrados*, or *campos de pedra*. In the second, we show a lifestyle in relation, in which we consider the raising and the handling, based on the association of humans, animals, river, bushes, house, stone, field. In the third part, we discuss the historical presence of the traditional populations, family cattle breeders, farm workers in the pampa and the contributions of this know-how and way of doing things, which bring Natures and Cultures closer in the *duties*. Thus, the work aims to acknowledge the traditional know-how and its implications in the *lida campeira*, since the beginning of the livestock farming activity in the pampa.

KEYWORDS: National Inventory of Cultural References. *Lida Campeira*. Alto Camaquã. Traditional populations. Pampa.

INTRODUÇÃO

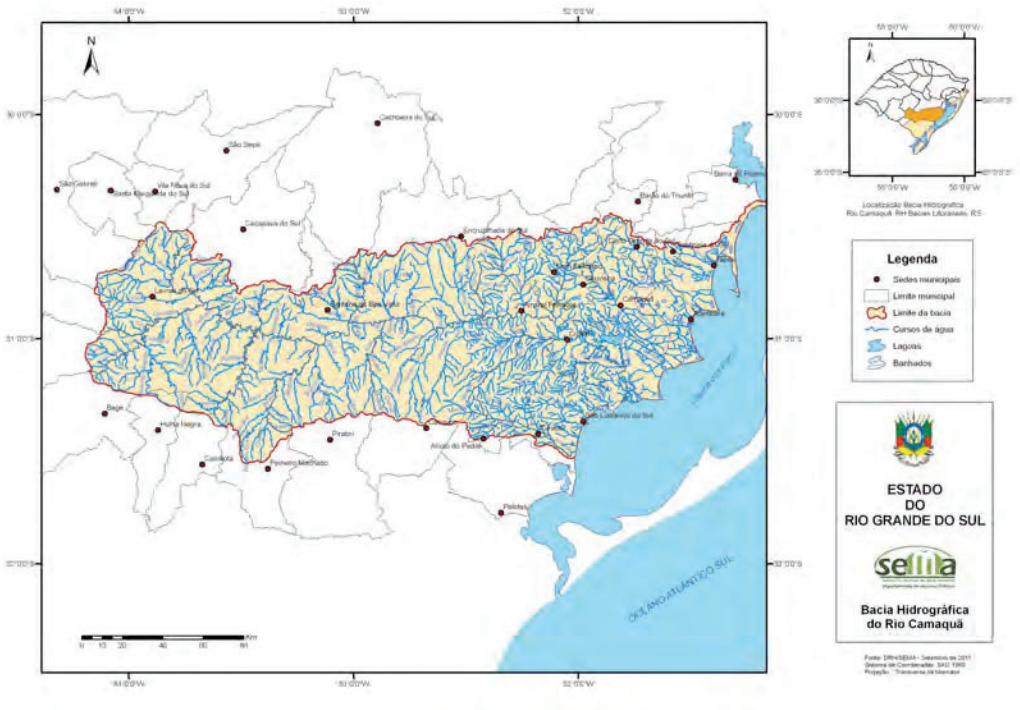
> "A gritos, a tiro e a cachorro tinha-se conseguido tocar como umas pra mais de três mil rêses. Nem lhe falo nas cousas divertidas do serviço, como rodadas, algum matungo riscado de aspa de brasino, as compadradas da peonada e outras que sempre alegram um campeiro."
>
> João Simões Lopes Neto, *Juca Guerra*, 2011 [1912]

> "Estava tudo se liquidando, o pasto tomando conta das plantações, as árvores morrendo de velhas, a criação se terminando, e agora, a lo más, as coisas eram diferentes, era tudo moderno, ninguém queria saber de caixa de doce, compota caseira, fruta seca, galinha viva... Estava tudo mudando..."
>
> Aldyr Garcia Schlee, *Linha divisória*, 1988

O pampa é um bioma campestre, temperado, subtropical, que cobre mais de 750.000 km² da América do Sul, com planícies que compreendem as províncias mais orientais da Argentina, a "metade sul" do estado do Rio Grande do Sul e o território da República Oriental do Uruguai. No pampa, predominam planícies que, em sua vastidão, ultrapassam as fronteiras geopolíticas do Brasil, do Uruguai e da Argentina e foram objeto de disputa, de tensão e de indefinição ao longo das formações históricas nacionais (BARETTA; MARKOFF, 1978). Segundo dados do IBGE, de 2004, o pampa corresponde a 176.496 km² do Rio Grande do Sul, 63% da extensão do território estadual, 2,07% do território brasileiro. A paisagem pampeana, geralmente, é descrita pela cobertura densa e variada de espécies de gramíneas nativas, com estreitas matas ciliares às margens de cursos d'água e ondulações suaves das coxilhas. Entretanto, o pampa, concebido, muitas vezes, como um todo homogêneo, monótono, marcado por planícies infinitas, coberto de campo, com poucos marcos que sirvam como referência espacial, apresenta e é composto por uma diversidade de ambientes.

Tal diversidade pode ser destacada pela particularidade dos chamados *campos dobrados* ou *campos de pedra,* na parte alta da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, na região do Alto Camaquã, Serra do Sudeste. Enquanto a paisagem dos "*campos lisos*" ou "*campos planos*" é descrita pela cobertura de espécies de gramíneas, ideais como pastagem de rebanhos, os *campos de pedra* caracterizam-se pelos acidentes geográficos, peraus íngremes e *guaritas*, formações rochosas cobertas por uma vegetação herbácea, associada a uma vegetação arbustiva e arbórea de pequeno e médio porte, especialmente, nas margens tortuosas do Rio. Um mosaicos de campo-floresta e gramíneas lenhosas. São caraguatás, sarandis, vimes, corticeiras, pitangueiras, que crescem por entre as pedras e as várzeas, nos banhados e sangas, entre o capim santa-fé e as *tunas* (espécie de cacto), que indicam a riqueza hídrica da Bacia Hidrográfica.

Imagem 1: Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã

Este artigo é um desdobramento da pesquisa produzida pelo *Inventário Nacional de Referências Culturais – Lida Campeira na Região de Bagé/RS* (INRC Lida Campeira)[1], que percorreu municípios como Arroio Grande, Pelotas, Bagé, Hulha Negra, Herval, Aceguá (Brasil), Aceguá (Uruguay), Jaguarão e Piratini, denominada região de *campos lisos* – etnografando os saberes e modos de fazer dos peões campeiros, que resultou em um conjunto de relatórios entregues ao IPHAN, no ano de 2013. Quando iniciamos o processo de devolução do conhecimento produzido na primeira fase do INRC Lida Campeira às comunidades que participaram do Inventário, fomos convidados pela *Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã* (ADAC) para apresentarmos o trabalho em uma reunião com a Associação. O argumento era o da peculiaridade da região do Alto Camaquã, que poderia trazer desdobramentos para a realização de um inventário específico, relacionado ao projeto de desenvolvimento endógeno proposto pela comunidade.

A região do Alto Camaquã é marcada por um paradoxo: por um lado, é a região mais preservada do bioma pampa, com 80% da cobertura vegetal natural, mas, por outro, é considerada, pelo Estado, como a mais parte mais empobrecida do Rio Grande do Sul. Municípios como Santana da Boa

[1] O INRC - Lida Campeira na Região de Bagé/RS configurou-se a partir da demanda da Prefeitura de Bagé, com financiamento e cedência da metodologia pelo IPHAN. O plano de trabalho foi executado Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, com trabalho de campo realizado no período de 2010 a 2012. A entrega dos Relatórios Finais, dos 05 Filmes e do CD-room Interativo foi realizada em 2013. Os relatórios se situam em análise no departamento do Patrimônio Imaterial, no IPHAN. (RIETH *et al*, 2013). A partir de 2016, houve a extensão dessa metodologia para a região do Alto Camaquã, na Serra do Sudeste, por meio do INRC - Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/>. Acesso em: 21. mai. 2019.

Vista, Encruzilhada do Sul, Canguçu e Piratini ocupam os últimos lugares no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado. O pesquisador Marcos Borba (2016: 187) entende que isso deve-se ao fato da região não ter atingido "êxito na implementação dos modelos de desenvolvimento propostos". Nos municípios do Alto Camaquã, o número de estabelecimentos voltados para a agropecuária de caráter familiar variam entre 79% e 87%. Nesse modelo, o modo de vida é constituído a partir de uma estreita relação com o ambiente, com os *campos de pedra*, a partir da pouca dependência de insumos externos e da autonomia em relação aos mercados. Ao mesmo tempo, os índices de renda são baixos, em função dos moradores venderem os animais quando precisam, uma vez que a criação funciona, para além da alimentação, como uma espécie de "poupança" (PORTO; BEZERRA, 2016).

A autonomia em relação aos mercados internos, a topografia de terrenos ondulados, os solos rasos e a associação entre a vegetação arbórea com vegetação herbácea, um mosaico de "*campo sujo*" e mato, constitui, para Borba (2016), alguns dos fatores que explicam o desinteresse, por muitos anos, dos projetos de modernização agrícola na região. Nesse sentido, a Embrapa Pecuária Sul/Bagé, elaborou um projeto de desenvolvimento territorial endógeno, ou seja, com centralidade aos modos de vida e nas relações dos habitantes com o ambiente, em que "aos atores locais lhes sejam facultados o direito de gerar referências próprias, uma 'vara de medir local' para definir as estratégias de mudança" (BORBA, 2016: 204). Desde 2010, tal estratégia vem sendo desenvolvida na região por meio da ADAC, fruto da articulação entre pecuaristas familiares e parceiros, como universidades, Embrapa, Emater. A ADAC é uma rede de associações comunitárias, localizadas nos municípios que integram o projeto. Envolve um número aproximado de 500 famílias – cerca de 2 mil pessoas – distribuídas em 25 associações. O objetivo é "apoiar e promover a preservação do patrimônio histórico, do meio ambiente, das culturas étnicas e produtivas do Alto Camaquã" (BORBA, 2016: 207).

No trabalho de campo, realizado nos anos 2017 e 2018, entre o Distrito de Palmas, em Bagé, o Distrito Coxilha do Fogo, em Canguçu, e o Distrito do Barrocão, em Piratini, percebemos que a premissa para pensar a *lida campeira* a partir da relação entre animais humanos, animais não humanos, coisas e ambiente era evidenciada e reforçada pela paisagem do Alto Camaquã. A relação com o ambiente ganha relevância ao observarmos as diferenças dos manejos nos *campos lisos* e nos *campos dobrados*, conforme indicação dos interlocutores e interlocutoras. A fala do senhor Leomar, quilombola residente no Quilombo de Palmas, no interior de Bagé, ressalta que peão de *campo liso* "*não se adapta em campo de pedra*", devido aos perigos de cavalgar pelas formações rochosas, próximo a peraus, em condições de neblina, de cerração e de chuva. Desafios que somam-se ao cotidiano da *lida*, retratada como "*lida brabíssima*" (RIETH; LIMA; BARRETO, 2016).

Na perspectiva de Tim Ingold (2010; 2012; 2015), habitar um ambiente é, também, juntar-se ao processo de formação do mesmo. De acordo

com o autor, o ambiente é resultado do emaranhado de linhas, em que cada elemento, humano e não humano, interage, em trajetória contínua de devir, na medida em que movem-se e são enfeixados em combinações diversas. Nesse sentido, todos os seres são vivos e com vida. Naquilo que fazem, constituem as condições de existência uns dos outros. O Alto Camaquã é reconhecido enquanto local de reprodução dos rebanhos ovinos, caprinos e bovinos, que são vendidos para outras regiões, geralmente, ao completarem um ano, onde concluem o ciclo de criação, e de vida e de morte. Em envolvimentos corporais, os bichos aprendem. Conforme Vera Colares, pecuarista familiar em Bagé/RS: "*Os animais das Palmas é para qualquer lugar no mundo, eles aprendem o que comer e o que não comer, como o timbó ou mio-mio, em função da biodiversidade*". A criatividade, como a improvisação, é inerente aos movimentos das trajetórias, conforme os elementos surgem em campo. Em suas itinerâncias e entrelaçamentos, humanos e outros animais aprendem num processo de "educação da atenção", em um movimento contínuo e atencional, de olhar, de ouvir, de sentir e de aprender, na interação de uns com os outros.

Nos *campos de pedra*, o uso do cachorro é fundamental (BARRETO, 2015), uma vez que sem cachorro não é possível camperiar nas Palmas, conforme afirmam, muitas vezes, em campo. São os cachorros que retiram algum bezerro desgarrado, uma ovelha extraviada no mato ou recolhe uma cabrita perdida – considerada um "*bicho danado*", "*bicho que gosta de pedra*" – em lugares perigosos, inacessíveis aos humanos e aos cavalos. O nome da égua da Vera é Cai-Cai, justamente pela falta de habilidade do animal em cavalgar em terreno pedregoso. O manejo tradicional da pecuária extensiva segue a lógica da caça, mesmo que tratando-se de caça à animais domesticados. A parceria entre o campeiro, o cavalo e o cachorro na *lida*, os arreios, as técnicas da doma (LIMA, 2015) e as do pastoreio performam o confronto entre a caça e o caçador (RIETH; LIMA; BARRETO, 2016). Da mesma forma, o depoimento da pecuarista familiar Vera Colares, corrobora com esse argumento quando fala dos nomes dos cachorros da propriedade: Maleva, Tirana, Cruel e Bagunça. "*Nomes que têm força. É cachorro para guerra, para lida. Deve cuidar da casa, da caça*."

Ao mesmo tempo, a *lida campeira* é realizada, em grande parte, por membros dos grupos familiares, com apoio de redes de relações com parentes, com destaque para a marcante presença das mulheres nas atividades. Dessa forma, como comentou o pecuarista familiar Rudinei de Oliveira, de Piratini, "*na lida é eu, a esposa e o cachorro*". Outra interlocutora, dona Zeni Crizel, moradora do interior de Piratini, que realiza as atividades cotidianas da propriedade apenas com auxílio de cães *ovelheiros gaúchos*, afirmou que a "*mulher faz as mesmas coisas que o homem. Basta querer.*" A atuação feminina em campo, porém, chama a atenção para a complementaridade entre as lidas caseiras e as lidas no campo, já que cabe às mulheres, também, o cuidado diário das propriedades, de manejo dos animais, de relação com "a bicharada".

RIO, MATO, CASA, PEDRA, CAMPO

Os pesquisadores Rafael Gastal Porto e Antônio Jorge Bezerra (2016), em uma caracterização socioeconômica da pecuária familiar em Bagé/RS, evidenciam que o município conta com 2 mil unidades de produção, sendo 1400 de caráter familiar. Por conseguinte, do universo de 1400, 400 unidades são dedicadas à pecuária de corte como atividade principal, representando 28,75%. O distrito de Palmas era o mais representativo em termos de pecuária familiar, onde cerca de 80% das propriedades utilizam o pastoreio contínuo, com campos nativos, como fonte de alimentação dos animais. Outro dado é que, das propriedades anteriormente citadas, 85% são voltadas para a cria, com a venda dos terneiros para intermediários, produtores que compram lotes para a terminação, ou *engorda*, do animal.

Para os autores, em primeiro plano, os animais estão voltados para o consumo e para atender necessidades básicas das famílias. A venda de lotes de animais dá-se em função de adquirir renda para cobrir despesas, bem como para gastos imprevistos e casos extraordinários. Nesse sentido, a criação é concebida como mercadoria de reserva, como uma "poupança". Por fim, os autores chamam a atenção para a renda não agrícola, em que um alto número de pecuaristas familiares possui renda proveniente de outras atividades, como funcionários públicos, assalariados rurais ou aposentados rurais. A isso, tem-se a elevada faixa etária desses produtores, cerca de 70% com idade acima dos 40 anos.

Vera Colares, contabilista e aposentada da Receita Federal, é moradora de Palmas. Anteriormente, morou nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e no núcleo urbano, em Bagé. Conta que, porém, sempre manteve o vínculo com a *lida* na propriedade, acompanhando as atividades nos momentos de folga do trabalho como funcionária pública. Ao se aposentar, a interlocutora retornou para o imóvel rural de sua família. Reside, atualmente, com sua mãe Eny Scholante Collares e é responsável pela organização das atividades da propriedade, onde executa todas as etapas, acompanhada por um peão assalariado. Sobre a *lida campeira*, a interlocutora comentou: "*A nossa lida é em campo nativo, a criação é extensiva. Os animais ficam soltos e eles vivem bem, em contato com a natureza.*"

As atividades de preparação para a lida no campo são entendidas como parte da lida caseira. Pela manhã, após tomar chimarrão à beira do fogo na lareira, Vera e Regis, *Rejão*, funcionário da propriedade, iniciam as atividades. "*De manhã, quando a gente acorda, a gente já começa a trabalhar com os animais. A gente alimenta as galinhas, que nessa época estão com pintinhos. Depois vamos dar comida para os porcos e tirar leite das vacas. E também a gente tem que alimentar os guaxinhos* [filhotes amamentados na madeira] *que estão em casa, que são os cordeirinhos e cabritos que perderam a mãe e a gente leva para criar em casa.*" Após, vem a lida no campo. "*A gente pega o cavalo, encilha, e vamos camperiar, juntamente com*

os cães. Nessa época [início da primavera]*, a natureza toda está se reproduzindo. As vacas estão dando cria, as ovelhas estão dando cria, as cabritas estão dando cria. Então é necessário que a gente passe quase todos os dias no campo para verificar se está tudo bem, porque se uma vaca se trancar com o terneirinho* [distocia]*, ela pode morrer, o terneirinho pode morrer, sendo necessário que a gente faça uma revisão quase que diária*."

Ainda de acordo com a interlocutora, "*a gente vai para o campo com os cavalos e com os cães. Juntamos o gado em determinado lugar, que chamamos de* rodeio*. E, ali no* rodeio*, a gente faz a verificação dos animais, para ver se está tudo bem, se não têm animais doentes, etc. Tem um lugar que chamam* rodeio *ou* parador*, que já é habitual reuni-los sempre ali. Então, eles já sabem que têm que ir por ali. Tu atiças os cachorros atrás deles e eles vão se dirigindo para esse lugar. Às vezes, querem ficarem escondidos, no meio do mato, e tu manda os cachorros entrarem no mato e correr eles de lá.* [Com os animais no *rodeio*] *A gente pega os terneirinhos recém-nascidos e curamos o umbigo deles para que as moscas* [Dermatobia hominis] não ponham vareja e ele não fique doente. É muito comum as vacas darem cria e esconderem os filhotes no mato. Aí tens que procurar mesmo. Tem que entrar a pé no mato, às vezes, os cachorros não acham. Outras vezes, pa*ssam dois dias e as vacas acabam levando os filhotinhos para o campo limpo. Ela vem pastar nos lugares limpos e acaba enxergando ela. O ideal é deixar em potreirinho, sem matos. O pessoal quando vê, dois ou três dias antes, que elas vão dar cria, pois elas começam a encher o úbere, levam para esses lugares. Isso é, como dizem, a lida habitual, diária. Assim, umas duas vezes por semana tens que fazer isso, recorrer todo o gado para ver se não tem bicheira. Na época da primavera, o ideal, seria fazer isso todos os dias.*"

Na propriedade de Vera, o manejo consiste em trazer os animais para o cercado próximo à casa, algumas vezes na semana, onde Regis Colares, *Reginho*, médico veterinário de formação e agente comunitário de saúde, acompanha os nascimentos dos filhotes e verifica a presença de doenças ou verminoses, pouco comum nas cabritas, por, segundo ele, alimentarem-se "*de chá*". A presença humana, dessa forma, atua na proteção, na alimentação e na cura de algumas doenças. "*Tu pega um cabritinho, aí, que tá morrendo, praticamente. A gente leva pra dentro de casa, bota na beira da lareira, dá-lhe remédio, só alí, no futuro, pode te dar algum lucro. Talvez, nem te dê. S*ó que é um estilo de vida diferenciado", defendeu Regis. Segundo o veterinário, "*as cabras vivem nas pedras.*" Nesse sentido, manter um manejo semanal é importante para que não aconteça o asselvajamento das cabritas, que são bastante autônomas e, na ausência humana, desrespeitam limites e se embrenham nas matas, em busca de alimento. "*A cabrita vai.*"

"*As pedras estão vivas!*", contou-nos Vera. Algumas possuem nome. São co-habitadas, além das cabras, por matos de bromélias, coqueiros, tunas, bichos do mato, cobras. Entretanto, Vera concebe as pedras como o "*reino das cabras*", pois têm lugares que somente elas conhecem o acesso. Lugares ao qual o acesso humano ocorre somente por mediação de instru-

mentos, como cordas, escadas, cabos de aço. "*Somente os pássaros vão mais longe.*" Assim, as pedras estão vivas porque são uma reunião de vidas, uma mistura de diferentes combinações e transformações (INGOLD, 2012, 2015). Os caminhos por entre as rochas são construídos pelas cabras. Mas, até elas perdem-se. Sobem em lugares e não conseguem voltar. Podem morrer, caso não sejam resgatadas. Uma relação de co-tornar-se, por meio do envolvimento com outras espécies, com outros modos de vida, por caminhos imersivos de conhecer, que consideram e envolvem os demais seres que habitam o ambiente, bem como as relações entre eles (DOOREN; KIRSKEY; HÜNSTER, 2016).

Conforme Vera, "*as cabritas têm casco mole, precisam das pedras para gastar o casco*", já as ovelhas necessitam de ambiente seco, como o de pedra, para não adquirir frieira, doença que pode levar o animal à morte. As ovelhas são consideradas um animal frágil, que não é de mato. Se enreda nos galhos e não consegue sair. Os interlocutores afirmam que elas gostam de manter contato visual, ver umas às outras. Por isso, seria mais difícil de alguma desgarrar-se do grupo, ao contrário das cabritas, que não respeitam cercas e enfiam-se em pontos mais altos das formações rochosas. "*Em relação as ovelhas, a gente, de três em três dias, junta o rebanho. Elas são bem fáceis de lidar. A gente só toca* [com a ajuda dos cachorros] *e vem praticamente todas para dentro da mangueira. A gente faz a revisão para ver se está tudo certinho, se não tem nenhuma doente, abichada. É necessário juntar seguidamente, porque, as ovelhas, são muito sensíveis. Se elas adoecerem, e tu não juntar, em poucos dias elas poderão morrer. Nessa época, elas estão dando cria e temos que cuidar os predadores como o sorro* [Lycalopex gymnocercus]*. Os corvos, também, podem matar os animaizinhos. Os caranchos, também. Então, a gente tem que estar sempre revisando para evitar a perda desses animais*."

Dona Vanda Rosa Tarouco, pecuarista familiar na localidade de Barrocão, em Piratini, cria bovinos e ovinos com a ajuda do marido, senhor Celso Tarouco, que estava com 71 anos, em 2017. "*Tem gado* [bovino] *e ovelha. Mas a ovelha é pouquinho. Até vamos vender um pouco, esse ano. Vamos deixar só umas dez, para carne. Eu não gosto de ovelha. Só gosto de gado. Nós temos 104 gados criados e mais 36 terneiros.*" Dona Vanda aprendeu o cotidiano de trabalho na propriedade de seus pais. "*Eu nasci e me criei no campo. No tempo do boi de arado. Eu era boa para lavrar. Sempre ajudei meu pai. Ele tinha 10 filhos. Então, a gente se criou sempre na lida. O guris foram crescendo e indo embora. As gurias é quem foram ficando e trabalhando na lavoura*."

Após o casamento, dona Vanda passou a residir na cidade de Pelotas, onde permaneceu por 30 anos. O retorno à vida rural ocorreu em 2002. "*Quando nós viemos para cá, ele* [Celso] *me disse: 'Eu vou para fora contigo, mas tu sabe que eu não gosto de criação. Não vou me preocupar com isso.' Então, a criação é comigo. E ele fica limpando o campo. O que gosta de fazer é limpar o campo. Agora ele tem me ajudado, a minha cachorra morreu*." A

pecuarista faz a *lida* a pé, ou seja, sem estar montada em um cavalo, acompanhada de cães da raça *ovelheiro gaúcho*. *"Eu campereio a pé. Junto cento e poucas reses. Perdi minha cachorra, a Filó. Só eu e ela juntávamos todo o gado. Agora eu tenho que levar o meu cunhado e o Celso para ajudar a juntar. Eu digo, bah, essa cachorra vale por dois homens no campo!*"

A égua Girafa, com 25 anos de idade, é utilizada por dona Vanda apenas para ir na outra propriedade da família, distante 7km de onde reside. "É para desloc*amento. Para juntar o gado, é a pé*." Na época da entrevista, a cachorra Filó acabara de falecer, em função de envenenamento. "*Era uma cachorra bem linda, barbaridade! Às vezes, quando eu vou juntar o gado, eu choro no campo. Era duas pessoas que eu tinha para ajudar. E ela não tinha preguiça. Ela camperiava comigo. Eu só parava e dizia: 'Vai!' Ela me olhava e eu dizia: 'Traz!' E ela ia lá e juntava. Trazia o gado todo encarreirado.*" Entre as atividades cotidianas, as lidas caseiras estão intercaladas com as lidas campeiras. A atividade de banhar o gado é realizada às 6h da manhã. Outras vezes, nesse mesmo horário, dona Vanda está no campo juntando o gado para dar sal. Noutros momentos está em casa realizando as atividades no entorno da casa, como trabalho na horta e cuidado de algum bicho criado *guaxo*.

"*Eu que cozinho*", comentou dona Vanda. "*Esses dias estava pensando em contratar alguém que pudesse, ao menos, umas duas vezes por semana. Eu gosto de fazer a comida. Mas, às vezes, a lida da casa atrapalha a gente, né. Minha rotina é: vou no campo, volto, faço o almoço, passo uma vassourinha na casa, lavo a roupa e boto na corda, lavo a louça. Às vezes, peço para meu marido lavar.*" A seguir, é a lida no campo. "*Todos os dias é juntar o gado e dar sal*." O objetivo da lida é, também, amansar a animalidade do gado, na convivência com os humanos. "*Quando a gente dá sal, e quando eu desmamo os terneiros, eu deixo eles 10 a 15 dias na mangueira. Eles ficam bem mansos. Pega um balde e sai e eles saem atrás da gente. O gado da raça* Red Angus *é o mais manso que existe para a gente lidar.*" Na estação do verão e da primavera, a interlocutora não trabalha no campo em horários de sol quente. "*Só saio para o campo depois das 16h. A gente tem que respeitar o sol*."

Nesse sentido, a *lida campeira* é uma atividade em que os trabalhadores acompanham os ciclos da criação, os horários do sol, os períodos de chuva e de estiagem, a especificidade dos rebanhos, a relação predatória entre animais, mesclada com a racionalização do próprio trabalho e as tecnologias desenvolvidas no campo científico. Ao refletir sobre a *lida*, acionamos uma redes de relações, que compreendem a paisagem como elemento que constitui o manejo e envolve a presença dos rebanhos, mediante ações de cuidado, aproximação, desefa contra outros seres. Demonstram as dinâmicas entre os caminhos da região, por meio de redes de parentesco, de reciprocidade, bem como novos arranjos, em combinações familiares criativas. Uma malha composta por engajamentos de vida, uma vez que a *lida campeira* é um saber e um fazer constituído por meio de trocas, compartilhado

em momentos de encontro, de aproximação, entre humanos, outros animais e ambiente, onde detém-se apenas parcialidades do conhecimento, nunca sua totalidade.

BICHOS DO CAMPO, BICHOS DO MATO, FRUTAS DO MATO, FRUTAS DA *QUINTA*

No trabalho etnográfico, acompanhamos seu Beto, pecuarista familiar e peão campeiro, no distrito de Palmas. A *lida* é realizada com os cachorros, que seguem as indicações do peão. A partir da mensagem "*ataca lá, ataca lá*", os cães começam a correr ao redor dos animais, enquanto latem, rosnam. Com isso, o gado começa a se reunir e a dirigir-se para determinado lugar. Seu Beto tinha cinco cachorros que o acompanhavam nos trabalhos. O Lechiguana, o Tigre, a Diane, o Campeiro e a Barbuda. Montado a cavalo, seu Beto coordenava o trabalho dos cães. "*Ataca lá!*", "*volta lá!*", "*oia lá*", "*ataca de fora*". Cada mensagem era atendida imediatamente pelos cães, que corriam e latiam.

"*Ataca lá!*" significa que os cães deveriam ficar atrás dos bois e, caso não sigam o caminho, ameaçar morder no "*garrão*". "*Abre*" significa dizer que o cão deveria deixar de atacar. "*Volta*" é para voltar para trás, para a culatra da tropa. "*Oia lá*" chama a atenção quando um boi está desgarrado dos outros, saindo do grupo. Enquanto uns atacam, outros rodeiam, em volta da tropa. Um trabalho em equipe, uma relação visual e falada de constante "vigilância recíproca" (SÜSSEKIND, 2014). O incentivo aos cães deve ser dado na medida certa, pois o objetivo não é morder, o que poderia ferir a pata do animal, mas avançar com ferocidade suficiente para que o comando de seu Beto seja obedecido e o boi não entre no mato.

Os *campos dobrados* são descritos, em alguns momentos, como "*campos sujos*", devido à variedade de gramíneas, de arbustos, de árvores, de diversos portes, que servem de alimento e de esconderijo aos rebanhos, e são diferenciais na criação. Não por acaso, o Alto Camaquã, com difícil acesso, devido aos peraus, penhascos e *guaritas*, serviu como local estratégico, enquanto "fuga para dentro" (KOSBY, 2017), utilizado por diversos coletivos ao longo da sua formação histórica e sociocultural. Essa é a região mais preservada do Bioma Pampa, justamente porque as populações tradicionais – pecuaristas familiares, quilombolas, grupos indígenas, ribeirinhos, entre outros – que o habitam historicamente, aprenderam a manejar de forma sustentável o ambiente. O meio pampeano apresenta-se na sua diversidade, em *campos lisos*, *campos dobrados* ou *campos de várzea,* de banhado, destacando-se a importância da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã.

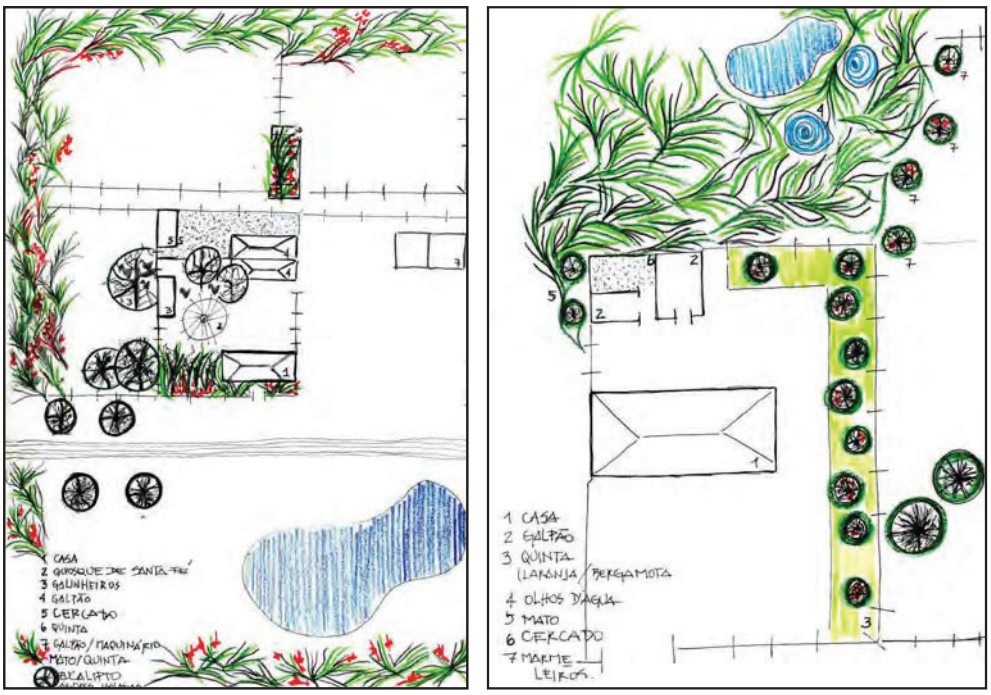
A presença dos rebanhos bovinos, ovinos e caprinos constituem a paisagem, passeiam por ela, na busca de água e comida. Conforme a pesquisa de Marília Floôr Kosby (2017), sobre a criação de caprinos no Quilombo de Palmas, as cabras são animais de *campo dobrado*, ambiente seco, de

pedra. Gostam de andarilhar, precisam de espaços amplos e não convivem bem quando confinadas. Passeiam solitárias ou em pequenos grupos pelas pedras e campos, onde há grande variedade de gramíneas e de árvores de pequeno e de médio porte, bem como aguadas. A espécie não tem um período regular de cio, tendo várias crias a cada gestação. O número de bodes é pequeno, controlado pelos quilombolas. Passeiam mais arredios pelo campo. Isso faz com que alguns filhotes machos sejam castrados, os *cabritos*, para tornar a carne mais macia e o animal mais dócil. O leite de cabra costuma ser valorizado na alimentação das crianças do Quilombo, considerado mais nutritivo e "*forte*" que o leite de vaca.

Às cabritas são creditadas, também, algumas das alterações na paisagem campeira, como a presença de grande número de pitangueiras, segundo interlocutores, devido às sementes que elas transportam, bem como por "limpar" trechos, conforme comem vegetação e folhagens até a altura onde alcançam. São reunidas e alimentadas com milho, algumas vezes na semana, aos chamados de "*cabrita*" ou de "*chiba*". Para Kosby (2017: 29), é comum vê-las atravessando as estradas da região, indo de um mato para outro. Usam cangalhas e uma assinalação nas orelhas, como forma de indicarem os proprietários, já que as terras do quilombo são de uso coletivo. A estratégia delas para manterem-se alimentadas é a itinerância pelos matos e peraus. "Andam soltas, caminham muito, mas há um triângulo de madeira pesando em seus pescoços. Elas não ficam só pelo Quilombo, vão onde houver comida, comem brotos, comem o mato, quase não pastam." Algumas precisam ser caçadas a tiro, de tão *bagualas*, *xucras*, que ficam. Outras convivem diariamente ao redor da casa, *guaxas*, acostumadas ao convívio, sendo difícil de consumi-las.

De acordo com seu Beto, "*casa que não tem quinta é tapera.*" Observando as *quintas*, os pomares e os "*arvoredos*", nas propriedades de Palmas, em Bagé, ou do Barrocão, em Piratini, percebe-se uma continuidade entre a *quinta* e o mato. Na *quinta*, tem marmeleiro – espécie do mato –, tem figueiras, goiabas do mato, goiabeiras, bergamoteiras e laranjeiras. A pitanga e o araçá são frutas nativas, dão no mato, na beira da estrada, nem se precisa plantar. Os figos podem ser colhidos aos poucos, ao longo do ano. São guardados no congelador, até ter o suficiente para uma receita de doce ou para uso ocasional.

Imagem 2 e 3: Esboço de propriedades no Alto Camaquã



Fonte: Flávia Rieth

No desenho das propriedades, tal relação fica evidente no manejo do mato como proteção da casa, como quebra vento, como proteção das nascentes e na manutenção da água no cotidiano da propriedade. O mato, também, protege as *quintas*. O marmeleiro, por exemplo, é plantado na borda do mato, para não sofrer os efeitos da geada. Nesse modo de vida, observa-se que a continuidade entre o mato, o campo, a casa e a *quinta* denotam o compartilhamento da vitalidade entre Naturezas e Culturas. Uma substância que alimenta os sujeitos humanos e os animais. E, assim, os constitui. No mato e na *quinta* tem a produção das frutas, no campo os rebanhos alimentam-se do pasto e das frutas que garantem a qualidade e o valor da carne dos animais criados de forma extensiva. Assim, a culinária campeira faz-se de carne e derivados, de leite, de ovos e das frutas produzidas nas propriedades. Alimentos que acompanham o calendário do plantio.

Márcia Cristina Colares faz doces de figo, pessegada, marmelada, que são consumidos conforme a sazonalidade da produção, embora muitas frutas sejam congeladas para ampliar o período de consumo. Conforme Márcia Cristina: "*As figueiras dão frutos nos meses de outubro a janeiro, os pessegueiros e os marmeleiros dão frutos nos meses de janeiro a março.*" De acordo com Karina Scholante: "*Nós fazemos ambrosias, doces de batata, de abóbora, rapadurinha de leite, figada, doce de pera, pessegada, depende da estação, da época. Os pães caseiros, a broa, faz parte da alimentação rural.*" Doces feitos de leite são produzidos o ano inteiro, tais como rapaduras e ambrosias. Na época das crias das vacas, aumenta a quantidade de leite disponível. É o momento em que mais se produz doce a base de leite, que

inclui bolos e cucas, com recheio de doce de leite. Alimentos a base de carne e embutidos estão, também, presentes na mesa o ano todo.

Os saberes sobre a culinária movimentam parentes e receitas em momentos especiais, por meio da circulação de ingredientes e de doces entre as famílias da região. Trazem memórias a respeito da carneação de animais, da "*matação*" de porcos. Momentos de encontro, de trocas, de reciprocidade. Vera afirma que o ambiente das Palmas "*tem cheiro e tem gosto*". É perceptível pelos sentidos de humanos e de outros animais. A estação do ano mais bonita, segundo a pecuarista, é a primavera, pelo ciclo da criação, época de nascimentos dos filhotes e da floração, em que as temperaturas ficam amenas, passado o inverno. Processos que se confundem com o fazer culinário, que alimenta os corpos e a imaginação dos sentidos na culinária campeira, com os doces de frutas, ambrosias e as comidas a base de carne e derivados, como o queijo de porco. O cozinhar processa a mistura entre ambiente, animais humanos e não humanos, como as abelhas, que trabalham na polinização e são consideradas agentes importantes para a floração e para a diversidade frutífera do Alto Camaquã, com presença de espécies nativas do pampa. Não se come chumbo, nem prata, nem zinco, nem ouro, nem mercúrio. Substâncias que quando absorvidos pelos organismos não podem ser eliminados. Minerais que, quando retidos no corpo, geram a doença e a ruína desses ciclos de vida.

A pecuarista Márcia Colares, de Palmas, recorda do desastre ambiental que aconteceu em 1989, quando uma barragem de rejeitos da mineração de cobre rompeu. Na época, as águas ficaram vermelhas. Logo depois, os peixes começaram a morrer e cobrir a água. A pecuarista lembra do cheiro dos peixes em decomposição e do medo que os pais e demais moradores ficaram de entrar no Rio. Conforme Márcia: "*Foi ali na divisa, na virada do ano. Teve um transbordamento de produtos químicos no Rio, que deixou a água toda vermelha. E matou toda a vida do Rio, naquela época. Eu lembro, assim, da tristeza profunda do meu pai, que já é falecido agora, e dos meus tios todos. Que eles diziam: 'Eu acho que eu não vou mais ver dourado no Camaquã.' Eles diziam. E aquilo ali para eles era uma facada no peito, assim. Eles falavam isso com muita tristeza.*" O Camaquã, que era farto de grumatãs, dourados, piavas, pintados, jundiás, ficou sem peixes, segundo interlocutores que vivem às margens do Rio.

Da mesma forma, os caminhos da lã apontam para a prática do artesanato, conhecimento que desdobra-se em fazeres e saberes. O artesanato em lã evidencia a relação entre animais humanos, animais não humanos, coisas e ambiente, por meio de um exercício de invenção, de inscrição, de imaginação. Saberes que reportam-se à criação das ovelhas no campo, às raças das ovelhas, às diferentes técnicas de tosquia do animal, à lavagem e, ocasionalmente, o tingimento dos velos, ao cardar a lã, ao fazer o fio na roca ou no fuso para, então, tecer a peça. Ponchos, palas, cobertas, boinas, casacos, xergões, provém da ovelha e constituem as vestimentas e os apetrechos da *lida campeira*. Ao acompanhar os caminhos da lã, compreendemos

uma grande variedade de técnicas de confecção. Universo que inclui rocas manuais e rocas elétricas, cardas manuais e cardas de tambor, diversos tipos e tamanhos de teares, materiais que são adquiridos prontos, herdados de geração em geração, assim como, também, construídos pelas próprias artesãs e artesãos.

Como afirma Edison Iunes, presidente da *Cooperativa de Lã de Jaguarão*, a lã possibilita a produção de uma infinidade de produtos. Como exemplo, cita a Argentina, onde parte do sistema penitenciário está substituindo os colchões convencionais por colchões feitos de lã, devido ao fato do material ser um isolante térmico menos inflamável; assim como o vestuário esportivo, que tem optado pela lã, uma vez que ela mantém a temperatura, propiciando equilíbrio térmico. Segundo dados do IBGE, de 2016, o Estado é o maior produtor de lã no Brasil, responsável por 95% de toda a produção do país, com aproximadamente 11,5 milhões de quilos ao ano. Há uma diversidade de ovinos, cada raça produz um tipo de lã, utilizada para determinado tipo de produto. Assim, a lã fina é mais procurada para peças de vestuário e a lã grossas é mais usada em tapetes e xergões. Segundo Edison, 30% da lã é utilizada para abastecer a demanda interna, o restante é exportado para o Uruguai, sem beneficiamento. Conforme o relato, cerca de 50% dessa lã, beneficiada, é exportada do Uruguai para a China.

Temos várias localidades onde desenvolve-se o artesanato em lã, como Bagé, Caçapava e Piratini, com a opção por diferentes técnicas, materiais e instrumentos. Tais saberes, entretanto, não encontram-se isolados, mas em constante fluxo. Na *1ª Feira Estadual de Artesanato do Pampa*, em Bagé, onde realizamos trabalho de campo, encontramos artesãos e artesãs de diferentes regiões, mas que tinham conhecimento do trabalho e faziam contato com os colegas. Por meio de feiras e de exposições, encontram-se informações, experiências, conhecimentos, objetos, modos de fazer, que reforçam vínculos. O caminho da lã se dá na circulação de mulheres e de homens por feiras e cursos, para onde convergem uma malha de relações. Essa rede conta com o apoio da atividade de extensão da EMATER e de outras instituições, que promovem projetos de incentivo e de valorização da criação de ovinos, tendo em vista o melhoramento genético do rebanho, a qualidade da carne e da lã. A EMATER cumpre um papel importante, também, na realização de cursos e de oficinas para as famìlias produtoras de artesanato em lã, ensinando formas de beneficiar a lã na propriedade, gerando maior valor econômico agregado. O Rio Grande do Sul, tradicionalmente, têm rebanhos ovinos voltados para a produção de carne e de lã.

O artesanato em lã, acompanhado pelo Inventário, percorre um caminho, onde o processo da lã tem seu início no campo, com a criação de ovinos, onde é realizada a seleção genética dos rebanhos, assim como o melhoramento no manejo, como forma de obter uma lã com maior qualidade, no caso a finura, mensurada pelo processo de *micronagem* (a milésima parte de um milímetro). Quanto mais fina a *micra* maior o valor de mercado. A qualidade e o destino do fio vão depender do diâmetro da fibra da lã, uma

vez que os mais leve são mais procurado, em função do acabamento das peças e do conforto no corpo. A *micronagem* é realizada em campo pela *Associação Brasileira de Criadores de Ovinos* (ARCO). Resulta em um brinco, com os quais as ovelhas são identificadas.

A rastreabilidade permite que sejam criadas "matrizes" de animais com a melhor *micra*, o que auxilia no acompanhamento da qualidade da lã. Para a artesã Andrea Madruga Garcia, no interior de Piratini, porém, "*não existe lã ruim, cada uma vai se prestar para um serviço.*" As atividades manuais do artesanato e da culinária tomam a dimensão de operadores do compartilhamento de Naturezas e Culturas: as frutas vem da *quinta* e do mato, os rebanhos comem o pasto do campo, o gado é alimento dos animais humanos, mas, também, de predadores, bichos do mato, como cobras, gaviões, *sorros*, javalis [*Sus scrofa*] (SORDI; LEWGOY, 2017). Atividades desempenhadas por coletivos, famílias e comunidades, que detém o saber do manejo do ambiente mosaico: de *campos lisos*, de *campos de pedra* e de banhados.

Com base na Etnografia, e no compromisso do saber e do modo de fazer antropológico, reconhecemos diferentes modos de vida campeiro. A perspectiva da *lida campeira* infere-se no ser e no viver dos interlocutores. Assim, a *lida campeira*, enquanto práticas culturais patrimonializada, deve servir como parâmetro em ações de salvaguarda frente a projetos de grande impacto socioambiental, como os de mineração, que buscam instalar-se na região. Esses projetos, envolvem o acesso aos territórios nos quais as populações tradicionais estão intimamente implicadas, muitas vezes, sem o reconhecimento das diferentes estratégias de reprodução social, de produção sustentável, de manutenção e de salvaguarda dos bens culturais.

Imagem 4, 5, 6 e 7: mosaicos em *campos de pedra*



Fonte: Flávia Rieth

ENTRE LIDAS E VIDAS: CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Como inicialmente apontado, as pesquisas do INRC Lida Campeira têm levantado questões que acompanham os movimentos inquietantes dos detentores do saber, os campeiros, por caminhos que compreendem o pampa para além de fronteiras nacionais do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Colocam em evidência a constituição de identidades nacionais em uma região *fronteiriça*, onde países, nações e cercas são cruzadas constantemente, por meio de redes sociais que não reconhecem tais limites, necessariamente, como barreiras. Conforme a etnografia, a *lida campeira* reflete modos de saber e de fazer dados pelo encontro entre populações tradicionais, com destaque para as pequenas e médias propriedades, com base em mão de obra familiar.

A narrativa da ocupação histórica do Rio Grande do Sul, que cristaliza a imagem de homens errantes, sem vínculos familiares e sem terras, vagando por um amplo território, acompanhado, muitas vezes, apenas do cavalo, do cachorro e do gado, vem sendo complexificada pela historiografia e pela etnografia, lançando luz sobre outras problemáticas. Autores como Luís Augusto Farinatti (2008, 2018) e Helen Osório (2016), entre outros, têm ampliado oposição entre grandes estancieiros, donos de vastas extensões de terra, e peões, assalariados, que deambulam pelo pampa, por meio do acesso a outras fontes documentais, ou da reanálise de documentação e de dados existente.

Como os estudos afirmam, não deixa de ser romântica e insólita a imagem de uma pampa rural, marcada pela presença de homens soltos, sem vínculos, sem demandas e sem estratégias, andarilhando de estância em estância, empregados em trabalhos pesados e em disputas territoriais. Por vezes, esses personagens ocupam espaços difusos, liminares, perigosos, como "índios", "bugres", "castelhanos", "contrabandistas", "caudilhos", entre tantos Outros fronteiriços. Atenta-se, assim, para o pampa em sua diversidade, enquanto um território de existência, onde experiências profundas são compartilhadas ao longo de caminhos – e descaminhos –, levando em conta as trocas de saberes que produzem conhecimentos sobre a *lida campeira*, bem como as implicações políticas que afetam toda a região.

Estudos recentes apontam que a combinação histórica de trabalho escravo, de trabalho de peões livres e de pequenos produtores – que integravam cultivos de lavouras com a criação de gado em pequena escala, alguns com propriedade de mão de obra escravizada – era comum, desde o século 18. Muitos eram pequenos criadores e lavradores, que trabalhavam como peões nas grandes estâncias, o que sugere um conjunto de relações sociais mais complexo do que a dicotomia entre patrão e peão; e de relações econômicas para além de uma economia marcada somente pela pecuária. Como os estudos indicam, tem-se a presença de produtores rurais que eram, simultaneamente, pastores e lavradores. A produção agrícola de trigo, milho,

feijão, melancia, de carne e de leite do pequeno rebanho alimentava o grupo familiar, eventualmente, com a comercialização da produção, como forma de renda e como troca por bens não obtidos na propriedade. Na análise dos inventários *post-mortem*, é significativa presença de camponeses, proprietário de até cem cabeças de gado, que possuíam, além da mão de obra familiar, alguma mão de obra escravizada, o que evidencia a disseminação da presença negra no pampa.

Os processos criminais fornecem, também, informações sobre uma diversidade social, marcada por distintas ocupações. A partir da análise das testemunhas que presenciaram eventos tratados nos processos, ou que eram moradores das proximidades do local do delito, encontra-se a presença de peões, de lavradores, de carpinteiros, de pedreiros, de jornaleiros, de costureiras, de lavadeiras, indicando uma sociedade mais heterogênea, com trabalhadores/as em diversas ocupações, seja nas vilas, seja nas áreas rurais. Historiadores têm encontrando inventários com indicações de que os cativos mais valorizados eram aqueles que possuíam especialização, como barbeiros, alfaiates, queijeiros, marinheiros, oleiros, peões campeiros e domadores de cavalos, ocupações essenciais na operacionalização diária da pecuária. Entretanto, existe ainda pouca reflexão sobre segmentos socioculturais que não eram descritos nos inventários, como os "escravos", negros africanos e crioulos, nascidos nas Américas, bem como indígenas, "bugues", "infiéis", que, igualmente, não eram titulares de atos patrimoniais, como escrituras acessadas nos inventários *post-mortem*.

O estabelecimento como lavrador pressupunha, na maioria dos casos, a constituição de família, que acabavam por tornar-se a base do trabalho e da organização e permitiam o acesso à produção independente. Por sua vez, as ocupações ligadas ao assalariamento agrícola não-especializado costumavam ter um sentido de temporalidade, de sazonalidade: eram exercidas até que se conseguisse construir as condições necessárias para o estabelecimento como lavrador. Em alguns caso, continuavam a assalariar-se nas grandes propriedades, como estratégia de reprodução social. Por vezes, realizavam outras atividades, como o trabalho de tropeiro, recebendo pagamento não somente em dinheiro, mas em mercadorias, por vezes, um pedaço de carne. Conforme relatos de campo, comunidades negras movimentavam-se, por meio de redes de parentesco e de compadrio, em busca de trabalho, em alguns casos, em regiões distantes, como peões campeiros do interior de Piratini, que, em época de safra, mudavam-se para as várzeas, para trabalhar na colheita do arroz. Outra estratégia consistia na realização de atividades assalariadas nas vilas, em alguns casos, apartados do contato familiar por longas temporadas.

Dessa forma, as pesquisa em andamento do INRC Lida Campeira têm refletido sobre temas diversos, mas relacionados, como a doma de cavalos, o pastoreio com cachorros, o pastoreio de cabras, o pastoreio de ovelhas, os caminhos da lã, as relações de gênero na *lida campeira*, as relações raciais, os conflitos socioambientais, que impelem para a interlocução com

outros campos do conhecimento. Embora, entende-se que há muito a ser desvendado no emaranhado de relações nos ambientes rurais, essas considerações destacam a presença do/a "pecuarista familiar", que, juntamente a outras populações tradicionais, configuram o contexto histórico de ocupação do Pampa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARETTA, Silvio; MARKOFF, John. Civilization and Barbarism: cattle frontiers in Latin America. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 587-620, 1978.

BARRETO, Éric. ***"Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro"***: as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro. 116f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

BORBA, Marcos Flávio. Desenvolvimento territorial endógeno: o caso do Alto Camaquã. In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio (Orgs.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 187-214, 2016.

DOOREN, Thom Van; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Estudos multiespécies: cultivando artes de atentividade. **Incertezas**, Campinas, ano 3, n. 7, p. 39-66, 2016.

FARINATTI, Luís Augusto. Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.359-383, jul. 2008.

FARINATTI, Luís Augusto. La Historia Agraria en el sur de Brasil. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, v. 48, p. 174-206, 2018.

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, 2010.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de

materiais. **Horizontes Antropológico**s, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

KOSBY, Marília Floôr. **Alma-caroço**: peregrinações com cabras negras pelo extremo sul do Brasil. 173f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LIMA, Daniel Vaz. ***"Cada doma é um livro"***: a relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense. 146f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2015.

OSÓRIO, Helen. Pastores, lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio (Orgs.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 15-40, 2016.

PORTO, Rafael Gastal; BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. Perfil socioprodutivo dos pecuaristas familiares em Bagé, Rio Grande do Sul. In: WAQUILL, Paulo;

MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio (Orgs.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 109-129, 2016.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz. BARRETO, Éric. "*Lida brabíssima*": a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária extensiva no pampa brasileiro. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 81-91, 2016.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Linha divisória**. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

SIMÕES LOPES NETO, João. **Os contos e lendas**. Pelotas: Fructos do Paiz, 2011.

SORDI, Caetano; LEWGOY, Bernardo. Javalis no pampa: invasões biológicas, abigeato e transformações da paisagem na fronteira brasileiro-uruguaia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 48, p. 75-98, 2017.

SÜSSEKIND, Felipe. **O rastro da onça**: relações entre humanos e animais no pantanal. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

AUTORES

Flávia Rieth

Doutora em Antropologia Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Antropologia Social, na UFRGS. Cursou Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, também na UFRGS.

É professora no Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas (ICH - UFPel).

E-mail: riethuf@uol.com.br

Daniel Vaz Lima

Doutorando em Antropologia, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestre em Antropologia, na UFPel.

Cursou Bacharelado em Ciências Sociais, também na UFPel.

E-mail: dvlima.vaz@gmail.com

Vagner Barreto Rodrigues

Doutorando em Antropologia, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Antropologia, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduando em Antropologia, na UFPel. Cursou Bacharelado em Comunicação Social, na Universidade de Caxias do Sul (UCS).

E-mail: vgnrbrrt@gmail.com

Miriel Bilhalva Herrmann

Mestranda em Antropologia, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Possui Bacharelado em Produção e Política Cultural, na Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

E-mail: mirielbilhalvaherrmann@gmail.com

TESSITURAS
Revista de Antropologia e Arqueologia

Eric Silveira Batista Barreto

A GENTE SEMPRE ACREDITA NOS NOSSOS CACHORROS

WE ALWAYS BELIEVE IN OUR DOGS

RESUMO

Este trabalho busca contemplar as relações entre seres humanos e cães a partir do panorama de pecuária, notadamente a familiar, na Metade Sul do Rio Grande do Sul. Analiso o emprego de cães de pastoreio no manejo de gado bovino e ovino e a visão das pessoas sobre o auxílio prestado por esses animais. O cão aparece como um trabalhador, e há todo um conjunto de expectativas e entendimentos em torno do que se considera desejável para este companheiro de trabalho. Ocasionalmente, alguns desses cães atacam o rebanho, e isso tem profundos desdobramentos no cotidiano dos produtores rurais.

PALAVRAS-CHAVE: natureza-cultura; humanidade-animalidade; domesticação.

ABSTRACT

This paper aims to contemplate the relationship between humans and dogs from livestock panorama, notably the family one, in the southern part of Rio Grande do Sul. I analyze the use of herding dogs on cattle and sheep handling and the vision of the people about the aid provided by these animals. The dog appears as a worker and there is a whole set of expectations and understandings around the considered desirable for him. Occasionally, some of these dogs attack the herd, and this has deep unfolding in the daily lives of farmers.

KEYWORDS: nature-culture; humanity-animality; domestication.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

INTRODUÇÃO

Este texto integra minha dissertação de mestrado[1], intitulada *Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro: as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro*. No presente artigo, fiz pequenas correções e atualizações quando necessário. A pecuária no bioma Pampa do Rio Grande do Sul é predominantemente extensiva e em áreas de pastagens naturais. De acordo com o Censo Agro 2017, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 42% da área utilizada na produção agropecuária é composta por pastagens, das quais 82% são naturais, representando mais de 7 milhões de hectares[2]. Este trabalho teve como foco pequenas e médias propriedades, de administração familiar, onde técnicas de manejo consideradas tradicionais ocupam papel importante. Foram feitas visitas a propriedades rurais nos municípios de Morro Redondo, Piratini, Pinheiro Machado, Pedras Altas e Bagé, observando a transição geográfica entre a Serra do Sudeste e a Campanha, suas variações de relevo e flora e a consequente influência na atividade produtiva e na configuração fundiária.

Selecionei, para este artigo, uma discussão que considero de importância capital, e que sigo desenvolvendo, pela sua condição excepcional e pelos tantos elementos que encerra: a eliminação de cães predadores de rebanho pelas mãos de seus próprios donos. Discuto os casos complexos e difíceis de cães que predam animais domésticos. Através das narrativas dos interlocutores, observo o que acontece quando o animal que deveria zelar pelo rebanho se mostra danoso aos interesses econômicos e à relação de confiança dos produtores rurais. Observo que o problema vai muito além do prejuízo financeiro decorrente do animal morto. Ainda que sumamente relevante, o fator pecuniário vem acompanhado pela questão moral, pela atribuição de responsabilidade ao cão matador de ovelhas. Esses comportamentos desviantes, além do profundo desgosto que causam aos proprietários (a palavra *traição* aparece em várias falas), também provocam conflitos entre vizinhos. A indenização por animal perdido, uma espécie de acordo tácito entre os produtores rurais, caso algum cão seu cause prejuízo em outra propriedade, eventualmente não é paga. Isso, às vezes, é devido à descrença do dono do cão predador de que este seria capaz de uma *coisa dessas*. Os desdobramentos podem atingir grandes proporções, como o conflito físico entre pecuaristas.

Primeiramente, apresento uma contextualização, de caráter preponderantemente histórico. Em seguida, ofereço relatos da pesquisa de campo, para, por fim, me demorar em considerações teórico-metodológicas, com base na literatura antropológica. A ordem, talvez pouco usual, foi pensada para tornar mais amena e interessante a leitura.

---

[1] Defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Pelotas, em 2015.

[2] Disponível em <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html?localidade=43> Acesso em 02 jun. 2019.

GENTES E BICHOS

Podemos dividir os animais domésticos, *grosso modo*, como espécies para consumo, companhia ou trabalho, estando os cães encaixados nestas duas últimas categorias, pelo menos no contexto aqui tratado e na maior parte do mundo ocidental. A região onde a etnografia foi realizada oferece um panorama econômico caracterizado pela pecuária extensiva, notadamente a produção de animais bovinos e ovinos. Os cães fornecem contribuição decisiva no manejo dos rebanhos, estando a seu encargo diversos momentos das lides campeiras, desde a retirada do mato de reses bravias, até a sujeição de animais para o abate nos matadouros, passando pelo auxílio aos tropeiros na condução das tropas, até a defesa dos rebanhos de predadores.

Os cavalos serviram aos comandos dos ginetes nas guerras e no dia-a-dia rural, obedecendo às rédeas e esporas. Ambos, cavalo e ginete, configuram um todo único quando juntos em atividade. O cavalo sem o homem não possui serventia imediata; o homem sem o cavalo está incapacitado de executar a maior parte de suas tarefas. Assim, é uma unidade formada por duas partes, sendo o cavalo como que uma extensão do cavaleiro, levando-o para onde este deseja, conferindo-lhe velocidade e força. O papel equino é, a um só tempo, ativo e passivo, na medida em que é graças a seus movimentos que o homem atinge o que sozinho lhe seria impossível, do mesmo modo que obedece fielmente aos comandos recebidos, a ponto de poder morrer de exaustão caso o cavaleiro lhe exija em demasia. Os ruminantes, os suínos e as aves, por sua vez, estão em relação qualitativamente muito diferente com o ser humano, não lhe auxiliando senão passivamente, com os produtos que seus corpos podem oferecer (incluída aí a força de tração dos bois). Os cães, por seu turno, são os que atuam mais "humanamente" depois do humano, no sentido de que frequentemente agem sem comando direto algum, como pastores, boiadeiros e guardiões. Mesmo quando comandados, não estão em contato físico direto com as pessoas, sendo os comandos dados mais ou menos genéricos, sem que os cães dependam deles para poder atuar. Este caráter *sui generis* abre precedente a conflitos, como nos casos em que os cães passam a atacar os animais domésticos, ou quando se tornam asselvajados[3], oferecendo riscos.

A relação dos homens com os cães nunca pode ser vista sob um único prisma, posto que este pode ser, ao mesmo tempo, agente amigo e nocivo. Apesar dos prejuízos e riscos oriundos das matilhas de cães chi-

[3] No período colonial e nos primórdios das repúblicas sul-americanas, assistiu-se a uma notável proliferação de rebanhos bovinos e equinos bravios, por toda a bacia platina, propiciada pelo clima favorável e pela existência de pastagens naturais abundantes, e auxiliada pela relativamente pequena demografia de então. Em decorrência, reproduziram-se as matilhas de cães chamados chimarrões, ou *cimarrones*, no original castelhano, causando grande mortandade de gado e sendo, por isso, considerados pragas pelas autoridades. (PINTOS, 1967). O termo *cimarrón* não designava uma raça, como a hoje reconhecida pela F.C.I. (*Fédération Cynologique Internationale*), *Cimarrón Uruguaio*, mas simplesmente todo animal que, havendo sido doméstico, internou-se em ambiente selvagem, perdendo caracteres de mansidão. Por *cimarrón* entende-se tudo aquilo que saiu do raio da civilização e foi para os montes, para as brenhas, para as *cimas*, de acordo com a *Real Academia Española*.

marrões, a fala popular atribui a José Gervásio De Artigas (1764-1850)[4] o pronunciamento de que lutaria com *perros cimarrones*, quando já não tivesse soldados (MARTÍNEZ, 1950). É sinônimo de bravura e lealdade, embora tenha sido considerado praga. O célebre naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1820, menciona a presença de cães chimarrões no Rio Grande do Sul, e sua diminuição devido ao extermínio promovido pelos fazendeiros no afã de proteger seus rebanhos (2002, p. 121). De outro modo, no livro "Carreteadas Heróicas", de Osório Santana Figueiredo (2000, p. 180), há uma passagem bastante elucidativa sobre a relação afetiva dos cães junto os carreteiros (condutores de carros de boi, regionalmente conhecidos por carretas):

> À noite, sua companhia infundia-nos uma segurança tranquilizadora (...) era como um soldado no posto de sentinela alerta. O carreteiro, quando deita, cansado, dorme a sono solto. O cachorro vela. (...) Certa noite, eu cansado como os demais companheiros, dormíamos profundamente. De repente, os cachorros latiram forte e avançaram furiosos. Acordamos já com a mão nas armas. (...) A morte do meu cachorro causou-me um pesar perene. No primeiro pouso chorei muito. (...) A noite foi tétrica e interminável. (FIGUEIREDO, 2000, p. 180).

Vale salientar, também, que foram os cães de pastoreio uma peça fulcral para o desenvolvimento da ovinocultura na bacia do Rio da Prata, oferecendo, portanto, um contributo enorme à economia do Rio Grande do Sul. Ovinos são animais de difícil manejo e cães pastores economizam esforços e mão de obra, além de fornecer proteção contra ataques de cães chimarrões e predadores silvestres, sobretudo o graxaim (*Pseudalopex gymnocercus*). Sem embargo, muitas pessoas do campo não hesitam em matá-los a tiros ou por enforcamento quando se tornam os algozes daquilo que deveriam proteger. Ocasionalmente alguns cães adquirem o hábito de predar ovelhas, e para isso não há remédio senão o sacrifício, asseveram os criadores. Portanto, o amor incondicional atribuído ao *pet* citadino não parece presente no contexto ora analisado; há o risco do cão tornar-se maléfico. É um animal estimado, mas não necessariamente de estimação. Mas, de acordo com diversos interlocutores, é um elemento que contribui para a permanência de suas famílias na zona rural, já que não poderiam cuidar sozinhas de seus rebanhos nem arcar com a despesa de uma mão-de-obra contratada.

"ELES NÃO TÊM QUE FAZER ISSO"

Saímos, o empregado[5] e eu, a fim de recorrer o campo, tarefa que se intensifica no período em que as ovelhas dão à luz, conhecido simplesmente por *parição*. Essa época costuma ter seu auge em setembro, e os cuidados

[4] Um dos líderes da luta contra o colonialismo espanhol no Vice-Reino do Rio da Prata e considerado fundador do Uruguai

[5] Omiti os nomes dos interlocutores e dos locais das entrevistas, por motivos que ficarão claros em seguida. As informações foram colhidas nos municípios de Bagé, Morro Redondo, Pedras Altas, Pinheiro Machado e Piratini, entre junho de 2013 e março de 2015.

aumentam pela fragilidade das ovelhas após a gestação e pela vulnerabilidade dos cordeiros às intempéries e aos predadores. O simples fato de existir predação já indica uma diferença fundamental dos métodos intensivos de pecuária, onde os animais estão confinados do nascimento à morte, muitas vezes. Aqui, na pecuária extensiva, a proximidade com elementos selvagens é uma constante, tensionando a linha fugaz que delimita o humano (e o humanizado) e o não humano, o controlado e o fora de controle, o planejado e o fortuito. O primeiro passo foi buscar os cavalos que estavam soltos em um potreiro logo adiante. O empregado encheu um balde com ração, uma espécie de isca para facilitar a aproximação dos cavalos.

Embora domados e mansos, muitos dos cavalos criados a campo costumam se afastar de quem tenta uma aproximação, mesmo que seja seu conhecido. Nota-se a diferença com relação aos cães. Estes vão até os humanos, mesmo que a isso não sejam solicitados, e a relação entre ambos pode desenvolver-se sem quaisquer preocupações quanto a treinamento – que é possível e pode ser desejável, mas jamais imprescindível. Aqueles, os cavalos, além de domados devem ser continuamente alvos de interação, já que muito tempo sem contato humano pode fazer com que percam a mansidão. O cavalo manso e de uso cotidiano é conhecido por sogueiro (por ficar amarrado em uma corda denominada soga, do latim tardio *soca*). Quando o contato diário ou frequente com as pessoas cessa, esse animal torna-se arisco, e é denominado haragano (do espanhol platino *haragán*). Para o cão afastado do convívio humano não há termo equivalente, sendo o mais próximo o chamado cão "chimarrão", já abordado anteriormente. Contudo uma diferença crucial deve ser ressaltada. Os cães asselvajados assim o são após pelo menos uma geração longe dos humanos; devem nascer em ambiente autônomo e manterem-se por si sós, para então apresentarem comportamento arredio (não falamos aqui do cachorro simplesmente tímido ou mesmo agressivo, antes nos referimos ao que possui comportamento semelhante ao de animal silvestre). Já o cavalo, mesmo cuidado e tratado desde potrilho (potro com menos de um ano), pode tornar-se alçado, ou seja, arisco, após um período variável, de alguns meses a poucos anos, longe do contato humano.

Enquanto os cavalos farejam e enfiam a boca no balde, o homem passa uma corda ao redor de seus pescoços. Os cães ovelheiros, em número de 6 ou 7, acompanham tudo. Súbito – grande alvoroço e correria dos cães; uma lebre é farejada em uma touceira, e a perseguição tem início. No entanto, apenas dois cachorros têm velocidade e resistência para prolongar a caçada. A carreira dura uns bons dois minutos, sinuosa, contornando arbustos e pedras, até que a lebre deixa para trás seus acossadores. Espécie exótica, a lebre europeia (*Lepus capensis*) consegue provocar grandes prejuízos, sobretudo em lavouras pequenas como as da região estudada, voltadas para o consumo próprio ou para a venda em pequenas quantidades. Por esse motivo, em muitas regiões, os cães do tipo galgo são bastante apreciados, já que é muito difícil para qualquer outro cão alcançar uma lebre – mesmo para os galgos a empresa é árdua e muitas vezes mal sucedida.

Embora os cães da zona rural, via de regra, não frequentem o interior das casas e nem recebam os mimos comuns aos animais urbanos, são uma presença constante na formação das crianças, acompanhando-as por toda a parte e protegendo-as. A propósito, um interlocutor comentava acerca da raridade de cachorros de pastoreio agressivos, citando um que teve certa vez, e que precisava amarrar quando chegavam visitas. Disse não tê-lo sacrificado porque era muito bom trabalhador, e apesar de agressivo com humanos, não machucava as ovelhas nem arrumava problemas com outros cães. Esse animal, contudo, jamais atacou crianças, sendo um apreciador delas, permitindo brincadeiras e carícias. Diversos interlocutores comentam que os cães agem diferentemente com crianças, sendo extremamente tolerantes e zelosos para com elas. As casas rurais visitadas em minhas saídas de campo não são multiespécie, o que significa dizer que no interior das residências não há circulação de cães e gatos; porém o cotidiano pastoril cria fortes vínculos das pessoas com seus cães. Daí essas pessoas considerarem as faltas caninas como falhas morais, como verdadeiras traições, no dizer de uma interlocutora. Aqui o cachorro não é um depositário de afetos extremados, nem uma fonte de amor incondicional. É, isto sim, um companheiro de quem se tem expectativas claras. Adiante abordaremos as mortes causadas e sofridas por cães.

Após buscar os cavalos no campo, o empregado os encilhou, momento no qual os cachorros ficam bastante atentos e alguns mesmo excitados, pela proximidade da ação. Saímos a trote, e nos primeiros minutos os cães dispersam-se constantemente, afastando-se dos cavaleiros e retornando diversas vezes. Repentinamente escutamos latidos, muito ruidosos e empolgados, fora de nossa vista. Os sons eram diferentes do habitual, e vi o empregado adquirir uma fisionomia de espanto, afrouxar as rédeas e dirigir-se a galope para o outro lado da pequena elevação, de onde vinha o alvoroço. Ao chegarmos pude presenciar um embate feroz entre cinco cães e um solitário lagarto teiú (*Tupinambis merianae)* que rondava umas caixas de abelha das proximidades. O grande réptil reagia com tremenda bravura, mas pouco pôde fazer contra seus sequazes, que nitidamente apraziam-se muito em destroçar-lhe o grosso couro. O empregado tentou impedi-los, gritando e estalando o rebenque nos arreios, porém tudo ocorreu muito rápido. Fiquei um tanto comovido pela cena, e incomodado com os protestos do empregado, que apenas serviriam para deixar o lagarto moribundo e sofrendo ao sol até ser beliscado ainda vivo por urubus e caranchos (nome local para o carcará, *Caracara plancus*). Afastamo-nos e não pude deixar de olhar para trás, para ver o tétrico espetáculo da carcaça de ares "dinossáuricos" luzindo grandes manchas de um sangue escarlate, muito vivo, por sobre as espessas escamas. O cavalo pode ser visto como as pernas do cavaleiro, potencializando sua locomoção; o cão pode ser visto como um braço remoto na atividade do pastoreio. Contudo, o homem não possui pleno controle desse braço, que, com frequência, age autonomamente.

A teoria do perspectivismo, desenvolvida por Viveiros de Castro

(1996), trabalha com o jogo de olhares na etnologia indígena, com o ver e não ser visto nas relações entre humanos e os animais da floresta. Essa teoria pode ser pensada, no ambiente deste trabalho, no sentido do que o homem não vê, mas se intera graças aos olhos emprestados de seus cães. A amplitude do raio de percepção humano aumenta muito com os sentidos de seus companheiros caninos, como mostrado nas saídas de campo. Os cães detectam animais de caça, perigos como serpentes e a presença de outros cães ou seres humanos, quer pelo olfato, quer pela audição, antecipando aquilo que humanos só perceberiam bem mais tarde. Talvez daí a frase popular em todo o Brasil, *no mato sem cachorro*, significando estar em apuros, sem recursos.

Na esteira dessa interpretação, podemos pensar a domesticação como uma via de mão dupla, como interpreta Despret (2004). Não somente a espécie domesticada é afetada, mas o ser humano igualmente. A abordagem tanto de produtores rurais vinculados a uma perspectiva tradicional de pecuária, quanto de criadores urbanos de cães, e ainda indivíduos que unem ambas características, é auxiliada pela Teoria-do-Ator-Rede, conforme Bruno Latour (2005). Sem fazer distinções prévias e levando em conta o intenso fluxo rural-urbano observado no estudo, tratamos todos os indivíduos como atores de uma mesma rede. Essa rede não existiria como é, se excluíssemos dela os cães. Portanto, é metodologicamente interessante incluí-los como atores. Destarte, o que nos importa não é identificar quem ou o que é um ator, mas quando é, conforme aponta Segata (2012).

Indaguei sobre o porquê da reprimenda sobre os cães, coisa que não ocorreria caso a vítima fosse uma lebre ou um tatu. Supus o risco de o lagarto provocar ferimentos, já que sua cauda golpeia fortemente e sua mordida é tenaz, ou talvez alguma inclinação conservacionista de meu companheiro de cavalgada. Laconicamente apenas resmungou que "eles não têm que fazer isso", e seguimos adiante. Algum tempo depois, outra pausa na marcha, também provocada pelos cães. A matilha embrenhou-se num pequeno círculo de arbustos e baixas árvores. Dessa vez o empregado não gritou, mas desceu do cavalo e aproximou-se para verificar a situação. – "É tatu", disse ele. Avaliou se seria possível tirá-lo do esconderijo subterrâneo, mas ante uma grossa raiz fortificando a toca, a caçada estava fadada ao fracasso. Com alguma relutância os cães deixaram o tatu para trás e seguimos nosso caminho.

Há uma clara classificação dos seres úteis, inúteis, cobiçados, desprezíveis, valentes e à toa, como se costuma dizer dos bichos tidos como pouco virtuosos ou pouco interessantes. O tatu-mulita (*Dasypus hybridus*) possui uma carne muito apreciada, sendo numerosas as equipes de caçadores que saem às noites de lua cheia com cães e lanternas (alguns ainda utilizam lampiões). Caçar tatu é algo popular o suficiente para ter originado um vocábulo próprio. Na Campanha sul-rio-grandense diz-se *peludear* no sentido de patinar, mover os membros sem sair do lugar – ou as rodas, já que o verbo amiúde é aplicado a automóveis. Origina-se do que ocorre com

o tatu-peludo *(Euphractus sexcinctus)* quando agarrado pelo rabo dentro de sua toca – traciona no sentido contrário com bastante força.

É admissível considerar que parte substancial dos habitantes das capitais e grandes cidades carece de maior contato com o mundo campestre. E pode ser muito difícil compreender a maneira como a morte se dá no mundo rural. Diz-se que desaprendemos, nós ocidentais da urbe, a morrer, e que já não sabemos lidar com a morte com a relativa resignação das gerações passadas. O aumento da expectativa de vida, os avanços da medicina, com tratamentos mais eficazes, e a banalidade que adquiriram certas doenças outrora mortais; a queda drástica na mortalidade infantil, aliada à queda também drástica do número médio de filhos por mulher. Essa conjunção de fatores revestiu a morte de contornos mais extraordinários. A morte é mais rara no seio das famílias, e talvez por isso também mais trágica. Morrer é quase inadmissível, já que há tratamento para quase tudo. As famílias costumam ser bem menores do que eram há cinco ou seis décadas, fazendo com que se perceba, com maior intensidade, o fim da vida de um familiar. Familiar que pode muito bem ser um não-humano, membro das famílias que englobam animais de estimação. É desnecessário frisar que tudo o que foi acima exposto também faz parte do rural. Outrossim, as saídas de campo desvelam uma relação diferente com a morte, especialmente a de outras espécies. A terra dá frutos, e entre os frutos da terra estão os animais de consumo. Para as pessoas do universo estudado, uma galinha é apanhada e morta com a mesma naturalidade com que um galho é alcançado e uma laranja arrancada. Não se vê maldade no ato de matar uma ovelha, porco ou boi, exceto em casos especiais.

"TEM ANIMAL QUE É BANDIDO, AÍ O ÚNICO JEITO É MATAR"

A morte pode não ser o supremo mal, mas simplesmente a supressão dos males. O grande número de cães soltos nas ruas de todo o Brasil não tem como única causa o abandono. Com efeito, muitos desses animais que deambulam pelas esquinas possuem donos, ou tutores, que os liberam dos pátios para que passeiem à vontade. Noutros casos, apenas fornecem água e comida na frente da casa, para o cão que leva vida errática na cidade. O conceito de posse ou tutela, como se queira chamar, tem mais sentido quando o cão é visto como uma criança, a quem se deve prover de tudo, de afagos a roupas. As casas especializadas em artigos para pets dão uma noção da profusão de produtos à venda, que seguidamente atendem mais a anseios das pessoas que a reais necessidades caninas. Se a humanização do cão na cidade moderna é descrita em termos de filhotização, no campo e nas cidades interioranas de marcada influência rural tal humanização é melhor compreendida de outra maneira. O cão é mais independente, e assemelha-se aos humanos na medida em que trabalha junto, assumindo responsabilidades e executando tarefas. Sobretudo, o cão é livre, e continua gozando de liberdade quando acompanha o êxodo rural.

O abate de animais domésticos por cães é um problema com o qual muitos produtores rurais se deparam. Durante a permanência em campo, procurei obter informações a respeito, e nas falas dos interlocutores alguns aspectos do tema apareceram com mais constância. Segundo as pessoas que entrevistei, existe certo padrão na predação do rebanho por parte dos cães, e as medidas tomadas para driblar o problema coincidem em muitos pontos.

Os cachorros matadores de ovelhas costumam cometer seu delito nas propriedades vizinhas, e não no local onde vivem. Colocaria a palavra delito entre aspas, não fosse os relatos de que esses cães atuam de maneira dissimulada, evitando deixar pistas e inclusive destruindo provas do ato. É interessante salientar que não há um perfil de cão predador que possa ser definido *a priori*. Não há relação necessária entre predar o rebanho e ser agressivo, seja com pessoas, com outros cães ou mesmo com os animais de produção durante as tarefas de pastoreio. Quando cabeças ovinas começam a aparecer mortas ou feridas na propriedade, é momento de investigar a fonte do problema. Os suspeitos iniciais são cães de algum vizinho, ou animais de origem desconhecida que tenham sido avistados pela região. Segundo um interlocutor do município de Morro Redondo, é muito difícil surpreender uma cena de abate. Quando conseguem descobrir os feitores, geralmente o prejuízo já é de algumas cabeças. Se identificado como sendo um cão oriundo de uma propriedade vizinha, vai-se dialogar com a pessoa responsável. Há uma espécie de código que dita que, aquele que possuir um cão problemático, tem a obrigação de solucionar a questão. Entre as medidas cabíveis, está o deslocamento desses cachorros para longe, muitas vezes para a cidade. Colocados em um automóvel, são soltos a muitos quilômetros de distância, às vezes 20 ou 30 quilômetros. Ainda assim, não são raros os que reaparecem na propriedade ao cabo de alguns dias. Caso o deslocamento não dê certo, ou dependendo do perfil da pessoa, o outro remédio é o sacrifício. Cito o depoimento de um interlocutor:

> Já matei cachorro, não vou dizer que não, já matei sim. Enforcado e a tiro, dos dois jeitos. Tem animal que é bandido, aí o único jeito é matar. Mas não é fácil, tem que ser num momento que tu esteja muito brabo com ele, logo que ele matou um cordeiro, com sangue na boca. Aí tu atira na cabeça ou pendura na corda, mas tem que sair logo, virar as costas e não olhar pra trás, senão tu não aguenta.

Todos os relatos semelhantes que ouvi possuem a tônica do mal necessário. Em alguns deles, no entanto, os interlocutores comentam que há quem mate friamente, que "tem gente que até gosta de matar". Isso, contudo, não representa o perfil de eliminação preponderante. O mesmo entrevistado do trecho acima comentou sobre atritos com vizinhos advindos da ação de cães ovelheiros predadores. O primeiro cachorro que precisou matar havia causado prejuízo de alguns cordeiros ao vizinho, que foi ressarcido. O animal não abandonou o hábito nefasto, e bastante contrariado, o produtor rural teve de eliminá-lo. Perguntei se os demais cães da proprieda-

de demonstravam alguma alteração comportamental em ocasião da morte de algum outro da mesma espécie. O que ocorre, segundo este informante, é um alívio geral na matilha. Esta se apresenta tensa e desconfiada quando um ou alguns de seus membros começam a atacar o rebanho. E isso é, inclusive, um dos signos observados pelos produtores rurais para saber do problema. Ausentes os cães responsáveis, os demais voltam à normalidade. Durante um par de dias visita o local onde ocorreu a morte, farejando e permanecendo ali por algum tempo. Segundo o homem que me relatou isso, a tensão gerada pelo ataque ao gado é devida ao fato de os cães saberem que é errado, e temerem que uma punição injusta recaia sobre eles. Além disso, o cão que está atacando o gado ovino passa a evitar aproximar-se do rebanho nas tarefas cotidianas. Eis outra pista para descobrir um cachorro culpado. Essa atitude do animal contribui para o discurso moral em torno do fenômeno da predação canina. Por outro lado, se um cão *bom* morre por alguma fatalidade, há comoção geral entre os outros. Alguns não comem, outros até mesmo adoecem, tamanho a sensibilidade ante a perda de um companheiro bem quisto.

Uma mulher residente no interior de Piratini enfatizou, assim como vários outros entrevistados, que todos os cães sabem que é errado, que os cães *maus* são falsos, tentam disfarçar, e são covardes, por só atacarem à noite e em locais escondidos. “Eu considero uma traição”, disse ela, em tom de confissão. Seu esposo relatou ter sofrido grande prejuízo pela perda de ovelhas, já que demorou muito a descobrir que eram alguns de seus próprios cães os causadores das mortes. Por várias noites ficou até tarde acordado, à espreita, aguardando qualquer movimentação estranha com uma lanterna em punho. Suas vigílias sempre foram vãs, e na primeira noite em que interrompia a espreita, outra ovelha era abatida. Após muito investigar, descobriu que os cachorros conduziam a ovelha escolhida até um córrego que corta a propriedade. Abatida em uma margem, era devorada em outra, evitando assim o rastro olfativo. Após comerem as partes que lhes interessavam, mormente miúdos, os cães ainda banhavam-se para despistar cheiro e manchas de sangue. O casal relatou que o gado bovino muito raramente é atacado, e somente se estiver quase morto, já caído no campo. O fato de matarem sem ser por fome, já que recebem alimento suficiente, e geralmente comerem apenas poucos bocados da sua presa, alimenta a crença de que esses cães problemáticos assim o são por maldade intrínseca.

A eliminação desses animais ajusta-se a um código de honra, uma política de boa vizinhança. Há um acordo tácito no sentido de que o ônus recai sobre o proprietário do cão problemático. Vários relatos sobre brigas entre vizinhos vieram à tona, nos municípios onde a pesquisa foi efetuada. Com enredo parecido, a recusa de algum produtor rural em ressarcir o vizinho prejudicado e/ou em eliminar os cães-problema costuma desencadear conflitos, por vezes chegando à agressão física. Para a maioria das pessoas desse universo, portanto, não é tarefa qualquer ter de pôr fim à vida de um cão, ainda que a relação seja, de certo modo, distante, comparativamente

com a relação entre os mascotes urbanos e as pessoas da casa.

Indagando sobre a possibilidade de soluções menos drásticas, como o adestramento, as pessoas com quem conversei foram enfáticas em dizer que depois de começar, o cachorro não para mais. Apenas um entrevistado disse ter mantido um cão preso a uma corrente. Sobre evitar que um cão torne-se daninho, obtive o seguinte relato de outro interlocutor:

> Geralmente ele começa correndo galinha, marreco. É normal quando a cadela dá cria que saia um meio mau. Aí lá pelos dois meses já começa a se estragar, pegando galinha no terreiro. Diz que pra não matar mais galinha é bom pendurar uma que ele matou no pescoço e deixar até apodrecer. (...) Quando começa a pegar ovelha tem que atar ele na ovelha e dar pau.

Essa pessoa falou, ainda, que se o cão chega à idade adulta sem ter cometido *judiaria*, ele não se estraga mais. Porém, se inicia o comportamento predatório, não há conserto, pois é questão de má índole. A punição corretiva aplicada aos filhotes e aos quase adultos pode dar certo, se o animal tiver a *cabeça boa*.

Outro informante relatou que as fêmeas preferem, para cruzar, os machos caçadores. Segundo ele, os ataques ocorrem com mais frequência em dias de chuvisqueiro, "dia em que louco fica mais furioso", e acontece de um cão convidar os outros para fazer besteira, geralmente cadela. Este também relatou o comportamento de banhar-se em algum curso d'água após o ataque. Nunca em água calma ou parada, como açudes e banhados, mas sempre em água corrente, como rios e arroios, para otimizar o despiste. Certa vez, conta ele, suspeitando que determinado cão estava atacando ovelhas, lançou mão da seguinte estratégia: manteve-o amarrado por dois dias, até que o animal defecou lã, delatando-se. Durante a conversa, sua esposa declarou que em sua opinião "os cachorros são duas vezes mais inteligentes que nós". Para ela, um criminoso humano não é capaz de acobertar seu crime tão bem quanto um cão. A astúcia canina contribui, como vemos mais uma vez, para que o julgamento moral se faça presente nos discursos dessas pessoas.

Um dos fatores que levam os produtores a matarem os cães que predam o rebanho é a preservação dos demais, inocentes. O vizinho lesado irá colocar veneno em alguma carcaça ou em pedaços de carne pelo campo, caso o proprietário do cão daninho não tome providencias; assim, provavelmente morrerão vários cachorros, atraídos pelo deletério banquete. Para evitar a desnecessária mortandade, opta-se por agir de maneira focalizada. A prática de envenenar carcaças, tanto para combater cães como graxains, é ainda mais prejudicial se levarmos em conta os inúmeros outros animais que podem ser afetados, como urubus, carcarás e diversas outras espécies silvestres.

> O [fulano] disse que ou [um vizinho] botava veneno, ou ele mesmo mandava matar. Aí o empregado dele deu uns tiros nos cachorros do vizinho. O outro foi tirar satisfação e brigaram a paulada, o [fulano] sacou um 38 e baleou o [beltrano] no braço. Mesmo assim ele conseguiu tirar a arma, amarrou o [fulano] e jogou ele numa valeta.

O relato acima foi feito por um interlocutor para exemplificar um fato interessante. Diz ele "que a gente sempre acredita nos nossos cachorros né. Quando vem alguém e te diz que tem cachorro teu correndo [perseguindo com intuito de matar] ovelha, tu não acredita". Sustenta que os cães trabalham porque querem e gostam. Quando algum fica velho e sem forças, sente vergonha por não poder acompanhar no campo. Se um empregado novo aparece na propriedade, os cães levam um tempo até acompanhá-lo, pois precisam desenvolver confiança na pessoa.

O excesso de cães é um facilitador para problemas de ataque ao gado, além da transmissão de zoonoses. Sobre a propagação do gado do período colonial, João Simões Lopes Neto escreve em *Terra Gaúcha*, obra de caráter historiográfico, que

> Apesar da grande matança que se praticava e dos estragos dos índios charruas, indomáveis e em luta aberta contra os espanhóis, nem as tropas que subiam para as estâncias das reduções jesuíticas, nem as matilhas de cachorros chimarrões e os jaguares e pumas, nem por tantas causas de prejuízo, estacionou sequer ou cessou a disseminação do gado por todo o território. (LOPES NETO, 1955, p. 88).

LIGEIRAS CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER TEÓRICO-METODOLÓGICO

De acordo com Roy Wagner (2012), o trabalho do antropólogo está comprometido com o rigor científico, contudo não pode se assentar em amostragens e estatísticas, unicamente. A especificidade da antropologia exige que se esteja calcado na profundidade e abrangência da cultura estudada. Famoso pelo termo "invenção da cultura", Wagner considera *cultura* como um contrapeso que auxilia o antropólogo a ordenar sua experiência. A cultura é inventada porque parte de fora, do antropólogo em direção à cultura estudada, e é a visão exógena do antropólogo que dirá que *aquilo* é uma *cultura*.

Para Wagner, a antropologia não apresenta uma sucessão de paradigmas, conforme apontou Thomas Kuhn (*A estrutura das revoluções científicas*, 1962) para diversas ciências, mas sim um constante movimento dialético. Segundo Wagner (2012), o mérito da abordagem dialética é que ela subverte tanto a subjetividade quanto a objetividade em prol da mediação. O antropólogo usa a própria cultura para estudar culturas, de modo que seu estudo sempre será culturalmente situado. Uma objetividade absoluta só seria possível com um antropólogo que não tivesse nenhuma cultura, um claro absurdo. Portanto é preciso renunciar à pretensão de conhecimento da realidade em si mesma, sem cair em total subjetivismo. Assim, o autor propõe o que chama de objetividade relativa, que pode ser alcançada através da crítica da própria cultura.

Ao considerar a relatividade cultural, Roy Wagner ressalta a importância da raiz do termo "relativo". Ele evidencia que o estudo de uma cultura

é um processo relacional, que coteja a cultura do antropólogo com a que ele estuda. A relação intelectual, assim, contempla ambas as culturas, de modo que o antropólogo se confronta, também, com seu próprio universo de significados, através do qual fará a comunicação posterior a seus pares. A ideia de relação é mais apropriada do que as ideias de análise ou exame, que estão ligadas à pretensão de objetividade absoluta.

O universo desta pesquisa foi constituído por propriedades rurais, majoritariamente pequenas e médias, que possuem a pecuária como sua base econômica, contando com cães como elemento imprescindível para a manutenção de seus rebanhos. A vasta gama de agentes não-humanos tem presença marcante nas pessoas com as quais travei contato. Seu cotidiano pastoril interage com diversos artefatos próprios para a locomoção no campo, ferramentas e animais de produção e trabalho. Os arreios, aparatos de montaria, configuram um conjunto extremamente complexo, que envolve desde o preparo do couro para sua confecção até os mais finos ornatos como acabamento. Sobre isso, Lima (2015) apresenta a diversidade de peças e o intrincado conjunto de saberes envolvidos na doma de cavalos.

Bruno Latour (1994) problematiza a dicotomia natureza/cultura, dizendo que o projeto da Modernidade criou um afastamento entre esses dois mundos. Ou melhor, criou esses mundos e depois os afastou, enunciando uma suposta impossibilidade de simetria entre eles. A noção de cultura surge do afastamento moderno do mundo natural, entendido como o mundo pouco ou não manipulado pela humanidade. O projeto da Modernidade supõe a separação entre humanos e não-humanos. A falibilidade disso se manifesta no que o autor chama de híbridos (quase-sujeitos, quase-objetos), que se proliferam, subvertendo a prática de purificação, ou seja, de separação da natureza e da cultura. Para Latour, jamais fomos modernos porque a "constituição moderna" jamais se efetivou. A Modernidade declarou distinção ontológica entre humanidade e animalidade, natureza e cultura, sujeito e objeto, no entanto é caracterizada pela "hibridização" dessas distinções. A integração de humanos, outros animais e artefatos compõe o que Tim Ingold (2012) chama de malha. A malha de Ingold é pensada como uma intrincada teia de agentes que se interferem mutuamente, à revelia de arbitrárias distinções ontológicas estabelecidas por humanos. Partindo dessa perspectiva vemos que a domesticação é uma via de mão dupla. Ao manejar e selecionar populações animais, no processo conhecido como domesticação, o humano também é "domesticado" por esses animais. Não só interfere e altera a vida de espécies das quais se apropria, como também tem sua vida influenciada por essas mesmas espécies.

As propriedades visitadas são quase todas geridas unicamente pelas famílias às quais pertencem. As que possuem empregados, mesmo assim têm suas tarefas executadas, também, por membros da família proprietária. As incursões nesses locais não deixaram de ser intromissões no núcleo familiar. Mesmo o foco estando no trabalho com o gado, no campo, a presença de um pesquisador apresenta-se como um elemento estranho à

rotina caseira. Para Bott (1976), as famílias não costumam estar muito propensas a receber pesquisadores, sendo difícil interessá-las a participar de um estudo que aborda assuntos privados, principalmente quando a inserção do pesquisador dura um longo período de tempo.

O direcionamento da observação no campo (pastagem) propriamente dito, permitiu que se estabelecesse uma relação de confiança mais facilmente do que se o interesse precípuo fosse por algo que se desenrola entre as paredes da residência. Confunde-se a fronteira entre dentro e fora; os pastos e arvoredos que circundam o núcleo residencial são casa também, mas ao mesmo tempo uma dimensão mais afastada do todo identificado como lar.

Como aponta Salem (1987), a maioria dos interlocutores necessita de um tempo para relaxar com a presença do antropólogo, havendo uma diferença marcante entre os primeiros encontros e os seguintes. Sabendo que me depararia com temas delicados, como manejo considerado violento por pessoas de fora, eliminação de cachorros prejudiciais através de morte ou abandono, caça a animais silvestres, entre outros, deixei que os interlocutores conduzissem os encontros nos primeiros estágios. Meu interesse fundamental era observar algo que eles faziam todos os dias, de maneira que pude deixar os questionamentos para momentos posteriores. A relação entre etnógrafos e etnografados significa uma quase inevitável superposição de papéis e algum grau de envolvimento mútuo. Contudo, o cerne da questão não é a discussão sobre como alcançar a imparcialidade, mas sim a explicitação sobre a forma como o trabalho de campo foi conduzido (SALEM, 1987). Optei pelo anonimato das pessoas e locais envolvidos, consoante ao que escreve Cláudia Fonseca (2008), assim como o consentimento informado. Para Fonseca, o mascaramento dos nomes não é uma alternativa ideal, já que pode trazer um estigma negativo para os interlocutores. Ocultar suas identidades é uma espécie de declaração de culpa, uma política discriminatória que propiciaria o reforço de estereótipos. A autora problematiza também o consentimento informado, dizendo que ele não resolve alguns desafios.

> (...) o objetivo do antropólogo é justamente chegar na lógica implícita dos atos, falar dos "não-ditos" do local, adentrar de certa forma no "inconsciente" das práticas culturais, como podemos imaginar que os informantes prevêem todas consequências de seu consentimento informado? (FONSECA, 2008, p. 44).

Quando as pessoas consentem, não imaginam que seus mais sutis gestos, olhares, piadas, modos de vestir, andar etc. podem ser elementos etnograficamente interessantes. Assim, o pesquisador se coloca diante de dilemas éticos substanciais. Não há como saná-los plenamente, podendo-se apenas recorrer a estratégias que os atenuem. Entre elas, aproveitar somente os dados que os interlocutores desejam divulgar. Em minha dissertação de mestrado isso não foi feito, e optei por utilizar tudo o que pareceu relevante. Assim, o anonimato foi uma estratégia importante.

Entre as principais metodologias de pesquisa está a observação

participante, que Malinowski (1984) propunha como forma de apreender o ponto de vista do nativo. Entretanto, de maneira menos pretensiosa e epistemologicamente mais aceitável, pretendi apenas me aproximar desse ponto de vista. Gilberto Velho (1987) aponta as dificuldades de uma tentativa de colocar-se no lugar do outro, o que demandaria um mergulho difícil de conceber dentro do universo pesquisado. Por mais arguto que seja o pesquisador e por mais sofisticado o seu arcabouço teórico, algumas limitações permanecem. Diz Velho (1987, p. 42):

> Levando mais longe o exame das categorias familiar e exótico, sem querer entrar em discussões de natureza filosófica, não há como deixar de mencionar os impasses sugeridos pelo existencialismo em relação ao conhecimento do outro. Não vejo isto como um impedimento ao trabalho científico, mas como uma lembrança de humildade e controle de onipotência tão comum em nosso meio. O conhecimento de situações ou indivíduos é construído a partir de um sistema de interações cultural e historicamente definido. Embora aceite a ideia de que os repertórios humanos são limitados, suas combinações são suficientemente variadas para criar surpresas e abrir abismos, por mais familiares que indivíduos e situações possam parecer. Neste sentido um certo ceticismo pode ser saudável. Parece-me que Clifford Geertz ao enfatizar a natureza de interpretação do trabalho antropológico chama atenção de que o processo de conhecimento da vida social sempre implica em um grau de subjetividade e que, portanto, tem um caráter aproximativo e não definitivo.

As interlocuções não começaram de forma incisiva sobre os cães. O trabalho campeiro é um modo de vida dessas pessoas, no qual o cão é um elemento saliente, mas não exclusivo. Ao me aproximar dos interlocutores, me aproximo de seu cotidiano, seus afazeres, e tangencialmente chego ao trabalho multiespecífico com os cachorros, que quase sempre engloba também os cavalos. Desse modo acabo por me relacionar com a trajetória de vida de quem convivo ao etnografar. No transcurso das saídas de campo, inúmeras vivências minhas, narrativas de terceiros, recordações literárias, cinematográficas e pictóricas ocuparam lugar em minha mente. Não pude me furtar a considerar esse arcabouço, e conquanto não fugisse em demasia da proposta deste trabalho, incorporei alguma coisa, adequando ao conceito de *antropologia como alegoria* (BRANDÃO, 1982). Com efeito, algumas partes desta dissertação expressam um caráter alegórico, manifestando tom mais literário. Antropologia como alegoria, como entende Brandão (1982), não indica uma montagem sem critérios e ficcional, mas sim um fazer valer de contribuições das mais variadas, sem prejuízo do rigor etnográfico.

Importante salientar que nem todos os interlocutores vivem exclusivamente no meio rural. Muitos vão constantemente à cidade, ou vivem na cidade e vão constantemente ao campo. É necessário atentar-se às nuances entre visões e procedimentos tradicionais e o ingresso de novos modelos pela proximidade com o meio urbano. Assim, entre os cães de pastoreio, são previsíveis diversos cruzamentos entre o estatuto do cão trabalhador e o do cão de companhia, variando do sentido estrito às mesclas em diferentes graus.

No processo metodológico foi importante o que propõe Colette Pè-

tonnet no que tange a observação flutuante (2008). Para a autora, a observação flutuante requer um deixar-se disponível no cenário, sem mobilizar a atenção para nenhum objeto ou fenômeno determinado. Na medida do possível, evitar que sua presença seja um ponto de fuga no transcurso ordinário do local observado. Posicionei-me em situações onde eu era não só um componente estranho, como potencialmente desorganizador dos fenômenos cotidianos, já que estava em meio a grande número de cães e vacas, ou ovelhas, em plena ação. No contexto estudado, o manejo do gado desenrola-se com certos níveis de tensão, risco e dramaticidade, e um objeto de distração – no caso, o etnógrafo – pode atrapalhar a atividade. Por outro lado, enquanto homens e cães interagem com vacas e ovelhas, muitas outras coisas sucedem, e eleger um fenômeno qualquer dentre os vários concomitantes é uma decisão arbitrária. Se me debruçar somente sobre a ação (para mim) mais chamativa, deixo passar uma série de outros acontecimentos paralelos. Portanto, a observação flutuante mostrou-se um procedimento metodológico de grande valia, complementando a observação participante.

Para Cliford Geertz (1978), a densidade da descrição etnográfica está na apreensão de todos os detalhes possíveis pelo etnógrafo. Mas coligir dados não é, por si só, etnografar. O que se faz com os dados é que caracteriza uma etnografia, diferenciando-a de uma reportagem jornalística ou de qualquer outra modalidade de observação e anotação.

> O que o etnógrafo enfrenta, de fato, (...) é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. (...) Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de"), um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1978, p. 7).

Como aponta Caldeira (1981), por mais ricos que sejam os dados, eles constituem matéria bruta a ser trabalhada, não sendo em si mesmos evidência ou explicação. A partir dos dados é necessário um esforço teórico a fim de interpretar e dar significado ao que foi apreendido em campo. Não obstante a interpretação, é necessário dar voz aos interlocutores envolvidos. As conversas com variados personagens, abordando histórias de vida são, para Pereira de Queiroz (1988), excelentes técnicas para um primeiro levantamento de questões, haja vista faltarem dados mais aprofundados, a princípio, quando iniciamos a pesquisa. Não seria cabível, de qualquer modo, limitar o diálogo à relação dos trabalhadores rurais com os cães de pastoreio, como se tal relação fosse um todo hermético e distanciado do resto. A atividade pecuária é um modo de vida que cruza trabalho, lazer, arte e identificação enquanto indivíduo. Se é muito comum que nas cidades as pessoas sejam tais ou quais profissionais apenas durante suas certas horas de expediente, retirando a casaca laboral nos momentos de lazer - momentos em que são *elas mesmas* - no campo isso não costuma ser verificado. O

campeiro é campeiro quando está descansando e quando vai à cidade.

O entendimento teórico e metodológico da atividade pecuária foi grandemente auxiliado e influenciado pelo Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC Lidas

Campeiras, trabalho surgido a partir de uma demanda da Prefeitura de Bagé/RS junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) acolhida pela Universidade Federal de Pelotas, por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia[6]. A pesquisa utilizou a metodologia para o registro de bens imateriais do IPHAN, levantando dados bibliográficos e etnográficos sobre as relações estabelecidas entre humanos e não-humanos na atividade pecuária, abarcando animais, artefatos e paisagem, ofícios e modos de fazer que a compõe no pampa sul-rio-grandense. Esta metodologia pressupõe descrever o que as pessoas fazem, como, com o quê e onde fazem (RIETH *et al*, 2013), levando em consideração os artefatos, os lugares e suas transformações, assim como a alimentação, vestimentas, músicas, plantas e animais. A partir dessa metodologia, os pesquisadores do INRC perceberam que a agência múltipla constitui o modo de ser campeiro, entrelaçando o trabalho com o modo de vida (LIMA, 2015).

Para captar essas nuances foi útil pôr em prática o que propõe Brandão (2007): fazer com que a experiência de campo seja mais uma vivência do que propriamente um ato científico, sob pena de engessar os dados, subsumindo-os a moldes acadêmicos. Ainda recorrendo a Brandão, quando este cita Antonio Candido e fala sobre a estrutura subjacente às atividades humanas, é interessante observar de que modo as pessoas lidam com os cães a níveis hierárquicos e funções desempenhadas por cada um. Temos um elemento não humano intrinsecamente relacionado à noção hierárquica e normativa humana, por ser companheiro de trabalho. Ademais, é um companheiro de trabalho bastante diferente de um cavalo de montaria ou de um boi de arado, por não estar atrelado fisicamente e por poder sublevar-se mais facilmente, o que faz com que a interação humanos-cães seja constantemente pautada por grande rigor e disciplina dos primeiros para com os segundos.

Para Roberto Cardoso de Oliveira (2000), o trabalho do antropólogo é constituído de três atos cognitivos: olhar, ouvir e escrever. Os dois primeiros são atos disciplinados, é dizer, guiados, por aquilo que é próprio da disciplina antropológica. A tradição teórica dessa disciplina orientará o olhar e o ouvir do antropólogo em suas atividades, fazendo com que sua percepção – não simples absorção de uma realidade, já que o observador nela impinge suas subjetividades, mas sim uma troca – seja dotada de um caráter propriamente antropológico. O escrever é o momento de expressão do pensamento, proporcionando a construção do produto final iniciado no

[6] Esta pesquisa, financiada pelo IPHAN, teve sua primeira fase entre 2010 e 2013. A equipe de pesquisadores foi composta por Flávia Maria Silva Rieth (Coordenadora), Marília Floôr Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Pablo Dobke, Marta Bonow Rodrigues, Daniel Vaz Lima, Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem), Fernando Camargo (Consultor em História) e Erika Collischonn (Consultora em Geografia), além de Beatriz Freire e Marcos Benedetti do IPHAN.

trabalho de campo. As observações iniciais, em campo, nunca abandonam o autor, podendo-se dizer que o ato de escrever ocorre com um rever e um reescutar. Para o autor, a memória representa um importante recurso na redação de um texto.

Cardoso de Oliveira (2000) considera que a observação participante tem como peculiaridade sua os atos de olhar e ouvir, que proporcionam a vivência de uma realidade distinta, que resultará em uma interpretação posterior. Essa vivência será evocada durante toda a interpretação do material etnográfico. Para o autor, esses atos aparentemente tão banais podem ser problematizados a fundo, observando a modelagem que a disciplina dá ao fenômeno observado, que resulta em uma interpretação sem pretensão de apreensão objetiva de uma verdade exterior. O processo de olhar, ouvir e escrever não é estranho a outras disciplinas, sobretudo das ciências sociais, e a ênfase nesse método cria um canal de discussão interdisciplinar.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Para Derrida (2002), o animal é, antes de tudo, a ausência das qualidades humanas. O conceito de "animal" refere-se menos às características próprias desses outros seres do que à ausência do que se convencionou como particularidades humanas, tais como racionalidade, fé, linguagem, moralidade etc. Assim, o conceito de animalidade opera de imediato como um distanciamento do conceito de humanidade.

Alcunhar uma pessoa de animal pode significar atribuir características negativas, como brutalidade, insensibilidade ou rudeza. Por outro lado, a animalidade de alguém também pode significar certas qualidades que seriam próprias do não-humano, como força física, resistência e grande habilidade em determinada tarefa. Nesses discursos, os animais tanto estão abaixo em termos de intelecto e subjetividade, como estão acima nas qualidades ligadas à natureza - sejam elas físicas, como agilidade, sejam em termos de "esperteza", já que ouvem, vêem e olfateiam o que nós, humanos, não conseguimos. Essa admiração pelo espectro superior da sensibilidade animal é bastante presente na fala dos interlocutores, sendo comuns as declarações de que "são mais espertos que gente". Esse tipo de assertiva vem tanto da fala de peões e trabalhadores rurais em geral, quanto das entrevistas com pessoas urbanas possuidoras de educação formal. A animalidade humana é, na fala popular, o decréscimo ou o acréscimo de nossas singularidades, mas sempre um distanciamento do que consideramos de fato humano. Degrau acima ou degrau abaixo, o ser humano "animalesco" não é tão humano. A pulsão sexual, quando centrífuga às convenções sociais, é logo relacionada à animalidade, historicamente como falha, no sentido de incontinência dos impulsos naturais. Hodiernamente uma pessoa "animal" em sua sexualidade pode ter tal característica como virtude, porém igualmente alijada da ortodoxa humanidade. Ter a sexualidade animal, dependendo do ponto de vista, pode ser uma falha moral daquele humano que não tem controle sobre sua

volição, sobre sua animalidade; ou então pode ser uma qualidade desejável de quem não se reprime e se permite expressar sua verdadeira essência, sua essência animal, livre dos grilhões sociais.

Para Keith Thomas (2010) as dissertações eruditas sobre animalidade e humanidade ao longo da história sempre passaram muito acima das mentes das pessoas comuns. Mesmo assim, o comportamento de todos era fundamentado pela distinção central entre homens e animais, consciente ou inconscientemente (p. 48). Esse modelo é, em parte, abalado em grande parte do mundo contemporâneo, com a crescente sensibilidade zoofílica (LEWGOY, *et al.*, 2011). O animal de estimação emerge como um membro da família estendida, um ser a quem são atribuídas características especiais (DIGARD, 1999). A distinção crucial entre humanidade e animalidade é repensada por amplos setores da sociedade, e expressada de maneiras tão diversas como o veganismo, o ativismo em redes sociais e a pressão por novos dispositivos legais que punam os maus-tratos aos animais. Contudo, essas demandas modernas não podem ser entendidas como simples humanização animal. As fronteiras entre nossa espécie e as demais são atenuadas na medida em que se busca estender nossos direitos a outros seres, e ganha escopo quando passamos a compreender cada vez melhor suas funções cognitivas e capacidades sensórias. Nesse sentido, humaniza-se os animais, mas o fenômeno é mais amplo e apresenta-se também com a ênfase nas diferenças. E aqui temos duas direções na demarcação das assimetrias entre humanos e animais, podendo provisoriamente ser tratadas como *infra* e *supra*. Em termos de *infra* estão as noções de fragilidade e incapacidade de os animais se defenderem das agressões humanas. Isso se observa nas falas das pessoas sobre seus pets, na justificação do tratamento especial que lhes dão, do resgate dos animais abandonados e da exigência de punição a quem os maltrata. Paralelamente, essa noção de inferioridade de capacidade defensiva irá desdobrar-se na concepção de superioridade sentimental dos animais. As assimetrias *supra* em relação ao ser humano são aquelas que os donos ou tutores de animais domésticos apontam em um sentido moral. Suas narrativas enfatizam que cães e gatos são dotados de um amor incondicional, são incapazes de trair, são dedicados, generosos e companheiros de uma maneira que uma pessoa não conseguiria. Os discursos que os classificam como melhores do que humanos são marcantes nas etnografias sobre as relações entre humanos e animais no meio urbano, indicando uma noção de supra-humanidade desses companheiros de espécies diferentes da nossa (PASTORI, 2012).

Se a distinção entre humano e animal fundamenta nosso comportamento, ela não é unívoca, permitindo uma vasta gama de interpretações. Como acima exposto, a ênfase nas diferenças ajuda a referenciar a busca por simetria entre nossa espécie e as demais. É assim, pois, se de um lado temos uma horizontalização ao conferir a não-humanos atributos que seriam próprios de nós mesmos, de outro lado a concepção de que animais são seres especiais e superiores a nós em certos aspectos, bem como inferiores na

capacidade de se defender, representa uma ratificação da discrepância entre essências.

Durante a pesquisa de campo realizada para este trabalho, foi possível visualizar a multiplicidade de distinções entre humano e não-humano, ou as diferentes manifestações dessa distinção. No que concerne aos cães, observou-se nas narrativas muita ênfase à amizade, fidelidade e companheirismo caninos, à semelhança de etnografias realizadas no meio urbano (PASTORI, 2012). Uma diferença substancial, contudo, pôde ser observada, e é a concepção dos cães como seres muito espertos, no mínimo tanto quanto os humanos. Em verdade isso não é, propriamente, a grande diferença, mas sim o que decorre daí. Para os produtores rurais que utilizam cães no trabalho de pastoreio, a esperteza pode manifestar-se em velhacaria, traição. A inteligência dos companheiros caninos é uma faca de dois gumes, já que é justamente essa característica que confere ao cão tanta autonomia e capacidade para driblar as regras impostas. Ao transgredir, mais especificamente ao atacar o gado, o cão está cometendo uma traição, na visão dos interlocutores. Isso porque sabe que está fazendo o errado, age às escondidas e ainda costuma ocultar as provas do ato infracional. O modo como os interlocutores lidam com isso é moralizando a questão, considerando o cão infrator um desajustado, que assim o é por falha de caráter. Isso permite que a solução final seja tomada. Como última consequência das falhas de sua personalidade, o cachorro matador de ovelhas é sacrificado. Fundamentando a ação de quem o mata, não existe somente a proteção ao patrimônio, mas igualmente a reconfortante ideia de estar apagando um traidor; o supliciado fez o mal, sabendo que era maldade; é ele próprio o mal consubstanciado.

Segundo Keith Thomas (2010), se a essência da humanidade era definida como consistindo em alguma qualidade específica, seguia-se então que qualquer homem que não demonstrasse tal qualidade seria sub-humano ou semianimal (p. 55). Admitindo essa asserção, podemos levantar a questão de que o animal que demonstre certas qualidades possa ser considerado quase-humano ou supra-animal. Com efeito, a aproximação entre humano e animal vem na esteira da comparação, nos discursos dos interlocutores. Ainda para Thomas,

> Havia um antigo preconceito quanto a matar animais indispensáveis para o trabalho, a fim de usá-los como alimento: os cavalos, os cães e, em certas partes da Europa, também os bois estavam sujeitos a tal proibição. (...) A ascenção do culto ao rosbife inglês acompanhou bem de perto o declínio do boi como animal de trabalho. (THOMAS, 2010, p. 75).

Em nossa época essas proibições continuam vigentes, diferindo apenas no tocante aos bois. O citadino que compra um pedaço de carne em um supermercado ou açougue qualquer não vê qualquer problema nisso, evidentemente. Mas as pessoas rurais não costumam comer as vacas leiteiras ou os bois de tração, com os quais têm grande proximidade. Há, em muitos países asiáticos, e também nas Américas houve, segundo os cronistas do período colonial, o hábito de comer cães. Uma possível explicação para essa

diferença com relação à Europa é novamente dada por Keith Thomas.

> A civilização da Europa medieval seria inconcebível sem o boi e o cavalo. Na verdade, já se calculou que o emprego de animais para carga e tração fornecia ao europeu do século XV uma força motriz cinco vezes superior à de seus contemporâneos chineses. Tal como a sociedade chinesa, as sociedades asteca e inca da América contavam com menos animais que seus conquistadores europeus; foram os espanhóis que introduziram os cavalos, bois, ovelhas e porcos no Novo Mundo (THOMAS, 2010, p. 33).

É válida a conjectura de que os asiáticos e ameríndios comem ou comiam cães por não possuírem o tabu proibitório em relação a animais de trabalho. Com menos rebanhos de herbívoros domésticos, os cães não tinham uma aplicação prática tão grande como tinham para os pastores caucasianos, que dependiam ou dependem até hoje dos cães para manejar o gado e defendê-lo de lobos e abigeatários. Esse cão trabalhador é dotado de características humanas, como a responsabilidade para com o rebanho. Nesse sentido pode ser considerado um quase-humano ou supra-animal. Comparativamente ao que é chamado de família multiespécie (INGOLD, 1995), no contexto desta pesquisa podemos falar em equipe de trabalho multiespécie. Na relação entre humanos e cães no ambiente pastoril, as expectativas das pessoas extrapolam o âmbito pragmático, já que existe um código de conduta que exige dos cães lealdade, empenho, resistência física e todas as demais características exigidas de um peão humano. O pastoreio depende dos cães, que atuam em simetria (LATOUR, 1994) com os seres humanos; mais do que ferramentas, são companheiros de vida e de ofício, visceralmente conectados à existência dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.

_____. **Diário de campo.** A antropologia como alegoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Uma incursão pelo lado "não-respeitável" da pesquisa de campo. **Ciências Sociais Hoje**, Recife, n.1, p.333-353, 1981.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. São Paulo, UNESP, 2002.

DESPRET, Vinciane. The body we care for: figures of anthropo-zoo-genesis. **Body and Society**. Londres: Sage, v. 10, n. 2-3, p. 111-134. 2004.

DIGARD, Jean Pierre. **L´homme et Les Animaux Domestiques:** Anthropologie d´una passion**.** Paris, Fayard, Les temps des sciences, 1999.

FIGUEIREDO, Osório Santana de. **Carreteadas heróicas.** São Gabriel: edição do autor, 2000.

FONSECA, Claudia. O anonimato no texto antropológico: dilemas éticos e

políticos da etnografia feita em casa. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v.2, n.1-2, 2008.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. In: **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. In: **ANPOCS. Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 10, n. 28, 1995.

_____ . Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n.37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica**.** São Paulo: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Reassembling the social**: an introduction to ActorNetwork-Theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEWGOY, Bernardo *et al*. Projeto de pesquisa: **Espelho Animal:** Antropologia das Relações entre Humanos e Animais. Disponível em: goo.gl/bJCIS. Acesso em: 12 nov. 2011.

LIMA, Daniel Vaz. **Cada doma é um livro:** A relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense**.** 2015. 146 f, Dissertação (Mestrado em Antropologia) - PPGAnt, UFPel, Pelotas, RS, 2015.

LOPES NETO, João Simões. **Terra gaúcha**. Porto Alegre: Sulina, 1955.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTÍNEZ, Miguel Víctor. **Artigas:** fundador de la nacionalidad oriental, prócer de la democracia americana. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1950.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

PASTORI, Érica Onzi. **Perto e longe do coração selvagem:** um estudo etnográfico sobre animais de estimação em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2012, 106f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

PETONNET, Colette. A observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica**, Niterói, n. 25, p. 99-111, 2008.

PINTOS, Anibal Barrios. **De las vaquerías al alambrado**: contribución a la historia rural uruguayua. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1967.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: SIMSON, Olga Moraes Von. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice, 1988.

RIETH, Flávia ; KOSBY, Marilia; SILVA, Liza Bilhalva da; RODRIGUES, Marta Bonow; DOBKE, Pablo; LIMA, Daniel Vaz. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Lidas Campeiras na Região de Bagé, RS (volume 3). 1. ed. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013. v. 1. 356p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

SALEM, Tania. Entrevistando famílias: notas sobre o trabalho de campo. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro:

Zahar, 1987.

SEGATA, Jean. 2012. **Nós e os Outros Humanos, os Animais de Estimação.** [Tese de Doutorado]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **MANA**, v. 2, n. 2. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1996. P. 115-143.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo, Cosac Naify, 2012.

AUTOR

Eric Silveira Batista Barreto

Doutorando em Antropologia Social

Universidade Federal de Pelotas

Email: ericsbbarreto@gmail.com

ARTESANATO EM LÃ EM JAGUARÃO/RS: O SABER-FAZER MOTIVANDO A RECIPROCIDADE

MIRIEL BILHALVA HERRMANN[1] ; FLÁVIA RIETH[2]

[1]*Universidade Federal de Pelotas – miribilha@yahoo.com.br*
[2]*Universidade Federal de Pelotas – riethuf@uol.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste na parte inicial da pesquisa "Etnografia do artesanato em lã crua feito por mulheres na fronteira de Jaguarão-RS/Rio Branco-UY", que está sendo desenvolvida no PPG de Antropologia na UFPEL vinculada ao Inventario Nacional de Referências Culturais (INRC) – Lida Campeira. O INRC – Lida Campeira busca identificar, descrever, reconhecer os trabalhos realizados no campo sul-rio-grandense, como a criação de bovinos, ovinos e equinos e os saberes e modos que envolvem esses trabalhos, como referência na constituição da cultura pampiana e para o patrimônio cultural brasileiro. A pesquisa se localiza no entorno do sítio da Região do Alto Camaquã , na cidade de Jaguarão e tem como tema de estudo o artesanato em lã, atentando para a técnica do Jacquard.

O artesanato é uma atividade manual em que o artesão desenvolve todo o processo de produção e execução, está envolvido em todas as etapas, dessa forma utiliza suas habilidades sincronizando "mão e cabeça" no que esta realizando, permitindo maior envolvimento entre artesão e artesanato. Mas no século XIX com a industrialização da produção, está se configurando por grandes produções e agilidade no processo, nesse contexto o trabalho artesanal passou a ter um caráter de incerteza em relação aos produtos industrializados. Isso pelo fato do artesanato ser realizado manualmente, onde sua produção é reduzida, o processo necessita de um maior tempo na execução, assim como a este é atribuído defeitos e irregularidades sendo assim não consegue competir com as máquinas (SENNET, 2015).

A técnica artesanal feita em lã, no Rio Grande do Sul inicialmente tinha um caráter utilitário, era apenas uma forma de suprir necessidades diárias, como se aquecer e se vestir, mas com o surgimento da indústria e a produção do fio sintético, que propicia menor custo, assim as peças feitas de lã crua sofrem um declínio. Mas atualmente representa uma referência da cultura. Envolve diversas técnicas que são predominantemente passadas de geração em geração e realizadas predominantemente por mulheres. Em Jaguarão, município que faz fronteira com a cidade uruguaia Rio Branco, realizam o artesanato em lã, destacando-se pelo desenvolvimento da técnica de crochê em *Jacquard.* A técnica consiste no trabalho artesanal em que são utilizados dois ou mais fios com cores diferentes, originando a formação de desenhos e estampas variados durante o entrelaçamento dos fios de lã natural, que se destaca como característico desse local. Confeccionam peças diversificadas, das quais se destacam os elementos do vestuário regional como ponchos, palas e ruanas, característicos da indumentária da região da campanha. Conforme relatado pelas artesãs, o processo é todo manual, desde a retirada da lã ovelha na tosquia até a confecção das peças, fazendo com que este trabalho necessite de tempo e habilidade. Essa técnica artesanal está cada vez mais ameaçada em desaparecer, visto que há um numero reduzido de mulheres que detém esse saber artesanal e destas poucas artesãs, na sua grande maioria são

mulheres acima de 60 anos. Então as artesãs vendo essa redução, assim como a finitude delas e do conhecimento que detêm. Expõem que nada é eterno, isso se revela na fala da artesã Sr. Nilza quando ela diz “entrei para a Associação para ensinar pra não se acabar.... nada é eterno pra continuar, temos que passar para os outros”. Como elas não têm o poder da imortalidade enquanto corpos buscam isso através da transmissão desse saber-fazer, de tal modo dando continuidade dos seus valores, memórias, histórias, símbolos. A partir disso procuramos evidenciar como o temor de desaparecimento da técnica do crochê em jacquard, propiciou a constituição de uma rede de reciprocidade em torno da preservação e continuidade desse saber-fazer. Sendo assim neste trabalho vamos fazer uma reflexão sobre esse ponto a partir da noção de dádiva de Mauss, na qual ele expõe os modos de trocas realizadas nas sociedades anteriores ao sistema capitalista, percebendo que estas formas de trocas ainda permanecem nas sociedades modernas. As trocas para Mauss estão presente na vida das sociedades, como fato social total, em que a dádiva esta presente em diversas dimensões como econômica, política, religiosa, cultural, entre outras e não somente nas relações familiares. Também utilizaremos os autores como Sabourin e Temple, na qual trazem releituras da noção de dádiva de Mauss na contemporaneidade.

2. METODOLOGIA

Por meio da etnografia, que consiste em uma categoria da pesquisa científica de caráter qualitativo e interativo, utilizarei o método de Malinowski que no início do sec. XX revolucionou o campo da Antropologia, rompendo com o método conhecido como antropologia de gabinete, consolidando o método antropológico, conferindo ao trabalho etnográfico rigor, valor, status científico. Este método propicia o etnólogo ter um contato direto e próximo com seus interlocutores, colaboradores, acompanhar de forma participante o cotidiano do grupo. Malinowsky (1976, p. 25) aponta que este modelo de etnografia possibilita a “compreensão do ponto de vista do outro, sua relação com a vida, bem como a sua visão do mundo”. Malinowsky é uma referencia importante, mas o método teve mudanças, dessa forma trazemos o pensamento de Roberto Cardoso de Oliveira em que o antropólogo precisa treinar o olhar, o ouvir, pois também são importantes para a etnografia. Pois por mais que olhar e ouvir pareçam ações simples e corriqueiras, sem precisar problematizar, o nosso olhar está carregado de nossas vivencias, valores assim como de teorias que aprendemos na academia, então esse olhar nunca é neutro sempre se dá a partir de um contexto, é necessário procurar se desvencilhar dos pré-conceitos.(DE OLIVEIRA, 1996, p.16). Assim como é preciso que o “pesquisador tenha habilidade de ouvir o interlocutor e ser ouvido igualmente por ele, iniciando um diálogo teoricamente de iguais, sem receio de estar contaminado o discurso do outro com o seu próprio discurso” (DE OLIVEIRA, 1996, p.19). Possibilitando uma relação de proximidade, possibilitando a melhor compreensão das relações entre artesãs, com objetos, o meio em que vivem e as pessoas. Dessa forma também realizaremos entrevistas com as artesãs que serão no formato semi-estruturadas, conforme Boni e Quaresma (2005) esse tipo de entrevistas possibilitam o pesquisador obter um maior numero de informações. Assim como promove uma proximidade e interação entre entrevistador e entrevistado, possibilitando respostas naturais, já que o entrevistado possui liberdade para se manifestar (NUNAN, 1997). Além dessa, utilizaremos como suporte de registros, imagens fotográficas descritivas, que serão adicionadas ao trabalho, de forma que esse saber/fazer e o seu processo possam ser mais bem compreendidos. Assim como Eckert e Rocha (2013, p.99), a fotografia como recurso

da prática etnográfica colabora para “a apreensão de aspectos das sociabilidades, laços de pertencimento e relações”. Portanto como Macdougall (2006) aponta à imagem transmite um texto que possibilita ao entrevistador conhecer e refletir sobre a realidade cultural do sujeito entrevistado.

3. RESULTADOS E DISCUSÃO

Essas artesãs estão reunidas por meio de uma Associação, que foi fundada em 04 de setembro de 2004. Este grupo se constitui a partir da necessidade dessas mulheres em agregar os seus trabalhos artesanais produzidos a partir da lã ovina, melhorando o desenvolvimento e divulgação destes, buscando dar maior visibilidade as suas técnicas de criação, assim como promover e valorizar o artesanato, assim como a perpetuação desse saber-fazer que esta se perdendo. A associação foi pensada para ser um espaço para expôr seus trabalhos, trocar conhecimentos, realizar cursos e oficinas, assim como também atendem a comunidade em geral que se interessa em aprender alguma técnica artesanal seja para recreação ou para subsistência, gerando sociabilidade e renda. A partir do momento que estas mulheres se vinculam para formar essa Associação, buscando a preservação, mas também visibilidade para esse trabalho que realizam que muitas vezes fica restrito ao âmbito privado, sem valorização ou reconhecimento (EGGERT; SILVA, 2011). A partir da iniciativa dessas artesãs, também diversas entidades como a Cooperativa de Lãs Mauá, a casa da Economia Solidária, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem), se engajaram formando uma rede em torno da preservação do crochê em jacquard. Constituindo uma relação de reciprocidade, que segundo Sabourin (2011, p.32) essas relações “geram valores humanos” que sustentam a rede. Nesse sentido temos por objetivo evidenciar como uma técnica artesanal em perigo de extinção propiciou uma rede de reciprocidade, onde diversos atores colaboram para a transmissão e fortalecimento desse saber-fazer e como se dão essas trocas.

As artesãs compreendem este problema em relação a continuidade desse saber-fazer e buscam por meio de cursos e oficinas, de forma voluntária, passar para outras mulheres o seu conhecimento. A artesã Nilza diz que “temos dificuldade de quem faça o fio, são poucas que fiam”, nessa colocação se evidencia que tem poucas mulheres se dedicando ao artesanato, assim como todo o processo. Dessa forma no intuito de preservar esse saber, essas artesãs estão gerando dádiva/reciprocidade, pois estas se ajudam, fortalecendo a técnica e conseqüentemente o grupo todo mutuamente, para desenvolver o artesanato. Já que a transmissão se apresenta por meio de trocas realizadas entre comunidade, grupos, essas trocas são dádivas que Mauss define que podem ser visitas, objetos, prestigio, conhecimento, etc... Essas trocas instituem vínculo social, pois “presentear alguém é presentear alguma coisa de si” (Mauss, 2003 p.200). A reciprocidade se produz pela transmissão desse conhecimento para outros, nessa transmissão se passam valores, tradições, modos de vida que compõem este conhecimento. Ela se apresenta como forma de gratidão, dar a outro o conhecimento aprendido por meio de outrem, daí então gerando a reciprocidade.

4. CONCLUSÕES

Portanto o crochê em *jacquard* é um processo é submerso por diversas etapas que são envolvidas de tradições, costumes, saberes, conhecimentos. Esse artesanato

percorre um caminho até chegar o produto final, a peça artesanal, este caminho começa com a criação de ovinos, onde se obtém a matéria prima para a criação do artesanato, ao longo deste caminho se apresentam diversas relações entre animais, humanos e objetos. E este objeto que as artesãs constroem a partir das suas vivencias, experiências, modos de vida, memórias, este está repleto de valores, sentidos, afetos. Lima (2005) destaca que o artesanato não é um mero produto ou objeto a ser consumido. A partir deste ofício temos um produto único, peculiar pela sua dimensão econômica simbólica e cultural, um objeto que representa um sistema de valores culturais de um grupo social, localidade ou região. Dessa forma a sua preservação se torna urgente para essas artesãs, assim como para a localidade como um todo, já que este conhecimento identifica as artesãs, mas também é uma identidade da cidade. Nesse sentido percebo essa pesquisa como uma forma de propiciar a visibilidade para estes saberes muitas vezes desvalorizados e que acabam ficando no esquecimento, sem poder ou ter a oportunidade de mostrar a sua riqueza cultural.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar**:** como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2, n°. 1, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As Culturas populares no Capitalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1995.

DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 1996.

ECKERT, Cornelia; DA ROCHA, Ana Luiza. Narrativas imagéticas. Estudos etnofotográficos de Fernanda Rechenberg, Jéssica Hiroko de Oliveira e Olavo Ramalho Marques. In: **Antropologia da e na cidade: interpretações sobre as formas de vida urbana**. Porto Alegre, Marca Visual, 2013.

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato: cinco pontos para discussão. In: **OLHARES ITINERANTES: reflexões sobre artesanato e consumo da tradição**. São Paulo, Central Arte Sol, p. 13-26, 2005.

MACDOUGALL, David. **The corporeal image: Film, ethnography, and the senses**. Princeton University Press, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, Abril, 1976.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo, Cosac Nayfi, p. 183-314, 2003.

NUNAN, D. **Research methods in language learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, ano 13, nº 27, p. 24-51. Porto Alegre, 2011.

SENNETT, Richard. **O artífice**. 5°ed. Rio de Janeiro, Record, 2015.

SILVA, M.A; EGGERT, E. Descosturar o doméstico e a “madresposa”- a busca da autonomia por meio do trabalho artesanal. In: Eggert, E. (Org). **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres no Rio Grande do Sul**. Editora, EDUNISC. Santa Cruz do Sul, 2011.

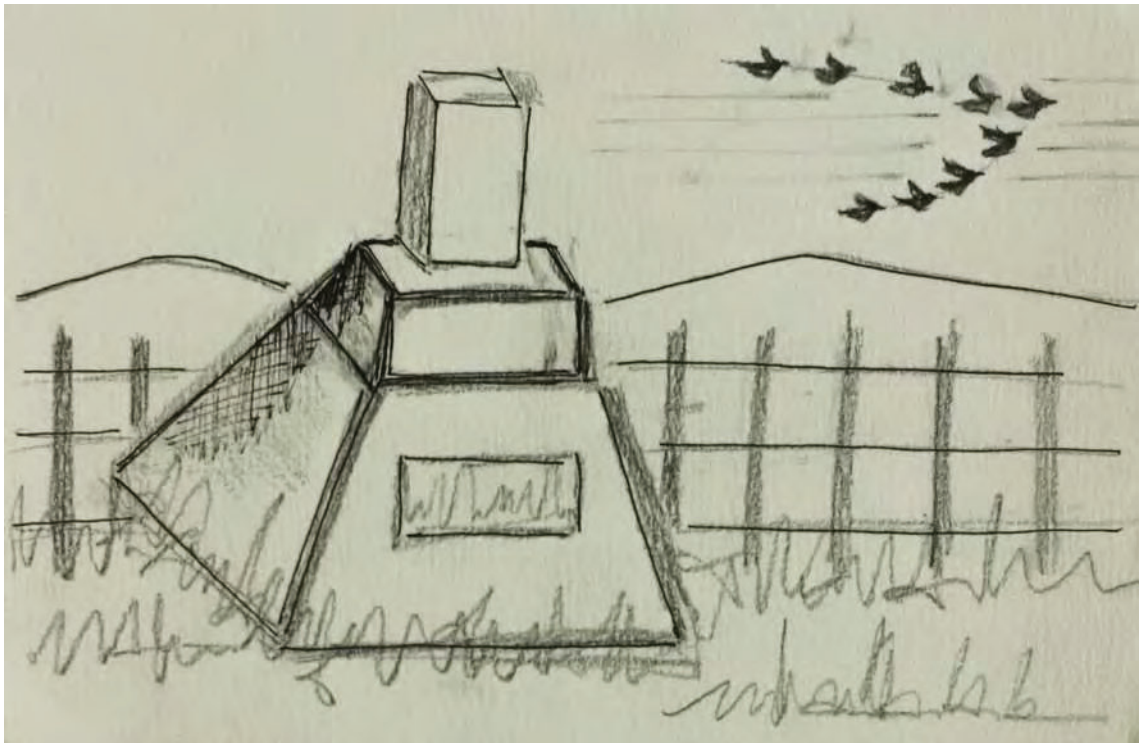
TEMPLE, D**. Las estructuras elementales de la reciprocidad**. La Paz (Bolívia): Plural Editores, 2003.

TRAÇADOS
Outlines

Flávia Rieth

Mestre e Doutora em Antropologia Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bacharel e licenciada em Ciências Sociais (UFRGS). Professora no Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA), na UFPel, e pesquisadora do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR).

Campos da pecuária, linhas de fronteira e de tempo

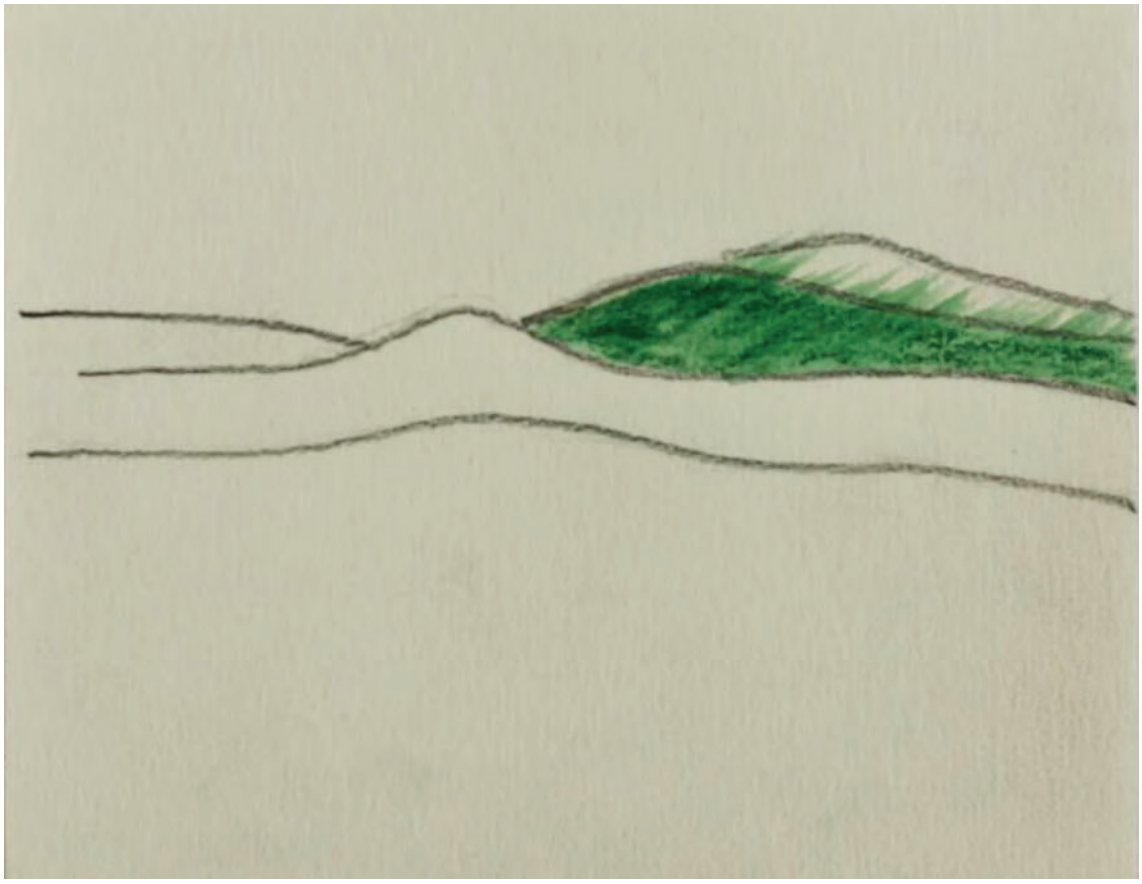






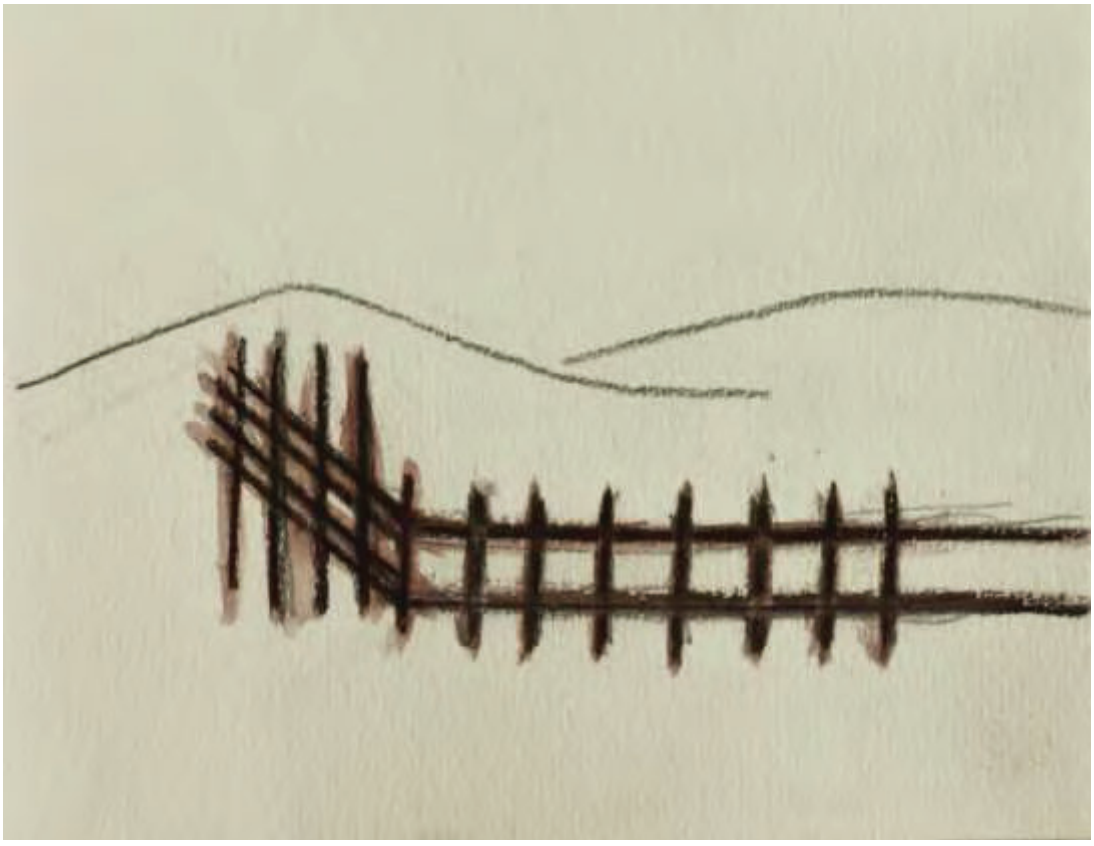




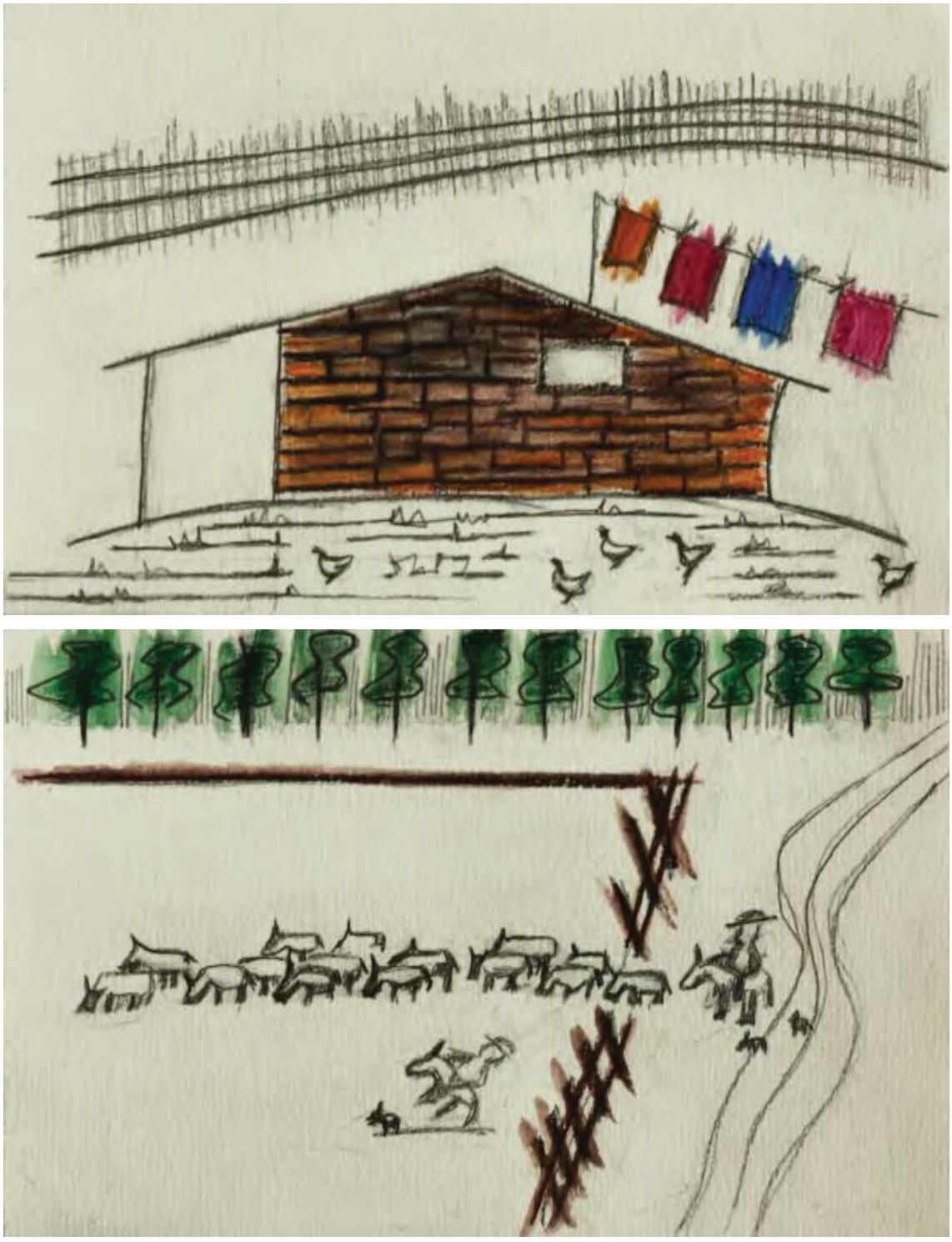


Cercas e bretes





Lida campeira

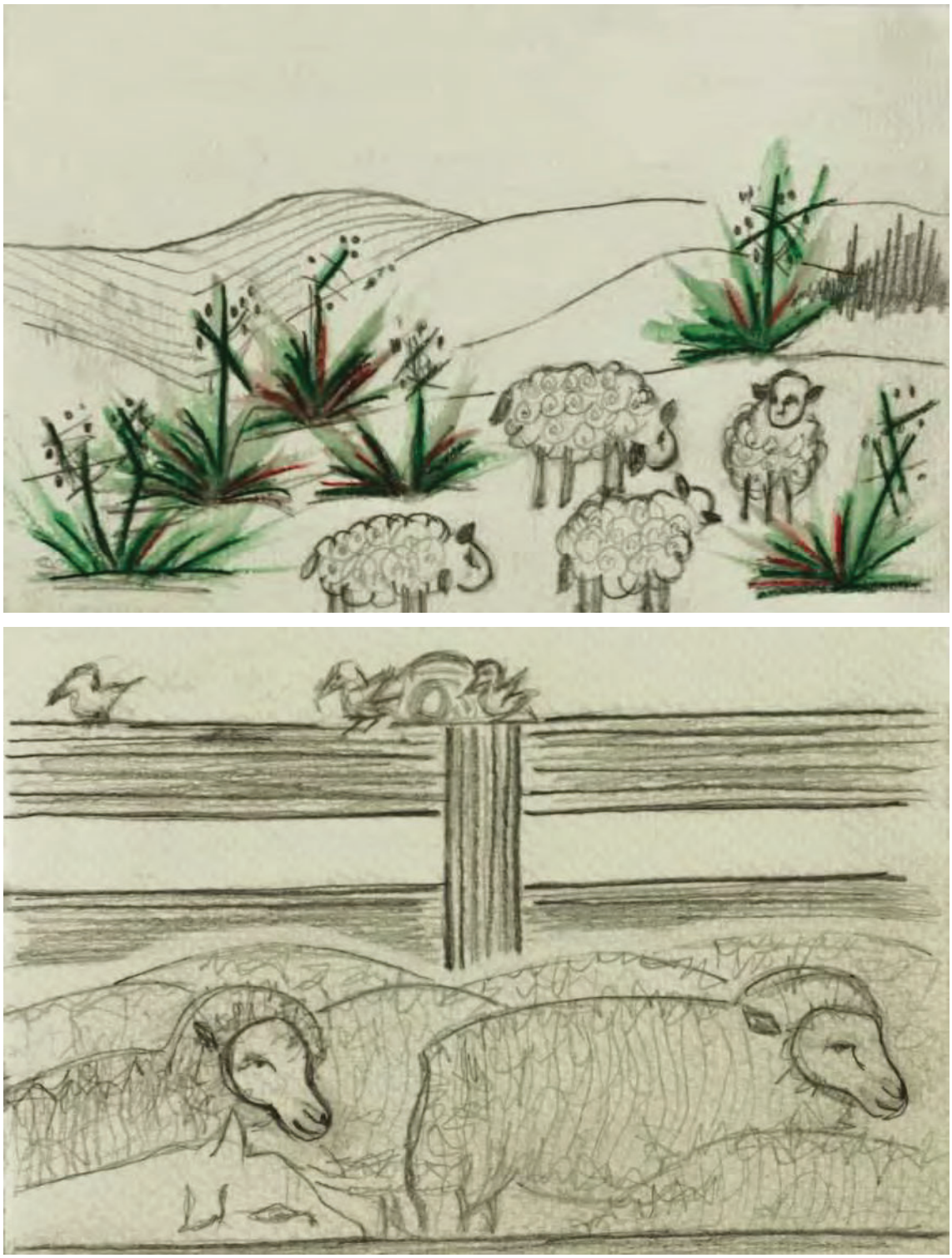






Pastoreio de bois e ovelhas





Os animais, os campos e o mato









TRAÇADOS
Outlines

Flávia Rieth

Ao longo do processo de pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais – lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã/RS (INRC Lida Campeira)[1], o desenho passou a figurar como um recurso para a reflexão, a partir de minha participação na Oficina de Desenho com a Professora Vivian Herzog, organizada junto ao Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (Leppais/PPGAnt/UFPel). A lida campeira consiste em uma série de atividades realizadas em propriedades rurais que desenvolvem a pecuária extensiva com o objetivo de criar, manter e reproduzir os rebanhos de gado bovino, ovino, caprino e equino no pampa sul-rio-grandense.

Nesse sentido, o modo de vida campeiro está sendo traçado em linhas da escrita e do desenho, na composição do diário de campo e no acervo da pesquisa. O pressuposto de buscar a compreensão da lida campeira na relação entre humanos, animais e ambiente se afigura aqui em um emaranhado de linhas "[...] e la que sus actores, a través de sus propias atividades, fraguaran constantemente las condiciones para sus vidas y las de los demás" (INGOLD, 2015, p. 18). As linhas dão continuidade e

[1] A pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais: Lida Campeira na Região de Bagé/RS se constituiu a partir da demanda da Prefeitura Municipal de Bagé, do financiamento e cedência da metodologia pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (IPHAN) e da realização pelo Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. O trabalho de campo foi executado no período de 2010 a 2012. A entrega dos Relatórios Finais, dos cinco Filmes e do CD-room Interativo foi realizada em 2013. O Inventário teve como objetivo identificar, documentar e construir conhecimento sobre a "lida campeira" para fins de registro como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro. Desde 2016, temos realizado a extensão do INRC para a região dos campos do Alto Camaquã, na Serra do Sudeste. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/>. Acesso em: 03. nov. 2017.

movimento aos desenhos que, no conjunto, buscam tecer a compreensão da vida campeira na pecuária no pampa brasileiro. Uma relação de duração, entre a tradição e a invenção (WAGNER, 2012), que sobrepõe tecnologias e justapõe linhas de tempo e de lugar, com a presença de cercas de pedra, marcos de fronteira e parque eólico.

Os traçados dos campos lisos e dos campos dobrados – campos de pedra – conformam um pampa diverso, levando em conta os manejos na pecuária. Aramados, cercas, potreiros, compõem o ambiente da pecuária extensiva, conformam as aprendizagens de bois, cavalos, cachorros, ovelhas e humanos para a lida. Já as cabritas, são consideradas danadas, se vão para o mato, sem paradeiro, atravessam cercas e bretes (KOSBY, 2017). Por intermédio do desenho, marca-se a presença-ausente, ou a ausência-presente, das cobras, predador quase invisível, entre as pedras, no meio do mato, mas sempre anunciada em algum causo. Presença que exige a habilidade de apurar a atenção ao estar no campo. O mato, as cabritas, as emas também evocam a potência do asselvajamento de humanos e outros animais, tensionam processos no inacabamento da domesticação.

No desenho, destacam-se os atores, para além das relações. Na síntese das linhas ou uso da cor, evidenciam-se estas presenças. Atenta-se para as ondulações do pampa, para as pedras, para o mato, as cercas e os bretes, a presença da figueira, dos caraguatás, dos carunchos, do taquaral que mostram a riqueza do ambiente do pampa diverso.

Referências

INGOLD, Tim. **Líneas**: uma breve historia. Barcelona: Gedisa Editorial, 2015.

KOSBY, Marília Floôr. **Alma-caroço**: peregrinações com cabras negras pelo extremo sul do Brasil. 173f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

RIETH, Flávia *et al*. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** Lida Campeira na Região de Bagé/RS. v. 2, 1. ed. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013.

ROY, Wagner. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2012.

CENTAUROS DE MOTOCICLETA: O CAVALO COMO TESTEMUNHA DO "PROCESSO DOMESTICATÓRIO" DO GAÚCHO

Marília Floôr Kosby[*]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Daniel Vaz Lima[**]
Flávia Maria Silva Rieth[***]
Universidade Federal de Pelotas – Brasil

Resumo: *O presente artigo discute como gaúchos e cavalos compartilham uma trajetória de relações que configuram um processo domesticatório comum, no universo da pecuária no pampa brasileiro – considerando tal processo como parte dos movimentos das elites econômicas e políticas no sentido de burocratização e racionalização do trabalho e da produção nas estâncias de criação de gado bovino. A noção de "sujeição" dos cavalos domados, como fruto da negociação de forças que envolve o emprego das técnicas da chamada* doma tradicional *ou* doma gaúcha*, empreendimento em que se privilegia o uso da força bruta como forma de "ensinar" os equinos, acompanha a histórica burocratização da pessoa do trabalhador rural da lida campeira. Os dados etnográficos que embasam esta pesquisa foram elaborados a partir de trabalho de campo realizado entre os anos de 2010 e 2014, com o intuito de subsidiar as análises do* Inventário Nacional de Referências Culturais – Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS*, bem como seus desdobramentos.*

Palavras-chave: *doma, domesticação, humano/cavalo, pecuária.*

Abstract: *The present article discusses how gaúchos and horses share a path of relations which set a common domesticating process, in the universe of cattle breeding in the Brazilian Pampa – considering such process as part of movements of the economical and political elites with the intention of bureaucratization and rationalization of*

[*] Doutoranda em Antropologia Social. Contato: floorkosby@gmail.com
[**] Doutorando em Antropologia. Contato: dvlima.vaz@gmail.com
[***] Contato: riethuf@uol.com.br

the work and the production at cattle farming ranches. The idea of "submission" of the tamed horses, as a result of the negotiation of forces which involve the use of the techniques called as traditional taming *or* gaúcha taming*, a venture in which the use of brutal force is privileged as a way to "teach" the horses, follows the historical bureaucratization of the rural worker in the campeira handling. The ethnographic data on which this research is based were elaborated from field work carried out between the years of 2010 and 2014, with the purpose of subsidizing the analysis of the* National Register of Cultural Reference – Campeiras Handling in the Bagé Region/RS*, as well as its developments.*

Keywords: *cattle breeding, domestication, human/horse, taming.*

Entrego a saudade deste meu pingaço
Que vai bem guardada na garrão de potro.

Jairo Lambari Fernandes

Introdução

O cavalo é testemunha dos episódios mais espetaculares da história humana – invasões mongóis, conquista do Novo Mundo, guerras napoleônicas, colonização do oeste americano –, compartilhando com os cavaleiros do horror dos combates, mais do que da glória. Prolongamento da energia, da força e da inteligência de seu mestre, o cavalo também esteve presente no cotidiano das cidades, do campo, das fazendas, das usinas, nas mais diversas civilizações que se constituíram durante a história da espécie humana sobre a Terra.[1] E mais: além do valor laboral e bélico, emprestou ao homem seu porte, sua postura, fortificando-o, engrandecendo-o sobre um pedestal, o que é capaz de criar a distinção entre os que têm poder e os que a estes estão subjugados.

Assim Jean-Pierre Digard (2004) introduz *Une histoire du cheval: art, techniques, société*, livro em que o antropólogo busca construir um conhecimento histórico a respeito do cavalo e a inseparável presença humana em seu entorno, assentado na premissa da excepcionalidade desse animal frente aos

[1] Há registros de a interação *Homo sapiens sapiens* e equídeos ocorrer já há cerca de 30.000 anos, o que pode ser observado em representações artísticas desse período, encontradas em desenhos de cavalos na caverna Chauvent, em Ardèche, na França (Digard, 2004).

demais. Para Digard, tal excepcionalidade se constrói a partir das tentativas humanas de submeter e controlar o cavalo, dada a ambivalência entre sua incomparável resistência à domesticação (tardia e interminável[2]) e a afinidade ao homem uma vez alcançada sua submissão (jamais definitiva). Assim, segundo o autor, o ato de submeter um animal que em estado selvagem é um herbívoro pacífico e encarna ao mesmo tempo vitalidade, potência, rapidez, impetuosidade, impaciência, elegância e harmonia de formas forja o homem que o faz com a mesma magnificência e lisonjeio que este atribui ao cavalo, mais do que a qualquer outra criatura. Um ser superior, crê-se tal homem, nas palavras de Digard. Um ser superior ao qual nada, nem ninguém, saberá resistir. O valor utilitário é, portanto, ultrapassado pela reciprocidade na troca de atributos simbólicos.

O ímpeto de Digard em *Une histoire du cheval* é contar uma história do cavalo que não tem continuidade no tempo tampouco uniformidade no espaço, senão uma multiplicidade de formas de "estar com o cavalo", de utilizá-lo, representá-lo, variáveis conforme a época, o ambiente, as sociedades: "Un régiment de cavalarie ne fonctionne pas comme un club equestre, ni une hacienda comme une tribu bédouine […] l'équitation gaucho n'est pas l'équitation cow-boy […]" (Digard, 2004, p. 10). Montar, encilhar e ensinar um cavalo não são meramente técnicas, mas se atrelam a hábitos, formas de organização e visões de mundo, tornando a história do cavalo inseparável da dos homens e das peculiaridades do que Digard chama de as diferentes "culturas equestres".

Alimentando-se dos argumentos de Digard, o presente estudo pretende traçar um esboço de como gaúchos e cavalos compartilham um processo domesticatório comum no universo do estabelecimento da pecuária no pampa brasileiro, sendo tal processo uma trajetória de negociações entre humanos e entre humanos e animais, provocadas pelos movimentos das elites econômicas e políticas no sentido de burocratização e racionalização do trabalho e da produção nas estâncias de criação de gado bovino. Nessa esteira, os dados etnográficos que embasam este artigo foram elaborados a partir de trabalho de campo realizado entre os anos de 2010 e 2014, com o intuito de subsidiar as investigações do *Inventário Nacional de Referências Culturais – Lidas*

[2] Segundo Digard (1999), o cavalo foi um dos últimos animais domésticos da atualidade a sofrerem processos de domesticação, há cerca de 5000 anos. Sobre a domesticação do cachorro se tem registros que remontam a 14.000 anos; a do boi, a da cabra, a do cordeiro e a do porco iniciaram-se há 10.000 anos.

campeiras[3] *na região de Bagé/RS* (Rieth et al., 2013), bem como seus desdobramentos. É aporte também um levantamento bibliográfico acerca das normativas estatais para o estabelecimento das estâncias no Rio Grande do Sul e nos países platinos, configurando a empresa burocrática e o ideal racionalista da consolidação da propriedade particular da terra e de seus usos, bem como do recrutamento de trabalhadores/exércitos atuantes nas chamadas guerras de fronteira, além da valorização da constituição de famílias de trabalhadores: garantia transgeracional de mão de obra especializada no serviço campeiro, criação e laços de compadrio e paternalismo, alocados na expressão "de confiança". Além disso, os aspectos relacionados ao que trazemos como racionalização do trabalho se referem às tentativas de empreendimento de técnicas de doma e de pastoreio "racionais", que não necessariamente são aquelas passadas de pai para filho – um outro exemplo disso é a implementação de escolas agrícolas ou agropecuárias, com o intuito inicial de "socializar" indivíduos marginalizados a partir da sua qualificação como mão de obra para o trabalho rural.

A ideia de "processo domesticatório" defendida por Jean-Pierre Digard (1999) consiste em pensarmos que todas as culturas possuem relações de proximidade/afastamento com determinadas espécies de não humanos, o que torna a domesticação um fato social universal e particular. Assim, cabe salientar

[3] Lida campeira é uma denominação êmica e corresponde ao conjunto dos ofícios e atividades relacionados à manutenção de uma estância e seus rebanhos. Um homem campeiro é aquele que conhece como tratar com os animais de criação, sua saúde, nascimento, reprodução e eventual abate; ele também zela por manter os animais dentro dos limites da propriedade de terra que constitui a estância. É comum que os campeiros detenham e pratiquem saberes sobre doma de equinos, esquila de ovinos, inseminação de vacas, feitura e conserto de aramados. Neste estudo, a categoria "campeiro" diz respeito a esses homens que têm como principal atividade o cuidado de bovinos e equinos, em estâncias de pastoreio extensivo (ou seja, de não confinamento). É possível que, por questões pessoais, alguns campeiros não se reconheçam como "gaúchos", mas, certamente, todo aquele que possui legitimidade para se colocar como tal deve conhecer muito bem a lida campeira. O INRC – Lidas Campeiras na Região de Bagé (1ª Fase) atende a uma demanda da Prefeitura Municipal de Bagé (RS), financiada e acompanhando a metodologia do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais/IPHAN, acolhida pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia. A execução do trabalho teve como equipe os seguintes pesquisadores: Profª. Flávia Rieth (coordenadora), Marília Floôr Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Marta Bonow Rodrigues, Pablo Rodrigues Dobke, Daniel Vaz Lima; os consultores: Profª. Claudia Turra Magni (consultora em imagem), Profª. Erika Collisson (consultora em geografia), Prof. Fernando Camargo (consultor em história); e os colaboradores: Vanessa Duarte, Camile Vergara, Cristiano Lemes da Silva, Fabíola Mattos Pereira, Thais Pedrotti, Tiago Lemões, Profª. Karen Mello (FURG).

que não há um marco histórico depois do qual determinada espécie tornou-se domesticada em uma certa cultura, mas existem elementos estruturais que mediam as atuais e constantes ações no sentido de manter relações de domesticação com alguns animais ao longo das gerações.

Na linha de pensamento de Tim Ingold, domesticação será entendida como socialização, inserção de determinadas espécies no convívio social com determinadas sociedades da espécie humana. Assume-se, assim, que as fronteiras entre humanos e animais, cultura e natureza, são instabilizadas pelas negociações entre humanos e não humanos na sociabilidade que envolve as práticas domesticatórias (Latour, 2002, 2004). Homens e animais submissos, sob confiança, o estão pelas diretrizes das mesmas forças dominadoras, pela mesma estrutura hierarquizante, conforme Tim Ingold (2000). Este autor vê a domesticação como um processo de passagem da confiança para dominação que acontece de homens sobre animais, bem como de homens sobre homens – coadunando os fenômenos de servidão de bichos e de humanos, como em continuidade nas sociedades onde acontecem. O aporte etnográfico que corrobora essa escolha teórica é também fundamentado pelos relatos de ex-trabalhadores rurais e sindicalistas sobre as condições precárias do trabalho na pecuária e a exploração dos peões, muitas vezes denunciando situações que poderiam ser classificadas como de servidão.

A tangência entre a noção de "sujeição" dos cavalos domados e a de crescente burocratização da pessoa do peão campeiro – atentando para as forças e estratégias empregadas na realização de tais ensejos – pode ser vista a partir das técnicas empregadas na chamada "doma tradicional" ou "doma gaúcha", empreendimento em que se privilegia o uso da força bruta como forma de ensinar os equinos a não desempenharem comportamentos que fogem ao ideal imposto pelo tipo de montaria desejada.

Em suma, não se trata de estabelecer uma continuidade temporal entre a domesticação de animais e a sujeição de homens à empresa capitalista do agronegócio, mas de tentar traçar uma estrutura de relações que se transforma a partir de algumas categorias etnográficas, como: "racional", "tradicional", "xucro", "sujeito", "violência". A ideia é compreender como homens campeiros se tornaram trabalhadores "de confiança" para os estancieiros, a partir das técnicas que esses campeiros privilegiam quando querem montar ou domar seus cavalos "com confiança". Analisa-se, para tanto, também a situação extrema contrária dessa relação de afinidade, qual seja, os casos em que

o primor pelo uso racionalizado[4] da propriedade (de terras, animais e homens), extingue o uso do cavalo – podendo muitas vezes, inclusive, substituí-lo por motocicletas. É importante salientar, já de início, que não se trata de afirmar que a domesticação de determinada espécie se consolida mais conforme se fortalecem as relações capitalistas. Trata-se, porém, de descrever as articulações entre as transformações nos modos produtivos e a relação entre humanos e animais. A estratégia metodológica inspirada pelos interlocutores (peões, domadores, campeiros, estancieiros) é comparativa, por exemplo: olhar para o pastoreio "racional" para conseguir perceber o que é o pastoreio "tradicional", considerado seu oposto radical e aquele onde atua o par gaúcho/cavalo.

"Aprendendo a ser gente": entre as dubiedades na normatização da vida nas estâncias, a domesticação dos homens, o asselvajamento do gado

Conforme apontam os trabalhos de Ondina Fachel Leal (1989, 1992a, 1992b, 1997), a constante afirmação da virilidade, da honra e da valentia, por meio da dominação da natureza (associada aos animais e às mulheres), profundamente experienciada na lida campeira, é atributo fundamental à construção da identidade masculina do gaúcho. Assim, ao mesmo passo em que o convívio contínuo com os animais aponta para sua domesticação e amansamento, há a necessidade de que os homens, para se tornarem homens, dominem os animais; quanto mais *xucro*[5] for o animal, mais potência é atribuída àquele que o dominar. Há, portanto, num contexto de domesticação,[6] a tentativa de manter relações de caça, a partir da afirmação e mesmo construção de atributos selvagens na relação com os animais. Ao utilizarem o laço e o relho e investirem contra os bovinos de forma violenta, os homens assumem frente àqueles a condição de

[4] No sentido cartesiano, de conseguir planejar e prever etapas de atuação, e controlar os resultados.

[5] O animal xucro é aquele que não foi domado. No entanto, se um animal foi domado e mantém características bravias ou pouco dóceis, ele também pode ser chamado de xucro.

[6] Em *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*, Tim Ingold (2000) faz uma crítica à modernidade ao definir domesticação como uma noção somente possível a partir de sociedades industriais. Para o autor, o pensamento moderno, que estabelece uma separação hierárquica da humanidade e da natureza – estando aquela um degrau acima da selvageria, por ter passado por processo civilizatório – cria as condições necessárias para que se pensem os animais como seres sem intencionalidade. Assim, a domesticação seria um processo de passagem de relações de confiança para relações de dominação dos homens sobre os animais. A instalação e o desenvolvimento da pecuária na região pampiana é um exemplo de empreendimento capitalista moderno, como se verá mais adiante.

uma espécie de predador,[7] fazendo com que a proximidade dos humanos desencadeie nos animais reações de ataque e/ou fuga – tais reações definem as graduações de comportamento entre *xucros* (mais bravios) e *mansos* (mais dóceis); este últimos se deixam dominar, sem reagir como presas[8] frente a predadores.

A relação com o cavalo tem especificidades: é de potencialização dos atributos do campeiro, embora tal fim seja atingido prioritariamente pelo uso da submissão física do animal pelo homem. Um cavalo bom para a lida campeira é aquele que ajuda o homem a controlar os rebanhos, que sabe embretar uma vaca, que reúne a tropa com agilidade e rapidez inibindo os bois que tentam desgarrar. Percebe-se a continuidade entre cavalo e cavaleiro nas palavras de um interlocutor, ao ver a inabilidade de um peão para colocar uma vaca na mangueira: "Não adianta o cavalo ser bom se a cabeça do cara não funciona direito. É a mesma coisa que o cara estar mal montado [com cavalo ruim para o trabalho, lento]." Enquanto o interlocutor dizia isso, o peão batia o relho insistentemente na cabeça do cavalo, que não se tornava mais rápido por causa disso. Aqui, vale parafrasear Digard (1999), quando este se pergunta, em *Les français et leurs animaux: ethnologie d'um phénomène de société*: "Tal cachorro, tal dono?"

Os gaúchos primam por um manejo *tradicional*,[9] em que seja necessário o uso do cavalo, do laço, das esporas, em detrimento dos chamados manejos *racionais*, em que o gado fica manso a ponto de seguir o peão – como um cão segue o dono (o que se verá detalhadamente mais adiante).

No entanto, as pesquisas do *Inventário Nacional de Referências Culturais – Lidas campeiras na região de Bagé/RS* (Rieth et al., 2013), afirmam a consolidação daquilo que Fachel Leal sinalizava já nas duas últimas décadas do século XX, qual seja, um avanço tamanho de técnicas científicas para

[7] Utilizamos o termo "predador" por observação do comportamento mais dos animais do que dos humanos. Ao serem açoitados ou tratados com violência, os bovinos reagem da mesma forma como quando são atacados por cães, fugindo, ou quando possível atacando.

[8] Em *Hunters, pastoralists and ranchers: reindeer economies and their transformations*, Ingold (1980) afirma que a domesticação não é definida pelas características particulares dos animais, mas se manifesta numa multiplicidade de relações (caça, pastoreio, *rancher*) variando conforme o tipo de vínculos produtivos que são estabelecidos com os humanos. Assim, podem existir animais domados entre caçadores e seleção reprodutiva em economias voltadas para a subsistência.

[9] O sentido êmico do uso do termo "tradicional" para se referir ao manejo com os rebanhos alude àquilo que é feito com base na força física, envolvendo o perigo, a brutalidade. Sociologicamente tratando, na exploração da mão de obra, nos laços de compadrio e na dedicação diária total aos trabalhos de manutenção do rebanho e da propriedade rural.

a racionalização do trabalho com o gado e a ausência de condições dignas de vida no campo, aliadas à burocratização das relações de trabalho, que inviabilizaram a manutenção das relações tradicionais na pecuária da região em questão. O universo do pastoreio tradicional situa os gaúchos em uma posição ambígua: ao mesmo tempo em que a lida "bruta e insalubre" os compõe como homens – e eles sentem falta de "pegar um cavalo e juntar umas vacas" –, os direitos advindos de uma legislação trabalhista e o conforto da cidade afastam-lhes da vida campeira. Vista a crescente escassez de mão de obra para a lida com bovinos e demais ofícios ligados à manutenção das estâncias e propriedades rurais onde se realiza a pecuária, somada ao esvaziamento da população rural de tais localidades e a inserção de técnicas científicas de reprodução e criação dos animais, atentar-se-á para as transformações e manutenções nas relações que o manejo dos gaúchos com os bovinos possuem com a construção da masculinidade desses homens, que recorrem campos e rebanhos de motocicleta, inseminam vacas, não castram touros e residem na cidade.

A drástica transformação do universo campeiro, rapidamente citada acima, é o ápice de um processo iniciado já em meados do século XIX. Referências historiográficas (César, 1978; De Nigris, 2011; Garcia, 2010; Nahum, 1968; Palmisano, [s.d.]; Pesavento, 1980, 1986, 1988, 1990; Salvatore, 1992) apontam para o desenvolvimento da pecuária extensiva[10] no pampa como sendo o próprio processo de concomitante e crescente domesticação de homens[11] e animais – em que homens que caçavam gado eram caçados por homens que criavam gado para servirem de mão de obra nas estâncias e de contingente militar nas constantes revoluções e guerras de fronteira (Chasteen, 2003).

A primeira grande mudança, que deslocou a relação de preação ou caça do gado selvagem para a de sua criação, foi o cercamento das estâncias, em meados do século XIX, inicialmente com vegetação e pedras, depois com fios de metal intercalados por piques de madeira e moirões de pedra, os chamados

[10] Pode-se dizer que a criação de gado bovino unicamente para fins econômicos (de mercado e, em ínfima escala, de subsistência), tal como acontece na região estudada, é um tipo de pastoreio extensivo-predatório, a propósito do conceito que Tim Ingold (1976 apud Sautchuk; Stoeckli, 2012) emprega para o manejo das renas pelos skolts, do norte da Finlândia. O uso do cavalo pelo gaúcho complementa tal argumento e não é subsumido pelos casos em que a motocicleta é utilizada.

[11] Para Jean-Pierre Digard (1999), a domesticação é uma ação, não um estado. É produto de um exercício contínuo de interação com a espécie humana balizado por estruturas sociais. Para o autor, a domesticação é um exercício atual, ininterrupto e constante ao longo do devir histórico dos coletivos humanos (Lewgoy et al., [s.d.]).

aramados ou alambrados (Moreira, 1999).[12] O mesmo empreendimento que fez do cavalo instrumento indispensável para se arrebanhar o gado – e possibilidade de existência e sobrevivência para caçadores nômades –, ao se aprimorar, cria barreiras para sua utilização.[13]

A bibliografia historiográfica aponta para o século XVIII como marco de início da criação de gado com fins econômicos, na fronteira entre os territórios que hoje abarcam o sudoeste do Rio Grande do Sul e o norte do Uruguai, com o intuito de suprir as necessidades de couro da produção industrial britânica e de charque para o abastecimento dos centros escravistas americanos (Palermo, 2013). Os milhares de cabeças de bovinos e equinos presentes nessa região do pampa possibilitaram que ela se transformasse em uma imensa zona de produção ganadeira cuja importância se eleva quando decaem as exportações de ouro e prata para a península Ibérica. No entanto,

> también generaría grandes conflictos por la propiedad de tierras y ganados, haciendo de esos territorios una suerte de gran frontera entre los imperios ibéricos. La ganadería, la escasa población y la casi ausencia de controles estatales, generaron el marco adecuado para el surgimiento de un tipo social, el *gaucho* y una forma de producción, la *estancia*… (Palermo, 2013, p. 28, grifo do autor).

[12] Dessa forma o dono da estância conseguia controlar seus peões e impedir o uso de sua propriedade por *gauchos* nômades, geralmente tropeiros sem a posse da terra, que habitavam na região. Esses gaúchos sem nacionalidade definida transitavam facilmente entre os atuais territórios brasileiro, uruguaio e argentino, e tinham como principal atividade retirar o couro do gado vacum e vendê-lo no mercado informal, na região de domínio português e para a metrópole hispânica. O modelo de transação econômica praticado por esses gaúchos era possível porque havia o gado nessa região; ao mesmo tempo, era considerado ilegal porque os animais soltos pelos campos eram de propriedade real – tanto da coroa portuguesa quanto da espanhola (Kosby; Leston Jr.; Rieth, 2010).

[13] É fato recorrente nessa bibliografia a descrição de que o uso do cavalo por indígenas, como os charruas e minuanos, foi vivenciado de forma ambígua, estando no cruzamento entre a liberdade e a estagnação. A mobilidade que o cavalo dá ao índio está presa às atualizações da sistematização da produção do gado. O pastoreio a cavalo está associado à pecuária e ao aramado, que sedentarizaram grupos de índios, o que correspondeu à extinção quase total de sociedades inteiras. Ao mesmo tempo em que se tinha o meio para andar muito, esse meio veio acompanhado de seus próprios obstáculos. Digard (2004) inclui a domesticação de cavalos asselvajados (marrons) por indígenas americanos como um dos exemplos mais espetaculares de domesticação de equinos de que se conhece mais recentemente – a primeira reação dos indígenas ao verem esses animais, enormes e impetuosos, foi de pavor – como se a aparição de um cavaleiro fosse a mesma de um monstro. No entanto, dentre muitos grupos indígenas, o autor cita os araucanos chilenos e do pampa argentino, que, graças à montaria, desde primórdios do século XVII passaram a fazer guerra principalmente com cavalaria, mudaram de uma economia baseada na horticultura, coleta e caça de lhamas à uma atividade econômica que visava progressivamente a constituição de tropas (bovinas, equinas e ovinas).

Desde a formação dos grandes *rodeios*,[14] antes do cercamento das estâncias, o desenvolvimento da pecuária no pampa meridional é, ao mesmo passo, o mote de surgimento da figura do gaúcho (contrabandista, guerreiro) e a instância de seu disciplinamento (trabalhador rural, escravo, militar), que vai rearranjando o conteúdo de valores visões de mundo elencados na constituição daquilo que é ser gaúcho. A necessidade de garantir as fronteiras das propriedades e dos rebanhos, bem como o ímpeto de converter "sensibilidades bárbaras em civilizadas"[15] (Barrán, 1989, 1990), competiram para a domesticação dos homens que domesticavam os rebanhos de animais. O estabelecimento da propriedade privada dos rebanhos, que outrora foram bens comuns, obrigou também humanos a se vincularem a relações produtivas voltadas para o mercado e se subjugarem às ordens de um patrão/senhor. Dessa forma, a transformação da lida com os rebanhos bovinos em trabalho, atividade racionalmente executada com fins econômicos e com vistas à manutenção de uma empresa capitalista, sustentada em valores como a ordem e a burocracia, a *estância*, atinge seus objetivos quando imprime nos homens responsáveis pelos rebanhos o *ethos* necessário à sua sustentação.

Quanto ao trabalho campeiro como forma de socialização daqueles que de alguma forma instauram a desordem, é interessante conhecer a história da instituição educacional Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, situado em Pelotas (RS), abrangendo uma área equivalente a 200 hectares, dentro do perímetro urbano da cidade. Fundado no início da década de 1920, o Patronato Agrícola Visconde da Graça tinha como objetivo "qualificar mão de obra livre para o trabalho na agricultura e retirar dos centros urbanos os chamados desvalidos de sorte, os pobres órfãos e aqueles marginalizados que atrapalham

[14] Segundo Guilhermino César (1978, p. 38): "O rodeio (reunião do gado em pleno campo, em lugares certos [os piquetes]), nas estâncias oitocentistas, era dado de seis em seis meses, via de regra. Nessa ocasião marcavam-se as reses mais novas e castravam-se os novilhos destinados ao engorde." Os rebanhos variavam entre mil, cinco mil, dez mil, trinta mil cabeças de gado.

[15] Em *Facundo*, publicado originalmente em 1845, Domingo Faustino Sarmiento (1996) opõe civilização e barbárie para se referir aos dois tipos de sensibilidades que atuavam na sociedade argentina na primeira metade do século XIX (lembrando a porosidade das fronteiras desse país com o estado do Rio Grande do Sul). Assim, Sarmiento vinculava a civilização às cidades e a barbárie ao contexto rural. Barbárie, conforme Barrán (1989, 1990), ao analisar a obra de Sarmiento, se refere ao tipo de sensibilidade que pratica a violência física como forma de dominação hierárquica (do Estado sobre os cidadãos, dos amos sobre os subordinados), que se relaciona com o sexo e o riso de forma permissiva, que exibe a morte macabramente e até com festa, que não distingue trabalho de brincadeira.

para o bom desenvolvimento dos centros" (Vicente, 2010, p. 60). Nesse sentido, a instituição escolar acaba por responsabilizar-se pela socialização e reprodução de normas de caráter familiar como a imposição de limites, regras e horários daqueles que por questões jurídicas se encontram sob a sua guarda (Silva; Pereira; Vergara, 2011).

O processo domesticatório de que tratamos aqui tem impulso em uma preocupação das autoridades da região de fronteira Uruguai/Brasil, já no século XVII. Hernando Arias de Saavedra, primeiro governante uruguaio, em 1618, escreve ao rei Felipe III, queixando-se das ordens de Francisco de Alfaros, Oidor de la Real Audiencia de Lima, as quais autorizavam a todos disporem como bem comum do gado abundante na região meridional pertencente à Espanha:

> […] dio por bienes comunes los ganados de que abia gran suma en esta provincia y con esta libertad no solo se aumento el número de los ociosos y bagamundos por tener en el campo la comida segura, empero quedo destruido e menoscabado el ganado bacuno por no matar sino bacas y terneras hembras. (Rela, 2001 apud Palermo, 2013, p. 29).

Ainda conforme Palermo, a mão de obra das estâncias de pecuária dessa "unidade político-geográfica" ou "sociedade territorial contínua", que era (e é) a fronteira, configurou-se em escrava, semisservil e assalariada. Quanto aos homens negros, o estatuto de escravos, garantido pela cor da pele, se manteve nas estâncias uruguaias e brasileiras até a década de 1880 – o que não garante o fim de relações servis de trabalho após esse período.[16] No que diz respeito aos não negros, a dominação ficava por conta do "disciplinamento forçado da mão de obra". Foi instituído no Uruguai, durante a ditadura do Coronel Lorenzo Latorre (1876-1879), o Código Rural, cujo projeto data de 1874 e teve inspiração no Código Rural De La Província de Buenos Aires e em documentos semelhantes da Bélgica, França e Espanha. O Código Rural contém regras e punições para o uso dos recursos naturais e organização do espaço e

[16] Interlocutor do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS, um estancieiro de família pecuarista tradicional, criadora de gado desde primórdios do século XIX, na região de Arroio Grande, sudeste do Rio Grande do Sul, diz que desde as gerações mais antigas "sempre se preferiu o negro para a lida campeira, porque é um serviço muito bruto". A fala do estancieiro relaciona "o negro" com sujeitos submetidos a trabalhos servis e de grande risco para a integridade física, o que fica dado pela sua original condição de mão de obra escravizada.

da produção rural, visando a garantia e desfrute racional do "direito mais sagrado do homem em sociedade – o direito à propriedade" (Proyecto…, 1874, p. 6, tradução nossa). Guilhermino César cita também *Administración de estancias y demás estabelecimentos pastoriles en la campaña de Buenos Aires*, escrita por Juan Manuel de Rosas em 1825, publicado em 1856, e *Instrucción del estanciero*, escrito por José Hernández e publicado em 1881. Além das obras em língua espanhola, em *O Conde de Piratini e a Estância da Música: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832*, o próprio César compila as cartas do Conde de Piratini com instruções para o capataz de sua estância localizada na campanha gaúcha, e mais algumas cartas com conteúdo políticos e sociais. A correspondência reunida começa em 1804 e se aproxima de 1887, e segundo o autor tem importância justificada porque

> nos seus diferentes artigos, compendia-se a vida obscura, afanosa e espartana do camponês oitocentista. As relações entre o senhor e o escravo, entre o capataz e os peões, entre os estancieiros e os vizinhos, acham-se ali registradas de forma lapidar. (César, 1978, p. 23).

A historiografia mostra os intentos do Estado e das oligarquias rurais em burocratizar a produção e as relações sociais do meio rural e o quanto tais medidas foram significativas para a formação do estado do Rio Grande do Sul e as regiões limítrofes de Uruguai e Argentina. No entanto, embora se reconheça a importância de conhecer a oficialidade dos fenômenos planejados pelo Estado e as elites nesse processo, imprescindível na bibliografia sobre o tema estão os trabalhos etnográficos de Ondina Fachel Leal sobre os homens que se formaram nesse universo da lida com os rebanhos no pampa.[17] Na tese de doutorado *The Gaúchos: male culture and identity in the Pampas* (Leal, 1989), a antropóloga faz uma profunda análise de como esses homens – que são reconhecidos como gaúchos por sua perspicácia e legitimidade quanto aos saberes e fazeres do manejo com o gado e demais animais envolvidos na pecuária – alocam na dominação da natureza por meio da força física seus valores identitários de masculinidade, honra e coragem.

A relevância dessa obra, principalmente por sua densidade etnográfica, permite que se visualize a "cultura gaúcha" como entrelaçada pelas visões de

[17] Ver também Howes (2009), Lima (2013, 2015), Mattos (2003), Sordi (2013).

mundo negociadas por humanos na sua relação com os animais, que vivenciaram com eles o mesmo histórico de submissão e sujeição a regras impostas pelos ideais de progresso e civilização. Ancorada em uma perspectiva dualista das relações natureza e cultura, animalidade e humanidade, a autora descreve muito bem como eram definidos esses domínios e o quanto era importante para o *ethos* das sociedades pecuaristas[18] que a cultura englobasse a natureza, com seus regramentos, disciplinas, obediências – mesmo que para isso a principal ferramenta utilizada fosse a força física e a imolação corporal por meio de violência, atributos reativos imanentes aos animais de grande porte, como cavalos e vacas, ou seja, alocados no âmbito da natureza. Não é de se estranhar que, numa sociedade militarista e belicosa, homens também sejam "domados para serem xucros", e que todo o esforço em discipliná-los não elimine de seu comportamento (quiçá reforce) a brutalidade e a audácia, necessárias àqueles que devem ser obedecidos no contexto hierárquico da cultura gaúcha.

Sendo assim, a máxima muitas vezes ouvida no campo de que "gente é gente e bicho é bicho", torna-se menos essencialista ao passo que, no mesmo contexto, também se ouve que "a lida ensina a gente a ser gente". Resta-nos ver como o cavalo, este "animal intermediário",[19] nos permite conhecer de que "gente" se está falando.

Entre o "tradicional" e o "racional": o cavalo como mediador das transformações nas relações dos humanos com a natureza na lida campeira

Dona Percília, 82 anos, integra a quarta geração de uma família de pecuaristas da região da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Ela administra, junto com a filha Miriam, que reside no Rio de Janeiro, as propriedades

[18] A respeito da relação entre pastores e ambiente corresponder ao âmbito do pensamento ocidental dominante, no que confere à prerrogativa de fazer com que as condições climáticas e ambientais correspondam os interesses humanos, ver Haudricourt (1962).

[19] Digard (1999) afirma que entre americanos e europeus, o cavalo de montaria está numa condição intermediária entre os dois polos opostos de classificação dos animais nessas sociedades – animais de companhia e animais utilitários. Segundo o autor, nenhum animal utilitário está tão próximo dos de companhia do que o cavalo. Atendo-se à equitação como esporte, ou "mais que um esporte", Digard entende que há entre cavalo e cavaleiro uma forte carga simbólica, dada pelo corpo a corpo de ambos; o uso correto do cavalo exige conhecimentos anteriores e posteriores à montaria; até por isso, o esporte é tido como "socialmente fechado", pois prescinde que haja um aprendizado mútuo de longo tempo. Assim, montar um cavalo traduz-se em um modo de vida compartilhado entre animal e homem, onde este se ocupa daquele em diferentes aspectos.

rurais que herdou da parte de sua mãe, assim como os campos que vieram a formar o patrimônio familiar a partir do casamento com o agrônomo bageense Nilo Romero, de 90 anos de idade. As propriedades estão distribuídas pelos municípios gaúchos de Candiota, Bagé e Aceguá, bem como pelo Uruguai; nelas, além da criação de gado, pratica-se também a agricultura, tanto de grãos quanto de pastagens – o que é bastante comum nas propriedades de largas extensões de campo na região em questão.

Dentre as propriedades administradas por Dona Percília, há uma particularidade da qual a fazenda Conquista é a representante mais significativa. Nessa estância, que há 47 anos serve de laboratório para Nilo Romero, é implantado exclusivamente um tipo de pastoreio rotativo chamado Voisin.[20] Em síntese, no pastoreio Voisin o campo é dividido em módulos cercados por um único fio de arame eletrificado, para os quais os rebanhos são encaminhados rotativamente, quase que diariamente. Nesses módulos os animais se alimentam de pastagens e, ao defecarem, deixam o esterco como adubo para a próxima leva de pasto – não são utilizados insumos químicos e artificiais, portanto. Nas propriedades rurais em que é implantado o Voisin, cavalo, laço e cachorro são deixados de lado, pois o gado é criado de forma mansa, com manobras lentas e com métodos que excluem a presença de qualquer elemento de agressividade, já que o peão utiliza apenas um alicate isolante e um cajado para suspender a cerca. Segundo Nilo Romero, devido às características acima elencadas, o pastoreio Voisin é também chamado de "racional", por priorizar uma exploração controlada dos recursos naturais, sem que haja a imposição da adequação das pastagens e dos animais às necessidades do agronegócio – ou seja, seria criado, técnica e planejadamente, um sistema de pastoreio em que a produtividade se dá "naturalmente", sem que o solo precise responder a insumos artificiais e sem que o gado precise ser dominado pelo peão.[21]

[20] Nome alusivo ao francês André Voisin, bioquímico que publicou, em 1957, o livro *Produtividade do pasto*, possivelmente a primeira obra de relevância sobre manejo ecológico de pasto. A partir de então, Voisin tornou-se referência mundial no que diz respeito à implantação de formas sustentáveis de aumento da produtividade na pecuária.

[21] Para um produtor contrário à instalação do pastoreio Voisin, há uma justificativa que explica sua preferência pelo pastoreio extensivo: teria o gado um senso de territorialidade, que é deturpado quando os rebanhos são movimentados periodicamente, conforme a intenção do criador. Esse "confinamento" do gado seria responsável pela má qualidade de vida dos rebanhos e da produção, já que altera seus ciclos de alimentação e reprodução, diretamente relacionados com o reconhecimento de determinados territórios pelos animais. Sobre a aproximação entre as noções de caça e criação na lida campeira, ver Kosby (2014).

Geralmente, no Voisin se lida apenas com gado de engorde, comprando-se animais magros, ainda não "terminados", ou seja, ainda sem a cobertura de gordura necessária para que sejam abatidos. Ao contrário, no pastoreio tradicional, é feito o ciclo completo, de cria, recria e engorda (ou terminação). A cria envolve desde o manejo reprodutivo, em que as fêmeas passam pelo acasalamento e pelo controle da prenhez, até o parto e amamentação dos terneiros. A recria abrange desde a desmama dos filhotes até a fase de acasalamento das fêmeas e a engorda dos machos que não serão utilizados como reprodutores. A engorda é a fase posterior, em que se faz a terminação dos animais para o abate.

A grande dificuldade, que praticamente inviabiliza a implantação do pastoreio Voisin, diz respeito à escassez de mão de obra para a lida racional. Segundo Dona Percília, "o gaúcho sente falta do cavalo", os peões não querem manejar o gado a pé – por mais manso que este seja. As experiências com peões na Conquista mostram que eles preferem a aventura de lidar com gado bravo, e não se adaptam ao pastoreio racional. Nas palavras de Dona Percília:

> Eu tenho 1 hectare, tem 200 bichos, e do lado tem outro hectare que tá à disposição… Então, o animal come aqui, eu vou ali, abro a porteira e vou-me embora. Claro! O animal sai de onde ele comeu e vai pro outro, ele vai sozinho, ele sabe que vai mudar! Quer dizer que, o gado é manso, não, não, nada, tudo é fácil… Mas o gaúcho não gosta. Ele gosta de judiar do gado… o relho, o cachorro… Eles gostam é do cavalo, é de laçar… é, eles não gostam, eles gostam é da vida de gaúcho, mesmo. E o gaúcho é… Isso tem dificuldade, o Voisin é difícil de funcionar. Porque eles não querem.

A ausência do cavalo denuncia a extinção da figura do caçador; vaca e peão ao rés do chão são pastor e rebanho, numa aparente simbiose – a criação, porém, segue sendo predatória para fins de mercado. Onde fica o gaúcho sem o cavalo, sem a fuga da vaca?

No mesmo sentido, a maioria dos campeiros não abre mão de domar os cavalos com técnicas tidas como tradicionais, o "jeito gaúcho de domar"[22] –

[22] Jacques (2008, p. 41) entende que se desenvolveu no pampa uma "escola de equitação gaúcha", sendo a integração da escola de equitação ibérica, voltada para a guerra, e a escola índia, que entendia o cavalo como "continuação de seu ambiente". De acordo com o autor a sociedade que se formou no pampa desenvolveu o que chama de cultura do cavalo, que se reflete nos diversos tipos de provas e eventos onde o cavalo é o elemento central.

nas quais o uso da força física é fundamental. A *doma tradicional* ou "antiga",[23] criticada pelos adeptos da *doma racional*, deixa o cavalo "mais sujeito" (sensível da boca), obedecendo mais rápido aos comandos dados a partir das rédeas. Domadores, como Seu Nelson, interlocutor do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS, questionam as domas racionais, pois consideram que o animal não fica preparado para o trabalho nas atividades pastoris. Seu Nelson, que atualmente vive num bairro periférico de Bagé (RS), domou por muitos anos cavalos para a lida campeira; segundo ele, um cavalo para ficar bom para o serviço do campo demora cerca de um ano para ser domado.[24] Ele também chama sua doma de "antiga", pois, embora adote técnicas das domas ditas racionais, a principal técnica que utiliza é a de *puxar o queixo*:[25] "Tem gente que não puxa, por isso que ficam 'cru', rapaz!"

Um dos aspectos relevantes para conceber a relação entre os campeiros e os cavalos é a importância dada pelos interlocutores à personalidade do cavalo (um animal "igual ao homem", individualizado) como agente preponderante na escolha do tipo de técnica de doma a ser utilizada.[26] Cabe lembrar que no universo abordado pela pesquisa, há o reconhecimento das chamadas domas "racionais", nas quais o emprego de reforços e castigos não privilegia a coerção via violência física. O domador aciona as diferentes domas conforme a interação estabelecida com o cavalo. Por outro lado, a criação da diferença: para

[23] Para a descrição dessa técnica, ver Lima (2013, 2015).

[24] Joanna Latimer e Lynda Birke (2009), no artigo "Natural relations: horses, knowledge, technology", abordando os cavalos como poderosos agentes de identidade, focam na relação dos humanos com os equinos a análise de como o pensamento euro-americano manipula a separação das categorias natureza e cultura, humano e não humano, agenciando para isso diferentes combinações ontológicas, epistemológicas e idiossincráticas. A feitura de tipos diversos de cavalos (de trabalho, de passeio, de esporte) carrega de atributos significantes a constituição de diferentes estilos de vida (de elite, pastoris, bucólicos), reproduzindo também a estratificação social, as elites e comunidades rurais. Segundo as autoras, um dos fatores que impulsionaram sua pesquisa foi o aumento crescente de interesse por cavalos no Reino Unido, nos últimos anos.

[25] A etapa denominada "puxar *o queixo*" ocorre da seguinte maneira: o cavalo é derrubado e depois maneado, ou seja, é preso nas patas dianteiras e traseiras por uma corda de couro ou náilon, a chamada *maneia*, para não se debater, ou seja, se agitar com violência visando resistir à ação numa tentativa de se desprender. Feito isso, amarra-se e aperta o *bocal* (tira de couro) no queixo do cavalo. No bocal estão anexadas as rédeas, pelas quais os agentes colocados atrás do cavalo irão puxar o queixo na direção do peito dando alguns tirões, até o animal *patear*, o que significa dizer que está demonstrando resistência. Puxa-se três vezes para cada lado. O objetivo é deixá-lo "sensível de boca" e assim, na próxima etapa que é o ato de montar, ele já possa atender aos comandos do domador.

[26] Em comparação, o gado bovino é visto como uma espécie grupal, coletiva.

os entrevistados, a doma racional não deixa o cavalo "sujeito". Para Demétrio Xavier,[27] que é pesquisador das culturas pampianas e já fez alguns cursos de doma, a doma racional também é violenta, quando o uso de esporas sem pontas não evita que se machuque os cavalos, apenas mantém os ferimentos sob a pele, como hematomas.

A chamada "doma racional" ou "doma gentil", muito citada entre os domadores gaúchos como oposta à doma tradicional, segue os princípios da *natural horsemanship*, cujo criador e principal difusor é o domador estadunidense Monty Roberts, autor do afamado *O homem que ouve cavalos* (Roberts, 2001). A doma propagada por Roberts, que se inspirou nas técnicas de doma dos cherokees, indígenas norte-americanos, é ensinada em universidades e *workshops*.[28] Em "'Learning to speak horse': the culture of 'natural horsemanship'", Lynda Birke (2007) explora um conjunto de práticas, comportamentos e saberes que visam o controle dos cavalos pelo homem a partir do conhecimento mútuo entre eles, sem a necessidade do uso da força física. Os defensores do uso de tais técnicas argumentam que a cooperação por parte dos cavalos aos anseios dos humanos é obtida com menos exposição de ambos à violência se forem usados comandos gentis. A autora expõe algumas transformações ocorridas no mundo da equitação como responsáveis pela expansão e disseminação de formas de interações entre humanos e cavalos que rejeitam as duras e cruéis práticas de criação e domas tradicionais – ou seja, anteriores ao estabelecimento de um sistema de relações políticas mais amplas que o mundo dos cavalos e suas pessoas, sistema este balizado por lutas pelos direitos dos animais e políticas ambientais.

Mas há ainda outro tipo de doma referido pelos interlocutores, a chamada "doma índia", conjunto de saberes, técnicas e formas de se relacionar com

[27] Demétrio de Freitas Xavier é músico, radialista e pesquisador, e apresenta e produz o programa de rádio Cantos do Sul da Terra. Demétrio é interlocutor do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS e compõe, junto com campeiros, pesquisadores e artistas, a rede de pessoas indicadas como conhecedoras de diferentes aspectos da constituição das lidas campeiras como referências culturais da região pampiana.

[28] Segundo Roberts (2001, p. 57) a filosofia do domador deve ser não a imposição/violência ("você deve fazer") e sim a confiança, trabalhando numa espécie de convite ("você vai gostar de fazer isso"). De acordo com o autor, o cavalo é um animal "voador", enquanto o homem é um animal "lutador". O cavalo só quer "reproduzir e sobreviver", e a qualquer sinal de perigo sua tendência é fugir, voar. O homem preocupa-se, segundo o autor, com a caça e o domínio dos outros animais "para comê-los e utilizá-los para seus fins". Por isso é responsabilidade do homem conquistar o encontro e transpor a barreira, ou seja, cabe ao domador mostrar ao cavalo que não é predador.

o equino fundamentadas na cultura dos índios ranqueles,[29] da província argentina de La Pampa (Reyna Martínez, 2007). Em *La doma india de la pampa argentina, aplicada al caballo criollo casanareño*,[30] do zootecnista Luis Miguel Reyna Martínez, o autor afirma que a doma de origem ranquel:

> […] no enseña como corregir vicios de comportamiento, que se presentan en los caballos que pueden ser de dos clases, generados por la doma o por las condiciones de cría y mantenimiento, no enseña como corregir los distintos vicios que presentan, sencillamente por que no es una doma correctiva, sino una doma preventiva, una doma que nos pone en el lugar del caballo, nos muestra su naturaleza, su comportamiento y de acuerdo a estas como tratarlo. Esta en contra de antropomorfizar la relación con el caballo, no esta de acuerdo con la cría de caballos estabulados, por consiguiente nunca tendrá los vicios de estabulación. Pone límites claros en la relación, por consiguiente nunca tendríamos los vicios provenientes de la doma como moverse al montar, acelerarse, un caballo asustadizo que huya al jinete, que nos rape el cabestro, que tire para atrás y corte las sogas, que no se deje tocar alguna parte de su cuerpo, que no se deje agarrar, que camine al ensillarse, que no se deje montar, que no camine. De esta manera contaríamos con la obediencia necesaria de un animal, que nos haría disfrutar la monta a caballo y el cual disfrutaría también de nuestra compañía. (Reyna Martínez, 2007, p. 41).

A doma índia, portanto, é baseada na observação do comportamento do cavalo em manada e prioriza a socialização deste com vistas a que ele se acostume e tenha gosto pela interação com os humanos. As técnicas de aproximação com o cavalo seguem recursos de mimese do comportamento deste – pensando comparativamente aos outros tipos de doma, é como se a doma

[29] O argentino Oscar Scarpati Schmid, fundador da escola de doma índia argentina, conheceu as técnicas de doma e aspectos da filosofia ranquel com o índio Don Cristobal Luna. A etnia ranquel é originária de territórios pertencentes hoje à República Argentina. Os ranqueles fazem parte da chamada Nação Mapuche, mas sua matriz são os povos het e tehuelche. Embora tenha tido sua cultura "araucanizada" pela chegada dos mapuche ao seu território, os ranqueles, durante quase todo o século XIX, mantiveram alianças com os tehuelches – excursionando com eles pelo oeste da Província de Buenos Aires, ao sul da Província de Córdoba, por Mendoza, San Luis e Santa Fe.

[30] Segundo o autor, no Departamento de Casanare (Colômbia) há uma relação tradicional na doma de cavalos, que implica a fortaleza masculina se expressar na possibilidade e coragem de se manter montado sobre um cavalo que corcoveia – o que é muito próximo da relação que o gaúcho tem com a doma. Isso implicaria uma grande dificuldade, por impedimentos culturais, de implantação da doma índia no cavalo casanarenho.

índia não implicasse uma intervenção da cultura na natureza. Assim, parece haver um intuito de diluir a própria dualidade natureza/cultura, ao invés de "incluir" o cavalo na cultura dos homens, estes buscam se mesclar ao ambiente do qual as "naturezas" do cavalo e do homem são continuidade – em alguns momentos, o homem buscando se comportar como se ele fosse outro cavalo. Segundo Reyna Martínez (2007, p. 55, tradução nossa), "domar sem violência não é domar a beijos", ou seja, é necessário demonstrar que o homem é hierarquicamente superior, requerendo obediência:

> Según la experiencia práctica y las charlas con Scarpati, al caballo es indispensable mostrársele jerárquicamente superior y esto no significa ser violentos, podemos reprender al caballo de muchas maneras, sin partirles un palo en la cabeza, sin rebentarles la boca, sin darles patada. Esto no significa que alguna vez no se tenga que dar una palmada, una sacudida o utilizar un tono de voz fuerte, para dejar claro quién es superior, pero son formas totalmente distintas de mostrar jerarquía. (Reyna Martínez, 2007, p. 55).

E, embora os campeiros e demais interlocutores deste estudo construam as descrições de suas práticas tradicionais de domas de equinos, há muito tempo os índios ranqueles também faziam comparações no mesmo sentido. Em *Una excursión a los indios ranqueles* (Mansilla, 1966) – publicado originalmente no ano de 1870, em um periódico – o militar argentino Lucio V. Mansilla descreve o ponto de vista dos indígenas a respeito de suas formas de domar, em contraposição às práticas dos não indígenas:

> En seguida marché, me acompañaban Ramón y cincuenta de los suyos al son de cornetas. Ramón montaba un caballo bayo domado por él. Parecía un animal vigoroso. –Yo no soy haragán, amigo –me dijo–. Yo mismo domo mis caballos; me gusta más el modo de los indios que el de los cristianos. –¿Y qué, doman de otro modo ustedes? –le pregunté. –Sí –me contestó. –¿Cómo hacen? –Nosotros no maltratamos el animal: lo atamos a un palo; tratamos de que pierda el miedo: no le damos de comer si no deja que se le acerquen; lo palmeamos de a pie; lo ensillamos y no lo montamos, hasta que se acostumbra al recado, hasta que no sienta ya cosquillas; después lo enfrenamos, por eso nuestros caballos son tan briosos y tan mansos. Los cristianos les enseñan más cosas, a trotar más lindo, nosotros los amansamos mejor. Hasta en esto, dije para mis adentros, los bárbaros pueden darles lecciones de humanidad a los que les desprecian. (Mansilla, 1966, p. 290).

Mansilla era comandante do setor da fronteira *contra* os indígenas, mas expressou sua observação sobre a humanidade dos "bárbaros" na descrição que faz da relação de docilidade destes para com os cavalos. Do outro lado, os indígenas elencam, entre as "coisas boas" que a sua maneira de domar tem, o amansamento – todas as etapas da doma índia têm por finalidade tirar o medo do cavalo, amansá-lo.[31] Enquanto na doma gaúcha o comportamento bravio do homem é exacerbado e procura a submissão do cavalo à força física, na doma índia, é a docilidade do homem que permitirá ter-se um cavalo dócil para a montaria.[32] Como bem percebeu Lima (2013, 2015), são as categorias de "violência" e "não violência" os principais parâmetros de classificação e diferenciação entre os tipos de domas apresentados pelos interlocutores, assim como, na doma gaúcha, é a "preparação para o trabalho" que estabelece a continuidade entre animal e homem e nos permite enxergar como a socialização dos mesmos para a "lida brabíssima" é um processo contínuo (cotidiana e historicamente), que exige sujeição e coerção.

Considerações finais

François Sigaut (1988), baseado em uma conferência proferida por Digard,[33] critica o uso do conceito de *domesticação*, chegando a sugerir sua extinção, por considerar inevitável o reconhecimento de que sua utilização não cabe mais no desenvolvimento que os estudos sobre as relações entre humano e animais tiveram nas últimas décadas. Para Sigaut, o termo "domesticação" não deve ser tomado como uma essência – pois ele é empírico, descreve uma realidade aparente – nem como o fim óbvio da proximidade entre humanos e animais. Para isso, dá exemplos de animais que são trazidos para o ambiente de convívio com os humanos, com a condição de que sejam

[31] Para a descrição das etapas da doma índia, ver Reyna Martínez (2007).

[32] Demétrio Xavier, que conviveu por um período com Oscar Scarpati e alguns de seus cavalos de demonstração, diz que a relação de docilidade e obediência do cavalo índio é para com seu cavaleiro, já que a doma índia prevê a preparação dos equinos para a guerra. Segundo o interlocutor, o cavalo ranquel aprende comportamentos de "predador", atacando com patas dianteiras e dentes quando ordenados a isso. Dessa forma, a cavalaria mapuche teria sido responsável pelos 300 anos de tentativas frustradas dos espanhóis em dominar esses povos indígenas – só acontecendo o sucesso espanhol quando da invenção do tiro em sequência.

[33] Seminário "Zootechnie comparée", apresentado por Jean-Pierre Digard, em 1985-1986 na École des Hautes Études en Sciences Sociales.

mantidas suas características selvagens – como é o caso de gatos utilizados para caçar camundongos em celeiros; dá-se comida a eles, mas evita-se que se tornem amigos da família, sob o risco de perderem as propriedades de caçadores.[34] Ao mesmo tempo em que tais animais devem não temer ao homem, deixando de fugir deste, precisam manter seus atributos "naturais"[35] bravios. Acontece que, para isso, há todo um investimento lógico humano, que acarreta negociar com os animais as graduações daquilo que se tem por mais ou menos "doméstico" (que não quer dizer menos familiarizado) ou mais ou menos "selvagem". A própria "selvageria" de machos bovinos reprodutores pode ser vista como algo construído, já que sua familiarização é muito custosa e seu afastamento dos humanos torna-os menos perigosos do que medrosos. Assim, os requisitos até então elencados como condições para se descrever um animal domesticado – a posse do animal, sua familiarização e o uso econômico – se tornam independentes e não imprescindíveis em conjunto.

Sigaut dá vários exemplos de como é difícil nas sociedades modernas conceber que é possível e necessário que se compatibilize a exploração de determinadas espécies com a manutenção de seu estado "selvagem". E isso não diz respeito apenas à salvaguarda da vida dos animais em questão, mas a manutenção e perpetuação de modos de vida e princípios epistemológicos e humanos tradicionais, tão sofisticados quanto as filosofias e tecnologias modernas/ocidentais.

E já que se está problematizando o conceito de domesticação, façamo-lo ao extremo, estendendo sua realidade empírica à relação das gentes com

[34] Algumas negociações semelhantes são feitas também quando animais de consumo são dados de presente a crianças, ou quando animais de trabalho são criados tão próximos de humanos que chegam a ter medo dos seus coespecíficos.

[35] Descola (2005) afirma que o progresso tecnológico da genética põe em xeque a ideia de que o substrato natural da humanidade é alheio ao controle domesticador da educação e do costume. Formula, assim – por já em estudos anteriores mostrar que nem todas as sociedades humanas fazem a divisão cosmológica entre natureza e cultura –, pressupostos para que também não se substancializem as categorias de humanidade e animalidade. Para Descola (1996, 2005), a consolidação do paradigma cosmológico naturalista ocidental se dá no período entre 1500 e 1800, pautado pelas "revoluções" cosmológicas promovidas pelas ciências naturais. No que diz respeito às relações entre humanos e seres da natureza, esse paradigma oscila entre uma matriz focada no "predatismo" predominante (expressa na exploração crescente dos recursos naturais) e algumas variações de "reciprocidade" e "protecionismo" (presentes nos movimentos conservacionistas e de defesa animal). De qualquer forma, as separações ontológicas natureza/cultura, humano/não humano, humanidade/animalidade, são reforçadas e reproduzidas pelo naturalismo em todas as suas versões.

aqueles que são passíveis de ser, autoritariamente, considerados em processo de "ser gente" – ainda mais quando é possível que dentre estes últimos se encontre quem construa sua existência atrelada à relação com os cavalos mais do que com os humanos.[36] O cavalo, tal como se relaciona com os campeiros, é testemunha do quão ambígua pode ser a busca (histórica, por que não?) por sujeitar outrem: as técnicas de doma tidas como violentas, as "tradicionais", exacerbam reações "selvagens" no cavalo para imediatamente suprimi-las; as características "gentis" apontadas nas outras domas não são capazes de preparar um cavalo para a lida campeira, mas podem transformar presas pacíficas em feras guerreiras, predadoras; a racionalização do pastoreio bovino desce o peão do cavalo, suprime a violência e a postura de caçador, mas à tamanha "domesticação" é impossível ao gaúcho sujeitar-se sem se extinguir.

Referências

BARRÁN, J. *Historia de la sensibilidad en el Uruguay*: tomo 1: la cultura bárbara: 1800-1860. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental: Facultad de Humanidades y Ciencias, 1989.

BARRÁN, J. *Historia de la sensibilidad en el Uruguay*: tomo 2: el disciplinamiento: 1860-1920. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental: Facultad de Humanidades y Ciencias, 1990.

BIRKE, L. "Learning to speak horse": the culture of "natural horsemanship". *Society & Animals*, Leiden, v. 15, n. 3, p. 217-239, 2007.

CÉSAR, G. *O Conde de Piratini e a Estância da Música*: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes: Instituto Estadual do Livro: Universidade de Caxias do Sul, 1978.

[36] Muitos ex-peões ou trabalhadores campeiros aposentados, quando dada a impossibilidade de ficarem morando no campo, mudam-se para bairros periféricos das cidades do sul do Rio Grande do Sul, instalando em tais territórios ambientes em que se faz o convívio diário com cavalos. São estes locais hospedarias, centros de doma, cocheiras, pistas de rodeio e gineteadas. Além do mais, há o crescente desemprego nas estâncias e a mecanização das mesmas, que envolve, em alguns casos, o deslocamento motorizado diário do campo para a cidade.

CHASTEEN, J. *Fronteira rebelde*. Porto Alegre: Movimento, 2003.

DE NIGRIS, P. El Uruguay del 900. *Literatura para secundaria*, 2011. Disponível em: <http://paola-literatura.blogspot.com.br/2011/02/el-uruguay-de-1900.html>. Acesso em: 30 maio 2016.

DESCOLA, P. Constructing natures: symbolic ecology and social practice. In: DESCOLA, P.; PÁLSSON, G. (Ed.). *Nature and society*: anthropological perspectives. London: Routledge, 1996. p. 82-102.

DESCOLA, P. *Par de-là nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005.

DIGARD, J.-P. *Les français et leurs animaux*: ethnologie d'un phénomène de société. Paris: Fayard, 1999.

DIGARD, J.-P. *Une histoire du cheval*: art, techniques, société. Paris: Actes Sud, 2004.

GARCIA, G. B. *Terra, trabalho e propriedade*: a estrutura agrária da Campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). Niterói: UFF, 2010.

HAUDRICOURT, A.-G. Domestication des animaux, culture des plantes et traitement d'autrui. *L'Homme*, Paris, v. 2, n. 1, p. 40-50, 1962.

HOWES, G. *De bota e bombacha*: um estudo antropológico sobre identidades gaúchas e o tradicionalismo. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

INGOLD, T. *Hunters, pastorialists and ranchers*: reindeer economies and their transformations. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

INGOLD, T. *The perceptions of the environment*: essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000.

JACQUES, B. B. *Registros da eficiência da equitação gaúcha*: primeiros escritos. Jaguarão, 2008.

KOSBY, M. F. *Lidas brabíssimas na pecuária do pampa sul-rio-grandense*: entre caça e criação. 2014. Artigo apresentado como trabalho de conclusão da disciplina Territorialidades, Cosmologias e Ontologias Ameríndias, ministrada pelo professor Sérgio Baptista da Silva, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFRGS, no primeiro semestre do ano letivo de 2014.

KOSBY, M. F.; LESTON Jr., O.; RIETH, F. Inventário Nacional de Referências Culturais – Bagé (1ª fase). In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 19., 2010, Pelotas. *Anais*..., Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2010. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/cic/2010/cd/pdf/CH/CH_00540.pdf>. Acesso em: 30 maio 2016.

LATIMER, J.; BIRKE, L. Natural relations: horses, knowledge, technology. *The Sociological Review*, Keele, v. 57, n. 1, p. 1-27, 2009.

LATOUR, B. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru: Edusc, 2002.

LATOUR, B. *Políticas da natureza*: como fazer ciência na democracia. Bauru: Edusc, 2004.

LEAL, O. F. *The Gaúchos*: male culture and identity in the Pampas. 1989. Tese (Doutorado em Antropologia)–University of California, Berkeley, 1989.

LEAL, O. F. O mito da Salamandra do Jarau: a constituição do sujeito masculino na cultura gaúcha. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v. 14, n. 1, p. 8-11, jan./abr. 1992a.

LEAL, O. F. Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha. *Cadernos de Antropologia*, Porto Alegre, n. 6, p. 7-21, 1992b.

LEAL, O. F. Do etnografado ao etnografável: "o Sul" como área cultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 201-214, nov. 1997.

LEWGOY, B. et al. *Espelho animal*: antropologia das relações entre humanos e animais. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, [s.d.]. Projeto de pesquisa. Mimeografado.

LIMA, D. V. *O campeiro e o cavalo na doma*: um estudo etnográfico sobre a relação entre humanos e animais no pampa Sul-Rio-Grandense. 2013. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais)–Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

LIMA, D. V. *"Cada doma é um livro"*: a relação entre humanos e cavalos no pampa-sul-rio-grandense. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

MANSILLA, L. V. *Una excursión a los indios ranqueles*. Buenos Aires: Kapelusz, 1966.

MATTOS, E. V. *Aqui*: memorial em olhos d'*água* – ensaio etnográfico. [S.l.], 2003.

MOREIRA, I. *O espaço rio-grandense*. São Paulo: João Guizzo, 1999.

NAHUM, B. *La estancia alambrada*. Montevideo: Editores Reunidos: Arca, 1968. (Enciclopedia Uruguaya, v. 24).

PALERMO, E. *Tierra esclavizada*: el norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19. Montevideo: TierrAdentro, 2013.

PALMISANO, T. *El campo de la modernización*. Buenos Aires, [s.d.].

PESAVENTO, S. *República Velha Gaúcha*: frigoríficos, charqueadas, criadores. Porto Alegre: Movimento: IEL, 1980.

PESAVENTO, S. *Pecuária e indústria*: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha do século XIX. Porto Alegre: Movimento, 1986.

PESAVENTO, S. *A burguesia gaúcha*: dominação do capital e disciplina do trabalho: RS 1889-1930. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, S. *História do Rio Grande do Sul*. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PROYECTO de Código Rural de la República Oriental del Uruguay. Montevideo: Asociación Rural del Uruguay, 1874. Disponível em: <https://archive.org/details/proyectodecdigo00uruggoog>. Acesso em: 30 maio 2016.

REYNA MARTÍNEZ, L. M. *La doma india de la pampa argentina, aplicada al caballo criollo casanareño*. Trabajo de Grado de la Facultad de Zootecnia. Bogotá: Universidad de La Salle, 2007.

RIETH, F. et al. *Inventário Nacional de Referências Culturais – Lidas campeiras na região de Bagé/RS (relatório final)*. Pelotas: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013. 3 v.

ROBERTS, M. *O homem que ouve cavalos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SALVATORE, R. Reclutamiento militar, disciplinamiento y proletarización en la era de Rosas. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. E. Ravignani"*: Tercera Serie, n. 5, p. 25-47, 1992.

SARMIENTO, D. *Facundo*: civilização e barbárie no pampa argentino. Porto Alegre: UFRGS: EdPucrs, 1996.

SAUTCHUK, C. E.; STOECKLI, P. O que é um humano? Variações da noção de domesticação em Tim Ingold. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 2011/2, p. 227-246, 2012.

SIGAUT, F. Critique de la notion de domestication. *L'Homme*, Paris, v. 28, n. 108, p. 59-71, 1988.

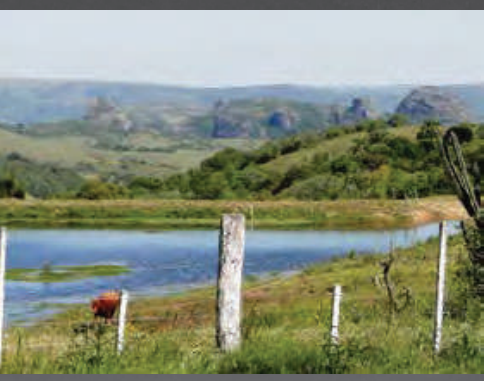
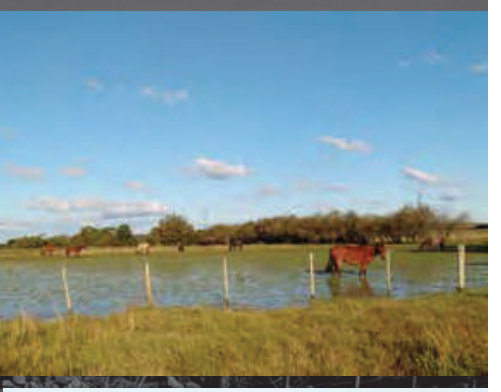
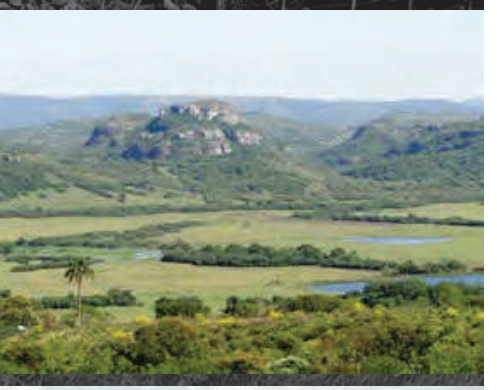
SILVA, C. L.; PEREIRA, F. M.; VERGARA, C. Signos, práticas e representações: um estudo antropológico sobre a reprodução da cultura gaúcha em uma escola agrícola de Pelotas/RS. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 20., 2011, Pelotas. *Anais...*, Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2011. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/cic/2011/anais/pdf/CH/CH_01413.pdf>. Acesso em: 30 maio 2016.

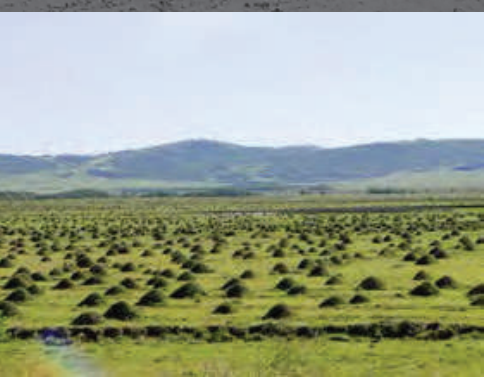
SORDI, C. *De carcaças e máquinas de quatro estômagos*: estudo das controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

VICENTE, M. A. *O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934)*: gênese e práticas educativas. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

Recebido em: 31/05/2016
Aprovado em: 01/03/2017

OLHARES SOBRE O PAMPA: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA



Carmen Rejane Flores Wizniewsky
Eliane Maria Foleto
Organizadoras

EDITORA Evangraf LTDA.
Porto Alegre
2017

Conselho Editorial Evangaf
Daniela de Freitas Ledur (UFRGS)
Mauro Meirelles (UNILASALLE)
Paulo Fávio Ledur (PUCRS)
Ribas Vidal (UFRGS)
Valdir Pedde (FEEVALE)
Véra Lucia Maciel Barroso (FAPA)

© dos autores
1ª edição: 2017

Projeto gráfico: Jadeditora Editoração Gráfica
Editoração e Capa: Rafael Marczal de Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

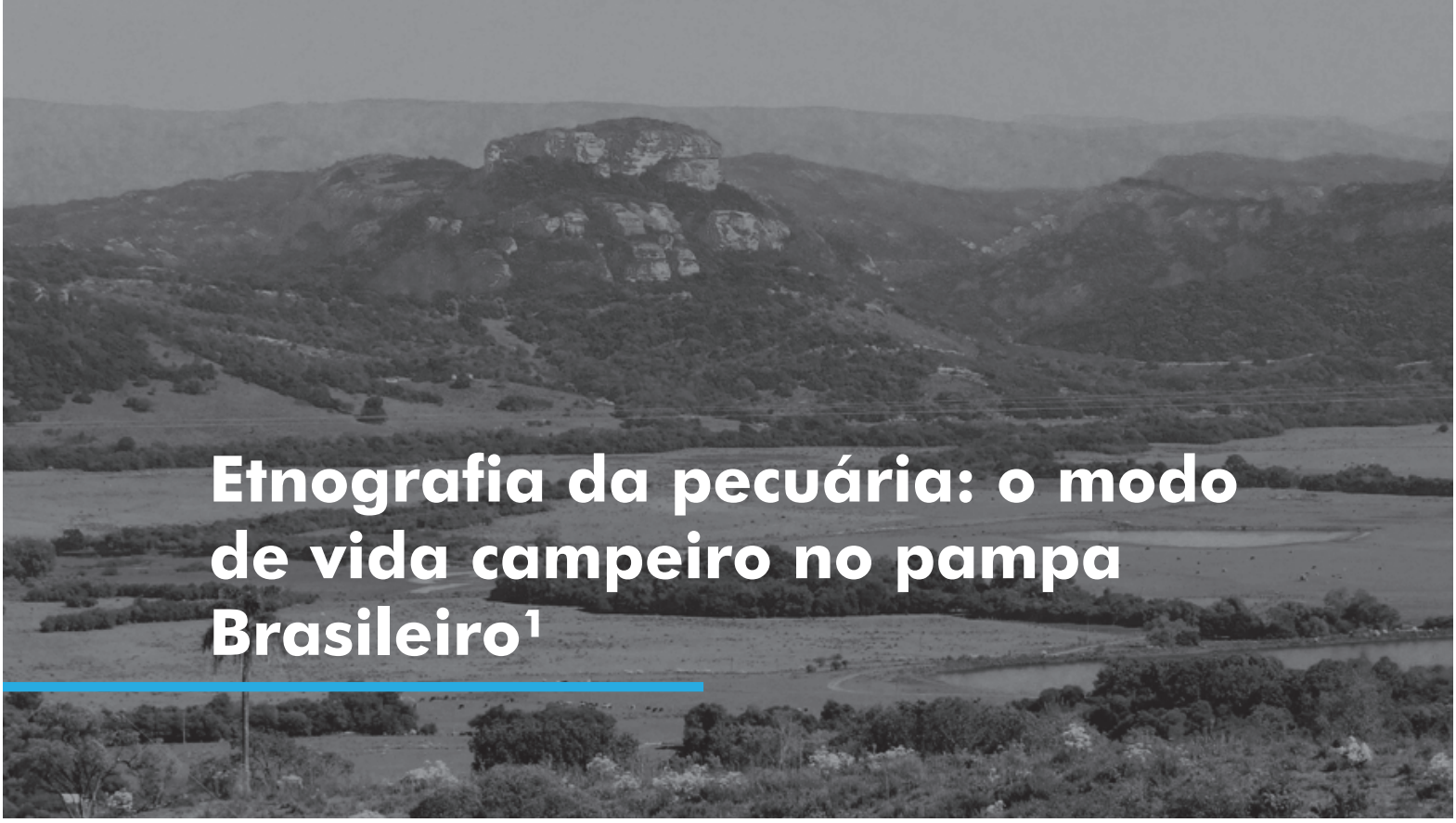
O45 Olhares sobre o pampa [recurso eletrônico]: um território em disputa / organizadoras Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Eliane Maria Foleto. – Porto Alegre: Evangraf, 2017.
7.5 Mb ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7727-956-2

1. Pampas- Brasil- Conservação. 2. Pampas- Uruguai- Conservação. 3. Pampas- Argentina- Conservação. 4. Pampas - Bioma. 5. Políticas públicas. 6. Sustentabilidade. I. Wizniewsky, Carmen Rejane Flores. II. Foleto, Eliane Maria.

CDU 502.63(252.5)
CDD 333.72

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)



Etnografia da pecuária: o modo de vida campeiro no pampa Brasileiro[1]

Flávia Rieth[2]
Daniel Vaz Lima[3]

As reflexões levantadas neste texto buscam dialogar com o tema proposto para este evento enquanto um momento de geração de conhecimento e troca de experiências com vistas a construção de múltiplos "olhares sobre o pampa" dando conta das suas especificidades socioculturais, econômicas, políticas e ambientais. Objetivam embasar uma compreensão das transformações geradas pela atual configuração e atuação do capital no território e, também, de reflexão das possibilidades de ações e políticas para a conservação ambiental e cultural. A antropologia pode contribuir para este debate enquanto um saber e modo de fazer que se caracteriza por investir a aprendizagem no mundo da experiência (WAGNER, 2010), na relação intersubjetiva com o outro (BRANDÃO, 2007) e na vivencia das práticas cotidianas. Um processo em que ao invés de "pensar sobre", adote o "pensar com" sendo um preceito epistemológico que insere nas discussões acadêmicas os olhares, de certa forma, não legitimados pela academia de modo que os créditos sejam dados aos detentores desse conhecimento.

Com relação a problemática ambiental, a contribuição da antropologia se referem as diferentes etnografias que narram vivências apresentando as diversas

possibilidades de relações estabelecidas pelos diferentes grupos humanos com os não humanos e com os ambientes (FOLADORI & TAKS, 2004). Nesse processo, questiona-se a ontologia ocidental que separa o social e o natural, tornando possíveis ontologias alternativas, outros conceitos conformando as diferenças como contínuas, as tornando relacionais.

O conjunto de reflexões elaboradas por meio da experiência do trabalho de campo do "INRC – Lidas Campeiras na região de Bagé", pesquisa que descreveu, documentou e reconheceu as práticas e saberes – entendidas como ***lidas campeiras*** - associadas à atividade da pecuária no pampa brasileiro enquanto patrimônio cultural, constitui as reflexões propostas neste texto sobre aquilo que viemos denominando "lógica da caça" (RIETH et al, 2015). O termo refere-se à composição do modo de vida dos peões campeiros no manejo das atividades da criação extensiva de rebanhos bovinos, equinos e ovinos e está relacionado ao gosto por manter relações próximas à caça com animais de criação – correr atrás, laçá-lo, derrubá-lo.

O "Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – Lidas Campeiras na região de Bagé/RS", se constituiu a partir de uma demanda da Prefeitura de Bagé ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), acolhida pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia. A pesquisa fez uso da metodologia para o registro de bens imateriais do IPHAN e propôs levantar dados bibliográficos e etnográficos sobre as relações estabelecidas entre humanos, animais não humanos, artefatos e ambientes envolvidos na pecuária praticada no pampa brasileiro, identificando os ofícios que a compõem, seus saberes e modos de fazer. O trabalho de campo ocorreu nos anos de 2011 e 2012 sendo os relatórios entregues ao IPHAN em 2013. Atualmente, em razão da mobilização de alguns interlocutores do Inventário, está se encaminhando o pedido do registro das lidas campeiras como patrimônio imaterial brasileiro junto ao IPHAN.

O pampa é um dos seis biomas terrestres do Brasil sendo o único que se estende por um só estado, ocupando 63% do território do Rio Grande do Sul embora faça parte de uma extensa região natural que abrange todo o Uruguai, o centro-leste da Argentina e o extremo sudeste do Paraguai. A vegetação composta por gramíneas e outras plantas rasteiras adaptadas ao solo e as condições climáticas formam planícies imensas e desertas com pequenas matas, principalmente em volta dos cursos de água, formando os campos naturais enquanto nas áreas mais acidentadas tem o predomínio de florestas (BENCKE, 2016). Sua flora campestre abrange cerca de 2.150 espécies vegetais consistindo em uma intensa diversidade florística ao passo que em um metro quadrado de campo nativo

pode conter mais 50 espécies diferentes de plantas o que torna essas pastagens naturais adequadas ao pastoreio. (Idem, 2016).

Mas o que é o pampa na percepção de um peão campeiro? Ao vivenciar o contexto com os campeiros aprende-se que este é percebido a partir de uma relação de alteridade: ao caminhar pelos campos, o etnógrafo percebe que o olhar que encontra bois, cavalos, pica-paus e quero-queros é também "encontrado" pelo olhar deles; os cavalos e bois param de pastar para nos olhar e acompanhar nossos movimentos; os quero-queros e os pica-paus denunciam nossa presença e quebram o silêncio com seus gritos. Constantemente está se estabelecendo relações, pois as presenças e os olhares se encontram e influenciam a ação uns dos outros. Imersos no ambiente aprende-se que os animais não humanos não estão reduzidos a condição de objetos, mas vivendo uma "vida paralela" (SÜSSEKIND, 2014) em constante interação com os demais entes. O etnógrafo aprende que o pampa é constituído por meio das relações que se estabelecem entre os humanos com os diferentes ambientes, com os artefatos e com os outros animais, e é construído a partir desses encontros e circulações.

Assim, no contexto do pampa encontramos diferentes formas de sociabilidade constituídas a partir das estreitas relações estabelecidas entre humanos com os não humanos cujas possibilidades se pode apreender por meio do estudo das diferentes técnicas de manejo desses últimos. O que está se denominando "modo de ser campeiro" é concebido levando em consideração os bois, os cavalos e os cachorros, constituindo uma etnografia multi-espécies (TALLBEAR, 2015), além da cultura material. Os campeiros são trabalhadores que tem a habilidade no manejo dos saberes e práticas que envolvem as atividades de pastoreio para a manutenção da pecuária (RIETH et al, 2015). Eles experienciam um modo de vida em que humanos e outros animais vivenciam um jogo de olhares e de forças, sendo encontros que deixam marcas e saberes. A lida é concebida como ***brabíssima***, pois é um modo de vida experimentado em meio às intempéries climáticas, manejo de gado bravio e cavalos xucros, demandando muita força física (o que significa, na linguagem do campeiro, a necessidade de ter "força no braço") e atenção que, por sua vez, é educada no vivenciar e habitar o ambiente (INGOLD, 2012).

Etnografia da lida no pastoreio extensivo: vacinação do gado bovino

A etnografia de Álvaro Banducci Jr (1999) sobre os peões de gado no contexto do pantanal apresenta um modo de vida cuja marca é a relação de proximidade com o os animais não humanos e o meio natural marcada por laços de afinidade, simpatia por um lado e de agressividade por outro considerando que há momentos, como o do abate, em que há a necessidade de distanciamento. Os animais definem o ritmo da vida e do tempo e o convívio diário dos vaqueiros com os mesmos faz com que sejam capazes de prever os seus comportamentos, identificá-los pelo temperamento mantendo um diálogo permanente por meio de sons, gestos e palavras. O autor escreve que o convívio marca o modo de vida e constitui um conjunto de representações por meio de "analogias" em que os vaqueiros "acabam de atribuir atitudes e qualidades com as quais representam a si próprios" (BANDUCCI JR, 1999, p. 109).

A etnografia com os campeiros no pampa traz uma contribuição no sentido de que além das analogias construídas pelos humanos para dar conta das relações com os outros animais, há um aprendizado sendo constituído com esses últimos em que os campeiros aprendem novas possibilidades de viver a vida (WAGNER, 2010) na relação com outros animais. Trazemos uma descrição etnográfica dessas relações tendo como contexto o momento de vacinação do gado bovino. Nesta descrição, pode-se perceber a interação entre os humanos e não humanos que com seus sons, gestos e movimentos constituem o ambiente ao mesmo tempo que são envolvidos por ele.

Berros do gado, latidos de cães, gritos humanos, o tilintar das esporas. É dia de vacinação. Humanos e animais se movimentam em direção ao curral. Montados em cavalos, junto aos cães os campeiros tocam a diante uma tropa de gado vacum. Homens, cavalos e cachorros, todos atentos ao movimento da tropa. Os bois atentos ao movimento dos cães e cavalos. As vacas com cria olham os cães, cuidando seus movimentos e vez por outra, avançam em direção a algum deles. O manejo com o gado leva em consideração a personalidade de cada grupo de animais. O gado xucro e as vacas com bezerros são os que demandam maior cuidado, pois podem atacar em algum momento de desatenção. Estes estão alerta à atenção dos cães e dos campeiros a cavalo, constituindo uma relação visual e constante de "vigilância recíproca" (SÜSSEKIND, 2014). Por outro lado, os animais que os campeiros manejam para conduzir a tropa são aqueles chamados de "gado manso", posto que esses têm medo dos cavalos e seguem os movimentos indicados por eles.

O observador, que está a pé, é percebido pelo gado, que entra em fuga em direção ao mato. Homens em cavalos e cachorros iniciam a tarefa retomar o gado disperso. Um campeiro solta a ***rédea*** do freio sendo um movimento que, em conjunto com a inclinação do corpo para a frente, comunica ao cavalo para que ele corra, fazendo-o iniciar um movimento rápido atrás de um novilho, cercando o animal por longe até encontrá-lo, atacando a fuga. Outro campeiro a cavalo vem atrás e, juntos, cercam o boi fazendo a ***paleteada***: juntam o corpo dos cavalos nos dois lados do corpo do bovino, tocando-o para junto da tropa. Cabe aos cães trazerem os bois que foram para o mato. A matilha, latindo em volta do novilho, faz com que este busque refúgio aos outros animais, fazendo-o sair do mato. O gado está novamente reunido e a atenção se intensifica, visto que a tropa aprendeu a fugir e constantemente vai tentar novamente.

Os animais são tocados para dentro da mangueira. Os campeiros e cachorros ficam atrás da tropa, gritando e fazendo-a entrar lentamente. O gado tem guampa e os peões descem dos cavalos, pois a guampa pode machucar o animal em algum ataque. Assim, pegam o ***guizo***, uma vara de madeira de 1,5 metro de comprimento que apresenta uma espora numa das extremidades, cuja rodilha encosta no lombo do animal, causando dor e fazendo com que este siga para frente. O peão balança o artefato, cujo som remete ao bater do ***guizo*** de uma cobra cascavel (***Crotalus durissus***). O animal bovino conhece o barulho e, junto aos gritos dos peões, se movimenta para a frente.

Os peões e os cães iniciam os trabalhos no gado: separam um lote com 15 animais vacuns que estão na área maior da mangueira, tocando-os para dentro do ***brete,*** um corredor em que os animais ficam presos para serem vacinados. Os peões novamente separam, a partir do lote que se encontra dentro da pera, um número calculado de animais que caberão dentro do brete. É aconselhável não separar um lote maior que o tamanho do recinto, pois o animal que sobra e retorna juntos aos outros aprende a ***refugar*** a entrada do brete. Com gritos, latidos e os sons dos guizos***,*** os animais vacuns são tocados para dentro o local. Eles têm que ficar apertados para não se movimentarem no momento em que se crava a agulha da seringa no couro e injeta-se o produto químico; no caso em questão, a vacina é para eliminar o carrapato (***Rhipicephalus microplus***). Quando entra o último animal, é colocada a retranca que atravessa os últimos troncos do brete. Os animais recebem a vacina, que é dolorida. Alguns tentam fugir e pular, outros se atiram no chão e os campeiros, com gritos e auxiliados pelos cachorros que mordem, o fazem levantar. Os peões observam que os animais que ficam na pera se tornam apreensivos, pois conhecem o barulho da pistola que injeta o remédio e, assim, a atenção é redobrada. Nesse caso, aumenta-se a recusa dos bois para entrar no brete.

O trabalho da mangueira termina e os animais são soltos para o campo. O campeiro tira as varas que fecham a porteira da mangueira e abre a porteira do potreiro. Os cavalos são levados para perto do brete e os bois, observando que a porteira está aberta, começam, lentamente, a sair, para depois correr em disparada na direção do campo. Os campeiros juntam as vasilhas com remédio e a seringa, guardando-as num saco que colocam nos ***arreios*** (conjunto de artefatos da montaria). Montam nos cavalos e, acompanhados dos cães que devem ficar sempre atrás, tomam a direção das suas casas. Ao mesmo tempo, é comentado o trabalho dos cachorros e dos cavalos, o que eles aprenderam, qual atividade tem maior habilidade e o que estão fazendo errado, necessitando de correção.

"Lidas brabíssimas": a lógica da caça constituindo o modo de vida

Roy Wagner (2010) concebeu uma antropologia que ultrapassasse os limites de suas próprias convenções investindo a imaginação no mundo da experiência como pressuposto para se construir uma forma de conhecimento e não uma "ideologia". Assim, evidencia que é somente a partir da experiência de uma estreita interação com o outro que a antropologia se constitui e se transforma. Nesse sentido, a cultura é uma "invenção" do antropólogo para nomear o fenômeno humano. O que o autor nos ensina é que o termo "invenção", longe de uma mera fantasia, é uma forma de conceber o outro a partir do próprio modo de vida, ou seja, que o antropólogo inclui seu universo de significados no momento etnográfico em que experiencia outro contexto e também no relato que faz ao comunicar essa experiência aos membros de sua própria cultura. A convivência em uma "nova cultura" faz com que o antropólogo "identifique novas potencialidades e possibilidades de viver a vida" (WAGNER, 2010, p. 30). O modo de vida experienciado inicialmente como uma maneira distinta de fazer as coisas se transforma para a maneira no qual se poderia fazer as coisas. Nesse contraste a invenção da cultura do outro possibilita a reinvenção da própria cultura do antropólogo.

Por conseguinte, a invenção da cultura não se dá somente na experiência do trabalho de campo, mas consiste num processo que ocorre na experiência da vida cotidiana quando algum "conjunto de convenções 'alienígenas' ou 'estrangeiras' seja posto em relação com o sujeito." (idem, 2010, p. 39). Nesse encontro se aprende novas possibilidades de viver a vida, pois ao familiarizar-se com o estranho, estranha-se o familiar e a cultura se torna um processo dinâmico

de transformações. A compreensão de si e do outro se dá por meio do uso de "elementos simbólicos" (palavras, gestos, imagens) que são colocados em associações dentro de um "contexto" entendido como "um ambiente no interior do qual elementos simbólicos se relacionam entre si, e é formado pelo ato de relacioná-los" (WAGNER, 2010, p. 78). Assim, os elementos simbólicos adquirem sentido considerando que estão inseridos em um contexto e o significado é, assim, produzido nas relações.

A cultura é um processo dinâmico de aprendizagem e ensino que se estabelece entre "nós" e os "outros" em que se inventa criativamente novas possibilidades de viver a vida. O modo de vida dos peões campeiros é construído por meio de experiência e interação com os "outros", sejam humanos, sejam não humanos. Os campeiros são trabalhadores que têm habilidade no manejo das lidas que envolvem as atividades de pastoreio para a manutenção da pecuária no pampa brasileiro. Quando vendem esse saber/fazer como força de trabalho, são chamados de ***peões***. Ofício descrito como árduo, perigoso e insalubre, esse modo de vida traz os atributos ontológicos necessários à construção desses humanos como pessoas, sendo a condição de sua existência (RIETH, RODRIGUES e SILVA, 2015).

O trabalho – lidas campeiras – constrói e constitui ontologicamente os sujeitos, sejam os humanos ou animais próximos (SAHLINS, 2003), tais como os cães e os cavalos. Humanos, cavalos e cães estabelecem uma relação de ensino e aprendizagem na lida. É no cotidiano da lida que o campeiro aprende a se comunicar com o cavalo por meio dos artefatos e dos movimentos corporais, formando uma simbiose entre os dois corpos (LIMA, 2015). Por conseguinte, as habilidades de humanos e cavalos são complementadas pelas dos cães. Campeiros, cavalos e cachorros estabelecem uma relação entrosada, formando uma equipe, e a ação de um é complementada pela ação dos demais. Essa organização tem como objetivo segurar e conduzir o gado. Em cada movimento da tropa, acionam-se técnicas e determinados movimentos. Em sua dissertação, Éric Barreto (2015) descreve sobre a aprendizagem dos cães na lida, que também se dá por um processo de incorporação de habilidades constituídas na experiência e na vivência do trabalho. Os cães jovens, por observação e imitação, vão aprendendo com os adultos antes de tomarem parte efetiva nas tarefas (BARRETO, 2015). Assim, humanos e animais não humanos se domesticam por meio dos encontros que transformam seus corpos e suas formas de ser e viver.

O aprender das técnicas de pastoreio se dá por meio da "educação da atenção", conceito apresentado por Tim Ingold (2010). Para o autor, o fato do ser estar no mundo se envolvendo com outros entes que constituem o ambiente, além do próprio ambiente, desenvolve a "habilidade", um conhecimento in-

corporado no ***modus operandi*** do organismo do animal humano, e também do animal não humano, por meio da "prática e treinamento, sob orientação de praticantes já experientes, num ambiente caracterizado por suas próprias texturas e topografias, e coalhado de produtos de atividade humana anterior" (INGOLD, 2010, p. 16). A "educação da atenção" é o aprendizado que se dá pelo "copiar", sendo um misto de imitação e improvisação:

> O iniciante olha, sente ou ouve os movimentos do especialista e procura através de tentativas repetidas, igualar seus próprios movimentos corporais àqueles de sua atenção, a fim de alcançar o tipo de ajuste ritmo de percepção e ação que está na essência do desempenho fluente (...) (INGOLD, 2010, p. 21).

O peão campeiro tem que conhecer a linguagem do boi, ou seja, através da observação do movimento corporal e do berro deste, deve saber como agir. Quando dentro de uma mangueira, o peão sabe qual o animal que é manso e qual pode atacá-lo. O uso da violência é estabelecido por regras mercadológicas: não se pode bater no animal com rebenques e varas porque machuca a carne e, quando este for abatido, a parte machucada vai ser descontada no valor pago em dinheiro. Além disso, se condena a violência sem justificativa, considerando que esta ação deve ser uma resposta ao ataque. Os animais bovinos e ovinos são os mais distantes das relações com os humanos e são tratados de forma coletiva; entretanto, eventualmente algum bovino, como as vacas de leite que recebem nome e cuidados com ração e pasto, assim como um capão cuja mãe morreu e passa a receber leite na mamadeira, são incorporados no meio dos campeiros. Nesses casos, desfazer-se do animal é algo sentido e, muitas vezes, este é vendido para não ser abatido na propriedade.

Os animais vacuns, domesticados para a produção de carne e couro, também têm agência na construção das lidas. Há uma ambiguidade na relação entre o humano e o boi, na qual, em certos momentos, este último encontra-se na condição de "sujeito", estabelecendo-se uma relação afetiva entre humanos e animais que se comunicam; em outros, ele é tido como objeto ou "mercadoria". A relação entre campeiros e animais bovinos e ovinos é menos próxima no sentido afetivo devido à dinâmica de circulação dos animais, que passam alguns dias no campo e são vendidos a qualquer momento. Uma relação que oscila entre a proximidade e distanciamento (BANDUCCI JR, 1999).

Por serem destinados também ao consumo humano, a relação deve ser "objetificada" para justificar o abate. Conforme Guilherme Howes Neto (2009),

a morte faz parte do cotidiano do campeiro, sendo percebida como um fato da vida: ***"Nesse mundo uns morrem para matar a fome dos outros."*** Sahlins (2003), tendo como campo a sociedade norte-americana, desenvolve a noção de uma "razão cultural" que hierarquicamente separa os animais comestíveis dos não comestíveis, sendo que a questão da relação entre humanidade e animalidade está relacionada ao status que o animal tem na "participação como sujeito ou objeto" quando em presença de humanos. Bois e porcos são considerados comestíveis, pois não participam como sujeitos nas relações com os humanos. Cavalos e cachorros são animais não comestíveis pelo fato de estarem próximos dos humanos, participando na condição de sujeitos. O cavalo participa na condição de empregado e não-aparentado e o cachorro é considerado um aparentado, o que explica o tabu de comestibilidade deste animal.

As transformações da pecuária influenciam diretamente nas configurações do trabalho e, consequentemente, no seu modo de vida. A pesquisa do INRC – Lidas Campeiras levantou dados sobre a introdução do método de pastoreio rotativo Voisin (LIDAS CAMPEIRAS COM BOVINOS/SISTEMA VOISIN, 2012) por seu Nilo e dona Percila, sendo um manejo que não utiliza implementos químicos como carrapaticidas, com alternância da ocupação das pastagens pelos animais, que altera a relação dos humanos e animais na lida extensiva. Para José, peão campeiro da Fazenda Conquista, no manejo é "***o boi quem segue o homem, não o homem quem corre atrás do boi***" e a lida é feita sem cavalos e cachorros. A convivência diária entre o gado e o ***peão a pé*** estreita a relação entre ambos. Segundo um interlocutor da pesquisa, o gado vê o humano de outra maneira, não como um predador, mas como "***uma pessoa que está lidando com ele todos os dias***". José aprendeu a exercer o ofício de campeiro trabalhando nas ***estâncias***, propriedades rurais voltadas para a pecuária extensiva, e percebe que a diferença entre as lidas se dá no fato de que, no método Voisan, o peão não "***toca as vacas***", gritando e utilizando cachorros e cavalos, mas convida o gado com a expressão "***vem boi***", e este imediatamente responde, acompanhando o campeiro. O controle dos carrapatos não se dá por meio de injeção de produtos químicos, mas pela rotação dos piquetes e o controle natural feito pelas garças, que acompanham o gado e se alimentam desses artrópodes. Ao invés da cerca de arame, a cerca elétrica divide a propriedade em pequenas áreas chamadas de ***piquetes***. Em vez de cavalos, cachorros, esporas e rebenques está o ***levante***, uma vara com média de dois metros de altura que serve para levantar o fio da cerca elétrica para os animais passarem quando estão sendo trocados de ***piquetes.*** Os proprietários da Fazenda Conquista ressaltam a dificuldade em contratar campeiros para as lidas com o método Voisan: percebe-se uma resistência dos trabalhadores na "lida a pé", sem cavalos, cachorros e os artefatos com os quais

aprenderam a trabalhar. A preferência dos peões em correr atrás do boi ao invés de ensiná-lo a seguir seus passos reflete um modo de vida sustentado na lógica da caça, em que o animal domesticado se torna xucro quando manejado de forma tradicional.

Conclusão

Ao descrever o gosto dos peões de manter relações próximas à caça com animais de criação, refletimos sobre as noções de caça e domesticação de humanos e dos outros animais. Assim, concebendo a pecuária no contexto estudado como um modo de vida, podemos compreender o porquê de certas preferências, que entram em conflito com a racionalização financeira, serem mantidas. Como um modo de vida, a atividade pecuária transcende a concepção de uma atividade econômica voltada exclusivamente para o lucro, tornando-se, além disso, uma questão cultural. A preferência em correr atrás do boi, ao invés do peão ensiná-lo a seguir os seus passos, nos diz sobre uma cultura sustentada na lógica da caça, que torna o animal, então domesticado, um ser xucro, asselvajado, e demonstra o quanto são híbridos os manejos tradicionais e os manejos modernos, considerados racionais.

Notas

[1)] A primeira versão deste texto foi apresentada no GT 32 “Ser animal, ser humano: saberes y haceres en las relaciones entre humanos y animales” da XI Reunión de Antropología del Mercosur, realizada em Montevidéu – Uruguai no ano de 2015.

[2)] Professora associada da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[3)] Mestre em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas.

Referências

BARRETO, É. **Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro:** as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro. 2015, 116

p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) –Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

BANDUCCI JR, Á. Os peões de gado e a representação dos animais no pantanal da Nhecolândia. **Cadernos de campo**, v. 8, n. 8, 1999, p. 107 – 123.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**, v. 10, n.1, p. 11 – 27, 2007.

BENCKE, G. A. Biodiversidade. In: CHOMENKO, L.; BENCKE, G A. **Nosso pampa desconhecido.** Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016, p. 60 – 75.

FOLADORI, G. e TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana**. 2004, v.10, n. 2. p. 323-348

HOWES NETO, G. **De bota e bombacha:** Um estudo antropológico sobre identidades gaúchas e o tradicionalismo. 2009, 134 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

INGOLD, T. "Da transmissão de representações à educação da atenção". **Educação**, n. 1, v. 33, jan./abr. 2010, p. 6-25.

_____. "Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais". **Horizontes antropológicos**, n. 37, ano 18, jan./jun. 2012 p. 25-44.

LATOUR. B. **Jamais fomos modernos** – ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEAL, O. F. **The Gaúchos**: male culture and identity in the Pampas. Berkeley: University of Califórnia (USA), tese de doutorado, 1989.

LIDAS Campeiras com bovinos/Sistema Voisin. Direção: Cláudia Turra; Mauro Bruschi. Equipe: Flávia Rieth (coordenadora); Marília Kosby; Liza Bilhalva Martins da Silva; Marta Bonow Rodrigues; Pablo Dobke; Daniel Lima. Pelotas: LEPPAIS. DVD – documentário etnográfico, 2012.

LIMA, D. **“Cada doma é um livro”**: A relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2015.

RIETH, F.et al **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Lidas Campeiras na Região de Bagé, RS (volume 3). 1. ed. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013, 356p.

RIETH, F.; RORIGUES, M. B.; SILVA, L. B. da. As lidas campeiras na região de Bagé/RS: sobre as relações entre homens, mulheres, animais e objetos na cultura campeira. In: NUMMER, F. V.; FRANÇA, M. C. C. C. (Organizadoras). **Entre ofícios e profissões**: reflexões antropológicas. Belém: GAPTA/UFPA. 2015, p. 175 – 195.

SAHLINS, M. A Sociedade Ocidental enquanto cultura. In: _____. **Cultura e Razão Prática: La pensée Bourgeoise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.185 – 199.

SÜSSEKIND, F. **O rastro da onça:** relações entre humanos e animais no pantanal. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

SILVA, L. B. M. da. **Entre lidas:** Um estudo de masculinidades e trabalho campeiro na cidade. Dissertação (mestrado em antropologia)- Universidade Federal de Pelotas, 2014.

TALLBEAR, K. An indigenous reflection on working beyond the human/not human. **GLQ: A Journal of Lesbian And Gay Studies**, 21(2-3):230-235, 2015.

ULLOA, A. Concepciones de la naturaleza en la antropología actual. IN: MARTINEZ, L. M. (ed). **Cultura y Naturaleza,** Bogotá: Jardin Botánico de Bogotá José Celestino Mutis, 2011. p. 26-46.

WEBER, M. **Ciência e política:** Duas vocações. São Paulo: Editora Martin Claret. 2006.



DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412016v13n2p110

The way of life of the Brazilian pampas:
an ethnography of the Campeiros and their animals

Flávia Maria Silva Rieth
Graduate Program in Anthropology, Department of Anthropology and Archaeology,
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, Brazil.

Daniel Vaz Lima
Graduate Program in Anthropology, Department of Anthropology and Archaeology,
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, Brazil.

Marilia Floor Kosby
Graduate Program in Social Anthropology, Department of Anthropology,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brazil.

Abstract
In line with the preservation policy on ethnic and cultural diversity of Brazil, the survey of the National Inventory of Cultural References (INRC) – Lidas Campeiras in the Bagé Region sought to inventory the livestock in the Brazilian pampa as a cultural reference. The experience of the research focused on the relationship of culture and nature, specifically the relationship between humans and animals, considered by the dwellers of the Pampa to influence directly the way of life that they lead. The *campeiro* (pampas person) way of life cannot be conceived without taking into account the oxen, horses and dogs. The paper also the notion of patrimony, taking into account aspects of relatedness, materiality and resonance (Gonçalves 2004).
Keywords: Cultural heritage; livestock; pampas way of life; human and non-human relationship.

O modo de vida campeiro no pampa brasileiro:
Etnografia das lidas com animais

Resumo
Em consonância com a política de preservação da diversidade étnica e cultural do Brasil, a pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – Lidas Campeiras na Região de Bagé, buscou-se produzir conhecimento com intuito de inventariar a pecuária do pampa brasileiro como referência cultural. A experiência da pesquisa privilegiando a relação cultura/natureza, mais especificamente a relação entre humanos e animais. A relação entre humanos e não humanos, desde o início dos trabalhos do inventário, foram enfatizados pelos interlocutores como referências que influenciam diretamente a forma de vida que levam. O modo de ser campeiro não pode ser concebido sem levar em consideração os bois, os cavalos e os cachorros. Atenta-se também para o sentido que a noção de patrimônio assume considerando os aspectos da relacionalidade, materialidade e ressonância (Gonçalves 2005).
Palavras-chave: Patrimônio cultural; pecuária; modo de vida campeiro; relação humanos e não humanos.

The way of life of the Brazilian pampas:
an ethnography of the Campeiros and their animals

Flávia Maria Silva Rieth
Daniel Vaz Lima
Marilia Floor Kosby

Introduction - Opening the gates for the ethnographic field

Wearing cowhide boots, *bombachas* (breeches - baggy pants with loops around the ankles), a leather belt, a knife with a bone handle, a shirt, scarf and hat, the interlocutor known as Minga Blanco, a rural landowner, pampa person and horse tamer in the municipality of Aceguá, located in the pampa of Rio Grande do Sul, talks with anthropologists. Far away we observe two pampa cowboys unsaddling horses after a morning of cattle grazing activities in the field. Minga tells us that when we think of the "gaúcho"[1], we should consider "three pillars": the human, horse and the ox. Three beings whose close relationship centralizes and constitutes a way of life that was historically built *implicated* in the pampa environment - that is, according to Tim Ingold (2014), affecting and being affected by this environment, in a mutual construction (and deconstruction). The context of this conversation is inserted within an ethnographic work on pampa field work, activities that make up cattle farming in the pampas, a research field whose *gates* were opened in the work by the "National Inventory of Cultural References - INRC – lidas campeiras (1st Phase)"[2].

The inventory research originated from a demand from the City Hall of Bagé/RS to the IPHAN (Institute of National Historical and Artistic Heritage) and accepted by UFPel (Federal University of Pelotas), through the undergraduate course in Anthropology. The Inventory was conducted from 2010 to 2013, including the training activities of the interdisciplinary team and consultants; delimitation of the research site and surroundings; literature review about cattle farming in Rio Grande do Sul; establishment of a network of interlocutors; execution of the field work with the ethnographic record of production, re-production and trade of bovine, ovine and equine herds that shape the pampas field work; constitution of the document archives by filling the Contacts, Sites and Places forms, Bibliographical Survey, Crafts and Ways of Making, Celebrations, Artifacts and Archives, Sound and Audiovisual Records and the Identification Cards of Inventoried Cultural Goods that make up the INRC Report – Lidas Campeiras in the Bagé Region. The use of this methodology for recording intangible goods of the IPHAN/Ministry of Culture aims to record the bibliographic and ethnographic data on relationships between humans, animals, objects and landscape involved in livestock production in the Brazilian pampas environment, describing the crafts and ways of doing that constitute it. This methodology describes what people *do*, how they *do* it, what they *do* with it and where they *do* it (Rieth et al. 2013).

The INRC is a methodology developed to document cultural goods through the collection of information about these goods within a historical process and also through ethnographic description,

1 A term here understood as the social being who knows the crafts of livestock management in the pampas. The term gaucho here will not be treated in its homeland designation, that is, as referring only to those individuals of the Brazilian state of Rio Grande do Sul, neither will the meaning of pampas be limited to geographic and biological boundaries, but will also be referred as the agency of relationships established between landscapes, people, animals, crafts and utensils, in creating the "pampas person" way of life (and its construction, abandonment and perpetuation).

2 This research was funded IPHAN. The first phase covers the years 2010- 2013. The team of INRC – Lidas campeiras in the region of Bagé/RS consists of the researchers: Flávia Maria Silva Rieth (Coordinator), Marília Floôr Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Pablo Dobke, Marta Bonow, Daniel Vaz Lima, Cláudia Turra Magni (Visual Anthropology Consultant), Fernando Camargo (History Consultant), Erika Collischonn (Geography Consultant), Beatriz Freire e Marcus Benedetti (IPHAN).

apprehending the meanings attributed to them by collectives (Freire 2005), registering them as a cultural reference i.e., in the sense given by Cecilia Fonseca (2006: 89) directing the gaze at the "representations that constitute an 'identity' of the region for its inhabitants and that refer to the landscape, the buildings and objects, the 'practice' and 'knowledge', beliefs, habits, etc. Continuing, the author writes: "When identifying certain elements as particularly significant, social groups operate a resemantization of these elements, relating them to a collective representation that each member of the group somehow identifies with" (Fonseca 2006: 89).

The production of knowledge on cultural goods consists, with reference to the notion of Roy Wagner (2010), of an "invention" of people's way of life from the anthropologist's experience in the context. Through his or her own universe of meanings, the ethnographer who works for the State observes and learns the culture of the "other", building an intelligible and "comprehensive representation" (Wagner 2010: 36), thus enabling the funding and guidance of actions and policies to support these cultural goods (Freire 2005). In this sense, when adopting the methodology of an institution directly linked to the State, we build a "comprehensive representation" in accordance with the notions of culture common among members of the state community. As observed by Wagner (2010) such an invention requires a communication based on shared conventions - through symbolic elements - to make sense. Thus, we observed that in the survey, description and documentation of cultural references, artifacts, places and their transformations, as well as the relationship between humans and animals, are taken into consideration, that is, they are agents that influence the construction of the context. Through this design the researchers at INRC realized that the meeting of these actors constitutes the *pampas* way of being, intertwining work with the way of life

Answering to the need to classify and safeguard intangible goods, commissions were created by the Ministry of Culture in 2000 in order to propose ways of protecting the collective memory of social groups (Intangible Heritage 2006), with the definition of intangible heritage established by UNESCO in 2003, defined as:

> (...) The practices, representations, expressions, knowledge and techniques - together with the instruments, objects, artifacts and places thereby associated - that communities, groups and, in some cases, individuals recognize as part of their cultural heritage. This intangible cultural heritage, transmitted from generation to generation, is constantly recreated by communities and groups due to their environment, their interaction with nature and their history, creating a sense of identity and continuity, thus helping to promote respect for cultural diversity and human creativity (Freire 2005: 16).

In this sense, the term "safeguard" can be understood as measures aimed at guaranteeing the viability of intangible cultural heritage, such as the identification, documentation, preservation and promotion of this heritage in its various aspects. This intangible heritage founded on tradition is presented as intangible as well as totally dynamic, since it reveals a constant changes in its forms of expression. Thinking of cultures as heritage, as Gonçalves (2005) suggests, draws attention to the idea of communication between past and present, the cosmos and society, the individual and the social group, and between history, memory and experience, considering, therefore, the dimensions of resonance, materiality and subjectivity.

Resonance refers us to the meanings of facts beyond conscious and deliberate activity of individuals or groups, addressing the acknowledgement of the specifics of such identification. The emphasis on materiality speaks to the anthropological concept of culture in order to dissociate the tangible and intangible aspects of cultural heritage. On the other hand, these facts are not only symbols that are exterior to the individual. The dimension of heritage is also constitutive of the subjects themselves.

The invention of the pampa culture radicalizes the perspective of the poet Eron Vaz Mattos, another interlocutor of INRC – Lidas campeiras, who considers that the strongest bond between the *gaúcho* and

pampas way of life is his deep familiarity with other animals, which constitutes his "understanding of the ground he walks on".

The *gaúchos* in this research are people who experience or have experienced the work carried out in the industry of extensive livestock farming, producing, maintaining and breeding ovine, equine and bovine herds in the southern tip of South America - a reality that merges the political and geographical boundaries between the state of Rio Grande do Sul and neighboring countries Argentina and Uruguay (Leal 1989; 1992a; 1992b; 1997; Rieth et al. 2011). They are also skilled in the crafts involved in livestock management. When they sell their knowledge as a workforce to others they are called *peões campeiros* (pampas cowboys).

Among the many activities that can be included in what is known as "pampas field work" are the crafts of the *esquiladores* (who shear the sheep), tamers, drovers, *changueros* (who perform different field activities in sporadic occasions), *alambradores* (who build fences), *posteiros* (residents that guard the extremities of large estates), care takers, foremen, cowboys, *guasqueiros* (who make artifacts and utensils in leather), among others, who live or have lived practicing work related to livestock farming[3]. Although certain workers are specialized in one or more of these crafts, a single (and multiple) agent, the *campeiro* (pampas person), is familiar with and and able to perform each of the crafts that make up the pampa work/life.

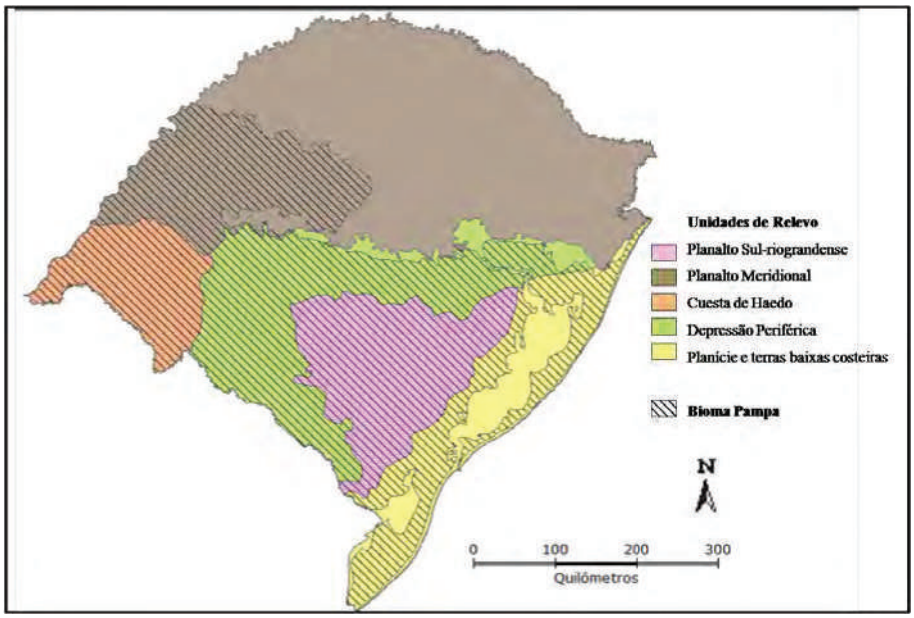


Working with bovine cattle, extensive grazing. Photograph by Marília Floôr Kosby. INRC – Lidas Campeiras in the Bagé Region.

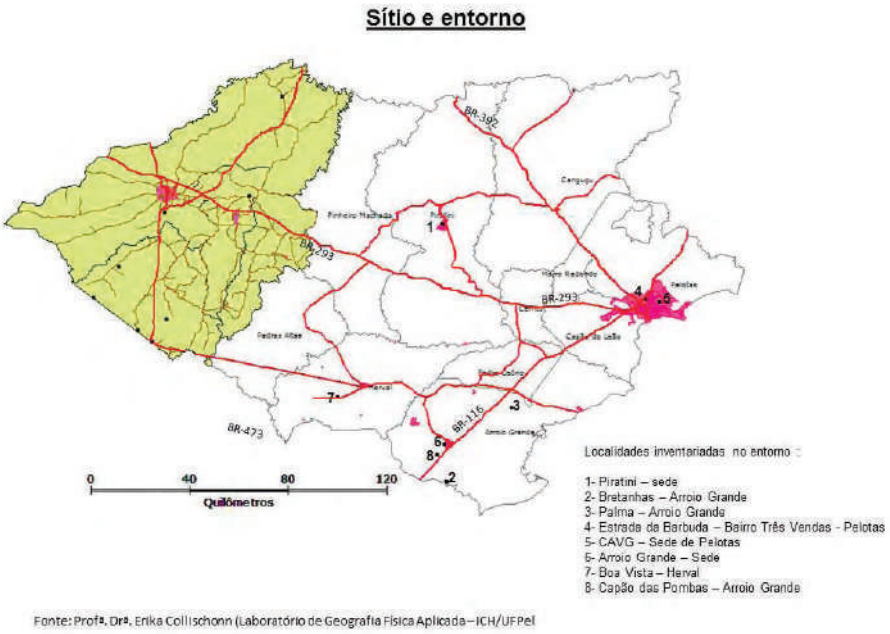
3 According to reports by farmers, the ones who did this work were "the negroes." On the other hand – in an expression that embraces African descent and mestizos with these indigenous – cowboys and cowboys claim that "the bosses didn't like white people doing this job" that was heavy, dangerous and total. Although focused on the past, such statements deal with the ancestors of current pampas people that this study refers to, since such knowledge is generally transmitted from generation to generation.

Paths and meshes forming the pampas cultural area

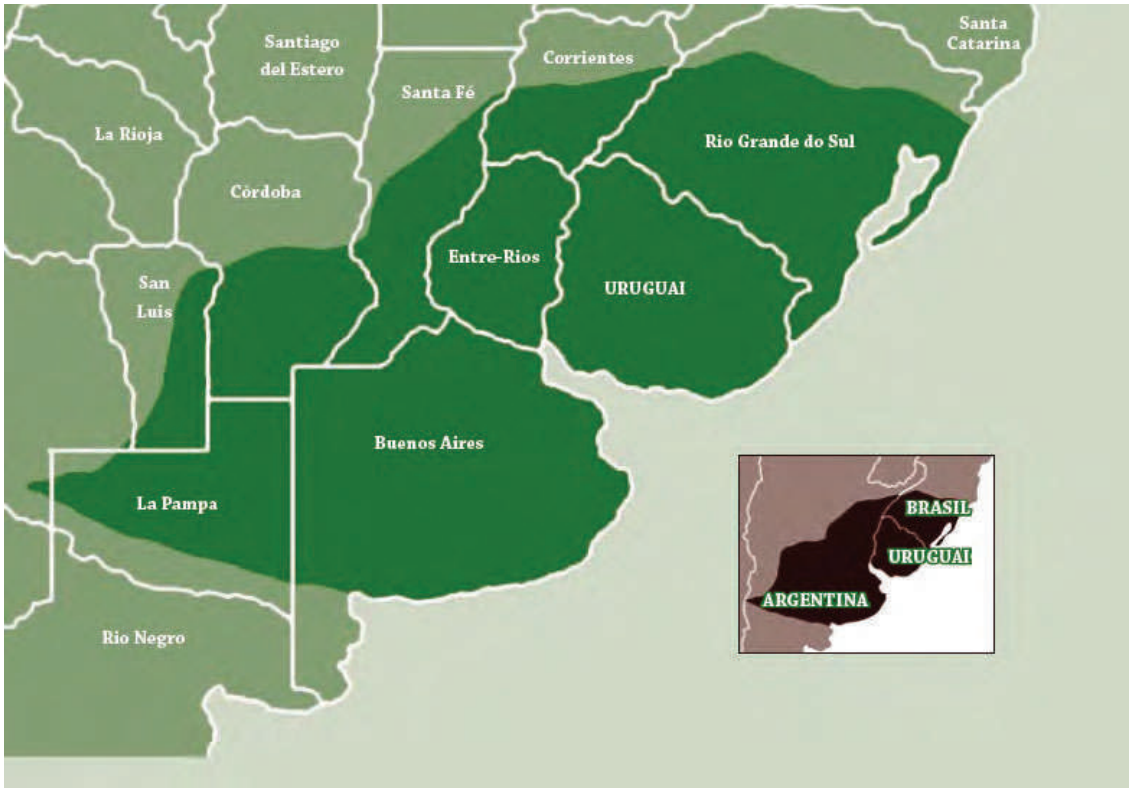
The site of INRC – lidas campeiras is the region of Bagé located in the core area of the Pampa. The suitability of the region for the livestock activity derives from the natural grasslands and from the history of the city as a route of passage and trade between the province and the Platine countries, that led to the establishment of a cultural area (Leal 1997). Ondina Fachel Leal discusses the academic and socio-anthropological establishment of the "South" as a territory of meanings of a specific social reality, a system of values and of a certain social area. For Leal, "the limits of this ethnographed and ethnographable cultural area often called the 'South', in a strategic rhetorical imprecision, do not coincide with the political boundaries of the state of Rio Grande do Sul or even the Brazilian nation."



Map elaborated by Prof. Dr. Erika Collischonn (Laboratory of Applied Geography ICH/UFPel). Records of INRC – Lidas Campeiras in the Bagé Region.



Source: Records of INRC – Lidas Campeiras in the Bagé Region



Source: http://biomadospampas.blogspot.com.br/2013/09/localizacao.html (Access: August 22nd, 2016)

For a long time Bagé has been notable for its tradition in the cattle industry, supported by the vast expanse of the region's characteristic fields – the pampas - and the proximity to the neighboring country Uruguay, noted livestock producer, which was of great value to the introduction of purebreds to the bovine farming system, not only in the region, but also throughout the state and the country. Before being domesticated by Mission ranches, the cattle was at first hunted - the so-called high tide of wild cattle - by people wandering over the southern steppes, who were mainly interested in its leather which was valued as a currency for trading in the La Plata River; another important factor at the time was the informal trade with the Banda Oriental, the popular contraband which moved hundreds of heads of cattle from one side to the other, a practice adopted until mid-twentieth century. For Porto Alegre historian settled for many years in Bagé, Claudio Lemieszek, the connection of Bagé to livestock farming is strongly linked to this process of a route of passage for troops and trade with the Platine countries, but mainly to the vastness and good condition of its prairies.

In addition to cattle, the Crioulo horse[4] and sheep breeding for the region are also of great importance. Their genetic improvement originated a few decades after bovine improvement. Sheep supply the domestic demand for meat on the property, and the annual sale of their wool helped to cover the expenses of property maintenance. With the advent of synthetic wool, sheep farming decreased significantly, supplying meat to specific niches of the market and wool for the production of handmade wool artifacts.

The Bagé region is considered one of the largest horse farming areas in the country, comprising in total 56 horse farms specialized in the breeding and improvement of the Crioulo horse and Thoroughbred breeds. Throughout the 20th century the Bagé region has been the locus not only the genetic improvement of these horses, but also investment in improving ranches, transforming the old farms of extensive farming in pillars of industrial-livestock activity for intensive farming.

4 Breed of animals descendent from horses of the Iberian Peninsula which, being considered the most resilient, came to America with the Europeans.

Although we focused our research on the INRC site in the Bagé region, we interviewed *pampas people* in adjacent and diverse areas such as Hulha Negra, Aceguá, Arroio Grande, Pelotas, Piratini, Herval, Morro Redondo. We therefore included people from the area of natural fields, the Campanha region (plains), and municipalities located in the region of Alto Camaquã/Serra do Sudeste (plateau) and the coastal plain.

In this sense the ethnography by Eric Barreto (2015) conducted in two distinct areas, the Serra do Sudeste and the Campanha region is an important counterpoint. The objective of his research was to investigate the relationship forged between humans and their herding dogs. Both areas have in common the use of dogs, but differences resulting from two main aspects were observed, land setting and geographical context. The municipality of Piratini has a peculiar landscape in the southern half. Located in the Serra do Sudeste, it has a large number of small and medium properties, differing from the large estates predominant in the Campanha region. However, it does not contain an array of small farms as the neighboring municipality of Canguçu. Family livestock farming is the reality of almost all interlocutors of this research. This means a greater need of the dog as a working element, since these farming tasks are performed by a smaller work force than in large farms. The latter, although having currently few cowboys compared to past decades, do not usually delegate tasks to the family of the land owners. In Piratini and Morro Redondo, however, in most cases, the labor agents are the owners themselves and their families, eventually relying on one or two employees. In addition, there is a large amount of native vegetation and landforms, contrasting with the broad grasslands of gentle undulations that become predominant in the Candiota municipality to the west. As a result, one of the challenges in cattle management is removing it from the vegetation, often thick and where horses do not pass. In this case the dog's assistance is invaluable and essential.

In Pedras Altas and Bagé, with landscapes varying from plains covered with grass with some clumps of eucalyptus or narrow riparian forests, and between "dirty" fields (covered by shrub species) and a large number of stones, the reality was a bit different. Besides this geographical difference, the predominance of large properties in the areas we visited leads to different modes of cattle management. In the area of larger estates mainly the salaried employees carry out the work in the fields. Dogs that drive the cattle are a constant presence. When an animal strays, dogs quickly lead it back to the desired location, thereby preventing the horses from getting tired. Not tiring the horse is a constant concern, especially during the summer. In these places, during the research, the workers always conducted their tasks on horseback. In the Serra do Sudeste region we observed activities on horseback and on foot. In many properties of Piratini, the sheep stay close to the house without the need to saddle a horse to reach them. In some of them, just a voice command causes the dogs to seek the sheep.

Even within the municipality of Bagé there are differences. Known for its flat fields and with little vegetation, it also has rugged and forest covered areas near the Camaquã River. On this region we received the following account from a pampas cowboy:

> There in Palmas you're nobody without a dog. The cows get caught up in the bush and there's no way of getting them out, a horse won't go in, only a dog. There's an acquaintance of mine who has like ten dogs, he goes out on horseback, but the dogs do all the work. There are a lot of kids (young goats) in those ravines [steep terrains with many stones]. A new cowboy there has to spend some time learning, not everyone gets used to it. One time that acquaintance of mine went to work there, he spent ten days and couldn't stand it, he left. He was an open field, big farm cowboy. He was a good pampas person, but those who work in open fields don't work in Palmas, too many ravines and gorges, people don't like it.

The initial idea of an area originally cut by the paths of the troops, today by roads where such paths existed, appears as an important fact which perpetuates the dynamics of farming/trading of herds of cattle,

sheep and horses. These paths also lead to neighboring countries of Uruguay and Argentina. In this sense, we look to the flows and networks considering the pampa as a mesh of strings, in allusion to the *guasqueiro* craft - making leather artifacts - momentarily woven by a mobility of human and non-human elements. In this sense Liza Martins da Silva, when discussing the *pampas people* in the city, highlights the importance of the relationships between men and their families, animals and artifacts that support the memory: "Thus, the circularity of human and non-human elements comprising this culture surpasses the horizon line of the pampas fields" (Silva 2014: 93). Likewise, Daniel Vaz Lima (2015) talks about the integration of these elements perceived by the concept of Tim Ingold's "mesh", which refers to the intertwining of the trajectories of human animals, non-human animals and artifacts that meet, intertwine, and create different combinations. In Vaz Lima's ethnography on the relationship between humans and horses, he observed that the conversation of the interlocutors revolved around horse stories (and also humans) who have passed through their lives, in which their paths crossed and left marks on the body of those who tame – horse tamers -, as well as marks on their feelings with good and bad memories. For the *tamer* the relationship with each horse transforms their being and when the animal is sold or delivered to the owner after it is *tamed*, that is, when it follows its path, the *tamer* keeps track of the path that the horse he taught continues to build. Different people, from different places and taking different paths have their sociability built by and with animals that also come from different places and are diverse.



Working with horses: taming. Photograph from interlocutors' personal records. INRC – Lidas Campeiras in the Bagé Region.

The artifacts that act in the world are also considered in the same sense, not only being perceived by what they represent to the communities, but also in the sense that they organize and constitute social life. The taming artifacts are made, in most cases, by the tamers themselves, who dedicate their "*time off from work*" to building their *trançado* (whips woven from leather strips). From the relationship established with the artifact in its making, the tamer has the confidence that it will not break during the moments of taming in which it will be used, as observed in this account: "*Sometimes there was a bagual [horse still in the taming process] kinda nasty and I would lasso it, my lasso [which the tamer makes] has always been strong. I would put it around its neck and tie it to a "palanque"*[5] *and let him pull at it.* "(Mr. Nelson, tamer who resides in Bagé/RS). Thus these are human and non-human paths which cross and interweave each other, transforming the actors and their trajectories (Ingold 2012).

Livestock in the pampas within a historical process

The first major change that shifted the prey or game status of wild cattle to their breeding was the fencing of farms in mid-nineteenth century, initially with vegetation and stones, afterwards with metal wires intercalated with wooden pikes and stone fence posts, the so called wire fences (Moreira 1999). The same development that made the horse an indispensable tool to round up cattle - and the possibility of existence and survival for nomadic hunters – when improved, creates barriers. The mobility that the horse gives the Indian is related to the modernization of the systematization of livestock production. The use of the horse for plowing by indigenous people such as the Charruas and Minuanos was experienced ambiguously, being at the crossroads between the freedom of horseback riding for long distances and the stagnation of having to work in the farms. Herding on horseback is associated with livestock and wire fences, which made groups of Indians more sedentary and almost led to the full extinction of entire societies, due to frontier wars in which the military company was formed mainly by the Indians, who sometimes defended their own territories, and at others fought in national armies. At the same time that they had the means for moving far, the introduction of horses also brought new challenges.

The possibility of valuing the beef, with the advent of the *charqueadas* (beef jerky) and then refrigerators also changed the relationship with animals - both with regards to the production, as well as the transportation, trade and slaughter. Some farms began only to fatten calves, others maintained the full cycle of production and trade of animals, while others switched back and forth between the two systems. There are ranches where grazing is extensive and there are those who adopt the Voisin system of rotational grazing, the main difference being that *"in this case it's the ox that follows the man, not the man who runs after the ox"* and horses are rarely used[6], and there are those who mix the two models.

5 Tree log 3 m high, with 1.5 m being buried in the ground.

6 The greatest difficulty pointed out by the farmers who try to adopt the Voisin system relates to the difficulty of finding labor-work for this type of herding, mainly because most of the cowboys cannot adapt to working without the lasso and the horse, without requiring violent cattle domination.



Voisin Grazing. Photograph by Marília Floôr Kosby. INRC – Lidas Campeiras in the Bagé Region.

Waking up before the sun rises a and having to break the frost with the sole of your bare foot, knocking down calves with your own body (since the lasso might fracture the animal), facing the risk of dying against the fury of a bull, participating in the same environment as venomous animals and beasts, facing storms in the middle of the open field to save the calves of a herd, taming bronc horses, the loneliness, the distance, are some aspects identified as responsible for the fact that work in the pampas is "very rough" - which, however, is not enough to represent a negative power since, on the contrary, the control of these situations imposed by the forces of wild nature, (incorporated, of course, by the capitalist exploitation of its workforce), has a constructive agency on the subjects. Although described as arduous, dangerous, unhealthy, this way of life seems to bring in these same hardships the ontological attributes necessary for the construction of these men as people, the maintenance of their existence.

The increasing rationalization and bureaucratization of pampas field work (Cesar 1978), which tamed animals and men[7], was directly linked to the transformation of these men from nomadism to sedentarism or migration. The *cowboys*, *posteiros*, the foremen, the *caseiros* (farm sitters) show signs of sedentarization as farm employees even though still in the fields; however it is immanent to the tasks of the *esquiladores*, *alambradores*, *changueros*, herders and tamers the power of not having a stable employer, of working for contracts in the field. Both categories, however, base their ruin on the migration to the city, regretting having to leave the work and their life in the fields.

7 As for the pampas field work as a form of socialization of those who somehow cause disorder, it is interesting to know the history of the educational institution Agrotechnical Complex Visconde da Graça, located in Pelotas/RS, covering an area equivalent to 200 hectares within the urban perimeter of the city. Founded in the early 1920s, the Agricultural Employers' Grace Visconde aimed to "qualify free hand labor to work in agriculture and remove from the urban centers the so-called underprivileged of luck, the poor orphans and those marginalized that hinder to the successful development of the centers. " (Vicente 2010: 60). In this sense the school institution was ultimately responsible for the socialization and reproduction of familiar character standards such as the imposition of limits, rules and schedules of those who for legal reasons were under the custody of the school institution (Silva, Pereira & Vergara 2011).

Experiencing the *campeiro* work: The relationship between humans and non-humans in the pampas

Richard Sennett (2013) presents reflections on how to understand the craftsmanship within contemporary social relations. The central proposal is to discuss the distinction between the two forms of work developed by Hannah Arendt, in which on one side there is the usual manual work of "*animal laborens*" where people do not know what they do, and on the other side, there is artisanal activity as work that develops creativity and is the central concept of "*homo faber*," the human creator of himself. With the transformation in the work place in industrial societies whose social relations are governed by the capitalist mode of production, as craftsmanship incorporates dimensions of capitalist productive processes endangering the activity itself and the workers who are ae transformed from "*homo faber*" to "*animal laborens*". Sennet says: "People can learn about themselves through the things they make, material culture is important." (Sennett 2013: 18). All skills, including the abstract, begin as bodily practices of knowledge acquired by hand, by touch and movement. Therefore, technical understanding is training done by the force of imagination that directs and guides bodily ability.

It is noted that the policy of preserving Brazilian cultural heritage is part of a broader process of debate and actions by UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation) in order to preserve and safeguard local knowledge and ways of making, in face of, in the concept of this institution, the advance of globalization whose characteristics are economic interdependence and the intensification of exchanges which could accelerate the disappearance of cultural expressions impoverishing their diversity (Lévi-Strauss 2006: 80). In this sense, the concept that guides the patrimonialization policy is to preserve the knowledge and ways of doing as craftsmanship that in the advance of globalization and the changing world of work in industrial societies could disappear.

Numerous crafts constitute and shape the maintenance of the pampa livestock production. The "pampa field activities" are composed by the following crafts: the shearing of sheep, taming horses, *droving*, house work (home and daily maintenance of the rural property), herding, making wire fences which are called *aramados*, and the craft of the *guasqueiro* (making artifacts and utensils in leather). As we pointed out earlier, these crafts are part of the knowledge of the "pampas person" who is able to execute a little bit of each. The apprentice of a pampas person learns with the others by doing, that is, by engaging in different ways in these "multiple contexts" (Lave 2015) as "changing participants" (ibdem, 2015: 42) moving through the settings (crafts) that influence and shape the learning of this field activity as a whole.

The artisanal way of the life/field work of the pampas person can be understood through the concept of "craftsmanship" (Sennett 2013) which means a high level training whose expansion is built through the relationship between problem solving and detection. The craftsmanship is the incorporation of a conversion process of the information and practices into tacit knowledge (Ibdem, 2013, p. 62). In this sense, the behavior is implicitly related to body education (Mauss 2003), for example, the apprentice becomes a *tamer* when he learns to "*ride a horse*", which means when the bodily behavior while mounting is perfected. Therefore, the craftsman refers to a "cultivation of a particular life style," not being an automated procedure but a "cultural issue" (Sennett 2013: 19). The tamer engages in a practical way with his activity as an art, that is, a work focused on the pursuit of quality. The way in which they learn comes from the experience acquired through engaging with the artifacts, with the animals and the environment (Lima 2015). In this sense, craftsmanship, beyond training body movements that expand capabilities, is the result of an interaction between humans and animals and is a learning experience from the encounter with the "other."

The relationship between humans and animals, from the beginning of the inventory, was emphasized by the interlocutors as references that directly influence their way of life. The pampas person way of being

cannot be conceived without taking into account the oxen, horses and dogs. Nonhumans permeate the topics of conversation and practices of the interlocutors who experience or experienced activities involving livestock in the pampas. Animals accompanied these moments of conversation: The dog lying at the foot of the researchers and interlocutors, the interviews amidst the horses in the spaces in which they are tamed, walking in the field along the interlocutors between the sheep and tame cows that stay close to the house. When analyzed through the established relations it is possible to realize that the animals build and are built as agents that influence this way of life. Sentences in which the speaker says, "*if one day I leave the horses it will be very hard for me*" (Neco, tamer who lives in Aceguá/RS) and phrases like: "*I've always liked to live among horses. That there's a passion, and each one chooses his own*" (Sergio, tamer who lives in Pelotas/RS).

The way of life is a construction of knowledge through the experience of interaction with the "other", human and nonhuman. As Tim Ingold has pointed out, the fact of being in the world and being involved with other entities that constitute the environment develops a "skill" that is the knowledge embodied in the *modus operandi* of the human animal body (and also the non-human animal) through practice and training, "under the guidance of already accomplished practitioners, in an environment characterised by its own textures and topography, and littered with the products of previous human activity. " (Ingold 2010: 16). In this sense, one generation will contribute to the other, through the activities that create environmental contexts where these successors will develop their own skills. "Education of attention" is the learning that takes place through "copying", a mixture of imitation and improvisation:

> The novice watches, feels or listens to the movements of the expert, and seeks - through repeated trials - to bring his own bodily movements into line with those of his attention so as to achieve the kind of rhythmic adjustment of perception and action that lies at the heart of fluent performance. (Ingold 2010: 21).

Each participant of an environment acts as if "weaving a thread" and their trajectories, understood as "lines of becoming" of humans and non-humans, create combinations when meeting. The environment is thus a "huge entanglement of lines" (Ingold 2012: 39) that meet and mix in various combinations in a constant process of transformation. The entanglements of these trajectories constitute the environment that surrounds them and converts these lines of becoming into the limits within which life is contained.

The *pampas cowboy* has to know the ox's language. By observing its body movement and bawl, the *pampas cowboy* has to know how to act. When he is beside the oxen in a *mangueira* - corral - the *pampas cowboy* knows which animal is tame and which one might attack him. The ox that "*walks with its head upright*" is the most restless and if the cowboy is distracted, it might attack him. Therefore "*you can never show you're afraid of the animal*", because if you do, "*even the tame ones might trample you*." Furthermore, different breeds have distinct personalities. The ox of the Zebu breed does not like shouting and dogs and is quite suspicious. If it sees something strange, it will try to flee and seek refuge. The ox of the Devon breed is less suspicious and will try to escape only if the cowboy goes in its direction. The use of violence is established by commercial rules: you cannot hit the animal with sticks and whips because it damages the flesh and when it is slaughtered this injured part will be deducted from the amount paid in cash. In addition, violence without justification is condemned, considering that this action should be only in response to an attack.



Working with cattle, extensive grazing. Photograph by Marília Floôr Kosby. INRC – Lidas Campeiras in the Bagé Region.

Oxen and sheep are the animals with the most distant relationship with humans. They spend a few days in the field and at any time are sold. As such, they are treated collectively, although eventually some cattle such as dairy cows receive names and special care regarding ration and pasture, as well as a lamb or calf whose mother died and is fed milk from a bottle, they are incorporated in the environment of the pampa people and around the house – the so-called "*guaxos*" (animals raised without parents). In such cases, to dispose of the animal is something sensitive and they are often sold so they won't have to be slaughtered on the property.

Moreover, when an animal with a close relationship to some pampa person is sacrificed, its leather is used to manufacture a *lasso* which is a rope made by the *guasqueiro* from the entanglement of thin strips of leather, called *tentos*. The characteristic of the ox sacrificed is transmitted to the *lasso*, that is, if the bovine animal was a "brave bull", the *lasso* will be strong. The pampa person will feel safe using the *lasso* made by him or by another *guasqueiro*, according to the characteristics of the steer whose leather was used as raw material. The boots, belts and knife handles are, in most cases, made with material from bovine and equine animals. The pampa person maintains the bond with the animal through the artifact. So, by observing the artifacts, we see them as a set of intertwined happenings (Ingold 2010). The *lasso*, for example, made of cow leather that is tanned, made by the hands of *guasqueiros* who engage in its manufacture, suffers the action of time and therefore we find it lying on the ground, because it will dry up if hung on the wall, each strip is wet with saliva, the best way to take care of it is to rub "green meat" (fresh meat that has not yet been processed) and manure still hot out of the cow after it is sacrificed.

While the relationship between pampa people with oxen and sheep is distant, the relationship with horses and dogs is very close, as can be seen in the description of the routine of a farm located in the municipality of Aceguá in the micro-region of the *Campanha* of the state of Rio Grande do Sul,

characterized by extensive cattle farming: chores begin at 6 a.m. when the sun begins to "*peek*" over the horizon, illuminating the green carpet that stretches over the bent fields. The dairy cows stand by the gate of the *potreiro* near the houses, which is a small area where the dairy cows and horses that are working in grazing activities are left. They wait for the pampas cowboy, responsible for domestic activities like slaughtering the sheep to be eaten on the farm's property, milking the cows, among others. Cows provide milk and in return gain ration. There has to be this reciprocity in order for the cows to allow the "*milk to go down*", otherwise they hide and the pampa cowboy cannot milk them because the milk does not come out of the teats. Meanwhile, the other pampas cowboys are preparing to start the field work. The day's task is to "*run the field*", i.e. to cover, by horse, the area where the cattle is. In this activity they analyze whether any cattle broke through the wire fence and crossed to another field, if there are any cattle "*apesteada*" (suffering some illness) or with ticks (*boophilus microplus*). According to their situation the cattle are brought in to be treated in the "*mangueira*" which is a corral made of stone, wood or surrounded by wires meant to secure the animals being managed.

After drinking the *chimarrão*, yerba mate (*illex paraguariensis*) placed inside a container in which is hot water is poured and then drank through a tube called a *bomba*, and eat the roasted organs of a *capão* (sheep up to 1.5 years), the pampa cowboys are getting ready to begin the activities of the field work. A pampas cowboy gathers the work horses, i.e. those who will be ridden by the pampas people to work with the cattle. These horses spend the night in the *potreiro* near the houses and in the cold seasons when the pastures are weak and with few nutrients, they are given ration to gains enough energy to work. Each horse works for two days and then rests in the field and for another two days. The horses are brought to the corral which is attached to the shed in which they keep the *saddles* and the riding equipment. Small artifacts hang on nails along the wall while larger ones such as the saddles and sheepskin (skin and wool extracted from sheep that are placed over the saddle) on *easels*. In the corral a pampas cowboy ties a rope to a *moirão* (fence post) and organizes the horses by stretching a rope and making them rest their chests against it. There are ten horses to be chosen by each four pampas people. The horses are paired up or, as the pampas people say, "in position ". According to the interlocutors, this is done in order to organize the horses and facilitate the work of the pampas people, since when they are dispersed they often do not allow the cowboy to get close enough and grab them. In some cases, the horse does not like the cowboy that is going to grab it and resists being captured. The cowboys also have their preferences and these interactions are built through this encounter of personalities. Keeping the horses in position means organizing the herd so the pampas people can choose. The choice of the horse is also in line with the field work of the day, matching the task the cowboy will perform with the horse's ability to perform such a task. These horses have gone through a process of taming, learning how to execute herding ranch work. The first processes of taming teach the horse how to "*interact*" with the pampas person through the artifacts, while the learning of the field work is practiced in the field (Lima 2015).

In pastoral activities the skills of humans and horses are complemented by those of the dogs. Pampas people, horses and dogs establish a close knit relationship, forming a team, and the action of one is complemented by the action of the others. This organization seeks to hold and drive the cattle. In each movement of the troops, certain techniques and movements are triggered. The learning by the dogs that perform work activities is also done by a process of incorporating skills established by the practice and experiences of work. Young dogs, through observation and imitation, learn with the adults before taking an effective part in the tasks (Barreto 2015).

"Humans, dogs, horses and cattle are in a constant state of attention ones of the others. Pampas people, horses and dogs pay attention to the movement of the herd. The oxen are attentive to the movements of the dogs and horses. The cows with calves are aware of dogs advancing on them occasionally. The handling of

the cattle requires some care with certain groups of animals like the "untamed" cattle which are rebellious animals and cows with small calves, since they can attack at any moment of distraction. These groups of animals also control the movement of the dogs and the pampas people on horses, being always aware and watching each other (Süssekind 2014). But the tame cattle are those the pampas people drive to make the herd move since they are afraid of horses and dogs and follow their movement. When an ox rebels, the pampas person frees the rein, which is a rope made of leather connecting his hand to the bit. This movement, along with the body leaning forward, communicates to the horse to race, making it start a rapid movement after the ox, surrounding the animal until finding it. The dog's task is to fetch the oxen which take refuge in the bush. Yapping around the animal and biting its heels make it look for refuge within the herd, forcing it out of the woods. The skills of the horses and dogs are emphasized by the pampa people. A horse or dog considered a "*pampas animal*" is one who knows what to do in a given action or movement of an ox or herd. If an ox tries to escape a horse that has developed field work skills it will adopt a posture of trying to attack the escape. The pampas person needs to be aware and align the movement of his body to the one of the animal's. The same can be said about the dog that knows how to drive and follow the movement of herds, always driving the cattle from behind and not from up front, which would make the herd retreat and also knowing to bite only at the ox's heels.

Thus, we experience the context of a way of life in which humans and other animals experience a game of gazes and strengths, experiencing encounters that leave marks and knowledge. It turns out that such crafts and their experts hare a way of life that has as an engine of its description/ invention[8] its own ruin - seen here not as an ending but as a set of transformations that the livestock world suffers since its early signs of initiation in the southernmost portion of Brazil and its bordering (Pereira et al. 2012). In this sense, there are the different ways of managing the herds, in which the rotational grazing method Voisin stands out in the region, for introducing management without the use of chemical implements as acaricides, alternating occupation of pasture and animals, altering the relationship of humans and animals in extensive work. In the work employed it is "*the ox that follows the man, not the man who runs after the ox*" and activities are performed without horses and dogs. The daily contact between livestock and the "cowboy on foot" strengthens the relationship between them. According to an interlocutor, a pampas person in the "*Conquista farm*" in the municipality of Bagé, RS, a farm reference in the implementation of such management, the cattle sees a human in another way, not as predator, but as "*a person who is dealing with him every day*." This interlocutor, who learned the craft of a pampa person working on the farms, notices that in the Voisan method the cowboy does not "*touch the cows*", screaming and using dogs and horses, but invites the cattle with the expression "*come, ox*" while they respond immediately by following the pampa person. Instead of a wire fences an electric fence divides the property into small areas called *piquetes*. Instead of horses, dogs, spurs and *rebenques* (a type of small stock whip), there is a "*levante*", a stick averaging two meters in height which lifts the edge of the electric fence for the animals to pass when they are changing *piquetes*. The owners of the "*Conquista farm*" list the difficulties in hiring pampa people to work with the Voisan method. They mentioned these workers' resistance in "working on foot", without horses or dogs or the artifacts that have learned to work with.

These rural workers move between the countryside and the city, between farms and hostelries. They are driven by work, with a certain nomadism, strengthening ties of sociability at horse races, pampas events like rodeos that also bring together humans and nonhumans. Alongside the humans we observed the circulation of animals and objects. The horse and the loose dog (but not abandoned) in the city evoke

8 According to Roy Wagner (2010), culture is an intellectual creation that arises from the encounter of two varieties of the human phenomenon, a relationship that is more real than the things that are related. It is therefore the contrast that makes the notion of culture visible, as it is not something absolute, objective. The other, therefore, is part of a "reality" invented according to your own creativity – which is not a reflection of the anthropologist.

the living "*out there*", in freedom. Thus, the denomination of the pampas culture is invented from the interaction of relationships established in the mutual implication of landscapes, men and women, animals, crafts and objects, in the configuration of a "pampas" way of life in its construction, abandonment and perpetuation.

Final considerations

The purpose of this text was to present the patrimonialization process of knowledge and ways of doing that make up the livestock network in the Brazilian pampas, presenting the researchers' field experience in order to invent, that is, to build a "comprehensive representation" (Wagner 2010) of this way of life for the eyes of the state as well as of society. Investing ethnography in the experience of people and relating them to the broader socio-economic and cultural transformations, we realized that social relations within the pampa livestock context involve the direct influence of the animals. The pampa person's way of being cannot be conceived without taking into account the presence of the cattle, horses and dogs, that pervade conversation and practices of the interlocutors who experience or experienced activities involving livestock in the pampa. Our ethnographic writing sought to plot the elements of this way of life from the description of pastoral activities that are constituted by skills developed from the relationship established between the pampa people with artifacts / objects, with animals and with different pampa environments.

Translated by Luciana de Sant Anna Dall Agnol
Received: 31 December, 2015, Approved: 18 July, 2016

References

BARRETO, Eric. 2015. *"Por dez vacas com cria eu não troco o meu cachorro": as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris no pampa brasileiro.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas – Pelotas, RS.

CESAR, Guilhermino. 1978. *O Conde de Piratini e a Estância da Música.* Porto Alegre: Educs.

FONSECA, Maria Cecília de Londres. 2006. "Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio". In: *Patrimônio imaterial: o registro do patrimônio imaterial. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4 ed. pp. 83-98.

FREIRE, Beatriz Muniz. 2005. "O inventário e o registro do Patrimônio Imaterial: Novos instrumentos de preservação". *Cadernos do LEPARQ: textos de arqueologia, antropologia e patrimônio*, 2(3): 11-20.

GOLDMAN, Márcio. 2005. "Formas do saber e modos do ser: observações sobre multiplicidade e ontologia no candomblé". *Religião e Sociedade*, 25(2): 102-120.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 2005. "Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios". *Horizontes Antropológicos*, 10(22): 15-36.

INGOLD, Tim. 2010. "Da transmissão de representações à educação da atenção". *Educação*, 33(1): 6-25.

INGOLD, Tim. 2012. "Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais". *Horizontes Antropológicos*, 18(37): 25-44.

INGOLD, Tim. 2014. "That's enough about ethnography!" *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, 4(1): 383–395.

LAVE, Jean. 2015. "Aprendizagem com/na prática". *Horizontes Antropológicos*, 21(44): 37-47.

LEAL, Ondina Fachel. 1989. *The Gaúchos: male culture and identity in the Pampas*. Tese de doutorado, University of California – Berkeley, EUA.

LEAL, Ondina Fachel. 1992 a. "Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha". In: Ari P. Oro; Sérgio A. Teixeira (coords.), *Brasil e França: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Ed. Universidade (UFRGS). pp. 141-150.

LEAL, Ondina Fachel. 1992 b. "O Mito da Salamandra do Jarau: a constituição do sujeito masculino na cultura gaúcha". *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*,1(14): 8-11.

LEAL, Ondina Fachel. 1997. "Do etnografado ao etnografável: o 'Sul' como área cultural". *Horizontes Antropológicos*, 3(7): 201- 214.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. 2006. "Patrimônio imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a Proteção dos bens imateriais". In: *Patrimônio imaterial: o registro do patrimônio imaterial. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 4ª ed. pp. 77-82.

LIMA, Daniel Vaz. 2015. *"Cada doma é um livro": a relação entre humanos e cavalos no pampa-sul-rio-grandense*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas – Pelotas, RS.

MAUSS, Marcel. 2003. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

MOREIRA, Igor. 1999. *O espaço rio-grandense*. São Paulo: João Guizzo Editor.

PATRIMÔNIO IMATERIAL. 2006. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4ª ed.

PEREIRA, Fabíola M., RIETH, Flávia; KOSBY, Marília. 2012. "Inventário Nacional de Referências Culturais - Pecuária, Bagé/RS (1ªfase)". *Anais da Reunião Brasileira de Antropologia, GT 05*, São Paulo. Ms.

RIETH, Flávia; KOSBY, Marília et al. 2011. "INRC- Bagé/RS: Inventário do Sistema da Pecuária no sul do Rio Grande do Sul". *Anais da IX Reunião de Antropologia do Mercosul. GT "Famílias, afetos e patrimônio"*. Curitiba. Ms.

RIETH, Flávia; KOSBY, Marilia; SILVA, Liza Bilhalva da; RODRIGUES, Marta Bonow; DOBKE, Pablo; LIMA, Daniel Vaz. 2013. *Inventário Nacional de Referências Culturais: Lidas Campeiras na Região de Bagé, RS (volume 3)*. 1ª . ed. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna.

SENNETT, Richard. 2013. *O artífice*. Rio de Janeiro: Record.

SILVA, Cristiano Lemes; PEREIRA, Fabíola Mattos; VERGARA, Camile. 2011. "Signos, práticas e representações: um estudo antropológico sobre a reprodução da cultura gaúcha em uma escola agrícola de Pelotas/RS". Anais do XX congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. Ms.

SILVA, Liza Martins Bilhalva da. 2014. *Entre lidas: um estudo de masculinidades e trabalho campeiro nas cidades de Bagé e Pelotas/RS*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas –Pelotas, RS.

SUSSEKIND, Felipe. 2014. *O rastro da onça: relações entre humanos e animais no Pantanal*. Rio de Janeiro: 7Letras.

VICENTE, Magda de Abreu. 2010. *O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934): gênese e práticas educativas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Educação da Universidade Federal de Pelotas – Pelotas, RS.

WAGNER, Roy. 2010. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.

Flávia Maria Silva Rieth
Graduate Program in Anthropology, Department of Anthropology and Archaeology, Federal Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, Brazil.
E-mail: riethuf@uol.com.br

Daniel Vaz Lima
Graduate Program in Anthropology, Department of Anthropology and Archaeology, Federal Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, Brazil.
E-ail: dvlima.vaz@gmail.com

Marilia Floor Kosby
Graduate Program in Social Anthropology, Department of Anthropology, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brazil.
E-mail: floorkosby@gmail.com

"FAZENDO O SERVIÇO": AS MARCAÇÕES COMO RITOS DE INICIAÇÃO MASCULINA DE HUMANOS E NÃO-HUMANOS NA LIDA CAMPERIA

Marília Floôr **Kosby** [1]

Este breve artigo o é um desdobramento do Inventário Nacional de Referências Culturais – *Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS*, e discorre a respeito das *marcações,* eventos que são referência quase que unânime nas memórias e narrativas sobre sociabilidade na chamada vida campeira, universo de homens, mulheres, animais, paisagem e utensílios envolvidos na pecuária extensiva do pampa sul-rio-grandense.

O INRC – Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS visa o levantamento preliminar, e as consecutivas documentação e divulgação de dados bibliográficos e etnográficos sobre as relações envolvidas na produção pecuária no pampa sul-rio-grandense[2]. Os colaboradores da pesquisa foram homens e mulheres direta e indiretamente ligados à experiência de lida campeira, dentre os quais podemos citar: alambradores, esquiladores, domadores de equinos, tropeiros, peões campeiros, capatazes, peões caseiros, guasqueiros (fazedores de artefatos e utensílios em couro cru), changueiros (fazedores de serviços rurais gerais sem vínculo empregatício), *pecuaristas*, bem como alguns técnicos tais como médicos veterinários, agrônomos e sindicalistas, além de poetas, escritores e pesquisadores locais.

As "marcações" são festas anuais nas quais ocorrem a castração dos terneiros (bovinos de 0 a 12 meses de idade) que são apartados dos escolhidos para reprodutores, a assinalação (corte de parte da orelha do animal – imagem 9) e marcação, com ferro quente, da marca do proprietário no couro dos terneiros e terneiras. São esses eventos uma celebração do rebanho, da estância e de seu dono, um rito cuja expressividade, não se refere apenas ao volume de gado, mas à possibilidade de atualizar as relações com aquilo que é tido como "tradição" na vida campeira, mais especificamente, na construção da pessoa do *campeiro*. Comparecem amigos, familiares e vizinhos da propriedade rural, trabalhadores e patrões. Em alguns casos, mulheres participam,

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

[2] A metodologia do Inventário foi formulada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão que também financiou a ação, a partir do PAC-Cidades Históricas. A prefeitura de Bagé/RS foi a proponente da pesquisa, executada entre os anos de 2010 e 2013, pela seguinte equipe de antropólogos e historiadores da Universidade Federal de Pelotas: Profª. Flávia Rieth (Coordenadora), Marília Kosby, Liza Bilhalva, Marta Bonow Rodrigues, Pablo Dobke, Daniel Vaz Lima. O trabalho de campo ocorreu em localidades dos munícipios gaúchos de Arroio Grande, Pelotas, Bagé, Hulha Negra, Herval, Aceguá (Brasil e Uruguai), Jaguarão e Piratini.

geralmente acolhendo as famílias convidadas e administrando a festa, na qual a comida principal é o churrasco de carne bovina e/ou ovina (imagens 2 e 3), acompanhado de outros pratos de origem animal, como o *sarrabulho*, feito à base de sangue e miúdos de ovelha.

Quando os terneiros são colocados, um por um, para dentro da mangueira, os homens mais velhos encenam aos mais jovens como se atira o laço, como se assinala, como se "capa" ou "faz o serviço" (castra). Aos mais novos é permitido tentar pealar, que é laçar o animal pelas mãos para derrubá-los (imagem 6), imobilizar os bichos e comer os testículos destes. No mesmo fogo em que os ferros das marcas aquecem são jogados os testículos recém extraídos dos terneiros, a carne gordurosa e suculenta não chega a assar e é disputada para ser comida ainda quente, acompanhada de cachaça (imagem 14).

Durante o serviço, que é um híbrido de trabalho, brincadeira e espetáculo[3], debocha-se daqueles que têm pouca habilidade com o laço e não são ágeis nem fortes o suficiente para segurar os animais enquanto estes são castrados, cortados e marcados. Da mesma forma, desdenha-se e fazem-se chacotas dos terneiros fracos, que "não valem a pena" do esforço de serem derrubados e imobilizados. Quanto mais *xucro* for o terneiro mais potência é atribuída àquele que o conseguir dominar. E as forças que dão vida a essa potência emanam da relação entre o fato de "o bicho não saber a força que tem" e o de o homem saber da força que não tem: as técnicas de manejo bovino chamadas de "tradicionais" no universo da lida campeira são aquelas em que os gestos de contato se dão através das investidas humanas no sentido de perseguir, capturar e controlar os movimentos e deslocamento dos animais, aos quais o porte e o tamanho atribuem maior possibilidade de aniquilar violentamente seu perseguidor.

[3]A diretora teatral e pesquisadora Inês Marocco, em sua tese de doutorado *Le geste spectaculaire dans la culture gaúcha du Rio Grande do Sul/Brésil* (França,1997), apresenta um estudo etnográfico a respeito das técnicas corporais empregadas na lida campeira, partindo da premissa de que o homem gaúcho é espetacular, num olhar da Etnocenologia. Assim, segundo Marocco: "O espetacular, a partir dessa perspectiva, deve ser aqui compreendido como sustentado pelo corpo, isto é, por tudo o que é referente à aparência física, aos gestos de trabalho, aos hábitos de indumentária e de alimentação, ao discurso, que expressam ao mesmo tempo os valores e os símbolos representativos da identidade cultural do gaúcho.". A dimensão espetacular dos trabalhadores campeiros é colocada em evidência pela autora a partir de uma seleção de comportamentos e valores recorrentes no universo da lida campeira (seja no trabalho, no lazer, nas festas), quais sejam, a masculinidade, a combatividade, a organização e o excesso. Assim, o aspecto da combatividade ficaria mais evidente nas situações de trabalho, "nas quais o gaúcho encontra-se sempre em situação de combate e em contato direto com o animal" (Marocco, s/d).

O animal xucro é aquele que não foi domado – um sinônimo de xucro é *bagual*. No entanto, se um animal foi domado e mantém características bravias ou pouco dóceis, ele também pode ser chamado de xucro. Pode ser, inclusive ensinado a ser xucro, o que requer algumas técnicas, como um maior afastamento do convívio com humanos para que seja *abagualado*. Isso geralmente acontece quando se estão preparando animais para rodeios ou atividades semelhantes.

Nos manejos chamados racionais, como é o caso do "Pastoreio Voisin", há o amansamento das vacas. Aqui o campo é dividido em módulos cercados por um único fio de arame eletrificado, para os quais os rebanhos são encaminhados rotativamente, quase que diariamente. Nesses módulos os animais se alimentam de pastagens e, ao defecarem, deixam o esterco como adubo para a próxima leva de pasto – não são utilizados insumos químicos e artificiais, portanto. No sistema de pastoreio Voisin, o cavalo, o laço e o cachorro são deixados de lado, pois o gado é criado de forma mansa, com manobras lentas e com métodos que excluem a presença de qualquer elemento de agressividade, já que o peão utiliza apenas um alicate isolante e um cajado para suspender a cerca. Geralmente, no Voisin lida-se apenas com gado de engorde, comprando-se animais magros, ainda não "terminados", ou seja, ainda sem a cobertura de gordura necessária para que sejam abatidos. A principal queixa dos produtores que optam por pastoreios racionais se refere à ausência de mão-de-obra; segundo um produtor de Bagé/RS, isso se dá porque "o gaúcho quer correr atrás da vaca, quer ser bruto".

O termo "vaca" geralmente é utilizado para se referir aos bovinos, genericamente, independente do sexo destes animais ("juntar as vacas" ou "a vaca é um bicho coletivo"), diferente de outros universos de pecuária, onde o genérico é "boi". No contexto da marcação ou da lida específica com algum espécime, utilizam-se as denominações "boi" (macho castrado), "touro" (macho "inteiro" ou não castrado), "novilho/a" (bovino/a de 13 a 24 meses), "terneiro" (bovino/a de 0 a 12 meses) e "vaca" (fêmea adulta, com mais de 24 meses).

Nem o uso do laço, do cavalo, ou do relho, enquanto meros contentores da força animal, seriam eficazes se as técnicas de manejo não se pautassem pela capacidade de observação que a vaca possui, mas que deve ser "despertada" sem grandes rompantes. Mesmo em campo aberto, por exemplo, quando se precisa laçar uma vaca, os movimentos do campeiro não devem ser repentinos ou violentos, para evitar que os do

bicho também o sejam: o laço gira no ar por algumas vezes antes de ser lançado na direção do animal, a atenção deste é captada, mesmo que seja para a fuga; é como se ele fosse de certa forma atraído para essa "performance de caça", para essa "coreografia da prea". E nos casos de vacas mais bravias, aquelas que atacam ao sinal de perigo – ou que são apartadas do rebanho enquanto manejadas, o que deixa um animal de tipo gregário, "mais nervoso" - deve-se desviar, "tirar o cavalo para o lado", ou esconder-se dela. Sobre isso um interlocutor, veterinário de animais de grande porte e criado na lida campeira, no município de Arroio Grande, diz: "tu desvias para o lado, que nem numa tourada, se não ela te passa por cima" [4].

No contexto de uma marcação, que geralmente ocorre dentro das mangueiras, ou seja, não acontece em campo aberto, se lida com terneiros, sem cavalo, e o laço é utilizado para derrubar o bovino (imagem 5), que será imobilizado pelos próprios corpos dos homens (imagens 7 e 8). Nem estes homens, nem os terneiros, são experientes quanto às técnicas acima descritas, estão se iniciando na lida, o que há é o embate corporal entre homens jovens e bovinos jovens, a inserção de ambos em seus corpos e mundos, sem contenção de movimentos brutos, sem ter grandes espaços para fuga. Mundos e corpos compartilhados entre ambos, pela ingestão dos testículos, pela inserção na mangueira e na captura do pealo: o laço como extensão do braço do homem, a mangueira como condensadora do mundo da lida; a transformação do corpo do animal, a subtração de sua virilidade, como diretamente proporcional à incorporação da mesma pelos homens.

Aos homens maduros cabe a utilização das técnicas mais elaboradas, aprendidas com o tempo – na ordem de aprendizado: pealar, marcar, assinalar, capar. A faca com a qual se capa os terneiros é pequena, muitas vezes passada de geração para geração da família do dono do rebanho, e geralmente feita de prata, pois se diz que este metal evita infecções por bactérias. As marcações costumam acontecer na primavera, já que os rigores do inverno podem ser fatais para os terneiros, que ficam mais vulneráveis enquanto o corte da castração não cicatriza.

[4] O cruzamento da relação toureiro/touro com a relação gaúcho/vaca acontece em muitos momentos, principalmente naqueles em que homem e animal se atraem para o "combate" diminuindo ao máximo o intervalo entre seus corpos e fluidos corporais. Toureiro, touro, gaúcho e vaca – estabelecem uma interação espetacular cujas preocupações estéticas são as mesmas da dança, por apresentar características como harmonia, equilíbrio no espaço, organização, precisão e habilidade nos movimentos (Marocco, s/d). Para este estudo não foi realizada pesquisa de campo com touradas, mas a elaboração do mesmo contou com a apresentação de material fotográfico e relato de campo da geógrafa colombiana Isabel Pérez, por ocasião de participação sua numa reunião do Grupo de Pesquisa Espelho Animal (UFRGS). Uma referência importante é também o livro "O espelho da tauromaquia", de Michel Leiris (2002).

Afora o seu caráter festivo, as marcações permitem perceber aspectos da desigualdade inerentes às relações de trabalho entre peões, patrões a animais: o relato de um peão aposentado, negro e descendente de trabalhadores campeiros escravizados, conta que em algumas estâncias os empregados não podiam usar laço para derrubar os terneiros durante as marcações, devendo agarrar os animais "à unha". Assim, evitar-se-ia o risco de algum terneiro se fraturar, o que causaria mais prejuízo do que o mesmo ferimento em algum peão. Interlocutor do INRC-Lidas campeiras na região de Bagé/RS, um estancieiro de família pecuarista tradicional, criadora de gado desde primórdios do século XIX, na região de Arroio Grande, sudeste do Rio Grande do Sul, diz que desde as gerações mais antigas "sempre se preferiu o negro para a lida campeira, porque é um serviço muito bruto". A fala do estancieiro relaciona "o negro" com sujeitos submetidos a trabalhos servis e de grande risco para a integridade física, o que não afasta muito essa noção das condições atribuídas à mão-de-obra escravizada.

Embora atualize relações para aqueles homens cujo manejo com os bovinos é um eixo fundamental na sua formação, a grande maioria dos participantes da marcação já não reside mais no campo, nem tem contato tão cotidiano com os rebanhos – o que não diminui a frequência das marcações, ao contrário, demarca seu estatuto de ritual em que as performances reforçam a valentia, a destreza e a força corporal investidas no embate entre homens e terneiros. Na mesma direção, enfraquece-se o sentido utilitário de marcar o rebanho para assegurar a propriedade da terra e dos animais, visto o fracionamento das propriedades e o cercamento das mesmas. Técnicas como a utilização de brete e o tronco para imobilizar o animal, a marcação com queimadura por nitrogênio ou o aquecimento das marcas com fogareiro a gás, a castração química ou com *burdizzo*[5], cumprem os intentos pragmáticos que a produção pecuária exige, mas parecem, por outro lado, aumentar a ênfase de eventos como marcações e rodeios, onde a lida corporal com os animais é o principal agenciador dos sentidos e conceitos. Tais eventos cada vez mais atualizam seu caráter festivo e ritual, mobilizando principalmente jovens dos centros e periferias urbanas, com origem campeira ou não, que fazem dos jogos entre o seus corpos e os dos animais lugares de vivência da relação transespecífica do que pode vir a ser "ser macho" (imagem 16). A *yerra,* como também a marcação é

[5] Espécie de alicate sem fio, com o qual se faz um tipo de castração não cirúrgica em machos. O *burdizzo* é um emasculador que danifica o cordão espermático, ao apertá-lo, fazendo com que cesse a passagem de sangue e nutrientes para o escroto, que acaba por cair com o passar do tempo.

chamada próximo à fronteira entre Brasil e Uruguai[6], encerra, portanto, rituais de iniciação de homens e animais na vida campeira, e é assim abordada pelo INRC – *Lidas campeiras na região de Bagé/RS.*



Imagem 1: Terneiros nas mangueiras. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.

[6] Segundo o músico e pesquisador Demétrio Xavier, a denominação "*ferra"* como designadora dos eventos de marcação do gado bovino é utilizada no norte do Brasil e em Portugal.



Imagem 2: Início dos preparativos do churrasco, antes de começar a marcação. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 3: Terneiros que serão marcados, ao fundo. Churrasco que é servido na festa. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 4: Aquecimento das marcas no fogo de chão. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 5: Homens ensinando os mais jovens a pealar. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 6: Guris correndo para imobilizar o terneiro pealado. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 7: Guris imobilizam terneiro. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 8: Imobilização de terneiro para posteriores marcação, assinalação e castração. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 9: Assinalação. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 10: Marcação. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 11: Capação. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 12: Homem levando testículos de terneiro para as brasas, onde também aquecem as marcas. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 13: Testículos nas brasas, antes de serem comidos pelos guris. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 14: Comensalidade dos testículos dos terneiros capados, acompanhados de cachaça. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 15: As mulheres ficam do lado de fora da mangueira. Foto de Marília Kosby. Acervo do INRC-Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS.



Imagem 16: Guris após marcação.

Referências:

LEIRIS, Michel. *Espelho da tauromaquia.* São Paulo: Cosac Naify, 2002**.**
MAROCCO, Inês. Aspectos da cultura gaúcha e sua teatralidade. S/d. Disponível em http://astecnicascorporaisdogaucho.weebly.com/uploads/2/4/8/3/24832469/aspectos-da-cultura-gac3bacha-e-sua-teatralidade.pdf (acessado em 29.07.2016).

Recebido em: 15/08/2016.
Aprovado em: 06/12/2016.

Da mão que queima à mão que acaricia: notas etnográficas sobre os encontros corporais entre humanos e animais não humanos no trabalho artesanal da doma de cavalos[1]

Daniel Vaz Lima (PPGAnt/UFPel)
Flávia Rieth (PPGAnt/UFPel)

Resumo: Neste texto discutimos, a partir da descrição etnográfica da técnica da amanonciação, a noção de artesanato de Richard Sennett (2013) para quem o pensamento e o sentimento estão contidos no processo do fazer artesanal. Os movimentos aliados ao tato e as diferentes maneiras de segurar e tocar com as mãos afetam a maneira de pensar e constituem, no caso deste texto, a habilidade artesanal para a lida com os cavalos. No contexto do pampa, desenvolveram-se formas de sociabilidade a partir das estreitas relações estabelecidas entre humanos com os não humanos e cujas possibilidades se pode apreender, etnograficamente, por meio do estudo das diferentes técnicas de manejo dos animais. No caso do ofício da doma de cavalos, que é um saber e modo de fazer que busca ensinar equinos para as práticas relacionadas aos trabalhos que envolvem a pecuária extensiva, desde as etapas iniciais do processo técnico, humanos e animais não humanos estabelecem formas de comunicação pelo envolvimento em forma de práticas corporais. O artigo consiste em pensar a relação entre o domador e o cavalo nos estágios iniciais da doma considerando os seus encontros corporais, especificamente no que se refere ao encontro da mão do domador com o corpo equino. A técnica da amanonciação consiste na primeira etapa do trabalho de ensinar cavalos em que o domador busca uma aproximação com o animal visando acostumá-lo com a mão que vai tocando as diferentes partes do seu corpo, processo que chamam "ir tirando as cóscas". O estabelecimento de uma comunicação a partir da linguagem verbal e principalmente corporal, junto da mediação dos artefatos, consiste nos principais atributos desta técnica. A percepção dos domadores referente a uma sensação corpórea do cavalo, que vai de um toque de mão que parece que queima e desconforta à um toque que acaricia e que gera sensação de conforto, nos convida a um conjunto de reflexões acerca do encontro entre o animal humano e o animal não humano no processo técnico. O toque da mão do domador que desenvolveu a habilidade de tocar por meio da sensibilização da ponta dos dedos engendra pensar o aprendizado e a construção do artífice domador pela relacionalidade com os animais não humanos, os artefatos e os ambientes.

Palavras-chave: Trabalho artesanal, corporeidade, relação humanos e cavalos.

[1] "Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB."

1 – Introdução

As reflexões de Richard Sennett (2013) sobre a maneira como podemos perceber o trabalho artesanal dentro das relações sociais contemporâneas consistem numa referência central para a construção deste texto sobre o ofício da doma de cavalos no contexto do pampa brasileiro. Sennett escreve que as habilidades, inclusive as abstratas, iniciam como práticas corporais de um conhecimento adquirido com a mão, pelo toque e movimento. Por conseguinte, o entendimento técnico é uma capacitação pela força da imaginação que direciona e orienta a habilidade corporal. Nesse sentido a noção de habilidade artesanal consiste numa aptidão desenvolvida a partir do engajamento, que significa dizer por meio do treinamento e repetição, o que, por sua vez, infere uma autocritica constituída por meio da relação entre detecção do problema e a sua solução.

No caso do ofício da doma de cavalos, que é um saber e modo de fazer que busca ensinar equinos para as práticas relacionadas aos trabalhos que envolvem a pecuária extensiva, desde as etapas iniciais do processo técnico, humanos e animais não humanos estabelecem formas de comunicação pelo envolvimento em forma de práticas corporais. O artigo consiste em pensar a relação entre o domador e o cavalo nos estágios iniciais da doma considerando os seus encontros corporais, especificamente no que se refere ao encontro da mão do humano com o corpo equino. A técnica da amanonciação consiste na primeira etapa do trabalho de ensinar cavalos em que o domador busca uma aproximação com o animal visando acostumá-lo com a mão que vai tocando as diferentes partes do seu corpo, processo que chamam "*ir tirando as cóscas*". O estabelecimento de uma comunicação a partir da linguagem verbal e, principalmente, corporal, junto da mediação dos artefatos, consiste nos principais atributos desta técnica.

Os domadores percebem o cavalo como um ser em constante fuga. Assim, nos primeiros contatos, todo o corpo do cavalo é fuga, ou seja, o toque da mão é reprimido pelo corpo do animal e controlado pelo olhar vigilante que quer saber o que o domador está fazendo. Esse olhar vigilante está presente nestes primeiros contatos e constantemente cria uma situação de defesa para a fuga. O toque pela mão busca estabelecer uma relação de confiança que permite uma aproximação e assim, nas etapas seguintes do processo de ensinamento do *potro* – cavalo em processo de iniciação de doma -, o toque que acaricia vai antecipar qualquer ação no corpo do equino, principalmente no que se refere aos ensinamentos com os diferentes artefatos de montaria. Portanto, essa percepção dos domadores referente a uma sensação corpórea do cavalo,

que vai de um toque de mão que parece que queima e desconforta à um toque que acaricia e que gera sensação de conforto, nos convida a um conjunto de reflexões acerca do encontro entre o animal humano e o animal não humano no processo técnico. O toque da mão do domador que desenvolveu a habilidade de tocar por meio da sensibilização da ponta dos dedos engendra pensar o aprendizado e a construção do artífice domador pela relacionalidade com os animais não humanos, os artefatos e os ambientes. Por conseguinte, mostraremos que essas habilidades estão relacionadas as transformações do ofício da doma no decorrer do desenvolvimento da pecuária extensiva e das relações de mercado da sociedade capitalista.

2 – A "Habilidade artesanal": A experiência do *Homo faber*

A proposta central de Richard Sennett no livro "O artífice" é estabelecer uma reflexão a partir da distinção entre as duas imagens de pessoas trabalhando elaborada por Hannah Arendt. De um lado tem-se o trabalho braçal rotineiro do "*animal laborens*" em que as pessoas "fazem coisas que não sabem o que estão fazendo" (SENNETT, 2013, p. 11) onde nada mais importa do que fazer a coisa funcionar, ou seja, estão entregues a realização de uma tarefa. Do outro lado, em contraponto e também de forma superior a primeira imagem, encontra-se a atividade artesanal como uma outra forma de vida, sendo um trabalho que desenvolve a criatividade pois que se deixa de produzir para discutir e julgar em conjunto. Nesta segunda imagem tem centralidade o conceito de "*homo faber*", homem que faz. O autor considera esta divisão equivocada, pois o "*animal laborens*" também tem capacidade de pensar considerando que o produtor pode discutir mentalmente com os materiais ao mesmo tempo em que trabalhar conjuntamente com outras pessoas possibilita que conversem a respeito do que estão fazendo. A questão, portanto, está em responder o que o processo de fazer coisas revela a nosso respeito (*ibdem*, p. 18).

A técnica é assim o "cultivo de um estilo específico de vida", não sendo um procedimento maquinal, mas uma "questão cultural" (*ibdem*, p. 19). Sennett desenvolve essa questão por meio do conceito "trabalho artesanal" como uma expressão que supostamente desapareceria na sociedade industrial. Porém, esta noção sustenta-se a partir do princípio de que o impulso humano básico é o desejo de um trabalho bem feito por si mesmo, e assim, abrange um aspecto mais amplo do que a atividade manual dando conta de atividades que são praticadas de maneira capacitada, tais como a cidadania. O

artífice é entendido como aquele que se engaja de uma forma prática, mas não instrumental, com o objetivo de fazer um "bom trabalho" por meio da curiosidade, investigação e a capacidade de aprender com a incerteza. A habilidade artesanal é uma aptidão desenvolvida em alto grau onde as pessoas, deixam de esforçarem-se somente para fazerem as coisas funcionarem, tornando-se capazes de sentir e pensar sobre o que estão fazendo.

A técnica é uma habilidade incorporada por meio do envolvimento perceptivo das práticas corporais, como o 'pegar' com a mão, em que o treinamento vai constituindo as habilidades, que são os movimentos corporais sincronizados (INGOLD, 2010, SENNETT, 2013). A maneira como aprende-se um saber e modo de fazer se dá a partir da experiência adquirida, sendo um constante processo de educação corporal expressas na forma como os humanos movimentam seus corpos (MAUSS, 2003). Sennett (2013) entende que a habilidade artesanal é a incorporação de um processo de conversão da informação e das práticas em conhecimento tácito. Conhecimento que é adquirido com a mão por meio do toque e movimento. O autor escreve que, de todos os membros do corpo humano, a mão é a que é dotada de maior variedade de movimentos o que permite trabalhar as coisas de diferente maneiras. A evolução biológica e cultural do humano e o aparecimento do *homo faber* estão relacionados a mudança estrutural das mãos que se deu quando se capacitou segurar as coisas com segurança numa mão, para poder trabalhar com a outra.

O treinamento por meio da repetição permite a autocrítica no sentido de que o movimento das mãos estimula determinadas regiões do cérebro expandindo a capacitação. Os calos adquiridos consistem num processo de sensibilização da mão para o controle dos movimentos através da "força mínima" e "aprender a soltar" proporcionando o autocontrole do corpo e facultando a precisão nos gestos. No trabalho manual a força bruta e cega é contraproducente. Assim, fazer algo repetidas desenvolve a habilidade de olhar para a frente e prever aquilo que vai se transformar. Ao treinar a mão desenvolve-se uma habilidade rítmica considerando que as mãos vão acumulando um repertório de gestos adquiridos. (Ibdem, p. 190 – 192).

Por conseguinte, a habilidade artesanal, além do treinamento dos movimentos corporais que expande as capacitações, é o resultado de uma interação entre os humanos e destes com a dimensão não humana sendo um aprendizado a partir do encontro com o "outro" (Wagner 2010). A aprendizagem, que vai constituindo a habilidade, é transmitida ao iniciante pelos mais velhos, através do que Ingold (2010, p. 20) chama de "educação

da atenção". Esse aprendizado não se dá pela entrega de um "corpo de informações desincorporada", consideradas "representações", mas pela criação, por meio das atividades de determinada geração, de "contextos ambientais dentro dos quais as sucessoras desenvolvem suas próprias habilidades incorporadas de percepção e ação." O iniciante aprende imitando os gestos e tentando repetir os movimentos corporais e rítmicos de seus mestres. Por conseguinte, o aprendizado se dá pelo caminhar no mundo (especificamente, no pampa), se engajando de diferentes maneiras em "múltiplos contextos" (LAVE, 2015) como "participante cambiante" (ibdem, 2015, p. 42) entendido com aquele que se movimenta por entre os contextos que influenciam e moldam a aprendizagem das diferentes técnicas.

A referência de Carlos Sautchuck (2015) que adota as noções de Tim Ingold e Leroi-Gouhan para refletir sobre a aprendizagem de pescadores laguista e costeiros, percebe a técnica a partir, não da relação entre o organismo e ambientes mediados pelos artefatos, mas pelos movimentos e ritmos estendendo o olhar para os gestos humanos. As habilidades, nesse sentido, são construídas a partir de uma conjunção de movimentos. Assim, pode-se adotar a referência para conceber a construção do artífice domador por meio de uma "constituição corporal mais ampla" que está associada a outros movimentos. O enfoque deve ser a atividade engajada e suas ações junto a outras ações. O domador "é um ato" devendo-se atentar para sua formação como parte do fluxo de processos mais amplos (SAUTCHUK, 2015, p. 133). A doma, nessa conformação teórica, é um conjunto de aconteceres que se entrelaçam e o domador mistura os elementos em combinações variadas (diferentes artefatos, diferentes cavalos) de maneira a redirecionar seus fluxos com intuito de antecipar o que irá emergir (INGOLD, 2012, p. 36). Assim, a relacionalidade entre os animais humanos, os animais não humanos, os artefatos e os ambientes na construção do artífice domador e das diversas técnicas de ensinar cavalos se dá por meio da emergência dos diversos ritmos e fluxos que constituem os ambientes no pampa.

Giovani Alves (2015) retoma a discussão referente as duas narrativas sobre o trabalho no capitalismo baseadas nas noções de "*animal laborens*" e "*homo faber*". O autor não desconsidera essa distinção ao passo que são a condição existencial da pessoa que trabalha no capitalismo. Ao mesmo um trabalhador pode ser uma força de trabalho como mercadoria, ou seja, um empregado executando tarefas cotidianas, e também, um *Homo faber* que desenvolve uma capacitação pelo engajamento. Com as transformações do mundo do trabalho nas sociedades industriais cujas relações sociais são regidas pelo

modo de produção capitalista enquanto um fazer produtivista, existe a tendência do trabalho artesanal incorporar em parte as dimensões dos seus processos produtivos precarizando a própria atividade e as pessoas, reduzindo o "*homo faber*" ao "*animal laborens*" que significa corroer o desejo do trabalho bem feito por si mesmo. Entretanto, o autor ressalta que o processo de,

> resgatar a experiência oculta do homo faber nas narrativas do trabalho significa demonstrar que, apesar do processo de especialização e fragmentação do sujeito que trabalha, existe (e persiste), nos interstícios do mundo vivido de homens e mulheres que trabalham em ofícios e profissões, narrativas de resistência e memória que expõe o outro lado da condição humana salientada por Hanna Arendt: A experiência do homo faber. (ALVES, 2015, p. 14)

Se o tempo do artífice é lento permitindo a reflexão, os mesmos inseridos na sociedade capitalista têm que adaptarem seus tempos dando conta da necessidade de produtividade. Nesse sentido, o fazer está inserido em processos sociais mais amplos que o fazem transformar sua forma de trabalho para se inserir as normas sociais. No próximo item, apresentaremos como as transformações do mundo da pecuária, especificamente no que se refere ao surgimento de um "complexo agronegócio do cavalo" no pampa, faz com que os domadores busquem se adaptarem a essas novas configurações.

3 – As transformações do ofício da doma no pampa

Num texto intitulado "O trabalho visto pela antropologia social" José Sérgio Leite Lopes (2013) desenvolve que o tema trabalho está presente nas etnografias sobre grupos indígenas, étnicos, camponeses, artesãos, embora não como tema central da reflexão, mas embutido na vida social do grupo sendo um dos seus aspectos. O tema torna-se domínio da antropologia somente no momento em que nas sociedades capitalistas ocorre o processo de proletarização dos camponeses os quais migram do campo para a cidade se tornando trabalhadores industriais. A antropologia brasileira enquanto uma "anthropology at home" passa então a se interessar pelo tema sendo que uma de suas preocupações é etnografar o impacto do capitalismo sobre esses grupos de trabalhadores. Entretanto, nos parece que o centro das reflexões do autor é o trabalhador assalariado e não dá conta dos trabalhadores que exercem ofícios sejam agricultores familiares, artesãos e peões da pecuária. Nesse sentido, quando deixamos de estudar o trabalhador

enquanto categoria social, para concebê-lo como "uma pessoa humana que trabalha" (ALVES, 2015, p. 9) podemos enriquecer as reflexões antropológicas sobre o assunto. Assim, o tema dos ofícios e profissões enquanto uma dimensão oculta dentro do sistema capitalista ganha relevância e centralidade.

O conjunto de observações escritos por Leticia Ferreira e Jussemar Gonçalves (2011; 2012a; 2012b) referente aos trabalhadores rurais do pampa nos conduzem a pensar sobre um modo de vida em constante transformação - em alguns casos em ruinas -, e que concilia o trabalho, a lida do campo, o convívio com os animais e a vida. Os autores argumentam que poucos trabalhos foram produzidos no pampa brasileiro referente a história, a memória e ao modo de vida desses trabalhadores rurais. Compartilhamos a constatação dos autores e entendemos em forma de hipótese que isso se deve ao fato de uma visão por parte das ciências sociais que considera esses trabalhadores como "não politizados", ou seja, não se reconhecem como sujeitos de direitos no sentido de buscar o que lhe é garantido pelo estado. Ora, impor uma forma de cidadania pautada em uma legislação a um grupo que partilha um determinado modo de vida sem perguntar-se como eles constroem suas próprias relações políticas, é desconsiderar a compreensão das possíveis formas de cidadania construídas de diferentes maneiras, por grupos diversos. No âmbito do cotidiano constroem-se relações e modos de vida que muitas vezes entram em conflito com a legislação trabalhista. Outra questão refere-se ao fato de que a literatura das ciências sociais considera este trabalho na pecuária como em processo de extinção, sendo que aquilo que foge aos padrões e regras legais figuram como sobrevivências de um "passado" que não está de acordo com o "moderno" fato que, em nossa experiência de campo, observamos como um processo de constantes transformações.

Para os autores, os ofícios voltados para a manutenção da pecuária no pampa, abarcados pela denominação lidas campeiras, vem se transformando a partir das novas configurações do capitalismo. O trabalho que, de uma maneira geral, é marcado pelo caráter de aventura, é afetado pela introdução de novas técnicas "sendo quase extintos, seja o ofício quanto seu artesão" (FERREIRA e GONÇALVES, 2012a, p. 157). As transformações dos processos produtivos conformadas por novas tecnologias e necessidade de se adaptar as exigências do mercado alteram o trabalho dos peões campeiros (idem, 2012b). Atividades vinculadas a uma ideia de aventura que se caracterizam pela presença dos cavalos e cachorros, são refutadas por novas técnicas de manejo considerando que podem interferir na produtividade, ou seja, no engorde do gado.

Assim, o manejo com animais vacuns deve ser feito com vagar para não estressá-lo fazendo com que perca peso (idem, 2012b, p. 04).

Por conseguinte, este texto se insere numa série de etnografias[2] que se desenvolveram (e estão sendo desenvolvidas) como desdobramentos do trabalho realizado pelo "Inventário Nacional de Referências culturais – INRC – lidas campeiras na região de Bagé (1° Fase)[3]" que realiza pesquisa de campo desde 2010. Para a documentação do inventário o grupo se constituiu por uma equipe de antropólogos, historiadores e geógrafos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com financiamento e metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O objetivo consistiu em inventariar a pecuária extensiva (criação de bovinos, ovinos e equinos com fins econômicos) nas práticas e saberes que a compõe, como referência na constituição da cultura pampiana (KOSBY e SILVA, 2013; RIETH et al 2013, RIETH, RODRIGUES e MARTINS, 2015). Observou-se que as transformações da pecuária influenciam diretamente nas configurações do trabalho e consequentemente no modo de vida. A introdução do método de pastoreio rotativo Voisin (RIETH et al, 2013), que consiste em um manejo que não utiliza cachorros e cavalos sendo "*o boi quem segue o homem, não o homem quem corre atrás do boi*". A convivência diária entre o gado e o "*peão a pé*" estreita a relação entre ambos. Os proprietários da fazenda elencam a dificuldade em contratar peões campeiros para as lidas com o método Voisan elencando uma resistência desses trabalhadores na "lida a pé" sem cavalo e cachorros e sem os artefatos que aprenderam a trabalhar. A preferência dos peões em correr atrás do boi ao invés de ensiná-lo a seguir seus passos reflete um modo de vida sustentado na lógica da caça, em que o animal domesticado se torna xucro quando manejado de forma tradicional (RIETH, LIMA e BARRETO, 2014).

A partir dos ofícios levantados pelo INRC, uma das pesquisas empreendeu uma reflexão sobre a relação entre humanos e cavalos no ofício da doma (LIMA, 2015). Este ofício é um saber e modo de fazer que é praticado pelo *domador* concebido como um

[2] Ver SILVA (2014), LIMA (2015) e BARRETO (2015).

[3] O trabalho de levantamento do inventario foi financiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Se constituiu a partir de uma demanda da Prefeitura de Bagé/RS ao Instituto e acolhida pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia que se utilizou da metodologia deste para inventariar os bens patrimoniais de caráter imaterial. A primeira fase compreende os anos de 2010-2013. A equipe de pesquisadores do INRC – Lidas Campeiras na região de Bagé/RS foi composta por: Flávia Maria Silva Rieth (Coordenadora), Marília Floôr Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Pablo Dobke, Marta Bonow, Daniel Vaz Lima, Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem), Fernando Camargo (Consultor em História), Erika Collischonn (Consultora em Geografia) Beatriz Muniz Freire e Marcus Benedetti (técnica/o IPHAN).

artífice que possui a habilidade das diferentes técnicas de ensinar cavalos para as práticas relacionadas aos trabalhos que envolvem a pecuária extensiva. O saber e modo de fazer da doma é constituído de diferentes momentos em que se acionam a utilização de determinados artefatos, estabelecendo uma interação em que o cavalo e o humano aprendem formas de comunicação (ibdem, 2015).

Enquanto um saber e modo de fazer histórico e culturalmente construído, vem constituindo-se nessa área cultural (LEAL, 1997), dentro de um processo histórico de circulação de elementos humanos e não humanos que, nos encontros com os "outros" aprenderam novos saberes num movimento constante de invenção da cultura (WAGNER, 2010). Geralmente a doma é praticada dentro das estâncias – propriedades rurais cujas atividades estão voltadas para a pecuária extensiva -, e o domador, assim, é um trabalhador por conta própria que circula pelas propriedades rurais vendendo sua força de trabalho. Os processos iniciais da doma iniciam no final do verão e início do outono, período chamado *primeira sova*. No inverno os cavalos são soltos no campo e retornam às atividades no início da primavera quando começam a aprender a realizar as práticas das lides pastoris, período chamado de *segunda sova*. A doma de um cavalo, nesse caso, tem duração de praticamente um ano e segue o tempo de aprendizagem do animal e o tempo do domador. Por conseguinte, o potro segue aprendendo a prática no cotidiano de trabalho no manejo com os bovinos e ovinos.

Com a transformação das técnicas, a atividade passou também a ser praticada em ambientes urbanos (HOWES NETO, 2006, p. 51) transformando esta forma de trabalho. Na maioria dos estabelecimentos localizados nos ambientes urbanos em que fizemos trabalho de campo, as técnicas de domar cavalos estavam voltadas quase que exclusivamente para a competição em provas promovidas pela Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos (ABCCC)[4]. É marcante a presença de um mercado do cavalo crioulo no Rio Grande do Sul - que se estende para alguns estados brasileiros, além de países como Uruguai e Argentina -, envolvendo uma rede de diversos agentes e segmentos denominados de "complexo do agronegócio Cavalo" (CEPEA, 2006). A rede se constitui em ramos de atividades chamadas "antes da porteira" que envolvem o mercado de medicamentos veterinários e de rações para equinos, selaria e acessórios, casqueamento e ferrageamento, transporte, pesquisas e publicações, mídia, equipamentos

[4] A ABCCC foi criada em 1932 no município de Bagé/RS tendo como intuito "identificar animais da raça e evitar seu desaparecimento, manter registros e organizar o stud book e organizar eventos com os criadores para premiar os melhores animais" (MATTOS et al, 2010, p.12).

e acessórios para equitação e esportes equestres, entre outros. Por conseguinte, há as atividades 'dentro da porteira" que se referem aos cavalos para lida, equoterapia, esportes como as provas funcionais, escolas de equitação, exposições e eventos e, por fim, as atividades "Pós porteira" que se referem aos leilões, exportações e importações de cavalos vivos (MATTOS et al, 2010). O cavalo crioulo descende dos cavalos da raça andaluz que chegaram com os europeus na América a partir de 1493 e, desde então, vem se adaptando ao ambiente. A raça cavalo crioulo é reconhecida como patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul tendo aproximadamente 80% dos cavalos crioulos do país.

Um grande número de eventos realizados pela ABCCC ocorre todos os meses do ano ao passo que o evento mais importante é a prova do "Freio de Ouro", que acontece numa grande feira agropecuária do estado, em que se avalia a habilidade e morfologia do cavalo crioulo para o trabalho no campo. Assim, o objetivo dos criadores é fazer com que seus cavalos participem das provas mensais e consigam uma boa posição para concorrer na prova do "Freio de Ouro" o que gera prestigio ao criador e aumenta o valor monetário do cavalo. Os valores dos cavalos com as primeiras colocações na prova são estimados em milhões de reais. (LÜTTING, 2009). Nos locais que se criam os cavalos crioulos, seja no meio urbano ou nas propriedades rurais, empregam-se os domadores e treinadores que ensinam e treinam os cavalos para "*correr prova*", ou seja, para realizarem as tarefas das diversas competições equestres e também os cabanheiros que são os responsáveis pelos cuidados dos animais tais como alimentação, medicação e cuidados estéticos. Nesse sentido, a prática de domar cavalos ocorre em todas as estações do ano e o domador passa a ter que se adaptar aos prazos que as provas exigem, além da necessidade de transformar os animais em atletas. As atualizações do ofício permitiram que alguns domadores, que desenvolveram a habilidade trabalhando nas estâncias e cabanhas, construíssem seus centros de doma e hospedarias para cavalos em que, muitas vezes, contratam, por um salário mínimo, a força de trabalho de outros domadores e cabanheiros para ajudarem no trabalho com os cavalos.

A necessidade de alto desempenho e a competitividade das provas faz com que os cavalos selecionados pelos criadores, baseados nos quesitos de morfologia, genética e aptidão para a modalidade escolhida, desenvolvam uma habilidade altamente especializada para realizar as etapas das competições. Esse fator é fortemente influenciado pelo tipo de ensinamento que o animal recebe. A doma desse animal influencia sua psicologia e no comportamento durante a prova e, nesse caso, o treinamento destes cavalos tem que ser realizado por um artífice com habilidades na

prática do ofício (LÜTTING, 2009). Conforme nos falou Dula, domador que possui um centro de doma localizado no município de Pelotas, o cavalo tem que se tornar um atleta e o principal trabalho do domador é ensiná-lo de maneira que este goste da atividade que está realizando. Nesse sentido, o domador ressalta a importância da confiança estabelecida entre o humano e o cavalo de forma que estabeleçam uma interação para a realização das provas. Assim, os domadores passaram a valorizar as etapas inicias da doma, chamadas de amanonciação, considerando que neste momento os humanos e cavalos iniciam um processo de comunicação e confiança que será a base para as etapas posteriores. Portanto, no próximo item desenvolveremos algumas notas iniciais sobre esta técnica ressaltando os seus principais aspectos.

4 – Amanonciação: o encontro da mão do domador com o corpo do cavalo

Na pesquisa do INRC – lidas campeiras na região de Bagé/RS levantou-se a existência de diversas técnicas de domar em que basicamente se classificam de acordo com a graduação da violência empreendida: na *doma tradicional* ou *gaúcha* são utilizadas técnicas de reforço, tendo centralidade o uso da força e imposição em que se acionam alguns artefatos como rebenques e *esporas*[5]. Lima (2015) desdobra essa questão mostrando que existem regras e normas para empreendimento de um ato de violência em que a violência do domador tem que ser em resposta de uma ação negativa do cavalo. No mesmo sentido, os domadores percebem que a ação violenta do potro se dá em resposta a violência, sem justificativa, do domador. Assim, estabelecem uma discussão sobre o que é um ato de violência e o que não é um ato de violência. Em contraponto, se tem as técnicas de doma ditas "*racionais*" (como "*doma racional*", "*doma índia*") cujos os princípios se baseiam na não utilização da força e imposição, ou seja, sem machucar o animal estabelecendo uma relação de confiança entre o humano e o cavalo considerando que o domador o convida a realizar as tarefas. O princípio das

[5] "É um artefato tridimensional e consiste de uma armação de metal (em geral ferro) em forma de "U". Na sua volta externa (volta do "U"), uma "roseta" se encontra acoplada à armação, por meio de uma extensão ("papagaio" – de 3 a 4cm ou mais) do próprio metal. A parte interna da volta do "U" fica encaixada no calcanhar da pessoa que usa a espora; uma corrente de metal ou o tento de couro faz um outro "U" que é acoplado por baixo do pé, firmando a espora no taco (salto) da bota do campeiro. Tentos de couro são utilizados fazendo voltas pela frente do pé, passando pela extensão de metal onde se encontra a "roseta", com o objetivo de evitar que a espora se solte do pé. A "roseta" é um artefato de metal (em geral ferro ou latão) quase bidimensional, circular, achatado, de 2cm de diâmetro ou mais, com pontas agudas em toda a sua volta (pontas também variam de tamanho e de quantidade, de acordo com o tamanho da roseta)". (RIETH et al 2013: S/N).

técnicas de domas ditas racionais consistem em despertar o interesse do potro baseando-se na comunicação por meio dos movimentos corporais em que ambos vão se conhecendo permitindo, assim, uma aproximação. Entretanto, esse debate entre os domadores se refere a melhor maneira de ensinar o cavalo e observa-se que não há consenso, pois entendem que a diferença entre as técnicas está na "*maneira de lidar*" com o *potro*[6], construído a partir da relação estabelecida entre ambos (LIMA, 2015).

Conforme o dicionário de regionalismo do Rio Grande do Sul escrito por Zeno Cardoso Nunes e Rui Cardoso Nunes (1996, p. 29) "*amanonciar*" significa "fazer carinhos com as mãos nos potros que estão sendo domados a fim de tirar-lhes as cócegas". Em nossa definição, a técnica consiste num conjunto práticas que buscam conquistar a confiança do potro e estimular seu interesse por uma interação. Segundo Sérgio, domador residente em Pelotas/RS, há alguns anos atrás não eram relevantes as técnicas de *amanonciar,* ou seja, o *potro* era pego "*xucro*" (não *amanonciado*) para domar o que demandava muito mais força física e violência. Por conseguinte, Minga Blanco, domador e proprietário rural no município de Aceguá/RS, revela que as técnicas da doma "ditas racionais" exploram este momento de iniciação do *potro.* Os interlocutores que praticavam a "*doma tradicional*" adotaram as técnicas de *amanonciação* para, como dizem, "*trabalhar a mansidão*" do cavalo facilitando a realização das próximas etapas.

Esse trabalho, muitas vezes é feito desde quando o *potro* está sendo desmamado pela égua, com seis meses de idade. Assim, os primeiros contatos com o animal acontecem com a presença da égua e o domador utiliza a linguagem corporal desta para aproximação: encosta o seu corpo no pescoço do animal e o abraça fazendo conforme a mãe faz para indicar-lhe a direção que deve tomar. O primeiro objetivo é colocar o cabresto e sensibilizar a cabeça do animal para aprender a entender o que o domador está indicando por meio do movimento do artefato. O principal aspecto desses primeiros momentos é buscar a confiança do potro e isto se consegue quando o mesmo deixa a mão humana tocar na sua "parte cega" que é a sua testa. Após a permissão para acariciar a testa que o domador passa a etapa de colocar-lhe o cabresto. Colocado o artefato, o domador puxa a corda que está ligada ao mesmo e a primeira reação do cavalo é "*sentar para trás*" tentando tirar o objeto que está puxando sua cabeça. Nesse caso, faz-se necessário os princípios mostrados por Sennett (2013) da "força mínima" e "aprender a

[6] Cavalo não iniciado no processo de doma.

soltar", pois o domador deve manter uma leve pressão quando o animal está reagindo e aliviar a mesma quando este esboça uma aproximação.

Nos casos em que o potro está desmamado e não tem mais contato direto com sua mãe os domadores adotam o seguinte procedimento: O animal é conduzido para dentro de um pequeno curral circular e o domador, com o cabresto na mão, busca se aproximar. O animal entra em fuga passando a correr em volta enquanto o domador acompanha seus movimentos, vez por outra, lançando uma corda por trás do potro fazendo-o correr em disparada. Depois de algum tempo, o potro começa a dar um sinal de aproximação que é o gesto de baixar e subir à cabeça e começar a lamber os *beiços.* Nesse momento, o domador se aproxima do cavalo que aos poucos vai permitindo o encontro. Por fim, se aproxima acariciando a testa e colocando o laço no focinho para o cavalo cheirar, pois segundo dizem este conhece algo pelo cheiro. Após isso, o domador, lentamente e com calma, coloca o cabresto no pescoço do potro (LIMA, 2015).

Por conseguinte, inicia-se o processo do toque da mão do domador no corpo do animal, chamado "*palmear o potro*". Inicialmente o domador acaricia a testa e a cabeça do potro, para as etapas seguintes tocar as demais partes do corpo: pescoço, paletas, barriga, virilhas chegando às patas traseiras. Esse processo chama "*tirar as cóscas*" ou "*trabalhar o medo*". O domador, inicialmente, vai *palmeando o potro* segurando pelo cabresto, pois o animal não está sensível ao toque. Essa etapa é importante para o desenvolvimento psicológico e comportamental do animal considerando que o ensinamento não é praticado de forma a criar traumas. O cavalo é um ser em constante fuga e nos primeiros contatos, todo o seu corpo é fuga. O toque da mão é reprimido pelo corpo do animal e controlado pelo olhar vigilante que quer saber o que o domador está fazendo. Esse olhar vigilante está presente nestes primeiros contatos e constantemente cria uma situação de defesa para a fuga. O toque, neste sentido, busca derrubar estas barreiras com intuito de estabelecer uma relação de confiança que permite uma aproximação. Bayard Jacques, domador de cavalos que reside em Jaguarão/RS, relata em um livro sobre a suas experiências no oficio sobre o toque da mão:

> Desde os primeiros potros que amansei, sempre me impressionou o verdadeiro pavor que eles sentiam ao toque da mão. A impressão que me passavam era como se minha mão fosse fogo e queimasse. Depois de conseguir que o animal reduzido pelos elementos de contenção se deixasse apalmar a impressão era exatamente o contrário: os animais gostam de ser tocados, desde que tenham sido bem tocados. (JACQUES, 2008, p. 66).

A maneira como toca o corpo do animal deve ser capaz de passar a sensação de segurança e nesse sentido é importante ser paciente considerando que o cavalo é perceptivo as emoções humanas. Se o potro está desinquieto e inseguro e o domador se mantém calmo, o primeiro irá perceber que não há motivos para ficar assim. Nas etapas seguintes do processo de ensinamento esse toque que acaricia vai antecipar as ações no corpo do equino, principalmente no que se refere aos ensinamentos com os diferentes artefatos de montaria. Porém, antes dos artefatos de montaria, tem-se os *maneadores* e *maneias*: As *maneias* são peças constituídas por dois pedaços de couro, ligados por argolas, que tem a função de prender as patas do cavalo para este não fugir. Colocadas as *maneias* o domador aciona os *maneadores* que são cordas feitas de tiras couro com espessura grande que servirão para rodear o corpo do animal. Esses artefatos limitam as possibilidades de reação do potro fazendo-o acostumar-se com os artefatos que, futuramente, serão colocados. Todo o artefato que o domador irá colocar no cavalo que está em iniciação é cheirado pelo animal, pois o cavalo conhece algo pelo cheiro e se está na mão do domador ele não irá reagir.

Também chamada de "*amansar de baixo*", a *amanunciação* busca uma aproximação com o cavalo, visando estabelecer uma relação de confiança em que o animal vai permitindo as ações do domador e aprendendo sem traumas. O domador observa as reações do cavalo ao mesmo tempo em que este observa as reações do domador. Por isso a ênfase na paciência quando se está lidando com o potro. Depois desta etapa segue-se o processo em que o domador considerando o que aprendeu sobre o cavalo e seu temperamento, vai acionando determinadas técnicas, e associados a elas tem-se os artefatos, a fim de seguir os ensinamentos.

5 – Considerações finais

Neste texto desenvolvemos algumas notas iniciais a cerca das transformações do ofício de domar cavalos no contexto do pampa brasileiro no âmbito das novas configurações da pecuária. Se por um lado, existe a tendência de desestimular o manejo do gado a cavalo, por outro, se observa o surgimento de um "complexo agronegócio do cavalo crioulo" no pampa fazendo com que os domadores busquem se adaptarem a essas transformações. A técnica concebida como uma habilidade incorporada por meio de práticas corporais, principalmente a mão, em que o treinamento vai constituindo as

habilidades, que são os movimentos corporais sincronizados além das interações estabelecidas com os não humanos, transformou-se diante deste quadro. O alto desempenho e a competitividade das provas faz com que os cavalos selecionados pelos criadores tenham de desenvolver uma habilidade altamente especializada para realizar as etapas das competições que envolvem a funcionalidade do cavalo crioulo. A doma influencia a psicologia e o comportamento do animal e, nesse caso, o treinamento destes cavalos tem que ser realizado por um artífice também altamente especializado. Assim, os domadores passaram a valorizar as etapas inicias da doma, chamadas de *amanonciação*, considerando que neste momento os humanos e cavalos iniciam um processo de comunicação e confiança que será a base para as etapas posteriores. Se o tempo do artífice é lento permitindo a reflexão, os mesmos inseridos na sociedade capitalista têm que adaptarem seus tempos dando conta da necessidade de produtividade. Nesse sentido, o fazer está inserido em processos sociais mais amplos que o fazem transformar sua forma de trabalho para se inserir as normas sociais. Ao mesmo um trabalhador pode ser uma força de trabalho como mercadoria, ou seja, um empregado executando tarefas cotidianas, e também, um *Homo faber* que desenvolve uma capacitação a partir do engajamento.

Para finalizar, observamos assim um modo de vida se adaptando as novas configurações sociais da sociedade capitalista considerando que esta forma de viver está inteiramente vinculada ao cavalo. Somente com a extinção dos cavalos que se terá a extinção deste modo de vida.

6 – Referencias

ALVES, Giovani. Prefácio: Animal laborens e homo faber. In: Nummer, Fernanda Valli; França, Maria Cristina Caminha Castilhos (Organizadoras). **Entre ofícios e profissões**: reflexões antropológicas. Belém: GAPTA/UFPA. 2015, p. 9 – 14.

BARRETO, Éric. **Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro:** as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro. 2015, 116f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **Estudo do**

Complexo do Agronegócio Cavalo no Brasil / Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da ESALQ, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. – Brasília: CNA; MAPA, 2006, 251p.

FERREIRA, Leticia de Farias; GONÇALVES, Jussemar Weiss. Memórias do Trabalho no Pampa. In: **VI ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL**, 2011, Pelotas. VI ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL - Narrativas, Fronteiras e Identidades. Pelotas: UFPEL, 2011. v. 1. p. 286-294.

_____. O cavalo e a pedra: quando a vida e o trabalho se encontram. **Historia*e*: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande**, v. 3, p. 137-154, 2012a.

_____. O Campo e o Trabalho: a memória como resistência.. In: **28° Reunião Brasileira de Antropologia,** 2012b, São Paulo. Anais 26ª RBA. São Paulo: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. v. I.

HOWES NETO, Guilherme. **De bota e bombacha**: Um estudo antropológico sobre identidades gaúchas e o tradicionalismo. 2009, 134 f, dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Ciências Sociais e Humanas, UFSM, Santa Maria.

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n.37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

JACQUES. Bayard Bretanha. **Registros da eficiência da equitação gaúcha:** Primeiros escritos. Jaguarão: Autor, 2008.

KOSBY, Marilia; SILVA, Liza Bilhalva da. INRC – Lidas campeiras na região de Bagé/RS: inventário dos ofícios e modos de fazer da pecuária no Pampa. **Revista Perspectivas Sociais**, Ano 2, N. 1, p. 2-14, março/2013

LAVE, Jean. “Aprendizagem com/na prática”. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, no 21, n. 44, pag. 37 - 47, jul – dez 2105.

LEAL. Ondina Fachel. Do etnografado ao etnografável: O “Sul” como área cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, n° 7, p. 201 – 2014, outubro de 1997.

LIMA, Daniel. ***“Cada doma é um livro”***: A relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense. Pelotas, Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2015.

LOPES, Sérgio Leite Lopes. O trabalho visto pela antropologia social. **Revista Ciências do Trabalho**, vol. 1, n. 1, 2013.

LÜTTING, André. **No tropel do cavalo crioulo**: as motivações e o universo social dos criadores de cavalo crioulo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MATTOS, Paloma de; RODRIGUES, Renata Gonçalves; CELIA, Andrea Polidori; SAGGIN, Kleiton Douglas; PADILHA, Ana Claudia Machado. O perfil empreendedor do criador de cavalo crioulo no estado do Rio Grande do Sul. In: **Anais do 48° Congresso SOBER,** Julho 2010.

MAUSS, Marcel. 2003. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify.

NUNES, Zeno Cardoso. NUNES, Rui Cardoso Nunes. **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro Ed, 1996, 552f.

RIETH, Flávia ; KOSBY, Marilia; SILVA, Liza Bilhalva da; RODRIGUES, Marta Bonow; DOBKE, Pablo; LIMA, Daniel Vaz. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** Lidas Campeiras na Região de Bagé, RS (volume 3). 1. ed. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013. v. 1. 356p.

RIETH, Flávia; RORIGUES, Marta Bonow; SILVA, Liza Bilhalva da. As lidas campeiras na região de Bagé/RS: sobre as relações entre homens, mulheres, animais e objetos na cultura campeira. In: Nummer, Fernanda Valli; França, Maria Cristina Caminha Castilhos (Organizadoras). **Entre ofícios e profissões**: reflexões antropológicas. Belém: GAPTA/UFPA. 2015, p. 175 – 195.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz; BARRETO, Eric. Lida Brabíssima: A cultura da caça como constituidora da relação entre humanos, animais e artefatos na pecuária extensiva no pampa brasileiro. In: XI Reunión de Antropología del Mercosur, 2015, Montevidéo. **Anais do XI Reunión de Antropología del Mercosur**, 2015.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Aprendizagem como gênese: Prática, skill e individuação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, no 21, n. 44, pag. 109 – 139, jul – dez 2105.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVA, Liza Bilhalva Martins da. **Entre lidas**: Um estudo de masculinidades e trabalho campeiro na cidade. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Mestrado (PPGA). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2014.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

"*LIDA BRABÍSSIMA*": A CULTURA DA CAÇA COMO CONSTITUIDORA DA RELAÇÃO ENTRE HUMANOS E ANIMAIS NA PECUÁRIA EXTENSIVA NO PAMPA BRASILEIRO

Flávia Maria Silva Rieth*
Daniel Vaz Lima**
Eric Barreto***

Resumo
Dando seguimento à reflexão do "INRC – Lidas Campeiras na região de Bagé", pesquisa que descreveu as práticas – entendidas como lidas campeiras - associadas à atividade da pecuária no pampa brasileiro, esta etnografia trata da lógica da caça como constituidora do modo de vida dos peões campeiros durante o manejo das atividades da criação extensiva de rebanhos bovinos, equinos e ovinos. Atenta-se para os diferentes manejos dos rebanhos – o "tradicional" e o "racional" –, em que figuram diferentes percepções acerca das relações entre humanos e não humanos. O modo de vida dos campeiros, que têm habilidade no manejo destas práticas, está diretamente relacionado com outros animais, artefatos e ambientes característicos do pampa. O aprendizado do trabalho consiste numa "educação da atenção" (INGOLD, 2010), na qual as habilidades são incorporadas por meio da percepção e da convivência entre humanos e não humanos. A lida campeira é concebida como brabíssima, visto que é preciso encarar as intempéries climáticas e os animais xucros, demandando muita força física que, na linguagem do campeiro, significa ter "força no braço". A partir da descrição do gosto destes trabalhadores por manter relações próximas à caça com animais de criação – correr atrás do boi, laçá-lo –, propomos refletir sobre as lidas campeiras como modo de vida pautado pelas noções de caça e domesticação tanto de animais humanos quanto de animais não humanos.
Palavras-chave: Modo de vida campeiro. Cultura de caça. Relação entre humanos e não humanos.

"*Lida brabíssima*": The culture of hunting as relevant in the relation between humans and animals in extensive cattle breeding in the Brazilian Pampa.

Abstract
Following the reflection of the "INRC – Campeiras Handling in the Bagé region", a research which described the practices – understood as *campeiras handling* – associated to the cattle breeding activity in the Brazilian Pampa, this ethnography deals with the logic of hunting as relevant in the way of life of countryside peasant during the handling of the activities of extensive breeding of cattle, horse and sheep herds. We focus on different handlings of herds – the "traditional" and the "rational" –, comprising different perceptions concerning the relations between humans and non-humans. The way of life of countryside men, who have the skill to handle such practices, is directly related to other animals, artifacts and characteristic environments from the Pampa. The apprenticeship of the work consists of a so-called "attention education" (INGOLD, 2010), in which the skills are incorporated through the perception and the interaction between humans and non-humans. The campeira handling is seen as *very rough*, as it is important to face the challenging weather conditions and the non-tamed animals, demanding a lot of physical strength which, in the countryside men's language, it means having "strength in the arm". Based on the description of the taste of such workers for keeping close relations to hunting with farm animals – running after the ox, lacing it –, we propose the reflection on the campeiras handling as a way of life ruled by these notions of hunting and domestication both of human animals and non-human animals.
Keywords: Campeiro's way life, hunting culture, relationship between human and nonhuman.

* Profesora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt – UFPel). Contato: riethuf@uol.com.br.
** Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt – UFPel). Contato: dvlima.vaz@gmail.com
*** Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt – UFPel). Contato: ericsbbarreto@gmail.com

"*Lida brabíssima*": la cultura de la cacería como constituyente de las relaciones entre humanos y animales en la pecuaria extensiva en la pampa brasileña

Resumen
Siguiendo la reflexión del "INRC - Lidas Campeiras na região de Bagé", pesquisa que describió las prácticas - entendidas como faenas camperas - asociadas a la actividad de la pecuaria en la pampa brasileña, esta etnografía trata de la lógica de cacería como constituidora del modo de vida de los peones camperos durante el manejo de las actividades de crianza extensiva de rebaños bovinos, equinos y ovinos. Atentase para los diferentes manejos de los rebaños - el "tradicional" y el "racional" - en que figuran diferentes percepciones acerca de las relaciones entre humanos y no humanos. El modo de vida de los camperos, que tienen habilidad en el manejo de esas prácticas, está directamente relacionado con otros animales, artefactos y ambientes característicos de la pampa. El aprendizaje del trabajo consiste en una "educación de la atención" (INGOLD, 2010), en la cual las habilidades son incorporadas por medio de la percepción y de la convivencia entre humanos y no humanos. La faena campera es concebida como bravísima, puesto que es preciso encarar a las intemperies climáticas y a los animales chúcaros, demandando mucha fuerza física que, en el lenguaje del campero, significa tener "fuerza en el bazo". A partir de la descripción del gusto de estos trabajadores por mantener relaciones próximas a la cacería con animales de crianza - correr detrás de los bueyes, enlazalo - proponemos refletir sobre las faenas camperas como modo de vida fundamentado por las nociones de caza y domesticación tanto de animales humanos como de animales no humanos.
Palabras clave: Modo de vida campero; cultura de caza; relacciones entre humanos y no humanos.

I. INTRODUÇÃO

Em que consiste o pampa na percepção de um peão campeiro[1] Sabemos que a denominação "pampa", do vocábulo quéchua, significa "área baixa e plana". A vegetação composta por gramíneas apresenta, ao nosso olhar, planícies imensas e desertas com pequenas matas, principalmente em volta dos cursos de água, criando a sensação de solidão e também de que o tempo e o espaço são imóveis (LEAL, 1989). Entretanto, ao vivenciar o pampa com os campeiros, também aprendemos que este é percebido a partir de uma relação de alteridade: ao caminhar pelos campos, o etnógrafo percebe que o olhar que encontra bois, cavalos, pica-paus e quero-queros é também "encontrado" pelo olhar deles; os cavalos e bois param de pastar para nos olhar e acompanhar nossos movimentos; os quero-queros e os pica-paus denunciam nossa presença e quebram o silêncio com seus gritos. Estamos constantemente criando relações, pois nossas presenças, olhares e linhas de devir (INGOLD, 2012) se encontram. O etnógrafo aprende que o pampa é constituído por meio das relações que se estabelecem entre os humanos com os diferentes ambientes, com os artefatos e com os outros animais, e é construído a partir de suas circulações.

No contexto do pampa experienciamos um modo de vida em que humanos e outros animais vivenciam um jogo de olhares e de forças, sendo encontros que deixam marcas e saberes. A lida campeira – saberes e modos de fazer que envolvem a manutenção da pecuária – é concebida como brabíssima, pois é um modo de vida experimentado em meio às intempéries climáticas, manejo de gado bravio e cavalos xucros, demandando muita força física (o que significa, na linguagem do campeiro, a necessidade de ter "força no braço") e atenção que, por sua vez, é educada no vivenciar e habitar o ambiente (INGOLD, 2012).

As considerações apresentadas neste artigo[2] estão vinculadas à nossa participação no "Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – Lidas Campeiras na região de Bagé/RS", que identificou, descreveu e reconheceu a pecuária extensiva (criação de bovinos, ovinos e equinos com fins econômicos) e os saberes e modos que a compõem como referência na constituição da cultura pampiana, transformando-a em patrimônio cultural

[1] Pessoas que vivenciam ou vivenciaram os saberes e modos de fazer que envolvem a manutenção da pecuária.

[2] A primeira versão deste texto foi apresentada no GT 32 "Ser animal, ser humano: saberes y haceres en las relaciones entre humanos y animales" da XI Reunión de Antropología del Mercosur, realizada em Montevidéu – Uruguai no ano de 2015. Agradecemos as contribuições dos coordenadores do GT - Felipe Vander Velden, Martha Ramírez-Gálvez e Celeste Medrano – e dos demais apresentadores que participaram do encontro.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 11 n. 2 jul/dez. 2016 ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968 *(print)*

brasileiro. O inventário se constituiu a partir de uma demanda da Prefeitura de Bagé ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (IPHAN), acolhida pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia. A pesquisa fez uso da metodologia para o registro de bens imateriais do IPHAN e propôs levantar dados bibliográficos e etnográficos sobre as relações estabelecidas entre humanos, animais não humanos, artefatos e paisagem envolvidos na pecuária praticada no pampa brasileiro, identificando os ofícios que a compõem, seus saberes e modos de fazer.[3]

A partir da descrição do gosto dos peões por manter relações próximas à caça com animais de criação – correr atrás do boi, laçá-lo -, propomos, nas linhas que seguem, uma reflexão sobre a pecuária enquanto modo de vida que se constitui sobre as noções de caça e domesticação de humanos e dos outros animais.

II. A LIDA COM O GADO NO PASTOREIO EXTENSIVO

Berros do gado, latidos de cães, gritos humanos, o tilintar das esporas. É dia de vacinação. Humanos e animais se movimentam em direção ao curral. Montados em cavalos, junto aos cães, os campeiros tocam adiante uma tropa de gado vacum. Homens, cavalos e cachorros, todos atentos ao movimento da tropa. Os bois atentos ao movimento dos cães e cavalos. As vacas com cria olham os cães, cuidando seus movimentos e vez por outra, avançam em direção a algum deles. O manejo com o gado leva em consideração a personalidade de cada grupo de animais. O gado xucro e as vacas com bezerros são os que demandam maior cuidado, pois podem atacar em algum momento de desatenção. Estes estão alerta à atenção dos cães e dos campeiros a cavalo, constituindo uma relação visual e constante de "vigilância recíproca" (SÜSSEKIND, 2014). Por outro lado, os animais que os campeiros manejam para conduzir a tropa são aqueles chamados de "gado manso", posto que esses têm medo dos cavalos e seguem os movimentos indicados por eles.

O observador, que está a pé, é percebido pelo gado, que entra em fuga em direção ao mato. Os campeiros solicitam que o observador se esconda, relatando que o gado tem medo de pessoas que estão a pé. Homens em cavalos e cachorros iniciam a tarefa de retomar o gado disperso. Um campeiro solta a rédea, uma corda feita de couro que liga a mão deste ao freio, tipo de embocadura com barra de ferro inteira, não articulada, que fica dentro da boca do cavalo. Esse movimento, em conjunto com a inclinação do corpo para a frente, comunica ao cavalo para que ele corra, fazendo-o iniciar um movimento rápido atrás de um novilho (boi de pouca idade), cercando o animal por longe até encontrá-lo, atacando a fuga. Outro campeiro a cavalo vem atrás e, juntos, cercam o boi fazendo a *paleteada*: juntam o corpo dos cavalos nos dois lados do corpo do bovino, tocando-o para junto da tropa. Cabe aos cães trazerem os bois que foram para o mato. A matilha, latindo em volta do novilho, faz com que este busque refúgio aos outros animais, fazendo-o sair do mato. O gado está novamente reunido e a atenção se intensifica, visto que a tropa aprendeu a fugir e constantemente vai tentar novamente.

Ao cruzar a porteira do potreiro em que se encontra a mangueira, os campeiros a deixam aberta, por descuido. Na entrada da mangueira, um novilho refuga, ou seja, consegue escapar e corre em direção à porteira aberta. Um peão libera a pressão das rédeas do freio que está na boca do cavalo, e este sai a galope atrás do boi que refugou. O cavalo corre por fora – em forma de arco – da trajetória que o boi está fazendo, encontrando-o na frente da porteira. Neste momento o campeiro puxa as rédeas, aumentando a pressão do freio e fazendo com que o cavalo pare bruscamente, fato esse que chamam *esbarrar*, atacando o *refugador*. Escutam-se os gritos de espanto pela velocidade e astúcia do cavalo, que é elogiado ganhando afagos no pescoço. A porteira – feita de arame prendido em piques, compostos por pequenas árvores de eucaliptos (*Eucalyptus*) ou faxina vermelha (*Dodonae viscosa*) cortadas – é

[3] Destaca-se aqui os desdobramentos da pesquisa do Inventário, as dissertações de Daniel Vaz Lima, Eric Barreto e Liza Bilhalva sobre, respectivamente, a aprendizagem dos cavalos na doma, dos cães nas lidas campeiras e os campeiros na cidade, junto ao PPGAnt/UFPel.

fechada.

Os animais são tocados para dentro da *mangueira*. Os campeiros e cachorros ficam atrás da tropa, gritando e fazendo-a entrar lentamente, ou seja, fazendo com que os primeiros entrem pela leve pressão dos últimos. O gado tem guampa e os peões descem dos cavalos, pois a guampa pode machucar o animal em algum ataque. Assim, pegam o *guizo*, uma vara de madeira de 1,5 metro de comprimento que apresenta uma espora numa das extremidades, cuja rodilha encosta no lombo do animal, causando dor e fazendo com que este siga para frente. O peão balança o artefato, cujo som remete ao bater do guizo de uma cobra cascavel (*Crotalus durissus*). O animal bovino conhece o barulho e, junto aos gritos dos peões, se movimenta para a frente. Os cavalos ficam atados perto da porteira da mangueira, composta por varas de madeira atravessadas entre um tronco e outro. O animal que chega perto recebe coices e mordidas, evitando uma possível fuga.

Os peões e os cães iniciam os trabalhos no gado: separam um lote com 15 animais vacuns que estão na área maior da mangueira, tocando-os para dentro de um espaço menor chamado *pera*. Esta denominação se dá pelo fato de que a forma do lugar consiste na mesma forma do fruto *pera* (*Pyrus communis L.*), sendo que uma das extremidades desemboca no *brete*, um corredor em que os animais ficam presos para serem vacinados. Os peões novamente separam, a partir do lote que se encontra dentro da *pera*, um número calculado de animais que caberão dentro do *brete*. É aconselhável não separar um lote maior que o tamanho do recinto, pois o animal que sobra e retorna juntos aos outros aprende a refugar a entrada do *brete*. Com gritos, latidos e os sons dos *guizos*, os animais vacuns são tocados para dentro o local. Eles têm que ficar apertados para não se movimentarem no momento em que se crava a agulha da seringa no couro e injeta-se o produto químico; no caso em questão, a vacina é para eliminar o carrapato (*Rhipicephalus microplus*). Quando entra o último animal, é colocada a *retranca* que atravessa os últimos troncos do *brete*. Os animais recebem a vacina, que é dolorida. Alguns tentam fugir e pular, outros se atiram no chão e os campeiros, com gritos e auxiliados pelos cachorros que mordem, o fazem levantar. Os peões observam que os animais que ficam na *pera* se tornam apreensivos, pois conhecem o barulho da pistola que injeta o remédio e, assim, a atenção é redobrada. Nesse caso, aumenta-se a recusa dos bois para entrar no *brete*.

Após receberem a vacina, os animais são colocados noutro compartimento da mangueira. Não são soltos para o campo, pois a apreensão dos demais que ficam na mangueira aumentaria e as tentativas de fugir seriam mais constantes. A atenção dentro da mangueira é enfatizada e o peão não pode demonstrar medo. Embora esteja atento ao animal que poderá estar com intenções de o "*atropelar*" (de atacar), só poderá fugir quando perceber que o animal não está com medo dele. O peão consegue perceber quando o boi não demonstra medo e está com intenção de atacá-lo. Quando isso acontece, o campeiro deve subir nas tábuas da mangueira. Outra estratégia para manejar o boi "*que atropela*" é lotá-lo junto a um grupo de bois mansos que o acompanham até o *brete*.

O trabalho da mangueira termina e os animais são soltos para o campo. O campeiro tira as varas que fecham a porteira da mangueira e abre a porteira do *potreiro*. Os cavalos são levados para perto do *brete* e os bois, observando que a porteira está aberta, começam, lentamente, a sair, para depois correr em disparada na direção do campo. Os campeiros juntam as vasilhas com remédio e a seringa, guardando-as num saco que colocam nos *arreios* (conjunto de artefatos da montaria). Montam nos cavalos e, acompanhados dos cães que devem ficar sempre atrás, tomam a direção das suas casas. A *camperiada* e aqueles momentos de atenção e apreensão são comentados. O animal vacum que por ventura atacou ou tentou atacar está entre os comentários, e os peões se remetem à necessidade de redobrar a atenção no seu manejo. Ao mesmo tempo, é comentado o trabalho dos cachorros e dos cavalos, o que eles aprenderam, qual atividade tem maior habilidade e o que estão fazendo errado, necessitando de correção.

A lida com os ovinos (LIDAS CAMPEIRAS COM OVINOS, 2012) dentro da mangueira vai ao encontro da lida com os bovinos, embora sem a presença dos cavalos. O rebanho, que normalmente habita um espaço próximo à sede

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 11 n. 2 jul/dez. 2016 ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968 *(print)*

da propriedade – chamado de *potreiro das casas* –, é tocado por campeiros a pé e cães. Usa-se cavalos nos casos em que esses animais se encontram em espaços distantes da sede. Entretanto, o serviço é realizado a pé dentro da mangueira. Tais como os bovinos, os ovinos são animais que vivem em grupos. Uma ovelha não consegue ficar sozinha quando em trabalho de mangueira. Nesse sentido, o trabalho leva em consideração a forma de ser desses animais, sempre trabalhando com coletivos.

A poeira da mangueira, o berro das ovelhas e os latidos dos cães constituem o ambiente para aquele que observa a lida com ovinos. Dois campeiros ficam dentro da mangueira com um rebenque para fazer com que os animais se movam, enquanto um terceiro será o responsável pela dosagem, que significa injetar remédio (vermífugo) pela boca. Os animais são divididos em grupos e tocados pelos campeiros e os cachorros até o *brete*. Quando os animais estão dentro do *brete*, o terceiro campeiro inclina a cabeça da ovelha e insere a cânula dosadora (cano de 20 cm de comprimento, ligado ao aparelho dosador) na boca do animal ovino, injetando o produto químico. Após, os animais vão para outro compartimento.

O manejo de animais ovinos requer alguns cuidados: os cascos podem machucar os pés dos peões. Além disso, são animais de movimentos rápidos e ariscos e podem quebrar a perna de um peão, em uma tentativa de fuga. O peão está atento aos movimentos dos animais e os faz adotarem um andamento compassado, de forma que aqueles que estão na frente façam o mesmo movimento. A não ser o carneiro, que é o reprodutor macho, os ovinos não atacam. Se um peão quer imobilizar um animal, ele precisa, em um movimento rápido, jogar o corpo no animal e abraçá-lo, segurando com uma mão a parte dianteira (peito) enquanto a outra vai controlar os seus movimentos. Nunca se segura o animal pela lã que cobre o corpo para não causar escabiose (sarna). Para derrubá-la, dobra-se o corpo acompanhando o corpo da ovelha e se segura as patas que ficam do outro lado (do lado em que ficam os pés do campeiro), puxando e virando-a para que ela fique com as patas para cima. Uma vez assim, o ovino fica imóvel, incapaz de reação.

Assim, humanos e os outros animais vivenciam um jogo de olhares e de forças. Nos encontros visuais e corporais deixam-se saberes e marcas nos seus corpos que demonstrarão a experiência e vivência da lida.

III. A PECUÁRIA NO CONTEXTO DO PAMPA BRASILEIRO

O bioma pampa, que abarca a porção centro-meridional do Rio Grande do Sul, o Uruguai e grande parte da Argentina, presta-se enormemente à atividade pecuária por possuir enormes áreas de campos nativos, riquíssimos em espécies forrageiras autóctones de grande valor nutricional para o gado. A criação de bovinos, equinos, caprinos e ovinos teve início na época colonial, quando as fronteiras entre Portugal e Espanha estavam em disputa. Em ambiente propício, grandes manadas bovinas e equinas multiplicaram-se livremente pela Bacia do Prata. Por conseguinte, um contingente de homens passou a se dedicar à caça do gado selvagem, conhecido no sul do Brasil como chimarrão, étimo oriundo do espanhol cimarrón. Segundo o dicionário da Real Academia Española, o termo faz referência ao que era doméstico e evadiu-se para as cimas, para os montes, matas, voltando a comportar-se de maneira selvagem. A palavra também foi usada para denominar escravos fugidos na América espanhola.

Conforme se conformavam as estâncias através das concessões de sesmarias, elas se acomodavam a certas circunstâncias do contexto. Diversos cronistas dos séculos XVIII e XIX anotaram o modo peculiar como era conduzida a atividade pecuária, muitas vezes uma verdadeira caça ao gado em estado selvagem. Pintores como Jean Baptiste-Debret e Herrmann Rudolph Wendroth documentaram a lida com o gado asselvajado. Mesmo estabelecida uma estância e sendo marcado o gado (marca feita a ferro quente com a insígnia do proprietário para identificação), o manejo costumava ser pequeno, esparso, consistindo em castrações periódicas e ficando o gado solto na quase totalidade do tempo. Isso favoreceu o surgimento de peculiaridades no manejo, que se desenvolveu com a necessidade da força física para sujeitar os animais. Ferramentas como o laço e as boleadeiras foram essenciais (o laço ainda o é na maioria das propriedades da

região), e seu uso foi motivado, também, pela ausência de arames delimitando os espaços até o final do século XIX e início do XX, dependendo da localidade.

O gado vivia livre, pouco supervisionado, e um estrato social foi surgindo do aproveitamento da riqueza animal disponível. Batizados de gaudérios e depois gaúchos, abatiam indistintamente animais sem dono e animais pertencentes a estâncias e chácaras, viviam em errância pela vasta região, empregando-se ocasionalmente como peões. Esse modo de vida foi se transformando com o cercamento dos campos e o sentido do termo gaúcho se modifica até virar gentílico. Inicialmente pejorativo (muitos intelectuais e homens públicos da época, como Domingo Faustino Sarmiento, presidente da Argentina, apontavam os problemas desse tipo social, abigeatário e refratário a leis e regras), o termo foi mudando de conotação, passando aos poucos a designar os trabalhadores rurais em geral.

Diversos autores (Severino Sá Brito, Gonçalves Chaves etc) relacionaram a maneira com a qual as pessoas lidavam com o gado ao que era visto como primitivismo do Estado, ainda estabelecendo conexão entre a falta de planejamento empreendedor com a chamada imprevidência do indígena, traço que teria sido transmitido aos demais habitantes, mestiços ou não. Isso pode ser problematizado, levando em consideração que, paralelamente a estabelecimentos rurais com pouco e rústico manejo, havia grande número de produtores interessados no melhoramento de suas propriedades, importando animais e tecnologias entre o que havia de mais avançado na época.

Não obstante o alto investimento em plantéis e técnicas agropecuárias de parcela significativa dos produtores rurais, é possível afirmar que outra expressiva parcela destes produtores viu e vê com reservas as inovações na atividade pecuária. Em conversas com médicos veterinários que atendem grandes animais, são constantes os relatos de resistência de produtores rurais quanto à administração de medicamentos e aos procedimentos necessários à cura ou prevenção de enfermidades. Métodos de pastoreio rotativo encontram dificuldade de implantação, pois contrariam a maneira tradicional de manejo. O método Voisin, por exemplo, prescinde do uso de cavalos e cães. Seu Nilo e Dona Percila, que residem no município de Bagé, implementaram o pastoreio Voisan na Fazenda Conquista, localizada no mesmo município, e se referiram à dificuldade de encontrar mão de obra: quando os possíveis funcionários sabem que não trabalharão a cavalo, desistem do emprego.

Salvo poucas exceções, o gado é criado solto na região do pampa brasileiro, tanto nas grandes estâncias como nas médias e pequenas propriedades. Deve-se frisar que, ainda que os animais fiquem soltos, quase sempre ocorre a delimitação dos espaços com arames ou cercas elétricas, de modo a manter separados, por exemplo, as vacas dos touros, ou animais com idades e destinos diferentes. Ainda assim, os espaços disponíveis são grandes, o que favorece a permanência de métodos que se assemelham a uma caçada. O uso de laço e cães para sujeitar as reses e ovelhas, o cavalo para conduzir os rebanhos e a paisagem sonora intensa e por vezes agressiva, com gritos e latidos, constituem o cotidiano de propriedades rurais com manejo de pecuária extensiva, etnografadas nas pesquisas do INRC e seus desdobramentos. Há lugares onde o gado é manso e acostumado com as pessoas da propriedade, e a esse chamam gado costeado. Em casos assim, os animais podem responder ao simples chamado ou assovio do peão, e a condução através do campo costuma ser tranquila, como é o caso do método Voisan. Porém, em muitas propriedades a simples aproximação do rebanho é custosa e sua condução só é possível através de gritos e demonstrações de força.

Em todo rebanho existem animais mais mansos do que outros. Algumas reses têm a tendência de se esconder em matos ou fugir em disparada para longe do restante. Nesses casos, o procedimento comum é a perseguição a cavalo e/ou o emprego de cães para arrebanhar os animais de difícil manejo. Nessas situações a imagem de uma caçada é mais perceptível. O que mais se verifica é um distanciamento cotidiano entre pessoas e gado de corte, com aproximações periódicas para castrações, vacinas e outras necessidades. Faz parte da rotina das estâncias a recorrida a cavalo pela propriedade, quando o encarregado observa se há arames danificados, sinais de abigeatários, animais mortos ou doentes.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 11 n. 2 jul/dez. 2016 ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968 *(print)*

Sobre o uso de cães em caçadas e no manejo do gado, é possível encontrar um paralelo. Em caçadas de javali, costuma-se soltar os cães para encontrar o rastro da presa, que depois de localizada é cercada pela matilha até a chegada do caçador, que procede ao abate. Quando o alvo é o tatu, novamente os cães farejam a presa que, ao sentir-se ameaçada, entra em sua toca, de onde os cães dificilmente conseguem tirá-la. Então é a vez do caçador, munido de pá, desentocar a caça. Muitas vezes a lida com reses bravias é similar, com os cães cercando e os campeiros laçando ou jogando o peso do cavalo por cima do bovino. Em regiões de vegetação nativa densa e relevo acidentado, como na região das Palmas em Bagé ou na Serra do Sudeste, que abarca o município de Piratini e outros, frequentemente algumas cabeças de gado se escondem no meio das árvores, em locais onde o cavalo não entra. Cabe aos cães retirá-los do entrincheiramento, numa tarefa análoga à caça, apenas sem a última etapa, que seria o abate.

A historiografia aponta a existência de gados asselvajados que eram literalmente caçados na época colonial. Também registra a permanência de manejo idêntico ou similar nas primeiras estâncias da bacia do Rio da Prata, e o prosseguimento de métodos de criação parecidos até o século XX em muitos locais, mesmo com a progressiva modernização da pecuária ocorrida na região. A etnografia fornece, hoje, retratos similares aos de épocas passadas, nos quais a relação entre o campeiro e o gado assemelha-se a uma relação entre predador e presa. Seria simplista propor uma continuidade linear, ou permanência de idênticas características em um sistema pecuário supostamente imutável. Não é o caso. Entretanto, podemos pensar, à guisa de introdução para estudos e reflexões futuros, em uma lógica da caça permeando o manejo tradicional do gado na região do bioma pampa no Rio Grande do Sul. Interlocuções com pecuaristas, veterinários e zootecnistas fortalecem a tese deste artigo, pois entre esses profissionais há o entendimento de que é difícil, na maior parte das vezes, convencer muitos produtores a modificarem alguns de seus métodos de trabalho. Segundo prestadores de assessoria técnica do setor primário, é comum esbarrar no discurso de que "sempre foi assim", ou que "os avós já faziam" de tal jeito, ou ainda que tal procedimento sugerido é "frescura, bobagem".

A literatura especializada no manejo de bovinos desaconselha o uso de cães na atividade, já que estes elevam o estresse do gado e eventualmente ocasionam feridas com as mordidas. O uso de cavalos foi substituído por motocicletas ou quadriciclos em muitas partes do mundo, já que essas alternativas se mostram mais eficientes e econômicas. Métodos de pastoreio rotativo são, comprovadamente, uma proposta interessante economicamente. Mesmo que as informações sobre melhorias e inovações na pecuária estejam bastante disseminadas, manejos mais tradicionais são a preferência de muitos produtores rurais. Ainda que possa parecer falta de empreendedorismo, a questão é mais complexa. A maior parte dos interlocutores das pesquisas que originaram as ideias deste artigo tem a atividade pastoril como seu modo de vida, residindo no campo. Uma alteração em alguma etapa do processo produtivo não é simples interferência em sua atividade econômica, mas também uma interferência em seu modo de vida. Ao pensarmos a pecuária desenvolvida no contexto estudado como modo de vida, passamos a compreender melhor o porquê de certas preferências conflitantes com a otimização financeira serem mantidas. Nossas etnografias mostraram uma atividade pecuária que transcende uma atividade econômica que visa apenas lucro. As pessoas contatadas, em sua maioria, vivenciam um entrelaçamento entre trabalho, lazer e sensação de pertencimento, constituindo uma vocação para o setor primário e traduzindo um modo de vida que abarca o campeiro na relação com os não humanos.

IV. "LIDAS BRABÍSSIMAS": A LÓGICA DA CAÇA CONSTITUINDO O MODO DE VIDA

O modo de vida dos peões campeiros é construído por meio de experiência e interação com os "outros", sejam humanos, sejam não humanos. Os campeiros são trabalhadores que têm habilidade no manejo das lidas que envolvem as atividades de pastoreio para a manutenção da pecuária no pampa brasileiro. Quando vendem esse saber/fazer como força de trabalho, são chamados de peões. Embora

haja práticas que se sobressaem em termos de preferência, no sentido de uma convicção pessoal, uma "vocação", passando a viver "de" e "para" determinado ofício (WEBER, 2006), esse saber/fazer não se limita a um conhecimento específico e um campeiro conhece o manejo dos diversos ofícios que compõem as atividades de pastoreio (RIETH et al, 2013). Liza Silva (2014), em sua descrição etnográfica, apresenta relatos da vida dos campeiros, mostrando que diferentes ofícios são praticados ao longo de suas trajetórias de acordo com os contextos em que estão inseridos, circulando por diversos lugares. Embora consideradas brabíssimas, estas práticas não são percebidas como negativas, pois têm agência na construção desse modo de vida. Descrito como árduo, perigoso e insalubre, esse modo de vida traz os atributos ontológicos necessários à construção desses humanos como pessoas, sendo a condição de sua existência (RIETH, RODRIGUES e SILVA, 2015).

O trabalho – lidas campeiras – constrói e constitui ontologicamente os sujeitos, sejam os humanos ou animais próximos (SAHLINS, 2003), tais como os cães e os cavalos. Humanos, cavalos e cães estabelecem uma relação de ensino e aprendizagem na lida. É no cotidiano da lida que o campeiro aprende a se comunicar com o cavalo por meio dos artefatos e dos movimentos corporais, formando uma simbiose entre os dois corpos (LIMA, 2015). Por conseguinte, as habilidades de humanos e cavalos são complementadas pelas dos cães. Campeiros, cavalos e cachorros estabelecem uma relação entrosada, formando uma equipe, e a ação de um é complementada pela ação dos demais. Essa organização tem como objetivo segurar e conduzir o gado. Em cada movimento da tropa, acionam-se técnicas e determinados movimentos. Em sua dissertação, Éric Barreto (2015) etnografa sobre a aprendizagem dos cães na lida, que também se dá por um processo de incorporação de habilidades constituídas na experiência e na vivência do trabalho. Os cães jovens, por observação e imitação, vão aprendendo com os adultos antes de tomarem parte efetiva nas tarefas (BARRETO, 2015). Assim, humanos e animais não humanos se domesticam por meio dos encontros que transformam seus corpos e suas formas de vida.

O aprender das técnicas de pastoreio se dá por meio da "educação da atenção", conceito apresentado por Tim Ingold (2010). Para o autor, o fato do ser estar no mundo se envolvendo com outros entes que constituem o ambiente, além do próprio ambiente, desenvolve a "habilidade", um conhecimento incorporado no modus operandi do organismo do animal humano, e também do animal não humano, por meio da "prática e treinamento, sob orientação de praticantes já experientes, num ambiente caracterizado por suas próprias texturas e topografias, e coalhado de produtos de atividade humana anterior" (INGOLD, 2010, p. 16). A "educação da atenção" é o aprendizado que se dá pelo "copiar", sendo um misto de imitação e improvisação:

> O iniciante olha, sente ou ouve os movimentos do especialista e procura através de tentativas repetidas, igualar seus próprios movimentos corporais àqueles de sua atenção, a fim de alcançar o tipo de ajuste ritmo de percepção e ação que está na essência do desempenho fluente (...) (INGOLD, 2010, p. 21).

Imerso num ambiente, o ser o habita e o envolve, sendo também envolvido por ele. O ser se junta ao processo de transformação do ambiente como "tecendo um fio" e as trajetórias, entendidas como "linhas de devir" de humanos e não humanos, saberes e modos de fazer, ao se encontrarem, criam diferentes combinações. O ambiente é, assim, um "imenso emaranhado de linhas" (INGOLD, 2012, p. 39) que se encontram e se misturam em combinações variadas num constante processo de transformação. O emaranhar dessas trajetórias constitui o ambiente. O modo de vida é entendido, desse modo, por meio da interação de diferentes seres, humanos e não humanos que constroem e influenciam as relações e são construídos através destas (LIMA, 2015).

O peão campeiro tem que conhecer a linguagem do boi, ou seja, através da observação do movimento corporal e do berro deste, deve saber como agir. Quando dentro de uma mangueira, o peão sabe qual o animal que é

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 11 n. 2 jul/dez. 2016 ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968 *(print)*

manso e qual pode atacá-lo. O boi que "anda com a cabeça sempre em pé" é o mais agitado e pode atacar. Por conseguinte, "nunca se demonstra que está com medo do animal", pois, se demonstrar, "até os mansos te atropelam". O uso da violência é estabelecido por regras mercadológicas: não se pode bater no animal com rebenques e varas porque machuca a carne e, quando este for abatido, a parte machucada vai ser descontada no valor pago em dinheiro. Além disso, se condena a violência sem justificativa, considerando que esta ação deve ser uma resposta ao ataque. Os animais bovinos e ovinos são os mais distantes das relações com os humanos e são tratados de forma coletiva; entretanto, eventualmente algum bovino, como as vacas de leite que recebem nome e cuidados com ração e pasto, assim como um capão cuja mãe morreu e passa a receber leite na mamadeira, são incorporados no meio dos campeiros. Nesses casos, desfazer-se do animal é algo sentido e, muitas vezes, este é vendido para não ser abatido na propriedade.

Os animais vacuns, domesticados para a produção de carne e couro, também têm agência na construção das lidas. O estudo etnográfico de Joelma Batista do Nascimento (2014, p. 11) observa a relação entre agricultores e seus animais no agreste paraibano. A autora escreve: "O processo de domesticação de animais de produção pode ser compreendido por muitos como uma técnica que posiciona o animal na condição de 'mercadoria' (...)". Contudo, o convívio cotidiano consiste "não apenas numa apropriação do animal pelo homem, mas, ao mesmo tempo, numa familiarização entre os dois (...)" e, assim, "homem e animal se domesticam nesse processo, ou seja, são ambos influenciados pela presença humana ou animal nesse contexto" (NASCIMENTO, 2014, p. 8). Existe uma ambiguidade na relação entre o humano e o boi, na qual, em certos momentos, este último encontra-se na condição de "sujeito", estabelecendo-se uma relação afetiva entre humanos e animais que se comunicam; em outros, ele é tido como objeto ou "mercadoria". A relação entre campeiros e animais bovinos e ovinos é menos próxima no sentido afetivo devido à dinâmica de circulação dos animais, que passam alguns dias no campo e são vendidos a qualquer momento.

Por serem destinados também ao consumo humano, a relação deve ser "objetificada" para justificar o abate. Conforme Guilherme Howes Neto (2009), a morte faz parte do cotidiano do campeiro, sendo percebida como um fato da vida conforme nos disse um campeiro: "*Nesse mundo uns morrem para matar a fome dos outros.*" Sahlins (2003), tendo como campo a sociedade norte-americana, desenvolve a noção de uma "razão cultural" que hierarquicamente separa os animais comestíveis dos não comestíveis, sendo que a questão da relação entre humanidade e animalidade está relacionada ao status que o animal tem na "participação como sujeito ou objeto" quando em presença de humanos. Bois e porcos são considerados comestíveis, pois não participam como sujeitos nas relações com os humanos. Cavalos e cachorros são animais não comestíveis pelo fato de estarem próximos dos humanos, participando na condição de sujeitos. O cavalo participa na condição de empregado e não-aparentado e o cachorro é considerado um aparentado, o que explica o tabu de comestibilidade deste animal.

As transformações da pecuária influenciam diretamente nas configurações do trabalho e, consequentemente, no seu modo de vida. A pesquisa do INRC – Lidas Campeiras levantou dados sobre a introdução do método de pastoreio rotativo Voisin (LIDAS CAMPEIRAS COM BOVINOS/SISTEMA VOISIN, 2012) por seu Nilo e dona Percila, sendo um manejo que não utiliza implementos químicos como carrapaticidas, com alternância da ocupação das pastagens pelos animais, que altera a relação dos humanos e animais na lida extensiva. Para José, peão campeiro da Fazenda Conquista, no manejo é "*o boi quem segue o homem, não o homem quem corre atrás do boi*" e a lida é feita sem cavalos e cachorros. A convivência diária entre o gado e o peão a pé estreita a relação entre ambos. Segundo um interlocutor da pesquisa, o gado vê o humano de outra maneira, não como um predador, mas como "*uma pessoa que está lidando com ele todos os dias*". José aprendeu a exercer o ofício de campeiro trabalhando nas estâncias, propriedades rurais voltadas para a pecuária extensiva, e percebe que a diferença entre as lidas se dá no fato de que, no método Voisan, o peão não "*toca as vacas*", gritando e utilizando cachorros e cavalos, mas convida o gado com a expressão "*vem boi*", e

este imediatamente responde, acompanhando o campeiro. O controle dos carrapatos não se dá por meio de injeção de produtos químicos, mas pela rotação dos piquetes e o controle natural feito pelas garças, que acompanham o gado e se alimentam desses artrópodes. Ao invés da cerca de arame, a cerca elétrica divide a propriedade em pequenas áreas chamadas de piquetes. Em vez de cavalos, cachorros, esporas e rebenques está o levante, uma vara com média de dois metros de altura que serve para levantar o fio da cerca elétrica para os animais passarem quando estão sendo trocados de piquetes. Os proprietários da Fazenda Conquista ressaltam a dificuldade em contratar campeiros para as lidas com o método Voisan: percebe-se uma resistência dos trabalhadores na "lida a pé", sem cavalos, cachorros e os artefatos com os quais aprenderam a trabalhar. A preferência dos peões em correr atrás do boi ao invés de ensiná-lo a seguir seus passos reflete um modo de vida sustentado na lógica da caça, em que o animal domesticado se torna xucro quando manejado de forma tradicional.

V. CONCLUSÃO

Nesta etnografia discutimos a lógica da caça como constituidora do modo de vida dos peões campeiros durante o manejo das atividades da pecuária extensiva de rebanhos bovinos, equinos e ovinos no contexto do pampa brasileiro. A partir do contexto do pampa, apresentamos um modo de vida em que humanos e outros animais vivenciam um jogo de olhares e de forças, sendo encontros que domesticam os seus seres e corpos.

Ao descrever o gosto dos peões de manter relações próximas à caça com animais de criação, refletimos sobre as noções de caça e domesticação de humanos e dos outros animais. Assim, concebendo a pecuária no contexto estudado como um modo de vida, podemos compreender o porquê de certas preferências, que entram em conflito com a racionalização financeira, serem mantidas. Como um modo de vida, a atividade pecuária transcende a concepção de uma atividade econômica voltada exclusivamente para o lucro, tornando-se, além disso, uma questão cultural. A preferência em correr atrás do boi, ao invés do peão ensiná-lo a seguir os seus passos, nos diz sobre uma cultura sustentada na lógica da caça, que torna o animal, então domesticado, um ser xucro, asselvajado, e demonstra o quanto são híbridos os manejos tradicionais e os manejos modernos, considerados racionais.

VI. REFERÊNCIAS

BARRETO, Éric. Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro: as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro. 2015, 116f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

HOWES NETO, Guilherme. De bota e bombacha: Um estudo antropológico sobre identidades gaúchas e o tradicionalismo. 2009, 134f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria-RS, Santa Maria, 2009.

INGOLD, Tim. "Da transmissão de representações à educação da atenção". Educação, n. 1, v. 33, jan./abr. 2010, p. 6-25.

INGOLD, Tim. "Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais". Horizontes antropológicos, n.37, ano 18, jan./jun. 2012 p. 25-44.

LEAL, Ondina Fachel. The Gaúchos: male culture and identity in the Pampas. Berkeley: University of Califórnia (USA), tese de doutorado, 1989.

LIDAS Campeiras com bovinos/Sistema Voisin. Direção: Cláudia Turra; Mauro Bruschi. Equipe: Flávia Rieth (coordenadora); Marília Kosby; Liza Bilhalva Martins da Silva; Marta Bonow Rodrigues; Pablo Dobke; Daniel Lima. Pelotas: LEPPAIS. DVD – documentário etnográfico, 2012.

LIDAS Campeiras com ovinos. Direção: Cláudia Turra; Mauro Bruschi. Equipe: Flávia Rieth (coordenadora); Marília Kosby; Liza Bilhalva Martins da Silva; Marta Bonow Rodrigues; Pablo Dobke; Daniel Lima. Pelotas: LEPPAIS. DVD – documentário etnográfico, 2012.

LIMA, Daniel. "Cada doma é um livro": A relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense. Pelotas, Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2015.

NASCIMENTO, Joelma Batista do. "Domesticação de animais para produção: repensando a fronteira natureza e cultura". Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.

RIETH, Flavia; KOSBY, Marília; SILVA, Liza Bilhalva da; RODRIGUES, Marta; DOBKE, Pablo; LIMA, Daniel. Inventário Nacional de Referências Culturais: Lidas Campeiras na Região de Bagé, RS (volume 3). 1. ed. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013, 356p.

RIETH, Flávia; RORIGUES, Marta Bonow; SILVA, Liza Bilhalva da. As lidas campeiras na região de Bagé/RS: sobre as relações entre homens, mulheres, animais e objetos na cultura campeira. In: Nummer, Fernanda Valli; França, Maria Cristina Caminha Castilhos (Organizadoras). Entre ofícios e profissões: reflexões antropológicas. Belém: GAPTA/UFPA. 2015, p. 175 – 195.

SAHLINS, M. A Sociedade Ocidental enquanto cultura. In: _____. Cultura e Razão Prática: La pensée Bourgeoise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.185 – 199.

SÜSSKIND, Felipe. O rastro da onça: relações entre humanos e animais no pantanal. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

SILVA, Liza Bilhalva Martins da. Entre lidas: Um estudo de masculinidades e trabalho campeiro na cidade. Pelotas. 2014, dissertação (mestrado em antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, 2014.

WEBER, Max. Ciência e política: Duas vocações. São Paulo: Editora Martin Claret. 2006.

Revista de @ntropologia da UFSCAR
R@U, 7 (1), jan./jun. 2015: 193-210.

"O cavalo é quem te dá as dicas": uma etnografia da relação entre domadores e cavalos no pampa brasileiro

"The horse is who gives you the tips": an ethnography of the relationship between trainers and horses in the Brazilian pampa

Daniel Vaz Lima[1]

Pesquisador do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos – GEEUR
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

E-mail: dvlima.vaz@gmail.com

Resumo

Este artigo trata da interação entre humanos e animais na doma de cavalos no contexto do pampa brasileiro. A *doma* é um saber/fazer constituído de diferentes momentos nos quais se acionam a utilização de determinados artefatos, estabelecendo uma interação em que o cavalo e o humano aprendem formas de comunicação. De acordo com os interlocutores, cada *domador* tem suas escolhas técnicas que são acionadas a partir da relação estabelecida com o cavalo. No processo da doma é estabelecido uma interação em que o *domador* ensina o cavalo, e este, por sua vez, o ensina na habilidade da execução das técnicas, fazendo-o experienciar diferentes maneiras de praticar tal saber/fazer. Assim, o trabalho etnográfico estabelece uma discussão sobre a aprendizagem tanto dos *domadores* quanto dos cavalos que se dá por meio de uma continua incorporação de habilidades constituídas na experiência e na vivência das lides pastoris.

Palavras-chave: humanos e cavalos; técnicas de *doma*; modo de vida/trabalho.

[1] Graduado em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGAnt) da mesma universidade. Atualmente é pesquisador do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR).

Abstract

This article deals with the interaction between humans and animals in taming horses in the context of the Brazilian pampa. The taming is a knowledge/make consists of different moments in which trigger the use of certain artifacts, establishing an interaction where the horse and humans learns ways to communicate. According to the interlocutors, each handler has its technical choices that are useds according to the established relationship with the horse. In the process of taming is established an interaction where the trainer teaches the horse, and this, in turn, teaches the skill of execution of techniques, making him experience different ways of practicing such knowledge/make. Therefore, the ethnographic work establishes a discussion about learning both as trainers of horses is through a continuing incorporation of skills constituted on experience and experiences of pastoral read.

Keywords: human and horses; techniques to tame; way of life/work.

Considerações iniciais

Este texto propõe uma reflexão sobre a aprendizagem das técnicas de domar cavalos no contexto do pampa brasileiro atentando para a relacionalidade entre o humano e o cavalo na construção do ser domador, das técnicas e das lidas campeiras[2]. Para os domadores o cavalo não é um ser passivo, receptor e reprodutor de tarefas, mas um agente que, conforme a sua personalidade, vai demandar o manejo de diferentes habilidades para ensiná-lo. A aprendizagem tanto dos humanos quanto dos cavalos é uma contínua incorporação de habilidades constituídas na experiência (Ingold 2010) e na vivência do cotidiano das lides pastoris.

Esta etnografia apresenta as discussões de minha dissertação (Lima 2015), defendida junto a ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPel), sendo uma pesquisa que se constituiu como um desdobramento do trabalho realizado pelo "Inventário Nacional de Referências culturais – INRC – lidas campeiras na região de Bagé (1° Fase)[3]". O INRC é uma metodologia desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)/ Ministério da Cultura para a documentação e produção de conhecimento dos bens culturais de caráter imaterial como forma de salvaguarda das manifestações que são dinâmicas como é o caso das celebrações, dos saberes e formas de expressão (Freire 2005). Nesse sentido,

[2] A denominação "lidas campeiras" abarca um conjunto de ofícios executados na manutenção das estâncias e demais propriedades rurais voltadas para a atividade econômica de criação, manutenção e reprodução de rebanhos de gado bovino, equino e ovino.

[3] O trabalho de levantamento do inventario foi financiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Se constituiu a partir de uma demanda da Prefeitura de Bagé/RS ao Instituto e acolhida pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por intermédio do curso de Bacharelado em Antropologia que se utilizou da metodologia deste para inventariar os bens patrimoniais de caráter imaterial. A primeira fase compreende os anos de 2010-2013. A equipe de pesquisadores do INRC – Lidas Campeiras na região de Bagé/RS foi composta por: Flávia Maria Silva Rieth (Coordenadora), Marília Floôr Kosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Pablo Dobke, Marta Bonow, Daniel Vaz Lima, Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem), Fernando Camargo (Consultor em História), Erika Collischonn (Consultora em Geografia) Beatriz Muniz Freire e Marcus Benedetti (técnica/o IPHAN).

o INRC – Lidas campeiras na região de Bagé/RS buscou identificar, descrever e documentar a pecuária extensiva (criação de bovinos, ovinos e equinos com fins econômicos) nas práticas e saberes que a compõe, como referência na constituição da cultura pampiana (Rieth, Kosby, Silva, Rodrigues, Dobke & Lima 2013). O trabalho de documentação consistia no preenchimento das fichas de identificação de bens imateriais inscrevendo as lidas num dos 4 livros de registros, o "livro dos Saberes", no qual se registram os conhecimentos e modos de fazer que constituem o cotidiano dos coletivos (Silva 2014; Freire 2005). O preenchimento das fichas consistia numa descrição do que as pessoas fazem, como fazem, com o que fazem e onde fazem, o que implicou descrever os artefatos utilizados nas atividades, a presença dos animais não humanos, os lugares em que as mesmas são praticadas, sua história e suas transformações, a alimentação, as bebidas, as vestimentas que são utilizadas, as músicas e festas.

A partir dos ofícios levantados[4] pelo INRC, desenvolvi em minha dissertação uma reflexão sobre um deles: a doma de cavalos. Este ofício é um saber e modo de fazer que é praticado pelo *domador* concebido como um artífice que possui a habilidade das diferentes técnicas de ensinar cavalos para as práticas relacionadas aos trabalhos que envolvem a pecuária extensiva. O saber e modo de fazer da doma é constituído de diferentes momentos em que se acionam a utilização de determinados artefatos, estabelecendo uma interação em que o cavalo e o humano aprendem formas de comunicação. Considera-se uma troca de ensino e aprendizagem entre o humano e o equino em que o domador ensina o cavalo ao passo que o cavalo ensina o domador, ou seja, no cotidiano da interação com diferentes cavalos, o domador desenvolve a habilidade na execução das técnicas, experienciando diferentes maneiras de praticar a doma. É ilustrativo a expressão "*buscar a volta do cavalo*" que significa levar em consideração a "personalidade" do animal não humano quando for lidar com ele:

> *É ele quem te ensina. Se tu quer fazer alguma coisa com ele e ele não permite, tens que buscar outro jeito. Tens que buscar a volta dele.* (Seu Denílson, domador que reside no município de Candiota/RS).

Cada animal é único, tendo uma determinada personalidade, e o domador deve que estudá-lo, conhecê-lo, para poder lhe ensinar:

> *Tu estudas o cavalo e é o cavalo quem te dá as dicas* (Neco, domador que reside no município de Aceguá/RS).

Os domadores, interlocutores deste trabalho, foram iniciados no ofício por meio de domadores mais velhos, no entanto, consideram que foi na prática cotidiana de interação com os cavalos que desenvolveram a habilidade técnica.

Portanto, as considerações apresentadas neste texto, constituem num aprofundamento do material inventariado pelo "INRC – lidas campeiras na região de Bagé/RS". A partir do INRC, o conhecimento e modos de fazer dos domadores foi descrito, o que implicou atentar para a técnica

[4] O INRC – Lidas Campeiras na região de Bagé/RS identificou e documentou sete ofícios que compõem as "*lidas campeiras*": a *esquila* (tosa de animais ovinos); *doma* que é o ofício de adestramento de cavalos; *tropeirismo* entendido como o transporte terrestre, a cavalo, de animais ovinos e bovinos; *lida caseira* (manutenção doméstica e cotidiana da propriedade rural); *pastoreio;* feitura de cercados cuja denominação é *aramados* e, por fim, o ofício do *guasqueiro* (fazedor de artefatos e utensílios em couro). Tais ofícios são abarcados pelo saber e modo de fazer de um único (porém múltiplo) agente, o "*campeiro*" sendo aquele que conhece e sabe fazer um pouco de cada um dos ofícios que compõem as lidas (Rieth, Rodrigues & Silva 2015).

em si – quem faz, como faz, onde pratica e com quem aprendeu a fazer. A descrição etnográfica das diferentes técnicas de domar cavalos no contexto do pampa brasileiro atenta para uma reflexão sobre a interação entre o domador e o cavalo no trabalho da doma. A etnografia engendra pensar, a partir da relação estabelecida entre humanos e animais não humanos, as diferentes possibilidades dos seres construírem esse termo complexo a que chamamos de social.

O pampa enquanto contexto etnográfico

A área geográfica do Bioma pampa é de 700 mil Km^2 se estendendo entre os países do Brasil, Uruguai e Argentina. No Brasil, a distribuição das terras pampianas se dá na metade sul do Rio Grande do Sul ocupando cerca de 63% do território. O pampa caracteriza-se pela predominância de vastas áreas de vegetação baixa (os campos) permeado por banhados, matas ciliares e capões de mata (Brasil 2014). A paisagem campestre do pampa está associada à sua "vocação" para a atividade pecuária que historicamente se desenvolveu nessa área geográfica. Entretanto, o pampa é concebido, conforme a perspectiva dos pesquisadores do "INRC – Lidas Campeiras na região de Bagé", como uma "área cultural" (Leal 1997) que, por meio da mobilidade de humanos e não humanos, ultrapassa os limites geográficos e políticos do Brasil, adentrando na paisagem cultural dos países lindeiros: Uruguai e Argentina.

Junto à equipe de pesquisadores do INRC – lidas campeiras iniciei, na segunda metade do ano de 2012, os trabalhos de campo emaranhando minha trajetória junto a rede constituída pelos interlocutores e pesquisadores. O grupo estava na pesquisa desde o ano de 2010 e tinha consolidado um conjunto de relações com diversos interlocutores. Por meio dessa trajetória de vivências, diversas questões perpassavam as discussões do grupo, entre elas a questão do laço estreito que interligava o modo de vida dos interlocutores a convivência com os outros animais. Percorremos o pampa seguindo as indicações dadas pelos interlocutores de pessoas que consideravam "referência[5]" na prática dos ofícios e, assim, fomos *tramando os tentos*[6] por meio da mobilidade dos interlocutores pela área cultural como se pode observar na fala deste interlocutor, seu Nelson, domador que residia em uma vila na cidade de Bagé/RS:

> *Eu era assim né, as vezes me dava vontade de trocar de estância*[7]*, pois eu domava em estâncias, e ia para onde os cavalos pegavam!*

A vida de andarilho, nômade, caminhando, junto com os cavalos, por diversos caminhos do pampa é destacado pelo domador como construtor do seu modo de viver.

Foram constantes os casos em que encontramos domadores que trabalhavam somente alguns dias nas estâncias e partiam para trabalharem em outra. Para eles o "*bom domador*" nunca fica estabelecido num só local e está sempre circulando pelas cabanhas e estâncias, não criando vínculos

[5] Ao longo da pesquisa contatou-se cerca de 20 interlocutores que eram domadores de cavalos ao passo que muitos destes interlocutores não realizavam somente a doma sendo também peões campeiros, guasqueiros, alambradores, entre outros ofícios relacionados a manutenção da pecuária.

[6] Os *tentos* são pequenas tiras de couro de animais vacuns e cavalares as quais são *lonqueadas*, ou seja, preparadas por meio da limpeza e retirada dos pêlos, ao mesmo tempo em que se vai amaciando-as, para depois serem tramadas (trançadas) construindo um artefato em couro.

[7] Grandes propriedades rurais voltadas para a atividade da pecuária.

com os lugares que trabalha, embora crie vínculos com as pessoas e os animais. Nos encontros com os interlocutores, sentados em roda para tomar o *chimarrão*[8], a conversa girava em torno de estórias de cavalos que passaram pelas suas vidas e, nesse entrecruzamento de trajetórias, deixaram marcas no corpo daqueles que *domam*, assim como deixaram marcas nos seus sentimentos com lembranças boas e más. O domador se mantém informado sobre a trajetória que o cavalo, que passou pela sua vida, segue construindo.

A estreita relação com os animais não humanos foi referenciada pelos interlocutores como constituidores do seu modo de vida perpassando suas falas - como a frase de Neco, então domador de cavalos numa estância em Aceguá/RS, em que disse: "*Se um dia deixar os cavalos, vai ser muito difícil para mim.*" -, e suas práticas tais como as conversas com os domadores entre os seus cavalos. Nessas conversas, faziam questão de apresentar as características dos animais, suas habilidades em determinadas técnicas e a maneira como estavam aprendendo os ensinamentos. No cotidiano das estâncias, os domadores realizam outros serviços como o de peão campeiro que é o trabalho de pastoreio com o gado, ovelhas e cavalos. A realização das lides pastoris depende tanto do conhecimento do campeiro, quanto do conhecimento do cavalo. Tal como o "*bom campeiro*" é aquele que conhece um pouco de cada um dos ofícios – tais como domar um cavalo, confeccionar artefatos em couro, construir ou consertar uma cerca de arame -, o "*bom cavalo*" é o animal que tem habilidade na realização das diversas atividades tais como saber "*apartar*" um boi da tropa, que significa separar o animal dos demais do grupo, saber *cinchar* que se refere a prender um animal vacum por meio do laço que fica preso na *cincha* que é um artefato dos *arreios*. O campeiro, montado no cavalo, faz este puxar o boi. Quando está puxando o animal bovino pela *cincha*, se deve cuidar para este, que tenta fugir, não enredar o artefato nas patas do cavalo o que pode derrubá-lo. A cada movimento do boi, o cavalo deve acompanhar virando o corpo na direção desse movimento. O campeiro, em cima do cavalo, sempre atento, vai puxando ou tocando por diante o boi ao mesmo tempo em que controla o movimento do equino. Portanto, a prática da lida no pastoreio de manejo de um animal vacum requer uma desenvolvida habilidade tanto do campeiro quanto do cavalo. Nas propriedades rurais, em que os cavalos vão desempenhar atividades pastoris, a doma é um processo continuo em que o animal vai aprendendo na lida do dia-a-dia, ou seja, nas diferentes atividades que vão aparecendo para serem realizadas. Por conseguinte, o cavalo rebelde, com temperamento indócil, que não deixa ser domado ou que não aprendeu os ensinamentos corretamente, conhecido pela denominação *redomão*, não servirá para trabalho de campo e poderá ser direcionado para os *rodeios de gineteadas*[9] sendo eventos muito apreciado pelos campeiros e demais pessoas que compartilham esse modo de vida.

A relação entre humanos e cavalos ultrapassa os limites dos ambientes rurais adentrando e constituindo os ambientes urbanos. Junto aos automóveis, motocicletas, bicicletas e prédios, o olhar encontra homens e mulheres montados em cavalos. Nas várzeas e banhados que cercam as cidades do pampa encontrei diversos cavalos atados por uma corda em estacas cravadas no

[8] Erva-mate (*illex paraguariensis*) colocada dentro de um recipiente, denominado de cuia. Ali coloca água quente e no qual se bebe por meio de um tubo metálico inserido na erva-mate, chamado *bomba.*

[9] Uma das diversas provas campeiras. O jogador, conhecido pela denominação *ginete*, monta no cavalo não domado (conhecido pela expressão cavalo *xucro* ou *aporreado*) e incentiva, por meio de um rebenque e espora, a *corcovear*; pular enquanto o *ginete* tem de se sustentar-se em cima por 8 segundos. A maneira como o cavaleiro se porta em cima do lombo do *aporreado* e o tempo em que fica são definidores dos pontos que este recebe.

chão. Nesses espaços também existem pequenas áreas que se arrendam para colocar equinos. Ao caminhar pela cidade cruzei por pessoas montadas em cavalos cruzando as avenidas e ciclovias da cidade. Foram constantes as visitas as hospedarias ou cabanhas para cavalos na cidade de Pelotas localizada na região sudeste do Estado sendo um centro urbano de referência na metade sul[10]. A hospedaria é um espaço de hospedagem para cavalos sendo considerada uma *cabanha* quando o estabelecimento é, também, especializado na criação e desenvolvimento da genética de uma determinada raça ou linhagem. Além do serviço de hospedagem de cavalos esses espaços praticam o serviço de doma para fins de lazer, trabalho e também para as chamadas "*provas campeiras*" que são competições em que se realizam tarefas que representam as lides pastoris. Humanos e equinos constroem e são construídos pelo ambiente da hospedaria e a sociabilidade se dá em torno dos cavalos, cuja relação transforma a pessoa, pois o faz "*deixar de pensar em fazer bobagens que fazia antes*" como disse um interlocutor para um "iniciante" que comprara um cavalo e o estava hospedando no recinto. Ao cuidar do cavalo se cuida de si mesmo e essa relação pode melhorar a qualidade de vida como me dissera o Valadão, que era proprietário de um cavalo com o nome de *Xiru,* cuja relação estabelecida possibilitou que se curasse das sequelas de um AVC (Acidente Vascular Cerebral).

Estes estabelecimentos são frequentados tanto por pessoas dos centros urbanos que hospedam seus cavalos para desfile, cavalgadas, e provas campeiras, como por pessoas do meio rural (principalmente ex-peões campeiros) que vem a hospedaria para manter o vínculo com a vida a cavalo que tinham no campo (Silva 2014). Também frequentam a hospedaria os trabalhadores das estâncias da região que conseguem emprestados os cavalos para participar dos eventos campeiros nas zonas periféricas da cidade. Nos momentos em que vivenciei o cotidiano da hospedaria observei que as pessoas que frequentavam o local conversavam entre si e comigo sobre a personalidade dos cavalos que são diversas. Animais mansos, traiçoeiros, rebeldes, irritados, fechado em si, frequentam e frequentaram o recinto deixando suas presenças nas conversas acompanhadas pelo *chimarrão*. O cavalo esperto que consegue tirar o *buçal*[11] intriga as pessoas como seu Vanderlei, proprietário de uma hospedaria, que exclamou em determinado momento: "*Ainda tem gente que acredita que esses animais não são inteligentes!*" Por conseguinte, tem as rixas entre os cavalos. Numa hospedaria que frequentei havia dois garanhões que são inimigos e, quando um deles se soltava, seu propósito era ir brigar com o outro. Seu Vanderlei observava que quando esses cavalos se cruzavam, se olhavam de tal maneira que parecia que diziam um ao outro: "*Eu ainda te pego! Temos algumas coisas a resolver! "*. Por outro lado, tinha-se os cavalos que eram amigos, como pode-se observar nas palavras de seu Vanderlei: "*parece que eles conversam e gostam de estar juntos*". Nesse caso, quando um cavalo conseguia soltar-se da corda da corda que o prendia, ia ao encontro do outro, seu amigo, para pastarem juntos. Há inimizades entre humanos e cavalos considerando que existem animais que não gostam de algumas pessoas ao passo que me foi relatado sobre um cavalo que passou pela hospedaria e o qual não gostava de uma determinada pessoa chegando "*a ficar em pé dentro da baia quando ouvia a voz desta*".

O cotidiano de uma hospedaria para cavalos começa as seis horas da manhã quando os equinos recebem a ração. Depois de colocar o alimento nos cochos dos cavalos os cabanheiros

[10] De acordo com o levantamento de Souza, Zardin, Surita, Duval & Silvera (2011) no perímetro urbano da cidade de Pelotas existiam em torno de 60 estabelecimentos para hospedagem de cavalos.

[11] Artefato feito de couro que prende o animal pela cabeça.

tomam o *chimarrão* do início do dia. Às oito horas os cavalos são retirados das baias e são presos, por meio de de cordas, nos galhos das árvores, nos *palanques*[12] e estacas espalhados pela área da hospedaria. Os clientes na maior parte das vezes frequentam a hospedaria no início da manhã e no final da tarde, momentos em que vem pessoalmente tratar (dar ração, escovar, dar banho, cortar as crinas, entre outras) seus animais. Nos finais de semana, passam as tardes, principalmente as de sábado, no recinto conversando sobre cavalos e também, lentamente, tratando seus animais para encilharem e saírem, em grupo, cavalgando pela cidade: "*Eles vêm, encilham*[13] *seus cavalos e saem para a avenida*" como me disse o Marco Vinicius, cabanheiro e domador de uma hospedaria em Pelotas/RS. Na cidade tem-se a chamada "Avenida Duque de Caxias" que possui uma pista ciclística sendo local onde os proprietários dos cavalos fazem os passeios curtos, principalmente nos dias de trabalho da semana em que tem pouco tempo para o lazer. Além de *domador*, Marcos Vinicius é *ferrador*, *aramador* e *guasqueiro* e assim oferece outros serviços aos proprietários como ferrar os cascos dos cavalos e também vender, para estas pessoas, alguns artefatos em couro confeccionados pelas próprias mãos. É na avenida que o domador galopeia os seus cavalos iniciando a prática da montaria na mangueira da cabana para depois treiná-los por entre os carros e pessoas na avenida. Os cavalos são domados, na maioria das vezes, para aqueles que frequentam a hospedaria, assim como os equinos da própria cabanha. Nesse sentido, os cavalos são ensinados a correr atrás do boi e não se assustar com o rebolear do laço. Quando o potro (cavalo que está sendo iniciado) demonstra habilidade e "inteligência" em praticar os ensinamentos do domador, disputará prêmios em esportes equestres.

Essa estreita relação com os outros animais constitui o modo de vida das pessoas envolvidas com atividades relacionadas a pecuária no ambiente do pampa assim como são constituídos por esse ambiente conforme a noção de Tim Ingold (2012: 31) para quem o fato habitar o mundo é também se juntar ao processo de formação. É se envolvendo com o ambiente e com outros entes que o habitam que a habilidade é incorporada. Tal como os domadores, os cavalos circulam entre o meio rural e urbano e, assim, também constroem os ambientes ao mesmo tempo em que são envolvidos por ele. Pessoas diversas (domadores, campeiros, proprietários rurais e de hospedarias, etc) circulando por diferentes lugares e percorrendo diferentes caminhos têm a sociabilidade construída por meio e com os equinos que também circulam por diversos lugares e são diversos.

"Se quer aprender tem que fazer": a construção do ser domador

O domador é um artífice que possui a "habilidade artesanal" (Sennett 2013) que significa a capacitação de alto grau em que a sua expansão é construída por meio da relação entre a solução de problemas e a detecção dos mesmos. Para Sennett (2013) a habilidade artesanal é a incorporação de um processo de conversão da informação e das práticas em conhecimento tácito. O ser artífice se refere ao "cultivo de um estilo específico de vida", não sendo um procedimento maquinal, mas uma "questão cultural" (Sennett 2013: 19). O domador se engaja de uma forma prática sendo sua atividade uma arte, ou seja, um trabalho voltado para a busca da qualidade. A maneira como aprendem se dá a partir da experiência adquirida por meio do engajamento com os artefatos, com os outros animais e com o ambiente. Nesse sentido, a habilidade artesanal, além

[12] Tronco de madeira de 3,5 metros sendo 1,5 metros enterrados no chão.

[13] Colocar os artefatos de montaria.

do treinamento dos movimentos corporais que expande as capacitações, é o resultado de uma interação entre o humano e o animal não humano sendo um aprendizado a partir do encontro com o "outro" (Wagner 2010).

Os interlocutores elencaram três aspectos para ser um domador: A primeiro se refere a coragem, pois o ofício requer muito cuidado e o domador vai aprendendo, com as circunstâncias, o controle do trabalho por meio da "[...] dialética entre a maneira correta de fazer algo e a disposição de experimentar através do erro" (Sennett 2013: 181) o que pode gerar uma fratura; o segundo aspecto é a paciência que significa levar em consideração os graus de assimilação do cavalo no processo de aprendizagem; o terceiro, e último aspecto, se refere ao "*gostar de ensinar*" o que implica também "*gostar de aprender*" e assim o engajamento confere um sentimento de vocação (Weber 2006), sendo uma convicção de que se está destinado a viver para domar.

A aprendizagem desse trabalho que vai constituindo a habilidade é transmitida ao iniciante pelos mais velhos, através do que Ingold (2010: 20) chama de "educação da atenção". Esse aprendizado não se dá pela entrega de um "corpo de informações desincorporada", consideradas "representações", mas pela criação, por meio das atividades de determinada geração, de "contextos ambientais dentro dos quais as sucessoras desenvolvem suas próprias habilidades incorporadas de percepção e ação." Conforme disse Beto - em entrevista aos pesquisadores de INRC – lidas campeiras -, que era domador de estância, mas que no momento da entrevista havia construído uma hospedaria de cavalos na cidade do município de Bagé sendo o local em que estava praticando a doma:

> *A gente aprende olhando quando guri, alguém ia fazer uma coisa na estância a gente ia junto. Se fosse doma, alcançava um arreio, alcançava uma cincha[14] um pelego[15]. Quando tinha doze ou treze anos, já ia montado naqueles bichos. Não tinha outra coisa melhor que fazer aquilo ali. Nós éramos guri[16] e ficávamos ali para ajudar e já ia aprendendo. Hoje ensinamos para muita gente, assim como a gente aprendeu.*

A iniciação e construção do ser domador se dá quando *guri,* a partir do momento em que estes passam a ser responsáveis por pequenas tarefas como buscar as vacas em algum *potreiro*[17] no final da tarde, para fazer a ordenha. Em trabalho etnográfico me deparei com o caso do filho de um pequeno proprietário rural no município de Candiota localizado no sudeste rio-grandense que com dez anos estava praticando as lidas da doma de cavalos. O pai, domador, iniciava o cavalo e o filho seguia o processo de ensinamento. No final da tarde, o menino buscava o cavalo no *potreiro*[18], encilhava e ia para o campo trazer as vacas para a ordenha. A destreza na montaria era enfatizada pelo pai que acompanhava, com orgulho, os movimentos do guri. Vez por outra, este chamava a atenção do filho como ter cuidado ao cruzar perto das patas traseiras do cavalo

[14] Peça que compõe os arreios. Serve para firmar a sela sobre o lombo do cavalo. Também é na *cincha* que fica o *cinchador* sendo uma peça de couro ou ferro colocado no lado direito onde se prende o *laço*.

[15] Peça feita de pele e lã de ovinos com formato retangular que fica em cima da sela e serve para tornar macio o assento do cavaleiro.

[16] O termo guri é designado como referência ao menino.

[17] Chama-se assim as áreas divididas por cercas de arame dentro de uma propriedade.

[18] Área localizada próxima ao domicílio da propriedade em que ficam os cavalos para as lides pastoris, as vacas para ordenha, as ovelhas.

e também ter cuidado em não "*atropelar*[19]" o *potro* - cavalo em processo de iniciação de doma - em direção as vacas, porque o animal estava aprendendo e poderia *corcovear*, ou seja, se rebelar e começar a pular derrubando o aprendiz de domador. O garoto encilhava o cavalo e montava com facilidade. Ao descer do cavalo que o ficava observando criando uma percepção de uma estreita interação. O *potro* acompanhava os movimentos do menino que fora buscar o chapéu e, quando este se preparou para montá-lo o cavalo preparou o corpo numa atitude que, na minha percepção, parecia que estava o auxiliando para montá-lo. Quando não estava na escola o menino estava em volta desses animais e dizia não gostar da cidade porque lá não tinha cavalos e, além disso, lhe era negado a possibilidade de dormir nos *arreios*[20].

A partir dos 15 anos de idade se começa a acompanhar os adultos nas atividades campeiras. A iniciação nas lidas é de intensa atividade física em que ao jovem campeiro cabe a tarefa de derrubar e segurar o boi ou a ovelha na "*força do braço*". A iniciação nessas atividades é o momento da construção desses jovens como pessoas, ou como homens, que os fazem se tornarem sujeitos (Silva 2014). Além disso, a atitude de respeito perante os demais peões, com experiências nas lidas, está entre os atributos necessários a construção do ser campeiro. Por conseguinte, humanos e cavalos estabelecem uma relação de ensino e aprendizagem na lida: O jovem torna-se adulto através da *lida*, do trabalho, sendo esta quem o "*doma*". O cavalo, antes considerado *potro*, ou seja, não iniciado, torna-se "*sujeito*" quando começa a realizar as lidas no campo. Para se tornar um domador com habilidade de ensinar a um *potro* as habilidades da lida, além de aprender com os mais velhos, o iniciante aprende também com um cavalo já experiente nas atividades. Quando o aprendiz começa a acompanhar os demais nas atividades de pastoreio aprende por meio da observação e prática. Entretanto, o cavalo que este monta conhece os trabalhos e o iniciante tem que saber acompanhá-lo. Por exemplo: caso se está conduzindo uma tropa de animais bovinos para determinado lugar e, num determinado momento, o animal vacum "*refuga*", ou seja, tenta fugir, o cavalo vai tentar impedir que este animal consiga a fuga. Ao peão cabe acompanhá-lo a ação com movimentos corporais. Portanto, os domadores dizem que "*para ensinar tem que aprender a fazer*".

O aprendizado do aprendiz de domador que reside nos ambientes urbanos se dá pela sua participação no cotidiano das hospedarias e cabanhas. O domador que trabalha nesses estabelecimentos passa a experiência adquirida nas atividades da doma para os mais jovens por meio das atividades cotidianas do recinto. Após a aula, os jovens se dirigem a hospedaria para ajudar nas atividades como dar ração e escovar os pêlos dos cavalos, trazer os animais que estão presos nas estacas ao redor do galpão da hospedaria que é o local onde ficam os cavalos. Além disso, nos finais de semana acompanham, a cavalo, os mais velhos que vão par os eventos chamados *rodeios* em *provas de tiro de laço*, competição em que o jogador, montado a cavalo, corre atrás de um boi com o objetivo de atirar o laço – artefato feito de couro utilizado para prender os animais - cuja a armada deve prender as guampas do animal vacum. Existem também as provas realizadas pela ABCCC[21] denominadas "prova do Freio jovem" cujas as modalidades são a Infantil

[19] Atropelar o cavalo significa fazer este avançar bruscamente em direção ao gado para atacar alguma rês, ou para assustar os animais fazendo-os se movimentarem com mais rapidez.

[20] Outra denominação dos artefatos de montaria.

[21] Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Crioulo, instituição criada em 1931, em Bagé/RS com o objetivo de padronizar a raça do Cavalo Crioulo que abrange animais descendentes dos cavalos da península ibérica que vieram para a América com os europeus por serem considerados os mais resistentes. Atualmente a associação tem

em que competem concorrentes menores de 12 anos; a Juvenil, de 12 anos completos a 16 anos incompletos; e a Aspirante, de 16 anos completos a 30 anos incompletos. A partir desta idade o competidor passa a competir na prova do freio de ouro. Nestas provas domador e cavalo tem de apresentar habilidades na realização das etapas como correr por entre fardos de fenos distribuídos na pista; *fazer o giro*, movimento das patas dianteiras de um lado para outro; realizar a apresentação do laço em que o domador desprende o artefato preso nos arreios e, com o movimento do corpo e liberando a pressão das rédeas, faz o cavalo correr enquanto *reboleia* o artefato, ou seja, gira o artefato de forma que se abra a armada e, a última etapa consiste em *esbarrar* que se refere a fazer o cavalo correr uma longa distância e, em determinado momento, o domador puxa a rédea fazendo o cavalo parar imediatamente, sentando o corpo com as patas traseiras. A cada etapa recebe-se uma nota dos avaliadores. Domador e cavalo tem de estarem em constante harmonia considerando que, a cada comunicação exercida, por meio dos artefatos e movimento corporal do domador, o cavalo tem que responder, assim como o domador deve saber o que fazer diante de determinada atitude do cavalo. Essas provas remetem as atividades cotidianas do pastoreio nas estâncias e participam tanto domadores ou ginetes de estabelecimentos (estâncias e cabanhas) localizados no meio rural quanto no meio urbano (hospedarias para cavalos e cabanhas).

Os processos de doma

A doma praticada no pampa sul-rio-grandense é percebida a partir de suas transformações/atualizações no sentido de que a técnica entendida como um conjunto de habilidades constituídas e incorporadas no *modus operandi* dos organismos humanos e animais (Ingold 2010: 16) foi se adaptando de acordo com a conformação socioeconômica e cultural da pecuária. Historicamente a doma é praticada dentro das estâncias cujas atividades estão voltadas para a pecuária extensiva. Nesse caso, o domador é um trabalhador por conta própria que vende sua força de trabalho ao proprietário da estância. O preço do serviço para domar um cavalo é, em média, um salário mínimo. Os processos iniciais da doma iniciam no final do verão e início do outono, período chamado *primeira sova*. No inverno os cavalos são soltos no campo e retornam às atividades no início da primavera quando começam a aprender a realizar as práticas das lides pastoris, período chamado de *segunda sova*. A doma de um cavalo, nesse caso, tem duração de praticamente um ano.

Atualmente, com a transformação das técnicas, a atividade se transferiu também para ambientes urbanos (Howes Neto 2009: 51) sendo reelaborada e relacionando de forma diferente o domador e seu ambiente de trabalho. Nesses locais os cavalos recebem ensinamentos para "*correr prova*", ou seja, para realizarem as tarefas das diversas competições equestres e, assim, a prática de domar cavalos ocorre em todas as estações do ano. Na maioria dos estabelecimentos localizados nos ambientes urbanos em que fiz trabalho de campo, as técnicas de domar cavalos eram voltadas, para a competição em provas promovidas pela ABCCC[22], além da doma para o trabalho no pastoreio.

a sede na cidade de Pelotas e é uma entidade que reúne mais de 49,5 mil pessoas entre criadores, proprietários e usuários de cavalos crioulos, distribuídos em todo o território brasileiro, além do Uruguai, Paraguai, Argentina e Estados Unidos da América. A associação envolve em sua rede 16. 042 criadores enquanto que o número de animais registrados está em torno de 352 771 animais sendo que 95% destes cavalos estão na região sul do Brasil (Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos 2015).

[22] Em 1982 a instituição criou a prova do Freio de Ouro como forma de incentivar a criação da raça. Nas provas do Freio-de-Ouro são avaliadas a "habilidade campeira do cavalo".

Neste caso, o processo dura cerca de seis meses e o valor depende do tipo de ensinamento que o cavalo vai aprender o que pode chegar a três salários mínimos acrescentado do valor mensal da hospedagem e cuidados do equino o que varia em média de R$ 500,00. As atualizações do ofício permitiram que alguns domadores, que desenvolveram a habilidade trabalhando nas estâncias e cabanhas, construíssem seus centros de doma e hospedarias para cavalos em que, muitas vezes, contratam, por um salário mínimo, a força de trabalho de outros domadores.

Existem diversas técnicas de domar as quais, basicamente, se classificam de acordo com a graduação da violência empreendida: na *doma tradicional* ou *gaúcha* são utilizadas técnicas de reforço, tendo centralidade o uso da força e imposição, em que se acionam artefatos como rebenques, *esporas*[23] e o empreendimento da técnica de *puxar o queixo*. Entretanto, existem regras que estabelecem o empreendimento de um ato de violência, ou seja, de castigar e machucar o animal, tendo princípio na noção de reciprocidade entre o domador e o cavalo em que a violência do domador tem que ser em resposta de uma ação negativa do cavalo. No mesmo sentido, a violência do cavalo é resposta a violência, sem justificativa, do domador. A discussão sobre o que é um ato de violência e o que não é um ato de violência é debatida entre os domadores conforme pode-se observar nas palavras de Seu Nelson – domador que reside em Bagé/RS em entrevista ao INRC:

> [...] *com carinho o animal se amansa! Eu não judio de animal, eu só trato o animal com carinho. Eu era de dar uma tunda*[24] *num cavalo, quando eu não podia com ele, e me abraçar nele e dizer chorando: "Não me faz mais isso rapaz, senão vou te rebentar a pau!" Chegava a chorar abraçado no pescoço do animal e no outro dia este estava me seguindo. Os animais agarram medo desses caras que judiam* [sem razão]*: já vem a pau pela cabeça dos animais né! O animal fica com raiva também. Agarra medo e agarra raiva!*

A *doma tradicional* ou *gaúcha* se define em comparação as técnicas de doma ditas "*racionais*" (como "*doma racional*", "*doma índia*") cujos os princípios se baseiam na não utilização da força e imposição, ou seja, sem machucar o animal estabelecendo uma relação de confiança entre o humano e o cavalo considerando que o domador o convida a realizar as tarefas. Segundo Monty Roberts (2001: 57) o princípio da doma racional consiste em despertar o interesse do animal baseando-se na comunicação por meio dos movimentos corporais do domador e do cavalo em que ambos vão se conhecendo permitindo a comunicação.

Por trás do debate de violência e não violência estabelecido entre os domadores está a discussão da melhor maneira de ensinar o cavalo. A diferença entre as domas está na "*maneira de lidar*" com o *potro*[25], e os artefatos dependem da escolha técnica embora não há um artefato

---

[23] "É um artefato tridimensional e consiste de uma armação de metal (em geral ferro) em forma de "U". Na sua volta externa (volta do "U"), uma "roseta" se encontra acoplada à armação, por meio de uma extensão ("papagaio" – de 3 a 4cm ou mais) do próprio metal. A parte interna da volta do "U" fica encaixada no calcanhar da pessoa que usa a espora; uma corrente de metal ou o tento de couro faz um outro "U" que é acoplado por baixo do pé, firmando a espora no taco (salto) da bota do campeiro. Tentos de couro são utilizados fazendo voltas pela frente do pé, passando pela extensão de metal onde se encontra a "roseta", com o objetivo de evitar que a espora se solte do pé. A "roseta" é um artefato de metal (em geral ferro ou latão) quase bidimensional, circular, achatado, de 2cm de diâmetro ou mais, com pontas agudas em toda a sua volta (pontas também variam de tamanho e de quantidade, de acordo com o tamanho da roseta)". (Rieth, Rodrigues & Silva 2015: s/n).

[24] Bater, violentar com rebenque, o mesmo que o dado pela expressão "*rebentar a pau*".

[25] Cavalo não iniciado no processo de doma.

para determinado tipo de doma, mas para cada relação estabelecida. Para os interlocutores o cavalo percebe as emoções humanas e, nesse sentido, se o animal não humano está desinquieto e o domador se mantém calmo, o primeiro vai perceber que não há motivos para ficar assim. Essa sincronia, sendo uma "troca espelhada de estados" (Pavão 2014: 109), é enfatizada pelos praticantes como o princípio da melhor maneira de ensinar sendo necessário controlar a expressão dos sentimentos quando em trabalho de doma. Os primeiros processos da doma se divide em quatro momentos: *Amanunciação*, *puxar o queixo*, *primeiros galopes* e iniciação do *freio*. Essas etapas estão presentes, embora de diferentes maneiras, nas diferentes técnicas praticadas pelos interlocutores.

Amanunciação

Ao etnografar as interações entre humanos e cavalos num centro de equoterapia na cidade de São Carlos/SP, Luna de Castro Pavão (2014: 100) observa que as relações entre humanos e cavalos "são modeladas por um conjunto de ações corporais que se articulam a modos de comunicação verbal e não verbal". Os verbos de controle do cavalo em que se produzem sons com a boca são complementados por "convites corporais" como bater com os pés na barriga do cavalo. Além disso, tem-se a mediação dos artefatos como a corda que, pelo movimento realizado, informa ao cavalo as ações que deve executar. Por outro lado, os movimentos, gestos e atitudes corporais, dos cavalos são percebidos pelos terapeutas e auxiliares-guias como indicações de comportamento. A autora elenca um exemplo:

> [...] quando o animal se movimenta mais lentamente em relação ao ritmo que se espera, os terapeutas geralmente pedem ao auxiliar-guia que interrompa a caminhada e, se dirigindo ao cavalo em questão, fazem perguntas como 'Você quer fazer xixi?' 'Está com dor?', ou, ainda, 'Está fingindo?' (Pavão 2014: 109).

São gestos e toques que geram respostas das partes envolvidas. A referência da autora engendra pensar as diferentes formas de comunicação entre o cavalo e o humano as quais são ensinadas e aprendidas nos primeiros momentos do processo da doma.

A técnica de "A*manunciar o potro*" significa acostumar o cavalo com o humano e com os artefatos utilizados para a montaria. Esse trabalho, muitas vezes é feito desde quando o *potro* está sendo desmamado pela égua, com seis meses de idade. Segundo Sérgio, domador e proprietário da hospedaria e centro de doma Santo Expedito na cidade de Pelotas/RS, antigamente não eram realizados esse trabalho de *amanunciar,* ou seja, o *potro* era pego "*xucro*" (não *amanunciado*) para domar o que demandava muito mais força física e violência. Em conversa com Minga Blanco, domador e proprietário rural no município de Aceguá/RS, as técnicas da doma "ditas racionais" exploram este momento de iniciação do *potro.* Os interlocutores que praticam a "*doma tradicional*" adotam as técnicas de *amanunciação* para, como dizem, "*trabalhar a mansidão*" do cavalo facilitando a realização das próximas etapas.

O cavalo é trazido para dentro de um pequeno curral e o domador, com o *buçal*[26] na mão, busca se aproximar. O animal foge e fica correndo em torno das tábuas da mangueira enquanto o domador acompanha seus movimentos. Na técnica da doma racional o artífice domador atira uma corda por trás do potro fazendo-o correr em disparada. Em certo momento o cavalo começa a dar

[26] Artefato colocado na cabeça e pescoço dos cavalos. Nele está anexado o laço em qual o domador segura o cavalo. O buçal inicia o ensinamento com os artefatos. Ao puxar o laço este faz uma comunicação ao cavalo para se movimentar para a frente.

um sinal que é baixar e subir à cabeça e começar a lamber os *beiços* demonstrando que gostaria de estabelecer uma aproximação. Nesse momento, o domador se aproxima do cavalo mostrando as costas. O animal, aos poucos vai permitindo o encontro com o domador que, por fim, se aproxima acariciando a testa e colocando o laço no focinho para o cavalo cheirar, pois segundo dizem este conhece algo pelo cheiro. Após isso, o domador, lentamente e com calma, coloca a corda no pescoço do potro e depois de acostumá-lo com a corda, coloca o buçal.

Segundo os domadores, quando o cavalo permite que se acaricie a testa com a mão, significa que permitiu iniciar a comunicação. Por conseguinte, o processo de toque da mão no corpo do animal, chamado "*palmear o potro*" inicia na cabeça, vai ao pescoço, ao corpo, chegando às patas traseiras. O domador, inicialmente, vai *palmeando o potro* segurando pelo buçal, pois o animal não está sensível ao toque. Bayard Jacques, domador de cavalos que reside em Jaguarão/RS, relata em um livro sobre a experiência do toque da mão:

> Desde os primeiros potros que amansei, sempre me impressionou o verdadeiro pavor que eles sentiam ao toque da mão. A impressão que me passavam era como se minha mão fosse fogo e queimasse. Depois de conseguir que o animal reduzido pelos elementos de contenção se deixasse apalmar a impressão era exatamente o contrário: os animais gostam de ser tocados, desde que tenham sido bem tocados. (Jacques 2008: 66).

Prendido o buçal em que está anexado o laço, dá-se alguns tirões para baixo sensibilizando a nuca do animal. O próximo momento consiste em deixar cavalo preso no *palanque*[27] que "[...] age da mesma forma que as rédeas do domador, ao limitar o movimento pela ação firme das mãos que não seguem puxando quando esse movimento é cortado" (Jacques 2008: 47), e trabalhar a técnica dos *maneadores* e *maneias*: As *maneias* são peças constituídas por dois pedaços de couro, ligados por argolas, que tem a função de prender as patas do cavalo para este não fugir. Colocadas as *maneias* o domador aciona os *maneadores* que são cordas feitas de tiras couro com espessura grande que são rodeadas em volta do corpo do animal. Esses artefatos limitam as possibilidades de reação do potro fazendo-o acostumar-se com os artefatos que, futuramente, serão colocados. A essa etapa os domadores chamam de "*tirar as costas*".

Também chamada de "*amansar de baixo*", a *amanunciação* busca uma aproximação com o cavalo, visando estabelecer uma relação de confiança em que utiliza a linguagem corporal para se comunicar com este. O domador observa as reações do cavalo ao mesmo tempo em que este observa as reações do domador. Por isso a ênfase na paciência quando se está lidando com o potro. Segundo Minga Blanco, depois dessa etapa a técnica de doma adotada fica a critério do domador que, considerando o temperamento do cavalo, aciona o processo de utilização do freio ou do bridão, conforme o que aprendeu sobre o cavalo.

Puxar o queixo

No processo de ensinamento de um potro têm que se levar em consideração a influência dos artefatos. José Reinaldo Santos Gonçalves e colaboradores (Gonçalves, Bitar & Guimarães 2013: 8) concebem que para os "modernos", as "coisas não falam". Entretanto, ao experienciar outras culturas, mesmo as dentro da própria sociedade que se diz "moderna", percebemos que, na realidade,

[27] Tronco de madeira com 3,5 m de altura sendo 1,5 m enterrado no chão.

> "[...] desaprendemos os idiomas em que se expressam. Pois, se isolarmos as coisas na lógica da 'razão pratica', na condição de instrumentos estritamente utilitários ou ornamentais, nos afastamos da possibilidade de estabelecer com elas relações de comunicação."

Nesse sentido, conforme os autores, as "coisas" existem como parte das complexas relações sociais, mediando às relações entre natureza e cultura. No processo do domar são acionados diversos artefatos que fazem a mediação da comunicação entre o humano e o cavalo.

Após a preparação do cavalo vem à etapa denominada "*puxar o queixo*" considerado, para os domadores que praticam as técnicas da "doma tradicional", um dos principais momentos do processo de aprendizagem do cavalo, pois é o momento em que o *potro* irá conhecer o artefato chamado *bocal,* que é uma tira de couro, com três centímetros de largura, que é colocada no queixo do cavalo. Esta etapa fora etnografada na visita a um centro de doma de cavalos. O domador, conhecido por Dula, "*amanunciou*" o animal alguns dias antes de iniciar o processo. A égua conhecida pelo nome de "*preta*" era *redomona*, ou seja, conforme as informações que o domador encontrou na conversa com outros domadores, fora iniciada no processo de doma, porém, por ser *baldosa* que significa ter um temperamento rebelde, não aprendeu os ensinamentos. O domador estava levando em consideração esse temperamento e a trajetória do animal para acionar a técnica que descreverei: Lico, o filho de Dula, que está aprendendo a domar com o pai, levou a égua até um *palanque* localizado dentro da *mangueira*. Neste local ela foi "*maneada*", ou seja, presa nas patas dianteiras e traseiras por uma corda de couro ou náilon chamada "*maneia*". O filho do domador calmamente, chamando-a pelo nome, colocou as *maneias* ao passo que, em diversos momentos, a égua tentou sair puxando a cabeça na qual estava presa pelo *"cabresto"* ao palanque. Após, ligam-se as *maneias* das patas e das mãos através de uma corda de couro que cruza a argola de cada *maneia* diversas vezes. Quando puxou essa corda as maneias juntaram-se derrubando o animal e impossibilitando-o de ficar em pé. No *bocal* estavam anexadas as *rédeas* as quais vão cruzar por cima do lombo do cavalo. O domador era auxiliado por Lico e mais duas pessoas que haviam sidos convidados a ajudar. Estes ficaram atrás da égua e iria puxar as *rédeas,* com um *tirão único,* direcionando o queixo na direção do peito. O domador, que estava à frente do cavalo, controlava os movimentos das cordas e quando o cavalo começava a "*patear*" (agitar as patas) que significa dizer que estava demonstrando dor, ou seja, que "*sentiu*", este solicitava que afrouxassem as rédeas. Foram três "*tirões*" ou "*puxões*" de cada lado, ou seja, depois de dado os três *tirões*, virou - se o cavalo e *puxou-se* mais três. O objetivo do ato de "puxar *do queixo*" é deixá-lo "*sensível de boca*" e assim quando, na próxima etapa que é o ato de montar, ele já possa atender as mensagens do domador. O evento é dramático considerando que o animal não humano fica extremamente apreensivo. O domador, por outro lado, mantém-se calmo e os seus movimentos são precisos e controlados estabelecendo um padrão de "força mínima" (Sennett 2013: 189) entre o ato de puxar e soltar realizado por todos os envolvidos no processo.

O objetivo de sensibilizar a parte do corpo do animal o qual vai se estabelecer a principal comunicação no momento da montaria, e por isso tem que ter o cuidado para não "*puxar*" com intensidade muito forte e traumatizar o animal o que impossibilitaria seguir no processo de doma. Nesse processo o cavalo é ensinado somente de *bocal* sendo que após isso deverá ser ensinado de *freio* que seria um aperfeiçoamento do processo de doma, considerando que este já tem familiaridade com todos os comandos que se exige dele.

Os primeiros galopes

A terceira etapa consiste em montar no cavalo, também denominada como "*primeiro galope*". O "*primeiro galope*" significa subir no animal, que está com os arreios, e trabalhar ele para que se acostume com os artefatos da montaria. Ao ser montado o cavalo muitas vezes começa a *corcovear*, a pular querendo expulsar o domador do seu lombo. Nas técnicas das "domas racionais", baseadas no princípio de "avanço e recuo" (Roberts 2001: 57) quando o cavalo *corcoveia,* o domador desce voltando a montar quando o animal para de pular. Assim, de forma perseverante, faz com que o cavalo vá percebendo que o domador não é um "agressor", um predador, mas que somente quer ficar em cima e, aos poucos, vai permitindo que o monte. Por outro lado, na técnica da "doma tradicional" o domador fica em cima mostrando-o ao cavalo que deve acostumar-se com esse fato.

Lico "*amanunciou*" o *potro* que, amadrinhado por Dula - que significa acompanhar montado num cavalo que conhece a montaria-, iria praticar o *primeiro galope*. Enquanto aparava a cola e as crinas do cavalo disse que esse cavalo "*era de campo*" e "*xucro*" o qual significa dizer que não foi criado em contato com humanos. O cavalo estava na cabanha há dois meses e, segundo Lico, somente há algumas semanas haviam conseguido *amanunciar* ele, assim, de forma com que ficasse sem medo dos humanos e artefatos. Entretanto, enquanto Lico encilhava o *potro,* este olhava com desconfiança para os artefatos de montaria. Quando *encilhava* Lico fazia o potro cheirar o artefato antes de colocar no lombo do mesmo, técnica que, através da noção de que o cavalo conhece algo pelo cheiro, faz o animal conhecer tal artefato. O cavalo precisa de um tempo para se acostumar com os arreios de montaria. Em determinado momento o cavalo se rebelou e fugiu para a área dos fundos da propriedade. Depois de buscá-lo, Lico acionou a utilização das "*maneias*", que prendem as patas para o animal não fugir.

Quando encilhado o *potro*, Lico o levou até o *corredor,* que o espaço (em muitos casos a estrada da rua) em que *galopeiam* seus cavalos. Dula apareceu montado a uma égua com a qual iria *amadrinhar* Lico na montaria. Essa égua, que chamam de "égua madrinha" tinha quatro anos de idade, sendo um animal que "*tem mais prática*". Lico se mostrava bastante irritado com o potro ao ponto que em momentos seguidos o pai tinha que dizer a este: "*calma filho!*". Dula pegou o potro pelo *cabresto,* que no caso é entendido como um artefato de couro que é prendido na cabeça do cavalo e ao qual está anexado um *laço* para manejar o mesmo, e saiu rápido fazendo com que o cavalo caminhasse, antes de ser montado, para conhecer a presença dos *arreios*. Este, que já estava acostumado com os artefatos no lombo, ao caminhar com eles possibilitaria que os reconhecesse no movimentar o seu corpo. O domador foi até o final do corredor e voltou para o lugar em que estava quando Lico, que esperava, montou. Ao montar, Lico emitiu o seguinte som com a boca: *Putututu*!!! Junto ao toque das esporas no couro do *potro*, ocasionou que este saísse correndo para frente enquanto Dula, com sua égua madrinha, o acompanhava fazendo com que esta tivesse o seu corpo sempre junto do corpo do *potro*, para este último não *corcovear.* Após 30 minutos retornaram para o estabelecimento e tiraram os artefatos de montaria dos cavalos. O cavalo aprendiz observava com desconfiança os artefatos de montaria que ficaram pendurados num cavalete perto do local em que estava atado. Nessa etapa o cavalo segue sendo trabalhado e treinado (nos primeiros acompanhados do *amadrinhador*) todos os dias. A intensidade do trabalho é determinada conforme o animal vai aprendendo os ensinamentos do domador e reconhecendo os artefatos de montaria.

Os freios e bridões

Pode-se considerar o momento de "*enfrenar*" o cavalo como a etapa final dos principais processos de ensinamento. Acontece quando este passa a atender o *freio*. O *freio* é uma embocadura de ferro, metal, madeira, borracha que se compõem de barra de "ferro doce", parte que vai dentro da boca do cavalo, sem articulações e tendo uma elevação na parte central exercendo uma pressão na boca do animal. É segurado pela *cabeçada* que é um artefato, confeccionado em couro, que envolve a cabeça do cavalo. Está anexada na parte de cima da perna do freio enquanto na parte de baixo são anexadas as rédeas. Com o Seu Paulo, domador no município de Morro Redondo/RS, aprendi a técnica: se coloca o freio na boca do cavalo e passam-se as *rédeas* por entre as patas dianteiras atando-as em cima do lombo deste fazendo com que o queixo fique direcionado em direção ao próprio pescoço. No início coloca-se o artefato sem montar no cavalo deixando-o na *mangueira* por algumas horas diárias "*mascando o freio*", para conhece-lo, "*calejar*" a boca. Depois de certo tempo, se faz o animal caminhar com o artefato, acompanhando do lado e fazendo os seguintes movimentos: "*sujeita*" (faz parar) e "*puxa*" (direciona para a direita ou esquerda). O domador deve ter o cuidado para não ferir a boca do cavalo que já está "sensível".

Nas domas ditas "*racionais*" tem prevalência à utilização do artefato chamado *bridão* que é uma embocadura de ferro, metal, madeira, borracha que se compõem de barra, cuja a parte que vai dentro da boca é ligada por articulações. Por exercer uma pressão menos intensa na boca do cavalo, os domadores que praticam a técnica entendem que o *bridão* maltrata menos o animal. Por outro lado, é necessário a confiança entre ambos, pois o cavalo não está "*sujeito pela boca*" – fato que é possibilitado pela técnica de *puxar do queixo* - e nesse sentido pode em algum momento não atender a comunicação de quem o monta. Muitos domadores que utilizam o bridão dispensam a utilização do *bocal* considerando que não se necessita desse processo mais intenso. Entretanto, nos relatos de domadores com quem conversei, utilizam - se os três artefatos no processo de doma seguindo esta ordem: *Bocal*, *freio* e bridão. O princípio que orienta a técnica se refere ao fato de, conforme o cavalo vai conhecendo e acostumando com a pressão na boca, vai-se diminuindo a intensidade. Existem diversos tipos de *freios* e *bridões* que serão acionados conforme vai demandando o processo de aprendizagem do cavalo.

O processo de ensinar o cavalo é continuo sendo que essas etapas iniciais ficarão completas em poucos meses embora segue-se aprofundando os ensinamentos. Lico me disse que um cavalo fica "*bem domado*" em seis meses, ou seja, ensinado aos artefatos e a presença e comunicação dos humanos. No entanto, se o mesmo vai ser destinado para "*correr prova*", ou seja, participar de esportes equestres, ficará mais tempo no aprendizado sendo "treinado" para tal competição. O mesmo se refere a doma para os trabalhos no pastoreio em que aprendizagem vai se dar nas práticas cotidianas das lidas. Embora os domadores tenham preferências por uma técnica em detrimento da outra, consideram que a característica do cavalo, ou seja, sua personalidade que rege a demanda de determinado saber/fazer. Para Seu João, domador numa hospedaria para cavalos na cidade de Pelotas/RS, as diferenças entre as domas estão na "*maneira de lidar*" com o cavalo, ao passo que não há um artefato para determinado tipo de doma, mas para cada relação estabelecida.

Considerações finais

Por que é o cavalo que dá as dicas? Por que os domadores aprendem na interação com os cavalos? Este texto discorreu sobre essas questões que envolvem a aprendizagem das técnicas de domar animais equinos no contexto do pampa brasileiro. As relações entre humanos e cavalos são constituídas por meio de comunicações verbais e não verbais (movimentos e gestos corporais) que se articulam na interação cotidiana, conforme observou Luna de Castro Pavão (2014) no contexto das práticas de equoterapia. A essas formas de comunicação tem-se a mediação dos artefatos cujos movimentos realizados informam as ações que o cavalo deve executar. As primeiras etapas do processo de doma buscam a aprendizagem dessas diferentes formas de comunicação entre humano e cavalo, sendo que, nestas etapas são acionados determinados artefatos e diferentes técnicas conforme o domador vai aprendendo sobre o cavalo. Para os domadores o cavalo não é um ser passivo, receptor e reprodutor de tarefas, mas um agente que, conforme a sua personalidade, vai influenciar e condicionar o manejo de diferentes habilidades para ensiná-lo. Os praticantes se referem à doma de um cavalo como a leitura de "*um livro*". Tal como cada livro conta uma história diferente, em cada doma se constrói uma história diferente, pois cada *animal é único*, tendo uma personalidade própria, cabendo ao domador estudá-lo: "*Tu estudas o cavalo e o cavalo te dá as dicas*". As diferentes personalidades equinas – manso, *velhaco* (traiçoeiro) e *baldoso* (rebelde) –, junto a forma de ser constituída na experiência de habitar o mundo - como o cavalo "*redomão*" sendo aquele que não aprendeu os ensinamentos quando numa primeira tentativa de doma -, são aprendidos pelos domadores, tanto na interação com os cavalos como na rede de relações estabelecidas com outros domadores, e levados em consideração no processo de doma.

Assim, os interlocutores deste trabalho foram iniciados no ofício por meio de domadores mais velhos através da observação e prática. No entanto, eles observam que na interação cotidiana com os cavalos que aprenderam e desenvolveram a habilidade das técnicas de manejo das lidas. A aprendizagem, portanto, seja dos humanos quanto dos cavalos é concebida como uma contínua incorporação de habilidades constituídas na experiência (Ingold 2010) e na vivência do cotidiano das lides pastoris.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAVALOS CRIOULOS – ABCCC. 2015. "História da ABCCC". Pelotas. Disponível em: <http://cavalocrioulo.org.br/institucional/historia>. Acesso em: 20 dez. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. 2014. "O pampa". Brasília. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>. Acesso: 9 mar. 2014.

FREIRE, Beatriz M. 2005. "O inventário e o registro do Patrimônio Imaterial: novos instrumentos de preservação". *Cadernos do LEPARQ: Textos de Arqueologia, Antropologia e Patrimônio*, 2(3):11-20.

GONÇALVES, José R. S.; BITAR, Nina P.; GUIMARÃES, Roberta S. 2013. *A alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ.

HOWES NETO, Guilherme. 2009. *De bota e bombacha: um estudo antropológico sobre identidades gaúchas e o tradicionalismo*. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria.

INGOLD, Tim. 2010. "Da transmissão de representações à educação da atenção". *Educação*, 33(1):6-25.

_____. 2012. "Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais". *Horizontes Antropológicos*, 18(37):25-44.

JACQUES. Bayard B. 2008. *Registros da eficiência da equitação gaúcha: primeiros escritos*. Jaguarão: Autor.

LEAL, Ondina F. 1997. "Do etnografado ao etnografável: o "Sul" como área cultural". *Horizontes Antropológicos*, 3(7):201-214.

LIMA, D.V. 2015. *"Cada doma é um livro": a relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense*. Dissertação de Mestrado, ICH, Universidade Federal de Pelotas.

PAVÃO, Luna C. 2014. Montaria a cavalo: um convite ao estudo antropológico sobre a relação entre humanos e animais na equoterapia. *Revista Latino-americana de Estudios Críticos Animales*, 2:99-115.

RIETH, Flávia; KOSBY, Marilia; SILVA, Liza B.; RODRIGUES, Marta B.; DOBKE, Pablo; LIMA, Daniel V. 2013. *Inventário nacional de referências culturais: lidas campeiras na região de Bagé, RS*. 1. ed. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna. 356 p. (vol. 3).

RIETH, Flávia; RODRIGUES, Marta B.; SILVA, Liza B. 2015. "As lidas campeiras na região de Bagé/RS: sobre as relações entre homens, mulheres, animais e objetos na cultura campeira". In: Fernanda V. Nummer & Maria C. C. C. França (eds.), *Entre ofícios e profissões: reflexões antropológicas*. Belém: GAPTA/UFPA.

ROBERTS, Monty. 2001. *O homem que ouve cavalos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SENNETT, Richard. 2013. *O artífice*. Rio de Janeiro: Record.

SILVA, Liza B. M. 2014. *Entre lidas: um estudo de masculinidades e trabalho campeiro na cidade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas.

SOUZA, Juliana; ZARDIN, Manuela; SURITA, Vinicius; DUVAL, Eduardo; SILVERA, Isabella D. 2011. "Hospedarias para equinos na cidade de Pelotas: instalações e serviços oferecidos". In: *Anais do XX Congresso de Iniciação Científica / III Mostra Científica*, Pelotas.

WAGNER, Roy. 2010. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.

WEBER, Max. 2006. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret.

Recebido em Setembro 10, 2014
Aceito em Janeiro 13, 2016

Capítulos de livros

RIETH, Flávia; FREIRE, Beatriz Muniz; LIMA, Daniel Vaz; RODRIGUES, Vagner Barreto. Nos caminhos da Pampa: Inventários Culturais e Patrimônio Imaterial no Rio Grande do Sul. In: IPHAN. **Livro Comemorativo dos 20 anos de lançamento do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Brasília: IPHAN, 2021. [*No prelo*]

NOS CAMINHOS DA PAMPA: INVENTÁRIOS CULTURAIS E PATRIMÔNIO IMATERIAL NO RIO GRANDE DO SUL (*no prelo*)

Flávia Maria Silva Rieth - riethuf@uol.com.br
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Beatriz Muniz Freire - bemufre@yahoo.com.br
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-RS)
Daniel Vaz Lima - dvlima.vaz@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Vagner Barreto Rodrigues - vgnrbrrt@gmail.com
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

RESUMO: Este texto reflete sobre patrimônio cultural imaterial brasileiro e saberes tradicionais a partir de processos de documentação, reconhecimento e salvaguarda de bens culturais na pampa brasileira. Trata-se de processos conduzidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-RS), em parceria com a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), baseados no uso do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), ferramenta participativa para a construção de conhecimento sobre bens culturais referenciais, em diálogo com demandas das comunidades da região. Os resultados apontam para a diversidade sociocultural e ambiental do território sul-rio-grandense e tensionam as fronteiras entre rural e urbano e entre agricultura e pecuária, considerando as relações entre humanos, outros animais, objetos e ambiente. Busca-se, assim, demonstrar o dinamismo das relações implicadas nos processos de patrimonialização de bens culturais de natureza imaterial, nos quais a articulação dos detentores é decisiva.

Palavras chave: Patrimônio Cultural Imaterial. Rio Grande do Sul. INRC. Comunidade. Iphan-RS.

1 APRESENTAÇÃO

"Mas, pra chegar lá, havia que atravessar um santafezal cerrado, tiririca, atoleiros, juncais; um banhado brabo; lá dentro é que a gadaria alçada vivia misturada com os galheiros e os capinchos e os ratões."
João Simões Lopes Neto

A trajetória da salvaguarda do que se denomina, atualmente, patrimônio cultural imaterial brasileiro antecede à institucionalização do campo da preservação[1] – marcado pela criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937 – e o atravessa, por meio de iniciativas e experiências não contínuas[2], até configurar-se como uma política pública específica, instituída pelo Decreto 3.551, no ano 2000. Sua construção acompanhou a ampliação do conceito de patrimônio – de histórico e artístico para cultural – em meio a embates institucionais e sociais que atingiram princípios basilares da política de preservação, como a ideia de que uma "identidade nacional" poderia representar, plenamente, o conjunto da sociedade brasileira.

No fim dos anos 1980, no contexto de redemocratização do país, a nova Constituição Federal afirmou que o patrimônio cultural brasileiro é constituído tanto de *bens culturais de natureza material* quanto de *bens culturais de natureza imaterial,* aos quais são atribuídos *valor de referência* para memória, identidade e ação de grupos sociais formadores da sociedade. Ao reconhecer que os grupos sociais são portadores de trajetórias específicas, às quais estão associados direitos específicos, a definição comprometeu a política de preservação com o reconhecimento da diversidade cultural, bem como da ação dos grupos formadores, no tempo presente. A experiência acumulada demonstrava que não seria possível preservar *bens imateriais* por meio do tombamento e da conservação. Os *bens culturais de natureza imaterial* demandam outro tratamento, por sua natureza coletiva, processual, dinâmica. Finalmente, foi possível a elaboração de um Programa e de novas ferramentas de preservação, visando a identificação, por meio de documentação densa, e o reconhecimento do patrimônio imaterial*,* por meio de sua inscrição em um ou mais Livros de Registro[3].

De acordo com o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, o trabalho de documentação é o fundamento da patrimonialização de *bens culturais de natureza imaterial*, na medida em que

---

[1] Como, por exemplo, as manifestações de Mário de Andrade, na Semana de 1922, e as iniciativas do Departamento de Cultura de São Paulo, com foco no reconhecimento e no apoio do poder público às práticas de cultura popular, por seu valor identitário (IPHAN, 2006).

[2] A exemplo da *Carta do Samba*, de Edison Carneiro, e do *Programa de Apoio a Comunidades Artesanais*, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, entre outras, conforme conferência *A criação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial*, realizada pelo Iphan com a Dra. Márcia Sant'Anna (UFBA). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lUCostYsSIo. Acesso em: 20 ago. 2020.

[3] Organizados em quatro categorias abrangentes: Celebrações, Formas de Expressão, Saberes e Lugares.

possibilita descrevê-los, demonstrar seu caráter coletivo (sua base social) e seu tempo de ocorrência (seu sentido de tradição), bem como tornar compreensíveis os motivos pelos quais são considerados *referências culturais* pelo grupo detentor. Trata-se, portanto, de documentar o processo de atribuição de valor que distingue determinadas práticas socioculturais de outras, não porque sejam excepcionais ou de rara ocorrência, mas por seu poder de referenciar o autorreconhecimento do grupo. A documentação deve possibilitar, ainda, a identificação dos problemas que possam comprometer a continuidade de tais práticas. Esse diagnóstico é o primeiro passo para a posterior elaboração de um plano de apoio e de valorização dos bens registrados, o que é a finalidade da política de salvaguarda. Tendo em vista a realização de documentação com tal perfil, o Iphan desenvolveu[4] o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)[5].

Trata-se de uma metodologia inspirada no processo etnográfico, que exige imersão no campo pesquisado e intensa interlocução com os detentores das práticas documentadas. Propõe a incorporação de detentores nas equipes de pesquisa e a realização de reuniões devolutivas ao longo do trabalho de identificação, de documentação e de diagnóstico. Pretende-se que o caráter participativo seja definidor e contribua para a articulação entre os detentores, uma vez que o trabalho de documentação implica em reflexão sobre as experiências vividas e sobre as relações estabelecidas, bem como sobre os interesses envolvidos, que podem ser – e frequentemente são – divergentes, ou mesmo conflitantes. Implica, ainda, na apropriação da política de preservação por parte dos detentores, de modo a acentuar sua capacidade de influência e de demanda (FREIRE, 2005).

No Rio Grande do Sul, a implementação da política de salvaguarda do patrimônio imaterial teve início em 2004, com a elaboração de dois Inventários Culturais – INRC *Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo* e INRC *Massacre de Porongos* – aos quais seguiram-se outros cinco[6]. Embora motivados por demandas e questões específicas, os Inventários se

[4] Com a assessoria do antropólogo Dr. Antonio Augusto Arantes.
[5] Seu uso é independente do Registro – é possível inventariar práticas referenciais sem que que haja pedido de sua patrimonialização – e não é obrigatório – pode-se recorrer a outras metodologias para a produção da documentação necessária à instrução dos processos de Registro.
[6] INRC Produção de Doces Tradicionais Pelotenses (2006-2008), Inventário da Diversidade Cultural da Imigração Italiana (2008-2010); INRC em Santa Tereza (2010-2012), INRC da Lida Campeira na Região de Bagé (Aceguá,

coadunam e contribuem para a compreensão de processos relevantes na formação histórica e sociocultural da região Sul do Brasil, priorizando a ação de grupos sociais não hegemônicos.

Este texto reflete, especificamente, sobre a realização do INRC que resultou no registro das Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas[7] (2006-2008) e sobre os INRCs da Lida Campeira, o primeiro realizado na zona de "*campos lisos*"[8] (2010-2013), e o segundo nos chamados "*campos dobrados*", no Alto Camaquã[9] (2017-2020). Tais Inventários demonstraram a diversidade sociocultural e ambiental da pampa em sua relação com a complexa formação histórica da "área cultural" do Sul que, conforme a antropóloga Ondina Leal, não coincide, necessariamente, com os limites políticos do estado do Rio Grande do Sul "ou mesmo os da nação Brasil" (LEAL, 1997, 2019) e não se encontra devidamente contemplada nas representações oficiais, veiculadas seja pelo Estado, seja pela cidade de Pelotas.

2 PAMPA, AGRICULTURAS E PECUÁRIAS

A pampa é um bioma campestre, temperado e subtropical que cobre mais de 750.000 km² da América do Sul, com planície costeira e interiorana que compreende as províncias mais orientais da Argentina, o sul do estado do Rio Grande do Sul e a totalidade do território da República Oriental do Uruguai. Geralmente, a paisagem pampeana é descrita pela cobertura densa e variada de espécies de gramíneas nativas, com matas ciliares às margens de cursos d'água e ondulações suaves, conhecidas localmente como "coxilhas". Segundo dados do IBGE, a pampa corresponde a 176.496 km² do Rio Grande do Sul, 63% da extensão do território estadual, 2,07% do território brasileiro.

Trata-se do segundo menor bioma brasileiro, mas que possui a maior diversidade de espécies por metro quadrado, muitas ainda não catalogadas. Com o menor percentual de terras em unidades

Arroio Grande, Bagé, Herval, Hulha Negra, Pelotas e Piratini) (2010-2013), INRC em São José do Norte (2016-2017) e INRC da Lida Campeira no Alto Camaquã (2017-2020).

[7] A expressão Antiga Pelotas refere-se aos seguintes municípios, que se emanciparam a partir da década de 1980: Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu.

[8] Nos municípios de Aceguá, Arroio Grande, Bagé, Herval, Hulha Negra, Piratini e Pelotas.

[9] Nos municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Lavras do Sul, Piratini, e Santana da Boa Vista.

de conservação (3,3%, segundo dados do Ibama), apenas 47,3% de sua vegetação nativa encontra-se preservada. Nas últimas décadas, a paisagem da pampa tem sido fortemente modificada pela conversão agrícola em escala industrial – como os cultivos de arroz e de soja – e pela silvicultura de espécies exóticas, como o eucalipto e o pinus, que impactam os recursos hídricos e o fluxo de seres vivos[10]. Além disso, áreas consideráveis do bioma Pampa correm o risco de serem afetadas por projetos de megamineração e de neoextrativismo, em fase de avaliação. A degradação ambiental pode ser comprovada pelo aumento da presença de areais, em processo de desertificação, dentre outros indícios. Para diversos especialistas, a preservação da pampa deveria combinar a conservação ambiental com a prática de atividades pastoril e agrícola de modo sustentável (WAQUIL et al, 2016).

A ocupação humana pré-colonial contribuiu para a composição do ambiente, introduzindo e disseminando espécies, tanto pela coleta, quanto pela agricultura no interior das matas, prática característica dos grupos Guarani (MONTEIRO, 1998, TEMPASS, 2010). O boi foi trazido às Américas pelos colonizadores espanhóis e introduzido no território pelos jesuítas, no início do século 17. Além da extração e comercialização da erva-mate, a criação de rebanhos foi fundamental para o sustento dos 30 aldeamentos ou *povos* missioneiros[11] estabelecidos ao longo dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, principais rios da Bacia do Rio da Prata. O trabalho pastoril, de manejo extensivo, e as condições ambientais da região favoreceram a procriação abundante dos animais, formando enormes rebanhos. A doma do gado em campo aberto, em que os animais eram caçados e juntados em *rodeios* – locais balizados onde descansavam, eram contabilizados e alimentados – caracterizava o manejo tradicional missioneiro, realizado pelos indígenas que trabalhavam nas estâncias que abasteciam as *reduções* (MAESTRI, 2008).

Com o fim do projeto evangelizador jesuíta e a intensificação da mobilidade indígena, os rebanhos missioneiros, deixados livres, asselvajaram-se, reproduzindo-se como gado *xucro* (*ganado cimarrón*). Sua presença massiva moldou a paisagem pampeana, “pelo pisotear e a

[10] Conforme Dr. Valério De Patta Pillar, professor no Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/10/degradacao-cerrado-amazonia-pampa-bioma-brasil-rio-grande-do-sul-vegetacao. Acesso em: 20 ago. 2020.

[11] Denominados, também, de *reduções* missioneiras.

estrumação contínua do solo", levando à criação de pastos caracterizados pela diversidade de gramíneas (ABREU; SILVA, 1948, *apud* GUTIERREZ, 2001: 24). Possibilitou, também, o surgimento da caça do gado bravio para extração do couro, utilizado internamente e exportado em grande quantidade pelos portos na Colônia do Sacramento e no Rio de Janeiro (IPHAN, 2018).

Em momentos de disputa entre as Coroas de Espanha e Portugal e os povos originários pela posse da região do Prata, o gado foi um elemento decisivo para sua colonização. Quando a *Vacaria do Mar* entrou em declínio, entre 1720 e 1740, a caça passou a ser substituída pela criação. A Coroa portuguesa passou a distribuir sesmarias e intensificou-se o interesse na delimitação de fronteiras entre o "domínio português" e o "platino". Nos *confins meridionais* da fronteira sul do Brasil, como define Farinatti (2018), desenvolveu-se uma economia pecuária, por meio do confinamento do gado e da comercialização de carne, couro, graxa, charque, a partir do desmembramento das terras jesuítas e da instalação de estâncias, com utilização de mão de obra escravizada, desde o século 18 (OSÓRIO, 2016).

Além de uma reduzida elite de grandes fazendeiros com rebanhos imensos, mantidos por trabalhadores livres e escravizados, a região foi ocupada por uma miríade de médios e de pequenos produtores familiares[12], que conjugavam o pastoreio de rebanhos e a lavoura. Muitos eram agregados dos grandes estancieiros e possuidores de escravizados. A presença de Guarani missioneiros foi intensa ao longo dos séculos 18 e 19, sobretudo no quadrante sudoeste da região, onde trabalhavam como peões, se arranchavam nas imediações das propriedades ou trabalhavam nos povoados e vilas (FARINATTI, 2018). A dinâmica das relações entre esses segmentos da "sociedade do gado" em formação baseava-se nos laços pessoais, acionados para as práticas da pecuária, para a manutenção da ordem interna e para o recrutamento durante os constantes conflitos bélico pela região. Redes econômicas, familiares, interpessoais, de compadrio, eram importante no acesso aos recursos produtivos (terra, gado, trabalhadores escravizados) e no posicionamento na hierarquia social, bem como na criação de estratégias de

[12] Conforme classificação de Cristiano Christillino (2009), a partir de dados de Câmaras municipais, em 1858: os grandes rebanhos contavam com mais de 4.000 cabeças, os médios com cerca de 1.000 a 4.000 e os pequenos com menos de 1.000, muitos com menos de 500 animais.

apoio mútuo, principalmente entre a população pobre – livre ou cativa (FARINATTI, 2007; CORRÊA, 2012; OSÓRIO, 2016).

No fim do século 18, a maior parte do gado da região seria direcionada às charqueadas instaladas ao longo do Canal São Gonçalo (ROCHA, 2014), estabelecimentos fabris de produção de carne salgada, o *charque*. Na década de 1820, o núcleo charqueador que daria origem à cidade de Pelotas contava com 22 estabelecimentos. Em 1873, o conjunto chegou a 38 charqueadas. O charque era o principal alimento da população escravizada, tanto no Brasil quanto na região do Caribe. A produção era realizada por africanos e descendentes de africanos escravizados, cuja população na zona charqueadora – Pelotas, Bagé, Jaguarão, Montevidéu e outras áreas platinas – expandiu-se rapidamente. As condições de trabalho nesses estabelecimentos foram descritas por cronistas como extremamente penosas, com jornadas estafantes, má alimentação e castigos, em ambientes insalubres, como descrito no Dossiê *O Sal e o Açúcar* (IPHAN, 2018).

A alta lucratividade da atividade saladeiril possibilitou uma acumulação de capital singular na região, com a formação de uma elite de famílias de charqueadores e proprietários de escravizados. A comercialização do charque integrou o então Rio Grande de São Pedro aos circuitos comerciais da região sudeste-sul e aos mercados nacional e internacional, dando à cidade de Pelotas a posição de uma das mais importantes no interior do Brasil. As fortunas acumuladas eram comparáveis ao patrimônio de grandes cafeicultores, senhores de engenho e grandes fazendeiros de outras regiões do Brasil (VARGAS, 2016). O núcleo urbano, a certa distância das charqueadas, foi o local destinado às residências das famílias dos charqueadores e de demonstração da riqueza e do prestígio social da elite na época, bem como das ambiguidades e contradições da sociedade estratificada que ali se consolidou.

Com base nos elementos dessa trajetória, constituiu-se uma síntese identitária do Rio Grande do Sul simbolizada pela pecuária praticada nas grandes propriedades na região da *campanha* e pela figura idealizada do *gaúcho* como "homem do campo", *peão*, que vivia em harmonia com seus senhores, os *estancieiros*. Constituiu-se, também, uma narrativa que identifica Pelotas por seu "passado aristocrático". No entanto, a historiografia produzida nas últimas décadas demonstra que a sociedade que se configurou em torno do gado tinha uma composição sociocultural de

origens diversas e hierarquias baseadas nas relações socioeconômicas e na cor da pele. Como observa Farinatti (2007, 2018), a imagem de uma pampa ocupada por peões assalariados, sem vínculos familiares e sem acesso a recursos produtivos é uma imagem simplificada da formação da fronteira Sul. A população rural organizava-se, predominantemente, em pequenas e em médias unidades familiares, por meio da combinação de trabalhadores assalariados, de trabalhadores escravizados e de trabalhadores livres sazonais ou por temporadas. Homens e mulheres, escravizados e libertos, formavam extensas redes de relações familiares e de compadrio. A presença de escravizados, trabalhando como peões campeiros (com predomínio absoluto dos pequenos plantéis), nas charqueadas e desempenhando diversos ofícios no campo e nas cidades, era bem disseminada pelo tecido social (MATHEUS, 2013; OSÓRIO, 2016; KOSBY, 2017).

A partir da interlocução com tal historiografia, os Inventários Culturais, cuja elaboração descreveremos em seguida, retratam modos de vida organizados sobre relações singulares com os territórios e o ambiente que constituem a pampa.

3 TRADIÇÕES DOCEIRAS DA REGIÃO DE PELOTAS E ANTIGA PELOTAS

Em 2005, a Câmara de Dirigentes Lojistas/CDL de Pelotas e a Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas (SECULT), consultaram o Iphan-RS sobre a possibilidade de reconhecimento dos "doces tradicionais pelotenses" como patrimônio cultural. Após esclarecimentos sobre a necessidade de realização de pesquisa e documentação para embasamento de pedidos de registro, a SECULT obteve recursos do *Programa Monumenta*, e delegou à UFPel, por meio da Fundação Simon Bolívar, a execução de um Inventário Cultural, utilizando a metodologia do INRC, disponibilizada pelo Iphan.

O *Inventário Nacional de Referências Culturais Produção de Doces Tradicionais Pelotenses,* coordenado pela antropóloga Dra. Flávia Rieth, foi realizado no período de 2006 a 2008 por equipe composta de professores do Departamento de História e Antropologia e graduandos dos cursos de História, Ciências Sociais e Turismo, em parceria com o Laboratório de Ensino e

Pesquisa em Antropologia e Arqueologia, do Instituto de Ciências Humanas (ICH-UFPel)[13]. O trabalho foi acompanhado pela SECULT/Pelotas[14] e pelo Iphan-RS[15]. A área pesquisada, identificada como Pelotas e Antiga Pelotas, abrange a zona urbana e rural do atual município de Pelotas e dos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu (emancipados de Pelotas, a partir da década de 1980).

O título do Inventário expressava o sentido do pedido a ser posteriormente formalizado – o reconhecimento de determinados doces, considerados pelas instituições proponentes como "tradicionais", produto e símbolo da trajetória de um segmento social, a *elite* "de Pelotas". A pesquisa realizada junto aos detentores, no entanto, demonstrou a atribuição de outros sentidos, relacionados ao fazer doceiro enquanto prática socialmente disseminada e integrada a determinados modos de vida que não se restringem territorialmente ao município de Pelotas. Razão pela qual o Inventário adotou a expressão *tradições doceiras* (ao invés de "doces tradicionais"). A partir de pesquisa histórica e de etnografia, duas tradições doceiras foram identificadas, ambas surgidas no século 19, em estreita associação com o universo do charque: a *tradição de doces finos* ou *doces de bandeja* e a *tradição de doces coloniais* ou *doces de frutas*.

A *tradição de doces finos* surgiu nos casarões e nos solares pelotense, a partir de uma prática feminina das mães, filhas, agregadas, trabalhadoras domésticas, escravizadas e livres, que faziam doces para consumo das famílias e em cerimônias religiosas, como símbolo de refinamento e de opulência, uma vez que o açúcar era um produto raro na região. Os doces eram um elemento importante da sociabilidade das famílias abastadas, que se dava nos banquetes, saraus, festas familiares e cerimônias, cumprindo a função de divertir, estreitar laços, firmar negócios, demonstrar riqueza. Essa tradição tem relação com a doçaria conventual portuguesa, reproduzindo receitas à base de açúcar, ovos e amêndoas, preservadas em "cadernos de família",

[13] A equipe do Inventário foi composta pelo arqueólogo Dr. Fábio Vergara Cerqueira, as historiadoras Dra. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira e Dra. Francisca Michelon (consultoria de imagem), a antropóloga Dra. Claudia Turra Magni (consultoria de imagem), o historiador Mário Osório Magalhães (consultor especialista em história de Pelotas) e os, então, alunos de graduação Aline Martins da Silva (Turismo), Marília Floôr Kosby (Ciências Sociais) e Tiago Lemões da Silva (História).
[14] Refere-se à técnica Paulina von Laer.
[15] Refere-se aos técnicos Beatriz Muniz Freire e Marcus Vinícius Benedeti, responsáveis pela coordenação técnica dos Inventários Culturais.

bem como atualizando-as com ingredientes locais e com a criação de novos doces. Seu desenvolvimento é tributário da comercialização do charque, principalmente, no porto de Salvador, no Nordeste brasileiro, de onde os navios traziam o açúcar.

Com o implemento dos frigoríficos na região do Prata, a partir de 1870, e o fim oficial da escravidão, a produção de charque entrou em declínio. Famílias de charqueadores que não diversificaram seus negócios, empobreceram. Para algumas famílias, a feitura e comercialização dos doces tornou-se a fonte de sustento (KOSBY, 2015), firmando-se como um ofício feminino, exercido inicialmente no ambiente social de que as doceiras faziam parte. Com as mudanças do avanço da urbanização, os doces "ganharam as ruas". Passaram a ser vendidos em padarias, confeitarias, cafés, além da comercialização por ambulantes, carrocinhas e doceiras. Do mesmo modo, a transmissão do saber doceiro diversificou-se e superou o âmbito familiar da primeira geração de doceiras, já que antigas agregadas ou empregadas tornaram-se banqueteiras. Por meio dos livros de receitas e de cursos, mulheres de outros segmentos sociais profissionalizaram-se. Mudanças de gosto dos consumidores, denotando preferência por doces mais açucarados e pelo acréscimo do chocolate, por exemplo, motivaram a transformação de receitas e a criação de novos doces. A inventividade, que sempre se fez presente no universo doceiro, passou a responder aos estímulos e demandas advindos do sucesso da doçaria e da ampliação de público consumidor entre outras camadas sociais.

À diversificação do espectro sociocultural do fazer doceiro corresponde uma diversificação dos sentidos que lhe são atribuídos. Este processo não está relacionado apenas à circulação comercial dos doces, mas, sobretudo, à sua presença em diferentes contextos de consumo e de significação. Conforme documentado pelo INRC, por meio da pesquisa da antropóloga Marília Floôr Kosby, no espaço dos terreiros de Nação ou Batuque[16], os doces finos e de frutas integram a culinária votiva. O consumo de doces é uma forma de cultivar a premissa cosmológica de que "*não se pode ter apenas bravura na vida*", pois o que se oferece às divindades é aquilo que se quer para si – neste caso, doçura, harmonia, carinho, tranquilidade. Num contexto de desigualdade e de violência social e racial, erigido em bases escravocratas, o equilíbrio entre doçura e bravura é um

[16] Batuque é uma religião de matriz africana de culto aos orixás formada no Rio Grande do Sul e que vem se expandindo para o Uruguai.

princípio fundamental, negociado a partir da culinária sagrada. Cada Orixá tem seus doces preferidos, entre *bolos*, *ninhos*, *bem-casados*, *batatadas*, *doces de figo*, *quindins* e tantos outros, confeccionados no terreiro, pois "todo reino tem uma doceira", filhas e filhos de santo que detém as técnicas de confeitaria, por meio de cursos, receitas de família ou mesmo de livros e da *internet*. Se não há doceira "no ninho", há sempre uma vizinha ou conhecida que acolhe encomendas quando dos grandes batuques de doces ou das chamadas "*quinzenas de doces*". Há, ainda, doceiras do centro da cidade, ligadas às cooperativas, associações e confeitarias renomadas, que produzem doces para os terreiros.

Ao concluir-se o INRC, o cenário visível de ocorrência da *tradição de doces finos* em Pelotas era caracterizado pela fragmentação. A articulação entre detentores tem ocorrido pela formação de grupos restritos, que não reconhecem uns aos outros, enquanto muitas doceiras seguem trabalhando de maneira autônoma em suas residências ou em pequenos empreendimentos. As relações são perpassadas pela lógica mercantil e tendem ao acirramento, na medida em que se verifica uma concentração do mercado doceiro, a partir de determinado entendimento de *qualidade* e de *tradição*, que desconsidera a diversidade que é característica desse saber. A presença e ação de doceiras e doceiros que não se enquadram em tais concepções segue ignorada pelas formas hegemônicas de promoção e valorização da *tradição de doces finos*.

A *tradição de doces coloniais* ou *de frutas* desenvolveu-se na região da Serra dos Tapes, a partir de imigrantes europeus. Originalmente, a Serra era habitada por grupos indígenas Tape, e, com a constituição do sistema saladeiril, parte das terras foi ocupada por chácaras das famílias abastadas, voltadas à produção de alimentos e à extração da madeira para as charqueadas, além de abrigar grupos aquilombados (AVILA, 2014) e propriedades rurais de famílias açorianas. Na segunda metade do século 19 tem-se a intensificação da imigração de outros povos europeus[17], a partir do loteamento da Serra dos Tapes, área onde foram fundadas colônias agrícolas voltadas ao abastecimento do mercado interno urbano.

[17] Alemães, italianos, espanhóis, franceses, pomeranos, ingleses, irlandeses, e, em grupos reduzidos, holandeses, dinamarqueses, suecos, austríacos, poloneses, húngaros (Dossiê O sal e o açúcar, 2018).

A organização das colônias agrícolas, por imigrantes de diferentes origens, modificou o perfil fundiário da região, introduzindo o minifúndio policultor, baseado no trabalho familiar. Além do plantio de milho, feijão, hortaliças, batata, dentre outros, e da pequena criação para produção de ovos, leite e carne, parte das famílias agricultoras se dedicou à fruticultura, favorecida pelo clima temperado. Muitas famílias faziam doces de frutas para consumo e logo passaram a comercializá-los nas cidades da região. Multiplicaram-se "fabriquetas" familiares, geralmente em pequenos cômodos contíguos às casas, dotados de fogão à lenha, tachos de cobre e tabuleiros de madeira, nos quais eram confeccionados doces de tacho, doces cristalizados, passas de pêssego, geleias de diversas frutas. De acordo com descendentes, foram os imigrantes franceses que expandiram o cultivo do pêssego em escala comercial e iniciaram a produção artesanal de doces em compota, no fim do século 19. A partir de 1900 surgiram as primeiras manufaturas de compotas de legumes e de doces e, a seguir, indústrias de doces[18] em conserva. Essa produção doceira multifacetada passou a abastecer o mercado regional e o nacional.

Portanto, na região da Antiga Pelotas, verifica-se uma grande diversidade de modos de fazer doces de frutas – feitura artesanal, manufaturada e industrial – com predomínio de pequenas e médias "fabriquetas" com trabalho familiar. Como o INRC demonstrou, a *tradição de doces coloniais* caracteriza-se pela continuidade. Verificou-se a permanência de uma sociabilidade que não está inteiramente pautada por relações comerciais, especialmente entre pequenas e médias famílias doceiras que preservam o modo de fazer artesanal. Mas, se essa tradição não é marcada pela fragmentação entre detentores, como se verificou em relação à *tradição de doces finos*, outros problemas ameaçam sua continuidade, principalmente em relação ao modo de fazer artesanal, impactado pela política sanitária.

A ação da vigilância sanitária – baseada numa legislação elaborada para prevenir riscos advindos da produção agroindustrial de alimentos, praticada em larga escala – impõe exigências que interferem em vários aspectos do fazer artesanal, incidindo sobre a configuração do ambiente de confecção dos doces, as técnicas e utensílios empregados, a forma de organização do trabalho, o

[18] A primeira indústria de produção de pêssego em calda foi a Quinta Pastorello, fundada por imigrante italiano na colônia Santo Antônio. Atualmente, de acordo com o Sindicato das Indústrias de Doces e Conservas de Pelotas, existem 12 indústrias instaladas em três municípios: Pelotas (6), Morro Redondo (5) e Capão do Leão (1).

comportamento dos detentores, os modos de comercialização. Por exemplo, os ambientes devem ser inteiramente azulejados e coberto por piso frio, os tachos de cobre devem ser substituídos por tachos de aço inox, com braço mecânico, a colher de pau de ser substituída pela pá de polietileno, a técnica de secagem das passas de frutas ao sol deve ser abandonada, adotando-se a secagem em estufa. Além do alto custo, algumas exigências são vistas pelos detentores como causadoras de adulteração dos processos tradicionais. O tacho de cobre é considerado indispensável para que os doces tenham a consistência e a cor adequadas; a colher de polietileno diminui de espessura em pouco tempo de uso, diluindo-se nas caldas de açúcar fervente (o que não acontece com a colher de pau); o uso da estufa para secagem das passas de pêssego e de maçã produz um doce de consistência homogênea e firme, diferente da passa de casca seca e miolo macio, obtida quando a secagem é feita ao sol.

Ao não se adequarem às normas sanitárias – por impossibilidade econômica e/ou por resistência a abandonar formas socioculturais de confecção – muitos produtores familiares permanecem em situação de informalidade. Seus doces são comercializados em circuitos curtos, com consumidores que os conhecem e confiam nos produtores, ou por meio de intermediários. Tal situação já havia sido constatada por instituições, como a Emater e a Embrapa, que desenvolvem projetos de apoio e parceria com produtores rurais.

A elaboração do INRC, além de documentar essa realidade, teve um efeito positivo na mobilização de detentores que já ocorria, como em Morro Redondo, por exemplo. No município é crescente a articulação entre poder público local e as instituições citadas com empreendimentos de turismo rural e iniciativas comunitárias, que oferecem alternativas econômicas e de renda.

4 LIDA CAMPEIRA NOS *CAMPOS LISOS* E NOS *CAMPOS DOBRADOS*

O INRC Lida Campeira nas Regiões de Bagé e do Alto Camaquã buscou identificar e inventariar saberes e fazeres da lida campeira, que se desdobram em uma série de ofícios, como a lida do pastoreio – de ovinos, de bovinos, de equinos e de caprinos –, as tropeadas, a construção de aramados ou alambrados, a guasqueria, a esquila, a doma, a lida caseira e o artesanato em lã. A

pesquisa iniciou-se na região de Bagé/RS, em 2010, a partir da demanda da Prefeitura Municipal de Bagé, com financiamento e cedência de metodologia do Iphan e realização da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por intermédio do Bacharelado em Antropologia, responsável pela pesquisa sócio-histórica e etnográfica[19].

A primeira fase do inventário foi realizada na região de Bagé, na *campanha* Sul-Rio-Grandense, característica da pampa, sendo o entorno do sítio os municípios de Aceguá, Hulha Negra, Piratini, Pelotas, Herval, Arroio Grande. Na prática metodológica de seguir os/as detentores/as, a pesquisa apontou como sítio os antigos caminhos das tropas ou caminhos da pecuária. A região de Bagé notabilizou-se pela atividade pecuária, apoiada pela vastidão de campos e pela proximidade com o Uruguai, país reconhecido pela produção pecuária. Além do gado bovino, destaca-se a importância do cavalo crioulo e da ovinocultura. Os relatórios relativos a essa fase foram entregues no ano de 2013[20].

Em 2015, a equipe foi convidada pela Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã[21] (ADAC) para apresentar o Inventário em um evento com representantes dos municípios do Alto Camaquã, uma vez que "*camperear em campo liso é diferente de camperear em campo de pedra*". A região do Alto Camaquã é marcada pela presença dos chamados pecuaristas familiares e comunidades quilombolas – como, por exemplo, o Quilombo de Palmas, em Bagé, o Quilombo Corredor dos Munhós, em Lavras do Sul, o Quilombo Tio Dô, em Santana da Boa Vista, e o Quilombo Rincão do Couro, em Piratini, entre outras. Essa presença dos povos tradicionais apontou uma diversidade de saberes intimamente associados ao ambiente dos *campos dobrados*. Tal fato gerou o pedido de extensão do inventário considerando a área cultural

[19] Equipe Bagé: Dra. Flávia Rieth (coordenação), Ma. Marília Floôr Kosby (Profa. Substituta no Bacharelado em Antropologia), Daniel Lima Vaz (Ciências Sociais/Antropologia), Liza Bilhalva da Silva (Antropologia), Marta Bonow Rodrigues (Arqueologia), Pablo Rodrigues Dobke (História), Dra. Cláudia Turra Magni (Consultora em Imagem), Dra. Erika Collisson (Consultora em Geografia), Fernando Camargo (Consultor em História).

[20] O plano de trabalho foi executado Bacharelado em Antropologia, na Universidade Federal de Pelotas, com trabalho de campo realizado no período de 2010 a 2012. A entrega dos Relatórios Finais, dos 05 Filmes e do CD-room Interativo foi realizada em 2013. Os relatórios se situam em análise no Departamento do Patrimônio Imaterial, no IPHAN. (RIETH et al, 2013). A partir de 2016, houve a extensão dessa metodologia para a região do Alto Camaquã, na Serra do Sudeste, por meio do INRC - Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/. Acesso em: 20 ago. 2020.

[21] A ADAC, fundada em 2009, reúne 22 associações de produtores rurais. É responsável pela marca coletiva *Alto Camaquã*, uma identidade que vincula os produtos ao território e aos saberes e modos de fazer de seus habitantes.

da região, que compreende os municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Piratini, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista. Ao longo de 2017, iniciou-se a segunda fase do projeto, a partir da parceria com a ADAC e com a Associação para a Grandeza e União de Palmas[22] (AGRUPA). A construção de conhecimento propõe evidenciar os sentidos dados pela comunidade, a partir da interlocução com campeiros e das campeiras detentores dos saberes das lidas. São proprietários de terras – de médias e grandes extensões, assim como propriedades familiares – e/ou peões campeiros, trabalhadores e trabalhadoras rurais, que desempenham ou desempenharam as atividades de doma, de pastoreio, de esquila, o ofício de guasqueiro, a tropeada, o artesanato em lã e a lida caseira, entre outras[23].

O INRC da Lida Campeira articula uma rede de detentores dos múltiplos saberes e modos de fazer que são referências de um modo de viver tecido na relação entre humanos, outros animais, coisas (utensílios, objetos) e ambiente. Um trabalho que acompanha os ciclos da natureza e de vida e de morte dos animais, os horários do sol, os períodos de chuva e de estiagem, a especificidade dos rebanhos, a relação predatória entre animais. Mais do que manejos, estes saberes constituem modos de viver (SENNETT, 2013), em que as habilidades incorporadas a partir do envolvimento perceptivo dos corpos com as materialidades, os bichos e os ambientes constituem diferentes formas criativas de conviver.

As atividades da lida são descritas pelos interlocutores e interlocutoras como "*brabíssimas*", porque árduas e perigosas (RIETH; LIMA; BARRETO, 2016). Tornar-se campeiro envolve conhecer os animais, pois humanos, cavalos e cães estabelecem uma relação de ensino e aprendizagem na lida com os rebanhos. Práticas como acordar antes do raiar do sol, derrubar

[22] A AGRUPA foi fundada em 2017, em Palmas, Distrito de Bagé com objetivo de promover o desenvolvimento social sustentável. Está vinculada a ADAC.

[23] Equipe Alto Camaquã: Daniel Vaz Lima (Doutorando em Antropologia), Miriel Bilhalva (Mestranda em Antropologia), Tatiane Delamare (Mestre em Geografia), Juliana dos Santos Nunes (Mestranda em Antropologia), Vagner Barreto Rodrigues (Doutorando em Antropologia e Arqueologia-UFPR), Mateus Fernandes da Silva (Bacharelado em Antropologia), Leonardo Sapucaia (Bacharelado em Antropologia), Dra. Daiane Loreto de Vargas (Consultora em Extensão Rural-UFRB), Dr. Adriano Simon (Consultor em Geografia), Dra. Marília Floôr Kosby (Consultora em Etnologia Afro-Americana), Dra. Alessandra Matte (Consultora em Desenvolvimento Rural-UTFPR), Dr. Marcos Flávio Silva Borba (Embrapa Pecuária Sul), Ana Rosa Sonaglio (Emater RS Ascar), Marcos Sánchez Blanco (ADAC), Mateus Garcia Brasil (ADAC), Vera Colares (AGRUPA), Dieder Becker Damé (Associação Canguçuense Agropecuária Familiar-ACAF), Ma. Beatriz Muniz Freire (Iphan-RS), Dr. Caetano Kayuna Sordi (Iphan-RS).

novilho com o corpo, conviver com animais predadores, enfrentar condições climáticas rigorosas, exigem de campeiros e campeiras uma aprendizagem atencional (INGOLD, 2010), "*saber o que fazer*", diante das situações em que estão em risco a vida de humanos e de outros animais. Experiências em que os viventes são domesticados no mesmo processo de criação dos animais e de campos.

Às considerações sobre a existência de um modo de vida campeiro na pampa está associada a imagem dos "*campos lisos*", campos planos, cujos horizontes são pontuados por pequenas ondulações, chamadas *coxilhas*. Nesses espaços, de horizontes largos, característicos das regiões de fronteira com os países platinos, é comum a existência de grandes propriedades de terras que articulam pecuária extensiva com monoculturas agrícolas. Os campos são "*limpos*", denominação que recebem por estarem constituídos, predominantemente, por gramíneas, com poucas ervas que o gado não come. Entretanto, os "tapetes verdes", que podem criar a percepção de um campo liso homogêneo, são compostos por uma grande diversidade de espécies forrageiras.

Geralmente, camperear em *campos lisos* é atividade de peões contratados, cujas famílias vivem pelos povoados e cidades da região. Durante o dia, os peões percorrem longas distâncias, a cavalo, em que fazem a contagem do gado, separam alguns animais para serem comercializados, ajudam na época de parição e tratam doenças. Os cachorros auxiliam no cotidiano das atividades da propriedade e compartilham a lida com os campeiros. Os saberes pecuários envolvem os cuidados ao longo do crescimento dos animais, bem como protegê-los das intempéries do frio cortante e do sol quente, já que os campos lisos possuem poucas matas para o abrigo dos animais. Por serem áreas de terrenos planos, esses campos encontram-se menos preservados, considerando que foram impactados pela modernização agrícola voltada para a produção em larga escala de *commodities* como o arroz, o milho, a soja. A criação é voltada para a terminação de terneiros, comprados de pecuaristas familiares e colocados nas pastagens plantadas após a colheita.

Por sua vez, os "*campos dobrados*" da região do Alto Camaquã apresentam topografia acidentada, afloramentos rochosos, com cordilheiras, "*guaritas*" e peraus. Caracteriza-se por um

mosaico de "*campo sujo*", com campo, mato, pedra, rio (RIETH et al, 2019). É a região mais preservada do bioma pampa, com 80% da cobertura nativa. A Serra do Sudeste, área de transição entre o clima tropical e temperado, abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, que nasce nas divisas de Bagé, Lavras do Sul e Caçapava do Sul e tem sua foz na Laguna dos Patos. O Camaquã é considerado o principal rio do Planalto Sul-Rio-Grandense (DEGRANDI et al, 2017). Ainda assim, a região do Alto Camaquã é descrita como a mais empobrecida no Estado do Rio Grande do Sul. O ambiente acidentado dos *campos dobrados* tem municípios, como Santana da Boa Vista, Canguçu, Piratini, entre os menores índices de desenvolvimento humano do estado.

Os *campos dobrados* da Serra do Sudeste serviram como local estratégico para diversos grupos ao longo da formação sociocultural da região e apresenta grupos pecuaristas familiares, quilombolas, indígenas que convivem historicamente com a preservação da biodiversidade. Para a pecuarista familiar Vera Colares, de Palmas, interior de Bagé, "*a nossa lida é em campo nativo, a criação é extensiva. Os animais ficam soltos em contato com a natureza*". A principal atividade é a pecuária de "*cria*", em que são cuidadas as vacas para parir os terneiros, que, por sua vez, são vendidos para pecuaristas de outras localidades, que fazem a engorda. Os cães são parceiros fundamentais nas atividades, já que buscam os animais que se escondem nas matas, nas pedras e nos peraus, inacessíveis aos humanos (BARRETO, 2015). As lidas com os rebanhos bovinos, ovinos e caprinos costumam ser desempenhadas pelos membros da família, com a ajuda esporádica dos vizinhos (RIETH et al, 2019). Entidades, como Embrapa e Emater, prestam assessoria técnica periódicas aos pecuaristas familiares, por meio do desenvolvimento de projetos, de consultoria ou do fornecimento de equipamentos.

Atualmente, a pecuária familiar extensiva convive com projetos que têm gerado diversos conflitos socioambientais no Rio Grande do Sul, tendo em vista as relações de manejo dos rebanhos em campos nativos. Entre os empreendimentos, constam iniciativas como a megamineração a céu aberto de chumbo, de cobre, de carvão, de fosfato, além da possibilidade de instalação de pequenas centrais hidrelétricas na Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã. Tais projetos, que põem em risco o ambiente e o modo de vida das populações tradicionais, indicam

“a metade sul” do Estado como a nova fronteira da megamineração. Outra preocupação dos moradores é o monocultivo de soja, de eucalipto, de pinus, entre outros, que, além das alterações no ambiente, utilizam agrotóxicos e podem impactar às fontes hídricas da região.

5 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Na interseção do INRC *Produção de Doces Tradicionais Pelotenses* – que resultou no registro das Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas – e o INRC *Lida Campeira na Região de Bagé e do Alto Camaquã*, buscamos evidenciar a diversidade sociocultural e ambiental da pampa brasileira. Essa perspectiva resultou no tensionamento das fronteiras entre rural e urbano e agricultura e pecuária, considerando as relações entre humanos e outros animais, objetos e ambiente.

A riqueza e o dinamismo das relações implicadas nos processos de patrimonialização de *bens culturais de natureza imaterial*, que contaram com a colaboração dos detentores, possibilitaram etnografar os diferentes modos de vida, observando a centralidade das relações humanos e animais por intermédio dos caminhos das pecuárias e das agriculturas, atividades econômicas em relação. Destaca-se que as práticas da lida campeira – que compreendem o pastoreio, a doma, a esquila, o ofício de aramador, a lida caseira, o artesanato em lã e o tropeirismo – e o da produção doceira nos possibilitam a reflexão sobre as transformações e a perpetuação de uma tradição que é vivida.

Os antigos caminhos das tropas são compartilhados, hoje em dia, por caminhões com *commodities*, bens de origem primárias, voltadas para a exportação. Tais bens, como soja, madeira e minérios, seguem em direção aos caminhos das águas a partir dos portos localizados no município de Pelotas, nas margens do Canal São Gonçalo, e na cidade de Rio Grande. São projetos agrícolas e neoextrativistas na América Latina, que inserem a pampa, como escreve Adriano Figueiró (2017, p. 146), numa “reedição contemporânea da política colonial acerca de um modelo de desenvolvimento pautado na exportação direta dos recursos naturais, com baixa tecnologia e valor agregado”.

Salientamos, por fim, que o processo de documentação e produção de conhecimento sobre os bens resultou em exposições, rodas de conversas, livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, em razão da parceria entre o Iphan e a UFPel. Trabalhos que têm refletido sobre temas diversos, mas relacionados, como as diferentes técnicas de doma de cavalos, o pastoreio com cachorros, o pastoreio de cabras, os processos de criação de ovinos ao artesanato em lã, relações de gênero na lida campeira, relações étnicas e raciais, os doces de terreira, a agência dos objetos na produção doceira, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Cristiane Bartz de. **Entre esquecimentos e silêncios**: Manuel Padeiro e a memória da escravidão no Distrito de Quilombo, Pelotas, RS. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

BARRETO, Éric. ***"Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro"***: as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

CORRÊA, André do Nascimento. Roceiros, campeiros e domadores: o ofício do trabalho escravo na Vila de Caçapava (1831-1839). **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 58-73, 2012.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. A pecuária no Brasil Meridional: a estrutura dos rebanhos e a classificação dos criadores. **ANPUH** – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

DEGRANDI, Simone; FOLLMANN, Fernanda; LOSEKANN, Marilse. Gestão dos recursos hídricos e desenvolvimento sustentável na sub-bacia hidrográfica Alto Camaquã. **I CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA FÍSICA**. Campinas, Unicamp, 2017.

FARINATTI, Luís Augusto. ***Confins meridionais***: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FARINATTI, Luís Augusto. Configurações da desigualdade social em um espaço de fronteira e pecuária (Rio Grande do Sul, Brasil, 1816-1845). **XV Congresso de História Agrária de la SEHA**. Lisboa, 2016.

FARINATTI, Luís Augusto. La Historia Agraria en el sur de Brasil. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, v. 48, p. 174-206, 2018.

FIGUEIRÓ, Adriano Severo. Transformações na paisagem do pampa: a territorialização do capital e a monopolização do território. WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; FOLETO, Eliane Maria (Org.). **Olhares sobre o pampa**: um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

FREIRE, Beatriz Muniz. O Inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial: novos instrumentos de preservação. **Cadernos do Lepparq**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 11-20, 2005.

FONTELLA, Leandro Goya. As múltiplas faces do trabalho pastoril no Rio Grande de São Pedro (século XIX). In: http://www.audhe.org.uy/images/stories/upload/Jornadas2015/ponencias/Simp_14/goya%20fontella.pdf

GUTIERREZ, Ester. **Negros, charqueadas e olarias. Um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: UFPel, 2001.

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, n.1, v. 33, p. 6-25, 2010.

IPHAN. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois**: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília, maio de 2006.

IPHAN. **Dossiê de Registro Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas** (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu)/RS. Brasília: Iphan, 2018.

KOSBY, Marília Floôr. **Nós cultuamos todas as doçuras**: as religiões de matriz africana e a tradição doceira de Pelotas. Porto Alegre: Escola de Poesia, 2015.

KOSBY, Marília Floôr. **Alma-caroço**: peregrinações com cabras negras pelo extremo sul do Brasil. 173f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LEAL, Ondina. Do etnografado ao etnografável: o "sul" como área cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 7, p. 201-214, 1997.

LEAL, Ondina. Os gaúchos: cultura e identidade masculina no pampa. **Tessituras**, Pelotas, v. 7, n. 1, p. 16-47, 2019.

MATHEUS, Marcelo Santos. Escravidão, pecuária e liberdade: o Livro de classificação de escravos (Alegrete, década de 1870). **História Unisinos**, São Leopoldo, n.17, v.1, p. 24-36, 2013.

MAESTRI, Mário. (Org.). **O negro e o gaúcho**: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Passo Fundo: Editora UPF, 2008.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil Meridional: Séculos XVI-XVII. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, p. 475-498, 1998.

OSÓRIO, Helen. Pastores, lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. WAQUIL, Paulo *et al*. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 15- 40, 2016.

RIETH, Flávia *et al*. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Lida Campeira na Região de Bagé/RS. V. 2. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz. BARRETO, ÉRIC. "*Lida brabíssima*": a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária extensiva no pampa brasileiro. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 81-91, 2016.

RIETH, Flávia et al. "*Aqui na lida é eu, a esposa e os cachorros*": trabalho familiar e saberes pecuários nos campos dobrados do Alto Camaquã. **Tessituras**, Pelotas, v. 7, n. 1, p. 48-68, 2019.

ROCHA, Marcelo. **Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS)**. Dissertação (Mestrado em Memória e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVA, Liza. **Entre *lidas***: Um estudo de masculinidades e trabalho campeiro na cidade. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

SIMÕES LOPES NETO, João. **Os contos e lendas**. Pelotas: Fructos do Paiz, 2011.

TEMPASS, Mártin. "**Quanto mais doce melhor**": um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbyá-Guarani. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VARGAS, Jonas. "A aristocracia do sebo": riqueza, prestígio social e estilo de vida entre os charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, 1850-1890). **Estudios Históricos**, Montevideo, ano VIII, n. 17, p. 1-23, 2016.

WAQUIL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio (Orgs.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

RIETH, Flávia; KOSBY, Marília; NUNES, Juliana; BILHALVA, Miriel; BARBOSA, Luciene. Campeiras: notas de uma etnografia sobre as mulheres na pecuária da pampa brasileira. In: LITRE, G; MATTE, A.; COURDIN, V.; RIBEIRO, C.M. (Orgs.). **Mulheres e Pecuária nas Pastagens do Pampa**: Quais Mulheres? Quais pecuárias? Curitiba: Editora da UTFPR, 2021. [*No prelo*]

Campeiras: notas de uma etnografia sobre as mulheres na pecuária da pampa brasileira

Flávia Rieth, Marília Kosby, Juliana Nunes, Miriel Bilhalva, Luciene Barbosa

Resumo:

As discussões aqui apresentadas partem das pesquisas antropológicas do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – *Lida Campeira na Região de Bagé* e de seu desdobramento, o Inventário Nacional de Referências Culturais - *Lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã*, que buscaram identificar, registrar, documentar e valorizar os saberes e os fazeres da pecuária extensiva, em pequenas, médias e grandes propriedades rurais do extremo sul brasileiro. Esses Inventários Participativos compreendem uma política pública vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), com vistas a patrimonializar o conjunto de saberes e fazeres que compõem a rotina da vida campeira, a chamada "lida campeira", como patrimônio imaterial brasileiro. Realizamos o trabalho de campo, a partir do método de observação participante (Ingold, 2016), com trabalhadores campeiros, estancieiros, artesãs, pecuaristas familiares e quilombolas, nos municípios de Bagé, Aceguá, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Pinheiro Machado, Candiota, Santana da Boa Vista, Piratini, Lavras do Sul, Canguçu, Hulha Negra, Jaguarão, Arroio Grande, Herval e Pelotas. Salientamos nesta reflexão, as lidas – brabíssimas e afetuosas – das mulheres com os animais, manejando o gado bovino, ovino e caprino, quando o trabalho se mistura com as linhas da vida, no *jeito* de perceber e sentir o corpo em contato com outros corpos não-humanos, constituindo-se enquanto sujeitos, travando uma relação entre o perigo, o cuidado e a afeição.

INTRODUÇÃO



O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – *Lida Campeira na Região de Bagé* buscou inventariar os saberes e os fazeres da pecuária extensiva. Essas atividades se constituem a partir da relação entre humanos, animais, coisas e paisagens. Seguindo as linhas do "sentipensar com a terra" (Arturo Escobar, 2016) nas quais se percebe uma troca de vitalidades entre os diferentes entes que habitam e praticam essa região, o princípio da vida se faz de maneira pluriversa, lidando *com* a terra, *com* o espaço e *com* aqueles que a habitam, unindo coração, mente e mãos e nutrindo a pampa sul. Neste sentido, pensamos em uma "reunião de vidas", como pontua Tim Ingold (2012), numa potencialidade de terra-pampa em sua dimensão ontológica, ecológica e política.

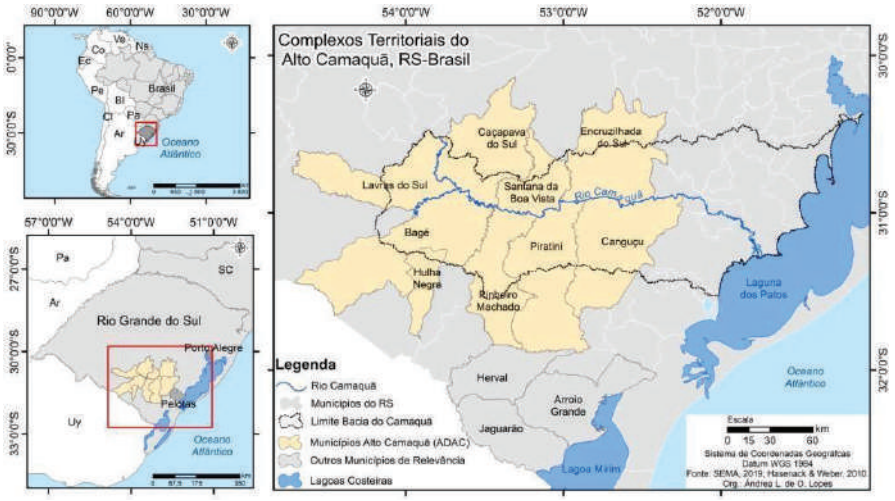
A pesquisa busca identificar, registrar, documentar e valorizar os saberes e os fazeres da pecuária extensiva por intermédio dos Inventários Participativos, que compreendem uma política pública vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), com vistas a patrimonializar a lida campeira como patrimônio imaterial brasileiro.

Em 2010 iniciou-se a pesquisa de campo, a partir de uma parceria entre o IPHAN, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e a Prefeitura de Bagé. Nesta fase, acompanhamos os caminhos da criação ao abate entre as regiões de Bagé e Pelotas – foram considerados sítio desta pesquisa os municípios de Bagé, Hulha Negra e Aceguá, mas também foram visitados interlocutores em Pelotas, Herval, Pinheiro Machado, Candiota, Piratini e Arroio Grande (classificados como "entorno do sítio"[1].

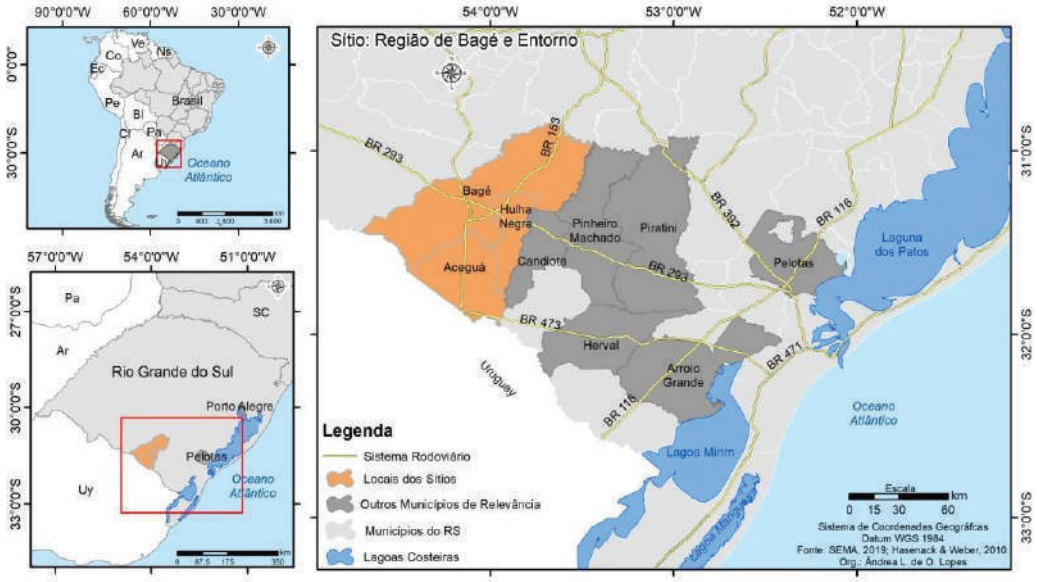
Os colaboradores da pesquisa foram homens e mulheres direta e indiretamente ligados a experiência de lida no pastoreio pecuário, dentre os quais podemos citar: alambradores (fazedores das cercas de arame que delimitam as propriedades rurais), esquiladores (responsáveis pela tosquia de ovinos),

[1]A classificação "entorno do sítio" responde a uma dupla demanda. Primeiro, à metodologia dos Inventários Nacionais de Referências Culturais, que requerem uma rigorosa delimitação geográfica do sítio de ocorrência dos bens patrimoniais inventariados. Segundo, ao fato de bens culturais, em especial os de natureza imaterial, ter seu espectro de manifestação pouco redutível às fronteiras de um espaço geográfico, estando mais passíveis de mapeamento seguindo a noção de "área cultural". Assim, o que denominamos "entorno do sítio" são espaços que mantém relações significativas (comerciais, de trabalho, de saberes-fazeres), no que tange à lida campeira, com a região de Bagé (município proponente da ação de patrimonialização), sem que suas localizações se encontrem nas mesmas regiões político-administrativas.

domadores de equinos, tropeiros (ofício em desaparecimento, faziam o translado de tropas de uma propriedade para outra ou em direção a locais de abate em massa), peões campeiros (que realizam um leque amplo de serviços gerais na manutenção da propriedade rural e dos rebanhos), capatazes (administradores do trabalho dos peões campeiros), peões caseiros (responsáveis pelos trabalhos em torno da casa da propriedade, executam atividades desde a feitura da comida dos demais empregados até o cuidado com galinhas, porcos, cães, vacas leiteiras e demais animais que não ficam soltos no campo), guasqueiros (fazedores de artefatos e utensílios em couro cru), pecuaristas (proprietários de rebanhos de grande, médio e pequeno porte), além de sindicalistas, poetas, escritores e pesquisadores locais, bem como alguns técnicos, tais como médicos veterinários e agrônomos.



Após a conclusão desta primeira fase, o INRC - Lida Campeira na Região de Bagé desdobrou-se em uma nova investigação, qual seja, o Inventário Nacional de Referências Culturais - Lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã. Este INRC é uma parceria entre o IPHAN, a UFPel, a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC) e a Associação para a Grandeza e União das Palmas (Agrupa), consistindo em uma pesquisa antropológica focada nas singularidades da lida campeira nas regiões de pedra, que se constituem em um mosaico topográfico de campo e floresta, na bacia hidrográfica do Alto Camaquã. Aqui, foram sítio da pesquisa os municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Pinheiro Machado, Santana da Boa Vista, Piratini, Lavras do Sul e Canguçu. Os principais interlocutores desta pesquisa, ainda em andamento, são artesãs, pecuaristas familiares e quilombolas.



A partir dessas duas experiências de pesquisa, salientamos nesta reflexão, as lidas – brabíssimas e afetuosas – das mulheres com os animais, manejando o gado bovino, ovino e caprino, quando o trabalho se mistura com as linhas da vida, no *jeito* de perceber e sentir o corpo em contato com outros corpos não-humanos, travando uma relação entre o perigo, a afeição, o cuidado. Apresentamos não somente o fato de mulheres estarem aptas para realizarem as mesmas atividades que os homens campeiros, mas a particularidade de percepção dessas mulheres sobre as vivências campeiras, vivendo *com* vacas, cachorras, ovelhas e suas crias, vivendo *com* manejo dos fios das lãs, tecendo as peças para vestuário de inverno e assim costurando seu próprio processo de construção da pessoa dado pela ponta dos seus dedos, no ir e vir constante da agulha e da linha.

Essa é uma lida percebida e produzida pelo *jeito* de manuseá-la e de vivê-la do que pela força – sendo esta um atributo imperativo para a construção da masculinidade do homem campeiro, mas não necessariamente uma habilidade indispensável ao manejo com os animais. É também uma lida tecida no compartilhamento das experiências entre as mulheres, os animais e as coisas, num constante devir - o que se pode observar, especialmente, nas relações transespecíficas[2] que se intensificam na participação de mulheres nos eventos de reprodução, parto e puerpério de outras fêmeas.

Assim, não se trata somente da presença feminina em um mundo masculino, em que o homem é tido como semantizador da cultura gaúcha. É justamente a percepção de um pluriverso que nos permite pensar uma pampa e, por conseguinte, a pecuária, a partir de uma “ecologia da vida” (Ingold, 2002), em que seguimos a maneira como mulheres, animais, coisas e ambiente se implicam.

A lida campeira vivenciada por mulheres – a vida se confunde com a lida, a

[2] O livro clássico *Os Nuer*, de E. E. Evans-Pritchard (1978) traz um belo exemplo antropológico de sociedade em que humanos e gado bovino estão relacionados transespecificamente de modo com que os atributos ontológicos de uns e de outros estejam necessariamente inversa, direta ou transversalmente associados – em que uma espécie não é passível de ser descrita sem que se faça alusão à outra e vice-versa.

criação de animais como atividade que nos exige atenção total – perpassa os perigos de uma atividade que exige do corpo disciplina e agilidade, as afeições interespecíficas que surgem do cuidado com aqueles que vemos e/ou ajudamos a nascer, e até mesmo pelas habilidades envolvidas no coser a roupa que nasce do fio de lã viva e passa da destreza das mãos das artesãs ao corpo que sente frio. Nesses nós e desenredares, nesses traçados, desvela-se um olhar diferenciado para o que, pelas descrições de interlocutores homens, se entendia apenas como uma “lida braba”.

A Terra e o Compartilhamento de Vitalidades

Terra, substantivo feminino, o lugar onde habitamos, na qual plantamos, e os animais se criam e também onde nos desenvolvemos, construímos nossos laços afetivos, nossa noção de pessoa, de vivente, numa troca entre as mais variadas espécies, de plantas a aves, de mamíferos a pedras, compartindo a experiência de viver e compor o ambiente.

Como aponta a filósofa Silvia Federici (2019), o processo de exclusão das mulheres ao acesso às terras comuns, e o consequente cercamento desses espaços, é o princípio do sistema capitalista e a intensificação do patriarcado e do modelo em que as mulheres estariam a serviço dos homens - assim como a terra passa a ser vista como um recurso a ser explorado e um bem passível de ser alienado.

Os sítios das pesquisas aqui apresentadas, onde vivem nossas interlocutoras, encontra-se na metade sul do Rio Grande do Sul. Área majoritariamente de colonização portuguesa, o processo de ocupação da terra nessa região se deu através da distribuição de sesmarias (grandes lotes de terras) a militares com a intenção de proteger as fronteiras das invasões espanholas. Segundo Ribeiro (2009, p. 02), “dessa forma, foram sendo estabelecidas as grandes estâncias que passaram a constituir em um importante componente da sociedade rio-grandense.”. Para este autor, a ocupação do território estava prioritariamente vocacionada para a criação de gado de corte em grandes propriedades, mas também é possível identificar a presença de pequenas e médias áreas, com mão de obra principalmente familiar, “denominados pecuaristas familiares” (Idem, p.03). É neste contexto de pecuária familiar, que conseguimos perceber a presença mais intensa de mulheres no cotidiano da lida campeira.

Em trabalhos antropológicos cujas pesquisas de campo foram realizadas em grandes estâncias - com grupos de empregados e prestadores de serviços como interlocutores - como é o caso do trabalho de Ondina Fachel Leal, *The Gauchos: Male Culture and Identity in the Pampas* (1989), destaca-se a segregação das relações de gênero entre homens e mulheres, estas percebidas como agentes de desordem. Para a autora, a masculinidade sempre à prova, é afirmada no domínio da natureza, que se opera por intermédio do manejo tradicional das lidas campeiras – pautado principalmente pelo uso da força para assujeitamento dos animais de criação e de trabalho. Nesta configuração cultural, o homem se apresenta como semantizador da cultura gaúcha (Leal, 2019).

Com abordagem diversa, focada em ambientes de criação pecuária em que mulheres campeiras, assim como os homens, lidam com rebanhos e demais animais

de criação em seu cotidiano, as reflexões aqui apresentadas nos permitem notar que, apesar das segmentações implicadas na estrutura capitalista e colonizadora da instalação das estâncias, há uma pluralidade de jeitos de habitar essa porção extremamente ao sul do Brasil – abarcada em toda sua extensão pelo bioma pampa, ou ainda, pela "paisagem cultural" (Scifoni, 2016) da pampa. São as singularizações nos modos como mulheres tecem os movimentos de perpetuação da vida, alocam fronteiras e continuidades entre natureza e cultura, negociam nas relações de interdependência ontológica entre espécies, que mobilizam os esforços epistemológicos deste ensaio. Sendo assim, na esteira de nossas interlocutoras, repovoamos de terra, plantas, animais, pedras, matos, nosso trabalho antropológico, abrindo mão da centralidade de uma única espécie como a detentora exclusiva de capacidades inventivas e criadoras, de atributos intencionais.

O antropólogo Arturo Escobar e o escritor Eduardo Galeano definem *sentipensar* como: "[...] el arte de vivir y pensar con el corazón y con la mente. El escritor uruguayo Eduardo Galeano apud Escobar popularizó el término *sentipensamiento* como la capacidad de las clases populares de no separar la mente del cuerpo, y la razón de la emoción." (ESCOBAR, 2016 p.14). Dessa maneira, podemos pensar a partir das nossas interlocutoras, uma terra e uma lida campeira praticadas (De Certeau, 1996) por mulheres, numa ontologia relacional, um mundo que é composto por diversos mundos, ou seja, um pluriverso no qual coexistem mulheres, homens, animais, plantas, água e a terra, numa confluência de vitalidades.

Nessas vivências sul-pampeanas, pode-se perceber novas práticas de se fazer mundo, como afirma Escobar, neste sentido é um "mundo que se compone de múltiples mundos, múltiples ontologías o realidades que han sido excluidas de la experiencia eurocêntrica o bien reducidas a sus términos." (2016, p.15).

A intenção, portanto, é de mostrar os modos de viver, de cuidar, de nutrir, de benzer, de parir e de estar das mulheres campeiras, não somente o processo de invisibilização dessas na terra, mas também as diversas maneiras de ocupar esse território, que guarda suas particularidades quando se trata das lidas desenvolvidas pelas mulheres, passando pelos diversos estágios de sentir no corpo essas vitalidades compartidas.

Nesse sentido, pode-se pensar em uma "pampa pluriversa", que se apresenta nas paisagens dos campos lisos, se trata de paisagem plana, campos dobrados ou de pedra e de várzea ou banhados[3]. Na primeira fase da pesquisa do Inventário da Lida Campeira foram inventariados as lidas do pastoreio de bovinos, ovinos e equinos, da esquila de ovinos, da doma de equinos, da lida caseira, do aramador (construtor de cercas de arame), do tropeirismo e o ofício do guasqueiro (artesão que trabalha com couro cru) nos campos lisos da pampa sul-rio-grandense. Nesta extensão dos campos lisos para os campos de pedra, a proposta do Inventário Nacional de Referências Culturais - *Lida campeira nos campos dobrados*

[3] Extensão de terreno geralmente plano e dominado por pastagens. // Propriedade rural (PA, JV, AF, SL, IP,EV) // A campanha (AL, JH, SL, DA, IP, EV). // Pl.- Pastagens (SL, EV). l COST: Nomeiam-se na campanha os diferentes tipos de campo de acordo com suas características e possibilidades de utilização: campo coberto (o mesmo que campo sujo); campo de lei (o mesmo que campo flor), campo de invernada [expressão n/d. us. c/ PLAT] (campo próprio para se engordar o gado)... campo dobrado (campo encoxilhado, com muitas ondulações)campo nativo (campo natural, não cultivado); campo parelho (campo plano ou com um só tipo predominante de pastagem)... Schlee, Aldyr Garcia. Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense, volume 1, Pelotas, Fructos do Paiz, 2019.

do Alto Camaquã destaca as atividades do pastoreio de bovinos, ovinos e caprinos - estes últimos percebidos como animais dos campos de pedra e matos - lida caseira e artesanato em lã, compreendendo os processos da criação de ovelhas, da esquila, do cardar e do tecer

As atividades se constituem a partir da relação entre humanos, animais, coisas e paisagens. A mata, o campo, a casa, a quinta, o rio, se misturam por intermédio do manejo dos animais: criar, nutrir, parir, benzer, aprender, trabalhar essas relações marcadas pela transespecificidade. Assim, as lidas do pastoreio de caprinos, ovinos e bovinos são inventariadas como saberes e fazeres que tramam a particularidade dos campos de pedra considerando também as relações destas mulheres com os animais e as paisagens.

O Alto Camaquã se destaca por ser uma região habitada por pecuaristas familiares, onde também se encontram populações tradicionais, quilombolas (Kosby, 2017) e grupos indígenas (Altmann et al. 2019) É uma região tida, pelo Estado, como a mais pobre do Rio Grande do Sul, considerando o IDH, ao mesmo tempo que é reconhecida como a região mais preservada da pampa, em razão da relacionalidade estabelecida entre as populações tradicionais e os campos dobrados (Borba, 2016). Por isso, salientamos uma pampa *pluriversa*, em que diversos mundos se cruzam, destacados aqui a relação *sentipensar* com a pampa como um território de existência para as mulheres que a habitam. Conforme Laís Moraes, campeira entrevistada em Lavras do Sul, município da região do Alto Camaquã: “Pode ser que assim como eu outras mulheres façam parte desta lida que é tanto nossa quanto deles!”

Vera Colares, campeira em Palmas - distrito do município de Bagé, na região do Alto Camaquã - observa o compartilhamento de vida entre animais humanos, animais não humanos, coisas e paisagem, ao perceber os campos dobrados a partir do olfato, da audição, da visão e do gosto. Essa relação do nutrir entre o mato, o campo, a casa, a quinta e o rio, ressalta um compartilhamento de substâncias que alimentam esses entes em constante relacionalidade. A água do rio Camaquã, segundo a interlocutora, “*é como o sangue”* das pessoas e dos animais e a seiva das plantas.

A água que dá vida ao pasto, também alimenta os animais e, por conseguinte dá qualidade à carne produzida na pecuária extensiva, que alimenta os humanos e outros animais, que se alimentam também de frutas e do leite. O que se come e quando se come é estabelecido por estas relações entre as naturezas e culturas seguindo o calendário do plantio, da criação e da vazão do rio (Rieth et al, 2019, Vaz Lima e Rodrigues, 2020).

Em época de estiagem, com a vazão do rio baixa e os bancos de areia e as pedras à mostra, o pasto de tão seco deixa os animais à mingua, com fome, e as plantações não vingam na região do Rio Camaquã. Os campos de pedra conformam um mosaico de campo e florestas com aguadas. A partir destas relações, tem-se o nutrir como um operador das trocas recíprocas entre naturezas e culturas.

Os campos de pedra são considerados campos sujo por ser dominados por macegas, ervas, arbustos e árvores que o gado bovino não come, além de não terem um solo tido como bom para o plantio de pastagens. O cheiro da Macela (*Achyrocline satureioides*) é intenso nos meses de março e abril, época da colheita do chá. Nestas relações interespecíficas, as ovelhas controlam o campo, ajudam no controle da infestação das “sujeiras” ao comerem Carqueja (*Baccharis trimera*, erva

medicinal para feitura de chás e infusões) e ensinam as vacas e os terneiros, como aos humanos, a não comerem Maria mole (*Senecio brasiliensis*) ou Mio-mio (*Baccharis coridifolia*), plantas que são tóxicas.

As cabritas, animais que costumam transitar pelos matos e pelas pedras, também comem ervas e chás como as folhas das Pitangueiras (*Eugenia uniflora*), árvores abundantes nesse lugar.

Diferente de uma concepção em que a natureza se compõem de uma combinação de elementos abióticos (rocha, solo, clima, relevo) e elementos bióticos, a paisagem ganha vida justamente por compartilhar vitalidades que constituem os campos dobrados e banhados da pampa, na mirada destas campeiras. Nesse sentido, nos remetemos à Márcia Colares, pecuarista das Palmas, que salienta o batismo dos filhotes humanos nas águas do Camaquã, bem como a reciprocidade do cumprimento dado às pedras ao amanhecer todos dias - porque nas pedras habitam cabras, bromélias e coqueiros – além da sociabilidade e compartilhamento de vitalidades entre os entes.



Em campo, nesta região, encontramos mulheres campeiras que pensam a lida a partir do fluxo de vida e de morte. Essa é uma lida percebida e produzida pelo *jeito* de manuseá-la e de vivê-la do que pela força e também é tecida no compartilhamento das experiências entre as mulheres, os animais e as coisas, a paisagem num constante devir. Laís salienta que o ritmo da lida é o movimento dos acontecimentos que exigem da campeira uma prática de educação atencional (Ingold, 2016) de saber dos riscos da lida brabíssima, que às vezes dá tempo de socorrer algum animal do ataque do predador e, na iminência de uma vida surgindo, conseguir acompanhar o parto e cuidar das crias.

Neste sentido, percebemos a constituição desses saberes atencionais a partir da experiência e dos sentidos de estar no campo em constante movimento com animais, entes, pistas de vida e de morte, que nos encaminham a pensar nesse *jeito* de estar e conviver com os animais em relacionalidade.

O apego e o jeito de lidar *com* os animais: Do parir ao criar, trabalhando em relacionalidade

> *"Descemos até um mato onde estava Jaqueline, a mulher do proprietário, com a vaca doente [...] Angustiada, afagava o pescoço do animal, que estava deitado ao lado. [...] Sou eu que dou comida, ela conhece o meu cheiro! Eu não vou deixar matarem."* (Kosby, 2017).



A lida campeira é percebida pela proximidade da convivência das mulheres com os animais de criação, da pecuária extensiva, como corpos afetados por intensidades semelhantes onde percebemos um *jeito* distinto entre as mulheres de lidar com os animais, pois há uma noção do cuidado, numa estreita ligação com o gerar vida e seu desenvolvimento (Kosby, 2019).

E há também noções de perigo compartilhadas, como, por exemplo, os riscos do parto e objetificação dos corpos de fêmeas, pelo modelo produtivista da pecuária capitalista – fêmeas que não dão cria, "não prestam para nada".

Segundo Laís, a lida é um fazer que exige conhecer os animais, conhecer o campo e reconhecer as situações de perigo. Acontece no fluxo da vida: *"tem coisas que dá tempo e tu aprende a lidar com a vida e a morte ao mesmo tempo"*. Nesse sentido, as situações de campo exigem rápida decisão, aqui atentamos para aprendizagem da *habilidade* campeira que se faz no movimento corporal e na percepção do ambiente.

Seguindo a perspectiva da relacionalidade, conforme Ingold (2015), observa-se a diferença entre inteligência, como uma resolução premeditada, e a agência, em que a ação habilidosa se configura a partir da aprendizagem atencional, da leitura das relações entre os entes.

No processo de aprendizagem da lida campeira, Laís recebeu os ensinamentos do marido, Luciano: *"caindo tombo de cavalo, custou a laçar, mas aos poucos foi perdendo o medo, medo de vaca".* Atualmente, o casal se divide no manejo dos animais, para fazer rodeio[4]. Laís "pega parelho" (por igual), no trabalho de recorrer o campo (percorrer o campo): *"Às vezes eu não tenho tempo de limpar a casa. Agora mesmo, os terneiros nascendo eu vou com o Quenedy [*peão campeiro*], recorrer o campo, e o Luciano vai fazer o arame com o seu Alceu [*aramador*]".* Laís comenta que as suas mãos são azuis na primavera: *"(...) quem não laça, derruba e fica com a mão azul por causa da bicheira?"* [é uma ferida em animais ou pessoas que possui larvas e se cura com um remédio cicatrizante de cor azul].

Ao recorrer o campo, Laís auxilia um animal atolado no barro, que não consegue se levantar, e se a vaca for velha é pior porque perde muita energia e pode morrer. São linhas que estão entre a vida e a morte, em que ela utiliza o trator com *jeito* específico de se lidar com os outros entes vivos, que não está ligado à força.

O jeito de descarregar o sal da caminhonete e o saco de adubo, Laís compara a derrubar um terneiro, atividade que exige habilidade manual do artífice para a tarefa (Sennett, 2013). Conforme Laís, hoje o gado é muito manso, por estar acostumado com a relação com os humanos, além disso tem a mangueira, tem o trator, *"a lida não é força é jeito… não é porque tu é mulher que tu não consegue".*

Auxilia as vacas com dificuldades no parto, intervém para retirar o terneiro e

[4] Lugar do campo onde o gado – vacum, cavalar ou lanar – é reunido. // ANT DES - Ajuntamento de gado, em campo aberto, feito antigamente para apartar, contar, examinar, marcar e tratar os animais (BH, HA, AL, JH, AD, JV, AF, AM, SL, AJ, DA, RG, FP, CM, IP, EV). Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio- Grandense, volume 1, Pelotas, Fructos do Paiz, 2019.

a placenta, dar os remédios necessários; quando a vaca apresenta retenção de placenta, ela benze a companheira da lida. Este é um saber que vem dos antigos, Laís aprendeu com Luciano, que aprendeu com o pai, que aprendeu com o avô a benzer o gado, *"seja vaca ou terneiro, a mesma benzedura que faço para curar bicheira, também faço quando a vaca dá cria, mas a placenta não cai."*

A benzedura, para Laís, é uma ação que tem eficácia, mas não se sabe exatamente como esta acontece. Ela descreve como "um milagre". Por exemplo, para que a vaca elimine a placenta após ter parido, a benzedura que se deve fazer é a de "virar o casco". Virar o casco, compreende a ação de encontrar no chão, no pasto ou na terra, uma marca de onde a vaca pisou com uma das patas traseiras, então contorna-la com a faca, cavoucando em seu contorno até poder desenterrar o pedaço de terra e virá-lo para baixo, deixando a marca do casco voltada para dentro do solo. Tudo isso é feito enquanto Laís pronuncia algumas palavras que o sogro lhe ensinou. Há outras benzeduras, para bicheira, por exemplo, que são feitas durante vários dias consecutivos, exceto aos domingos (dia em que não se pode benzer).

No trato com as ovelhas, Laís encontrou uma delas recém-parida com dois filhotes e um carancho (*Caracara plancus*) na volta. Um dos filhotes já tinha sido atacado pelo predador em suas partes moles, olhos e vísceras. Levou a ovelha e o filhote com vida para casa: *"o bicho associa pelo som, por isso eu não costumo falar na lida. Procuro não falar muito"*, atentando para as relações de predação e a aprendizagem interespecífica.

O filhote que sobreviveu foi criado como guacho (órfão de mãe), nesse sentido, menciona o cuidado e o apego para com os animais. Todos têm nome, cada um tem a sua mamadeira e "tem até roupa". Nequinho e Fujão tomavam leite engrossado com maizena. No ano seguinte, Laís adotou 11 guachos, que se individualizam por ter lã na cara ou uma pinta na lã. No campo, as ovelhas ensinam aos filhotes o que comer e o que não comer. Quando o animal é guacho, Laís esfrega mio-mio no focinho para ele aprender a não comer esta planta tóxica.

Observa-se uma aprendizagem atencional, percebida no fluxo do movimento, bem como atenta-se para as linhas de força postas na relação em que a masculinidade se faz na dominação da natureza e também dos corpos das mulheres. Nota-se que a lida campeira exige muita disciplina e um corpo educado para o trabalho, para saber o que fazer nas situações inesperadas e no "balé" que se monta entre tropa e ginete, na tarefa de arrebanhar, juntar o gado. Laís adquiriu tais habilidades, por isso os campeiros devem respeitá-la quando entra na mangueira para o manejo dos animais, no momento de cercar o gado e não atropelar o outro – o que nem sempre acontece. Conta ela: *"O cara se meteu na minha frente. Aconteceu dos caras vir perto de mim porque acham que eu não vou atacar."*

Dona Elci Caldas, campeira do Cerrito[5], distrito pertencente a Herval, município que já fez parte da antiga Jaguarão, também gosta da lida com os bichos, de alimentar, "*de ver eles de barriga cheia*". De manhã antes de tomar o seu café, ela vai dar milho para as galinhas e pintos. E, se vê gato miando, já oferece uma "*comidinha*", para somente depois se sentar. "*Não posso ver os bichos com fome, primeiro os bichos depois eu".* Dona Elci cria guachos e todos têm nomes próprios

[5] O Distrito de Cerrito, pertencente a cidade de Jaguarão, constitui região do entorno do sítio do INRC - Lida campeira no Alto Camaquã.

conforme as características de cor e sinais diacríticos de cada um.

Ela conta que em certa ocasião deu "*mamá"* para todos os cordeiros, não eram muitos, pois o rebanho era pequeno. Ela chamava um cordeiro que estava mais fraquinho, pois a mãe não tinha muito leite para dar. Mas quando ela chamava o cordeiro vinham todos, mesmo que não precisassem receber a mamadeira. Dona Elci dava leite para todos, "*ficava com pena dos bichinhos tudo na volta de mim".*

Em *Mulheres, vacas e partos nas pecuárias do extremo sul do Brasil: relações transespecíficas a partir do encontro entre antropologia e epistemologias feministas*, etnografia também realizada em contexto pampiano, Kosby (2019) relata os esforços de mulheres campeiras em salvar vacas parturientes e suas crias - quando de partos com complicações – baseadas em relações empáticas como o fato de também terem sido gestantes, de saberem o que são as dores do parto e a iminência da violência obstétrica.

O dia de lidar com o rebanho de ovinos, geralmente é para dar algum medicamento. Para fazer isso, Dona Elci e o marido, juntam os animais na mangueira, tarefa realizada em dia seco, para não deixar todos molhados. Para trazer o rebanho até a mangueira, não precisa ir a campo com cachorros. Ela vai na beira do alambrado próximo à mangueira e faz sinais para o rebanho: "*chamo elas, vem ovelha e elas vem para mim, bato palma, e digo rápido, rápido e elas vem correndo. Boto um agrado, uma farinha no balde para elas verem que tem alguma coisa. Às vezes sem o balde, só chamo e elas vem. É igual a gado, lá no campo onde tem gado, a gente chega de carro, e é só eles verem já vem correndo*. *Assim é a nossa lida, acostumamos o rebanho, pois já não temos mais as condições de estar correndo a campo atrás das ovelhas, em razão da idade."*

Vera Colares, campeira da localidade de Palmas, em Bagé, foi criada no "lombo do cavalo", mas pelos muitos tombos que levou não se considera uma grande cavaleira. A égua que Vera possui se chama Cai-cai em razão da falta de habilidade de cavalgar em campo de pedra. Vera é contabilista e aposentada da Receita Federal, mas sempre manteve o vínculo com a vida no campo. Conta que os saberes e fazeres que envolvem a pecuária de criação de bovinos, ovinos e caprinos são aprendidos na convivência diária com os animais, com as plantas, com as formações rochosas do lugar e as curvas do rio Camaquã.

Para Vera a primavera é descrita como a época mais bonita, pois a *"natureza está se reproduzindo"*, as vacas, as ovelhas e as cabritas estão dando cria. Neste momento a casa da família se transforma em uma maternidade, quando é necessário acompanhar algum nascimento, cuidar de algum animal doente ou cuidar dos guachos. A lida campeira se intensifica e o recorrer o campo é cotidiano. Nesta época, a intensidade das relações entre humanos, animais e a paisagem se intensifica na troca das vitalidades e nos cuidados com a criação. (Relatório do INRC - Lida Campeira no Alto Camaquã, 2018; Lima, 2020).

A lida caseira e a campeira se misturam (Rieth; Lima & Barreto, 2019), uma lida em constante relacionalidade, onde o dia começa com o trabalho junto aos animais, alimentando as galinhas que estão com os pintinhos, alimentando os *guachinhos* e tirando leite da vaca. Neste momento e de acordo com o ciclo da natureza, se planeja o recorrer o campo. Vera trabalha com Regis, peão campeiro, e Bagunça, a cachorra que a acompanha na lida.

Vanda Rosa Tarouco, campeira de Piratini, nasceu e "se criou na lida". Cria em sua propriedade gado bovino e ovino, embora goste da criação de bovinos.

Campereia a pé e “junta” cerca de cento e poucas reses. E se emociona ao falar da Filó, cachorra ovelheira gaúcha já falecida, que *“valia por dois homens no campo”*. Nesta região, a utilização do cachorro na lida é importante justamente pela paisagem acidentada do lugar: onde os humanos não têm acesso, o cachorro entra para buscar um animal desgarrado ou perdido (Barreto, 2015).

Assim, percebemos, nessas relações *transespecíficas*, a particularidade do manejo das mulheres na lida, evidenciando a inventividade dos jeitos de trabalhar no campo, intensificando o sensível na relacionalidade com os entes vivos - em que a regra não necessariamente é a lógica da caça, contemplando também o pastoreio junto aos animais. Dessa maneira, Vanda faz a lida a pé, Dona Elci não recorre mais o campo a cavalo, por conta da idade, e a casa da Vera se torna uma maternidade. Por isso retomamos a frase dita por Laís: *“a lida não é força é jeito”*.

Os caminhos da lã como sentipensar[6]: a pampa como territórios de existência de mulheres



“Eu digo bueno meu velho, hoje vou lavar um velo, um velo de lã, mas tu não tem noção, enche esses arames ai tudo de lã. Coisa mais linda. Ai eu fico louca pra abrir, pra fiar, pra ver como vai ficar”. Dona Elci.

Percorrendo as diversas linhas da vida (Ingold, 2015), no caminho que mostra o processo da criação à tecelagem, apresentamos o viver criativo e corporificado das mulheres na pampa. A atividade com a lã abarca uma série de saberes e fazeres que se iniciam com o manejo dos animais, os cuidados com a alimentação, a saúde e a reprodução dos rebanhos.

Além da aprendizagem da esquila para a obtenção da fibra, o artesanato da lã abarca as atividades específicas para fazer o fio: lavar, cardar, fiar, tingir e depois, tecer as peças do vestuário que vai do xergão[7] (utensílio de encilha) ou um pala[8]

---

[6] No INRC da Lida Campeira na Região de Bagé, o artesanato em lã figurou como uma atividade associada à esquila , na extensão do INRC da lida campeira para a região do Alto Camaquã, o artesanato em lã passa a ser um bem inventariado, conforme demanda das interlocutoras da pesquisa. Trata-se de valorizar as detentores deste saber- fazer, documentar e construir conhecimento sobre esta prática inventiva e corporificada. Por intermédio dos caminhos da lã , atenta-se para um processo que se inicia com a criação das ovelhas, o que permite pensar a lã como matéria viva. Salienta-para a relacionalidade entre humanos e animais na construção da pampa como território de existência das mulheres.

[7] XERGA (BRAS) S.f. - Parte dos arreios de montar constituída por um retângulo de lã grossa, que se põe sobre o lombo do cavalo, por baixo da carona (JH, AD, RG). Quanto ao uso: o mesmo que baixeiro (baixero, baxero), suadouro, enxergão e →xergão *voc. us. c/PLAT+. AME: jerga – e mais: bajera, jergón, sudadero (NDUR, PVRC, VCOR). (Schlee, 2019; p.946).

para o vestuário.

A relação com a lã “vem dos antigos” segundo dona Elci. A avó trabalhava no tear de parede e este tear é o mesmo em que Elci tece suas peças. A avó fazia muitas coisas, fazia colchões, acolchoados e a lã que não servia para tecer era utilizada para fazer travesseiros. Lembra que via uma vizinha, a velha Mosquita, trabalhando num xergão, via outras mulheres mais velhas da localidade a tecer e com elas aprendeu a lidar com a lã e as ovelhas.

A lã utilizada por Dona Elci é do seu rebanho. Na mangueira mostra o primeiro filhote que havia nascido, era um cordeiro preto. Pegou o filhote no colo e contou sobre o nascimento dele. Acredita que o filhote nasceu na noite e, durante o dia, ela foi à beira do alambrado, que é próximo da casa e o viu no campo próximo da beira do açude. Ela diz que se ela não tivesse visto, talvez ele morresse afogado, pois há pouco havia nascido e era fraquinho. É *“a época de parição”* e logo estarão nascendo outros cordeiros. Mas dona Elci também compra, porque só a sua produção não dá conta da demanda que ela tem de fio e xergão. Atualmente ela produz fios para muitas artesãs da cidade de Jaguarão.

O artesanato em lã abarca um conjunto de relações entre humanos, animais, coisas e ambientes que se materializam por intermédio da lã esquilada, cardada e tecida, as quais apresentam íntima relação com a vida de tantas outras mulheres, que antes da dona Elci, trabalharam, criaram e inventaram diversas formas de transformar a lã, utilizando para a proteção da família e bem estar para o dia a dia da lida campeira.

O tecer, o tecido e as tecedoras carregam memórias, histórias, experiências de mulheres que vieram antes delas, e viveram nesse contexto, contribuindo para a construção do saber e fazer. Envolve contatos diretos com os sujeitos, mas também indiretos, que são reavivadas por meio de histórias que ouvem do passado, “trazendo-as à vida no presente vivido dos ouvintes, como se estivessem acontecendo aqui e agora” (INGOLD, 2015, p. 236).

A lã fiada, ela tinge, dependendo da cor que ela quer fazer a peça. Seus tingimentos são naturais, com ervas encontradas na pampa. A tonalidade vermelha, por exemplo, é obtida de casca do pau-ferro, árvore que ela tem na sua propriedade. Para tingir a lã, a artesã tira apenas pequenas lascas, para que a árvore logo se regenere.

Para fiar, segundo Dona Elci, é preciso *“pegar o jeito*, *não pode prender muito na mão, se não o fio torce, a lã pra ficar macia tu tem que soltar ela rápido, tem que te desfazer dela rapidamente, se fica prendendo ela na mão fica torcida”.* Aprender o ritmo da roca embalada pelo pé, conectá-lo ao ritmo da mão.

“O saber passa pelo corpo e apresenta-se como vivência singular para cada pessoa envolvida nesse processo” (Ingold, 2015 p. 103).



Isaurine de Oliveira Garcia, campeira do distrito do Barrocão, em Piratini, faz artesanato em lã desde criança. Aprendeu com a mãe, vendo-a fazer as peças no tear contruído pelo pai. Ela produz, principalmente, xergão, e adquire a lã na cooperativa. Lava e carda para depois fazer o fio na roca. Utiliza o tear e também a agulha de croché ou tricô

para fazer o seu artesanato em casa.

Rosângele Soares Scholante, moradora de Palmas, distrito de Bagé, iniciou o artesanato curtindo pelego e fazendo chinelos com esse mesmo material por dentro. Aprendeu a tecer no tear, a partir dos cursos que fez na Emater (Associação Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul), e utiliza a lã das ovelhas criadas em sua propriedade. Neste processo, seu marido realiza a tosa dos animais, após lavar a lã para tirar as impurezas, desembaraça o material ao cardar e, utiliza a roca para fazer o fio e então tecer as peças. Rosângele ensinou o filho a usar o tear para confeccionar ponchos, xales, mantas, boinas, blusões e peças de vestuário em geral.

Tecer requer tempo para a feitura das peças, é tramado fio por fio, contado ponto por ponto, laçada por laçada, carreira por carreira. É um constante vai e vem, faz, desfaz e refaz, porque se no meio do caminho a artesã percebe que tem um ponto fora do lugar ou que não está correto, ou ficou muito apertado ou solto demais, se desmancha e começa novamente.

Dona Elci considera que a lã é uma matéria viva (Arnold e Espejo, 2013), o ovino não precisa morrer para doar o seu velo, que é tirada, criteriosamente, apenas uma vez ao ano, também respeitando a sua regeneração natural.

O artesanato se dá a partir da sazonalidade, no decorrer das estações do ano, um trabalho que se faz no cotidiano da casa, entre as tarefas rotineiras, envolvendo atividades de *sentipensar* com o movimento do corpo em especial das mãos, essa é a coreografia do movimento entre-vidas: das mulheres, das ovelhas e das peças produzidas.

Conforme Tim Ingold (2015), a vida tem um movimento e um fluxo contínuo, tal como podemos perceber nas linhas vitais das artesãs:

“É da essência da vida que ela não comece aqui ou termine ali, ou conecte um ponto de origem a uma destinação final, mas, sim que ela continue, encontrando um caminho através da miríade de coisas que formam, persistem e irrompem em seu processo. A vida, em suma, é um movimento de abertura, e não de encerramento. Como tal, deve estar no próprio cerne da preocupação antropológica.” (p.26)

Portanto, a partir da perspectiva de Dona Elci, é um movimento de invenção de um território, que se conecta com a existência das mulheres na pampa por intermédio das aprendizagens da lida. Para não ficar parada e esquecer, ela diz: *“Eu levanto de manhã, lavo a louça que ficou de ontem, e dou um para-te quieta, aqui no más. Sento na máquina, vou lá, trago a comida e almoço, solto o prato e sigo fiando de novo.”*.

Considerações Iniciais

Neste texto, buscamos evidenciar uma pampa a partir da perspectiva das mulheres em diversos contextos de relacionalidade (animais, plantas, casas, coisas), tendo como discussão a ideia do *pluriverso pampiano*, a partir do diálogo entre os inventários participativos em Bagé e no Alto Camaquã da lida campeira na metade sul do Rio Grande do Sul.

Apresentamos a prática de uma educação atencional das lidas campeiras executadas pelas interlocutoras, pecuaristas familiar, numa constante troca de

vitalidades, de saberes e fazeres junto aos animais, aos objetos e aos ambientes, em consonância com a sazonalidade e os ciclos da vida.

Dessa maneira, podemos perceber a diferenciação entre as lidas consideradas *brabíssimas* e *afetuosas*, que se complementam em suas particularidades a partir da atuação das mulheres em relações com os animais, mostrando um *jeito* de se lidar com o trabalho no campo que contrasta com a força exercida pelos homens, dita como uma lida braba, de doma da natureza.

Nesse *jeito* de se relacionar *entre* espécies as linhas tecidas pela vida perseveram diante da iminência da morte, onde cada momento é determinado pelo aprendizado e experiência na lida e pelo olhar sensível e atento, pois o tempo para agir é decisivo quando se trata de acudir uma vida que se encontrar em risco.

Assim, percebemos a construção de um território de existência, que passa pelo corpo de cada campeira em compartilhamento com os corpos de outras fêmeas, constituindo um modo peculiar de ser e estar nessa pampa, praticando-a desde um ponto de vista das mulheres.

Nas existências dessas campeiras, são tecidas fio a fio, vidas onde os caminhos da lã conduzem para o cuidado com outro (humanos e animais), desde a criação, a esquila, o cardar a lã, o produzir o fio e o tecer as peças para o vestuário de inverno. Atividade esta construída com outras mulheres, passada de geração em geração, recorporificada em cada artesã e constituindo a lida campeira, tanto quanto os outros trabalhos exercidos no campo: ofício de aramador, pastoreio de bovinos, caprinos, equinos e ovinos, tropeirismo, ofício de guasqueiro, lida caseira, domador. Tratar o artesanato em lã como lida campeira foi uma demanda das próprias artesãs, visando o reconhecimento patrimonial de seu ofício.

Por fim, é importante salientar que as pesquisas de Inventários Participativos nas quais este ensaio se baseou encontram-se em fase de documentação para o registro da lida campeira como patrimônio imaterial brasileiro. Aponta-se, assim, para um caminho no qual a pampa se mostra em sua pluriversalidade e em relacionalidade de corpos viventes e tradições vivas, que praticam e compartilham esse território ao sul do Brasil.

Referências Bibliográficas

ARNOLD, Denise . y Elvira Espejo. **El textil tridimensional: la naturaleza del tecido como objeto y como sujeito**. La Paz:mayo de 2013.

Blog INRC: https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/es/inicio-2/

BARRETO, Eric. “Por dez vacas com cria eu não troco o meu cachorro”: as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro. **Dissertação de Mestrado em Antropologia**. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

BORBA, Marcos Flávio. Desenvolvimento territorial endógenos: o caso do Alto Camaquã. In: WAQUILL, Paulo; MATTE, Alessandra; NESKE, Márcio; BORBA, Marcos Flávio (Orgs.). **Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 187-214, 2016.

CADENA, Marisol de la. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 95-117, abr. 2018.

ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar* con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur. **Revista de Antropología Iberoamericana**, volumen 11, nº 1, Madrid, 2016.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer.** Editora Perspectiva, São Paulo. 1978.

HARAWAY. Donna. **Manifiesto de las Especies de Compañía**: Perros, gentes y otredad significativa. Bocavulvaria Ediciones. Córdoba, 2017.

HERMANN, Miriel B. Caminhos da lã: Uma etnografia do artesanato de lã crua feito por mulheres em Jaguarão/RS. **Dissertação de Mestrado,** Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2020.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo**. Ensaios sobre movimentos, conhecimentos e descrição. Editora Vozes, Petrópolis. 2018.

_____ Trazendo as coisas de Volta à Vida: Emaranhados Criativos Num Mundo de Materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

_____ Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação revista quadrimestral.** Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, set.-dez. 2016

KOSBY, Marília F. “Mulheres, Vacas e Partos Nas Pecuárias Do Extremo Sul Do Brasil: relações transespecíficas a partir do encontro entre antropologia e epistemologias feministas” **Tessituras - Revista de Antropologia e Arqueologia.** V. 7, n.1, jan-jun 2019. Pelotas.

KOSBY, Marília F. **Mugido [ou diários de uma doula]**. Edições Garupa, Rio de Janeiro. 2017.

KOSBY, Marília F. Alma-caroço: peregrinações com cabras negras no extremo sul do Brasil. **Tese de Doutorado** – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LEAL. Ondina F. Os Gaúchos: Cultura e Identidade masculina no Pampa. **Tessituras - Revista de Antropologia e Arqueologia**. v1, n1, p.16-47, jan- jun.2019.

LEAL, O. F. **The Gauchos:** Male Culture and Identity in the Pampas. 1989. Dissertation (PhD in Anthropology) - Department of Anthropology, University of California, Berkeley CA, 1989.

LIMA, Daniel Vaz Lima; Rodrigues, Vagner Barreto. “O Rio Camaquã Pede

Socorro!": Notas Por Uma Antropologia Imersa na Vida. **Impacto dos Projetos de Mineração: O Que Sabemos? O que queremos? Para onde vamos?** Rio Grande,RS: Ed. do autor, 2020.

_____ Pelos (Des)caminhos De Gente, Bichos e Coisas: Uma etnografia dos seres múltiplos na pampa brasileira. **Tese de Doutorado**, Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Pelotas, 2020.

RIBEIRO, Cláudio Marques. Estudo do Modo de Vida dos Pecuaristas Familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul. **Tese de Doutorado**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de pós- graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009

RIETH, Flávia et al. **Relatório Preliminar:** Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. 2018.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz; RODRIGUES, Vagner B.; HERMANN, Miriel Bilhalva. "Aqui Na Lida É Eu, a Esposa e os Cachorros: trabalho familiar e saberes pecuários nos campos dobrados do Alto Camaquã" **Tessituras** - Revista de Antropologia e Arqueologia. v1, n1, p.50-68, jan-jun.2019.

RIETH, Flávia. Mineração e sóciobiodiversidade: sobre as ambiguidades na atuação do Estado.**Impacto dos Projetos de Mineração: O Que Sabemos? O que queremos? Para onde vamos?** Rio Grande,RS: Ed. do autor, 2020.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. Rio de Janeiro, Record, 2013.

SCHLEE, Aldyr G. **Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense.** Pelotas,RS: Fructos de Paiz, 2019. volumes I e II.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

SPANEVELLO, Rosani Marisa; GOULART, Helena dos Santos; LINKE, Pâmela de Melo. O Trabalho Feminino nas Atividades Agropecuárias no Contexto do Rio Grande do Sul. **VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios Santa Cruz do Sul, 2017.

WAGNER, Roy. **A invenção da Cultura**. Cosac Naify, São Paulo. 2012 [1981]

VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento** - O continente. Companhia das Letras, 2004.

Saberes tradicionais e artesanato

expressões culturais do campo brasileiro



Cesar De David | Daiane Loreto de Vargas
(Orgs.)

OIKOS EDITORA

2ª edição - E-book

Saberes tradicionais e artesanato

Expressões culturais do campo brasileiro

Cesar De David
Daiane Loreto de Vargas
(Orgs.)

Saberes tradicionais e artesanato

Expressões culturais do campo brasileiro

2ª edição
E-book

OIKOS EDITORA

2018

© Dos autores – 2018

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: Carlos A. Dreher

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Impressão: Allprint

Conselho Editorial (Editora Oikos):
Antonio Sidekum (Ed.N.H.)
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Unisinos)
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luís H. Dreher (UFJF)
Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)
Marluza M. Harres (Unisinos)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

S115 Saberes tradicionais e artesanato: expressões culturais do campo brasileiro [e-book] / Organizadores: Cesar De David e Daiane Loreto de Vargas – São Leopoldo: Oikos, 2018.
251 p.; il.; 16 x 23 cm.
ISBN 978-85-7843-828-9
1. Cultura. 2. Cultura popular. 3. Tradição. 4. Produção artesanal. I. David, Cesar De. II. Vargas, Daiane Loreto de.
CDU 008

Catalogação na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Manejos pecuários: ofícios e saberes artesanais[1]

Flávia Maria Silva Rieth
Daniel Vaz Lima

A lida campeira constitui um conjunto de atividades que inventam (WAGNER, 2010) o modo de vida campeiro, território de existência das relações entre animais humanos, outros animais e ambiente. Este modo de vida tem sua persistência na transformação/ruína do trabalho artesanal. Assim, foram inventariados os ofícios do pastoreio, da lida caseira, ofício do guasqueiro (fazedor de artefatos e utensílios em couro), do alambrador (que constrói alambrados), dos tropeiros, dos domadores, dos esquiladores (que fazem a tosa de ovinos), atividades executadas pelos campeiros, que sabem fazer a lida da pecuária.

No ano de 2017, o registro da lida nos campos lisos, na região de Bagé, ganha continuidade nos campos dobrados, os campos de pedra do Alto Camaquã, a partir da parceria com a Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Camaquã (ADAC). A relacionalidade com o ambiente demonstra-se como uma *malha* (INGOLD, 2012), um emaranhado de vida, que abrange atividades outras, como a do artesanato em lã, que atesta a presença de ovelhas na região, e a lida caseira, associada às mulheres, onde ocorre a feitura de doces e compotas, por exemplo.

Pensar o trabalho artesanal no mundo contemporâneo nos remete ao antropólogo Roy Wagner (2010, p. 29), quando este afirma que uma antropologia que não busque "ultrapassar os limiares de suas próprias convenções", que não deposite a imaginação no mundo da experiência, haverá de ser mais uma ideologia do que uma ciência. Na realidade, as definições da maneira como estamos inseridos no campo depende muito do próprio campo, pois são as situações vividas que definem questões sobre distanciamen-

[1] Uma versão prévia deste trabalho foi apresentada na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), no GT 47 – Ofícios e profissões: memória social, identidades e construção de espaços e sociabilidade, em 2016.

to, engajamento e intervenção, dilemas éticos e morais, além do conhecimento que aprendemos e compartilhamos nessas experiências de estrada, de lida e de vida.

Essas implicações estão pautadas na etnografia, entendida pela antropóloga Mariza Peirano (2014) enquanto uma "formulação teórico-etnográfica", um conhecimento reflexivo constituído a partir da experiência vivenciada no trabalho de campo e o diálogo com a teoria antropológica. A etnografia, para além de *uma descrição etnográfica de*, cada vez mais em nossos trabalhos foi tomando o rumo de um *pensar com*. Assim, estarmos dispostos a aprender com os nossos interlocutores e pensarmos juntos sobre a lida, em seus múltiplos saberes e fazeres – e a vida nos levou a uma redefinição do social (LATOUR, 2012), atentando para as sociabilidades entre o humano com as outras vidas que habitam o pampa. Além disso, uma série de engajamentos vêm suscitando nosso fazer antropológico/etnográfico. São compromissos que se referem ao respeito e, em determinadas situações, defesa dos direitos de nossos interlocutores frente às múltiplas configurações que ameaçam seus modos de vida, tal qual os projetos de mineração.

O "prego na bota" refere-se ao trabalho dos campeiros, os manejos pecuários enquanto práticas artesanais que tramam as relações entre os diferentes seres e o ambiente. Não encontrávamos pessoas que simplesmente realizavam atividades no sentido dado pelas relações sociais capitalistas de venda da força de trabalho por algumas horas a fim de receber um determinado valor. O que as pessoas faziam estava carregado de sentidos e de subjetividades, que envolvem suas formas de ser e de viver o mundo. Certa feita, um interlocutor, com olhar distante, tecendo suas memórias, compartilhou o ensinamento de que era o trabalho que os tornava *gente*. Assim, os campeiros, por vezes tendo seu modo de vida invisibilizado pelo Estado, pela academia e pelas políticas públicas, davam sentido ao estar no mundo; suas histórias, por meio daquilo que fazem.

Foi por estes tempos que chegou em nossas mãos a referência de Richard Sennett (2013), que, em *O artífice*, elucidava seu projeto intelectual de pensar o fazer coisas não somente enquanto um procedimento maquinal, mas como o "cultivo de um estilo específico de vida", que poderia revelar muito acerca das pessoas que faziam tais coisas. Sennett parte da constatação filosófica de Hannah Arendt, que apresenta duas imagens de pessoas trabalhando. De um lado, o trabalho braçal rotineiro do *animal laborens*, em que as pessoas fazem coisas, mas sem saber o que estavam fazendo (SENNETT, 2013, p. 11). Uma cegueira do processo em que nada mais importa-

va do que fazer a coisa funcionar, ou seja, o considerado *animal laborens*, em uma representação de besta de carga, estava entregue à tarefa, com pouca noção de sua ação. Do outro lado, em contraponto, e também hierarquicamente superior à primeira imagem, encontra-se a atividade artesanal como uma outra forma de vida, sendo um trabalho que desenvolve a criatividade, pois se deixa de produzir para discutir e julgar em conjunto. Nesta segunda imagem, tem centralidade o conceito de *homo faber*, algo como homem que faz.

Sennett considera a divisão equivocada, pois, na sua reflexão, o *animal laborens* também tem capacidade de pensar, uma vez que, ao produzir, pode discutir mentalmente com os materiais, ao mesmo tempo em que trabalhar conjuntamente com outras pessoas possibilita que conversem a respeito do que fazem. A questão, portanto, está em responder o que o processo de fazer coisas revela a respeito daqueles que o praticam (SENNETT, 2013).

Por outro lado, o sociólogo Giovani Alves (2015), em comentário sobre às duas narrativas sobre o trabalho, considera relevante a distinção de Hannah Arendt, ao passo que são as condições existenciais das pessoas que trabalham no capitalismo. Nesse sentido, ao mesmo tempo, um trabalhador pode ser uma força de trabalho como mercadoria, ou seja, um empregado executando tarefas cotidianas, e pode, também, ser um *homo faber*, que desenvolve uma capacitação pelo engajamento.

Com as transformações do mundo do trabalho nas sociedades industriais, cujas relações sociais são tecidas em um modo de produção capitalista, enquanto um fazer produtivista, existe a tendência de o trabalho artesanal incorporar dimensões dos seus processos produtivos precarizando a própria atividade – e, por consequência, o artesão. Entretanto, Alves ressalta que o processo de

> resgatar a experiência oculta do *homo faber* nas narrativas do trabalho significa demonstrar que, apesar do processo de especialização e fragmentação do sujeito que trabalha, existe (e persiste), nos interstícios do mundo vivido de homens e mulheres que trabalham em ofícios, narrativas de resistência e memória que expõe o outro lado da condição humana salientada por Hanna Arendt: a experiência do *homo faber* (ALVES, 2015, p. 14, grifos do autor).

Uma outra dimensão colocava-se neste caminho: aprendíamos com os campeiros que a habilidade artesanal, além do treinamento dos movimentos corporais que expande as capacitações, era o resultado de uma interação entre os seres, bem como dos seres com o ambiente. Ao observar

uma situação de manejo com o gado, percebíamos que humanos, cavalos, cães e bois constituíam uma relação visual e constante de "vigilância recíproca" (SÜSSEKIND, 2014). Em nossas etnografias apontamos:

> Montados em cavalos, junto aos cães, os campeiros tocam adiante uma tropa de gado vacum. Homens, cavalos e cachorros, todos atentos ao movimento da tropa. Os bois atentos ao movimento dos cães e cavalos. As vacas com cria olham os cães, cuidando seus movimentos, e, vez por outra, avançam em direção a algum deles. O manejo com o gado leva em consideração a personalidade de cada grupo de animais. O gado xucro e as vacas com bezerros são os que demandam maior cuidado, pois podem atacar em algum momento de desatenção. [...]. Por outro lado, os animais que os campeiros manejam para conduzir a tropa são aqueles chamados de "gado manso", posto que esses têm medo dos cavalos e seguem os movimentos indicados por eles (RIETH et al., 2016, p. 82).

Assim, fomos descobrindo algumas indicações à medida que folheávamos páginas de textos escritos pelo antropólogo Tim Ingold. As linhas escritas pelo autor tratam de processos de habilitação, constituídos por meio das relações entre os seres e o ambiente. Ingold (2010, p. 20) destaca a *educação da atenção*, enquanto aprendizado que não se dá pela entrega de um "corpo de informações desincorporada", consideradas *representações*, mas pela criação, por meio das atividades de determinada geração, de "contextos ambientais dentro dos quais as sucessoras desenvolvem suas próprias habilidades incorporadas de percepção e ação". O conceito implica (1) mostrar fazendo; (2) percepção do ambiente; e (3) construção do ambiente para as gerações futuras. O iniciante aprende imitando os gestos. Tenta repetir os movimentos corporais e rítmicos de seus mestres, mas, também, percebe os outros seres que compõem o ambiente que os envolve.

A partir destas considerações é possível perceber o trabalho campeiro como um modo de vida em que as pessoas se engajam em práticas corporais desenvolvendo habilidades. Nesse sentido, apresentaremos dois saberes e modos de fazer pecuária no Pampa onde percebemos o quanto as lidas campeiras estão imersas em formas artesanais de trabalho: a doma de cavalos e o artesanato em lã. São reflexões desenvolvidas por meio das redes de interlocutores que praticam os saberes e modos de fazer pecuária nas regiões do Pampa, que compreende, especificamente, as áreas geográficas das microrregiões da Campanha Meridional, Pelotas, Jaguarão e, agora, também, da Serra do Sudeste.

Os manejos pecuários como saberes artesanais

Achamos conveniente algumas considerações sobre o que entendemos por *trabalho artesanal*, elucidando alguns manejos pecuários que aprendemos em trabalho de/no campo. Uma série de relações são colocadas no que se refere às lidas campeiras enquanto um conjunto múltiplo e tramado de saberes com modos de fazer. Podemos começar pela palavra *manejo*, que vem da junção do latim *manus* (mãos) com o verbo *agere* (agir). Em uma definição inicial, significa, então, mãos que agem. Manejar envolve, assim, treinamento por meio da repetição em que o movimento das mãos estimula determinadas regiões do cérebro expandindo a capacitação (SENNETT, 2013).

Os calos adquiridos consistem em um processo de sensibilização da mão para o controle dos movimentos por meio da "força mínima" e "aprender a soltar", que proporciona o controle do corpo e faculta a precisão nos gestos. Assim, fazer algo repetidas vezes desenvolve a habilidade de olhar para a frente e prever aquilo que vai se transformar. Treinar a mão desenvolve-se em uma habilidade rítmica, que considera um repertório de gestos adquiridos (SENNETT, 2013, p. 190-192).

O que se entende por técnica é, assim, uma habilidade incorporada por meio do envolvimento perceptivo das práticas corporais, como o *pegar com a mão*, em que o treinamento vai constituindo as habilidades, os movimentos corporais sincronizados. (SENNETT, 2013). A maneira como se aprende um saber e modo de fazer dá-se a partir da experiência adquirida, sendo um constante processo de educação corporal na forma como os humanos movimentam a cultura em seus corpos (MAUSS, 2015). Sennett (2013) entende que a habilidade artesanal é a incorporação de um processo de conversão da informação e das práticas em conhecimento tácito. Este conhecimento é adquirido com a mão por meio do toque e do movimento. O autor escreve que, de todos os membros do corpo humano, a mão é aquela dotada de maior variedade de movimentos, o que permite trabalhar as coisas de diferente maneiras. Nas linhas que seguem, apresentamos tais habilidades manuais.

Da mão que queima à mão que acaricia: sobre os encontros corporais entre humanos e cavalos na doma

Seguindo as indicações de Sennett (2013), a força bruta e cega é contraproducente no trabalho manual. Tal afirmação é pano de fundo para a discussão entre os domadores no que se refere a seu ofício, a doma. O do-

mador é também um artífice. Detém a habilidade dos manejos técnicos para ensinar aos cavalos os conhecimentos e as práticas relacionadas aos trabalhos que envolvem a pecuária. Esse saber e modo de fazer se constitui como um conjunto de diferentes momentos e artefatos, que mediam uma relação em que o cavalo aprende formas de comunicação com o humano. (LIMA, 2015a).

Domadores dialogam entre si sobre as melhores maneiras de domar cavalos. Nesses momentos, os conceitos de violência se ampliam conforme regras de doma são testadas. Um conjunto de regras condicionam a violência de um ato para castigar. Deve ser levado em consideração o princípio da reciprocidade, em resposta a uma ação do cavalo. A violência, sem justificativa, praticada pelo domador, pode gerar como resposta do cavalo um ato violento. Seu Nelson, domador que residia em Bagé-RS, narra que "os animais agarram medo desses caras que judiam, já vêm a pau pela cabeça dos animais, né! O animal fica com raiva também. Agarra medo e agarra raiva!".

Conforme Dula, domador que possuía um centro de doma localizado no município de Pelotas-RS, o cavalo tem que gostar da atividade que realiza. Nesse sentido, o domador ressalta a importância da relação de confiança que é estabelecida entre humano e cavalo, de forma que estabeleçam uma interação para o trabalho. Tal interação é bastante praticada nas etapas inicias da doma, chamada em conjunto de *amanunciação*, momento em que humanos e cavalos iniciam um processo de comunicação e confiança que será a base para as etapas posteriores.

Conforme o *Dicionário de Regionalismo do Rio Grande do Sul*, de Zeno Cardoso Nunes e Rui Cardoso Nunes (1996, p. 29), *amanunciar* significa "fazer carinhos com as mãos nos potros que estão sendo domados a fim de tirar-lhes as cócegas". Em nossa definição, porém, a técnica consiste num conjunto de práticas que buscam conquistar a confiança do *potro* e estimular seu interesse por uma interação. Minga Blanco, domador e proprietário rural no município de Aceguá-RS, revela que as técnicas das domas *ditas racionais* exploram este momento de iniciação do animal. Os interlocutores que praticam a *doma tradicional* adotaram as técnicas de *amanunciação* para *trabalhar a mansidão* do cavalo, facilitando a realização das próximas etapas.

Esta prática, em alguns casos elencado pelos interlocutores, é realizada desde quando o *potro* está sendo desmamado pela égua, por volta dos seis meses de idade. Assim, os primeiros contatos com o animal acontecem com a presença da égua, e o domador utiliza a linguagem corporal desta para aproximação: encosta o seu corpo no pescoço do animal e o abraça,

fazendo conforme a mãe para indicar-lhe a direção que deve tomar. O objetivo principal é apresentá-lo ao cabresto e sensibilizar a cabeça do cavalo, na busca de entender o que o domador está indicando no movimento do artefato. Busca-se também a confiança do *potro*.

Em continuidade estão os movimentos que levam a mão humana tocar na *parte cega*, localizada na testa do cavalo. Assim, o domador vai aproximando-se e conversando com o *potro*, ao mesmo tempo em que suas mãos seguram o cabresto e a corda em um processo lento de aproximar a mão ao corpo do animal. Após a permissão para acariciar o *ponto cego*, o domador passa à etapa de colocar-lhe o *cabresto*. Colocado o artefato, o domador puxa a corda que está ligada a ele e a primeira reação do cavalo é *sentar para trás* tentando tirar o objeto que está puxando sua cabeça. Neste caso, fazem-se necessários os princípios mostrados por Sennett (2013) da "força mínima" e de "aprender a soltar", pois o domador deve manter uma leve pressão quando o animal está reagindo e aliviá-la quando este esboça uma aproximação.

Nos casos em que o *potro* está desmamado e não tem contato direto com a égua, os domadores adotam o seguinte procedimento: o animal é conduzido para dentro de um pequeno curral circular, e o domador, com o cabresto na mão, busca se aproximar. O animal entra em fuga e passa a correr em volta, enquanto o domador acompanha seus movimentos. Vez por outra, lança uma corda por trás do animal, que faz com que ele corra, em disparada. Depois de algum tempo, o *potro* começa a dar um sinal de aproximação, a cabeça baixa e sobe, começar a *lamber os beiços.* Nesse momento, o domador se aproxima do cavalo, que, aos poucos, vai permitindo o encontro. Por fim, se aproxima, acariciando o *ponto cego* e colocando o laço no focinho para o cavalo cheirar, considerando que o animal conhece algo também pelo cheiro. Após isso, o domador, lentamente, coloca o cabresto no pescoço do *potro* (LIMA, 2015a).

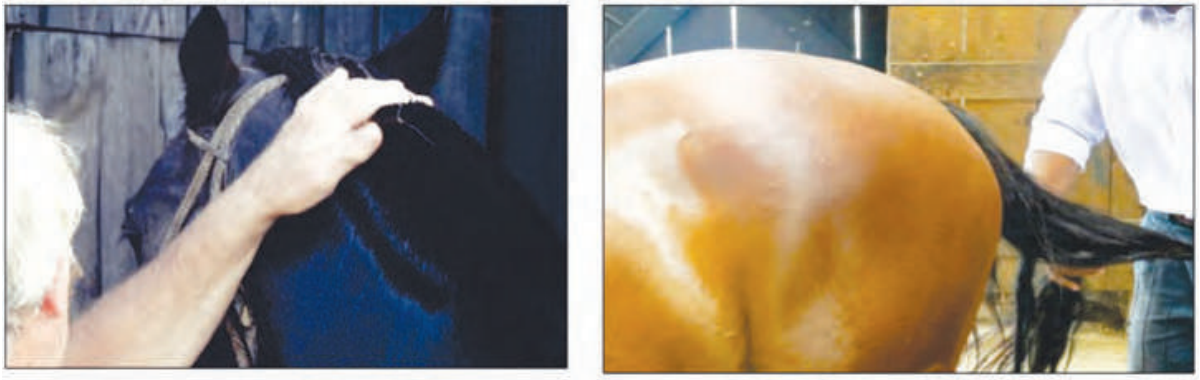
Por conseguinte, inicia-se o processo do toque da mão do domador no corpo do animal, chamado *palmear o potro*. Inicialmente, o domador acaricia a testa e a cabeça do *potro*. Nas etapas seguintes, toca as demais partes do corpo: pescoço, paletas, barriga, virilhas chegando às patas traseiras. Trata-se de *tirar as cócecas*, ou *trabalhar o medo*. O domador, inicialmente, vai *palmeando* o potro, segurando pelo cabresto, pois o animal está sensível ao toque. Essa etapa é importante para o desenvolvimento psicológico e comportamental do animal: o ensinamento é praticado de forma a não criar traumas.

O cavalo é um ser em constante fuga. Nos primeiros contatos, o seu corpo todo é fuga. O toque da mão é reprimido pelo corpo do animal e controlado pelo olhar vigilante, que quer saber os movimentos do domador. Esse olhar vigilante está presente nestes primeiros contatos e cria uma situação de defesa, e fuga. O toque, neste sentido, busca derrubar estas barreiras com intuito de estabelecer uma relação de confiança para avançar no processo de aproximação. Bayard Jacques, domador de cavalos em Jaguarão-RS, relatou, em um livro sobre suas experiências no oficio da doma, a relevância do toque da mão:

> Desde os primeiros potros que amansei, sempre me impressionou o verdadeiro pavor que eles sentiam ao toque da mão. A impressão que me passavam era como se minha mão fosse fogo e queimasse. Depois de conseguir que o animal reduzido pelos elementos de contenção se deixasse apalmar a impressão era exatamente o contrário: os animais gostam de ser tocados, desde que tenham sido bem tocados (JACQUES, 2008, p. 66).

A maneira como se toca o corpo do animal (Figura 1) deve ser capaz de passar a sensação de segurança. Nesse sentido, é importante ser paciente. O cavalo é perceptivo às emoções humanas. Se o *potro* está inquieto e inseguro e o domador se mantém calmo, o primeiro irá perceber que não há motivos para o medo. Nas etapas seguintes do processo de ensinamento, esse toque que acaricia vai antecipar as ações no corpo do equino, principalmente no que se refere aos ensinamentos com os diferentes artefatos de montaria.

Figura 1: Aproximação do domador para com o cavalo



Fonte: Acervo do INRC – Lida Campeira na Região de Bagé-RS, 2016

Também chamado de *amansar de baixo*, a *amanunciação* busca a aproximação com o cavalo, visando estabelecer uma relação de confiança em que o animal vai permitindo as ações do domador e aprendendo sem traumas. O domador observa as reações do cavalo ao mesmo tempo em que este observa

as reações do domador. Depois desta etapa, segue-se o processo em que o domador, considerando o que aprendeu sobre o cavalo e seu temperamento, vai acionando determinadas técnicas e artefatos, a fim de seguir os ensinamentos.

A habilitação (INGOLD, 2000) para domar é um processo que envolve engajamento corporal e os artefatos (SENNETT, 2013), bem como a educação da atenção (INGOLD, 2010) que consiste na percepção do que os movimentos corporais do *potro* indicam. Os interlocutores elencaram três aspectos principais para ser um domador. O primeiro aspecto refere-se a *coragem*, pois o ofício requer muito cuidado, e o domador vai aprendendo com as circunstâncias o controle do trabalho por meio da "dialética entre a maneira correta de fazer algo e a disposição de experimentar através do erro" (SENNETT, 2013, p. 181), algo que pode gerar uma fratura ou mesmo a morte; o segundo aspecto refere-se a *paciência*, que implica levar em consideração os graus de assimilação do cavalo no processo de aprendizagem; o terceiro aspecto refere-se a *gostar de ensinar*, que implica também em *gostar de aprender*, e, assim, o engajamento confere um sentimento de vocação (WEBER, 2006), sendo uma convicção comum entre os interlocutores que se está destinado a viver para domar (LIMA, 2015b).

No próximo item, apresentamos os *caminhos da lã*, termo que tomamos de empréstimo a partir da experiência da etnografia junto à rede articulada pela Associação Para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC). Em um dos eventos, foram apresentados os caminhos que a lã percorria, em um processo que vai do corpo da ovelha para encontro com o corpo humano. Nesses caminhos, as mãos educadas dos artífices condicionam movimento de transformação.

Da esquila ao artesanato: os caminhos da lã

> As tesouras cortam em um só compasso enrijecendo o braço do esquilador
> Um descascarreia, o outro já maneia e vai levantando para o tosador
> Avental de estopa, faixa na cintura e um gole de pura pra espantar o calor
> (Telmo de Lima Freitas. *Esquilador*).

A *esquila* consiste em um saber e modo de fazer que tem o objetivo de tosar – ou *tosquiar* – a lã dos ovinos (Figura 2) para transformá-la, através da confecção, em uma infinidade de outras formas, como chaveiros, cobertas, palas, boinas, tapetes, blusões, entre outros. Realizada de novembro a fevereiro, é praticada pelo esquilador que durante outros períodos do ano

realiza outras atividades na lida campeira. Assim, a esquila é forma de renda extra, que os campeiros chamam de *fazer safra*. A *esquila* é realizada pelo esquilador em *comparsa*, no interior do galpão, o que também abarca as atividades realizadas pelo agarrador, campeiro que maneia as ovelhas, pelo cancheiro, que limpa a cancha dos excrementos do animal, pelo atador dos velos e pelo embolsador dos velos.

Figura 2: Tosquia da ovelha



Fonte: Acervo do INRC – Lida Campeira na Região de Bagé-RS, 2016

Preferencialmente, a atividade é realizada com sol alto, até antes do entardecer, para que os animais não sofram grandes mudanças de temperatura. Dentro de uma mangueira, o agarrador escolhe a ovelha que será esquilada. Os ovinos se amontoam em determinado espaço com olhar atento aos movimentos do humano que se prepara para a ação. Algo como uma linha imaginária separa o humano dos outros animais, que se mantêm atentos. Transposta esta linha pelo humano, acontece a fuga das ovelhas e, assim, o agarrador, uma vez escolhida a ovelha, age rapidamente em direção a ela, segurando-a. Após agarrá-la, e inibir a força do movimento da fuga, faz o movimento para conduzi-la até o galpão.

O processo de maneia ocorre dentro do galpão (Figura 3) para não sujar a lã com terra. O campeiro derruba a ovelha, segurando-a pelas patas,

e, com a ovelha já imóvel com as patas para cima, coloca a maneia. As patas dianteiras e traseiras são cruzadas, e a corda é passada várias vezes por entre elas. A ovelha maneada é carregada até o local de trabalho do esquilador. Os artefatos mobilizados pelo esquilador são a *tesoura de esquila* ou *martelo*, ou, também, a máquina de esquila, e um *tapete*, conjunto de sacos de estopa costurados e colocados no chão para evitar que a lã suje.

A postura do corpo do esquilador acompanha a postura do corpo do animal ovino, enquanto a mão/tesoura/máquina segue o movimento de ambos percorrendo todo o animal, processo que, ao final, constitui o velo. Para quem dispõe-se a aprender a técnica, a dor no corpo é inevitável, uma vez que as lidas campeiras são narradas como *brasíssimas* (RIETH; LIMA; BARRETO, 2016). Os esquiladores chamam a atenção para a postura do corpo que deve ser adotada seguindo o corpo do ovino. Tem-se todo o cuidado para não cortar o animal com o instrumento, já que tem pele fina. Caso aconteça, é necessário curar os ferimentos feitos durante a tosa para não *criar bicheira*, que são larvas depositadas pela mosca-varejeira na lesão exposta.

Inicialmente, tosa-se do dorso o velo de lã limpa (Figura 3), ainda com o animal maneado. Em seguida, soltam-se as patas colocando a ovelha de barriga para cima e se tosa o ventre, a lã das patas e do *quarto*. Nestes locais a lã é considerada de baixa qualidade em razão dos resíduos de urina, fezes e barro (RIETH et al., 2013). A esquila aparece como uma lida dura pelo manejo repetitivo da tesoura, pelas horas que o peão permanece com o corpo curvado e pela necessidade de força física para trabalhar com o animal. Geralmente, os peões fazem uso de uma faixa na cintura para proteger o quadril e uma tira de pano para o pulso *não abrir* com o manejo da tesoura. Em razão da cera do animal ser quente, tal qual a lã, aguarda-se para tomar banho frio, para não dar *pasmo*.

Figura 3: Tosquia no dorso do animal, no ambiente de galpão



Fonte: Acervo do INRC – Lida Campeira na Região de Bagé-RS, 2016

Nas transformações deste ofício, insere-se a máquina de tosa e a diminuição do número de trabalhadores na *comparsa*. Este ofício ganha novas feições com a alteração da técnica em razão das práticas do bem-estar animal. Em tais práticas, as ovelhas não são maneadas (Figura 4), diminuindo o desgaste físico do ovino, além da contaminação da lã com a urina e as fezes durante a realização da tosa. Observam-se os fatores de contaminação dos velos, não juntando a lã das diferentes partes do corpo do animal e, nesse sentido, saber separar os tipos de lãs – o velo da lã das mãos, do topete e da barriga – torna-se uma forma de incitar a qualidade deste produto a ser vendido para as cooperativas, manufaturas e indústrias de confecção de lã.

Figura 4: Tosa da ovelha não maneada



Fonte: Acervo do INRC – Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã, 2016

Seguindo o processo de transformação da lã, chegamos à feitura do fio, processo que aprendemos um pouco em trabalho de campo realizado na 8ª Expo Alto Camaquã, feira realizada na cidade de Bagé-RS, que busca divulgar e incentivar a produção de pecuaristas familiares da região. Conhecemos Seu Pedro, que produz rocas de tear desde 1983, quando a sua esposa solicitou que consertasse uma roca velha, herança de sua família, o que gerou o interesse em passar a construí-las. Um trabalho minucioso de confeccionar a madeira, que, com alguns centímetros – a mais ou a menos –, pode deixa a roca ruim. Seu Pedro estava entre os expositores que mostravam os processos de transformação da lã que iniciava na esquila, passando pela produção do fio e da confecção (Figura 5) para a comerciali-

zação. Esta exposição era elaborada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Figura 5: Artesão produzindo o fio e confeccionando um tecido em lã



Fonte: Acervo do INRC – Lida Campeira na Região de Bagé-RS, 2016

A lã, já lavada, é colocada na carda. Ter alguém que se dedique a isso é um dos problemas que encontram os artesãos. A carda manual para desfiar, desenredar e eliminar alguma impureza da lã, consiste em um par de peças de madeira, cuja a área possui pequenas pontas de material resistente, como ferro e aço. No cabo de segurar é que se dão os movimentos. Coloca-se a lã em uma dessas peças entre as pequenas pontas de metal, deixando-a em cima de uma perna. A mão que segura a outra peça passa por entre estes pedaços de lã, puxando-os, sendo um movimento que os vai separando e alinhando. Neste processo, as fibras vão passando para a carda móvel, o que gera troca de posições quando todas já foram passadas. Conforme Santos (2004), o processo exige concentração, habilidade manual e esforço físico repetitivo, pois a fibra contém a lanolina, gordura da pele da ovelha que confere resistência.

Após passar pela carda, a lã desfiada é fiada pela roca, instrumento de madeira constituído por uma roda que gira um carretel. Com a mão, dá-se início ao giro da roda que segue seu movimento tocada pelo pé, ao passo em que as mãos se concentram em trabalhar os pedaços de lã que aos poucos vão passando para o carretel. Nesse movimento, os pedaços de lã vão se agregando e formando o fio. Seu Pedro disse que a lã branca é a mais valo-

rizada, porém o valor dela aumenta após passar pela roca. O fio então se juntará aos outros fios no processo de confecção. O tear (Figura 6) é outra peça de madeira constituído pelo pente e o navete. Disponibiliza-se os fios em paralelo para após cruzar os outros fios com o navete e juntá-los com o pente em um processo que vai construindo o tecido.

Figura 6: Artesão tecendo no tear



Fonte: Acervo do INRC – Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã, 2016

O que apresentamos aqui consiste em uma aproximação com o trabalho artesanal que envolve o processo de transformação da lã que sai da ovelha para chegar ao corpo humano. A extensão do inventário da lida campeira para a região do Alto Camaquã instigou o estudo do artesanato em lã que, por sua vez, estava entendida como atividade associada nos primeiros resultados (RIETH et al., 2013). A pesquisa de Daiane Loreto de Vargas (2016) mostra o quanto a atividade vem se configurando ao longo do tempo, fazendo com que estes artífices adaptassem seus modos de fazer, mas também os processos de trabalho e os materiais utilizados, uma vez que, atualmente, existe demanda de um mercado consumidor urbano e vinculado à ressignificação do "ser gaúcho".

Conclusão

José Sérgio Leite Lopes (2013), em *O trabalho visto pela antropologia social*, argumenta que o tema do trabalho está presente nas etnografias so-

bre grupos indígenas, étnicos, camponeses, artesãos, embora não como central da reflexão, mas embutido na vida social do grupo. Este aspecto se tornou domínio da antropologia somente no momento em que, nas sociedades capitalistas, ocorre o processo de proletarização dos camponeses, os quais migraram do campo para a cidade tornando-se trabalhadores industriais.

A antropologia brasileira, enquanto uma antropologia feita em casa (PEIRANO, 1999), passa então a se preocupar em etnografar o impacto do capitalismo sobre esses grupos de trabalhadores. Entretanto, parece-nos que o centro das reflexões é o *trabalhador assalariado*, algo que não dá conta daqueles que exercem ofícios da lida campeira, sejam agricultores familiares, artesãos e peões da pecuária. Nesse sentido, quando deixamos de estudar o trabalhador enquanto categoria social, para concebê-lo como "uma pessoa humana que trabalha" (ALVES, 2015, p. 9), podemos enriquecer as reflexões antropológicas sobre o assunto. Assim, o tema dos ofícios e profissões, enquanto uma dimensão oculta dentro do sistema capitalista, ganha relevância e centralidade em nossas pesquisas.

O conjunto de observações escritos por Leticia Ferreira e Jussemar Gonçalves (2012a; 2012b), referente aos trabalhadores rurais do Pampa, nos conduzem a pensar sobre um modo de vida em constante transformação – e, em alguns casos, em ruínas; que concilia o trabalho, a lida do campo, o convívio com os animais e a vida. O autor e a autora argumentam que poucos trabalhos foram produzidos no Pampa brasileiro referente à história, à memória e ao modo de vida de trabalhadores rurais. Compartilhamos a constatação dos autores, tendo como pressuposto que isso se deve a certa perspectiva das ciências sociais que considera os modos de vida desses trabalhadores e dessas trabalhadoras como em processo de extinção, por não estar de acordo com os padrões capitalistas de produção da vida social. O mundo moderno relega ao desaparecimento o modo de vida artesanal, considerado atrasado, rústico, enquanto a etnografia insiste em mostrar que estão vivos e em transformação.

As relações que são tecidas com a doma e com a lã, e acompanham seus caminhos, servem como condutora de entendimentos sobre o modo de vida campeiro, que particulariza saberes associados a ofícios. Impor um processo extinção a um grupo que partilha um determinado modo de vida, sem questioná-los sobre como constroem suas próprias relações sociais e políticas e como se adaptam às transformações que ocorrem a partir destas relações, é desconsiderar a compreensão das possíveis formas de vida cons-

truídas de diferentes maneiras, por grupos diversos. No âmbito do cotidiano constroem-se relações que entram em conflito com os padrões de desenvolvimento vindos de outros contextos e incapazes de dar conta destes modos de ser e viver. Entretanto, os ofícios voltados para a manutenção da pecuária no Pampa, abarcados pela lida campeira, vêm transformando-se a partir das novas configurações do mundo do trabalho.

Referências

ALVES, G. Prefácio: *animal laborens* e *homo faber*. In: NUMMER, F. V.; FRANÇA, M. C. C. C. (Orgs.). **Entre ofícios e profissões**: reflexões antropológicas. Belém: GAPTA/UFPA, p. 9-14, 2015.

FERREIRA, L. F.; GONÇALVES, J. W. O cavalo e a pedra: quando a vida e o trabalho se encontram. **Historiae**, v. 3, p. 137-154, 2012a.

FERREIRA, L. F; GONÇALVES, J. W. O Campo e o Trabalho: a memória como resistência. **28° Reunião Brasileira de Antropologia**, Anais 26ª RBA. São Paulo: Associação Brasileira de Antropologia, v. 1, 2012b.

INGOLD, T. **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London/New York: Routledge, 2000.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, 2010.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

JACQUES, B. B. **Registros da eficiência da equitação gaúcha**: primeiros escritos. Jaguarão: Edição do autor, 2008.

LATOUR, B. **Reagregando o social:** uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LIMA, D. **"Cada doma é um livro"**: a relação entre humanos e cavalos no Pampa sul-rio-grandense. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015a.

LIMA, D. "*O cavalo é quem te dá as dicas*": uma etnografia da relação entre domadores e cavalos no pampa brasileiro. **Rau**, v. 7, n. 1, p. 193-210, 2015b.

LOPES, S. L. O trabalho visto pela antropologia social. **Revista Ciências do Trabalho**, v. 1, n. 1, p. 65-84, 2013.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cozac e Naify, 2015, p. 397-420.

NUNES, Z. C.; NUNES, R. C. N. **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

PEIRANO, M. Antropologia no Brasil: alteridade contextualizada. MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. Brasília: Sumaré, 1999, p. 225-266.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

RIETH, F.; KOSBY, M.; SILVA, L. B.; RODRIGUES, M. B.; DOBKE, P.; LIMA, D. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** Lidas Campeiras na Região de Bagé, RS (v. 2). Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, v. 1, 2013.

RIETH, F.; LIMA, D.; BARRETO, E. "*Lida brabíssima*": a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos, animais e artefatos na pecuária extensiva no Pampa brasileiro. **Revista Teoria e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 81-91, 2016.

SENNETT, R. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS, M. L. **Do galpão ao salão**: o pala gaúcho como referencial na criação de *design* têxtil. Monografia (*Design* e Estamparia) – Especialização em *Design* e Estamparia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

SÜSSEKIND, F. **O rastro da onça**: relações entre humanos e animais no pantanal. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

VARGAS, D. L. **Tecendo tradição**: artesanato e mercado simbólico em uma comunidade rural do Pampa gaúcho. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WEBER, M. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

Textos em revistas

PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

DIA DO PATRIMÔNIO
Pelotas . Rio Grande do Sul

Pelotas imaterial: Saberes, fazeres e ofícios

[17, 18 e 19 de agosto de 2018]





Projeto Gráfico e Fotografia

28 Fog



O **Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial** foi escolhido como nosso tema da **6ª edição do Dia do Patrimônio** porque sabíamos que neste ano o Conselho Consultivo do Patrimônio do **IPHAN** analisaria a candidatura da Tradição Doceira de Pelotas para ser reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro.

O que não imaginávamos é que seríamos contemplados com a designação de Márcia Santanna como relatora daquele processo. Em sua visita à nossa cidade, a professora da Universidade Federal da Bahia e ex-diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN acabou conhecendo nosso patrimônio em sua totalidade. Além de visitar e conversar com nossas doceiras, observar a feitura dos doces em nossas áreas urbana e rural, a relatora encontrou nossa Mestra Griô Sirley Amaro, visitou casas de religião de Matriz Africana e, claro, nossa arquitetura peculiar. Encantada com nossa cidade, solicitou ao IPHAN que outros processos de tombamento relativos a Pelotas fossem também considerados.

O resultado dessa visita repleta de curiosidade e afeto já é conhecido por todos nós: o Conselho Consultivo do IPHAN em reunião no dia 15 de maio de 2018, além de declarar as **Tradições Doceiras de Pelotas e Antiga Pelotas** como **Patrimônio Imaterial do Brasil**, tombou o **Conjunto Histórico de Pelotas**, reconhecendo e protegendo sete áreas verdes, cerca de 80 edificações e monumentos e eixos estruturantes que foram simultaneamente inscritos em três **Livros Tombo: o Histórico, o de Belas Artes e o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.**

Nossa intenção com o tema **"Pelotas Imaterial: saberes, fazeres e ofícios"** era dar protagonismo aos detentores e às detentoras dos saberes que atuam em nossa cidade, perpetuando conhecimentos, técnicas e memórias que vêm sendo transmitidas há muitas gerações por nossas doceiras, benzedeiras, redeiras, nossos tamboreiros e guasqueiros, assim como a todas as pessoas que dinamizam nossas tradições através de suas mãos, suas vozes e sua criatividade.

Em 2018 Pelotas é reconhecida como **Patrimônio Cultural Brasileiro** e assim, nossa cidade aparece como um testemunho singular da História do Brasil. Convidamos a todos os cidadãos, nascidos ou não aqui, a visitar e vivenciar nosso Patrimônio Histórico em sua integralidade: nossos talentos, nossas memórias, nossa diversidade étnica e cultural, nossas edificações, monumentos e áreas verdes, nossos sons, ritmos e movimentos, nossa inventividade.

Paula Schild Mascarenhas
[Prefeita de Pelotas]

Giorgio Ronna
[Secretário de Cultura de Pelotas]

[Lida campeira: patrimônio imaterial nos caminhos do pampa]

Flávia Rieth *(Coordenadora INRC),*
Daniel Vaz Lima, ***Liza Bilhalva***, ***Vagner Barreto***,
Ana Rosa Sonaglio *(EMATER RS-Ascar),*
Vera Colares e ***Alberto G. Rodrigues***

"Num vu estava a cavalo; e mal isto, o cachorrinho pegou a retouçar, numa alegria, ganindo – Deus me perdoe! – que até parecia fala."
João Simões de Lopes Neto, Contos e Lendas

No dia 16 de junho de 2018, dentro das **Conversas do Dia do Patrimônio**, que antecedem a Semana do Patrimônio de Pelotas, os antropólogos e pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) Flávia Rieth (coordenadora do Inventário Nacional de Referências Culturais Lida Campeira), Daniel Vaz Lima, Liza Bilhalva, Vagner Barreto debateram com os interlocutores Vera Colares, Alberto Rodrigues e a extensionista da EMATER RS-Ascar Ana Rosa Sonaglio sobre o registro da **lida campeira** enquanto Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro. O trabalho, ainda em andamento, busca agregar, coletivamente, as diversas experiências e formas de relação as lidas campeiras, com objetivo de identificar e valorizar os detentores da cultura.

O INRC Lida Campeira no Pampa Sul-Brasileiro busca inventariar os saberes e os fazeres da lida campeira, que se desdobram em uma série de atividades, como **pastoreio – de ovinos, de bovinos, de equinos e de caprinos –, tropeiro, aramador, guasqueiro, esquilador, domador, lida caseira e o de artesanato em lã**. Atividades que se constituem na relação entre humanos, animais, objetos e ambientes. Um trabalho que acompanha os ciclos da natureza e de vida e morte dos animais, os horários do sol, os períodos de chuva e de estiagem, a especificidade dos rebanhos, a relação predatória entre animais, mesclado com a racionalização do próprio trabalho e as tecnologias desenvolvidas no campo científico.

O INRC da lida campeira articula uma rede composta por proprietários e peões campeiros, esquiladores, aramadores, domadores, ferreiros, tropeiros, guasqueiros, proprietários, agrônomos, veterinários, poetas, artesãos e povos tradicionais distintos, como pecuaristas familiares, indígenas e quilombolas – detentores destes múltiplos saberes e fazeres. A pesquisa inicia-se na região de Bagé/RS, em 2010, com a parceria entre Prefeitura de Bagé, como proponente, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por intermédio do Bacharelado em Antropologia, responsável pela realização da pesquisa etnográfica, e o **IPHAN**, órgão que financiou e cedeu a metodologia do INRC.

O INRC da lida campeira apresenta duas fases. A primeira delas desenvolveu-se nos campos lisos, região de Bagé, região característica do pampa. O entorno do sítio compreende os municípios de Aceguá, Hulha Negra, Piratini, Pelotas, Herval, Arroio Grande, o que possibilita refletir e etnografar sobre os multiplos ambientes na região do pampa: os campos lisos, os dobrados e os de várzea.

Em 2015, fomos convidados pela Associação Para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC) para apresentar o INRC. A região do **Alto Camaquã**, compreende os municípios de Bagé, Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Piratini, Canguçu e Santana da Boa Vista. Na reunião, conversamos, entre outros temas, sobre a particularidade da região, uma vez que **camperiar** em campo liso é diferente de camperiar em campo de pedra ou dobrado. Para Vera Colares:

"A lida com os animais de produção, bovinos, ovinos

e caprinos, envolve muitos ofícios, como a tropeada, quando os animais são levados de um lugar para outro por tropeiros a cavalo, acompanhados por cães. A principal habilidade para a lida em campos com muita vegetação arbórea, como no Alto Camaquã, é conhecer os animais. Os cães e o cavalo são parceiros inseparáveis nessas atividades. A doma, o aramado, a esquila costuma ser desempenhada pelos membros da família, ou por vizinhos, no caso da pecuária familiar."

Alberto Rodrigues, Seu Beto, é filho de peão campeiro. Ele e a esposa são proprietários de uma quadra de campo em Palmas, interior de Bagé, onde criam gado e ovelha, cultivam milho e feijão e cuidam de uma "quinta" – pomar com árvores frutíferas, já que "casa sem quinta, não é casa". Na estância onde campereia, Seu Beto, faz "de tudo". Cria porcos, ovelhas, cabras, patos, galinhas, cavalos e cerca de 530 cabeças de gado – que pertencem ao patrão, mas, também, ao filho e a esposa. Os animais são contabilizados pelo peão, que sabe qual pertence a quem, quantas crias teve, e faz a divisão em caso de venda, cuidando para que o animal vendido seja correspondente ao dono. *"Se eu ver uma vez, eu conheço. Eu gravo o animal."*

Ao longo de 2016, iniciamos a segunda fase do projeto, ampliando o INRC da lida campeira para a região do Alto Camaquã, a partir da parceria com a ADAC. Nesse ano fomos chamados pelos interlocutores da pesquisa a participar das audiências públicas sobre os projetos de mineração, que representam para as comunidades a ruína do modo de vida campeiro, **uma experiência cultural do Sul do Rio Grande do Sul**. Não trata-se aqui de uma referência ao gentílico, mas, sim, aos campeiros, detentores do saber, da lida, e seus diferentes angajamentos com animais e ambientes. De acordo com a interlocutora Vera Colares, um saber que contempla todos os sentidos:

"Um modo de vida que hoje encontra-se sob forte ameaça pela presença de projetos minerários poluentes, com grande impacto na paisagem, nos recursos hídricos, como o Rio Camaquã. Um desses projetos, apresentados pela empresa Votorantim Metais/Nexa Resources, pretende explorar chumbo, cobre e zinco, em cavas às margens do Rio. Ameaça, assim, suprimir muitas de suas nascentes, bem como retirar um grande volume diário de água. Tais ações têm impactos sobre as comunidade, como a de Palmas, com metais pesados, tóxicos, colocando em risco de extinção 300 anos de história e de saberes que permitem a sustentabilidade de uma região."

A relação ecológica tecida entre os pecuaristas familiares e o Rio Camaquã chama atenção para o rompimento entre a dicotomia Natureza e Sociedade, com destaque para a centralidade da relação entre humanos e outros seres, neste caso, com especial destaque para o Rio, frente a empreendimentos de mineração. De acordo com os interlocutores, o Camaquã pode ser pensado como uma "malha", composta por múltiplas linhas que se entrelaçam. Uma (re)união de vidas, que se misturam, se integram, se cruzam, se afastam, se chocam, se justapõem, e geram outras combinações – em um processo de constante transformação.

As pesquisas em andamento, embasada na Antropologia, têm refletido sobre temas diversos, mas relacionados, como a doma de cavalos, o pastoreio com cachorros, o pastoreio de cabras, o pastoreio de ovelhas, relações de gênero na lida campeira, relações raciais, entre outros. Com isso, destacamos a necessidade de atentarmos para um pampa plural, seja do ponto de vista sociocultural, seja do ponto de vista ambiental, descrevendo os distintos modos de vida em suas diferentes relações com os territórios e os ambientes que constituem os caminhos do pampa, os caminhos das tropas, que cruzam e marcam a história de Pelotas.

A experiência da pesquisa busca, por meio do blog **INRC Lida Campeira**, compartilhar e valorizar o trabalho dos interlocutores da pesquisa das lidas campeiras. No blog é possível acessar o contato da equipe, os Relatórios Finais das lidas inventariadas, os *banners* confeccionados sobre a lida, produções audiovisuais sobre as atividades, trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores da equipe e as primeiras informações da continuação dos trabalhos nos campos dobrados do Alto Camaquã. Convidamos aos interessados a acessarem esse canal de comunicação, estreitando os laços com a pesquisa, a Universidade e a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

RIETH, Flávia; KOSBY, Marília Floôr et al. Inventário Nacional de Referências Culturais: Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS. Pelotas: Complexo Criativo Flor de Tuna, Relatório v. 1 e 2, 2013.

RIETH, Flávia; LIMA, Daniel Vaz; RODRIGUES, Vagner Barreto et al. Inventário Nacional de Referências Culturias: Lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã/RS. Pelotas: UFPel, 2017.

RODRIGUES, Vagner Barreto; LIMA, Daniel Vaz; RIETH, Flávia. "O Rio é como o sangue da gente": ambiente e mineração nos campos do Alto Camaquã/RS. Posadas: XII Reunión de Antropología del Mercosur, 2017.

INRC Alto Camaquã: <https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/>

[As benzeduras ao sul do Brasil]

Lorena Almeida Gill
Professora Doutora em História da UFPel

Isadora de Leon Torres
Mestre em Antropologia – UFPel

No ano de 2007 teve início, junto ao Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel, um projeto de pesquisa, que pretendia discutir trajetórias de mulheres em regiões de fronteira, analisando se suas vidas tinham sido atravessadas por essa condição. A observação se vinculou mais diretamente a mulheres afrodescendentes, embora não só elas tenham sido entrevistadas.

A metodologia de pesquisa utilizada era a história oral temática, a partir da qual foram construídas narrativas sobre suas experiências, principalmente laborais. O projeto tinha a coordenação da professora Beatriz Loner e, nesta etapa, foram entrevistadas mulheres da cidade de Jaguarão, momento em que foi encontrado um número importante de benzedeiras.

Dois anos mais tarde, em 2009, um projeto maior foi feito abordando ofícios pensados como em extinção. Como exemplo constavam motorneiros, estivadores, afiadores de faca, relojoeiros, sapateiros, alfaiates, estivadores, tecelãs e benzedoras, dentre outros. A ideia, neste caso, era juntar duas metodologias de trabalho: a análise documental de processos da Justiça do Trabalho de Pelotas, cuja guarda encontra-se com o NDH e a metodologia de história oral, através de entrevistas com pessoas cujas práticas estavam se extinguindo ou em transformação.

Para o projeto foram feitas dezenas de entrevistas, mas dentre todos os ofícios, o maior número foi justamente de benzedores, encontrados em diferentes regiões e variados contextos. Três hipóteses principais norteavam a abordagem inicial: a de que a benzedura era um ofício em extinção; que estava circunscrita a cidades de pequeno porte e que era praticado por mulheres, a quem cabia, na maior parte das vezes, cuidar dos outros.

O interessante é que nenhuma das hipóteses se confirmou, pois foi verificado que ainda havia muitos benzedores, inclusive em cidades médias como Pelotas e que dentre aqueles que rezavam pelos demais, havia um número considerável de homens.

Foram realizadas 18 entrevistas com benzedores,

Apresentações de trabalhos

RIETH, Flávia; BRITO, Andréia Sá; RODRIGUES, Vagner Barreto; SILVA, Mateus Fernandes da. Saberes e Fazeres Pecuários na Pampa. **Natureza, usos e conflitos do território da bacia do rio Camaquã** . Universidade Federal do Rio Grande: São Lourenço do Sul, Brasil, 2021.

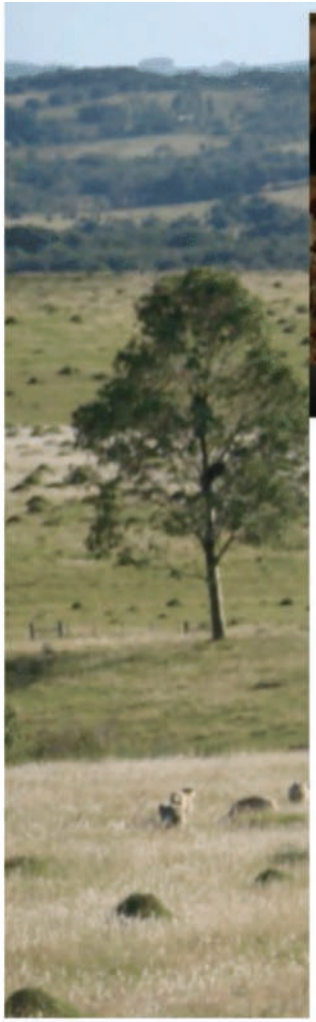
Universidade Federal de Pelotas
Departamento de Antropologia e Arqueologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

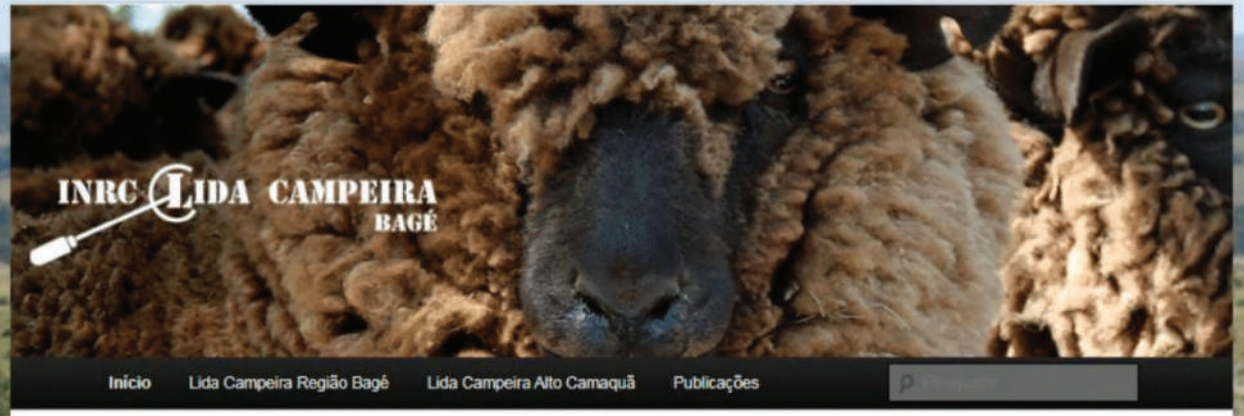
INRC DA LIDA CAMPEIRA

SABERES E FAZERES PECUÁRIOS NA PAMPA*

Profa. Dra. Flávia Rieth - UFPel
Andréia Sá Brito - Doutoranda em Extensão Rural - UFSM
Vagner Barreto Rodrigues - Doutorando em Antropologia - UFPR
Mateus Fernandes da Silva - Bacharelando em Antropologia - UFPel

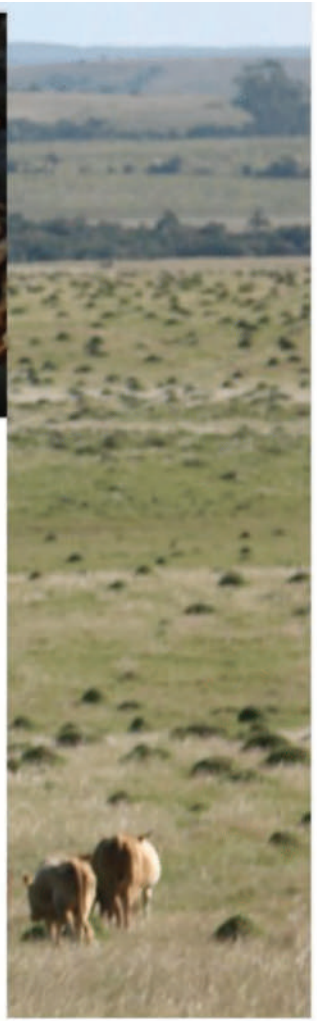
*Apresentação de trabalho





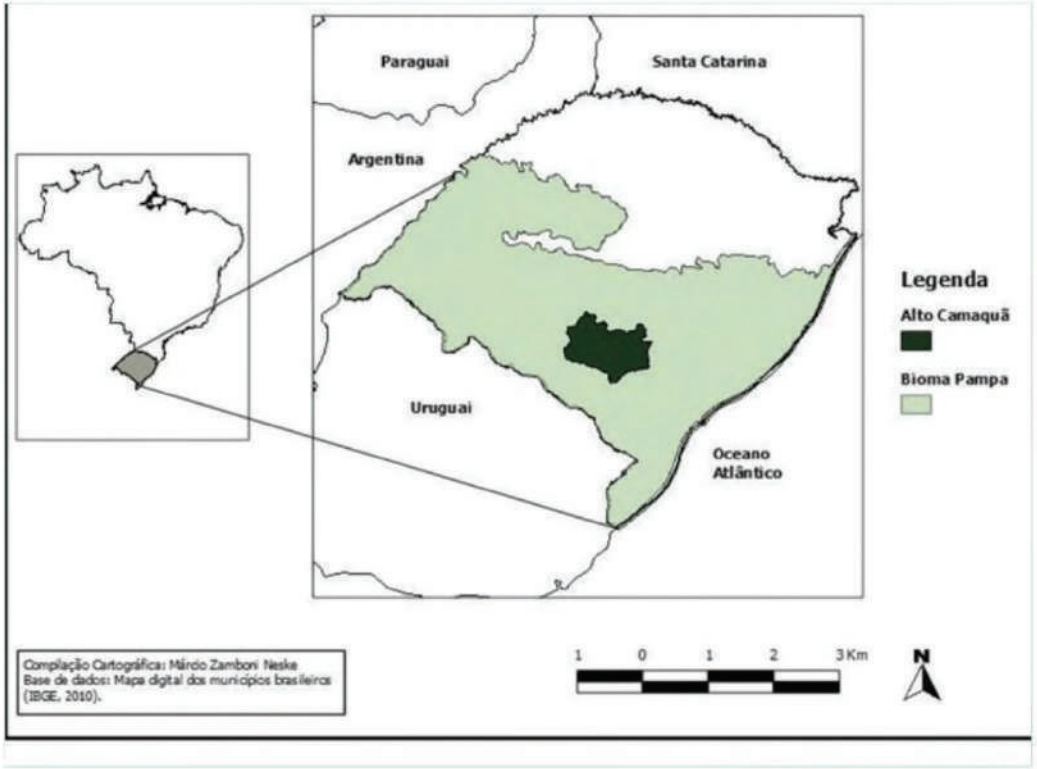
Inventário Nacional de Referências Culturais da Lida Campeira

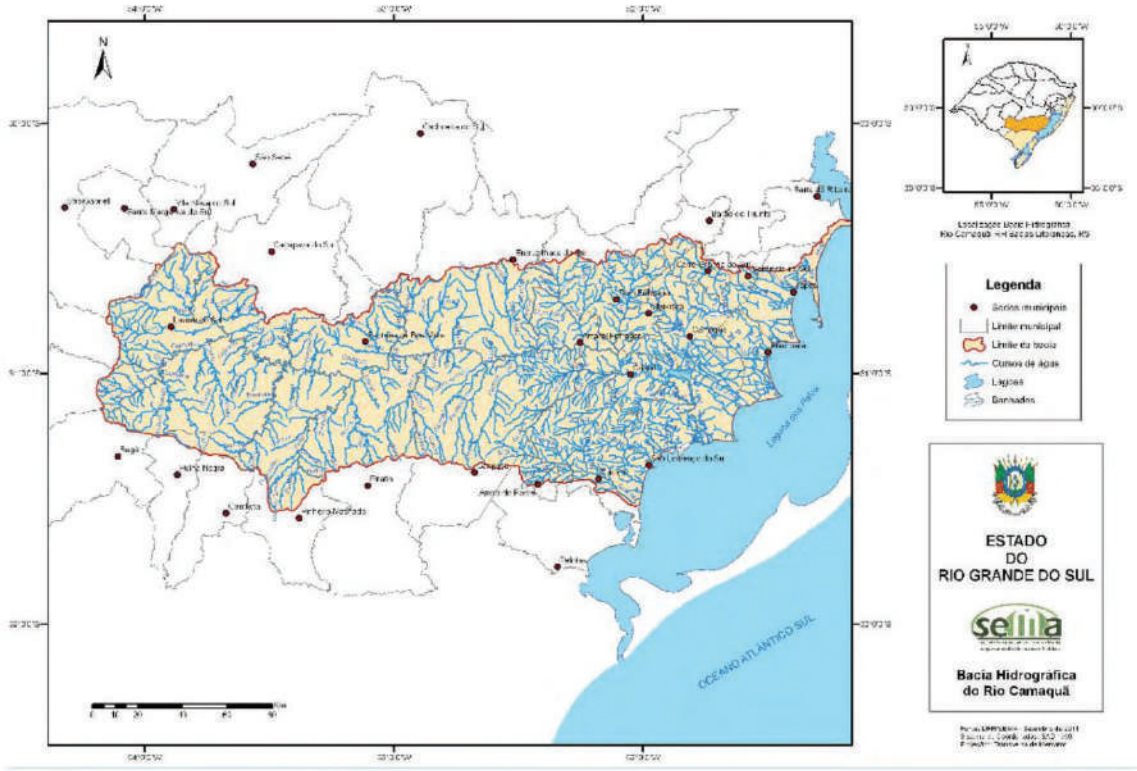
- Demanda da Prefeitura de Bagé;
- Financiamento e cedência de metodologia do IPHAN;
- Pesquisa realizada pelo Bacharelado em Antropologia na Região de Bagé, de 2010 a 2012;
- Entrega dos Relatórios Finais, de 05 Filmes e de CD-Room Interativo, em 2013;
- Restituição da pesquisa, entre 2015 e 2016;
- Extenção para a Região do Alto Camaquã, em 2016, a partir da solicitação da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC);
- Pesquisa de campo no Alto Camaquã, de 2017 a 2020;
- Entrega do primeiro Relatório Preliminar, em 2018, e do segundo Relatório Preliminar, em 2020;
- Organização do Relatório Final, em 2021.



https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/

SÍTIO DA PESQUISA





Região do Alto Camaquã

SABERES E FAZERES CAMPEIROS



Doma



Esquila



Lida caseira



Artesanato em lã



Pastoreio
(de ovinos, bovinos, caprinos e equinos)



Guasqueria



Aramado



Tropeada

CAMPERIAR EM CAMPO DE PEDRA





É diferente de camperiar em campo liso

RELAÇÃO DE HUMANOS COM O AMBIENTE



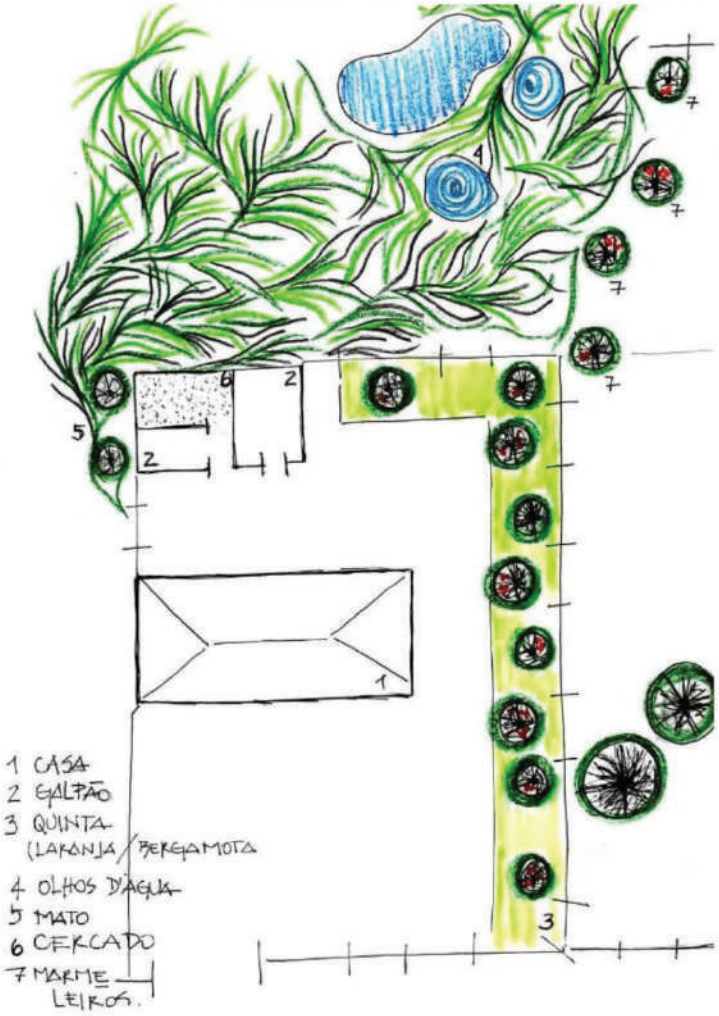


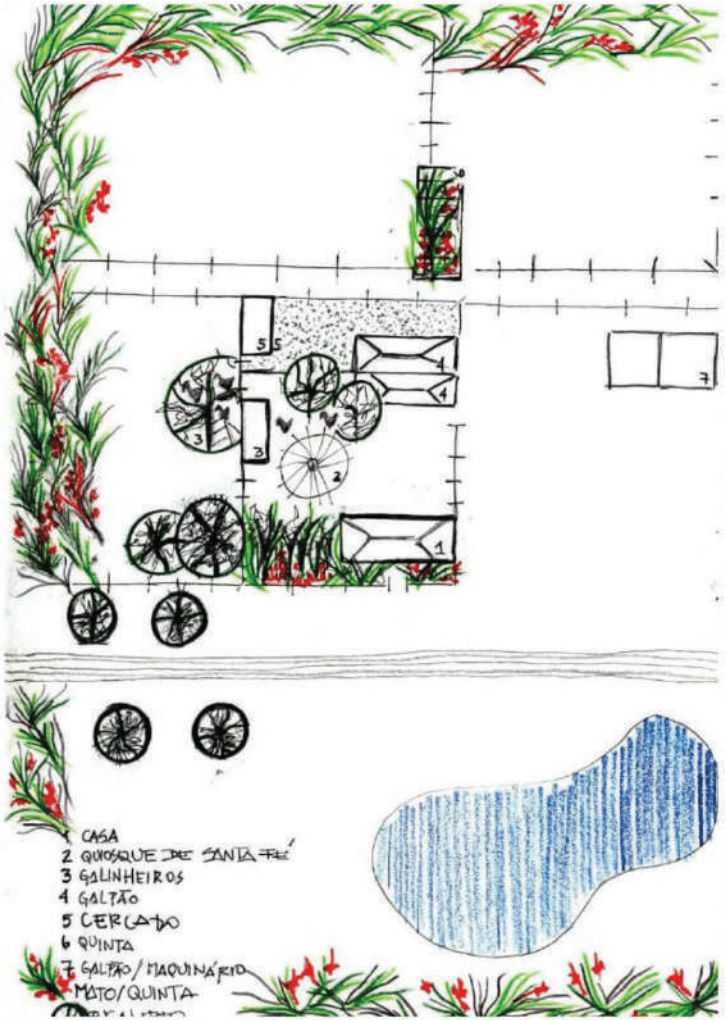




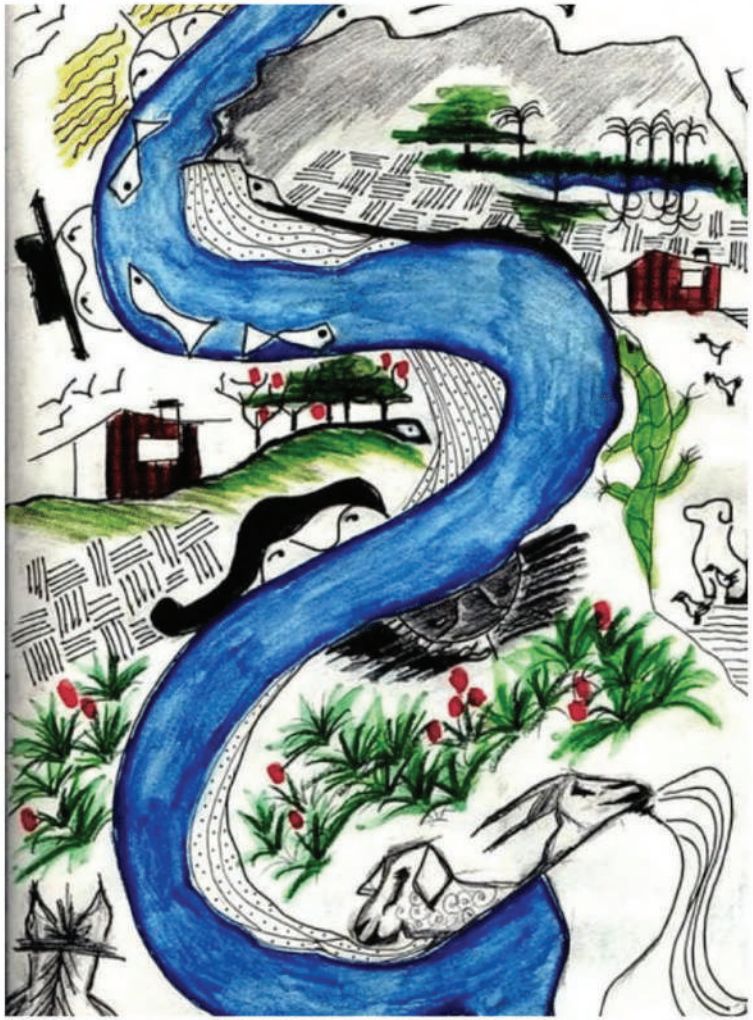
Humanos, outros animais, coisas e ambiente

RIO, MATO, CASA, CAMPO, PEDRA





"NOSSA LIDA TEM GOSTO"





FRUTA DA QUINTA, FRUTA DO MATO





"CASA PARA LIMPAR, CAMPO PARA RECORRER"





TROCAS DE VITALIDADES







COORDENADORA DA PESQUISA:

Drª. Flávia Maria Silva Rieth – Doutora em Antropologia Social (UFRGS)

EQUIPE DE PESQUISA:

Andréia Nunes Brito – Doutoranda em Extensão Rural (UFSM)

Daiane Loreto de Vargas – Doutora em Extensão Rural (UFSM)

Daniel Vaz Lima – Doutor em Antropologia (UFPel)

Hamilton Bittencourt – Mestrando em Artes Visuais (UFPel)

Juliana dos Santos Nunes – Mestranda em Antropologia (UFPel)

Miriel Bilhalva Herrmann – Mestra em Antropologia (UFPel)

Tatiane Delamare – Mestra em Geografia (FURG)

Vagner Barreto Rodrigues – Doutorando em Antropologia e Arqueologia (UFPR)

BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA:

Leonardo Sapucaia – Bacharelado em Antropologia (UFPel)

Mateus Fernandes da Silva – Bacharel em Antropologia (UFPel)

IPHAN-RS:

Beatriz Muniz Freire – Mestra em Educação (PUC-Rio)

Caetano Sordi – Doutor em Antropologia Social (UFRGS)

Universidade Federal de Pelotas
Departamento de Antropologia e Arqueologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

INRC DA LIDA CAMPEIRA

SABERES E FAZERES PECUÁRIOS NA PAMPA

Profa. Dra. Flávia Rieth
E-mail: riethuf@uol.com.br

HERRMANN, Miriel Bilhalva. **Pelos caminhos da lã**: uma etnografia do artesanato crochê em jacquard feito por mulheres em Jaguarão/RS. Defesa de Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Área de concentração em Antropologia Social e Cultural
Dissertação de Mestrado



CAMINHOS DA LÃ: UMA ETNOGRAFIA DO ARTESANATO CROCHÊ EM JACQUARD FEITO POR MULHERES EM JAGUARÃO NO RIO GRANDE DO SUL*

Miriel Bilhalva Herrmann
Orientadora: **Profª. Drª. Flávia Rieth**

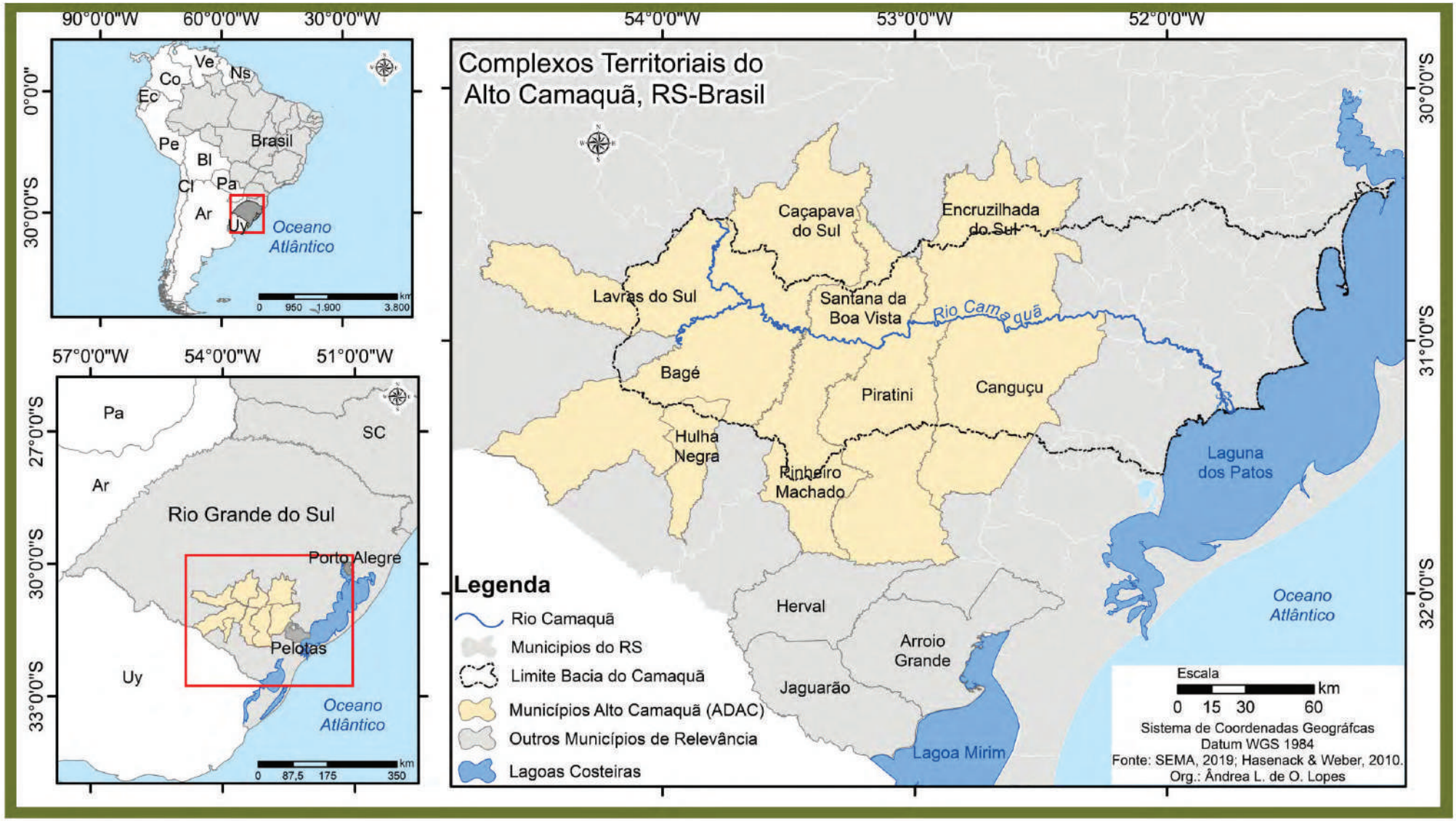
Pelotas, 1 de dezembro de 2020.

*Apresentação de trabalho



CAMINHOS DA PESQUISA

- Etnografia sobre o artesanato em lã
- Pensar o processo de transformação como um caminho
- Vinculação com INRC
- Jaguarão - Crochê em jacquard
- Busca-se compreender a produção do artesanato em lã, que abrange um processo artesanal que tem início no campo com a pecuária de ovinos até a confecção das peças, a partir das malhas que os processos articulam, envolvendo humanos, animais, objetos e ambientes.


Complexos Territoriais do
Alto Camaquã, RS-Brasil
90°0'0"W
60°0'0"W
30°0'0"W
0°0'0"
30°0'0"S
Ve
Co
Ec
Ns
Pe
Brasil
Bl
Cl
Pa
Ar
Uy
Oceano
Atlântico
0 950 1.900 3.800 km
57°0'0"W
54°0'0"W
51°0'0"W
27°0'0"S
30°0'0"S
33°0'0"S
Pa
SC
Ar
Rio Grande do Sul
Porto Alegre
Pelotas
Uy
Oceano
Atlântico
0 87,5 175 350 km
54°0'0"W
53°0'0"W
52°0'0"W
30°0'0"S
31°0'0"S
32°0'0"S
Caçapava
do Sul
Encruzilhada
do Sul
Lavras do Sul
Santana da
Boa Vista
Rio Camaquã
Bagé
Piratini
Canguçu
Hulha
Negra
Rinheiro
Machado
Laguna
dos Patos
Herval
Arroio
Grande
Jaguarão
Lagoa Mirim
Oceano
Atlântico
Legenda
Rio Camaquã
Municipios do RS
Limite Bacia do Camaquã
Municípios Alto Camaquã (ADAC)
Outros Municípios de Relevância
Lagoas Costeiras
Escala
km
0 15 30 60
Sistema de Coordenadas Geográfcas
Datum WGS 1984
Fonte: SEMA, 2019; Hasenack & Weber, 2010.
Org.: Ândrea L. de O. Lopes



MULHERES ARTESÃS DE JAGUARÃO



ELCI

"Vem dos antigos. A minha vó por parte de pai fazia, quantia a minha vó trabalhou com isso Sempre gostei. Fui e vi a velha Mosquita trabalhando num xergão e vi ela tecendo.

E fui fazer um tearzinho, com 6 anos e me cortei, ficou uma cicatriz. Então era coisa que eu gostava desde pequena. Porque a minha vó eu não vi trabalhar, porque quando eu já me dei por gente, a minha vó já tinha parado. Vi outras velhas, tia Mosquia, tia Erminia.

Ficava admirando as mulheres mais velhas tecendo. Desde os 15 anos eu fazia, comecei. Quem me ensinou a cardar e fiar foi o Valdir meu marido, ele não sabia fiar, mas me ensinou. A primeira roca que eu tive foi meu marido quem fez.

Ele soube ensinar a enfiar a lã na máquina ali, ele não fiava, pois ele via, acostumado com a finada tia Santa que trabalhavacom lã, então ele via. A carda ele sabe, me ensinou a cardar. Ele ensinou a enfiar ali e eu segui, até que consegui, muito que sofri (...) (Elci, 2019)".

NILMA

"Nós tínhamos uma quinta muito grande, agente criava ovelha para o consumo e a lã era aproveitada para fazer coisas para a família. A mãe da artesã fazia peças no tear, coberta, travesseiro essas coisas.

Eu aprendi vendo a mãe fazer. Sentava perto dela e ia tentando fazer igual, ai fui olhando ela fazer, fazendo, errando, refazendo, foi assim que aprendi, vendo a mãe fazer" (Nilma, 2019).





NILZA

"Comecei a amar a lã brincando, as crianças e as mulheres cuidavam dos guachos, davam leite para os animais, aí a gente aprendia brincando. Me criei vendo a mãe e a vó trabalhando com lã.

Comecei ajudando a mãe e a vó a abrir a lã, tirando nós e sujeiras, eu devia ter uns 5 anos, daí depois aprendi a cardar, aí a vó me deu a agulha pra fazer reto, depois fui fazendo a trama que é mais complicado.

Fazia mais por brinquedo, pra participar, levava como uma brincadeira, depois fui aprendendo as outras etapas. Foi aí que comecei a ser artesã" (Nilza. 2019).

CENILZA

"Começou com a própria família, a mãe, os avós, tias na campanha.

Lido com lã desde pequena, as mulheres e as crianças eram quem trabalhavam com lã, faziam todo o beneficiamento, desde lavar, abrir, tecer.

As crianças participavam, como fazer tricô, cardar, abrir, lavar, estender" (Cenilza, 2019).





DÉBORA

Comecei a trabalhar com lã por acaso". Fui convidada a fazer um curso oferecido pelo Senar. Então ao final do curso, descobri que ela (Gilda) morava perto da minha casa.

Ela disse pra mim, olha vou te ensinar um ponto que eu aprendi do jacquard, eu quero ver o que tu acha.

Daí foi instantâneo, muito rápido, claro porque eu já tinha prática no crochê, mas o jacquard é com duas linhas e o trabalho do crochê tradicional é uma só. (...) Desde então eu não parei mais" (Débora, 2019).



CAMINHOS DA LÃ

CRIAÇÃO DE OVINOS

"Aqui tem muito trabalho, dia sim dia não tem que estar com as ovelhas na mangueira.

De um dia para outro podem abichar, tem problema de frieira no casco que acaba abichando, tem que estar de olho. A ovelha não da trabalho da serviço.

A tosa é remédio, é como se a ovelha fosse dosada, ela come melhor, pois a lã é como um peso para ela, sem a lã ela se movimenta melhor" (Luiz, 2019).



ESQUILA TALLY HI







ESQUILA A MARTELO







ARMAZENAMENTO

“Antigamente o produtor esquilava e colocava toda a lã num bolsão de juta e agora não, coloca em sacos separados, que são classificados na propriedade, não há contato de velo A com velo B" (Iunes, 2019).

"Sabendo da finura da minha lã, pela classificação da ARCO, eu sei quanto vale a minha lã" (Luiz, 2019).









LAVAR











CARDAR

“Se colocar muita lã, ela fica mal cardada, com nós”. eu boto pouca lã, não embucho de lã, coloco lã na carda pra fazer uma pasta fina. Se faz uma pasta grossa, fica mal cardada, ficam coisas no meio.

Se não cardar direito fica cheio de bolota no meio, a lã do meio fica crua. Na hora de fiar anda rápido e não perde tempo tirando bolinhas. “Aqui vai saindo toda a sujeirinha que ainda tem" (Elci, 2019).

"Cardar não é a pior parte do processo, mas é a mais demorada, a gente fica toda arranhada, as pernas, pega um dedo, às vezes, mas a gente aprende, por isso não é bom cardar com as pernas de fora. Não é questão de força, é o movimento e estar atenta" (Cenilza. 2019).







FIAR

"Fiar é horrível, não pode movimentar muito rápido a roda, tem que pegar o jeito não pode prender muito na mão, se não o fio torce.

A lã pra ficar macia tu tem que soltar ela rápido, tem que te desfazer dela rapidamente, se fica prendendo ela na mão fica torcida. Comecei com 16 ano, pra agora ta com esse fio ai" (Elci, 2019).

TINGIMENTO

"Pra tingir a lã pego uma fronha velha e coloco tudo ali dentro da fronha (ervas) e amarro, solto dentro de uma balde junto da lã fiada. De primeiro eu fazia tudo junto, solto assim, mas as ervas pegavam na lã era horrível pra tirar.

Me recuso a tingir com tinta, meus tingimentos são com madeira, ervas, uso erva da pedra, macela, pau ferro, casca de ebola, caldo de feijão, boldo, espinilho (santo antônio) da verde e amarelo, a raiz da amarelo e a madeira da verde.

Pau ferro da a cor avermelhada, erva da pedra dá a cor marrom. Pau ferro lá na Serra tem quantia. Fervo a casca do pau ferro" (Elci, 2019).

"Gosto da lã natural, pois um velo nunca é igual ao outro, e um mesmo velo pode ter várias tonalidades" (Cenilza, 2019).







TECENDO O JACQUARD

TEARES

São diversas formas de tecer em diferentes teares, de acordo com a peça que deseja tramar:

- Tear de prego
- Tear de pente
- Tear primitivo ou rústico

"No tear primitivo, pra urdir tu vai em cima e embaixo, colocando a lã em toda a extensão do tear, vai fazendo, urdindo bem juntinho, bem apertado. Depois de tá cheinho, aí vai tecer o tecido que tu quiser. Fazia cobertores, fiz quantias quase a vida inteira. Eu pegava no meio e urdia para uma ponta e o Valdir para o outra ponta. Mas daí ele começou a ficar ruim de uma perna, ai fiquei sozinha. Daí não quis mais, porque pra urdir tem que ir embaixo e vai lá em cima. Te dobra muito, te detona né (Elci, 2019)".















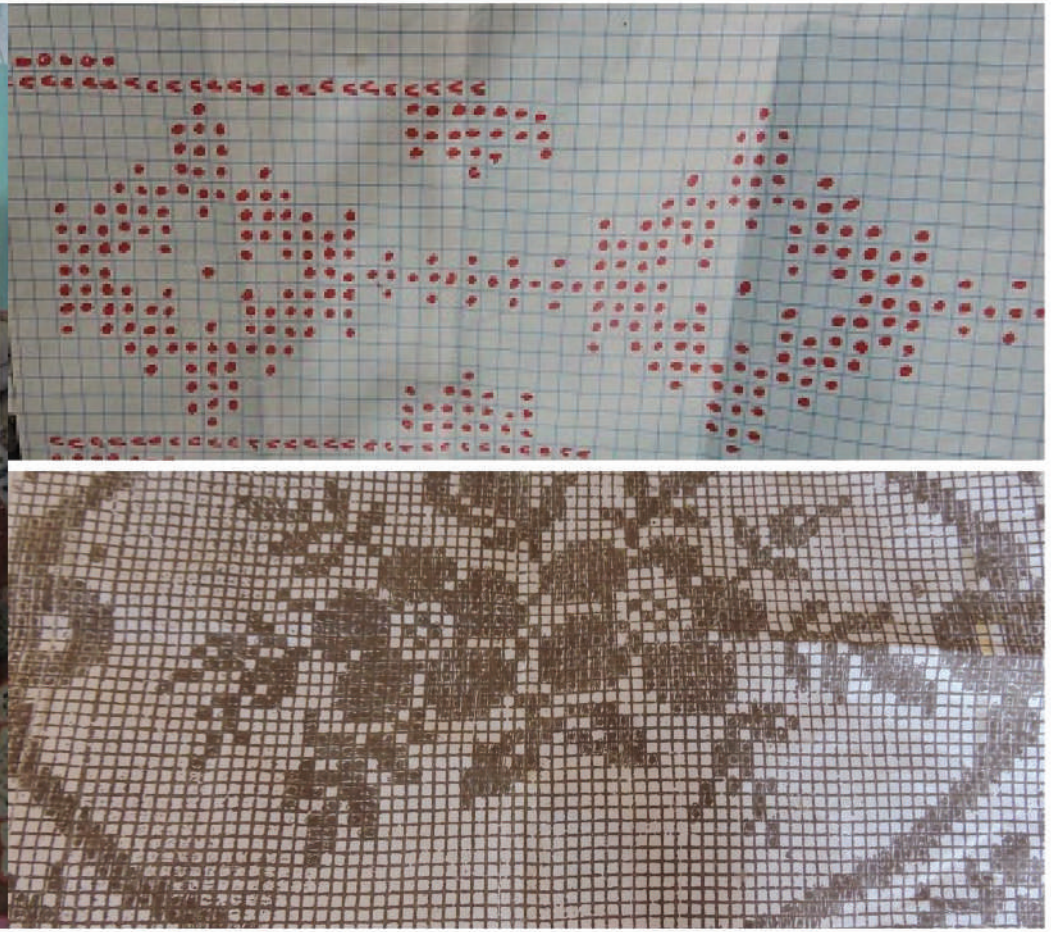
TÉCNICA JACQUARD

- "O jacquard é um trabalho bem rico (Débora, 2019)".

- "O jacquard em Jaguarão... O ano não tenho idéia, o que contam aí que através das freiras é que veio. (...) uma freira que veio da França e que começou a passar o jacquard. Quanto tempo isso não tenho ideia, mas diz que é. E tem várias essoas que fazem, a dona Nilza, a Carlota, a Vivika, a Elci acho que não faz jacquard, só tear, a Dona Neli acho que faz também (Cenilza, 2019)".

- "o tecido é feito ponto a ponto, o desenho trabalhado no próprio tecido com duas ou três cores, se errar um ponto não fecha o desenho. Tece carrera por carrera, se arrebenta o fio tem que começar tudo de novo. Tecer o crochê e jacquard é preciso ter uma noção de matemática, pois é todo contado, tem que contar os pontos do gráfico, e a quantidade de pontos da peça que tu vai fazer, pra saber quantos quadrados vais fazer para depois unir. É bem complexo, é bom que puxa a memória, as ideias (Nilma, 2019)".


TOALHAS
em PONTO CRUZ
400 GRÁFICOS
Ponto cheio
Faça bordados em alto-relevo!
MONOGRAMA EXCLUSIVO!
Aa Bb Cc
Dd Ee Ff
Gg Hh Ii
INFANTIS
BARRADINHOS CHARMOSOS
Decore com desenhos florais
Motivos inéditos em estilo country
BICHINHOS FOFOS
Dinossauros e ursinhos para o banho



PEÇAS

"Uma vai ajudando a outra a explorar mais" (Débora, 2019).

"Às vezes, a gente pega o desenho de uma flor, e esta não tem folhagem, ou tu não gostas da que tem, aí pego de outro desenho, um arabesco, e mudo, vai misturando. Boto um detalhe diferente, aí já muda" (Cenilza, 2019).

"Uma peça em jacquard requer um mês, mais ou menos, é "o tempo necessário para trabalhar bem" (Débora, 2019).









CONSIDERAÇÕES PARA MOMENTO...

"Artesãos têm um dom em comum: trabalham manualmente e criam. Empregam como utensílios as mãos, instrumento incomparável, que máquina alguma jamais poderá igualar, e dão forma a ideias e a expectativas que, mesmo coletivas, recebem sua marca pessoal" (Vives (1983, p. 137).

Pela aproximação com o fazer, pode ser evidenciado que as artesãs que produzem o crochê em jacquard possuem marcas, particularidades, pois são diferentes mulheres, gerações, formas de trabalho, organização de processos, redes de vendas, comercialização e divulgação. Dessa forma levando a composição de um universo heterogêneo.

o saber-fazer se expande para além do âmbito da casa, quando artesãs locais, preocupadas com o desaparecimento da técnica, formam uma Associação no intuito de promover e dar visibilidade ao artesanato em lã. Nesse caminho para fora da casa o crochê em jacquard passa a ser reconhecido como de Jaguarão, um modo de fazer local.

Imagens: Miriel Bilhalva: páginas - 1, 5, 8, 10, 13, 14 [2], 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24; Luciene Mourige: páginas - 2,11,12,14 [1],15,28; Juliana Nunes: página - 6; Nilza: páginas - 7, 20; Débora Lima: páginas - 9, 23, 25,26.



Gratidão!

PPGAnt
Mestrado | Doutorado

ICH
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
UFPEL

INRC LIDAS CAMPEIRAS
BAGÉ

RIETH, Flávia. Entre lidas e vidas: trocas de vitalidade na pecuária extensiva da pampa gaúcha. **7º Fronteiras – Festival Binacional de Enogastronomia** (on-line), Santana do Livramento – Rivera, Brasil – Uruguay, 2020.



*Apresentação de trabalho



- Demanda da Prefeitura de Bagé;
- Financiamento e cedência de metodologia do Iphan RS;
- Pesquisa realizada pelo Bacharelado em Antropologia da UFPel na região de Bagé, de 2010 a 2012;
- Entrega dos Relatórios Finais, de 05 Filmes e de CD-room Interativo, em 2013;
- Restituição da pesquisas às comunidades, durante 2015 e 2016;
- Extensão para Alto Camaquã, em 2016, a partir da solicitação da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC);
- Pesquisa de campo na região do Alto Camaquã, de 2017 a 2019;
- Entrega do primeiro Relatório Preliminar, em 2018, e do segundo Relatório Preliminar, em 2019.

Histórico do INRC Lida Campeira

https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/



Doma



Esquila



Lida caseira



Aramado



Guasqueria



Artesanato em lã



Pastoreio
(de bovinos, equinos, ovinos e caprinos)

Saberes e fazeres pecuários

Fonte: INRC Lida Campeira

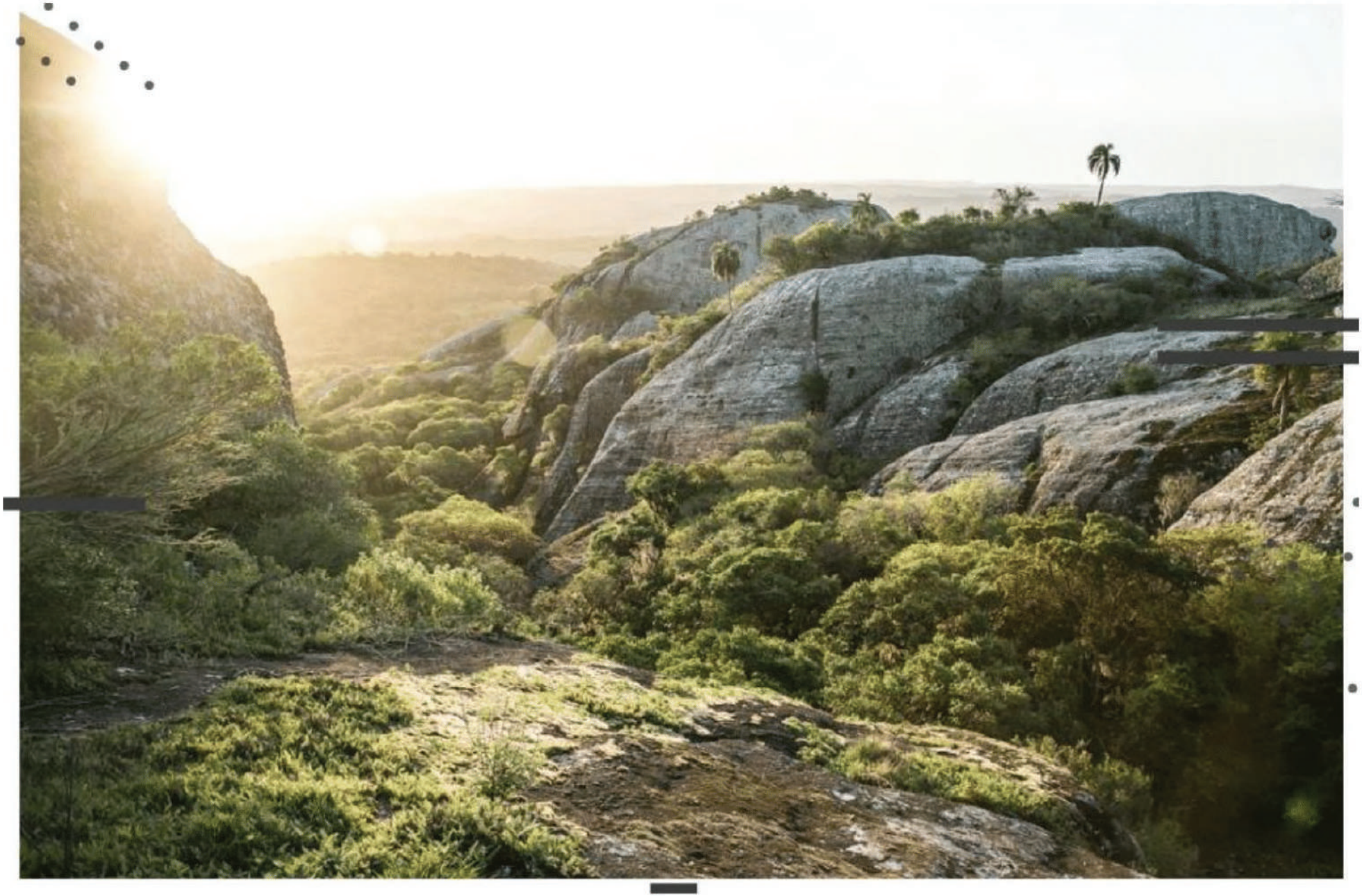


Tropeada



Relações de humanos, outros animais, coisas e ambiente

Imagem: Guilherme Santos/Sul21



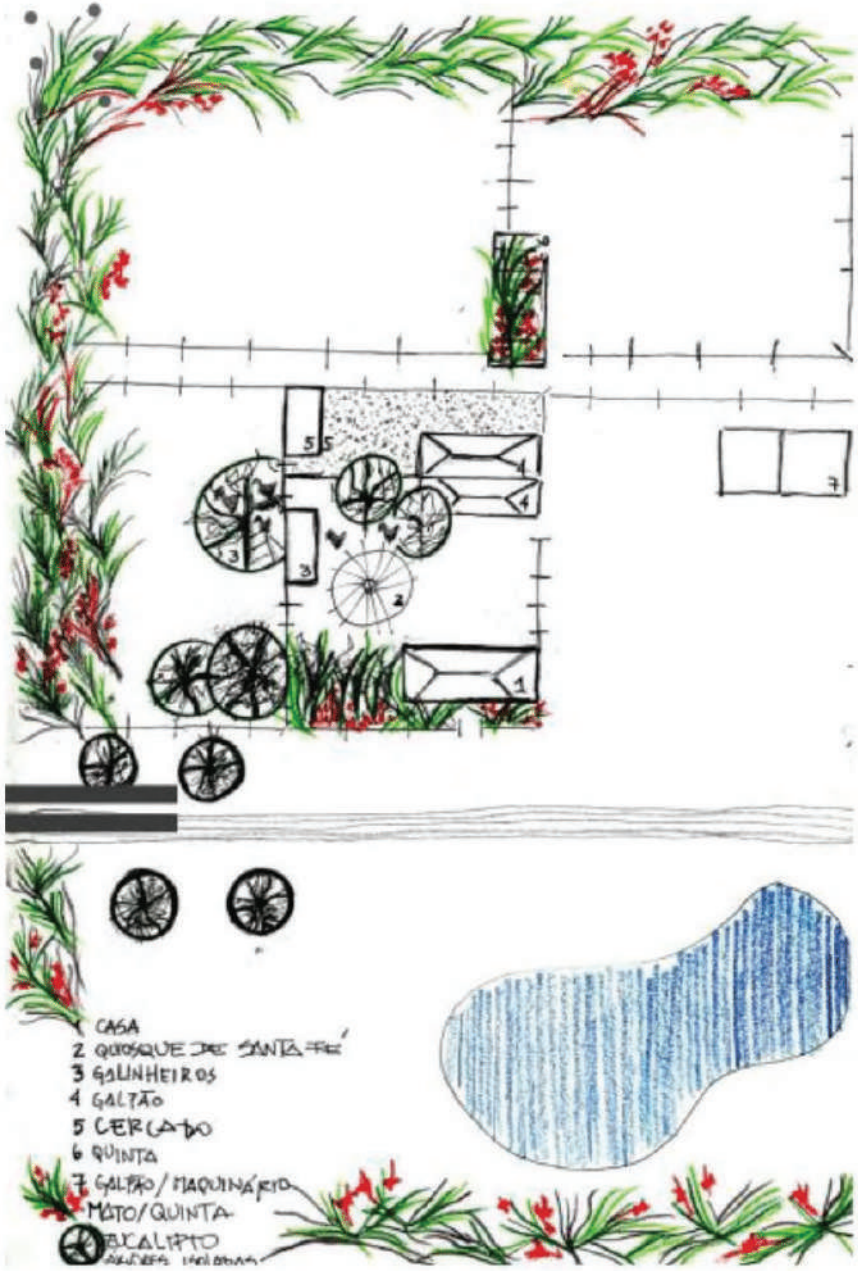
"Camperiar em campo de pedra é diferente de camperiar em campo liso."

Imagem: Guilherme Santos/Sul21



Lida campeira e a troca de vitalidade

Imagem: Guilherme Santos/Sul21





Rio, mato, casa, pedra, campo

Croquis: Flávia Rieth



"Casa sem quinta não é casa. É tapera." Seu Beto, Bagé

Imagem: Guilherme Santos/Sul21



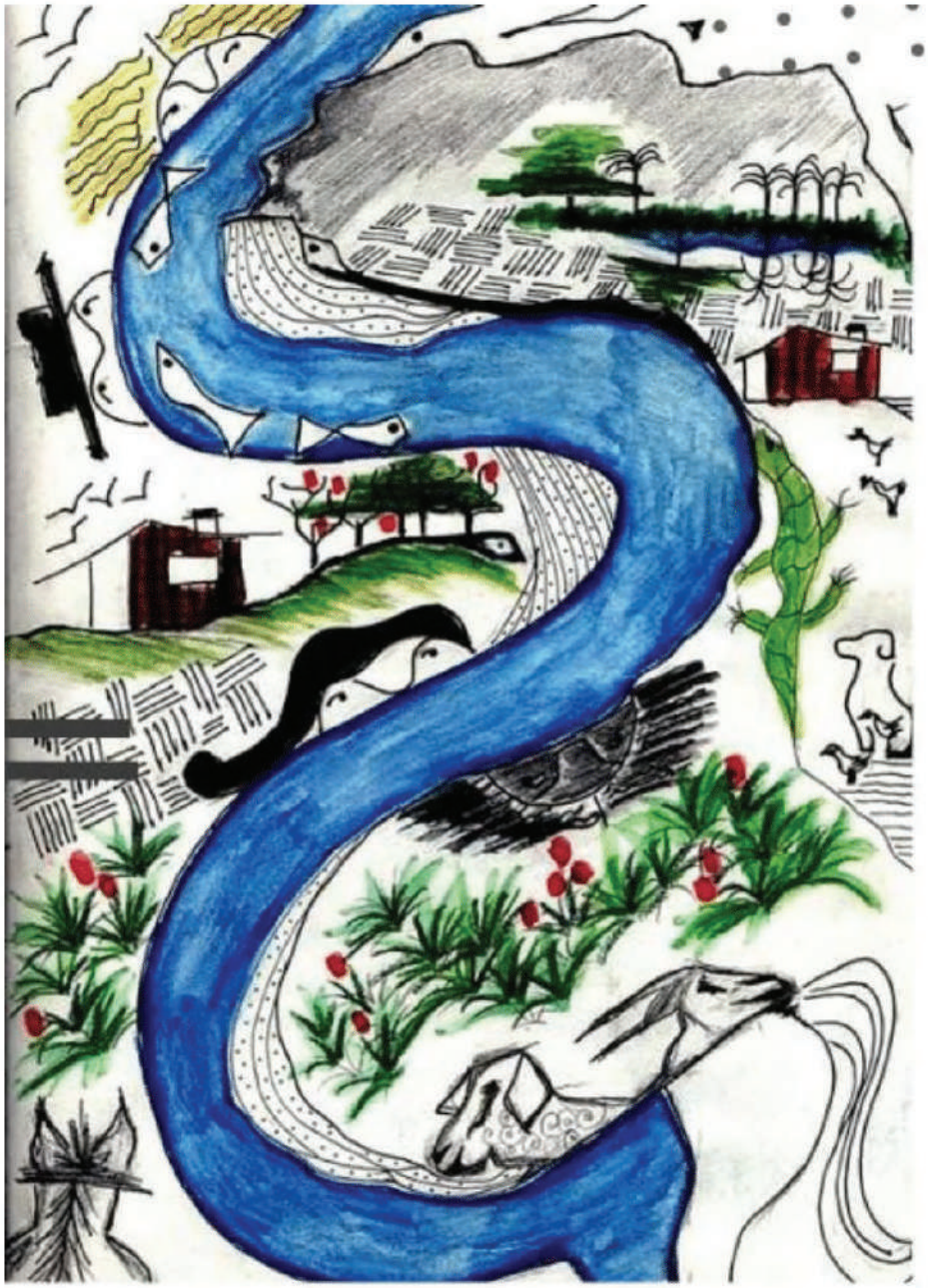
"A carne de cabrita é a melhor que tem. Ela só come chá." Régis, Bagé

Imagem: Guilherme Santos/Sul21



"Os doces são feitos com frutas da quinta e do mato." Amilton, Lavras

Imagem: Acervo INRC Lida Campeira





"Nossa lida tem cheiro, tem gosto. Envolve todos os sentidos." Vera, Bagé

Croquis: Flávia Rieth



"Nosso pai costumava nos 'batizar' no Rio Camaquã." Márcia, Bagé

Imagem: Fábio Quadros/Sul21



"Os peixes desapareceram do Rio Camaquã." Vera, Bagé

Imagem: Guilherme Santos/Sul21

INRC Lida Campeira no Alto Camaquã

Coordenação: Flávia Rieth (Doutora em Antropologia Social-UFRGS) - UFPel
Daniel Vaz Lima (Doutorando em Antropologia-UFPel)
Miriel Bilhalva (Mestranda em Antropologia-UFPel)
Tatiane Delamare (Mestre em Geografia-UFPel)
Juliana dos Santos Nunes (Mestranda em Antropologia-UFPel)
Vagner Barreto (Doutorando em Antropologia e Arqueologia-UFPR)
Mateus Fernandes da Silva (Bacharelado em Antropologia-UFPel)
Leonardo Sapucaia (Bacharelado em Antropologia-UFPel)
Dra. Daiane Loreto de Vargas (Consultora em Extensão Rural)
Dr. Adriano Simon (Consultor em Geografia)
Dra. Marília Floôr Kosby (Consultora em Etnologia Afro-Americana)
Dra. Alessandra Matte (Consultora em Desenvolvimento Rural)
Dr.Marcos Flávio Silva Borba (Embrapa Pecuária Sul)
Ana Rosa Sonaglio (Emater RS Ascar)
Marcos Sánchez Blanco (ADAC)
Mateus Garcia Brasil (ADAC)
Vera Colares (AGRUPA)
Dieder Becker Damé (Associação Canguçuense Agropecuária Familiar-ACAF)
Ma. Beatriz Muniz Freire (Iphan RS)
Dr. Caetano Kayuna Sordi (Iphan RS)

RIETH, Flávia. Stone fields, plain fields: outlines. **International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES)**, Florianopolis, Brasil, 2018

Stone fields, plain fields: outlines *

Professor Phd Flávia Rieth

Federal University of Pelotas (UFPel)

National Register of Cultural References (INRC) -
Campeira Handling in the **campos dobrados** of Alto Camaquã/RS

*Apresentação de trabalho

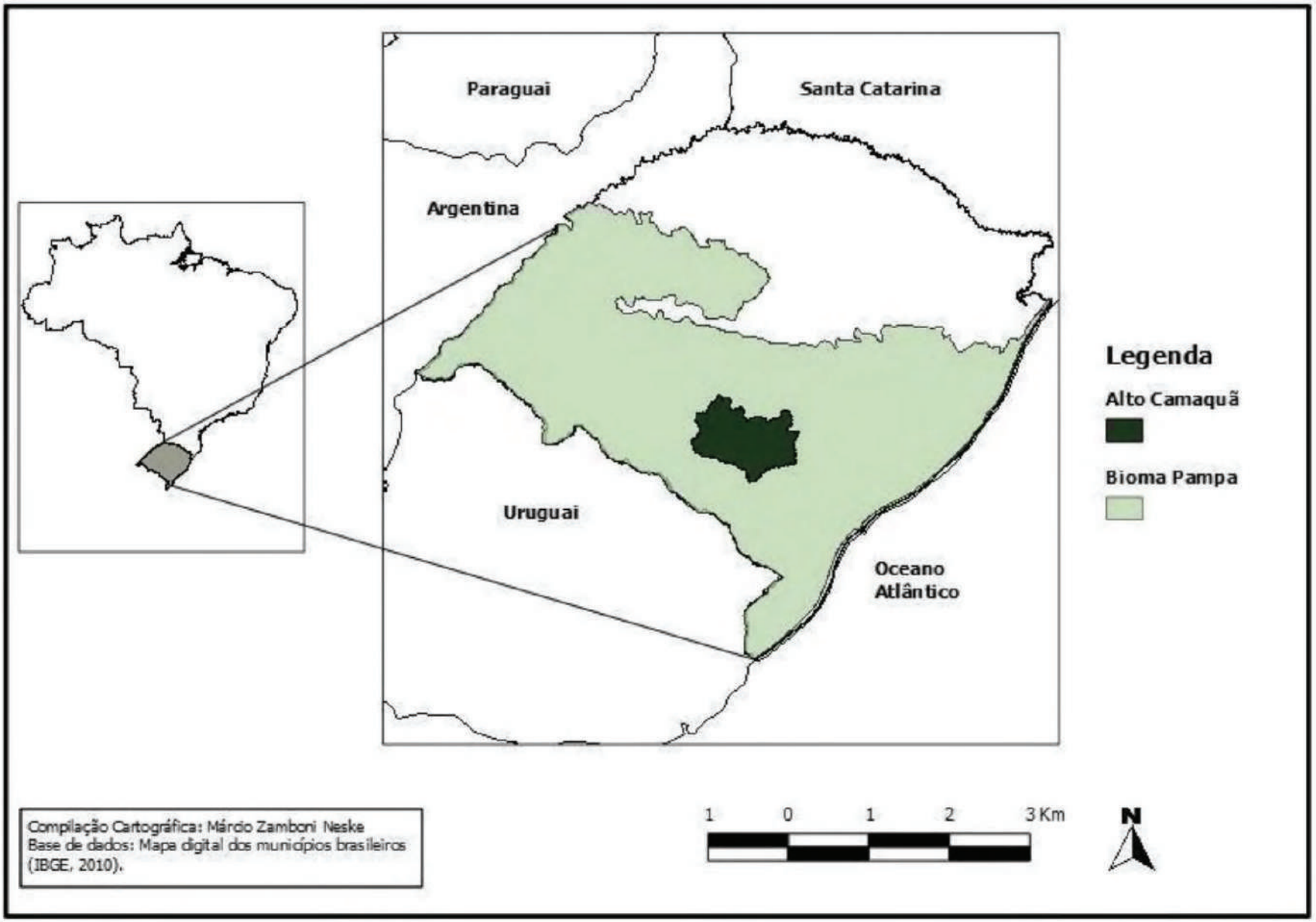
Abstract

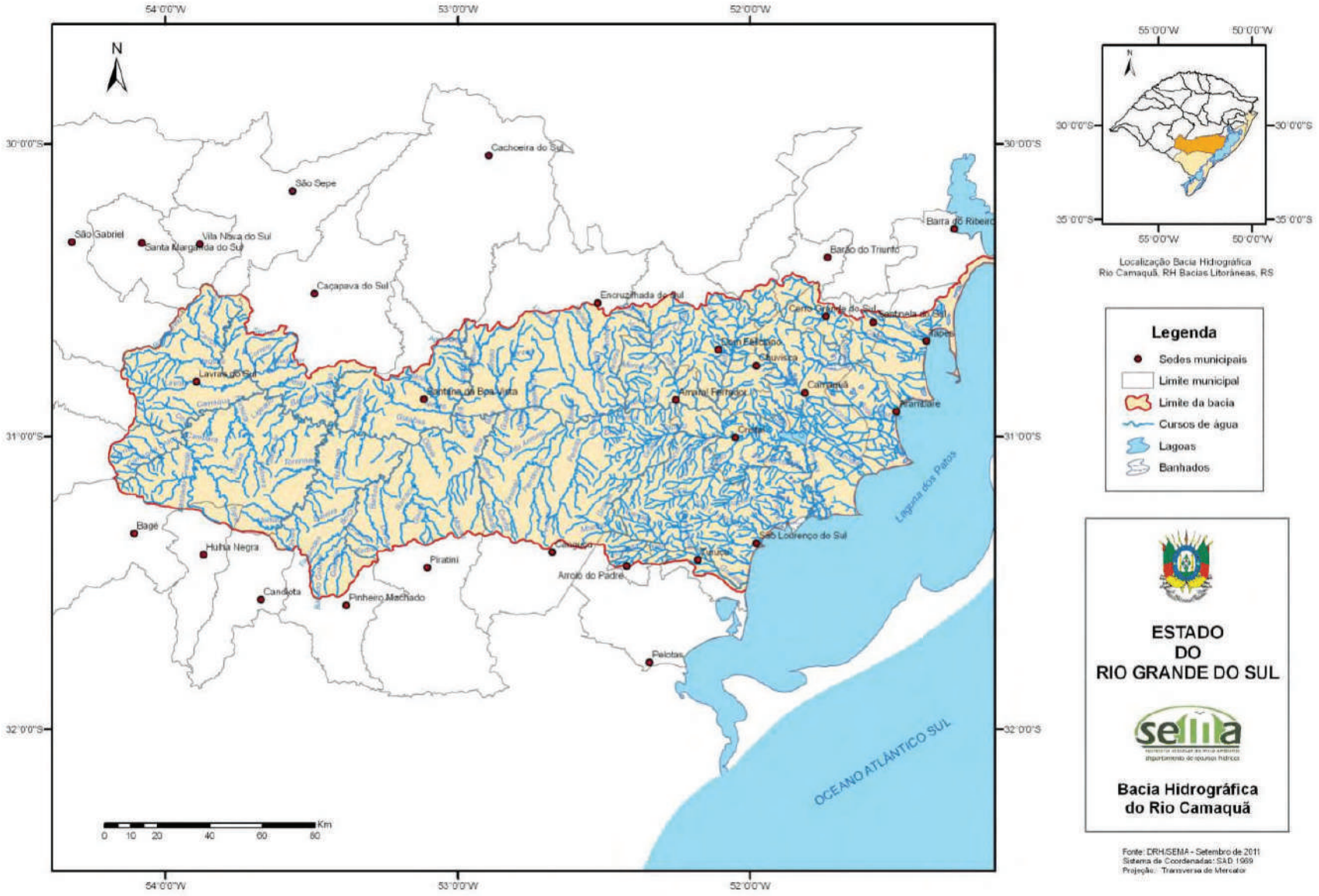
Based on the *National Register of Cultural References (INRC) – Campeira Handling in the* ***campos dobrados*** *of Alto Camaquã/RS*, we propose the reflection on the usage of drawing in the research process. INRC is a public policy of the Brazilian State for the acknowledgement and appreciation of the cultural references which establish the cultural diversity in the construction of a Nation. The report in the *stone fields* provides a continuity for the reflection on the *plain fields* research. Paying attention to the pampa diversity, *plain fields* are described by their dense and varied coverage of native grasses species, by the gentle waves of the *coxilhas* and by the narrow ciliary forests along the watersides. *Stone fields or* ***dobrados*** are characterized by geographical features, ravines and sentry houses with a small and medium-sized herbacious and shrubby coverage forming field and forest mosaics.

Abstract

In the outlines of these fields, the lines talk about the relationship with the environment based on the different cattle management in Southern Brazil, understood as "*campeira handling*" which covers a group of activities that join work and way of living. Through the drawings we learn to see, to make "things arise" as we link perception, imagination and attention. In this sense, the act of drawing gains importance concerning the work, specially because of the constant dislocation it produces as it pays attention to the relationships between the beings who dwell these environments.

Keywords: Drawings. Environment. Campeira handling. Brazilian Intangible heritage.


Paraguai
Santa Catarina
Argentina
Uruguai
Oceano
Atlântico
Legenda
Alto Camaquã
Bioma Pampa
Compilação Cartográfica: Márcio Zamboni Neske
Base de dados: Mapa digital dos municípios brasileiros
(IBGE, 2010).
1 0 1 2 3 Km
N



Localização Bacia Hidrográfica
Rio Camaquã, RH Bacias Litorâneas, RS

Legenda

- Sedes municipais
- Limite municipal
- Limite da bacia
- Cursos de água
- Lagoas
- Banhados

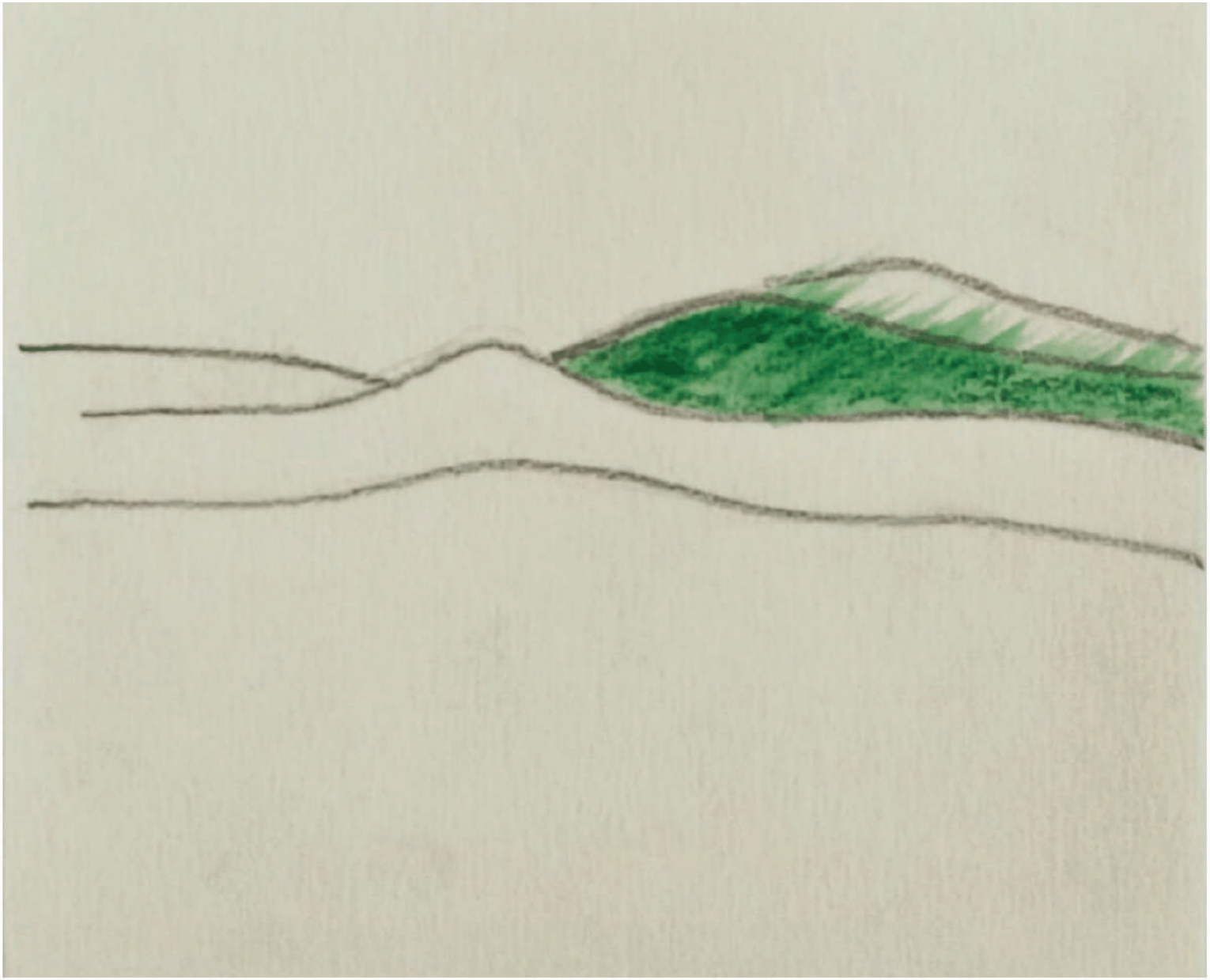
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã

Fonte: DRH/SEMA - Setembro de 2011
Sistema de Coordenadas: SAD 1969
Projeção: Transversa de Mercator

Stone fields and plain fields

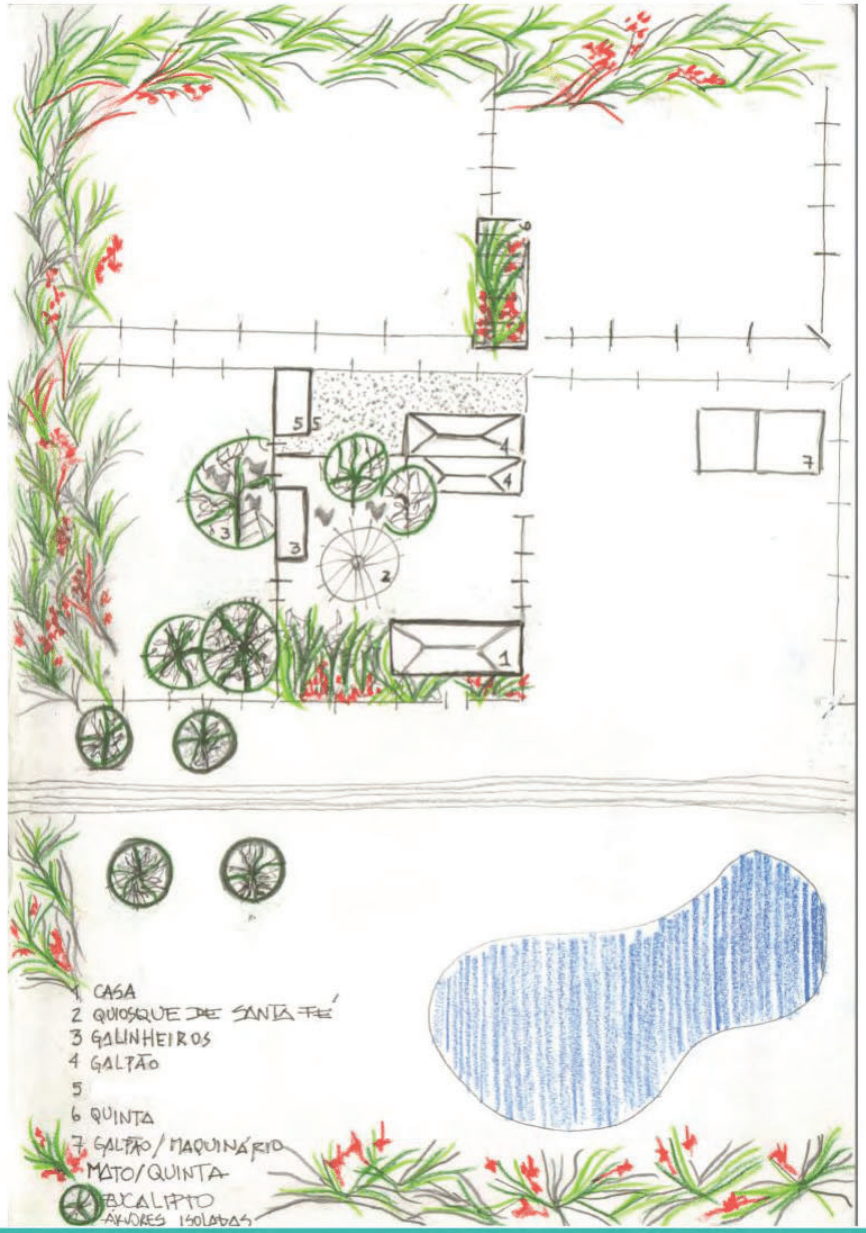


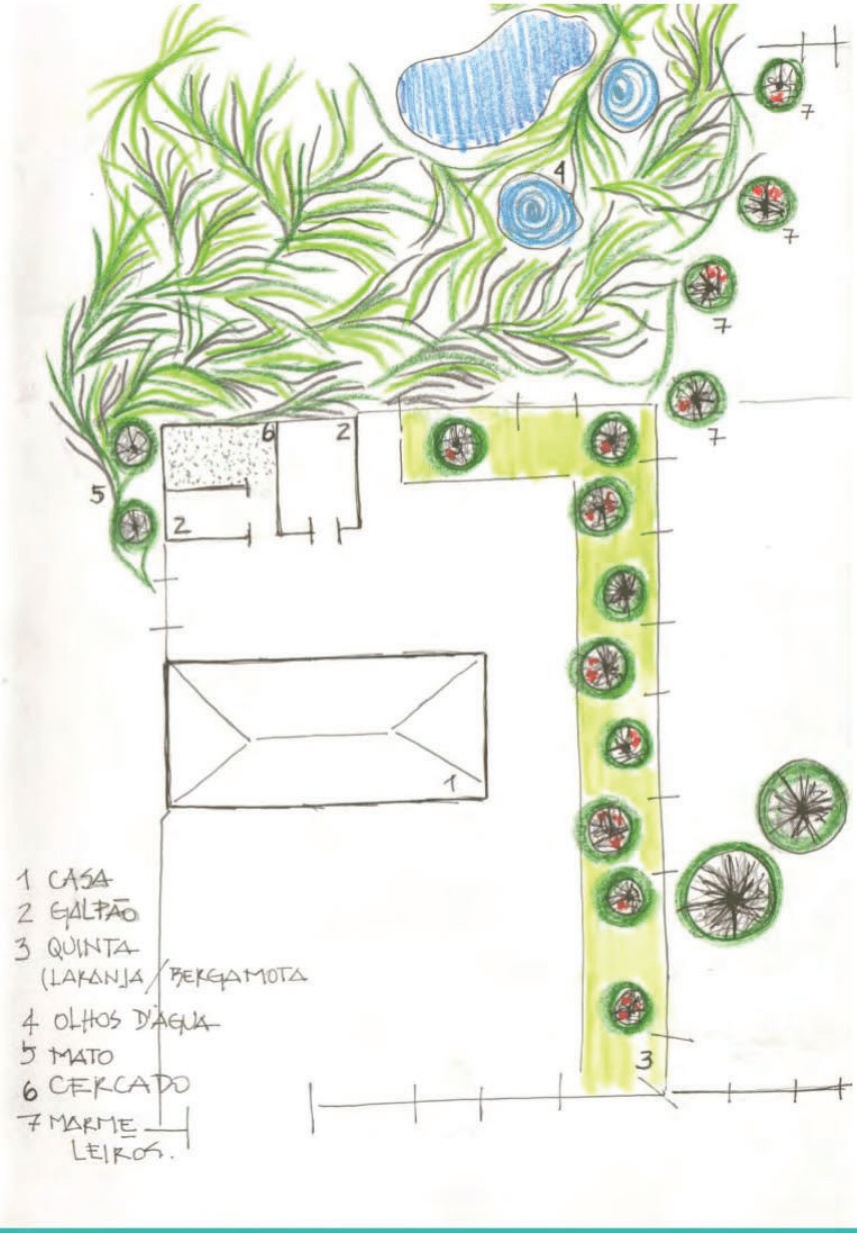




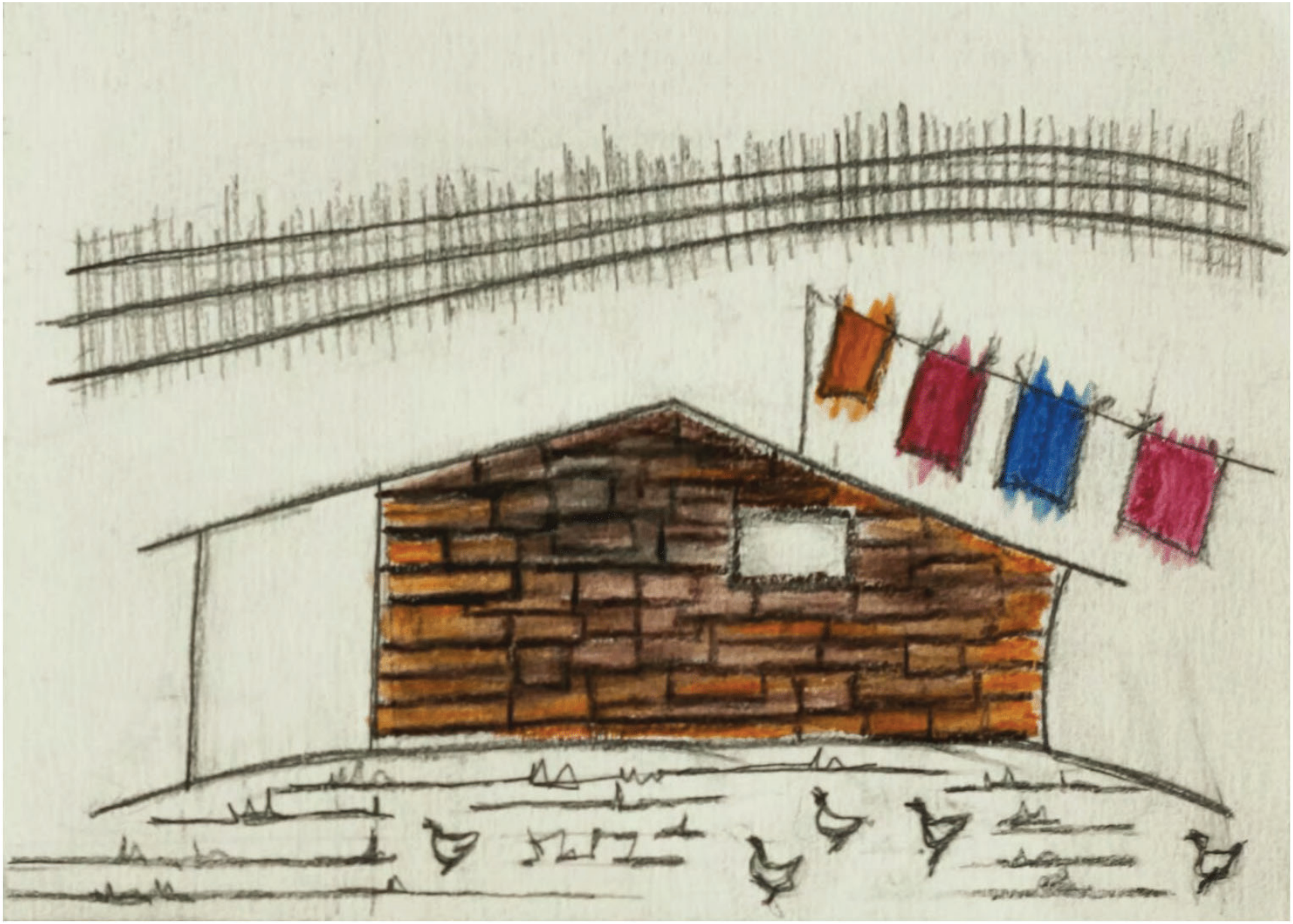


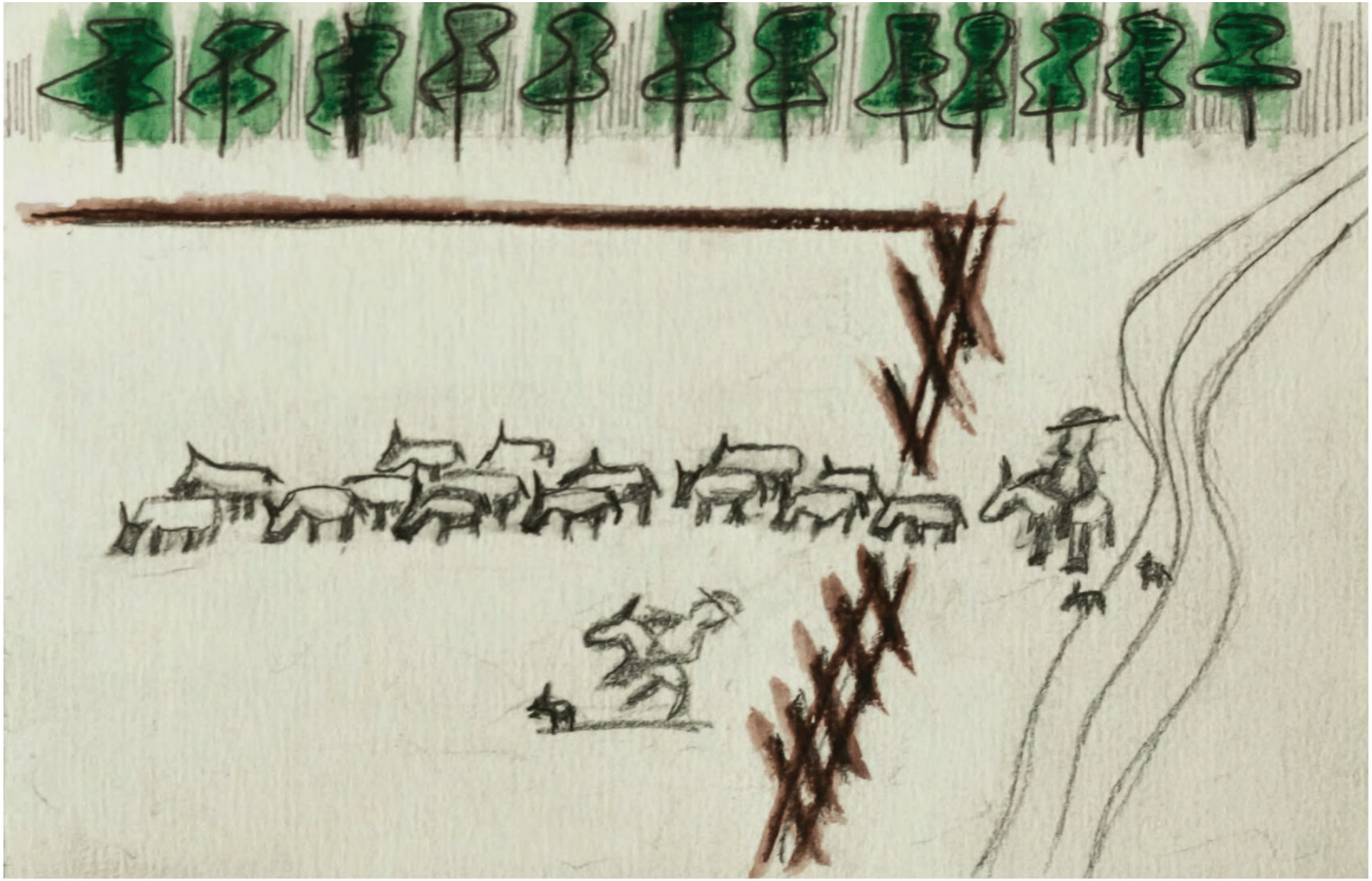
Management of fields, forests and orchards

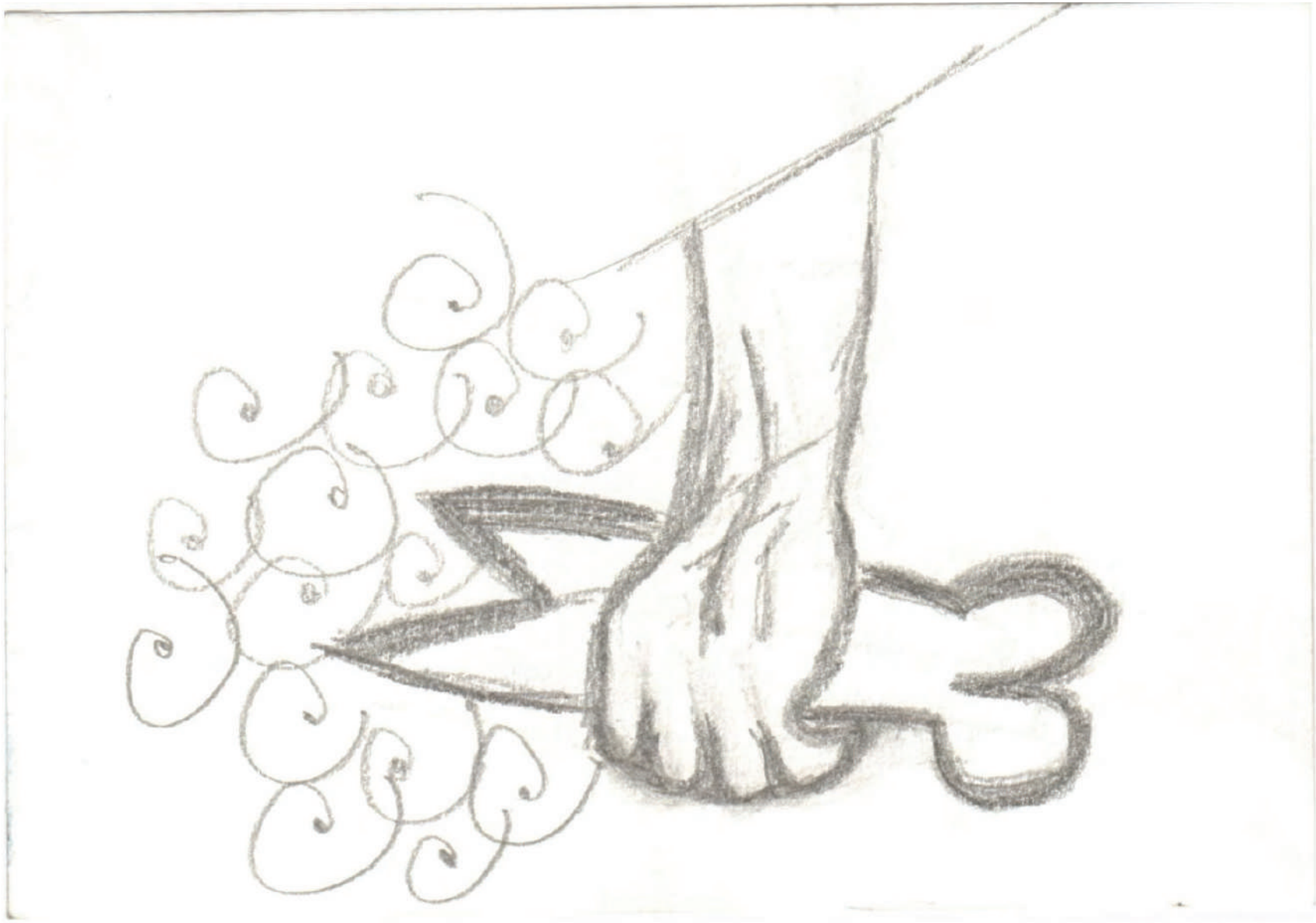

1 CASA
2 QUIOSQUE DE SANTA FE'
3 GALINHEIROS
4 GALPÃO
5
6 QUINTA
7 GALPÃO / MAQUINÁRIO
MATO / QUINTA
EUCALIPTO
ÁRVORES ISOLADAS

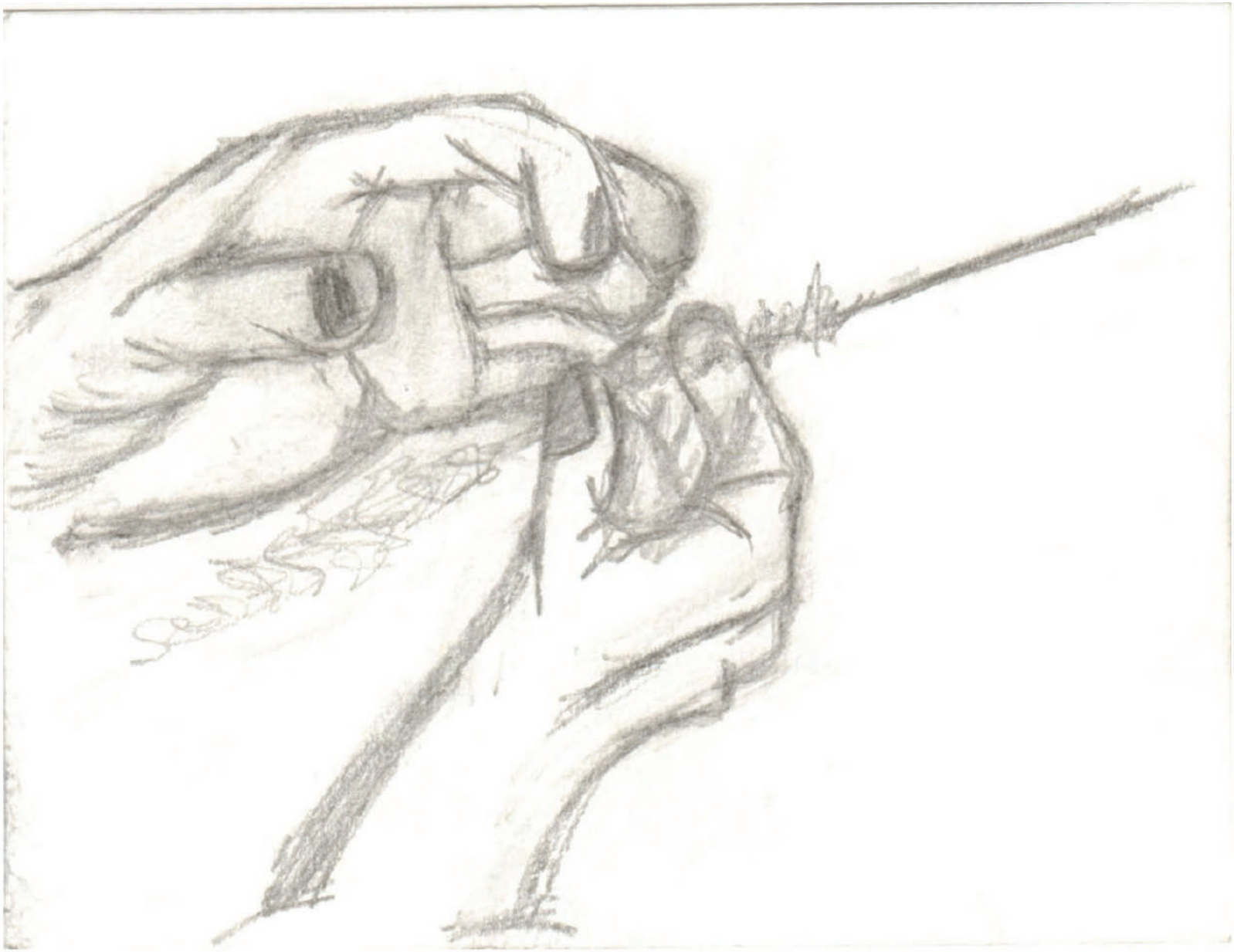

1 CASA
2 GALPÃO
3 QUINTA
(LARANJA / BERGAMOTA
4 OLHOS D'ÁGUA
5 MATO
6 CERCADO
7 MARME
LEIROS.

Campeira Handling

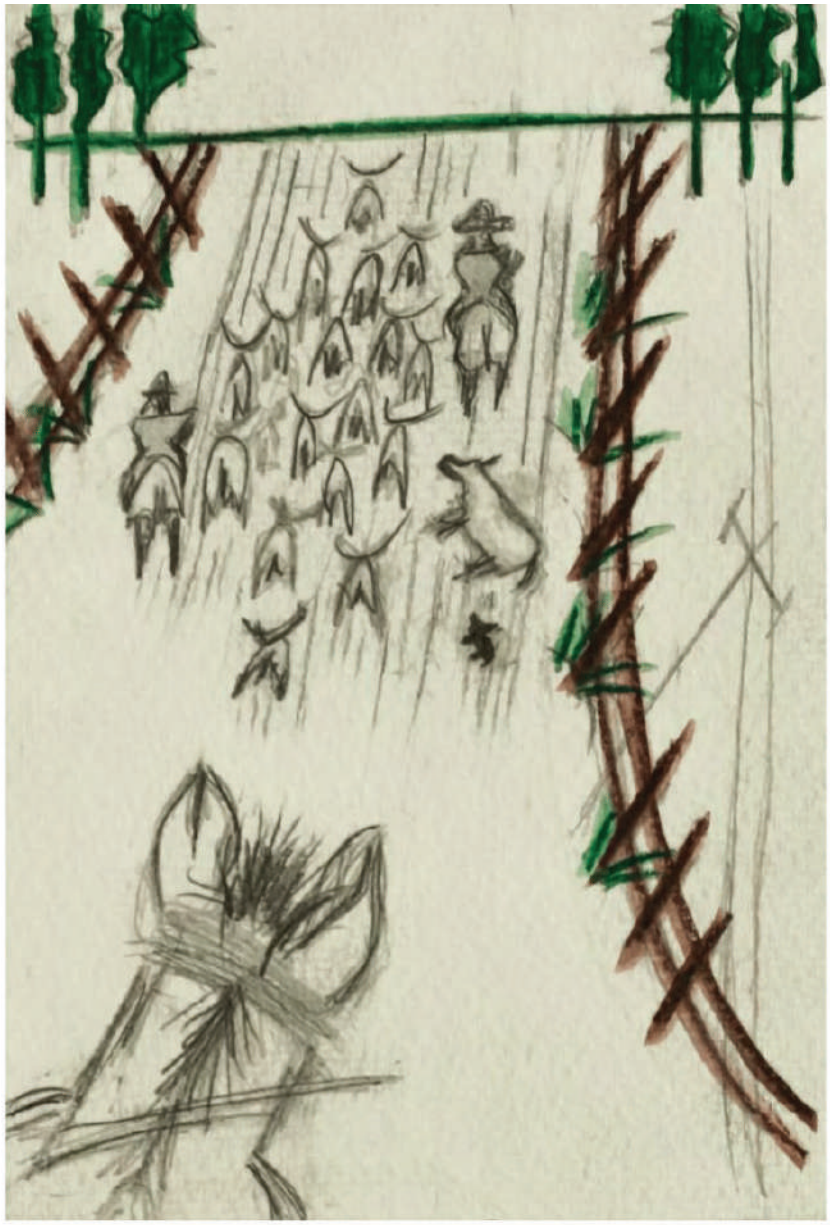


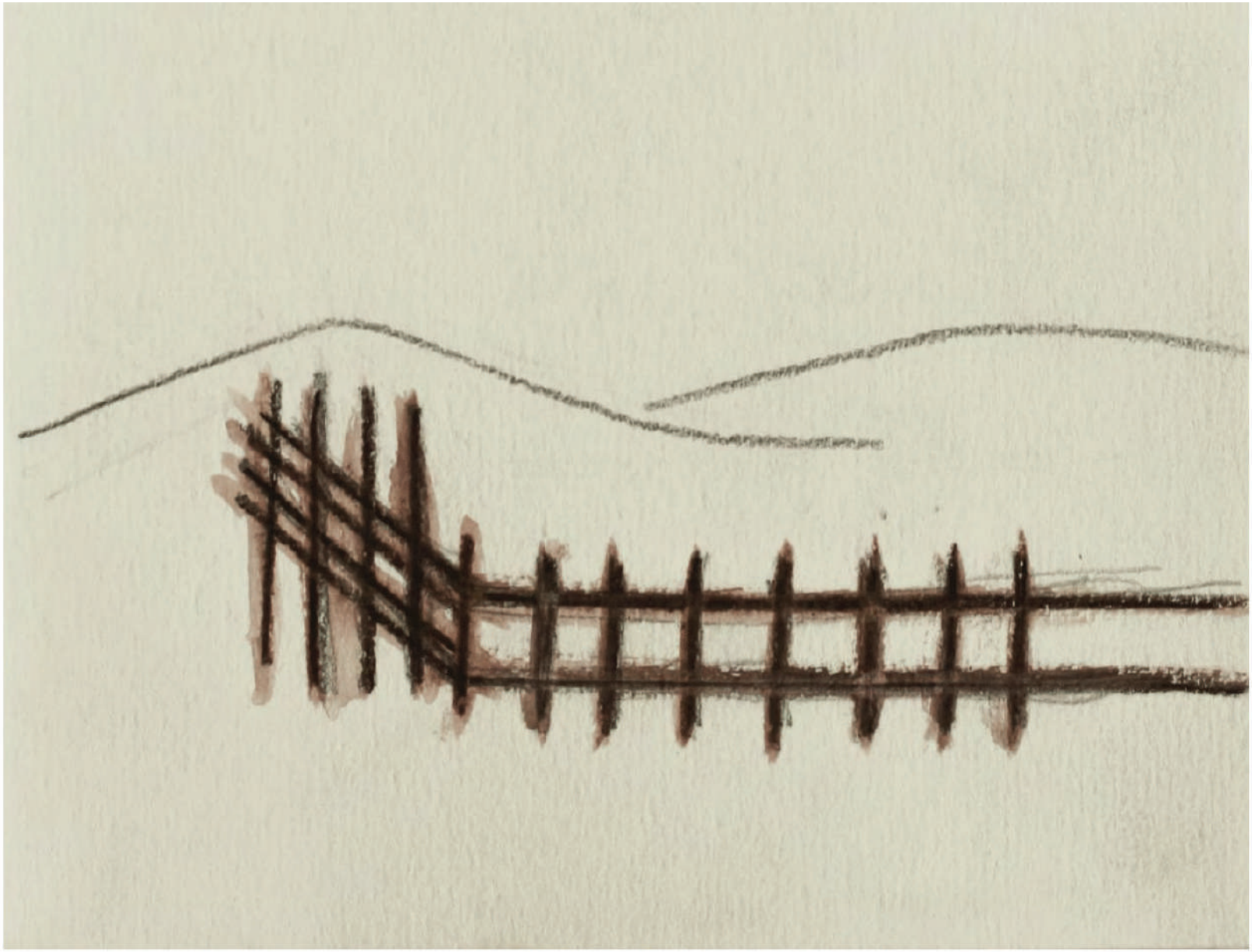






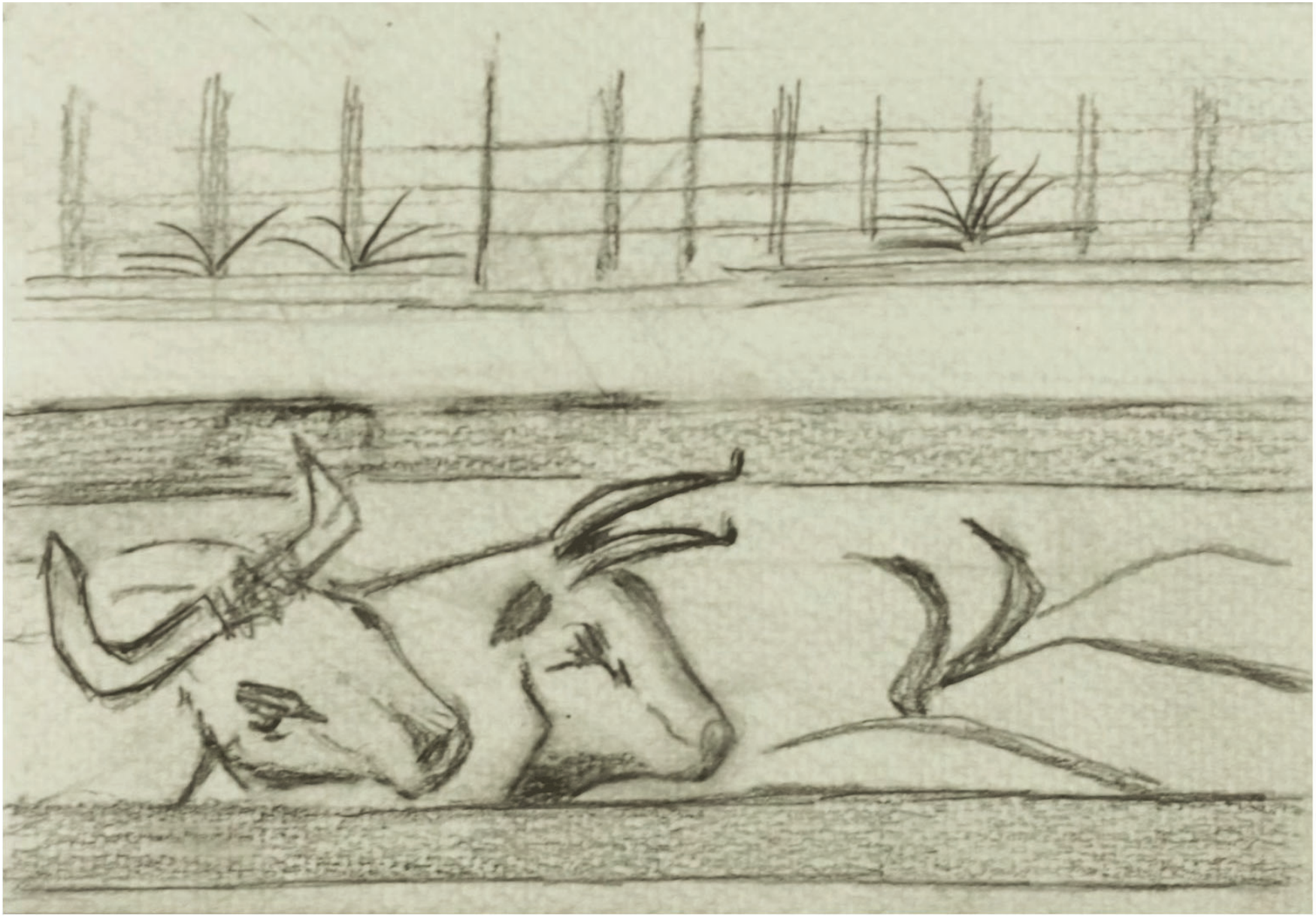
Fences



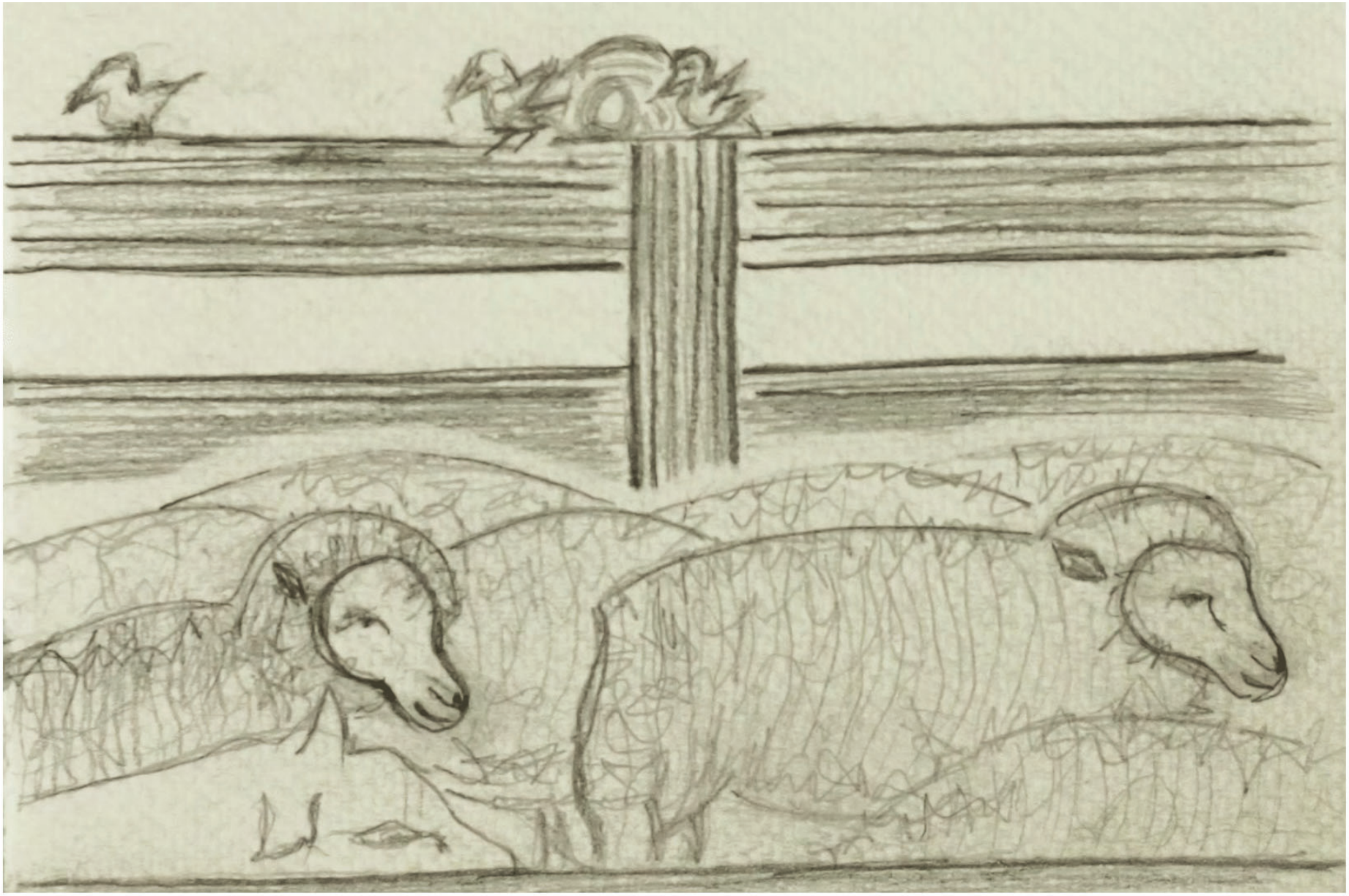


Animals inside the fields, animals inside of a fence



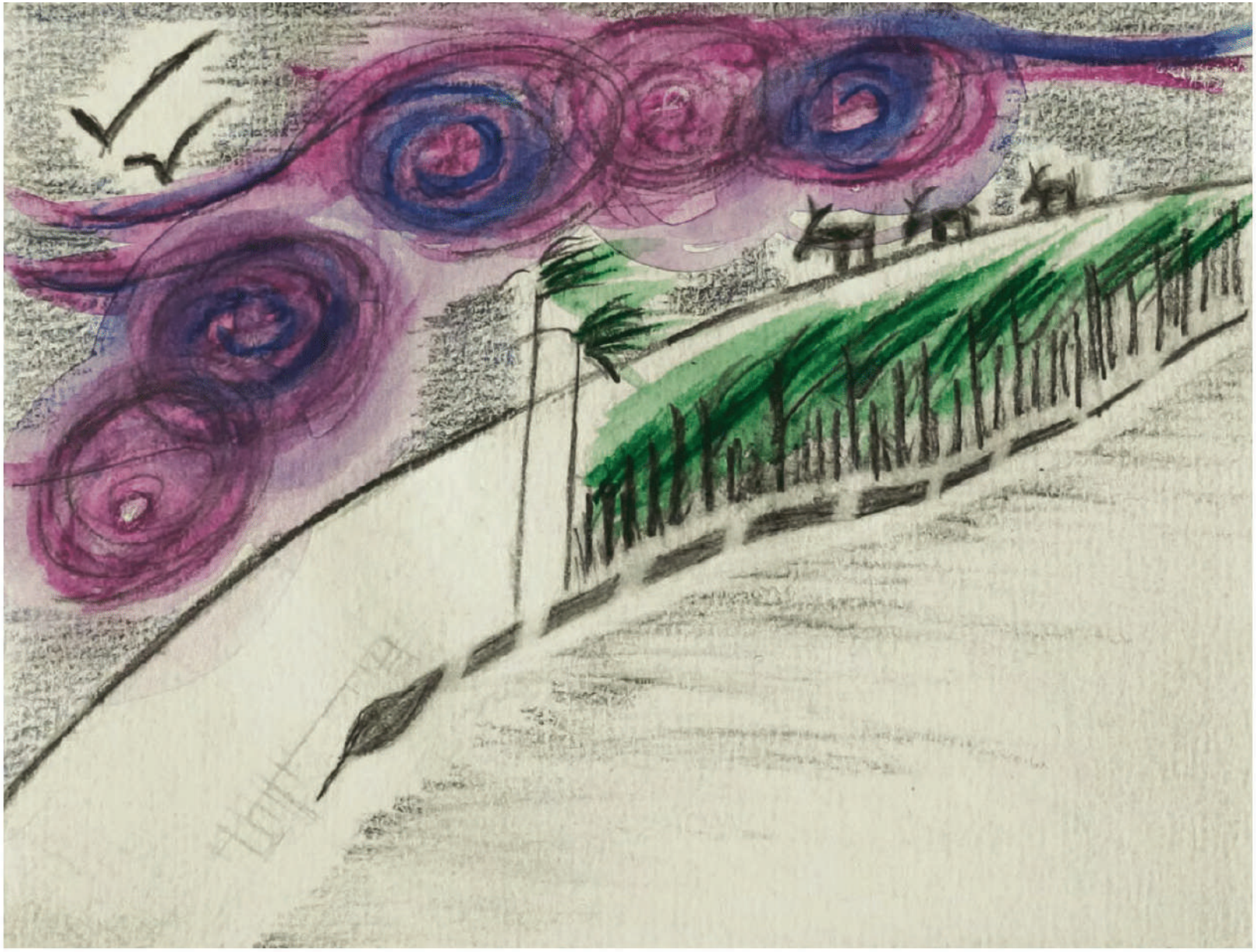




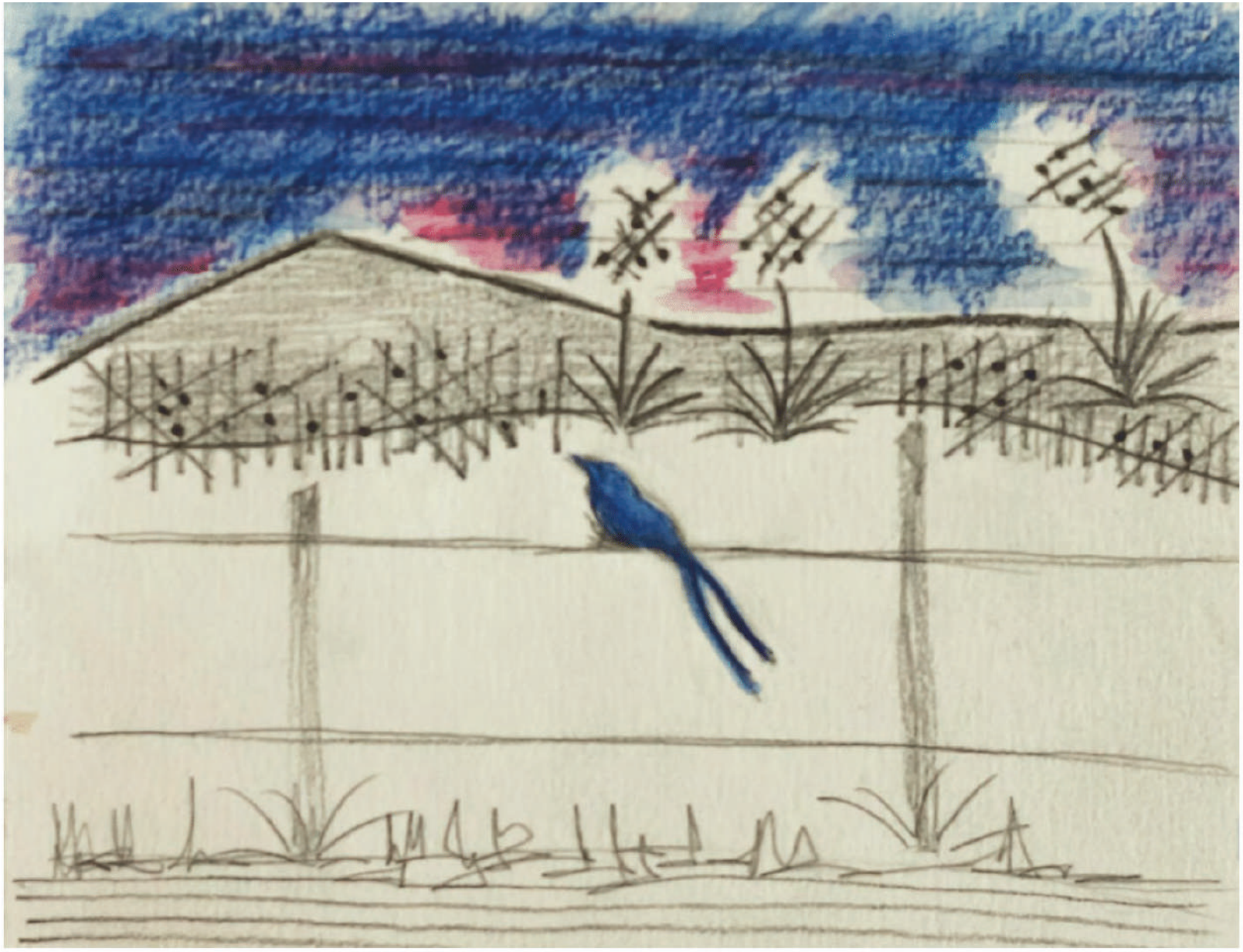


Animals from the forest





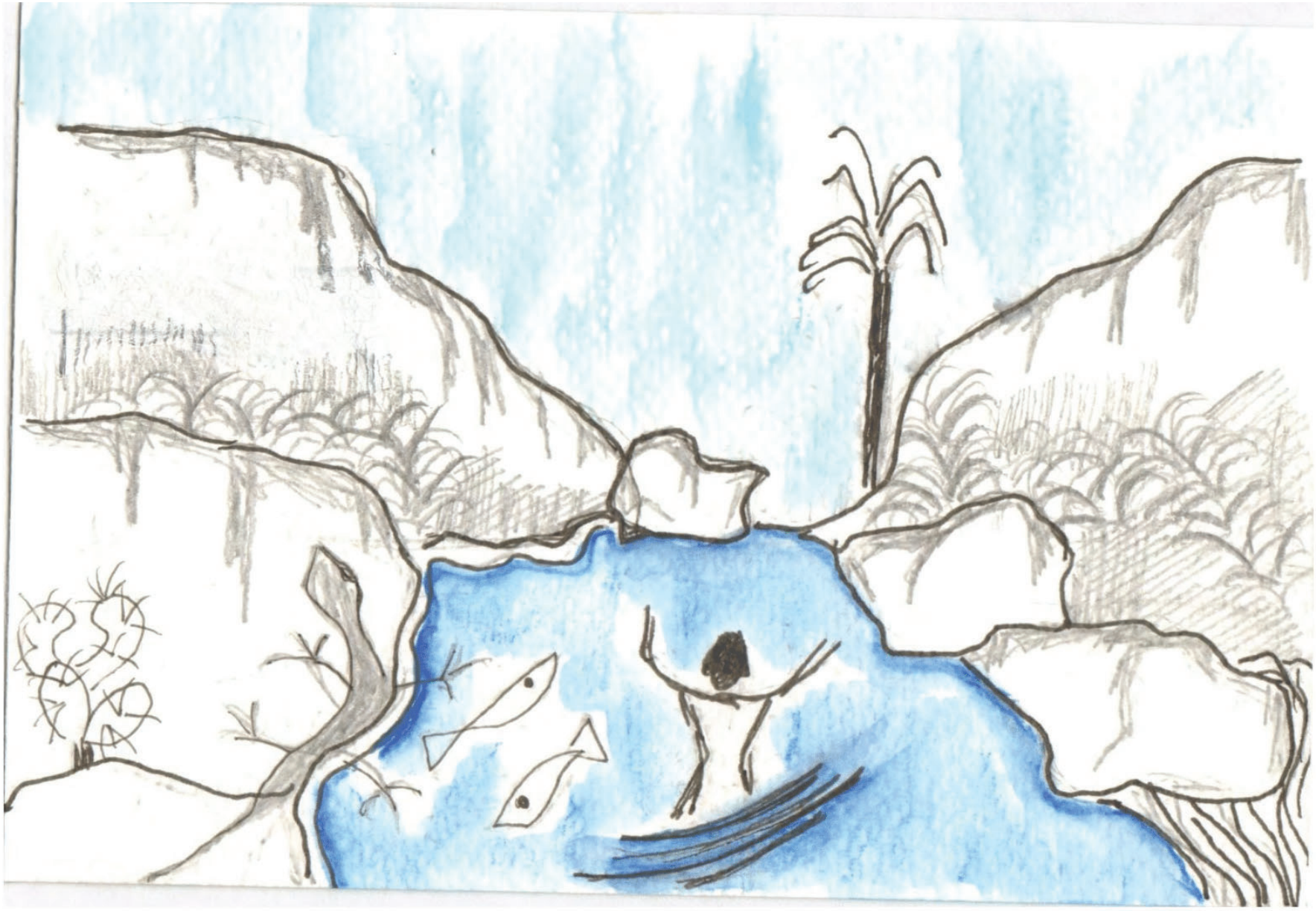


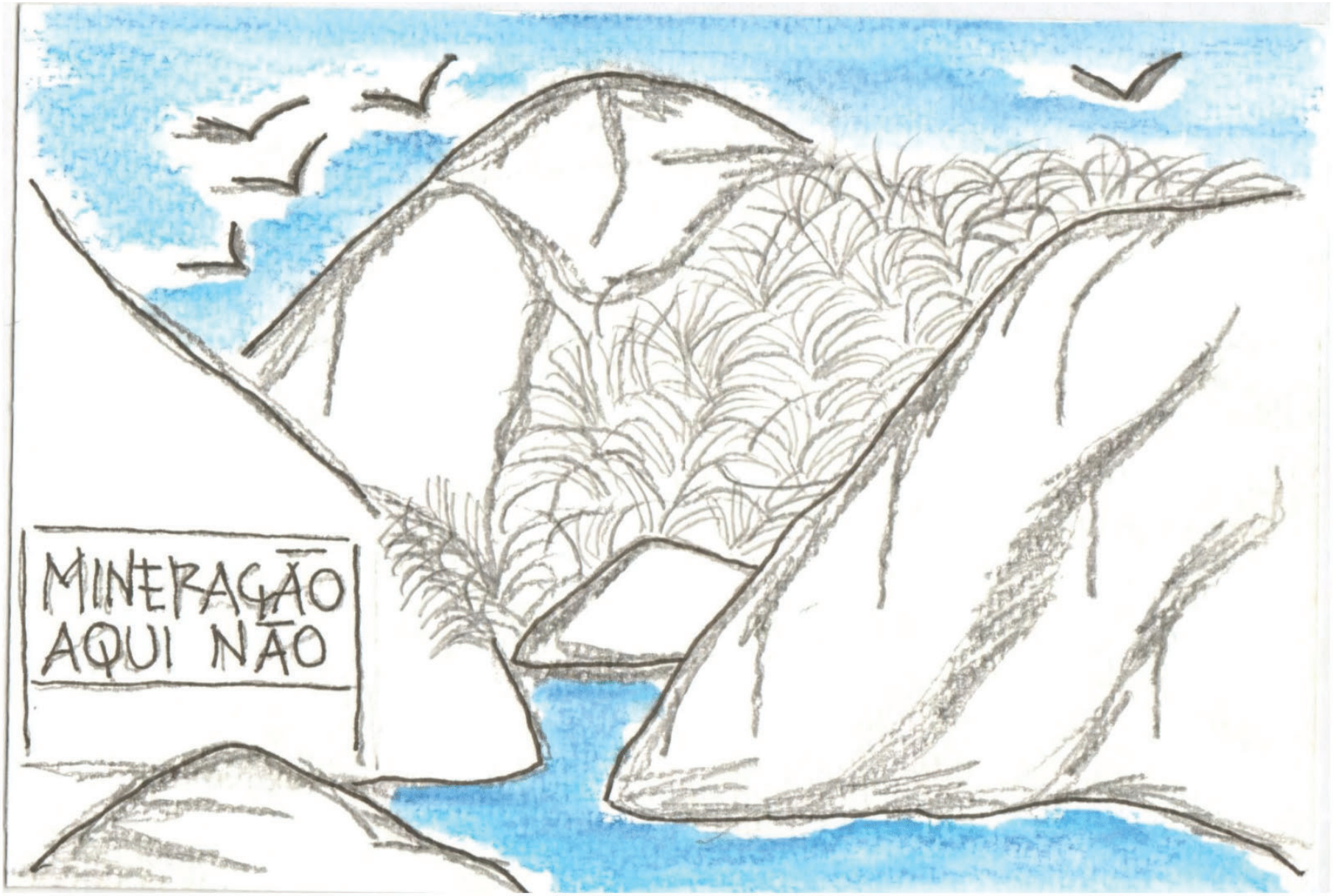


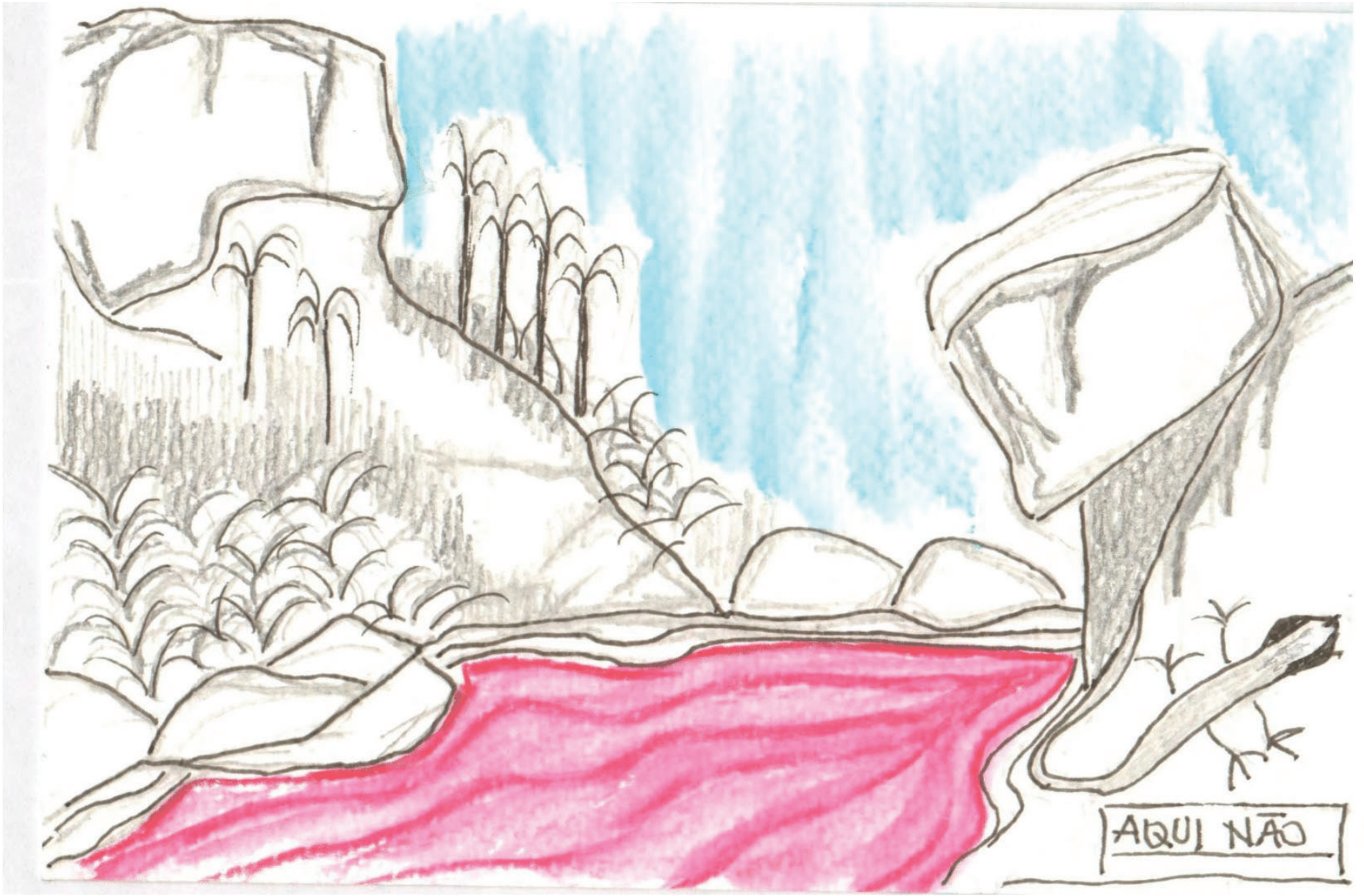
Camaquã River Watershed : relationship between humans, animals and objects








MINERAÇÃO
AQUI NÃO


AQUI NÃO

Stone fields, plain fields: outlines

Thank you!

Federal University of Pelotas (UFPel)

INRC Team:
Flávia Rieth (coordinator), Daniel Vaz Lima, Vagner Barreto Rodrigues, Juliana Soares, Miriel Bilhalva Herrmann, Adriano Simon (Geografy consultant) e Daiane Loreto de Vargas

Contact: riethuf@uol.com.br; inrcaltocamaqua@gmail.com
Blog: http://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/

RODRIGUES, Vagner; LIMA, Daniel; RIETH, Flávia. "O rio é como o sangue da gente": ambiente e mineração nos campos do Alto Camaquã/RS. **Reunión de Antropología del Mercosur (RAM)**, Posadas, Argentina, 2017.

"O RIO É COMO O SANGUE DA GENTE"

AMBIENTE E MINERAÇÃO NOS CAMPOS DO ALTO CAMAQUÃ/RS*

Vagner Barreto Rodrigues (UFPel)
Daniel Vaz Lima (UFPel)
Flávia Rieth (UFPel) – Coordenadora do INRC

*Apresentação de trabalho

INRC Lida Campeira

Baseado na extensão das pesquisas etnográficas do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Lida Campeira na Região de Bagé/RS para a lida campeira nos campos do Alto Camaquã, na Serra do Sudeste, pampa gaúcho, buscamos refletir sobre a especificidade dos modos de vida de povos tradicionais dos campos de pedra, frente a grandes empreendimentos de mineração no pampa.

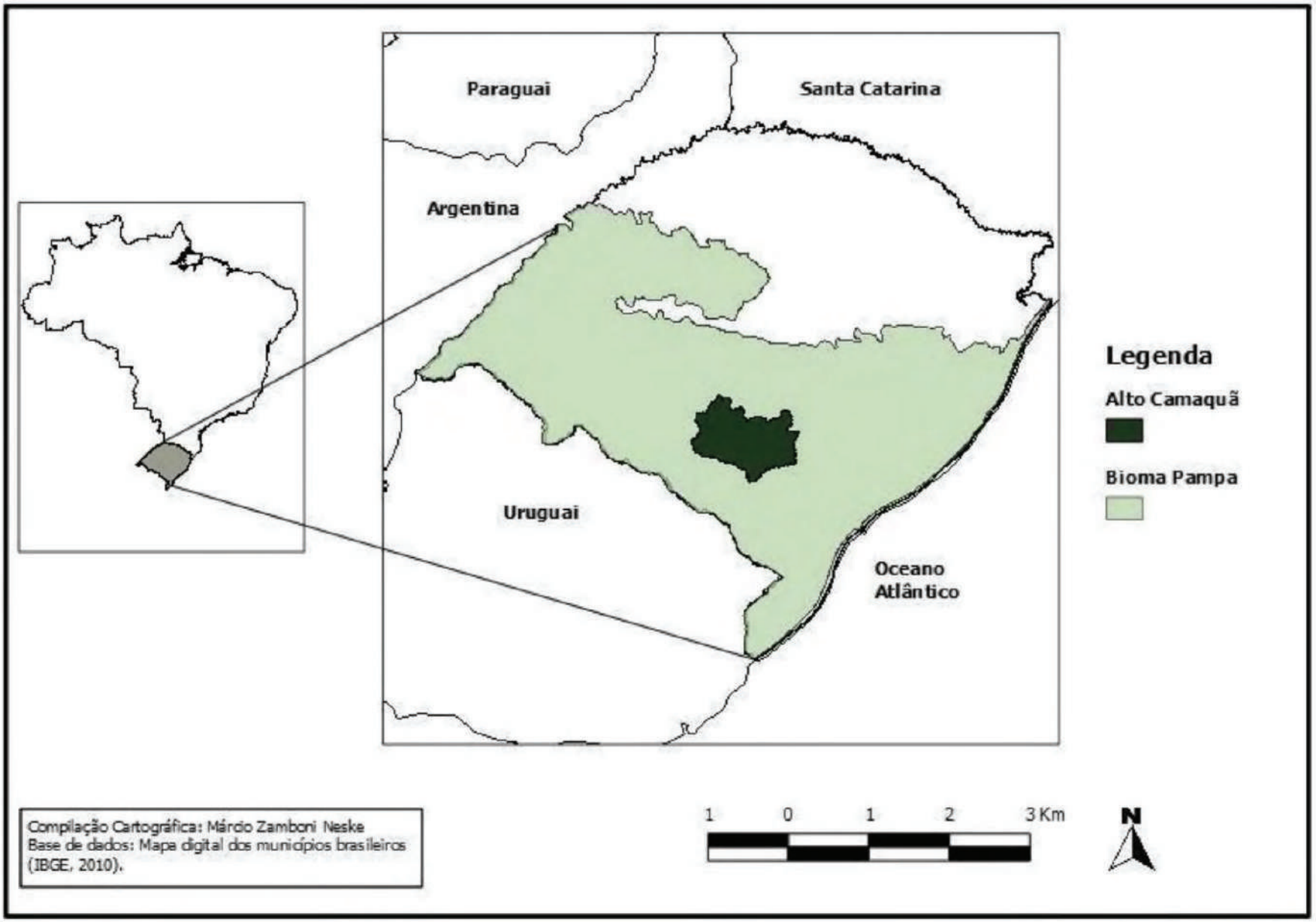
INRC Lida Campeira

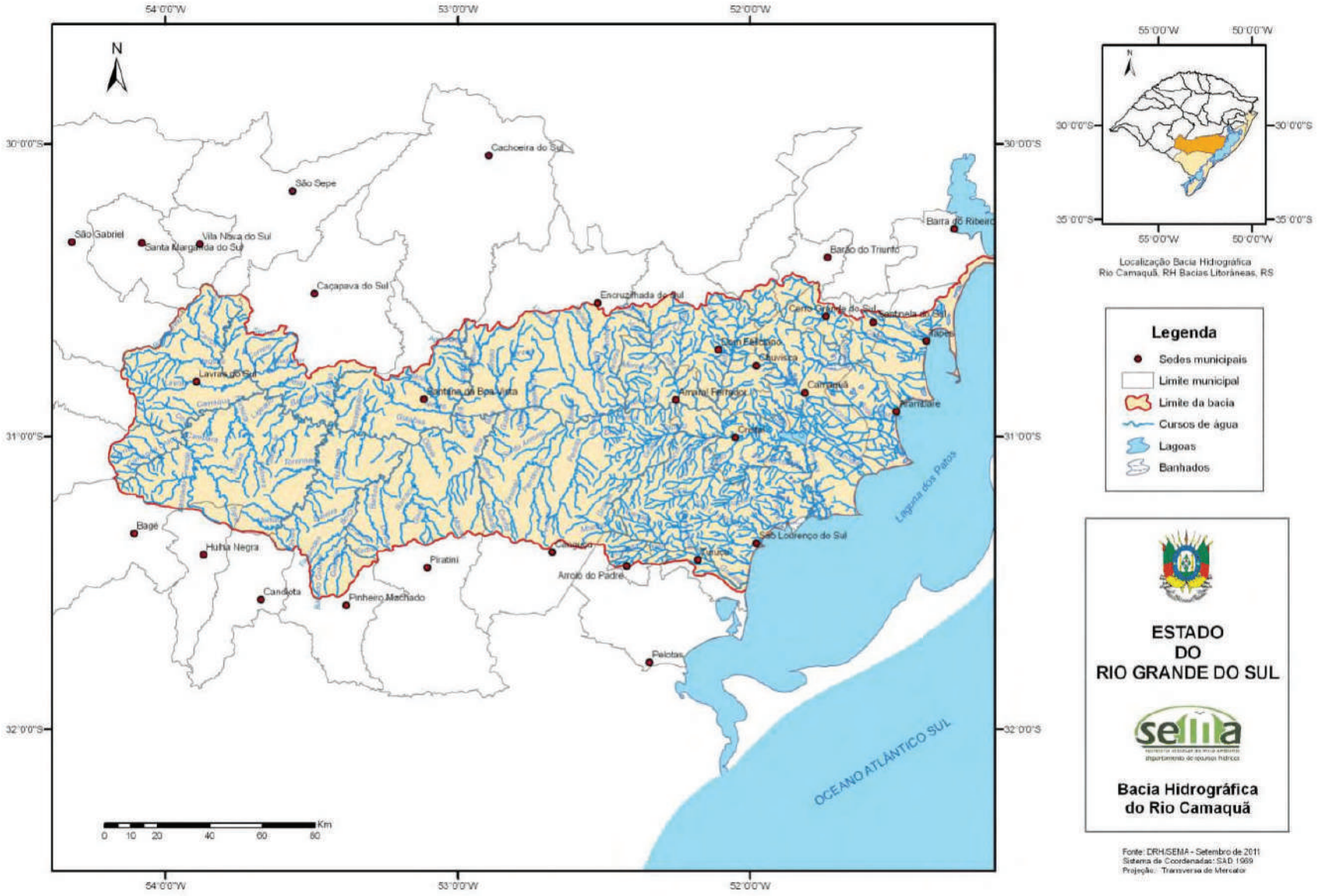
- Demanda da Prefeitura de Bagé/RS, metodologia do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e realização pelo Bacharelado em Antropologia, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel);

- A entrega dos Relatórios Finais, dos cinco Filmes e do CD-ROM Interativo foi realizada em 2013;

- Bens inventariados: pastoreio de bovinos, equinos e ovinos, troperiada, doma, oficio de guasqueiro, oficio de alambrador e lida caseira

- Extensão da metodologia para a região do Alto Camaquã, em 2017, a partir da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC). Abertura das fichas de pastoreio de caprinos e artesanato em lã.


Paraguai
Santa Catarina
Argentina
Uruguai
Oceano
Atlântico
Legenda
Alto Camaquã
Bioma Pampa
Compilação Cartográfica: Márcio Zamboni Neske
Base de dados: Mapa digital dos municípios brasileiros
(IBGE, 2010).
1 0 1 2 3 Km
N



Localização Bacia Hidrográfica
Rio Camaquã, RH Bacias Litorâneas, RS

Legenda

- Sedes municipais
- Limite municipal
- Limite da bacia
- Cursos de água
- Lagoas
- Banhados

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã

Fonte: DRH/SEMA - Setembro de 2011
Sistema de Coordenadas: SAD 1969
Projeção: Transversa de Mercator



Lidas e campeiros, campeiros e lidas














SENAR



Ambiguidades do Estado, etnografia da ruína



Ambiguidades do Estado, etnografia da ruína

"A AID (Área de Impacto Direto) relacionada às estruturas do empreendimento (cavas, pilhas de estéril e rejeito, beneficiamento e infraestrutura administrativa e de apoio) foi definida como uma poligonal formada pelos limites das microbacias diretamente afetadas pelo empreendimento, enquanto para os acessos (estrada vicinal) que sofrerão modificações de traçado, foi considerada uma AID mínima de 30 m para cada lado da estrada vicinal, com delimitação formada por barreiras físicas (vales).

A AII (Área de Impacto Indireto) foi definida como uma poligonal de 3 km de raio a partir dos limites da AID, **considerando o Rio Camaquã como uma barreira física**."

"Com relação ao empreendimento o grau de conhecimento dos participantes sobre o projeto é pequeno, apesar disso, as manifestações em relação a implantação da mina foram **totalmente favoráveis**, pois há uma percepção muito positiva do efeito econômico que o empreendimento teria na região.

Poucos aspectos negativos foram relacionados ao empreendimento, dentre eles, destaca-se o impacto ambiental, maior preocupação dos participantes e o efeito negativo sobre a tranquilidade que o local oferece atualmente para a população."

EIA RIMA, Projeto Caçapava, Votorantim Metais, 2016










MINERAÇÃO
NÃO!



Considerações provisórias



Obrigado

Vagner Barreto Rodrigues (UFPel)

vgnrbrrt@gmail.com

Daniel Vaz Lima (UFPel)

dvlima.vaz@gmail.com

Flávia Rieth (UFPel)

riethuf@uol.com.br

Imagens: Guilherme Santos (Sul21),

Fábio Quadros (Sul21) e

Vagner Barreto